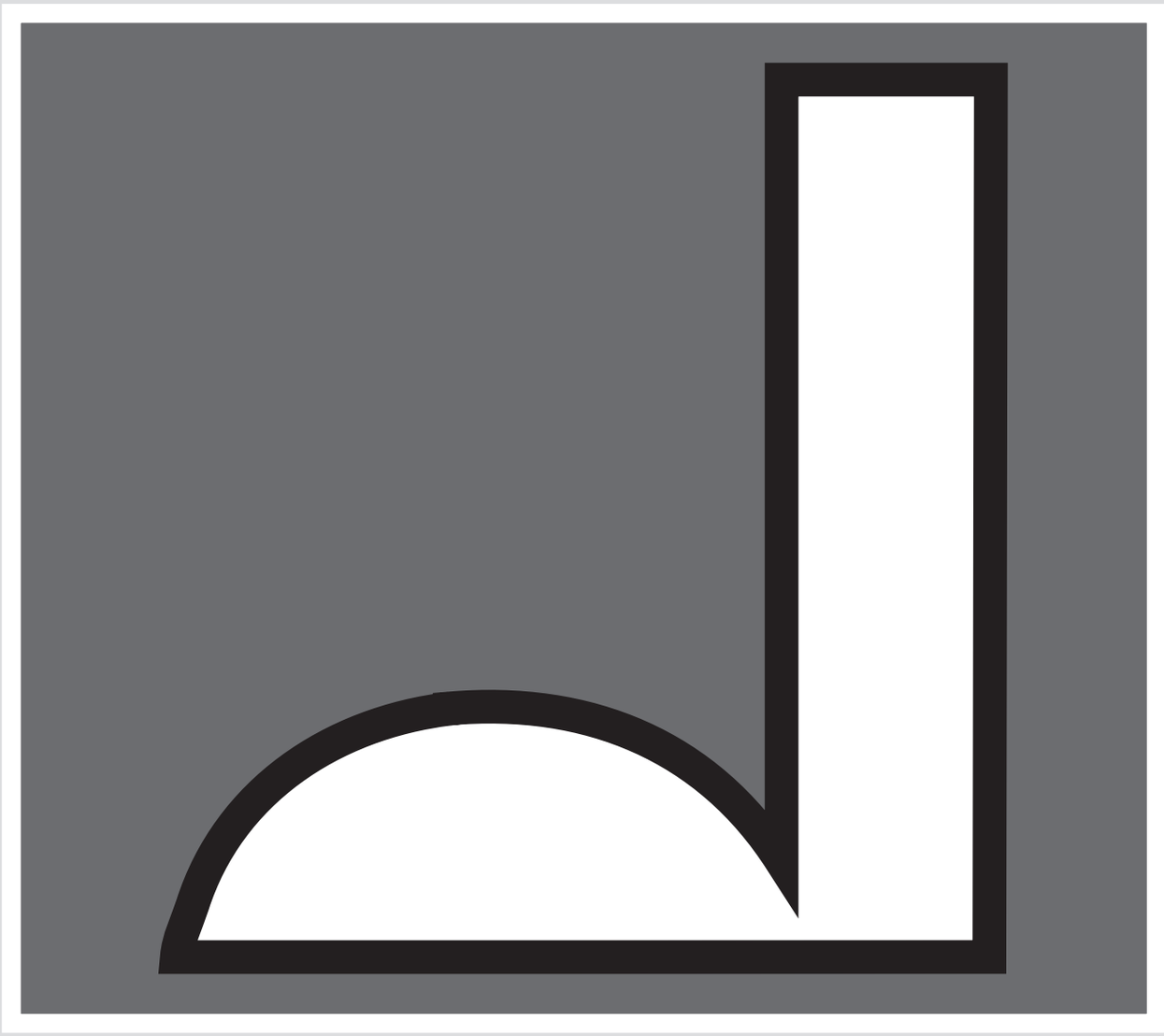
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI SUP AO - Nº 048 - QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA
3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21

LÍDER
Ney Suassuna

VICE-LÍDERES
Garibaldi Alves Filho
(vago)
Gilberto Mestrinho
(vago)
Amir Lando
(vago) (5)

.....

LÍDER DO PMDB – 21
Ney Suassuna

VICE-LÍDERES DO PMDB
Maguito Vilela
(vago)
Luiz Otávio
Gerson Camata
(vago) (6)
Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17

LÍDER
Delcídio Amaral – PT

VICE-LÍDERES
Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB

.....

LÍDER DO PT – 12
Delcídio Amaral

VICE-LÍDERES DO PT
Roberto Saturnino
Ana Júlia Carepa
Flávio Arns
Fátima Cleide

LÍDER DO PL – 3
João Ribeiro

VICE-LÍDER DO PL
Aelton Freitas

LÍDER DO PSB – 2
Antônio Carlos Valadares

VICE-LÍDER DO PSB
(vago)

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31

LÍDER
José Jorge – PFL

VICE-LÍDERES
Alvaro Dias – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL
Demóstenes Torres – PFL

.....

LÍDER DO PFL – 16
José Agripino

VICE-LÍDERES DO PFL
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
Maria do Carmo Alves
Romeu Tuma
Jonas Pinheiro (2)

LÍDER DO PSDB – 15
Arthur Virgílio

VICE-LÍDERES DO PSDB
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Flexa Ribeiro
Papaléo Paes
João Batista Motta

LÍDER DO PDT – 4
Osmar Dias

VICE-LÍDER DO PDT
(vago)

LÍDER DO PMR– 1
Marcelo Crivella

LÍDER DO PTB – 4
Mozarildo Cavalcanti

VICE-LÍDER DO PTB
Sérgio Zambiasi

LÍDER DO P-SOL – 1
Heloísa Helena

LÍDER DO GOVERNO
Aloizio Mercadante – PT

VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Romero Jucá – PMDB
Ideli Salvatti – PT
Garibaldi Alves Filho - PMDB
(vago)
Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Saboya Gomes –PSB(1)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPI DOS BINGOS

VOLUME I

1ª Reunião (Instalação), realizada em 29 de junho de 2005..... 0005
2ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2005..... 0013
3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2005..... 0017
4ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2005..... 0025
5ª Reunião, realizada em 19 de julho de 2005..... 0091
6ª Reunião, realizada em 21 de julho de 2005..... 0131
7ª Reunião, realizada em 2 de agosto de 2005..... 0171
8ª Reunião, realizada em 4 de agosto de 2005..... 0259
9ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2005..... 0326
10ª Reunião, realizada em 10 de agosto de 2005..... 0389
11ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2005..... 0459
12ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2005..... 0533
13ª Reunião, realizada em 17 de agosto de 2005..... 0534
14ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2005..... 0555
15ª Reunião, realizada em 23 de agosto de 2005..... 0620
16ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2005..... 0664
17ª Reunião, realizada em 30 e 31 de agosto de 2005..... 0730
18ª Reunião, realizada em 1º de setembro de 2005..... 0853
19ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2005..... 0916
20ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2005..... 0958
21ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2005..... 0995
22ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2005..... 0997
23ª Reunião, realizada em 21 de setembro de 2005..... 1068
24ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2005..... 1123
25ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2005..... 1168

VOLUME II

26ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2005..... 1197
27ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2005..... 1254
28ª Reunião, realizada em 6 de outubro de 2005..... 1335
29ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2005..... 1366
30ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2005..... 1385
31ª Reunião, realizada em 26 de outubro de 2005..... 1430
32ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2005..... 1502
33ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2005..... 1547
34ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2005..... 1602
35ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2005..... 1615
36ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2005..... 1707
37ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2005..... 1857

38ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2005..... 1900
39ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2005..... 1930
40ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2005..... 1951
41ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2005..... 1974
42ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2005..... 2034
43ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2005..... 2071
44ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2005..... 2090
45ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2005..... 2120
46ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2005..... 2133
47ª Reunião, realizada em 17 de janeiro de 2006..... 2143
48ª Reunião, realizada em 18 de janeiro de 2006..... 2191
49ª Reunião, realizada em 19 de janeiro de 2006..... 2199
50ª Reunião, realizada em 24 de janeiro de 2006..... 2258

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 245, DE 2004, PARA "INVESTIGAR E APURAR A UTILIZAÇÃO DAS CASAS DE BINGO PARA A PRÁTICA DE CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES, BEM COMO A RELAÇÃO DESSAS CASAS E DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE APOSTAS COM O CRIME ORGANIZADO"

Ata da 1ª Reunião (Instalação), Realizada em 29 junho de 2005.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às doze horas e quarenta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre , sob a Presidência eventual do Senador Antônio Carlos Magalhães e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Efraim Morais, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Paulo Paim, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca e Mozarildo Cavalcante, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Presentes ainda os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Agripino Maia, José Jorge e Artur Virgílio. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Antônio Carlos Magalhães declara aberta os trabalhos informando que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão e sugere o nome dos Senhores Senadores os Senhores Efraim Morais para Presidente e Mozarildo Cavalcante para Vice-Presidente. Com a palavra o Senhor Senador Magno Malta informa que se encontra presente no recinto o Senhor Acelino Freitas "Popó", campeão mundial de boxe. A seguir a Presidência determina a distribuição das cédulas de votação convidando os Senadores Juvêncio da Fonseca e Reginaldo Duarte, para funcionarem como escrutinadores. Realizada a apuração apresentou o seguinte resultado: com 8 votos foi eleito Presidente o Senador Efraim Morais e com o mesmo número de votos para Vice-Presidente o Senador Mozarildo Cavalcante. Deixa de votar o Senhor Senador Paulo Paim, por ter chegado após a apuração dos votos. O Senador Antônio Carlos Magalhães passa a palavra ao Senador Efraim Morais, que assume a presidência, agradecendo a honra que lhe foi conferida Usam da palavra pela ordem os Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Romeu Tuma, Artur Virgilio, Agripino Maia e Magno Malta. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães comunica a presença do Senhor Governador do Estado da Bahia. Dando prosseguimento, usam da palavra os Senhores Senadores José Jorge, Juvêncio da Fonseca, Paulo Paim, Leonel Pavam, Reginaldo Duarte e Mozarildo Cavalcante. Com a palavra o Senhor Senador Romeu Tuma, sugere que seja solicitado, ao Ministério Público, ao Departamento de Polícia Federal e a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, cópia da documentação existente, referente ao caso Waldomiro Diniz. A Presidência e informa que fará contato com as lideranças do Governo para indicação do Relator e sugere que a Comissão volte a se reunir amanhã em horário a ser definido.. A Presidência, ao encerrar os trabalhos, agradece a todos pela presença. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Havendo número legal, conforme consta da lista de presença, já assinada pelos integrantes, declaro instalada a CPI dos Bingos, atendendo, assim, a reclamos feitos e atendidos no Supremo Tribunal Federal, indicados pelo Presidente da Casa e por todos os membros, o que, aliás, foi dispensável, levando-se em conta que os Partidos o fizeram.

Já que há número, não vamos escolher hoje o Relator, mas vamos escolher o Presidente e o Vice-Presidente. Proponho para Presidente, se os senhores aceitarem, o nome do Senador Efraim Moraes e para Vice, o Senador Mozarildo Cavalcanti. (Palmas.)

Precisamos votar?

Então, vamos distribuir as cédulas.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Sr. Magno Malta, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma apresentação e um lamento. A primeira diz respeito ao fato de termos conosco, aqui, o tricampeão do mundo Acelino "Popó" de Freitas, esse baiano que é orgulho do Brasil, que está prestigiando esta Casa nesta manhã.

O lamento é no sentido de que, se não tivesse sido quebrado o acordo, já existente nesta Casa há tantos anos, de que quem propõe CPI a preside, certamente, o Presidente desta CPI seria eu. Porém, com a quebra disso na CPI dos Correios, com a insistência em não se manter a praxe, estou pagando o preço disso.

Espero que o Senador Efraim Morais, por quem tenho muito apreço e confiança, conduza esta CPI da forma como ela precisa ser feita, porque certamente daremos uma grande contribuição ao País, investigando essa atividade que é refutada pela Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Quero dizer ao Senador Magno Malta que, realmente, no passado, havia essa praxe salutar, mas esta Comissão não vai dispensar, pelos conhecimentos que tem, o Senador Magno Malta, em posição de relevo, porque esse é o nosso desejo, para que possamos chegar a bom termo. Sabemos que, com o Senador Magno Malta, teremos realmente um companheiro capaz, que vai ajudar a Comissão de maneira efetiva.

Todos já votaram?

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Solicito aos Srs. Senadores Reginaldo Duarte e Juvêncio da Fonseca, a quem devemos muito, que sejam os escrutinadores.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Foram eleitos, por unanimidade, oito votos, os Senadores Efraim Morais, como Presidente, e Mozarildo Cavalcanti, como Vice-Presidente.

Peço a V. Exª, Senador Efraim Morais, que assuma a Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Inicialmente, eu gostaria de agradecer a todos os Senadores que fazem parte desta Comissão, da CPI dos Bingos, da CPI do Waldomiro Diniz, a confiança pela escolha do meu nome por unanimidade; cumprimento o Senador Paulo Paim, que acaba de chegar.

Quero lamentar a ausência da base do Governo, que não se fez presente na hora da votação. Chegou um Senador há pouco, mas eu queria também convidar o meu companheiro, o Vice, Senador Mozarildo, para fazer parte da Mesa, ao meu lado, que também, por unanimidade, foi eleito nesta votação.

Quero deixar bem claro que, como defendeu a minoria em todas as CPIs, feita essa eleição, vou procurar o Governo, os membros do Governo nesta CPI, as Lideranças, para que eles façam a indicação do Relator, para que possamos, realmente, fazer uma CPMI em busca da verdade e tenhamos o esclarecimento dos fatos.

A palavra está facultada aos Srs. Senadores, deixando claro que não faremos hoje, nesta reunião, a escolha do Relator. Ela fica em aberto para que o Governo faça a indicação.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu também pediria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – Depois, ouviremos V. Exª, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero, não só felicitar V. Exª e desejar êxito nesta Comissão, porque lutei muito para que fosse realizada, contanto com o apoio das Lideranças da Oposição – Senador José Agripino, Presidente Jorge Bornhausen, Senadores Juvêncio da Fonseca e Romeu Tuma, enfim, todos –, mas falar da minha satisfação de estar aqui um baiano, tricampeão mundial, meu amigo pessoal, que realmente merece, nesta Comissão, trazido pelo nosso colega e grande Senador Magno Malta, uma salva de palmas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – A Presidência cumprimenta o nosso Popó, que aqui se encontra, e agradece a sua presença.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Serei rápido, Senador Efraim, e, primeiramente, quero cumprimentá-lo, pois nunca vi uma indicação num suspiro, na inspiração divina, porque surgiu o nome imediatamente ele foi aplaudido. V. Exª e o nosso querido amigo Mozarildo são uma dupla importante, porque são dedicados, entusiastas na busca da verdade e do que precisa ser apurado.

Porém, eu pediria licença a V. Exª para fazer uma referência especial ao Senador Paulo Paim, por duas razões: por estar presente, assinou a sua presença e votou nesta CPMI, e por votar na PEC paralela, apesar do falecimento do seu irmão, cujo enterro, provavelmente, será hoje e fora da Capital brasileira. Então, queria estender a ele os meus pêsames e acredito que o de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – Em nome de todos nós.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Creio é uma homenagem que V. Exª presta a seu irmão, dando a sua presença em uma hora grave que o País atravessa e ajudando-nos, sem dúvida alguma, a vencer as dificuldades.

O Magno Malta, para quem precisamos ligar três vezes, porque ele estava com dificuldades de chegar aqui, não se recusou a consolidar o projeto que fez, da CPMI dos Bingos.

Então, que Deus os abençoe nessa luta. Estaremos aqui, prontos para prestar serviço à Presidência, à Vice e ao Relator que for escolhido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma, e as pa-

lavra amáveis do Senador Magno Malta em relação à nossa pessoa.

Em nome, evidentemente, de todos os companheiros que aqui se encontram, envio o nosso abraço e as nossas condolências à família do nosso querido Senador Paulo Paim. Agradecemos a sua presença e solidarizamo-nos com V. Exª, para que Deus lhe dê força suficiente para superar este momento.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, com muita alegria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na verdade, associo-me à homenagem que o Senador Antonio Carlos Magalhães prestou a esse herói brasileiro, o boxeador Popó, Acelino de Freitas, pelos lauréis que obteve e tem obtido em sua carreira esportiva: três títulos mundiais, algo que o equipara ao feito de outro brasileiro legendário, Eder Jofre. Sem dúvida, é considerado um dos maiores pugilistas do mundo em atividade pela revista **The Ring**, especializada nesse setor. Ou seja, misturando todos os pesos, é considerado um dos mais brilhantes, um dos mais eficazes, ano após ano, pela sua luta – retomo o discurso anterior –, por ter vindo muito de baixo mesmo e por ter construído, com muito esforço, antes de lutar nos ringues, o seu direito de lutar para trazer tantas glórias ao País e aos brasileiros.

Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Comissão pelo acerto de tê-lo elegido para dirigir estes trabalhos. V. Exª é garantia de inflexibilidade em relação a fatos delituosos e garantia de isenção, com a experiência que acumulou ao longo de sua vida pública, inclusive como Presidente da Câmara dos Deputados e como Líder da Minoria no Senado da República. Evidentemente, foi sábia a escolha, pela figura independente, isenta igualmente, e que ajudará muito V. Exª na consecução dos trabalhos nobres desta CPI, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que, aliás, provou sua independência e colaborou decisivamente para o quórum se completar.

Homenageio o Senador Paulo Paim pela presença e ressalto que foi fundamental o Senador Magno Malta, que, igualmente independente – tem sido essa marca de S. Exª na Casa –, entende que há fatos a serem apurados, não faz jogo de abafa e veio para consolidar o quórum.

Registre-se, então, que estaríamos fazendo um ato da Oposição, um ato de protesto pela ausência de governistas não fosse a presença de duas figuras independentes da Casa que são os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Magno Malta. Por isso, esta CPI está-se tornando realidade e está-se instalando.

Sr. Presidente, também quero cumprimentar V. Exª pelo seu primeiro gesto como Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito que é o de não abusar do quórum, hoje favorável às Oposições, pois CPI não deve servir a Governo nem a Oposições – CPI deve apurar os fatos. V. Exª disse que está guardada a vaga de Relator para as forças que compõem a Maioria nesta Casa. Esse ato é de enorme nobreza, demonstra a isenção a que me referi há pouco e, mais ainda, revela que V. Exª veio para fazer uma investigação séria; não veio para fazer nada diferente de uma investigação extremamente séria. Esse gesto, para mim, já consagra o seu primeiro dia. Esse gesto, a meu ver, demonstra que está fadada ao êxito esta Comissão Parlamentar de Inquérito presidida por V. Exª e vice-presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e, mais tarde, com a presença dos que compõem a Base governista, numa relatoria que, com sua generosidade e com sua lucidez, V. Exª a eles reservou.

Parabéns a V. Exª! É um belo começo, que revela a maturidade de quem quer os fatos esclarecidos e demonstra a sensibilidade de quem quer pronunciamentos do Senado como um todo e não de uma parcela do Senado em particular. Parabéns, de fato! É um bom começo.

Portanto, nós do Bloco PFL/PSDB temos muito orgulho de vermos V. Exª ascendendo a um posto, que se engrandecerá com a presença, por si só, maiúscula de V. Exª a comandar a CPI dos Bingos.

Parabéns a V. Exª! Muita sorte e belo trabalho em favor deste País.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª as palavras, Senador Arthur Virgílio.

Devo dizer que essa é a nossa preocupação, não só do Presidente, do Vice-Presidente, mas de todos nós que compomos esta Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador Magno Malta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente Efraim Morais, Sr. Vice-Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, eu gostaria de me congratular com a eleição de V. Exªs e dizer que, para mim, essa eleição tem uma significação especial, porque é produto de uma luta que não tem causa específica entre Governo e Oposição. É uma luta da vitória de uma instituição chamada Congresso Nacional.

O direito das minorias está assegurado, mas, para que isso ocorresse, tivemos de ir ao Supremo Tribunal Federal, a fim de que houvesse a indicação dos membros e esta CPI, que deveria ter sido instalada há um ano e quatro meses, pudesse finalmente ser instalada, não com objetivos de vingança, de vinditas pessoais, mas com o objetivo de esclarecer algo que incomoda a opinião pública: corrupção.

Esta Comissão começa bem, porque começa com a participação altiva e independente de membros da base governista que vêm, voluntariamente, à Comissão e votam. S. Exªs serão prestigiados, a começar pela escolha do Vice-Presidente, que poderia ter sido um peessedebista, mas o Líder Arthur Virgílio abriu mão e preferiu ceder a vaga a alguém que integrasse a base do governo, para que o diálogo entre governo e oposição se estabelecesse logo na Mesa e, em momento algum, excesso pudesse ser cometido.

Houve por bem o Líder da Minoria, Senador José Jorge, indicar o nome do Senador Efraim Morais, homem com vasta experiência, Primeiro Secretário da Casa, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, ex-Líder da Minoria, com capacidade de comando e diálogo, que é o que vamos precisar nesta CPI – comando e diálogo para investigar.

O Presidente, que acaba de ser eleito, estabelecerá o cronograma de trabalho. Tenho certeza de que S. Exª não vai querer atropelar o andamento dos trabalhos da CPMI dos Correios, que está indo bem. Vai querer fazer uma integração perfeita entre aquilo que será investigado nesta Comissão e o que for investigado na CPMI dos Correios. O gesto de S. Exª de pedir a indicação do relator à base do governo significa a intenção clara de que o que estamos querendo não é provocar o governo, não é desestabilizar o governo, mas investigar a corrupção, com isenção, com lealdade e com altivez.

Sr. Presidente, com isso, quero dizer a V. Exª que o meu partido se orgulha da sua presença em nossos quadros e confia absolutamente no bom desempenho da tarefa que lhe é confiada a partir de agora. A opinião pública do Brasil, que esperou muito pela instalação desta CPI, vai nos acompanhar e vai querer ver focada a investigação não do governo, mas da corrupção, onde quer que esteja encastelada.

Felicito V. Exª e lhe desejo muito boa sorte nos trabalhos que se iniciam a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço as palavras de V. Exª, meu Líder José Agripino. V. Exª pode ter certeza de que a indicação que parte do Bloco da Minoria – PFL/PSDB – contou com o apoio de todos os outros companheiros de todos os outros partidos.

Reitero a nossa disposição de realizar um trabalho voltado para o interesse da sociedade brasileira e para o que for melhor para o Congresso Nacional, como bem disse V. Exª. A decisão do Supremo, que garantiu o direito constitucional das minorias, é uma vitória do Senado Federal e também da Câmara dos Deputados. Além dessa decisão do Supremo, contamos com a decisão dos companheiros já citados, que, querendo o melhor para este Poder, buscando inclusive a recuperação do Poder Legislativo, estão presentes para garantir o quórum.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta e, em seguida, a V. Exª, Senador José Jorge.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente Senador Efraim Morais, Srs. Senadores, quero falar sobre três assuntos.

Em primeiro lugar, quero me solidarizar com o Senador Paulo Paim, pessoa ilustre, espelho, referência, patrimônio brasileiro, patrimônio ético e moral do Rio Grande do Sul, homem que mantém firmes as suas posições e que, neste momento, está sofrido, doído, com o falecimento de seu irmão.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, há um orador na tribuna. Solicito aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares.

Solicito também a colaboração da imprensa.

Senador Eduardo Suplicy, ex-pugilista.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, V. Exª poderia conceder-me a palavra por enquanto?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Magno Malta.

Senador Eduardo Suplicy, ex-pugilista.

Senador Leonel Pavan, Senador Sérgio Guerra, solicitamos que V. Exªs ocupem seus assentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy, que já foi campeão amador de boxe, nocauteou um copo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas dizer que queria fazer uma luta amistosa com o Popó, que nos honra por visitar o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Falarei com o Popó para poupar V. Exª.

Senador Arthur Virgílio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, registro a presença do Governador Paulo Souto, grande Senador que está aqui conosco. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma honra. Nobre Governador e ex-Senador, não só a Bahia, mas todo o Brasil se orgulha de V. Exª.

Senador Magno Malta, passarei a palavra a V. Exª mais uma vez.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Senador Arthur Virgílio me permitirá falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, posso falar?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esta CPMI só fala porque V. Exª deu quórum.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu estava me solidarizando com esse ser humano que está sofrendo, com sua família, pelo falecimento de seu irmão. S. Exª estava em São Paulo organizando-se para que o corpo do irmão fosse para Porto Alegre e, agora, está aqui conosco. Receba o meu abraço. Quero dizer a V. Exª que o conforto quem dá é Deus. V. Exª, mais do que ninguém, bem como sua família, sabe disso, porque sabemos que seus filhos e sua família são daqueles que amam a Bíblia, a Palavra de Deus, e têm conhecimento de que o consolo vem do Senhor.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, mais uma vez, expresso a minha felicidade, porque sou amigo pessoal do Popó. Há uma academia Popó Mão de Pedra na minha instituição de recuperação de drogados, uma instituição que não estabelece faixa etária, pois reúne crianças de 9 anos até pessoas de 70 anos de idade. Lá estamos formando alguns campeões e atendendo essas crianças, esses jovens e pessoas da redondeza da instituição.

É importante ser um jogador famoso no Brasil, visto que essa é a nossa cultura; somos o País do futebol. Formam-se 20 craques por minuto no Brasil. No entanto, um tricampeão do mundo, num País como o nosso, cuja cultura não é a do boxe, não se faz todo dia.

No ano passado, Sr. Presidente, fui à luta do Popó nos Estados Unidos. Poucos sabem que Popó detém todos os recordes do boxe do mundo. Ele bateu todos os recordes de Mike Tyson e de Muhammad Ali, tem o nocaute mais rápido do mundo, é o pugilista que conseguiu ficar mais tempo em pé e é um brasileiro. No dia 19, Popó realizará, no Balbininho em Salvador, uma luta internacional. Orgulha-me muito o caráter desse rapaz por quem tenho amizade profunda. Ele é um sujeito simples, que nunca foi dado aos vícios. Sua vida com a família é um exemplo para a sociedade. É um pugilista que nunca aceitou fazer propaganda nem de bebida, nem de cigarro, a exemplo de Pelé. Hoje, ver Pelé chorando nas páginas dos jornais e pagando esse preço – ele que sempre rejeitou os vícios e a droga da legalidade –, reforça, Sr. Presidente, a nossa convicção de que o esporte é uma das armas mais importantes na prevenção e no combate às drogas e à violência.

Por isso, Popó, registro sua presença em nome da nossa amizade, com muita alegria, e orgulho-me de tê-lo perto. Popó hoje também professa a fé evangélica. Faço esse registro com alegria, porque, num *show* que eu estava fazendo em Miami, com a minha banda, encontrei Popó pela primeira vez e tive a oportunidade de compartilhar os ensinamentos da Bíblia com ele nos Estados Unidos. Sinto muita felicidade de tê-lo do nosso lado nesta hora.

Por último, Sr. Presidente, desejo felicidade a V. Exª. Uma CPI não se faz com alarde nem tocando o trombone tampouco desmoralizando previamente as pessoas. Presidi uma CPI que deu certo, a do narcotráfico, porque agiu com dureza e firmeza. Éramos colegas na Câmara naquela ocasião e tínhamos um desejo grande de trazer à luz, com seriedade, a matéria que havia conduzido a formação da CPI. Por essa razão, tivemos muito êxito, pois ali começou o processo depurativo brasileiro.

Tenho certeza de que V. Exª, sendo o homem que é, pelo comportamento e a visão que tem, saberá conduzir esta CPI, juntamente com nosso companheiro, Senador Mozarildo Cavalcanti, de maneira a não praticar prejulgamentos a fim de que as pessoas não sejam execradas antes das provas e da veracidade dos fatos. Esta CPI deverá ter a capacidade, em seu relatório, tanto de indiciar culpados quanto de dar atestado para quem não o é e que, por acaso, tenha sido envolvido. Esse é um comportamento honroso.

Por isso, abraço V. Exª e desejo-lhe toda a sorte do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta. Deixo bem claro que, além da sua presença aqui, garantindo o número suficiente para instalar esta CPI, V. Exª foi o autor da Comissão Parlamentar de Inquérito que, sem dúvida, se abre, agora, graças – repito – à vitória que conseguiu o Congresso Nacional no Supremo Tribunal Federal. Hoje, contamos com a presença de V. Exª, do Senador Mozarildo Cavalcanti e de outros nomes.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria, o nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, e Sr. Vice-Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, primeiramente, congratulo-me com V. Exªs pela escolha para compor esta Comissão.

Hoje é um dia muito importante para a sociedade brasileira, porque já faz mais de dois anos que o Senador Magno Malta começou a coletar assinaturas para fazer esta CPI. Inclusive, muitos já haviam assinado quando aconteceu o caso Waldomiro e a Comissão passou a não ser mais interesse do Governo e foi

engavetada pelo fato de não terem sido indicados os seus membros pela base do Governo.

Nós do PFL e até alguns Senadores de outros Partidos, como os Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon, ingressamos no Supremo Tribunal Federal e obtivemos, há 15 dias, uma grande vitória: por 9 a 1, aquela Suprema Corte decidiu que o Presidente da Casa teria que indicar os membros. Essa medida foi tomada e não foi nem preciso que o Presidente os indicasse, uma vez que a Base do Governo já o fez.

Hoje, convocamos a reunião para meio-dia e todos ficaram sabendo. A Base do Governo tentou boicotar a reunião e, evidentemente, não conseguiu. Nós, aqui, com o apoio de todos, inclusive do Senador Magno Malta, o autor do requerimento, estamos, agora, instalando esta Comissão e faremos tudo para que ela funcione da melhor maneira possível.

Além disso, já sugerimos – e V. Exª até já afirmou – que se solicite ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, para que ele indique o Relator, mostrando, Sr. Presidente Efraim Morais, como agimos diferentemente do Governo. Este, na CPI dos Correios, lutou para fazer uma Comissão chapa branca, em que o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator fossem indicados pela Base do Governo. O próprio Presidente não queria aceitar o encargo, tendo sido preciso que o Presidente Lula o chamasse ao Palácio do Planalto para que aceitasse.

Nós não. Queremos uma CPI aberta da qual Governo e Oposição possam participar. V. Exª, que é da Oposição, é o Presidente; e, certamente, o Relator será do Governo. Desse modo, tudo será mais aberto e tranqüilo e melhor investigado.

Meus parabéns e boa sorte na condução desse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Se V. Exª permitir, peço a palavra em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em seguida, V. Exª fará uso da palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, pedi a palavra para expressar o meu alívio e a minha satisfação em virtude da instalação desta CPI. Éramos instados, a todo instante, neste Brasil todo, a instalar a CPI dos Bingos. O caso foi ao Supremo Tribunal Federal e voltou daquela Corte. Questionou-se se haveria ou não a instalação. Seria um desprestígio muito grande para nós, Parlamentares, se ela não se instalasse de imediato, como aconteceu aqui hoje.

A instalação ocorreu de maneira muito especial, elegendo, primeiramente, V. Exª e o Senador Mozarildo Cavalcanti, duas figuras de sustentação moral do Senado Federal. Registro também a presença do Senador Magno Malta, autor do requerimento, e do Senador Paulo Paim entre nós, além de todos os nossos companheiros. Esse fato é de fundamental importância.

Consta na pauta do andamento desta Comissão que a relatoria saia, na verdade, da área do Governo, mostrando-lhe o equilíbrio do Congresso Nacional e das Oposições. Estas não fazem um trabalho sectário como faz o Governo quando se fala em relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, entre situação e Oposição.

Parabéns principalmente ao nosso Presidente inicial, Senador Antonio Carlos Magalhães, o mais idoso de todos nós, que teve a iniciativa e a coragem, juntamente com outros companheiros, de instalar, hoje, esta Comissão, presidindo-a, possibilitando que ela acontecesse de maneira inteligente e renovando a esperança, em nosso povo, de que aqui faremos acontecer a boa investigação para que a transparência dos fatos seja a marca do Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca, por suas palavras quanto à escolha desta Mesa, sob a minha Presidência, sendo a Vice-Presidência do nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti. Sabe V. Exª das minhas ocupações na condição de 1º Secretário. Eu já avisava há pouco ao Senador Mozarildo Cavalcanti que se prepare, pois ele trabalhará muito presidindo esta reunião ao meu lado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra após o pronunciamento do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Efraim Morais, primeiramente, dou os cumprimentos à Comissão pela escolha de V. Exª e do Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Exª foi membro, junto comigo, de Mesa

na Câmara dos Deputados e, em seguida, pela sua competência e qualidade, chegou a presidir, por um longo período, também a Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que V. Exª, pela forma equilibrada, como já demonstrou, inclusive deixando aberta a possibilidade de o Governo indicar a relatoria, mostra o bom-senso e a intenção de buscar exatamente a verdade.

Acompanhei a caminhada do Senador Magno Malta na busca de assinaturas para construir a CPI dos Bingos. Ontem à noite, infelizmente, faleceu o meu irmão, Ariovaldo Paim, em virtude de diabete. Seriam amputadas as duas pernas, ele não resistiu e acabou falecendo. Somos dez irmãos e confesso a V. Exª que liguei para todos hoje pela manhã, depois de dar todo o encaminhamento para que o corpo fosse destinado ao Rio Grande do Sul, onde ele está sendo recebido. Expliquei que era membro, pela primeira vez em 20 anos de Congresso Nacional, de uma CPI, a dos Bingos, e teria que estar aqui. Eu falava também sobre a PEC paralela, construída por todos nós. Eles disseram: "Fique aí e cumpra a sua parte, pois nós, aqui, cumpriremos a nossa com o nosso irmão mais velho".

Faço esse pequeno depoimento, afirmando que estou aqui muito consciente da responsabilidade. Sei que, doa a quem doer, todas as CPIs irão a fundo na questão. Quem, de forma indevida, usou dinheiro público ou desviou dinheiro do narcotráfico para outras áreas terá que responder com a dureza que a lei exige. V. Exª será o maestro, aquele que coordenará esses trabalhos.

Por isso, dou esse depoimento e cumprimento V. Exª. Estou aqui muito consciente da importância desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Paulo Paim, agradeço a presença de V. Exª, principalmente neste momento. Sabemos a dor que sofre V. Exª neste instante. Mas, para mim, também, não é novidade a sua presença hoje nesta CPI pela coerência, pela independência e pelo trabalho sério que V. Exª vem executando no Parlamento Brasileiro. Sou testemunha da sua passagem pela Câmara dos Deputados. Juntos lá estivemos durante três mandatos. Como expôs V. Exª, trabalhamos, em determinado momento, na direção daquela Casa – V. Exª e eu –, secretariando o Deputado Michel Temer.

Tenho convicção de que a presença de V. Exª nesta Comissão – que tem em todos os seus representantes a escolha certa, para que possamos buscar a verdade dos fatos, fazendo, como afirmou o Senador Juvêncio da Fonseca, a boa investigação – muito me tranqüiliza, principalmente por ocasião da instalação.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente Efraim Morais, primeiramente cumprimento V. Exª e também o Senador Mozarildo Cavalcanti, por assumirem esta missão árdua de levar em frente a investigação em relação aos bingos.

Esta CPI surgiu em razão de uma pessoa ligada ao Governo, ao Palácio do Planalto, próxima ao Presidente e ao então Ministro da Casa Civil, Sr. José Dirceu – pelo menos, é o que a imprensa e as fitas noticiaram –, estar envolvida na ilegalidade e, principalmente, em propinas, oriundas de recursos escusos. É uma missão árdua e difícil, mas toda a sociedade está ansiosa para receber o resultado.

Sabemos perfeitamente que o Senador, em virtude da sua competência, do seu desempenho e do excelente trabalho que desenvolve no Senado Federal, conduzirá esta CPI com transparência e lealdade, no tocante à coisa pública – esse sempre tem sido o seu mote. Assim, poderemos realmente dar o esclarecimento amplo à opinião pública.

Porém, Sr. Presidente, também ressalto a presença do Popó, que esteve recentemente em Balneário Camboriú, na inauguração de uma das maiores academias do Brasil. Eu, inclusive, estive presente no evento, naquele dia, para cumprimentá-lo. Registro também a presença do Senador Magno Malta, o autor do requerimento para instalação da CPI.

Sr. Presidente, hoje é um dia importantíssimo para o Brasil, quando ocorrem a CPI dos Bingos e a continuidade da CPI dos Correios, mostrando a vontade dos Parlamentares de fazer com que a situação realmente volte à normalidade, a fim de que possamos trazer esclarecimentos a toda a sociedade brasileira.

Um dos fatores mais importantes é a PEC paralela. Quantas vezes o Presidente Efraim Morais, como também membros da Oposição, foram à tribuna para reivindicar e lutar? Há também o Senador Mozarildo Cavalcanti, enfim, todos nós, mas, em especial, o Senador Paulo Paim. Fiz alguns apartes a seus pronunciamentos – como também aos de V. Exª, Sr. Presidente – e também alguns discursos, a fim de que o Governo fosse mais ágil no que tange a esse processo na Câmara Federal, para que este pudesse retornar ao Senado Federal.

Hoje, a PEC paralela está nesta Casa, e podemos mostrar à sociedade brasileira que estamos aqui para buscar o melhor para a nossa gente, na qualidade de

representantes legítimos do povo. Não somos homens e mulheres que defendem o Governo, mas que cobram dele transparência na coisa pública, benefícios e direitos adquiridos pela sociedade brasileira.

Aqui, hoje, está o Senador Paulo Paim, num dia de dor para a sua família. S. Exª perdeu seu irmão, mas, conversando com seus familiares, disse: "Perdemos um irmão, mas, hoje, aqui, está a vida de inúmeros irmãos brasileiros".

Se a PEC paralela não passar hoje, teremos sofrimento certamente em toda a sociedade. Aí estão o Fisco, a Polícia Civil, os militares e inúmeras outras entidades, buscando o respeito por meio do Governo e de nós, Parlamentares.

Hoje é um dia muito importante para o Brasil, Senador Paulo Paim. É um dia muito importante para nós, Senador Efraim Morais, haja vista a instalação das CPIs, a fiscalização que estamos fazendo e, principalmente, a votação da PEC paralela, que esperamos seja votada e aprovada por unanimidade. É o que desejamos e certamente isso vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, agradeço a V. Exª pelas palavras proferidas. V. Exª faz justiça em relação à PEC paralela ao dizer ao Brasil inteiro da luta travada naquela Casa pelo Senador Paulo Paim, por V. Exª e por todos nós. Na realidade, é uma grande vitória do Senado Federal e do Congresso Nacional. Então, não tenho a menor dúvida de que temos hoje mais do que obrigação, e a prova disso é a presença do Senador Paulo Paim no plenário daqui a pouco, a despeito dos fatos ocorridos com sua família.

Vamos insistir nessa aprovação hoje e buscar todos os entendimentos para que, de uma vez por todas, Senadores Paulo Paim e Leonel Pavan, possamos promulgar a nossa PEC paralela, que, sem dúvida, será da maior importância para o trabalhador brasileiro.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte e, em seguida, ao Vice-Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para uma questão de ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, não sei bem se seria uma questão de ordem ou uma consulta a V. Exª.

Desculpe-me, Senador, é só um minutinho.

Senador Paulo Paim, sinto uma angústia muito grande principalmente pelos fatos que ocorreram durante a possibilidade de instalação da CPI do Waldomiro, e esta representa mais ou menos as conseqüências da negativa da CPI do Waldomiro. Eu fui à tribuna e achava que, por ser início de Governo – e a Polícia Federal tem feito um bom trabalho e hoje é uma bandeira do Governo para se defender das acusações que sofre, de "maracutaias, expressão que o próprio Lula usa –, mas vi que o processo, já no início, encontrou um engessamento, com uma intervenção do Ministério Público oferecendo uma denúncia por antecipação e com prazo dado ao acusado. Ele tumultuou e passamos a não conhecer mais o andamento desses procedimentos. Houve uma CPI no Rio de Janeiro, que tumultuou e, inclusive, parece-me, indicou a cassação de um Deputado. Então, perguntaria a V. Exª se seria oportuno ou não – se devemos aguardar o Relator – já requisitarmos toda essa documentação relativa aos procedimentos que já ocorreram, pois houve um vazio muito grande, de quase dois anos, e a nossa memória... Se há alguns documentos, Senador, poderíamos, se V. Exª julgar conveniente, começar a requerer a imediata remessa dessa documentação. Desculpe-me dizê-lo, mas estou com isso na cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É oportuno, eminente Senador Romeu Tuma. Isso mostra inclusive a experiência de V. Exª nesta Casa e que muito, com certeza, haverá de ajudar a todos nós, que estamos aqui participando desta CPI.

Logo em seguida, vou procurar o Líder do Governo para saber se há ou não o interesse do Governo em fazer essa indicação. Havendo esse desejo, que espero que aconteça, marcaremos já para amanhã e faremos um contato pessoal com cada um dos membros para que amanhã nos reunamos. Mas só quero marcar reunião após esse entendimento com o Governo e, então, amanhã mesmo, poderemos discutir qual o cronograma que vamos traçar para a nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr. Vice-Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, parabenizo V. Exªs por assumirem essa responsabilidade muito grande, bem como a todos nós que passamos a compor esta CPI. V. Exªs estão entre as reservas morais desta Casa, e sei que vão conduzir os trabalhos desta CPI com muita parcimônia e justiça. Espero apenas que a Base aliada do Governo também indique como Relator uma pessoa que esteja à altura de V. Exªs. Parabéns! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, eminente Senador Reginaldo Duarte.

Para encerrar, concedo a palavra ao querido Vice-Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Meu caro Presidente, Senador Efraim Morais, meus colegas Senadores, agradeço inicialmente aos diversos

Partidos que participaram desta Comissão pela confiança em mim depositada, escolhendo o meu nome para Vice-Presidente. Espero colaborar com esta CPI, haja vista já haver presidido uma CPI, a das ONGs, a que menos holofotes teve nesta Casa, mas que, com dificuldades, é verdade, produziu um relatório consistente, contundente e que realmente começou a mudar a história do que eram as instituições no Brasil. Espero colaborar, pois, com esta CPI.

Mesmo estando no PTB desde fevereiro, contei com a generosidade dos meus colegas que me indicaram seu Líder. Assim, na qualidade de Líder do PTB, ressalto que, nós, do PTB, tomamos uma decisão: tão logo foram veiculadas todas essas notícias envolvendo o Partido, nos desligamos do Bloco de apoio ao Governo, sem, no entanto, rompermos com o Governo. Assim fizemos para manter uma linha de independência, a qual está justamente consubstanciada pela minha presença nesta Comissão, aceitando inclusive honrosamente essa designação para assumir o cargo de Vice-Presidente.

Colaborarei intensamente para o bom andamento dos nossos trabalhos, como, tenho certeza, todos os Senadores aqui presentes também o farão. Demonstraremos que é uma CPI exclusiva do Senado e que, portanto, agiremos com tranqüilidade e com a preocupação de realmente chegarmos à realidade fatos.

Já contamos até, como bem disse o Senador Romeu Tuma, com elementos facilitadores, haja vista que há duas CPIs instaladas que realizaram trabalhos a respeito deste caso. Podemos, portanto, resgatar muitos dos documentos que já foram obtidos e, então, aprofundar e ampliar essa investigação.

De outra parte, como foi dito por vários dos Senadores, a Nação inteira já desacreditava que o Senado, mesmo com a decisão do Supremo, instalasse e fizesse funcionar esta CPI. Portanto, agradeço a todos e estou à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti. Para mim, é uma honra presidir esta Comissão, tendo V. Exª como meu Vice.

Agradeço a todos pela presença.

Antes de encerrar a presente reunião, ressalto que vamos buscar o entendimento, a partir de agora, com o Bloco aliado do Governo e, então, dentro do menor espaço de tempo, voltar a contatar todos os membros desta CPI a fim de tentarmos amanhã fazer a nossa primeira reunião após a eleição do Presidente e do Vice-Presidente e a escolha do Relator.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 45 minutos.)

Ata da 2ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2005.

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre , sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim, Fátima Cleide, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcante (Relator) e Geraldo Mesquita Junior, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência comunica que designou o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho para relatar a Matéria. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, agradece a honra que lhe foi conferida. Prosseguindo a presidência informa que a sobre a Mesa os seguintes Ofícios/Requerimentos: **Requerimento n.º 001/05,** requer ao Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o envio de cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dessa Assembléia Legislativa que investigou irregularidades na Loterj (CPI da Loterj), bem assim as notas taquigráficas dos depoimentos prestados na referida Comissão e processos que guardem relação com o caso investigado. **Requerimento n.º 002/05**, requer ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro o envio de cópia dos processos sobre o "Caso Waldomiro Diniz", assim como denúncias apresentadas por esse Ministério que façam referência ao caso em tela. **Requerimento n.º 003/05**, requer ao Departamento de Polícia Federal o envio de cópias dos processos e inquéritos abertos em decorrência das denúncias sobre o caso "Waldomiro Diniz". **Requerimento n.º 004/05**, requer ao Ministério Público Federal o envio de cópia de qualquer processo, de qualquer natureza, aberto com o intuito de apurar o envolvimento do ex-subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil da Presidência da República. Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão. **Requerimento n.º 005/05**, requeiro a Câmara dos Deputados o envio de cópia completa dos autos e instruções que levaram à cassação do ex-Deputado André Luiz. **Requerimento n.º 006/05**, requer a Presidência da República o envio de cópia completa dos autos decorrentes da Comissão de Sin-

dicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar instaurado por aquele Órgão para apurar o envolvimento do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão. **Requerimento n.º 007/05**, requeiro a Controladoria-Geral da União o envio de cópia completa dos autos decorrentes da Comissão de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar instaurado por aquele Órgão para apurar o envolvimento do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República. Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão. Após a discussão, os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Com a palavra o Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães informa que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõe de farta documentação sobre Bingos e sugerindo que a CPI requisite este material. Usam da palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Paulo Paim e Juvêncio da Fonseca. A presidência informa que aguardará pela decisão do Congresso Nacional com relação à votação da LDO, objetivando definir as próximas reuniões da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra os trabalhos agradecendo a todos pela presença e, para constar, eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Srªs e Srs. Senadores presentes a esta 2ª Reunião, em discussão a Ata da 1ª Reunião, em que houve a instalação e a escolha do Presidente e do Vice-Presidente.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Queremos, com satisfação, comunicar a escolha do nosso Relator, indicação proveniente da Base do Governo, de acordo com o que foi decidido na última reunião e, para alegria de todos nós, entre tantas figuras eminentes da Base do Governo, o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte. Ao meu lado, ao lado do Senador Mozarildo Cavalcanti e de todos nós, vamos iniciar os trabalhos.

Há sobre a mesa alguns ofícios dos quais quero dar ciência a V. Exªs, que serão encaminhados para discussão e aprovação. Peço que os membros também façam sugestões em relação a outros ofícios.

Há um ofício para o Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, que solicita a gentileza dessa autoridade de colocar à disposição desta Comissão até o término dos trabalhos um delegado, o qual deverá prestar serviços em tempo integral para melhor instrução da matéria.

Um segundo requerimento, destinado ao Sr. Jorge Picciani, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, solicita disponibilizar a esta Comissão cópia do relatório final da CPI da Loterj, aprovada por aquela Casa Legislativa, assim como depoimentos prestados na referida Comissão de Inquérito e processos que façam referência ao caso.

Há ofício dirigido ao Sr. Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e solicita também a gentileza de disponibilizar a esta Comissão cópia dos processos sobre o caso Waldomiro Diniz, assim denúncias apresentadas por aquele Ministério.

Um outro, destinado ao Dr. Paulo Lacerda, solicita disponibilizar a esta Comissão cópia dos processos, assim como os inquéritos policiais abertos em decorrência das denúncias do caso Waldomiro Diniz.

E, ainda, um destinado ao Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a gentileza de encaminhar a esta CPI cópia completa dos autos e instruções que levaram à cassação do ex-Deputado André Luiz, acusado de tentar extorquir R$4 milhões de empresários do Jogo do Bicho, entre os quais o Sr. Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Então, são esses os ofícios que inicialmente foram encaminhados. Esta Presidência conta com a contribuição dos senhores para que possamos, se tivermos conhecimento de outros materiais disponíveis, fazer a instrução de um roteiro, pois precisamos traçar um cronograma para nossa Comissão.

Faculto a palavra ao Sr. Relator e, em seguida, aos Srs. Membros desta Comissão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, agradeço ao Presidente as palavras pela minha indicação para Relator desta Comissão e peço a colaboração de todos para que o meu trabalho possa se tornar um trabalho eficiente, capaz de levar esta Comissão a atingir os seus objetivos.

Eu tenho a mais absoluta certeza, a plena confiança de que todos os Colegas estarão prontos para me ajudar nessa difícil e árdua missão de Relator, mas espero corresponder à confiança e à expectativa de todos.

Sr. Presidente, gostaria de sugerir que fosse dirigido um ofício à Procuradoria-Geral da República, pedindo o que existir lá a respeito desse caso dos bingos, o caso Waldomiro, já que sabemos que o Ministério Público apurou e deve ter um acervo e documentação a respeito dessas investigações.

Passo a palavra novamente a V. Ex.ª. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço à Assessoria que faça as devidas anotações e tome as providências.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores, antes de mais nada, quero registrar aqui a postura democrática, consentânea com a prática desta Casa, que V. Exª, com o apoio dos membros desta Comissão, tomaram em obediência, como disse, à prática desta Casa, diferentemente do que houve na Comissão dos Correios: contemplar Governo e Oposição na Presidência e na Relatoria de uma Comissão tão importante como esta.

Eu queria festejar esse fato com uma demonstração cabal de espírito democrático e de compromisso com o interesse público. Da mesma forma, queria saudar e dizer que, para mim, é motivo de segurança a Relatoria ser destinada ao Senador Garibaldi, Parlamentar de longo curso, que tem, sim, compromisso partidário, mas tem sobretudo compromisso com a verdade, com a decência, com a honradez que deve nortear o procedimento das pessoas públicas.

Por último, queria sugerir que esta Presidência, da mesma forma como fez nos ofícios já mencionados, solicite à CGU e ao Palácio do Planalto os procedimentos administrativos que foram instaurados a propósito do envolvimento do Sr. Waldomiro Diniz, ampla e fartamente noticiados pela imprensa. Acho que seria oportuno e interessante que tivéssemos acesso aos relatórios finais das sindicâncias e dos procedimentos administrativos instaurados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.ª . Solicitaria aos Srs. Senadores que estão requerendo essas providências que oficializassem, para que a própria Assessoria tomasse as providências.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr.Presidente, eu apenas devo dizer que na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania existe um farto material em matéria de bingos, não dessas investigações, mas em matéria de bingos, e dei para relatar ao Senador Osmar Dias, que está na dúvida se relata, ou então ao Sr. Aloizio Mercadante.

Conseqüentemente, se o Relator julgar conveniente esse material, eu posso solicitar, ou V. Ex.ª mesmo, ao Senador Osmar Dias para ver se há alguma coisa que tenha ligação com a CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, acho que a indicação do Senador Antonio Carlos Magalhães sobre a existência dessa documentação na Comissão de Justiça será de grande validade para os trabalhos da nossa Comissão. Daí por que só tenho palavras de agradecimento pela contribuição do Senador Antonio Carlos. Vamos requerer ao Presidente da Comissão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra V. Ex.ª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar a minha satisfação com a indicação do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, que mostra o equilíbrio desta Comissão, a tranqüilidade com que vamos fazer aqui um belíssimo trabalho, investigando a fundo essa questão dos bingos. Tenho certeza que nós aqui vamos produzir um belíssimo trabalho.

A Relatoria ora indicada nos dá também, junto com V. Ex.ª e o nosso vice, essa tranqüilidade. Quanto aos procedimentos encaminhados até o momento, com certeza nós daremos todo o apoio para que possamos desenvolver o nosso trabalho, como dissemos sempre, indo a fundo nessa questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Ex.ª, em nome do nosso Relator e do nosso Vice-Presidente.

Continua aberta a palavra aos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na reunião anterior manifestei a palavra que usei nessa semana, o alívio que senti quando esta CPI foi instalada. Esse alívio é porque a população inteira do País estava esperando que se instalasse esta Comissão.

Eu gostaria aqui de parabenizar a iniciativa do nosso Senador Antonio Carlos Magalhães, que, como Senador mais antigo, o mais velho entre nós, o menos moço entre nós, providenciou de imediato a reunião da

Comissão, elegendo, com o **quorum** que se verificou, a Presidência, na pessoa de V. Exª, Senador Efraim Morais, e a Vice Presidência, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Foi uma satisfação para todos nós e, hoje, a satisfação se redobra com a indicação de Garibaldi Alves Filho, Senador pelo Rio Grande do Norte. É uma pessoa experiente, muito atenciosa com os Senadores, que tem tranqüilidade e calma para apreciação dos casos e dos fatos que lhe são colocados para decisão, e isso é muito bom para esta Comissão.

Certamente, estamos dependendo da votação da LDO. Se a votação for hoje, teremos o recesso, porque segundo o nosso Regimento, nenhuma Comissão provisória pode trabalhar durante o recesso. Na início da semana que vem, certamente estaremos todos aqui para saber realmente se haverá ou não recesso. Então, a grande pauta certamente será oferecida pela Mesa para que possamos trabalhar. Mas só esses requerimentos já feitos pela Mesa, por V. Ex.ª, pelo Relator e pelo Vice têm uma atividade bastante grande, porque a análise dessa documentação toda, após a sua chegada, vai ser profunda e nos oferecerá as condições de início de trabalho.

Parabéns por essa segunda reunião, que é o início dos nossos trabalhos já com eficiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex.ª, Senador Juvêncio da Fonseca. Com certeza, nós esperamos uma decisão do Congresso Nacional no que diz respeito à votação da LDO. Sabemos que não é nada fácil esse entendimento, até porque até o presente momento a LDO não foi aprovada sequer na Comissão de Orçamento. Então, dificilmente teremos a aprovação dessa matéria e deveremos estar aqui na próxima semana em função do não-recesso, que, a meu entender, é até aconselhável para o Congresso Nacional, em função do momento que vive o País e a nossa instituição.

Com a palavra o Relator para mais alguma consideração. (Pausa).

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Efraim, se V. Ex.ª me permitir – sei que V. Ex.ª está indo para os encaminhamentos finais –, gostaria somente de agradecer a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes neste momento, porque não tive a oportunidade, no plenário, pela votação da PEC paralela. Todos os senhores aqui – não vou citar o nome de um por um –, todos trabalharam para isso acontecer.

A PEC paralela não existiria, não seria aprovada sem esses Senadores, que representam o conjunto do Plenário. Trabalhamos naturalmente junto com todos os senhores. Por isso eu quero, de público, deixar registrado um forte abraço muito carinhoso e respeitoso a todos os senhores que estão aqui. Não fossem os senhores, a PEC paralela não seria aprovada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex.ª e digo que a aprovação da PEC paralela é uma vitória do Senado Federal, uma vitória de todos nós que a construímos juntos. Essa PEC paralela, com certeza, em muito irá melhorar as condições dos nossos funcionários públicos federais, estaduais e municipais e do trabalhador brasileiro.

Antes de encerrar, queria colocar em discussão os requerimentos que lemos no início da reunião e repetilos, para que aqueles que não se encontravam no início da nossa sessão deles possam ter conhecimento.

Esta Mesa encaminhou de ofício ao Sr. Deputado Jorge Picciani, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, solicitação para que disponibilize a esta Comissão cópia do relatório final da CPI da Loterj, aprovado por aquela Casa legislativa, assim como depoimentos prestados na referida comissão de inquérito e processos que façam referência ao caso.

Depois, ofício ao Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral da Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em que solicitamos a gentileza de disponibilizar a esta Comissão cópia dos processos sobre o caso Waldomiro Diniz, assim como denúncias apresentadas por esses Ministérios que façam referência ao caso em tela.

Em seguida, ao Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, solicitando a gentileza de disponibilizar a esta Comissão cópia dos processos, assim como dos inquéritos policiais abertos em decorrência das denúncias do caso Waldomiro Diniz.

Oficializamos ainda ao próprio Dr. Paulo Lacerda que colocasse à disposição desta Comissão, até o término dos trabalhos, um delegado da Polícia Federal, que deverá prestar serviços em tempo integral para melhor instrução da matéria.

E, ainda, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, em que solicitamos fosse enviada a esta CPI a cópia completa dos autos e instruções que levaram à cassação do ex-Deputado André Luiz. Justificamos essa solicitação em razão do ex-Deputado André Luiz ter sido acusado de tentar

extorquir quatro milhões de um empresário de jogos, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Ainda, por solicitação dos Srs. Senadores, que fosse oficializada a Procuradoria-Geral da República solicitando os inquéritos; e do Senador Antonio Carlos Magalhães, para que possamos solicitar à CCJ um farto material sobre os bingos; e também à CGU, para que fossem encaminhados os inquéritos que foram feitos no período da denúncia do Sr. Waldomiro Diniz.

Então, eu queria colocar em votação os ofícios encaminhados, lidos como requerimentos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Permaneçam como se encontram os que estão de acordo.

Aprovado.

Vamos aguardar esse material.

Quero dizer aos senhores, antes de encerrar a nossa reunião, que, na próxima semana, caso não se vote a LDO – que, acredito, não será votada –, a Assessoria, na terça-feira, fará contato com os Srs. Senadores para que, no período da tarde, na terça-feira, possamos fazer uma nova reunião.

Porque aí depende. Se houver recesso, nós vamos suspender os trabalhos, o que é regimental, mas nesse período até a votação da LDO vamos tentar marcar uma reunião. Espero sugestões dos senhores, na próxima semana, para que possamos formular um cronograma dos trabalhos. Porque espero, de posse desse material, se entrarmos em recesso na próxima semana, no primeiro dia útil de agosto, fazermos a nossa primeira reunião após o recesso.

Por hoje é só, agradeço a presença dos senhores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 51 minutos.)

Ata da 3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2005.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre , sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Paulo Paim, Fátima Cleide, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Junior e Luiz Otávio, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. A seguir, a presidência informa que a sobre a Mesa os seguintes: **Requerimento n.º 008/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como "Carlinhos Cachoeira", para prestar depoimento perante esta Comissão. **Requerimento n.º 015/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação do Sr. Waldomiro Diniz, para prestar depoimento perante esta Comissão. Usam da palavra os senhores Senadores Romeu Tuma e Antônio Carlos Magalhães. Em votação, são aprovados, por unanimidade, os requerimentos de convocação dos senhores Carlos Augusto Ramos e Waldomiro Diniz. A presidência sugere a convocação o Sr. Carlos Augusto Ramos para a próxima Semana. Com a palavra o Senador Magno Malta informa que apresentará requerimentos de convocação dos Procuradores da República. Com a palavra o Senador Romeu Tuma tece considerações sobre as linhas de investigação da CPI. Usam da palavra pela ordem os Senadores Antônio Carlos Magalhães, Juvêncio da Fonseca, Leomar Quintanilha, Fátima Cleide e Paulo Paim. A presidência passa a leitura dos demais requerimentos: **Requerimento n.º 009/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer ao Tribunal de Contas da União, o envio de cópias dos relatórios de auditoria daquele Órgão sobre os contratos de prestação de serviços entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTECH do Brasil Ltda.. **Requerimento n.º 014/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer a Revista "Veja", cópia de gravações em seu poder que guardem relação com o envolvimento do Sr. Carlos Augusto Ramos ou do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Sr. Valdomiro Diniz, em práticas de extorsão. **Requerimento n.º 011/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer ao Governo do Estado do Rio de Janeiro a relação completa dos ocupantes do cargo de direção, em primeiro e segundo escalão, incluindo o Presidente da Comissão Permanente de Licitação e eventuais comissões especiais e temporárias da Loterj, durante todo o período da presidência do Sr. Waldomiro Diniz. **Requerimento n.º 010/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer a Presidência da república o envio de relação

de funcionários (as) e ex-funcionários (as) que trabalharam diretamente com o Sr. Waldomiro Diniz ou que foram por ele indicados para trabalhar na Presidência da República. **Requerimento n.º 012/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer o envio de qualquer relatório de inteligência, de qualquer natureza, aberto com o intuito de obter informações ou apurar o envolvimento do Sr. Carlos Augusto Ramos ou do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Sr. Valdomiro Diniz, em práticas de extorsão e outros ilícitos. **Requerimento n.º 013/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer a Rede Globo cópias de gravações, em seu poder, que guardem relações com o envolvimento do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Sr. Valdomiro Diniz, em práticas de extorsão. Com a palavra o Senador Romeu Tuma sugere que o termo "crimes e extorsão", seja substituído pelo termo "atos ilícitos". Em votação, são aprovados, por unanimidade, os requerimentos em tela. Finalizando a presidência convoca reunião a realizar-se no próximo dia 13, quarta feira, às onze horas e trinta minutos, para a oitiva do Sr. Carlos Augusto Ramos. Nada mais havendo a tratar, encerra os trabalhos agradecendo a todos pela presença e, para constar, eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Indago do Plenário, se é necessária a leitura da ata da reunião anterior.

Então, vamos considerá-la aprovada.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião é de caráter administrativo e destina-se à apreciação e votação de requerimentos e propostas de roteiro de trabalho da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator para suas considerações iniciais.

Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos bem presente como esses fatos ocorreram no seu início e não poderíamos deixar de iniciar nossa ação de investigação pela convocação de Carlinhos Cachoeira e do Sr. Valdomiro Diniz.

Portanto, nos termos do disposto no § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno, requeiro que o Sr. Carlos Augusto Ramos conhecido como Carlinhos Cachoeira, seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em fevereiro de 2004, a Revista **Época** apresentou ou fez divulgar reportagem e a Rede Globo levou ao ar em seus noticiários gravações realizadas em que o Sr. Valdomiro Diniz, então Presidente da Empresa de Loterias Estaduais do Rio de Janeiro, a Loterj, aparece solicitando dinheiro de um empresário de jogo do bicho, chamado Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, que controlava no Rio de Janeiro, as máquinas de apostas lotéricas **on line**. Nas gravações, o Sr. Valdomiro pediu dinheiro para campanhas eleitorais e para si próprio. Em determinado momento da fita, o então Presidente da Loterj pede:

"Deixa eu te falar outra coisa: quero 1% para mim."

Em troca do dinheiro, garantiria a Cachoeira a manutenção do seu monopólio do jogo. A gravação teria sido realizada pelo próprio Carlinhos Cachoeira.

Sr. Presidente, não vejo como iniciar essas apurações sem convocar o Sr. Carlinhos Cachoeira. Claro que nós já faríamos uso de todo um material que será disponibilizado pela justiça, pelo Ministério Público, pela Assembléia do Rio de Janeiro, pela Polícia Federal, inclusive um material que o Senador Antonio Carlos, na qualidade de Presidente da Comissão de Justiça, vai disponibilizar. Então, com esses dossiês, já teremos condições perfeitamente de indagar do Sr. Carlinhos Cachoeira a respeito de sua participação no episódio que estamos apurando.

O outro requerimento é convocando o Sr. Valdomiro Diniz pelos mesmos motivos que convocamos o Sr. Carlinhos Cachoeira, já que um foi o acusador, e outro foi o incriminado. Então, foram eles que desenvolveram todo esse novelo que estamos procurando o fio da meada, para realmente darmos uma resposta à opinião pública até por que os inquéritos que foram realizados, não temos bem conhecimento de como foram concluídos.

Portanto, tendo em vista a nossa responsabilidade, Sr. Presidente, sugiro que comecemos a nossa ação de investigação pela convocação dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu só queria, meu caro Relator e Sr. Presidente, cumprimentá-los

pela convocação rápida da CPI, que é importante, é uma expectativa muito grande. É claro que a concorrência com a CPMI, hoje, é difícil, com a dos Correios. Há tanta coisa que misturamos a cuca!

O nosso Relator falou sobre o inquérito. O inquérito é uma incógnita, realmente, pelo que aconteceu com ele. Eu mesmo acreditava – como acredito muito, sabem V. Exªs que tenho paixão pela Polícia Federal – que eles seriam rápidos na produção de provas, para que o inquérito tivesse em andamento. Houve um incidente de percurso, quando se pediu prazo, e ele paralisou no Ministério Público, onde, pela madrugada, dois promotores tentaram interrogar um dos responsáveis, o Cachoeira. Não conseguiram, tanto é que o Procurador-Geral tomou medidas administrativas.

Desde então, Sr. Presidente, não se ouve mais falar no inquérito. Ele trocou de mãos. Então, acho que é uma peça fundamental vir para cá, até para se saber a razão da paralisia que houve com o inquérito, que, pelo prazo, já devia ter sido concluído. E ver o que o Ministério Público fez, que vi que o senhor também vai pedir. Acho que isso tem que ser urgente. Pedir e alguém ir lá para buscar. Não ficar na expectativa. Uma pessoa tem de ir lá e apanhar esse documento, para V. Exª ter como interrogar aqueles que aqui vierem depor.

Desculpe-me a intervenção, mas isso é uma coisa que está me angustiando demais, porque fui à tribuna para defender o trabalho da Polícia Federal e acredito nela, mas não sei se houve algum tipo de interferência que impediu o andamento do inquérito.

Ontem, se o senhor visse o depoimento, Senador Antonio Carlos, do agente do SNI, ele deixou muito claro ali que ele produziu 16 relatórios sobre a investigação do Correio, recebeu ordem do chefe dele, que veio originariamente do Ministro, para que ele parasse a investigação. É uma coisa profundamente estranha, porque o que seria o correto? "Vamos parar e passar para a Polícia"; ou "vamos parar e passar para o Ministério Público". Mas paralisar e arquivar é meio assustador, Sr. Presidente.

Então, temos que saber se há alguma força externa que impede essas investigações.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Romeu Tuma, só para ajudar e para ficar bem claro: qual o Ministro que deu essa ordem?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Ministro está claro ali, é o Ministro-Chefe da Abin, que é o General Félix. Ele não falou sobre general; só falou, no final, que o general e o diretor-geral foram ao setor de operações e tomaram conhecimento pessoalmente de tudo o que estava sendo feito.

Então, essas são interrogações, porque a lei determina que o Presidente tome conhecimento do que é produzido pela Abin, que é o único cliente.

Só estou colocando isso aqui para sabermos realmente aonde estamos pisando.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu queria dar uma informação aos senhores membros: encaminhamos requerimento que foi aprovado na segunda reunião da Comissão e recebemos algum material, cuja forma que nos foi encaminhado, eu poderia até citar. Diz o seguinte, em resposta ao ofício: "Conforme solicitação de V. Exª, informamos que dois inquéritos policiais estão sob a Presidência do signatário, que investiga o Sr. Waldomiro Diniz – cita os números 312 e 325, de 2004, da Superintendência da Polícia Federal. Ambos já haviam sido relatados por outra autoridade policial, o Dr. Antônio César Nunes, e baixaram com cotas do Ministério Público Federal que estão sendo cumpridas". É dentro daquilo que V. Exª se pronunciou.

O Inquérito Policial 312 refere-se à renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTech do Brasil e apura os crimes,em tese, e corrupção ativa e passiva: concussão, gestão temerária e peculato, tramitados pela 10ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

O Inquérito 325/4, policial, apura as atividades de Waldomiro Diniz quando assessor da Casa Civil e apura os crimes, em tese, de concussão, corrupção passiva, advocacia administrativa e tráfico de influência, tramitando perante a 12ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Quanto às cópias solicitadas, informamos que não dispomos de meios materiais para atendê-los.

Quero dizer que esta Presidência já determinou à Secretaria, indicando nome para que fosse apanhar o processo, com autorização para xerocar ou fazer as xerox lá, que o Senado Federal se responsabiliza pelas despesas.

Diz o seguinte: quanto às cópias solicitadas, informamos que não dispomos de meios materiais para atendê-lo, mas os inquéritos policiais estão à disposição dessa Comissão Parlamentar de Inquérito para serem copiados.

Então, tomamos essas providências já.

Estamos encaminhando ofício à Justiça Federal solicitando autorização para atender à solicitação dessa CPI, tendo em vista que tramita em segredo de Justiça. Salientamos que o Inquérito 312 conta com 12 volumes e 20 apensos, e o Inquérito Policial 325/250 contém dois volumes e cinco apensos.

Foi encaminhado pelo Dr. Delegado Nilton Souza Siqueira à Drª Maria de Fátima de Paula Pessoa

Costa, que é a Juíza Federal da 10ª Vara, ofício nos seguintes termos:

Meritíssima Juíza, a fim de atender solicitação da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI dos Bingos, do Senado Federal, conforme cópia em anexo, solicitamos autorização para extração da cópia referenciada.

Depois, há um outro ofício, nos mesmos termos, ao Dr. Ronaldo Desterro.

Quero adiantar que ambos os Juízes já liberaram e autorizaram, e a Secretaria da CPI está tomando as providências nesse sentido, para que nesta semana, ainda, se tenham essas cópias e se as faça chegar a cada um dos membros da CPI.

Essas providências serão tomadas.

As providências do Delegado da Polícia Federal Nilton Siqueira foram, realmente, corretas e esta CPI já informa que qualquer documento que seja copiado... quero deixar claro que vamos ter toda a estrutura necessária para funcionar. O Senado Federal vai garantir toda essa estrutura, inclusive em questões de passagens aéreas, etc, para que se tragam depoentes que não possam arcar com essa despesa.

Então, continuam em discussão os requerimentos do Senador Mozarildo.

Eu queria adiantar que recebi um requerimento de autoria do Senador Geraldo Mesquita para que encaminhasse ofício à Casa Civil da Presidência, bem como à Controladoria-Geral da União, solicitando envio de todos os procedimentos relativos ao caso Waldomiro Diniz.

Isso já foi providência tomada e fica atendido o requerimento de V. Exª, já que esta Comissão já tomou as providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação os dois requerimentos, colocando um de cada vez.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor poderia dar só o destaque do requerimento? Parece que são duas convocações.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

No termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Waldomiro Diniz seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Senador Garibaldi Alves, Relator.

Vamos colocar esse em votação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como testemunha, preliminarmente, não é Senador? V. Exª pede que ele assine o termo de compromisso, aí?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Votaremos, em primeiro lugar, esses dois requerimento, que tem votação nominal.

Nos termos do disposto no § 2º do art. 58 da Constituição Federal, bem como o disposto no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em votação.

As Srªs e os Srs. que os aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados, por unanimidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª marcará o dia depois

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Existem outros requerimentos a serem votados. Por isso, gostaria de fazer duas considerações. Esta Comissão depende do funcionamento normal da LDO, que poderá ser votada ainda esta semana. É evidente que, havendo essa decisão, teremos recesso. Entendo que para nós, Parlamentares, fazermos um estudo mais acurado de todo esse material que tem chegado a esta Comissão, poderíamos fazer esta convocação para ao mês de agosto. Caso não haja recesso, ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Discordo, Excelência.

Voto para que seja de imediato, já no mês de julho. Não há proibição para que a Comissão possa funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu diria o seguinte: caso não ocorra a votação da LDO ainda esta semana, pretendo convocar primeiramente o Sr. Carlos Augusto Cachoeira – como é o desejo do Sr. Relator – para a próxima semana. Essa decisão, nós a teremos ainda hoje, porque, caso a LDO não seja votada hoje, creio que ela não mais será votada durante esta semana.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, tenho uma outra visão. Entendo que, a despeito do volume de trabalho ocorrido na Casa e estando a concentração da população direcionada para a CPMI dos Correios, onde todos os fatos têm vindo à tona – inclusive entendo que essas outras CPIs, como a do mensalão, se aprovadas, deveriam estar incluídas na CPMI dos Correios, já que é lá que as coisas estão acontecendo, portanto, se se instalar outras Comissão, vai "chover no molhado", porque tudo está acontecendo ali –, ela deveria começar em agosto, inclusive para ganhar a necessária visibilidade, aliás, já compartilhei o meu ponto de vista com V. Exª e com o Relator.

Sr. Presidente, trago um requerimento, ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte? V. Exª acha que, em agosto, a CPMI dos Correios já tenha se encerrado?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não. Ainda não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, a visibilidade dela será a mesma da de agora.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Falo do volume de trabalho, segundo o meu entendimento.

Sr. Presidente, trarei um requerimento para ser aprovado ainda nesta reunião, convocando os Procuradores. O Ministério Público Federal, juntamente com o Ministério Público de alguns Estados criaram uma Comissão há mais ou menos seis anos. Essa Comissão vem trabalhando duramente nessa malha da contravenção de bingos no Brasil. Portanto, é conhecedora, em profundidade, de inúmeros dados dessa malha. Entendo que tudo que nos der a possibilidade de desvendarmos esses mistérios para respondermos à sociedade, temos que mergulhar com muita força. Proponho a V. Exª que ouçamos, em primeiro lugar, esses Procuradores, é a proposta que faço, a fim de que eles nos coloquem o panorama da ação da contravenção no Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte?

É claro que o Senador está com a razão. Há duas linhas de conduta nesta CPI. Uma é praticamente sobre o jogo, como ele está funcionando, porque os juízes estão dando autorização em estado precário; estão montando casas de bingo de milhões de dólares. Esta é uma linha. A outra é o comprometimento...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E é confiando na liminar, porque a contravenção é crime na Constituição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A mais séria para nós é o comprometimento de autoridades do Governo no aspecto do jogo da Caixa Econômica. Então são duas linhas de conduta. Essa principal, para a qual V. Exª já está convocando, tem a linha de saber se há ou não comprometimento de membros do Governo na negociação da GTech, e outros fatos que levaram à abertura de inquérito. Independente dessa linha que o Senador levanta, que é importantíssima, ou seja, como o jogo está funcionando, qual o comprometimento de alguns juízes – é sério também. Mas podia convocar, porque desconvocar é mais fácil do que convocar. É mais rápido convocar para a semana que vem; se houver algum incidente de percurso, V. Exª pode...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Uma coisa é a CPI dos bingos, que é essa para a qual estamos hoje reunidos, a outra coisa são os processos sobre os bingos que estão na Comissão de Justiça e que foram – mais de dez processos – distribuídos para o Senador Osmar Dias, que talvez devolva; e eu pretendo entregar isso, já combinado, ao Senador Aloízio Mercadante, esse da CCJ. Agora, esta CPI nada tem a ver com esses processos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos procurar exatamente fazer o cronograma dentro dessa...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, permita-me esclarecer, já que concedi dois apartes ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Na verdade, os processos não têm nada a ver, absolutamente, porque os processos que estão postos tratam de legalização, outros de acabar definitivamente, como tem um meu também que é mais duro do que a medida provisória do Governo que caiu, que estão todos apensados na Comissão de Justiça.

O que estou dizendo é o seguinte: somos vítimas da contravenção. Como proponente da CPI, escrevi o texto e propus. E ela se deu exatamente por isso, porque o fato determinado é a contravenção, que levou a esses escândalos todos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sim, Senador Tuma, sei exatamente disso, por isso propus a CPI. Agora, quando estou pedindo para ouvir os procuradores é porque eles têm não somente dados informativos, mas têm nomes de grandes envolvimentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, esta Presidência aguarda o requerimento de V. Exª para que possamos discutir. Temos dois requerimentos aprovados e vamos dar prioridade a eles, como existem já outros requerimentos que foram encaminhados pelo Senador Juvêncio que, após a discussão desses dois, ainda dentro dessa matéria, vamos também discuti-lo e aprová-lo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem V. Exª; em seguida, o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, o Senador Antônio Carlos Magalhães colocou um ponto importante dos nossos trabalhos. A nossa CPI nada tem a ver com as outras CPIs. Completamente diferente. Não podemos confundir uma CPI com a outra, a despeito da colocação do eminente

Senador Magno Malta, pode ser até que haja contatos entre uma e outra.

Observem bem o seguinte: esta Comissão de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245 para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado".

Portanto, estamos aqui, dentro daquilo que o Senador Magno Malta referiu, numa questão de apuração de contravenção com todas as conseqüências; nada tem a ver com a CPMI dos Correios ou com a CPMI do Mensalão. Nada. É uma vertente completamente diferente. E vamos ter visibilidade desta CPI se tivermos nessa vertente, porque é o objetivo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra a nobre Senadora Fátima Cleide.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Na minha fala, eu não disse que as CPIs... Esta não tem nada a ver, realmente, com CPMI dos Correios, nem de mensalão. Eu só disse que as que estão acontecendo agora, na minha visão, deveriam estar uma dentro da outra – mensalão, Correios, tudo, porque trata-se do mesmo assunto. Não incluí a CPI dos bingos, porque, mais do que ninguém, sei que vamos tomar outra vertente aqui. Fiz aquela colocação devido a volume de trabalho e volume de informações. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha e, em seguida, à Senadora Fátima Cleide.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, entendo que não precisamos ter preocupação com visibilidade da CPI. Nossa preocupação deve ser quanto à investigação profunda e a mais ampla possível para a elucidação dos fatos. Compreendo até o sentimento que move a maioria dos membros desta Comissão de procurar agilizar e acelerar o funcionamento da CPI. Acho que a proposta apresentada pelo eminente Relator é prudente, coerente, buscando ouvir primeiro quem provocou, quem trouxe ao conhecimento os fatos que provocaram a instalação desta Comissão. Entendo que teremos um amplo e largo trabalho à frente, e teremos condições de fazê-lo com toda prudência, cautela, firmeza e profundidade possível.

Entendo que a proposta do eminente Relator, de convocar primeiro os dois nomes aqui colocados, do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos e do Sr. Waldomiro Diniz, atende perfeitamente aos propósitos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, concordo plenamente com a proposta do Senador Magno Malta e, também agora, com todas as palavras ditas pelo Senador Leomar Quintanilha. Nossa disposição aqui é de apurar, de verdade, tudo. Não estamos aqui com a intenção de ter apenas uma discussão política. Vim para esta Comissão e fiz questão de estar aqui também com essa disposição de apurar profundamente a contravenção que existe no jogo, porque de bingo não entendo nada. Não sei distinguir uma carta de espadas de uma carta de paus, mas quero investigar o crime e estou aqui com essa disposição. Quero que esta Comissão trabalhe, de fato, para ir a fundo nessa contravenção.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, afirmando que essa é a disposição desta Mesa e, com certeza, dos parlamentares desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento todos os Senadores e V. Exª, naturalmente, como também o Relator, pela iniciativa desses dois convidados, eu diria, aprovados por unanimidade. Isso é muito bom e mostra a disposição desta Comissão de aqui construir, pelo que percebo, uma investigação, doa a quem doer; em nenhum momento aqui, naquela postura que, infelizmente, algumas situações se apresentam na vida política e no Parlamento, de situação e oposição.

Se o Senador Juvêncio da Fonseca me permitir, vou repetir suas palavras:

> "Requerimento nº 240, de 2004.
>
> (...) para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado."

Está muito claro, e a aprovação que já fizemos dos dois requerimentos, pegando os dois denunciados principais até o momento, só vai contribuir para que esse processo se dê com muita tranqüilidade.

Por isso, endosso também a proposta do Senador Magno Malta, que tem toda uma razão de ser. Se todos os procuradores já estão trabalhando... Eu gostaria muito... Confesso a V. Exªs que tenho uma indignação muito grande contra o narcotráfico e talvez um dia possamos conversar mais sobre isso. Se essa

oportunidade aqui, da lavagem desse dinheiro, conseguir contribuir para salvar também a nossa juventude, pelo crime que é cometido diariamente contra as nossas crianças, com certeza, quero estar junto em todos os momentos, sem deixar de investigar o que, paralelamente, possa acontecer, e me refiro aqui aos dois requerimentos encaminhados.

Acho que estamos indo bem. O Presidente, de forma muito equilibrada, aprova os dois requerimentos, espera a expectativa da aprovação da LDO. Se a LDO não for aprovada, já indica a convocação, inclusive para o mês de julho. O Presidente encaminha uma série de requerimentos para o Rio de Janeiro, para o Ministério Público e para a Polícia Federal, e documentos virão em resposta a esses requerimentos para nos dar subsídios. Temos de ter instrumentos na mão, até para interpelar os convidados.

Cumprimento o Presidente, o Relator e todos os Senadores, porque percebo que a intenção é a mesma.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Continua facultada a palavra. (Pausa.)

Srs. Parlamentares, nós temos alguns requerimentos. São requerimentos para que possamos fazer a coleta de mais documentos, de autoria do Senador Juvêncio, e que estão vazados nos seguintes termos. Vamos lê-los e, se alguém quiser discuti-los, discutiremos. Votaremos em bloco em seguida.

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Tribunal de Contas da União o envio de cópia dos relatórios de auditoria que esse Tribunal tenha produzido nos contratos de prestação de serviços entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTech do Brasil Ltda".

O outro tem a mesma fundamentação constitucional e regimental: "Requeiro a esta CPI que solicite à revista **Veja** cópias de gravações em seu poder que guardem relação com o envolvimento do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, ou do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão".

Um outro requerimento, embasado no disposto no § 3º do art. 58 da Constituição, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado: "Requeiro que seja solicitada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro a relação completa dos ocupantes de cargos de direção em primeiro e segundo escalão, incluindo o presidente da Comissão Permanente de Licitação e eventuais comissões especiais e temporárias da Loterj durante todo o período da presidência do Sr. Waldomiro Diniz".

Um outro requerimento, também de autoria do Senador Juvêncio: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno, requeiro ao Presidente da República o envio da relação de funcionários e ex-funcionários que trabalharam diretamente com o Sr. Waldomiro Diniz ou que foram por ele indicados para trabalhar na Presidência da República".

Ainda com o mesmo embasamento legal: "Requeiro à Agência Brasileira de Inteligência – Abin, o envio de cópia de qualquer relatório de inteligência, de qualquer natureza, aberto com o intuito de obter informações ou apurar o envolvimento do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, ou do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão".

Finalmente, ainda de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a esta CPI que solicite à Rede Globo cópias de gravações em seu poder que guardem relação com o envolvimento do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, o Sr. Waldomiro Diniz, em prática de extorsão".

São esses os requerimentos que se encontram em discussão.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Caríssimo Presidente, Senador Efraim, Sr. Relator, Governador Garibaldi, Srªs e Srs. Senadores, eu queria apenas lembrar aqui um fato.

Quando do episódio do cidadão Waldomiro, confessando na televisão que era ladrão, propineiro, a idéia desta CPI e a sua denominação eram outras. Não era propriamente bingo, não. Quando começou a surgir a idéia aqui no Senado, a denominação era outra. Era CPI do Waldomiro, CPI da Corrupção, seja lá o que o fosse. Houve um momento em que a base do Governo, meio tonta, custou um pouco a reagir à tentativa de instalação e se movimentou no sentido de mudar a denominação desta CPI, para tirar o foco daquilo que me parece ser a origem disso tudo.

Aliás, se o Presidente da República tivesse tomado uma atitude vigorosa naquele momento, creio que teria evitado toda essa trombada que está se dirigindo ao seu próprio gabinete. Ele teria evitado, porque aquilo ali, para mim, é a origem de todo o processo de corrupção instalado no nosso País.

Bingos, agências de publicidade, processos licitatórios, isso tudo é massa, isso tudo é o veículo,

o aparelho, o objeto através do qual o processo de corrupção se instalou e passou a operar livremente no nosso País.

Se tivermos a oportunidade de apurar com profundidade e com rigor o que acontece no submundo da operação do jogo do bicho, dos bingos etc, que se faça. Mas que se faça sobretudo uma apuração rigorosa acerca do tráfico de influências. O Carlinhos Cachoeira estava conversando com o Waldomiro, naquela ocasião, não era propriamente sobre o jogo do bicho, nem bingo, nem coisa nenhuma; ele estava querendo permanecer ou pelo menos ter uma situação de conforto numa tratativa com a Caixa Econômica, uma grande empresa, para operar inclusive na faixa descoberta da legalidade.

Então, aquilo ali, como disse e repito, é de fundamental importância. Se o Presidente da República tivesse tomado tento, tivesse segurado as rédeas naquele momento e tivesse dado uma sacudida no que estava ao seu redor, e que hoje aparece de forma dramática, teria evitado que isso tudo, talvez, muito disso que está acontecendo hoje, muito do que a Nação, atoleimada, está vendo acontecer nas entranhas do poder, nas entranhas do Governo, enfim, muita coisa teria sido evitada.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, acho que temos o dever moral... E aqui, Senador Magno Malta, sei que, pelo que conheço de V. Exª, a sua preocupação é legítima. Mas estamos aqui, há uma CPI funcionando, talvez seja a CPI que hoje mereça o maior foco da mídia, porque foi a que iniciou, em primeiro lugar, o seu funcionamento, e é a que está trazendo pessoas que têm, em primeira mão, revelado fatos assustadores. Mas o nosso papel é apurar esta situação. V. Exª propôs em boa hora esta CPI, porque, como muito de nós no Senado, também tinha a convicção de que se tivéssemos instalado esta CPI naquele momento, este País teria hoje outra situação.

Então, nossa obrigação continua. Continua sendo o nosso dever – com ou sem mídia, de qualquer forma, com cobertura ou não – ir a fundo na investigação, porque, repito, ela é a origem de todo este processo de corrupção. O nome dela não nos obriga, necessariamente, e sei que há o fato determinado, mas a denominação não nos obriga, não nos limita a investigar o submundo do crime.

Hoje em dia, comparando este processo de corrupção, talvez criminosos do submundo estejam meio acanhados com o que está acontecendo, digamos, no mundo oficial. Talvez eles estejam acanhados e querendo aprender **modus operandi** novos, táticas e estratégias de se apoderar do dinheiro público, manuseá-lo ilícita e ilegalmente para proveito próprio, para proveito apenas de um projeto de poder instalado neste País, que não tem por que ter o respaldo deste Congresso e da opinião pública brasileira. Vamos apurar os fatos com determinação.

Em princípio, em respeito ao Senador Garibaldi Alves Filho, eu tinha outras sugestões, como trazer aqui o chefe do Dr. Waldomiro, o ex-Ministro José Dirceu. Acho que devíamos convocá-lo para que ele explicasse uma longa relação de amizade. Como pôde manter um cidadão daquele dentro do seu gabinete, ao lado do gabinete do Presidente da República? Ele tem, sim, que vir aqui prestar contas a esta CPI, à Nação sobre essa relação espúria, que expôs o próprio Palácio do Planalto. Ele terá que vir aqui. Mas, em respeito à condução dos trabalhos pelo nosso respeitado Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, aguardo para propor essa convocação em outro momento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **– (Fora do microfone)** Já está.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Já está? Então, estou contemplado!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero esclarecer que essa relação foi um levantamento da Assessoria de sugestões, nomes que foram citados e surgiram em fitas, reportagens, inquéritos. Ainda não foi feito o requerimento. É apenas uma sugestão da Assessoria.

O SR. GERALDO MESQUIA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Confio no tirocínio do nosso Relator Garibaldi e aguardo que essa convocação seja feita porque acho que ela será esclarecedora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, se V. Exª e o requerente me permitirem, não sei quem requereu informações da Abin. V. Exª concluiu por crime de extorsão – é um crime previsto no Código Penal. Deveria ser atos ilícitos, senão se restringe a informar se houve ou não extorsão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Mesa consulta o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele é jurista, é melhor do que eu.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Tenho minha formação de jurista, mas, na área da investigação, temos de tirar o chapéu para o Senador Romeu Tuma. Portanto, aceito todo e qualquer requerimento de autoria de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Determino à Assessoria que substitua o termo, mesmo porque ainda não o colocamos em votação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pode ser "extorsão ou outros atos ilícitos", senão fica restrito a um artigo do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em votação os requerimentos que foram lidos, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados por unanimidade.

Esta Presidência concede a palavra ao Relator, se desejar, antes convocando os Srs. Parlamentares para a próxima reunião, quarta-feira, às 10 horas. Na primeira meia hora, vamos discuti e aprovar novos requerimentos de autoria de V. Exªs, e vamos convocar o Sr. Carlos Augusto Ramos para depor nesta Comissão na próxima quarta-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, se a LDO não for votada, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá ser realizada. De maneira que nesta mesma hora e nesta mesma sala é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Poderemos utilizar outra sala. Ou podemos marcar para mais tarde um pouco, de acordo com o entendimento com V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Poderíamos fazer um entendimento de marcar e dividir os horários.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos marcar para as 11 horas. Uma hora seria suficiente para V. Exª aprovar as matérias da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, Excelência. Uma hora não seria, porque nunca começa às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, marcaremos...

A minha preocupação é não levarmos para o horário da tarde, em função da Ordem do Dia. Então, podemos marcar para às 11h30.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De acordo?

Então, está marcada para às 11h30 da próxima quarta-feira, para que possamos ouvir o Sr. Carlos Augusto Ramos, por solicitação do Relator, Senador Garibaldi Alves.

Agradeço a presença de V. Exªs e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 30 minutos.)

Ata da 4ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2005.

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às doze horas e dez minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Sibá Machado, Fátima Cleide, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcante, Geraldo Mesquita Junior, Álvaro Dias, Leomar Quintanilha, José Maranhão e Wellington Salgado membros e os Senadores José Agripino Maia e Pedro Simon, não Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa que presente reunião é de caráter administrativo com votação de requerimentos e em seguida o depoimento do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos. Passa-se a leitura dos requerimentos apresentados. Com a palavra o Senhor Relator para discutir. Usam da palavra os Senhores Senadores Magno Malta, José Agripino Maia, Fátima Cleide, Leonel Pavan, Pedro Simon e Mozarildo Cavalcanti. A Presidência solicita que seja passado o vídeo referente ao Waldomiro Diniz. Dando prosseguimento, convida o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos para tomar assento a Mesa. Após breves considerações do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator para os questionamentos iniciais, seguidos de acordo com a ordem de inscrição pelos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Álvaro Dias, Fátima Cleide, Magno Malta, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Siba Machado, Wellington Salgado, Pedro Simon, Antônio Carlos Magalhães, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma e Flavio Arns. A Presidência agradece ao depoente dispensando-o e informa que poderá convocá-lo em uma outra oportunidade. A seguir, a presidência coloca em votação nominal o **Requerimento n.º 025/05**, de autoria do Senador Álvaro Dias, requer a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Waldomiro Diniz da Silva, ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República. Em votação, é aprovado com 13 (treze) votos favoráveis. Passa-se

a votação dos requerimentos de informação: **Requerimento nº 017/05**, de autoria do Senador Magno Malta, requer sejam convidados a prestar informações sobre atividades relacionadas a contravenção dos jogos de bingo, os Procuradores Luis Francisco Fernandes de Sousa, Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo, Roberto Santos Ferreira, José Pedro Taques, Celso Três, Gustavo Peçanha Velloso, Henrique Geaquinto Herkemhoff. **Requerimento n.º 024/05**, de autoria do Senador Valdir Raupp, requer aos Ministérios Públicos Estaduais cópia de processos ou estudos realizados que envolvam a apuração das relações das casas de bingo com o crime organizado e/ou com as empresas lotéricas estaduais. **Requerimento n.º 027/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a Caixa Econômica Federal o envio de todas as fitas dom gravações de reuniões de funcionários da CEF com representantes da multinacional GTECH. **Requerimento n.º 028/05**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, requer que o Sr. José Vicente Brizola, seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. **Requerimento n.º 029/05**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer a Caixa Econômica Federal as seguintes informações: Período em que o Sr. Ralf Barquete prestou serviços a CEF, bem como os cargos que ocupou e respectivas atribuições; As circunstâncias que levaram à sua contratação; e Relatório circunstanciado sobre sua participação na renovação do contrato da CEF com a Gtech ocorrida em abril de 2003. **Requerimento n.º 030/05**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, requer ao Ministério Público Federal, cópia dos processos judiciais que questionaram a legalidade dos contratos celebrados entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech do Brasil. **Requerimento n.º 031/05**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja solicitado a empresa Gtech Brasil Ltda., informações versando sobre o período em que o Sr. Armando José Henrique Dile prestou serviços às empresas Gtech do Brasil ou Racimec. **Requerimento n.º 032/05**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja solicitado a Loterj informações versando sobre o período em que o Sr. Armando Dile prestou serviços aquela empresa. **Requerimento n.º 033/05**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja solicitado as Juntas Comerciais de todos os estados e do Distrito Federal, o envio de certidões simplificadas individualizadas de possíveis empresas que já estiveram ou estão em nome dos Srs. Waldomiro Diniz da Silva, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Messias Antônio Ribeiro Neto, Rogério Tadeu Buratti e Etelmino Alfredo Pedrosa. Em votação, são aprovados por unanimidade. Usam da palavra os Senhores Senadores Magno Malta, Garibaldi Alves Filho, Leonel Pavan e Flavio Arns. Fica convocado o Sr. José Vicente Brizola para prestar depoimento no próximo dia 19, ás 16 horas e no dia 21, às 9 horas, os Srs. Procuradores da República Dr. Luis Francisco Fernandes de Sousa, Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo, Roberto Santos Ferreira, José Pedro Taques, Celso Três, Gustavo Peçanha Velloso, Henrique Geaquinto Herkemhoff. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião agradecendo a todos pela presença e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para utilização de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias e apostas com o crime organizado.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos e à apreciação e votação de requerimento, uma vez que já se encontram na Mesa.

A Ata da 3ª Reunião encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação a proposição de dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Rapidamente, solicitaria a V. Exª que todo o material distribuído ao Senador Osmar Dias viesse temporariamente à Comissão que V. Exª preside para ajudar o Relator no seu relatório. São muitos os processos sobre bingo e nossa principal função é encontrar o caminho para, ou acabar ou, pelo menos, moralizar os bingos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito que V. Exª oficialize a solicitação para que a Presidência tome as providências junto à assessoria.

Srs. Senadores e Senadoras, eu queria informar, sobre os documentos sigilosos à disposição dos membros para exame na Secretaria da Comissão, que inicialmente não será permitida retirada ou cópia de tais

documentos. Queremos informar, entretanto, que eles estão à disposição dos membros titulares, suplentes ou assessores credenciados junto à Secretaria da CPI. Os documentos que não forem sigilosos estarão à disposição para serem xerocados. Os sigilosos estão à disposição dos senhores na Secretaria da Comissão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fiz um requerimento para requisitar todos os documentos que já serviram à apuração em vários setores: Polícia, Ministério Público, CPI. São esses que estão à disposição do Relator? São esses que estão na Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já sim. O requerimento de V. Exª que se encontra em mão já foi atendido. Vou passar a ler todos os requerimentos que estão à disposição e sugiro a V. Exªs que possamos votar estes requerimentos antes de iniciarmos a oitiva. É rápido. São requerimentos para convocações de algumas autoridades e pessoas envolvidas no caso da nossa CPI.

Passo a ler os requerimentos.

Depois nós os discutiremos e votaremos, em bloco se houver entendimento.

Requerimento do Senador Geraldo Mesquita, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição requer que o Sr. Etelmino Alfredo Pedrosa seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão.

Ainda do Senador Geraldo Mesquita, baseado no mesmo disposto e no mesmo artigo da Constituição, requer que o Sr. Rogério Tadeu Buratti seja convocado a prestar depoimento na Comissão.

E ainda do Senador Geraldo Mesquita, no sentido de convocar o Sr. Luiz Eduardo Soares para prestar depoimento.

E ainda do Senador Geraldo Mesquita, convocar o Sr. Marcelo José Rovai.

São esses os requerimentos de autoria do Senador Geraldo Mesquita.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para encaminhar à Mesa – já que V. Exª faz referência a requerimentos – requerimento que pede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Waldomiro Diniz e também estou preparando requerimento de convocação do ex-Ministro José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª encaminha requerimentos à Mesa?

Requerimento de autoria do Senador Demóstenes Torres, convocação de acordo com o disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal. Convocar os Srs. José Vicente Brizola, Antônio Carlos Lino da Rocha, Enrico Giannelli, todos para prestar depoimentos nesta CPI, Senador Demóstenes Torres.

Requerimentos de autoria do Senador Garibaldi Alves, Relator, requerendo a presença do Sr. Mário Haag, convocado a prestar depoimento nesta Comissão.

Ainda do Senador Garibaldi Alves, convocando o Sr. Valderi Albuquerque, mesmo dispositivo.

De autoria do Senador Garibaldi Alves, Relator, requerendo que o Sr. Messias Antônio Ribeiro Neto seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão.

Senador Magno Malta requer a esta Comissão sejam convidados a prestar informações sobre atividades relacionadas à contravenção dos jogos do bingo, nos termos do §3º do art. 58, os seguintes Procuradores abaixo relacionados: Luiz Francisco Fernandes de Souza – Procurador Regional da República da 1ª Região; Ronaldo Meira de Vasconcelos Albo – Procurador Regional da República da 1ª Região; Roberto Santos Ferreira – Procurador Regional da República da 2ª Região; José Pedro Taques – Procurador Regional da República da 3ª Região; Celso Três – Procurador da República no Rio Grande do Sul; Gustavo Peçanha Veloso – Procurador da República do Distrito Federal; e Henrique Geaquinto – Procurador Regional da República da 2ª Região. Do Senador Magno Malta.

Do Senador Leonel Pavan e Alvaro Dias, a convocação do Sr. Geraldo Magela e da Srª Benedita da Silva.

Dos Srs. Senadores Leonel Pavan e Alvaro Dias, convocação do Sr. Marcelo Sereno.

Dos Srs. Senadores Leonel Pavan e Alvaro Dias, Sr. Jorge Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal.

Da Senadora Fátima Cleide: requer, de acordo com o disposto no §3º do art. 8º da Constituição Federal, seja encaminhada a esta Comissão cópia dos processos judiciais que questionam a legalidade dos contratos celebrados entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTECH do Brasil.

Do Senador Alvaro Dias, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Waldomiro Diniz da Silva.

Do Senador Leomar Quintanilha, de acordo com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita que esta Comissão requisite ao Ministério Público Federal cópia dos processos de investigações realizadas por aquele órgão, que envolvem apuração

das relações das casas de bingo com o crime organizado.

Na qualidade de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito de Bingos, o Senador Alvaro Dias requer a convocação do Deputado Federal José Dirceu de Oliveira e Silva, ex-Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. (Orador não identificado) **–** (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Um minuto, darei a palavra pela ordem.

Tenho aqui ainda requerimentos de informação do Senador Juvêncio da Fonseca, que requer informações versando sobre o período em que o Sr. Armando Dile prestou serviços à empresa, no caso, a Loterj.

Ainda do Sr. Juvêncio da Fonseca, solicita à empresa GTECH Brasil Ltda. Informações versando sobre o período em que o Sr. Armando José Henrique Dile prestou serviços àquela empresa ou à Racimec.

Ainda do Senador Juvêncio: nos termos do disposto no § 3º, solicito o envio de certidões simplificadas e individualizadas de possíveis empresas que já estiveram ou estão em nome dos senhores abaixo identificados: Sr. Waldomiro Diniz, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Messias Antonio Ribeiro Neto, Rogério Tadeu Buratti, Etelmino Alfredo Pedrosa.

E ainda de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que requer à Caixa Econômica Federal as seguintes informações: "período em que o Sr. Ralf Barquete prestou serviços à empresa, bem como os cargos que ocupou e respectivas atribuições; as circunstâncias que levaram à sua contratação e relatório circunstanciado sobre a sua participação na renovação do contrato da CEF com a GTECH, ocorrido em abril de 2003."

E ainda, do Senador Valdir Raupp, requer, de acordo com o Regimento, que seja encaminhada a esta Comissão cópia de processos e estudos realizados, que envolvam a apuração das relações dos estudos realizados por esses órgãos de casas de bingo com o crime organizado e/ou com as empresas lotéricas estaduais.

E, finalmente, de autoria do Senador Garibaldi Alves, que requer à Caixa Econômica o envio de todas as fitas com gravações de reuniões de funcionários dessa empresa estatal com representantes da multinacional GTECH.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos conceder, inicialmente, a palavra ao Relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, pela ordem ainda, sobre a questão dos requerimentos. Permita-me?

É o seguinte: foram lidos inúmeros requerimentos, inclusive um requerimento de minha autoria e do Senador Alvaro Dias, que requer a convocação de Valderi Albuquerque e Mário Haag, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal e ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal. E só foi lido Mário Haag, parece-me. E não foi lido esse meu requerimento, convocando Valderi Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A assessoria vai lhe informar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu poderia mandar uma cópia, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Falei em dois nomes, se não me engano.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Enviei cinco requerimentos. Vou mandar a revisão aqui, depois V. Exª poderia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com certeza. Mas tenho certeza que foi lido esse requerimento. É que há uma disposição enorme dos Srs. Parlamentares de trabalharem. Pelo número de requerimentos apresentados, já sentimos a vontade dos Srs. Parlamentares de fazerem um grande trabalho.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Ainda, Sr. Presidente, queria, depois, se for possível nos informar, devido aos inúmeros requerimentos e convocações que estão sendo feitas,...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixe-me informar V. Exª: o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou as convocações do Sr. Mário Haag e do Sr. Valderi Albuquerque que foram lidas.

O requerimento de V. Exª está atendido, dentro do requerimento do Relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já havia sido lido então?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já havia sido lido e V. Exª está atendido com esses dois requerimentos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço escusas, Sr. Presidente, mas eu ainda tenho tempo. Mas, em função de inúmeras convocações de extrema importância que ajudará a esclarecer este triste episódio, como serão feitas as chamadas? Serão pela ordem do requerimento lido ou terá votação sobre as prioridades? Quais serão as prioridades?

Todos os nomes que aqui serão convocados são importantes. Agora a minha pergunta é de como será a prioridade – para se conhecer o primeiro, o segundo, o terceiro?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senador Leonel Pavan, pretendemos marcar uma reunião administrativa para discutirmos exatamente o roteiro que deverá ser seguido e qual será a priorida-

de. Como eu tinha que dar ciência aos senhores dos requerimentos apresentados, faremos uma reunião administrativa e, aí, vamos definir qual será o caminho a ser seguido e qual será a prioridade. Essa é a intenção desta Presidência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu acho que, em primeiro lugar, deve falar o Relator e, ao mesmo tempo, dar ao Relator o direito de examinar as prioridades e nos trazer essas prioridades. Acho que aqueles requerimentos de Informação podem ser expedidos porque vem mais informação para se acrescer. Mas requerimentos de tantas pessoas é não querer que a Comissão não funcione se todos forem aprovados.

Outra coisa também é que não se deve levar isso politicamente. Vou citar um caso claro – porque eu gosto de ser claro – do Ministro José Dirceu. O Ministro José Dirceu pode ser convocado, mas é preciso que surja a razão da sua convocação. Não pode ser convocado porque vai ser convocado o Sr. Ministro José Dirceu. Não. Deve surgir alguma coisa que justifique a sua convocação e sobre isso quem pode fazer melhor juízo, em primeiro lugar, é o Relator. Daí por que eu acho que todos esse requerimentos têm que, primeiro, passar pelo Relator que dará prioridade para votação na Casa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou ouvir o Relator, já que eu sou o autor do requerimento que convoca o ex-Ministro José Dirceu. Na Justificativa apresentada, eu apresento as razões da convocação. E, certamente, o Senador Antonio Carlos Magalhães, quando houver o debate sobre o requerimento, certamente concordará comigo porque eu sei que ele deseja investigação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, é importante o Parecer do Relator – para todos nós é importante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou conceder a palavra ao Relator. Vamos ouvir o Relator. Quero, antes, deixar claro que esta Presidência pretende ser bastante transparente e, acima de tudo, procurar ouvir os Srs. Membros desta Comissão.

Com a palavra ao Sr. Relator para os esclarecimentos iniciais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer a colaboração da Comissão. Não há Relator que não fique feliz diante de uma disposição como esta que está sendo manifestada pelos Senadores . Eu, como Senador, só tenho palavras de agradecimento. O que peço é que me dêem realmente um tempo para que se possa ordenar, Sr. Presidente, a discussão desses requerimentos porque há um encadeamento de fatos que precisam ser analisados pela Comissão e não se pode atropelar um fato após o outro. Quer dizer, temos que guardar uma certa coerência no nosso trabalho. Nós temos que analisar o contrato da GTECH e, quando se analisar o contrato da GTECH, esgotar aquele contrato par que não se fique dando voltas no trabalho da Comissão. Então, há necessidade desse parecer da própria Mesa Diretora. Eu farei um relatório e a Mesa dará o parecer e o submeterá à Comissão. Quero, inclusive, dizer que apresentei um número maior de requerimentos, mas, na medida em que os membros da Comissão apresentaram requerimentos semelhantes, claro que dei prioridade ao requerimento dos Senadores e deixei de apresentar outros que guardavam pelo menos uma certa semelhança.

Então, eu queria agradecer, Sr. Presidente, essa colaboração da Comissão, essa disposição e dizer que vamos o mais urgentemente possível, no prazo mais rápido, preparar esse parecer para submetê-lo a V. Exª, à Mesa Diretora e depois à Comissão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Desculpe, só pra...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra pela ordem a V. Exª, em seguida, ao Senador Magno Malta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Bem rapidinho... só se V. Exª permitir uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem autoridade para...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu acho que o pedido do Relator tem muita lógica, porque nenhuma comissão pode funcionar sem um parecer e uma cronologia determinada pela Mesa Diretora. Como a assessoria de V. Exª já fez os questionamentos, bem elaborados, já poderíamos ouvir quem foi convocado para hoje e deixaríamos para outra semana uma nova reunião com alguma coisa, um parecer sobre convocações e outras diligências.

Desculpa. Só para não ficarmos aqui discutindo alguma coisa que vai demorar demais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, só para colaborar. Dentro da fala de V. Exª, do Relator e do Senador Antonio Carlos Magalhães, para que possamos remir o tempo, não perdendo

tempo, porque, de fato, se a gente atropela sem nenhum cronograma proposto pelo Relator, quer dizer, pela Mesa como um todo, de trabalho, podemos correr e incorrer no mesmo erro. Por exemplo, o Marcos Valério foi ouvido na CPI dos Correios num momento em que se deveria ouvir o periférico antes, *motoboy*, não sei quem lá mais e tal, porque senão você traz o indivíduo sem ter dados, como diz o Senador Antonio Carlos Magalhães, sem ter o desenrolar da questão, sem questões que você possa conduzi-lo pelo menos à contradição, e aí o Marcos Valério vai lá, recebe uma prova de marcar um "x", o senhor fez isso? Não; o senhor... não, não...o senhor estava? Não estava? Fez? Não fez, quer dizer, porque não tem informação, porque as coisas são dos jornais, são das revistas. E é necessário, de fato, que os fatos se desenrolem e ache-se motivo para se trazer as pessoas quando tenhamos documentos e informações nas mãos para não perdermos o tempo, não passarmos dez, quinze horas ouvindo uma pessoa sem que tenhamos informações contundentes, documentais para poder inquiri-lo e vamos perder tempo.

Então, essa reunião administrativa para apresentar um cronograma de trabalho é extremamente essencial e aí avalizo com todas as letras a posição do Relator e a fala do Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu acho que nós temos aí o Carlinhos Cachoeira para ser ouvido. Proponho a V. Exª que o ouçamos imediatamente para não perdermos mais tempo. Eu acho que é uma figura emblemática a quem se tem muita coisa a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta, e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, eu não sou membro da Comissão, mas quero acompanhar os trabalhos dessa Comissão com toda a seriedade que eu puder, todo tempo que eu poder destinar ou dispensar aos trabalhos desta Comissão vou destinar por uma razão muito simples: se esta CPI tivesse existido um ano e meio atrás, muito provavelmente os fatos que estão sendo investigados na CPI dos Correios, do Mensalão, de compra de voto talvez não estivesse sendo necessária, muito provavelmente. Então, essa CPI é a origem de tudo. Os fatos que vamos investigar são a origem de tudo. E nós temos obrigação de ser ultracriteriosos, de sermos pragmáticos, objetivos, mas, acima de tudo, sensatos e racionais.

Acho que os requerimentos já aqui enunciados são todos importantes. Não quero tirar a importância de nenhum deles. Claro que haverá a gradação de prioridade para uns em relação a outros. O que eu acho é que o Relator, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, tem razão: é preciso que se ouça o primeiro depoente, o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, se ouça o que ele tem a dizer, que fatos e que circunstantes ele aponta para votar os requerimentos ordenando prioridade para haver um concatenamento lógico nas investigações. Até porque, ao longo dos trabalhos dessa CPI, muitas informações nos chegarão ou daqui poderão sair para a CPI dos Correios ou para a CPI do Mensalão. A rigor, a rigor, deveríamos estar fazendo uma única CPI, pois elas têm interconexão clara, e temos que estar atentos para a interconexão, para receber informações e para passar informações, desde que ajamos com sensatez, com racionalidade e com lógica, e acho que a lógica recomenda que se ouça o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, e depois do depoimento dele, se votem os requerimentos – são todos importantes –, até para se definir uma gradação de prioridades.

Essa é a contribuição que eu queria trazer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos ao Sr. Senador José Agripino...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, para também colaborar, e colaborar principalmente com meu entendimento sobre nossos trabalhos, quero registrar aqui, sem querer colocar nenhuma polêmica, porque não faz parte de meu estilo nem de minha personalidade política, eu gostaria de registrar que, após essas intervenções iniciais, fico mais tranqüila com relação à condução de nossos trabalhos. Gostaria de registrar que me deixou bastante preocupada o artigo escrito por V. Exª este final de semana na **Folha de S.Paulo**, quando coloca, de certa forma, que esta CPI teria como objetivo a investigação do Caso Waldomiro Diniz, e acho que agora, com essas conversas preliminares, com essas ponderações de vários Senadores, reforçamos aquilo que dizíamos na semana passada: esta CPI não é para investigar um episódio, mas este episódio dentro de um contexto, que é o da contravenção. Então, só gostaria de deixar esta reflexão aqui, sem querer polemizar, digo mais uma vez, mas penso que é preciso registrar, porque, da forma como ficou apresentado para a imprensa e para a sociedade, passa-se uma outra impressão sobre nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e, também sem polemizar, quero deixar claro que o artigo reflete o que penso não como Presidente, mas como cidadão, como Senador. Quero

dizer a V. Exª que fique tranqüila em relação à transparência. Eu já dei prova de transparência...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Com certeza. Até porque eu estarei aqui também para colaborar com a transparência e com os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ... da forma que quero exatamente conduzir esses trabalhos e transparência sim, porque sabe bem, V. Exª, que eu poderia ter escolhido um Relator da Oposição, e não o fiz. Preferi consultar os Srs. Líderes da Base do Governo para que pudéssemos fazer o direito do contraditório, coisa que não foi feita quando o Governo, lamentavelmente, elegeu o Presidente da Comissão dos Correios.

Pode ficar tranqüila V. Exª, e os demais membros também, que vou trabalhar como um magistrado. Serei juiz para que possa realmente buscar aquilo que deseja a sociedade brasileira: uma boa investigação para se chegar à verdade dos fatos.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – É, mas é sempre bom lembrar que, na condição de Presidente, leva-nos a crer, a colocar dúvidas sobre nosso trabalho, quando V. Exª usa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em nenhum momento, coloquei dúvida em nenhum Presidente. Acho que V. Exª não pode nem tem motivos de colocar minha pessoa em dúvida.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – E também lá na CPI dos Correios nem o Presidente nem o Relator até hoje ficaram escrevendo artigos na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª não pode, em nenhum momento, levantar suspeitas sobre a Presidência desta Casa. Quero dizer a V. Exª que o que não deixarei de fazer é seguir aquilo que determina a orientação de meu Partido. Só para composição, porque foi esse o caminho que o povo brasileiro colocou meu Partido e a minha pessoa.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, só para colaborar com V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só para colaborar com V. Exª e deixar a Senadora Fátima Cleide mais tranqüila, reiteradas vezes o Presidente Efraim Morais tem discutido comigo esta questão da CPI e tem dito que rigorosamente seguirá o texto escrito que foi formalizado e que deu origem à CPI, que é exatamente a investigação da contravenção. Agora, quem for apanhado na contravenção será dentro desses episódios. Então, quero colaborar com a Senadora Fátima Cleide e, muito mais, fazer justiça ao Presidente, que temos conversado muito sobre isso pelo fato de ter sido o proponente da CPI e S. Exª tem dividido isso comigo e sou testemunha, Senadora Fátima Cleide, da intenção do Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu gostaria, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu pediria aos Srs. Senadores que fossem rápidos para que possamos iniciar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero deixar bem clara aqui uma questão. Com todo o respeito à opinião da Senadora Fátima Cleide, que diz não querer polemizar e não ser de seu feitio – e acredito que não seja –, mas antes de iniciar os trabalhos da CPI, duvidar da idoneidade, do trabalho, da honra do Presidente fica duvidoso, porque o Presidente tem demonstrado calma já no início, na instalação da CPI, quando mandou chamar. Inclusive, esperou por mais de hora, para que até integrantes da Base do Governo comparecessem para assinar o início do nosso trabalho.

Não é possível que alguém que integra esta CPI suscite algumas dúvidas ou questões em relação a V. Exª. Não fizemos isso em relação à CPI Correios. Assim que foi empossado, passamos a apoiar. Logo que foi empossado, passamos a dar declarações favoráveis, apoiando o trabalho do Presidente e do Relator da CPI dos Correios. V. Exª, como confirmou há pouco, não chamou ninguém da Oposição para relatar, embora seria talvez um dos cargos mais importantes. Chamou alguém da Base do Governo. Mostrou a transparência de V. Exª no início dos trabalhos e, com certeza, será assim até o final.

Não podemos aceitar que alguém duvide ou suspeite do trabalho do nosso Presidente, que tem demonstrado, ao longo desses anos, muita transparência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente Lula declarou ontem que lamenta muito que o Governo e o seu Partido tenham impedido na época a constituição desta CPI. Ele reconhece que, se esta CPI tivesse sido criada há praticamente dois anos, as coisas teriam sido diferentes. Está certo o Presidente Lula. Realmente está certo. Nesta CPI, quando foi criada, começou-se a discutir interrogações do que

estava acontecendo. Infelizmente, as Lideranças do Governo e do meu Partido houveram por bem tomar uma decisão fantástica. As Lideranças da Maioria são contra esta CPI e só haverá CPI no Senado quando elas forem favoráveis. O Presidente do Senado, que devia nomear, já que os Líderes não queriam fazê-lo, não atendeu a isso. O caso foi ao Supremo, que, por nove a um, instalou esta Comissão que estamos começando a fazer agora. Então, estamos começando tarde uma coisa que teria sido muito melhor se tivesse começado lá trás.

Digo a V. Exª que uma CPI sabemos como começa, mas não sabemos como termina. Não dá para dizer para onde é que nós vamos nessa confusão que está aí, pois não sabemos onde termina a CPI dos Correios e começa a nossa, onde termina a nossa e começa a do Mensalão. O que temos que fazer é encontrar um entendimento e creio que, pelas tantas, os Presidentes das três Comissões vão ter conversar, porque senão vamos todos ouvir as mesmas pessoas. Todo o mundo que ouviu o Deputado Roberto Jefferson não vai querer ouvir agora. Creio que até será interessante, já que houve a decisão de elas trabalharem separadamente, que os Presidentes dialoguem. "Disto aqui eu vou cuidar." "Daquilo ali você vai cuidar."

Com relação a V. Exª, ressalto: tenho a maior expectativa com relação a V. Exª, que teve o gesto de buscar um Relator ligado ao Governo. V. Exª, naquele momento, podia fazer o que fez a outra Comissão, que nomeou um Presidente do PT, um Relator do PMDB e um Vice-Presidente do PMDB. Quer dizer, ficou só num grupo. V. Exª esperou, deu prazo. O Governo demorou para decidir e V. Exª esperou mais ainda para que fosse indicado o nome, e hoje estamos nesta questão da maior importância, que é a presença do Senador Garibaldi Alves Filho como Relator.

Temos a maior tranqüilidade com relação à Comissão dos Correios, apesar de ela ter dito que seria uma comissão chapa branca. É verdade ou não é? O Presidente está agindo com muita autoridade, com muita isenção. E isso todo o mundo está reconhecendo.

E tenho certeza de que, se lá, onde foi feito um gesto, um lado ficou e o outro ficou fora. Se as coisas estão correndo bem, eu não tenho por que ter dúvida de que as coisas correrão bem aqui na nossa Comissão. Acho que o trabalho nosso é importante, agora farei um apelo neste início: por amor de Deus, o que tem acontecido um pouco ultimamente é que, lamentavelmente, alguns Parlamentares não entendem que eu sou MDB, eu sou PT, eu sou PFL, mas a comissão é um tribunal. Somos membros de um tribunal, de um tribunal superior onde temos os maiores poderes.

Venho de longe, lá detrás, nas nossas comissões muitas vezes tivemos decisões, o *impeachment* foi quase por unanimidade, foram três votos contrários. Foi um entendimento a que foi chegado. Não podemos aqui ter posições fanatizadas, partidárias. Temos que ter condições fanatizadas a favor de convicções. Isso é importante. É claro que cada um vai ter seu partido, as suas idéias, nós vamos debater, vamos analisar, mas não levar a CPI para isso. A CPI tem que buscar a verdade, o que é verdade, o que está certo.

Graças a Deus, hoje quero dar uma nota dez para o Presidente Lula e para o novo Presidente do PT, o Ministro Tasso Genro, que fez o *mea culpa*, não concorda com a tese de que há uma conspiração da direita, acha que o seu partido errou em muitos casos. Ele vai ter que pedir desculpas na ação e quer que se venha para cá debater o que tem que ser debatido. É o que acho que devemos fazer: não cair em cima do Governo no sentido de tentar destruí-lo e nem o contrário, esconder e botar para debaixo da mesa.

Se todos agirmos com essa isenção, faremos um grande trabalho e tenho certeza de que teremos uma responsabilidade perante a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. S.ª e antes de convidar o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos escuto o nosso Vice-Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr.ªs e Srs. Senadores, praticamente depois do pronunciamento do Senador Pedro Simon, eu não teria mais nada a dizer porque acho que ele apontou os pontos básicos.

A isenção primeira do Presidente naquela reunião quando tinha maioria aqui, o número legal para designar o Relator e não o fez. Segundo, a isenção com que tem conduzido as outras reuniões buscando sempre o consenso e metodizar os trabalhos e ainda agora, quando ele propõe claramente, lendo todos os requerimentos apresentados, que haja um tempo para que o Relator analise e possamos votar adequadamente na próxima reunião.

Finalizando com outra palavra do Senador Pedro Simon, temos que estar acima dos partidos realmente. Temos que pensar que somos um tribunal, ter isenção e pensar no Brasil acima de tudo. Tenho certeza de que o Presidente Efraim vai fazer isso com muita competência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. S.ª e faria uma consulta aos senhores membros da Comissão.

Temos disponível a fita que deu origem a esta CPI, que nos leva apenas um minuto. Antes que chegue o Sr. Carlos Ramos, pediria a atenção dos senhores por

apenas um minuto. Solicito ao Sr. Relator que até o final desta reunião apresente alguns desses requerimentos para que sejam aprovados para darmos continuidade na próxima semana à nossa Comissão. (Pausa.)

Reprodução da fita:

(Procede-se à reprodução da gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Convido para tomar assento à mesa o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, para os seus esclarecimentos.

Solicito à assessoria que providencie. (Pausa.)

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, há em nossa mão, assinados pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, termo de compromisso bem como uma procuração, outorgando aos Srs. advogados Raimundo Hermes Barbosa, Jeová Viana Borges Júnior e Marcelo Borges... Esses documentos se encontram na mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Solicito a V. Sª que faça sua identificação, com nome, identidade, profissão, e que inicie o seu depoimento.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Meu nome é Carlos Augusto de Almeida Ramos, empresário, nasci em Anápolis, Estado de Goiás, estou aqui para dizer a verdade aos senhores e, no que for perguntado, estarei sempre dizendo a verdade.

Eminente Sr. Presidente da Comissão, Senador Efraim Morais; eminente Relator, Senador Garibaldi Alves Filho; Vice-Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, confesso que fiquei um pouco assustado com a repercussão da divulgação das gravações envolvendo o caso Waldomiro Diniz.

Cumpre ainda esclarecer, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, que, desde o início, fui um colaborador para o esclarecimento de todos os fatos noticiados em todos os momentos em que fui solicitado. Prestei depoimento em todos os órgãos oficiais – Polícia Federal, Ministério Público, comissões de sindicância, Conselho de Ética, CPI da Loterj, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, cujos resultados todos os senhores têm conhecimento.

No meu primeiro depoimento, lembro muito bem que as notícias distorcidas dos fatos tentavam me desqualificar, tendo inclusive autoridades dado entrevista considerando irrelevante meu depoimento. O tempo vem demonstrar que não o foi, até porque, a partir dele, hoje estamos aqui na busca da apuração da verdade real, com fins de passar a limpo nosso País.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, acho aquela situação muito significativa, pois, segundo consta, não foi sequer instaurado inquérito das denúncias. Ao que parece, o objetivo era mesmo tentar desqualificar meu depoimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, permita-me uma interrupção. Acho que o depoente não deveria ler um discurso, mas, sim, responder às perguntas, às inquirições dos Parlamentares.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, ele tem direito, não sei por qual período. Conheço muito pouco o Regimento de CPI do Senado, mas ele tem direito, por um período, a fazer a explanação que quiser.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não vejo mal algum em que se leia. Mas é regimental, é prática da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele pode consultar algumas anotações.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele pode falar; evidentemente tem esse direito, mas não pode ler o documento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ele pode ler tópicos do documento, mas integralmente, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele pode consultar o documento, mas não pode trazer depoimento escrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Por escrito, isso não pode.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra para seu depoimento e pode fazer uma consulta, mas não a leitura. É isso que eu solicitaria a V. Sª.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Então, já estou à disposição para as perguntas dos nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse material ficará à disposição da Comissão, porque foi iniciada a leitura.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me só mais um segundo de interrupção e da paciência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É possível fazer chegar a cópia desse documento que

ele traz para todos nós da Comissão, já que ele não vai falar? Seria muito importante ouvi-lo, para até mesmo saber se há alguma contradição. Esse documento poderia nos ajudar muito. É possível V. Exª providenciar isso?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será atendido, Senador Sibá. Solicito da assessoria que providencie as cópias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, só para colaborar. A partir do momento em que ele diz que está disposto a ouvir as inquirições para responder, oriento-o que, a partir de agora, não poderá mais falar com os advogados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas não impede que o advogado consulte V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode, sim. Quando o advogado quiser se manifestar, deve entrar em contato com a Presidência. Vamos fazer sem muita burocracia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Embora o depoente já tenha dito que vai entregar o documento para todos nós tomarmos conhecimento, não vejo em que prejudicaria – em nada – ele ler da forma como achasse melhor a introdução da fala dele. Não concordo, por exemplo, que ele tenha sido interrompido de ler como ele quisesse.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas é regimental. Quanto à leitura, vamos procurar cumprir exatamente o Regimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A assessoria está informando que é o Código de Processo Penal, no seu art. 204, que impede que o depoente traga um documento escrito e proceda sua leitura perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Se há impedimento legal e se o depoente já se dispôs a encaminhar o que ia ler, está suprida a questão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, determine logo o tempo a fim de que não haja qualquer problema no procedimento de como será a participação de cada um de nós no momento de argüir.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Penso que 15 minutos seria tempo suficiente para cada Parlamentar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Integralmente, entre pergunta e resposta. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esta Mesa saberá coordenar esse trabalho. V. Exª, não vamos também aqui fazer um regime militar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é questão de desconfiar da Mesa. É só para ficar claro para nós se temos quinze minutos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – São 15 minutos, com perguntas e respostas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, pergunto ao Sr. Carlos... Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pode ser.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Carlos Augusto Ramos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu sei. Carlos Augusto Ramos. Eu pergunto é se posso tratá-lo por Carlos Cachoeira.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pode ser.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que Cachoeira?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O nome Cachoeira vem de meu avô. Ele é da cidade de Araxá, Minas Gerais, e a fazenda dele era a Fazenda Cachoeira. Isso há muitos anos. E veio descendo, parou em mim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V. Sª em que ramo de negócio atua. Qual a diferença entre videobingo, videoloteria, loteria *on line*, jogos pela Internet, apostas em papel e por telefone. É uma verdadeira aula, mas gostaria que V. Sª simplificasse isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Veja bem, videobingo e videoloteria, esses famosos, entre outros nomes que se dá aos caça-níqueis. Atuo na concessão de loterias. Atuava na concessão de loterias, no sistema *on line real time*, em tempo real, tipo, no Rio de Janeiro. Fazíamos tipo Sena, Mega Sena, essas coisas. Não mexia com caça-níqueis no Rio de Janeiro. Não tinha. E as outras são modalidades de apostas pelo telefone, pela Internet, e cada uma tem a sua, mas sempre no âmbito lotérico.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se V. Exª me permite, Senador Garibaldi Alves Filho, penso que V. Exª quer saber o que é legal e o que é ilegal também. Não é isso? Porque esses jogos, há os que são legais e os que são ilegais. E ele talvez pudesse nos esclarecer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Seria bom esclarecer isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Veja bem, não sou um jurista para falar o que é legal e o que é ilegal, mas vou fazer um pré-relato aqui. Nem eu sei o que é legal. Depois disso tudo, nem eu sei o que é legal e o que é ilegal. Pelo menos nos meus contratos, que assinei com as loterias dos Estados, com Secretários da Fazenda, todos eles foram licitados, e para mim todos eram legais, até que foram todos cancelados, devido a esse problema.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Cachoeira, nos últimos dez anos, suas empresas ou consórcios com participação de suas empresas firmaram contratos com que órgãos públicos? Qual a situação atual de seus contratos com a administração pública? Algum dos processos licitatórios de que suas empresas participaram apresentou algum tipo de direcionamento? Como isso se dava? Na execução dos contratos, como era a relação com os agentes públicos? Havia pagamento de propina? Era comum ocorrerem mudanças nos contratos para beneficiar as empresas executoras?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sr. Relator, de todos os contratos que assinei com os Estados, fui um dos precursores, nesse projeto de loteria estadual. Comecei com a Loteria do Estado de Goiás, onde se arrecadava R$50 mil, e chegou, no final, arrecadando R$2 milhões para os cofres públicos. Só de impostos, R$2 milhões para os cofres públicos! São Paulo arrecadava R$400 mil; Goiás, R$2 milhões. Loteria estadual! O Rio de Janeiro estava no início do processo, Rio Grande do Sul também estava no inicio, e no Paraná havia tido um cancelamento, mas se chegou a pagar R$1 milhão, R$1 milhão e pouco por mês. As outras, eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas empresas são? Quais são essas empresas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Era a Bet-Capital e, em Goiás, a Gerplan.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São duas somente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Duas empresas. Deixe... Bet-Capital e Gerplan. Exatamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Waldomiro Diniz disse, em depoimento na CPI da Loterj, no Rio de Janeiro, que quase duplicou as autorizações para o funcionamento de bingos em sua gestão. Passou de 25 bingos para 38 credenciados.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A partir daí, ele disse que passou a negar autorizações alegando que o mercado já estaria saturado.

Pergunto: V. Sª poderia nos dar um panorama da exploração das loterias no Rio de Janeiro. Quais as modalidades? V. Sª considera que esse mercado está saturado? É um mercado cartelizado, oligopolizado, monopolizado? V. Sª acredita que a proibição do funcionamento de novos bingos visou ao favorecimento de alguém?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A última não entendi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª acredita que a proibição de funcionamento de novos bingos visou ao favorecimento de alguém?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Vou começar pela última, porque estou... Veja bem, a proibição... O que o clandestino quer é a proibição! Isso é mais do que claro. Em Goiás nós combatemos efusivamente o jogo clandestino. Por isso que a arrecadação subiu nas alturas. E hoje está lá: tem 15 meses que foi encerrado o contrato com a loteria do Estado de Goiás e o Estado não se recebe um centavo mais, e tem 15 mil terminais na rua, e não se combate o clandestino. A loteria local não combate o clandestino mais. Quer dizer, deixou-se de pagar, onde tinha um contrato licitado, assinado pelo Secretário da Fazenda, e deixou de pagar. E hoje esta tudo na clandestinidade, e está uma maravilha para quem opera na clandestinidade. Eu não opero na clandestinidade. Todos os contratos meus foram regulares. E eu falo sempre isso. E o combate deixou de existir. Quer dizer, o prejudicado, nessa história inteira, eu denunciando o Waldomiro Diniz, é somente eu com as minhas empresas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois da denúncia que V. Sª fez, V. Sª sofreu que tipo de represália, conforme está dizendo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Os contratos meus foram encerrados. Isso é uma bola de neve. Saiu o meu nome, primeiro, indevidamente – foi um erro do repórter me colocar como bicheiro, bicheiro do Rio. Lá eu estava com um contrato assinado com o Estado, licitado. Não encontrou... Não encontrou irregularidade alguma naquele contrato. Eu fui colocado como bicheiro do Rio na reportagem. Mal-

dade. Isso acho que hoje até a revista **Época** já me trata como empresário; eles viram o erro que cometeram. Mas não tem problema. Automaticamente foi encerrado o meu contrato lá também, no Rio Grande do Sul, em Goiás. Quer dizer, foi um efeito dominó. Tudo por causa da fita, onde...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª acha que quem está por trás do encerramento desses contratos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Acho que, da forma que foi colocado – eu estava ali na sala, vi o vídeo aqui que passou, e ali já começou tudo errado, porque ali eu gravei o Sr. Waldomiro Diniz, e ninguém grava o próprio crime. Uma coisa que sempre coloquei na CPI da Loterj, mas os Deputados lá não quiseram, ou se deram por desentendidos, aquele momento que eu falo – eu estava vendo no vídeo agora, e isso é importante dizer – quando eu gravei o Waldomiro Diniz, ele estava me pressionando atrás de propina. Ele queria lançar um edital... Ali eu falo do edital e falo da empresa que ia ganhar, a Ebara. Falei antes! A Ebara. Ele queria modificação no edital para mim pagar para ele. Falei: "Você não precisa modificar", porque o objeto do contato dessa licitação que ia haver – a licitação não era para mim, eu entrei depois, recorri à própria Loterj e ao Tribunal de Contas e perdi – o objeto dessa licitação que ia haver colidia com o meu objeto, onde nós iríamos fazer um investimento muito alto e eu não poderia arriscar. E ele queria fazer um edital para me pressionar, para mim pagar. E ele veio com aquela conversa de modificar o edital.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que V. Sª tinha tanto medo assim das ameaças dele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele era o presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro e um homem poderoso, um homem que pulou de um Governo para outro... Eu nunca tinha visto isso! Pulou de um Governo de Oposição para outro de oposição àquele e ficou no mesmo cargo! É um homem poderoso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª o conheceu como e quando?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É outro ponto que erroneamente os Deputados da CPI maldosamente colocou... Eu conheci o Waldomiro dentro da Loterj, ele como presidente. E o edital que eu ganhei, ele não montou o edital para mim ganhar hora nenhuma. O edital já vinha de uma licitação passada. Ele entrou lá e colocou o edital a mando do Tribunal de Contas, que tinha cancelado o contrato anterior. E eu ganhei essa licitação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Sª o conheceu como?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu como... Institucionalmente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só quando ele era presidente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Dentro da Loterj. Quando ele era presidente da Loterj. E aí eu passei a ter relacionamento com ele. Eu como empresário e ele como presidente da loteria do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor teve centenas de conversas com ele.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Centenas?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim. V. Sª admitiu isso na Polícia Federal...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Centenas, não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas que sempre conversava com ele.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Conversava, mas institucionalmente. Eu como empresário e ele como...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quando ele começou a extorqui-lo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi quando ele disse... Ele queria fazer esse lançamento desse novo edital para me prejudicar, que o edital colidia com o meu e eu era exclusivo. Eu tinha ganho a licitação com objeto exclusivo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª trocou telefonemas com ele, 248 telefonemas. Isso está apurado no inquérito da Polícia Federal.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Está aí... Esse é um importante... Veja bem, aí eu já vou um pouco mais além, tá? É da época já do Deputado Federal André Luiz. Essas 248 ligações no ano de 2003? Não é isso? (Pausa.)

Tá... O Deputado quando... na tentativa de extorsão do Deputado André Luiz, através dos meus interlocutores que foram até ele, ele disse que, se eu não pagasse aquele achaque – de um milhão, quatro milhões, eu não me lembro... foi dois tipos de achaques que ele fez...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu poderia, se eu tivesse aqui... O primeiro foi feito, ele pediu um milhão de dólares; e o segundo, quatro milhões de reais. Na hora que...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi em duas etapas. A primeira eu não paguei...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu peço aos Srs. Senadores que não façam interrogação paralela. A palavra é do Relator.

Eu apenas solicitaria de V. Sª, apenas por uma questão técnica para o áudio e o telão, que V. Sª falasse de frente para o microfone.

Agradeço a V. Sª.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O Deputado André Luiz, no começo de agosto, ele chamou os interlocutores lá. Essa conversa já vinha sendo gravada essa conversa com ele. E ele disse o seguinte: "Se não pagar esses três milhões de reais" – três ou quatro milhões, temos que olhar aí – "eles vão pressionar vocês através de... eles vão pressionar o Cachoeira através da imprensa."

Coincidentemente, o Relator Luiz Paulo Corrêa de Melo, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, uma semana após, chamou a coletiva e disse o seguinte – isso é muito importante: "Ficou configurado aqui que o Cachoeira, ele e o Waldomiro Diniz, no ano de 2003, se falaram 248 vezes. Isso, ele falava mais com o Waldomiro Diniz do que com a sua própria esposa."

E caiu na gargalhada. Isso passou.

Tá bom. Quando estourou tudo na revista **Veja**, em outubro, em uma entrevista que eu dei para o jornal **O Globo**, eu desafiei esse Senador... desculpe, esse Relator, esse Luiz Paulo Corrêa de Melo, a provar essas 248 ligações que eu fiz para o Waldomiro Diniz.

Eu queria até ler... Eu o desafiei através do jornal **O Globo**... Deixe só ler o trecho que ele fala aqui: "Desafiei, através da jornalista, a jornalista me ligou..." Seguinte. Aqui: "Sobre a série de denúncias contra Parlamentares do Rio, Cachoeira diz que seu objetivo, ao gravar as conversas, foi apenas se defender de tentativas de extorsão. Ele lembrou que o Relator da CPI, Luiz Paulo Corrêa da Rocha" – é da Rocha, eu coloquei Melo – "chegou a afirmar que ele tinha feito 243 ligações para telefones de Waldomiro Diniz, ex-presidente da Loterj e ex-assessor do Planalto, mas nunca teria provado a denúncia. Procurado, o Deputado afirmou que, embora não tivesse que responder a acusações de Cachoeira, de fato constatou que esse número de ligações não aconteceu, tanto que não incluiu a informação no relatório final da CPI."

Quer dizer, ele não teve a hombridade de convocar a mesma coletiva que ele tinha feito... Ele não teve a hombridade de convocar a mesma coletiva que ele tinha feito para denegrir a minha imagem e dizer que não tinha uma ligação sequer. Maldade. Mas o Deputado André Luiz já tinha dito que eu ia receber pressão pela imprensa, como de fato aconteceu.

Então essas duzentas e quarenta e poucas ligações não aconteceram, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não foram 248, mas foram quantas: 200, 150?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, foram umas três vezes. No ano de 2003? Muito poucas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Três vezes?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Três!

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E de 2001 a 2004?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Aí eu falava institucionalmente com ele. É o que está no relatório da Polícia Federal, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Alguma vez ele citou algum nome de autoridade federal?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O Waldomiro Diniz?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem do Ministro José Dirceu, na época, nem do Presidente do PT, nenhum?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nada, nada, nada. Nunca ele fez. Ele me chamou só para me pedir dinheiro para a ex-Governadora – que não acredito que esse dinheiro iria para ela –, ex-Governadora, para a campanha dela, Rosinha Garotinho. E ele estava... Naquela gravação ele já era do Governo da Benedita da Silva, e me pediu dinheiro também para a Benedita da Silva, para a Governadora Benedita da Silva.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E do Geraldo Magela?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Geraldo Magela, invenção dele. Eu não dei um centavo. Não conheço o Deputado Geraldo Magela, nunca o vi. Não tinha porque eu comprar. E eu não compro ninguém; eu trabalho no caixa um, meus jogos eram legais. E eram *on line*, *real time*, em tempo real. Era recolhido na fonte o imposto sobre os prêmios, não tem caixa dois. Ele, ele, ele deve estar... capaz que ele estaria acostumado com o jogo ilegal. Era fácil pegar, pegar dinheiro daqui para lá, quer dizer, que não tem problema nenhum. Eu não dei dinheiro para ele. Tanto

é que ele, logo após que ele me pediu, ele me pediu esse dinheiro e eu não dei, ele pôs a licitação na rua e a Ebara ganhou. A Ebara ganhou a licitação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V. Sª: Armando Dile foi uma imposição de Waldomiro? A contratação dele por V. Sª?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Veja bem, vou esclarecer esse fato. Quem me apresentou realmente o Armando Dile foi o Sr. Waldomiro Diniz. O Armando Dile foi diretor da GTECH, salvo engano, ou supervisor, não sei, mas um cargo... e ele era professor de *Marketing* da Universidade do Rio de Janeiro. Não sei qual universidade. E o Sr. Armando Dile tem... Ele trabalhou na Souza Cruz – salvo memória, que eu não... – e o currículo dele é muito bom. E eu precisava de uma pessoa do *Marketing*, mas ele me apresentou o Armando Dile. Mas não é porque ele me apresentou que eu o contratei. Contratei porque eu precisava e levei para a minha diretoria. Ele foi contratado por isso, pelas qualidades dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele tem uma versão que diz que o dinheiro que ele pediu a V. Sª era para o Sr. Armando Dile, que estava sem receber até mesmo o seu salário.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele, o Waldomiro Diniz, Sr. Relator, ele é uma pessoa dissimulada, dissimulada. Ele disse isso para salvar a própria pele. Dissimulação dele, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois de anular a licitação que a Montreal Informática vencera, Waldomiro lançou outro edital, que o Consórcio Combralog, dirigido por V. Sª, venceu, levando um contrato de 168 milhões, porque V. Sª queria operar apenas com caça-níqueis.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O senhor poderia repetir, porque....

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, eu vou fazer já a pergunta. Vou deixar o comentário de lado.

Na fita que foi gravada no escritório de V. Sª, fala-se da alteração de um edital de licitações para loteria de múltiplas chances, Totobola. V. Sª não teria interesse em participar do edital, que seria vencido pela Ebara, que já operava com a Loterj. O seu interesse era mudar o objeto para não haver risco de o Consórcio Combralog perder a exclusividade dos jogos on line**, videoloteria. V. Sª entregou a Waldomiro a proposta de alteração do edital. Ela foi aceita. O Sr. Waldomiro recebia alguma participação na execução do contrato do Combralog, conforme ficou acertado na conversa gravada? Quanto?**

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Veja bem, é isso que eu acabei de relatar, mas é um fato importante para o senhor saber. Ele... A licitação que eu ganhei foi de 2001, e não foi o Sr. Waldomiro Diniz que pôs a licitação na rua, foi imposição do Tribunal de Contas, que a Montreal Informática já havia ganho essa licitação, o Tribunal de Contas cancelou e pôs a mesma licitação na praça. E eu tinha ganho, com exclusividade, o sistema *on line*, *real time*, em tempo real. Quer dizer que qualquer tipo de jogos na Loterj seria meu, nosso, da nossa empresa, com exclusividade.

Ele, no meio dessa discussão, queria lançar um novo edital que... – e eu ganhei com exclusividade – queria lançar um novo edital que colidia, que também era *on line real time*, que colidia frontalmente com o meu contrato, onde eu estava preparando já para um investimento altíssimo com a empresa coreana. E ele queria... Ele queria me pressionar pagar a propina, ou colocaria esse edital na rua.

E ele me pediu para fazer modificação, Sr. Relator, as modificações que ele queria, mas para mim pagar o... Se eu pagasse a propina, ele iria tirar o *on line*, *real time*. E eu filmando, estava filmando, quer dizer, eu sabia, eu tinha poder do que eu estava falando com ele. Quer dizer, estava ali gravando para mim... O achaque, para mim, era segurança, quer dizer... Porque eu estava sendo achacado por um poderoso.

E esse edital foi para a rua, Sr. Relator, com o sistema *on line*, *real time*, que colidia com o meu sistema. Eu não tirei hora nenhuma e não modifiquei edital.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantos milhões – o cálculo que V. Sª faz – que passou para o Sr. Waldomiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu passei dinheiro para ele?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nenhum centavo. Por isso que ele pôs o edital na rua.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum centavo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu não pergunto só por ocasião desse negócio, não.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não! Para o Sr. Waldomiro Diniz? Nenhum centavo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No seu relacionamento, o senhor nunca passou dinheiro para ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não. Para o Sr. Waldomiro Diniz, não passei nenhum centavo. Eu só trabalho no caixa um. A minha empresa é legal. Eu tinha um contrato assinado com a loteria do Estado de Goiás... do Rio de Janeiro, Sr. Relator, e não passei nenhum centavo para o Sr. Waldomiro Diniz. Se eu tivesse passado algum centavo para ele, o tratamento seria diferente, eu não precisava estar gravando aquela conversa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quando V. Sª foi levado por ele, na tentativa de usar a influência dele para fechar o negócio de substituição da GTECH?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Aí, veio posteriormente. Ele largou a Loterj no final do ano de 2002. Eu cheguei de uma viagem do exterior, passei na GTECH, onde eu tinha algumas coisas com a Gtech – desde 1997 eles prestavam serviço para mim em Goiás –, e tinha um relacionamento bom com o pessoal da GTECH. E cheguei lá eles... No dia... Talvez no começo de fevereiro ou no final de janeiro de 2003, eles me disseram, o Sr. Antônio Carlos Lino Rocha, Presidente da GTECH, me disse que ele... ele estava recebendo ligações do Sr. Waldomiro Diniz, da Casa Civil, e ele... quatro vezes, e ele não tinha conseguido... e ele não recebeu as ligações do Sr. Waldomiro Diniz. Perguntou para mim quem era, e eu falei assim: "É essa pessoa. Ele foi presidente da Loterj, tal..." E nesse interposto aí, o Waldomiro Diniz me pediu para que... Aqui em Brasília já ele me ligou. Pode ver que nesse período aí tem ligações dele para mim, e eu retornando também. O meu sigilo já foi quebrado várias vezes aí – deve estar na documentação de V. Exª. E ele pediu para que marcasse um encontro com o pessoal da GTECH. E assim eu o fiz. Liguei para o Antonio Carlos e marquei esse encontro.

Numa única vez... Isso é bom fazer, que numa única vez... Uma única vez. Eles tiveram vários encontros depois. Única vez, no Hotel Blue Tree, salvo engano no dia 13 de fevereiro de 2003, participei da reunião entre GTECH e o Sr. Waldomiro Diniz. Participou da reunião Marcelo Rovai, Antonio Carlos, presidente da GTECH, eu e o Sr. Waldomiro Diniz. Foi-se falado o mercado lotérico brasileiro; o pessoal da GTECH disse a ele dos problemas que estavam enfrentando, que enfrentou no Governo passado para renovação de contrato, e ele escutou muito. Trocaram-se cartões e encerrou a reunião. E nunca mais eu tive contato.

Quando eu ia... E ninguém me... Com ele, ele me ligou, eu ligava para ele, para o Waldomiro, mas pouquíssima vezes isso foi. Quando ele, ele... eu perguntava se ele tinha estado com a GTECH, ele disse: "Não, nunca mais estive com a GTECH." Perguntava para o pessoal da GTECH, quando eu ia... freqüentava o escritório da GTECH: "E aí, como é que estão as negociações?" Ele disse: "Está indo bem! Está indo bem!" O Rovai me falava, o Antonio Carlos Rocha: "Está indo bem." "Mas e o Waldomiro?" "Não, nunca mais eu vi o Waldomiro." Quer dizer, eu não tive mais contato, de maneira alguma, depois dessa reunião no dia 13 de fevereiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foram várias reuniões, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Isso aí eu fiquei sabendo pela imprensa depois, não é? Mas nunca me chamaram.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não com a participação de V. Exª?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sem a participação minha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Sª desinteressou-se assim pelos belos olhos de quem?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não desinteressei porque eu não estava interessado, Sr. Relator, em momento algum. Eu não tinha interesse em nada daquela reunião. Simplesmente marquei uma reunião entre as duas partes, porque o pessoal da GTECH queria falar da indignação do contrato deles.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, para terminar e dar oportunidade aos Parlamentares – depois, se houver necessidade, volto a indagar –, eu queria perguntar apenas o seguinte: V. Sª estava a par do projeto de lei que ficou de ser enviado e terminou não sendo enviado a respeito da legalização do jogo... dos jogos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu sei. Eu fiquei sabendo... Tem um boletim de novidades lotéricas, e eu fiquei sabendo dessa Comissão através desse boletim de novidades lotéricas. E, quando estourou a segunda... aquela da revista **Veja**, é que eu fiquei sabendo que, que... que essa Comissão havia... que estava prestes a sair o relatório.

Muitas pessoas me perguntaram: "Mas você não detonou essa fita para acabar com essa... com essa...?" Não, não. Respondo sempre que não, porque, se eu tivesse detonado, eu não sairia como bicheiro na capa da revista **Época**.

E uma coisa que ninguém sabe – eu falo até de primeira mão para os senhores –, que logo que eu fiquei... no final de março, eu fui na... no final de março de 2003, eu fui na sede da GTECH. O Sr. Marcelo Rovai me disse que... Eu perguntei: "E o contrato seus, como é que está?" – eu só tinha conhecimento pela imprensa. E se tinha feito renovação pela por pouco

tempo. Ele me disse o seguinte... Me parece – só para... – me parece que o contrato foi assinado, da renovação do contrato da GTECH, foi em abril, nove, por aí, não é? Ele me disse o seguinte – isso, já estou até adiantando o fato, aproveitando a oportunidade – ele me disse o seguinte: "Vai ser renovado por 25 meses." Eu pensei: ele estava lutando para renovar o contrato por 12 meses, e de repente houve uma renovação de 25 meses? E eu, conhecendo a pessoa do Waldomiro, eu procurei... Eu procurei... Isso é primeira mão, isso para vocês... o tanto que eu agi corretamente.

Eu peguei o jornalista Mino Pedrosa; ele me levou até o Ministério Público Federal – aquele prédio redondo espelhado. Fui ao Subprocurador José Roberto Santoro – isso, final de março, começo de abril, antes da assinatura do contrato – e falei para ele que estava tendo... poderia ter interferência – eu disse "poderia" – poderia ter interferência do Sr. Waldomiro Diniz naquela renovação do contrato, porque, na renovação, a GTECH estava brigando por 12 meses, e a renovação iria acontecer por 25 meses. É benesse demais. E falei que... E falei para ele que eu tinha uma fita. A partir do momento que eu disse isso, Srs. Senadores, eu...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – José Roberto Santoro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, ele não estava nessa reunião, o Serra Azul, o Sr. Serra Azul.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – José Roberto Santoro.

Eu disse a ele – eu fiz uma notícia-crime: "Dr. José Roberto Santoro, eu estou aqui porque está acontecendo isso, isso...". Relatei todo o fato para o Dr. José Roberto Santoro, uma pessoa ilibada, uma pessoa honesta, legalista. E relatei todo o fato para ele.

A partir daquele momento que eu relatei, eu disse a ele que eu tinha uma fita onde eu... Eu, eu... que, no ano anterior, de 2002, quando diretor da Loterj, "eu tenho uma fita do Sr. Waldomiro Diniz me pedindo propina". "Então, eu acho que pode ter interferência dele nesse processo de renovação do contrato da GTECH, que deve estar para acontecer" – eu relatei que estive na GTECH.

A partir daquele momento, ele... Ele não tomou oficialmente o meu depoimento. Eu tenho como testemunha o jornalista Mino Pedrosa. E hoje eu não converso com o jornalista Mino Pedrosa. É... outro fato. Depois a gente vai mais além.

A partir daquele momento, Sr. Relator, porque o Waldomiro é uma pessoa dissimulada e falou que estava tendo... no futuro ele falou que houve uma tentativa de extorsão com ele, com relação à fita. Quem sofre de extorsão tem que ir à delegacia e dar parte. Ele me disse o seguinte, o Dr. José Roberto Santoro virou e falou assim: "Não, eu não vou tomar depoimento agora. Eu quero que você me traga mais fatos. Quem é essa pessoa?" Eu falei assim: "Hoje ele está na subchefia, salvo engano, da Casa Civil. É uma pessoa influente. Então, uma pessoa dessa não pode estar no cargo que está. Eu não quero imprensa, não quero nada. Eu só quero o seguinte: eu vim aqui falar do fato ao senhor." Ele me disse o seguinte: "Então, o senhor volta, posteriormente, e tenta colher mais dados."

Eu não tinha mais dados para colher! Eu estava ali tentando ajudar.

Ele até me disse que, na época, que tinha uma fita no... uma filmagem que foi feita dentro da Caixa Econômica Federal sobre uma empresa de segurança, e nisso parece que tinha uma conversa da GTECH no meio lá, na Caixa. Eu não entendo... Eu não me recordo muito bem. E passou.

E eu quero deixar claro que, a partir do momento, Senador Tuma, em que estive no Ministério Público Federal e relatei isso a um Subprocurador da República, a notícia é pública. Mesmo que ele não...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Fora do microfone.)* É notícia-crime.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Notícia-crime, e pública. Pública. Quer dizer que, mesmo se ele não pegou o meu depoimento, eu fiz uma notícia-crime a um Subprocurador da República. Eu não ia sair... Eu não seria tolo – e nem é da minha índole – sair dali e tentar extorquir Waldomiro Diniz. Isso é que aconteceu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, aí, eu volto àquela reunião que o senhor disse que participou.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Do dia 13 de fevereiro?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do dia 13 de fevereiro.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto.

A reunião, nós conversamos... Foi mais de apresentação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não foi surpresa para o senhor, então, o que aconteceu depois, porque o senhor participara da primeira reunião?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu participei da primeira reunião. Somente da primeira reunião.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª disse que foi frustrada a reunião?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não foi frustrada, foi...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Certamente, porque não chegaram a um entendimento...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Perto de mim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Um entendimento financeiro.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Perto de mim, Senador. Não houve conversa desse tipo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não houve nenhuma conversa...?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nada, nada, nada. Nós conversamos do mercado lotérico...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, depois, o senhor suspeita que houve?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, eu não suspeito porque eu não posso conjecturar. Eu poderia suspeitar, tanto é que eu procurei...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas V. Sª já suspeitou, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exato. Eu fui, no final de fevereiro, fui lá e denunciei.

Correto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Sr. Relator e solicitaria da assessoria que, a partir de agora, marque 15 minutos para cada um dos oradores para perguntas e respostas.

Pela lista de inscrição, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti por quinze minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Talvez algumas perguntas que eu vá fazer aqui possam já ter sido feitas pelo Relator. Nesse caso, V. Sª pode ficar dispensado de responder e me lembrar.

Gostaria de perguntar, primeiro, o seguinte: depois que o Sr. Waldomiro Diniz assumiu o cargo na Casa Civil da Presidência da República, como foi esse contato seu com ele? Ele o procurou ou o senhor o procurou, depois que ele já estava na Casa Civil da Presidência da República, não na Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele me procurou e eu ligava para ele, mas pouquíssimas vezes, Sr. Vice-Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Nesse caso especificamente, ele o procurava ou o senhor o procurava objetivando o quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu retornava ligação, ele me ligava...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Mas...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, mas aí, no mês de janeiro – o senhor me desculpa – quando ele assumiu, né? Eu viajei, eu fiz uma viagem ao exterior e, quando eu voltei, parei em São Paulo e fui direto na GTECH para ver... Eu trabalhava com a GTECH desde 1997, eles prestavam serviço para mim na loteria do Estado de Goiás, e foi quando ele me disse que o Waldomiro Diniz tinha procurado eles. Aí eu vim para Brasília, a gente se comunicou, e ele pediu para que eu o apresentasse, porque eles não estavam recebendo a ligação dele. E foi feito o contato e marcada a reunião.

Você pode ver – o senhor, desculpe, Sr. Vice-Presidente... V. Exª pode ver as ligações que foram feitas no dia 13 de fevereiro. Tem ligação minha para o Waldomiro, do Waldomiro para mim e tem também várias ligações da GTECH para mim, da secretária, confirmando no hotel Blue Tree a reunião.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quer dizer que, então, os contatos eram feitos, nesse caso, objetivando a aproximação com a GTECH?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Somente. Somente nessa data.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – E o seu relacionamento com a GTECH era exatamente qual? Ele prestava serviço a...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Fui concessionário da loteria do Estado de Goiás desde 1995. É uma relação vantajosa para o Estado, eu pagava cerca de R$2 milhões. E a GTECH, no começo – eu não mexia ainda com sistema *on line* e *out time* –, eles prestavam serviço para mim nessa área, uma parceria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com quais Governos, municipais, estaduais ou órgãos federais, suas empresas tiveram, têm algum tipo de contrato ou tinham?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tinham. No Estado de Goiás...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Ou tem. Tinham ou têm.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não tem mais nenhum, infelizmente. Está tudo na clandestinidade, e eu não participo da clandestinidade. Cortaram uma bela ajuda para o Estado de

Goiás, que eram R$2 milhões. Imagina o que poderia dar São Paulo!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Goiás...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Goiás; Paraná, que foi cancelado, mas chegou a dar R$1,1 milhão para o Estado; Rio Grande do Sul, que estava no começo; e Rio de Janeiro. Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, Sr. Vice-Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Durante esse período que o senhor tinha esses contratos, o senhor contribuiu com campanhas políticas de algum político?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Formalmente, legalmente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nenhuma, Sr. Vice-Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quantas vezes o senhor filmou as suas conversas com o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu tentei duas vezes; a primeira não deu certo, faltou... Não saiu a contento, porque fui ligar e ficou tudo embaçado, não saiu imagem nenhuma; e a segunda vez. E essa outra aqui, do aeroporto.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quer dizer que, então, todo o material que o senhor filmou o senhor entregou às autoridades, seja à Polícia Federal ou à CPI da Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Posteriormente sim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Não há nenhuma filmagem mais com o senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nesse assunto aí?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não. Não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quer dizer que não existe, portanto, nenhum outro material filmado ou gravado das conversas do senhor com o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não tem nenhuma.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O senhor conhece a empresa Ebara?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nunca estive com eles.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sabe de algum relacionamento dessa empresa com o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu sabia que o relacionamento era bom, tanto é que, posteriormente, eu vi notícias na revista **Época** de que, na agenda do Sr. Waldomiro Diniz, houve encontro aqui no Palácio com a dona da Ebara.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Que foi a empresa que ganhou, depois...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Que ganhou a licitação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Da Loterj.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Da Loterj.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O senhor teve como seu funcionário o Sr. Armando Dile, o senhor já afirmou isso, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Já afirmei.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Em qual período e que atividade ele desenvolvia na sua empresa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Até o seu falecimento ele prestou serviço, porque era contrato esporádico; ele era analista, e a nossa diretoria pedia análise de mercado e ele prestava o serviço de análise de mercado e era remunerado por isso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Trabalhou por quanto tempo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Acredito que por quatro meses. De abril a dezembro de 2002.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O senhor sabe dizer quem convidou o Sr. Armando Dile para viajar a Coréia, representando a Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele apareceu com essa portaria para ir à Coréia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Era seu funcionário e apareceu com a portaria da Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele prestava serviço. Não era funcionário. Eu pagava para ele por prestação de serviço, não era mensal, e ele era ligado ao Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O senhor tem idéia de qual era a finalidade dessa viagem desse Sr. Armando Dile?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Para ver a capacidade da empresa na Coréia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quem era a família Ortiz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A família Ortiz trabalha no ramo de vídeo-loteria, e conheço muito pouco.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O senhor não tinha relacionamento com essa família?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Muito pouco. Estive uma vez com eles, quando fui apresentado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por 15 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, perguntaria inicialmente: essa gravação foi realizada em que local?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – No meu escritório, no escritório da nossa empresa, na cidade do Rio de Janeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Outras pessoas estavam presentes ou só o senhor mesmo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Só um prestador de serviço nosso que estava junto lá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quem instalou esse equipamento de gravação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi contratado no mercado local lá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A divulgação da fita tem alguma relação com a notícia de que o Governo preparava uma proposta de regulamentação dos jogos, especialmente bingos, no País, que poderia contrariar os seus interesses empresariais?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – De maneira alguma, porque o meu interesse era o mercado lotérico de loterias em tempo real. Eu trabalhava mais com o sistema lotérico tipo Mega-Sena, essas coisas, e não houve relação alguma disso aí.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E a divulgação se deu para se proteger do Sr. Waldomiro Diniz ou foi uma espécie de vingança, em razão das várias tentativas de achaque feitas por ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A divulgação?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A divulgação da fita. Qual foi a razão da divulgação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Senador Alvaro Dias, não foi eu quem divulgou a fita. Em meados de 2003, depois que fiz a notícia-crime ao Sr. José Roberto Santoro, no Ministério Público Federal, teve uma reportagem da revista **ISTOÉ** em que o jornalista Mino Pedrosa foi fonte – a reportagem era, se não me engano, do jornalista Mário Simas. Nessa época, o Mino já era assessor de imprensa da minha empresa, e ele havia dito para mim que – ele disse anteriormente – ele era a fonte dessa entrevista. O jornalista, posteriormente a essa... Roda da fortuna, senão me engano, em agosto ou julho de 2003... O Mino pediu a fita para mostrar ao jornalista que tudo que ele disse como fonte era real, para mostrar ao jornalista Mário Simas.

Encontrei com ele em Brasília, posteriormente à saída dessa matéria, e deixei a fita na mão do Mino para mostrar a ele e para ele se tranqüilizar de que realmente tinha acontecido aquilo. Aí, o que acontece? O que acontece? Uma semana depois, o Mino – confiança total nele –, assessor de imprensa meu, disse, mostrou, e o jornalista ficou tranqüilo. E o Sr. Waldomiro, se precisasse, colocaria, faria a apresentação da fita. Como eu já tinha dado a notícia-crime no Ministério Público Federal antes... Já era público aquilo. A grande testemunha é o Dr. José Alberto Santoro...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É. O senhor esteve reunido espontaneamente, em mais de uma ocasião, com os Procuradores Marcelo Serra Azul e José Roberto Santoro com o intuito de entregar as fitas. Mas o que consta é: não entregou as fitas.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Isso é posteriormente. Aí eu vou, no momento certo... Eu estou chegando lá.

Esse foi o mês de julho, saiu essa reportagem, mostrei a fita, deixei a fita com o Mino Pedrosa. Estranhamente, no mês de... Isso já de 2003, dia 07 de fevereiro, eu recebi uma ligação do Sr. Mino Pedrosa dizendo que eu teria que depor no Ministério Público Federal e não me disse que era relativamente a essa fita. Foi em 2004 que estourou. Realmente, foi 2004. Desculpem-me.

Eu não fui. Fui no sábado e compareci. Falei assim: amanhã eu posso. No domingo, comparecer ao Ministério Público Federal. Lá se encontrava – lá que fiquei conhecendo o Dr. Serra Azul – o Dr. José Roberto Santoro. Eles relataram que era uma notícia muito séria sobre jogos no Brasil, e achei aquilo muito estranho. Ele pediu todo o material que eu tivesse contra o Sr. Waldomiro Diniz. Bom, ele sabia que eu tinha uma fita. Eu tinha dito para ele, quase um ano atrás, que eu tinha uma fita. Como eu achei estranha

aquela reunião naquele domingo – foi 7 de fevereiro –, então, dia 8. Foi domingo. Eu pedi um tempo.

Eu o procurei quase um ano antes para fazer uma denúncia pura e simples, sem alardeamento de imprensa e nada. Ali eu vi que não era uma denúncia pura e simples. Eu procurei, eu pedi um tempo para eu entregar a fita aos procuradores.

Aí passou segunda, passou terça, e eu fiquei incomodado com aquilo e acabei não entregando. Na quinta-feira, recebi a informação que iria sair na... O próprio Mino Pedrosa disse... Nisso, o Mino fez umas ligações para mim dizendo para eu entregar o material para o Sr. José Roberto Santoro, e eu não entreguei.

Na quinta-feira, um dia antes da publicação da revista **Época**, fui com as fitas para entregar no Ministério Público Federal, as duas fitas. Cheguei lá por volta das 10h da noite, 11h da noite, não me lembro. No outro dia, saiu cedo a revista **Época**. Cheguei lá e resolvi não entregar. Ele até achou ruim.

Na verdade, o que aconteceu? Ele queria...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por que resolveu não entregar? Teve receio...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque já tinham a fita. Eles queriam somente esquentar aquela fita que já estava em mão. Eu não sei quem, porque ela explodiu no outro dia na revista – e de quem. A única pessoa que pôs a mão na fita foi o jornalista Mino Pedrosa. Era uma fita que precisava ser esquentada. Como aí já envolvia imprensa e como eu fiz a primeira denúncia, um ano antes, eu me reservei o direito de não entregar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou preocupado com o meu tempo. Vou pedir objetividade nas respostas.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor que mandou gravar o encontro com o Sr. Waldomiro Diniz no aeroporto de Brasília?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não. Eu recebi essa fita posteriormente, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o senhor não afirmou na Polícia Federal, no depoimento da Polícia Federal que...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, que eu precisava, com um amigo, eu precisava...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...que foi o senhor que mandou gravar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Eu precisava... Eu comentei com um amigo que eu precisava gravar. Eu estava sendo extorquido pelo Sr. Waldomiro Diniz, e essa gravação do aeroporto aconteceu umas duas semanas antes da gravação principal, que veio na revista **Época**. Eu precisava gravar. E ele ia me encontrar no aeroporto, e eu queria uma gravação pura e simples. Posteriormente, eu gravei e recebi essa fita, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quem gravou a fita?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não sei quem gravou. Eu recebi essa fita posteriormente. E eu já tinha gravado...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor tinha interesse na gravação. Aí, gravam. É uma coincidência...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, mas eu disse a essa pessoa que eu precisava gravar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, o senhor sabe quem gravou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quem me remeteu a fita?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quem foi?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi um amigo meu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Qual o nome?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque o seguinte, eu até disse aí, Sr. Senador Álvaro Dias, ele não... Eu não paguei nada para ele fazer essa gravação, não teve remuneração nenhuma; e, depois, ela não teve serventia a mim. Então, disse à Polícia Federal que me resguardava o direito de até não colocar o nome dele. Mas eu trago nome dele para o senhor, se for o caso. Eu não queria colocar aqui o nome dele, porque é uma pessoa que não teve nada a ver com o fato e só me prestou um serviço, uma gentileza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Fez uma arapongagem apenas.

Eu creio, Sr. Presidente, que, se o Relator considerar importante o nome...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu trago o nome dele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Seria interessante.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sem problema, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois, não. De qual assunto o senhor e o Sr. Waldomiro trataram

nesse encontro no aeroporto? O senhor combinou com ele de se encontrar no aeroporto? Não foi um encontro casual?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não foi casual, não. Foi através de troca de telefone.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E quais os assuntos tratados?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi esse que inclusive, posteriormente, foi colocado aí pelos surdos e mudos. Os mudos fizeram uma relação mais ou menos basicamente nisso aí. O Waldomiro, todas as conversas dele comigo, no final, eram pedindo propina.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nesse dia ele pediu novamente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele pediu poucas semanas antes, Excelência. Ele pediu propina. Todas as vezes, ele pedia propina.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele falou em valores?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Valores, ele chegava a comentar cem mil, duzentos mil, que precisava de um para outro, entendeu?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse percentual de um por cento...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele queria da venda bruta do nosso produto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Do negócio todo, dos contratos celebrados.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Dos contratos com a loteria do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o setor público?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com o setor público.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele dizia qual seria o destino desse um por cento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A fita é clara. Era para ele. Ele depois falou que era para o falecido Armando Dile. Mas não. Era para ele mesmo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor contratou o falecido Armando Dile?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Temporariamente, por serviço prestado. Ele fez muita análise de mercado para mim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por indicação do Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele indicou, mas, quando eu o contratei, eu chequei todo o histórico dele. É um histórico maravilhoso. Ele é professor de universidade na área de *marketing*.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor acha que o Sr. Armando Dile era uma espécie de laranja do Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Olha, eu nunca... Ele era uma pessoa muito competente na área em que trabalhava, que era a área de *marketing*, Senador Alvaro Dias. Eu não posso conjecturar, porque eu nunca vi.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Sr. Waldomiro pedia um por cento sobre o bruto dos negócios das suas empresas. Ele disse que recebeu dinheiro para a campanha eleitoral, segundo ele para a Benedita, para a Governadora Rosinha, para o Geraldo Magela. Isso ele declarou, ou seja, que recebeu, que o senhor teria transferido a ele valores para a campanha eleitoral dessas pessoas. Ele pedia também o percentual sobre a contribuição para a campanha eleitoral? Esse 1%? Ou era mais?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, se esse 1% era para contribuição para campanha eleitoral?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não. Se ele pedia também para ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ah, dinheiro?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É, essa contribuição, esse percentual.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Olha, pelo que eu conhecia do Sr. Waldomiro Diniz, a dissimulação que ele fazia, eu não acreditava que esse dinheiro ia para campanha coisa alguma, quando ele me pediu esses valores.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nesse encontro de Brasília, o senhor se encontrou, no dia do aeroporto, em Brasília, com quem, depois do encontro com Waldomiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Depois do encontro com o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não me lembro. Acho que não encontrei. Depois eu fui me embora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Waldomiro Diniz carregou naquele dia, para o aeroporto, uma sacola e uma pasta.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Isso eu me lembro muito bem. Eram jornais aquilo lá. Tanto é que ele passou no Raio X sem problema algum. Vendo a fita melhor, V. Exª pode perceber isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele passou no Raio X porque ele...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, porque parece que a fita seguiu ele. E ele jogou o negócio no Raio X e passou... a sacola. Mas a sacola, se não me engano, é *(inaudível)*, alguma coisa assim. Eram jornais. Não tinha dinheiro ali. Tinha dinheiro numa...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Sª teve alguma reunião na Caixa Econômica Federal acompanhado do Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca fui à Caixa Econômica Federal acompanhado do Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Teve reunião com o vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Borges?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca. Nem o conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em algum local fora da Caixa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nem fora e nem dentro da Caixa Econômica Federal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Sª teve reunião com o Superintendente Paulo Campos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Paulo Campos. Eu tive... Veja bem, a Associação dos Lotéricos do Estado do Rio de Janeiro queria nos cobrar um percentual para colocarmos nossos terminais lá dentro. Eu marquei... eu pedi... Agendei com o Sr. Paulo Campos. É Diretor, não é?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É Superintendente.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Superintendente de...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Foi o Waldomiro Diniz que agendou essa reunião?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nada, nada. Tanto é que V. Exª pode pegar meus telefonemas, e estão todos... Várias vezes eu liguei, mas não para falar somente do contrato do Rio de Janeiro, mas também do contrato do Estado de Goiás.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É. Eu não terei tempo para formular todas as indagações.

V. Sª conhece o Sr. Rogério Buratti?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca o vi.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o Sr. Ralf Barquete?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Também não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Marcelo Sereno?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Depois da divulgação da fita, V. Sª teve algum contato com representantes da GTECH?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero cumprir meu tempo. Vou abrir mão das demais indagações em nome do respeito à determinação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode se reinscrever.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não. Peço minha reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide. V. Exª dispõe de quinze minutos, Senadora.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Carlos Augusto Ramos, quais eram suas atividades profissionais antes de entrar no ramo das loterias estaduais?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu sempre tive... Eu trabalhei com armazéns gerais, armazenamento de grãos. Deixe-me recordar. Por muitos anos... a indústria farmacêutica...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Quando V. Sª inicia sua atividade no ramo da Loteria Estadual?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em 1995, Srª Senadora.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O que levou V. Sª a se interessar por essa atividade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque era um mercado legal, praticamente virgem, na época, e eu vi que tinha um campo muito grande, Senadora.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Qual foi seu primeiro contrato com o Poder Público? E onde?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nesse ramo?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O primeiro contrato foi com a Loteria do Estado de Goiás.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Goiás?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – As quatro que eu disse aqui: Goiás...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O primeiro foi em Goiás?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Paraná...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Noventa e cinco?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Noventa e cinco.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – E, posteriormente, Paraná?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Posteriormente, Paraná... Eu tenho que pegar as datas. Mas eu passo para V. Exª todos os contratos, Senadora.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – V. Sª lembra quem era o Presidente da Loteria Estadual, nessa época, em Goiás?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em Goiás? Passaram-se vários presidentes, e eu não me lembro, no início, quem foi, mas posso... Foi o da assinatura do contrato.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Qual era o objeto desse contrato, senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Venda de bilhetes.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Venda de bilhetes.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É prestação de serviço.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Esse contrato permitia a exploração de outras... ou a criação de outras modalidades?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Outros produtos. Os novos produtos, porque precisava alavancar a loteria financeiramente para a obtenção de recursos para aplicação no social.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Carlos, que empresas são atuam ou já atuaram no mercado de loterias e jogos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Salvo engano, aqui, foi a Bet-Capital, a Gerplan... Tem que consultar aqui.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Em que Estados...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Mas eu mando para V. Exª, Senadora.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Os Estados que o senhor atuou com essas empresas são os mesmos que o senhor já citou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foram os mesmos.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Quando e como se deu a formação do Consórcio Combralog/ Capital?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Combralog. Quando ganhamos a loteria do Estado... o serviço On-line Real Time do Rio de Janeiro, Srª Senadora, eu estava com a Empresa Boldt, uma empresa argentina. E foi naquele ano, final de 2001 e 2002, que houve aquela crise financeira na Argentina que quebrou e arrasou praticamente todas as empresas. Aí eu troquei pela empresa coreana.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Quais eram os objetivos do Consórcio dessas duas empresas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O objetivo no Rio de Janeiro?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Fazer jogos on-line, Senadora.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Onde seriam instaladas as máquinas do Consórcio Combralog/Capital?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Prioritariamente dentro das lotéricas.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Nas lotéricas. Houve formalização de convênio junto à Caixa Econômica para disponibilização de sua rede lotérica no Rio de Janeiro ou foi à revelia dessa Empresa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Veja bem, o Sindicato dos Lotéricos tinha uma liminar que permitia que vendêssemos outros tipos de produtos. Fizemos um contrato com o Sindicato dos Lotéricos. Procurei a Caixa para formalizar um contrato com eles. Foi essa reunião que o nobre Senador Alvaro Dias disse que tive com o Sr. Paulo Campos, Superintendente de Loterias na Caixa Econômica Federal. Mas não foi aceito por eles.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O senhor... Que tipo de parceria V. Sª queria criar com a GTECH?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – De jogos on-line. De sistemas na área de jogos.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – V. Sª manteve negociações com a Associação Brasileira das Loterias Estaduais visando estruturar a entrada do Consórcio em outros Estados?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Dentro dos objetivos da Combralog, de assumir a rede lotérica da Caixa, segundo matéria da revista **ISTOÉ**, foi

estruturada parceria com alguma instituição financeira para atuar na prestação de serviços não-lotéricos? Se houve, como foram essas tratativas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Como?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Posso repetir a pergunta.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Por favor.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Dentro dos objetivos da Combralog, de assumir a rede lotérica da Caixa, foi estruturada parceria com alguma instituição financeira para atuar na prestação de serviços não-lotéricos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Veja bem, o outro problema que tive... O Datacenter que montamos na cidade do Rio de Janeiro era um dos melhores "datacenters" do Brasil. O Unibanco nos mandou *e-mails* querendo fazer parcerias conosco. Eles nos procuraram. Saiu uma manchete, até para ilustrar o caso, na **Folha de S.Paulo**, dizendo o seguinte: Cachoeira tentou fazer negócios com o Unibanco. Não tentei, eles nos procuraram – podem checar isso no Unibanco – para recebimento de contas nas lotéricas por meio de nossos terminais.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – E essa operação prosperou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não prosperou porque...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Por que não?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque não iniciou.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não iniciou.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não iniciou porque era precário o contrato com o Sindicato dos Lotéricos e o Unibanco refluiu de prosseguir o assunto.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Carlos, o senhor conhece Messias Antônio Neto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Messias Antônio Ribeiro Neto. Conheço.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Ele foi seu sócio?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Muito. Na década de 80. Depois prestou serviço para nós na Empresa Gerplan.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Por que houve o rompimento dessa sociedade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O rompimento dessa sociedade, naquela época?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque a empresa não era viável.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O senhor conhece o Sr. Carlos Martins?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Conhecia. Ele estava na clandestinidade e quando assumimos a loteria, colocamos... Ele era um dos parceiros. Ele tem bingos em... E... A gente... E... Ele era um dos parceiros. Mas não tinha um relacionamento direto com ele. Conhecia.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – É...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Mas é uma pessoa, Srª Senadora, que, para ele, é melhor conviver na clandestinidade. Hoje ele está lá na clandestinidade ganhando muito mais, porque ele pagava para o Estado, logicamente, para a Gerplan – e a Gerplan repassava –, altas somas. E isso para ele não era interessante. Quer dizer, era um desafeto.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Há, de fato, uma disputa entre o senhor e a família Ortiz, como é divulgado pela imprensa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Poderia ter. Eu sempre trabalhei... Poderia ter. Mas eu sempre trabalhei na legalidade. No Rio Grande do Sul, eu tive vários embates jurídicos, a nossa empresa com o mercado ilegal lá.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Que embates? Que embates seriam esses?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Jurídicos, né? Eles com liminares, e a gente recorrendo, porque devia ser tudo legal, né?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O senhor já foi proprietário de uma empresa chamada Brasgame?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. A Gerplan tinha uma participação dentro da Brasgame.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Quem tinha?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A Gerplan, que é a nossa empresa.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Participação...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Isso.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Ela tinha dívidas com o Poder Público?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A Gerplan?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não. A Brasgame.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não sei, porque os espanhóis que gerenciavam ela, Srª Senadora.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O senhor não sabe dizer se havia dívidas com o Poder e se elas foram saldadas, muito menos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não sei, eu não sei, porque eu não tinha, diretamente...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Qual era a participação da Gerplan nessa empresa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu lembro que, no final, era 10%.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O senhor conhece Kasser Bittar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sim. Ele é casado com uma sobrinha minha. É um rapaz de vinte e poucos anos. Trabalha com o pai, arquiteto.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Certo. Parente... Na ocasião em que o senhor conheceu o Sr. Waldomiro Diniz, ele já era Presidente da Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Dentro da Loterj eu conheci o Sr. Waldomiro Diniz.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Quem o apresentou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Era uma relação institucional: eu, representante do grupo; ele, Presidente da Loterj; eu o procurei...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Ninguém o levou até lá?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, porque eu fui procurar um Presidente da Loteria, institucionalmente.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O Sr. Waldomiro Diniz disse ter sido chantageado pelo senhor, já que ele não teria garantido os seus interesses. Pelo que pudemos ouvir do senhor aqui, o senhor também diz que ele o chantageou.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Chantageou na fita e é pública, né? Agora, a chantagem de que ele está falando é dissimulação.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não. Eu estou querendo saber o seguinte: o senhor se considera traído ou chantageado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Chantageado – a fita diz isso – pelo seu Waldomiro Diniz.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Em que momento ele chantageou o senhor mesmo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi naquela gravação e tempos atrás também. Antes da gravação, ele pedia, ele sempre sugeria que podia pagar alguma coisa, ou para investimento em campanhas políticas, ou outras coisas mais, Srª Senadora.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – No que se refere à sua relação com a GTECH, como e quando começou sua relação com essa empresa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Salvo engano, em 1997. Eles prestavam serviços pra gente na Loteria do Estado de Goiás.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O senhor teve relações com diretores da GTECH durante a sua atuação junto à Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Se eu tive... Eu não escutei, desculpe-me...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Relações com diretores da GTECH durante a sua atuação junto à Loterj.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Junto à Loterj? Naquela época? Não. Diretamente, não. Mas conhecia os diretores.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O que o senhor esperava de Waldomiro Diniz nas negociações da GTECH com a Caixa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O que esperava?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – É.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu esperava nada. Eu simplesmente apresentei um para o outro, porque pediu que apresentasse. O Waldomiro havia ligado quatro vezes para a GTECH.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Essa relação não poderia causar nenhum prejuízo a seus negócios?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, porque a GTECH sempre trabalhou no âmbito federal, e eles não tinham interesse no âmbito estadual, não tinham correlação. É uma multinacional que não tinha correlação com os meus interesses.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, considero-me satisfeita com relação aos meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço à Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta por 15 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Carlos, quando de fato eu propus esta CPI, a intenção era investigar a contravenção, e quem no meio dela estiver será levado ou para ser inocentado ou para ser condenado. Penso que a CPI tem que ter essa grandeza também de inocentar quando nada se acha.

O senhor falou... Quero dizer, o senhor gravou aquela fita que todos nós vimos, do seu encontro com o Waldomiro, onde ele pede um por cento e tal, aquela coisa toda, e cita nomes de pessoas que receberiam esses recursos para suas campanhas políticas.

Eu gostaria de saber: dessa sua convivência com o Waldomiro – já ouvi algumas colocações que o senhor fez ao Relator e aos três que me antecederam a respeito do que, mais ou menos, o senhor pensa sobre o Sr. Waldomiro –, dessa convivência que o senhor teve com ele, dos seus dissabores, dessa luta, das demandas todas que vêm resultando em tudo isso até aqui, em um longo caminho para o senhor e para as pessoas que fazem depoimento aqui e ali, o senhor teria como traçar um perfil do Waldomiro Diniz? O senhor não vai ter a capacidade de dizer que esse perfil traçado cem por cento será verdadeiro, mas quem é esse indivíduo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Como eu disse anteriormente, é uma pessoa dissimulada, que me achacou várias vezes. Eu gravei aquela... E sempre procurando gravá-lo, para me defender. Mas eu... Resumindo, é uma pessoa dissimulada, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Porque, na sua gravação, ele cita nomes de pessoas, e eu perguntei isso exatamente para perguntar a segunda parte.

Ele cita o nome de três pessoas. O senhor acredita que ele estava falando a verdade ou esse pedido dele jamais chegaria a essas pessoas, que nada têm a ver com o que ele disse?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – No fundo do meu coração, Senador Magno Malta, eu acredito que o dinheiro, no final, era para ele. Para ele, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele, algumas vezes, se gabou para o senhor de ter relação com o Ministro, de convivência com o Ministro José Dirceu, lhe fez promessa sobre isso, contou grandeza? E, dentro disso, o senhor estabeleceu algum relacionamento com o Ministro José Dirceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhum.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nenhum?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhum, nenhum, nenhum.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E Waldomiro, nessa convivência, não contou vantagem de que era ligado ao Ministro, de que ele podia, de que ele fazia, de que ele acontecia, "me dá isso que eu posso conseguir isso em troca", "posso facilitar sua vida na Caixa Econômica ou em qualquer lugar"?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Quando ele pedia propina, ele se gabava de ser a pessoa que era, não é?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – As bravatas, tipo Marinho, lá dos Correios?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nem mais, nem menos, mas é quase igual.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas o senhor tinha relacionamento com o Ministro José Dirceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhum.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nenhum?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhum. Estaria mentindo aqui se eu falasse que tinha. Mas nenhum.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor conhece um sujeito chamado Jairo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Jairo? Conheço.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Fez algum favor para você?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele foi-me apresentado pelo Sr. Alexandre Chaves, que era parceiro meu em alguns empreendimentos, e ele ajudou a gravar o Deputado Federal André Luiz.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Jairo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O Jairo. E hoje é meu amigo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E, na gravação do Waldomiro, o Jairo ajudou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nenhum... Eu nem o conhecia. Não, não, não... Não tinha contato nenhum com o Sr. Jairo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E a gravação, aquela gravação que a Globo exibiu, o senhor falando com o Procurador José Roberto Santoro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não foi minha. Não fui eu que gravei aquela... aquele... aquela hora.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aquela gravação não é do senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não é minha.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aquela fala entre o senhor e o Dr. José Roberto Santoro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não. Não é minha.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tentaram imputar a mim, mas não é minha.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Essa gravação não é do senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A perícia dessa fita que foi ao ar na Rede Globo acusa que o gravador estava mais próximo de uma voz feminina. O senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não. Estava com a minha esposa lá, mas ...

O SR. MAGUITO VILELA (PL – ES) – Estava com a sua esposa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É.

O SR. MAGUITO VILELA (PL – ES) – O senhor, quando procurou o Sr. José Roberto Santoro, no Ministério Público, a sua esposa o acompanhou?

O SR. MAGUITO VILELA (PL – ES) – Ela me acompanhou. Estava lá eu, ela, um delegado da Polícia Federal chamado *(inaudível)* Santoro, o Dr. Santoro, o Dr. Serra Azul e o jornalista Armínio Pedrosa.

O SR. MAGUITO VILELA (PL –ES) – O Dr. Roberto Santoro, alguma vez, em algum momento, relatou-lhe que a sua intenção era derrubar o Governo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – De maneira alguma.

O SR. MAGUITO VILELA (PL – ES) – Se contasse que o Governo ia cair?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. MAGUITO VILELA (PL – ES) – Eu tenho uma informação de denúncias veiculadas na revista **Época** que o Sr. Carlos Martins e o Sr. Messias Ribeiro haviam entregue um dossiê contra a sua pessoa ao Procurador Lúcio em um restaurante em Goiânia. O senhor pode falar alguma coisa sobre isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não posso. Veja bem, ilustre Senador Magno Malta, para o Sr. Jairo Martins o bom é estar na clandestinidade. Parei de operar em Goiânia, e ele começou a ganhar dinheiro. Antes também, ele ganhava dinheiro, quando a loteria começou a trabalhar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Minuciosamente, não sei. Quem é Jairo Martins?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O senhor disse Jairo Martins, mas é Carlos Martins, não é?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É Carlos Martins. Desculpe.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Aí confunde. Carlos Martins tem bingos em Goiânia.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Clandestinos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não têm amparo judicial, que eu saiba.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Funcionam com liminar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Acredito que não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É por isso a amplitude do meu requerimento nesta CPI para investigar a contravenção. É importante.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É importante.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E quem é o Sr. Messias Ribeiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele foi o meu sócio na década de 80 e prestava serviços para a Gerplan. É desafeto também.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Tem bingo clandestino também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não sei informar a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, o senhor acha que, em represália ao senhor, que nos relata que os seus negócios eram legais, eles começaram a perder público e a agir na clandestinidade, eles fizeram a denúncia?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Muito melhor, Senador Magno Malta, quero deixar bem claro também que um Estado, como Goiás, que tinha um contrato em que tínhamos de pagar de R$2 milhões de uma loteria estadual, quando São Paulo – acredito eu, tenho que pegar os dados – não pagava nem R$500 mil é porque combatíamos muito o clandestino. Nessa época, não havia jogos clandestinos no Estado de Goiás.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Que minutas de contrato eram essas que a informação diz haver dentro do dossiê?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não tive acesso ao dossiê. Recebi essa informação, mas não tive acesso ao dossiê.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Na sua conversa, gravada com o Waldomiro, ele manda o senhor mesmo construir o texto. O senhor chegou a construir o texto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não construí o texto, tanto é que o texto... Eu virei para ele na fita, salvo engano – os senhores ouviram a fita. Ele pediu para eu mudar o que quisesse. O objeto do contrato, que a Ebara ganhou, era fazer os jogos *on line real time*. E eu tinha esse objeto exclusivo. Quer dizer, ele queria prejudicar-me frontalmente, colidir com o meu contrato frontalmente, para a obtenção de propinas, para que se pagasse a ele,

senão o contrato iria... Como não paguei, a CPI da Lotérica não quis saber disso. Várias vezes, coloquei isso, mas sou de Goiás. A Ebara é do Rio de Janeiro. Quer dizer, passaram por cima, como passaram por cima de várias coisas no Relatório Final.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Por exemplo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A relação dos bingos locais que eu não sei, mas apareceram nos jogos me atacando. Eu tinha um contrato direto. Eu gravei essa fita porque o Waldomiro Diniz estava extorquindo-me dinheiro para soltar uma licitação, onde digo claramente que a empresa Ebara ia ganhar. E ele quis que eu mudasse alguma coisa nesse teor para favorecer a minha empresa nessa licitação, segundo a imprensa. Como isso seria possível, se eu já tinha um contrato? Estava denunciando que a Ebara iria ganhar esse contrato, como de fato ganhou o contrato.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Desses encontros com Waldomiro... É claro que, num encontro desse, conversa-se muita coisa. Até estou achando muito interessante, porque o senhor fala com clareza, diferentemente de outras pessoas que vêm depor e falam "Tive um encontro e falamos amenidades". "O que são amenidades"? "Não, conversamos, fumamos um charuto". Não sai nada. Então, o senhor está falando. Acho legal.

Dessas conversas, o senhor viu alguma coisa? O senhor podia prestar alguma informação a esta CPI sobre o assassinato do dono do bingo Arpoador do Rio?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nessa época eu nem estava lá, eu nem tinha ganho a licitação ainda. Acho que isso daí aconteceu antes.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele falava a respeito da legalização do jogo, do bingo no Brasil, que ia legalizar isso, que tinha intenção de legalizar? O Waldomiro conversava sobre essas coisas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sobre a legalização do jogo, foi posteriormente, quando ele assumiu a Casa Civil, né? Eu não tive mais contato diretamente com ele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quando ele assumiu a Casa Civil, o senhor não teve contato com ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Poucas vezes. Uma, foi no dia 13 de fevereiro, nessa reunião com a empresa GTECH.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele falava o quê sobre essa regulamentação de jogo? Ele falava alguma coisa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Para mim diretamente não, porque eu não tinha... Se falasse, eu não tinha... Se houvesse... Como eu já o conhecia, e ele sabia que eu não tinha pago propina nenhuma a ele, não tinha por que ele comentar sobre isso comigo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele o levou à Casa Civil?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas não convidou, dizendo que podia lhe apresentar ao Presidente Lula, ao Ministro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nada, nada, nada. Nunca.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Cachoeira, o senhor não teve condição de ler a sua fala e está agora sem o seu papel. Existe alguma coisa, desse episódio todo, do que depôs, do que não depôs, do que falou, que o senhor veio com a intenção de ler aqui hoje, mas que não lhe foi permitido? Existe alguma coisa importante, que possa colaborar e que o senhor queira falar? Eu lhe dou os meus três minutos.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ok. Só quero falar o seguinte: o teor final da CPI da Loterj não puniu quem deveria ser punido. Se me perguntar "Quem deveria ser punido"? Com as investigações dos senhores aqui, vocês vão checar quem realmente comanda o jogo clandestino no Brasil. Eu não sou, Sr. Relator.

Até agradeço, esperei muito por esta oportunidade de estar aqui, Senador Magno Malta, até por um trabalho árduo do senhor de fazer esta CPI funcionar, para me defender aqui, nesta Casa, pela qual tenho muito respeito. Não tive essa oportunidade quando da CPI do Rio de Janeiro. Fui achacado; eles tentaram me desmoralizar várias vezes, me desqualificar, mas não vão conseguir, não, porque a história vai dizer quem estava certo e quem estava errado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, o senhor acha que, no relatório da CPI do Rio, quem deveria ser punido não o foi e quem deveria ser punido foi inocentado no relatório? O senhor chegou a ter acesso ao relatório? Leu o relatório?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tive acesso, no final. Eles pediram a minha prisão. Logicamente, prontamente, o Ministério – está até nesse relatório meu – não aceitou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Certo. Está aqui comigo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quer dizer, já começou errado. Foi devido ao

não pagamento de propina que o Deputado André Luiz havia me pedido.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Há algum nome que o senhor gostaria de citar, sem leviandade, sem jogar nomes de pessoas no ar, para depois não provar nada? Há algum nome de que o senhor tem conhecimento que deveria ser punido, mas não o foi, foi poupado, nomes esses que a CPI deveria ir fundo? Pode falar!

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Os membros da CPI, não todos, porque há gente qualificada. Mas acredito que são os seguintes: o Sr. Calazans, o Relator Luiz Paulo, que convocou uma coletiva, me difamou, jogou meu nome ao léu e, depois, não resgatou, não teve a hombridade de convocar a mesma coletiva que ele tinha convocado para dizer. Coincidentemente, uma semana antes, o Deputado André Luiz falou que isso ia acontecer.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Esses Deputados têm ligação com algum jogo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Segundo matéria da revista **Época**, 367, eles disseram que o patrimônio do Deputado Calazans cresceu assim que finalizou a CPI do Rio de Janeiro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pois bem, quando eu disse para o senhor "Se o senhor tem nomes, fale, para que a CPI possa ir", o senhor tem consciência de que existem coisas a serem investigadas e reveladas à sociedade e que não citasse nomes de pessoas, para que não jogar nome de ninguém ao vento. O senhor diz esses nomes... É importante formalizar, Sr. Presidente, à CPI, porque, como ele está disposto a falar, está falando. Ele pode voltar aqui com a presença dessas pessoas, para que possamos fazer uma acareação. De maneira que... Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu até que gostaria. Fiz uma acareação com o Sr. Waldomiro Diniz, em Goiânia. Gostaria de fazer uma outra na presença dos senhores aqui, para realmente dizer quem está falando a verdade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, vou formalizar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao nobre Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. V. Exª dispõe de 15 minutos.

Solicito ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti que assuma os trabalhos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, nobre Relator, Srs. Parlamentares, estou curioso como relação à intitulação da CPI: CPI do Bingo.

As CPIs, por força da Constituição, art. 58, § 3º, são instaladas para apuração de fato determinado. E o fato determinado revela-se no requerimento do eminente Senador Magno Malta: tem o objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Os jogos de bingo até pouco tempo eram regulamentos, quer pela Lei Zico, depois, pela Lei Pelé, posteriormente, cancelada. Pelas declarações que ouvi agora do depoente, Sr. Carlos Ramos, eu entendi que as atividades dele eram distintas das de bingo; ele lidava com loterias, loterias convencionais, ou *on line real time*, como ele afirmou em suas declarações. Só para facilitar o nosso entendimento e podermos distinguir bem o que é loteria *on line real time* e casa de bingo, porque, no meu pálido conhecimento, casas de bingo, que já tive oportunidade de visitar, são instaladas às vezes nas mais visíveis ruas, avenidas ou praças da cidade, com luminares grandes, dizendo "estou aqui". E você entra lá, tem o jogo organizado com cartelas, que são cantadas e marcadas. Isso é o que eu entendo ser bingo. Então, gostaria de saber se V. Sª possui ou já possuiu empresas de bingo. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta. Era de conhecimento... O senhor poderia responder...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Uma por uma?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Não. Daria para responder as duas perguntas, que são de fácil compreensão.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ok.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Era de conhecimento público que o Governo tinha intenção, desejo, ou estava pensando em regulamentar os bingos. Isso, chegamos a ver nas mensagens presidenciais encaminhadas a esta Casa por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

A que o senhor atribui a edição, por parte do Governo, da Medida Provisória nº 168, que determinou o fechamento de bingo? A que o senhor atribui essa decisão, porque essa decisão ocorreu pouquíssimos dias após a denúncia divulgada pela revista Época do achaque feito pelo funcionário público Waldomiro Diniz a V. Sª? Gostaria de saber a que V. Sª atribui o fato de o Governo imediatamente ter editado a medida provisória que determinava o fechamento das casas de bingo. Isso teria alguma relação com as atividades do Sr. Waldomiro Diniz ou de outro qualquer servidor pú-

blico? Porque, aí, Sr. Presidente, estou sem entender na declaração do depoente, por que CPI dos bingos.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sr. Senador, eu nunca tive casas de bingo. Eu nunca tive casas de bingo – é a primeira pergunta, não é?

Eu sempre trabalhei no sistema *on line real time,* em tempo real, máquinas "linkadas", em que há um computador central, seja na loteria, seja na Receita Federal ou em qualquer lugar onde o Estado queira colocar, e, automaticamente, a partir daquela aposta, já são deduzidos os impostos, e por aí vai. Não tem sonegação. Trabalhei dessa forma no Estado do Paraná, "linkando" máquina. E o imposto é colhido na fonte.

Agora, quanto a essa Medida Provisória nº 168, posteriormente ao escândalo Waldomiro Diniz, não posso conjecturar. Isso foi o Governo que editou, e não sei realmente o que aconteceu.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – É, porque realmente foi pouco depois de ter vindo a público a notícia de que o funcionário público, Sr. Waldomiro Diniz, teria feito um achaque a V. Sª.

Sr. Presidente, era isso o que eu queria esclarecer. Na verdade, ele diz que é empresário do ramo de loterias e não tem, nem nunca teve, casa de bingo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan. V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator e senhor depoente, na verdade, tive algumas dúvidas referentes às colocações feitas aqui pelo Sr. Carlos, e essas dúvidas, certamente, serão esclarecidas mais à frente, depois de ouvirmos o Sr. Waldomiro e possíveis outros envolvidos.

Antes de fazer as perguntas ao Sr. Carlos Cachoeira, é importante dizer que o Brasil ficou perplexo diante daquelas fitas colocadas na imprensa, gravadas a mando do Sr. Carlos. E o Brasil ficou mais perplexo ainda, porque a pessoa que foi gravada pedindo propina ao Sr. Carlos estava no quarto andar do Palácio do Planalto, apenas um andar acima daquele ocupado pelo Presidente da República, o Lula; uma pessoa de extrema confiança do Presidente ou do ex-Ministro, chamado de Primeiro-Ministro, o homem que mandava no Palácio do Planalto, José Dirceu. Até porque ficava um andar apenas acima do Presidente Lula e apenas a alguns passos do gabinete ou da mesa do José Dirceu. Realmente, o Brasil ficou perplexo quando se iniciou essa acusação.

V. Sª gravou aquele episódio. Se o Governo ou o Lula tivesse autorizado, após aquela fita que V. Sª apresentou à população brasileira, alguns membros da sua base de Governo, se tivesse liberado a instalação desta CPI, talvez V. Sª estivesse prestando um grande serviço ao Brasil. Hoje, talvez não tivéssemos aqui, como esclarecido anteriormente, a CPMI dos Correios e a CPMI do Mensalão. Não teríamos outras CPMIs. Como o Governo tentou abafar, como o Lula tentou abafar esta CPI, aqueles que estavam dentro do Governo se sentiram liberados: "Bom, temos um protetor; temos um fazendeiro que abriu a porta da porteira. Se passou um boi, passa a boiada. Vamos meter a mão." E aconteceu o que estamos vendo hoje no Brasil. Se, na época, o Governo tivesse liberado a instalação da CPI, com certeza, não teria acontecido o que estamos vendo hoje. Eu queria começar, Sr. Carlos, dizendo o seguinte: o primeiro questionamento visa a definir a abrangência do trabalho desta Comissão; portanto, de forma mais ampla, pergunto: quais são os campos de atuação de suas empresas e em que Estados do Brasil elas atuam? Algumas perguntas serão, mais ou menos, iguais às que já foram feitas, porém, gostaríamos que V. Sª as respondesse. É claro que V. Sª vai aqui tentar colocar com muita clareza até porque vamos ouvir, nos próximos dias, Waldomiro Diniz e, conforme o que ele disser, poderemos fazer uma acareação aqui. V. Sª poderá ser chamado novamente.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Terei o maior prazer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com certeza, não será muito prazer.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Para mim, sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Bom, vamos ver.

Quais são os campos de atuação de suas empresas e em que Estados do Brasil elas atuam?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – No ramo lotérico, em quatro Estados: Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul – atuavam, Senador – e Goiás.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Alguma delas atua no exterior?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. É mesmo... Como é a pergunta?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Alguma de suas empresas atua no exterior? Tem alguma ligação no exterior?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tem, tem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quais?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu comecei na Loterj com uma empresa Argentina. Devido à crise financeira que a Argentina passou naquela época, trocamos por uma empresa coreana, que fez a internação do dinheiro através do Banco Central, tudo regularmente.

Quais são os seus... Pois não. (Pausa)

Qual era a empresa coreana? Quero aproveitar aqui a sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães. Quais as empresas que atuam no exterior, a coreana e a argentina ?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A argentina é Boldt, empresa que até hoje trabalha lá e é uma das lideranças no mercado lotérico; a empresa Bet-Capital, que é coreana, e a empresa Pico.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª deve ter muitas empresas porque, pelo que percebo, não se recorda de algumas, inclusive de empresas importantes que atuam no exterior. V. Sª tem muitas empresas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Parcerias. Eu não atuo no exterior. Eu tenho essas parcerias – tinha à época – essas parcerias. Tive também com a Eletrochance, no Paraná, da Argentina também.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quem são seus maiores sócios?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Hoje?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não. Quem eram na época e quem são hoje?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Essas empresas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Waldomiro Diniz não é mais? Eu quero saber...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele nunca foi sócio. O Waldomiro nunca foi meu sócio. Ele tentou ser meu sócio.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quais foram seus maiores sócios no passado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – No passado, foram essas empresas que citei para V.Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Podia dizer o nome de alguns proprietários dessas empresas, dos sócios?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Da Pico, Yu; da Bet-Capital, Eduardo Kin, que era representante da Bet-Capital; e da Eletrochance, Roberto; e da Boldt, o representante era o Sr. Heuman.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª, em depoimento no Ministério Público... Em que dia V. Sª prestou depoimento no Ministério Público?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Qual deles, Sr. Senador? Foram várias vezes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foram vários. Em que dia V. Sª declarou que entregava o dinheiro a Armando Dile?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em vários deles. Entregava o dinheiro ao Sr. Armando Dile pela prestação de serviço que ele nos prestava.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele dava assessoria...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – À Combralog, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Dile recebia dinheiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Dinheiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De suas mãos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Da empresa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Da empresa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Da empresa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A empresa não entregava; quem entregava o dinheiro a ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A diretoria o pagava.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A diretoria o pagava e ele entregava a Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu nunca vi.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª não declarou isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não. Que ele entregava o dinheiro ao Waldomiro Diniz?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Como forma de pagamento. Eu pagava, e de lá eu não sabia o que ele fazia com o dinheiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª nunca disse que ele entregava dinheiro ao Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca disse?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Que eu me recorde, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, mas...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu nunca disse. Se eu disse, não é verdade. Ele pagava ao Sr. Armando Dile.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E qual o valor que o Dile recebia?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Por volta de R$15 mil, R$18 mil. Eu não...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mensal? Semanal?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Era por serviço prestado. Pedia para ele uma análise de mercado, ele fazia e era remunerado por isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como o senhor contratou um indicado do Waldomiro? O Sr. Armando Dile foi indicado pelo Waldomiro. Como é que o senhor, que desconfiava que o Waldomiro queria lhe extorquir dinheiro – gravou ele pedindo recursos –, como V. Sª contratou um indicado do Waldomiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque o currículo dele é um dos melhores do País nessa área.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas foi indicado pelo Waldomiro.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Apresentado pelo Sr. Waldomiro Diniz. O Waldomiro me disse que ele estava sem serviço naquela época.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O que V. Sª acha do currículo do Waldomiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Do currículo do Waldomiro?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com relação a mim, péssimo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi depois do fato que passou a pensar isso ou antes? Porque ele lhe indicou ...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Durante o fato.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Durante o fato. Mas antes pensava diferente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – No começo, uma pessoa culta como ele, bom de conversa, envolvente, eu pensava totalmente diferente, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Primeiro, quero fazer uma correção. O meu tempo ainda é o do Quintanilha.

Não? Já estou a esse tempo todo? Barbaridade! Vou ter que apurar o questionamento.

Vou entrar no mais importante. V. Sª disse aqui que nunca esteve na Caixa Econômica.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, eu estive na Caixa Econômica... Eu disse que estive na Caixa Econômica, mas não por causa do Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A Chefe de Segurança, Antônia Freitas de Castro, depôs dizendo que recebeu ordens, determinação para que reservasse uma garagem porque haveria uma reunião.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De V. Sª e do Waldomiro Diniz. Ela depôs isso. Confirma?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não confirmo. Não estive lá. Se ela depôs, é por conta dela.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª disse que só falou três vezes com o Waldomiro Diniz. É verdadeiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Três vezes quando?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Falou há pouco aqui.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Mas em que época?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não. Foi perguntado pelo Relator quantas vezes falaste com o Waldomiro Diniz. Ele falou duzentas e quarenta e poucas. E V. Sª disse que apenas três vezes. O senhor confirma três vezes?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pode ser três vezes. Mas eu falei pouquíssimas vezes no ano de 2003.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então não são três vezes. Um pouco mais.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Um pouco mais ou um pouco menos. Eu não me lembro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então retira. Um pouco menos? Não pode. Duas vezes? Porque V. Sª se...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, falei mais, falei mais realmente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mais vezes. Então, quero dizer ao Presidente que...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Acredito que não mais que dez vezes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ... que há contradição, porque eram só três e passou a ser mais

de dez. Sr. Carlos, me permita, estou fazendo essas perguntas até para que possamos aqui trabalhar.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É importante, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Fiz uma cirurgia segunda-feira e não poderia estar aqui. Estou até com o rosto aqui meio deformado. Eu quero é esclarecer as questões.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto. Acho oportuno.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está alterado aqui. Estou com o rosto bem inchado.

Quero dizer o seguinte: três vezes V. Sª se encontrou com Waldomiro. Uma, na Caixa Econômica...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, eu não disse que me encontrei com ele na Caixa Econômica.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não se encontrou?

Outra, no seu escritório e o senhor gravou...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Isso na relação institucional. Eu como representante da empresa e ele como Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas houve contato por telefone.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Várias vezes. Isso é normal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Várias vezes. Já não são mais três.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Naquela época...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Outra, no aeroporto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Só um minuto, Senador. Acho que está havendo uma diferença aí. Na relação de 2002, ele era Presidente da Loteria do Rio de Janeiro. Na relação de 2003, ele era Subchefe da Casa Civil. Eu disse que... Está no relatório da Polícia Federal, que quebrou meu sigilo telefônico, que eu falei com ele poucas vezes. Três, quatro, se...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Entendeu, não houve contradição.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...confirma que houve mais de duzentos contatos? Pode ter. Mais de duzentos contatos pode ter.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Trezentos. Mas...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Um, V. Sª se encontrou com ele no aeroporto, deve ter chamado por telefone.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu encontrei com ele no aeroporto, ele era presidente da Loteria do Estado do Rio de janeiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Falou por telefone com ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Falei por telefone.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Outra, no seu escritório, por telefone? Houve uma gravação no seu escritório.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Falei. Eu falava com o Waldomiro. Eu ligava na Loterj, ia pessoalmente na Loterj, Sr. Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Outra vez, se encontrou no Blue Tree?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – No Blue Tree, já no ano de 2003, ele como Subchefe da Casa Civil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Falou por telefone com ele também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª falou que se encontrou dia treze de janeiro no Blue Tree?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Treze de fevereiro, salvo engano, em data aproximada a essa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há um depoimento seu dizendo que foi em 6 de janeiro que se encontrou com Waldomiro Diniz e quando surgiu o José Genoino. Inclusive Waldomiro Diniz...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não. Surgiu José Genoino nesse dia do encontro no Blue Tree com o pessoal da GTECH. Estava com ele...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E que foi em 6 de janeiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Seis de janeiro. Não, que seis de janeiro! Foi fevereiro. No começo de janeiro, Sr. Senador, eu estava de viagem para...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há um depoimento seu, 6 de janeiro, não há?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Seis de janeiro? Eu não me recordo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vamos tentar mostrar depois para a Presidência se realmente houve.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, V. Exª tem 19 segundos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permita-me mais um minuto de tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª terá mais um minuto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª conhece José Dirceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca viu José Dirceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca estive com o Sr. José Dirceu.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca esteve na Casa Civil?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca estive na Casa Civil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca manteve contato com ninguém que é do Governo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, com absoluta segurança, nunca estive na Casa Civil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Conhece Delúbio Soares?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Conhece Marcos Valério?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse dinheiro que foi pedido por Waldomiro Diniz, será que não era para o "mensalão"? Não se recorda?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não vou conjeturar. Eu nem sabia desse... Esse nome "mensalão" surgiu há pouco tempo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há pouco tempo, mas podia surgir há mais tempo. É bom dizer o seguinte: V. Sª antes disse que o dinheiro lhe pediu não era para terceiros. O Waldomiro Diniz disse que era para a Benedita, que era para a Rosinha e que era para o Magela.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele falava que sim. O Senador Magno Malta me disse o que é que eu achava, eu falei, na minha suposição que...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que defendeu agora Waldomiro? Por que disse que não era para isso? Defendeu o PT, defendeu essas lideranças, defendeu agora a Benedita e defendeu o Magela. Acredita que não era para eles?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, e a Rosinha também. A Rosinha não é PT. Eu não estou dando... eu não estou partidarizando aqui, Sr. Senador, o fato...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, para concluir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para concluir, o senhor tem alguma casa de bingo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem relacionamento com ninguém de bingos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª disse que, após a Medida Provisória 168, as suas empresas não foram prejudicadas. Quando foram paralisados todos os bingos no Brasil, disse que a sua empresa não foi prejudicada nem afetada. Por que não foi afetada nem prejudicada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com a 168?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com a 168.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É porque eu atuava mais na área lotérica e o conteúdo dela era mais para casa de bingos e sistema de videoloteria, de caça-níqueis.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não intermediava em relação a bingos? Não interessava bingos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Bingos para mim... a gente operava com os terminais de caça-níqueis, de videoloteria. Caça-níqueis, acredito eu, é quando na ilegalidade. Na legalidade, a gente operava como operamos ele *linkado*, no Paraná.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Devido ao tempo, Sr. Presidente, encerro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Pavan, e concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu tenho mais dois requerimentos aqui. Queria apresentar à Presidência e à Mesa a convocação de Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança pública. Já apareceu?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já foi apresentado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – José Luiz Quintãs, ex-diretor da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª os apresente ao Relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Requeiro a minha inscrição novamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está reinscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado. V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Carlos Augusto, esta CPI o convida até vir aqui, no meu entendimento, por dois fatores preponderantes. Um deles é saber se alguma de suas empresas tem algum tipo de prática ilícita. O segundo é o que envolve V. Sª e Waldomiro Diniz. Reiteradas vezes, nas perguntas anteriores, V. Sª já afirma a natureza de cada uma das empresas em que tem participação. Inclusive, na resposta...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, eu não o estou ouvindo. V. Exª diminuiu a voz por quê? Líder fala mais alto, com força.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o nobre Senador Sibá Machado. Solicito ao Senador Leonel Pavan que não interrompa o orador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A presença de V. Sª aqui se trata, no meu entendimento, de dois pontos básicos. O primeiro é a natureza das empresas de V. Sª, se têm ou não práticas ilícitas. A natureza dessas empresas já está muito contemplada, porque reiteradas vezes V. Sª já deixou muito claro que sequer participa de jogos de bingo. Embora os jogos de bingo tenham passado pelo crivo desta Casa, que acabou firmando que é um jogo legal. Então, sobre Waldomiro Diniz, porque o que abunda não prejudica. Waldomiro Diniz agia em nome de quem, na sua opinião?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em qual época?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu quero falar da loteria da fita.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A da Loterj?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – No período da fita.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nas conversações, Sr. Senador, que ele teve comigo?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nessas impressões todas. Em nome de quem ele agia?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Acredito que em nome próprio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pessoal? OK. Se é em nome pessoal, em algum momento, as pessoas que ele cita como beneficiárias dos recursos que pediu a V. Sª... Por exemplo, a atual Governadora, à época candidata, Rosinha Garotinho, a então Governadora e candidata à reeleição, Benedita da Silva, e o candidato a Governador no Distrito Federal, Geraldo Magela, alguma dessas três pessoas ou emissários delas chegou a ter, em algum momento, algum tipo de contato com V. Sª, durante o ano de 2002?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se Waldomiro Diniz atuava em nome próprio, mas V. Sª tinha uma concorrência com uma empresa e certamente acabou ganhando essa concorrência, então não havia alguma intenção de V. Sª em ganhar essa concorrência a qualquer custo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A concorrência da gravação?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não. Estou falando agora da Loterj.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Desculpe, não entendi. Da Loterj?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se a empresa que ganhou... Não consegui o nome dela até agora. Poderia me dizer mais claro? A empresa que ganhou contra V. Sª.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Consórcio Combralog.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Consórcio Combralog.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Esta foi a que ganhou a concorrência que V. Sª estava disputando e perdeu para ela.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, eu sou o dono. A minha empresa é participante do consórcio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu quero entender melhor este fato.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu posso explicar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Waldomiro é pilhado numa fita que V. Sª mesmo gravou,...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu gravei a fita, mas ele...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...pedindo propina.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pedindo propina.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para redigir inclusive um texto. Foi pedido que V. Sª redigisse o texto de uma licitação.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele queria fazer a modificação para que eu pagasse a propina a ele, Sr. Senador. Mas eu já era concessionário da loteria do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para continuar, então?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Para continuar não, Senador. Deixe-me explicar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Explique.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu ganhei a licitação da Loteria do Estado do Rio de Janeiro com o Consórcio Combralog, em 2001, salvo engano. Em 2002, ele queria fazer uma nova licitação e colocar a empresa Ebara.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Isso já Waldomiro, querendo fazer. Ou seja, interrompendo um contrato que V. Sª já...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Colidindo é a melhor palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Colidindo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Colidindo o objeto desse novo edital com o objeto do edital que eu havia ganho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – E para que isso não acontecesse, tirasse daquele objeto o sistema em tempo real, ele me pedia propina. Aí ele me propôs modificar aquele edital, mas aquele edital não me interessava, porque eu estava ali denunciando que uma empresa já iria ganhar aquele edital, como assim aconteceu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Entendeu?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, porque eu quero só lembrar um fato. No mundo das empresas, existem algumas práticas complicadas, inclusive de Governo para Governo. A prática de subsídios muito fortes para proteção, ou coisa parecida, barreiras. Essa é uma prática para a qual a OMC foi criada para dirimir. No caso interno, existe a política de *dumping*, algumas empresas fazendo algum tipo de rebaixamento de preços violento e prestação de serviços mais acelerada a fim de prejudicar outras. Então, é por conta disso que quero que abordemos o assunto passo a passo. Ou seja, quando chega 2003, então, o Governo Lula toma posse.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A partir daí, Waldomiro Diniz assume importante cargo na Casa Civil. Certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exato.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Waldomiro Diniz, a partir desse momento, janeiro de 2003, teve algum contato com V. Sª?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Teve. Teve...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – De 2003 até fevereiro de 2004, algum contato?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Teve. Teve alguns contatos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que tipo de contato?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele me ligava, perguntava como estavam as coisas... Essas práticas...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Fechou algum tipo de entendimento com ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhum. Não tinha mais... Nem ele queria.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Dava alguma importância para ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ahn?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. Sª dava algum tipo de importância a ele? As ligações, os recados... Chegou a responder recados dele, devolver os telefonemas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Senador Sibá Machado, eu o atendia porque ele continuava poderoso. Ele era Subchefe da Casa Civil. Como eu não vou atender um homem desse?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. Sª tinha medo que ele o prejudicasse?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sempre.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. Sª opera em quantos Estados?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quatro Estados. Operava.

O SR. SIBÁ MACHADO (/PT – AC) – Quais deles? Operava. Rio...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Rio Grande do Sul, Paraná, na época...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – E Goiás.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E Goiás. E V. Sª tinha medo que ele pudesse expandir os tentáculos até esses locais.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo. Então, ele continuou, no meu entendimento, tentando V. Sª. É isso? Já no exercício do cargo na Casa Civil, ele continuou tentando V. Sª?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, os contatos... A maioria dos contatos era via telefone. Não é "tentando". Eram amenidades que trocávamos no telefone. Eu tive um contato com o Waldomiro, no começo do ano de 2003, e foi esse, no Hotel Blue Tree.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, mas é porque eu quero que fique claro a esta Comissão o seguinte: que contato é esse? Para falar do jogo? Do Flamengo? Para quê? O que ele soube? Qual o sentido?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não tinha contato em nenhum outro assunto. Sempre seria no ramo lotérico.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Continuar pedindo dinheiro de V. Sª, é isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele, quando já estava no Governo, como Subchefe, ele não me pediu dinheiro. Ele me pediu dinheiro, Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Até 2002.

O SR. CARLOS AUGSUTO RAMOS – Até 2002.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Isso está claro. Agora, esquece 2002, e vamos para 2003.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em 2003, ele não me pediu dinheiro não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em 2003, ele já era funcionário da Casa Civil.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele não me pedia dinheiro...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Continuou ligando para V. Sª, fazendo...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Poucas vezes.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Poucas vezes.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É o que está no relatório da Polícia Federal, que foi quebrado o sigilo, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, tudo bem. Não precisa explicar. Essa é uma linha de raciocínio.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto. Eu vou responder.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu gostaria que fosse respondida a minha pergunta.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A minha pergunta é se ele, no exercício do mandato, no exercício da sua função na Casa Civil, continuou tentando extorquir V. Sª. É isso que me interessa saber.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não. É esta a resposta: "não"?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ok. Alguém da Casa Civil, além de Waldomiro Diniz, tentou algum tipo de contato com V. Sª?

O SR. CARLOS AUTUSTO RAMOS – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – No momento em que esta Casa, o Senado Federal, se debruçou sobre a história dos bingos – V. Sª até já disse aqui que não opera em bingo –, houve algum tipo de pressão sobre essa situação de ser tornado ilegal esse tipo de jogo? Por que digo isso? Porque, em alguns momentos, alguns tipos de empresas e empresários do Brasil são achacados de determinados comportamentos, tipo: em algum momento, falava-se muito mal de empreiteiros. Ou seja, a palavra "empreiteiro" se tornou pejorativa. Então, empresários desse ramo não podiam andar na rua sossegados. Hoje, madeireiros. O empresário da madeira hoje, quando fala que é madeireiro, já é tratado por igual, pela forma perversa. E se fala de bingos, de jogos do bicho, ou seja, V. Sª, por estar no ramo de jogos, não pode ser achacado? É a isso que quero chegar. Portanto, alguém da Casa Civil, além de Waldomiro Diniz...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...fez algum tipo de contato? Inclusive o Ministro José Dirceu chegou...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...como V. Sª disse: o que abunda não prejudica? Muito bem. Se... O que abunda não prejudica. Quem incitou V. Sª a fazer a gravação? Quem orientou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu mesmo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Decisão pessoal?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pessoal. Minha, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A pessoa que ajudou V. Sª cobrou pelo serviço?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Contratei terceiros.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Contratou terceiros. É empresa do ramo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É do ramo. Eu pedi...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Essa empresa pode ser dita pelo menos em *off* ao Relator?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu posso até trazer, porque eu contratei, eu estava em Goiás, e contratei o pessoal do Rio que trabalhava para mim...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas pagou por isso, então, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Paguei R$500,00, R$600,00, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ok.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Para colocar só no...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para instalar o equipamento, para gravar direitinho.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sim. E eu fiz isso para me salvaguardar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, porque na pergunta anterior, V. Sª não queria citar o nome. E disse que até foi de graça. Agora, pagou. Agora está dizendo que pagou R$600,00. Portanto, estou querendo dizer...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Senador, quando o senhor afirma isso... Eu não falei que era de graça.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Olha, então eu estou ouvindo errado. Na pergunta anterior, V. Sª teria dito – e entendi assim – que a pessoa fez o serviço gratuitamente. Eu posso ter entendido errado, não tem problema. Houve pagamento, sim. Isso é que tem que ficar claro em nosso relatório. Foi feito o pagamento para fazer a gravação, e por um especialista...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quinhentos, seiscentos reais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...e que o especialista, por uma questão de mercado... Até não precisa ser dito, quem faz esse tipo de serviço não coloca placa no meio da rua; eu entendo isso. Mas pode ser dito ao Relator depois, e o Relator usa se achar...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu vou conseguir o nome, e passo sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tudo bem.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Estou aqui para colaborar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em algum momento, V. Sª teve grandes prejuízos com a presença de Waldomiro interferindo em seu negócio, em 2002, ou mesmo em 2003 e 2004?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu continuava com o meu produto lá, normalmente, e a ganhadora daquela malfadada licitação, a Ebara, não pôs para funcionar o sistema *on line real time*, posteriormente, quando eles ganharam, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Apenas uma pergunta, por curiosidade. A empresa que acabou se beneficiando com o encerramento do contrato que V. Sª tinha por mais tempo, lá na Loterj... A empresa que ganhou... Então, quer dizer que Waldomiro fez um jogo de leilão, leilão do preço da propina, ou seja, chegou a pedir 1%, mas 1% sobre o quê? Não entendi, ouvi a fita várias vezes, mas não entendi o1% sobre qual valor; isso não me interessa. Ele pediu 1%.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, significa que a outra pagou mais de 1% para ganhar? Será que a outra pagou mais de 1% para ganhar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Bom, eu não vou fazer conjecturas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas é possível, não é?

Sr. Presidente, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Serei breve, Sr. Presidente.

Estou aqui desde o início, Sr. Presidente, e o que vejo é o seguinte: tudo o que acontece você tem que acertar para ganhar o prêmio; e aqui está todo mundo dando tiro para tudo quanto é lado. Não acerta, e quer o prêmio. O que está acontecendo? A todo momento... Já pediram, inclusive, que o ex-Ministro José Dirceu viesse aqui, e até agora não vi nenhuma relação nisso. A única relação foi essa, que o Sr. Waldomiro trabalhava junto à Presidência. Ou seja, atira, atira, ninguém acerta e quer o prêmio. Já houve o pedido, inclusive, para que ele viesse à CPI. Espero, e tenho certeza, que V. Exª colocará em votação para decidir o que corretamente irá acontecer, como V. Exª colocou de início.

Confesso, também, o seguinte: quando meu Partido me colocou nesta CPI – e como foi bem colocado aqui, é a CPI da relação dos bingos com o crime organizado – o que fiz? Já veio em minha cabeça, como sou um pouco mais jovem, filmes como **Scarface**, **O Poderoso Chefão** e **Bons Companheiros**. Todos eles me vieram à cabeça. Tentei aqui, nesta colocação toda,

sentir uma ligação que levasse para esse tipo de coisas que estão sendo colocadas aqui. Então, o que senti, juntando tudo o que foi colocado aqui?

Veja bem, Sr. Carlos Cachoeira, nesta relação, que não sei bem se teria algum benefício no contrato da Caixa ou não, mas o que ficou colocado aqui, ao juntar as coisas, eu só tenho uma pergunta para V. Sª. Nessa relação de jogos da qual V. Sª participa, no momento em que V. Sª tem como representante uma empresa coreana, que é a sua sócia, como muito bem V. Sª aqui colocou, e tenta conseguir um contrato com a Loteria Federal... Não é isso, Sr. Carlos Cachoeira? V. Sª estava tentando conseguir um contrato com a loteria...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com a Loteria Federal não, Sr. Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não. Então, com qual loteria daqui?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ela era parceria minha no contrato com a Loterj, essa empresa coreana.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E tem alguma coisa com a Caixa Econômica, um contrato de âmbito nacional que V. Sª estaria tentando, ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nada a ver.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Bom, na Loterj então.

Quando V. Sª chega e tem também relações com a GTECH, não é isso? V. Sª tinha também relações com a GTECH?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tinha, desde 1997, 1998.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ou seja, V. Sª tinha relações com a GTECH e, ao mesmo tempo, era sócio de um grupo coreano; essa situação histórica, digamos assim, aconteceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exato. Com o andamento dos contratos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe-me por estar aqui tentando criar uma imagem, mas, em função de sua relação anterior com a GTECH e pelo fato de essa empresa continuar com algum contrato naquele momento em que o senhor já era sócio do grupo coreano, esse grupo poderia imaginar que essa relação com a GTECH poderia ser reatada, e para provar que não, o senhor poderia, em algum momento, "explodir" uma fita, por segurança própria? Seria possível essa cena?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não é possível porque eu militava nas loterias estaduais, Senador, e a GTECH, na loteria federal. Foi um ano antes. A minha relação com a BET começou um ano antes dessa reunião que tive com a GTECH e o Sr. Waldomiro Diniz. Não tinha nada da... Nós já estávamos operando. Quando aconteceu a reunião no Blue Tree, eu já estava operando a Loteria do Estado do Rio de Janeiro com a empresa BET.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim. Mas fora a Loteria do Rio de Janeiro, o senhor não estaria tentando outra loteria em âmbito nacional?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não .

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – De maneira alguma. Ou o senhor estaria tentando, ia conseguir, mas não conseguiu, e a GTECH conseguiu, então fica inseguro com relação a isso, porque teria que provar para os coreanos que o senhor...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não tem nada disso? Estou imaginando uma cena de filme?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nada. Com relação a essa época – entre 1999 e 2000, por aí –, eu tive contato com uma empresa, a WE *(inaudível)*, a segunda maior naquela época nos Estados Unidos, para estudar o edital da Caixa Econômica Federal e, naquela época, nem me lembro do ano, mas cheguei a fazer um protocolo de intenções – inclusive eu posso enviar para V. Exª. Mas não teve nada a ver com... Isso é bem antes. Com a Pico desse consórcio, nós nunca pensamos em operar em nível nacional.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, essa imagem que eu constituí na minha cabeça, de que o senhor teria que soltar essa fita para poder, de alguma maneira, mostrar que ainda tinha uma relação forte com os coreanos – caso estivesse ameaçado por eles –, não tem nada a ver? É ficção pura?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nada a ver.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está bem. Era somente isso. Tentei, dessa forma, ver se conseguia uma relação de bingo e, desculpe-me se coloquei essa situação, mas é que ela ficou dessa forma na minha cabeça. Desculpe-me.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Mas eu estou aqui para esclarecer.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está bem. Era apenas essa pergunta que eu teria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington Salgado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a repetir que esta Comissão se instala com um ano e seis meses de atraso. Agora, veja, Sr. Presidente, o que é a legislação brasileira. Estamos começando aqui uma CPI e estamos fazendo mil perguntas, as mais diferentes, as mais heterogêneas, mas, para mim, o fundamental é saber se aquela fita é verdadeira. A fita que foi apresentada aqui é verdadeira?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É verdadeira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o senhor que está falando nela?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Estou eu lá sentado com o Sr. Waldomiro Diniz, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não tinha nenhuma arma apontada para o senhor obrigando-o a falar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhuma arma.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O senhor falou de livre vontade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – De livre e espontânea vontade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O senhor tinha que estar na cadeia.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Por quê?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Porque o senhor cometeu um crime brutal.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, eu estava gravando...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Os dois tinham que estar na cadeia e, com os dois presos, nós estaríamos aqui discutindo. É por isso que, neste País, quem paga na cadeia é somente ladrão de galinha. Uma demonstração como aquela que saiu no Jornal Nacional, com o Subchefe da Casa Civil e um cidadão. Contam, falam e não acontece nada. Não acontece nada. E levou um ano e seis meses para se criar esta CPI.

Sr. Presidente, creio que a legislação deveria ser assim:

"– A fita é verdadeira?

– É verdadeira.

– É o senhor que está ali?

– Sou eu que estou ali.

– Não existe nenhuma arma apontada para o senhor?

– Não.

– O senhor disse o que está ali?

– Disse.

– Então, o senhor está preso. Vai responder ao processo preso."

A verdade é essa. Quer dizer, e V. Sª é que começou, porque apareceu no Jornal Nacional. E V. Sª foi o primeiro no Governo do PT. E, atrás de V. Sª, começaram a se repetir. Veio o segundo, veio o terceiro, veio o quarto e, na verdade, estamos agora num Governo em que o Presidente da República, hoje, reconhece que errou; que ele devia ter deixado criar esta CPI há um ano e seis meses; foi um grande erro dele; que o PT não devia ter impedido que se criasse esta CPI. E deu a determinação aos Parlamentares do Governo que fluam, quer dizer, deixem as coisas acontecerem porque interessa buscar a verdade.

Agora, a verdade é exatamente este aspecto: tem um sub-Chefe da Casa Civil que diz que é dinheiro para a campanha de um candidato do Rio de Janeiro; outro dinheiro é para a campanha daqui; pede a V. Sª 1%, e V. Sª, pelo que pude assistir, não consegui entender, mas me parece que achou pouco 1%. "Só 1%?". Parece que V. Sª achou um percentual baixo. E terminou.

Vamos pensar bem. Quer dizer, nós podemos ir em cima daquela fita, em cima do seu depoimento, em cima do depoimento do Waldomiro, vamos tirar mil ilações e vamos investigar toda essa trama que existe. Agora, que essa fita já tem dois responsáveis culpados, um é V. Sª e o outro é o Waldomiro.

Ora, o Waldomiro não foi demitido, ele pediu demissão. E ele tinha tanta credibilidade que saiu no **Diário Oficial da União** exonerado a pedido; quer dizer, ele pediu para sair.

O Chefe da Casa Civil ficou numa situação de instabilidade, mas não acontece nada. E V. Sª está aqui hoje, e estamos tentando, através do depoimento de V. Sª...

Eu acho muito importante, Sr. Presidente, para não repetir o que está acontecendo lá na CPI dos Correios, que V. Exª e o Sr. Relator tenham, com a devida rapidez, nas mãos, o que for necessário na hora de inquirir os caras que vamos inquirir daqui por diante. Lá na CPI dos Correios, eles vão ter que inquirir todo mundo de novo, porque o Banco Central não deu bola, não mandou nada ainda; a Procuradoria e a Polícia Federal não mandaram. Então, eles estão perguntando que nem nós aqui: sem nada para apresentar. E quando

virem os documentos provando que tudo o que eles disseram é mentira, mostrando as contas, provando que tudo não corresponde à realidade, vamos ter que ouvi-los de novo.

Então, seria importante que uma das decisões que o Presidente e o Relator devem tomar é a de, nas solicitações – e já vi que é uma série –, cobrar. Mas V. Exª tem que ser enérgico. Ora, estamos em uma CPI, a prioridade é absoluta. V. Exª tem que ter uma prioridade absoluta em termos de que realmente a questão assim o exige.

Agora, o que me falam é que atrás da conversa de V. Sª com o Waldomiro, e tudo isso, tem uma disputa entre duas empresas estrangeiras com relação a essa questão da jogatina; que o Governo já teria se inclinado pela empresa americana e que V. Sª teria ligações com uma empresa espanhola; que a empresa espanhola estaria querendo entrar no Brasil, mas que não estava tendo brecha porque os outros não deixavam. E que a publicação dessa fita só saiu para tentar brecar o caminho da empresa americana e tentar abrir as portas para que a espanhola pudesse ter alguma participação. Não sei. V. Sª vai dizer. A gente vai tomar conhecimento no decorrer da coisa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V.Exª Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães e, em seguida, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pergunto em primeiro lugar a V.Exª, Sr. Presidente, se o Dr. Carlos não tem nenhuma resposta para o Senador Pedro Simon.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com todo respeito ao Senador Pedro Simon, sobre a opinião dele, simplesmente, eu digo que gravei um pedido de extorsão, para me defender do achaque do Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas o senhor concordou com as colocações?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É a opinião dele, eu não concordei. Eu estava ali, e gravei uma pessoa, na figura do Waldomiro Diniz, Senador, me extorquindo. Gravei para me defender.

Só um minuto, Sr. Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não. Agora, acho que V. Sª tem até mais tempo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – E qual foi o meu crime, ali, se não dei nada para ele. Tanto que houve a licitação depois. Entende.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O crime começa já com a gravação.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O senhor acha? Eu não deveria ter feito isso, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Bom, V.Sª declarou, em várias oportunidades, que foi achacado várias vezes pelo Sr. Waldomiro Diniz. É verdade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Naquela época, sim. Quando ele estava no cargo de presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por que V.Sª cedia aos achaques?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não cedia aos achaques dele, nunca paguei nada para o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nunca pagou nada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Os achaques, Senador Antonio Carlos, que ele me fez foram concernentes à licitação que ele ia colocar no mercado para prejudicar a minha empresa, porque o objeto da licitação colidia com o meu objeto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por que V.Sª não denunciou esse fato publicamento, logo naquela ocasião, tendo essa fita que levou quase dois anos para ser divulgada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Boa pergunta, Senador. Ele era o chefe maior da Loteria do Estado do Rio de Janeiro – e isso pode perguntar para ele, porque ele já falou na acareação que tive com ele na cidade de Goiânia – e não sofreu aquele achaque naquele ano com a fita. Ele estava prestes a deixar a loteria do Estado, tínhamos um investimento de um pouco mais de 20 milhões de reais – era um investimento alto que faríamos com a BET. E se eu fizesse a denúncia, Senador, eu estaria colocando em risco todo esse investimento, porque ele era presidente da loteria. Agora, caso a empresa ganhadora, que é a empresa Ebara, pusesse no mercado um produto que colidia com o meu, fatalmente eu ia denunciar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer, sinto que V.Sª se arrepende de não ter denunciado, ou então porque o homem era presidente da Loterj o senhor queria ceder a qualquer coisa que ele quisesse.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não cedi, tanto que ele pôs o edital e a empresa ganhou. Eu entrei com recurso tanto na Loterj,

quanto no Tribunal de Contas contra essa malfadada licitação e perdi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se o senhor perdeu nessas duas instâncias, talvez então o Sr. Waldomiro estivesse certo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Colide. Talvez, até, tivéssemos que fazer uma perícia judicial, para ver se realmente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Que juízo o senhor faz do Sr. Mino Pedrosa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Era um grande amigo meu. Foi meu assessor de imprensa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Um bom caráter?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Veja bem, Senador, ele falhou comigo. Confiei nele quando daquela reportagem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) –Aliás, nesse ponto concordo com a sua opinião atual. Quando o senhor confiou, acho que o senhor falhou porque não...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É verdade, o senhor tem razão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor tinha ligação com o Procurador Santoro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nenhuma. O Mino tinha, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quando passou a conhecê-lo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi no final de março, começo de abril, quando eu fui fazer essa denúncia a ele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fez a ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A ele, pessoalmente, no Ministério Público Federal. A partir do momento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Foi uma coisa oficial que o senhor fez?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Oficial; eu estava lá oficialmente, Senador. Eu fiz uma notícia crime. No papel, não, ele não quis, porque eu estava lá, e ele contando tudo. Quando, Senador, eu chego no Procurador da República e conto para ele toda a história e digo que tenho a fita e estou pronto para servir, eu estou dando publicidade a essa denúncia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito bem.

O senhor nunca deu dinheiro para nenhuma campanha política?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não mesmo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, Senador, com toda a franqueza. Eu trabalho e pautei minha vida, Senador, em cima de jogos legais, nunca tirei dinheiro de bolso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor podia dar dinheiro oficialmente, como manda...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu sei, claro, mas eu nunca dei, Senador. Nunca dei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nunca deu.

O senhor poderia me dizer quanto o senhor remunerava o Sr. Dile? V. Sª, em dado momento, disse... Ele recebia mensalmente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, por trabalho prestado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Qual era a média?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Por trabalho, na faixa de 15 mil, 18 mil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mensais?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Por trabalho prestado. Não era todo mês. Talvez 40 dias.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor conhece o Sr. Sérgio Martins, ex-funcionário da Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca o vi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com certeza? Nunca ouvir falar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer que o senhor nunca manteve nenhuma relação com nenhum Sérgio Martins?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhum Sérgio Martins. Que eu me recordo, tenho quase certeza que não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em alguma oportunidade o Sr. Dile pediu recursos a V. Sª em nome de Waldomiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Do Waldomiro Diniz?

Ele não pediu recurso. Ele foi o primeiro a chegar para mim dizendo que o Waldomiro precisava falar comigo sobre a posição política dele no mercado. Foi

quando houve esse primeiro encontro, que eu gravei, Senador, e não ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Esse encontro V. Sª já gravou, mas não obteve bom resultado na gravação.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente. Uma semana antes, duas semanas antes da outra gravação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Foi a mesma pessoa que lhe deu a aparelhagem?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A aparelhagem era a mesma. Ela ficou lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quem colocou lá?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A empresa, essa que ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Qual era essa empresa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu vou conseguir, eu vou conseguir, porque não fui ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É interessante que todos saibam.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quinhentos reais, seiscentos reais, foi uma empresa local de câmaras, essas coisas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª dará o nome ao Relator?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Darei o nome. Pode ter certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço.

O senhor conhece a Srª Katia Rognoni.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Katia...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Rognoni.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não estive com ela pessoalmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Presidente da Comisão de Licitação da Loterj.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quando da época da licitação, Senador Antonio Carlos, eu não estava presente. Estava o meu pessoal jurídico.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer, o senhor, pessoalmente, não conheceu, mas o seu pessoal jurídico sim?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sim, deve ter conhecido porque ela era presidente da comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Sr. Mino Pedrosa mantinha relações com o Waldomiro Diniz? O senhor foi tão amigo dele, depois deixou, mas o Mino Pedrosa tinha relações com o Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu acredito que sim, anteriormente. Mas não diretamente. Essa é uma pergunta, Senador, que tem que ser feita a ele, porque eu, quando disse...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como o senhor disse que era grande amigo e que depois ele falhou...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Grande amigo do Mino. Agora, da relação dele com o Waldomiro, eu sei que ele conhecia o Waldomiro, mas não sei se mantinha relação direta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª deu ao Mino Pedrosa as fitas.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Devido a ele ter sido fonte dessa reportagem, Senador – foi o erro que cometi –, dessa reportagem "Roda da Fortuna", na revista **ISTOÉ**, onde ele foi fonte do jornalista Mário Simas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Que era companheiro dele na revista.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Na revista. E hoje ele voltou a ser diretor da revista **ISTOÉ** na cidade do Rio de Janeiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ambos? O Mino Pedrosa também está na **ISTOÉ** novamente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Hoje está. Fiquei sabendo, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª poderia me dizer – V. Sª vai dizer ao Relator, e fico satisfeito – que empresa fez esses equipamentos? Tenho muitas perguntas, mas reconheço que V. Sª já respondeu a algumas e a outras não. Quem eram seus interlocutores junto à GTECH?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Junto à GTECH, naquela época, sempre fui eu, desde 1997.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª fazia seu contato direto com a GTECH?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Direto com o Presidente, à época, Antônio Carlos Lino Rocha, e os demais diretores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª atuou direta ou indiretamente na renovação do contrato da GTECH com a Caixa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Nem direta nem indiretamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Sª tinha ligação com a GTECH. Ela renovou o contrato, e V. Sª não teve nada com esse assunto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nada. Participei apenas de uma reunião, quando o Waldomiro havia ligado para a GTECH. E a GTECH... Foi essa do dia 13, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª conhece o Sr. Rogério Buratti?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Só posteriormente vi o nome dele na imprensa. Depois que veio à tona tudo isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª não acha que ele teria alguma ligação com o Ministério da Fazenda, com alguma pessoa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Não vou conjeturar, porque nunca vi essa pessoa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer que V. Sª não conhece o Sr. Rogério Buratti?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca estive com ele, nem liguei para ele. Nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E Marcelo Sereno?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Também não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, V. Sª estava mal no Governo, pelo que se vê. Queria perguntar ainda a V. Sª algumas coisas como: Por que, na CPI da Loterj, V. Sª não procedeu como agora, e pediu o direito de não falar, de se calar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu estava como investigado lá, Senador. Nesse período em Goiânia... Até trouxe os documentos e vou passá-los a V. Exª. Era na fase em que o Deputado André Luiz começou os achaques.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Bem, vou fazer a V. Sª apenas uma pergunta: V. Sª conhece Olavo Salles, não conhece?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca estive com ele pessoalmente. Só de nome.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por que V. Sª o conhece só de nome?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele é presidente da Associação de Bingos, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É sim. Realmente, V. Sª repete que não tem nada com bingo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nada com bingo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Apenas se utiliza dos terminais.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Dos terminais, quando "linkados". Quando há o sistema *on line*, eles "linkam" e jogam para o sistema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E a sua opinião? V. Sª continua favorável ao jogo do bicho, aos bingos, aos caça-níqueis?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Boa pergunta. Acho que deve criminalizar, Senador. Criminalizar, e voltar tudo. A legalização, Senador Antonio Carlos, das casas de bingo, na minha opinião, tem que ser através de concessão, da concessão, e não proliferar, cada uma abrir a sua e, indistintamente, já esta regulamentada. Não por isso aí. Pega por número de habitantes. Vou dar um exemplo claro, Senador. Em Brasília, cabem três, quatro bingos. Em locais pré-definidos, abre-se uma concessão, vende aquela concessão, e vê o lastro daquele dinheiro, daquela empresa que está entrando, e não indistintamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª nunca tentou entrar no bingo em São Paulo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E quanto ao jogo do bicho? V. Sª é favorável?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – À legalização?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Seria, Senador. Mas da mesma forma, via sistemas, não esse fechado em mãos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – Que sistema seria?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Um *(inaudível)*, onde você faz aposta e joga no sistema direto. Porque está aí: o bicho é secular, Senador, e não se aproveita nada para o social. Está aí na ilegalidade. Parece que, na ilegalidade, ele é melhor. Ninguém se propõe a legalizar; tem que legalizar, na minha opinião. V. Exª pediu uma opinião minha, cada um tem a sua, tem que se legalizar tudo, mas com sistemas que dá segurança.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – Não concordo com V. Sª, porque inclusive, acho que essa jogatina desenfreada, tanto em bingo, quanto em jogo de bicho, etc, até no caça-níquel – em que V. Sª atuava – é uma mania péssima para o povo, porque se

não fosse péssima para o povo não teria tantas casas de jogo de bicho e tantas casas de bingos, etc. Logo, é mais uma extorsão com o povo. Mas V. Sª tem sua opinião e eu a respeito.

Obrigado.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca. Em seguida, Senadores Geraldo Mesquita, Romeu Tuma e Flávio Arns.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Sr. Carlos Cachoeira, estamos perplexos, eu estou perplexo, porque a notícia que se tem no mundo inteiro é de que, através dos bingos e através de uma rede internacional, faz-se lavagem de dinheiro. Isso é público e notório, todo mundo sabe que é assim. Agora, aqui no Brasil, somos todos santinhos, parece que não existe nada que esteja envolvendo atos irregulares e que pode perfeitamente constituir lavagem de dinheiro. E o meio mais fácil que se tem para lavagem de dinheiro é exatamente essa atividade.

Perguntaria a V. Sª o seguinte: V. Sª iniciou suas atividades em 1995...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em 1995, loteria, Sr. Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Justamente.

No início era bingo, ou era loteria?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Bilhetes de loteria, esses bilhetes de venda avulsa na rua.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Venda avulsa na rua?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Essa da Loteria Federal. Tipo assim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Quando é que ela passou para dentro da casa, com o sistema eletrônico?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Aí foi evoluindo os jogos a pedido das loterias e iria também aumentando os valores repassados ao Estado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Sei. Mas eram feitos sempre dentro do estabelecimento de concessão para bingos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não mexo com bingo, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Não estou perguntando se V. Sª mexe com bingo...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tinha uns cambistas na rua: vendo bilhetes. Esses bilhetes normais, esses bilhetes de loteria, numerados, de vinte mil bilhetes, trinta mil bilhetes. O começo foi assim. E raspadinha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – O sorteio é feito é onde?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O sorteio a própria loteria fazia dentro da sede dela.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Não tem nada a ver com a sede dos bingos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Na sede dos bingos, não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Nada, nada?

E essa preocupação que estamos tendo da relação das suas empresas com as empresas coreanas e espanholas? Por que é necessário esse relacionamento se temos nosso público aqui, nosso sistema aqui? É questão de investimento, é recurso que tem que buscar lá fora?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Recursos e tecnologia, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – A tecnologia só é transferida se fizer uma parceria no resultado final?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tecnologia coreana, no sistema que implantamos no Rio de Janeiro é uma das melhores do mundo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Sim. Mas poderia vender como vende um carro, como vende um computador, como vende uma outra máquina. Quer dizer, eles têm a tecnologia, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – *Software*.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Justamente.

E só eles participando como parceiro é que libera esse *software*?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O investimento é muito alto para ter um sistema *on line (inaudível),* Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Essa é a razão de ser da parceria?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – De buscar a parceria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Sr. Carlos Cachoeira, os contratos foram encerrados por quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Como disse aqui, foi uma bola de neve, iniciou

naquela época quando do escândalo Waldomiro Diniz, começou a se encerrar unilateral.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Se todos os seus contratados eram legais...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Unilateralmente eu estou...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – ...por que é que V. Sª não foi à Justiça e recuperou sua atividade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Estou entrando. No Rio Grande do Sul já entrei na Justiça...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas faz tanto tempo! Está entrando agora?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, estou entrando.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Entrando agora?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, já entrei, já. Em poucos eu já entrei. Estou entrando no resto agora.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Isso aconteceu há quanto tempo atrás? Dois anos? Um ano?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Um ano e três meses.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Um ano e três meses.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quinze meses, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Agora, V. Sª está entrando com as medidas judiciais para recuperar as concessões.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Já entrei com alguns e estou entrando com os outros.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Sª, quando do tratamento com Waldomiro Diniz... Queria dizer alguma coisa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quero. O senhor disse para eu recuperar o contrato?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Recuperar o contrato. Se tenho um contrato lícito, ele é estourado, é desconstituído, quero reconstituir meu contrato lícito.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não. Eu entendi a pergunta, mas é para indenização. Eu estou entrando é com indenização. Eu não quero recuperar contrato.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Por quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque não. Houve um desgaste muito grande com meu nome e eu não quero. Quero ser indenizado por isso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas se seu contrato é lícito, que desastre no nome é esse? A recuperação judicial seria a limpeza do nome...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – E a indenização também, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A indenização poderia vir também.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Posteriormente, né? Mas hoje eu não tenho interesse...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim, poderia vir também.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Desistiu de jogos então? Se regularizar hoje, tudo é legal, V. Sª volta ao jogo da loteria?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu voltaria a procurar novos parceiros para eu entrar, porque vou mostrar para os senhores que todos os processos meus lotéricos eram legais.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas se não tem impedimento e pode colocar...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tem impedimento. Hoje tem Adins no Supremo que já limitam o tipo de jogo e ninguém ia investir novamente numa coisa que está **sub judice** aí...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas toda questão fica sempre **sub judice**. O que não pode é você desistir antes. Falar: "Eu tenho todo o direito, contrato lícito, legítimo, eu desisto de ingressar na Justiça e, mesmo ingressando, eu vou deixar minha atividade, que não foi ainda proibida legalmente, porque eu quero limpar o meu nome". Acho que esse argumento não pega. Eu acho que V. Sª teria muito, assim, mais conceito aceito se tivesse constituído advogado, entrado na Justiça: "Esse contrato é meu, eu não vou permitir que ele seja, de forma nenhuma, desconstituído". Porque ele é legal.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E uma das bandeiras que V. Sª tem que acho espetacular é a bandeira da legalidade: "Meus atos são legítimos,

eu não tenho atividade ilegal, eu estou dentro da lei". Se está dentro da lei, por que não fica dentro dela, lutando na Justiça por essa legalidade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque o momento, Senador, quando aconteceu aquele fato, houve um desgaste muito grande do meu nome.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sei.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – E eu estou tentando restabelecer tudo isso e vou restabelecer, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Waldomiro... Desculpe-me!

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Está bom.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Carlos Cachoeira, um momento de fraqueza de minha parte. O senhor usou uma expressão na outra inquirição, falou "caça-níqueis", depois retificou e falou: "Caça-níqueis se for na ilegalidade".

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque quando ele está dentro da loteria, por exemplo no Paraná era videoloteria *on line* e *realtime*. Cada local tem um. "Caça-níquel" dá aquela impressão de que realmente é ilegal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas se você cair na ilegalidade o seu equipamento vira caça-níquel, porque é ilegal.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É, poderia ser, Senador. Poderia ser. Quando a gente fala "caça-níquel"...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sei. Então, é o seguinte: então essa atividade, por mais legal que seja, é um caça-níquel.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS (PDT – MS) – Há sempre...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Porque "caça-níquel" é expressão popular, que se toma o níquel do pobre, do rico e enriquece a empresa, etc. É sempre um caça-níquel. Então, a gente não pode fugir dessa expressão "caça-níquel".

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Posso falar?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pois não.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Só um momentinho. Um aparte. Veja bem. Enriquece a empresa, a empresa presta um serviço para o Estado. Antes de mais nada, o dinheiro vai para o Estado, também, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tive a minha empresa auditada pela Receita Federal e não tive nenhuma representação fiscal, não foi constatada nenhuma ilicitude por parte da Receita Federal, depois que surgiu esse Caso Waldomiro Diniz, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Porque a Lei Pelé é de 1998, e diz o seguinte: "proíbe a instalação de qualquer tipo de máquina de jogos de azar ou de diversões eletrônicas nas salas de bingo". E o art. 73 dispõe: "nenhuma outra modalidade de jogo ou similar que não seja o bingo permanente ou eventual poderá ser autorizada com base nesta lei".

E no regulamento da Lei Pelé, os senhores devem conhecer isso demais, está proibida toda e qualquer atividade; somente aquela do bingo com cartela, praticamente. Vem a regulamentação e diz assim: "somente serão permitidas as instalações e a operação, em salas próprias, de máquinas programadas única e exclusivamente para exploração do jogo do bingo, nos termos do parágrafo anterior" etc.etc.

Essa história das máquinas programadas, elas é que são utilizadas para as loterias que V.Sª explorava?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, é aquilo que eu disse anteriormente, Senador. Os terminais que eu usava, no Estado do Rio de Janeiro, eram terminais onde se faziam apostas do tipo MegaSena, Sena. O nome lá era Jogue Já. Esse tipo de terminais. Não esses terminais... Esses aí eu usava no Paraná e parte de Goiás também. Mas tudo através das loterias, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quer dizer, a loteria de V.Sª nunca é uma loteria interna, numa sede em que a máquina do sorteio e as pessoas sozinhas se sorteiam? Não sei se eu me fiz entender.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Podia repetir, Senador?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu poderia ter um jogo, tipo jogo de bingo. Tem lá a máquina caça-níquel, que é acionada, ela roda e vai dizer que número que deu. Eu sozinho movimento e ganho, deixo de ganhar. Isso aí seria permitido por essa regulamentação aqui da Lei Pelé.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Isso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – A Lei Pelé não permitia, mas a regulamentação permitiu, como se fosse uma pressão das casas de jogos, dos bingos para que relaxasse a regra. Então, estou achando que V.Sª deve ter aproveitado esse relaxa-

mento da regra para instituir, dentro da sua loteria, este procedimento.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Veja bem. Os terminais nossos ficavam dentro das casas lotéricas. Vendíamos raspadinhas, essas raspadinhas comuns também fora, juntamente com os bilhetes tradicionais. A Lei Pelé, a qual V. Exª se refere, a data dela é de quando, Senador, por favor?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A Lei Pelé é de 1998.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – 98. Nessa época, eu não trabalhava com terminais de vídeoloteria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Depois veio a Lei Zico.

A última pergunta, Carlos Cachoeira. A gente, quando lida com chantagista, a gente sabe que não pode dar a primeira vez. Se der a primeira vez, vem a segunda, a terceira, a quarta, a quinta, e vira um infinito. E V. Sª disse aqui que o achaque do Sr. Waldomiro era um atrás do outro, várias vezes, vários achaques. Será que não foi porque alimentou a primeira vez?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não. Veja bem. Foram vários achaques em curto período em cima dessa licitação que ele ia colocar no mercado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nesse período?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nesse período que a Ebara ganhou a licitação, antes, quando foi gravada essa fita, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

V. Exª dispõe de quinze minutos, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, muito obrigado pelo nobre.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª merece.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Carlos, boa-tarde!

Eu queria aproveitar esta oportunidade para matar uma grande curiosidade, o senhor confirma ou não. O que eu sei é que essas máquinas de resultado aleatório, de fato, têm um mecanismo que programam a margem de acerto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Se têm um mecanismo?...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ela é programável para uma margem de acerto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O senhor fala de caça-níquel, videoloteria?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu acredito que sim. Tecnicamente é o responsável que tem que dizer. Mas eu acredito que sim. Mas, nessa época aí, como o sistema nosso é *on line* e *realtime*, tem um percentual de ganho, entende, Senador? Quando ela não é linkada, é terminal burro, como a gente fala, aí não tem como averiguar. Mas quando elas estão linkadas, elas te dão o percentual de pagamento, de premiação, te dão tudo isso aí.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Carlos, o senhor está aqui nos esclarecendo acerca de alguns fatos, alguns aspectos, mas vou lhe esclarecer agora um fato que o senhor desconhece. O senhor sabe que, indiretamente – eu estou lhe afirmando isso – o senhor foi responsável pela minha saída da base de sustentação do Governo do Presidente Lula. Vou lhe explicar a razão disso. Quando o ladrãozinho do Waldomiro apareceu na televisão dizendo que era safado e propineiro, me veio instantaneamente à cabeça o seguinte: antes de o Presidente Lula assumir o Governo, qualquer ato de corrupção ocorrido no País que causava a comoção que esse causou, no mesmo momento ou no dia seguinte, os partidos ditos de esquerda em nosso País, o primeiro movimento que faziam no Congresso Nacional era protocolar um pedido de CPI. Eu quero que alguém me desminta aqui se isso não é verdade. Quando aconteceu o caso Waldomiro, eu disse: "Agora a coisa é para valer. Agora, na égide do Governo do Presidente Lula, agora é que nós vamos botar para quebrar mesmo". E fui levado por essa motivação a assinar o pedido de instalação de CPI, fui à tribuna e fiz um discurso a respeito do assunto, defendendo a instalação da CPI; meu ex-Partido, o PSB, defendia, dentro da base, assim como o PT e os demais partidos da base, defendia que se colocasse para debaixo do tapete a pretendida CPI. Eu pedi, inclusive, naquela oportunidade, minha inscrição avulsa na CPI, mesmo sabendo que eu não tinha respaldo regimental para isso. Mas fiz só para marcar uma posição. Daí começou meu conflito com a base de sustentação do Governo. Porque eu achava que era incabível, inconcebível que um Governo como o do Presidente Lula... Porque entendo o seguinte: essa história de que CPI é instrumento da minoria, não concordo. Eu acho que CPI é instrumento do Congresso Nacional ou de uma de suas Casas, para que se apu-

re a verdade dos fatos, com uma conotação política muito grande. Então, não passava por minha cabeça que o Governo do Presidente Lula pudesse, a exemplo de outros governos, praticar esse tipo de raciocínio, ou seja: "CPI contra mim, não". A partir daí, comecei a trombar com a base de sustentação do Governo e hoje, fora dela, estou aqui para trocarmos algumas perguntas e respostas.

Eu perguntaria ao senhor de imediato: por que é que o senhor não fez o jogo do Waldomiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque eu não pago achaque algum.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Veja, não estou aqui lhe atribuindo seja lá o que for, mas, se o senhor tivesse alterado os termos daquele edital etc., o senhor acredita que ele toparia aquele acerto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O senhor...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Porque isso representaria o seguinte: a possibilidade de o senhor manter seu espaço nos termos em que o senhor pretendia, sem o risco de a Ebara chegar e...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Respondo sim. Essa questão ... porque é uma questão que... Eu estou analisando o futuro... Se caso eu o pagasse, o senhor está dizendo, Senador?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O que ele propôs? Que o senhor alterasse os termos do edital. Não foi isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Para eu alterar, eu teria que pagar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Oferecesse nos termos que o senhor pretendia, ou seja, para tirar a Ebara do caminho.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exato.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Se o senhor fizesse isso, o senhor acredita que ele levaria a coisa adiante?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pelo que conheço do Sr. Waldomiro Diniz, eu estaria conjeturando, mas eu vou afirmar, porque acho que é um detalhe interessante: acredito que sim, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor conhecia mais algum diretor da Loterj na época em que o senhor teve transações com a Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu diretamente não, mas tinha diretoria que se relacionava com o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O pessoal da licitação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, eu até já respondi à pergunta do Senador Antonio Carlos: não. O pessoal da licitação, não. Tinha um pessoal que lidava diretamente. Quando eu ia, eu ia diretamente no Presidente Waldomiro Diniz.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Uma coisa que me causa espécie, Sr. Carlos, é que mesmo o senhor tendo afirmado que os achaques ocorreram...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – As tentativas de achaques.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – As tentativas de achaques ocorreram num período curto, eu não entendo como o Waldomiro mantinha as tentativas apesar de o senhor nunca corresponder à expectativa dele. Não é estranho isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu sempre dizia a ele que estaria estudando o assunto. E na última fita, porque eu queria pegá-lo na gravação, até para me resguardar, Senador... Ai, depois da gravação, Senador, eu não o paguei, e ele colocou o edital na rua, colidindo frontalmente com o objeto do meu contrato, que era exclusivo, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agora, o senhor tinha conhecimento de que isso resultaria de fato no que ocorreu, não é?

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria à segurança que tomasse as providências.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O senhor poderia repetir a pergunta, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita, V. Exª com a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu já não lembro mais aqui o que a gente estava... O senhor tinha certeza de que daria no que deu. Ou seja, o senhor não topou o achaque, mas tinha certeza de que daria no que deu.

O SR. CARLOS AUGUSTO RAMOS – Daria no que deu, Senador?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – No que deu, a Ebara ganharia o edital etc. Não é isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sem sombra de dúvida. Tanto é que eu falei o nome da Ebara na fita. Quem prestar atenção...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Os pagamentos ao Dile, que o senhor efetua-

va, por acaso eles não eram uma maneira de o senhor fazer pagamentos ao Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Se era, Senador, eu nunca presenciei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Esses pagamentos ao Dile estão escriturados na sua empresa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Estão, na época.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Alguma vez o senhor teve contato pessoal ou telefônico com a Srª Ana Cristina Morais Moreira Sena?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – As ligações do Waldomiro, ele fazia do seu celular, de algum telefone? Por exemplo, quando ele estava aqui no gabinete civil, o senhor disse que falou com ele algumas vezes.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Do celular, ele me ligou uma vez, duas vezes, eu não me lembro do próprio local de trabalho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Do local de trabalho, ele ligou? Ele mesmo fazia a ligação? Ninguém fazia por ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Aí uma secretária passava para ele, ele me passava. Não lembro bem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Me diga claramente por que o senhor mandou gravar essa fita, a fita que o senhor esteve com o Waldomiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque ele estava me achacando, e eu queria me defender, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Aquela fita do aeroporto, por que o senhor mandou gravá-la também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque não havia feito essa fita. Eu comentei com esse amigo, que até vou trazer o nome, que eu iria ter um encontro com Waldomiro no dia, e estava procurando gravá-lo, porque eu tinha que gravar, porque ele estava com uma tentativa de achaque à minha pessoa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O cidadão que fez a gravação, que o senhor já se comprometeu aqui a fornecer o nome dele, a gravação do aeroporto, ele, por acaso, pertencia à Abin, Infraero, polícia?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, empresário. Foi uma gentileza dele.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele não é ligado a nenhuma dessas instituições?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nada, inclusive no meu depoimento na Polícia Federal, vários nomes eles me perguntaram, mas ele não tem...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor sabia que o Procurador Santoro estava de posse de uma fita. Veja, vamos historiar.

O senhor esteve com ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Final de maio, começo de abril.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Disse para ele que tinha gravado a conversa, mas não forneceu. Não é isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque ele não me pediu na época.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não pediu.

Quando o senhor esteve pela segunda vez com ele, quase um ano depois, o senhor sabia que ele tinha a fita?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele, pessoalmente, não, mas dava para entender que o problema era a fita, dada a insistência, depois da reunião naquele domingo, Senador, de obtenção dela.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele obteve essa fita por quem?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não sei se o Dr. José Roberto Santoro estava com a fita na mão. Sei que naquilo ali poderia estar a fita. E só na quinta-feira, um dia antes, que praticamente tive a certeza, foi quando lá no gabinete do Dr. Roberto Santoro fiquei sabendo que havia entrevistado o Waldomiro Diniz. E eles, no final da noite, me perguntaram sobre o Deputado Geraldo Magela, que Waldomiro Diniz teria afirmado R$100 mil, como consta no inquérito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quando o senhor foi pela segunda vez, o senhor estava de posse da sua fita, da sua cópia?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Da segunda vez, à noite, sim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E não forneceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não forneci.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Por quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Intuição, Senador. Ela estava dentro do carro,

e eu não forneci. Isso consta no inquérito. O delegado da Polícia Federal ficou esperando as fitas, e eu fui embora.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

Agradeço as respostas do Sr. Carlos.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Agradeço ao senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Geraldo Mesquita.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

V. Exª dispõe de 15 minutos, nobre Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, cumprimentar V. Exª e a Mesa, porque vejo na documentação que V. Exª distribuiu que faz uma memória de todos os fatos que, em dois anos, nós acabamos perdendo em decorrência de vários acontecimentos. Então, eu queria cumprimentar V. Exª e os seus auxiliares por esse trabalho, que vamos estudar com mais calma. Tem muita informação importante, inclusive o documento que foi trazido pelo depoente.

Aqui fiquei um pouco na dúvida, se eu perguntar alguma coisa que o senhor já respondeu, em razão da minha ausência, o senhor não precisa responder outra vez.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não tem problema, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu vou ler depois o depoimento do senhor. Com todo respeito, acho que o senhor está colaborando bem, por tudo que ouvi.

Mas ficou uma coisa aqui, um pouco de dúvida comigo, acho que também do Senador Juvêncio, que o senhor foi levado pelo jornalista a relatar a tentativa de extorsão para renovação de contrato ao Procurador José Roberto Santoro. Foi o que entendi.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tentativa de extorsão? Eu senti...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu digo que é tentativa, porque o senhor disse que nenhuma vez pagou.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, a tentativa de extorsão foi no ano anterior. Quando fui ao José Roberto Santoro, já era o ano de 2003.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só estou querendo equacionar aqui para ficar claro que não houve a consumação do crime de extorsão ou de peculato.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pode ter certeza, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi tentativa sempre, porque V. Sª recusou-se a pagar de qualquer forma.

Agora, depois da leitura dos jornais, durante a investigação da Polícia Federal, eu mesmo acreditei – e ainda acredito – que a Polícia teria condições de apurar isso com rapidez e, por uma série de razões, inclusive o senhor teria sido ouvido na madrugada pelo Serra Azul – e talvez pelo José Roberto Santoro –, porque, em decorrência, houve uma abertura pelo Procurador-Geral de uma sindicância, por essa motivação. O senhor chegou a depor na madrugada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Na Sindicância do Ministério Público Federal?

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi na madrugada, no gabinete do Procurador-Geral?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – José Roberto Santoro. Cheguei por volta das 11 horas, numa quinta-feira; a revista **Época** saiu na sexta-feira, pela manhã.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor fez um depoimento lá? Com base no seu depoimento... porque praticamente o inquérito foi engessado durante o período. O seu depoimento deu razões ao Procurador de oferecer denúncia contra a empresa GTECH. Não é isso? Foi oferecida uma denúncia. E o juiz, ao pedir prazo do inquérito, devolveu, aliás, deu prazo de defesa à empresa, em razão da denúncia do Procurador. E aquilo paralisou praticamente o inquérito.

O senhor teve, nesse interregno, algum tipo de pressão, algum tipo de novos depoimentos, ou não mais?...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, depois que eu estive lá no gabinete do Dr. José Roberto Santoro, prestei um depoimento ao Dr. Marcelo Serra Azul, na Procuradoria, não tive nenhuma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Relator, estou fazendo essa pergunta porque houve uma paralisação do inquérito durante esse período e tumultuou um pouco. E começamos a perder as informações a respeito do andamento do processo. Sei que está vivo, está andando, mas já com muito mais dificuldade, em razão de todos esses...

No seu documento distribuído aqui, o senhor fala sobre a fita de áudio e vídeo utilizada para "alicerçar a sugestão do meu indiciamento na CPI da Loterj não traz em seu conteúdo outra conclusão a não ser uma conduta extorsiva de Waldomiro Diniz contra mim, me pedindo propina."

E aqui o senhor cita os dois Deputados, que, me parece, num conluio... Estou me baseando na sua

informação de que os Deputados que V. Sª cita aqui no seu depoimento, como um conluio também para a tentativa de extorquir, em razão da CPI.

Eles teriam ligação com Waldomiro Diniz nessa tentativa de pressão sobre V. Sª?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Acredito que não, Senador. Acredito que não. Na questão do Deputado Calazans...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Deputado Alessandro Calazans, André Luiz e Luiz Paulo, que são os nomes citados aqui pelo senhor, no documento que foi entregue ao Relator.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente. Não tinha não, acredito que não, relação com o caso Waldomiro...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eram dois fatos de extorsão separados, um para evitar a citação do seu nome no relatório e o outro para modificação no contrato?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – E quando Waldomiro Diniz... porque aqui tem um depoimento que foi feito à Polícia Federal, que diz assim: "Em 1º de maio, V. Sª se nega, perante a Polícia Federal, a prestar qualquer declaração, pelo argumento de que já o teria feito ao Ministério Público. Por que voltou atrás nessa decisão?"

Isso é o normal, quer dizer, V. Sª voltou e resolveu fazer o depoimento; primeiro se negou a prestar aqui, só em juízo...

Agora, no dia 7/12, segundo a informação que tem aqui à Polícia Federal, V. Sª disse que, em todas as vezes em que se encontrou com Waldomiro Diniz, esse sempre lhe fez pedido de propina. Isso foi confirmado até pelo Senador Jonas, que repetidamente ele vinha pedindo. E lhe dava explicações de como ia dissimular os valores recebidos.

O senhor poderia nos dizer qual seria esse tipo de dissimulação ou de distribuição da propina?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quando afirmei, foi em base, porque não tinha só uma fita. Essa foi do aeroporto, não tinha som, e foi feita aí uma perícia, contrataram uma perícia labial.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo. É porque na gravação do aeroporto não tem som.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente, foi labial.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso eu me lembro agora porque são fatos interessantes e realmente dá para se identificar a leitura labial. Tem especialista nesse sentido.

Então, ele não explicou como esse dinheiro seria distribuído ou se ele estava a serviço de alguém?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não... Ele sempre pedia, mas nunca citava diretamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quando Presidente da Loterj, ele chegou a falar que tinha que distribuir entre os outros diretores ou para fora, para outros funcionários públicos de outros segmentos?

O SR. CARLOS AUGUSTO RAMOS – Não. Ele pediu aquele 1% para ele e os outros valores aí para a campanha política.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Campanha política. Ele definiu para quem?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Na primeira fita, sim. Ele disse lá; é o que está na fita, Sr. Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu sei. Eu só queria que ficasse registrado para dar mais tranqüilidade de que o senhor não está distorcendo tudo aquilo que houve e que está confirmando a todos os depoentes aqui.

Tenho, aqui, algumas perguntas que me foram feitas.

Messias Antonio Ribeiro Neto – não sei se já perguntaram ao senhor sobre isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Já perguntaram.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sobre a Gerplan, já perguntou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Já perguntou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já perguntou. O senhor já fez máquinas eletrônicas...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele trabalhava, e eu fui sócio dele em 80 e, depois, prestava serviços.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele foi seu sócio. Porque ele disse que é bicheiro em Goiás. No depoimento, ele afirma que é bicheiro. O senhor disse que não é bicheiro e não teria relação com bicheiro.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não... Eu explico. Ele tem uns terminais de captação de apostas e foi quando ele prestou serviço para gente. Ele também trabalhava na área de tecnologia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aí fala que o senhor seria mero prestador de serviço de informática. É isso? Ou era o Carlos Ramos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nessa época, sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor era assessor de informática?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Quem?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Carlos Ramos.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sou eu.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que, após Carlos Ramos ter se livrado do depoente e ter conseguido passar a imagem de mero prestador de serviço de informática ao Estado, desvinculando a sua imagem do jogo, que obteve, sucessivamente, contratos com o Governo de Minas Gerais – Governo Itamar Franco – e com o Governo do Paraná – gestão Jaime Lerner –, quando o jogo era efetivado por uma pessoa chamada Campelo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Senador, o Messias foi desafeto meu porque houve êxito na loteria e ele trabalhava....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi aí que o senhor rompeu com ele.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu já tinha rompido antes desse depoimento dele, bem antes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E esse Campelo, de quem se trata?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O senhor falou em Campelo aí. Por favor, me cite de novo, porque eu não cheguei a ler este depoimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É um depoimento que foi prestado pelo Messias. Se o senhor não lembra, não tem problema. Se for necessário, nós vamos buscar.

O senhor ainda mantém parcerias com o Sr. Ortiz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Parcerias não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – No depoimento da CPI da Loterj, V. Sª requereu o direito de permanecer calado e tal... Aí, é outra coisa. Aqui fala que o senhor teria parceria com um tal de Sr. Ortiz. Eu estou perguntando....

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele fala, não é?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ele é meu desafeto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o depoimento dele.

E a Combralog, o Consórcio Combralog? Já lhe perguntaram sobre isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Era a Concessionária da Loteria do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Da Loterj, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Da Loterj.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, era uma das empresas com que o senhor trabalhava, um consórcio?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Consórcio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E ela foi vitoriosa em licitação promovida pela Loterj?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi vitoriosa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem aqui uma empresa que o senhor declarou que ganhou a concorrência depois da pressão, a Ebara. Não tinha relação com o senhor a Ebara?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhuma. Não conheço um dono, nunca estive com nenhum diretor. Esse é o problema que aconteceu com a CPI da Loterj lá, porque eles não quiseram entender isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Uma coisa: o Waldomiro usava de algum argumento de força no Governo central, no Governo do Estado do Rio, querendo dar demonstração ao senhor que tinha poder político, não? Nos contatos que fez, em querer extorquir valores do senhor dizendo da força política que ele poderia ter?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A fita fala por si: ele usava aquele argumento que tá naquela fita, Sr. Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na fita... Ele confirmava isso em outras vezes, porque várias vezes o senhor teve encontro com ele para que ele lhe pedisse...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sempre é dentro daquela linha que tá naquela fita, Sr. Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor teria alguma outra coisa que pudesse nos ajudar... eu sei que o senhor tá cansado e tudo, mas não quero explorar...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Mas estou aqui à disposição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas perguntaria se o senhor tem algum dado que pudesse...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Se eu lembrar, pode ter certeza que eu passo para V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sei, porque o senhor tem procurado esclarecer até para que realmente não fique nenhuma dúvida...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Aqui é o local certo para mim esclarecer tudo, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu agradeço, Presidente, e agradeço ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu gostaria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, de sugerir que pudéssemos, talvez na seqüência, inclusive para análise do Sr. Relator, em função dos inúmeros requerimentos, ouvir o Ministério Público, os representantes, os procuradores, para termos todas as declarações, todas as investigações que já foram feitas, para que, a partir daí, todos nós pudéssemos nos posicionar em função dos depoimentos que estão sendo dados e que virão a ser dados.

Eu tenho a certeza de que, como um primeiro momento da CPI, ter a presença do Sr. Carlos Cachoeira é importante. Inclusive, como o Senador Romeu Tuma falou, para rememorarmos os fatos também, porque tudo isso já aconteceu há mais de um ano. Mas, tenho a impressão de que, na seqüência, ter o trabalho já executado, esmiuçado e detalhado do Ministério Público seria, na minha opinião, bem importante, se bem que outros nomes tenham sido citados hoje com bastante freqüência, como o do jornalista Mino Pedrosa, dos candidatos também que teriam se beneficiado e outras tantas pessoas. Mas eu acho que se a gente tiver mais dados primeiro, mais fundamentação, a gente poderia atuar de maneira mais adequada na seqüência.

Gostaria de perguntar ao Sr. Carlos Cachoeira, ele já mencionou inclusive em outras perguntas que ele participa de algumas empresas: Gerplan foi mencionada, Combralog também, a Gerplan, está certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Combralog Capital também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Betcapital.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mais alguma?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Techlogic também, mas essa... mas eu mando para o senhor. Com as loterias, é Betcapital...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E muitas outras fora das loterias?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não. Praticamente isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E essa empresa Capital Construtora e Limpeza?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É a Betcapital. É a associação da Bet com a Capital. Betcapital. Bet Coreana com a Capital.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A Bet Coreana com a Bet Capital...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com a Capital, Sr. Senador, aí fundiu, aí ficou Betcapital.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E quando foram feitos os contratos com os Estados, os contratos foram feitos através de que empresas? Em Goiás, no Rio Grande do Sul, no Paraná?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com essas empresas aí. Eu mando para senhor todo o relatório, todos os contratos ...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com todas elas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com cópias. Dentro dessas empresas aí. Em Goiás foi Gerplan, no Rio foi Betcapital...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Betcapital no Rio Grande do Sul?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Bet-Capital também no Rio Grande do Sul.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas essa empresa é Construtora e Limpeza?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Na época, sim. Aí nós modificamos o objeto dela na Junta Comercial quando a Bet entrou no consórcio, a parceria com ela.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o contrato com o Estado foi feito enquanto era "Construtora e Limpeza"?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – "Construtora e Limpeza". Naquela época, sim, porque no objeto se permitiam também produtos lotéricos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Construtora, limpeza e produtos lotéricos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E com essa empresa é que foi feito o contrato no Rio Grande do Sul?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E no Paraná, foi com que empresa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – No Paraná, foi um consórcio com o pessoal da Argentina.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então não era uma destas empresas aqui?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – No Paraná, era o Consórcio Larame, onde tinha duas empresas argentinas, também com a nossa empresa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E qual era a sua empresa no Paraná?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Vou consultar, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E essas empresas, no momento do contrato, estavam regularizadas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Regularizadas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Estavam totalmente em ordem perante a legislação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A legislação vigente. E depois que aconteceu esse episódio do caso Waldomiro, todos os Estados fizeram auditoria. Isso eu posso enviar para o senhor também.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E as empresas estavam, de acordo com a sua opinião, legalizadas? Porque realmente ouvimos... Por isso que é importante termos a questão oficial, porque às vezes temos informações de revistas, do Ministério Público e existem informações, de uma maneira geral, a respeito desse assunto, e a alegação de várias pessoas é que os contratos teriam sido feitos no Estado de Goiás, por exemplo, sem a empresa estar legalizada. Isso aconteceu ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não. Nós ganhamos as licitações licitamente, Sr. Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Participaram...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Participamos e ganhamos as licitações.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – As licitações aconteceram em todos os Estados?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Todos. Não houve nenhum contrato direto, Sr. Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E contatos no Paraná, com quem vocês tiveram? Alguém especificamente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, especificamente não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não houve assim, nada de específico nesse caso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, a licitação estava na praça, nós entramos...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor já falou sobre esse assunto, mas gostaria só de reavivar o assunto de como foi o encontro marcado pelo senhor com o Waldomiro Diniz e as pessoas representantes da GTECH no Hotel Blue Tree. Como isso aconteceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pois não. Eu cheguei em janeiro de uma viagem que fiz para fora. Desci em São Paulo; logicamente, estive na GTECH e eles me falaram que um tal Waldomiro Diniz, da Casa Civil, estava ligando para eles. E perguntou se eu o conhecia. Eu disse que foi Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro.

Não sei precisar os dias, porque já faz muito tempo, dois, três ou uma semana, o Waldomiro me liga pedindo para apresentar ele para o pessoal da GTECH. E assim eu fiz. Marcamos um encontro durante esse mês de janeiro, nos falamos, e o encontro foi marcado para o começo do mês de fevereiro, para o dia treze, salvo engano.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E já havia o relacionamento do senhor com a GTECH em função dos trabalhos em Goiás?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em Goiás, em 97.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso estava formalizado...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Formalizado e eu posso mandar para o senhor também o contrato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com vigência...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com vigência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Para serviços exclusivamente no Estado de Goiás?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Lotéricos. Nessa época, sim; lotéricos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nessa época, sim. E houve, depois, alguma mudança nesse contrato com a GTECH, da GTECH com o senhor.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O foco da GTECH sempre foi loteria federal. Fizemos algumas tratativas, mas nunca desenrolamos nenhum projeto em comum, posteriormente, mas sempre conversações.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque eu tenho aqui uma declaração de Cachoeira, no Ministério Público – por isso que precisamos, inclusive, verificar

isso na seqüência –, de que a GTECH o procurou porque era sócio da Gerplan. Assinaram uma carta-compromisso, naquela época confidencial – por isso que é importante termos essa carta-compromisso –, com o objetivo de subcontratação das empresas de Cachoeira. Está correto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, quando isso aconteceu? Qual a vigência? Durante quanto tempo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu mando os contratos para o senhor, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso não queria dizer nada da GTECH, da participação em relação a programas da Caixa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, estadual.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A informação também, no termo de declaração, no Ministério Público, diz que no início de 2003 foi elaborada uma nova carta-compromisso entre a GTECH e a Gerplan. Está correto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não era a Gerplan, era outra empresa, mas mando para o senhor. Mas em 2002 já tinha algumas tratativas. Não começou, ela deve ter sido renovada. Venceu o período e a gente renovou até que fizéssemos o estudo tecnológico.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas foi assinado, de acordo com declaração do Ministério Público, no início de 2003. O que mudou em relação ao compromisso anterior? Quer dizer, havia o compromisso anterior...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ter um tempo maior para analisar tecnicamente a parte tecnológica.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso significa o quê, em miúdos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Uma parceria tecnológica entre as duas empresas, Senador. Nada na área federal, na área estadual.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Uma parceria tecnológica na área estadual? Será que isso estaria relacionado, Sr. Carlos Cachoeira, ao que a própria Associação Brasileira de Bingos, Abrabin, num informativo, diz, que tinha receios em relação aos conhecidos interesses de uma multinacional inglesa chamada GTECH, de ela vender sua tecnologia e equipamentos para controle de loterias estaduais. O senhor não estaria...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Esse relatório já está errado, porque a GTECH é americana.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Americana? É, pode estar errado. Por isso é que a gente tem de ter certeza. Mas o senhor não estaria se precavendo em relação a uma invasão dessas pessoas na sua área de trabalho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Negativo, com toda certeza, Sr. Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, o senhor tinha dito antes tecnologia para as estaduais. Qual era o objeto desse compromisso que o senhor assinou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não o trouxe, mas eu mando para que o senhor o estude.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Para o Relator ter esse compromisso.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu entrego ao Sr. Relator.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor poderia nos detalhar um pouco mais o seu compromisso, a sua parceria com os coreanos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Foi na área tecnológica e investimento por parte deles, no sistema. Era muito caro. O *datacenter* que foi montado na cidade do Rio de Janeiro demandou muito dinheiro e eu precisava de parcerias. A parceria que eu tinha, Sr. Senador, era com a empresa da Argentina. Mas como, fatidicamente, houve aquele problema na Argentina daquela quebra financeira, um problema sério financeiramente naquela época, eles ficaram impossibilitados de investir.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só gostaria de saber se essa parceria com os coreanos significa também a venda de equipamentos, a instalação de equipamentos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Para a venda, não. Era aquisição para que a empresa mesmo coloque no mercado, como manda o edital.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Dos coreanos. E essas máquinas, esses equipamentos, são provenientes da própria Coréia ou de outro país europeu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Trouxemos da Coréia, de fábrica coreana. Esses equipamentos, diga-se de passagem, não são caça-níqueis nem videoloteria, são equipamentos lotéricos, tipo mega-sena, sena, essas coisas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Senador Magno Malta está perguntando se tudo entrou legalmente no Brasil, através de que porto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tudo legalizado. Mando para o senhor tudo isso. É tudo legalizado, os impostos estão pagos. É muito importante isso, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Estou perguntando isso porque acho interessante que havia uma parceria do senhor com os coreanos e, ao mesmo tempo, tratativas do senhor com a GTECH, que é americana.

Então, começo a me indagar das questões anteriores, que foram levantadas por vários Senadores, se tudo isso não teria explodido, no caso, até para preservar, eventualmente, um equívoco do senhor.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De negociar com dois senhores ao mesmo tempo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com certeza, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Com certeza.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com certeza, não.

A imprensa noticia que, no encontro do senhor com o pessoal da GTECH, o Sr. Waldomiro teria visto o Presidente José Genoino, do PT, no Hotel Blue Tree.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E qual foi a cena que o senhor descreveu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A reação?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Do Waldomiro.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu achei estranho naquele momento. Ele viu o Presidente José Genoino no balcão, no *check-in* ou *check-out*, e senti dele que ele deu uma retraída.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ficou com medo, talvez, de ser visto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não sei, não sei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ou coisa semelhante?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Se retraiu.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O que, provavelmente, indica que ele estava também agindo, como o senhor disse, por contra própria dele, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pode ser.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E que seria, naturalmente, censurado e repreendido...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pode ser, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por contatos extra-Planalto, como ele vinha desenvolvendo.

Muito bem. Eu teria outras perguntas a fazer. Temos bastante material aqui, mas é fundamental que tenhamos mais certeza nos depoimentos já feitos não só pelo Sr. Carlos Cachoeira, mas por outras tantas pessoas no Ministério Público. Queria enfatizar isso – disse na minha solicitação – ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator, os quais parabenizo por essa luta para que a CPI seja transparente e, com isso, possamos abrir caminhos novos e mais seguros para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Flávio Arns.

Encerrada a lista de inscrição. Há dois oradores inscritos para a reinquirição. Existem também alguns requerimentos a serem votados. Portanto, peço a permanência de V. Exªs no plenário.

Concedo cinco minutos para cada reinquirição. O primeiro inscrito é o eminente Senador Leonel Pavan. Em seguida, falará o Senador Magno Malta e, logo depois, o Relator fará as considerações.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, ressalto que nós, ao sairmos daqui, fomos questionados por algumas pessoas no tocante às perguntas repetitivas. Na verdade, as perguntas são repetitivas porque a assessoria dos Senadores, certamente, está mandando os mesmos assuntos, é lógico. Não poderia ser diferente. Ademais, alguns não combinaram o horário de chegada às Comissões e não têm que saber o que foi perguntado. Outra questão: as perguntas repetitivas, como ocorreram até agora e agora mesmo pelo nosso querido Senador Flávio Arns, são até para verificar se o depoente entra em contradição. Por isso há perguntas repetitivas. As perguntas são repetitivas na Polícia Federal, depois na Polícia Civil, depois no Ministério Público e aqui e quando voltarem novamente, novamente as perguntas irão ocorrer, pois, à medida que o cansaço vai chegando, a pessoa acaba, de repente, contando o que não queria contar no início.

Para não ser repetitivo, a não ser que alguém tenha perguntado isto, primeiro, quero dizer a V. Sª, Sr. Carlos, que sentimos que tem feito um grande esforço para responder a todas as perguntas. Reconhecemos isso. Com essa sua fita, se chegarmos a buscar os verdadeiros culpados de tudo isso, V. Sª terá prestado um grande serviço ao Brasil. Tenha certeza disso, desde que possamos conseguir chegar onde queremos, ou

seja, encontrar aqueles que vendem projetos, acessos e facilidades no Governo.

A pergunta que faço a V. Sª é: houve algum momento da gravação daquela fita em que alguns – as coisas são escritas em alguns papéis, alguns nomes são escritos, e V. Sª não diz o que está escrito. Dá o papel, ele olha o papel e depois rasga e põe no bolso. Ele ou V. Sª, não sei quem foi que fez isso. Essa é uma questão que todo mundo viu porque a intenção também não foi só mostrar ao Brasil o que aquela pessoa, o que o Waldomiro queria ou estava fazendo, mas também existiram nomes ou números que eram mostrados. Depois voltava, rasgava e colocava no bolso.

O que era escrito naqueles bilhetes?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sr. Senador, dá para notar que ele falava muito baixo também. Eu quis por a mão naquele papel porque ele escreve, me passa, eu escrevo. Quer dizer que ele tinha receio também.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Era para gravar tudo, mas não tudo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Oi?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Era para gravar, mas não tudo também.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em certo momento da fita ele fala muito baixo também, mas dá para... Ele escreve no papel. Tentei por a mão naquele papel também, mas ele pegou o papel, rasgou e colocou no bolso dele. Ele saiu com o papel, ele não deixou aquele papel lá.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Era o nome de alguém? Era o nome de alguma pessoa escrito no papel?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Já faz muito tempo, mas sempre era nome ali que...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De pessoas do Governo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não me lembro, eu não me recordo, porque ele levou o papel, foi conversa de momento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Carlos, acho que V. Sª está contribuindo bastante, exceto com algumas questões que lhe perguntam, mas quero dizer o seguinte: o Waldomiro não agiu sozinho. Aqui está sendo penalizado o Waldomiro Diniz. Eu não acredito, em hipótese alguma, que ele estivesse agindo sozinho. Tão próximo do Presidente, tão próximo do Primeiro-Ministro, chamado José Dirceu, ele, para tentar conseguir alguma coisa, tinha que ter acesso à Caixa Econômica, alguém na Caixa Econômica e em outros Ministérios. Não é possível que ele sozinho fosse buscar o dinheiro, colocar no bolso dele e ele mesmo ir à Caixa Econômica ou ao Ministério resolver sozinho. Teria que ter mais pessoas envolvidas. V. Sª não tem conhecimento de outras pessoas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Vou conjecturar porque ele já estava como Chefe da Casa Civil e ele não comentava nada comigo. Passaram a ser as tratativas dele com a GTECH, como ocorreu depois dessa reunião em que eu estava presente, dessa primeira reunião.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com certeza, ele teria mais pessoas lá.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu não sei. Eu não sei dizer para V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É estranho. O Governo jogava um aqui, outro ali, agindo como se tivesse fazendo um jogo sozinho. Quando se fala em time, é porque tem um na ponta-direita, um na ponta-esquerda, no meio-de-campo, tem o goleiro, tem mais gente escalada nisso aí e o técnico sabe-se lá quem era.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Pavan e concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não são quinze mais não?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quinze minutos para inscrição normal, mas V. Exª fique à vontade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Obrigado.

Sr. Carlos, depois da sua conversa com o Waldomiro, em que ele pede aquele um por cento... Eu não entendi bem. Aquele um por cento era do tratado ou do seu faturamento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu entendi naquele momento que era do meu faturamento.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Do seu faturamento, não é? Porque, se fosse daquele combinado, só ia dar R$3 mil, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, em cima dos jogos lotéricos de todo o contrato.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, não, estou dizendo do seu faturamento.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Do faturamento da empresa.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele pediu um por cento do seu faturamento, porque, em principio, fica entendido que é um por cento do que ele pediu para distribuir com o pessoal.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não, não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Se fosse em cima daquilo, só dava R$3 mil, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O pessoal gosta de R$3 mil.

E aí, depois daquela gravação, você tratou com ele que iria mexer no texto, mas você não mandou a minuta do texto...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – E não houve... Cortamos e a diretoria tratava diretamente com ele lá e não teve pagamento de propina alguma, Sr. Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Em seguida, a Ebara ganhou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Houve a licitação e a Ebara ganhou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ganhou? Funcionou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não,não colocou no mercado. Não chegou a operar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, o senhor diria que o Waldomiro "Ebara pesada"?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Oi?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Diria, então, que o Waldomiro "Ebara pesada"?

A Ebara ganhou?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – A Ebara ganhou a licitação.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, o senhor diria que o Waldomiro "Ebara pesada" ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Isso é conjectura, eu não sei.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Essa família, esse Ortiz citado, é a família Ortiz, é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É a família Ortiz.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu acho que a família Ortiz daria bons esclarecimentos para nós sobre os jogos no Brasil, não é? O que o senhor acha?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Poderia ser, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É a proposta da CPI. Eu acho que essa família ia contribuir muito, viu, Senador? Viu, Sr. Relator?

O Ortiz citado aqui é da família Ortiz, e, certamente, essa família pode contribuir muito nos trazendo bons esclarecimentos sobre a questão dos bingos no Brasil e sobre essa questão toda com a qual estamos querendo chegar a algum lugar.

Há uma coisa que me intriga, Sr. Carlos. Vejo que o senhor tem colaborado e é destemido para colocar a verdade sobre a mesa, mas algumas coisas precisam ter muita clareza. Como o meu raciocínio é lento, eu demoro a entender as coisas. Pode ter sido isso. O senhor já falou e eu não entendi. Eu queria entender de verdade agora. O senhor gravou o Waldomiro e guardou a fita. Foi isso? Gravou-o, naquela gravação, e guardou. Ficou quanto tempo com ela?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Naquele período... Porque, logo em seguida, ele... Eu não sei a data. Mas, precisamente, deve ter sido em junho...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não é preciso data, não. O senhor gravou e guardou.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exatamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Era o seu trunfo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tinha um investimento... Exatamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Você guardou e falou: Se esse pilantra vier para cima de mim, eu detono ele.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Se a Ebara põe o jogo, sim. Porque o investimento, nobre Senador, era muito alto, que a gente estava fazendo, eu não poderia colocar em risco...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu sei, eu só estou dizendo o seguinte: você gravou e guardou.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Guardei. É verdade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas me intriga o seguinte: se você já tinha toda essa visão do Waldomiro, de quem ele era, se já estava gravado, você tinha o trunfo contra o cara na mão, como é que, depois, você ainda se reúne com um cara desses, para poder intermediar para ele, e vai numa reunião com ele na GTECH? Você já sabia quem ele era. Se você era amigo dos caras da GTECH, me ocorre que você poderia ter dito: "Não mexam com esse cara não. Isso é barra pesada. Esse cara vai extorquir vocês, vai achacar vocês". Você não os avisou, nem nada, e foi de novo para uma reunião com um cara de quem você tinha uma fita gravada e que você sabia quem era. Quer dizer, isso para mim é intrigante.

Como você é um cara que não tem medo de esclarecimentos, esclareça essa minha intriga.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – É claro, é claro. Eu falo. Eu estava na GTECH e eu não iria falar que eu tinha uma fita... Porque o

Waldomiro já participava, nobre Senador, do Governo, era subchefe da Casa Civil. Quer dizer, era mais poderoso do que, na época...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, mais poderosa era a sua fita. Ali não tem poder contra uma fita daquelas, entendeu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Pois é, mas desde que eu o achacasse.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, não. Eu me preocupo assim: você era amigo dos caras da GTECH, você cita os nomes deles, e tal, você foi na reunião. Eu queria até que você dissesse o que conversaram na reunião. Não foi sobre amenidades, não foi sobre Flamengo, Vasco, não foi nada disso. Então, você não se sentiu mal, sendo amigo dos caras, sabendo quem era o Waldomiro? Você tinha uma fita do cara, ele era achacador, pilantra, você o tinha gravado, estava lá, na sua mão, e você não avisou nada para os caras? Você não podia ter dito "cuidado com esse cara"? Ou pelo menos assim: "Peguem leve. Vão devagar. Ouçam esse cara. Falem pouco com ele"? Por que você não fez isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque, a partir do momento que eu dissesse isso para o pessoal da GTECH, eles iam querer saber o que eu tinha contra o Waldomiro. Eu não ia falar, porque o cara era poderoso. Se fosse uma pessoa qualquer, Senador, eu chegaria e falava.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas você já era parceiro da GTECH. Você estava protegendo seus amigos, seus parceiros.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Amigos, não. Parceria, de empresa com empresa.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Você não sentiu vontade de falar? Não sentiu nada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu falei para o Ministério Público, posteriormente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então está bom. Quando você estava sentado lá na reunião com a GTECH e o Waldomiro, e Waldomiro de terno, posudo, com gel no cabelo, e tal, direitinho, como ele ficava...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Exato.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – ... e ele falando assim, feito gente grande, com os caras, você ficava olhando para ele e pensando o quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Que ele era poderoso demais e o que estaria fazendo ali, não é?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Tem certeza de que era poderoso mesmo? Você pensava isso dele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Naquela época?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quem tinha uma gravação daquela na mão tinha que pensar outras coisas sobre ele.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em cima dele? Eu não estou entendendo...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O meu raciocínio é lento, mas o seu não pode ser pior do que o meu. Você está entendendo, sim. Eu estou te perguntando o seguinte... Preste atenção.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu tinha uma gravação dele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Você tinha uma gravação do cara, sabia quem era o cara, um achacador, que tentou te botar contra a parede, já tinha te detonado, a Ebara já tinha ganho, não é? E você não entendeu quando eu falei que Waldomiro "Ebara pesada"? Você não entendeu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Entendi bem.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então se fez de desentendido aquela hora.

Então, veja. Aí você vai para uma reunião com um cara que você já sabia quem era. E o cara está ali na frente dos seus amigos, contando isso, falando aquilo e tal. Porque imagino que deve ter falado mil coisas, porque ninguém reúne uma empresa...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Mercados lotéricos. Discutimos várias questões de mercado lotérico do Rio de Janeiro, onde eu tinha a licitação, como falei...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Então, é curiosidade minha o que estou perguntando aqui, muito pessoal. Então, ele sentado ali, de terno e tal, invocado, Casa Civil, gel no cabelo, aquela pose toda, bichão grandão e tal, contando aquela grandeza toda, sei que tinha uma fitinha de um ladrão de galinha na manga aqui. V. Sª ficava pensando o quê, olhando para ele? Pensando o quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O que eu pensava, olhando ara ele? É um dissimulado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Então, o que intriga é isso. A segunda coisa é o seguinte: Se não foi V. Sª que gravou o Santoro...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não fui eu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – V. Sª pelo menos imagina quem foi?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, não imagino.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Nem raciocina?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – V. Sª é inteligente, tão inteligente que gravou o Waldomiro. Não é bobo. Se fosse bobo, tinha entregue o jogo fácil. E se fosse – na minha visão, dentro do que está colocando – bandido, teria entregue a propina para ele para ficar tudo certinho, iria entregar a propina sempre. Mas V. Sª mostrou que não é tolo, que é esperto. Aliás, V. Sª está gravando esta reunião? (Risos)

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Se não tiver, nós daremos a cópia.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Está cheio de câmeras aí.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É só para descontrair.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Queira concluiu, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Vou concluir, Sr. Presidente. Desculpe-me, é só para descontrair. Um negócio tenso desses, o cara não comeu nada até agora... Eu desci e almocei.

Eu estava vendo o Senador Wellington Salgado de Oliveira pela televisão, Sr Presidente, e quero registrar – falo em meu nome, se os outros Senadores quiserem, falo em nome de todos – que não estamos aqui atirando para todo lado. Já estávamos aqui quando o assunto surgiu. Nós conhecemos o assunto. E não estamos aqui atirando, querendo ganhar troféu. De jeito nenhum. Tanto que estamos tratando com lisura, não estamos tratando com pessoas, estamos tratando com um problema do Brasil, que é a contravenção. Peço desculpas, Senador, mas não quero troféu. Quero a verdade. Estou falando em meu nome. Se algum Senador concorda comigo, permaneça como se encontra. (Risos)

Então, Sr. Carlos Cachoeira, duas coisas me intrigam. Por que V. Sª não trouxe à luz antes, não evitou seus amigos? V. Sª entendeu que, na Casa Civil, ele poderia te ajudar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, de maneira alguma. Ajudar de que forma?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E V. Sª não tem problema nenhum de...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Essa é uma pergunta boa para fazê-lo: se já pedi alguma coisa dele dentro da Casa Civil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Na hora da necessidade desta CPI, e em entendendo que há necessidade do Presidente e do Relator, V. Sª não teria nenhum problema em ser acareado com ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Acarear-me? Eu disse aqui no início que quero, que pode chamar, que, no momento que vocês marcarem, estarei aqui para acareação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Sr. Presidente. Pode passar meus dois minutos para outro, porque só usei três.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao nobre Relator, para as considerações finais, lembrando aos Senadores que logo em seguida vamos apreciar requerimentos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ainda tenho algumas indagações. Por exemplo, gostaria de perguntar ao Sr. Carlos Cachoeira se conhece o Sr. José Vicente Brizola, Presidente da Lotergs na época em que foi firmado seu contrato no Rio Grande do Sul.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Estive com ele sim, dentro da Loteria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era a relação que V. Sª mantinha com ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nenhuma, porque é o seguinte: foi no final do Governo do qual ele participava que havíamos ganho a licitação. E ele não homologou as licitações, não assinou o contrato de licitação. Procuramos a Justiça, ganhamos na Justiça do Rio Grande do Sul, já no final do Governo. E o contrato foi assinado logo no outro Governo, no início. Através da Justiça, Sr. Relator, conseguimos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Sª conhece o Sr. José Renato Granero, Graneiro, Granado, José Renato Granado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Granado, ele é Presidente da Associação dos Bingos do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na fita gravada por Cachoeira, ele e Waldomiro negociam um possível acordo com um Granado para ele ceder o monopólio do videobingo no Rio de Janeiro para Cachoeira.

V. Sª conhece o Granado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu relacionamento com ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Hoje nenhum. Depois disso aí... O relacionamento é institucional também. Ele é Presidente da Associação de Bingos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E aquele acordo que foi negociado para ele deixar de ser seu concorrente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não é concorrente, é para a conexão dos terminais pela loteria, porque o meu contrato é *on line real time*.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o negócio foi fechado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não chegou a fechar. Nós não chegamos a conectar esses terminais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Waldomiro também receberia participação no negócio?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, isso não foi falado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o nível de relacionamento de Waldomiro com Granado para que ele fosse mediador no acordo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque as conexões dos terminais passavam pela loteria do Estado do Rio de Janeiro. E conexão se diz *on line real time*. Ele tinha um relacionamento, acredito eu, institucional com o Sr. José Renato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu recebi aqui, da parte da assessoria do Senador Pedro Simon, algumas perguntas. O senhor ouviu falar da Lotex International Corporation?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Lotecs?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lotex, com x.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Na área de jogos? Não me lembro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma empresa espanhola.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Posso ter ouvido falar, mas eu não... não me lembro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece ou ouviu falar do Sr. Tadeu Fernandes?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era o representante dessa Lotex.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tadeu Fernandes? Não. Não me relacionei com essa pessoa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento da disputa pelo domínio da área da loteria em todos os níveis entre a Lotex e a Gtech?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Nunca ouvi falar, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe se foi apresentada a proposta da Lotex à Caixa Econômica Federal referente à operação de jogos eletrônicos e loteria em geral?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No que toca às perguntas, sim, e eu queria registrar aqui...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, não vou fazer ainda a apresentação dos requerimentos para a próxima semana.

Eu queria apenas registrar, Sr. Presidente, que gostei muito da participação na Comissão. O Senador Magno Malta tem razão. Houve, pelo contrário, uma compenetração muito grande dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras no sentido de fazer perguntas as mais consistentes. Porque nem todos os documentos que foram solicitados chegaram às nossas mãos, nem todos os inquéritos que foram levados a efeito. Então, eu queria dizer isso e acreditar que, como disse o Sr. Carlos Cachoeira, ele vai ficar ainda à disposição da CPI.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sempre. Quando solicitado, estarei presente. Qualquer dúvida, estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Relator, antes de agradecer a participação do Sr. Carlos Cachoeira, eu queria registrar, para que fique bem claro, que V. Sª afirma categoricamente que não deu dinheiro algum ao Waldomiro Diniz. Antes ou depois da gravação da fita?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª confirma? Embora ambos, como vimos na fita, tenham apertado as mãos no final do encontro como se tivessem fechado um pacto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Aquilo era uma tentativa de *(inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mesmo independente daquele aperto de mão, ficou só no aperto de mão, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Simulação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Simulação. Pois bem, imagino que em 2003 o Sr. Waldomiro Diniz não estivesse muito satisfeito com V. Sª e mesmo assim ele lhe pede para intermediar o encontro com a GTECH.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Porque ele já tinha tentado e sabia que eu tinha contatos na GTECH.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não havia muita satisfação por parte do Sr. Waldomiro Diniz. Ou seja, não consigo entender como um agente público que se encontra em uma posição no Governo com *status* de Ministro de Estado – pelo menos era chamado aqui dentro do Plenário da Câmara e do Senado como Ministro Waldomiro – precisar pedir a um empresário de loterias, no Rio de Janeiro, que havia lhe prometido propina mas que não cumpriu o trato, solicitar fosse ele intermediar encontro com dirigentes de outra empresa. Sinceramente não consigo entender. Penso que é uma tese um pouco fantasiosa. Para encerrar, quero agradecer a V. Sª, claro, que por suas próprias palavras estará à disposição para voltar a esta Comissão. Acredito que V. Sª deverá voltar, até porque é possível que, depois de ouvirmos o Waldomiro, tenhamos uma acareação. Mas eu diria que, pelo que V. Sª colocou aqui, eu, na pele do Waldomiro Diniz, no estilo do Waldomiro, nunca procuraria um homem correto como V. Sª. Eu procuraria o Marcos Valério. Confesso a V. Sª.

Agradeço a V. Sª. Agradeço aos Srs. Advogados que estão presentes. Peço que V. Sª fique à vontade. Sua missão por hoje está cumprida.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço aos Srs. Senadores que aguardem para que possamos concluir a nossa reunião.

O depoimento que V. Sª ia ler está devidamente rubricado e assinado e fará parte do seu depoimento. Agradeço a V. Sª.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu sempre estarei à disposição desta CPI e dos senhores. (Pausa)

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, o nobre Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão ao Sr. Relator e um pedido, porque na primeira reunião, até por ter proposto a CPI e com base no meu texto propus o convite aos Procuradores que há sete anos investigam a questão da contravenção no Brasil, eu queria propor a V. Exª, se houver possibilidade, que aprovemos esse requerimento ainda hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, creio que deve ser dada prioridade ao Senador Magno Malta, até como uma homenagem por ele ter sido o autor do requerimento que criou esta Comissão. Eu recomendo, como Relator, a aprovação do requerimento do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Que outros requerimentos V. Exª propõe?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de propor, Sr. Presidente, o seguinte calendário. Na próxima semana, quando nós vamos ter trabalhos no Senado, nós ouviríamos o Sr. José Vicente Brizola, já que ele foi o Diretor-Geral da Loteria do Estado do Rio Grande do Sul e teria enviado e-mail a Waldomiro Diniz, demitido do cargo de Sub-Chefe de Assuntos Parlamentares, afirmando que tinha denúncias a fazer.

Então, eu gostaria de propor, Sr. Presidente, a convocação dele para terça-feira e a convocação do Sr. Luiz Eduardo Soares, pelo mesmo fato, Sr. Presidente, por ele ter concedido entrevista naquela época também dizendo que faria revelações. Eu acredito que não houve oportunidade de ele fazer ainda essas revelações.

Então, um seria ouvido na quinta-feira, no final da tarde...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Terça-feira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na terça-feira. O outro seria ouvido na quinta-feira pela manhã ou na quarta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que na quinta-feira pela amanhã, Sr. Relator. Nós teríamos a convocação...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Logo em seguida, concederei a palavra a V. Exª com o maior prazer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Depois da palavra do Presidente, por quem tenho respeito e admiração.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Relator propõe que na próxima terça-feira se convoque o Sr. José Vicente Brizola e, na quinta-feira, pela manhã, o senhor Luiz Eduardo Soares. Os requerimentos de informação, todos eles que foram apresentados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu também proponho que seja aprovado o requerimento do Senador Magno Malta. Poderíamos ouvir na outra semana ou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na terça-feira, poderemos decidir. Se houver tempo, poderemos ouvi-lo inclusive na próxima semana. Vamos deixar pendente essa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como são muito procuradores, poderíamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Até porque essa Presidência pretende fazer, na terça-feira à tarde,...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Um minuto. Marcaríamos às 17 horas e antes faríamos uma sessão administrativa para que pudéssemos fechar, com o levantamento que fará o Sr. Relator, todo o cronograma para a CPI em função do que está sendo convocado.

Tem a palavra pela ordem o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero tentar contribuir.

Nós, é claro, confiamos plenamente na Mesa, e não poderia ser diferente. O que for decidido pela Mesa nós deveremos acatar, apesar de ter de ser votado. Mas a peça principal da CPI chama-se Waldomiro Diniz. É a peça principal. E nós vamos sofrer um esvaziamento nesse período todo. Acho que a segunda pessoa a ser ouvida, já que ouvimos hoje o Sr. Carlos Cachoeira, deveria ser Waldomiro Diniz, porque hoje foram os esclarecimentos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, só para tentar justificar o que entenderam a Presidência e a Relatoria. Nós estamos solicitando a transferência. Um dos requerimento que será aprovado hoje, de autoria do Senador Alvaro Dias, requer a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Waldomiro Diniz. Nós não podemos cometer o erro da pressa. Se nós formos convocar o Sr. Waldomiro Diniz para a próxima terça-feira, vamos estar em uma situação semelhante ao que aconteceu na CPI dos Correios.

Então, eu pediria a V. Exª um pouco de calma em relação a essa convocação. O Sr. Waldomiro já se encontra convocado. Já foi aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, Sr. Presidente, foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi aprovado o requerimento de Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De Waldomiro Diniz sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Falei em Waldomiro Diniz. Então, quero dizer a V. Exª que marcaremos na hora em que toda a Comissão tiver dados importantes a respeito. Ainda há alguns documentos que precisam chegar a esta CPI. Vou pedir a V. Exª paciência em relação a essa convocação. Parece-me ser esse o entendimento da maioria dos senhores membros. É um depoimento importante porque as Srªs e os Srs. Senadores precisam de dados para a oitiva do senhor Waldomiro Diniz.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É importante aprovar esse requerimento de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeitamente. O requerimento será incluído para transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos começar pelos requerimentos.

Farei a sugestão, Sr. Presidente, de começarmos pelos requerimentos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concordo plenamente com a regra que V. Exª está mencionando. Sua assessoria listou, em uma relação, todos os que são ligados a Waldomiro Diniz. Creio que S. Sª tem que ser o último a ser ouvido para formarmos uma prova material. Temos que ouvir todos para depois chegarmos até S. Sª. Creio que V. Exª tem razão nesse caso. Estão aqui todas as relações, foram listados todos os nomes. Creio que é importantíssima essa lista. Está aqui WD, que é Waldomiro Diniz. São as ligações de S. Sª com as pessoas que trabalharam com ele. Eles é que vão dar informações para que confirmemos ou não. Creio que V. Exª tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo também com os nomes, não há objeção nesse sentido. Quero indagar de V. Exª e do Relator se não

seria mais interessante ouvirmos primeiro os procuradores e, depois, José Vicente Brizola, Dr. Soares e todos os outros. Assim, poderemos ter uma apanhado geral da situação, sobre o que já foi dito, sobre o que já foi respondido, quem foi investigado. Até perguntaria ao Senador Romeu Tuma se...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os procuradores constituem um grupo especial. Poderiam vir todos juntos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Penso nesse sentido, no de virem todos juntos, no mesmo dia. Só para termos um apanhado geral. Poderíamos, na seqüência, inclusive, questionar e procurar as informações com mais conhecimento do que já foi levantado. Eles já estão prontos, também, pelo que o Senador Magno Malta diz.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eles investigam há mais de cinco anos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só indago nesse sentido, também não quero atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estamos aqui, exatamente, para chegarmos a um entendimento. Creio que é válido. Segundo o entendimento com o Relator, o Sr. Vicente Brizola viria na terça-feira, no final da tarde. Na quinta-feira traríamos os procuradores, pela manhã.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vejam bem, com a permissão do Presidente, os procuradores vão exigir que os parlamentares permaneçam aqui por um longo tempo. Teria que ser iniciado mesmo pela manhã. Acredito que vá estender-se. Na quinta-feira à noite acredito que será inconveniente para que os procuradores venham. Depois da Ordem do Dia, quando é que vai começar?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Por que não inverter a ordem, Sr. Relator? Na terça-feira viriam os procuradores e na quinta, Vicente Brizola.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Com todo o respeito, Sr. Relator, quero dizer que creio que o Brizola...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Todos vão querer, um na frente do outro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já tinha pedido. Estava embolado. Desculpe-me, Senador. Creio que o Brizola poderia ser ouvido depois dos procuradores. Os procuradores têm informações. Estão investigando há mais de cinco anos. Têm documentação, vão dar subsídios à CPI. A partir deles vamos ter um panorama, pois eles têm informações cruzadas. Deveríamos chamar individualmente os dois que V. Exª está determinando que venham na terça-feira. E até para ganhar tempo poderíamos propor aos procuradores que viessem todos juntos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª propõe a inversão, não é?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só estou com receio da inversão – parece-me que não fui entendido – porque os procuradores vão precisar de mais tempo. Esse tempo maior seria proporcionado na quinta-feira.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não é, não. Quinta-feira é dia de... Creio que terça-feira é o melhor dia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Bem, devo dizer que a informação que recebi da assessoria agora é que, na quarta-feira, haverá a presença do Sr. Delúbio, nos Correios, e há parlamentares aqui que pertencem à outra Comissão. Essa que é a preocupação. Na terça-feira, há a presença, nos Correios, do ex-Secretário-Geral do PT, Sílvio Pereira. Então, como encontro aqui, pelo menos, cinco dos Srs. Senadores que fazem parte daquela outra comissão, seria prejudicada a presença deles. Então eu proponho que possamos fazer um calendário na terça-feira, às 16 horas ou 17 horas, porque não dependemos de Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, não somos uma comissão mista. Então, às 16 horas, poderíamos fazer a convocação para a nossa reunião da terça-feira e faríamos uma na quinta, de manhã. Seria esse o calendário que nós poderíamos.....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom, se nós pudermos chegar a um entendimento aqui, eu estou de pleno acordo para discutir com os senhores.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É melhor fazer uma aferição da vontade da comissão com relação a essa impressão. É o que proponho ao Presidente, porque já vi que não há consenso aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Porque os procuradores demandam tempo maior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vamos marcar, na terça-feira, o Sr. Brizola, e, na quinta-feira, pela manhã, os procuradores. Fica definido, então, esse calendário.

E vamos colocar em votação os dois requerimentos, aliás, os três requerimentos para a convocação do Sr. Vicente Brizola, do outro que fica convocado, Luiz Eduardo Soares, e dos Srs. Procuradores, que é

o requerimento do Senador Magno Malta. Então colocamos os três requerimentos em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Em seguida, temos requerimento do Senador Alvaro Dias, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Waldomiro Diniz da Silva, ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República.

Então, em discussão o requerimento. (Pausa.)

Em votação.

Segundo orientação que recebi da assessoria, nessa questão de transferência de sigilo bancário a votação tem que ser nominal.

Então faremos a votação nominal.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.) Ausente.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.) Ausente.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Luiz Otávio. (Pausa.) Ausente.

Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado. (Pausa.) Ausente.

Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita. (Pausa) Ausente.

Senador Demóstenes Torres. (Pausa.) Ausente.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Alberto Silva. (Pausa) Ausente.

Senador Leomar Quintanilha. (Pausa) Ausente.

Senador José Maranhão. (Pausa.) Ausente.

Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.) Ausente.

Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho. (Pausa) Ausente.

Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.) Ausente.

Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quebra do sigilo. Como há unanimidade, acredito que V. Exª não ficará contrário, já que todos os Srs. Senadores e Senadoras votaram "sim".

São 13 votos favoráveis.

Fica aprovado o requerimento do nobre Senador Alvaro Dias que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Waldomiro Diniz da Silva.

Existem outros requerimentos de informação que já foram lidos, todos de informação, pedindo mais dados para que se chequem. Se V. Exª tiver alguma dúvida eu posso lê-los.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em votação todos os requerimentos de informação que foram lidos no início da reunião.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Então, Sr. Relator, Srªs e Srs. Membros da CPI, fica convocada uma nova reunião para a próxima terça-

feira, às 16 horas, para ouvirmos o Sr. Vicente Brizola. Na terça-feira nós deveremos fazer, antes do início...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Luiz Eduardo Soares fica ou não convocado ou não?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senhor Luís Eduardo Soares fica convocado e, se houver tempo, faremos na quinta ou na sexta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, só por uma questão de ordem, na semana que bem, pelo que consta, na próxima quarta-feira, vai ser votada a LDO.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Haverá sessão do Congresso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Independentemente da votação da LDO, regimentalmente, a CPI continua funcionando após quarta-feira, ou seria para trabalhos internos de documentação? É o que indago a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Devo dizer a V. Exª que, se houver o entendimento para a votação da LDO, porque existem algumas pendências, segundo informação da Liderança do meu Partido, caso aconteça, um dos entendimentos é que as CPIs continuarão funcionando normalmente. Neste caso, ficará mantido. Mesmo com a votação da LDO no Congresso Nacional, nós teremos reunião normal na quinta-feira para ouvirmos os procuradores, por solicitação de requerimento do Senador Magno Malta.

Agradeço a presença de todos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas uma lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quanto ao requerimento que solicita a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, faço apenas uma recomendação à Secretaria. Não sei se inclui no texto o tempo de cinco anos, mas é prática em todas as CPIs solicitar as informações dos últimos cinco anos. Isso pode ser feito no ofício que a Presidência encaminha ao Banco Central. Peço que a...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fica aditado ao requerimento o prazo de cinco anos.

Agradeço a V. Exª.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h11min.)

Ata da 5ª Reunião, realizada em 19 de julho de 2005.

Aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Sibá Machado, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcante, Geraldo Mesquita Junior, Álvaro Dias e Tião Viana membros e Senador Artur Virgílio, José Agripino Maia e Pedro Simon, não Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa que presente reunião é de caráter administrativo com votação de requerimentos e em seguida o depoimento do Senhor José Vicente Goulart Brizola. Com a palavra o Relator informa que ha requerimentos de transferência de sigilos fiscal, bancário e telefônico de pessoas físicas e jurídicas a serem votados, passando a leitura dos mesmos. Em seguida, a Presidência coloca em votação, os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 045/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rogério Tadeu Burattti. Em votação, e aprovado com 11 votos favoráveis. **Requerimento nº 046/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. Em votação, e aprovado com 11 votos favoráveis. **Requerimento nº 048/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha. Em votação, e aprovado com 11 votos favoráveis. **Requerimento nº 049/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcelo José Rovai. Em votação, e aprovado com 11 votos favoráveis. **Requerimento nº 050/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Enrico Giannelli. Em votação, e aprovado com 11 votos favoráveis. **Requerimento nº 051/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Fi-

lho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Denivaldo Henrique Almeida Araújo. Em votação, e aprovado com 11 votos favoráveis. **Requerimento nº 052/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sra. Elza Gonçalves Siqueira Buratti. Em votação, e aprovado com 11 votos favoráveis. **Requerimento nº 047/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rogério Tadeu Burattti. Usam da palavra para discutir os Senhores Senadores Leonel Pavan, Romeu Tuma, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca e Luiz Otávio. Em votação, e aprovado com 11 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. **Requerimento nº 053/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Gtech Brasil Ltda. Em votação, e aprovado com 12 votos favoráveis. **Requerimento nº 054/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa W Way Informática Ltda. Em votação, e aprovado com 12 votos favoráveis. **Requerimento nº 055/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa BBS Consultores Associados Ltda. Em votação, e aprovado com 12 votos favoráveis. Com a palavra o Relator, apresenta o calendário para as próximas reuniões. Usam da palavra os Senhores Senadores Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, Tião Viana e Flávio Arns. A Presidência convida o Sr. José Vicente Goulart Brizola para tomar assento a Mesa. Após breves considerações, o depoente coloca a disposição da CPI, todos os seus depoimentos prestados anteriormente. A presidência passa a palavra ao Relator para os questionamentos iniciais, seguidos de acordo com a ordem de inscrição pelos Senhores Senadores Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Siba Machado, Tião Viana e Flavio Arns. A Presidência agradece ao depoente dispensando-o e informa que poderá convocá-lo em uma outra oportunidade. A seguir, a presidência submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento n.º 058/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Carlos Cartell, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 057/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Sérgio Canozzi, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 056/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Carlos Martins, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 043/05**, de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Álvaro Dias, requerem seja convocado o Sr. Luiz Eduardo Soares, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião agradecendo a todos pela presença e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que a pauta desta reunião destina-se a, primeiro, fazermos uma reunião administrativa, na qual terei a honra, daqui a pouco, de passar a palavra ao Sr. Relator. Em seguida, teremos a oitiva do Sr. José Vicente Goulart Brizola.

Antes, porém, eu queria dizer que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Concedo, para a primeira etapa da pauta desta reunião, a palavra ao Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou apresentar, inicialmente, uma relação de pessoas físicas e de pessoas jurídicas que terão quebrados os seus sigilos telefônico, bancário e fiscal. As pessoas físicas são: Rogério Tadeu Buratti, Carlos Augusto de Almeida Ramos ou Carlos Cachoeira, Ralf Barquete Santos, Antônio Carlos Lino da Rocha, Marcelo José Rovai, Enrico Giannelli, Denivaldo Henrique Almeida Araújo e Elza Gonçalves Siqueira Buratti.

As pessoas jurídicas são: GTECH Brasil Ltda., W Way Informática Ltda., BBS Consultores Associados Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Relator propõe, em requerimento, que seja feita a quebra de sigilo após análise feita por S. Exª e pela Assessoria desta Comissão, em função do material já

disponível nesta CPI, da CPI da Alerj (Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro), de depoimentos da Polícia Federal e de depoimentos junto ao Ministério Público, além do processo que cassou o Deputado do PMDB do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados.

Proponho, então, a discussão desses requerimentos pelos Srs. Senadores.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Presidente Efraim, eu apenas solicito ao Relator que repita o nome das pessoas físicas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o nobre Relator para fazer a explicação dos nomes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª pode me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será inscrito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Rogério Tadeu Buratti, Carlos Augusto de Almeida Ramos – Carlos Cachoeira –, Ralph Barquetti Santos, Antônio Carlos Lino da Rocha, Marcelo José Rovai, Enrico Giannelli, Denivaldo Henrique Almeida de Araújo e Elza Gonçalves Siqueira Buratti.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Sr. Waldomiro não está na lista?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Waldomiro já teve, na reunião passada, o sigilo quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, satisfeito?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Satisfeito. É só para que não pairem dúvidas e até para proteção do próprio Relator de algum comentário, nós sabemos que o Sr. Ralf Barquete Santos faleceu. Não tem problema. Ele está pedindo e há toda a fundamentação lógica.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeito. É bom V. Exª esclarecer, mas mesmo assim, solicito ao Sr. Relator...

Senador Romeu Tuma, V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, é claro que o Relator, de posse dos documentos, tem maior capacidade do que nós de analisar e fazer esse pedido, com o qual concordamos.

Perguntaria ao Sr. Relator se foi pedido – senão o farei – a relação de juízes que estão dando liminar para funcionamento das casas de bingo, pois, em São Paulo, foram construídas duas que custaram mais de milhão de dólares. São verdadeiros palácios, o que dá a certeza, a garantia de funcionamento permanente, mesmo com a negativa, por meio de aprovação da lei, do Congresso. Estão funcionando por medida provisória.

Então, gostaria de pedir não apenas a relação, como também a decisão jurídica que concedeu a liminar para funcionamento dessas casas. Se V. Exª não tem, eu farei o requerimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB –RN) – V. Exª poderia formalizar o pedido?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Entregarei à Mesa o pedido até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou colocar em votação os requerimentos. Como se trata de quebra de sigilo, tem que ser feito um a um. Gostaria que o Sr. Relator me passasse a relação da proposta de V. Exªs para quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB –RN) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exª, o Senador Leonel Pavan gostaria de fazer uma sugestão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, há um requerimento sobre uma pessoa falecida. Queria, até em função da lembrança feita pelo Tião Viana, como integrante da Oposição, ponderar que a pessoa já faleceu e que, portanto, não haveria necessidade de...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O requerimento será apresentado, e evidentemente os Srs. Senadores haverão de decidir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É um constrangimento para a família...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito ao Senador Leonel Pavan que, na hora oportuna, defenda a posição em relação à pessoa física que está sendo citada.

Inicialmente, vamos colocar em votação o requerimento que quebra o sigilo fiscal, telefônico e bancário, nos últimos cinco anos, do Sr. Rogério Tadeu Buratti.

Por questão de ordenamento dos trabalhos, vamos deixar o falecido por último.

Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

Sr. Presidente, qual é a pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Rogério Tadeu Buratti.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado; Senadora Fátima Cleide; Senador Magno Malta. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Luiz Otávio?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB –RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Demóstenes Torres; Senador Alvaro Dias; Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Alberto Silva; Senador José Maranhão; Senador Augusto Botelho; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Por onze votos favoráveis, está aprovado o requerimento.

Requerimento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª contou para quórum?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o quórum, mesmo sem a minha presença, é suficiente, uma vez que o quórum necessário seria de oito Senadores e somos quinze Senadores na CPI. Então, onze votaram, independentemente da presença dos doze Senadores. Com a minha abstenção, onze votaram favoravelmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para dar mais força na votação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Srs. Senadores, nos mesmos termos, há o requerimento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. O Sr. Relator, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579, de 1952, e com o art. 4º da Lei Complementar nº 105, vem requerer exatamente a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Vamos à votação.

É o Carlos Cachoeira, o último depoente desta Comissão.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Valdir Raupp? (Pausa.) Sim.

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Por onze votos, foi aprovado o requerimento de transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Carlos Augusto de Almeida, compreendido no período citado do requerimento.

O Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha. Nos mesmos termos do requerimento anterior, que pede e requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha.

Vamos à votação.

Sr. Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Por onze votos, foi aprovado o requerimento.

Nos mesmos termos do disposto no art. 3º e no art. 58 da Constituição Federal, combinados com outros dispositivos, nos mesmos termos do requerimento anterior, o Sr. Marcelo José Rovai.

Vamos à votação.

Sr. Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp? (Pausa.) Sim.

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana? (Pausa.). "Sim".

Por onze votos, está aprovado o requerimento de autoria do Sr. Relator.

Nos mesmos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal e do requerimento anterior, colocamos em votação o requerimento em que o Sr. Relator requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Enrico Gianelli.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –– Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.). "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por onze votos, está aprovado também o requerimento de transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Enrico Gianelli.

Outro requerimento ainda de autoria do Sr. Relator. Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, e ainda no mesmo sentido, com os mesmos artigos do requerimento anterior, requer o Senador Garibaldi Alves, Relator, a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Denivaldo Henrique Almeida Araújo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns. (Pausa.). "Sim".

Senador Valdir Raupp. (Pausa.). "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.). "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim",Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana. (Pausa.) "Sim."

Foram registrados onze votos. Aprovado por unanimidade o requerimento do Relator Senador Garibaldi Alves Filho, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Denivaldo Henrique Almeida Araújo.

Ainda da autoria do Senador Garibaldi Alves, outro requerimento. Nos termos do disposto no §3 do art. 58 da Constituição Federal e nos mesmos termos dos requerimentos anteriores, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Srª Elza Gonçalves Siqueira Buratti.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – B) – Senador Valdir Raupp.

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim",Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim",Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Voto"sim",Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim",Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim",Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Voto "sim",Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foram registrados onze votos. Aprovado por unanimidade o requerimento de transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Srª Elza Gonçalves Siqueira Buratti.

Atendendo à solicitação do Senador Leonel Pavan, vamos colocar também em votação a pessoa física do Sr. Ralf Barquete Santos, falecido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, foi da Srª Elza que V. Exª fez por último?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srª Elza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Elda? Porque não está na relação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Elza ou Elda?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não está na relação?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Elza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não está na relação. Está?

Ah, porque eu não encontrei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª a vigilância.

Senador Pavan, nós estamos colocando em votação o requerimento do Sr. Relator, em que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ralf Barquete Santos, já falecido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu não conheço essa pessoa. Apenas em vir-

tude de que o Senador Tião Viana ter dito que se trata de pessoa já está falecida há muito tempo, eu achei que poderia criar um constrangimento familiar. Mas, pelo que estou vendo aqui, ninguém está querendo deixar de votar o requerimento de quebra do sigilo bancário dessa pessoa. Então, não há necessidade de eu manter esse pedido. Então, solicito que retire o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A não ser que o Relator queira colocar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, só para justificar o caráter indispensável dessa solicitação, o Sr. Ralf Barquete, já falecido, efetuou ligações telefônicas, segundo cruzamento efetuado pela Polícia Federal, com o Sr. Rogério Buratti. Ele efetuou mais de quinhentas ligações. Então, não é possível deixar de tomar essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Relator mantém o requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, o Relator tem razão, por um motivo. Como V. Exª tem tido o cuidado de colocar os nomes e o envolvimento, porque não é uma simples relação que nós recebemos, está muito claro aqui que se trata de apuração da Polícia Federal que envolve diretamente o falecido com pessoas vivas, que participaram de toda essa estratégia do jogo. Então, os dados têm que ser analisados para saber das pessoas que estão vivas. O morto, nós vamos orar por ele, mas já que ele pode dar informações, vamos usá-las.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Senadores, apenas para tentar colaborar. Se entrar em votação, eu votarei pela quebra. Mas, quando há um caso de falecimento, o entendimento é de que não há quebra de sigilo de falecido, há o espólio jurídico. Então, nós temos que ter clareza do que estaremos votando aqui, porque não existe sigilo bancário de falecido.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Eu também ficarei, Sr. Presidente, com todo respeito, com o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então eu seguirei, para demonstrar absoluta isenção, mas só ponderando para que possamos adotar um caminho que não suscite nenhuma crítica à própria seriedade e à intenção da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, eu acho que essa questão do espólio tem razão de ser, porque a pessoa física não existe mais. Mas vota-se aqui a quebra do sigilo bancário da pessoa física quando era correntista, dirigida essa quebra ao espólio da pessoa falecida. O espólio teria que...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – ... ao espólio. Mas comunicando a quebra e solicitando... E o banco vai remeter...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço as informações de V. Exªs e volto a palavra ao Senador Garibaldi, Relator, que poderá retirar o requerimento neste momento. Na próxima reunião, poderemos fazer essa avaliação. É essa a proposta que eu entendo ser dos Srs. Membros da Comissão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu acho, Sr. Presidente, que não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu acho que não deve haver o adiamento não. Nós devemos levar em consideração a informação do Senador Tião Viana, a consideração que ele fez, juntamente com a do Senador Juvêncio, e vamos adotar a providência em concordância com o que foi sugerido.

A Assessoria já vai providenciar isso.

Eu acho que podemos concluir a votação.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A nossa Assessoria informa que o requerimento não está sendo dirigido a nenhuma autoridade. Ela está requerendo a transferência do sigilo bancário. Na hora em que o ofício for expedido, faremos a solicitação do espólio.

Entende a Assessoria jurídica desta Comissão que o requerimento está dentro dos termos normais e que poderemos aprová-lo, mas que, se for aprovado, vamos expedir ofício solicitando o espólio.

Em votação o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, apenas para deixar bem claro. Será então considerado o Sr. Ralf como se vivo fosse...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Ralf Barquete Santos...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) –...ou normalmente, como foram votados os outros requerimentos nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeitamente. Nos mesmos termos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Então, só para justificar, quero dizer que votarei contra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No momento em que for solicitado, V. Exª expressará o voto.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, era meu propósito votar contra. Todavia, conforme conversa com o Senador Romeu Tuma, entendi que a aprovação do requerimento não vai trazer nenhum constrangimento para a família, que não vai ter que dar satisfação a esta CPI. Quem vai dar satisfação é apenas quem recebeu os telefonemas dele. Meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª vota "sim".

Senador Leonel Pavan?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Da mesma forma. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Luiz Otávio

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, voto "sim", entendendo que nós poderíamos ter encontrado outra solução. Mas meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, vou me abster.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está de vermelho, mas deveria respeitar os torcedores do Vasco.

Votaram "Sim" 10 Srs. Senadores; e 01 "Não".

Houve uma abstenção.

Aprovado o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

Quero dizer a V. Exª, Senador Sibá Machado, que também sou flamenguista.

Vamos agora aos requerimentos para quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico da GTECH Brasil Ltda.

Está vazado nos seguintes termos o requerimento: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579, de 1952, e com o art. 4º da Lei nº 105, de 10.01.01, requeiro a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Empresa GTECH Brasil Ltda., CNPJ nº 68926.682/0001-00, e de sua filial, de CNPJ nº 68922.682/0002-82, referentes ao período compreendido entre janeiro de 2002 e dezembro de 2004."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Presidente, me permita tirar uma dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tem um prazo, um período para essa quebra de sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – De cinco anos?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Período que é... até porque se nós não determinarmos o período, correremos o risco da própria Justiça...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Recorrer e rejeitar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...e rejeitar o nosso pedido.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E o período é de cinco anos, então?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o pedido...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu gostaria de saber, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu concedo a palavra ao Relator, para que esclareça exatamente o período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004. Parece-me que diz respeito a contrato, renovação, coisa dessa natureza. Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, vai se tratar de um período do início de 2002 até o final de 2004; do período de contrato e de renovação.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, nobre Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sugiro ao Relator que pudesse acolher que a quebra se desse a partir de 1997, quando se deu o primeiro contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra, o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a V. Exª que formalize este pedido. Acho que a Comissão vai concordar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sei se há o limite máximo de cinco anos, não sei. Parece-me que temos que fechar esse limite. Sugeri ao Senador Tião Viana que, na próxima reunião, se fizesse de 1997 a 2002. Aprovaremos este e, na próxima,...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Tudo bem. Acolho a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está certo? Para que tenhamos (*inaudível*) os requerimentos distintos.

Então, vamos colocar em votação o requerimento de autoria do Senador Garibaldi, que tem o prazo de janeiro de 2002 a dezembro de 2004. Estamos em votação. Senador Romeu Tuma votou sim; Senador Reginaldo Duarte, sim.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto "sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.). "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Há doze votos favoráveis. Foi aprovado, por unanimidade, a quebra de transferência dos sigilos bancários fiscal e telefônico da empresa GTECH e de sua filial.

O próximo requerimento, ainda de autoria do Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, é da WA Informática Ltda.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Nos mesmos termos, só que o período está compreendido entre janeiro de 2002 e dezembro de 2004.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.). "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto "sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Há doze votos sim. Aprovada, então, a quebra de transferências dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa WA Informática Ltda.

E, finalmente, ainda de autoria do senhor Relator, nos mesmos termos que foram formulados anteriormente, no mesmo período, a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa BBS Consultores Associados Ltda, referente ao período compreendido em janeiro de 2002 e dezembro de 2004.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma; Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto "sim".

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Flávio Arns; Senador Sibá Machado; Senador Valdir Raupp; Senador Luiz Otávio.

Senador Luiz Otávio, confirmo o voto "sim" de V. Exª, porque, anteriormente, V. Exª votou "não".

Senador Garibaldi Alves; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Geraldo Mesquita Júnior; Senador Tião Viana.

Votaram SIM 12 Srs. Senadores.

Aprovado o requerimento para a transferência de sigilos bancários, telefônicos e fiscal da BBS Consultores Associados Ltda.

Srªs e Srs. Senadores, quero devolver a palavra ao Relator...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não. V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Quero apenas solicitar de V. Exª a possibilidade de que, toda segunda-feira, os requerimentos apresentados à CPI possam ser enviados aos gabinetes dos Senadores para uma melhor instrução de cada Senador sobre a decisão a ser tomada na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será atendido.

Determino à assessoria que tome as providências.

Em tempo, consulto o Sr. Relator sobre se há ainda alguma proposta, algum requerimento.

Antes de convidar o Sr. José Vicente Brizola, pretendo fornecer às Srªs e aos Srs. Senadores a nossa proposta de calendário para as três primeiras semanas do mês de agosto. São muitos os requerimentos solicitados, as quebras de sigilo, e entendemos que a próxima semana não seria produtiva sem esse mate-

rial. Então, teremos, na próxima semana, um período de espera, até porque não podemos pecar pela pressa, para que esse sigilo chegue às mãos das Srªs e dos Srs. Senadores. Na primeira semana de agosto, teremos um calendário de trabalho, que, evidentemente, poderá ser mudado em função do que venha a acontecer.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª está correto, Sr. Presidente. Eu apenas alertaria V. Exª para não incorrermos no equívoco que se cometeu na outra CPI, em que se levou um tempo enorme esperando e só se deu prosseguimento quando o Presidente da Comissão foi lá e cobrou do Presidente do Banco Central. O Presidente do Banco Central disse que até as 18 horas e 30 minutos daquele dia o documento chegaria, e chegou.

Então, se V. Exª providenciasse logo isso, dissesse a ele que se trata de uma prioridade e que eles têm obrigação de nos mandar as informações, acredito que ganharíamos um tempo muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Devo informar que amanhã estaremos emitindo todos esses ofícios e que, pessoalmente, procurarei o Sr. Presidente do Banco Central para agilizar essas informações a fim de que V. Exªs possam tê-las em mãos para que, na primeira semana de agosto, possamos ouvir os depoimentos daqueles em relação aos quais apresentaremos sugestão, com dados relevantes para a oitiva.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Caro Presidente, todos aqui dão testemunho da maneira objetiva e proveitosa como V. Exª está conduzindo a organização dos trabalhos. Eu só gostaria de lembrar que, na quinta-feira, teremos a presença dos procuradores, que farão um diagnóstico da realidade dos bingos no Brasil. Temos que nos inteirar do assunto e refletir até sobre qual é o marco legal dos bingos hoje no País. Teremos os presidentes das associações de bingos: o Sr. Olavo Sales, do Brasil; e o Sr. José Renato Granado, do Rio de Janeiro. Então, sugiro que tomemos a decisão administrativa do calendário de oitivas a partir do depoimento dos procuradores, que dariam toda a fundamentação das decisões proveitosas que tomaríamos. Se tomamos os depoimentos hoje e os procuradores enfocam de outro modo, iríamos ter que quebrar tudo o que decidimos. É para ajudar nos trabalhos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL –PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana, e informo que os nossos consultores levantaram toda a legislação em relação aos bingos, e eu determino à assessoria que façam chegar aos membros da Comissão, titulares e suplentes, Senadores e Senadoras, que desejarem todas essas informações. Agradeço a V. Exª, e é claro que, tanto da parte deste Presidente, quanto do nosso vice-Presidente e do nosso Relator, estamos procurando ordenar os trabalhos, sempre esperando as sugestões de V. Exªs.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes gostaria de passar o calendário proposto pelo nosso Relator, juntamente com este Presidente, em nossa consultoria, após levantamento feito com os dados disponíveis.

Como falei há pouco, precisamos da próxima semana, para recebermos essas informações que acabamos de aprovar e as outras que ainda não chegaram. Isso significa dizer que, na próxima semana, não teremos nenhuma convocação.

A próxima seria no dia 02/08, terça-feira, em que seriam convocados para depor os Srs. Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública; e Sérgio Canozzi, empresário do jogo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, citado por Luiz Eduardo. Dia 03, na quarta-feira: Antônio Carlos Lino, ex-Presidente da GTECH Brasil; Marcelo Rovai, ex-Diretor da GTECH Brasil; Enrico Gianelli, advogado da GTECH Brasil. Dia 04/08, na quinta-feira: Mino Pedrosa, jornalista, ex-assessor de Carlos Cachoeira; Messias Ribeiro Neto, ex-sócio de Carlos Cachoeira; e Carlos Martins, ex-sócio de Messias Ribeiro. Dia 09/08, que seria na outra semana, terça-feira: Rogério Buratti, citado pela Gtech como consultor indicado por Waldomiro Diniz; José Luiz Quintans, ex-assessor da Caixa e da Loterj na época do Waldomiro. Dia 10/08, quarta feira: Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal; Paulo Bretas, vice-Presidente de logística da Caixa, e Carlos Cartel, principal negociador da Caixa no Governo anterior. No dia 11/08, na quinta-feira: o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Está relacionado para o dia 3 de agosto, na quarta-feira, Enrico Gianelli, advogado da GTECH. Tenho a impressão de que a CPI teria séria dificuldade de inquirir um advogado da GTECH, porque ele vai ter o seu sigilo profissional, o exercício da profissão e não está envolvendo o exercício da profissão dele, como advogado.

Acho que seria interessante ponderarmos no sentido de que ele fosse, se possível, excluído, a não ser que tenha praticado atos que extrapolou e muito, criminosamente, o exercício do seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, segundo fui informado pela relatoria, que consultou os documentos enviados à CPMI, ele foi convocado porque foi mais do que um advogado, pois extrapolou no seu relacionamento com a empresa. Então, faz-se mais do que necessária a sua convocação. Ele foi advogado demais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Advogou em causa própria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Se o nobre Senador Garibaldi Alves, que é o Relator, entende assim, eu teria que ceder ao seu argumento. Mas acho que o advogado, como negociador de contrato, está no exercício de sua profissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao Senador Flávio Arns.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Acho que está bem clara a intenção do Relator: tentar definir o movimento em torno dos bingos. Não tenho dúvida quanto a isso. Eu só ponderaria mais uma vez no seguinte aspecto: vamos ouvir os procuradores, que estão entranhados numa investigação ampla sobre a problemática dos bingos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Na próxima quinta-feira.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Se definirmos um calendário agora e os procuradores trouxerem fatos novos, determinantes para que haja uma modificação, vamos ter problemas com a agenda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, ressalvamos, antes de anunciar esse calendário, que ele poderia ser modificado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu sugiro ao Relator que, inicialmente, ouçamos o Sr. Olavo Sales, que é Presidente dos bingos no Brasil, e o Sr. José Renato Granado, que é Presidente dos bingos no Rio de Janeiro. Sugiro ainda que, nesse dia 2 de agosto de 2005, ouçamos o Diretor da Caixa Econômica responsável pelo primeiro contrato com a GTECH, em 1997. Acrescento só isso. No mais, eu estaria plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há calendário fixo. Quero deixar claro que vamos evoluir com esse calendário quando for necessário. A preocupação desta Presidência, da Vice-Presidência e da Relatoria é que possamos, dessa forma, democraticamente, num encontro entre as opiniões de todos os Srs. Parlamentares, traçar o que for melhor para esta CPMI. Este é o caminho que pretendemos seguir.

A sugestão de V. Exª está posta. Temos que, no final, aprovar alguns desses requerimentos. Solicito a V. Exª que envie à Mesa esses requerimentos, já que estão sobre a mesa os requerimentos – vou deixar a votação para depois da oitiva do Sr. José Vicente Goulart Brizola – referentes ao Sr. Sérgio Canozzi, conforme proposto pelo Sr. Relator, ao Sr. Carlos Martins e ao Sr. Carlos Cartel. Ainda há os que V. Exª vai apresentar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu acho perfeitamente viável que se possa acolher a proposta do Senador Tião Viana, com uma pequena modificação desse calendário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se temos dois convocados, poderemos convocar mais um, o terceiro. Sabemos que o número de participantes desta CPMI, bem menor do que o das outras, nos oferece a possibilidade de ouvirmos tranqüilamente três pessoas convocadas para esta CPMI. Acredito que caberá um aditivo a cada uma dessas datas, para que se possa avançar dentro do possível.

Agradeço a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Também não tenho nada a opor em relação à proposta da Presidência, da Vice-Presidência e da Relatoria. Concordo também com os argumentos apresentados pelo Senador Tião Viana. Se olharmos as preocupações, em termos de Brasil, quanto ao jogo, quanto aos bingos, temos a idéia, que precisa ser comprovada aqui na CPI, no sentido de sonegação de divisas, no sentido de sonegação de divisas, da ligação do bingo com o crime organizado, desmandos que são feitos pelo Brasil, e nesse sentido, inclusive, em termos de uma legislação, do marco legal para esse setor, se vamos autorizar o bingo, se vamos proibir o bingo, o jogo. Como isso, na verdade, vai ser abordado no Brasil daqui pra frente? Tanto é assim que o requerimento de constituição desta CPI é no sentido de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Nós já estamos propondo a oitiva de várias pessoas relacionadas à GTECH. Se pensarmos em termos

da GTECH, vamos ver que ela não tem nada a ver com casas de bingo também, em princípio.

Nós ouvimos, na semana passada, o Carlos Cachoeira, que também foi taxativo ao dizer que não trabalha com casas de bingo. Ao mesmo tempo, se formos também ouvir, na seqüência, outras pessoas já mencionadas, vamos ver que essas pessoas também não se relacionam... O próprio Waldomiro Diniz, independentemente de posição partidária, coordenou a Loteria do Estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, quando houve a denúncia aqui em Brasília, da gravação, da assessoria que ele tinha no Palácio do Planalto, isso não tinha nada a ver, em princípio, com casa de bingo.

Então, nesse sentido, devemos tomar cuidado porque, na verdade, a proposta de realização desta CPI era no sentido da investigação dessa rede de crimes que poderiam ser decorrentes dessa prática. Neste sentido, eu diria que temos que tomar bastante cuidado, temos que ver o depoimento como reforçando o argumento do Senador Tião Viana, temos que ver o depoimento dos Procuradores da República na próxima quinta-feira, para ver o que eles já investigaram, o que pode ser feito, para que não percamos o rumo. Do contrário, teríamos que trocar também o título desta CPI, não para ver a questão das casas de Bingo, mas para ver o que a Caixa Econômica fez no Governo passado, neste Governo, a maneira como Waldomiro Diniz atuou no Rio de Janeiro, como atuou aqui, e outras coisas que, naturalmente, têm sua relação, mas não, necessariamente, com o objetivo da própria CPI.

Então, eu pediria cautela, Sr. Relator, no sentido de que observássemos o foco da CPI. São todos assuntos importantes e quero dizer que vou votar a favor de tudo isso. Não vou votar contra, absolutamente, os requerimentos. Mas, na verdade, estamos falando sobre jogo de uma maneira geral e falcatruas que aconteceram. Mas eu, particularmente, e a sociedade brasileira temos muito interesse em ver o que está acontecendo com o jogo no Brasil, que está, na verdade, subvertendo a ordem em muitas famílias, levando muitas famílias à falência. Existem denúncias, que não sabemos se são verdadeiras ou não, em relação ao crime organizado, aos desmandos, a desvios de dinheiro, à corrupção. Há uma teia do crime organizado no Brasil todo. Então, também não podemos perder isso de vista, porque queremos, na verdade, regulamentar uma das questões que afligem realmente a sociedade brasileira. Então, é só para termos cuidado. Voto a favor, mas temos que tomar essa cautela, ter essa precaução.

É claro que todos nós queremos ver o que aconteceu no Palácio do Planalto, o que aconteceu com Waldomiro Diniz, o que é importante também, mas também queremos saber o que está acontecendo com o jogo no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Flávio Arns e concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan e, em seguida, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, obtive a informação de V. Exª, mas gostaria de comunicar a quem nos assiste e aos demais Srs. Parlamentares que foi lido o requerimento, anunciado aqui na última oitiva, de Mário Haag, que, parece-me, foi presidente de um setor da Caixa Econômica. Hoje, porém, ele não está na relação. Apenas para ficar registrado por que não está na relação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, após ouvi-lo e também ao Senador Juvêncio da Fonseca, entendo que, no correr da oitiva do Sr. Vicente Brizola, V. Exªs poderão preparar sugestões de alteração da agenda do nosso Relator que acabamos de submeter à Comissão. Após a oitiva, passaríamos, então, a votar os requerimentos de convocação, adequando à agenda o que for importante, para que possamos ganhar tempo, já que essa decisão só poderá acontecer após a votação e aprovação desses requerimentos. Acredito que satisfaço V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, pelo que entendi da intervenção do eminente Senador Flávio Arns, é como se não pudéssemos enfocar nenhuma outra atividade a não ser os bingos. Parece-me que foi essa a colocação do Senador Flávio Arns, em razão, justamente, do requerimento para oitiva dos diretores da GTECH, que é loteria.

No entanto, eu gostaria também de deixar aqui uma colocação, de que o foco é, sim, nos bingos e nas empresas concessionárias de apostas em relação ao crime organizado. Quer dizer, não são somente os bingos, mas também as empresas de apostas. Está bem explícito, bem claro, aqui nos objetivos desta CPMI. Por isso, creio que temos de aprofundar, sim, na questão das loterias.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom, entendo dessa forma. Creio que é o pensamento também do Senador Flávio Arns, mas é claro que vamos...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeito. Até porque está citado aqui como sendo "apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias", como é o caso da GTECH.

Então, agradeço a V. Exªs. No final da oitiva do Sr. Vicente Brizola, voltaremos a discutir requerimentos propostos por V. Exªs e faremos uma adequação à nossa agenda para o início de agosto.

Aproveito e convido, para tomar assento à Mesa, o Sr. José Vicente Goulart Brizola, ex-Presidente da Loterj, para seus esclarecimentos. (Pausa.)

Comunico aos senhores membros da CPMI de que se encontra em nossa mesa o termo de compromisso assinado pelo Sr. José Vicente Goulart Brizola, em que faz a sua identificação, com a sua identidade, declarando a idade de 54 anos, o seu CPF, estado civil, endereço residencial, telefones. Enfim, aqui se encontra assinado pelo Sr. José Vicente Goulart Brizola, trazendo toda a sua informação.

Solicito ao Sr. José Vicente Goulart Brizola que dê início ao seu depoimento, com informações sobre seu nome completo, profissão, aquilo que entender necessário.

Concedo a palavra a S. Sª.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Meu boa-tarde a todos! Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, para mim, é uma honra estar aqui, ter sido convocado, e me comprometo a esclarecer tudo que for necessário e for do meu conhecimento.

Ouvi, há pouco, as deliberações da Comissão a respeito de investigar casas de bingos ou empresas lotéricas. Na verdade, Srs. Senadores, se trata da mesma coisa: trata-se de trocar os nomes de diferentes jogos, que, na verdade, são a mesma coisa.

Eu gostaria de iniciar colocando à disposição da Comissão todos os depoimentos que prestei no Rio Grande do Sul, em março de 2004, a respeito dos episódios que acredito serem o objetivo desta convocação. Na verdade, prestei depoimento no Ministério Público Estadual, no Ministério Público Federal, na Polícia Federal e na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Os assuntos tratados nos depoimentos eram dois. O primeiro assunto se relacionava com o Sr. Carlos Cachoeira. O Sr. Carlos Cachoeira venceu uma licitação na loteria do Rio Grande do Sul...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – ... licitação essa que foi revogada. Sobre este assunto falarei com mais detalhes em breve. Outro assunto é a utilização de recursos de caixa dois oriundos de empresas concessionárias públicas pela campanha majoritária do PT em 2004, especialmente pela ex-Senadora Emília Fernandes e seu filho, Carlos Fernandes, fatos que eu presenciei. Então, coloco à disposição da Comissão todos esses depoimentos: depoimento na Assembléia Legislativa, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Polícia Federal.

A história do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul encerra um episódio que creio haver sido precursor de tudo isso que está acontecendo. Lá no Rio Grande do Sul, houve uma comissão parlamentar de inquérito na Assembléia Legislativa, comissão essa que se chamou CPI da Segurança Pública. Essa CPI já, àquela época, investigava o financiamento de campanhas políticas pela contravenção e chegou à conclusão de que a sede do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul havia sido comprada com o dinheiro da contravenção. Essa comissão parlamentar de inquérito no Rio Grande do Sul, obviamente, incluiu a loteria, e eu fui depoente. Nota-se que, na verdade, eu fui convidado para presidir a loteria do Rio Grande do Sul e quando ali cheguei me apresentaram uma série de decretos que normatizavam, legalizavam uma série de modalidades de jogos. Eu achei algo normal. Ou seja, eu tenho uma concepção a respeito dessas coisas de que não adianta proibir, não adianta esconder o sol com a peneira. Então achei natural que o Poder Público interviesse e regulamentasse aqueles jogos que já eram uma realidade na sociedade gaúcha. Estou me referindo a um jogo que era conhecido pelo Brasil afora, que se chamava Totobola, e a alguns outros, mas principalmente ao Totobola, pelo seu volume de apostas.

Naquela ocasião, havia uma figura que, na verdade, saiu como acusado e como culpado por todo aquele assunto, que era o Sr. Diógenes. Apareceu uma gravação em que o Sr. Diógenes tentava convencer o Chefe de Polícia a não reprimir o Jogo do Bicho.

Hoje, posso concluir que essa regulamentação pretendida pelo governo petista nada mais era do que uma retribuição por aquela ajuda na campanha do Olívio Dutra a Governador e na compra da sede do PT lá do Rio Grande do Sul.

Segundo. Durante minha gestão na Loteria do Estado do Rio Grande do Sul, o método petista que hoje se comenta... Hoje se usa a expressão "cargo com porteira fechada" ou "cargo com porteira aberta". O meu era um cargo com porteira fechadíssima. Eu não decidia nada. Eu tinha que levar tudo aos meus superiores. Meu superior era o Secretário de Fazenda.

Eu não tomava nenhuma decisão. Na verdade, eu assinava os atos que me eram encaminhados.

Minha gestão durou um ano, um ano e pouco. Durante ela, basicamente, os concessionários regulamentados foram dessa modalidade chamada de jogos de chances múltiplas, que não deixam de ser um bingo, só que não jogado dentro de uma casa de bingo. Mas a mecânica do jogo é a mesma do bingo. Lá se dizia "bingo tradicional" ou "bingo de chances múltiplas".

Essa empresa, chamada Kater, que geria esse jogo chamado Totobola, já funcionava no Rio Grande do Sul com uma autorização precária da Caixa Econômica Federal. De posse dos decretos, eu regulamentei e ela passou a explorar. Regulamentada, passou a pagar 9% ao Governo do Estado. Tudo, mais ou menos, transcorreu dentro da normalidade.

O fato notório aqui é que, em meados de 2002, em junho ou julho, fui procurado pelo Sr. Carlos Fernandes, filho da então Senadora Emília Fernandes. Fui procurado por ele e, na continuação, também pela Senadora, que me sugeriram, propuseram a mim que eu angariasse recursos, para a campanha majoritária do PT, perante esses concessionários de serviços públicos e, eventualmente, outros operadores de jogos, legais ou ilegais.

Como me recusei, pediram-me, então, que eu apenas apresentasse as pessoas. Foi feito isso. Posteriormente, tive a notícia de que essa empresa Kater, que geria o jogo Totobola, teria contribuído com algo entre R$100 mil e R$150 mil, que teriam sido entregues diretamente ao filho da Senadora, em três ocasiões, em reuniões no Hotel Blue Tree, em Porto Alegre. Tudo isso consta desses depoimentos.

Naquela ocasião, quando fiz as denúncias, fui taxado de louco, enfim, de ressentido. Diziam que eu o fazia porque o PT não tinha me dado um emprego. Achei ridículo. Hoje, acho que podemos comprovar que algo de razão eu tinha.

Os políticos locais do PT tentaram me desqualificar, tentaram usar de todos os artifícios para me desqualificar, para me desmerecer, mas a verdade é que eu denunciei algo que hoje é comprovado. A verdade é que eu creio ter tido a coragem de denunciar algo que, hoje, é fato corriqueiro.

Outro assunto que acredito ser objeto aqui da Comissão e com a qual eu posso, com certeza, colaborar era uma licitação que havia lá na Loteria – quando cheguei já existia – para terceirizar esses produtos lotéricos, a loteria de números e a Raspadinha. Curiosamente, na licitação, várias empresas já haviam retirado o edital, entre elas a Gtech, e na licitação, curiosamente, não se apresentaram, e se apresentou, então, essa empresa da qual era titular o Carlos Cachoeira, que se chamava Capital Construção e Limpeza. Eu achei muito estranho aquilo, até porque a proposta do Sr. Carlos Cachoeira estava muito aquém do que o Estado esperava da exploração daqueles jogos.

Conversando, então, posteriormente com o secretário substituto e levando ao seu conhecimento uma matéria da revista **ISTOÉ**, que levantava suspeita sobre a conduta do Sr. Carlos Cachoeira, o secretário instruiu-me, no sentido de revogar a licitação. E eu a revoguei por uma questão meramente técnica, porque ali, vamos dizer, o produto que seria auferido pela proposta dessa empresa não contemplava as aspirações do Poder Público e, muito menos, permitia que se sustentasse uma empresa, operando daquela maneira.

O Sr. Carlos Cachoeira, sua empresa, recorreu primeiro a um expediente administrativo, que foi rechaçado pelo secretário, e, posteriormente, então, entrou na Justiça e obteve ganho de causa em primeiro grau.

Normalmente, supõe-se que o Estado deve recorrer quando perde em primeira instância. Curiosamente, não houve recurso, e eu, então, assinei esse contrato ao apagar das luzes do Governo Olívio, já no mês de dezembro de 2002, dando vigência a partir de 1º de janeiro, segundo instruções do Secretário de Fazenda.

Então, senhores, são esses dois assuntos que eu me proponho a esclarecer. Talvez os senhores se perguntem também – eu notei ali na fundamentação de minha convocação – a respeito de Waldomiro Diniz. Já devo então, desde já, deixar claro que Waldomiro Diniz encontrei duas vezes na vida. Uma vez aqui nesta Casa, numa audiência pública da Comissão de Educação, que tratava justamente desse assunto dos bingos. Tratava-se de um substitutivo do Deputado, se não me equivoco, Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais. Então, houve uma audiência pública e o Sr. Waldomiro era um painelista. Eu o conheci, fui apresentado. A segunda vez, quando foi a Porto Alegre, num simpósio da Agebi – Associação Gaúcha de Entidades Esportivas e Administradoras de Bingo. Também foi painelista. Falei ao telefone um par de vezes, logo que assumi a Loteria do Rio Grande do Sul, até para me informar de como procedia a Loteria no Rio de Janeiro.

Notei também que, na justificativa de minha convocação, se menciona uma mensagem eletrônica que teria enviado ao Waldomiro. É certo? Conheço sim. Quero deixar bem claro que o que consignei ali não significa que estivesse de acordo com o que fez Waldomiro. De maneira alguma. Mas, sim, que me indignava a maneira como ele estava sendo tratado, porque, na verdade, tudo aquilo não partiu da criatividade dele. O Waldomiro operava a mando de alguém, e, obviamen-

te, esse alguém estava onde ele trabalhava, na Casa Civil, ou seja, o atual Deputado José Dirceu.

Lembro o que disse no e-mail, que quando o escândalo bate à sua porta os figurões empurram a responsabilidade para os seus assessores. E o caso do Waldomiro, para mim, é notório, porque eu lembro que, em determinada ocasião, depois que o escândalo já havia eclodido, Waldomiro foi à televisão retratar-se, pedindo desculpas aos seus superiores por haver causado aquela situação, assumindo toda a culpa pelo episódio e pedindo desculpas aos seus superiores.

Waldomiro foi sumindo aos poucos. Não se falou mais. Não se sabe se está processado, ou se não está processado, se está solto, ou se está preso. Houve, de certa forma, um abafa disso aí. E a mim me indignou muito a forma como foi tratado o Waldomiro, porque se assemelhou à forma como fui tratado também, porque, nessas apresentações que fui compelido a fazer, obviamente, se usava de uma chantagem política, de um certo terrorismo com respeito ao cargo, ao emprego.

Então, senhores, é isso. Eu me coloco à disposição para esclarecer. E desde já gostaria também de consignar que, na ocasião desses depoimentos, coloquei à disposição da Assembléia Legislativa os meus sigilos bancário, fiscal, telefônico, e o faço aqui também. Ou seja, a minha vida pode ficar aberta, é um livro aberto. Desde já autorizo qualquer quebra de sigilo, forneço número de conta, para que não paire nenhuma dúvida sobre o meu testemunho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. José Vicente Brizola, eu gostaria de perguntar a V. Sª, inicialmente, por que demorou tanto a fazer essas denúncias. A eleição passou e o senhor só veio a falar sobre isso no início de 2004. Como V. Sª explica isso?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Exato. Vou explicar-lhe. Quando fui abordado pelo filho da Senadora, em junho de 2002, de início, eu quis alguma comprovação de que realmente aquilo era algo oficial e a solicitação que me estava sendo feita provinha realmente do Partido ou de alguém do Partido e que não era uma mera invenção do filho da Senadora.

Isso aí me foi confirmado pela própria Senadora. Mas, não satisfeito com isso, levei o assunto ao então coordenador de campanha da chapa majoritária do PT, o Sr. José Utzig, que faleceu. Ele disse que ia investigar, conversar, e que me responderia. Mas nunca houve resposta. Posteriormente ele veio a falecer, durante a campanha.

Tentei falar com o meu superior imediato, que era o secretário substituto, o Sr. Odir Tonollier, mas também não fui ouvido. Sempre desconversavam. E havia também um outro motivo, que um assunto como aquele, se viesse à tona, eventualmente, na imprensa, naquele momento, um momento eleitoral, cairia como uma bomba. Então, eu decidi atuar dentro do limite ético que me tracei, que foi o de apenas apresentar as pessoas, e me calar.

Agora, por que, depois, em 2004, Sr. Relator, eu decidi falar tudo? Bem, porque ali sim, há havia um clima, com o episódio Waldomiro Diniz, de que dentro do Partido dos Trabalhadores também existia essa prática, que essa bandeira moralista, essa bandeira de ética empunhada pelo Partido dos Trabalhadores nada mais era do que um discurso vazio. Na verdade, o Partido dos Trabalhadores eventualmente utilizava métodos até mais rígidos para angariar recursos para campanhas políticas.

Considerei o episódio Waldomiro uma oportunidade. Naquele momento, eu já estava praticamente desligado do Partido dos Trabalhadores. E lhe digo mais: o motivo do meu desligamento foi puramente político, porque eu acredito que o Partido dos Trabalhadores, e hoje tenho essa convicção, cometeu sim esse estelionato político, acirrou um modelo que combatia, e veio, ao estar no poder, a praticar os mesmos atos que abominava.

Então, espero haver explicado meramente essa demora em denunciar aquilo tudo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto, ainda, se V. Sª chegou a sofrer alguma ameaça para não falar.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim. Recebi alguns telefonemas. Creio que passei aqui um documento, que é uma denúncia na Polícia de que minha casa foi invadida, em Porto Alegra, bem naquela ocasião. Queixa na Polícia. Deixe ver se está aqui.

Está aqui. Na verdade, recebi muitos telefonemas, inclusive do Secretário substituto, Odir Tonollier, tentando me demover a falar, enfim... Mas, nesses dias, eu estava viajando, e minha casa foi invadida. Dali roubaram documentos que eu pensava usar até nesses depoimentos. Passo aqui à Comissão, então...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, por favor, peço que quando S. Sª falar em secretário, que diga se é Secretário de Estado ou Secretário da Caixa...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Secretário de Estado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para que possamos entender.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que V. Sª falou várias vezes em secretário.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Secretário de Estado.

Passo aqui à Comissão a parte policial.

Então, respondendo à pergunta, fui ameaçado sim por telefone, e houve esse arrombamento de minha casa. Eu estava viajando. Quando voltei, a casa estava arrombada. Tinham levado meu computador, tinham levado pastas que eu tinha, e tal. E durante o meu depoimento na Assembléia Legislativa, eu lembro que surgiu uma figura que trabalhava nos gabinetes do PT, que era um elemento da Brigada Militar, que se chamava Agra, e se dizia que era o encarregado de monitorar os inimigos do Partido dos Trabalhadores. Quem levantou essa questão no plenário da Assembléia foi o hoje vice-Prefeito de Porto Alegre, Eliseu Santos. Quando mencionei esse assunto, ele me entregou uma documentação provando que esse senhor tinha cargos nos gabinetes do PT de há muito tempo, e que ele, então, seria o encarregado da inteligência, da arapongagem do PT ali no Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Gostaria de perguntar a V. Sª, porque tem reiterado que existe uma pressão muito forte, no Rio Grande do Sul, pela legalização dos jogos de azar. V. Sª responsabiliza, especificamente, quem por essa pressão?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu acredito que a pressão não se dá apenas no Rio Grande do Sul, é uma pressão de âmbito nacional. Além do mais, temos que considerar que existem os jogos oficiais, que são os jogos geridos pela Caixa Econômica Federal. Então, temos que saber separar as coisas. Eu acredito que, resumindo esta resposta, para que ela seja profícua para a Comissão, o grande problema nisso tudo é na idoneidade dos empresários que pretendem operar esses jogos. Nós temos países, como os Estados Unidos, da Europa onde o jogo é permitido, há receitas fabulosas com os jogos. Então, não é o jogo em si que seria problema. Para mim, no meu conceito, o problema é com relação à idoneidade das pessoas que, eventualmente, viessem a operar os jogos. E lá no Rio Grande do Sul, que é o mercado que conheço, a pressão para a legalização dos jogos vem desses empresários, desses empresários os quais funcionam até hoje com liminares obtidas na Justiça. Então, o que acontece...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Mas eu pergunto da parte do Poder Público, agentes do Poder Público. Pergunto, também, por esse lado. V. Sª esteve perto disso, lidando com isso.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro, o que eu poderia dizer é a respeito daquilo que já disse aqui, de que, obviamente, eu interpretei essa edição de decretos regulamentando o jogo como uma contrapartida pela ajuda que havia dado na eleição do governo do Estado em 2.000.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – V. Sª afirmou em entrevista, em seu depoimento à CPI da Assembléia Legislativa, que o seu depoimento foi instruído pela Casa Civil do Governo Estadual. V. Sª confirma isso? E em quais pontos?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Confirmo. Não somente o meu, mas o de todos aqueles que trabalhavam no Governo e que foram chamados a depor naquela CPI eram instruídos ora na Casa Civil, ora na Secretaria de Segurança. Eu lembro que a instrução era que diziam: "Olha, vão lhe franquear a palavra, mas você não fale; responda monossilabicamente; não diga nada que não lhe for perguntado". Enfim, havia uma prática generalizada de instrução de depoimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Eu gostaria de perguntar a V. Sª se a sua saída do PDT para o PT causou estranheza. Por que motivo V.Sª deixou o PDT, que era o Partido, inclusive, dirigido pelo seu pai?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Certo. À época eu fui bem claro a respeito desse assunto para a Imprensa. Ali, o que ocorreu de início foi a eleição que se deu para a prefeitura de Porto Alegre, e que passaram para o segundo turno o candidato do PT e o candidato do PDT. O candidato do PDT, o Sr. Alceu Collares se coligou com a direita, se coligou com os Partidos PFL, PSDB, e eu m posicionei no outro lado. Declarei, na ocasião, que o fato de eu sair do PDT e entrar no PT era um assunto de foro íntimo, um assunto de convicção política. Especialmente declarei que eu via no PT a possibilidade de esse Partido chegar ao poder e, eventualmente, mudasse a política econômica, que era o meu grande objetivo. Lamentavelmente, o Partido chegou ao poder e acirrou o modelo econômico. Creio haver explicado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a relação que o senhor mantinha com Silvana De Luca?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Silvana De Luca era uma das titulares da empresa Kater, concessionária que explorava esse jogo que chamava Totobola. Eu a conhecia de reuniões na loteria do Estado e, posteriormente, a apresentei à Senadora Emilia Fernandes e a seu filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ela foi alvo de tentativa de extorsão de dinheiro?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não diria isso. As coisas não ocorreram nesse nível. O filho da Senadora me pediu, primeiro, que angariasse recursos; eu me recusei. Depois, então, que eu apenas a apresentasse. Eu, meramente, contatei essa pessoa e marquei um encontro dela com a Senadora, no escritório de campanha da Senadora. Eu compareci ao encontro. No encontro, estava a Senadora, essa Srª De Luca, o filho da Senadora. A Senadora conversou amenidades e se retirou. Eu fiquei um pouquinho mais e me retirei também. E depois, acredito, que eles, com o filho da Senadora, acertaram essa contribuição para a campanha, para a chapa majoritária.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a relação que o senhor mantinha com o Sr. Jaime Sirena?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – É exatamente a mesma com Silvana De Luca, só com a diferença de que o Sr. Sirena não era concessionário de serviço público. O Sr. Jaime Sirena, à época, era presidente da Associação dos Proprietários de Bingos. Ele mesmo, eu acho, tinha uma casa de bingo. Ele freqüentava o gabinete da loteria porque o decreto do Governador Olívio Dutra previa a regulamentação dos bingos, coisa que nunca ocorreu. Na verdade, eu o conhecia de suas visitas à loteria e desse simpósio a que me referi anteriormente, com a presença de Waldomiro Diniz, que havia sido organizado por ele, como presidente da Associação dos Bingos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento da relação dele, Jaime Sirena, com os irmãos Ortiz?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Este nome Ortiz eu já ouvi falar, mas eu não conheço, não sei quem são. Não conheço essa relação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na CPI estadual sobre segurança pública, em 2001, surgiram denúncias de que a Lotergs estaria abrindo caminho para a entrada de máquinas caça-níqueis e de loterias *on-line* no Rio Grande do Sul, administradas por líderes do jogo do bicho associados a empresários suspeitos de lavagem de dinheiro e de conexão com a máfia italiana. O que V. Sª poderia nos informar sobre isso?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro, nesse decreto ao qual me referi, estava prevista a regulamentação dessa atividade denominada videoloteria. Eu me recordo de que, antes que fosse regulamentado qualquer jogo, houve uma reunião na Procuradoria-Geral do Estado, na presença do Procurador-Geral, onde então o Executivo perguntava à Procuradoria a validade e a licitude de que o Estado viesse a regulamentar aqueles jogos. E a resposta do Procurador foi de que, em se tratando de videoloteria, ele considerava que o Estado não deveria regulamentar, que o Estado não deveria regulamentar, que o Estado deveria inclusive retirar aquela modalidade do decreto, mas que considerava legitima a exploração pelo Estado das demais modalidades lotéricas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a relação que o senhor mantinha com Miguel Muccillo?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – O Sr. Miguel Muccillo também não era concessionário de serviço público, mas ele é conhecido operador de videoloterias no Rio Grande do Sul e freqüentava também o gabinete da loteria, justamente fazendo pressão para que se normatizasse aquela modalidade.

Com esse senhor, há um episódio mais recente que foi na campanha de 2002. Assim como foi contratada a Silvana de Luca, do Totobola, esse senhor se ofereceu para contribuir para a campanha. Ele chegou na loteria e disse que eles, os operadores de videoloteria, possuíam 500 mil reais para dar para a campanha do Partido dos Trabalhadores, mas queriam que fosse aprovada ou por decreto ou por lei na Assembléia Legislativa essa modalidade de videoloteria. Lembro-me até que eles chegaram, por intermédio de um Deputado lá, a apresentar o projeto. Primeiramente o projeto não foi aprovado; depois, no apagar das luzes do Governo Olívio Dutra, o projeto foi aprovado. Mas creio que o atual Governador, Germano Rigotto, não sancionou aquilo e, pelo que tenho conhecimento, terminou até por fechar lá a loteria do Estado.

Então, este senhor, Miguel Muccillo, estava presente em todas as conversas com o filho da Senadora, ele participou de umas duas ou três reuniões com o filho da Senadora, mas ele condicionava a sua contribuição à regulamentação das videoloterias.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o dinheiro saiu?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Acredito que nesse caso não saiu, Senador, porque terminou que não foi aprovado. Eles até hoje estão em situação irregular e, pelo que sei, eles operam precariamente com alguma liminar obtida aqui e ali. Parece-me que, aparentemente, as liminares se referem às máquinas e não às empresas. Então eles, entre si, fazem troca de máquinas... enfim, é um setor que está à margem da lei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece... Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – É, exatamente, a chamada videoloteria é o caça-níquel.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É a mesma máquina de caça-níquel.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Exato. É o caça-níquel.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Olavo Sales?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É o Presidente da Associação Nacional de Bingos.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não conheço. É o presidente atual?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É sim.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Mas não sei se era àquela época.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele já era naquele época.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Mas eu não o conheço. Nunca o vi nem o conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe ainda nos informar qual o nível de relacionamento... Bem, o senhor não conhece o Sr. Olavo Sales. Acho que a pergunta fica prejudicada.

Qual a relação que o senhor mantinha com Carlos Cachoeira?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim, Carlos Cachoeira eu o vi creio que uma só vez, pois, na verdade – vou recordar um pouquinho –, quando cheguei na loteria havia já um edital sendo construído para terceirizar a loteria de números. Essa loteria tradicional que nós conhecemos, a dos bilhetes. O Estado estava fazendo uma licitação para terceirizar aquilo. Ou seja, o bilhete, o antigo bilhete. Aquilo era uma modalidade de jogo que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. *Fora do microfone)* – Eu não conheço.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – É uma modalidade de jogo que todos nós conhecemos de antigamente, era um jogo tradicional, o bilhete de loteria. Claro, nessa época ele já estava um pouco em decadência porque já havia uma série de jogos informatizados que atraíam mais a atenção. Então, a loteria estava praticamente tendo prejuízo com aquilo. E essa loteria, lá no Rio Grande do Sul, era uma instituição que foi fundada por Bento Gonçalves em mil oitocentos e pouco, era assim uma coisa tradicional, não se queria fechá-la. Aí, procurou-se terceirizá-la. E essa terceirização envolveu uma licitação; essa licitação foi vencida por essa empresa chamada Capital, cujo titular era o Sr. Carlos Cachoeira e um outro senhor chamado Lenine. Esse Lenine era quem fazia a interlocução com a Lotergs. O senhor Carlos Cachoeira esteve apenas uma vez lá e creio que foi quando da assinatura do contrato. Nessa ocasião eu devo ter conversado com ele por uns 5 minutos e não o vi mais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Há notícias de que o Sr. Carlos Cachoeira mantinha um esquema de financiamento em vários Estados, inclusive no Rio Grande do Sul. O senhor conhece uma relação mais direta entre ele e algum político do Rio Grande do Sul?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – O que posso dizer a esse respeito é que todo esse processo licitatório que culminou até com uma decisão judicial para que se assinasse o contrato com essa empresa do Sr. Carlos Cachoeira, ele foi muito estranho. Primeiro, pede-me que revogasse o edital – por sorte havia razões técnicas para revogar; depois, quando ganhou na justiça a decisão em primeiro grau, indaguei se o Estado iria recorrer. Respondeu-me que o Estado não iria recorrer, porque chegou a um acordo com o Sr. Carlos Cachoeira e o Sr. Lenine de que eles não iriam ajuizar lucros cessantes e perdas que tiveram naquele período em que não assumiram pela revogação. E que teriam feito um acordo com o Sr. Carlos Cachoeira no sentido de que ele não acionaria o Estado por aquele prejuízo e o Estado, em contrapartida, não recorreria daquela decisão em primeiro grau. Ou seja, concluo que, além das visitas que titulares dessa empresa Capital fizeram à loteria, eles também visitaram o gabinete do Secretário de Estado e conversaram a respeito desse contrato. A mim eram passadas as decisão que já haviam sido tomadas, apenas mandando executar tal coisa, assinar ou revogar determinado contrato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves PMDB – RN) – E o contrato...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – O contrato foi assinado nos últimos dias de dezembro de 2002, eu fiz questão de colocar, ao lado de minha assinatura, "por decisão judicial".

O SR.RELATOR (Garibaldi Alves PMDB – RN) – Mas depois o senhor saiu e não dá noticia.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu saí no dia 31 de dezembro de 2002. Em janeiro de 2003, estive na loteria, porque a transição entre o Governo do PT e o PSDB foi muito civilizada, foi uma transição de cavalheiros. Então eu colaborei um pouco durante o mês de janeiro com o Sr. Petry que assumiu a loteria, e lhe passei todos aqueles casos, dentre eles essa administração da loteria pela empresa do

Sr. Carlos Cachoeira. Isso ocorreu no mês de janeiro de 2003; no mês de fevereiro, foi a última vez que conversei com esse Sr. Petry. Depois vim a saber que essa administração, essa terceirização da Loteria de Números havia fracassado e que inclusive o Governador Rigotto havia fechado até a loteria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Messias Ribeiro Neto, exsócio de Carlos Cachoeira?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Esse senhor, eu o vi uma vez aqui em Brasília. Foi naquela ocasião em que houve essa audiência pública na Comissão de Educação, do Deputado Gilmar Machado; ele estava presente, eu fui apresentado a ele. Me apresentaram ele como um operador de jogos do Estado de Goiás.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só isso?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Só isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E Sérgio Canozzi?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Esse senhor... Eu nasci em Porto Alegre, essa família Canozzi é muito conhecida em Porto Alegre. Então eu conheço de quando eu era criança Sérgio Canozzi e a família Canozzi. Eu não me recordo se foi exatamente no colégio que eu estudava, mas, creio que sim, no Colégio Farroupilha. Eu conheci a família Canozzi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor ouviu falar que Canozzi dava dinheiro a agentes públicos e era ligado a Waldomiro Diniz?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim, eu ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ouviu falar e comprovou?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não comprovei. Esse Sr. Canozzi, eu diria, não posso assegurar, que ele é um lobista. Às vezes que eu o vi, o vi sempre circulando em torno de alguma campanha política. Inclusive já o vi circulando em torno de campanha política do PDT, não sei fazendo o quê. E agora vi que o nome dele havia sido citado; logo quando eclodiu o escândalo Waldomiro, foi citado. E eu, obviamente, conhecedor da família Canozzi, fiz essa ligação, mas praticamente, pessoalmente, nunca conversei com ele mais do que um cumprimento ou algo assim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Deputado Estadual do PT gaúcho, Flávio Koutzii, revelou que o senhor procurou integrantes da sua equipe, colocando-se à disposição para fazer contatos com pessoas que poderiam contribuir para a campanha eleitoral de 2002, e que eles recusaram a proposta. O senhor confirma isso?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não é assim. Na verdade, eu fui procurado pelo Sr. Gustavo Melo, que era assessor direto do Deputado Flávio Koutzii, e ele então me pediu que... Eu lembro que eu disse que estaria à disposição para colaborar com a campanha deles, mas não estava falando de recursos, estava falando de trabalho. Ele, então, esse Sr. Gustavo Melo disse: "O que nós estamos precisando é de recursos". E que eu, como diretor da Loteria do Estado poderia, através dos meus conhecimentos, dos meus contatos, angariar recursos. Em nenhum momento se referiu explicitamente a empresários de jogos, nada disso. Mas quem tomou a iniciativa de pedir que eu intermediasse, eu lembro que o que ele queria era que eu intermediasse com empresas, com empresários, e eu, como vivia longe do Rio Grande do Sul já há muito tempo, não tinha esse conhecimento. Na verdade, quem pediu essa ajuda foi ele, e não eu que a houvesse oferecido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor solidarizou-se com Waldomiro Diniz. Através daquele e-mail ficou claro que o senhor solidarizou-se com ele. Eu pergunto: o senhor solidarizou-se e ao mesmo tempo fez críticas ao chefe da Casa Civil, o Sr. José Dirceu, afirmando que ele era um cardeal e que quando o escândalo batia à sua porta, tanto ele rechaçava ou hostilizava os adversários quanto os correligionários. Esses foram os termos. O senhor, há pouco, afirmou que Waldomiro Diniz não teria atuado sozinho. O senhor acha, então, que o Sr. José Dirceu teve uma participação direta?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Primeiro, deixe-me esclarecer a respeito dessa mensagem. A solidariedade que eventualmente prestei ao Waldomiro Diniz naquela ocasião foi pelo fato de sentir que ele havia sido usado, tal qual me usaram, talvez, no caso dele, de uma maneira mais grave, mais comprometedora.

É óbvio que aquilo não partiu da cabeça dele, que não foi o Waldomiro Diniz que resolveu fazer tudo aquilo sozinho. Ninguém, por vontade própria, sai por aí pedindo dinheiro para a campanha deste ou daquele. Não existe isso. É óbvio que havia alguém comandando o Waldomiro Diniz. Algo que chama muito a atenção – repito aqui que não tenho provas – é que, durante a campanha do Deputado José Dirceu, Waldomiro Diniz era, como diziam lá, "papagaio de pirata" do José Dirceu, ou seja, andava ao lado dele o tempo todo.

Então, essa relação entre o Waldomiro Diniz e o Deputado José Dirceu vem de longa data. Não foi à

toa que, de repente, o Waldomiro Diniz saiu da Loterj, no Rio de Janeiro, direto para o Gabinete da Casa Civil. Inclusive, a única vez que fiz uma visita ao Palácio aqui e fui até recebido pelo Sr. César Álvarez – que ainda está no Governo –, surpreendi-me de encontrar o Waldomiro Diniz como assessor parlamentar ali.

Na verdade, solidarizei-me apenas pelo fato de que o Waldomiro foi usado. Agora, em nenhum momento, achei corretas as suas práticas e tenho, sim, a convicção de que Waldomiro era orientado não sei se só por José Dirceu, ou por esta cúpula do Partido dos Trabalhadores que está aí.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque o senhor diz que ele "detonou" – essa é a palavra exata. O senhor conhece outros nomes "detonados" por ele, outras pessoas? O senhor foi explícito.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Esse é o caso mais notório. Neste momento, não me ocorre nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, agradeço a atenção do Sr. José Vicente Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos dar 15 minutos para perguntas e respostas, no total.

Agradeço ao Relator que, com certeza, voltará ao final desta oitiva.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

V. Exª dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento o Relator, pois S. Exª fez quase todas as indagações necessárias. Passamos dois dias estudando as perguntas, analisando, e poderíamos praticamente encerrar o nosso trabalho aqui, visto o volume de perguntas realizadas pelo Relator, justas, por sinal, e muito bem feitas.

Mas peço aO SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA que seja mais objetivo, a fim de que eu possa fazer o número de perguntas que desejo.

Primeiro, a edição da revista **Veja** do dia 25 de fevereiro de 2004 traz a entrevista do senhor com o seguinte título: "Eleição a Qualquer Preço". O senhor confirma tudo o que disse naquela entrevista?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que "Eleição a Qualquer Preço"?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Bem, na verdade, essa manchete é da lavra do jornalista, mas entendo perfeitamente o que ele quer dizer com isso...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Na sua opinião, houve uma eleição...?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim, houve uma utilização de recursos lícitos ou ilícitos...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Lícito não interessa.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Houve ilícito?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Pergunto, qual era o seu real sentimento sobre a questão, ao enviar *e-mail* – ouvi agora sobre a questão – para o Waldomiro Diniz. Era justamente para solidarizar-se porque ele foi perseguido pelo José Dirceu?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não diria perseguido, Senador. Diria usado, assediado e usado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Ele foi assediado e usado.

Conhecia bem José Dirceu?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, conhecia superficialmente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Falou com ele diversas vezes?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Por que é do PT?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, mesmo antes no tempo do PDT eu já o conhecia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Ele visitava muito o Rio Grande do Sul?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Naquela época, nem morava no Rio Grande do Sul. Morava no Rio de Janeiro. Mas eu encontrava com ele. Nunca tive uma conversa mais profunda.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – E no Rio de Janeiro, quando ele chegava ao Rio de Janeiro ele se encontrava com Waldomiro Diniz?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Nunca vi.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – V. Sª disse há pouco que o Waldomiro era "papagaio de pirata" do José Dirceu?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Em São Paulo, na campanha eleitoral.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – O senhor tem conhecimento se a ligação do Partido dos Tra-

balhadores com os jogos, no caso, no Estado do Rio Grande do Sul é anterior à sua gestão? O senhor já via antes também esse mesmo esquema?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim. Como relatei anteriormente, o que havia aqui... Então vamos falar realmente do que foi apurado naquela CPI, de que a sede do Partido dos Trabalhadores havia sido comprada com dinheiro da contravenção. Isso ficou provado. Tanto que o Partido dos Trabalhadores devolveu a sede, entregou a sede. Porque ali se fez uma triangulação, havia dois empresários...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Quem forneceu o dinheiro para comprar a sede? Poderia citar as empresas?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – A contravenção...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Havia um caixa dois?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Havia um caixa dois e um sistema muito bem elaborado para justificar esse dinheiro. Inventaram, naquele momento, uma mentira sem pés nem cabeça de que aquele dinheiro teria sido obtido por doações e aí correram para conseguir recibos. Só que a CPI... Ele conseguiu fazer uma diligência na casa desse senhor, Diógenes, e ali descobriu farta documentação que provava que realmente havia entrado esses recursos na campanha de Olívio Dutra e para a compra da sede do Partido dos Trabalhadores. Tanto é verdade que o PT naquele momento abandonou a sede e conseguiu uma outra sede.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Quanto custou a compra da sede?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – O preço total eu não sei. Mas sei que o dinheiro envolvido na contravenção foi algo em trono de R$600 mil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Seiscentos mil reais a compra da sede.

O PT não pagou nada? Devolveu?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Acredito que sim. Porque na verdade essa sede foi comprada por esses empresários que disseram que compraram através de doações. Só que depois não conseguiram provar as doações. E deram comodato ao PT. Quando eclodiu o escândalo, o PT devolveu a esses empresários a sede e arrumou outra sede.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – E recebeu o dinheiro... Se ele pagou...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, o PT não pagou nada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Então não houve contravenção, caixa dois?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Utilizou a sede durante dois anos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Utilizou a sede, mas não pagou?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Mas na verdade quem pagou foram esses empresários.

A situação é o seguinte: os empresários utilizaram o dinheiro da contravenção e compraram a sede. E cederam a sede, em comodato, ao PT.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Ficou em nome desses empresários?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Em nome desses empresários.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Em comodato cederam ao PT.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Em comodato cedido ao PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Quem são esses empresários?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Um deles lembro o nome: um tal de Sr. Diógenes...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – O mesmo?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – É, aquele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB–SC) – Quanto dinheiro o senhor acha que o PT teria arrecadado ilegalmente para sua campanha? V. Sª disse aqui que o Carlos Fernandes buscava recursos. V. Sª tem conhecimento do volume do dinheiro arrecadado? Mais ou menos.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Na verdade, do volume total, principalmente da campanha majoritária, não, porque eu não tinha um contato íntimo com isso. Eu apenas vi, ouvi de Carlos Fernandes que uma campanha para o Senado custava entre R$1 milhão e R$2 milhões e que eles tinham de arrumar isso. Mas eu realmente não sei de cifras. Não posso lhe precisar cifras.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor teve algum contato com Waldomiro Diniz durante sua gestão na Loterj? Quando? E em que contexto?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro. Naqueles dois que eu já descrevi: um aqui na Comissão de Educação e outro em um simpósio.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Somente?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Somente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O assunto de contribuições de campanha foi abordado?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Com Waldomiro, nunca toquei nesse assunto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Na sua entrevista à **Veja**, V. Sª faz referência ao banditismo no caso da Prefeitura de Santo André, que levou à morte do Celso Daniel. O que V. Sª sabe sobre o caso? Tratava-se também de envolvimento do PT com o jogo ilegal ou com o crime organizado essa questão da morte de Celso Daniel?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Na verdade, o que eu sei, Senador, é o que foi dito na imprensa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª não tem nenhum vínculo?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu não tenho nenhum vínculo com essas pessoas, mas é óbvio que a gente vai fazendo as ilações.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª não tem nenhuma informação que nos possa ajudar na investigação?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Precisa, sobre esse episódio, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca ouviu alguém do PT falar, alguém cochichar: "Olha, mandaram fazer isso, apagar tal"? Nada?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª fez referência na revista **Veja** e disse, há pouco, que confirma tudo.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro. Na verdade, eu posso dizer a convicção que eu tenho. Eu tenho, sim, a convicção de que, ali na Prefeitura de Santo André, havia um esquema de achaque de empresários de ônibus e que, quando o Prefeito Celso Daniel, então, se recusou a continuar com aquilo, foi morto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. José Vicente, V. Sª poderia citar o nome de mais alguém que se beneficiou com o caixa dois do PT? V. Sª falou que a Emilia Fernandes, por intermédio do seu filho Carlos, se beneficiou e fez campanha com o caixa dois do PT. Alguém mais do PT?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Esse caso da ex-Senadora Emilia Fernandes eu vi. Eu sou testemunha.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Confirma?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu confirmo. Eu fui testemunha. Eu fui usado. Usaram-me para fazer as apresentações. Eu sei de detalhes. Se forem lidos esses depoimentos, vão ver com riqueza de detalhes que eu sabia das coisas, quer dizer, ali eu vi. Outros, não. Mas, numa determinada ocasião, me disse esse senhor Muccilo, numa dessas ocasiões em que ele então pleiteava ou que o Governo baixasse um decreto regulamentando os caça-níqueis ou, então, que a Assembléia apresentasse um projeto através de um Deputado, disse-me abertamente que ele estava auxiliando na campanha da Deputada Maria do Rosário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª viu o dinheiro? Viu o volume?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não. Não vi dinheiro nem no caso da Senadora Emilia Fernandes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O que V. Sª viu, então? Qual é a prova?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – No caso da Senadora?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu intermediei os encontros.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Intermediou encontros com os empresários que já citou?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro. Intermediei os encontros.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Essas pessoas serão convocadas, certamente. Vamos fazer um requerimento para convocar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª faça o requerimento.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Se V. Exª me permitir, gostaria de acrescentar...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Assessoria, providencie o requerimento.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Gostaria de acrescentar uma coisa que eu acho importante. V. Exª me perguntou sobre provas. Na verdade, eu não tenho provas nem me caberia estar colhendo provas. Eu jamais... acho que não me sentiria bem andando com gravador ou uma coisa dessas. Mas existe uma maneira que se comprova tudo isso que é a quebra do sigilo bancário e telefônico da ex-Senadora.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse recurso certamente era para pagar o material, o santinho, não é? A campanha.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Olha, apareceram muitos carros depois...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nesse material da candidata à Senadora Emilia Fernandes, havia o nome dos titulares, no caso, a Governador, a Presidente?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Toda a chapa majoritária.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Lula?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim, sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª acha que esse recurso beneficiou a eleição do Lula?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Acredito... Esse da Senadora, não, porque...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, se não beneficiou, ela não usou para fazer material de propaganda.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Sim, sim, nesse sentido, sim. Claro. Claro. Nesse sentido, sim. O que eu pensei assim, vamos dizer, que os recursos tivessem ido para a campanha do Lula. Não. Os recursos foram geridos ali mesmo, mas todo o material... – inclusive, acho que isso era uma determinação da chapa majoritária, de que em todo o material devia constar presidente, senador, governador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar, essa história do mensalão já é muito comum. O Governo do PT é uma vergonha em todos os lugares, pois há sempre essa história do mensalão. E agora surgiram mais provas de envolvimento de pessoas ligadas à Base do Governo; está ficando até ruim para a Câmara Federal e para o Governo. Vai ser difícil para o Governo justificar de onde vieram esses recursos para pagar parlamentares para votarem a favor de projetos.

No período em que V. Sª esteve à frente dos trabalhos do Governo do PT, no Rio Grande do Sul, quando havia um projeto importante que o Governo vencia, as idéias do PT eram convincentes para aprová-lo ou havia alguma barganhazinha, algo desse tipo?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – O senhor se refere à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – À Assembléia Legislativa.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não. Creio que não, que ali não havia não. O PT ele era minoria e, na verdade, ele enfrentava uma oposição muito rigorosa na Assembléia Legislativa. Então, não creio que houvesse esse tipo de prática ali, até porque aqueles parlamentares, do Rio Grande do Sul, são muito honrados. Eu acho muito difícil que ali possa se instalar uma prática desse tipo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tenho a impressão de que V. Sª tem realmente provas contra a Emilia Fernandes e mais ninguém.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim, foram os episódios que eu presenciei.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eram essas as minhas perguntas, até para que nossos companheiros aqui possam fazer mais algumas.

Obrigado, Sr. José Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

V. Exª dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Serei regimental, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Depoente, meus questionamentos são pautados em declarações de V. Sª a jornais, a revistas, à Polícia Federal, entre outros. Entretanto, alguns pontos são passíveis de esclarecimentos. Então, vou passar a fazer as indagações a V. Sª.

A primeira: V. Sª declarou, em março de 2004, durante depoimento à Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ter sido "laranja" do Governo Olívio Dutra. Como era essa relação?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu usei esse termo; reconheço, sim, que usei esse termo. Na verdade, eu quis dizer com isso que... E, aí, também se pode fazer essa conexão à eventual solidariedade que prestei ao Waldomiro Diniz. Porque, na verdade, todos nós éramos meros artífices, éramos meros servidores da política que se estabelecia em nível superior. Ou seja, como diretor de uma autarquia, eu, na verdade, não tinha nenhum poder decisório. As coisas mais simples eu tinha que levá-las ao secretário substituto. Então, eu usei esse termo "laranja" porque, na verdade, ficou claro que o Waldomiro fez papel de laranja da Casa Civil.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O senhor declarou, na mesma ocasião, que "assinava as coisas que já vinham prontas, mastigadas, e qualquer coisa que eu quisesse decidir teria de consultar a instância superior".

Quais eram essas coisas que já vinham prontas e mastigadas? Quem era essa instância superior?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – A instância superior era o Secretário de Fazenda e o secretário substituto. O Secretário de Fazenda era o Sr. Arno Augustin e o secretário substituto, o Sr. Odir Tonollier.

Os atos? Era desde o mais simples ato interno da loteria, que se referisse eventualmente até a algum problema com algum funcionário, desde isso até a uma concessão pública. Ou seja, eu, na verdade, dependia de audiências com o secretário, audiências essas que eram difíceis de conseguir e, muitas vezes, os trabalhos da loteria ficavam paralisados por dias, porque eu

não obtinha uma audiência com o secretário e eu não tinha autonomia para decidir nada sem a assinatura do secretário ao lado da minha.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O senhor teve contato com os empresários de jogos por força de sua posição como diretor da Lotergs? Pediu apoio a eles para a campanha majoritária de 2002?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Na verdade, eu não pedi apoio; eu relatei a esses empresários que havia uma solicitação de parte da campanha majoritária, especialmente de parte da candidata Emilia Fernandes, para uma colaboração para a campanha majoritária. E como eu me havia recusado a fazer essa intermediação, eles aceitaram então que eu promovesse apenas as apresentações e, quando chegasse o momento, então, de falar de dinheiro, eu me retiraria e eles prosseguiriam.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O senhor teve conhecimento ou recebeu alguma orientação partidária sobre arrecadação para a campanha?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. A única coisa que eu me recordo é de que houve uma circular que circulou lá entre os filiados e que dizia que ninguém estava autorizado a angariar, que a única pessoa autorizada a angariar era o coordenador da campanha que era esse Sr. Utizg. Ah, mas isso era uma circular que andou no meio dos diretórios, não é?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Não era nada consistente?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Ah, aquilo ali era, na verdade, um discurso para fora, como que para dizer, como para dar uma pecha de moralidade naquilo tudo. Eu acredito que, quando a pessoa está cometendo algum delito, ela procura apresentar a opinião exatamente o contrário. Então, eu lembro que era uma circular pomposa dizendo que nenhum filiado estava autorizado... quando, na realidade, ocorria o contrário.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – A pergunta seguinte está prejudicada em parte pelo nosso Relator, o ilustre Senador Garibaldi, mas, mesmo assim, gostaria que o senhor complementasse.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O senhor entrou com o pedido de desfiliação do PT. Vários jornais da época falaram de sua expulsão pelo Partido. Como foi a sua saída do Partido?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro, o Partido ia me expulsar, não havia dúvida, mas havia, creio, vontade política dentro do Partido de que eu me desligasse por vontade própria, porque a expulsão dependeria de um rito e esse rito me daria chance de falar, enfim. Então, eu achei mais interessante me desligar de um partido que já não me dizia nada, um partido que havia defraudado as minhas convicções políticas, enfim, um partido que hoje demonstrou que foi um grande engano, que na verdade eu aqui tenho que fazer... dar razão ao que dizia meu pai, e isso que já divergi dele muitas vezes, mas que nisso ele estava absolutamente certo, que o PT foi uma planta exótica que cresceu no calor da estufa da ditadura militar e que, ele dizia, não chegaria a nada, que chegaria a isso que estamos vendo.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – A Polícia Federal teria aberto inquérito em março de 2003 para apurar as relações entre integrantes do PT e bicheiros. O senhor tem conhecimento desse inquérito? Foi convocado para prestar depoimento?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Março de 2003 ou março de 2004?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Março de 2003, precisamente.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, então seria outro inquérito esse. O inquérito que eu passei cópia do depoimento, esse inquérito que passei cópia do depoimento da Polícia Federal versa a respeito da contribuição de concessionários de jogos à campanha majoritária do PT, através da campanha da então Senadora Emilia Fernandes. Esse inquérito, não está o número aqui, só está o termo de declaração, o depoimento que me foi colhido pelo Delegado Antônio Borges Filho, 31 de março de 2004.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – É, pode ser esse aí; deve ter havido erro de digitação aqui.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Esse inquérito, pelo que me consta, foi aberto a mando do Ministro da Justiça para que se apurassem as denúncias que formulei, que era, vamos dizer, o dinheiro de concessionários públicos na campanha da chapa majoritária do PT.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O senhor disse que o Sr. Waldomiro Diniz operava a mando de autoridades. O senhor poderia nominar as principais autoridades que o Sr. Waldomiro atendia?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Acredito que o Waldomiro era um subordinado direto do Deputado José Dirceu e que obedecia cegamente às suas orientações.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Então, esse naturalmente seria o responsável?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Essa é a minha convicção. Eu não posso provar, Senador, mas essa é minha convicção. E creio que qualquer

pessoa meramente informada, que acompanhe pela imprensa a vida política do País, hoje, chega a essa conclusão. Eu vou lhe confessar, Senador, eu estou estarrecido com o seguinte episódio: eu vejo o Deputado Roberto Jefferson dizendo na televisão: "Sai, Zé, sai". E o homem sai. Então, algo há, algo há. Quer dizer, eu não quero ficar aqui na posição de acusador, de leviano, mas as evidências são grandes, são claras.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Muito obrigado, Sr. José Vicente Brizola.

Sr. Presidente, devolvo a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Reginaldo Duarte.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito que o nosso Relator, pelo bem elaborado questionamento, dirimiu praticamente todas as dúvidas que poderiam surgir. É claro que precisamos de uma cópia para analisar e tentar formar o organograma de tudo o que foi falado pelo Dr. Vicente.

Dr. Vicente, o senhor fala muito em contravenção, que a contravenção fez... Por que o senhor não acha que é um crime?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Na verdade, agora entendi essa sua colocação de, claro, diferenciar contravenção de crime. Eu me refiro com esse termo porque sempre foi usado pela imprensa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É contravenção penal o jogo em si, mas não a organização criminosa que cuida de todos esses aspectos de corrupção.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro, vamos esclarecer, primeiro, eu uso esse termo porque esse é o jargão...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mais suave.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, e é usado pela imprensa, especialmente à época do Jogo do Bicho, que no Rio de Janeiro era chamado contravenção – era a palavra usada. Depois esse pessoal evoluiu para esses jogos eletrônicos, máquinas... acredito que aí já houve casos de formação de quadrilha, de lavagem de dinheiro; deixa de ser contravenção e passa a ser realmente crime.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou colocando isso porque conversava com o Senador Juvêncio e trocávamos idéia sobre o que é crime organizado e como ele se estabelece na formação de uma infra-estrutura de poder arrecadar dinheiro ou buscar de forma criminosa aumentar o seu patrimônio ilicitamente.

Eu digo isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque, há mais de 15 anos, ainda como Diretor da Polícia Federal, quando houve a queda do Muro de Berlim, a Máfia Russa começou a tomar conta de vários delitos naqueles países da região da cortina de ferro. Então eles fizeram uma reunião internacional com cinco países, para discutir o crime organizado, porque lá não havia uma experiência correta de combate ao crime organizado. Vários elementos até do próprio governo comunista, à época, foram para o crime para se manter, inclusive oficiais, com a venda de armas etc. E fizemos uma análise na Polícia Federal, Sr. Relator – e falava eu ao Senador Juvêncio –, para sabermos qual era o crime organizado que realmente tínhamos no Brasil: é tráfico de drogas, é algum outro tipo de atividade de seqüestro? Não, chegamos à conclusão de que a única organização criminosa que havia era o jogo do bicho no Rio de Janeiro, porque tinha liderança, tinha infra-estrutura de comunicação institucional, tinha contato com as autoridades e sustentava membros do poder e a corrupção. Então era de fato uma organização criminosa.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Se V. Exª me permitir, tinha todo aquele financiamento das escolas de samba, que popularizava o bicheiro...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E cada segmento tinha um diretor responsável dentro da infra-estrutura do crime organizado.

Estamos entrando naquilo que eu diria, Sr. Relator, examinar o crime organizado, que sustentou campanhas eleitorais por intermédio daquilo que o Delúbio declarou ontem: o dinheiro não escriturado, que é o caixa dois, a qual V. Sª se refere aqui. Então não existe nenhum tipo de organização criminosa que não tenha essa infra-estrutura.

O senhor falou em vários nomes aqui, falou no Diógenes, que é membro. Então, quem era o caixa que recebia esse dinheiro que V. Sª intermediou e outros intermediaram?

E V. Sª fala no Celso aqui, está no questionário...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Celso Daniel, eu menciono sim...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Celso Daniel está na história de Santo André, que é outra história. A arrecadação não era pelo jogo e sim pelas empresas de ônibus, que foi denunciada pelo seu irmão perante a Justiça e o Ministério Público. Mas o inquérito foi interrompido, não sei por que cargas d´água – digo isso porque conheço um pouco, pois meu filho foi o primeiro presidente desse inquérito; foi substituído, retirado o inquérito, e foi dado um prosseguimento diferenciado. Talvez a Justiça reabra o caso pelas inúmeras notícias de tentativas de "apagar" alguém que conhecia profundamente a experiência de arrecadação.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque os jornais ontem falavam claramente que Santo André foi o laboratório para a experiência de arrecadação organizada. É o caso de Celso Daniel.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sem dúvida!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Essa foi a experiência feita.

Mas o jogo é outra experiência que o Waldomiro Diniz, provavelmente na Loterj, depois tentando por intermédio de V. Sª – não sei se em Goiás também, porque perguntei ao Relator e ele disse que em Goiás não chegou a perguntar ao senhor se tem conhecimento de alguma estrutura em Goiás.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não, a única relação com Goiás é a respeito dessa empresa de Carlinhos Cachoeira, oriunda de Goiás; essa empresa tinha sede em Goiânia. É o que sei, e que este senhor, o Messias, que é sócio também do Carlinhos Cachoeira, é também de Goiás. São todos de Goiás, pelo que me consta. Mas, mais que isso, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só um detalhe: aqui, o senhor fala que havia arrecadação em Santo André, em outros locais, mas hoje o PT usou meios mais rígidos para adquirir fundos. O que o senhor quer dizer? É extorsão clara ou pressão sobre aqueles que estão no Governo ou empresas fornecedoras? Porque essa expressão rígida ficou um pouco forte na minha cabeça.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Senador, acho que, tenho certeza, aliás, que é exatamente como está acontecendo hoje. Na verdade, colocam-se pessoas em lugares chaves, em estatais, em autarquias...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor diria que é um Governo paralelo, onde se escolhe a pessoa que vai operar em nome do Partido para um fundo?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sem dúvida.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então coloca lá. "Você é o responsável por isso". E a estrutura funciona... Porque isso aconteceu na apuração do caso do PC. Eles colocavam uma pessoa chave, que era o responsável pela arrecadação que era feita. E o restante funcionava normalmente, dentro das regras de administração pública.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – E lhe digo mais: existe uma sutileza aí, porque eventualmente essa pessoa que era colocada ali já ia com essa missão, já sabia; mas, eventualmente, não. Ele era um pouco ingênuo. Colocava ali... E aí iam levando, como foi o meu caso. Eu até me confesso um pouco ingênuo ali, porque eu caí naquilo ali. E foram levando e foram levando. Então, quer dizer, existem as duas modalidades: de colocar uma pessoa já avisada para fazer aquilo e tentar compelir uma outra pessoa, através de chantagenzinhas baratas, ameaçando o emprego, ameaçando isso, que foi o meu caso. E que acredito tenha sido o caso do Waldomiro também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quer dizer que fica claro que as loterias eram ponto de arrecadação?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Lá no Rio Grande do Sul, sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Do Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e dos outros V. Sª desconhece?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não conheço.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o Waldomiro tinha forte ligação com o Ministro?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sem dúvida, trabalhava na sala ao lado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor foi chamado à Brasília alguma vez para prestar conta, explicar alguma coisa?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. As vezes que vim à Brasília foi por conta própria, obtive algumas audiências. E eu estava, sim, à procura de um emprego, eu precisava de um emprego.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim, mas depois que o senhor assumiu foi chamado para alguma explicação ou algum tipo de pressão?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. O senhor se refere...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – À Brasília, fora o que o senhor já esclareceu ao relator, que é quando estava na loteria.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim, aí não estávamos no Governo PT, era Governo Fernando Henrique.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas o senhor continuou?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não, eu saí da loteria no dia 31 de dezembro de 2002.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quer dizer que sua colaboração com a ex-Senadora foi gratuita e sem função no Governo?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, àquela época eu estava na loteria, ou seja, em 2002, eu estava na loteria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas ainda no Governo Fernando Henrique?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Era Governo Fernando Henrique.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas era simpático ao PT?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Quem?

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor era membro do PT?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro, eu era filiado ao Partido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o Governo Fernando Henrique mesmo assim o manteve na...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, eu fui nomeado pelo Governador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah! É loteria estadual.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Estadual.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Que era do PT.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Claro, pelo Governador. Desculpe-me a confusão aqui. Porque a loteria federal e a estadual têm alguma divergência. Então deixa só ver aqui. Tem um caso que vou deixar para o Senador Juvêncio, que leu com mais atenção e chamou a minha atenção, que é o caso que talvez o seu conhecimento não leve a tanto: é o caso da máfia colombiana, que teria uma decepção com o Governo por um acordo que foi feito anteriormente para abrir os cassinos. Mas vou deixar por conta dele. Só abordo esse assunto porque o nosso Senador Demóstenes fez um questionamento claro na Comissão Especial secreta de contatos de representantes das Farc com membros do Governo para ajuda financeira de campanha. Então, por isso que aqui me assustou esse artigo. Realmente ele é pesado. Então fica por conta do Senador Juvêncio, que está mais inteirado sobre isso e conhece melhor a máfia por causa de Mato Grosso, a máfia colombiana. Mas é uma coisa que nos preocupa, nos assusta. E gostaria de cumprimentá-lo porque eu sinto nas suas colocações bastante sinceridade.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães por permuta com o Senador Alvaro Dias.

V. Exª dispõe de até 15 minutos, nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Brizola, devo dizer a V. Sª, com toda a franqueza, que os seus argumentos para mudança de Partido não me convenceram. Entretanto, como é um assunto delicado, eu não tratarei. Eu acho que o assunto é delicado, levando em conta a sua tradição, então, não tratarei.

Mas V. Sª fez um libelo, com fatos e verdades, em relação ao Governador Olívio Dutra. V. Sª demonstrou que ele era o patrocinador de todas as coisas que ocorriam no Estado de irregulares e, segundo V. Sª, de pouca moralidade. Entretanto, acho que V. Sª errou quando levou alguém para o escritório político da ex-Senadora Emília Fernandes porque V. Sª sabia que não era para rezar – não iam rezar. O que a Srª Senadora queria para o filho eram recursos financeiros, e, conseqüentemente, V. Sª não deveria, com o nome que tem, ter feito essa ponte, de maneira que, nessa parte, eu condeno V. Sª.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu aceito. Aceito e reconheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Outra coisa que confesso é que, em relação ao Sr. Miguel Morcillo, ofereceu 500 mil ao PT para colocar caça-níquel no Estado. Acho que, também, não me convenceu muito. As palavras de V. Sª não me convenceram, levando em conta que acho que V. Sª devia repelir imediatamente.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Senador, essa conversa, eu tenho testemunhas, porque quando... esse senhor, quando ia na loteria, eu sempre me cercava de testemunhas porque era uma pessoa, enfim, sobre a qual pairavam algumas dúvidas sobre a moralidade. Então, eu tenho – como está nos meus depoimentos ali – eu tenho duas testemunhas que presenciaram esse encontro e esse oferecimento, que são dois funcionários da então loteria que estavam presentes e viram o Sr. Muccillo oferecer os 500 mil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não me convenceu, também, a resposta que V. Sª deu ao Relator sobre o Deputado Flávio, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, sobre a maneira da conversa que ele teve com V. Sª e as respostas. Confesso que acho que V. Sª deveria, depois, explicar melhor à Casa esse assunto.

Outra coisa que V. Sª deve ter na sua cabeça hoje muito triste, quer dizer, muito aborrecido consigo mesmo – desculpe – é a solidariedade ao Waldomiro. Um homem da sua estirpe não poderia nunca ser solidário com o Waldomiro, sobretudo se V. Sª sabia – e disse que sabe – que ele era um agente de outras

pessoas. E V. Sª não fixou bem – a verdade é essa. Qual a principal pessoa que ele era agente? Pergunto eu agora.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Subordinado do Deputado José Dirceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Sª.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu não vou mais fazer argüição, porque acho que o importante o Relator fez e, mais ainda, o que V. Sª contou como funcionava tudo isso no Rio Grande do Sul, no Governo Olívio Dutra. Só isso valia, como valeu, a presença de V. Sª nesta Comissão. De maneira que nessa parte eu me congratulo com V. Sª.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca. V. Exª, Senador Juvêncio, dispõe de quinze minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nosso convidado Vicente Brizola, talvez nós sejamos tão rigorosos com V. Sª hoje porque V. Sª tem um nome muito importante, chama-se Brizola, que foi exemplo determinado de que não se ajoelhava para ninguém, um exemplo de nacionalismo muito forte e, ao mesmo tempo, incorruptível. Não aceitava de forma nenhuma ser parceiro um segundo sequer de quem ele não tinha confiança, tanto assim que deixou o governo que ele apoiou, o Governo do PT, um mês depois da posse do Presidente, pois sentiu que era impossível ser parceiro a partir daquela data.

Mas o depoimento de V. Sª é muito importante. Está deixando claro, mas claro, que bastava o que está acontecendo no Rio Grande do Sul para haver, inclusive, penalidades mais graves para todo mundo. Inclusive ali está bem claro pela sua...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Permite-me? O que ocorreu foi uma promoção do Governador que fez tudo isso para Ministro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Justamente. Virou Ministro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E, segundo informações do Dr. Pedro Simon, voltou agora a ser Ministro outra vez.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Perfeito. (Risos.)

Veja bem: o fato da sede do PT ter sido comprada irregularmente.

O problema da nossa querida Senadora Emilia Fernandes, de seu filho, a intermediação que V. Sª fez de apresentação para extorsão de dinheiro para campanha – extorsão mesmo de dinheiro para campanha.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro. E, se V. Exª me permite, obviamente estava implícito por se tratar de um concessionário de serviço público, que amanhã poderia sofrer represálias se não o fizesse. Não é verdade?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E o que é que nós precisamos mais quando o depoente diz "que Waldomiro Diniz era o laranja do Chefe da Casa Civil, hoje Deputado José Dirceu?"

Conclui de maneira objetiva, clara, comprovada e corroborando com todas as outras provas que estão aí evidentes, corroborando inclusive com a colocação feita pelo Deputado Roberto Jefferson: "Saia daí depressa, senão vai manchar o seu líder". E decretou inclusive aquilo que a CPI lá do Rio Grande do Sul não conseguiu, que o Governador do PT não conseguiu fazer com que acontecesse o estancamento dessa ação criminosa.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Se V. Exª me permitir, na verdade, aquela CPI não conseguiu porque aquilo era muito incipiente ainda, aquilo ali era na verdade o primeiro indício de que havia essa contaminação no PT. Então as pessoas não acreditam... porque a opinião pública é muito importante nesses fatos. Quando há um clamor público, aí não se precisa mais de provas. E ali não havia ainda... havia um pouco de perplexidade, porque as pessoas estavam muito convencidas de que aquela moralidade, aquela bandeira da moralidade era real e ali foi o primeiro desmoronamento. Eu me recordo até de um dia, quando eclodiu na imprensa, que eu passei na frente de uns prédios e havia um monte de bandeiras do PT jogadas naqueles latões de lixo. Aquilo para mim me tocou profundamente, eu estava filiado ao PT, e foi justamente em decorrência desse escândalo do Governo Olívio Dutra.

Se V. Exª me permitir, eu gostaria de acrescentar algo que não tem muito a ver com a Comissão, mas como V. Exª se referiu ao meu pai, eu quero dizer, sim, que hoje eu me arrependo de não ter sido um pouco mais tolerante, um pouco mais humilde com o velho, sem dúvida. Por sorte, nos últimos dias dele, eu me reconciliei. Essa, então, é a alegria que eu guardo até hoje.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Dr. Vicente, o PT ameaçou V. Sª alguma vez seriamente?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Formalmente, não. Ao contrário...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Aliás, ameaça nunca é formal.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Ao contrário, o que me diziam ali no escritório da Senadora Emília Fernandes era exatamente o contrário disso, mas que deve ser interpretado de outra maneira. Disseram-me: "Não, você faça isso que nós vamos vencer esta eleição e vamos arrumar um cargo para você." Quer dizer, a recíproca seria verdadeira. Então, se isso puder ser chamado de ameaça, é uma coisa.

A segunda, que eu considero, foi esse negócio da invasão da minha casa. Claro, não há provas, não sabemos. Mas eu tenho convicção de que isso foi feito por eles, porque ali, em torno da Assembléia, do gabinete do Deputado Raul Pont, na Assembléia Legislativa, havia um esquema de arapongagem. Todos sabem que havia essa arapongagem até no gabinete do Governador. Era o PT escutando o próprio PT. Descobriu-se isso ali, pois logo que o Governador Rigotto assumiu, ele fez uma varredura e descobriu que estava tudo cheio de microfones. Era o PT escutando o PT. Quer dizer, a arapongagem corria solta ali.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O Sr. Carlos Cachoeira afirmou categoricamente, no seu depoimento da semana passada, que ele estava pretendendo fazer parceria com uma empresa coreana. Já tinha feito com a Argentina e outras parcerias estrangeiras. E nós sabemos perfeitamente que essa atividade de caça-níquel, bingo, loteria etc. é uma máfia internacional. Não é só a mafiazinha do Waldomiro Diniz e do Carlos Cachoeira, não, protegida pelo José Dirceu. Não é só isso, não. É uma ramificação internacional e todos sabem disso. V. Sª sabia alguma coisa dessa parceria de Carlos Cachoeira na Loterj, nas loterias com os coreanos?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim, com os coreanos. Na ocasião em que ele assinou contrato com a loteria, ele informou isto: que eles, para fazer a implantação daquele sistema, estavam contando com a capitalização que viria de empresários coreanos, inclusive, pedindo permissão para levar os empresários coreanos lá na loteria. Só que os empresários coreanos chegaram, creio, depois do término do Governo Olívio Dutra. E eu já não tive mais contato com isso. Mas ele dizia, sim, que havia um acordo e que eles... Além de uma empresa Argentina, não sei o quê games, havia contato com empresários coreanos e os empresários coreanos iriam financiar essa empresa para desenvolver essa modalidade de jogos no Rio Grande do Sul.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Conclusão: estava em andamento um processo de armação, se já não estivesse armado, de uma quadrilha organizada para a prática de crime nesse setor.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Senador, na verdade, eu reconheço que fui muito ingênuo naquela ocasião. Eu até, na CPI da Segurança Pública, fui lá, defendi o Partido dos Trabalhadores com convicção, achando que aquilo realmente era uma armação. Hoje eu reconheço que agi com ingenuidade, que eu fui usado, enfim, fui defraudado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E observe o seguinte: nesta trama toda, que é pequenininho no território nacional o que se deu no Rio Grande do Sul com V. Sª, havia o engajamento da vontade da Subchefia da Casa Civil da Presidência da República. V. Sª mesmo diz isso claramente, comprova isso. Estava lá em atividade o Carlos Cachoeira e o Waldomiro Diniz no Rio Grande do Sul, que V. Sª diz que era o testa-de-ferro, o laranja da Subchefia da Casa Civil. O que isso significa? Que o próprio Governo estava engajado no processo de liberação desses jogos todos no País, porque ele queria usufruir das benesses dessa atividade criminosa. Aí é que me preocupa este artigo de Sandro Guidalli, do Balneário de Camboriú, que diz o seguinte:

"A chamada Máfia Colombiana, cujos principais integrantes são membros das Farc, também estaria frustrada com o Governo Lula, só que por outros motivos que nada têm a ver com os escândalos revelados a partir das denúncias do Deputado Roberto Jefferson: é que seus líderes, que controlam as principais rotas do tráfico internacional de drogas, a partir da América do Sul, esperavam a liberação irrestrita dos cassinos e casas de bingos e de jogos em todo o Brasil, conforme teria prometido a eles o comando do PT no período pré-eleitoral."

Veja bem a vinculação de tudo isso! O que podemos pensar hoje? Que, na verdade, a campanha do Lula foi financiada também por um esquema como esse. E posteriormente afirma, ainda, esse mesmo articulista:

"É pertinente lembrar que o suposto financiamento das Farc ao PT chegou a ser mencionado no plenário da Câmara, no primeiro semestre de 2003, a partir do pronunciamento do Deputado Alberto Fraga, então ligado ao PMDB do Distrito Federal. Apesar da importância da denúncia, a imprensa na ocasião não quis investigar o caso. Segundo Fraga, as Farc teriam enviado o equivalente a R$5 milhões para nutrir as campanhas de candidatos a Deputado pelo PT, muitas delas no interior do Estado de São Paulo."

As coisas vão se encaixando e não tem como desacreditar, porque o comportamento era esse.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – E lhe digo mais, Senador...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Busca dinheiro do crime para facilitar a campanha eleitoral.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – E lhe digo mais, Senador: a integração que demonstrava o PT com essa gente, durante o Fórum Social Mundial, lá em Porto Alegre, é que esse pessoal das Farc era recebido como estadista, como rei. O Estado do Rio Grande do Sul pagava passagem, hospedagem, para que eles, então, viessem a essa conferência. Eram recebidos como Chefes de Estado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pelo Governador?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Pelo Governador. Houve reação até da imprensa – eu me lembro: "Mas como?! Estamos recebendo um guerrilheiro aqui, como Chefe de Estado?! O Governo do Estado pagando passagem, pagando hotel para um guerrilheiro?!"

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, olhe onde estamos chegando! Onde estamos chegando!

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu me lembro que o jornal Zero Hora noticiou isso bastante. Foi uma discussão pública.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – "De acordo com a fonte deste repórter, a chave para entender o esquema está com o Waldomiro Diniz, ex-assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu. Segundo o advogado, Diniz era o homem de ligação entre os chefes da máfia e o comando da campanha petista."

Portanto, Sr. Presidente, estamos aqui cumprindo esta investigação com profundidade. Podíamos ir mais a fundo com referência a isso, porque temos que investigar não só os bingos, mas também a relação dessas casas das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado. É fundamental que isso aconteça. Não sei como chegaremos a outros fatos que possam aprofundar uma questão como esta. Mas é séria esta questão. Eu, como brasileiro, tenho uma preocupação muito grande inclusive com a integridade territorial deste País lá no Amazonas, em razão das Farc, e também com a questão do interior deste País, na zona rural, onde está chegando, inclusive, a liderança das Farc para doutrinar como é que se assume de fato as invasões de terra. Pelo que se verifica aqui, há um comprometimento do Governo, na sua campanha eleitoral, com todo esse crime organizado.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores aqui presentes, Sr. José Vicente, eu não perderia jamais a oportunidade de também aproveitar a sua presença para render as minhas mais sinceras homenagens àquele que foi um dos grandes homens deste País: Brizola, o seu pai, pessoa por quem sempre nutri um respeito muito grande.

Eu começaria a minha argüição colocando uma pequena discordância em relação ao que disse, em algum momento, V. Sª quando se referiu ao Sr. Waldomiro Diniz como o "laranja" do Deputado José Dirceu. Eu diria para o senhor que eu discordo porque acho que ele, na verdade, foi o "abacaxi" do Deputado José Dirceu. Entendeu?

Prosseguindo, Sr. José Vicente, eu gostaria de saber de V. Sª se o Sr. Waldomiro Diniz respondeu ao seu *e-mail?*

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, inclusive o endereço eletrônico ao qual ele foi mandado era um endereço oficial da Casa Civil. Então, acredito...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele não deve ter acessado.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Acredito que ele já estava fora quando eu mandei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, nesse caso, provavelmente ele não deva ter amolado V. Sª...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Ele viu, porque... Ele soube porque saiu na revista, mas talvez ele não tenha recebido pessoalmente esse *e-mail* porque não estivesse mais lá.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Também igualmente não chegou a lhe arrolar como testemunha em algum processo dele?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, nunca mais falei. Nunca mais. Depois daquele episódio, quando eclodiu o episódio, eu nunca mais... Falei aqui inclusive que eu estranhei que o Waldomiro sumiu, né? Sumiu.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muita conveniência, né?

Sr. José Vicente, V. Sª tem por acaso notícia de doação de campanha feita a algum candidato no Rio Grande do Sul pelo Sr. Carlinhos Cachoeira? Comentário, boato?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. O Sr. Carlinhos Cachoeira...

Não, na verdade, o que aconteceu com o Sr. Carlinhos Cachoeira foi que, pelo fato de eu ter revogado essa licitação, ele ficou um pouco aborrecido com o Governo. Agora, o que posso afirmar é que quando houve a decisão judicial, em primeiro grau, ele já não conversou comigo. Ele conversou diretamente no gabinete do secretário, e que ali houve o entendimento de que ele não acionaria o Estado civilmente e o Estado, em contrapartida, não recorreria daquela decisão em primeiro grau, porque o fato do recurso, acredito, teria o efeito suspensivo e ele não poderia assumir de imediato. Então, o Estado não recorreu e ele assumiu.

Se houve algum entendimento entre o Sr. Carlos Cachoeira e o Sr. Lenine, que também era titular da empresa diretamente no gabinete do secretário, eu não posso saber.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor tem notícia de jornal da conta de que "Vicente disse também que está disposto a levantar fatos inéditos sobre a doação de propina a outros Parlamentares petistas". É uma declaração atribuída ao senhor.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não li essa, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Deixa eu ver de onde saiu isso. "Na CPI dos Bingos José Vicente Brizola culpará Dirceu". Isso aqui é... "ex-diretor-geral da loteria, filho de ..., deporá nessa terça-feira... E aqui não tenho a origem. Mas aqui está entre aspas, como se o senhor, em algum momento, tivesse dito isso: que em alguma oportunidade o senhor levantaria fatos inéditos sobre a doação de propina a outros Parlamentares petistas."

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não. Isso foi da lavra do jornalista.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor nunca afirmou isso?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, nunca disse isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O nosso competentíssimo Relator e os demais Senadores, de fato, já o argüiram acerca dos fatos mais importantes, e eu queria concluir a minha participação apenas fazendo com que... ou lhe provocando nesse sentido, porque acho que o senhor já afirmou o que eu vou lhe perguntar umas três vezes aqui, ou mais. Eu gostaria de ouvir, pela última vez, pelo menos perguntado por mim, porque acho que isso aí é o cerne da questão.

Eu disse há pouco que discordava do senhor quando o senhor afirmou que o Waldomiro era o laranja do Deputado José Dirceu. Eu acho que ele é o abacaxi.

O senhor falou com muita convicção, há pouco, aqui, que não acredita que Waldomiro Diniz tenha agido por motivação própria. Considerando ele o laranja do Deputado José Dirceu, o senhor conclui, então, que ele agiu por determinação, que o que ele fez foi orientado, foi algo partilhado com aquele a quem ele deveria se reportar, num grau hierárquico, administrativo e partidário. É isso?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sem dúvida. Sem dúvida.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu fico satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Geraldo Mesquita Júnior, e concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

V. Exª, Senador Tião Viana, dispõe de 15 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agradeço ao nobre Presidente Efraim Morais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar – é o primeiro momento em que participo de oitiva nesta CPI – que não tenho qualquer alegria em participar desse tipo de atividade. Sempre pautei a minha trajetória, a busca do exercício do mandato, por ações legislativas afirmativas como a revisão da legislação, conceitos de Estado, conceitos de intervenção, numa revisão do que é o princípio federativo, debates de natureza muito mais específica e voltados para as grandes diretrizes de um mandato parlamentar.

Mas, aqui, a responsabilidade nos leva a este tipo de momento. Não tenho vocação para promotor, muito menos para juiz, mas cumpro aqui, com muita tranqüilidade de consciência, a responsabilidade partidária.

Primeiro, Sr. Vicente, ouvi atentamente a manifestação de V. Sª e tenho aqui as conclusões dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, pelos quais acredito que V. Sª tenha respeito, como instituições.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sem dúvida.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O Ministério Público Estadual determina o seguinte: Arquivamento, por falta de prova, da denúncia contra o Governador, o Vice-Governador e Secretário de Estado. Claramente o Ministério Público Estadual diz: Arquivamento da denúncia contra o Governador e Secretário, na tentativa de legalização dos jogos, por falta de prova. Outro ponto, item 3: Arquivamento da denúncia contra o Secretário da Fazenda Arno Augustin. Item 4: Arquivamento da denúncia contra o Sr. José Paulo Bisol.

Isso o Ministério Público Estadual, após as denúncias feitas na CPI, da qual V. Sª participou e com a qual colaborou, a seu modo, com a sua consciência.

Conclusões do Ministério Público Federal: conclui-se que não existem elementos probatórios míni-

mos que apontem para a culpabilidade dos indiciados e que sejam capazes de ensejar, por hora, a realização de novas diligências nem tampouco a propositura de ação penal. Pedido de arquivamento por ser inviável a instalação da persecução penal. O pedido foi acolhido pelo Ministro Nelson Jobim, hoje Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Então, isso aqui me chama a atenção. Como é que um fato resolvido se torna ainda tão forte? V. Sª...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Posso lhe explicar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Vou pedir a V. Sª que explique. V. Sª hoje está querendo se opor frontalmente às conclusões do Ministério Público Estadual e do Federal, do Brasil, por se achar o dono da verdade, ou V. Exª há de considerar algo sobre esse tema?

Outro: V. Exª disse que é sua, assina embaixo do que foi dito à revista **Veja**, para o jornalista Ronaldo França. Foi isso que ouvi aqui. Aqui diz o seguinte: "O que motiva o senhor a dar essa entrevista? José Vicente diz o seguinte: Em primeiro lugar, quero frisar que jamais peguei em dinheiro. Se tivesse passado dinheiro pela minha mão, jamais daria uma entrevista. O motivo de estar falando isso agora é que percebi que esse Partido que eu supunha imaculado" – é ao PT que V. Exª se refere – "era igual ou pior do que o anterior, o PDT."

Então, acho que V. Exª deveria ter mandado uma carta deixando claro o que isso significa. Isso pode ter várias interpretações, esse tipo de manifestação. Se pegou em dinheiro não daria entrevista. O que é isso? V. Exª vai ter oportunidade de responder. Só um minuto.

V. Exª foi claro em dizer que a sua casa foi invadida. Sua casa foi invadida, foi violentada. O *e-mail* de autoria do... Aqui há um nome... José Vicente, definido aqui no dia 4 de março de 2004, à 1h10 da manhã – V. Exª tem hábitos noturnos, todo mundo sabe. V. Sª diz aqui: "Mas aqui, na minha casa, estou esperando, pois adoraria uma invasão como fizera a ditadura em 64." Aí, logo depois, sua casa é supostamente invadida. Eu gostaria de um comentário seu. O senhor anunciou, foi premonição que a sua casa seria invadida? O que houve?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu já estava sendo ameaçado...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E logo depois a sua casa foi invadida.

"Isso que falta a morte de José Vicente para calar o governicho do Lula", V. Sª afirma isso. Item 1. Se quiser anotar, pode anotar porque tenho cinco perguntas.

Há uma manifestação sua. Foi dito aqui pela sua pessoa que não tinha nenhum poder de decisão, que só fazia o que o Secretário da Fazenda lhe determinava. Foi isso o que ouvi. É fato, não é isso?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – É.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Há uma assinatura sua, como diretor da Lotergs, no dia 21/01/2002, recomendando que seja revogado o certame licitatório. Então, V. Sª seguiu ordens do Secretário da Fazenda, que V. Sª acusa de estar envolvido com a empresa Capital. Como ele mandou anular e estaria querendo se beneficiar da licitação com a empresa Capital? Espero que V. Sª possa responder a isso.

Outro item: V. Sª disse que o Governo do Estado não recorreu. V. Sª conhece o Sr. Rodolfo Luiz Rodrigues Corrêa, procurador da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul? Foi ele que diz, que faz a defesa enfática para que o colegiado de procuradores da PGE não entrasse com recurso. E ele, quem é ele? Aqui é um *e-mail* interno que ele manda para os seus pares: "Creio que a doutíssima direção da PGE conhece o que seja comissão representativa. Afinal, estão acostumados a tratar com guerrilheiros, traficantes, agitadores – vide José Bové e outros do mesmo nível –, MST, etc, etc, que invadem órgãos públicos e propriedades privadas."

Quer dizer, esse cidadão não pode ser amigo do PT nem do Governo do Olívio Dutra, senão não poderia fazer esse tipo de ilação contra o Governo. E é ele quem defende que a PGE não entre com recurso porque só iria gastar dinheiro. Era uma causa perdida. V. Sª sabe que depois a empresa Capital foi associada a uma empresa coreana.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Era o que diziam.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas aí não foi o Governo que defendeu. Se foi revogado por V. Sª a mando do Secretário da Fazenda, como é que pode? Isso precisa ser esclarecido.

Outro ponto: caixa de recebimento de valores. V. Sª bate de maneira duríssima aqui, com manifestações subjetivas até, contra o suposto esquema criminoso em que estaria envolvida a ex-Senadora Emilia Fernandes. Mas vemos que as manifestações são até passionais, de rejeição absoluta à personalidade, à índole, até com questões pessoais, V. Sª afirma aqui em relação a supostos envolvimentos amorosos, afetivos. Então, uma coisa dura.

Aí, V. Sª entra aqui: afirma que presenciou o Márcio, da Associação de Bingos para carros, e que "posteriormente ficou sabendo, através de Carlinhos, que Jaime não comparecera à reunião, mas que Márcio efetivara uma pequena contribuição de R$5 mil sem registro". Então, é um vaivém danado. É comple-

tamente ondulada essa manifestação. Afirma, desafirma. E depois, no jornal **Zero Hora**, já havia dito que não participou de reunião onde houvesse manipulação de dinheiro. Então, tudo se confunde para quem quer interpretar.

Penso que V. Sª conhece que o decreto que regulamenta as loterias *on-line*, *real time*, é do Governo Brito, do PMDB, não é de Olívio Dutra. Está aqui também. V. Sª deve reconhecer isso.

Então, o que lhe pergunto, de maneira muito objetiva: o senhor foi convidado; quem foi o portador do convite, que o senhor atribui, para ser o diretor da Lotergs, no Estado do Rio Grande do Sul, no atual Governo?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Chama-se Sereno Chaise.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor tinha alguma atuação nessa área de jogos e loterias antes de assumir a direção da loteria do Estado do Rio Grande do Sul?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Nunca.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, o Governo pegou alguém que não entendia nada e colocou lá.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Exatamente. Como eu relatei aqui ao Senador, de que muitas vezes o artífice já sabe, mas, outras vezes, ele não sabe. Ele é colocado ali, de maneira ingênua...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, o Governo, no caso, pega uma pessoa que não sabe nada para fazer um conluio armado, já planejado com a máfia?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Com o motivo de que essa pessoa não entende do assunto, essa pessoa, então, não toma decisões; as decisões são tomadas acima...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Essa é a tática?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – É a tática.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E no caso do Waldomiro pegou porque ele era professor na área?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Pode ser.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, o Governo é bipolar, age dos dois lados. Perfeito.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Se adapta como um camaleão.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª poderia nos descrever as razões e as ações do Governo que culminaram com a edição do Decreto nº 40.765, de 2001, que revogou a modalidade de videoloteria no Rio Grande do Sul?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro. Isso foi a recomendação do Procurador-Geral, dizendo: prossigam com os demais jogos, mas revoguem esse porque esse o Ministério Público não está aceitando.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, foi um ato ético do Governo.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Foi uma recomendação do Procurador, porque o Governo queria...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, o Procurador agiu com correção?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim. O Procurador, sim.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E o mesmo Procurador que não recorreu agiu criminosamente?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, não é o mesmo. Não é o mesmo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas foi a PGE!

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, mas não é o mesmo. Aquele era o Dr. Torelly.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas foi o Colegiado da PGE!

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não é o mesmo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor tem conhecimento de ações ou de interesse de empresas estrangeiras na exploração de jogo no Rio Grande do Sul? Mormente na época em que V. Sª esteve à frente da Lotergs o senhor teve alguma reunião com representantes dessas empresas? Qual foi a puta da reunião?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Numa ocasião, foram lá uns empresários italianos, e isso foi objeto do meu depoimento, na Assembléia Legislativa, na CPI da Segurança. Eu até apresentei, à época – lembro – ao Deputado Vieira da Cunha, que era o Relator da Comissão, um cartão de visitas dessas pessoas e que dizia que essas pessoas, de uma empresa chamada Sisal, eram realmente integrantes de uma máfia internacional. Mas a visita deles se limitou a cinco minutos e a colher informações a respeito de videoloteria e nada mais. Agora, se V. Exª me permite...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Claro.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Existe um problema aqui muito sério. V. Exª disse que o Ministério Público isentou o Governador, isentou o Secretário de Fazenda, isentou-me a mim, mas é óbvio, nós não tínhamos nada com isso. Quem tinha a ver com esse problema era o Sr. Diógenes. O Sr. Diógenes comprou a sede do PT com dinheiro da contravenção e cedeu ao PT em comodato.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas, então, V. Sª aqui está inocentando o Governador Olívio Dutra,

o Vice-Governador, o Secretário da Fazenda, o Chefe do Gabinete Civil, todos, e está culpando apenas o Sr. Diógenes.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Veja bem, eu, em nenhum momento, acusei o Governador Olívio Dutra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, V. Sª está inocentando todos esses aqui e só culpando o S. Diógenes.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Assim como não acuso, não inocento também, porque não tenho nenhum argumento para fazê-lo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, é importante o registro disso.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não tenho argumentos para fazê-lo; nem inocentar nem culpar. Agora, com certeza, essa colocação de V. Exª está equivocada, porque, é claro, o Ministério Público inocentou a mim, inocentou o Secretário, inocentou o Governador, porque o culpado justamente, quem havia feito toda essa triangulação, novamente temos um outro laranja aí, que se chamava Sr. Júlio Quadros, que era o presidente regional do PT. Ele foi quem fez a negociação com Sr. Diógenes pela sede do PT. Hoje, esse senhor, pelo que me consta, é presidente de uma empresa estatal, a CGTE, uma geradora de energia elétrica do Rio Grande do Sul. Esse senhor, que era presidente do PT, à época, que foi quem fez a negociação com o Sr. Diógenes da sede, hoje é presidente de uma estatal lá, a CGTE, no Rio Grande do Sul.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E o ataque que V. Sª fez ao PT, comparando com o PDT, como ficou sua opinião sobre o PDT, depois?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Bem, a minha opinião sobre o PDT envolve outros elementos. Acredito que é público – todos sabem – que meu pai era muito centralizador. Ninguém é perfeito. Então, de certa forma, ele impedia a formação de quadros. Não surgiam quadros novos. Esse era um problema. O outro problema foi aquele que eu relatei aqui. De repente, o PDT se coliga, em Porto Alegre, justamente com aqueles Partidos, aquelas agremiações que, para mim, representavam a ditadura militar. Ali, havia pessoas que participaram da ditadura militar, e eu não podia admitir isso.

Agora, que, no PDT, tenham ocorrido coisas como estamos vendo hoje na imprensa, não, não! No PDT, eram, no máximo, questões de políticas, questões de fundo, questões de mérito, mas nunca questões pecuniárias. Não, isso, não. O PDT jamais chegou a uma situação como a em que está envolvido hoje o PT. Hoje, o PT, como disse, com muita propriedade, a Deputada Luciana Genro, é uma massa falida. Uma massa falida. Então, não há termo de comparação com o PDT.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Minha última indagação, repetindo o que falei inicialmente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – ...e respeitando o meu tempo.

V. Sª está se sentindo muito à vontade para, em dois contatos que teve com o Sr. Waldomiro e com o Ministro José Dirceu, fazer um julgamento moral definitivo sobre a honra do Ministro José Dirceu?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Claro, porque, na verdade, esse julgamento não vem dos contatos que tive com ele. O julgamento vem de todo o acervo que foi publicado na imprensa, que foram os discursos do Deputado...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Notícias de jornal.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – ...e os métodos do Deputado. Quer dizer, eu acompanho a trajetória do Deputado José Dirceu há quinze anos. Então, quer dizer, o juízo que faço do Deputado José Dirceu é justamente baseado nesses elementos e jamais em contatos pessoais.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço, Senador Tião Viana. Porém, eu solicitaria de V. Exª, como V. Exª citou documentos do Ministério Público Estadual...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Devo adiantar a V. Exª...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Entregarei a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...para reclamações de alguns membros desta CPI, que hoje é que foi feito o requerimento solicitando essas informações ao Ministério Público Estadual. Então, eu queria que V. Exª encaminhasse esses dados...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Com o maior prazer, encaminho, neste momento, a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E lamentar do Ministério Público que tenham vazado essas informações, porque ele deveria ter informado à direção da CPI, ao Presidente da CPI.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Meu caro Presidente, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só para dar informação, hoje, aqui, no início da reunião, é que foi apresentado e aprovado esse requerimento. Então, há um vazamento por parte do Ministério, que deveria ter enviado, como enviou a V. Exª, a todos os membros da CPI.

Eu queria deixar isso registrado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu não tenho qualquer elemento para discordar do que V. Exª diz. Isso, na verdade, é material comum. Não me parece ser nenhum segredo de Justiça, é de domínio público. Passarei imediatamente a V. Exª o que tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não tenho como julgar se houve ou não falha de qualquer instituição. O que eu tenho é a conclusão do Ministério Público Estadual e Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Parabenizo V. Exª pela investigação, que foi além.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

V. Exª, Senador, dispõe de quinze minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em primeiro lugar, eu quero também, nesta hora, fazer uma homenagem a Leonel Brizola, sem dúvida, uma das grandes lideranças do Brasil em termos de nacionalismo, de defesa da integridade do Brasil, de luta por cidadania, educação, particularmente a ênfase na educação – tanto que discutimos, hoje em dia, que, se quisermos mudar o Brasil, temos de mudar pela educação. Então, a homenagem. Quando fazemos esta inquirição do Sr. José Vicente, lembramos imediatamente de uma das grandes lideranças, que foi o seu pai, ex-Governador e ex-Deputado Leonel Brizola.

Isso que o Senador Tião Viana indagou, em termos das conclusões do Ministério Público estadual, Sr. Presidente, eu diria que é muito natural que ele tenha ou qualquer outra pessoa tenha as informações, porque, de fato, a CPI só perguntou para o Ministério, requisitou os documentos para o Ministério Público estadual no dia de hoje. Então, oficialmente, virá para a Comissão no dia de hoje. Mas toda essa discussão, esse inquérito, essa investigação lá no Rio Grande do Sul já aconteceu há algum tempo. Então, é natural já tenhamos os documentos de domínio público, não só o Senador Tião Viana, mas qualquer pessoa que na verdade deseje esses documentos.

Eu quero perguntar inicialmente ao Sr. José Vicente se o senhor não se sente incomodado em julgar as pessoas, em ter opiniões sobre as pessoas a partir de impressões superficiais. Eu até fui anotando expressões que o senhor usava durante a sua fala – "eu acho que era", "me parece", "eu acredito", "minha convicção", "não posso provar", "acho", "aliás, tenho certeza" – através daquilo que o Senador Tião Viana colocou de notícias de jornal. Quer dizer, eu me sentiria extremamente incomodado de fazer um juízo de quem quer que seja, a partir, assim, de aspectos superficiais, sem investigações mais profundas, de ler aquilo que jornal coloca, o que a revista coloca. Quer dizer, são denúncias, estamos em um processo democrático, as pessoas podem lançar as dúvidas, que, na seqüência, têm de ser provadas também.

O senhor não se sente constrangido, assim, de fazer esses juízos pessoais a partir dessas notícias?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Senador, V. Exª se refere ao juízo que eu fiz do Deputado José Dirceu?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – José Dirceu, as pessoas lá do Rio Grande do Sul, do Procurador, mas particularmente do José Dirceu.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sim, porque do Procurador nada disse.

Não, eu não me sinto constrangido porque eu tenho convicção disso. Eu acompanho a trajetória do Sr. Dirceu há muito tempo, desde o tempo do Flávio Tavares – conheço, estive exilado com Flávio Tavares no Uruguai –, desde o tempo em que o Sr. Dirceu era líder estudantil. Quer dizer, acompanho a trajetória. Então, o meu julgamento não é superficial. Não é superficial.

E digo mais: se formos nos aprofundar, a ditadura militar no Brasil perdurou justamente por elementos como esse, que resolveram enfrentar com luta armada, pessoas completamente despreparadas, mas sem nenhum critério político. Tanto que o Partido Comunista Brasileiro era contra a luta armada, era contra. Sabia que aquilo era uma loucura, que não iria dar em nada, que só iria prolongar a ditadura.

Quer dizer, então eu acompanho a trajetória dessa gente há muito tempo – José Dirceu, Genoino –, acompanho há muito tempo. E vou lhe dizer: sempre me considerei uma pessoa de esquerda, mas sou contra a luta armada. Eu acho que nós da sociedade civil temos que protestar de maneira civilizada, de maneira democrática. Eu sou contra pegar em armas, eu sou contra invasão de fazendas, eu sou contra pular porteiras. E o Deputado José Dirceu e o Sr. José Genoino, de certa forma, personificam isso – também a Ministra Dilma Rousseff.

Onde estamos que, no Palácio do Planalto, em uma cerimônia, o Sr. José Dirceu chama a nova Ministra de "companheira de armas"? Isso aí é o fim da democracia! Isso é o fim da democracia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Companheira de armas, mas que ele próprio não tinha...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – "Companheira de armas", como se fosse um mérito ter pegado em armas. Não é nenhum mérito pegar em armas, Senador. Acho que é um demérito pegar em armas.

Eu acho que o grande protesto é aquele silencioso. É o protesto de Gandhi, é a sociedade civil protestando com os seus meios. Pegar em armas é coisa de facínora, de bandido, de sedicioso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas, a partir dessas suas impressões, desse seu histórico em relação a ele, em relação àquilo que o senhor leu no jornal. Dessa impressão toda, o senhor chega à conclusão de que, de fato, ele mandou Valdomiro Diniz fazer o que fez em relação a Carlinhos Cachoeira antes de...

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não só a Carlinhos Cachoeira. Valdomiro já vinha arrecadando para a campanha de José Dirceu há muito tempo. Devo dizer o seguinte...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com que base o senhor diz que o José Dirceu já vinha arrecadando há bastante tempo? Quais as provas que o senhor tem?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – V. Exª veja bem. V. Exª veja bem. Quando eu fiz essas denúncias, a pergunta que me faziam era esta: "Com que base?".

Hoje as bases estão aí. Acredito que em poucos dias V. Exª terá essa resposta, quando vier depor aqui ou na outra Comissão o Sr. José Dirceu. Tenho certeza de que serão provadas essas acusações.

Gostaria também de mencionar, Senador, que isso é inusitado para mim. Veja bem, o PT é um Partido que tem 25 anos. É óbvio que tem gente muito boa dentro do PT. Sem dúvida. Esse pessoal, essa direção da qual fazia parte José Dirceu, que era o Presidente – apenas saiu, mas fazia parte daquela cúpula – arruinou o Partido, destruiu o Partido. Lembro-me de quando houve a PEC, quer dizer, a eleição direta. Eu já era filiado ao PT. Quem disputou...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor se filiou ao PT quando?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu me filiei ao PT em 2001, no início de 2001.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, o senhor assumiu lá em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, já em 99?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não. Em 2001. Eu me filiei depois de assumir.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando se filiou ao PT assumiu a lotérica?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Eu me filiei depois de assumir, pouco depois. Dois meses depois.

Mas eu dizia que essa cúpula do Partido o levou à quebra, à ruína. Quer dizer, não dá. É indefensável isso. É indefensável.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas temos que tomar cuidado sempre com as observações. Precisamos ter certeza. É preciso tomar cuidado com o que os meios de comunicação divulgam. Precisamos investigar, aprofundar. Denúncias existem, mesmo em relação a V. Exª.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Faça, então, a denúncia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não. Não sou eu que estou fazendo a denúncia. A revista **Veja**, em 2001, citou seu nome e o de outras pessoas na lista de propina da contabilidade do bicheiro Castor de Andrade, no escândalo da contravenção no Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não conheço esse cidadão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pois é. Mas o que quero dizer é que eu não faria esse juízo de valor com relação ao senhor a partir de notícias. Elas têm que ser comprovadas, discutidas, aprofundadas.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Muito bem. Também não faço juízo de valor em relação ao Sr. José Dirceu.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não através por meio de notícias de jornal. Faço pelo acompanhamento de sua trajetória, de suas posições políticas, as quais em determinado momento admirei, mas depois...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tendo se encontrado com ele várias vezes.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Mas jamais construí qualquer convicção a partir de encontros pessoais. Toda convicção que construí a respeito dele foram, sim, um pouco pela imprensa, um pouco por declarações dele na imprensa, por discursos, mas especialmente por posições políticas que assumiu. E especialmente agora como gestor do Governo. O Ministro Chefe da Casa Civil é o gestor do Governo. Se não há um acordo, se o Ministro Chefe da Casa Civil não está de acordo com aquela política que o Governo vai exercer, ele não fica na Casa Civil. Ele sai. Então, essa política econômica, esse esquema de financiamento, esse negócio de "mensalão" passam pela Casa Civil. É óbvio que o Ministro Chefe da Casa Civil sabe. Está ficando cada vez mais claro que sabe.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na semana passada, quando o Sr. Carlos Cachoeira esteve aqui na Comissão, eu lhe fiz a mesma pergunta em termos de sua empresa Capital, Construção e Limpeza. Até perguntei como que a empresa Capital, Construção e Limpeza estava se habilitando em uma licitação para explorar jogos no Rio Grande do Sul. Como aconteceu?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Na verdade, Senador, não podemos julgar uma em-

presa por seu nome de fantasia ou por sua razão social, porque, nós, quando examinamos o objeto social da empresa, vemos que ali estavam jogos e tal. Quer dizer, na verdade, um nome...É como se V. Exª dissesse que Brizola é um nome feio. Bom, o que é que eu posso fazer. Mas então eu não podia julgar.

Tanto que o critério que eu usei para revogar... Na verdade, a revogação dessa licitação me foi pedida pelo secretário. Mas o critério que eu usei não foi nenhum destes. Não foi o de que pairavam dúvidas sobre a reputação do Sr. Cachoeira ou de que essa empresa era de limpeza ou de não-sei-o-quê.

Não! Eu usei um critério técnico, que foi a proposta econômico-financeira, e um fluxograma, um fluxo de caixa projetado em quatro ou cinco anos e que provava que aquela empresa não se sustentaria com aquela receita.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Sr. Carlos Cachoeira disse que ele não trabalha com caixa 2, só trabalha com caixa 1, porque, em todos os locais onde é instalado o jogo, isso é feito pelo sistema *on line*, onde, na verdade, o imposto é arrecadado imediatamente para os cofres públicos. O senhor chegou a acompanhar isso? Como o senhor poderia, com sua experiência, ver como isso acontece em relação à sonegação, à organização do crime, e aspectos dessa natureza?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Nós, na verdade, lá na loteria do Rio Grande do Sul, queríamos implantar um sistema semelhante, um sistema eletrônico pelo qual se pudesse auferir o quanto se havia vendido, efetivamente, para que o Estado, então, pudesse ter a sua participação. Nunca foi possível. Agora, que o Sr. Carlos Cachoeira declare isso...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não concorda.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Para mim, soa como uma piada, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, porque, no sistema *on-line*. Por que o senhor não concorda, então? Onde é que está o caminho aí para ver a falcatrua?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não concordo, porque esse senhor, já está mais do que dito, mais do que falado, que é um senhor que não tem antecedentes limpos, é um homem que foi ligado à contravenção, ao jogo do bicho, enfim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou que loteria e bingos, casas lotéricas e bingos, é tudo a mesma coisa, quando o senhor começou a falar hoje. Por que é tudo.... porque eu acho que é tão diferente. Casas lotéricas são serviços credenciados, regularizados, acompanhados, e a questão dos bingos onde não existe controle. Por que que o senhor fala que é tudo a mesma coisa?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Os bingos também eram credenciados pela Caixa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas justamente o que se argúi é que não existe controle, não se sabe exatamente quanto dinheiro está lá. Casa lotérica é um outro tipo de serviço. Ou o senhor vê que é tudo a mesma coisa?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, eu acho que, se há vontade de sonegar, é possível sonegar. Agora, quando eu disse que era tudo a mesma coisa, eu quis significar que, na verdade, se muda o nome dos bois, mas é a mesma boiada. Na verdade, são os mesmos empresários explorando modalidades que são semelhantes. Por exemplo, essa modalidade que é chamada de chances múltiplas, na verdade, ela é um bingo, só que é um bingo que não é realizado dentro de uma casa de bingo, é realizado nas lotéricas. Tanto que as lotéricas da Caixa vendiam essas cartelas do jogo que não era da Caixa. Quando a Caixa quis apertar eles lá no Rio Grande do Sul, eles entraram na Justiça, e a Justiça deu uma liminar para o Sindicato dos Lotéricos do Rio Grande do Sul poderem vender os produtos que não os da Caixa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, é. Mas é realmente objeto desta CPI também ver como tudo isso se relaciona com a evasão de divisas, a organização de atividades ilícitas.

Só para finalizar, o senhor, de fato, confirma, aquilo que já foi dito por outro Senador, ou seja, de que não foi do senhor a iniciativa de procurar pessoas do Partido dos Trabalhadores, no sentido de ajudar o Partido a arrecadar recursos, porque o senhor foi procurar.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sem dúvida!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor sabe de outras notícias em relação a outros Partidos, também no Rio Grande do Sul, que estivessem solicitando recursos?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Não, a outros Partidos, não!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o que o senhor acha de errado na solicitação de recursos por parte de um Partido para casas lotéricas se esse dinheiro vier do jogo legalizado?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Primeiro, porque se tratava de um concessionário público. É o mesmo caso que se está dando aqui com as empresas do Valério. Tratava-se de concessionário público. Então, no fim, haveria uma triangulação desse dinheiro, o dinheiro de uma concessão pública que

terminava indo para uma campanha política. Essa é a grande mácula, já de início.

Eu separei aqui os dois casos...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Todos os casos eram de concessionários, não do jogo do bicho ou coisa semelhante?

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Justamente. Não, jogo do bicho já nem existia nessa época. O jogo do bicho, em Porto Alegre especialmente, estava decadente. O que havia era o seguinte: quem mais contribuiu foi um concessionário de serviço público, que era essa Srª Silvana de Luca, através do jogo Totobola. Agora, o outro que contribuiu lá, que fala R$5 mil, esse era da Associação dos Bingos e não era concessionário público, porque os bingos, àquela época, estavam funcionando ainda com autorização da Caixa Federal.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu que agradeço a V. Exª, Senador Flávio Arns. E concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, não tenho mais nenhuma indagação.

Entretanto, tenho aqui três requerimentos de convocação, que passo às mãos de V. Exª, para que possa submetê-los à votação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes, porém, agradeço ao Sr. José Vicente Goulart Brizola pela sua presença, pelas suas informações. E ao agradecer V. Sª devo comunicar-lhe que, se necessário, V. Sª, se puder, colocar-se-á novamente à disposição desta CPI, se for o caso de alguns dos Srs. Senadores fazer uma reconvocação a V. Sª.

O SR. JOSÉ VICENTE GOULART BRIZOLA – Sr. Presidente, Sr. Relator, desde já coloco-me à inteira disposição da Comissão para quando for e para tudo que estiver ao meu alcance para colaborar com essa investigação.

Quero, uma vez mais, agradecer aqui pela civilidade, pelo tratamento que me foi dispensado, com elegância, aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos a V. Sª. Muito obrigado pela presença do senhor.

Há três requerimentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pela ordem. Estava indagando ao Sr. Relator, independente do conteúdo, se existe a necessidade de serem nominais ou não?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, apenas convocação, não são quebra de sigilo. No início da nossa reunião houve o entendimento de um calendário e faltava só a aprovação desses requerimentos.

São três requerimentos de convocação, para prestarem depoimento, dos Srs. Carlos Cartel, do Sr. Sérgio Canozzi e do Sr. Carlos Martins.

Em discussão.

Não havendo quem discutir, em votação.

Estão aprovados os requerimentos de convocação.

Peço à Mesa que prepare os requerimentos para convocação.

Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, não há dúvida de que o depoente de hoje, o Sr. Vicente Brizola, é alguém que viveu de perto e dentro da máquina administrativa. Foi muito claro e importante, principalmente por demonstrar a relação promíscua entre contraventores do jogo e doações ilícitas para campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul.

Tenho convicções, Srs. Senadores, de que sua prática não está restrita apenas ao Rio Grande do Sul, pois os mesmos personagens estão presentes também no Rio de Janeiro, a exemplo do Sr. Carlos Cachoeira. E no caso do Rio de Janeiro, temos o caso do Sr. Valdomiro Diniz, que também era presidente de Loterj, pedindo dinheiro para campanhas políticas a empresários do jogo.

Isso demonstra que esta CPI está no caminho certo e investigaremos com responsabilidade para não expormos nomes de inocentes e tudo o que for denunciado. Era o que tinha dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exª porque ainda se faz necessária a votação de um requerimento para que possamos ter o calendário de oitivas do início do mês de agosto e até mesmo da próxima semana... Do mês de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Leonel Pavan e do Senador Álvaro Dias, a convocação, de acordo com o fundamento do § 3º do art. 58 da Constituição, do Sr. Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário de Segurança...

Acho que já foi, já havia sido...

Só foi lido.

Então, em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Está aprovado o requerimento.

Na próxima quinta-feira nós estaremos, a partir das dez horas, também nesta sala com a presença dos Srs. Procuradores.

Agradeço.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h59min.)

Ata da 6ª Reunião, realizada em 21 de julho de 2005.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcante, Geraldo Mesquita Junior e Alvaro Dias, membros e Senadores José Agripino Maia, Jonas Pinheiro e Pedro Simon não Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa que presente reunião é de caráter administrativo com votação de requerimentos e em seguida a oitiva dos Procuradores da República. Com a palavra o Senador Magno Malta informa que há quorum para votação. A presidência submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 020/05,** de autoria do Senador Demóstenes Torres, requer seja convocado o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 038/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja convocado o Sr. Marcelo José Rovai, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 022/05,** de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Álvaro Dias, requerem seja convocado o Sr. Jorge Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 034/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja convocado o Sr. Etelmino Alfredo Pedrosa, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 036/05,** de autoria do Senador Demóstenes Torres, requer seja convocado o Sr. Enrico Giannelli, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 035/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Messias Antônio Ribeiro Neto, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 037/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja convocado o Sr. Rogério Tadeu Buratti, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 040/05,** de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Álvaro Dias, requerem seja convocado o Sr. José Luiz Quintans, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. Pela ordem, usa da palavra o Senador Magno Malta. Passa-se a seguir a votação nominal do **Requerimento nº 059/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer, em aditamento ao Requerimento n.º 053/05, a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Gtech Brasil Ltda e sua filial, desde janeiro de 1997 e a expedição de ofício ao Juiz Federal da 10ª Vara Federal para garantir o acesso aos inquéritos policias 008/04, 04.343/04, 04.325/04 e o Processo n.º 2003.34.00.036962-1. Em votação, e aprovado com 8 votos favoráveis. Dando continuidade aos trabalhos a Presidência convida o Dr. Ronaldo Meira de Vasconcelos, Procurador da República, para tomar assento a Mesa e, após breve explanação sobre a máfia no Estado do Espírito Santo, passa as mãos do Presidente documentação sobre o "Caso Loteres", importação de máquinas, notas fiscais, laudos periciais e as decisões judiciais. A presidência informa que se encentram presentes o Dr. Gerson Daielle, Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e o Dr. Rubens Lemos, Promotor de Justiça do Distrito Federal que farão a entrega de documentos importantes a CPI e, convida o Dr. Gerson para prestar alguns esclarecimentos. Dando continuidade as oitivas, convida os Senhores Procuradores Dr. Roberto Santos Ferreira, Dr. José Pedro Taques e o Dr. Celso Três. A Presidência passa a palavra ao Relator para os questionamentos iniciais e prosseguindo, usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca,Pedro Simon, Tião Viana, Geraldo Mesquita, Mozarildo Cavalcanti alem do Presidente Senador Efraim Morais que agradece a presença dos Senhores Procuradores e enfatiza a necessidade de se formar uma parceria entre a CPI e as Procuradorias. Assume a presidência o Senhor Senador Mozarildo Cavalcante e agradece a colaboração dos Senhores Procuradores dispensando-os e informa ainda, que há alguns requerimentos a serem votados: **Requerimento nº 060/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer sejam convocados os Srs. Danilo de Castro, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal; Sérgio Cutolo, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal; Emílio Carazai, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal; Marco Antônio Lopes, ex-Superintendente de Loteria da Caixa Econômica Federal; e Henrique Costabili, ex-Diretor de Tecnologia da Caixa Econômica Federal; para prestarem depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento**

nº 061/05, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer às Justiças Estaduais cópias das decisões de qualquer natureza jurídica que autoriza o funcionamento de casas de bingo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 062/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja solicitado a Direção do Partido dos Trabalhadores, informações quanto a filiação partidária do Sr. Waldomiro Diniz, destacando se o mesmo é filiado ao PT e em que data ocorreu a sua filiação. **Requerimento nº 063/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer seja solicitado a Secretaria da Receita Federal, informações sobre importação de máquinas caça-níqueis, informando quantas máquinas foram importadas, quais as empresas importadoras, data de importação e valores. Se houve apreensão de máquinas caça-níqueis e se eventualmente tais apreensões foram liberadas através de liminares da justiça. **Requerimento nº 064/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer sejam convocados os Srs. Alejandro Ortiz e Carlos Martins, para prestarem depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 065/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer seja convocado o Sr. Lucas Furtado, Procurador do Tribunal de Contas da União para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Magno Malta faz referência aos Procuradores Dr. José Roberto Santoro e Dr. Luiz Francisco pela eficiência no combate ao crime organizado, na época da CPI do Narcotráfico. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se, primeiro, a uma reunião administrativa, Srªs e Srs. Senadores, conforme o entendimento que tivemos na reunião passada, para que possamos aprovar alguns requerimentos e concluirmos a convocação do calendário de trabalho da CPI, não para a próxima semana, para o início do mês de agosto.

Para a próxima semana, combinamos que aguardaremos os documentos que estão chegando à CPI, as quebras de sigilo solicitadas, bem como as informações da Polícia Federal, do Ministério Público para que possamos fazer uma avaliação melhor dessas autoridades, empresas, senhoras e senhores que serão convocados.

Requerimento de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição: requer que o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Srªs e Srs. Senadores, em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Geraldo Mesquita, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal: requer que o Sr. Marcelo José Rovai seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento dos Senadores Leonel Pavan e Alvaro Dias, no mesmo sentido, convocando Antônio Lino e Marcelo Rovai. Este fica prejudicado ou atendido em função dos outros dois.

Requerimento dos Senadores Leonel Pavan e Alvaro Dias, também com fundamento no § 3º do art. 58: requerem a convocação do Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento do Senador Geraldo Mesquita, de acordo com o § 3º do art. 58: requer que o Sr. Etelmino Alfredo Pedrosa seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Requerimento de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição: requer que o Sr. Enrico Gianelli seja convocado a prestar depoimento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Garibaldi Alves, Relator, de acordo com o disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal: requer que o Sr. Messias Antônio Ribeiro Neto seja convocado a prestar depoimento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Geraldo Mesquita, nos termos no disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal: requer que o Sr. Rogério Tadeu Buratti seja convocado a prestar depoimento nesta CPI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento dos Senadores Leonel Pavan e Alvaro Dias, com o mesmo fundamento do requerimento anterior: requerem a convocação do Sr. José Luiz Quintães, ex-Diretor da Caixa Econômica Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Existe um outro requerimento, do qual faremos a votação nominal, mas após ouvirmos os senhores procuradores.

O item seguinte da nossa pauta é a oitiva dos Srs. Procuradores da República, o Dr. Ronaldo Meira de Vasconcelos, o Dr. Roberto Santos Ferreira, o Dr. José Pedro Taques, o Dr. Celso Três e o Dr. Gustavo Peçanha Velloso. Ouviremos um a um, pelo tempo necessário, mas tentando limitar a vinte minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Darei a palavra a V. Exª pela ordem, mas antes quero informar que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Srs. Procuradores, quando propus a CPI dos Bingos era meu intento, de fato, que uma CPI, uma vez instalada, pudesse investigar, relacionar-se com as informações de quem já pesquisa e investiga o mal que a jogatina, que a contravenção tem feito à Nação brasileira, principalmente às classes menos favorecidas, com o advento dos caça-níqueis e dos bingos, que têm sido nefastos para a sociedade brasileira.

Uma vez instalada, com a Presidência de V. Exª e a Relatoria do Senador Garibaldi Alves, imediatamente tomei a iniciativa de convidar para estarem conosco – estão aqui na condição de convidados – os procuradores que há muito têm trabalhado nessa área e nesse sentido, que têm o mesmo sentimento que nós, integrantes desta CPI, do mal, da miséria, da desgraça que a jogatina, a contravenção e o crime organizado têm feito à sociedade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria propor a V. Exª, até porque já estabeleci esse entendimento com V. Exª e a Mesa, que cada procurador disponha de vinte minutos para fazer uma exposição daquilo do seu conhecimento, dessas ramificações todas, e que, ao final, nós da CPI possamos inquiri-los, tirar as nossas dúvidas. Tenho certeza de que será exatamente essa experiência que nos ajudará a que, ao final da CPI, possamos dar à sociedade brasileira o melhor dos presentes.

E já solicito a V. Exª que todos os projetos que estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, Sr. Relator, e que tratem da matéria – na Casa existe um projeto meu e existem projetos de outros Senadores que tratam da matéria – sejam juntados, Senador José Jorge, e venham para esta Comissão, para que, ao final, no nosso relatório, que tenho certeza será um relatório contundente, verdadeiro para a sociedade brasileira, seja proposto um projeto de lei norteando...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Permita-me um aparte. Inclusive penso que se poderia até pedir cópia dos projetos que tramitem na Câmara também, porque seria uma maneira de observarmos qual a tendência que já existe de modificação na legislação.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Vou formalizar, Sr. Presidente, esses pedidos à Mesa, em rela-

ção aos projetos que estão no Senado e também aos que estão na Câmara que tramitem nesse sentido – embora cada um em direção diferente –, que tratem dessa matéria, bingos, caça-níqueis, para que, ao final, possamos propor o melhor instrumento para a sociedade brasileira, a fim de dar norte a essa situação e para que a sociedade brasileira não seja mais vítima e não pague o preço que vem pagando com a jogatina no País.

Agradeço ao Sr. Presidente bem como aos Procuradores, antecipadamente, por terem atendido o nosso convite, porque estão aqui na condição de convidados para colaborarem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta.

Antes de convidar o primeiro dos senhores procuradores, eu queria, para que esgotássemos a nossa pauta administrativa, já que temos quórum suficiente, que rapidamente votássemos este requerimento, porque se faz necessária uma votação nominal.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves, Relator, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição e em aditamento ao requerimento que aprovou a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa GTECH Brasil Ltda. e de sua filial, CNPJ 68.926.682.0002-82, referentes ao período compreendido entre janeiro de 2002 e dezembro de 2004: requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa supracitada e de sua filial desde janeiro de 1997.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador José Jorge; Senador Reginaldo Duarte; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Garibaldi Alves.

Oito votos. Aprovado por maioria e, no quórum presente, por unanimidade.

Para que se dê conhecimento, diz o segundo parágrafo do requerimento: "Afastado o sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa GTECH Brasil, requeiro também a expedição de ofício ao Juiz Federal da 10ª Vara Federal, Distrito Federal, para que garanta o acesso a esta CPI de todos os documentos e informações que constam dos autos das medidas cautelares de afastamento do sigilo bancário vinculados aos Inquéritos Policiais nºs 008, de 2004; 04.343/04; e 04.325/04, inclusive o Processo nº 2003.3400036962-1.

Essa é uma complementação da leitura do requerimento que acaba de ser aprovado. Da mesma forma, colocando em votação. Já que houve unanimidade, aprovado, evidentemente.

Vamos começar a nossa oitiva. Inicialmente esta Presidência agradece a presença dos senhores procuradores, porque, com certeza, a partir dos depoimentos e das informações que V. Sªs passarem a este Plenário, será traçado um caminho, uma rota por esta CPI.

Convido inicialmente o Dr. Ronaldo Meira de Vasconcelos para sentar-se a nosso lado.

V. Sª dispõe de vinte minutos. Se necessário, seremos bastante tolerantes.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu sugeriria o seguinte: que ouvíssemos todos e, depois, formulássemos nossas perguntas a cada um, conforme julgarmos especial. Ganharíamos tempo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse também é o entendimento desta Presidência. Se não o fosse, seguiríamos a orientação de V. Exª.

Com a palavra o nobre Procurador, Dr. Ronaldo Meira de Vasconcelos.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Exmº Sr. Presidente, Exmºs Srs. Senadores, demais autoridades aqui presentes, eu gostaria de iniciar a minha exposição agradecendo a oportunidade do convite. Estou muito satisfeito. Coloco-me à disposição, não só nesta oportunidade, como em qualquer outra em que se faça necessária ou se julgue útil a minha presença aqui.

Inicio esclarecendo que trabalhei na Procuradoria da República do Rio de Janeiro, na Procuradoria da República do Estado do Espírito Santo, na Procuradoria da República do Distrito Federal, na Procuradoria Regional da República do Rio Grande do Sul e na Procuradoria Regional da República do Distrito Federal. Colhi, em todas essas unidades do Ministério Público, algumas experiências que eu gostaria de transmitir agora. Tomei o cuidado de documentá-las e vou me reportar a documentos que não estão – quero que isso fique bem claro – acobertados por nenhum sigilo, nem judicial, nem fiscal, nem telefônico.

Estando no Espírito Santo, a partir de 1995, observei que, pela vocação do Estado e da capital, cidade vocacionada para a importação e a exportação, vi o primeiro sinal de que os portos do Espírito Santo estavam sendo utilizados por máfias para internar, comercializar e distribuir equipamentos tidos como caça-níqueis. Aquilo me chamou a atenção.

A primeira providência que tomei, ao chegar ao Espírito Santo, foi oficiar a um inspetor da alfândega do Porto de Vitória para que ele nos informasse a quantidade, que empresa, que tipo de equipamento e a especificação do maquinário que vinha insistentemente sendo desembaraçado no Espírito Santo. A partir desse atendimento inicial, um inspetor da alfândega do Porto de Vitória passou, então, a apreender determinados tipos de equipamentos.

Para nossa surpresa, não tardou e as liminares começaram a aparecer. E essas liminares – alguns casos estão aqui documentados, e as decisões judiciais tive o cuidado de trazê-las todas – extrapolavam inclusive o pedido. Há casos de empresas que ajuizaram medidas cautelares, despachando com juízes federais no plantão; os juízes federais convolando o rito da cautelar para recebê-las como ação ordinária, para antecipar uma tutela que não foi requerida pela empresa e com um efeito jamais foi pensado por essa mesma empresa. Ou seja, a empresa, na cautelar, queria o desembaraço de mercadorias e acabou obtendo uma decisão que a permitia comercializar, explorar, promover locação e distribuir esses equipamentos.

O Ministério Público imediatamente recorreu. Essas decisões foram encaminhadas para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Infelizmente todas elas foram confirmadas pelo Tribunal. Todas. Essas decisões só caíram dois anos depois, por decisão do Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Então, foram dois anos em que essas empresas operaram livremente por força de uma liminar no Brasil inteiro.

Para que V. Exªs tenham uma idéia, o Ofício nº 068, datado de 21 de fevereiro de 2001, assinado pelo então Inspetor da Alfândega do Porto de Vitória, João Luiz Fregonazzi – aliás, hoje ele ainda é inspetor –, informa que, de janeiro de 1998 até janeiro de 2001, 6.358 equipamentos tidos como caça-níqueis foram importados e desembaraçados por força de decisões judiciais no Porto do Espírito Santo. Em determinadas ocasiões, o inspetor foi ameaçado de prisão por resistir à devolução ou à liberação desses equipamentos. Pior: com essa decisão, os equipamentos transferidos foram comercializados nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Apreendidos por policiais, delegados de polícia civil ou federal desses Estados, eles foram instados a devolver todos esses equipamentos.

Ou seja, uma decisão liminar, no Espírito Santo, permitiu que esses equipamentos transitassem livremente por todo o território nacional, sem qualquer possibilidade de a autoridade policial tomar qualquer tipo de providência, seja mesmo a autoridade policial, sejam os delegados da Receita Federal. A própria decisão já inibe essas autoridades de procederem, inclusive, à fiscalização.

No Espírito Santo, criaram a Loteres, que é clone da Loterj, que é clone da Lotergs. Essa autarquia estadual teria a função de fiscalizar esse tipo de atividade, as casas de bingo, a exploração de máquinas acopladas às casas de bingo etc. Muito bem. Nessa autarquia, no Espírito Santo, a fiscalização foi terceirizada, ou seja, delegou-se uma atividade genuína do Estado, que é a fiscalização, a uma empresa privada, sem nenhuma licitação. Criou-se um selo de controle de equipamentos; por esse selo, cobrava-se por máquina. E a fiscalização só atuava contra o grupo que se opôs ao grupo que controlava a Loteres, ou seja, o Estado patrocinava a um determinado grupo meios, instrumentos para eliminar a concorrência. Ou seja, os cofres públicos estavam atuando em benefício de um determinado grupo que brigava pela hegemonia da exploração da jogatina no Estado do Espírito Santo.

As notas fiscais – e eu tive o cuidado de trazer todas – não identificam o equipamento; elas se reportam apenas às quantidades. Os laudos periciais produzidos pela Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, pasmem V. Exªs, atestam que as máquinas que recebem moedas não são máquinas caça-níqueis; atestam que os apostadores têm condições de influenciar no resultado do sorteio. Vejam V. Exªs: o cidadão, na periferia, lança uma moeda e aperta um botão. A perícia da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo atesta que, nesse ato, ele pode, por vontade, por capacidade pessoal, controlar o resultado do jogo.

Esses laudos foram todos acostados aos autos das ações que tramitavam na Justiça Federal. Não se buscou um laudo da Polícia Federal; buscou-se um laudo da Polícia Civil para ser utilizado em ações que tramitavam na Justiça Federal, e nesses termos.

Pior: os alvarás de funcionamento, que, no Estado do Espírito Santo, estavam sob responsabilidade do delegado titular da Delegacia de Costumes e Diversões, autorizavam a instalação de equipamentos nestes termos: "Alvará nº 22.929, série B. O Delegado de Polícia Judson de Oliveira Marques, atendendo ao que requereu JF Diversões Eletrônicas Ltda, resolve conceder-lhe licença, de acordo com a Lei nº 4.861, de 1993, para funcionar 44 máquinas de jogos eletrônicos no seguinte endereço: Rua Humberto Serrano nº 726 ou em qualquer outro local do Município de Vila Velha."

Então, a nota fiscal não identifica o equipamento, o alvará de funcionamento não identifica o equipamento e a fiscalização é patrocinada por uma empresa particular que extorque dinheiro dos empresários que atuam na jogatina.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por favor, qual é a data?

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – O alvará foi expedido no dia 28 de junho de 1999. E até hoje se continua com a mesma rotina, apesar das insistentes cobranças, tanto do Ministério Público estadual quanto do Ministério Público Federal.

O que eu imagino que possa ter colaborado para esse estado de coisas, no Espírito Santo, é a facilidade com que esses contraventores conseguiram desenvolver suas atividades lá, mas casadas com outro tipo de atividade, que seria a questão de crimes contra a ordem tributária, de crimes contra a administração pública, tudo patrocinados por grupos que foram eleitos para, compromissados com esse tipo de atividade, sustentar juridicamente a posição perante a comunidade.

A legislação estadual aprovada no Espírito Santo é absolutamente tendenciosa. Ela procura, de alguma forma, facilitar esse tipo de atividade, inclusive coibindo as autoridades de tomarem alguma providência.

O quadro começou a mudar quanto o então Presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo começou a sofrer denúncias, que foram ajuizadas perante a Justiça Federal em várias instâncias e perante a Justiça estadual. O então Presidente da Assembléia, Sr. José Carlos Gratz, hoje se encontra preso. Era o chefe do crime organizado na versão jogatina, trabalhava com uma Assembléia composta por 30 Deputados, sendo que 28 documentalmente estavam em sua folha de pagamento.

A CPI do Narcotráfico esteve no Espírito Santo e, nessa parte, documentou essa atuação do crime organizado. Não vou me estender nessa questão, porque não é o objeto dessa comissão. De qualquer forma, quem tenha interesse em conhecer um pouco mais da história do crime organizado no Espírito Santo certamente deve fazer uma leitura do relatório produzido pela CPI do Narcotráfico, que andou por lá e, em duas ou três passagens, pôde constatar o que eu estou afirmando e, inclusive, documentar.

A legislação, da forma como foi trabalhada, permitiu várias interpretações. Alguns juízes foram radicalmente contra, ou seja, jamais permitiram a instalação desse tipo de **modus operandi** em alguns Estados. Em outros Estados, os juízes tomaram uma interpretação, digamos, mais tolerante. O fato é que, com o embate judicial e com a demora no tramitar dessas ações, eles, por um determinado tempo, acabaram por trabalhar livremente. Em função disso, eles conseguiram, com os recursos obtidos, promover campanhas políticas, patrocinar determinados candidatos. E acabou que a própria estrutura do Estado do Espírito Santo ficou contaminada, a ponto de se pretender inclusive a intervenção federal no Estado.

Há uma ligação histórica dos delinqüentes vinculados à jogatina com o Rio de Janeiro. Podemos observar, por exemplo, no caminho das máquinas, a remessa para o Mato Grosso, para alcançar o grupo de João Arcanjo, Comendador Arcanjo; o grupo do Cachoeira, em Goiás; o grupo do Capitão Guimarães, no Rio de Janeiro. E alguns casos até grupos situados na capital mineira, em Belo Horizonte.

Na verdade, essas liminares fomentaram, facilitaram esse tipo de atividade em vários Estados. Não raras vezes, eu recebia ligações de colegas de outros Estados perplexos com atitude desse magistrado que dera a liminar, ameaçando Delegados que haviam apreendido equipamentos para que devolvessem as máquinas em 24 horas, sob pena de prisão. Delegados de Polícia Civil de outros Estados. Os Estados em questão não eram partes da ação cautelar que fora tomada como ação ordinária.

Temos documentos, ofícios, inclusive da Chefe de Polícia, indagando ao Ministério Público se deve cumprir ou não decisão de um magistrado federal que impõe condições a um Secretário de Segurança Pública para que ele não atue – ou determine a seus subordinados que atuem – na apreensão desses equipamentos. Chegamos a esse ponto.

Essa foi a colaboração que recebemos no Estado do Espírito Santo. A polícia queria atuar, a Receita Federal queria atuar, mas alguém não queria que elas atuassem. Essa mão invisível foi descoberta dois ou três anos depois. O fato é que o prejuízo causado por essa decisão é irreparável, porque não se pode mais agora recuperar as máquinas, que estão circulando pelo Brasil.

Gostaria de fazer uma sugestão à Comissão. Para que se tenha uma idéia, esses dados são defasados. Eu saí do Espírito Santo em meados de 2001; certamente esse **modus operandi** continua e é preciso atualizar a informação. O Secretário da Receita Federal poderia determinar aos inspetores dos portos de todo Brasil que fornecessem, a partir de 98/2000, a quantidade de equipamentos que foram importados, quais empresas que importaram, identificando os sócios, o CNPJ, e assim poderíamos verificar quais as empresas que se especializaram na importação desse tipo de equipamento.

É importante deixar registrado que o então Delegado de Polícia Civil que fornecia esse tipo de alvará era associado àquilo que chamamos na CPI do Narcotráfico, de Sindicato do Crime Organizado. Chama-se Escuderia Le Coq. Então, tive também o cuidado de trazer a ficha de inscrição do Delegado na famigerada

Associação Escuderia Le Coq, que hoje está extinta por decisão judicial, numa ação de dissolução promovida pelo Ministério Público Federal. Há recurso por parte do Ministério Público, porque o alcance que queríamos da decisão não foi atingido, embora extinta. Quer dizer, o objetivo principal nós conseguimos, que era a dissolução; entretanto, os efeitos foram mitigados.

Então recorremos apenas para aumentar o gravame. A Escuderia Le Coq perdeu o prazo para apelação. Portanto, a associação está extinta. Só que ela ficou operando no Espírito Santo por 30 anos e os seus associados ainda estão vinculados à estrutura do Estado. Basicamente, a Associação Escuderia Le Coq era composta por policiais civis e por policiais militares.

Tive oportunidade, em várias ocasiões, de alertar os Governadores no Espírito Santo para a necessidade de mudar a legislação. Era preciso verificar inclusive critérios de promoção de policiais, porque até uma determinada altura o policial é promovido ou por merecimento ou por antiguidade. Quando ele chega à 3ª Classe, próximo à Classe Especial, a indicação é meramente política.

Então, o funcionário de carreira, depois de 20, 25 anos de dedicação à sua instituição, tem que se submeter a um ritual de bater de porta em porta na Assembléia Legislativa para que ele possa alcançar o último degrau da sua carreira. Isso é mitigar o aparato fiscalizador do Estado. Essa legislação, até hoje, não foi alterada.

Um outro dado que gostaria de deixar aqui registrado é que quem tem acesso à legislação que cria autarquias como a Loteres pode perceber que ela é cópia da legislação do Rio de Janeiro, inclusive com os mesmos erros de pontuação, acentuação, como se apenas uma pessoa a tivesse redigido. As informações que tivemos é de que esse aparato, esse suporte técnico foi fornecido por um cidadão chamado Waldomiro Diniz, que esteve por três vezes no Espírito Santo. Muito provavelmente, o grupo percorreu o Brasil oferecendo, imagino eu, esse suporte. É impressionante! É preciso que se cheque isso. Tive a oportunidade de verificar que até os mesmos erros de pontuação e acentuação foram cometidos em vários Estados. A legislação é **ipisis literis**.

O que gostaria também de informar é que meus colegas continuam atuando, dirigindo-se à Justiça Federal em vários Estados, pretendendo o fechamento dessas casas. Mais recentemente, no Estado do Ceará foram fechadas 16 casas e na semana passada requereu-se o fechamento de mais 7 casas em Fortaleza. O Ministério Público continua em seu enfrentamento; entretanto, a legislação, no meu modesto entender, precisa de aprimoramento.

São essas as breves considerações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Dr. Ronaldo Meira de Vasconcelos, pelas informações e pelos seu depoimento. Solicitaria a V. Exª que aguardasse um pouco para que, após ouvirmos os outros Srs. Procuradores, possamos então ouvir os Srs. Parlamentares.

Os documentos ficarão à disposição da CPI, dos Srs. Senadores.

Antes de convidar o próximo Procurador, eu queria registrar que se faz presente neste plenário um Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado, representado, neste ato, pelo Dr. Gerson Daiello, que é Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul, e pelo Dr. Rubens Lemos, que é Promotor de Justiça do Distrito Federal. Havíamos feito um contato. E neste momento, aproveito até o momento para que eles façam a entrega de documentos à CPI dos Bingos para que possam ser analisados pelos Srs e pelas Srªs Parlamentares.

Solicito à assessoria que... Receberei aqui. E convido S. Exª o Dr. Roberto Santos Ferreira para fazer parte.

Aguardarei.

Antes, se V. Exªs... Se o Dr. Gerson Daiello quiser fazer alguma consideração, será possível.

Convidaria V. Exª para...

O SR. GERSON DAIELLO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministério Público brasileiro tem um grupo denominado Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas. Dentre as tarefas desse grupo uma é combater a atividade do jogo ilícito no Brasil. São 30 Ministérios Públicos integrando o Ministério Público Federal, o Ministério Público dos Estados, o Ministério Público Militar e também o Ministério Público do Trabalho.

Diante desse grupo, o que se verifica é que existem em relação aos bingos alguns comportamentos que são, na realidade, iguais em todo o território nacional. No Rio Grande do Sul, o Ministério Público Estadual, junto com o Ministério Público Federal, está fazendo um trabalho de combate a essa atividade e, no que diz respeito ao Ministério Público Estadual, nós já oferecemos diversas denúncias contra proprietários de bingos – e isso tem sido uma regra – que utilizam laranjas para a exploração do bingo. Com qual finalidade? Tem-se verificado isso através de documentos. É que no momento em que esse bingo não dá o resultado adequado, quem assume a responsabilidade fiscal, quem é executado pela União é exatamente o laranja.

É uma característica dos bingos no Rio Grande do Sul, pelo que se verifica, utilizar laranja como regra. Várias pessoas foram denunciadas – a CPI pode,

inclusive, requisitar e certamente que nós forneceremos todo o material necessário, inclusive as denúncias oferecidas contra essas pessoas. Essa é uma característica.

Um outro aspecto diz respeito aos caça-níqueis. O que se verifica é que uma empresa que importa caça-níqueis que entra pelo Porto de Vitória essa mesma empresa termina distribuindo em todo território nacional. Utilizando essas liminares, nós, por exemplo, temos muitas dificuldades de apreender máquinas no Rio Grande do Sul – e não só no Rio Grande do Sul, mas em todos os Estados da Federação. Há uma dificuldade, porque cada vez que se vai apreender uma máquina caça-níquel, aparece uma liminar que diz – algumas decisões são tão espantosas que dizem o que diz esta decisão da Justiça Federal – que proíbe o Delegado da Receita Federal, o Delegado da Polícia Federal de apreender as máquinas e estende essa proibição aos Delegados de Polícia Civil, quando o Estado não foi sequer parte desse processo.

Na realidade, o que se verifica nesse contexto é que nas notas fiscais não consta normalmente o número da máquina, não consta o número de série. E há uma dificuldade extrema por parte do Ministério Público de conseguir fazer com que se apreenda essas máquinas e se consiga destruí-las.

Nós no Ministério Público no Rio Grande do Sul estamos fazendo um trabalho há três anos tentando mapear esses comportamentos e verificamos que três ou quatro empresas dominam o mercado utilizando subsidiárias – vamos usar essa expressão, utilizando terceiras empresas, e, quando dizem respeito aos bingos, utilizando laranjas para a exploração da atividade. E tão logo haja, sempre que há, quebra, falência da empresa de bingo, o laranja assume a responsabilidade. E, de forma nenhuma, não se conseguem resgatar os tributos federais, que ficam, então, naquelas cobranças que se perdem no tempo e não se pode fazer absolutamente nada.

Então, o Ministério Público brasileiro e o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas estão à disposição dos Srs. Senadores para trazer os subsídios que os senhores entenderem necessários, entregando alguns exemplos aos senhores de ações que hoje tramitam que demonstram que as casas de bingo na realidade só trazem prejuízo.

Um último detalhe, Sr. Senador. Verificou-se também a alegação do emprego, do fato que gera emprego. O que se verificou, na realidade, é que são montadas cooperativas de trabalho. E os direitos trabalhistas das pessoas, na realidade, não são respeitados. Isso, nós podemos trazer para os Srs. Senadores.

Agradeço muito a oportunidade de falar aqui perante V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu que agradeço, Dr. Gerson, os documentos que encaminha a esta CPI. Quem sabe, se assim entenderem alguns dos Srs. Senadores, amanhã o senhor ou qualquer membro do Grupo Nacional do Combate ao Crime Organizado poderá ser convocado para aqui vir depor, para trazer informações para a nossa CPI, para exame das Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Acho que, se V. Exª achar conveniente, e o Relator também, essas contribuições poderiam vir logo por escrito, porque isso facilitaria o trabalho do Relator e pouparia tempo na Comissão para que tomemos as providências devidas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos. E é exatamente o que estamos recebendo.

Concedo a palavra a S. Exª o Procurador da República, Dr. Roberto Santos Ferreira.

O SR. ROBERTO SANTOS FERREIRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, farei uma brevíssima exposição.

Inicialmente, na minha passagem pelo Ministério Público, nos 13 anos em que atuo no Ministério Público Federal, atuei a maior parte no setor criminal da Procuradoria da República no Rio de Janeiro. Fui promovido a Procurador Regional e atuei no Rio Grande do Sul. E hoje atuo na Procuradoria Regional da 2ª Região, que engloba os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Compus a Missão Especial do Espírito Santo no período de 2002 a 2004, quando fui Chefe da Procuradoria Regional da República. Eu tinha como atribuição, além da atribuição administrativa, a atuação no Plenário e no Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e cabia a mim o ajuizamento de ações penais originárias. A partir da Missão Especial do Espírito Santo, tive o primeiro contato com a realidade do crime organizado no Estado.

Com relação aos bingos, atuei pontualmente em alguns **habeas corpus**, poucos, e na minha atuação como Procurador Regional Chefe, subscrevi denúncias contra o Sr. José Carlos Gratz, na época, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Coloco-me à inteira disposição da Comissão para os esclarecimentos que os Srs. Senadores desejarem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos a V. Exª, Dr. Roberto Santos Ferreira. Na realidade, combinamos com a assessoria de V. Exªs e da Comissão que ouviremos o próximo Procurador, para que, então, os senhores se coloquem à disposição desta Comissão.

Convido o Dr. José Pedro Taques.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Acho que, como são cinco, podíamos ouvir todos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ouvir todos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Na mesma hora. Depois, o debate.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois, colocaremos os cinco aqui para que seja feita a oitiva.

Dr. José Pedro Taques, V. Exª dispõe do tempo que julgar necessário.

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadores, Colegas do Ministério Público Federal e Estadual que aqui se fazem presentes, eu gostaria de agradecer o convite feito ao Ministério Público Federal para que nós aqui pudéssemos falar a respeito de bingo, crime organizado e lavagem de dinheiro.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que não há que se falar em bingo, caça-níqueis, sem falar em organização criminosa, sem falar em lavagem de dinheiro. Sou Procurador da República no Estado de Mato Grosso – fui até outubro do ano passado. E oficiei também nos Estados do Acre, Roraima, Santa Catarina, Tocantins, por designação do Procurador-Geral da República em alguns casos. Hoje, sou Procurador Regional da República atuando nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Em 2000, o Ministério Público Federal do Estado de Mato Grosso, em conjunto com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, porque esta é uma ação conjunta dos vários Ministérios Públicos, chegamos à conclusão de que o nosso Estado estava dividido em áreas para a exploração de máquinas caça-níqueis. E, aqui, vamos falar em máfias, no sentido técnico-jurídico do que é uma máfia, do que é uma organização criminosa.

Um cidadão condenado chamado João Arcanjo Ribeiro, com ligações no Distrito Federal, em Minas Gerais, no Estado da Paraíba, dividiu o Estado de Mato Grosso em várias áreas para a exploração de máquinas caça-níqueis. Esse cidadão, por um poder a que o Ministério Público Federal e o Estadual demos o nome de *poder concedente*, permitia que terceiros explorassem as máquinas caça-níqueis no Estado de Mato Grosso, mediante o pagamento de R$100,00 por máquina caça-níqueis. Assim, aquele que desejasse explorar as máquinas no Estado, a ele deveria pagar R$100,00 para essa exploração.

Em razão disso, o Juiz Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso determinou o afastamento do sigilo bancário desse cidadão e, pelas contas desse cidadão, nós chegamos à conclusão junto com o Banco Central que por ela circularam mais de R$800 milhões nos anos de 2001 e 2002. Em razão do início dessa nossa investigação no ano de 2002, no Estado de Mato Grosso, houve o que a imprensa local chamou de Guerra das Caça-Níqueis.

O que era isso? Num período de sete meses, oito "concessionários" de máquinas caça-níqueis, junto com seus seguranças, foram mortos no Estado de Mato Grosso. Num período de sete meses, a Polícia Federal, em conjunto com a Polícia Civil do Estado, chegou à conclusão de que oito pessoas foram mortas em razão da chamada Guerra das Caça-Níqueis. O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual fizeram busca e apreensão num local determinado pelo Juiz Federal e, ali, encontramos toda a contabilidade da exploração das máquinas caça-níqueis no Estado de Mato Grosso.

A 5 de dezembro de 2002, o Ministério Público Federal e o Estadual, em conjunto com a Polícia Federal, fizemos uma grande operação policial no Estado onde foram presas 15 pessoas, dentre elas, 5 coronéis da Polícia Militar do Estado, todas envolvidas com máquinas caça-níqueis.

Quando se fala em máquinas caça-níqueis, quando se fala em crime organizado, como todos sabemos, não existem espaços vazios. Hoje, no Estado de Mato Grosso, não existe máquina caça-níquel – digo isso aqui para que os senhores tenham uma idéia. Em razão dessa operação, todas as máquinas caça-níqueis do Estado foram apreendidas. E nós fizemos um pedido ao Juiz Federal, que determinou a destruição dessas máquinas com a extração dos seus componentes eletrônicos para fins de perícia. Hoje, no Estado de Mato Grosso, nós não temos nenhuma casa de bingo. Aí, eu recomendo àqueles que desejarem entrar nesse negócio que para o Estado de Mato Grosso se dirijam. Com certeza, serão presos, porque a Polícia Federal no Estado de Mato Grosso, junto com o Ministério Público Federal e o Estadual, tem uma atuação bem firme em máquinas caça-níqueis. Para que os senhores possam ter a idéia, Sr. Presidente, na semana passada, foi notícia no principal jornal do Estado de que quatro máquinas foram apreendidas, quatro máquinas. Isso dá notícia no Estado porque nós temos, hoje, pouquíssimas máquinas.

Ligação de máquinas caça-níqueis com jogo do bicho. O que nós notamos no nosso Estado? Este cidadão condenado, João Arcanjo Ribeiro, era o patrocinador do jogo do bicho no Estado por uns 10 anos. Com a criação das várias loterias e loterias pela televisão, ele sentiu que o jogo do bicho diminuiu sua arrecadação e ele migrou para as máquinas caça-níqueis. Ele, como era dono, e isso literalmente, não metaforicamente, do território do Estado de Mato Grosso, ele passou a conceder como um verdadeiro poder do Estado, autorização para a instalação dessas máquinas caça-níqueis e também bingo no Estado de Mato Grosso. Nós comprovamos que ele é sócio de um cidadão chamado Messias, do Estado de Goiás, num Bingo Palácio aqui, no Distrito Federal. Nós descobrimos que, nas contas bancárias desse cidadão, onde eram depositados os valores oriundos, originários das máquinas caça-níqueis, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o Parlamento Estadual, depositou R$85 milhões nessa conta. O Banco Central, auxiliando o Ministério Público Federal, desvendou que a Prefeitura de João Pessoa na Paraíba também havia depositado R$1,9 milhão nas contas desse cidadão chamado João Arcanjo Ribeiro. O que isso tem a ver com caça-níqueis? Tem muito a ver, Srs. Senadores, porque o crime organizado não atua apenas de forma estanque. Aquele cidadão que atua em organização criminosa, ele é um empresário do crime. Em sendo empresário do crime, ele se ocupa das várias atividades criminosas e daquela, com certeza, que maior lucro lhe dá nesse negócio criminoso. Esse cidadão, ele possui um patrimônio absurdo, é lógico que não é só de máquinas caça-níqueis, não é só de bingo, mas também é de pistolagem, é de corrupção política, o patrimônio desse cidadão. Para que os Srs. Senadores tenham idéia, ele possui um hotel em Orlando, nos Estados Unidos avaliado pela receita americana e pela Receita brasileira em US$49 milhões; ele possui no Estado de Mato Grosso, já levantados pela Receita Federal, 1.600 apartamentos; ele possui um avião Citation 2; ele possui vários imóveis no Estado.

O Ministério Público Federal, junto com o Ministério Público Estadual e a Polícia Federal, fizemos um requerimento ao juiz federal que colocou esse avião à disposição da Polícia Federal. Esse avião está à disposição do Ministério do Ministério da Justiça. O local onde funcionava o principal cassino desse cidadão no Estado de Mato Grosso, onde existiam as máquinas caça-níqueis, nós conseguimos com o juiz federal que ali fosse instalado um batalhão da Polícia Militar, ali existe um batalhão da Polícia Militar.

Ele possuía uma fazenda comprada com dinheiro originário do crime organizado e também máquinas caça-níqueis. Essa fazenda tem a maior piscicultura do Brasil; são 50 ha de peixe. Nós entramos em contato com a Presidência da República e foi montada uma comissão para que essa piscicultura fosse utilizada para treinamento, qualificação de trabalhadores rurais, qualificação nesse ofício. Por que estou dizendo isso? Eu estou dizendo para que nós possamos ter idéia da dimensão desse negócio de máquinas caça-níqueis e bingo, que é um negócio incontrolável, com ligações nos mais variados ramos criminosos. Nós sabemos que a máfia italiana, em um determinado momento histórico, ela passou, ao que a doutrina dá o nome, de criminalidade de terceiro nível. O que é isso, criminalidade de terceiro nível? A máfia italiana, depois de angariar fortunas em narcotráfico, em exploração de prostituição e jogos, ela precisava limpar esses seus valores em atividades lícitas, passou a fraudar licitação, cometer crimes contra a ordem tributária. Também acompanhamos isso nessa operação desenvolvida nos Estados de Mato Grosso, Distrito Federal e Minas Gerais.

É interessante que possamos, mais uma vez, ressaltar que o negócio ilícito das máquinas caça-níqueis se liga a outras atividades criminosas. Exemplo: crimes contra a ordem econômica, crimes contra a ordem tributária, pistolagem, fraudes em licitação, corrupção política.

Por que eu digo corrupção política? Não existe como explicarmos que R$85 milhões do Parlamento estadual possa ter sido depositado nas contas desse cidadão, conta essa que era irrigada também com valores dos caça-níqueis. Não existe explicação para que a Prefeitura de João Pessoa, na Paraíba, possa ter depositado esses valores nessa conta bancária irrigada também por dinheiro dos caça-níqueis.

O interessante, Sr. Senadores, é que possamos – permito-me fazer uma sugestão ao Sr. Presidente – fazer desta CPI um instrumento, um veículo para que possamos alterar a nossa legislação no tocante às máquinas caça-níqueis e à lavagem de dinheiro. Não podemos falar em crime organizado, em organização criminosa hoje, sem falar em lavagem de dinheiro.

A nossa legislação, Sr. Presidente, é, hoje, no mundo, antiga. Sobre lavagem de dinheiro existem três gerações de legislação. Existe uma legislação de primeira geração em que o crime antecedente é só o tráfico de entorpecente. A legislação de segunda geração traz um elenco, um rol de crimes antecedentes para lavagem. Na legislação de terceira geração – existente nos Estados Unidos, na Espanha e em alguns países da Europa –, qualquer crime grave pode ser um crime antecedente à lavagem de dinheiro.

No Brasil, a nossa legislação não permite que contravenção penal seja um crime antecedente à lava-

gem de dinheiro. A nossa legislação não permite que crimes contra a ordem tributária possam ser crimes antecedentes à lavagem de dinheiro. Daí o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e os juízes precisam fazer verdadeiros esperneios para que possamos tipificar determinadas condutas como lavagem de dinheiro, isso em benefício de toda a organização e em prejuízo de toda a sociedade brasileira.

Assim, eu gostaria de trazer aos senhores essas informações, para que possamos, com certeza, ao final desta CPI, chegar a essa conclusão. Confesso aos senhores que tenho muita esperança nesta CPI, não que ela fique somente ligada a Waldomiro Diniz, mas que ela possa também dar uma contribuição à sociedade no sentido de alteração da legislação nacional para o combate às organizações criminosas e à lavagem de dinheiro.

Hoje, esse cidadão e toda a organização criminosa, todos os elementos que faziam parte dessa organização criminosa estão condenados. Ele se encontra preso no Uruguai desde o dia 11 de abril de 2003. Outros membros da organização também se encontram presos no Brasil e aqui, no Distrito Federal. E eles foram condenados. A pena mais alta ali foi 37 anos de reclusão. E o Tribunal Regional Federal da Primeira Região está julgando esses recursos.

Mas temos uma grande dificuldade: combater bingo, caça-níquel sem falar em organização criminosa não existe, ao menos nesse entendimento que eu tenho. Não tem como combater organização criminosa sem lavagem de dinheiro. Quanto ao combate à lavagem de dinheiro, o mais interessante é que não podemos nos focar tão-somente na prisão do cidadão, mas, sim, no confisco pela União Federal dos bens auferidos em razão dessa prática ilícita. Nós no Brasil temos uma grande dificuldade nisso. Recentemente, o Tribunal Regional Federal determinou que a Polícia Federal não pudesse mais utilizar esse avião Citation II, que estava sendo utilizado pela Polícia, pelo Ministério da Justiça. E por que isso? Porque alguns juízes, notadamente de Tribunal, entendem que esse avião deve ficar ali sobrestado, parado e que a União não pode utilizá-lo.

As legislações sobre lavagem de dinheiro no mundo criam um fundo para que a União possa vender esses bens. Mais à frente, esse cidadão, se for absolvido – depois do trânsito em julgado –, pode receber desse fundo. A nossa legislação não trata disso, infelizmente. Existem, na maioria dos tribunais regionais federais, provimentos que impedem a utilização desses bens.

Digo aqui aos senhores que estou envergonhado de voltar para o Estado Mato Grosso, porque conseguimos, depois de um certo tempo, que o cassino que era utilizado por máquinas caça-níqueis, cassino que era utilizado para jogatina de todas as ordens, conseguimos uma decisão para que esse cassino passasse a ser o batalhão da Polícia Militar nessa região. Hoje, o Tribunal Regional Federal deu 90 dias para que a Polícia saia desse cassino. O Tribunal Regional Federal não mais permite que essa fazenda possa ser utilizada na qualificação de trabalhadores rurais.

Temos um dogma do patrimônio da propriedade privada como algo absoluto. No mundo civilizado, no combate às organizações criminosas, com respeito ao direito fundamental do cidadão, com respeito ao Estado Democrático de Direito, a sociedade precisa ter instrumentos de defesa contra aquele que comete crime.

Vamos ter que devolver para esse cidadão condenado esses bens. Aquela sociedade vai ficar sem a Polícia Militar ali; os carros serão todos devolvidos. Isso não é interessante para a sociedade.

Vou terminar, dizendo o seguinte: mesmo depois de preso, trabalhadores rurais foram pescar nessa piscicultura desse cidadão envolvido com máquinas caça-níqueis. Quatro trabalhadores foram pescar à noite e foram presos pelos ainda seguranças desse cidadão condenado e preso. Esses quatro trabalhadores foram torturados, amarrados e jogados nesse lago. Esses quatro trabalhadores foram mortos, mesmo depois da prisão desse cidadão.

O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que, em crime, como em política, não existem espaços vazios. Há quem acha em caixa. Ele mesmo, lá do Uruguai, ainda está controlando a organização, porque não conseguimos, infelizmente, em razão das falhas legislativas, acabar com sua fonte de renda. Ele ainda possui fonte de renda.

Essa era a experiência que eu queria trazer para os senhores.

Terminando, Sr. Presidente, quero dizer que confiamos no Ministério Público e confiamos muito no trabalho dos senhores aqui, porque o nosso trabalho depende da legislação que daqui sai. Não há que se falar em combate a bingo, a caça-níqueis sem alteração legislativa. Precisamos disso, e a Comissão Parlamentar de Inquérito, como todos os senhores sabem, tem esta finalidade: a alteração da lei de lavagem, a criação de instrumentos para que o Ministério Público Estadual, Federal e a Polícia Federal, para que todos possamos agir cumprir o nosso papel constitucional.

Agradeço, Srs. Senadores, a oportunidade e me coloco à disposição para outras indagações.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós que agradecemos a V. Exª, Dr. José Pedro Taques. É evidente que V. Exª voltará daqui a pouco para responder às perguntas dos Srs. Senadores.

Solicito a presença do Dr. Celso Três.

V. Exª, Dr. Procurador, dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Comunico a V. Exª que o Dr. Gustavo Peçanha Veloso não veio. Depois do Dr. Celso Três, então, podemos começar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há problema. Após o depoimento do Dr. Celso Três, iniciaremos, então, a participação dos Srs. Senadores.

V. Exª, Dr. Celso Três, dispõe de 20 minutos ou do tempo necessário que se fizer.

O SR. CELSO TRÊS – Cumprimento os ilustres Senadores, todos os demais presentes. Evidentemente, a decisão de liberar ou não jogo é uma decisão dos senhores. No Congresso Nacional, é uma decisão política. Sou contra o jogo, mas respeito quem entende que ele deva ser liberado.

Precisamos no País definir se proibimos ou liberamos. O Brasil conseguiu uma proeza: uniu o que tem de ruim na proibição do jogo com o que tem de ruim na permissão do jogo. Hoje estamos entre San Juan e Mendoza. Por quê? Porque o jogo é contravenção. Contravenção não bota ninguém na cadeia. Então, é ilícito. Mas é daí? O que acontece com o sujeito que comete? Nada.

Então, temos cem instrumentos legais para isso. Quando se tem uma conduta, cuja punição é pífia, e, portanto, vale muito a pena correr o risco, como os colegas aqui expuseram – isso dá muito dinheiro –, temos essa situação absolutamente anômala. Ela precisa ser encaminhada.

Afora todos os aspectos que os colegas colocaram da criminalidade, etc, sublinho um aspecto que é pessoal, lembrado pelo Senador Magno Mata. Nós que estamos lá na linha de frente, na Procuradoria, todos os dias recebemos as pessoas e vemos. Essa questão de que o jogo gera emprego é uma falácia. O narcotráfico também gera emprego. Isso é uma enganação. Isso é uma espoliação da poupança popular. As pessoas são viciadas. Essas caça-níqueis são um inferno. Adolescentes todo o dia batem lá na Procuradoria, mulheres, dizendo que o seu marido está viciado e que leva todo o dinheiro da casa para aquilo. É algo absolutamente deprimente. Os profissionais da área da saúde podem falar melhor psicólogos, etc, daquele processo dessas máquinas de viciar, de seduzir, de espoliar as pessoas. Então, esse é um aspecto.

Essa conta de benefícios sociais, que vai para o esporte, que vai para assistência social, que gera emprego, essa é uma conta, pode ter certeza, socialmente, altamente deficitária. É que nem o cigarro. O cigarro também gera emprego. E aí o que acontece?

Essa é uma questão que eu rogo aos senhores que nos dêem instrumentos. Se é para proibir, vamos proibir com lei forte. Se é para permitir, também. Então, que se faça, como qualquer país sério, com controle, com controle federal. Delegar para os Estados é suicídio, é suicídio, é suicídio. Deve haver um controle certo, uma pena forte para quem age clandestinamente. Não pode ser essa coisa pífia, ridícula da contravenção. E assim por diante.

Como o colega Roberto falou – eles atuam nos casos –, leio aqui para os senhores a certidão da decisão da Justiça – não foi apenas uma, foi uma entre todas –, para ver como o jogo, assim como o narcotráfico, contamina o que tiver por perto. Essa é a verdade. Vou ler aqui a decisão da Justiça das caça-níqueis, ler a síntese que foi espalhada por todo o Brasil: "Foi deferida medida liminar a título de antecipação de tutela jurisdicional... ainda em vigor, de maneira a assegurar às autoras o direito de exercer suas atividades regulares de locação e exploração de equipamentos de diversão eletrônica para jogos de bingo, de sua propriedade, determinando-se ao Delegado da Receita Federal que se abstenha de autuar e apreender os ditos equipamentos, bem como ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Espírito Santo que cumpra a ordem judicial"...

Aí vem a emenda: "Certifico, ainda, que foi decidido, em embargos de declaração, em 10 de janeiro de 2000, que a eficácia da referida decisão se estende por todo o território nacional, podendo as autoras locar, adquirir, vender os equipamentos indigitados em qualquer Estado da Federação, pois é certo que, de acordo com as razões de convencimento... o direito de propriedade dos autores".

O sujeito não pediu. Mas o Dr. Roberto disse que, mesmo não pedindo, o juiz dava, mas ele libera jogo até no Vaticano. O Bento XVI vai ter que receber o dízimo com máquina caça-níquel – aliás, receber dízimo ultimamente está em voga.

Nem o Congresso Nacional, uma Constituinte originária quase que podia dar esses poderes. Esse é o quadro que se cria em todas as instâncias, esse quadro de contaminação.

Atuei no Paraná, no Rio Grande do Sul. Atualmente, estou em Santa Catarina. Atuei aqui também no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem assinou essa certidão?

O SR. CELSO TRÊS – Essa é uma decisão a que o Dr. Roberto já havia se referido. Está aqui a íntegra da decisão do juiz. Trata-se de Macário Ramos Júdice Neto. Mas não é a única, porque tem Desembargador, inclusive, sendo processado etc, Procurador da República. Aqui ninguém faz espírito de corpo. Quem tem deve ser responsabilizado.

Na verdade, o jogo, quando se consegue punir, é no circunlóquio. O jogo em si, como disse, não é nada mesmo. Então, há sonegação fiscal, lavagem de dinheiro etc. Aquela velha máxima de que Al Capone – todos sabem – foi preso por sonegação fiscal. Hoje, no Brasil, o Supremo diz que temos que esperar esgotar o processo administrativo fiscal, o que leva uns dez anos, no mínimo. Quanto a esses casos de apreensão de Daslu, cervejaria etc, quero ver como o Supremo vai se posicionar sobre isso.

Se fosse na época do Al Capone, o Al Capone estaria preso só depois da aposentadoria, porque ia esperar uns dez anos para esgotar o processo administrativo e fiscal. Sobrou apenas aquela famosa música do Raul Seixas, grande poeta baiano: "Ei, Al Capone, vê se te orienta. Já sabem do teu furo, nego, no Imposto de Renda".

São essas situações. Eu estava em Caxias do Sul, e talvez o mais projetado bicheiro da história do Rio Grande do Sul, o Sr. Festo Gato, infelizmente há pouco falecido, foi autuado por meio da Receita Federal. Era bicheiro, tinha jogo de bingo em nome de laranja. Autuaram R$30 milhões e conseguiram a prisão por um determinado período.

Em Santa Catarina, no Rio de Janeiro, temos trabalhos de colegas, o Dr. Vago e tantos outros, que mostram o mesmo contorno, exatamente o mesmo contorno: essa promiscuidade entre o Poder Público e o jogo.

A lei do Estado de Santa Catarina obviamente é inconstitucional, como todas, porque a Constituição é clara quando estabelece que sorteio etc "compete à União privativamente julgar". O Supremo teve dizer o óbvio, o que está lá na Constituição. Pela lei, se autoriza tudo. Chamam de bingo, mas, na verdade, é cassino; botam a placa de bingo, que autoriza qualquer negócio dentro daquele jogo. Eles chegam a autorizar até loteria a distância, qualquer coisa, qualquer negócio ali encaixa naquele tipo de conceito, não é? Qualquer situação encaixa.

O que temos hoje? Ações civis, porque, no âmbito penal, estamos desarmados. A contravenção é competência estadual, e a Polícia Civil não instaura inquérito vinculado ao Executivo, mesmo porque não pune ninguém também por contravenção.

Temos que atuar no âmbito cível. Ações civis públicas do Ministério Público Federal em litisconsórcio com a Advocacia-Geral da União determinaram o recolhimento dessas máquinas e o fechamento dos bingos. E aí o que acontece? O Governo do Estado vem e mobiliza a Procuradoria do Estado – o Estado nem é réu, nem a autarquia do Estado não é nada – para defender a jogatina. Advogados pagos pelo dinheiro do contribuinte vêm ao Supremo e criam toda uma série de incidentes, a matéria já está decidida, perdem tudo. É a Advocacia do Estado.

Pior do que isso: o órgão estadual de loteria hoje é presidido pelo Sr. Aroldo Soster, que foi Superintendente da Polícia Federal no Estado. Obviamente, na sua gestão na Polícia Federal, ela não se notabilizou por combate ao jogo ilícito. É o velho problema brasileiro: um dia, o sujeito é Vasco; outro dia, é Flamengo; um outro; é Corinthians; no outro dia, é Palmeiras. Um dia, ele é Procurador da República; no outro dia, ele se aposenta e está defendendo o sujeito lá.

As instituições têm que imitar as crianças. Podem ver quer que criança, quando vai brincar, separa bandido e polícia. Chega um ponto, e dizem: "pode parar aí, você é bandido ou é polícia? Senão dá para brincar". Aí, a brincadeira... As instituições têm que imitar as crianças.

O que acontece? Temos um primor no Estado, porque há as ações determinando o recolhimento dessas máquinas e o fechamento dos bingos. Todo dia aparece empresa nova. E essas empresas cujas ações o Ministério Público ajuizou, que estavam lá registradas, não existem. Estão aqui as certidões dos oficiais de justiça. Há empresa que sequer tem sede, não tem patrimônio ou sócios. Aí vem a falácia da arrecadação tributária: elas são microempresas, ME. Ora, diabo. Você tem que ter, no mínimo, 300 máquinas – também tem esse primor a regulamentação de Santa Catarina, como a de outros Estados –; porque "microcontraventor" não dá, o sujeito tem que ter um certo *status* para entrar nesse meio. Ora, com o custo de 300 máquinas, o sujeito jamais vai poder ser microempresa. Então, não recolhe nada. Essas empresas não existem. A cada dia, surgem novas empresas.

Então, o Ministério Público entra com uma ação contra a empresa "x", "y" e "b" e, quando chega lá, dizem: "não, não é aquela". Chegamos a um primor tamanho, conforme demonstram as petições várias que fizemos em recurso, em que se colocou nas máquinas distribuídas por todo o Estado – vale a pena ler, é uma pérola, como é aquela decisão da Justiça: "Esta máquina é operada pela empresa Mex Jogos e Diversões Eletrônicas, com o credenciamento da Codesc". Codesc é o órgão do Estado, juntamente com a Lotesc,

que deveria controlar o jogo, mas serve para liberar o jogo. "Portanto, essa empresa não faz parte na relação da determinação da Justiça Federal de Santa Catarina de interdição dos bingos e empresas na região...." Ou seja, há isso. Obviamente, isto é secar gelo: entra-se com uma ação, aparecem cinco presos; dali aparecem mais quinze, e assim por diante.

Então, tem-se um comprometimento institucional claro, contaminação das autoridades. Isso é fato objetivo, basta olhar. Assim não dá. Como disse, vamos imitar as crianças, vamos botar a polícia de um lado e o bandido do outro. O bandido tem uma função importante. Para isso, existe polícia, Ministério Público; nada contra eles. Mas vamos separar o joio do trigo, porque, desse jeito, não dá.

Reitero aos senhores que, na conta final do jogo, nenhum país conseguiu qualquer coisa com o jogo. Jogo é como o caso de prostituição: vai ter de qualquer jeito, então, admito o respeito, é melhor regulamentar, porque senão vai dar mais corrupção e tal. Tudo bem. Respeito.

Agora, regulamentem e estabeleçam uma lei rígida, uma fiscalização por órgão federal que funcione, porque hoje temos essa mixórdia aqui, que é algo caótico, absolutamente caótico.

Estou encerrando. Perdoe-me se excedi no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª ainda dispunha de oito minutos. Agradeço a V. Exª, Dr. Celso Três.

Solicitaria da assessoria que fizesse a colocação de mais algumas cadeiras, três, para que pudéssemos contar com o apoio do nosso Vice-Presidente, que será um dos integrantes da Mesa.

Convido os demais Procuradores a fazerem parte da Mesa, para que possamos na realidade iniciar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

Não seria o caso de os Procuradores responderem de onde eles estão, já que tem microfone ali. Vai congestionar a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Temos microfone aqui, fica mais fácil de conversar com V. Exªs.

Agradeço a V. Exªs e passo a palavra ao Sr. Relator para os seus questionamentos.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Vice-Presidente, Srs. Procuradores, quando o Senador Magno Malta apresentou um requerimento para que os Procuradores pudessem estar aqui no dia de hoje, tínhamos uma idéia de que o problema da contravenção, do crime organizado, de todas essas mazelas proporcionadas pelos jogos de azar, tinha uma gravidade muito grande.

Mas agora, Sr. Presidente, depois de ouvir a palavra dos Procuradores, temos consciência da absoluta gravidade do problema. O que é mais grave não é o que se expôs aqui; o mais grave é a falta de um arsenal, de um arcabouço institucional para combater o jogo, o crime organizado, todas essas mazelas que foram expostas nesse instante aqui no Senado Federal.

Creio que as indagações vão se dirigir sobretudo para que possamos ter uma legislação mais eficiente, porque a legislação atual realmente não proíbe o jogo; pelo contrário, ela chega a convalidar, chega a coonestar com o jogo, principalmente em nível estadual.

Mas vou procurar ser objetivo nas minhas perguntas.

Pergunto ao Procurador Dr. Ronaldo Meira, que o foi primeiro expositor. De acordo com a sua exposição, existem muitos prepostos infiltrados no Poder Público que realizam *lobby* em favor da contravenção? Em que nível o senhor considera que o Estado está contaminado pela contravenção? O senhor poderia citar nomes, além da citação que foi feita aqui do nome do próprio Waldomiro Diniz?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Ronaldo Meira, V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – A minha experiência diz respeito à atuação que tive nos Estados do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

No meu modo de entender, a nossa maior dificuldade reside na questão da infiltração nos poderes públicos estaduais. Trata-se de falta de combatividade da Polícia Civil, de falta de combatividade da Polícia Militar, eventualmente a apatia de alguns membros do Ministério Público, eventualmente a ausência de decisões judiciais que possam, efetivamente, resultar em algo concreto, objetivo, no sentido de coibir a atividade. Em outras situações, há falta dessas decisões; ou seja, o Ministério Público, combativo, cobra, oficia, e a resposta do Judiciário nem sempre é aquela que se espera.

É óbvio que, com o dinheiro em circulação, com o patrocínio, por exemplo, de candidaturas compromissadas com a continuidade da jogatina, do **modus operandi,** eles vão se fortalecendo. Na medida em que o tempo passa, na medida em que eles elegem vereadores, prefeitos, deputados estaduais, a legislação estadual fica fragilizada em relação a esse grupo.

No Estado do Espírito Santo – volto a reafirmar –, chegamos ao ponto de termos um Estado ingovernável, onde se cogitou, inclusive, a intervenção federal,

onde a Assembléia Legislativa do Estado, que basicamente fazia o papel três em um, ou seja, legislava, executava obras, modificava a legislação federal – ou seja, legislação estadual tratando de assuntos que dizem respeito à União. E o Presidente da Assembléia ia para a televisão, para a **Rede Globo**, dizer o seguinte: "Aqui, no Estado do Espírito Santo, aprovo até pena de morte. Quem não estiver satisfeito, que se dirija ao Supremo".

Chegou a esse ponto. Então, é preciso que tenhamos, efetivamente, uma legislação rígida, com penas rigorosas para quem está praticando a jogatina. É disso que carecemos.

Há infiltração, evidentemente, porque as assembléias escolhem eventualmente os desembargadores, os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados, os delegados que vão exercer os cargos de cúpula, os coronéis que vão exercer os cargos de cúpula da Polícia Militar. São eles que escolhem e que indicam. Se nós temos Deputados compromissados com a jogatina, obviamente, eles vão indicar os delegados compromissados com a jogatina. E, aí, fica a sociedade à mercê da bandidagem. Foi o que aconteceu no Estado do Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Além de o senhor ter citado esse caso do Espírito Santo, que é do conhecimento público, com a punição, inclusive, do próprio presidente da Assembléia Legislativa, o senhor falou aqui em uma "mão invisível" que estaria por trás de tudo isso. Falou também no Sr. Waldomiro Diniz. Então, peço vênia a V. Exª para que esclareça melhor isso. Se V. Exª tem uma idéia dos contornos dessa "mão invisível" e da participação do Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Em meados de 2001, eu estava já com uma sinalização de promoção. Recusei promoção, por duas vezes, porque achei que não havia concluído a minha missão no Estado do Espírito Santo. Mas, já em 2001, sinalizei com a possibilidade de ser promovido. Então, fui consultado e aceitei. Detectei a presença desse senhor no Estado do Espírito Santo através de informes que me foram passados por fontes ligadas à Polícia Civil, à Polícia Militar, digamos assim. Os bons policiais do Espírito Santo, aqui até quero prestar uma homenagem a eles, porque quando se diz Polícia Militar e Polícia Civil a imagem é péssima. Mas, no Espírito Santo, existem policiais honrados, trabalhadores. E, eventualmente, me chegavam informações. Pessoas ligadas, inclusive, ao Governo, que me diziam: "Olha, temos informação de que esse senhor esteve aqui, reuniu-se com o presidente da Assembléia, com o *staff* da jogatina e, a partir dessas reuniões, eles passaram a redigir, então, a legislação estadual".

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando foi isso, por favor?

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Isso foi de julho de 2001 até outubro ou novembro de 2001. Foi o período em que eu estava saindo do Espírito Santo e me dirigindo a Porto Alegre, ao Rio Grande do Sul. Esses informes que me foram passados durante esses meses, de que ele já estaria, digamos assim, orientando os Deputados, os Parlamentares, quanto à redação dessa legislação que resultou na criação da autarquia Loteris.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E que V. Exª verificou que era semelhante, mas tão semelhante, inclusive nos acentos, nos pontos, nas vírgulas, lá no Rio de Janeiro.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Isso aguçou a minha curiosidade. O Ministério Público, por natureza, é curioso. Aguçou e fui buscar elementos. Dirigi-me aos colegas do Rio de Janeiro, aos colegas de Minas Gerais e procurei coletar o material necessário para fazer as comparações que deveriam ser feitas. Percebi pela redação, pela estruturação do texto, que aquilo era algo orquestrado, não era pura coincidência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pelo Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS– Exato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E que a matriz vinha do Sr. Waldomiro Diniz, vinha do Rio de Janeiro.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – A semelhança é impressionante. Eu diria que chega a mais de 90% de coincidências. Inclusive dos erros, como eu disse aqui, de pontuação, acentuação. Algo que chama a atenção pela semelhança na estruturação e na redação que foi emprestada aos textos da legislação estadual.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como o senhor classificaria essa legislação existente hoje, federal?

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Ela é uma porteira, um convite que estimula a jogatina.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma legislação frouxa?

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Ela não intimida, ela não organiza, ela não estabelece papéis, ela é absolutamente pífia. Não temos condição de dar efetivo combate à jogatina com os instrumentos que temos à disposição hoje. Caminhamos sempre para

a área cível. São ações de natureza cível, que buscam cumprir um papel que, a rigor, deveria ser cumprido por uma legislação criminal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essas legislações estaduais, V. Exª classificaria também como semelhantes?

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Sim, elas inclusive colidem, porque, recentemente, o Supremo Tribunal Federal, depois de muita luta, entendeu que legislar sobre loteria é atribuição da União, mas existem legislações estaduais que tratam desse assunto. Então, empresta-se uma aparência de legalidade e, em cima dessa aparência de legalidade, esse grupo se fortalece. Mesmo com decisões do Supremo Tribunal Federal sustando a eficácia da legislação estadual, o grupo insiste em atuar. Por quê? Porque não encontra um anteparo na legislação criminal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e pergunto ao Procurador Roberto Ferreira, que foi o segundo a fazer uma exposição nesta Casa: de acordo com a sua experiência na investigação da contravenção ligada aos jogos, quanto à legislação, quais são as sugestões objetivas?

O SR. ROBERTO SANTOS FERREIRA – Sr. Senador, primeiramente, descabe falar em organização criminosa diante de contravenção penal. Esse é o grande paradoxo. É preciso que, efetivamente, se o Congresso assim deliberar, se crie uma figura, um tipo penal, um crime, e não uma contravenção. Esse é o primeiro passo.

O segundo é a regulamentação que, parece-me, hoje há uma situação beirando à ausência de normas regulamentando esse jogo, porque é de competência da União legislar sobre jogos. O Supremo já afirmou isso, e os Estados é que vêm efetivamente legislando sobre essas casas de jogos. Isso me parece uma situação que não se sustenta constitucionalmente.

Ademais, é preciso ter também uma regulamentação a cerca da fiscalização dessa atividade. Se se optar, e essa é uma opção política, pela liberação do jogo, é preciso ter uma legislação que permita a fiscalização dessas casas, uma fiscalização efetiva, porque ela há de pagar os tributos devidos pela sua atividade econômica e, parece-me, isso inexiste nos dias de hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que, se o Congresso constituísse um grupo de trabalho que colaborasse na modificação dessa legislação, seria uma medida acertada por parte do Congresso Nacional? Juristas interessados e também outras autoridades experientes no combate à contravenção e ao crime, criminalizando ainda mais, seria uma iniciativa oportuna?

O SR. ROBERTO SANTOS FERREIRA – Acho que seria fundamental, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Procurador José Pedro Taques, o terceiro a fazer a sua exposição: o senhor entende que o Congresso Nacional deve aprovar a lei proibindo definitivamente o funcionamento dos bingos e caça-níqueis? Quer dizer, uma proibição, não uma nova legislação?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Sr. Senador, eu, como representante do Ministério Público Federal, como todos aqui sabemos, tenho a função de cumprir a Constituição da República. Hoje, entendo que a Constituição da República proíbe determinadas atividades ligadas aos bingos e às caça-níqueis. Essa é uma convicção constitucional que tenho. Agora, como Procurador da República, não posso ser contra ou a favor de determinadas atividades.

Como cidadão, penso que, por todas as situações, o jogo não é interessante para a sociedade brasileira. Por que digo isso? Não posso, como Procurador da República, ser contra ou a favor do jogo porque não tenho essa opção política. Tenho de cumprir a Constituição da República, que, ao me dar independência, dá-me o direito de denunciar essas pessoas nessas situações.

Gostaria, se o senhor me permite, de fazer a seguinte construção: bingos, caça-níqueis, não podemos desvincular essa discussão do crime organizado e da lavagem de dinheiro, porque, senão, vamos ficar só discutindo a caça-níqueis, os bingos – situações específicas. Temos de fazer com que a nossa legislação avance no sentido de criminalizar determinadas condutas. Vou explicar isso da seguinte forma: hoje, aquele cidadão investidor no crime não vai fazer o transporte da substância entorpecente, ele não vai instalar máquinas caça-níqueis nos bares, nas padarias, ao lado dos colégios. Ele vai fazer o quê? Ele vai financiar os empresários dessas atividades. Só que nós, em razão da falha na legislação da lavagem de dinheiro, não temos como criminalizar esses que estão financiando essa prática.

Bingo e caça-níquel não são perniciosos à sociedade só em razão de suas especificidades sociais contra a saúde, mas também essas atividades são perniciosas em razão do que está em derredor dessas atividades. Exemplo: prostituição, tráfico de entorpecentes, corrupção política. Essas atividades estão gravitando ao bingo, às caça-níqueis. Disso temos comprovações, inclusive com sentença judicial. Nos casos em que participei, essas sentenças estão pendentes de recurso no Tribunal Regional Federal.

E não podemos falar em organização criminosa sem a participação de agentes do Estado. Esse é um conceito que existe no mundo. Participação de representantes do Ministério Público – e olhem que vou começar pela minha própria casa –, participação de juízes, participação de parlamentares estaduais e federais. Não há que se falar em organização criminosa sem isso.

Nessa investigação, se o senhor me permite ainda, e ações penais no estado do Mato Grosso, comprovamos q ue o dinheiro das caça-níqueis caminhariam para financiar campanhas políticas. Disso tem comprovação documental, feita pelo próprio Banco Central. Então, tudo está ligado. Daí, penso que esta Comissão avançaria pouco, se me permitem isso, se só debatesse bingo e caça-níqueis. Por isso, quando cheguei aqui, vi o fato investigado pela Comissão, muito interessante, a crime organizado e lavagem de dinheiro, porque essas situações estão ligadas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª se referiu várias vezes ao Sr. Arcanjo como o grande mentor, o grande líder da contravenção, que se encontra preso, inclusive fora do país. Pergunto a V. Exª: havia conexão entre o que ele fazia e essas organizações internacionais, a máfia italiana, a máfia espanhola?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Hoje, em se falando de lavagem de dinheiro, os crimes são transnacionais, são transfronteiriços. O cidadão condenado, João Arcanjo Ribeiro, possuía valores depositados no Uruguai, ele possuía valores depositados na Suíça, nos Estados Unidos e na Costa Rica. Algumas contas bancárias, as chamadas contas-ônibus, existentes em Nova Iorque, também eram irrigadas por dinheiro, por valores oriundos de narcotráfico.

Agora, não posso aqui, porque o meu cargo não permite que eu diga leviandades, estabelecer a ligação dele com o narcotráfico. Mas, hoje, temos que entender que as contas bancárias, algumas delas que ele utilizava fora do Brasil, também eram irrigadas por dinheiro do narcotráfico. Isso é mais uma comprovação de que o cidadão que comete crime hoje, esses crimes de grande vulto, esses cidadãos se valem das mais variadas atividades. Onde dá lucro, ele vai caminhando. Inclusive, ele estava envolvido no Estado do Mato Grosso com pistolagem. E pistolagem, para que os senhores tenham idéia, não está como crime antecedente ou (*inaudível*) homicídio da lavagem de dinheiro, o que é um absurdo. Então, respondendo objetivamente ao senhor, ele possui ligações com a máfia espanhola, com a máfia italiana. Para que ele possa instalar um hotel em Orlando, nos Estados Unidos, no valor de US$49 milhões, para que ele ali chegue, ele precisa pagar para o dono daquele território. Com certeza, isso estou dizendo porque já investiguei casos lá por determinação, nos Estados Unidos há dinheiro de outras máfias que também são lavados nas mesmas contas. Isso não é estanque. Ele só mexe com caça-níqueis, só mexe com bingos, só mexe com jogo do bicho, fraude em licitação, corrupção política. Onde dá mais dinheiro, ele vai caminhando.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas com Waldomiro Diniz, o senhor não viu nenhuma ligação?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – O bingo, a Palácio aqui do Distrito Federal, a ligação com esse Messias, de Goiás, que penso que seja um bom caminho para que possamos chegar à ligação dele com Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Messias foi sócio do Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – E o Sr. Messias foi o lugar-tenente dele em determinadas atividades aqui no Distrito Federal, notadamente nesse bingo. Temos documentos de prestação de contas nesse sentido. Que foi sócio do Cachoeira.

Que foi sócio do Cachoeira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que, por sua vez, foi sócio do Carlos Cachoeria.

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Exatamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, estamos vendo que havia uma rede de...

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Eu penso que o Messias tenha sido sócio do Cachoeira.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só para ajudar aqui, o Cachoeira quando depôs disse que o Messias foi um ex-sócio dele, que era desafeto dele, inclusive, quando perguntei sobre o dossiê.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós vamos ouvir o Sr. Messias, que já está convocado, e o Sr. Waldomiro. Vamos nos limitar a...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só para lembrar, Sr. Presidente, quando perguntei sobre um dossiê que foi entregue a respeito de Cachoeira e as atividades dele, ele disse que foi desafeto dele e inclusive citou esse Messias, que tinha sido sócio e que foi desafeto dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, agradeço ao nosso convidado Dr. José Pedro Taques.

Gostaria de perguntar ao quarto expositor, que é o Procurador Dr. Celso Três – o Dr. Gustavo Peça-

nha não pôde comparecer. Depois de também nos descrever aqui a sua experiência em Santa Catarina, V. Exª faz uma afirmação contundente, ao dizer que a nossa legislação é uma legislação pífia. Foi V. Exª que afirmou isso.

Pode ser que eu esteja me confundindo, mas foi V. Exª que fez referência ou foi o Dr. José Pedro Taques, a depósitos da Prefeitura de João Pessoa. Foi o senhor, porque foi, inclusive, na conta do Arcanjo. Então, V. Exª vai perdoar a minha omissão, vou encerrar aqui fazendo ainda só mais uma pergunta.

Não houve desdobramento desses depósitos? Estranho isso.

O SR. CELSO TRÊS – Sim, Sr. Relator. Quando nós, auxiliados pelo Banco Central, notamos esses depósitos da Prefeitura de João Pessoa, e entendendo que a Prefeitura de João Pessoa não poderia depositar esses valores de uma forma explicável, ao menos licitamente, nós remetemos cópia de todo esse material para o Ministério Público Federal, na Paraíba, e eles tomaram providências que entenderam. Lá na Paraíba existem desdobramentos dessa investigação. Inclusive, lá, esses valores depositados foram pagos com recursos da União por uma verba de convênio entre a União Federal e a Prefeitura de João Pessoa. E as investigações correm na Paraíba.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Como é, Senador Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Que o Senador Efraim não sabia nada disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB — RN) – Pergunto ao Dr. Celso Três: V. Exª classifica a nossa legislação de pífia, torna o combate absolutamente incontrolável, o combate não consegue controlar a contravenção, o crime organizado.

Qual é então a sugestão de V. Exª em termos de legislação, objetivamente, além da contribuição que já foi prestada aqui?

O SR. CELSO TRÊS – Permito-me fazer uma amável discordância aqui do colega Pedro Taques. Acho que o Ministério Público deve, sim, expressar sua opinião, independentemente do que diz a lei.

Todo dia peço a extinção de punibilidade de sonegador, porque ele pagou, parcelou. Hoje basta apenas confessar que estão perdoados os pecados. É como dizer dinheiro não contabilizado. Perfeito, corrupção agora tem novo nome.

Então, tento que pedir, porque a lei me diz isso. Outra coisa é me pedir o que acho disso. Acho que é uma patifaria.

Teve a CPI do Roubo de Cargas aqui e também nos Estados. Grande CPI, CPI sempre dá resultado. No mínimo, é o pó de mico que faltava no baile. Todo mundo se agita. Aí fizemos um trabalho com a Receita Federal. Aquela velha máxima do Al Capone, não deu prova, mas deu para pegar o cara na sonegação. A Receita fez um trabalho magnífico. Pegamos um monte de caras. Desgraçados, os caras vieram, só parcelaram, confessaram e nós ficamos com as caras de bobo.

Aquele Refis, 300 anos para pagar. O Estado brasileiro acredita na vida eterna e dá 300 anos para o cara pagar. Aí vem o Lula, o Pas, que foi pior, porque nem *(inaudível)* denúncia precisava. Teve retroativo, extinguiu tudo. Essa é a opinião.

Então, o jogo, os senhores vão decidir se liberam ou proíbem, porque até agora nem uma coisa nem outra. Vou cumprir a lei, agora nada me impede dizer que o jogo é muito ruim.

Mais um adendo, Senador, se me permite. Foi ouvido aqui o Sr. Brizola, que não tem o mesmo brilhantismo do pai, mas, evidentemente, teve a sua participação no Governo do Rio Grande do Sul, quando era o PT. E quero lembrar apenas um aspecto. Vários Estados fizeram leis para liberar, porque era gravemente inconstitucional. Mas o Rio Grande do Sul teve a proeza de fazer um decreto. Era um decreto, nem passou pela Assembléia Legislativa. E aquele decreto assim, chama de bingo, mas está tudo liberado ali. Era uma beleza. Não sei se os mesmos erros de português e tal. Mas era uma maravilha aquilo ali.

Na época, os colegas do Rio Grande do Sul, os procuradores fizeram uma recomendação amável, bem fundamentada e tal, para o governador, mostrando que era radicalmente inconstitucional – era mais do que inconstitucional, ilegal, ilegítimo –, para revogar aquilo ali.

O Chefe da Casa Civil, o Sr. Flávio Koutzii, ironizou em público o Ministério Público dizendo que era opinião particular dos procuradores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem era o governador da época?

O SR. CELSO TRÊS – O Governador era o Olívio Dutra.

Explodiu a CPI da Segurança Pública. Aí diz que CPI não resolve. Explodiu a CPI da Segurança Pública, foi igual a essa aí. Começaram a demitir um monte de caras. Revogaram o decreto. Claro, deixaram todos os bingos abertos também, porque, evidentemente, a lei pode ser a prazo determinado, pode ser revogada num canetaço; mas os fatos jamais são revogados num canetaço. Estão lá instalados. Como disse o colega, espalhou. Hoje, não se sabe quantas máquinas, mas sei lá, dez, vinte, trinta mil máquinas. Depois não junta mais. Isso é pior do que travesseiro de pena, não pega mais.

Então, essa me parece uma questão importante trazer agora nesse momento, porque acho que, em nível nacional, se reproduz muita coisa que aconteceu no Rio Grande do Sul. Essa que é a verdade.

Trago isso porque o Ministério Público foi ironizado, etc. Não subscrevi junto com os colegas essa recomendação, mas me senti extremamente agredido, em razão de que estávamos fazendo um trabalho sério, honesto, pela ironia do então Governo no PT, no Rio Grande do Sul.

Como os colegas se referiram, Senador, hoje não temos norma, como muito bem disse o colega aqui, organização criminosa com contravenção. Então, a gente sempre tem que pegar no circunlóquio, no entorno. Como disse o Taques: sonegação fiscal, lavagem de dinheiro.

A lavagem de dinheiro... Chamo a atenção para Taques, que falou da pistolagem. Quando se fez a Lei dos Crimes Hediondos, em 1990, elencou-se lá a lei e se esqueceu do homicídio qualificado. Então, é meio parecido com aquilo que foi consagrado: estupra mas não mata, porque o estupro é crime hediondo, mas matar não é. E aí teve aquele escândalo – o Brasil é movido a escândalo –, aquela histeria coletiva com a morte de Daniela Peres, filha de Glória Peres. Aí emendaram lá, porque houve obviamente homicídio qualificado, o assassinato. Aliás, tinha que mudar o nome, porque qualificado qualquer do povo pensa que é um homicídio com alguma qualidade.

O tipo penal tem que ter um conceito corrente, não especialmente para jurista. Ele deve impactar, como é o americano. Por exemplo, assassinato é diferente de um atropelamento de carro, que é homicídio. É diferente até de um homicídio simples, mas, enfim, numa situação de briga. Ele é assassinato, é diferente.

A lei d lavagem de dinheiro fez isso de novo. Fez a mesma coisa. Esqueceu do que é mais grave, que é o sujeito ser morto mediante pagamento, que é a pistolagem. Então, isso é um fato que tem de ser lembrado. E temos que criminalizar isso.

Então, reitero, acho que a decisão dos senhores é política: libera ou proíbe o jogo. Tem que decidir. Bom, decidiram liberar. É uma decisão política. Ah, eu acho que... Chama as autoridades, o Ministério Público, por exemplo, tem de colaborar com isso, etc, porque é muito fácil a gente criticar a lei depois. Fazer lei é difícil. Então, o cara tem que contribuir também com sugestões de controle e criminalização, como disse o colega.

Você tem que compor uma pena, uma pena que imponha respeito e que o cara seja recolhido mesmo, porque aí o risco da contravenção não vai valer a pena, e medidas rápidas de seqüestro de bens, de seqüestro das máquinas, céleres, que permitam a efetividade do processo.

Hoje, entre tantas coisas que podemos mudar no Brasil, há coisas simples. O processo penal brasileiro... Essa história de alegar, por exemplo, que é de 1940... A lei pode ser velha. A lei tem de ser velha. A lei para ser aplicada tem de ser conhecida e para ser conhecida precisa ter um tempo. Esse furor de trocar, trocar, também não; basta reformar.

O processo penal brasileiro hoje contra a acusação, contra quem investiga, o juiz de primeiro grau é suprema corte. Se ele negar, estamos fritos. Por quê? A defesa não, porque, via **habeas corpus**, o Supremo decide. Por um problema de mentalidade do Supremo também, de corte inferior, discutiu tempos atrás até se a atitude mesmo do Gerald Thomas caracterizava ou não ato obsceno.

Nos Estados Unidos, o cara está condenado à pena de morte. Para a Suprema Corte conhecer da ação é uma missa de sétimo dia. E quando está lá em primeiro grau, se os autores não estão presos nem nada, o juiz lá está discutindo, o Supremo vai discutir isso, reunir a Suprema Corte... É como o Senado aqui começar a discutir o problema da rua do interior do Brasil se deve ou não ser asfaltada. Isso é ridículo.

Suprema Corte é suprema. Mas o que acontece? Por exemplo, há determinadas provas que são definitivas. Se o juiz não der a interceptação telefônica, se o juiz não der a busca e apreensão, que tem que fazer, porque esse crime organizado, esse crime grave, ou se faz uma prova contra o cara ou não faz. É oito ou oitenta. Isso ninguém confessa.

Por isso que a pessoa se resigna, o Supremo deu **habeas corpus** para vir à CPI... Claro, o sujeito tem direito ao silêncio. O Supremo está certo. Ele não vai confessar. Ninguém confessa. Dessa gente ninguém confessa. Tem que fazer a prova contra o cara.

Aí o juiz nega a busca e apreensão. O juiz nega a interceptação telefônica. O juiz nega, nega. O que nós fazemos? Nós choramos, porque não há recurso na lei. Daí o Ministério Público começa a inventar. Mandado de segurança? Mandado de segurança é um absurdo porque, na verdade, não tem... Contata o juiz... Aí vem o Supremo e sumula. A parte, num crime, mandado de segurança, o Ministério Público entra, a parte adversa tem que se manifestar, fazer a defesa. É uma brincadeira fazer a defesa em uma interceptação telefônica e em busca e apreensão. Começa a inventar.

Pelo menos coloca um agravo lá, a defesa vai usar bastante, mas pelo menos você pode ir ao tribunal com uma liminar, com um recurso correto lá, para um Desembargador, ou o Tribunal Superior, dar uma decisão para produzir a prova.

Há, senhores, milhares de crimes gravíssimos que emperraram nisso. O juiz rejeita uma denúncia, uma coisa absurda, uma rejeição absurda. O que o Ministério Público faz? Chora, porque ele tem que entrar com recurso em sentido estrito. Vai para tribunal, e fica um ano, um ano e meio, dois, só para receber a denúncia. Não é para condenar o cara. Ninguém quer aqui suprimir direitos fundamentais. É só para começar o processo. Se levar essa eternidade, morreu.

Então, como disse o Taques, temos que ver esses pontos. E acho que pode se fazer projetos de lei separados, como se fosse a reforma do Código de Processo Civil, para que um não atrapalhe o outro. Como aqui faz bingo, depois faz o outro, depois faz o outro, para que um não atrapalha o outro, o andamento. São instrumentos básicos.

Outro aspecto, senhores: as CPIs agora se deparam com isso. O sistema bancário... São coisas básicas. Como é que se faz a quebra do sigilo bancário? É uma coisa assim macarrônica. Então, o Congresso determinou a quebra de sigilo bancário do sujeito. Então, vai uma ordem para o Banco Central, que espalha a ordem por 300 instituições financeiras do Brasil, por exemplo, ver se o Celso Três, Procurador da República, que está sendo investigado, tem conta bancária ou não. Aí os órgãos respondem, é aquele monte de documentos. Se algum tiver e disser que não, ficamos pendurados no pincel porque não sabemos se está falando a verdade ou não. O Banco Central há muito tempo deveria ter terminado esse cadastro de correntista, há muito tempo; dizer que não precisava de lei, não precisa. O cadastro nacional de inadimplentes, por exemplo, o famoso CRC, cadastro de inadimplentes, o cara que tem dívida, o Banco Central instituiu por ato infralegal. Só agora, com a Lei Complementar nº105, foi legitimado. Mas tem que ter mesmo, o mercado precisa saber se o cara está em dívida ou não. Não sou contra isso. Finalmente, em 2003, veio a lei, está na lei de lavagem de dinheiro. Cadastro nacional de correntista; esse cadastro é de uma simplicidade constrangedora. Qualquer instituição financeira fornece um "cedezinho", um DVD. O que é? É só o nome do cara, Celso Três, ou pessoa jurídica, ou o responsável legal, CNPJ, CPF, é o banco de conta, não é quanto o cara tem na conta. Porque quando os senhores quebram o sigilo, vai lá e diz: não, o fulano tem conta em banco e tal. Não tem como o banco dizer que não tinha. Há o controle. Muito bem.

Pergunto se o Banco Central implementou esse troço? Até agora não. Anunciaram trezentas vezes, já faz dois anos e não implementaram esse negócio. Uma coisa simples! Hoje uma das formas de rastrear é pela Receita, recolhimento de CPMF, que vem do banco; em muitos casos não há o documento de CPF, a Receita não consegue indicar o banco, mas é um dos instrumentos. Então, esse tipo de coisa objetiva, clara...

O Senador Pedro Simon fez o projeto de lei, em 97, a Câmara aprovou, da identidade nacional, o brasileiro não tem identidade. Estou dizendo isso porque é crucial para combater qualquer tipo de crime, e essa dos bancos não é só para combater crime. Temos hoje um monte de dinheiro no sistema bancário e tem uma lei lá que diz que depois de determinado tempo tem que ser recolhido para o Banco Central, aí vem a imprensa e diz assim, o Banco Central: é dinheiro sujo, ninguém foi pegar. Não é dinheiro sujo muitas vezes. É gente que morreu, e os sucessores não sabiam que tinha dinheiro no banco. É gente que deve alimentos, que abandona filhos, e o juiz da Vara de Família não tem como mandar rastrear para ver se tem dinheiro para prender. Porque não se tem um controle centralizado.

Essa da identidade nacional do brasileiro, temos a placa, o veículo já tem identidade nacional, porque a placa é nacional, agora as armas têm o sistema nacional pela Polícia, e o cidadão não tem. São vinte e sete Estados fazendo a carteira de identidade de forma diferente. De tal forma que o CPF é a carteira de identidade, tanto é que a Receita queria extinguir o CPF de quem não declara Imposto de Renda, e o que aconteceu? Um pânico geral porque o CPF virou identidade no Brasil, porque não tem um número nacional. Então temos essa proeza e ainda falamos dos portugueses, fazemos piada com português. É obrigar o cidadão que não tem nada a declarar, a declarar Imposto de Renda. Então esses aspectos são pontuais, mas são instrumentos decisivos na hora da apuração, e os senhores agora nas CPIs também se deparam com essa situação, não é só o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, vou concluir, mas não posso deixar de pedir ao Sr. Procurador, Dr. Celso Três, para que conte a história de um bicheiro que inclusive já faleceu; a desenvoltura desse bicheiro era tão grande, ele driblava de tal maneira a Justiça que isso provocava, na imprensa e na opinião pública, uma espécie de tragicomédia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só lembro que se trata de uma pessoa que já faleceu, e nós tenhamos que limitar...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem nada ofensivo, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em respeito à família do cidadão, solicitaria ao Dr.

Celso que resumisse rapidamente a pergunta do nosso Relator.

O SR. CELSO TRÊS – Nem vou referir o nome dele. Mas o que tivemos, nesse circunlóquio de delinqüência, do jogo do bicho que migra, como disseram os colegas, para a jogatina eletrônica e assim por diante. Na serra gaúcha, era a sua sede, o mais famoso bicheiro da história do Rio Grande do Sul, certamente, folclórico, Presidente do Juventude, foi Deputado, Presidente da Comissão da Constituição e Justiça da Assembléia, etc e tal. Tivemos umas situações hilárias, em determinado período, ele era Deputado, e alguns bicheiros do Rio começaram a entrar na serra gaúcha. Ele mandou fazer um anúncio na capa de todos os jornais protestando contra isso, dizendo que era um jogo secular, etc., se sentia ofendido pela invasão, uma espécie de conflito de competência entre os bicheiros. Claro que a desmoralização foi tão grande que a Polícia teve que ir lá e quebrar várias bancas. Outro episódio hilário é que nessas investigações acabou sendo preso por sonegação, como disse o colega do Ministério Público estadual que coordena o combate ao crime organizado, eles estão sempre em nome de laranja, 99% em nome de laranjas. E aí um desses, em Gramado, publicou um anúncio na capa do jornal dizendo assim: "administração" fulano de tal – vinha o nome dele –: "30 anos de experiência". Bom, 30 anos, o bingo tinha sido liberado havia poucos dias, era o jogo do bicho. E ele dizia que não era dono do bingo. Levado ao processo, ele foi interrogado pelo juiz e explicou – achei sensacional a explicação –, disse assim: "Não, doutor, na verdade, eu tenho uma marca, sou uma pessoa que tenho muita confiabilidade do apostador; então o pessoal coloca que eu administro, mas, na verdade, não sou eu. Isso é para dar confiança ao apostador".

Esse é um exemplo. Quando ouvimos esse negócio de dinheiro não contabilizado, dízimo, esse troço todo, isso vem de longe. Está certo, o réu não tem obrigação de dizer a verdade, quem tem a obrigação de buscar a verdade é a autoridade que investiga.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, só vou perguntar uma coisa. Delegar o combate ao crime organizado aos Estados é um suicídio. V. Sª fez essa afirmação.

O SR. CELSO TRÊS – Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Crime organizado, jogos de azar, delegar aos Estados é um suicídio.

O SR. CELSO TRÊS – Exatamente. Não que os órgãos federais não possam ser contaminados também com a corrupção, e todo dia estamos vendo isso, mas o controle inegavelmente é muito melhor. Você tem uma maior dificuldade de fazer isso. A começar porque delegando ao Estado você vai ter um conflito de legislação terrível, além de ser pernicioso do ponto de vista de contaminação das autoridades; vai ensejar uma série de conflito, jogatinas são instaladas aqui de outro Estado e assim por diante. Você tem uma série de dificuldades. Nós temos um órgão que é a Caixa Econômica Federal que administra o jogo do Estado no Brasil desde sempre e que pode contribuir para isso, digo, numa decisão deliberar. Se decidir deliberar, fazer isso de forma centralizada, com credenciamento junto à Caixa, como são as lotéricas até hoje e que tem a fiscalização. A fiscalização é muito difícil. Em qualquer país desenvolvido, Estados Unidos etc., lá tem uma investigação **in loco**, não é investigação por papel, aquele troço de prestação de contas assim porque papel aceita tudo o que se manda para a autoridade, então é difícil. Então é a centralização, precisa ter isso, a criminalização da clandestinidade. E com esses suportes é possível – sanear completamente é difícil –, mas dar certa dignidade, se é que jogo pode ser digno, à jogatina.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi, e concedo a palavra ao Senador Magno Malta, por permuta com o Senador Mozarildo. Em seguida, o Senador Antonio Carlos. Houve uma permuta, o segundo era o Senador Mozarildo.

V. Exª, Senador Magno Malta, dispõe de até... (Pausa.)

Senador Antonio Carlos, por permuta com o Senador Mozarildo e Magno Malta. V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não precisarei tanto.

Sr. Presidente, sempre tive, mesmo antes da vinda dos procuradores aqui – aí divirjo do nosso ilustre Relator –, uma posição totalmente contrária ao jogo. Os procuradores, de um modo geral, colocaram bem essa situação. Acho também – e me cumpre dizer isso – que a Constituição de 88 deu uma força excessiva aos procuradores da República, eles têm uma força excessiva que, quando bem usada, é extremada útil ao País, mas, quando há excesso, quando é exagerado, mais para a publicidade do que para realidade, é altamente nociva ao Brasil. Temos visto casos de todos os tipos. Hoje temos quatro procuradores; se tivéssemos quarenta, as opiniões seriam diversas.

De maneira que, quando o Senador Magno Malta escolheu esses procuradores, evidentemente o fez porque achava indispensável, acho que é um bom corte entre os procuradores, mas outros pensariam de modo diverso. Tenho visto excessos em procuradores; tenho visto corporativismo demasiado entre os procuradores. Há um caso último, recente, que ainda não tinha estágio probatório e que empatou cinco a cinco, e esse procurador que não tem moral continua no Ministério Público. De maneira que não tem autoridade para pegar os arcanjos da vida como V. Sª tem, e que colocou a meu ver muito bem, como também os demais procuradores colocaram bem dentro do seu estilo. Confesso que o estilo do quarto, Dr. Celso Três, não é o que acho ideal para um procurador. Acho que ele deveria ser mais calmo e talvez mais convincente, por isso fez um contraste terrível com o Relator, que é talvez o mais calmo entre os nossos Parlamentares. De modo que talvez tenha até assustado o nosso ilustre Relator com a maneira com que... Nós viemos aqui para descobrir coisa, saber pontos, para discutir com os senhores até mesmo, se possível, a legislação. O Procurador Taques colocou a resposta muito bem em relação a esse problema com o Relator, mas é preciso que o procurador saiba também que não é o juiz.

O Judiciário está acima para decidir com os procuradores, como é verdade, as críticas que alguns fizeram ao Judiciário e faço até maiores pela sua falta de agilidade e muitas vezes a sua corrupção, principalmente nos Estados. Essa é uma tarefa que ainda não vi procurador, talvez lá no Espírito Santo, agir assim em relação ao próprio Judiciário. E há juízes que não poderiam ser juízes, mas o Ministério Público se cala muito sobre isso. Quero nesta hora aproveitar para fazer um grande elogio ao atual Procurador-Geral, Dr. Antonio Fernando, que tem um estilo excelente de agir e é firme e decisivo. O Dr. Fontelles é um homem correto, capaz e foi muito útil nessa fase ao Ministério Público, mas tinha outro estilo que é totalmente diferente do atual Procurador.

Por exemplo, se nós fizéssemos um trabalho efetivo, se o Governo Federal, principalmente, comandasse, com os Estados e os Municípios, o jogo só existiria – o caça-níquel etc. – com a vontade das autoridades. Se as autoridades quiserem, elas impedem o jogo. Mas não há uma legislação obrigatória em relação a isso, e fica uma fiscalização, como qualificou o Relator, frouxa, uma legislação que não obriga a esta unidade de ação, das autoridades municipais, estaduais e federais.

Queria dizer também que houve uma falha aqui do nosso – fez aliás uma excelente exposição, foi melhor na exposição do que nas respostas – primeiro procurador, Dr. Vasconcelos, quando disse que coronel e delegado são submetidos à Assembléia Legislativa. Isso não é verdade. No meu Estado, por exemplo, há concurso público para delegado, e só pode ser delegado o bacharel; e não pode mudar e não pode fazer isso. E delegados não são submetidos a isso. Realmente são da autoria do Poder Executivo. Não sei se no Espírito Santo é assim, mas na Bahia não há essa interferência.

V. Exª pode, se quiser, me apartear, com prazer. Os quinze minutos são meus e seus.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Acho que não fui feliz na exposição, só para melhor esclarecer. Na verdade, o que abordei foi a questão do acesso. Todos os delegados, no Espírito Santo, pelo menos nos últimos vinte anos, são concursados de fato. Referi-me à questão da ascensão funcional, quando ele já tem vinte ou vinte e cinco anos de Instituição e pretende ocupar um cargo de cúpula, ou seja, uma superintendência, uma chefatura de polícia. Nessa ascensão funcional, entra a indicação da Assembléia, não para ocupação inicial do cargo, mas para atingir a cúpula da instituição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas, na Bahia, o secretário de segurança é escolhido só pelo governador; e o delegado-chefe, também.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – No Espírito Santo, é diferente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Exatamente. Então, a generalidade não cabe.

Outra coisa que eu queria dizer também é que, nos Estados Unidos, ao contrário do que se falou, não se chama "assassino"; só depois de provado. Diz-se o "suposto autor do crime"; ninguém diz "o criminoso", ao contrário do que V. Exª...

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Em vários Estados, o tipo penal do homicídio qualificado se chama "assassinato". Apenas isso. Não estou dizendo que a pessoa...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sempre é o "suposto autor do crime". Até no caso Kennedy foi isso. De maneira que...

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Não é pessoalizar, é o tipo penal. Se V. Exª fala para qualquer do povo "homicídio qualificado",...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O meu receio, inclusive, é que V. Exªs, amanhã, não queiram nem que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – que ela também o é, fora da CPI –, amanhã vote se deve ou não ser aprovado o ministro do Supremo ou o ministro do STJ; que V. Exªs não queiram que aprovemos embaixadores, nada disso.

Se for assim, por essa vontade, os senhores querem anular o Legislativo, coisa que não vai acontecer. Não vai acontecer. A crise por que passa o País não é uma crise do Poder Legislativo; passa como sendo do Legislativo porque alguns Parlamentares não honraram o seu mandato e merecem ser punidos; é uma crise do Governo Federal, que foi leniente no combate à corrupção, para não dizer parceiro da corrupção.

De modo que entendo que foi muito útil a audiência. Os senhores tiveram uma atuação muito boa. Sei que os seus colegas devem comungar com a maioria do pensamento dos senhores. E, se for necessário, e os senhores quiserem mandar qualquer colaboração para a Comissão, sei que o Presidente a aceita, e o Relator, também, com muito prazer. Agora, será muito mais útil, ao invés de nos combater, trazer-nos a colaboração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Como o Senador Antonio Carlos Magalhães não fez nenhuma pergunta específica, apenas um comentário, vou passar ao segundo Senador inscrito, Senador Magno Malta, em razão das permutas feitas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL-ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez quero cumprimentar o Ministério Público, pela disposição de atender a esta Comissão, em razão do convite feito pelo nosso Presidente a partir de um ofício que encaminhei e que foi votado nessa douta Comissão.

A exposição feita deu a muitos – não sei se a TV Senado em algum momento esteve ao vivo para a sociedade – claridade sobre a questão dessa ramificação, que não é uma coisa isolada só de um Estado; trata-se do crime organizado, que tem uma malha que grassa o País inteiro. É um crime transnacional. Fazemos fronteira com países que, infelizmente, plantam, comercializam, fazem beneficiamento e usam as nossas fronteiras, que são abertas para fazer tráfico de toda ordem, contrabando de toda ordem.

Daí uma das razões pelas quais, Sr. Relator, sou eminentemente contra a legalização do jogo neste País, porque viraremos o paraíso de todos os nossos vizinhos que estão ao nosso lado sem que tenhamos um mínimo para guardar as nossas fronteiras. Todos virão aportar aqui porque, pela nossa malha rodoviária, pelo nosso conjunto portuário e pelos nossos aeroportos, já somos um entreposto do crime no mundo, a partir dos nossos vizinhos.

No momento em que tomamos uma iniciativa dessa natureza – já entendendo que, sem a legalização, nós já pagamos, e a sociedade padece...

Aqui, agradeço ao Ministério Público Federal por esse trabalho que já vem fazendo ao longo de anos, apesar da deficiência da legislação. A legislação de fato é pífia; está muito mais a serviço do crime do que do cidadão que paga imposto neste País. Aproveito para agradecer à Conamp também, ao Ministério Público Estadual neste País, pelo que tem feito...

E também ao senhor, Dr. Ronaldo, que militou muito tempo no Espírito Santo, somos gratos pela sua militância, pelo sacrifício da sua família, da sua esposa, do seu filho; pelo que o senhor viveu no Estado do Espírito Santo, a pressão, as ameaças, mas que, com galhardia, cumpriu o seu papel ajudando o povo do Espírito Santo naquele momento crucial da nossa história de enfrentamento ao crime organizado. Ninguém foi tão desmoralizado, dilapidado pela jogatina, pelo crime organizado como se fez no Estado do Espírito Santo, que só assim aparecia nas páginas dos jornais, ao longo de 12 anos, na mídia deste País.

A história mudou a partir desse enfrentamento ao crime organizado. Mudou a história o Ministério Público Estadual, o Grupo de Combate ao Crime Organizado – GRCO, no Estado do Espírito Santo, e hoje ainda o Grupo de Combate ao Crime Organizado, com o novo Procurador, Dr. José Paulo, e os Procuradores Federais.

Lembro que, ao deixar o Espírito Santo, o Dr. Henrique Herkenhoff ficou no seu lugar: um jovem Procurador do Estado do Espírito Santo, conhecedor da realidade, a quem quero homenagear porque também deveria estar aqui, e não pôde comparecer, porque também foi convidado por esta Comissão.

Entendendo tudo isso, Dr. Pedro Taques, na CPI do Narcotráfico, no nosso relatório, já apontávamos para essa problemática. Apontávamos até porque não temos a tipificação para esse tipo de crime – é uma das perguntas que desejo fazer aos Procuradores, porque precisamos tipificar.

Existem algumas coisas hilárias, como, por exemplo, quando o sujeito sai do presídio, é fugitivo, mas ele passa em frente ao Hotel Glória, no Rio de Janeiro, e dá uma rajada de balas na frente do hotel. Depois, ele é capturado. Mas não existe tipificação para aquele crime, para aquela rajada de balas que ele deu contra as pessoas hospedadas no hotel, que poderiam ter sido atingidas. Ele é capturado, e não há na lei nenhuma tipificação para esse crime. Que crime é esse de o cara ter atirado contra um estabelecimento de terceiros? Esse tipo de crime precisa ser tipificado.

Eu gostaria de começar perguntando a respeito de coisas muito simples, que são as perguntas da sociedade até para que tenhamos explicações para elas, para desmistificar aquilo que se fala no argumento daqueles que querem manter abertas as casas de jogos, a jogatina, e os caça-níqueis com o mesmo

argumento: geram emprego, renda e põem comida na mesa das pessoas.

Sabemos que o salvo-conduto do crime é a autoridade. Não há discussão para isso. Eu dizia, na época, que o Fernandinho Beiramar estava sendo levado turisticamente de um lado para o outro. Cheguei à tribuna do Senado e disse: "Se quiserem mandar para a minha casa, eu o recebo, porque eu o coloco no banheiro da minha casa e fecho a porta. Ele só vai sair se eu quiser; só vai ter telefone celular, se eu o der; só vai comer na hora em que eu der comida; só consegue tomar um banho quente, se eu ligar o fio lá atrás, porque ele, sozinho, lá dentro, não faz nada. Se ele não tiver um salvo-conduto, não opera nada."

Então, o problema é o salvo-conduto, como é o problema do salvo-conduto no crime organizado neste País.

Então, queria perguntar ao Dr. Ronaldo o seguinte: a sociedade, muitas vezes, não entende isso. Gostaria que V. Exª fizesse uma exposição de como se dá a lavagem de dinheiro através das casas de bingo.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Sr. Senador, a minha experiência no Espírito Santo aponta para o seguinte **modus operandi**. Na verdade, esse grupo opera, inclusive, obtendo empréstimos para financiar a jogatina junto a bancos oficiais. Então, eles conseguem aprovar pedidos de financiamentos para financiar a jogatina. Numa outra ponta, eles operam também com *factorings*. Então, o produto da exploração da jogatina passa por *factorings* e ingressa no sistema financeiro de forma que possa camuflar a operação ilícita que ocorreu antes.

Então, no Espírito Santo, a minha experiência me diz isso, quer dizer, constatei isso. As investigações que foram feitas junto com o Banco Central e com a Receita Federal apontam nesse sentido, ou seja, há um financiamento, primeiro, junto a bancos oficiais para montar a estrutura, dar uma aparência de legalidade. Porque o primeiro questionamento que se faz é o seguinte: ora, a minha atividade é legítima, e é tão legítima que o banco oficial me emprestou dinheiro para que eu pudesse instalá-la. A partir dessa suposta legitimidade ou suposta legalidade, eles passam a operar. E ali naquela Casa são injetados recursos de assaltos a bancos, tráfico de entorpecente, exploração de casas de prostituição, roubo de carga... O senhor se recorda de que, no Espírito Santo, o delegado da Delegacia de Roubos e Furtos foi o primeiro delegado preso pela Polícia Federal, chefe da quadrilha que roubava cargas no Espírito Santo.

Então, esse dinheiro era carreado para esse tipo de exploração; depois, passava por *factorings*, e as *factorings,* então, faziam ingressar esses recursos no sistema financeiro. Existem outras metodologias. Por exemplo, a questão dos bancos serem tornados falidos, digamos, ou liquidados com empréstimos que foram conseguidos por meio de pessoas jurídicas que jamais operaram, ou seja, são empréstimos vultosos, que foram sacados sem nenhuma cobertura, sem nenhuma garantia. Posteriormente, esses empréstimos não são pagos, o banco não tem o que executar. E esse dinheiro vai passar por *factorings* e depois será remetido para o exterior. Quando o Banco Central liquida a instituição, esse dinheiro reingressa no Brasil, por intermédio de outras pessoas; aquelas pessoas que não pagaram o empréstimo são as que têm o recurso para comprar o banco, a carta patente do banco, ou seja, o sujeito leva o banco à falência para depois comprar esse banco. Essa é a metodologia que foi utilizada no Espírito Santo. Quebraram dois bancos lá. E isso tudo é o mesmo grupo, ou seja, o grupo da jogatina.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PFL-ES) – Mais algum procurador gostaria de falar sobre esse tema? Dr. Pedro?

O SR. PEDRO TAQUES – Eu gostaria de falar, se o senhor me permite. Os métodos, o **modus operandi** da lavagem, mudam com o tempo, exemplo disso, a CC-5, sobre o que seu colega Celso Três iniciou o trabalho em Foz do Iguaçu. Hoje já está absolutamente superado esse método de lavagem por meio da CC-5. Depois dessas contas, existiam os títulos americanos; depois, havia a remessa por cabo. São vários modos.

Constatamos que a jogatina – máquinas caça-níqueis e casas de bingo –, no Estado do Mato Grosso e em uma parte do Distrito Federal, captavam esses valores, que não são controlados por ninguém. Não sabemos se o apostador realmente apostou essa quantia e se ele ganhou a quantia "y". Os valores arrecadados com as máquinas são retirados do Brasil pelos mais variados meios, ou em malas – o que também está na moda, a mala, não é? –, por câmbio *hot line*, das mais variadas formas. Esses valores são depositados em empresas *off shore*, notadamente no Uruguai. Essas empresas uruguaias depositam esse dinheiro no Banco de Boston ou no Citibank. O cidadão, no Brasil, contrai um empréstimo lícito com o Banco de Boston, de Montevidéu; esse contrato de câmbio é registrado no Banco Central, que registra a internação desses valores no Brasil, e ele não paga esses valores, e o Banco de Boston, ou outras instituições financeiras não têm prejuízo porque o dinheiro que ele retirou está depositado numa *off shore*, que cauciona isso para pagar os empréstimos lá. E os valores são internados no Brasil de forma lícita, com contrato de câmbio no Banco Central, tudo legalmente. E com esses valores ele vai... Isso é o que a doutrina chama de "criminalidade de terceiro

nível". Ele já vai montar empresas lícitas porque o dinheiro aí já foi reciclado, já foi lavado.

Existem vários métodos. Poderíamos citar outros em que é possível a utilização de máquinas caça-níqueis em lavagem de dinheiro porque não temos um controle... O Estado não tem o controle de quanto se gasta... Em São Paulo, hoje – estou oficiando em São Paulo –, nas principais avenidas da cidade de São Paulo, existem grandes bingos que hoje estão escamoteando em casas de show, contratando artistas famosos do Brasil para fazerem a propaganda, com a falácia de que estão dando emprego, etc.

Então, existem vários métodos para lavagem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PFL-ES) – Concedo a palavra ao Dr. Celso.

O SR. CELSO TRÊS – Existem inúmeros, apenas para complementar a observação do Dr. Taques. Quando falei da falta de ações dos órgãos em normatizar questões que são fundamentais para combater o crime... E não se precisa vir ao Congresso... Não se precisa de leis em sentido formal, não, só o ato normativo... Falei das contas bancárias, a Anatel... O Congresso teve que fazer a lei para dizer que o pré-pago tem que ser identificado. Meu Deus do Céu! É óbvio que a Anatel tinha que ter imposto isso normativamente. É óbvio que a Anatel tinha que obrigar, isolar os presídios do telefone celular, e não obrigar o poder público a pagar para isolar os presídios do sinal do celular. Aqui, uma das formas que se usa hoje é própria loteria oficial da Caixa, porque não é identificado. O sujeito compra o cartão – não é verdade? – porque não é identificado. Alguém ganha na loteria. Aí o sujeito vai lá, compra o cartão do cara, às vezes, até dá um pouquinho mais de dinheiro. E pronto: eu ganhei na loteria. É óbvio que é um ato da Caixa, não se precisa fazer lei para isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PFL-ES) – O Deputado João Alves ganhou duzentas vezes, eu acho...

O SR. CELSO TRÊS – Sim, nem se precisa fazer leis para isso, para essa ópera bufa aí de apostar duzentas vezes. Ele vai lavar todo o dinheiro. Vai dar só um *plus*, uma coisinha pequena a mais para o cara dono do cartão, e fica com o cartão, que não está identificado. E pronto. "Eu ganhei e pronto." Como se vai provar que ele não ganhou?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PFL-ES) – Uma das modalidades que identificamos... Aliás, esse pré-pago, já na CPI do Narcotráfico, está no nosso relatório, fazendo essa recomendação, Senador Presidente.

Uma modalidade é esses bingos, onde eles se instalam. E detectamos isso: os bingos que lavam o dinheiro sujo do narcotráfico, especificamente, o fazem especificamente, porque não têm cartão de crédito, não há promissória nisso, é papel, é dinheiro. E aí o gerente de banco jamais... Porque se o sujeito tem uma empresa, tem um bingo grande, deposita, toda semana, R$30 mil ou R$50 mil... O cara pode estar depositando R$10 mil que auferiu naquela noite e R$40 mil sujo, do dinheiro do narcotráfico. E pega 50 limpos lá na frente. No final de semana, deu muito movimento, R$80 mil: vinte é limpo, sessenta é sujo.

E vai lavando dinheiro aos poucos, vai lavando dinheiro aos poucos. E, como abre todo dia, tem movimento todo dia, exatamente como se faz hoje nos grandes centros com revenda de carro usado. Quando se vê uma cidade com muito revendedor de carro usado, alguma coisa estranha está acontecendo naquele reino. Então essa modalidade, hoje, ainda existe, está operando.

Quero ressalvar aqui que 20% de empresários já entraram, quando essa coisa foi liberada, alguns na base da liminar, e abriram bingos, mas são pessoas de bem, bem intencionadas e querendo realmente trabalhar. Todavia 80% dos que estão aí, estão exatamente a serviço do que estamos colocando aqui.

Eu queria fazer outra pergunta....

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O tempo de V. Exª já se esgotou, mas vou conceder mais um tempo para V. Exª concluir.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Obrigado, meu Presidente!

A pergunta é a seguinte, e qualquer dos três procuradores que estão na mesa pode ficar à vontade para me responder. Quando a discussão apareceu com força, dentro da falácia toda, foi descoberto o seguinte: que a maioria dos bingos opera com cooperativa de servidores; eles não contratam ninguém para não ter obrigação, para não pagar nada para ninguém. O Dr. Pedro pode falar sobre isso?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – O Ministério Público do Trabalho, que também faz parte desse importante grupo de combate nacional às organizações criminosas, nesse trabalho do GNCOC, o Ministério Público do Trabalho tem feito oficiando para analisar a legalidade dessas cooperativas que estão nada mais do que subtraindo o direito constitucional do trabalhador brasileiro. Então o Ministério Público do Trabalho tem feito um trabalho muito interessante nessa área, o que comprova mais uma vez que é uma falácia esse argumento de que emprega milhares de pessoas. Se nós formos fazer esse levantamento, e isso já foi feito, me parece, pelo GNCOC, essas 100 mil, 200 mil pessoas, eu não tenho esse número aqui estabelecido, não são a realidade.

O senhor falou, entre outras coisas muito interessantes, que nós não podemos generalizar. Nós não po-

demos generalizar que todos os bingos do Brasil estão corrompidos ou fazem lavagem de dinheiro. É lógico que o Ministério Público Federal, como nós todos aqui sabemos, é uma instituição séria, e nós não podemos generalizar isso. Por sermos uma instituição séria e também por não escolher as palavras levando-se em conta aquele que está nos ouvindo, eu também gostaria, se o senhor me permite, com o perdão da ausência do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas, com certeza, ele deve estar ouvindo, eu gostaria de dizer que o Ministério Público Federa possui suas falhas. Nós, como o Senado da República e o Congresso Nacional como um todo, possuímos um corporativismo em determinadas situações. Não é isso? O Ministério Público Federal, por meio da Corregedoria do Dr. Wagner, tem tomado as providências devidas, e, infelizmente ou felizmente, o devido processo legal nos garante determinados direitos, como garante aos Senadores da República, como garante aos Congressistas. Então, eu, como representante do Ministério Público Federal, não poderia deixar de falar isso, mesmo com a ausência do Senador Antonio Carlos Magalhães.

E, se o senhor me permite ainda, Sr. Presidente, digo que nós aqui viemos com absoluta tranqüilidade, com absoluto respeito aos Srs. Senadores e nós não viemos aqui para competir estilos. Cada Senador tem o seu estilo assim como cada representante do Ministério Público Federal tem o seu estilo. Se qualquer Senador se sentir ofendido na sua função, em razão de nossa atribuição, a Corregedoria do Ministério Público Federal está aí para isso, e, com certeza, tomará as providências. Nós confiamos no Corregedor e no Procurador-Geral da República. Então peço desculpas, mas, como representante do Ministério Público Federal, não posso medir minhas palavras, levando-se em conta quem está me ouvindo, e eu não poderia sair daqui sem afirmar isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não, eu agradeço, e os senhores vieram para colaborar e têm colaborado muito com o País e conosco, nesse momento acima de tudo, com a população brasileira. O senhor pode ficar absolutamente tranqüilo. Também acho que não houve nenhuma intenção do Senador em fazer qualquer tipo de ofensa.

Há uma característica interessante, Sr. Presidente, não é uma pergunta, nos seguranças de bingo. Normalmente, quem faz a segurança de bingo é policial expulso, de Polícia, são ex-policiais, truculentos, e que fazem a segurança de bingo.

Na época em que o Governo baixou a medida provisória fechando os bingos, eu fiz uma sugestão ao Ministro do Trabalho. Eu disse a ele: olha, o senhor poderia chamar os Governadores dos Estados porque a capacidade de empregar, no turismo, é muito grande, e a maioria da mão-de-obra de bingo é de garçom, garçonete, segurança, pessoas que trabalham na cozinha, *maître*, e o Brasil tem uma rede hoteleira fantástica e pode absorver. Chame os Governadores e peça a eles para decretar imediatamente o cadastramento dos desempregados de bingo, primeiro os que têm carteira assinada. O senhor iria descobrir realmente que é muito pouca gente que iria lá se cadastrar, os que têm carteira assinada. E, segurança, só aqueles que não tivessem processo ou que fossem expulsos da Polícia. O senhor iria descobrir que o número seria menor ainda. E depois passe a cadastrar quem pertence às cooperativas, e o senhor rapidamente desmistificaria isso e mostraria para a Nação a necessidade de manter os bingos fechados. Infelizmente, isso não foi feito, mas fica este registro que estou fazendo. A televisão está ao vivo.

Aliás, quero falar para uma pessoa que me ligou mais cedo, Dr. Pedro Taques, que o senhor não é parente de Carlinhos Cachoeira, só parece com ele. (Risos.)

A pessoa me ligou, estava vendo pela televisão e me procurou: "O Procurador é parente do Carlos Cachoeira?".

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Eu me acho um pouco mais bonito do que ele.(Risos.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Eu sei que os meus companheiros precisam perguntar. Eu queria pedir só ao Dr. Roberto Santos que dissesse para a população brasileira, nós estamos ao vivo, que, nesta nossa discussão – bingos, contravenção, crime organizado, lavagem de dinheiro –, vamos fazer o nosso relatório final e aí vamos ter que produzir um projeto de lei e vamos precisar do Ministério Público Federal, da Conamp, da Polícia Federal, para nos ajudar a elaborar. Porque lei, na minha visão, Sr. Presidente, Sr. Relator, deveria ser elaborada com a assessoria de quem luta a luta da sociedade, e quem luta a luta da sociedade é o Ministério Público. Então a lei teria que ser elaborada a partir do sofrimento da sociedade, a partir do grito da sociedade! E a boca da sociedade que sofre é o Ministério Público. Então a Conamp, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, nós precisamos da ajuda deles para produzir nosso relatório ao final. Isso será o grande presente desta CPI à Nação brasileira.

Quais os crimes que não são tipificados e que deverão, com a nossa iniciativa, ser tipificados para que possamos conter essa violência criminosa na sociedade brasileira?

O SR. ROBERTO SANTOS FERREIRA – Sr. Senador, falando em tese, se fizer a opção política

por liberar o jogo, é preciso que esse jogo seja regulamentado normativamente. Primeiro, é criminalizar o próprio jogo em si não autorizado. No momento em que se regulamentar o jogo, cria-se uma figura atípica de que você... se instalar uma casa... um exemplo do que ocorre com instituições financeiras fora da regulamentação, isso já caracterizaria um crime. Parece-me...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Esses crimes deveriam ser tipificados...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Magno Malta, só fazer um alerta. Em homenagem a V. Exª, que é o autor do requerimento...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, eu estou encerrando, é a minha última pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Porque V. Exª já teve os quinze minutos, mais dez, e ainda temos três Senadores inscritos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, minha última pergunta. Eu encerrei.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu gostaria só de fazer uma observação. Daqui a quarenta e três minutos acaba a transmissão da TV Senado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu encerro aqui. O Dr. Celso tem a palavra só pra...

O SR. CELSO TRÊS – Rapidamente, Senador, é o seguinte,...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Desculpe-me, V. Exª.

O SR. CELSO TRÊS – Só complementando a resposta ao colega. Eu acho que a tipificação depende da decisão aqui do Parlamento. Os senhores decidem liberar o jogo ou não. Bom, se proibir, a questão é tipificar que não pode, e deixar de ser contravenção *(inaudível)*, com pena mais grave, e é mais simples. Liberou o jogo? Aí temos que ter uma série de tipos penais. Ingresso de menor, isso é terrível! E não é só de dezoito anos, tem-se que contar vinte e um. Sobre isso que o colega falou, quer dizer, a atuação clandestina sem autorização da autoridade competente... Na questão da irregularidade, tipo penal, hoje, temos na lei dos delitos ambientais, que é crime a autoridade licenciar uma obra ambiental sem obedecer às disposições legais. Deve-se colocar isso também porque refreia muito... Às vezes, não se consegue provar a corrupção da autoridade que autorizou o bingo, mas se prova que ele não obedeceu às normas. Isso é importante também. Aí há uma série de tipificações.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado aos Srs. Procuradores; obrigado, Sr. Presidente, Senador Mozarildo, pela complacência. Desculpe-me, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta.

Eu concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Procuradores, como cidadão muito mais do que como Senador, eu tenho uma fé e uma esperança muito grande no Ministério Público Federal, muito grande, porque, se perdermos a fé no Ministério Público, no Judiciário, na Receita Federal, o País está perdido. Na hora em que o Ministério Público for contaminado, vamos perder a esperança. E é por isso que eu louvo toda esta ação... Às vezes, há certas horas... toda... uma certa ação até um pouco de truculência do Ministério Público Federal, até Estadual, mas eu acho que paira entre os procuradores uma indignação contra tudo isso que está ocorrendo aí de corrupção, de irregularidades, de mau comportamento de tanta gente em tanta instituição.

Então, fica aqui esse meu depoimento.

O caso Cachoeira... Ele afirmou categoricamente para nós, aqui, que ele não mexe com bingo. O problema dele é loteria, e tudo que ele tem, sua contabilidade, tudo é contabilizado, tudo é legal. Não tem caixa dois, não tem coisa nenhuma. Então, leva, inclusive, aquele que é mais leigo, a não entender, a não ter noção do que seja a diferenciação entre loteria, bingo e caça-níquel. Isso precisa ter um esclarecimento melhor até para que a população sinta do que está se tratando aqui nesta CPI. Será que o Carlos Cachoeira não mexe com bingo? E se não mexe com bingo e está tudo contabilizado, ele não está na lavagem de dinheiro?

Outra coisa que foi dita pelo Sr. Carlos Cachoeira: que ele poderia perfeitamente estar com a sua empresa funcionando. Eu até perguntei: por que é que não está funcionando? Justamente porque aqueles que iam investir no seu empreendimento, que eram os coreanos – já havia investimento de argentinos –, se afastariam em razão do clima político desfavorável que está vivendo o Brasil. Esse é um outro problema sério: a participação como parceiro de empresa nacional que explora os jogos.

Então, são esses dois pontos que eu gostaria que me fossem esclarecidos. Dr. Ronaldo, temos que ganhar tempo antes das duas horas da tarde. Indago sobre essa questão de bingo, loteria e também de caça-níquel. Ele dizia o seguinte: a loteria autorizada,

legalizada não é caça-níquel. Caça-níquel é aquilo que é irregular, que é ilegal.

Então, indago sobre essa a questão e também a das parcerias internacionais, se isso configura uma parceria com a máfia internacional de lavagem de dinheiro.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Sr. Senador, até por uma questão de lealdade, eu gostaria de dizer o seguinte: eu sou radicalmente contra a liberação do jogo no Brasil. Sou radicalmente contra, porque encontrei, na minha experiência profissional, instalação de máquinas nos bolsões de periferia. Ao contrário do que se prega, o efeito nos bolsões de pobreza com relação a essa questão é nefasto: pais de família deixam de alimentar os seus filhos para investirem em jogatina. Eu, por convicção até religiosa, sou radicalmente contra. Mas, se for decisão política pela liberação, teria que cumprir a Constituição.

Na minha visão, nessa questão de parcerias internacionais, seria preciso que a legislação fosse minudentemente cuidadosa, por quê? Porque se abre uma imensa, ou abriria uma imensa oportunidade pra que dinheiro sujo internacional fosse aplicado no Brasil. Nós nos transformaríamos numa imensa lavanderia.

Então, essa questão deve vir cercada de todos os cuidados com assessoria, evidente, do Banco Central, do Coaf. São órgãos, instituições que têm experiência; o próprio Ministério Público e a Receita Federal poderiam dar uma grande contribuição. Acho que, se liberado, o primeiro passo seria fortalecer mecanismos para evitar que dinheiro de máfia pudesse ingressar no Brasil licitamente.

Com relação à questão do que pode ser tipificado e o que não pode, o Dr. Celso colocou muito bem. É preciso também que as penas sejam penas pesadas. Eu acho que o mínimo de pena que deveria ser aplicado seria de três anos. Começamos a partir de três anos até uma variação de doze anos. De três a doze anos. Porque há uma legislação no Brasil, também, que permite a substituição da pena de até quatro anos. Isso significa que, até quatro anos, ninguém vai pra cadeia, a não ser que tenha um péssimo histórico, um monte de condenações.

Na verdade, trabalhamos para, no final, colher uma substituição de pena. Isso gera uma frustração muito grande porque o policial infiltrado arrisca sua vida; o auditor fiscal trabalha noites a fio; o Ministério Público é exposto, inclusive, a ameaças; o delegado de polícia põe em risco sua vida e a de sua equipe e, no final, colhe-se uma substituição de pena.

E não é, diga-se até por questão de lealdade, responsabilidade da magistratura, não. É porque, segundo os pressupostos a serem cumpridos, o juiz é obrigado a substituir mesmo contra a sua vontade, contra a sua convicção, porque, se não encontrar elementos para manter o delinqüente preso, ele é obrigado a liberá-lo.

Então, acho que quanto a essa questão, é preciso mesmo muito cuidado ou que se ouça o Banco Central, que se ouça o Coaf, e que se ouça a Receita Federal, o Ministério Público, porque, de outra forma, se essa legislação sair defeituosa ou incompleta, é óbvio que eles vão trabalhar, como vêm trabalhando, nas lacunas da lei. Vamos assistir no futuro a denúncias de ingresso de dinheiro da máfia espanhola, da máfia chinesa, da máfia italiana circulando livremente no Brasil.

Não sei se respondi...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ficou faltando a questão da legitimidade da atividade da empresa, porque ele disse que "Bingo, não; só mexo com loteria". E a questão do caça-níquel. A diferença entre os três, para a gente poder esclarecer a população.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Pois não. Na verdade, o caça-níquel, hoje, constitui contravenção penal. O que se faz pra distinguir é um laudo pericial. Os componentes desses equipamentos vindos de forma irregular, oriundos do exterior, já constituem crime de contrabando. E como contrabando é competência da Justiça Federal, é possível amarrar nesse sentido.

Se ficarmos apenas com *(inaudível)*, ou seja, com a contravenção, a Justiça Federal não é competente. Seria julgado, então, na Justiça estadual. E se, com crimes de até quatro anos, é possível a substituição, o senhor imagine uma eventual condenação por contravenção.

Com relação à diferença entre loteria, bingos, as perícias atestam se o apostador pode com a sua perícia influir no resultado ou não do jogo, da aposta. Se for algo como apenas colocar uma moeda e apertar um botão, obviamente é caça-níquel. Mas pode ser que, em outros equipamentos, o poder de memorização ou a habilidade do apostador possa de fato influenciar no resultado. E aí há uma tendência de parte da jurisprudência de dizer o seguinte: se há possibilidade de influenciar, então não seria propriamente caça-níquel.

E nessa perícia – eu tive oportunidade de trazer algumas que foram produzidas pela Polícia Civil do Estado do Espírito Santo – atesta-se o seguinte: num determinado equipamento apreendido, lança-se uma moeda, aperta-se um botão. E a perícia, então, conclui que, nesse ato de apertar o botão, o apostador teria como controlar um eventual resultado face às suas condições pessoais.

Então, é basicamente assim: o equipamento é periciado e, de acordo com o relacionamento do apostador

com o equipamento e suas condições, o prognóstico pode ser *(inaudível)* caça-níquel ou não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Queria fazer especialmente um registro: Mato Grosso deu um exemplo espetacular de como é que se trabalha nessa área, comandado por V. Exª, Dr. Taques.

Eu sou de Mato Grosso do Sul, e lá temos na área do Judiciário uma figura que é ícone: Odilon de Oliveira, que inclusive está despachando no seu gabinete dentro da Polícia Federal, praticamente não sai da sala, tem um colchonete onde dorme em razão das ameaças que ele recebe *(inaudível)* devido às suas sentenças que são corajosas e que representam, para nós, aquela esperança que eu disse pra vocês.

Portanto, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, temos, pelo menos, alguns exemplos de homens de ação que vêm ao encontro daquela aspiração nossa: a aspiração de passar a limpo, fazer prevalecer a lei, recolher à cadeia pública o delinqüente, esta aflição que o povo sente hoje. Se não tivermos instrumento para isso, essa Pátria não vai ser a pátria que queremos de jeito nenhum, de forma nenhuma. É por isso que compreendo, às vezes, a indignação do Ministério Público. Às vezes, chegamos até a perdoar certos momentos em que o Ministério Público busca até a televisão para dar o foco naquela sua ação repressiva, que choca, às vezes, na linguagem do Senador Antonio Carlos Magalhães, o bom senso.

Deixo este registro, principalmente para dizer que a esperança não acabou e a temos muito forte enquanto for forte o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Dr. José Pedro Taques, para uma complementação.

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Agradeço as palavras ao Ministério Público Federal e afirmo que esse trabalho realizado no Estado de Mato Grosso foi feito em conjunto com o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a Polícia Federal, porque entendemos que sozinhos não podemos fazer absolutamente nada. É um trabalho conjunto de várias instituições. Também ressalto a importância do papel do Juiz Federal Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal no Estado de Mato Grosso, que há quatro anos também se encontra com escolta policial, e o trabalho do Dr. Odilon, em Mato Grosso do Sul, por demais interessante.

Para que o senhor possa saber, o cidadão condenado do Estado de Mato Grosso, criminoso condenado, ele, num determinado momento, foi sócio de um famoso bicheiro de Mato Grosso do Sul. Inclusive, um delegado-geral de Polícia do Estado de Mato Grosso do Sul está preso no Estado de Mato Grosso em razão disso, o que comprova, mais uma vez, que crime organizado não tem fronteiras, não respeita territórios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Exª está satisfeito?

O Dr. Celso Três precisa fazer uma complementação.

O SR. CELSO TRÊS – Só em complementação, porque o colega explicava como é complexa a questão das máquinas, quero dizer que nós tivemos situações que, na verdade, caracterizam estelionato. Até o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul fez isso, e acho que com muita correção, porque o sujeito não vai ganhar da máquina. Então, esse exame... Quer dizer, no jogo tem que haver a álea, tem que ser aleatório, tem que se ter a chance de ganhar. Há muitas situações em que, na verdade, não se tem a chance de ganhar. Você não vai ganhar da máquina nunca. Então, na verdade, caracteriza-se inclusive o estelionato. Os promotores forçavam na acusação, porque para o estelionato a pena é maior. Pelo menos dá para intimidar de uma certa forma. É complexa a questão.

Agora, independentemente do jogo, embora eu seja contrário, admito – a questão da liberação do bingo é um juízo político dos senhores –, o caça-níquel, esse que se coloca em todo lugar, esse é uma praga. Isso é uma praga.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

V. Exª, Senador, dispõe de quinze minutos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, meu caro Senador Efraim Morais, Srs. Senadores, Srs. Procuradores, quero dizer que é uma satisfação enorme poder testemunhar um depoimento do nível e da responsabilidade ética e social de V. Sªs. Estou certo de que o Brasil inteiro tem um enorme reconhecimento da importância que tem o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais na afirmação do estado democrático de direito. Estou certo de que o Congresso Nacional também é reconhecedor desse papel e é natural, também, que tenhamos momentos de divergência, como o próprio Senador Antonio Carlos externou. Eu também tenho momentos de fortes divergências quanto a eventuais excessos, mas também os senhores têm quanto aos do Parlamento. Isso é da natureza. Eu até estava lembrando uma frase de Joaquim Nabuco, que diz o seguinte: "Se dos moderados não se pode esperar decisões supremas, dos exaltados não se pode esperar decisões seguras".

Então, o nosso caminho é achar o ponto ideal dessa relação conflituosa que envolve representantes de instituições tão sublimes, como é o Ministério Público e o Senado Federal.

Eu, pessoalmente, nunca consigo falar em Ministério Público Federal, em Ministério Público Estadual, Magistratura, sem ter, primeiro, um reconhecimento pessoal de gratidão. Seguramente, o Governador Jorge Viana, do meu Estado, meu irmão, está vivo hoje graças à ação do Ministério Público Federal, assim como D. Moacir Grechi, Arcebispo de Rondônia e Acre naquela época, está vivo graças à ação do Ministério Público Federal e, seguramente, assim também nós que estamos mais ligados àquele projeto, porque o Acre vivia privatizado pelo crime organizado, pelo narcotráfico e pela corrupção pública.

Então, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Magistratura, a Assembléia Legislativa e a Polícia Federal foram componentes fundamentais para nós recuperarmos o estado democrático de direito no Acre.

O Senador Magno Malta foi peça fundamental na CPI do Narcotráfico. Seguramente, essa gratidão é extensiva a ele, como Presidente da CPI do Narcotráfico, e a seus membros.

Eu sei os momentos difíceis que enfrentamos – quarenta e dois criminosos atrás das grades graças à ação dos senhores – e sei os riscos que corremos atualmente. O risco persiste. É algo que vai durar pelo menos 20 anos, somos sabedores disso. Por isso, eu jamais poderia deixar de reconhecer figuras como o Dr. Luís Francisco, o Dr. Santoro, o Dr. Franklin, o Dr. Pedro Taques, a Drª Rachel, o Dr. Marcos Vinícius, aquele doutor gaúcho, cujo nome me foge neste momento, também o Fernando Piazenski também, que é uma pessoa ímpar... Todos foram fundamentais.

Eu traria, inicialmente, uma pergunta ao Dr. Ronaldo, que fez uma exposição brilhante. A relação dos bingos e caça-níqueis é sempre muito associada, pelo que pude entender. V. Sª expôs que Waldomiro estava vinculado a pelo menos três idas ao Espírito Santo e envolvido nos mesmos erros. Nessa época, Waldomiro era da Loterj ou já era do Governo Federal?

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Eu não tenho como precisar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu gostaria que, depois, V. Sª mandasse para a CPI, por gentileza, porque é um dado importante para nós.

Seguramente, esse aspecto vem a tentativa de vincular e fazer e prosseguir, que não foi de V. Sª. V. Sª colocou, com toda a grandeza e ética, a necessidade de esse nome ser colocado no meio disso, mas hoje, dentro do processo natural de linchamento moral do PT que estamos vivendo, essa associação vai haver, e por isso peço que ela seja colocada.

Veja como as coisas estão. Hoje, a Polícia Federal está prendendo 26 pessoas em seis Estados do Brasil. Na Paraíba, prendeu o Sr. João Cícero Lucena Filho, ex-Prefeito de João Pessoa, atual Secretário de Estado do Governo da Paraíba, que é do PSDB, foi Ministro por sete anos do Governo anterior, membro da Executiva Nacional do PSDB, membro da Secretaria Nacional de Apoio às Prefeituras, mas nem por isso eu, como membro do PT, com toda a tranqüilidade de ser parte do Partido dos Trabalhadores, que tem uma história de honra neste País, acuso o PSDB de merecer um linchamento moral por isso. Não faço. Não acho que se deva agir assim. Nós temos que defender a instituição partidária, a instituição democrática.

O PFL agora mesmo, há pouco tempo, deu um belo exemplo de punição severa a um membro suspeito de envolvimento com lavagem de dinheiro: expulsou um Deputado Federal, expulsou um Deputado Estadual. Nem por isso nós vamos fazer linchamento do PFL.

Veja o que eu poderia até usar numa hora dessa: "Serra convida Prefeito de João Pessoa para compor seu governo". Do dia 2 de dezembro de 2004. "O Prefeito de São Paulo eleito, José Serra, convidou Cícero Lucena para participar de sua futura administração. Ele – Serra – perguntou da possibilidade se eu poderia, eventualmente, no próximo ano, colaborar com a administração dele", disse Lucena à **Folha Online**. Aí ele disse que ouviria os amigos e tomaria a decisão. Nem por isso eu posso dizer que o Ministro José Serra é homem desonesto. Tenho certeza absoluta da sua honradez e da sua integridade como pessoa.

Então, acho que, se colocarmos as coisas no seu devido lugar, vamos preservar o Estado democrático, vamos fortalecer a instituição partidária e avançar na luta com a democracia.

O Dr. Gerson Daiello faz observações fortes também sobre o descumprimento das relações trabalhistas desses servidores das cooperativas dos bingos, que fizeram um movimento de milhares de pessoas na frente do Congresso, forçando a decisão do Senado, que, infelizmente, foi uma decisão favorável a que continuasse como está. Poderíamos ter tido a medida provisória proibindo a atividade do bingo naquele momento, mas não vamos detalhar isso.

Eu perguntaria: já houve denúncia do Ministério Público contra o Ministério do Trabalho, nas suas delegacias regionais, por isso, por omissão, por não fiscalizar efetivamente essa atividade clandestina, do ponto de vista trabalhista? Eu deixaria essa pergunta.

Então, o Dr. Roberto Santos Ferreira fez todas as manifestações em relação ao Espírito Santo, atuou com os bingos, denunciou o Sr. Gratz, o Dr. Santoro atuou muito também, dando conseqüência ao trabalho dos senhores, e o Dr. Pedro Taques faz uma manifestação longa, profunda, até com concepção doutrinária

e fortes contribuições para o Legislativo achar uma saída que colabore.

Eu lhe pergunto: na legislação americana, por exemplo, quando se prende um traficante, há o arresto dos seus bens, e só depois de provada a sua inocência é que o Estado os devolve. Aqui, no Brasil, vemos traficante, assassino poderoso ser preso e não conseguimos isso, que parece que é a aflição dos senhores também. Há um caminho? Não estaríamos ferindo cláusula pétrea da Constituição se o Legislativo agisse para ajudar nisso, porque é perigoso, pois o traficante, com suas propriedades e seus bens patrimoniais, pode mandar matar quem quiser. Ele não está enfraquecido. Então, o crime tem continuidade nessa hora. Eu lhe perguntaria se há uma decisão madura, uma interpretação madura, se é possível a legislação dar uma resposta para isso.

V. Sª colocou que, quando há a presença do jogo, do caça-níquel e do bingo, seguramente, o crime organizado está presente. Não há como dissociar e não cumprir o acompanhamento deles. Diz também que, na ação criminosa, a lavagem do dinheiro serve também à política. Eu também tenho certeza de que isso acontece muito no nosso País.

Fala-se de uma lavagem de 800 milhões apenas no Estado do Mato Grosso, que V. Sª cumpriu com tanto brilhantismo. Eu lhe perguntaria: que partidos políticos estão envolvidos, se é possível dizer, se não está em segredo de Justiça, na operação do Mato Grosso, do Sr. Arcanjo com o crime organizado e no financiamento de campanha em Mato Grosso? É possível que tenhamos informações? Não quero fazer um linchamento, mas apenas mostrar que é injusto linchar moralmente partidos como o PT agora porque cinco, dez ou vinte delinqüentes estão assaltando, de fato, algumas instituições privadas e públicas deste País.

Então, eu lhe perguntaria, apenas para colocar num plano de responsabilidade nivelada todos que tem, de fato, o bem pessoal, a dignidade pessoal como um patrimônio, que não deve ser confundido por ninguém.

V. Sª diz que não há como combater a organização criminosa sem combater a lavagem do dinheiro. O narcotráfico não foi enfatizado de maneira forte por nenhum dos senhores. Pergunto se ele é causa, conseqüência ou se ele está nas duas pontas, na bipolaridade desse processo de envolvimento dos jogos de bingo e do jogo de caça-níqueis?

E deixaria minha exposição final, meu caro Presidente, Senador Efraim. Sou francamente contra o jogo no Brasil. Acho que deveríamos defender a proibição radical. Agora, se não temos condições de fazer, eu votaria contrariamente. Eu seria derrotado, mas acho que, no mínimo, a definição de um marco legal, com forte tributação, deveria ser feita neste País de maneira emergencial.

Acho que V. Exª tem uma oportunidade, com a autoridade que tem, de tentar conciliar um acordo de Líderes para que, do fruto do trabalho do Relator e desta Comissão, nós tenhamos uma matéria, tramitando em regime de urgência, que ajude ao Ministério Público, às instituições do ordenamento jurídico brasileiro e o Legislativo a dar um basta nessa ação criminosa paralela que tanto nos afeta como País.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana, e concedo a palavra ao Procurador Dr. José Pedro Taques.

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Senador Tião Viana, antes, cumprimento o Senador Jonas Pinheiro, grande representante do Estado de Mato Grosso e particular amigo da minha família.

Senador Tião Viana, eu gostaria de dizer ao senhor que penso que a Constituição da República não estabeleça direitos fundamentais absolutos. O direito de propriedade é um direito fundamental, mas temos que "relativizar" esse direito.

A Constituição da República, quando determina que a propriedade deve cumprir a sua função social, entendo que a função social da propriedade não está sendo cumprida se ela é utilizada para prática de crimes.

No Brasil, nós tínhamos uma legislação muito antiga, e concordo com o colega Celso Três que nem tudo que é antigo é ruim, mas aqui essa é muito ruim no tocante aos bens.

Para que o senhor e os ilustres Senadores aqui tenham uma idéia, de acordo com a jurisprudência no Brasil, temos que terminar uma ação penal em 81 dias, com acusados presos. Em 81 dias, não é possível nem os cartórios responderem sobre a existência de bens. A legislação de lavagem de dinheiro no Brasil é muito ruim no tocante a confisco de bens por parte da União Federal.

Eu dei os exemplos aqui e vou me permitir repeti-los. Em 81 dias, não consigo localizar bens dos acusados fora do Brasil, porque os instrumentos de cooperação jurídica internacional ainda são falhos neste sentido, apesar da criação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação pelo Ministro da Justiça. Eles são falhos, apesar da criação desse Departamento.

Assim, não temos que pensar em lavagem de dinheiro, crime organizado, bingo e caça-níqueis só com prisões. Entendo que deva haver prisões, sim, mas devemos também trabalhar no sentido de fazer

com que os bens possam ser apreendidos e não liberados. Sendo liberados, eles vão, novamente, fomentar a prática de crimes. Infelizmente, isso está ocorrendo no Brasil. Esse exemplo do Estado de Mato Grosso que citei ocorre em outros Estados, com certeza. Conheço isso também em outro Estado.

Então, a título de contribuição, se saíssemos daqui só com um ponto, o mais importante seria trabalhar no sentido de que a legislação de lavagem de dinheiro pudesse estabelecer o melhor mecanismo para apreensão e confisco desses bens. E digo confisco e utilização, porque não adianta confiscar ou apreender esses bens e deixá-los padecendo num terreno, sendo estragados aviões, carros, casas, que poderiam estar sendo melhor utilizados em favor da própria União Federal, como o exemplo do avião, que vem sendo utilizado pela Polícia Federal.

Portanto, quanto à questão dos bens, existe, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, a construção sobre a criação de um fundo. Os bens seriam vendidos e os valores depositados nesse fundo. Mais à frente, se o cidadão fosse absolvido, ele retiraria valores desse fundo, convertidos em títulos do Tesouro. Começamos a conversar a respeito disso no Departamento de Recuperação de Ativos. Essa é uma primeira situação sobre bens.

A respeito de participação política, sempre digo que não há que se falar em organização criminosa – e isso até num conceito doutrinário – sem a participação de agentes públicos – como representante do Ministério Público, vou começar pela minha Casa: promotores, juízes, parlamentares –, sem o braço político da organização criminosa.

No Estado de Mato Grosso, para a infelicidade da nossa sociedade, a Assembléia Legislativa depositou R$85 milhões na conta desse cidadão que militava com máquinas caça-níqueis – isso foi uma comprovação do Banco Central. Esses dois Deputados estaduais foram denunciados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, as denúncias foram recebidas, mas, em razão da Emenda Constitucional nº 35, que alterou o art. 53 da Constituição, eles têm imunidade. A Assembléia Legislativa do Estado determinou o sobrestamento da ação penal contra esses Deputados. Verdade seja dita: só os dois Deputados do PT votaram contra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E os partidos que estariam envolvidos?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Como, no Brasil, os políticos mudam de partidos como se muda de roupa, não tenho absoluta certeza se eles eram do PFL à época. Penso que eram do PP e PTB. Comprovamos também que esse cidadão João Arcanjo Ribeiro e alguns coordenadores de campanha do PSDB da eleição de 2002 ali compareciam para pegar dinheiro. Eles confessaram a tal prática em depoimento prestado ao Ministério Público.

A Justiça Federal, no Estado de Mato Grosso, recebeu a comunicação da CPI do Banestado de que o Senador que a presidia, do Estado de Mato Grosso, estaria subtraindo ou escondendo documentos – eu não mais estava no Estado de Mato Grosso – a respeito disso, e o Juiz Federal determinou a remessa de documentos da CPI do Banestado, que comprovavam, ao menos no Juízo do Juiz Federal, tal prática ao Supremo Tribunal Federal. Este Tribunal e o Procurador-Geral da República vão analisar isso.

Mas o que tínhamos de entender era: caça-níqueis, bingo, lavagem de dinheiro, organização criminosa e os valores, ao menos nessas experiências que tivemos, para irrigar campanhas políticas. Quanto a esses R$85 milhões depositados nessas empresas, os Deputados ali compareciam ou determinavam que fornecedores fossem ali receber esses valores. Não é isso?

No Estado de Mato Grosso, tínhamos o Secretário de Segurança à época, que era sócio do João Arcanjo Ribeiro, para que os senhores tenham idéia, numa *off shore* no Uruguai.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente: foram R$85 milhões repassados para a Assembléia Legislativa?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Não, ao contrário. A Assembléia Legislativa depositou nas contas do João Arcanjo, segundo o Banco Central, R$85 milhões. Isso está comprovado documentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O contrário do "mensalão". Foi da Assembléia para lá.

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – É.

Agora o interessante, senhores, é que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso exerceu a sua função, o Tribunal de Justiça recebeu a denúncia, mas, em razão do devido processo constitucional, existe a imunidade parlamentar, e nós vamos ficar, como diz o filósofo Celso Três, com o pincel na mão.

Espero ter respondido a todas as indagações dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

O nobre Procurador, Dr. Celso Três, deseja, segundo ele, em uma frase resumir.

O SR. CELSO TRÊS – O Ministério Público, como referiu o Senador Antonio Carlos Magalhães, tem, sim, órgãos de controle. Além do que o Taques falou, hoje, existe o Conselho Nacional do Ministério Público, que deve reprimir excessos. Excessos existem. Já houve,

por exemplo, o que resultou na violação do painel do Senado e na cassação...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que V. Exª não deve se referir a isso. Acho que não cabe nesta reunião essa citação. Eu solicitaria a V. Exª que retirasse essa citação porque ela não cabe neste momento.

O SR. CELSO TRÊS – Retiro.

O SR. (Orador não identificado) – Até porque não temos um quorum pleno aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, acho que foge totalmente do assunto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita. V. Exª dispõe de vinte minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Procuradores, eu também não poder-me-ia furtar à necessidade de reafirmar aqui o que venho dizendo há muito tempo: prefiro o Ministério Público eventualmente cometendo um excesso, aqui e acolá, a manietado, a amordaçado, a impedido livremente de cumprir suas funções. Não tenho procuração aqui do Senador Antonio Carlos, mas acredito que, em que pese algum ressentimento dele no trato com o Ministério Público, é o mesmo pensamento do Senador, porque não passa pela nossa cabeça que isso possa ser diferente. E eu aqui fico tentado a fazer algumas considerações e ilações. Eu agora entendo algumas coisas inclusive ocorridas algum tempo atrás. O Sr. Waldomiro Diniz, eu o tenho naquela pessoa que, de fato, foi, era ou é ainda um dos grandes operadores de um esquema em que todos os indícios levam a supor que é, de fato, de prática de corrupção. Acredito que o Sr. Waldomiro sempre foi – e não só no momento presente ou contemporâneo – o grande operador desse esquema de corrupção a que a Nação brasileira assiste estarrecida a sua descoberta, a identificação dos fatos que lhe caracterizam. E não se pode afastar, por exemplo, a figura do ex-Ministro José Dirceu nesse contexto. Waldomiro Diniz, sim, operava para ele. E agora passo a entender algumas coisas. O ex-Ministro José Dirceu, algum tempo atrás, fez uma carga pesadíssima, advogando publicamente a necessidade de se instituir uma lei da mordaça que alcançasse o Ministério Público Federal inclusive. E, nesse sentido, sou tentado a interpretar os fatos como sendo uma prática de... Veja: o Ministério Público, na sua atuação, tem dado muito trabalho ao crime organizado, àqueles que operam na área marrom, cinzenta da jogatina, não é? E essa foi uma praia em que o Sr. Waldomiro Diniz tentou nadar de braçada. Então, do Ministro José Dirceu, de quem se esperava uma outra interpretação, uma outra manifestação, até contrária àquilo que ele sustentou e advogou, eu esperava que ele entendesse, como entendo, que é melhor o Ministério Público agindo mesmo que com excesso do que um Ministério Público manietado. No entanto, ele advogou publicamente a necessidade de um controle do Ministério Público. Logicamente, entendo que fez isso, talvez, até para intimidar a Instituição, porque, como eu disse, ela, em grande parte, incomodou, atrapalhou as ações do Sr. Waldomiro Diniz. Essa é uma consideração com a qual faço a introdução da nossa fala.

Eu queria fazer uma pergunta muito singela a todos os Procuradores. Há jogo que não é de azar? Vou explicar a minha pergunta: a Caixa Econômica Federal foi acusada, muito recentemente, de fraudar o sorteio dessas loterias que ela promove. Aliás, não vejo o desdobramento dessa questão, não sei em que pé está, mas lembro que a imprensa noticiou fartamente episódios que dão a entender que uma pedrinha era mais pesada do que a outra, etc. Por isso, pergunto: há jogo que não seja de azar, Dr. Celso?

O SR. CELSO TRÊS – Excelência, realmente, o jogo tem uma autodefinição. Está nas contravenções penais, que dizem que é da álea, que é aleatório, que se pode ganhar ou perder, porque é diferente da aposta, como, por exemplo, acontece com a corrida de cavalos, etc, no hipódromo, porque aí há uma virtude naquilo em que se aposta e não simplesmente na sorte ou no azar. A diferença única é, realmente, que esses jogos que a Caixa opera são autorizados legalmente. Mas me parece que há uma diferença, Excelência, que é a forma do jogo. Embora o sujeito possa se viciar em Sena, em Mega Sena e Ultra Sena – há trezentos aí, concordo com V. Exª –, a possibilidade de o sujeito ser seduzido, ser espoliado – estou falando do ponto de vista da poupança popular, das pessoas que perdem os seus minguados recursos, como disse o colega, que isso se instala na periferia e tal – é muito menor, porque essas máquinas caça-níqueis... O ambiente do bingo, que é o de cassino, não tem janela para o sujeito perder a noção da passagem do tempo. É todo um processo que seduz o sujeito, e nesse tipo de jogo que temos hoje oficializado ele não aparece, mas V. Exª está absolutamente certo: é sorte ou azar mesmo. Ali não há alternativa.

Nesse caso da Caixa, há algumas situações. A imprensa deu muito destaque porque houve coincidências matemáticas muito difíceis de ocorrer. Em um desses sorteios da Mega Sena, ocorreram, em determinadas regiões do País, muitos ganhadores, em detrimento de outros onde houve mais apostas. É uma apuração extremamente difícil de ser feita. Embora o sorteio seja público, com caminhão, nada que o ser humano faça é à prova de fraude. Há que se apurar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, a gente poderia concluir, razoavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dentro da mesma pergunta, o nobre Procurador pretende...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Desculpe-me. Dr. Taques.

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Se o colega Celso Três permitir, aquele jogo que depende da habilidade de quem está jogando – por exemplo, o jogo de xadrez depende da habilidade de quem está jogando – não pode ser qualificado como jogo de azar, mas apenas aquele jogo que independe da habilidade do jogador, que depende mais da sorte. Em algumas máquinas caça-níqueis, a sorte do cidadão é ínfima, porque, segundo os laudos feitos pelos peritos sérios – já existem também peritos denunciados –, o cidadão tem 0,001% de chance de ganhar. Esses são laudos feitos pela Polícia Federal. Nada mais significa, grosso modo, que um estelionato. Esse é um crime contra a ordem econômica e a relação de consumo – poderíamos até tipificar assim – porque o caça-níquel não depende da habilidade do jogador, mas da álea, da sorte. Aí temos de confiar nesse instrumento máquina caça-níquel, que ninguém controla, diversamente do que ocorre com os jogos da Caixa Econômica. Nos jogos criados pela Caixa Econômica, existe um mecanismo de controle cientificamente determinado em que sabemos ou, ao menos, temos de supor que ninguém está colocando uma bolinha com peso maior que a outra para subtrair ou fraudar o cidadão.

Senador, o que acontece, ao menos nas experiências que notamos nos Estados investigados, é que a chance de o cidadão sair vitorioso nesse jogo não depende da sua habilidade e, além disso, depende muito da honestidade dessa máquina. Na maioria das vezes, não é honesta a possibilidade de ganho dele, conforme laudos feitos por peritos sérios, o que volto a dizer, porque existem peritos já denunciados porque fizeram laudos falsos ideologicamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Esta é uma conclusão minha: jogo é, realmente, coisa de azar. Assim como o pessoal vai às maquininhas que estão na periferia, o pessoal vai às lotericazinhas deixar metade do bolsa-família, religiosamente. Ontem, a Caixa sorteou a mega-sena, que não teve ganhador. O próximo prêmio anunciado será de algo em torno de R$31 milhões, quer dizer, só a parte destinada à premiação. Pelo que sei, o volume arrecadado é quatro, cinco, seis, sete, oito, dez vezes maior que o anunciado para o sorteio. É uma situação complicada.

Encerro minha participação dizendo ao Dr. Celso que um companheiro jornalista me passou uma pergunta relativa ao Estado de Santa Catarina. Ele diz que existe lá o Casa Feliz, de propriedade de um Deputado Estadual, que faz o sorteio pela televisão. Ele quer saber e eu também gostaria de saber se o Ministério Público tem tomado alguma medida, alguma ação concreta no sentido de coibir ou se está impedido de coibir. Como é a coisa, Dr. Celso?

O SR. CELSO TRÊS – Na verdade, como os colegas haviam referido, nesse problema do jogo, cai-se na contravenção e há muitas atividades que ficam numa zona cinzenta, se é jogo, se é título de capitalização. O exemplo clássico e talvez o mais famoso no País é o Baú da Felicidade, do Sílvio Santos. Há, inclusive, várias ações de colegas contra esses títulos, etc. Eles utilizam uma forma de capitalização, dizem que é uma espécie de capitalização, e que o dinheiro será recebido de volta no final, corrigido, mas, na verdade, como disse V. Exª, é sorte. O sujeito sorteia. Honestamente, não sei lhe dizer a quem pertence o Casa Feliz. Sei que ele tem bastante sucesso. Ele é tipo o Baú da Felicidade, com outros termos, estadual.

Aí vem de novo a questão da legislação. No Rio Grande do Sul, posso lhe dar o exemplo do Toto Bola. No primeiro momento da CPMF – criada para vigiar o sistema financeiro e não apenas para recolher tributo –, havia movimento milionário nesse Toto Bola, que é um sistema de sorteio. Todo ele é caixa dois, frio. Havia, inclusive, fraude no próprio sorteio. Essa é a verdade. Houve uma investigação que apontou isso. Mas, mercê dessa legislação muito escorregadia... Como dizia o colega a respeito da máquina, qualifica de outra forma. A capitalização não é isso. É capitalização, mas o sujeito sorteia o prêmio da capitalização. Em última análise, como fazem os bancos, mandam depositar um título de capitalização e dizem que de tanto em tanto tempo há um prêmio. Eles acabam transitando entre a legalidade e a ilegalidade. É importante o papel do Congresso Nacional para fazer uma lei rígida sobre isso. Mas realmente existem inúmeras fórmulas, e uma delas é essa. Não digo que haja ilegalidade, mas é um tipo de jogo também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, para concluir, lembrei-me de uma questão preocupante.

Dr. Taques, esse depósito que a Assembléia fez na conta do Arcanjo teve alguma motivação? Foi feito a título de quê?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Essa é a grande pergunta que nos fazemos. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso conseguiu confirmar que um dos cheques era para pagamento de uma empresa e, segundo alegação da Assembléia Legislativa, essa empresa teria trocado o cheque nas empresas de *factoring* do cidadão João Arcanjo Ribeiro. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso investigou essa empresa e constatou que o cidadão com o nome na empresa já tinha morrido há muito tempo e que essa empresa teria vendido para a Assembléia Legislativa 55 mil calcinhas, sendo que eram todas calcinhas cor de rosa ou vermelhas. Então, a Assembléia Legislativa usava calcinhas, não é? Isso foi objeto até de programas como Casseta e Planeta da Rede Globo. Alguns são justificáveis dessa forma. Cinqüenta e cinco mil calcinhas é muita calcinha, nós todos temos de convir.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, estou satisfeito. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Procuradores, na verdade, não vou fazer perguntas, mas algumas considerações que julgo importantes sobre o que ouvi tanto dos Senadores que fizeram indagações, quanto dos Procuradores.

Entendo que estamos vivendo um momento, no País, de um lado lamentável, mas que, por outro lado, é uma oportunidade ímpar que temos de realmente mudar este País e mudar não por meio de pessoas individualmente – o salvador da Pátria, o fulano de tal –, mas mudar por meio das instituições, como o Ministério Público, a Magistratura, o Congresso Nacional.

Não por acaso esses eventos levaram a três CPIs, que, eu diria, na verdade, são uma só CPI com três grupos diferentes. Todas elas estão investigando corrupção. Portanto, essa é uma oportunidade ímpar. Não podemos perder essa oportunidade, partidarizando as investigações ou satanizando ou endeusando essa ou aquela instituição.

Todas as instituições – o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público e outras instituições sérias deste País – devem se unir neste momento, repito, acima de partidos, ideologias, egos para, efetiva e minimamente, podermos levar ao País alguma mudança na legislação e, principalmente, apontar aqueles que tenham cometido crimes e puni-los de maneira adequada até para evitar que, de um lado, a única saída para o Ministério Público, que apura, e para a polícia, que investiga, seja apenas ficar revoltado ou até chorar. Como também não seja para o Legislativo a sensação de impotência, de aqui fazermos discursos, aprovarmos leis, investigarmos para depois as pessoas não serem punidas e, como dizem ícones da imprensa brasileira, tudo terminar em pizza, como se pizza fosse algo que realmente não valesse nada.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que temos a convicção de que podemos realmente mudar este País a partir, lamentavelmente, da corrupção generalizada a que estamos assistindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador.

Antes de encerrar – há apenas dois ou três requerimentos para votarmos –, tenho duas perguntas a serem feitas. Uma ao Dr. Ronaldo. Se me permite o Senador Tião Viana, também não quero partidarizar – ele se referiu ao Prefeito de João Pessoa, do PSDB – quando se refere à questão do detalhe sobre o modelo padrão utilizado pelo Sr. Waldomiro Diniz. É uma das perguntas que vou fazer. Não interessava, naquele momento, se o Sr. Waldomiro Diniz era do Governo Federal ou da Loterj, até porque ele foi nomeado pela Srª Benedita, que era do PT, é do PT e era Governadora, e mantido pelo Sr. Garotinho. Além do mais, sabemos da amizade que tinha o Sr. Waldomiro Diniz, que chegou inclusive a morar no mesmo apartamento com o Sr. José Dirceu. Sem querer partidarizar, lembro esse detalhe.

Antes de conceder a palavra a V. Exª, quero saber do Dr. Ronaldo qual o efetivo papel do Sr. Waldomiro Diniz nesse modelo-padrão. Qual a influência dele e qual o seu papel nisso?

Segunda pergunta: gostaria de saber dos Srs. Procuradores se a investigação do Ministério Público em relação à gravação feita entre o Sr. Waldomiro Diniz e o Sr. Carlos Cachoeira sofreu alguma interrupção. De que natureza e de quem?

São essas as duas perguntas que deixo a V. Exªs.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, na mesma intenção de V. Exª de não querer partidarizar, desejo justificar a razão por que me reportei ao ex-Prefeito de João Pessoa, que foi preso hoje. O Dr. Pedro Taques, em seu depoimento, deixou claro que a Prefeitura de João Pessoa está citada como tendo transferido R$1 milhão para o Sr. João Arcanjo. Exatamente por essa conexão me referi a ele, senão não haveria nenhuma razão de eu falar porque não me interessa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estranho! V. Exª foi buscar o currículo...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Foi no depoimento dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª declarou todo o currículo do ex-Prefeito. Parabéns!

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Foi no depoimento dele aqui, senão não me interessaria nunca em fazer qualquer ilação de honra ao PSDB, Partido por que tenho mais absoluto respeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª o esclarecimento.

Concedo a palavra ao nobre Procurador Ronaldo para que me responda, inicialmente, qual o efetivo papel do Sr. Waldomiro Diniz nesse modelo-padrão.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Sr. Presidente, conforme havia dito antes, chegaram-me algumas informações de diversas fontes – incluo policiais civis, militares, servidores do Estado do Espírito Santo – que me alertaram sobre a passagem do Sr. Waldomiro em reuniões ocorridas inclusive na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em que estavam presentes o Presidente e, digamos, o *staff* da jogatina. Não pude dar seqüência a essa linha de investigação, primeiro, porque funcionava na primeira instância e não teria atribuição para investigar deputados. Segundo, porque já estava concluindo meu trabalho já com a perspectiva, em função da promoção, do deslocamento para Porto Alegre e, portanto, não pude dar seqüência. Mas os informes que me chegaram me informavam que ele estaria fornecendo subsídios para alimentar a produção de uma lei estadual para criação da Loteres. Então, a participação dele seria técnica para elaboração por parte da Assembléia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só digamos ou foi identificada a solicitação de propina para financiamento de partidos políticos ou alguma campanha política?

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Não me foi noticiado nada nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há nenhuma informação nesse sentido.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – A informação que me veio foi tão-somente no sentido de que ele estaria a fornecer subsídios técnicos para elaboração da legislação estadual que viria a legitimar o controle, a exploração da jogatina naquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Pergunto a qualquer um de V. Exªs: a investigação do Ministério Público, em relação à gravação feita pelo Sr. Carlos Cachoeira, sofreu alguma interrupção? De que natureza? Está concluída?

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Parece-me, Sr. Presidente, que, em razão do momento histórico em que essa gravação foi feita e em que o ato foi praticado, o Waldomiro Diniz era servidor público estadual e isso está a cargo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Não tive acesso a essa investigação para saber se ela sofreu solução de continuidade.

O SR. CELSO TRÊS – Sr. Presidente, só complementando o que disse o Taques, porque realmente nessa época ele era servidor do Estado do Rio de Janeiro, talvez no âmbito federal... Isso é fácil, a Procuradoria-Geral pode informar se existe alguma tramitação em matéria de sonegação fiscal etc., que pode ser informada à Comissão.

Agora eu coloco – obviamente, a minha óptica não é a óptica de todo o Ministério Público – o que aconteceu nesse episódio, sem partidarizar. O Ministério Público tem que ser apolítico, o Senador está absolutamente correto. Aliás, nessa Reforma do Judiciário se proibiu o Ministério Público de seguir carreira política, mas se manteve esse direito do pessoal que já era parlamentar. Há brilhantes parlamentares que saíram do Ministério Público e são Secretários de Segurança etc., mas acho que seria bom se aplicar a mesma regra da magistratura, sem exceção a ninguém, nem retroativo, nada: proibir-se atividade política do Ministério Público. Eu acho que seria extremamente salutar e evitaria, inclusive, essas questões de excessos, sem prejuízo dos conselhos, que devem reprimir, como referiu o Senador ali.

Mas, neste episódio, com todo o respeito, faço uma crítica ao Dr. Cláudio Fonteles, que teve um trabalho primoroso, tanto é que ficou conhecido como "o desengavetador geral da República", porque realmente tocou adiante, processou. Mérito, sim, do Governo Lula na indicação do Procurador-Geral, como agora no substituto, mas neste episódio tivemos um desvio dentro do Ministério Público. Todos sabem que essa fita foi parar na mão do Subprocurador Santoro, que é uma pessoa correta, tanto é que foi referido aqui por Senador do PT, e tal, e que recebeu esta fita e que depois foi passível, esse Subprocurador, de uma correição kafkiana, eu diria, sob alguns argumentos absurdos: que ele trabalhou à noite, que ele invocou o nome do Procurador-Geral porque estava sendo gravado, obviamente também pelo Cachoeira. Então, é a velha máxima: estamos discutindo o sofá e não o adultério. Quer dizer, o adultério é a fita do sujeito sendo corrompido, que diabo!

É evidente que, quem leva para o Ministério Público as questões, normalmente é a Oposição. Nós éramos

acusados de tudo por uma tropa de petistas, quando o PT estava na Oposição. Então, é óbvio que é investigado quem está na situação. Evidente. A Oposição vai fazer o quê? Então, me parece que isso não foi bem encaminhado na época. Se tivesse sido encaminhado, acredito que muito do que está aí hoje, como vários Senadores têm observado, teria sido abortado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que V. Exª então confirma que houve uma interrupção e...

O SR. CELSO TRÊS – Mas que houve uma distorção dentro do Ministério Público de foco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Distorção ou interrupção. E acredita que isso aconteceu no momento em que o Sr. Waldomiro Diniz veio para a Subchefia da Casa Civil. Acredita que aí começou então a haver uma proteção do Sr. Waldomiro Diniz. Era a essa época mais ou menos?

O SR. CELSO TRÊS – É. Mas para recuperar, Excelência, veja bem. A questão da fita como de sotaques, ela se reportava ao tempo em que Waldomiro Diniz era funcionário lá do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso.

O SR. CELSO TRÊS – Mas isso eclodiu já no Governo Lula, certo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso.

O SR. CELSO TRÊS – Muito bem. Aí o que aconteceu? Tivemos essa distorção de foco, que eu disse, que foram vários: tentar apurar por que é que o sujeito recebeu a fita ou não recebeu a fita, e tal, quando na verdade todo o mundo sabe que foi referido ali o Ministro José Dirceu, e que ele, como tem hoje, como tinha como Ministro, tem foro no Supremo, e contra ele não foi feito nada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem foi ouvido nenhuma vez?

O SR. CELSO TRÊS – Não, aí o Procurador pode dizer: mas não foi feito nada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o Waldomiro? Foi concluído o inquérito do Waldomiro?

O SR. CELSO TRÊS – O Waldomiro tem que ver no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi não?

O SR. CELSO TRÊS – Várias conseqüências até em função dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não foi...

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – No Rio de Janeiro, no tocante à gravação dele com o Cachoeira, isso está sendo investigado no Rio de Janeiro e aqui, no Distrito Federal, o Ministério Público Federal, através do Dr. Gustavo Veloso e da Drª Raquel Branquinho, estão analisando a influência do Waldomiro nos contratos da GTECH com a Caixa Econômica, em uma outra ação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu perguntaria a V. Exªs: V. Exªs: na condição de Procuradores, que têm mais autoridade do que eu e qualquer outro Parlamentar que aqui se encontra para me responder a essa pergunta, acham que é suficiente interromper, vamos dizer assim, a investigação contra o Sr. Waldomiro Diniz só porque ele foi nomeado subchefe do Sr. José Dirceu? Tinha que parar aí? Tinha que desviar? Essa é a pergunta que eu queria que V. Exª respondesse.

O SR. CELSO TRÊS – Penso que, Senador, como nós todos aqui sabemos, vivemos numa República em que todos são iguais perante a lei, inclusive o Presidente da República, que é um servidor público igual àquele que abre buraco para nossas fezes passarem, não é isso? Todos são servidores públicos e temos obrigação a prestar à sociedade. Então, penso que toda investigação é bem-vista e ninguém pode se dizer acima da lei.

E, se o senhor me permite, eu gostaria de dizer aqui: o Ministério Público não é oposição nem situação. O Ministério Público é Constituição. A Constituição da República deve ser cumprida, e nós temos essas obrigações. É lógico que descontentamos várias pessoas, mas isso porque...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É o papel.

O SR. CELSO TRÊS – É, o papel do Ministério Público, não é? E eu gostaria de trazer uma sugestão aqui aos senhores que, no tocante ao resultado da CPI, que, em sendo propostos os projetos de lei, que se convoquem representantes do Ministério Público Estadual e Federal de primeiro grau de jurisdição, para contribuir, porque sempre temos acompanhado – e o senhor me permite falar isso – advogados contribuindo; tem que contribuir, sim, advogados com a formulação de projetos de lei, grandes doutrinadores contribuindo, tem que contribuir. Agora, essas pessoas só viram bandidos através de filme americano, não é isso? Aqueles que estão na ponta, o Ministério Público Estadual de primeiro grau, o Ministério Público Federal de primeiro grau, essas pessoas têm como trabalho diário o combate a essas organizações criminosas e, muitas vezes, eles não são chamados para prestar

subsídios às Comissões que tendem a aprimorar os projetos de lei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e pode ter certeza de que esta Presidência e esta Comissão irão procurar essa parceria com os Srs. Procuradores, para que, além das informações que nos têm sido dadas, possamos juntos construir, aí quem sabe, um futuro para essa questão dos jogos.

Agora, quero encerrar com uma última pergunta para os senhores. Quer dizer que, pelo menos, entro nessa linha e vejo que houve a influência do Sr. José Dirceu quando Ministro para que a investigação que tinha surgido lá na Assembléia, na hora em que ele assumiu, houve a influência junto ao Ministério Público, não sei a quem, não sei se V. Exª sabe, mas fica claro que houve essa influência. Eu perguntaria ao Dr. Celso a sua opinião sobre essa influência. Existiu da Casa Civil, em seu entender, essa influência em relação ao Ministro José Dirceu, que determinou, ou que conversou, ou que propôs que essa investigação fosse suspensa? Porque até o presente momento, já decorreram dois anos e meio a mais do atual Governo e não se concluiu esse inquérito.

O SR. CELSO TRÊS – Em relação ao envolvimento ou não do Ministro José Dirceu, objetivamente não tinha como andar, porque isso depende do Procurador-Geral, e não tem nada. O que tem, como foi referido, é em primeira instância etc.

Agora, quero lembrar um outro fato – me parece que em relação ao Ministro José Dirceu –, relevante, e dentro do Ministério Público, porque isso é uma irresignação não só de minha parte, mas de vários colegas. Em 2002, estive em Macapá, no Amapá, auxiliando lá um colega, Manuel Pastana, nas eleições. Então, Manuel sempre teve uma relação muito boa, inclusive com o pessoal do PT. Foi um trabalho eleitoral magnífico, levou lá à cassação por compra de votos do Presidente da Assembléia Legislativa, que era de outro partido, não tinha nada a ver com o PT, estava tudo muito bem, um trabalho forte, arriscando a vida, fez uma série de trabalhos junto com várias instituições.

Como disse o Senador, ninguém consegue agir sozinho. Estava muito bem. Aí, Lula já virtual Presidente da República, todo o mundo sabia ali, naquele interregno da eleição, nós tínhamos vários desvios, até então a Governadora, que era vice do Capiberibe – o Capiberibe saiu para concorrer ao Senado –, que era do PT, a Srª Dalva. Tinha desvios grotescos, tipo aluguel de carro em nome do Estado, os carros sendo filmados em passeatas da Governadora, repasses daquelas que são transferências voluntárias, o que é proibido pela Lei Eleitoral para os Municípios, assim, para captar o apoio eleitoral. Provas, assim, grotescas, está lá nos autos. Um pagamento de dois milhões e quatrocentos mil reais para uma empresa de assessoria jurídica, esse dinheiro foi parar no Pará, a pretexto de serviços advocatícios contratados sem licitação, sem nada. O serviço advocatício era um pedido de parcelamento de uma dívida do Estado com o INSS, que todo o mundo sabe que isso não precisa sequer de advogado, basta ir lá e pedir administrativamente. Uma série de fatos.

Nós pedimos a impugnação da candidatura por abuso do poder econômico. Fomos tachados aí de... Antes éramos do PT, agora éramos contra, de representantes da direita etc., etc. Enfim, todas as seções de suspeição no TCE, tudo foi rejeitado em relação ao trabalho da Procuradoria. Naquele momento o Sr. José Dirceu – isso foi divulgado – tentou intervir no trabalho do Ministério Público com o Dr. Brindeiro, à época, que bloqueou. Disse que "Não, estão fazendo um trabalho, me mandaram cópia da documentação". O que eles fizeram ali tem prova. Inclusive, o Ministro Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral era o Ministro Sálvio Figueiredo, que fez elogios ao trabalho do Ministério Público, porque, realmente, o que se dizia estava ali estava documentado e tal. Muito bem. O que aconteceu com o Sr. Pastana? Pois o Pastana passou a sofrer dentro do Ministério Público Federal depois! Fizeram uma correição lá, assumiu o novo Procurador-Geral. É evidente que você, se detectar um ilícito, um desvio administrativo na gestão do outro Procurador-Geral, não vai estar impedido de observar, mas você tem um rito de passagem, não é? Fizeram lá uma devassa na Procuradoria desde quatro ou cinco anos anteriores, arrumaram um inquérito – com todo o respeito aos colegas, inclusive, que participaram disso –, e chegaram a acusar o Pastana de coisas do tipo – isso está escrito, pode acreditar: "Uso, por empréstimo indevido, da escada da furadeira e do ventilador da Procuradoria". Arrumaram uma fraude à licitação. Sobre essa fraude, o TCU fez auditoria **in loco** lá e disse que não tinha nada; a auditoria interna do Ministério Público disse que não tinha nada. Não tinha nada. E aí se formou o circo: um dos deputados federais do PT acabou sendo cassado e depois recuperou o cargo; foram apreendidas lá carteiras de habilitação – que ele era do Detran – , documentado lá, repassando. E era um trabalho apartidário. Tanto é que o Capiberibe foi atingido por um procedimento desses, de todos os Partidos. Não tinha ninguém. Não era partidário. Mas o Pastana chegou a fazer, a cumprir uma **via crucis** dentro do Ministério Público. Sempre trabalhei com o sujeito, sei da seriedade dele, da simplicidade dele. Foi um inferno. A vida do sujeito virou um inferno. E

se os senhores pegarem o procedimento correcional dentro do Ministério Público, não vai dar nada, todo o mundo sabia que não ia dar nada, porque aquilo é ridículo, as imputações são absolutamente ridículas. Fez-se, com todo o respeito, na minha visão, uma perseguição dentro do Ministério Público Federal. E o primeiro que se manifestou contra, incisivamente, foi o Sr. José Dirceu.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concederei a palavra pela ordem. Antes, porém, Sr. Senador, tenho que me ausentar e vou passar a Presidência ao nosso Vice-Presidente.

Queria agradecer aos Srs. Procuradores, Dr. Ronaldo Meira, Dr. Roberto Santos, Dr. José Pedro Taques e Dr. Celso Três e dizer aos Srs. Procuradores que o canal está aberto entre esta CPI e os senhores. Vamos precisar dessa parceria. Ela é de fundamental importância para que possamos dar continuidade a esse trabalho aqui entre os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Eu pediria permissão ao Senador Tião Viana, a quem passo a palavra, para me ausentar, porque tenho um compromisso urgente.

Passo a Presidência ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que irá concluir esta reunião.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agradeço a V. Exª. Apenas para tentar colaborar com a Mesa, entendo que estamos tendo um dia da maior oportunidade. Eu ainda teria muitas perguntas a deixar, Senador Mozarildo Cavalcanti, como: qual é o movimento financeiro estimado no Brasil com a contravenção dos jogos? Para termos uma dimensão real disso, creio que o Dr. José Pedro Taques poderia colaborar nesse sentido.

Então, não me parece oportuno, mesmo que seja um momento interessante, desviar-nos do objeto. Senão, até teria que perguntar: Dr. Celso Três, V. Sª denunciou o Ministro José Dirceu nesse momento? Se não denunciou, prevaricou? Não interessa. Não é hora para isso. Se quisermos, um dia, uma audiência pública para um desabafo do Ministério Público Federal contra eventuais excessos do Governo do Presidente Lula, ou contra Governos anteriores, que a façamos, mas, aqui, desviarmos o objeto dos bingos, não me parece o mais oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de encerrar, eu gostaria de passar à mão do Sr. Relator alguns requerimentos que estão aqui, para que S. Exª possa analisá-los e, na próxima reunião, possamos examiná-los ou, se julgar oportuno, já possamos registrá-los nesta reunião.

Indago dos Srs. Procuradores se desejam fazer alguma conclusão final.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, há uma pequena modificação em nosso calendário, na semana a partir do dia 2 de agosto. Então, seria bom que pudéssemos votar alguns requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Peço a V. Exª que indique quais requerimentos. (Pausa.)

Eu vou fazer o seguinte: vou conceder a palavra aos oradores para que possam, de maneira breve, fazer suas considerações finais e, antes do encerramento, votaremos os requerimentos. Portanto, em seguida, encerraremos a reunião.

O SR. CELSO TRÊS – Brevemente, Sr. Presidente, digo ao Senado que temos um profundo respeito pelo Poder Legislativo, por isso estamos aqui. Na verdade, trabalhamos é com o que o Legislativo decide, é óbvio, cabe ao Ministério Público levar adiante aquilo que o Legislativo decide. Exatamente é o que se faz, com uma definição. A grande parte do Ministério Público – parece-me – é contra o jogo. Mas, de qualquer forma, essa é uma decisão política, não cabe a nós decidir; quem decide é os senhores. Agora, precisamos de uma lei para agir. Realmente, precisamos de uma lei para agir.

Só para complementar, Senador, não tive nenhuma intenção de referir a esse ou àquele Partido, até porque reitero: em Santa Catarina, é o PMDB. E não estou fazendo generalização contra o PMDB. Temos que ser efetivamente apartidário. E reitero: acho que é importante que o Congresso Nacional vete definitivamente – quem entrou no Ministério Público antes ou depois, não importa – que se exerça atividade político-partidária.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Sr. Presidente, colho a oportunidade apenas para agradecer a atenção de V. Exªs e dizer que estou à disposição, assim como todos nós aqui estamos. E espero sinceramente que tenhamos colaborado, de alguma forma, para prestação de serviço à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SANTOS FERREIRA – Sr. Presidente, apenas para agradecer e me pôr à disposição desta Comissão para qualquer colaboração.

O SR. JOSÉ PEDRO TAQUES – Eu gostaria de agradecer em nome do Ministério Público Federal a oportunidade e ressaltar a importância desta CPI para alteração legislativa, notadamente a respeito da lei de lavagem de dinheiro, que é para onde tudo deságua, com certeza.

Agradeço pessoalmente aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Quero reiterar os agradecimentos feitos pelo Presidente titular, o Senador Efraim Morais, aos Procuradores que aqui compareceram, e a importância da colaboração dessa Instituição para com os trabalhos desta CPI, mormente no que tange à legislação, que seja adequada – da maneira como for majoritariamente votado no Congresso: ou proibindo ou regulamentando –, com a qual se possa suprir essas falhas aqui indicadas de maneira muito clara.

Agradeço, fiquem à vontade. Vamos dizer assim: não estão dispensados, mas estão liberados.

Quero, agora, para chegarmos à última etapa da nossa reunião, colocar em votação alguns requerimentos que estão aqui.

O primeiro, do Senador Tião Viana.

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a convocação dos senhores abaixo relacionados para prestarem esclarecimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito:

– Danilo de Castro, ex-presidente da Caixa Econômica Federal;

– Sérgio Cutolo, ex-presidente da Caixa Econômica Federal;

– Emílio Carazai, ex-presidente da Caixa Econômica Federal;

– Marco Antônio Lopes, ex-superintendente de loterias da Caixa Econômica Federal;

– Henrique Costabile, ex-diretor de tecnologia da Caixa Econômica Federal."

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O segundo requerimento, de autoria do Senador Romeu Tuma.

"Requeiro, nos termos regimentais, que seja solicitado às justiças estaduais o envio de cópia das decisões de qualquer natureza jurídica que autoriza o funcionamento de casas de bingos."

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ofício à Direção do Partido dos Trabalhadores solicitando o envio de informações a esta Comissão quanto à filiação partidária do Sr. Waldomiro Diniz, destacando se o mesmo é filiado ao Partido dos Trabalhadores e desde que data ocorreu tal filiação."

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca.

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas à Secretaria da Receita Federal informações referentes à importação de máquinas caça-níqueis no período de 1998 até a presente data, informando quantas máquinas foram importadas, quais as empresas importadoras, a data da importação e os valores.

Solicito informar ainda no referido período se houve apreensão de máquinas caça-níqueis e se eventualmente tais apreensões foram liberadas através de liminares de justiça, informando quais foram tais liminares."

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Tião Viana.

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado, requeiro a convocação dos Srs. Alessandro Ortiz e Carlos Martins para prestarem esclarecimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito."

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Tião Viana.

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado, requeiro a convocação do Sr. Lucas Furtado, Procurador do Tribunal de Contas da União, para prestar esclarecimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito."

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovados os requerimentos, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Pois não.

O SR. RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS – No encerramento desta reunião, eu queira fazer referência e agradecer ao Dr. José Roberto Santoro, que esqueci de fazer na minha fala, porque ninguém foi tão eficiente, a exemplo do Dr. Luiz Francisco, como S. Exª no combate ao crime organizado neste País, de uma maneira muito especial na época da CPI do Narcotráfico. E quero fazer justiça a esses dois procuradores, Dr. Luiz Francisco e Dr. José Roberto Santoro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Feito o registro de V. Exª, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h37min.)

Ata da 7ª Reunião, realizada em 2 de agosto de 2005.

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dez horas e vinte minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcante, Geraldo Mesquita Junior e Augusto Botelho, membros e Senadores José Agripino Maia e Arthur Virgílio não Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança e Sérgio Canozzi, empresário e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. A presidência comunica ainda que o Sr. Sérgio Canozzi apresentou requerimento solicitando que seja o primeiro a depor. Usam da palavra para discutir os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca e Romeu Tuma, em votação, é rejeitado o requerimento. Com a palavra o Relator solicita que sejam votados alguns requerimentos. A presidência submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 066/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Senhor Marcelo Coelho Aguiar, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 067/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa MM Consultoria Jurídica Administrativa Ltda., referente aos últimos 5 (cinco). Em votação, é aprovado por 8 votos. **Requerimento nº 068/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Walter Santos Neto, referente aos últimos 5 (cinco). Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 069/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcelo Coelho de Aguiar, referente aos últimos 5 (cinco). Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 070/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Senhor Walter Santos Neto, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senhor Relator passa a leitura do calendário para as próximas reuniões da Comissão. A presidência esclarece que até a presente data o Banco Central do Brasil não respondeu às solicitações da CPI e solicita a Assessoria que agende uma audiência com o Presidente ou a diretoria responsável daquele Órgão. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma e Tião Viana. Dando continuidade aos trabalhos a Presidência convida o Senhor Luiz Eduardo Soares, para tomar assento a Mesa e, após sua explanação passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra, pela ordem de inscrição, os senhores Senadores Garibaldi Alves Filho, Mozarildo Cavalcanti, Juvêncio da Fonseca, Antônio Carlos Magalhães, Tião Viana, Romeu Tuma, Flávio Arns, Leonel Pavan, Magno Malta, Reginaldo Duarte e Tião Viana. Com a palavra o Senhor Presidente agradece ao Senhor Luiz Eduardo Soares pelo depoimento prestado, dispensando-o e passa a votação do **Requerimento nº 071/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja convocada a Senhora Walquíria Figueiredo Brito, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Leonel Pavan solicita informações sobre o requerimento de Convocação do Senhor Marcelo Sereno e suspende a sessão por dez minutos. Reaberto os trabalhos, a presidente informa que submetera a votação quatro requerimentos: **Requerimento nº 021/05,** de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Álvaro Dias, requerem seja convocado o Senhor Marcelo Sereno, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 041/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Senhor Valderi Albuquerque, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 039/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Senhor Mário Haag, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 044/05,** de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, requer seja convocado o Senhor Nilton Souza Siqueira, Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. A seguir, convida o Senhor Sérgio Canozzi para prestar seu depoimento. Inicia seu depoimento tecendo considerações sobre as suas empresas e após breve explanação, passa-se à fase interpelatória quando usa da palavra o Senhor Relator para as indagações iniciais. Com a palavra pela ordem, o Senador Magno Malta solicita que a Comissão requeira a Receita Federal a identificação dos CPFs em nome do Senhor Sérgio Canozzi. A presidência determina que a asses-

soria tome as providências para atender o requerimento do Senador Magno Malta. Com a palavra o Relator prossegue nas suas indagações seguido pelos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Juvêncio da Fonseca, Magno Malta, Flávio Arns, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Tião Viana e Geraldo Mesquita. A presidência agradece ao depoente e solicita que o mesmo aguarde na sala ao lado. Prosseguindo submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 072/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja solicitado a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, informação sobre o levantamento ou não das atividades do Senhor Carlos Augusto Ramos e do Senhor Waldomiro Diniz, ex-Sub-chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, possivelmente envolvidos em práticas ilegais ou atos ilícitos. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 073/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Scaine Negócios e Participações Ltda., referente ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado por 8 votos. **Requerimento nº 074/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sra. Denise Andrighetto Canozzi, referente ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado por 8 votos. **Requerimento nº 075/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Gestion Consultoria Empresarial Ltda., referente ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado por 8 votos. Com a palavra para uma questão de ordem o Senador Flávio Arns, sugere aditamento aos requerimentos propondo que sejam solicitadas as transferências de sigilo compreendendo os últimos 5 (cinco) anos. Em votação o aditamento, é aprovado o aditamento. Passa-se a seguir a votação dos mesmos requerimentos com o aditamento do Senador Flávio Arns, para que as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico sejam referentes aos últimos 5 (cinco) anos. Em votação o **Requerimento nº 075/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Gestion Consultoria Empresarial Ltda., referente ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 074/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sra. Denise Andrighetto Canozzi, referente ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado por 8 votos. **Requerimento nº 073/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Scaine Negócios e Participações Ltda., referente ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado por 8 votos. **Requerimento nº 076/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Sérgio Canozzi, referente aos últimos 5 (cinco). Em votação, é aprovado por 8 votos. **Requerimento nº 077/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Canozzi Administração e Participações Ltda., referente aos últimos 5 (cinco). Em votação, é aprovado por 8 votos. A presidência suspende a sessão por dez minutos. Reaberta a reunião a presidência convida os senhores Luiz Eduardo Soares e Sérgio Canozzi para acareação lembrando aos depoentes da responsabilidade da assinatura nos Termos de Compromisso, chamando atenção para as penas da Lei para quem faltar com a verdade. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais, seguidos pelos Senadores Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Magno Malta, Tião Viana, Leonel Pavan, José Agripino Maia e Arthur Virgílio. Finalizando a presidência informa que na próxima quinta feira, teremos a oitiva dos Senhores Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-Presidente da Gtech Brasil; Marcelo José Rovai, ex-Diretor da Gtech Brasil e Enrico Gianelli, Advogado da Gtech Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta desta reunião destina-se aos depoimentos dos Srs. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública e do Sr. Sérgio Canozzi, empresário do jogo no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

A Ata da reunião encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovada.

Sr. Relator, antes de V. Exª se pronunciar, anuncio que tenho em mãos um requerimento vazado nos seguintes termos:

Prezado Senador, tendo em vista compromissos profissionais inadiáveis no Rio de Janeiro, assumidos anteriormente a esta convocação e que não puderam ser transferidos a tempo, pois envolvem pessoas que não podem prorrogar sua estada no Brasil, solicito a gentileza de poder ser o primeiro depoente na sessão de hoje, dia 1º de agosto de 2005.

Quero ainda esclarecer que ponho-me totalmente à disposição da CPI no que for necessário e em qualquer momento estamos desde já à disposição.

Atenciosamente,

Sérgio Canozzi.

S. Sª é o segundo depoente e está propondo uma inversão de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, a ordem dos depoentes está dentro de uma estratégia de trabalho da própria Comissão. Combinadamente entre nós, e que é de importância capital para a produção das provas, segundo uma técnica de inquirição. Portanto, sou contra essa inversão de pauta, justamente porque queremos aprofundar, sim, na pesquisa dos fatos e a pesquisa diz que a estratégia é essa e não seria conveniente que invertêssemos a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, concordo com o Senador e acrescento a importância de Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, como ex-Secretário Nacional de Segurança Pública que tem conhecimento de envolvimento de algumas pessoas no caso, no exercício da sua função e um dos elementos apontados é Sérgio Canozzi.

Se invertermos a ordem, poderemos perder a oportunidade de esclarecer melhor a participação do Sr. Sérgio em toda estrutura que gerou a CPI dos Bingos.

Fico com o voto do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais PFL – PB) – Então, vamos colocar em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Há uma decisão de que não se inverta a pauta.

Antes de ouvirmos o primeiro depoente, passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Sr. Presidente, tenho em mãos alguns requerimentos de transferência de sigilo que gostaria de solicitar de V. Exª que colocasse em votação.

Posso fazê-lo agora?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais PFL – PB) – Como já temos o **quorum** necessário para votação de sigilo, passaremos imediatamente à votação do requerimento.

Solicitaria de V. Exª que me repassasse o requerimento.

Nos termos do § 3º do art. 58, da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Marcelo Coelho de Aguiar, CPF 522.992.106-44, seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58, o Sr. Relator requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa MM Consultoria Jurídica Administrativa Ltda, CNPJ 00066027/0001-21, referentes ao período compreendido a partir de janeiro de 2002 até a presente data.

Vamos tomar os votos.

Senador Romeu Tuma? Sim.

Senador Antonio Carlos Magalhães? Sim.

Senador Reginaldo Duarte? Sim.

Senador Valdir Raupp? Sim.

Senador Garibaldi Alves? Sim

Senador Juvêncio? Sim

Senador Mozarildo Cavalcanti? Sim

Senador Efraim Morais? Também vota "sim".

Senador Antonio Carlos Magalhães já votou "sim".

Então, foi aprovado, com oito votos, o requerimento para a transferência de sigilo da MM Consultoria Jurídica Administrativa Ltda.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, o Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Walter Santos Neto, OAB, MG 042282, a esta CPI referente ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data.

Em discussão (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Romeu Tuma? Sim.

Senador Antonio Carlos Magalhães? Sim.

Senador Reginaldo Duarte? Sim.

Senador Flávio Arns? Sim.

Senador Valdir Raupp? Sim

Senador Garibaldi Alves? Sim

Senador Mozarildo Cavalcanti? Sim

Senador Efraim Morais? Sim.

Senador Tião Viana? Sim.

Aprovado com nove votos.

Requerimento ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves, Relator, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcelo Coelho de Aguiar, CPF 522 992 106-44, a esta CPI, referente ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data.

Em discussão (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vamos a votos, Srs. Senadores.

Senador Romeu Tuma? Sim.

Senador Antonio Carlos Magalhães? Sim.

Senador Reginaldo Duarte? Sim

Senador Flávio Arns? Sim.

Senador Tião Viana? Sim.

Senador Valdir Raupp? Sim.

Senador Garibaldi Alves? Sim.

Senador Mozarildo Cavalcanti? Sim.

Senador Juvêncio da Fonseca? Sim.

Senador Efraim Morais? Também sim.

Aprovado por nove votos.

Ainda temos um requerimento que convoca o Sr. Walter Santos Neto, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, para algumas informações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, desejo informar à Comissão o calendário, que foi elaborado por esta Relatoria, com a concordância de V. Exª, que prevê para quinta-feira os depoimentos dos dirigentes da Gtech que negociaram com a Caixa Econômica Federal: Antonio Carlos Lino, ex-Presidente da Gtech-Brasil; Marcelo Rovai, ex-Diretor da Gtech-Brasil; e Enrico Gianelli, advogado da Gtech-Brasil. E para o dia 9, terça-feira: Rogério Buratti, citado pela GTech como consultor indicado por Waldomiro; José Luiz Quintães, ex-assessor da Caixa Econômica e consultor da Loterj, na época de Waldomiro. Dia 10, quarta-feira, sócio da MM Consultoria, que recebeu recurso da GTech; Marcelo Coelho de Aguiar, ex-assessor da Secom, sócio da MM Consultoria; Walter Santos Neto, atual representante da MM Consultoria. Dia 11, quinta-feira, Waldomiro Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Queria fazer um esclarecimento aos Srs. Senadores. Até o presente momento, o Banco Central não nos enviou a quebra de sigilo bancário solicitada. Solicito à nossa assessoria que providencie imediatamente agendamento de encontro para amanhã no Banco Central ou com o Sr. Presidente ou com o diretor responsável, para que este Presidente e o Relator saibamos o motivo – paramos os trabalhos na semana passada – por que não nos chegou nenhuma quebra de sigilo. Estamos querendo a parceria e a colaboração do Banco Central nesse sentido. Solicito à assessoria que tome essa providência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço desculpas por interrompê-lo, mas V. Exª, com a sua educação, característica própria sua e do Relator, pedem uma audiência. Se ela não for realmente marcada para amanhã, sugeriria que se dirigissem àquela instituição e exigissem que os recebessem, porque a CPI tem prazo e poderes para fazer busca e apreensão, se necessário. Não quero desrespeitar o Presidente do Banco Central, mas ele não pode falhar com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e coloco qualquer um dos membros da Comissão que desejem acompanhar a mim e ao Relator nessa audiência.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Presidente, o Requerimento nº 26, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tem os seguintes termos: requer ao Ministério Público Federal cópia dos processos sobre investigações realizadas que envolvam apuração das relações das casas de bingo com o crime organizado. É um requerimento que, por alguma razão – sei da sobrecarga dos trabalhos da Comissão –, ainda não foi aprovado. Gostaria de pedir a V. Exª que pudesse incluí-lo para votação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se não me engano, foi aprovado já esse requerimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – A assessoria me informa que o Requerimento nº 26 não o foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em votação o requerimento.

V. Exª poderia repetir o seu teor, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Trata-se do Requerimento nº 26, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que requer ao Ministério Público Federal cópia dos processos sobre investigações realizadas que envolvam apuração das relações das casas de bingo com o crime organizado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que já foi pedido isso, não foi, Presidente?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas não foi votado. Estou pedindo para ser votado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É importante isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A meu entender, segundo a assessoria, ele sentiu-se prejudicado, porque requeremos ao Ministério Público. Na condição de Presidente, eu já havia feito esse requerimento. Já foi requerido, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, estou plenamente de acordo e agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª a vigilância.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas queria ter o adendo de um requerimento que fiz, para que também fossem buscadas todas as decisões de liminares que os juizes estão dando para permitir o funcionamento de casa de bingo, porque estão construindo bingos de alto valor, de mais de R$2 milhões de investimento. Não são para ficar um dia, um mês, quando cassarem a liminar, não; mas para serem permanentes. Gostaria, Sr. Relator, que examinássemos cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O requerimento de V. Exª, Senador Romeu Tuma, foi aprovado no dia 21/07 e já foi encaminhado, com a solicitação das providências.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e parabenizo-o pela vigilância.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, para sua oitiva.

V. Sª, Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, apresentou termo de compromisso. Nome completo: Luiz Eduardo Bento de Melo Soares. Identidade: 18169039– SSP/SP. Idade: 51 anos. CPF: 37073222700. Estado civil: divorciado. Com endereço, bairro. Profissão: professor. Local onde exerce sua atividade: Universidade Cândido Mendes. Essas informações estão aqui assinadas pelo Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo.

V. Sª tem a palavra pelo tempo que se fizer necessário para a oitiva.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais membros da audiência, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-los pela iniciativa, muito importante, da constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu estimo que ela êxito e contribua para o aprofundamento das nossas instituições democráticas.

Considero um privilégio merecer a atenção de V. Exªs. Na medida das minhas possibilidades, pretendo contribuir para que os trabalhos evoluam com o máximo de eficiência. Eu gostaria de lhes oferecer uma descrição sumária, sintética do contexto no qual trouxe a público algumas preocupações e narrei uma experiência que me parecia à época relevante para os debates que se travavam a respeito de questões públicas sérias. E a seriedade apenas se agravou nos últimos meses, no último ano. Para que esse contexto seja adequadamente compreendido, Sr. Presidente, tomarei a liberdade então de oferecer o relato da minha trajetória política no Rio de Janeiro em 2002.

Eu fui convidado pelo Partido dos Trabalhadores a me candidatar a Vice-Governador na chapa encabeçada pela então Vice-Governadora Benedita da Silva. Chegando ao Rio de Janeiro – eu passara um tempo afastado, por uma série de razões que são do conhecimento público –, me deparei com uma situação que me deixou perplexo e que foi objeto de muitas reflexões compartilhadas no âmbito do Partido dos Trabalhadores à época.

Que situação era essa? Eu encontrei o Sr. Waldomiro Diniz ocupando a posição de presidente da Loterj, no Governo Anthony Garotinho. Eu conhecera Waldomiro quando fora Subsecretário de Segurança Pública e, depois, Coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania, do Governo do Estado do Rio de Janeiro durante o ano de 1999. Eu exerci esse cargo até março de 2000. Ao longo de 1999, várias vezes tive necessidade de vir a Brasília e fui recepcionado pelo Sr. Waldomiro, que era então representante do Governo do Rio de Janeiro aqui em Brasília. Uma pessoa muito afável, cordial, inteligente, sofisticada, que se apresentara a mim como representante, membro, militante do Partido dos Trabalhadores. Compartilhara inclusive comigo um pouco da sua experiência política associada a esse campo e a esse Partido. À época, eu não tinha partido ou militância política. Eu exercia simplesmente esse cargo. Mas, evidentemente, por minha trajetória, eu me identificava com o campo que nos denomina-

mos **lato sensu** das esquerdas. Por isso, sentia uma afinidade natural com o Partido dos Trabalhadores e, portanto, com o Sr. Waldomiro Diniz.

Tendo saído do Governo do Rio de Janeiro em março de 2000, eu soubera então quando retornei à cidade, ao Estado, que Waldomiro viera para o Governo do Rio de Janeiro muito tempo depois que o Partido dos Trabalhadores rompera suas relações políticas com o Governo do Sr. Anthony Garotinho. Eu ficara, portanto, perplexo, porque sabia que Waldomiro Diniz era um homem de Partido, era um militante político, profundamente associado, ele o dizia e era amplamente reconhecido ao então Presidente do Partido dos Trabalhadores, Sr. José Dirceu. Me parecia absolutamente incompreensível e incompatível com essa trajetória a sua vinculação a um Governo com o qual o Partido dos Trabalhadores rompera relações, se colocara francamente na Oposição. Se ele fosse um técnico reconhecido numa determinada área e fosse então convocado pelo Governador Garotinho para exercer cargo associado à área na qual ele tivesse se tornado conhecido como técnico qualificado, eu até compreenderia; mas na Presidência da Loterj me que parecia, de fato, muito estranho.

Eu compreendo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs Senadores, que a Presidência da Loterj é um cargo de estrita confiança do Governador, para o bem ou para o mal; é necessariamente um cargo que requer absoluta confiança por parte do gestor maior. Por isso, eu deduzi que a única compreensão plausível seria a seguinte: o Sr. Waldomiro representava uma aliança entre a direção nacional do Partido dos Trabalhadores e o Governador Garotinho, visando as eleições presidenciais.

Como eu me indispusera com o Governador Garotinho, e essa fora a razão do meu afastamento, da exoneração do meu cargo no Governo do Estado, eu fiz questão de perguntar à época ao então companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, hoje Presidente da República, no Instituto de Cidadania, onde trabalhei por um ano e meio gratuitamente na elaboração de plano nacional de segurança pública, tive oportunidade de perguntar-lhe diretamente se havia alguma possibilidade de aliança entre ele, o PT, e o Governador Garotinho porque nesse caso eu seria obrigado a me afastar, por conta das nossas incompatibilidades ideológicas, políticas e pessoais. O Presidente Lula, à época Presidente do Instituto de Cidadania, me garantiu que, em absoluto, não havia essa possibilidade, o que me tranqüilizou. O tempo passou, e eu busquei contato com meus interlocutores do Partido dos Trabalhadores para procurar compreender essa presença de Waldomiro. E a voz corrente nos setores mais responsáveis do Partido era que efetivamente algo se esboçava no sentido de uma aliança não para o primeiro turno e sim visando o segundo turno das eleições presidenciais.

Eu confesso que à época considerava estranha essa forma de celebrar-se uma unidade ou uma aliança. Por que essa posição e não outra? E por que o diretório do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro não fora informado, não participara, não fora consultado, não fora ouvido na elaboração desse plano? Por que o Partido que afinal se opunha ao Governador Garotinho não estava participando da gestação de uma política que o envolvia e que o tornava, portanto, co-responsável. Essas eram apenas preocupações de ordem política, ainda que eu lhes confesse que como qualquer ser humano minimamente informado eu me perguntasse também sobre a natureza dessa aliança, por que esse cargo expressando, sintetizando, espelhando essa relação política?

Muito bem, no início do ano de 2002, eu era coordenador da transição entre o Governo Garotinho e o Governo Benedita da Silva, o Governo de nove meses, e fui então com a ainda vice-Governadora Benedita da Silva ao restaurante Alcaparra, no Flamengo, no Rio de Janeiro, para apresentar à vice-Governadora, futuro Governadora, a socióloga e economista Lena Lavinas, porque me parecia que ela, saindo da Organização Internacional do Trabalho em Genebra, onde estava, ela talvez pudesse contribuir para o Governo do Rio, sendo uma das principais especialistas na área de políticas sociais do Brasil. Nessa oportunidade, por coincidência, vi que o Sr. Waldomiro Diniz estava no restaurante. Ele nos cumprimentou a distância, a mim e a Vice-Governadora, depois dirigiu-se a ela. Eu tive oportunidade, antes da chegada da colega professora Lena Lavinas,de conversar com a então Vice-Governadora sobre minhas preocupações e sobre as dúvidas, as interrogações que eu cultivava com base na presença do Sr. Waldomiro no Governo do Rio depois do rompimento do PT com o Governador Garotinho.

Insisti, enfatizei, que me parecia estranho, preocupante, que eu gostaria que isso de modo algum se perpetuasse, mas adiante no Governo Benedita. Mais adiante, no início de abril poucos dias antes da posse da futura Governadora Benedita da Silva, Sr. Presidente, nós tivemos em sua residência, em Jacarepaguá, uma reunião com o futuro secretariado, com os representantes das diversa tendências do Partido, visando à definição final da composição do Governo. Eu aguardei a saída de todos e, no final, privadamente, compartilhei com a então futura Governadora a minha preocupação com a sua decisão de manter Waldomiro Diniz em sua posição à frente da Loterj. Eu lhe disse que, com toda a franqueza, desconfiava dessa presença e me parecia

que ela não era apenas o índice, o sinal, a expressão, o sintoma de uma relação política visando ao segundo turno, mas que ali algo talvez mais sério estivesse em gestação, em progresso, ou em ação e me parecia, por todas as razões, inadequado que ele fosse mantido. A então futura Governadora se calou e compartilhou comigo suas preocupações gerais com o Governo e chamou a atenção para o fato de que era necessário que eu trouxesse a ela contribuições positivas, mais positivas e menos negativas, afinal de contas, já eram muitas suas atribuições, extraordinariamente elevadas as suas responsabilidades e os seus desafios.

Eu me senti constrangido com essa situação e não fui a sua posse. Naquele momento, de fato, minha preocupação já atingia um grau superior, ainda – confesso – que não eu tivesse absolutamente nenhuma informação concreta, objetiva, que pudesse, de fato, justificar mais concreta e objetivamente essa minha preocupação.

No dia 30 de abril, tive um encontro com o Sr. Sérgio Canozzi* no Hotel Marina, na zona sul do Rio de Janeiro. Há dois hotéis Marina – não me lembro exatamente onde fica o outro, mas, se fosse o caso, eu poderia depois confirmar. Por que esse encontro? Eu havia sido procurado diversas vezes por esse senhor, através de telefonemas que alguém em seu nome, sua secretária, dava para a pessoa que me acompanhava, uma militante do partido que me ajudava à época, que atendia os telefones e cuidava da agenda. Eu procurava evitar os encontros com desconhecidos o é natural numa situação como essa, porque as pressões são muitas, a procura é intensa e há sempre motivos para prudência. Eu tomava essa cautela naturalmente e, além disso, havia uma agenda muito pesada. Eu procurei, portanto, postergar, evitar, enfim, obstar esse encontro por razões tanto de prudência quanto de agenda. Mas a sua insistência foi tal que, finalmente, a sua secretária ou alguém em seu nome disse a essa minha companheira de trabalho que lhe dissera que eu estava viajando, essa secretária ou ajudante do Sr. Canozzi disse à minha assistente que o Sr. Canozzi não se oporia inclusive a a viajar comigo, se fosse o caso, para, no avião, ter a possibilidade de travar comigo essa conversa. Diante de tamanha assistência e tamanha importância conferida a esse encontro comigo, não havia também nenhuma razão para que eu me opusesse. Eu aquiesci e nós, então, agendamos no Hotel Marina. Por que no Hotel Marina? A Fundação Hewlett realizava, no Rio de Janeiro, um encontro com especialistas na área de segurança pública porque lhe interessava investir nessa área, em pesquisas, e queria ouvir os pesquisadores a respeito do campo que se constituía no Brasil e das necessidades de apoio para as pesquisas. Nós tivemos, portanto, um seminário ali no Hotel Marina. Eu aproveitei, então, e marquei para o horário subseqüente àquele previsto para o término da sessão do seminário.

Eu desci e encontrei com o Sr. Canozzi. Minha companheira de trabalho me esperou e eu fui sentar-me com ele no café do **lobby** do hotel para uma conversa. Nessa oportunidade, o Sr. Canozzi me surpreendeu com uma análise refinada e sofisticada a respeito do Governo do Estado e das possibilidades de que se drenem recursos para fins diversos, como, por exemplo, campanhas eleitorais. Impressionou-me muito seu conhecimento do Estado e a profusão de informações com as quais ele calçava essa apresentação que me fazia.

Eu fiquei atônito, porque não esperava aquele tipo de discurso, fiquei estarrecido e, de fato, diante da riqueza e da complexidade das informações, só identifiquei alguns pontos. Lembro-me de que havia referências à massa falida do Banerj, que poderia ser gerida de modo a render alguns dividendos para a campanha, sem que houvesse problemas com esse...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, tratou de algumas áreas, Senador Romeu Tuma. Tratou-se das áreas de obras, áreas de finanças e da massa falida do Banerj. *En passant*, me disse: "Veja, por exemplo, o Waldomiro. Ele está aí nesse esquema levantando R$300 mil por mês. Mas ele é incompetente. É um incapaz, um inepto. Com um pouco mais de competência, isso pode chegar a bem mais do que isso. Quem sabe, uns R$500 mil". Isso foi dito *en passant*.

Eu, então perplexo com essa informação, procurei dar ainda liberdade, espaço para que o meu interlocutor se aprofundasse nessas informações. Não foi muito mais longe, mas me sugeriu o seguinte: se eu lhe garantisse, através da influência que pudesse, porventura, exercer junto à já então Governadora Benedita da Silva, se eu pudesse lhe garantir acesso a essas diretorias e a essas secretarias-chave, cujos papéis seriam estratégicos para que se montasse essa trama capaz de produzir tais dividendos, ele poderia gerar esses recursos e ainda com benefícios privados, porque a Governadora poderia, privadamente, merecer uma parte dessa exação. Eu próprio poderia ter acesso, então, a alguns recursos também significativos e a ele lhe restaria uma pequena parte, que seria quase que um custo de administração desse sistema, uma comissão, algo do tipo.

Ele ficou interessado em que desdobrássemos a conversa. De início, não lhe neguei essa possibilidade

para que eu ganhasse tempo e pensasse exatamente na estratégia que deveria adotar diante disso. Eu lhe prometi que retornaria, então, que voltaria a ligar para que nós voltássemos a nos encontrar. Havia, então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, dois procedimentos possíveis. Um deles seria encaminhar aquela interlocução no sentido de constituir as condições necessárias para que se efetivasse uma prisão ou um tratamento policial a um fato que se prenunciava policial e criminoso.

Havia, entretanto, uma outra possibilidade, que foi a que eu acabei adotando, outra possibilidade fundada num outro entendimento, o entendimento de que ali não se encetava nenhum tipo de dinâmica corrupta, mas um ardil político. A hipótese de que, em me procurando – eu, que me tornara conhecido no Rio de Janeiro por ter combatido setores corruptos da Polícia, por ter me batido contra a corrupção –, procurar-me a mim, justamente a mim, com um proposta tão ostensivamente criminosa, me parecia que isso talvez expressasse, na verdade, uma outra estratégia, uma estratégia absolutamente não corrupta, mas política, supondo a minha ingenuidade e o meu reconhecido, no Rio de Janeiro, udenismo. Talvez supusera o meu interlocutor a minha precipitação ingênua, o que geraria, possivelmente, um caso de grande repercussão política.

Até que se explicassem as condições, nós teríamos diante de nós um escândalo cujas implicações poderiam, quem sabe, inclusive, turvar a trajetória brilhante do então candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, além da própria trajetória de Benedita, no Rio de Janeiro, rumo à reeleição.

Eu hesitei entre as duas interpretações e pensei que o mais maduro, o mais prudente e o mais cauteloso seria compartilhar com os companheiros do Partido o que ocorrera, inclusive com a Governadora, blindarmo-nos contra a eventualidade de que fosse essa uma tentativa de natureza corrupta, mas dar-lhe um tratamento preventivamente político, ou seja, não supor aí um fato criminal, mas sim um ardil político, e evitar voltar a encontrar esse senhor. E foi o que eu fiz. Eu, então, tive oportunidade, Srs. Senadores, de compartilhar com companheiros do Partido e com a Governadora o que ocorrera, solicitando-lhes que atentassem para eventuais futuras iniciativas desse interlocutor, para que nós nos precavêssemos e evitássemos o pior.

Quando eu fui convidado para me tornar Secretário Nacional de Segurança Pública, fui informado de que a Abin submeteria ao seu crivo, ao seu escrutínio, à sua investigação, todos os indicados a cargos superiores. Meu nome, inclusive, seria submetido também a esse escrutínio. E, quando eu vi que Waldomiro Diniz se tornara uma peça importante na estrutura da Casa Civil, eu, sinceramente, sinceramente, me convenci de que fora um grade equívoco meu, um equívoco que me causara já dificuldades grandes no relacionamento no interior do Partido dos Trabalhadores e um conflito aberto com o Deputado José Dirceu, à época Presidente do PT. Por quê? Porque, depois que eu compartilhei com meus colegas, com meus companheiros, as minhas preocupações em relação à situação de Waldomiro, preocupações, digamos, enfatizadas e sublinhadas por essa referência do Sr. Sérgio Canozzi, depois que eu o fiz, eu fui inteiramente marginalizado na campanha do Rio de Janeiro.

É evidente que eu devo, entretanto, em nome da justiça e do respeito aos meus companheiros, dizer-lhes que havia outro motivo para a minha marginalização, outro motivo potencial: era o fato de que eu me indispunha contra o que então se mostrava para mim ostensivamente claro, o entendimento do Partido dos Trabalhadores nacional com o Sr. Anthony Garotinho, então candidato à Presidência da República, no sentido de inibir, limitar a nossa campanha no Rio de Janeiro.

Evidentemente, a Governadora Benedita da Silva não estava condenada a derrotar-se a si própria, não estava condenada a perder as eleições, mas ela estava, sim, limitada, constrangida por condicionantes que se lhe impunham. Sobretudo, ela estava impedida de realizar uma auditoria externa nas contas do Governo que herdara.

Esse impedimento da realização de uma auditoria nas contas do governo anterior... Vejam: não havia o sentido de caça às bruxas, o sentido de que se buscassem indícios de corrupção, em absoluto, mas seria uma auditoria que revelasse à opinião pública o estado no qual o governo seria herdado pelo nosso Partido então e pela Governadora Benedita da Silva, para que se não lhe cobrassem responsabilidades que não eram suas e para que os ônus políticos não se concentrassem sobre sua candidatura.

A necessidade de uma auditoria fora reconhecida pelos representantes de Duda Mendonça no encontro no Palácio Guanabara, na primeira semana de governo, com os coordenadores da campanha no Rio de Janeiro. Os representantes do Sr. Duda Mendonça reconheceram que, sem a realização de uma auditoria que, com transparência, tornasse públicas as contas do Governo, seria, de fato, dificílimo vencer as eleições no Estado, dados os constrangimentos naturais, as pressões, as demandas que se acumulavam e o estado no qual se recebera o Governo. Essa auditoria, entretanto, se fosse feita, seria capaz de, com transparência, permitir que

a própria sociedade julgasse a distribuição adequada de responsabilidades.

Muito bem, essa auditoria não foi realizada. O reconhecimento do quadro caótico herdado não foi ostensivamente submetido à apreciação do eleitorado. E esses condicionantes, me pareceu muito evidente... Para lhes dar um quadro do ocorria no Rio de Janeiro, eu ouvia, em encontros com intelectuais e artistas, a mesma cobrança que ouvia nos encontros na Baixada Fluminense, com os militantes mais humildes. Todos perguntavam: por que vocês não realizam uma auditoria externa absolutamente isenta, transparente, se os dados são esses, tão eloqüentes, e seriam suficientes para revelar as responsabilidades do ex-Governador Garotinho?

Eu conduzi à Governadora essa preocupação, essa exasperação, e ela sempre respondia se referindo ao seu estilo pessoal: "Luiz Eduardo, você sabe que esse não é o meu estilo pessoal". E eu lhe dizia: Governadora, ninguém lhe pede arrogância, ninguém lhe pede hostilidade, má educação ou incivilidade – essas não são efetivamente suas características –, mas o que os militantes lhe pedimos é clareza, transparência, para que não caiam sobre os seus ombros, inadvertida e injustamente, responsabilidades alheias. A Governadora, entretanto, se recusava a cumprir essa determinação.

Eu me indispus contra isso; a militância do PT no Rio de Janeiro se indispôs contra isso. E do que cheguei a compartilhar amplamente no ano de 2002, que me levou associadamente a minha indisposição frente à presença de Waldomiro Diniz e ao atrito com a direção nacional, apresentei a seguinte interpretação e estou absolutamente convencido de que ela efetivamente ocorrera. E depois eu pude constatar que esta minha interpretação efetivamente era justa, ao testá-la e verificá-la com a própria Governadora, quando ela já se tornara Ministra de Estado. A interpretação é muito simples: o PT nacional, atropelando o Partido dos Trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro – portanto, sem nenhuma consideração pelo Regimento Interno e pelos procedimentos usuais de mecanismos democráticos de decisão –, resolvera sacrificar a eleição no Rio de Janeiro em nome dos interesses nacionais.

A mim me parecia que isso era injusto e desnecessário, mas, de toda maneira, talvez uma estratégia legítima. Ela, entretanto, exigia a consulta à direção estadual, que, por sua vez, através de mecanismos adequados, teria de compartilhá-la com os próprios militantes. E me parecia que eu estava sendo, inadvertidamente, cúmplice de um logro. Eu estava, de fato, numa campanha predestinada à derrota, condicionada à derrota. O Rio de Janeiro, mais uma vez, era sacrificado em função de outros interesses, interesses maiores, sem dúvida, mas que se impunham de modo inadequado, injusto, gerando efeitos perversos de toda a ordem. E me parecia inaceitável esse quadro.

Portanto, em função da minha resistência à presença de Waldomiro Diniz, à persistência ou à preservação de Waldomiro Diniz no Governo do Estado do Rio de Janeiro, e em função da minha indisposição com essa orientação, acabei colidindo com a direção nacional, particularmente com o Presidente de então, José Dirceu.

Fui convidado a ocupar a Secretaria Nacional e lhes disse que havia sido informado de que todos os quadros superiores seriam submetidos ao escrutínio da Abin. Quando verifiquei que Waldomiro Diniz foi alçado à posição de auxiliar importante na Casa Civil, concluí – eu lhes dizia – que, de fato, as minhas suposições estavam equivocadas. Já que eu não dispunha de fatos empíricos, objetivos, já que as informações eram indiretas, já que havia apenas insinuações, indícios, vestígios, mas não evidências, eu pude, então, supor que efetivamente me enganara. E, só depois, quando as fitas ou a fita de vídeo foi exibida para todo o País, eu próprio, estarrecido, assim como todo o País, pude reconhecer que efetivamente aqueles indícios e aqueles vestígios eram efetivamente muito mais graves e expressavam a realidade.

Parecia-me, portanto, Senador Efraim, que aquelas interpretações, todas elas, se confirmavam. Eu pensei e considerei que valia a pena tornar pública essa trajetória e todo esse relato naquela ocasião, quando se confirmaram as suspeitas. Quando Secretário Nacional, repito, portanto, eu não tomara nenhuma atitude e, inclusive, aceitara esse cargo na suposição de que a Abin fizera o seu trabalho adequadamente e de que não havia o que temer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Abin estava investigando?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu fui informado, Senador Tuma, de que todos os gestores superiores do Governo federal eram submetidos a um escrutínio, a uma triagem. Quando verifiquei que Waldomiro Diniz fora alçado àquela posição, deduzi que nada havia de fato concretamente contra ele. Eu lhes confesso que pensei que o errado era eu, porque o então Ministro José Dirceu poderia ter – pensava eu – todos os defeitos que lhe se atribuíssem, e eu, particularmente, lhe atribuía o autoritarismo, a forma autoritária com a qual ele atropelou decisões do Partido no Rio de Janeiro, mas, efetivamente, era um homem inteligente. Eu supunha que era um homem inteligente e, portanto, incapaz de trazer para a

Casa Civil alguém que estivesse vinculado a práticas corruptas antes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que ele estava a serviço, o que é diferente. Não sei se V. Sª concorda.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Esse, portanto, senhoras e senhores, Sr. Presidente, Sr. Relator, é o relato introdutório. Creio que, a partir daí, com as questões porventura suscitadas por V. Exªs, terei a oportunidade de me aprofundar no esclarecimento do caso, até onde as informações de que disponha o permitam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, para fazer os seus questionamentos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é evidente que o Dr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES, com a sua exposição inicial, já respondeu algumas perguntas que formularíamos a S. Sª. Mas existe ainda algo remanescente no nosso estudo com relação a questões que eu desejaria formular a V. Sª, Dr. Luiz Eduardo. Por exemplo, foi dito que V. Sª é professor, mas, além de professor, V. Sª tem uma formação mais especializada no campo da segurança pública. V. Sª poderia adiantar mais alguma coisa?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Desde meados dos anos 80, Senador, tenho me devotado, na vida acadêmica e fora dela, ao estudo da segurança pública nos seus diversos aspectos. Tive a oportunidade de começar essa trajetória em organizações não-governamentais ligadas à luta pelos direitos humanos e, depois, me tornei assessor e consultor da Polícia Militar do Rio de Janeiro, no final dos anos 80, início dos anos 90. Posteriormente, fiz alguns estágios nos Estados Unidos e me vinculei ao Instituto Vera de Justiça, que presta assessoria a algumas Polícias norte-americanas, como a Polícia de Nova York. Depois, eu me tornei Subsecretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro e, depois, coordenador de segurança, justiça e cidadania e tive a oportunidade e o privilégio de ser consultor para segurança pública, uma espécie de proto-secretário na área – não havia secretário então, no ano de 2001 – da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, trabalhando com o Prefeito Tarso Genro durante um ano. Fui um dos redatores do Plano Nacional de Segurança Pública. Fui o responsável pela elaboração do plano de governo na área de segurança pública do então candidato Anthony Garotinho, plano que depois se consubstanciou como plano de seu governo. Tive a oportunidade de elaborar também o Plano de Segurança Pública para o Governo Benedita. E trabalhei, aqui e ali, com consultoria na área de segurança pública, e essa tem sido a minha dedicação. Escrevi alguns livros a respeito. Então, a minha trajetória toda esteve ligada a essa problemática.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como V. Sª analisa essa questão dos jogos, diante da experiência que detém?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – V. Exª sabe que essa é uma situação muito complexa. Eu não tenho dúvida nenhuma de que os jogos servem à lavagem de dinheiro. E eu não tenho dúvida nenhuma de que eles constituem, portanto, um problema muito grave. Por outro lado, se V. Exª me permite, então, a liberdade de compartilhar a minha visão prospectiva, digamos, a forma pela qual eu considero mais adequada para que se trate esse problema, eu sou partidário à legalização com fiscalização rigorosa, porque me parece que a proibição não logra inibir os problemas de lavagem de dinheiro e não logra, de fato, gerar os efeitos que nós desejamos. Parece-me que todas as políticas repressivas e proibicionistas acabam gerando mais efeitos perversos do que propriamente benefícios. Então, a despeito do fato de reconhecer a gravidade do problema, eu, pessoalmente, gostaria de ver no Brasil uma situação de transparência, de clareza, com fiscalização rigorosa, a mais adequada, a mais séria possível.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª falou do seu encontro com o Sr. Sérgio Canozzi e deu alguns detalhes da proposta feita por ele para a repartição de vantagens que seriam obtidas com aquele esquema proposto por ele. V. Sª teria mais detalhes a respeito disso? Ele chegou a citar o quanto seria da Governadora e o quanto V. Sª auferiria?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – As referências foram inúmeras, e o discurso, muito articulado e refinado. Havia uma profusão tal, uma tal riqueza de informações, e o tom era de tal maneira surpreendente, que eu, de fato, fiquei atônito, pensando mais no que fazer e em como reagir do que em registrar todas as informações, que eram muitas, a respeito de diversas áreas do governo, como se houvesse, inclusive, um estudo profundo sobre as possibilidades e os mecanismos que pudessem ser aplicados para que se drenassem os recursos.

E, como eu lhe disse, Senador, havia, inclusive, referências à possibilidade de que se levantassem de oitenta a cem milhões, até o final do ano – portanto, em nove meses –, com a possibilidade de que a Governadora ficasse com dez; eu, com cinco; e ele, com um. São referências aproximadas e vagas.

Mas eu reitero...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Oitenta ou cem milhões, não é?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – É, por aí, de oitenta a cem milhões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até o final do governo?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – É, durante nove meses, com a mobilização das Secretarias de Fazenda e de diretorias ligadas à área de arrecadação, à massa falida do Banerj, à Secretaria de Obras e...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E à tributação também?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Talvez.

Enfim, eu, sinceramente, estaria sendo leviano e inconseqüente se eu lhe dissesse com precisão quais foram as informações ali compartilhadas. Mas, de fato, havia uma profusão, uma riqueza muito grande. Entretanto, reitero que, até hoje, de modo algum eu poderia lhe dizer que se tratava efetivamente de uma proposta de corrupção. Até hoje, ainda que eu saiba que a referência a Waldomiro fosse provavelmente verdadeira, até hoje eu lhe digo que não posso, de modo algum, afirmar que se tratasse de uma proposta de corrupção e não de um estratagema político, justamente para buscar submeter-me a uma situação de constrangimento e produzir algum tipo de fato que pudesse beneficiar tal ou qual candidato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, além das pessoas, dos candidatos, ele falou em partidos, de quais partidos seriam beneficiados?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor. Ele disse que, se nós, no Governo... Portanto, a nossa candidatura... A Governadora assumira o governo na perspectiva de candidatar-se à reeleição. Candidatou-se à reeleição; eu era o seu candidato a Vice. Portanto, a referência era a nossa candidatura à campanha que estava em curso, e o governo já em curso até o final do ano, o Governo Benedita. A expectativa era esta: recolher recursos com vistas a essa campanha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, dentro do esquema de corrupção que ele traçou, ele falava nos nomes que iriam apoiar esse esquema de corrupção?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, não. Ele simplesmente disse: havendo progresso nos entendimentos, eu necessitaria de alguns postos-chave nos quais poria alguns personagens que participariam de uma rede.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele não falou os nomes?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não. Ele não disse nenhum nome. Foi uma primeira sondagem, para que eu sondasse a Governadora sobre a possibilidade de que prosperassem os entendimentos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com relação ao Sr. Waldomiro Diniz, o que é que ele falou?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Ele disse: veja o exemplo do Waldomiro, que está aí num esquema, produzindo trezentos mil por mês para José Dirceu e para a candidatura no Rio de Janeiro. Isso é insuficiente, há uma inépcia, há uma ineficiência. Com pouco mais de qualidade, com um trabalho mais eficiente, pode-se ampliar, pode-se chegar a quinhentos mil por mês.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E aí o senhor ficou vivendo aquele dilema, que relatou, entre denunciar imediatamente ao Ministério Público e até mesmo cogitar uma prisão? V. Exª ficou naquele dilema de pensar que poderia ser um ardil?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Exatamente. Eu poderia comunicar ao Ministério Público, eu poderia gravar uma próxima conversa e tornar aquele fato um caso policial, propriamente. Haveria várias alternativas. Mas digamos que fosse um ardil, digamos que justamente buscar-me a mim, eu que era candidato pela primeira vez, que não tinha experiência política, que era conhecido como duro e udenista, ingênuo até, segundo muitos, purista... Por que procurar-me a mim? Talvez, isso indicasse uma outra intenção. Talvez, o que se visasse fosse o escândalo, um escândalo que não tivesse nenhum conteúdo e que, entretanto, fosse capaz de ferir as candidaturas de Benedita e de Lula. Por isso, na dúvida, achei mais cauteloso – e compartilhei isso com os companheiros – reservar-me o direito de não agir e sugerir que todos se blindassem contra eventualidades de novas abordagens.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essas novas abordagens, essa blindagem, isso resultou da conversa de V. Sª com Marcelo Sereno, Val Carvalho e Severino?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Exatamente. Compartilhei essas preocupações e relatei esse caso a esses três companheiros então e também relatei à Governadora. Portanto, tive, em três oportunidades, o tema Waldomiro Diniz compartilhado com a Governadora: primeiro, no almoço no Alcaparras, em fevereiro de 2002; segundo, em abril, às vésperas da posse, em sua residência; terceiro, já no Palácio,

poucos dias depois do dia 30 de abril, quando me encontrei com o Sr. Canozzi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não ficou decepcionado? O senhor fez esses relatos, essas denúncias, e não se tomou nenhuma providência efetiva.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – O senhor, Senador, certamente conhecedor mais profundo do que eu dessa dinâmica, compreenderá perfeitamente que esse é um processo que se estende, que se desdobra, e, muitas vezes, o conhecimento ou o reconhecimento dos fatos e a consolidação de interpretações vão-se dando gradualmente. Num primeiro momento, há um esboço de reação, há alguns sinais. **A posteriori**, o senhor observa que aquilo que se sugerira fazer, aquele possível indício, não se confirmou. Então, isso se estende no tempo. Só aos poucos fui percebendo que não havia ações, como o Sr. Waldomiro era mantido, e, mais do que isso, eu me via, crescentemente, posto à margem de todo o processo político.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V.Sª: quem é finalmente o Sr. Sérgio Canozzi? O senhor procurou apurar, diante da ousadia como ele se postou junto a V. Sª, as propostas que ele fez? Quem é, finalmente, o Sr. Sérgio Canozzi?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu não sei lhe dizer. Na época, como lhe disse, eu preferi evitar novos contatos e interpretar como possível ardil e simplesmente não levar adiante a hipótese policial, criminosa etc. Até hoje, como lhe digo, continuo sem ter elementos suficientes para sugerir que se tratasse efetivamente de uma proposta de corrupção e não de um ardil político. De modo que, naquele momento, eu não fiz esforços policiais de investigação. As consultas que fiz entre os companheiros mostravam que ele não era conhecido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não manteve mais nenhum contato com ele?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em nenhuma oportunidade?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento ou mesmo suspeita de que o Sr. Sérgio Canozzi tenha mantido contato com outros membros do Governo, diante da frustração do que ocorreu com V. Sª?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Como eu disse a esses companheiros que à época tinham uma posição de proeminência na campanha que era preciso muita cautela, muito cuidado, imaginei, naquela ocasião, que, mesmo que tivesse havido procura, respostas não teriam havido, e encontros, tampouco. Aos poucos, esse tema foi substituído por tantos outros na campanha, e eu nunca tive nenhuma notícia sobre eventuais encontros que pudessem ter se seguido ao meu próprio. Mas não creio que tenham existido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª também relatou aqui a insistência como deu conhecimento à Governadora e a perplexidade, muitas vezes, como ela encarou as denúncias feitas por V. Sª. Mas, afinal de contas, nenhuma providência foi tomada?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, Senador. Mas, se o senhor me permite, eu gostaria de deixar sublinhado que compreendo essa atitude da Governadora e não creio que, do meu ponto de vista, isso pudesse ou devesse ser interpretado necessariamente como cumplicidade ou anuência em relação a práticas corruptas quaisquer. Por quê? A Governadora vivia sob uma pressão quase indizível, inclusive, psicologicamente, ela estava em andrajos. Ela foi devastada pelo Governo, porque a situação financeira era trágica; havia os condicionantes sobre os quais já me detive; todos lhe levavam pleitos, demandas, críticas, cobranças; a sociedade começava a dar sinais de insatisfação; os índices na campanha despencaram celeremente. E, naquele contexto, eu compreendo então o modo pelo qual ela reagiu à minha insistência, com choro, com angústia, inclusive com desaprovação: "Luiz Eduardo, você deveria ajudar-me e ser construtivo e não me trazer mais e mais problemas". Eu compreendo que, diante daquele oceano de problemas, esse fosse uma gota. Hoje, retrospectivamente, nós podemos lhe conferir outra importância, mas, naquele momento, naquele processo, diante do que ela sofria, eu acho perfeitamente compreensível que ela não me tenha dado maior atenção, inclusive porque eu não lhe levava fatos objetivos e evidências; eu apenas compartilhava indícios, vestígios e preocupações. Repito, Senador: retrospectivamente, os vestígios se converteram em evidências, mas, à época, eram simplesmente vestígios.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É, porque é verdade que, no caso do Sr. Waldomiro – V. Sª tem razão –, os vestígios, os indícios terminaram se transformando em evidências **a posteriori**. E, antes disso, qual é a reflexão que V. Sª faz? Por que ele permaneceu à frente da Loterj? V. Sª ouviu algum comentário sobre isso?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, eu tenho a minha convicção. Ele estava operando caixa de campanha. A meu juízo, era disso que se tratava. E caixa de campanha para disputa federal, para disputa estadual, e não apenas para o Partido dos Trabalhadores, porque, justamente, ele ocupava essa posição de enclave; ele era a expressão de uma aliança entre o PT e Garotinho, visando o segundo turno. Eu acho que a fita que o Brasil conheceu **a posteriori** confirma o que à época eu compartilhava como preocupação com os meus companheiros.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E durante a campanha, V. Sª tem conhecimento de alguma doação partindo de casas de jogos?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não tenho, não senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, quem era, finalmente, que coordenava a campanha? Essa parte financeira da campanha.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Esse é um ponto que também produziu muito desgaste. Foi um dos fatores que me conduziram à margem do processo. Parecia-me inadequado que o principal secretário de governo fosse também responsável pelo *fundraising*, pelo levantamento de recursos para campanha, que era o Sr. Marcelo Sereno. Ele ocupava a posição de secretário do gabinete da governadora, era uma espécie de primeiro ministro na tessitura, no organograma que estrutura, que organiza o Governo do Rio de Janeiro desde o governo Garotinho. O Sr. Marcelo Sereno ocupava essa posição central, estratégica, e era responsável também pela área de levantamento de recursos para campanha, para campanha federal e para campanha estadual. E me parecia que isso era inadequado, que essa justaposição de funções constituía, no mínimo, uma inadequação ética.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Num determinado momento, V. Sª fala num esquema escuso de campanha, que seria movido por outra pessoa ligada a Waldomiro Diniz. Seria o Sr. Marcelo Sereno?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Essa expressão talvez seja imprópria: "escuso", porque já pressupõe uma acusação. Não posso aqui sustentar uma acusação; seria leviano. Eu considero inadequado, eticamente, que um secretário de governo, numa posição central ou em qualquer que fosse, se responsabilizasse simultaneamente pelo levantamento de recursos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, na coordenação financeira, estava o Sr. Waldomiro Diniz também?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, formalmente não. Não que eu saiba. Não que os militantes do Partido dos Trabalhadores soubessem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Após a conversa com o Sr. Sérgio Canozzi, o senhor manteve uma conversa com o Chefe da Casa Civil, o Ministro José Dirceu?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Houve um encontro nosso no Restaurante Rio's, em agosto de 2002, no encontro do então candidato Lula com os intelectuais e artistas do Rio de Janeiro. Como eu era candidato a vice-governador, eu me sentei na primeira fila, o então presidente do PT chegou, nós nos conhecíamos, evidente, no processo todo, mas não tínhamos intimidade, nós nos cumprimentamos, e ele me disse: "Eu soube que você está criando dificuldades para nós no Rio de Janeiro". Eu disse: nós temos muitos problemas, sim, a situação está complicada. Ele disse: "Mas a nossa função é descomplicar". Eu disse: às vezes, isso não é possível. Mas não seguiu, e nós nos mantivemos em silêncio durante todo o ato, e não voltamos a nos falar.

Eu lhes digo isso sem o propósito de sugerir que essas palavras implicassem A, B ou C, implicassem quaisquer suposições. Essas foram simplesmente as palavras. Talvez o Ministro José Dirceu ou o então presidente do PT apenas se referisse ao fato de que eu me negava a aceitar a condução política que se impunha a nós autoritariamente. De fato, eu me recusava a aceitar que nós condicionássemos a nossa campanha dessa maneira e nos condenássemos à derrota em nome de uma articulação que não contemplara os mecanismos de consulta democráticos do Partido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durante essa conversa... Essa conversou se limitou a essas frases?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Foram só essas as palavras trocadas. Depois, houve sim, o senhor tem razão, Senador; depois da vitória do Presidente Lula, depois da consagração nas urnas, um grande amigo pessoal meu, Marcos Rolim, à época Deputado Federal pelo PT, consultou o então presidente do PT, José Dirceu, sobre a minha participação no governo. Marcos Rolim é uma pessoa muito direta e perguntou ao José Dirceu: "Eu queria saber qual é a participação que o Luiz Eduardo vai ter no Governo Lula". José Dirceu lhe disse: "Se depender de mim, nenhuma". – "Por quê?" Segundo o relato que ele

me fez e que foi depois confirmado pelo Jorge Bittar, que estava também próximo, o José Dirceu teria sido muito ostensivo, muito hostil ...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muito contundente.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Muito contundente na resposta. Então, ele perguntou: "Mas por quê?" – "Porque ele boicotou a campanha de Benedita no Rio de Janeiro. E o Marcos, que sabe perfeitamente, que eu sou uma pessoa séria e sabe que eu trabalhei bastante, se espantou com aquilo. Bittar interveio e disse ao Deputado José Dirceu que isso não era fato, que eu havia trabalhado muito. Eu recebi, portanto, um telefonema do então Deputado Marcos Rolim, me relatando esse episódio, e liguei para o Deputado Jorge Bittar, também amigo, ele confirmou o diálogo. Eu liguei para a Governadora Benedita para que ela soubesse, e lhe disse o seguinte: eu não pleiteio cargo no governo, mas acho inaceitável que o presidente do meu partido me trate dessa maneira depois de um ano dedicado à campanha, um ano de trabalho no partido, é impossível que essa seja a definição que, afinal, prospere e se afirme no coração mesmo do partido. Isso é uma desonra, é uma indignidade, ou me define como um personagem indigno. Ela se prontificou a fazer as correções necessárias etc., mas foi esse o entendimento. Mas, repito: isso não significa que eu fosse de fato um obstáculo para o Ministro José Dirceu pelo fato de me indispor com Waldomiro. Ele poderia estar pensando, todo o tempo, na minha resistência a aceitar a estratégia política mais ampla.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na verdade, ele disse que V. Sª estaria criando problemas para o PT, não é? E terminou não esclarecendo que tipo de problemas são. Daí V. Sª fazer essa...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Exatamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... essa elucubração.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Exatamente. Mas se V. Exª me permite aduzir um fato, eu saí do Governo, de uma situação traumática, de uma situação mais difícil da minha vida pessoal e da minha breve trajetória, brevíssima trajetória política, já ultrapassada, página já virada, eu saí por conta do fato de que se elaborou um dossiê, um dossiê apócrifo, com acusações muito graves, de todo o tipo. Esse dossiê foi elaborado, segundo os termos que o compõem, por militantes do Partido dos Trabalhadores. Eu saí do Governo com a promessa do Governo de que haveria o esclarecimento, a punição, a investigação dos culpados pelo dossiê, a investigação adequada e uma resposta clara à população sobre a minha honorabilidade pessoal, para que ela fosse preservada. Eu saí. Entretanto, Senador, não houve essa defesa, não houve qualquer averiguação, qualquer investigação, e as informações que chegaram até mim eram muito eloqüentes no sentido de deixar claro que um dossiê como esse não se faz, não se vaza para a imprensa sem a anuência, a concordância dos responsáveis pela condução política do Governo, e eu não tinha dúvidas – e não tenho dúvidas – de que havia a aprovação, ainda que tácita, do grupo que operava na Casa Civil e do Ministro José Dirceu. Eu acho que esse foi o último capítulo, e infausto e desafortunado para mim, mas foi o último capítulo dessa série de maus encontros e de conflitos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas que grupo é esse? V. Sª fala num grupo, um grupo supõe até mais de uma pessoa. Seriam, por exemplo, os Srs. Waldomiro e Marcelo Sereno?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Waldomiro, Marcelo Sereno e o Sr. José Dirceu, sobretudo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também o Sr. José Dirceu?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sem dúvida. Marcelo Sereno não tinha autoridade política absolutamente para aceitar e decidir pela execração pública, o linchamento moral de um Secretário Nacional de Segurança Pública que prestara serviços ao Partido e que tem uma trajetória de muitos anos na vida acadêmica, na vida institucional.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Waldomiro Diniz também não, não é?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Tão pouco, tão pouco.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Sª responsabiliza então o próprio Deputado José Dirceu por essa retaliação?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, politicamente, não há dúvida nenhuma, não há dúvida alguma. Se qualquer representante – os senhores sabem muito melhor do que eu, conhecem a política muito melhor do que eu, imaginem um Secretário Nacional de Segurança Pública, uma pessoa com idoneidade reconhecida, sendo exposto publicamente, o Governo calando-se, e um dossiê prosperando, vazando, um dossiê em relação ao qual não há qualquer resposta sem que haja qualquer investigação sobre a sua urdidura, sobre a sua textura, sobre a sua elaboração, é evidente que há aí a anuência dos condutores maiores da política.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, tendo em vista o conflito ideológico que V. Sª sobre ele já falou, V. Sª acha que houve também um revide por conta das denúncias de V. Sª no plano material, não havendo o plano ideológico, aquelas suspeitas?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, eu estava absolutamente convencido dessa interpretação que agora o senhor expõe, mas, diante dos fatos que hoje são de conhecimento público nacional, eu revi a minha interpretação, eu acho que eu não poderia ficar na Secretaria Nacional de Segurança Pública na medida em que o Governo caminhava na direção em que caminhou, particularmente a Casa Civil, era impossível que eu ficasse ali, porque eu realmente não era confiável.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ainda: o senhor se desligou do cargo de Secretário Nacional a partir da denúncia a qual V. Sª já fez referência e que eu só tenho motivos para achar que a denúncia era infundada, conforme V. Sª... o que V. Sª proclamou na sua defesa, mas eu pergunto: um documento apócrifo – V. Sª já disse que havia um grupo por trás dele, configurou todo esse esquema, pergunto: V. Sª hoje tem absoluta convicção, já que declarou que deixou o Governo na hora certa, de que o Governo teria evitado essa série de acontecimentos desabonadores para a vida nacional se tivesse concordado com a Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, pessoalmente, estou inteiramente convencido desse fato. Se tivesse havido, naquele momento, uma Comissão como esta, certamente, pagar-se-ia um preço, mas, ter-se-ia evitado o pior – não tenho dúvida.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Após a conversa com o Sr. Sérgio Canozzi, ainda houve um encontro de V. Sª com o Ministro Palocci e com o Ministro Luiz Dulce sobre esse esquema.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu mais do que me senti – porque, efetivamente, não era nada subjetivo, era muito objetivo – alijado da participação na TV e no rádio, depois que celebramos um acordo segundo o qual eu teria uma participação. Ela já estava, inclusive, inteiramente definida: eu participaria dos programas de televisão na hora do almoço e a Governadora à noite. Eu já havia escrito, com os assessores de Duda Mendonça, parte desses programas. Isso havia sido celebrado. Esse acordo se dera antes, porque eu era pré-candidato a Deputado Federal pelo PT e, no esforço de convencer-me a redefinir minha postura e minha candidatura para candidato a Vice, a oferta que me fizeram era dessa participação intensa etc. Parecia que valeria a pena, mesmo que não ganhássemos as eleições, porque eu teria a oportunidade de conversar com a sociedade do Rio de Janeiro sobre o nosso programa de segurança pública e outros programas que eu considerava importantes. De fato, fui alijado dos programas. Houve uma ordem, uma decisão nesse sentido.

Percebi que, enfim, as coisas estavam se agravando e pedi um encontro com o Ministro Palocci, à época, coordenador-geral da campanha nacional, e com Dulce, que era o mediador entre a campanha nacional e a campanha estadual. Eu, inclusive, tinha e tenho excelentes relações com o Ministro Luiz Dulce e ótimas relações com o Ministro Palocci, também, porque foram a Ribeirão Preto, como especialista em segurança, dialogar com a Prefeitura a esse respeito algumas vezes. Então, me parecia uma ótima oportunidade esse encontro, para que compartilhássemos algumas reflexões.

Os Ministros Dulce e Palocci não foram ao Rio de Janeiro para se encontrar comigo, mas aproveitaram o fato de terem ido ao Rio de Janeiro para, nesse encontro comigo, um jantar que se realizou no Restaurante Alho e Óleo. Estavam presentes também, além de minha mulher, outros dois companheiros nesse encontro: Luís Antônio Correia e André Teixeira. Nesse encontro, não falamos sobre o Waldomiro, que ficara para trás como um problema daqueles meses iniciais, mas falamos sobre essa sobreposição de funções atribuídas a Marcelo Sereno, sobre a impropriedade dessa sobreposição e a reação negativa da sociedade, inclusive, a essa sobreposição, o desconforto diante dessa sobreposição. Todos ficaram de meditar sobre o assunto, de verificar alternativas etc. Foi esse o encontro e foi essa a natureza da conversa.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – O senhor fez afirmações a respeito da participação da Abin, que, na sua opinião, teria servido de atestado de honestidade para que vários integrantes do Governo ocupassem postos no Governo. Como o senhor obteve essa informação?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu recebi a informação, não me recordo por que meio, mas ela chegou a mim como uma informação procedente do núcleo do Governo Federal. Era uma informação a respeito de mim mesmo e dos meus auxiliares, uma informação válida, entretanto, para todo o Governo. A informação era: o Governo está procedendo a um escrutínio rigoroso para submeter indicados ao Governo a critérios superiores, e eu julgava isso muito adequado e me honrava, me orgulhava de participar desse processo e de seu eu próprio submetido

a esse crivo, me parecia que esse era um princípio muito adequado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há uma informação de que a Abin teria desaconselhado inicialmente a nomeação de Valdomiro Diniz, mas, depois, teria recuado. V Sª confirma isso?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu não sei, Senador, não sei lhe dizer, eu não tinha essa informação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na entrevista que o senhor concedeu à **America Online** afirmou que o Congresso está sendo submetido a um processo de clientelismo e que o PT, todas as oligarquias brasileiras, esse viés, esse vício, vamos dizer assim. Poderia nos descrever que processo é esse e de que forma isso se dá.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Assim que saí do Governo e diante dos desentendimentos, e eu posso lhes expor ainda um dado que, para mim e para a minha biografia foi importante, ainda que não tenha maior interesse público, mas vale aqui o registro. Pela manhã, eu recebo telefonema do Presidente, então, José Genoíno, do então meu partido, Partido dos Trabalhadores, a respeito de toda a tensão que se seguia a minha saída do Governo, logo nos primeiros dias: o que está acontecendo, etc? Eu disse: olha, Genoíno, você não precisa me defender, você nem me conhece o suficiente para me defender, não é necessário que o senhor faça, eu posso fazê-lo e eu estou colocando na Internet, no meu **site**, o dossiê apócrifo contra mim. E ele ficou lá muitos e muitos meses. O dossiê contra mim está no meu **site**, ficou no meu **site**. Então, são tão infundadas e absurdas as denúncias que você pode deixar, inclusive, que eu faço a defesa. Eu só quero que você diga publicamente que o Partido dos Trabalhadores, uma vez confirmada a informação de que o tal dossiê teria sido elaborado por militantes do partido, que o Partido dos Trabalhadores, seguindo suas normas internas, vai puni-los exemplarmente, segundo suas normas internas, não mais do que isso, para deixar claro à opinião pública que esse é um método fascista absolutamente contrário às nossas tradições republicanas e democráticas. Há foros e canais para denúncias, foros adequados e públicos, no partido, fora do partido, e esses procedimentos são inaceitáveis. Se você disser isso, você deixa que eu faça a defesa substantiva dos pontos. São tão absurdos. E eu disse: está bem. À tarde, o Genoíno disse o seguinte: (eu peço desculpas porque não é uma linguagem que eu costume empregar). Ele diz o seguinte: "Luiz Eduardo age como gambá, difunde o mau cheiro para eclipsar-se, para esconder-se, para que não se vejam seus próprios problemas". Eu lhes confesso que foi de tudo o mais grave. Eu me senti mais ali insultado e agredido do que pelo próprio dossiê e pedi imediatamente a minha desfiliação depois de ter tentado contatos com outros companheiros do partido. Verifiquei que o esforço era inócuo. Devo, entretanto, salientar que mereci a defesa pública de muitos companheiros do Partido dos Trabalhadores, que são pessoas sérias, honradas e merecem todo o meu respeito, muitos e muitos deles. Mas, infelizmente, o Presidente do partido, então, disse isso.

Na África, o Ministro Jacques Wagner disse, não me lembro que palavra, mas usou termos também impróprios, inadequados, a meu juízo, fazendo chacota e usando vocabulário jocoso, para tratar de uma situação que era muito traumática e muito grave, porque, ou eu era o pior corrupto deste País ou eu era uma pessoa injustiçada, um companheiro que merecia atenção e respeito e defesa.

Eu acho, Senador, que, às vezes, da ética, da convicção permanece apenas a veemência. A veemência é a forma natural com a qual se expressam as convicções, os valores, mas, quando a ética da convicção é sacrificada no altar do interesse, o que é preservada é a forma vazia de conteúdo, e a forma é a veemência, e a veemência, então, eivada de grosseria. Restou da convicção do velho companheiro apenas a grosseria.

Diante, enfim, desse quadro, eu julguei que era necessário, então, dizer algumas coisas. E disse o seguinte,no Programa Roda Viva, uma semana, duas, depois, de ter saído do Governo: no Brasil, nós estamos assistindo a emergência de um novo PRI. Há um processo de mexicanização em curso. E esse processo envolve pressões sobre o Judiciário, acuamento sobre o Ministério Público, pressão clientelista no Congresso e chantagem junto à mídia. E me parece que um processo autoritário está sendo gestado, dando curso a uma combinação perversa entre o stalinismo, por um lado, e o velho patrimonialismo das nossas elites tradicionais e conservadoras.

Há, aí, na esquina entre a Avenida Paulista e Sierra Maestra, um encontro perverso. E o que se está urdindo, no Brasil, é muito grave. O que se tenta fazer com o Ministério Público, com a Justiça, com a imprensa, com o Congresso é muito grave. E se está montando uma máquina de aparelhamento irresistível. Eu não dizia mais do que isso. Não sabia de nada mais do que isso. Mas, ouvindo, recentemente, essa minha entrevista e algumas outras que eu dei, por exemplo, à revista **Primeira Leitura**, eu percebo que os fatos subseqüentes demonstraram que eu não estava completamente enganado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – V.Sª já disse aqui a respeito. Eu vou terminar, agora, da

legalização dos jogos de azar que o seu ponto de vista é que se possa legalizar. Mas existem dificuldades para isso, entre elas, a exploração de loterias pelos Estados. Uma série de dificuldades. A União deveria ter exclusividade para exploração dessas loterias. O que V.Sª pensa disso?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Olha, sinceramente, Senador, eu não sou a pessoa mais indicada para opinar porque não me dediquei a um estudo sistemático dessa questão. Eu sei que a área de segurança pública abrange essa problemática. Mas eu confesso que não me detive com consistência. Portanto, a minha opinião não é, senão a opinião de um cidadão.

Eu creio que o fato de que há procura, há demanda, por parte da sociedade acabaria fazendo com que se constituíssem informalmente alternativas a eventual tentativa de centralização desse processo. E me parece que seria mais razoável que nós respeitássemos a tendência natural do mercado e a sua dinâmica. Impedir o seu funcionamento me parece, na prática, inviável. Então, se é inviável o impedimento porque não buscar regulá-lo, fiscalizá-lo da forma mais adequada e com o máximo de transparência. Eu apostaria nesse caminho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Eu agradeço a atenção de V. Sª às minhas perguntas, Sr. Presidente, passo a palavra a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho.

E concedo a palavra ao próximo orador, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, dispõe de até 15 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Dr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES, eu, na verdade, as perguntas que tinha aqui preparado algumas delas o nobre Relator já as fez. Mas, mesmo assim, algumas não ficaram muito claras para mim. Por exemplo, eu li algumas entrevistas suas a que o senhor se referia a um corruptólogo com quem o senhor teria tido um encontro. É o senhor Sérgio Canozzi?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Exatamente, Senador, eu usei essa expressão para evitar uma acusação. Eu quis dizer que ele conhecia muito a respeito das formas pelas quais é possível drenar recursos públicos, mas não o acusei por conta de todas aquelas reflexões que já compartilhei.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – V. Exª não acusou de corruptor, mas de corruptólogo. E ele afirmou a V. Exª, conforme foi repetido aqui, que o Sr. Waldomiro levantava cerca de R$300 mil à frente da Loterj para os cofres do PT e, portanto, da candidatura da Governadora Benedita. Ele entrou em detalhes como era feita essa arrecadação?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, ele não se referiu à Governadora Benedita, é um esquema para levantar R$300 mil por mês. Ali não havia indicação do beneficiário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Mas V. Exª disse que era para a campanha estadual e para a campanha federal.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Isso deduzo eu e depois vendo a fita percebo que essa dedução se funda em fatos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – E esse diálogo tido com o Sr. Sérgio Canozzi era exatamente para quem? Para pessoas do...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu o relatei a alguns companheiros do Partido, entre os quais os já citados Marcelo Sereno e Manuel Severino Durval Carvalho, à Governadora Benedita também.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bem, além da afirmativa de que o senhor estaria criando problemas no Rio de Janeiro, o Dr. José Dirceu, à altura Presidente do Partido, disse ao Relator mais alguma coisa durante episódio? Algo a mais que esse comentário?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não senhor, foram só essas as palavras.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – E após a divulgação da fita, em que apareceu o Sr. Waldomiro Diniz solicitando propina do Sr. Carlos Cachoeira, o senhor voltou a falar com o então Ministro José Dirceu?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não senhor, eu já estava afastado do Governo e mesmo quando no Governo já havia essas tensões todas, fora do Governo mais ainda, portanto não havia como dialogar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Está ótimo. Eu agradeço e encerro aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo, e concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca. V. Exª dispõe de até quinze minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Luís Eduardo Soares, está bem claro para nós que V. Sª é um homem de princípio ético, pautou sua vida nesse rumo e está colhendo hoje frutos amargos por isso. Amargos! E V. Sª depositou muita esperança de que esse Governo do PT fosse a consolidação sim da ética neste País, tão falada na campanha, tão combatida na campanha. E eu sei que é muito triste

para quem pensa assim e é idealista sentir na carne, no coração, na alma, de que é **persona non grata**, que é um gambá, cheira mal entre o grupo, justamente porque V. Sª lutou, batalhou para que a ética fosse realmente a bandeira deste Governo, a bandeira deste grupo palaciano que está aí.

Eu sinto o drama de V. Sª. Como é triste isso e triste para o povo brasileiro. Mas ainda bem que tem pessoas como V. Sª. Primeiro, que continua ético, nunca cometeu estelionato para quem quer que seja sobre a sua consciência ética. Graças a Deus tem pessoas como V. Sª! E talvez fosse medo das suas palavras que não deixaram, desde o ano passado, que esta CPI fosse instalada, medo da verdade. Mas da verdade da procura encobrir com o mensalão, com a propina, com a compra da consciência, mas com as palavras lúcidas, clara, convicta de V. Sª dificilmente eles podiam lidar, dificilmente!

Por isso que o medo tomou conta do Governo quando falou: CPI dos Bingos, que estamos realizando aqui hoje, até que um dia.

É uma grata satisfação para mim, como cidadão brasileiro, ouvir o que V. Sª acabou de dizer dessa circunstância toda. Repito, não só pelo sentimento ético, mas também a coragem cívica de dizer. Isso é importante demais. Eu acho que muitos brasileiros agora também podem pensar assim: nem tudo está perdido. Essa republiqueta que estava sendo implantada aí de corrupção ela está recebendo um chega para lá. Não sabemos até quando. Eu tenho um medo grande de que o nosso Presidente, nesta hora, vendo a viola em caco, seja o autor desse grande "acórdão", de que se fala por aí, das forças contrárias aos interesses nacionais. Ele pode perfeitamente representar o papel do bom mocinho e servir, ainda mais, a esses interesses escusos que estão aparecendo, dia-a-dia neste País. Meu grande medo é justamente esse.

É preciso que cada vez mais esses fatos reais que estão aqui sendo relatados rumem na direção dos responsáveis verdadeiros. V. Sª não teve medo de falar aqui do ex-ministro José Dirceu. Não teve essa preocupação. V. Sª teve uma palavra interessante; ou seja, lá atrás, quando houve o contato para que entrasse em toda aquela parafernália de corrupção, V. Sª disse: "meu medo é que aquilo ali fosse um ardil". Sim, um ardil sério, um ardil para uma laçada no pé de V. Sª, homem sério e honesto, e até do Governo em V. Sª apostava.

Eu pergunto: V. Sª ainda continua pensando hoje da mesma maneira, ou seja, que aquilo ali poderia ser um ardil?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, em primeiro lugar, muito obrigado pelas palavras generosas. Eu acredito que sim. É perfeitamente possível que tivesse sido um ardil. Eu não tenho elementos para julgar as intenções. Seria perfeitamente possível. Eu não sei quais as motivações. Isso não significa que a tal informação relativa a Waldomiro Diniz não fosse verdadeira. Ela se mostrou retrospectivamente verdadeira. Mas isso não implica, necessariamente, que todo o discurso tivesse essa mesma dose de verdade, de sinceridade. Eu realmente não sei quais as motivações. Parece-me inadequado e leviano julgar essas motivações.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A minha pergunta ocorre, porque, depois de tantos acontecimentos que vieram confirmar que realmente aquela proposta poderia ser honesta, verdadeira, não seria um ardil, talvez se tenha perdido uma oportunidade de se colocar essa pessoa na cadeia, naquele instante, uma oportunidade de se processar essa pessoa. Eu sei que faltou tapete debaixo de seus pés no próprio partido. Isso porque foi compartilhando com seus companheiros a informação. Parece-me que foi até em razão disso que V. Sª se tornou indesejável. "Não perturbe o meu governo; não me traga mais problemas. Deixe-me caminhar com meu governo, aqui no Rio de Janeiro, de maneira tranqüila, e para que eu possa caminhar esse pessoal tem que estar junto comigo". Essa é a conclusão lógica da reação do partido, que era ético, que tem um problema sério como esse que V. Sª denunciou, e nenhuma providência tomou.

V. Sª também afirmou que entrou em conflito aberto com o Sr.José Dirceu. Que conflito aberto era esse? Por quê? Quais as razões?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, há duas frentes de conflito e de tensão. Uma delas: uma pessoa vinculada diretamente ao então presidente do partido – o Sr. Waldomiro Diniz vinculado ao Sr. José Dirceu –, desloca-se de Brasília para o Rio de Janeiro, não era a cidade na qual trabalhava, para ocupar uma função que não exige uma qualificação técnica especifica, uma qualificação que justificasse especificamente esse convite. Essa pessoa sai, portanto, de Brasília para o Rio de Janeiro, sendo militante histórico do PT, vinculado pessoalmente ao Presidente do PT, para ocupar uma função chave, estratégica, de grande relevância no sentido das implicações que pode ter, num governo que, entretanto, rompera com o Partido dos Trabalhadores. Por que isso se dava? Isso se dava porque havia, efetivamente, uma aliança que desconsiderava as posições assumidas pelo Diretório do Rio de Janeiro e pela militância do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro; uma articulação entre as campanhas Garotinho e Lula, visando um entendimento no segundo turno. Até aí,

nada demais; são estratégias, são táticas políticas. Ocorre que Waldomiro Diniz operava algum esquema inadequado de levantamento de recursos, segundo o que vimos na fita. Esse é um ponto – e não é uma acusação que eu faço, mas o reconhecimento, hoje, é amplamente notabilizado.

O segundo ponto é que se impôs à campanha do Rio de Janeiro condicionantes. Impuseram-se condicionantes. A Benedita da Silva não estava impedida de vencer, mas, para vencer, teria de limitar-se a agir de acordo com certas orientações e não poderia ultrapassar certos limites. Por exemplo: a auditoria estava vetada – uma auditoria externa. O confronto com o Garotinho estava vetado na medida em que isso inibiria a possibilidade de entendimento no segundo turno.

Nada disso, entretanto, foi posto claramente sobre a mesa e discutido com o PT do Rio de Janeiro. Entramos na nossa campanha imaginando que estávamos diante de uma campanha como outra qualquer. No entanto, ela estava condicionada e limitada, como a própria governadora Benedita mais tarde reconheceria. Isso me parecia absolutamente injustificável. Primeiro, porque Lula não precisava disso para vencer as eleições nacionais – estava patente que isso era desnecessário. Segundo, se Benedita vencesse no Rio – e ela teria efetivamente chances se tivéssemos podido fazer auditoria –, as chances de Lula se multiplicariam, não se reduziriam, no nosso entendimento.

De qualquer forma, correta ou incorreta a nossa visão, considerávamos inaceitável uma negociação de bastidor que implicasse, que envolvesse o sacrifício do Rio de Janeiro, de suas opções políticas, sem que a militância ou, pelo menos, sem que a sua direção fosse ouvida e dela participasse.

Eu me opus a essa orientação e me opus à presença do Waldomiro, à sua preservação no Governo. Havia aí, portanto, duas frentes de conflito, duas frentes de tensões, que confluíram, que convergiram e que se encontraram, portanto, desaguaram numa contradição que permaneceu ao longo do Governo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A função de V. Sª dentro do PT era mais técnica ou política?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu tinha, em primeiro lugar, uma função técnica na coordenação da transição porque eu era responsável pela elaboração do plano de Governo. Essa elaboração envolvia, entretanto, uma série de iniciativas políticas, porque não compreendíamos essa função no sentido tecnocrático, mas no sentido participativo, honrando, aliás, as melhores tradições do Partido. Por isso, mobilizamos a militância – e não apenas a militância, mas os amigos, os aliados, os próximos, afins, em todo o Estado – e fizemos desse processo já um processo político.

Portanto, eu diria que a função era técnica mas também política. Além disso, foi-me conferida autoridade para negociar uma primeira composição de Governo. A orientação que eu procurava imprimir a essa primeira formação era uma orientação suprapartidária. Parecia-me que a única chance de a Benedita ser reeleita seria o cumprimento de um mandato primoroso e isso requereria uma composição de alto nível. Precisaríamos de um secretariado de nível ministerial e por isso fui procurar Lena Lavinas, Marcelo Cerqueira, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Lessa etc. A nossa intenção, inicialmente, era formar um governo não partidário, ministerial. Isso, entretanto, foi frustrado pelas decisões que advieram, no fundo, dos interesses das correntes. Elas queriam, de fato, ter uma presença direta, eleger os seus deputados

Portanto, a primeira composição que resultara do meu trabalho foi inteiramente desconsiderada e foi substituída por uma outra composição, que expressava o entendimento interno do Partido. Então, tive uma função técnica e uma função política e a minha função política, entretanto, foi frustrada com essa decisão tomada. Depois, ative-me à campanha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas me causa estranheza que o ex-ministro José Dirceu tenha dito, encontrando com V. Exª no Rio de Janeiro: "Soube que você está criando dificuldades para nós aqui no Rio de Janeiro". Estava criando facilidades, compondo, articulando um Governo etc. Agora, estava criando dificuldades na área da ética, indagando por que não se fazia auditoria; qual é a razão dessa história toda de corrupção que estava grassando; a preocupação com o destino ético do partido. E foi nisso aí que, na verdade, pelo que me parece – e gostaria que V. Sª nos confirmasse –, foi muito mais em razão dessas suas atitudes éticas e não políticas – e a ética não deixa de ser política –, mas essas questões éticas contra a corrupção, contra a malversação, o uso indevido dos aparelhos de governo etc. que fez com que chegasse a dizer que V. Sª era **persona non grata**, para dizer a boa palavra ainda. Porque uma simples divergência política... E, pelo que vejo, V. Sª tinha uma grande penetração no partido, era uma pessoa importante no partido; porém, não era decisivo que a sua idéia prevalecesse. E, mesmo que não prevalecesse, V. Sª não seria tão indignadamente excluído como foi.

V. Sª definiu bem: a indignação com V. Sª veio com muita veemência, porque perderam o discurso; perderam, na verdade, o discurso da ética. O comportamento era outro, ficou vazio o discurso de cada um. E V. Sª levou a eles um insegurança muito grande

na consecução do projeto que estava sendo levado a efeito, que era, sim, ter o poder na mão, mesmo que fosse até corruptamente. Isso que trouxe a indignação contra V. Sª. Não sei se fiz uma análise correta, porque, do lado político, não haveria tanta indignação.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, devo lhe confessar que, intimamente, penso como V. Exª. Mas, aqui, convidado a participar de uma CPI tão importante, falando a todo o País, tenho que ter toda a responsabilidade, só podendo afirmar o que, de fato, for objeto de uma certeza absoluta do meu ponto de vista.

A meu ver, nesse caso – e tenho todos os motivos do mundo para criticar o Ministro José Dirceu etc –, seria perfeitamente possível uma outra interpretação, ainda que, no meu íntimo, eu adote a sua. A outra seria, o Luiz Eduardo está criando dificuldades políticas no Rio de Janeiro, na medida em que se recusa a aceitar o nosso compromisso que visa à eleição de Lula, obstaculizando com isso o nosso processo. Isso não é impossível, não é implausível.

Então, em nome do respeito à verdade, acho que nós deveríamos deixar registrada essa possibilidade, essa interpretação, repito, em benefício da Justiça.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Uma última pergunta, Sr. Presidente.

A gravação que foi ao ar, que todo o País conhece, aquela em que aparece o Sr. Waldomiro Diniz, não deixa nenhuma dúvida. E nós vamos ouvir aqui também, dentro de instantes, o Sr. Sérgio Canozzi, que, praticamente, é do mesmo setor de atividade. E os prejuízos morais foram muito grandes com o comportamento dessas pessoas à frente da loteria, principalmente a do Rio de Janeiro. Aquela postura do Waldomiro Diniz era uma postura agressiva aos princípios éticos do próprio PT, como era agressiva a sua postura também junto aos petistas.

Então, chega-se à conclusão, pergunto, de que Waldomiro estava cumprindo um papel perfeito para o grupo de Governo, porque ele não foi considerado **persona non grata**; ele não foi, de forma alguma, definido qual gambá que espalhava odores pelo ambiente para poder se acobertar. Inclusive todos aplaudiram o Waldomiro Diniz até agora, não o deixando se desligar do próprio PT.

V. Sª entende que ser ético é muito mais prejudicial, muito mais negativo para o Governo do que ser corrupto?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, de novo, gostaria de lhe dizer, respeitando a sua interpretação, que intimamente adoto – e gostaria de dizer, novamente, a todos os membros da CPI –, que é sempre possível uma interpretação benigna. Nós poderíamos imaginar que não se soubesse da natureza dos operações do Sr. Waldomiro Diniz e, portanto, essa dimensão ética estivesse ausente da consideração do Ministro José Dirceu.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu gostaria de agradecer ao depoente, Sr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES, e dizer da minha satisfação pessoal em tê-lo inquirido. Gostaria que todos viessem com a mesma disposição da verdade como V. Sª veio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Exª dispõe de 15 minutos, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu economizarei o tempo para aqueles que falarão mais de 15 minutos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, eu tive o prazer de conhecer V. Sª em um almoço no Palácio de Ondina, em companhia do Ministro Marcio Thomaz Bastos e do Sr. Paulo Lacerda – um almoço com o Governador do Estado. Evidentemente, eu tive a melhor impressão e trocamos palavras sobre política nacional, embora com teses diferentes.

De saída, eu quero perguntar o que o senhor pensa da Oposição no Brasil? E vou dizer logo, claramente, a razão da minha pergunta: V. Exª disse que a Oposição não existia. Então, eu quero saber se ela, hoje, existe?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, a despeito do fato de que, evidentemente, há divergências – e elas hoje estão bastante explicitadas nas trajetórias políticas e nas adesões políticas –, eu acho que, agora, há alguns pontos de unidade muito mais profundos entre os meus pontos de vista e os hoje expressos pela Oposição do que entre os meus pontos de vista e os que, hoje, encontro no Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas isto não quer dizer que a Oposição não existe. Não existe na cabeça do senhor.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Portanto, ela existe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Logo, ela existe. Então, o senhor estava errado quando pensou que ela não existia, porque está aqui no seu depoimento.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Nesse depoimento, Senador, se V. Exª me permite, o que eu queria acentuar não era a inexistência

propriamente da Oposição, mas era a tendência ao acuamento imposto pelo Governo em função do aparelhamento e daquilo que eu chamava de mexicanização. Eu dizia que havia o aparelhamento do Estado, havia o acuamento do Ministério Público, havia ações...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu acho que V. Sª deve ter confundido o apoio que a Oposição deve ter dado a alguns Projetos bons do Governo – e que ainda continuará a dar na medida em que entender que são úteis ao País. Mas a Oposição sempre existiu e até muito aguerrida. Eu, aqui, não quero tratar do momento de hoje – que é triste – em atenção a dois Senadores a quem tenho o maior respeito – o Senador Flávio Arns e o Senador Tião Viana. Daí por que não quero tratar do momento em que vivemos e que vai ficar para o Plenário. Aqui, não. Aqui nós ficamos na Comissão com a maior imparcialidade, dentro do possível.

Então, a Oposição existe.

V. Sª foi injusto, como também foi muito cáustico com a inexistência do Judiciário e do Ministério Público. V. Sª não poderia qualificar o Ministério Público e o Judiciário da maneira como qualificou. V. Sª pode qualificar figuras do Judiciário, mas não o Judiciário como um todo. No Judiciário, como no Ministério Público, há pessoas muito descentes, bem assim, outras muito fracas. Com exceção do Supremo Tribunal e grande parte do STJ, há muitas falhas, sobretudo no âmbito estadual. No seu Estado, o Rio de Janeiro, há muitas; na Bahia também. Mas, daí, generalizar é sempre uma coisa difícil para um intelectual do porte de V. Sª.

Embora eu tenha cabelos brancos e V. Sª não tenha muitos cabelos, não vou aconselhar V. Sª. Vou apenas dizer que a generalização é sempre prejudicial ao depoente, bem como acho que V. Sª poderia ser mais aberto e falar um pouquinho mais sobre o seu jantar com o Palocci, bem como se conhece o Sr. Buratti, que foi secretário do Palocci. O senhor conhece o Sr. Buratti?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nesse jantar não se falou no Buratti?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não se tratou do problema jogo nesse jantar?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então foi um jantar social?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Posso lhe responder?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Obrigado. Eu vou iniciar, Senador, oferecendo a resposta ao primeiro item. Eu, felizmente, tenho excelentes relações com juízes e tenho me dedicado, desde que saí do Governo, à interlocução com o Judiciário justamente porque sempre tive a cautela que V. Exª recomenda, a tal ponto que eu fui convidado pela Associação de Juízes a abrir o seu encontro anual. Nessa oportunidade, eu reiterei o ponto já expresso na entrevista. E o que eu dizia na entrevista? Eu afirmava que o Judiciário era um Poder fundamental para a democracia e que algumas incursões políticas do Governo, ainda que suscitando problemas relevantes, eram injustas e acabavam criando dificuldades que poderiam provocar um acuamento. E eu dizia: o Ministério Público está acuado. Há uma investida forte do Congresso, com apoio do Governo, para que se proíba investigação criminal por parte do Ministério Público.

Ora, infelizmente, não há Polícia Civil no Brasil funcionando com eficiência, salvo raríssimas e honrosas exceções. Ela pode ser eficiente no varejo quando trata dos pobres e dos negros, mas, quando trata dos estratos superiores, a Polícia Civil é omissa, inerte e ineficiente, particularmente na investigação de crimes de colarinho branco.

Portanto, se nós castrarmos o Ministério Público e o impedirmos de realizar investigação criminal, vamos capitular diante do crime. O Ministério Público está acuado; a Justiça está acuada. A crise da Justiça no Brasil tem múltiplas razões. O sistema judiciário tem suas responsabilidades, sim, é indiscutível, mas há toda uma construção política para que o Judiciário apareça como culpado de todas as ineficiências e dificuldades. A própria idéia de controle externo, que é uma idéia natural à democracia, perfeitamente legítima, está sendo na verdade acionada como instrumento de coerção política importante. Neste momento, me parece que o risco no horizonte...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode concluir sem a leitura?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Porque assim eu não vou falar e quem vai falar é V. Sª. V. Sª pode falar depois...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Como V. Exª se reportou à entrevista, eu estava lendo o trecho para, enfim, evidenciar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, é preciso dizer que o senhor ou tomou o bonde errado indo para o PT ou, evidentemente, não está fiel aos seus princípios. Quer ver? De que modo isso ocorre no Ministério Público? V. Sª explica: "O Ministério Público está acuado. Há uma investida forte do Congresso, com apoio do Governo, para que se proíba a investigação criminal por parte do Ministério Público". V. Sª ainda acusa o Congresso, que tem sido até vítima do Ministério Público. Quer dizer: naquele tempo, a sua linguagem era a de um petista de outrora; hoje, V. Sª tendo sido vítima, passou a ter outra linguagem. Eu respeito. Isso pode acontecer com todas as pessoas.

Daqui pra baixo há coisas piores. Todavia, não vou salientar para não deixar V. Sª mal. Não quero deixar V. Sª mal; quero que V. Sª saia bem, mas diga coisas mais concretas. Por ora, nós estamos num ambiente mais filosófico do que real em relação às coisas concretas que a Comissão tem que apurar.

O Relator ficou por mais de uma hora argüindo V. Sª e, evidentemente, não obteve respostas objetivas como a inteligência e a capacidade de V. Sª são capazes.

V. Sª diz aqui uma verdade, que está sendo provada agora, de maneira que vou lhe dar um bônus. "Os partidos têm sido cooptados e subjugados ou são absorvidos pelo PT". Essa é uma verdade que agora o mensalão está provando. Vê V. Sª que sou justo. Quando V. Sª diz uma verdade, faço questão de salientar. Eu poderia omiti-la, mas V. Sª disse isso.

V. Sª também declarou: "ao longo de meus quinze anos, dediquei-me e estudei anos segurança pública para desenvolver políticas quando tive essa oportunidade, como gestor. Acumulei experiência no Brasil e no exterior para minha contribuição ao PT de forma gratuita e voluntária". Portanto, V. Sª estava no PT porque queria, porque gostava e porque achava que era tudo certo. Depois que V. Sª saiu das funções públicas, ficou como nós: divergente. Acho que V. Sª está certo; V. Sª não é obrigado a ficar até mesmo contra sua consciência em um Partido que não lhe dá abrigo; ao contrário, o massacra, como disse aqui V. Sª em vários trechos deste mesmo documento que não desejo salientar.

Contudo, entendendo que V. Sª poderia ser mais concreto, gostaria que V. Sª dissesse quem é o Sr. Alexandre Viveiros Ortiz. V. Sª o conhece?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não o conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois ele é o detentor de 90% das máquinas caça-níqueis no Brasil. V. Sª, como Secretário de Segurança, como homem da segurança pública, devia saber. Desculpe-me, mas deveria saber ou, pelo menos, procurar saber para vir aqui. Aqui há uma série de pessoas que eu poderia perguntar, mas sei que a resposta vai ser difícil para V. Sª – e aqui ninguém quer tratar mal o depoente. O nosso desejo é tratar bem ao depoente para que ele se sinta à vontade e diga com mais facilidade a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço a oportunidade de participar da oitiva do Dr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES. Entendo que temos enorme responsabilidade nesta CPI. Quando se faz a citação, por exemplo, do tema Loterj, estamos fazendo um trabalho amplo no plano nacional e temos a expectativa de que vamos investigar algo que movimenta em torno de R$13 bilhões por ano, em todas as loterias. Não é uma coisa simples. Só a empresa GTech recebe em torno de R$1 milhão por dia. Quando isso se mistura a financiamento político, quando isso se envolve na chamada presença no aparelhamento do Estado por parte dessas empresas, é algo muito grave. Então, entendo que todo trabalho e todo esforço da CPI tem que ser feito no sentido da elucidação de fatos que possam permitir ao relator concluir a interpretação dos fatos, das denúncias apresentadas para que possamos contribuir efetivamente no combate à contravenção e ao suposto envolvimento da política com isso.

Entendo que a análise de V. Sª é, em termos de referencial ético, sempre adequada, muito adequada, e até notável em alguns aspectos, mas me causa estranheza os procedimentos de V. Sª. Ao mesmo tempo em que analisa corretamente, coloca procedimentos que nos trazem muitas dúvidas, Dr. Luiz Eduardo.

V. Sª, por exemplo, foi ao Hotel Marina conversar com um desconhecido, o Dr. Sérgio Canozzi. V. Sª sabia que ele tem 29 processos sobre suas costas antes de marcar uma reunião com esse homem, com esse tipo de cidadão? Estou lhe perguntando.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, eu não tinha nenhuma idéia de quem fosse essa pessoa. Quando estamos numa campanha eleitoral – não sei a experiência de V. Exª – somos procurados por muitas pessoas, pessoas provenientes das áreas mais diversas, que querem conversar. Um encontro rápido. Por que num hotel? Eu lhes dizia antes: havia um seminário promovido pela Fundação

Rio sobre segurança pública no Brasil, e aproveitei o fato de que tínhamos esse seminário e aceitei, depois de inúmeras tentativas, de inúmeros telefonemas, de muita insistência, esse encontro. Não me parece que o encontro em si signifique cumplicidade ou traga qualquer implicação danosa. Depende, evidentemente, dos desdobramentos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O que me causa estranheza é o fato de ir a um encontro com uma pessoa que tem 29 processos – até o ano de 2001! – sobre seus ombros. E V. Sª fez. Mas V. Sª fala de um ardil político que o Sr. Sérgio Canozzi haveria montado, mas não explicou. Eu gostaria que V. Sª fizesse alguns comentários de que ardil político foi esse. Porque, ao mesmo tempo, o Sr. Waldomiro Diniz disse que já havia um plano para tirá-lo da Loterj. Então, a retirada do Waldomiro foi algo que foi acordado, proposto pelo Sr. Sérgio Canozzi a V. Sª? Ou o que é que houve nisso? Precisamos entender que ardil político foi esse que ele montou. Ele só colocou uma estrutura de corrupção vinculada à possibilidade de ascensão do Partido dos Trabalhadores? Ou o aparelho de Estado já estava putrefeito naquele momento que ele lhe contou e V. Sª só coloca o foco no Partido dos Trabalhadores junto ao depoimento que fez à Governadora Benedita, como disse aqui muito bem, com toda a clareza?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, a exposição do Sr. Sérgio Canozzi naquela tarde dizia respeito a toda a estrutura do Estado, a vários setores e segmentos do Governo. E havia toda uma elucubração, toda uma reflexão, eu não sei se plausível ou não, nem houve tempo para aprofundamento, nem eu tinha informações suficientes para aquilatar, para avaliar, mas havia toda uma reflexão a respeito da possibilidade de drenagem de recursos públicos em vários segmentos, em vários setores. Mencionou-se *en passant* a Loterj. Waldomiro Diniz retira 300 mil reais por mês da Loterj. É possível, com mais eficiência, chegar-se a mais, quem sabe a 500 mil, etc. Essa foi a referência. Essa conversa rápida me provocou – claro, eu não sabia de quem se tratava – estarrecimento. Eu fiquei perplexo e procurei pensar, então, o que fazer.

Havia dois caminhos: o caminho policial: mobilizar o Ministério Público, mobilizar a própria polícia, montar uma próxima reunião, gravar, por exemplo, e transformar aquilo num caso policial. A outra era interpretar como arriscada essa conduta, porque talvez não houvesse, de fato, intenção de montarem-se esquemas de corrupção, mas talvez houvesse a intenção de promover um ardil. Que ardil? Por exemplo, se fosse falsa a informação a respeito de Waldomiro? E se, entretanto, eu precipitasse a ação policial? E se isso transbordasse num assunto midiático e político, a manchete no dia subseqüente seria a seguinte: "Secretário, ou dirigente, do Governo Benedita envolvido com corrupção". Sem que tivéssemos, de fato, substância, conteúdo, sem que tivesse havido investigação, sem que nós nos precavêssemos, e o senhor sabe muito bem as implicações disso num contexto eleitoral. Era preciso muito cuidado. Estava em jogo também a campanha de Lula. Essa foi análise que se fez. Veja, Senador, não era uma acusação. O Sr. Sérgio Canozzi não fazia acusação, seja ao Governo Benedita, seja ao Governo Garotinho, ele não dizia que havia corrupção. Ele mostrava que havia a possibilidade de montar-se esquema, ou de montarem-se esquemas, e isso poderia acontecer perfeitamente, dado que, no Rio de Janeiro, Senador, eu sou conhecido como uma pessoa correta, séria. Era minha primeira candidatura, por que procurar a mim com essa proposta?

Aqui está o Coronel Josias, nós já tivemos na vida desentendimentos, mas temos reciprocamente muito respeito, e o Coronel Josias há de concordar comigo, o ex-Deputado Federal me perdoe, porque a velha relação se impõe, se interpõe e sobrepuja a relação formal. Mas, enfim, por que procurar a mim? Pensando um pouco mais, me parecia mais crível que se tratasse, de fato, de uma armadilha. O Luiz Eduardo é estouvado, é estourado, é um udenista, é um purista, ele vai tornar esse problema de ordem policial imediatamente e vamos ter um caso político. Poderia ser, quem sabe, um outro ardil. O senhor, agora, por exemplo, menciona outra possibilidade. Quem sabe minar a própria presença de Waldomiro Diniz naquela posição. Podia ser isso, enfim, há muitas possibilidades de interpretação. As duas que me ocorreram naquele momento foram essas. E me pareceu mais correto, mais adequado, evitar um procedimento policial naquele caso, por uma questão de cautela.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Sª aborda, sempre abordou durante toda a manifestação que fez aqui, que havia um caminho que deveria ter sido seguido, era o seu enfoque, que seria o caminho da auditoria no governo Garotinho, porque aquilo poderia dar vitória à governadora Benedita. Parece que é uma visão de política pelo denuncismo. Que V. Sª aceitou ser parte do governo Lula e nos honrou enquanto esteve na Secretaria Nacional, pelo que tenho conhecimento, em nenhum momento condicionou ao governo Lula uma auditoria no governo Fernando Henrique.

V. Sª não abordou, sendo ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a contravenção, a lavagem de dinheiro, que a contravenção se fazia no Rio de Janeiro, dentro da Loterj. Quer dizer, sempre tem uma manifestação focada num ângulo, que é um

ângulo político eleitoral, e depois uma análise na ética. E o procedimento não segue o mesmo curso. Então, me parece que há uma distância de coerência, Dr. Luiz Eduardo, entre a sua análise e o seu procedimento. Porque no Governo Lula não lhe interessava auditoria, depois de estar presente dentro dos escalões do governo Lula. Sabemos dos problemas da Secretaria Nacional de Segurança Pública, ouvimos falar dos problemas da Polícia Federal, dos problemas do Ministério da Justiça e de outros órgãos, mas isso não lhe ocorria. Mas no governo Benedita tinha que ter auditoria porque isso ia dar a vitória da Governadora Benedita.

Tendo sido Secretário Nacional de Segurança Pública, nunca lhe ocorreu pedir à Polícia Federal uma investigação sobre o Sr. Waldomiro Diniz, sobre a Loterj no Rio de Janeiro, para ajudar o seu Estado a elucidar sobre a contravenção, sobre a lavagem de dinheiro? Como eu disse aqui, 13 bilhões de reais são movimentados por ano só nas loterias. E, quando se envolve com financiamento institucional político partidário, onde vai? O Dr. Pedro Tarso colocou aqui na semana passada, um subprocurador do Ministério Público Federal, que só no Mato Grosso são lavados 800 milhões por ano pela contravenção, pelos jogos. Então, parece que há uma distância entre o procedimento e a análise que faz V. Sª. Ou seja, há um foco direto, um ataque à honra do Partido dos Trabalhadores, de que V. Sª fez parte. Ao mesmo tempo em que presume inocência do Ministro José Dirceu, ataca. E, ao mesmo tempo, teve tantas oportunidades de avançar na elucidação desses fatos graves e não o fez. É isso que me causa dificuldade de ver coerência para elogiar a análise e o procedimento de V. Sª. Lamento, porque V. Sª no exercício do Ministério da Justiça, nos honrou a todos.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador Tião Viana, muito obrigado pela sua pergunta. A crítica incisiva me oferece uma oportunidade extraordinária de esclarecer.

Hoje, pela manhã, eu disse enfaticamente que a auditoria nas contas do Estado, no início do governo Benedita, não implicariam – não era essa a nossa intenção – uma caça às bruxas, em absoluto. Não desejávamos, nem buscávamos uma auditoria que identificasse possíveis transgressões à ética ou à lei. Nós não buscávamos corrupção. Referia-me exclusivamente a uma auditoria nas contas do governo que fossem suficientes para demonstrar que o governo do PT, que o governo de Benedita não era responsável pelo descalabro das contas públicas e pela incapacidade de atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, por conta do Estado, da situação em que Benedita herdou as contas públicas. O Deputado Jorge Bittar, naquela oportunidade, trouxe a público um diagnóstico bastante claro e foi questionado seriamente pelo nosso oponente público então. "Você é militante do partido", dizia o ex-governador Garotinho, "você faz uma análise não isenta. Essa é uma análise comprometida".

Então, entendemos que, para a população, seria indispensável uma auditoria simplesmente das contas públicas, sem qualquer tipo de perspectiva udenista, purista, de caça às bruxas, ou com qualquer orientação dessa natureza. Seria apenas para que a população contemplasse a realidade que Benedita herdava, para que não se lhe atribuíssem a irresponsabilidade de outrem; simplesmente nesse sentido.

Essa não era uma posição pessoal, Senador. Se o Senador tivesse a oportunidade de conversar com os militantes do Rio de Janeiro, saberia que, desde os intelectuais e artistas aos militantes mais humildes, era esse o pedido cotidiano, Senador. Nós nos encontramos no Palácio Guanabara com representantes de Duda Mendonça, que fizeram uma avaliação cáustica a respeito das nossas possibilidades eleitorais, porque o Estado estava quebrado, a situação era muito difícil. A única orientação possível era expor-se claramente o estado no qual se herdam as contas públicas para que se tenha qualquer vislumbre de chance de oportunidade. Então, não era essa a intenção, Senador, de promover uma caça às bruxas.

Quanto às possibilidades que eu tinha na Secretaria Nacional de Segurança Pública de promover quaisquer investigações, devo dizer-lhe que solicitei ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e ao Dr. Paulo Lacerda que fizessem novamente, junto à Polícia Federal, um diagnóstico institucional. Trocamos, inclusive, em comum acordo, o termo, para que, justamente, evitássemos esses entendimentos de caça às bruxas ou de busca de corrupção. Ao contrário. Usávamos outra expressão: um diagnóstico institucional da Polícia Federal. Isso seria muito importante para que uma política de reforma adequada de racionalização e de busca de eficiência se pudesse implementar. Justamente essa tem sido sempre a orientação.

Na Secretaria Nacional, fizemos um diagnóstico institucional profundo. Passamos três meses fazendo justamente isso. Não buscávamos problemas – não havia suspeitas de problemas e nada de negativo se mostrou – nem buscávamos nada de negativo, mas procurávamos considerar e entender profundamente os mecanismos de organização, a fim de buscarmos maior eficiência. Portanto, a auditoria, a nosso juízo, tem esse interesse.

Por que não, como Secretário Nacional, buscar alguma investigação a respeito de Waldomiro Diniz? Eu também já respondera. Quando ingressei no Go-

verno Federal, fui informado de que todos os gestores superiores seriam submetidos ao escrutínio da Abin, o qual respeitávamos. Quando verifiquei que Waldomiro se tornara assessor do Ministro José Dirceu, eu passara, então, a rever, retrospectivamente, as minhas suspeitas. Elas eram, então, equivocadas, supus eu, em razão do fato de que a Abin aprovara, deduzi eu, a indicação de Waldomiro Diniz. Eu estava equivocado. Nesse momento, iniciando aquele Governo, com o coração, com as disposições e com as energias todas impregnadas pela esperança que era compartilhada pela população, estávamos olhando para o futuro querendo construir e, evidentemente, não tínhamos nenhuma disposição de buscar investigar um vestígio, um indício, se a própria Abin já demonstrara a impertinência desse movimento. Além disso, devo-lhes dizer também que a Secretaria nem é responsável pela dimensão operacional da segurança pública.

Portanto, creio que esse conjunto de fatores explica por que razão não foi adotada nenhuma medida investigativa específica a respeito desse caso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sou eu que agradeço a V. Exª, Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

V. Exª dispõe de até quinze minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, tentarei ser breve, visto que o nosso Relator e os outros Srs. Senadores que interpelaram o depoente praticamente esgotaram o assunto.

Quero pegar um gancho do Senador Tião Viana. Parece-me que V. Sª não faz acusações ao PT nem teve a intenção de desmerecer a administração do PT por tudo que entendi, Senador Tião Viana, desde o início do depoimento, com base na própria entrevista que S. Sª prestou ao UOL, se não me engano.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permita-me, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Se houver erro, onde estiver que apareça. Não estou querendo que se acoberte nada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Tião Viana, como sabe, tenho respeito e admiração por V. Exª. Apenas queria salvaguardar o aspecto do interesse do depoente em desmoralizar o PT, porque acredito que não era essa a intenção dele no depoimento que prestou a esta Comissão, pelo que senti. Pelo contrário. Percebi que, em toda a busca que ele fazia, houve até uma intervenção direta do José Dirceu, dizendo que ele estava atrapalhando os objetivos da campanha eleitoral, pelo que está aqui. V. Sª disse que José Dirceu se dirigiu ao senhor.

Pergunto, com base em toda a perspectiva desses acontecimentos, se o pivô de toda essa engrenagem nebulosa era o Ministro José Dirceu. Ele fazia intervenção em todos os setores da Administração, para formar uma situação financeiramente positiva para a manutenção da eleição do Governo Lula e conseqüente reeleição? Parece-me, segundo o que entendi aqui, dentro do que o senhor expõe, que sua auditoria fazia referência aos antecedentes à posse da ex-Senadora Benedita da Silva como Vice que assumiu o Governo, com a renúncia do então Governador Garotinho para se candidatar a Presidente. É isso que entendi, ou estou fora do objetivo de sua exposição?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador Romeu Tuma, eu só lhe pediria – o senhor me perdoe se estou com dificuldades de compreensão – que dissesse o que exatamente o senhor quer dizer quando pergunta se o Ministro José Dirceu é que estaria na base...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu estou trazendo o seu pronunciamento feito à época, com a situação de hoje: ele comandava? Porque, no seu jantar, o senhor fala aqui de um outro assessor de José Dirceu que também estaria operando em diversas áreas, me parece que era o Marcelo Sereno. É isso que V. Exª falou. Mas não disse em que áreas ele estava operando. Se o senhor puder esclarecer, será importante. E manifestei minha preocupação com os boatos que corriam em relação aos procedimentos escusos. E ainda: se o senhor se dirigiu ao Antônio Palocci e Luiz Dulci, Miriam Guindani, professora da PUC, sua esposa, André Teixeira, amigo meu e militante histórico do PT. Essas eram as pessoas que participaram do jantar. E o nome do Waldomiro ficou praticamente à parte de toda a discussão, que era talvez o principal que V. Sª gostaria de expor.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não havia o propósito de gestão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não era uma co-gestão, era uma congestão? Indigestão?

Então, é isso que pergunto: como todo esse grupo a que V. Exª faz referência, e outros nomes, estavam intimamente ligados? Eu não estou acusando o ex-Ministro José Dirceu. S. Exª vai expor lá, vai esclarecer, mas todos estavam intimamente ligados ao seu comando e foram afastados quando surgiu a denúncia do Deputado Roberto Jefferson. E isso fez com que se afastasse da porta do Palácio a investigação.

O Zé Dirceu interveio em seu procedimento, criticando sua tentativa de apurar o que realmente se passava, não só pela denúncia, que eu acho que foi uma denúncia que o Sérgio Canozzi levou, ao seu conhecimento como negociação, fazendo uma proposta indecorosa, já botando o Waldomiro Diniz como um dos responsáveis por arrecadação ilegal. Então pergunto: se o Zé Dirceu estava nesse comando? É isto que eu estava perguntando: à época o senhor tinha alguma suspeita a esse respeito? Não sei se eu consegui...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, obrigado, Senador. Sim, à época, a preocupação, repito, indício, vestígio, mas não evidência, era de que Waldomiro Diniz tivesse operando ilicitamente a serviço de José Dirceu e, por isso, ocupava um lugar importante do Governo Garotinho. Não havia outro motivo pelo qual um militante do PT ligado a José Dirceu estivesse no Governo Garotinho, quando Garotinho já rompera com o PT, o PT já passara à Oposição.

Portanto, evidentemente eu supunha aí uma relação entre eles, uma aliança, e portanto essa finalidade. Mas repito: eu não posso atribuir evidentemente ao Ministro José Dirceu a responsabilidade...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu estou só colocando dentro das circunstâncias de que V. Sª participou.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Perfeito, perfeito. Quanto à outra questão, Senador, sobre o jantar, eu já havia feito uma breve referência ao fato de que a palavra...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Realmente o senhor já falou, mas alguns detalhes que o senhor pudesse esclarecer.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, eu só me reportava, não porque houvesse redundância, não, mas apenas para retomar a conexão...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não gostaria de cansá-lo ao repetir. O senhor pode se negar a responder ao que perguntei.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, imagina. É um prazer. Eu só fiz referência para retomar o tema. Até porque o seu enfoque é de uma maneira complementar, adicional, trazendo novas luzes e novas questões. O encontro se deu no restaurante Alho e Óleo, à noite, foi um jantar, com o Ministro Antônio Palocci, o Ministro Luiz Dulci, Luís Antonio Correia, André Teixeira e minha esposa, Miriam Guindani. Qual o propósito dessa reunião? Eu buscava já há algum tempo um encontro com Dulci e com Antônio Palocci.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É, o senhor faz referência a isso.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Por quê?

Porque eu havia sido marginalizado na campanha do Rio, estava fora da televisão e do rádio, estava alijado, e havia uma tensão muito grande. E era preciso que eu encontrasse outros canais de diálogo, até para compreender mais profundamente exatamente o que estava acontecendo, porque as respostas eram evasivas, não há nenhum alijamento. No entanto, fecham-se as portas, e a tensão se aprofundava. Então, eu buscava esse entendimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, o senhor ouvia as bases, não é?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu ouvia as bases.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E não conseguia abrir porta para saber como explicar as bases.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Exatamente, também isso. É.

O que acontece? Havia duas razões pelas quais essa marginalização poder-se-ia dar, ou poderia estar se dando. Uma delas, a minha oposição ao tipo de aliança que se tecera e que implicava condicionamento da nossa campanha no Rio de Janeiro, limitações. Segundo, a questão Waldomiro. Havia duas motivações, mas o que trouxe ao jantar foi a minha marginalização. E o que surge no jantar, que é objeto da nossa conversa, é a superposição de responsabilidade de Marcelo Sereno. Waldomiro já está fora do quadro, porque nós já estamos aí, já julho ou mais, eu não me lembro exatamente, na campanha....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já estava no gabinete.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Mas já estávamos bem adiantados, então já estávamos num outro tema. Qual é o outro tema que preocupava muito? A sobreposição de funções de Marcelo Sereno. Essa expressão "escusa" talvez até seja inadequada na entrevista, seria melhor dizer impertinente, improcedente ou imprópria, do ponto de vista pelo menos ético.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Provavelmente era escusa mesmo!

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Mas, enfim, eu não poderia ir tão longe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A gente está indo no passado e no presente. A gente não pode ignorar o que está acontecendo mesmo. O senhor está depondo com a sua missão no governo a dois ou três anos atrás. Nós temos que fazer a ligação – e acho que isso o Relator fazer – do seu histórico aqui apresentado com o momento atual. Por isso temos que, com objetividade, buscar o porquê de estar acontecendo isso, já

que é uma amargura para todo mundo que está aqui. Ninguém está feliz com o que está acontecendo.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – E qual era, então, a sua preposição, Senador? Era o fato de que Marcelo Sereno era secretário, numa posição, inclusive, muito relevante, secretário do gabinete da Governadora, uma espécie de primeiro-ministro, e responsável pela arrecadação para a campanha, campanha nacional e estadual. E me parecia impróprio que houvesse essa....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aliás, essa arrecadação, esse fundo que se criou de vinda de dinheiro de várias fontes, ilegalmente, também foi para a Benedita da Silva, durante a campanha, através do Sereno? V. Exª tem algum conhecimento?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não. A única coisa que eu posso lhe dizer é que preocupava essa sobreposição de funções, quer dizer, o fato de um secretário tão importante arrecadar recursos. Isso me parecia impróprio e pareceu impróprio a todos que estavam na mesa, e com ênfase.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª falou na arrecadação estadual e nacional, de uma campanha estadual e nacional?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Estadual. Essa função era estadual e nacional. Sobretudo, nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nacional também?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sobretudo nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Participava diretamente da arrecadação?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quer dizer, não era só o Delúbio, então, ele estava junto com o Delúbio nessa área de financeira.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Ele participou da arrecadação nacional, sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo.

Agora, aqui, ...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Quem que participou da....?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Marcelo Sereno.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E eram aqueles 80 ou 100 milhões que o senhor citou aqui, que não eram para ser arrecadados em 9 meses?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor! Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi o Sérgio Canozzi que se comprometeu.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Romeu Tuma, uma aparte, por favor, à sua pergunta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para repetir a questão: Quem é que participava diretamente na arrecadação de recursos?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Marcelo Sereno, que era Secretário do Estado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Marcelo Sereno participava diretamente na arrecadação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que era Secretário de Estado importante na administração do gabinete.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Arrecadação para campanhas.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O primeiro-ministro do Estado, ligado ao Delúbio e à esfera da arrecadação nacional. Então ele tem responsabilidade, provavelmente, sobre...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim. E ele foi ao Rio de Janeiro representando o então Presidente Nacional do PT José Dirceu. Ele estava no Rio representando o José Dirceu.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então ficou claro aqui, porque era a minha preocupação.

Uma coisa que o senhor falou, sobre a Abin. Eu não sei. Isto aqui é sigiloso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Mozarildo Cavalcanti pediu à CPMI, e foi aprovado o requerimento, que a Abin aprovasse toda e qualquer investigação, qualquer informação, sobre a atividade do Waldomiro Diniz. E veio resposta negativa de que nada havia. Eu queria deixar ressalvada aqui, Senador Presidente, a figura do General Félix, que é um homem de respeito, que fez uma carreira brilhante no Exército e que provavelmente está angustiado onde se encontra.

Com a nomeação do chefe da Abin, ele praticamente foi relegado a um segundo plano nesse canal legal no qual tudo tinha que passar por ele. Então ficou uma dúvida no meu pensamento, pelo informe – não seriam informações – de que o Ministro José Dirceu tinha ingerência direta sobre a Abin. E aqui é claro que temos que investigar. Em cada setor onde havia falha ou risco de fuga do compromisso assumido quando da seleção do Sílvio Pereira, a Abin investigava, para poder alijar aquele que não estava se comportando.

São dados que estão chegando, que temos que investigar. Não estou fazendo nenhuma acusação.

Apenas me preocupo muito, porque é um órgão importantíssimo a Abin. Veja o senhor o efeito que teve sobre ele quando soube que a Abin disse que nada existia que pudesse impedir Waldomiro de assumir um cargo importante.

Senador Mozarildo, não dá para acreditar no General Félix, mas na informação que passaram para ele, porque há várias notícias, várias comunicações, até pela televisão, de gravações que a Abin não coleciona, de alguém que foi funcionário da União e que estaria a serviço do Gabinete Civil. Como é que não pode ter nada? Não dá para eu acreditar.

Eu trabalhei em órgão de informação, fui chefe, e qualquer coisa que o jornal publique, temos obrigação de recortar, mandar analisar, e ver se tem fundamento ou não. Até isso. Então eu acho que se V. Exª concordasse comigo, pediria ao Presidente Efraim que encaminhasse à comissão de acompanhamento da Comissão de Relações Exteriores para que chamasse aqui para fazer uma explicação mais clara de reunião secreta, tudo direitinho, de proteção ao general. Mas por que essa resposta tão simples, de que não existe nenhum documento?

Já passou meu tempo, eu queria agradecer, tenho algumas perguntas, mas acho que o senhor já colaborou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode concluir com mais alguma pergunta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu queria agradecer. O que me preocupou foi a Abin, porque tem esse efeito realmente...

Como todos os nomes passavam, segundo as informações, para a Abin... Depois de selecionadas pelo Sílvio Pereira as indicações, elas iam para a Abin para ver se não havia antecedentes, aí eram entregues ao Ministro José Dirceu, que determinava ao Ministério correspondente que efetuasse a nomeação. Essa é a história de que tenho conhecimento dos canais competentes para montar a estrutura que aí está.

Agradeço as respostas de V. Exª e a oportunidade que me deu o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª e queria só esclarecer a questão relativa à Abin. Houve um requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca solicitando à Abin o envio de cópias de qualquer relatório de inteligência, de qualquer natureza, aberto com o intuito de obter informações ou apurar envolvimento do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, ou do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão e outros atos ilícitos.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, na condição de Vice-Presidente, encaminhou esse ofício. Recebemos a resposta do ofício, assinada pelo Ministro de Estado, o Dr. Jorge Armando Félix, dirigida à minha pessoa, que diz:

Sr. Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 13/5, da CPI dos Bingos, de 6 de julho de 2005, que encaminhou o Requerimento nº 012, de 2005, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, levo ao conhecimento de V. Exª que a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin, não dispõe dos documentos solicitados. Então, é esse o documento que é público, está à disposição, assinado, dizendo que não há nada...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como sugeri, Sr. Presidente, se V. Exª concordar, que fosse encaminhado à Comissão de Fiscalização da Abin, para que convocasse ou convidasse a fim de realmente explicar por que a Abin não acompanha esses fatos que trazem diretamente o envolvimento do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será atendido e solicito da assessoria que tome as providências. E agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns. V. Exª dispõe de até 15 minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Até penso, Senador Romeu Tuma, que talvez fosse interessante ver, em função do depoimento do Dr. Soares, que tipo de levantamento que a Abin fez na época em relação ao Waldomiro Diniz, especificamente em relação à entrada do Waldomiro Diniz nos quadros do Governo Federal, já que essa era a notícia pública – e me lembro que havia essa notícia também –, de que todas as pessoas que porventura fossem fazer parte dos quadros do Governo Federal teriam que ter o seu passado, a sua história investigados pela Abin. Acho que esse requerimento inclusive é um pouco diferente desse que V. Exª acabou de mencionar, Senador Efraim, quer dizer, não em relação aos episódios atuais, mas que tipo de levantamento que a Abin fez, na época, em relação ao Waldomiro Diniz, inclusive para sabermos também se nenhum levantamento foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeito. Solicitaria de V. Exª o requerimento, para que possamos aprová-lo ainda nesta reunião.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Apresentarei, na seqüência.

Eu gostaria de perguntar ao senhor, Dr. Soares, já que na sua fala foi mencionado que uma das razões pelas quais houve a derrota nas eleições no Estado do Rio de Janeiro foi o clima de tensão, de dificuldade, da falta de ajuda aos esclarecimentos assim pouco cla-

ros em relação às relações com o próprio candidato Garotinho, pareceu-me assim que o senhor não desfrutava, não conseguia ver uma relação de apoio e de confiança por parte do PT nacional. É nesse sentido, é assim que poderíamos colocar?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, senhor. Mais ainda, se o senhor me permite, eu seria mais enfático. Além de não haver essa sintonia, esse apoio explícito e verdadeiro, entusiástico, havia limitações. A Governadora poderia competir e buscar a vitória, sim, evidentemente, mas sob condicionantes: por exemplo, não lhe seria permitido realizar de fato um exame profundo nas contas que deixassem o ex-Governador Garotinho numa situação incômoda politicamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quer dizer, essa foi uma exigência, uma imposição do Partido no contexto nacional. Quer dizer que isso não poderia acontecer.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Exato.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E isso o senhor percebeu, assim, uma compreensão de V. Exª, ou houve algum fato que dissesse realmente que isso não poderia acontecer, essa auditoria nas contas do Governo Estadual?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Houve os dois, eu lhe diria. Em primeiro lugar, uma série de acontecimentos que não teriam outra explicação. Ouvimos a orientação de Duda Mendonça, através dos seus auxiliares; ouvimos a militância, toda a militâncias, dos intelectuais aos mais humildes; nós próprios, com a nossa intuição e a nossa capacidade de análise política, verificávamos que, sem que Benedita deixasse claro, desde o primeiro dia, que estava herdando o Estado nessas condições, a tal ponto que não se lhe pudessem lançar responsabilidades que não lhe cabiam efetivamente, ela estaria não condenada à derrota, mas praticamente condenada à derrota.

Entretanto, isso não feito. À época, consultada, a Governadora dizia que não fazia isso por uma questão de estilo pessoal. E eu lhe dizia: "Não se trata de hostilizar o Governador Garotinho, ou de ser incivil. A senhora é conhecida como uma pessoa educada e muito doce, inclusive quando critica. Poderíamos preservar perfeitamente seu estilo, que é a sua personalidade, que é até muito positivo. Mas por que não a exibição clara do estado em que herdamos o Governo?" E não havia uma resposta muito clara. Depois dela já ministra, pude submeter a ela, mais uma vez, essa pergunta e ela finalmente então reconheceu que de fato não podia fazer isso, havia, de fato, um entendimento para que isso não se fizesse.

Então, as suspeitas de todos nós militantes do PT se confirmavam. Não se fez um movimento único que poderia credenciar a Governadora com alguma chance de concorrer efetivamente às eleições.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas, a Governadora Benedita nunca mencionou um contato, uma fala, alguma coisa nesse sentido da direção nacional de não possibilitar a realização da auditoria, quer dizer, ela provavelmente, a Benedita, assim, achou, considerou que isso seria a interpretação da Direção Nacional.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – O entendimento que acredito tenha sido dela também é de que efetivamente ela estava limitada, não podia efetivamente realizada essa auditoria, não poderia confrontar o Governador Garotinho, impondo-lhe o desgaste, ou causaria danos para a Aliança Nacional. Ela trocava, na verdade, a derrota estadual pela realização, pela consagração nacional, porque a sua derrota no Estado seria compensada com o Ministério. Então ela, de certa, ...

O que ocorreu, Senador, sem meias palavras, se V. Exª me permite, e me sinto em dívida com os militantes e com os que votaram em nós, me sinto cúmplice de um logro, e devo dizer isso com toda clareza, sacrificou-se o Rio de Janeiro em benefício de um estratégia nacional. E acredito que isso seja impróprio, inadequado por todas razões e desnecessário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu também acho que iria por essa linha. Agora, também duas coisas que, na verdade, eu diria até como Senador do PT e todos nós que estamos lutando para que haja transparência, que a verdade venha à tona, que eventuais pessoas dentro do próprio Partidos dos Trabalhadores que tenham cometido desvios de função e todo tipo de problemas sejam punidos também, seja no Partido ou em qualquer outro partido.

Agora não consigo entender como que numa campanha estadual, tendo todo esse tipo de dificuldade, essa desvalorização por parte do contexto nacional em relação ao contexto estadual, relação de dificuldades pessoais de diálogo, de entendimento, de não-valorização de uma caminhada, como o senhor estava fazendo, que tanto o senhor como a Benedita aceitassem cargos federais.

Eu romperia a relação pelo menos em termos de aceitação de cargos naquele momento. Por que, apesar de se pensar: "Não, é o Governo Lula, está começando, vamos dar o apoio", realmente, numa campanha tão importante, com a militância tão envolvida, ainda se aceita o cargo federal?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, em relação à Governadora, acredito

que tenha havido de fato um entendimento, ou seja, ela sacrificava a possibilidade de vitória no Estado do Rio para se tornar ministra, e isso fazia parte do entendimento de que a vitória de Lula era mais importante. Esse é o entendimento que tenho.

Do meu ponto de vista, eu realizei em minha casa uma reunião com vários deputados do PT, durante a campanha, em que a minha intenção era renunciar, eu era candidato a vice. E o que naquele momento se colocou que essa era uma atitude, naquele ponto, irresponsável. Por quê? Poderia de fato criar alguns prejuízos sérios, dependendo de como isso viesse a ser interpretado, eu não dispunha senão de indícios, de preocupações, o processo de marginalização, alguns entendiam, era um processo real, mas precisava ainda ser interpretado à luz de informações de que não dispúnhamos à época, não era muito claro, não tínhamos transparência e clareza.

Adotar um comportamento irreversível e custoso sobre outrem e a trajetória maior do Partido dos Trabalhadores no Brasil, porque é evidente que o impacto poderia ser grande, naquele contexto seria leviano. Reconheci que era fato e me mantive na minha função. Mais tarde, não fiz nenhum movimento, nenhum movimento buscando apoio, e estão aqui certamente jornalistas que poderiam inclusive investigar se falo a verdade, não fiz nenhum movimento no sentido de buscar lugar no Governo Federal. Recebi o convite do Ministro Márcio Thomaz Bastos para me tornar Secretário. Durante muitos anos, Senador, muitos anos, trabalhamos naquele Plano Nacional de Segurança Pública, dediquei a minha vida àquilo, eu e muitos companheiros do PT que continuam no PT e continuam lutando pelos mesmos princípios, mesmos valores e pelo mesmo plano. O plano do Governo Lula é também meu, de alguma maneira, eu dediquei a minha vida, os últimos dez anos a isto: ver a oportunidade de implementá-lo e reconhecer que podemos estar abrindo um outro contexto no Brasil, um contexto no qual, inclusive, as posturas menores que nos levaram àquele acuamento no Rio de Janeiro fossem superadas, enfim, por uma atitude generosa de outra natureza. Nós estávamos inflamados pela esperança e por essas perspectivas, então, aceitei o cargo naquele momento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O senhor sabe que eu acho que aí é que também começam os problemas que o PT vem enfrentando, porque, na verdade, se observarmos o que aconteceu, verificaremos que havia indícios, havia probabilidade de haver algum problema. Mas, como eram só indícios, não podíamos ir atrás, não era para ser investigado, e faltou justamente, nesse momento, eu diria, uma tomada de posição. Existem indícios, existem possibilidades de haver problema e tem que ser investigado. Quer dizer, faltou, eu diria, essa determinação de dizer: "Olha, vamos fazer o que tem que ser feito". Por isso que eu até estava pensando, quando o senhor mencionou, que não foi na posse da Benedita como Governadora, por várias razões; quer dizer, não foi na posse, e, depois, também, em termos da seqüência, que a própria Governadora não estava fazendo auditoria de coisas assim essenciais. Se a população hoje em dia perguntar e se olharmos para trás, eu diria que estamos olhando hoje vendo uma coisa que já aconteceu e que talvez seja mais fácil também de analisar. Ou seja, não foi feita auditoria porque se pensou: "Não, deixa para lá, não sei, vamos ver como é que acontece". E, apesar disso, o senhor saiu como candidato a Vice-Governador da Benedita. Não sei, faltou assim, particularmente do senhor, penso assim, que é uma pessoa ligada à segurança pública, ao Plano Nacional, que tem dedicado todo um esforço nessa área, tem uma formação, como acadêmico, inclusive, na área também, já que havia indício, que havia alguma coisa, que o pessoal estava falando, dizer: "Estamos no Poder Público, temos que investigar porque não pode ficar desse jeito".

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, compreendo perfeitamente. Acho que o senhor está absolutamente certo, absolutamente correto. Peço, entretanto, que o senhor compreenda o contexto de campanha. Fazer uma investigação de alguém do Governo num momento de campanha significa expor essa candidatura envolvida com esse governo a um risco, a um custo. Eu não estava no Governo, eu era candidato a Vice-Governador. Diante dessas preocupações e desses indícios, a nossa avaliação era: fazemos agora essa investigação, sob pena de criarmos um caso político que pode conduzir a nossa derrota, depois de tantos anos de acúmulo, ou esperamos a vitória e, aí, fazemos em mais alguns meses. Foi o que fizemos. A Abin...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só que não aconteceu depois também.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, mas aí, Senador, aconteceu, para nós, aconteceu. Nós fomos informados de que a Abin fizera isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/R) – Não, eu entendo isso.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Entende, então... O senhor tem razão, mas esses foram...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Justamente penso que é a raiz dos males do Partido dos Trabalhadores.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quer dizer, não, está lá, aconteceu. Então, vamos ver o que aconteceu, quem é culpado, se existe culpado, investigar, deixar claro, transparente e acabou.

Aqui, eu estava vendo, inclusive na sua entrevista a UOL, que Luiz Eduardo Bento de Melo Soares é referência no Brasil e no exterior na área da segurança pública, autor de vários livros sobre o assunto, Mestre em Antropologia, Doutor em Filosofia e Ciências Políticas, passou da teoria à prática. O que significa essa prática? Quer dizer, passou da teoria à prática. A teoria, entendo assim, é o professor, o mestre, uma pessoa acadêmica, doutor, uma formação acadêmica, sem dúvida, Como foi esse seu envolvimento com a questão prática da segurança pública?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Ela iniciou...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Por isso eu queria dizer que quando o Senador Antonio Carlos Magalhães perguntou quem é o Ortiz, o senhor disse "Eu não sei, nunca ouvi falar" e o Senador disse "Como é que nunca ouviu falar?" Como é essa questão prática sua?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Na segunda metade dos anos 80, eu comecei a me aproximar dessa prática como assessor e consultor da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ajudei o saudoso Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, que é uma referência, no Rio de Janeiro, para todos nós, até hoje. Ele foi barbaramente assassinado em 1999 e sempre foi uma figura respeitabilíssima. Depois disso, participando na militância na sociedade, fui um dos criadores do Movimento Viva Rio. Naquela oportunidade, dediquei-me a elaborar planos que foram submetidos aos candidatos ao Governo. Fui para o exterior e atuei como assessor e pesquisador associado a polícias – eram universidades que trabalhavam com polícias. Voltei e realizei com o então candidato Garotinho o plano de Governo, particularmente o plano de segurança pública. Vencemos as eleições e fui responsável pela segurança pública, junto de outros companheiros, durante quinze meses. Obtivemos, Senador – tenho orgulho em dizer –, os melhores resultados dos últimos quinze anos no Estado do Rio Janeiro, seja em termos da criminalidade, seja em termos da violência policial, particularmente da violência policial letal. Introduzimos uma série de programas como Delegacia Legal, Áreas Integradas de Segurança, Centros de Referência contra Homofobia, contra Misoginia, Defesa das Mulheres. Introduzimos uma reforma das perícias e mutirões pela paz nas favelas, nas comunidades, mobilizando as comunidades, projetos de policiamento comunitário. Enfim, conseguimos lograr ali alguns resultados.

Depois disso, atuei com o Prefeito Tarso Genro e conseguimos reduzir à metade os crimes que ocorriam nas áreas mais pobres e violentas da cidade, num período de um ano, em 2001. Em função dessas experiências e dos trabalhos que fizera, fui, então, privilegiado com o convite, que me honrou muito, de ser Secretário Nacional. Fui um dos elaboradores do Plano Nacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Realmente, se nos lembramos da campanha do Presidente Lula, a parte do Plano Nacional de Segurança era sempre um dos aspectos bem destacados. Realmente, o senhor colaborou muito, como o senhor falou, e até coordenou esse processo todo. Realmente, foi um dos pontos bem levantados.

Só para finalizar, o senhor falou sobre a questão da legalização – eu entendi das casas de bingo, no caso dos jogos de uma maneira geral –, que o senhor era favorável a que essa área fosse legalizada, com fiscalização posterior. Até o momento, não concordo com essa afirmação. Se olharmos, por exemplo, os relatórios que tenho dos Estados Unidos, eles mostram que o Governo gasta um orçamento vultoso e privilegiado no sentido de fiscalização. Por que isso? Para realmente ver se o jogo está sendo conduzido de uma maneira adequada, se ele não está sendo vinculado ao crime organizado, se os recursos não estão sendo gastos com narcotráfico. Eu diria que a capacidade de fiscalização que os Estados Unidos tem é extremamente superior, historicamente, à capacidade que o Brasil, até o momento, dispõe. Penso que isso inviabilizaria, pois não temos uma capacidade de fiscalização do jogo. Então, tenho muito receio de dizer "vamos legalizar e fiscalizar". Como o senhor vê isso?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, acho que V. Exª tem toda razão. É muito preocupante e perigosa essa decisão, mas me parece que é a mais razoável, porque esses movimentos de lavagem de dinheiro buscam os espaços possíveis. Eles vão inventando as suas próprias dinâmicas e encontrando brechas e poros. Se os bingos estiverem legalizados, saberemos, pelo menos, onde olhar. Isso envolverá recurso e trabalho, mas poderemos avançar nessa direção. Se proibirmos, creio que esse movimento de lavagem prosseguirá de toda maneira. Ele grassará por seus vários canais. Vamos ter, a par dos problemas, dois outros. A informalidade, que é o prenúncio da transgressão à lei e da criminalidade. Esses espaços nos quais há demanda popular não atendida por conta de proibição acarretam a construção de espaços

informais clandestinos. E da clandestinidade estamos a um passo do precipício e da criminalidade.

Há jogo no Brasil. Há amplamente. Há redes e redes. Há reuniões, elas são clandestinas e informais. Na medida em que as casas de bingo e inclusive as outras formas de jogo encontrarem formas institucionais de explicitação, nós, com todas as dificuldades reconhecidas, teremos pelo menos como aproximarmo-nos do problema e buscarmos a fiscalização possível.

Parece-me que há aí um perigo grande, mas, por outro lado, as vantagens que advém do fato de nós explicitarmos o que de outra maneira o que ocorreria de maneira informal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan. Senador Leonel Pavan, V. Exª dispõe de até 15 minutos. Em seguida, terá a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr Presidente, Sr Relator e Sr Interrogado, Dr. Luiz Eduardo, nós estamos vivendo ainda uma CPI, degustando-a como se fosse um mingau. Daqui a dias começará a ser comida a "carne de pescoço", vai ficar quente esta CPI, até porque as colocações que estamos ouvindo são gravíssimas. São algumas afirmações que poderão trazer mais dor de cabeça para o PT e para o atual Governo.

V. Sª, que pertencia ao PT, que votou no Lula, que defendeu a bandeira do PT, que acreditava no PT, certamente hoje está frustrado, envergonhado, eu poderia dizer, pelas suas palavras. Assim como milhares de brasileiros e brasileiras, que estão frustrados e envergonhados.

Se havia uma bandeira da ética, da transparência, da lisura, o PT dizia que a esperança do povo brasileiro iria vencer o medo. E quando venceram as eleições disseram "a esperança venceu o medo".

Hoje, pelo que lemos nos jornais, pelo que a CPMI dos Correios está levantando, já colocado às claras para a população brasileira, dá para se notar que a frustração, a corrupção derrotou a esperança.

Eu mesmo fico surpreendido, como homem da Oposição, por alguns nomes famosos do PT, pessoas que nós respeitávamos, estarem surgindo nesse envolvimento todo. Ou é no mensalão ou é no jogo do Bingo, ou é na corrupção dos Correios, do Banco do Brasil, e bem próximos do Presidente.

Eu fico imaginando como ficam algumas pessoas sérias e honestas do PT, como Flávio Arns e Tião Viana. Como ficam essas pessoas que sabemos ser pessoas íntegras, que lutam? Como estão hoje se sentindo magoados e até frustrados por alguns companheiros de nome, conhecidos até no mundo, estarem envolvidos nesse lamaçal todo? Eu acho que o PT vai pagar caro por isso. Lamentavelmente, algumas pessoas boas também vão sofrer com isso.

Mas V. Sª também acreditava e deve estar frustrado com tudo isso. Eram pessoas bem próximas do seu trabalho, da sua militância, do seu envolvimento político. V. Sª deve estar frustrado ao saber que figuras como José Dirceu, conhecido como o homem que comandava o Governo, o conselheiro do Lula, um homem se podia dizer que era o Primeiro-Ministro. Muitos votavam em projetos do Governo apenas para se aproximar de José Dirceu, muitos não falavam mal do Governo por terem receio de sofrer uma repressão, para não deixar magoado o José Dirceu. E, hoje, ao discutir-se a CPMI dos Correios, surge o nome do José Dirceu; ao se falar em Marcos Valério, surge o nome do José Dirceu; vai-se para a CPMI do Mensalão, Deputados serão ouvidos, já declarados, surge o nome do José Dirceu; aqui, na CPI dos Bingos, novamente o nome de José Dirceu. E ele era o protetor, o homem que viajou por muitos e muitos anos com Lula, antes das eleições, em outras campanhas eleitorais; um homem que também se dizia o dono da ética, como diz o Presidente. É frustrante para aqueles que defendiam essa bandeira, esses nomes, o Partido, hoje, ter que depor, estarem tentando defender, tentando provar aquilo que não tem mais como justificar o improvável.

E ouvi aqui o nosso querido amigo, o qual admiro muito, Senador Flávio, catarinense, que admiro muito, que dizia: "Por que aceitaste o cargo? Por que a Marina aceitou o cargo?" V. Sª não tem problema, aceitou o cargo porque foi convidado, em cima do seu currículo, da sua competência, do respeito que os brasileiros têm por sua área, por V. Sª. Mas a Marina, ela aceitou o cargo, por quê? O Presidente Lula formou um governo de derrotados, ela perdeu no Rio e foi chamada para um Ministério. Desculpa, a Benedita, estou trocando aqui e quero aqui agradecer ao Magno Malta, mas o Flávio Arns falava sobre a Benedita. Por que a Benedita, a ex-Governadora, aceitou o cargo, se estava envolvida nesse processo, sabia que o Waldomiro Diniz estava jogando sujo, prejudicando o Governo, prejudicando a imagem do PT? V. Sª já disse por que assumiu, que foi chamado pela sua competência, pelo seu conhecimento na área, mas a Benedita foi chamada como outros tantos que perderam a eleição no Brasil. O Governo, na ânsia de ajudar todo mundo, um governo transparente, um governo ético, um governo não sei o quê, mas um governo de companheiros, foi lá e pegou os companheiros que perderam: calma, vem cá, aqui tem uma boquinha, aqui tem uma boquinha. "Mas não tem mais vaga". "Mas não tem problema, eu crio mais um

ministério, eu crio uma secretaria". O que é que falta? E foi colocando...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Essa frase é do Garotinho.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É do Garotinho essa?

Então, quero dizer que, nesta frase, quero fazer companhia ao Garotinho, porque, realmente, foram abertas umas boquinhas. E, agora, o Governo Lula tenta diminuir o número de cargos, fez uma reforma política na marra, em cima da corrupção, da denúncia; teve que fazer. E chegou a um certo ponto em que não sabia mais quem colocar, corria o risco de chamar alguém, e esse alguém estar envolvido também. O Presidente Lula chegou ao ponto de não escolher o melhor, mas de tentar ver aquele que menos tinha envolvimento. E parece que aqueles que estão aí – graças a Deus e tomara que seja – são pessoas, esses que recentemente foram nomeados, merecem o respeito da sociedade brasileira. Esperamos que assim seja.

Mas a minha pergunta é a seguinte: V. Sª já sabia que ocorriam esses esquemas do Waldomiro de buscar propinas, de tentar acertar alguns benefícios em troca de recursos, antes da eleição do Lula ou antes da campanha do Lula?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, senhor, sabia não. Havia preocupação porque havia alguns indícios, indícios que justificavam a preocupação, mas não havia nenhuma certeza nem nenhuma informação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas sabia que havia indícios, só não tinha certeza?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sabia que havia indícios, nós tínhamos preocupações, mas não havia certeza nem informações cabais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É, da mesma forma que nós não tínhamos certeza de que Valdemar Costa Neto* recebia recursos do PT para campanhas eleitorais. Ele dizia que não era verdadeiro, eram só indícios, e agora confessou ontem que recebia. Da mesma forma, nós ouvíamos do José Dirceu: "O PT não rouba e não deixa roubar". Eram só indícios, agora já estamos sabendo. Mas essas questões são importantes, porque... Eu tenho uma admiração muito grande por V. Sª, nós já lemos muitos trabalhos que V. Sª tem realizado e sabemos do conhecimento que tem na área da segurança pública. Tinha conhecimento de indícios antes da campanha do Lula? E, durante a campanha do Presidente, continuaram só indícios ou já estava sabendo que estava envolvido realmente?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, eu só descobri, de fato, toda a dimensão do problema quando vi a fita pela televisão. Por quê? Porque esses indícios deveriam levar a uma investigação, mais adiante, depois da campanha, mas não levaram, porque a suposição de que a Abin fizera a tal investigação e chegara a um resultado positivo, então, nos dispensara de qualquer subseqüente ação nessa linha.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dr. Luiz Eduardo, V. Sª sabia que o Waldomiro trabalhava no Palácio do Planalto?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – É claro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desde o começo?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Claro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Junto com o José Dirceu?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Claro, claro!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Próximo ao Presidente Lula?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E, como chefe da Segurança Pública, o senhor chegou para o Presidente e disse: "Presidente, o senhor está com um bandido aí; há suspeita"? Não foi dito?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Ao contrário, Senador. Veja só: se alguém é conduzido ao Palácio para a vizinhança do Presidente e se supõe que a Abin tenha feito o seu trabalho adequadamente, a última coisa que se imaginaria é que essa pessoa pudesse efetivamente ter qualquer passado que o condenasse. Eu chegava a dizer aos amigos: o José Dirceu pode ter qualquer defeito, mas ele é uma pessoa inteligente. E só uma pessoa absolutamente despreparada e louca conduziria alguém maculado por uma nódoa séria para um cargo como aquele.

Então, uma vez feito o escrutínio da Abin, uma vez conduzido o Waldomiro ao Palácio, fui eu que deduzi: aqueles indícios eram falsos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É claro que V. Sª teria coragem para dizer, mas, às vezes, tira uma lição, o seguinte: Não, eu não vou avisar, porque o José Dirceu poderá me chamar a atenção e mandar dizer: "olha, risca isso, deleta, sai daí e deixa o homem aqui". Porque, muitas vezes, a pessoa não avisa, porque está próxima do poderoso, que é o José Dirceu, e acaba não avisando, ou só dá indício: "Olha, me parece..." Não se diz assim: Há denúncias, mesmo, contra o Waldomiro. Isso certamente não iria acontecer com V. Sª, porque é uma pessoa de coragem e sabe que

a coisa tem que ser transparente e firme. Mas muitos certamente também sabiam e não contaram: "Ah, vai passar desapercebido, e o José Dirceu, o poderoso, vai dar jeito nisso". Certamente pode ocorrer.

Mas eu perguntaria ainda a V. Sª, já que foram feitas inúmeras perguntas de grande importância, primeiro: V. Sª está arrependido de ter-se filiado ao PT e trabalhado nesse Governo?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, em absoluto. Continuo fiel aos valores que, tenho certeza, são do Tião Viana, Senador, são do Senador Flávio Arns, tenho certeza de que são os valores prezados ainda por toda a militância. Não fui eu que mudei, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não sou do PT. Também acho o Tião Viana, como falei, "o cara", "o bom". Também acho, mas não sou do PT. Se eu fosse do PT, eu diria: esses são os bons, mas estou envergonhado da Legenda, dos Líderes. Porque V. Sª saiu do PT. Eu não abandonaria um barco, se existem ainda alguns companheiros fortes e firmes; eu estaria junto com eles, para lutar por eles. Mas não acha que o PT decepcionou o Brasil? Ou não decepcionou, para V. Sª?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu acho que sim. O PT decepcionou, sobretudo, o PT. Quer dizer, uma cúpula dirigente decepcionou, sobretudo, a militância do Partido e...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E o Brasil, não?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – E, por conseqüência, o Brasil, a sociedade inteira, sem dúvida.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu gostaria de perguntar especificamente no que concerne ao suposto esquema de propina dos bingos cariocas: qual o destino e a distribuição do dinheiro entregue ao Sr. Waldomiro Diniz? A quem o senhor acha que ele entregava o dinheiro que recebia?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não sei lhe dizer, porque as informações que eu tenho sobre os procedimentos de Waldomiro, como lhe disse, vieram com a fita, que são de acesso hoje público. Eu sei, portanto, o que todo o Brasil sabe vendo a fita. Apenas aquilo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor nunca comentou com a Benedita referente ao Waldomiro Diniz? Porque, se ela tinha... Ela certamente sabia dos problemas em que o Waldomiro estava envolvido. V. Sª deve ter avisado à Benedita. Por que ela o manteve na Loterj? Por que, se sabia que ele fazia esse jogo sujo todo?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não se sabia. Veja, Senador, havia essa suspeita...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desconfiança, suspeita.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Havia a desconfiança.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estava meio grave o negócio.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Havia uma suspeita. O Waldomiro ficou nesse cargo porque... imagino que ele tivesse força política para lá manter-se. Ele era visto no Rio de Janeiro, durante a campanha, como representante no Rio da presidência nacional do PT, do José Dirceu. Ele, então, certamente, foi mantido lá porque era alguém que merecia essa atenção, essa consideração.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Para concluir, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para concluir, para concluir.

V. Sª sabia que o Waldomiro Diniz fazia *lobby* entre o Governo Lula, o Governo Federal, e a Câmara Federal? Porque todos sabemos que Waldomiro Diniz percorria livremente os corredores da Câmara Federal, e comentou-se muito que ele acertava a deliberação de recursos, não desse "mensalão" – daqui a pouco está envolvido –, essa é outra vergonha, mas aquela dos recursos das emendas parlamentares. Sou da Oposição e não tenho recebido muita atenção do Governo na liberação de minhas emendas. Pedirei socorro para o Flávio e para o Tião para que me ajudem a liberar minhas emendas, porque eles dois são sérios. E outros tantos são sérios.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Das minhas não liberou nenhum real ainda, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não recebeste?

Não quis acertar o "mensalão", não recebe emenda. Mas é o seguinte: o Tião Viana... Vamos entrar juntos, fazer uma campanha juntos para liberarmos esses recursos, viu, Tião? Nós dois.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para concluir, nobre Presidente, permita-me... Temos que esquentar um pouco esta CPI.

É importante dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Ainda há mais um inscrito...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª sabia que Waldomiro circulava livremente na Câmara Federal e negociava emendas parlamentares em troca

de votos para as medidas provisórias do Presidente? V. Sª sabia disso?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, eu só sabia o que era notório, que a imprensa sabia e divulgava. E, **a posteriori**, o que **a posteriori** se divulgou. Apenas isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço-lhe as suas respostas e quero, mais uma vez, cumprimentá-lo. Creio que é quase unânime o pensamento dos Senadores referente à sua capacidade, à sua visão na área da segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradecemos a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

Concedemos a palavra ao último orador inscrito.

Senador Magno Malta, V. Exª dispõe de quinze minutos e tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Luiz Eduardo, queria cumprimentá-lo. Primeiro, gostaria de comentar e ouvi-lo a respeito da sua posição sobre a legalização do jogo, visto que V. Exª é um estudioso da questão da violência e uma das pessoas reconhecidas, notoriamente, no País, nessa questão.

Eu vinha do aeroporto e ouvia pelo rádio exatamente como V. Sª estava respondendo ao Relator sobre a legalização – Relator, aliás, que está muito bem na função, nosso querido Garibaldi Alves. O senhor dizia que é a favor da legalização bem vigiada, de legalizar com mecanismos de fiscalização intensos, fortes, mecanismos de que não dispomos. Mas quero dizer a V. Sª, que é um estudioso do caso, dessa matéria, que discordo completamente da legalização. Penso que não devemos legalizar e precisamos ter mecanismos para fiscalizar, para fazermos fiscalização preventiva, para não chegarmos à repressão; mas, se ela vier, fazermos. Agora nós temos alguns problemas com relação a isso.

Por exemplo, V. Sª que é um estudioso, quando as pessoas falam na jogatina, citam os Estados Unidos e outros países que legalizaram e que ganham dinheiro com isso, que enriqueceram cidades e pessoas. Alguns mais afoitos tentam apontar a área social como a grande beneficiada com jogatina. Mas V. Sª, como estudioso dessa matéria, já estudou o fato de que nós no Brasil não temos vocação para a jogatina, exatamente pela nossa posição geográfica.

Eu até fiz um pronunciamento na semana passada, e fui corrigido pelo Senador Tião Viana – porque também não foi minha intenção e me desculpei porque não era aquilo mesmo –, em que eu falava dos nosso vizinhos. V. Sª sabe, porque é estudioso, que só com o Paraguai nós temos 1.100 km de fronteira aberta. Depois, temos mais setecentos, em Mato Grosso. As nossas fronteiras na Amazônia são abertas. No Acre, do Senador Tião Viana, o acesso à Bolívia é todo aberto. E é exatamente por ali que a droga do ex-Coronel Hildebrando Pascoal* vinha, e ele ia lá buscar com escolta dos próprios carros da Polícia Militar do Acre, quando ele mandava lá. V. Sª conhece bem aquela história lá como eu.

No dia em que legalizarmos o jogo aqui, nós que já pagamos o preço do que está posto, do que existe, nós viraremos o paraíso dos nossos vizinhos, dos nossos queridos irmãos aqui do lado que, infelizmente, porque também têm um aparato policial com deficiência como nós, que temos uma Polícia Federal de 7 mil homens, e há pelo menos 3,5 mil só na área operacional – V. Sª sabe disso porque esteve no Ministério da Justiça, sabe que é ínfimo esse aparato de Polícia Federal para um país com fronteiras como o nosso, mesmo para uma gloriosa Polícia Federal que faz um trabalho além daquilo que podia fazer por conta de estar desprovida, até porque são seis meses de academia, onde aprendem a atirar com um 38. A Polícia Federal brasileira não conhece na academia uma arma pesada dessa que se usa em morro. É meio paradoxal, porque há 7 mil policiais federais pelo Brasil inteiro, mas marinheiros só em Brasília são 7 mil, e nem mar existe por aqui. Essas coisas são meio esquisitas e, como V. Sª estuda essa questão, sabe exatamente do que eu estou falando.

No dia em que legalizarmos, os nossos patrícios, os nossos irmãos aqui do lado, por quem tenho muito respeito, mas é quem planta toda a maconha consumida da Bahia para baixo, a maconha de exportação que passa por aqui...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Exª me concede um aparte, Senador Magno Malta? Permita-me Sr. Presidente. É no tempo do orador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Gostaria de solicitar a V. Exª que deixasse o Senador concluir seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, é só para dizer que tenho um projeto aqui no Senado para legalizar o jogo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois nós teremos tempo, durante toda a CPI, para as conclusões.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Há até uma proposta – o Senador não estava aqui – para que todos os projetos que estão na CCJ e na Câmara venham para cá para serem juntados para se discutir uma posição única para o País.

E nós temos fronteiras com todo mundo, abertas, e nós passaríamos a ser o paraíso de todo mundo, tanto para o entreposto quanto para o consumo interno.

Então eu pergunto: qual é a sua visão dessa minha colocação – V. Sª, que é a favor da legalização do jogo? Mas a partir dessa visão: eu sou contra a legalização e penso que temos que fazer essa fiscalização intensa, como V. Sª propõe, mas sem legalização, exatamente por conta da nossa posição geográfica.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador Magno Malta, eu acho que a sua posição é legítima e as suas preocupações são legítimas. O campo, o senhor conhece muito bem esse campo, o senhor sabe que nesse campo há uma divisão de perspectivas e de posições, ou seja, há excelentes argumentos, como os seus, que são excelentes, mas há alguns bons argumentos também na direção contrária. Então, eu vou lhe pedir a atenção para dois fatos que nos ajudariam a compreender as razões pelas quais eu defendo essa posição da legalização.

Veja o que ocorre com a proibição do trabalho policial na segurança privada. É uma proibição que acaba gerando uma transgressão legal informal, estabelece-se uma segurança privada informal. Nós, hoje, no Brasil, temos 550 mil funcionários da segurança pública e pelo menos 1,2 milhão de homens e mulheres dedicados à segurança privada, parte substancial dos quais envolvidos com a segurança pública de forma ilegal, informal.

Essa informalidade logo se degrada em clandestinidade, e daí nós estamos a um passo do precipício da criminalidade. No Rio de Janeiro as chacinas não podem ser entendidas se não compreendermos exatamente a lógica do funcionamento da segurança privada e da sua degradação em crime. É claro que há segurança privada legítima, honrada, honesta, mas há esse problema.

Vamos tomar o outro caso, o jogo do bicho. O jogo do bicho é tradicional no Brasil, não ofende a moral, não ofende costumes, não ofende a tradição, não ofende qualquer valor brasileiro. Ele é um jogo como outro qualquer. Mas, na medida em que ele seja mantido na ilegalidade, ele acaba sendo a fonte de corrupção de instituições da segurança pública, ele acaba sendo fonte que, por sua informalidade, e mais, por sua clandestinidade, acaba migrando para a criminalidade.

Na área do jogo me parece que nós temos um problema análogo. Na medida em que legalizamos e formalizamos, não resolvemos o problema, mas criamos alguns mecanismos mais visíveis de fiscalização e inibição do que for logro, do que for transgressor, e, por outro lado, há também o aspecto positivo, como o senhor disse. Não só alguns benefícios podem ser gerados, até por conta da isenção fiscal, mas também por conta do fato de que um princípio fundamental da democracia está sendo respeitado, o direito a que cada um exerça sua liberdade, respeitando os limites impostos pelo idêntico respeito que se deve à liberdade alheia.

Então, eu só lhe faço essas considerações, sem deixar de reconhecer que, evidentemente, os seus argumentos são muito sérios.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas eu ainda ponderaria os seus argumentos, dizendo o seguinte: esses argumentos não são advindos exatamente porque o Estado não comparece para cumprir o seu dever – aparato policial depauperado, policial sem salário, efetivo pequeno? Quer dizer, então, é melhor legalizar, porque nós não temos como fiscalizar, não temos como tomar conta desse negócio, legaliza esse "trem" porque o Estado não comparece. V. Sª é estudioso disso e sabe que o aparato policial no Brasil está altamente depauperado, degradado, quer dizer, há defasagem de homens, de policiais na rua, e o salário é uma brincadeira.

Quer dizer, se nós não temos e o Estado não comparece, então, legaliza esse negócio, que é melhor. Fica parecendo muito mais isso do que o Estado cumprir o papel dele. Porque jogo, a jogatina, o jogo de azar, em si e por si só, é nefasto para a sociedade e para a família, por diversos pontos – só temos quinze minutos, agora só cinco, e ainda tenho duas perguntas – que podemos discutir noutra ocasião.

Diga-me uma coisa: com relação à legalização do jogo no Brasil, Waldomiro Diniz* foi uma das cabeças mais importantes – o senhor sabe disso – para poder elaborar um texto para legalizar o jogo no Brasil. Aliás, quando explodiu o problema do Waldomiro, a mensagem que o Governo, naquele início de trabalho legislativo, mandou ao Legislativo era dizendo que ia legalizar o jogo. Logo em seguida, o Governo já mudou de posição, já mandou medida provisória fechando tudo – o que eu achei bonito. E lutei para que a medida provisória não caísse. Nós lutamos, não é, Senador, para que não caísse? Mas ela caiu.

O senhor, na época, ainda pertencia ao Partido dos Trabalhadores, era uma das cabeças pensantes da segurança pública e a favor da legalização do jogo. O senhor ajudou a pensar esse texto da legalização do jogo no Brasil, esse texto que veio para o Congresso Nacional, onde o Sr. Waldomiro Diniz foi uma das cabeças mais importantes?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, Senador. Nunca fui consultado, não sabia sequer da sua existência. Aliás, eu já estava fora do Governo quando todo esse episódio emergiu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas essa não é uma discussão antiga dentro do Governo, a legalização do jogo?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Mas eu nunca fui consultado e nunca tive a oportunidade de conversar esse assunto com nenhum interlocutor responsável.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas o senhor não acha minimamente estranho que o senhor, um especialista e alguém que o Partido dos Trabalhadores sempre mostrou como um especialista em segurança pública, e quando mostrava, nas suas administrações, o senhor era uma pessoa chave para poder ajudar – o senhor citou várias prefeituras e governos que foi ajudar –, o senhor não acha minimamente estranho que o senhor não tenha sido chamado, uma vez que o senhor é a favor da legalização do jogo, para ajudar a trabalhar esse texto?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Acho.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor, quando fala sobre Waldomiro Diniz, diz que tinha as suas suspeições, naquela época da campanha – história que o senhor já contou, não precisa contar novamente. Tinha as suas suspeições e aquilo tudo que rolou, que conversou com um e com outro, não deu em nada, mas depois ele foi trazido para a Casa Civil. A Abin – na sua cabeça – investigou esse homem, que está limpo e não receberia uma função dessa se não fosse "o cara". O cara veio. Daí a pouco pipocou o negócio com o Cachoeira.

As suspeitas que o senhor tinha antes – o que acabou arrefecendo com a nomeação do homem –; aí, pipoca o caso Cachoeira. O senhor seria capaz de trazer um perfil de Waldomiro Diniz?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu o conheci em 1999, quando ele era representante do Governo do Rio, como havia dito pela manhã, e ele me pareceu uma pessoa muito cortês, muito elegante, pessoa inteligente, com uma boa formação. Tive ótima impressão dele. Nós nos encontrávamos episodicamente, só quando eu vinha a Brasília e ele ia me receber.

Depois, no Rio de Janeiro, só o encontrei naquele restaurante – quando eu estava com o Benedito também – para um cumprimento à distância. Não voltei a falar com ele. A impressão que ficara era de uma pessoa muito cordata, inteligente. Quando o vi guindado a uma posição importante na Casa Civil, foram essas virtudes que sobressaíam, que se tornaram mais, portanto, evidentes.

Como o senhor dizia, eu supunha que a Abin tivesse efetivamente realizado tal escrutínio, e, como havia virtudes, imaginei: foram essas virtudes que o conduziram a essa posição.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Do todo, o senhor tem conhecimento do todo, quer dizer, não tem conhecimento de detalhes de coisas, mas, do todo, em si, o senhor diria que Waldomiro agia em nome dele mesmo?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, de modo algum.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor acha que a posição e o texto mandado ao Congresso Nacional a fim de legalizar o jogo já era um pagamento, um cumprimento de palavra com aqueles que operam o jogo no Brasil e que já vinham cooperando em campanhas anteriores?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, com toda a sinceridade, acho que há duas interpretações igualmente plausíveis. Essa é uma delas. Vendo **a posteriori**, sabendo-se agora o que sabemos de Waldomiro, isso não seria absurdo. Por outro lado, há uma outra interpretação. Há muitos que se posicionam a favor do jogo e, no Governo, havia essa posição, tanto que ela se pronunciou e se explicitou naquela proposta.

O que temos, portanto, é a possibilidade de uma interpretação positiva e a possibilidade de uma interpretação negativa. Pode ser até que Waldomiro, mal intencionado, tenha negociado o que já obtivera de forma lisa, correta, adequada dentro do Governo – o senhor sabe que essas coisas às vezes ocorrem dessa maneira –, e ele exclusivamente, movido pelos interesses pessoais, tenha trazido isso para uma negociação em outro plano. Mas, no interior do Governo, não acredito que outra consideração pudesse pesar senão a avaliação a respeito da conveniência ou inconveniência da legalização.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, encerro dizendo ao Sr. Luiz Eduardo que, como proponente desta CPI – V. Sª deve se lembrar na época, porque já estava fora do Governo e também fora do Partido, assistindo com perplexidade como nós – eu propus a CPI e quase fui engolido vivo, vivo, publicamente. O caminho mais fácil foi me descaracterizar, para que a CPI não acontecesse.

Ouvia também no rádio uma consideração de V. Sª, como penso eu e o Senador Tião Viana, e comentei com ele quando entrou aqui, porque de fato, se o Governo tivesse tido interesse por essa investigação, essa CPI já teria se encerrado e, quem sabe, o País não estaria vivendo o que estamos vivendo neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta. Eu pediria só uma compreensão do Sr. Luiz Eduardo, porque se-

gue o raciocínio do Senador Magno Malta, quando se referiu à questão da fita. Queria só a opinião de V. Sª com relação a essa situação. O Waldomiro Diniz, que era arrecadador de recursos de campanha – conforme demonstrou aquela fita entre ele e o Cachoeira –, com a eleição do Presidente Lula, foi nomeado para a Casa Civil. O senhor disse aqui que o Sr. Marcelo Sereno era um arrecadador de campanha, tanto Estadual como Nacional, e que também foi para ser Assessor da Casa Civil. Então, o senhor acha que foi o prêmio que o Sr. José Dirceu deu aos dois, porque arrecadaram bem, e levou-os com ele para a Casa Civil?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sinceramente, Senador, não creio, porque aquelas funções ali exigem algumas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor vê só como coincidência?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, não. Acho que aquelas funções exigem certa competência e certa lealdade ao líder, ao superior hierárquico, e há outras considerações, outros fatores, outras variáveis que certamente foram contempladas na avaliação de que eles mereciam. Eles estavam juntos há muitos anos. Eles vêm trabalhando junto ao Partido há muitos anos. E têm suas trajetórias. As trajetórias não são apenas aquelas apontadas pelo problema que a fita evidenciou. Há outros aspectos das biografias e das suas trajetórias.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor entende como lealdade assessores que arrecadam recursos que não são regulares, porque foram para a caixa dois? Foi do jogo, foi de uma loteria... Isso é lealdade? É a condição para o cara ser assessor de um Ministro?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – O senhor pode entender a lealdade em um positivo também, não é? O que digo é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor, sabendo que esses cidadãos faziam isso, o senhor, se Ministro de Estado, convidaria eles para fazerem parte de seu Governo, da sua assessoria?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Se eu soubesse que eles agiam assim, não, em absoluto, claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acha que o Sr. José Dirceu sabia, né? Porque o senhor afirmou que ele é quem comandava isso aí.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Mas eu não disse que ele sabia sobre o modo como se estava operando a arrecadação. Porque o que parece central na fita, pelo menos para mim, é o fato de que se lesa ali o interesse público com a alteração das condições da licitação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas que ele sabia que o Sr. Sereno e o Sr. Waldomiro arrecadavam para a campanha, o senhor não tem dúvida?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, mas não necessariamente isso implica uma arrecadação ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte e, em seguida, ao Senador Tião Viana, que está reinscrito.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Luiz Eduardo, eu havia apontado aqui três questionamentos para fazer a V. Sª, mas dois deles foram prejudicados pelo nosso companheiro, o Senador Juvêncio da Fonseca, de forma que apenas restou um questionamento que gostaria que o senhor me esclarecesse.

Em suas considerações primárias, V. Sª falou do encontro que teve com o Canozzi*. Gostaria da saber se, nesse encontro, os objetivos que o Canozzi que lhe apresentou, eram, digamos assim, em benefício próprio, ele estava falando em seu próprio nome, ou também se, por trás dele, havia outros interesses de pessoas ou grupos antagônicos, obviamente, aos do Waldomiro – porque naquela época ele já fazia esses *lobbies*, fazia esses questionamentos, juntamente com... Não sei. Naturalmente, segundo a regra diz, que seria a pessoa indicada que estava por trás do Waldomiro era o José Dirceu. Eu gostaria de saber de V. Sª se o senhor pode constatar alguma coisa do Canozzi. Se ele estava em nome dele próprio ou de pessoas ou grupos.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, creio que ele falava em nome próprio, mas, como eu disse, havia duas interpretações: uma maligna e uma outra, digamos, benigna, ainda que, para a minha época, igualmente perversa. A maligna era que associaria aquele encontro a um interesse efetivo em corrupção. Nesse caso, podia ser uma conversa de interesse pessoal privado que depois se tornaria objeto de interesse de um grupo se um grupo fosse arquitetado, fosse montado com o fito de, efetivamente, praticar o que ali se dizia. Essa é a hipótese um, maligna. A hipótese benigna: fosse apenas um movimento político, benigna, mas perversa, mas fosse apenas um movimento político. Nesse caso, certamente, haveria conexões com alguns grupos, alguns interesses políticos. Dificilmente, um militante, um indivíduo armaria uma situação dessas visando criar dificuldades políti-

cas sem nenhum vínculo com nenhum grupo etc. Eu só não saberia dizer qual, quais e como estabelecer tais conexões.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Diante de tanto interesse dele em querer falar com V. Sª, até que V. Sª tivesse oportunidade de marcar esse encontro com ele, ele não transpirou em momento algum que existiam pessoas interessadas também, não somente ele, mas que existiam outras pessoas ou grupos que estavam também interessados em trabalhar com ele?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, não mencionou.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Reginaldo Duarte. Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Presidente, sendo muito breve, Dr. Luiz Eduardo, às 11h40min, a **Folha de S.Paulo**, que traz uma grande contribuição à democracia brasileira, coloca a seguinte manchete: PT sacrificou campanha de 2002 para proteger Diniz, afirma ex-secretária.

Não ouvi em nenhum momento V. Sª expressar isso. É apenas para proteção da verdade? Eu gostaria da manifestação sua sobre essa manchete.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Em nenhum momento eu disse isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu disse que o PT sacrificou os interesses do Rio de Janeiro...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Por uma eleição mais alta, de Presidente.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – ...da campanha do Rio de Janeiro, por uma outra eleição. Havia toda uma articulação...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso que causa, Sr. Presidente, uma angústia – permita-me, Dr. Eduardo. Estamos aqui com a responsabilidade de buscar a verdade. Aí vêm as notícias com esse tipo de teor. O que isso engrandece? Absolutamente nada. Agradeço a V. Sª a honestidade intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Tião Viana, e ao Sr. Luiz Eduardo. Antes de encerrar, teremos um depoimento, a seguir, do Sr. Sérgio Canozzi, e perguntaria a V. Sª se V. Sª está à disposição para uma acareação, se for necessária, nesta Comissão. Evidentemente que não no dia de hoje, que, no decorrer dos trabalhos, a própria Comissão, consultando os companheiros da Comissão, pediriam oportunidade para que fizesse um estudo mais apurado, vamos dizer assim, do que falou V. Sª e do que irá falar o Sr. Sérgio Canozzi. Se V. Exª, se convocado mais uma vez, dispõe-se de fazer essa acareação com o Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª pelos esclarecimentos e pelo depoimento que, com certeza, prestou e trará algumas conclusões por parte do Sr. Relator e de todos nós que fazemos esta Comissão. Agradeço a V. Sª. V. Sª fique à vontade. Agradecemos. Muito obrigado pelo depoimento de V. Sª. Antes de darmos um pequeno intervalo para iniciarmos o próximo depoimento, tenho aqui um requerimento de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, que seja convocada a comparecer perante esta CPI a Srª Valquíria Figueiredo Brito, ex-gerente nacional de segurança da Caixa Econômica Federal, para prestar informações sobre as normas e procedimentos adotados para a permissão e controle do acesso de pessoas às dependências da instituição no período em que ocupou o cargo.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado, então, o requerimento para ouvirmos as informações da Srª Valquíria Figueiredo Brito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Somente para conhecimento. O Sr. Marcelo Sereno – creio que é isso que foi tanto aqui comentado – possui algum requerimento referente a sua convocação, para depor?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já foi convocado o Sr. Marcelo Sereno; e já foi aprovado o requerimento. Falta somente marcarmos a sua oitiva.

Vamos suspender a nossa reunião por dez minutos e voltaremos para ouvir o Sr. Sérgio Canonzi.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, dando continuidade a nossa reunião, antes de chamarmos o nosso próximo convidado para depor, eu coloco em votação quatro requerimentos que foram apresentados. Um é de autoria do Senador Leonel Pavan, em que dávamos uma informação que precisa

de correção e que requer, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, a convocação do Sr. Marcelo Sereno, ex-Secretário Nacional de Comunicação do PT e ex-assessor especial da Casa Civil.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, nos termos do disposto no §3º, art. 2º, da Constituição, requer que o Sr. Valderi Albuquerque seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar. O Sr. Valderi é ex-Diretor da Caixa Econômica.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nos termos também do disposto do §3º do art. 58 da Constituição Federal, o Sr. Relator, também de sua autoria, requer que o Sr. Mário Rag seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que requer, com fundamento no §3º art. 58 da Constituição Federal, a convocação do Sr. Nilton Sousa Siqueira, delegado da Polícia Federal.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Aprovados os requerimentos, convido o Sr. Sérgio Canozzi, empresário do jogo no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, para se sentar à mesa e fazer o seu depoimento.

Comunico aos Srs. Senadores que o Sr. Sérgio Canozzi apresentou o termo de compromisso à Comissão Parlamentar, aqui preenchendo todos os dados: o número da identidade, a sua idade (52 anos), o número do seu CPF. Estado civil: divorciado. O endereço. A profissão de economista e empresário. E assina e data o termo de compromisso em duas vias, que aqui se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares.

V. Sª, Sr. Sérgio Canozzi, dispõe do tempo que se fizer necessário para a exposição e o seu depoimento. V. Sª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade de estar presente nesta Casa, o que muito me honra, para congratular-me com os Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, com o Sr. Presidente e o Sr. Relator e dizer que vim aqui, enfim, com uma convocação que foi feita – vamos dizer – me chamando como empresário de Jogo do Bicho. Jogo do Bicho ou jogo; seja lotérica, enfim, seja o que for. Mas eu, na verdade, não o sou.

Nós somos uma empresa de consultoria financeira. Trabalhamos com projetos mercadológicos, fundamentalmente com assuntos na área internacional. Ocorreu que, a partir da denúncia desse cidadão que esteve antes aqui, surgiu um equívoco na minha atividade. E não foi possível, ainda naquela CPI do Rio de Janeiro, em função de prazo, conseguir fazer o esclarecimento. Então, estou aqui hoje para, na medida do possível, esclarecer aos senhores tudo o que for necessário e me pôr à disposição para aquilo que eu puder auxiliar.

Eu queria só esclarecer que nossa empresa funciona há mais de vinte anos. Ela está sediada em Porto Alegre. Temos escritório fora de Porto Alegre também. Contamos com uma representação da Europa, em Madrid, e estamos nessa atividade há mais de vinte anos.

O assunto do Rio de Janeiro, eu gostaria já de enfocá-lo, Senador, se o senhor me permitir, porque foi o fato gerador de tudo isso. Aconteceu da seguinte maneira... Posso continuar? Perfeito.

Aconteceu da seguinte maneira: nós, naquele momento, tínhamos sido procurados, na Europa, por um empresário amigo nosso, Senador, que queria tratar de uma operação, no Brasil, na área veicular e que era dono de uma financeira muito importante lá. E me disse, num determinado momento: – Sérgio, tem aqui um empresário amigo meu, sujeito da maior relevância, que atua na área de cassinos. É um grande empresário na área de cassinos no Leste Europeu. E também atua na área de jogos e entretenimentos na Espanha. E foi a ele oferecida uma oportunidade de negócio no Brasil, basicamente no Rio de Janeiro.

– Bom, Amador, mas qual oportunidade foi oferecida a ele?

E diz ele: – O Rio de Janeiro está com os bingos lá em baixa, o faturamento está pouco e tal e tem lá uma meia dúzia de bingos que querem ser vendidos. Foi um pouco antes, inclusive, do assassinato de um rapaz lá que era dono, se não me engano, do Bingo Arpoador e houve lá um problema qualquer.

Bem, eu estava na Europa. Eu estava casualmente em La Coruña nesse momento, quando ele me fez esse pedido, e eu, então, me botei à disposição. Fui ter com ele. Conversamos e tal. Ele me disse: – Olha, realmente me ofereceram isso; não é uma operação muito grande para o nosso grupo, mas, enfim, pode ser o início nosso no Brasil e eu gostaria de dar uma olhada nisso. Tu podes me fazer a gentileza de dar uma olhada lá? Eu disse pra ele: – Com o maior prazer; deixa ver qual é o cenário e tal.

Eu estava fora do cenário. Qual é o cenário; e fui. Então, voltei ao Brasil.

Como as operações eram no Rio de Janeiro e havia assumido o Governo do Estado há dias, ou alguma coisa assim, a Governadora Benedita da Silva, eu pedi uma audiência. Ela, prontamente, me concedeu a audiência e eu fui visitá-la, como autoridade constituída, para saber, enfim, qual era a opinião dela em relação a um grupo que tinha interesse em comprar não uma casa, nem instalar uma casa nova, mas em, sim, fazer uma operação econômica de relevância para o Estado. Seis ou oito casas. Eu não me lembro qual era o volume das operações. Seis ou oito casas.

Muito bem. Fui procurar a Governadora prontamente, sem entender muito como é que ou não funcionava. Enfim, me disse que não tinha nada contra, achava que poderia ser uma operação interessante. E eu disse: bom, Governadora, tem algumas colocações. Como é que o Governo do Estado está vendo isso do ponto de vista de legislação e como está o problema da concessão? Porque já começava aquele tumulto, se a concessão era estadual ou federal. E eu, então, disse a ela o seguinte...E ela me pediu que eu conversasse com duas pessoas: com esse sujeito que saiu daqui há pouco, LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES, e com o Presidente da Loteria à época que era o Sr. Waldomiro Diniz.

Eu disse, então, que iria fazer a conversa com os dois. E fui conversar...Na verdade, não fui conversar. Ela ligou – se não me engano – ou mandou alguém do gabinete ligar ao Sr. Waldomiro, e pediu a ele que fizesse contato comigo. Ele me ligou e, no dia seguinte, foi ao meu escritório, muito educado, fazer uma visita e disse: – Acho que a operação é absolutamente boa ao Estado que o senhor está propondo, e é alguma coisa do ponto de vista econômico bastante viável.

Depois, ao final, vou dizer qual era a proposta estrutural que eu propunha.

Bom, da minha parte, do ponto de vista operacional, nenhum problema. Quer dizer, enfim, a concessão está dada, a concessão está dada pelo Estado: – tudo bem, passe bem. Até logo. Boa noite. Mas o senhor deve conversar então com o Sr. Luiz Eduardo, porque a parte estrutural é com ele, ele é o coordenador do plano de Governo da Governadora; ela vai tentar a reeleição e ele deverá ser o candidato a Vice-Governador.

Tudo bem.

Aí tentei uma vez, duas vezes. Pedi à secretária da Governadora que ligasse de novo. Enfim, não conseguia falar com ele. E um dia, não sei como foi, me veio a marcação de uma conversa com ele numa hora que eu tinha que viajar, no final de tarde. E eu disse: – Já que o senhor está, o senhor pode me receber agora? Ele disse: – Posso. O senhor vem aqui ao Hotel Marina Palace, no Leblon, e vou lhe aguardar lá embaixo.

Muito bem. Não sei se os senhores conhecem o Marina, mas ele tem um lobby pequenininho, tem duas mesinhas na frente e um sofá na beira de um barzinho. Então, nos sentamos numa mesinha – um tumulto de gente – e conversamos um pouco. Para lhes dizer, acho que não passou de meia hora a conversa. Então, disse a ele: – Olha Luiz Eduardo, a situação é a seguinte. Fui solicitado a fazer um levantamento para ver se era viável aos meus clientes. E, como *adviser***,** eu quero fazer uma avaliação global do cenário para ver se é viável recomendar a operação ou se não é viável recomendar a operação. E queria saber o que tu achas, do ponto de vista estrutural, que se crie alguma coisa semelhante ao que estava se tentando criar em Santa Catarina – acho que até o Senador Leonel Pavan é conhecedor do que acontecia lá.

Em Santa Catarina, naquele momento, se procurava criar uma legislação para os bingos em que não houvesse massificação de casas uma ao lado da outra, ou seja, criar uma viabilidade de que houvesse densidade geográfica e viabilidade econômica do ponto de vista de renda **per capita**, ou seja, para não atingir o problema da Curva de Gauss*. O sujeito coloca 10 casas, daqui a pouco a renda está caindo, ao invés de estar subindo.

Então, levei essa idéia a ele. Ele não disse nem sim, nem não. Não sei se entendeu bem ou não entendeu. Expliquei a ele que eu tinha absoluta segurança que se aquilo fosse feito – e digo isso porque o nosso pessoal já tinha pesquisado anteriormente e tinha informações sobre dados econômicos –, aumentaria extremamente a receita do Estado. Não me lembro nem dos números, mas conversei com ele sobre números teóricos da receita do Estado naquele segmen-

to. E trocamos uma idéia sobre alguma coisa na área da Fazenda e tal, e nem me lembro o que foi. E disse: – Então, está bem, o senhor está ocupado, me deu meia hora. Até logo. Passe bem. Vamos embora.

Peguei meu carro e fui embora para o aeroporto. Isso já fazia duas ou três semanas que eu tinha vindo da Europa. O Governo da Governadora Benedita era um Governo de 7 ou 8 meses – não me lembro bem – era um Governo muito curto. E eu tinha ficado, na semana seguinte, numa posição para o empresário espanhol, quer dizer: – Olha, o cenário é bom, não é bom, vamos adiante ou não vamos adiante. Não tinha a resposta dele, não tinha a resposta de dado nenhum, liguei para o Sr. Waldomiro novamente e falei: não tenho nenhum contato feito com ele, não tenho nenhuma novidade. E recomendei aos meus empresários que tirassem o time de campo, que desistissem da operação e esperassem que o novo Governo se estabelecesse, para ver se continuaria ou não o interesse. Foi isso.

Aí, fui surpreendido, dois anos depois, por uma denúncia dele me chamando de corruptólogo – termo que nunca na vida ouvi – na CPI dos Bingos do Rio de Janeiro. Dali, tentei – houve lá um problema para eu prestar depoimento, porque eu estava fora – prestar depoimento, mas não deu, faltou prazo. Acabei tendo que fazer o depoimento por escrito, porque era a última hora e os Deputados se envolveram em alguns problemas que são conhecidos publicamente. Enfim, não deu. E esse assunto ficou pairando no ar.

Então, quero dizer aos senhores o seguinte: vim aqui hoje com toda vontade de expressar a realidade. Sou um empresário digno. Sou um homem digno. Sou pai de família. Tenho três filhos e os sustento todos com muita dignidade. E aquele assunto me causou uma profunda comoção pessoal e emocional. Digo aos senhores o seguinte. Tenho 52 anos. Corro quatro vezes por semana. Jogo futebol. Esquio. Tenho pressão 12/7. Passei dois meses da minha vida com pressão 14/10 em função daquele episódio. E vou ser sincero com os senhores. Perdi contratos. Deixei de realizar negócios. E hoje estou aqui dando este depoimento aos senhores – e eu até disse ao nobre Presidente hoje pela manhã, quando vim pedir inversão de pauta. Eu estava de férias. Voltei domingo á noite, quando fui informado que eu havia sido convocado para esta CPI. Eu tinha uma reunião hoje com quatro empresários estrangeiros, em um contrato de suma importância para mim. Tentei a inversão de pauta, mas não foi possível e o objetivo era dar condução a este assunto. Estou aqui hoje porque acho importantíssimo que se esclareça e se defina. Deixei aquele assunto para depois. Vou ter que marcar uma nova data, pedindo desculpas aos meus parceiros empresariais. E estou aqui esclarecendo isso e de peito aberto para responder a qualquer pergunta que os senhores tenham. Muito obrigado pela oportunidade, Senador Tuma, Senador Magno Malta, Senador Pavan, Senador Arns. Desejo que qualquer esclarecimento que os senhores queiram fazer, que, por favor, o façam, porque estou aqui para isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Sérgio Canozzi, agradecemos o depoimento de V. Sª e passamos agora a palavra ao nobre Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para fazer as perguntas que desejar. Com a palavra o Sr. Relator, Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio Canozzi, o senhor acabou de fazer menção a esse frustrada tentativa de negócios com o Governo do Rio. O senhor poderia fazer um breve histórico de suas atividades profissionais, enfatizando eventuais ligações ou contrato com a Administração Pública, quer estadual, federal ou municipal?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, evidentemente, eu não posso...Existem alguns contratos em que, por sigilo profissional, não se pode mencionar o cliente. Mas eu lhe diria que posso fazer um histórico bastante grande, dizendo o que nós temos feito ao longo desses últimos dez anos.

Como eu lhes disse, nós somos uma empresa de estruturação financeira. Então, quem nos convoca para uma estruturação financeira ou uma estruturação mercadológica? Nos convoca um grupo ou um cliente que tem interesse num determinado negócio, seja um negócio para ganhar mercado – e aí é uma operação que eu chamo mercadológica –, seja um negócio para estruturar uma operação financeira: alguém que queira vender a divisão de uma empresa ou uma empresa estrangeira que tenha interesse em comprar uma determinada operação nacional.

Então, isso é o que nós temos feito. Quer dizer, via de regra, esse é o dia-a-dia da nossa organização. Ah, eu me esqueci de mencionar, Senador, que temos uma atuação forte também na área imobiliária. Hoje mesmo, no Estado do Senador Pavan, Santa Catarina, nós estamos desenvolvendo um projeto bastante grande, um *resort*, com dois grupos internacionais, na Praia do Sonho, próxima de Florianópolis. Estamos na fase final de aprovações ambientais. Também é uma área em que atuamos. Esse é um projeto que vem vindo há uns três anos.

Relação com o Poder Público. Imagine o Sr. Senador a aprovação de um projeto turístico numa área de preservação ambiental. Toda aprovação passa pelo Poder Público. O senhor discute isso com a fundação estadual do meio ambiente, a fundação municipal do meio ambiente, o IBAMA, o Ministério Público estadu-

al, o Ministério Público federal, a câmara municipal, a câmara de vereadores, em alguns casos até com a assembléia. A vinculação com o Poder Público está implícita. Então, é lógico que, como sabemos que neste País mais da metade da economia ou é do Estado, ou é regulamentada pelo Estado, não há forma de operações deste gênero não passarem, de uma maneira ou outra, por uma conversa com algum órgão estatal ou até com algum órgão legislativo, seja o Senado, a Câmara, uma assembléia estadual, ou uma câmara municipal.

Não sei se esclareci sua pergunta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não esclareceu, não. O senhor foi evasivo. Queremos saber o nome de uma empresa que V.Exª tenha colaborado para atrair para o País. Por exemplo, o nome desse empresário europeu que quis comprar casas de bingo para transformar em cassino. Qual era o nome desse empresário? Ou qual era o nome dessa empresa?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador. Houve um engano. Ele não quis comprar uma casa de bingo para transformar em cassino. Na verdade, ele já tinha uma participação há muito tempo no Bingo Serrador, no Rio de Janeiro, e tentou – estava com intenção – de comprar as outras casas de bingo que mencionei no início do meu depoimento. O grupo chama-se Conar, de La Coruña, na Espanha. É uma empresa de porte. Não sei dizer precisamente, mas acho que eles devem ter mais de 20 cassinos no Leste Europeu. Na Espanha, não, porque lá não operam cassinos; operam outros tipos de jogos eletrônicos. No Brasil, o interesse deles era tanto nesses bingos no Rio de Janeiro, quanto em algumas operações legalizadas de *slot machine*s, que são as máquinas eletrônicas menores. Não sei se...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há mais algum negócio...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Houve vários. Vou dar um exemplo. Quando o Ministro Eliseu Padilha era Ministro e o País tentava privatizar as rodovias federais, trabalhamos com o atual segundo maior grupo do mundo nessa área que é a ACS espanhola, que é do Florentino Peres com o atual Presidente do Real Madrid. A ACS estava interessadíssima em entrar no Brasil e, na verdade, montar consórcios para poder, enfim, entrar nos lotes federais. Há um outro que posso citar, que foi público, tivemos várias audiências e tal...Enfim, é um outro negócio de peso que estamos tentando reeditar agora.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas deu certo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não deu porque, na verdade, naquele momento, se o senhor não se recorda, foram abortadas as licitações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)– Quer dizer que o senhor não tem tido muita sorte...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Olhe, infelizmente, nos projetos maiores, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com relação às casas de bingo, as máquinas caça-níqueis? O senhor tem algum negócio?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum negócio?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem casa de bingo, nem máquinas caça-níqueis?...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, vou lhe dizer: gostaria pra burro de ter, viu? Máquinas caça-níqueis legalizadas é um negócio maravilhoso do ponto de vista econômico. Acontece que, face à legislação vigente, onde acho eu de novo, que só Santa Catarina tem alguma coisa que dá algum amparo ao empresário, é um negócio que não dá para se entrar, como falava hoje pela manhã, quando pedi uma audiência ao senhor e ao Presidente... Acho que se esta Comissão aqui pudesse, num aspecto pró-ativo, propor alguma coisa efetiva no sentido da regularização do jogo neste País – o que se ouve há anos, anos e anos, e nada acontece – seria de extremo bom proveito ao País. Eu próprio, como empresário, como consultor financeiro, em viagens, não converso com donos de cassino ou com donos de *slot machine*, mas converso com grandes empresários, com banqueiros, com donos de hotéis, com grupos de investidores, com gestores de fundos de investimento, e todos têm interesse num mercado como o mercado brasileiro. Trata-se de um mercado que, hoje, não sei exatamente o volume, mas, se não me engano, 8% poderia ser gerado em jogo do PIB, e não é gerado. Aí não gera renda, não gera imposto; aí a subversão ganha. Por que não se tenta fazer desta CPI um foro para propor alguma coisa? Até me proporia a trazer pessoas de fora, se fosse o caso, para trazer sugestões; pessoas aqui dentro extremamente conceituadas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostaria, se fosse possível, que o depoente se ativesse às respostas e não sugerisse nada agora.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Até porque ele não foi convidado para dar aula.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há que se saber qual a comissão que ele cobra para que o Congresso possa entrar nesse negócio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Peço ao senhor que se atenha às respostas.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Desculpe-me, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por falar em impostos, V. Sª responde a vários processos relativos a sonegação fiscal e infrações penais. De que tratam tais processos? Poderia nos fornecer o número dos processos? Há pouco o Senador Tião Viana nos informava que seriam 29.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Segundo a **Folha de S.Paulo On Line**, hoje, agência de Porto Alegre. As informações estão nos Anais, na Ata.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não posso, na verdade, expressar quais são os processos. Mas, em linhas gerais, vou-me referir a eles. Mas faço questão de mandar à Comissão, **a posteriori**, todos eles, com cópia do que são.

A verdade é que respondo a dois processos, que são oriundos de apropriação indébita de INSS, numa das minhas empresas. Foram processos já antigos, estou com eles no STJ discutindo. São processos com débito liquidado, mas, face à legislação, continuo incorrendo no crime. São dois processos que tenho nessa ordem.

Depois, tenho um processo da Receita Federal, que foi uma autuação por distribuição disfarçada de lucro na venda de uma empresa de que eu era acionista. Tem mais, se não me engano... Não me lembro do número, Senador, mas, enfim, são processos da área do INSS, pessoa jurídica, e estou pedindo, na Justiça – há vários requerimentos nesse sentido –, a juntada de todos eles para fazer a liquidação.

São estes os processos que tenho na Justiça hoje: dois por apropriação indébita, que respondo a processo criminal no STJ; um, que é o processo que falei de distribuição disfarçada de lucro; e os outros por contribuição não recolhida do INSS, pessoa jurídica.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Algum por contravenção?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perdão?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Algum por contravenção?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum. Não, Senador, nenhum. São esses que lhe disse agora. Não há outro na área de contravenção.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais são as empresas do senhor?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – São três empresas: a que declarei aqui, que é minha empresa carro-chefe, digamos assim, é a Scaine Negócios e Participações, aquela que atua mais no ramo da consultoria; tem a Gestion Consultoria Empresarial, que faz alguns projetos de estruturação financeira; e a Canozzi Administração e participação, uma *holding* que detém participação em duas propriedades e mais a participação nessas empresas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já contribuiu para algum partido político, para alguma campanha política por meio dessas empresas?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum. Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca contribuiu?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não é filiado a partido político?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, senhor, a nenhum partido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem tem nenhuma ligação com partido político?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esta CPI teve alguma dificuldade em localizá-lo, principalmente devido ao fato de o senhor possuir três CPFs. Por que tantos CPFs?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu não tenho três CPFs. Eu tenho um único CPF. O senhor me desculpe.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, tem três.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Há um equívoco aí. Eu não posso ter... O meu CPF é 17738997087. Eu não tenho outro. Há um equívoco. Eu não tenho três CPFs. Não, não, lhe garanto que não. Se o senhor tiver essa informação...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Esse "negócio" de homônimo está na moda também, não é?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hein?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) **–** Está na moda. Poder ser um homônimo também.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu não posso ter homônimo, Senador. Sabe por quê? Porque meu pai, Ernesto Canozzi, era único e tinha um primo-irmão que tem dois filhos em Porto Alegre – um deles falecido. Somos cinco filhos. Canozzi não pode ter outro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) **–** Então, está.

Pela ordem, Sr. Presidente. Acho que podemos requerer à Receita, agora mesmo, enquanto se dá o depoimento, a identificação desse CPF. Isso é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Assessoria tomará as providências, atendendo à solicitação do Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu disse aqui, no início do meu depoimento, que falei com ele uma única vez, quando ele foi me visitar após eu ter visitado a Governadora.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Somente nessa circunstância. Nunca mais o viu?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nunca mais o vi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois o Sr. Waldomiro Diniz afirmou que V. Sª o convocou para uma reunião em seu escritório, para avisá-lo de que haveria mudanças nos cargos da Loterj. Com base em que entendimentos políticos lhe caberia a indicação ou até o conhecimento da mudança desses cargos?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não. Quando eu estive com a Governadora, ela me pediu para procurá-lo e me disse até que não sabia se ele se manteria na Loterj, mas que eu o procurasse, que ele era o presidente da Loterj. Então, eu o procurei e, no meio da conversa, posso ter trocado essa idéia com ele. Mas não comuniquei a ele que haveria mudança nenhuma. Quem sou eu, quem era eu para comunicar mudança em administração de Loterj? Em absoluto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª só teve conhecimento da possibilidade dessa mudança através da Governadora.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Da possibilidade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Através dessa...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Só.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Só!

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tinha outra informação a respeito disso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhuma. Nenhuma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o Sr. Waldomiro Diniz diria isso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu não sei. Talvez porque, como eu lhe disse, na conversa que tivemos, eu possa ter mencionado a ele, enfim, que não sabia se ele se manteria ou não se manteria, trocado uma idéia com ele sobre isso. Eu, na verdade, não me recordo disso. Não me recordo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor foi lá pedi um beneplácito dele para um empreendimento e já foi levantando dúvida sobre a permanência dele no cargo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Senador, deixe-me explicar. Eu não fui pedir beneplácito nenhum para o empreendimento. Fui levar a ele uma idéia de um cliente e saber dele se, aquilo que tínhamos idéia que acontecesse, ele julgava, como autoridade constituída, que era factível. Eu não fui pedir beneplácito nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A aprovação dele.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – A aprovação dele. O senhor imagina, ele era autoridade, ele era o presidente da loteria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim. É isso que estou perguntando.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Então, eu fui simplesmente ouvi-lo e saber qual a posição dele. Imagine o senhor se o presidente da loteria do Estado chega pra mim e diz: "Isso eu não vou nem olhar". Eu faço a volta, vou embora e aviso aos meus clientes que o assunto não vai prosseguir. Foi só isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Realmente, o presidente da Loterj teria a ver com esse empreendimento?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, repare no seguinte: quem concedia a autorização para os bingos funcionarem no Rio de Janeiro era a Loterj, um órgão do Estado do Rio de Janeiro. Era e é ainda. Então, os bingos que estavam funcionando estavam sob a autorização da Loterj. Como a idéia do meu cliente era comprar algumas operações de bingo autorizadas pela Loterj me cabia, depois de consultar a autoridade maior do Estado, consultar a autoridade operacional, que era o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele citou o seu nome no depoimento que prestou à assembléia. O senhor tomou conhecimento disso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – No depoimento que prestou à Assembléia no Rio de Janeiro?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No dia 2 de janeiro.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Ele citou, dizendo que tinha ido me visitar. Eu tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tomou conhecimento.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Tomei, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª já tinha conhecimento de algum envolvimento dele, Waldomiro Diniz, com casa de jogos, bingos, máquinas caça-níqueis? Veja bem, não é o fato de ele ser Presidente da Loterj. É o envolvimento dele com os jogos, casas de bingos.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum, Senador, nenhum. Eu não conhecia; não tinha a menor noção de quem era, para dizer a verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto a contribuição para campanhas políticas, você também não tinha conhecimento?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca houve acordo entre V. Sª e o Sr. Waldomiro com esse fim?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum. Estou dizendo e repito que só falei com ele naquele dia sobre a matéria que já lhe relatei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois que foi mantido no cargo... V. Sª disse que a Governadora chegou a cogitar da substituição dele. E depois que ele foi mantido no cargo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nunca mais voltei a ele. O senhor sabe por quê? Eu já lhe falei que, do ponto de vista de investidor internacional, o governo era muito curto. Eu tinha visto que, na conversa com ele, não tinha poderes para tomar as providências de que precisávamos do ponto de vista estrutural. Conversei com o outro Luís Eduardo, que não deu retorno, não demonstrou interesse. Então eu simplesmente abortei a operação, avisei aos meus clientes que não julgava que o momento fosse oportuno e que esperássemos o novo Governo para ver se valeria a pena continuar aquele assunto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES, no depoimento que prestou aqui, reafirmou que V. Sª é um corruptólogo. Reiterou isso. Como é que V. Sª vê essa afirmação?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, eu digo o seguinte: ele está respondendo a isso na Justiça. Eu sou devoto de Santa Rita de Cássia, fiz uma ação e propus que aquilo que fosse da condenação seria destinado ao Santuário de Santa Rita do Rio Grande do Sul. Espero que ele seja condenado por essa barbaridade e que o Santuário de Santa Rita seja beneficiado com o que for a sucumbência dessa ação. Não posso dizer mais nada sobre isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª só esteve com ele naquela oportunidade no hotel? Marina?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Só naquela; nunca mais. E espero nunca mais estar também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca mais tratou com ele nenhum negócio?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum negócio, não tive conversa, nem o encontrei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundo ele, V. Sª disse que o esquema montado pelo Waldomiro era ineficiente. Porque o esquema era ineficiente e como poderia ser aprimorado, ele explicou que haveria condições, segundo V. Sª, de passar a caixinha mensal de R$300 mil para R$500 mil.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, eu vou lhe dizer o seguinte: eu sou economista, minha área é de análise econômica e cenário. Ele é um sociólogo, pelo que me consta. Acho que nossas linguagens são completamente diferentes. O que eu fui dizer a ele foi o que eu relatei no início do depoimento e foi claramente o seguinte: a estrutura que se propunha para a preservação das casas existentes, criando uma limitação por região geográfica e por renda **per capita**, permitiria ao Estado aumentar muito a sua arrecadação. Eu não sei qual foi o número; não tenho mais os números comigo. Daí a ele colocar a situação como fez no depoimento, tanto na CPI do Rio, quanto hoje aqui, ele tem que responder em juízo por isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)– Ele disse que V. Sª inclusive teria dito: "Olhe, um milhão fica para mim, dez milhões ficam para a Governadora e cinco milhões ficam para o senhor.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O senhor imagine! Não tenho nem o que dizer sobre isso. É um verdadeiro absurdo!

O SR. RELATOR RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se falou em número nessa conversa?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu estou lhe dizendo, Senador, o número foi o número da estrutura do negócio, quer dizer o seguinte: há X casas de bingo estabelecidas em determinado lugar. A proliferação dessas casas vai trazer o quê? Vai trazer prejuízo, teoricamente, porque elas vão se digladiar. Então, o que havia sido feito era uma inferência estatística no sentido de provar que se a gente conseguisse fazer um estudo que diminuísse a proliferação e fizesse com que essas casas fossem regionalmente distribuídas, iria aumentar a receita do Estado. Foi essa a conversa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª, inclusive, teria proposto a ele o seguinte: haveria um esquema para arrecadação de recursos públicos no setor de obras, outro no setor de tributação...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Tributação? Eu nunca tive assunto nenhum de obra no Rio de Janeiro. Eu nunca tive assunto nenhum com tributação. Não sou advogado tributarista, não sou cobrador de dívida tributária. Deus me perdoe, o que estou discutindo são processos de cobrança contra mim. Então, não tenho a menor noção de onde surgiu isso. Acho que deve ser de uma pessoa que está de mal com o mundo, querendo atirar para todo lado. Enfim, não vejo outra razão para isso. Aliás, isso eu questiono ele na Justiça. Questiono ele na Justiça sobre isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor está disposto a uma acareação com ele?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Se o senhor julgar necessário, não tenho nenhum problema.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque ele acabou de dizer isso aqui, duas horas atrás.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Se o senhor julgar necessário, nenhum problema.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se o senhor não fechou o negócio com Luiz Eduardo, fechou com Waldomiro? Não? O negócio não deu certo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu disse há pouco, quer dizer, o negócio que eu postulava era a possibilidade de informar aos meus clientes se valia a pena ou não comprarem aquelas operações do Rio de Janeiro. A minha informação foi a seguinte: saiam fora. Não é o momento. Foi só isso. Não ocorreu mais nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)– Não houve nenhum desdobramento?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não houve nenhum desdobramento. Inclusive lhe digo mais: o normal, quando um empresário desses contrata nossa empresa, é assinar um contato de honorário e tal. Nem isso eu fiz porque eu estava na Europa, voltei ao Brasil, fiz isso do ponto de vista preliminar para ver se valia a pena, antes de voltar, qualquer coisa. Não se prosseguiu em nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem esse, nem nenhum outro negócio com o Governo do Rio de Janeiro?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum outro negócio com o Governo do Rio de Janeiro. Não tenho absolutamente nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor, em matéria de negócio com o Governo, com o Rio não teve nenhum negócio produtivo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum negócio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem com nenhum outro Governo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, senhor. Absolutamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor traz essas empresas privadas e não acertam nada com o Governo, nem coisa nenhuma?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. O senhor quer ver uma coisa? Quer dizer...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Geralmente recebem algum incentivo, há alguma tratativa...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Aí é que está. Na verdade, nos últimos anos, as tratativas foram, no Ceará, com uma empresa aérea, que acabou não saindo. Havia interesse de uma empresa metalúrgica em comprar uma operação no Brasil. Também não saiu, porque o cenário econômico mudou. Foi isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem sócio na sua empresa, nas suas empresas?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nas minhas empresas, tenho um filho meu e a minha mulher numa delas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o grupo Conar, que o senhor citou ainda há pouco – esse grupo que o procurou é um grupo europeu –, para estudar a compra de bingos, continua interessado em negócio no Brasil?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, nenhum interesse. Nenhum interesse. Eu lhe digo o seguinte: logo depois dessa tentativa, o cenário piorou muito com essa indefinição de como ia prosseguir o plano da legislação e eles resolveram sair definitivamente. Eu nunca mais tive também nenhum contato com eleS.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes desse contato com a Governadora Benedita, V. Sª já conhecia a Governadora? Antes desse contato em torno do interesse desse grupo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Do Rio de Janeiro? Não, eu a conhecia. Eu já tinha estado com ela algumas vezes, no Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas tinha algum acesso à intimidade...?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, nenhum, nenhum, nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E obter essa confidência a respeito de Secretários?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, eu lhe digo o seguinte: eu tinha estado com ela duas ou três vezes. Acho até que numa ocasião numa... Onde foi? Estou tentando me lembrar, mas não me lembro. Eu tinha

estado com ela duas ou três vezes. Uma vez eu encontrei no Palácio, quando fui visitar um Secretário. Outra vez... Não consigo me lembrar. Mas tinha estado com ela aqui no Senado, se não me engano. Mas eu não tinha nenhuma intimidade do ponto de vista de saber coisas do Estado. Quero dizer isso, Senador.

Acho que essa história desse assunto foi uma coisa muito *en passant.* Não sei se o senhor está entendendo. Quer dizer, vou procurar a autoridade até no sentido de... "Olha, não sei bem como encaminhar esse assunto", porque também não é uma matéria da área dela. "Olha, visite o fulano, mas não sei bem como é que vai ficar a área", porque ela tinha assumido há dias o Governo do Estado. Foi um governo de transição. Não sei se o senhor se recorda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor desistiu e depois não procurou nem dar notícia.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, eu saí fora. Se ela já tinha encarregado as pessoas de cuidar do assunto e as pessoas não me voltavam com informações coerentes, não tinha por que dar continuidade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Marcelo Sereno?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não tenho nem idéia de quem seja. Aliás, sei, sei. Foi um assessor do Ministro José Dirceu, mas eu não tenho idéia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca manteve nenhum contato com ele?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Contato, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Deputado José Dirceu?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Para lhe dizer a verdade, eu o encontrei uma vez. Conversei com ele uma vez e nunca mais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não tenho nem idéia. Sei quem é, está no noticiário, mas nunca o vi. Não tenho nenhuma relação com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E os irmãos Ortiz?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não tenho idéia de quem sejam.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca os encontrou?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nunca os encontrei e nem sei quem são.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E José Renato Granado?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Tampouco sei quem é.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E Olavo Sales?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não sei quem é também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não conhece o Olavo Sales?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não conheço. Olavo Sales? Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca tratou com ele sobre bingos? Ele é Presidente da Associação Estadual de Bingos.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Do Rio de Janeiro?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Rio de Janeiro.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nunca tratei com ele. Nunca tratei porque nessa ocasião eu já...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aliás, o José Renato Granado é que é o Presidente da Associação Estadual. O Olavo é da Associação Nacional.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nunca tratei com nenhum deles porque eu, como estou dizendo, jamais tratei com a área de bingos no Brasil. Eu simplesmente fui fazer o levantamento de um cenário econômico para um cliente externo. Eu não tratei com ninguém da área.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor nunca tratou com o Sr. Olavo Sales?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a legalização das casas de bingo ou de máquinas caça-níqueis, V. Sª já disse a sua opinião, no início do...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, eu disse o seguinte, Senador: o Senador Tuma havia pedido para suspender a...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque é só a opinião. Na verdade, não é uma sugestão.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Certo. Minha opinião é a seguinte: eu acho que o jogo é uma realidade. Acho que o Brasil perde dinheiro em não regulamentar. Aliás, existem propostas, nesta Casa, para que a regulamentação seja feita. O que eu acho é que não há razão para o Brasil não se beneficiar desse segmento econômico. Só isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Olha, o senhor vai me permitir, mas, afinal de contas, qual o setor de negócios, de atividade econômica que V. Sª poderia apresentar como tendo sido alvo das atividades das suas empresas, algum negó-

cio coroado de êxito de que V. Sª pudesse se mostrar orgulhoso desse empreendimento? Porque até agora o senhor tem falado só de empreendimentos que não se concretizaram.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não. Vou lhe dizer que eu incorporei, durante muitos anos, a Canozzi Administração e Participações, uma outra subsidiária nossa, foi incorporadora até muitos anos atrás, né? Incorporei. A partir daí, estou desenvolvendo com bastante sucesso esse empreendimento de que lhe falei, em Santa Catarina, que é um *resort,* que nós pretendemos tê-lo...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Empreendimento o quê?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É um *resort*, na praia dos Sonhos, frente para Naufragados. São oitenta hectares no limite do parque da Serra do Tabuleiro, Senador. E ali nós estamos trabalhando um campo de golfe.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)– Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Exª, meu caro Relator, Senador Garibaldi Alves.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Sérgio, eu ouvi parte do seu depoimento e parte das inquirições do Relator, porque tive que me ausentar um pouco para ir à Comissão Mista do Orçamento. Mas, do que ouvi, fiquei realmente muito intrigado, quis saber por que V. Sª está aqui. Porque parece que não tem nada a ver. Então, eu gostaria de fazer pouquíssimas perguntas. Primeiro, para ficar claro para mim, não sei se V. Sª já disse na minha ausência: em que ramo realmente V. Sª atuava na época desse evento, com o Dr. Eduardo, e em que o senhor atua atualmente também, para eu poder me situar nas outras perguntas.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perfeito. Só para lhe explicar, nossa empresa faz basicamente... nós temos três vetores de negócios. Um vetor é a área imobiliária, desenvolvimento imobiliário, de que acabei de falar aqui enquanto o senhor já estava. A outra área é a de estruturação financeira e a outra é desenvolvimento mercadológico. Desenvolvimento mercadológico significa o senhor comprar e vender operações, o senhor desenvolver projetos ou produtos. Então, esse é um segmento em que nós atuamos. E o outro segmento é o de operações financeiras estruturadas. Quer dizer o seguinte: o senhor estrutura uma operação para uma determinada empresa, por exemplo, comprar uma outra empresa, ou o senhor estrutura uma operação para um sócio entrar de sócio num empreendimento imobiliário.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – A sede de sua empresa é onde?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Minha empresa, a sede é em Porto Alegre.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – E V. Sª foi ao Rio de janeiro a pedido desse cliente externo. Quem é esse cliente externo que queria fazer aquisição?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Chama-se o Grupo Conar*. Eu já relatei ao Senador Garibaldi Alves. É um grupo de La Coruña, na Espanha.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, quer dizer que o encontro de V. Sª com a Governadora, com o Sr...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Waldomiro?

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eduardo, foi por causa desse evento?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Foi exclusivamente por isso.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – E o senhor não teve nenhum outro negócio mais no Rio de Janeiro?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum outro assunto.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Em nenhum lugar sobre questão de bingos ou Conex*?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, absolutamente... não, tive, tive, tive. Ainda pelo Grupo Conar, em Santa Catarina, quando a Codesc, que é a companhia que regulamentava – não sei se hoje ainda regulamenta o jogo lá, mas que, aliás, tem uma brilhante regulamentação sobre esse assunto. Fui procurar ver se havia espaço lá na Codesc para que esse próprio Grupo Conar pudesse entrar com algumas máquinas *Spot,* que são as *Slot Machines*, aquelas máquinas que o senhor coloca em pequenos estabelecimentos. Então, tentei lá ver se essa operação era factível. Mas foi na mesma época. E, como também havia um final de governo, decidiu-se que o cenário não era bom em momento nenhum também para aquilo lá, e aí se afastou da operação.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – V. Sª também disse que teve um contato com o ex-Ministro José Dirceu, que conversou uma vez com ele. Conversou sobre o quê?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Foi.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – E conversou sobre o quê? Sobre essa questão?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Conversei sobre... não, eu o cumprimentei. Eu vou até lhe dizer onde é

que foi, agora me lembrei. Foi no aniversário da Governadora Benedita da Silva, no Rio de janeiro.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, V. S ª não conversou, apenas o cumprimentou?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, eu o cumprimentei. Exatamente. Foi isso. Exatamente isso.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Não sei se já foi perguntado, mas, com o Sr. Marcelo Sereno, teve algum contato?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nem o conheço, Senador.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, eu não tenho mais perguntas, Sr. Presidente, e gostaria até de lhe dizer aqui que também partilho – não sei se foi bem claro o que ouvi do Relator – que acho que seria muito importante fazer uma acareação, porque são dois depoimentos completamente diversos de pessoas que estiveram envolvidas, no bom sentido ou não, num evento que queremos apurar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti. No final, após as perguntas dos Srs. Senadores, decidiremos quanto à acareação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Sr. convidado, estamos diante de um impasse bastante grande, porque as afirmações feitas aqui pelo Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares são objetivas, peremptórias, claras. Isso já foi repetido por todos. E S. Sª está disposto inclusive a acareação. Acho que não temos outra solução a não ser a acareação, que será requerida, me parece, pelo Relator. Se o Relator não requerer, nós requeremos essa acareação.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para colaborar com o meu companheiro aqui. Posso falar pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando o Senador Juvêncio concluir concederei a palavra a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Está dentro do assunto, só para ele não perder, aproveitando que o Luiz Eduardo está na Casa, está em Brasília, para que formalizássemos a reconvocação dele – aliás, ele ficou à disposição – e fizéssemos essa acareação hoje para não perdermos tempo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Se é possível, não vejo por que não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero ouvir V. Exªs.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu também gostaria de um aparte, Senador Juvêncio, para sugerir que seja ouvida... O Dr. Luiz mencionou o fato de que ele se fez acompanhar de uma secretária. Ela ficou no *hall* do hotel enquanto os dois conversavam. Ela pode testemunhar isso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Geraldo, eu entendo da seguinte maneira: o fato de ter ido ao hotel e conversado não é controverso. Não há necessidade de esclarecimento se foi ou se deixou de ir. O importante é o conteúdo da conversa.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu queria só fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode se pronunciar.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu queria só pedir uma gentileza. Eu estou com um problema profissional, como já lhe disse pela manhã, de extrema importância para mim hoje. Eu gostaria, se fosse possível, que marcássemos isso para outro dia, porque estou fazendo o possível para conseguir sair de Brasília hoje ainda. Então eu queria pedir essa gentileza, ainda que os senhores marquem, mas estou à disposição. Só que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós decidiremos isso no final do depoimento. Vamos ouvir todos e, no final, faremos... Apenas solicitaríamos da assessoria que fizesse um contato com o Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares. Conseguindo esse contato, preciso conversar com o Sr. Luiz Eduardo. Eu, o Relator ou qualquer um dos membros.

Com a palavra ainda o Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, estou satisfeito. Acho que a acareação é o final de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Vamos substituir o Senador Romeu Tuma, que deu uma pequena saída. Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Sérgio, eu também acredito que essa acareação... Todos temos que ser breves, porque acho extremamente interessante aproveitarmos o Dr. Luiz Eduardo. E é até muito importante para o senhor, porque é um fórum. O senhor disse que ele usou um termo que o senhor nem conhecia, chamou-o de "corruptólogo" e tal. Para que essa coisa se esclareça nesse fórum que neste momento é o fórum adequado e para que essa coisa fique clara, até porque o senhor acabou de dizer que passou dois meses sofrendo, angustiado com isso, e não teve oportunidade também de falar na CPI do Rio

por causa de um problema, como o senhor disse. Eles alegam que não conseguiram encontrar o senhor, mas o senhor disse que...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Recebi várias convocações.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Tudo bem. Eu acho que, ganhando tempo, podemos fazer isso hoje. Todos saem ganhando e dá tempo de o senhor sair de Brasília hoje ainda.

Por que o senhor acha que as pessoas o chamam de empresário do jogo do bicho, já que o senhor não é?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, acho que ninguém me chama de empresário do jogo do bicho. O que acontece é que houve essa colocação no Rio de Janeiro e, evidentemente, quando a esta CPI chegaram as informações que me levaram a ser convocado, usaram esse nome. Não tenho nada a ver com o jogo do bicho, não tenho nada a ver com contravenção; todos os meus assuntos são absolutamente lícitos. Não tenho nada a ver com isso, nada a ver com isso.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Com quem mais, do Governo do Rio, o senhor conversou, além de Luiz Eduardo e Waldomiro Diniz?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Ninguém mais, só com a Governadora.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Esteve com ela?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Estive.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Conversou com ela?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Antes de ir a eles, pedi uma audiência a ela, como Governadora. Eu disse aqui que, quando voltei dessa...

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sabe quanto tempo durou a audiência?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Foi rápida, foi uma audiência breve; não me lembro quanto tempo durou, mas foi uma audiência breve. Expus o motivo, "Ah, acho que é razoável e tal".

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – O assunto foram os bingos, não é?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Foi sim, senhor.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Que estavam fracos os bingos no Rio, então os seus amigos... Quem são esses seus amigos da Espanha?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não é que estavam fracos, Sr. Presidente. As casas já apresentavam decréscimo de arrecadação. E eu não sei por que cargas d'água – porque não entrei nessa negociação – eles, quando me falaram do interesse em vir, já estavam negociando...

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Certo. Até aí, ouvi. Apenas para sermos rápidos e objetivos: quem são esses amigos da Espanha?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O grupo?

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não são nem amigos, chama-se Conar.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem é o diretor do Conar?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O presidente, eu não me lembro o nome dele, é Pepe alguma coisa. Não consigo me lembrar do nome dele. Posso dar depois...

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Se lembra do nome de outro?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, só ele. Só conversei com o presidente do grupo.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor estava fazendo negócio com um grupo da Espanha e não sabia o nome dos caras?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, vou lhe explicar. Na verdade, eu conversei com ele lá na Espanha, e, na semana seguinte, ele mandou um diretor aqui ao Brasil para prestar algumas informações para nós, e só. Do diretor não me lembro o nome, realmente não me lembro.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – A Governadora Benedita questionou em que área o senhor era empresário?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, que eu me lembre, não.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor conhece os irmãos Ortiz?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não tenho nem idéia de quem sejam, Sr. Senador.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Os irmãos Ortiz?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não tenho nem idéia de quem sejam.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não conhece?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não.

O SR. **MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pessoas tão conhecidas nesse universo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Mas já tentei explicar que não sou desse ramo, não conheço...

Senador, só para que fique bem claro: eu tive três passagens no assunto lotérico. A primeira foi no Rio Grande do Sul, quando o meu Grêmio Futebol Porto-Alegrense tinha caído a primeira vez, e nós achamos uma solução de fazer uma "raspadinha" e conseguimos lançar essa "raspadinha" – o Senador deve se lembrar – com o maior sucesso no Rio Grande do Sul. Isso con-

seguiu com que as finanças se equilibrassem, e, no final do ano, o Grêmio voltou à primeira divisão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu só sou gremista, mas não me recordo disso, não.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não se recorda?

Bom, essa foi uma ocasião. A outra foi essa, em função do grupo Conar, em duas conversas, como eu disse: uma, no Rio de Janeiro, essa que o senhor me questionou; outra, numa visita a Santa Catarina, para as máquinas. Nenhuma outra conversa tive nesse sentido.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quanto a esse processo de 9 de maio de 2001, que condenou o senhor a três anos e nove meses de reclusão, o senhor está prestando serviços ainda?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Esse processo é o seguinte: ele está **sub judice** no STJ, e a decisão que houve foi a de que eu não prestaria serviço até a condenação, até a decisão final. E a decisão final ainda não veio.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor vive de quê?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu vivo dos meus contratos, dos ativos que eu tenho.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, espera aí. Dos contratos de que o senhor falou até agora, o senhor não fechou contrato de nenhum.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor não fechou nenhum negócio.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, as minhas declarações estão à disposição, as minhas declarações de renda estão à disposição.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sim, estou apenas perguntando; o meu papel é perguntar, e do senhor, responder.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perfeito. Eu vivo... eu tenho contratos da minha empresa; claro que eu tenho contratos. Eu tenho contratos...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Com...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, nada a ver com essa área...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu sei, só estou perguntando.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu tenho contratos de estruturação financeira...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Com quem?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Com empresas clientes minhas.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Qual a empresa?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu tenho que citar? Eu gostaria de não citar, porque, se eu citar nome de cliente meu que não estou autorizado...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas se o negócio do senhor é legal, qual o problema? É ilegal?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, senhor. É absolutamente legal.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, quais são as empresas?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu tenho contrato, por exemplo, com o Banco de Idéias de São Paulo, que é uma empresa que estrutura projetos, com quem nós trabalhamos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas isso rende quanto por mês para o Senhor?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Bom, eu lhe diria que hoje, Senador, a minha renda mensal é da ordem de R$20 mil.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Que vem de?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Desses contratos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Como é esse tipo de contrato com o Banco de Idéias? Não tenho idéia de como é, por isso estou perguntando.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Isto é o seguinte: são projetos que o senhor monta, busca parcerias e vai fazer lançamentos. É um projeto mercadológico. O senhor está entendendo?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E quem paga o senhor é o Banco de Idéias?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nesse caso?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sim.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nesse caso, ou o Banco de Idéias ou um cliente paga ao Banco de Idéias...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ou o banco de idéias, não. O senhor falou que o contrato é com o Banco de Idéias.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Com o Banco de Idéias, com certeza, eu tenho um contrato.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E quanto, por mês, o banco deposita? Não é um rendimento mensal? Estou perguntando.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Deixe eu lhe dizer o seguinte: o meu rendimento mensal hoje, de tudo que eu tenho, entre o Banco de Idéias e um contrato hoje com a BCM Engenharia, é alguma coisa entre R$18 mil a R$20 mil.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A BCM Engenharia é do senhor?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É no Rio de Janeiro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É do senhor?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, senhor; não é minha, não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A BCM é de quem?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – A BCM Engenharia é do Sr. Márcio Martins, do Rio de Janeiro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É de quem mesmo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Do Sr. Márcio Martins...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quais são os termos do contrato? O contrato com a BCM Engenharia é para quê?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Com a BCM Engenharia, é um contrato que ela está fazendo dentro do projeto imobiliário de Santa Catarina e que ela vai assumir participação, quer dizer, já assumiu participação acionária no projeto.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Esse projeto em Santa Catarina, esse *resort* é apenas turístico? Vai haver jogo dentro?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, eu não...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Estou perguntando. Calma. Não precisa se ofender. Perguntar não ofende.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Deixa eu lhe explicar. O projeto prevê um campo de golfe de nove buracos; prevê 80...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Buraco no chão?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É isso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Porque existe jogo de buraco, essas coisas.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Sr. Senador, é jogo de golfe. É golfe.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Está bem.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Prevê um *resort*, um hotel, uma marina náutica e prevê... eu não consigo e posso estar lhe dizendo errado, mas acho que são 40 lotes unifamiliares e mais 70 ou 80 lotes multifamiliares. É isso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor pode mandar para esta CPI o contrato que o senhor tem com essa empresa do Rio?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Posso, claro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O contrato com o Banco de Idéias?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Posso, posso, posso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E esses contratos vão comprovar esses rendimentos do senhor?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Posso. Com certeza.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor vai mandar?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Vou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Está bom, Sr. Presidente.

Não gastei todo o meu tempo e vou esperar por essa acareação que acho extremamente importante, para o senhor principalmente, Dr. Sérgio. Diante do que o Dr. Luiz Eduardo disse, eu acho que o senhor deve ser o mais interessado nessa acareação, para colocar essa história a limpo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns por 15 minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu também não tenho muitas perguntas a fazer.

Gostaria apenas de perguntar, Dr. Sérgio, se o senhor mora em Porto Alegre mesmo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Moro em Porto Alegre.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a presença do senhor no Rio de Janeiro é apenas em função...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – De negócios, eventual, exatamente. Até porque esse meu parceiro que eu acabei de falar na operação de Santa Catarina é de uma empresa do Rio de Janeiro, a BCM Engenharia, e esse é o projeto no qual estamos principalmente focados hoje.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor vai ao Rio de Janeiro, basicamente, em função desse contrato...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Desse projeto com a BCM Engenharia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...com a empresa de engenharia.

Já houve época em sua trajetória profissional em que os negócios estiveram melhores do que atualmente, do ponto de vista financeiro?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Ah! Houve.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em que época?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Houve... Uns oito anos atrás. De oito a dez anos atrás estiveram bastante melhores do que hoje. Hoje eu, basicamente, estou focado, os meus negócios, em cima desse empreendimento imobiliário que, para mim, é o meu grande ativo; é o que, no fundo, vai restabelecer a minha situação patrimonial, enfim...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso lhe rendia quanto, oito anos atrás, mensalmente?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, eu não consigo lhe dizer isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O dobro?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Talvez até mais. Eu não sei lhe dizer. E sou sincero que não sei lhe dizer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nessa época, quais foram outras empresas com as quais o senhor manteve relacionamento nessa área mercadológica, financeira?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Primeiro que, naquela época, nós ainda incorporávamos bastante no Sul. Ali havia operações de imobiliárias, no seu dia-a-dia, com giro maior, com resultados e margens melhores naquela época.

Depois, tivemos um projeto grande, se não me engano, na área pesqueira, que tentamos fazer uma exportação – tentamos não – e conseguimos montar um consórcio. Mas, na hora, não saiu, porque houve a quebra do Brasil com a crise asiática, e não se conseguiu fazer. Então, foi uma operação que também nos rendeu uma remuneração bastante grande, porque ela era bancada pelo consórcio que estava dentro.

Mas havia outros negócios que eu, sinceramente, não me lembro agora. Mas foi uma época bem melhor, para lhe ser sincero.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Essa área, em Santa Catarina, o senhor adquiriu quando?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Na verdade, essa área de Santa Catarina é uma sociedade em conta de participação. Ela é uma área de três pessoas jurídicas, em que temos uma conta de participação pela gestão do projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então não é seu...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não é propriedade imobiliária.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – São quatro proprietários...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – São três proprietários imobiliários, e nós somos o gestor do projeto numa sociedade de conta participação

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E quem são os proprietários?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Bom, eu não sei se o senhor conheceu o Marco Nicola, que é de Caxias do Sul. Um é a Nicola Participações e Administração; outro, se não me engano, chama-se Josapar... não, chama-se Josaphar; e o terceiro não me recordo a razão social, mas tem nome alemão e não consigo me lembrar. São três pessoas jurídicas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a sua participação no caso...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É uma sociedade em conta de participação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E isso significa o quê?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Um contrato de gestão e de operação da aprovação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas, financeiramente, significa um percentual, um valor...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Financeiramente significa um percentual. Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De quanto?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – De 25% do volume total do empreendimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Vinte e cinco por cento. E essa questão da s*lot machines* lá em Santa Catarina, dos caça-níqueis, não evoluiu também essa discussão?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador. Nós abandonamos isso na mesma época, conforme respondi ao Senador Garibaldi. Abandonamos na mesma época, porque eram dois segmentos que eles tinham interesse: esse dos bingos e o outro era o das máquinas. Como o tempo de governo que restava era muito pequeno e houve uma falta de interesse, no Rio de Janeiro, de levar adiante, eu recomendei que abandonássemos a operação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sei. E contratos com o Poder Público nunca foram feitos?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Nenhum.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nem Municípios, nem Estados, nem Governo Federal?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Absolutamente nada.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Como é que o senhor estava no aniversário da Benedita da Silva?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Vou lhe explicar o porquê. Como eu falei, duas ou três vezes havia estado com ela, eu tinha uma relação, havia feito uma visita a ela no início do governo. Então, a mim foi feito um convite, dizendo que a Governadora faria uma festa. Eu lá estive, fiz-lhe uma visita, cumprimentei-a. Enfim, devo ter ficado pouco tempo; fui-me embora, e foi aí que eu inclusive disse que cumprimentei o então candidato Zé – acho que não era nem deputado... não, acho que na época já era deputado eleito. Exatamente. E foi lá que o cumprimentei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi mais para o final do ano. E V. Sª se encontrou com o Dr. Soares nessa festa também?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não se encontrou?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Apesar de ele fazer parte...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não o vi lá inclusive. Eu fui lá rapidamente. Fui à festa para somente cumprir a formalidade do cumprimento e me retirei, não tinha intimidade com ninguém que ali estava. Fui realizar o ritual do cumprimento à Governadora.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em relação àquilo que o Dr. Soares falou, o senhor nega peremptoriamente tudo aquilo que foi afirmado por ele?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – A única coisa que eu confirmo é que estive com ele, que conversei sobre o assunto da estruturação do negócio na área de bingo, de loteria, no sentido de incrementar a receita, mas, jamais diante das alegações dele. Em hipótese alguma.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De minha parte, Sr. Relator, só gostaria de ter as informações sistematizadas, em termos da questão do patrimônio, da receita...

Sobre esse relacionamento todo, o senhor relatou que mandaria os contratos com as empresas...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perfeitamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Teríamos um histórico, não só o atual mas, também, a evolução do patrimônio. Acredito que tudo isso daria subsídio para termos documentalmente comprovadas todas as afirmações também. Agradeço.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu me disponho, Senador,

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos aguardar as informações o mais breve possível.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sem dúvida nenhuma, eu prometo que até a semana que vem lhe faço tudo chegar às mãos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Satisfeito, Senador Flávio Arns? Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, mesmo contando o meu tempo, eu queria pedir licença a V. Exª para, primeiro, agradecer aos delegados que tentaram localizá-lo, como o Dr. Roberto, do Rio; o Dr. Rodney, de São Paulo; a Drª Mara, que trabalhou 10 anos comigo, como chefe do Setor de Inteligência, hoje superintendente em Santa Catarina; o Rodrigo e o Valdemar, do Rio Grande do Sul.

Queria pedir permissão a V. Exª, porque o Delegado Daniel Justo Madruga disse que, por várias vezes, tem tentado intimar o Sr. Sérgio para prestar depoimento. Se V. Exª me permitisse, eu entregaria, agora, ele me enviou a intimação por *fax* por não ter conseguido localizá-lo. Se o senhor aceitar...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, gostaria de lhe prestar um esclarecimento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho conveniente para não caracterizar um fuga, porque ele aqui intima para que V. Exª, no dia 5 de agosto, preste esclarecimento...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Queria fazer um esclarecimento, Senador, sobre isso, se o senhor me permitir...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não precisa me explicar...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Mas é importante, por favor,...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aqui está a cópia para V. Exª assinar...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Vou aceitar...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está aqui para assinar e remeter de volta ao delegado. Não há problema, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, de forma alguma.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu queria esclarecer sobre isso aqui, Senador. O meu advogado, em Porto Alegre, como eu viajo muito – a corrida atrás da vida está dura, realmente viajo muito –, tem autorização para aceitar citação minha, o Dr. Alexandre Junqueira, a quem a Comissão intimou na última quinta-feira, quando eu estava fora. Esta intimação me foi feita por duas vezes, eu pedi para ser transferida e estava marcada para hoje. Eu iria hoje, lá. Não fui porque evidentemente fui atender a esta Comissão; eu estava pedindo, até, uma transferência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, está transferido, oficialmente, com testemunho público em geral, para sexta-feira, dia 5. Depois, o secretário encaminhará ao delegado a contraprova, e V. Sª fica com a cópia.

Meu Relator, não sei se caberia voltar a perguntar, porque eu achei interessante porque ele disse que foi procurado na Europa para um trabalho veicular – foi isso mesmo o que eu entendi?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Vou repetir esse assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois, uma área de jogos e cassinos. Mas, preliminarmente, o senhor não falou... Se não, pode esquecer que não é problema. Apenas eu queria me situar, porque ainda não disse qual é a empresa...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu disse, sim, senhor. É o grupo Conar, espanhol.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Grupo Conar. Sabe por que, Relator?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele não disse o nome do presidente, não se lembrou.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu não me lembro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pelo seguinte. Até agora, pelo que se sabe, máquinas de bingo e máquinas de recolhimento de dinheiro, maquininha, são de um grupo espanhol chamado máfia espanhola, que coordena toda essa situação de venda de máquinas. Ele diz aqui que é a família Ortiz e outros; mas eu sei que a polícia sempre investigou a origem, que é da máfia espanhola.

Então, como o senhor teve contato com esse grupo na Europa? Por intermédio de quem? Como foi o primeiro contato? Qual foi a razão desse contato?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Foi o seguinte, Senador: naquela época se discutia no Brasil a instalação da inspeção veicular. O senhor se recorda?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor falou em veicular.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Pois é, por isso estou lhe reportando, para ficar bem claro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu ouvi bem.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Por interpostos amigos, fui apresentado ao presidente, à época, da maior empresa espanhola do setor. Chama-se Supervisión e Control, Sr. Amador de Castro.

O Sr. Amador veio ao Brasil, conversamos, e ele me convidou para visitar as instalações dele lá. Então, fui visitar as instalações dele na Europa, mais precisamente em La Coruña.

Lá chegando, disse-me ele: "Olha, tem aqui um amigo meu, que tem um negócio grande nessa outra área, que está pensando em fazer um negócio no Brasil. Tu não gostaria de conversar com eles? Vamos aproveitar o tempo. Quem sabe eu te apresento" – foi assim a reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É outro grupo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É outro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem o veicular e tem o cassino...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sim, são dois assuntos: o veicular é a Supervisión e Control, que é uma empresa exclusivamente do veicular...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se o Relator ou alguém já perguntou, o senhor não precisa me responder, porque depois eu leio...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, por favor, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aqui o senhor falou sobre um assassinato, de Domingo Arpoador.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dono do Bingo Arpoador?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por que o senhor citou um assassinato no meio da história sobre o problema de bingos?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Porque aquilo me... No momento em que eu estava vendo esse assunto, aquilo me...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem relação entre o bingo e o assassinato?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não com o senhor; eu digo sobre ele.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não. Aquilo foi o seguinte: foi um assunto que chocou, porque eu soube que a pessoa que vinha tratando com eles, com o grupo – não comigo, porque eu já disse aqui que eu nunca tive nenhuma tratativa....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O grupo espanhol?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sim, o grupo espanhol. Que eu jamais tinha tido qualquer tratativa com os parceiros locais. Nenhuma. Eles é que tinham negociado, ao longo de não sei quanto tempo; e, quando cheguei na Europa, quando fui ter a conversa, eles já tinham tido a conversa. Simplesmente me disseram o seguinte: "Estamos com a possibilidade de comprar essas operações e queremos saber se vocês, como *advisers*, nos recomendam comprar ou não comprar". Foi só isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o assassinato só...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Ocorreu no momento ali, ou um pouco antes, e eles me chamaram a atenção para isso. Quer dizer, aquela era uma das casas, sei lá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Provavelmente tenha razão de briga de jogo, qualquer coisa assim.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não sei, não tenho nenhuma idéia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não foi apurado, o senhor não tem conhecimento?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não tenho nenhuma idéia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nem o nome do morto?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não tenho nenhuma idéia. Sei que era o dono de uma das casas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Lá do Arpoador?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Bingo Arpoador. Exatamente isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Magno Malta disse que já está pedindo o inquérito do Rio de Janeiro, Sr. Presidente.

O senhor disse que havia muitos bingos à venda; em que época começaram? Foi em razão da proibição da medida provisória do Presidente Lula?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Aí eu não sei dizer, Senador. Juro que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na época, quando o Presidente Lula mandou o programa de Governo do ano retrasado – eu estava na 1ª Secretaria, hoje, para nosso orgulho, ocupada pelo Senador Efraim –, em cuja exposição ele dizia da regulamentação do jogo do bingo, da importância que representava para o Estado. Com o estouro do caso Waldomiro Diniz, o Presidente da República baixou uma medida provisória, proibindo o jogo. Eu tenho até aqui os dados dela, a legislação sobre bingos. Foi em 2002, não é, Senador? Foi em 2004.

Mas o que estou perguntando é o seguinte: o senhor disse que não entende nada de jogo; mas o senhor tem muitas relações com todas essas pessoas que participavam de jogo: o Waldomiro, depois a Benedita, depois da exposição do ex-secretário-geral de Segurança Pública, que antecedeu o senhor, o Luiz Eduardo Bento de Melo Soares. Não é isso? O que o senhor acha do funcionamento dos bingos com mandado de segurança? Eles não estão pagando mais impostos nem contribuindo para os fins a que se destinavam antes.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, eu não tenho nenhuma idéia como é que está. Eu digo e volto a dizer o seguinte: no mundo civilizado, o jogo é uma atividade tão ou mais importante que banco ou indústria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nós não estamos entrando nesse mérito.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu só quero dizer o seguinte: o que eu disse simplesmente foi que eu acho que o governo deixa de arrecadar, o País deixa de arrecadar e deixa de empregar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Todas essas expressões que o senhor usou, mais de uma vez, que o governo deixa de arrecadar, eu estou me baseando em que, com essas liminares, os bingos não estão mais prestando conta.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Isso que estou imaginando também; eu não sei.

]**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu queria saber se o senhor tem conhecimento de um fato desse para repetir várias vezes que o governo está deixando de arrecadar.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não, Senador, veja bem...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se ainda existe corrupção ou aumentou a corrupção nessa área.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não sei. O que eu digo ao senhor e ao Senador Malta, quando eu falei que deixa de arrecadar, eu falei pelo seguinte: o senhor vê por aí uma série de máquinas em tudo que é lugar, atuando, e seguramente máquinas que não estão regulamentadas. O senhor vê casas de bingo, como o senhor bem disse, umas amparadas em liminares, como o senhor disse, não recolhem imposto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mais de dois milhões, duas que inauguraram em São Paulo, cada uma parece um palácio, agora, um mês atrás.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É uma loucura, é isso que eu digo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não é para um mês nem para dois, até a liminar ser cassada. É um projeto definitivo, confiando num projeto definitivo.

O senhor disse que perdeu, em razão da denúncia, várias contratos. Que tipos de contrato? Eu vi que o Relator perguntou, o senhor disse que estava fazendo um contrato aqui... Que está inclusive em dificuldade, talvez. Pelo que estou sentindo, daqui a pouco o senhor vai montar uma capelinha para poder arrecadar algum por aí.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não chego a tanto, Senador, mas, realmente ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpa. Sem nenhum demérito ao senhor, mas me parece que o seu negócio está tendo dificuldade em razão da denúncia ou porque o negocio não tem mais ...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O senhor sabe que uma coisa como essa, quem atua no meio empresarial é como quem tem um banco.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Confiança.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É confiança. O senhor vê, hoje o Banco Rural está às portas de ter um problema amanhã ou depois. Por quê? A confiança começa a falhar. Então, comigo não aconteceu coisa diferente. As possibilidades que eu tinha de negócio, várias delas, evidentemente, sofreram abalos, e eu tive dificuldades, passei um ano muito sofrido, o senhor está entendendo? Muito sofrido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O ex-secretário Luiz Eduardo foi muito firme na conversa que teve

com o senhor. O Relator já repetiu, e eu fico aqui meio na dúvida de o senhor desmentir completamente as colocações que ele fez incisivamente da sua proposta de aumentar a arrecadação, que o Waldomiro era um fracasso. Porque arrecadar só R$300.000,00!... E falou inclusive na concordata do Banerj, que poderia render alguma coisa através de uma estrutura melhor montada pelo senhor. É o que está aqui no depoimento dele.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O senhor imagina, eu devo ser um sujeito múltiplo uso. Eu resolvo a concordata da Banerj...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não. Intervir para faturar.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, espera um pouquinho, vem cá, eu não sou do governo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não era para resolver, era para ver se sobrava algum.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Então, veja só: eu não sou do governo, e vou lá resolver negócio da concordata do Banerj, vou resolver negócio do Fisco, então eu tenho que ser o dono do campinho, eu virei governador, isso é um troço monumental, me desculpa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Provavelmente ele achou que o senhor poderia ser o PC.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – De repente ele pensou isso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Romeu Tuma, mas ele era muito influente, porque foi inclusive convidado para o aniversário da Governadora Benedita.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vários contatos que ele tinha ... não tinha dificuldade.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ao passo que o Luiz Eduardo, que era assessor próximo, homem do PT, fazia parte da cúpula, foi excluído do processo. No entanto, o Sr. Sérgio foi convidado para o aniversário da Governadora. São as contradições históricas.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Provavelmente, quando o Luiz Eduardo levou ao conhecimento das autoridades da postura dele, ele merecia mais confiança que o Luiz Eduardo. Por isso que o Luiz Eduardo foi afastado e ele permaneceu.

Só uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª ainda tem tempo suficiente. Quero só comunicar a V. Exª, se me permitir, e aos Srs. Senadores que acabei de contatar com o Sr. Luiz Eduardo, que já estava no aeroporto, inclusive com a sua mala despachada, e solicitei, em nome desta Comissão, que ele voltasse. Ele prontamente disse que retiraria a mala do avião e que podíamos aguardar que ele chegaria para que fizéssemos uma acareação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só uma pergunta para não atrasar os outros que querem falar: aqui, nos telex-repostas da Polícia Federal para localização do nosso depoente, Dr. Sérgio Canozzi... O Senador Pavan foi embora, não é?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, o Senador Pavan está aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O último endereço dele: Rua Capitão Euclides da Cunha, 185, apartamento 305, Itaguaçu, Florianópolis. Confere?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perfeito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Diz a zeladora do prédio que o senhor tinha uma conduta estranha, que era um entra e sai de gente com malas para cima e para baixo; está no *fax* que chegou aí. Confirma? O senhor residia ou tinha algum escritório lá?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu morava lá. Eu estava casado em Florianópolis pela segunda vez, com uma moça de lá, que é mãe da minha terceira filha, morava nesse prédio. Quando me separei, no início do ano, voltei a residir em Porto Alegre, no endereço aqui declarado. Não tem nenhuma conduta estranha.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, as malas que saíram eram as malas da sua mudança.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, eu acho que não só isso, eu acho que durante... Florianópolis é uma cidade bastante turística, Senador, então muita gente lá esteve: minha filha passou tempo lá conosco, meus sobrinhos passaram tempo conosco, quer dizer, parentes nossos de Porto Alegre passaram...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era um apartamento grande?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Um apartamento grande, apartamento de três dormitórios bons exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso aí, Presidente, acho que a acareação vai ser importante.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta pela ordem, antes de conceder a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só para colaborar com o Relator, Sr. Presidente, há uma informação aqui. O senhor nasceu em 13/08/1952?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Foi. Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Este CPF aqui: 178.678.000-34.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não é meu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas esse CPF bate com a sua data de nascimento e identidade. Só um minutinho. E este: 177.389.970-87?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É o meu CPF.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Esse é o seu atual.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, esse sempre foi meu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só um minutinho. O senhor já teve os dois.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Um minutinho, senhor. A informação é da Receita Federal, e a Receita Federal, por detectar que o senhor tinha dois CPFs, fez o cancelamento desse primeiro número que o senhor já usou. Portanto, é verdade o que o Relator falou, as informações estão aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode usar da palavra.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não tenho esse CPF, não tenho.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A Receita detectou e cancelou a duplicidade, é a informação da Polícia Federal, que bate com os seus outros documentos e data de nascimento. Só que não são três, na verdade, eram dois.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nunca tive.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu também não estou afirmando, isso não nasceu na minha mão; quer dizer, essas informações são da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós checaremos isso.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, parecia um mingau as reuniões, e esta pegou mais fogo. Certamente, com a acareação, poderemos chegar mais fundo nas investigações em relação a esta CPI. Eu queria apenas aqui fazer algumas perguntas. Eu tenho feito comentários das perguntas.

V. Sª relacionou por diversas vezes Santa Catarina aqui hoje e principalmente a questão dessa Praia dos Sonhos, que fica onde?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Na Palhoça.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Palhoça. E o empreendimento que V. Sª tem lá é apenas... o proprietário é só o senhor ou tem mais sócios?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Três proprietários.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Três proprietários. Essa obra já está em andamento?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem nada?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não. Isso nós temos na fase das aprovações ambientais para ir para o projeto definitivo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O terreno pertence aos três?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Às três.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Às três pessoas. Sai em projeto na Prefeitura?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Está em projeto na Prefeitura e no próprio Ministério Público de lá, que é o responsável pela preservação do Parque da Serra do Tabuleiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Seria um empreendimento turístico?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Um empreendimento turístico, sem dúvida nenhuma.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Certo.

Já foi antecipada a pergunta, pelo Senador Romeu Tuma, referente à essa empresa Conar. É isso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Conar, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Conasi?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Conar. Conar. C-O-N-A-R.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não entendi bem. Antes V. Sª citou que ela estaria instalada também em Santa Catarina?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não, não. Ela é...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que empresa há em Santa Catarina, cujo proprietário é de fora? Conversei antes com o Senador Magno Malta e eu não entendi se há uma empresa de Santa Catarina e tal. Sua empresa. Só essa empresa?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não. Só, só...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só essa que vocês estão tentando instalar já com todos os trâmites legais? A sociedade está pronta?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Veja bem, é uma sociedade em conta de participação, que a minha empresa assinou com os três proprietários, pessoas jurídicas. E nós somos os responsáveis pela gestão da aprovação do projeto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas não são donos?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não somos donos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas estão intermediando?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não somos donos imobiliários. Somos donos da sociedade de conta de participação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ah, não são donos do terreno?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Da escritura. Não, não, não. Os donos são os três proprietários que listei há pouco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pensei que seria, essa obra que seria...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor deve ser o administrador para vendas?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor vai ser o administrador da venda?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, senhor. Somos os gestores da aprovação. É um projeto completo. Os gestores da aprovação da busca do parceiro...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Faz assessoria para a aprovação?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Exatamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Essa assessoria inclui o Município de Palhoça e o Ibama?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sim, todas. Ali temos de passar pelo Município, pela Câmara, pela fundação estadual, pela fundação municipal, pelo Ibama e pelo Ministério Público Federal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desculpe-me perguntar – acho que não ouvi bem antes –: quais são os sócios dessa empresa? Os seus sócios?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Da minha pessoa jurídica?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não. São três sócios. Quem são os três sócios?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – São três empresários gaúchos: Nicola Participações – me falhou o nome se é Josapar ou Josafar – Josafar, mas eu lhe submeto a razão social.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Trabalha para alguém e não conhece o empresário?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Como?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não conhece os empresários?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Conheço os três. Conheço os três. Não consigo me lembrar o nome das pessoas jurídicas. As pessoas físicas eu lhe dou o nome: o Paulo Haubrich...

O SR. – Pergunte o nome.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele não sabe o nome.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sei. Estou lhe dizendo. As três pessoas físicas que são as proprietárias das pessoas jurídicas estou podendo dizer. Não consigo dizer o nome das jurídicas só. As físicas eram: o empresário Paulo Haubrich, do Rio Grande do Sul; o empresário Carlin, de Caxias do Sul.

O SR. – Paulo o quê?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Haubrich.

O SR. – Paulo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Haubrich.

O SR. – Haubrich.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quem mais de Caxias?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Marco Nicola.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Marco Nicola?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nicola, e o outro se chama Rubens Carlin.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Rubens Carlin.

(Conversa paralela fora do microfone.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª tem contato com eles?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Certo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E executa aqueles serviços?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Como escreve o sobrenome do primeiro? Paulo o quê? Como escreve?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Haubrich? H-A-U-B-R-I-C-H.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quando eu fui à sala anterior, V. Sª falou que tinha relacionamento com alguém da Codesc. Depois falou Codesc de novo aqui.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu falei Codesc pelo seguinte, porque eu lhe falei ali que a Codesc tinha um dos melhores sistemas de regulamentação para esse segmento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu conheço.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O senhor conhece melhor do que eu. Então, eu lhe falei isso ali...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só que não impediu de fechar os bingos, não é? É uma argumentação que...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não impediu de...?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tem uma regulamentação, mas não impediu...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Depois houve problemas. Aí eu, realmente, não tratei mais do assunto. Eu estudei naquele momento. Por isso, me veio a idéia de propor a modelagem no Rio de Janeiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Sérgio, desculpe-me por insistir. V. Sª disse que não tem relacionamento com bingos, não tem.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum. Nenhum.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas fala da Codesc, a Codesc é um departamento de jogos.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Mas lhe explico, Senador. Quando houve essa solicitação da Espanha, fui a Santa Catarina tratar desse assunto na Codesc porque a idéia é que, dada a legislação existente em Santa Catarina, poderia ser possível a colocação de máquinas de prognósticos, máquina de jogo no Estado, em função da legislação que V. Exª conhece.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor que a nossa função aqui é perguntar.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Claro. Por favor!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ainda mais que estamos sendo assistidos pelo Brasil inteiro.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Hem?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nós temos que perguntar. Ainda mais que estamos sendo assistido pelo Brasil inteiro. Estão de olho nas respostas.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Claro. Claro. Não tem problema nenhum.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A pergunta ainda se refere às questões dos bingos. V. Sª disse que falou uma vez só com Waldomiro Diniz, só com uma vez, e uma vez só com a Benedita.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sobre esse assunto, só uma vez.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E também uma vez com o José Dirceu? .

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Cumprimentei-o numa festa. Nada mais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só cumprimentou. Essa festa era relacionada com jogo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, foi aniversário da Governadora, da Benedita.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estavam lá os empresários do jogo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, não sei quem estava porque cheguei – era muita gente – cheguei, cumprimentei pelo aniversário, cumprimentei-o e algumas pessoas que estavam próximas e fui embora. Fui, inclusive, sozinho.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A sua empresa, de repente, não é uma empresa de intermediação? Isso acontece muito esse negócio muito: de lobistas entrar no Senado e na Câmara, departamentos e tentar...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não é a minha função.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Fazer **lobby** para acertar um x aqui, um x ali. Não é isso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não é a minha função, não tenho nada que fazer isso, não é o meu trabalho, não é o que fazemos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, a questão é que ele não participa do jogo, do serviço de arrecadação. Ouvimos, anteriormente, o Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares que acabou citando o nome do Sr. Sérgio Canozzi. Na verdade, somente com uma acareação podemos saber qual o envolvimento.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Senador Leonel Pavan, até estávamos comentando, fazendo um aparte, se pudéssemos ter o nome da empresa, das empresas, porque acho que isso até agora não foi mencionado, com os respectivos CNPJs.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, na verdade, se quiser saber hoje eu devo ter, eu tenho 3 empresas operacionais, que foram as que citei aqui ao Senador Garibaldi Alves Filho – A Scaine Negócios e Participações, a Gestion Consultoria Empresarial e a Canozzi Administração e Participações Ltda.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Os seus negócios, a maioria, é feita no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, onde?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, hoje, por exemplo, no Rio Grande do Sul, temos 2 assuntos agora em tramitação, não estão contratados, em Santa Catarina eu tenho...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não estão contratados? Tem dois, mas não estão contratados.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Estamos em vias de contratar, a qualquer momento vamos contratar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca teve nenhum contrato?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Tive. No Rio Grande do Sul, já tive vários contratos. Mas, hoje, estou sem contrato, tentando esses dois contratos. Temos o contrato de Santa Catarina, do loteamento, que hoje é o grande projeto nosso.

No Rio de Janeiro, tenho 2 contratos em andamento, e mais o contrato com a BCN Engenharia, no Rio de Janeiro. São os negócios que tenho.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, feito mesmo tem 2: um em Santa Cataria e outro no Rio? O resto só em andamento?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Exatamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não sei se a pergunta do Flávio foi respondida. Ele não tem o CNPJ das empresas.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Tenho. Não me lembro, mas vou submeter aqui, me comprometi com o Senador Flávio Arns e com o Senador Romeu Tuma. Vou submeter à Comissão a cópia dos contratos sociais de todas as minhas empresas com os respectivos CNPJs. Isso até a semana que vem, pois acabei de me comprometer com o Relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Achei V. Exª muito seguro quando chegou aqui porque veio sem advogado. Geralmente todos vêm com advogado. Devia ter muito conhecimento daquilo que estava falando, mas, na verdade, ficou um pouco confuso nas questões, porque não deu respostas muitas respostas concretas. E o objetivo nosso aqui é ajudar não atrapalhar...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Claro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas principalmente ajudar para que as coisas fiquem bem claras...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Mas se o senhor...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) –...e que houve atos irregulares, que os que o cometeram sejam punidos. Essa é a missão da CPI.

Quando eu fui fazer um lanche na outra sala, vi que o senhor não estava acompanhado de advogado, pensei que tivesse muito segurança naquilo que estava dizendo. O que ouvimos muito foi: não sei, não me lembro, não me recordo. Então, é importante que esses documentos cheguem à Comissão para que as coisas sejam mais bem esclarecidas.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, estou aqui para responder tudo que for necessário. Eu vim sozinho, sem advogado, porque não tinha nenhuma razão para isso. Eu vim para prestar todo tipo de esclarecimento que esta Comissão, enfim, queira que eu faça. E estou pronto a fazê-lo, como já disse. Entendeu?

Agora, o que ficou vago e que eu realmente não posso me lembrar – não tenho memória para tudo – eu, num prazo definido já até a semana que vem, vou submeter a esta Comissão. Está certo, Senador?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós agradecemos a V.Sª; agradecemos ao Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. V.Exª tem quinze minutos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu serei muito objetivo. Os Senadores que me antecederam já abordaram da melhor maneira possível o tema e indagaram o Sr. Sérgio.

Eu, basicamente, perguntaria o seguinte: quais interesses o senhor tinha na Loterj?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, nenhum.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Nenhum.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nenhum. O único interesse meu na Loterj, foi o que eu citei aqui, ou seja, ver se a Loterj, como órgão operacional e poder concedente do Estado do Rio de Janeiro, estava de acordo com aquela operação de eventual aquisição que foi o início do meu depoimento.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O que V.Sª diria do comentário que fez o Sr. Waldomiro Diniz, na CPI do Rio de Janeiro, sobre que V.Sª teria afirmado que ele seria colocado para fora da Loterj? Por que esse comentário seu para o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu não falei isso. Tenho certeza que não falei isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Nunca falou isso.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O que eu fiz, quando o visitei, foi... Não. Minto. Eu não o visitei. Ele veio me visitar. Eu coloquei a ele o projeto em si e devo ter *en passant* feito um comentário sobre a administração da loteria. Porque, naquele momento, a Governadora tinha assumido recentemente, como eu falei, e me disse alguma coisa nesse sentido. Então, eu comentei, como eu quem diz o seguinte: bom, estamos tratando aqui, mas não sei se, amanhã, vamos continuar tratando e tal. Foi uma coisa mais ou menos nesse sentido. Quem sou eu para...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Por que tanta insistência de V.Sª com Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares para ser recebido por ele? Ele relatou aqui com toda a clareza que foi procurado, insistentemente, pelo senhor, através da secretária dele, até que um dia resolveu atendê-lo, no Hotel Marina.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perfeito.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Por que tanta insistência? Qual o propósito de V.Sª?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, quando eu fui tratar...O senhor estava aqui quando eu comecei, reportei ao início da conversa?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Cheguei no início.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Ah, ta. Então, deixa-me contar-lhe, por favor, porque é importante! Na verdade, o que aconteceu? Fui demandado por um determinado grupo, Conar, para ver se seria viável adquirirem uma operação de bingo, no Rio de Janeiro, que envolvia – eu não me lembro exatamente – se seis, oito, dez operações ou cinco. Não sei lhe dizer. Muito bem! Daí, eu digo: "Bom, estou indo ao Brasil semana que vem, vou fazer o levantamento, vou ouvir as pessoas.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Isso. Que tipo de operações?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Compra de casas de bingo. Quando me refiro à operação é operação de negócio, compra de casa de bingo. Bom, então, eu voltei da Europa fui fazer uma consulta informal. O que eu fiz? A primeira coisa foi pedir uma audiência a Governadora,

que tinha assumido recentemente. A Governadora me recebeu muito atenciosamente. E eu, aí, enfim, coloquei o assunto: o que a senhora acha, Governadora e tal? Ela disse: "Olha, na verdade, eu acho que pode ser bom ,e tal, mas eu não tenho muita noção disso. Quem sabe o senhor procura o Sr. Waldomiro Diniz e, se necessário for, o Sr. Luiz Eduardo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas aí o que o Sr. Waldomiro Diniz tem com as casas de bingo, se era o propósito da sua conversa e não a Loterj?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Porque o Sr. Waldomiro é o presidente da Loterj, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas e as casas de bingo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eram concessões da Loterj.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Concessões legalizadas da Loterj?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Concessões legalizadas da Loterj, no Rio de Janeiro, não é?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Reconhecidas?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Então, eu fui procurar a autoridade constituída operacional do Estado, que era o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E depois o Sr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Bom, aí eu lhe explico. Como a parte estratégica não era com o Sr. Waldomiro, ele não estava em condições de discutir a idéia do projeto de aumento de arrecadação que se levava a partir de uma regulamentação de como e onde essas casas poderiam funcionar, para que não houvesse proliferação do negócio e, conseqüentemente, não houvesse decréscimo de renda.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas não era ele que dava o poder, tinha o poder de concessão do funcionamento?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Ele quem?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – A Loterj, que era presidida pelo Sr. Waldomiro.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, como é que V. Sª diz que não era ele que tinha o poder para tomar tal decisão?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu não lhe disse isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Acabou de dizer.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Desculpe-me, foi um engano. Deixe-me explicar. O Waldomiro era presidente da Loterj e era o poder concedente. Conseqüentemente, se alguém comprasse uma casa de bingo teria que ter anuência da Loterj. O senhor está de acordo com isso? Muito bem. Isso era uma parte do assunto. Mas os meus clientes haviam detectado – não fui eu – que havia várias casas em processo de aprovação ou podendo ser aprovadas e tal; e que não havia no Rio de Janeiro uma legislação que disciplinasse esta aprovação do ponto de vista de capacidade de renda e de número de pessoas – falando o português claro. Bom, então qual era o medo? Vão aprovar cinco casas do lado das outras, e a renda, ao invés de aumentar, vai diminuir. Então, isso era plano de governo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Isso levou o senhor a procurar o Dr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Foi isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares aqui, nesta manhã, afirmou, em outras palavras, que V. Sª é um corrupto e um corruptor, porque falou em proposta de dinheiro para a Governadora, para ele, para o Sr. Waldomiro, e que tinha essa prática. O senhor nega, com clareza, esse tipo de afirmação?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nego com clareza. Nego com clareza.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Com absoluta convicção?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Com absoluta convicção. Eu já esclareci aqui aos Srs. Senadores, aos seus colegas, quer dizer, com absoluta convicção. Inclusive, disse que isso foi para mim um motivo de grande transtorno pessoal e profissional.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Presidente, eu tive o cuidado de ligar há poucos minutos para a ex-Governadora Benedita da Silva e perguntar a ela sobre o Sr. Sérgio Canozzi. Ela disse que, em absoluto, em qualquer momento, ela o recebeu. Nunca o recebeu. Então, eu acho que é uma informação relevante.

O senhor nega o que afirmou o Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares. A Governadora Benedita nega que o tenha recebido. Eu acho que nós estamos diante de uma situação que terá um esclarecimento daqui a alguns minutos com o Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares. Eu aproveitaria para sugerir ao nobre Relator que nós tivéssemos a quebra do sigilo bancário e fiscal...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Claro.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – ...do Sr. Sérgio, Sr. Presidente, incluindo dos dois CPFs citados nos últimos cinco anos.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Inteiramente à disposição.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – É a minha sugestão ao nobre Relator, para que ele possa colher. Penso que isso vai elucidar muito esse debate, já que o Sr. Sérgio aponta aqui uma perspectiva empresarial muito sólida. Nós temos que ver o que significa isso do ponto de vista fiscal e financeiro, numa atividade que ele fala de consultoria, de uma renda mensal em torno de R$18 mil a R$20 mil. Eu acho que isso é muito importante para esclarecermos o movimento dessa atividade em torno de bingos e loterias no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador Tião Viana, primeiramente, queria colocar-lhe o seguinte: não disse aqui que a minha situação empresarial é muito sólida. No caso, a minha situação é de dificuldade, vou ser bem claro ao senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas que V. Sª está construindo um *resort*?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, eu não estou construindo um *resort*.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Com um grupo, associado a um grupo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu sou um contratado em uma sociedade de conta de participação.

Não sou dono. Estou desenvolvendo o projeto. Isso é o que está colocado. E, lógico, o meu ganho virá quando eu tiver o empreendimento aprovado. Para ser bem claro, minha situação profissional e pessoal não é nada sólida. Aliás, eu estou colocando à disposição dos Srs. Deputado meu sigilo bancário, fiscal. Faço questão disso. V. Exªs verão que minha situação é muito difícil.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E também o telefônico, Sr. Relator, porque as ligações com as pessoas, como José Dirceu, com Waldomiro, com (?), são muito importantes.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perfeitamente, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL– PB) – Esta Presidência quer informar aos Srs. Senadores...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Senador Tião Viana fez uma declaração com relação à audiência com a ex-Governadora Benedita da Silva. Eu ainda não ouvi esclarecimentos sobre isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de entregar a V. Exª, para que conste dos documentos anexos da CPI, notícia publicada da **Folha de S.Paulo on line**, de hoje, do Rio Grande do Sul, afirmando que há vinte e nove processos criminais contra o Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Criminais não. V. Exª está enganado. São dois processos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Vinte e nove. É o que diz a **Folha de S.Paulo** diz. V.Sª tem o direito de processar o jornal por injúria e o que julgar...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu já me comprometi com esta Mesa a submeter à apreciação da mesma todos os processos que respondo.

Eu só queria fazer um aparte, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL– PB) – V. Sª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Muito obrigado.

Com relação à afirmação que V. Exª fez no sentido de que a Governadora jamais me recebeu. Isso é uma mentira. Eu vou provar. Eu tenho testemunhas que sabem que ela me recebeu.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Esse esclarecimento é da maior importância, porque a Governadora foi peremptória; ou seja, jamais tratou ou recebeu o Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu tenho testemunhas. Que a Mesa veja como quer fazer a comprovação. Ela será feita. Sou um homem de bem, não minto e não preciso disso.

Ponto dois: a ida à festa dela quando fui cumprimentá-la no Clube Monte Líbano, no Rio de Janeiro. Isso é absolutamente verdadeiro. Farei com que isso seja comprovado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V.Sª foi a essa festa convidado por ela?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Por ela.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Ela sabia que V. Sª ia e o convidou?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – V. Exª pode imaginar que eu iria à festa de alguém. ... Eu sou um sujeito educado, tenho família, tenho tradição...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Isso também será comprovado, que V.> ª foi convidado.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Mas é lógico que será comprovado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V.Exª ainda tem a palavra, Senador Tião.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Estou plenamente satisfeito, Sr. Presidente.

Espero que possamos sempre manter um padrão de comportamento, na CPI, que tenha a verdade como pressuposto fundamental, sob pena de se agredir a responsabilidade constitucional e funcional de uma CPI. É isso que os nobres Senadores estão fazendo até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Desejo esclarecer aos Srs. Senadores que há cinco requerimentos do Sr. Relator, pedindo a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Canozzi Administração e Participação Ltda. V. Sª tem essa empresa?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Tenho sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do Sr. Sérgio Canozzi, com os dois CPFs citados; da empresa Geston (?) Consultoria Empresarial Ltda. Essa empresa também é de V. Sª?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Da Srª Denise Canozzi...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Minha mulher.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sua senhora, aqui também solicitado, e da empresa Scaine* Negócios e Participações Ltda, também de V. Sª. Nós votaremos esses pedidos ao final, porque são matérias que requerem **quorum** qualificado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria que na acareação do Dr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES fosse indagado se foi por sugestão da Governadora Benedita que ele o recebeu, porque ele negou aqui, durante a manhã inteira...Ele não colocou, em nenhum momento, o fato de a Governadora ter pedido para ser recebida pelo Sr. Sérgio Canozzi. Afirmou apenas que foi uma insistência repetida e multiplicada do Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião, a minha sugestão aqui, e conversei há pouco com o Relator, é que suspendamos a reunião por cinco minutos quando aqui chegar o Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares. Esse tempo será suficiente para que os Senadores possam conversar e decidir qual o caminho a ser tomado na acareação. Essa é a sugestão do nosso Relator e nós a acataremos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita, último orador inscrito. V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Sérgio Canozzi, o Dr. Luiz Eduardo é um mentiroso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não sei dizer se é um mentiroso, mas acho que, no mínimo, ele é um inventor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor se disse ofendido com as informações que ele fez veicular, do seu encontro com ele, que o senhor teria proposto um esquema de arrecadação de recursos a partir da Loterj, a partir de algumas secretarias, inclusive. O senhor nega isso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nego isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, ele é mentiroso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O senhor é quem está dizendo. Acho que pode ser um inventor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pode ser um inventor. O senhor, ofendido, o processou por isso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Processei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Está correndo em que vara, em que juízo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não sei, mas vou submeter a esta CPI o processo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Qual é a motivação do processo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – A motivação do processo é injúria e difamação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quer dizer que o senhor está processando o Sr. Luiz Eduardo? O senhor mencionou há pouco a festa da governadora Benedita. Qual foi o local?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Clube Monte Líbano, no Rio de Janeiro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E ela, pessoalmente, o teria convidado para a festa?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Ela, pessoalmente, mandou me convidar para a festa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor se lembra da data dessa festa?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não lembro, Senador. A Governadora governou o Rio de Janeiro... Retroagindo na data, estamos em 2005. O novo Governo assumiu quando? No final de 2002. Não me lembro da data do aniversário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A matéria que circula hoje na **Folha de S.Paulo**, é o jornal que está afirmando aqui: "Canozzi já foi foragido da Justiça". O senhor confirma ou nega isso?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Se já fui foragido da Justiça? Não, eu, na verdade, tive um processo... Veja bem, tive três processos criminais contra mim. Os três processos foram em função...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor foi denunciado por que razão?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Isso é o que quero lhe dizer. Foi em função de INSS. Por não recolhimento pelas empresas em épocas de dificuldade. Houve aí um equívoco enorme dos advogados, que não juntaram, porque são épocas seqüenciadas. Deveria ser um processo e tornaram-se três. Então, o que aconteceu?

No primeiro processo, obtive anistia, com condenação ao Estado, e, nos dois outros, porque não houve mais condição de ser apensado, estou recorrendo, estou com ambos no STJ. É isso, são processos já liquidados do ponto de vista financeiro, inclusive.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O jornal fala em 29 processos.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Pois é, Senador. Já expliquei isso anteriormente, mas vou explicar novamente. Os outros não são processos dessa ordem. As mesmas empresas tinham processos de dívida com a Previdência. Então, estamos tentando juntar todos esses processos para fazer uma negociação com a Previdência. Isso é um processo demorado. Já faz uns dois anos que estou tentando fazer isso e não consegui resolver tudo ainda. Na verdade, juntar e fazer uma negociação. Então, aí deve ter alguns deles. Resta mais um, que é um processo da Receita contra mim, um processo por distribuição disfarçada de lucro. Autuaram-me como tal e estou contestando essa ação na Justiça.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Os processos giram, então, em torno de sonegação, de tributos, de contribuições?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não sei. Por exemplo, uma autuação não é uma sonegação. Estou discutindo. Foi um entendimento do fiscal, mas não quer dizer que eu seja devedor. O valor das autuações que fizeram contra mim no INSS superam em muito aquilo que a gente deve pela contabilidade. Está lá em juízo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Sérgio, como é que o senhor calculou o montante de R$300 mil, que, segundo o senhor, o Waldomiro conseguia desviar da Loterj? Com base em que o senhor fez esse cálculo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu nunca calculei esse número!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Nunca calculou?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Nunca calculei nesse número.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Porque foi uma das informações que o senhor prestou ao Dr. Luiz Eduardo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, ele disse que eu prestei. É diferente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Está certo.

Vinte e nove processos, a maioria por sonegação. E o Dr. Luiz Eduardo, como é que o senhor falou, não é mentiroso, é o quê?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador, V. Exª há de convir o seguinte: sou empresário, vim do ramo imobiliário...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Dr. Sérgio, um empresário moderno nos dias de hoje, primeiro, anda com um celular. O senhor tem celular?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Se eu tenho celular? Tenho sim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O telefone dos sócios desse empreendimento de Santa Catarina, o senhor tem gravado no seu celular?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, porque eu não uso agenda eletrônica no celular.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não usa agenda.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Só sei receber no meu celular e falar com a secretária eletrônica.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E quando o senhor quer falar com eles como é o que o senhor faz?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu consulto uma agenda física, de papel, e ligo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Interessante.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, mas é como eu ajo, Senador. Sou neófito nisso. E digo mais, sou neófito em Internet, em informática. Se o senhor perguntar a minha capacidade...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Nenhum telefone o senhor tem de nenhum dos sócios? O senhor não lembra assim?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – De cabeça, não me lembro de nenhum.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Da sua esposa, o senhor lembra?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Me lembro, claro. Minha ex-esposa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL AC) – Sua ex-esposa, com todo o respeito.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Claro que me lembro. Claro, por favor.

Agradeço.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Geraldo Mesquita. Temos ainda um número – são dois, cinco, sete, oito –, precisamos de mais um Senador. Cadê o Senador Tuma, Senador Magno Malta, por favor, solicitaria à assessoria...

V. Sª, inclusive, poderá ficar na sala ao lado para que façamos aqui a votação de alguns requerimentos. O tempo suficiente para V. Sª descansar um pouco.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu que agradeço a V. Sª até o momento.

Há um requerimento de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca vazado nos seguintes termos:

Nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 12, de 2005, requeiro que seja solicitado à Agência Brasileira de Inteligência, Abin, a informação sobre o levantamento ou não das atividades do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlos Cachoeira, e do Sr. Waldomiro Diniz, ex- Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, possivelmente envolvidos em práticas ilegais ou atos ilícitos. Se positiva a resposta, requeiro o envio dos relatórios respectivos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Exª tem a palavra, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Só para esclarecer a razão desse requerimento.

O requerimento anterior foi respondido dizendo que a Abin não é portadora desses documentos e relatórios. Só que no meu requerimento eu não tinha colocado se houve ou não algum procedimento de levantamento da vida dos dois. Estou acrescentando nesse requerimento de aditamento justamente isso, para poder não ter essa resposta tão lacônica que a Abin nos mandou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais – PFL – PB) – Continua em discussão.

Não havendo nenhum dos Srs. Senadores que queiram discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Sr. Senador Magno Malta foi localizado?

Senador Leomar Quintanilha está presente e vai votar.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

Requerimento: Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, o Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Sky Negócios e Participações Ltda.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota o Sr. Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Tião Viana, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Geraldo Mesquita.

Vamos fazer a apuração.

Votaram "sim" oito Srs. Senadores.

Está aprovado o requerimento.

Ainda baseado no mesmo disposto, o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Srª Denise Canozzi a esta CPI, referente ao período compreendido entre janeiro de 2002 até a presente data. Eu esclareço que o outro requerimento também é referente a essa mesma data.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota o Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Magno Malta, Senador Valdir Raupp, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Vamos proceder à apuração.

Votaram "sim" oito Srs. Senadores.

Está aprovado o requerimento.

Ainda baseado nos mesmos termos, o Sr. Relator requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Gestion Consultoria Empresarial Ltda., referentes ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota o Sr. Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, Senador Tião Viana, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Vamos à apuração.

Votaram "sim" oito Srs. Senadores.

Esta aprovado o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de só fazer uma indagação para o Relator: por que de 2002 para cá e não antes de 2002? Porque em 2002, no início de 2002, foi quando aconteceu o episódio. Talvez nós tenhamos efeitos, aí, secundários já acontecendo, por exemplo, no ano anterior. Por que não nos últimos cinco anos, por as"sim" dizer? Porque o fato aconteceu realmente no início de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Seria aditado...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu concordo com o aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos colocar em votação o aditamento aos três requerimentos e vamos novamente fazer a votação nominal para que não haja nenhuma dúvida em relação a isso. Será, então, referente ao período dos últimos cinco anos até esta data.

Então, da empresa Gestion Consultoria Ltda.

Como vota o Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como vota o Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como vota o Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – "Sim".

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti;

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nove votos. Aprovado o aditamento.

Ainda, o aditamento ao requerimento já aprovado da transferência do sigilo bancário da Srª Denise Canozzi referente ao período dos últimos cinco anos até a presente data.

Em votação.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan; Senador Flávio Arns; Senador Magno Malta; Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO Cavalcanti (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Oito votos. Aprovado. E ainda o requerimento relativo à empresa Sky Negócios e Participações Ltda. Aditamento referente aos últimos cinco anos até a presente data.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aditivo proposto pelo Senador Flávio Arns com aprovação do Sr. Relator.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.(Pausa.)

Oito votos.

Está aprovado o aditamento. Temos mais dois requerimentos ainda também com o mesmo aditamento que, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer a transferências dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Sérgio Canozzi referentes ao período dos últimos cinco anos até a presente data.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Flávio Garibaldi Alves.

Senador Reginaldo Duarte; Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

Oito votos.

Aprovado.

Senador Tião Viana, "sim".

Ainda tem mais um, Senador Tião Viana.

Nos mesmos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, o Sr. Senador Garibaldi Alves requer a transferências dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Canozzi Administração e Participações Ltda. referentes aos últimos cinco anos até a presente data.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Vamos ao voto.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Valdir Raupp; Senador Leomar Quintanilha; Senador Garibaldi Alves; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Geraldo Mesquita.

Oito votos.

Aprovados os requerimentos

Esta Presidência suspende...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra antes de qualquer suspensão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – AC) – Eu não prestei atenção, mas, em termos da quebra do sigilo telefônico, fiscal, pessoal, não das empresas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, dois foram das empresas e do Sr. Sérgio Canozzi e da sua ex-esposa...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – AC) – Já foram aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já foram aprovados.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – AC) – Está bem. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foram, se não me engano, cinco requerimentos de quebra de transferência de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico aprovados.

O Sr. Senador Magno Malta foi localizado?

Senador Leomar Quintanilha está presente e vai votar.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

Requerimento: Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, o Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Sky Negócios e Participações Ltda.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota o Sr. Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Tião Viana, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Geraldo Mesquita.

Vamos fazer a apuração.

Votaram "sim" oito Srs. Senadores.

Está aprovado o requerimento.

Ainda baseado no mesmo disposto, o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Srª Denise Canozzi a esta CPI, referente ao período compreendido entre janeiro de 2002 até a presente data. Eu esclareço que o outro requerimento também é referente a essa mesma data.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota o Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Magno Malta, Senador Valdir Raupp, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Vamos proceder à apuração.

Votaram "sim" oito Srs. Senadores.

Está aprovado o requerimento.

Ainda baseado nos mesmos termos, o Sr. Relator requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Gestion Consultoria Empresarial Ltda., referentes ao período compreendido de janeiro de 2002 até a presente data.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota o Sr. Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, Senador Tião Viana, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sim".

Vamos à apuração.

Votaram "sim" oito Srs. Senadores.

Esta aprovado o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de só fazer uma indagação para o Relator: por que de 2002 para cá e não antes de 2002? Porque em 2002, no início de 2002, foi quando aconteceu o episódio. Talvez nós tenhamos efeitos, aí, secundários já acontecendo, por exemplo, no ano anterior. Por que não nos últimos cinco anos, por as"sim" dizer? Porque o fato aconteceu realmente no início de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Seria aditado...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu concordo com o aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos colocar em votação o aditamento aos três requerimentos e vamos novamente fazer a votação nominal para que não haja nenhuma dúvida em relação a isso. Será, então, referente ao período dos últimos cinco anos até esta data.

Então, da empresa Gestion Consultoria Ltda.

Como vota o Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como vota o Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como vota o Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti;

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nove votos. Aprovado o aditamento.

Ainda, o aditamento ao requerimento já aprovado da transferência do sigilo bancário da Srª Denise Canozzi referente ao período dos últimos cinco anos até a presente data.

Em votação.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan; Senador Flávio Arns; Senador Magno Malta; Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO Cavalcanti (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Oito votos. Aprovado. E ainda o requerimento relativo à empresa Sky Negócios e Participações Ltda. Aditamento referente aos últimos cinco anos até a presente data.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aditivo proposto pelo Senador Flávio Arns com aprovação do Sr. Relator.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.(Pausa.)

Oito votos.

Está aprovado o aditamento. Temos mais dois requerimentos ainda também com o mesmo aditamento que, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer a transferências dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Sérgio Canozzi referentes ao período dos últimos cinco anos até a presente data.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Flávio Garibaldi Alves.

Senador Reginaldo Duarte; Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

Oito votos.

Aprovado.

Senador Tião Viana, "sim".

Ainda tem mais um, Senador Tião Viana.

Nos mesmos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, o Sr. Senador Garibaldi Alves requer a transferências dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Canozzi Administração e Participações Ltda. referentes aos últimos cinco anos até a presente data.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Vamos ao voto.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Valdir Raupp; Senador Leomar Quintanilha; Senador Garibaldi Alves; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Geraldo Mesquita.

Oito votos.

Aprovados os requerimentos

Esta Presidência suspende...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra antes de qualquer suspensão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – AC) – Eu não prestei atenção, mas, em termos da quebra do sigilo telefônico, fiscal, pessoal, não das empresas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, dois foram das empresas e do Sr. Sérgio Canozzi e da sua ex-esposa...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – AC) – Já foram aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já foram aprovados.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – AC) – Está bem. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foram, se não me engano, cinco requerimentos de quebra de transferência de quebra de sigilo bancário, fiscal e Assim, suspenderemos a reunião por cinco minutos, como havíamos combinado, para que nós senadores possamos conversar no encaminhamento da acareação entre o Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, e o Sr. Sérgio Canozzi, empresário do jogo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Está suspensa, por dez minutos, a presente reunião para que possamos iniciar a acareação, já antecipadamente agradecendo ao Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares e ao Sr. Sérgio Canozzi.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Srs. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares e Sérgio Canozzi, gostaria de relembrá-los que seus depoimentos vêm embasados no compromisso com a verdade. V. Sªs assinaram um termo de compromisso, o que este colegiado, esta Comissão, estará valorando neste momento. Dessa forma, diante da responsabilidade de ambos, chamo a atenção para as penas da lei para quem faltar com a verdade. Esta Comissão não silenciará quanto a possíveis crimes dessa ordem. Peço a colaboração dos senhores. Vamos fazer a acareação em função dos desencontros dos depoimentos. Solicitamos a V. Sªs que possamos fazê-la dentro da maior tranqüilidade e da maior respeitabilidade.

Inicialmente concedo a palavra ao Relator. Vamos proceder à acareação da seguinte forma: o Sr. Relator fará as perguntas que desejar – parece-me que são duas – iniciando pelo Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, e a mesma pergunta será respondida pelo Sr. Sérgio Canozzi. Em seguida, inverterá os papéis, e vamos seguir nesta ordem as perguntas do Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Reginaldo Duarte, Senador Magno Malta e os demais que se encontram presentes.

Neste momento concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL **–** ES) – Sr. Presidente, falo para lembrar aos senhores Eduardo e Sérgio que a acareação deve ser feita, de fato, com um olhando para o outro. Lembro também que na acareação é permitido que um faça pergunta ao outro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Abriremos essa oportunidade no final das perguntas dos Srs. Senadores.

Solicito ao Sr. Luiz Eduardo e Sr. Sérgio Canozzi que, na hora de darem as respostas, fiquem um a observar o outro, cara a cara, como pede V. Exª e como determina o nosso Código.

Senador Garibaldi Alves Filho, o Relator, tem a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Dirijo-me inicialmente ao Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares para perguntar a ele se alguma vez a ex-Governadora Benedita solicitou que o senhor recebesse o Sr. Canozzi.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Em nenhuma oportunidade, em nenhuma vez?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não. Em absoluto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pergunto ao Sr. Canozzi se o senhor reafirma que a ex-Governadora Benedita o encaminhou para o Sr. Soares?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Reafirmo que a ex-Governadora Benedita da Silva, quando a procurei sobre o assunto dos bingos, me pediu que conversasse com o Sr. Waldomiro Diniz e, se fosse sobre assunto estratégico, conversasse com o senhor.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** O senhor tem direito à réplica.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu poderia, no sentido da contribuição, formular então uma pergunta?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente. Acho que pode permitir.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Porque talvez ajude a esclarecer. Se foi assim, Sr. Sérgio, por que é que a sua secretária mandou recados de que o senhor era amigo de amigos meus – amigo de Tarso Genro, Olívio Dutra –, conhecia todos os meus companheiros do PT do Rio Grande do Sul, por que teria sido necessário que sua secretária entrasse em contato com a minha tantas e tantas vezes, a ponto de, por fim, ela dizer que eu ia viajar e o recado ser de que então o senhor me acompanharia num vôo? Se a Governadora tivesse pedido que eu o recebesse, por que eu oporia tantos obstáculos e por que o senhor teria que se apresentar usando tantos nomes importantes?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Bom, eu primeiro vou lhe dizer o seguinte: que desconheço completamente o que o senhor está dizendo, completamente isso que o senhor está dizendo, e reafirmo o que disse: ao visitar a Governadora Benedita da Silva, na vez em que a visitei, única vez em que a visitei em Palácio, na verdade, foi na sede do Banerj, onde ela tinha o seu gabinete, foi combinado que eu faria uma visita ao Sr. Waldomiro Diniz e ao senhor. O resto eu desconheço.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Quanto ao resto, nós poderíamos ouvir, então, a sua secretária e a minha também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ainda, como um desdobramento da primeira pergunta, ao Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares se ele tomou conhecimento de que a Governadora Benedita comunicou ao Senador Tião Viana que jamais havia recebido o Sr. Canozzi. O Sr. Canozzi afirmou que havia sido recebido pela Governadora.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, eu desconheço essa informação. Eu desconheço essa informação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Canozzi tem alguma coisa a dizer sobre a afirmação da Governadora?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, eu só tenho a confirmar que fui recebido por ela, única razão pela qual dei andamento às conversas que já relatei aqui, que acabei de relatar ao senhor, e que trarei as provas aqui, necessárias, para confirmar o que estou dizendo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, o senhor compareceu à comemoração do aniversário da Governadora no final do ano de 2002?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Final do ano de 2002...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu estou perguntando isso porque o Sr. Canozzi disse que compareceu a convite da Governadora, mas não o viu. O senhor não se recorda?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu realmente não me recordo se estive nesse aniversário. Não me recordo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao Sr. Canozzi: o que foi tratado na conversa com o Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu já relatei que eu fui visitar o Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares por uma razão de plano estratégico do Governo.

O senhor naquela época coordenava o plano estratégico da Governadora e seria, se eu não me engano, candidato a Vice-Governador na chapa dela. É verdade, não é isso?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – A segunda, sim. A primeira, não. Eu não coordenava seu plano de Governo porque ela já estava no Governo, ela já tinha assumido o Governo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Perdão, o senhor tratava da parte estratégica da...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – ... da campanha do Governo subseqüente.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Isso. Então, a visita ao senhor foi pelo seguinte: porque eu visitei à época o Sr. Waldomiro Diniz, então Presidente da Loterj, que era o responsável legal pelo controle das casas de bingo no Rio de Janeiro, e havia uma questão superveniente, que era uma questão estratégica, que foi a que eu levei ao senhor, que nós imaginávamos uma forma de fazer com que a arrecadação dos bingos aumentasse desde que meu cliente comprasse as operações que lá havia e que propunha ali um misto de... não se chama lei, mas uma, enfim, uma normatização, alguma coisa assim, que viesse a haver um controle por densidade geográfica e por renda local para que a Curva de Gauss não invertesse a receita que pudessem ter as casas de bingo. Foi essa a razão por que o procurei.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – E o senhor, então, está afirmando que me disse isso? Que falou sobre isso comigo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Estou afirmando que o procurei por isso e conversei sobre isso com o senhor.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Bom, eu devo lhe dizer, como o senhor sabe, o senhor está mentindo. Em absoluto o senhor disse isso, nunca o senhor me disse nada a respeito disso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Efraim Morais, não era bom pôr um mais longe do outro aí? Porque, daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, nós estamos com a segurança aí...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, a veemência não vai implicar nenhum desapreço à ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito tratamento mais cordial porque o que interessa para nós aqui é realmente a verdade. Então, dentro do possível, tanto da parte do Sr. Luiz Eduardo como da parte do Sr. Sérgio, que seja feito um tratamento cordial.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É bom ser incisivo na resposta para termos certeza da sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Cordial no limite.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Até porque o Eduardo não falou nada de mais, só disse que era mentira.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Como? Não entendi, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou dizendo ao Presidente que ele não falou nada de mais, só disse que era mentira a afirmação.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu não falei por isso, Senador, falei por cautela natural de acareação porque pode crescer e chegar ao ponto mais grave que é o principal da acareação, que são as acusações.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Luiz Eduardo está com a palavra em relação ao que foi dito pelo Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Absoluta mentira. Em nenhum momento o Sr. Canozzi se referiu a esse plano. Nem haveria razão

no nosso plano de Governo, não havia absolutamente menção a esse item, não houve nenhum tema que não se configurasse como objeto de um grupo de trabalho. Se houvesse um tema e uma proposta eu a conduziria a um grupo específico especializado de trabalho. Todos os temas eram trabalhados em grupos no PT. Se houvesse esse tema, essa proposta, ela teria sido encaminhada aos condutos naturais, eu teria saído da reunião e encaminhado naturalmente, inclusive repassado o Sr. Canozzi para tais grupos e tais canais. Não havia em nosso plano, não há nenhuma referência a essa proposta. Não trabalhamos esse conteúdo, nunca conversamos sobre isso. Em absoluto. Estou ouvindo pela primeira vez isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Luiz Eduardo, afinal, de que ele falou então?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Como eu lhe havia dito, o Sr. Canozzi, depois de muita insistência, depois de muitos telefonemas de sua secretária ou da pessoa que assim se definia para a pessoa militante do PT que me ajudava e atuava como minha secretária, depois inclusive de se dispor a viajar comigo para conversar comigo, mostrando quão importante seria esse evento, essa reunião, eu finalmente aceitei o encontro, marquei o encontro no Hotel Marina porque eu tinha um seminário organizado pela Fundação Hewlett, que agregava ali pesquisadores da área de segurança pública e discutia as possibilidades de investimento e apoio a pesquisas nessa área no Brasil. Então, na seqüência, saindo do seminário, nós nos encontramos, conforme previsto, no *lobby*, e no *lobby* nos sentamos, não me lembro se tomamos um café, uma água mineral, o que tomamos; mas nos sentamos a uma mesa, só nós dois. E nesse momento o Sr. Canozzi me apresentou – e por isso eu o defini como corruptólogo e não como corrupto, porque o senhor me deu uma aula, uma aula extraordinária de corrupção, não que o senhor realmente estivesse disposto a aplicar o que o senhor sabia, mas o senhor mostrou que tinha um conhecimento, uma aula técnica extraordinária, mostrando conhecimento profundo sobre mecanismos de gestão do Estado em várias secretarias, e mostrando como seria possível drenar recursos públicos na área de obras, na área de finanças, da massa falida do Banerj, etc. para efeitos de levantamento de recursos para o que fosse, campanha, possivelmente também campanha, ou basicamente campanha nessa oportunidade. Aí, *en passant*, o senhor mencionou o Sr. Waldomiro Diniz. "Veja aí o Waldomiro nesse esquema, levantando 300 mil dos bingos por mês! Isso é muito pouco, ele é inepto, ele é ineficiente, podemos avançar, podemos melhorar, podemos chegar a uns 500 mil". Imagina. Essa foi a conversa.

Eu fiquei perplexo. Primeiro, havia um acúmulo de informações notável. O senhor efetivamente conhece o funcionamento da máquina pública. Havia um conjunto de indicações que também me surpreenderam. Fiquei perplexo porque eu não sabia se lhe dava voz de prisão ou se agia com o senhor como se tudo aquilo fosse apenas um ardil político. Eu temi que fosse um ardil político. E ainda penso que talvez fosse um ardil político. Por que o senhor foi me procurar se eu tinha a reputação que tinha, se eu era tido como alguém estouvado, purista, udenista, que tinha lutado contra a banda podre no Rio de Janeiro, da Polícia? Por que o senhor foi procurar-me a mim para fazer uma proposta indecorosa, indecente daquela? Só podia ser um golpe, um ardil. O senhor queria continuar a conversa, ficamos de voltar a nos falar, o senhor voltou a ligar, e eu não respondi mais. Procurei meus companheiros de Partido, avisei-os do que se tratava e pensei com eles que seria melhor cautela em relação ao senhor. De modo algum, ia imaginar que o senhor efetivamente estivesse com plano de corrupção, mas talvez com um plano político. De toda a maneira, sua informação sobre... Político no sentido de criar um escândalo, de fazer-me produzir um escândalo. De qualquer forma, a sua informação sobre Waldomiro ficou na minha cabeça, gerando preocupação, gerando a preocupação da qual falei na oportunidade do meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Primeiramente, causa-me uma grande estranheza, mais uma vez, o que o senhor diz aqui.

Reitero que o fui procurar por uma questão absolutamente empresarial e posso até ter conversado com o senhor sobre outros aspectos. Conversamos meia hora ou vinte minutos naquele *lobby* de hotel antes que eu seguisse viagem. Muito bem. Agora, estou absolutamente perplexo. Acho que o senhor produz um cenário metafísico que não existiu. Acho que as suas brigas partidárias com seus correligionários, com as pessoas que o ampararam, talvez tenham-no levado a buscar chifre em cabeça que não existe. Mas não é na minha que o senhor vai buscar.

Então, vou dizer e reiterar aqui aos Srs. Senadores e ao senhor que fui procurá-lo para tratar de um plano estratégico em relação a bingos, porque um cliente meu, na Europa, havia me pedido a gentileza de fazer um levantamento. É o limite do que tenho a lhe dizer. O resto o senhor responderá na Justiça.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Acho, Sr. Sérgio, que ameaças, neste caso, não são suficientes para encobrir a verdade.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos seguir a ordem. Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Não tenho perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sem perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, o próximo seria o Sr. Sérgio?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fica a critério de V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Qualquer um dos dois.

Citarei uma afirmação do Luiz Eduardo. O Sr. Sérgio disse ao Sr. Luiz Eduardo – depoimento de Luiz Eduardo: "Se você me permitir, posso montar um sistema adequado sem qualquer risco para ninguém. Seria possível levantar nesses nove meses de Governo da Benedita algo em torno de R$80 milhões a R$100 milhões. Você, nesse caso, ficaria com R$5 milhões, Benedita com R$10 milhões, e eu com R$1 milhão. Só preciso de duas ou três Secretarias, algumas Diretorias e outros cargos subordinados." Essa afirmativa foi feita no depoimento do Sr. Luiz Eduardo que está aqui presente, Sr. Sérgio, e eu lhe pergunto: corresponde à verdade?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Imagine um poder desse em minhas mãos que não tinha relacionamento naquela estrutura. Uma única visita a Governadora. Impossível. Não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Luiz Eduardo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Apenas para complementar, quero dizer o seguinte: como ele diz que procurou V. Sª porque era o homem da estratégia de montagem de Governo, talvez isso fosse condizente com essa pretensão dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está satisfeito?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. Estou seguindo a lista de inscrição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quanto ao que o Senador Juvêncio da Fonseca lhe perguntou, V. Sª confirma tudo que foi dito na entrevista e perante esta Comissão no seu depoimento sobre as propostas que ele fez, inclusive o conhecimento que tinha do Estado que era do seu desconhecimento como Vice-Governador?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu não era vice-Governador, Senador. Eu era candidato a vice-Governador. Sim, sim, confirmo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas confirma que ele tinha um conhecimento mais profundo sobre a mecânica do Estado?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que o senhor desconhecia mesmo como candidato?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor confirma?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria aos Srs. depoentes que ficassem frente a frente para a acareação.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não. Eu já disse que não. Absolutamente. Eu não tinha nenhum conhecimento dessa estrutura toda. Fui tratar exclusivamente daquela matéria já colocada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sabe, Presidente, eu fico aqui... Porque é tão incisiva a colocação do Luiz Eduardo, é tão coerente com tudo o que ele vem falando, não muda uma vírgula, que eu ponho em dúvida a sinceridade do depoente agora. Até porque ele tem uma tranqüilidade efetivamente bem segura, só fica vermelho. Não muda absolutamente nada da fisionomia, nem o olhar. Só fica um pouquinho mais avermelhado, provavelmente de vergonha. Eu não vou acusar nada, mas eu prefiro, nessa altura, ficar com a palavra do nosso ex-Secretário, porque ele fala com muita convicção de fatos que realmente aconteceram ao longo do tempo. Por que é que o senhor acha que ele veio aqui para mentir contra sua pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB).**–** – Eu solicitaria que os depoentes ficassem frente a frente.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu já disse o seguinte, quer dizer, eu considero que o senhor deve ter tido seus problemas, como sabemos todos que teve, e de repente o senhor, depois daquela conversa comigo, que foi uma conversa, como o senhor mesmo disse,

rápida, conversa num *lobby*, então o senhor tenha feito outro tipo de juízo meu, não posso pensar de maneira diferente. Eu não tenho a menor razão para concordar com o que o senhor está dizendo, que para mim é uma loucura, é um devaneio. É isso o que eu tenho que dizer, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas por que é que ele escolheu o senhor e não escolheu o Waldomiro, por exemplo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador Tuma, eu não sei lhes dizer, eu não sei lhes dizer por que ele escolheu a mim, de repente pode ter achado que... Eu pergunto o seguinte: por que dois anos depois?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Posso lhe responder?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu não entendo!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Gostaria, gostaria.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Dois anos depois porque só quando veio à tona a fita do Waldomiro Diniz é que eu pude, retrospectivamente, conferir outra atenção, outro significado àquele nosso encontro.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Mas, vem cá, mas se eu disse tudo isso que o senhor disse, que é uma barbaridade, por que é que o senhor não entrou na Justiça, por que é que o senhor não fez alguma coisa, não foi ao Ministério Público, não fez alguma coisa que me incriminasse? Isso é uma barbaridade!

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Durante toda a manhã, nós tivemos oportunidade de conversar sobre isso. Por isso eu disse ao senhor que o senhor tanto poderia estar efetivamente propondo uma intervenção corrupta no Estado, quanto poderia estar ali em nome de um ardil político. Foi por isso que eu não agi.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sr. Luiz Eduardo, o homem do PT era o senhor. Eu jamais fui homem do PT, eu jamais fui homem de qualquer Partido político. Eu sou um empresário, digno, e que honro meus compromissos na medida do que eu posso. Tenho família para sustentar e não sou corrupto para ir fazer corrupção com uma pessoa que eu não conheço. Isso é uma loucura.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Honra compromissos com 29 processos de sonegação, Sr. Sérgio?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O senhor está misturando, desculpa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma e solicito dos Srs. Senadores aguardar a vez para fazer suas perguntas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Secretário, uma pergunta: sua colocação da possibilidade de estar entrando numa cilada, ela tem alguma coisa de correta. Por quê? Porque na medida em que propunha a substituição de Waldomiro, provavelmente a Fundação era substituir o Waldomiro por alguém que ele pudesse indicar. Porque ele disse aqui no depoimento que esteve em visita com a Benedita antes de procurá-lo. E eu não sei o conteúdo da conversa, porque... Nossa Governadora Benedita talvez possa dar uma explicação do teor da conversa dele anterior à procura que ele lhe fez provavelmente por indicação dela. Não sei se isso tem uma lógica dentro do seu raciocínio.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, se a Governadora Benedita quisesse que eu recebesse o Sr. Sérgio Canozzi, ela me falaria. Nós nos falávamos todos os dias, e ela me pedia que recebesse muitas pessoas, isso era muito comum. E por que, por tanto tempo, eu hesitei... Se o senhor quiser uma prova, agora está me ocorrendo o seguinte: vamos ver...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... telefones.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – ... os telefones.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quebra de telefones.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Quantas vezes houve telefonemas da parte dele para o meu telefone?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu requeiro, Sr. Presidente, a quebra do sigilo telefônico de ambos.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Vários telefonemas foram dados por ele, vários. Isso já pode ter ocorrido todo um tempo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria da assessoria que preparasse requerimento para a quebra do sigilo, para a transferência do sigilo telefônico, bancário e fiscal também do Sr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Aí eu não concordo. Acho que o Luiz Eduardo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O telefone para comprovar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) — Transferência!

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só dele, só do Sr. Sérgio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, tem que ser dos sois, porque pode ter ouvido resposta.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sim, eu ofereço o sigilo do meu telefone à vontade para que todos verifiquem isso, quantas vezes houve essa ligação. Se fosse da Governadora o pedido, por que haveria tantos telefonemas?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A transferência do sigilo telefônico do Sr. Sérgio já foi aprovado. E agora o próprio Luiz Eduardo coloca o seu sigilo telefônico à disposição. Então solicito que seja feito requerimento, para que, no final desse encontro dos dois convidados, possamos votar esse requerimento.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para poder terminar.

Após o encontro no *lobby* do hotel, nunca mais se falaram?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nunca mais foi procurado nem...

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu o procurei, Senador Tuma, já lhe disse, e o procurei mais algumas vezes, de fato, vão ter lá as ligações que eu lhe fiz, várias delas, eu, o Secretário ou quem quer que seja, porque, como eu disse, como o período de governo era um período muito curto, nenhum investidor internacional iria tratar de uma operação daquela monta, naquele momento, num assunto de dois, três meses. Então eu queria, o quanto antes, que fosse esclarecido, se era do interesse ou não era do interesse. Aí liguei, eu pedi que ligasse a ele algumas vezes, várias vezes, duas, três, dez, não sei quanto. Mas também, na semana seguinte, também como já disse aos senhores, desisti do assunto, porque não tinha retorno nem dele nem porque o Sr. Waldomiro tinha uma orientação sobre isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o objetivo real da conversa era bingo. Com ele.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Como eu já lhe disse, o objetivo da conversa era bingo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então por isso que pode ter surgido o nome do Waldomiro como um inepto, no recolhimento de 300 mil, que poderia ser dobrado ou triplicado.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Mas, efetivamente, Senador, o assunto não era bingo. Foi bingo **en passant**. O assunto foi o que eu lhes expus.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Presidente!

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Volto a dizer que o assunto era bingo e que....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Sr. Relator está suficientemente esclarecido aí da acareação?

Eu, para mim, já tenho a minha convicção. Não sei se o nosso Relator tem alguma dúvida.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, mas a palavra a seguir é do Senador Magno Malta.

Mas, pela ordem, V. Exª...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Apenas para tentar deixar claro que, quando o Dr. Luiz Eduardo deixa disponível seu sigilo telefônico, foi dito que as ligações eram feitas também para a secretária dele. Então que o telefone de serviço também tenha sigilo disponível, senão nós não vamos ter a informação completa.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Era justamente esse que eu pretendia lhes oferecer, que era...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Sérgio Canozzi* também coloca à disposição seu sigilo telefônico?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Já coloquei todos, Senador. Coloquei o telefônico, o bancário, todos eles, à sua disposição. E vou encaminhar, espontaneamente, na semana que vem, todos os documentos solicitados pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, mesmo tendo o Sr. Luiz Eduardo colocado, de livre e espontânea vontade, o sigilo dele à disposição, quero registrar a minha não-concordância. Ele está aqui como colaborador, elogio a sua disposição, até porque nada pesa contra o Sr. Eduardo, nenhum tipo de insinuação nem de processo, nada que desabone a sua conduta. Mas eu louvo a sua atitude, porque ela é uma iniciativa pessoal, no sentido de dar claridade à CPI.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Magno Malta, desculpa, mas ele ofereceu como prova de que está falando a verdade. Porque está falando a verdade, ofereceu para comprovar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, exato! Eu estou elogiando isso. Agora, digo que, do ponto de vista de CPI, porque S. Exª está aqui muito mais como um colaborador para nos ajudar a dar claridade aos fatos.

Sr. Presidente, fiz um ofício aqui que vou encaminhar daqui a pouco, solicitando a Srª Benedita da

Silva, que, por escrito, não tem nada, ela não precisa, que, por escrito mesmo, nos informe, até a mão mesmo, se recebeu o Sr. Sérgio ou não no gabinete e se o assunto tratado por ele foi assunto bingos e se ela encaminhou ao Sr. Luiz Eduardo e qual foi o assunto. E fiz aqui um ofício que vou protocolar.

Eu gostaria que o senhor, olhando para o Sr. Luiz Eduardo, remontasse

o cenário naquele dia. E falasse, olhando para ele, exatamente o que o senhor disse que falou: o assunto, com as pausas, com a contundência do que o senhor estava querendo no Rio de Janeiro, os seus amigos da Espanha cujo nome o senhor não sabe, a empresa cujo nome o senhor não se recorda. Que o senhor falasse...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Desculpe-me, Senador, eu já dei o nome da empresa, já dei o nome do empresário e já lhe disse de onde era. Disse a todos os senhores, aqui no plenário.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Certo. E a intenção de comprar os bingos, essa coisa toda, o que o senhor tratou com o Sr. Luiz Eduardo. Depois, em seguida, ele vai remontar o cenário, olhando um para o outro, e o senhor pode ficar calmo, porque – é até uma orientação que eu não deveria lhe dar – a acareação é muito mais para quem está vendo, para o juiz, o Ministério Público, é muito mais sentir a reação, no olho, e tal.

O Senador Romeu Tuma, que é um especialista, delegado, falou: O homem ficou vermelho demais, gaguejou, para mim já foi, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senador, vamos tirar conclusões. V. Exª fez uma pergunta e, com a palavra, o Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

Porque foi um cenário que somente vocês dois viveram. A secretária foi e estava lá fora, não tem como testemunhar nada. E aí, se o senhor remonta esse cenário, vai nos dar a possibilidade realmente de tentar criar na mente o que aconteceu naquele dia lá.

O senhor tem a palavra para falar. Sei que o senhor disse que ficou 20 ou 30 minutos. O senhor não vai gastar isso tudo, mas, basicamente, o que senhor disse, com tranqüilidade, e, depois, o Sr. Luiz Eduardo vai fazer a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Sérgio, o senhor tem a palavra.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, antes queria só fazer uma colocação, que não é exatamente o cenário, que é a seguinte: o senhor há de convir que uma pessoa que não é do *métier* legislativo e que venha a uma Casa como esta, numa situação como esta, não está vivendo um momento normal na sua vida. O senhor concorda, Senador Tuma?

Muito bem. Então eu quero só dizer que essa é a minha situação. Enfim, eu disse isso porque foram as duas alegações que os senhores fizeram. Então, evidentemente, os senhores não tenham dúvida de que não posso estar no meu momento normal, no meu dia-a-dia normal, na minha situação normal.

Estou sendo acusado, estou ouvindo coisas que, como disse aos senhores, já me fizeram passar muito mal logo depois daquela CPI do Rio de Janeiro, situação de saúde, familiar, inclusive. E espero ter vindo aqui para tentar esclarecer tudo o que é necessário esclarecer, atendendo ao convite da CPI, e, enfim, é lógico que quando as coisas não estão exatamente como a gente imagina, ou deixam de ser, alguma coisa transparece.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu gostaria que o senhor respondesse.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Então eu vou responder agora. Estou só fazendo um esclarecimento, Senador Malta, que eu acho que é importante, afinal de contas o Senador Tuma disse que eu fiquei vermelho...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO CANOZZI – É isso que estou falando. Sob o aspecto psicológico. V. Exªs são da área policial, eu não sou. Então estou dizendo qual é a minha situação, justificando, o que acho que é mais do que lógico, Sr. Presidente.

Agora, o cenário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O cenário – e eu quero dizer que não me lembro muito bem – foi um final de tarde, não me lembro de que dia, chegando ao Hotel Marina Palace, no Leblon, duas mesinhas redondas no *lobby*. Encontrei com o Sr. Luiz Eduardo, conversamos algumas coisas, acho que disse – acho, não sei, porque agora estou na "achologia" – a ele por que tinha vindo, qual a razão de ter ido. Enfim, não sei se disse que tinha falado com o Waldomiro, não sei se disse que tinha falado já com a Governadora, a ele eu não sei se disse isso, porque a conversa foi rápida. Tinha uma moça que vinha, tomava anotação, ele atendia o telefone, estava com pressa, tinha mais gente em volta, e tal. E eu então disse a ele o que eu já disse: vim aqui porque enfim tenho aqui um problema estratégico, no Rio de Janeiro, tem clientes meus querendo ver essa operação, e tal, e gostaria de saber o que o senhor acha disso. Nós podemos resolver isso rapidamente, se é uma intenção de Governo, se isso pode ir para o próximo Governo. Alguma coisa dessa

natureza. Sinceramente, não me lembro dos detalhes do cenário. Mas foi isso, nada mais do que isso. E me despedi e fui-me embora, e pedi para falar com ele o mais rápido possível.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Sérgio, isso aí deu menos de três minutos. O senhor ficou trinta com ele. E o senhor ligou "n" vezes para marcar uma conversa e não lembra nem dos detalhes disso! O senhor estava tão interessado.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu gostaria que o senhor: Olha, Dr. Luiz Eduardo, eu sou o empresário fulano de tal – como o senhor sabe falar –, da área tal, da área tal, acho que o senhor fez isso, tenho empresários amigos no país tal, estou representando e tal. Eu queria que o senhor fizesse isso, para que pudéssemos realmente ter clareza do que o senhor está dizendo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador Malta, deixa eu lhe dizer o seguinte: eu não tenho o poder da verve, não tenho o poder da palavra; sou economista, não sou advogado, e sou muito conciso e objetivo nas coisas que falo. O que fui falar foi isso. Agora, remontar o cenário, rever o cenário, lembrar de todos os fatos, eu sinceramente não consigo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não é o cenário que estou dizendo, mas pelo menos o diálogo...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Mas eu estou dizendo ao senhor.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Esse negócio de *lobby*, só fala de *lobby*. Não é nada disso que estou perguntando. Estou falando é o diálogo, o que o senhor foi propor, que durou trinta minutos. O senhor falou aí.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não sei nem se durou trinta, ele estava com pressa, foi uma conversa rápida na mesa. Eu lhe digo o seguinte: foi isso, cheguei, cumprimentei, aliás, ele demorou um pouco, se não me engano, e aí veio, cumprimentei, conversamos, acho que me apresentei, evidentemente, devo ter me apresentado "como vai o senhor e tal", essa coisa toda, e aí conversei sobre esse assunto, quer dizer... Eu disse: olha, tem uma situação assim, assim e assim, quer dizer, meus clientes estão interessados nessa operação, que é uma operação, como já relatei a todos os senhores aqui no plenário, uma operação de compra de casas de bingo no Rio de Janeiro a ser efetuada por um grupo internacional, espanhol, o grupo Conar, que foi quem me pediu para ser *adviser* nessa operação. E aí eu o procurei, falei sobre isso e, quando falei dos aumentos de arrecadação...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu queria que o senhor falasse olhando para ele.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – ...falei exatamente desse aumento de arrecadação, que é uma variável econômica, curva de Gauss, o senhor sabe que tudo na vida tem a capacidade de investimento e, depois de chegar num determinado ponto, o investimento cai e a receita diminui, quer dizer, o investimento continua e a receita diminui. E o objetivo qual era? Era exatamente fazer com que não houvesse depreciação de arrecadação das operações de bingo. Foi essa a razão que lhe procurei. Não sei se entramos nesse detalhe ou não, mas conversei sobre isso para ouvir a sua opinião sobre isso, porque era uma matéria estratégica, não era uma matéria operacional. Foi isso.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – E qual foi a opinião que lhe dei?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O senhor não deu opinião nenhuma.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Posso falar agora?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pode.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – O senhor disse que iria pensar e voltaria a falar comigo.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Sr. Sérgio, eu lhe pergunto, antes de fazer a minha descrição do cenário, o seguinte: por que o senhor não trouxe, não explicitou, como o senhor acabou de dizer agora, a principal informação do nosso encontro? Qual era a principal informação? Quem o havia indicado, a Governadora. Isso era mais importante que tudo, porque isso definiria a maneira com a qual eu o receberia.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Desculpa, Sr. Luiz Eduardo, eu se não lhe disse lá foi porque achei que tivesse o senhor sabendo anteriormente. E vou lhe ser mais sincero ainda: eu não recordo se lhe disse e não vou contar coisas que não recordo. É isso. Agora, vou lhe reafirmar: fui procurá-lo depois de uma audiência com a Governadora Benedita da Silva, com quem eu não tinha intimidade, e a fui procurar como um caso de Governo, uma operação de um investidor internacional que tinha interesse em um determinado negócio, e eu deveria procurar a autoridade constituída. Quem era a autoridade constituída? A Governadora. Muito bem, eu a procurei e, da conversa dela, ficou patente que eu deveria procurar o Sr. Waldomiro e deveria, se necessário, procurar o senhor. É isso, só isso.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Para mim, Sr. Sérgio...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Sérgio, olha para ele, por favor.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Para mim, Sr. Sérgio, é muito claro que essa informação é a principal informação: a informação de que o senhor foi recomenda-

do pela Governadora Benedita, de que era um pedido dela que eu o recebesse. Portanto, se o senhor não se recorda, posso recordar para o senhor. O senhor não me disse isso. O senhor não me disse isso.

Segundo, também outra falha a sua memória: não foi o senhor que me esperou, fui eu que o esperei, porque eu saí do seminário, andei pelo *lobby*, não encontrei ninguém, fiz contatos ali na portaria no *lobby* e não havia ninguém à minha espera.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – E saiu novamente e voltou...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, senhor.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – ...uma coisa do gênero.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, senhor. Não, senhor. Eu estava lá.

Terceiro ponto, não fui interrompido várias vezes, não houve tumulto algum na nossa conversa. Por quê? Porque solicitei à minha secretária que ficasse com meu celular e que me desse aquele tempo porque havíamos marcado, depois de tanta pressão do senhor, era alguma conversa que merecia alguma atenção. Então nos sentamos e por isso conversamos, sim, por uns vinte ou trinta minutos efetivamente.

Então esses foram os fatos. E o que o senhor me disse? O senhor me disse que em várias secretarias, na massa falida do Banerj, o senhor é economista eu não sou, mas o senhor me mostrou de que forma seria possível, desde que o senhor indicasse a pessoa, que a pessoa participasse de um sistema adequado ...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senhor Sérgio, queria que o senhor ficasse olhando para ele, porque isso é uma acareação.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Estou olhando.

O SR. MAGNO MALTA (PL –ES) – Não, não está.

O SR.LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – De que modo seria possível criar um sistema de gestão e mecanismos que pudessem drenar recursos sem problemas, sem que isso se tornasse visível, ostensivamente público. O senhor mencionou a Secretaria de Obras, o senhor mencionou a massa falida do Banerj, o senhor mencionou a Fazenda, não sei se mais algum item do Governo do Estado, do Estado, da estrutura do Estado, e *en passant*, repito, o senhor mencionou Waldomiro e a Loterj, *en passant*, que quer dizer de passagem, não foi absolutamente o tema da sua conversa, nem o senhor trouxe qualquer proposta política, nem o senhor ali esmiuçou os mecanismos e as dinâmicas pela quais se realizaria tal suposta exação.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Volto a dizer que desconheço isso, se isso foi conversa, foi conversa *en passant*, que eu não me lembro, eu não falei esse assunto com o senhor. Eu não tinha nenhum poder para tratar disso, não era o meu negócio, eu não trato de assuntos de Estado, eu trato de assuntos de clientes meus, e o meu cliente só tinha um objetivo, era só o que já mencionei.

Portanto é isso. Essa é a minha verdade.

O SR. MAGNO MALTA (PL –ES) – O senhor é economista? O senhor se formou onde, Sr. Sérgio?

O SR. SÉRGIOCANOZZI – Eu me formei na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto alegre.

O SR. MAGNO MALTA (PL –ES) – O senhor é economista.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sou sim, senhor.

O SR. MAGNO MALTA (PL –ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está satisfeito?

O SR. MAGNO MALTA (PL –ES) – Eu estou satisfeito, mas meio assustado, porque o Sr. Sérgio tem uma memória muito fraca. De tudo que tratamos aqui das inquirições pessoais agora nesta acareação, ele tem dificuldade de lembrar as coisas, de lembrar nomes, de lembrar conversas, de lembrar eventos.

Só lembrando ao senhor, Sr. Sérgio, que o trabalho da CPI é buscar a verdade disso tudo e os seus esquecimentos certamente virão à luz na CPI, eles virão à luz na CPI.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador, estou aqui à disposição.

O SR. MAGNO MALTA (PL –ES) – Só um minutinho, senhor, e esses lapsos de memória em coisas tão importantes eles só prejudicam o senhor, eles não têm nada a seu favor, não têm nada a seu favor.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Sr. Flávio Arns. (Pausa)

Sem perguntas S. Exª.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, ainda estaria esperando de Palhoça o resultado sobre o referido projeto, conforme me foi solicitado, se havia algum projeto aprovado de alguma obra turística com cancha de golf de nove buracos na praia de Sonho em Santa Catarina. Estou esperando o resultado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sem perguntas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por enquanto. A não ser que me passem agora. Daqui a pouco, se puder.... Vai terminar agora?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se V. Exª tiver as informações estaremos à sua disposição.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Presidente, serei muito breve. Entendo que o Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares confirmou, com clareza, tudo que havia dito em seu depoimento, e o Dr. Sérgio também tentou fazer a sua parte.

Só não consigo ver coerência é quando o Dr. Sérgio tenta estabelecer que teve encontros com o Governadora, uma audiência, depois participou de um aniversário, e ao mesmo tempo o Dr. Luiz Eduardo coloca que nunca, e vejam que ele pode ser tratado, ser interpretado como um desafeto político do PT hoje, por toda a reação que ele tenha aos desentendimentos que teve com o Partido. Em nenhum momento ele consegue admitir que tenha tido qualquer tipo de influência ou insinuação por parte da Governadora ou do Governo para que recebesse o Sr. Sérgio. Então os fatos deixam claros. Como o Sr. Sérgio ia ter uma insistência tão grande de ter um contato com o Dr. Luiz Eduardo se tinha facilidade de ter sido recebido pela Governadora Benedita, que determinou que ele procurasse o Dr. Luiz Eduardo. Então, não se consegue ver sustentação em tal afirmação. Eu entendo que a transferência do sigilo telefônico será muito importante para a CPI poder investigar. Mas o Sr. Waldomiro Diniz diz no seu depoimento à CPI, "por afirmações do Sr. Sérgio" – o Sr. Sérgio Canozzi dizendo para o seu Waldomiro:

"Olha, o senhor faz lá esse trabalho social, está dando muito certo, mas quero dizer ao senhor que eu farei algumas nomeações na empresa e que nos próximos dias o senhor será comunicado."

Isso, afirmação do Sr. Waldomiro Diniz que o Sr. Sérgio Canozzi teria feito. E o Sr. Sérgio Canozzi disse que não tinha nenhum interesse, nenhum propósito em relação à Loterj, que tratava apenas do assunto bingos e que o foco do assunto bingos estava vinculado ao Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Tião, Só uma questão. Agora, na acareação, ele disse que o bingo era controlado pela Loterj. Eu não sabia disso. Só agora na acareação é que ele falou isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Ele falou anteriormente também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, eu não ouvi, que o bingo... então, o Waldomiro tinha controle sobre o bingo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Sérgio Canozzi, em seu depoimento, disse que a questão dos bingos com era com a Loterj.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, o Sr. Waldomiro tinha controle sobre os bingos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu perguntei e ele confirmou isso. Mas eu não entendo por que a volta para o Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares e para o outro órgão que o Dr. Sérgio Canozzi falou, além do Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares.

Então, Sr. Presidente, o que eu acho que temos que ter aqui como elemento adicional importante é a quebra do sigilo bancário e fiscal dos supostos, dos CPFs do Sr. Sérgio Canozzi. Temos que ter mais elucidação sobre essa movimentação dele no próprio Estado de Santa Catarina. Eu entendo que a CPI poderá pedir auxilio do Ministério Público Federal e de órgãos afins para ver essa movimentação, já que é um foco citado, de envolvimento do Bingo também. Ele fala que é apenas um *resort* que ele tem interesse lá.

No mais, acho que temos de respeitar que um depoimento que tentou se afirmar com muita seriedade, do Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, que traz o respeito nosso, embora, como eu disse, eu não vi entre as suas interpretações de ética, ao mesmo tempo, atitude diária como equivalentes. Mas respeito, são focos de vida de agir das pessoas. Já o Sr. Sergio, infelizmente, não conseguiu trazer convencimento aos membros da CPI, em sua maioria, até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Sérgio Canozzi.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu, na verdade, Senador Tião Viana, fico muito sentido que não tenha conseguido, porque o meu objetivo aqui era tentar esclarecer tudo da melhor maneira possível. Acho que – volto a dizer – que o senhor está... Perdão.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O Senador Magno Malta está perguntando sobre quem o convidou para o aniversário da Governadora Benedita da Silva no Clube Monte Líbano. O senhor já havia me dito que irá provar. Nós vamos aguardar a prova que V. Exª diz, que foi a própria Governadora. Nós vamos aguardar a prova. Isso ele vai comprovar. Nós temos que aguardar.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sem dúvida.

Perdão, me falhou a memória, Senador Presidente. Eu acho que eu estava, eu ia... É lamentável que eu não tenha conseguido dar as elucidações que pretendia dar a esta Casa, mas me coloco inteiramente à disposição para, a qualquer momento, aqui retornar com qualquer elucidação necessária. Vou encaminhar as provas materiais escritas, todas. E duvido que a Governadora Benedita negue a verdade, porque haverá provas suficientes de que ela me recebeu, e recebeu

por um negócio que interessava ou não interessava ao Estado. E ela era a autoridade, era ela quem deveria me receber. Portanto, não tem nada de mais em ela ter me recebido e não tem nada de mais em eu ter ido procurar a autoridade.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agora, eu gostaria que V. Sª me esclarecesse só o seguinte: por que tanta insistência sua em ser recebido pelo Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares? Em nenhum momento, V. Sª usou o expediente delegado pela Governadora para procurar ele.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Mas, Senador, o senhor me desculpe, eu já falei isso diversas vezes e vou repetir na presença dos nobres Senadores que não estavam aqui!

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Diga.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Quer dizer, o que acontece? O senhor tem um assunto que um cliente internacional lhe procura, o senhor vem fazer uma diligência para um cliente internacional de um assunto que é importante no Estado. O senhor tem que procurar quem? A autoridade maior do Estado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas a Governadora o delegou a função de procurar...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Só um pouquinho, Senador, só um pouquinho. Não houve delegação, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas o senhor disse aqui que ela disse que o senhor procurasse o Dr. Luiz Eduardo e o Sr. Waldomiro.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, não disse. Vou repetir. Deixa eu repetir porque o senhor está tentando botar palavras na minha boca.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Está gravado o que o senhor disse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Sérgio, como foi que o senhor chegou à Governadora Benedita?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Isso. Senador, foi o seguinte: eu, espontaneamente, a procurei, dizendo do que se tratava. Mandei a minha assessoria ligar no gabinete e pedir uma audiência. Expliquei qual era o assunto e foi marcada uma audiência. Muito bem. No início da gestão dela, foi marcada uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Governadora recebeu o senhor no Palácio?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Me recebeu no gabinete do Banerj. O antigo Banerjão, no Rio de Janeiro, tem um gabinete do Governador ali. Ela me recebeu lá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas a ex-Governadora está afirmando que nunca falou com o senhor.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Pois eu sei. Pois tudo bem. Mas as provas virão à tona. Ué! Estou lhe dizendo que eu não sou mentiroso. Sou um homem de bem, um homem sério...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, eu preciso só que fique bem registrado. Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª afirmou aqui – está gravado...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Pois não, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – ...tenho memória boa, que a Governadora o orientou a procurar o Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares e o Sr. Waldomiro Diniz para tratar do assunto. Agora, o senhor está negando que afirmou isso.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, eu não estou negando. Eu vou lhe dizer o que ela me disse, de novo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, diga, para eu entender.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Ela me pediu para procurar o Sr. Waldomiro Diniz e, se houvesse algum assunto estratégico, além daquilo,0 que eu poderia procurar o Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares.

O SR. TIÃO VI ANA (PT – AC) – Então, o senhor está confirmando.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu vou repetir o que eu fiz. Aí, eu liguei ao Sr. Waldomiro Diniz, que veio ao meu escritório. De forma muito leal, veio ao meu escritório. Conversamos, trocamos idéias e faltava um assunto estratégico, que é o que eu já relatei. Procurei o Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares. É isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está satisfeito, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Satisfeito, meu caro Presidente. Só que me permita concluir. No encerramento, quando o Dr. Luiz Eduardo afirma que a abordagem foi completamente diferente da dita pelo Sr. Sérgio, nós nos perdemos completamente na coerência do diálogo, porque o Dr. Luiz Eduardo afirma que ele chegou a propor milhões: dez milhões para a Governadora, cinco milhões para o Dr. Luiz Eduardo, não sei quanto para o Waldomiro. Foi o que ocorreu aqui.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, para Waldomiro, não. Para ele próprio. Ele ficaria com um milhão.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, nós nos perdemos completamente nessa conexão aí, Sr. Presidente.

Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor confirma que o Sr. Sérgio disse que daria dez milhões à Governadora da época, ficaria com um milhão e daria cinco milhões ao Waldomiro. Foi isso?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Não, não. Dez milhões para a Governadora. Ela poderia ficar com dez milhões, eu poderia levar aí uns cinco milhões e o senhor ficaria com um milhão, se nós pudéssemos levantar os oitenta milhões ou cem milhões que proviessem dessa urdidura muito sofisticada, que exigia, entretanto, comprometer várias áreas de Governo com o esquema que o senhor montaria.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Um assunto fantástico que eu desconheço.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que o Senador Tião falou, e se ele permitir... O que eu acho estranho. Quando o senhor pediu a audiência, esclareceu qual era o assunto? Disse que era jogo, para a Governadora recebê-lo, disse que ia tratar sobre assunto de bingo?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Senador Romeu Tuma, não sei lhe responder isso. Não me recordo. Eu pedi uma audiência, dizendo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu tenho minhas dúvidas que um Governador vai receber, para discutir assunto de bingo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Deixe-me dizer o seguinte, Senador: mas não era assunto de bingo, Senador Romeu Tuma. Era diferente. Eu já lhe expliquei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, era assunto de bingo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador Tuma, não era.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor pode ter dito que era negócio e não esclareceu qual era o objetivo da conversa.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, porque eu não liguei para a Governadora. Mandei minha assessoria ligar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque quem ouviu deve ter contado ao senhor qual era o assunto.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Veja bem o seguinte, Senador: o senhor sabe que não era um assunto de bingo. Desculpe. Era o assunto de um grupo investidor, querendo comprar negócios de relevância no Brasil.

(Interferências fora do microfone.)

Mas tudo bem.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Comprar sete ou oito bingos, o senhor falou. Então, o negócio é bingo.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, conforme conversamos antes e já tínhamos indagado aqui ao Sr. Canozzi, em Palhoça, Santa Catarina, o Sr. Carlos Fernandes, Secretário de Planejamento daquele Município, telefonou-me agora, dizendo que, no ano passado, início de 2004, sondaram da possibilidade de fazer um empreendimento na Praia dos Sonhos e que nunca o pedido entrou na Prefeitura. Faz mais de um ano que foram sondar da possibilidade. Só para...

O SR SÉRGIO CANOZZI – Senador Pavan, só para confirmar...

O SR LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como sou de Santa Catarina, coube a mim fazer essa investigação. V. Sª, por diversas vezes, mencionou Santa Catarina, principalmente sobre esse empreendimento. E, como lhe falei, inúmeras pessoas do Brasil estão acompanhando essa discussão aqui. Integrantes da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Palhoça fizeram um estudo e disseram que, apenas no início de 2004, é que se sondou da possibilidade de se construir um empreendimento turístico com cancha de golfe. Até o presente momento, nenhum projeto desse porte entrou naquela prefeitura.

Era só para deixar registrado.

O SR SÉRGIO CANOZZI – É só um aparte, Senador. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Estou com um projeto, já com a viabilidade prévia aprovada pela Prefeitura – agora me lembrei, me veio à memória – e com o masterplano do empreendimento na minha pasta, que está no seu gabinete, Senador. Então, vou deixar aqui, inclusive com esta Presidência, uma cópia do projeto. Eu acho importante para que todos tomem ciência da existência real do que estamos falando.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Onde está o projeto?

O SR SÉRGIO CANOZZI – Está no gabinete, na Secretaria do Senador Efraim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Podia mandar buscar agora lá, não?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito que um assessor, ao final deste depoimen-

to, acompanhe o Sr Sérgio para apanhar o documento que será encaminhado a esta CPI.

Eu pergunto se algum dos Srs. Senadores deseja fazer mais uma pergunta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu gostaria de fazer uma última pergunta que eu esqueci. Eu queria perguntar ao Sr Sérgio o seguinte: ele, durante o tempo inteiro, falou que nunca mexeu com bingo, que não conhece nada de bingo, que não é a área dele, que qualquer coisa nesse sentido é falácia.

Sr. Sérgio, como é que um grupo estrangeiro de empresários da área de cassinos e bingos na Europa...

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Espanhol.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – ... um grupo espanhol foi escolher o senhor, que não conhece nada de bingo no Brasil?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Vou responder.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só um minuto.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Claro! Por favor, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Escolher exatamente o senhor, que não entende nada dessa área, que não conhece ninguém dessa área, que tem dificuldades com a Justiça brasileira? Como eles foram escolher exatamente o senhor para ver um negócio de bingos, um homem inexperiente, que não conhece nada dessa área? Como é que se dá esse fenômeno?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu respondo. Primeiro, eu gostaria de voltar e dizer que as dificuldades com a Justiça brasileira são empresariais, como vários empresários nacionais têm, eu também as tenho e estou tratando de resolvê-las.

Segundo, com relação a como chegou – eu não sei se já mencionei antes, o senhor não estava aqui na sessão – por um amigo...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu estava o tempo todo na sessão.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, mas é que eu acho que expliquei. O Senador Tuma até me questionou sobre o assunto e eu acho que eu expliquei que havia feito uma viagem a convite de um empresário da área de inspeção veicular e esse empresário, quando eu estava visitando as suas instalações, em La Coruña, me falou que tinha um amigo que era o presidente desta empresa que estaria interessada neste assunto.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Conar?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Conar. Muito bem. E eu então, no mesmo momento me botei à disposição: vamos conversar com ele e tal.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Em nenhum momento o senhor disse assim: "não, eu não tenho experiência com bingo, eu não conheço ninguém de bingo. Essa não é a minha área no Brasil"?

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Não, Senador, porque não era esse o nosso foco. Na verdade, o que ele queria eram informações **advisers**, informações macro, não eram informações micro, de detalhes da operação em si. Eram informações gerais: o Governo vai ter interesse? será que é um assunto que possa passar? Como está a legislação? Como não está?

Então, eu vim para fazer essa sondagem, como lhe disse, e eu não ia tratar do assunto, da operação comercial em si, que eles já tinham os executivos deles tratando. Foi isso o que aconteceu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Obrigado, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, agradeço aos senhores a presença.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Sr Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu me animo a fazer uma intervenção, ainda que breve.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr Presidente, eu passei um pedaço da tarde assistindo ao depoimento do Deputado José Dirceu e assisti com muita atenção o confronto entre o Deputado José Dirceu e o Deputado Roberto Jefferson. O Deputado Roberto Jefferson, com argumentos e com o ar de muita sinceridade, calcado em coerência de depoimentos prestados ao longo do tempo, fez uma vinculação muito clara entre a veracidade ou não dos depoimentos de Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Marcos Valério, José Genoíno e José Dirceu e colocou claramente o Deputado José Dirceu como o mentor – claramente – de um esquema de, usando recursos públicos, comprar consciências de Parlamentares, entre outras coisas.

O Deputado José Dirceu evidentemente que negou tudo. Ele age com convicção ideológica – é o que me passou – e nega peremptoriamente que tenha sido o autor intelectual da criação desse espúrio esquema de "mensalão".

Estamos aqui, agora, o Dr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, que é uma pessoa importante: V. Sª foi Secretário Nacional de Segurança Pública. Eu quero confessar a V. Sª que tenho admiração especial pela

sua coragem cívica. V. Sª foi capaz, não sei movido por que razões, pouco importa, de abrir as entranhas do sistema do qual V. Sª participou, como que querendo prestar um serviço ao País. V. Sª foi Secretário Nacional de Segurança Pública do Governo Federal, depois de ter sido Secretário Estadual de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e declarou, eu li, que o Sr. Marcelo Sereno havia sido indicado Secretário do Estado do Rio de Janeiro, na gestão Benedita da Silva, com a função de ser uma espécie de José Dirceu local, um primeiro-ministro, com a função específica de arrecadar dinheiro.

Todo mundo sabe que o Sr. Marcelo Sereno é uma das pessoas do Sr. José Dirceu. Ele é muito pouco falado no esquema Marcos Valério, Delúbio, Silvinho, Genoíno, mas eu o colocaria como o quinto dedo de uma mão. O quinto dedo de uma mão. E V. Sª refere-se de forma muito clara à atuação do Sr. Marcelo Sereno, numa vinculação claríssima com o Sr. Waldomiro Diniz, que seria o operador primário da obtenção de recursos. E aí vem o Sr. Sérgio Canozzi, que seria supostamente representante de um esquema espanhol – as más línguas falam na máfia espanhola.

E eu acho que, quando se fala em bingo, Sr. Presidente, Sr. Relator, é preciso que fiquemos antenados para o dinheiro de narcotráfico, o dinheiro de entidades internacionais clandestinas, para todo tipo de dinheiro espúrio, inclusive dinheiro de máfia, para que possamos fazer investigação correta e precisa e para ver se e onde está a influência do Sr. José Dirceu. Porque o Sr. Marcelo Sereno é um quinto dedo de uma mão e começou pelo Estado do Rio de Janeiro. Eu fui um dos que, ao lado do Senador Arthur Virgílio, mais se bateram para que a CPI, esta CPI dos Bingos, que era do Waldomiro, pudesse ser instalada há um ano e dois meses, um ano e três meses atrás, para que tivéssemos podido passar a limpo a corrupção que era anunciada, que era objeto apenas de suposição e que, hoje, é uma praga detestada pelo Brasil inteiro.

O que eu queria saber do Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, a quem, repito, admiro pela sua coragem cívica – algum tempo atrás, li uma entrevista de S. Sª no Jornal **O Globo**, li e registrei na memória, as denúncias corajosas feitas, quando ninguém falava no que se fala hoje –, gostaria de ouvir de V. Sª algumas considerações, se fosse possível, numa contribuição às investigações que estamos todos empenhados em fazer, sobre se o Sr. José Dirceu era realmente o *capogrupo* que englobava o Sr. Waldomiro Diniz, seu cliente hospedaria num apartamento funcional em Brasília, do Sr. Marcelo Sereno, da Governadora Benedita, se era do seu conhecimento um grande esquema de financiamento de campanha com o uso da máquina pública, onde o Sr. Sérgio Canozzi é uma peça, é um móvel, é um instrumento, que, na minha opinião, não é nem tão importante quanto a macrocolocação que V. Sª faz com muita coragem, denunciando um princípio e um esquema que, se tivesse sido morto, quando V. Sª denunciou, estaríamos livres do escândalo do "mensalão".

Eu queria ouvir, só para terminar, algumas considerações sobre a ilação José Dirceu, Marcelo Sereno, Waldomiro Diniz, Benedita da Silva, Jogo do Bicho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Luiz Eduardo.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Senador, muito obrigado pelas palavras generosas. O respeito e a admiração são recíprocos. Eu lhe diria que não posso ir além dos fatos, que são pobres, são insuficientes, que lhes trouxe, que compartilhei com V. Exª e com os demais membros desta CPI. Faço as minhas ilações, e as minhas interpretações são subjetivas, mas os fatos, os fatos eu os tinha muito poucos. Eles eram, portanto, apenas insinuações, vestígios, e isso, inclusive, justificava a minha hesitação ao longo de 2002.

Retrospectivamente, eu atribuí outro significado, outra inteligibilidade àquele processo, quando emerge a fita de vídeo expondo a todo o Brasil a operação clandestina de corrupção envolvendo o Sr. Waldomiro Diniz. Naquela oportunidade, eu pude ver, sob uma nova ótica, o que vivera. Mas o que vivera, de qualquer forma, me oferecera poucas informações, poucos fatos. Basicamente quais? Indícios, suspeitas, sobretudo este fato que não foi ainda discutido suficientemente em nosso País e em torno do qual eu tenho insistido: o fato de que alguém ligado ao Partido dos Trabalhadores vem de Brasília para o Rio de Janeiro ocupar uma posição relevante, estratégica mesmo, do ponto de vista da lealdade que é requerida no Governo Garotinho, muito tempo depois do rompimento político entre os dois partidos, entre o Governador Garotinho e o seu partido e o Partido dos Trabalhadores. Então, o Partido dos Trabalhadores, na oposição, nesse período, nesse momento, entretanto, o Governo Anthony Garotinho acolhe um membro reconhecido publicamente, membro militante ligado ao Presidente Nacional do Partido, e numa posição que não era propriamente uma posição técnica. Se fosse um grande expert numa área específica, na área social, tudo se lhe perdoaria ou se compreenderia, porque, afinal de contas, a técnica e a qualidade são virtudes superiores a compromissos partidários. Mas, naquele caso, se tratava de um homem de partido operando uma máquina perigosa. Eu diria, na minha experiência, que não chega aos pés da experiência de outros aqui presentes, eu diria, nessa

modesta experiência, a Presidência da Loterj é um cargo tão importante que o Governador tem de zelar por ele com muito carinho. É preciso que haja alguém em quem se deposite toda a lealdade, seja para o bem, para que se evitem formas de corrupção, seja para o mal, para que se instalem redes de corrupção. Mas, de qualquer forma, é alguém que certamente merece lealdade, confiança etc.

E me estranhara esse movimento. Por isso, inclusive, eu dirigira ao Presidente Lula, então candidato, se havia alguma possibilidade de uma aliança com o Garotinho, ainda para o primeiro turno, porque isso me afastaria de sua campanha. Eu lhe fiz essa pergunta no Instituto Cidadania, e ele disse que, em absoluto, não havia nenhuma hipótese de que essa aliança se configurasse. Eu, entretanto, continuava achando estranha essa presença.

Chamei a atenção de Benedita da Silva a respeito disso, e depois, uma vez montado o governo, me dou conta de que Waldomiro é mantido. Ficou muito claro para mim que, se ele foi mantido, era efetivamente porque ele representava, no Rio de Janeiro, José Dirceu. Ele não seria mantido porque se tinha demonstrado um grande *expert*, até porque a *expertise* nesse caso, deve estar subordinada a vínculos de lealdade, a compromissos de honorabilidade etc. Então, me parecia claro que Waldomiro estava no Rio de Janeiro por instrução da Direção Nacional do Partido. Marcelo Sereno vem para o Rio de Janeiro representando ostensivamente, publicamente, José Dirceu e a Direção Nacional do Partido e ocupa a posição central do Governo Benedita nesse nome. Parece-me inadequado do ponto de vista ético e impróprio – e foi isso que compartilhei com o Ministro Palocci e com o Ministro Dulci em um jantar que relatei – e inadequado que um Secretário de Governo exerça funções simultâneas na área de captação de recursos. Parece-me absolutamente inaceitável. Isso não configura absolutamente corrupção, em absoluto. Não há fatos, mas isso, certamente, é um fato grave suficiente para suscitar a preocupação, pelo menos na esfera ética.

Portanto, nós temos um comportamento político que é contraditório com o movimento dos Partidos, a presença de Waldomiro no Rio, no Governo Garotinho, certamente, parece-me ali expressando uma aliança entre os dois Partidos. Aliança em torno de quê? Me parecia cada vez mais claro que essa aliança se dava em torno de captação de recursos.

Então, nós temos um foco de captação de recursos para duas campanhas: a campanha Lula e a campanha Garotinho. E nós temos no Governo do Estado o representante José Dirceu do Partido, do ponto de vista nacional. Isso em si não significa nada, mas esses são os fatos que vão merecer a atenção dos Senhores e interpretações, e que à luz quem sabe, de outros elementos que poderão configurar um mosaico mais explicito, e aí sim, revelando algum sentido que em algum momento estaria acima da minha possibilidade de vislumbre.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma intervenção final, Sr. Presidente, muito rápida. Eu estaria incorreto se fizesse uma ilação de que o esquema que talvez V. Sª colocou sob a forma de denúncia ou de esclarecimento, ele não significa nada, a menos de aferição do padrão ético. Mas eu posso raciocinar que o esquema que está sendo investigado hoje, do "mensalão", com os cinco dedos, vem de longe, vem desde a época do Garotinho, vem desde a época da Benedita com os mesmos protagonistas, com a mesma orientação, de usando recurso público, direcionar dinheiro para campanhas políticas e outras "cositas" mais.

Eu estaria certo em racionar assim?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Eu compreendo a lógica do seu raciocínio, Senador mas eu não encontro fatos, na minha experiência pessoal, que pudessem sustentar a sua interpretação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Fatos ou provas?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Provas, evidências, ainda que indícios suscitam a possibilidade de que esta interpretação se ...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Mas são as suas suspeitas ou sua convicção?

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Subjetivamente eu tenderia a concordar com V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas nós tivemos um debate com um foco definido com um conflito de relacionamento entre o Dr. Luiz Eduardo, o PT, o Governo Benedita, o Governo Garotinho, e se nós abrirmos agora para um campo de suspeita, nós vamos entrar em um debate que não vai mais ter paredes. Aí vamos entrar em Rafael Grecca, vamos entrar em ex-Presidente da Caixa que foi para Unibanco. Eu não acho que seja o momento de focar isso no debate. Era só essa ponderação, porque se nós formos vincular agora vai abrir um leque sem qualquer possibilidade de harmonizar o que V. Exª está tentando aproveitar dessa discussão durante o dia todo.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Sr. Presidente, o Senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. SÉRGIO CANOZZI – Eu queria, já que houve a citação do nobre Senador em relação ao problema da máfia espanhola, e até para preservar o grupo que eu representava, o Conar, dizer aos Senhores o seguinte. Eu vou providenciar material expositivo do grupo com as suas demonstrações financeiras, para também chegue a esta CPI e fique bem claro que eram clientes de primeira linha, Primeiro Mundo, que nada tinha haver com esse tipo de vinculação. Isso é importante que se coloque.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Eu agradeço a V. Sª e daria a palavra ao Senador Arthur Virgílio pedindo a compreensão de V. Sª, que um dos nossos convidados, o Sr. Luiz Eduardo tem que pegar vôo ainda hoje e tem apenas 20 minutos para chegar ao aeroporto.

Gostaria que V. Sª fosse sucinto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois, não Sr. Presidente, usarei bem menos o tempo regimental.

Eu me dirigirei precisamente a V. Sª, Dr. Luiz Eduardo.

Eu até começo lamentavelmente discordando, – e eu costumo concordar bastante com o Senador José Agripino Maia, – de S. Exª. Assisti a todo o debate entre o ex-Ministro José Dirceu e o Deputado Roberto Jefferson, e eu que no começo me pautava pela idéia de que todos esses erros, esses acertos e esses gestos de corrupção tinham a ver com ideologia, isso foi antes de Land Rover, foi antes de tudo isso, eu dizia, no fundo pensam em transformar o mundo e acham que desmoralizando o chamado estado burguês, até comprando Deputados, enfim, e, portanto, malversando recursos públicos, estarão fazendo o melhor para o futuro. Eu chegava a pensar que seria pela via da sandice, mas estou convencido, Senador José Agripino, de que é corrupção mesmo; não tem ideologia nenhuma. É corrupção, é apropriação indébita de recursos públicos, é malversação de fundos que deveriam pertencer aos desvalidos, que o Presidente Lula tanto jura defender.

Eu fico impressionado porque li a entrevista que se referia ao Senador José Agripino e li outras. Li numa revista em que V. Exª estava na página principal e eu senti a verdade. Mas àquela altura eu era menos enfático em relação à corrupção nesse Governo do que V. Exª o foi. Cheguei a imaginar que pudesse haver alguma ponta de ressentimento, algo assim, embora o respeite e o admire.

Hoje eu vejo algo monstruoso, vejo uma articulação que entra pelas empresas estatais, pelos fundos de pensão, pelas verbas de comunicação social e pelo ramo da jogatina, pelo submundo da jogatina. Não é à toa que temos esses fantasmas de Santo André assustando tanta gente do Governo de tempos para cá.

Estou convencido, Sr. Presidente, em relação ao episódio verificado hoje na Câmara dos Deputados, que a acareação entre o Sr. José Dirceu e o Sr. Roberto Jefferson, no âmbito da CPI, o que houver aqui, vai poder mostrar exatamente que o Sr. José Dirceu não sustenta e não sustentará esse debate. Para mim, ele fraquejará ao longo do debate.

Portanto, atendendo ao Sr. Presidente, não vou fazer perguntas, quero apenas fazer algumas considerações, dizendo que me assusta. Cheguei a pensar que o Governo fosse ter escorregões. Vi um Governo incompetente no manusear da máquina; vi um Governo incapaz de aproveitar toda a conjuntura internacional favorável para maximizar o crescimento econômico, mas eu dizia: Esse caso Waldomiro Diniz – e eu achava que o Sr. José Dirceu tinha a ver com ele sim – nem de leve pega ninguém mais no Palácio. Esse Governo não vai permitir outros episódios parecidos com esse. De repente, eu vi algo que me pareceu sistêmico, ou seja, ao invés de montar um programa de Governo, parece-me que montaram esse programa de saque aos cofres públicos.

Tanto que com um ano maturou o primeiro caso e daí em diante não pararam de pipocar as denúncias todas, umas atrás das outras. Hoje em dia não dá para se ter o tamanho da crise, não dá para se ter a delimitação no espaço e no tempo dessa crise porque sempre temos a penúltima denúncia. A última vem sempre amanhã. Hoje o Sr. Roberto Jefferson fez outra. Então eu estou começando a entender que estou aqui neste momento numa Comissão Parlamentar de Inquérito – reafirmando que considero a maioria esmagadora dos Parlamentares do PT pessoas sérias, a exemplo do Senador Tião Viana que aqui está presente e dos que não estão, a militância do PT feita de gente séria –, mas estou convencido de que se formou mesmo uma quadrilha para assaltar o Estado brasileiro. E essa quadrilha começou talvez com um projeto de poder e perdeu-se depois nos Land Rovers, nos grandes vinhos, perdeu-se depois nas delícias da vida burguesa, enfim.

Digo isso com tristeza. Nem vou perguntar, V. Exª já respondeu que subjetivamente acreditava sim. Hoje chego a dizer que, na minha opinião, o Sr. Presidente da República tinha conhecimento, sim, de tudo. Minha convicção não é bastante para que eu vá além dela. Eu precisaria ter provas materiais, ter *links*, ter vínculos, eu não tenho e nem quero tê-los. Espero não tê-los. Mas não tenho mais nenhuma dúvida de que é ingênuo de

minha parte imaginar que S. Exª não supusesse o que se passava às suas barbas. Seria absurdo e retardado mentalmente de minha parte supor que o Sr. José Dirceu estivesse certo ao dizer que não sabia de coisa alguma. Morou com o Sr. Waldomiro Diniz e não o conhecia. Morou com ele e não sabia que ele era uma pessoa talvez de caráter fraco e que só uma pessoa de caráter muito fraco pudesse talvez fazer aquilo que foi exibido pelas televisões brasileiras.

Digo a V. Exª, e V. Exª pode me responder com uma frase só, uma palavra só para atendermos ao Presidente e à nossa prestimosa campainha, enfim, mas eu lhe faço uma pergunta só: V. Exª foi impactado pelo escândalo e V. Exª avisou que as coisas iam se desdobrar de maneira perigosa, V. Exª intuiu que podia ser algo sistêmico, pensou que se esgotava só naquele episódio e V. Exª hoje está convencido, tanto quanto eu estou, de que há algo sistêmico funcionando no País, algo que, com o objetivo de poder, com o objetivo de locupletação pessoal, algo que funciona representando o maior esquema de corrupção que já presenciou esta República desde a República Velha até o presente momento, algo superior a tudo aquilo que se viu, inclusive naquele malfadado e indigitado período Collor? Eu lhe faço essa pergunta, porque gostaria muito de poder trocar idéias com mais vagar com V. Exª, homem respeitável que é, e lhe digo da preocupação que tenho com o destino que este País vai tomando. É de perder o sono, na minha opinião. Eu pergunto como estaria o patriota que V. Exª é dormindo a essa altura dos acontecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares.

O SR. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELO SOARES – Obrigado, Senador.

Duas palavras: eu me sinto devastado, como tenho certeza que, no íntimo, muitos ex-companheiros estão, e a interpretação que faço – isso é estritamente subjetivo, não há aqui, portanto, a presença do depoente que testemunha fatos –, a impressão do cientista político, cidadão, é de que o senhor está estritamente correto, e lamento muito ter de dizê-lo porque isso significa o sacrifício de uma experiência muito rica, um patrimônio extraordinário para o qual eu concorri muito modestamente, com uma pequena contribuição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senadores e Srªs Senadoras, esta Presidência comunica aos Senhores membros desta CPI que na próxima quinta-feira teremos, a partir das 10 horas, nesta mesma sala, o depoimento dos Srs. Antônio Carlos Lino, ex-Presidente da Gtech do Brasil, Sr. Marcelo Rovai, ex-Diretor da Gtech Brasil e o Sr. Enrico Gianelli, advogado da Gtech Brasil.

Agradeço a presença dos Srs. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares e do Sr. Sérgio Canozzi e a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 49 minutos.)

Ata da 8ª Reunião, realizada em 4 de agosto de 2005.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca e Geraldo Mesquita Junior, membros e Senadores José Agripino Maia, José Jorge e Arthur Virgílio não Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-Presidente da Gtech Brasil e Marcelo José Rovai, Diretor da Gtech Chile. Com a palavra o Senhor Relator solicita que seja ouvido em primeiro lugar o Sr. Marcelo Rovai. Em votação, é aprovada a inversão de pauta e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa da audiência que teve no Banco Central juntamente com o Senhor relator e assessores da Comissão com o Presidente daquele Órgão. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senadores Tião Viana e Juvêncio da Fonseca. Dando continuidade aos trabalhos a Presidência convida o Senhor Marcelo José Rovai, para tomar assento a Mesa e, ante de dar início ao seu depoimento, faz entrega de cópia de seus depoimentos prestados anteriormente. A seguir, tece considerações sobre a Gtech fazendo um breve histórico sobre a empresa. Na fase interpelatória, usam da palavra pela ordem de inscrição os senhores Senadores Garibaldi Alves Filho, Antônio Carlos Magalhães, Magno Malta, Tião Viana, Geraldo Mesquita, José Jorge, Romeu Tuma, Flávio Arns e Juvêncio da Fonseca. Com a palavra o

Senhor Presidente agradece ao Senhor Marcelo Rovai pelo depoimento prestado, dispensando-o e suspende os trabalhos por quinze minutos. Reaberta a reunião, Convida o Senhor Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-Presidente da Gtech Brasil e após seu depoimento, usa da palavra para interpelar o depoente, o Senhor Relator seguido, de acordo com a ordem de inscrição, os Senhores Senadores Flávio Arns, Tião Viana, José Agripino Maia e Reginaldo Duarte. Finalizando a presidência agradece ao Senhores Antônio Carlos Lino da Rocha dispensando-o. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organização.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos depoimentos dos Srs. Antonio Carlos Lino da Rocha, ex-Presidente da Gtech Brasil, Marcelo José Rovai, ex-Diretor da Gtech Brasil, e Enrico Gianelli, advogado da mesma Gtech Brasil.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa e coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Srªs e Srs. Senadores que a aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Quero, então, começar convidando...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir uma inversão na pauta dos nossos trabalhos, para que fosse ouvido, inicialmente, o Sr. Marcelo Rovai. Está nas mãos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Coloco em discussão a proposta do Sr. Relator. (Pausa)

Havendo concordância dos membros, portanto, defiro-a e convoco então, inicialmente, o Sr. Marcelo José Rovai para tomar assento à mesa.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Marcelo José Rovai, eu gostaria de informar aos membros da Comissão que estivemos ainda há pouco no Banco Central. Tendo em vista que o Presidente desta Comissão, Senador Efraim Morais, está viajando, fomos eu, o Relator, Senador Garibaldi e o Senador Romeu Tuma. Estivemos reunidos com o Presidente do Banco Central para solicitar diligência no que tange aos pedidos já feitos da transferência da quebra de sigilo bancário para esta Comissão de onze pessoas e/ou entidades, sendo que, dos onze pedidos, dez venceram ontem o prazo dado pela Comissão. Portanto foi apenas um cuidado que nós tivemos de irmos logo no primeiro dia após o vencimento para que esses documentos cheguem rapidamente à Comissão. E o sigilo do Sr. Waldomiro Diniz da Silva, o prazo dado pela Comissão encerra-se no dia 9, portanto fomos pedir especificamente mais empenho no que tange à transferência dos sigilos bancários do Sr. Waldomiro Diniz da Silva.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu acho da maior relevância o que V. Exª está dizendo, tendo o cuidado de que a transferência do sigilo seja oferecida à CPI.

Hoje, será feita aqui uma oitiva da maior importância para a elucidação da história da relação com o jogo no Brasil, o jogo formal, e, de certa forma, do que significa toda essa movimentação financeira, e ainda não temos disponível a quebra do sigilo da empresa que é tão relevante para nós, que é a Gtech. Isso nos permitiria uma série de moderações no debate e de inquirições que poderiam ajudar muito a elucidar os fatos. Seguramente, vou ter de apresentar novo requerimento, para que sejam reinquiridos os membros da Gtech, aqui hoje, para, numa audiência, termos o debate nos termos em que ele pode se dar.

Então, o prejuízo está sendo muito grande de não contarmos com a transferência dos sigilos até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Tião Viana, como falei, com exceção do Sr. Waldomiro Diniz, quanto aos demais, a Comissão deu o prazo de dez dias úteis. Esse prazo encerrou-se ontem. Então, alguns dos documentos devem chegar, hoje ainda, a esta Comissão.

É verdade que os bancos e os próprios interessados podem usar o prazo máximo dado. Mas a nossa preocupação foi justamente a de transmitir essa preocupação de V. Exª. Os depoimentos, mesmo sendo dados sem os documentos estarem em mão da Comissão, vão servir para confrontar com o que eles afirmarem

aqui. E, obviamente, tivemos da parte do Presidente a garantia de diligenciar para que não houvesse nenhum atraso daqui para frente em nenhum pedido, apesar, ressalto, de o prazo ter-se encerrado ontem – até ontem, os bancos tinham prazo para providenciar essas informações.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem a palavra o Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria que V. Exª solicitasse do ilustre convidado, o Sr. Marcelo José Rovai, que, ao iniciar sua exposição, dissesse e explicasse o que é a Gtech, que empresa é essa, qual a sua finalidade etc. A população está acompanhando tudo isso aqui, e, às vezes, começa um depoimento e não se sabe nem a origem da empresa, não sabe quem é e qual a razão de ser, de estar aqui. Ficaria bem mais explicito para todos nós se houvesse essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra para o Dr. Marcelo José Rovai, quero dizer que ele assinou o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

Portanto, Dr. Marcelo, V. Sª tem o tempo que for necessário para sua explanação inicial; posteriormente, se for necessário, os membros da Comissão farão as suas argüições, começando pelo Relator, Senador Garibaldi Alves.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator e ilustríssimos Srs. Senadores, meu nome é Marcelo José Rovai, sou Diretor da Gtech do Brasil, e, atualmente, respondo pela gerência-geral de nossa sucursal chilena. Então, atualmente, habito na cidade de Santiago do Chile, há mais ou menos um ano e pouco.

Antes de explanar, gostaria de entregar a essa ilustre Comissão cópia de todos os depoimentos e documentos que já entreguei; acho que pode ser útil. Gostaria de entregar este original que meu advogado enviou, porque, na verdade, como eu trabalho fora de São Paulo e de Brasília, fiquei sabendo que a Comissão iria dele necessitar. Eu não tinha recebido a convocação, mas fiz questão de vir e faço questão de estar aqui, porque acho que este é um serviço que a gente pode prestar. É muito importante.

Gostaria de agradecer aos ilustríssimos Senadores.

Antes de iniciar a explanação, vou falar um pouquinho sobre a Gtech. Acho que isso é importante, não só para posicionar a Gtech, mas para separar um pouquinho o que é jogo legal, o que é jogo ilegal. Esse jogo ilegal tem trazido tanto prejuízo à Nação, que acho, realmente, que é importante pontuarmos da melhor maneira possível.

A Gtech é uma empresa multinacional, com sede nos Estados Unidos. Tem mais ou menos 25 anos, é responsável por 70% de tudo que é loteria em linha, loteria *on-line*, no mundo, sendo que temos mais de cem governos ao redor do mundo que são clientes da Gtech e confiam na empresa. Daí a importância de a empresa ser uma empresa correta, uma empresa idônea. Ela tem necessidade disso, não somente para o Brasil, mas pelos outros 99 governos que acreditam na empresa.

No Brasil, a Gtech iniciou as suas atividades acredito que há uns dez anos, mais ou menos, quando adquiriu a empresa Racimec e, a partir daí, começou a implantação dos serviços de loteria *on line*, no Brasil, que não existiam.

Então, o modelo que nós temos hoje implantado é um modelo que foi desenhado há dez anos. Cabe ressaltar que era um modelo extremamente competitivo, um modelo muito bom. Eu diria que, hoje, inclusive, muitos países do mundo copiaram – copiaram no bom sentido – muitas das iniciativas que a loteria do Brasil instalou há cerca de dez anos. E nós tivemos a felicidade de sermos os responsáveis pela implantação.

O que foi isso? Não existia a loteria *on line* no País. A Gtech se encarregou de 100% de todos os investimentos, que passam de US$250 milhões, em que os cofres públicos brasileiros não necessitaram nenhum aporte nesse capital. Sendo a Caixa Econômica Federal responsável por toda a administração. Quer dizer, toda a responsabilidade da Caixa – o que ela prestou muito bem durante esses anos – como gestora de toda a loteria. Mas a parte tecnológica sempre foi feita pela Gtech. Como assim? A Gtech instalou em torno de 25 mil terminais ao redor de 9 mil pontos lotéricos em quase 4 mil cidades brasileira, onde a Gtech é responsável pela captura de todos os jogos lotéricos. E, também, a partir de 2000, de todas as transações que chamamos de correspondentes bancários: pagamento de contas, inclusive, movimentação nas contas correntes da Caixa.

Esses terminais capturavam essas transações – os terminais são de propriedade da Gtech – eram transmitidos via uma rede de satélites. Essa rede de satélites também é de propriedade da Gtech. Toda a rede física. A Gtech subcontrata os serviços da Embratel na parte de satélite. Uma vez recebidos esses dados, isso tudo é processado em dois *sites*. Na verdade, são dois sistemas no *site* principal da Gtech, em Barueri; e, no *site back-up*, por contingência, que

fica na cidade de Cotia, a mais ou menos uns 30km de distância.

Uma vez tudo isso processado, ao longo do dia, esses dados são transmitidos para a Caixa Econômica Federal, que também faz um respaldo desses dados. E a Gtech encarrega de todo o processamento. A Caixa é responsável pelo sorteio e, uma vez sorteados os números das loterias, esses números são transmitidos para a central da Gtech, onde é feito, então, todo o processamento e verificação de quem ganhou, etc. Isso é passado à Caixa, que toma todas as providências cabíveis.

Então, a Gtech ela é o braço tecnológico que executa 100% das atividades de uma maneira integrada. Esse era o modelo pioneiro, no Brasil, e no de 1995, quando foi a licitação, iniciada em 1997. Desde lá, até hoje, prestamos esse mesmo serviço. Todas as atividades da Gtech no Brasil são voltadas para o jogo legal, sendo a maioria do nosso trabalho junto à Caixa Econômica tanto com loteria quanto com serviços financeiros. E algumas loterias estaduais, como é o caso de Minas Gerais, nós já tivemos, no passado, em Santa Catarina, hoje, já tivemos no passado também loteria em linha no Paraná e em Goiás, se não me falhe a memória, que foi antes de eu entrar na Gtech.

Também nesses Estados a responsabilidade de novo loteria em linha. Em Minas Gerais, até o início de 2003, nós também operávamos o que nós chamamos de videoloteria. Eu acho até oportuno, se o senhor me permite, Senador, aproveitando a sua pergunta, esclarecer: existe videoloteria, uma máquina que, talvez, infelizmente, é parecida com esses caça-níqueis, essas coisas, mas apenas fisicamente. Porque, na verdade, ela é uma máquina conectada em linha, em tempo real, com a central da Gtech. Então, na verdade, os sorteios são feitos sempre, na verdade, feitos no sistema central da Gtech.

Isso é atestado pela Unicamp e tudo mais. Isso era exigido, inclusive, pelo Governo de Minas para garantir a separação entre o que era caça-níquel e o que chamamos de videoloteria. Então, a Gtech sempre atuou no que é loteria em linha e o que também videoloteria, as duas modalidades em que atua no Brasil.

Então, acho que isso com respeito ao serviço.

Acho que posso falar um pouquinho, talvez dar um breve em termos de contratos. E entrei na Gtech no início de 2002, estou há três anos e pouquinho, mas, de qualquer maneira, tenho noção do histórico. Depois, algum detalhe, acho que o Antonio Carlos, que é o Vice-Presidente, pode lhe dizer. Eu continuo na Gtech, passa, às vezes, um ex-perdido, mas eu continuo funcionário da Gtech. Entrei em 2002 e sou funcionário até hoje. O meu contrato está suspenso no Brasil, para eu poder assumir as atividades no Chile, mas continuo, inclusive, não recebendo, mas como funcionário não remunerado no Brasil.

Bom, em 1997, se não me falha a memória, começou então a loteria em linha, era um contrato. No ano de 2000 a Caixa decidiu implantar o correspondente bancário, que é uma iniciativa hoje mostrada extremamente importante, porque levou o banco para a grande maioria de uma população de baixa renda, e a Gtech era a empresa que tinha mais condições à época, no ano 2000, por já ter uma rede de implantar esse sistema.

Então, esse contrato foi destratado e iniciado um novo contrato, que incorporava, além da loteria de linha, também os correspondentes bancários. Isso se iniciou em 2000 e, por esse contrato, deveria terminar em janeiro de 2003.

Ao longo desse período, por duas vezes, no ano 2000 e também no ano de 2003, a Caixa Econômica Federal lançou uma licitação para reposição da Gtech, e, na época, para nossa surpresa, a licitação quebrava todo o sistema. Ou seja, para o nosso entender, voltava atrás com o que ela tinha feito de inovador antigamente, que era ter um único provedor responsável por todo o aporte de capital e o Governo brasileiro responsável somente pela gestão e não pela execução, o que, inclusive, a grande maioria dos países do mundo assim o faz.

A Gtech entrou na Justiça naquela época, em 2000, depois de novo em 2002, não para proibir a licitação, não para bloquear a licitação, mas entrou na Justiça para que a Gtech tivesse o direito de entrar com uma proposta integrada e que a Caixa pudesse comparar a proposta formada pelos vários pedaços, um pedacinho que faz a captura dos terminais, o pedaço da transmissão de dados, o processamento – em 2000 tinha processamento, depois não tinha mais –, comparado com a proposta integral.

Houve, talvez, um empate técnico, de maneira que não tivemos o direito de apresentar proposta, a Justiça entendeu que também a Caixa não podia fazer a licitação naqueles termos.

Em 2003, ao final do contrato, foi celebrado um novo contrato para completar os cinco anos, a partir do ano de 2000. Iniciou em 2000 e iria até o ano de 2005. Esse contrato foi celebrado em 2003 e teve uma participação ativa minha. Por isso, acho que é muito importante eu tentar esclarecer todas essas dúvidas aos senhores. Todas as negociações para esse contrato, 100% delas, sempre ocorreram no âmbito da Caixa Econômica Federal, no 21º andar, com representantes da Caixa Econômica, nunca a Gtech se reuniu com qualquer pessoa fora do âmbito da Caixa. Nunca

dentro da Caixa Econômica Federal tivemos qualquer problema ou ingerência sobre esse contrato.

Esse contrato foi firmado e, posteriormente, implantado e continuou sem nenhum problema, continua até hoje. Houve um novo contrato que foi firmado enquanto a Caixa Econômica implantava um novo sistema.

Os fatos que vamos relatar e discutir aqui basicamente ocorreram durante uma semana mais ou menos, eu diria para os senhores, quase todos os fatos entre o dia 31 de março, segunda-feira, até o dia 8 mais ou menos de abril, quando foi firmado o contrato, onde houve uma tentativa externa de distorção da empresa. Eu acho que isso... Não sei se o Jair entraria ou se espero perguntas do senhor, Senador? O que senhor acha? Bom, tudo bem.

Então, de novo. Em termos de negociação de contrato, no Governo anterior estávamos tentando obter uma renovação de um contrato que fosse favorável à empresa. Queríamos uma renovação de dois anos. Não conseguimos. Conseguimos uma renovação em torno de três meses, que era uma renovação transitória, que ocorreu em janeiro mais ou menos. E essa extensão de três meses terminaria exatamente por volta de abril, quando tínhamos que fazer um novo contrato.

Muito bem. Uma vez que nós conseguimos falar, uma vez empossada a nova Presidência da Caixa, uma vez que tivemos o sucesso de conversar com o Presidente da Caixa, o Sr. Matoso, por volta do dia 15 ou 17 de março... Foi numa reunião em que ele nos recebeu muito bem, o que não é era muito comum inclusive em outras instâncias, não instâncias da Caixa, sempre fomos muito bem recebidos dentro da Caixa, mas, em outras administrações anteriores, em alguns casos, tivemos problemas. Fomos muito bem recebidos, a Caixa externou que necessitava chegar a um bom termo conosco e esse bom termo significava principalmente no teor econômico. Ou seja, de uma maneira geral, a Caixa estava seguindo um procedimento geral, como todos os outros órgãos, naquele momento de início de Governo, tentando reduzir os custos da melhor maneira possível.

As negociações se iniciaram, então, oficialmente, nessa reunião, onde estavam presentes o Presidente da Gtech, o Sr. Antonio Carlos Rocha, e eu, como responsável comercial, como diretor responsável pelo contrato com a Caixa. A partir de então, foram designados pelo Presidente da Caixa o Sr. Paulo Bretas, que era o vice-presidente responsável por logística e tecnologia, e o Sr. Carlos Silveira, que era assessor do Presidente, como interlocutores pelo lado da Caixa, e o Sr. Antonio Carlos Rocha indicou ele próprio, mas, como ele ficava tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, quando não se falasse com ele eu seria o responsável, fisicamente, para dar seguimento às negociações.

A Gtech, então, enviou proposta para a Caixa, a matriz, onde poderíamos dar descontos. Primeiro, o escopo do contrato é exatamente o mesmo. Ou seja, o que sempre pleiteamos, uma proposta continuando o trabalho integrado, com toda funcionalidade, captura, transmissão, processamento, logística, entrega de volantes, seja ele no interior do Amazonas ou na cidade de Chuí, ou seja, em todo o território nacional, todo o *call center* e toda a administração do processo. Com isso, dávamos descontos percentuais em cima do contrato linear, tanto para o de loteria para o de correspondentes bancários, em função do tempo que obtivéssemos de extensão. Isso principalmente em função, obviamente, de, quanto mais tempo tivéssemos, melhor a negociação que podíamos ter com os nossos subfornecedores e, obviamente, a amortização de qualquer investimento que tínhamos de fazer.

Entregamos uma proposta para a Caixa em torno de vários pontos, com contratos, com extensões de 1, 2 e até 3 anos, porque entendíamos que um terceiro ano poderia ser possível, porque seria o sexto ano, ou o ano adicional ao quinto. A Caixa, então, fez-nos uma contraproposta, que não daria esse ano adicional, mas trabalharíamos nesse momento 24 meses, falavam 2 anos, foi até uma proposta nossa, na verdade, 24 meses. Só que os 15% que tínhamos oferecido para 36 meses, a Caixa solicitava que fossem aplicados ao contrato atual.

Levamos para a empresa, analisamos e, com um acordo da matriz nos Estados Unidos, aceitamos os termos da Caixa, esses termos financeiros. Nesse momento, ainda, antes do dia 1º, no final do mês de março, a Caixa também nos solicitou que fizéssemos – sou engenheiro, não entendo muito bem de lei, mas, como a Gtech entrou na justiça, em termos da licitação, não era intenção da empresa, mas acabou sendo ligado, fora a rede lotérica, a Caixa tem um processo de correspondentes bancários, que são pontos em supermercados, em lojas, que são para a captura de transações financeiras e entrega de benefícios sociais em pontos onde a Gtech não estava.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente. V. Sª está, neste momento, em 2002 ou em 2000?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Em 2002. Perdão, estou em 2003, na época da assinatura do contrato. Estou no final de março, início de abril de 2003. Desculpe-me. Acho que confundi.

A nova diretoria tomou posse no início de 2003, falamos com o Presidente Matoso em meados de

março e, no final de março, tínhamos feito a proposta dos 24 meses e os correspondentes bancários, a área jurídica da Caixa informou que a Caixa não poderia fazer pregões envolvendo também os correspondentes bancários.

Nós informamos que não era essa a intenção e a Caixa pediu que fosse feita oficialmente uma separação de ações, de tal maneira que liberasse a Caixa dos pregões dos correspondentes bancários, o que foi feito.

Então, foi tudo negociado, tudo acertado, e foi marcada a assinatura do contrato para o dia 1º de abril. Seria às 10h da manhã, mas, depois, mudou; seria à tarde. Mas, de qualquer maneira, seria no dia 1º de abril. Às vésperas, estávamos para vir a Brasília. Estávamos para vir a Brasília no dia 31 – eu e o Antonio Carlos –, para a assinatura do contrato, onde, inclusive, segundo informação do Sr. Paulo Bretas, o Presidente estaria presente, e era uma coisa muito importante. O Sr. Antonio Carlos, que, inclusive, não estava muito bem de saúde na época, prontificou-se a vir a Brasília, porque ele gostaria de estar presente na assinatura de um contrato dessa importância para nós.

Exatamente no dia 31, à noite, durante o dia – em algum momento, que agora não sei precisar, porque não foi comigo –, recebemos a empresa. O Antonio Carlos recebeu uma ligação do Sr. Waldomiro Diniz, da Casa Civil – inclusive, da secretária dele, da Casa Civil –, pedindo um café da manhã para o dia 1º. E o Sr. Antonio Carlos se sentiu estranho, porque a solicitação era a de que viesse sozinho. O Sr. Antonio Carlos pediu que, como eu também viria para a assinatura do contrato, eu estivesse presente nesse café da manhã. Estamos falando do dia 31 de março, véspera da assinatura do contrato.

O Sr. Waldoniro Diniz – eu acho que cabe voltar um pouquinho ao passado –, eu o conheci, ou ele havia entrado em contato anteriormente com a Gtech. Nós tivemos contato com ele no dia 17 de fevereiro ou 13 de fevereiro mais ou menos, apesar de que, na mídia, no começo do ano passado, havia se falado muito em 6 de janeiro, não sei o porquê – a única razão plausível é porque eu havia chegado a Brasília no finalzinho da noite, porque tinha uma reunião, solicitada pela Caixa, no dia 7. O Sr. Antonio Carlos nem estava aqui.

Voltando de novo, voltei um pouquinho no tempo, depois eu volto para o contrato, porque acho que é importante. Podemos entrar em detalhes.

O Sr. Waldomiro havia solicitado uma reunião com a Gtech em meados de fevereiro. Ele havia ligado para a empresa, segundo o Sr. Antonio Carlos me disse. O Antonio Carlos não sabia quem era ou não atendeu. O Sr. Carlos Ramos, que estava trabalhando conosco desde meados do ano anterior – estávamos em tratativa de possibilidade de trabalharmos juntos –, trouxe ao Sr. Antonio Carlos que o Sr. Waldomiro Diniz, assessor da Casa Civil, uma pessoa importante do novo Governo, gostaria de falar com a Gtech. Fomos os dois. Era um final de dia. Isso foi em fevereiro, lá pelo dia 17. Era um final de dia, e foi marcada no hotel Blue Tree uma reunião. Chegamos ao hotel.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No dia 13 de fevereiro?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – No dia 13 de fevereiro mais ou menos. Chegamos ao hotel, estávamos no *lobby*, inclusive, o Sr. Antonio Carlos, o Carlos Ramos, eu. Eu não conhecia, não tinha visto o Sr. Waldomiro. Ele chegou, nos cumprimentamos, conversamos um pouco e fomos à sala ao lado. Passamos ao redor de trinta minutos; foi uma reunião, eu diria, praticamente protocolar.

Nós saímos, pelo menos o Antonio Carlos e eu, satisfeitos da reunião. Por quê? De qualquer maneira, nós entendíamos que estávamos falando com alguém do Governo. Ele assim se posicionava: que era um representante do Governo. E explicava que ali estava para falar conosco pelo seu conhecimento do mercado lotérico. E a nova administração queria entender o que estava acontecendo entre a Gtech e a Caixa Econômica, porque, obviamente, teríamos novos contratos à vista.

Então, foi uma discussão sobre o histórico do que tinha ocorrido. Tivemos a oportunidade de entregar ao Sr. Waldomiro um documento de três páginas, que, inclusive, estava, desde o final do ano, circulando com vários membros, várias pessoas em Brasília, políticos, onde contávamos quem era a Gtech, qual a importância da empresa, qual a importância dessa empresa no Brasil, por todo o investimento que havia feito, o nosso interesse de continuar investindo no Brasil e que tínhamos condições de dobrar a arrecadação para obras sociais advindas de loterias. Então, era um documento muito simples, de três páginas, que nós havíamos entregue a ele, como para outras pessoas.

E para o lado dele, inclusive, entre alguns comentários que ele fez, fez comentários elogiosos ao Carlos Ramos. No entender nosso, inclusive, era interesse do próprio Carlos que ele falasse bem dele, uma vez que o Sr. Carlos Ramos tinha interesse de trabalhar conosco. Eu diria que foi uma reunião boa. Saímos satisfeitos da reunião. Isso foi de novo, 17 de fevereiro.

De volta ao dia 31 de março, o Sr. Waldomiro Diniz nunca mais procurou a Gtech. Não ligou para a Gtech, porque, primeiro, não estávamos esperando nada, mas nem para dar um *feedback* absolutamente. O contrato continuou, iniciamos as tabulações, tivemos todas as

reuniões. Nunca sem nenhuma ingerência. Ninguém nos procurou, absolutamente nada.

Então, as coisas começaram a ocorrer no dia 31, estranhamente. Primeiro, a solicitação do café da manhã com o Sr. Waldomiro Diniz, pedindo para que Antonio Carlos fosse sozinho, o que, em hipótese nenhuma, ele o faria.

No mesmo dia à noite, no dia 31, à noite, estávamos jantando no hotel – o café da manhã estava previsto para as sete e a assinatura do contrato para o dia seguinte – recebo uma ligação da Caixa Econômica, do Sr. Paulo Bretas, me dizendo que estava mantida a reunião. Até fiquei preocupado achando que ia ser mudada a reunião. Mas ele disse que a reunião estava prevista e que íamos assinar o contrato, como previsto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor. Ele é o Vice-Presidente da Caixa, Senador. E ele era o responsável pela área de tecnologia e pela área de compras, e era o nosso interlocutor. Eu já havia tido várias reuniões com ele, reuniões muito boas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor. Não, imagina, estou aqui para isso, Senador.

E ele me ligou dizendo que havia uma pendência. Mas como pendência? Nós já entregamos tudo, está tudo certo. A minuta já está feita. Ele disse: "Não, existe uma pendência. Quem sabe dessa pendência é o advogado que presta serviços para a Gtech, Enrico Gianelli."

Eu falei: "Mas o senhor sabe, me diga qual é a pendência." Ele respondeu: "Não, eu não sei.", demonstrando um tom que estava insatisfeito. Era algo que não era do seu domínio e algo que eu o estava incomodando. Achamos muito estranho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor acha que, pelo incômodo dele, ele não estava satisfeito com a transmissão do recado?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor. Essa foi a sensação que tive, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente, porque até o momento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe, Relator, só para eu me situar dessa estranheza.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor.

Porque ele me ligou várias vezes no telefone. Eu tive reuniões com ele e as reuniões eram sempre muito boas. E sempre muito em função do que estávamos fazendo, renovando um contrato. Eram reuniões técnicas, eu diria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em que dia foi isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Dia 31 de março, à noite, véspera da assinatura do contrato.

Bom, procurei, então, também acho que vale...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era dia 1º de abril...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Para o senhor ver, era 1º de abril.

É verdade, era 1º de abril, uma terça-feira.

Acho até que vale a pena explicar um pouquinho. O advogado da empresa, o Sr. Enrico Gianelli, na verdade, não da empresa. A Gtech tem uma área legal, na época tinha uma gerente legal somente, mais uma assistente; hoje tem uma diretoria legal, tem um diretor e mais uma assistente. A Gtech trabalha com escritórios externos. À época, em abril de 2003, o escritório externo da Gtech era Fischer & Foster, um escritório conceituado no mercado de telecomunicações. Era o nosso escritório que tinha uma experiência grande em trâmites legais, que envolvia tecnologia, principalmente, em telecomunicações. O Sr. Enrico Gianelli era um dos 25 advogados da empresa, mas trabalhava não só para nós, mas muito conosco. Então, existia muito contato com ele, ele e mais um ou dois advogados da empresa.

Bom, tentei ligar para o Sr. Enrico Gianelli nesse dia 31 à noite. Não consegui. Quando nós estávamos às vésperas de assinar o contrato, eu havia enviado uma solicitação à Fischer & Foster, avisando da data, e pedindo a presença do advogado, que sempre pode ter algum detalhe na hora. Eu recebi um aviso de que ele não poderia ir, porque tinha um trabalho inadiável em Minas Gerais e que, no dia seguinte, estaria em Brasília, para uma reunião com o STJ. Mas me deixou seus telefones. Eram três telefones. Tentei ligar nos três telefones e não consegui. Deixei recado nos três telefones.

No dia seguinte, pela manhã, o café da manhã, sete horas da manhã, Hotel Blue Tree, Waldomiro Diniz. Estávamos nós – Antonio Carlos Rocha, o Presidente da empresa, e eu – no Hotel Blue Tree. Nesse caso, estávamos esperando na sala. O Sr. Waldomiro Diniz chegou diretamente da sala, diferente da outra vez; da outra vez, nós nos encontramos no *lobby* e nos cumprimentamos. Dessa vez, ele entrou diretamente na sala, e nós também já estávamos lá. Chegou e foi direto ao assunto. Simplesmente ele chegou e disse: "Olha, estou aqui como mensageiro. Sei que vocês estão para assinar o contrato hoje, só que, para a assinatura desse contrato se efetivar, vai ser necessária

a contratação de um consultor". Foi um choque. O Antonio Carlos falou: "Como assim? Espera um pouquinho! Não é assim".

Qualquer consultor da empresa, que trabalhe com a empresa... Primeiro, são no mínimo dois meses, temos todo o envolvimento, isso vai para a matriz nos Estados Unidos, têm leis, tem de passar pela Lei de Lobby, nos Estados Unidos. Apesar de a palavra no Brasil ser meio má, nos Estados Unidos é normal. E a empresa, de novo, por trabalhar com mais de cem governos, é muito criteriosa com isso.

Ele nos disse que apenas estava levando um recado e, inclusive, se declinou a dizer o nome da pessoa, mas disse que íamos ser procurados. Claramente, era uma conversa ruim. Algo estranho estava ocorrendo nesse momento – e tínhamos certeza absoluta: uma ligação anterior, com pendência, e novamente o Waldomiro. Mas não conseguimos ligar os fatos.

Consegui falar com o Sr. Enrico Gianelli pela manhã. Duas coisas ocorreram: a Caixa Econômica adiou o contrato, a assinatura, para o dia seguinte, porque o Presidente queria estar na assinatura do contrato e não poderia vir ou teve de ficar em São Paulo. Confesso que, inclusive, cheguei a checar na Internet, e o Presidente tinha estado num evento da Prefeitura de São Paulo; ele estava em São Paulo mesmo, algo perfeitamente louvável e possível.

Quando o Sr. Enrico Gianelli me procurou, retornando a minha ligação, contei a ele. Eu falei: Dr. Enrico...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor acha que ele evitou atendê-lo ou sumiu propositadamente porque tinha algo por trás da história?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É difícil inferir...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Causa muita estranheza não tê-lo encontrado.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu diria o seguinte...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Queria pedir que o Senador Romeu Tuma esperasse, porque, se S. Exª ficar inquirindo-o no meio, depois não teremos mais nada a inquirir.

Senador Romeu Tuma, V. Exª é especialista em inquirição; aí V. Exª me mata.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que fico ansioso. Peço desculpas. É que depois passa o tempo, e a gente acaba esquecendo a pergunta. Não tenho o cuidado de anotar. Desculpem-me. Não falarei mais.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – De qualquer maneira, vou aproveitar.

Eu diria o seguinte: ele era um advogado importante desse escritório. Eu diria que a Gtech era um dos clientes do escritório, mas um cliente muito importante. Já estranhamos o fato de ele não estar presente, mas até aí... Deixou seus telefones. Ao não estar presente e não responder aos telefonemas, poderia estar no avião, mas poderia ter me ligado a uma hora da manhã, porque era um assunto importante. Estamos falando da assinatura de um contrato. Ele não me ligou, me ligou no dia seguinte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ou, então, a viagem era muito longa, não é?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Em Minas Gerais. Lembro do tempo, de Minas para Brasília.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ou ele foi para Portugal?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sei dizer para o senhor.

Bom, mas ele me ligou e perguntei então... Contei ao Sr. Paulo Bretas que era uma pendência. "Mas que pendência? Alguém te ligou da Caixa?" Ele falou: "Não, não tem pendência nenhuma, está tudo o.k., já estamos com a minuta preparada. A única pendência que existe é a não contratação pela Gtech de um possível consultor". "Quem?" "Rogério Buratti." "Quem é esse cara?"

Desculpem-me. Estou falando o que falei na época para ele, no telefone. Desculpem-me. Não é para os senhores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fica mais convincente.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É que eu falei para ele. Desculpa.

Eu não conhecia a pessoa. Aí perguntei, e ele falou: "Não, acho que é isso, só pode ser isso". E não deu mais nenhuma explicação.

Perguntei ao Sr. Antonio Carlos, porque eu não conhecia, não tinha contato. Aí o Antonio Carlos falou: "Não, conheço. Janeiro, fevereiro [ele também não se lembrava na época], o Sr. Enrico havia indicado o Sr. Rogério Buratti como a possível pessoa que poderia vir nos ajudar". É importante entender o seguinte... O Enrico Gianelli, esse advogado, teria indicado como possível consultor. Acho que é importante... Às vezes, não sei. Acho que os senhores... Conheço muito pouco de trabalhar com o Governo, mas é comum, como a Gtech tem hoje e teve no passado, pessoas idôneas que prestam e emprestam o se nome – nome sério – para ajudar a empresa a abrir portas, mais contatos com pessoas para passar informações. Absolutamente nada errado ou ilícito. Eu acho que o grande prazer – infelizmente, para mim foi por muito pouco tempo – eu tive o prazer de participar de várias reuniões com

o Senador José Rocha, que trabalhou conosco. Ele, além de ser uma pessoa extremamente culta e muito inteligente, – eu, inclusive, tive a oportunidade um pouco mais ate a história do País, através dele, até em conversas informais, uma pessoa muito rica. E o Sr. Afrânio Nabuco que trabalhava para nós na época, uma pessoa conceituada, aqui, em Brasília. Temos escritório pessoal da McCartney nos Estados Unidos. São pessoas que a Gtech contratava – pessoas muito sérias que emprestavam o seu nome, que diziam: "Estamos trabalhando com a Gtech – que é uma empresa séria. Por favor, receba-os, olhem a informação que eles tem." Era esta a tônica.

Então, o Sr. Antonio Carlos disse que ele havia sido indicado – o Sr. Buratti havia sido indicado pelo Sr. Enrico Gianelli, no início do ano, para ser um possível consultor. Mas a Gtech nem iniciou os trabalhos que nós chamamos de diligência, porque, logo em fevereiro e no comecinho de março, o Sr. Afrânio Nabuco – que era outro Consultor – havia conseguido estar com o Sr. Presidente da Caixa. O Presidente da Caixa disse a ele que ficasse tranqüilo porque estava na pauta e a Gtech seria chamada porque a Caixa sabia da importância de conversar com a Gtech porque não se podia trabalhar – continuar com a Loteria no País sem contrato. O Sr. Antonio Carlos, então, me informou que mandou cancelar e disse: "Não tem sentido trabalhar com mais um Consultor, nós não necessitamos de ninguém." E o Sr. Enrico Gianelli me disse que foi parado esse processo e a pessoa queria voltar.

Durante esse dia, mais dois fatos ocorreram:

1) o Enrico Gianelli informou isso;

2) a Caixa adiou a assinatura do contrato para o dia seguinte, por um problema de agenda;

3) o Sr. Enrico Gianelli voltou e disse: "Olhe, coincidentemente, a pessoa a que me referi ligou-me e me pediu uma reunião com a Gtech."

Eu digo para os senhores de novo: nós estamos falando em 24 horas de vários fatos que antes nunca tinham ocorrido. Nós, da empresa, não sabíamos muito bem como agir. Qual foi a decisão? Bom, o Sr. Antonio Carlos – por dois motivos: um, porque tinha problema de saúde. Ficou desgostoso exatamente pelo fato de que tinha ido a Brasília para assinar o Contrato com o Presidente. A Caixa adia. Ele ficou chateado. 2) A coisa começou a não cheirar bem. Waldomiro Diniz disse que alguém o procurara. A Caixa disse que tem uma pendência e o Advogado sabe. O Advogado me diz que a pendência é do Rogério Buratti. O tal do Rogério Buratti, que eu nunca tinha ouvido nem visto mais gordo, liga e pede uma reunião conosco. O Antonio Carlos conversou com a matriz nos Estados Unidos e, para entender, eles decidiram que eu deveria participar da reunião para entender porque eu era pessoa de confiança na empresa. O Sr. Marcos Andrade era o nosso Vice-Presidente, estava em São Paulo, e Antonio Carlos pediu que ele viesse a Brasília de novo, porque sempre estavam pelo menos duas pessoas em reuniões e que nós fossemos ouvir. Porque poderia ser, também, de novo, puras ilações e nada de errado.

A reunião foi marcada pelo Sr. Rogério Buratti, no dia seguinte, no dia 2, no Blue Tree. O Sr. Rogério Buratti chegou à reunião, e quem iniciou a reunião foi eu, o Sr. Marcos Andrade e o Sr. Enrico Gianelli. O Sr. Enrico Gianelli abriu a reunião, apresentou o Sr. Rogério Buratti e pediu licença para sair porque ele tinha compromissos fora – não sei onde.

Mas também não foi preciso mais de um minuto de reunião. O Sr. Rogério Buratti não fez meias palavras como havia feito o Sr. Waldomiro Diniz. Foi direto ao assunto. O Sr. Rogério Buratti chegou para nós e disse: "Vocês vão assinar um contrato com a Caixa Econômica e vão dar 15% de desconto. Vocês são otários, vocês são bobos, porque se tivessem me contratado lá atrás, vocês iriam dar somente 8%" – ou algo assim – e a diferença poderia ficar para mim. Agora, vocês vão ter que dar os 15% para a Caixa e me pagar." Eu achei aquilo um absurdo. Eu fiquei revoltado, primeiro, porque – a minha resposta para ele: o desconto é para a Caixa, não é para você; segundo, não tem o menor sentido isso. Nós não vamos pagar nada, nem antes nem depois. Não existe isso. E ele bateu, disse que, se nós não pagássemos, ele não assinaria.

Primeiro, não existe isso. Fiquei revoltado. Aí ele pediu... Não, terminamos a reunião, e ele falou que ia conversar com seu pessoal – também não nomeou quem era o seu pessoal, mas mostrou que tinha poder, que tinha informação – mas que voltava a falar conosco.

Saímos da reunião, eu e o Marcos, ligamos para São Paulo, falamos com o Antonio Carlos, explicamos a situação, e eu queria ir embora. Não valia a pena. O Antonio Carlos me ligou de volta e falou: "Se ele marcar reunião, vocês vão de novo na reunião e tentem entender o seguinte... Vocês não vão prometer nada, mas tentem entender o que esse cara quer. Empurra a coisa com a barriga e tentem entender o que está acontecendo".

O Sr. Buratti ligou, marcou a reunião de novo no Blue Tree. Pela manhã, tinha sido naquele Blue Tree do fundo...

O hotel Blue Tree tem dois prédios: um no fundo e um na frente. De manhã, tinha sido naquele do fundo, perto do lago, e depois, à tarde, a reunião foi no Blue Tree da frente. Nessa reunião da frente, ele simplesmente chegou para nós e disse: "Olha, conversei com

o meu pessoal, e a gente entende que ficou muito em cima da hora, então, se vocês pagarem R$6 milhões, o contrato sai". Assim, como uma coisa natural, R$6 milhões não é nada, frente ao contrato, para a Gtech, é tranqüilo. De qualquer maneira...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era o Sr. Buratti falando?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O Buratti falando.

Bom, eu disse a ele: "Vou levar para empresa, eu não tenho poder pra nada. Como eu falei de manhã, eu acho um absurdo, mas levarei". Porque, para mim, sinceridade, de novo, naquele dia à tarde estava prevista a assinatura do contrato com a Caixa, e eu ainda acreditava que eu ia assinar o contrato naquele dia. E não falei nada para ele. Passou. Isso era no começo da tarde. Quando foi, acho, um pouco depois das cinco horas da tarde, pegamos um táxi, o Marcos Andrade e eu, nós dois, como diretores da empresa, iríamos assinar o contrato, como fizemos depois também. Então seu Antonio Carlos, que era presidente, tinha voltado para São Paulo. Eu estava no Blue Tree, acho que perto da Esplanada dos Ministérios, e recebi uma ligação do Sr. Buratti no meu celular – ele havia me pedido, entreguei o celular a ele – e ele me disse que não adiantava ir à Caixa porque o contrato não ia ser assinado.

Mas eu não falei para ele que o contrato seria assinado naquele dia. Eu falei: esse cara está louco! De novo, ainda não acreditei. Eu estava chegando no estacionamento da Caixa, cinco minutos depois, recebi uma ligação da secretária da Vice-Presidência me informando que o contrato havia sido transferido, que não ia se poder assinar, que tinha outras pendências legais e jurídicas, que depois eu receberia a informação.

Voltei para São Paulo. Era quarta-feira. Ou seja, para nós, a situação estava cada vez mais clara do que estava acontecendo.

Só que é importante frisar que, na sexta-feira, acho que 5, eu recebi correio do assessor do Sr. Paulo Bretas me pedindo mais alguns documentos para assinatura do contrato. Entregamos os documentos, marcamos uma reunião segunda-feira, tive uma reunião na Caixa muito boa na segunda-feira, onde foi me informado pela Caixa Econômica que a área jurídica havia solicitado uma alteração da nossa negociação. Mas algo plausível. Era confirmado pela área técnica que a Caixa não tinha condições de assumir a Loteria, mas que vinte e quatro meses era algo longo, que poderia ser em dezoito meses. Eu não aceitei, falei: "Não, já negociamos, todos os descontos foram em cima..."

Depois de muita discussão, acabamos chegando a um meio-termo. A Caixa me disse: Olhe, primeiro, não são vinte e quatro, são vinte e cinco, exatamente para completar os cinco anos. Segundo, fazemos uma válvula de dezoito meses, mas podendo com sessenta dias de antecipação ou algo assim, até de instalação, que, no fundo, na prática, vai ser de vinte meses, para ter uma certa compensação. Mas o que foi me dito pela Caixa foi: Nós precisamos dessa válvula porque, se fizermos o desenvolvimento, uma vez que tiver um novo sistema, não posso continuar pagando a Gtech.

Voltei, discutimos com Antonio Carlos, discutimos com a matriz, aceitamos a cláusula.

Então, houve essa discussão. Estava marcada a assinatura para terça-feira ao meio-dia. Estive na Caixa, eu com o Marcos Andrade, junto com a Vice-Presidência e os advogados da Caixa. Na hora da assinatura do contrato, os advogados da Caixa encontram uma pendência no documento feito pelo Sr. Enrico Gianelli, o que me deixou, de novo, muito chateado, mas muito chateado mesmo. Primeiro, ele se recusou a estar presente na reunião e, de repente, descubro que, na hora da assinatura, aquele documento, que era um documento à parte, uma *side letter,* como se fala, que falava do sobrestamento – acho que é esse o termo –, da separação ou liberação para a Caixa dos correspondentes bancários, havia um erro, um truque jurídico; e a Caixa estava certa. O pior foi isto: a Caixa estava certa.

Como o Marcos estava para assinar, e não mais o Antonio Carlos, eles pediram uma atualização para garantir que eu e o Marcos tínhamos poder, dado pelo Antonio Carlos, coisa desse tipo.

De São Paulo, foram mandados os documentos durante a tarde. Alteramos a assinatura do meio-dia para as seis da tarde. Os documentos chegaram, a área jurídica da Gtech foi à Fisher & Foster, eles refizeram o documento, enviaram a Brasília, e assinamos o contrato, então, no dia 8, que era uma terça-feira, às 6 horas da tarde ou algo assim. Daí para frente, tivemos mais, eu diria – para ficar muito claro –, três contatos com esse bando, com estas pessoas: Rogério Buratti e Waldomiro.

Até então, não sabíamos com quem estávamos lidando, onde estava o envolvimento. Sabíamos que eram pessoas que tinham influência, que tinham informações de dentro da Caixa. Não tínhamos a mínima idéia. Tínhamos um contrato pela frente que queríamos continuar com as relações da melhor maneira possível.

O Sr. Rogério Buratti havia ficado de enviar documentos para nós da sua empresa para a empresa que ia participar do processo de veto, porque entramos com a empresa para investigar a idoneidade etc. Para nós, era pura encenação, mas a Gtech, o Antonio Carlos

juntamente com os americanos resolveram que tínhamos que pegar esse documento, o que até era uma prova material, e fechar a coisa. Era um fechamento, a gente poderia dizer, não com o Sr. Rogério Buratti, por meio de um problema jurídico com suas empresas, do que criar todo um risco de represália para a empresa. Assim o fizemos. Recebemos a documentação dele, esse documento foi direto para a Fisher & Foster para análise, e essa foi a última vez que ouvi falar do Sr. Rogério Buratti.

O Sr. Waldomiro Diniz.

Tivemos, da mesma maneira, mais uma reunião. De novo, tivemos três reuniões com ele. A primeira, 17 de fevereiro, reunião puramente institucional. Acho que a grande vantagem, com sinceridade, hoje, olhando para trás, dessa reunião foi que ela não era uma reunião secreta. Ela foi feita às claras, no Hotel Blue Tree, que a mídia levantou. Quer dizer, se ele fosse uma pessoa idônea, não haveria nenhum problema, mas, graças a Deus, por essa reunião, na verdade, fomos chamados e pudemos contar essa história do Rogério Buratti, porque inclusive foi aberta pela Gtech. Nem a mídia, ninguém sábia o que havia acontecido.

Então, o Antonio Carlos decidiu que precisávamos – ele usou este termo – vacinar ou algo assim; inocular. E aí ficamos de voltar ao Sr. Waldomiro e de contar a história que o Buratti havia nos procurado, para entender, para verificar se realmente era a pessoa. Vejam de novo: é muito duro prejulgar, e não sabíamos se era a pessoa que ele falou ou não – não ficou muito claro. E que também devíamos avisar à Caixa. Esses eram os dois pontos.

Deixar muito claro à Caixa que havíamos sido achacados, estivemos correndo risco que não pagamos. De qualquer maneira, para evitar qualquer tipo de represália, deixar bem claro porque qualquer coisa poderíamos falar.

A reunião foi muito rápida com o Sr. Waldomiro, foi marcada em Brasília. Essa terceira reunião foi marcada pela Gtech, que solicitou diretamente à Casa Civil, solicitou à secretária do Sr. Antonio Carlos uma reunião. Viemos a Brasília. A reunião foi extremamente breve. Iniciou-se a reunião, e, estranhamente, o Sr. Waldomiro entrou na reunião alegre. Ele não tinha noção. Não sei qual o grau de conexão, mas ele não sabia ainda que Rogério Buratti havia sido vetado, que já tínhamos informado que ele não ia receber nada, que as empresas haviam sido vetadas. Quando informamos isso ao Sr. Waldomiro, ele ficou transpassado e perguntou se não era possível trocar a pessoa: "Não, mas eu não posso arrumar uma outra pessoa que possa passar no veto"? Isso não existe, e a reunião simplesmente terminou. Ele foi não vou dizer mal-educado, mas brusco. Terminou a reunião e saiu.

Quer dizer, ficou claro: ele sabia quem era o Buratti. Ficou muito claro. E isto foi uma coisa que me lembrei agora: no início da reunião, ele não sabia – não sei se isso é importante ou não, mas estou lembrando; no começo, parecia que ele não conhecia.

Nós falamos no Buratti. Eu tive, então, uma reunião com o Sr. Paulo Bretas. Tivemos uma reunião. Nessa reunião – fora da Caixa, fomos jantar; ele havia me convidado para um jantar –, ele iniciou a reunião dizendo: "Marcelo, tem coisas que me deixam chateado, porque sei que houve gente que ganhou dinheiro nesse contrato". Quer dizer, eu imaginei que ele estava falando do Buratti e contei a história. Falei: "Não, senhor, o senhor está completamente enganado". Contei a história, e ele se mostrou aliviado.

Então, duas coisas: ele não sabia também e, de novo, aquilo que até o Senador havia perguntado antes. Eu diria – não cabe a mim julgar, eu acho que cabe a esta Comissão e às pessoas – que, de novo, ele sabia de alguma coisa, mas ele não...

Quando eu contei o que aconteceu, ele se sentiu aliviado e me disse: "Marcelo, se alguma vez você houver qualquer tipo de ingerência, você me avise". Tanto que as relações com a Caixa continuaram de maneira normal – normal que eu digo é sempre tensa, no sentido de que a Caixa é um órgão grande e sempre pressionou muito a gente, mas acho que isso é salutar. Eu digo para o senhor que, em dois anos e pouco que trabalhei com a Caixa, não tenho nenhuma queixa; ou seja, são pessoas sérias. Pessoas duras, porque são grandes; como são grandes, procuram ser duras, porque sabem o poder que têm, mas sempre muito corretos.

O senhor Waldomiro ligou de novo, em julho, para o Sr. Antonio Carlos. Ele me avisou. Ligou porque queira uma reunião, mas não voltou, coincidentemente naquela época em que saiu aquela reportagem na revista **Istoé**. Saiu uma reportagem em julho do ano de 2003 – não sei se é isso agora –, que falava, inclusive acho que citava aquela primeira reunião. Não sei se era para falar disso ou de alguma coisa, ele ligou, acho que antes do final de semana. Teve o final de semana, ele não ligou de novo. E, em novembro – acho que em novembro, não me recordo o dia –, oito horas da noite, eu, sentado na minha sala, tocou o meu telefone – número direto do meu telefone; nem passou por central, pegou direto no meu ramal –, atendi, e era o Sr. Waldomiro pedindo uma reunião comigo. Ele falou: "Olha, eu gostaria de conversar com o senhor". Eu falei: "Mas conversar o quê?" "Não, vamos conversar". Eu falei: "Olha, se o senhor quer uma..." De novo ligou um

membro do Governo brasileiro. Independentemente de qualquer coisa, eu falei: "O que posso fazer é solicitar à Presidência da Gtech. Se o senhor quiser marcar uma reunião, o senhor marca a reunião". "Não, não, vamos ter uma reunião nós dois". Eu falei: "Não, senhor. Eu posso passar à Presidência da empresa".

Ele não voltou a ligar para saber se tinha reunião ou não tinha. Eu fui a Brasília e informei...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando foi isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Foi em novembro de 2003, mais ou menos. Não sei dizer para o senhor data.

E aí eu simplesmente informei à Caixa também. Aproveitei uma reunião, eu estava junto com o Presidente da Gtech, o atual Presidente da Gtech, Fernando Cardoso, meu chefe – ainda meu chefe –, e informei ao Sr. Paulo Bretãs. Ele agradeceu e disse que eu ficasse tranqüilo, que não tinha que marcar reunião, que não tinha nada.

Eu diria que, de uma maneira geral, esses são os fatos. Eu acho que, talvez, agora, com as perguntas dos senhores, eu possa ajudar em alguma coisa mais. Acho que, como testemunha ocular da história, posso ajudar bastante.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o ilustre Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo Rovai, o senhor, antes de trabalhar na Gtech, trabalhou na administração pública?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só trabalhou em empresa privada?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Só em empresa privada. Na verdade, eu me formei pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, hoje Universidade Federal de Itajubá, e fui contratado como professor da Escola de Engenharia, mas trabalhei por três ou quatro meses. Aí seria funcionário público federal como professor – isso em 1982. Mas aí fui convidado para ir a São José dos Campos. Fui trabalhar em São José dos Campos e trabalhei em empresas como a Avibras Aeroespacial; depois, trabalhei no Grupo Sharp; trabalhei na MCR, empresa americana, cinco anos; trabalhei na Compac, hoje HP, e Gtech.

Então, sempre empresas públicas. Perdão, privadas ou multinacionais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há aspecto de similaridade da prestação de serviços da Gtech no Brasil com relação a outros países do mundo, ou não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, total.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há nenhum diferencial?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Para ser mais exato, vamos separar um pouquinho, para dizer assim: a parte de loterias que prestamos no Brasil é muito parecida com a maioria dos países do mundo. A exceção é que hoje os sistemas são mais modernos – a Gtech já mudou os sistemas. Mas a filosofia é a mesma.

Quanto à parte de correspondente bancário, eu diria que o Brasil é um dos grandes pioneiros. Hoje nós temos no Chile – inclusive, estou lá por causa da minha experiência com isso, então temos serviços comerciais no Chile –, na Polônia, na República Tcheca, em alguns países, então não é na totalidade, porque o Brasil é pioneiro como correspondente bancário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É comum em outros países a íntima relação entre jogos e financiamento de campanhas?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, desconheço. Acredito que não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem conhecimento do financiamento de campanha de partidos brasileiros por empresários de jogos?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Alguma coisa tem sido dita pela mídia, mas não tenho detalhes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Gtech nunca contribuiu?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para nenhum partido, para nenhuma campanha...?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu nunca ouvi, porque nem é comum.

Nos Estados Unidos, a Gtech costuma... Acredito que, nos Estados Unidos, por exemplo, tem uma campanha presidencial. Vai um aporte para os republicanos ou democratas. É isso que o senhor diz, não é?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Nós temos conhecimento de que a Gtech já foi punida nos Estados Unidos – se o senhor confirmaria isso – por práticas irregulares em suas relações comerciais com instituições ligadas ao poder público. O senhor confirma isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Na verdade, eu desconheço. Estou desde 2002 na empresa. Ela tem 25 anos. Eu não posso negar, porque desconheço, mas é uma informação fácil. Se for importante, acho que posso me comprometer até a solicitar à empresa, que deve ter registro disso. Como é uma empresa pública, pois que está ligada à Bolsa de Valores de Nova York, tudo isso fica registrado. Acho que podemos levantar o

histórico para saber se isso ocorreu, os fatos, e entregar a esta Comissão. Posso até me comprometer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há uma cláusula anticorrupção nos contratos da Gtech.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Existe, nos Estados Unidos, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não em função desse episódio.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu desconheço, não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Podemos perguntar ao ex-Presidente, o Antonio Carlos, que vai...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Talvez ele conheça mais, porque estava nos Estados Unidos. Mesmo assim, posso me comprometer a escrever e levantar isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Gtech possui participação em outras empresas no Brasil, incluindo coligadas, subsidiárias... A título de coligadas ou subsidiárias?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não estou me lembrando de nenhuma, não. A Racimec era parcial, depois ficou total...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Alguém da direção da assessoria da Gtech já trabalhou para a Caixa Econômica Federal?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia fazer um breve histórico sobre as relações entre a Gtech e o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim. As principais relações foram antes de eu entrar na empresa, então, o senhor me permite não ser muito claro nas datas. Acredito que talvez em 1996, algo assim, a Gerplan, empresa de loteria em Goiás... O Sr. Carlos Ramos era o prestador de serviços ou tinha concessão. E ele contratou a Gtech por quatro anos, ou algo assim. O contrato se encerrou em 2001. A Gtech foi lá e montou máquinas para loteria *on line*.

Então, em 2001, se encerrou esse contrato. E a relação dele com a Gtech era bem longa.

Em meados de 2002, o Sr. Carlos procurou a Gtech, o Sr. Antonio Carlos, já na posição não um grande empresário, mas de um empresário que estava crescendo dentro do mercado de jogos.

Ele havia ganhado a licitação do Rio de Janeiro, a licitação no Sul e a licitação de VLTs. A Gtech prestava serviços no Paraná, perdeu, e o Sr. Carlos Ramos assumiu. Então, ele nos procurou já, eu diria, como uma pessoa importante dentro do mercado nacional de loterias *on line*, de jogos legais. Procurou e disse que tinha interesse, na verdade, não de competir com a Gtech, mas gostaria de se unir à Gtech, sabendo que a Gtech era a maior empresa do mundo em loterias *on line.* Por exemplo: no Rio de Janeiro, ele estava trabalhando com uma empresa coreana, que ele não conhecia, e gostaria de trabalhar conosco. Foi um exemplo, no Rio, a gente nunca chegou a discutir nada.

Em meados de 2002, antes desse episódio todo, começamos a conversar sobre a possibilidade de fazermos algum trabalho em nível estadual, em que o Sr. Carlos Ramos iria pagar para a Gtech – e não a Gtech pagar para ele. Ele iria subcontratar a Gtech, a parte tecnológica nossa, para processar o que é loteria em linha.

No Paraná, em 2002, tínhamos a loteria em linha; os jogos em linha, que é o Pimba, e o Sr. Carlos Ramos tinha as VLTs. E, na loteria do Paraná, o Serlopar, como eu estava acostumado com a Gtech antes – e, depois, não me recordo o nome da empresa que o Sr. Carlos Ramos teria assumido –, a qualidade dos serviços era muito inferior. Os relatórios não eram tão precisos quanto eram os da Gtech, e o Sr. Carlos Ramos sabia disso. Então, ele gostaria de, na verdade, abandonar o seu sistema e contratar o sistema da Gtech.

Estávamos conversando. Iniciou-se isso em meados do ano anterior, analisando que possibilidade, e conversamos até maio de 2003.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Firmaram contratos?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não firmamos. Firmamos o que chamamos de memorando de entendimento para conversar. E estamos estudando, por exemplo, o mercado do Paraná – principalmente do Paraná –, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, que estávamos também, como poderíamos nos compor.

Acho que é importante um complemento: até então, estávamos prontos para assinar o contrato. Só não assinamos o contrato porque o Sr. Antonio Carlos estava nos Estados Unidos nessa época, em maio mais ou menos. E toda empresa que tem relação com a Gtech sempre se investiga. Aparentemente, havia alguma coisa contra. Eu não recebi detalhes, mas recebi que existia algum indício contra o Sr. Carlos Ramos e que não iríamos mais firmar nenhum contrato com ele. E coube a mim inclusive ligar. Ele ficou muito chateado e se sentiu até traído. Foi a única vez que conversei com ele. Foi em maio. Avisei a ele que estava tudo pronto para assinarmos o contrato, mas que não iria ser assinado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor teve uma informação desabonadora com relação...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, não me entregaram detalhes.

Posteriormente, mais ou menos a essa época, fui copiado – só não me recordo se foi antes ou depois da ligação do Antonio Carlos –, o Sr. Enrico Gianelli tem uma pequena ligação com o que eu havia passado. Havíamos terminado todo o contrato, ou melhor, os contatos com o Buratti; já havíamos avisado a ele que ele tinha sido reprovado, que não tínhamos contato nenhum. Já havíamos voltado ao Sr. Waldomiro, já tínhamos ido à Caixa, ou seja, isso foi tudo em abril. Ocorreu mais ou menos no final de abril.

No final de abril, início de maio, o Sr. Enrico Gianelli, que era um dos advogados da Fisher & Foster envia uma carta ao nosso departamento jurídico, em que ele estranhamente comenta que havia chegado – essa carta, na verdade, ele manda aos Estados Unidos; é em Inglês a carta. A carta tem dois pedaços: um pedaço em que ele fala que o Sr. Carlos Ramos, que a Polícia Federal estava fazendo algum tipo de investigação com ele. Então, não sei se a matriz dos Estados Unidos mandou cortar qualquer relação por causa dessa carta, que chegou do nosso escritório de advocacia; e um segundo pedaço em que ele tentava ainda minimizar, fazendo uma análise de que o Sr. Buratti era uma pessoa idônea e que havia tido apenas um pequeno probleminha no seu passado, que tinha saído num pequeno jornal.

Exª, entrei na Internet – até então eu não tinha feito isso, porque não era o meu papel –, entrei no setor de busca da Internet, em maio de 2003. Entre com as palavras "Rogério" "Buratti". Saíram várias coisas. Saiu todo um problema anterior, ocorrido em Ribeirão Preto. E o pequeno "jornalzinho" que o Enrico cita na sua carta era a **Folha de S.Paulo**. Escrevi e mandei um correio para o Sr. Antonio Carlos, informando que aquilo era um absurdo. Mandei em inglês para que a matriz entendesse e falei que não era um problema pequeno; era um problema sério. Ele perdeu um cargo numa prefeitura...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando isso ocorreu?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Em maio de 2003. E que o jornal era o maior da América Latina. Então, não tinha sentido isso. Eu passei isso. Se for o caso, até tenho a cópia disso. Eu só não sei dizer ao senhor se a matriz – voltando – mandou cancelar o contrato por causa dessa carta que o Sr. Enrico mandou ou se eles fizeram outras investigações. Não tenho acesso a isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque a Gtech entrou na Justiça contra o edital de licitação da Loterj ocorrido no Rio de Janeiro, em 2001, que teria o consórcio de Cachoeira Combralog como vencedor.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso é verdade?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Verdade. Foi em 2002, mas eu sabia que tinha sido feito, tinha entrado na Justiça, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que relação existe entre o negócio da Gtech com a Caixa Econômica Federal e o negócio da Gtech com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não existe nenhuma relação?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nunca existiu nenhuma... Absolutamente. Estávamos conversando com o Sr. Carlos Ramos sobre as loterias estaduais, a respeito dos contratos que a Gtech tinha em Minas, para ver se poderíamos trabalhar juntos de alguma maneira, e ele gostaria que nós prestássemos serviços às empresas dele, principalmente no contrato do Paraná. Não tinha absolutamente nada a ver com a Caixa Econômica. O Sr. Carlos Ramos, nunca... Não tivemos nenhuma reunião sobre Caixa, nunca perguntou sobre Caixa, absolutamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Antônio Fernando de Castro Cardoso é atualmente o Presidente da Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Presidente da Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No Brasil?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Hoje, o Sr. Fernando é responsável por Brasil, Chile e agora ele assumiu a Europa também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No depoimento dele na CPI da Loterj, ele disse que uma das razões para se renunciar ao recurso na ação judicial em 2003 foi a relação entre a arrecadação da loteria do Rio de Janeiro, que não chegava a R$400 mil, e a da loteria da Caixa Econômica Federal que era de R$3,5 bilhões.

Ora, considerando esses números, por que a Gtech se deu ao trabalho de entrar na Justiça e ter custos com honorários advocatícios para brigar por um contrato comparativamente não lucrativo?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Em 2000, de novo... Depois eu acho que é importante até checar algum dado. Eu entrei em 2002 na Gtech. Em 2001, a Gtech... Eu gostaria de lembrar aos senhores que, em 2000, começou, vamos dizer assim, um certo litígio entre a Gtech e a Caixa. Os contratos da Caixa com

a Gtech iriam terminar em 2003. Em 2001, quando a Gtech pensou em entrar na licitação do Rio de Janeiro, ela não sabia de quanto seria a arrecadação, e as licitações do Rio de Janeiro falavam em muito mais, e as loterias do Rio de Janeiro tinham um potencial muito grande.

A Gtech entrou na Justiça, perdeu, recorreu, perdeu de novo, mas estamos falando já do ano de 2003 ou algo assim, quando a loteria se mostrava pequena, e nós já estávamos de novo trabalhando para conseguir uma renovação de contrato, depois que já havíamos renovado. A Caixa Econômica Federal nunca via com bons olhos, de qualquer maneira, as loterias estaduais. Daí, simplesmente não havia mais nenhum interesse de ficar brigando pela loteria do Rio, principalmente porque havia um ganhador, que era o Sr. Carlos Ramos – ele já havia implantado as máquinas –, e essa ação, que começou em 2001, ocorreu antes do início da implantação, só que foi implantado tudo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foi ele quem apresentou o Sr. Waldomiro à Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Quem?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Carlos Cachoeira.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Foi, mas, segundo ele, a pedido do Waldomiro.

Vou dizer ao senhor que, se também o Sr. Waldomiro tivesse... Na verdade, se o Sr. Waldomiro Diniz tivesse apresentado corretamente e chegado à Secretária da Casa Civil, nós teríamos ido correndo, porque, em fevereiro, nós estávamos querendo conversar com qualquer pessoa do novo Governo para passar, para contar, de qualquer maneira, a relação que tínhamos anteriormente, os problemas ocorridos e o que poderíamos fazer com o novo contrato com a Caixa. Então, pelo fato de ele dizer: "Olha, o Sr. Waldomiro Diniz, que quer conversar com vocês, é o assessor do Ministro José Dirceu", nós fomos, mas pela pessoa em si, o senhor me entende?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu pergunto ao senhor o seguinte: antes, o Sr. Waldomiro tentou, algumas vezes, entrar em contato com a Gtech, mas foi o Sr. Carlos Cachoeira, o prestígio do Sr. Carlos Cachoeira com a Gtech que fez com que a Gtech atendesse o Sr. Waldomiro.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Bom, eu não entendo assim. Eu entendo simplesmente que o Sr. Carlos Ramos teve a oportunidade de chegar para a gente e dizer: "Olha, é o Waldomiro Diniz que estava procurando", não pelo prestígio dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se não pelo prestígio, pelo acesso que ele tinha.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exª, vou ser muito sincero: se tivessem ligado diretamente para mim, eu teria feito questão de fazer a reunião. Não precisava de ninguém intermediar, não. Ou se qualquer membro importante do Governo tivesse me procurado, eu teria feito a reunião.

Nesse caso específico, eu não sei. Como o Antonio Carlos fala muito no Brasil e nos Estados Unidos, aparentemente o Waldomiro não se identificou corretamente. Ele ligou para a secretária e disse: "Eu sou o Waldomiro". E o Antonio Carlos não o recebeu.

Outra coisa também: o que recebíamos – principalmente o Antonio Carlos – de gente que chegava dizendo que podia ajudar, que queria participar, que queria trabalhar, que podia ajudar as ações legais... Muita gente fazia isso. E o Sr. Antonio Carlos sempre foi uma pessoa reservada. Ele era o Presidente da empresa.

O Sr. Carlos chegou, ele tinha relações conosco. Estava participando de reuniões paralelas conosco desde o ano anterior. Aí ele nos informou claramente: "Olha, o Sr. Waldomiro Diniz... Quem é ele e por que quer conversar com vocês".

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A que V. Sª atribui a demora para o início das negociações com o novo Governo aqui? Por que demorou tanto?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu acho que foi questão de posse mesmo, porque o novo Governo iniciou em janeiro. Não foi imediatamente que a direção da Caixa assumiu. Eu acho que o Presidente Mattoso entrou lá em fevereiro; depois, inclusive, que as vice-presidências foram nomeadas.

Então, na verdade, é uma demora. Estamos aflitos para conseguir uma relação, mas acredito que foi normal, porque, como o contrato foi fechado por três meses, e ele ia se encerrar em abril, de qualquer maneira, existia um tempo para negociação. Imagino isso. Posso confirmar direito para o senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, ao mesmo tempo, V. Sªs correram para fechar o contrato antes do início do novo Governo. Não houve isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – No Governo anterior?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nós ficamos acho que uns seis meses ou quase isso. Eu diria que, de agosto, mais ou menos, setembro de 2002 até

janeiro de 2003, tentamos convencer a direção anterior a fechar um contrato de 24 meses, mas a Caixa não aceitava. Ela queria os pregões, picar o serviço, como fazia anteriormente. E o que fizemos? Continuamos na Justiça. Nós tínhamos vários advogados trabalhando, bloqueando na Justiça. Ou participávamos com a proposta integral, que é que o que queríamos, ou não queríamos que a licitação ocorresse.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve quantas reuniões entre a Gtech e a nova diretoria da Caixa para...?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A nova?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, para o contrato dos 25 meses?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu posso, depois, até passar oficialmente. Eu diria umas cinco ou seis: com o Presidente, depois reuniões minhas com Paulo Bretas, depois reuniões com o assessor Paulo Bretas. Cinco ou seis reuniões mais ou menos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor era o principal responsável?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pela negociação, sim. Sem dúvida. Pelo lado da Gtech...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na época, era o senhor?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a diferença de tratamento entre os negociadores do Governo anterior e do Governo atual, especificamente no que concerne à renovação do contrato? Houve mudança de procedimento?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Total. Não, total. A administração anterior, veja bem, não são as pessoas. Eu acho que é importante a gente contemporizar.

Vínhamos num litígio desde o ano 2000. Eram duas áreas distintas: a área de loteria da Caixa – estranhamente também, porque eu acho que eu não entendia isso – não participava da licitação, não participava das negociações. E a área de loteria era a que trabalhava junto com a Gtech. Então, tínhamos uma ótima relação com a área de loteria. Por quê? Porque estávamos no dia-a-dia resolvendo problemas, trabalhando sério. E aí tínhamos que sentar à mesa com a área de tecnologia, que era a área responsável pelas licitações, na qual éramos quase intrusos. Por quê? Porque a área de tecnologia tinha pouco envolvimento na licitação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas houve mudança na equipe de negociação.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Houve. O senhor está falando de postura. A postura era muito mais seca, eu diria até um pouco mais litigiosa. Com a nova administração, sentimos uma abertura maior. Parecia que eles estavam querendo resolver o problema.

Primeiro, estava claro para eles que eles não tinham condições, com a metodologia que eles tinham implantando, de tocar a loteria naquele momento. Necessitavam da Gtech. Então a reunião foi um inferno – nós sabíamos disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor confirma que se não fosse renovado o contrato até abril de 2004, limite para a apresentação do balanço da empresa nos Estados Unidos, as ações da Gtech poderiam cair?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não existe isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, muito pelo contrário. O ano fiscal da Gtech inicia-se em 1º de março e vai até 28 de fevereiro do ano seguinte. Então o ano fiscal da Gtech já havia acabado. Quando fechamos o contrato com a Caixa já era outro ano, inclusive. Já havia fechado em números.

O contrato com a Caixa Econômica é importante para a Gtech, sim. Aliás, qualquer cliente da Gtech é importante, mas a Caixa era um dos 100 contratos que a Gtech tinha. Tanto que se o senhor analisar as ações da Gtech antes e depois da assinatura do contrato verá que não houve alteração.

As ações da Gtech tiveram crescimento contínuo desde o ano de 2002 até meados de 2003, quando houve o problema aqui no Brasil...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas qual é o peso do contrato com a Caixa no faturamento da Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Da Gtech como um todo?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Hoje ou na época?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na época.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Na época, o contrato anual era de US$100 milhões, então diria uns 8% mais ou menos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É significativo.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sem dúvida, é importante, mas era mais um contrato. Era um contrato muito importante, mas a empresa... Isso não chegaria a afetar as ações. Tanto que a assinatura do contrato não afetou; as ações não subiram.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que a estratégia da Gtech não era

fechar o acordo com a antiga diretoria, garantindo, assim, a continuação do contrato, mas esperar o novo Governo. Qual era a estratégia da Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eram duas. Se a antiga diretoria aceitasse fazer a licitação onde nós pudéssemos entrar com a proposta integral, nós preferíamos isso, primeiro, porque não precisaríamos mais de ações na Justiça e tínhamos certeza de que poderíamos ganhar; segundo, se isso não fosse possível, tentar 24 meses de renovação contratual; se não fosse possível, a nossa estratégia seria esperar o novo Governo para esperar gente mais aberta para conversar. Esse era o plano.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de perguntar a V. Sª...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Perdão, Excelência, deixe-me ratificar: não o novo Governo, mas nova administração, porque não tem muito a ver com o governo, e sim com as pessoas. Com a mudança de pessoas que iria ocorrer na Caixa – não sabíamos, inclusive, quem seria, porque isso independe de governo ou de partido...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É um temor natural, um receio natural de que fosse demorar com a nova administração, então fariam correr a negociação com a administração anterior.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Se fosse possível, nós o faríamos. Era o que nós gostaríamos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois da renovação do contrato, houve valorização das ações da Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, momentaneamente. Se o senhor pegar a curva, ela manteve exatamente o mesmo grau; as ações não subiram.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que foi feito por 25 meses? Quem sugeriu? O senhor já falou sobre isso, mas eu não...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Como o contrato foi feito em 2000 – o contrato era de maio de 2000 –, a Lei de Licitações permite cinco anos, então ele iria até maio de 2005.

Confesso para o senhor que foi um erro nosso, porque falávamos sempre em dois anos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se a Caixa pretendia fracionar, era estranho que ela prorrogasse por mais 25 meses.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É que a nova administração, analisando junto à área técnica, não tinha condições. Se a nova administração não tivesse fechado um contrato conosco, a Gtech teria continuado prestando serviços, ganhando 15% a mais, porque até hoje a Caixa não assumiu o sistema; ela está no processo, porque não é simples; é muito complexo. Isso foi provado, foi discutido...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o desconto de 15%? O senhor nos deu uma explicação, mas eu queria que o senhor se aprofundasse.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pois não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem sugeriu esse número?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nós havíamos oferecido para a Caixa uma tabelinha. Era algo como, vamos supor, 12 meses, 5%; dezoito meses, 10%, eram crescentes. Lembro, por exemplo, que 24 meses eram 5% nos primeiros seis meses; depois ia a 10% ou 15% se fossem 36 meses.

A Caixa, então, voltou, numa outra rodada de negociações, e me disse: "Olha, Marcelo, se nós fecharmos, se vocês me derem 10%, nós vamos dar um ano". Quer dizer, jogaram a tabela para cima e me disseram: "Primeiro, nós não vamos dar 36, o máximo vai ser 24, e queremos 15% de desconto".

Então, na verdade foi a Caixa... O que eu tinha sugerido para 36, a Caixa rebateu e me... Eu dava 15 para 36. A Caixa me disse: "Não, eu te dou 15 e sobe para 25, para 24, neste momento".

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para compensar?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, era 24. O mês foi depois, quando ela fez uma válvula em que o contrato podia ser encerrado em 18.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou ser muito sincero com o senhor, e o senhor vai entender.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pois não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa história da entrada, primeiro, do Sr. Carlos Cachoeira, depois, do Sr. Waldomiro Diniz, depois, do Sr. Rogério Buratti, é uma história difícil de explicar, o senhor não acha não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu concordo que é difícil de explicar; agora, é a realidade. Foi o que aconteceu. Isso exatamente aconteceu assim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a relação hoje da Gtech com o Sr. Gianelli?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nenhuma. Inclusive, após os eventos da assinatura do contrato, o Sr. Gianelli foi afastado de qualquer negociação com a Gtech, de ser um advogado... Nós continuamos trabalhando com Fisher & Foster, mas o Enrico Gianelli não ficou mais à frente das negociações, porque nós ficamos descontentes com a sua postura.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, naquela época, ele detinha a procuração da empresa.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, sem dúvida. As ações legais, as ações na Justiça eram dadas ao escritório...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era contratado pela Fisher & Foster ou diretamente pela Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, Fischer & Foster. Ele era um advogado da Fisher & Foster.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca foi contratado diretamente?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, da Gtech nunca. A Gtech usa vários advogados externos e procura sempre centralizar. Ela tem um escritório principal, e esse escritório ou executa os trabalhos, ou subcontrata algum escritório, algum advogado extra para alguma atividade específica.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhecia o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca tinha visto não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Tinha ouvido falar seu nome em mídia, mas muito pouco, por sinal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Carlos Cachoeira, o senhor já explicou...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu o conheci no final, em outubro, mais ou menos, de 2002. Eu o conheci na Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas reuniões ocorreram entre a Gtech e o Sr. Waldomiro Diniz? Foram só essas que o senhor falou?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Três reuniões. E ele ligou mais duas vezes. Mas não teve reunião. Uma ele falou com a secretária e outra ele falou comigo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E como é que o Sr. Rogério Buratti tinha esse poder de adiar a assinatura de um contrato?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ah, não sei. Primeiro, não sei se foi ele que adiou ou se ele se aproveitou de uma situação. De novo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que ele estava blefando ou não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Puxa... Olha...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas blefando com um custo muito alto, não é?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu não diria... Eu diria, é impossível que ele não tivesse, que ele tivesse alguma relação. É impossível, porque ele sabia de quanto era o desconto, ele sabia a data da assinatura, ele sabia que o contrato ia ser adiado. Eu não quero dizer que ele tinha um grande poder, ele podia ter... Não, não. Não posso falar. Perdoe. É um puro exemplo. Ele podia ter uma relação com a secretária, ou com alguém, com um estafeta, com alguém que viu, lá, que vai ser alterado. Entende o que quero dizer?

De qualquer maneira, alguém de dentro da Caixa passou a informação para ele. Disso eu não tenho a menor dúvida. Agora, se era uma pessoa de baixo ou de cima, eu não sei. Eu também não gostaria de fazer ilações. Que ele se mostrava uma pessoa poderosa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E não poderia ter sido o Sr. Waldomiro Diniz não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O Sr. Waldomiro Diniz não trabalhava na Caixa. Agora, não sei. Aí eu... Eu nunca vi o Sr. Waldomiro Diniz na Caixa, ele nunca participou de nenhuma reunião nossa na Caixa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas consta na CPI que o Sr. Waldomiro Diniz, nesse período, passou um grande tempo na Caixa Econômica Federal. Há inclusive a prova de entrada dele. Ele inclusive esqueceu até de levar o comprovante, só veio entregar dias depois.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sei dizer ao senhor, mas o Sr. Buratti demonstrava uma tranqüilidade, uma arrogância de que tinha as costas quentes. Isso era inegável. Estive com ele duas vezes.

Mas sempre numa arrogância, num poder... Não sei se era blefe ou não. Agora, mostrou que tinha. O senhor vê: sabia de adiamento, sabia de contrato, quer dizer, algum poder ele tinha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós temos aqui ligações entre o senhor e o Rogério Buratti justamente entre o dia 30/03 e o dia 03/04. "Do Sr. Rovai para Buratti, oito ligações, e de Buratti para Rovai, 20 ligações."

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Impossível.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Impossível?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Impossível! De mim?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor. Não. Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

Eu o conheci no dia 2, foi a primeira vez que ouvi, ouvi seu nome. Não. Antes disso, dia 3? Não e foram, se tiver, uma ou duas ligações, que eu até passei para o doutor delegado. Foram comprovadas as ligações, inclusive.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pediria à assessoria para me subsidiar, porque deve ter sido extraída essa informação, está sendo feita uma pesquisa.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não, por favor, estou à disposição, mas já diria para o senhor que não é.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consta do inquérito da Polícia Federal.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu tenho até cópia do inquérito do doutor delegado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque aí, o senhor vai me permitir.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pois não, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor deu a entender aqui que o seu relacionamento tinha sido muito rápido e ríspido com o senhor...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – E foi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Mas, diante de tantas ligações...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É, mas que não existiram. Imagina! Não, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Não existiram e, inclusive, está no inquérito do Dr. Nunes. Ele faz a verificação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Constam do inquérito da Polícia Federal ligações do Sr. Buratti para o Sr. Rovai no dia... O senhor não confirma isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não confirmo. Mas está no relatório?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi interrogado na Polícia Federal?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Duas vezes pelo Dr. Nunes, passei as informações, meus telefones foram desbloqueados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi diante da quebra do sigilo telefônico.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, então não é possível. Tenho o relatório. Podem verificar o relatório. Mas tem como olhar o original do relatório. Não confirmo, absolutamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor confirma?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bem, quero perguntar ao senhor: o Sr. Waldomiro Diniz, quando se referia ao nome do Sr. Buratti, como ele falava?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Na verdade, ele não se referia ao Sr. Buratti. Na segunda reunião...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele nunca se referiu ao nome do Sr. Buratti?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Ele disse que na.... na segunda reunião que tivemos com ele, que ele nos chamou, que foi no dia 31, na véspera da assinatura do contrato, ou melhor, no dia 1º pela manhã, que seria já o dia da assinatura do contrato, ele disse que uma pessoa iria nos procurar, que deveria ser contratado por nós para assinar o contrato, mas não deu o seu nome. Tanto que depois, na verdade, fizemos uma ilação que seria o Sr. Buratti, dada a seqüência de fatos, e voltamos ao Sr. Waldomiro. E quando informamos que havíamos sido procurados pelo Sr. Buratti, ele confirmou que era o Sr. Buratti mesmo e pediu para trocar a pessoa. Mas ele não deu o nome, nós é que demos o nome para ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª chegou a fazer alguma proposta ao Sr. Buratti?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor. Nunca fizemos nenhuma proposta a ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem uma contraproposta?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nem contraproposta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca chegou a...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nunca prometemos nada a ele e nunca pagamos nada a ele. Nunca prometemos nada a ele, nem pagamos nada nem a ele, nem a Waldomiro e nem a ninguém. Todas as pessoas que porventura receberam alguma coisa da Gtech foi por serviços prestados e todos comprovados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, porque ele se ofereceu para prestar serviços de consultoria, não é?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Mas nós não... lá atrás, segundo o Sr. Antonio Carlos me informou, mas que não foi nem dado seqüência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ainda a V. Sª: em seu depoimento à Polícia Federal, V. Sª menciona que, visando pressio-

nar a Gtech, Rogério Buratti chegou a dizer que iria conversar com o seu pessoal.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, para demonstrar poder, fez alusão ao vizinho do lado, que seria o Palácio da Alvorada. A quem V. Sª acredita que o Sr. Buratti estava-se referindo?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ele quis... Na verdade, para mim, era uma demonstração de poder, mas podia ser uma pura balela. Ele diz: "Eu vou procurar meu pessoal". E diz assim: "O vizinho do lado, inclusive, sabe, está informado", ou seja, mas até aí ele não citou nomes nem nada. Mas é uma intenção de mostrar que tinha conhecimento, que tinha poder. Essa foi a tônica da reunião sempre: muita arrogância.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu só gostaria de relembrar ao depoente que V. Sª assinou um termo de compromisso de, sob as penas da lei, falar a verdade.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero só relembrá-lo.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Perfeito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece a empresa MM Consultoria Jurídica e Administrativa Ltdª?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Bom, fiquei sabendo agora, na reportagem que saiu na revista, quando cheguei do Chile, para prestar depoimento. Fiquei sabendo, perguntei na minha empresa, me confirmaram que eram advogados que trabalharam para a Gtech, e a revista fala de pagamento de 2 milhões – inclusive, é mais do que isso, me informaram, é mais do que ...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A empresa pagou mais do que isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Mais, mais. Pelos serviços que foram prestados pagou mais, não sei os valores, mas que eram serviços legais, da área jurídica.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas é um escritório bem mais modesto do que o da Fisher & Foster, não é?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, na verdade, o que me explicaram... acho que depois o próprio Antonio Carlos pode entrar em mais detalhes, porque isso não passava por mim. Posso falar o que me explicaram agora.

Na verdade, a contratação é do Sr. Walter Santos, que é um advogado importante, que tinha experiência nas altas cortes brasileiras, e a intenção nossa era assegurar, era conseguir garantir mandatos de segurança – não sei exatamente, não sei os termos –, conseguir que a licitação não ocorresse. Então, o Sr. Walter Santos havia sido contratado pela Gtech por indicação da Fisher & Foster, e a MM parece que é a empresa dele, que ele utiliza para efetuar os pagamentos, algo assim, receber os pagamentos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele teria apenas atuado em função de uma ação cautelar?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu não sei dizer direito para o senhor. Eu sei que são coisas legais, assuntos legais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor leu a revista **IstoÉ**, a matéria?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Li, sim, senhor. Li. Eu posso dizer o seguinte: bom, já de cara, a minha foto aparece na revista **IstoÉ** ao lado de uma pessoa – não me lembro o nome, Flora, ou algo assim – de que nunca ouvi falar, com uma manchete maldosa dizendo que tive reuniões com essa pessoa.

Inclusive, meu advogado enviou à revista uma solicitação para que na próxima edição eles se retratem, segundo a lei de imprensa, porque eu não conheça essa pessoa. Acho que foi má-fé colocar a minha foto ali na revista, porque é uma foto que é a única que eles tinham no banco, é uma foto inclusive tirada quando do meu depoimento no Palácio do Planalto. Então, já parte daí, quer dizer, essa própria foto e manchete são inverídicas.

E a revista faz alusões a pagamentos como se fossem pagamentos escusos. A minha empresa fez, sim, mais do que esses pagamentos, inclusive, segundo me foi informado, mas para assuntos legais. Todos têm que ser que ser comprovados e muito mais do...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor conhece Marcelo Aguiar?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não teve, nunca teve relações com ele?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Nem relação e nem conheço o nome.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Walter Santos Neto?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu não o conheço também. Ouvi pela primeira vez agora, mas a área jurídica da minha empresa confirmou que fizemos negócio com ele sim, que ele foi contratado para trabalhar com medida cautelar para a Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A empresa Leão & Leão prestou algum serviço à Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nunca prestou nenhum serviço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Denivaldo Henrique Almeida de Araújo?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já me disse que conhece a empresa MM Consultoria Jurídica.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, conheci agora, ouvindo falar, depois da reportagem. Mas confirmo que a empresa fez pagamentos à MM em função do trabalho do Sr. Walter Santos.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)* Em que época?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Senhor?

O SR. (Orador não identificado) – Em que época?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Aí eu não sei precisar. A empresa me confirmou isso, porque não passou por mim. Imagino que... Não sei, não imagino. Mas acho que as datas lá são corretas, da revista, o que me falaram, por exemplo. Acho que estão falando algumas ali, mas as que estão ali me parece que são corretas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer, que o senhor assegura que não houve pagamentos de serviços de consultoria por ocasião do contrato da Caixa, entre 2002 e 2003?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Foram pagamentos... Consultores que trabalharam para a Gtech na época receberam, como recebiam sempre. Que eu me lembre, são dois. Um é um escritório americano, trabalha conosco aqui, e o Sr. Afrânio Nabuco recebeu. Só, assim, mas recebeu por trabalho de consultoria normal. Recebia todos os meses.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada excepcional.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pode até ter tido algum bônus.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Buratti, não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O Sr. Buratti, não. Ninguém que não é consultor, que passou por todo o trabalho de ser inclusive registrado nos Estados Unidos, não recebe nada da empresa para ter contato com o Governo, ou trabalhar com contrato do Governo. O que a empresa paga são serviços legais que têm de ter a contrapartida de um trabalho, de ter sido efetuado esse trabalho legal para a empresa. Isso é comum. Sempre via muito a ficha de Foster, sempre que era feito, como agora outros escritórios estão usando.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Passamos à lista de Senadores inscrito para inquirir o depoente. Inicialmente, ouviremos o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Marcelo.

O senhor está no Chile há quanto tempo?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Um ano e três meses, mais ou menos. Desde maio do ano passado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – No Chile, o senhor lidou com pessoas como Waldomiro, Cachoeira, Buratti?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não há gente assim tratando lá com o senhor?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Comigo lá, não, como aqui no Brasil também não tinha, Senador. Foi só aqui, nesse período.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ter tinha, porque o senhor tomou o café da manhã com o Sr. Waldomiro e teve encontros com o Sr. Buratti em várias reuniões. Eu quero saber é isso: se no Chile tem pessoas parecidas com essas.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Do meu convívio, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu falo do convívio da Gtech.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer que então o senhor já está incriminando essas pessoas daqui, porque são chantagistas.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sem dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – São venais.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sem dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estamos vivendo numa época de ladrões e essa área do bingo é a pior, talvez, do País.

Dito isso, eu quero dizer também que acho que uma empresa séria não trata com os "Burattis", nem com os "Cachoeiras", nem com os "Waldomiros" da vida, e que, no Governo passado, segundo pude depreender – não estou afirmando –, as coisas eram diferentes do atual. V. Sª disse que eram mais rígidas, mais secas e que agora, não, foram mais abertas. Por que abertas? Por causa dessas conversas que os senhores tinham com esses homens que estavam chantageando e querendo tomar dinheiro da Gtech. Não há outra

conclusão. Quero perguntar se V. Sª concorda com a minha conclusão.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Tem sentido o que o senhor está falando, apenas nós não tratamos e nem pedimos para Waldomiro fazer qualquer ingerência. Ele nunca falou em nome da Gtech. Essa pessoa teve um contato conosco em fevereiro e de lá até a assinatura do contrato com a Caixa, até o dia 1º, quando foi marcado esse primeiro contato com a Caixa, nenhuma, nunca necessitamos conversar com qualquer outra pessoa, seja Buratti, seja Waldomiro, seja Carlos Ramos, qualquer pessoa, para que nos auxiliasse no contrato com a Caixa. As relações foram sempre com a Caixa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Waldomiro seria Casa Civil; Buratti seria por quem?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Como assim?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele tratava com o senhor em nome de quem?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ele dizia que tinha relações fortes, mas nunca nominou nada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Relações fortes onde? Na Caixa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Relações no poder, com o Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para ele fazer uma proposta de 15% e o senhor não aceitar, evidentemente ele estava falando em nome de alguém. Aí, o senhor tem que dizer se ele estava falando pela Caixa ou por alguém mais alto do que a Caixa.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu não saberia dizer para o senhor. Ele não nominou ninguém.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor recebeu, vamos falar a coisa francamente, o Sr. Buratti porque o senhor pensava que o Buratti mandava no Ministro Palocci, e o Ministro Palocci mandava na Caixa. Conseqüentemente, foi por isso que os senhores se entenderam com Buratti. Fora daí, os senhores não estão dizendo a verdade. Agora, o Ministro Palocci, eu o julgo um homem sério, mas tem muita gente séria que tem amigo safado.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Senador, eu diria para o senhor – sinceridade – que, para mim, Waldomiro Diniz e Rogério Buratti foram pára-quedistas que descobriram a assinatura desse contrato. Eu concordo com o senhor que talvez alguém dentro da Caixa passou informações para ele. Como eu falei antes, eu também concordo com o senhor...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas, então, os senhores foram muito inocentes de conversar com essas pessoas assim. Podia aparecer um terceiro, até um bicheiro qualquer, tratar com o senhor e o senhor achar que ele tinha influência: "Então, vamos conversar".

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nós ouvimos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A Gtech não é tão pura assim quando trata de pessoas desse naipe.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sabíamos o naipe dessas pessoas, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não sabiam?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Não, senhor. Nós fomos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas como o senhor vai conversar com o Buratti e não sabe o que ele é, como ele se dá e com quem? E o Sr. Waldomiro, que era assessor da Casa Civil? Os senhores foram conversar certos de que eles representavam o Ministério da Fazenda e a Casa Civil. Quanto a isso, não tenho nenhuma ilusão. Agora, sei que é difícil para o senhor confirmar. Vai ser assim sempre.

Se o senhor jurou dizer a verdade, o senhor devia dar a sua impressão, pelo menos, de que pensava que o Sr. Buratti era forte. Por quê? Por que era forte Waldomiro. Ou, então, a Gtech, que é uma empresa fortíssima no mundo, tem, ou tinha, no Brasil, ingênuos na sua direção. Ou, então, sabiam que, no Brasil, só se faria negócio com roubo, com comissão. Das duas, uma.

Agora, o senhor responda, por favor.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Bom, Senador, vou ser obrigado a concordar com o senhor. Uma coisa é fazer uma ilação. Eu não tenho como dizer da relação do Sr. Waldomiro ou do Sr. Buratti. É óbvio que eram pessoas que tinham poder ou aparentavam ter poder. O Sr. Waldomiro, sabíamos, é claro, que ele tinha uma função dentro do Governo. Era o segundo homem da Casa Civil, para não dizer que talvez o terceiro do País, nesse momento. O Sr. Buratti vinha com uma arrogância de que tinha relações fortes. Ele havia trabalhado... Eu, pessoalmente, naquele momento, não sabia...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor não sabia que ele tinha relações com o Ministro Palocci?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu não sabia. Nesse momento, eu não sabia...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, o senhor não podia estar nesse cargo.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Como, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, o senhor não podia estar exercendo essa função.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É que a minha função era com respeito a trabalhar com a Caixa...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Porque na hora em que o senhor vai conversar com o Buratti, o senhor tem de saber com quem vai conversar. Fora daí, tenha paciência.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Mas, Senador, eu fiquei sabendo, praticamente na véspera com a conversa com o Buratti, que esse Buratti existia, que era uma pessoa de influência, que queria conversar conosco. Eu não... Sinceramente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Que ele nem conhecia o Ministro Palocci.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu, pessoalmente, não sabia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Conhecia o Presidente da Caixa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Quem?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Buratti.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sei. Ele não falou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas o que o senhor foi conversar com esse homem?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O advogado que representava a Gtech, o Sr. Enrico Gianelli, nos informa que o Buratti queria conversar conosco e que ele seria a pendência que o Sr. Paulo Bretas havia indicado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aliás, Sr. Presidente, sobre isso, peço que o senhor force a vinda desse Gianelli aqui. Ele tem de vir. Porque ele se recusou, vai ter de vir debaixo de vara.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador, vamos reconvocá-lo. Caso ele não compareça, vamos, então, usar os instrumentos legais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A Polícia Federal pode trazer. A Polícia Federal faz tanta coisa. Por que não pode trazer um cara desse?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Exatamente. Com certeza, adotaremos essa posição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou fazer mais uma pergunta ou duas. Eu não quero constranger o senhor. O senhor está sendo até sincero, mas não está tendo coragem. A verdade é essa. A verdade é que o senhor não está tendo coragem. Não é em função da sua posição agora, aqui, não. A falta de coragem é em relação a sua empresa. "Vou dizer aqui um negócio, vou comprometer a Gtech". Isso é o está se passando com o senhor, na minha cabeça.

É verdade que à sua empresa, pelo Poder Judiciário, foi determinada a sua indisponibilidade de bens, por uma eventual improbidade cometida pela empresa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É verdade, sim. Acho que foi o ano passado. Acho que o TCU – eu não conheço bem os órgãos – tinha feito os cálculos, não por improbidade, mas que o contrato ou negociações contratuais havia uma alteração contratual que poderia ter lesado ou feito com que a Caixa perdesse dinheiro. Na época, falava-se em 90 milhões e com isso, então, foi feita uma determinação, sem defesa da Gtech, de bloqueio de 30% dos bens.

A Gtech contratou consultoria, entregou a sua defesa e a Justiça verificou que as alterações que a Gtech fez, ou melhor, as alterações que foram feitas, ao contrário, não eram maléficas à Caixa.

Então, os bens voltaram de novo, os valores foram corrigidos, de 90 foram para 30 ou algo assim. O dinheiro devolvido. Inclusive, hoje está sob análise, porque no contrato foi feita uma análise até, acho, o ano 2000, e eles continuam a análise até o dia de hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Tribunal de Contas da União entendeu que a Gtech obteve um benefício indevido de 90 milhões com um contrato com a Caixa. O que V. Sª tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Como eu havia comentado, Senador, o TCU fez uma análise preliminar sobre esse assunto. A Gtech se defendeu. Agora, foi feita uma revisão preliminar pelo TCU, esse valor já foi reduzido, não tenho detalhes de quanto, penso que foi reduzido para 30, se não me engano, e que continua sendo analisado.

O que eu posso dizer, da minha experiência, do meu conhecimento, é que, na verdade, é o contrário. Esse é um contrato benéfico. De novo, é um contrato em que a Gtech, até hoje, fez 100% dos investimentos e recebe uma parcela do que arrecada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor acha que valeu a pena para uma empresa tão forte quanto a Gtech, mundialmente, que está envolvida nesses problemas em que esteve agora em nosso País?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, de maneira alguma. Como eu havia comentado antes, isso fez com que as ações da empresa caíssem lá fora,

dentro de uma expectativa do que estava acontecendo no Brasil. Houve toda uma exposição.

Eu entendo que tanto a Gtech como nós, que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas eu tenho a impressão de que V. Exª disse ao Relator que as ações não caíram nem subiram.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Elas não caíram nem subiram em todo o período da negociação contratual. Mas eu havia comentado que em meados do ano passado, depois da crise, mais de um ano, um ano e meio depois da assinatura do contrato, ou um ano depois, as ações caíram em função, isso já em 2004, da repercussão desses problemas do Brasil. V. Exª tem toda razão, isso interferiu diretamente na empresa e na matriz, inclusive.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu entendo e não vou mais aborrecer V. Sª. Embora o meu tom seja mais enfático do que o do Relator, o Relator é muito mais duro do que eu. De maneira que V. Sª não fique enganado com isso.

Eu diria: hoje, a Gtech iria proceder da maneira como procedeu?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pelos fatos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fazer um contrato desse tipo, com essas intermediações? Ou ela deixaria de lado o contrato, ou continuaria a encontrar os "Cachoeiras", os "Waldomiros" e os "Burattis"?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, primeiro, são duas perguntas. Eu acho que V. Exª tem toda razão.

A primeira é: a Gtech faria de novo, sim. Esse contrato é um contrato importante não só para a Gtech como para a Caixa. Nós fizemos um contrato em que a Caixa conseguiu 15% de desconto, no mesmo nível de serviço que nós estávamos fazendo, que é um serviço de qualidade, que é um serviço inegável.

Dois, "Waldomiros" e "Burattis", não participaram, nem "Cachoeiras", nenhuma dessas pessoas participou desse contrato. Não interferiram no contrato. Eles tentaram cair de pára-quedas, na semana de assinatura do contrato, onde tentaram extorquir a Gtech e não conseguiram.

Eu não sei se era a melhor ação na época, mas nós tomamos a melhor que imaginávamos possível e logramos sucesso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não queria mais perguntar, mas vou: V. Sª não acha que a Gtech deveria ter denunciado ao próprio Presidente da República, ao Chefe da Casa Civil, ao Ministro da Fazenda, ao Presidente da Caixa, essa situação?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – No momento, não foi o que achamos. À luz do que sabíamos na época...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Porque V. Sªs queriam o benefício dessas pessoas.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Nós queríamos continuar o contrato, quando não sabíamos a extensão dessas pessoas, uma vez que recebemos um achaque e não aceitamos. Nós havíamos dito "não" a bandidos em um País onde isso não é comum acontecer. A verdade é que o Brasil não está acostumado a uma empresa do porte da Gtech ser correta e honesta, que não paga propina a ninguém e que tem um contrato há dez anos, trabalhando com a Caixa, sem pagar propina.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se não paga propina a ninguém por que vai conversar com Waldomiro e com Buratti?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Mas nós não fomos conversar com eles. Eles nos procuraram e dissemos: "Não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eles iam dar a gravata à Gtech, ou não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou satisfeito.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço desculpas a V. Sª...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Estou aqui para ajudar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ...da ênfase. De qualquer maneira, V. Sª tem sido relativamente sincero.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, por permuta com o Senador José Jorge, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Marcelo Rovai, estou oficiando a V. Exª que, em função do que ouvimos do Sr. Marcelo, que acho, diferentemente do Senador Antonio Carlos, que foi corajoso e falou muita coisa, destemidamente, deu nomes, detalhes e usou termos que precisávamos ouvir, de que queriam extorquir, que V. Exª oficie, se entender que é conveniente à TV Senado – não estamos ao vivo, estamos em uma oitiva gravada – para que não coloque no ar essa oitiva, para que não seja vista nem pelo Sr. Buratti nem pelo Sr. Waldomiro Diniz.

Estou requerendo, em função do que foi colocado, do detalhe das reuniões, a acareação do Sr.

Marcelo Rovai com o Sr. Waldomiro Diniz, com o Sr. Buratti e, por via de conseqüência, com o advogado, Sr. Gianelli, que disse que não vinha, que não tinha obrigação de vir. Ele não foi informado, mas virá, sim. Conforme disse o Presidente, a lei o obrigará. Se não vier pelo amor, virá pela dor.

Já protocolei os ofícios, Sr. Presidente, dessas acareações. Se V. Exª entender, com o Relator, que essa oitiva não vá ao ar, já que está gravada, para que eles não a possam ouvir.

O dia do depoimento do Sr. Waldomiro, na minha visão, deve ser o mesmo dia do Sr. Buratti, a fim de que um espere o depoimento do outro trancado em uma sala, como acontece agora, para que um não tome conhecimento do que ou outro irá falar, para que não haja ensaio. De alguma coisa tomarão conhecimento, até porque não estamos ao vivo na televisão mas, não sei, estamos ao vivo no rádio. Há assessoria deles aí?

É uma sugestão, Sr. Presidente.

Foi uma expressão do senhor, o senhor disse que achou que o Sr. Waldomiro Diniz era o terceiro do País na hierarquia. A que ponto nós chegamos. Waldomiro é o terceiro do Brasil.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Na opinião dele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Na opinião dele, pois é. É um negócio de maluco. Mas, naqueles dias, era assim que ele se comportava. Ele transitava por aí engravatado, posudo. Era assim que ele se comportava, tentando exalar esse tipo de poder.

O senhor disse, não sei se em relação ao Waldomiro ou ao Cachoeira – pois, quando cheguei, o senhor já havia começado o seu depoimento – , que aceitou a conversa exatamente "por conta do conhecimento" que ele tinha no mercado lotérico brasileiro. É o Carlos Cachoeira?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Eu havia comentado que, na reunião que tivemos em fevereiro com Waldomiro Diniz, ele nos disse que estava ali representando o Governo brasileiro e a razão de ele estar ali era porque ele era uma das únicas pessoas do novo Governo que tinha um grande conhecimento de loteria. E o Governo havia solicitado a ele que conversasse com a Gtech para entender a relação nossa com a Caixa, contrato e tudo o mais.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até aí, ele não mentiu, não, porque realmente o texto foi construído por ele, que veio para esta Casa como mensagem do Governo, dizendo que ia legalizar os jogos no Brasil. Então, ele tinha uma vasta experiência mesmo com os jogos. Mas a nós, nos parece, neste momento, que não era uma experiência, era muito mais na área de extorquir e fazer negócio do que conhecer o jogo em si. O jogo era outro.

O senhor, quando fala da reunião, na Caixa, o senhor disse que o Sr. Buratti entra, e foi rápido ao assunto, a reunião demorou pouco, ele foi incisivo sobre a questão das percentagens, dos 15% à Caixa, se tivesse me contratado, não seria isso, seria oito. Eu queria que o senhor repetisse. Ele disse, mais ou menos, isto: "Olha, comigo, o Buratti é mais embaixo." Foi isso o que ele disse?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A reunião não foi na Caixa, a reunião foi no Blue Tree. Não tem nada a ver com a Caixa. Ele chegou, exatamente, à reunião, e disse: "Ó, vocês," – não foi exatamente as palavras dele, mas algo nesse sentido – "vocês são bobos; vocês deram 15% de desconto, esse monte de desconto para a Caixa, podiam ter dado muito menos, se tivessem me contratado ano passado, agora, vão ser obrigados a me contratar, dar os 15 para a Caixa e ainda mais me contratar!" Foi basicamente isso que ele falou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quer dizer, entendendo que a Caixa Econômica é do Brasil e dos brasileiros, ele estava dizendo assim: "Vocês são bobos de ter dado esses 15% pro Brasil!"

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente! Exatamente isso!

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É admirável isso! Até pelas posições que esse moço vem ocupando, as assessorias que esse rapaz ocupa, e aí eu repito o que disse o Senador Antonio Carlos: eu tenho o Ministro Palocci na mais alta conta, não só de capacidade, mas também de honestidade, porque bola nas costas você leva até dentro de casa. Agora, já é hora, com esse emaranhado todo, de se rever esse tipo de gente, esse tipo de assessor, porque o que está havendo, essa teia montada no Brasil. Nunca se viu na história deste País.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Senador Magno Malta, permita-me tomar 10 segundos do seu tempo?

É só para informar que o Sr. Buratti saiu do Governo municipal do Ministro Palocci ainda quando S. Exª era Prefeito de Ribeirão Preto. Demitido, inclusive!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi. Inclusive, com um processo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quer dizer, então, depois, entra numa reunião, num contrato da Caixa, dentro da Caixa, já demitido lá por esse tipo de fraqueza... Então, quer dizer, eu não vou julgar que ele estivesse a serviço do Ministério da Fazenda, nem do Ministro da Fazenda, mas que, das fortes relações dele, como na concepção do senhor, da intimidade dele com o terceiro homem do Brasil, como o senhor

imaginou naqueles dias, e como ele posava por esses corredores, e o Senador Tião Viana até fala da pose, do biótipo, da figura, que depois criou esse transtorno todo posto por aí.

O resultado disso: quando ele colocou essa questão dos 15% e disse "agora vocês vão ter que me pagar", o que ficou definido? Pagar o quê? O que ele estava pedindo?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Dinheiro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Dinheiro?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Dinheiro. Ele chegou a falar em valores.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quanto?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O que ele falava da porcentagem do contrato era coisa de R$20, R$30 milhões. Ele falou: "Vão ter que me pagar isso, agora, porque, se tivesse pagado a mim, dado os 8% – aliás, muito bem colocado por V. Exª –, em vez de o Governo brasileiro ter essa diferença, você vai pagar essa diferença e vai dar para mim". O que é um absurdo. Um real é um absurdo; trinta milhões, são trinta milhões de absurdos!

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Assim, na cara-de-pau?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, exatamente, no início da reunião. Eu diria que ele se apresentou e entrou assim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor vai falar isso aqui olhando no olho dele.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sem dúvida! Eu vou dizer uma coisa para o senhor: nós tivemos a coragem, quando chamados pelo senhor, o Dr. Delegado da Polícia Federal,...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, eu estou achando o senhor corajoso. Não concordei com o Senador Antonio Carlos. Estou discordando. Eu estou achando o senhor muito corajoso. O senhor falou, quando viu o Buratti, usou a expressão "nunca o vi mais gordo". Eu estou vendo um gordo corajoso, entendeu, que vai olhar no olho dele, vai olhar no olho dele e vai falar exatamente isso aí, porque, com essa desfaçatez aí, vai na dura, entendeu?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim!

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quer dizer, vocês foram bestas, estão dando 15% para a Caixa, vão ter que me pagar, agora, muito mais e tal. Qual era a porcentagem dele que ele pedia?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ele queria ganhar algo como cinco, seis por cento.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até porque a imprensa está aí, para ele ficar ganhar páginas na imprensa como Buratti tantos por cento. Buratti, 6%?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Porque, eu me lembro do número exatamente. Ele falava assim: "Pô, se vocês tivessem negociado comigo, vocês dariam 8% para a Caixa, e a diferença ficava comigo". Isso daria R$20, R$30 milhões.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quer dizer: podia ser os mesmos quinze, mas só dava oito para a Caixa e o resto ficava com ele.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Mais: o que ele disse foi o seguinte: "Agora vocês deram os 15 para a Caixa e vão ter que dar o resto para mim. Esses quinze vão virar vinte e tantos", algo assim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas citou alguma coisa de Waldomiro?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Não citou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não tocou em Waldomiro?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Não tocou em Waldomiro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Tudo bem. Aí, em um determinado ponto do depoimento, o senhor disse o seguinte: "que os senhores foram à Casa Civil".

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Para encontrar com o Waldomiro, quando o senhor disse que ele estava até muito feliz, muito alegre, quando recebeu vocês.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Na terceira reunião. Nós ligamos na Casa Civil, pedimos a reunião. Ele devolveu, e confirmou reunião no Blue Tree. A solicitação de reuniões foi à Casa Civil. Mas ele marcou a reunião no Blue Tree, que devia ser a segunda casa dele, não sei.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Na terceira, marcou a reunião no Blue Tree, e chegou feliz da vida. Porque ele não tinha ainda o resultado das posições que a empresa tinha tomado com relação ao pedido do Buratti.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aí ele chegou feliz da vida.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até aí a minha avó estava certa, porque ela dizia que "a alegria vem das tripas". Ele achou que ia ganhar muito, ia comer muito, estava feliz.

Aí, o senhor fez a comunicação. Como foi a comunicação?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim. O Presidente da Gtech informou a ele. Como ele havia dito, na segunda reunião, que alguém ia procurar, nós fomos procurar uma pessoa de nome Rogério Buratti, que pediu dinheiro a Gtech, a Gtech se negou a pagar, e

mais: que ele se posicionou como um consultor, que nós inclusive havíamos feito uma analise e ele havia sido reprovado, mesmo que fosse um trabalho correto, ele não passaria, porque não era uma pessoa idônea. O Sr. Waldomiro Diniz se mostrou surpreso, se mostrou completamente chateado, ou seja, sabia do que nós estávamos falando e teve também a sensatez de pedir para trocar o interlocutor...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A desfaçatez.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – "...eu arrumo outra pessoa que pode passar pelo veto da empresa."

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aí, quando o senhor comunicou isso, ele tomou a palavra e disse: "Não, mas pode arrumar outro, e tal".

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nós falamos que não, que não existe isso. Aí, ele terminou a reunião bruscamente, e saiu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aí ele murchou?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Ele não murchou, não; ele saiu. De novo: ele não comentou mais nada; ele não ficou irado. Absolutamente. Ele parou e se retirou da reunião.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Se retirou, como? Ele não deu um "até logo"; não falou: "Tudo bem, vamos para frente". "Volto a me comunicar".

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Nada. Se levantou e saiu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Deu a entender que ele ficou chateado.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, deu a entender não; ele ficou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas eu estou dizendo o seguinte: ele fez questão de demonstrar que estava chateado com a atitude, e por isso, então, ele se retirou.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de solicitar a V. Exª – não sei se essa providência já foi tomada também, Sr. Relator –, porque eu imagino que o Ministério Público Federal tenha detalhes significativos a respeito deste episódios que envolvem o Sr. Waldomiro Diniz e o Sr. Buratti; o Sr. Waldomiro Diniz, pelas outras trapalhadas tantas; que se requeresse ao Ministério Público Federal, o que o Ministério Público Federal dispõe a respeito do Sr. Buratti e do Sr. Waldomiro Diniz, para que tenhamos subsídios, quando na época do depoimento deles. Até porque, com esse tipo de gente, que não só a sociedade, mas que nós julgamos, e que a sociedade julga, que já deveria estar preso, é preciso que se tenha dados contundentes, e eles existem, para não pegarmos essas águias e os inquirirmos na base de informação sem que tenhamos, de fato, o documento na mão. E é o documento que dará a esta CPI, quando na inquirição desses senhores, a possibilidade de responder com contundência à sociedade brasileira, que fica esperando. Até porque é preciso explicar à sociedade que a CPI não vai acabar em pizza; a sociedade não entende. A CPI nunca acaba em pizza. Eu presidi a CPI do Narcotráfico do Brasil; aliás, dessas coisas que eu estou ouvindo aqui, estou tentado a fazer um pronunciamento pedindo desculpas a todo mundo que eu prendi na CPI do Narcotráfico. Acho que os caras que estão presos lá no Acre, Senador Tião Viana, estão falando assim: "O que eu estou fazendo aqui! Me prenderam por quê? Por que roubei um toca-fita!".

Então, Sr. Presidente, que se oficie, se V. Exª quiser eu formalizo, mas eu acho que Mesa pode fazer isso, porque isso é extremamente grave. E aí uma CPI, se ela prende em flagrante, é prisão temporária, ou é prisão por desacato, com essa, o cara vai ali e sai com R$300,00, ela é afiançável, mas quem prende é a Justiça, é o Ministério Público, o relatório vai para lá. É lá que tem que dar continuidade à investigação por parte do Ministério Público, da Justiça, para que a sociedade saiba disso. Porque, a sociedade, como não está atenta e vivendo essa situação, pensa o seguinte: que se a CPI não fez, acabou; a CPI protegeu, passou a mão na cabeça, e não é bem assim.

O Relatório do Senador Garibaldi Alves Filho – estamos sendo filmados aqui – vai propor o indiciamento, propondo continuidade ao Ministério Público e justiça. Mas que a sociedade tenha a certeza de que vamos cumprir o nosso papel, nesta CPI dos Bingos, enquanto Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse o apelo que faço à Mesa, encerrando a minha participação e agradecendo ao senhor, e satisfeito com o seu depoimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, quero esclarecer, Senador Magno Malta, que esses documentos que V. Exª sugere sejam requeridos, com exceção do sigilo bancário, todos os outros já estão disponíveis nesta Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Em seguida, passo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi, com muita atenção, o depoimento do Sr. Marcelo Rovai, feito sob a obediência ao Código de Processo Penal, e, seguramente, ele tem a responsabilidade por tudo o que está dizendo e tenta trazer uma manifestação sua e da sua empresa. Ouvi, com muita atenção, o registro de que a empresa atua em cem países hoje.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Em cem governos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Em cem governos.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Uns cinqüenta países mais ou menos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Uns cinqüenta países, com sede, com matriz nos Estados Unidos. Tem 75% das loterias do mundo, quando se fala em sistema *on line*, 25 anos de existência, e mais de quatro mil Municípios no Brasil. Eu entendo que V. Sª expõe toda uma impressão da evolução histórica das relações comerciais da empresa com o Governo brasileiro.

Eu gostaria de trazer à lembrança da CPI que, já em 1975, meu caro Relator, tivemos uma relação do então Presidente da Caixa Econômica do Brasil, Karlos Rischbieter, que fez uma doação para o sistema de informação e tecnologia eletrônica de loterias a fundo perdido da Caixa Econômica de US$1.5 milhão. Então, não é uma relação recente. Existe uma relação, com esse sistema de loteria, forte que remonta de muitos anos.

O Dr. Marcelo Rovai, no seu depoimento aqui, deixou claro o seguinte: Em 1995 houve uma licitação, que foi implantada, a execução do resultado da licitação, a partir de 1997, quando começou a história da Gtech. V. Exªs ganharam...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Essa doação de US$1,5 milhão...?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – A fundo perdido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para quem?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Para a Racimec, a empresa que fazia o comando das loterias. V. Sª disse que ganharam a licitação, em 1995, e começaram a implantar em 1997. Foi isso o que ouvi aqui.

Agora, até 1997, era a Racimec que era dona do sistema de controle eletrônico de loterias no Brasil. Gostaria que V. Sª comentasse isso. Não era a Gtech. Porque V. Sª disse que ganhou a licitação e implantou.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Eu acho que quem ganhou a licitação foi a Racimec mesmo. A Gtech comprou a Racimec, e com isso...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, V. Sª não informou corretamente os fatos. V. Sª falou que a Gtech ganhou a licitação em 1995, e que implantou em 1997.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Então, perdão. Foi um erro.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, foi um erro.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Se eu falei isso, foi um erro.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª descarta qualquer relação com a Gtech de negociação durante essa fase licitatória? Da Gtech com a Racimec. Estou falando ainda de 1995 e 1997.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu não tenho detalheS dessa época. Eu entrei em 2002 na Gtech.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não saberia informar. Porque veja...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O senhor está correto. O que eu sei é que Racimec ganhou a licitação, e depois foi comprada pela Gtech, sem dúvida.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Porque veja, meu caro Presidente, como essa história vem com nebulosidade há tempo.

Senador Romeu Tuma, em fevereiro de 2004, o jornal **Miami Harold** faz uma descrição sobre as relações da Gtech e, ao mesmo tempo, registra – tenho aqui e vou passar ao Presidente –, que a Racimec era parte do Sr. Carlinhos Cachoeira. O senhor tem informações sobre isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não tenho. Nunca ouvi falar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor desconhece que a Gtech já tinha relações comerciais com o Sr. Carlos Cachoeira, em 1997, por haver comprado a Racimec dele?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A Racimec, do Carlos...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O **Miami Harold** afirma isso em fevereiro de 2004. No jornal há essa referência.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Desconheço totalmente. Acho que a Racimec tinha contrato comercial com o Sr. Carlos Ramos. Bom, mas eu não tenho certeza, mas acho que isso é fácil de levantar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, o senhor não consegui deixar claro essa resposta.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – A relação da Gtech com o Governo não é uma relação tranqüila, serena. Temos, aqui, no jornal, dados do Tribunal de Contas da União que a apontam que "o contrato com a Gtech deu um prejuízo de R$160 milhões". Estamos falando de

uma pequena fase das relações comerciais da Gtech; estamos aqui numa relação de 1996 a 1997. Cento e sessenta milhões é o prejuízo dado por esse contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal.

O STJ, em 28 de agosto de 2004, diz que houve um prejuízo para a Caixa Econômica na relação contratual, dito pelo Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ, da ordem de R$232 milhões. Então, não é uma relação serena como se pensa nos governos anteriores.

Eu lhe perguntaria, diante dessas impressões, como se deu a pressão da Gtech para que não houvesse um processo licitatório durante o ano de 2000. Como foi essa relação? Ela se deu de maneira... V. Sª, depois, disse, aqui, "que a Gtech jamais teve qualquer aproximação com as decisões contratuais e os processos de compra comercial da Caixa Econômica com qualquer empresa". Mas, ao mesmo tempo... V. Sª falou, aqui, hoje: "que nunca a Gtech procurou qualquer aproximação com as decisões contratuais da Caixa Econômica ou processos de decisão de compra de serviços da Caixa com empresas"; não criou influências dentro das decisões.

Gostaria que comentasse como se deu, no ano de 2000, o processo conflituoso entre a Caixa Econômica e a Gtech.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pelo que eu entendo, de novo: entrei na empresa em 2002. Mas, pelo que conheço da história, no ano de 2000 houve um distrato do contrato anterior e um contrato novo onde a Gtech teria que implantar os correspondentes bancários, e, com isso, a implantação de mais 10 mil terminais, algo assim, terminais financeiros, ao longo de todo o País, e o desenvolvimento de novas transações, porque são mais de cem transações que rodam nos sistemas. Isso no ano de 2000. Logo após a assinatura do contrato, o investimento e início das instalações, a Caixa Econômica não chegou a lançar, mas ela fez as bases de uma nova licitação, onde todo o sistema, ou todo o serviço que Gtech, então, praticava seria particionado entre captura, transporte – que é a parte de telecomunicações – e processamento, isso em termos de cadeia de valor, e também em termos regionais: São Paulo, Sul e Norte-Nordeste. Quer dizer, também fazendo uma partição dessa maneira. E a empresa que participasse de um pedaço, não participava de outro. Estamos falando de algo como nove pedaços: três da cadeia de valor e três regionais. Obviamente, a empresa já tinha, então, feito mais de US$250 milhões em investimento. O que seria absurdo, todo esse investimento não ser realmente aproveitado. A Gtech entrou na Justiça, com embargos judiciais, onde pedia à Justiça, que a Gtech pudesse participar dessa mesma licitação, porém, com uma proposta integrada com os nove pedaços. E que a Caixa somasse o de cada pedaço, vamos dizer assim, comparasse com o valor com o valor que a Gtech prestasse. Se o da Gtech fosse mais baixo – que a empresa acreditava, à época, que seria mais baixa – poderíamos ganhar. A Caixa se recusou, e esses foram os embates que começaram a ocorrer no ano de 2000.

Com respeito a parte inicial, que V. Exª colocou, eu havia comentado antes, não sei se é isso a que o senhor se refere, é que como o processo licitatório era com área de tecnologia da Caixa, nós tínhamos pouco contato, não tínhamos relação. Acho que era isso, Senador?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Pergunto-lhe: de quantas licitações a Gtech participou e ganhou na Caixa Econômica durante todos esses anos de atuação, desde 1997 até agora?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Só teve uma: de 1997; de 1995.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – De 1995. Então, a Gtech nunca ganhou nenhuma licitação, e durante todos esses anos presta serviço à Caixa Econômica?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim. Porque, em 2000, houve um distrato do contrato de 1997...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E, segundo o STJ, tem um prejuízo de R$232 milhões só na relação 2000/2003. E, segundo, o TCU, tem um prejuízo de R$163 milhões entre 1996/1997. Então, veja como ficamos diante desses fatos! Nunca houve licitação nessa relação, Senador Romeu Tuma!

Pergunto-lhe: em 2002, tivemos uma tentativa de a Caixa Econômica de desenvolver um processo licitatório, e a Gtech tentou embargar o processo licitatório também.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. A Gtech procurou participar da licitação com um modelo integrado, de novo, como havia feito em 2000.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não. Mas não queria a licitação nos moldes como estavam propostos.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, tentou embargar. O que houve? Houve a anulação da licitação logo em seguida.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A licitação foi anulada depois.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Isso. Mas houve anulação, impedimento da licitação. Aí, um mês depois, 30 dias após, estou falando de 2002, houve a anulação do contrato, que já não era mais de uma licitação, mas de um termo de entendimento entre a Gtech e a Caixa, do contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal. Qual foi o motivo?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Em 2002 não houve nenhuma anulação.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Trinta dias após a decisão contratual. Emílio Carazzai.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Desculpe-me, estou falando de 2000.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – De 2000 eu não sei detalhes.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Porque houve a decisão de acordo, desistiu-se do processo licitatório, faz-se um acordo de mais de vinte meses, aí trinta dias após a Caixa Econômica anula todo o acordo. V. Sª não tem nada a comentar sobre isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – De 2000?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – De 2000.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, o que comentei... As informações que eu tenho...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Por que a Caixa anulou trinta dias após o acordo feito?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sei.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Estamos falando de um ano eleitoral.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ano 2000?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Ano 2000, eleições municipais

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não tenho informações.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª não tem nada?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sinto muito, Excelência. Não tenho informação sobre 2000. A esse nível de detalhe eu não tenho; eu não estava na empresa.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª disse que não conhecia o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E como ele era presidente da Loterj, a Gtech participou de uma licitação lá, e não conhecia o presidente da Loterj?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A licitação foi ano de 2001; eu não estava na Gtech. Eu trabalhava no mercado financeiro. Trabalhava, nessa época, na Compaq.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não teve nenhum contato, nenhuma informação a respeito dele, só ouvia falar pela imprensa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ele era presidente da Loterj; o nome, eu conhecia, mas não tinha nenhuma relação. Desde que entrei na Gtech, em 2002, na verdade, já começa a não haver mais interesse.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, o Sr. Buratti, V. Sª descreveu toda essa névoa, essa coisa terrível a respeito, e manteve uma restrição absoluta à contratação de serviços dele na condição de consultor. E por que, no dia 11/4/2003, houve o testemunho seu perante a Polícia Federal de uma nova reunião do Sr. Buratti na empresa Leão & Leão? Como V. Sª tinha toda essa clareza, rejeitava o consultor, e o que V. Sª foi fazer lá na empresa Leão & Leão, em que ele estava?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Como falei aqui, Senador, após os fatos, a assinatura do contrato, o Antonio Carlos decidiu que tínhamos que fechar o processo, ou tomar o cuidado, porque até então, nós imaginávamos, falando com gente poderosa, que poderia ser revanchista, havia comentado aqui. Então, o meu contato, após a assinatura do contrato, foi mais um somente com Rogério, esse a que V. Exª está se referindo, como havia falado aqui, para retirar os documentos, ele foi entregar os documentos do processo de veto, que foi entregue na Fisher & Foster para análise. A partir desses documentos, foi a resposta oficial que demos a ele, que inclusive ele estava vetado. Foi a maneira elegante de dizer "não" a ele que estávamos fazendo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, veja bem, a revista **IstoÉ**, no dia 25 de fevereiro de 2004, afirma que foi o Carlos Cachoeira que disse à Gtech, no final de 2002, que poderia influenciar o processo de negociação com a Caixa. Ele falou para a Gtech, segundo a revista **IstoÉ**. Estou falando de Carlos Cachoeira. Em contrapartida, a Gtech firmaria um acordo com ele nos Estados. O senhor confirma a informação?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não confirmo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não confirma.

Quem apresentou o Sr. Waldomiro Diniz foi o Carlinhos Cachoeira à Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não é apresentaram. O Carlos Cachoeira ele veio informar ao Sr. Antonio Carlos que o Sr. Waldomiro estava querendo uma reunião com a Gtech.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor confirma que, em março de 2003, a Gtech desistiu da ação que movia contra a licitação que a Combralog, consórcio liderado pelo Carlos Cachoeira, ganhou na Loterj?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. A Gtech, depois de perder duas vezes...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Desistiu.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Ela não desistiu. Ela perdeu duas vezes. Ela resolveu não mais recorrer nenhuma vez. Recorrer por um contrato que já estava correndo, onde já estava sendo implantado e onde a empresa não tinha mais interesse.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas ela desistiu?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não desistiu. Ela desistiu de continuar; já tinham perdido na instância superior.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, isso é desistir.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Continuar o processo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Desistiu. Então, o senhor confirma que desistiu. E o senhor confirma que, no dia 24 de março de 2003, a Gtech firmou parceria com o Sr. Cachoeira para atuarem juntos nos Estados de Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde o Cachoeira tem contrato com as loterias estaduais?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Nunca foi assinado nenhum contrato com Carlos Cachoeira.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Os senhores nunca cederam à estrutura de tecnologia para o Sr. Carlos Cachoeira operar o seu sistema de loteria?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nós estávamos em processo de negociação...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Com ele?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Com ele, sim, como eu falei aqui.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, como o senhor não confirma?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Estávamos em processo de negociação com ele...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Firmou a parceria?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor. Estávamos trabalhando na possibilidade de fazer uma parceria. Isso continuou... Isso havia se iniciado já no ano anterior, e até meados de maio de 2003, nós estávamos conversando. Estávamos próximos da assinatura do contrato quando decidimos; os Estados Unidos informaram que era para não firmar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, porque o meu tempo é curto e eu tenho que aproveitá-lo. Já é o suficiente aí por enquanto.

No termo de declaração do Sr. Carlos Cachoeira, ele afirma, perante o Ministério Público Federal, no dia 09 de março de 2004, que a Gtech o procurou, que assinou com ele – a Gtech estou falando – uma carta-compromisso, confidencial, com o objetivo de subcontratação das empresas dele. Quando foi que isso aconteceu?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Foram feitas duas assinaturas de memorando e entendimento, como eu falei aqui: uma, acho, que no final do ano, e a outra, pode ser essa de março...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, eu falei da parceria e V. Sª negou. Agora V. Sª está dizendo que houve. Eu não estou entendendo.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor. O senhor me desculpe. Nós fizemos um memorando entendimento, como eu falei anteriormente. Isso não significa um contrato. Nós não firmamos nenhum contrato de prestação de serviço. Estamos negociando. É praxe, antes de negociar qualquer contrato, duas empresas, a gente firma um memorando, entendimento, acordo de confidencialidade, e, a partir daí, as empresas passam a conversar, e discute-se a possibilidade, discute-se o *draft*, o contrato, como se fala, antes de fechar o definitivo, até que se termine e se assina o contrato. Esse contrato final nunca foi assinado. Esse termo de entendimento é um termo de entendimento genérico. As empresas têm interesse de conversar...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª desconhecia a biografia dele?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Qual biografia? Todas as empresas dele foram analisadas pela nossa área jurídica. Não havia nada contra ele.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Estavam absolutamente lícitas?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não havia nada contra ele. Não sei se existe hoje. Na época não existia nada contra ele.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – É correta a afirmação de que ele... Pergunto-lhe o seguinte: Cachoeira explora o serviço de loteria de prognóstico e vídeo-loteria no sistema *on line* real. Ele mesmo. Pergunto-lhe: a Caixa cede os seus terminais, mais uma vez, para que ele utilize esses recursos de tecnologia no sistema comercial dele? O senhor nega peremptoriamente que ele utilize?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A Caixa?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Que a Gtech ceda a sua estrutura de tecnologia para ele nesse sistema?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Nós estávamos negociando para que, dentro dos Estados, e principalmente no Paraná, como eu havia comentado antes, onde o serviço não estava indo muito bem, que ele tinha interesse de contratar os serviços tecnológicos da Gtech. Essa era a discussão entre as empresas; entre a Gtech e as empresas do Sr. Carlos Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Tião Viana...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu não nego. É verdade. Só que não chegamos a firmar nenhum contrato.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, já estou concluindo. Sei do meu tempo. Peço apenas um minuto. Eu vejo, Sr. Presidente, que o Sr. Rovai faz um depoimento claro; desconsidera completamente a história da Gtech entre 1997 e 2002, e passa a concentrar todas as suas denúncias a partir de 2003, na relação Gtech/sistema público. Entendo como uma informação que ele julga importante a ser dada. Não tenho absolutamente qualquer preconceito com empresa transnacional. Creio que é do mundo globalizado a relação. Quem dera tivéssemos inúmeras empresas de tradição ética no plano internacional, contribuindo com as relações comerciais do nosso País. Não vejo absolutamente qualquer problema. Eu gostaria muito que a sua empresa pudesse ter de nós a melhor das impressões. Mas, no depoimento de V. Sª, na descrição histórica, no que está nos autos do Tribunal de Contas da União, do STJ, a impressão fica muito negativa, da imagem ética dela nas relações com o sistema público. Uma empresa que procura termos de contrato com figuras do porte do Sr. Carlos Cachoeira, eu fico pensando na responsabilidade que ela tem com isso. Não tenho dúvidas de que a sua empresa prevaricou ao não denunciar essa extorsão do Sr. Buratti, citado por V. Sª, e do Sr. Waldomiro Diniz. Ela prevaricou, possui responsabilidades penais sobre isso.

Lamento muito ficar com a pior das impressões de uma empresa que poderia, pelo que representa a contribuição social das loterias no Brasil, estar ao lado de uma excelente atividade de relação entre sociedade, governo e empresa, para fazermos a devida contribuição. É uma pena que fique essa imagem da sua empresa perante a CPI.

Espero, Sr. Presidente, que possamos ser exemplares na apuração de todo e qualquer envolvido nesse lamaçal que foi descrito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª pode fazer a consideração pertinente.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É só uma consideração, nobre Senador. Eu queria dizer o seguinte. A minha empresa não prevaricou. Ela teve a coragem de denunciar tudo isso que aconteceu junto ao Sr. Dr. Delegado da Polícia Federal. Nós tivemos a coragem de fazer toda essa denúncia. A minha empresa é uma empresa correta, que fez investimentos vultosos no País. Ela não tem, ao longo da sua história, não consideramos que o Governo brasileiro teve prejuízo – muito pelo contrário -, uma vez que cem por cento dos investimentos foram feitos por nós, apenas com a gestão da Caixa. E nós, exatamente da mesma maneira, como tive oportunidade de responder ao nobre Senador Antonio Carlos, quando ele me perguntou sobre o caso de um dos casos que o TCU havia dito... Dos noventa milhões, a Gtech iniciou processo de defesa. O próprio TCU reconhece que havia erro nos cálculos, e está revisando. E já revisou para baixo, e vai chegar a zero, e vai chegar a negativo, ou seja, a conclusão de que, ao contrário, o Governo ganhou. Da mesma maneira, outros casos que o senhor colocou, nós não recebemos oficialmente, e, assim que recebermos, a Gtech fará todo o possível para mostrar, para provar que a relação nossa, ao longo desses anos, foi da melhor maneira possível. E o Brasil só ganhou com a empresa no País.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, concluindo, Sr. Presidente, em trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo um minuto para V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – É para lembrar que estou ansioso para ver a transferência do sigilo bancário da empresa, porque lamentavelmente não foi citado aqui. Mas foi um pacto que Kennedy, da família Kennedy, nos Estados Unidos, mandou uma carta à Embaixada americana no Brasil, para que tente influenciar, no processo licitatório entre Gtech e Caixa Econômica, que haja um silêncio e uma distância da participação do tráfico de influência parlamentar ou político que possa ter ocorrido na empresa durante esses anos. Nós temos muitas informações que estarão desenvolvidas no decorrer desta CPI. E a quebra do sigilo é fundamental. Só previno que não é correto do ponto de vista de procedimento que o advogado chame o depoente para orientar. O depoente que pede. Mas isso não me importa. Jamais isso me causa qualquer desconforto, porque acho que é natural que uma outra colaboração do advogado possa ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero, antes de passar a palavra ao próximo orador, esclarecer que a transferência de sigilo, o prazo que foi dado pela CPI ao Banco Central esgotou-se ontem, como eu disse no início, e, portanto, devemos já estar nesses próximos dias com o sigilo também da Gtech em mãos, para que todos os Membros da Comissão possam analisar.

Passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. S. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Marcelo Rovai.

Sr. Presidente, esses últimos dias têm sido, para todos nós, uma oportunidade de muita reflexão. E vou confessar uma coisa: eu não sou daqueles que ficam com chorumela: estou triste, estou decepcionado. Não,

estou alegre, Senador Garibaldi, por tudo isso ter acontecido, sem brincadeira.

Acho que pessoas indecentes, covardes, criminosas estão dando a oportunidade a todo este País de corrigir e atuar em algumas situações no sentido de aperfeiçoar o processo democrático, de expurgar as nossas instituições desse lamaçal todo.

Eu digo sempre, repetindo o que já dizia um grande filósofo antigamente: a crise é a parteira da história.

Creio que temos a oportunidade de fazer história, sim, de forma intensa. Portanto, não me comove essa coisa, a ponto de me deixar triste, sorumbático e envergonhado. Eu não me sinto envergonhado porque não tenho participação alguma nesse processo. Convivo com pessoas, no Senado, na Câmara, neste País, da maior honorabilidade. É o prazer que me dá, por exemplo, o convívio com o Senador Garibaldi, para citar apenas um dos nossos companheiros. Nós nos sentimos engrandecidos, gratificados, por ter a possibilidade de conviver com pessoas honradas.

Portanto não estou triste, não estou decepcionado, pelo contrário. Estou feliz da vida pela oportunidade de nos debruçar num lamaçal deste e purificar as nossas instituições. Essa é a nossa missão, a nossa tarefa atualmente.

Tenho só uma pontinha de preocupação quando vejo, por exemplo, o comportamento do Presidente Lula, que deveria descer do sapato alto, calçar as sandálias da humildade, descer do palanque.

Creio que as coisas estão se aproximando cada vez mais do Presidente. Não há a menor possibilidade de alguém, em sã consciência, imaginar o seu alheiamento de toda essa situação.

Fico impressionado quando faço a revisão dos fatos e se comprova que em setembro de 2003 o Presidente da República assinou a Medida Provisória nº 130, concedendo exclusividade na operação do crédito em consignação, por três meses, a um banco que hoje tomamos conhecimento de que era a "lavanderia", o grande agente financeiro de toda essa transação de elevadas quantias no País para comprar consciências, para operar dentro de toda essa porcalhada que estamos observando.

Naquela ocasião, eu teria ao menos perguntado: por que estou assinando esta medida provisória? Quando havia Banco do Brasil, Caixa Econômica, os grandes bancos privados, como Itaú, Bradesco, etc. Por que eu teria que assinar uma medida provisória dessa, concedendo um privilégio como esse a um tamborete lá de Minas Gerais cuja abrangência se resume àquela região, no máximo a São Paulo e Rio, quando eu poderia conceder essa exclusividade à Caixa Econômica, ao Banco do Brasil? Isso me causa profunda estranheza e me dá o direito, sim, de considerar impossível que o Presidente Lula não soubesse dos mínimos detalhes de toda essa operação nojenta que se abateu sobre o povo brasileiro. Mas isso são considerações.

Lembro do primeiro depoimento do Deputado Roberto Jefferson em que ele se dirigia diretamente ao ex-Ministro José Dirceu e recomendava: "Zé, sai daí, Zé; tu podes vitimar um inocente". Se eu tivesse intimidade, eu, com toda a humildade, eu diria: "Presidente, saía daí; o senhor pode vitimar um País inocente". Eu me atreveria a dar essa sugestão ao Presidente.

Mas eu queria perguntar, Dr. Rovai, uma coisa que me causa muita espécie: a Gtech, em princípio, em tese, confiava – ou sei lá, confia – no Poder Judiciário brasileiro quando pretendeu impedir o trânsito normal de uma licitação que a Caixa Econômica promoveu, até porque ajuizou a competente ação e não confia – ou não confiou, ou não confiava – no Judiciário quando se tratava de representar contra um achaque, contra um trampolineiro, contra um bandido que foi, como o senhor disse, achacar a empresa. Isso não é muito estranho, Dr. Rovai?

A gente confia no Judiciário para angariar um benefício, porque o Judiciário acabou beneficiando a empresa com a sua decisão, mas o fato de a empresa não representar contra um achacador isso também me dá o direito de considerar que havia uma interpretação, no mínimo, preconceituosa com relação ao Judiciário brasileiro. O que o senhor tem a dizer com relação a isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Confesso que nós não tínhamos nada preconceituosa com relação ao Judiciário. As ações que nós tomamos na época foram as que nós julgamos serem as mais corretas. De novo: não tínhamos certeza do grau de envolvimento das pessoas com Waldomiro e Buratti, até que nível essas pessoas estavam, em nível do País, quando o Buratti se arrolava dizendo que tinha poder, que tinha amigos, citava o Palácio da Alvorada, ou seja, a empresa não sabia o que estava acontecendo.

De novo: o que a empresa queria era prestar o seu serviço, era fechar o seu contrato com a Caixa e continuar trabalhando; isso que a empresa queria. Então nós procuramos agir e demos curso à ação da melhor maneira possível. E uma vez que nós conseguimos não fechar nada com essas pessoas, que eram extremamente maléficas, e a nosso ver voltar ao próprio Waldomiro e dizer o que não havíamos feito, voltar à Caixa ou ao nosso contato dentro da Caixa, nós entendíamos que com isso estávamos tranqüilos para continuar ou pelo menos para evitar qualquer represália que seja, se é que essas pessoas tinham a

influência que diziam ter. Esse era o problema. Então as ações que tomamos naquele momento foram as que nós achamos que eram suficientes.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Dr. Rovai, qual é a agência de publicidade da Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A Gtech não tem uma agência de publicidade, porque nós somos uma empresa *be to be*, quer dizer, trabalha muito mais, por exemplo, nós com a Caixa. Em alguns casos, acho que a Jacometti, é uma que nós usamos recentemente para coisas pontuais, uma que me lembro o nome.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – De onde é a Jacometti?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – De São Paulo. Por exemplo, eu fui Presidente do Instituto Gtech, que nós temos um trabalho com crianças de arte e cidadania. Pelo menos, quando fui Presidente do Instituto Gtech, a Jacometti, por exemplo, ajudava no desenvolvimento do logos, fazer campanhazinhas, ou *folders*, alguma coisa do tipo, que é um trabalho inclusive que a Gtech continua fazendo; hoje milhares de crianças têm cursos de arte e cidadania conosco.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Vocês são clientes do BMG ou do Banco Rural?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não que eu saiba. Pelo menos nunca ouvi falar desses bancos. A folha de pagamento é no Itaú; BankBoston é um banco que ouço falar muito por ser coorporativo. Acho que esses dois principalmente; os que conheço. Não acredito em bancos pequenos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ligação com a empresa do Sr. Marcos Valério de publicidade, Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não; nunca tinha ouvido falar, pelo menos.

Acredito que não, porque muito pouca publicidade a gente faz.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor disse que a Gtech havia denunciado o achaque, há pouco instantes se referiu a esse fato: "Não, a Gtech procurou denunciar." Mas os senhores denunciaram espontaneamente, ou só em face da intimação da Polícia Federal.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Fomos, em face da intimação da Polícia Federal.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então não foi espontaneamente. Porque o senhor disse há pouco querendo deixar transparecer que isso teria sido um mérito da Gtech ter denunciado o achaque. Os senhores só denunciaram porque foram intimados pela Polícia Federal.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A Polícia Federal nos intimou para falar do evento com o Waldomiro e nós, espontaneamente, falamos, contamos tudo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Se a Polícia Federal não tivesse intimado os senhores talvez, até hoje, não tivessem revelado o fato.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Vou ser muito sincero, acredito que teríamos falado da mesma maneira, porque esses fatos que ocorreram na Gtech, em 2003, foram pontuais em uma semana, não tínhamos noção do grau ou da intensidade, a partir...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Rovai, o que quero dizer é o seguinte. O senhor tentou passar para nós aqui uma pergunta que lhe foi formulada. Por que o senhor não teria denunciado o fato? E o senhor: Não, nós denunciamos.

A Polícia Federal, o delegado... Citou, inclusive, o nome do delegado.

O que estou tentando mostrar aqui é que essa denúncia, como o senhor diz, ela não foi espontânea, ela foi provocada por uma intimação de um delegado da Polícia Federal para que a empresa comparecesse, através de seus representantes. Só então os senhores fizeram a tal denúncia, ou levaram ao conhecimento do delegado o fato.

Então o quero dizer é que não devemos aqui tirar proveito dessa situação porque ela não é favorável à empresa.

A empresa tem no seu currículo envolvimento com alguma irregularidade em outro país?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Desconheço.

Inclusive, acho que o nobre Presidente, ou o Relator me perguntou aqui sobre algum caso que ocorreu no passado. Fiquei até de verificar dentro da empresa e enviar, se é que houve, porque eu desconheço.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Qual é a posição da empresa no *ranking* das empresas que operam no setor de vocês?

A empresa se situa em primeiro, segundo, terceiro, quarto, como é que é?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – No setor de loterias em linha no mundo?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Em primeiro lugar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Primeiro lugar. O objeto de vocês, o senhor poderia delimitar. O objeto da empresa é só jogo, é jogo e mais o quê?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É uma empresa de tecnologia. Fabricamos terminais e basicamente temos uma alta experiência em captura, transporte e

processamento de transações em geral. Na sua grande maioria, transações que são utilizados por sistemas lotéricos e também para sistemas financeiros: como pagamento de contas, celulares pré-pagos, transações eletrônicas; é uma empresa eletrônica.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Diga uma coisa, na sua opinião, a Caixa Econômica hoje se encontra em condições de operar nesse mercado, no mercado que ela contrata a Gtech para operar? Tecnologicamente ela está preparada para atuar nesse mercado?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nesse momento não. Ela está se preparando para isso. Segundo a própria Caixa, daqui um ano ela vai ter condição de fazê-lo. Não sei como julgar. Não concordo, continuo não concordando com o modelo que a Caixa adotou. Mas é uma opinião técnica minha. Mas respeito a opinião da Caixa e também respeito quando eles dizem que daqui a um ano vão operar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – No início do seu depoimento o senhor se referiu... Uma coisa que não entendo; e ficou aqui revelado, inclusive, provado que a Gtech jamais participou de uma licitação com a Caixa Econômica. Uma coisa curiosa isso.

Uma coisa que me deixou curioso também é que o senhor se referiu a uma movimentação muito intensa no sentido de negociações. Por que tanta negociação se a coisa significa simplesmente participar de uma licitação. Por que tanta negociação, tanta conversa, tanto vai e vem?

O senhor entendeu a minha pergunta?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Entendi, sim, senhor.

O modelo que a Caixa adotou para fazer a licitação era um modelo fracionado, onde as empresas participam de apenas pedaços. Primeiro, tecnologicamente, a empresa não concorda com esse modelo. Ele é um modelo perigoso, não é utilizado no nível mundial porque o gerenciamento é muito complexo. E o fato de você participar... Quando participo do processo como um todo, eu sei que vou participar, desenvolver terminais, fazer capturas de... Ou seja, eu vou receber por um serviço total feito. Eu consigo economia de escala em negociação com subfornecedores por um bom preço. Agora, se eu vou ter que fazer fabricar terminais, ver serviços...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Isso tudo não está no edital?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, mas são separados. É diferente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu digo, isso tudo não consta do edital?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Por pedaços.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim. Não importa. Mas não consta?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Consta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, para que tanta negociação, tanto vai-vém, tanto senta lá e senta cá?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Então, de novo, é que nós não concordamos com o que está no edital. Nós imaginamos que tinha que ser um modelo diferente. Um modelo, inclusive, que já tinha sido adotado no passo e que era que os outros países, de uma maneira geral, adotam hoje.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor não acha que isso é um pouco de intromissão meio indébita nos assuntos do País a Gtech querer modificar o edital? O senhor não acha que é um pouco demais, não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu sou brasileiro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, o senhor representa uma multinacional.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, mas que...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estou falando da Gtech, não do senhor.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, mas nós estamos no Brasil, trabalhamos dentro do Brasil, fizemos altos investimentos no Brasil e queríamos continuar fazendo. Agora, o que nós estamos trazendo é uma experiência de vários outros países.

Não estou indo contra o senhor, porque o senhor tem razão, até no começo eu falei. O modelo que a Caixa havia feito, em 95, por exemplo, é um ótimo modelo e, depois, foi adotado até em muitos lugares. O que nós não entendíamos é como se fizesse uma volta ao passado com o sistema quebrado. Essa é a opinião.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Rovai, uma última pergunta, por gentileza.

Logo depois da prorrogação do contrato, originalmente, discutia-se um desconto de 25%, não é? Depois o desconto baixou para 15%, não é isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor. Nunca houve desconto de 25%.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Alguma coisa foi mencionada a esse respeito.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não. Isso eu posso esclarecer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O desconto da Gtech seria um pouco maior do que 15%?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nunca houve. Nas negociações, primeiro que, oficialmente,

nunca houve nenhuma proposta porque a Caixa nunca permitiu que nós entregássemos uma proposta. Durante as inúmeras reuniões que houve com a administração anterior, chegamos a discutir – não, oficialmente em reunião, não com uma proposta oficial – que nós poderíamos abrir mão de parte do serviço.

Então, por exemplo, a Caixa poderia fazer pregão como ela queria para serviços de logística, que era o transporte dos volantes e bobinas para o País, a própria geração dessas bobinas, que são os consumíveis, bobinas e os volantes. Então, esses serviços e, até mesmo, o próprio serviço espacial, porque como a Gtech contratava a Embratel e a própria Caixa tinha outros contratos, por exemplo, com a mesma Embratel, ela podia ganhar escala.

Então, a Gtech falou o seguinte: a Caixa poderia fazer os pregões – essa era a sugestão nossa – para logística, consumíveis, por exemplo, criar um pregão para segmento espacial e, com isso, essa parte do serviço não seria paga à Gtech, porque era algo em torno de 11%, 10%, 12%. E a Gtech podia dar um desconto de 5%, o que perfazia 18%, algo por aí. Mas não de desconto. Dezoito por cento do que a Gtech iria receber a menos, só que a Caixa teria que contratar o serviço de logística, contratar o serviço de consumíveis e, com isso, o número para a Caixa, de desconto real, seria algo entre 5% e 10%, dependendo se ela conseguisse negociações corretas.

A primeira vez que nos foram solicitados descontos reais, foi negociação entre Gtech e Caixa a partir de março de 2003. E foi aí que eu discuti aquelas tabelas e nós chegamos a 15%. Nós nunca havíamos mantido o escopo total do serviço todo, completo, como vínhamos fazendo, com um desconto maior do que 15%.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Logo depois do reajuste...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Mesquita, só para dizer que o tempo de V. Exª já esgotou.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estou concluindo. Logo depois do reajuste, a Caixa Econômica reajustou, por sua vez, o valor das apostas.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Isso representou quanto de adicional? O senhor tem idéia?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sei. Mas, com certeza, aumentou. Mas isso...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, não, o senhor tem idéia de quanto isso representou, por exemplo, logo em seguida...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não sei. Eu teria que perguntar à Caixa. Não sei. Imagino 5%, 4%. Não sei. Deve ser por aí.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas isso representava em valores mais ou menos quanto do contrato?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sei dizer, mas acho que o importante, a pergunta do senhor é muito relevante, porque não é só o aumento. Na verdade, o que nós queríamos com a Caixa eram outras coisas: lançamento de novos jogos, alteração dos jogos atuais.

Por ser uma empresa que trabalha junto com a Caixa, um dos itens do contrato nosso com a Caixa era auxiliar a Caixa, com a nossa experiência internacional, para que a Caixa pudesse angariar mais dinheiro, ou seja, quanto mais a Gtech ganharia...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sabe por que eu perguntei, porque acho muito estranho a empresa estar afirmando que jamais repassou quantia nenhuma para o Sr. Buratti.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Tomara que isso não venha à luz.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não virá, porque não passou.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor sabe das conseqüências pessoais que podem ocorrer. O senhor está afirmando uma coisa...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – E reitero.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Aqui temos o direito de fazer todas as ilações possíveis.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – E devem. Concordo com o senhor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Uma delas que eu faço é de que talvez esse reajuste em seguida que a Caixa Econômica fez no valor das apostas poderia ter sido utilizado, já que a empresa incorporou esses valores, para o pagamento dos Buratti da vida, dos Waldomiros da vida, entende? É uma possibilidade que não podemos afastar. Tomara que isso não se configure, viu, Sr. Rovai.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Senador, mas eu queria até acrescentar mais no ponto do senhor, porque não é só isso também. Eu cheguei a ver a mídia falando disso. Mas, olha, a Caixa lançou novos jogos durante o ano de 2003, inclusive ajudamos no estudo dos jogos, que geraram mais receita. Foram feitas alterações nos jogos, que melhoraram as acumuladas da mega sena, que criaram mais dinheiro.

Ou seja, de novo, parte do trabalho nosso era trabalhar junto com os técnicos da Caixa, para ver a melhor maneira de melhorarmos as coisas. Já vínhamos fazendo isso antes e continuamos fazendo depois.

Se não houvéssemos dado os 15% de desconto, a loteria teria crescido e simplesmente teríamos ganhado mais dinheiro. Esse é o ponto. Ou seja, o crescimento da loteria, nos nossos números, quando demos o desconto, já era colocado, e não era só um aumento possivelmente de mega sena ou coisa que o valha, eram outras alterações que ocorreram depois, porque nós sabíamos que dentro da linha de lançamento nós tínhamos jogos novos que estavam para sair, que fazia mais de ano que estavam parados, inclusive um deles saiu e foi um sucesso, implantado por nós em outubro. O nome me fugiu, é um jogo muito bom, porque tem prêmios menores... Bom, perdão, o jogo saiu em outubro de 2003, me fugiu, mas é um exemplo, acho que os técnicos da Caixa depois poderão entrar em detalhe.

Eu diria que é uma prática normal sadia entre duas empresas. Acho que esse é um exemplo, o exemplo de aumento de mega sena, mudança de jogos, jogos novos é o exemplo sadio de uma empresa com experiência nacional que consegue, junto com uma empresa nacional, que conhece muito bem no caso da Caixa, em área de loteria, que conhece o País, junto com a experiência nossa, usando, por exemplo, eles vão lançar um jogo novo, como vai funcionar? Nós corremos, por exemplo, temos algoritmos nos nossos computadores, baseado na experiência de vários países, como deveria ser o potencial, comportamentos, se aquele jogo pode ser sucesso ou não, quanto aumentaria, quanto não aumentaria, aumenta a mega sena, mas o pessoal pode jogar menos, isso pode cair, porque podia ser um tiro no pé. Por exemplo, estudamos juntos isso. O puro aumento pode significar uma perda terrível. Inclusive, a solicitação de aumento de mega sena era algo que os lotéricos faziam há anos e a Caixa tinha medo de mexer na sua estrela, porque dentro do portifólio de produtos da Caixa, a mega sena era estrela e para você mexer num produto estrela, aquele que mais gera recurso, tem que tomar muito cuidado. E nós procuramos sempre ajudar exatamente com informações. A Caixa adaptava, analisava para o modelo local e foi um sucesso. Alteramos, conseguimos ter maior crescimento, não caiu, e assim por diante. Não houve "caramelização" com outros jogos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Calvalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de fazer dois esclarecimentos: anunciei o Senador Geraldo Mesquita, cometendo o equívoco de que houvera uma permuta entre o Senador José Jorge e o Senador Magno Malta. Gostaria também de lembrar que temos um outro depoente em seguida e que devemos ser o mais concisos possível.

Senador José Jorge, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, eu agradeço a V. Exª.

A primeira pergunta é a seguinte: em dezembro de 2002, a Caixa informou à Gtech que assumiria o processamento dos dados até o final de março de 2003, não é? Gostaria de saber de V. Sª se, depois de passados quase trinta meses, a Caixa assumiu efetivamente o processamento?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Bom, primeiro, nós nunca recebemos oficialmente. A Caixa gostaria de fazer isso. A área de tecnologia sempre dizia que gostaria de fazer esse processamento. Inclusive, chegou a mandar uma carta para a Gtech dizendo que iria fazê-lo e que isso, nas contas da Caixa, significava 25% de redução no que eles iriam nos pagar. Primeiro, a Gtech devolveu essa carta para o Sr. Mário Haag dizendo que, primeiro, o processamento não significa absolutamente 25% do nosso custo, que não tinha nenhum sentido. Ou seja, se, por acaso, a Caixa iria assumir, tínhamos de sentar juntos para analisar qual seria o percentual, mas a Caixa não tinha condições, como não teve, não assumiu esse processamento e esse processamento está sendo assumido agora, neste ano, de maneira parcial. Tem um programa, não sei detalhes, mas a Caixa está assumindo parte desse processamento que, até o final, segundo o cronograma da Caixa, até maio do ano que vem, ela assumiria 100% do processamento, com captura e tudo, com todo o apoio da Gtech. Uma coisa é muito clara: a gente pode ou não concordar, mas a Caixa é soberana, ela tomou essa decisão, a Gtech continua prestando serviços e ajudando a Caixa no que for possível para essa transição, torcendo para que dê certo. Ninguém aqui tenta fazer algo, puxar tapete ou algo que o valha, muito pelo contrário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, na realidade, atualmente, vocês estão fazendo 100%?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sei se 100% ou parte. Acho que parte já está sendo feita pela Caixa, não sei dizer a porcentagem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas é muito pouco. Se for, é muito pouco.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Muito pouco, mas acho que a própria Caixa pode informar direito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas a Caixa, logo no início do Governo, celebrou esse aditivo de 25 meses, não é isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, Senhor, em abril.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Depois do aditivo de 25 meses, já assinou algum outro contrato com a Caixa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim. Esse contrato de 25 meses encerrou-se em maio deste ano, maio de 2005, terminando os 25 meses, e foi celebrado um outro contrato transitório de 12 meses, enquanto a Caixa tenta colocar o sistema dela e substituir todo o sistema da Gtech.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, neste Governo, na realidade, existe dois aditivos, um de 25 meses e um de 12?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente. Acho que agora não é aditivo, é um contrato transitório novo, a razão jurídica dele.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, qual é o valor total desse contrato novo, esse de 12 meses? V. Sª se lembra?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não sei. Esse contrato foi celebrado este ano e eu já não estava trabalhando na operação do Brasil. Não sei dizer ao Senhor.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ele diz que é novo. Ou novo ou aditivo, esse segundo, de12 meses.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Esse de maio, de um ano, de 12 meses.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E a base do contrato é semelhante ao anterior? Houve algum desconto, houve algum acréscimo?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Até onde sei, acho que foram mudadas as bases, porque o contrato anterior, na verdade, era um contrato de risco. É muito importante isso. Por isso que a Gtech sempre se empenhou muito em trabalhar junto com a Caixa, nos jogos novos, para que ganhássemos uma porcentagem, algo como três e pouco por cento sobre a arrecadação. Parece-me que esse contrato transitório de um ano é um contrato fixo, é um valor fixo, independente da receita da Caixa. Então, é um problema da Caixa gerar... Eu poderia até, na verdade... Se V. Exª quiser, posso até pedir à Gtech que faça um arrazoado e envie aos Senhores.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Seria importante, para que fizéssemos uma comparação entre os dois contratos. Aliás, entre os três. Entre o anterior, que existia antes deste Governo, o aditivo de 25 meses e esse aditivo ou contrato novo de 12 meses.

Agora, nesse aditivo de 25 meses, que foi exatamente logo no início do Governo, de toda essa questão do Sr. Buratti, do Waldomiro, que tentaram interferir, quem é que participava das reuniões pela Caixa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O Sr. Paulo Bretas, que era o vice-presidente em tecnologia e suprimentos, e o Sr. Carlos Silveira, que é o assessor do presidente Matoso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E pelo Palácio do Planalto?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ninguém.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pelo Ministério da Fazenda?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ninguém participava.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quer dizer, na realidade, eram esses dois Senhores e os representantes da Gtech.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nas principais reuniões. Em algumas reuniões, estavam presentes representantes da área jurídica da Caixa e os advogados da Caixa; em uma ou duas reuniões vi um assessor do Sr. Paulo Bretas, que era responsável pela parte de verificação dos documentos, números, etc, que o auxiliava, que era da área de tecnologia da Caixa, algo assim. Mas, em 100% das reuniões, a única pessoa fora do corpo da Caixa era eu e, em alguns casos, o advogado da Fisher & Foster, que, em algumas reuniões, também esteve presente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essas negociações da Gtech com a Caixa anteriormente eram gravadas. Não é isso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Algumas delas sim, num certo período.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois que esse novo Governo assumiu, depois que assumiu como Presidente da Caixa o Sr. Matoso, essas reuniões continuaram sendo gravadas ou deixaram de ser gravadas?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Na verdade, nos dez anos em que a Gtech tem relacionamento com a Caixa, nunca se gravou nenhuma reunião; ao contrário, durante um pequeno período de outubro de 2002, acho que foi uma meia dúzia de reuniões. A Caixa, naquela época, o Sr. Mário Haag resolveu, por decisão dele, pessoal, gravar a reunião. Ele nos solicitou, e nós autorizamos. Na verdade, a partir de janeiro, mesmo com a outra, parou-se de gravar; com a nova administração, se parou e nunca mais se gravou. Não era uma praxe normal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só se gravou durante esse período do Mário Haag?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Por iniciativa do Sr. Mário Haag.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já ouviu falar da empresa Lotex?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Lotex?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lotex, uma empresa internacional, que concorre com vocês.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que mudanças ocorreram em quatro meses que fizeram a Gtech desistir das ações judiciais e assinar um contrato de vinte e cinco meses, logo depois de iniciar o Governo? Conseguiu esse resultado em tão pouco tempo, o que foi perseguido durante mais de um ano pela equipe anterior. Havia algum problema de relacionamento da Gtech com o pessoal da Caixa anterior que inviabilizava chegar a esse acordo? Quando mudou o Governo, mudaram os negociadores, e, então, aquela negociação que vinha já há bastante tempo não se conseguia fechar. Conseguiram num prazo bastante mais ágil, vamos dizer. O que mudou? Eles são mais fáceis de negociar? A Gtech abriu mão de alguns pontos? Enfim, houve alguma mudança na forma de negociação que permitiu agilizar o processo? O que ocorreu para que, em tão pouco tempo, se fechasse essa negociação?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Olha, Senador, por parte da Gtech, não houve nenhuma alteração na negociação. Eu participei tanto das reuniões anteriores como dessa. Sem dúvida nenhuma, a postura da Caixa nas reuniões no ano anterior era diferente. Falávamos, principalmente os negociadores... Primeiro, os negociadores eram de um escalão inferior da Caixa; estávamos falando de um nível mais gerencial, de superintendência – é o primeiro ponto. Nós não sentíamos uma relação direta, não existia nenhum diretor, vice-Presidente, nada. Ou seja, era um escalão mais baixo, o que não tem nada de mais, mas não sentíamos primeiro uma força nisso.

Durante toda a negociação, era uma negociação onde a Caixa não abria mão de colocar os pregões e assumir a loteria. O que passou é que, com a nova gestão da Caixa, a gestão se abriu mais, e o que entendemos – e até o que foi passado para nós – é que foi feita uma análise de auditoria interna da Caixa e se constatou que as informações da área técnica haviam levado a Caixa a informações errôneas, o que iria fazer com que ela tomasse decisões erradas, porque a Caixa não tinha condições de assumir a loteria durante o ano de 2002 e nem em 2003. Não existiam condições disso.

A nova diretoria da Caixa, na verdade, sabendo disso, ficou numa situação de que teria de fechar o contrato com a Gtech, e nós, em nenhum momento, utilizamos isso. Por isso, as reuniões eram boas. E foi uma reunião *win-to-win*, ganha-ganha: a Caixa necessitava da Gtech, e a Gtech necessitava da Caixa; as duas empresas, uma necessitava da outra. Chegamos a um bom termo: a Caixa necessitava da prestação do nosso serviço, mas também necessitava de um desconto que permitisse que ela reduzisse seus custos, e a Gtech, exatamente pelo tempo que estava no País e por amortizações ocorridas, poderia fazer isso. Inclusive, em anos anteriores, não era possível esse nível de desconto. Mas em 2003 já era possível, dado que muitos dos ativos que a empresa já tinha investido já tinham sido amortizados.

Então, as reuniões foram boas. Eu posso dizer ao senhor que o senhor tem toda a razão. Eram reuniões duras, difíceis, batia-se, porque a Gtech queria 24 meses para prestar serviço, a Caixa queria repartir, e o novo Governo não: é o seguinte, você vai prestar o serviço, mas quanto eu consigo de redução?" Foi muito comercial.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que, com o Governo anterior, não havia essa possibilidade de redução, ou havia negociação para redução?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, por parte da Gtech até poderia. O governo anterior não nos deu essa oportunidade, porque eles só queriam fazer a licitação "parcionada". Se a Gtech tivesse cedido naquela época, seria um caos. Estaríamos até hoje emprestando para a Caixa do mesmo jeito, ganhando muito mais dinheiro. Essa é a realidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pelo menos é a opinião de V. Exª?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É a minha opinião.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, gostaria de dizer que esse tipo de serviço de informática, principalmente esses serviços de grande porte, é de grande dificuldade de negociação. Na verdade, a empresa que detém o serviço vira quase uma empresa monopolista. Não só para o cliente, ele mesmo prestar o serviço, como mesmo para que outra empresa possa assumir um serviço dessa dimensão, isso representa sempre grande risco. Evidentemente, quem montou o sistema, quem opera o sistema tem grande conhecimento de toda a máquina do sistema e, evidentemente, fica todo mundo... É como se o sujeito tivesse seqüestrado. Eu comparo mais ou menos com um seqüestro. Você fica na mão da empresa que está prestando o serviço. Fica refém, exatamente, daquela pessoa que está prestando aquele serviço.

Daí, portanto, para qualquer empresa pública, como é o caso da Caixa, e como é também até para uma empresa privada de grande porte, se ele tiver todo

o serviço na mão de terceiros, é muito difícil que consiga uma fórmula de mudar o operador desse serviço, sem que se tenha um risco de perdas na operação e no processamento daquela informação.

Evidentemente, a Gtech e outras empresas podem aproveitar-se dessa possibilidade para tentar fazer a imposição de suas idéias, dos seus custos, dos seus preços, no sentido de obter melhores vantagens econômicas e técnicas na operação daquele serviço.

Imagino que, no momento em que o Governo anterior tentou, de certa forma, assumir de um modo mais rápido o serviço por conta própria, ele teve toda essa dificuldade. E imagino que, na verdade, assumir, naquele momento, seria um pseudo-risco, como V. Sª disse, e só poderia ser confirmado se era risco mesmo ou não se ele tivesse assumido. Quer dizer, na verdade, o risco está implícito toda vez que você muda alguma coisa. Se eu mudar daqui desta cadeira para essa, eu posso cair aqui no caminho. Agora, se eu ficar sentado aqui, eu não vou cair nunca. A não ser que o Senador Tuma me empurre aqui.

Então, na realidade, toda vez que se muda de *status*, toda vez que se muda de situação, corre-se um risco. Realmente, no momento em que a Caixa queria, estava correndo esse risco. Imagino que deveria ser um risco estudado, um risco necessário para que a Caixa pudesse, efetivamente, assumir o serviço.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quer fazer alguma pergunta? Pode fazer.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Só rapidamente. A questão do risco, primeiro, concordo com V. Sª, e ele existe dos dois lados. Quando a Caixa decidiu que um fornecedor externo assumiria todo o risco, o que significa? Todos os investimentos foram feitos, no caso pela Gtech, e, se o sistema não funcionasse ou a loteria não crescesse, os serviços não fossem de bom termo, todos os prejuízos eram da Gtech. Não existia nenhuma cláusula de que a Caixa deveria ressarcir qualquer investimento que a Gtech havia feito no País. Era um contrato com 100% de risco. Acho que esse é um ponto importante.

O ponto dois, só também para ratificar o posicionamento que tenho hoje, de que a Caixa não tinha condições de assumir o sistema em 2002. Na verdade, é baseado no trabalho que a Polícia Federal fez durante o ano passado com os seus peritos, peritos em informática do Governo, em que, através de análises junto aos técnicos da Caixa, chegaram à conclusão de que não condições mesmo. Isso foi comprovado pela Polícia Federal. Então, não é a minha opinião. Quer dizer, é uma opinião hoje embasada.

Com respeito ao monopólio, de novo, eu diria que o senhor também tem razão. Eu até entendo, através até dos embates, que também existe um certo interesse em liberdade. E isto a Caixa tem falado: que ela prefere ter a liberdade, apesar dos riscos.

Agora, como contribuição, eu acho que teria de haver mecanismos numa licitação, que existem em todo o mundo, para evitar esse tipo de monopólio, porque, da relação com a Caixa, na verdade – por uns dois anos e pouco, eu trabalhei com a Caixa – nunca houve um prevalecimento por exemplo, do fato de sermos monopolistas, porque nós dependíamos da Caixa. Se a Caixa disse que dependia de nós, a Gtech dependia muito mais da Caixa. Então, na verdade, acabava sendo uma relação dos dois lados.

Mas acho que o senhor tem razão. Só que eu preferia ter uma empresa que assume os riscos, uma empresa que conhece e sabe o que faz, terceirizar esse serviço, mas criar mecanismos de controle adequados para evitar um possível monopólio ou ficar refém. Concordo com o senhor, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Romeu Tuma, V. Exª tem a palavra por quinze minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou falar depois do Senador Romeu Tuma. Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou ser rápido, vou tentar não gastar todo o tempo, porque praticamente os que nos antecederam e o nosso Relator esgotaram o máximo de perguntas que poderiam ser feitas ao nosso depoente, Dr. Marcelo José Rovai.

Tenho aqui um resumo muito pequeno das ligações que o Buratti e o senhor tiveram durante o 1º de abril – que era um dia festivo ou fatídico para o senhor, não sei –, o dia do contrato. E conto aqui dois, três, quatro, cinco contatos do Buratti, em uma semana, e um, dois, três, quatro contatos do senhor, de 1º a 9 de abril. Então, vários contatos foram feitos nesse período, do dia do contrato até o dia 9.

Então, houve contatos do Buratti. Pelo menos, a Polícia Federal fez o levantamento da quebra de sigilo e encontrou... Eu não quis todos, porque é mais ligado à data a que V. Sª se referiu, a data do contrato.

Senador Juvêncio, acho que a Caixa Econômica não é mais uma Caixa, é caixa de pandora. Ela, aberta, tem uma série de segredos, que praticamente trazem ao nosso conhecimento falcatruas inexplicáveis. Então,

como ela tem uma série de convênios e contratos com vários tipos de atividades, inclusive em construção de casa própria, em financiamentos e em outros, penso que deveríamos abrir uma CPI da Caixa. É essa coisa de milhões e milhões. Pessoas não pertencentes têm intervenção direta na conversa sobre contratos do valor desse da Gtech.

O Senador Tião Viana já trouxe isso aqui ao nosso conhecimento, e acredito que o Senador Flávio Arns vai dar continuidade, devido à importância dos levantamentos que foram feitos pelo Senador Tião Viana. E vou me basear nos depoimentos que forem feitos.

Dr. Marcelo Rovai, não sei se o nome de guerra é Rovai ou é Marcelo.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Marcelo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. Marcelo, quem apresentou ou recomendou o Buratti para o senhor? Pedi licença para o senhor falar novamente. Prestei atenção, e o senhor já falou. Mas quem lhe apresentou ao Buratti? Ou o Buratti foi apresentado ao senhor? Ou quem pediu para que o senhor o recebesse?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Quem pediu para que eu recebesse o Buratti ou tivesse o contato foi o advogado Enrico Gianelli, que é advogado da Fisher & Foster, que representava a Gtech.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o que se recusa a comparecer, Sr. Presidente? (Pausa.)

Eu pediria que não se fizesse mais convite, mas que se entrasse em contato com ele, para ele responder se vem ou não aqui. Vamos usar de todos os meios jurídicos para que ele compareça e não tente desmoralizar a Comissão e já comunicar à Ordem o desinteresse e a recusa, mostrando o comprometimento dele muito claro, por tudo que foi dito pelo Dr. Marcelo aqui. Até houve o telefonema estranho, que não quis atender. Ele deixou claro aqui que havia uma maracutaia por trás de todo esse envolvimento do advogado. Com isso, mais interesse teremos em ouvi-lo. E penso que não deveríamos mais intimá-lo, porque ele vai se recusar. E teríamos uma angústia aqui de desmoralização.

Então, podemos comunicar à Ordem e procurá-lo, por meio da assessoria, para ver se ele vem ou não aqui. Do contrário, tomaremos as medidas jurídicas, para forçá-lo a comparecer e a responder aos questionamentos, se necessário, até uma acareação com o Dr. Marcelo.

Ele, então, ele apresentou e pediu que o senhor o recebesse – o Rogério Buratti.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o Buratti, quando chegou, já foi pedindo o pagamento de comissão, mas depois do desconto que vocês forneceram à Caixa? Depois?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas ele, antes, já não havia conversado, feito algum tipo de oferta?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque, como o senhor disse aqui, ele chegou e disse: "Se vocês tivessem me dado uma parte, não teria que ter dado o desconto". Então, teve uma conversa anterior.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Teve. Então, quando eu fiquei sabendo – durante o dia 1º, quando o Sr. Enrico Gianelli me disse que a pendência a que o Sr. Paulo Bretas estava-se referindo era a contratação do Sr. Buratti e que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – RS) – Quer dizer, a própria Caixa estava forçando o contrato dele?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A Caixa, não. Veja: a Caixa disse que o Enrico Giannelli saberia de uma pendência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim, mas era a Caixa por intermédio do advogado – isso aí está na cara. Pelo menos, é uma seqüência lógica porque o advogado não iria inventar, que teria de encontrar o Buratti, porque ele é diretamente ligado. Como um diretor da Caixa comunicou ao senhor que o advogado tinha uma comunicação, que era uma pendência – era a contratação do Buratti que ia lá para arrecadar dinheiro –, o que está muito explícito em toda a exposição, ele já no segundo contato, depois da cessão do desconto, exigiu que vocês teriam de pagar de qualquer forma?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente. Ele confirmou.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em seguida ao aparte, o senhor responde.

Ouço o aparte de V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Parece-me que V. Exª está entendendo que Enrico Gianelli, o advogado, seja funcionário da Caixa. Não é.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não. Eu sei que é advogado da Gtech.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ele era advogado da Gtech.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Da empresa que presta serviço para a Gtech.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era *free lance* da empresa que atendia a Gtech e, esporadicamente, era um consultor de vocês, através da empresa.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Isso. Advogado oficial da empresa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Disso eu sabia. Apenas acho estranho que um diretor da Caixa tenha dito que o advogado tinha mensagem. Quer dizer, o advogado foi conversado antes para fazer algum acerto que o Buratti ia propor para eles. Entendeu? Quer dizer, usaram o elemento que teria a obrigação de defender os interesses da Gtech para trazer uma comunicação de extorsão – fazer um achaque, segundo o termo que o senhor usou aqui. Entendeu?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Tem uma parte em que V Exª tem razão. Esses fatos ocorreram, de novo, em alguns dias – eu havia solicitado e havia enviado...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Houve esses contatos telefônicos?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não, não. Meu com o Buratti, não houve – não houve.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque está registrado aí, na quebra do sigilo.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Até o relatório da Polícia...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Relator terá tudo isso em mãos, mas tudo bem.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Olhe, estou à disposição, mas deve haver algum engano, porque, no próprio relatório do delegado da Polícia Federal, ele havia dito que nunca houve uma ligação minha para o Buratti antes do dia 1º, quando nós ficamos sabendo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É, depois do dia 1º. Aqui fala depois do dia 1º – 1º de abril ao dia 9 de abril.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ah, algumas ligações, sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Algumas ligações... Então, foi quando da negativa da assinatura do contrato. A pressão, então, começou aí. É o que eu estou entendendo: que os telefonemas foram para a pressão.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Perfeito, desculpe. Estava pensando que era na data de 30, ou antes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor respondeu a algum chamado dele, pelo que estou analisando aqui; ele ligou, e o senhor respondeu. Então, a pressão era clara.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, perfeito, Dr. Tuma. Eu fiquei um pouco....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E qual era a confiança dele em que, de qualquer forma, o senhor teria que pagar?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Até antes, um pouquinho antes... Como eu havia comentado antes, eu havia solicitado a presença do Enrico Gianelli para a assinatura do contrato, como advogado. Era o patrono das causas, representava a empresa, e deveria estar junto. Ele me manda um e-mail dizendo que ele não estava disponível e colocava até os celulares em que ele estaria disponível; que estaria em Minas Gerais – o senhor perguntou naquela hora se a viagem era muito longa – e, no dia seguinte, estaria em Brasília.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi o Antonio Carlos quem falou.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Também do relatório da Polícia Federal, foi uma surpresa, aqui, que o Sr. Enrico Gianelli estaria também, no dia 31, no Blue Tree. Também confesso...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso já foi perguntado, e não vou repetir, mas, se quiser completar alguma coisa ao Relator, que o faça.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É só para comentar que isso nos causou muita estranheza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, ele tem uma informação que talvez seja de interesse.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ele me disse que estava em Belo Horizonte. Eu não consegui contatá-lo à noite, quando o senhor falou que ele me ligou...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor conferiu pelo computador, pelo que disse aqui, se ele estava ou não.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, isso foi a Polícia Federal que levantou; estava no relatório que nós recebemos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim, mas o senhor disse que, quando não quiseram assinar, pela ausência do Presidente, ele estava em Belo Horizonte. O senhor confirmou por uma reunião em que ele esteve.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, eu procurei e descobri, exatamente. Eu trouxe, só para ficar registrado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu prestei atenção à sua exposição e não quero repetir.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – E o senhor havia perguntado depois, e eu acabei...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não. O que eu tenho um pouquinho de dúvida é que dizem que o Dr. Walter Santos recebeu R$4 milhões por serviços prestados.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu não sei o valor exato, mas sei que eram mais de dois mesmo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aqui está dito R$4 milhões...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eram quatro ou cinco, não sei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...para assuntos legais e que ele tinha muita experiência em esferas de governo.

Que tipo de experiência para receber esse valor? Sabia quebrar o galho? Tinha a porta aberta para fazer as negociações? Quem tem altas esferas de governo não é aspecto jurídico; não é experiência no aspecto jurídico, e sim em negociação ou negociata, não sei. Não quero ofendê-lo, mas é uma suspeita que nos traz o porquê da contratação do Dr. Walter Santos.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Está certo, Dr. Tuma. Vou colaborar com o que eu conheço. Como era assunto jurídico, isso não passava por mim, porque eu era diretor comercial. Mas, chegando ao Brasil e sabendo da revista, obviamente, como todo mundo, independente de em que revista saiu, eu queria saber o que era isso. Perguntei na empresa, e me disseram que o Sr. Walter Santos era um advogado... Não com relação ao governo; na verdade, ele era especialista nas cortes superiores, que são o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, quer dizer, altas cortes do País, e não a administração do País, na área jurídica. E que ele foi contratado...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Altas cortes?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Altas cortes. Esse é o ponto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, não. Se o senhor falou isso, eu não ouvi direito.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, desculpe. Eu havia comentado assim...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Entendi altas esferas.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não. Altas cortes. Por isso, inclusive, ele prestava serviços para outras empresas. Então a Fischer & Foster sugeriu, como estávamos, durante o ano de 2002, com a questão dos embates com as medidas cautelares, que ele seria a melhor pessoa indicada. E foi feito um contrato com ele, com o Walter Santos, que se utilizou da sua empresa, a MM, para receber os pagamentos. Esse é o ponto.

De novo, não sei o valor exato, mas a empresa me informou que não eram R$2 milhões. Os pagamentos estão corretos e tem mais pagamentos a serem levantados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sem nenhuma ilação ao Dr. Sigmaringa Seixas, o escritório dele foi também contratado para defendê-los. Aparece uma procuração junto ao Tribunal de Contas da União em nome do escritório dele. Por que escolheram o escritório dele?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O Dr. Versiani, que é desse escritório...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É do escritório. Só mencionei o Deputado porque ele pertencia ao escritório, e a informação que eu recebi era sobre o escritório e ele, como sócio.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O advogado do Sigmaringa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não estou fazendo nenhuma ilação ao Deputado.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Inclusive esse advogado trabalha conosco há muitos anos, é um advogado muito competente, o Versiani, que conhece muito o Tribunal de Contas. Então, todos esses itens...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os processos que foram abertos...

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – ...que o Senador Antonio Carlos comentou, os R$90 milhões... Nós recebemos oficialmente aquele de 90, que já não é mais. E o Dr. Versiani é o advogado que representa a Gtech em tudo o que significa TCU. Já faz vários anos e continua até hoje.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu recebi a informação de que, na vigência dos 25 meses, foram corrigidos valores da aposta de R$0,50 para R$1,00 e outros. Então a Gtech não teve prejuízo porque cobriu, com essa diferença, tranqüilamente, o desconto que foi concedido.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Foi só na megasena, mas foi aquilo que eu havia comentado, Dr. Tuma: na verdade, nem foi só isso. Se o senhor computar o lançamento de novos jogos, a receita foi aumentando, o que era parte do nosso trabalho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, estou falando que é contabilmente empresarial o raciocínio. Quer dizer, vou dar o desconto, mas onde estará o meu lucro aqui? Eu vou perder esses 15% ou terei uma compensação?

Uma empresa organizada como a de vocês tem que fazer a projeção de planilha, por isso estou fazendo a pergunta.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Exatamente. Nós projetamos todos os jogos e tinha outras modificações que nós contávamos que iam acontecer, que, infelizmente, nunca aconteceram.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só uma pergunta.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fizeram alguma contribuição para a campanha eleitoral de alguém?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não que eu sabia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nenhuma... Não, nenhuma vez ou o senhor não sabe?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu não sei e acredito que não, Dr. Tuma, porque não era praxe da empresa, aqui no Brasil, pelo menos, fazer aporte. Mas, também, se fez, eu não vejo nenhum grande problema. Mas eu acho que não. Acredito que não

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agora, eu lhe dou os parabéns por identificar Waldomiro como o terceiro homem da República.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Flávio Arns.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu não respondi...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não quero estourar o tempo, mas deixe-o responder.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vou deixar. Pode responder.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, é que eu acho que eu não respondi a alguma coisa do senhor; eu fui...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que o tempo... Não, não, pode falar.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, é que o senhor fez uma pergunta que eu acho que eu não respondi, porque eu não lembro qual é.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pedi licença ao Presidente; pode responder.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É que eu não lembro. O senhor me fez uma pergunta, eu fui falar de uma... Eu acho que eu esqueci.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que eu fiquei olhando para o relógio.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Desculpa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe aí; não esgotei.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – À vontade.

Senador Flávio Arns, V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Dr. Marcelo, gostaria de saber: a pessoa do seu lado é o seu advogado?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É meu advogado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual é o nome dele?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Roberto Delmanto Júnior.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E ele é da empresa Fisher & Foster* também?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor. Não, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não é da empresa. Por que não é da empresa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Bom, o Dr. Roberto foi contratado para ser o meu advogado agora, depois dessas ações. Nunca precisei de um advogado criminalista na minha vida.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Certo. O senhor fez a denúncia para a empresa Fisher & Foster, em função do comportamento do advogado Enrico Gianelli.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, fizemos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por escrito?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não por escrito, mas, logo após os eventos da assinatura do contrato, o Sr. Antonio Carlos Rocha informou o Sr. Jorge Fisher, que era o dono da agência, o dono da empresa, que não gostaria mais que o Sr. Enrico Gianelli trabalhasse conosco, ou seja, fosse um dos advogados, porque nós não... Ele não havia gostado do seu envolvimento com esse parecer, que era...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O advogado continua sendo advogado da empresa Fisher & Foster?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, até onde eu sei, ele foi demitido pela empresa Fisher & Foster alguns meses depois. Não trabalha mais na empresa, e a própria Fisher & Foster, por uma decisão da nova presidência da Gtech, também a substituiu por outras empresas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Certo. Então, a denúncia do senhor ou da Gtech foi verbalmente para a empresa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Foi.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em relação ao comportamento que o advogado havia tido nesses episódios todos?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Assim o Sr. Antonio Carlos me disse.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou várias vezes, no seu depoimento, que o senhor considera a Gtech correta e honesta.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Tenho certeza disso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tem certeza disso?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Tenho certeza disso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De uma maneira geral?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque nós temos aqui, pelo menos três ou quatro episódios – Inglaterra 1998. Segundo o noticiário da **Associated Press**, o Presidente da empresa Gás Nolden foi condenado pela Justiça britânica por tentativa de corrupção do empresário Richard Branson, com o objetivo de obter colaboração na renovação do contrato da Gtech com a British Lottery. Nesses contatos, a Gtech deixou claro o envolvimento do Presidente da Loteria, Peter Davis, que tinha sido corrompido para obtenção do contrato com a loteria.

O senhor conhece esse episódio? Teve conhecimento desse episódio?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não detalhes. Agora que o senhor falou, eu lembro de ter ouvido alguma coisa. É bem antigo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o senhor teve... Não, bem antigo, não: 98 – seis, sete anos atrás.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Certo. Mas, com certeza, não trabalha mais na empresa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Como?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não trabalha mais na empresa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – E a Gtech continua tendo contrato com a loteria...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas houve a investigação e a condenação em função de um processo.

Texas, 1997. A Gtech foi processada por prática de corrupção, envolvendo o diretor do Texas Lottery Comission, que foi demitido. Quer dizer, o agente público foi demitido.

O senhor tinha conhecimento também desse episódio?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, desse episódio, especificamente, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em 2001, bem mais recentemente, o vice-presidente da Gtech, Robert Vincent, foi acusado de ter contratado a Srª Kelly Fisher para corromper o diretor executivo da loteria de Kansas, Van Petten.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Uau, que nome!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não ouviu também?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nunca.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não.

Em 1997, a Gtech foi envolvida num processo, com a Srª Nora Linares, diretora da Texas Lottery, por prática de corrupção.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Isso são... Isso não é condenação. O Sr. Bob Vincent, por exemplo, Robert Vincent é funcionário, é vice-presidente da empresa. Eu acho que pode ter acontecido alguma denúncia...

Agora, eu quero dizer o seguinte: volto e reitero. A empresa é uma empresa correta, as normas da empresa não permitem e não aceitam qualquer ato ilegal. O que pode ter acontecido ao longo da história da empresa são pessoas corruptas que passaram por ela e não estão mais lá. Eu, graças a Deus, que sou uma pessoa honesta, continuo trabalhando na empresa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, eu não estou falando de V. Exª.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não, mas...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Estou falando de uma multinacional que atua em tantos países, e quando afirmamos que a empresa é correta e honesta, estamos pensando numa multinacional.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sem dúvida.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em função de alguns exemplos e de outros, trazidos pelo Relator anteriormente, nos Estados Unidos, inclusive procedimentos que exigiram a mudança de legislação, em princípio, podemos chegar quase que à conclusão de que a empresa se caracteriza também pela corrupção, em países onde os sistemas de controle de possível corrupção são extremamente rígidos, eu diria, ao contrário do Brasil. Então, teríamos de tomar um pouco de cuidado. Acho que correto e honesto entre aspas; temos de descaracterizar o aspecto de a empresa ser correta e honesta.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Bom, eu já tive oportunidade de trabalhar em multinacionais. O fato, por exemplo... Eu não posso chegar aqui e dizer para o senhor, por exemplo: eu acho que a IBM é uma empresa corrupta, apesar de ela ter sido condenada, por exemplo, aqui no vizinho, na Argentina, por corrupção. Mas não foi a empresa IBM; foi um funcionário da IBM, e ele foi sumariamente demitido. Era inclusive o presidente da IBM. A empresa IBM é uma empresa correta, como a Gtech é uma empresa correta. Infelizmente, numa empresa com milhares de funcionários no mundo inteiro, pode acontecer de uma pessoa tomar uma atitude, uma atitude errada. Cabe à empresa detectá-la, eliminá-la e tomar todas as providências necessárias, tanto que os contratos que a Gtech tem continua tendo, no caso das lotéricas e tudo mais.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso.

Eu só quis caracterizar isso porque existem inúmeras denúncias no mundo em relação não só à Gtech, mas em relação às empresas que tratam das loterias,

jogos, bingos, máquinas, videoloterias, caça-níqueis, e uma suspeita de relacionamento dessas empresas com o crime organizado, narcotráfico, corrupção, e esse é um dos objetivos desta Comissão também.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sem dúvida.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Analisar as possíveis relações. E vemos que existia realmente uma quadrilha instalada aí, nesse sentido, de corrupção.

O senhor iria assinar o contrato no dia 31 de março.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Dia 1º de abril.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Primeiro de abril, aliás.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E surgiram todos os problemas que o senhor mencionou.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas acabou assinando o contrato no dia 8 de abril.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Dia 8, após uma semana.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Uma semana. O senhor não acha que foi um prazo relativamente curto, havendo um tipo de problema que o senhor mencionou – eu não me lembro que tipo de problema – em que o senhor até deu razão para a Caixa? O senhor, na sua fala, disse "não, até dei razão para a Caixa", porque havia um problema de fato no contrato. Não seria talvez o caso de o Enrico Gianelli ter dito para o senhor, na noite do dia 31, que havia um problema, que o senhor esteja fazendo a ilação de que era com o Buratti, e não com o problema que de fato aconteceu no contrato, que o impediu, inclusive, de assinar, que o senhor disse "não, a Caixa tinha razão"?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pode ser.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pode ser. Que problema o senhor mencionou que havia, em que o senhor deu razão para a Caixa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, acontece o seguinte. As seqüências foram: o Paulo Bretas me ligou, que tinha uma pendência que meu advogado sabia, e ele estava visivelmente chateado com a situação. Não me pareceu algo normal, porque senão ele saberia me dar mais detalhes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, foi uma interpretação do senhor de que não parecia.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sem dúvida.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual era o problema que o impediu de assinar na seqüência, e o senhor disse "não, a Caixa Econômica até tinha razão"?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, depois... Exatamente. Na quinta... Na sexta-feira, eu recebi do assessor do Sr. Paulo Bretas uma solicitação... Eu não me lembro exatamente. Algum documento jurídico, alguma coisa, mas, além disso, isso era baseado, porque internamente – agora eu não sei dizer para o senhor se era algum órgão, como o Ministério Público ou o TCU, ou se dentro da Caixa – eles aceitavam que a Caixa não teria condições de fazer realmente; deveria assinar o contrato com a Gtech, mas que 24 meses poderia ser muito. Então, deveria ter uma válvula em 18. Por isso, sentamos juntos de novo e aceitamos a alteração de 24 para 25 e uma válvula de escape.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A informação que eu tenho – e que não sei se é verdadeira também – é de que o senhor não assinou o contrato naquele dia porque o contrato não previa a renúncia da Gtech em explorar os terminais de correspondência bancária, e, não tendo renunciado a esse aspecto, se isso constasse do contrato, ato contínuo à assinatura, a Gtech poderia processar a Caixa Econômica Federal. Isso não constava, e foi mudada a procuração, que não trazia esse aspecto, que considero altamente relevante, porque, de fato, impedia a realização da assinatura.

Não foi um golpe da Gtech, pensando assim: vamos ver se isso passa e, se passar, a gente processa a Caixa na seqüência?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – No dia 8, como até relatei aqui, que foi a segunda assinatura... O contrato estava previsto para se assinar às 12 horas, tudo certo, já tínhamos negociado essa outra alteração da válvula, tinha a carta que dava o sobrestamento para a realização dos serviços e, na hora da assinatura, os advogados da Caixa determinaram que tinha um erro na carta que tinha sido preparada pelo Sr. Enrico Gianelli. Eu não sei dizer para o senhor qual era o erro, mas a Caixa tinha razão, os advogados da Caixa tinham razão.

Nós ligamos para São Paulo... Essa foi uma das razões que me deixaram muito chateado, porque nós estávamos para assinar um contrato, o Sr. Enrico Gianelli, que era o patrono da causa, tinha que assinar o documento, e não estava lá, e eu me senti traído, porque o documento que tinha sido negociado com a Caixa era a liberação, o sobrestamento. E o jeito que tinha sido redigido... Eu não tinha condições de entender, mas o advogado da Caixa entendeu que, do jeito que estava ali, não garantia à Caixa a liberdade. E a Caixa tinha razão, tanto que o Enrico teve que refazer o documento, que foi enviado para Brasília, para ser assinado às seis da tarde.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então a informação que nós temos também... Era uma dúvida

razoável que impedia a realização da assinatura em termos de que a Gtech não renunciava ao direito de explorar os terminais de correspondência bancária. Isso não constava da procuração. E, não constando da procuração, isso facilitaria de imediato a interposição de recursos judiciais por parte da Gtech, criando dificuldades extraordinárias para a Caixa Econômica. E, ao mesmo tempo, se não assinou no dia 1º, mas assinou no dia 8, então é um tempo razoavelmente curto para que as correções fossem feitas.

A Racimec. O senhor pode me explicar um pouco melhor sobre a Racimec? A Racimec ganhou o contrato com a Caixa em 1997.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Acredito que sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o senhor fala que acha que sim?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Porque eu não estava na empresa; entrei em 2002. Eu não tenho detalhes...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A informação que eu tenho é de que o senhor era do Conselho de Administração da Racimec. É verdade?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor afirma que não era?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não era. A minha carreira profissional... Eu me formei, comecei como professor universitário...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas, em 1997, o senhor não era do Conselho de Administração da Racimec?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor. Em 1997...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor afirma categoricamente... Nunca foi?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nunca fui; não conhecia a Racimec.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor afirma categoricamente que não era do Conselho.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nunca fui do Conselho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Relator, eu só quero confirmar, através dos contratos necessários, porque a informação que eu tenho é de que o senhor era do Conselho de Administração da Racimec.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu era engenheiro da NCR nessa época.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A Racimec ganhou a licitação da Caixa e vendeu – diria assim – essa vitória para a Gtech.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A Gtech comprou a Racimec; comprou por partes, depois assumiu 100%.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor acha isso correto e honesto?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Uma empresa ganhar uma licitação, uma empresa que pode ser "laranja", e depois vender essa vitória da licitação para uma outra empresa? A Racimec é multinacional ou nacional?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A Racimec é uma empresa nacional, não era uma empresa "laranja". Tinha experiência de anos e era responsável pela loteria **off line** no Brasil. Uma larga experiência; trabalho anos com a Caixa Econômica Federal. E a licitação da Caixa era de loteria *on line*.

A Gtech já estava trabalhando com a Racimec nos estados de Minas Gerais e Paraná com a loteria em linha. Então, nada mais natural... A Racimec iria se utilizar da tecnologia da Gtech para a implantação da loteria em linha.

O Dr. Antônio Carlos, que era o Presidente, inclusive, foi o responsável por toda essa transição e poderá dar detalhes.

Na minha opinião, se o senhor me pergunta, como diretor da empresa, não vejo absolutamente nada demais, muito pelo contrário. Se você tem uma empresa que vai prestar um serviço e tem um contrato sério, correto... Se eu puder... Isso é um serviço muito valioso. Eu posso comprar essa empresa e continuar prestando serviço.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Da minha parte, acho totalmente estranho. Eu pediria inclusive para o Sr. Relator e para o Sr. Presidente que fizéssemos essa investigação lá para trás para ver se uma empresa que ganha uma licitação pode vender essa licitação para outra empresa.

Na verdade, até quero corrigir – e já recebi a informação também – que quem era do conselho de administração da Racimec não era de fato o senhor; era o Sr. Antonio Carlos Lino da Rocha, que vai fazer o depoimento daqui a pouco, que foi ex-presidente da Gtech do Brasil. Então, é altamente estranho que alguém do conselho de administração de uma empresa que ganha uma licitação milionária, na seqüência, venda essa licitação para uma empresa multinacional. Acho que isso, para mim, não faz parte dos meus parâmetros, do que eu gostaria que acontecesse em termos de Brasil também.

Rapidamente, em 2000, houve um destrato entre a Caixa e a Gtech.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Certo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, um rompimento de contrato. E, no mesmo momento, foi assinado um novo contrato.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Isso, por notória experiência. Notória capacidade ou algo assim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por notória experiência, notória capacidade, talvez indo até na linha de argumentação do Senador José Jorge.

Em tudo isso, o senhor não acha estranho que a Gtech que está explorando a loteria do Brasil há tantos anos nunca tenha participado de uma licitação? O senhor não acha estranho isso? Que uma empresa que ganha tanto dinheiro, algumas dezenas de milhões por mês, nunca tenha participado de uma licitação?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Primeiro, a Gtech não ganha dezenas de milhões por mês. É a receita que ela recebe. Ela tem os custos todos de implantação de sistema.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, claro.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Isso é importante.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, realmente, a receita é de algumas dezenas de milhões. Um negócio altamente lucrativo, com denúncias de corrupção no mundo inteiro e nunca tendo participado de uma licitação no Brasil?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, a Gtech não tem denúncias no mundo inteiro. Houve casos, como o senhor mesmo citou, que foram solucionados e, se houve culpados, foram saídos da empresa. No Brasil, a empresa comprou uma empresa que havia ganhado uma licitação – não vejo nenhum problema, mas não sou especialista. O senhor tem todo o direito de analisar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Para concluir, Sr. Presidente.

Em 2000, então, houve o destrato e novamente uma negociação da Gtech, como o senhor mencionou, e temos essas informações, em termos da Caixa Econômica Federal. E um mês após essa negociação, o Senador Tião Viana já falou, a Caixa iniciou novos processos licitatórios. Por que a Caixa teria iniciado novos processos licitatórios, um mês depois de ter negociado, o que permitiu com que a Gtech contestasse judicialmente essas informações? Houve algum acerto aí para dizer: olha, não podemos fazer nada, mas vamos tomar um procedimento e, se isso for contestado judicialmente, vocês ficam no poder dessa coisa milionária no Brasil? Por que aconteceu isso na sua opinião?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Bom, primeiro, os detalhes são ... não sei dizer, acho que o Dr. Antonio Carlos poderá explicar. Eu posso dizer o seguinte, o que sei: houve destrato. E, dentro do novo contrato, já se previa que haveria uma licitação no próprio ano de 2000 e que, durante o ano de 2001 e 2002, seria o tempo em que a Caixa iria desenvolver um novo sistema, a partir dessa nova licitação; e quem ganhasse teria uma desinstalação da Gtech, de tal maneira que em 2003 ou a Gtech ou quem ganhasse estaria à frente. Então, à negociação de 2000, já se previa um final de contrato e um novo contrato. Isso era previsto. O que a Gtech não contava é que, uma vez definido o novo contrato, o que levou a Gtech na época a investir algo na casa de US$40 milhões para implantar mais 10 mil terminais, desenvolver todas as transações financeiras, uma vez feito isso, um mês depois, a Caixa lançasse uma licitação em que ia montar um novo sistema, "particionado", onde haveria captura separada de transporte, separado de processamento e dividido geograficamente em três regiões, ou seja, nove fornecedores. E o fornecedor de uma parte não poderia fornecer com a outra. Isso é uma. Duas, toda tecnologia que a Gtech tinha, baseada naquela época em computadores da tecnologia Alfa, não poderia ser utilizada, porque a Caixa chegou ao detalhe de dizer que os computadores tinham que ser Sun e assim por diante. Ou seja, nada do que a Gtech possuía poderia ser utilizado. A Gtech... Esse foi o motivo, ao contrário da sugestão de V. Exª de que havia um acordo. Ao contrário: os problemas com a Gtech começaram exatamente nesse momento. A Gtech se sentiu traída, porque fez altos investimentos e, um mês depois, a Caixa modifica toda...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Continuo considerando altamente estranho, porque, depois de um processo de negociação ter sido concluído, um mês depois, permitiu-se que a Gtech entrasse na Justiça, por meio de uma ação judicial, por procedimentos equivocados, como o senhor ressalta, tendo havido um processo de negociação que permitiu que a Gtech permanecesse até hoje, sem nunca ter participado de uma licitação. Nunca participou, comprou uma licitação. Comprou no sentido de que outra empresa ganhou e comprou essa empresa – não comprou nem a licitação, comprou a empresa. Incorpora a empresa e domina esse mercado no Brasil, que acaba sendo um monopólio, como o Senador José Jorge colocou.

Sr. Presidente, temos de examinar profundamente a compra da Racimec e esse processo de negociação. Temos de nos aprofundar nessa questão para verificar se, realmente, essas dúvidas, esses questionamentos, não vêm já dessa época, a fim de que tornemos claro o que ocorreu naquele período.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sou o último orador inscrito. Fiz questão de ficar até o final porque esse assunto é importantíssimo.

O depoimento de V. Sª significa muito para esta Comissão e também para o Brasil, para este instante que estamos vivendo de tanta lama que está sendo espargida às portas dos palácios.

V. Sª usou uma expressão bem própria para este momento. A expressão que V. Sª usou no seu depoimento hoje foi a seguinte: "Esse bando". Gostei dessa caracterização. Não ter medo de dizer que isso é um bando, que isso é uma quadrilha, não ter medo de dizer isso, para mim, já é uma grande vantagem. Preferi até louvar o depoimento de V. Sª em vez de buscar defeitos no seu depoimento.

Perguntaram a V. Sª por que não denunciou esse bando todo rapidamente à Justiça, ao Ministério Público. Naturalmente, só não fez isso em razão das dificuldades, porque se arrotava muito poder. E como tinha poder! Subchefe da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz. Até o Congresso Nacional se recusou a abrir uma CPI há um ano e tanto por pressão justamente do chefe de Waldomiro, que era o Chefe da Casa Civil, hoje Deputado José Dirceu. Como tinha força!

O interessante é que, por mais claras que sejam as provas contra essas pessoas, o seu chefe diz que não sabe de nada e procura desqualificar toda e qualquer testemunha que apareça mostrando a realidade dos fatos. Eu gostei também da comparação feita pelo Senador José Jorge, que disse que essas autoridades que estão dizendo que não sabem de nada, que nada viram, que nada conhecem, são semelhantes àquelas pessoas que, de suas janelas, todos os dias vêem desfilar elefantes que vão e voltam e, trinta dias depois, diante da pergunta "O senhor conhece elefante? Sabe o que é?", respondem: "Não, nunca vi." É o que está acontecendo hoje em todos esses processos, nessas CPIs e nessas investigações: Buratti, ex-assessor do Ministro Palocci, Waldomiro Diniz, Subchefe da Casa Civil.

Olhe bem que o contrato da empresa de V. Sª era tão vultoso que até o advogado que vocês contrataram entrou na manobra do Waldomiro e do Buratti. Ele, sim, vendeu dificuldades para o contrato.

Eu gostaria de fazer uma ressalva quanto à Caixa Econômica. A Caixa Econômica, historicamente, é um órgão sério, é rigorosa quanto aos requisitos necessários para a viabilidade de um empréstimo, de uma operação financeira qualquer em qualquer contrato. Foi sempre assim. E a Caixa tem uma história de grandeza neste País, de seriedade, de confiabilidade junto à população em relação àquilo que a Caixa faz.

Tem deslize aqui ou ali? Pode ter. Em todos os lugares tem, como pode ter tido na Gtech, teve na IBM, como teve em tantas outras empresas. Agora, o que não se pode aceitar, de forma alguma, é um Governo ético, que foi eleito pela bandeira da ética, tomar o poder e colocar dentro do Palácio pessoas como Waldomiro Diniz. É impossível acreditar nisso! Nós temos que dar uma solução para isso sim. E como vamos dar solução? Com depoimentos como o de V. Sª, que tem de ser valorizado, não desqualificado, deve ser o mais possível valorizado. E tudo o que V. Sª está dizendo aqui deve ser levado para toda a população do Brasil, porque isso faz com a gente extravase um pouco o sentimento de patriotismo que tem. Não é possível nós continuarmos nessa parafernália de mentiras, com todo mundo se escondendo, negando a verdade. Triste! Triste!

Portanto, parabéns pelo depoimento de V. Sª e parabéns ao Presidente, ao Relator, a todos nós que estamos aqui trabalhando nesse sentido. Deus queira que esse bando todo seja desbaratado e, inclusive, punido e colocado na cadeia.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Faço das palavras de V. Exª as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Mais alguma consideração sobre o que foi dito?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O nobre Relator tem a palavra para tecer suas considerações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria ainda de perguntar ao Sr. Marcelo Rovai se ele conheceu o Sr. Ralf Barquete.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não o conheci. Sabia que era assessor da Presidência da Caixa, como um nome apenas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca manteve contato com ele?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, nunca houve reunião com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Gostaria que o Presidente formalizasse o requerimento para viabilizar o acesso à documentação que comprova a contratação, pela Gtech, da empresa MM Consultoria e, ainda, os comprovantes de pagamento àqueles advogados.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Solicito à Secretaria da Comissão que atenda as solicitações do Relator.

Queria, antes de encerrar, fazer só uma pergunta ao Sr. Marcelo Rovai.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Sª foi transferido da Gtech Brasil para o Chile?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Em que época?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Maio de 2004. Maio do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – No mesmo ano da assinatura do contrato?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não, um ano depois.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Um ano depois. Ok, obrigado.

Vamos fazer um breve intervalo para ouvir o próximo depoente.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro reaberta a reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito e solicito à Secretaria que convide o Sr. Antonio Carlos Lino da Rocha para entrar e tomar assento à mesa.

Inicialmente, quero conceder ao Sr. Antonio Carlos Lino da Rocha o tempo que julgar necessário para sua explanação inicial. V. Sª tem ciência do que trata esta CPI, portanto V. Sª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Muito boa tarde, Srs. Senadores, senhores e senhoras presentes.

Meu nome é Antonio Carlos Lino da Rocha, eu sou engenheiro, fui executivo de sistemas de informática durante toda a minha vida e ingressei na Gtech em 1995, tendo assumido a presidência da empresa tão logo ela se iniciou no Brasil, em meados de 1996.

Permaneci na presidência da empresa até fevereiro/março de 2001, quando fui promovido a vice-presidente sênior de desenvolvimento corporativo, nos Estados Unidos, e retornei ao Brasil, acumulando a função de presidente com a função de vice-presidente sênior de desenvolvimento corporativo, ao redor de setembro de 2002, no sentido de contribuir com a resolução da problemática envolvendo a renovação do contrato com a Caixa. E deixei a empresa em agosto de 2003, uma vez que a minha família não quis ir para os Estados Unidos. Sendo um homem de família, eu decidi voltar para o Brasil e me encontro no Brasil desde então.

Já tive a oportunidade de fazer três depoimentos similares a este que vou fazer hoje: dois na Polícia Federal e um na comissão de inquérito estabelecida pelo... acredito que era o Palácio do Planalto. E estou à disposição dos Srs. Senadores, dos senhores e senhoras, para responder a quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Garibaldi Alves, para as suas inquirições.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Antonio Carlos, quais cargos o senhor ocupou na empresa antes de ocupar a sua presidência?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Na verdade, eu já entrei na empresa como presidente da empresa, quando, basicamente, a empresa se constituiu no País. E ela se constituiu no País com o objetivo de montar toda a infra-estrutura de equipamentos e operação que veio a possibilitar a implementação dos serviços de loteria federal para a Caixa Econômica Federal. Quer dizer, a empresa, na verdade, foi criada para implementar o sistema relativo à licitação que ela havia ganho especificamente nesse sentido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já trabalhou na administração pública?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Nunca trabalhei na administração pública.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ao senhor: a Gtech já contribuiu alguma vez com campanhas políticas?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, senhor; não, que eu saiba.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem no Brasil nem fora do Brasil?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A minha resposta seria específica em relação ao Brasil. Realmente, eu não poderia falar a respeito de fora do Brasil, por não conhecer. Mas, no Brasil, nunca fizemos nenhum tipo de contribuição.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Antonio Carlos, nós temos conhecimento de que a Gtech já foi punida nos Estados Unidos e na Inglaterra, por práticas irregulares em suas relações comerciais com instituições ligadas ao poder público. O senhor confirma isso? Poderia nos adiantar alguma coisa?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu confirmo que esses fatos de alguma forma existiram, constam do relatório anual da empresa, quando ainda pertinentes, em termos da idade, vamos dizer assim, em que esses fatos ocorreram, quer dizer, alguns deles são muito antigos, mas são fatos que foram noticiados no relatório anual da empresa.

Na verdade, conheço pouco sobre o tema, não creio que estaria em condições aqui de fazer uma dis-

sertação sobre o mesmo. Basicamente, Sr. Senador, é o que teria a lhe dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa é a razão de ser inserida nos contratos da empresa uma cláusula anticorrupção?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A cláusula anticorrupção, via de regra, é uma cláusula que faz parte do código de conduta da empresa. Quer dizer, todos nós, funcionários da empresa, temos de assinar o código de conduta da empresa, nos Estados Unidos, no Brasil, no mundo inteiro. Nesse código de conduta consta que nenhum funcionário pode exercer qualquer atividade que venha a ferir o chamado **Foreign Corrupt Practices Act**, o ato anticorrupção conforme ditado nos Estados Unidos e conforme as leis locais – não é só a lei americana que teria validade nesse sentido, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Antonio Carlos, o senhor poderia nominar as empresas nas quais a Gtech tem participação no Brasil?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Até o momento em que deixei a organização, a empresa não tinha participação em nenhuma outra empresa, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desde quando a empresa Fisher & Foster presta serviço à Gtech? O senhor poderia nos dar essa informação?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Poderia. Creio que a empresa Fisher & Foster provê serviços à empresa praticamente desde o momento em que ela se transferiu para São Paulo. Na verdade, a empresa, originalmente, foi criada no Rio de Janeiro, mas em função, basicamente, da possibilidade da instalação da empresa num município incentivado, no caso o Município de Barueri, nós levamos a empresa para São Paulo, já que tínhamos que começar a empresa praticamente do zero.

Então, embora carioca, eu acabei, por força do incentivo que era oferecido, por levar a empresa para São Paulo. A empresa Fisher & Foster foi apresentada à corporação e, na verdade, dentro da Gtech, toda a parte legal reporta diretamente aos Estados Unidos, é centralizada. Todos os escritórios de advocacia, em todo o mundo, são escolhidos e têm a sua relação com a administração central nos Estados Unidos.

Então, basicamente, eu diria que desde meados de 96, Sr. Senador, e até um pouco após a minha saída a empresa deixou de ser o escritório legal da corporação no Brasil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ela percebia honorários mensais? Mensalmente?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ao que me lembro, os honorários da Fisher & Foster eram em base horária. Houve um custo, houve uma hora de advogado, aquilo era cobrado da empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia fazer um breve histórico das relações entre a Gtech e o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Sem dúvida, Sr. Senador.

A relação entre a Gtech e o Sr. Carlos Cachoeira começou mais ou menos em 1997. Na época, uma das empresas do Sr. Carlos Cachoeira, a Gerplan, havia ganho a licitação para implementação da Loteria do Estado de Goiás.

Eu era um executivo que não tinha experiência nessa área de jogos – eu vinha da área de Informática, eu havia sido presidente da NCR, da AT&T no Brasil, da ATT no Brasil –, não a conhecia muito bem. Havia muito falatório de mercado na época a respeito das atividades do Sr. Carlos Ramos etc. O que nós fizemos foi solicitar à empresa a avaliação, vamos dizer assim, de até que ponto poderíamos fazer negócio com uma das empresas do Sr. Carlos Ramos. Essa avaliação foi levada a cabo pela corporação e, rigorosamente, Sr. Senador, não encontramos nada que pudesse desabonar as empresas ou a empresa, em particular a Gerplan, que era uma empresa do Sr. Carlos Ramos à época.

A relação que foi estabelecida foi uma relação de prestação de serviços pela Gtech à Gerplan. Havia a necessidade de implementar a Loteria do Estado de Goiás. Não sei se o Sr. Carlos Ramos tinha condições ou não de fazê-lo, se a Gerplan tinha ou não condições de fazê-lo, mas, de fato, optou por solicitar a prestação de serviços à Gtech, que, após essa análise, decidiu aceitar o contrato e começamos a prestar serviços em 1997. Isso foi assim até o término desse contrato com a Loteria do Estado de Goiás, que, acredito, tenha sido em 2001, 2002, alguma coisa assim. A essa altura, o Sr. Carlos Ramos já havia constituído outras empresas; empresas do seu grupo eram, de certa forma, até concorrentes da Gtech em outros Estados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Inclusive no Rio de Janeiro, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – No Rio de Janeiro, houve uma...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Queria competir com a Gtech, fazer do Rio uma vitrine...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – É, ele era concorrente no Paraná. Enfim, era uma empresa que atuava no segmento de loterias estaduais. Enfim, esse foi o início da relação com o Sr. Carlos Ramos.

Posteriormente, ao redor de setembro de 2002, o Sr. Carlos Ramos nos procura – algum tempo antes a Caixa ia fazer uma nova licitação para os serviços de loteria federal. Então, eles nos procuram e dizem: "Olha, eu ia entrar na licitação em parceria com o concorrente de vocês, mas gostaria mesmo de fazer essa parceria com vocês". E dissemos: "Olha, Sr. Carlos Ramos, muito bem e tal, nos conhecemos há algum tempo, mas não temos nenhuma intenção de fazer parceria com quem quer que seja em relação ao contrato com a Caixa Econômica Federal, porque, na verdade, temos condição de prover todos os serviços, não há razão qualquer para que se faça uma parceria". Uma empresa faz uma parceria com outra quando ela tem uma necessidade a ser suprida. Nós não tínhamos nenhuma necessidade a ser suprida. Isso foi em setembro de 2002.

Discutimos, então, a possibilidade de fazermos uma parceria na área de loterias estaduais. E essa era uma área que, de certa forma, era muito difícil para Gtech, especialmente a parte de videoloterias. A Gtech é uma empresa de tecnologia, é uma empresa de processamento central de transações. Quer dizer, o grande diferencial da empresa, que é aquilo que permite a ela sucesso no mundo inteiro e o sucesso no Brasil, que ela teve e tem até hoje, é que ela tem uma capacidade transacional, capacidade de realizar muitas transações ao mesmo tempo. E um sistema lotérico exige esse tipo de capacidade de um sistema. O senhor imagine: quando há uma megasena acumulada, a quantidade de transações por segundo é algo extremamente alto, porque são doze, dez, quinze mil terminais espalhados no Brasil inteiro. Da mesma forma, quando se tem uma situação de último dia dos inativos do Imposto de Renda, são filas e filas e transação atrás de transação. Então, o processamento transacional é uma das características de tecnologia da empresa. A Gtech é uma empresa de tecnologia, ela tem mais de mil engenheiros de sistema só nos Estados Unidos, sem contar aqueles que estão espalhados no mundo todo suportando seus sistemas.

Então, aquilo que se discutiu à época com o Sr. Carlos Ramos foi o seguinte. A Gtech poderia fazer o processamento centralizado, que é a sua especialidade, e a parte de máquinas de videoloteria ficaria por parte dele, nós até venderíamos algumas máquinas para o Sr. Carlos Ramos – aquelas que já estavam instaladas assumiriam esse aspecto.

Isso foi mais ou menos em setembro de 2002. Nós viemos discutindo isso até mais ou menos junho de 2003, quando eu recebo uma instrução dos Estados Unidos de cancelar as negociações com o Sr. Carlos Ramos. E assim fizemos. Cancelamos as negociações, e de lá para cá, não sei, porque depois saí também. Mas essas são as relações básicas que tivemos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que essa ordem dos Estados Unidos?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – Segundo fui informado à época, o nosso setor de segurança, enfim um setor corporativo, havia sido informado de que o Sr. Carlos Ramos estava sendo investigado pela Policia Federal no Brasil, e nós não queríamos mais manter relações com qualquer pessoa que tivesse esse tipo de situação. Na verdade, aquela mesma preocupação que tive em 97 e que não se configurou à época se configurou em 2003, e a empresa decidiu cancelar as negociações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, então, a Gtech entrou com uma ação no Rio de Janeiro contra a Combralog, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – É, isso foi muito antes, Senador. Na verdade, num período até em que eu não estava na presidência no Brasil.

Quando foi publicada a licitação, no Rio de Janeiro, a Gtech entrou com uma impugnação da licitação. Eu não poderia precisar a data, mas foi a data da licitação no Rio de Janeiro, talvez 2000, não sei. A Gtech não conseguiu ganhar essa causa, essa liminar – era um pedido de impugnação –, a licitação prosseguiu, e uma das empresas, parece-me que a Combralog, ganhou e implementou o sistema. Como o sistema já estava funcionando, em algum momento em 2003, a empresa desistiu de continuar tentando impugnar isso; como já estava funcionando, não havia qualquer possibilidade de sucesso, quer dizer, ninguém consegue cancelar um sistema que já está funcionando, não existe isso. A empresa simplesmente desistiu por uma questão de redução de custos, para não colocar dinheiro bom numa causa completamente ruim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há pouco foi motivo de estranheza aqui quando, no depoimento do Sr. Marcelo Rovai, soubemos que a Gtech tivesse esse contrato com a Caixa Econômica há tanto tempo sem passar por processo de licitação. O senhor teria algum comentário a fazer?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – Não, passamos pelo processo de licitação inicial.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o processo ganho pela Racimec?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – O processo foi ganho pela Racimec. A Racimec...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não era da Gtech até então?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – Não, depois ela foi comprada, a Gtech comprou a Racimec, enfim, conquistou o direito de prestar os serviços à Caixa. A adjudicação se deu em outubro de 96, o contrato foi assinado em janeiro de 97. Posteriormente, a Caixa tomou a decisão, em 2000, de cancelar o contrato e proceder a um novo contrato, que se iniciou, então, em maio de 2000.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Antonio Carlos, o Ministério Público indiciou civil e criminalmente o senhor e vários ex-dirigentes da Caixa Econômica Federal por conluio em licitação, contratação, e sucessivos termos aditivos fraudulentos no citado contrato. O que o senhor tem a dizer a respeito?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – Tenho a dizer que refuto completamente essas acusações. Isso jamais aconteceu. A relação entre a Gtech e os dirigentes da Caixa Econômica, em toda a história do nosso contrato, foi absolutamente profissional. Eu diria que os dirigentes da Caixa exerceram o tempo todo competentemente... No exercício de sua função, como dirigentes de uma empresa pública, houveram-se muito bem, orientaram-se pelo profissionalismo. Do nosso lado, buscamos o equilíbrio econômico e financeiro em alguns momentos; em outros momentos, buscamos recuperar os custos da empresa, de tal forma que o retorno do investimento feito pela empresa ocorresse em níveis absolutamente compatíveis com os níveis de mercado mundial. Os investimentos da empresa no Brasil foram altíssimos, da ordem de quase US$250 milhões em todo o período, e o retorno desse investimento é absolutamente compatível com as médias de mercado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não vê, portanto, nenhuma irregularidade nos dois processos de renovação do contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal, iniciados no final de 2002 e terminados em abril de 2003?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – Não, não vejo, Sr. Senador. Não vejo nenhuma irregularidade. A decisão, por exemplo, de cancelamento do contrato em 2000 e a assinatura de um novo contrato... Me recordo bem de que a Caixa mandou produzir pareceres pelo Professor Azevedo Sette, que recomendava exatamente isso, que houvesse o cancelamento e uma recontratação. Assim recomendou – não necessariamente nessa ordem –, em função de considerar que os serviços de loteria federal são serviços de utilidade pública; que havia a questão do interesse social no estabelecimento de correspondentes bancários em todo o País que pudessem, através dos agentes lotéricos, prover serviços de natureza social à população de baixa renda, que prefere ir a uma loteria a ir a um banco ou, em muitos casos, a loteria está instalada em um local onde não há um banco – havia, portanto, interesse social – e que havia a questão da notória especialização. Esse parecer, eu me recordo, foi uma preocupação da Caixa. Havia também a necessidade de que os órgãos de controle fossem consultados, como tenho certeza de que a Caixa consultou.

De nossa parte, solicitamos também pareceres do nosso escritório Fisher & Foster, que deu a mesma opinião em relação a essa contratação no ano 2000. De acordo com a lei, uma contratação no ano 2000 poderia ser feita por cinco anos no máximo. E foi o que aconteceu: em 2003, o período de contratação foi estendido até o máximo de cinco anos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque o que se verifica é que, no início de novembro de 2002, a Gtech adotou uma linha de negociação mais dura, praticamente zerando a pauta que já vinha sendo negociada. O senhor confirma isso? Por que a Gtech adotou essa estratégia, já que, de um total de dezessete pontos de negociação, onze já estava acordados? O senhor lembra disso?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO ROCHA – Não exatamente com essa descrição, mas eu me lembro. A questão da linha mais dura me parece... Talvez quisesse trazer aqui uma reunião que fizemos na época com o Sr. Mário Haag. Eu trouxe dois vice-presidentes dos Estados Unidos comigo. Isso em meados de 2002, acredito eu, em que, a partir do momento em que – digamos - havia uma percepção da Gtech, naquele momento, de que a Caixa não gostaria de renovar com a Gtech. Nós fomos a ele e dissemos: temos a possibilidade de fazer licenciamento de tecnologia, podemos vender as operações se desejarem, temos a possibilidade de reduzir preço até um certo ponto.

De modo que houve uma... V. Exª está falando em inflexibilidade. Eu me lembro dessa reunião onde procuramos ser flexíveis e oferecemos diversas alternativas. Isso aconteceu com a presença de dois outros vice-presidentes de fora. Basicamente, o que ouvimos naquela reunião era que não era... enfim, nenhuma dessas alternativas se fazia necessária, porque a Caixa estaria em condições de substituir a Gtech ao final do contrato.

Então, não creio que tenha havido inflexibilidade. Honestamente, creio que houve um erro de avaliação a respeito da complexidade de um sistema dessa natureza, um sistema que funciona com tantos terminais em todo o País, com esse volume de transações, com toda a questão de segurança que envolve uma loteria.

V. Exª imagina que, se houver uma fraude por qualquer razão num sistema desse, seria o descrédito total para a Loteria Federal. Isso é uma coisa que não pode acontecer. Então, é um sistema de altíssima responsabilidade, que exige investimentos vultosíssimos para ser desenvolvido. Existem algumas empresas no mundo, além da Gtech, que possuem esse sistema e um sistema com essa característica. Não é só a Gtech, mas a Gtech é a líder mundial nessa área. Ela tem instalação em mais de 55 países, Sr. Senador. Então, acho que talvez tenha ocorrido isto: imaginou-se que seria mais fácil do que de fato é desenvolver um sistema com essa complexidade e substituir esse fornecedor.

Quero aproveitar para dizer que, nestes anos todos em que o sistema operou, creio que V. Exª jamais tenha ouvido qualquer notícia relativamente ao não-funcionamento do sistema. Durante esse período inteiro, o sistema funcionou perfeitamente. Não houve qualquer menção a qualquer problema maior. É óbvio que houve situações em que o computador caiu, tudo isso, mas nada disso chegou ao ponto de afetar sequer um pouquinho a imagem das Loterias Federais no Brasil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Caso o contrato não fosse renovado até abril de 2004, as ações da Gtech cairiam, por conta do balanço da empresa nos Estados Unidos? Procede isso?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – O contrato do Brasil é importante para a empresa, obviamente...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Representando 8%...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Das receitas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundo informou o Sr. Marcelo Rovai.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu acho que ele está correto. É por aí mesmo.

Então, obviamente, é um contrato importante para a empresa. Daí a razão do empenho da empresa em tentar manter esse contrato, como é normal na atividade empresarial.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Demorou muito, Sr. Antonio Carlos, na transição do Governo de Fernando Henrique para o Governo de Lula, a ocorrer a primeiro reunião para a renovação. O senhor atribui a quê?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – V. Exª tem toda a razão, Sr. Senador. Demorou muito mesmo. Iniciamos os nossos contatos com a Secretaria da Presidência da Caixa já a partir de 15 de janeiro, porque nós sabíamos que, em 13 de abril, vencia o contrato, e os serviços teriam de continuar de alguma maneira. Então, começamos os contratos e, infelizmente, só os conseguimos ao redor de meados de março.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quais foram as pessoas envolvidas na negociação?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Nesse momento, eu buscava um contato pessoal com o Sr. Jorge Mattoso, porque era o interlocutor adequado para a situação. Eu tinha de buscar uma primeira reunião para apresentar a empresa, apresentar os nossos objetivos, apresentar a nossa disposição de negociar e de investir, de continuar investindo, o que, aliás, aconteceu quando a reunião, por fim, foi marcada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor observou alguma diferença entre os negociadores de um governo para o outro? Quem terminou sendo o negociador da Caixa, o principal responsável?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Olhe, nessa primeira reunião que tivemos com o Dr. Jorge Mattoso...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foram quantas reuniões, por favor?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu só tive na verdade uma. E, a partir dessa reunião, foi decidido que seria montado um time, até porque o prazo era muito exíguo. De qualquer maneira, nessa primeira reunião, ficou bastante claro para ambas as partes, eu diria, que poderíamos ter sucesso em alcançar o objetivo, que era a renovação do contrato nesse sentido.

O Dr. Jorge Mattoso deixou claro que a prioridade dele era a redução de custos, e eu deixei claro que a minha prioridade era ter o contrato com o maior prazo possível dentro da lei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi o senhor quem sugeriu os 25 meses?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu devo ter sugerido o prazo máximo da lei, que me parece que era este, 25 meses, exatamente 25 meses.

Eu disse ao Dr. Jorge Mattoso que a empresa estava disposta a oferecer uma redução de custos, até porque isso é absolutamente natural dentro de contratos de longo prazo envolvendo loterias. No mundo inteiro é assim. É uma questão que está ligada à economicidade do processo, ou seja, a questão da depreciação dos ativos etc...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ninguém entendeu por que a Caixa, querendo fracionar o contrato, de repente concordou com 25 meses, um prazo longo. Ela queria fracionar, mudar o sistema, não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Exatamente. Queria, e acho que até hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor não sabe por que ela se tornou de repente tão aberta, renovando por 25 meses?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Saber, não sei. Eu lhe diria o seguinte: a minha percepção era a de que ela iria precisar de 25 meses, como, de fato, ela precisou de mais de 25 meses, porque afinal o contrato que venceu em 2005 foi renovado de novo, porque de novo a Caixa não está pronta para substituir a Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora foi renovado por um ano?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Por um ano. Que eu saiba, não estou mais na empresa, mas é fato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o desconto de 15%? Quem sugeriu?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Bom, se V. Exª me permitir acabar com aquele primeiro raciocínio, eu já chegou aí.

Então, naquela primeira reunião, eu disse ao Dr. Jorge Mattoso: "Olha, nós podemos reduzir preço". E ele disse: "Eu posso considerar um contrato de prazo mais longo".

Decidimos criar uma comissão. Essa comissão, do lado da Gtech, foi liderada pelo Marcelo Rovai, um time que iria trabalhar nisso. Do lado da Caixa, liderada por Paulo Bretas, que era o vice-presidente de...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tecnologia.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Tecnologia. Esse grupo se reuniu por diversas vezes. Foram analisadas diversas propostas de preço e de prazo. E acabou se optando por um contrato de 18 meses, que poderia ser extensivo até 25. Ou, ao contrário de 25, que poderia ser cancelado com 18. Algo assim, não me recordo exatamente, mas basicamente dentro dos termos daquilo que eu havia discutido com o Dr. Jorge Mattoso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em algum momento, a majoração dos preços da apostas lotéricas, pouco tempo depois da renovação do contrato, entrou nessas negociações?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Absolutamente. Vale a pena mencionar que a questão do aumento de preços de aposta é algo que não me lembro de ter ocorrido nenhuma vez, embora, em vários momentos, tivesse sido sugerido. Tudo no País aumentava e nunca se aumentaram as apostas. De qualquer forma, isso não esteve, em nenhum momento, presente nas discussões que mantivemos eu e o Sr. Marcelo Rovai – ou pelo menos que ele tenha comentado comigo – durante essa fase. Posteriormente – e nem sei quando porque creio que já havia saído da empresa quando a decisão foi tomada –, a Caixa decidiu aumentar os preços. Não tem nenhuma co-relação com a negociação, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até então, as negociações prosseguiam quando entrou nesse time o Sr. Enrico Gianelli. O que o senhor me diz a respeito da participação desse senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A participação desse senhor...quer dizer, os primeiros indícios de uma participação excessiva desse senhor no processo... Estou tentando lembrar-me exatamente quando. Diria que, no início de 2003, começamos a perceber que esse senhor estava participando demais do processo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era advogado?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ele era advogado do escritório Fischer&Foster, que atendia a Gtech. Em um determinado momento, a gente achou que ele estava vindo muito a Brasília, sem pedir permissão. Nossa diretoria jurídica no Brasil e eu decidimos que essas viagens a Brasília não mais aconteceriam sem prévia aprovação da Gtech. Foi onde, digamos assim, liguei o primeiro sinal vermelho. Posteriormente, ele veio a atuar, eu diria – não vou afirmar categoricamente porque tenho provas relativas –, como intermediário de uma pessoa que tentou extorquir dinheiro da Gtech, dinheiro que não pagamos. Neguei-me veementemente a considerar. Pelo contrário...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Sr. Buratti?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Estamos falando do Sr. Buratti. Exatamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Sr. Rogério Buratti.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ele acabou por...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele acabou por, ao invés de defender os interesses da Gtech, defender outros interesses?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Pareceu-me. Essa foi a minha conclusão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não se teve nenhuma conversa com ele para checar isso?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Mais do que conversa. Solicitamos ao Sr. Jorge Fischer que o afastasse desse processo. Conforme deve ter-lhe relatado, acredito eu, o Marcelo Rovai – a mim

ele relatou –, ele foi submetido a uma extorsão por parte do Sr. Rogério Buratti. Tudo chegava a ele a partir do Enrico Gianelli. Tive a oportunidade – depois de ouvir isso de Marcelo Rovai – de fazer um jantar com os dois. Cheguei, basicamente, à mesma conclusão, a de que o Enrico estava mais defendendo os interesses... ou estava intermediando alguma coisa com a qual a empresa não compactuava e não compactuaria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Onde entra o Sr. Waldomiro Diniz? Ele foi apresentado pelo Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – É. Ele tentou contato com o meu escritório, num primeiro momento, mas apresentou-se apenas como Waldomiro. Eu não tinha por hábito, como não tenho por hábito, atender pessoas que não se identificam. Então esse contato aconteceu em dezembro, e eu não respondia. Eu sabia que tinha um Waldomiro me ligando, mas não sabia quem era. Então não ligava, realmente não liguei de volta. Até que, em meados de fevereiro, início de fevereiro, o Carlos Ramos liga para alguém na companhia e diz: "O seu presidente não atende o assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil?" Então aí é que nós fizemos a conexão de que o Waldomiro que havia ligado era, de fato, Waldomiro Diniz. Então, nesse sentido, pode-se dizer que o Sr. Waldomiro usou o Sr. Carlos Ramos para obter essa primeira reunião com a Gtech.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Relator, permita-me interrompê-lo?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não!

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Só um dado. O depoente anterior negou exatamente o que foi dito pelo Sr. Antonio Carlos. Só para o registro de V. Exª. Ele disse que, em nenhum momento, houve influência do Sr. Carlos Cachoeira para que o Sr. Waldomiro fosse recebido pela empresa. Só para registro de V. Exª, para analisar depois.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Nós não recebemos, perdão, Senador. Nós nunca recebemos o Sr. Waldomiro. Foi o Waldomiro que nos procurou solicitando uma reunião. Então, o Carlos Ramos, acredito eu, serviu ao Sr. Waldomiro, ao ligar para nós e dizer: "Vocês não querem falar com o assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil?" Aí que nós percebemos que o Waldomiro era o Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como V. Sª e os demais negociadores da Gtech reagiram quando o Sr. Waldomiro Diniz disse que teria sido informado de que uma pessoa ajudou a Gtech na negociação e que essa pessoa iria procurá-los? Sem citar o nome. Sem citar o nome.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Exatamente. Bom, eu reagi da maneira que eu fui treinado a reagir. Dentro de uma empresa multinacional que lida com o governo e lida com grandes contratos, existe um processo que visa verificar o passado de um determinado indivíduo, verificar se ele tem qualquer conexão com o governo, com funcionários públicos, enfim, com qualquer coisa que possa dar margem à interpretação de corrupção. E, quando existe uma menção, mesmo que velada, porque, de fato, a primeira menção foi muito velada, eu imediatamente coloquei: "Olha, Sr. Waldomiro, a Gtech tem consultores, a Gtech se utiliza de consultores, mas consultores na Gtech passam, primeiramente, por um processo de vetting, chamado vetting", que visa estabelecer isso que eu acabei de descrever e que é um processo longo, é um processo longo, porque é um processo longo mesmo. Nós não contratamos muitos consultores, mas em alguns casos que nós contratamos, esse processo chegou a levar dois meses. Quer dizer, é um processo que leva, no mínimo, duas semanas. Isso foi deixado muito claro. Logo, logo, no momento em que foi colocada a questão, deixamos isso claro ao Sr. Waldomiro, e a reunião foi encerrada ali. Logo em seguida, a gente começa a aprender através do Marcelo Rovai, por telefonemas do Enrico Gianelli, de que, porque talvez eu tenha que retornar....

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O cronômetro!

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Exatamente, para lhe dar mais uma informação. Essa reunião com o Sr. Waldomiro ocorreu a pedido dele, em Brasília, no dia 31 de março, nós iríamos assinar o contrato nesse mesmo dia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a reunião foi onde?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Foi no Blue Tree, um café da manhã. Ele me pediu para ir sozinho, e eu não fui sozinho. Aliás, não fui sozinho a nenhuma reunião com o Sr. Waldomiro Diniz. Eu tenho testemunha ocular de tudo que aconteceu.

Então, quando estou fazendo qualquer comentário aqui, não é um comentário vão ou sem fundamento. Vamos deixar isso bem claro.

No dia em que supostamente iríamos assinar o contrato, o Sr. Waldomiro me chamou para um contato sozinho. Não era boa coisa, isso eu já sabia. Quando chegamos a Brasília, eu e o Marcelo Rovai, o Marcelo Rovai foi informado pelo Sr. Paulo Bretas de havia um problema para a assinatura do contrato e que o nosso advogado Enrico Gianelli sabia a natureza do problema.

Então, já no dia anterior à assinatura, no dia seguinte não ia se caracterizar. Nós tentamos contato com o Dr. Enrico Gianelli, mas não conseguimos. Nessa altura, a informação que tínhamos era a de que ele estava em Belo Horizonte. Hoje, sabemos que ele estava no mesmo hotel.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Gianelli?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – É. Então, quando V. Exª me pergunta a caracterização que faço dessa pessoa, hoje eu faço uma caracterização que obviamente é diferente daquela que eu fazia à época, porque eu aprendi muito com as investigações policiais que foram feitas, a partir dos depoimentos que eu dei – eu e outros, mas certamente eu.

Então, quando ele me fez essa colocação velada, eu de certa forma já esperava e disse: "Olha, consultor é assim que a gente trata. Esse processo de vetting é a forma educada de dizer não". Mas me parece que o Sr. Waldomiro não entendeu isso, o processo continuou. Hoje, posso dizer que, de fato, o processo continuou através do Sr. Rogério Buratti e que aquele consultor que ele havia apontado era de fato Rogério Buratti, porque isso eu fui confirmar em uma terceira reunião, que eu solicitei. Foi uma reunião que nós discutíamos muito à época na corporação se devíamos fazer ou não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi onde?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A terceira reunião também foi no Blue Tree.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em que dia?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Em maio, Sr. Senador. Já depois do contrato assinado. Mas era uma reunião importante para caracterizar que ele sabia do Rogério, e que era de fato o Rogério o tal consultor que ele não havia mencionado o nome. Então, nós...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só houve uma visita ao Sr. Waldomiro no gabinete dele.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, não. Eu fui de novo com o Sr. Marcelo ao Sr. Waldomiro e disse: "Olha, aquele consultor que o senhor nos disse que eventualmente iria nos procurar, que tinha nos ajudado e que devíamos contratar, se chamava Rogério Buratti, passou pelo processo de vetting que eu lhe mencionei, foi vetado e eu vim lhe informar que não vai ser possível fazer nenhum negócio com o Sr. Rogério Buratti nem com qualquer... Quer dizer, esse assunto está encerrado, nós não queremos mais conversar sobre isso, Sr. Waldomiro".

Nessa oportunidade, o Sr. Waldomiro ainda teve a desfaçatez de nos dizer: "Mas então vamos mudar o consultor". Eu tive que deixar claro: "O senhor não está entendendo, eu vim lhe dizer aqui que o assunto está encerrado. Nós não vamos fazer nenhum pagamento ilegal". E nunca mais recebemos o Sr. Waldomiro que eu sei que procurou a empresa, pelo menos no meu tempo, uma vez e depois em outras oportunidades.

Então, a situação é essa. Bem clara. Não sei se eu estou sendo claro na minha exposição. Espero que esteja a contento do Senador, mas foi isso que aconteceu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Sr. Paulo Bretãs, o Vice-Presidente, informou ao Sr. Marcelo Rovai, no dia 31, que existia uma pendência para assinatura do contrato. E que o Sr. Enrico Gianelli estaria a par dela

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que justamente o Sr. Enrico, entre todos os negociadores da Gtech, estaria a par dessa pendência? Qual é essa pendência?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A pendência, segundo o Enrico comunicou ao Marcelo Rovai é que não havíamos contratado o Sr. Rogério Buratti. Num primeiro momento, o primeiro telefonema dele para o Marcelo Rovai, como me relatou o Marcelo Rovai, foi: eu acho que a pendência pode ser o fato de que o Sr. Rogério Buratti não foi contratado. Passam-se não sei se algumas horas, ou imediatamente, foram algumas horas, eu acho, ou no máximo no dia seguinte, ele liga de novo e diz: olha a pendência é mesmo o fato de que o Sr. Rogério Buratti não foi contratado, porque eu falei com ele. Mais à frente, o Marcelo me relata que teve evidências muito claras da caracterização de poder que o Sr. Rogério Buratti tinha sobre a assinatura ou não do contrato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor hoje tem convicção de que ele tinha esse poder?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu tenho convicção, através do depoimento do Marcelo Rovai, eu nunca tive contato pessoal com o Sr. Rogério Buratti, mas ele declarou...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor acha que ele tinha esse poder por quê?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Porque ele declarou. Agora por que ele tinha esse...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não assim...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ah, isso eu não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não sabe quem dava cobertura a ele?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Quem dava guarida? Bom, nessa altura, na altura em que isso nos foi comunicado, obviamente o senhor Waldomiro tem alguma conexão com isso, porque, se o senhor Waldomiro é que diz "alguém vai-lhe procurar" – não diz o nome, mas "alguém vai-lhe procurar" – e mais tarde confirma saber que era o Rogério Buratti, porque oferece a possibilidade de troca do Consultor é porque ele sabia. É porque ele sabia, é bom deixar isso claro.

Então, na hora eu não tinha convicção. Hoje tenho plena convicção de que ele tinha esse poder. Agora, de como esse poder era exercido, enfim, dentro da Caixa Econômica, eu não tenho a menor idéia. É complicado. Não sei.

O interlocutor, a pessoa que falou o tempo todo com o Sr. Marcelo Rovai foi o Paulo Bretas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem idéia de quem pudesse estar por trás do Sr. Rogério Buratti? O senhor acha, claro, que tinha alguém, mas não sabe?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ou ele próprio. Eu não o conheço o suficiente. Eu sei que ele, enfim, foi uma pessoa que foi vetada pela empresa. Não tenho condição de dizer isso. Especular eu não gostaria de fazê-lo.

Estou querendo lidar aqui com fatos, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E como foi o episódio, só para ter uma idéia mais nítida? Porque o Sr. Marcelo Rovai já falou sobre isso. Como foi o episódio em que o Sr. Rogério Buratti solicitou uma contrapartida financeira para a renovação do contrato? A versão que o senhor tem é a mesma do Sr. Marcelo Rovai?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – É a mesma, porque é a versão que ele me passou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele solicitou R$6 milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Que eu saiba, ele solicitou uma cifra maior, que acabou chegando a R$ 6 milhões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Começou com R$20 milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Começou com R$20 milhões, isso é o que sei, e chegou em R$6 milhões. E tinha dito claramente ao Marcelo Rovai: vá lá, procure saber os fatos, não prometa nada, deixe claro que vai ser feito um processo de *vetting*, porque nós queremos caracterizar a impossibilidade de contratar esse consultor, para poder voltar ao Sr. Waldomiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conheceu o Sr. Ralf Barquete?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de perguntar se hoje, passado esse episódio, o senhor tem conhecimento – sei que o senhor não é mais o Presidente da empresa – do pagamento efetuado à Empresa M&M Consultoria, no valor de R$4 milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Tomei conhecimento do fato pelos jornais e solicitei à empresa algumas informações. Talvez possa transferir algumas dessas informações que consegui aos Senadores, se for do seu interesse.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Resumindo...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Basicamente, o contrato com a empresa M&M foi feito com o Dr. Walter Santos, que foi a pessoa recomendada ao nosso departamento legal corporativo pelo escritório de Jorge Fischer.

O contrato é legal, normal; os pagamentos foram feitos de acordo com as cláusulas do contrato; é um contrato por êxito. Então, tinha, na situação 1, pague-se tanto, na situação 2, pague-se tanto, pelo que fui informado. O contrato foi aprovado regularmente pela área específica, área legal da corporação, e pago de acordo com isso. Isso é o que lhe poderia dizer neste momento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não parecem excessivos R$4 milhões? Parece que foi pagamento de uma medida cautelar.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Pelo que sei, existem vários pagamentos contra várias etapas. Olhando assim, num primeiro momento, de forma isolada, Senador, teria que concordar com V. Exª, porque R$4 milhões é um número grande – em termos absolutos, é um número enorme. Por outro lado, eu teria que defender a ótica de quem aprovou esse contrato. O contrato que Gtech poderia auferir como resultante dessas ações legais é um contrato de R$750milhões.

Então, colocado diante desse número, o número em questão é inferior a 0,5%, da ordem de 0,5%. Existem taxas de sucesso cobradas por advogados que vão muito além de 10%. Então, colocado em perspectiva, é um número que adquire uma razoabilidade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Denivaldo Henrique Almeida Araújo?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, não conheço. Nunca estive...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. conhece o Sr. Marcelo Aguiar pessoalmente?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Walter Santos?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Também não conheço. Certamente, o escritório...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem notícia de que a empresa Leão & Leão prestou algum serviço à Gtech?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, não tenho. Tenho notícias de que a empresa Leão & Leão é parte dos interesses do Sr. Buratti.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Gtech tem participação na empresa Dreamport?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A empresa Dreamport é do grupo da Gtech. Na verdade, não sei como está a situação jurídica dela hoje, mas era uma empresa que atuava somente no segmento de videoloterias. A partir de um certo momento, não sei se ela deixou de existir e foi incorporada à Gtech, me parece que é isso. E hoje ela não existe mais, mas aquilo que ela foi integrou-se à Gtech.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de perguntar ao senhor sobre as suas atividades anteriores a se tornar Presidente da Gtech.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Pois não. Anteriormente à Presidência da Gtech, fui diretor geral de uma empresa chamada Terra&W Computadores. Era uma empresa que comercializava equipamentos de informática. Essa empresa depois foi comprada por uma empresa chamada Datapoint. Virei diretor geral da Datapoint no Brasil; fui promovido a diretor para a América Latina, passei algum tempo fora do Brasil, atuando por essa empresa. Voltei ao Brasil em 1987. Fui Presidente da Labor Eletrônica, uma das empresas brasileiras de informática, à época em que se tentou fazer uma indústria de informática no Brasil, durante três anos. Depois eu ingressei... Fui cinco anos presidente da NCR, que é uma empresa também atuante no segmento da automação bancária comercial. E, enquanto presidente da NCR, fui *chairman* do comitê da AT&T no Brasil, comitê executivo da AT&T, quando esta tentava se estabelecer no Brasil em quatro áreas diferentes, uma delas, a NCR. Da NCR fui solicitado, através de *head-hunter*, a entrar na Gtech, que tinha esse grande desafio de implementar esse sistema que cobre o Brasil inteiro, como já descrevi anteriormente, Sr. Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não era, então, do Conselho de Administração da Racimec?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Isso foi parte, na verdade... Quando entrei na Gtech, representava os interesses dela no Brasil e atuava dentro da Racimec. Durante um bom tempo, não fui parte do Conselho. E, quando a Gtech comprou ou estava às vésperas de comprar a Racimec, fui levado ao Conselho de Administração por um período pequeno.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas atuava dentro da Racimec?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, não atuava dentro da Racimec. O meu escritório era na Racimec, mas não atuava, não tinha atuação específica, gerencial, coisa do gênero, dentro da Racimec.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Durante quanto tempo, o senhor foi do Conselho de Administração?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Creio que por três ou quatro meses, coisa assim. Participei de três ou quatro reuniões.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – No ano...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Isso, em 1996.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quais as atividades... Se o senhor pudesse descrever os contratos da Racimec, como ela trabalhava, quais os contratos que tinha e, particularmente, o contrato com a Caixa Econômica, se houve licitação na época para a Racimec ganhar...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não houve uma licitação para a Racimec ganhar. Houve uma licitação...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, houve uma licitação, que foi vencida pela Racimec.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Por um consórcio que incluía a Racimec e uma empresa chamada SB Manaus, uma empresa em Manaus.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E havia outras empresas que participaram do mesmo processo de licitação?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Havia mais uma empresa que participou desse processo de licitação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual era a outra empresa?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Chamava-se Companhia Internacional de Tecnologia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Brasileira?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Companhia brasileira.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Existe ainda?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não saberia lhe dizer, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a Gtech adquiriu a Racimec ou adquiriu o contrato da Racimec?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, a Gtech adquiriu a Racimec.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A empresa toda? Comprou a empresa?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Comprou a empresa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E por que comprou a empresa? Qual era o interesse da Gtech em comprar a empresa Racimec?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Bom, certamente, a empresa Racimec tinha *know-how* no fornecimento de serviços para loteria. A empresa Racimec existiu durante 25 anos, algo assim, e sempre atuou no segmento de loterias. Então, o interesse da Gtech, acredito eu, teria sido o fato de termos uma empresa com *know-how* em tecnologia no segmento de loteria. Enfim, uma empresa que tinha toda uma tradição nesse segmento, mas isso é algo que teria que ser visto com aqueles que dirigiam a Gtech à época, não é, Senador?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, porque o senhor citou no Presidente da Gtech. Então, não foi o interesse no contrato vencido em licitação pela Racimec com a Caixa Econômica que permitiu que a Gtech realmente se espraiasse pelo Brasil. Não foi isso? O interesse não foi o contrato?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – O interesse foi a empresa. E a empresa era partícipe da licitação. Quer dizer...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Outras pessoas da Racimec passaram para a Gtech também?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Além do senhor, quem passou da Racimec para a Gtech? Porque o senhor era do conselho, depois...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... assim como o negócio aconteceu, o senhor poderia dizer que foi premiado com a presidência?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não. Não diria...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual foi sua participação nesse negócio?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu não tive nenhuma participação no negócio, zero de participação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na compra da Racimec?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nenhum?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Nenhum. Nenhuma participação. Enfim, quando entrei na Gtech, ela já era acionista da Racimec, mas não era a acionista majoritária. Já era acionista.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quantos por cento? Algumas pessoas dizem que o Carlos Cachoeira era dono da Racimec. É verdade?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Nunca ouvi falar nisso, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Como?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu nunca ouvi falar nisso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nunca ouviu falar. Quem eram os donos da Racimec? Os proprietários, sócios majoritários...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – O proprietário da Racimec, que eu saiba, era o Sr. Simão Brayer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Venderam por quanto a Racimec?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não me recordo, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor, tendo sido Presidente da Gtech, não se recorda, não sabe qual que foi...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – É algo que aconteceu em 1996...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o senhor foi Presidente logo em seguida?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Fui Presidente logo em seguida.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor começou a ser Presidente quando? Em que mês?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – É difícil precisar. Eu não me recordo dessa data neste momento. Eu diria que, tão logo a empresa foi constituída, eu me tornei Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou, agora há pouco, que o contrato foi adjudicado para a Gtech.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Um pouco antes. O contrato da Racimec, obtido através de uma licitação, da qual as duas empresas participaram, foi adjudicado – foi a expressão que o senhor usou antes – para a Gtech.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Então, eu tenho que me penitenciar. Foi adjudicado, na época, a uma empresa chamada Racimec. É o consórcio entre a Racimec e a SB Manaus, que foram aqueles que participaram da concorrência e a ganharam. Mais na frente, houve...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – No mesmo ano? Mais na frente, no mesmo ano?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Provavelmente no mesmo ano ou dentro de doze meses, algo assim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não acha que houve um acerto aí de alguma coisa?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, não acho. Certamente, não acho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não acha?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a Gtech – já perguntei isso antes para o outro depoente –, o senhor não se sente constrangido de ter um contrato milionário no Brasil, sem nunca ter participado de uma licitação pública?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, não é o caso. A empresa que nós adquirimos participou de uma licitação pública.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Será que isso é possível? Estamos até perguntando para o Relator e já perguntávamos antes, porque eu não saberia, juridicamente, dizer isto, se uma concessão... porque o senhor mencionou antes que o prognóstico é uma coisa federal também, e foi vencida pela Racimec a licitação. Na verdade, houve a compra de um processo de licitação. Quer dizer, uma empresa vem para o Brasil e compra a empresa que venceu o processo de licitação. O senhor acha isso honesto, ético?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Sr. Senador, eu diria o seguinte ao senhor. Agora estou percebendo melhor a natureza da sua pergunta, e o que eu poderia dizer é o seguinte: o assunto foi, na época, absolutamente estudado pela Caixa Econômica Federal, que aprovou isso. Quer dizer, então, só posso lhe dizer que isso é absolutamente possível, honesto, correto, porque foi feito dessa forma, com honestidade e correção. Então, se na época, os dirigentes fizeram isso e, na época, enfim, os pareceres, os advogados que foram obtidos indicavam que isso era correto, eu tenho que admitir que isso era correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual era a natureza do contrato da Racimec, que foi depois comprado pela Gtech?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – O que foi comprado não foi o contrato; o que foi comprado foi a empresa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É. A empresa foi comprada por causa do contrato. Ou não? Não?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A empresa foi comprada. Eu não posso falar dos objetivos da Gtech nessa altura.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual era a natureza do contrato da Racimec com a Caixa Econômica? O que o contrato previa à época?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A natureza, se não me falha a memória, era de desenvolvimento do sistema específico para as loterias federais e a operação do sistema que tivesse sido desenvolvido para esse fim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso. E houve o distrato no início do ano de 2000, conforme o senhor mencionou também.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Houve o distrato no início do ano.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o novo contrato.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, um novo contrato sem licitação de novo?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – De novo não. Na primeira vez havia... houve a licitação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Houve a licitação, mas não pela Gtech. Quer dizer, a Gtech continuou com o contrato, sem ter participado de uma licitação. Houve muita mudança entre o contrato inicial e o de 2000?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – O objeto do contrato era o mesmo: a prestação dos serviços lotéricos. A mudança que houve foi a agregação de transações financeiras adicionais que tinham o objetivo social, que mencionei antes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pagamento...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Possibilitar à Caixa Econômica a implementação dos correspondentes bancários em todo o Brasil.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E não foi esse o motivo pelo qual o contrato não foi assinado de imediato no ano de 2003? Porque deveria ter sido assinado em 1 de abril e só o foi no dia 8 de abril. Houve um atraso de uma semana. Em primeiro lugar, quer dizer, houve a alegação do senhor e do anterior, do Marcelo Rovai, de que houve a interferência do Buratti – que não conheço – no sentido de pedir recursos. Houve a insinuação de alguém – que o senhor tenha ouvido da Caixa, ou o senhor ou alguém – de que haveria essa necessidade do atendimento da pretensão do Dr. Buratti, do dinheiro?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Foi mencionado isso diretamente ao Dr. Marcelo, com todas as letras.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ao Dr. Marcelo. O Dr. Marcelo hoje cedo nos disse que foi assinar o contrato e verificou, de fato, que havia um erro nele – reconhecendo, inclusive, a razão da Caixa Econômica Federal em não assinar; e que, tendo sido corrigido esse erro, houve a assinatura no dia 8. Aí perguntei qual era a natureza do erro, e ele não explicou muito bem, mas a informação que tenho é a de que, na procuração da Gtech, não havia a autorização, para que houvesse a renúncia desse serviço de correspondência bancária. E, não havendo a renúncia no contrato, a Gtech poderia perfeitamente acionar a Caixa Econômica Federal, na seqüência, por quebra de contrato. Foi isso ou não?

Temos de verificar depois, no contrato da Caixa Econômica, qual foi o detalhe que impediu a assinatura do contrato. A informação que tenho é a de que a Gtech não autorizou justamente que houvesse a renúncia do serviço de correspondência bancária. Isso impediu; depois o contrato foi corrigido e assinado. Foi isso ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu posso lhe dizer o que sei, me atendo aos fatos que conheço. Dentro do que foi acordado com o Presidente da Caixa à época, não só nós iríamos conceder o desconto, como iríamos fazer o sobrestamento das ações legais que envolviam o caixa aqui, ou seja, a questão dos correspondentes bancários. É meu entendimento que assim fizemos. Agora, não vamos querer, em hipótese alguma, aqui eliminar a imposição que foi feita pelo Sr. Rogério Buratti. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Pode ser que lá na frente tenha havido...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só quero deixar bem claro...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... que na minha opinião existe uma quadrilha funcionando...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Certo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... e que não quero, de maneira alguma afastar, o Dr. Buratti.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas, ao mesmo tempo, quero dizer que houve esse fato da correspondência bancária, cujo detalhamento não aparecia no contrato.

Como meu tempo terminou, só queria fazer uma última pergunta. Tenho a informação de que, lá nos Estados Unidos, no Estado de Rhode Island, a Gtech patrocina a campanha eleitoral, entre outras pessoas, do Deputado Patrick Kennedy. E, por causa disso, ele entrou em contato com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, para ajudar a interferir na discussão do contrato da Gtech com a Caixa. O senhor tem algum conhecimento nesse sentido?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não tem?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu não tenho conhecimento do fato. Eu não tenho nada a comentar sobre ele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Tião Viana, V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumprimento o Sr. Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Boa-tarde, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu tenho nitidamente, Sr. Antonio Carlos, a impressão de que V. Sª se mostra mais à vontade do que o depoente anterior, acho que, até pelo fato, de hoje já não estar na empresa. V. Sª tem muito mais tranqüilidade para manifestar uma memória de toda a convivência que teve junto à Gtech, à Racimec etc.

A preocupação que temos é porque estamos diante de algo muito maior, do que o que se tem a obter à primeira impressão. A movimentação financeira das loterias no Brasil gira em torno de, mais ou menos, R$13 bilhões ou R$14 bilhões por ano. A sua empresa tem uma movimentação financeira, como receita dessa venda de tecnologia, da ordem de R$100 milhões. Então, é natural que todas as pressões e tentativas de aproximação de natureza lícita ou ilícita possam ocorrer nesse tipo de atividade.

Eu lhe confesso uma certa decepção, ao ver que uma empresa de padrão internacional, como a que o senhor representou durante muito tempo, pode se sentir à vontade em atuar num país como o nosso, há pelo menos oito anos, sem uma licitação com o Governo, com o Poder Público. Isso é muito estranho, porque em regra as empresas internacionais procuram obsessivamente – as que estão muito bem estabelecidas – o caminho da legalidade. E, quando não se segue o caminho da licitação pública, estamos diante de problemas.

Apresentei, no depoimento anterior, que tivemos uma manifestação do TCU, analisando apenas um ano, 1996/1997, com prejuízo da ordem de R$162 milhões, dessa relação, para a Caixa Econômica. Apresentei a manifestação do próprio atual Presidente do STJ – está ocorrendo eco no som, Sr. Presidente –, informando um prejuízo da ordem de R$260 milhões para a Caixa Econômica Federal. Então, não é uma relação natural. Estamos falando de mais de R$400 milhões de prejuízo para o Erário, porque a Caixa Econômica é um bem nacional desde o século XIX, e o senhor é muito conhecedor disso.

Entendo que o senhor demonstrou aqui absoluta preocupação em ter caminhado dentro dos preceitos corretos da legalidade, quando presidiu a empresa. Agora, eu lhe pergunto: como nós ficamos com o relatório de auditoria da Caixa Econômica Federal, que tenho aqui? Vai de "A" a "S" a manifestação condenatória da relação Gtech e Caixa Econômica Federal. Veja o que diz: "A auditoria da Caixa, em harmonia com o Tribunal de Contas da União, emitiu detalhado relatório, comprovando as graves ilegalidades na relação entre a Gtech e a Caixa".

Item A, entre outros: irregularidade na formalização do contrato assinado em 1997 – quando o Senador Flávio Arns disse que se adquiriu a Racimec; contrato com preço superior ao da proposta vencedora da concorrência, causando prejuízos à Caixa; transferência do contrato para empresa que não participou do processo licitatório; reajuste de preços de tarifas em desacordo com o contrato e resolução do Conselho de Coordenação e Controle de Empresas Estatais; outras ocorrências que comprovam favorecimento à Gtech, em reajustes e tarifas; prejuízo com o recebimento de declarações de isentos, e por aí vai.

Então entenda, Sr. Antonio Carlos, que nenhum de nós tem satisfação em estar nesta função e muito menos achar que há qualquer superioridade do senhor na função em que está. É obrigação de um papel fiscalizador, e o senhor, informando ao Congresso Nacional, ao Poder Legislativo, para que se melhore a relação de Estado, que é poder público e sociedade privada, através de uma empresa.

Então imagine como nós ficamos diante de uma auditoria em consonância com o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas já fala de um prejuízo, junto com o STJ, de R$400 milhões nessa relação. Então como pode essa empresa ficar à vontade nessa relação?

E temos fatos. Jornal **Miami Herald**, 26 de janeiro de 2004: afirma que um dos donos da Racimec era o Sr. Carlos Cachoeira.

O senhor desconhecia esse fato?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Totalmente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Temos que acreditar exatamente na sua informação.

O movimento da Gtech com essa relação no Governo anterior parece claro: uma condenação moral da prática de dois supostos cidadãos que praticavam crime na relação, como foi dito aqui: Sr. Waldomiro e Sr. Buratti. Sem nenhum problema.

Aí há aquele intervalo do dia 1º ao dia 8, quando a pressão, a chantagem, o crime de extorsão estava em torno da Gtech, e os senhores condenaram, até que se resolvesse, no dia 8 de abril, a solução legal entre a Gtech e a Caixa Econômica, no termo contratual, mais uma vez ferindo preceitos fundamentais da administração pública, Lei nº 8.666.

Então eu lhe pergunto: por que não está claro para nenhum de nós se houve uma condenação moral do Sr. Buratti, que deve ser condenado mesmo – os senhores estão corretíssimos; espero que a CPI apure exemplarmente, e do Sr. Waldomiro, porque, dia 11 de abril, a Gtech vai, com o Sr. Enrico, o Sr. Marcos e o Sr. Marcelo Rovai, ao escritório da Leão & Leão, com o Dr. Buratti. Fazer o que, depois de toda a ruptura institucional, empresarial e moral que houve? Gostaria que o senhor comentasse um pouco isso.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Perfeitamente. Vamos abordar cada um dos temas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de deixar bem claro que não concordo com a afirmação de que houve qualquer ato ilegal ou inapropriado no que tange à participação da Gtech e da Racimec nesse aspecto de contratação. Pode ficar a impressão de que estou concordando com isso, e, em hipótese alguma, não concordo. Não tenho aqui todos os fatos para lhe apresentar neste momento, porque são fatos de seis anos, no caso, mais do que isso; estamos falando de muitos anos atrás.

O senhor tocou num dos meus pontos preferidos, que é essa questão do TCU. E acho que sobre isso vou poder discorrer se houver tempo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu só peço a V. Sª que procure, como estou tentando ajudar...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Sintetizar?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Como eu tenho pouco tempo...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu compreendo, mas é importante porque o senhor fez uma acusação importante, e eu quero responder à altura.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Que fique claro que traduzi manifestações do TCU ou do STJ e da auditoria da Caixa.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não sei se o senhor tem conhecimento de um outro relatório do TCU que apontava que, a partir do momento em que a diretoria da Caixa resolveu mudar a forma da curva de crescimento da taxa de comissão da Gtech, que era uma curva ascendente no tempo, isso ainda nos idos de 1997... Havia uma taxa de comissionamento que era ascendente. A diretoria da Caixa nos pediu que essa taxa de comissionamento passasse a ser descendente, como é o caso de 90 entre 100 contratos que existem no mundo inteiro.

Isso foi concedido. E o TCU fez um cálculo inicial de que, em função dessa mudança, haveria um prejuízo para os cofres públicos da ordem de R$90 milhões.

Um pouco mais à frente, o TCU percebeu que não tinha aplicado o conceito de cascata, porque esses preços descem em função de cascata, ou seja, enquanto o volume é pequeno, a taxa é um pouco maior; à medida que o volume vai aumentando, a taxa que se aplica é menor.

Uma vez que o TCU entendeu que a cascata se aplicaria, esse número se reduziu a R$32 milhões. Só que, quando foi feito esse relatório pelo TCU, o TCU parou em maio de 2000, quando o contrato foi cancelado, esquecendo-se de que a intenção do administrador da Caixa havia sido de que fosse pelo contrato inteiro, que era um contrato de quatro a cinco anos. Quando o senhor faz o cálculo, o mesmo cálculo para o contrato de cinco anos, o senhor chega à conclusão de que houve um benefício para os cofres públicos de R$32 milhões.

Esse outro relatório do TCU que o senhor menciona, que é o relatório que aponta um prejuízo de R$450 milhões, ele tem as mesmas falácias de composição, ele trata basicamente dos serviços financeiros, cuja taxa, num primeiro momento, a taxa cobrada pela Gtech para fazer uma transação financeira para a Caixa era de cinco centavos. Num primeiro momento, essas transações financeiras eram meramente subsidiárias; nós tratávamos de um contrato de loteria com algumas transações financeiras, e essas eram a cinco centavos.

Ora, eram cinco centavos que foram definidos na primeira licitação para serviços lotéricos de dezembro de 94, e esse número não foi reajustado quando foi assinado o contrato de 13 de janeiro de 1997. Quando o senhor aplica as taxas de inflação nesse número, o número já se torna totalmente distinto.

Por outro lado, Senador, o nosso contrato, na cláusula de reajuste de preços, ele previa reajustes de preços em função de preços de mercado, repactuação anual em função de preços de mercado. Eu queria mencionar ao Senador que obviamente preço é função de custo. Nós demonstramos sempre à Caixa que o nosso custo nessas transações, já nos idos de 97, 98, 2000, era na ordem de 12,7 centavos de real por transação.

Posteriormente, quando foi assinado o contrato de 2000, a Caixa fez um estudo; ela consultou todos os potenciais fornecedores de uma transação similar no Brasil, incluindo IBM, Unisys, Redecar, enfim, todas as empresas que tinham um sistema de telecomunicações que pudesse oferecer algo similar àquilo que a Gtech oferecia. O menor preço oferecido à Caixa pelo mercado brasileiro à época para uma transação que seria feita através de telefone, ou seja, uma transação demorada e que o senhor não tem nenhuma segurança contrariamente à transação financeira oferecida pelo Gtech, onde o senhor tem satélite em todo o território brasileiro, é a maior rede de telecomunicações baseada em satélite no País e na América Latina e comunicação por rádio que garante que aquela transação vai acontecer em três segundos, pois bem, o menor preço oferecido para uma transação telefônica foi de quinze centavos por transação, e foi esse o preço, o menor preço foi o preço concedido no segundo contrato à Gtech.

Então refuto esse relatório do TCU. Eu acho que o TCU talvez venha a reconsiderá-lo no momento certo, a partir do momento em que ele tenha todas as informações, mas os cofres públicos não foram subtraídos em razão de qualquer decisão, de qualquer diretor da Caixa, muito menos de conluio entre diretores da Caixa e pessoas responsáveis na Gtech, no caso, a minha pessoa, em particular.

O senhor havia feito um último comentário que eu precisava refutar, eu não me recordo agora exatamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu ajudo V. Sª. a lembrar. Sr. Presidente, só informo que eu usei quatro minutos, o Sr. Antonio Carlos usou aí quase onze, então eu estou sendo prejudicado e o respeito.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Peço desculpas.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Ele tinha que usar porque é o raciocínio lógico dele para dar a devida explicação, só peço a generosidade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero esclarecer a V. Exª que os quinze minutos são exatamente para perguntas e respostas.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas fui fortemente prejudicado e ainda nem cheguei a fazer a metade das minhas perguntas.

O STJ afirma, na figura do seu Presidente Edison Vidigal, que o prejuízo causado à Caixa Econômica – está aqui, no dia 28 de agosto de 2004 – foi da ordem de R$262 milhões. O Ministério Público Federal também afirma o dano causado ao Poder Público por parte da relação contratual Gtech – Caixa Econômica. Então, não é apenas o relatório do TCU. Mas, quanto a isso, os autos e a devida investigação vão chegar à conclusão.

Aproveito para lhe perguntar sobre a relação da Gtech nestes momentos de tensão com a Caixa Econômica: época do Dr. Emílio Carazzai, épocas em que a Caixa estava passando por algumas decisões de renovação contratual. Quando houve o destrato em 2000, trinta dias após, houve um novo termo de acordo. Houve o destrato, houve um termo de acordo, e, trinta dias após, anulou-se o termo de acordo, e a Caixa queria fazer uma licitação. Pediria a V. Sª que tentasse explicar o porquê. Houve algum tipo de pressão não cumprida entre as partes que procuraram o entendimento na hora da relação de ajuste contratual? Era um ano pré-eleitoral o ano de 2000, um ano de eleição; eu lhe pergunto o que houve. Houve pressão de parlamentar daí por diante? Houve alguma relação da Gtech com partidos políticos?

E a pergunta anterior que eu lhe fiz diz respeito ao porquê de ter havido uma condenação moral da relação com o Sr. Buratti, com o Sr. Waldomiro, o que foi resolvido até o dia 8. Mas, no dia 11, houve o encontro da Gtech, por meio do Sr. Marcelo Rovai, do Sr. Enrico e do Sr. Marcos, com o Sr. Buratti, no escritório Leão & Leão. Era o que o senhor estava me devendo.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Exatamente. Deixe-me responder essa primeiro, depois volto à outra.

Como eu disse antes, era importantíssimo que pudéssemos completar o processo de *vetting*, a que eu me havia referido, do Sr. Buratti. Para isso, era necessário que ele entregasse os documentos, porque essa, inclusive, era uma prova adicional de que ele, de fato, estava tentando ser um consultor.

Então, essa reunião se deu para buscar esses documentos e constituir prova. Foi algo, inclusive, que – eu me lembro – discutimos muito com os Estados Unidos, se faríamos ou não, porque poderia ser mal interpretado. Mas a razão de ser é esta: decidimos fazer isso para podermos obter a documentação, submeter ao processo de veto, vetar, voltar ao Sr. Waldomiro – eu até não esperava obter dele a confissão de culpa que obtive, mas consegui. Isso é em relação a esse fato.

Em relação à outra questão, não consegui entender bem, Senador. Se V. Exª pudesse me explicar melhor... V. Exª falou: houve um destrato, um novo contrato, que foi no mesmo dia, porque o serviço tinha que continuar, e depois houve um acordo...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E, trinta dias após, a Caixa não concordou com os termos do contrato que tinha sido feito.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Foi em 2000.

Aí se pediu a licitação, e a Gtech, sistematicamente, passou a recorrer para que não houvesse a licitação. E, nessa fase, as informações e documentos apontam forte pressão política, que veio desde o Sr. Patrick Kennedy, via embaixada americana, de que o senhor seguramente tem conhecimento, até membros de partidos políticos no Brasil.

O senhor pode ajudar. Isso não quer dizer absolutamente nada a não ser a expressão da verdade, para que a CPI possa entender se havia uma apropriação indébita do patrimônio público, numa relação com uma empresa privada, por partidos políticos naquela época?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Em absoluto.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Os senhores sofriam pressão? Não estamos condenando absolutamente em nada a sua situação de Presidente da Empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Então, por favor, deixa-me fazer os comentários.

O primeiro comentário: houve o destrato, o novo contrato, e, já no parecer que eu mencionei, do Professor Azevedo Sette, constava que haveria uma nova licitação. Quer dizer, nós já sabíamos que haveria uma nova licitação. Não saberíamos que a nova licitação viria em junho, necessariamente, como foi publicado o edital, foi publicada uma informação de que haveria uma licitação em 9 de junho. O nosso contrato foi assinado em maio, em alguma data em maio. Então, quer dizer, já era parte do processo. Nós já sabíamos que haveria uma nova licitação, Sr. Senador.

Quanto à pressão de qualquer partido político, eu nego isso. Jamais tive qualquer pressão de partido político.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não, favorável à sua empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Nem favorável. Ah, bom! Isso aí também não. Nunca houve. Nunca usei pressão nem tive pressão nesse sentido.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, se documentos foram movimentados, defendendo a empresa por partidos políticos, naquela época, foi obra do acaso? Não teve nenhum pedido da Gtech e nenhum contato com representantes públicos?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não teve nenhum pedido meu. E eu não tenho conhecimento de nenhum pedido da Gtech nesse sentido.

Agora, posso lhe complementar, dizendo o seguinte: quer dizer, a Gtech também não impediu nenhuma licitação da Caixa. Vamos deixar isso bem claro. Aliás, essa talvez seja a maior falácia desse processo todo. Há uma percepção generalizada e errada de que a Gtech aprisionou a Caixa e não a deixou licitar. Isso é um absurdo! Isso não é correto. O que a Gtech conseguiu foi o direito. Veja bem. Depois que saiu esse edital de licitação, nós fizemos várias tentativas de contato, no caso, com o Presidente Carazzai. Não fomos atendidos porque queríamos entender por que uma licitação que dividia o processo em nove, enfim, não permitia à Gtech o direito de oferecer uma proposta integrada. Quer dizer, a empresa havia feito um investimento de quase US$250 milhões, no País, havia contribuído com investimento adicional, havia concordado em investir mais US$40 milhões para poder prover os correspondentes bancários em todo o País. E veio uma licitação que exclui a possibilidade de uma solução integrada.

Então, depois de tentar o diálogo, nós fizemos aquilo que todo cidadão ou entidade faz quando sente que seus direitos estão prejudicados, Sr. Senador: vai à Justiça. E nós fomos à Justiça e obtivemos simplesmente o direito de oferecer uma proposta de serviços integrados. A Caixa podia continuar licitando da forma que ela queria: dividido em nove partes. Não vou entrar no mérito se isso está correto, se está certo. Nós podemos ter uma opinião e a Caixa pode ter outra. Ela aparentemente tem outra porque decidiu dividir a licitação em nove fornecedores. Tudo bem! Ela tem o direito de fazer isso. Mas a Justiça decidiu que nós tínhamos o direito de apresentarmos uma proposta integrada tanto nós como qualquer outra empresa no País. Quem decidiu que não iria licitar, nos termos que a Justiça determinou, foi a Caixa não foi a Gtech. Então, vamos eliminar essa interpretação errada.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu lhe pergunto: houve relação comercial com o Sr. Carlos Cachoeira sobre consórcio de utilização da estrutura de tecnologia no sistema *on line* da Gtech que era oferecida à Caixa para que ele pudesse operar o seu sistema de loteria *on line*?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Nem cartas assinadas, termos confidenciais entre a Gtech e ele de intenção com esse propósito?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não. Houve um acordo de prestação de serviço, como eu mencionei no início – eu acho que o Senador não estava aqui – quando me perguntaram sobre a relação com o Sr. Carlos Ramos, eu mencionei que nós havíamos acordado em fazer uma parceria envolvendo a parte de processamento das videoloterias estaduais. Esse processamento era feito por um sistema totalmente independente do sistema da Caixa. Era um outro sistema que atendia ao processamento de videoloterias.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Por que no depoimento dele ele afirma que era com esse sistema da Gtech que prestava serviço à Caixa?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Bom, o depoimento dele eu não conheço. Mas o que posso lhe assegurar, Sr. Senador, é que se trata de um sistema totalmente independente, porque a Gtech forneceu e fornece até hoje um sistema de videoloterias para o Estado do Paraná e para o Estado de Minas Gerais, que eu saiba, não tenho acompanhado desde que saí, mas é esse sistema independente que serviria para fazer o processamento de outras loterias estaduais.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – A última pergunta: há algum tipo de relação premiada, de reconhecimento e valorização de dirigentes da Caixa Econômica, que iam saindo para espaços que a Gtech tivesse uma influência dentro do mercado brasileiro?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Sr. Senador, em absoluto. Em absoluto! Eu sou uma pessoa que estou fazendo o meu papel de brasileiro, que é o meu hábito, de impedir a corrupção. Então, não íamos nos submeter a fazer coisas dessa natureza.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, eu concluo apenas deixando a impressão aqui que, diante de uma auditoria feita pela Caixa Econômica Federal, em consonância com o Tribunal de Contas da União, uma manifestação formal de análise do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal de Justiça, do

Ministério Público Federal, tendo a pior das conclusões sobre a relação Gtech/Caixa Econômica, afirmando um prejuízo ao Erário e os detalhes que estão postos aqui, eu só tenho a lamentar que este País, que deve ter como propósito, sim, combater sempre a corrupção, como é a intenção do Sr. Antonio Carlos, possa se permitir manter esse tipo de relação comercial.

Eu lamento profundamente e agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Antonio Carlos...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Pois não, Sr. Senador.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – ...eu gostaria que o senhor descrevesse, em linhas gerais, o formato do contrato com a Caixa, no que se refere a equipamentos, infra-estrutura, etc.

Eu vou perguntar, eu gostaria que o senhor respondesse...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Pois não.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – ...deve ter um acúmulo, são perguntas rápidas para o senhor responder...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Perfeito.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – ...mas seria ideal que o senhor respondesse uma por uma.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Estou à disposição.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Essa é a primeira.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Qual seria a primeira, Senador? Desculpe-me

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O senhor descreva, em linhas gerais, o formato dos contratos com a Caixa Econômica.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ah! sim, entendi.

Basicamente, o sistema, pelo que entendi da sua pergunta, é composto de uma grande central de processamento de dados, com vários equipamentos, que se situa em Barueri, não é? A partir daí existe um sistema de telecomunicações via satélite que cobre todo o território nacional. Quer dizer, sempre que há uma unidade lotérica muito remota, por exemplo, nesse local, em cima da unidade lotérica, o senhor tem uma estação de satélite. Quando isso não é tão necessário, a unidade não é tão remota assim, vai-se até uma unidade de satélite e daí, por rádio, se chega a todos os lotéricos. Os lotéricos são equipados com equipamentos terminais para fazerem as transações lotéricas e são também equipados com equipamentos destinados a fazerem as transações financeiras.

Existe um centro de logística e distribuição que faz com que todos os consumíveis sejam distribuídos a todos os lotéricos, em todo o País, de tal forma que não falte material para que sejam prestados os serviços ao público, isso no campo lotérico.

Esse mesmo sistema é utilizado pela Caixa para realizar uma série de transações financeiras, desde pagamento de contas, pagamento de benefícios do INSS, pagamento de taxas, enfim, recarga de telefone celular, enfim, transações dessa natureza, que eu, em alguns momentos, chamo de transações sociais.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Está inclusa, no caso, a relação entre os bancos, digamos, e as casas lotéricas?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Não, a relação das casas lotéricas é sempre com a Caixa Econômica. Os lotéricos são correspondentes da Caixa Econômica, Sr. Senador, são correspondentes bancários.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Quer dizer que não é uma função da Gtech, isso daí é da Caixa Econômica.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Totalmente.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Mas a Gtech não viabilizou, não fez algum programa para que isso fosse inserido junto à Caixa?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ela não só instalou o terminal financeiro, que permite que isso aconteça, como fez o sistema de gestão desse terminal, enfim, fez todo o sistema de processamento de dados que permite que isso seja feito, mas sempre em conexão com a Caixa Econômica. Quer dizer, na parte lotérica, não há comunicação com a Caixa Econômica a não ser para auditoria. Todas as transações são enviadas à Caixa, em última análise. As transações financeiras passam por nós, vão à Caixa e vão a quem quer que seja necessário ir, Senador. Por exemplo, a transação de um inativo, uma declaração de imposto de renda de um inativo vai até a Receita Federal.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – A Gtech teve alguma dificuldade com a diretoria da Caixa Econômica em suas tratativas? Teve alguma divergência, alguma coisa com a direção da Caixa Econômica?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Divergência? Existiram opiniões diferentes, em alguns momentos, sem dúvida. Acho que essa é uma palavra adequada. Por exemplo, divergimos quando não achávamos possível a Caixa substituir a Gtech ao final de 2003. A Caixa entendia que era possível, apostou nisso, e não foi possível. Nós tínhamos a divergência de querer propor uma solução integrada, de querer o direito de propor uma solução integrada à Caixa. A Caixa entendeu que, embora a gente tivesse conquistado esse direito na Justiça, ela não quis licitar dessa forma. Acho que o senhor poderia chamar isso de divergência, mas é uma interpretação.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O Sr. Carlos Cachoeira declarou a esta CPI que só participou da primeira reunião da Gtech com o Sr. Waldomiro em 31 de março. Outras reuniões aconteceram com a presença do Sr. Carlos Cachoeira. O senhor confirma que o Sr. Carlos Cachoeira não tinha conhecimento das conversações acerca das tentativas de contratação do Sr. Buratti?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Eu queria fazer algumas correções. O Sr. Carlos Ramos não participou da reunião de 31 de março. Pelo menos foi isso o que ouvi o senhor falar. Dessa reunião ele não participou. Ele participou da primeira reunião que mantive com o Sr. Waldomiro, não participou de mais nenhuma reunião. É a primeira reunião com o Sr. Waldomiro.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – É que ele disse aqui que só participou da primeira reunião com o Sr. Waldomiro.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – É verdade.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Nas demais...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Nunca mais participou.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Agora, vou fazer uma pergunta quase que de ordem pessoal para matar a minha curiosidade. Quando o senhor encerrou as conversações com o Sr. Waldomiro Diniz, o senhor não sentiu a sensação de que estava indo por terra a assinatura desse contrato com a Caixa, sendo o Waldomiro, segundo dizem, o terceiro homem na hierarquia neste País?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Quando encerrei as negociações com o Sr. Waldomiro, o contrato com a Caixa já havia sido assinado, Senador. Essa reunião foi mantida em maio, e o contrato já havia sido assinado. Fui a ele com o objetivo de deixar claro que não iríamos compactuar com nenhum pagamento. E eu fui a ele com o objetivo de estabelecer a relação entre ele e o Sr. Buratti que, até então, não havia sido estabelecida concretamente. Então, não sei se respondi a sua pergunta, mas essa última reunião com ele foi após a assinatura do contrato.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Então, depois, ele colocou o Sr. Buratti para extorquir a Gtech, no caso?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Esse é o nosso entendimento.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o nobre Relator para suas considerações e algumas perguntas complementares. (Pausa.).

O Relator não tendo mais nada a aduzir, não tendo mais quem queira fazer alguma pergunta, quero agradecer a presença do depoente e declarar encerrada a presente sessão.

(Encerra-se a reunião às 16 horas e 36 minutos.)

Ata da 9ª Reunião, Realizada em 9 de agosto de 2005.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às doze horas, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita Junior e Augusto Botelho, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Rogério Tadeu Buratti, José Luiz do Amaral Quintans, Auditor da Caixa Econômica Federal e ex-Gerente Nacional de Loterias Enrico Gianelli, ex-Advogado da empresa Gtech Brasil, informando aos demais pares que recebeu na noite de ontem decisão *d*o Supremo Tribunal Federal concedendo *"HABEAS CORPUS"* ao Senhor Enrico Gianelli, desobrigando-o do comparecimento à esta Comissão para prestar depoimento. A seguir, o Senhor Presidente submete à votação do **Requerimento n.º 078/05**, requer a revogação do Requerimento n.º 036/05, bem assim, seja reconvocado o Sr. Enrico Giannelli para depor perante

a Comissão. Em votação, é aprovado. A seguir indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. Dando continuidade aos trabalhos a Presidência convida o Senhor Rogério Tadeu Buratti, para tomar assento a Mesa. Após seu depoimento o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para inquirir o depoente, seguido dos seguintes Senadores: Juvêncio da Fonseca, Tião Viana e Antônio Carlos Magalhães. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita sugere que a Comissão encaminhe ao Ministério Público toda documentação referente ao contrato entre a empresa Gtech Brasil e a Caixa Econômica Federal. Prosseguindo, usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Senadores Reginaldo Duarte, Flavio Arns, Romeu Tuma e o Presidente Senador Efraim Morais. Finalizando, o Senhor Presidente agradece ao depoente e convida o Senhor José Luiz do Amaral Quintans, para prestar seus esclarecimentos. Após seu depoimento o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para inquirir o depoente, seguido dos seguintes Senadores: Juvêncio da Fonseca, Reginaldo Duarte, Flávio Arns, Geraldo Mesquita e o Presidente Senador Efraim Morais. Finalizando, o Senhor Presidente informa que amanhã, dia 10, teremos a oitiva dos Senhores Marcelo Coelho Aguiar, ex-Assessor da SECON da Presidência da República e sócio da MM Consultoria Ltda. e Walter Santos Neto, atual representante da MM Consultoria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Rogério Tadeu Buratti, citado pela Gtech como consultor indicado por Waldomiro Diniz, do Sr. José Luiz do Amaral Quintães, auditor da Caixa e ex-gerente nacional de loterias, e do Sr. Enrico Giannelli.

Quero comunicar à Casa e à Comissão que temos em mãos um **habeas corpus** concedido ao Sr. Enrico Giannelli para não vir depor nesta CPI. Tivemos um contato com nossa assessoria jurídica e o Sr. Relator está reapresentando um novo requerimento com modificações técnicas nas suas justificativas. Então, queria, de imediato, colocar esse requerimento em discussão e em votação. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado, requeiro a revogação do Requerimento nº 36/05, bem assim seja re-convocado o Sr. Enrico Giannelli para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Os que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Rogério Buratti para seus esclarecimentos.

O Sr. Rogério Tadeu Buratti assinou termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, indicando sua identidade, idade, CPF, estado civil, endereço, bairro e profissão.

Concedo a V. Sª o tempo que for necessário para os seus esclarecimentos. V. Sª tem a palavra, Sr. Rogério Tadeu Buratti.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sr. Presidente, Senadores presentes, todos os presentes, uma boa tarde, inicialmente.

Sou Rogério Tadeu Buratti, tenho 42 anos, sou advogado de formação, técnico em contabilidade, fiz pós-graduação em administração de empresas e em finanças e controladoria pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Nasci na cidade de São Paulo, iniciei a minha vida profissional aos 14 anos e aos 20 anos filiei-me ao Partido dos Trabalhadores, morando na cidade de Osasco. Permaneci no Partido dos Trabalhadores até 1995. Sendo que, a partir de 1986 – em 1987, mais precisamente –, eu passei a atuar no Partido dos Trabalhadores em nível estadual, no Estado de São Paulo, tendo sido membro da Secretaria de Organização, membro da Direção Estadual do PT, membro da Direção Executiva Estadual do PT, tendo sido assessor parlamentar de 1987 até 1991, na Assembléia Legislativa de São Paulo, tendo trabalhado

então com o Deputado Estadual José Dirceu e também na liderança do Partido na Assembléia Legislativa de São Paulo.

A partir daí fui designado pelo meu Partido, à época, a ser coordenador da campanha do então Deputado Antônio Palocci à prefeitura de Ribeirão Preto. Isso no ano de 1992. Em se sagrando vitoriosa a campanha do então candidato Palocci, fui convidado por ele a assumir um cargo junto ao seu Governo, na Secretaria de Governo. Fui secretário de governo do Município de Ribeirão Preto nos anos de 1993 e 1994. No ano de 1994 fui envolvido num episódio que me levou a pedir demissão da Secretaria de Governo da Prefeitura em função de que havia tido uma conversa com um empresário da cidade onde se falava supostamente de distribuição de obras e não de acertos financeiros e nada disso. Mas entendi que significaria uma mancha importante a minha permanência no Governo. Sai do Governo e fui investigado por uma CPI na Câmara Municipal, por uma comissão interna da prefeitura, pela comissão de ética do PT, por um inquérito civil público, pelo Ministério Público Estadual e por um inquérito penal, também no Ministério Público Estadual de São Paulo. As cinco investigações, todas elas, não encontraram nenhum ato delituoso praticado por mim nos anos em que fui secretário de governo da prefeitura de Ribeirão Preto, considerando-me, portanto, absolvido de todas aquelas acusações que à época me foram imputadas.

A partir daí, constituí uma empresa que se chamava Assessorarte. Essa empresa era especializada na elaboração de concursos públicos. Eu tinha um sócio nessa empresa e trabalhamos durante vários anos realizando concursos públicos em diversas cidades do Estado de São Paulo e em algumas cidades no interior de Minas Gerais. Tendo sido essa minha fonte de receita a partir da minha saída do governo municipal.

Em 1995 eu me desfiliei do Partido dos Trabalhadores. Após a conclusão da Comissão de Ética do PT, que não determinou que eu fosse expulso, nenhum tipo de punição, eu me desfiliei porque tinha entendido que o comportamento que tinha havido no Partido com o meu episódio não me trazia ânimo nem desejo de continuar filiado ao PT e na atividade política.

Em 1996, fui convidado por um candidato a prefeito da cidade de Matão para, profissionalmente, ajudá-lo em sua campanha. Trabalhei na sua campanha; ele se sagrou vitorioso, e fiquei, durante um ano, ocupando cargo de assessor especial do Prefeito de Matão, à época, o Prefeito Adauto Scardoelli.

Saí em 1998, voltei a minha empresa e, depois de um ano, fui contratado pela empresa Leão&Leão, pelo grupo Leão&Leão, grupo empresarial da região de Ribeirão Preto, para ser diretor de planejamento. A partir daí me dediquei integralmente à atividade privada.

Fui diretor de planejamento, diretor administrativo-financeiro, presidente da empresa de lixo do grupo, vice-presidente do grupo, até que me desliguei, em março de 2004, em função de que o meu envolvimento no caso Waldomiro Diniz trazia um prejuízo importante à empresa, um prejuízo importante de imagem à empresa. Então, compreendi que, como ela não tinha nada a ver com esse episódio, eu deveria me desligar. E fizemos isso em comum acordo.

A partir de então, tenho trabalhado como advogado, no que é possível fazer. E comecei a trabalhar numa pequena confecção na cidade de Belo Horizonte, que é onde hoje eu trabalho e resido. Eu me separei da minha esposa e vivo hoje na cidade de Belo Horizonte.

Estou à disposição dos senhores para os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Relator para os seus questionamentos, Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, o senhor poderia citar qual era o seu patrimônio em 1993, quando assumiu a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Ribeirão Preto, e qual é o seu patrimônio atual?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Quando assumi a Secretaria de Governo, acredito que era algo em torno de R$30 mil, acredito. O meu patrimônio atual, declarado no Imposto de Renda deste ano, na declaração que apresentei, é de R$700 mil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que a empresa BBS Consultores Associados, de sua propriedade, faz?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A empresa BBS foi criada no ano de 2000, se não me engano, com o objetivo específico de ser um instrumento para o recebimento dos meus salários, dos meus ganhos na prestação de serviços para o grupo Leão&Leão.

Quando eu entrei no grupo, em 1999, eu era um funcionário contratado, registrado em carteira. E com o tempo, foi se fazendo um planejamento para que todos os executivos montassem empresas que passassem a ser prestadoras de serviço, com contrato que regia essa prestação de serviço, como maneira de minimizar o peso dos impostos, seja dos executivos, seja da própria empresa. Então a empresa BBS foi formada simplesmente para prestar serviço para o grupo Leão&Leão, à exceção de um único contrato que ela fez, nenhuma outra movimentação que não fosse vinculada ao grupo Leão&Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que ela só fez um contrato?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ela tinha apenas o contrato com o grupo Leão&Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era esse contrato?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Contrato de prestação de serviços de administração.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para a própria empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Para a própria empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para a própria empresa Leão&Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O local de prestação de serviço era na própria empresa. O meu cartão de visitas, à época, era o cartão de visitas da Leão&Leão, ou seja, eu era um executivo que recebia por prestação de serviços. Mas constava em todo o quadro da empresa como um membro executivo da empresa. Só o modelo contratual, ao invés de ser pela CLT, era por um contrato de prestação de serviços.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor tinha sócio nessa empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim, a minha esposa, à época, era a minha sócia na empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A única sócia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A única sócia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas essa empresa prestava serviço de qual natureza, a Leão&Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Todos os cargos que exerci na Leão&Leão: primeiro, diretor de planejamento, diretor administrativo financeiro, membro do Conselho de Administração, presidente da empresa Leão Ambiental, membro do Conselho de Administração da empresa Triângulo do Sol, que também é do grupo Leão&Leão. Esses eram os serviços. Era um trabalho executivo.

Eu tinha sala, contatos, secretária. Todas as minhas atividades eram na empresa Leão&Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a empresa W. Way Informática Ltda, que já teve o senhor como sócio, o que ela fazia e continua fazendo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A empresa W Way foi formada em 1997, por mim, por meu irmão e por mais dois amigos, entre eles o Juscelino Dourado, que hoje é chefe de gabinete do Ministro Palocci. Era uma empresa provedora de Internet, e o objetivo dela era prestar serviços na área de informática.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para a Leão&Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nesse caso não. Isso era em 1996, eu ainda não estava na Leão&Leão. Eu entrei na Leão&Leão em 1999.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essas empresas, tanto a BBS quanto a W Way, ainda existem?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A BBS existe. Existe porque todos os... a minha rescisão de contrato com a Leão&Leão, eu recebi através dos contratos da empresa BBS, como era que eu recebia o meu salário. E todos os documentos dela foram apreendidos na época do início do processo da Gtech e estão de posse do Ministério Público de Ribeirão... Estadual de São Paulo, em Ribeirão Preto.

A W Way, ela funcionou seis meses, não deu certo e ela foi vendida. E, portanto, não tivemos mais...

O SR. RELATOR(Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi vendida por quanto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não me recordo exatamente porquanto ela foi vendida.

O SR. RELATOR(Garibaldi Alves Filho.PMDB – RN) – Não sabe?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, porque na verdade ela teve muito prejuízo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)– E a quem ela foi vendida?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu também não me recordo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se recorda?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu não participava diretamente da administração dela. Quem participava era mais o Juscelino e o meu irmão e quando ela foi vendida, tinha uma situação muito ruim de receitas. Era uma empresa que não tinha dado muito certo conosco.

O SR. RELATOR(Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia me falar sobre outra empresa, uma empresa chamada VWG Vegas Way Games é a mesma W Way da qual o senhor já foi sócio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu nunca ouvi falar nessa empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca ouviu falar, não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem nada a dizer sobre as empresas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem sobre o ramo de atividade, nunca ouviu falar nela?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que a empresa Assessorarte – essa empresa, o senhor já disse aqui que era de sua propriedade...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...que o senhor era o maior acionista.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, eu tinha 50% com Luiz Antônio Prado que era o meu sócio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ela existe ainda?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ainda existe. Só que essa empresa foi fundada em 1994, final de 94, ela se especializou na formação de concursos e reformas administrativas, planos de cargos e salários para prefeituras.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais prefeituras?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nós trabalhamos ao longo do tempo com cerca de quinhentas prefeituras.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quinhentas prefeituras?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ao todo. É, a empresa hoje tem dez anos. E essa empresa foi uma empresa que funcionou muito bem. Ele teve bastante serviço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essas prefeituras se localizavam aonde?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Normalmente na região de Campinas boa parte delas, no interior do Estado de São Paulo e no interior do Estado de Minas algumas. São prefeituras, câmaras municipais, departamentos de água...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era o faturamento dessa empresa.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O faturamento normal dela ao ano era em torno de um milhão, um milhão e duzentos mil reais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prestando serviço a quinhentas prefeitura?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Quinhentos ao longo do tempo dela, porque os contratos você ganhava...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao longo de quantos anos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ao longo de doze anos, hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Doze anos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. Ela foi fundada em 84, onze anos até hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quais eram as atribuições do senhor nessa aí?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Até o ano de 1999, eu era um Diretor, Diretor-Executivo da empresa. Eu visitava cidades, eu encaminhava os contratos, eu atuava nos contratos, preparava a documentação, preparava os concursos e administrava a empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas para se ter contratos ao longo de doze anos com quinhentas empresas o senhor se valeu naturalmente do prestígio de quem? Prestígio político do senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Na verdade, assim, nós nos valemos do fato de que ao começarmos a prestar serviço a uma cidade, nós participávamos de licitações em todas as cidades e íamos ganhando as licitações. E perdíamos várias também e ganhávamos alguns outros.

Principalmente depois que nós ganhamos uma licitação na cidade de Campinas, que era um contrato muito grande, a partir daí a empresa deu um salto e começou a realizar concursos nas cidades ao redor de Campinas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essa empresa nunca teve ligações políticas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nem uma ligação política.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era só uma empresa técnica?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era só uma empresa técnica.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com quinhentas prefeituras...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Com quinhentos contratos, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com quinhentos contratos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ao longo de dez anos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem são ou já foram seus sócios nessa empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O meu sócio inicial era Luiz Antônio Prado Garcia e em seguida eu saí da empresa quando eu assumi meu cargo na Leão&Leão e passei a minha participação para

a minha irmã, Rosângela Buratti. Que trabalhava na empresa também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor tinha um relacionamento estreito com o Sr. Luiz Antônio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tinha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – E com Resolane Prado Garcia.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tinha. Ele era o meu sócio e ela era a esposa dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – E qual era o seu relacionamento com Renato Buratti Neto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele é meu irmão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – E Rosângela Buratti?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É a minha irmã e, além disso, os dois trabalhavam na Assessorarte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor conhece a Editorarte, Editora e Gráfica Ltda.?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor também trabalhou nela?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Quando estávamos no princípio do processo da empresa de concurso, nós verificamos que se montássemos uma empresa que pudesse preparar apostilas e vender, eventualmente, poderíamos ver nisto um novo nicho de negócio, mas nós nunca conseguimos fazer nenhum tipo de atividade e a empresa ficou estacionada até se fechar – se não me engano.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Ela fechou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Fechou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Quem eram os sócios do senhor nessa empresa? Eram muitos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pelo que me lembro, era o Renato, meu irmão, e a Rosolane, que era esposa do Luiz Prado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Renato e Rosolane. E Juscelino Dourado era?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pelo que me lembre, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Luiz Antonio Garcia, também não.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. O Luiz Antonio Garcia era o meu sócio na Assessorarte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Quer dizer que V. Sª e o Sr. Juscelino Dourado continuam sócios?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Não, em nenhuma dessas empresas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Hoje, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Hoje, não. Não há ligação empresarial.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Fomos sócios na WWay, pelo que me recordo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Qual o seu relacionamento atual com ele? Ele foi seu antigo sócio na WWay e responsável pela Editorarte.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Hoje, o meu relacionamento com ele é que eu sou padrinho de casamento dele. Hoje, não, mas desde o tempo em que ele se casou, há oito anos e tenho um relacionamento muito pouco desenvolvido até em função da atividade e do que está acontecendo, mas eu tenho um relacionamento muito pessoal com ele, como padrinho e afilhado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Por que o senhor diz "do que está acontecendo"?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque na cidade de Ribeirão Preto – e não aqui, no que esta acontecendo aqui em Brasília – mas na cidade de Ribeirão Preto, desde 1994, a imprensa e diversos setores da cidade sempre me vincularam de maneira muito forte – buscavam me vincular, de maneira muito forte – ao então Prefeito Antonio Palocci e, depois, ao Ministro Antonio Palocci. Mas, nesse período, isto não impedia que eu mantivesse as minhas relações de amizade com nenhuma pessoa. No entanto, após a vinda deles, aqui, para Brasília e principalmente depois do que aconteceu com o escândalo da Gtech, eu tenho evitado contato com qualquer pessoa que mantenha relações ou que seja do Governo Federal, até porque foi uma decisão pessoal minha de não querer envolvimento com isto e também porque eu sei que isto pode criar constrangimento às pessoas com quem eu me dou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor se sente culpado, assim?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu não me sinto culpado mas o peso que se dá na cidade de Ribeirão Preto me faz ser culpado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – E o senhor lá é considerado culpado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Lá a imprensa e as investigações – todas as coisas – sempre falam que eu sou uma pessoa que era vinculado ao

atual Ministro Antonio Palocci. Nunca houve nenhuma comprovação, nenhum fato e nenhuma justificativa não oficial, ou seja, quando eu trabalhei na Leão&Leão, ela contribuiu para a campanha do então candidato a prefeito Antonio Palocci de maneira legítima, como contribuiu para a campanha de outros candidatos. Mas, infelizmente, isso ganha conotações negativas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor participou diretamente ou até indiretamente do grupo de trabalho que estudou a legalização dos jogos de bingo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Nunca tive nenhum contato com essa matéria – nem profissional e nem informalmente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Nem conhece pessoas que participaram disso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nem conheço pessoas que participaram.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – E qual o seu relacionamento atual com o Sr. Antonio Palocci? Ainda mantém contato com ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Desde que sai da Prefeitura de Ribeirão Preto, em 1994, mantive uma relação com o atual Ministro Antonio Palocci – uma relação social, natural, de pessoas que residiam na mesma cidade com encontros sociais, encontros em eventos. Em determinado momento, a empresa de que eu era presidente fazia um projeto de alfabetização dos seus funcionários, então houve um evento na prefeitura onde eu estava ao lado do então Prefeito Palocci e encontros ocasionais sem nenhum tipo de relação pessoal com o Ministro Palocci. Eu mantive...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bom, eu queria pedir a atenção do senhor para o seguinte: em conversa interceptada no dia 26 de julho de 2004, o Sr. Luiz Pacola, da Leão&Leão, ligou para V. Sª para falar sobre o negócio de Brasília. O senhor respondeu: "Já conversei com ele sobre o assunto. Ele estará em Ribeirão Preto amanhã. Liga para o chefe de gabinete e marca audiência". No dia seguinte, o Ministro Antonio Palocci esteve em Ribeirão Preto participando de um evento. Era ele a pessoa a quem se referiu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não era.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não era? Quem era?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não me recordo quem era. Poderia ser o seu chefe de gabinete, o Ademirson, mas não era o Ministro Palocci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O chefe do gabinete do...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Poderia ser o secretário particular do Ministro Palocci. Poderia ser. Eu tive conhecimento dessas gravações apenas pela imprensa e não tenho condição de lembrar bem exatamente...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não se lembra?

E o negócio de Brasília. O que era o negócio de Brasília?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não sei precisar que negócio poderia ser, mas quando eu saí da Leão&Leão, antes de eu sair, eu tava desenvolvendo pela empresa... eu era responsável pela captação de novos negócios ao grupo, então havia uma série de negócios que não estavam em andamento mas estavam prospectados. A empresa tinha interesse em participar de licitações na Infraero, tinha interesse em participar do programa de concessões se ele voltasse a acontecer e tinha outros interesses...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Relator, pode pedir para ele detalhar um pouquinho mais o negócio da Infraero? Desculpa se estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não. Que V. Sª repetisse essa questão da Infraero.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O grupo Leão&Leão, quando tomou uma decisão de buscar ampliar a sua área de atuação pra fora... O grupo Leão&Leão é uma empresa que tem grande expertise em obras em aeroportos no Estado de São Paulo, todas vinculadas ao Daesp, e um dos interesses da empresa, em virtude dessa experiência e desses atestados que a empresa detém... A empresa tinha interesse em participar das licitações que poderiam... que estavam por acontecer na Infraero, tendo inclusive, se não me engano, buscado se credenciar, se habilitar na licitação do aeroporto de Goiânia, se não me engano. Então, alguns negócios que a empresa estava prospectando também...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor não interveio, só tomou conhecimento sem intervir no procedimento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu representava a empresa, então o meu trabalho era de olhar se saiu o edital, de preparar a documentação, de preparar pra participar da licitação como executivo da empresa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fez contato com alguém?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não cheguei a fazer contatos com ninguém.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu queria só que o senhor repetisse o nome

da pessoa que o senhor acha que era o secretário particular.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Poderia ser com o Sr. Ademirson a relação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Seu Ademirson?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. Poderia ser. Eu não posso afirmar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não tem certeza?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não era o Sr. Juscelino Dourado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não era o Sr. Juscelino Dourado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Numa outra conversa, no dia 25 de maio de 2004, às 10 horas 9 minutos, o senhor e Marcelo Franzini combinam um encontro entre duas pessoas que não podiam ser vistas. V. Sª não aceita que o encontro seja num banheiro localizado nas imediações do aeroporto de Congonhas. Eu vou citar as palavras textuais, que foram literalmente as palavras usadas por V. Sª: "No banheiro não, né meu?! Aí vão achar que nós somos boiola. Aí não dá! Nós pode até ser acusado de corrupto, mas boiola não dá!"

Quem são as duas pessoas que não poderiam ser vistas e qual era o assunto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que esse encontro deveria ser com o próprio Marcelo Franzini. Não tem nenhuma outra pessoa que... O que ocorre, Senador, é que, com a investigação que o Ministério Público Estadual fez sobre mim e sobre o grupo Leão&Leão, todos os membros do grupo Leão&Leão, mesmo que tivessem necessidade de manter algum tipo de contato para esclarecer coisa, ou para tirar dúvida, ou mesmo relações amistosas, todas as pessoas ficaram com extremo receio de se encontrar, e esses encontros serem utilizados como prova de qualquer ilícito que as pessoas pudessem vir a fazer.

Então, possivelmente esse encontro possa ter sido com o próprio Marcelo ou com qualquer outro tipo de pessoa que não teria nenhuma relevância, no meu ponto de vista. Para mim, não era uma coisa importante, tanto que eu não consigo me recordar exatamente do que é.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o encontro era com duas outras pessoas, né? Que não podiam ser vistas, e que nasceu de uma combinação entre V. Sª e Marcelo Franzini. Agora, V. Sª está dizendo que só eram os dois?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu não me recordo desse encontro precisamente, como algo que eu possa... que tenha relevância e que eu possa me lembrar. Foi com esse ou com aquele. Eu acredito que possa ser com o próprio Marcelo, mas eu tenho, inclusive, dúvida, Senador, se esse interlocutor era o Marcelo, porque eu tive um contato com Marcelo Franzini, que não estava... e que não me parecia que teria sido esse.

Mas o Marcelo Franzini trabalhou comigo na Leão&Leão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, só uma "colocaçãozinha". Essa questão do "boiola" é tão marcante que não podia sair da memória de V. Sª. De jeito nenhum. Essa conversa, se existiu – ela foi gravada, logo existiu – o senhor não pode dizer que ignora, a não ser que esse assunto... tivesse falado em "boiola" muitas vezes na sua vida, mas uma vez só. Encontro em banheiro... Tem que saber, tem que conhecer, tem que ter noção, senão nós estamos aqui como uns trouxas, ouvindo falar, falar, todo mundo dizer o que bem entende aqui, nesta CPI e em outras todas CPIs, mentem para todo lado, e você vai ficando quieto. Nós estamos ficando, cada vez, numa situação mais complicada perante a opinião pública.

Houve a história do "boiola" ou não houve a história do "boiola"?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, dá licença um pouquinho?

Sr. Presidente, Sr. Relator, por experiência policial, até outro dia estava fazendo uma brincadeira: todos os acertos de corrupção eram feito no banheiro porque era mais escondido.

Depois do estouro do Waldomiro e outras seqüências que vieram, começaram a fazer na frente das câmeras, ficou mais aberto, mas antigamente não era nada de "boiola", não. Era acerto dentro do banheiro, porque era mais difícil de ser realmente visto por alguém, porque dentro do banheiro não tem câmera, para verificar o que ocorre lá dentro.

Então, não tem nada de "boiola". "Boiola" é uma desculpa inaceitável, eu acho que o Senador tem razão. Se a lembrança dele é de "boiola", não dá esconder quem era o intermediário para dizer que era ou não "boiola".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Buratti, o senhor tem uma pergunta: existiu a conversa que foi gravada e o senhor... Com quem foi essa conversa? Uma pergunta que havia feito...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu queria complementar aí a sua argüição e do Relator, também do Senador Tuma e do Senador Juvêncio, eu entendo, inclusive, que muito mais grave do que repelir uma acusação de "boiola" e tal foi a acusação que o senhor vestiu. Eu prefiro ser acusado de corrupto ou envolvido em corrupção do que ser mencionado como "boiola". Para mim, isso é muito mais grave, porque eu não tenho preconceito. Esse negócio de "boiola"... Eu acho muito mais grave o senhor assumir essa condição, né? Talvez em face da preferência... A preferência...

O senhor assumiu na conversa: Oh, eu prefiro ser corrupto, não é? Ou prefiro ser acusado de corrupto.

Eu gostaria... É como diz o Senador Juvêncio: o senhor não vem, aqui, para gente, dizer que não se lembra de uma conversa dessa, porque ela... O senhor não profere uma... O senhor não estabelece uma conversa dela em toda esquina que o senhor anda. Ela... Nem em todo momento, o senhor teve oportunidade de dialogar nesses termos com alguém. Então, por favor, pense bem no que o senhor vai responder porque aqui, como disse o Senador Juvêncio da Fonseca, ninguém é trouxa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Lamentavelmente eu não sei com quem foi esse encontro que se diz que aconteceu em algum banheiro. Insisto em dizer que não estou brincando com os senhores. Muito longe disso. Essas conversas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** O senhor era parte do encontro? Era uma pessoa que ia fazer esse encontro.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Com certeza, pelo que foi dito, eu era parte do encontro, mas por exemplo, poderia ser com o Wilney Barquete, que era um executivo do grupo Leão&Leão.

O SR.ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele chegou a realizar o encontro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não me recordo desse encontro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas quem sabe é V. Sª, não somos nós. Por gentileza, pelo menos um momento de lucidez dizendo eu lembro desse assunto, era no banheiro, me recusei, aconteceu isso. Estamos aqui a toda hora sendo enrolados por todas as testemunhas.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tenho acompanhado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Tem acompanhado e está sabendo que é assim. Estamos na república da mentira. É bom parar com isso. Já chegam aqui, às vezes, com **habeas corpus** para não serem presos por falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero adiantar que o **habeas corpus** solicitado pelo Sr. Buratti foi indeferido. Quero deixar isso bem claro. Ele tem um termo de compromisso de falar a verdade. Por isso, solicito de V. Sª que realmente...

V. Sª não lembra de nada?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que V. Sª era profissionalmente?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Neste momento?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Neste momento.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nadinha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nada. Eu tinha saído do grupo Leão&Leão e estava recebendo a minha rescisão. Sem dúvida nenhuma, eu não conseguia arrumar nenhum tipo de emprego a partir da minha saída de lá em função de todos os episódios que me envolviam.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por que o senhor se demitiu do Leão&Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Me demiti porque o episódio em que me envolveram no escândalo Waldomiro Diniz criaria um constrangimento para a empresa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, não sei se está nos seus quesitos, mas o Presidente do Leão&Leão disse que ele se demitiu para ser assessor na Gtech.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Apenas para tentar contribuir porque sei dos zelo que V. Exª tem tido na andamento da CPMI e a boa intenção de todos os Senadores, mas peço que seja cumprida seqüência de falas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, está sendo cumprida, mas há admissibilidade do Sr. Relator da participação dos Srs. Senadores. Se há essa admissibilidade, a Mesa entende que é uma contribuição dos Srs. Senadores, até porque não representamos aquela Comissão com trinta, quarenta inscritos. Há apenas seis inscritos, o que significa que essa participação é positiva para os trabalhos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) **–** Se V. Exª entende assim, como Presidente, também peço a palavra ao Relator porque tenho cinco perguntas e vou fazê-las nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas dentro do que está perguntando o próprio Relator. Veja V. Exª que ninguém está fugindo da linha do Relator. Pelo contrário, ele aqui me afirma que está recebendo a colaboração dos Srs. Senadores. Assim, V. Exª também poderá participar.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou insistir no seguinte: como o senhor não era nada e tinha uma preocupação muito grande em marcar um encontro no banheiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, eu era não. Desde março de 2004, sou uma pessoa sob investigação e me preocupo profundamente com quem eu me encontro, como eu me encontro e com o que faço. A partir de março de 2004, não tive nenhuma atividade profissional que me vincule a qualquer atividade política ou com políticos de maneira geral. Um exemplo disso é que eu poderia ter voltado à empresa Assessorarte quando saí do grupo Leão&Leão e não voltei, porque tenho certeza de que qualquer atividade minha vinculada a prefeituras vai despertar suspeitas que normalmente e comumente no meu caso têm sido levantadas sem prova. Nesse caso, não estava participando de nenhuma licitação, de nenhum processo, de nenhum tipo de contratação, de nenhum tipo de negociação.

Agora, objetivamente, as pessoas não têm desejo de me encontrar. As pessoas não têm o desejo de me encontrar, mesmo as pessoas com quem convivi anos, anos e anos não têm hoje desejo de me encontrar. Isso fez com que, inclusive, eu saísse da cidade de Ribeirão Preto. Porque lá eu não consigo a convivência, porque ninguém tem o desejo de me encontrar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas veja bem. O senhor, no dia 25 de maio, o senhor diz que não era nada, não se recorda desse encontro no banheiro. No dia 5 de maio do mesmo ano – estamos nos referindo aqui a 2004 – numa conversa interceptada do senhor com o Sr. Wilney Barquete, ele falou o seguinte para V. Sª: "E ontem a charuteira lá falou que o secretário está esperando o Tribunal se posicionar. Só que quem conversaria com o Tribunal seria Humberto". O assunto tratado era claramente o contrato do lixo de São Paulo. Quem é essa pessoa que é chamada de "charuteira", o senhor se lembra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, a expressão "charuteira", inclusive...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foi o senhor que disse.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, foi utilizada pelo meu interlocutor, não por mim. Eu não conheço quem era a "charuteira".

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não se lembra também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Conheço quem é Humberto. Agora, quem é "charuteira" eu não conheço. É ele quem usou a expressão, Senador, não fui eu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas se ele usou, usou porque sabia que V. Sª sabia o que era "charuteira", porque senão ele teria dito o nome da pessoa.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na seqüência da conversação, não há concordância da minha parte, se o senhor observar. Existe uma alusão do meu interlocutor, não uma concordância da minha parte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor diz o que, quando discorda?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se lembra também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu não tenho a cópia daquilo. Se o senhor me apresentar, certamente eu posso ver. Eu nunca tive acesso a esse material, apesar de que toda a imprensa e cópias anônimas chegam a minha casa, eu particularmente nunca tive acesso a esse material.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ao senhor: qual é seu relacionamento com a ex-Prefeita Marta Suplicy?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não conheço. Nunca estive com ela.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E esse contrato do lixo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Qual contrato, Senador?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O contrato do lixo. O assunto tratado era o contrato do lixo. Era da Prefeitura de São Paulo? Com Humberto...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Esse assunto que o Wilney tratou comigo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor quer que eu leia de novo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Esse assunto que o Wilney comigo referia-se à participação

da Leão&Leão na licitação do lixo na cidade de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor era um dos interlocutores...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Intermediário?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Quando eu fui executivo da Leão&Leão, eu representava a empresa na licitação. Fazia parte da procuração da empresa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como interlocutor!

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não fui, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)– Como representante...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – ... da empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da empresa junto...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu ganhava para isso, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas era junto à empresa com a Prefeitura?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Quando você participa de uma licitação, eu representando a empresa, eu estou apto pela empresa a realizar todos os atos vinculados à licitação: preparação de preços, acompanhamento de propostas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Discutir, recorrer...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não no meu caso. Eu não era o membro da empresa responsável pelo contrato de lixo. Era vice-presidente do grupo, membro do conselho de administração e tinha a autorização, a delegação da empresa, de participar desse processo, mas eu não era membro desse processo, porque eu não estava mais no mercado de lixo. Estive no mercado de lixo no ano de 2002 inteiro. Então, todas as atividades vinculadas a lixo na Leão&Leão em 2002 contaram com a minha participação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois do estouro, que V. Sª deixou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perdão, Senador?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois que surgiu o problema da possibilidade de corrupção pela Leão&Leão é que o senhor deixou de ficar nos contratos de risco?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Nos contratos de lixo eu saí em 2003, quando assumi a vice-presidência do grupo. Aí eu passei a representar a empresa em todos os negócios, representar a empresa. E depois de 2004 eu deixei o grupo. Aí eu não participo de nenhuma atividade do grupo: nem no lixo, nem em obras, nem em concessões, em nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As investigações do Ministério Público de São Paulo levantaram a suspeita de que V. Sª seria a ligação entre Delúbio e a máfia do lixo, Delúbio Soares, que pagavam uma percentagem a ele para facilitar as coisas em Brasília. O que é que V. Sª tem a dizer sobre isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Essa alusão – e me permitam chamar de "alusão" – foi publicada na revista **Veja**. Se o senhor me permitir, eu gostaria de ler a carta que eu encaminhei a **Veja**, que esclarece esse ponto da máfia do lixo. Eu poderia, Sr. Presidente?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor reconhece a máfia do lixo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não reconheço a máfia do lixo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor está falando.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não estou falando isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor falou.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu falei que a Revista **Veja** fez alusão à existência de uma máfia de lixo, dizendo que eu participava dessa máfia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª encaminha à Presidência, que a anexará.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas poderia só reduzir, de lembrança, da sua memória.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perdão?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A carta tem alguns dados da sua memória...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu vou dar sim. Não existe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, é que este caso é objetivo. A revista **Veja** me acusou de fazer parte da máfia do lixo e me acusou de ter diálogos com o Sr. Delúbio Soares. O que eu digo à revista? Primeiro, não tenho diálogos com Delúbio Soares. Nem quando fui do PT, tive relações com o Delúbio. Qualquer pessoa neste País que falar que vai encontrar uma relação, uma gravação, uma fita ou um encontro, mesmo que no banheiro, com Delúbio Soares, vai estar mentindo, porque isso não existe. Nunca me encontrei com o Delúbio. Mais além, a empresa Leão&Leão, até o ponto que eu sei, até o dia em que eu saí dessa empresa, também nunca manteve contatos com Delúbio Soares, até 2004. Outra coisa

que eu respondo é sobre o meu patrimônio, que lá na revista se fala que eu ganhava R$10 mil por mês, e eu estou esclarecendo que meus ganhos, em 2003 e em 2004, somaram R$850 mil e não R$10 mil, como a revista fez menção. Esses números são declarados no Imposto de Renda. Não tenho nenhuma relação com máfia de lixo. Não sei se existe máfia de lixo. E essa alusão feita pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que não está na boca deles, evidentemente, não corresponde à verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V. Sª: qual seu relacionamento com o Deputado João Paulo Cunha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Fui companheiro de militância do João Paulo Cunha em Osasco, quando comecei a militar no PT. Trabalhei com ele na Liderança do PT na Assembléia Legislativa, acho que no ano de 2000, se não me falha a memória, e fui seu assessor parlamentar logo que saí da Prefeitura de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Deputado José Dirceu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu fui assessor parlamentar do Deputado José Dirceu na Assembléia Legislativa e fui militante partidário junto com ele, ao tempo em que eu estava no PT.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem conhecimento do financiamento de campanha de Partidos brasileiros por empresários de jogos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Algumas das empresas de que V. Sª fez parte contribuíram para campanhas políticas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim, o grupo Leão&Leão contribuiu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas contribuiu...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Formalmente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Formalmente.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O grupo Leão&Leão, formado pela Leão&Leão Infra-Estrutura e Serviços e pela Leão&Leão Ambiental, já teve o senhor como sócio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só como funcionário?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Só como funcionário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como consultor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Como consultor, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que essas empresas fazem, exatamente?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O grupo Leão&Leão até, se não me falha a memória, dois anos atrás, atuava na área de concreto, era um fornecedor de concreto, era uma fábrica de tubos, realizava obras de infra-estrutura rodoviária, de saneamento básico, fazia coleta de lixo e tem uma participação majoritária numa concessionária de rodovias, que se chama Triângulo do Sol Auto-Estradas, que opera na região de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E as atribuições do senhor nessa empresa, exatamente?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No grupo Leão&Leão?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu fui diretor de planejamento de 1999 a 2000. Em 2001, eu fui Diretor Administrativo Financeiro. Em 2002 eu fui Presidente do ramo ambiental da empresa de lixo e, de 2003 a março de 2004, eu fui Vice-Presidente da empresa, tendo também sido membro do Conselho de Administração da Empresa e do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto-Estradas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Leão&Leão teve contratos com a Prefeitura de Ribeirão Preto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim, sempre teve, historicamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nas gestões do Ministro, inclusive?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nas gestões do Ministro Palocci e em todas as outras.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual foi o papel do senhor na feitura desse contrato? O senhor concorreu para isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Na época eu não atuava na área comercial, atuava só na área administrativa financeira, portanto era uma atuação eminentemente interna.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já disse que o grupo Leão&Leão doou recursos para essas campanhas políticas. O senhor tem idéia de quanto, para quem, nas últimas campanhas? Para não falar toda a história.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que a última campanha que acompanhei foi a de 2000. Acho

que houve uma doação de, se não me engano, R$100 mil para o candidato a prefeito Palocci; de R$60 mil, se não me engano, para o candidato Morandini do PFL; houve doações menores, de R$10 mil, de R$20 mil, na cidade de Araraquara; e pequenas doações para vereadores. É do que mais me recordo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela lembrança do senhor agora, acho que o senhor concorreu para isso. Não é?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu era Diretor Administrativo Financeiro. Eu tinha obrigação de saber porque era eu quem autorizava a confecção dos cheques. E não se trata de uma atividade rotineira na empresa. E mesmo, Senador – perdão –, caso eu tenha concorrido para fazer doações oficiais, eu acho que eu estava agindo dentro da legalidade do sistema eleitoral brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Leão&Leão tinha algum envolvimento com jogos, sorteios?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em nenhuma capital do País?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, em nenhuma capital.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª poderia falar sobre o Sr. Wilnei Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Wilnei é engenheiro civil, trabalhou no DER, em São Paulo, até o ponto que sei; trabalhou na Leão e Leão; trabalhou na Construcap, se não me engano; trabalhou na Triângulo do Sol, empresa do grupo Leão&Leão; depois foi presidente da Cohab de Ribeirão Preto, e depois voltou a trabalhar na Leão&Leão, em Ribeirão Preto. É um amigo de trabalho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor teve uma ligação direta com ele, sempre?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu tive uma ligação de trabalho permanente com ele. Principalmente nos últimos dois anos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não conheço, só pela imprensa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como V. Sª conheceu o Sr. Denivaldo Henrique de Almeida Araújo.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca viu esse senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durante os meses de dezembro de 2002, janeiro, fevereiro, março e abril de 2003, houve uma incrível coincidência entre os períodos de hospedagem de V. Sª e o Sr. Henrique Almeida, o Denivaldo Henrique Almeida, no Hotel Blue Tree, de Brasília. Além disso, a Polícia Federal constatou um número significativo de ligações telefônicas havida entre ambos. V. Sª poderia falar sobre isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perdão, Senador. Denivaldo é o Henrique Almeida?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Henrique Almeida eu conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Henrique Almeida, sim. É que o senhor falou Denivaldo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não conhece ele como Denivaldo. O senhor o conhece como Henrique Almeida.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Conheço como professor Henrique; eu o conheci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essas ligações?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele é uma pessoa que me foi apresentada pelo Dr. Enrico Giannelli e que encontrava ele, ocasionalmente, aqui em Brasília ou em São Paulo, porque ele vinha muito até aqui. E ele sempre queria me falar de assuntos vinculados a jogos, a máquinas de jogos, mas não tinha...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que ele tinha essa predileção de conversar com o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele conversava, na verdade, com todo mundo sobre esse assunto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era obsessivo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era uma certa obsessão dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor nunca estimulou a conversa.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, porque eu não tinha nenhum conhecimento desse mercado nem tenho até hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas trataram da renovação do contrato da Caixa com a Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O professor Henrique?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca trataram?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Comigo não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabia que ele, Henrique Almeida, professor Henrique, na época dos seus encontros no Blue Tree, participava do grupo de trabalho criado pela Casa Civil para estudar a regulamentação do jogo do bingo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu não sabia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele nunca lhe disse? Mas ele não fala tanto em jogo do bingo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas nunca me disse que tinha uma comissão feita para isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É estranho.

O senhor poderia relatar as circunstâncias e a data em que conheceu o Sr. Enrico Giannelli?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu conheci o Sr. Enrico Giannelli em São Paulo, num encontro de pessoas que andam de motocicleta. A primeira vez que o encontrei foi assim. Depois, eu o encontrei num hotel em São Paulo, que eu estava hospedado, no São Paulo Plaza se não me engano, Alameda Santos. Aí, ele me apresentou o Henrique Almeida e falou-me da história da Gtech, que trabalhava, que tinha as ações etc.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, desde então, V. Sª tem mantido sempre contato com ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mantive só durante esse período. Depois que me afastei do Grupo Leão&Leão e de todas as atividades profissionais, devo ter-me encontrado uma ou duas vezes com ele; três vezes com ele, já estava trabalhando no SBT, se não me engano.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em seu depoimento na Polícia Federal, V. Sª afirma que ele o convidou para atuar como advogado nas ações cíveis que a Gtech movia contra a Caixa Econômica Federal. O que exatamente o Sr. Giannelli lhe propôs?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Sr. Enrico Giannelli me propôs que eu, de fato, atuasse com ele como advogado nessas ações que envolviam, pelo que ele me falava, os serviços de correspondentes bancários; era o nome. Ele me falou isso, mas, objetivamente, eu não tinha nem condições de tempo para fazer isso nem era necessariamente a minha atividade nessa época.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não aceitou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não aceitei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas correspondentes bancários?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele me falou que eram correspondentes bancários. Não sei que tipo de serviço é esse. Ele me disse que havia uma disputa entre a Caixa e a empresa que ele representava, que era a GTech, relativa a correspondentes bancários.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Correspondente bancário é pagamento das contas, de água, de luz...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A utilização de casa de jogos para isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor seria contratado pela Fisher & Foster, não é?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. Ele me falou que seria uma parceria com o escritório dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor ainda mantém relações com o senhor...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem comerciais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem pessoais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor recebeu algum valor relativo à renovação do contrato da Gtech com a Caixa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Onde e quando se deu o primeiro encontro entre o senhor e Marcelo Rovai?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No hotel Blue Tree Park.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que foi tratado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eles me convidaram para prestar um serviço de intermediação junto à Caixa, para renovação do contrato deles com aquela empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o prestígio do senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O prestígio que eles falaram que eu tinha – isso foi dito – era o fato de que, como eles tinham investigado o meu currículo e conversado com pessoas, sabiam que eu poderia ter ligações que pudessem vir a ajudá-los junto à Caixa Econômica Federal, ligações objetivamente com o Ministro Palocci, visto que, na escala, a Caixa Econômica seria subordinada ao Ministério da Fazenda. Então, eles objetivamente me falaram que eles já tinham tratativas com o Governo que já estava em andamento. Porém, quando o contrato chegou à fase de renovação junto à Caixa, a Caixa teria endurecido a negociação e exigido um desconto maior, que eles não estavam conseguindo reverter. Nesse sentido, eles buscaram saber de mim se eu poderia, se eu tinha canais para fazer lobby no sentido de melhorar esse padrão de renovação do contrato deles junto à Caixa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor tinha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não tinha e disse a eles que não tinha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho, posso fazer uma pergunta?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode, pode.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O depoente afirmou que ninguém queria encostar nele por estar em situação difícil, moralmente, para fazer negócio.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perdão. Após a minha saída. Isso aconteceu antes.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ocorreu em que ano?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em 2004. Mas antes do episódio...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Isso foi no ano passado.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas antes do episódio. Eu disse – na verdade confirmo – que, após a minha ligação com o episódio Waldomiro Diniz, é que, de fato, tive problema de relacionamento. Anteriormente, não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas o senhor já teve que largar a Prefeitura e largar não-sei-o-quê, porque está sempre sendo envolvido em algum inquérito injusto.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu só fui envolvido em um.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Foi o senhor que disse agora mesmo.

Então, pergunto: com todo esse passado, com essa folha corrida que deixa até os amigos e vai procurar outra atividade, por não estar com a imagem boa e estar prejudicando os negócios de quem quer que seja, o senhor vai servir de intermediário num contrato entre uma multinacional que trabalha em 100 países aproximadamente e a Caixa Econômica Federal, que é o banco social brasileiro, tão forte e que exige um critério rígido nesses contratos? Creio que V. Sª, normalmente, não seria a pessoa indicada, salvo se Waldomiro Diniz, que chegou até a ser subchefe da Casa Civil da Presidência da República, V. Sª, que já foi assessor do Ministro Antonio Palocci e toda essa trupe que está aí fazendo todas essas negociatas no País – e hoje estamos saturados de saber quantos fatos acontecem – usavam essa influência, talvez para fazer esses contratos e tentar reduzir ou aumentar o desconto. É como disse o Sr. Marcelo Rovai, da Gtech, que veio aqui depor: "tínhamos medo, porque eles tinham força e influência no poder".

A imagem que fica para nós é essa, porque, para não ser assim, seu depoimento teria que ser muito mais claro. V. Sª foi indicado como consultor para esse projeto, para a renovação desse contrato. E a informação que temos aqui do depoente é que V. Sª pediu R$6 milhões para poder acertar o contrato, o que é um absurdo.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, em primeiro lugar, nunca fui envolvido em tantos inquéritos, como se busca dizer hoje. A bem da verdade, eu fui envolvido num inquérito em 1994, no qual fui absolvido. A outra vez em que fui envolvido nesse tipo de procedimento judicial foi a partir de março de 2004, ou seja, 12 anos depois.

Perdoem-me, mas, a partir de 1994 e 1995 até 2004, eu construí uma carreira que não passou pela política. Construí uma carreira privada, uma carreira na minha empresa. Construí a minha empresa e, depois, fui para uma empresa privada. Construí meu patrimônio trabalhando na empresa privada, tive salários altos. Quando saí da Leão&Leão, ganhava R$45 mil por mês. Tinha uma vida confortável. Eu não posso aceitar como pacífico o fato de V. Exª afirmar que, em 2004, em março, eu era uma pessoa em que não se podia encostar, porque isso não era verdade. Eu era um executivo respeitado, atuava no mercado, fazia a minha empresa render etc. Esse é um dado.

A segunda questão é que o Sr. Marcelo Rovai – e só ele –, até hoje, disse que fui eu que pedi dinheiro para ele. Só ele disse isso até hoje. Nenhum outro elemento comprova. Mais do que isso, com o perdão da palavra, ele afirma que sou indicado pelo Sr. Waldomiro Diniz, que não conheço. Ele diz, às vésperas da renovação do contrato, que eu o tinha achacado e que, para renovar o contrato, eu teria que ser contra-

tado. Ele não me contratou e renovou o contrato. Por último, parece que, agora, eles pagaram R$4 milhões para uma outra empresa.

Eu acho que o Sr. Marcelo Rovai e a Gtech talvez precisassem de um bode expiatório – e acharam um grande bode, porque eu não sou um bode muito pequenininho. Encontraram um "bodão" expiatório para talvez disfarçar a quem eles efetivamente estavam pagando nesse processo. Essa é a minha opinião. Perdão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Sª disse que era um "bodão", porque tinha relacionamento forte com o Governo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Só pelo tamanho, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Só pelo tamanho.

V. Sª aceita uma acareação com a Gtech e com o Sr. Marcelo Rovai?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Aceito. Aceito a qualquer momento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Obrigado.

Está com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantos encontros V. Sª manteve com o Sr. Marcelo Rovai ou com qualquer outro representante da Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mantive dois encontros no mesmo dia com o Sr. Marcelo Rovai, que foi esse às vésperas da assinatura do contrato deles com a Gtech. Depois, eles me procuraram na sede da empresa Leão&Leão em São Paulo. Mas eu não estava lá no dia em que eles foram.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a conversa do dia 9 de abril de 2003? O senhor se lembra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Não se lembra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em 9 de abril, creio que não conversei com o Sr. Marcelo Rovai. Por telefone ou pessoalmente?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por telefone.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Por telefone, sim. Por telefone, existe. É que o senhor perguntou encontro, né?

Por telefone, sim. Ele me ligou uma vez, não sei se foi no dia nove de abril, para dizer que o contrato tinha sido renovado, não da forma que ele queria; que ele tinha sido obrigado a dar o desconto, que ele tinha assinado o contrato, que o prazo máximo do contrato seria de 25 a 24 meses e eles tinham conseguido só 18 meses. E que, se eu tivesse ainda condição na melhoria desse padrão de renovação, a proposta deles ainda estaria de pé. E teve uma outra ligação que ele me ligou dos Estados Unidos, para falar também coisa semelhante. Aí eu não sei se foi essa de nove de abril.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sinceramente, eu estou em dúvida, porque agora eu estou com a mesma dúvida do Senador Juvêncio da Fonseca. Uma hora, V. Sª diz que não é nada. Outra hora se diz um "bodão". Outra hora, recebe telefonema da Gtech, dando satisfação pela assinatura do contrato. V. Sª está-me provocando pelo menos uma certa dúvida, uma confusão.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Excelência, eu poderia repetir então? Porque isso eu gostaria que ficasse claro aos senhores, em respeito a todos. Até o meu envolvimento no caso da Gtech, em março de 2004, ou seja, no dia 13 de março, quando a revista **Época** publicou a partir do depoimento do Marcelo Rovai, eu não me considero, eu não me considero e não era uma figura que as pessoas não gostariam de encostar. Eu não era essa pessoa. Eu era um executivo de sucesso, trabalhava, tinha toda uma atividade profissional respeitada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Passou a ser agora?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Passei a ser a partir desse momento. A partir desse momento, eu passei a ser uma pessoa aonde é melhor não ter contato com ele. Portanto, o Sr. Marcelo Rovai e a Gtech me procuraram porque entenderam que eu poderia melhorar o padrão de negociação que eles tinham junto à Caixa Econômica Federal. Isso foi o que eles me disseram. Eles me apresentaram uma planilha que me falava que eu poderia ganhar de 500 mil a 16 milhões, a depender do padrão de renovação do contrato. Ou seja, se o Marcelo Rovai fala uma coisa, isso é o que ele me falou. E, se ele estiver aqui, eu vou falar que ele me falou isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, por favor, esclareça-me que melhora de padrão era essa.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Melhora de padrão objetivamente: eles me falaram que eles queriam diminuir o desconto que eles estavam sendo obrigados a dar para a Caixa e chegar o prazo até o limite possível, que seria 24 a 25 meses.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Sª tinha poder para isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tinha. Por isso, disse a eles que eu não poderia fazer esse tipo de intermediação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas esse desconto foi concedido?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pelo que eu soube, eles concederam um desconto de 15% na renovação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas diminuiu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor confirma a reunião com os dirigentes da Gtech, na sede da Leão&Leão, no dia 11 de abril?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Confirmo que eles me procuraram na sede da Leão&Leão, e eu não estava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eles foram lá?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foram lá.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não falaram, só fizeram procurar e...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não estiveram com ninguém?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Comigo, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas com...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, estiveram no escritório, eu não estava, eles foram embora.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A respeito dos seis milhões, V. Sª antecipou a resposta, de que eles fizeram a proposta objetiva.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Objetiva.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De que o senhor ganharia seis milhões?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu poderia ganhar de 500 mil a 16 milhões, a depender do prazo da renovação e da diminuição do desconto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor não aceitou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não tinha meios para aceitar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a impressão, então, que o senhor tem desse dirigente da Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Naquele encontro, ele me pareceu um dirigente desesperado, até fazendo citações de que a renovação desse contrato dependia da permanência da empresa no Brasil e na América Latina e que a renovação, em não sendo feita em condições favoráveis, poderia significar para a empresa dele um grande prejuízo. Por isso que ele estava fazendo essa tentativa final.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E eles falaram de outras tentativas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Falaram que já tinham tratativas com o Governo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, eles falaram que iriam contratar o senhor como consultor.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O nome que eles deram é consultor, mas o nome que eu atribuo a essa atividade é lobista.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lobista. Só lobista?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Só lobista.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E indicação do Waldomiro.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E isso eles falaram depois, porque, para mim, eles não falaram nem que o Waldomiro existia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As movimentações financeiras de V. Sª demonstram uma expressiva evolução de 2002 para 2003: no Banco do Brasil, elas quintuplicaram; no Banco Indústria e Comércio S.A, aumentaram quase 150 vezes; no Bradesco, quatro vezes e, no Banespa, duas vezes.

Como V. Sª explica esses saldos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi o período em que tive o maior rendimento, com bônus e com salário da Leão&Leão, que era minha única fonte de rendimento. Eu tinha um salário da ordem de R$45 mil por mês e tínhamos participação nos resultados todo final de ano. Tanto que a minha evolução patrimonial, nesse período, é compatível com esse rendimento que eu tinha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Salário de R$45 mil?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mensais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso em que ano?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O meu último salário foi R$45 mil e, nos últimos três anos, ele era desse padrão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas em que ano esse salário de R$45 mil?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em 2003 e 2004. Em 2002, 2003 e 2004.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os dirigentes da Gtech afirmaram aqui que a sua empresa foi vetada pela matriz nos Estados Unidos e que Waldomiro teria sugerido outro consultor. O senhor sabe quem é esse consultor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Marcelo Aguiar ou Walter Santos Neto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca os viu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando V. Sª conheceu o Sr. Ralf Barquete, qual era seu nível de amizade com ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Conheci o Ralf Barquete em 98, e tínhamos um nível muito intenso de amizade, uma amizade muito forte, pessoal, minha com ele, das famílias, viajávamos juntos e tínhamos uma relação muito intensa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou voltar ao episódio da consultoria. O nome de V. Sª foi levado aos Estados Unidos pela empresa e foi vetado nos Estados Unidos. V. Sª teve conhecimento disso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tive, pela imprensa. A Gtech falou isso à imprensa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eles não lhe deram conhecimento disso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Até porque, Senador, eu não pedi que eles levassem meu nome aos Estados Unidos. Então, eu não esperava nenhuma resposta, não é?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia descrever as principais ocupações do Sr. Ralf Barquete no início da década de 90, até a sua morte, em 2004?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Início da década de 90?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É um período longo: de 1990 até 2004.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sem me prender à cronologia, ele foi Secretário Adjunto de Esportes no Governo do Estado de São Paulo; foi empresário no ramo de informática; era consultor da Cica...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele manteve relações comerciais com o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Nunca.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o grau de parentesco entre Ralf e Wilney Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – São primos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eles ocuparam cargo na Prefeitura de Ribeirão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ocuparam.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De secretários?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Ralf foi Secretário da Fazenda da última gestão do então Prefeito Palocci e o Wilney foi Presidente da Cohab.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe quem indicou o Sr. Ralf Barquete para o cargo de assessor especial da Presidência da Caixa Econômica?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durante os meses de dezembro de 2002 e janeiro, fevereiro, março e abril de 2003 houve um grande número de ligações telefônicas entre V. Sª e o Sr. Ralf Barquete. Sobre o que tratavam em tais ligações?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Como disse, esse período pega um determinado número de ligações. Mas se o sigilo telefônico meu e do Ralf fosse quebrado em outros períodos, a gente sempre teve uma relação muito intensa, muito forte. Nesse período, especificamente, ele estava esperando muito que fosse indicado para algum cargo no Governo Federal. Estava saindo da Prefeitura de Ribeirão Preto, tinha havido lá problemas com o Prefeito que sucedeu o Prefeito Palocci, então nós tratávamos muito disso. E, além disso, ele tratava da angústia dele em não ter sido... Em ter tido a expectativa de que pudesse ocupar um cargo importante e disso não ter acontecido. Além de assuntos pessoais, de viagem, de filhos, de coisas corriqueiras, que nós nos falávamos permanentemente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Apenas entre os dias 12 de fevereiro de 2003 e 15 de abril, foram interceptadas 100 ligações entre V. Sª e o Sr. Ralf Barquete. Era sobre o contrato da Gtech?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Não, não era sobre o contrato da Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em nenhuma ligação dessas?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Acredito que não. Relatei a ele que havia sido procurado pela Gtech, relatei a ele o que havia acontecido. Então, eventualmente, numa dessas conversas, a gente possa ter falado desse assunto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era o intermediário na direção da Caixa

Econômica de seus interesses na renovação do contrato com a Gtech?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Não, não era, até porque o Ralf havia entrado na Caixa há 15 dias, 20 dias anteriores à renovação do contrato, e numa posição que não lhe permitia acesso a esse tipo de negociação. Era o que ele me dizia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o professor Enrico, como o senhor fala, conhecia o Sr. Ralf Barquete?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Acredito que não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rovai afirmou que, quando estavam negociando o valor e a forma de pagamento pelos seus serviços, V. Sª informou que iria conversar com o seu pessoal, para saber se eles concordavam. Quem era esse seu pessoal?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – É mentira do Sr. Marcelo Rovai.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É mentira?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – É mentira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem pessoal?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Pessoal para tratar esse tipo de assunto eu não tenho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ralf Barket será que não fazia parte?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Não, não fazia, até porque a posição do Ralf na Caixa não permitia que ele tivesse qualquer tipo de posição de destaque num assunto dessa magnitude.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, depois de 100 ligações, pode-se inferir que ele fazia parte do seu pessoal, ou não? Cem ligações num curto período.

O SR. ROGÉRIO BURATTI – O Ralf era meu amigo. Agora, eu não tinha pessoal, como diz o Sr. Marcelo Rovai, para tratar do assunto que ele havia trazido a mim. É mentira dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem foi que indicou o senhor? Foi o Sr. Waldomiro Diniz mesmo que indicou o senhor à Gtech?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Não conheço o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem o senhor acha que foi tão generoso com o senhor?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Eu acho que a indicação pode ter sido do Enrico Giannelli para a Gtech, que pode ter falado de mim para a Gtech – eu acho. Porque a marcação da reunião veio através do Enrico Giannelli. Eles não ligaram do nada. Veio através do Enrico Giannelli.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E Marcelo Franzini fazia parte desse pessoal?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Marcelo Franzini era um executivo do Grupo Leão&Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não estava interessado no contrato?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Não, o Marcelo Franzini não tinha nenhuma relação com qualquer atividade que não fosse vinculada ao Grupo Leão&Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves, e concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Buratti, tivemos na última oitiva aqui uma manifestação explícita de acusação à honra de V. Sª por parte do diretor e ex-diretor presidente da Gtech do Brasil, o Sr. Marcelo Rovai e o Sr. Antônio Carlos. A acusação direta foi de que V. Sª tentou extorqui-los, fez parte de um conluio para ser lobista deles junto à renovação do contrato junto à Caixa Econômica. O senhor deve ter sido informado devidamente sobre isso. Eu gostaria de um comentário seu a respeito das acusações tão claras e tão diretas à honra de V. Sª.

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Primeiramente, Senador, reafirmo que as acusações feitas pelos executivos da Gtech a mim são mentirosas e aponto três incoerências importantes no que a Gtech fala em relação a mim. Primeira incoerência, eu não poderia ter sido indicado por Waldomiro Diniz, primeiro porque não conheço o Waldomiro Diniz; a quebra do meu sigilo telefônico, bancário e fiscal demonstra que não existe sequer uma ligação minha com o Sr. Waldomiro Diniz. O Sr. Waldomiro Diniz está sendo investigado desde a época do escândalo, teve suas agendas, etc., etc., apreendidas, e não há nenhuma alusão dos negócios de Waldomiro Diniz com a minha pessoa. E não poderia haver mesmo. Não conheço o Waldomiro Diniz. Não sei quem é. Só o conheço pela imprensa.

A segunda contradição é que os membros da Gtech afirmam, de maneira teatral, que eu, que eu, que a condição para a renovação do contrato – a condição, senhores, não estou falando que era um quesito –, a condição para a assinatura do contrato era a minha contratação como consultor. Dias depois eles assinam o contrato sem me contratar. Ou seja, a condição, a utilização do termo "condição" me parece no mínimo mentirosa, porque se era uma condição e eles renovaram o contrato sem que essa "condição"

se realizasse me parece que não é correta que ela era uma condição.

E a terceira contradição é que eles me afirmaram que já tinham tratativas com o Governo e que essas tratativas já estavam em andamento. Não citaram na conversa comigo nenhuma vez o nome de Waldomiro Diniz, nenhuma vez sequer o nome de Waldomiro Diniz. E não posso deixar de destacar que me surpreendi positivamente ao descobrir que eles fizeram um pagamento de R$4 milhões no período da renovação do contrato a uma empresa que não a BBS, que não a BBS.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Que empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – À MM, que está noticiada na imprensa. Não sei se o pagamento à MM diz respeito a isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu lhe pergunto, porque o que se conseguiu deduzir do andamento da CPI sobre a Gtech e que foi colocado de maneira formal por mim na reunião passada é que o prejuízo causada à Caixa por uma evolução de oito anos de relação comercial com a Caixa Econômica Federal do Brasil, sem licitação, gerou um prejuízo da ordem de mais de R$450 milhões, manifestação do próprio Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ. O TCU aponta graves irregularidades.

Então é algo assustador imaginar que esta empresa, a Gtech, possa ter algum tipo de consideração positiva quando causou ao Erário um prejuízo de R$450 milhões.

Eu lhe pergunto: V. Sª tem contato, estabeleceu contato com eles? Porque afirma que foi provocado, convidado a ser consultor lobista da Gtech. V. Sª ouviu ou tem algo a dizer sobre manifestações irregulares, ilegítimas do ponto de vista moral por parte dos diretores da Gtech quando dialogaram consigo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Se eu percebi nos diálogos com eles?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É, diálogos naturais, eles podem ter dito que funcionavam assim no passado, que financiavam Parlamentares,...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. A única coisa...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – ... que tinha um esquema tal com o Sr. Carlos Cachoeira. O que V. Sª poderia acrescentar à CPI? Oportunidade importante para que se possa...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A única coisa que eu soube por intermédio deles é que eles estavam num processo de setorização de alguns trabalhos deles e que eles estariam negociando com outros grupos a setorização dos serviços deles para alguns Estados, que, se não me engano, era Paraná, alguma coisa assim. Não recordo exatamente, porque não entendia do mercado. Isso eles me falaram.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E não havia na relação Gtech/Caixa Econômica, no entendimento deles, um único caminho de renovação contratual que não fosse da ilegalidade? Eles nunca trataram isso. Como que eles o convidam a ser um lobista e não expõem um interesse de que o caminho não é o caminho da legalidade, porque na ilegalidade eles já estão há oito anos, porque não obedeceram à Lei nº 8.666, que é a Lei das Licitações, que impõem que um movimento de US$100 milhões por ano, mais de US$150 milhões por ano tenha que ter licitação. Eu lhe pergunto: o que eles apontaram como caminho para solução contratual e não licitatória? Aí eles podem ter exposto um pouco da maneira de agir deles na clandestinidade.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eles simplesmente expuseram esse fato de que eles tinham um caminho em andamento junto ao Governo e que existia um projeto deles de setorização do serviço que eles vinham executando, e que essa renovação eles setorizariam em alguns Estados os trabalhos para outras empresas. Não posso, seria leviano eu dizer que dessa afirmação deles significaria que isso seria moeda para renovação do contrato, mas também se pode entender que poderia ser. Agora eu não posso afirmar isso porque a afirmação foi só dessa forma.

Fizeram menção de que a empresa sempre teve nos seus quadros pessoas que tinham ascensão política. Aí não estavam comparando a mim, evidentemente, para não entrar na antiga polêmica, mas falaram que o falecido Senador José Richa tinha sido membro do conselho de administração dele, evidentemente em momentos em que ele não estava no governo, e falavam que eles sempre necessitavam dessas relações. Simplesmente isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Um dos Parlamentares que representavam os interesses deles no campo político, não citaram, em nenhum momento, essas conversas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso eles não me falaram. Não citaram.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eles afirmam que houve essa tentativa de extorsão e chantagem de V. Sª e houve um impasse, uma relação conflituosa intensa entre o dia 1º e o dia 08 de abril, quando houve a solução contratual deles. Eu lhe pergunto: o que eles foram fazer após esse período no escritório da Leão&Leão conversando com V. Sª? Porque eles afirmaram uma coisa e eu gostaria de ouvir da sua parte o que eles foram fazer na reunião consigo.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não tive a reunião com eles...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas eles afirmam que tiveram.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas eu tive a ligação deles depois, na qual eles me falaram que a renovação havia acontecido, mas que as condições da renovação não eram tão favoráveis porque pretendiam 24 a 25 meses e tinham obtido apenas 18 ou 19 meses, e que esses cinco meses significaria uma perda de 'x' reais para eles e que eles tinham interesse de saber se era possível a reversão disso. Só isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E não foram levar documentos como informam?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. A mim, não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pegar documentos desfazendo a relação contratual de *lobby*?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não; não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não foram. Eles afirmaram isso aqui.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não foram em momento algum.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Quantas vezes o senhor falou com o Sr. Marcelo Rovai, com o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha e quantas vezes com o Sr. Enrico Giannelli?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha, nunca conversei com ele. Nunca estive com ele.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E o Sr. Marcelo Rovai?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Sr. Marcelo Rovai devo ter estado com ele duas vezes e, depois, falei ao telefone acredito que três ou quatro vezes.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E a proposta de consultoria da Gtech para o senhor foi em que termos financeiros? Quanto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eles me apresentaram uma tabela; como eles diziam que eles já estavam com a negociação com o Governo encaminhada, mas que a Caixa estava sendo dura, eles propunham uma negociação onde quanto maior o prazo de renovação eu pudesse intermediar e menor o desconto, tinha uma grade de remuneração. O pior cenário era R$500 mil o melhor cenário era algo em torno de R$16 milhões, ou seja, a negociação com menor desconto e maior prazo dava a maior remuneração. E vinha nessa escala.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eles afirmaram aqui que V. Sª em conluio com Waldomiro Diniz fizeram uma proposta de R$6 milhões a eles para a intermediação.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É mentira deles.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não é verdade. O senhor conhece a MM Consultoria?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não conheço. Só pela imprensa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Sr. Walter Santos Neto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não conheço.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Sr. Marcelo Coelho de Aguiar?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não conheço.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Por que o Sr. Marcelo Rovai lhe telefonou em meados de abril para dizer que o contrato havia sido assinado? O interesse dele nisso qual foi?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não posso dizer qual foi. Essa ligação foi a que ele fez dos Estados Unidos para mim. Ligou, disse que o contrato tinha sido assinado etc., e que as coisas estavam andando bem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E nunca lhe pagou nada?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nunca me pagou nada.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – A Gtech nunca pagou nada?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Porque fica muito difícil entender. Eles lhe acusam de tentativa de extorsão e chantagem, V. Sª os acusa de mentira; diz que eles é que lhe fizeram uma proposta financeira. Há uma fase de conflito em que eles dizem que preteriram... que o conflito se deu por eles terem preterido o seu *lobby*. Após o contrato assinado, eles vão ao escritório da Leão&Leão e, após esse período, ainda lhe telefonam dos Estados Unidos. Como é essa relação? Quem fez o que nessa relação? O senhor pode acrescentar alguma coisa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, além do que eu já disse, não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O senhor nunca teve contatos no Ministério da Fazenda, tentando influenciar relações de políticas públicas no Brasil, de venda de serviços de empresas, de compra de serviços por parte do Governo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mesmo com alguém que tenha sido da sua amizade, como V. Sª disse aqui, o chefe do Gabinete do Ministro Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mesmo. Eu estive no Ministério da Fazenda oficialmente com a diretoria do Grupo Leão&Leão em uma visita de cortesia ao Ministro e estive também quando os sócios portugueses do Grupo Somague, que é sócio da Leão&Leão, esteve também em uma visita protocolar ao Ministro com os seus presidentes de Portugal. Eu estive algumas vezes no Ministério da Fazenda com o Juscelino, que é meu compadre, mas simplesmente como cortesia, sem nenhuma outra atividade objetiva. Na verdade, essa minha afirmativa é comprovada pela inexistência no Grupo Leão&Leão de nenhuma vantagem obtida a partir das relações com o Governo Federal.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Se o senhor pudesse emitir uma opinião agora sobre a relação Gtech/Caixa Econômica, oito anos sem licitação em uma política que denota forte tráfico de influência, o senhor diria que é uma empresa que de fato assaltou os cofres públicos nessa relação ou o que o senhor diria?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu diria que... Eu entendo que a Caixa Econômica Federal poderia buscar meios de se livrar dessa dependência extrema que tem de contratos dessa forma. Não acho que seja saudável a nenhuma instituição depender da forma como ela depende para fazer rodar um sistema que envolve tanta gente, que é o sistema de loterias.

Sempre que... eu tomei conhecimento desse assunto só nessa renovação. Não sei o que aconteceu agora, se já venceu o prazo ou não. Mas acredito que se a Caixa Econômica não se preparar para se livrar desse tipo de contratação, seja com a Gtech ou com qualquer outro *player* no mercado, ela vai sempre ficar à mercê de pressões, de chantagens e de encrencas. Agora essa é a opinião de cidadão comum.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O senhor conhece o Sr. Ivan Guimarães?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu que agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, eu estou, Dr. Palocci, deveras intrigado...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Dr. Palocci, não. (Risos.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – É o costume de ver o seu nome e ligar ao Palocci. É quase para nós a mesma coisa...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Com muita honra para mim, Senador...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Para nós também. Mas estou profundamente intrigado e gostaria até que a coisa se esclarecesse a seu favor. Aqui não tem nada contra ninguém. Nós precisamos aqui, nós Senadores de uma CPI, não sermos envolvidos por colocações chulas. Aí é apostar na nossa ignorância e não podemos de forma nenhuma... E não somos, somos Senadores da República.

Note bem, um contrato de altíssimo valor com uma multinacional que atua em 100 países mais ou menos e a Caixa Econômica Federal. O contrato pronto, praticamente para assinar. Nesse instante, surge uma grande dificuldade de assinar o contrato, e vêm as intermediações para que realmente se assine o contrato como se alguma coisa estivesse sendo dificultada para vender dificuldades em favor de algumas facilidades.

Aí surge a figura de V. Sª como consultor para a Gtech, sem a Gtech convidar. Ainda até se tivesse aqui as provas de que a Gtech, conhecendo o Dr. Buratti, sabendo ser um especialista em Caixa Econômica, em loteria, uma consultoria internacional de grande influência, poderia ir atrás de V. Sª. "Vai ser o meu consultor porque esse contrato é muito importante que seja firmado". Mas a Gtech, pelo que informou, não estava atrás de consultor algum; seja o Sr. Waldomiro ou o Sr. Giannelli que tenha indicado o nome de V. Sª o fez matreiramente, procurando dificultar o contrato para vender facilidades.

Essa versão está clara, claríssima. Veja bem, quando V. Sª diz assim: "não conheço Waldomiro Diniz, não tenho relacionamento com ele", mas o contrato estava sendo preparado e a Gtech informou que já tinha uma caminho com o Governo, já tinha um caminho com o Governo. E o Waldomiro Diniz sempre se apresentou para a Gtech, segundo os depoimentos, como um homem de poder, lá no poder central. Tanto assim que a Gtech afirma que teve até dificuldade de falar, não na primeira vez, porque não sabia até que ponto esse poder poderia atrapalhar a sua negociação. Waldomiro. E é ele, segundo a Gtech, que indica o nome de V. Sª. O Giannelli já era advogado da Gtech, já era o advogado da Gtech. Poderia até o Dr. Giannelli lembrar do nome de V. Sª, mas teria que lembrar para a Gtech, e não para ninguém mais.

Mas vêm as dificuldades de assinar o contrato. Seria muito cômodo a V. Sª chegar nesse instante que foi indicado pelo Giannelli, pelo Waldomiro, seja quem for, chegar na Gtech e dizer assim: "Olha, eu não sou especialista, eu não tenho relacionamento nenhum com esse povo. Eu não tenho força para isso!" Mas, como disse o Waldomiro Diniz: "Está tudo encaminhado com o Governo!" Aí vem a grande dúvida, com o Governo.

V. Sª é amigo do Palocci, é amigo do José Dirceu, indicado pelo Waldomiro, quer que nós entendamos o quê? O quê? Qual a outra versão, a não ser um time jogando num rumo só, em busca de uma extorsão à Gtech. Porque, se for diferente, a versão é outra, os personagens seriam outros. O que está fazendo o Waldomiro na Gtech? Por que fala que está sendo encaminhado com o Governo, se o negócio é lá com a Caixa Econômica Federal? Por que esperar a decisão de V. Sª, que não é especialista em contrato nenhum, nesse sentido, e até a sua biografia não é tão recomendável, como V. Sª mesmo disse, de confiabilidade num negócio tão importante como esse? A nós quer nos parecer que também, nesse caso aqui, a verdade está encoberta. E é muito natural que ninguém se entregue. É muito natural que se falte com a verdade, para não se incriminar. Isso é natural. É natural. Mas me permita que a gente coloque dessa maneira para informar que nós raciocinamos também e que álibis aqui têm dificuldade de passar na nossa consciência. Não tem jeito! Não tem jeito!

E outra coisa que me intriga muito: "não tenho, não conheço o Waldomiro Diniz". O Waldomiro Diniz, que é do grupo do Palácio, onde V. Sª tem dois amigos, Palocci e José Dirceu. E Waldomiro o senhor não conhece. Para mim, parece que não é verdadeira essa afirmação de V. Sª. Não pode ser verdadeira. É impossível que seja verdadeira! E é impossível desacreditar também que foi o Waldomiro que indicou o seu nome para a consultoria junto à Gtech. "Vai, porque o Buratti é bom para negócio! Ele pode demover a Gtech aí no sentido de que esse contrato seja assinado com algumas vantagens!", sei lá para quem. Portanto, a minha colocação é essa.

E faço uma pergunta só a V. Sª. Nós, que já estamos saturados de versões absurdas, versões inconsistentes, e, para mim, não adianta acareação, acareação nunca leva vantagem em lugar nenhum. Nunca vi acareação levar vantagem. Leva vantagem, quando um dos acareados é frágil, psicologicamente. Mas as pessoas que são acostumadas com o negócio como V. Sª e como os outros que podem vir aqui para acareação são pessoas frias, calculistas, vão dizer não, não e justificar o porquê. Porque esses fatos de corrupção, de cantada através de extorsão, não se faz com testemunha, fica palavra contra palavra. Mas a pergunta que eu faço e que é importante que V. Sª... porque é simples a pergunta. Podia ser até que muita gente entenda assim: para que essa pergunta tão boba? Mas ela vai representar para nós, no correr deste processo aqui, uma verdade muito grande. V. Sª conhece ou não conhece o Waldomiro Diniz? Teve relacionamento ou não teve com ele alguma vez? Uma só pergunta, porque, se V. Sª mentir, e, lá na frente, nós conseguirmos esse desmentido, vai ficar muito ruim a sua versão aqui perante a CPI.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, essa é a pergunta que eu, como eu tinha falado lá, quando da citação da máfia do lixo e do Delúbio, essa é a pergunta que eu mais gosto de responder. Eu gosto que me perguntem, porque, desde março do ano passado, quando eu fui envolvido nesse episódio, as pessoas evitam fazer essa pergunta, porque sabem qual é a minha resposta. Agradeço pela pergunta. Eu não conheço o Sr. Waldomiro Diniz, nunca tive nenhuma relação com o Sr. Waldomiro Diniz, nunca tinha ouvido falar no Sr. Waldomiro Diniz. Eu estou fora do PT desde 1995, não sei qual a atividade que o Waldomiro desenvolvia no PT nesta época; a partir de 1995, eu estou fora do PT.

Eu não vejo o Deputado José Dirceu há pelo menos... desde que ele foi candidato a Governador do Estado de São Paulo, época em que eu estava no PT e na Prefeitura de Ribeirão Preto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quando?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que foi em 1994 que ele foi candidato a Governador de São Paulo. Ele já era Deputado Federal, acho. Não vejo o Deputado José Dirceu desde aquela época. Encontrava o Ministro Antonio Palocci em ocasiões sociais enquanto morava em Ribeirão Preto; eu o encontrava. Agora estou longe de ser amigo do Ministro Antonio Palocci. Infelizmente, porque ter uma amizade como a do Ministro Antonio Palocci é algo que enriquece o currículo de qualquer pessoa.

Agora, a Gtech me convidou, através do Sr. Enrico Giannelli, para aquela reunião fatídica no Blue Tree, a qual participei.

Mas eu gostaria de fazer uma última colocação, se o senhor me permite. Acho que a versão da Gtech é uma versão que visa a sua beatificação. A Gtech tem uma história que, a gente olhando esses contratos, olhando tudo que aconteceu, vemos que a Gtech pleiteia a sua beatificação. Não podemos imaginar que a Gtech, com essa cara de multinacional séria e etc, ela está há oito anos prestando serviços com contrato precário. Então, eu me sinto muito tranqüilo em afirmar que eles estão mentindo, eu me sinto muito tranqüilo em afirmar que eles precisavam melhorar o padrão de renovação do contrato deles com a Caixa Econômica Federal. Eu me sinto tranqüilo em dizer que me parece que eles precisavam de um bode expiatório, porque a partir do momento em que se quebrar o sigilo, as coisas talvez comecem a aparecer.

No meu sigilo bancário, no meu sigilo fiscal, no meu sigilo telefônico não se encontram vinculações formais e econômicas com Waldomiro Diniz e nem vinculações econômicas com a Gtech. Logo, acho que a Gtech deveria explicar um pouco melhor como é que ela renovou esse contrato, como é que ela foi instigada a contratar um consultor, que seria eu, não contratou um consultor e renovou o contrato.

Senhores, eu sei que estou me defendendo, mas isto para mim é sério demais: "Para renovar o seu contrato, você tem que contratar o Rogério Buratti; eu não contratei o Rogério Buratti, peitei". Mas o meu contrato foi renovado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu posso lhe responder?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pois não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Porque nem a Gtech e nem a Caixa Econômica estavam procurando consultor nenhum. Quem introduziu V. Sª como consultor foi Waldomiro Diniz que o apresentou ao Giannelli...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas eu não conheço o Waldomiro Diniz. E estamos voltando para o início.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Isso é outro assunto.

Então, a afirmativa de V. Sª não corresponde à verdade, não tem lógica, porque se, por acaso, precisasse realmente de um consultor, tudo bem, mas ninguém estava pedindo consultor nenhum. Se pediu, foi o Waldomiro ou o Giannelli, que fez com que, para assinar-se o contrato, precisasse de um consultor, mas a Caixa Econômica não havia pedido isso.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas, Senador, a Gtech afirma que quando estava se dirigindo à Caixa Econômica Federal, para assinar o contrato, recebeu uma ligação dizendo que não era para assinar o contrato. Se isso foi verdade...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não, na outra fase.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, na mesma fase.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Na segunda fase tem uma cláusula que estava em dúvida de que houve realmente... até falei que concordávamos porque houve uma dificuldade e houve um conserto.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas no processo de renovação eles afirmaram que ligaram para mim e que eu disse a eles: "não adianta ir na Caixa que não vai ser assinado". E chega na Caixa não é assinado? Nenhuma pessoa na Caixa Econômica Federal, à exceção do meu amigo Ralf, me conhece e eu tenho relação...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E o seu amigo Giannelli foi quem criou problema para não assinar; foi o seu advogado que, talvez, tenha dito assim: "olha, não assina esse contrato porque está acontecendo isso, isso e isso". O que houve foi um adiamento, senão eles teriam assinado por 25 meses, com 15% de desconto, e não haveria discussão nenhuma sobre prazos, sobre descontos em coisa nenhuma, não. Foi justamente o Giannelli que criou o problema e que adiou a assinatura e apareceu a indicação do seu nome para que pudesse assinar o contrato.

Está tudo muito encaixadinho, muito certo. Estamos aqui é diante de um festival de mentiras que eu não sei de quem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) - Satisfeito, nobre Senador?

O Senador Antonio Carlos Magalhães acaba de chegar e estava como primeiro inscrito, antes do nobre Senador Tião Viana.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Agradeço a V. Exª, porque eu estava na sessão em homenagem ao jornal **O Globo** e era orador oficial. Daí chegar atrasado. Peço desculpas a V. Exª e agradeço a gentileza de V. Exª. Serei breve.

Provavelmente o Relator até já tenha indagado sobre este assunto. Gostaria de saber em que situação o senhor teve entendimento com o Dr. Marcelo sobre problemas da Gtech. Por que V. Sª entrou nesse assunto? Baseado em quê?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O advogado da Gtech à época, Dr. Enrico Giannelli, me fez um contato dizendo que os executivos da Gtech queriam ter uma reunião comigo aqui em Brasília. Eu estive nessa reunião e foi o primeiro contato que tive com o Sr. Marcelo Rovai.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Mas só isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nessa reunião, eles colocaram todo o processo de renovação do contrato deles com a Caixa, disseram que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Mas V. Sª foi por quê? Era um grande advogado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu fui porque imaginei que eles pudessem me oferecer alguma proposta de emprego ou alguma coisa parecida. Não teria por que eu não ir a essa reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Mas V. Sª não disse a ele que ele errou em

aceitar os 15% de abatimento onde o senhor poderia resolver isso por 8%, ficando com 7%?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não disse isso, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Mas ele disse isso aqui.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele mentiu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Ele mentiu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele mentiu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Isso é muito bom para ficar para o Relator. Agora, confesso ao senhor: o senhor é amigo do Ministro Antonio Palocci; é ou não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Trabalhei com o Ministro Palocci até 1994.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) – Quero saber se o senhor é amigo ou não do Ministro Palocci. Trabalhar, eu sei que o senhor trabalhou e até saiu, por alguns problemas que surgiram e que não quero examinar aqui, porque V. Sª já disse que foi absolvido dos problemas de Ribeirão Preto.

Mas, na realidade, fica claro que o senhor entrar em assuntos da Caixa Econômica, sendo amigo - e V. Sª é amigo, não diga que não é porque tenho provas evidentes de que é, do Ministro Palocci -, não foi tráfico de influência que V. Sª quis usar para conseguir o contrato?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Se eu tivesse aceito a proposta da Gtech, recebido o dinheiro que eles me propuseram e interferido na negociação, seria tráfico de influência. Mas eu não aceitei e não obtive nenhum tipo de pagamento ou benefício financeiro na renovação que a Gtech fez junto à Caixa Econômica Federal, sequer tive intervenção na Caixa Econômica Federal para essa renovação.

Portanto, considero que não se configurou, nesse caso, o tráfico de influência que, em tese, seria se esses dados tivessem acontecido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Quer dizer, V. Sª teve reuniões, segundo o Sr. Marcelo, e ficou de tratar os assuntos na Caixa Econômica; V. Sª nunca tratou esse assunto na Caixa Econômica?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) - Olha que tem depoimentos aqui que dizem o contrário.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu nunca tratei esses assuntos, e é mentira do Sr. Marcelo Rovai que eu fiquei de tratar assuntos, porque eu não tinha nenhuma condição de tratar desses assuntos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, ele disse que não aceitou a sua proposta dos 7% para o senhor e 8% de bonificação, em vez de 15%, que foi dado. Seis milhões. Então, aí o Relator está com um problema para descobrir onde está a verdade.

De modo que eu confesso que, para mim, ficou – não tenho conhecimento com o senhor de maneira que não posso também garantir que eu esteja certo –, mas para mim, na minha inteligência, ficou que V. Exª quis usar sua amizade com o Palocci para tratar dos assuntos da Gtech na Caixa Econômica.

Tomara que não tenha sido isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de conceder a palavra a V. Exª, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu só queria tirar uma dúvida, em função desse fato. O senhor conhece o advogado Enrico Giannelli? O senhor sabe por que ele não quer vir depor nesta CPI?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não? O senhor, como amigo dele, não poderia solicitar, pedir a ele para vir, não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Posso solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode? Nós vamos agradecer ao senhor.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Faz muito tempo que eu não converso com ele, mas eu posso solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe se ele conhece o Sr. Waldomiro Diniz, o senhor Enrico?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei. Não sei se conhece.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está bem.

Tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Buratti, ilustre advogado, Sr. Relator... Sr. Buratti, só para descontrair um pouquinho a nossa reunião, o senhor, que tem falado muito aí em bode, em "bodão", o senhor está sentado do lado de um homem que costuma transformar bode em buchada, viu? Então, é bom que o senhor se acautele, porque a coisa pode ficar preta...

Como o Senador Juvêncio da Fonseca, eu também tenho uma dúvida profunda. Apesar de o senhor ter desmentido, já por várias vezes, e ter dito aqui

que não conhece ou não conheceu o Sr. Waldomiro, olhe que coisa estranha: o Sr. Waldomiro... O último ano que o senhor afirma que manteve contato com o Deputado José Dirceu, o senhor citou aqui 1994, ano em que o Deputado José Dirceu era Deputado Federal e foi candidato, segundo o senhor, ao Governo do Estado de São Paulo; não é isso?

Pelo que me consta, o Deputado José Dirceu tinha como hóspede, no seu apartamento aqui em Brasília, enquanto era Deputado Federal, o Sr. Waldomiro, que eu chamo hoje em dia de "Waldomiro Dirceu", o qual o senhor afirma que não conhecia. O senhor participou da campanha do Deputado José Dirceu, o senhor foi assessor dele enquanto ele foi Deputado Estadual. Pelo que a gente sabe, o Sr. Waldomiro vem desse mesmo período, também sempre acompanhando o Deputado José Dirceu. Não tenho razão para imaginar que ele não tenha participado da campanha do Deputado José Dirceu, ou para Deputado ou para o Governo do Estado.

O senhor sabe, Sr. Buratti, eu fico tentado... E aqui vou lhe dizer uma coisa. Olhe, a Gtech, através dos seus ex-representantes, vieram aqui a esta Comissão, achando que a gente tem o nariz furado ao contrário, passar a idéia de que, na face da terra, apenas eles e a Madre Teresa de Calcutá são livres de qualquer suspeita. Eu digo ao senhor, sem preconceito: empresas como Gtech – aqui eu não quero generalizar, mas também me dou o direito de entender que empresas como Gtech, que aqui...

O senhor sabe, Sr. Presidente: uma das coisas que está patente aqui nesta Comissão é talvez a necessidade de encaminharmos ao Ministério Público elementos para que ele examine a possibilidade de oferecer uma denúncia desse contrato da Gtech com a Caixa Econômica. Acho que precisamos pensar nessa possibilidade, porque entendo que, por tudo o que já foi dito aqui, esse contrato está absolutamente viciado. Então, é necessário que o Ministério Público volte-se a analisar esse contrato, e, se for o caso, valendo-se dos mecanismos necessários para a denúncia do contrato, porque não resta mais a menor dúvida de que ele é lesivo aos interesses da própria Caixa Econômica e do País.

Estava dizendo, Sr. Buratti, que não engoli a história da Gtech, porque empresas que têm como atitude em relação ao nosso País e a países da América Latina... Repito: não estou generalizando, mas, no caso específico da Gtech, dou-me o direito de considerar que a postura dessa empresa, de seus dirigentes em relação ao nosso País é a postura de quem vem para cá para pilhar. É atitude de empresas que confundem a capital do Brasil com Buenos Aires. É atitude de empresas que já saem de lá e se instalam no nosso País com a concepção de que o Brasil é o campeão da corrupção e de que aqui tudo se resolve na base da propina, do achaque, de se impor às autoridades, seja de que nível forem, os seus interesses.

A Gtech chegou ao cúmulo, do alto da sua arrogância, de querer impor - e conseguiu – o que a Caixa Econômica deveria contratar e como ela deveria contratar. A empresa que tem essa postura não pode chegar aqui e tentar me convencer de que, igual à Madre Teresa de Calcutá, é insuspeita nesse ramo dos bastidores dos negócios.

Estamos diante de um grande dilema. Não tenho dúvida e até estou tirando aqui uma outra possibilidade: a de que a Gtech não ia se valer de uma única tentativa de colocar alguém no circuito. Já estou crendo que a Gtech se valeu de mais de um esquema.

O senhor está dizendo que ela lhe procurou, e ela disse aqui que o senhor a procurou. Não vou nem entrar no mérito, porque já estou concluindo que a assinatura desse contrato - que são oito anos, como o senhor mesmo disse, de contrato precário, envolvendo cifras astronômicas - foi um negócio inacreditável. Estou aqui tentando admitir outras possibilidades. Admito até que a Gtech tenha lhe procurado. Não duvido disso não. Não duvido do que o senhor acabou de dizer. O único ponto frágil da sua sustentação aqui é que não sei por que o senhor insiste em negar o seu relacionamento com o Sr. "Waldomiro Dirceu". É muito difícil admitirmos, existindo uma figura como o Sr. José Dirceu, que se relacionava tanto com o senhor quanto com o Sr. Waldomiro Diniz, é um negócio inacreditável imaginarmos que, em algum momento, vocês não tivessem se cruzado. Mas fique com a sua versão.

Admito até que a Gtech tenha se valido, por outras vias, do contato com o "Waldomiro Dirceu" para procurar alternativas no que diz respeito à intermediação do negócio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT - MS) – Senador Geraldo, concede-me um pequeno aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Com certeza.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT - MS) – Tanto assim que a Gtech conseguiu o monopólio; com o contrato, conseguiu o monopólio. E, muito antes de convite para Buratti ou para quem quer que seja, ela já estava com o contrato pronto, monopolizado, evitou a licitação fatiada do serviço, unificou todo o serviço, que é o que ela pretendia, alcançou esse resultado, e ainda se dispensou a licitação, para depois entrar a figura do Dr. Buratti para consultoria. Era uma complementação dos trabalhos! Aí acho uma coisa bem complicada.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor estava falando há pouco, mas não anotei aqui com precisão, de que lhe surpreendeu ou que não lhe causou surpresa alguma que a Gtech, pouco tempo depois de firmar a renovação do contrato, ter pago R$4 milhões a uma empresa. Qual o nome da empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – MM.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – MM. O Sr. tem alguma relação com essas pessoas da MM?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, só conheci pela reportagem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Foi depois de o senhor ter dito isso que comecei a construir aqui, na minha precária cabeça, a possibilidade de a Gtech ter se valido de várias alternativas. Admito até que existam outras, que não sejam ainda do nosso conhecimento - mas serão: que além do Buratti, além da MM, que além do "Waldomiro Dirceu", além de outras pessoas, a Gtech tenha se valido de outros esquemas, porque acho que uma empresa poderosa como essa, Senador Juvêncio da Fonseca - V. Exª há de convir -, não poderia se colocar numa situação de fragilidade. Eles chegam aqui arrotando mesmo arrogância. E a tendência deles é criarem ambiente em que não há menor possibilidade de eles terem insucesso... *(falha na gravação)*. Então, não duvido.

Olhe, Sr. Buratti, não sei quais as razões que levam o senhor a insistir, apesar das evidências, no seu desconhecimento do Sr. Waldomiro, porque acho que, admitido isso, nós matávamos aqui essa questão. Na verdade, não tenho nem pergunta a lhe fazer. Queria somente fazer essa análise da conjuntura que cerca todos esses fatos e sugerir a esta Comissão, a partir do eminente Sr. Presidente, diligente Presidente desta Comissão, que reunamos os elementos relacionados à assinatura da renovação desse contrato pela Gtech, para encaminharmos ao Ministério Público Federal a sugestão de que, com mais profundidade ainda, examine mais uma vez esta questão, com o objetivo de identificar os vícios que já começam a aparecer de forma bem delineada e valer-se dos mecanismos que levem à denúncia do contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal.

Era só isso, Sr. Presidente, que queria deixar aqui registrado.

E, mais uma vez, cutucar a consciência do Sr. Buratti e apontar para ele: olhe, o único ponto falho de sua participação nesta Comissão é exatamente aquele ponto que deixa todos em dúvida com relação a tudo o mais que o senhor nos traz. Admitido esse fato, que é uma coisa muito difícil de admitirmos, tudo o mais ganha consistência, tudo o mais, pelo menos na minha cabeça, flui com a maior facilidade. Mas, já que o senhor insiste em negá-lo, vamos adiante com a sua inquirição, a partir de outro companheiro".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu que agradeço a V. Exª. Concedo a palavra ao nobre Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Rogério Buratti, em sua apresentação inicial, o senhor afirmou que foi alvo de investigações em uma CPI e dela foi inocentado. As investigações da CPI tinham relação com as denúncias do Ministério Público de que V. Sª teria recebido vultosas quantias em razão de intermediação de contratos da empresa de lixo Leão&Leão com as prefeituras municipais paulistas. Em sua avaliação, por que o senhor foi vítima dessas investigações?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Essa investigação que mencionei em minha fala inicial diz respeito ao período em que eu estava ainda na Prefeitura de Ribeirão Preto, em 1994 Foi divulgada uma gravação de uma conversa minha com um prestador de serviços, em que se falava de um suposto esquema de distribuição de obras. Não se falava em dinheiro, em quantias, nem nada, só de colocação da empresa no mercado local. E isso, sem dúvida nenhuma, causou um constrangimento à minha função, à minha atividade e se restringiu ao ano de 1994.

A história das vultosas quantias é uma história recente. A partir da divulgação do episódio do Waldomiro Diniz e do meu envolvimento nele, o Ministério Público Estadual, em Ribeirão Preto, começou a investigar esse caso, buscando na minha empresa, nas minhas coisas elementos que pudessem determinar que eu teria recebido vultosas quantias em razão de contratos ilícitos, ilegais, etc., mas é uma investigação que ainda está em curso.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - Quer dizer que esse negócio de lixo é uma galinha de ouro para os empresários, os ovos de ouro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Lixo é um serviço bom para os empresários, sem dúvida nenhuma.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - Em que época se deu a operação de busca e apreensão que a polícia realizou em sua residência, em Ribeirão Preto? V. Sª confirma essa ocorrência? Em sua avaliação, por que a polícia realizou uma operação dessa natureza?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A justificativa do pedido de busca e apreensão na minha residência, feita pelos procuradores, pelos promoto-

res, era de que eu estaria envolvido num esquema da empresa Leão&Leão de fraudar a licitação na cidade de Sertãozinho. A licitação na cidade de Sertãozinho, vizinha de Ribeirão Preto, ocorreu em junho do ano passado, julho do ano passado, 2004. Eles invadiram a minha residência em setembro. E eu deixei a Leão&Leão formalmente, com rescisão contratual, em 31 de março de 2004.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - Essa licitação era dirigida a lixo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era uma licitação relativa a lixo.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - A imprensa divulgou que seus advogados ingressaram com uma petição para recuperar US$4.350 e US$4.400 apreendidos no cofre, em operação de busca e apreensão. V. Sª poderia explicar a razão de ter um cofre em casa e guardar nele tanto dinheiro em espécie? Que outros bens e objetos foram apreendidos em sua residência? V. Sª os recuperou? Que justificativas a polícia apresentou para realizar essa operação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em primeiro lugar, os dólares que eu tinha em meu poder, em minha casa, faziam parte da minha declaração de imposto de renda do ano anterior. Em viagens ao exterior, em viagens a trabalho, eu recebia recursos da empresa para fazer as despesas. Eu fazia as despesas no cartão de crédito, pagava em real e guardava os dólares. Por que eu guardava os dólares? Eu tinha declarado na minha declaração de imposto de renda U$6 mil em espécie, e tinha US$4 mil, porque eu tenho um filho de 17 anos que, este ano, está fazendo intercâmbio fora do Brasil. Esse dinheiro era para pagar o intercâmbio dele. Os valores em reais eram valores que eu tinha em casa em função de despesas da casa. Na minha declaração de imposto de renda, eu tinha declarado que eu terminei o ano de 2003 com R$27 mil guardados. E eu tinha R$3 mil em dinheiro naquele dia em que eles foram na minha casa.

Além disso, Senador, tinha em meu poder - que não está declarado em lugar nenhum - cerca de R$7 mil de cheques, que era pagamento da empresa de confecção que eu prestava serviços em Belo Horizonte. Ela me pagava com cheques de terceiros, cheques pré-datados, que também não foram devolvidos até agora e que possivelmente vão perder a validade.

Além disso, foram apreendidas todas as minhas declarações de imposto de renda, todos os meus documentos pessoais, o computador da minha mulher à época, a carteira profissional do funcionário que trabalhava em casa, e coisas desse gênero.

Por que eu tinha cofre? Um cofre que tinha na minha casa era um cofre que tinha na Leão&Leão. Era um cofre grande que a Leão&Leão tinha mandado para a minha casa, quando eu saí de lá. Tanto que o cofre que foi aberto estava vazio. E o outro cofre, perdão, que se falava que tinha são aqueles cofres eletrônicos, para você guardar coisas de pequeno valor no quarto.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - Esses valores foram recuperados? Por sinal, eu os considero irrisórios também, para que a polícia tivesse apreendido US$4 mil, R$4 mil, etc.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Lamentavelmente ainda não foram. Eu solicitei a devolução, mas até agora eles não fizeram a devolução, nem do computador, nem dos bens, de nada.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - Quantos contratos V. Sª conseguiu celebrar com prefeituras durante a sua gestão de Vice-Presidente do Grupo Leão&Leão? Com quais prefeituras? Quando esses contratos foram iniciados, aproximadamente? Esses contratos continuam em vigor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Veja, a Leão&Leão, à época em que eu atuei no grupo, prestava serviços para órgãos públicos. Na verdade, ela tinha 40% do seu faturamento em órgãos públicos e 60% em empresas privadas. Eu não era um diretor comercial que fechava contratos. Eu era um diretor administrativo; administrava os contratos do ponto de vista do faturamento, do recebimento, das despesas que os contratos geravam. Eu não saberia precisar quantos contratos a empresa tinha à época; mas ela tinha uma política de ter menos contratos, para ter contratos um pouco mais rentáveis do que ter uma série de contratos pulverizados. Talvez quinze, vinte, contratos a empresa tinha, quando eu estava lá.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - V. Sª confirma haver deixado o cargo da Prefeitura de Ribeirão Preto em 1994? Por quê? Depois de inocentado das acusações da CPI, o senhor não retornou ao seu cargo na Prefeitura de Ribeirão Preto; o senhor perdeu a confiança do Prefeito, o Sr. Antonio Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque eu não fui convidado a retornar. Se eu fosse convidado, talvez eu retornaria.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - A imprensa **Folha de S.Paulo** divulgou que o patrimônio pessoal de V. Sª teria aumentado de R$13 mil, em 1994, para pelo menos R$1,4 milhão. O senhor confirma essa informação? Como o senhor explica essa evolução tão drástica e tão rápida?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em primeiro lugar, estamos falando de um período de doze, de dez anos, em que o aumento do meu patrimônio foi concentrado no período de 1998 a 2004. O período em que fui ser executivo da empresa Leão&Leão e

tive um ganho, um aumento salarial, um aumento na minha renda muito grande. E hoje o meu patrimônio, apesar de falarem em R$1,4 milhão, R$2 milhões, R$3 milhões, o patrimônio que eu tenho no meu imposto de renda, declarado este ano, se eu não me engano, é algo em torno de R$800 mil reais e não R$1 milhão. E eu não considero, para uma pessoa que teve renda em dois anos na ordem de R$800 milhões, que um acréscimo patrimonial da forma que ele ocorreu seja irregular ou digno de qualquer tipo de dúvida. Tanto que as minhas declarações de imposto de renda todas foram processadas, à exceção da última, evidentemente, que eu entreguei agora e não houve questionamento por parte da Receita Federal.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) - O senhor confirma ainda que é proprietário de uma fazenda de 68 alqueires, com 158 cabeças de gado e 52 mil pés de café, no Município de Pedregulho?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu fui arrendatário dessa fazenda no ano passado. Ela consta no meu Imposto de Renda desta forma. A renda dela consta no meu Imposto de Renda dessa forma e eu desfiz o arrendamento em função de que o administrador da fazenda e meu cunhado faleceu num acidente de automóvel em setembro passado e ele era o gestor da fazenda. Então, nós desfizemos o arrendamento.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Então esses bens não eram de sua propriedade, eram arrendatários?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Essa fazenda era arrendada.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sobre o caso da Gtech, eu acho, Sr. Presidente, que só podemos chegar a uma deliberação, a uma opinião formada, se houver uma acareação. Porque a Gtech informa aqui que foi procurada pelo Sr. Buratti. O Sr. Buratti disse que foi procurado pela Gtech e que ele tinha pedido uma quantia exorbitante à Gtech para trabalhar para que o contrato fosse assinado. A Gtech disse, aqui, que de maneira alguma concordou em dar dinheiro e nem deu dinheiro. Agora, porque também a Gtech, depois, liga para o Sr. Buratti dizendo que o contrato foi realizado. Que ligação é essa, então? Isso aí fica no ar. Só uma acareação entre os dois pode decifrar esse enigma. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª. É mais um subsídio que V. Exª dá ao nosso relator.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns. V. Exª tem a palavra, nobre Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Obrigado.

Em relação à sugestão de acareação, eu não sei. Eu acho que outro dia nós tivemos uma experiência bem sucedida aqui – eu diria – entre o Dr. Soares e aquele outro empresário, que na verdade tinha negócios também no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul e fez a proposta de extorsão para o Dr. Soares.

Mas eu acho que o que o Dr. Juvêncio, inclusive, colocou antes, eu também concordo com o Senador. Se as pessoas estiverem muitas vezes bem-orientadas e demonstrando um certo tipo de personalidade bem-estruturada maquiavelicamente, muitas vezes é difícil, através da acareação, saber a que isso pode conduzir. De qualquer forma, é uma alternativa que sem dúvida pode ser buscada pela Comissão também.

Muitas perguntas já foram feitas. Os esclarecimentos, na verdade, não foram prestados como nós gostaríamos que tivessem sido, mas, de qualquer forma, eu ainda gostaria, sim, de ter uma idéia melhor de alguns aspectos.

O senhor trabalhou na administração do Ministro Palocci quando Prefeito de Ribeirão Preto, no período de 1993 e 1994, nesses dois anos.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato, 1993 e 1994.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E aí houve o problema de... O que aconteceu exatamente naquela época?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Houve uma gravação de uma conversa minha com um prestador de serviço que indicava que existia um conluio para distribuição de obras.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A gravação foi feita pelo senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi feita por mim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Foi feita pelo senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Por que foi feita pelo senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque, à época, aquele empresário estava... havia uma suspeita de que aquele empresário estaria preparando alguma coisa de ruim para a administração. Fiz esse ato, que eu acho que foi um ato reprovável, não deveria ter feito. Essa fita foi roubada do meu gabinete por pessoas do próprio PT e foi divulgada. E ao ser divulgada, é evidente que se configurou um escândalo na esfera municipal, que fez com que eu me afastasse.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O senhor fez essa gravação só com este empresário?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Só com este empresário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Outras pessoas tinham conhecimento que o senhor estava fazendo essa gravação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não era para extorsão do empresário?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Até porque a gravação, no limite, serviria – como serviu – para me prejudicar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Aí o atual ministro e ex-prefeito demitiu o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu pedi exoneração. Mas é só uma questão de quem fez o ato primeiro. Ele me demitiria, sem dúvida nenhuma.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E na seqüência, pelo que o senhor falou, o senhor assessorou o Deputado João Paulo Cunha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na seqüência, fui assessor parlamentar do Deputado João Paulo Cunha aqui na Câmara Federal, durante 6 meses.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em que ano isso aconteceu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em 2005.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perdão. Em 1995.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em 1995. Mas ele não era Deputado Federal à época? Já era Deputado Federal?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era. Foi o primeiro mandato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agora, o senhor mencionou 6 meses, mas, antes, o senhor falou que voltou a assessorá-lo no ano de 2000, após sair de Ribeirão Preto ou entendi errado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Falei o ano errado. Era 1989, quando ele foi líder do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer antes de o senhor assumir em Ribeirão Preto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Antes de eu ir para Ribeirão Preto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor era secretário de qual Secretaria?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Secretário Parlamentar da Liderança.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na liderança, mas, em Ribeirão Preto, era...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Secretaria de Governo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Secretaria de Governo. E o que o senhor fazia nos anos de 2002 e 2003?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu trabalhava na Leão & Leão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na Leão & Leão, nesses dois anos onde também foi feita a proposta para o senhor através da Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, isso foi em 2003.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor saiu quando da Leão & Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em março de 2004.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Março de 2004. Isso que foi levantado por outros Senadores de que o senhor teria saído da Leão & Leão para ser assessor da Gtech é realidade ou não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não é, até porque, quando eu saí da Leão & Leão foi em virtude do escândalo que envolveu meu nome no caso da Gtech. Então, não teria sentido eu trabalhar na Gtech a partir daí.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nesse ano de 2004, no caso. E o senhor, então, nega que tenha havido essa oferta e essa aceitação da sua parte por parte da empresa Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Houve a oferta e não houve a aceitação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A oferta que o senhor coloca, houve oferta legal no sentido de que em função de resultados obtidos o senhor teria uma participação caso tivesse sucesso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E por que o senhor acha que eles o procuraram? Já fizeram essa pergunta, mas eu também não entendo por que uma pessoa como o senhor seria procurada e teria tido uma proposta tão vantajosa, que variaria de R$500 mil a R$16 milhões de reais? Quer dizer, qual é o poder que a Gtech via na figura do senhor para fazer uma proposta de até R$16 milhões de reais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eles achavam que eu poderia interferir positivamente na renovação do contrato diretamente com o Ministro Palocci ou na Caixa Econômica Federal.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor se sentiu lisonjeado com isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não me senti lisonjeado nem nada. Simplesmente disse que eu não tinha condições de prestar esse tipo de serviço.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor, então, não recebeu e eles não pagaram?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não aceitei e, em seguida, eles renovaram o contrato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Renovaram o contrato com a Caixa Econômica?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Isso foi em que ano e em que mês?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi em março de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Março de 2003. O senhor estava desempregado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu estava na Leão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor estava na Leão & Leão nessa época?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Estava.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não interferiu em nada no processo da Gtech com a Caixa Econômica?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não interferiu em nada?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em nada.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E porque houve tantos contatos entre o senhor, a Gtech e o pessoal da Caixa nesse mesmo período? O que o senhor estava fazendo nesses contatos todos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Os contatos da Gtech comigo foram no sentido de discutir se eu poderia ou não interferir nesse contrato, e foram concentrados nesse período de renovação contratual. Com o pessoal da Caixa, na verdade, só havia contato com o Ralf, que era uma pessoa do meu relacionamento pessoal. Não havia contatos com outras figuras da Caixa Econômica Federal.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o que o senhor discutia com o Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Com o Ralf, eu conversava sobre todas as coisas. Ele era meu amigo, amigo íntimo. Tratávamos de assuntos familiares, jogos, passeios, todas as questões. Era um amigo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque o Relator inclusive disse que entre 13 de fevereiro e 15 de abril, de acordo com o Relator, foram 100 telefonemas para o Ralf. Conversavam tanto assim?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Conversávamos muito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De acordo com ele.

De acordo com as minhas informações, para telefonemas com menos de dez segundos, foram 552 chamadas.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que, se esse período for estendido, ele vai se mostrar igual em todos os períodos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor fazia alguma outra coisa além de telefonar para o Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Além de telefonar para o Ralf, eu trabalhava.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Trabalhava? Porque, de 552 chamadas, seriam 30 por dia para o Ralf, e o Ralf era a pessoa da Caixa Econômica direcionada para essa questão. Então, o senhor não falou desse contrato com a Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Falei, falei sim, comentei que tinha estado...disse ao Relator que comentei com ele que tinha estado com a Gtech, o que a Gtech falou, e ele me relatou o que sabia de dentro da Caixa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas em quantos telefonemas o senhor comentou, em um telefonema ou em vários telefonemas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Com essa quantidade de telefonemas, certamente foi em vários.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Apesar de o senhor não estar sendo pago e a Gtech não estar pagando?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Entre os dias 7 e 9 de abril, portanto, o contrato foi assinado no dia 8, o senhor falou bastante com Marcelo Rovai também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não me recordo. Me recordo de ter falado uma ou duas vezes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque tenho aqui as anotações de que o senhor ligou quatro vezes para o Rovai, e o Rovai ligou quatro vezes para o senhor. Então, foram oito telefonemas em dois dias, entre o dia 7 e o dia 9 de abril.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Quando eu fui depor na Polícia Federal, Senador, o delegado responsável pelo inquérito me apresentou uma planilha de chamadas, onde eu admito chamadas, mas onde alguns telefones de origem não são telefones que eu reconheça como meus. Eu admito que teve quatro, quem sabe, entre Marcelo Rovai e eu nesse período, e até disse ao delegado que tem telefones que eu não reconheço como de minha utilização.

É evidente que nós não estamos falando de 500 para 10, estamos falando de 4 para 15.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não acha estranho um telefonema da Gtech para o senhor, como o senhor mencionou anteriormente, dizendo que eles tinham uma preocupação de que o contrato havia sido assinado por 18 meses e não por 24, o que poderia ser feito para alterar isso. O senhor não tinha nenhuma relação a não ser pessoal? Por que as pessoas procurariam o senhor para pedir esse tipo de orientação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não são as pessoas, Senador, é a Gtech.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, a Gtech. Por que a Gtech telefonou para o senhor, dizendo que o contrato havia sido assinado, mas, de acordo com o senhor, com a sua fala anterior, dizendo da preocupação, do descontentamento deles de que havia sido assinado para 18 meses e não para 24 e que...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque eles insistiram se eu poderia ou não prestar serviço a eles como lobista. Eles insistiam.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Apesar de já terem assinado, já tinham assinado.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Apesar de já terem assinado, porque o que eles diziam é que o contrato tinha sido renovado por 18 meses, podendo ser estendido. E, aí, pelos que eles falam, os valores de seis meses desse contrato não são valores insignificantes. Eles insistiam nisso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Existem suspeitas, não existem certezas naturalmente, de que a MM Consultoria serviu como laranja para passar dinheiro para o senhor. Isso seria verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não é verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não é verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não é verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Afirma categoricamente?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Afirmo categoricamente que não é verdade. E tenho tranqüilidade porque, pelo que li, os senhores também transferiram o sigilo da MM para cá. Então, eu afirmo, com toda segurança, que a MM não me repassou nenhum dinheiro, até porque eu não sei quem são os donos e que empresa é essa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Às vezes me parece que o senhor não fica indignado quando a gente fala isso. Porque se alguém me dissesse que eu recebi dinheiro através de laranjas, eu ficaria altamente indignado. E não sinto essa indignação em sua voz também.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu tenho que ter uma postura respeitosa agora com os senhores, mas tenho afirmado categoricamente que são mentiras da Gtech, que a Gtech quer ser beatificada, que eu não recebi dinheiro da Gtech, não recebi dinheiro da MM, não conheço a MM, não conheço Waldomiro Diniz.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não está tentando ser beatificado também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu sei que não serei beatificado, nem busco a beatificação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nem o senhor nem a Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A Gtech que responda por ela, Senador. Eu respondo por mim. A Gtech é uma empresa que tem de responder pelas mentiras que está lançando em função da renovação que eles fizeram e da precariedade dos contratos deles junto à Caixa Econômica Federal. Respondo pelos meus atos e pelo que aconteceu, do meu ponto de vista.

Não recebi dinheiro da Gtech. Recebi uma proposta da Gtech para fazer *lobby* para eles, eles renovaram o contrato sem me contratar e agora pagaram quatro milhões para uma terceira empresa, cujo sigilo, se for quebrado, e o meu, não há ligação deles comigo. Estou seguro disso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Muito bem.

Na verdade, é difícil falar. A minha impressão, Sr. Presidente e Sr. Relator, é a de que está havendo a mesma coisa que aconteceu com o depoimento do Sr. Antônio Lino e do Dr. Marcelo Rovai. Na verdade, na minha ótica também, o depoimento deles, particularmente o do Sr. Antônio Lino, quando foi indagado em relação aos negócios da Gtech – a falta de licitação, a compra da Racimec, a constituição da Racimec, eu diria os desmandos, quer dizer, o favorecimento, no meu ponto de vista, que aconteceu na época, na Caixa Econômica Federal em relação a essa transferência de licitação, que impedia que uma empresa estrangeira se habilitasse para aquela licitação, aquela maquiagem que ocorreu em relação às duas empresas, a Racimec e a outra, que, na verdade, eram constituídas dos mesmos sócios, com percentuais diferentes –, o Presidente não se lembrava de nada daquilo, não sabia o que havia acontecido, apesar de ele ser membro do conselho de administração, na época, e também de ter sido designado presidente, eu diria que a mesma coisa, na minha ótica, está acontecendo hoje. Eu não posso acreditar, no meu ponto de vista, que o Sr. Buratti esteja faltando com a verdade, quando não consegue justificar essa quantidade de telefonemas.

Espero que, na seqüência, possamos esclarecer esses fatos todos, para ver realmente onde a verdade se encontra, ao mesmo tempo com fatos dos quais ele

não se lembra, apesar de ter vendido uma empresa, de se ter perguntado para quem foi vendida, por quanto foi vendida, o que foi dito naquelas conversas a que o Sr. Relator se referiu.

Então, eu diria que é um depoimento que está faltando com a verdade, que não está favorecendo e contribuindo para a busca da verdade.

Esperamos, na seqüência, esclarecer vários dos pontos de vista para que essa situação toda, das casas de bingo, dos jogos, do contrato da Gtech, do envolvimento do Sr. Waldomiro Diniz, como outros Senadores já perguntaram, que isso tudo fique claro.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desculpem-me a saída, mas compareci a outra CPI. Hoje as três estão funcionando. A bateria já está fraquejando!

Eu gostaria que V. Sª me esclarecesse, inicialmente, se puder, a sua entrada na vida política e qual era realmente o seu papel em Ribeirão Preto, se o ex-prefeito e hoje Ministro Palocci o levou de Brasília para lá para ser Secretário de Governo.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele me convidou, e eu estava em São Paulo. Sou de São Paulo.

Entrei no PT em 1980, 81 e, em 1987, fui trabalhar na Assembléia Legislativa. Fui membro do Diretório...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em São Paulo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em São Paulo. Diretório Estadual do PT, da Executiva Estadual e, em 1992, fui, pela Executiva Estadual do PT, ajudar na coordenação da campanha do então candidato a prefeito, que era o Deputado Estadual Antonio Palocci.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor foi o coordenador de campanha. Participou da parte financeira da campanha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu participava da elaboração do programa de televisão. Eu e uma outra pessoa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quem era o diretor de finanças da campanha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que, naquela época, era o Ademirson Areovaldo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** O senhor já o citou aqui. Ele é quem cobria as suas despesas de trabalho?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. O PT estadual cobria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** O PT, direto?

O SR ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. Porque eu recebia uma parte do meu salário pelo PT.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A prestação de contas junto ao Tribunal foi conta do PT ou da campanha do Ministro Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Das minhas despesas, eu prestava contas ao PT, porque eu era membro da Executiva.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas, e as despesas geral da campanha? Digo isso porque alguns fatos que estão surgindo, que, normalmente, ao invés de fazerem contas do candidato, fizeram contas pelo Partido.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não me recordo, mas acho que foi do candidato, naquela eleição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Do candidato.

O senhor ficou lá até a gravação que o senhor mesmo fez. Foi com o Marcelo?

O SR. **ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Foi com um empresário de Volta Redonda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tinha nada a ver com o Marcelo Rovai, da Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse de Volta Redonda era a respeito...?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele buscava participar das licitação de obras de asfaltamento na cidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De lá, quando o senhor saiu, foi para a Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Quando eu saí de lá eu trabalhei seis meses aqui, no gabinete do Deputado Federal João Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tinha um bom prestígio no PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu era bem conhecido no PT de São Paulo. Mas, no caso do João Paulo especificamente, eu iniciei a minha militância em Osasco. Então, eu conheci o João Paulo de Osasco. Eu trabalhei seis meses. Até porque, quando eu saí da prefeitura, eu fiquei sem renda e montei a empresa Assessorarte, e nela eu fiquei – eu saí aqui da Câmara, em meados de 1995 – até 1997.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Essa fita a que o senhor se referiu, que foi furtada do seu gabinete, é a do diretor de uma empresa em Volta Redonda? É uma siderurgia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. É uma empresa de obras; é uma empreiteira.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De obras, uma empreiteira.

A sua ligação mais forte era com empresas de construção?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu era Secretário de Governo, então, eu mantinha uma relação com todas as empresas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor era o Secretário de Governo e não de obras.

O SR ROGÉRIO TADEU BURATTI – É; não de obras.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor foi demitido quando estourou o caso da Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. De Ribeirão Preto? Da Prefeitura?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ou foi da Leão?

O SR ROGÉRIO TADEU BURATTI – Da prefeitura?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) –É.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi quando estourou esse caso da fita, em 1994.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas o que dizia a fita para chegar ao ponto de o senhor ser demitido, já que era o homem de confiança do Ministro Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Falava das licitações que aconteceriam.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor deu corda...?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu dei corda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) –...ou estava concordando com...?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu dei corda. A fita foi um erro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) –O senhor deu corda e se enforcou.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E me enforquei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque quem dá muita corda e não tem objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem cópia dessa fita?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele diz que ela foi furtada. Eu acho estranho – desculpe-me –, que essa fita tenha sido furtada.

Mas como ela explodiu? Alguém a entregou para a imprensa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, entregou para a imprensa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Dr. Marcelo Rovai, quando aqui esteve aí sentado, ele fez acusações muito fortes sobre a tentativa de extorsão que o senhor praticou, tentou por duas vezes contra ele – não sei se o Relator já o questionou sobre isso. Mas, se o senhor não se importar em repetir. A primeira foi a possibilidade de o senhor favorecer e, depois, quando eles assinaram o contrato, o senhor teria dito que eles não precisavam ter dado o desconto, porque aquilo poderia ter ficado com o senhor e com eles, parte a parte, e que daria uma boa renda a ambos. É o que está no depoimento dele aqui. O senhor confirma isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. É mentira dele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor faria uma acareação com ele na hora em que precisar?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na hora que precisar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor prometeu aqui.

Está hoje, na **Folha de S.Paulo,** que o assessor do ex-ministro José Dirceu, Marcelo Sereno, fez ligações com Waldomiro Diniz e com o senhor. Tem fundamento para a questão dos Bingos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu não conheço o Marcelo Sereno também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não fez nenhuma ligação com o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se houver a quebra de sigilo, pode aparecer. Não há necessidade de o senhor mentir.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Disso eu tenho segurança.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo. Nunca ouviu, nem no PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu saí do PT em 1995.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Waldomiro Diniz, também não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Também não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Lá, em Ribeirão, o senhor participou de... Como o senhor era Secretário de Governo, o senhor controlava os Vereadores da Câmara para ter uma base de apoio ao então Prefeito Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não tinha essa. O Palocci, à época, ele havia sido Vereador. Então, a relação com os vereadores era muito... era realizada por ele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor nunca teve nenhuma reunião com vereadores para acertar algum projeto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. Tive de apresentação de projeto, quando levavam o orçamento à Câmara, eu ia debater o orçamento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas relação pessoal para ajuda, para votação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nenhuma vez.

No encontro que o senhor teve com o pessoal da Gtech, ou em algum telefonema, por acaso alguém ou o senhor mesmo citou a força que teria com o Ministro da Fazenda, Dr. Palocci, que está aí, com a Caixa Econômica subordinada a ele, e poderia favorecer a renovação de contrato? Alguém citou isso, o nome do Ministro Palocci nas discussões, ou eles o procuraram em razão da sua ligação com o Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eles me procuraram em razão da ligação, eles falaram da ligação, e eu...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Falaram do Ministro Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Falaram do Ministro Palocci.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que o senhor poderia ter acesso e conseguir...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor podia, mais ou menos, declinar qual tipo de conversa foi, com a citação do nome do Sr. Ministro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No início da conversa, quando eles apresentavam a empresa, apresentavam o contrato e apresentavam a necessidade de renovação, eles falavam que eles estavam tendo tratativas com o Governo e estavam andando de maneira positiva, mas que, no entanto, tinha havido problemas na Caixa, porque a Caixa estava sendo extremamente dura na negociação do contrato, principalmente em relação ao desconto e também em relação ao prazo. Disseram que o primeiro prazo que tinham falado para eles era de doze meses, e eles precisavam de vinte e quatro etc. E aí eles falaram que tinham conhecido... através do Henrique, tinham chegado a mim e que sabiam que eu tinha relações de amizade e tinha trabalhado com o Ministro Palocci.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E poderia influenciar na decisão da Caixa, sob pressão do Ministro Palocci.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nesse sentido, pedindo que, se eu pudesse, fazer qualquer tipo de intervenção junto à Caixa e junto ao Ministro Palocci.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o senhor aí se recusou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu disse que não podia fazer essa intervenção porque, primeiro, minha relação com o Ministro Palocci, ela existiu, ela existe, conheço ele, ele sabe quem eu sou, eu sei quem ele é, podemos nos falar, mas eu não tinha nenhuma intimidade recente com o Ministro que me possibilitasse tratar desse assunto com ele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não houve nenhum mal-estar depois da sua saída? Entre o senhor e ele a amizade continuou a mesma?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, depois da minha saída, eu nunca mais vi o Ministro Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Permita-me só uma colocação. Mas V. Sª disse para nós aqui até como seriam pagos os seus honorários se fosse aceita a Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato, eles falaram isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. E V. Sª colocou... Quando V. Sª fala assim: "Não aceito esse contrato, não tenho competência, não tenho condições de chegar lá", como é que ainda faz uma formulação de pagamento de honorários?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Senador Romeu Tuma me perguntou como tinha sido a citação do Ministro Palocci. Eu citei esse período da conversa, só que a conversa não se resumiu a isso. Eles, na tentativa de fazer com que eu pudesse me entusiasmar com o trabalho, aí falaram da remuneração, falaram da grade de remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem! A contradição está explicitada por V. Sª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, só para terminar. Eu falei com o Procurador de Justiça de Ribeirão Preto, que está com o inquérito, e eu pergunto: o senhor foi indiciado no inquérito em Ribeirão ou só foi ouvido como testemunha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, ainda nem fui ouvido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não foi ouvido ainda, mas é suspeito para indiciamento.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso. Eles dizem que sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já chegaram a intimar o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ainda não. Faz um ano e meio que estou esperando para prestar esclarecimento, e eles não chamam.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O presidente Luiz Cláudio Leão, o senhor conhece, né?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Conheço. Trabalhei com ele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – No depoimento que ele fez, segundo o procurador – a quem agradeço, o Dr. Sebastião, que foi muito gentil –, ele declarou que o senhor, ao pedir desligamento da empresa Leão, alegou que ia assessorar a Gtech. Ele também mentiu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não conheço a declaração dele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, isso eu estou falando para o senhor.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E não é ...quando eu saí da Leão&Leão, saí em 31 de março. Estava no auge do escândalo que envolvia Waldomiro Diniz e que me envolvia na Gtech. Seria, no mínimo, estranho pensar que a Gtech me contrataria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele diz que o senhor alegou isso.

Agora, Sr. Presidente, em razão disso... O Dr. Sebastião preparou toda a documentação, inclusive o inquérito, colocou à nossa disposição, e estou requerendo, se V. Exª concordar, que oficie para que ele, imediatamente, remeta ao nosso Relator tudo o que diga respeito à investigação de problemas que envolveram a empresa Leão em corrupção com prefeituras da região e chegando ao nome do Sr. Buratti.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e solicito que o requerimento seja apresentado, para que possamos submetê-lo à votação.

Antes, comunico aos senhores membros que ainda teremos mais uma oitiva, que é a do Sr. José Luiz do Amaral Quintães.

Gostaria de fazer duas perguntas a V. Sª antes de encerrar.

A Leão&Leão teve alguma transação comercial com a MM no tempo em que o senhor fez parte?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No tempo em que eu fiz parte, que eu conheça, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E com o Sr. Marcos Valério?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Que eu conheça, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece o Sr. Marcos Valério.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca esteve com o Sr. Marcos Valério?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nunca estive.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem voltado... faz tempo que voltou a Ribeirão Preto, ou esteve lá recentemente?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Estive lá na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esteve na prefeitura?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não esteve não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Estive, estive no Poupa-Tempo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Onde?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No negócio do Governo de Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem ligações com o Governo de São Paulo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não, existe um balcão de atendimento geral, que se chama Poupa-Tempo, em São Paulo. Fui lá resolver a documentação de um carro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esta pergunta foi feita, e eu estava desatento. O Sr. Wilney Barquete, o senhor conhece?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi sócio do senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E era o quê?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele era executivo da Leão&Leão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tinha uma aproximação com ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Como colega de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas freqüentava os mesmos ambientes dele, festivos, residência, coisas dessa natureza, a do senhor, a dele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Saía com ele para ir para festas em finais de semana?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca saiu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Só vinculados ao trabalho mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só trabalho e mais nada, né? E ao senhor... Ele era o quê do Sr. Ralf Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Primo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Primo. O senhor conhecia os dois?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Conhecia os dois.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Teve oportunidade de conversar os dois ao mesmo tempo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Teve, né?

Agora, o Relator fez aqui uma pergunta a V. Sª: que, entre o dia 12 de fevereiro e 15 de abril, se não me engano... São 60 dias. Não, são mais de 60, porque o mês de fevereiro não tem 30 dias. Então, o senhor fez 99 ligações, sem considerar as ligações abaixo de 10 segundos, nem as repetidas. Significa que o senhor fez, em média, quase duas ligações por dia para o Sr. Barquete. E qual era o assunto tratado, de tanto interesse, já que o senhor era amigo do Sr. Ralf Barquete, era amigo do Sr. Wilney Barquete, que trabalhava na mesma empresa que o senhor? De que tratava esse assunto? Para tanto telefonema, em apenas...e foi no período da renovação do contrato da Gtech, e o Sr. Ralf Barquete, o senhor sabe que trabalhava na Caixa Econômica.

Então, o senhor ligava... Essas ligações que o senhor fez não tinham nada a ver com a Gtech, não tinham nada a ver com esse assunto? Era o quê exatamente?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Diversas conversas, variados assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como por exemplo? Que conversas? Se o senhor faz 99 ligações, o senhor se lembra. Pelo menos me dê dez assuntos sobre os quais o senhor falava com ele.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele falava sobre o trabalho dele na Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o que interessava ao senhor esse trabalho na Caixa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele era meu amigo particular.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor prestava alguma consultoria a ele na Caixa para ele tratar desse assunto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor tinha interesse na Caixa para ele tratar desse assunto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tinha. Eu tratava com ele...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o senhor era uma espécie de ouvidor dele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E ele era uma espécie de ouvidor meu também. Jogávamos tênis juntos, almoçávamos juntos, as famílias se encontravam nos finais de semana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – O senhor acabou de dizer que não havia encontro de família...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, com o Ralf tinha; falei que não tinha com Wilney. Com o Wilney não tinha; com o Ralf tinha.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor é padrinho de algum filho dele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Do Ralf?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele era padrinho de algum filho do senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E tinha essa amizade toda para 99 telefonemas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim, e se estender o sigilo a outros períodos, vão verificar que essa relação existia em todos os períodos e não só nesse.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não com essa freqüência...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Também com essa freqüência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou solicitar a quebra do sigilo antes desse período para que possamos ver se existia essa freqüência. Peço à Assessoria, inclusive, que faça requerimento nesse sentido, relativo a todo o período da Leão&Leão.

Outra pergunta que eu queria fazer ao senhor. O Sr. Marcelo Rovai disse aqui que manteve pouquíssimos contatos com V. Sª. É verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No entanto, analisando o seu sigilo telefônico, constata-se que foram, pelo menos, nove ligações. O senhor poderia explicar melhor o que trataram nessas nove ligações?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nessas nove ligações ele tentou me convencer a prestar o serviço que ele havia me solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor não se convenceu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não prestei o serviço que ele solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor Ralf aconselhou o senhor a não aceitar?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Me aconselhou a não aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, ele tratou de assuntos da Gtech com o senhor. O senhor falou que não tinha...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acabou de dizer que não tratou desses assuntos, que tratou de assuntos da Caixa.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu disse que falei com o Ralf... Eu disse, respondendo à pergunta de um dos senadores...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas exatamente agora perguntei se, nesses 99 telefonemas, o senhor tratou de assunto da Gtech, e o senhor disse que não. E eu lhe pergunto agora se o Sr. Ralf aconselhou o senhor a não aceitar consultoria – seria lobista, operador junto à Gtech e à Caixa Econômica – e V. Sª disse que ele aconselhou. Então, V. Sª está em contradição.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não estou. O que vale é isto: eu perguntei qual era o assunto da Gtech ao Ralf. Ele me explicou e falou que era melhor não entrar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o Sr. Ralf, coitado, já não está vivo para comprovar, não é? Mas ele achava que a empresa Gtech – vou usar aqui um termo entre aspas, que não é meu, seria do senhor ou do próprio Ralf – era uma empresa mau caráter? Ele falou alguma vez que o senhor não entrasse... Qual foi o motivo alegado por ele para o senhor não aceitar trabalhar para a Gtech? Qual foi o motivo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O motivo principal é que eu não tinha condição de interferir da forma que a Gtech queria que eu interferisse.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E a Gtech queria...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Queria que eu fizesse um **lobby** para melhorar o padrão de renovação do contrato deles junto à Caixa Econômica para que eles tivessem um menor desconto e um maior prazo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. O senhor disse que conhecia o Sr. Enrico Giannelli, não é?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No início da CPI dos Correios apareceu uma história de que o Sr. Valério gostava de comprar cavalos, e quem compra cavalos deve ter amigos que usam cavalos, não é? O senhor gosta de motos, não é?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Gosto... Gostava.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Gostava?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Vendi a moto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vendeu já? Vendeu quando?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Vendi em fevereiro deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor andava de moto com o Sr. Enrico Giannelli? Ele gostava...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Andamos uma ou duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi? Só os dois?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. Com várias pessoas que andam de moto em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o senhor, no círculo de motocicletas, é bem relacionado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. Eu tive moto por um ano e meio só. Quando eu comprei essa última moto, eu tinha um salário que justificava comprar uma moto como aquela. A partir do momento...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual era a moto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era uma Harley Davidson. A partir do momento em que deixei de ter aquele salário, vendi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor declarou aqui que essa moto tinha o preço de sessenta mil reais.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso, financiado. Dei uma moto que eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aqui não diz que é financiado.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim, se o senhor for nas dívidas e ônus reais ela aparece.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vendo aqui o seu sigilo, o senhor vendeu um terreno em Ribeirão Preto, não é isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No condomínio Village...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E caros esses terrenos, não é?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era uma casa em um condomínio

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – R$950 mil.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Interessante. O senhor não declarou esse dinheiro. Está aqui. Na sua discriminação da declaração de bens e direitos, o senhor não declarou este dinheiro: R$950 mil. E é interessante, o senhor tinha, nesse mesmo período, como patrimônio, R$1,076 milhão. Vendeu um terreno por R$950 mil e houve um decréscimo no seu patrimônio para R$793 mil, quer dizer, menos do que o valor do terreno. Como é que o senhor explica isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque na verdade esse terreno já estava declarado no meu imposto do ano anterior em R$480 mil. Eu concluí as obras da casa ao longo do ano, vendi a casa ao longo do ano e fiz frente às minhas despesas. E comprei uma...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não declarou.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Está declarado no mesmo ano a saída dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não entrou. Na realidade, a gleba de terra que o senhor fala...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na movimentação patrimonial está declarada. Ao vender o terreno e a casa, comprei a gleba de terra e fiz frente às outras despesas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor vendeu outras coisas nesse mesmo ano.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Vendi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vendeu. O senhor vendeu, por exemplo, um automóvel Toyota que valia R$57.300,00. O senhor ainda vendeu uma motocicleta que o senhor tinha, uma Kawasaki, por R$24.500,00 declarados. O senhor também vendeu uma camionete Nissan no valor de R$67.300,00. E o senhor vendeu também... Bem, aqui, um automóvel Santana que estava declarado por R$29.910,00. Bom, veja que o senhor não colocou isso na sua declaração. A Receita Federal, naquela história que faz muitas vezes por amostragem, a de V. Sª não fez amostragem.

Eu tenho um requerimento que deve ser apresentado e vou colocar à análise das Srªs e dos Srs. Senadores, de que... Sr. Relator...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Só uma questão sobre isso. A movimentação patrimonial ocorrida na minha declaração de Imposto de Renda deste ano se dá fundamentalmente porque eu perdi a minha renda. E não tenho a necessidade de declarar a venda. Eu declaro a venda quando ela sai do meu patrimônio. Ela não entra como uma receita, a não ser que haja lucro imobiliário ou lucro na venda e na aquisição. Por isso que não existe um local na declaração do Imposto de Renda onde entra esse dinheiro, porque esse dinheiro é a movimentação do conjunto do meu patrimônio. Boa parte desse dinheiro, que é decréscimo, foi consumida ao longo do ano por mim e pela minha família.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Tenho dois requerimentos que vou propor, mas agradeço a V. Sª. Antes vou ouvir o Senador e vamos ter que solicitar da Receita Federal uma auditoria fiscal nas contas de V. Sª e de sua esposa, Srª Elza Gonçalves Siqueira Buratti*, para que possamos analisar esse desencontro que existe na sua prestação de contas. De minha parte, agradeço a V. Sª.

Escuto V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, tenho ainda duas perguntas. Quero perguntar a V. Sª... No dia 08/04, dia da assinatura do contrato entre a Caixa Econômica e a Gtech, o senhor se comunicou durante... fez dez ligações para o Sr. Ralf Barquete, durante todo o dia da assinatura do contrato. V. Sª tratou de que nessas ligações? Foi o dia da assinatura do contrato.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Especificamente sobre o tema das conversas desse dia eu não posso afirmar. Nós tínhamos, como eu já disse, um contato permanente sobre vários assuntos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não tratou do contrato?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No dia da assinatura, com certeza, não tratamos, porque eu nem sabia que o contrato teria sido assinado no dia 8. Eu soube da assinatura do contrato pelo Sr. Marcelo Rovai(*), que me ligou dizendo que o contrato teria sido assinado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas se, pelo menos, fosse uma ligação, mas foram dez! E não se falou nesse contrato?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sobre esse assunto nada foi tratado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nesse dia 8, com certeza não, porque eu não sabia da assinatura do contrato no dia 8. Soube da assinatura do contrato pelo Sr. Marcelo Rovai na ligação que ele me fez no dia 9.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Ralf Barquete, assessor da Caixa Econômica, também não sabia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não posso responder. Talvez, ele soubesse. Apesar de que não era a área dele na Caixa, eventualmente, ele poderia saber.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa pergunta já foi feita, mas é para efeito de nosso trabalho de relatoria. A Gtech procurou V. Sª pensando encontrar alguém de prestígio junto ao Governo. V. Sª negou peremptoriamente esse prestígio. Por que a Gtech continuou a procurá-lo e chegou, inclusive, a avisá-lo da assinatura do contrato, conforme V. Sª acabou dizer?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque a Gtech insistia para que eu aceitasse o trabalho de *lobby*, para melhorar o padrão de renovação do contrato deles com a Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que a Gtech estava convencida de que o senhor tinha um grande prestígio para melhorar o padrão do contrato?

O SR. ROGÉRIO BURATTI – Aparentemente, estava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mais uma vez, obrigado ao depoente e ao Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, V. Exª mencionou que o depoente assinou um documento dizendo que iria falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeitamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quando a pessoa se recusa a falar a verdade...É lógico, até o Ministro Velloso, hoje cedo ou ontem, na entrevista sobre os políticos, usou a expressão "cara-de-pau", referindo-se a alguns políticos, e disse que a legislação precisa ser alterada para captar problemas que ocorrem na prestação de contas. Ficou evidente, em todo o depoimento, que, ou a pessoa não está falando a verdade, ou está omitindo a verdade. Isso está mais do que claro, particularmente nessas últimas questões levantadas pelo Sr. Relator. Que esse ponto de vista fique claramente registrado diante do documento assinado pelo Sr. Buratti de que, na minha ótica, e certamente na de outros Senadores, pela manifestação que tiveram, S. Sª não está relatando a verdade. É impossível que alguém, no dia da celebração de um contrato de milhões de reais, telefone dez vezes para a pessoa que o está assessorando na Caixa Econômica Federal, e não se lembre, como não se lembrou de outras coisas no decorrer do depoimento, sobre o que tratou naquele dia. Eu diria, repetindo o Ministro Velloso, não sei se foi essa expressão – vi na entrevista dele hoje também, mas não me lembro – é sem dúvida alguma um desrespeito, um acinte e, na verdade, um testemunho mentiroso para a Comissão, mentiroso. Então, quero que fique registrado esse ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fica registrado, e o Sr. Buratti pode usar da palavra.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Gostaria de falar ao Senador Arns que eu falei a verdade, assinei o termo de compromisso e disse a verdade. Se o julgamento dos Srs. Senadores ou do Sr. Senador é o de que a Gtech falou a verdade, é uma questão de julgamento. Agora, eu falei a verdade. O que aconteceu comigo foi o que relatei aqui e afirmo novamente: a Gtech está mentindo. Eu falei a verdade do que aconteceu comigo nesse período. Agora, não estou pedindo, pelo amor de Deus, nem fazendo nenhum tipo de alegação que os Srs. Senadores precisem acreditar em mim. Agora, do ponto de vista do meu compromisso com a Comissão, falei a minha verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E quero deixar muito claro que tenho a convicção de que a Gtech faltou com a verdade, através do Dr. Marcelo Rovai e do ex-presidente Antônio Lima. Quer dizer, na minha ótica, não tenho dúvidas nesse sentido e compartilho com aquilo que o Senador Geraldo Mesquita falou de enviar todo esse processo imediatamente à Procuradoria-Geral da República, para que o veja desde sua origem. Em relação a senhor, ao conjunto de fatos, mas, particularmente, à indagação final do Sr. Relator, não foi assinado contrato de centenas de milhões de reais no dia 8 de abril, e o senhor telefonou 10 vezes neste dia para uma pessoa que tinha influência direta sobre esse contrato. E aí o Relator pergunta por que o senhor telefonou 10 vezes. Eu digo, olha, se um amigo meu me telefona 10 vezes num dia, amizade, amizade, mas não me encha a paciência também. Dez vezes num dia está demais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A não ser que tenha um interesse profundo em saber o resultado de alguma coisa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A não ser que uma coisa supra-amizade me conduza me con-

duza para esse encaminhamento de saber o que está acontecendo e o que pode ser dito. Então, o senhor me desculpe, mas eu diria que o senhor está faltando com a verdade e, por conseqüência, maculando a sua assinatura nesse documento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador... Se V. Exª se lembrar, Sr. Relator, quando perguntou para o diretor da Gtech, teve duas fases em que teria tido contato com o Buratti, anterior à assinatura e posterior a ela. A anterior era para tentar intervir no procedimento e a segunda para chamá-los de burros, de idiotas que deram o desconto que não precisava ter sido dado. Então, foram duas vezes em que o Marcelo consignou a conversa com o senhor. Então, alguém está mentindo. Se o nosso pastor aqui está dizendo que o outro mentiu, acredito nele, mas não posso passar a borracha naquilo que estou achando que está em dúvida e que realmente tem que haver uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, Sr. Rogério Tadeu Buratti, reafirmando que V. Sª está disposto e aceita um convite e uma convocação desta CPI para acareação ou com a GTech ou com qualquer outra pessoa envolvida nesse processo. V. Sª confirma?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está bom. Agradeço. Vamos precisar mais uma vez de V. Sª, já que existem alguns requerimentos nesse sentido, que vamos apreciar daqui a pouco. Muito obrigado a V. Sª, muito obrigado ao Sr. Advogado pela gentileza.

Convidamos, imediatamente, o próximo a participar da nossa oitiva, o Sr. José Luiz do Amaral Quintães, auditor da Caixa e ex-gerente nacional de loterias. (Pausa.)

Comunico às Srªs e Srs. Senadores que há, sobre a mesa, termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. Assina o Sr. José Luiz do Amaral Quintães, que nos fornece a identidade, órgão expedidor, idade, CPF, estado civil etc.

Coloco-o à disposição da Assessoria, ao tempo em que concedo a palavra ao Sr. Quintães, para que faça seus esclarecimentos.

O senhor tem a palavra, Sr. Quintães.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Boa tarde a todos. Senador, se o senhor me permite, a primeira coisa que queria falar é com relação ao requerimento da minha convocação. O requerimento diz que fui ex-diretor da Caixa e, na verdade, fui gerente da Gerência Nacional de Produtos Lotéricos, que é uma das três gerências que compõem a Superintendência de Loterias, vinculada à Vice-Presidência de Transferência de Benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está corrigido. No nosso roteiro de hoje, estamos considerando o senhor como auditor da Caixa...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...e ex-Gerente Nacional de Loterias. Perfeito?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A outra coisa é que o requerimento diz que eu teria saído da Caixa. Continuo na Caixa, sou auditor da Caixa, inclusive amanhã estou fazendo 24 anos de serviço. Ingressei para o serviço público por concurso, em 1981, e, praticamente toda a minha vida, trabalhei na área de auditoria. Fui Auditor Auxiliar, Inspetor de Agências, Auditor Pleno e atualmente ocupo a função de Auditor Sênior na Regional Rio de Janeiro.

Vim para... estou, praticamente, há 19 anos, na área de auditoria e tive, pelo período de um ano, passagem pela Gerência de Produtos Lotéricos. Mas fico à disposição dos senhores para o que quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Relator, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. José Luiz do Amaral Quintães, qual a formação acadêmica de V. Sª?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pois não, Senador. Sou formado em Ciências Contábeis e fiz especialização na área de tecnologia. Atuo, atualmente, como Auditor Sênior da área de sistemas na Auditoria Regional do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª poderia descrever-nos como se deu sua transferência para o Rio de Janeiro em 2001?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Perdão, Senador. Eu era do Rio de Janeiro. Sempre fui lotado na Auditoria Rio de Janeiro; só no período em que estive aqui em Brasília, que foi em 2003, em que fiquei na Gerência de Loterias, é que vim transferido para Brasília, mas fui admitido no Rio de Janeiro e, durante esses anos todos, desses 24 anos, praticamente 23 passei no Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª, então, sempre conheceu o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, conheci o Sr. Waldomiro em 2001, quando ele estava indo para a Loterj. Nessa ocasião, fui cedido para a Secretaria Estadual de Fazenda. E fiquei cedido por um período, entre 2001 e 2002, para a Secretaria

Estadual de Fazenda. Como a Loterj é um órgão vinculado à Secretaria Estadual de Fazenda, foi nessa época que conheci o Waldomiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele foi, então, o responsável pela requisição de V. Sª para o Governo do Rio de Janeiro?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Foi. Ele foi o responsável.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais foram os motivos que levaram o Sr. Waldomiro a ter esse interesse pelo concurso de V. Sª?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pois não. Eu não o conhecia, mas ele trabalhava em Brasília e foi para o Rio de Janeiro. Na ocasião em que foi para o Rio de Janeiro, ele tentou montar uma equipe, convidou algumas pessoas para trabalhar com ele. Dentre essas pessoas que ele convidou – e eu não saberia dizer quantas foram – a maioria era ex-colegas aposentados da Caixa Econômica, alguns estavam morando em Brasília, com os filhos trabalhando em Brasília, outros não queriam mais trabalhar e nenhum deles demonstrou interesse em se transferir para o Rio de Janeiro. Aí o meu nome foi passado para ele, o meu e o de outras pessoas, por intermédio desses colegas que eram aposentados e que falaram para ele que tinha uma pessoa no Rio de Janeiro e que ele fizesse contato.

Foi assim que o meu nome chegou a ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual foi o período que o senhor ficou cedido ao Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Foi de 2001, se não estou enganado, de junho de 2001 até o final de fevereiro de 2002. Nesse período a Caixa Econômica me cedeu para a Secretaria de Fazenda do Estado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais eram as suas funções na Loterj?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Na verdade, quando eu fui convidado para trabalhar, a idéia é que eu fosse para a Secretaria de Fazenda porque o objetivo... Acho que, no meio do curso, pode até ter mudado um pouco o objetivo, ou melhor, ter mudado a forma de atuação, mas o objetivo foi o mesmo. Quando eu fui convidado a ir para a Secretaria de Fazenda, o objetivo era que se obtivessem recursos para obra social, que é mantida com recursos da Loterj.

Este era o objetivo que foi passado para a equipe que foi trabalhar: alavancar recursos para repassar para obra social.

Por que eu digo que o objetivo foi mantido, mas o curso pode ter mudado? Se o órgão que supria a obra social de recursos era a Loterj, e a Loterj, naquela ocasião, vinha apresentando uma perda de receita muito grande, por força da queda da venda da loteria instantânea, que era o principal produto deles, e um pouco também por força da atuação da Caixa com relação à fiscalização dos bingos. Então, havia uma discussão se os bingos sairiam do controle da Loterj e ficariam a cargo da Caixa. O que foi percebido é que não tinha como se alavancar recursos para obra social se o órgão que era responsável por mandar esses recursos não tinha como obter recursos.

Por isso eu digo que o objetivo foi mantido, mas a forma de atuação foi diferente. Em vez de ficar na Secretaria de Fazenda aguardando que a Loterj mandasse recursos para a obra social, a gente fez um trabalho junto a Loterj no sentido de identificar quais eram os pontos, os lugares onde se poderia trabalhar para que a Loterj voltasse a ter uma arrecadação razoável e voltasse a encaminhar os recursos para a obra social. Porque 70% do lucro da Loteria do Estado são repassados para obra social. Então, só havia esta forma de se conseguir dinheiro: melhorar o desempenho da Loterj para se conseguir recursos para obra social.

Esse era o objetivo que foi passado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era o seu salário?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu levei o meu salário da Caixa e, na ocasião em que fui para lá, era em torno de... Não vou saber precisar, Senador, mas era alguma coisa em torno de R$4 mil e poucos. E me foi oferecido... Lá não é DAS, mas alguma coisa parecida com esse nome, que era em torno de R$2,5mil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, perfaziam R$6 mil.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Um pouco mais. Eu acho que chegava a uns R$7 mil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E tinha alguma outra complementação?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não. Só essa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O salário da Caixa e a esse DAS?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não era um DAS, era uma complementação que eu recebia do Estado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a fonte pagadora dessa complementação?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Saía por uma cooperativa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o nome dessa cooperativa?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Atrum. É uma cooperativa que praticamente todos os órgãos do Estado, de uma certa forma...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a Funpat?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A Funpat, eu fui saber depois, na CPI do Estado, que era um órgão que contratava e que, por intermédio dessa cooperativa, fazia o pagamento a seus cooperativados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que a Funpat respondia financeiramente, era a responsável?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu acho que ela tinha um contrato com o Estado, o Estado pagava a ela, e ela contratava essa cooperativa, que pagava aos seus cooperativados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que V. Sª assegura que só recebia R$6 mil e poucos?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu não queria precisar os valores para o senhor, eu recebia o meu salário da Caixa, que é fácil de se obter, que eu acho que era em torno – não tenho certeza, Senador – de R$4,7 mil brutos e mais R$2,5 brutos da Loteria do Estado, que era quem acabava pagando.

E isso foi até um determinado período. No final, eu não saberia também lhe precisar, mas posso até passar essas informações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque temos aqui a informação de que V. Sª recebia uma complementação mensal de R$3.286,00.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não. Deixe eu lhe explicar o que é isso, por favor. Isso aí também foi uma conta que tentei fazer – estudei, durante alguns anos, matemática, antes de me formar em contabilidade – e não conseguia chegar a esse número. Consegui chegar a esse número pelo seguinte: toda vez que há uma contratação, o agente contratado tem um percentual sobre o qual ele atribui... É a taxa de administração dele. Aí, se for colocada a taxa de administração da cooperativa, chega-se a esse valor. Ou seja, o Estado pagava por mim esse valor, mas eu recebia R$2.500,00, descontados algumas...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A informação é a de que, no restante dos meses de 2001, V. Sª recebeu esses R$3.286,00. E R$5.125,00 ...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso, no final do contrato de 2002.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... durante o ano de 2002.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – É, se se considerar esse percentual que cabe à cooperativa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª acumulou funções de funcionário público à disposição de cooperativados. Pode-se afirmar que o senhor cometeu uma improbidade administrativa, enquadrando-se no inciso VIII do art. 9º da Lei de Improbidade?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu conversei sobre isso...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor chegou a ser acionado por isso pelo Ministério Público?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, senhor, porque, quem contratava, na verdade, quem me cooperativou foi o próprio Estado. Eu recebia do próprio Estado. Estudei a matéria, conversei com alguns advogados, e a questão é a seguinte: eu não recebia de nenhum órgão, como diz o próprio enquadramento, que pudesse ser favorecido ou prejudicado pela minha ação, porque, quem pagava o meu complemento salarial era o próprio Estado. Eu recebia do próprio Estado, só que através de uma cooperativa. Não houve um acúmulo de atividades, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual foi a participação do senhor na fiscalização dos bingos no Estado do Rio de Janeiro?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Foi exatamente com relação a isso que falei para o senhor. A loteria instantânea, que é a chamada raspadinha, tinha uma perda muito grande de receita. E aí, naquela ocasião, foi identificado que a forma de se obter os recursos em maior consistência seria por meio dos bingos.

Na ocasião, isso foi passado para o corpo dirigente da Loterj, e o que foi feito? Foi criado um roteiro de fiscalização, de inspeção, na verdade, com base na legislação do Estado, e houve uma atuação de um grupo de três pessoas. O que eles faziam? Uma inspeção física nos bingos.

Logo que fui para o Estado, participei, algumas vezes, dessas idas aos Bingos, porque, para se criar esse roteiro, além da legislação, a gente entendeu que precisava conhecer – eu nunca tinha entrado num Bingo – como se fazia um roteiro de inspeção. É meio complicado.

Então, a gente fez algumas inspeções, algumas visitas e, com base nisso, criou-se um roteiro que ficou sendo aplicado ao longo dos anos todos em que o grupo continuou fazendo a inspeção. Ele sofria algumas alterações, em razão de uma coisa ou outra que fosse entendido que era importante ser colocado, mas ele

tinha uma base fixa, que era a legislação que o Estado tinha, um decreto, do qual não me recordo o número, e eram verificados aqueles pontos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No depoimento da CPI da Loterj, há uma afirmação de V. Sª de que não teve qualquer participação na fiscalização de máquinas caça-níqueis.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Nunca participei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas sim na fiscalização das máquinas de videoloteria.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há diferença significativa entre essas máquinas?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Existe em termos... Em que termos? Veja bem...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da operação da...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A diferença que existe é que as máquinas de videoloteria estão dentro dos Bingos. E elas são, pela legislação estadual, autorizadas. Elas recebem um selo, elas são vistoriadas, elas são autorizadas a operarem. Os caça-níqueis são aquelas maquininhas que, no Rio de Janeiro – não sei como é no resto do Brasil –, ficam dentro de bar. Então, a diferença básica é que uma está amparada pela legislação, ela tem um laudo de aferição por um instituto, por um período, foi feito pela Etuc, da PUC, depois pelo Fundo de Apóio à Escola Técnica do Rio de Janeiro, e elas são amparadas pela legislação. Agora, um conceito que eu leio é que as duas são máquinas de caça-níqueis, só que há umas que obedecem a alguns parâmetros, e as outras, ninguém sabe. Elas são colocados nos bares, nos estabelecimentos e, em tese, ninguém as controla. Elas não teriam autorização do Estado para funcionarem. Essa seria a diferença. Mas as duas são máquinas de caça-níquel – uma delas é caça-níquel e a outra é caça-notas, porque a dos bingos, normalmente, elas recebem notas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Carlos Cachoeira?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não. Eu vim conhecê-lo depois do estouro da notícia. Eu o vi, algumas vezes, pela televisão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas nunca teve contato com ele não?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não. Eu nunca tive contato com ele. O que eu conversei – até falei lá para o Delegado da Polícia Federal quando eu estive lá, para não dizer que eu nunca tenha estado com ele, teve um evento, uma vez, no Hotel Glória, que eu soube, depois, que ele esteve lá; eu também estive. Mas nós nunca fomos apresentados. Nunca tivemos contato. Eu nunca conversei com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o que o Waldomiro Diniz conversava com V. Sª sobre ele, Carlos Cachoeira?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Nós nunca conversamos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca conversaram sobre ele não?

Durante o período em que V. Sª trabalhou na Loterj*, Waldomiro e Cachoeira tiveram algum entendimento ou desentendimento? V. Sª nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Nunca ouvi falar, Senador.

Posso fazer só um...?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eu fiquei, no Governo do Estado, até o final de fevereiro de 2002. Só que, o que tinha acontecido? Eu tinha assumido. Em seis meses, eu sou meio expansivo, e algumas coisas que não estavam sendo feitas eu fui assumindo esse trabalho. Então, quando eu saí, eu ainda fiquei um mês, mais ou menos. Assim, eu voltei para a Caixa porque o Governo do Estado parou de fazer o pagamento. A Caixa recebia, mensalmente, a restituição pela minha cessão. Só que o Governo do Estado não tinha, primeiro, uma regularidade de pagamento, depois ele parou de fazer o pagamento e a Caixa me mandou retornar. Foi assim: eu recebi um telefonema numa segunda-feira, dizendo:" Você volta, porque o Governo do Estado não está pagando."

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas Cachoeira tinha um contrato na época em que V. Sª estava...?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eles tinham ganhado a licitação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É. Eles tinham ganhado.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Mas aí, como eu estava voltando, porque, depois, a minha continuidade foi mais fazendo relatórios gerenciais e dois sisteminhas de controle que me foi pedido: um de protocolo, porque, como eu tinha conhecimento na área de tecnologia, eu fiz uns sisteminhas, e eu fazia alguns relatórios gerenciais, que eram repassados para a obra social que englobava arrecadação, patrocínio, todas as atividades que a Loterj patrocinava em relação à obra social, eu preparava os relatórios que eram encaminhados para o Governo do Estado, lá para o Gabinete Civil, para a

própria obra social. Mas, aí, essa parte posterior, onde realmente começou o contrato, eu já não tinha mais um contato direto com a Loterj propriamente. Meu contato ficou mais com a obra social.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que quando o contrato do Carlos Cachoeira começou a vigorar...

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eu não sei a data exata em que foi assinado o contrato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...V. Sª não estava mais na...?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eu saí no final de fevereiro. Eu não sei quando, efetivamente, foi assinado. Eu não me lembro quando foi assinado esse contrato. Eu sei que eles já haviam ganhado a licitação. E vou até pedir ao senhor para fazer uma... Eu não sei se o contrato havia sido assinado na época em que eu estava lá. Eu não tenho essa data de cabeça.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conheceu Armando Dile?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Conheci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em que ocasião os senhores se conheceram?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eu conheci o Armando Dile logo que eu fui para o Governo do Estado. Foi até ele uma das pessoas que faziam parte do grupo, que fez esse estudo do que poderia ser feito para que a Loterj voltasse a arrecadar recurso. Ele apareceu logo depois que foi feito um primeiro diagnóstico, do qual eu...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só houve uma relação profissional...

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Só profissional.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...em função dessa necessidade?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Isso. Mas não foi só nesse momento não, tá? Ela se estendeu por um bom período, porque ele era uma pessoa que era da área de jogos e, eventualmente, a gente se encontrava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o José Ângelo Beghini?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Conheci o José Ângelo Beghini quando... O primeiro momento que tive com ele, o primeiro contato que tive com ele foi porque a Boldt, que foi a empresa que compôs o consórcio junto com a empresa Capital, ela era na Argentina. E aí o que aconteceu? Tinha de ser feita a avaliação tecnológica da solução que eles apresentavam, e aí fui fazer essa avaliação tecnológica, porque, no grupo lá, não tinha ninguém que... Pelo menos, ninguém se apresentou como se tivesse a capacidade de avaliar o sistema que a Boldt queria implantar na loteria do Estado. Aí eu fui à Argentina fazer essa verificação no sistema, e quem foi com a gente foi a Presidente da Comissão, um funcionário da Loterj, um funcionário ruivo – não me lembro do primeiro nome –, e o Seu Ângelo é que foi levando a gente; ele era o representante do Conselho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E trabalharam juntos também o senhor e o Sr. José Beghini numa regulamentação da loteria **on-line**?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não. Isso aí eu fiquei tomando conhecimento depois. O que aconteceu foi o seguinte: algumas etapas da legislação versavam exatamente sobre... Eram alguns nomes. Eu me lembro bem de algumas coisas do tipo "como é que tinha de ser a série de números que iam ser sorteados", "onde é que isso tinha de ser guardado". Eram soluções tecnológicas, não é? Aí, quando eles estavam fazendo a legislação lá na Loterj, o que aconteceu? Foi pedido para que eu visse se essa parte tecnológica estava de acordo. Só que era mais uma verificação em cima do que estava escrito. E, nessa época, o Seu Ângelo era também uma pessoa que subsidiava, porque era um assunto novo para a loteria do Estado, e não tinha uma pessoa que tivesse esse conhecimento de como seria essa base de dados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que a Loterj queria regulamentar as loterias *on-line*?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – É porque a licitação do Governo do Estado foi justamente para a loteria *on-line*.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, por trás disso, não havia uma guerra de interesse entre o Sr. Carlos Cachoeira e os irmãos Ortiz?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não. Olha só: o que estava sendo regulamentado nessa ocasião, Senador, era justamente a licitação que havia sido feita. Era uma loteria nos moldes do que é, vamos dizer assim, a quina e a mega-sena da Caixa Econômica. Essa era a regulamentação, que foi objeto da licitação que eles ganharam.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Sérgio Canozzi, que, inclusive, já depôs aqui?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca o conheceu?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Vim a saber dele na CPI do Estado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também não sabe dizer o que Waldomiro Diniz falava sobre os irmãos Ortiz?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Nunca, nunca falou nada comigo, nem fiquei sabendo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem sabe como era a atuação dos Ortiz no mercado de jogos no Rio de Janeiro?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ouviu falar nisso?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Nunca ouvi. Ouvi depois na época da CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Na época da CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os irmãos Ortiz, até eu, que não sou muito de ouvir falar em jogo, ouvi falar nesses senhores aí.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Ouvi depois, na CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como era a relação de Waldomiro Diniz com o Sr. José Renato Granado?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – O José Renato era o Presidente da Associação de Bingos, e eu...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Presidente da Associação Estadual, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eu acho que é Associação Estadual. Não sei, porque eles têm uma federação – não sei exatamente como é que é –, e não sei se ele é integrante dessa federação. E vi algumas vezes o José Renato lá na Loterj conversando com Waldomiro. Agora, não conheço detalhes da relação deles.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Waldomiro Diniz editou uma portaria, no final de maio de 2002, suspendendo autorização para o funcionamento de novos bingos no Rio de Janeiro. Ele afirmou, em depoimento à Loterj, que o mercado já estaria saturado, apesar de não terem sido feitos estudos sobre isso. Aí é que pergunto a V. Sª, que foi consultor da Loterj: poderia nos esclarecer por que o mercado estava saturado? V. Sª sabe se essa portaria, por outro lado, teria irritado Carlos Cachoeira ou qualquer outro?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Senador, em maio, eu já tinha retornado para a Caixa. Aí é aquilo que falei para o senhor: fiquei afastado das operações de bingo, e o que eu fazia eram relatórios que eram encaminhados para obra social e para o Governo do Estado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A seção de V. Sª, oficialmente, acabou em fevereiro de 2002.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – No finalzinho de fevereiro de 2002.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porém, como consultor, o senhor continuou a ser pago pela Fundac até dezembro de 2002.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Pela cooperativa. É isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Confirma?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Confirmo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu lhe pergunto: V. Sª sabe se Waldomiro Diniz, durante o período em que foi presidente da Loterj, deu algum tipo de assessoria para os governos de outros Estados efetuarem a regulamentação de jogos?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eu não sei lhe dizer. Eu ouvi no depoimento de alguém que esteve aqui, que não me lembro exatamente quem foi, que...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque isso aqui foi informado até mesmo no depoimento do Sr. Carlos Cachoeira: que ele dava assessoria para outros Estados. V. Sª não tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Olha, tanto na época da Caixa como na época do Governo do Estado, era comum a visita de pessoas de outros Estados lá.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lá na Loterj?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – E na Caixa também. Isso é comum. É comum pessoas ligadas, normalmente, à secretaria de fazenda ou secretaria de cultura de Estados irem à Caixa, irem ao Estado, até para conhecer, ver o que...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o senhor estava na Loterj, sabe se havia uma caixinha? Tinha um comentário sobre uma caixinha...

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Essa pergunta o Deputado Calazans me fez. Eu também não sabia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma caixinha de propina paga pelas casas de jogos. Mas o senhor nunca ouviu comentário?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Nunca, Senador. Olha só: eu sempre tive uma atividade técnica dentro da Loterj. A minha área sempre foi de sistemas...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas os técnicos, aqui e acolá, também ouvem esses comentários.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – A minha presença na Loterj não era, assim, ostensiva, né?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que V. Sª resolveu deixar suas funções no Rio, então?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – As minhas funções no Rio?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E voltar para Brasília?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, foi ao contrário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por conta da falta de pagamento?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, é o contrário. Eu não voltei para Brasília. Eu só saí da Loterj, do Governo do Estado, e voltei para a Caixa Econômica, porque o Governo do Estado parou de ressarcir a Caixa. Aí, não foi nem voluntária, foi determinação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, mas deixou as funções na Loterj e veio para a Caixa, em Brasília.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, no Rio de Janeiro. Eu voltei a ser auditor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, voltou para o Rio? Ficou no Rio?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, eu já estava no Rio. Fiquei no Rio. Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aí, foi convidado para assumir a Gelotti.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Gelotti.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da Caixa Econômica.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi por indicação de Waldomiro Diniz?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eu vou dizer para o senhor a história que me foi contada. Eu fui convidado pelo vice-presidente. Foi ele quem me ligou e me pediu para vir aqui e me convidou...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Vice-Presidente José Alencar?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, não. Desculpe. O vice-presidente da Caixa Econômica.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Perdão, é porque a minha realidade é...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Paulo Bretas?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, é o Carlos Borges, que é o vice-presidente de transferência de benefícios. Foi ele quem me fez o convite, né?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) **–** O senhor conhecia ele, já?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Só que ele era da Fenae.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Não, estou dizendo: V. Sª já conhecia o vice da Caixa Econômica antes? Já tinha visto ele alguma vez?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – O vice-presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Da Caixa Econômica.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Ele era do movimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Que movimento?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – O movimento sindical. Ele era da Fenae.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – O senhor também era do movimento sindical?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, nunca fui, mas, no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Sim, mas se o senhor não era do movimento sindical, tinha alguma intimidade com ele para ele fazer esse convite?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Com o Carlos Borges?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Então, quem indicou o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – É, eu vou...ele me disse que estava fazendo o convite, porque eu era uma pessoa que conhecia o maior concorrente da Caixa. Essa foi a ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Quem é o maior concorrente da Caixa?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – A Loterj. Em termos de loteria estadual, é a única que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – E por que essa disputa da Loterj com a Caixa? Você que fez uma consultoria.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Porque a Loterj – desculpem os colegas da Caixa – dá um banho na venda de raspadinha no Rio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – E aí, quem é o prejudicado nisso?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Quem é o prejudicado? Eu acho que não há prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Porque, se há uma concorrência, a Caixa Econômica é uma...está em todo o País.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Então, não dava para ter prejuízos.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, não dava.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Então, é só por conta disso. Então, quem tinha interesse na venda dessa raspadinha, que estava sendo superado?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, não era, assim, um interesse. Porque o forte da Caixa sempre foram as loterias de prognóstico, que foram crescendo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Era uma questão política, então?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Não, acredito que não. É porque o forte da Caixa é a loteria de prognósticos, né? Esse era sempre o foco de atuação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, eu acho que o motivo da estranheza aqui é porque o senhor ficou tanto tempo fora da Caixa e, quando voltou, voltou logo para uma função importante.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Eu fiquei um ano, Senador. Eu fiquei menos de um ano.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor acha que um ano não é pouco, não?

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Mas eu vou dizer para o senhor porque...aí eu vou ser muito sincero com o senhor: eu não duvi...o meu nome foi...estou dizendo para o senhor o que me foi dito. Eu não posso falar sobre o que eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Tudo tranqüilo.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Se alguém tiver perguntado, para o Waldomiro ou para qualquer outra pessoa: "José Luiz Quintães, eu posso botar ele aqui como gerente?" Eu tenho certeza de que o meu nome seria...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No dia em que o senhor foi indicado, Waldomiro Diniz estava numa reunião na Caixa. O senhor confirma?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu fui indicado no dia 17 de março.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No dia em que o senhor foi oficialmente convidado para assumir, há uma informação...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Dia 25... Fui eu que dei essa informação, dia 25 de fevereiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, mas o Sr. Waldomiro estava na reunião?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Estava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estava...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Estava, fui eu que dei essa informação. Me perguntaram se eu já havia encontrado o Sr. Waldomiro alguma vez na Caixa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, foi o senhor que informou que ele estava...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, no dia... Me perguntaram se alguma vez eu tinha estado com Waldomiro na Caixa. Eu falei: "Só no dia em que eu vim falar com o Vice-Presidente sobre o convite para eu assumir a Gerência de Loterias". Foi a única vez.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi uma coincidência?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu acho que não, Senador. Acho que ele, sabendo que eu iria, foi...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Sinceramente...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Eu não tenho dúvida a esta altura. Com certeza, cada um dos Senadores está fazendo a sua análise, mas eu tenho absoluta certeza de que o senhor foi indicado para essa função na Caixa pelo Sr. Waldomiro Diniz. O senhor tem dúvida disso?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Vou falar para o senhor: não foi essa a informação que eu recebi, mas eu acho que o Waldomiro pode ter sido uma pessoa que me indicou. Acho, mas não posso afirmar isso para o senhor, porque quem me fez o convite... Inclusive, isso foi declarado no jornal até pelo próprio Superintendente e pelo próprio Vice-Presidente: que o convite foi feito por eles para mim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Não, nós não estamos aqui, em nenhum momento, duvidando da palavra de V. Sª. Só que, pelo menos eu, estou concluindo que o Sr. Waldomiro Diniz – e o senhor confirma indiretamente – tinha um poder de fogo, influência enorme dentro da Caixa, ao ponto de esco-

lher pessoas competentes. V. Sª prestou um serviço, é um homem que ninguém tem nada contra o senhor... Mas ele tinha o poder, até sem consultar a Casa Civil, sem consultar o Presidente da República, de chegar e escolher um nome para ir para tal canto, principalmente onde ele trabalhava. Eu acho que era a própria função que ele tinha. Mas eu não tenho dúvida neste momento, com a sua declaração, de que o senhor foi indicado por Waldomiro Diniz, o que não tem nada a ver com a história de Waldomiro lá, o senhor foi indicado... Depois que o senhor foi indicado, Waldomiro lhe visitou várias vezes?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, na Caixa ele nunca me visitou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Nem lhe telefonou?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Me telefonou. Eu telefonei para ele algumas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Muitas vezes?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Algumas vezes, eu não saberia lhe precisar quantas. Se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Mas ele não estava fora da Caixa? Quando o senhor foi indicado, ele não estava na Casa Civil?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Estava na Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Qual é a ligação da Caixa Econômica com a Casa Civil?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Ela foi especificamente em relação a um produto que passou pela Câmara, que foi o Lotofácil, produto que a Caixa Econômica lançou no ano de 2003. O que aconteceu? Esse produto a Caixa já tinha desenhado...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Na Câmara? Mas não aqui na Câmara Federal?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Na Câmara Federal. Posso explicar?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Pode sim.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – É o seguinte. A Caixa pode lançar quantas loterias quiser, já existe uma legislação que dá esse amparo. O que acontece? Essa, especificamente, o Presidente... Estava no início do Governo e tinha a questão do Fome Zero. Então, a idéia era que se lançasse um produto cujos recursos fossem destinados ao Fome Zero. Esse era o objetivo. E o que acontece? Pela legislação que existe hoje, os beneficiários já estão definidos: é a Seguridade, o COB, o Comitê Paraolímpico, o Ministério da Cultura. Então, a Caixa pode lançar a loteria, mas não pode mexer nesses beneficiários, só via projeto de lei se não me engano. Para que esse produto pudesse ser lançado e seus recursos destinados ao Fome Zero, era preciso que um projeto de lei fizesse essa redestinação de recursos. Essa era uma atividade específica da minha área.

Como é que fizemos o encaminhamento desse processo? Foi através da Casa Civil. A gente precisava que a assessoria... Não sei como é o nome, lá na Casa Civil, do órgão jurídico que avalia essas questões, mas a gente precisava de uma avaliação do... Acho que é Assessoria de Assuntos Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Precisava ser também aprovado, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – E precisava de alguém que tivesse influência na Câmara dos Deputados para agilizar...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – O primeiro passo era conseguir que isso virasse um projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Será que aí já não era parte do mensalão aprovar isso?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Porque foi no mesmo período, foi em fevereiro, março de 2003.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu acredito que não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – O senhor sabe me informar se essa matéria demorou a ser aprovada?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, ela não foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Não foi?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por quê?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Se não me engano ela foi incluída no corpo – se eu estiver errado o senhor me perdoe – da Medida Provisória nº 107 ou 105, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi numa medida provisória, então?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Mas ela não foi... Ela foi incluída numa medida provisória e teve alguns aspectos que foram – o cartão do trabalhador ou o cartão do cidadão – aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem alguma coisa a ver com o FAT?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu acho que não, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas chegou a ser enviada?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Chegou. Era um item do...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se lembra do número da medida provisória?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu acho que era 107, mas se eu estiver errado, o senhor me perdoe. Não sei se era medida provisória, projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deve ser uma MP porque não daria tempo imediatamente. Deve ter sido uma medida provisória.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Só que a Caixa lançou com os beneficiários que já existiam.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só que a medida provisória, quando é editada, passa a ser lei até que seja votada. Deve ter sido medida provisória.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Mas ela não foi aprovada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bem. Nesse período o senhor passou a freqüentar constantemente a Casa Civil.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – No início, mais ou menos, de março e abril até essa medida provisória ter sido rejeitada tinha... eu ia à Casa Civil e fazia o acompanhamento porque a gente dependia dessa aprovação para poder tomar aquelas ações de lançamento de produtos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao mesmo tempo havia o grupo que tratava da legalização do jogo do bingo.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Mas eu não... A minha gerência não tinha a ver...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não participava...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu participei de duas reuniões no Ministério dos Esportes... Eu fui a duas reuniões. Tinha o pessoal da Caixa Econômica... tenho até aqui o pessoal. Participei de duas, foram todos os gerentes de loterias da Caixa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem era o representante da Caixa?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Um monte de gente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muita gente, é?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Se o senhor quiser eu posso ler os nomes aqui.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não precisa, não.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Tinha dois delegados da Polícia Federal, representantes do Ministério Público, uma pessoa da Receita Federal. Foi um grupo que foi convidado, acredito, que pelo Ministro – não vou afirmar – e esse grupo teve duas reuniões. O que aconteceu, então? A partir daí, ficou da Caixa quem tinha alguma ligação com a área, porque a minha gerência era de produtos lotéricos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero perguntar uma coisa ao senhor. O senhor comentou, em seu depoimento na Polícia Federal, que em relação às negociações da Caixa com a Gtech havia intenção da Caixa de internalizar o processamento do canal lotérico...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Caixa tinha condições de fazer isso?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Naquela época?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No início de 2003?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Senador, acredito que não porque até hoje ainda não fez essa internalização.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o que era comentado na Caixa?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Uma parte do sistema estava pronta, mas não era o suficiente porque tinha toda a rede de captação, o que fazia era a apuração dos resultados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas havia duas correntes: uma que defendia a internalização dentro da Caixa e outra que dizia que a Caixa não tinha condições. Quem eram os líderes que pertenciam a cada uma dessas correntes?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A questão aí, Senador, era só temporal. A internalização era um processo que a Caixa tinha estabelecido que faria. Essas duas correntes eram uma questão temporal: se poderia e em que momento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor defende a internalização? Já naquela época defendia?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Naquela época eu estava chegando... veja bem, para a gerência de produtos lotéricos é indiferente quem vai processar. Agora, em termos de receita é possível – tem que ver quem fez o cálculo – que a Caixa... Hoje,

a margem de ganho para a Caixa, com a exploração da... o que fica de resultado prático para a Caixa com a exploração das loterias é bem pequenininho, o que fica efetivamente para a Caixa é um e alguma coisa por cento. Então, acho que a Caixa adotou essa linha mais no sentido de ver se aumenta esse valor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor só conheceu hoje o Sr. Rogério Buratti?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Vi ele ali na ante-sala.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só hoje?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Só hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhecia antes?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Só por fotografia de jornal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Participou de alguma reunião em que foi tratado o assunto Caixa/Gtech?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhuma reunião?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Especificamente, estou imaginando que é sobre a renovação. Não. Participava porque, como gerente de produtos lotéricos, tenho uma reunião semanal com técnicos onde são discutidos todos os aspectos de erro... Eu participei bastante porque houve a reformulação dos produtos, então havia reuniões semanais para que se fizessem essas mudanças.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conheceu durante esse período o Denivaldo Henrique de Almeida?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Se me foi apresentado, pelo nome, não me lembro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Enrico Giannelli?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Também não. Se me foi apresentado, também não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Outra afirmação de V. Sª, no seu depoimento; disse que, ao assumir a Gelotti, já havia um entendimento da área de Loteria da Caixa em uma proposta do Sindicato dos Lotéricos de São Paulo, no sentido de que fosse majorado o preço das apostas das loterias.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Afirmou também que a Caixa entendia que era necessário o aumento do preço da apostas para revalorizar o produto no mercado e que até foi feito um estudo pela Caixa, que chegara a essa conclusão.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Assim, podemos concluir que, possivelmente, isso teve influência nas negociações da Caixa para renovação do contrato com a Gtech. O que V. Sª nos diz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu vou falar da parte que conheço. O aumento de preço era uma proposta bem anterior, inclusive à minha chegada. Acho que sempre acharam que o preço da mega-sena era muito baixo. E como a mega-sena é a mais representativa dentro da receita deles, eles sempre pleitearam esse reajuste de preço. Agora, Senador, uma questão importante é que um produto lotérico é como qualquer outro produto: se mantém o preço dele por muito tempo, ele começa a perder a atratividade até pelo preço. Então, ou se tira ele de circulação, vamos dizer assim, e coloca outro no lugar, ou se faz alguma coisa que possa melhorar o desempenho desse produto. Como a mega-sena, ao longo desses anos, sempre se mostrou o melhor produto que a Caixa já desenvolveu e era um produto que ainda tinha muita coisa para se mexer, havia o entendimento de que se devia fazer uma mexida na mega-sena para conseguir melhorar o desempenho desse produto. Não tinha por que descontinuar ele naquela época. Então, a opção por mudança de preço era a mais adequada para se levantar o moral do produto, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Paulo Bretas, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe se ele é amigo de Waldomiro Diniz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não sei lhe dizer. Eu conheci o Vice-Presidente Paulo Bretas, quando eu vim para Brasília e encontrei com ele algumas vezes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe alguma coisa sobre a atuação dele no processo de renovação do contrato da Gtech?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conheceu Ralf Barquete?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não. Ralf Barquete?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era assessor especial da Caixa.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Se eu conheci...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já morreu.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não conheci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se não o conheceu, não vai conhecê-lo mais.

V. Sª conhece Carlos Cartel?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Conheço. Ele é funcionário da Caixa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele é amigo do Waldomiro Diniz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o que sabe sobre a atuação dele na renovação do contrato entre a Gtech e a Caixa?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Ele era o superintendente da Superintendência de Projetos Especiais, que era responsável pelo desenvolvimento do sistema que iria internalizar a loteria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Temos aqui uma anotação da agenda do Sr. Waldomiro Diniz sobre o dia do aniversário do senhor. Houve uma comemoração juntos. Isso confirma o depoimento que V. Sª nos deu de que são bons amigos.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu fui descobrir que faço aniversário no mesmo dia que ele, dia 18 de março.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aí comemoraram juntos?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, a Secretária do...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi quando cheguei aqui. Eu cheguei no dia 17. A Secretária do Waldomiro trabalhou no Rio de Janeiro e era uma pessoa com quem eu me dava muito bem. Eu tinha acabado de chegar em Brasília, ela me ligou e disse: "Vem cá, que eu quero lhe dar um abraço, é o seu aniversário". Eu fui. Cheguei lá, era o aniversário dele e o meu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual foi o ano?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Foi em 18 de março de 2003, um dia após eu ter chegado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso foi na Casa Civil?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Foi na Casa Civil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O aniversário foi na Casa Civil?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Teve festa lá?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não chegou a ter festa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Teve um bolo? Parabéns para os dois?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Tinha um bolo. Não sei se era para mim ou para ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Obrigado ao senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, quero primeiro fazer um depoimento, na condição de ex-prefeito de Campo Grande por duas vezes, fui também assessor de prefeito e de governador e sempre tive a Caixa Econômica como uma das instituições mais bem organizadas e mais sérias deste País, e podemos pôr a mão no fogo pela condução dos contratos da Caixa Econômica Federal. Deus queira que eu não perca nunca essa confiança na Caixa Econômica, mas era necessário quem dissesse isso, porque este nosso País está assim tão fragilizado moralmente em tantas instituições, principalmente agora, que uma âncora como a Caixa Econômica nos dá esperança de que o futuro possa melhorar.

Pergunto ao depoente que órgão decidia na Caixa Econômica Federal sobre os contratos da Gtech.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Perdão, Senador, que órgão?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Que órgão da Caixa Econômica Federal decidiu ou decidia sobre aquele contrato com a Gtech?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A Caixa Econômica tem uma vice-presidência que tem uma gerência que é responsável por todos os contratos, não especificamente o da Gtech. A Vilog – Vice-Presidente de Logística, que era a responsável pelos contratos da Caixa Econômica. Se não me engano, é Gisut ou Gesut, a gerência que cuida de contratos. Mas eu confesso ao senhor que isso muda eventualmente, mas é uma gerência que cuida especificamente dos contratos da Caixa Econômica.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Sª sabia, na época dessa negociação com a Gtech, quem era esse gerente na Caixa Econômica, que discutia e que responsável por esse contrato?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Esse contrato devia estar sendo conduzido pela

Vice-Presidência, mas não posso afirmar isso para o senhor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela Vice-Presidência.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Mas eu não gostaria de afirmar porque eu não sei se era ele especificamente que conduzia ou se era alguma pessoa indicada para conduzir o contrato. Não sei. Acho que, normalmente, cada contrato tem uma pessoa que acompanha mais de perto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Mas a alçada de um contrato desse é do Comitê...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Da Vice-Presidência.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – É. Acho até que é da diretoria colegiada, um contrato que sobe um pouco mais até do que a própria Vice-Presidência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Na Loterj, o Waldomiro Diniz tinha fama de quê? Bom administrador, era um lobista da loteria...?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Posso, Senador...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Era uma pessoa que vendia inclusive influências do Governo Federal nessa área?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – O Waldomiro, qualquer pessoa que tenha trabalhado com ele, pelo menos na época em que V. Exª pergunta isso, era um cara muito exigente com as pessoas que trabalhavam com ele. Ele era uma pessoa exigente. Ele cobrava horário, postura, essas coisas. Essa é a imagem que a gente tem dele.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pessoa exigente.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pessoa rigorosa. Ele era uma pessoa rigorosa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Inteligente e exigente.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Ele era uma pessoa com raciocínio bastante rápido e inteligente. E era uma pessoa bastante rigorosa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ele trabalhava sob a influência de quem? Se tinha essa informação lá.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – O que a gente conversava lá era que ele tinha para lá porque o Governador tinha convidado, porque ele fazia parte da representação do... Mas essa é uma informação que... eu não posso confirmar isso para o senhor. Mas ele trabalhava na representação do Governo do Estado aqui, em Brasília, e foi para lá acredito que convidado pelo Governador do Estado. A influência de quem...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A Loterj, através do Waldomiro Diniz, promovia orientação sobre loterias para outros Estados?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Senador, eu até falei isso para o Senador Garibaldi, o que eu vi em algumas oportunidades, poucas, não muitas, é que iam pessoas ligadas, normalmente, às Secretarias de Fazenda ou de Cultura de outros Estados, iam... normalmente entravam via Secretaria de Fazenda do Estado ou Gabinete Civil do Estado do Rio de Janeiro, e eles tinham interesse porque loteria sempre foi um instrumento de fomento. Então, área de cultura e obra social, normalmente, têm curiosidade. Como acontece na Caixa, é freqüente que pessoas interessadas tenham algum contato com a Caixa Econômica no sentido de saber o que é a loteria, como é, como não é, o que dá para conseguir ou não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca.

Senador Reginaldo Duarte, V. Exª está com a palavra. Em seguida, falará o Senador Flávio Arns.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as minhas perguntas, quase todas, foram prejudicadas pelo Relator e pelo companheiro Juvêncio, mas sobraram algumas.

Apenas para esclarecimento, o senhor pode fazer um breve relato sobre a sua passagem na Loterj? Ou seja, quais os interesses do Sr. Waldomiro Diniz em levá-lo da Caixa para a Loterj? Quais os interesses de Waldomiro em relação a quem ele levou para a Loterj? Que interesse ele tinha? Era interesse técnico ou subjetivo?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Sem querer... técnico. Eu sempre trabalhei na área de auditoria da Caixa. Tenho 19 anos na área de auditoria da Caixa, e minha formação foi numa área em que as pessoas têm alguma carência, que é a de sistemas, de tecnologia. Então, isso... acho que fiz a opção certa aos 19 anos; quando fui para a Caixa, optei por trabalhar nessa área, porque isso sempre serviu como referência para o meu trabalho. E fui, como tinha dito anteriormente... o meu nome foi para... eu não conhecia o Waldomiro, e o meu nome foi indicado ao Waldomiro por pessoas que trabalharam na Caixa, na inspetoria comigo. A maioria deles já estava aposentada e não tinha interesse em se transferir para o Rio de Janeiro ou de voltar a trabalhar, porque tinha até alguns do Rio que não tinham o interesse, esta-

vam na praia, não estavam mais querendo trabalhar. Aí o meu nome foi passado para algum assessor do Waldomiro ou para o próprio Waldomiro, e foi feito o contato comigo, me convidando para ir para lá, para fazer parte da equipe.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – É claro que o senhor trabalhou com Waldomiro e, naturalmente, tinha um grau de aproximação com ele. Como era a relação entre o senhor e Waldomiro Diniz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – No início, no Governo do Estado, Senador... a Loterj é um órgão pequeno, deve ter 80 a 100 funcionários, então, a gente, realmente, se encontrava com alguma freqüência. Na Caixa, muito pouco. Eu nem tinha muito tempo, mas tenho que admitir ao senhor que a minha relação com ele, embora fosse uma relação profissional – e, quando vim para a Caixa, ela passou a ser muito mais institucional, até por força das atividades que cada um exercia, mas tive, durante esses anos, um bom relacionamento com Waldomiro.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Quer dizer que seu relacionamento era só profissional?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Só profissional.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Não havia assim um relacionamento mais íntimo que permitisse ter uma conversa amistosa sobre qualquer outro assunto relacionado a isso?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, sinceramente. O Waldomiro não conhece minha filha, que qualquer amigo meu conhece. É uma pessoa que faço a maior questão de... Então, eu não tinha essa relação pessoal de amizade com Waldomiro, não tinha. Mas profissionalmente a gente tinha um bom relacionamento; eu conversava com ele tranqüilamente.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Eu acho que esse questionamento já foi esclarecido por V. Sª. Queria saber, depois que o senhor voltou para a Caixa, qual cargo ou função voltou a exercer. Naturalmente, o senhor já me disse que voltou como gerente.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, eu... quando saí do Governo do Estado?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim, quando o senhor retornou à Caixa.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Sim, se o Presidente me permitir, queria até fazer um comentário, aproveitar a deixa. Quando voltei para a Caixa, voltei para a função de auditor. Vou fazer uma confidência aqui, há colega da Caixa aqui: sempre fui auditor, sempre gostei da função de auditoria; é a função com que me identifico. Só que, quando a gente trabalha numa empresa como a Caixa, não pode ficar a vida inteira dizendo "não vou", "não faço", "não quero", porque senão a gente profissionalmente também acaba sendo preterido.

Então, fui para o Governo do Estado, e havia um processo seletivo, justamente para ser a pessoa responsável pela área de sistemas no Rio de Janeiro. Então, quando voltei para o Estado, alguns meses depois, participei de um processo seletivo. Entrei para a auditoria por processo seletivo, entrei para a administração pública por processo seletivo. Fiz esse processo seletivo e fui ser Auditor Sênior da área de sistemas. Quando vim – é o esclarecimento que pedi ao Senador para fazer; até tenho aqui e se eu puder depois deixar, porque existe um *link*: é que eu voltei para o Rio de Janeiro no dia 1º de março de 2004. E a confusão toda aconteceu, se não me engano, em 12 ou 13 de fevereiro. Só que a Caixa como um todo passava por alguns processos de reestruturação e a auditoria passava por um processo de reestruturação grande na ocasião. la ser criada justamente a função que eu tinha deixado; quando vim para Brasília, eu deixei justamente a função de auditor sênior lá no Rio; só tinha uma que era a que eu ocupava.

Eu saí e uma pessoa foi ocupar a vaga. E, nessa reestruturação, seriam criadas mais duas vagas de auditor sênior. Eu tenho até o documento aqui, se o Senador me permitir, eu gostaria de deixar depois.

É importante esclarecer para não ficar...a percepção das pessoas pode ser a que for, mas os fatos, os documentos é que são importantes, pelo menos para mim.

No dia 19 de novembro de 2003, muito antes de tudo o que aconteceu, eu pleiteei a minha habilitação para uma dessas vagas como auditor sênior na Auditoria Regional do Rio de Janeiro. No dia 24 de novembro, fui aprovado pelo comitê que fez a avaliação e eu tinha como data limite para retornar o dia 27, que era uma sexta-feira. Por conseguinte, eu tinha que me apresentar no Rio de Janeiro no dia 1º de março.

Me habilitei, passei no processo e fiquei aguardando a reestruturação da área para retornar na função de auditor sênior. Tirei férias em dezembro e, quando retornei de férias, dia 2 de fevereiro – também tenho o documento – eu oficializei junto ao Superintendente de Loterias e a Vice-presidência que eu retornaria para o Rio de Janeiro na função de auditor sênior.

Então, o que o jornal publica e é importante a percepção das pessoas: eu voltei no dia 1º de marco, portanto, efetivamente após a ocorrência da divulgação da fita. Mas o que importa para mim é que no dia 19 de fevereiro eu já era auditor sênior, era só uma questão de ajustar a estrutura e eu retornar para o Rio de Janeiro. Eu também não iria sair assim correndo.

Nos dias 1º e 2 de dezembro houve um encontro de auditores, em que todos os auditores se reuniram para definir e, nesse encontro, foi anunciada a minha volta. Como tem auditoria regional em todos os Estados, se os senhores tiverem contato com algum auditor, qualquer um pode afirmar que eu estava lá nesse encontro e, dos nove que se habilitaram, eu fui um dos seis que foram aprovados e só dependia da regulamentação da estrutura para retornar para o Rio de Janeiro.

Então, eu saí como auditor sênior e voltei como auditor sênior para o Rio de Janeiro.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O senhor pode informar quais os motivos que levaram a sua exoneração do cargo de gerente nacional de loterias e seu imediato retorno ao Rio de Janeiro, logo após a contratação da Gtech e o escândalo conhecido como Waldemiro Diniz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Senador, foi exatamente isso que eu falei. Eu voltei dia 1º de março, mas eu não fui exonerado da função. Aliás nenhum dos gerentes, na ocasião...não teve exoneração. Eu voltei porque eu já tinha sido aprovado no processo de auditor...eu posso depois deixar isso como senhor? Eu tenho uma documentação aqui...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Nós agradecemos a V. Sª.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – ...que comprova que no dia 19 de novembro eu já era auditor sênior, só dependia de uma aprovação da estrutura para eu retornar. Então, eu volto a afirmar que a questão da exoneração é a percepção, mas a realidade é que eu já ia voltar para o Rio de Janeiro. Eu vim sozinho para Brasília, minha mulher e minha filha ficaram no Rio de Janeiro. E, com todo respeito por quem mora em Brasília, minha mulher não vem para Brasília nem amarrada. Então, eu vim atender a essa... é como eu falei antes, não tem como a gente dizer a vida inteira que não vai. Eu vim e tinha claro para mim que, na primeira oportunidade, eu voltaria.

Eu vim cumprir a minha parte e voltei.

O senhor me permite aqui: no dia 19 de novembro foi quando eu pleiteei. Esses documentos a Auditoria está de posse de todos eles.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – V. Sª foi nomeado para o cargo de Gerente Nacional de Loterias com o objetivo de evitar que a Caixa se opusesse à eventual legislação que permitisse aos Estados explorar loterias, bingos e jogos eletrônicos?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não considero isso não, porque a questão das loterias legislarem sobre bingo é muito maior. Até que se mude ou não a legislação, o jogo é contravenção penal, se não estou enganado, e deixou de ser, porque a União delegou – só a União pode fazer isto – à Caixa Econômica isso. Hoje – não sei se ainda existe, tenho que ver com algum colega da área jurídica da Caixa –, existem diversas Adins, que são ações impetradas, para que não haja jogo nos Estados.

Então, a Caixa Econômica detém esse direito. E se os senhores entenderem que os Estados têm o direito de fazer isso, acho que é lógico que a Caixa vá brigar por esse mercado, e o grande favorecido é o Governo, no final das contas. E a Caixa, como órgão responsável pela exploração dos jogos, acho que ela tem obrigação de tentar garantir isso. Mas a decisão, na verdade, com todo respeito, é dos senhores. Não é da Caixa.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – V. Sª ou o Superintendente Nacional de Loterias, Paulo César Campos, poderia influenciar para que as loterias estaduais fossem comercializadas na rede de casas lotéricas. O senhor sabe quem indicou o Superintendente Nacional de Loterias? É verdade que ele foi indicado pelo PT de Brasília? Deputada Distrital Erika Kokay e Geraldo Magela?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Senador, o Paulo Campos já era da área de loteria. Eu não sei se ele estava lá há dois ou três anos, mas ele já era gerente. Com a saída do superintendente, ele passou a ser o superintendente. Ele já era daqui.

Não tenho filiação partidária. Sou novo. Na minha passagem durante esse um ano é que tive os primeiros contatos com política. É a primeira vez. Acho que até que já comecei muito abusado! A primeira vez que faço contato com uma pessoa relacionada à política é essa, com os senhores.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Nunca foi filiado?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Nuca fui filiado. O meu relacionamento com a política era votar. Até hoje, o meu relacionamento sempre foi esse. Exerço esses direito.

Não tenho como afirmar para o senhor se ele foi indicado por alguém de Brasília. Ele é uma pessoa que já estava na área.

Então, acredito que isso tenha sido um dos fatores que tenha influenciado.

O senhor me fez outra pergunta. Desculpe-me. Ah, sim! Com relação à venda na rede. Isso aí é importante, porque na área de loteria – não sei se ainda está assim, mas, pelo menos na época em que eu estava aqui; a gente via isso até com uma distorção –, existe uma tendência: todo mundo que quer comercializar produtos na rede lotérica da Caixa vai às áreas de loterias. Pedem para que nós autorizemos.

Só que, quem cuida da rede lotérica, não é a área de loterias. Existe uma área dentro da Caixa que é vinculada à diretoria de rede, que era a Gecor – o colega está fazendo um sinal de que não é mais esse nome. Há uma área dentro da Caixa que não é vinculada à superintendência de loterias, que é quem tem autoridade – tinha – para vender ou não qualquer produto. Não só produto lotérico. Se o cara quiser vender cartão telefônico, qualquer coisa que quiserem vender na rede lotérica, esse serviço é autorizado por essa área. A Caixa entende que há uma área que cuida da rede lotérica; a rede é o lugar onde se vende o produto. E nós, a própria gerência de loterias pega o produto dela e dá para essa área vender.

Então, o que acontece é isto: não é a área de loterias que daria essa autorização para venda.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Bom, vou fazer o último questionamento: quais eram as idéias de V. Sª e do Sr. Waldomiro Diniz a respeito de como deveriam funcionar as loterias, os bingos e os caixas eletrônicos do Brasil?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Depois que eu vim para cá, nunca mais conversei com o Waldomiro sobre isso, sobre bingo, sobre loteria. O único contato que eu tinha com ele era em razão da nossa vontade de aprovar – é o caso que contei aqui, no início – a destinação dos recursos do Loto Fácil para o Fome Zero. Então, o meu contato com ele era nesse sentido.

Eu não tinha esse contato, ele nunca manifestou para mim...

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Eu estou me referindo a quando o senhor tinha aproximação com o Waldomiro. O senhor, como técnico, não tinha idéia de que ele pudesse ser repassado para isso funcionar?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não sei se a minha opinião faz... mas eu tenho a opinião de como deve funcionar. Eu só jogo na mega-sena e na lotofácil. A mega-sena, quando está acumulada, e a lotofácil, porque é um joguinho que eu gosto. São os únicos jogos que eu jogo. Eu não tenho uma opinião sobre jogos. Acho que joga quem quer, seja lá no que for. Eu só acho que qualquer atividade sem regulamentação, seja ela qual for, ela não é boa. Então, a minha opinião é que a decisão de autorizar jogos no Brasil, sejam eles cassinos, bingos, loteria, ou o que for, ela é uma decisão das autoridades que vislumbram um resultado para isso. Eu só acho que nenhuma atividade deve ser sem regulamentação. E aí, que me desculpem os outros, eu "vou puxar brasa para a sardinha" da Caixa: eu acho que a Caixa faz isso muito bem com as loterias de prognósticos. Eu não tenho dúvidas de que se for dado tempo a ela, ela faz muito bem com o bingo ou com o que for. Sem regulamentação, eu acho que ninguém vai controlar! É bobagem acharem que vão controlar bingo com decreto. Tem que ter uma regulamentação forte, assim como as loterias, em que o "cara" joga e, no minuto seguinte, já se sabe quem jogou, onde jogou e quanto jogou. Acho que se for por meio de uma regulamentação – volto a dizer: não estou, aqui, dando uma de "lavo minhas mãos" –, eu não tenho uma opinião sobre a adequação ou não de se regulamentar o jogo, mas se se fizer, tem que ser feito por meio de uma legislação forte, federal, ainda que os Estados venham a ser beneficiados – acho que também é viável que eles venham a ser beneficiados –, mas sob o controle da União. Eu acho que é a União quem tem a força, realmente, para fazer esse controle e a competência técnica para isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor é favorável que se acabe as loterias estaduais?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – As loterias estaduais? Bom, tem cinco aí que não pode acabar, porque elas já existiam na época em que a lei foi criada. Agora, sendo muito sincero, as loterias estaduais, se bem controladas pelo Estado, têm um papel importante lá. É um dinheiro importante para as ações sociais lá no Rio; é vida para as ações sociais. É um dinheiro que vai bem. Tinha um trabalho legal a obra social do Rio: dependentes químicos,distribuição de ambulâncias... Eu tenho que confessar que, mesmo sendo da Caixa Econômica, eu tenho que admitir que esse trabalho era importante.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Tinha o social nos Partidos políticos?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu não sei lhe dizer. Eu sei que as prefeituras, de um modo geral, todas, receberam ambulâncias. As clínicas de dependentes químicos, a fábrica de sopa, isso aí era uma atuação mais do governo estadual do que propriamente de partidos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado Sr. José Luiz. Boas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Obrigado, Senador Reginaldo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Aproveitando o término de sua fala, o senhor disse que a Caixa Econômica faz muito bem o que faz. Poderíamos dizer que a Gtech faz muito bem o faz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A Gtech faz muito bem o faz.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu diria que não é a Caixa Econômica que faz. Na verdade, quem faz é a Gtech. Eu estaria certo em dizer isso?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A Gtech processa as loterias da Caixa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando o senhor falou: "A Caixa Econômica faz muito bem o que faz", o que o senhor quis dizer com isso? O que a Caixa Econômica faz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu acho que a Caixa tem um controle muito bom sobre as loterias que estão sob a gestão dela. A destinação desses recursos é feita tempestiva e adequadamente. Agora, a Gtech desempenha um papel fundamental. Hoje em dia não há como pensar em alguma atividade sem o suporte tecnológico, e esse suporte tecnológico que a Gtech oferece é importante. Nesse momento, eu diria que sim. No passado não era a Gtech; era a Datamec, se não me engano, e também era bem feito o papel.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nesse sentido, eu gostaria de perguntar ao senhor: em 1997, houve o contrato da Caixa Econômica com a Racimec.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso. Era um consórcio, que eu não me lembro...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Era um consórcio com os mesmos proprietários. Não podemos dizer que seja um consórcio, porque eram duas empresas. Porém, os proprietários da Racimec eram os mesmos dos da outra empresa. Então, era um consórcio manipulado, vamos dizer. Mas, naquela época, o processamento de dados, como o senhor mencionou era realizado pela Datamec.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual a sua avaliação do que era feito naquela época?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Era um outro modelo, Senador. Era um modelo em que não se tinha uma aposta *on-line*. Uma pessoa que conhece um pouquinho de tecnologia sabe que, hoje, é possível se fazer *on-line*. Hoje, isso é brincadeira; em qualquer casa se tem Internet. Naquela época, isso era um recurso caro e difícil de se gerir.

Então, o modelo era outro. Era aquele modelo em que as casas lotéricas tinham, ao final do dia, de ir à unidade de loterias da Caixa e entregar um disquete com as apostas que haviam sido captadas. Todavia, era um modelo que funcionava. Há que se considerar que eram menos loterias, o volume de apostas era menor. Quer dizer era mais fácil, mas era feito adequadamente na época.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque, na época, a Datamec foi privatizada...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Acho que foi depois, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em 1999... Em 1997/1999.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu não...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A União controlava a Datamec, como acionista majoritária. Na seqüência, foi privatizada e comprada a Datamec.

V. Sª imaginaria que isso foi um retrocesso para o Brasil também em termos de se ter... Porque, a partir dali, pela informação que temos, pela dedução que podemos tirar, a Gtech tem o monopólio de tudo, uma vez que não existe uma tecnologia... V. Sª acha que existe alguém que possa substituir...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – No Brasil?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – (...) a Gtech?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – As loterias de outros países, como Espanha, Estados Unidos, que são loterias fortíssimas, bem como a própria loteria da Austrália, algumas delas têm outros... A Gtech é a líder mundial no processamento de loterias, mas existem outras empresas que trabalham com loterias. Eu não saberia lhe dizer o nome, mas...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas no Brasil?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não; nacional não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na época, segundo V. Sª menciona, a Datamec fazia um bom trabalho. Era controlada pela União e, no momento em que a Racimec venceu e passou o produto da licitação para a Gtech, a Datamec foi privatizada.

Será que houve, já aí, alguma interferência da Gtech naquele período no sentido de monopolizar esse...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Se V. Exª me permite, eu volto a dizer: o modelo era outro. A Datamec não tinha recursos nem tecnologia para entrar em um processo desses de transmissão *on-line* de apostas, que foi o grande diferencial quando da migração daquele modelo de loterias para esse modelo de hoje. Modernamente, em menos de meia hora, fecha-se um sorteio.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim; isso hoje. Mas, naquela época....

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não tinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas a Gtech já introduziu o novo modelo?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Sim; ela já entrou com o novo modelo.

A licitação, na época, previa que a empresa que ganhasse a licitação teria que fazer o processamento das loterias *on-line* e *real time*. Ou seja: se se fizer a aposta agora, em uma lotérica aqui em Brasília ou em São Paulo, onde quer que se esteja processando eles têm que receber a captação da aposta.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas, se a licitação foi essa, a Racimec, que naturalmente participou da licitação, deveria se habilitar para dar conta desse...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A Racimec se habilitou nesse consórcio. A Datamec só processava as loterias. A Racimec era quem tinha as máquinas que ficavam nas lotéricas e que faziam a captação. Por isso é que ela entrou: ela tinha todo o sistema de captação de apostas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E V. Sª entende que ela fazia um bom trabalho?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A Racimec eu não sei. Os equipamentos eram... Acho que sim. Havia um problema de tempestividade, mas, nas loterias, desde que me lembro, os prestadores de serviços sempre estão sujeitos a eventuais problemas – uma máquina que pára aqui ou ali. Contudo, eu acho que era um trabalho satisfatório, No caso, há que se ouvir o pessoal da época, que acompanhava se realmente havia uma quantidade de erros muito grande no equipamento. Porém, Senador, eu realmente não tenho dados assim muito precisos. Penso que era satisfatório, tanto que o modelo durou de 1970, quando se instalou a primeira loteria, até 1995/1996.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim; praticamente trinta anos.

Quer dizer: aí nós teríamos uma espécie de divisão do sistema de apostas, porque a Racimec, na verdade, era responsável pela tecnologia, pela infraestrutura, pelas máquinas; a Datamec era responsável pelo processamento.

Então, fatiar esse processo era uma espécie de... O pessoal estava fatiando o processo: uma empresa fazia a máquina, outra fazia o processamento na época.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – É, eu acho que era, até por questões de nichos de mercados de cada um. A Racimec sempre foi fabricante de máquinas, impressoras, e a Datamec sempre foi uma empresa de processamento de dados. Então, acho que, por isso, era feita essa divisão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque a Gtech, na seqüência, apelou judicialmente no processo de licitação e garantiu, por uma liminar obtida na Justiça, que não poderia haver, vamos dizer, o fatiamento desse processo todo que já acontecia antes e sem problemas, também.

O SR. JOSÉ LUIZ QUINTÃES – Volto a insistir com o senhor que a questão tecnológica era completamente diferente. Naquele momento, o senhor podia, com um disquete... O senhor levava em qualquer lugar e processava, né?

Hoje, o modelo existe, tem três etapas, vamos dizer assim. Tem a captação, que é aquela máquina; tem a transmissão dos dados, que é uma outra gama de recursos, de aparatos; e o processamento, basicamente, da aposta. Então, são três plataformas: a captação, a transmissão e o processamento. E eu diria para o senhor que, durante muitos anos, esse processo do meio é que foi o mais complicado. A transmissão de dados sempre foi... – hoje, até barateou –, mas era o mais caro e o mais difícil de se fazer. Não posso afirmar para o senhor que esse fatiamento melhora ou piora. Eu acho que dá para conviver. Tem que ter coisas compatíveis, tecnologias compatíveis... Eu acho que é possível, mas tinha de fazer um estudo. Não dá para falar isso assim para o senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O trabalho do senhor, auditor da área de sistemas. Isso quer dizer o quê?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Hoje, a gente faz tudo, né? Porque tem pouca gente lá na regional do Rio de Janeiro, mas é assim o meu trabalho hoje: eu coordeno uma equipe de quatro auditores, que atuam fazendo auditoria nos sistemas da Caixa. Então, por exemplo, vai ter a implantação de um sistema, seja onde for; a gente vai e atua na verificação – se foram cumpridas as etapas do desenvolvimento. Quando o sistema entra em produção, a gente faz periodicamente segurança física e segurança lógica, basicamente. Hoje em dia, com invasão, acessos externos. Então, a gente desenvolve um trabalho para ver se a Caixa tem atuado nesse sentido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E qual era o seu trabalho principal como gerente nacional de loterias? A sua área era responsável por quê?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pelos produtos lotéricos. Eram os produtos...era desenvolvimento, acompanhamento, mais até, acompanhamento dos produtos. Os produtos de loteria de prognóstico que são mega-sena, quina... A gente promovia os sorteios, promovia divulgação de resultados, promovia o repasse aos beneficiários; a gente elaborava as estampas de loteria federal, elaborava

plano de premiação da loteria instantânea da própria Loteria Federal. A gente cuidava especificamente dos produtos lotéricos. Então, se amanhã fosse lançado um novo produto, esse produto normalmente é desenvolvido ou estudado no âmbito da gerência de produtos lotéricos. Se vai ser feita uma mudança...por exemplo, a loteria de São João, loteria federal de São João, que é uma loteria tradicional, todo ano é discutido como vai ser a série, como não vai ser. Aí, faz-se uma análise de como foi o mercado nos anos anteriores, porque a responsabilidade por botar esse produto e ele ser sucesso de venda, ou não, é da gerência de produtos lotéricos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E acima da sua gerência...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Tinha a superintendência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A superintendência...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – E a vice-presidência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a vice-presidência. Quem eram as pessoas no seu período? Superintendente.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Superintendente é o Paulo Campos, que o Senador até falou, e o vice-presidente, o Carlos Borges.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Carlos?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Borges.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Você é do Rio de Janeiro, e o Paulo Campos, já mencionou, que talvez fosse de Brasília.

A sua formação qual é?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu sou formado...eu estudei Matemática, mas me formei em Contabilidade, porque sou da época em que, para ser auditor, tinha de ser contador. Aí, sou formado em Contabilidade e fiz especialização na área de tecnologia, na área de sistemas, que hoje a gente chama de tecnologia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Lá no Rio de Janeiro mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu fiz no Rio de Janeiro, tenho alguns cursos aqui em Brasília. A minha pós foi feita no Rio de Janeiro, mas tenho cursos de segurança aqui em Brasília, segurança da informação. Eu fiz cursos na USP, em São Paulo. Tenho cursos em alguns lugares. Brasília, Rio e São Paulo basicamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pós-graduação, especialização, mestrado, doutorado?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu tenho MBA e pós-graduação em gestão empresarial, com enfoque na área de gestão da área de auditoria, pelos recursos de tecnologia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, o senhor nunca teve contatos nessa discussão da renovação do contrato com a Gtech?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, senhor, nunca.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ou sua gerência...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não era a gerência responsável por esse debate?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está bem, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Obrigado, Presidente.

Sr. José Luiz, já que o senhor é um homem de sistemas, pergunto: qual é a avaliação que o senhor faz hoje do desenvolvimento de sistemas na área de informática envolvendo operação bancária, Banco do Brasil e tal? Qual é a avaliação que o senhor faz? O Brasil adotou tais procedimentos de forma atrasada ou foi pioneiro nesse segmento? Situe-me, por gentileza.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, eu acho que não. Na minha opinião, o Brasil teve um relativo atraso em razão da dificuldade que se tinha antigamente quanto à importação de tecnologia por conta da reserva de mercado. Acho que a gente perdeu algum tempo com isso, mas, hoje, acho que os bancos brasileiros, de um modo geral, têm...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Uma performance boa?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Muito boa. Só que a criatividade do cidadão também é uma coisa complicada, então, esse é um trabalho... Eu vivo isso diariamente: o senhor faz hoje e, amanhã, alguém já desfez; o senhor faz amanhã e, depois de amanhã, alguém já desfez, e isso não acaba nunca – o que é bom, porque aí a gente tem emprego até os 55!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agora, uma pergunta com relação à área específica de jogos, loterias etc. O senhor diria que a Caixa Econômica por exemplo, já que o senhor também é um

homem de tecnologia, estaria em condições de operar todo o sistema que a Gtech hoje opera?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Senador, vou fazer uma confidência para o senhor. Tem um ano e meio, por conta de tudo isso, que larguei mão desse assunto, porque isso aí foi o pior desgaste que já tive na minha vida. Então, eu não posso fazer afirmações sobre isso, mas lhe garanto que, se for dada à Caixa Econômica a atribuição de assumir isso, não tenho dúvida de que ela assume, porque muito mais complicado do que isso foi quando a Caixa Econômica teve que receber as contas do FGTS. Eu participei desse processo, isso vinha de tudo que era jeito e, por força da imposição que se tinha para receber as contas do jeito que elas vinham, a gente sofreu pra caramba, o senhor não imagina o que foi aquilo. A gente penou muito, trabalhou muito...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu imagino, porque eu atuei também nessa transferência como Procurador da Fazenda Nacional.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pois é, então o senhor sabe muito bem do que estou falando. A gente levou alguns anos para conseguir assimilar isso, e hoje não se fala mais nesse assunto. A Caixa deu conta. Então, se o senhor chegar e perguntar para mim: "Zé Luiz, você acha que se pode fazer amanha?" Eu não tenho essa avaliação, mas eu trabalhei um ano na área de loterias e sei que o pessoal lá é danado. Se for dado esse desafio, eles vão fazer. Não tenho dúvida de que se faz, mas não posso dizer para o senhor em quanto tempo, se foi melhor ou pior, porque, realmente, por uma decisão pessoal, eu não quis, e não quero, mais saber desse assunto. É a sexta vez que sou chamado para falar sobre algumas coisas que eu sei e sobre outras que eu não sei. Eu virei a todas, mas, por decisão pessoal, saio daqui e não quero nem saber o que estão falando, realmente abro mão de acompanhar essa situação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Informações de que já dispomos nos dão conta do seguinte. Esse contrato com a Gtech – se originou com a outra empresa etc. – já vem sendo mantido há oito anos, e a Gtech jamais participou de uma licitação na Caixa Econômica. Isso, por si só, em se tratando do volume de recursos envolvido, é algo absolutamente estranho. Mas, o Ministério Público, em estudos preliminares, já aponta para a existência de graves prejuízos arcados pela Caixa Econômica em relação a esse contrato. Fiz essas perguntas para lhe fazer mais esta pergunta: o senhor tem uma avaliação dessa situação, ou seja, do que gerou esse contrato da Caixa com a Gtech em termos de prejuízo para a instituição e, por conseguinte, para o País? Pergunto isso porque o senhor afirmou, como disse o Senador Flávio Arns, que a Caixa atua muito bem, mas atua por intermédio da Gtech, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Da Gtech.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Digamos, o resultado operacional talvez seja aquele que o senhor imagina que seja. Agora, e o resultado financeiro disso tudo? O senhor tem uma avaliação disso?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A Caixa... É uma área que ainda dá uma margem pequena de resultado para a Caixa, mas não é só por força do contrato com a Gtech, mas é porque – e aqui não vai nenhuma crítica – os beneficiários – e acho que tem que ser – a maior parte da arrecadação fica por conta dos beneficiários, do Imposto de Renda. A Caixa Econômica fica, se não estou enganado, com 20% para remunerar lotéricos, para remunerar a Gtech, para cobrir as suas despesas operacionais e não me lembro exatamente... Então, ela tem uma margem na faixa de 1,5% ou 2,5% que é o resultado. Mas ainda é um resultado positivo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas não me refiro a isso. Quando ouço o Ministério Público dizer que o contrato com a Gtech resultou em prejuízo para a Caixa Econômica, quero entender que esse contrato poderia ser, por exemplo, firmado em valores menores, está certo?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Entendi.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É nesse sentido. O senhor tem alguma avaliação nesse sentido?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não. Eu nunca fiz... Porque a empresa cobrou um "x" para fazer e a Caixa, na ocasião... Acho que isso fez parte, integrou a licitação, se não me engano, onde a Caixa estabelecia quais eram as percentuais que ficavam a cargo da empresa vencedora. Quer dizer, quem se habilitou ao contrato, se habilitou sabendo quanto ia receber. Acho que é isso que vem sendo praticado. Acho, não, é isso que vem sendo praticado até hoje. Agora dizer...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Permita-me um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – No processo de licitação, como foi dito, não foi a Gtech, foi a Racimec, porque a Gtech não poderia ter participado por ser uma empresa internacional. E há vários pareceres da área jurídica da Caixa Econômica dizendo

que a Gtech não poderia participar porque já tinha comprado a Racimec. Mas eles insistiram tanto que acabaram podendo participar. Há um parecer no final – quem deu o parecer precisa ser interrogado também, apesar de já ter passado alguns anos – e, na verdade, o preço foi aumentado na seqüência. Quer dizer, foi licitado por um valor e esse valor, ao arrepio do que tinha acontecido na licitação, foi aumentado. Então, também nesse sentido o prejuízo... porque o senhor está mencionando... naturalmente, se tivesse havido o contrato, a Racimec ganhou, teria que cumprir aquele contrato, mudar o sistema e tudo, mas houve a mudança do contrato para uma outra empresa; a venda da licitação, em outras palavras. A Gtech não comprou a Racimec por ser uma boa empresa; comprou a Racimec porque tinha vencido a licitação e aumentaram o preço...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Comprou um cavalo selado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Então, ao arrepio... Inclusive, os pareceres jurídicos da Caixa Econômica são nesse sentido, ou seja, do Erário público, na verdade, ter sido prejudicado, como V. Exª está colocando. Não houve esse contrato. Houve aumento do preço. Isso é claro. Por isso que quando V. Exª mencionou que mandaria tudo isso para o Ministério Público, quero dizer que o Ministério Público, calculo, já está investigando isso, mas é bom, oficialmente, mandar de novo, acompanhar e ajudar o Ministério Público, a Polícia Federal a voltar à época da Racimec, porque isso foi um escândalo para o Brasil. Foram oito anos sem licitação e bilhões. Mas concordo com o senhor. Desculpe-me o aparte. Acho que a Caixa Econômica tem gente muito competente, qualificada. O Brasil tem. Não é possível que não tenham pessoas para desenvolver um sistema e possam, pelo menos, fazer um trabalho de qualidade na tecnologia e no processamento.

O SR. GERALDO MESQUITA (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, quis abordar apenas esse aspecto para reforçar a minha convicção e disseminar entre os meus Pares a idéia de que é cada vez mais preocupante a existência desse contrato da Caixa com a Gtech. Mais uma vez, quero reiterar a idéia de que a Comissão deve provocar o Ministério Público para que vá a fundo nessa investigação – se é que já não foi – e que isso resulte na adoção de providências para denúncia desse contrato absolutamente pernicioso aos interesses da Caixa Econômica e do Brasil.

Agradeço a V. Sª pelas suas respostas e dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. José Luiz do Amaral Quintães, a minha idéia é a de que o senhor é uma pessoa séria, dedicada ao seu trabalho, mas que tem sido usado. Desculpe-me. O senhor trabalhou com o Waldomiro Diniz em algum lugar? Na Caixa Econômica, por exemplo?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem na Loterj?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Na Loterj, quando eu estive na Secretaria de Fazenda, a gente tinha contato direto, porque a Loterj é vinculada à Secretaria de Fazenda. E, como falei no início, o trabalho que a gente desenvolveu era basicamente com a Loterj para poder fazer...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor era uma espécie de consultor...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço que o Sr. José Luiz fale um pouco mais perto do microfone.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor é uma espécie de consultor do Sr. Waldomiro Diniz para esses assuntos?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – O jornal me deu esse nome. Na verdade, nós fomos lá para constituir uma equipe, onde tinham auditores...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele procura muito o senhor para encaminhar algumas resoluções, projetos da Loterj? O senhor é um bom técnico.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, Senador. A gente tinha contato. Agora, o meu relacionamento era mais com a Diretoria de Operações, mais com a parte operacional da empresa. Por ocasião da licitação da loteria **on-line** para a Loterj, aí sim, ali os relatórios que eram produzidos eram encaminhados à Comissão de Licitação, que encaminhava para ele. Aí surgiam algumas questões que ele ou o Vice-Presidente perguntavam. Mas a gente não tinha uma linha próxima.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tinha ou tem ainda o Sr. Waldomiro como sendo um homem sério? Tinha essa imagem antes da fita ou tem ainda?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – V. Exª vai me fazer essa pergunta, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se o senhor não quiser responder, não tem problema.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu respondo. Eu não tenho vergonha de admitir. Eu

não tenho mais. Quem viu a fita não pode manter a mesma idéia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor viu o vídeo do Waldomiro na televisão?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Vi, no dia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E causou alguma surpresa, aquela facada que disse...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Causou uma surpresa. Não foi facada em mim, mas foi um banho de água fria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas teve uma surpresa, não é? E por que o senhor teve essa surpresa?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Por aquilo que falei a V. Exª. A imagem que a gente tinha dele era a de que era uma pessoa que não... Pelo menos pela postura que ele cobrava, não era aquilo que imaginávamos que fosse ser feito. Não quero fazer juízo de valor, estou me limitando ao que vi na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aquilo não deixa dúvida nenhuma de que ele fez aquilo, quando Presidente da Loterj, quando estava trabalhando lá no Rio de Janeiro. A partir dali, como eu...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pela fita?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...como os brasileiros de uma forma geral, acho que o senhor também não tinha dúvida de que usou o prestígio dele na Loterj outras vezes...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para buscar recursos. Porque foi bem claro: recursos para financiamento de campanhas políticas. Ele era um operador do Sr. José Dirceu, bem como o Sr. Sereno. Foi dito aqui nesta Comissão pelo Secretário Nacional de Segurança que o Sr. Waldomiro Diniz era um operador do Sr. José Dirceu em nível estadual e o Sr. Sereno, em nível da campanha nacional. Então, o senhor passa a entender e a acreditar que houve movimentos nesse sentido na época em que ele esteve na Loterj, seja no Governo de Garotinho, seja no Governo da Benedita.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não tenho dúvida de que ele pediu 1%, porque eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Um por cento. O Sr. Cachoeira?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu ouvi. Foi o que eu e todo mundo ouvimos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor acha que, quando ele chegou na Casa Civil, continuou a mesma coisa, só que agora não era mais 1%, porque era nacionalmente.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não sei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Soube que o seu aniversário é no mesmo dia do Waldomiro.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – É.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É no mesmo dia do meu filho, 18 de março.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – É, 18 de março.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi quando o senhor conheceu o José Dirceu; naquele dia, ele estava lá na festa.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, eu não conheço o Deputado José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. José Dirceu não estava na festa?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pelo menos no período de que participei, não. Posso fazer um comentário? O delegado César Nunes me deu o maior susto com essa história desse aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Ele disse que tinha um fato grave contra mim. Aí disse que eu fazia aniversário no dia dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor demorou pouco lá no Palácio no dia em que foi para o aniversário?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Foi rápido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o Sr. José Dirceu não foi não?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pelo menos no período em que estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É um homem ocupado, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Nunca o vi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas com o Sr. Waldomiro conversou, que é muito seu amigo. Vocês tiveram, fora esse encontro, algum contato social, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Nós não tínhamos uma relação de amizade, mas a gente se encontrava.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Você sabe que ele era muito amigo do José Dirceu.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Pelo menos depois do fato ocorrido...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor, antes mesmo do fato ocorrido...

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – A gente tinha uma indicação de que ele...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe que ele era um "peixe" do José Dirceu, não é? Porque o José Dirceu o levou para o Rio de Janeiro e depois o trouxe para a Casa Civil. E ele tinha influência dentro da Caixa Econômica e de outros cantos. É natural. O senhor viu o Sr. Waldomiro muitas vezes na Caixa Econômica, não é verdade?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, senhor, eu só...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem quando o senhor veio aqui para Brasília, naquele tempo?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não. Foi o que falei, eu só o vi uma vez na Caixa Econômica, foi quando o Senador Garibaldi mencionou que eu tive um encontro com ele. Foi só essa vez que encontrei com ele na Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. E o senhor veio para cá e é evidente que é subordinado à direção da Caixa Econômica. Qual foi a orientação da Caixa Econômica para o depoimento do senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem nada.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não conversou com ninguém da Caixa e os advogados? Não conversou com os advogados da Caixa?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Tenho um colega da Caixa, que tem me acompanhado, mas a gente não... É porque é conhecido...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o treinamento do senhor é diferente daqueles outros.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Não, não tive.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que tem uma escola de treinamento de vários depoentes que estiveram aqui; falam a mesma linguagem, não muda nem a vista, é impressionante. O senhor, não. Acredito que o senhor falou aqui a verdade, sinceramente.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – O senhor pode ter certeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sinceramente. Só acho que o senhor conhecia o José Dirceu.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Palavra de honra que não conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está certo.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Só via pela televisão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois está bem. Agradeço a V. Sª, Sr. José Luiz do Amaral Quintães, a presença, as informações que nos deu.

Nada mais havendo, acredito, a ser tratado... Existem alguns requerimentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, há uns 10 requerimentos aqui. Antes de iniciarmos amanhã a oitiva do Sr. Marcelo Coelho Aguiar, ex-Assessor da Secom do Paraná e sócio da MM Consultoria, e do Sr. Walter Santos Neto, atual representante da MM Consultoria, faríamos uma reunião administrativa, para aprovar esses requerimentos.

Já que há um quorum relativamente baixo neste momento, discutiríamos amanhã. Existem transferências de alguns sigilos bancários e fiscais, e não há quorum neste momento.

Escuto V. Exª, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – São duas questões, Sr. Presidente. Primeiro, parece que ainda não está no sistema a transcrição taquigráfica das audiências desta última semana, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só a última.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A do Dr. Soares já consta também? Já. Então, a última...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A dificuldade é que há CPI demais, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois é. Esse é um problema, realmente.

O segundo aspecto é que temos debatido muito a questão da Gtech, da Racimec, dos contratos, das licitações, dos preços, e existem relatórios. Indago de V. Exª se não seria possível que a própria Comissão, já que o assunto é recorrente, tomasse a iniciativa de requerer uma força-tarefa, para investigar esse contrato desde o seu nascedouro, em 1997, até hoje, o que inclui a renovação no ano passado. Tenho a impressão de que isso poderia ser feito pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas da União, pela própria Polícia Federal, se for o caso, pela Receita, sem dúvida alguma. Assim teríamos elementos substanciais sobre

os quais discutir ou pararíamos de falar sobre esse assunto, se fosse o caso também.

Seria interessante que houvesse da parte da CPI essa iniciativa de requerer, à exaustão, a análise desse contrato, desde o seu começo. Realmente, existem dúvidas, e é um assunto que, a todo instante, estamos voltando a debater. Talvez a iniciativa pudesse ser do Relator. Essa é a sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só uma informação a V. Exª: o Tribunal de Contas da União vem fazendo esse trabalho. Já são três processos, inclusive com cópia já disponível na Comissão.

Poderíamos fazer uma avaliação com base nessas cópias do Tribunal de Contas da União e, a partir disso, pedir mais alguns dados que fossem do interesse desta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Até para que o Ministério Público pudesse opinar sobre esse relatório do Tribunal de Contas, porque acho que todos nós que estamos aqui não vamos nos aprofundar adequadamente, até por falta de condições e infra-estrutura

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou pedir à assessoria que faça uma avaliação da documentação já existente e, a partir daí, até apresente um resumo aos Srs. Parlamentares para sabermos se há necessidade da intervenção da Polícia Federal e do Ministério Público, o que pode ser requerido por V. Exª ou por qualquer outro Parlamentar. E esta Mesa colocará, de imediato, em votação, pode ter certeza V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em primeiro lugar, até para meu conhecimento, acho que seria bom ter esse resumo para que eu possa ver o que já foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estamos tendo dificuldades em relação a algumas quebras de sigilo, que não estão chegando em tempo de se fazer as oitivas. Já tivemos um contato com o Presidente Meirelles através de membros desta Comissão – nosso Vice-Presidente, nosso Relator e o Senador Tuma. Vamos aguardar que haja realmente essa parceria. Reclama o Sr. Meirelles de que a culpa não é do Banco Central, e, sim, dos outros bancos. Mas, se houver essa insistência, esse jogo de empurra-empurra, vamos determinar à nossa assessoria, com apoio da Polícia Federal e Ministério Público, que passem à busca desses documentos. Nós nos sentimos prejudicados por falta dessa parceria, dessa colaboração. O prazo foi suficiente, já se foram quinze dias úteis e, infelizmente, vêm chegando a conta-gotas, como vem acontecendo em outras comissões. Quero deixar claro que não terei nenhuma dificuldade ao lado do Relator e dos membros desta Comissão de determinar à assessoria a apreensão e busca desses documentos, com o apoio da Polícia Federal e Ministério Público.

Não havendo mais nada a ser tratado, convoco os membros desta Comissão para a próxima reunião a realizar-se amanhã, neste mesmo local, às 11h30min para as oitivas dos Srs. Marcelo Coelho Aguiar e do Sr. Walter Santos Neto.

Agradeço pela presença de todos, de V.Sª, e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h49min.)

Ata da 10ª Reunião, Realizada em 10 de agosto 2005.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às doze horas e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita Junior e Demóstenes Torres, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Marcelo Coelho de Aguiar, ex-Assessor da Secretaria de Comunicações da Presidência da República e Walter Santos Neto, Representante da empresa MM Consultoria Jurídica Ltda. A seguir indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. Dando continuidade aos trabalhos a Presidência convida o Senhor Marcelo Coelho de Aguiar, para tomar assento a Mesa, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente se coloca a disposição da comissão para os questionamentos. Com a palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho para inquirir o depoente seguido, de acordo com a ordem de inscrição, pelos Senadores Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Magno Malta e Leonel Pavan. A seguir, o Senhor Presidente agradece ao depoente solicitando que o mesmo permaneça na sala ao lado para uma possível acareação e convida o Senhor Walter dos Santos Neto, para prestar seus

esclarecimentos, procedendo a leitura do termo de compromisso. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas atividades e se coloca a disposição da comissão para os questionamentos. Com a palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho para inquirir o depoente, com apartes dos Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Magno Malta e Romeu Tuma. O Senhor Relator retoma os questionamentos. A Presidência adverte ao Advogado do Sr. Walter que não poderá se manifestar com relação às respostas prestadas pelo depoente. Prosseguindo, concede a palavra ao Senador Flávio Arns para inquirir o depoente, seguido pelos Senhores Senadores Reginaldo Duarte, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan e Romeu Tuma. A presidência adverte ao depoente que o mesmo assinou Termo de Compromisso e nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, se compromete a dizer a verdade. Prosseguindo, usam da palavra os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho e Romeu Tuma. A presidência convoca o Senhor Marcelo Aguiar para uma acareação com o Senhor Walter Santos e suspende a reunião por dez minutos. Reaberto os trabalhos o Senhor Presidente volta a alertar aos depoentes pelo fato de terem assinado o Termo de Compromisso se comprometendo a dizer a verdade. A seguir, passa a palavra ao Relator para os questionamentos iniciais, seguido pelo Senhor Geraldo Mesquita. Com a palavra o Senador Magno Malta solicita que a Presidência dê voz de prisão ao Senhor Walter Santos por ter faltado com a verdade perante a Comissão. Com a palavra o Senador Romeu Tuma sugere que a comissão reconvoque os senhores Marcelo Aguiar e Walter Santos para prestarem depoimento em data oportuna. Com a palavra o Senador Flavio Arns sugere que a Comissão encaminhe cópia das notas taquigráficas da presente reunião ao Ministério Público, juntamente com toda documentação relativa aos depoentes. Com a palavra o Senhor Relator, acata as sugestões oferecidas pelos Senadores Romeu Tuma Flávio Arns e Geraldo Mesquita e solicita que a presidência encaminhe as notas taquigráficas juntamente com a documentação, ao Ministério Público, à Secretaria da Receita Federal e ao Departamento de Polícia Federal. A seguir, o Senhor Presidente submete à votação dos Seguintes requerimentos: **Requerimento n.º 090/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a reconvocação do Senhor Marcelo Coelho Aguiar, para prestar depoimento perante a Comissão e **Requerimento n.º 091/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a reconvocação do Senhor Walter Santos Neto, para prestar depoimento perante a Comissão. Em votação, são aprovados os requerimentos. Finalizando, o Senhor Presidente determina que a Secretaria que tome as providências solicitadas pelo Relator e, convoca reunião a realizar-se amanhã, às onze horas e trinta minutos, para a oitiva do Senhor Waldomiro Diniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Décima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Na pauta de hoje, Srs. Senadores, teremos o depoimento de Marcelo Coelho Aguiar, Ex-Assessor da Secom, da Presidência da República, e sócio da MM Consultoria. E do Sr. Walter Santos Neto, atual representante da MM Consultoria.

Encontra-se sobre a mesa a Ata da reunião anterior, que coloco em votação, propondo a dispensa de leitura.

Aos Srs. Senadores que queiram discutir, concedo a palavra.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovada.

Convido, para tomar assento à Mesa o Sr. Marcelo Coelho Aguiar, Ex-Assessor da Secom, da Presidência da República, e sócio da MM Consultoria. Peço à assessoria para encaminhar o Sr. Marcelo Coelho.

V. Sª, Sr. Marcelo Coelho Aguiar, dispõe de trinta minutos para o seu depoimento. V. Sª tem a palavra.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Desculpe, Sr. Marcelo. Quero dar ciência aos Srs. Senadores de que o Sr. Marcelo assinou o Termo de Compromisso, conforme o art. 203, do Código de Processo Penal, indicando o seu nome completo: Marcelo Coelho de Aguiar; Identidade: número e órgão expedidor; idade; CPF; estado civil: divorciado; endereço residencial; telefones; e profissão: advogado.

Então, V. Sª, Dr. Marcelo, está com a palavra.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Membros da Comissão.

Neste início, eu gostaria apenas de dizer que fui vítima de uma reportagem mentirosa. Prestei depoimento à Polícia Federal ontem e espero que o depoimento tenha chegado à Casa. Eu gostaria de passar para as perguntas. Vamos adiantando, porque os fatos são bastante... Eu posso, inclusive, ler o meu depoimento da Polícia Federal, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso não se faz necessário.

Solicito, de imediato, que a assessoria faça cópia do depoimento do Sr. Marcelo para os Srs. Membros. Já deveria estar pronto. Então, que faça a distribuição.

Sr. Senador Romeu Tuma, seja bem-vindo.

Solicitaria a distribuição também da lista daqueles que querem fazer a inscrição. A assessoria não precisa, todos os dias, fazer a solicitação aos Srs. Senadores para se inscreverem.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Garibaldi Alves, já que o Sr. Marcelo pretende responder as perguntas sem acrescentar nenhuma declaração.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo Aguiar, o senhor poderia fazer um breve histórico de suas atividades profissionais, enfatizando sua atuação e de suas empresas na Administração Pública, quer federal, estadual ou municipal, mencionando cargos, atribuições e períodos?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não poderá ler seu depoimento.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Está bem. Vamos por etapas. Em 1999, vim para Brasília, trabalhei na Ouvidoria da Anatel. Posteriormente, em 2000, fui contratado para trabalhar no Ministério da Justiça e, em seguida, em 2003, fui convidado para trabalhar na Secom, na Presidência da República.

O senhor me perguntou com mais detalhes, Excelência?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Queria ouvir de V. Sª se são essas, realmente, as suas atividades na passagem por esses cargos.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes disso, o senhor não passou por nenhum outro cargo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Antes disso, eu trabalhei no Tribunal de Justiça, em Minas Gerais, e bem antes fui advogado – advoguei depois de me formar. Trabalhei um pequeno tempo numa empresa de consultoria, em São Paulo. O nome é Alexander Proudfoot Consultoria, no período de quatro meses, mais ou menos. Consultoria empresarial, como vou dizer...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De oportunidade de negócios.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É alguma coisa assim, viabilidade de negócios, não tinha muito a ver com o jurídico.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto: sua empresa teve contrato com a Administração Pública?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – No início da minha carreira, advoguei para alguns Municípios. Quando fiz a MM Consultoria junto com o primeiro sócio, assessorei algumas prefeituras pequenas na região metropolitana de Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em 2004, quando o senhor estava na Secom, sua empresa firmou contrato com a Companhia de Navegação do São Francisco?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Vim saber agora; não conhecia esse fato. Não sabia disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a empresa...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Fiquei sabendo agora, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, era a sua a empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Era. Formalmente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, ele não se desligou para entrar na Secom? Não se desligou da empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E isso não é ilegal?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não administrava, na verdade, fiquei com trinta e pouco por cento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não exercia atividade administrativa nenhuma?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpa, Sr. Relator, é porque é ilegal a participação administrativa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não entendi foi o seguinte: sua empresa firmou contrato com a Companhia de Navegação do São Francisco, firmou ou não firmou?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Vim saber agora, depois da reportagem, quando vi o lançamento...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não firmou?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu vim saber agora, Excelência. Firmou. Na hora eu não sabia. Eu não a administrava mais desde 1999.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, porque o senhor já estava fora...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Desligado dela formalmente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, entendi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não estava desligado, não, Relator...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma nova sessão de esquecimento. Mais uma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele manteve a sociedade sem exercer a atividade... Mas estava na sociedade quando foi firmado o contrato, pelo que estou entendendo aqui....

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem razão. O senhor estava na empresa, mas não teve conhecimento de que ela havia assinado esse contrato.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E esse contrato era de quanto? Bem, hoje o senhor sabe, foi de quanto?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sei. O que fiquei sabendo foi que o escritório dirigido pelo Walter, porque ele tomou conta da frente do escritório, firmou um contrato de assessoria jurídica com a Franave, que tem um agravo de instrumento não sei se no STJ, e recebeu de honorários isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Walter Santos Neto?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Justamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Seu sócio?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já foi ou é filiado a algum partido político?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já contribuiu como pessoa física ou como pessoa jurídica, por meio de alguma empresa, para alguma campanha eleitoral de algum partido?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia nos dizer quem o indicou para trabalhar no Ministério da Justiça?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu trabalhava na Ouvidoria da Anatel e um amigo meu me disse que o Ministério da Justiça estava contratando, contrato temporário, através de um contrato da Fundação Getúlio Vargas, pela Inconsult, alguns advogados, engenheiros, para trabalhar num projeto grande do Denatran. Enviei meu currículo e retornei – fui para Belo Horizonte novamente, porque estava na Anatel e saí. Quando voltei para Belo Horizonte, meu chamaram para uma entrevista e fui colocado para trabalhar; me chamaram e fui trabalhar no Ministério da Justiça.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi chamado pelo Ministério?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pela Inconsult, uma empresa terceirizada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por uma empresa terceirizada que presta serviços ao Ministério da Justiça.

Quer dizer que não houve apadrinhamento político?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não pediu a ninguém?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não. Eu fiquei sabendo que tinha essa possibilidade e me candidatei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor é contratado por uma empresa terceirizada. Qual era essa empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – A Inconsult, num primeiro momento. E depois a Inconsult rompeu o contrato com o Ministério da Justiça e continuei no contrato da Conservo, se não me engano, até o final de outubro de 2003. Fiquei lá três anos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já na Secom, o senhor ocupou um DAS 4. Alguém concorreu para o seu ingresso?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sim, senhor. Eu trabalhava no Ministério da Justiça e tinha um salário pequeno. E, por meados de agosto, se não me engano, vi publicado no jornal a nomeação do meu padrinho de casamento Jafet Abrahão. Aí telefonei para o Dr. Jafet e fui fazer uma visita a ele levando meu currículo, e pedi a ele para que ele pudesse examinar o meu currículo e pudesse me levar para trabalhar com ele, em alguma assessoria, porque eu estava precisando melhorar meus rendimentos. E, depois de um mês e pouco, voltei a falar com ele e ele me disse que iria me contratar e me nomeou como assessor dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o seu padrinho foi o Sr. Jafet Abrahão? Foi padrinho de casamento e padrinho na nomeação?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É padrinho de casamento, meu amigo, acredito que tenha sido também pelo meu currículo, modesta à parte, já estava me aprimorando, estudando...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor mantém contatos freqüentes com o Sr. Jafet Abrahão?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sim, eu fiquei sendo assessor dele direto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, não tem negócios com ele?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nenhum, nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A revista **Isto É** afirma que na Secom V. Sª era visto como afilhado político do Sr. Marcos Flora.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não tinha contato nenhum com o Dr. Marcos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que o senhor tem a dizer a esse respeito?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Que eu não tinha nenhum contato com o Dr. Marcos, mesmo porque eu trabalhava no 5º andar, a gente trabalhava no Bloco A, logo aquele primeiro depois da Esplanada. Eu ficava no 5º andar, com o Dr. Jafet. No 6º andar ficava o Gabinete do Ministro e do Secretário Adjunto. Eu raramente encontrava com ele no elevador. Só cumprimentava. Eu não despachava com ele, eu não tinha contato algum com ele. Nem em Belo Horizonte o conhecia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o seu relacionamento com o então Ministro Gushiken?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Também não... Só o via em alguma palestra e quando do aniversário dele, que os servidores se reuniam para cumprimentá-lo. Foi uma vez ou duas só, no máximo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o seu patrimônio em outubro de 2002, e qual é o seu patrimônio hoje?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O mesmo, acho, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não houve nenhuma...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nenhuma alteração. Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhuma alteração?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Apenas uma... Este ano passei a cota que eu tinha, de uma sociedade civil, para a minha ex-esposa, mas ainda vou declarar no Imposto de Renda no ano que vem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia nos falar a respeito da sua experiência no exercício da advocacia, descrevendo as principais causas em que atuou desde 2001 até hoje?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Desde 2001?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É. De 2001 até hoje. O senhor, como advogado.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não atuei em causa de 2001 para cá, não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em nenhuma causa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o escritório do senhor não era de advocacia?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Era de advocacia, mas eu me desliguei dele. Quando eu vim para Brasília... Porque foi o seguinte: em 1994, eu constituí a empresa com o meu primeiro sócio. Em 1997, o meu primeiro sócio quis sair e, como tinha sido estagiário do Dr. Walter Santos Neto, eu o procurei, e ele resolveu ficar com as cotas do Dr. Mário e um pouco com as minhas também. Nesse momento, nós até negociamos a minha saída completa do quadro societário, mas ele me pediu que eu ficasse um pouco e nós tentamos um pouco a advocacia juntos, alguma coisa assim nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor terminou o curso de Direito em 2001?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Em 1989.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em 1989. E o que o seu currículo tem de especial para ser aceito? O senhor fez algum mestrado, alguma pós-graduação ou era só um advogado sem nenhuma causa registrada?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Ele me perguntou depois de 2001 se eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o que é que tinha de especial no currículo de V. Sª para que o Ministério da Justiça lhe aceitasse de imediato sem apadrinhamento? É só advogado, sem mestrado, sem um curso de pós-graduação, especialidade, nada?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu tinha uma pequena vida dentro da Administração Pública, como assessor de prefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E isso era suficiente no Ministério?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Deixe-me concluir, por favor. Depois eu fui Assessor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como Assessor do Desembargador da 2ª Vice-Presidência, como também de dois outros desembargadores nos períodos picados em que eu fui assessor deles e me aprimorando...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual era o período? Esse período picado era de quantos meses?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O senhor me permite... Não estou aqui... Olha, o primeiro período foi de um mês no Tribunal de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De um mês?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É. Depois voltei ao Tribunal de Justiça e fiquei um ano, de 1999... É porque tem um pouquinho de confusão aqui no extrato que eu tenho do Imposto de Renda, mas posso assegurar que foi o período de um ano...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não tem nada de Imposto de Renda. É só a especialidade do senhor, o seu currículo. Não precisa de Imposto de Renda.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que estou achando estranho é que o senhor seja... porque o Ministério da Justiça é muito exigente na escolha de advogados e V. Sª disse que não teve apadrinhamento nenhum. Mandou o seu currículo e foi aceito. Estou estranhando é isso. Eu acho difícil isso acontecer.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Deixa eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª deveria falar a verdade. Quem lhe apadrinhou para V. Sª se aproveitar?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu poderia acrescentar: ele falou que assessorou prefeituras. Quem eram os prefeitos e a que Partido ou Partidos pertenciam? Se V. Exª concordar com o acréscimo na sua pergunta.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito. Olha, eu assessorei a Câmara Municipal de Santa Luzia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não é Santa Luzia da Paraíba, não é?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque lá é a minha terra.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É Minas Gerais. Depois, a Prefeitura de Lagoa Santa também, tudo em Minas Gerais.

Tive contratos com as Prefeituras de Guiricema, de Ubá, de Turmalina.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não era assessoria fixa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, era assessoria administrativa. Eles tinham um contrato de um período de seis meses a um ano e eu tinha que estar lá toda semana, dando assistência, ou por fax e tudo isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Contrato particular e não como funcionário da prefeitura.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Justamente, particular, com a MM.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o senhor não tinha nada especial, porque essas assessorias, a meu ver, sinceramente...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Vou explicar ao senhor. A minha contratação no Ministério da Justiça não foi para um cargo. Com o decorrer do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem era o proprietário da Inconsult?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, não... A Inconsult... Era da Fundação Getúlio Vargas, um contrato que a Fundação Getúlio Vargas fez com o Ministério da Justiça e que abrangia vários... É um contrato tipo "guarda-chuva" e me colocaram lá ganhando mil e poucos reais, eu ganhava mil e quinhentos reais. Com o tempo, fui...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse negócio de salário... É Conserva a outra firma?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Conserva.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E todos os funcionários que foram, já que foi rompido o contrato com a Inconsult, todos os outros funcionários foram aproveitados? Todos ou só V. Sª?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Alguns, foram alguns, não todos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe o percentual?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não sei lhe informar, mas foram muitos que foram aproveitados. Quem se destacou foi mantido no contrato depois, para o futuro. Lembro que na minha assessoria no Ministério passaram por lá 5 ou 6 Ministros e eu, modéstia à parte, por minha habilidade, fui me aprimorando nos estudos lá dentro, fui ficando dentro da Secretaria de Assuntos Legislativos. É o primeiro passo meu, o administrativo, em que eu fazia funções pequeninas lá

dentro, quase nada, como carregar papel, etc. Com o tempo, me deram processo para fazer, um parecer; aí eu estudei, até era processo de análise de tramitação de projetos de lei aqui dentro da Comissão de Constituição e Justiça, tanto do Senado como da Câmara. No final, eu já estava dando parecer em cima de vetos, na época da sanção do Presidente, quando ia subsidiar o Ministro da Justiça nos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com qual Ministro o senhor teve mais relação, mais aproximação?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não tinha relação com nenhum Ministro. Tinha com a Secretária de Assuntos Legislativos, porque foi ela que foi a minha Secretária, a Drª Ivete Lund Viégas. Ela permaneceu por mais de 12 anos no Ministério. Então, a nossa relação técnica... Ela tinha em mim uma confiança muito grande em mim e eu não tinha nenhum envolvimento político nem nada. Ela gostou do meu trabalho, viu que eu era esforçado, eu estudava para fazer concurso; o meu dinheiro que sobrava era sempre para fazer concurso público, comprar livro e por aí foi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como está sua situação como advogado, na OAB?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Acho que a minha situação com a OAB... Aparentemente, estou inadimplente com ela, porque teve um período, quando estava no Ministério da Justiça, em que tentei, não é cancelar, mas fazer uma interrupção da Ordem, para evitar pagar a OAB lá, porque tinha uma discussão... Eu fazia um pouco da advocacia da União – não era nem advogado da União, não é isso que quero dizer; eu realmente fazia muita coisa da Advocacia da União, e meus colegas advogados da União estavam com este impasse: precisavam pagar para ser advogados do DF e, também, quando eram advogados da União. Então fiz um primeiro pedido de interrupção do meu período da OAB e, a partir desse momento, suspendi o pagamento. Então, a partir desse momento, eu estava suspenso da OAB.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a MM Consultoria não é uma empresa de advocacia?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É, sim, senhor.

Deixe-me acabar de fazer aquele caminho das alterações contratuais, se V. Exª me permite, porque acho que vai esclarecer um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor falou que atuava como advogado da União?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, não atuava como advogado da União. Eu trabalhava para os advogados da União, fazendo algumas pesquisas para o relatório final da Advocacia da União... os advogados do Ministério da Justiça que redigiam os documentos que eu ajudava a minutar, essas coisas assim. Entende?

Então, eu posso ir naquela seqüência.

Em 94, Exª, eu constitui a MM Consultoria Jurídica. Em 97, o Mário quis sair, eu entrei, como o Walter entrou. Em 98, entrou em vigor o novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. E, desde então, nós tivemos dificuldades para tentar fazer alteração contratual, Exª, porque a minha empresa, naquele momento, era MM Consultoria Jurídica e Administrativa. Quando nós íamos ao Cartório de Registro Civil para tentar alterar, o Cartório falava: "Olha, isso é uma sociedade de advogados, só pode ser alterada e inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil". Aí, novo período de distanciamento, porque eu estava com Mário – desculpe, com Walter –, ficava mais uns seis meses e tal.

Quando nós conseguimos concluir de novo: "Vamos lá na OAB e tal", o meu contador foi lá – eu não me lembro se foi ele ou eu; nós fomos lá –, a OAB disse: "Olha, como tem administrativo, a OAB não pode registrar essa alteração contratual". Aí, mais outro impasse. A gente não conseguia alterar o contrato social da empresa por essa razão. E, também... Bom, aí foi isso mesmo. Nós não conseguimos.

Agora, em 2005, o Walter, por meio da Patrícia, que é advogada, e eu sempre fazia contato com ela, porque eu não conseguia falar... Vim encontrar com o Walter hoje, aqui na Comissão; tinha muitos anos que eu não o via. E o Walter sugeriu, por meio da Patrícia, que nós fizéssemos uma alteração, porque ele iria tirar o jurídico e ia deixar o administrativo. E eu concordei, com um gesto de camaradagem, para ver se a gente conseguia concluir logo essa alteração. E foi feito esse registro agora, em 2005, em abril, eu saindo para... Tirando toda, como já era, de fato, há muitos anos, a responsabilidade, gestão, administração. Foi agora, em abril. E tirou o jurídico. Aí conseguiu fazer esse registro lá no Jero Oliva, que é o Cartório de Registro Civil de Belo Horizonte. E, agora, a segunda etapa, era que eu conseguisse arrumar um novo sócio para eu sair definitivamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer, que ela é só de consultoria administrativa.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Agora, depois de 2005.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deixou de ser...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Jurídica.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deixou de ser jurídica.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Foi o que ele conseguiu visualizar, juridicamente, para poder resolver esse impasse, porque não conseguia sair pela OAB nem pelo Cartório de Registro Civil. Então, ele falou: "Vou retirar, então, o administrativo – desculpe – o jurídico e vamos registrar essa última alteração no Cartório de Registro Civil". Aí eles aceitaram. Como não tinha jurídico...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era o seu papel quando o senhor era da empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nenhum. Assim, desde 97, vamos dizer assim, eu não tinha mais gestão dela. Quando o Walter entrou, já assumiu toda a administração.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem são os sócios da empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Hoje?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hoje.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Walter e Marcelo. O Walter tem 70 e tantos por cento, eu tenho 30 e poucos por cento. Mas foi uma... Foi mesmo por negligência...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer, que ainda são os dois...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – São, sim senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...o Walter Santos Neto e o Marcelo Aguiar, que é V.Sª

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sim, senhor, por negligência e por causa dessas dificuldades técnicas que nós não conseguimos separar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o responsável pela empresa atualmente é o Walter.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É o Dr. Walter. Formalmente, não é? Mas sempre foi, e ele já declarou, na Polícia Federal...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem era o responsável perante a Receita Federal, entre outubro de 2002 e junho de 2003?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Isso eu tentei pesquisar durante esses dias, depois da publicação. Parece que foi o seguinte: quando teve essa alteração contratual de 97, eu era, de 94 a 97, o responsável único dentro da Receita Federal. Depois de 97, o combinado seria que o Walter seria o responsável na Receita Federal. E, por descuido ou desleixo meu e, principalmente, do contador, essa alteração não foi feita dentro da Receita Federal. Então, eu permaneci... Inclusive, no meu Imposto de Renda, nesse período em que trabalhei e depois vim para Brasília, eu coloquei a empresa inativa. Para mim, a empresa estava inativa. Eu não declarava nenhum pro labore. Eu tinha dificuldades para falar com o Walter; falava, primeiro, com a Val, uma funcionária dele, logo depois, com a Patrícia, que era advogada e que a gente conseguiu compreender melhor, fazer uma relação melhor. A gente conseguiu conversar e se aproximar para tentar fazer essas alterações...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com as informações que temos aqui da Receita Federal, nesse período era V. Sª o responsável.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu falei isso. Eu acabei de falar isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª disse que não era. Nesse período, disse que não era.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, 2000 e...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Olhe que V. Sª disse que não era, ou seja, entre outubro de 2002 e junho de 2003. (Pausa.)

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Está bom. É porque eu fico com dificuldade de... Como eu estava inoperante em relação à empresa, eu tenho dificuldades de precisar os períodos. O que eu sei é justamente isto: neste primeiro momento de 97, eu era... Em 94 eu era o responsável perante a Receita Federal. Em 97, fizemos a alteração contratual, e o contador ou nós mesmos não atinamos para isso e aí não fizemos essa inclusão do Walter como responsável na Receita Federal. E continuou. E, nesse intervalo, eu me perdi completamente da empresa. A única cautela que eu tive, se é que foi cautela – peço desculpas às pessoas que foram envolvidas nisso –, foi porque eu fui realmente negligente e não alterei, não me preocupei. A única preocupação que eu tinha e conversava com o meu contador era: Paulo Roberto, ponha a empresa pelo menos inativa na Receita Federal. Ela ficou bastante tempo inativa por minha conta. E o Walter, no outro ponto, pelo que agora estou vendo, ele achava que praticava...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual foi o período que esteve inativo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não sei... Eu não consigo... Porque, na Receita Federal, acontece, me disseram o seguinte, e, depois, podemos até precisar isso, Excelência: quando você clica lá em

Inativo, ela fica inativa; agora, quando você põe ela em Ativa, nesse campo, você não consegue ter uma memória. Pode ser que, nos arquivos da Receita, eles tenham esse tipo de... Seria até bom a gente ver se conseguia isso, mas eu não consegui. E o meu contador me disse que, quando você altera de um para o outro, ela só faz assim: Ativo ou Inativo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor colocou inativa comunicando à Receita ou deixando de prestar declarações?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu coloquei inativa e continuei...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Comunicou à Receita?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Comuniquei à Receita e continuei declarando, no meu Imposto de Renda, que eu tinha aquelas quotas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pessoa física?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Jurídica também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Jurídica, e inativa dizendo que não tinha operação...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Que não tinha **pro labore**, justamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas houve operação pelo Walter?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pelo Walter. Eu não estava sabendo disso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas com o nome da MM?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então não estava inativa!

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Mas é isso que aconteceu. Tem que ver como é que aconteceu. Eu estava, vamos dizer, vendido, estava tranqüilo, de boa-fé.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo, preste atenção aqui.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pois não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durante esse período, nós temos aqui informações da Receita Federal de que V. Sª era o responsável pela empresa.Temos, inclusive, várias operações, contratos, dando V. Sª como o responsável.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Contratos?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Operações da empresa, movimentação da empresa, movimentação fiscal.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Mas é porque eu desconhecia completamente, desconheço completamente isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foi V. Sª que assinou tudo.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu não assinei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, ele quer dizer que o Walter aproveitou a ausência dele e fez negócios...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Da MM.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...ainda ele sendo o responsável. Mas se ele assinou, não tem o que discutir.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Mas, na Polícia Federal, ele declarou isso, que ele fez, ele continuou a administração da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Marcelo, quero só lembrar ao senhor que, como advogado, assinou o termo de compromisso com esta CPI.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeitamente. Estou falando a verdade, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que queremos é a verdade. V. Sª não tente nos ludibriar, porque depois o prejudicado será V. Sª. Só lembrando o termo de compromisso que V. Sª assinou.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pode ficar tranqüilo, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem era a Drª Patrícia?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – A Drª Patrícia era a advogada com quem eu fazia o contato no escritório do Dr. Walter Santos, porque eu não conseguia falar com o Walter. Com o Walter, aconteceu o seguinte: depois de 99...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não eram sócios? Foram sócios?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É, mas eu não conseguia. Por que nos distanciamos, Excelência. Então aconteceu o seguinte: em 99 – e vou dizer coisas pessoais dele, vou ter que dizer –, mas em 99, o Dr. Walter fez uma cirurgia de estômago, mais ou menos nesse período, e ele ficou uma pessoa diferente. Não consegui mais ter contato com ele. Tivemos até 2001, alguma coisa assim, mas sempre ele distanciando... A notícia que tive depois, conversando com amigos anteriores à cirurgia, porque ele era realmente uma pessoa muito obesa, é que ele tinha feito uma cirurgia de estômago e ficou muito magro mesmo. Os senhores depois vão ver. Ele ficou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na mesma linha do Deputado Roberto Jefferson. (Risos.)

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Aí ele ficou uma pessoa com o psicológico... Eu não conseguia conversar com ele. Eu tentava conversar com ele, não conseguia. Ligava para ele permanentemente, principalmente na época do meu Imposto de Renda. Pedia ao meu contador que ligasse e ele, o meu contador ligava e só fazia contato com a Patrícia. Ela foi a interlocutora. Graças a Deus, eu contei com ela, porque agora posso contar essa história aqui e agora. Ela foi advogada dele lá e ainda permanece lá.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bem, eu queria dizer que V. Sª, conforme os dados que estão aqui, aparece como o responsável pela empresa até 2004.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Perfeito não. V. Sª... (Risos.)

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu falei isso com o senhor. Excelência, é o que estou falando. Para mim, ela estava inativa e, na Receita, eu continuei como responsável, eles não alteraram. Isso foi uma negligência minha mesmo ou do contador, não tenho isso como diferença, não, Excelência.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PE) – Quero que V. Exª peça ao depoente para ele falar mais pausado, pois ele mistura muito e a gente aqui não chega a entender o que ele diz; ele mistura muito as respostas. Então, que ele tenha mais calma, pois está um pouco nervoso...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª fique à vontade, fique tranqüilo. Não há nenhuma pressão sobre o senhor. O senhor pode responder com a maior tranqüilidade. Não temos questão de tempo. (Pausa.) Peço ao advogado que não passe nenhuma informação.

O SR. (Advogado) – Apenas para tranqüilizá-lo, Senador, uma palavra de amigo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não. Que ele fique tranqüilo.

O SR. (Advogado) – A única pessoa que ele conhece aqui, Excelência, sou eu. Então, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Tudo bem, mas ele tem aqui... Todos aqui são amigos.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Estou muito tranqüilo, muito à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Reiteramos a nossa posição: a única coisa que queremos do Sr. Marcelo é a verdade, mais nada. Não queremos aqui nada que ele não saiba. Mas precisamos dele para cooperar com esta CPI com a verdade. É isso, exclusivamente, e só, e somente isso.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Está bom. Estou à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Fique à vontade, e vamos ver se o café fica quente.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Podemos continuar? Quais os principais contratos dessa empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Desconheço, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fica a palavra de V. Sª contra a documentação que temos aqui da Receita.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O Walter esclareceu isso na Polícia Federal e nas reportagens que ele conseguiu falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em termos médios, qual a receita mensal dessa empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não tenho notícia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual foi o lucro líquido, em valores aproximados, da MM Consultoria, em 2002, 2003 e 2004?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Desconheço, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto V. Sª e o Sr. Walter Santos Neto recebem mensalmente da MM Consultoria, em termos médios?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não recebo nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A declaração de sua empresa à Receita Federal, aqui constante, informa que ela pagou ao senhor, a título de lucros e dividendos, R$50 mil em 2002 e R$58 mil em 2003. Por que o senhor não declarou esse valor?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não recebi esse dinheiro, Excelência. Parece que depois o Walter - é a notícia que eu tive da Patrícia - ratificou

essa declaração lá na própria Receita, dizendo que eu não tinha...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não consta também. Mais uma vez, é a palavra de V. Sª contra a documentação da Receita.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pois é, mas eu não recebi não, Excelência, com certeza.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com a revista **IstoÉ**, no endereço oficial da MM Consultoria, funciona outro escritório, do qual o Sr. Walter Santos Neto é sócio. Os demais sócios nunca ouviram falar da sua empresa. Onde, de fato, funciona a MM Consultoria?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu nunca fui nesse novo escritório. Não fui não, Excelência. É verdade. Eu estou falando a verdade, e o senhor pode ter certeza disso. Eu até teria pedido que o Dr. Walter tivesse sido ouvido primeiro, que as coisas ficariam bem mais claras. De qualquer forma, estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Vou inclusive solicitar a V. Sª que, ao encerrar seu depoimento, permaneça aqui, para que possamos fazer, de imediato, uma acareação entre V. Sª e...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeitamente. Estou às ordens.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Relator, eu estava assistindo ali pela televisão, e isso me lembra a história do Éden. Quando Deus falou: "Adão, o que você fez?". "Não fui eu não; foi a mulher que você me deu". "Eva, o que você fez com ele?". "Não fui eu não; foi a serpente".

Não foi ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Sr. Relator, V. Exª tem a palavra - agradeço a participação de V. Exª, Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que tipo de serviço a MM Consultoria prestou à Gtech?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Desconheço. Vim a conhecer depois da reportagem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto foi pago pelo serviço?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sei o que li na reportagem. Eu não sabia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Algum outro escritório participou dessa defesa da Gtech? Quais? O senhor sabe quanto a Gtech pagou a cada um desses escritórios?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Também pela reportagem que eu fiquei sabendo. Eu desconhecia completamente o contrato, essa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor não conhece nada? V. Sª não conhece nada, nada a respeito desse contrato da MM Consultoria com a Gtech?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, só o que eu fui informado depois da reportagem. Eu não tinha conhecimento nenhum, nenhum, nenhum. Para mim, ela estava inativa. Eu não tinha conversa com o Walter sobre isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não conhece também os diretores da Gtech?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nunca os vi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece também o Sr. Enrico Giannelli?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nunca o vi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, tudo foi o Walter Santos?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Tudo foi o Walter.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo foi o Walter?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Tudo foi o Walter Santos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor assinava sem saber, sem ler?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, nunca assinei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem muita coisa aqui na...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, não assinava não. Não assinei. Com certeza, não assinei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele falsificou a assinatura do senhor?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Se tem alguma assinatura minha, foi falsificada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor confirma então que qualquer assinatura... De que período?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Uai, de 2000, quando vim para Brasília... Se não me engano, 99, até 97... Não posso precisar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qualquer assinatura do senhor que constar nessa empresa é falsificada?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É falsificada. O que tem diz respeito a orçamento, financeiro, administração, essas coisas. Agora, alterações, que eu já lhes disse...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V. Sª: afinal, quem assinava a

conta da empresa, quem movimentava a conta da empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pelo que vi, que fiquei sabendo agora, depois da reportagem, foi o Walter. Foi o Walter que abriu a conta... Eu li o depoimento dele na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe alguma coisa do patrimônio do Sr. Walter?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desconhece?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor é amigo mesmo do Sr. Walter?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Na verdade, foi o seguinte: eu fui estagiário do Dr. Walter (risos)... Eu não sei... Depois ele vai brigar comigo.

Sou primo dele, de segundo grau, e fui estagiário dele. E ele tem uma personalidade muito forte. Eu sempre tentava... Eu tinha muito respeito por ele, porque, se ele é uma pessoa muito inteligente, um grande advogado, tentei sempre aproximar para aprender com ele e tal.

Nesse período que eu vim para Brasília, tendo em vista essa cirurgia dele, nós distanciamos por completo. Não temos mais relação. Vim encontrar com ele agora, aqui na CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª, nas suas andanças pelo Palácio, conheceu o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, mesmo porque eu não andava muito no Palácio, Excelência, porque eu ficava no Bloco A. Eu era eminentemente um técnico, que não tinha muita prerrogativa de ficar vindo aos anexos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem o Ministro José Dirceu?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, nada. Nem tinha... Nem sabia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, vou desistir... (risos) porque ele não sabe de nada mais.

O SR. GERALDO MESQUITA JUNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JUNIOR (P-SOL – AC) – Eu queria sugerir - caso os Srs. Senadores, o Sr. Presidente e o Sr. Relator concordem - que venha logo o Sr. Walter, porque o ilustre advogado, de fato, está mostrando que não sabe absolutamente de nada, de nenhum fato. E talvez fosse o caso de ouvirmos os dois ao mesmo tempo, porque...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só queria fazer um questionamento a ele, com base...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu só gostaria que fechassem aquela porta lá, por favor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Queria fazer só um questionamento a ele, se V. Exª permitir. (Pausa.)

Li aqui o depoimento que o senhor fez na Polícia Federal.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) - Então, o senhor está em tratamento, não é?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, esse tratamento que foi falado aí, foi o meu filho. Tem uma vírgula.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) - Só para respeitar a sua situação.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito. Não, não tem isso não, Excelência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Psicologicamente, o senhor já está inteirão?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Agora já estou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dá para mentir, se for necessário?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, não minto não. (Risos.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu só queria dizer... O senhor trabalhou para a Anatel, mas sob contrato com uma empresa que o senhor foi trabalhar. Não trabalhou diretamente na Anatel?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não; na Anatel, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor era de uma empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pelo menos foi o que entendi aqui.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu trabalhei na Anatel, a convite do ouvidor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A convite do ouvidor Saulo Márcio. É verdade.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade. Na Inconsult que o senhor foi trabalhar, no Ministério da Justiça?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É, no Ministério da Justiça.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Foi pela Inconsult?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pela Inconsult.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Quando o senhor tomou conhecimento desse contrato da MM com a Gtech?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Foi agora, na reportagem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Pela reportagem. O senhor não procurou nem saber do que se tratava?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Lógico.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Porque a responsabilidade da revista é sua.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nossa! Lógico!

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Não houve nenhuma reação?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É lógico que teve.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Qual foi a sua reação legal?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – A primeira coisa foi ligar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Reação legal.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Bom, o que ocorreu foi o seguinte...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Como advogado, qual foi a sua reação legal para mostrar que realmente não tinha responsabilidade?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Certo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Desculpe, Sr. Relator. Eu só queria saber qual a reação legal, porque, se ele está dizendo que não sabe de nada, ficou por isso mesmo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não. O senhor tem razão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – A responsabilidade continua.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Continua. O senhor tem razão.

O que ocorreu foi o seguinte: imediatamente à reportagem, quando eu fiquei sabendo que ia sair a reportagem, eu liguei imediatamente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O senhor soube antes porque o repórter lhe ligou?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não. Ele nem me procurou. O repórter não me procurou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Como o senhor soube que ia sair?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu fiquei sabendo porque o Jafet Abrahão me ligou, escandalizado, me perguntando o que tinha acontecido, se eu era sócio dessa empresa. E eu caí em desgraça, telefonei para o Dr. Walter, e não consegui falar com ele... Eu não sabia o que estava escrito. Eu precisava ver o que era.

E ela me disse: "Olhe, tem o contrato, pode ficar tranqüilo, existe uma ação judicial, tramitou no STJ, tem uma cautelar..." E eu disse que precisava ver. E ela disse: "Não, vai ao **site** do STJ e tal..."

Fui ao **site**, e ela me mandou alguma documentação. Não me mandou tudo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – A Patrícia?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – A Patrícia. E existiu... E ela me tranqüilizou: "Olhe, o senhor pode ficar tranqüilo, existe a ação..."

Aí, eu comecei a me acalmar. Liguei para o Dr. Jafet e falei: "Olhe, Dr. Jafet, existe..."

E ele ficou muito tempo ainda duvidando de mim, até que os fatos começaram a se aclarar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O Sr. Jafet é seu padrinho de casamento?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Isso, meu padrinho de casamento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – E o senhor foi trabalhar na Secom a convite dele, quando ele assumiu, já no Governo do Presidente Lula?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito. Em outubro, no Governo Lula.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Praticamente um ano de assunção de Governo. Então, foi no Governo Lula que o senhor foi convidado pelo Jafet?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É. Eu trabalhei e ainda continuei trabalhando no Ministério da Justiça...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Que era seu padrinho de casamento?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu continuei trabalhando no Ministério da Justiça até outubro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Não sei se o senhor perguntou sobre isso, Sr. Relator. Se perguntou, peço desculpas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, pode confirmar.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu continuei trabalhando no Ministério da Justiça até outubro, Excelência, e depois...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – E depois foi para a Secom, a convite do Dr. Jafet?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – A convite do Dr. Jafet.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O senhor o procurou para pedir um apoio?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Justo: um apoio...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Um apoio porque ganhava pouco?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – E era no Governo Lula. O senhor disse que não teve nenhum contato com o Gushiken nem com ninguém da Secom.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Ninguém, ninguém. Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O que fazia o Jafet lá?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O Dr. Jafet é Subsecretário de Patrocínios, Normas e Publicações.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – E qual era o seu papel perante o Sr. Jafet?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu assumi no começo e... Porque é o seguinte: a Subsecretaria não tem assessoria jurídica no papel. A Secom é assessorada pela Subsecretaria de Assuntos Jurídicos - SAJ, da Presidência da República, e representada...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Diretamente subordinada?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Então, não tinha nada com a Secom?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Como assim? Não, deixe-me explicar. Toda vez que a Secom...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Tenha calma. É só para eu entender. Não se preocupe...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Toda a vez que a Secom precisava de alguma coisa formal, jurídica, nós tínhamos que nos reportar à SAJ, que é a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, da Presidência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Era para todos os órgãos do Governo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É, porque a Secom...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – A Assessoria Jurídica é subordinada ao Advogado-Geral ou não?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, porque a Secom é da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Quem era o chefe do senhor na Secom?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O Jafet Abrahão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O Jafet é uma pessoa que ele conhecia e, pelo depoimento, foi padrinho de casamento dele.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Meu padrinho de casamento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Do primeiro casamento, porque o senhor se separou, está noivo e vai-se casar?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Isso. (Risos.) Espero, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Sr. Marcelo, a empresa MM Consultoria Jurídica foi criada em que ano? O senhor falou?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Em 1994, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Quem eram os sócios?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Marcelo e Mário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Quem?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Marcelo e Mário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Eram as iniciais dos dois sócios.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Marcelo Werneck.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O Mário continuou?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não. O Mário saiu, e entrou o Walter.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Entrou o Walter no lugar, e o senhor continuou....

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu continuei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – ...como sócio oculto?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É. (Risos.) Eu diminuí a minha cota...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Eu entendi a sua explicação...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – ...com o compromisso dele de me arranjar logo um sócio para entrar no lugar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Mas eu vou lhe dizer de uma situação de foro íntimo, o senhor vai me desculpar: como advogado, o senhor ficar indiferente a isso é quase que inacreditável.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Mas o senhor acredite; sabe por quê?

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Se o Presidente lhe fez alguns questionamentos é porque é difícil acreditar...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O senhor tem razão. Está certo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É difícil acreditar que, como advogado, o senhor ficou indiferente.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu expliquei... Eu tentei alteração contratual – não sei se o senhor...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor talvez vá ter que pagar um preço aí, num aprofundamento da investigação...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É, mas eu acredito que as coisas vão se resolver.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu também faço fé.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pois não.

O que eu queria só acrescentar, Excelência, é o seguinte: o que eu disse - eu não sei se V. Exª ouviu - foi a dificuldade jurídica que nós tivemos de fazer alteração contratual, porque a MM era jurídica e administrativa. A gente ia à Ordem – "Não pode, porque é administrativa". A gente ia ao Registro...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...fazer contrato com a Gtech, ela tem compromisso sério de todos os acontecimentos que se desenvolveram com o jogo.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Bem, é a tal ação judicial.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, o senhor está colado a esse problema, porque o senhor não se desvinculou.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Infelizmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O senhor vai ter que provar que a sua postura administrativa não tem nada a ver com isso.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Se Deus quiser. E vai acontecer isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Relator, V. Exª me permite? (Pausa.)

O Marcelo Coelho Aguiar o senhor sabe quem é? Sabe?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pronto. Então, o senhor já sabe alguma coisa.

Agora, me diga uma coisa: diante de tudo o que está posto, das suas colocações sobre a empresa e tal, saiu um sócio, entrou o Walter, o senhor ficou, mas não tem conhecimento das coisas, de tudo, então, alguém lesou alguém, tanto nas informações quanto no recebimento, correto?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Vamo, vamo, vamo...*(sic)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Alguém foi lesado, não é?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Vamos pra frente. Vamos ver o que é que o senhor quer saber. Não, porque essa lesão...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, calma! O senhor não foi informado. Leu pela revista, e é verdadeiro. A informação que está na revista é verdadeira: o contrato, o depósito...

Então, é o seguinte: se o senhor não era sócio, não lhe chamaram para participar das reuniões por conta de contrato, de depósito que ia receber, qual sua parte, quanto que você ia retirar... Você não sabe de nada disso. Então, alguém lesou alguém; correto?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não é lesão. Eu fui, eu fui...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, espere aí. Deixe-me falar uma coisa: o senhor está sentado diante de uma CPI...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – ...por conta de um problema, e o senhor acha que isso não é lesão?! Olhe onde o senhor veio parar!

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É lógico.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Entendeu? Está aí, nervoso...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu vou tomar minhas providências, tenho certeza.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Se o senhor vai tomar, não sei; só sei o seguinte: alguém lesou alguém; correto?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Correto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Foi o senhor que lesou o Walter?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E o Walter te lesou?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu vou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – São quantos sócios?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – São dois.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Então, se não foi você que lesou ele, ele lesou você.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Verdade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – "Fique tranqüilo, porque tem ação judicial, não sei o quê, e tal, tal, tal."

Agora,...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Ele ficou preocupado. Ele está preocupado quanto a isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, espera aí.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Em relação a mim. É lógico que ele viu. Ele disse que cometeu o erro de não ter me procurado, e, quando foi procurado, não teve...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas, como o senhor assina, o senhor sabia exatamente que, se entra um montante desses na conta de uma empresa em que o senhor é sócio, o senhor vai ter que responder na Receita com a sua documentação como sócio, para bater com a documentação da Receita.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeitamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agora, o senhor é um advogado que estava dizendo ao Senador Tuma que, nas suas funções como subordinado do Jafet, lá não havia Assessoria Jurídica. Então, o senhor, como advogado, começou a prestar esse serviço, mesmo sem ter Assessoria Jurídica, pelo seu conhecimento jurídico?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, não era isso não. Não foi isso não.

Na Secom - era o que eu queria completar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, não. Eu só queria tocar no seu conhecimento jurídico. Eu ainda não quero perguntar sobre a Secom. Eu quero dizer o seguinte: como é que o senhor justifica...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu errei. Eu negligenciei mesmo. Eu negligenciei na alteração contratual, porque tive essa dificuldade. Não sei se o senhor estava...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ou o senhor foi relapso, ou o senhor confiava demais no Walter. Qual dos dois?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Os dois. Deixe-me explicar. A dificuldade que nós tínhamos, Senador, eu já expliquei no meu depoimento, e o senhor parece que não estava aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu estava ouvindo.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito.

Então, é aquela história que eu falei sobre a dificuldade de alteração contratual, tendo em vista o objeto do contrato, que era administrativo e era jurídico. Quando a gente ia para a OAB, a OAB falava: "Não pode, porque tem administrativo; aqui é exclusivo de advogados".

Aí, bom, como é que nós vamos fazer? Aí, ia lá para o Registro Civil, onde estava registrado. Chegava lá, o cara: "Não pode, é sociedade de advogados. Vocês têm que ver na OAB".

Pô, como é que nós vamos fazer? A gente não conseguia, e andava pra frente e pra trás.

E eu fui... Cada período desses, para se ter uma idéia, podia demorar seis meses essa negociação com o Walter, e eu não conseguia falar com ele. Aí, quando ia na OAB...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Você não conseguia falar com o Walter? Por quê?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Porque ele sumiu da gente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ele estava correndo de vocês, então?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, é porque ele fez a cirurgia de estômago, como eu já disse aqui...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas ele mora onde?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Ele mora em Belo Horizonte.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas olhe, me permita... Desculpe.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Um assunto tão grave desses, seu nome em jogo, exposto, dinheiro da Gtech depositado na conta, o senhor um advogado, dentro do Palácio do Planalto, ali na Secretaria de Comunicação?! O senhor tinha que ir a Belo Horizonte até andando, porque é seu nome, é sua vida!

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Foi agora que eu fiquei sabendo e foi isso que eu fiz.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E o senhor disse que não conseguia falar com o homem antes, para poder desfazer. Por que o senhor não foi a Belo Horizonte?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Depois da publicação da **IstoÉ**?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, antes mesmo, se o senhor estava preocupado!

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não sabia!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Tudo bem, o senhor não sabia.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não sabia que ela estava sendo operada, que a empresa estava sendo operada. Para mim, ela estava inativa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O senhor perguntou a ele, então, sobre o dinheiro da Gtech, que entrou, e ele falou o quê?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu conversei com a Patrícia...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Está onde esse dinheiro?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Da ação judicial. Conversei com a Patrícia, do escritório de advocacia do Walter Santos, que me disse: "Marcelo, fique tranqüilo. Existe o contrato, já está na Polícia Federal; existe uma ação, eu ganhei a cautelar, entrou mesmo na minha conta, na MM. O dinheiro está aqui depositado. Tudo está cronologicamente certo".

Quando eles fizeram o contrato, foi um ano antes de eu ir para a Presidência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E a Gtech depositou esse dinheiro por quê?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Foi ação judicial.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ação judicial? Certo.

Você conhece Waldomiro Diniz?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Ouvi falar depois desse escândalo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O Walter conhece Waldomiro Diniz?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não sei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Falou alguma coisa para você sobre Waldomiro Diniz?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E a Patrícia?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não sei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não sabe?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu acho que não, não sei! Não tenho conhecimento!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Você é advogado. Você está lendo as reportagens, as coisas estão acontecendo: fulano que amava fulano, que amava fulano, que amava cicrano, e vai chegando.

Você sabe o que é Gtech? Os escândalos estão diretamente ligados ao nome de Waldomiro Diniz. Como advogado – e advogado tem faro investigativo – o senhor não percebeu nada?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu não sabia que ela estava sendo operada. Excelência, é a minha verdade: eu não sabia que ela estava sendo operada. Para mim, foi uma negligência. Eu estava parado, pensava que ela estava inativa. Fiquei acomodado por causa dessas dificuldades técnicas de alteração contratual. E não sabia que ela estava sendo operada.

Quando fiquei sabendo da reportagem, liguei imediatamente para o escritório e para a Patrícia, que conversou comigo: "Marcelo, fique tranqüilo, isso é uma ação judicial que tramitou no STJ, teve uma liminar, o Walter ganhou", etc.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E você ficou tranqüilo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, até agora estou apavorado, porque...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Como advogado, você foi ao STJ, entrou no site, viu o que estava acontecendo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Vi, lógico, recebi cópia...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Isso o deixou tranqüilo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Me acalmou bastante. Agora, é lógico que o meu nome está todo jogado aí. Tenho que ver com calma, depois, o que vou fazer. Tenho que tomar providência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Vou dizer duas coisas a você: primeiro, quem está assistindo jamais o contrataria como advogado, porque a pessoa não tem confiança de que você tem compromisso, responsabilidade com as coisas, que você olha, acompanha. Você está se passando como um relapso, porque, se você não cuida de si mesmo, como vai cuidar das coisas dos outros?

Você sabe que quebra de sigilo chega a tudo. Eu vejo que você está inquieto, nervoso com esta situação e, minimamente, porque, numa situação dessa, não dá para o cara não saber de nada.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não sabia, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não dá para o cara não saber de absolutamente nada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O seu nome... Isso é uma empresa!

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não sabia de absolutamente nada. A minha verdade é essa. Se foi quebrado qualquer coisa, vão ver que não tenho nada a esconder, Excelência! A minha verdade é essa, a minha história de vida é essa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Estou dizendo o seguinte: não sei se foi pedido, mas vai-se pedir a quebra do seu sigilo.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeitamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Com a quebra de sigilo se chega...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, só uma informação.

O Sr. Marcelo disse há pouco que tem certeza de que foi falsificada a sua assinatura; não sabe por quê.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu falei: se teve alguma assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nesse período, teve, está comprovado.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Assinatura minha?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu disse: se houve alguma assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está taquigrafado e gravado.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Está bom. Eu disse: se houve...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se houve naquele período – e houve; o Relator já confirmou –, o senhor foi taxativo ao dizer que acha que o Sr. Walter, que é o seu sócio, falsificou a sua assinatura nos contratos.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Se tiver eu gostaria até de ver...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E foi em função dessa pergunta que foi feita, Sr. Presidente, pelo senhor, corroborando com o Relator, que eu, em seguida, comentei: alguém estava lesando alguém. Quem lesou alguém? O senhor lesou? O senhor falou: "Não". Então, o Walter lesou. Então, alguém lesou alguém, está certo? Porque a assinatura está aí.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu gostaria até de ver se ela está... Eu não tenho conhecimento dessa assinatura, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, nós temos os contratos que estão assinados pelo senhor.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, eu não assinei contrato.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está na Receita Federal, que está fazendo essa afirmação.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – A Polícia Federal, ontem, não me questionou sobre isso, não tenho conhecimento disso...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas nós estamos questionando V. Sª.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E o senhor veio aqui para ser questionado.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu estou dizendo que não... Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, eu queria pedir ao senhor para pedir ao advogado, com todo o respeito, que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi condicionado: se. Ele foi bem claro. Ele disse: "Se houve contratos nesse período e minha assinatura constar é porque foi falsificado".

Houve a condicional. Pode ter certeza disso aí.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, se ele achar que assinou realmente... Você considera que assinou, então?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não assinei.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, continua sendo falsificado?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Perguntei isso para fazê-lo considerar e dizer: "Não, realmente eu assinei".

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeitamente. Não assinei, não assinei, não assinei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Assessoria, por favor, em que período foi?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, quero fazer uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode continuar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, estou gostando muito desse método, até para ficar à vontade, porque estamos em uma CPI que sempre tem um público pequeno, porque a nossa CPI não está chamando atenção, e a gente fica mais solto, até pela maneira de V. Exª. Quero parabenizá-lo, porque acho que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu lhe agradeço, mas acho que V. Exª deve parabenizar o nosso Relator, que realmente abriu o direito da participação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas a V. Exª também; sabe por quê? Tenho acompanhado todas as CPIs, todas, e tenho visto como os Presidentes têm tratado os Parlamentares nas inquirições. Acho que isso não é legal, e o que V. Exª está fazendo aqui é o certo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço a V. Exª que avance, porque o Senador Leonel Pavan deseja fazer...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Por isso, eu ia até perguntar a V. Exª: deixarei o Senador Pavan perguntar, e, em seguida, volto a participar, correto?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ter, provavelmente, uma acareação.

Senador Pavan, V. Exª tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Primeiro, pergunto-lhe o seguinte: quem lhe fez o convite para vir a Brasília?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Em qual período, Excelência?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No período em que você veio para Brasília, porque você trabalhava em Minas Gerais.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Foi quando vim para a Ouvidoria da Anatel.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quem lhe fez o convite?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O Dr. Saulo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Saulo? Quem é o Saulo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Saulo é um ex-Deputado, meu amigo. Ele se distanciou da política por problemas de saúde, mora em Belo Horizonte hoje. Ele foi Ouvidor da Anatel e me convidou como assessor, num período em que eu estava com dificuldades no meu casamento, em separação. E eu vim para cá tentar melhorar a minha cabeça e tudo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Veio trabalhar com quê?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Na Ouvidoria da Anatel.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ouvidoria da Anatel. Cargo público?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nomeado?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ele convidou o senhor para vir aqui passar um período para melhorar a sua cabeça ou ele o convidou por competência? Para ser Ouvidor da Anatel!

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, Excelência. Eu vim para assessorá-lo e...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, V. Exª tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Continuarei.

É um cargo público?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor exercia um cargo ou uma função de nível médio, no Ministério da Justiça, e foi promovido por uma nova função na Secretaria de Comunicação da Presidência da República, com salário acima de R$5 mil. Qual a sua avaliação para essa promoção?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – No decorrer desse período que vivi em Brasília, Excelência, com os rendimentos poucos que me sobravam, participei de vários cursos e tentei me aprimorar no meu português, na minha redação, e fui melhorando, enriquecendo meu currículo. Aí apresentei meu currículo ao Dr. Jafet e, modéstia à parte, meu currículo, dentro do Ministério da Justiça, cresceu bastante.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quais os cursos?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Fiz cursos para concurso público de gestor público, fiz curso de Direito Constitucional, fiz curso de redação, inglês, mesmo estudos particulares, com amigos e grupos de estudo de Direito Administrativo e Constitucional para concurso público, essas coisas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Até que período trabalhou lá naquele setor?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – No Ministério da Justiça, Excelência?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Da Justiça.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Outubro de 2003.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Outubro de 2003.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – De 2003.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Diretamente de Minas Gerais...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – ...fui para a Ouvidoria; tem um lapso de tempo de dois meses e depois eu voltei ao Ministério da Justiça para trabalhar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor se considera um advogado experiente, capacitado, capaz?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Hoje em dia meu currículo... Posso dizer que sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No seu Estado, era muito conhecido, tinha muitos clientes?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Na região metropolitana, na época, eu fiz um bom nome, de amizade, de, vamos dizer, lealdade, essas coisas assim. Não era tão experiente, meu currículo não era tão bom,

mas eu fui, no decorrer da minha carreira, aumentando e melhorando meu currículo, Excelência.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tinhas bons clientes lá em Minas Gerais? Pessoas, certamente empresas?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É, pessoas físicas...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Havia muito movimento no seu escritório?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, não, não. Quase nunca, não. Eu era recém-formado, estava ainda caminhando na minha carreira, advogava com alguns colegas, aprimorando profissionalmente. A minha carta de... não era muito grande, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estava crescendo o seu escritório?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não. Eu mantive... Nunca ganhei muito dinheiro com advocacia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Porque você acabou deixando o escritório que você montou, que tinha, certamente, uma presença razoável...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...de clientes, para vir trabalhar...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – ...ganhando muito pouco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...em função média, num nível médio em Brasília.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É. É porque eu falei: meu escritório não era um escritório que ganhava muito dinheiro, não. Ganhava muito pouco. Eu não tinha uma expressiva carta de clientes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ganhava quanto aqui em Brasília?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Se não me engano, no Ministério da Justiça, cheguei a ganhar 1.700 reais, depois fui a 2.800. Saí a 2.800.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então você deixou o escritório em Minas para vir trabalhar por 1.700 reais aqui em Brasília?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É, dois mil, mais ou menos. Porque eu estava com um problema pessoal, que era a minha separação, que foi muito difícil para mim. Eu sofri muito, então eu queria... Mudei o meu estilo. Resolvi vir para Brasília e estudar para concurso público. Eu abri mão de tudo e deixei os meus poucos bens – que eram poucos mesmo – para minha ex-mulher, e vim para Brasília, mudar um pouco meu estilo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Você ainda presta serviços para a Gtech?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nunca prestei, Excelência.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca para a Gtech?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senador, nós queremos ouvir o próximo convidado, porque há um desencontro, já que o Sr. Marcelo está negando tudo, não sabe de nada da empresa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De repente, o outro pode dar uma informação melhor. Mas vejamos apenas o seguinte: a sua empresa recebeu um depósito de R$7.580,00, do Governo Federal, em maio de 2004, e o senhor já exercia, já estava nomeado, o cargo de confiança e recebeu, em maio de 2004, um depósito de R$7.580,00. O senhor confirma esse depósito?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não. Eu vim a saber depois da reportagem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi um presente igual ao que...?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu respondi isso, Excelência. Vim a saber depois da reportagem e já respondi aqui, para, se não me engano, o Senador Romeu Tuma, que isso foi proveniente de uma ação judicial – o Dr. Walter já consultou os autos do processo da Polícia Federal – com agravo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Você concorda que pode receber o recurso sendo nomeado? Estando nomeado num cargo público?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não poderia receber.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não poderia receber.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Como não recebi.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas foi depositado esse dinheiro?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não sei. Pelo que a reportagem...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Apareceu o dinheiro, e não sabia de onde veio?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu nunca vi, não tinha conhecimento desse depósito, não conhecia essa conta, não fui eu que abri, não tinha senha para movimentar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há comprovação de que há um depósito na sua conta.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Na conta da MM, que eu não geria.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quem assinava essa conta da MM?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Que eu saiba, o Dr. Walter, que depois disse à Polícia Federal que fui eu.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não era assinatura conjunta?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nunca abri conta com ele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não era?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nunca, eu não abri conta, não tinha conhecimento dessa conta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Você falou que sua empresa é pequena, mas há comprovação de que a Gtech pagou, em parcelas, mais de R$2 milhões à MM Consultoria. Dois milhões é um valor significativo.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Considerável, é lógico.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse dinheiro não entrou?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não tinha conhecimento disso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tem certeza?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Absoluta, não tinha conhecimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca entrou esse dinheiro?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está bom.

A pedido do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª terá tempo suficiente para, quando da acareação, fazer as perguntas. Eu só queria...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Engraçado que, no Governo do PT, Sr. Presidente, aqueles que são filiados, que não são filiados e que trabalham para o Lula não sabem de nada. É por isso que este País não avança, pois não sabem de nada. Há pessoas nos cargos e nas funções que não sabem quanto recebem, quanto ganham, não são do Partido, não sabem o que acontece em volta deles. E foram nomeados pelo Lula! Todos os que estão nessa função foram nomeados pelo PT. Cada um que se ouve nas CPIs não sabe de nada. É um Governo que não sabe nada, lamentavelmente, e estão envolvidos num lamaçal imenso neste País.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço o esclarecimento de V. Exª, Senador Leonel Pavan.

Antes de conceder a palavra ao Relator para que conclua e para que possamos passar a palavra ao Senador Geraldo, caso S. Exª deseje alguma participação, informo a V. Sª, Sr. Marcelo, que as declarações de Imposto de Renda de 2003 e de 2004 da Empresa MM continuam tendo o senhor como responsável pela assinatura de tudo o que diz respeito a essa empresa, e foi no período em que foi feito o contrato com a Gtech. Não acredito que a MM ou a Gtech façam contrato sem assinatura! Lá consta a assinatura da MM, e V. Sª era o responsável.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Na Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na Receita Federal não. Não acredito. O senhor acha que uma empresa vai fazer um contrato de R$4 milhões sem assinatura?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O Walter é que pode esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, neste caso, o senhor afirma aquela condicional: se aparecer, de 1997 até agora, qualquer assinatura de V. Sª em relação à MM, ela foi falsificada? Se aconteceu.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Se aconteceu em 1997, pode ter sido alguma... Eu acho que não tem... O último contrato que fiz...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – 2002, 2003, 2004...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nada; se tiver, com certeza, é falsificado, eu não assinei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor acha que, nesse caso, quem falsificou foi o Sr. Walter, porque era quem...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Se existiu a minha assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É esse o esclarecimento.

Senador Geraldo Mesquita, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Marcelo, olhe como são as coisas. Há horas em que o mundo desaba. Desabou? É tratar de resolver as coisas de alguma forma.

O que acontece normalmente numa CPI é o seguinte: aqui o senhor tem razão, ninguém tem bola de cristal. O senhor fala; ninguém pode afirmar com precisão que o senhor está mentindo ou está dizendo a verdade. A gente fica com impressões, mas, assim, preto no branco, é impossível de fato.

O senhor sabe como essa coisa se resolve? Olhe só o Deputado João Paulo, por exemplo, do PT de São Paulo. Um dia desses, surgiram indícios de que ele teria sacado das contas do Marcos Valério, que a esposa dele teria ido ao Banco Rural, na agência, e sacado.

Ele, num primeiro momento, desmentiu, disse que a esposa tinha ido lá pagar uma conta da Net. Poucas horas, um dia, dois dias depois, veio a prova de que a esposa dele de fato sacou da conta do Marcos Valério. Estou dizendo isso pelo seguinte: o fato de a gente não ter bola de cristal aqui não significa que as coisas não vão ser esclarecidas.

Eu tenho a impressão, com relação ao senhor, com todo o respeito inclusive, ninguém está aqui para ofende-lo. O senhor já está mais do que torturado nesta história toda; ninguém está aqui para agravar o seu tormento. Mas eu diria para o senhor o seguinte: o senhor é piaba neste assunto, é peixe muito miudinho. Estão lhe usando. E esse pessoal que está lhe usando... O senhor está vendo o que está acontecendo com gente grande. Estão aí, armando no Congresso Nacional a possibilidade de sacrificar inclusive alguns "tubarões" – estou falando de "tubarões": José Dirceu e tal – para ver se livram a cara de outros "tubarões". Estou falando de "tubarões". Que dirá de peixinho miúdo, Sr. Marcelo! O senhor não se iluda: vão deixá-lo na rua da amargura.

Acho que, num momento como esse, por exemplo, aconteceu? Aconteceu! Agora é tratar de livrar a consciência, fazer uma *mea-culpa*, livrar a consciência. O País iria ter pelo senhor o maior respeito ou pelo menos uma postura de condescendência. Porque é uma coisa muito difícil de se admitir. É aquela história: o senhor caiu na rede; o senhor caiu na rede! A sua empresa está envolvida com a Gtech, que, por sua vez, está envolvida com Waldomiro, que, por sua vez, está envolvido com José Dirceu.

Começando de novo, o senhor estava na Secom, com pessoas que se relacionam com Waldomiro e com José Dirceu. O senhor não acha que é muita coincidência para o senhor vir aqui tentar nos mostrar que o senhor está absolutamente isento de qualquer responsabilidade nessa história?

Eu não vou nem lhe perguntar nada. Mais uma vez, não estou aqui para lhe perguntar. Estou apenas lhe dizendo que fatos dessa natureza, uma hora ou outra, vão ser esclarecidos, e o senhor talvez perca uma grande oportunidade, primeiro, de contribuir com a elucidação disso tudo: uma vergonha que está acontecendo. Se o senhor tem parte nisso, se o senhor foi usado... Às vezes, a gente é usado; às vezes, até lá na frente é que a gente percebe que foi usado. Se o senhor foi usado, eu queria que o senhor ficasse com esta certeza: esse pessoal, se puder – se puder, não, porque eles podem tudo –, passará por cima do senhor como um trator, entende? Vão amassá-lo como uma laranja, que é espremida, jogada fora e que não presta para mais nada. Isso agravará demais o processo da sua recuperação pessoal, no âmbito da sua família, no círculo dos seus amigos.

Portanto, quero deixar-lhe essa oportunidade. Estou-lhe oferecendo a oportunidade de que o senhor se redima por completo desse caso todo. A impressão que tenho é de que o senhor foi usado e de que, em grande parte, talvez nem tenha tomado conhecimento mesmo disso, mas foi usado. O senhor, que é uma pessoa já vivida e que vai para o segundo casamento, não pode tentar trazer para nós a idéia de que, mesmo tendo sido usado, em grande parte de forma involuntária, desconhece todos os fatos que cercavam essa ocorrência. Se o senhor quiser, aproveite essa oportunidade, porque, como estou dizendo ao senhor, uma hora ou outra, os fatos virão à baila de forma indelével, e o senhor terá perdido uma grande oportunidade de se redimir pessoalmente e de prestar um relevante serviço ao País.

Era apenas o que eu tinha a dizer-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Marcelo, concedo a palavra a V. Sª se desejar acrescentar alguma declaração.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Pois não. Obrigado.

Excelência, eu gostaria de agradecer ao senhor as palavras que me dirigiu, até no âmbito pessoal e no que diz respeito à minha vida particular. Quero dizer ao senhor e aos Membros da Comissão que estou plenamente seguro do que estou falando. Estou falando a verdade. É a minha verdade. A verdade dos fatos. Estou absolutamente tranqüilo. Se V. Exªs precisarem de esclarecimento, eu sempre estarei disposto a fazê-lo. Minhas contas estão abertas para tudo que V. Exªs quiserem. Tenho certeza de que esses fatos serão esclarecidos e, com certeza, ao final da relatoria, Excelência, o senhor vai ter essa oportunidade, e eu vou ter essa confiança de estar vendo o meu nome excluído desse fato, apesar de tudo que ocorrerá. Sei que estou passando por um momento pessoal muito difícil. Minha família...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que vai ocorrer?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Que eu vou estar excluído disso, porque tenho certeza absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que o senhor julga que ocorrerá?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Em relação a esse fato envolvendo a MM, acho que serão esclarecidos os fatos. Não está tão difícil esclarecê-los pelos documentos que foram acostados à Polícia Federal. Entende? Estou absolutamente... Primeiro, eu não sei de nada. Não sabia de nada. Depois que

eu vim a saber dos fatos, pesquisei, e parece que as coisas estão caminhando para o esclarecimento. Acho que o depoimento do Dr. Walter esclarecerá bastante isso. Com certeza, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero apenas obter um esclarecimento. O Dr. Jafet diz ter indicado o Sr. Marcelo por ele ser ex-genro de um grande amigo: o Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e ex-Secretário de Cultura do Governo Eduardo Azeredo, Octávio Elísio. O senhor confirma isso?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Confirmo a minha relação, mas tive a oportunidade de conversar com o Dr. Jafet, que me disse que a repórter entendeu errado. Não foi só por isso; foi pelo meu currículo. Chamei a atenção dele: "Doutor, assim não é possível. O senhor me jogou..." Ele respondeu: "Não, o senhor me desculpe, mas não foi por isso; foi porque a repórter entendeu mal. Só pegou a parte que interessava".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço temporariamente a participação de V. Sª, Sr. Marcelo Coelho Aguiar, e solicito que V. Sª permaneça à nossa disposição.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode ausentar-se com o seu advogado e aproveitar a oportunidade para fazer um lanchezinho que está à disposição dos senhores.

Convocamos, de imediato, o Sr. Walter Santos Neto, atual representante da MM Consultoria, para fazer o seu depoimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Lembro apenas que MM não significa Magno Malta, não, viu Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Walter Santos Neto, o senhor assinou termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. O nome completo é Walter Santos Neto, a identidade nos foi informada – da OAB –, bem como o CPF. O estado civil de V. Sª é casado. Constam ainda o endereço e os telefones. V. Sª reside no Estado de Minas Gerais, na Cidade de Nova Lima, e é advogado.

O senhor depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal.

O senhor responde "sim", assina e eu concedo-lhe a palavra para o seu depoimento.

Concedo a palavra ao Sr. Walter Santos Neto.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, dou boa tarde aos Srs. Senadores, ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator.

No ano de 2002, no segundo semestre, em agosto, fui procurado por um colega com quem já mantinha algum relacionamento profissional em Minas Gerais, que me disse que tinha um amigo, advogado da Gtech, Dr. Enrico Giannelli, que estava enfrentando uma demanda muito viva com a Caixa Federal, em Brasília, com a perspectiva de perder uma liminar que estava a garantir ou o certame da Caixa com a presença da Gtech ou, então, o impedimento de qualquer processo licitatório que não assegurasse a participação da empresa nessa licitação. Ele lembrara ao Dr. Enrico que eu, em ocasiões passadas, teria promovido, diretamente no STJ, ações cautelares para emprestar efeito suspensivo a recurso especial ainda não ajuizado em questões técnicas muito próximas.

O Dr. Enrico me ligou, explicou o caso, o vulto dele e a dimensão do problema. Durante um tempo, não foi, mas, em setembro, esteve no meu escritório em Belo Horizonte. Conversamos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em setembro? Qual é o ano, por favor?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Setembro de 2002. Esses fatos todos ocorreram em 2002.

Em setembro de 2002, o Dr. Enrico esteve no meu escritório. Eu sugeri que viéssemos a Brasília – como de fato viemos – para estudar o processo, muito extenso. O processo consistia no seguinte: a empresa Gtech teria, primeiramente, aviado um mandado de segurança contra o edital primeiro da Caixa Federal, que impedia a sua participação com a proposta integrada. Ela obteve liminar e segurança.

Quando da apelação da Caixa – que, primeiramente, apresentou dois embargos de declaração no prazo, parece-me, de contra-razões da Gtech –, a Caixa Federal revogou aquele instrumento de licitação, dizendo que perdera, então, o seu objeto o mandado de segurança em questão. Desculpe-me – já estava no TRF nesse momento.

Sem dar vista desse procedimento à Gtech, até porque havia uma condenação de multa, etc. e tal, o Sr. Relator, no TRF, homologou essa desistência. Em cima disso, houve também um primeiro aviamento pela Gtech, tudo isso patrocinado sem a minha presença, mas por outros profissionais que eu também não consigo dizer quais são. Sei que o Dr. Enrico Giannelli é que nos coordenava a todos. Então, aviou um embargo de declaração. Mas afigurava-se ali o seguinte interesse da Caixa: a Caixa estava tentando dar uma saída prática para o impasse jurídico, impedida de fazer uma licita-

ção para os jogos da Caixa. Sem barrar a presença da Gtech e dos demais concorrentes, a Caixa, então, utilizou-se desse episódio e passou a publicar notícia de pregões eletrônicos com o mesmíssimo objeto, só que fracionado em vários pregões eletrônicos.

Nessa hora, nós discutimos bases. Evidentemente, o contrato da Gtech envolvido, o interesse, a perspectiva que ela tinha era vultosa. Me falaram lá em coisa de centenas de milhões de reais, e eu fiz, então, proposta, primeiro, de informar ao Sr. Enrico, que foi levado à empresa com rapidez, foi formalizado, e fizemos então o primeiro contrato no dia oito de dezembro, desculpe, no dia 8 de outubro de 2002 – esse contrato depois eu passarei aqui para o Sr. Presidente e o Sr. Relator –, prevendo honorários, primeiro para que se vigorasse, se fosse conseguida, uma liminar na cautelar e, depois, para que, se essa liminar desaguasse numa sentença de mérito, levasse à realização daquele certame nos moldes que a Gtech queria, ou se nesse meio tempo – foi o que eu também previ – fosse feito qualquer acordo.

Por que, senhores? A complexidade do contrato que prendia a Caixa à Gtech era muito grande. A Gtech presta um serviço – pelo menos na época prestava – desde a captação dos dados nos correspondentes bancários, que eram mais de seis mil espalhados pelo Brasil inteiro, a sua transmissão via satélite para Brasília, onde ela capturava esses dados novamente e os processava.

Seria humanamente impossível, se o processo licitatório estivesse parado, que, no final do contrato da Gtech, não fosse dada uma solução. Poderiam ser duas: ou a Caixa pararia de fazer aquele serviço e esperaria a solução do imbróglio jurídico – e, nesse ponto, sou parcial – causado por ela ou então a Caixa teria que ser levada naturalmente ao deslinde de um acordo com a Gtech.

Conseguida a liminar, a Caixa imediatamente entra com o remédio certo, que é o agravo regimental. Nessa hora, promovemos também a contraminuta desse agravo regimental, e ela tenta, juntamente com a Advocacia-Geral da União, um procedimento primeiro junto ao TRF, onde eu não funcionei, depois junto ao STJ, de pedido para que, por ato da Presidência, fosse suspensa a liminar conseguida pela Gtech. Também atuamos nisso aí, juntamos procuração, pedimos vista, apresentamos memorial. E aí realizei o segundo contrato com a Gtech. Por quê? Nesse momento, o que era apenas para ser um procedimento judicial normal, uma cautelar, tornou-se um procedimento que eu praticamente fiquei em Brasília todo o tempo, e eu efetivamente sou o advogado, mas me considero um advogado – vamos dizer assim – empresário. Eu percebo quando o meu cliente tem condição de pagar e ele tem que pagar por aquilo, porque o meu esforço foi muito grande. Sempre levei em consideração, senhores, o volume e o interesse econômico envolvido no caso.

Muito bem, conseguida essa providência, ou seja, convencido o Judiciário de que aquelas liminares dadas eram válidas e que realmente o procedimento ideal para se adotar em qualquer licitação é permitir o maior número de pessoas possível. Nunca me encontrei com ninguém da Caixa naquela administração ou na atual, mas escutava-se, por exemplo... Inclusive houve uma batalha de publicidade na qual a Gtech fez publicar uma nota de repúdio, depois respondida pela Caixa, em jornais de grande circulação. Eu não os guardei, mas isso pode ser pesquisado tranqüilamente.

Naquela época se dizia até que não prestava bem o serviço e tudo. E eu, como advogado dela, sempre percebi que o serviço foi bem prestado. Como usuário do serviço até, não me lembro de um prognóstico que não tenha sido realizado nesses anos todos em que o serviço vem sendo prestado por ela. E a correspondência bancária é hoje a grande solução para vários de nós que precisamos pagar uma conta mais rápido, etc. e tal, e também corresponde a uma parte significativa desse contrato.

De fato, depois do dia 2 de janeiro de 2003, quando foi publicada a ordem do então Exmº Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, os contratos ficaram vigendo, me parece que tiveram fim no dia 15 de fevereiro, quando então encontraram uma primeira prorrogação pequena, e foram, depois, prorrogados por mais tempo.

Nessas conversas de prorrogação, nesses assuntos administrativos com a Caixa, na relação Gtech, como contratada, com Caixa Econômica Federal, contratante, nunca me envolvi. Apenas me envolvi com isso.

Os dois contratos que eu tenho assinados foram cumpridos. Houve um período de certa discordância, porque a Gtech não concordava que o sucesso do primeiro contrato teria sido obtido. Eu tive que pleitear junto a eles, conversar, tivemos algumas reuniões, mandei carta, já com a presença da Drª Magda Kiehl, Diretora Jurídica, então, da Gtech, e terminei por receber esses serviços no mês de julho de 2003, depois, inclusive, de um procedimento aconselhado pela empresa-mãe da Gtech, que é a Gtech americana, quando, para dar conforto e transparência aos sócios e acionistas da empresa, lá eu tive que responder a perguntas por parte de advogados contratados por ela nos Estados Unidos.

Mostrei os serviços feitos, mostrei os contratos assinados, expliquei. Nesse ponto, existe só uma imperfeição – ou, talvez, não seja bem imperfeição, mas uma característica: a rapidez das providências necessárias. Porque, realizado um pregão, não que ele fosse válido. O problema não é realizar um pregão ilegal; o problema é cristalizar uma situação cuja solução não vai impedir que aconteça o mal, mas, sim, ressarcir-se do mal-feito.

Então, dentro daquela situação toda, imagino, sem defender, porque, de fato, não conheço ninguém da atual administração da Caixa Federal ou de qualquer outra autarquia ou membro do Governo que possa ter influenciado nisso, que, chegando a administração atual, vendo aquele problema e supondo que essa colaboração, essa parceria Gtech–Caixa Federal represente, não só em termos financeiros, para a Caixa, mas também em termos operacionais, um ponto completamente importante para aquela operação, imagino que ali as tratativas tenham sido feitas naquele sentido.

O pouco que eu sei do assunto que está aqui, a documentação está comigo, e me coloco, Sr. Presidente, à disposição desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço as palavras iniciais de V. Sª, Sr. Walter Santos Neto, e concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Garibaldi Alves.

V. Exª tem a palavra, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Walter Santos Neto, o senhor poderia fazer um breve histórico de suas atividades profissionais, enfatizando a sua atuação e de sua empresa na Administração Pública, quer federal, quer estadual ou municipal, mencionando cargos, atribuições e períodos?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sr. Presidente, sou advogado, formado em junho de 1985, pela Universidade Federal de Minas Gerais; quando estudante de Direito, fui nomeado Assessor 3 do Secretário de Obras Públicas de Minas Gerais, no Governo do ex-Governador e ex-Senador Francelino Pereira, pelo período de um ano; antes disso, tinha sido professor estagiário de inglês.

Quando saí do cargo de assessoria pública, daí para a frente, só me liguei profissionalmente, através de um vínculo formal, a duas outras empresas, uma delas a Nacional Leasing, onde fiquei dois meses, e decidi que iria investir no meu curso de Direito e na minha atividade de advogado, durante o segundo semestre de 1986 até o primeiro semestre de 1987. Quando fui advogado da empresa Mendes Júnior International Company, em Bagdá, fui contratado pela empresa, apesar de recrutado no Brasil, de 1986 a 1987.

Daí para a frente, venho sempre tocando a minha advocacia de uma maneira mais próxima da liberal possível. Não tenho, atualmente, nenhum cliente de partido; dedico-me a causas geralmente em grau de recurso. Minha especialidade pessoal é Processo Civil na área recursal.

Nesse meio tempo – acho que caberia aqui a explicação, se o senhor me permitir –, apesar de um pouco mais velho, o Dr. Marcelo, que se ausentou daqui, quando eu já havia retornado do Iraque, fazia Direito, porque começou a fazer Veterinária, e foi, porque ele é meu primo de terceiro grau, a pedido do meu pai, para o meu escritório, como estagiário. Ele foi meu estagiário durante muito tempo e, quando se formou, saiu do escritório, tentou a vida, esteve até em vários lugares, tentou concurso, etc. e tal, até que se estabeleceu em Santa Luzia, com um colega de sala.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Santa Luzia de Minas Gerais; não é a da Paraíba, não é?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Infelizmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É, porque Paraíba é minha terra, Santa Luzia da Paraíba, que eu gosto muito.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, é a de Minas Gerais. É uma santa muito boa – desculpem-me aqueles que não têm a minha fé.

Então, nessa época, reaproximamo-nos pessoalmente, a empresa MM, que era... Quando falo empresa, notem que é um escritório de advocacia. Naquela época, a legislação permitia que os advogados formassem empresas, primeiro que não tivessem exclusivamente o objeto da advocacia deles e, segundo, que pudessem ser registradas nos cartórios de pessoas jurídicas, e não exclusivamente na OAB, que é um processo mais demorado e é uma forma societária um pouco drástica, porque ela não tem limitação de responsabilidade. Não que eu seja contra limitação de responsabilidade quando ela é profissional; sou totalmente a favor. Mas, se temos um carro em nome da empresa e acontece um acidente com esse carro, na época a responsabilidade era integral de todos os sócios, uma coisa muito drástica.

Quando ele formou essa empresa, começou a prestar serviços à empresa MM, para o setor público, assessorando câmaras municipais, assessorando algumas prefeituras pequenas do interior – quando falo pequenas, pequenas mesmo; prefeituras de até dez mil habitantes, câmaras do mesmo jeito –, porque o seu sócio de então, Sr. Mário Werneck, também já tinha uma especialidade nesse sentido.

Num determinado ponto da história, nossa proximidade profissional ficou mais afim, e nisso o seu sócio Mário Werneck, que é radicado em Santa Luzia, foi até Presidente da OAB de lá, apesar de jovem, resolveu se retirar da sociedade. O Marcelo, que não tinha uma advocacia muito vigorosa, disse: "Walter, quem sabe você entra na sociedade". Eu disse: ah, Marcelo, esse negócio aí é difícil, porque esse negócio de dois mandando não dá certo. Ele: "Não, você fica com as quotas do Mário, mais uma parte da minha; fico só com um terço da empresa, e a gestão toda da empresa é sua". De fato foi feito isso. Foi em 1997.

Logo depois, o Marcelo foi convidado e esteve afastado da sociedade definitivamente, nem trabalhando, quando foi assessor no tribunal... foi contratado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Passou lá um período que deve ter sido perto de um ano. Não me recordo bem desse período que ele passou, porque nosso trato era sempre o seguinte – e é verdade: cliente de cada um de nós seria tocado por cada um de nós; os meus clientes, meus clientes; os clientes dele, clientes dele. Algum cliente da sociedade ou que viesse por nós dois, estabeleceríamos de que forma dividiríamos aquilo.

Logo depois, quando ele retornou dessa experiência no Tribunal de Justiça, ele foi, vamos dizer assim... Ele também era síndico de uma massa falida, cargo esse que me foi transferido, porque ele teve que se desincompatibilizar em função do Tribunal de Justiça. E o Marcelo começou a sentir uma necessidade de mudar de lá, até porque também o casamento dele estava enfrentando problemas. O meu também estava, eu consegui segurar um pouquinho mais, mas nos dois... Eu quero esclarecer o seguinte: ainda continuo formalmente casado. Tenho uma separação de corpos e estou no procedimento de divórcio direto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Você se casou quando?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu casei com 20 anos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, quando?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu? Casei em 83, dia 9 e dezembro de 83.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem filhos?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Tenho um filho que vai fazer 20 anos dia 20, não, desculpe, 18 anos dia 20.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sempre mantinha a casa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu mantenho a casa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor declarou que era isento, pelo que estou vendo aqui, em 2001, 2002, 2003,

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso aí foi um erro, mas já foi regularizado. Eu já entreguei nova retificação dessa Declaração de Imposto de Renda, porque é o seguinte: durante um tempo, a minha mulher teve uma situação muito confortável financeiramente, até porque eu carreei muitos clientes para ela e nós tocamos muita coisa em conjunto. Ao invés de passar pela situação de ser dependente dela, toda essa movimentação foi feita em nome dela, mas trabalhei abertamente, como venho trabalhando, e estou, evidentemente, à mercê da lei e dos órgãos competentes, depois de ter feito essa retificação, para responder pelo que, eventualmente, tenha sido feito de errado.

Mas, então, descasado, e o Marcelo, descasando. O Marcelo, então, se afasta, acho que 2000, da sociedade em definitivo – quando falo assim, ele se afasta fisicamente dela –, vem para Brasília, para trabalhar aqui, vai primeiro para a Anatel; depois da Anatel, vai para o Ministério da Justiça. Em 2001, ainda no Ministério da Justiça, nós então nos afastamos, problemas pessoais, nada grave, mas, vamos dizer assim, uma relação se desgasta, seja ela de amizade ou de... E não conversamos mais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem foi que assinou o contrato com a Gtech além do senhor?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu, eu a Drª Magda Kiehl, em nome da Gtech.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas consta a assinatura do Marcelo.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não o meu. Não o que tenho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Junto à Receita Federal. Ele era o responsável junto à Receita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele continuou como responsável pela empresa. Ele é quem assina; não é V. Sª, não.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Bom, olhe bem, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está na Receita Federal.

O SR. WALTER SANTOS NETO – ...na documentação que eu tenho, encaminhada para lá...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É ou não é?

O SR. WALTER SANTOS NETO – ...eu sou responsável pela empresa desde 1997, consolidada...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o Sr. Marcelo não assinou nada desde de 1997?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E a Receita Federal, então, não está informando a verdade?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Olha, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque a Receita Federal está informando que o responsável pela empresa até 2002, 2003, ainda, na Declaração do Imposto de Renda da MM 2002, 2003, que o representante legal da empresa é o Sr. Marcelo. Ou o senhor também não tem conhecimento disso como proprietário da MM?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, tenho conhecimento do seguinte: desde 1997, venho respondendo pela empresa, assino os cheques da empresa, faço a movimentação financeira da empresa, represento a empresa perante contratos. Houve um problema de formalização disso junto ao cartório, porque foi uma época de transição da legislação onde houve essa...

Eu assinei toda a documentação para ser o responsável pela empresa. Não é isso? Se essa documentação foi processada, à época, junto à Receita Federal sem... de fato, agora, eu não teria condições de responder. Mas posso garantir e assumo pessoalmente o seguinte: toda a representação da empresa, desde então, coube a mim. Toda a representação da empresa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu pergunto ao senhor: quem entregou a declaração do Imposto de Renda da empresa em 2003 e 2004?

O SR. WALTER SANTOS NETO – A declaração da empresa, todas elas foram assinadas por mim. E foram, inclusive, entregues depois. Elas foram entregues por mim. Posso, evidentemente... Essa documentação, eu não trouxe aqui, Presidente, mas posso compulsar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundo a Receita Federal, o responsável pela empresa era o Dr. Marcelo Aguiar. E V. Sª diz que...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Era responsabilidade minha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era sua. Então há uma divergência aí. Já havíamos apurado essa divergência junto ao Sr. Marcelo. E agora se constata também com o senhor. A Receita Federal diz uma coisa, o senhor diz outra. A Receita Federal, aliás, comprova uma coisa.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu, particularmente, Senador, me lembro de ter assinado inclusive as retificações de declaração de renda, todas em meu nome. Se ainda constava, na Receita Federal isso, foi um lapso. De fato, não quero... O documento...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para esclarecer melhor, o documento que o senhor fez entrega na Receita diz que o Marcelo Aguiar é o responsável pela empresa. O próprio documento entregue por V. Sª!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aqui diz o seguinte: dados do representante da pessoa jurídica. E foi encaminhado por V. Sª, segundo informação de V. Sª. O nome é Marcelo Coelho de Aguiar. E vem aqui os dados. Isso foi em correio eletrônico. Evidentemente que não precisava de assinatura. E os dados desta declaração são cópias fiéis do original.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, veja V. Sª que há uma contradição de V. Sª quando diz que encaminhou como sendo o senhor o responsável, e o senhor mesmo que entregou diz que o responsável era o Sr. Marcelo.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Olhe bem, primeiro quero explicar que o meu escritório tem o serviço de contabilidade e que esse assunto já vinha sendo tratado por mim como sendo resolvido. Se é isso aí, de fato, peço desculpas, essa impropriedade existe...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Desculpas a quem?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não. A nós, não. Nós queremos aqui do senhor a verdade. Nós não queremos aqui nada mais do senhor a não ser isso.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente. E é o que o senhor vai ter de mim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Sr. Presidente, seria bom que ele esclarecesse se essa Srª Magda Kiehl é sócia da MM.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, senhor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Como é que ela assinou o contrato com o senhor com a Gtech?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Porque ela representava a Gtech, doutor. Ela era a diretora jurídica da Gtech.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Ah, da Gtech! Agora me diga uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que quem assinava pela Gtech não eram os diretores, era a assessora jurídica.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Parece que ela tinha um cargo de diretora jurídica. E foi ela quem assinou o contrato comigo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A assinatura não era do Diretor Presidente...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Se me permite, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Como que o senhor, advogado de uma empresa de consultoria, faz contrato com uma multinacional e não sabe direito as coisas? Como me parece? A pessoa que assinou contrato com o senhor, o senhor não sabe, de fato, qual era função dela?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe. Não, ela era... Olhe bem, Senador, não sei se o cargo era de diretora jurídica, assessora jurídica, formalmente. Nunca vi. Sei que ela se apresentava como diretora jurídica e, de fato, tinha a última palavra, dentro do que eu soube, sobre as contratações. Eu negociei as minhas contratações com o advogado contratado da Gtech, que era sócio de um escritório chamado Fischer e Foster, chamado Dr. Enrico Giannelli, com quem...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu li isso no seu depoimento, que está comigo, está aqui.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Agora, a formalização do contrato, quando voltou da Gtech, voltou assinado pela Drª Magda Kiehl. Eu só não gostaria de repetir de novo uma outra impropriedade. Ou eu posso alegar que não sei qual o cargo que ela tinha lá dentro, ou dizer que me parece que era uma diretora jurídica. Ela é advogada, certamente. Conversou comigo as estratégias jurídicas e se apresentou como diretora jurídica. Agora, só não quero dizer o seguinte: é diretora e depois é gerente. O cargo, estruturalmente, dentro da Gtech, realmente eu não sei qual é.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Relator deve estar causando estranheza em suas declarações pelo seguinte: 2002, 2001...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos deixar o Relator. O debate está acontecendo, a liberdade do Sr. Relator é nesse sentido. Mas que não avance nas perguntas do Relator.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não era isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço a V. Exª esse entendimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Mas pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode usar da palavra. É que nós nos limitássemos dentro da mesma pergunta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas era exatamente isso, porque eu queria chegar... não quero detalhar a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Rapidamente, para voltar ao Relator.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Sr. Marcelo... O Relator acaba de colocar um documento aí.

O senhor não viu o depoimento do seu primo? Ele é seu primo, não é?

O SR. WALTER SANTOS NETO – É meu primo em terceiro grau.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É seu primo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ele é filho de um primo em primeiro grau do meu pai.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Senador Geraldo Mesquita disse a ele o seguinte "você é uma piabinha, o senhor percebe que tem bagre grande caindo. Com o poder que a CPI tem, os documentos vão vir. Então não adianta mentir porque vai ser chamado de novo".

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aí ele estranhou tudo isso. "Eu não fiz declaração de Imposto de Renda, eu não assinei contrato.."

E eu disse: então houve lesão. Alguém lesou alguém. Você lesou ele? "Não". Então, ele te lesou? Ele falou: se tem assinatura de contrato, e eu não estou no meio disso, eu sou o lesado.

Então me diga o seguinte: dentro disso que o Relator colocou para o senhor, que o senhor parece que não tem conhecimento, se assustou com o documento do Relator. Faz muito tempo que o senhor falou com o seu primo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desde 2001. O meu reencontro com ele foi hoje. Eu cheguei de Belo Horizonte. Estava sendo esperado o Dr. Antonio Velloso Neto. Nós passamos pelo Hotel Nacional, e eu o peguei. Desde 2001, eu não conversei mais com ele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Como foi o encontro do senhor com ele aí dentro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Cordial. Nós nos separamos, mas não ficamos inimigos. Eu não tenho raiva dele, e espero que ele não fique com raiva de mim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele não deve estar com raiva do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, por favor.

Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou retomar o roteiro das perguntas.

O senhor pediu desculpas. O Presidente disse que não era o caso de pedir desculpas. É estranho mesmo que o senhor tenha entregue. O senhor foi quem entregou esse documento. Está lá que o responsável pela empresa é o Sr. Marcelo Aguiar, e o senhor se saia só com um pedido de desculpas. Eu acho que isso é insuficiente e deixa a Comissão à vontade para tomar providências, e a Receita Federal não há de querer que o senhor peça só desculpas.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu queria saber o seguinte: o senhor esteve envolvido em atividade política em algum período da sua vida?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Jamais, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca foi filiado a partido político?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Nunca.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Depois de advogado, além dessa empresa, o senhor participou de outra grande empresa de advocacia?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. Outra grande empresa, não. Eu sou sócio da pessoa com quem ainda estou casado. É uma empresa chamada S Santos Advocacia. Existe também essa empresa de advocacia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – É outra empresa do qual o senhor é sócio?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Outra empresa da qual sou sócio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Uma empresa de advocacia?

O SR. WALTER SANTOS NETO – De advocacia também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor responde por essa empresa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador, vamos dizer assim, para todos os efeitos, eu respondo. Quando aparece a documentação para assinar, eu tenho assinado tudo.

De fato, até por confiança e pela forma como sou, eu não tenho lido. Da mesma forma como, com toda tranqüilidade, achei que estava dentro dessa coisa de assinar, fui eu que assinei isso tudo e achei que fosse o responsável, imagino que seja também.

Essa é uma resposta que eu gostaria, primeiro, de compulsar o que eu formalizei, para não passar a segunda vergonha de levá-los aqui a erro e de dar uma informação errada.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Sr. Relator, o senhor me permite? Tem uma informação aqui extremamente relevante, já que o Sr. Walter falou em vergonha.

Sr. Walter, em 2003 o senhor declarou aqui rendimentos – de 2003 para 2004 – de 3 milhões, 266 mil e uns quebrados. Há comprovadamente a prova de que a sua movimentação financeira naquele exercício foi de R$2.046.000,00. Pergunto ao senhor: para onde foi a diferença desse valor? Outra coisa... Aliás, de 1.542.000, ou seja, uma diferença maior ainda. E, de 2004 para 2005, o senhor declarou o valor de R$7 milhões e quase 400 mil e, comprovadamente, a sua movimentação financeira foi de R$2.046.000,00, ou seja, uma diferença de mais de R$4 milhões. Pergunto: esse dinheiro o senhor rasgou, fez uma fogueira de São João? O que o senhor fez com ele?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador, o senhor vai me desculpar o seguinte: ao que me parece... Não, tenho certeza. Nenhum dinheiro declarado deixou de entrar na minha conta. Esse faturamento de 2003 contou com uma parte do faturamento da Gtech, foi expressivo, e me parece que, em 2003, eu ainda, no final do ano, tive um faturamento também maior. O ano passado...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Estamos tratando de informações concretas aqui...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente. Eu sei disso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Uma que o senhor declarou e a outra que a Receita apurou. São duas informações que não batem. O senhor declarou 3 milhões e alguns quebrados e a sua movimentação, que entrou e saiu da sua conta, foi R$1.542.000,00.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Se o senhor me permitir, Senador, eu tenho aqui, no caso especificamente da Gtech, a cópia das notas e a cópia do extrato bancário provando o seu depósito na minha conta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – O senhor recebeu dinheiro em espécie?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. Nunca recebi, sempre por TED.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – A Receita está mostrando, com base no apurado da CPMF da sua conta, o que transitou na sua conta nesse ano. Nesse exercício que o senhor declarou de 3 milhões e tal, transitou na sua conta a quantia de R$1.542.000,00.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É minha conta pessoa física, Senador, ou minha conta da empresa?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Movimentação financeira...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Porque, note bem...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – A sua declaração é física.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É. Porque é o seguinte: todo faturamento físico...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – A sua declaração é física: 3 milhões e tal. Explique-me uma coisa: o senhor declara que percebeu a quantia de 3 milhões e tal e a sua movimentação financeira foi de R$1.542.000,00. Tem uma diferença aí. Ou o senhor recebeu em espécie ou o senhor pagou a alguém, o que é a suspeita desta Comissão, que o senhor remunerou o Sr. Waldomiro, o Dirceu, seja lá quem foi, o Enrico. Esse dinheiro foi para a mão... Pelo amor de Deus, o senhor não vai dizer que a gente é idiota aqui...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. Eu não vou dizer, Senador. É só que, se nós estendermos esse escrutínio não a minha conta pessoal, mas a conta da empresa, o senhor verá que foi, efetivamente, depositado em nome da empresa um dinheiro. O tratamento contábil adequado é...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Não estou falando em empresa. Estou falando da sua declaração pessoal. Está aqui na minha mão. Sua declaração, 3 milhões e tal, e a sua movimentação financeira foi de R$1.542.000,00.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Na empresa, Senador...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Na sua conta física, empresário.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Está ótimo, porque nem todo o dinheiro que eu declarei em meu nome foi corrido na minha conta física, mas ele estava na conta da empresa. Se foi tirado, não vou mentir para o senhor, não. Tirei também valores não para entregar para ninguém. Isso aqui eu posso garantir com toda a tranqüilidade...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – O senhor fez o que com esse dinheiro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Hein?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – O senhor fez o quê?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Grande parte desse dinheiro eu gastei. O senhor pode olhar. A própria Receita pode informar o meu nível de gasto em cartão de crédito. Fui chamado a dar explicações sobre isso. O senhor pode olhar, dentro da movimentação financeira, cheques dados para terceiros e uma...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Esses dois anos, 2003 e 2004, o senhor foi à Europa, foi à Ásia, foi a algum lugar?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fui. O ano passado, eu fui à Europa algumas vezes, fui ao Egito visitar amigos. No ano de 2003, não...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – E entre 2003 e 2004, o senhor gastou mais de R$6 milhões assim não-contabilizados?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu não sei quanto eu gastei, mas gastei bastante.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador Geraldo, para colaborar: no ano de 2001 para 2002, de 2002 para 2003, está tudo isento. Ele não ganhou nada. Passou a ganhar bem depois de 2003.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, Senador. O senhor vai me desculpar...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Ele já retificou.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu já fiz a retificação. Está ali em mãos do Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aí é outro detalhe, essa retificação. A data dela, no último dia, mas isso é para depois.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Retificação é se o lançamento... Em 2002, para os Srs. Senadores terem idéia, ele declarou não isento e recebeu... transitou na conta dele 1 milhão 500 e tal; em 2001, 1 milhão 207; em 2002, 1 milhão 189. E ele se declarou isento.

Agora, 2003 e 2004 me causam estranheza profunda, porque os valores transitados na sua conta e em face do que o senhor declarou, há uma diferença aí que o senhor vai ter que explicar, não tenha dúvida.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Senador, dá licença um minutinho.

O senhor permite uma suspeição sobre esta movimentação?

O senhor tinha compromisso de pagar "gratificações" nestas negociações com o advogado da Gtech?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Só assim se justifica um repasse para alguém desses valores altos, porque o senhor recebeu muito dinheiro.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, não recebi, Senador. O senhor vai me desculpar. O problema todo é o seguinte...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Eu não vou desculpar, estou perguntando. Eu não vou pedir des-

culpar porque estou perguntando para o senhor e estou levantando uma suspeita sobre a sua movimentação.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente. Todos os meus pagamentos feitos pela Gtech foram feitos por transferência eletrônica da Gtech para mim. Os meus comprovantes bancários aqui, porque eu pedi para tirar xérox, comprovam a entrada desse dinheiro lá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Eu não estou discutindo. Eu estou dizendo que o senhor recebeu. A forma... Não estou discutindo a legalidade do recebimento. O que eu estou perguntando... Como um caixa foi formado para pagar o "mensalão", estou perguntando se o senhor foi obrigado a contribuir pela sua assessoria à Gtech.

O SR. WALTER SANTOS NETO – A Gtech jamais me pediu, jamais exigiu ou sugeriu uma reciprocidade da contratação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual foi o contrato de V. Sª com a Gtech?

O SR. WALTER SANTOS NETO – No contrato, nós somamos o dinheiro na polícia; deu R$5.080 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E a diferença que não entrou na sua conta, como foi?

O SR. WALTER SANTOS NETO – O senhor vai desculpar. Todo esse dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esqueça a desculpa.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso é apenas um vício de linguagem. Não vou pedir desculpas. Se o senhor compreender, eu ficarei...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tem necessidade.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu sei disso, Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor não está nos ofendendo; só queremos a verdade.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele vai responder ao Relator ainda.

Sr. Relator, com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Presidente, o senhor fez uma pergunta, e ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A diferença entre o que está na conta da empresa e o que a Gtech, segundo V. Sª, 5 milhões e pouco... Onde está essa diferença? A Gtech deu em dinheiro a V. Sª?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador, o senhor vai atentar para a documentação que levarei para o senhor que toda nota enviada à Gtech foi paga pelo valor da nota, com exceção da última, onde houve uma correção, porque uma negociação de um desconto: a Gtech pediu que desse o desconto para poder pagar. E todo esse dinheiro foi transferido para a conta da MM.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que a diferença foi um acordo entre o senhor e a Gtech, de um milhão e pouco.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, não. A diferença foi muito menor do que isso, Senador. Os dinheiros recebidos da Gtech pela MM somam R$5.080 milhões, salvo engano. A única que pode ter aí é a retenção de 1,5% do Imposto de Renda retido na fonte.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois bem. Vamos voltar a palavra ao Relator, para que ele dê seqüência, e V. Sª aguarde.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Pergunto a V. Sª: são duas empresas que V. Sª detém o controle?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso, são duas empresas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Elas são só de advocacia?

O SR. WALTER SANTOS NETO – A MM, hoje, já nem pode mais fazer advocacia, ela está só na consultoria, mas ela tinha, no seu objeto principal, a prestação de serviços jurídicos e assessoria administrativa. E a S. Santos, que a princípio era tocada pela minha ex-mulher, Drª Sâmia Santos, que hoje está comigo, também tem como foco principal a prestação de serviço de advocacia, mas pode ter, ou pelo menos já ter tido no seu objeto social, talvez, agenciamento de propriedade industrial, porque a minha ex-mulher mexe com isso, com propriedade intelectual, pode ter algum tipo de assessoria administrativa, mas, basicamente, até para não descaracterizar, esta empresa deve ser só de...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Qual é a receita mensal de suas empresas, das empresas do senhor?

O SR. WALTER SANTOS NETO – É errático; eu prefiro dizer anual. A S. Santos, no ano passado, por exemplo, teve receita bastante próxima da MM, porque nós recebemos honorários idênticos, foram feitos dois recebimentos de honorários idênticos de um acordo que firmamos em um caso grande, alguma coisa em torno de sete milhões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – E a despesa também, quanto foi?

O SR. WALTER SANTOS NETO – A despesa era relativamente pequena, porque a despesa de um

escritório de advocacia se reduz a pagamentos de poucos funcionários...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – E o lucro líquido?

O SR. WALTER SANTOS NETO – O lucro é transferido para os sócios, de acordo com o que prevê o contrato social, depois de tributado por isenção, porque todas essas empresas são contribuintes por estimativa, não pelo movimento contábil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – O senhor revisou a sua declaração, após saber, por fontes privilegiadas, que o Ministério Público Federal havia solicitado, dez dias antes, a quebra do seu sigilo fiscal, bancário e telefônico?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, Senador, eu solicitei isso porque fui intimado pela Receita Federal, em Belo Horizonte, a responder por gastos em cartões de crédito, etc. e tal. Fui confrontado com essa realidade. De fato não fiquei sabendo.

Agora, depois que li a reportagem... Se alguém poderia ter me avisado, não avisou, inclusive procurei saber do banco e o banco falou que não poderia se manifestar a respeito disso, porque, se a ordem tivesse sido recebida, era uma ordem sigilosa. Então, de fato. é isso. Isso também pode ser comprovado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – De acordo com a **Revista IstoÉ**, no endereço oficial da MM Consultoria, funciona um outro escritório. Os demais sócios nunca ouviram falar de sua empresa. Onde de fato funciona a MM Consultoria?

O SR. WALTER SANTOS NETO – A MM Consultoria tem alvará de localização, contrato social atual e todas as outras documentações com endereço da Rua Sebastião Fabiano Dias 210, conjunto 1.406.

Essa documentação já foi entregue também à Polícia Federal, está comprovado isso. O que acontece é o seguinte, Sr. Relator: naquele dia em que o repórter...

Nesse escritório, nessas dependências, funciono com o meu escritório e há também dois colegas que não são meus sócios, são colegas meus que têm suas empresas de advocacia, os escritórios deles, causas independentes, algumas causas coincidentes.

Nesse dia, o repórter lá chegou, segundo me relatou também o Dr. Fernando Aires, o nome dele é Fernando Luiz Aires de Lima. Na reportagem apareceu Fernando Lira, até há essa impropriedade. Ele disse apenas que eu não estava lá e que ele não tinha, vamos dizer assim, relação com a MM. Mais forte do que o relato dele, outro que saiu na imprensa e todo mundo aqui já teve a oportunidade de saber, às vezes até pela pressa, não é bem uma coisa com acuidade, uma notícia com acuidade, mas essa documentação foi entregue, na semana passada, na sexta-feira, para as mãos do Dr. Nilton, da Polícia Federal, que tomou o meu depoimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Algum outro escritório teve participação nessas ações de defesa da Gtech?

Quais foram esses escritórios? E o senhor sabe quanto a Gtech pagou a cada um desses?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Primeiro, Sr. Senador, de fato, eu fui um advogado contratado pela Gtech, mas não coordenava. Quem coordenava, repito, era o Dr. Enrico Giannelli.

Nunca tive nenhuma outra reunião funcional sobre o que fazer e como fazer a parte do serviço que estava a meu cargo, a não ser com o Dr. Enrico Giannelli.

Sei que, na primeira instância, funcionaram outros advogados e, note bem, Senador, para explicar melhor a questão, que a ação que movi junto ao STJ não foi um recurso especial cujo processo estava todo completo. Foi uma ação originária, uma medida cautelar, e depois entrou a própria petição. A documentação lá estava, mas não era a documentação, vamos dizer assim, originária de todo o processo.

Sei que, em primeira instância, a Gtech funcionou com alguns advogados, sempre o Enrico coordenando e até participando. diga-se de passagem, como profissional, como advogado, um excelente advogado.

No TRF...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Enrico era o advogado da Gtech mesmo ou era contratado?

O SR. WALTER SANTOS NETO – O Enrico era sócio, ao que me consta, de um escritório chamado Fischer & Foster, estabelecido em São Paulo. Fica ali na Av. Europa, no começo ali tem um prédio do BCN, então fica no mezanino.

Esse escritório tinha a advocacia da Gtech no Brasil todo e cuidava de casos. Nessa advocacia, já de algum tempo, eu imagino, o Dr. Enrico ficou conhecendo o Dr. Élcio Barbosa Cambraia Júnior, que é meu amigo e que parceirizou comigo outros serviços em Belo Horizonte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que o apresentou.

O SR. WALTER SANTOS NETO – E que me apresentou.

O único advogado que me ajudou ou que participou comigo disso, supletivamente, além do Dr. Enrico, no STJ, foi o Dr. Élcio Barbosa Cambraia Júnior.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que não houve coordenação dos escritórios, não houve um trabalho coordenado.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sr. Relator, a coordenação era feita pelo Dr. Enrico. Eu não participei

da coordenação, porque o meu problema era o seguinte: era, vamos dizer assim, conseguir manter...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Manter as liminares?

O SR. WALTER SANTOS NETO – ...as liminares junto ao STJ.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quem foi que deu entrada na ação cautelar?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fui eu, com papel do meu escritório, eu assinei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Olhe, quem deu entrada foi o Dr. Arnaldo Versiani Leite Soares e outros.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Então me parece que esse Dr. Arnaldo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está aqui no documento do próprio...

O SR. WALTER SANTOS NETO – O senhor me permite... (Pausa.)

Sr. Relator, depois, evidentemente, eu vou passar todos esses documentos de uma forma mais organizada, já os passei na ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Todos esses documentos que o senhor tem vão ficar, vão ser xerocados e vão ficar já à disposição da CPI.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito. Estou dizendo só porque posso...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós organizaremos, pode ter certeza.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Então está aqui, é esta petição: Gtech do Brasil Ltda., medida cautelar, ela foi protocolizada no dia 10 de outubro de 2002, Walter Santos e Associados...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, confira o número do Tribunal, o registro de entrada, para ver se são duas medidas.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Medida Cautelar 5.031.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – 5.631.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, desculpe, 5.631.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É a mesma.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É a mesma, e essa medida cautelar vem assinada por mim, Walter Santos Neto, advogado, OAB-MG 42.282.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem mais?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, a inicial só eu assinei. Depois aqui nós vemos a decisão do Exmº Sr. Ministro Humberto Gomes de Barros proferida na Cautelar 5.631-DF, datada do dia 14 de outubro, onde faz remissão ao advogado Walter Santos Neto e outros. Talvez esse Dr. Arnaldo ou fosse o advogado da outra parte...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece o Sr. Arnaldo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não conhece o Sr. Arnaldo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não conhece o Arnaldo? Como é que assina a mesma medida cautelar, o processo sai no nome dele?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E com o mesmo número?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu não sei o que aconteceu, mas estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu fico com os documentos para serem periciados pela...

O SR. WALTER SANTOS NETO – O senhor pode fazer o escrutínio, periciá-los.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É complicado, porque veja bem, está aqui Superior Tribunal de Justiça... É essa mesma.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Realmente eu não posso explicar para o senhor isso porque de fato não sei. O senhor está vendo a petição inicial aqui assinada...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É inacreditável, Sr. Presidente, eu não sei se é caso de prisão ou se de penitência em cima de caroço de milho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor lembre-se de que assinou um termo de compromisso, nós lemos o termo de compromisso...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente, Sr. Presidente. E está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor, se quiser fazer alguma declaração, se não estiver à vontade, se quiser contar realmente a verdade...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Estou contando.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª fique à vontade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Assinou declaração e não tem liminar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, eu vou ficar com esses documentos, mandarei xerocar...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito, estou com todos aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, o meu receio...

O SR. WALTER SANTOS NETO – O senhor prefere que eu entregue agora?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu prefiro. Fica aqui à disposição do senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O meu receio é que sejam duas petições, para ver na distribuição com qual Juiz cai e que eles tenham mais intimidade. Esse é o meu receio...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem o contrato que assinou com a Gtech aí?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...que dois advogados entrem com a mesma petição para cair em varas diferenciadas. Não estou fazendo suspeita, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sei, questão de distribuição?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Questão de distribuição. Mas com o mesmo número, porque pode ter ido para dois lugares diferentes, entrar em horário diferente. O número foi dado pelo Tribunal...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas a medida cautelar já tramitava?

Sr. Walter, a medida cautelar já tramitava quando o senhor peticionou?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, eu patrocinei a inicial.

Senador, estou percebendo aqui que pode ter sido o seguinte: essa informação do Dr. Arnaldo Versiani Leite pode ser o seguinte: como eu me retirei do processo depois de cumprido o meu contrato, que está aqui, como o Dr. Enrico... também parece não advoga mais para... pode ser que a informação atual...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Cadê a petição de renúncia?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Hein?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Cadê a petição de renúncia?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu não sei, eu não tenho ela aqui, eu não sei nem de fato renunciei ou fui só... Eu formalizei...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Diz que renunciou.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, note bem, quando eu falo assim, eu me afastei do processo...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas ninguém se afasta de processo, cidadão; renuncia-se e peticiona-se ao juiz.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Pois é, essa petição, de fato, eu não sei, se foi uma petição de renúncia ou se foi uma petição de constituição de novo advogado, porque eu tenho procuração originária ou original no processo...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Substabeleceu para outro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu acho, eu não sei se eu substabeleci...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Deixe-me falar uma coisa para o senhor: o senhor advoga para uma multinacional, que é a Gtech. Qual uma outra grande causa que o senhor advogou antes da Gtech? Grande causa, fora a da Gtech?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu tenho boas causas.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Cite duas, por favor.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fui advogado, olhe bem...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – De quem?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – (dirigindo-se ao advogado) Doutor, o senhor não pode falar. V. Sª não pode se manifestar.

O SR. (Advogado) – Sr. Presidente, o senhor me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V.Sª não tem direito à palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele, inclusive, incorre em conflito de interesse, porque está representando pessoas que dizem coisas controversas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª não tem direito à palavra. V. Sª está representando duas pessoas que têm depoimentos contrários.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nós estamos sendo benevolentes com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pedimos ao senhor que permaneça calado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ...represento contra o senhor na OAB.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aliás, o senhor está advogando para o Sr. Marcelo e nem advogado dele é.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se não o senhor pode vir até a complicar o seu constituído.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Estamos sendo benevolentes com o senhor, porque o senhor

sentou com o Dr. Marcelo aí, e advogado dele o senhor é, ele não assinou procuração para o senhor.

O SR. (Advogado) – Eu o acompanhei na Polícia Federal.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) **–** Ele não assinou procuração para o senhor.

O SR. (Advogado) – Nenhum dos dois assinou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele não assinou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senador, solicito a V. Exª...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Marcelo, depois, tem advogado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito ao seu advogado que permaneça calado, para que possa permanecer aqui na nossa mesa. Estamos dentro de um bom entendimento. O que queremos, repetimos, é a verdade que não está sendo dita; é preciso que sejam esclarecidos esses fatos. V. Sª tem que se referir: eu fiz ou eu não fiz, e não dizer, eu acho, eu pensei. V. Sª, Sr. Depoente, tem que ser bem claro nas suas afirmações ou negativas.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, pedi a ele que, pelo menos, citasse duas causas grandes que pegou, porque um advogado que tem uma grande banca, que tem um nome a zelar, que advoga para uma multinacional, tem que ter sido bem recomendado. Mas o senhor não lembra nada. Cite pelo menos dois nomes.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador, eu só não quero incorrer aqui numa falha profissional, porque o Estatuto da OAB me proíbe de citar nome de cliente, casos de clientes, mas eu acho o seguinte...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, mas isso não...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Com licença, Senador, eu vou atender essa conclamação, porque eu acho que se formos ao site do STJ e pegarmos o nome Walter Santos Neto como advogado...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pois é, por isso que eu estou dizendo.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Se o senhor tiver um pouco de paciência... Eu não estou consultando documentos.

Fui advogado da Construtora Mendes Júnior em vários incidentes processuais aqui em Brasília, fui advogado de uma empresa...

Fui advogado, primeiro, contratado pela Mendes Júnior Internacional, de 86 a 87... Depois a partir do ano de 2000, eu patrocinei causas para ela, há petições e recursos feitos numa grande demanda que ela tem com o Banco do Brasil aqui, já alguma parte em Brasília ou não...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Outra empresa agora.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Organizações Nossa Senhora da Abadia, onde eu entrei com a primeira medida cautelar exitosa no ano de 2001; conseguimos lá uma liminar, liberamos um dinheiro que estava depositado, um dinheiro grande; Aurora Participações, que sucedeu o Banco Milbanco, onde nós entramos com uma medida cautelar até posterior à da Gtech e perdemos, não obtivemos resultado. Houve o resultado em primeira instância. A Cemig Centrais Energéticas de Minas Gerais...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Tudo bem. Para concluir, para o relator voltar, quem indicou o senhor à Gtech?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Quem me indicou à Gtech foi o advogado Hélcio Barbosa Cambraia Júnior.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor tinha experiência em advogar para jogo? Bingo, em Belo Horizonte, caça-níquel?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, o Dr. Cambraia teve alguns contatos. Não sei, não poderia afirmar que ele foi advogado, mas ele foi consultor, me parece, de um contrato junto à loteria do Estado de Minas Gerais. Foi ele que... e aí foi quando ele fez o relacionamento com o Dr. Enrico Giannelli. E o Dr. Cambraia toca – pelo menos é o que está no site do STJ até hoje – uma ação da Gtech contra a Embratel, que é justamente para garantir esse link do satélite, fundamental para a prestação do serviço dela.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Foi quem lhe indicou?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Foi quem me indicou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Relator, com a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Walter Santos Neto, a Gtech tinha um contrato muito bem remunerado com a Fisher Foster Advogados, um dos trinta maiores escritórios do Brasil. Além disso, prestavam serviços advocatícios à Gtech o escritório de advocacia Sigmaringa Seixas, especializado em tribunais superiores e em curso de contas, e o escritório Alcoforado Advogados Associados, também de Brasília.

Por que a Gtech resolveu contratar uma empresa desconhecida, localizada em Belo Horizonte para defender seus interesses em Brasília?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sr. Relator, a motivação da Gtech, eu não sei. Sei que, quando

houve esse aperto processual, alguns advogados eventualmente podem ter se negado a tentar isso, rotulando de uma aventura talvez, uma tentativa de emprestar um efeito suspensivo a um recurso ainda não interposto, foi quando o Dr. Enrico, através do Dr. Hélcio Cambraia me procurou, dizendo do interesse e da necessidade dessa atuação. O senhor receberá em mãos, já está aqui em cima, a minha inicial, que pode, inclusive, ser comprovada no arquivo do STJ, a movimentação processual que consta procuração outorgada em meu nome, e daí para frente todas as peças que foram feitas, às vezes assinadas em conjunto com o Dr. Enrico, às vezes solitárias. Mas esta inicial guarda completa identidade com a inicial desses dois casos que pude me lembrar aqui agora, que são notadamente Organizações Nossa Senhora da Abadia, anterior em mais de um ano a essa medida cautelar, e Aurora Participações, cuja denominação não me lembro completamente, todas elas patrocinadas por mim, com a minha assinatura. Não é uma inicial emprestada nem de terceiros. Eu de fato sou advogado, prestei o serviço, obtive êxitos nele. Hoje nem tanto, porque o que se pensa do ponto de vista processual no STJ é de não dar amplitude ou possibilidade a esse tipo de providência, não permitindo uma supressão de instância. Agora, dentro dessa linha, porque a Gtech me contratou, não posso responder pela Gtech. Eu apenas agradeço que tenha me contratado, gostei de trabalhar lá, gostei de trabalhar com o Dr. Enrico, que é um advogado inteligente, um advogado muito aguerrido, me convenci do bom direito da minha cliente, posso dizer isso...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. S. veio a tomar conhecimento de que os dirigentes da Gtech, no seu depoimento aqui, se queixaram bastante da atuação do senhor Enrico Giannelli com relação à empresa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não tive acesso e nem me preocupei em ter, não por desprezo a essa alta função do Senado Federal, mas porque queria justamente trazer aqui o meu relato sem qualquer tipo de contaminação, senhor Relator. Do fato é que quase toda relação de cliente e advogado que se estende por muito tempo e que passa por assuntos, assim, tempestuosos, a relação do advogado com o cliente fica comprometida. Muito pouco são os casos, e aí seja um escritório grande, pequeno, um advogado conhecido ou desconhecido, que, durante muito tempo, numa situação tão explosiva, vamos dizer assim. Por quê? Porque o contrato, realmente, é milionário. A discussão jurídica desses contratos depois deu azo a uma discussão política, a uma discussão de conveniência administrativa e até mesmo situações discutidas até sobre, digamos assim, o lado moral ou o lado legal do jogo, etc. e tal. Então, dentro dessa situação, é o seguinte: não posso dizer de nenhuma experiência ou nenhum juízo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Além do Dr. Giannelli, quais foram os outros responsáveis pela área jurídica, aliás, os responsáveis pela área jurídica da Gtech com quem V. Sª travou conhecimento?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe. Qual foi...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – A Gtech tinha um quadro... Além dessas empresas todas, há uma informação, dada pelos dirigentes da Gtech, que a Gtech ainda tinha um quadro, setor jurídico da empresa. V. Sª entrou em contato...

O SR. WALTER SANTOS NETO – A Drª Magda, que foi um contato breve, me disse que este assunto ligado à demanda que a Gtech movia contra a Caixa Federal era um assunto que ficaria exclusivamente a cargo da coordenação do escritório Fisher & Foster. Dentro do escritório Fisher & Foster, nunca tive oportunidade de me encontrar com o outro sócio que, não tenho certeza, mas me parece que se chama Dr. Jorge Fisher, mas o Dr. Enrico foi quem coordenou sempre o meu trabalho da seguinte maneira: dizia da demanda, analisava a minha sugestão de como atacar ou abordar aquele assunto judicialmente. Quando havia tempo, na maioria das vezes, fazia o escrutínio das petições ou das peças que eu sugeria que fossem atravessadas e autorizava ou não a consecução técnica daquele trabalho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – E o senhor terminou recebendo 5 milhões...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Dentro de um proveito econômico para a Gtech que eu tinha informações que seriam mais de 300 milhões, né? Eles mesmos falaram que o contrato era milionário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – O senhor nunca entrou em contato com o Dr. Marcelo Rovai?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não conheço o Dr. Marcelo Rovai.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Nem com o Dr. Lino da Rocha?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Que era o Presidente na época.

O SR. WALTER SANTOS NETO – O Presidente. Esse, eu ouvi falar o nome dele. Parece que ele se chama Carlos. Tem o primeiro nome Carlos?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor deve estar... Não é Carlos. O nome dele é Lino... Qual é o primeiro nome dele?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Antônio.

Carlos Lino da Rocha.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Carlos? Pois é. O Dr. Carlos Rocha, também nunca fui apresentado a ele. O único dirigente da Gtech com que eu estive para poder explicar a estratégia, as perspectivas e até os riscos que a Gtech corria com relação à medida cautelar e aos outros incidentes que corriam junto ao STJ foi o Dr. Marcos Andrade. O nome todo eu não me lembro. Ele se apresentou como Vice-Presidente da Gtech. Até foi um contato muito agradável porque ele já teria trabalhado para a Mina de Morro Velho, que ficam exatamente em Nova Lima. É uma cidade contígua a Belo Horizonte, onde moro e lá tem mineração de ouro da Mina Morro Velho, que me parece pertence a uma companhia inglesa. Não conheci nem o Dr. Marcos Rovai...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Marcos não. Marcelo.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe-me. Marcelo Rovai nem o Dr...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Nunca os viu?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Nunca os vi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Pergunto a V. Sª: a MM Consultoria pagou alguma comissão ao Sr. Giannelli pela intermediação junto a Gtech?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Nunca. Aliás, é bom deixar asseverado o seguinte: quando do último recebimento dos honorários da Gtech – isso está tudo comprovado na movimentação bancária –, um pouquinho antes disso, a Gtech começou a complicar, falar que não ia pagar, tudo. O Dr. Enrico, em solidariedade, fez um depósito da conta particular dele para a minha conta particular, de R$200 mil. E eu, assim que recebi...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V.Sª pode repetir essa informação?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Posso repetir, porque está comprovado inclusive na minha conta bancária. Existe....até já fui acionado para explicar isso. Assim que recebidos os honorários, devolvi esse dinheiro a ele, porque como vai haver lá um DOC, um TED, uma transferência eletrônica, para o Dr. Enrico de R$200 mil, eu quero deixar claro também que existe um TED dele para mim, um pouco antes, um mês antes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor recebeu em dinheiro ou em cheque?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, eu recebi por TED; e devolvi por TED também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – V. Sª prestou algum serviço à Camargo Corrêa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Prestei o serviço da seguinte maneira. Eu parcerizei um contrato grande que existia no escritório Araújo Fontes Advogados, que firmou com o grupo Camargo Corrêa um contrato para buscar, junto às entidades bancárias,a recuperação da correção monetária paga a menor, juntamente com os juros contratuais feitos então. Essa é uma ação que tem uma perspectiva de recebimento de R$500 milhões, se levada a final e com ganho nesse sentido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – V. Sª recebeu quanto?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Recebi da Camargo, por cada empresa, sete milhões e meio. O acordo geral feito com a Camargo Corrêa foi de R$22,5 milhões, que foram divididos entre três empresas: Araújo Fontes Advogados, sociedade civil, S. Santos Advocacia, e MM. Consultoria Jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor recebeu 20%, então?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do valor, 22 milhões, quem recebe sete e meio, corresponde a 20%, exatamente.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, foi mais. Eu fiquei com 2/3. Foram 30%.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o que ficou para a empresa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Qual empresa? Não, não. A Camargo Corrêa nos indenizou, Senador, pelo seguinte. A Camargo Corrêa tinha um contrato conosco que era de risco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor declarou esse dinheiro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor declarou esse dinheiro, esses sete milhões e pouco?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eles estão declarados agora nessas correções todas feitas lá. Inclusive esse foi declarado no ano passado.

O senhor está satisfeito, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem pergunta sou eu. Não é V. Sª, não. V. Sª está respondendo, não está fazendo pergunta aqui, não. V. Sª tenha calma.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Queria saber se S. Exª estava satisfeito com a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas V. Sª aguarde. Deixe o Relator se pronunciar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Eu pergunto a V. Sª qual é o seu patrimônio hoje.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Todo o patrimônio que eu construí até o dia de hoje foi colocado em nome da minha mulher, atual ex-mulher, porque estou me separando, mãe do meu filho. Na minha declaração retificada deve constar apenas dinheiro, porque não tenho patrimônio imobiliário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não entendi. Quer dizer que o senhor está se separando de sua mulher e está colocando todo o patrimônio no nome dela?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ela tem muito mais juízo do que eu. Ficou comigo quase vinte anos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é uma boa explicação, não.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Mas é a que eu tenho para dar.

É a verdadeira?

O SR. WALTER SANTOS NETO – É a verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor depositou quanto na conta de sua mulher?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu nunca depositei nada na conta dela.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o dinheiro que o senhor... O senhor disse que não tem imóvel. Então transferiu para a sua ex-esposa. O que foi que o senhor transferiu para ela?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu não transferi imóvel. Ao propiciar todos os gastos pessoais e também a clientela, abrir mão da minha parte da clientela que ficava com ela, eu permiti que ela fosse angariando dinheiro para comprar e investir nesses imóveis. Em determinados assuntos, eu a chamava para parcerizar e dizia: "Olhe, esse dinheiro, agora, você guarda, cuide essa coisa dele aí", etc.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor não possui imóveis?

O SR. – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E todo o dinheiro que recebeu da Gtech, da Mendes Júnior, da Camargo Corrêa, o senhor fez o que desse dinheiro? Gastou todo em viagens?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Em viagens, não. Mas a maioria dele está gasto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – E o resto, está em casa, está guardado em dinheiro vivo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ah, Senador, em casa em não tenho dinheiro, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Mas se não está no banco, o senhor não tem esse dinheiro, o senhor não comprou nada...e só de uma foi R$7,5 milhões! Da outra recebeu mais R$5 milhões, só aí são quase R$13 milhões! É muito dinheiro! E o senhor não sabe onde está esse dinheiro, o saldo?! Não passou nem um centavo desse dinheiro para sua mulher, porque ela não era sua sócia, trabalhou com o senhor?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, não era.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – O senhor não deu nada ao Sr. Marcelo, não?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, também não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem deu ao Sr. Enrico Giannelli também?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Ao Sr. Waldomiro, também não?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não conheço o Sr. Waldomiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Olhe que o senhor conhece...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Está bem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Fora do microfone.) – E o Sr. Buratti?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não conheço.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Se a CPI pedir a quebra do sigilo da sua esposa, vai encontrar quanto mais ou menos por lá?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não sei, tem que perguntar a ela, mas pode pedir.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu estou perguntando ao senhor, estou sendo educado com o senhor, não seja mal-educado comigo, ela não está depondo aqui. Estou perguntando ao senhor.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe, eu não posso dizer porque eu não sei.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor é que está dizendo que está se separando e que não tem imóvel e que ela vai ficar com o que tiver na conta. É porque o senhor sabe que tem dinheiro na conta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Marcos Flora?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Luiz Gushiken?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não. Posso dizer que o Ministro Gushiken é conhecido pela imprensa, mas pessoalmente não o conheço, nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – O senhor nunca viu, nunca telefonou?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Denivaldo Henrique de Almeida?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Prof. Henrique?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Delúbio Soares?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece nem o Sr. Lino Rocha?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não. Lá na Gtech, vou repetir, Sr. Relator, eu conheço apenas o Sr. Marcos Andrade, que não sei nem se trabalha mais lá, que foi vice-presidente, foi quem, com o Dr. Enrico, participou de duas reuniões comigo para traçarmos uma estratégia sobre os rumos das ações, da minha atuação junto a essa processo no STJ.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aproveitando a sua experiência como advogado, R$5 milhões não é muito dinheiro para pagar uma ação cautelar, não?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Note bem, R$5 milhões naquela fase do processo, eu achei até... não vou dizer que seja... É um excelente dinheiro, mas para quem ia perder um contrato de R$300 milhões e ia ficar em uma situação de ter que se desvencilhar de um investimento que, segundo eles, foi de US$200 milhões quando compraram a antiga empresa que era titular do contrato...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que só V. Sª teria condições de ganhar? Nem a Fischer&Forster? Nem a Alcoforado? Nem Sigmaringa Seixas?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ao contrário, Senador. Todo advogado tinha uma chance de ganhar e de perder. Eu fui escolhido, prestei o serviço e obtive, graças a Deus...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – De quanto era o contrato da Gtech, que o senhor disse aí agora?

O SR. WALTER SANTOS NETO – O primeiro contrato foi de R$ 3 milhões e o segundo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Não, o senhor estava defendendo uma causa que era de quantos milhões, que o pessoal da Gtech disse ao senhor?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eles falavam em R$300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – O senhor falou em US$200 mil agora?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, US$200 mil foi o investimento inicial que eles disseram que tiveram que fazer para estabelecer o processo de jogo *real time...*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Entendi, obrigado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O senhor não tem nenhuma dificuldade em uma acareação com o Sr. Marcelo, não é?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Então, eu já solicito de V. Sª que, terminando as perguntas dos Srs. Senadores, faremos um pequeno intervalo, e faremos a acareação, porque o depoimento de V. Sª é totalmente o contrário do Sr. Marcelo. Então, vamos, em seguida, fazer uma acareação entre V. Sªs.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Walter, o que nos intriga e eu sei que não é confortável a posição de quem senta para depor em uma CPI... Uma CPI que tem poder de quebra de sigilo vai chegar a qualquer lugar.

A gente também não trata com ilusão de que quem senta para depor em uma CPI senta para dizer "foi", "eu fiz", "fui eu", "foi desse jeito". Existem contradições mínimas que, quando os sigilos chegam, o sujeito é obrigado a voltar, voltar outra vez, como vai acontecer nessa acareação com o senhor e seu primo Marcelo, que para gente também é um ingênuo, não sabe nada, não lembra de nada, um advogado relapso, que fazia parte de uma consultoria e largou para lá, não sabe o que aconteceu, não sabe onde está a assinatura dele, não sabe que contrato assinou. Ele, que era seu sócio, revelou que não recebeu nada, que nenhum dinheiro foi colocado na conta dele.

Então, veja, quem está pagando o seu advogado?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Dr. Antonio Veloso Neto é meu colega de sala e, por enquanto, não discutiu honorários comigo. Se ele cobrar honorários de mim, eu pagarei.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu não perguntei isso para o senhor. Esse é que é o problema.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Então, o senhor me desculpe. Eu entendi dessa maneira.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu perguntei quem está pagando. Se ele foi seu colega, se não foi...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Eu solicito ao depoente que se limite à resposta objetiva.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito. Por enquanto não conversamos sobre esse assunto. Se ele me cobrar honorários, eu pagarei.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu perguntei quem está pagando. É o senhor quem vai pagar?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Certamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E quem vai pagar o do Marcelo, porque o advogado é o mesmo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Esse assunto todo está surgindo porque eu advoguei para a Gtech e está sendo feita uma ligação da Gtech com o fato de o Marcelo, depois do ano de 2003, ter sido nomeado para um DAS-4 na administração atual do Governo Federal.

Eu acho que nada mais justo do que eu também pagar o advogado do Marcelo no total, porque não há conflitos de interesses nossos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Para gente adiantar, pois o Presidente está até pedindo para eu acelerar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – De forma nenhuma, pode continuar à vontade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É só ser objetivo, não precisa divagar. "Sou eu", o senhor demorou tanto para falar isso.

Agora, por que o senhor está pagando advogado para o Marcelo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu não estou pagando advogado. Se o advogado cobrar, eu pagarei, porque, como expliquei, é o aspecto moral. O Marcelo permaneceu sócio meu na empresa mesmo quando lá não estava. Retirou-se do dia-a-dia da empresa, nunca percebeu um centavo desse proveito econômico que, eu admito, foi muito grande.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Um instantinho. Ele é sócio do escritório?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ele é sócio da empresa MM.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É sócio?

O SR. WALTER SANTOS NETO – É sócio.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E por que o senhor não repassou nada para ele?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Porque nós tínhamos a combinação de que só repassaríamos dinheiro na base de serviço prestado ou então da titularidade do cliente. E ele não tinha nenhum dos dois. Era de disposição sobre lucros auferidos. Como ele não prestava mais serviço para o escritório, dentro do escritório, ele não atuou em nenhum momento nessa causa, como ele não era titular do cliente nem nada, o dinheiro ficava comigo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – De um contrato desse vulto porque nem conhecimento o senhor deu a ele?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Como já disse antes em meu depoimento, Senador Magno Malta, eu não tinha mais contato formal com o Marcelo. Eu até, de fato, sabia que ele estava em Brasília, tentando a vida dele, mas ele tinha um enfoque diferente. Então, não dei por isso. Eu não tinha contato com ele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor encontrou ele hoje pela manhã, não foi?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso, depois de quatro anos praticamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E como é que foi o encontro de vocês? Porque ele está sendo desmoralizado pela imprensa, está pagando o que não deve, dizem que recebeu dinheiro que nunca recebeu. Ele estava aqui meio sorumbático, esquecido demais, abatido, pelo fato de o nome dele estar rolado sem dever. Ficamos até admirados de o cara ser sócio do escritório há tanto tempo e não perguntar, não falar, não querer saber. Ficamos até preocupados com ele, o Presidente até, de vez em quando, mandava servir um café quente para ele, porque ele estava muito abatido.

E aí o senhor também vem com lapsos de memória do mesmo jeito, mas da conversa de vocês dois, hoje de manhã, quando se encontraram, o senhor se lembra?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Lembro, cumprimentei, foi um encontro assim meio sem graça de parte a parte, mais do que eu porque, de fato, ele nunca teve nada a ver com isso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor falou o que para ele?

O SR. WALTER SANTOS NETO – "Como é que está a guerra, tudo bem? É um carma." Como sendo um carma dele ter que passar por tudo isso com rela-

ção a uma coisa que ele não tem absolutamente nada a ver. E sentamos no carro, aí ele me deu notícias de como está o filho, eu dei notícias também. Foi uma conversa bastante tranqüila.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não é isso não, é sobre o assunto, este assunto.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ele disse que, ontem à noite, tinha estado na Polícia Federal dando depoimento e viemos para cá. Eu sempre disse a ele: "Marcelo, a verdade vai nos libertar. Você não participou disso. Você não foi nenhum elo de ligação de nada do nosso escritório ou de qualquer assunto administrativo aqui dentro. Você não recebeu dinheiro, como de fato não recebeu. Então, você tem que ficar tranqüilo dentro da sua verdade, que é a verdade de fato."

Assim como eu também, Senador, confesso ao senhor que jamais dei um centavo desse que recebi da Gtech a qualquer desses agentes apontados pela imprensa ou a qualquer pessoa que fosse entregar para eles.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – As suas declarações estão aqui. O Marcelo não recebeu nada?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor não repassou nada para sua esposa. Como é que some R$13 milhões em dois anos.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Essa informação dada ao senhor não condiz com a verdade. Não sumiram R$13 milhões.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Marcos Valério, que é de Minas, veio aqui e contou uma mentirada toda e depois teve que voltar. Porque um dinheiro desse só desaparece se o cara queimar o dinheiro.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Mas ele não desapareceu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor está nos forçando, infelizmente, a fazer um requerimento pedindo a quebra do sigilo da sua esposa, o que não seria necessário se o senhor colaborasse.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E eu sou forçado a fazer isso para que possamos ter esse entendimento, quebrar o sigilo da sua esposa, dos seus parentes mais próximos e das pessoas dos seu escritório. Se o senhor tivesse colaborando, nós não teríamos necessidade de fazer isso porque eu tenho certeza de que, se fizermos essa quebra, o senhor vai ter que voltar para encarar uma situação muito mais constrangedora, porque a quebra de sigilo tem suas revelações.

Por isso, para o senhor não ter o constrangimento de voltar a esta CPI... O Presidente, quando me passou a palavra, disse que o depoimento do Sr. Marcelo em nada bate com o seu, é cheio de "nãos", até porque ele diz que não conhece mesmo, desconhece totalmente, absolutamente. São sócios do mesmo escritório completamente desencontrados. Parentes completamente desencontrados em um escritório que movimentou milhões... Quer fazer uma intervenção, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Uma pergunta: quando o senhor veio para cá qual foi a conversa que teve com o seu advogado?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Que estava tranqüilo, que iria dizer a verdade aqui e que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – O senhor sabia que era o mesmo advogado do Marcelo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – O senhor não acha que não estão muito combinados os dois?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não há combinação. O senhor está me perguntando e eu respondo que não há combinação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – O senhor conheceu bem o Sr. Enrico Giannelli?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Trabalhamos praticamente seis meses, envolvendo o caso Gtech, exclusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – O senhor não conhece o Buratti?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não conheço, nunca o vi na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – O Sr. Buratti disse que quem o levou ele para dentro da Gtech foi o Sr. Enrico e o senhor nunca teve um encontro, nem casual, entre o Sr. Buratti e o Enrico?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. Não tive.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nem o encontro no Blue Tree?

O SR. WALTER SANTOS NETO – No Blue Tree, Senador, eu fui uma vez conversar com o Sr. Enrico, no início da minha contratação, não posso precisar o dia, mas deve ter sido ou no final de setembro ou no início de outubro. Estivemos lá, fomos a uma sala de reuniões que fica no primeiro piso, naquele Blue Tree dos fundos, onde o Enrico ficava hospedado.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Onde foi feita a festa de aniversário do Sr. Pereira.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não sei. Lá no Blue Tree tem dois prédios, um primeiro, à esquerda...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Buratti disse que, nesse encontro, o Sr. Enrico...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Giannelli.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...em janeiro, estava presente nesse mesmo encontro, lá, no Blue Tree. Ele disso isso aqui, nesta CPI.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Pois bem: em outubro de 2002...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – De repente, o senhor não se lembra, mas vou lhe mostrar a foto do Buratti.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, eu vi nos jornais. Nunca o vi.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E não conhece o Marcelo Rovai, o senhor falou, não é?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Agora, sabe o que me admira? Que o Marcelo Rovai foi um cara presente nesse processo. Presente, incisivo. Uma figura que não dava para passar despercebida. Grandão, gordão, barbudo, falante e uma peça chave nessa demanda com a Caixa. E tão importante que, depois, foi promovido para o Chile, pela Gtech. E o senhor pega um contrato com esse montante – deve ter sido contratado por ser especialista nisso ou o advogado que lhe indicou é que é especialista em defender jogo... É este aqui.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É, eu o vi na revista. Até antes de me submeter a uma cirurgia no estômago, eu era mais ou menos desse porte e também usava barba. Se não fosse por falta do cabelo em cima, até achei que fosse eu mesmo.

É o seguinte, Senador: quero responder ao senhor que não o conheço de fato. Estou aqui dizendo a pura verdade. Exponho-me aos rigores – como de fato estou me expondo – da lei por isso. Nunca o vi. Toda a estratégia de contato da Gtech comigo era através do Enrico. Esse, sim. Estive com ele em bases diárias durante muito tempo, inclusive, a ponto de, em final de semana, ou ir a São Paulo ou ele vir de São Paulo para se encontrar comigo em Belo Horizonte para discutirmos a única coisa que era possível discutir entre nós, que era estratégia jurídica. Se essa estratégia jurídica atendia também a uma estratégia empresarial, tenho certeza que ele atendia. E se essa estratégia empresarial jurídica era conversada pelo Sr. Marcelo Rovai com o Dr. Enrico Gianelli, também presumo.

Só que, de fato, talvez até para não dar maior conotação, eu nunca estive na presença e nunca escutei o nome do Dr. Marcelo Rovai. O Dr. Antônio Carlos Lino da Rocha, o Carlos Rocha, eu o escutei. Era Presidente da Gtech. Diziam até que era Diretor internacional da Gtech, era Diretor nos Estados Unidos, que não era só um funcionário ou dirigente da Gtech do Brasil.

O Dr. Marcos Andrade, que era Vice-Presidente, esteve comigo em duas oportunidades.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Vou fechar aqui, Sr. Presidente, e vou esperar o momento da acareação.

Sobre a sua movimentação ainda: o senhor poderia falar alguma coisa que pudesse colaborar para impedir que eu possa fazer a quebra do sigilo bancário da sua esposa e das pessoas que lhe cercam, tanto no seu escritório quanto os parentes mais próximos? Infelizmente, vou ter que fazer isso, até porque não justifica a explicação que o senhor deu com os números que estão no papel.

O SR. WALTER SANTOS NETO – A única coisa que eu gostaria de acrescentar aqui, Senador, é que jamais remeti, paguei, entreguei e destinei qualquer desse dinheiro que recebi na Gtech a qualquer um desses elementos que a imprensa está dizendo que receberam dinheiro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E onde é que ele está, se o senhor não tem imóvel, se o senhor não tem nada?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Essa análise da minha conta corrente será evidentemente feita, os senhores já estão trabalhando com isso, e vão ver a grande movimentação, o nível de gastos alto. De fato, é o que posso dizer sobre isso.

Sobre a possibilidade de esses sigilos serem quebrados, eu tenho a mais absoluta certeza de que esse dinheiro não vai ser encontrado lá e esse dinheiro não vai ser, vamos dizer assim...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Encontrado em lugar nenhum.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É porque foi gasto.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor disse que era gordão, né? Era bem gordão?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Era.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Se o senhor ficasse morando nos Estados Unidos com esse dinheiro, durante cinco anos, gastando todos os dias com cartão de crédito, comendo no McDonald's todos os dias, o senhor não ia conseguir gastar esse dinheiro ainda, durante dois anos. Gastando em dólar, que daria a metade em real – em real seria o dobro. O senhor não gastaria. Onde é que está esse dinheiro, para evitar esse constrangimento de a gente quebrar o sigilo da sua família?

O SR. WALTER SANTOS NETO – A resposta que tenho, Sr. Senador, é essa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor recolheu o Imposto de Renda desse dinheiro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Estou recolhendo agora, inclusive estou pedindo parcelamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está recolhendo. Acho que a Receita Federal, a Polícia Federal é que têm. Aqui a agência da Polícia Federal, Receita Federal, inclusive, no Ministério Público, acho que essa história de se recolher agora, não sei se eles vão aceitar.

V. Exª, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só para encerrar. O senhor tem noção, mais ou menos, quanto o senhor vai recolher?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Algo em torno... Não tenho um levantamento final, não. Mas vai ser, com as multas, algo em torno de dois milhões.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Dois milhões. Já que o senhor não tem imóveis, nem sabe onde está esse dinheiro, quem vai pagar para o senhor?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu teria de trabalhar, não é, Senador? Tenho causas em curso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor vai ganhar outro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Tenho causas em curso, graças a Deus. Tenho projetos...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É, vamos esperar a acareação.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Da minha parte, eu diria que tantas perguntas já foram feitas pelo Relator e por outros membros da CPI e houve tão poucas respostas que eu diria que está acontecendo a mesma coisa que aconteceu ontem em relação ao Buratti. Ou o Walter Santos Neto não está contando a verdade, como realmente tudo indica que esteja acontecendo, ou está omitindo fatores, fatos, apesar da assinatura do documento no sentido de relatar a verdade.

Acho que a quebra do sigilo bancário, outros documentos que venham e outros aspectos poderão esclarecer a todos nós a situação.

Dr. Walter, eu estava vendo aqui, mesmo na declaração que o senhor apresentou em 2003, declaração de isento; 2002, declaração de isento; 2001, declaração de isento...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu já fiz a retificação disso, Sr. Senador, e já consta a parte da retificação. Fui até inquirido sobre a diferença da movimentação financeira na minha conta com aquela declarada da minha renda.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com aquela declarada onde?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Na minha renda. Já consta na Mesa – não sei com quem está – o documento de retificação dessas declarações.

Até fui inquirido aqui – não consegui explicar com lógica, mas gostaria de fazê-lo – sobre o porquê da diferença entre a declaração de renda e a movimentação financeira na minha conta particular. Não guardei o nome de S. Exª, mas o Senador que está na ponta é que me fez essa pergunta.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Geraldo Mesquita.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque, aqui, na sua declaração de 2003, por exemplo, consta: "Propriedade de veículo automotor: não, não tem; proprietário de imóvel: não; dependente de declaração de Imposto de Renda: não; residente no exterior: não". Aí o senhor faz uma retificação no sentido de dizer: "Puxa, esqueci; não me lembrei de fazer alguma coisa". E o senhor declara três milhões, na seqüência, não tributáveis; três milhões isentos e não tributáveis.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Como é que o senhor se esqueceu de uma coisa de tamanho valor, de três milhões? Aqui, no Senado Federal, três milhões significam, na verdade, o rendimento de um Senador durante quinze anos. E o senhor se esqueceu?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não me esqueci. Eu retifiquei, porque a estratégia tributária que eu estava levando era no sentido de pagar, não distribuir o lucro, de ter aquela receita e o lucro, e, na seqüência, sempre que eu precisasse, vamos dizer, de construir patrimônio, permitir o faturamento na empresa da minha mulher – da minha ex-mulher – para que ela fizesse isso.

Mas é o seguinte, Senador: na vida da gente, só há uma forma de encarar. Se o que fiz está em desacordo com as normas, inclusive penais, eu vou ter de responder por isso. Responderei. Nem se eu quisesse fugir, eu conseguiria.

De fato, isso pode também ser comprovado, como eu disse antes aqui, em função até mesmo dessa grandes movimentações, a Receita Federal me chamou às falas. Eu lá compareci e venho regularizando isso, paulatinamente, primeiro para reconstruir isso aí, oferecer tributação e aproveitar, evidentemente, dos rigores, mas também dos benefícios legais que são concedidos a pessoas nessa situação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E, depois, em 2005, novamente R$7 milhões isentos e não tributáveis

– R$7 milhões! – e não consta nada aqui, em termos de propriedade, em termos de conta, nada! O dinheiro entrou na conta?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Entrou.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sete milhões entraram na sua conta?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Entraram na conta do escritório.

SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor declarou isso na sua declaração de Imposto de Renda.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É pelo seguinte, Senador: quando faturado na empresa que tem faturamento por lucros distribuídos, é pago imposto à empresa e ele é transferido ao caixa dos sócios.

Salvo engano, V. Exª já foi Secretário da Receita Federal. É até um sistema legal o sistema de tributação, questionado hoje pelo Congresso, parece-me.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, todos esses recursos vieram oficialmente pela conta e saíram para a sua conta pessoal? Quer dizer, foram para a conta da empresa e, da empresa, para a sua conta pessoal depois? Esses R$7 milhões entraram onde?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Hein?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Esses R$7 milhões foram depositados na conta da empresa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Foram depositados na conta da empresa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi depositado na conta da empresa esse valor?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E da empresa passou para...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Estão documentados.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Passou para a sua conta pessoal depois?

O SR. WALTER SANTOS NETO – É...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas como é que saíram da conta depois? Sete milhões? O senhor sacou?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Note bem, Senador: grande parte desse dinheiro foi destinado, no ano passado, a esses gastos que chamo de investimentos, porque estou em negociações com um grupo italiano que pretende se estabelecer no Brasil e atuam na área de gás natural.

É uma empresa que se chama Cetip, tem sede em Roma, instalações em Milão e tem participação majoritária ou integral de capital egípcio.

Estive na Europa, no ano passado, por quatro ou cinco vezes. Em uma delas, estive, primeiro, no Cairo; depois, voltei a Milão, para conversar com o pessoal. Estou tentando ver se trago a tecnologia deles para cá.

Já os adverti da necessidade de proteção da tecnologia que eles têm para tentar o mercado até da América Latina, porque, em suma, é uma tecnologia que permite a utilização de gás natural com petróleo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas, independentemente disso, até porque o nosso interesse não está nessa empresa, como o senhor, com essa possibilidade, demonstrando essa inteligência e com essa possibilidade de contratação de empresas internacionais, cometeu equívocos tão elementares?

O SR. ROMEU TUMA (PT – SP) – O senhor investiu na empresa? Eu entendi isso? Algum dinheiro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, não fiz investimento no exterior não, Senador. O investimento que fiz foi me deslocar para a Europa, passar um período de quinze dias em conversação...

O SR. ROMEU TUMA (PT – SP) – O senhor deu a entender, no início da explicação, que investiu.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Então, desculpe-me. Foi mal colocado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Esse dinheiro, então, hoje em dia, como os outros Senadores já perguntaram, não existe mais? Não há dinheiro nenhum hoje em dia?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Estou quase! Mas estou com perspectiva de ganhar mais dinheiro, Senador. Sou um sujeito trabalhador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor não quer dizer também para onde foi esse dinheiro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Note bem Senador: eu posso provar, na minha movimentação bancária, que esse dinheiro foi gasto com pagamento, basicamente, dessas despesas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quais despesas mesmo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Porque é o seguinte: em uma das empresas desse faturamento, houve uma transferência de lucros para um outro sócio, que se chama Rodrigo.

Posteriormente, foi enviado um dinheiro que emprestei para um outro amigo, mas que também está lá, constando...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Alguns milhões para um amigo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Alguns milhões. Mas sujeito privado, sem nenhum acesso ao Governo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tem o nome do amigo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Chama-se Fernando Luiz Aires de Lima, que é meu colega de escritório. Outra parte desse dinheiro foi gasta basicamente nessa manutenção, porque, desde então, não há um faturamento mais expressivo nosso lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Creio, Sr. Relator, como já foi sugerido pelo Senador Magno Malta, que também vai haver a necessidade de investigação por parte da polícia, por parte da receita, a quebra de sigilo bancário, porque, naturalmente, tudo isso não corresponde à verdade, não podemos absolutamente acreditar que o Dr. Walter esteja contando a verdade. Na minha opinião, está mentindo, apesar de assinar um documento comprometendo-se a falar a verdade. Naturalmente vai sujeitar-se às penas, posteriormente.

O senhor declarou à Revista **IstoÉ** que foi subcontratado pelo Henrique Janele. Pelo menos consta na revista que foi subcontratado.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Note bem, o escritório que mantinha um contrato... Primeiro, Senador, quero esclarecer que, na quarta-feira, não lembro o dia, inclusive almoçava com meu amigo e atual advogado, Dr. Antônio Veloso Neto, recebi um telefonema do meu escritório dizendo que havia um jornalista a minha procura lá, para saber sobre os assuntos envolvendo a MM e a Gtech. Estou falando de 15 dias atrás, porque a pergunta que me foi feita diz respeito à declaração que teria constado lá. Nesse dia, pedi a minha assistente, Drª Patrícia, que ligasse para o jornalista e marcasse com ele para o dia seguinte, às 10h30, porque eu tinha que ir ao médico, e estaria disposto a recebê-lo. Ela não conseguiu falar com ele. Apenas atendeu uma senhora, não sei se é esposa dele ou secretária, dizendo que ele não estava disponível e anotou o recado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está escrito aqui que o advogado, ouvido por **IstoÉ**, alegou que os depósitos se deveriam ao fato de que a empresa teria sido subcontratada por um advogado da Gtech.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Essa matéria, Senador, o senhor me desculpe, contém uma série de situações. Por exemplo, quando...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor está dizendo que a Revista **IstoÉ** não contou a verdade em relação a esse episódio. A revista mentiu em relação ao senhor?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Mentiu. Porque, primeiro, existem a petição, as procurações, a movimentação processual de dois importantes processos no STJ, onde atuei como advogado. Nesse dia, mais ou menos meio-dia, quando o jornalista me ligou aqui de Brasília, na sexta-feira, antes da publicação dessa revista, expliquei que ele estava enganado. Disse que fui advogado da Gtech e que a empresa MM existe, tem movimentação, tem outros clientes, o senhor está até me questionando sobre a movimentação do dinheiro recebido da Camargo Corrêa...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Apenas para eu saber: o senhor não foi subcontratado?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. Fui contratado pela Gtech, não é um subcontrato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o documento foi assinado, pelo que o senhor falou, pela diretora jurídica.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Foi assinado pela diretora jurídica.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o senhor acha que a Getec, que tem uma empresa, Fischer & Foster, em São Paulo, Henrique Janele era contratado dessa empresa... O senhor acha não tinha condições de dar conta dessa problemática para a qual o senhor foi contratado?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Excelência, quando o Dr. Henrique me procurou, ele o fez buscando a solução para esse assunto, dizendo que sabia que eu já havia conseguido liminares e cautelares nesse assunto que, para ele, existia alguma insegurança. Certamente, como eu disse aqui, qualquer advogado habilitado...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer que Janele provavelmente não confiava na empresa da qual ele era contratado, Fischer & Foster.

O SR. WALTER SANTOS NETO – A contratação do meu escritório, até por dever de ética, se deu com a concordância e até a parceria, em termos de trabalho, do escritório Fischer & Foster. Assim como fiquei sabendo aqui, fiquei com medo de cometer uma impropriedade, porque não vi contratos nem petição, que o escritório do então advogado, atual Deputado, Sigmaringa Seixas, também estava sendo acionado, uma plêiade muito grande. Nesses casos muito complexos é costumeiro haver uma parceria de vários escritórios. Raramente atuei em um processo que não fosse também em parceria com outros escritórios. Já, em alguns casos, prestei serviço a outros escritórios, em parceria; já assumi parte de demanda, como também já indiquei demandas para outros escritórios, sabendo que aquele tipo de demanda não era razoável no meu caso. Até como exemplo, posso citar o Dr. Antônio Veloso Neto, que é um criminalista. Quando algum assunto colocado ao meu discernimento profissional precisa de um especialista na área penal, esse assunto é imediatamente levado ao Dr. Antônio Veloso Neto para um conselho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Esse dinheiro que sumiu, então, não foi dado para ninguém em troca... Não foi dado para o Buratti?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Nunca dei dinheiro para o Sr. Buratti. Não conheço o Sr. Buratti.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque existe uma grande suspeita de que a empresa teria sido laranja para repassar o dinheiro para o Buratti. Não aconteceu isso?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não aconteceu isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, creio que temos que ter uma acareação, novos documentos, porque realmente o depoimento, no decorrer de todo o tempo, mostra-se extremamente inconsistente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Walter, o senhor declarou que todo dinheiro que recebeu da Gtech e de outros clientes seus era depositado em bancos.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Todo dinheiro recebido pelo senhor, de serviços prestados à Gtech e a outros clientes seus, era depositado em bancos.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Dinheiro legalizado. O senhor recebeu e legalizou. Gostaria de saber se esse dinheiro que o senhor colocou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Todos os recursos da Gtech foram depositados na sua conta ou na conta da empresa?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Estou perguntando sobre a conta da empresa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Os sete milhões e meio também da...

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O que quero complementar é se também esses recursos provenientes de serviços profissionais, como advogado, foram depositados nessa única empresa, na MM Consultoria? Ou teve que ser parte depositado em outra empresa, no caso, na empresa de sua mulher ou outra empresa que o senhor tenha?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Os honorários da Gtech foram todos recebidos por meio de transferência eletrônica de dinheiro, para a conta da empresa MM Consultoria Jurídica e Administrativa Ltda.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Certo. O senhor disse que tirou parte desses recursos para a sua conta particular. É verdade?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Então esse dinheiro o senhor tirou antes ou depois de ter declarado a renda? Porque esse dinheiro, para sair dessa empresa, naturalmente tem que sair a título de dividendos, de lucro. Como lucro, passou desta conta para a sua conta particular. O senhor tirou esse dinheiro dentro do próprio exercício? Esse dinheiro foi tributado na fonte?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Foi tributado na fonte e agora está sendo tributado também, com penalidades, dentro de uma ação de fiscalização fiscal, é o restante da tributação.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela declaração de renda que pude observar fica muito difícil detectarmos se houve desvio de dinheiro para outras atividades, digamos, para pagar uma propina ou para pagar qualquer outra coisa. Isso só se pode saber por intermédio da luz dos extratos da conta da empresa dele e também da parcela que ele jogou na conta dele, para saber sobre a distribuição desse dinheiro. Sabemos que ele fez viagens ao exterior e, obviamente, gastou dinheiro. Mas isso naturalmente o senhor pode comprovar quanto gastou no exterior. Para sair daqui do País deve ter comprado dólar turismo. Para se estabelecer conta corrente dessa movimentação, só é possível por intermédio do extrato bancário da sua conta, da sua senhora e também da empresa, para saber para onde foram destinados esses recursos, de forma que, infelizmente, no momento, estamos desarmados, pois não dispomos desses dados, que são necessários. Naturalmente, acredito que o senhor terá que voltar novamente aqui para termos mais segurança em lhe fazer as perguntas e o senhor também ter mais segurança em dizer o destino desse dinheiro.

Era só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Walter, esse valor, grande por sinal, milhões, que significavam uma diferença entre o que o senhor declarava e o que transitou, de fato, na sua conta, como é que o senhor movimentava esse dinheiro todo? O senhor emitia centenas de cheques, o senhor sacava, por exemplo, um milhão de uma vez? Como é que o senhor fazia, como era a sua movimentação? Para pagar cartão de crédito ele podia pagar em débito em conta ou de diversas formas. Mas dinheiro, mufunfa mesmo, como é que o senhor sacava essas quantias? Eram centenas de cheques?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, um cheque só, com aviso ao Banco Central, toda vez que eu tirava dinheiro vivo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quer dizer que o senhor sacava um milhão de reais de uma vez?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. No caso da Gtech, não saquei um milhão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estou lhe perguntando de recursos que o senhor tinha em sua conta.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estou lhe perguntando algo que, daqui a dois ou três dias, iremos saber. Estou só querendo antecipar os fatos. Como é que o senhor sacava? O senhor chegava e sacava um milhão de uma vez?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Quando o saque é acima de valores até relativamente normais, mais de dez mil, é preciso fazer uma provisão no banco.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu sei, isso tudo é do nosso conhecimento. Estou lhe perguntando, objetivamente, se o senhor já sacou, alguma vez, um milhão de reais no banco.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Já saquei um milhão de reais.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pronto. É isso que quero saber.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Agora, com uma pergunta mais objetiva, perfeito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É isso que quero saber. Várias vezes o senhor sacou um milhão de reais?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Várias, não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quantas vezes?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Vou me lembrar aqui. No caso desse último faturamento da Camargo Corrêa, cheguei a sacar, salvo engano, três milhões de reais, que foram divididos em tranches, por causa da segurança do transporte do dinheiro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Certo. E esse dinheiro se evaporou em festas, badalações, etc?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. Uma parte dele foi transferida, como lucro, para o senhor Rodrigo, outra parte...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quem é Rodrigo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Aqui já estamos entrando numa seara perigosa. Fui contratado por um escritório de advocacia de Minas Gerais, que mantinha com o Grupo Camargo Corrêa um contrato muito grande de prestação de serviços e que tinha entrado numa linha de disputa ou de desavença entre cliente e advogado. O contrato desses advogados previa que, no caso da cessação de serviços imotivadamente, o Grupo Camargo Corrêa, que é um grupo sério e cumpridor dos seus deveres, aliás, muito sério, pagaria 20% sobre os honorários das ações, que hoje estão ajuizadas. Uma grande maioria delas obteve sentença favorável e todas estão hoje em grau de recurso perante...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Walter, só um minutinho, por favor. Esse é um detalhe que não me interessa, particularmente. O senhor está me dizendo que o senhor pagava a outros advogados. Como o senhor fazia? O senhor transferia eletronicamente?

O SR. WALTER SANTOS NETO – O senhor me permite? Porque preciso explicar essa dinâmica.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Só quero saber isto: como é que o senhor fazia o pagamento desses advogados? O senhor transferia eletronicamente? Sacava em dinheiro? Dava um cheque para eles? Objetivamente.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fiz transferências eletrônicas e repasses em dinheiro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Em dinheiro? Em espécie?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Em espécie.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Está certo. O senhor está admitindo que por mais de uma vez, três ou quatro vezes... Quantas vezes o senhor sacou quantias grandes, acima de R$500 mil, de R$1 milhão? Seja preciso.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Seria leviano se fosse preciso porque não me lembro. No ano passado, quando houve esse recebimento, certamente recebi algo, em espécie, em torno de R$3 milhões, R$4 milhões. Sei que os senhores não precisam disso – e como a gente confia muito no que sai na imprensa –, mas vi que na imprensa já havia sido definida a quebra dos meus sigilos. Se adiantar, Senador – até para ser mais objetivo e tentar resolver o assunto –, autorizo desde já a concessão e transmissão para cá de toda a minha movimentação pessoal e toda a movimentação das duas empresas pelas quais respondo, que têm conta no mesmo banco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Telefônico também?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Telefônico também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De todos os telefones?

O SR. WALTER SANTOS NETO – De todos os telefones.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Senador Geraldo Mesquisa, só uma coisa. Se V. Exª me permitir.

O senhor falou que tirou R$3 milhões em dinheiro nesta ocasião e que entregou parte para o Rodrigo. Rodrigo de quê?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Rodrigo Lima. Rodrigo de Carvalho Lima.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Advogado também?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Advogado também.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Rodrigo de Carvalho Lima.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Ele será convocado também.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quanto o senhor entregou para ele?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Entreguei para ele R$1 milhão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Três milhões, em dinheiro.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, três milhões foram o que eu saquei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor falou advogados. Houve outro advogado que recebeu, além do Sr. Rodrigo?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quanto o Rodrigo recebeu?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Um milhão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E qual é o nome dos outros advogados?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não entreguei em dinheiro. Fiz um empréstimo ao Dr. Fernando Luiz Aires de Lima, também de R$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Um empréstimo a quem? Por favor, só para a assessoria anotar. O senhor fale um pouco mais próximo.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe-me. Fiz um empréstimo ao advogado Fernando Luis Aires de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual garantia foi dada ao senhor por esse empréstimo? Um cheque? Alguma coisa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ele não precisa me dar garantia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor empresta R$1 milhão a um cidadão e não tem nenhuma garantia?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Os honorários que ganhei, Excelência, foram em função da confiança deles no meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor fez um empréstimo e não pagou?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não pagou ou fez um empréstimo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não fiz empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não disse?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Emprestei a ele. Ele não me pagou ainda.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Diga-me uma coisa: o senhor tem conta no Banco Rural

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não tenho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – No BMG?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Também não.

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível. Intervenção fora do microfone)*

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não o conheço. Na sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ainda falta R$ 1 milhão. Para quem foi esse outro R$1 milhão? O senhor disse que pagou três advogados. Até agora são dois. Para um o senhor fez um empréstimo, para o outro pagou. E o terceiro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – O dinheiro ficou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não tem medo de ser roubado?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Só por curiosidade, o que o senhor fazia com tanto dinheiro dentro de casa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Já fui assaltado em São Paulo. Infelizmente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já? Mas não foi com esse dinheiro todo, foi com pouca coisa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Nesse dia, em São Paulo, levaram-me o relógio, o dinheiro que eu tinha no bolso, toda a minha documentação e uma mochila.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor foi para o exterior, não foi?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Comprou dólares para ir?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Comprei todos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Comprou dólares no...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – No câmbio negro?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No paralelo ou no banco?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Comprei no banco Bradesco grande parte e também na casa de câmbio da American Express. Tudo regimentado. Tive que mostrar passaporte, CPF...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor levou o dinheiro em *cash* ou em cheque?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Levei em *traveller's check*.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando V. Sª comprou...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Por meio de transferência bancária, no caso do American Express...

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível. Intervenção fora do microfone)*

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. A transferência é para cá mesmo. Eles entregam os *traveller's checks* aqui ou por débito em conta, no caso do setor de câmbio do Bradesco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. O senhor tem conta no Bradesco?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Tenho conta no Bradesco. É o único banco onde tenho conta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Gtech depositou o dinheiro nessa conta?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Foi nessa conta que depositou.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – E no exterior o senhor tem conta?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na conta de V. Sª ou na empresa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ela depositou na conta...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que foi na conta do Bradesco. Essa conta é de V. Sª ou da empresa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Tenho duas contas: uma conta pessoal e uma conta da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Os *traveller checks* o senhor comprou dessa conta. A Gtech depositou. Então V. Sª não usou. Como é que a Gtech deposita em nome do senhor, e não em nome da empresa? V. Sª está complicando muito a vida da Gtech. Quero deixar bem claro. A Gtech vai ser reconvocada.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sr. Presidente, V. Exª vai desculpar-me. Estou me explicando mal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Será reconvocada. Tenha certeza.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Quero explicar o seguinte: a Gtech nunca depositou um centavo em minha conta de pessoa física, só na de pessoa jurídica. Assim como demonstra toda a documentação que trouxe para comprovar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível. Intervenção fora do microfone)* ...internamente, no banco...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Algumas transferências.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Comunicações ao gerente?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Comunicações ao gerente. Da conta de pessoa jurídica para a física.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fez uma movimentação interna.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não é isso?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De qualquer forma o CPMF foi cobrado.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Foi cobrado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A pergunta foi sobre a movimentação financeira.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe-me. Estou respondendo a V. Exª, não é?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Ainda estou encabulado com o seguinte: o senhor era praticamente o único sócio da empresa. Logicamente, todo dividendo, todo lucro, iria para a sua conta de pessoa física. Não é isso?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Uma boa parte eu transferia para a minha conta de pessoa física, quando necessário, a outra parte mantinha na própria empresa, na conta da própria empresa. Fazia uso daqui e dali como se fossem dividendos que coubessem a mim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Sabe por quê? Continua pendente de uma explicação plausível o seguinte: o senhor, nesse dois últimos exercícios, 2003 e 2004, declara quantias importantes na sua declaração de pessoa física. Recebeu, a título de dividendos e de lucro. Na sua movimentação financeira, na sua conta pessoal do Bradesco, o valor detectado pela Receita Federal é bem menor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – São R$5.377,014 contra R$10.634,043.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Pois é. Então, veja...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe-me, gostaria de esclarecer a pergunta para não me perder.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Não. Deixe-me concluir a pergunta.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Entre a sua conta de pessoa jurídica e a sua conta de pessoa física há uma lacuna que o senhor vai ter que explicar. Como é que essa coisa acontecia?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Note bem, Excelência, teríamos uma forma de analisar isso melhor. O que foi recebido na conta de pessoa jurídica? Não é isso? O que saiu da minha conta de pessoa jurídica para a minha conta e para onde mais saiu?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Estou dizendo que o senhor declarou, por exemplo, R$7 milhões e uns quebrados no exercício de 2004. Foi percebido na sua declaração de pessoa física. Está certo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – No entanto, a movimentação financeira detectada pela Receita Federal indica um valor várias vezes menor. Como é que entrou esse dinheiro em seu patrimônio pessoal, de pessoa física? Se não foi por sua conta de pessoa física?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Veja bem, Senador. Os sócios das empresas prestadoras de serviço que estão tributadas por lucro presumido têm a possibilidade legal ainda de oferecerem a tributação àquele faturamento, e depois transferirem contabilmente, ou seja....

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Isso é pessoa jurídica. Estou falando de pessoa física.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eventualmente, não vejo...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – E não estamos falando, também, de valor estimado. Estamos falando de R$7 milhões e tal.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Nem sempre o que ganhei na empresa destina-se diretamente à minha conta de pessoa física. Mas nem por isso deixa de ser meu. Creio que a melhor auditoria que pode ser feita é a seguinte: pode recebido esse dinheiro na conta? Foi. O valor tal. Esse dinheiro foi distribuído ao sócio Walter Santos Neto contabilmente? Foi. Qual parte dele ficou na conta corrente?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Qual foi o ano em que o senhor sacou R$3 milhões?

O SR. WALTER SANTOS NETO – O ano passado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Veja só a incongruência em que o senhor está se metendo. O senhor disse que no ano passado sacou R$3 milhões de sua conta de pessoa física. Não é isso? A Receita Federal detectou uma movimentação... Qual foi Senador?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em 2004? R$2.646.848,12.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Pois é. Já não bate.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O problema é o seguinte: se ele tirou da conta e fez outros pagamentos teria que aparecer na movimentação financeira, no total, por causa do pagamento da CPMF, que é calculado. Por isso, é difícil.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Há uma lacuna que precisa ser esclarecida ainda hoje, Sr. Presidente.

Não tenho mais perguntas a fazer. O negócio está...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não formulei perguntas. Quando o Senador Magno Malta referiu-se a requerer a quebra de sigilo bancário e telefônico seu, de sua esposa, de seus familiares, senti que V. Sª teve um baque e ficou vermelho. Mudou sua cor totalmente e demorou para se recompor. Isso pode, de repente... O objetivo desta Comissão é clarear essa questão toda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível. Intervenção fora do microfone)*

O SR. WALTER SANTOS NETO – Desculpe-me, mas não é verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Marcos Valério foi duro, não foi bem claro em suas explicações. Demorou um bocado e, depois, sua esposa acabou tendo que ser chamada também. Várias coisas foram encontradas. Falo de aplicações de recursos, de dinheiro. Às vezes, a pessoa não coloca na sua conta, mas na conta de sua esposa.

Fiquei preocupado. Quando se falou na quebra, ele foi quase nocauteado. Ficou vermelho e depois se recompôs.

As dúvidas foram colocadas; todos os que estão nos assistindo agora estão vendo. Seria bom que V. Sª adiantasse, de uma vez, para evitar o cruzamento de contas, o que acabará envolvendo outras pessoas que não têm nada a ver com o caso. Seja bem claro, se for possível.

O SR. WALTER SANTOS NETO – O senhor me fez uma pergunta. Posso respondê-la, Excelência?

Note bem, de fato, estou em processo de separação. Estou há algum tempo fora de casa, há quase anos, com uma separação de corpus. Estamos negociando um divórcio direto. Não gostaria de trazer, também, mais uma pessoa inocente, como de fato sou.

Prestei serviços a Gtech. Estou regularizando, agora, minha vida fiscal. Confesso que estava errado. De fato, prestei serviços, também, ao escritório que tinha relação com a Camargo Correia. Recebi grandes somas de dinheiro. Agora, o minha mulher, ou ex-mulher, não tem nada disso. O senhor sabe muito bem – não sei se o senhor é casado e se o for espero que tenha um casamento perfeito – que sempre que se leva um problema seu, pessoal, para a vida conjugal, era-se um problema. Já desfiz, infelizmente, minha vida conjugal. Sei que, evidentemente, esse dissabor... Uma certeza eu tenho, Senador, com toda a liberdade: a quebra de sigilo telefônico e bancário irá provar que, de fato, é verdade. Por mais que possa parecer diferente, estou disposto a enfrentar isso. Quantas vezes for preciso vir virei. Não por favor, pois é minha obrigação. Tenho certeza de que nunca haverá uma ligação entre ninguém de meu relacionamento próximo a qualquer dos elementos da administração atual. Nunca haverá nenhuma ligação específica de cruzamento de contas indevidas, até porque, nesse caso, a minha ex-mulher é o contrário. Já recebi reprimendas dela, ela já me exortou várias vezes a regularizar essa situação.

Tenho certeza de que estaremos confortáveis, porque, primeiro, é o caso atípico de pessoa que realmente gasta muito, que é o meu caso, que investe tudo, não tem conseqüência com relação a preocupação...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Investe em quê? O senhor tem ouro?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, não tenho ouro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Guarda dólar?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Já guardei; hoje não tenho, gastei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – O senhor investe em quê? Isso é algo relevante. O senhor investe em quê?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador... Excelência, quero dizer para o senhor o seguinte: primeiro, eu persigo as soluções dos assuntos. Por exemplo: no ano passado, quando conheci, em São Paulo...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Persegue o quê? Não entendi.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu persigo as soluções dos meus projetos investindo tempo e dinheiro sem um limite pré-estabelecido. Não tenho aquela mentalidade: ah, esse caso...

Então, no ano passado, em São Paulo, conheci o Sr. Amoro Guinena, empresário ítalo-egípcio, filho de um senhor chamado Oreda Guinena, que é dono da National Gás, uma empresa estabelecida no Egito, que está comprando agora a CTIP italiana.

Eles querem vir para a América Latina; a tecnologia deles é relevante. Não vou tomar o seu tempo para explicar, mas é de fato um negócio ótimo.

Tive que, primeiro, me ausentar do País algumas vezes para negociar com eles, conversar, buscar uma eventual parceria deles com uma empresa brasileira que pudesse atuar, tudo isso em negociação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Estamos falando aqui de aproximadamente R$10 milhões, só para nos situarmos, porque pode parecer que se trata de R$100 mil: gastei R$20 mil para ir à Itália; gastei R$50 mil para ir não sei aonde... Estamos falando de R$10 milhões.

O SR. WALTER SANTOS NETO – A renda que me coube, desse dinheiro, no ano passado, foi algo em torno de R$5 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aproximadamente. O senhor não precisa se lembrar.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Agradeço. Os dados muito exatos às vezes comprovam uma testemunha não exata.

Imagino que tenha sido isso.

Investi uma parcela considerável desse dinheiro, talvez 60%, nesse projeto...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Mas o que o senhor chama de projeto? O senhor gastou com o quê?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Com viagens, hospedagens...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AL) – Mas R$10 milhões?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Excelência, terei, evidentemente, chance de provar isso e até de confrontar com o que eu gastei. O que eu posso dizer é que gastei... Não vou dizer que tenha gasto 100% desse dinheiro nesse projeto, mas toda a destinação disso, fique muito tranqüilo, porque pagamento das despesas de viagem, pagamento da moeda estrangeira, o gasto disso...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Diante da pergunta e dessa angústia do Senador Geraldo sobre a despesa, eu queria saber se o senhor conheceu a Jeane, tão falada na CPI dos Correios...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Quem? Não, Excelência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...porque pode ser que o senhor tenha gasto em festas bem alegres com os seus companheiros, com as pessoas que colaboraram na Gtech. Sem ofendê-lo...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, o senhor não me ofende.

A minha preferência, em que pese o respeito que tenho por qualquer outra, é heterossexual.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Srª Jeane estava no seu trabalho, dentro do que se propôs...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se considera um boêmio?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, mas eu me considero um *bon vivant*.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Gasta bem?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Gasto bem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em quê?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Gasto em viver bem, comer bem, vestir-me bem, passear, investir nisso...

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível. Intervenção fora do microfone)*

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ah, o Barolo, o italiano Barolo é excepcional; um vinho de primeira qualidade. O Barolo hoje deve estar em torno R$2 mil, R$2 mil e pouco...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não. Não é isso tudo, não. Depende do Barolo.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Do Gaia, safrado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É engraçado, o povo brasileiro assistindo a tudo isso, sabendo que tudo isso é dinheiro do brasileiro. Lamentavelmente. É uma vergonha o que está acontecendo neste País. Mas V. Sª não tem o menor sentimento com o povo brasileiro, ao dizer que toma vinho de mais de R$2 mil, que gasta milhões de reais, porque, com certeza, ganhou fácil, né?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AC) – É um deboche um negócio desses. É um deboche.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É um deboche com o povo brasileiro. Deveria ter respeito V. Sª em relação ao povo brasileiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ontem, passou-se o dia inteiro discutindo R$300,00 ou R$310,00 o salário mínimo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AC) – O salário mínimo. É verdade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Discussão, o tempo inteiro, se dava mais R$10,00 ou não à população brasileira. Eu sei que o senhor tem o sentimento. Não estou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, V. Exª continua com a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AC) – Eu queria só saber de que forma podemos cobrar do depoente o nome dos advogados para quem ele fez aqueles pagamentos de R$3 milhões.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele já deu. Já deve estar gravado aí.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AC) – Não, eu não ouvi não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pediria que ele repetisse o nome do advogado, a quem ele pagou R$1 milhão...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele pode dar por escrito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AC) – Quais são os advogados?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...e o que fez o empréstimo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois, ele faz uma notinha por escrito, com nome.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P – SOL – AC) – Eles serão convocados, e os sigilos deles também serão quebrados. É bom que o senhor saiba disso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Uma outra pergunta: joga em cassinos?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não joga?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. De vez em quando, faço uma aposta na megasena, mas guardo todos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com as máquinas da Gtech.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É, mas guardo todos os meus... Sempre aposto num único cartão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB **–** SC) – Não viaja para o exterior, para jogar em cassinos?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Gtech não tem máquina viciada?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu não acredito que isso aconteça. O processo é seguro, até porque não seria só a respeitabilidade da Gtech, mas seria também...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu pergunto aos Srs. Senadores...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria de terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – No início das perguntas do Relator e dos demais Parlamentares, cheguei a imaginar o senhor como um laranja do Dr. Eurico; que o senhor estava sendo um instrumen-

to dele, já acertado, para a recepção desses valores ser paga para alguém como uma contribuição para uma caixinha. Lá, de Belo Horizonte, tem vindo muito a história, não é, Sr. Presidente? E sai do foco. Então, eu achei que o senhor era um laranja bem colocado, "laranja vip", vamos dizer, para uma percentagem de tudo isso que recebeu repassar para um "fundo de contribuição" para o esquema que estamos investigando. Então, fico meio na dúvida... Quando o senhor falou em Camargo Corrêa, Mendes Júnior, e tal, comecei a mudar um pouquinho, porque são empresas realmente de vulto. Se eles contrataram o senhor, o senhor tinha competência para atuar em fatos importantes como esse que fez com a Gtech.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Temos que confirmar a informação, não é?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas eu fico muito angustiado, porque a movimentação financeira – o Senador Geraldo insistiu muito –, nos três anos, de 2002 a 2004, foram R$5,3 milhões, pela CPMF, que é o controle da movimentação financeira; e pelas suas declarações retificadoras, quer dizer, colocando mais do que já tinha – não é o exato valor, mas retificando o que já tinha e que deixou de colocar – foram R$10,6 milhões em 2004 e 2005. Então, é assustador mesmo. Esses R$5 milhões foram para onde? Se foram todos depositados no banco, tinha de aparecer a saída deles no movimento financeiro, porque é dinheiro que o senhor pegou em espécie...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Posso perguntar uma coisa? Para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para esclarecer. Não perguntar.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É, desculpe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pode esclarecer. É uma dúvida.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu queria que o senhor me esclarecesse o seguinte: a movimentação de R$10 milhões está na empresa, não é isso?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É, a movimentação financeira. Mas o senhor diz que nunca recebeu nada diretamente.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, nunca, sempre através da empresa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agora, o senhor tem o CPMF da pessoa física e a CNPJ da empresa...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o senhor está fazendo a retificação só na pessoa física.

O SR. WALTER SANTOS NETO – No caso de 2004?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É, porque aqui dá o seu CPF: Walter Santos Neto, CPF.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Pois é, isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, não estou achando que é da empresa.

O SR. WALTER SANTOS NETO – No caso de 2004, a declaração já foi feita corretamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Da empresa foi corretamente?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Todas as duas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não pode, realmente, ele aparecer na MM, não, porque o responsável, o representante da pessoa jurídica é o Sr. Marcelo Coelho de Aguiar. Está aqui. Em 2001, inativo; em 2002, inativo; a de 2003, mais uma vez, o Sr. Marcelo; e aqui 2004/2005, mais uma vez, o mesmo representante. Então, ele não pode aparecer como...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Marcelo nos diz que informou à Receita que estava inativo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja bem, V. Exª, Senador Romeu Tuma, a situação do Sr. Marcelo é pior do que a dele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É totalmente enrolada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque, se ele não recolheu nada, não tirou..., não pagou nada também, então, aqui não foi prestada conta de nada em relação ao Sr. Marcelo, que era quem assinava e que, com certeza, era quem tinha poder com a Gtech de assinar. E uma empresa como a Gtech não vai poder dizer que não tinha conhecimento de que o Sr. Marcelo era o dono. Por isso, eu digo que o senhor e o Sr. Marcelo estão colocando a Gtech em situação muito difícil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. Walter...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito difícil, uma multinacional que está sendo complicada. V. Sªs vão ter de esclarecer esse assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pelo que entendi, cada pagamento da Gtech correspondia à expedição de uma nota fiscal.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fiscal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor falou em nota fiscal. Então, o senhor tem talonário de nota fiscal...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Tenho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) –...na MM.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por serviços prestados.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso. Todas as notas emitidas, Senador, estão aqui com a correspondente movimentação, o contrato...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A quitação era dada com recibo ou só a nota correspondia a ...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Com licença.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não precisa mostrar. Isso o senhor vai deixar e vai ser examinado pela assessoria.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Então, tem a nota fiscal correspondente, quitada através das TEDs feitas; a movimentação bancária do recebimento da TED dentro da conta; e o serviço correspondente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu acho que o senhor poderia fazer o seguinte para atender à curiosidade do Senador Geraldo Mesquita Júnior, a minha, a do Sr. Presidente e de todos: à noite, sentar um pouquinho e verificar para onde foi essa grana toda que está perdida no ar. Então, não pode ser uma caixa de pandora.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É. Não será, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Deve estar em algum lugar, e vou esperar...

O SR. WALTER SANTOS NETO – O que eu sugeriria, Senador, em resposta à sua pergunta é que, quando esta CPI quiser, hoje, tudo, eu deixo assinada – se for necessária – a autorização para buscar todos os extratos bancários das duas empresas, assim como da minha movimentação pessoal no banco.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Talvez o senhor pudesse requerer, fazer a sua análise e mandar... e a CPI vai quebrar o sigilo.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Da forma que melhor convier à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós faremos, não só por sugestão do Senador. Além de S. Exª, de outras pessoas próximas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agora, deixar, depois, por escrito os nomes dos advogados que o senhor pagou, conforme solicitação. Acho que não precisa requerimento, porque o senhor não vê nenhum inconveniente em fornecer.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Nenhum.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Sr. Presidente, eu gostaria de ter conhecimento do teor do documento que ele assinou antes de dar o depoimento dele. Existe uma cópia?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Declaração de contar a verdade, somente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Existe, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** É uma folha só? São duas folhas?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma folha só.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** V. Exª não poderia ler para nós, só para eu saber?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu li há pouco. Vou ler novamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** É um formulário próprio? Só para que eu tenha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. Nome completo: Walter Santos Neto, identidade nº... e órgão expedidor. Ele colocou só o número da OAB dele, só o número da OAB, mas consta o CPF, a idade, estado civil, endereço residencial, telefone, profissão – advogado, e o local onde exerce a atividade atualmente, dizendo que não é parente de nenhum envolvido. E, no fim, diz que o depoente se compromete nos termos do art. 203, que foi o que li há pouco. Não sou advogado, vou fazer a leitura do dispositivo do Código de Processo Penal: "Sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal". Ele diz que sim, data e assina.

Satisfeito, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, eu gostaria ainda de perguntar ao depoente a respeito do contrato de prestação de serviço dele para com a Camargo Corrêa.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Excelência, há uma má interpretação, porque eu nunca prestei serviço à empresa Camargo Corrêa. Sempre que tentei explicar essa complicada relação, isso foi julgado desnecessário.

Explicarei. O escritório Araújo Fontes patrocina ou patrocinou várias causas contra instituições financeiras para a recuperação dos valores que foram, vamos dizer, apropriados pela rede bancária em função dos expurgos de correção monetária – valores acrescidos, até a data atual, dos juros contratuais marcados. A Camargo Corrêa contratou o escritório Araújo Fontes para propor ações contra uma plêiade de bancos. Nesse contrato, que era um contrato de risco, ficou determinado que, no caso de desistência imotivada ou de cessação da contratação sem motivação dos advogados daquele escritório, a Camargo Corrêa responderia pelos honorários integrais contratados, que

eram de 20% sobre o valor atualizado e no caso de melhor ganho da causa.

Eles ajuizaram as ações e houve uma discussão sobre a viabilidade ou não daquilo, e a Camargo não aceitou depois... Isso foi feito em nível de gerência e, quando foi ao Conselho, não foi aceito, pediram que fosse mudado.

Criou-se, nesse caso, um contencioso entre empresa e prestadora de serviço. Fui contratado para intermediar, para negociar e até mesmo fiz notificação judicial da empresa Camargo Corrêa, o que deflagrou uma extensa negociação na qual a Camargo Corrêa aceitou pagar, mesmo sendo... 22,5 milhões de reais para as empresas.

Nesse meio tempo, o que tinha acontecido? Eu tinha negociado com os meus clientes que assumiria o caso e que nós dividiríamos em três *tranches*. Uma *tranche* para a MM, uma *tranche* para a S. Santos e outra *tranche* para a Araújo Fontes.

Então, note bem, Excelência, eu recebi, com autorização e outorga de dinheiro dessa empresa, o proveito de um acordo extrajudicial feito entre ela, como contratada, e a Camargo Corrêa como contratante. Mas eu gostaria de deixar claro que não prestei serviço para a empresa Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – V. Sª disse que foi a empresa MM e mais duas outras empresas? V. Sª pode fornecer o nome dessas duas empresas?

O SR. WALTER SANTOS NETO – S. Santos Advocacia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Que é do senhor também...

O SR. WALTER SANTOS NETO – É também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor não recebeu R$ 7 milhões, o senhor recebeu R$14 ou R$15. Se a outra é do senhor, veja bem, o senhor...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Só que a S. Santos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor é sócio também da S. Santos.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sou, não estou negando. Isso é um fato que não posso negar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor tinha dito que só tinha recebido R$ 7,5 milhões, quando o senhor recebeu R$ 15.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sete milhões por empresa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por empresa, não. O senhor não tinha falado, falou na S. Santos agora. Não é desculpável, o senhor não tinha falado a verdade. Agora falou que teve a S. Santos e qual a outra?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Araújo Santos Advogados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De quem é?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Pertence a advogados que haviam contratado...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem são esses advogados? O senhor os conhece? Têm nomes?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Conheço, claro, foram meus clientes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem são?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fernando Aires de Lima...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fernando Aires de Lima, a quem o senhor fez um empréstimo. Ele ganhou 7 milhões e meio e o senhor ainda fez um empréstimo de um milhão. Lembra disso? Lembra que o senhor acabou de dizer que fez um empréstimo de um milhão depois de o cara receber 7 milhões e meio?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Mas não recebeu sozinho, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, tudo bem. Vamos adiante: Araújo, Aires...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fernando Aires de Lima, Evaldo Fontes e Marcelo Martins Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – São sócios da Araújo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Da Araújo Fontes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Logo após ter recebido esse dinheiro, o senhor fez um empréstimo de um milhão ao Sr. Aires, que só recebeu, no caso, R$2,5 milhões ...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É claro, são três sócios. E V. Sª citou várias vezes o nome do Sr. Fernando, o que significa dizer que ele é o sócio majoritário da Araújo. Ou não é? V. Sª tem conhecimento disso?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não tenho conhecimento. Acho que os quatro eram sócios em partes iguais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Partes iguais todos os três, não é? V. Sª só citou três até agora.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Evaldo Fontes, Marcelo Martins de Araújo, Fernando Luiz Aires de Lima e Rodrigo Carvalho Lima ou de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Rodrigo foi aquele a quem o senhor deu um milhão também? A esse o senhor deu um milhão, não emprestou. Lembra que o senhor falou isso em seu depoimento?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ele virou sócio também, Excelência, da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª disse aqui, em seu depoimento...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Que transferi para ele em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Que pagou..

O SR. WALTER SANTOS NETO – É.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Que pagou um milhão de reais a ele e emprestou um milhão ao outro. E os outros dois não ganharam nada? Não houve empréstimo nenhum...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, os outros dois se compuseram dentro do que recebeu a empresa Araújo Fontes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Marcelo, a versão do senhor não tem muita base. Permita-me ser sincero com o senhor. O senhor citou o nome...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – SP) – Do Rodrigo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do Rodrigo...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – SP) – Que deu, em espécie, um milhão.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Um milhão para ele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fora, nesse caso da Camargo Corrêa, que eles receberam, os quatro, sete milhões e meio. E V. Sª recebeu R$ 7,5 milhões da MM e mais R$ 7,5 milhões da S. Santos, perfeito?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E tem mais um terceiro escritório, ele disse que a Camargo teria pagado a S. Santos, a MM e mais alguém. Quem?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Araújo Fontes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na realidade, o senhor, a respeito disso aí... Interessante que o senhor, depois de ganhar uma causa grande, um advogado... Se em partes iguais – o senhor citou quatro sócios –, com R$7,5 milhões, cada um recebeu mais ou menos R$ 2 milhões, e o senhor ainda teve de fazer um empréstimo. O senhor teve de fazer um empréstimo porque esse cidadão, coitado, estava sem fazer a feira, estava numa situação difícil, não podia se deslocar. Veja que essa história do senhor não está muito bem contada.

O senhor sabe que esses advogados todos serão, em meu entender, motivo de averiguação em nossa CPI, investigados. O senhor deixa isso bem claro, tem dito... Desse dinheiro que ele tomou emprestado, ele vai ter de prestar contas à Receita; desse dinheiro que eles receberam vão também ter de prestar contas à Receita. E vamos precisar, mais do que nunca – a Assessoria me faz sinal aqui –, de solicitar imediatamente à Receita que tome providências em relação a tudo isso.

Solicito que seja, de imediato, feito requerimento para que a Receita Federal nos envie dados de todos esses nomes que foram citados.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu queria que o Senador Tuma esclarecesse uma coisa. Sr. Alexandre, o senhor está sob...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Juramento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, mas não é só. A Polícia Federal instaurou um inquérito. O senhor figura como denunciado nesse inquérito?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não sei, acho que não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Como quê?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Termo de depoimento é testemunha. Por enquanto, não foi indiciado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estando arrolado nesse inquérito, se pretender fazer uma viagem ao exterior, como é que fica?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não há nenhum impedimento, a não ser que haja uma representação...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A Comissão teria algum mecanismo para reter o passaporte dele através da Polícia Federal?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pode-se pedir ao juiz competente ou presidente que retenha o passaporte e o impeça de deixar o País.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pode-se pedir a quem?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor requer a prova aqui e manda para o Supremo. Alternativamente, se a Polícia Federal resolver, já dentro do inquérito indiciá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pretende fazer alguma viagem ao exterior?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, não pretendo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A liberdade de ir e vir é difícil o senhor quebrar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele está dizendo que não pretende se ausentar do País. É uma declaração pessoal que ele faz e, evidentemente, temos de acreditar na palavra do depoente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele não é indiciado aqui, não é investigado. A Constituição estabelece a liberdade de ir e vir e não se pode... Outro dia, não podia reter o passaporte... Só poderá através de uma ordem judicial e, mesmo assim, se convencer o juiz competente a fazer isso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tem uma conta cancelada no Bradesco, com outro CPF?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, nunca tive outro CPF, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não teve duas contas de pessoa física?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu já tive uma conta em outra agência, agência Mangabeiras, mas depois transferi essa conta para...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com o mesmo CPF?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Com o mesmo CPF, nunca usei...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tinha duas contas...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sempre o meu CPF: 482.458.606-20

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tudo bem, é só porque surgiu a dúvida se o senhor tinha duas contas e operava em duas diferentes...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O senhor até agora falou a verdade?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Falei a verdade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Do dinheiro que o senhor recebeu da Gtech, o senhor se lembra o valor que colocou na conta de sua esposa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não me lembro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Aproximadamente.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador, eu não me lembro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Aproximadamente.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu teria que verificar, Senador, senão eu seria leviano até com o senhor, que merece muito respeito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas, desse dinheiro da Gtech, o senhor colocou dinheiro na conta dela.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Posso ter transferido, porque ela também me emprestava dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim ou não, sem valores.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Olhe bem, eu posso dizer que não me lembro, mas é possível, porque, em situações em que estava sem dinheiro, a minha mulher me fazia empréstimos, e eu devolvia o dinheiro para ela.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Amigo, eu não perguntei se ela era viúva rica e te emprestava dinheiro. Estou perguntando é se, do dinheiro da Gtech... Você sabe que colocou. Sabe ou não sabe?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não estou lembrando, já tem muito tempo isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Você não botou nada na conta dela? Doutor, o senhor veio depor para falar a verdade e não tem **habeas corpus**...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeitamente, Senador, e estou dizendo ao senhor que não me lembro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não estou nem pedindo a cifra para o senhor, só quero que o senhor confirme que colocou.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Repito que não me lembro. É o que tenho para dizer

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A hipótese é que sim.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É viável.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O senhor não se lembra se colocou?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não me lembro, mas certamente, se coloquei, poderá passar por escrutínio, e verão que não foi repassado para ninguém.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Doutor, eu não quero saber se foi repassado ou não. O senhor colocou ou não colocou? Não estou nem pedindo a cifra exata.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Estou respondendo com o maior respeito ao senhor, Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, o senhor não está me respeitando não, porque o senhor não sofre de amnésia, não é maluco, não tem cem anos. O senhor não quer...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu quero ajudar, Senador. Estou dizendo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Quero adverti-lo de que o senhor não está depondo com **habeas corpus.**

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sei disso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E o senhor fez juramento de não mentir.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não estou mentindo. Estou dizendo ao senhor que não me lembro, é o que posso dizer em sã consciência para também não dar uma resposta que depois pode não ser... a memória me trair.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Quer dizer que tem dois anos, e o senhor não se lembra de haver feito depósito?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não me lembro. Posso ter feito, mas não me lembro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta quer continuar?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Quero.

O senhor fez depósito acima de R$ 100 mil na conta dela?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Continuo dizendo que não me lembro, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O senhor lembra o que comeu ontem?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Lembro. Salada. Estou tentando perder um pouco de peso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não vai fazer bem ao senhor, nem a sua família essa pose de amnésia, até porque não gosto nem de evocar essas coisas. Porque veja bem, contra documento não tem conversa. Quanto a documento não tem conversa. Não sei se o senhor foi instruído, se o senhor encontrou advogado aqui, mas disse que estava tranqüilo. Disse: "deixa, eu vou, sou advogado". E achou que encontraria um monte de indouto que lhe daria uma prova de marcar um "x" sem ter nada que pudesse comprovar a razão pela qual o senhor foi convocado aqui. E como o senhor disse que tem consciência que o que fez vai ter que pagar e vai pagar se errou, o senhor precisa entender que a casa caiu. A casa caiu. Não valeu a pena esses desvios em cima desses milhões. E as pessoas que vão ter que vir para cá são pessoas que o senhor nutre afeto, admiração, mas vão ter que sentar aqui porque o senhor nega... O senhor gostaria de falar reservadamente?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Excelência, não tenho nada para falar reservadamente que não falaria aqui. A única coisa que quero explicar ao senhor...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Tudo bem. A única coisa que o senhor lembra é que o senhor não tem memória. Eu vou esperar um pouquinho...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não lembro porque não posso garantir, com precisão, sem consultar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Vou lhe provar que o senhor esquece muito rápido das coisas, na hora da acareação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Permite-me só uma pergunta?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quem lhe apresentou o senhor ao Dr. Enrico foi o Élcio Barbosa Cambraia...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...que é um advogado bem próximo ao seu escritório. E o senhor não lembra bem onde é o endereço dele. É próximo...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fica na região das seis pistas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tudo bem.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Porque é fácil de ir lá, Senador, então é difícil...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele foi o responsável pela assinatura do contrato da loteria de Minas Gerais com a Gtech.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sei que ele conheceu a Gtech quando dava assessoria à loteria de Minas e, por isso, me apresentou ao Enrico.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque ele tinha experiência...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ele hoje, inclusive, é advogado da Gtech num processo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E a Gtech já era do *métier* com esse advogado.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Conhecia. O Enrico e ele eram amigos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eram amigos. E ele foi o que trabalhou no sentido da loteria de Minas Gerais assinar o contrato com a Loterj e isso levou também... com a Caixa Econômica, mas a loteria de Minas, não a do Rio de Janeiro, que o Waldomiro estava lá e que também teve o problema com a Gtech. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao depoente se ele se lembra qual era o hotel no qual ele se hospedava aqui em Brasília durante o período que ele diz ter prestado serviço à Gtech.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador, muitas vezes, vim e voltei no mesmo dia, tendo já estado aqui, em Brasília, mais de uma vez por semana. Vinha e voltava no mesmo dia. É o seguinte: eu me encontrava com o Dr. Enrico em São Paulo, no escritório dele; e aqui em Brasília exercia o acompanhamento do processo. Então, a minha média de viagens era a seguinte: eu saía de manhã de Belo Horizonte, ia para São Paulo, voltava à noite. No dia seguinte, saía de Belo Horizonte para Brasília, voltava. Depois voltava para São Paulo de novo. Eventualmente, tinha que voltar para Brasília. Ia para o Rio. Raramente... Nunca fiquei hospedado no Blue Tree.

O que posso fazer – e já tinha me antecipado nesse sentido, pedi toda a listagem de passagens em meu nome durante esse período de setembro de 2002 até julho de 2003.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E esse vôo que o senhor utilizava constantemente durante esse período, qual era?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Normalmente Varig ou Tam.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E quando o senhor ficava aqui... Pelo menos uma vez o senhor ficou, duas, três, quatro vezes, quais os hotéis ou o hotel que o senhor costumava ficar?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Normalmente eu ficava no Kubitschek, que é um hotel que me agrada. Mas confesso ao senhor, Senador, que tenho verdadeiro pavor de dormir em Brasília.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por quê?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Porque quando nasci, Senador, meu pai e minha mãe moravam aqui, e minha mãe tinha crises de angústia quando me abraçava no pôr-do-sol. Esse episódio me afetou. Acho Brasília uma cidade angustiante com o pôr-do-sol. Muitos falam que é o pôr-do-sol mais bonito do mundo. Eu acho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas quando o senhor veio fechar os negócios aqui não achou ruim não, não é?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não. De jeito nenhum. Não achei não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou suspender os trabalhos por 10 minutos, para que o senhor possa relaxar um pouco. Pediria que todos esses documentos ficassem à disposição da CPI.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito. Há repetidos. Inclusive, estou achando...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pediria à assessoria que verificasse a questão dos documentos, o que está repetido para que não ficasse, por favor. E solicitaria que V. Sª desse o nome completo das três empresas que participaram e dos advogados. São quatro advogados da Araújo...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Do assunto entre mim e a Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Camargo Corrêa, perfeito.

V. Sª faz por escrito depois; não precisa ser agora.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Posso enviar?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Tem que deixar hoje por escrito.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Só não posso me comprometer a dar o nome exato...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas haverá um contato nesse sentido. Só para que facilite o fechamento da ata.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)*Sr. Presidente, para aqueles a quem ele fez pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Coincidentemente são esses advogados. Eles receberam a causa e depois tiveram empréstimos.

Vamos suspender por 10 minutos, enquanto o Sr. Walter Santos Neto respira um pouco, para que possamos fazer...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Infelizmente, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria à assessoria que o Sr. Marcelo permanecesse sem nenhum contato, neste momento, com o depoente e o advogado. Penso que não há nenhum problema.

Ele pode ficar à vista, só não pode conversar com ele.

Está suspensa a reunião.

O SR. (Advogado) – Estou sendo proibido de exercer a minha função? A Constituição me garante isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não está sendo proibido.

Então convoco o outro depoente para iniciar, para fazer uma acareação, para que não haja essa possibilidade.

Convoco o outro depoente para imediatamente fazermos a acareação. V. Sª é advogado de um depo-

ente e, de imediato, sai daqui e vai conversar com o outro depoente que vai fazer uma acareação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª tem razão. Peço a compreensão, sem queixa, do senhor que está dizendo que está sendo impedido, porque não está. Há uma suspeição pelo fato de o senhor ser advogado ser dos dois. E a dúvida é entre eles, que têm que esclarecer. Então, o senhor não pode orientar nem um nem outro. É só isso. Não é impedimento.

O SR. (Advogado) – *(Intervenção fora do microfone)* Não há litígio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Litígio, há. Há dúvida... Sei que ele vai superar, assumindo a responsabilidade, e já o fez.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Já fiz.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então gostaria de dizer ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria que V. Sª cedesse lugar ao novo depoente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pediria que o depoente ficasse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pediria que o senhor se sentasse à bancada, ao lado dos Senadores.

O SR. (Advogado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixamos o senhor à vontade. Não há, de minha parte, nenhuma intenção de proibi-lo. V. Sª não tem o que reclamar nem da Presidência nem dos Srs. Senadores, porque conduzimos com total isenção, garantindo-lhe todos os direitos.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Marcelo, o senhor vai ficar contente, porque ele disse que, se precisar, ele paga para o senhor.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sem problemas, Senador, o senhor tem me tratado com muita dignidade. Inclusive, pessoalmente, Senador, quero dizer o seguinte: quando vim aqui, vim para me defender de uma acusação que saiu na imprensa, dizendo que eu tinha sido uma caixa de passagem para dar dinheiro para pessoas que não conheço. E a ligação, infelizmente, foi feita pelo Marcelo que ficou... que continuou meu sócio no papel, num ato de deferência, apesar de a nossa relação ter se afastado.

Em nenhum momento ele recebeu um centavo desse dinheiro, ele não soube da contratação...

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está reaberta a reunião.

Convido os Srs. Senadores a tomarem posição em suas bancadas.

Como se trata de uma acareação, solicito ao Sr. Walter Santos e ao Sr. Marcelo Coelho que fiquem frente a frente. São amigos, são parentes, não vejo dificuldades para que seja feita essa acareação.

Concedo a palavra ao Relator, mas todos poderão pedir a palavra, pois há uma liberalidade por parte do Relator, que mostra seu lado altamente democrático.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A esta altura todos são considerados, para minha honra, sub-relatores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a presença do Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acho que S. Exª foi ao gabinete dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas S. Exª precisa trazer um documento para o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Foi uma solicitação do Senador que convocasse S. Exª.

Vamos iniciar e esperamos a chegada do Senador Magno Malta.

Quero agradecer aos Srs. Depoentes pela gentileza de atenderem a esta Presidência e a esta CPMI e continuarem aqui para que fossem sanadas as dúvidas existentes entre os Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, causou estranheza o fato de que o primeiro depoente, o Sr. Marcelo Aguiar, ter dito da dificuldade de se encontrar com o Sr. Walter Santos Neto. Quero perguntar a ele, inicialmente, a que ele atribui essa dificuldade e, depois, quero fazer a mesma pergunta ao Sr. Walter. Por que os dois não se encontraram ao longo desse tempo tão facilmente, já que são primos, já que eram sócios, podem ser até sócios ainda?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Coelho. Peço que V. Sª olhe para o Sr. Walter.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Já declarei da primeira vez que, a princípio, eu me distanciei do Dr. Walter, ou nós nos distanciamos, primeiro, pela distância, porque vim morar em Brasília, cada um estava com dificuldades – eu, emocional, por problema de separação, e acredito que o Dr. Walter, tendo em vista a cirurgia que fez. Achei que você, Walter, ficou abalado psicologicamente com essa cirurgia, achei que se afastou de mim, não entendi desde o começo por que, mas nunca deixei de ser admirador de sua condição profissional, um grande profissional, mas esse distanciamento levou-me a essa dificuldade – você sabe muito bem disso – e eu procurei você algumas

vezes, por meio da Patrícia, o senhor nunca atendia meus telefonemas...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Foi cirurgia de quê?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Redução de estômago.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A pessoa fica abalada?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor, Senador.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – De forma que, com essa distância, a minha fragilidade pela minha separação e também por isto, nós distanciamos mesmo, natural. O Dr. Walter é uma pessoa, como declarei da última vez – ele mesmo, tenho certeza, pode falar isto –, é um temperamento muito diferente, é uma pessoa que tem suas peculiaridades. Foi por isso. A vida mesmo nos distanciou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, gostaria de ouvir a resposta do Walter.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Confirmo, perante o Marcelo e todos os senhores, que, de fato, desde 2001, não mantínhamos contato. Realmente, sou uma pessoa temperamental. Por alguns momentos da minha vida eu achava, até pelo carinho que tenho pelo Marcelo, que ele deveria atacar o lado profissional dele com mais aguerrimento. Eu também fiz essa operação de redução de estômago, que me mudou de um obeso de 225 quilos, a princípio, para um obeso de 105 quilos, e, hoje, um obeso de 130 quilos. Isso leva à confrontação de uma série de novas realidades. Eu diria também que isso que desaguou na separação de um casamento de quase 20 anos, no afastamento da minha ex-mulher. E mais, vamos dizer assim, a vontade de não compreendendo ou não podendo participar do dia-a-dia de uma pessoa que eu gosto mas que tinha outra visão de vida, eu preferiria deixá-lo lá onde ele estava e ficar onde eu estava.

De fato, hoje, fazendo *mea-culpa*, Dr. Marcelo, acho que deveria ter enfrentado essa questão e, principalmente, ter admitido nossas diferenças pessoais, conseguindo respeitá-lo, no sentido de que realmente... Hoje, eu fiz essa análise, quando o reencontrei. De fato, você não é meu inimigo. Não briguei com você. Ao contrário, você continua meu sócio na empresa, apesar de não ter a gestão dela.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ainda o seguinte: o fato de o Sr. Santos Neto ter recebido, ao longo desses últimos dois anos, R$14 milhões e não ter se lembrado do seu primo e sócio, não terá concorrido para algum mal-estar entre os dois? É uma pergunta para os dois.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sr. Relator, nunca recebi...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitamos objetividade na resposta.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Perfeito.

Da minha parte, acho que não. Acho que quem deveria responder isso, com todo respeito, Sr. Presidente. Foi ele quem não recebeu.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Primeiro, eu estou tomando conhecimento agora desse valor. Nunca imaginei que esse dinheiro tivesse entrado na conta da MM. O que eu sabia era da reportagem. Nunca me falaram, inclusive nos contatos posteriormente à publicação da revista. Estou, bom..

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor está o quê?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Estou perplexo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo, o senhor pretende cobrar alguma coisa, em função desse êxito do Sr. Walter?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Como honorário não. Eu não trabalhei, não tive notícia disso, eu não vou cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem quantos por cento da empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não fiz a conta. Tenho trinta e poucos...Alguma coisa assim.

O SR. WALTER SANTOS NETO – É verdade, Sr. Presidente. É um terço.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, só para ajudar na acareação. O Senador Geraldo Mesquita e eu estamos de posse de algumas informações que serão passadas para o senhor, para que o senhor veja como é que levou um a zero do seu primo e vermos se o senhor reage com a indignação dos justos. Parece, quando o senhor fala de cabeça baixa, que o senhor sabe de alguma coisa, está concordando e escondendo. Então, o Senador Geraldo Mesquita irá passar essas informações para o senhor para que veja o um a zero que o senhor levou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Na verdade, temos muitas informações para levar ao seu conhecimento, Sr. Marcelo, caso desconheça. Uma das coisas que eu gostaria de saber é em que ano o senhor comunicou ao seu sócio que estava declarando inativa a sua empresa. Qual foi o ano que o senhor informou a ele que estava declarando inativa a sua empresa?

O SR. MARCELO COELHO – Acho que não cheguei a informá-lo. O meu contador me ligou...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O contador da empresa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, meu. Meu contador particular, Paulo Roberto, perguntando-me: "Como nós vamos fazer este ano?" E sugeriu-me que colocasse a empresa inativa, e eu coloquei a empresa inativa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Em que ano?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não me recordo.

SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Em 2001 e 2002 está tudo inativo. Inativo para você.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Marcelo, o senhor tinha, como declara, cerca de 30% de participação na empresa. Não seria razoável que, tendo seu sócio 70%, o senhor comunicasse a ele que estava tornando inativa a empresa? Não seria razoável para qualquer cristão no mundo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Na verdade, foi uma negligência minha mesmo. Sinceramente, foi aquilo que declarei da outra vez. Eu precisava dar um fim a minha relação com ele e não conseguia contato com ele. Então, foi o procedimento que nós fizemos. Meu contador disse: "Vamos colocar inativa e declarar, até que haja boa vontade um do outro". E foram aqueles problemas que já disse da outra vez.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O contador disse isso antes de o senhor entrar em contato com o Walter?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – É.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nem com a Patrícia?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nem com a Patrícia. Acho que nós fizemos isso independente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ele não respondia aos telefonemas do senhor?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu não sabia que ela estava ativa. Eu não tinha contato. Nem a Patrícia me disse.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Por que o senhor não conseguia contato com ele? Ele não respondia a seus telefonemas ou o litígio era tão grande que o senhor não queria falar com ele e ele também não queria falar com o senhor?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, não. Ele não atendia...Ele não consegue...Muitas pessoas me falam que ele não atende o telefone facilmente. Então, o meu contato era com a Patrícia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas é seu primo!

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Mas nós tínhamos nos distanciado por muitos anos. Nós não nos falávamos mais. É verdade. Ele sabe disso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Telefone não tem distância. Com uma empresa, uma firma, o senhor tinha, pelo menos, que o esperar na porta a casa dele, na garagem, para falar com ele.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Se eu soubesse que estava acontecendo isso...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Porque, em 2001 e 2002, tem uma "cifrazinha" que ele movimento e que o senhor tomou um a zero, que é bom, depois de ouvir o Senador Geraldo Mesquita, o senhor começar a cobrar a sua parte.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Marcelo, o senhor se prejudicou nesse caso, sem ganhar nada. O senhor está dizendo que não ganhou nada. O seu primo e sócio, que detém 70% de participação na sua empresa, prejudicou-se e vai se prejudicar também, com uma diferença: recebeu em cerca de dois anos, direta ou indiretamente, mais de R$20 milhões. O que o senhor tem a dizer disso?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não sabia, Excelência. O maior valor que eu sabia...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor conhece a esposa dele?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – A Sâmia?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A ex-esposa. Conhece?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É esposa atual ainda, em termos jurídicos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A esposa ainda atual dele. O senhor conhece. O senhor tem conhecimento de que ele fazia transferências vultosas para a conta da esposa dele?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Nenhuma. Eu perdi o contato com eles. Eu perdi o contato com o Walter.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Walter, o senhor tinha conhecimento de que ele havia comunicado à Receita a inativação da empresa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – O que eu tinha conhecimento sempre é que o Marcelo tentava contato comigo querendo regularizar a situação da empresa. Até que determinei, em função da minha chamada à Receita Federal, que essa regularização fosse feita, começando pela retificação das declarações feitas,

porque eu não sabia que ele, de fato, vinha fazendo isso. Disso eu não sabia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Se desconhecia, porque você não fez a sua declaração de pessoa jurídica coincidentemente nos anos em que o Marcelo inativou as empresas?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fui relapso, Senador...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E, mesmo assim, movimentou cifras vultosas.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sim, fui relapso, fui negligente. Estou...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Negligente...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Bastante. E fui até omisso, de maneira que toda essa regularização está em curso...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor não acha muita coincidência? Veja bem, a empresa declarava anos anteriores para a Receita Federal? Um dos dois tem que saber dessa informação. Não vão me dizer que não sabem disso.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O que eu sei é o seguinte: eu...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – De 2000 para trás, a empresa tem declarações de imposto pessoa jurídica?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Sim. Tenho quase certeza de que sim. Não me recordo bem como é que foi feito...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, está certo.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – O que aconteceu foi o seguinte. Eu me aproveitei – a história, mais ou menos, é a seguinte –, eu estava sendo... eu trabalhei naquela empresa de prestação de serviços, a Conservo. A Conservo, por uma questão... Parece-me que até agora é a isso que estamos tentando chegar. Ela teria informado meus rendimentos para a Receita de forma errônea e o meu contador sugeriu que eu entrasse no Refis. Então, eu entrei no Refis para pessoa física...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, não, não. Veja, estou perguntando para você e também para o Walter: de 2002 para trás, vocês declararam à Receita Federal movimentação, declaração de pessoa jurídica à Receita Federal? Fizeram declaração? Fizeram, Walter?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Estou retificando as declarações...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Walter, estou perguntando a você se a empresa prestou declarações à Receita Federal de 2000 para trás.

O SR. WALTER SANTOS NETO – De 2000 para trás, não sei, Senador, porque também não cuidei disso. Mas, olhe bem, estou hoje fazendo o seguinte...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, Walter. Não vá por aí. Estou perguntando uma coisa bem objetiva. Veja, a partir de 2001, o Marcelo declarou à Receita Federal que a empresa estava inativa.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Coincidentemente, a partir daí, o advogado Walter, que detém 70% da empresa, deixou de declarar à Receita Federal.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pessoa Jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – R$3.374.449,00, em 2001.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Está certo? Mesmo tendo movimentado, não é? Você está dizendo que foi negligente, omisso. É pouco para mim isso. Quero saber o seguinte: antes de 2000, de 2000 para trás, há registro de entrega de Declaração Pessoa Jurídica à Receita Federal?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Assinada por mim, não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, da empresa, seja por quem for.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não vou me recordar aqui agora, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem 70% da empresa e não sabe o que acontece na empresa?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E não sabe de nada. Só sabe do que lhe interessa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Parece que o Marcelo tem a acrescentar alguma coisa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois não, Marcelo.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – O que eu disse diz respeito a Refis.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, mas o senhor estava ainda na sociedade em 2000? Em atividade?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ele ainda estava.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quando é que o senhor a colocou em inatividade realmente?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso eu não consigo... Eu perguntei ao meu contador e o que ele me disse foi o que falei naquela primeira etapa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é o seu contador?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Paulo Roberto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele terá que ser chamado aqui, para ver se pelo menos ele...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não recordo...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Vamos chamá-lo e colocar os dois novamente aqui e dar Memoriol antes, esperar meia hora...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tem endereço dele?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Tudo. Tenho tudo. Não, estou falando...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele tem o endereço, tem tudo.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Tenho tudo, não estou escondendo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fornece todos os dados...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Paulo Roberto da Silva, alguma coisa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O Sr. Walter conhece o Sr. Paulo...?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, não conheço.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Marcelo, a minha preocupação é que, diante de uma movimentação dessa, você disse que não sabia. Você é rico?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Você tem como pagar isso à Receita?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – De jeito nenhum.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A responsabilidade é sua, Marcelo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Você não tem nem a revolta dos justos.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Estou querendo...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Essa indignação aí na frente do seu primo, que lhe deu um a zero...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Senador, o que... Aparentemente, primeiro, depois da revista **IstoÉ**, fiquei sabendo dos valores.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Fala olhando para ele.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Fiquei sabendo dos valores. Agora, estou sabendo de outros valores que eu não sabia que estavam sendo... que estavam...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, o senhor está dizendo que ele não tem valores para ter feito isso com o senhor?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não. Estou dizendo que eu não sabia dessa movimentação dessa conta da MM. Ele sabe que eu não sabia. Não tinha notícia disso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E é até correto que ele não sabia.

O SR. WALTER SANTOS NETO – E eu confirmo que o senhor não sabia, não aproveitou um centavo, não recebeu um centavo disso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E por que o senhor fez isso com ele?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Hein?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele já explicou.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Na medida...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Fale olhando para ele.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Na medida em que houve o afastamento do Marcelo da empresa, que eu assumi os ônus da empresa, que eu assumi a gestão da empresa, passei a usar a empresa para dar forma aos contatos da minha advocacia. Não é isso? Este ano, já em janeiro...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quando foi a data do afastamento, que eu não lembro, dele da empresa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Bom...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Bom, não. Quando foi?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Você se lembra, Marcelo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Quando vim para Brasília.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas quando foi?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Em 1999, 2001.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Foi em 1999 ou 2001?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Eu vim para Brasília em 1999 e ainda mantivemos alguns contatos...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Olha, aí. Então, tem contradição aí.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Espere. Eu estou...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fale sinceramente...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Marcelo, rapaz, o ônus será só seu.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Está tranqüilo, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O ônus será só seu. O seu primo tem dinheiro, porque ele não comprou imóvel nem nada, não está na conta de ninguém.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem um detalhe de imóvel, Senador. Na declaração, ele tinha imóvel. Na retificação, sumiram o imóvel e o veículo, pelo menos está no documento: Imóvel? Sim. Veículo? Sim. Pode pegar na sua...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É verdade, é porque tudo tem documento...

Walter, quando o Presidente Efraim diz ao senhor que não estamos brincando, que estamos falando de coisa séria, vocês estão achando o quê? Vocês estão achando...

Marcelo, conversei com você, tenho uma certa confiança no que você fala. Agora, tem coisa em você que me deixa atônito! Você não se revolta, você não tem como pagar. Quer dizer, você, um cara que foi Ouvidor da Anatel, agora, ouvidor como, se você não consegue guardar nada? A pessoa reclama e você tinha nada para levar porque esquecia...

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não, Excelência. É o seguinte, é porque eu não tinha conhecimento dessas coisas. Então, eu me afastei por completo da administração, da gerência dela. E, para mim, isso foi desligando, foi desligando, até um tempo, foi desligando. Aí, estou resgatando a memória agora, a partir dos fatos da **IstoÉ**...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas qualquer pessoa normal falaria: "Rapaz, você acabou com a minha vida... Você é meu parente, rapaz. Você não devia ter feito isso comigo. Nem com ninguém."

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Mas ele sabe disso. Ele mandou recados para mim através da Patrícia, para que eu ficasse tranqüilo, que tudo era... que ele ia assumir a responsabilidade. Ele declarou isso na Polícia Federal e que todos os ônus que dizem respeito à tributação, ele reconhecia e que ele ia fazer... Agora, eu não sabia desse valor. Estou sabendo agora.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Agora, em 2002, você sabe que ele movimentou R$2.705.697,79, isso é de 2002. Você sabia dessa?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mais um a zero para ele em cima de você.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Em tudo que ele movimentou na conta, estou tomando de zero porque eu não sabia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Walter, em 2002, você tinha algum imóvel?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Tinha ou não está se lembrando?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Até que enfim, nós pegamos você em uma mentira deslavada aqui, porque você declarou à Receita Federal que era proprietário de imóvel, na sua declaração de isento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Veículo.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Em 2002, eu tinha veículo, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Aqui, de imóvel.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu vendi. Em 2002, eu era proprietário de um Omega.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Proprietário de imóvel: "s", de sim, está certo? Acho inacreditável uma pessoa que movimenta R$20 milhões em dois anos não lembrar se teve ou não imóvel, inclusive tendo declarado isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está com a palavra o Senador Geraldo Mesquita. Solicito a V. Exª e a V. Sª que não abram discussões paralelas.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, o que fazemos com quem mente aqui na CPI? O que fazemos com quem mente deslavadamente? É o caso de começarmos a saber o que vamos fazer. Porque ele declarou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mentir à CPI é crime.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele declarou à Receita Federal: proprietário de imóvel, sim. Ele declarou isso em 21/11/2002.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Retifica. Se o senhor teve imóvel, se vendeu ou não vendeu.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador, com toda a liberdade e a sinceridade com que posso dizer, eu nunca... Não vou dizer nunca, mas, nessa época, eu não tinha imóvel transcrito no meu nome e não tenho imóvel.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por que no Imposto de Renda está "sim, proprietário de imóvel".

O SR. WALTER SANTOS NETO – Uma impropriedade... O que cometi, na realidade, foi uma impropriedade com a Receita Federal...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero fazer uma proposta a V. Exª...

O SR. WALTER SANTOS NETO – O que provarei a tempo e a hora, dentro das certidões negativas que me foram pedidas, é que não existia transcrição de imóvel em meu nome. O último imóvel transcrito em meu nome foi um pedaço de fazenda, me parece, que ficou... quando falo pedaço de fazenda, são poucos hectares, cinco, dez hectares.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Uma propriedade.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso. Ficou no meu nome e no de meu irmão, a pedido do meu pai, isso há muito tempo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E permaneceu ou venderam?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Acho que o meu pai vendeu isso. Dei procuração para ele, e tenho certeza de que ele se desfez disso, porque ele não tem bens. Ele está sem dinheiro; meu pai está muito apertado. Meu pai é uma pessoa que vive muito apertada, também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Você nunca o ajudou?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Ajudo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, se tem propriedade, diz que vendeu. Qual é o problema?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Note bem. Eu não estou me lembrando, porque pode ter sido... Agora, acho muito mais possível e provável que tenha sido uma impropriedade na hora do preenchimento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na hora de declarar que tinha propriedade.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso. De declarar que era proprietário.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Na hora de declarar a propriedade, teve uma impropriedade.

Sr. Presidente, quero fazer uma proposta. Chegamos a um momento muito grave. Mentir à CPI é crime, os documentos estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, desculpe-me. Eu estava recebendo um telefonema de interesse desta Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E, pelo respeito que tenho ao Presidente, pela nossa relação de amizade mesmo, como Parlamentar, eu jamais atropelaria V. Exª. Agora, mentir à CPI é crime. Queria propor a V. Exª que suspendesse esta reunião por cinco minutos e desse ao advogado cinco minutos para conversar com eles, porque a casa caiu, doutor. Para ver se ele resolve contar a verdade. Porque, senão, acho que V. Exª vai ter que prendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou atender a V. Exª, Senador, e o Sr. Advogado está à disposição de seu cliente para conversar com ele. (Pausa.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Declaro reaberta a reunião e consulto o Sr. Walter Santos se tem alguma...

Sr. Senador Magno Malta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu teria uma questão a elucidar, Presidente.

Como o Sr. Marcelo, em depoimentos e documentos, declarou à Receita, nos exercícios de 2001 e 2002, que a empresa estava inativa, quero supor que foi o Sr. Walter que, através da retificadora... Nas datas determinadas pela lei, o senhor não fez qualquer declaração de pessoa jurídica, não fez retificadoras posteriormente.

O senhor declarou algum pagamento ao Sr. Marcelo nessas declarações? (Pausa)

Mais uma deslavada mentira, Sr. Presidente, porque aqui consta que, no ano-calendário 2002, ele declara ter repassado ao Sr. Marcelo – é bom que o Sr. Marcelo saiba disso – R$50 mil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor recebeu esse dinheiro, Sr. Marcelo? (Pausa)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E, no ano-calendário 2003, ele declara ter repassado ao Sr. Marcelo a quantia de R$58 mil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E esse outro, o senhor recebeu?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu conversei com o contador a respeito disso, e ele disse o seguinte: "Walter, a situação contratual de vocês não era como a atual, em que a disposição de lucros era livre". Então, contabilmente, eu fiz essa distribuição para o Marcelo, porque a tributação sobre o dinheiro faturado numa empresa de lucro presumido ocorre na empresa, e não na distribuição. Essa foi uma distribuição contábil que também afirmo: não houve a distribuição física do dinheiro para o Marcelo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está em crédito para ele, então?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Está em aberto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está em aberto; ele tem direito a esse dinheiro.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Hoje a empresa tem saldo?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Hoje há saldo na empresa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Viu, Marcelo, nem tudo está perdido. (risos)

O SR. WALTER SANTOS NETO – Saldo disponível em conta-corrente não há.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há mais algum crédito além desse que foi contabilizado?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Senador, confesso que o contador que está cuidando da regularização, como expliquei apartadamente ao senhor, muitas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como é nome do contador?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Chama-se Vander, dono da VLF... O meu advogado trouxe o nome. Pode ler para mim?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É o mesmo contador da empresa e da pessoa física?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vander Luiz Fonseca, Avenida do Contorno, 8851, sala 01. Está aqui. Se puder deixar...

O SR. WALTER SANTOS NETO – Por favor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Walter, o contador da empresa é o mesmo do senhor como pessoa física?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Isso, o contador que está regularizando a situação da MM é o mesmo contador que está regularizando a situação de Walter Santos Neto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Que não é o mesmo do senhor, não é? O do senhor é o Paulo.

Senador Geraldo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Presidente, tenho impressão de que dessa laranja não extraímos mais sumo algum. Então queria sugerir, com a concordância dos senhores, que encaminhássemos as notas taquigráficas do depoimento do Sr. Walter e do Sr. Marcelo à Polícia Federal...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E à Receita Federal.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ...à Receita Federal e ao Ministério Público para que examinem a possibilidade de uma representação por falso testemunho contra o Sr. Walter, o que ficou aqui patentemente registrado.

Outra providência seria mais dura com o Sr. Walter, o que acho dispensável; esta Comissão não está aqui para se colocar embaixo de holofotes, não se trata disso. Estamos aqui em busca da verdade, mas também não podemos admitir que venha alguém aqui mentir para esta Comissão e que isso fique impune. Assim seria demais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, eu poderia fazer uma sugestão?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele está sob processo da Receita; essa é a informação que recebi. Poderíamos solicitar à Polícia Federal que ele fosse reinquirido a respeito das dúvidas que ficaram na CPI.

Como já há um processo na Polícia Federal, Senador Geraldo Mesquita, que deve ser encaminhado ao Ministério Público, poderíamos solicitar à Polícia Federal ou ao delegado que preside o inquérito que o reinquira, para esclarecer essas dúvidas de propriedade ou não. Talvez seja melhor do que o Ministério Público, que ainda vai ter de requisitar um inquérito. Já aproveitaríamos um inquérito em andamento. Não sei se V. Exª concorda.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Romeu Tuma, duvido que alguém aqui possa trazer uma sugestão mais abalizada do que V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nós comunicaríamos, chamaríamos o delegado aqui e daríamos os questionamentos que V. Exª acha que têm de ser esclarecidos. Ele o faria por meio do novo depoimento. Acho que o advogado não tem nenhuma dúvida em poder conduzi-lo a rememorar. Agora, comigo, ali, ele disse que tinha realmente comprado cinco lotes em nome da esposa, com usufruto dele, que havia dois veículos em nome da esposa e que um ele vendeu, o que pode ter confundido o contador – não vou dizer que ele esteja mentindo nessa parte. Ele disse que achou que não precisava declarar, porque estava em nome da esposa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual é o nome todo da sua esposa?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Sâmia Amin Santos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex[tem a palavra pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Também quero registrar minha posição, como todo o respeito ao Senador Romeu Tuma e ao Senador Geraldo Mesquita. Acho que a CPI tem regras próprias e que mentir à CPI é crime. Esse é o meu posicionamento, a minha posição. Quando se mente à CPI, mente-se à representatividade do Congresso Nacional e, por via de conseqüência, à sociedade como um todo, por isso essa regra da CPI.

Penso que ele extrapolou essa linha. Pela regra, o senhor teria de sair daqui preso. Preso!

Por isso, Sr. Presidente, quero registro minha posição diante do quadro e já mandei fazer outro ofício, reconvocando-o.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já está na mesa, por parte do Sr. Relator.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ótimo. Quero subscrever com V. Exª...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, V. Exª me permite um aparte? Não discordo de V. Exª em que ele volte aqui, mas, se ele sair daqui preso, irá direto para a Polícia Federal, para caracterizar o que mentiu.

O delegado já o ouviu, deve ter alguma investigação a respeito, deve ter aprofundado, e já há um inquérito em andamento, por isso sugeri que ele fosse reinquirido.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Respeito a posição de V. Exª, mas quero dizer o seguinte, Senador Romeu Tuma: a sociedade já não suporta mais isso. Está vendo, em casa, esse rapaz mentir deslavadamente, com documento, com números, e ele vai embora impune. Acho que a CPI tem o seu regimento interno e segue essa regra, exatamente para ser pedagógica.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nós temos certeza aqui, Senador, não só do problema da mentira. Ele fraudou o Imposto de Renda, e está tudo sob processo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Isso! Aí o cidadão fala: "mas meu filho que roubou um tocafitas está preso, e ninguém tira".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele está sendo processado, e as comunicações que a CPI vai fazer vão reforçar as apurações. O rapaz da Receita estava aqui coletando os dados.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador Romeu Tuma, não sou ingênuo, e V. Exª, também não. É o que ele pode fazer nesse período daqui para frente, e ele já provou que é capaz. Ele desapareceu com treze milhões, comendo hambúrguer e viajando pelo exterior, com cartão de crédito. Treze milhões, Senador! Quer dizer, a sociedade assiste a isso indignada. Quero respeitar a posição de cada um, mas, se o Relator está reconvocando, acho que existem "n" elementos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas sou a favor da reconvocação, não sou contra. Só que estou dizendo que, se ele for preso, será em flagrante. Provavelmente, o delegado tem de ter...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas isso é pedagógico. Isso é pedagógico.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... todos os indicativos e tem de arbitrar uma fiança. Ele sai na hora.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sim, mas isso aqui é prova contra ele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas já está sob processo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, temos de acabar com essa regra da CPI. Pode-se mentir à CPI, que não é crime. Então, está bom, na quinta-feira Waldomiro Diniz chega aqui e dá a saraivada de mentiras...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas não estou...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nós estamos desautorizados, se ele não vier com **habeas corpus**, a prendê-lo, porque pau que dá em Chico dá em Francisco.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que estou considerando é até que ponto essa mentira está caracterizada. Não estou dizendo que ele não tem que ser preso, se há mentira.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, eu respeito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque ele está sob investigação. Eu daria como... Eu sempre dei voz de prisão, não tenho dúvida sobre isso. Pelo menos, tenho alguma experiência. Não estou discutindo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – V. Exª tem muita. Por isso estou ponderando a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pergunto ao Senador Magno Malta se tem algo a acrescentar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, só quero reafirmar minha posição. É regra de CPI: mentiu à CPI é crime. A mentira foi deslavada, comprovada, desmentida com documento, e o sujeito sai impune? A sociedade,que vê em casa, diz que não acredita em mais nada.

O SR ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Senador Magno Malta, não sou contra. Se o Presidente der voz de prisão a ele, não sou contra, mas estou fazendo algumas ponderações de ordem jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode repetir sua posição e sugestão, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** São duas coisas. A reconvocação está pacífica, e ele provavelmente trará dados que não lembrou; se não trouxer, a coisa se complica, torna-se mais difícil. E comunicar o Delegado que preside o inquérito de todas as dúvidas que surgiram durante o depoimento, para que possa, no interrogatório, provavelmente já indiciá-lo no inquérito.

O depoente está em um processo aberto, regular, da Receita, essa foi a comunicação que nos fizeram. Ele está sob investigação e diz que já foi notificado. Então, a linha é a de que ele está sendo responsabilizado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª foi notificado?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Fui notificado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E por que não apresentou-se ainda?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Como assim? Já me apresentei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele foi notificado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A retificação. Polícia Federal, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Receita faz...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há, então, processo da Polícia Federal?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há. Ele foi ouvido, como não há processo? Ele não está indiciado, o que é outra coisa. Pelo menos até agora, não está indiciado, o que poderá acontecer, quando houver as provas de que ele praticou crime. Em tese, só quem vai condenar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Senador Flávio Arns, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu concordo com os mesmos encaminhamentos citados pelo Senador Romeu Tuma. Considero fundamental a reconvocação, como o Senador Garibaldi Alves Filho já mencionou. Considero importante listar que, na minha ótica também, ele faltou com a verdade, como havia mencionado nos meus questionamentos. Então, que essas dúvidas sejam passadas ao delegado que preside o inquérito, para que ele possa reinquirir isso. Mas também considero importante mandar para o Ministério Público...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Essa é uma obrigação da CPI.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...mandar para o Ministério Público as notas taquigráficas do depoimento do Dr. Walter, para que receba a denúncia da CPI por falso testemunho. É o que o Senador Magno Malta inclusive falou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim, mas, nesse caso, o Senador Magno Malta tem razão: o depoente teria de sair preso daqui e ser apresentado à Polícia. Quer dizer, um subsídio para análise.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas mandar para...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Aí já sairia acompanhado das notas taquigráficas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas acho que, sobre esse assunto, é o Relator que vai dar uma opinião mais...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Em que pesem as ponderações do Senador Magno Malta, concordo com o encaminhamento oferecido pelo Senador Romeu Tuma.

Para concluir minha participação, para mim está absolutamente claro o esquema operado pelo Sr. Walter, assim como pelo Sr. Marcos Valério. É um esquema de se lavar mesmo o dinheiro público, por meio de uma agência de publicidade, de um escritório de advocacia que hipoteticamente presta serviço a uma empresa que tem uma relação qualquer com o Estado. E esse dinheiro simplesmente não cai das nuvens: sai, como V. Exª mesmo disse, do bolso sofrido do povo brasileiro, para incrivelmente ser consumido numa garrafa de vinho que custa R$2 mil ou, como V. Exª disse, muito mais do que isso. Um escárnio para a população brasileira uma pessoa vir aqui com essa postura, sabendo que nós sabemos que ele é parte, se bem que relativamente pequena, de um esquema desse de transferência de pagamento mesmo, de propina, para os "Waldomiro", "Dirceu da vida", para os Buratti, para sei lá quem.

Então, eu concordo com o encaminhamento aqui sugerido pelo Senador Tuma e essa é a conclusão que eu tiro do depoimento aqui colhido do Sr. Walter. Muito mais do Sr. Walter do que do Sr. Marcelo. E encerro aqui a minha participação agradecendo a participação de todos por nos terem ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu tenho o maior respeito pelas ponderações do Senador Magno Malta, mas eu creio que o Senador Tuma tem razão no encaminhamento que ele faz, com apoio dos Senadores que estão aqui presentes, o Senador Arns e o Senador Geraldo Mesquita, e devemos, portanto, encaminhar à Polícia Federal e ao Ministério Público toda uma documentação com as notas taquigráficas, para que o processo seja fortalecido junto a esses órgãos, a essas instituições.

Se fosse para prender quem mente em CPI, nós teríamos que aumentar as cadeias. Atualmente, realmente... Aqui mesmo na CPI nós já constatamos. É verdade que hoje foi na base de documentos, do con-

fronto de documentos. Documentos da Receita Federal versus informações...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicito ao Sr. Advogado que permaneça calado e ao meu querido companheiro Senador Magno Malta a não haver uma discussão paralela. Ao senhor eu aconselho até a não estar trocando esse diálogo. Agradeço a V. Exª. Sei do comportamento e da posição de V. Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Portanto, Sr. Presidente, todo tempo nós estávamos confrontando o que a Receita Federal nos informava com a palavra do depoente e se verificou aí um hiato muito grande. Quer dizer, o depoente, todo tempo, faltando com a verdade diante daquela prova evidente que eram os documentos da Receita Federal.

O encaminhamento, portanto, deve ser esse formulado a partir da palavra do nosso Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque, Relator, eu tenho a impressão de que se deve apurar o dolo da mentira. Qual a vantagem que ele tirou ao faltar com a verdade? Ou no caso de falta de lembrança e de memória, para onde foi o dinheiro? Então, há essa dificuldade. Provavelmente o delegado, para autuá-lo em flagrante... o condutor tem que esclarecer perfeitamente, de toda forma, onde está o dolo da mentira. Quer dizer: será que teríamos segurança de que essa mentira trouxe alguma vantagem para eles?

Não, não estou discutindo, Senador. Não, não vou nem... Estou lhe dando razão. Estou lhe dando razão. Apenas estou fazendo uma ponderação sobre a dificuldade que o delegado poderá ter se for conduzido preso. Agora, da forma que foi encaminhado nós teremos uma solução mais correta. E na reinquirição dele a coisa muda de figura.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, eu, respeitando a posição de cada um dos Senadores e não querendo entrar no mérito mas tomando uma posição na condição de Presidente desta CPI, inicialmente vou colocar em discussão e votação os dois Requerimentos de Convocação, tanto o do Sr. Walter Santos Neto como o do Sr. Marcelo Coelho de Aguiar, para que eles fiquem convocados. E se necessário, a qualquer momento esta CPI estará convocando qualquer um deles.

Segundo, que V. Sª reiterem que disseram a verdade aqui. Podem falar no microfone para que fique bem claro.

Sr. Walter, o senhor reitera que disse a verdade?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se tiver alguma coisa a acrescentar, que o faça agora.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Note bem, Presidente, reitero, dentro da linha geral do meu depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dentro da linha geral, não. V. Sª falou a verdade, ou não? É só isso. E não precisa acrescentar.

O SR. WALTER SANTOS NETO – Tirando a impropriedade, eventualmente, de um ou outro dado que possa ter sido mal interpretado por mim ou pela regularização contábil da minha vida fiscal e da empresa que eu represento...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor reitera que disse a verdade?

O SR. WALTER SANTOS NETO – Eu reitero que disse a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Marcelo?

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Reitero.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então coloco em votação.

Os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovados os dois requerimentos.

Atendendo à decisão da maioria dos membros da CPI, determino à Assessoria que encaminhe imediatamente ao Delegado do inquérito as notas taquigráficas, bem como ao Ministério Público e à Receita Federal.

V. Sª tem a palavra.

O SR. MARCELO COELHO AGUIAR – Obrigado. Desculpe interromper o senhor.

Eu gostaria de requerer também a cópia do depoimento do Dr. Walter, ao qual não tive acesso, para que eu possa analisar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É o seu advogado quem deve requerer.

Não há problema, pode ficar tranqüilo que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor quer o depoimento que foi feito na Polícia?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eles estarão à disposição da Polícia Federal.

Agradecendo a presença de V. Sªs e de V. Exªs...

Senador Magno Malta, V. Exª deseja usar a palavra?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, desejo mais uma vez, para que não paire qualquer dúvida sobre a minha posição em relação a isso... A minha posição é muito mais de indignação pelas indignidades que se cometem num País onde mais de 50 milhões de pessoas estão passando fome e da sociedade que nos assiste.

Saio desta oitiva cabisbaixo por esse festival de mentiras, de improbidades, ao ver o Dr. Walter, que chegou aqui, cuspiu no rosto de todo mundo e vai embora impune, porque tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esperamos, Senador Magno Malta, que o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal tomem as providências, porque, com esse depoimento, teremos o nosso relatório final em que faremos a nossa conclusão. Entendendo que nós, Senadores, fizemos a nossa parte. Se houve, de parte dos depoentes, a falta da verdade, caberá agora ao Ministério Público, com o adiantamento da decisão do Sr. Relator... Nós estaremos encaminhando toda essa documentação o mais rapidamente possível, esperando que, de imediato, tanto a Receita quanto a Polícia Federal e o Ministério Público tomem as providências em relação aos depoentes.

Era o que tinha a dizer. Agradeço a V. Exª.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h32min.)

Ata da 11ª Reunião, Realizada em 11 de agosto de 2005.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinqüenta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita Junior Álvaro Dias, Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, membros e Pedro Simon, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que presente reunião destina-se Reunião Administrativa com a aprovação de requerimento e em seguida a oitiva do Sr. Waldomiro da Silva Diniz, ex-Chefe da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Presidência da República. Passando a seguir a votação dos seguintes requerimentos: **Requerimento n.º 087/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência de todos os apontamentos registrados no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, de qualquer natureza, inclusive sigiloso, das pessoas físicas e jurídicas Antônio Carlos Lino da Rocha, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Denise Andrighetto Canozzi, Denivaldo Henrique Almeida Araújo, Elza Gonçalves Siqueira Buratti, Enrico Giannelli, Luiz Eduardo Soares, Marcelo Coelho de Aguiar, Marcelo José Rovai, Ralf Barquete Santos, Rogério Tadeu Buratti, Sérgio Canozzi, Waldomiro da Silva Diniz, Walter Santos Neto, Gtech do Brasil Ltda., MM Consultoria Jurídica Administrativa Ltda., BBS Consultores Associados Ltda., W Way Informática Ltda., Scaine Negócios e Participações Ltda., Gestion Consultoria Empresarial Ltda. e Canozzi Administração e Participações Ltda.; **Requerimento n.º 080/05**, de autoria do Senador Efrain Morais, requer a Secretaria da Receita Federal realize auditoria fiscal nas declarações de rendimentos do Sr. Rogério Tadeu Buratti e Sra. Elza Gonçalves Siqueira Buratti, referente aos últimos cinco exercícios financeiros, em especial ao ano base de 2004; **Requerimento n.º 079/05**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer ao Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, o envio de cópia de qualquer processo, de qualquer natureza, aberto com o intuito de apurar o envolvimento do Sr. Rogério Tadeu Buratti, em ilícitos penais; **Requerimento n.º 081/05**, de autoria do Senador Magno Malta, requer seja convidado o Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, para prestar informações perante a CPI; **Requerimento n.º 089/05**, de autoria do Senador Leonal Pavan, requer seja convocada a Sra. Cidinha Campos, para prestar depoimento perante a CPI; **Requerimento n.º 019/05**, de autoria dos Senadores Leonal Pavan e Álvaro Dias, requer a convocação do Sr. Geraldo Magela e a da Sra. Benedita da Silva, ex-Governadora do Estado do Rio de Janeiro; **Requerimento n.º 42/05**, de autoria do Senador Álvaro Dias, requer seja convocado o Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, ex-Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para prestar depoimento perante a CPI; e **Requerimento n.º 084/05**, de autoria do Senador Magno Malta, requer sejam convocados os Srs. Alejandro Ortiz e Johnny Ortiz, para prestarem depoimento perante a CPI. Em votação, são aprovados os requerimentos. Com a palavra o Senador Tião Viana encaminha a Mesa Requerimento de Convocação da Sra. Rosinha Garotinho e o Sr. William Garotinho Matheus de Oliveira. A presidência informa que na próxima terça-feira haverá uma reunião administrativa para avaliar os trabalhos da Comissão bem como toda documentação recebida até a presente data. Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca, solicita informações se há requerimento de convocação da ex-Governadora Benedita da Silva. A presidência informa que o requerimento já foi aprovado.

Com a palavra o Senador Tião Viana, solicita informações sobre a quebra de sigilo Bancário, Fiscal e Telefônico da empresa Gtech do Brasil. A presidência informa que a documentação já se encontra a disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria da Comissão. Com a palavra o Senador Magno Malta, registra que apesar de ter votado favoravelmente, acha desnecessário a convocação, neste momento, da Sra. Benedita da Silva, Rosinha Garotinho, Geraldo Magela e do ex-governador Antony Garotinho. A presidÊncia informa que os requerimentos foram apenas aprovados e sem data aprazada para as convocações, passando a seguir a votação de requerimento com votação nominal: **Requerimento n.º 092/05**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer a transferência dos sigilos telefônicos dos Srs. Luiz Eduardo Soares e Sérgio Canozzi, informando que os mesmos já abriram mão dos seus sigilos. Em votação, é aprovado com 8 votos favoráveis. **Requerimento nº 088/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Dreamport do Brasil Ltda., referente ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004, com adendo do Senador Efrain Morais no período de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado com 8 votos favoráveis. **Requerimento nº 085/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Leão & Leão Ltda, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 8 votos favoráveis. **Requerimento nº 093/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa S Santos Assessoria Ltda, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 8 votos favoráveis. **Requerimento nº 094/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rodrigo Carvalho Lima, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 8 votos favoráveis. **Requerimento nº 095/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sra. Sâmia Amin Santos, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 9 votos favoráveis. **Requerimento nº 096/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcelo Araújo Campos, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 10 votos favoráveis. **Requerimento nº 097/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Fernando Luiz Ayres de Lima, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 10 votos favoráveis. **Requerimento nº 098/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Evaldo Fontes Júnior, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 10 votos favoráveis. **Requerimento nº 099/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sra. Rosângela Buratti, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 10 votos favoráveis. **Requerimento nº 100/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Editorarte Editora & Gráfica Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 10 votos favoráveis. **Requerimento nº 101/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Renato Buratti Neto, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 10 votos favoráveis. **Requerimento nº 102/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Assessorarte Assessoria de Serviços Técnicos Especializados Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 10 votos favoráveis. **Requerimento nº 103/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer seja convocado o Sr. Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 104/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer seja convocada a Sra. Rosinha Garotinho, Governadora do Estado do Rio de Janeiro, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Leonel Pavan fala da sua preocupação com a grande quantidade de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico enfatizando que as pessoas deveriam ser ouvidas primeiro. A presidência esclarece que todos os requerimentos de quebras de sigilo, foram devidamente analisados pela assessoria, com suas respectivas justificativas bem fundamentadas. A seguir indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. Convida o Senhor Waldomiro Diniz, para tomar assento à Mesa. Com a palavra o Senador Tião Viana, solicita cópia de todos os requerimentos aprovados na presente Sessão. A presidência determina a Secretaria que forneça cópia dos requerimentos aprovados a todos os Membros da Comissão. Dá ciência aos Senhores Senadores que recebeu do Supremo Tribunal Federal **Hábeas Corpus** *n.º 86426*, requerido pelo Sr. Waldomiro Diniz, através de seus Advogados. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senadores Magno Malta e Geraldo Mesquita. A presidência solicita que seja passado o vídeo com as gra-

vações exibidas pela Rede Globo de Televisão e, após a exibição, o depoente se coloca a disposição para os questionamentos. Com a palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho para inquirir o depoente seguido, de acordo com a ordem de inscrição, pelos Senadores Leonel Pavan, Flávio Arns, Juvêncio da Fonseca. A presidência solicita que seja encaminhado expediente ao Departamento de Polícia Federal, solicitando cópia autenticada da Perícia Técnica de leitura de lábios, constante do Processo n.º 312/2004, Volume V, folhas 1296 a 1298, elaborada pela Federação Nacional dos Surdos e Mudos. Dando continuidade, usam da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Antônio Carlos Magalhães, Magno Malta, Geraldo Mesquita, Pedro Simon, Tasso Jereissati, Romeu Tuma e Álvaro Dias. Com o Senador Flávio Arns, solicita que a presidência requisite as fitas gravadas no Aeroporto e no escritório do Sr. Carlos Cachoeira. Com a palavra o Senhor Relator para os questionamentos finais. Finalizando, o Senhor Presidente informa o calendário para a próxima semana e agradece ao depoente e seus advogados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a investigação das casas de bingo, para prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se, em primeiro lugar, a uma reunião administrativa, para aprovarmos alguns requerimentos de mesa; em seguida, teremos a oitiva do Sr. Waldomiro da Silva Diniz.

Existem vários requerimentos. Passaremos agora a discutir e a votar aqueles requerimentos que não precisam de votação nominal.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, nosso Relator: "Nos termos do disposto no §3º, do art. 58, da Constituição, requer a transferência a esta CPI de todos os apontamentos registrados no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, de qualquer natureza, inclusive sigilosa, das pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas."

Quero esclarecer aos Srs. Senadores que as solicitações que estão sendo feitas são de transferências que já foram quebradas por esta CPI. É só para que o Coaf dê uma sistematização diferente, para que possamos ter condições de fazer uma melhor análise dos documentos.

Estão incluídos nessa relação: Antônio Carlos Lino da Rocha, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Denise Andrighetto Canozzi, Denivaldo Henrique Almeida Araújo, Elza Gonçalves Siqueira Buratti, Enrico Gianelli, Luiz Eduardo Soares, Marcelo Coelho de Aguiar, Marcelo José Rovai, Ralph Barquete Santos, Rogério Tadeu Buratti, Sérgio Canozzi, Waldomiro Diniz, Walter Santos Neto, GTech do Brasil, MM Consultoria Jurídica Administrativa Ltda., BBS Consultores Associados Ltda, Wway Informática Ltda, Skay Negócios e Participação Ltda, Gestion Consultoria Empresarial Ltda e Canozzi Administração e Participação Ltda.

Esse é o requerimento.

Eu vou ler aqueles requerimentos que não precisam de quórum qualificado e, daí, votaremos em bloco, se V. Exªs tiverem de acordo.

O requerimento seguinte é de autoria do Senador Efraim Morais: "Nos termos do disposto no § 3º, do art. 58, da Constituição, requeiro que a Secretaria da Receita Fiscal realize auditoria fiscal nas declarações de rendimento do Sr. Rogério Tadeu Buratti e de sua esposa, Srª Elza Gonçalves Siqueira Buratti, referente aos últimos cinco exercícios financeiros, em especial o relativo ao ano 2004.

Terceiro, requerimento de autoria do Senador Tuma: "Nos termos do disposto no § 3º, requer ao Sr. Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, Dr. Sebastião Sérgio Silveira, o envio de cópia de qualquer processo, de qualquer natureza, aberto com o intuito de apurar o envolvimento do Sr.Rogério Tadeu Buratti em ilícitos penais."

Requerimento de autoria do Senador Magno Malta: "Nos termos do §3º da Constituição Federal, requer seja convidado para prestar informações a esta Comissão o Secretario de Estado de Segurança Pública do Paraná, Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari.

Requerimento de autoria do Senador Leonel Pavan: "Requer, com fundamento no § 3º da Constituição, a convocação da radialista do Rio de Janeiro, Srª Cidinha Campos."

Requerimento de autoria dos Senadores Leonel Pavan, Alvaro Dias e Reginaldo Duarte: "Requerem, com fundamento no § 3º da Constituição Federal, a convocação do Sr. Geraldo Magela e da Srª Benedita da Silva."

Requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias: "Requer a convocação do Deputado Federal José Dirceu de Oliveira e Silva, ex-Ministro-Chefe da Casa Civil.

De autoria do Sr. Magno Malta: "que sejam convocados para serem ouvidos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito os Srs. Alexandro e Dione Ortiz.

Do Sr. Romeu Tuma, nos termos legais, regimentais. Bom, daqui para a frente, elas serão com o quórum específico.

Em discussão os requerimentos.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para informar a V. Exª e à Mesa que estou encaminhando também o requerimento para convocação da Srª Rosinha Garotinho e do Sr. Anthony Garotinho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito que V. Exª encaminhe à Mesa para que possamos colocar, ainda nesta reunião, em votação.

Quero lembrar já aos Srs. Senadores que, na próxima terça-feira, faremos uma reunião administrativa para que possamos definir uma programação para a nossa CPI, ao tempo em que vamos fazer uma avaliação de todos os documentos que já se encontram à disposição da Comissão.

Então, determino à assessoria que faça um estudo completo da documentação, colocando à disposição todos os fatos que entenderem necessários e importantes para o bom andamento desta Comissão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio e, em seguida, o Senador Tião Viana.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Um esclarecimento: já existe requerimento para ouvir a ex-governadora Benedita da Silva?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já. Foi aprovado agora. Pela ordem, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Caro Presidente, apenas para ter de V. Exª a informação sobre a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa GTech, algo que tem demorado e sei que não tem tido qualquer influência obstrutiva por parte de nenhum membro da CPI, mas há uma expectativa de que esse sigilo possa chegar para fazermos a devida análise.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, já se encontra disponível na Comissão o sigilo bancário da GTech. É a informação que recebo do nosso Secretário.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, só para registrar um posicionamento, embora tenha votado, e acho que, na CPI, esse comportamento e esse entendimento são unânimes, como a visão de que precisamos apurar todas as coisas. Mas quero registrar que acho precipitado e, neste momento, desnecessária a convocação da Srª Benedita da Silva, do Sr. Geraldo Magela, da Governadora Rosinha e do ex-Governador Anthony Garotinho.

Penso que é preciso esperar o desenrolar daquilo que se inicia hoje para averiguarmos se fatos, verdadeiros e necessários, apontarão para essa direção, para que tenhamos, então, a necessidade de chamar a ex-Governadora Benedita aqui, o Magela e o Garotinho. Quero só registrar a minha posição. Acho que não estava na hora, é precipitado chamá-los.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, a Presidência comunica a V. Exª que os requerimentos se encontram aprovados e sem data marcada. Então, eu diria a V. Exª que, só para esclarecimento, na próxima terça-feira, nessa reunião administrativa onde todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras estarão participando, poderemos discutir um calendário que venha realmente a atender a um perfil definido a partir desta CPI e desse depoimento que acontecerá hoje.

É evidente que, na quarta-feira, já teremos a oitiva de dois convidados. Depois, no final desta reunião, darei ciência aos Srs. Senadores.

Srs. Senadores, há sobre a mesa outros requerimentos que precisam de quórum qualificado.

Requerimento de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer a transferência dos sigilos telefônicos do Sr. Luiz Eduardo Soares e do Sr. Sérgio Canozzi a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, lembrando que esses senhores, quando aqui estiveram depondo, colocaram esses requerimentos à disposição, tanto o Sr. Luiz Eduardo quanto o Sr. Sérgio Canozzi.

Vamos colocar em votação.

É bom que o próprio ofício encaminhado à Anatel registra o fato de que foram colocados pelos próprios depoentes à disposição.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Oito votos favoráveis.

Está aprovado o requerimento.

Nos termos no disposto no § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal e da Constituição, requer transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Drianporte do Brasil Ltda. CNPJ 02.703.777.0001/48, a esta Comissão no período de janeiro de 2002 a 2004, ou até a presente data, Sr. Senador Relator?

De 2002 a dezembro de 2004, podendo ser de 2002 até a presente data. Fica aditivada até a presente data. Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Srs. Senadores, vamos tomar os votos. Em votação.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Aprovado com oito votos "sim".

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, desculpe-me. V. Exª sempre vota sim.

Senador Tião Viana, existem dois requerimentos que serão votados logo em seguida.

Requeiro transferência do sigilo bancário, fiscal, nos termos do disposto no § 3º, da Constituição, da empresa Leão & Leão Ltda, de autoria do nobre Relator.

Vamos ao voto.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves; Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Está aprovado com oito votos.

V. Exª não pode sair daqui agora, faça um esforço.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

Nos termos no disposto no § 3º, art. 58 da Constituição Federal, requer transferência do sigilo bancário fiscal e telefônico da empresa S. Santos Assessoria Ltda. CNPJ 86.864.865.0001-11.

Em discussão.

Não havendo quem peça palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves; Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento, com oito votos favoráveis.

Ainda de autoria do Sr. Garibaldi Alves, que requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rodrigo Carvalho Lima, OAB – MG 071873 a esta CPI.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Vamos tomar os votos.

Srs. Senadores: Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita. (Pausa.)

Votam "sim".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aprovado com oito votos.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho – que realmente tem colocado a CPI para trabalhar muito: "Nos termos do disposto do § 3º do art. 58, da Constituição Federal, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Srª Samya Amin Santos, OAB – MG 0402338.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan; Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALIDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Alvaro Dias vota "sim".

Nove votos.

Aprovado.

Ainda do Senador Garibaldi Filho: "Requer a transferência do sigilo bancário, de acordo com o disposto do § 3º do art. 58, e bancário, fiscal e telefônico de Marcelo Araújo Campo, OAB – MG 065760 a esta CPI.

Em discussão.

Não tendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Srs. Parlamentares, vamos tomar voto.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALIDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aprovado com dez votos.

O quorum está melhorando.

Ainda do Sr. Garibaldi Alves: "Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Fernando Aires de Lima, OAB – MG 054415 a esta CPI, nos termos do disposto no § 3º do art. 58.

Vamos a voto.

Sr. Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Leonel Pavan.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves; Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita Júnior; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Aprovado com dez votos dos Srs. Senadores.

De autoria ainda do Sr. Garibaldi Alves: "Nos termos do disposto do § 3º, do art. 58 da Constituição Federal requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Evaldo Fontes Júnior, OAB – MG 054253 a esta CPI referentes aos últimos cinco anos.

Vamos a voto.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Vamos aos votos.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aprovado, com dez votos.

Requerimento também de autoria do Sr. Relator: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Srª Rosângela Buratti."

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Vamos tomar os votos.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES (PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

Aprovado, com dez votos.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Editorarte, Editora e Gráfica Ltda, CNPJ 00991924/0001-05, a esta CPI.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Srs. Senadores, vamos votar.

Senador Reginaldo Duarte; Senador Leonel Pavan; Senador Valdir Raupp; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Todos votaram "sim". Dez votos.

Aprovado o requerimento.

Ainda de autoria do Sr. Relator: "Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Renato Buratti Neto, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, Renato Buratti Neto é quem?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Renato Buratti Neto. Em fevereiro, vou ler a revista **Época,** apresentou reportagem à Rede Globo. V. Exª, que é o autor, poderia fazer a justificativa ou quer que eu faça?

Vou ler: "Levou ao ar em noticiário gravações realizadas em 2002, em que o Sr. Waldomiro Diniz, então presidente da empresa de loterias estaduais do Rio de Janeiro – Loterj aparece solicitando dinheiro a um empresário do jogo, conhecido como Carlinhos Cachoeira, que controlava no Rio de Janeiro as máquinas. Nas gravações do Sr. Waldomiro, pediu dinheiro para as campanhas eleitorais e para si próprio. Em determinado momento da fita o então presidente da Loterj pede: "Deixa eu te falar outra coisa, quero 1% para mim." Daqui a pouco vamos ouvir essa fita novamente – , em troca do dinheiro garantido de Cachoeira." Vamos chegar ao Sr. Rogério Buratti Neto.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas V. Exª falou Renato Buratti Neto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Renato Buratti Neto, irmão de Rogério Buratti. Está aqui. É sócio da empresa Editorarte.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Devidamente esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

E vamos colocar em votação.

Senador Reginaldo Duarte; Senador Leonel Pavan; Senador Valdir Raupp; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Dez votos.

E ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Assessorarte, Assessoria de Serviços Técnicos, Especiais Ltda., CNPJ 00334333/0001-3, a esta CPI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Reginaldo Duarte; Senador Leonel Pavan; Senador Valdir Raupp; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Flávio Arns; Senador Tião Viana; Senador Magno Malta; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Geraldo Mesquita; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Dez votos.

Todos os requerimentos foram aprovados.

E temos mais dois requerimentos de autoria do Senador Tião Viana, que colocaremos em seguida em votação, sem ser necessário o voto qualificado.

"Requeiro, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira para depor nesta CPI.

E também de autoria do Sr. Tião Viana: "Requer, de acordo com o mesmo disposto, a convocação da Srª Rosinha Garotinho, atual Governadora do Estado do Rio de Janeiro, para depor nesta CPI.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovados os requerimentos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

Quero parabenizar V. Exªs pelo voto rápido e consciente.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, temos uma missão e um compromisso de realmente esclarecer toda essa questão que envolveu o Waldomiro Diniz negociando projetos com determinados empresários – nós temos essa missão.

Eu fiquei um pouco preocupado agora, quando, nós aqui votando a quebra do sigilo bancário e telefônicos de todas as pessoas, muitas dessas pessoas que nem sabíamos do seu possível envolvimento, apenas porque foram citadas aqui por alguém. A minha preocupação é que, daqui a pouco, alguns desses malandros vem aqui e dizem: "Bom. Eu estou aqui e tenho uma concorrência com alguém e não gosto de alguém. Eu acho que esse cara tem que ser punido. É a minha oportunidade de levar essa pessoa para ser inquirida", ou até "Bom, eu fui jogado na lama, e vou tentar aumentar toda essa sujeira buscando colocar alguém que não me é fiel ou de quem não gosto..."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, qual é o objetivo de V. Exª?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por favor, eu vou chegar lá, Sr. Presidente.

A minha preocupação é de que, cada vez que se cita uma pessoa aqui e se requer a quebra de sigilo bancário e telefônico, vai haver problema. Nós deveríamos pelo menos ouvir as pessoas para, depois, fazermos a quebra do sigilo bancário. Essa é uma sugestão. Se algum acusado, ao sentar e ser inquirido por Senadores, entender que deve envolver mais o processo e caluniar alguém, eu vou ali e denuncio e, aí, quebro o sigilo bancário e telefônico. A minha preocupação é essa. Não traz nenhum problema. Vamos votar, mas a minha preocupação é esta: de que alguém, para se vingar de determinada pessoa, cite o nome apenas para a envolvê-la nesse processo que nós queremos trazer bem claro para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, quero esclarecer a V. Exª que tenho absoluta certeza de que todos os nomes e empresas cujos nomes foram solicitados a quebra de sigilo telefônico e bancário, foi feita uma análise de todos eles com justificativa fundamentada por parte do Sr. Relator.

Ontem, aqui, um dos depoentes citava que tinha emprestado R$1 milhão a um cidadão e que tinha dado um presente de R$1 milhão a outro. Eu acho que só este fato – se a Receita tem ciência desses empréstimos de que foi em dinheiro vivo – já é um motivo suficiente para a quebra do sigilo bancário.

Quero, então, esclarecer a V. Exª e tranqüilizá-lo de que a ação do Sr. Relator em solicitar as quebras dos sigilos fiscais foi baseada em uma análise feita por essa Assessoria, pelos depoimentos e com justificativas claras. É evidente que caberá a nós que compomos a Mesa desta CPI e aos senhores que são membros da CPI, a responsabilidade de apresentarmos quebras de sigilo bancário, telefônico ou sigilo fiscal com responsabilidade em busca, exclusivamente, da verdade dos fatos.

É o que posso esclarecer e tranqüilizar V. Exª nesse sentido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nós confiamos plenamente no encaminhamento do Relator mas esta preocupação não é apenas minha mas de diversos outros Senadores que fazem parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu não sei se V. Exª que está vivendo em várias CPIs e são muitas as quebras, talvez V. Exª faça o somatório de todos e, aí, realmente, fica um número muito elevado. Eu posso garantir a V. Exª que a ação do Senador Garibaldi Alves Filho, como Relator, está indo dentro daquilo que está sendo analisado e com justificativas realmente fundamentadas para essas quebras de sigilo.

Vamos, então, solicitar da Assessoria...

Temos, ainda, aqui, a Ata da reunião anterior que se encontra sobre a mesa.

Coloco em votação, propondo a dispensa da leitura da mesma.

Os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Waldomiro da Silva Diniz, ex-Chefe da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Presidência da República e ex-Presidente da Loterj.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Quanto ao deslocamento, eu gostaria de pedir cópia a V. Exª de todos os requerimentos que foram votados para *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Determino à assessoria que entregue a todos os Parlamentares desta CPI todos os requerimentos aprovados.

Srs. Senadores e Senadoras, devo dar ciência a V. Exªs de que esta Presidência recebeu no dia 10 de agosto uma medida cautelar em **Habeas Corpus** nº 86.426, concedida pelo Ministro César Peluzzo, que foi Relator, requerido pelo Sr. Waldomiro Diniz da Silva, tendo como advogados os Srs. Luiz Guilherme Vieira, Márcio Palma e outros.

Devo informar a V. Exªs que, diante da iminência do ato *(Inaudível.)*, requer concessão de liminar, conclui o Sr. Relator dizendo *(Inaudível.)* critério de seus advogados *(Inaudível.)* se fazer acompanhar de seus advogados impetrantes e os procuradores deste, também advogados, testemunha-paciente, que deverão postar-se a seu lado para que melhor possam orientá-lo, que realmente aí se encontram. Respeitado o direito de se comunicarem, seja por iniciativa da testemunha-paciente, seja por iniciativa dos causídicos em todos os momentos em que isto se fizer necessário ao exercício da ampla defesa, conseqüentemente, da defesa técnica, já que aquela não sobrevive sem esta.

Está aqui à disposição dos senhores e está assinado pelo Sr. Ministro César Peluzzo.

Dado conhecimento a V. Exªs, devo também comunicar que, antes de passar a palavra ao depoente e posteriormente ao Relator, gostaria de fazer uma breve consideração: dizer ao Sr. Waldomiro que, quando dos seus primeiros depoimentos à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e à Polícia Federal, o Brasil não tinha o conhecimento das coisas como elas aconteciam. Embora o senhor esteja protegido por **habeas corpus**, chamo a atenção de V. Sª para o fato de que o cenário, hoje, é bem outro, e os documentos de posse desta CPI e outros que estão para chegar podem colocar em uma situação de precisar ainda mais dos seus advogados.

Dessa forma, convido o assessor, neste momento – não o assessor da Casa Civil –, esperando um documento que aguarda o povo brasileiro. E o depoimento de V. Sª deve ser com a verdade mais ao povo brasileiro deste País. É isso o que esperamos de V. Sª; é isso o que espera não só o Senado Federal, mas principalmente a sociedade brasileira.

Antes de passar para o depoimento de V. Sª, determino que seja passada a fita que gerou a CPI dos Bingos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, só para colaborar com o Sr. Waldomiro e com os advogados, é uma CPI a Comissão de Inquérito do Congresso Nacional, do Senado, e gostaria de solicitar a V. Exª, então, que se o Sr. Waldomiro e os advogados quiserem ter mais um tempo para falar, que V.

Exª os conceda a palavra, até porque, numa CPI, os advogados não se manifestam nem para orientar o seu cliente, a não ser que requeiram um pela ordem a V. Exª por escrito; e V. Exª vai deferir ou indeferir o pedido do advogado.

Para que não tenhamos problemas ao longo do depoimento, até porque os doutores são pessoas experimentadas em CPI e sabem exatamente como é o funcionamento das CPIs, das Comissões de Inquérito do Congresso Nacional ou, especificamente, da Câmara ou do Senado.

Sr. Presidente, essa é a minha palavra, essa é a minha colaboração, para que não tenhamos que parar o depoimento por interferência tanto dos advogados quanto do depoente pedindo auxílio aos seus advogados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta.

V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, com todo respeito ao Supremo Tribunal Federal, eu gostaria de entender – se aqui alguém puder me esclarecer – o porquê de o Supremo conceder **habeas corpus** para alguns que vêm a esta Comissão e para outros, não. Estou em busca de uma explicação plausível, convincente, para que eu possa construir aqui algumas conclusões. Pergunto à Mesa se ela tem informação de algum critério utilizado pelo Supremo para conceder para uns, e para outros, não. Se há alguma gradação de quem estava mais próximo de alguém, quem está mais longe. Como é que se dá isso, porque eu não consigo compreender um negócio desse?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Comunico a V. Exª que a Mesa cumpre a determinação da Justiça, do Supremo. Não temos nenhuma informação nesse sentido. Entendo que V. Exª poderá, inclusive – de forma pessoal ou por meio desta Presidência –, fazer uma consulta ao Supremo. Entendo que temos que cumprir o que determina o Supremo. Isso é o que estamos fazendo neste momento.

Também não teria dados suficientes para informar a V. Exª, até porque, na condição de engenheiro, não posso me alongar nessa questão.

V. Exª ainda tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Acato a sua sugestão. Vou, de fato, fazer isso, por meio da...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É bom, porque seria esclarecedor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ... Presidência desta Comissão, para que possamos elucidar, de uma vez por todas, esse fato.

No início, o Supremo começou a conceder os **habeas corpus**, e o critério era que ninguém é obrigado a se autoincriminar. Com base nisso, acho que o **habeas corpus** ou seria concedido a todos, ou a ninguém. Agora, conceder para uns e não conceder para outros, eu, aqui, reservo a possibilidade de existir algum critério que está sendo utilizado pelos magistrados, mas confesso que, até agora, não consegui alcançar esse critério, que faz com que uns sejam distinguidos com **habeas corpus** e outros, não.

Então, vou atravessar de fato o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na realidade, Senador, o critério cabe a cada Relator. Então, evidentemente, repito, a nossa posição é, com certeza, a que seria de V. Exª: acatarmos a determinação da Justiça.

Nenhum Senador. O Senador Alvaro Dias, não.

Estamos sem som. (Pausa.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Sr. Waldomiro da Silva Diniz.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente Efraim Morais, nobre Senador Garibaldi Alves, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sra. Senadores membros, senhoras e senhores jornalistas, ouvi atentamente, Sr. Presidente, a sua recomendação quando da minha chegada a esta Comissão.

Quero que tenha certeza de que eu, hoje, sou o maior interessado em esclarecer este episódio. Também quero dizer aos senhores que, em virtude do tempo decorrido e da expectativa que se criou até a minha vinda aqui, hoje, abro mão de fazer qualquer explanação e quero passar direto às indagações do Sr. Relator e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Garibaldi Alves Filho. Antes, porém, solicito a lista de inscrição para o Senador Pedro Simon.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Waldomiro Diniz, V. Sª acaba de dizer que tem hoje interesse em esclarecer o que aconteceu, e a minha pergunta inicial não poderia deixar de ser: depois dessa fita que foi passada, o que é que o senhor diz sobre o que aconteceu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Senador, o que acabamos de ver nessa fita é uma fração de uma conversa longa, em que é mostrado, obviamente, um

servidor público conversando com um contratado. Uma conversa constrangedora. Mas o que quero dizer ao senhor é que ali estava não negociando nenhum interesse próprio, e sim atendendo a um pedido de um amigo, que me convenceu a estar presente naquele momento para defender interesse dele.

E dizer mais: que esteve presente a esta Comissão o Sr. Carlos Ramos, que mentiu a esta Comissão sobre os seus verdadeiros propósitos, o que o levou a fazer essa gravação.

Hoje, poderemos aqui avançar um pouco mais e elucidar alguns fatos: por que é que essa fita foi feita? Por que é que não foi utilizada em sua defesa, já que eu estava ali a prejudicá-lo, a achacá-lo, contrariando o interesse de um contrato seu que já havia sido assinado?

Então, acho que esses são fatos que poderão ser elucidados hoje, aqui. Obviamente, preciso da compreensão do Sr. Presidente e do Sr. Relator. Decorrido o tempo, eu trouxe comigo alguns documentos que quero passar à mão do Sr. Relator e do Sr. Presidente, mas preciso, obviamente, consultá-los para reafirmar algumas datas depois do tempo, mas acho que terei condições de esclarecer para os senhores que o Sr. Carlos Ramos não estava ali sendo prejudicado, achacado por um assessor de Governo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª falou que estava presente naquele encontro atendendo a um apelo de um amigo.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem seria esse amigo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Armando Dile.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Armando Dile. E qual a motivação de Armando Dile para lhe pedir esse favor?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, contando com a sua paciência, preciso explicar.

Armando Dile foi meu assessor na Loterj, foi contratado como consultor de *marketing* da Loterj. E já me adianto: vou responder que tive conhecimento de um requerimento do eminente Senador, nobre Senador Geraldo Mesquita, sobre a contratação do Sr. Armando Dile pela Loterj.

O Sr. Armando Dile foi contratado pela empresa Giovanni, que era a empresa que fazia publicidade da Loterj. Havia um contrato. A empresa chama-se Pedroso & Boschi, o Sr. Armando Dile era consultor de *marketing* da Loterj, e, quando o Sr. Carlos Ramos ganha o contrato, assina o contrato, ele convidou, então, o Sr. Armando Dile para vir a ser o seu consultor. Mas o que ele não disse a esta Comissão – e omite este fato – é que ele não convidou o Sr. Armando Dile primeiramente para ser o seu consultor de trabalhos esporádicos, como ele disse no Rio de Janeiro. Não. Primeiramente, ele convida o Sr. Armando Dile para ser seu consultor no Rio Grande do Sul. Ele já tinha um contrato no Rio Grande do Sul. O Sr. Armando Dile era, talvez, uma das pessoas que mais conheciam de **marketing** e de jogos no Brasil. Por isso foi convidado para ser meu consultor na Loterj. O Sr. Armando Dile aceita ser seu consultor no Rio Grande do Sul, que não logrou efeito. Esse trabalho não foi feito – vou deixar com V. Exª, ao longo da minha explanação, esse contrato, que foi firmado no Rio Grande do Sul. E o Sr. Armando Dile estaria lá, então, prestando esse serviço ao Sr. Carlos Cachoeira.

Como não logrou êxito em trabalhar no Rio Grande do Sul, de imediato o Sr. Carlos Ramos o convida para vir ser seu consultor no Estado do Rio de Janeiro. Bom, o Armando me consulta. Eu disse: "Olha, Armando, se vai ser melhor para você"...

O contrato da Pedroso & Boschi, Sr. Senador Geraldo Mesquita – já lhe adianto o seu requerimento –, com a Loterj era da ordem de R$12 mil por mês, que era o Sr. Armando Dile e o Sr. Marcelo Boschi. Ambos são professores de *marketing*, são pessoas no Rio de Janeiro reconhecidas como profissionais de *marketing* e de reconhecida competência. Eu disse: "Olha, Armando, não tenho nada contra. Se é melhor para você, então, abro mão. O Marcelo continua me assessorando, e você, obviamente, siga o seu caminho. Não tem nenhum problema que você vá assessorar o Sr. Carlos Ramos".

Começa o Sr. Armando Dile a assessorar, então, o Sr. Carlos Ramos no contrato dele firmado com a Loterj. Qual foi a minha surpresa nas primeiras conversas? O contrato com o Sr. Carlos Ramos é assinado em 22 de fevereiro de 2002 com a Loterj, fruto da licitação que a empresa dele ganhou e que o Armando veio a assessorar.

Chega o Sr. Carlos Ramos para mim, um dia, e diz: "Olha, Waldomiro, estou sem condições de implantar o projeto para o qual fui contratado pela Loterj, porque a empresa, minha associada, chamada Boltd, da Argentina, está em situação difícil – a Argentina passava, V. Exªs sabem, por um momento difícil, a economia da Argentina –, e o meu parceiro de consórcio não consegue aportar os recursos necessários. Então, não tenho condições de fazer o projeto". Falei: "Bom, não posso fazer nada. Você tem que cumprir o seu contrato".

A partir daquela data, reiteradas vezes, me procura o empresário de jogos Carlos Ramos me propondo o seguinte: "Waldomiro, tem aí uma alternativa, uma saída que quero discutir com você. Já que eu não pos-

so cumprir o meu contrato, que é a loteria de prognóstico... E me permitam, Sr. Presidente, Sr. Relator, dar uma explicação – obviamente posso ser redundante para alguns, mas, para quem não sabe, é o seguinte: o contrato que o Sr. Carlos Ramos veio a ganhar nessa licitação da Loterj era pura e simplesmente para que ele fizesse, regionalmente, uma loteria nos moldes do que tem a Caixa Econômica hoje. Uma loteria *on line*, *real time,* que seria implantada dentro das casas lotéricas para fazer um jogo regional, similar ao da Caixa Econômica. Ou seja, nós seríamos um concorrente – obviamente, não tínhamos a pretensão – da Caixa Econômica, operando dentro das casas lotéricas do Rio de Janeiro com dois, no máximo três terminais em cada casa lotérica.

Eis que me chega o Sr. Carlos Ramos e diz o seguinte: "Olha, Waldomiro, não tenho condições, não tenho recursos e quero lhe fazer uma proposta: o meu interesse mesmo é pela videoloteria. Eu quero implantar, no Rio de Janeiro, as videoloterias".

Tenho aqui, em mão, Sr. Relator – e vou lhe entregar – essa licitação. O senhor tem conhecimento – já deve ter conhecimento – de que esse edital, que logrou êxito na empresa ou no consórcio formado pelo Sr. Carlos Cachoeira, não foi redigido na minha administração, devo registrar. Ele foi embargado pela Justiça na gestão anterior à minha, e eu recebi uma recomendação da Justiça, para que, novamente, levasse aquela licitação adiante.

O Sr. Carlos Cachoeira, com essa proposta, queria o quê? Desvirtuar o contrato que havia ganho junto à Loterj. Por quê? Nesse edital, havia o que chamamos comumente – desculpem-me a expressão – de "um jabuti em cima de uma árvore". Alguém colocou lá. Dizia que, ao longo do contrato, o contratado poderia apresentar à Loterj novas modalidades de jogos, e que essa nova modalidade poderia ser aprovada com a anuência da Loterj. Eu achei aquilo estranho e disse: "Olha, Sr. Carlos, eu posso discutir isso com você, faz parte do contrato, desde que você cumpra o contrato original". O que era o contrato original? Seiscentos terminais no primeiro ano e mil terminais no segundo ano. Nas casas lotéricas, isso daria uma média de dois terminais, no máximo, em cada casa lotérica, e faríamos lá esse jogo regional *on-line*, *real time*.

Bom, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, a partir desse dia, eu não tive mais nenhum momento de sossego com esse senhor em relação a esse assunto. Conversamos uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes. Eu disse: "Carlos, não tem condições. Eu sou escravo do contrato, eu não posso autorizá-lo. Posso, sim, cumprindo o contrato; em seguida, podemos discutir que você faça". Ele disse: "Olha, Waldomiro, isso não dá lucro, isso não vai me dar lucro. Eu só vou gastar dinheiro com isso e não vou ter retorno nenhum. Eu quero as videoloterias. Nada mais me interessa".

Quero adiantar aos senhores que, nesta Comissão, o meu detrator, o Sr. Carlos Ramos, mente, mente e mente, dizendo que, várias vezes, reiteradas vezes, eu o procurei para achacá-lo, quando a história era o contrário. Disse: "Me autorize a fazer as videoloterias que você será meu sócio", qualquer coisa que eu quisesse, qualquer coisa que eu precisasse.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A tentativa foi dele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Várias vezes, Sr. Senador. Várias vezes, Sr. Senador.

Quando esta Comissão, Sr. Relator, Sr. Presidente – se me alongo, por favor, podem me interromper; preciso dar essa explicação, que é necessária.

O SR. RELATOR (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fique à vontade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Relator, peço a palavra pela ordem.

Não quero constranger o depoente, nem cercear o direito dele de dizer o que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaríamos ao depoente que fosse objetivo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, não só objetivo, mas que respondesse à pergunta feita. V. Exª perguntou qual a razão de ele ter feito uma proposta indecorosa a um cidadão, que era seu interlocutor, numa gravação que acabamos de ouvir. Ele circundou, circundou e não respondeu.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E que a fita mente! O Sr. Carlos Cachoeira pode mentir, e a fita, está mentindo?

Seja objetivo.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eminentes Senadores,...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A conversa houve ou não? É isso o que precisa ser esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Lembro aos Srs. Senadores que a palavra está com o Relator.

Solicito ao Sr. Waldomiro que seja objetivo e preciso em suas respostas.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Eminentes Srs. Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Juvêncio da Fonseca e Romeu Tuma, peço desculpas a V. Exªs se me alongo e peço permissão ao

Sr. Relator para completar o raciocínio, que procurarei objetivar, mas que é necessário.

Antecipo a indagação de V. Exª. Essa fita é verdadeira, essa conversa houve. O que quero explicar aos senhores é o por que dessa conversa e como se chegou a ela. Só isso.

O Sr. Carlos Ramos – está aqui, Sr. Relator, deixo nas suas mãos: § 10º — "A contratada poderá, durante a vigência do contrato, apresentar à Loterj novas modalidades de jogos lotéricos com utilização de tecnologia de captação de apostas *on line* e *real time*, cabendo à Loterj analisar, aprovar ou não a sua implantação, baixando, quando for o caso, a respectiva regulamentação.

O que o Sr. Carlos Ramos queria era só o § 10º. Absolutamente. Começou, então, a induzir o Sr. Armando a ser o sócio, o parceiro, ou seja, alguma coisa que lhe franqueasse. Ou seja, reiteradas vezes, não pagou o salário do Sr. Armando. É fato, porque ele não consegue apresentar a esta CPI os recibos de pagamento do Sr. Armando, a quem não pagava – e, quando pagava, pagava com atraso. O Sr. Armando me procurou várias vezes para reclamar. Eu disse: "Armando, isso é um problema seu e do seu contratante. Eu não tenho nada com isso".

Eis que o Armando, em conversa com ele, pediu uma participação. Ele disse: "Concordo. Traga o Waldomiro aqui e o convença a me pedir". Ele disse aos senhores aqui, nesta Comissão: "Olha, tentei fazer uma gravação uma semana antes".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Waldomiro, não interessa o que foi dito pelo Sr. Cachoeira nesta Comissão. V. Sª se limite a responder a pergunta feita pelo Relator. Não me interessa o que foi dito. V. Sª não tem que comentar o que foi dito. Essa análise caberá a esta Comissão.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Peço desculpas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª não precisa pedir desculpas, o que V. Sª precisa é responder as perguntas do Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acho que está havendo aqui uma certa estranheza porque o senhor falou do seu relacionamento com o Sr. Carlos Ramos. Diz que o Sr. Carlos Ramos queria obrigá-lo a cumprir um contrato que V. Sª considerava leonino para a Loterj, mas, ao mesmo tempo, na fita, aparece V. Sª pedindo propina ao Sr. Carlos Ramos, pedindo contribuição para a campanha política. Quer dizer, V. Sª nos deixou mais confusos ainda, de certa maneira. Como é que V. Sª se mostrava tão indignado com o Sr. Carlos Ramos e, ao mesmo tempo, ia atrás dele para pedir propina?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, não fui atrás do Sr. Carlos Ramos lhe pedir propina. Esclareço a V. Exª objetivamente: aquela conversa foi marcada no escritório dele, no Edifício Rio Sul, escritório que ele estava implantando para ser a sede do seu negócio no Rio de Janeiro. Aquela conversa tinha um roteiro previamente acertado, já tinha havido uma conversa com o Armando. O Armando me procurou e me disse o seguinte: "O Carlos quer fazer uma contribuição para as campanhas". Quem lê a revista vai ver que ele diz o seguinte: "Política". E automaticamente ele diz: "Não posso contribuir com muito". Automaticamente.

Devo dizer aos senhores que, primeiro, não me foi delegado nem pela então candidata Srª Rosinha Garotinho, nem pela Governadora Benedita da Silva arrecadar recursos para a sua campanha. Devo registrar isso para o bem da verdade. Não me foi delegado, não me foi repassado nenhum centavo, nenhum centavo, pelo Sr. Carlos Ramos – nenhum centavo, é bom que se frise isso –, para as duas candidatas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu pergunto ao senhor. Apesar de haver aqui uma solicitação dos Srs. Senadores, inclusive do próprio Presidente, para que V. Sª seja objetivo, também estranhei essa conversa longa. O senhor disse que não se entendia mais com o Carlos Cachoeira. Aí, de repente, nos diz também que teve uma conversa: "Olhe, tive uma conversa longa com ele".

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor disse.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não disse ao senhor que não me entendia. Não disse. Disse que ele estava querendo mudar o objeto do contrato dele. Sobre esse aspecto, não havia entendimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor continuou-se dando bem com ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Conversando, tendo uma relação entre o Presidente da empresa e o empresário contratado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de perguntar ao senhor em que ano o senhor se filiou ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Objetivamente, nunca fui filiado ao Partido dos Trabalhadores, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca foi?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca fui filiado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual a experiência acadêmica de V. Sª?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Superior incompleto em Administração.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor esteve presente, aqui em Brasília, assessorando a CPI de PC Farias?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem o indicou para aquela assessoria?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nesse período, eu estava afastado das minhas funções da Caixa Econômica Federal, na qual eu trabalhei 16 anos de minha vida. Fui funcionário da Caixa Econômica, concursado, fui demitido pelo então Presidente Fernando Collor, por uma greve feita em São Paulo. Nesse período, eu estava afastado e fomos convidados, eu e um grupo de amigos bancários que estávamos em Brasília brigando pela nossa reintegração, para compor uma assessoria à Bancada do PT.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor possui, no seu currículo, várias nomeações para cargos públicos. A quem o senhor atribui essa força política que o senhor tem?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, sem nenhum... a única atribuição que tenho talvez seja pelo bom desempenho das funções que já ocupei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem padrinho político?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nenhum padrinho político.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer, V. Sª há pouco nos falava de um jabuti, não é verdade? Aquele jabuti é uma coisa que se coloca na árvore.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, usei essa expressão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Geralmente, quem tem padrinho consegue ser colocado na árvore e, de repente, se pergunta: "E por que aquele jabuti está ali?" Porque alguém o colocou.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, não querendo lhe faltar com o respeito...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, eu também não estou querendo, nesse aspecto, claro, insultar V. Sª. Porque, por mais competente que se seja, se apresente um currículo, sempre há... é muito difícil não... é, sei. V. Sª tem curso superior incompleto. Sempre se tem um apadrinhamento político. V. Sª nunca teve?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Fui funcionário da Caixa Econômica Federal. Devo fazer este relato breve a V. Sª, que tão logo fui reintegrado, o então Presidente da Caixa Econômica Federal, Danilo de Castro, primeiro Presidente do Governo Itamar, me convidou para ser o seu assessor. Diretamente, o Presidente fez o convite no gabinete dele. Fui assessor da Presidência da Caixa Econômica.

Depois disso, fui convidado pelo então Governador Cristovam Buarque para ser o seu assessor parlamentar. Depois disso, não tendo logrado êxito na reeleição, fui convidado pelo então Governador Anthony Garotinho para ser o chefe do seu escritório de representação.

Se o senhor me perguntar se pediram referências a meu respeito, com certeza, com certeza. O então Governador Anthony Garotinho pediu referências a meu respeito ao então Governador Cristovam Buarque, que teceu referências a meu respeito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A sua nomeação para a Loterj o senhor deve a quem?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Devo, única e exclusivamente, ao então Governador Anthony Garotinho, que já era o meu superior. Eu já era funcionário do Governo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas havia uma dissidência, desculpe, havia uma divergência entre Anthony Garotinho, como Governador do Rio, e o PT nacional.

V. Sª era, ao mesmo tempo, ligado ao PT e ligado ao Governador Garotinho? Era o elo, então, dessa ligação?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, acabei de responder. Eu não era filiado. Eu não tinha...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas não precisa ser filiado. Para se ter uma determinada militância política, às vezes não precisa ser filiado, não.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Primeiro, que não havia impedimento. Primeiro, que não havia nenhum impedimento, nenhum óbice. Segundo, que foi um critério único, exclusivo, do então Governador Anthony Garotinho pelo desempenho das minhas funções junto ao seu escritório em Brasília.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor nega que era esse elo de ligação entre o PT Nacional e o Sr. Anthony Garotinho?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente, nunca me foi delegada nenhuma função nesse sentido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator, eu poderia acrescentar uma pergunta no sentido de contribuir?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Indago do Sr. Waldomiro Diniz se, em algum momento, ele foi convocado pelo PT para alguma missão e se o PT pagou alguma despesa, exatamente em função de uma eventual missão realizada.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, respondendo objetivamente a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu peço que o senhor responda à pergunta e, depois, pediria aos Srs. Senadores para que pudéssemos concluir com o Relator. Mas responda a pergunta que foi feita.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Que me lembre, não. Não que me lembre. Se eu tiver uma pergunta: "Olha, essa missão foi paga ou alguma coisa?" Não, que me lembre, nenhuma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não foi a São Paulo em missão?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só para concluir, Sr. Presidente. Acho importante esse esclarecimento.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A São Paulo, pago pelo PT?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Pelo Partido dos Trabalhadores?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, não que me lembre, Sr. Senador. Desculpe, mas não que me lembre de alguma missão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª aguardará a sua...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero apenas, Sr. Presidente, dizer que ele não está dizendo a verdade.

Há um documento que comprova o pagamento de despesas. Esse pagamento refere-se, a pedido do Sr. Delúbio Soares e do Presidente José Genoíno, a uma autorização para pagamento de uma viagem a São Paulo em dezembro de 2002.

Esse pagamento mostra que, no âmbito do PT, o senhor era muito bem conhecido e tinha um relacionamento com a cúpula dirigente, fazendo serviços para a cúpula do Partido. O pagamento consta da prestação de contas do PT relativa ao ano de 2003 e indica que a despesa de sua viagem está relacionada aos interesses da Presidência do Partido. Isso consta do documento: a viagem estava relacionada aos interesses da Presidência do Partido.

Portanto, o depoente não está dizendo a verdade. É exatamente por essa razão que vem protegido por **habeas corpus**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Está registrado.

O senhor confirma essa viagem? Se lembrou?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Me permite responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É claro, estou perguntando.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador Alvaro Dias, com certeza, se refere ao período de transição do Governo. No período de transição do Governo eu não era mais funcionário da Loterj, já tinha pedido afastamento, estava à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A pergunta não foi se o senhor prestou serviço ao PT, não foi se era da Loterj ou se estava prestando ao PT.

A pergunta do Senador Alvaro foi bem clara ao senhor. O senhor disse que não tinha serviço prestado. Peço ao Senador Alvaro que encaminhe essa documentação à CPI.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Encaminharei cópia.

A data da emissão não é período de transição, não. É o período do Governo, 2003.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aqui foi dito, Sr. Waldomiro Diniz, que o senhor prestava assessoria a outros Governos estaduais que não só o do Rio de Janeiro, com relação aos jogos, à exploração de loterias.

O senhor poderia nos esclarecer, sobre isso, alguma coisa?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com certeza, Senador Garibaldi. Tenho o maior interesse em esclarecer essa sua indagação.

Foi dito, nesta Comissão, recentemente, que eu estive, por algumas vezes, se não me engano no ano

de 2001, 2002, no Estado do Espírito Santo, me reunindo com empresários de jogos para tratar de legislação de bingos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só no Espírito Santo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estou respondendo.

Devo asseverar a V. Exª, primeiro, que jamais estive no Estado do Espírito Santo discutindo legislação de bingos. Jamais. Estive no Estado do Espírito Santo apenas uma única vez, no ano de 2003, no Palácio do Governo, num evento com o então Governador Paulo Hartung.

Estive em São Paulo e no Rio Grande do Sul em dois eventos relativos a bingos. Só.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só no Espírito Santo? O senhor só esteve no Espírito Santo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Eu nunca estive no Espírito Santo discutindo legislação de bingo. E quero acrescentar mais, Sr. Relator. Quando o procurador vem a esta Comissão e diz que a legislação escrita por Waldomiro...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, é porque o decreto do Estado do Espírito Santo, segundo o Ministério Público, é exatamente igual ao decreto do Rio de Janeiro no que toca à legalização do jogo de bingos, sem tirar nem por uma vírgula.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Passo às mãos de V. Exª os decretos dos bingos.

O Decreto da Loterj, 25.723, 16 de novembro de 1999, assinado pelo então Governador Anthony Garotinho. Eu assumi a Presidência da Loterj em fevereiro de 2001, então, não poderia ser eu o mentor intelectual de uma coisa que já estava pronta.

Fiz uma única alteração nesse decreto que também passo às mãos do Sr. Presidente, corrigindo distorções que poderiam, no futuro, gerar problemas para a loteria. Está aqui e terei oportunidade de explicar depois.

Tenho em mãos uma ação civil pública, movida por dois eminentes Procuradores do Estado do Espírito Santo, falando de legislação, e, ao que me consta, a legislação – não quero aqui desacreditar a palavra do Procurador – do Espírito Santo, no tocante a bingo, fala do ano de 2000.

Então, não estou colocando em dúvida a palavra, mas quero dizer, asseverar, que jamais fui ao Espírito Santo tratar desse assunto e que a legislação do Rio de Janeiro já estava pronta quando lá cheguei.

E mais, Sr. Senador, estive no Espírito Santo no dia 27 de fevereiro de 2003. Jamais poderia ter-me reunido com a cúpula do bicho ou com o Sr. José Carlos Gratz, como aqui foi dito, pois nessa data o Sr. José Carlos Gratz estava preso.

Se não for me alongar mais, durante a minha gestão todo cuidado tive com a legislação de bingos. Inclusive, no dia 30 de maio de 2002, em uma portaria de minha autoria, suspendi a abertura de novas casas de bingo no Estado do Rio de Janeiro, por conta da proliferação e descontrole que poderia haver dali em diante.

A minha preocupação era, em uma frase: "Nós não queremos que aconteça aqui o que vem ocorrendo em outros Estados. São Paulo, por exemplo, tem mais de 300 bingos sem controle, afirma Waldomiro".

Essa é uma portaria minha, de minha autoria, para controlar a situação dos bingos do Estado do Rio de Janeiro. Deixo nas mãos de V. Sª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto a V. Sª...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Relator, o senhor me permite, porque o tema está dentro do meu Estado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu fui ao gabinete assinar um documento, estava ouvindo e até havia preparado algumas perguntas nesse sentido, mas dentro do que o Relator perguntou, e para não perdermos tempo, Sr. Waldomiro...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, vamos ser, para que não tire o raciocínio do Relator...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, não. É dentro do tema do Espírito Santo, porque estava dentro ainda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas Espírito Santo tem muito assunto. Só sobre esse assunto.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador, o senhor me concede, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Relator com a palavra. Foi ele que me fez um apelo, no início, para que eu, no dia de hoje, fizesse a condução por meio do seu roteiro. Por isso estou interferindo, graças à solicitação do Relator. Cabe ao Relator conceder ou não, para que fique bem claro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu pedi e pedir não ofende. O senhor me concede?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Com um pedido tão delicado. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou ser obrigado a deferir todos os pedidos que forem, agora, solicitados.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Os detalhes eu farei, mas eu gostaria de acrescentar, Sr. Waldomiro, que o Sr. Ronaldo Albo... Sr. Presidente, só para ficar claro, eu só quero cooperar, dentro do tema que está posto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra e solicito, Senador Magno, que vá direto ao assunto. Sei que V. Exª está aqui para cooperar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Fico entristecido porque parece que lhe criei um problema.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª é autor dessa CPI. Então, V. Exª não estaria nunca aqui para não colaborar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas me constrange, porque parece que lhe criei um problema, um transtorno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Exª tem a palavra, Senador. Vamos ganhar tempo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Dr. Ronaldo Albo, se o senhor não conhece, é um desses homens a quem o Espírito Santo deve um busto em praça pública, porque foi um dos grandes combatentes do crime organizado no Espírito Santo, que fez esse enfrentamento todo, juntamente com todos nós, durante 12 anos, combatendo exatamente a jogatina, que nos fez mal durante tantos anos. E o Dr. Ronaldo Albo, em quem confiamos e que detém informações as mais preciosas, nesta Comissão, disse que a Loteris, do Estado do Espírito Santo, foi criada em moldes incompreensíveis para a sociedade, mas compreensíveis para quem ia tirar proveito, e o senhor assessorou. E o que me leva a crer nisso? Primeiro, acredito no Dr. Ronaldo; em seguida, naquele mesmo ano, quer dizer, no ano em que aconteceram todos os problemas envolvendo o senhor, o Governo mandou uma mensagem ao Congresso Nacional de que ia legalizar o jogo. É sabido que o senhor, como conhecedor dessa área, ajudou a construir esses textos – inclusive, há um texto, na construção da questão de legalização dos bingos com os times de futebol e tal, que faz uma citação valiosa e preciosa da sua participação, ajudando.

O senhor, verdadeiramente, esteve no Espírito Santo? Precisamos de uma afirmação contundente, de sim ou não, e com quem o senhor esteve lá, até porque a contravenção no Espírito Santo não era uma coisa pequena.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nobre Senador Magno Malta, reafirmo: não é não. Não tenho condição de estar perante esta Comissão mentindo para os senhores, até porque isso me prejudicaria e muito. Jamais estive no Espírito Santo. Acrescento mais, nobre Senador: jamais recebi, no gabinete da Loterj, sequer um telefonema de alguém do Espírito Santo. Não é não. Afirmei e dei a data: estive no Palácio do Governo no dia 23 de fevereiro, em um evento do Governador Paulo Hartung. Jamais.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Que evento era esse?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Era um evento de segurança pública.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até porque a CPI dos Bingos é muito forte, como a CPMI dos Correios, para carimbar as pessoas. E quando citamos o nome de alguém numa CPI como esta, se as pessoas não têm claro o que foram fazer ou o que aconteceu, ficam achando que a pessoa convidou para qualquer tipo de outra atividade. Como o senhor cita o nome do Governador Paulo Hartung, o senhor se lembra da atividade? Que foi fazer lá? Foi um evento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Um evento referente a segurança pública, no Palácio do Governo, com vários Parlamentares, obviamente...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Secretário de Segurança...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Secretário de Segurança, várias pessoas. A data está aqui para ser conferida – trouxe, coloquei aqui a data. Estive por algumas horas, devo ter desembarcado...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor conhece o Secretário de Segurança?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Conheço só de vista, não me lembro o nome dele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Dr. Rodney Miranda.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Estava no evento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não me lembro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas era um evento de segurança pública, ele deve ter-se pronunciado.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, estou afirmando que lá estive nessa data. Era um evento. Isso é muito fácil ser checado.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor não tem nada a ver com o texto que deu origem à criação da Loterj, porque é o mesmo texto que deu origem às outras loterias, dos outros Estados.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente, Sr. Senador, até porque esse texto, que aqui acabei de entregar, eu tirei do *site* da Loterj. Qualquer pessoa que queira acessar vai lá e pega o texto.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, ele estava pronto quando o senhor chegou à Loterj?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Já estava pronto, lá.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao depoente: V. Sª, então, só é ligado, politicamente, ao Governador Garotinho?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, não sou ligado ao Governador. Fui funcionário, ocupei duas funções de confiança no Governo do Estado do Rio de Janeiro, por convite do Governador Garotinho, e desempenhei minhas funções, obviamente, dentro das minhas condições.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E no PT, V. Sª é ligado a quem? Porque para estar instalado no 4º andar do Palácio do Planalto, para exercer um cargo de subchefe de relações parlamentares, esse não é um cargo exatamente técnico.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, respondo com tranqüilidade. Exerci, ocupei a função de assessor parlamentar, de um dos assessores parlamentares da Presidência da Caixa Econômica Federal; ocupei, durante todo o Governo Cristovam, a função de assessor parlamentar – acho que já me credenciavam essas duas função, já tinha credenciais para ocupar tal função. O convite foi feito. O convite que me foi feito para ocupar a função de subchefe da Assessoria Parlamentar foi do então Secretário Executivo da Casa Civil, Swedenberger Barbosa, que me convidou para compor a equipe que tinha trabalhado comigo no Governo Cristovam.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor não tinha nenhuma ligação, nem mesmo funcional, com o ex-Ministro José Dirceu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É a primeira pergunta que V. Exª me faz a respeito disso. V. Exª está citando o Ministro José Dirceu e eu respondo objetivamente. Trabalhei durante a CPI do caso PC com o Ministro Dirceu. Trabalhei com o Ministro José Dirceu, não nego isso, é do conhecimento público, e fui seu subordinado na Casa Civil. Fui subordinado diretamente ao Ministro. V. Exª está me fazendo a pergunta e eu estou respondendo com todo o respeito. Desculpe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, posso trazer uma pergunta que pode aclarar mais ainda a questão?

Quanto tempo o senhor morou com o Sr. José Dirceu no apartamento funcional dele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Aproximadamente um ano e alguns meses.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Angelo Beghini?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Conheço. Era o gerente do Consórcio Combralog, no Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era o relacionamento do senhor com ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O relacionamento do gerente do consórcio e o Presidente da Loteria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Apenas isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Apenas isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com a CPI da Loterj, V. Sª e Carlos Cachoeira conversaram 248 vezes por telefone, de fevereiro de 2001 a março de 2004, sendo que cerca de 100 foram após 1º de janeiro de 2003, o que mostra que, durante esse período pelo menos, a relação entre ambos era bastante estreita.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Posso responder?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Essa informação já foi desmentida, ela não se confirma. Acho que talvez fosse correto, eu sugeriria a V. Exª que pedisse que essas informações fossem comprovadas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque acho difícil elas poderem ser desmentidas, porque elas constam dos documentos que foram recebidos pela CPI. Se elas foram retificadas, como elas poderiam...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª diz que não existem esses telefonemas? Esses contatos não existem? Que é mentira da Anatel ou coisa dessa tipo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, se o senhor está respondendo... o senhor está dizendo que não é verdadeiro o que afirma o Relator, as informações dele estão totalmente erradas, o senhor

é quem está com a verdade, não teve esses contatos com o Sr. Cachoeira.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A afirmação é sim ou não, o senhor tem que dizer se é ou não é.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se o senhor quiser mentir, o **habeas corpus** lhe garante.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, não estou dizendo que as informação não sejam verdadeiras, até porque eu as desconheço. O que estou dizendo é que elas foram, já foram desmentidas, em um determinado momento, pela imprensa. O que li na imprensa, no jornal **O Globo**, é que elas foram desmentidas por quem as noticiou. Obviamente, se a CPMI tem os documentos, é só mandar para esta CPI para se comprovar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Os documentos já se encontram aqui.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Então, pode ser comprovado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB –RN) – Qual era o relacionamento...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor mentiu. Então, o senhor mentiu. O senhor mentiu.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, eu desconheço a informação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor mande para CPI, não. Os documentos, a afirmação que está sendo feita pelo Sr. Relator é baseada em documentos que foram entregues pela Anatel à CPI, com a quebra de sigilo telefônico de V. Sª. Então, o senhor mentiu. É bom que se deixe claro, não duvide da palavra do Relator. Ele disse e o senhor não tem nada a ver de imprensa desmentiu não. A imprensa faz o seu trabalho, a CPI está fazendo... O que está sendo afirmado é baseado em um documento oficial da Anatel, que se encontra à disposição dos Srs. Senadores nesta CPI.

O senhor pode mentir, o **habeas corpus** lhe garante. Agora, o senhor tem que saber que não tem aqui idiotas, não. Nós estamos aqui para deixar bem claro à sociedade brasileira que o senhor está mentindo. E, claro, daí enviaremos ao Ministério Público e espero que conclua o inquérito de V. Sª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, temo que, daqui a pouco, o Sr. Waldomiro "Dirceu" revele ao País e para todos aqui que quem aparece...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, Waldomiro Diniz. Eu queria deixar claro a V. Exª que eu gostaria que, ao se dirigir ao Sr. Waldomiro, Waldomiro Diniz.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Daqui a pouco, ele vai revelar ao País que quem aparece ali é um sósia dele, do jeito que estão as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB –RN) – Sr. Waldomiro Diniz, o Sr. Carlos Cachoeira denominou V. Sª como "achacador" e "chantagista". Afirmou, ainda, que procedeu com aquela gravação como forma de se prevenir contra V. Sª, que se apresentava como alguém muito poderoso. O que o senhor diz desse desdobramento? Afinal, o que existe entre o senhor e o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, primeiro, não quis lhe faltar com respeito quando da pergunta dos telefonemas. Eu desconheço essas informações e se lhe faltei com o respeito, peço desculpas. Não é essa a minha intenção perante a CPI.

Em relação ao Sr. Carlos Cachoeira, não me cabe fazer nenhum juízo de valor, nenhuma resposta a respeito do que foi dito a meu respeito na CPI. O que eu acho é que ele tem propósitos comerciais que foram contrariados e que me tornei fiel depositário do seu ódio, não aceitando as suas propostas e fazendo com que não lograsse êxito nos seus intentos no Rio de Janeiro.

Já que esta CPI está aqui para apurar se há lavagem de dinheiro através de jogos, ou seja, o Sr. Carlos Cachoeira tinha intento de colocar no Rio de Janeiro 20 mil máquinas de vídeo-loteria. Eu não permiti. Eu não permiti, então, obviamente, há que se apurar a verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas se ele tivesse dado dinheiro a V. Sª? O senhor disse que ele não deu dinheiro, mas V. Sª pediu dinheiro. E se ele tivesse dado dinheiro?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas é o óbvio isso aí.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, não é o óbvio, desculpe. Eu não estava ali, não está claro que estou ali negociando com ele: "Olhe, está aqui, você bota as suas máquinas e me dá o dinheiro". Ele iria colocar, iria pagar o salário do Armando com 1%.

Sabe o que se discutia ali, Senador? Vou fazer a conta para o senhor. Primeiro ano: 600 máquinas de terminais *on line real time*. Segundo ano: mil máquinas. Mil máquinas faturando em média R$2 mil, 2

milhões; 1% de 2 milhões, R$20 mil, que era o salário do Sr. Armando Dile. Era isso que estava se discutindo. Ele não estava pagando o salário do funcionário. A discussão era essa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, quer dizer, então, que o senhor queria colaborar para que ele pagasse?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O salário do servidor dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Permitindo que ele instalasse?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. O contrato dele. Executasse o contrato. Executasse o contrato dele, mais nada. O contrato não era irregular. Desculpe, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que o senhor pediu 1% se estava discutindo um contrato apenas? O contrato era regular. (Pausa.) Não, o depoente estava dizendo que era regular. Por que aquele pedido final?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Para que ele pudesse, com aquela quantia, pagar. Ou seja, a partir daquela data, o assessor dele faria jus ao salário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E os R$300 mil – que apertaram a mão na fita –, eram para quem? Se 1% era para o Sr. Helinho, e os outros, esses R$300 mil, no aperto de mão, eram para quem? Está na fita. Eu não estou fugindo do que está na fita.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O senhor está falando da ajuda de campanha, que não houve.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB). – O senhor pediu ajuda de campanha, então?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele ofereceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o senhor pediu.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele disse: "Não posso ajudar com muito".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pediu. Está claro. Vou mandar passar a fita de novo. Se o senhor estiver em dúvida, a gente revê a fita. O senhor pediu 500, não pediu nem 300. Trezentos foi a que ele chegou. A fita foi clara, todos aqui a viram.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro. Eu também a vi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor pediu. Era ajuda de campanha para quem?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Era para quem o senhor citou na fita? A pergunta era essa. Não queremos fugir da fita.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor confirma que pediu dinheiro para a campanha das pessoas que foram citadas na fita? Perfeito?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor confirma o que está na fita?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele estava oferecendo. Ele já tinha oferecido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quinhentos. O senhor fechou em 300, e confirma que foi para as pessoas que o senhor citou. Era essa a ajuda de campanha ou era para o bolso do senhor?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou perguntando se era...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não era para o meu bolso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, era para a campanha?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não era para a campanha, porque...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor estava, em nome de quem, pedindo dinheiro para a campanha?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não estava em nome de ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do senhor mesmo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não estava pedindo em nome de ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse, na fita, há pouco.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, ele ofereceu. Ele me chamou naquela conversa para discutir isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que ele ofereceu para o senhor? O senhor era o coordenador da campanha?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor. Não tinha delegação absolutamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Coordenador financeiro? Não?

Para encerrar esse episódio de Carlos Cachoeira, quero pergunta-lhe o seguinte: se houvesse uma acareação entre o senhor e o Sr. Carlos Cachoeira, o senhor a aceitaria?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, com toda a certeza, e na hora em que esta Comissão entender.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele prestou um depoimento aqui e enveredou

por uma linha, no depoimento dele, inteiramente diferente da do de V. Sª.

A Presidência receberá um requerimento nosso...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª propõe uma acareação? (Pausa.)

Esta Presidência coloca em discussão o requerimento de solicitação de uma acareação entre o Sr. Waldomiro Diniz e o Sr. Carlos Cachoeira.

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprova, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada a acareação.

Fica a critério desta CPI a convocação do Sr Waldomiro Diniz e do Sr. Carlos Augusto Cachoeira.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Com ou sem **habeas corpus**?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Waldomiro, o senhor vem sem **habeas corpus**?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Se vier com **habeas corpus** é melhor não fazer a acareação, porque a mentira está evidente.

O SR WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, o **habeas corpus** já me foi concedido. Eu não posso rasgá-lo, nem denegá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pode desistir.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ele pode mentir à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É só o senhor revogá-lo, não há problema.

O SR WALDOMIRO DINIZ – O **habeas corpus** já me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª não tem coragem de vir a esta CPI, para o Brasil inteiro ouvi-lo, para uma acareação com o Sr Carlos Augusto Cachoeira sem **habeas corpus**? Diga sim ou não. Porque, se o senhor disser que "depende da Justiça", a Justiça vai decidir.

O SR WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor peça aos Srs. advogados que solicitem ao Supremo Tribunal Federal que revogue o seu **habeas corpus** para o senhor vir aqui, cara a cara, com o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR WALDOMIRO DINIZ – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se o senhor disser que não, eu vou para frente.

O SR WALDOMIRO DINIZ – Se o senhor me permitir, eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois, não.

O SR WALDOMIRO DINIZ – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode sim.

O SR WALDOMIRO DINIZ – Sr Presidente, o **habeas corpus** foi uma decisão dos meus advogados, que eu acatei. Eu não tenho nenhum problema em vir a esta Comissão, ou em qualquer instância, discutir com o Sr Carlos Cachoeira. Nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sem **habeas corpus**?

O SR WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero saber, quero que o senhor diga, porque a própria Justiça vai receber essa fita, para a própria Justiça entender que concedeu um **habeas corpus** que o senhor dispensa. É só isso o que estamos querendo do senhor, mais nada. O senhor mentiu, aqui, por duas vezes. Comprovado. Então, se V. Sª não estivesse com um **habeas corpus** saberia qual o seu destino, se tivesse mentido, aqui nesta CPI. Então, preciso que V. Sª olhe para mim, e diga: aceito vir para a acareação, sem **habeas corpus**. V. Sª aceita?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, aceito vir a esta Comissão...

O SR.PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sem **habeas corpus**?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, o senhor vai me permitir responder?

O SR.PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor está jogando tudo.

V. Sª, com a palavra, diz que aceita. Caberá à Justiça entender se deve vir. V. Sª já está convocado por meio de requerimento, cabendo a esta Comissão decidir em que data.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o relacionamento que o senhor mantinha, ou mantém, com a Srª Karina Firme, proprietária da empresa Herbara?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Karina Firme foi sucessora de Carlos Firme, quando do seu falecimento, que se deu, creio que no final do ano de...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É filha?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É filha do ex-proprietário da Herbara. Karina não morava no Brasil, estudava fora. Quando Carlos veio a falecer, Karina assumiu a direção da empresa. Mantive alguns, alguns, contatos com ela, por dever de ofício. Encontrei-me com ela duas ou três vezes já aqui em Brasília também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que V. Sª tem a dizer sobre as licitações que a empresa Herbara ganhou durante sua gestão na Loterj?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi uma licitação. A Herbara já era detentora desse contrato, que vinha desde o ano de 1977 a 2002. Ele simplesmente foi relicitado, por estar vencido, e a Herbara se logrou vencedor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve alguma fraude, alguma ilicitude?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente não, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor e Carlos Cachoeira, referiam-se a essa licitação como um "negócio da Herbara". Assim, em um tom pejorativo.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, essa frase se deve única e exclusivamente porque a Herbara já era detentora do contrato. Creio eu. A frase é na boca dele. Não posso fazer juízo de valor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esta CPI teve a informação de que essa senhora, proprietária da Herbara, esteve com V. Sª no Palácio do Planalto. Do que trataram?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É fato. Ela esteve comigo no Palácio do Planalto. Veio fazer-me uma visita de cortesia. Estava em Brasília, tratando de seus interesses, e veio me fazer uma visita de cortesia, como amiga.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Naquela fita, o senhor já falava com o Sr. Carlos Cachoeira sobre o contrato da GTech?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não trataram do contrato da GTech?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Naquela fita?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, na fita?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor disse que a conversa foi longa...

E, em um determinado momento, o senhor baixou a voz, na gravação. O senhor se lembra disso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, essa conversa aconteceu no ano de 2002. Se o senhor me perguntar detalhes dela, com certeza, eu não vou ter condições de asseverar-lhe em que tom estava a minha voz, em que determinado momento falei mais alto ou mais baixo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a outra conversa, no aeroporto de Brasília, no dia 20 de maio de 2002?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O senhor está me perguntando do que se tratou?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Olha, Sr. Relator, essa é uma indagação que, obviamente foi feita aqui, eu ouvi, e quem tem que responder é o meu detrator. Estive lá naquela conversa, conversando com ele, e estávamos conversando dos mesmos assuntos que sempre tratamos. Agora, o que me deixa indignado é uma pessoa usar a estrutura do terceiro maior aeroporto do País para fazer uma gravação, e diz: " Pedi a um amigo." Como se isso fosse a coisa mais simples do mundo. "Pedi a um amigo". Depois, manda o nome aí para a CPI. Usou a estrutura do aeroporto. Aquela estrutura da gravação não foi dele, particular, de alguém que estava lá não; a estrutura do aeroporto. Por que não apresenta, nesta CPI, o teor da conversa? Só tínhamos imagens.

O SR.PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª não pode sugerir que o Sr. Relator, ou outro membro desta CPI, traga ou faça qualquer coisa. Isso cabe aos Srs. Parlamentares. V. Sª limite-se a responder às perguntas.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe-me.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor levava uma sacola branca?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com o jornal dentro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só com jornais?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente. Porque passou pelo raio x e nada foi detectado naquela sacola.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor confirma que entregou ao Sr. Paulinho, tesoureiro da campanha do Sr. Geraldo Magela, R$100 mil, doados por Carlos Cachoeira para a campanha do Governo do Distrito Federal?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Confirmo, reitero e afirmo. E quero, nesta oportunidade, assim como a instantes atrás neguei e nego que não me foi delegado pela Srª Rosinha Mateus nem pela Srª Benedita da Silva fazer nenhuma arrecadação, reitero, ratifico as declarações que dei à revista **Época** e à CPI da Loterj.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem pediu para o senhor pedir o dinheiro? Quer dizer, alguém pediu ao senhor para fazer essa gestão.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor, Sr. Relator. Não senhor! Me procurou o Sr. Carlos Cachoeira com a seguinte indagação: "Gerado Magela tem condições de ganhar as eleições em Brasília?" Eu falei: "É candidato, e está disputando". Ele disse: "Quero dar uma contribuição a ele". Fui ao candidato, indaguei, e ele disse: "Fale com o Paulinho". E assim foi feito. O Paulinho...Foi aceita a doação. Foi aceita.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, por que ele não foi direto a Paulinho? Procurou o senhor.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Procurou a mim, eu procurei o candidato, e foi delegado a Paulinho. Eu recebi os recursos, porque ele entregou em minhas mãos, e eu repassei ao Paulinho. Quero dizer, Sr. Relator, que....

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E agora quem nos garante – agora, o senhor vai ter que aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pretendia assinar algum documento aí?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não! Pode assinar.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu quero entregar a V. Exª, e dizer que, contrariando a orientação dos meus advogados, até porque estou sendo processado pelo Sr. Geraldo Magela, está aqui, estou sendo processado, e os meus advogados recomendaram que não se tratasse, que me calasse diante dessa pergunta. Não vou fazê-lo porque desde a primeira entrevista, de livre e espontânea vontade, eu fiz como um fato verdadeiro, como um fato verdadeiro, que foi a única vez que recebi recursos da mão desse senhor, para que, sobre a minha pessoa, não pesasse nenhuma dúvida no futuro; estou contrariando a orientação dos meus advogados, estou entregando para o senhor, reiterando e ratificando minhas declarações. Aqui está.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque a pergunta que eu ia fazer ao senhor era a seguinte: Quem nos garante que o senhor....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e ao Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu também agradeço aí. Mas eu queria perguntar....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço licença ao Relator para fazer a leitura desse documento, para que todos tomem conhecimento.

O Sr. Waldomiro Diniz diz o seguinte:

"Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, ratificar o inteiro teor das minhas declarações prestadas por ocasião da entrevista concedida à revista **Época**, em fevereiro de 2004, bem como o meu depoimento à CPI da Loterj, Rio, Previdência, realizada no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no dia 13 de abril de 2004. Em tais momentos, por livre e espontânea vontade, afirmei ter recebido do Sr. Carlos Augusto Ramos recursos da ordem de R$100 mil, destinados à contribuição de campanha eleitoral do então candidato ao Governo do Distrito Federal Geraldo Magela Pereira, tendo sido este valor repassado integralmente ao tesoureiro de sua campanha.

Atenciosamente, Waldomiro Diniz."

Este documento ficará à disposição dos Srs. Parlamentares na CPI.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Relator, apenas para registrar mais uma contradição e mais uma mentira, porque, no início do depoimento, ao lhe ser perguntado, ele negou, veementemente, que tivesse recebido qualquer valor do Sr. Carlos Cachoeira. Só para registrar. E agora admite o recebimento. Eu não entendo um negócio desse.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a garantia que temos que ele não recebeu aqueles valores da fita, se agora foi tudo tão fácil com relação a essa doação?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, se o senhor....

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma ilação, mas que tem muita consistência. Porque foi uma facilidade, o senhor mesmo disse, foi uma doação.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O que deu em troca desses R$100 mil? Quem que deu? Isso era propina, alguma coisa deu em troca. O que foi?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que o Sr. Carlos Cachoeira iria pedir ao Sr. Geraldo Magela se ele fosse Governador?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não posso responder, porque o Sr. Geraldo Magela nem eleito foi.

O senhor está-me fazendo uma pergunta. Posso responder, ou devo responder ao Senador Juvêncio da Fonseca? Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode responder aos dois.

O SR. WALDOMIR DINIZ – Primeiro, Sr. Relator, são duas situações distintas: essa, ele me procurou, e disse: "Quero contribuir"; marcou e entregou o dinheiro, que foi entregue ao então tesoureiro de campanha. Daquela fita, nunca, jamais foi me entregue nenhum centavo, não se falou no assunto, não se voltou mais no assunto. O Sr. Carlos Cachoeira, é bom que se frise, não vendeu um real de aposta no Rio de Janeiro durante a minha gestão. Não executou o seu contrato, não vendeu um real de aposta durante a minha gestão, porque não logrou o intento de ir lá e instalar máquina de videoloteria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece os irmãos Ortiz?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não senhor; nunca vi e nunca estive com eles.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Olavo Sales?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Conheci durante a minha gestão na Loterj. Foi Presidente da Abrabin, da Associação Brasileira de Bingos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Associação Brasileira de Bingos. Mas o senhor nunca teve um relacionamento com ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Relacionamento íntimo, não; institucional. Estive com ele duas vezes quando presidente da Loterj: uma vez em São Paulo e uma vez no Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor confirma que ele era o principal operador dos irmãos Ortiz no Brasil?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desconheço absolutamente essa questão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o relacionamento do senhor com José Renato Granado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi Presidente da Associação dos Bingos do Rio de Janeiro e tive relação institucional com ele durante a minha gestão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem conhecimento de que ele era um dos principais operadores dos irmãos Ortiz?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente; desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia nos relatar detalhes de negociação entre Carlos Cachoeira e José Renato Granado, a qual teve o senhor como intermediador?

O SR. WALDOMIR DINIZ – Sr. Relator, esse assunto foi inclusive ele é elencado ou aventado na fita. O Sr. Calos Cachoeira tinha interesse em colocar o seu sistema dentro dos bingos, e, para isso, haveria talvez a necessidade de alguma interveniência ou anuência da Loterj. Só isso que eu conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que, na fita gravada, Cachoeira demonstra interesse em tirar José Renato Granado do mercado de caça-níqueis?

O SR.WALDOMIRO DINIZ – Não sei, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não sabe o motivo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não Sei o motivo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conheceu ou ouvir falar de alguma relação máfia espanhola com a máfia do Brasil?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente. Esse assunto não me diz respeito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª já ouviu comentários sobre o interesse da máfia colombiana ou das Farcs na legalização dos bingos e cassinos no Brasil?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Esse assunto nunca chegou ao meu conhecimento, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe se houve tentativa de contato dessa máfia com o Governo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desconheço. Esse assunto nunca chegou ao meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Sérgio Canozzi?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sérgio Canozzi? Conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mantinha ou mantém algum relacionamento com ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Fui procurado por esse senhor quando da transição do Governo da então Governadora Benedita da Silva, me ligou algumas vezes, me procurou, pediu para falar comigo sobre nomeações da Loterj, falei com ele uma única vez e me disse que faria uma nomeação na Loterj, estava me comunicando que faria uma nomeação na Loterj, eu achei a conversa absurda, comuniquei o fato à Governadora e ela me disse para continuar trabalhando e esquecer o assunto. Foi a única vez que eu estive com esse senhor e mais nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Luís Eduardo Soares afirmou, nesta CPI, que Sérgio Canozzi teria dito-lhe que o senhor recebia dele R$ 300 mil mensais para facilitar a situação dos bingos no Rio de Janeiro.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, eu não vou polemizar com V. Exª, até porque não é meu papel nesta CPI. Recebia dele, Canozzi? Desculpe-me, eu não entendi essa pergunta?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Trezentos mil reais para facilitar a situação dos bingos? Segundo o relato do Sr. Luís Eduardo Soares, vou completar aqui, o Sr. Sérgio Canozzi teria afirmado que poderia arrecadar R$ 500 mil por mês ao invés dos R$ 300 mil arrecadados pelo senhor. O que ele dizia era que o senhor não estava sendo eficiente, que em vez de arrecadar R$ 300 mil por mês, ele teria condições de arrecadar muito mais; arrecadar R$ 500 mil por mês.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, respondendo objetivamente a V. Exª...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi uma afirmação feita nesta CPI por alguém chamado Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Primeiro, que a afirmação é absolutamente mentirosa; absolutamente mentirosa. Todos os recursos relativos a bingos, na Loterj, eram contabilizados. Jamais participei de nenhum esquema de arrecadação de nenhum recurso referente a bingos.

O Sr. Luís Eduardo Soares, quem considero um acadêmico competente, ouviu essa conversa. Acho que sendo ele, à época, participante, membro, da Secretaria de Segurança, tendo conhecimento de uma informação dessa magnitude e dessa gravidade deveria ter pedido providências. Ou seja, vir agora essa afirmação, eu digo que é uma afirmação mentirosa e que não tem o menor sentido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conheceu o Sr. José Vicente Brizola. Ao tempo que o senhor ocupava a Diretoria da Loterj, ele ocupava o cargo de Diretor da Lotergs, no Rio Grande do Sul.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estive com ele uma única vez, em um seminário no Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele deu um depoimento aqui, até dramático, dizendo ter sido usado no cargo para fazer arrecadação para campanha política. O senhor também foi pressionado para fazer arrecadação para campanha política?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente. Acabei de entregar um termo ao Sr. Presidente dizendo que quando o fiz, assumi. Jamais. Já neguei as outras duas situações em que não tinha delegação. Participei de uma conversa que não teve êxito nenhum, não tinha delegação para fazê-lo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não é militante político, conforme afirmou, nunca foi. Não foi indicado por ninguém para cargo público. Ao mesmo tempo, foi parar no 4º andar do Palácio do Planalto.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, eu já expliquei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto a V. Sª: o senhor pode nos fazer um relato sobre a investigação que era realizada na Casa Civil, com o auxílio da Abin, no sentido de aprovar os nomes indicados para assumir os cargos do Governo? Havia isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu tenho o conhecimento de que para se chegar e assumir uma função, passa-se pelo crivo da Abin, e já várias vezes fui indagado sobre isso, e respondi que só tomei posse porque contra a minha figura jamais pesou nenhuma suspeita, nenhum inquérito, nenhum processo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o nome do senhor foi excluído dessa triagem. O senhor não passou pela Abin não.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu não tenho conhecimento dessa informação. Desculpe-me, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve uma especulação em torno do seu nome para Presidente da Caixa Econômica Federal. O senhor chegou a alimentar essa....

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Inverídica. Absolutamente sem propósito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor era responsável pela articulação política do Governo com os Parlamentares, não é verdade?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim. Faz parte da minha função.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor inclusive fez um desabafo, publicado na revista **Época**: "Não sou ladrão. Sou um operador político". É verdade esse desabafo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Primeiro, eu jamais pronunciei essa frase. Jamais pronunciei essa frase. Essa frase surgiu da boca do jornalista, que colocou, e é de sua responsabilidade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No seu tempo, como operador político, já se falava em mensalão?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Jamais ouvi essa expressão e jamais tomei conhecimento disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca ouviu falar no Sr. Marcos Valério? Já teve contato com ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca tive contato e jamais ouvi falar do Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª se encontrava muito com o Sr. Sílvio Pereira para definir a ocupação dos cargos do Governo. Em que base os senhores discutiam essas nomeações?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, se me permite, quero responder com um pouco mais de... Na minha função de Assessor Parlamentar, chefe da Assessoria Parlamentar, me chegavam as mais variadas demandas, oriundas da Câmara e do Senado. Sempre que alguma pessoa, se fosse Parlamentar ou dirigente partidário, me procurava, eu ouvia essas demandas, mas jamais que não fosse pertinente às minhas funções. O Sr. Sílvio Pereira, se me procurou, e quando

me procurou, foi para tratar de assuntos pertinentes à Assessoria Parlamentar. Quem tratava de nomeações no Palácio do Planalto, e a quem eu me dirigia, era ao Sr. Marcelo Sereno.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E Delúbio Soares?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Me procurou algumas vezes também, mas sempre com as mesmas indagações. Todas às vezes que um dirigente partidário, fosse ele do Partido dos Trabalhadores ou de outro Partido, chegava a mim com alguma reclamação era: "O Ministro tal não está atendendo. Por favor, me ajude a marcar uma audiência para o Deputado tal". "Estive no Estado tal, e o Deputado está precisando de uma audiência com o Ministro. Por favor, ajude-o; receba o Deputado, porque a reclamação está muito forte e há um descontentamento". Isso me chegava todos os dias; sempre pertinente à minha função, jamais nada que não fosse pertinente à minha função.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Sª é amigo de Marcelo Sereno?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não me considero amigo de Marcelo Sereno. Trabalhávamos próximos, mas não gozava da sua privacidade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor trabalhou com ele desde o Rio de Janeiro, não é verdade?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O Governo Benedita começou em abril. Eu saí do Governo no final de outubro/novembro. Eu não privava da intimidade do Sr. Marcelo Sereno; era Secretário de Governo, não fazia parte...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era o Coordenador Financeiro da campanha no Estado do Rio e contava com a ajuda do senhor?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor. Absolutamente não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não arrecadava dinheiro para a campanha?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente. Não me foi delegada essa função.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A agenda do senhor revela que o senhor não era tão modesto assim em termos de poder político, como está demonstrando agora. Nos 13 meses e 13 dias que ocupou o cargo, o senhor teria se reunido 36 vezes com o Ministro; 147 vezes com Parlamentares e teria despachado 54 vezes com o Ministro José Dirceu. Isso até provocava ciúmes de companheiros, que trabalham no Palácio do Planalto. O senhor sabe que ciúme de homem é pior do que de mulher. O senhor tinha esse poder? Essa agenda não era do senhor?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Era agenda de trabalho; era agenda pertinente às minhas funções. Eu tinha obrigação a cumprir como Assessor Parlamentar. Eu era chefe da Assessoria Parlamentar do Governo. Poder, quem me atribuía, obviamente são as pessoas que o senhor obviamente está citando. Desculpe-me. Mas eu só cumpria as minhas obrigações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A sua agenda inclusive revela um dado que causa estranheza: que o senhor ocupava boa parte do seu tempo com atividades, às vezes, que não tinham relação com as atribuições do seu cargo. O senhor tinha outras atividades além daquelas relacionadas, vinculadas diretamente ao cargo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, nenhuma atividade. Obviamente se fosse convidado para algum outro evento ou outra coisa, não me era impeditivo ir.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E sobre a legalização dos bingos?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não participei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em nenhum momento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Em nenhum momento. Posso lhe relatar em que condições tomei conhecimento e quantas vezes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não aproveitaram a experiência de V. Sª.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, nobre Senador Garibaldi Alves, ao saber, pelo **Diário Oficial**, que havia sido criada uma comissão para regularizar bingos, dei uma orientação aos meus funcionários: "Nesta Assessoria, não se trata desse assunto", até porque existe uma comissão própria para cuidar, que funcionava na sala ao lado. Jamais tratei desse assunto. As pessoas que me procuraram, as encaminhei diretamente à comissão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem era o chefe?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Se não me engano, o Subsecretário de Assuntos Governamentais era um funcionário relacionado a ele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só uma dúvida. O senhor disse que na sala ao lado de V. Sª tinha uma sala para tratar desse assunto: da regulamentação dos jogos. Quem era o chefe e quantas pessoas trabalharam nesse caso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Esclarecendo, Sr. Presidente. A Subchefia de Assuntos Parlamentares no Palácio funciona ao lado da Secretaria de Assuntos Governamentais. Esta comissão era subordinada ao chefe da Assessoria de Assuntos Governamentais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V. Sª: na sua agenda consta que

o senhor se encontrou várias vezes com diretores da GTech, durante a negociação desta empresa com a Caixa Econômica Federal. Qual era o seu interesse na renovação do contrato entre a GTech e a Caixa?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente nenhum, Sr. Relator, nenhum interesse. Nunca tive nenhum interesse, nunca tratei desse assunto com os senhores.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – No dia 25 de março, a agenda revela um encontro com o vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Borges, e com o Superintendente de loterias, Paulo Campos, e com Dr. José Luiz Quintães. Ao lado do registro, a seguinte anotação: assunto – bingos. O que o senhor tem a afirmar sobre esse fato?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Essa reunião não aconteceu. Todos os membros aí citados já tiveram a oportunidade de serem chamados a prestarem esclarecimentos sobre esse assunto e já declinaram e já confirmaram que essa reunião jamais aconteceu com a minha presença.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o sistema de registro de entrada da Caixa Econômica Federal confirma a entrada do senhor nesse dia na sede da empresa.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – E que V. Sª subiu para o 21º andar, onde se situa a vice-presidência.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – Além do mais V. Sª indicou o nome de José Luiz Quintães para o cargo de gerente nacional da Glog na Caixa Econômica Federal.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não foi indicação minha, Sr. Relator – desculpe.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – De quem foi?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor chegou também a se reunir várias vezes com integrantes da Caixa Econômica Federal enquanto havia negociação para renovação do contrato com a GTech.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não é verdade.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é verdade?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não é verdade.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi acusado de ter tentado extorquir a GTech com a promessa de ser o contrato renovado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A acusação que me fazem é inverídica, mentirosa, até porque os próprios depoimentos se contradizem.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Marcelo Rovai – não é mais o Sr. Carlos Cachoeira – os Srs. Marcelo Rovai e Antônio Carlos Lino da Rocha confirmaram nesta Comissão a sua tentativa de extorsão à GTech.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Dado em que bases? Apenas por tê-los procurado e ter feito.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento de que o contrato foi renovado em bases bem mais favoráveis para a GTech que das bases anteriormente discutidas?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, não fazia parte das minhas atribuições cuidar desse assunto. Não soube de detalhes. Não participei das negociações. Jamais fui à Caixa Econômica discutir com nenhum, com nenhum membro da Caixa sobre esse contrato GTech.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Rogério Buratti?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca estive com o Sr. Rogério Buratti, nunca falei por telefone, nunca falei pessoalmente, nunca telefonei, nunca recebi nenhuma ligação desse senhor; nunca estive a um metro, dez metros, cem metros desse senhor.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor indicou Rogério Buratti como seu interlocutor junto à GTech.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não é verdade.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – Ou, então, os senhores se confrontaram no episódio da negociação com a GTech.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O senhor me permite, Sr. Relator?

No depoimento que prestam os dois diretores da GTech, não só – obviamente não pude assistir nesta Casa –, não só o que prestam a Polícia Federal, em todas as instâncias, o Ministério Público, e onde são chamados, diz o seguinte: Waldomiro nos procurou, fez uma advertência e não citou nenhum nome. Falaram de valores? Não. Citou nome? Não. Que propina fui pedir? Que extorsão fiz? Indiquei quem? Não conheço Rogério Buratti.

O SR. RELATOR (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas veja bem o que Marcelo Rovai afirmou nesta CPI: afirmou que, na reunião que tiveram no início de abril de 2003, Rogério Buratti falou a ele que, se tivesse fechado negócio com ele em fevereiro, não precisariam dar desconto à Caixa Econômica. Em abril teriam que ter dado desconto e pagar a ele, Buratti. Por

que a GTech quis fechar o negócio em fevereiro? Eles já tinham fechado negócio com o grupo de V. Sª?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, estou dizendo para o senhor que eu nunca tratei desse assunto. Eu desconheço essa conversa. Não é não. Eu não tratei desse assunto com ninguém. Posso relatar ao senhor agora a conversa que tive com os diretores da GTech sobre esse assunto, em que termos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em que termos foi?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Fui procurado por uma pessoa que me disse nos seguintes termos: existem boatos que alguém muito influente está tentando ajudar na renovação do contrato da Caixa Econômica. Não é da minha conta. Disse: seu nome está sendo citado. Aí eu achei grave. Pego o telefone, ligo para o Presidente da GTech e disse: quero conversar com o senhor. Fiz uma recomendação: venha só, quero que o senhor venha só.

Vou dizer para o senhor: o senhor sabe quem era que estava me alertando que existia um *lobby* para se renovar o contrato? O Sr. Carlos Cachoeira. Chamei o Presidente da GTech e disse: Sr. Presidente... (Pausa.) Posso responder, Senador?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, tive conhecimento de uma conversa sobre essa renovação de contrato, que os senhores estão sendo procurados por pessoas se passando passar por gente influente. Não tenho interesse, não é da minha conta. Devo adverti-los que não tenho nenhum interesse em negócio de vocês e jamais autorizei ninguém a falar em meu nome. Até logo. Muito obrigado. Foi isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois eles disseram que tinham sido pressionados por V. Sª.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente. Nunca pressionei ninguém e jamais falei em nome do Sr. Rogério Buratti para ninguém, Sr. Relator, até porque não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que V. Sª omitiu de sua agenda os encontros que continuou a ter com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, os encontros que tive com Carlos Cachoeira foram espaços raros. Não tive nenhum encontro com ele que constasse da minha agenda, a não ser aquele do Hotel Blue Tree, que foi no início de janeiro, e mais uma ou duas vezes, no máximo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor se sente abandonado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente. Abandonado por quem? Obviamente não quero fazer a pergunta ao senhor. O que houve em relação à minha pessoa foi uma quebra de relação de confiança, unilateral, em que obviamente eu não era mais merecedor da confiança das pessoas que tinham me contratado. Pedi demissão, me afastei e não tenho que fazer juízo de valor sobre abandono.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o patrimônio do senhor em 98 e qual é hoje?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Relator, não tenho, obviamente, essas informações de cabeça para responder a V. Exª. Meu patrimônio eu posso encaminhar a V. Exª nas próximas horas, encaminhar a esta CPI, para que o senhor tome conhecimento; não tenho de cabeça – entre antes e depois.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor recebeu um e-mail do Sr. José Vicente Brizola?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu vi pela imprensa que ele mandou um e-mail de solidariedade a mim. Foi noticiado. Eu vi pela imprensa, mas não tive...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não chegou a receber?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não recebi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – "Lamentavelmente, percebi que foste detonado como tantos outros. Claro está que o Cardeal Dirceu, quando o escândalo bate em sua porta, detona os amigos, e os inimigos. O que o senhor diz sobre isso?"

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nenhum comentário, até porque não recebi o e-mail. Não posso fazer comentário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, e concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan. V. Exª dispõe de quinze minutos, nobre Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, a verdade é que já ouvimos aqui inúmeras perguntas as quais iríamos formular e suas respostas não trouxeram, aparentemente, novidade alguma.

Apenas gostaria de dizer a V. Sª que todas as pessoas que depuseram nas CPIs até agora, todas, as que não disseram a verdade acabaram voltando para as CPIs. E as CPIs estão cumprindo um papel de muita importância e clareando muita coisa. Só para dar um exemplo, na outra CPMI, onde está depondo o

Duda Mendonça, já há uma definição de que Duda fez a imagem do Presidente Lula e acabou com a imagem dele hoje. Então, mentira tem pernas curtas. Uma hora ou outra se descobre. Foi na CPMI dos Correios. E tudo aquilo que os membros do PT negavam, os seus integrantes, o próprio Governo, foi desmoronado, caiu a casa no dia de hoje. Enquanto há um vento forte lá em Santa Catarina, hoje aqui é o vento da moralidade que está batendo, que está vindo a Brasília para varrer definitivamente a imoralidade deste governo, que pregava a ética e hoje frustra a população brasileira.

Nós gostaríamos que se V. Sª tivesse de falar algo, que colocasse, porque se não terá de voltar, e vai até atrasar os nossos trabalhos.

Primeiro: qual a experiência e quais qualidades que justificariam o convite ao senhor para ocupar a Subchefia de Assuntos Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor poderia responder a cada pergunta.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nobre Senador Leonel Pavan, já declinei. Fui assessor parlamentar da Caixa Econômica Federal na gestão do então Presidente Danilo de Castro, quando do Governo Itamar Franco. Fui, durante quatro anos, Chefe da Assessoria Parlamentar do hoje Senador e então Governador Cristovam Buarque, durante todos os seus quatro anos, fui assessor parlamentar, Chefe da Assessoria Parlamentar; fui chefe do escritório de representação do Governo de Brasília, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, aqui, e o convite que me foi feito foi nesse sentido, que eu pudesse vir a ocupar, até porque tinha experiência anterior nesse sentido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor fazia com freqüência visita à Câmara Federal em períodos em que havia projetos em votação na Câmara Federal? O senhor fazia a interlocução com freqüência, visitava com freqüência a Câmara?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nobre Senador Leonel, a função do assessor parlamentar é estar diariamente cuidando dos assuntos pertinentes, ou seja, estava diariamente no plenário da Câmara.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Era só para defender e justificar projetos ou para negociar recursos com Parlamentares?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nobre Senador, a função de negociação a qual o senhor se refere se dava no nível das Lideranças. O assessor parlamentar não participa desse tipo de negociação. O assessor parlamentar facilita, traz as informações, encaminha os projetos, traz as mensagens, acompanha, dirime alguma dúvida.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Qual a diferença entre "participa" e "facilita"?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Quando algum Líder, ou seja, existe um colégio de Líderes na Câmara – vamos usar o exemplo da Câmara – existe um colégio de Líderes, à minha época o então Líder Deputado Aldo Rebelo e um colégio de líderes; se existe uma negociação, existe uma dúvida se uma emenda pode ser acatada ou não, o assessor parlamentar é acionado para que traga à Casa, para que participe dessa reunião um técnico do Banco Central, da Receita do Ministério da Fazenda.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor intermediava a liberação de recursos?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor, até porque essa não é a função da assessoria parlamentar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas quando pediam a liberação de recursos, levava ao Sr. Aldo Rebelo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor. Se algum pedido fosse encaminhado nesse sentido formalmente, deveria ser encaminhado diretamente ao Ministério pertinente. O assessor parlamentar não tem nenhuma autonomia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor nunca fez isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Senador Leonel Pavan, estou respondendo objetivamente a V. Exª

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para nenhum Deputado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estou respondendo objetivamente. Todas as demandas que me chegaram nesse sentido, formalmente, foram encaminhadas ao Ministério a que fazia parte.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Claro. Então, chegaram algumas?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O Parlamentar manda um ofício: "Tenho interesse em tal demanda". O ofício era encaminhado ao Ministério. A assessoria parlamentar não faz isso. Não libera recurso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor levava o documento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. É mandado pela via burocrática. Chega burocraticamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca ninguém pediu ao senhor "Tem uma emenda aí para o senhor liberar"? Vê se fala com o José Dirceu para mim..."

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador...desculpe, eu não quero...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem problema. Pode falar à vontade.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu não quero obviamente, o senhor é Senador. Eu era o assessor. Não quero lhe faltar... o senhor conhece...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É porque se falava muito que geralmente o senhor chegava na Câmara e, como não sabia da história do mensalão e não devia ter o mensalão, ou não tinha conhecimento, sei lá, mas antes de votação negociavam alguma liberação de recursos, liberação de emendas, de verbas. O senhor intermediava essa liberação? Sim ou não?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, até porque eu vou...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca aconteceu com nenhum Deputado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Vou responder para o senhor. Vou responder.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que demoram as outras perguntas.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Vou responder objetivamente e rápido para o senhor. É do conhecimento...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não é suficiente, porque vai vir um outro que vai dizer que sim.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Não. Não pelo seguinte: durante 2003 – os senhores acompanharam – a execução orçamentária foi pífia. Ou seja, não havia recursos para a área. Isso o próprio Siaf comprova. O assessor parlamentar, ao receber a demanda, o Parlamentar manda um ofício e ele manda ao Ministério. O Ministério é quem analisa. A Casa Civil não tem dotação orçamentária para liberar recurso. Ela não manda uma chancela: libere. Não existe isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A sua indicação não foi de estrita confiança, ela foi sobre critérios técnicos? A sua indicação? Não foi por confiança?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, se eu disser para o senhor que não foi por confiança, eu estarei mentindo ao senhor. Obviamente, a pessoa que me convidou tinha confiança no meu trabalho.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quando tinha ligações com o PT, porque para ter confiança tem que ter ligações com o PT.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Bom, mas eu sempre trabalhei com o PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ah, sempre com o PT. Então, não tem ligação filiado ao Partido, mas tem relação com o PT? Sempre com o PT?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Mas eu acabei de dizer ao senhor que eu servi ao Governo Cristovam quatro anos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E sempre esteve à disposição do PT?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Trabalhei em seguida com o Governador Garotinho. É isso que eu estou dizendo para o senhor. Essa era a pré-condição... não era condição **sine qua non** que fosse filiado, tanto é que não era filiado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor despachava apenas na Casa Civil? Despachava apenas com o Ministro José Dirceu? Somente na Casa Civil? Somente no quarto andar? Ou em outro lugar também despachava?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sempre que convocado pelo Ministro obviamente me dirigia ao gabinete dele ou onde fosse chamado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor trabalhava no quarto andar? Trabalhava?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – No quarto andar. Trabalhava.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E só despachava com o Ministro José Dirceu ou com outros ministros também?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sempre que fosse demandado e que fosse uma reunião em que estivesse qualquer outro ministro, obviamente tinha obrigação de participar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas participava?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Participava. Obviamente quando o assunto fosse pertinente à Assessoria parlamentar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tinha livre acesso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sempre que fosse convocado. Nunca de iniciativa própria.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ninguém vai se meter. Todo mundo é educado. Eu também não vou nem intervir aqui nas palavras do Presidente se ele não me der liberdade, se não me convocar.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro! Com certeza. Obviamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Claro que é sempre convocado. Mas o senhor tinha liberdade total com todos os ministérios? Chamava, intermediava o Ministro José Dirceu, o Aldo Rebelo, o Presidente Lula? Conversava normalmente? Era o **office-boy** de um lado e outro. Era isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, sem querer lhe faltar com o respeito, desculpe, não... mas eu...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas eu quero... saber qualquer ligação aqui...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, eu vou lhe responder. Vou lhe responder objetivamente. Minha função não era office-*boy*. Eu era o chefe da Assessoria Parlamentar. Sempre que demandado, sempre que houvesse uma demanda...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu queria dizer o seguinte: só quando era solicitado que levava isso ou aquilo. Então, pega um documento, era um office-*boy*, entrega aqui, puxa ali.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Para isso havia outras pessoas. Desculpe, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, o senhor não era apenas o intermediário de levar um documento aqui ou não. Solucionava. Tinha um...

Estou com essa pergunta porque as perguntas feitas aqui nesse relatório são bem abrangentes. A minha questão é quase que política e para verificar até onde o senhor tinha liberdade dentro do Governo para atuar.

Nós ouvimos aqui uma fita onde uma pessoa de grande importância do Governo está pedindo recurso, propina. E se não era *office-boy*, era uma pessoa de larga confiança interna que podia ser o interlocutor de um ministério ao outro. É isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A função do assessor parlamentar...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Entendo a função dele.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ela é limitada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Claro! Mas tem um que está nomeado em uma função, mas é um mero espectador, usa um cargo fantasma.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Claro que não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor exercia a função?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exercia a minha função.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não era fantasma?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro que não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Trabalhava com afinco, junto com o Ministério?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então pronto. Exato.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Pronto. Isso. Está respondida a sua pergunta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tem que dizer, porque tem que ser bem claro.

A sua freqüência no Congresso Nacional era quase que diária, ou só quando havia alguns projetos de...?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Diária.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Diária. Sempre a mando do Ministro José Dirceu.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não era a mando, era minha função. O Ministro não precisava mandar, eu tinha que estar...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quer dizer, então já não era quando era chamado. Ia quando queria, então?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu tinha que estar presente acompanhando as demandas, até porque na pauta todos os dias tem projeto do Governo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, não era só quando eles mandavam ou pediam, ia também quando queria?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Quando queria, não, senhor, tinha que acompanhar. É obrigação do Assessor Parlamentar acompanhar as demandas do Governo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor recebia os Parlamentares no seu gabinete?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, claro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Muitos?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Vários.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que tipo de conversa seria? Para trocar papo, falar em jogo, tal, ou...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor. Nunca discuti...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Projetos?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca discuti futebol no meu gabinete, discutia, sim...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O jogo a que me refiro é outro.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe, Sr. Senador, eu não estou lhe faltando com o respeito, desculpe...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que estamos aqui numa CPI dos Bingos.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe. Esse assunto nunca foi tratado no meu gabinete. Já respondi objetivamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Certo.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Conheço sua trajetória. Obviamente, o senhor não vai me faltar com o respeito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, em hipótese alguma. Estou aqui tentando cumprir o meu papel; se não, seria apenas um figurante aqui.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro, com certeza.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E se fui colocado pelo meu partido, o PSDB, na Comissão...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A sua disposição, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PSB) – Senador Pavan, com a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estou com a palavra, Sr. Presidente e dentro do tempo.

O SR. PRESIDENTE Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Exª que avance.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que tenho que ver qual é o envolvimento. Daqui a pouco vão dizer que o Waldomiro Diniz foi nomeado por outro partido e não pelo PT. A ligação era muito grande. O senhor, por exemplo, passou um ano e pouco no apartamento de José Dirceu.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, é verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Morou junto.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Diz que não tem nenhuma relação com partidos políticos – falou há pouco.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca fui filiado, eu disse.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca foi filiado, mas tinha relação com o PT.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sempre muito próximo, sempre trabalhei com o PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com o PT?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com o PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Partido do Governo do Presidente Lula?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exceto quando estive no Governo do Rio de Janeiro, servindo ao Governo Garotinho. Isso é claro. Não posso negar isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Itamar Franco também?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Itamar Franco, na Caixa Econômica, mas aí eu era funcionário, Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor sempre foi fiel, leal ao seu chefe, o José Dirceu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu sempre fui um profissional dedicado às minhas...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor dormia na casa dele um ano e pouco, vive com ele. O senhor é leal a ele, fiel a ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, vou responder ao senhor. Vamos fazer uma cronologia, se o senhor me permitir, se o seu tempo também me permite. Fazer uma cronologia dos fatos, até porque muita gente hoje confunde. A fita a que assistimos, ainda há pouco, foi gravada em 2002, no Rio de Janeiro, quando eu era Presidente da Loterj. O que eu ouço, assisto diariamente é que essa fita foi gravada...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está antecipando a segunda pergunta? Prevendo a segunda pergunta?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Quando eu estava aqui no Governo, então, primeiro, há um divisor de água, isso é Rio de Janeiro, 2002. Segundo, respondendo a sua pergunta: morei com o então Deputado José Dirceu no ano de 1992 – lá se vai mais de uma década.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É fiel e leal ao José Dirceu, sempre foi?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu fui um...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Trabalha no gabinete dele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – ...profissional. Gabinete?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, trabalhou no 4º andar, próximo a ele.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, claro, como Assessor Parlamentar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Fiel a ele, leal?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu correspondia às minhas obrigações.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Suas obrigações?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele sabia do seu contato com Carlinhos?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, até porque isso era um fato pretérito, ele não tinha que saber.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas não contou a ele, uma pessoa leal, parava na casa dele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro que não, não dizia respeito ao Ministro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca falou para ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro que não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, o enganava?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu disse ainda há pouco que houve uma quebra de relação de confiança unilateral – me afastei do Governo; e considero respondida a pergunta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor pediu 1% e disse assim: para mim. Depois que acertou, ele pediu 500 mil; depois, ele ofereceu 300, aí, você achou um caminho, 400, então. E, depois, disse: e, para mim, 1%, está bom? Esse 1% era para ti mesmo? Porque a fita diz isso.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A fita diz isso. Já disse que...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E era para quê?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – ...não nego a fita. Esse 1% nunca foi para mim. Meu sigilo está à disposição da Comissão. A Comissão está analisando.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para quem era?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Armando Dílio, meu Assessor. Já fiz as contas aqui, já expliquei didaticamente. Nunca recebi nenhum centavo deste senhor a não ser os recursos para a campanha de Geraldo Magela, que assinei e entreguei aqui.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não ia ganhar nada com esse acordo aí?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nada, absolutamente nada, não recebi nada desse senhor, nunca, até por que não vendeu um centavo de jogos no Rio de Janeiro, não tem nenhum acordo, a não ser isso que já expliquei ao senhor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, as perguntas que já foram realizadas, praticamente fecham aqui. Apenas quero fazer a última pergunta e é para ficar bem claro. É que nós ouvimos do ex-candidato a governador de Brasília, Sr. Magela, que nunca recebeu nenhum centavo do Sr. Cachoeira. E o Cachoeira também falou aqui que nunca, que não passou nenhum recurso; queria apenas ouvir de novo para ficar bem confirmado. O Magela mentiu quando disse que não recebeu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com certeza, Sr. Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele mentiu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com certeza absoluta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então o Magela recebeu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com certeza absoluta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Magela está no Governo do PT agora, foi convocado e está trabalhando com o Lula. O senhor acha que o Lula convocou um mentiroso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sobre essa pergunta não me cabe fazer juízo de valor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, porque ele disse que nunca recebeu, o senhor disse que ele recebeu.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sobre esse aspecto ele está mentindo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan e concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. V. Exª dispõe de quinze minutos, com, evidentemente, a disponibilidade que se fizer necessária.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu diria que boa parte das perguntas relacionadas ao episódio da fita já foram feitas pelo Senador Garibaldi Alves e também pelos outros Senadores, que fizeram os apartes, assim como pelo Senador Leonel Pavan, e também a questão assunto da assessoria parlamentar, as atribuições, a presença, a participação, me parece assim, salvo melhor juízo, que os outros Senadores venham a ter outras idéias também e farão outras indagações.

Agora, Sr. Waldomiro Diniz, em todos os debates que nós fazemos aqui, nesta CPI, o tema que sempre volta à cena de discussão é a GTech. A GTech, mesmo no seu pronunciamento de hoje, o senhor também volta a tocar no relacionamento da GTech, provavelmente com Carlos Cachoeira. Mas, de qualquer forma, a todo instante, se falamos com Buratti, se falamos com outras pessoas, Carlos Cachoeira mesmo, ou com o senhor, com tantas pessoas, com os advogados, a GTech volta à cena da discussão. O senhor esteve na Caixa Econômica já como assessor da Presidência, como foi mencionado...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... na época do Itamar Franco, e depois sempre esteve ligado a essa situação do jogo também, inclusive como Presidente da Loterj, onde teve oportunidade, eu diria, de se aprofundar, de se especializar nesse assunto e de conhecer o que estava ocorrendo na área.

Como o senhor poderia descrever a época da Racimec? A Racimec vencendo a licitação feita pela Caixa Econômica para assim tocar as loterias no Brasil, na parte de tecnologia e de todo aquele contrato. O senhor sabe alguma coisa disso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, Sr. Senador, e respondo objetivamente a V. Exª, porque, na Caixa Econômica Federal, eu nunca trabalhei ligado a loterias, nunca, absolutamente. Vim trabalhar em Brasília a convite do então Presidente Danilo de Castro, mas obviamente nunca trabalhei com loteria; a minha experiência com loterias foi no Estado do Rio de Janeiro, como Presidente da Loterj, única e exclusivamente. Não tenho nenhuma informação para lhe prestar sobre esse respeito. E, se o senhor me permite, quero reiterar a esta Comissão, com autorização do Sr. Presidente e do Sr. Relator, reiterar: não conheço o Sr. Rogério Buratti, nunca estive com ele; o sigilo telefônico que já

foi quebrado, que já foi analisado não contabiliza uma ligação, eu não tenho uma reunião. As minhas agendas estão à disposição desta Comissão e continuo, hoje, dizendo que indiquei esse senhor para ser consultor. Quero apenas reafirmar: não tenho problema...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu até não cheguei ao nome ainda. Iria chegar ao nome do Buratti também. Mas quer dizer que o senhor não sabe absolutamente nada da relação da Racimec com a Caixa Econômica.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, desconheço.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E na seqüência da GTech, que adquiriu ali citação vencida na Caixa Econômica Federal pela Racimec?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não conheço. Não acompanhei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A GTech comprou a Racimec com o interesse de adquirir a licitação que havia vencido, vencida pela Racimec.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, desconheço esse assunto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mesmo no seu período da Loterj no Rio de Janeiro?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, até porque eu acho...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor nunca participou de discussão, de conversa, a respeito desses episódios?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, absolutamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nunca aconteceu isso.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, nunca chegou ao meu conhecimento, nunca me procuraram para tratar desse assunto, Sr. Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E, na seqüência, mesmo na Caixa Econômica Federal, todo o esforço da GTech para que a empresa fosse aceita pela Caixa Econômica – várias investidas em relação à diretoria, mesmo com quatro ou cinco pareceres negativos –, o senhor nunca soube de nada também nesse sentido?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Primeiro, isso nunca foi assunto da minha alçada quando estive na Caixa Econômica.

Quando estive como Presidente da Loterj, obviamente não fazia o menor sentido tratar desse assunto. Esse assunto nunca me chegou para ser tratado no Governo. Então, desconheço completamente esse assunto, nunca participei dele e nunca advoguei esse assunto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A que menção – ou eu teria escutado de maneira inadequada – o senhor falou de um possível relacionamento do Sr. Carlos Cachoeira com a GTech?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É simples. O senhor me permite, Sr. Presidente? Não quero faltar com... É uma matéria de jornal, mas, obviamente, trouxe só para....

"Cachoeira e GTech juntos em Minas".

Então existem negócios em comum, contratos.

"Depósitos bancários suspeitos".

"Um homem com sócios influentes".

Então, Cachoeira e GTech trabalham juntos há muito tempo e, para minha surpresa, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Senador Flávio Arns, fiquei surpreso, agora, já respondendo a processo, ao tomar conhecimento de que havia um contrato sendo firmado entre a GTech e o Sr. Carlos Ramos para explorarem vídeoloterias; e para minha surpresa maior ainda, daí a minha indignação, que o contrato do Rio de Janeiro estava sendo negociado como vídeoloteria.

O senhor entende a gravidade do assunto? Ele não tinha direito de explorar vídeoloteria no Rio de Janeiro. E estava firmando um contrato com a GTech; estava firmando um contrato para explorar vídeoloterias, contrato do Rio de Janeiro. Obviamente, ele nutre por mim um ódio muito grande. Essa fita que ele gravou, acho que...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando o senhor mencionou que o Sr. Carlos Cachoeira queria instalar 20 mil máquinas no Rio de Janeiro, eram máquinas caça-níqueis, vídeoloteria? Que tipo de máquinas eram essas?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, eu não sou autoridade... Obviamente, a minha experiência foi no Rio de Janeiro e fiz o melhor que pude. O Governador Garotinho me convidou para que eu pudesse alavancar recursos, obviamente administrar loteria e alavancar recursos para as obras sociais do Rio de Janeiro.

Se o senhor me permite, quero fazer uma breve explanação: na minha gestão, foram transferidos para a obra social do Estado do Rio de Janeiro...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas não...até Sr. Waldomiro, só nesse sentido.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, eu vou responder. Vou responder.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou que ele gostaria de instalar e que o senhor não permitiu 20 mil máquinas no Rio de Janeiro.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Está aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Essas máquinas eram da GTech?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não posso lhe responder de onde viriam essas máquinas. Não posso responder, até porque não tinha conhecimento.

O contrato dele previa 600 máquinas no primeiro ano; mil no segundo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso foi em que ano?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso foi no ano de 2002. Receba no dia 12...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas, 2002 depois da gravação?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, eu creio que antes, porque, se a gravação foi em período eleitoral, ela deve ter sido em agosto. Em junho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A gravação foi em que mês?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu não tenho agenda disso. Eu creio que tenha sido em agosto. Eu creio. Essa é a informação que me chegou, até porque nunca...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, foi antes da gravação do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Chegou às minhas mãos, Sr. Relator, um ofício: Rio de Janeiro, 12 de junho de 2002, Ofício DG – 103202, dirigido à minha pessoa, referente ao contrato dele. É feito um elenco de considerações e pede para instalar 1.500 terminais em agências lotéricas, com um máximo de 150 terminais por agência, todos conectados. Ora, Sr. Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual é a data desse documento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – 12 de junho de 2002.

Ora, Sr. Senador, isso aqui tem nome e sobrenome. Isso aqui é vídeoloteria. Cento e cinqüenta terminais por agência é uma casa de jogos de vídeoloteria. O contrato não permitia isso. Quando eu digo ao senhor que ele foi movido por algum interesse, foi. Está aqui, está registrado, está assinado. Eu estou deixando isso para a Comissão. Ele queria uma coisa que eu jamais permiti que ele fizesse.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Existem insinuações de que os contatos do Sr. Carlos Cachoeira não eram com os americanos, mas com os coreanos. O senhor sabe alguma coisa sobre isso e que, na verdade, ele teria iniciado entabulações com a GTech, havendo uma espécie de conflito sério de interesses numa máfia organizada em termos de equipamentos de loteria?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nobre Senador Flávio Arns, agradeço pelas suas perguntas muito pertinentes, mas de máfia de jogo eu não posso responder-lhe absolutamente nada, porque não conheço. No tempo em que estive no Rio de Janeiro fiz o melhor, tomei o maior cuidado com meus atos. Inclusive, essa CPI que trata de lavagem de dinheiro...Ou seja, desconheço esse assunto. O que existe de fato é que, em havendo o sócio do contrato desistido da parceria dele, não tendo recursos para alavancar, ele firmou uma nova parceria com uma empresa que fez a loteria da Copa do Mundo na Coréia. Essa empresa é a nova parceira dele. Correto? Essa empresa é a nova parceira dele no contrato.

Mas, sobre qualquer outro assunto, como disse, máfia, eu desconheço isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando foi esse novo contrato?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi no final de 2002 que eles assinaram essa substituição.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com a empresa coreana?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com a empresa coreana. Sobre esse assunto, eu não posso dizer...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o senhor mencionou que ele também estava negociando com a GTech.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, com relação à GTech, já tomei conhecimento de que, em 2003, eles estavam fazendo uma parceria e que o contrato que ele tinha no Rio de Janeiro estava dentro dessa negociação para explorar vídeoloterias no Brasil. O contrato dele, do Rio de Janeiro, não é de vídeoloteria. É de loteria *on line/real time***.** Três terminais por casa lotérica e não 150 terminais por casa loteria. É isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – As pessoas da GTech que já vieram depor nesta Comissão, como já foi dito, enfaticamente disseram dos seus contatos e dos seus pedidos em relação a recursos, inclusive a indicação do Sr. Buratti para a contratação por parte da GTech. O senhor nega isso completamente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não só nego como está nos processos – obviamente já estão nesta CPI – que o Sr. Antonio Lino, então presidente da GTech, e o Sr. Rovai assinam um termo dizendo que eu nunca declinei nomes e que nunca pedi valores. O fato é este: eu nunca declinei nomes. Eu nunca pedi valores a esses senhores.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eles, de fato, falaram, até com a sua afirmação, que eles não tinham nomes, mas que, depois, na seqüência, eles o visitaram na Casa Civil.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca foram à Casa Civil. Desculpe-me, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Relator, parece que houve o depoimento das pessoas da GTech que foram à Casa Civil e que o senhor teria ficado

assustado na hora em que lhe disseram que, de fato, aquela pessoa indicada pelo senhor, que era o Sr. Buratti, não havia sido contratada.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Primeiro, a conversa houve; não declinaram nome.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A conversa houve, mas não foi na Casa Civil.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A conversa houve; não foi na Casa Civil. A conversa houve.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A conversa houve. Agora, não foi na Casa Civil.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso. É fato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ah, não foi na Casa Civil.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Se o senhor quiser eu relato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Posso relatar?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só que o relato feito pelo Presidente da GTech não corresponde ao relato feito pelo Sr. Waldomiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas vamos na seqüência; depois, a gente confirma essas informações também na seqüência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais – PFL – PB) – Senador Arns,..

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais – PFL – PB) – V. Exª não se preocupe com o toque da campainha. Pode avançar um pouco. Eu sei do interesse de V. Exª nos esclarecimento. V. Exª dispõe de um minuto, mas tem o tempo que se fizer necessário.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas um minuto é suficiente. Realmente, eu acho que toda a sustentação para boa parte desses desmandos que vêm acontecendo está nessa relação da GTech, que começou na compra, no meu ponto de vista, da Racimec e que, na verdade, entrou no País como uma empresa estrangeira, mantendo contatos com o Sr. Carlos Cachoeira, lá pelo ano de 96/97. E, nunca tendo participado de uma licitação, acabou também, assim, dominando, monopolizando toda essa questão da loteria no Brasil. Inclusive, quando as pessoas dizem que a loteria da Caixa é uma boa loteria, até costumo dizer que a loteria da GTech é uma boa loteria, porque a Caixa só dispõe, na minha opinião, da teoria da organização, sendo todo o trabalho desenvolvido, infelizmente, pela GTech. O senhor concorda com isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, eu quero me eximir de fazer qualquer comentário a esse respeito, porque a minha experiência com loterias se deu no Rio de Janeiro. Sobre esse período, eu estou prestando esclarecimento. Vou prestar todos os esclarecimentos que forem necessários. Mas não me cabe, até porque, obviamente, dois ex-diretores da empresa estão fazendo ilações, acusações infundadas, usando o meu nome – obviamente, não sei com que interesse. Então, não me cabe, aqui nesta Comissão, com todo respeito a V. Exª, fazer comentário sobre a empresa. Então, eu quero me ater sobre loterias. Falo da minha gestão no Rio de Janeiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, mas o senhor tendo sido diretor da Loterj, presidente da Loterj, quer dizer, o encarregado da Loterj, o senhor não tem uma idéia, assim, de qual seria o papel da Gtech em termos de Brasil, desse domínio do equipamento, da tecnologia? Porque há preocupação de todas as pessoas quando alguém diz que a Caixa vai cuidar de toda a questão de loteria no Brasil. A legislação diz que, daqui para a frente, a Caixa Econômica vai cuidar. A idéia que a população tem é no sentido de dizer: "Que bom, vai ficar oficial, governamental" Mas, na verdade, não é Caixa Econômica; é a GTech. Então, a GTech é que vai instalar dezenas de milhares de equipamentos em todo o Brasil, equipamentos vindos não sei se da máfia americana ou da máfia coreana ou da máfia russa, quando toda a população está achando que a Caixa Econômica está fazendo isso? O que o senhor...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Reitero a minha resposta anterior, Senador: vou-me eximir de fazer comentários a esse respeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só para terminar, mais duas perguntas. Quando o senhor soube da gravação da fita? Que o senhor havia sido gravado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É uma longa história, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas só data. Quando é que soube?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É uma longa história, porque essa fita começa a surgir, aqui em Brasília, em junho de 2003, com a matéria da revista **ISTOÉ.** Ela ...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas quando o senhor soube?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu soube objetivamente que existia uma fita só quando a revista **Época** foi publicar e eu fui chamado para dar a entrevista.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Objetivamente? E subjetivamente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Subjetivamente, quando surgiu esta matéria da revista **ISTOÉ** e surgiram lá algumas ilações. Eu pedi uma série de providências, inclusive ao Procurador-Geral, ao Ministro da Justiça e ao Dr. Valdir Pires. Mas, em janeiro de 2003,

já na Casa Civil, tem um fato curioso que merece registro, Sr. Relator.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Janeiro de 2003?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Janeiro de 2003, já como chefe da assessoria parlamentar.

Recebo no meu gabinete de trabalho uma ligação, o registro de uma ligação, do Sr. Mino Pedrosa, jornalista que dispensa qualquer comentário, que todo mundo conhece aqui em Brasília.

Esse jornalista me diz o seguinte: "Olha Waldomiro, estou preparando uma matéria de um bicheiro do Estado de Goiás, que te gravou pedindo propina para ele". Eu falei: olha, eu desconheço esse assunto, mas se você quiser falar comigo, estou à disposição, a hora que você quiser. Essa ligação eu recebi no meu gabinete, do jornalista Mino Pedrosa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Gabinete do Palácio do Planalto?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Do Palácio. Isso foi em janeiro de 2003.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor não comunicou para ninguém isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Quero contar o desdobramento para o senhor.

Pego o telefone, de imediato, e ligo. Ele disse o nome do bicheiro, Carlinhos Cachoeira. Ele usou esse termo: o bicheiro, o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Pego o telefone, ligo para o Sr. Carlos Ramos e digo: olha, acabei de receber aqui uma ligação de um senhor, de um jornalista, falando que você tem uma gravação e que eu estou te pedindo propina. Quero saber do que se trata. Quero esclarecer isso agora.

Marcamos um encontro, nos encontramos na sobreloja do Hotel Kubitschek Plaza, aqui em Brasília, que todo mundo conhece.

Lá chegando, indaguei ao empresário de jogos, Carlos Cachoeira: do que se trata isso? Falou: "Olha, não se preocupe com isso não; isso é mentira, não tem o menor cabimento. É que eu te ligo insistentemente e você não retorna as minhas ligações. Você não retorna as minhas ligações".

Eu falei: mas o que esse jornalista está querendo comigo? Ele falou assim, usou essa expressão: "Está na minha mão, trabalha para mim, ganha R$20 mil por mês, está na minha folha de pagamento, faz o que eu quero".

Isso é a mais absoluta verdade, a primeira vez. Aí, obviamente, tive um embate ali com ele. Disse: olha, preciso deixar algumas coisas bem claras com o senhor. Eu não tenho nada mais a ver com loteria. Eu não tenho nenhum interesse mais em tratar de loteria e não lhe devo um centavo; nunca lhe pedi nada.

Foi quando ele me disse: "Pediu, sim. Você pediu o dinheiro do Magela, aquele dinheiro. Você esqueceu?" Isso foi dito por ele, nessa conversa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em janeiro.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Em janeiro de 2003.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor não se lembrava dessa conversa?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Como não me lembrava?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, não se lembrava da conversa em que o senhor havia pedido dinheiro para ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Se eu peguei o dinheiro, afirmei e entreguei ao candidato, então... Está certo? Porque a campanha foi em 2002. Ele me disse isso taxativamente. Essa conversa existiu. Então, foi isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quantas casas de bingo, só para encerrar, havia no Rio de Janeiro na época em que o senhor era presidente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu assumi com 25 casas de bingo no ano de 2001.Quando saí, já fruto da minha portaria, nós tínhamos 35 casas de bingo – uma, duas fecha...; 33 funcionando. Acho que 30 e mais duas fechadas; 35 casas de bingo durante esse ano.

É bom ressaltar, Sr. Senador, que essa portaria inibiu a abertura de novas casas de bingo no Estado do Rio de Janeiro. Significa dizer ao senhor o seguinte: comentava-se que havia mil casas de bingo no Brasil, no ano de 2002 – não sei, não posso lhe afiançar. Se isso for verdade, o Rio de Janeiro 3,5 dessas...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – 35 no total?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – 35 no total.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E máquinas? Havia também?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Máquinas também havia...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Caça-níqueis?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O que se denomina de caça-níquel são as máquinas de vídeoloterias. Vou passar aqui, Senador. Vou deixar com o Relator. Sr. Relator, por favor: 4.443 máquinas, o endereço e os exploradores.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É que o objetivo desta Comissão, além de investigar naturalmente os episódios dos quais o senhor participou, também se relaciona à questão das casas de bingo e semelhantes, ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, ao narcotráfico.

Gostaria de saber como o senhor controlava a arrecadação das casas de bingo, para saber se havia

sonegação, desvios, desmandos; enfim, para saber para onde ia o dinheiro.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro. Uma das primeiras exigências que fiz para aceitar o cargo, Sr. Senador Flávio Arns, foi de que eu tivesse autonomia para montar uma equipe, obviamente uma equipe independente. Levei para a loteria auditores independentes. Isto já me foi questionado: por que ter auditores independentes. Trabalhei com auditores independentes que me faziam relatos constantes sobre a situação e adotei alguns procedimentos. 1. Fiz um apanhado de toda a situação dos bingos do Estado do Rio de Janeiro. Entreguei isso à Procuradora, Drª Raquel Branquinho, que dispensa apresentações. Estive no seu gabinete pelo menos duas vezes. Acho que uma delas foi no dia 1º ou 30 de janeiro de 2002. Entreguei todos os endereços, nomes, operadores de bingo do Estado do Rio de Janeiro e disse-lhe: Drª, quero fazer um trabalho, obviamente, em parceria com a senhora. E a senhora deve tomar as atitudes que julgar necessárias e me convoque quando... Fiz mais, Sr. Relator: adotei o procedimento de entregar ao Coaf, com regularidade, todos os ganhadores de prêmios acima de R$2 mil. Fazíamos uma pesquisa constante e a entregávamos. Eu a trazia pessoalmente ao Coaf.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E com relação à arrecadação das casas de bingo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Vou responder ao senhor. Além de entregar essa relação de ganhadores, a arrecadação era controlada da seguinte forma: quando lá cheguei, ela era feita por uma estimativa de venda de cartela, o que era, obviamente, uma situação muito difícil de ser controlada. O bingo tem que comprar tantas cartelas e, em cima disso, cobra-se um tanto. Nós mudamos essa legislação e passamos a cobrar uma taxa fixa, dependendo do potencial do bingo, da instalação dele e da localização dele. Isso foi cobrado dessa forma. A auditoria averiguava o funcionamento, verificava como estava a situação do bingo, a regularidade, o cadastramento, e era cobrado dessa forma.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Muito bem. Agradeço.

Só a título de curiosidade, a revista **Época,** pelo menos na parte da entrevista, o senhor confirma tudo o que falou? A revista também coloca que o senhor se escondeu, no Hotel Blue Tree, quando estava conversando com as pessoas da GTech e viu o Deputado – na época, já era ex-Deputado – José Genoino. Isso que foi publicado pela revista **Época** é verdade?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, agradeço a oportunidade, quiçá, sem obviamente desmerecer as perguntas que me foram feitas. Essas perguntas são muito pertinentes para esclarecer determinados episódios. Isso foi uma ilação plantada pelo Sr. Carlos Cachoeira. O jornalista que deu a nota obviamente me ligou para confirmar. Isso não existiu. É um absurdo. Isso jamais existiu.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agradeço e encerro, Sr. Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao nobre Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, primeira pergunta ao Sr. Waldomiro Diniz: Luiz Eduardo Soares, que o senhor conhece...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – ...funcionário da Caixa Econômica Federal, auditor, filiado ao PT anteriormente e que chegou a ser, no Governo Lula, Secretário Nacional de Segurança e que, depois, retornou às suas atividades e foi ser assessor na Loterj, no Rio de Janeiro.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O senhor trocou o nome. Desculpe.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Como é o nome?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – José Luiz Quintaes. É isso o que o senhor está querendo falar? O senhor falou Luiz Eduardo Soares.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não, Luiz Eduardo Soares. Ele foi Secretario Nacional de Segurança Pública. Ele não declarou aqui que foi para o Rio de Janeiro? E que lá prestou serviços de assessoria na questão da loteria, na Loterj, para o Governo Garotinho, na Loterj?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nunca trabalhou lá?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Dr. Luiz Eduardo Soares, o antropólogo? Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Acho que é Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública do PT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive, candidato a vice da Benedita.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Foi candidato a vice da Benedita; era para ser... Quando começou a sentir toda essa dificuldade de comportamento mais ético, ele foi inclusive excluído da participação política no Rio de Janeiro e no País. Ele afirmava o seguinte para nós aqui: que V. Sª era uma espécie de arrecadador de fundos para a campanha do PT em nível estadual no Rio de Janeiro e que o Sr. Marcelo Sereno exercia o mesmo papel só que em nível federal. Disse que tudo isso era uma organi-

zação de arrecadação e que não excluía, inclusive, a participação do ex-Ministro José Dirceu em toda essa organização. O senhor não o conhece? Nunca trabalhou com o Luiz Eduardo Soares?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Senador, o Dr. Luiz Eduardo Soares jamais trabalhou na Loterj. Ele trabalhou como subsecretário de segurança.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR. Fora do microfone.) – Ele era coordenador da campanha, do programa de Governo do Lula.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ele foi do programa de Governo do Lula; depois, saiu da Caixa Econômica e foi para o Rio de Janeiro, depois da transição.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR.) – Foi coordenador da campanha, do programa de Governo do Lula.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ele achou muito estranho que V. Sª, sendo de tanta confiança do PT, fosse prestar serviço de confiança para o Garotinho. Então, não o conhece? Tudo bem. Deixemos para lá.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, eu o conheço. A informação é que está errada.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – O que o senhor acha que é o certo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É que ele não trabalhou na Loterj. Só isso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Trabalhou onde?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca trabalhou na Loterj. Ele foi da Secretaria de Segurança Pública.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Justamente. Mas, trabalhando na Secretaria de Segurança Pública, ele pôde auferir todos esses fatos e afirmou categoricamente aqui que, na Loterj, V. Sª era o arrecadador, em nível estadual, de recursos para a campanha; que, no âmbito federal, era Marcelo Sereno; que essa era uma organização, era um sistema, uma estrutura de arrecadação.

Ele, inclusive, foi vítima de perseguição em razão disso; foi excluído da participação política, teve de desfiliar-se do PT, mas falou categoricamente aqui esse fato.

Então, ele não trabalhou na Loterj, trabalhou na Secretaria de Segurança, mas trabalhou no Governo Garotinho?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Exª diz que não teve sossego com o Carlinhos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não precisa responder à pergunta; só confirmar.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, eu quero responder a pergunta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu quero saber se ele conhecia, se trabalhou lá ou não? Ele afirmava isso. O senhor tem alguma coisa a dizer?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, claro que tenho. Ele afirmou sem nenhuma base; não tinha nenhum conhecimento. Ele fez essa declaração baseado no "ouvi dizer" do Sr. Sérgio Canozzi e, se teve conhecimento, era membro do Governo, da Secretaria de Segurança, prevaricou, porque sabia que tinha um funcionário do Governo roubando ou fazendo caixa, pegando propina, e não o denunciou, não foi ao Ministério Público. E só o fez por conveniência, depois do...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Então, nós aqui deveríamos prender V. Sª. Felizmente para V. Sª, está com **habeas corpus**, porque confessou aqui uma propina, recebida, intermediada e entregue no final ao Sr. Magela. Recebeu de um bicheiro, de um jogador, de um empresário do jogo; recebeu R$100 mil, entregou ao Magela e, mesmo assim, não foi preso até hoje – confessadamente o homem que recebeu propina. Confessadamente!

É isso o que é estranho na CPI, porque todo mundo que vem aqui é muito santinho. Afirmativas muito categóricas, mas não resistem à primeira indagação. Por exemplo: se o Sr. Carlos Cachoeira estava tão indignado com V. Sª, por que ele lhe deu R$100 mil?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele fez isso em 2002.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Em 2002, na época da campanha. Lógico, na época da gravação.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele gravou depois.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Na época da campanha do PT de 2002, para Presidente da República, para Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, mas eu não posso dizer ao senhor o que o levou... Eu não posso dizer ao senhor se ele deu dinheiro e tinha interesse em ajudar um candidato aqui e depois fez a gravação.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas foi V. Sª quem recebeu os cem mil da mão dele, pôs na sua mão e depois entregou ao Magela?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E não sabe por que entregou esses cem mil? Quem

cantou esse Cachoeira para receber esses cem mil se não foi o arrecadador estadual?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, eu já respondi, eu respondi...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não respondeu.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro que respondi, ele ofereceu, o candidato aceitou e foi entregue ao tesoureiro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ofereceu por seu intermédio?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ofereceu por meu intermédio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Então, V. Sª era arrecadador, conhecido dos empresários? "Eu sou arrecadador, venha aqui, quem puder me intermediar, me servir como intermediário, eu quero levar um dinheirinho para um outro candidato". Quem não tem essa fama não comete crime como V. Sª cometeu.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, me permite?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Permito, pois não.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu quero restabelecer o diálogo com V. Sª.

O SR. (Orador não identificado) – O quê?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu quero...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Exª.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – V. Exª, desculpa. O Sr. Carlos Cachoeira me conhecia, sabia quem eu era, me procurou para fazer, só, única e exclusivamente... Eu não era arrecadador de campanha, Nunca fui. É só isso que eu quero responder ao senhor, só isso, exclusivamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostei da resposta e digo o seguinte. Ele conhecia bem o senhor, foi à procura do senhor e levou cem mil para entregar ao Magela. Ele sabia quem era o senhor: era o intermediário das propinas para a arrecadação para a campanha política em 2002. Está mais do que claro isso.

Por que a fita não foi utilizada antes? V. Sª afirmou... Foi gravada em 2002, mas só foi aparecer em 2004. Olhe, todo mundo que vem aqui faz uma colocação, e eu acho importante que possamos dirimir essa dúvida. Aqueles que estavam praticando a propina, a extorsão, a chantagem, eram muito ligados à cúpula do Governo e V. Sª era ligado a José Dirceu, que era o Ministro-Chefe da Casa Civil, homem forte do Governo. Bastava dizer: "Olha, eu morei com o José Dirceu um ano e meio, um ano e não sei quanto". Bastava saber disso, por notícia, que V. Sª já era respeitado. José Dirceu, sabemos, comandava o processo político desse partido e deste Governo, então era muito importante não o desagradar, mas era importante que se prevenir contra futuro assalto. E foi o que aconteceu. Mesmo assim, ele ainda deu cem mil. Muito bem, é uma consideração, sem resposta, não precisa ter resposta.

Depois que V. Sª saiu da Sub-Chefia da Casa Civil, perdeu sua função de confiança. Qual é a sua atividade? Qual é o seu meio de vida de lá para cá?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu fiquei, até o início deste ano, desempregado. Já voltei a trabalhar, já estou trabalhando, já tenho um emprego. Peço desculpas a V. Exª por, neste momento, não poder declinar aqui a minha função, onde estou trabalhando. Obviamente, isso prejudicaria os meus empregadores, mas tenho uma atividade, já tenho um sustento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Sª tem casa própria?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Tenho casa própria, tenho casa própria não em meu nome, moro num apartamento que é de minha família.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Que é de...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Que pertence à família de minha esposa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sei.

V. Sª falou que encontrou com o Cachoeira no aeroporto. Houve uma gravação etc. Houve uma perícia técnica – Processo nº 312/2004, volume 5, folhas 1.296 a 1.298 –, perícia essa feita por dois peritos da Federação Nacional dos Surdos e Mudos, Srs. Jardel Silva Santos e Paulo Roberto Silva Carneiro, que elaboraram uma perícia de leitura de lábios. Tenho aqui apenas uma fotocópia. Peço à Mesa, à Presidência, que façamos um requerimento para que a Polícia Federal mande o original ou uma cópia autenticada dessa perícia de leitura de lábios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será atendido.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nas imagens o Carlos Cachoeira aparece de costas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Presidência determina à Assessoria que tome providências nesse sentido.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nas imagens do aeroporto, que são imagens fixas, Carlos Ramos aparece de costas ou parcialmente de lado, não sendo possível, em razão de sua posição, traduzir qualquer articulação labial.

Com referência a Waldomiro Diniz, ao analisar exaustivamente as suas articulações labiais, pude-

ram traduzir as expressões abaixo transcritas. Estão todas elas entre aspas – uma lauda e meia mais ou menos –, e gostaria que tivessem paciência para que possamos lê-las.

Waldomiro falando ao telefone: "Aqui estou ocupado. Tudo bem, tchau. Agora, sim, é claro. É claro, porque eu também acho."

Notem bem o seguinte, a leitura labial é apenas das articulações de Waldomiro Diniz, não do Carlos Cachoeira.

"Agora sim, é claro, é claro, porque eu também acho. O cara prepara a máquina".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª se lembra disso, que falou isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Posso responder, Senador?

Esse diálogo jamais existiu entre mim e o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode continuar V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Vou ler tudo o que consta desta perícia da Polícia Federal. Depois, V. Sª diz se foi verdade ou não.

"Agora sim, é claro".

"É claro, porque eu também acho...".

"Porque, por exemplo..."

"Claro, claro, é verdade".

"Quando?"

"O cara prepara a máquina e a pessoa joga".

"É para isso que serve o nome da empresa".

"Isso vai rolar muito dinheiro, muito dinheiro".

"Eu me responsabilizo".

"Eu me responsabilizo, não se preocupe".

Waldomiro conversa ao telefone: "Alô, tchau. Alô, tchau. Eu acho. Não sei se está em casa ou aqui comigo. 22953890. Sim, é da casa dela, da Mateus. Roseane e Emerson".

"Nós temos duas opções: ou nós pegamos e acabamos com ele ou tentamos negociar, mas no fim eu vou sair ganhando".

"Ele não me serve mais, vamos queimar".

"Eu sei que ele pode fazer isso, mas tem que ser confidencial".

"Não se preocupe que ninguém vai tocar em você. Eu te dou total cobertura".

"Martins...

"Também".

"Sim."

"Que o problema..."

"Todos os problemas".

"Isso, tudo bem, tudo bem agora."

"Está tudo certinho".

"Com certeza, ela vai ganhar. Eu tenho acompanhado e tenho certeza que ele vai ganhar. Faço uma aposta contigo de que ela está à frente dos outros".

"Já fiz contato não só no Rio, mas com outros governadores. Eles também estão nos apoiando, e é coisa grande. É mais gasto".

"Polícia Federal? Polícia Federal? Pelo amor de Deus. Eu acho muito difícil aqui no Brasil. É péssimo".

"Jamais."

"Eu acho sacanagem".

"Pode, pode, não tem problema".

"Não".

"Agora?"

"Por que você está falando isso?"

"Claro."

"Não, porque..." Aí, disse um palavrão.

"É claro, é claro. É claro que eu vou te pagar. Nós já tínhamos combinado, lembra?"

"Não só você, mas todos, e fecharam comigo. Eu não posso é ficar de braços cruzados esperando respostas deles. Eu tenho que me virar".

"Eu mantenho contato, a maior parte é do Governo do Estado e o meu medo é que se faça uma vistoria. E, aí, como é que eu vou explicar isso?"

"Dinheiro não se esconde, precisamos disfarçar. Isso a gente precisa lavar".

"Depende".

"Aeroporto, máquinas, juros".

"Tudo bem, tudo bem. OK. É um documento em sigilo que ninguém pode saber. A polícia não pode saber".

"Está tudo indo, tudo andando."

"O advogado. Ele faz um trabalho e não revela a ninguém; já faz um trabalho para mim, mas isso não pode sair do meu bolso".

"E você acha que isso é feito aqui dentro? Isso é feito fora daqui. Estão entendendo? Não sou burro não. Pensa que vou fazer isso aqui dentro?"

"Uma manchete bem grande, uma manchete" – um palavrão – "é uma manchete bem grande".

"Péra aí, vamos preparar uma manchete bem grande para despistar".

"Mil e quinhentos."

Isso está na perícia da Polícia Federal, leitura de lábios de V. Sª no aeroporto. O inquérito, repito, é o de nº 312/2004, volume 5, fls. 1.296 a 1.298 da Polícia Federal.

V. Sª tem a palavra.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Senador, lhe afirmo, com todo o respeito ao trabalho da Polícia Federal, que esses termos, essa conversa jamais existiu entre mim e o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, estou satisfeito. Os fatos vão se acumulando e não se chega a elucidação nenhuma com essa falta de disposição de dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio, devo adiantar a V. Exª e a esta Comissão que o inquérito da Polícia Federal já se encontra à disposição dos Srs. Senadores – o inquérito do qual consta essa leitura que V. Exª acabou de fazer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É só um minutinho, só para esclarecer que essa transcrição a que o Senador Juvêncio da Fonseca se referiu foi feita através de leitura labial realizada por pessoas surdas. Chamo a atenção que não devemos usar a expressão surdo-mudo, a perícia foi feita por pessoas surdas. A pessoa surda pode, inclusive, falar, muitas delas podem falar; quando elas não podem falar, elas se utilizam da Libras, que é a Língua Brasileira de Sinais, mas têm uma capacidade muito aguçada para fazer a leitura labial, em função de todo um treinamento. Temos, portanto, confiar nesse trabalho, porque as pessoas surdas têm toda a competência, capacidade e treinamento, inclusive em função da necessidade que têm de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, queremos registrar que V. Exª talvez seja o estudioso que, neste País, tenha o trabalho mais sério em relação a essas pessoas. V. Exª é, sem dúvida, autoridade nessa matéria. Parabenizo V. Exª pelo brilhante trabalho que desenvolve, não só agora, como Senador, mas desde a época em que éramos deputados federais – V. Exª já fazia esse trabalho com muita dedicação, com muito amor e com conhecimento de causa. Parabéns a V. Exª.

Por permuta com o Senador Reginaldo Duarte, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

V. Exª, Senador Arthur Virgílio, tem a palavra e dispõe de quinze minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Waldomiro Diniz, Srs. advogados, Srªs e Srs. Parlamentares, eu estou vendo uma evolução muito intensa e avassaladora desses fatos. Hoje acordei com a disposição de discutir o tal caso Okamoto – esse empréstimo que o Presidente diz que não contraiu, o outro diz que pagou. Gravíssimo! Se fosse um fato só, seria gravíssimo. Em qualquer País do mundo, seria gravíssimo. Caiu uma candidata a Primeira Ministra da Suécia porque não explicou, do jeito que o partido queria, gastos de cinco mil dólares num cartão de crédito dela. Deixou de ser deputada, deixou de ser líder do partido, deixou de ser candidata a Primeira Ministra da Suécia. O empréstimo, por si só, já é gravíssimo.

Cada dia mais se enrolam nas inverdades, nas inveracidades. E eu disse que não podia mais ir à tribuna para tratar disso porque esse assunto tinha ficado velho, de ontem para hoje é um assunto que ficou velho e, parece, aos nossos pobres filhos, um assunto de somenos importância. É por isso que aqui, Sr. Waldomiro Diniz, eu também mudo o foco da minha inquirição a V. Sª.

Eu tinha preparado um sem-número de perguntas, não iria dar para fazer todas nos quinze minutos que teríamos nós dois – para eu perguntar e V. Sª responder. De antemão, quero lhe dizer que é uma norma minha – assim agi nas poucas vezes em que participei de comissões parlamentares de inquérito –, até pela desigualdade – o fato de eu estar com toda a vantagem tática e o depoente estar numa posição, neste momento, de inferioridade tática –, jamais fazer algo parecido com grosseria. Não faz parte do meu temperamento, eu não agiria desse jeito. Eu vou apenas fazer um diagnóstico para V. Exª.

Na outra sala, o Sr. Duda Mendonça admitiu, claramente, o acumpliciamento de setores deste Governo, do Partido dos Trabalhadores e de empresários do porte desse tal Sr. Marcos Valério. Lá ficou caracterizado, mesmo, que se praticou evasão de divisas, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Muito provavelmente, a pessoa jurídica do Banco Rural no exterior teria aberto o limite de US$20 milhões, com saques – com pelo menos um saque de US$70 mil já confirmado – para uma empresa chamada Dusseldorf, de propriedade do Sr. Duda Mendonça, que teria sido aconselhado – segundo ele próprio, Duda Mendonça, revelou de maneira clara, e vou propor a V. Sª que também seja claro – por Marcos Valério e Delúbio Soares – dinheiro de pós....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL-PB) – Senador Magno Malta, o telefone de V. Exª está no ar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dinheiro que foi... A meu ver – vamos ser francos – dinheiro público sim. Essa farsa do empréstimo não é verdadeira. Essa farsa do empréstimo não é verdadeira, porque o empréstimo não era para ser pago pelo Sr. Valério aos bancos ou ao banco, e não era para ser pago pelo PT ao Sr. Valério. Não vamos fingir aqui que estamos todos contando história da carochinha uns para os outros porque não estamos. A trama foi descoberta e, como a trama foi descoberta, agora um

finge que deve, o outro finge que quer receber, e por aí nós vamos vendo o País desandar moralmente.

Sr. Waldomiro Diniz, eu preparei uma série de perguntas – iria perguntar como está pagando o seu advogado; como vive; qual o integrante da equipe do Governo que recomendou a sua atuação, entre outras. Eu não vou perguntar nada disso. Eu queria até poupar o meu tempo – se V. Sª quiser falar, fale, se não quiser, não fale, não é obrigado a falar. Eu queria lhe fazer uma recomendação. Se V. Exª disser: "Não falo", não fale. O tempo volta imediatamente para o próximo inquiridor. Estou com 10 minutos e 24 segundos, e eu queria lhe dar dez minutos dizendo o seguinte. Este Governo acabou, acabou. Essa gente não tem para onde descer mais moralmente, não tem mais para onde descer. Sociologicamente, esse Governo teria acabado há mais tempo. Ele, agora, está acabando de fato. Qualquer pessoa percebe isso. Isso aqui é mais do que se poderia tolerar, até para um partido paciente como o PSDB.

Eu queria lhe dar o tempo que me resta para lhe fazer uma recomendação: não dê bola para esse seu **habeas corpus**, não faça uma defesa que não é a favor do País e nem é a seu favor. Abra o jogo. Diga tudo o que sabe. Faça como o Duda fez. Se fizer isso, o Brasil vai lhe agradecer. O Brasil vai lhe agradecer porque será um serviço prestado a este País, aos nossos filhos, aos nossos netos, aos vindouros, aos que virão. Será um serviço prestado.

Eu lhe faço uma pergunta. Se for incômoda, não precisa responder; faço-lhe uma outra, "Já respondi"; faço-lhe uma terceira e diz qualquer coisa que pode ser ou não a expressão da verdade – e V. Exª não está aqui obrigado a me atender nisso. Tentando tocar no seu coração, tocar no seu cérebro – ou na combinação do seu cérebro e seu coração –, eu lhe diria: Sr. Waldomiro Diniz, depois de tudo o que acredito que V. Sª fez, depois de tudo o que acredito que V. Sª praticou de equivocado no País, eu vejo à sua frente uma chance brilhante, a de prestar um grande serviço ao País.

Eu tenho essa mania de orador, de falar muito – tenho oito minutos agora. V. Sª fale tudo o que sabe e diga aos outros: "Olhem, não perguntem mais nada. Eu, Waldomiro, vou falar". E, aí, fale, fale, fale, fale contando tudo que sabe e preste esse serviço ao País. Eu serei o primeiro a lhe agradecer por isso e tenho certeza de que a Justiça brasileira será compreensiva em relação a V. Sª porque no Brasil agora as mentiras não duram mais do que doze horas. Daqui a pouco mentira vai ser apanhada com meia hora. Então, por favor, o tempo é seu, abra o jogo, se quiser aceitar a opinião de alguém que está aqui a recebê-lo com toda consideração e que quer lhe passar às mãos os dados – eu vou lhe passar às mãos os dados do Duda mostrando a movimentação financeira dessa confusão toda. Abra o jogo. Abra o jogo.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nobre Senador Arthur Virgílio, quero, obviamente, agradecer o tempo que me concede. Acho que é uma deferência de V. Exª.

Sou admirador do seu trabalho como líder da Oposição, a defesa veemente das suas idéias. Acompanho o seu mandato. Se não é em confidência, devo dizer que nos encontramos em São Paulo, lhe cumprimentei...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só explique que foi no aeroporto.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi no aeroporto, obviamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu não sabia se o senhor vinha falar comigo para me agredir ou para me abraçar e o senhor veio para me cumprimentar.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Obviamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Deixar tudo bem claro, porque parece que tem que ler meus lábios também. Meus lábios não precisam ser lidos, eu falo alto para todo mundo ouvir.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade. Só pra ser bem claro, me dirigi, obviamente, por cordialidade, por deferência ao seu trabalho.

Senador, eu tenho... tive vinte e dois anos... e vi minha vida pública interrompida com esse episódio. Este episódio foi um divisor de água da minha vida, sobre o qual eu acho que dificilmente, dificilmente eu vou me recuperar. Dificilmente.

Eu devo prestar contas a esta Casa, devo prestar contas à sociedade. Agora, os fatos que testemunhei, Sr. Senador, e o que o senhor me traz aqui nunca **chegou** ao meu conhecimento. Eu não estou mentindo ao senhor, eu não estou mentindo à Nação, não estou mentindo a esta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Os fatos que o senhor testemunhou não chegaram ao seu conhecimento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como o senhor pode ter testemunhado sem terem chegado ao seu conhecimento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe! Quero me expressar melhor. Nenhum dos fatos, nenhum dos fatos que estão sendo narrados, que o senhor narrou, era do meu conhecimento. Nada. Eu não posso falar sobre o que não é do meu conhecimento. Desculpe. Sou grato pelo tempo que o senhor me concede... Ou seja, não posso fazer nenhum comentário sobre esses fatos, que não eram do meu conhecimento, nunca

chegaram ao meu conhecimento. Meu nome não tem sido citado porque obviamente não participei disso. Ou seja, interrompi o meu contrato, ou seja, minha função no Governo em fevereiro, pedi demissão, me afastei, mas não tive conhecimento dos fatos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu não sei se me fiz entender. Eu não me refiro ao senhor se referir aos fatos envolvendo Duda Mendonça, Marcos Valério, Delúbio Soares, o Governo Lula e o PT, não. Me refiro aos fatos que o senhor deles teria participado na Casa Civil: as relações com a G-Tech, com Cachoeira, tudo isso, a parte que lhe tocaria nesse latifúndio de irregularidades que houve. É a esses fatos que eu me refiro.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro, claro, claro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Abra o jogo sobre eles. Abra o coração. Estamos aqui para ouvi-lo.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Senador, óbvio, agradeço novamente.

Antes de sua chegada a essa Comissão, já fui indagado algumas vezes. Reitero: não recebi, jamais recebi do Sr. Carlos Cachoeira nenhum centavo, nenhum centavo, que não fosse os repassados à campanha do Sr. Geraldo Magela e, ao falar à revista, fiz de livre e espontânea vontade, porque era verdade. Para não ser acusado mais tarde de ter pego dinheiro sem ...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E o Presidente Lula, mesmo sabendo disso, nomeou o Sr. Magela para um banco, para tomar conta de dinheiro. É negócio da galinha... a raposa tomando conta do galinheiro... um negócio complicado...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe, eu não posso...

Em relação à GTech, Sr. Senador, inclusive quando a revista **ISTOÉ** fez uma matéria a meu respeito em junho de 2003, salvo engano, V. Exª fez um requerimento de informação e eu tive oportunidade de responder com todos os pedidos de esclarecimento que tinha feito. Ou seja, o episódio da GTech é... estou sendo acusado de ter indicado um consultor, uma pessoa que jamais tive contato, jamais falei por telefone, não conheço. Então, o que eu posso relatar – e estou relatando a esta Comissão – é a mais absoluta verdade, Sr. Senador. Não peguei dinheiro do bicheiro, não peguei um centavo em proveito próprio. Não participei de renovação de contrato da Gtech, e isso vai ficar provado. As investigações vão provar, as investigações vão provar isso com o tempo. Isso vai ficar provado.

Então, o que eu tenho a... Primeiro, devo lhe agradecer por me dar a oportunidade de fazer esse testemunho, mas não tenho, não posso dar nenhum outro testemunho que não seja esse, que não seja a verdade. Esta é a minha verdade e dela eu não fugirei, ou seja, os fatos que testemunhei, os fatos que me dizem respeito são esses. Eu não recebi nenhum centavo, não indiquei nenhum consultor à empresa Gtech, até porque não conhecia e não conheço esse senhor. Existe uma confusão, estão tentando me envolver nisso. Não sei quais os motivos, mas... Quebra de sigilo telefônico, quebra de sigilo bancário e todas as investigações, dia-a-dia, estão apontando isso. Existe uma investigação, um inquérito aberto na Polícia Federal há um ano e meio, ou seja, não é possível que não se conclua que eu não conheço esse senhor. Eu não participei dessa negociação. Este é o fato, Sr. Senador. O que foi verdade eu relatei. O que foi verdade eu relatei. O que peguei do Sr. Carlos Cachoeira e entreguei à campanha do Sr. Magela, assumi. Esta é minha verdade, não posso fugir dela.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu tenho ainda dois minutos.

Eu apenas me reservo o direito de acreditar que V. Sª se mantém fiel. Levando em conta os interesses envolvidos, isso não é louvável, mas é, de certa forma, de se registrar. V. Sª se mantém fiel a uma pessoa ou a pessoas e até a um Governo que, a meu ver, não existem mais. Por isso que lhe fiz o apelo de falar mais. Sinto que, no íntimo, V. Sª aqui está pagando um alto preço – seus advogados sabem disso, percebo o semblante preocupado de ambos – por pessoas e por um Governo que, praticamente, vivem no limbo da vida brasileira hoje, no limbo.

Vejo, hoje, o seu amigo e *roommate* – o senhor dividia um apartamento com o Ministro José Dirceu – dizendo: "Vamos à luta!" Ele pretende defender o que acha que lhe resta de mandato, como se ele fosse disputar o DCE da USP! E não tem nada mais para defender, porque, pura e simplesmente, ele arruinou com o que tinha de credibilidade na vida pública brasileira.

V. Sª pode ter desperdiçado uma chance. Eu esperava que V. Sª dissesse o seguinte: "Olhem, não falem mais nada. Eu vou falar". E as perguntas todas ficariam tolas, ficariam bobas, porque V. Sª diria algo como: "Na Casa Civil funcionava assim, funcionava assado, era assim que o Zé Dirceu agia, era assim que havia influência da Gtech, o contrato se dava assado".

É uma pena: V. Sª prefere pagar sozinho por algo que não pagará sozinho, porque as coisas no Brasil terminam sendo descobertas, e os responsáveis por aquilo que V. Sª está disposto a pagar sozinho pagarão também. Não tenho dúvida. É uma sociedade muito exigente a nossa hoje.

Muito obrigado a V. Sª de qualquer maneira.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Agradeço, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem de inscrição, a palavra passaria ao Senador Magno Malta e, em seguida, aos Senadores Geraldo Mesquita e Antonio Carlos Magalhães. De acordo com entendimento entre os três, falará primeiro o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Advogados, Sr. Waldomiro Diniz, meus caros colegas, em primeiro lugar quero agradecer ao Senador Geraldo Mesquita a gentileza de me ceder, como o Senador Magno Malta, a oportunidade de falar. Serei breve, porque hoje temos inúmeros afazeres, não só na Comissão dos Correios, mas em plenário e ainda na OAB – estive na OAB representando a Comissão de Justiça ainda há pouco, daí ter chegado agora.

Dirijo-me ao Sr. Waldomiro Diniz. Em primeiro lugar, prazer em conhecê-lo.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Igualmente, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nunca tive oportunidade de trocar qualquer palavra com o senhor, embora trocasse muitas com seu chefe, o Dr. José Dirceu. Com o senhor nunca tive oportunidade de trocar qualquer palavra, de maneira que estou muito à vontade para dizer, como estou dizendo agora, que o Dr. Marcelo Rovai esteve aqui e demonstrou claramente que V. Exª estava querendo extorqui-lo no sentido de fazer o contrato com a Gtech, não só V. Sª como também o Dr. Buratti, que o senhor conhece bastante, e que agora aparece em outras listas de outras coisas.

V. Sª nada tinha que se meter em contratos de Gtech com Caixa Econômica. Foi uma intromissão indébita feita a partir da posição de V. Sª na Casa Civil.

V. Sª já havia estado na Loterj, no Rio de Janeiro, de onde não saiu como uma figura que tivesse "brilhado". Vem para cá e, usando a Casa Civil – se V. Sª não fosse da Casa Civil, não iriam procurá-lo para tratar de Gtech e Caixa Econômica –, foi tratar com empresários da Gtech. Isso ficou claro aqui, inclusive com as reuniões que V. Sª teve no Blue Tree.

De modo que acho que V. Sª poderia agora, para se redimir dos pecados praticados, fazer o que o Duda Mendonça fez na CPMI dos Correios: dizer verdades em relação a este Governo a que V. Sª serviu, mas não em relação ao que V. Sª fez no Governo ou mesmo na Casa Civil, mas a coisas que V. Sª sabe – e sabe bastante – em relação ao contrato da Gtech e da Caixa Econômica. Se V. Sª foi tratar desses assuntos lá, evidentemente o fez porque era homem da confiança do Ministro José Dirceu. Se o Ministro José Dirceu já tinha alguns pecados, V. Sª multiplicou os pecados dele, porque, a partir daquela data, o Ministro José Dirceu passou a ser uma pessoa que não tinha o crédito necessário na área política.

V. Sª tem essa responsabilidade grave: de tudo o que acontecer ao Sr. José Dirceu, um pedaço lhe cabe, porque V. Sª desmoralizou o Chefe da Casa Civil em primeiro lugar. Outros fatos devem ter ocorrido, porque ele não estava alheio, ele tinha muita força no Governo, mas evidentemente esse foi básico.

Faria um apelo a V. Sª, que não respondeu de jeito nenhum ao Senador Arthur Virgílio sobre a sua atuação em relação à Gtech e à Caixa Econômica e em relação a esses problemas todos que o Governo está vivendo, problemas que danificaram sua base moral. O Governo da República hoje não terá crédito em lugar nenhum onde a seriedade domine, só terá crédito nos confrontos e nas lutas que, evidentemente, deseja travar, mas em que já está derrotado.

V. Sª tem o dever de se redimir. Redima-se com um depoimento correto, dizendo tudo o que aconteceu envolvendo a Gtech e a Caixa Econômica, algo de que V. Sª participou, conforme os diretores da Gtech disseram nesta Casa.

Eu darei o meu tempo para que V. Sª me responda, mas me responda objetivamente. Se for responder como respondeu ao Senador Arthur Virgílio, agradeço, mas abro mão da resposta.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, peço desculpas a V. Exª se não vou lhe dar uma resposta diferente, mas devo reiterar a V. Exª: não participei de renovação de contrato de GTech, Caixa Econômica, isso vai ficar provado pela Justiça, porque não indiquei o Sr. Rogério Buratti, porque não o conheço e não estou fazendo isso seguindo a trilha de quem vem mentindo reiteradas vezes. Eu não conheço esse senhor. Não sabia dos seus interesses. Isso vai ficar provado. Peço desculpas a V. Exª se, obviamente, não atendo a sua expectativa. Não sabia de segredos maiores que não me eram confiados. Exercia minha função. Não me foi delegado participar de renovação de contrato da GTech. Então, não posso lhe responder, obviamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu perguntaria, então, a V. Sª se, naquele tempo em que V. Sª soltava as emendas dos Parlamentares – V. Sª era o encarregado disso e tratou com vários Parlamentares, todos nós temos conhecimento, porque era da sua função –, aquilo equivalia ao "mensalão" de hoje.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Senador, eu acho que um Parlamentar alocar emenda ao Orçamento é, obviamente, função dele, de seu mandato, alocar um recurso que possa atender sua base.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sobre o pagamento.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sobre o pagamento, não era da minha alçada. Eu poderia encaminhar, como já respondi aqui, ao Ministério. Toda demanda que me chegava eu encaminhava ao Ministério. Não tinha alçada para dizer: este vai receber, tem que receber. Fazia o encaminhamento como era a minha obrigação dentro da Assessoria. Sobre "mensalão", não posso falar, porque não conheço desse assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Bom, estou satisfeito e agradeço novamente ao Senador Geraldo Mesquita a oportunidade que me deu, bem como ao Senador Magno Malta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta. V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que V. Exª disse que eu estava no ar com o telefone, eu estava recebendo uma ligação e uma pergunta de alguém do meu Estado, até por conta das colocações que o Procurador Ronaldo Albo fez nesta Casa.

Sr. Waldomiro, eu estava acompanhando a fala do Senador Arthur Virgílio pela Internet. Imagino que a sua exposição pública tem trazido constrangimentos para sua família, que não sou capaz de calcular. Penso que o senhor já se submeteu tanto a essa situação de ver a cada dia seu nome no jornal, em toda referência a PC Farias faz-se também ao senhor ou ao Delúbio. Não sei sentimental, emocional e psicologicamente como o senhor está se sentindo hoje diante disso, assim como a sua família, mas veja que a cada dia essa coisa vai crescendo, vai tomando corpo, é como metástase: começou e vai, vai.

Eu me lembro, Sr. Waldomiro, que, quando me elegi Deputado Estadual, fui com minha mãe comemorar no interior da Bahia, em Itapetinga, e minha mãe começou a sentir uns sintomas no meio da viagem. E, 16 dias depois, eu estava com minha mãe internada – ela morreu com 57 anos –, ela teve um derrame logo em seguida, três tumores no cérebro, a metástase foi tomando conta, qualquer esforço que se fazia não se conseguia detê-la. Eu quero dizer o seguinte: quando propus a CPI dos Bingos, que poderíamos ter apurado tudo, vieram para cima de mim com uma ferocidade tão grande, que parecia que eu era criminoso.

Então, quero reiterar o que disse o Senador Arthur Virgílio, a fim de que V. Sª reflita sobre isso, porque V. Sª tem uma família para preservar, tem a sua própria vida. Acho que já sofreu bem até aqui, V. Sª está depondo, não está ouvindo o depoimento do outro, o Marcos Valério já vai começar a depor na CPMI do Mensalão e vão colocá-lo junto com o Duda. Parece que vai estourando, quando o médico fala que não tem jeito mais, não tem como costurar, já era, já foi. Mas a minha reflexão é em cima do seu sofrimento. Acho que sua cota foi paga. O senhor já pagou a sua cota. O senhor já deu a sua contribuição.

Existem perguntas básicas que vou fazer, mesmo tendo consciência de que o senhor não vai responder, até porque cadeira de CPI produz um milagre muito grande. Todo mundo que senta na cadeira nunca fez nada e se lembra de muito pouca coisa. Então, não estou querendo fazer deboche ou ironia com o senhor, de maneira nenhuma, até porque é uma posição realmente incômoda, a pessoa não quer se incriminar. Essas coisas todas são entendidas. A Bíblia diz que o diabo é o pai da mentira. Eu tenho medo até que ele sente aqui numa cadeira de CPI e diga que não mente, que não foi ele quem inventou. Porque cadeira de CPI é um negócio doido mesmo, sei disso.

Por isso, insisti com o senhor sobre a questão do meu Estado, pois foi citado o nome do Governador e dito que ele o convidou. Eu chequei com o Secretário de Segurança do Espírito Santo, Dr. Rodinei Miranda. Ele falou: realmente aconteceu o evento, o Sr. Waldomiro esteve aqui. Mas não a convite nosso, nós convidamos o Ministro José Dirceu. Inclusive, ele lembrava de detalhes, que estava com o braço quebrado.

Sr. Waldomiro, o senhor cumpria ordem do Ministro José Dirceu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – No que fosse pertinente às minhas tarefas sim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor acha que, durante a sua estada na Loterj e a sua estada na Casa Civil, o senhor cometeu algum erro, algum deslize?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Cometi, Sr. Senador Magno Malta, de estar nesse dia, nessa reunião, tentando ajudar um amigo e me submeter a esta situação da qual jamais vou conseguir me livrar. Isso é uma marca que tenho que carregar, explicar e da qual não posso fugir.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Carlos Cachoeira, quando depôs nesta Casa, disse que o sonho de consumo dele é uma acareação com o senhor.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Está aceita.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu até confesso que eu estava lá tentando achar uma maneira de contatar esse cidadão e chamá-lo para cá. E quero até propor à Mesa que faça isso. Vamos aproveitar que o Sr. Waldomiro está aqui. Tragam-no para cá de uma vez. Não vamos perder tempo, o assunto está quente, não vamos deixá-lo esfriar. Quero fazer esta proposta à Mesa, para a Assessoria ligar, procurar o Sr. Cachoeira. De repente, ele está aqui em Brasília e vem de uma vez. Não é Sr. Waldomiro? E a gente resolve essa parada de uma vez.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Essa decisão não cabe a mim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu sei, estou apenas perguntando se o senhor aceitaria.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Magno Malta, do que adianta uma acareação se ele está acobertado por um **habeas corpus**. Não adianta nada, a gente vai perder o nosso tempo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É o **habeas corpus**.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Aliás, Senador Magno, na primeira oportunidade, vou até propor aos Senadores que compõem a Comissão, à Presidência desta Casa que não ouçamos mais as pessoas que, convocadas por esta CPI, estejam acobertadas pelo **habeas corpus**. Não há fundamento nisso, a gente ouvir pessoas que venham aqui impedidas de dizer a verdade. Para quê? Qual é a utilidade?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É verdade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – As perguntas têm valor. Se negar a resposta, ele pode ser indiciado. Agora, se não for ouvido não tem praticamente nenhuma condição de indiciá-lo no processo e representar no Ministério Público. Mesmo com **habeas corpus** tem que vir. Às vezes, a consciência desperta. Esses apelos que estão sendo feitos, talvez na sua vez faça também, todos nós, uma hora qualquer, Deus está aí por perto e diz: crie coragem e conte a verdade. Desculpe Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Muito boa, Senador. Responda-me: qual é a sua relação com a família Ortiz?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nenhuma, Sr. Senador. Não os conheço; nunca estive em nenhum ambiente em que eles estivessem presentes.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas já ouviu falar neles?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Só pela imprensa.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Que eles são do meio do jogo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Só pela imprensa.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor era assessor da Casa Civil.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quando o Presidente Lula mandou ao Congresso a mensagem estabelecendo que legalizaria o jogo no Brasil, o senhor participou da construção desse texto? O senhor sabia que o Governo queria legalizar o jogo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente, não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas o senhor... Veja bem, que fato esquisito. O senhor faz parte dos quadros, é um homem importante, foi assessor, presidiu a Loterj no Rio de Janeiro. Creio que, no Governo, quem mais conhece jogo é o senhor, era o senhor, e não foi chamado para participar da construção desse texto?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nem para ser ouvido?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nem para ser... Posso lhe responder? Posso responder à sua pergunta?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pode.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Posso dizer a V. Exª, já que quer um esclarecimento, que essa frase sobre regulamentação de bingos, pelo que me consta, foi incluída pelo Ministério do Esporte. V. Exª pode averiguar a veracidade da minha informação. Não fui eu que incluí essa frase.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas quero saber se o senhor assessorou e tal.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nenhuma reunião?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não fui chamado, não fui ouvido, nunca fui procurado para tratar desse assunto. Não era competência minha.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sabe o que é estranho? Em todos esses documentos que o Governo tratou na luz, o senhor não estava. O senhor aparece só nessas ilações, denúncias de fatos que ocorreram nas trevas, no escuro.

Quando o senhor fala nessa fita, sou tentado a acreditar, mas, como se dá o diálogo é muito esquisito, porque é o senhor quem faz a pergunta a ele: "Você vai separar alguma coisa e tal". Não é ele que fala assim na fita: "Você quer alguma coisa para você?" É o senhor quem pergunta e fala: "Um por cento". Ele fala: "Só um por cento? Fico admirado".

Analise se estou errado. Quando o senhor obteve a informação do jornalista de que havia uma fita gravada com o senhor?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A informação, conforme acabei de relatar ao Senador Flávio Arns, foi em janeiro de 2003, não sendo confirmada pelo autor. A informação que recebi foi de que a fita não existia.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor se reuniu com o Cachoeira em que mês?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso foi em janeiro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Que o senhor se reuniu com ele? Não. Ele disse que a fita estava gravada em que mês? A informação que o jornalista lhe deu: tem uma fita que incrimina você.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso. Isso foi em janeiro de 2003, já funcionário da Casa Civil.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E o senhor se reuniu com Carlos Cachoeira em que mês?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nesse mesmo... após a ligação do jornalista, procurei o Carlos Cachoeira.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas o seu diálogo com ele deveria ser um diálogo indignado.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Mas foi.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – "Vou dar um muro na sua cara, vou quebrar os seus dentes. Eu estou sabendo que você gravou uma fita dizendo que eu sou vagabundo, rapaz". Mas o jeito como o senhor conversou: "Estou com um amigo doente, dá para dar um..." Entendeu? "Vai separar alguma coisa aí para mim?" Entendeu? Isso não é atitude de um cara que está indignado. Desculpe, desculpe, entendeu? "Quanto o senhor quer? Um por cento?". E ele falou assim: "Porque o objeto da licitação está errado." Aí o senhor fala para ele assim: "E você quer fazer o quê? Quer dizer, como é que você quer que eu faça? Você mesmo quer fazer?" Então, não é um diálogo. O senhor já sabia que ele tinha uma fita gravada. Quer dizer, a sua reação... A informação que se tem é que a fita foi em agosto. Deveria ser assim: "Rapaz, eu chamei você aqui porque eu vou quebrá-lo". Aliás, o senhor dá dois dele. Se o senhor falasse isso, daria uma alegria nas pernas dele que ele iria cair antes de apanhar. Mas, na fita, não há reação nenhuma de quem está sendo ofendido. "Rapaz, você é vagabundo. Você me chama para fazer uma desgraça dessa com minha vida? Vou te quebrar". Não. O senhor falou: "Não, porque tem a campanha de Benedita, a campanha de Rosinha, a campanha..." Felizmente, o senhor salvaguarda as pessoas e diz realmente... Quando V. Sª citou os nomes na fita, o senhor o fez sem autorização, correto?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Correto.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor citou o nome de Rosinha aleatoriamente, o nome de Garotinho aleatoriamente, o nome de Benedita aleatoriamente, e o senhor só confirma que deu dinheiro para Magela?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E os outros? Não?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Absolutamente, nunca.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, veja que é um diálogo de alguém manso, que está falando com um amigo, que está falando com um amigo. Não é de um homem indignado que já sabia que Carlinhos Cachoeira havia gravado a conversa. Aliás, Carlinhos Cachoeira me lembra muito Juruna, que tudo que faz grava.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, desculpe. Não quero interromper o seu raciocínio. Há uma confusão da cronologia dos fatos. Quando digo a V. Exª que fiquei sabendo da gravação por meio do jornalista Mino Pedrosa, era início de janeiro de 2003, já em Brasília. A conversa que tive, quando da gravação dessa fita, foi em meados de agosto de 2002, no Rio de Janeiro. Existe uma confusão da cronologia dos fatos feita por V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não é por mim, é o que está posto, está escrito. A degravação feita por um perito – leitura de linguagem labial –, que o Senador Juvêncio da Fonseca leu e o senhor diz que não lhe pode atribuir isto: "Isso vai rolar muito dinheiro, muito dinheiro, eu me responsabilizo, eu me responsabilizo, não se preocupe". Agora, o Duda Mendonça está dando um depoimento dizendo: "Mandaram-me abrir uma conta em Israel. Esse dinheiro vinha de Israel e vinha para uma outra conta minha, em outro paraíso fiscal". Essa temática de muito dinheiro, muito dinheiro, muito dinheiro parece uma coisa corrente que está todos os dias nas manchetes, e cada vez que se mexe, mais se descobre. O senhor reafirma que esse diálogo não é seu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Confirmo e reafirmo, nunca tive esse diálogo com esse senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Permita-me um aparte, Senador Magno Malta? Em que data que foi essa gravação no aeroporto?

O SR. (Orador não identificado) – Dia de Reis.

O SR. FLÁRIO ARNS (PT – PR) – Não, a gravação no aeroporto; não essa gravação no escritório do Carlos Cachoeira.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Senador, não tenho a data exata, eles dizem que em meados de 2002.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – No aeroporto?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – No aeroporto. Não tenho a data exata.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor é um homem inteligente. Sobre aquele empresário do Rio Grande do Sul, aquele artista que esteve aqui, o Cannozzi, que deu um depoimento RL para nós, depoimento Rolando Lero. Aliás, todos estão assim. É um artista, deu um show aqui. O senhor acaba de falar que ele ligou para o senhor para tratar de nomeações. Que sentimento que o senhor teve? "Não conheço esse cara, esse cara não é do nosso grupo, não é do nosso governo, ele falou em nome de quem?" Só o cara sendo doido. O que o senhor perguntou para ele ao telefone? "Você está falando em nome de quem? Nomear aqui? Você é do Rio Grande do Sul!" O que o senhor falou com ele? Qual o sentimento que o senhor teve?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente isso que V. Exª está me dizendo, que eu estava tratando com uma pessoa que não tinha nenhuma seriedade, "vou indicar aí uma pessoa".

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas o senhor não perguntou a ele quem lhe havia dado ordem para indicar?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele disse: "Estou em entendimentos" – não falou nome nem nada – "estou lhe comunicando que vou nomear aí uma pessoa".

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quero corrigir porque o Sr. Luiz Eduardo não falou que ele disse que o senhor estava recebendo R$300 mil. Ele disse o seguinte: "Veja o Waldomiro, arrecadando porcaria de R$300 mil; nós podemos fazer muito mais". E começou a desenhar as vísceras do governo onde os tentáculos poderiam ser colocados. Aí ele falou: "Esse cara é um incompetente, esse Waldomiro, é um inerte. O cara, com a chave do cofre na mão, vem com o negócio de R$300 mil". Aliás, quando vi a fita, fui tentado até a lhe dar um voto de confiança, porque um cara que está lidando com bicheiro e pede 1%... É negócio de doido.

Ele só falou isso, como um mafioso: "Olha, estou indo aí acertar nomeações"? A conversa não foi mais além, o senhor não tentou puxar a língua dele para saber dos fatos. Isso é uma doideira! É o mesmo que a pessoa ligar para o meu gabinete e falar assim: "É o Magno Malta?" "Sou eu, artista". E ele fala: "Estou indo aí para nomear uma pessoa. Tchau". Eu ia falar: "Como é que é rapaz? Nomear em nome de quem? Quem te deu a ousadia de telefonar para mim e falar um negócio desses? Quem é você? Diga lá".

O senhor falou o que com ele, pelo amor de Deus? Waldomiro, reage, diz que está sendo injustiçado para dar crédito ao que você está falando. O cara liga, você é Presidente da Loterj, ele só fala que vai nomear, na sua barba, e você não sabe nem quem é o artista?! Como é que se deu mesmo esse diálogo, porque ele não foi miudinho assim?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Se o Senador me permite, vou fazer o relato da conversa tal como aconteceu.

Primeiro, que a conversa não foi por telefone. Eu tive oportunidade de relatar isso na CPI da Loterj.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente. Foi exatamente. Isso, se não me engano, se não me falha a memória...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas nós estamos falando de um artista do Rio Grande do Sul.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe. Exatamente. Desculpe. Desculpe interrompê-lo. Se não me engano, está às páginas 36 a 38 do meu depoimento na CPI da Loterj, onde eu relato o encontro com esse senhor. Ligou insistentemente para o meu gabinete, algumas vezes, e o recado me foi transmitido. Quando pedi o assunto, disse que se tratava das nomeações que seriam feitas na Loterj. Eu falei: "Aí a conversa muda de assunto". Estávamos em período de transição. O gabinete da então Vice-Governadora, para quem conhece o Rio de Janeiro, era no Banerj, ali no Centro. E eu, então, resolvi ouvir do que se tratava. Fui ao escritório desse senhor. Não tenho de memória, mas está registrado no meu relato, está no depoimento. Pode procurar. Está relatado. E lá chegando, ouvi essa conversa. E quero corroborar com V. Exª, é uma conversa de maluco. Desculpe a expressão. É uma conversa de maluco: "Olha, estou acertando aí. Aí. Estou acertando aí. Vou fazer lá...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso dito pessoalmente.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Pessoalmente, dito para mim, sentado numa sala ampla. Me chamou, sentou. "Aqui, ô Presidente, estou acertando aí. Vou nomear lá. Vou fazer umas nomeações lá. E o senhor se prepare. O senhor vai ser comunicado." Estávamos na época da transição. O convite para que eu continuasse Presidente já havia sido feito pela Governadora, então Vice-Governadora. Eu disse: "Olha, senhor, eu não lhe conheço. Não tenho nenhuma resposta para lhe dar. Não sei do que se trata. Não fui comunicado". Obviamente me despedi. Aquela conversa não prosperava em nada. Não disse que era maluco. Na primeira oportunidade, procurei a Governadora, relatei a ela a conversa. Falei: "Governadora, aconteceu isso, isso e isso. Devo dizer à senhora o seguinte: a senhora tem

a liberdade de compor a equipe. Agora, eu também tenho a liberdade de aceitar ficar ou não". Ela disse: "Vá trabalhar, porque nós estamos numa época de fofoca. Todo o mundo está nomeando. Vá fazer o seu trabalho". A conversa encerrou assim, desse jeito, tal como relatei. Está no meu depoimento da CPI da Loterj.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor assistiu ao depoimento dele aqui?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não tive oportunidade, até porque estava trabalhando.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Meu tempo expirou. Eu queria só fazer duas perguntas rapidamente. Sr. Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Qual a sua relação com o Sr. José Renato Granado Ferreira, ex-Presidente da Associação de Bingos?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O Sr. Zé Renato foi Presidente da Associação dos Bingos do Estado do Rio de Janeiro, tomou posse. Quando cheguei, tomei posse como Presidente. Ele não era o Presidente. Era um outro senhor. Zé Renato assumiu logo em seguida. E essa foi a nossa relação, relação institucional, eu, Presidente, e ele, Presidente da Associação.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Chegaram a tratar de alguma coisa?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Só dos interesses da categoria dele e eu, como Presidente, ouvia. O que me era devido eu encaminhava. O que não era devido me reportava, dizendo que não era possível encaminhar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor tinha exata noção do malefício desses caça-níqueis no Estado do Rio de Janeiro?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, obviamente que, como Deputado – à época V. Exª era Deputado –, V. Exª deve ter tomado conhecimento de que houve um vácuo quando cessou a legislação federal. O então Governador Garotinho, para não deixar a situação no Estado – isso é o que me foi relatado não pelo Governador, e sim pelas pessoas da loteria –, para não deixar aquela situação sem nenhum amparo, resolveu, então, baixar um decreto estadual dando amparo para que a Loterj cuidasse daquela situação. Ou seja, eram, quando lá cheguei, 25 casas de bingo, certo? Já relatei aqui quais foram as nossas iniciativas: mandar para a Drª Raquel Branquinho que é Procuradora, mandar ao Coafe, ou seja, fui à Polícia Federal entregar essas informações, tomei todas as providências necessárias até chegar ao ponto em que baixei uma portaria minha impedindo abrir novas casas, ou seja, fiz o que estava ao meu alcance.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, o senhor não era uma pessoa do gosto deles? Eles lhe tratavam bem?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu era tratado como um agente da Caixa Econômica Federal. Eu estava lá para intervir, ou seja, para fechar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Era um X-9 contra eles?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não vou, desculpe, não vou aceitar. Mas, obviamente...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Desculpe, é um termo.

Só para encerrar. Quais os contatos que o senhor manteve com o Sr. Marcelo Rovai e Antonio Carlos Rocha.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Tive três reuniões com esses senhores. Tive três reuniões com esses senhores.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Para tratar de quê?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A primeira reunião marcada pelo empresário de jogos, Carlos Ramos, em que ele nesta reunião em que dizia que tinha a fita, disse-me que precisava que eu participasse dessa reunião com ele.

Eu resolvi então, intimidado por aquela situação naquele momento, ir a essa reunião.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E o senhor já sabia que ele tinha gravado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A conversa era essa. A conversa era essa. De que havia uma fita. Ele diz "olha, eu quero que você vá a uma reunião comigo dar um testemunho de que eu tenho um contrato, estou executando porque estou fazendo uma parceria com esses empresários".

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Realmente, há informações de que o senhor elogiou ele nessa reunião.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente. Foi só isso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Era com medo dele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Como?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele já tinha lhe gravado. Chegou à reunião, o senhor o elogiou. Estava com medo dele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, devo dizer ao senhor que me acovardei e resolvi atender ao pedido dele e ir à reunião e dizer "esse senhor foi

contratado, está cumprindo o seu contrato no Rio de Janeiro".

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Por que o senhor teve medo dele? Tem informações que lhe intimidam?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Olha, o medo não protege ninguém, Senador. Hoje, não tenho nenhum medo e devo dizer ao Sr. Carlos Cachoeira: eu não tenho medo do senhor, de debater com o senhor aqui e nem em qualquer lugar deste País.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Marcelo Rovai diz que o sonho de consumo dele é também fazer uma acareação.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Na hora em que ele quiser, em qualquer lugar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu quero agradecer dizendo, Sr. Presidente, que aqueles requerimentos meus pedem essas acareações que não foram votadas hoje. Infelizmente, o tempo é nosso inimigo. Se eu puder me reinscrever para novas perguntas, uma prática corrente na CPI, eu me reinscrevo e agradeço a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.ª, Senador e concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Sr. Waldomiro, assim como aconteceu e foi descrito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, é a primeira vez que estou frente a frente com o senhor no mesmo ambiente, não é verdade?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade, é verdade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Mas ao contrário do que disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, certamente S. Exª disse isso porque é praxe, mas vou quebrar a praxe e dizer uma coisa, ao contrário dele, eu não sinto o menor prazer nisso. O senhor é uma pessoa que me desperta sentimentos ruins. Peço a Deus todo dia, de manhã cedo, que me dê humildade em face das pessoas com quem me relaciono, com quem convivo, encontro até eventualmente. Nesse sentido, acolho a ponderação da experiência que vem do Senador Arthur Virgilio quando diz que não devemos nos prevalecer da relação de inquiridor e inquirido, porque é uma relação desigual. Portanto, não vou, em minha inquirição, deixar transparecer aquilo que de ruim o senhor me desperta, mas não podia deixar de lhe dizer isso para que fique registrado.

Queria começar lhe perguntando desde quando o senhor conhece o Sr. Henrique Giannelli?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca conheci esse senhor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Nunca conheceu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não o conheço.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor já participou de alguma campanha política, assim, em diretório?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Formalmente nomeado, não. Só, obviamente...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não. Participando. Não precisa ser nomeado. Para campanha política ninguém precisa ser nomeado.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Só, obviamente, como simpatizante, votando e pedindo votos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – No ambiente do diretório, o senhor já participou de alguma campanha?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, não, não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Uma única exceção...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Na campanha do...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – V. Exª permite?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois não.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Quando assessor parlamentar do então Governador Cristovam Buarque, nesta época eu acumulava a chefia de gabinete. O candidato era Governador e candidato, então eu tinha, obviamente, a função de ser o seu chefe de gabinete, cuidar da sua agenda, e eu o acompanhava. Essa foi a experiência mais, obviamente, nesse sentido que o senhor me pergunta. Eu acompanhei o candidato nessa campanha.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Da campanha do Deputado José Dirceu ao Governo do Estado, em 1994, o senhor não participou?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estive em São Paulo algumas vezes, durante essa campanha, mas não tinha função na campanha.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas o senhor chegou a ir algumas vezes ao diretório da campanha dele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Fui. Fui, é claro. Sem função, absolutamente. Não tinha nenhuma função formal na campanha.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É claro. Por que, olhe, curiosamente o Sr. Buratti participou da mesma campanha. É assim razoável supormos que vocês possam ter se cruzado. O que o senhor tem a dizer disso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Primeiro, desconhecia esse fato de que ele participou da mesma campanha. Sr. Senador, nunca cruzei com o Sr. Buratti, não o conheço, e não existe nenhuma possibilidade de haver prova em contrário. Nenhuma possibilidade de haver prova em contrário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sem qualquer má-fé, eu sabia qual seria a sua resposta. Fiz questão de formulá-la, para deixar mais uma vez patente aqui uma coisa inacreditável: duas pessoas que serviram ao mesmo patrão, o Deputado José Dirceu, candidato ao Governo do Estado, vocês transitaram no mesmo diretório e jamais se conheceram.

É um negócio, Sr. Diniz, o senhor vai me permitir, é um negócio inacreditável isso.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe, Sr. Senador, mas é a verdade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Está certo. O senhor disse há pouco que não poderia revelar quem são os seus atuais empregadores. É um direito seu. O senhor poderia revelar pelo menos a sua renda mensal atual?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, o senhor tem percebido, me desculpe, mas eu não tenho me furtado a responder nenhuma pergunta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu estou-lhe fazendo uma pergunta objetiva, por favor.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Mas, objetivamente, eu gostaria de não responder sobre esse assunto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Também essa.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não responder a esse assunto. Não tratar desse assunto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Qual foi a agência de publicidade que atendeu a Loterj na época em que o senhor a presidiu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A agência Giovanni.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Giovanni.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Giovanni, FCB.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor conhece uma empresa chamada MM Consultoria?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não conheço. MM Consultoria não conheço.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Walter Santos Neto?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não conheço.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não conhece?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, absolutamente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Tuma, é aquela história. Aquiescendo à sua argumentação, fiz aqui as indagações na tentativa de...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria que se registrasse que ele se negou a responder. A pergunta foi formulada. Nós temos o direito de interpretar da forma que acharmos conveniente a negativa dele.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu queria inclusive explicar a V. Exª aquela minha...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tem razão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Aquela minha ponderação foi no seguinte sentido: realmente estou encabulado até agora com o fato de o Supremo Tribunal conceder **habeas corpus** para algumas pessoas e para outras não. Se o princípio...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que dá o direito a mentir, não só a se recusar a responder.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Se o princípio é assegurar às pessoas o direito de não se incriminar, que se conceda a todos, ou, então, não se conceda a ninguém. Agora, conceder a uns e não conceder a outros...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A alguns pela metade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A alguns pela metade. É por isso que me atrevi a colocar como sugestão a esta Comissão que, daqui para frente, doravante, nós nos negássemos a ouvir convocados que chegassem aqui ao abrigo de um **habeas corpus**.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Foi com base nisso e por essa razão, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu estava raciocinando como um delegado de polícia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu sei, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita, satisfeito?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, não vou esticar, porque queria apenas deixar patente aqui a constatação da minha tese. Para mim não é surpresa nenhuma o Sr. Waldomiro não ter dito "a" com "b" e ter negado absolutamente tudo em face das gritantes evidências. Uma das maiores, que reconheço, é o cidadão que tem um laço, uma relação de amizade, de camaradagem e de companheirismo

com o ex-Ministro José Dirceu, Deputado José Dirceu, candidato ao Governo de São Paulo, um outro, que foi seu assessor também, Buratti, participou da mesma campanha em 1994, e os dois não se conhecerem. Para mim, isso é um negócio assim impressionante.

Mas, respondendo a V. Exª, eu me dou por satisfeito. Aliás, eu me dou por insatisfeito, Sr. Presidente, e paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra, o nobre Senador Pedro Simon. Em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

Os últimos serão os primeiros, Senador Romeu Tuma. V. Exª tem experiência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado.

Olha, Sr. Waldomiro, a partir de uma hora atrás, estamos vivendo um novo momento: o momento em que o Sr. Duda Mendonça na outra CPMI reconhece que, por solicitação do PT, abriu uma conta no exterior e que todas as verbas, inclusive da campanha do Lula, que tinha direito a receber ele recebeu nessa conta do exterior, porque o Sr. Valério e o PT não davam nota e não queriam o recibo; o momento em que ele, com a maior franqueza, reconhece isso, que o incrimina. Na verdade, ele reconhece que tem uma conta no exterior, mas conta toda a verdade, esclarece toda a verdade.

Eu disse agora, da tribuna do Senado, que o Lula e o Governo dele vão ter amanhã – para quando já está marcada uma reunião, que vai durar o dia inteiro, com o Ministério dele, e está marcado que ele vai falar para a Nação – a última chance de falar por iniciativa própria, porque, a partir de segunda-feira, os acontecimentos seguem, e ele vai atrás dos acontecimentos.

Então, V. Sª está aqui falando uma linguagem antiga, que já está superada. V. Sª está dizendo que está repetindo o que o Chefe da Casa Civil disse. Todos nós aqui argumentávamos que o Sr. Chefe da Casa Civil era o primeiro-ministro, isso era um consenso no Brasil. O Lula viajava para o exterior, falava bem, mas não era dado a tocar o Governo; isso ficou com a Chefia da Casa Civil, e lá estava o chefe e V. Sª como sub-chefe.

Quando veio depor aqui o ex-Chefe da Casa Civil, ele não sabia de nada, nada aconteceu. Ele não sabia se o Sr. Valério tinha ido ou não ao gabinete da Casa Civil; se o secretário geral do PT tinha ou não um gabinete, uma sala para despachar na Casa Civil; se o tesoureiro tinha ou não pego conta. Ele é uma figura mais ingênua, um chefe da Casa Civil de quinta categoria, que estava ali porque estava ali.

Infelizmente, ele exagerou e caiu no ridículo no seu depoimento, porque o que veio depois demonstrou que aquilo não era verdade. Agora, isso ele declarou há vinte dias; hoje não tenho nenhuma dúvida de que a situação mudou. E, se V. Sª está depondo, seria uma realidade que não existe mais. V. Sª não está sendo nem fiel ao ex-Chefe da Casa Civil, nem ao Governo do Lula. V. Sª está indo por um caminho, e, em contrapartida, amanhã o Lula vai apresentar um outro caminho, tentando reconhecer o que estava errado e o que ele pode fazer, porque não vai poder desmentir o Sr. Duda. O Sr. Duda diz com todas as letras e com os documentos na mão: eu abri uma conta em meu nome, no exterior. Quer dizer, ele se incrimina: eu abri uma conta no exterior, em meu nome. Então, aqui os senhores vêem no meu nome quem foi que mandou dinheiro para mim. E aí ele diz: quem mandou dinheiro para mim foi o PT e o seu empresário, por conta da campanha do Sr. Lula e do PT que eu fiz. Então, isso muda.

Mas veja V. Sª: eu luto, no Brasil, há 20 anos, para mudar a legislação penal brasileira. Acho que a nossa legislação penal é um escândalo. Que dizer, só vai para a cadeia ladrão de galinha. Quem, como V. Sª, tem dois brilhantes advogados não vai para a cadeia nunca! Há um processo, e recorre-se aqui, e recorre-se lá, e se vai para cá, e se vai para lá, e não acontece nada. Vou-lhe ser muito sincero. Nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão, sobre aquele filme que foi exposto aqui, o juiz perguntaria para V. Sª: esse filme é verdadeiro? Aquele que está ali é o senhor ou é um sósia seu? O senhor, quando respondeu, tinha um revólver atrás, obrigando-o a responder, ou respondeu espontaneamente? E, se respondeu espontaneamente "aquele sou eu", o senhor está preso; o senhor vai para a cadeia, e depois vamos discutir. É mais do que evidente: aquilo ali é uma prova cabal, terminante, do crime que já foi feito. É uma prova mais do que evidente quando o senhor diz "e o meu é 1%". É só 1%.

No entanto, aquilo ali é como se não tivesse acontecido. V. Sª começa a falar, como se aquilo fosse uma acontecimento extra na sua vida. Que a verdade sobre se ele fez forçado, se não fez forçado, se era chantagem, se não era chantagem o senhor apareceu falando. O senhor estava falando. E, a não ser que o estivessem pressionando com alguma coisa, aquilo ali é a expressão da verdade. No entanto, o senhor está aqui. O senhor está aqui, porque infelizmente, até hoje, as nossas CPIs terminam em *pizza*, como diz a imprensa, embora isso não seja verdade. É que o tribunal... Inclusive, na minha opinião, não consigo

entender: até parece uma deselegância do Supremo com relação à CPI. E soa mal para o Supremo perante a opinião pública: todo cidadão que vem depor aqui ganha um **habeas** e pode mentir à vontade. Eu tenho respondido isso a vários companheiros do interior, que me perguntam: o que que é isso? Mas por que o Supremo está fazendo isso? Quer dizer, não tem lógica isso. Em primeiro lugar, não fizemos violência nenhuma. Parece que estamos aqui prendendo, matando, enforcando, que não estamos aqui com a maior naturalidade.

Em segundo lugar, está havendo uma mudança. Nós estamos mudando a legislação, e o Supremo Tribunal e o Procurador-Geral da República vão mudar o seu comportamento. O que acontecia até agora é que os Deputados, os Senadores e até o Presidente da República, que achamos que devemos cassar, nós cassamos; temos direito a fazer isso. Mas não temos direito a fazer uma denúncia contra V. Sª na Justiça e muito menos a prendê-lo. Isso é o Procurador. Então, o que tem acontecido é que concluímos a CPI, e esta conclui com energia. Por exemplo, na CPI do Sistema Financeiro, condenamos à cadeia três Governadores, dois Prefeitos, uma série de Secretários da Fazenda, fizemos tudo, mandamos para o Procurador da República, e ele colocou na gaveta. Está na gaveta até hoje, e não acontece nada. Isso é o que estamos fazendo. Este ano isso vai mudar. Já está mudando, porque o Procurador da República já não é como o do tempo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, que – me perdoe – era um engavetador. Recebia e botava na gaveta; recebia e botava na gaveta. O atual, não. O atual, que é a continuação do anterior, denunciou o Sr. Antonio Carlos, o Jader, o Ministro da Previdência, o Jucá, o Presidente do Banco Central, mandou abrir as contas dele. A denúncia é por formação de quadrilha. Até entendo, se o Supremo negar. Espere um pouquinho.

Se o Procurador-Geral da República denuncia o Presidente do Banco Central por formação de quadrilha e pede para abrir as contas, o Supremo levou dois meses, esperando o quê? Esperando que o Presidente Lula demitisse o cara! Eu pensei: ele vai demitir o cara. Agora, não demitiu o cara. De repente, a manchete de capa de hoje "abertas as contas do Presidente do Banco Central", e vão dizer que o Supremo Tribunal está ajudando a desmontar a economia brasileira. Mas o que quero dizer é que o Procurador agora é para valer. Nós estamos tomando as decisões. Vamos chegar a conclusões aqui, sentar à mesa com o Procurador e ver as denúncias que vão ser feitas. E V. Sª, se continuar na linha que está fazendo, vai ser denunciado também. Vai ser denunciado também. Isso não vai acabar assim: V. Sª se pronuncia, vai embora, e terminou; não, vai haver continuidade. Vai haver continuidade. Por isso, digo que V. Sª está em um caminho infeliz. Os seus advogados estão dando orientação neste sentido: vai lá, não fala nada, não atrapalha ninguém, não irrita o ex-Chefe da Casa Civil, fica nessa, e termina tudo igual. Não vai terminar tudo igual.

Eu digo que V. Sª está perdendo uma chance muito importante. Talvez amanhã V. Sª já se arrependa, porque é muito provável que, hoje ou até amanhã à noite, o Presidente Lula venha com um pronunciamento à Nação, mostrando o que aconteceu, lamentando o que aconteceu e tomando uma nova linha.

Eu até perguntaria, Sr. Presidente, se não é para suspender a reunião por uns 15 minutos, para a testemunha falar com os advogados dele e ver se eles não devem mudar a orientação. Eu também sou advogado e estou dizendo que os advogados deram uma orientação que poderia ser correta até ontem, mas que vai levá-lo para um lugar muito ruim.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, Senador, e concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

V. Sª deseja falar, Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, não sei se V. Exª ouviu a voz do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª, Senador Pedro Simon, poderia repetir a proposta, para que fique bem clara?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu faço a proposta de suspendermos a reunião por uns dez minutos, para que a testemunha e os seus advogados discutam, analisem, provavelmente porque eles podem concordar – ou não – em que ele mude sua linha de raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Os Srs. advogados, até pelo **habeas corpus** que recebemos, podem conversar com o seu cliente a qualquer momento, sobre se ele aceita mudar seu depoimento ou se o mantém. Pode falar V. Sª.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Posso responder? Senador Pedro Simon, primeiro, obviamente, quero dizer ao senhor que agradeço a sua sugestão. Ouvi atentamente a sua explanação; no tempo em que trabalhei nesta Casa, fui um dos seus mais atentos, ouvi o seu trabalho, acompanhei o seu trabalho, tenho muito respeito pela sua figura, mas acho que, no dia de hoje, não sinto necessidade de seguir o seu conselho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está satisfeito? (Pausa.)

Senador Tasso Jereissati, V. Exª tem a palavra; em seguida, o Senador Reginaldo Duarte, ambos do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr Presidente, Srs Senadores, lamento, Sr. Waldomiro, que o senhor não tenha seguido o conselho e a sabedoria da experiência do Senador Pedro Simon.

Realmente, a sensação que existe, neste momento, principalmente depois do depoimento prestado, aqui ao lado, pelo publicitário Duda Mendonça, é a de que estamos apenas vivendo mais um momento de hipocrisia, diante de tudo que aconteceu.

Seria tão bom para o País que todos fizessem como Duda Mendonça fez hoje: dissesse a verdade, abrisse o jogo. Vamos ver o que está acontecendo. Que essa verdadeira corrente de infelicidade que aconteceu no País terminasse por aqui e terminasse com serenidade para todo o País.

Mas gostaria de fazer algumas perguntas a V. Sª. São algumas coisas que dentro disso não estão bem claras para mim. V. Sª trabalhava na Casa Civil na assessoria parlamentar, e, pelo que assisti, cuidava junto à Casa Civil dos pleitos dos Parlamentares da Base aliada.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E levava à Casa Civil e a todos os Ministérios aqueles pleitos. É isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Que tipos de pleitos eram mais correntes? Eram cargos, emendas, nomeações? Quais eram os pleitos e problemas mais corriqueiros na sua atividade?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Durante o tempo em que fiquei, Senador, um ano e quarenta e cinco dias foi o tempo em que fiquei. Em ordem cronológica: audiências nos mais diversos Ministérios, pela dificuldade que tinham os Parlamentares, não só Deputados, mas Senadores, em conseguir confirmar uma audiência; em segundo lugar, a demanda muito grande pela liberação de emendas, imensa – tinham de ser encaminhadas, até porque estavam... é desnecessário dizer, porque o Orçamento contingenciado, ou seja, a execução era muito próxima de zero, não existia praticamente nenhuma execução orçamentária –; em terceiro lugar, uma pressão muito grande por nomeações, que obviamente não era da minha competência, como já foi até avençado. Eu nunca tive competência nenhuma de nomeação. Eu tinha de encaminhar a quem de direito – lá no Palácio, o Sr Marcelo Sereno.

Cronologicamente, esses eram o três tipos de demandas que eu mais recebia.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quando, como V. Sª afirma, as pendências não eram resolvidas? Por exemplo, as emendas não eram resolvidas, porque havia um contingenciamento muito forte. No caso de audiências, normalmente elas eram por emendas ou por qualquer tipo de liberação de verba? Quando elas não eram resolvidas, qual era o encaminhamento que V. Sª dava, para que houvesse uma solução do problema junto ao Parlamentar?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr Senador, eu sempre procurei, até devo deixar bem claro para o senhor, e até alguns Senadores registraram com propriedade que nunca estiveram comigo. É verdade. No primeiro ano, sabem bem V. Exªs que as duas emendas, as duas reformas estavam tramitando na Câmara, e eu passei, obviamente, o ano quase todo na Câmara dos Deputados. E as emendas, as duas reformas chegaram ao Senado no final do ano. Então, ficava muito preso na Câmara.

Fazia todo o esforço; na questão das audiências, muitas vezes ia com o Parlamentar até a porta do Gabinete do Ministro, para garantir que ele fosse recebido.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E ele era recebido e não resolvido? Como se fazia para que o problema fosse sanado junto ao Parlamentar?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ouvia, depois, todo tipo de reclamações, todo tipo de queixumes de que o Governo não estava prestigiando, de que não estava dando a atenção devida, de que não era a forma de tratar o parlamentar. Obviamente, não havendo solução, não tinha solução.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Estou fazendo essas perguntas, porque a sua atividade parece-me muito similar à que ouvimos aqui descrita, ou até complementar, pelo secretário do Partido, Sílvio Pereira, Senador Tuma. Ele descrevia justamente que resolvia ouvir as insatisfações não só do PT, mas de Parlamentares da Base aliada e fazia o encaminhamento de soluções de problemas de emendas e nomeações. Se não me engano, ele mesmo e o próprio Delúbio falaram que também usavam da influência que tinham, para resolver problemas. O Secretário Delúbio muito mais... os Parlamentares... Pois não.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe-me interrompê-lo, Senador. Não eram essas as minhas principais atribuições. Minha atribuição, junto à Câmara,

era a de acompanhar a Ordem do Dia, as votações, de fazer um acompanhamento de reuniões com o colégio de Líderes. Essa era a grande demanda da minha função. Essas questões eu resolvia. Nessas questões, havia outras demandas parlamentares, em que não era bem-sucedido. Que eu saiba, o Sr. Sílvio Pereira e o Sr. Delúbio não tinham função no Governo. Eu tinha função no Governo e a exercia. Ou seja, o que não dava para eu resolver não resolvia. Eu não tinha poder nenhum para resolver.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Justamente. A informação que tivemos, a partir dos depoimentos aqui prestados, era a de que esses dois senhores tinham essa função e faziam isso. Deram um depoimento aqui de horas. O Senador Romeu Tuma confere, bem como o Senador Flávio Arns. Eles faziam essa intermediação de demandas dos Deputados insatisfeitos quanto a nomeações, liberação de emendas, pleitos não-atendidos, junto ao Governo. Inclusive, até no atendimento de audiências. Isso, eles falaram.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Sílvio Pereira tinha um papel – sem demérito – mais importante do que o dele. Era o que analisava os candidatos indicados pelos Partidos. Analisava e provavelmente os passava para o Ministro José Dirceu, que dava ordem ao Ministério para nomeá-los. Era um papel mais importante do que o dele.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Exª disse que ele cobrava nomeações não-atendidas, pleitos não-atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E é verdade. Ele podia ser o intermediário das cobranças.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Isso. O que estou querendo... O que me parece que está claro aqui é que há uma interligação e complementação no trabalho de Sílvio Pereira, no trabalho de V. Sª e no trabalho de Delúbio junto à Casa Civil, ao Governo como um todo e ao Marcelo Sereno. Passo-lhe já a palavra.

Na mesma época em que ocorreram todos os problemas relativos ao chamado mensalão, V. Exª também fazia um trabalho complementar de atendimento de demandas de Parlamentares junto ao Governo Federal – de emendas e de nomeações, principalmente. Havia uma interconexão de V. Exª com eles, com Delúbio e com Sílvio Pereira, nessa intermediação, ou cada um fazia de maneira independente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, respondo objetivamente a V. Exª. A minha função delegava que eu fizesse isso. A minha função. Nas vezes em que fui demandado, sempre procurei levar adiante as demandas. Se bem ou mal-sucedido, era minha obrigação. Não tinha nenhuma interligação com a função do Sr. Sílvio Pereira, que era um dirigente partidário, nem com o Sr. Delúbio Soares, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não era competência de V. Sª?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Das questões deles tratavam eles. Se me procuravam...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas as questões eram as mesmas.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Se me procurassem e me passassem uma demanda, eu procurava levar adiante.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Via Sílvio Pereira?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª, no caso, não recebia do... Eles passavam direto na sala de V. Sª e iam tratar direto com o superior de V. Sª, que, no caso, era o Ministro. Não passavam esses assuntos por V. Sª.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Sª trabalhava na sala vizinha. V. Sª trabalhava na sala vizinha! Então o Delúbio e o Sílvio Pereira passavam direto para o Sr. José Dirceu, no caso. Eles declararam isso aqui. Declararam. Não estão mentindo. V. Sª não vai acrescentar nada.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, mas eu não tenho conhecimento de quantas vezes levaram demandas para mim...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª não despachava com o José Dirceu.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Despachava. Claro!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem via quem despachava. Quem é que fazia a agenda de José Dirceu? Não passava por V. Sª?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O chefe de gabinete dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Sª não sabia da agenda dele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – No que não me era pertinente, não. Claro que não tinha que ter conhecimento da agenda do Ministro. Só quando era convocado para participar de algum assunto da minha área. Não tinha que participar da agenda.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas isso que eu não estou entendendo. Desculpe insistir.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim. Claro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Se a sua área era atender as demandas insatisfeitas de parlamentares.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Deputados, principalmente, já que V. Sª disse que andava pouco no Senado. Se a sua área era essa e se o Sílvio Pereira estava fazendo exatamente isso, junto ao Ministro José Dirceu, como eles declararam aqui, havia aí um choque entre as suas atividades e as atividades desenvolvidas por ele junto ao seu chefe, que era o Ministro José Dirceu. Eles declararam várias vezes aqui que encaminhavam à Casa Civil as demandas não satisfeitas e ficavam cobrando.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, Sr. Senador, mas, se faziam isso e atravessavam e levavam direto ao Ministro, não tinha eu delegação para ir lá e dizer: Olha, isso aqui não é sua função. Pare de fazer isso! Isso era um assunto deles, não meu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati, só para um esclarecimento. O Sr. Sereno era subordinado ao senhor ou subordinado a José Dirceu, na Casa Civil?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Subordinado ao Ministro José Dirceu, não a mim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não conheceu o Sr. Sereno, quando ele era secretário da ex-Governadora Benedita?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Afirmei aqui que conheci, não tinha intimidade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi declarado aqui pelo Sr. Secretário Nacional de Segurança que o senhor era um operador estadual – estou dizendo as palavras dele, do que foi dito aqui – o senhor era um operador estadual e o Sr. Sereno, um operador nacional. Não é muita coincidência os dois se encontrarem exatamente sob o comando que já estavam a serviço do Sr. José Dirceu lá no Rio de Janeiro? Não é muita coincidência o senhor e o Sr. Sereno trabalharem bem pertinho um do outro sob o comando do Sr. José Dirceu? Foi coincidência? Eu quero saber. Foi coincidência ou não?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu não posso dizer para o senhor se foi, até porque não fui eu que convidei o Sr. Marcelo Sereno para vir trabalhar na Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Claro, o senhor não podia ser convidado. Agora, eu pergunto ao senhor: qual o relacionamento que tinha o Sr. José Dirceu com o Sereno e o senhor, no Governo do Rio de Janeiro?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu já respondi, mas vou responder novamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Respondo novamente.

Eu o conheci no Governo da Governadora Benedita da Silva, como Secretário, não tinha com ele nenhuma intimidade. Nas vezes que encontrei, foi reunião de secretariado e...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com o Sr. José Dirceu o senhor tinha intimidade. Morou com ele, tinha intimidade, então?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, desculpe. O que o senhor chama de intimidade?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Intimidade profissional. O senhor é que está tentando levar para outro lado.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não estou tentando nada. Me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu estou tratando de um assunto sério, aqui.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe. Eu também considero. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem intimidade, então, com o Sr. José Dirceu, profissionalmente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Respondi ao senhor, respondi a esta Comissão que tinha com ele uma relação de confiança profissional.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, desculpe incomodar.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O que estou vendo, Sr. Presidente, aí queria ouvir, inclusive, o Senador Tuma, pela experiência que tenho, mas me parece uma coincidência muito grande, que me dá a sensação de estar vendo apenas um só grande esquema. Porque vejo um chefe claro do Sr. Waldomiro, o Sr. José Dirceu. O chefe ostensivo do Sr. Sílvio Pereira, José Dirceu. O chefe ostensivo do Sr. Delúbio Soares, o Sr. José Dirceu. Os três faziam coisas semelhantes, em determinado aspecto, menos o Delúbio, que fazia a parte de tesouraria também. Mas encarregavam-se tanto de resolver problemas dos parlamentares quanto – e aí me parece, o senhor me desculpe, mas o filme está dizendo também – da arrecadação para resolver esses problemas.

Todos os três têm uma trajetória muito semelhante, Sr. Presidente, e um comportamento muito semelhante. Respondem a um só chefe, têm um contato diário, direto com os parlamentares do PT e da base aliada e, ao mesmo tempo, por meio da influência que têm junto ao seu Chefe, Ministro José Dirceu, usam essa influência para ter acesso às potenciais fontes de arrecadação. É essa sensação que nos está dando quando colocamos esse quadro assim com mais clareza e tentamos vê-lo como um todo.

Encerro assim as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª com a palavra, Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Muito obrigado.

Senador Tasso Jereissati, com todo o respeito que lhe devo. Eu acho que existe na sua afirmação uma... Não vou lhe faltar com respeito. Uma coisa é o chefe da assessoria parlamentar, no dia-a-dia das suas atribuições, cumprir o seu dever. Eu disse, afirmo, eu não tinha nada a ver com as atribuições de Silvio Pereira, do Sr. Delúbio, não tratava com eles assuntos que não fossem da minha única e exclusiva competência. Não há conflito. Se faziam, faziam de livre arbítrio. Agora eu respondi pelas minhas atribuições. Não quero ser indelicado, mas a afirmação de V. Exª não é verdadeira.

Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Até por todo o histórico do seu depoimento, não vou pedir que o senhor diga que foi verdadeiro. Mas eu não estou falando da relação, talvez até a relação fosse uma só, a relação de chefia mesmo formal ou não com o Ministro José Dirceu existe. O Seu chefe era o Ministro José Dirceu?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Na Casa Civil sim, claro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pelo menos presumimos que era do Delúbio e era do Silvio Pereira, também.

Contatos diretos com parlamentares, para resolver problemas dos parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador só para se ter uma idéia o Relator já se referiu a isso aqui; só para relembrar, foram 54 despachos com o Ministro José Dirceu, em um ano e poucos meses, agendados, só na agenda, fora o que não se agenda...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Estou apenas me referindo à semelhança do trabalho.

O chefe era o José Dirceu dos três, contatos diretos para resolver com parlamentares dos três, isso confirmado pelo depoente, mas não confirmado pelo depoente em função do contato da chefia com o Ministro José Dirceu, contatos freqüentes com grandes potenciais fornecedores de recursos para resolver esses problemas. Assim o seu contato com a GTech que é público e notório, os contatos que aqui já foram feitos dos outros Delúbio e Silvio Pereira, é isso que eu quero colocar a semelhança. Talvez fosse até paralelo e tivesse em comum a chefia do José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, em seguida o Senador Álvaro Dias, e o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só queria fazer uma observação, não querendo de forma alguma justificar, que é injustificável o que aconteceu. Mas eu diria que 54 audiências durante um ano para quem é assessor parlamentar de um Ministro, eu diria que foi muito pouco, porque são coisas que têm que acontecer duas, três vezes por semana no mínimo, não é para relatar o que está acontecendo no Congresso, na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas se forem duas vezes por semana. Como V. Exª...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o despacho não precisa ser de duas horas, pode ser de dez minutos, quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja V. Exª que está em um prazo normal, vamos fazer uma matemática rápida. Em doze meses, contando as quatro semanas todo o mês, nós teríamos 48; foram 54, então está no normal.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Uma audiência por semana ou um pouco menos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Duas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não 54. É uma audiência por semana. Só estou dizendo que um Assessor Parlamentar... Eu estou dizendo que houve pouca eficiência porque um Ministro que tem um Assessor Parlamentar, que tem por objetivo estar diariamente no Congresso Nacional para acompanhar, discutir e ver, tem que, no mínimo, relatar para o Chefe o que está acontecendo. Só nesse sentido, sem querer justificar, porque são injustificáveis todos os fatos que aconteceram.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Waldomiro, Srs. Advogados, Senador Tasso, eu pedi um minutinho de V. Exª porque pelas suas colocações eu me lembrei que li nos últimos noticiários de revistas, jornais, há tanta informação que não me lembro qual foi o órgão de informação. Mas tenho os recortes, tanto que fiz um organograma, não sei se eu cheguei a mostrar para V. Exª, as ligações de cada segmento para chegar a toda a organização que funcionou para todos esses acontecimentos.

E o Presidente Lula, numa conversa com alguém, disse: O Zé não perdeu a mania de formar aparelho. O senhor sabe o que é o aparelho. Os senhores todos

sabem o que é aparelho. Aparelho, dentro das organizações subversivas ou de luta revolucionária, guardadas as proporções de cada atividade, um não tinha conhecimento do outro. Então provavelmente esses nomes, o Delúbio e o Sereno, Waldomiro e Sílvio Pereira faziam parte de um aparelho, pela formação de uma tecnologia de trabalho do José Dirceu. O próprio Lula é que falou isso, não sou eu que estou falando. Eu estou achando que tem razão. Estou dando razão ao Presidente Lula.

E ali era a designação clara da atividade de cada um. Não havia coincidência, mas poderia ser repartida a mesma atividade, porém cada um dentro de uma objetividade, de um partido por exemplo.

Então é isso que eu queria esclarecer a V. Exª. Nesse aspecto, acho que V. Exª tem razão, o próprio Presidente reconheceu que o José Dirceu estava agindo errado e que não dava mais para formar aparelho. Então, digo isso aqui dando razão ao Presidente.

É isso o que queria dizer. Sei que V. Exª tem que dar uma entrevista.

O senhor disse aqui que há um ano e meio está sob inquérito da Polícia Federal. Há um ano e meio está sendo investigado pela Polícia Federal?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desde quando foi aberto o inquérito até hoje.

Não sei se o senhor acompanha, Senador, desculpe-me, eu já posso responder a V. Exª?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não eu estou acompanhando e estou perguntando se essa sua queixa, o senhor acha benefício ou prejuízo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, eu não fiz nenhum comentário nesse sentido de queixa ou prejuízo, só fiz um...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu estou perguntando porque me parece que, se o tempo correr, a prescrição chega. E a estratégia dos bons advogados é sempre caminhar para uma prescrição.

Pergunto se o senhor está achando desvantagem, porque o senhor sabe que houve incidente de percursos no inquérito. O inquérito foi congelado um período, por atravessarem alguns membros do Ministério Público e fazerem interrogatório noturno que contrariou o Procurador-Geral e o Juiz foi obrigado a dar direito de defesa da denúncia que foi feita por uma das empresas.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, quando fiz o comentário fiz apenas o comentário, nenhum juízo de valor, só ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi bom que o senhor fez porque aclarou a minha memória.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Claro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por que demorou esse inquérito?

É uma cobrança que a gente faz: o porquê da demora. Porque, quando surgiu o caso Waldomiro que pediram a abertura da CPI, eu fui à tribuna achando que a Polícia Federal tinha todas as condições de, rapidamente, esclarecer o processo. Por um ano e meio ficou parado o requerimento da instalação desta CPI e o Supremo teve que decidir.

Então, não houve nenhuma rapidez na apuração dos fatos porque provavelmente hoje o senhor não estaria aqui se tivesse terminado o inquérito e a apuração.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Só contribuindo com o seu raciocínio, não sei se o senhor acompanhou, mas houve uma primeira denúncia que foi oferecida e foi rejeitada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas essa foi pela interrupção do próprio...não é que ela foi rejeitada, ela foi intempestiva porque o delegado mandou pedindo prazo e o promotor fez a denúncia durante a madrugada e o juiz deu vistas para a defesa da empresa que foi denunciada.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não me cabe obviamente discutir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não estou discutindo mas explicando porque estou acompanhando. Os seus advogados devem saber mais do que eu mas estou acompanhando à distância, ou pelo noticiário, ou pelas informações que recebo da Polícia Federal. Acho que há vantagem, quanto mais tempo demorar, infelizmente, o senhor tem vantagem nisso.

O senhor foi reinquirido na Polícia Federal?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se recusou a responder?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim mas obedeci a orientação dos meus advogados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou fazer o que o Senador Geraldo Mesquita não quer. Vou repetir as perguntas do delegado para saber se o senhor me atende e responde, por respeito a esta Casa ou vai manter a mesma posição que teve com o delegado Dr. Nilton Souza Siqueira que, com todo o respeito, manteve as perguntas, registrou as perguntas para, num relatório final, interpretar por que o senhor deixou de responder. Então, vou repetir as perguntas e o senhor vai me dizer se quer ou não responder.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Respondo com prazer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor exigiu que o Sr. Marcelo José Rovai contratasse o Ro-

gério Buratti – aqui já foi perguntado – como suposto consultor da empresa Gtech do Brasil?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Disse que não. Respondi e reafirmo não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por que o senhor não disse isso para o delegado? Desculpa estar perguntando isso.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, eu respondi. Todas as vezes que fui convocado, por orientação dos meus advogados, decidi que ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Qualquer pergunta o senhor não deveria responder.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Responder em juízo. Na CPI do Rio de Janeiro respondi a todas as indagações que foram feitas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr.Presidente, vê V. Exª por que era difícil prender aquele advogado ontem? Porque se ele achou que poderia vir aqui porque ele estava procurando a Receita, estava tentando, e já saiu quase preso daqui, a pessoa vem com **habeas corpus** para falar o que quer e deixar de falar o que não quer. Então, fica difícil mesmo. A CPI, como é uma ação jurídica mitigada, não tem direito que extrapole o que o juiz pode ou não fazer, ela tem limites que o juiz provavelmente não tenha, claro que o senhor disse que vai respeitar e não vou desacatar ninguém porque aí dá para dar prisão em flagrante. Se o senhor desrespeitar alguém aqui, sem dúvida, o **habeas corpus** não dá cobertura. Sei que o senhor não fará isso. Não estou desafiando.

Então, não houve essa suposta contratação e não se referiu a uma extorsão, tendo em vista que Rogério Buratti não prestaria qualquer serviço para a empresa Gtech. Estou repetindo as perguntas da autoridade policial.

Essa suposta contratação que o senhor disse que não houve, não se referia de fato a uma extorsão, tendo em vista que o Sr. Buratti não prestaria qualquer serviço para a empresa Gtech...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Já que não indiquei não estava obviamente praticando nenhuma...Já que não conheço o Sr. Buratti, já que não indiquei...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas o senhor não soube se ele tinha qualquer atividade.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, absolutamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Diz que o valor cobrado da Gtech era de 10% sobre o valor cobrado num provável acerto na renovação do contrato.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu desconheço esse assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi paga uma quantia em torno de 15 a 20 milhões... O senhor vai dizer que desconhece... e a quem destinava essa quantia, os valores foram utilizados no pagamento de mensalão, conforme noticiado na CPMI dos Correios, que foi a pergunta que o Senador Magno Malta fez ao senhor, se tinha algum dinheiro que se destinasse a isso.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, aproveitaria aqui para fazer um questionamento: o senhor era assessor para contato com os Parlamentares, para seguir projetos, etc.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso. Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na formação da base de Governo, onde surgiram todos esses fatores que o Deputado Roberto Jefferson denunciou, o senhor teve alguma participação de procurar partidos, Deputados para ingressarem no esquema de apoio ao Presidente em troca de cargos ou de qualquer outro tipo de vantagem?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nenhuma vez?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nenhuma vez.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nenhuma queixa foi feita ao senhor daqueles que fizeram acordo com outras pessoas que não a sua de que não estavam cumprindo, pelo menos ouvi alguma coisa nesse sentido nas suas respostas?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Queixa de...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De qualquer Deputado, ou presidente de partido, que teria feito o acordo de participar da base de Governo ou a troca de cargos ou por outras vantagens pessoais, queixou-se que o Governo não estava cumprindo o acordo preestabelecido?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Vou só relatar novamente a minha resposta. Quando algum Parlamentar procurava para tratar de algum assunto junto a um Ministério, e esse assunto não era resolvido, ou nem talvez tivesse conhecimento, marcava a audiência...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não estou falando sobre problema de assuntos que...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Mas foi só esse assunto que falei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, mas eu estou fazendo a outra pergunta: se o senhor recebeu alguma queixa...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, não recebi...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) –... se não teria feito se tivesse ouvido a sua resposta...

O SR. WALDOMIRO DINIZ –... não me procuraram, até porque...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) –... não alcançaria pedindo uma resposta do que já foi dito.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, está certo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que aqui sobre todas as perguntas feitas pelo delegado, o senhor irá dizer que normalmente não tem conhecimento no questionamento que ele lhe fez, no depoimento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estou respondendo a V. Exª, as minhas respostas às indagações do delegado, estou respondendo a V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo. "Na ocasião da renovação do contrato entre a Caixa Econômica e a GTech, o senhor era Chefe da Assessoria Parlamentar da Casa Civil, ao interceder [o senhor não vai dizer que intercedeu] na renovação do contrato que estava acertado entre a Caixa Econômica e a GTech o fez por conta própria ou recebeu ordem de alguém?" O senhor interveio no processo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, não intervim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aqui porque o senhor intercedeu, claro que não teria... Que tipo de relacionamento o senhor tinha com Carlos Augusto Ramos, Carlinhos Cachoeira?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Era um relacionamento entre uma pessoa que foi, um empresário que foi contratado na época em fui Presidente da Loterj, eu como Presidente da Instituição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi contratado para?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Para fazer a loteria *on line real time*, loteria *on line real time* no Rio de Janeiro, contratado em 22 de fevereiro de 2002.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por que o senhor pediu para Carlos Augusto de Almeida, que é o Carlinhos Cachoeira, que intercedesse junto a Antônio Carlos Lino da Rocha, para receber?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A história é inversa, Senador. A história é inversa. Essa não é a história.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tem algum inconveniente de dar a história verdadeira?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A história verdadeira é que ele gostaria que eu participasse de uma reunião que testemunhasse que ele tinha um contrato no Rio de Janeiro e que este contrato vinha sendo cumprido a contento. Essa é a versão. Ele quem marcou a audiência, não eu.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor se recusou a comparecer?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ou esteve presente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estive presente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É testemunha.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi a primeira reunião que assumo. Inclusive na entrevista da revista **Época**, confirmo a reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o que foi tratado nesta reunião?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Só, única e exclusivamente disso. Tratou-se de que a GTech e o Sr. Carlos Ramos estavam ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em disputa.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, iam fazer uma parceria. E ele queria um testemunho meu de que ele tinha esse contrato no Rio de Janeiro e este contrato estava sendo cumprido, naquela época já estava sendo cumprido a contento. Era isso que ele queria. No mais...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor interveio na conversa ou só foi ouvir?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, ouvi. O meu trabalho: "Olha, o seu trabalho lá foi muito bom, tal". Os próprios empresários presentes na conversa relataram que naquele dia não se tratou de absolutamente nada em relação a contrato da GTech.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quais eram as atribuições do Sr. Chefe da Assessoria Parlamentar da Casa Civil? O senhor já fez a referência aqui. Se foi determinação, com o conhecimento do Ministro Chefe da Casa Civil, a intervenção na renovação, o senhor disse que não teve intervenção...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Absolutamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, isso aqui... A coisa passou...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mais um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª fique à vontade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só, Sr. Presidente, sobre a referência que o senhor fez da página 35, realmente consta aqui do Sérgio Canozzi...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...do seu depoimento na CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o senhor descreve aqui a conversa e a proposta, que ele ia fazer outras nomeações e tal, tal. O senhor chegou a falar com a Governadora Benedita qual é o papel desse senhor e que força ele tinha para vir lhe dizer que ia fazer isso ou aquilo. O senhor chegou a relatar a ela a conversa?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Procurei a Governadora tão logo tive essa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não sei se alguém já fez a pergunta...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu já respondi, mas respondo novamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senão, não tem problema. Eu leio...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, nenhum problema, com todo o respeito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não quero desrespeitar.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, absolutamente. Respondo com o maior prazer, Senador. Eu relatei à Governadora. Ela me deu a orientação: vá trabalhar. Estamos numa época de transição, todo mundo falando um monte de coisas. Eu desconheço esse assunto. Vá cuidar das suas atribuições.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sabe por que eu pergunto isso, Senador? Eu estou perguntando porque lá, em São Paulo, houve fatos semelhantes ou piores. Alguns cargos de Governo, na mudança, pessoas do PT chegavam para o diretor que estava na atividade e diziam: o senhor pode arrumar as suas coisas porque eu estou assumindo em nome do Partido. Esse cargo é meu. Eu fui consultado por um amigo. Eu falei: você não pode entregar isso para quem não está nomeado regularmente. Você liga para quem é o secretario ou o Ministro e consulte-o, e vinha a resposta: expulse essas pessoas daí porque não têm nada a ver com o problema. Então, houve muita coisa nesse sentido no início de Governo. Aqueles que estavam dentro do Partido dos Trabalhadores achavam que já podiam tomar posse de alguns cargos e independente até da parte administrativa de nomeação, de segmento e tudo, mas eu agradeço as suas respostas. Acredito que o delegado vai receber o seu depoimento. Provavelmente, se ele quiser usar, ele usará. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Depoente, as minhas escusas se alguma pergunta já tiver sido formulada e, evidentemente, não precisará responder. Começo dizendo ao Sr. Waldomiro Diniz que o senhor provocou um estrago enorme no Governo Lula. Foi o primeiro grande escândalo do Governo e, talvez, por isso, queira se desvincular do PT historicamente, mas parece que a sua vinculação com o Partido dos Trabalhadores é antiga. Vou voltar a esse assunto. Já apresentei o documento de que o senhor não disse a verdade quando afirmou não ter o PT pago nenhuma despesa sua, mas a sua ligação com o Partido dos Trabalhadores é antiga. O senhor trabalhou assessorando o Partido dos Trabalhadores. Fizeram referência à CPI do PC, mas o senhor trabalhou também na CPI dos Anões do Orçamento.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Trabalhei, Senador, convocado que fui pelo então Relator da Subcomissão de Assuntos Bancários, Benito Gama, formalmente, requerimento formal ao Presidente da Caixa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o senhor assessorou exatamente quem nessa CPI?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu estava à disposição do Relator da Subcomissão de Bancos, Deputado Benito Gama. Foi ele quem fez o requerimento. E tenho em mãos para fornecer a esta Comissão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O ex-Deputado Ibsen Pinheiro não deve ter boas lembranças desse trabalho que o senhor realizou, porque consta que foi em virtude de uma informação fraudada que o senhor transmitiu à imprensa que ele acabou tendo o seu mandato cassado. Ao transmitir uma informação – estou indagando se isso é verdadeiro, porque a imprensa divulgou isso –, ao transmitir uma informação incorreta, fraudada, adulterada, o senhor foi o principal responsável pela cassação do Sr. Ibsen Pinheiro, que era uma figura política de destaque no cenário nacional.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Posso responder?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pode.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Primeiro, Senador, é uma boa oportunidade, pois é a primeira vez que essa pergunta me é feita. Primeiro, a informação não é verdadeira. O repórter já tinha as informações em mão. Não fui eu a fonte da informação dele. O próprio Relator da Subcomissão de Bancos, Benito Gama, já teve oportunidade de explicar isso. Então, quero dizer para o senhor que essa informação é absolutamente inverídica. O meu nome foi usado, obviamente, porque...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Embora o senhor não tenha dito a verdade há pouco, não vou questionar essa situação, porque realmente não me cabe propô-lo, e esse não é o foco desta CPI.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Mas não é verdadeira a informação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas fiz a lembrança, até para que V. Sª tivesse oportunidade de dizer se estava com remorsos dessa situação ou não. Essa é uma outra situação.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe-me, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O que vale realmente é que o senhor foi acusado aqui de maneira contundente, pelo Sr. Carlos Cachoeira, de ter instalado um "propinoduto" no Governo Lula. O senhor se tornou o maior "propineiro" da República, achacador, que insistia em cobrar propinas do Sr. Carlos Cachoeira. Não sei se essa indagação já foi formulada ao senhor antes, mas imagino que essa é uma situação colocada. Enfim, também não vou pedir o seu desmentido. Apenas em função disso é que quero indagar ao senhor. Parece que o senhor respondeu ao Sr. Tasso Jereissati que não tinha encontros com o Sr. Silvio Pereira. É isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, não disse que não tinha encontros com o Sr. Silvio Pereira. Não disse isso. Só disse que, se ele alguma vez levou alguma demanda parlamentar direto, sem passar por mim, obviamente eu não tinha que reprimi-lo ou dizer para ele se ele estava certo ou errado. Encontro houve, é claro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Entre essas audiências no Palácio com o Silvio Pereira – e é claro que há outras audiências na sua agenda fora do Palácio –, entre essas, há uma em uma quarta-feira de julho em que o assunto era a votação da reforma da previdência. Há uma coincidência nessa investigação que se faz de pagamentos de propinas a Parlamentares, no que se chamou de "mensalão": a de que, exatamente no período em que houve a votação da reforma da previdência, houve uma liberação significativa de recursos para Parlamentares. Isso está documentado. Não há nenhuma dúvida em relação a isso. A indagação que faço é se, nesses encontros em que o senhor tratava de reforma da previdência – aqui consta encontro com o Marcelo Sereno, em que o senhor tratava de reforma da previdência –, tratava-se também da forma de conquistar os votos.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse era um assunto tratado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não participou, então, desse esquema de "mensalão"?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, senhor, absolutamente. Digo ao senhor que jamais tratei desse assunto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também seria demais esperar que o senhor confirmasse. Das nomeações para os cargos em comissão, não sei se esse assunto foi tratado aqui antes.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi, mas não passavam por mim, Senador. Passavam pelo Marcelo Sereno, só com ele. Todas as vezes que fui procurado para tratar desse assunto, encaminhava a quem de direito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor era assessor para assuntos parlamentares e não tratava desse assunto?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Se houvesse alguma demanda na Casa ou nas Casas, em qualquer uma das Casas, sobre esse assunto, encaminhava ao Sr. Marcelo Sereno.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E qual a razão de o senhor se reunir, por exemplo, com o Sr. Ministro Palocci?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Com o Ministro Palocci obviamente se fosse algum assunto referente ao Ministério da Fazenda, reforma tributária ou qualquer assunto dessa natureza, nenhum outro assunto que não fosse especificamente em relação ao nosso trabalho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o senhor se reuniu muitas vezes com ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Que eu me lembre não. Às vezes, na Casa Civil, ele estava presente em reuniões coletivas. Às vezes, participei de reuniões com a presença do Ministro Palocci, de reuniões coletivas para tratar de assuntos dessa natureza. E, se algum assunto foi tratado, foi tratado pertinente ao trabalho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há uma anotação na agenda de que o senhor teria participado de uma reunião com o Ministro Palocci e com o Ministro José Dirceu, com os dois Ministros.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim. Obviamente, assuntos de trabalho, Senador, algum assunto relativo ao trabalho da assessoria parlamentar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Liberação de emendas parlamentares?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não posso afiançar ao senhor que foi esse assunto. Qualquer assunto poderia estar sendo tratado ali referente ao Parlamento, ou qualquer outro projeto que estivesse em gestão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor tem alguma relação de negócios com o Sr. Jusceline?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nenhuma, absolutamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor nunca efetuou nenhum pagamento a ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente. Nenhum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não houve a...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, de jeito nenhum, de jeito nenhum.

O senhor está falando do Sr. Juscelino, o Chefe de Gabinete do Ministro Palocci? É isso o que o senhor está dizendo?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor foi o chefe do escritório de representação do Rio de Janeiro em Brasília?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antes de ir para a Loterj?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor participou das negociações da dívida do Estado do Rio de Janeiro com o Governo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Acompanhei o então Governador em uma ou duas oportunidades.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também no Governo do Distrito Federal o senhor exerceu funções?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Chefe da Assessoria Parlamentar do Governo do Distrito Federal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente todas essas funções mostram que realmente o senhor era uma figura de destaque no Partido dos Trabalhadores. E consta que, nessa função no Governo do Distrito Federal, o senhor foi importante na elaboração da lei de jogos no Distrito Federal.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não participou da...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – De jogos no Distrito Federal?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. No Governo Cristovam Buarque, não foi implantada loteria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Houve uma lei aprovada, mas realmente não houve a implantação.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ah, sim. O senhor está falando de uma lei aprovada que obviamente não foi inspirada por mim. Eu estou dizendo, já afirmando ao senhor...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não teve participação?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nenhuma. Absolutamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já àquela época, o senhor tinha ligações com a área de jogos no Estado de Goiás...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Nenhuma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...e tinha muito interesse em Brasília, naturalmente.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não sei se indagaram ao senhor sobre aquela gravação realizada no aeroporto de Brasília?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor já falou sobre isso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Já falei, mas falo sem nenhum problema.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, creio que não há necessidade de repetição.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente. Imagino que seria perder tempo fazer novas indagações. Só tenho uma curiosidade: quem está pagando aos seus advogados?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu mesmo, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São advogados experientes e certamente com uma conta salgada. O senhor tem condições de pagá-los?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Posso afiançar-lhe...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também não me cabe fazer esse tipo de indagação.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim. Desculpe.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A indagação sobre os advogados era somente para confirmar se é o senhor mesmo que está pagando.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu gostaria de complementar as perguntas que eu havia feito, em função de que todos os Senadores também fizeram indagações. Mas, antes disso, eu gostaria que o Sr. Relator e o Sr. Presidente requeressem, se isso já não tiver sido feito, a fita completa da Polícia Federal em relação ao episódio do aeroporto e ao do escritório no Rio de Janeiro. Acho que não temos isso, não é? (Pausa.)

Não, ainda.

Eu gostaria de perguntar se o senhor já viu a fita completa do episódio Carlos Cachoeira?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, essa fita, como disse aqui o Sr. Carlos Cachoeira, nunca foi entregue por ele. Não sei se o senhor estava presente quando isso foi dito. A versão a que tive acesso é uma cópia à qual não se consegue assistir; não se consegue ouvir quase nada. Para dizer a verdade ao senhor, não tive acesso à íntegra da fita.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor não tem curiosidade em relação ao que nela consta?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, eu tive curiosidade, e a Assembléia Legislativa forneceu aos meus advogados. E a versão a que tive acesso é uma versão de qualidade ruim. É isto o que eu digo ao senhor: tive acesso, e o que pude ver é uma versão de qualidade ruim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A informação que eu tenho, não tendo visto a fita, mas de pessoas que viram a fita, que o senhor aparece na fita falando em R$3 milhões de reais e mais 3% que seriam oferecidos ao Sr. José Renato, Presidente da Associação dos.....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A fita da leitura labial...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não. A fita completa. A fita completa. Falando em R$ 3 milhões de reais mais 3% que seriam oferecidos ao Sr. José Renato, Presidente da Associação dos Bingos do Estado do Rio de Janeiro, e que isso seria intermediado pelo senhor. Isso é verdadeiro ou não? A informação que eu tenho é que as pessoas disseram o que aparece na fita.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, não estou me recusando a responder a sua pergunta. Se está na fita, eu não, esse, pela qualidade da fita que tivemos acesso, que eu tive acesso, não pode se concluir pela exatidão desse diálogo. E, se o diálogo existiu, era do interesse do Sr. Carlos Cachoeira em implantar os jogos dele dentro dos bingos do Rio de Janeiro com anuência do Sr. José Renato. Se esse diálogo existiu na fita e se existe, era o interesse do Sr. Carlos Cachoeira em efetivar uma negociação com o Sr. José Renato para implantar o seu sistema dentro dos bingos do Rio de Janeiro e, para isso, talvez precisasse de alguma anuência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, então o senhor admite a possibilidade....

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu estou dizendo para o senhor, se o diálogo for transcrito, é nesse sentido. É isso o que estou dizendo para o senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É nesse sentido, e então a gente pode realmente dizer que a questão da casa dos bingos está relacionada à corrupção, ao desvio de dinheiro, R$3 milhões para o presidente da associação, mais 3%. Quer dizer, tudo isso, objeto desta CPI, é verdadeiro neste sentido de associar atividade das casas de bingos à corrupção, desmandos, desvios.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, o senhor me permite? Posso-lhe responder?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Estou perguntando.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Quero ser franco com o senhor. Já em algumas oportunidades aqui, disse o seguinte: na minha gestão, em relação a bingos, tomei o maior cuidado, já apresentei dados.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas essa fala seria do senhor.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estou-lhe respondendo. Ou seja, corrupção, não estamos tratando aqui, não estou dizendo para o senhor que esse assunto era referente à corrupção. Ou seja, eu desconheço.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas estava falando em R$3 milhões de reais, mais 3% que seriam oferecidos ao Sr. José Renato. Não é achar que alguma coisa dessa....

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, o que estou dizendo ao senhor é o seguinte: se havia algum entendimento entre eles, e este assunto foi tratado nessa fita, era um negócio entre eles, não era corrupção que eu tivesse participado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, não é entre eles. É o senhor que está falando isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor estava presente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele estava relatando isso. Era isso que o senhor está dizendo. Ele estava me relatando que havia um entendimento entre eles.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor aparece ali falando em R$3 milhões de reais, mais 3% que seriam oferecidos ao Sr. José Renato, que seriam intermediados pelo senhor.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não com meu interesse, Sr. Senador, é isso o que estou dizendo para o senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o senhor não denunciou?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, o que eu estou dizendo para o senhor é o seguinte: não havia nenhum interesse meu, como Presidente da Loterj, nesse assunto. Talvez tivesse falando de um assunto em que "olha, vou instalar, vou comprar uma concessão dele", alguma coisa nesse sentido. Quando a fita for periciada....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, posso intervir?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Um apartezinho?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Claro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não quis entrar no mérito, mas, em 2003, quando o Ministro José Dirceu, Presidente, trouxe o programa de governo, eu

estava na 1ª Secretaria, tão bem dirigida, hoje, por V. Exª, e li em plenário algumas coisas do programa de governo. E, entre eles, citava a regulamentação do jogo, que era um objetivo do governo.

Então, primeiro, o senhor ajudou a estabelecer esse programa que o Presidente mandou através do Ministro José Dirceu de todo o plano de trabalho durante o ano de 2003?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu já respondi, mas respondo novamente, com prazer, Senador Romeu Tuma.

Este parágrafo foi incluído pelo Ministério dos Esportes, que era quem estava trabalhando nesse sentido. Não teve nenhum participação....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou fazendo essa pergunta, porque, logo em seguida, explodiu o caso Waldomiro, e o Presidente disse que o jogo era pior do que o tráfico de criança. Então houve um....

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Mas não teve minha participação, Sr. Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então eu acho que, requisitando a fita, a gente... Inclusive, a Polícia Federal já tem todo um trabalho em cima da fita também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E a perícia também.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A perícia também.

Vários de seus assessores foram indicados pelo Bispo Rodrigues, ex-Bispo Rodrigues. É verdade?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, não é verdade isso, Sr. Senador. Quando fui...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual era a relação que toda a imprensa denunciou quanto à interferência do ex-Bispo Rodrigues na Loterj?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Posso responder para o senhor com toda a segurança, sem nenhum problema: quando aceitei o convite do então Governador Garotinho, o PL passou a fazer parte da base do Governo, concomitantemente, no mesmo período.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não foi o Bispo Rodrigues que indicou o senhor para a Loterj?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente, não tenho nenhum vínculo com o PL, não tenho nenhum vínculo, nenhum. Não existe vínculo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual que era a sua relação com o Bispo Rodrigues?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A relação era só de conhecimento, eu o conhecia. Quem me indicou, quem me nomeou para a Loterj foi o então Governador Anthony Garotinho. O PL indicou dois diretores na Loterj. Essa é a resposta.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A sua esposa não trabalhava para o ex-Bispo Rodrigues?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Trabalhou no gabinete do Bispo Rodrigues. Eu o conhecia. Estou dizendo isso ao senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não era chefe de gabinete?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi chefe de gabinete dele durante um período, pediu demissão e se afastou do gabinete. Não foi nada...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pediu demissão?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Pediu demissão e se afastou do gabinete por conta de interesses particulares: ela era estudante de Direito, não estava conciliando os seus estudos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando aconteceu a demissão?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso foi em 2001.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Final de 2001?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, no início de 2001.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Início de 2001.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – No início de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor ficou bem próximo do Sr. Bispo Rodrigues, porque ele era Líder do Partido, era da base aliada e dava sustentação ao Governo Lula. E o senhor era conhecido como Ministro dentro do plenário da Câmara dos Deputados. Chamavam-no assim; esse era o apelido que colocaram no senhor. Posso dizer-lhe que, várias vezes, ouvi Deputado chamar V. Sª de Ministro. E o Bispo Rodrigues era Líder do PL em determinado momento. Esse contato não permaneceu? O senhor descartou o PL nessa época?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, convivi com o Deputado Bispo Rodrigues, que não era o Líder. O Líder era Valdemar Costa Neto. Ele não foi Líder da Bancada. Convivi...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, quando precisava, o senhor o procurava?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Convivi com o Deputado Bispo Rodrigues, como convivi com todos os demais Líderes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Bispo Rodrigues controlava a Bancada Evangélica – isso era claro –, até ele perder o título de Bispo. Mas, até então, o próprio Líder da Igreja Evangélica dizia que qualquer

assunto político tinha de ser tratado com ele, que era o Líder da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É verdade, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor acha que foi o Carlos Cachoeira que divulgou a fita?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu assisti ao depoimento dele aqui, nesta Casa; ele disse que não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que não foi ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Que não foi ele. Ele até relatou os motivos de como essa fita veio a público. Então, é esse o testemunho que eu tenho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Qual que seria o interesse de alguém em divulgar a fita, na sua opinião?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, eu não posso lhe dizer hoje, até porque desconheço esse assunto. Agora, a única indagação que me faço é por que uma pessoa se diz prejudicada numa licitação, que estava sendo prejudicada numa licitação, e não foi prejudicada, não foi prejudicada.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não relaciona isso com a questão da implantação dos equipamentos da GTech ou dos coreanos no Rio de Janeiro, com os contratos novos? Era uma precaução que o Sr. Carlos Cachoeira estava tomando, para ele próprio se precaver?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, é difícil fazer essa avaliação, porque me afastei da Loteria. Não posso fazer nenhum comentário a esse respeito. Mas é claro que para essa fita vir a público dois anos depois algum motivo tem, e quem pode responder é só o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como foi que o senhor soube da existência dessa fita? Quem primeiro falou para o senhor sobre essa fita?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe, Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem primeiro falou ao senhor sobre essa fita?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu respondi ainda há pouco e respondo novamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É porque eu não estava atento. Agradeço-lhe.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – No início de janeiro de 2003, já na Casa Civil, eu recebi uma ligação do jornalista Mino Pedrosa me dando notícia de que um bicheiro do Estado de Goiás tinha uma fita gravada em que eu lhe pedia propina.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E, logo em seguida, o senhor teve um encontro com esse bicheiro de que o senhor fala...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, quem disse que era bicheiro...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi o primeiro encontro do senhor com a GTech e com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E, mesmo o senhor sabendo que tinha uma fita contra o senhor, o senhor o recebeu muito bem. O senhor confirma que teve o conhecimento da fita antes do primeiro encontro com o pessoal da GTech?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele negou a existência da fita, disse que não existia fita nenhuma e que aquilo era...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor teve conhecimento de que existia essa fita, mesmo sem conhecer a fita?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele negou a existência da fita e disse o seguinte: que estava só fazendo aquilo, usando o então empregado dele Mino Pedrosa, para me dar um susto e que precisava que eu o acompanhasse numa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como é que o senhor apresenta o Sr. Carlos ao pessoal da GTech, depois desse encontro?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu não apresentei. Eles já se conheciam. Só fui dizer que ele tinha...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor o elogiou, então. O senhor disse na Assembléia Legislativa, na sua CPI, que esse era realmente um ótimo parceiro. V. Sª elogiou o Sr. Carlos Cachoeira ao pessoal da Gtech, talvez com medo da tal fita, não é? Estou supondo isso.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Senador, vou responder. O senhor não estava aqui, mas vou repetir. Sabendo que poderia realmente ele ter uma fita gravada contra a minha pessoa, ter essa gravação, aceitei ir a essa reunião, participei da reunião e disse aos empresários que lá ele era contratado e estava executando a contento o seu contrato e que não tinha nenhum interesse na negociação comercial entre eles.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixe-me só fazer uma pergunta. Depois, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só tenho mais duas perguntas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando o senhor estava na Loterj, quem assinava os editais da Comissão Permanente de Licitação?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Primeiro, esse edital que foi ganho pelo Consórcio Combralog, do Sr. Carlos

Ramos, esse edital já estava pronto. Eu já expliquei que ele foi embargado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O único edital que o senhor assinou foi esse da fita; os outros eram assinados pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Temos esses dados.

O senhor não assinou nenhum outro edital, só esse. Por quê? Por que não foi o Presidente da Comissão de Licitação que assinou esse edital?

O Senador Romeu Tuma foi Primeiro Secretário, como eu sou, e quem assina os editais é o Presidente da Comissão de Licitação. Depois de apurado tudo é que o Primeiro Secretário então dá o aval.

Por que o senhor antecipou-se ao Presidente da Comissão de Licitação e assinou aquele edital?

Exclusivamente, de todo o período de V. Sª, só aquele caso é que aparece na fita.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – V. Exª diz o edital em que ele pede a modificação?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sei. É o que aparece na fita. O senhor é que sabe, porque foi quem negociou.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Porque esse foi o único edital que foi feito na minha gestão, exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não era. Está lá escrito no Regimento.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Mas foi o único edital que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que o senhor não deixou o Presidente da Comissão de Licitação assinar?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, eu era o presidente da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o presidente é quem assina o edital? V. Sª aprendeu com quem essa história de concentrar tudo?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, primeiro que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como o senhor foi morar na casa do Sr. José Dirceu? Por que foi morar lá, no apartamento? Conta-me essa história, que é uma curiosidade. "Não, eu passei um ano e três meses." Por que o senhor foi lá, se o senhor nem conhecia direito o Sr. José Dirceu da campanha, nem chegava perto. De repente, o senhor vem para Brasília e vai morar na residência dele. Era apartamento?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Apartamento funcional.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor ajudava na despesa?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Obviamente, lá morando e me alimentado lá, eu dividia despesas. E não morava só eu e o Deputado; moravam outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que – a afirmação é, se não me engano, de um dos Senadores – a Abin não fez nenhuma investigação no caso do senhor.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não fui eu que afirmei isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acha que, quando houve a divulgação dessa fita, a Abin investigou o senhor? Tem conhecimento disso?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, não posso fazer nenhuma afirmação nesse sentido. Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor acha que a Abin deveria ter investigado o senhor?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não tenho que achar nada, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não tem? O senhor tem. O senhor achou que pedia dinheiro numa fita. O senhor achou outras coisas.

O senhor acha que houve a interferência do seu chefe, o Deputado José Dirceu, para a Abin não fazer investigação sobre o senhor?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desconheço esse assunto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acha que a Abin acertou em não fazer nenhuma investigação sobre o senhor, depois que o senhor foi pego pedindo propina a um bicheiro? O senhor acha que a Abin deveria ter investigado o senhor ou não? Qual a opinião do cidadão brasileiro? Quero deixar bem claro aqui que o senhor não responde como depoente, mas como cidadão brasileiro.

Se eu, Efraim Morais, fosse pego da mesma forma que o senhor, em uma fita gravada em que eu pedia propina, o senhor acha que, se eu trabalhasse bem pertinho do subchefe da Casa Civil, a Abin tinha a obrigação de me investigar? A Abin devia ou não fazer isso? O senhor acha que isso não é preciso e que isso é normal? No Governo atual, isso é normal e não precisa ser investigado, essa é a sua conclusão ou o senhor acha que deveria ser investigado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, não me compete fazer nenhum comentário a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Recebemos a resposta de um ofício da Abin. O Senador Mozarildo fez a pergunta, com o intuito de obter informações e de apurar o envolvimento do senhor, na questão da fita, com o Sr. Carlos Cachoeira, e a Abin informou que a CPI dos Bingos, de autoria do Sena-

dor Juvêncio da Fonseca, "leva ao conhecimento de V. Exª que a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin, não dispõe do documento solicitado". Quer dizer, não fez nenhuma investigação a respeito e nem tomou conhecimento.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou concluir a minha parte e depois...

O SR. (Orador não identificado) – É sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou fazer uma pergunta, que é interessante, e depois concedo a palavra a V. Exª.

Por que o senhor não declarou Imposto de Renda em 2001?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Simplesmente por desorganização.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E em 2004?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Já estou fazendo a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E em 2005?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente, Sr. Senador, estou fazendo a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor é muito desorganizado.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estou fazendo a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aqui. Não sou eu quem está dizendo. Está aqui assinado pelo Secretário da Receita Federal, o Sr. Jorge Antonio Rachid: "Informo que não consta registro de entrega de declaração de Imposto de Renda correspondente aos exercícios de 2001, 2004 e 2005, sendo que o contribuinte em tela encontra-se com sua inscrição pendente de regularização junto ao Cadastro de Pessoa Física".

O senhor ganhou dinheiro em 2003, não é?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu trabalhei em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que não prestou contas? O senhor sabe que agora também está devedor com a Receita Federal, além dos outros crimes que estão sendo investigados?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode. Ou o senhor não teve renda suficiente para declarar em 2004?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A Receita Federal, tão logo surgiu o episódio, começou a fazer um trabalho de investigação – que vem sendo feito – dos períodos já autuados, dos períodos já investigados. Com relação a esse período, eu estou fazendo uma atualização e vou prestar contas à Receita. Obviamente, esta Comissão vai ter uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Waldomiro Diniz, é por isto que este Governo está caindo: teve um subchefe da Casa Civil desorganizado como o senhor, que, como acaba de confessar, é displicente, desorganizado. O que eu acho mesmo é o que pensava V. Sª, como também todo o grupo que estava no poder: que não havia o perigo de caírem, porque iam mandar para o resto da vida. Mas está aí o exemplo. Eu acho que V. Sª contribuiu muito.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só para completar as minhas perguntas, quero fazer mais duas.

O senhor contratou o Armando Dile, de que o senhor falou?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Foi contratada a empresa Pedroso & Boschi para prestar consultoria de *marketing* à Loterj.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o Armando Dile?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Participava junto com o Professor Marcelo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ele trabalhou com o senhor, então?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Trabalhou comigo e até foi trabalhar com o Carlos Ramos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o Armando Dile, ao que me consta, antes de trabalhar com o senhor, trabalhava para a GTech?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A informação que tenho é a de que, muito antes, trabalhou na Racimec e não na GTech. Muito antes, trabalhou em uma empresa chamada Racimec.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Depois da GTech, trabalhou com o senhor ou a Racimec e depois foi trabalhar com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Isso. Na Racimec foi um fato muito anterior. A Racimec é uma empresa anterior à GTech, que eu saiba.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu perguntei para o senhor antes sobre a Racimec e a GTech, porque, de fato, a GTech comprou a Racimec.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É que acho bastante estranho que uma pessoa venha a trabalhar com o senhor e tenha trabalhado na GTech e que o senhor não tenha informações, pelo menos, para as perguntas que fiz sobre a GTech. Nunca conversaram sobre a GTech. E, depois, de trabalhar com o senhor,

o senhor o indica, inclusive, para trabalhar com o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não fui eu que o indiquei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não foi o senhor quem o indicou?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É claro que não!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quem o indicou?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Ele foi convidado pelo Sr. Carlos Cachoeira. Ele assumiu isso aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Indicado porque conhecia ou...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É claro. Ele sabia que ele trabalhava comigo, que era um profissional competente, e convidou-o para trabalhar, para assessorar ele no novo contrato dele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Faço a última pergunta: o senhor teve muito contato com o Sr. Ralf Barquete?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nenhum contato. Não conheci essa pessoa. Nenhum contato. Não conheci.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não o conhecia?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente. Nunca tive nenhum contato com essa pessoa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com o assessor da Caixa?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, absolutamente. Nunca falei, nunca vi, nunca falei por telefone.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nem pessoalmente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nem pessoalmente, nem por telefone. Não conheço. Estou dizendo ao senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Falará o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – De duas coisas eu havia me esquecido. Quando o Rovai falou que foi chamado na Caixa, todo alegrinho, achando que ia assinar o contrato, chega lá o advogado, que entrou, botou na sala o Buratti, que tinha recebido um telefonema do senhor, dizendo que tinha de contratar uma assessoria competente, que havia problemas e que não dava para assinar e tal. Tudo bem! E, daí a pouco, aparece o Buratti na parada, entra na sala com o advogado, o advogado sai, e fica o pessoal da GTech. E se diz que o Buratti foi direto, foi na "dura", não pensou duas vezes, para dizer assim: "Olha, vocês vão dar 15% para a Caixa, vocês são burros, são idiotas!" Quer dizer, a Caixa é o próprio Brasil. É a Caixa do Brasil, não é? É o mesmo que dizer: "Vocês vão dar 15% para o Brasil? Se tivessem me contratado antes, iam dar menos. Agora, vocês vão ter de dar os 15% da Caixa e me pagar". É como se dissesse assim: "Comigo o Buratti é mais embaixo". Entendeu? E aí deu a "dura" no pessoal.

Qual a conversa que o senhor teve com o Buratti? A idéia que eles tiveram foi a seguinte: foi dizer que podia fazer o contrato com as empresas dele, e mandaram para os Estados Unidos o documento para ser analisado e acharam que não devia. Mas o senhor não sabia. Aí marcaram um encontro com o senhor, e o senhor chegou todo alegrinho, como quem não sabia mesmo. Quando eles disseram que não iam mais contratar o Buratti, o senhor murchou. Foi o Rovai, o gordão, que contou isso aqui. Entendeu? Procede essa história?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, até porque eu acho que nós vamos ter a oportunidade...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – De acarear, não é?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – De acarear e de esclarecer todos esses fatos. Primeiro, o que o senhor está falando – desculpe –, o que V. Exª está afirmando...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não tenho de desculpar nada.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O que V. Exª está afirmando aqui não tem conexão nenhuma. Eu nunca liguei para o Sr. Buratti. Não existe uma ligação minha para esse senhor. Eu desconheço completamente esses fatos que o senhor está me relatando.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nada, nada?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não. Esse fato eu não conheço, absolutamente. O Sr. Rovai vai estar sentado aqui ao meu lado, e eu vou ter a oportunidade de fazer esse debate com ele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não há ligação nenhuma sua com ele? (Pausa.)

Eu me lembro que, quando saíram as publicações da **ISTOÉ**, o senhor disse que mandou... Eu pequei aquilo não mão. Eu tenho. Estou até procurando lá. Eu peguei na Casa Civil... O senhor pedia à Procuradora...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – ...ou ao Corregedor, à Abin, a todo mundo...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Abin, não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor pedia que se fizesse a investigação.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, eu queria que fosse requerido a todos esses órgãos o resultado dessa investigação que ele mesmo pediu. Ele pediu ao Corregedor, Dr. Waldir Pires. Está lá...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – O Dr. Waldir Pires, o Procurador Cláudio Fonteles, o Ministro da Justiça e o Dr. Geraldo Piquet Carneiro, da Comissão de Ética.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pode-se fazer um ofício...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito ao Secretário da Comissão que tome essas providências.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Para ele dar o resultado disso, porque isso se deu quando saiu a primeira publicação da **ISTOÉ**.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Exatamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu me lembro de que, quando fui à Casa Civil, estavam colhendo assinaturas para a CPI do Waldomiro, e eu não quis assinar. Falei: "Waldomiro não é fato determinado, fato determinado é a contravenção". A conversa ali era sobre contravenção. Então, não era CPI de pessoas, era contravenção. Aí me lembro que fui à Casa Civil e falei com o Ministro da Casa Civil: "Ministro, o seu assessor está tomando uma porrada dessas no meio da rua, o senhor está sendo atingido. O senhor não tomou providências? Olha aqui a **ISTOÉ** falando e tal. Eu estou tendente a assinar". Ele falou: "Foram tomadas providências. Está aqui". Aí o Ministro José Dirceu me deu e falou: "Está aqui. Ele, Waldomiro, pediu a todos esses órgãos para investigá-lo". Eu falei: "Rapaz, então, você tem de dar uma entrevista mostrando isto aqui". E peguei uma cópia para mim; eu a tenho, eu a tenho. Quando eu vi que a CPI do Waldomiro não ia dar em nada, entrei com a CPI do Bingo, porque eu entendia que este era um fato determinado, a contravenção.

Agora, começo a me lembrar, Sr. Presidente, que se ele pediu é preciso que, olha, já tenha resultado, não é isso?

Então, eu tenho certeza que, com a seriedade do Ministro Waldir Pires, do Dr. Fonteles, vamos ter uma resposta boa do serviço que eles já fizeram desde aquela época.

Agora, só para afirmar, porque o Senador Tuma falou aqui – eu vim correndo, cheguei esbaforido aqui – que o Bispo Rodrigues era o líder da bancada evangélica. Não, ele era o líder da bancada da Igreja Universal.

Eu sou evangélico, ele não era o meu líder. O Walter Pinheiro do PT é evangélico, ele não era líder dele. Então, ele liderava a bancada da Igreja Universal. Estou certo, Waldomiro, da convivência que você teve com ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Que eu saiba, a informação de V. Exª corresponde à verdade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até porque não existe bancada evangélica, existe uma frente parlamentar, porque são pessoas de diferentes partidos, com ideologias diferentes – se é que existe ideologia diferente –, que votam diferente, mas que, naquilo que nos une, na nossa crença, em função da fé que professamos, Senador Flávio Arns, nós nos reunimos. Mas não tem essa história de bancada evangélica. E o Bispo Rodrigues é da Igreja Universal. Ele liderava os Deputados da Igreja Universal.

Então, isso não é verdade, não procede, que ele era líder da bancada evangélica, está certo? E, se alguma vez disse que era, falava daquilo que não lhe é próprio, porque não traduz a verdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Pois não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Eu quero ainda fazer umas perguntas. A primeira delas é a seguinte: no dia 25 de março, o senhor mesmo confirmou que foi até a Caixa Econômica Federal.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Mas V. Sª não nos disse o que, efetivamente, foi tratar poucos dias antes da renovação do contrato da GTech. O que o senhor foi tratar na Caixa Econômica Federal?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, na minha resposta, não sei se me fiz expressar claramente, mas reitero: a reunião não aconteceu, essa reunião não aconteceu. Os membros dessa reunião já confirmaram que essa reunião não aconteceu. Não tratei de nada. Entrei no prédio, me dirigi ao andar, procurei saber da reunião. Disseram: "Não tem reunião nenhuma para ser tratado aqui nesse assunto". Voltei e fui embora. Exatamente isso que aconteceu, Sr. Senador, não tratei de nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa reunião seria com quem? Dirigida por quem?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A princípio, na agenda, estava marcada com o Sr. Carlos Borges, que é Vice-Presidente de Benefícios, o Sr. Paulo Campos e me parece que o Sr. Quintans, não sei se teria uma outra pessoa. Essa reunião não aconteceu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas era para tratar da GTech/Caixa Econômica?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Absolutamente, essas pessoas não tinham na sua competência tratar desse assunto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com quem tinha competência o senhor reitera que não tratou?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Nunca tratei de nenhum assunto. Desculpe-me, não quero aqui fazer nenhum... mas o senhor, se já ouviu, vai ter oportunidade de ouvir e vai saber das pessoas que eu nunca fui à Caixa Econômica tratar desse assunto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Funpat, contratada pela Loterj para prestar serviço, efetuava pagamento a alguns funcionários da loteria.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – E verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O intuito era complementar o salário desses funcionários, aumentando o que eles recebiam, aumentando o salário?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – A Loterj não dispõe, Sr. Senador, esta foi uma das minhas colocações perante esta Comissão, a Loterj não possui, obviamente sem nenhuma falta de respeito aos seus funcionários, que são abnegados, competentes, mas a Loterj não possuía em seus quadros algumas pessoas das quais a gente precisava. Essas pessoas eram então remuneradas pela Funpat, que era uma assessoria direta da Presidência ou lotada na área de informática, advogado, economista, essas pessoas eram lotadas e remuneradas na Funpat.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E esse pagamento era legal?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Existia um contrato com a Funpat, e a Funpat...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Um parecer da Procuradoria-Geral do Estado?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Todos os atos da Loterj, por obrigação, têm que passar pela Procuradoria. Não existe nenhum ato do Presidente que não tenha que ser encaminhado para a Procuradoria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Sr. Waldomiro, o relacionamento do senhor com o ex-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, eu sei que já lhe perguntaram muito sobre isso, mas era uma relação de amizade, não é verdade?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sempre foi uma relação, sempre foi uma relação muito cordial, de confiança e profissional. Afirmo e reafirmo. Amigos, Sr. Senador, até para que... acho que essa pergunta já foi feita "n" vezes... Existe uma curiosidade sobre... Existia uma relação de confiança profissional. Amigos se freqüentam, amigo freqüenta... O Ministro José Dirceu nunca foi à minha casa. O Ministro José Dirceu não conhece meus filhos. Então, há que se avaliar qual é o grau de intimidade que se tem numa relação dessas. Ou seja, durante determinado período morei em sua residência. Já confirmei isso aqui. Existia, sim, uma relação de confiança, uma relação profissional, uma relação que foi quebrada. Essa relação de confiança foi rompida unilateralmente, de minha parte, e obviamente que esses são os fatos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Waldomiro, o Ministro José Dirceu ficou decepcionado com V. Sª depois desse incidente?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador Magno Malta, eu não quero obviamente deixar de responder sua pergunta, até porque não deixei de responder nenhuma pergunta. Não me vali da prerrogativa...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas peraí, né? Falar "não" também... V. Sª respondeu e falou "não".

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, obviamente que não me recusei a responder nenhuma pergunta de V. Sªs.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não se recusou a falar "não".

Ele ficou decepcionado? Como é que foi a reação dele depois daquela fita? Isso porque ele era um Ministro com força sobre o Partido, uma pessoa a quem o Presidente Lula chamava de...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu respondo, respondo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Deixe-me falar: de capitão do time, tinha a confiança do Presidente Lula. Aquilo, durante alguns meses, atingiu de cheio o Ministro, até por causa dessa confiança, dessa relação, dessa proximidade. Ele ficou decepcionado? Qual foi a conversa dele com V. Sª e de V. Sª com ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Depois do episódio da publicação da matéria, eu jamais troquei uma palavra com o Ministro José Dirceu. Não trocamos nenhum telefonema.

O SR.MAGNO MALTA (PL – ES) – Por quê? V. Sª ficou com vergonha, o que foi?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, simplesmente porque houve uma quebra da relação de confiança. Eu, de minha parte, não tenho nenhum motivo para procurá-lo. Ele, idem.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas quem quebrou a confiança?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu, claro, obviamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas se foi V. Sª quem quebrou a confiança, está admitindo que tudo que fez foi errado. É claro! Quebra de confiança é isso.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Senador, se me permite, vou responder a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Permito, claro! Estamos conversando. V. Sª pode ficar à vontade...

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não, eu estou à vontade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até porque só estamos nós três aqui agora. Nós vamos até a noite. Não há mais ninguém inscrito.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Estou muito à vontade e vou responder a V. Exª.

A divulgação de um fato como esse, tendo o senhor – desculpe, vou fazer um paralelo – um funcionário no seu gabinete... obviamente quebrou-se a relação de confiança. Não há motivo.

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – Mas quando V. Sª pede desculpas está dizendo que foi errado o que fez.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não há motivo para que eu vá pedir guarida...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas, como tinha essa relação, pelo menos ligar e dizer: "Zé, nós somos amigos há tanto tempo. Desculpe-me. Eu vacilei, meu irmão. Eu sei que isso te atingiu. Eu vou sumir do mapa. As conseqüências vão vir sobre mim. Minha família está sofrendo, mas eu não quero que essa coisa, que não tem nada a ver com você, e tal"... Mas, simplesmente não falar mais? Por que não se eram tão amigos? Ele também tinha a obrigação de ligar, até indignado, e dizer: "Waldomiro, rapaz, você traiu a minha confiança!"

Porque o Cachoeira, quando veio aqui, falou que achava que você era o terceiro homem da República.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Opinião dele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pois é. Mas V. Sª era um homem próspero. V. Sª tratava com as Bancadas. Eu tive reunião com a Bancada do Espírito Santo e V. Sª estava presente.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – É verdade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E eu também julgava que V. Sª tinha poder de levar as reivindicações. Um cara que é assessor do capitão do time não é qualquer Zé Mané – desculpe-me pelo Zé. Não é qualquer um que é chamado para ser assessor do capitão, amigo! O capitão é o camisa 5, é Dunga, o cara que desarma e tal. O que está do lado é o 10, é o cara que dribla legal e mete no gol. Era para ele dizer assim: "Waldomiro, pelo amor de Deus, velho, você me atingiu! Sou seu amigo há tanto tempo!"

Eu quero saber o seguinte, houve o seu telefonema dizendo assim: "Amigo, houve quebra de confiança, a casa caiu para mim, desculpe-me", ou ele ligou indignado? Eu acho que não há justificativa para ele não ter ligado. Se um assessor meu me der 1 x 0, eu vou ligar para ele e dizer-lhe: "Meu amigo, eu lhe dei emprego, eu lhe botei como chefe de meu gabinete e você faz um negócio desses comigo! Eu construí minha vida com dificuldade, velho, e agora você me dá uma canelada dessas! Eu estou exposto!" "Desculpe-me e tal", "Tá, bicho, eu vou lhe desculpar, mas some da minha frente, meu irmão!"

Entendeu? Eu ia fazer é isso. Foi isso que V. Sª colocou para mim. V. Sª acha que eu não ia ligar para o cara? Eu? Sou filho de Dadá, Doutor.

Então, qualquer homem indignado ia ter essa reação. Agora, qual foi a tua e qual foi a dele? Só o fato de não ligar, Waldomiro, é estranho, velho. Diga.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Posso responder? Sr. Senador, não sei se o senhor acompanhou, teve oportunidade, mas, obviamente, estão nas notas taquigráficas que estão em poder desta Comissão, eu tive oportunidade de fazer um pedido de desculpas público não só ao Ministro, obviamente, não citei o seu nome, mas a todos aqueles que confiaram em mim e que, eu, obviamente, decepcionei. Desculpe.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas ele foi quem mais confiou. Era um amigo. Se você fosse fazer um pedido de desculpas agora, ao vivo, o que o V. Sª ia falar para ele?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Eu não vou falar nada, Sr. Senador, até porque esse assunto já está resolvido, esse assunto já passou...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Está não, velho, não está resolvido, tanto que você está sentado aqui.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe, Sr. Senador, eu preciso concluir o meu raciocínio, se o senhor me permitir.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu estou te ajudando, não quero te cortar, só quero colaborar com você. Não tenho nada de documento na minha mão. Só estou fazendo um raciocínio, que, acho, é lógico.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – E eu gostaria de complementar o meu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele confiava mesmo no senhor. Ele confiava porque todo mundo que começou integrando a base do Governo e quem está aí sabe a confiança que ele tinha. Entendeu? Então, ele não ligou nem para dizer assim: "Rapaz, que papelão!"?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Deixe eu lhe responder uma coisa. Primeiro, que fique bem claro a esta Comissão e ao País: o então Ministro, meu chefe, José Dirceu, o atual Deputado José Dirceu, não tem responsabilidade nenhuma sobre nenhum ato praticado por mim. Então, a sua pergunta é pertinente, porque preciso fazer esse registro. Fora isso, acho que não deveria fazer nenhum outro tipo de colocação, procurá-lo... Achei por direito, obviamente, e gostaria que fosse respeitado o meu direito.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Desculpe, Sr. Senador, eu preciso concluir o meu raciocínio, se o senhor me permitir.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, moço, não estou desrespeitando, não. Calma aí!

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não da sua parte, desculpe.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só estou perguntando. Perguntar não ofende, velho.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Não me sinto ofendido. Obrigado pela oportunidade.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então! Fique frio. Estou só colocando, porque, no meu caso, é porque tenho um parafuso a menos, porque, se fosse eu, eu virava um bicho, porque você dá uma oportunidade ao cara, dá emprego ao cara, o cara come do emprego que você deu, você dá carinho para o cara, dá respeito para o cara, põe o cara, dá todas as fichas, confia no cara e o cara te mete uma bola nas costas, e eu nem ligo para falar: "Meu amigo, o que é que há, velho? Você me deu uma bola nas costas, estou arrebentado, e todo mundo está batendo na minha cara!" Entendeu? Naquele momento é que você devia ter vindo a público e ter dito: "Olha, gente, eu – como o Roberto Jefferson – vou matar no peito. Esse problema é meu. O Ministro não tem nada, não. Ele está apanhando de graça. Venha para cima de mim, porque fui eu quem quebrou a confiança com ele".

Então, quando o senhor fala que houve uma quebra de confiança é porque uma parte errou. Então, isso é digno, isso não é indigno, não. O senhor assumir o seu erro não é indigno. Indigno é o cara continuar errando. A Bíblia diz que um abismo chama outro abismo. O pára-choque do caminhão diz que uma mentira, para justificar, você tem de contar uma maior. Então, quando você assume, diz que houve quebra de confiança não da parte do Ministro para com o senhor, e é interessante o senhor falar isso, porque o senhor dá a ele instrumento para se defender, para provar o que ele fala quando se defende a respeito desses episódios; mas, se o senhor não falar, escamotear, fica a dúvida em cima dele e fica a dúvida em cima do senhor.

O senhor dizer que houve quebra de confiança e dizer que errou... Quer dizer, ele, se não telefonou para o senhor, errou também, porque se você fosse meu assessor, mesmo com esse tamanho todo que você tem, eu tinha ligado para você e soltado os bichos, sem conversa.

Quer dizer, aí, hoje, você diz: não nos falamos mais. Depois de um episódio daquele, doido, tinha de ter falado: "Desculpa aí, velho, e tal".

Então, não tenho documento aqui, não tenho carta na manga, não tenho nada. Estou conversando, lhe deixando à vontade. Acho que, de tudo que você falou aqui, isto foi o mais importante, essa coisa de dizer que houve quebra de confiança. E, quando tem quebra de confiança, Sr. Relator, é porque uma parte errou. O senhor está assumindo o seu erro, e, quando o senhor assume o seu erro, é como se estivesse dando instrumento a outra pessoa de dizer assim: viu, aí, vocês estão me apunhalando sem me dar o direito de acreditar em mim. Entendeu? Porque nunca houve isso. Acho que ninguém nunca perguntou ao Ministro: o senhor ligou para o Waldomiro no dia seguinte e saiu com os bichos em cima dele? No dia em que eu tiver oportunidade, vou perguntar.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Permite, Sr. Senador?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Hum hum!

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Até porque em todos os inquéritos que respondo, em todas as instâncias, nunca houve nenhuma citação de que o Ministro, o então Ministro, atual Deputado, José Dirceu, tivesse responsabilidade, ou foi responsabilizado, ou foi citado em qualquer ato meu.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas todo jornal que você lê... Eu não sei nem se você lê jornal mais, acho que você nem agüenta mais olhar para jornal e para nada, né?

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Leio todos os jornais, assisto a todos os canais, louvo o trabalho da imprensa.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas então você vê que, quando se toca nesse assunto, a ilação é feita em cima do Ministro, ou não? A televisão a que você assiste é diferente da nossa? O jornal que você lê é diferente? O assessor do todo-poderoso do quarto andar, um homem que tinha...

Então, era assim. Eu estou falando que vocês eram amigos, amigos. Então, o seguinte: a um amigo, cabia a indignação; e, ao outro amigo, o pedido de perdão, se redimir, dizer: "Olha, desculpa, quebrou a confiança, eu atingi você, mas eu pago o preço que for necessário, perdoa-me". E ao outro cabe a indignação, a indignação dos justos, dizer: "Pô, legal, dormi com o

inimigo dentro de casa. Te acolhi e você me dá um carrinho de frente com essa chuteira velha, com os bicos todos arrebentados. Cortou a minha canela!".

É essa a minha palavra. É, ué! É só o Lula que pode usar metáfora de futebol? Eu uso também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, antes de encerrar esta reunião, quero convidá-los para uma reunião administrativa desta Comissão na terça-feira, dia 16, às 15h. Quarta-feira, teremos aqui o depoimento de Valdery Albuquerque, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, e de Mário Haag, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica. Quinta-feira, Paulo Bretas, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal e o depoimento de Carlos Cartel, ex-Superintendente de Projetos da Caixa Econômica Federal.

Quero agradecer ao Sr. Waldomiro Diniz e aos seus advogados.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 53 minutos.)

Ata da 12ª Reunião, Realizada em 16 de agosto de 2005.

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti e Geraldo Mesquita Junior, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que presente reunião destina-se Reunião Administrativa Reservada e solicita a imprensa e demais presentes que se retirem do recinto, ficando apenas os senhores Senadores e assessores da Comissão. A seguir, solicita que a assessoria faça chegar aos Senadores presentes cópia da relação dos documentos existentes na Comissão e informa do calendário para esta semana, informando ainda, que o Sr. Enrico Gianelli, entrou com outro pedido de *Hábeas Corpus*, junto ao Supremo Tribunal Federal, para não depor perante a CPI, solicitação esta já encaminhada a Advocacia do Senado Federal, para parecer. Tece considerações sobre calendário de pessoas que serão ouvidas na Polícia Federal e sugere que a assessoria acompanhe os referidos depoimentos. Com a palavra o Relator, Senhor Garibaldi Alves Filho, informa das modificações no calendário das reuniões. Usam da palavra os Senhores Senadores Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns e Geraldo Mesquita Junior. Com a palavra o Senador Tião Viana solicita que o **Requerimento n.º 026/05**, passe a vigorar, vez que se trata de outro assunto. A seguir submete a apreciação dos seguintes requerimentos: **Requerimento nº 108/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação do Sr. Denivaldo Henrique de Almeida de Araújo, para prestar depoimento perante a CPI. **Requerimento nº 106/05,** de autoria do Senador Almeida Lima, subscrito pelo Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação do Sr. Fernando V. C. Lessa, Procurador da República, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 107/05,** de autoria do Senador Almeida Lima, subscrito pelo Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação do Sr. Hebert Reis Mesquita, Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 105/05,** de autoria do Senador Leonel Pavan, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcelo Sereno, referente ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004. Em votação, é aprovado com 9 votos favoráveis. **Requerimento nº 109/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer a convocação do Srs. Manoel Tubino, Antônio Buffara de Freitas e Rafael Greca, para prestarem depoimento perante a CPI. Em votação, é aprovado. A seguir indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. Com a palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho, submete a apreciação dos demais pares o calendário para as próximas semanas: dia 17/08/05, quarta-feira, Srs. Valderi Albuquerque, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal e Mário Haag, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal; dia 18/08/05, quinta-feira, Paulo Bretãs, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal e Carlos Cartell, ex-Superintendente de Projetos Especiais da Caixa Econômica Federal; dia 23/08/05, terça-feira, Marcelo Sereno, tesoureiro da campanha de Benedita da Silva e Lucas Furtado, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; dia 24/08/05, quarta-feira, Danilo de Castro, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal e Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal; dia 25/08/05, quinta-fei-

ra, Enrico Gianelli, ex-Advogado da Gtech e Denivaldo Henrique Almeida. A Presidência Submete à votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 119/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho,

requer que a Polícia Federal, com assistência de assessores da CPI, tome depoimento, que constará soa autos da Comissão as seguintes pessoas: Sâmia Amin Santos, Rodrigo Carvalho de Lima,Fernando Luiz Ayres de Lima, Marcelo Martins Araújo, Evaldo Fontes Júnior, Elza Gonçalves Siqueira Buratti, Rosângela Buratti, Renato Buratti Neto, Luis Antônio Prado Garcia, Ana Cristina Moraes Moreira Sena e Vânia Lopes de Ataídes. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 120/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, em aditamento aos requerimentos **nº 082/05** e **n.º083/05**, anteriormente apresentados pelo senador Magno Malta, convoca para prestar depoimento, em acareação, os Srs. Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Marcelo Rovai, Rogério Buratti e Enrico Gianelli. Em votação, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

Ata da 13ª Reunião, Realizada em 17 de agosto de 2005.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior e Augusto Botelho, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Valdery Frota Albuquerque, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal e Mário Haag, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal. A seguir indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. Dando continuidade aos trabalhos a Presidência convida o Senhor Valdery Albuquerque, para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente tece considerações sobre sua curta passagem pela Caixa Econômica e faz uma abordagem sobre o processo licitatório entre a Gtech e a Caixa Econômica e coloca-se a disposição da comissão para os questionamentos. Com a palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho para inquirir o depoente seguido, de acordo com a ordem de inscrição, pelos Senadores Juvêncio da Fonseca, Tião Viana e Flávio Arns. A seguir, o Senhor Presidente agradece ao depoente e convoca reunião a realizar-se amanhã às dez horas, para as oitivas dos Srs. Mário Haag, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal, Paulo Bretãs, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal e Carlos Cartell, ex-Superintendente de Projetos Especiais da Caixa Econômica Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta desta reunião destina-se: primeiro, oitiva dos Srs. Valderi Albuquerque, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, em seguida, o Sr. Mário Haag, ex-vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa de leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovada.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Valderi Albuquerque.

Quero informar aos Srs. Senadores que se encontra sobre a Mesa termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, assinado pelo Sr. Valderi Frota de Albuquerque, onde informa sua identidade, idade, CPF, estado civil casado, endereço residencial, telefone, profissão economista,

local onde exerce sua atividade atualmente. Assina o Sr. Valderi.

Passo a palavra ao Sr. Valderi para as suas considerações iniciais.

Agradeço a V. Sª a presença, ao mesmo tempo em que peço desculpas pela nossa Comissão em função do horário, já que havíamos marcado para as 11h30. A realização da reunião da CCJ nesta mesma sala nos impediu de iniciar no mesmo horário. Nossas desculpas em função de o horário já se encontrar adiantado. Nosso agradecimento pela presença de V. Sª à nossa Comissão.

V. Sª tem a palavra.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de, inicialmente, saudar à Mesa e dizer que estou aqui por convocação do Sr. Presidente da CPI, Senador Efraim Morais. Gostaria de saudar as Srªs e os Srs. Senadores e os demais participantes da CPI.

Meu nome é Valderi Albuquerque. Sou economista, analista de finanças do Tesouro Nacional, servidor da Secretaria do Tesouro. Assumi, em abril de 2002, a Presidência da Caixa Econômica Federal.

Gostaria de fazer um pequeno cronograma dos eventos que chegaram até a minha saída, exatamente no dia 16 de janeiro de 2003, já no mandato do Presidente Lula.

Se V. Exª permitir, gostaria de colocar um papel sobre a mesa com o cronograma para facilitar as datas.

Muito bem. Uma breve cronologia dos fatos.

Minha posse aconteceu em abril de 2002. Em maio de 2002 procedemos à revogação da Concorrência 01, de 2000, portanto, de dois anos e alguns meses antes. A motivação foi basicamente técnica, de natureza tecnológica, e também de natureza estratégica para a Caixa Econômica Federal. É público e notório que não concordávamos com o modelo de aprisionamento, muitas vezes divulgado ao longo desta CPI, em outras ocasiões.

Além disso, tivemos um forte aprendizado com os correspondentes bancários...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Sr. Valderi, desculpe, eu não compreendi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aprisionamento de quê?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Em relação ao contrato com a Gtech.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Sim, mas em seguida o senhor falou que não concordava...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nós não concordávamos com o modelo de negócios até então estabelecido com a Gtech. A partir de 2000, estávamos trabalhando no sentido de mudar o processo licitatório que a Gtech vinha embargando, portanto, desde aquela época.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Porque nós tínhamos basicamente um fornecedor só que nos entregava um prato-feito. Na verdade, nós não tínhamos condição de decidir a melhor forma pela qual poderíamos administrar todos os processos. E, claramente, a inteligência do processo era a inteligência que a Caixa há algum tempo vinha preparando para absorver. Claramente, o processo de aquisição de máquinas, de computadores, de consumíveis era um processo que, por conta de outro avanço regulatório importante, que foi...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Para deixar bem claro, aprisionamento seria a licitação global...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E não a licitação fatiada por serviços.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E a Gtech sempre exigiu e pediu e queria e quis e conseguiu o contrato no futuro de globalização de seu contrato para todos os serviços, sem ser fatiado. Por essa razão, V. Sª anulou o contrato.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – V. Exª tem razão. A nossa diretoria, galgada em pareceres técnicos das áreas operacionais e, obviamente, da nossa área jurídica, decidiu, portanto, cancelar essa licitação. E eu estava aqui a descrever alguns itens importantes...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Sr. Valderi, por gentileza, essa concorrência que foi revogada, como o senhor disse, previa que modalidade? A modalidade do serviço fatiado ou global?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, na verdade, os serviços fatiados, porque nós já tínhamos uma primeira licitação que foi iniciada...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Mas ela foi voluntariamente revogada ou por ordem judicial?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria dos Srs. Senadores que...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – É só para entendermos, Sr. Presidente, senão vai faltar alguma coisa na memória depois.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós teremos tempo de fazer essa argüição. Ainda temos que ouvir o nosso Relator.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Não, eu sei. É que ele está discorrendo sobre fatos que não estão sendo devidamente compreendidos, pelo menos por mim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Valderi, para concluir a resposta ao Senador Mesquita e para que nós possamos avançar.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Pois não. Vou tentar ser mais claro, Sr. Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – É porque o senhor disse que não concordava com o modelo proposto pela Gtech; cancelou essa licitação. Então eu gostaria de saber: foi voluntariamente ou por ordem judicial?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Voluntariamente. E vou explicar, se V. Exª permitir, porque tem um passo importante, Sr. Senador. Na verdade, nós já iniciamos o processo licitatório de 2000 à luz da regulação vigente à época e daquilo que era possível fazer, do ponto de vista de distribuir melhor os serviços, de trazer uma estrutura de fornecimento que permitisse à Caixa ter uma gestão mais efetiva do seu negócio.

Na verdade, nós tínhamos quatro operações: captura, o processamento, os consumíveis e a maquinaria e um outro item, que era... Captura, processamento, consumíveis, e me faltou o outro item que eu já vou recordar e falo para V. Exª.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* E a transmissão.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente, a transmissão. Muito obrigado.

E o que acontece é que, nesse meio tempo, em janeiro de 2001, nós iniciamos o primeiro correspondente bancário no Brasil, que foi lançado no Município de Solidão, no interior de Pernambuco. E a estratégia dos correspondentes bancários só pôde acontecer naquela fase porque o Banco Central, no final do ano 2000, regulamentou a constituição de correspondentes bancários, e a Caixa, naturalmente, por já ter um franqueamento de lotéricos com um nível de penetração muito grande no País, iniciou um trabalho de, inicialmente, estar presente em todos os municípios do Brasil. Posteriormente, a nossa idéia era ter um adensamento maior, que eu creio que seja a estratégia que está acontecendo até hoje. O fato é, Sr. Senador, que no dia 24 de maio, a Caixa esteve presente em todos os cinco mil, quinhentos e sessenta e um municípios brasileiros.

O fato novo: temos o pregão, o pregão eletrônico, que foi muito importante, no sentido de buscar mais transparência, mais interferência, mais economicidade para a Caixa Econômica Federal e empresas públicas de um modo geral. E a nossa experiência com correspondentes bancários nos permitia tomar uma decisão no sentido de trazer o processamento para a Caixa Econômica Federal, para fazermos dentro de Casa. Razão pela qual tomamos a decisão de cancelar essa licitação, porque essas inovações, aliadas ao fato de que a própria licitação de 2000 continuava embargada... Decidimos, nesse sentido, mudar o objeto da licitação porque queríamos dar um passo a mais.

Os senhores percebem que a velocidade com que a tecnologia se renova tem sido crescente; os senhores percebem que a mudança regulatória foi muito profunda, principalmente naquilo que concerne a telecomunicações. E é claro que o advento do pregão foi e é fundamental para termos mais economicidade nos processos licitatórios.

Muito bem! A Gtech, a partir daí, manteve novamente um processo, por meio de liminar, se não me falha a memória, de embargo do nosso novo modelo de licitação quando chegamos, em setembro. Em setembro de 2002, a Caixa inicia novamente negociações com a Gtech, uma vez que estávamos buscando um consenso, uma transição para sairmos desse modelo que chamamos de aprisionamento, que continuava, diga-se de passagem, daquela forma, e tentamos fazer vários pregões ao longo desse período. Todos eles foram de alguma maneira, por ordem judicial, suspensos. Isso nos trouxe à mesa de negociações porque tínhamos 13 de janeiro de 2003 como a data final, a data término para a renovação desse contrato. E iniciamos a conversação com a Gtech buscando a compreensão da Gtech no sentido de que aquilo que poderíamos buscar como consenso, aquilo que poderíamos continuar a fazer em conjunto que fizéssemos de forma não conflituosa, como de resto vínhamos fazendo até agora.

Instalamos uma comissão de negociação, onde tínhamos dez... Uma equipe multidisciplinar. Tínhamos dez pessoas, todos funcionários de carreira da Caixa Econômica Federal: advogados, pessoas da área operacional, pessoas da área de loteria, pessoas da área financeira. Enfim, era uma gama de representação para buscar a melhor negociação para a Caixa. Diretamente na negociação tínhamos uma equipe de pelo menos quatro pessoas, que era exatamente a equipe que travava as negociações, todas elas com pauta, com ata e foram gravadas de comum acordo entre Caixa e Gtech, no sentido de buscar uma memória, uma memória importante, por que é que o processo na verdade

culminou ou não naquilo que tínhamos de objetivo comum. Percebemos que até outubro as reuniões foram, vamos dizer, de alguma maneira, produtivas; a partir de outubro, acho que com a posse do novo... ou pelo menos com a eleição do Presidente Lula, as reuniões passaram a ser um pouco mais, vamos dizer assim, protelatórias, e tenho impressão que a Gtech firmou de fato um posicionamento que, do ponto de vista de negócio, é legítimo dela, ela pode, enfim, tender... E deve defender seu ponto de vista; a Caixa continua também defendendo o seu ponto de vista.

Em novembro, tivemos a primeira reunião com a equipe de transição. V. Exªs lembram que tivemos uma transição, não só do ponto de vista comportamental, mas do ponto de vista processual, institucional, bastante transparente. E eu diria que a ferramenta fundamental que demonstra isso é exatamente o portal da transição, onde lá a Caixa Econômica Federal colocou, se não me falha a memória, trinta e cinco maiores iniciativas, Srs. Senadores, que achávamos deveriam ser tratadas inicialmente, ou pelo menos ser do conhecimento, inicialmente, da equipe de transição. Com a equipe de transição, nós tivemos uma reunião. O Líder – se não me falha a memória – era o Sr. Arno Augustim, então Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, e o Sr. Sérgio Rosa, atual Presidente da Previ e a Srª Hermínia Maricato, que, pelo menos era, até pouco tempo, Secretária Executiva do Ministro Olívio Dutra no Ministério das Cidades.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Essa Ermínia Maricato foi Vereadora em São Paulo?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não sei dizer, Senador. Eu tenho impressão que ela era acadêmica.

Fizemos uma reunião e combinamos como aconteceriam as coisas daí para frente. Em dezembro de 2002 – estou concluindo aqui, Senador Efraim Morais – é indicado como Presidente da Caixa Econômica o Sr. Jorge Mattoso, após várias especulações de nomes. Tão logo eu soube, tomei a liberdade de ligar para o Sr. Arno Augustim, pessoa com que já tinha relacionamento antes mesmo como Diretor da Caixa Econômica Federal, como Dirigente da Caixa e ele Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul. Portanto, fiz uma ligação para o Sr. Jorge Mattoso, oferecendo-me para fazer uma primeira reunião com ele. Fizemos essa reunião em São Paulo, se não me falha a memória em 23 de dezembro – foi uma reunião inclusive noticiada; eu não tenho aqui cópia, mas posso ter – em que entreguei para o Sr. Jorge Mattoso uma pastinha com os principais pontos que nós achávamos que deveriam merecer a atenção do Sr. Jorge Mattoso pela complexidade e pelo tamanho da Caixa Econômica Federal. Além de, naturalmente, entregar, passamos algo como duas horas em que eu expliquei os principais agregados da Caixa Econômica e os principais desafios de natureza operacional e, é claro, um item muito importante era o item da Gtech.

Em dezembro de 2002, ainda, – no finalzinho – a Caixa, após uma série de reuniões em que já tratávamos dessa questão, formaliza uma proposta para a Gtech no dia 31 de dezembro: um desconto de 25% por um prazo de 6 meses, mas já prevendo um início de processamento, pela Caixa Econômica Federal, em março de 2003. Em janeiro tive uma segunda e última reunião com o Presidente Jorge Mattoso, agora já em Brasília, porém antes da posse, mas já no Governo Lula, em que fiz outras considerações. Montamos uma salinha da transição na Caixa Econômica Federal e eu o deixei absolutamente à vontade com os demais Vice-Presidentes, demais Diretores, demais dirigentes, porque eu não era da casa – como eu mencionei, eu sou da Secretaria do Tesouro Nacional – e, naturalmente, achei que seria de absolutamente bom-tom deixá-lo conversar com as pessoas.

No dia 13 de janeiro, nós tínhamos que deliberar sobre o Contrato. Não conseguimos chegar a um bom termo com a Gtech. Houve uma reunião de Diretoria, específica sobre o assunto. Diga-se de passagem, todos os contratos relevantes, todos os contratos da magnitude da Gtech e mesmos menores que a Gtech que tinham complexidade assemelhada à Gtech eram tratados de forma absolutamente institucional, do ponto de vista de negociação, geralmente com uma equipe multidisciplinar, como eu mencionei. Eles eram aprovados por um Comitê de Compras e Contratações de funcionários de nível 1 – de 8 a 10 funcionários de nível 1 – para a Caixa Econômica Federal, todos eles de carreira. Finalmente, após a deliberação do Comitê de Crédito, subiam à Diretoria Colegiada, que também debatia mais uma vez. Muitas vezes, dávamos conhecimento ao Conselho de Administração.

Nesse sentido, nesse dia da reunião, nós tínhamos uma Diretoria dividida. Não lembro de ter visto na Caixa, em nenhum momento, a utilização de um voto de Minerva – que é do Presidente, por Estatuto. Fiz, então, uma ligação para o Sr. Jorge Mattoso. Achávamos que já estávamos no Governo Lula, achávamos que nós já tínhamos Presidente indicado e, com certeza, a posse do Sr. Jorge Mattoso aconteceria dois dias depois e seria muito natural oferecer uma opinião, receber uma opinião do Sr. Jorge Mattoso. Disse das nossas inclinações, que nós estávamos divididos de fato. E, se continuássemos, naturalmente, nessa gestão, nós teríamos, talvez, um comportamento um pouco diferente, mas naquele momento nós não poderíamos,

vamos dizer assim, entregar uma situação irresoluta para um Presidente que está chegando numa empresa, numa transição, diga-se de passagem, bastante civilizada e cordial com todas essas pessoas. Não poderíamos entregar um contrato que não estivesse minimamente solucionado.

Decidimos – em consenso com os diretores e no voto, na resolução de diretoria ficou claro que as motivações eram fundamentalmente o *timing*, permitir que essa nova gestão tomasse conhecimento mais aprofundado da questão – prorrogar por noventa dias, infelizmente nas mesmas condições, porque já não havia mais como negociar. E entendo que nós não tínhamos mais até mesmo legitimidade, do ponto de vista da Gtech, para negociar alguma coisa diferente. Eu estaria fora, com certeza, eu, Presidente, no dia 16, e os demais Vice-Presidentes permaneceram por mais alguns dias. Alguns que estavam na minha diretoria permanecem até hoje lá na diretoria do Sr. Jorge Mattoso.

Então, essas são as considerações preliminares. Queria pedir desculpas a V. Exª por não ter sido claro no início. Espero ter cronogramado um pouco melhor e estou à disposição agora e em qualquer outro momento para dirimir qualquer dúvida que esteja a meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Concedo a palavra a V. Exª Senador Garibaldi Alves, Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Valderi, qual é a sua atual ocupação?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Atualmente eu estou licenciado do Tesouro Nacional e sou consultor. Atuo em São Paulo e em Brasília.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durante o período em que o senhor foi presidente da Caixa, quantos vice-presidentes eram funcionários de carreira e quantos eram de fora da empresa?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Bem, além de mim, que não sou funcionário da Caixa, embora tenha passado mais tempo na Caixa do que na minha instituição, Tesouro Nacional, nós tínhamos um outro que era do Banco Central que cuidava da área de fundos, o Sr. Jorge Ávila, e os demais eram todos funcionários de carreira, todos escolhidos por meritocracia, todos sabatinados não só pelo presidente mas, também de uma forma harmoniosa, consensados com os demais vice-presidentes, porque éramos um colegiado, e, obviamente, sabatinados pelo Conselho de Administração, todos cumprindo os requisitos do Banco Central.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª se referiu ao contrato da Gtech com a Caixa Econômica e todos nós aqui sabemos que o Ministério Público e o Tribunal de Contas vêm investigando esse contrato há bastante tempo. Há fortes indícios de irregularidades desde o processo licitatório inicial, passando pelos termos aditivos – contrato assinado em 2000 e as renovações deste realizadas em 2003.

O senhor já nos falou bastante sobre as tratativas durante esse tempo. Mas eu perguntaria: sobre as irregularidades em si o que V. Sª poderia nos dizer?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sr. Senador, sobre essas supostas irregularidades, eu queria inicialmente mencionar que não estava na Caixa em 1994, não estava na Caixa em 1997. Entrei na Caixa como Diretor de Finanças em agosto de 1999 e o que posso afirmar a V. Exª é que chegavam ao nosso colegiado todos os procedimentos de negociação, inclusive com pareceres jurídicos, porque a Caixa enfrentava enormes desafios de natureza operacional.

No caso do canal, que nós chamamos o canal de distribuição dos lotéricos, e, com o advento dos correspondentes bancários, nós percebemos a necessidade de rapidamente, atendendo a uma percepção da própria sociedade em que a Caixa é de fato um banco voltado para os mais pobres – iniciou-se exatamente com a poupança dos escravos –, nós tínhamos que sair na frente nesta busca por estar presente em todos os municípios do Brasil, e no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso isso de fato aconteceu. Na verdade, eu diria que trouxe toda a plataforma para que nós pudéssemos distribuir os programas sociais que hoje foram consolidados e são conhecidos como Bolsa-Família.

Nesse sentido, nós precisávamos de – usando, se o senhor me permite, a analogia – uma estrada com mais pistas. E foi isso que aconteceu em relação ao contrato da Gtech. Nós passamos a receber nos lotéricos contas de luz, cartão telefônico, depósitos de poupança e uma série de outras conveniências de natureza bancária que tornavam acessível à população de baixa renda, que, muitas vezes, tem até vergonha de entrar numa instituição financeira. Nesse sentido, a Caixa decidiu, dentro dos seus pareceres jurídicos e com o maior rigor técnico, inclusive considerando o retorno das operações e o custo de atender uma pessoa numa agência versus – não fosse a comodidade para o cidadão, mas o custo propriamente dito – o correspondente bancário... No correspondente bancário ou no lotérico, nós pagávamos uma tarifa de R$0,15, e a tarifa interbancária à época era superior a R$0,60.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe se a Gtech mantém ou man-

teve outros contratos com outros órgãos públicos ou com empresas privadas no País?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não sei lhe dizer. O que eu vi – e a verdade é esta: eu vi mesmo, talvez em matéria de jornal ou especulativamente – era alguma coisa com lotéricas estaduais. Posso lhe afiançar, porque estive lá, que em São Paulo não havia. Não sei se era o provedor da loteria do Rio de Janeiro. Também não sei dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Ministério Público indiciou, civil e criminalmente, vários ex-dirigentes da Caixa Econômica Federal e da Gtech por conluio em licitação, contratação e sucessivos termos aditivos fraudulentos no citado contrato.

Daqueles que ocuparam a presidência da Caixa desde 1994 até hoje, o senhor é o único que não foi indiciado. O que o senhor tem a dizer a respeito?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Posso explicar para V. Exª em parte, porque, como mencionei, não estive na Caixa em 1994. Entrei na Caixa em fevereiro de 1995, com o Presidente Cutolo, saí da Caixa em 1996, voltei para a Caixa em 1999, com o Presidente Carazzai. Suponho que essa seria uma primeira explicação.

A outra explicação é que nós somos um colegiado, mas temos os diretores responsáveis diretamente pelas áreas.

No meu caso – esta é uma ilação que faço a V. Exª –, eu dirigi a Caixa de 4 de abril de 2002, num período de transição da saída do Presidente Carazzai, até o dia 15 ou 16 de janeiro de 2003. Essa é a única razão que eu vejo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca entrou em contato com ele?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Em nenhum momento. Até surgir este problema, em fevereiro de 2004, nunca tinha ouvido falar no Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem na sua tentativa de entrar no mercado de correspondentes bancários e de competir com a Gtech nos estados, com loterias *on line*?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Até então, nunca tinha ouvido falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem da tentativa dele de usar o Rio de Janeiro como vitrine, como show rom para o Brasil e dali iniciar um processo de competição com a Gtech?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, nunca tinha ouvido falar nisso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já nos fez um relato sobre os processos de renovação dos contratos da Gtech com a Caixa Econômica, iniciado no final de 2002 e terminado em meados de 2003. V. Sª já esgotou todas as informações que poderia nos dar sobre isso?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – De uma maneira geral, Sr. Senador, creio que sim. Posso frisar que o relacionamento com a Caixa Econômica Federal foi bastante conflituoso, fomos diligentes, em nenhum momento a Caixa deixou de tomar as atitudes de natureza institucional, visitando, por exemplo, o Ministério Público e o TCU e apresentando memoriais, nem de natureza negocial e tampouco de natureza jurídica.

Eu me permitiria, se V. Exª anuir, passar para os senhores o que talvez seja um relato ou uma memória muito mais adequada e refinada do que eu mencionei agora há pouco, que foi uma nota de esclarecimento que a diretoria da Caixa Econômica Federal divulgou exatamente após iniciar novas negociações com a Gtech, respondendo a uma crítica pública, em jornal também, de que a nossa escolha não atendia ao interesse público. Repudiamos isso veementemente e soltamos em jornal, que posso passar para a Comissão, a resposta da Caixa, que historia exatamente as motivações...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse é de quando?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Esse jornal é do dia 24 de setembro de 2002; parece que é o Correio Braziliense. Poderia deixar, caso a CPI ainda não tenha, uma cópia com a Comissão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Caixa realizou um grande investimento para internalizar o processo das loterias e correspondentes bancários. Quanto custou esse projeto? Quem coordenava isso?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não me recordo exatamente desses números, Sr. Senador.

Nós criamos um grupo, já em 2000, cujo objetivo era criar o novo modelo do canal lotérico – era assim que nós nos dirigíamos. Só que realmente o mundo é bastante dinâmico e, ao longo do tempo, foram acontecendo esses eventos, como por exemplo a regulamentação do correspondente bancário, que contou com uma grande participação da Caixa, mostrando que era possível, fazendo uma comparação com outros países em que isso poderia acontecer, para mostrar que era caro manter uma agência, a própria comunidade não

conseguia pagar. E nós tínhamos as pessoas – vi muito isso no meu estado, por exemplo – que tomavam o caminhão para ir para uma cidade um pouquinho maior, porque lá havia um posto do Banco do Brasil...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o seu estado?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Ceará.

Vimos isso demais. As pessoas iam receber, muitas vezes, aquele auxílio-seca, que elas recebiam em frentes de trabalho, e lá mesmo, nesta cidade um pouco maior, compravam farinha, rapadura, carne, pão, levavam e acabavam estagnando a economia menor e propiciando algum pequeno desenvolvimento para a outra, além do incômodo, de uma série de dificuldades e da própria falta de dignidade.

Nesse sentido, criamos esse grupo. Se não me falha a memória, havia um orçamento de R$100 milhões. Era um grupo que tinha 114 profissionais da Caixa Econômica Federal, todos eles de carreira. Contávamos com o apoio de especialistas na questão de tecnologia e estávamos absolutamente conscientes de que, não bastasse a conveniência para a sociedade em geral, do ponto de vista de inovação, um passo a mais, uma redução do hiato que a Caixa tinha em relação à sociedade brasileira, do ponto de vista econômico-financeiro, tinha uma taxa de retorno bastante adequada, atrativa, que alinhava interesses entre um banco que tem entre os seus clientes...

A Caixa, realmente, é muito mais do que um banco. Ela tem a sua carteira comercial, mas a sua parte social é muito importante. E uma coisa fundamental, no nosso entender, era cumprir a sua missão social sem, todavia, comprometer ou gerar o que nós chamamos de "esqueletos", exatamente a parte econômica, e evitar uma nova reestruturação patrimonial, como aquela que foi feita em 2001.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Insisto no seguinte: em 2002, Sr. Valderi, a Caixa Econômica Federal desistiu do processo licitatório lançado em 2000 e bloqueado na Justiça pela Gtech.

Em seguida, a Caixa Econômica Federal tentou realizar pregões, também sustados pela Justiça.

O senhor poderia nos explicar quais as falhas desse processo licitatório? Por que a Caixa Econômica sempre perdia na Justiça para a Gtech? A assessoria jurídica da Caixa Econômica foi falha, foi deficiente? O que acontecia que a Gtech sempre levava a melhor?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Essa é uma pergunta difícil de responder. Posso testemunhar para V. Exªs que a nossa assessoria jurídica é competente, diligente, ativa, esteve presente em todas as instâncias que mencionei para V. Exªs, e o que acontecia é que a Gtech, sempre na 17ª Vara, conseguia uma liminar contra esses pregões.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era vara preventa? Por que sempre na 17ª?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Essa tecnicalidade, eu...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe perguntar, Sr. Presidente; é quase uma denúncia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Era sempre nessa mesma vara?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Todas as liminares que nós tínhamos eram dessa mesma 17ª Vara. Não me recordo agora do nome da juíza, mas eu o tenho e posso passar para V. Exªs. Tenho impressão de que já está nos autos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E era a mesma juíza ou juiz?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Creio que sim, sempre a mesma juíza. E nós éramos absolutamente inconformados com isso. Insisto em reiterar a participação pró-ativa do nosso Jurídico, sempre em articulação com a nossa Vice-Presidência de Logística, que estava à frente...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, além do setor jurídico da Caixa, havia outros escritórios dando apoio?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim. V. Exª diz internamente, na Caixa?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Além do setor jurídico, outros escritórios.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Tinha a área de logística...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, outros escritórios.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, advogados, não. Que sejam do meu conhecimento, não. Era apenas a nossa área jurídica, que nos parecia o bastante neste caso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Caixa iniciou um processo de negociação com a Gtech durante a gestão de V. Sª, tendo em vista a proximidade do contrato e a perspectiva da Caixa assumir o processamento.

Essa negociação, V. Sª disse que foi muito conflituosa, desde a primeira reunião, inclusive com reuniões gravadas.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor. V. Exª tem razão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª poderia nos explicar o porquê disso?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Posso.

Na verdade, o que aconteceu foi uma aproximação em que eu estive numa reunião com a Gtech, lá na Caixa Econômica Federal; eu, a nossa diretora jurídica e o nosso vice-presidente de logística, com o objetivo de apenas traçar a agenda e deixar claras as bases em que nós acreditávamos poder avançar, ou seja, nós não iríamos abrir mão de todo o investimento que foi feito, do ponto de vista de pessoas, de capital humano, de tecnologia e de modelo tecnológico principalmente. Buscávamos áreas em que poderíamos atuar em conjunto, onde poderíamos, eventualmente, ter uma complementariedade, e que áreas não aceitávamos. Combinamos isso, a partir daí constituímos uma equipe de negociação, como mencionei para V. Exªs, com pelo menos quatro negociadores, pessoas experientes, nível 1 da Caixa Econômica Federal. Quem liderava era o Sr. Carlos Cartel, que já vi que estará aqui, parece que amanhã.

Além disso, tínhamos um advogado...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele mediava a negociação?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – A negociação. Era o Sr. Carlos Cartel, que era acompanhada diuturnamente pelo nosso Presidente de Logística, Sr. Mário Haag, e era reportada quinzenalmente à Diretoria, com apresentações do modelo econômico-financeiro e do modelo operacional. E nós tínhamos, sim, a necessidade de gravação e informamos à Gtech. E as razões, se não for qualquer outra, eram porque, vez ou outra, com pequeno intervalo de tempo, mudavam os interlocutores da Gtech. Talvez para refrescar um pouco a memória das pessoas ou, do ponto de vista institucional, aquilo que tinha sido tratado não entre as pessoas, mas entre as instituições Caixa Econômica e Gtech, achamos por bem gravar. Estão todas gravadas, à disposição de V. Exªs. Se não me falha a memória, foram de nove a dez reuniões, tendo acontecido a última no dia 9 de janeiro, sempre com o objetivo de que nós tínhamos que, de fato, mudar o escopo, mudar o objeto da nossa licitação. Nós queríamos, de fato, internalizar. Trabalhamos no sentido de já processar em paralelo, em janeiro, fevereiro e março, essa apuração. Achávamos que tínhamos capacidade de fazer...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não conseguiram.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – ...mas, infelizmente, do ponto de vista de negociação, não conseguimos.

Também menciono a V. Exªs que, de fato, fica difícil para uma equipe que está saindo conseguir alguma coisa, vamos dizer assim, de barganha, alguma coisa que viesse a atender os nossos objetivos, até mesmo porque, no dia 16, como mencionei, foi o dia em que me retirei da Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas qual foi o principal impasse?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – O que eu pude perceber...

Digo a V. Exª que não participei de nenhuma das reuniões. Elas eram sempre conduzidas pelos nossos técnicos.

O nosso Vice-Presidente Mário Haag, que estará em seguida, provavelmente abriu uma ou duas reuniões, mas era realmente a equipe técnica que tratava disso, que tinha uma agenda.

As razões que eles diziam é que tinham custos elevados, não esperavam o dólar – me lembrei dessa frase – a R$3,30...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso era o que a equipe da Caixa dizia?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, o pessoal da Gtech. Que não estavam dispostos...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, o pessoal da Gtech...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Diziam por que eles não reduziriam esses 25%. Isso está gravado, degravado, e nós vamos passar para a Comissão. Eu apenas pediria a V. Exª que recebesse do Sr. Mário Haag, que estará aqui em seguida, porque ele trouxe tudo isso bastante organizado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundo consta dos autos desta CPI, no início de novembro de 2002, a Gtech adotou uma linha de negociação mais dura, praticamente zerando a pauta do que já vinha sendo negociado. Por que a Gtech adotou essa estratégia, já que, de um total de 17 pontos de negociação, 11 já estavam acordados?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sr. Senador, eu tenho a impressão de que a Gtech não cedeu no núcleo duro, naquilo que nós entendíamos como fundamental, salvo melhor juízo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que a Gtech também tinha um núcleo duro?!

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Eu não quis fazer nenhuma ilação, mas talvez as cláusulas fundamentais. No nosso caso, fundamental era, de fato, trazer a inteligência do processo para a Caixa Econômica Federal. Poderia ser a Gtech, eventualmente, mas o mando da operação é da Caixa Econômica Federal, e não o inverso. Nós gostaríamos de liderar o nosso processo, e não sermos direcionados, eventualmente, naquilo que nós convencionalmente chamamos de aprisionamento. Razão pela qual mudamos completamente a estratégia dessa contratação.

A Gtech podia ter entrado, podia ser uma licitante, agora não dava para ser o "prato feito" do jeito que ela queria, sem discutirmos o "cardápio" pelo menos, ou como seria feito esse processo. Esse foi um ponto fundamental.

Não quero também deixar de considerar – e acho razoável isso – que, uma vez que pelo menos o Presidente da Caixa estava saindo – e isso já era público e notório –, o senso comum diz que o mais adequado seria ter uma ponte, uma transição.

Eu gostaria, na verdade, de ter saído no dia 1º de janeiro ou no dia 31 de dezembro. Não sei se os quinze dias subseqüentes seriam suficientes para a nova equipe tomar conhecimento e a melhor decisão, mas o que nós tentamos fazer nesse período todo, em relação à transição, foi um processo absolutamente cooperativo, aberto, transparente. E acho que a minha fala não seria suficiente, não fossem os fatos, como o portal da transição, e as conversas todas que tivemos, em que eu, particularmente, me afastei e deixei todos os nossos vice-presidentes discutindo isso com a nova equipe que chegava com o Sr. Mattoso. Então eu acho...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É justamente sobre essa mudança que eu queria perguntar a V. Sª o seguinte: já que haveria uma mudança na diretoria da Caixa, a estratégia da Gtech não deveria ser justamente o contrário, ou seja, fechar um acordo com a antiga diretoria, garantindo, assim, a continuação do contrato?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – De fato, mas nós não aceitávamos mais do que seis meses. Nós não aceitamos, em nenhum momento, mais do que seis meses. Achamos que, em sendo um processo – e, de fato, é, neste caso – absolutamente profissional, por ser muito qualificado por pessoas que entendem de tecnologia, poderia acontecer um processo de renovação por seis meses, com desconto, com a contribuição da Gtech no sentido de permitir o nosso processamento interno, com a contribuição da Gtech no sentido de nos transferir as bases em que eram apuradas as loterias. O senso comum diria isso.

Ainda assim, consultaria a equipe da transição. Eu gostaria de insistir que, com a eleição do Presidente Lula, com a indicação do Presidente da Caixa Econômica Federal, fica muito difícil para quem está conduzindo tomar uma decisão mais agressiva para um lado ou para outro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a prorrogação do contrato entre a Caixa e a Gtech, por três meses, na transição, justamente, entre os dois governos, ocorreu no início de janeiro de 2003, não é correto?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em uma reunião bastante acalorada.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – De fato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em que coube a V. Sª o voto de desempate, favorável, após ouvir o Sr. Jorge Mattoso.

O senhor poderia nos explicar melhor por que essa reunião foi tão acalorada?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Primeiro, apenas se o senhor me permite uma correção de pronto, não foi necessário o voto de minerva; na verdade, houve consenso; segundo, as nossas reuniões eram sempre acaloradas, de fato; nós tínhamos posições divergentes...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quem era quem nessas...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Eu não poderia...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era a internacionalização ainda ou não?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente. Eu vou voltar a dizer para o senhor o seguinte: um tema como Gtech jamais deixaria de ser objeto de uma reunião de diretoria, em hipótese alguma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o contrato era no valor de...?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Este, em particular, de R$90 milhões. O contrato da Gtech é o maior contrato da Caixa Econômica Federal. Quer dizer, não há novo contrato, licitação, aditivo, novação que não passasse por toda a estrutura organizacional prevista estatutariamente na Caixa Econômica federal, por todas as instâncias. Sem o Jurídico nós não analisávamos, nós tirávamos de pauta; sem o Comitê de Crédito não entrava na Diretoria. Era uma coisa que nós havíamos decidido para evitar aquela questão de "Ah, foi; não foi..." Então o rito era cumprido, e tentávamos fazê-lo célere, na verdade.

Então digo para V. Exªs que passou pela equipe de negociação, parecer do nosso Jurídico, Comitê de Crédito e Contratação da Caixa Econômica Federal e foi para a Diretoria. E, ainda assim, não havia consenso. Eu diria que era muito razoável, porque nós tínhamos fortes motivos... E, se fosse continuar por mais um ano, como disse para V. Exªs, talvez tivéssemos sido mais duros, sempre respaldados na legalidade...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas qual era a principal divergência?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – A principal divergência era manter o modelo de aprisionamento.

Eu diria que, do ponto de vista qualitativo, esse é o mérito; tudo o mais é conseqüência. Por exemplo: o nosso modelo tinha uma taxa de retorno calculada por essa equipe de dez pessoas que vieram da área financeira, um retorno que per si já era suficiente. Mas, como eu disse, era conseqüência de uma mudança de padrão de natureza estratégica que a Caixa tivesse mando dessa situação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o desconto não foi motivo de...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – O desconto, nós tentamos...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...motivo de discórdia.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não. Da nossa parte, nós delegamos à equipe de negociação esse desconto que nós fizemos, de 25%, que foi, de fato, um desconto linear, mas que representa provavelmente menos do que 25% do processamento. Todavia, estamos falando aqui não de custo para a Caixa Econômica Federal ou para a Gtech, mas de receita para a Gtech. Então existe uma margem de lucro, obviamente.

Nós queríamos a apropriação, nós queríamos que a Gtech...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas de quem foi a proposta da prorrogação por três meses?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – A proposta foi minha, conversando com os nossos dirigentes, buscando um consenso. Havia pessoas, os nossos diretores... Mário Haag, por exemplo, vai dizer isso aqui; ele achava que nós não deveríamos renovar. Nós tínhamos razões suficientes para não renovar e partir para uma briga judicial, mais aprofundada ainda.

Se eu fosse presidente por mais um mês ou seis meses, iria avaliar fortemente essa hipótese. Não era eu que estaria ali no dia seguinte; não achei administrativamente razoável seguir esse caminho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o que o Sr. Jorge Mattoso disse ao senhor? O atual Presidente...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – As palavras exatamente, eu não lembro. Eu o consultei e "consensamos", eu e ele, que faríamos por 90 dias.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele concordou de pronto?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Ele concordou; não lembro exatamente as palavras...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conversou com ele para tomar essa decisão?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Por telefone, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só por telefone?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Só por telefone.

Sr. Senador, isso, em hipótese alguma, tinha a nossa responsabilidade, quer dizer, mais uma vez apelo para o senso comum: ia tomar posse no dia seguinte; achei que seria de bom tom compartilhar uma decisão da Diretoria em que ele estaria sentado no dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não acha que foi uma precipitação renovar um contrato desse porte, sabendo que sairia no dia seguinte? Não podia ter deixado para o Sr. Mattoso? Por que o senhor não deixou?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente, Sr. Senador. Na verdade, a minha saída aconteceu dois dias depois da data de renovação do contrato. Caso não o tivesse feito, o que ia acontecer é que o novo Presidente, já no Governo do Presidente Lula, ia receber, de fato, um "pepino", porque haveria uma prestação de serviços sem contrato. Então eu achava – e acho até hoje – que não seria adequado nem administrativamente responsável da minha parte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas já tinha vencido o contrato?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, sim. Vencia no dia 13; eu saí no dia 16. Poderia ter tomado posse no dia 1º. Quer dizer, eu não quero, em hipótese alguma, passar essa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a Caixa não estava preparada para o processo de internalização?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Bem, nós temos – isso os senhores vão receber também – como material do nosso Vice-Presidente Mário Haag... Nós constituímos um grupo de trabalho, como mencionei, com relatórios quinzenais para a nossa diretoria. Mário Haag, semanalmente – diria quase que diariamente –, se reunia com essa equipe de dez técnicos especialistas, de carreira, que, liderados pelo Sr. Cartel, que também continua, se não me falha a memória, liderando esse processo na Caixa Econômica Federal, que nos afiançavam – e nós confiávamos, naturalmente, na capacidade técnica deles – que era possível.

Nós fizemos – o Mário Haag, provavelmente, vai confirmar aqui – um teste lá e rodou... Não sei se foi uma megasena; um teste de loteria, e rodou.

Então nós estávamos nos preparando para fazer isso.

O ponto fundamental é que esse processo acontece ao longo do tempo: primeiro, uma etapa, que seria de processamento, e, em paralelo também, a licitação de consumíveis. Não existia razão para nós comprarmos, para a Caixa Econômica Federal adquirir um pacote pronto disso. Teríamos muito mais concorrência, como de fato tivemos: quatro ou cinco empresas se habilitaram. Enfim, tenho certeza de que nós teríamos ganhado nesses dois itens.

Faltava a captura e a transmissão. Isso aconteceria ao longo do tempo, o que, na nossa estimativa, seria algo entre seis a doze meses, na verdade, de março até dezembro do ano de 2003. Quer dizer, o período era de seis a nove meses para concluir esse processo.

É claro que isso era um planejamento; nós estávamos checando aquilo que estava sendo planejado, que se esperava que se fizesse e que de fato foi feito, e estava andando de maneira satisfatória. Mas, do ponto de vista técnico, a equipe era responsável por isso. E temos relatórios formais dessa equipe que nos permitiam dizer que era possível assumir, a partir de maio, essa parte do processamento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A equipe atual da Caixa focava mais na redução de custos, enquanto a sua equipe focava mais na internalização do processo. Enquanto na sua gestão o controle do processo era do pessoal de sistemas, na atual gestão era do pessoal de loterias. Está correta essa observação?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Senador, de fato, na minha gestão, a liderança foi do pessoal de sistemas. Não sei como é hoje, se foi para o pessoal de loterias ou não. Por quê? Porque isso é infra-estrutura.

A minha sensação é de que o responsável por loteria tem que aprender a fazer jogo, calcular probabilidades, pesquisar mercado. A infra-estrutura, o carro para ele andar, é uma atribuição mais forte da tecnologia – é claro que precisa haver interação entre essas duas áreas.

Com relação a custos, apenas diria o seguinte: nós tínhamos, sim, preocupação com o custo. Tanto é que mencionei anteriormente que nós fizemos conta, temos uma taxa de retorno calculada pela equipe técnica da Caixa Econômica Federal, pessoas de gabarito, pessoas competentes, tecnicamente especializadas. Tínhamos, sim, essa idéia de resultado financeiro, com toda certeza. Mas o ponto é que isso seria conseqüência de um novo modelo estratégico. A gente achava que as economias seriam muito mais robustas se tivéssemos de fato o mando dessa operação bem definida da Caixa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Valderi, em novembro de 2003, a aposta da Mega-Sena foi reajustada em 50% e a da Quina em 100%. Consta nos autos desta CPI que ainda em 2002 isso já estava planejado.

Essa informação era do conhecimento da Diretoria? O senhor acha que, na renovação do contrato por 25 meses, seria oportuno mudar a base de remuneração da Gtech para valores fixos em vez de percentagem na remuneração?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Bem, é difícil avaliarmos ou emitirmos algum juízo de valor em relação a isso. Eu posso talvez mencionar alguns fatos aqui.

Primeiro, não me recordo de fato, porque eram muitos assuntos, se estava previsto ou não. O que digo é que era possível que tivesse aumento nas loterias, sim, previsto, porque, enfim, no Brasil, as loterias fazem parte da cesta de inflação. Lembro-me de, em várias ocasiões, termos dificuldades, junto ao Ministério da Fazenda, para aumentar uma aposta, porque havia impacto. Em matéria de jornal, vez ou outra, aparece isto: aumentou o preço da Mega-Sena, o que teve impacto na inflação de tanto. Até tenho uma matéria dessa aqui comigo.

Por outro lado, uma conseqüência é aumentar em 50% o valor da aposta. Como é uma tarifa **ad valorem**, imediatamente a tarifa da Gtech passou a incidir sobre uma base 50% maior em termos unitários. Não sei o que aconteceu com o volume de jogos. De fato, parei de acompanhar; e, para ser muito claro com V. Exªs, acompanhava muito de longe essa questão de loterias. Seria ótimo se tivéssemos conseguido isso na nossa gestão, para entregar alguma coisa melhor estruturada para a gestão que estava entrando. Mas uma negociação é uma negociação entre duas partes. Seria um modelo mais desejável? Sim, com toda certeza. Muitas vezes, não é possível.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Considerando que a Caixa pretendia fracionar a prestação de serviços, não seria exagerado prorrogar o contrato por 25 meses, longos 25 meses?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Senador, nós não faríamos isso. Nós iríamos brigar para prorrogar esse contrato com desconto por seis meses, talvez por mais seis meses sob condição. Que condição? Boa vontade da Gtech em buscar realmente um processo de parceria. O planejamento de fato é aquilo que desejamos que aconteça, mas há aquilo que de fato acontece, os percalços. Bem poderíamos eventualmente aventar a possibilidade de, mediante descon-

to, mediante um comportamento diferente da Gtech, inclusive e principalmente, a desistência da ação da Gtech ou a renúncia, coisa que não aconteceu, não ter renovado.

Não renovaríamos esse acordo se, pelo menos, a Gtech não tivesse desistido da ação que, salvo melhor juízo, só em 2004 foi resolvida – essa liminar em relação a esse posicionamento, não lembro exatamente se foi do STJ. Enfim, isso era uma condição para que avançássemos e sentássemos à mesa. Não é possível negociarmos um prazo de 25 meses sem ter isso resolvido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A conclusão do senhor é que não houve irregularidade na renovação do contrato por 25 meses da Caixa com a Gtech? Podemos chegar a essa conclusão, de acordo com a opinião de V. Sª?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Irregularidade, eu não posso dizer se houve ou se não houve. Quanto à inconveniência administrativa, em que me limitaria, sem querer fugir, em absoluto, da resposta, eu diria que, nas bases em que estávamos trabalhando, poderíamos fazer um contrato um pouco mais longo do que os seis meses que mencionei anteriormente mediante outras condições.

Se íamos conseguir ou não, na verdade, não podemos afirmar agora. Lembro que estamos aqui, além de outras questões, por conta de uma investigação sobre bingos que acabou culminando nas loterias, na Gtech, por conta de uma pretensa, possível, interferência e, aí sim, irregularidade de terceiros nesse contrato. Quanto a isso, eu não posso afirmar nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem informações?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nenhuma, absolutamente nenhuma. Posso afiançar para V. Exªs que, na nossa gestão, em absoluto tomamos conhecimento de qualquer terceiro, de qualquer ente que não as partes...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nunca o vi. Para não dizer que não ouvi falar no Sr. Waldomiro Diniz, ele tinha sido um dos cogitados a suceder-me na Caixa Econômica Federal. Foi quando eu ouvi falar dessa pessoa pela primeira vez. Nunca o vi, ele era Presidente da Loterj, se não me falha a memória; ouvi falar do Sr. Waldomiro realmente quando surgiram...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele era cogitado para ser o sucessor de V. Sª em função de que apoios?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não sei informar a V. Exª. Vários foram, antes da indicação do Sr. Jorge Mattoso. Lembro bem do Sr. Waldomiro, me disse agora um amigo que também... Lembro também de um senhor que era do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Vaccari, me parece. Era o que aparecia nos jornais, mas isso não era nenhuma indicação formal, até porque eu provavelmente seria um dos últimos a saber disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele, inclusive, consta de revistas, de reportagens, visto que, durante a transição, ele teria mandado recados à Caixa Econômica, dizendo que era de interesse do futuro Governo a renovação do contrato com a Gtech. O senhor tomou conhecimento disso?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Esse recado não chegou aos meus ouvidos, e seria neutro, do ponto de vista objetivo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem houve nenhuma indicação? Durante a transição, o senhor chegou a saber de alguma indicação dele para cargos na Caixa Econômica?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Objetivamente não. As pessoas com quem falei foram Arno Augustin, Sérgio Rosa, Ermínia Maricato e, em seguida, o Sr. Jorge Mattoso e alguns assessores dele, mas apenas uma vez, em Brasília, e não lembro os seus nomes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Elas nunca mencionaram o nome do Sr. Waldomiro, essas pessoas da transição?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nunca ouvi, Sr. Senador. Nunca ouvi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Rogério Buratti?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Passei a saber da existência dele quando surgiu esse problema. Nunca ouvi falar nele até então.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Soube, objetivamente não sabia, que era advogado da Gtech e estava nas negociações com a nossa equipe. Soube, na verdade, mais recentemente, porque li as degravações das reuniões, e estava lá Enrico Gianelli.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele participou? Em alguma fita dessas aparece o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Creio que sim. Creio que sim. Ele era advogado legalmente constituído, me parece.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Na época em que V. Sª era Presidente?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente. No período de setembro...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nas gravações feitas na sua administração?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor. No período de setembro a 16 de janeiro, 15 de janeiro de 2003.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele é acusado hoje, pela Gtech, de ser intermediário na tentativa de contratação do Sr. Buratti. O senhor sabe alguma coisa sobre isso?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Em absoluto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conheceu o Sr. Ralf Barquete?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Conheci, quando era Presidente da Nossa Caixa. O Sr. Jorge Mattoso foi fazer uma apresentação na Asbace, de que eu era Presidente, Associação dos Bancos Comerciais, e lá conheci o Sr. Ralf Barquete, mas isso deve ter acontecido no segundo semestre de 2003.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era a importância dele na Caixa?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Eu não sei. Foi inclusive uma pessoa com quem troquei algumas idéias, na época, mas foi apenas um almoço, e com muita gente.

Entendi, salvo melhor juízo, que ele era consultor da Presidência, mas não tenho certeza, realmente não tenho certeza, porque nem trocamos cartão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era consultor quando?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não sei precisar a data, mas era na época em que fui Presidente da Nossa Caixa; então, certamente foi entre fevereiro e outubro de 2003, creio que mais para o segundo semestre.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era assessor especial, não é?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Era consultor da Presidência da Caixa Econômica Federal, salvo melhor juízo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – O Ministro Antonio Palocci ou outro dirigente do Ministério da Fazenda procurou o senhor para tratar de renovação de contrato da Gtech?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, em nenhum momento. O que fiz foi, na transição também, passar para o Ministro Palocci uma pasta muito semelhante a que passei para o Dr. Jorge Mattoso. Comentei, numa audiência de 40 minutos com ele, pequenos problemas, um dos três problemas grandes que tínhamos era a Gtech. Ponto. Absolutamente institucional e sem maiores questionamentos por parte do Sr. Ministro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Denivaldo Henrique Almeida Araújo, Professor Henrique?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, senhor. Desse realmente nunca ouvi falar, estou ouvindo hoje pela primeira vez.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Valter Santos Neto, advogado?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Nunca ouviu falar desse senhor?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Pergunto ao senhor, para terminar: recentemente a Caixa fracionou a prestação dos serviços, como pretendiam vários dos técnicos na época da renegociação do contrato com a Gtech. V. Sª não acredita que esse fracionamento já poderia ter sido feito àquela época? Estou sendo até repetitivo, mas é porque aqui recebo a informação de que realmente o fracionamento já ocorreu agora.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Que bom. Segundo a avaliação dos nossos técnicos, já poderia ter sido repetitivo. Agora, é importante mencionar que, sendo um ato de gestão, quem está com a gestão é que tem que saber a oportunidade e conveniência em relação à sua atuação. Respondo pelos meus atos e o que digo para V. Exªs é que, se eu tivesse perspectiva ou se fosse no período ainda de Governo em que eu permanecesse lá, iríamos considerar fortemente todo o trabalho técnico que foi feito e iríamos brigar mais com a Gtech, iríamos de fato buscar um acordo acerca daquilo que gostaríamos. Se íamos conseguir ou não, não podemos dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta com o Senador Mozarildo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Algumas perguntas acho importantes.

Quarenta minutos com o Ministro Palocci. Que dia foi? Já estava no Governo Lula ou foi antes do Governo Lula?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Já no Governo Lula, não lembro exatamente a data.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – No Governo Lula.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – É.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Foi justamente levar o dossiê, aquele, de todas as informações?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – De todas as informações, numa reunião institucional em que não tratamos especificamente de tema algum. Entre os temas que tratei com S. Exª o Ministro da Fazenda, comentei sobre Gtech, sem nenhum outro comentário adicional por parte do Sr. Ministro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E a observação de V. Sª para o Ministro, o seu ponto de vista, foi dita aqui para nós Senadores, que seria contra o contrato global e favorável ao fatiamento.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não chegamos a esse mérito, Senador. Na verdade, fiz mais uma descrição dos principais problemas, o Sr. Ministro ouviu, agradeceu minha presença, e ficamos, portanto, de marcar a data da transmissão de cargo e posse do Sr. Mattoso. Apenas isso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O Dr. Buratti é muito ligado ao Ministro Palocci desde quando ele era prefeito no Estado de São Paulo. Ele não participou hora nenhuma dessa conversa ou agenciou essa audiência? Nada, nada?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nunca vi o Sr. Buratti.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nunca viu o Sr. Buratti.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nunca tinha ouvido falar nele até surgir essas últimas questões.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Esse processo fatiado, foi dito aqui pela Gtech, que é muito mais caro do que o processo total. Disseram que a Gtech tem uma tecnologia que é internacional, de ponta, e que não teria condições nenhuma a Caixa Econômica de obter essa tecnologia hoje e de poder administrar por si própria esse serviço.

Realmente, o processo fatiado pela Caixa seria mais caro do que o da Gtech?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não era o que demonstravam os nossos relatórios técnicos, em primeiro lugar. Em segundo lugar, se era, por que não deixar fazer uma licitação? Por que o empenho da Gtech em não irmos em frente na licitação? Não havia nenhum impedimento de ela participar. Agora, a minha convicção é que o processo fatiado, à luz do que aconteceu com a desregulamentação do setor de telecomunicações, à luz do pregão, traria muito mais economicidade para a Caixa Econômica Federal. Disso não tenho dúvida alguma, do ponto de vista conceitual. Para respaldar isso, para corroborar esse pensamento, temos as contas feitas pelas nossas equipes técnicas – foram várias contas, vários cenários – que suportam esse raciocínio.

De qualquer maneira, insisto com V. Exª que a filosofia de que a Caixa Econômica Federal é a verdadeira delegada dos serviços lotéricos, que são da União Federal, nos levam a que a Caixa lidere de fato esse processo, inclusive a tecnologia, inclusive a apuração. Agora, a parte de infra-estrutura, a parte de logística, nenhum problema, qualquer empresa pode fazer, inclusive a Gtech, a preço competitivo, de forma transparente, de forma eficiente, nenhum problema.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Foi afirmado aqui também por um dos diretores da Gtech que, por ser o processo todo *on line* e *real time*, dificilmente a Caixa Econômica podia ter a mesma eficiência que teria a tecnologia deles – não alcançaria os cinco mil municípios, teria dificuldade, não seria totalmente no *real time* ou *on line*. Será que teria dificuldade técnica para alcançar lá o municipiozinho do interior do Nordeste?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Tenho a impressão, Sr. Senador, de que atingiríamos com ajuda de outras tecnologias, por antena. Creio que, é importante dizer, a Gtech de fato ajudou, contribuiu nesse processo de maior eficiência, maior conveniência e comodidade para a sociedade como um todo.

O nosso ponto eram simplesmente dois: quem cuidava da estratégia, a que custo acontecia. Então, a Gtech, de fato, agregou valor. Mas não gostaríamos mais, por várias razões, de ficar a reboque da Gtech ou de qualquer outra empresa que fosse. Queríamos, de fato, ter um modelo nosso, liderado pela Caixa, gerenciado pela Caixa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Esses pontos todos são importantes. Mas quanto às vantagens, às vantagens fundamentais desse processamento, vantagem financeira de redução de custo, de garantia de futuro, o que V. Sª poderia nos dizer?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – De novo, primeiro, a inteligência e aquilo que seria o foco do nosso trabalho. Como disse, a Caixa não é um banco qualquer, a Caixa é uma instituição complexa, mas sabemos que há coisas que não são foco de trabalho da Caixa Econômica Federal.

Por exemplo, não nos interessa ter 200, 300 carretinhas, caminhõezinhos andando no Brasil, carregando bobinas de lotérico, levando maquininha que dá problema. Isso não nos interessa. Isso é empresa

de logística que tem que fazer. Nos interessa, sim, ter toda a segurança, ter toda o processamento da loteria. No final do dia, é uma coisa muito simples, desde que se tenha, naturalmente, a estrada pavimentada, a infra-estrutura. O que é? Você tem os números que são sorteados aqui do lado e uma checagem com milhões de apostas que são feitas; isso é depurado.

Do ponto de vista financeiro, as contas que foram feitas nos levava a uma taxa de retorno à época de algo próximo a 1,8% ao mês, o que dá mais de 20% ao ano com certeza. Além da, vamos dizer assim, necessidade estratégica, imperiosa de termos o mando, tinha também, sim, provavelmente um retorno financeiro maior para a empresa.

A capacidade da Caixa não é de fazer mesmo, é de contratar melhor. Acho que esse é um ponto fundamental. É importante dizer que estávamos brigando com a Gtech porque não gostávamos da Gtech. Estávamos brigando com o modelo, de que, por acaso, a Gtech entrou como defensora irredutível.

A Caixa tem que ter a capacidade de dimensionar, capacidade de especificar e capacidade de contratar. Pode ser a Gtech também, a preços competitivos e de uma forma contratual que seja adequada, que seja justa para ela também, mas que seja absolutamente adequada para a Caixa e para o interesse público.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O contrato, os preços da Gtech eram exorbitantes?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exorbitantes? Bem, É difícil fazer um juízo de valor. O que diria...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Levando em consideração o que a Caixa poderia fazer se fosse administradora.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Eram mais caros do que o que a Caixa poderia fazer, no tempo. É claro que a Caixa teria um investimento inicial. Mas como a Caixa... Essa era uma decisão entre terceirizar um pedaço e fazer dentro de casa, ou uma decisão do que terceirizar e do que fazer dentro de casa. Nesse sentido, esse novo modelo traria maior economicidade, maior eficiência para a empresa, com toda a certeza.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Valderi Albuquerque, o Dr. Enrico Gianelli, o advogado, participava das reuniões, tanto assim que está na Ata e na gravação. Como V. Sª poderia descrevê-lo?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não o conheço.

O SR.JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não participou de reunião com ele?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, comigo não. Eu tive uma única reunião. Eu gostaria de esclarecer, eu tive uma única reunião com o Presidente da Gtech, acompanhado da nossa diretora jurídica e do nosso Vice-Presidente, cujo objetivo era apenas combinar os próximos passos, ou seja, quem participa, que reuniões seriam, qual seria o escopo ou as pautas dessas reuniões e onde gostaríamos de chegar. Fomos surpreendidos por essa carta desse anúncio pago em jornal, que respondemos no dia seguinte, contando a nossa história. Imaginei que... Meu Deus, nós... Querem o quê? Gerar fato jurídico? Fato público? Não era, porque estivemos no TCU, e insisto em dizer que a Caixa foi diligente. A nossa diretoria jurídica, a nossa vice-presidente de logística esteve no TCU, no Ministério Público, enfim, em todas as instâncias que seriam importantes. Fomos saber antes dessa questão, para mostrar que – creio que já foi reconhecido – a nossa intenção era exatamente preservar o interesse público.

A partir daí, a partir de outubro mesmo, com toda a certeza, e sem nenhuma ilação de segunda ordem, talvez apenas pela legitimidade decrescente a taxas aceleradas pelo menos do Presidente, essas reuniões deixaram de ser mais objetivas e passaram a ser mais um processo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando saiu a nota no jornal?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Dia 23 de setembro, salvo melhor juízo. Está aqui com o Senador Efraim Morais. Dia 24 de setembro. No dia 23, a Gtech soltou; no dia 24, nós respondemos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Valderi, esse relacionamento com a Gtech, nesse pouco tempo que V. Sª esteve lá administrando esse contrato, foi um relacionamento assim difícil, conflitante.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Conflituoso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Conflituoso, como disse V. Sª.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Difícil, formal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Difícil, visto por V. Sª mesmo, pelos seus assessores, por aqueles que estavam elaborando o contrato.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Em algum teve problemas de propostas indecorosas para a realização do contrato?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Bom... De jeito nenhum.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nem por ouvir dizer de algum companheiro da casa?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nunca ouvi falar e eu acho que a preservação do nosso próprio corpo funcional se deu pelas gravações que fizemos. Em hipótese alguma, eu não tomei conhecimento de qualquer tentativa dessa natureza.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu queria, finalizando a minha participação, fazer um depoimento. Já o fiz na outra reunião, faço nesta. Fui Prefeito de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, por duas vezes, fui assessor de Governador e já mexi bastante com Caixa Econômica em nível de Brasil, e a Caixa foi sempre tida por nós como uma instituição organizada, séria, até certo ponto independente das instituições políticas e muito severa nos seus princípios de análise de contratos, risco, etc, e no relacionamento com as instituições para assinatura de contratos. Portanto, fazemos votos que continuemos assim, dando exemplo de seriedade, de conduta ilibada, porque o Brasil está precisando demais de exemplos como esse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca.

Antes de ouvir o Senador Tião Viana, que esteve ausente e é o próximo orador, eu deixaria uma pergunta para V. Sª, Sr. Valderi.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em alguma oportunidade, quando o senhor ainda era Presidente da Caixa, a Gtech propôs a prorrogação de 25 meses ou foi só após a saída de V. Sª que essa proposta foi feita?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Senador, não tenho conhecimento, mas eu diria para o senhor que é muito provável que o tenha feito. Eu não li talvez com a devida atenção essas atas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se fez, está nas cifras...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Se fez, está nas atas, com toda certeza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei muito objetivo.

Dr. Valderi, o que se pode observar no seu depoimento é que é um depoimento claro e objetivo. Temos tido algumas dificuldades em relação à clareza de depoimentos aqui. Até constrangimentos a Senadores têm ocorrido em razão de uma desconsideração com as responsabilidades de quem está participando de uma oitiva. Acho muito importante que tratemos desses assuntos às claras, de maneira muito franca, porque estamos defendendo o interesse público, o interesse da sociedade.

Sei que a sua formação profissional é uma formação correta e respeitável. V. Sª passou pelo Tesouro muitos anos, um servidor de carreira, um servidor do Estado. Esteve prestando serviço na Caixa Econômica no período de 1999 a 2002. Ali, não tinha envolvimento com bingos, com jogos. Foi designado presidente por indicações de confiança, que a função exige, sim.

Sei que encontrou um megaproblema, que é exatamente a relação Gtech/Caixa Econômica. Insisto em dizer que é assustadora essa relação. Ela me parece muito mais uma relação criminosa que de outra natureza. Há oito anos, essa empresa se relaciona com o Erário sem um processo licitatório devido, ferindo responsabilidades legais. A Caixa Econômica tem responsabilidade efetiva com isso. Isso vem de 1995, quando houve um processo licitatório que a Racinec ganhou. Foi implantado em 1997. Logo, a Racinec foi absorvida pela Gtech. É bom que se diga que existe até hoje essa empresa. Corre paralelamente, foi absorvida, mas existe e atua em outras áreas – está atuando. Há citações e noticiários internacionais, afirmando que a Racinec, que foi absorvida pela Gtech, era do Sr. Carlinhos Cachoeira – Sr. Carlos Cachoeira.

Sei dessa dificuldade que o senhor viveu na presidência, querendo se livrar de algo que incomodava. Creio que qualquer pessoa que tem uma carreira de Estado, que tem responsabilidade com a vida pública, incomoda-se com uma relação, no mínimo, conflituosa como essa, em que uma empresa, há oito anos, relaciona-se com aproximadamente 150 milhões por ano e não se submete a um processo licitatório devido. Isso é muito grave.

Tenho ainda a manifestação documental do STJ e do Tribunal de Contas da União, apontando graves prejuízos à Caixa Econômica por parte da Gtech. A Drª Raquel Branquinho, em 2004, entrou com uma ação de improbidade contra a Gtech, por toda a série histórica de relação dela com o Governo, com a Caixa Econômica.

Não há dúvida da suspeição forte e dos indícios de relação criminosa envolvendo a Gtech e a Caixa Econômica. O senhor demonstra isso quando expõe a dificuldade que teve e a vontade que aquilo pudesse ser substituído por recursos tecnológicos da própria Caixa Econômica. Acho que está muito clara essa relação.

Eu só lhe pergunto: o senhor observava algum tipo de atitude suspeita ou de intenção duvidosa por parte do Sr. Mattoso, atual presidente, quando foi tratado esse assunto da prorrogação por 90 dias, que foi um ato seu, mas em que houve a devida consulta? O senhor

viu alguma dúvida quanto à licitude na forma como foi tratado esse assunto? Da sua parte ou dele?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Em absoluto.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Para que fique bem claro, é importante. Apenas para registro.

Houve uma citação, por duas vezes, no TCU, em relação a sua pessoa, nesse processo Caixa/Gtech. Do que pude absorver e compreender da evolução documental, tenho certeza de que a sua citação se deve ao fato de o senhor ser presidente à época, mas não está imputado nenhum ato criminoso à sua pessoa. É exatamente isso ou há algo na decisão processual do TCU que ponha em dúvida a sua atitude como gestor da Caixa naquele momento? É o que eu entendi mesmo?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor foi citado por ser o presidente, à época, mas nenhum fato a mais. Nos autos, é o que se vê.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Que eu saiba, sim; e por ter sido dirigente de 1999 até 2003. E houve uma contestação no TCU, parece-me, de uma renovação no ano de 2000, como diretor solidário, como de resto os demais dirigentes. Mas, enfim, não era eu que tratava diretamente do assunto.

O SR TIÃO VIANA (PT – AC) – É justo que se diga aqui, que no ato da denúncia por improbidade que a Drª Raquel Branquinho fez, V. Sª, de fato, é o único que está de fora, que não foi denunciado, o que é um elemento a mais a favor da sua imagem como servidor público do nosso País.

Agora, eu pergunto: V. Sª, ao sair da Caixa, teve algum tipo de envolvimento com os interesses comerciais da Gtech no Brasil, quando migrou para o Unibanco?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nenhum.

Na verdade, Senador, inicialmente agradeço a V. Exª pelas palavras gentis. Mas quando sai da Caixa, fui convidado a assumir a Presidência da Nossa Caixa. Lá fiquei até o dia 31 de outubro, tendo assumido o posto nesta instituição financeira no dia 10 de novembro. Em nenhum momento, tratei de questão, nessa outra instituição privada, envolvendo loterias.

Eu gostaria apenas, se V. Exª me permitisse, de abordar um tema. Tratei, sim, como presidente da Nossa Caixa, de forma absolutamente institucional, da Loteria da Cultura do Estado de São Paulo. A Nossa Caixa era o agente operador, mais ou menos como a Caixa Econômica Federal. Mas a gestão era do Governo do Estado. Isso foi colocado em meu discurso de posse. É público. Era e foi de fato a intenção do Sr Governador.

O que eu fiz imediatamente? Tive uma relação de muita proximidade com o Sr Jorge Matoso, que me honrou com a sua presença na minha posse na Nossa Caixa. Estabeleci com ele algumas agendas que seriam complementares e que eventualmente haveria algumas circunstâncias em que os Bancos, Caixa Econômica Federal e Nossa Caixa, poderiam competir. Do ponto de vista estritamente comercial. Uma delas era quanto à loteria. Disse para o Sr. Matoso, textualmente, que gostaria de entrar pela porta da frente, de pedir licença ao gestor do canal lotérico, que a Loteria do Estado de São Paulo – essa que acabou sendo uma raspadinha, portanto, não há nenhuma novidade tecnológica que envolva Gtech, já de pronto respondo a V. Exª – que pudessem circular nas loterias. Até porque o Estado de São Paulo tem uma legislação própria para isso e nos permitiria criar outros franqueados lotéricos, o que seria ruim, antieconômico, traria certamente repercussão. Os lotéricos ficariam... haveria problemas com os lotéricos, que perguntariam: "por que você não está vendendo aqui conosco".

Mas, insisto a V. Exª que mandei um registro formal ao Sr. Jorge Matoso, se não me falha a memória, dia 03 ou 04 de abril de 2003.

No dia 13 de outubro, uma data... Dia 13, lançamos a Loteria da Cultura em São Paulo, sem ter qualquer resposta da Caixa Econômica. Veja, não era "sim" ou "não". Era qualquer resposta, sim ou não. Isso de fato nos deixou bastante... Achei que foi uma descortesia com o Estado de São Paulo, uma falta de cortesia com a Cultura do Estado de São Paulo. Eu quis mesmo... nós quisemos entrar de maneira absolutamente institucional com relação a esse tema.

Foi lançada a loteria e lá estavam inclusive – e eu recebi inclusive parabéns de alguns dirigentes da Caixa – colegas. Eu passei oito anos da Caixa. Estavam lá colegas da Caixa Econômica Federal. Foram convidados e, de fato, lá estavam sem nós termos uma resposta qualquer da Caixa. Eu achei isso uma descortesia não a mim, mas à sociedade de São Paulo. Eu gostaria de registrar isso. Eu disse isso no jornal.

Para concluir, quando finalmente aceitei ir para o Unibanco, entrei lá no dia 10 para assumir uma unidade de financiamento de veículo. Jamais tratei, a não ser em conversas internas... Naturalmente, por saber da minha experiência em relação à loterias e correspondentes bancários, porque me parece que o Unibanco tinha já feito, dia 07, um jantar, algo assim, no Rio de Janeiro. Eu não sabia, não tinha menor idéia... V. Exª pode comprovar isso de várias formas, inclusive com o Sindicato de Lotéricas do Rio de Janeiro. O fato é que

gerou um certo *frisson* na Caixa Econômica, como se eu tivesse algum tipo de influência. Objetivamente não tive, afianço a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª tem conhecimento da movimentação do Sr. Carlos Cachoeira durante o período que esteve à frente da Caixa tentando estabelecer relação de proximidade e influenciando decisões entre a Gtech e a Caixa Econômica?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nenhum conhecimento. Não sei se o Sr. Cachoeira andou pela Caixa Econômica Federal. Muita gente anda pela Caixa Econômica Federal. Em nenhum momento, tomei conhecimento, conheci, recebi telefonema ou recebi pessoalmente o Sr. Carlos Cachoeira e, para antecipar, o Sr. Valdomiro Diniz.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Valderi, também gostaria de ser bastante objetivo, até porque a Ordem do Dia está em andamento e teremos votações nominais.

V. Sª afirmou que adotou o procedimento de gravar as tratativas feitas com o pessoal da Gtech. Pergunto-lhe: esse procedimento era comum em relação a outros parceiros da Caixa, no que diz respeito à fixação de discussão de negócios?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Com relação a gravações, genericamente, as nossas reuniões de diretoria, as nossas reuniões do Conselho de Administração, eram filmadas e gravadas como várias instituições fazem, inclusive privadas.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Isso era comum?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – As questões negociais ficavam mais a cargo de quem estivesse diretamente negociando. Darei um exemplo a V. Exª. Eu era diretor financeiro. Não era novidade para ninguém que se me ligassem estava tudo gravado. Uma mesa de operações é toda gravada entre as próprias mesas de operação de cada banco. Toda vez que eu estava em São Paulo e alguém me ligava, sabia que estava sendo tudo gravado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, objetivamente, era um procedimento comum? Não foi adotado especificamente para a Gtech?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Creio que sim, no caso da Gtech, pelas peculiaridades que mencionei: magnitude do contrato, dificuldades de tratativa, mudança de interlocução. É importante mencionar que os interlocutores do outro lado sabiam que estavam sendo gravados.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ajude-me a recuperar a memória. Ainda no final da sua gestão, esse contrato foi renovado em três meses? Não é isso? Esse contrato foi renovado em três meses e, em seguida, por mais vinte e cinco meses.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor. Por mais 90 dias.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, esse contrato está vencendo agora. Não é isso?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Perdi completamente o contato com a Caixa Econômica Federal. Soube que foi renovado por vinte e cinco meses, pelas razões... Não sei exatamente quando vence. Não sei dizer-lhe.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Já que o senhor participou de uma das renovações desse contrato: a fixação do valor do contrato tinha algum parâmetro? Por exemplo, lá na Venezuela, na Argentina, na Inglaterra, que têm o mesmo perfil, a Caixa Econômica levou em consideração alguma referência, algum parâmetro para acolher a proposta financeira da Gtech ou a Gtech simplesmente impôs nesse contrato o valor?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, senhor. A Caixa Econômica Federal negocia. Ao menos negociava, naquela época. Faz contas, considera parâmetros. Não exatamente esses aos quais V. Exª se refere, de outros países. Tenho a impressão de que temos dificuldades de preço, de cesta de bens etc. No entanto, temos uma referência que poderá ajudar no entendimento. Por exemplo, o pagamento de uma conta de luz. Para isso, esse contrato – não esse de 2003, a que me refiro, mas ao anterior – custava R$0,15. A tarifa interbancária, ou seja, quanto custaria para a Caixa pagar um outro banco, um banco qualquer, em que um consumidor pagasse, seriam R$0,60. Então, tínhamos uma noção de economicidade, ou seja, parâmetros que nos permitiam chegar a um valor alvo, a uma – como chamaria – seleção de valores que seria aceitável do ponto de vista da Caixa. Sempre buscando maior economicidade, aproveitando todas as oportunidades que nós tivéssemos em relação à variação no custo, por exemplo. Imagino eu, o dólar estava R$3.30, hoje, está R$2.30. Se serviu para aumentar, certamente deveria servir para diminuir, se não estou enganado aqui em ter ouvido... V. Exªs terão acesso a

que o dólar era uma variável relevante na negociação da Gtech conosco pelo menos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Só para finalizar aqui, uma simples curiosidade. O senhor é afiliado a algum partido político?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nenhum.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, antes de V. Exª usar da palavra, comunico aos Srs. Senadores que estamos sendo convocados para a Ordem do Dia, vamos ter tempo suficiente para ouvir o Senador Arns. Já fizemos um contato com o Sr. Mário Haag, que aceita depor amanhã, uma vez que a Ordem do Dia tem 27 itens. Mas antecipo a V. Exªs que a nossa reunião, amanhã, terá início, nesta mesma sala, às dez horas da manhã, para que nós possamos ter como primeiro depoente o Sr. Mário Haag. Assim, isso seria suficiente para que nós concluíssemos a nossa agenda da semana. Agradeço antecipadamente ao Sr. Mário Haag pela compreensão com esta CPI.

V. Exª, Senador Flávio Arns, tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu também quero enaltecer o depoimento, que foi bastante claro, bastante objetivo. O Senador Tião Viana já se referiu aos relatórios do Ministério Público também, em que o senhor também não consta em nenhum dos indiciamentos, das acusações também, por parte do Ministério Público. Então, nesse sentido, a maior parte das perguntas foram feitas. Só gostaria de perguntar ao senhor: atualmente, o senhor mencionou que faz trabalho de consultoria. Ainda é um trabalho de consultoria do Unibanco?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, não, não, senhor. Eu saí do Unibanco em janeiro deste ano e estava, enfim, buscando um reposicionamento. Tenho feito alguns trabalhos de consultoria voltados para a minha especialização, que é a parte de finanças, é a parte de estrutura de fundos, de ativos de base imobiliária e coisas dessa natureza.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está de licença, então, da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Estou de licença da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Certo.

Nos negócios da Gtech com a Caixa, esses negócios eram só da parte lotérica ou eram também do pagamento dos benefícios, como, por exemplo, o Bolsa-Escola e outros benefícios?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sr. Senador, o terminal que era utilizado apenas para loteria, foi, vamos dizer assim, reformulado para que pudesse receber também contas de água, luz, telefone, e o programa que foi iniciado ainda em 2000, sob vários nomes Bolsa-Escola, que talvez tenha sido o carro-chefe, o PETI etc, pelos lotéricos e outros correspondentes bancários. De tal maneira que, de fato, foi importante para que nós pudéssemos ter um senhor, de Solidão, no Estado de Pernambuco, que não tinha nada lá, recebesse lá o seu auxílio ou a sua bolsa-escola, diretamente lá na quitanda da pessoa que recebeu lá o equipamento lotérico.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não tenho dúvida. Mas isso tudo era a Gtech também que...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – A Gtech também. Sim, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que, de uma certa forma, tinha o percentual sobre tudo isso.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, sobre isso tinha uma tarifa fixa de R$0,15.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Uma tarifa fixa.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O que significou esses 90 dias de renovação com a Gtech por 90 dias em termos financeiros? Eu não quero questionar isso, porque, inclusive, eu acho que foi uma atitude prudente do senhor, terminando a gestão, consultou o novo presidente e tomou as medidas que pertinentes, salvo melhor juízo, e foi adequado.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Noventa milhões aproximadamente. Os contratos são feitos dessa forma: um valor global em que se estima determinado movimento/fluxo de eventos, que daria uma estimativa de R$90 milhões nesses 90 dias.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso significa então que a Gtech tinha direito a aproximadamente tinha direito a R$30 milhões por mês?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor, se acontecesse dentro aquela previsão que nós tínhamos quando da orçamentação e da renovação do contrato. Se, por acaso, tivesse aumentado o preço da loteria, certamente aumentaria a o faturamento de loterias e as receitas de todos os participantes lotéricos, como também da Gtech.

Se tivesse tido, imagine por hipótese, uma emissão de mais um milhão de cartões nesse momento, felizmente haveria mais transações e haveria, sim, mais custos e maior receita da Gtech nas tarifas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na sua época, podemos dizer então que seria um contrato de aproximadamente R$360 milhões com aqueles valores se fosse uma base anual?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Eu creio que sim. A base que se tem, Senador, é algo como um milhão/dia, é o número que se tem. Ali foi um orçamento feito, e o orçamento é autorizativo, não é mandatório, depende sempre... Era uma alocação de recursos, vamos dizer assim, de verba orçamentária, que depende da efetiva movimentação que aconteceu naquele mês. O número usual – não sei se V. Exª tem isso na cabeça, e vendo esses últimos estudos daqui – dá mais ou menos R$1 milhão por dia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou que mudavam os interlocutores da Gtech com freqüência.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Soube isso pelos nossos participantes de reunião.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tanto quanto eu me lembre, Sr. Relator, parece que o Marcelo Rovai disse que era ele que conduzia todo o processo de negociação com a Caixa; ele nunca falou que mudaria a organização na sua fala, no seu depoimento.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, sempre os interlocutores mudavam?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não necessariamente todos. Mas eventualmente alguns mudavam. Isso eu soube por meio de informação da nossa equipe de negociação. Esse detalhe pode ser ratificado com o depoimento do Sr. Mário Raag.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas seria bom checar essa informação, porque, segundo dados da nossa Comissão, é que Marcelo Rovai conduzia posteriormente. Talvez outros mudassem...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Provavelmente outros, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – V. Sª mencionou inclusive que o contrato estava com... Nunca lhe incomodou o fato de saber que o início do contrato com a Gtech seria, como o Senador Tião Viana disse, um contrato ilegal, porque, na verdade, não havia essa preocupação de sua parte como... Naturalmente que havia. Quer dizer, o contrato da Gtech com a Caixa foi fruto de um processo de compra da Racimec pela Gtech. Quer dizer, a Racimec foi comprada porque havia ganhado a licitação com a Caixa. Então, como era esse clima lá dentro da Caixa? Havia toda essa suspeição de anos em torno de toda essa atividade da Gtech, e até usaria a palavra do Senador Tião Viana, uma relação criminosa. Isso fazia parte dos debates, essa ilegalidade que vinha já da sua origem?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Se V. Exª me permite, eu farei apenas uma correção na forma. Na verdade, ele não foi fruto da compra da Gtech pela Racimec.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Da Racimec pela Gtech.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor. Perdão

Até onde eu sei a licitação ocorreu em 1994. Vamos lembrar, não sei tínhamos toda essa facilidade tecnológica àquela época. A Caixa, em particular, tinha um hiato tecnológico muito grande. A Racimec ganhou a licitação e, depois, ela foi adquirida pela Gtech.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, ao arrepio dos pareceres jurídicos da Caixa Econômica, vários deles. Mas a Gtech tanto insistiu que, depois de alguns anos, surgiu um parecer jurídico favorável. Mas os anteriores apontavam no sentido de que era uma fraude a licitação, que era uma empresa estrangeira, que isso não podia acontecer. Então, todos os relatórios do Tribunal de Contas apontam nessa direção. E, depois de tanto insistir, surgiu lá um advogado que disse que na verdade aquela compra era legal.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Permite.

Eu na verdade não tenho ciência disso, porque, relembro a V. Exª, eu não estava na Caixa em 1994 e tampouco em 1997.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É isso foi em 97/98, mas depois também.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Não, 97. Posso continuar?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Apenas para dizer a V.Exª que há uma questão de escopo de contrato, porque se entrarmos no mérito da questão legal entre Gtech e Racimec ainda neste momento, eu não sei se ainda podíamos fazer, naquela época, a contratação da Gtech de forma diferente. É bom lembrar que, em 1994, havia esse ato tecnológico grande na Caixa Econômica Federal; em 95, tenho certeza, pelo ano e oito meses que passei lá, havia, sim, uma deficiência de investimento em tecnologia, porque a Caixa Econômica passava por momentos bastante difíceis.

A Caixa Econômica foi para o que se chama de empréstimo de recuperação junto ao Banco Central, de 1991 a 1993. Todos os dias a Caixa Econômica tinha que rodar a reserva bancária e pedir um financiamento junto ao Banco Central. Então, não havia dinheiro para investir, fruto de várias questões que aconteceram nos anos 90. Depois disso, nós não tínhamos capacitação para enxergar e não tínhamos sequer uma regulação na parte de telecomunicações, por exemplo, para que

pudéssemos ter um modelo muito diferente desse que foi feito. Está certo?

Independentemente disso, digo a V. Exª, esse fato incomodava não só a mim, mas todos os diretores, e os Presidentes, Carazzai e Cutolo com toda certeza.

Confesso, não posso fazer maiores comentários em relação a essa questão jurídica, porque, de fato, não tenho ciência sobre se houve pareceres anteriores negativos à aquisição e se houve um, **a posteriori**, que permitiu essa aquisição da Racimec pela Gtech.

Incomodava e nós tentamos desde 2000... O Presidente Carazzai assumiu em janeiro de 99, e eu fui para Caixa em agosto de 99. Quando cheguei lá, o assunto Gtech ou remodelagem do canal lotérico já era discutido abertamente lá. A partir dessa data, nós já estávamos de fato debatendo essa questão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim. A partir de quando o senhor falou?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – De 99. Quando eu cheguei em agosto de 99, já havia debates na diretoria. Eu não conhecia todos os diretores na época, mas já havia esse debate. Tanto que, em 2000, iniciou-se essa licitação diferente, por conta dos fatos que mencionei anteriormente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na verdade, a gente observa que, no ano de 2000, houve um distrato e um novo contrato da Caixa Econômica com a Gtech.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, considero totalmente estranho isso também, pelo fato de ter toda essa situação conflituosa, com a qual o senhor, inclusive em termos de posicionamento da Caixa Econômica, de não-aprisionamento, usando a expressão que o senhor usou... Na verdade, houve todo esse encaminhamento e, depois de se ter renovado o contrato, a Caixa Econômica propôs uma licitação?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, renovou o contrato e logo em seguida propôs uma licitação. Não há um conflito aí?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Vamos entender o contexto, Senador. Nós estávamos iniciando todo o programa de pagamento das bolsas e do correspondente bancário, toda a estratégia do correspondente bancário. Ao passo em que a Gtech era a única provedora à época, a única fornecedora à época para a Caixa Econômica Federal, nós só poderíamos fazer com ela se quiséssemos avançar.

Outra alternativa era não termos correspondente bancário porque ficaríamos objetivamente frustrados pelo constrangimento da Gtech. Isso pode ser mais bem explicado, tenho certeza, e o faremos. Então, decidimos fazer assim mesmo esse contrato; há esse novo contrato pelo prazo máximo permitido em lei, cujo vencimento se deu em 13 ou 14 de janeiro de 2003. Mas, imediatamente, já colocamos na rua uma outra licitação nesse modelo novo que já tínhamos desenhado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Até desculpe-me pela rapidez, porque também nós teremos que participar da Ordem do Dia.

Mas eu solicitaria do Sr. Relator, pois considero importante, acesso a dois documentos. O primeiro seria de fato o conteúdo das liminares concedidas pelo Judiciário. Inclusive houve a menção pelo depoente no sentido de que a mesma juíza ou mesma Vara...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Mesma Vara, com certeza.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mesma Vara ou mesmo magistrado. Quer dizer, temos que investigar mais a fundo o conteúdo das liminares concedidas para Gtech nesse embate judicial com a Caixa Econômica.

O segundo aspecto, Sr. Relator, apesar de o depoente ter se manifestado contrariamente, ver o conteúdo da defesa, da própria área jurídica da Caixa Econômica Federal também. Quer dizer, houve observação do depoente no sentido de que realmente as pessoas eram qualificadas. Mas temos que observar os dois lados: tanto o da Caixa Econômica, quanto o da juíza.

Foi mencionado também pelo Senador Tião Viana o episódio do Rio de Janeiro, pelo depoente também rapidamente, no sentido da oferta daquele jantar, em que as pessoas estariam aderindo ao novo sistema de relacionamento com o Unibanco e deixando de fazer esse relacionamento com a Caixa Econômica Federal. Houve a assinatura, naquele jantar, de 400 contratos de adesão, de acordo com notícias da imprensa à época e mesmo mais recentemente.

Então, gostaria de ter, Sr. Relator, uma cópia desse contrato de adesão que o Unibanco apresentou para os lotéricos do Rio de Janeiro, para saber exatamente o que estava sendo ofertado pelo banco na situação específica daquele Estado.

Agradeço e enalteço esse trabalho. Naturalmente, isso tudo vai ser importante para deixarmos claro o que aconteceu nesses episódios todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª Senador Flávio Arns, e também ao Sr. Valderi Albuquerque pelo depoimento.

Os membros desta CPI e esta Presidência agradecem a V. Sª.

Comunico aos Srs. Senadores que a nossa reunião amanhã terá início às 10 horas da manhã, não necessariamente nesta sala. V. Exªs serão comunicados sobre o local, para que possamos ouvir os depoimentos dos Srs. Mário Haag – ex-Vice-Presidente da logística da Caixa Econômica Federal – e dos Srs. Paulo Bretas e Carlos Castel, cujos depoimentos foram transferidos para amanhã.

Não havendo mais nada a discutir, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 22 minutos.)

Ata da 14ª Reunião, Realizada em 18 de agosto de 2005.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quinze minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior e Arthur Virgílio, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Mário da Cunha Haag, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal, Paulo Roberto Paixão Bretãs, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal e Carlos da Silva Cartell, ex-Superintendente de Projetos Especiais da Caixa Econômica Federal e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. A seguir, o Senhor Presidente submete à votação dos seguintes requerimentos: **Requerimento n.º 114/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a Polícia Civil do Distrito Federal, cópia do Inquérito Policial que investiga o assalto à residência do Sr. Mário Haag. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 110/05**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer a convocação do Sr. João Francisco Daniel, para prestar esclarecimentos sobre a morte do seu irmão e ex-Prefeito de Santo André/SP. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 111/05**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, cópia integral do Inquérito Policial elaborado pelo Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa, sobre a morte do Celso Daniel, Prefeito de Santo André/SP. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 112/05**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, cópia dos autos de investigações em andamento na Comarca de Santo André/SP, para apurar atos de corrupção que teriam sido praticados no âmbito daquela prefeitura, envolvendo as empresas de transportes, e que seriam conexos com o suposto homicídio de Celso Daniel. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 118/05**, de autoria do Senador José Jorge, subscrito pelo Senador Juvêncio da Fonseca, com requer a convocação do Sr. Geraldo Magela Pereira, Presidente do Banco Popular, para prestar esclarecimentos a CPI. Em votação, é aprovado. A seguir, convida o Senhor Mário Haag, para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente tece considerações sobre sua passagem pela Caixa Econômica e faz uma abordagem sobre a renovação dos contratos com a empresa Gtech Brasil. A presidência indaga ao depoente se gostaria que a presente reunião transcorra em caráter reservado. A seguir a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para inquirir o depoente seguido, de acordo com a ordem de inscrição, pelos Senadores Romeu Tuma e Flávio Arns. Dando continuidade aos trabalhos, a presidência convida o Senhor Paulo Bretas, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal, para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas funções na Caixa Econômica Federal e que fez parte da equipe de renegociação do contrato com a Gtech, colocando-se a disposição para responder as indagações. A seguir a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para inquirir o depoente seguido, de acordo com a ordem de inscrição, pelos Senadores Efrain Morais, Flávio Arns, Arthur Virgílio e Tasso Jereissati. Com a palavra pela ordem o Senador Antônio Carlos Magalhães solicita a Presidência que submeta à votação os requerimentos apresentados à Mesa. A presidência submete a votação do **Requerimento n.º 116/05**, de autoria do Senador Flávio Arns, requer a convocação da Senhora Maisa Giudice, Juíza da 17ª Vara da Justiça Federal em Brasília, para prestar depoimento nesta CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 117/05**, de autoria do Senador Flávio Arns, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Senhora Maisa Giudice. Em votação, é aprovado por 8 votos favoráveis. Com a palavra o Se-

nador Tasso Jereissati prossegue com as indagações ao depoente seguido pelos Senadores Antônio Carlos Magalhães, Leonel Pavan, Flávio Arns e Romeu Tuma. A Presidência agradece o depoente e convida o Senhor Carlos da Silva Cartell, ex-Superintendente de Projetos Especiais da Caixa Econômica Federal, para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente se coloca a disposição para as indagações. Com a palavra o Relator passa a inquirir o depoente, seguido pelos Senhores Senadores Efrain Morais, Romeu Tuma, Flavio Arns e Tião Viana. Assume a Presidência o Senador Romeu Tuma e submete a votação o **Requerimento n.º 115/05**, de autoria do Senador Tião Viana, requer a convocação dos Sr. João Arcanjo Ribeiro, conhecido como "Comendador" para prestar depoimento perante a CPI. A seguir, o Senhor Presidente agradece ao depoente e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e/ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas nas empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Mário Haag, Paulo Bretas e Carlos Cartell.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Existem alguns requerimentos de autoria do Senador Romeu Tuma e do nosso Relator, que, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição, requer que seja solicitada à Polícia Civil do Distrito Federal cópia do inquérito policial que investiga o assalto à residência do Sr. Mário Haag, ocorrido em meados de abril de 2005.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria do Senador Romeu Tuma: "Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal combinado com o disposto na lei, bem como (...) que seja convocado a comparecer o Sr. José Francisco Daniel."

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda do Senador Romeu Tuma: "Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, que seja requisitada por esta CPI à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo cópia integral do inquérito policial elaborado pelo Departamento de Homicídios e Proteção da Pessoa daquela Secretaria de Estado sobre a morte do Prefeito de Santo André".

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda do Senador Romeu Tuma: "Requer por esta CPI à Procuradoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo cópia dos autos de investigação em andamento na Comarca de Santo André, Estado de São Paulo".

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Do Senador José Jorge – esse já foi aprovado – do Sr. Geraldo Magela. Geraldo Magela já foi aprovado? Convocação? Não?

"Nos termos regimentais, requeiro que seja convocado o Sr. Geraldo Magela Pereira, atual Presidente do Banco Popular, para prestar esclarecimentos a esta CPI, Senador José Jorge".

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convido o Sr. Mário Haag para se fazer presente e fazer o seu depoimento.

Srs. Senadores, há sobre a mesa termo de compromisso assinado pelo Sr. Mário da Cunha Haag, identidade, CPF, estado civil, endereço e profissão, assinado de acordo com o que determina e conforme art. 203 do Código de Processo Penal – está sobre a mesa.

Antes de conceder a palavra ao Sr. Mário Haag, agradeço a V. Sª e peço desculpas em função de V. Sª ontem ter ficado conosco o dia todo, mas, por uma questão regimental, não foi possível ouvi-lo, já que tivemos que suspender a nossa reunião por causa da Ordem do Dia.

Então os nossos agradecimentos por ontem e por hoje.

V. Sª tem a palavra.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Boa tarde aos Srs. Senadores e aos demais presentes. Vou fazer uma breve apresentação. Tenho 34 anos de serviço em bancos, dos quais, 29 deles dedicados a Caixa Econômica. Sou um técnico que, ao longo da minha vida, percorri-os diversos cargos da Caixa e, nos últimos quinze anos sempre ocupando função de nível 1, nível 2 da empresa. Em abril de 2002, fui designado Vice-Presidente da Caixa e destituído em 26 de fevereiro de 2003. Mas, de fato, a partir do dia 8 de fevereiro, eu já não estava mais, porque estava de férias.

Hoje, encontro-me de licença-saúde, ainda vinculado à Caixa Econômica; sou concursado da Caixa Econômica, e me encontro afastado.

Pretendo aqui fazer um relato, creio que por dez minutos, com o objetivo de criar todas as condições para que os Senadores percebam quais eram os contextos às épocas em que as decisões foram tomadas. Porque é muito difícil a gente avaliar uma decisão em 2005 e não enxergar os diversos cenários que aconteceram em 2002, em 2001 e em 2000.

Então o meu objetivo é passar esse cenário e, de alguma maneira, documentar tudo que foi dito pelo Dr. Valderi ontem e o que vou dizer hoje; não emitirei nenhum juízo de valor aqui. Apenas estarei verbalizando o que os documentos registram. E o que os documentos registram é: o contrato não precisava ser renovado por 25 meses e não precisava ser renovado daquela forma. Esse é o entendimento da diretoria anterior, o entendimento respaldado tecnicamente por uma equipe altamente qualificada, que assina todos esses documentos, cujo responsável maior deve estar hoje aqui, que é o Sr. Carlos Cartell*.

O assunto é um pouco complexo e vou tentar, de alguma maneira, não usar aqui de nenhum tecnicismo para que possa haver um entendimento mais adequado por parte dos presentes e dos Senadores.

O primeiro cenário que queria dar é como estava a Caixa em termos tecnológico em 2000. A Caixa tinha duas mil agências e oito mil casas lotéricas; então, na realidade, ela tinha dez mil pontos de venda, onde ela podia atender o cliente. Essas unidades estavam em 3.600 Municípios, ou seja, dois mil Municípios não tinham nenhuma representação da Caixa, nem lotérico nem agência da Caixa; e 700 desses Municípios não tinham nenhuma agência da bancária.

Qual era a tecnologia da Caixa nas duas mil agências, nesse momento? A Caixa tinha total domínio sobre essa tecnologia, como tem até hoje. Era uma tecnologia adequada ao mercado, uma tecnologia toda voltada para o auto-atendimento, para Internet, para *home bank*, para salas de auto-atendimento debaixo de plataformas abertas, debaixo do Windows, que é hoje a plataforma em que rodam os principais temas em quase todos os modelos no mundo – não é a Caixa Econômica. Então, a Caixa tinha extremo controle, que, há dez anos, não tinha. Quem fazia o processamento da Caixa era o Serpro. Ele processava e a Caixa, num movimento que, coincidentemente, fui eu que conduzi dentro da Caixa, saiu do Serpro e assumiu esse processamento. A Caixa estava tranqüila, porque estava no estado da arte, ou seja, como os bancos estavam, a Caixa estava.

Qual era a situação tecnológica nas casas lotéricas? A situação era o inverso dessa que eu falei. Era uma situação tecnológica extremamente dependente da Gtech. Não estou falando que o serviço da Gtech era ruim, senão, por que o contratamos? Não é isso. Quando se comprou, quando se solicitou, era um pacote fechado. O que a Caixa comprava da Gtech? Para dizer quantos foram os ganhadores, quem são, em que Estado estão, quanto cabe a cada um, quanto cabe dessa arrecadação ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Previdência e ao Ministério da Cultura. Era isso o que a gente comprava. Entregue-me o resultado. Tudo acontecia por ordem e conta e a tecnologia era totalmente da Funcef. A pessoa chegava a um revendedor lotérico, fazia um jogo ou pagava uma luz, o comando ia ao computador central, isso era processado, dava a extração da Mega-Sena ou da Quina, o resultado vinha para a Caixa e entregavam. Ou seja, a Caixa comprava um prato feito. A Gtech funcionava como um restaurante para a Caixa, só que a Caixa entregava o prato ao cliente. A Caixa não interferia no tempero dessa comida, na compra de insumos, na compra dos equipamentos nem no atendimento, fazendo a relação

com um restaurante. Comprava pronto. A Caixa não tinha como agir diretamente, uma vez que tinha comprado a solução daquele jeito. Então, era um contexto tecnológico totalmente diferente do que tinha com as lotéricas e nas nossas agências.

Nesse meio tempo, o Banco Central, de 1999 a 2000, começa a sinalizar com a estratégia de correspondentes bancários. Eu queria explicar bem o que é correspondente bancário, porque, ao final, se fará muito importante. Correspondente bancário é um pequeno estabelecimento, uma loja, um armarinho, um armazém, uma padaria, que passarão a trabalhar como se um banco fosse. É um braço operacional do Bradesco, da Caixa ou do Banco do Brasil.

E a Caixa estava atenta a essa modificação de mercado que iria acontecer, porque iríamos atingir um público que, até então, não está "bancarizado", quer dizer, via de regra, não há agência onde não há renda, onde não há público que possa fazer sua poupança, pagar suas contas, até porque o público da Caixa é a população um pouco mais carente; não são pessoas de grande posse as que trabalham com a Caixa. A Caixa trabalha com Fundo de Garantia, com PIS, com pagamento de aposentado, tem um público bem próprio. Então, a Caixa tomou a decisão de ser o primeiro banco a estar em todos os Municípios em 2000, ou seja, tínhamos de chegar a 2.000 Municípios – parece que, em 80 deles, não havia nem luz – com uma tecnologia capaz de oferecer serviço bancário para essa população. Que serviço bancário seria oferecido? O serviço bancário básico: o pagamento da pensão, o saque na poupança, o pagamento da água, da luz, do telefone, o pagamento principalmente dos benefícios sociais, na época, o Bolsa-Escola, Bolsa-Gás, PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A Caixa percebeu que precisava estar lá.

Outro contexto se adere a esse, que é o da rede de proteção social do Governo à época. O Governo criou esses benefícios para diferentes faixas de idade das crianças: o PETI no início, o Bolsa-Escola um pouco depois, o crédito educativo para quem já está perto de estudar numa faculdade. A Caixa disse: "Vamos ser o primeiro banco a estar lá." Começou a trabalhar nesse sentido e me coube, dentro da Caixa, conduzir essa implantação de estar em todos os Municípios – o que aconteceu como resultado, em 19 de maio, a Caixa estava em todos os Municípios.

Como falei, os produtos que seriam oferecidos nesse pequeno botequinho, nesse pequeno, como se fala na minha terra, bolicho, nesse pequeno armazém, o serviço, para que a pessoa simples não precisasse sair ali e ir ao povoado mais evoluído para receber a sua pensão, para receber o seu benefício ou para fazer o seu depósito em poupança.

Então, a Caixa tomou essa decisão. Nós desenvolvemos internamente solução tecnológica para isso; licitamos, especificamos e compramos um computador, extremamente pequeno, forte, porque ele vai estar em cima de um balcão, num boteco onde tem calor, poeira, com uma pessoa que não é preparada para operar, de simples operação, que com um simples cartão magnético porque a pessoa às vezes não consegue assinar, não é alfabetizado, com um cartão magnético, com uma senha a pessoa poderia, naquele estabelecimento comercial, fazer suas operações.

O importante nesse conceito de correspondente bancário – e aí um correspondente bancário muito conhecido é o Banco Postal, que o Bradesco também, através de convênio com os Correios chegou a todos os pontos – é que você na realidade fixa a população àquele Município. Ele recebia o dinheirinho dele, viajava e gastava o dinheiro a 40 quilômetros. A partir desse processo, a Caixa se tornou quase que um agente monetário, ou seja, um fixador do M1-moeda em poder do público; a pessoa gastava ali mesmo, alavancava o comércio ali mesmo.

Então a Caixa toma essa decisão de ser o primeiro correspondente bancário, desenvolve essa tecnologia e implanta numa implantação maciça e que foi coordenada pela área que eu gerenciava. Não tinha como chegar, esse serviço não podia chegar na ponta caro, tinha que chegar de forma barata, então, tinha que ser uma solução simples. Se fosse chegar a qualquer custo, coloca-se uma agência lá, só que o custo de uma agência é muito caro. Então, vamos para uma solução bem simples.

Chegamos a pensar, na época, se a Gtech poderia ser também um parceiro para essa solução de correspondente bancário? De cara, tecnicamente, concluímos que não. A tecnologia oferecida pela Gtech não atendia ao que a gente queria em termos de solução, de maneira nenhuma. Além do mais, não íamos aumentar também o nosso aprisionamento tecnológico, uma vez que eles dominavam tudo isso, oferecendo a eles ou licitando e permitindo, de alguma maneira, que a tecnologia deles participasse da licitação. Não era a solução que nos interessava.

Com a implantação dos correspondentes bancários e com a tecnologia que a gente colocou lá, a gente aprendeu a fazer um bocado essa parte de atendimento ao cidadão menos provido e que demandam serviços mais elementares em um banco.

A Gtech não atende e, de cara, na própria descrição do modelo que a gente queria substituir, a Gtech estava fora. Por que a Gtech estava fora? Porque ela

queria entregar o prato feito e o modelo que desenhamos é o seguinte: "Olha, precisamos ter micros nas lotéricas. Vamos fazer uma licitação para comprar os micros. Quem vai ganhar a licitação? Empresas que fornecem micros no País, as grandes fornecedoras, Digidata, Novadata, Procop, Itautec, ou seja, vamos comprar de quem vende o equipamento, e não vamos comprar da Gtech o prato feito, no final a solução determinada."

Precisamos de comunicação, a operação acontece na lotérica e tem que ir a um processamento central, vamos comprar de quem fornece isso. Quem? Brasil Telecom, Intelig, Telemar, Telefônica. Nesse meio tempo, houve a desregulamentação do sistema de comunicação e se tornou extremamente mais barato; antes da regulamentação, havia circuito que a Caixa pagava 50 milhões. A Caixa licitou, foi pagar 5,5 milhões. Lembro-me perfeitamente desse valor.

Então, vamos licitar as partes desse processo. Ok, tem que ter a entrega semanal, às vezes, até diária, de volantes, de bobina, tem que alguém ir lá fazer a manutenção desse equipamento. Vamos abrir uma licitação também para empresas que entreguem formulários, bobina, como eu falei, e volantes. Vamos fazer a licitação. Uma empresa especializada em entrega, a mais conhecida, Correios, que parece que, efetivamente, foi quem ganhou a licitação agora, que é quem já tem toda uma estrutura para chegar aos Municípios brasileiros, ou seja, vamos sair do apriosionamento de uma empresa que entrega tudo empacotado e vamos fazer a parte, que é a parte da inteligência, a parte do controle dessa operação, que é a parte dos sistemas, é a parte de apuração conhecida mais como a parte do processamento de dados.

Então, resolvemos abrir a licitação, licitando esses produtos. A Gtech, obviamente, se insurge contra isso, porque, primeiro, ela estava vendo o maior cliente dela tomando medidas para sair da sua dependência. E, aí, a Gtech lidou de todas as maneiras que ela entendeu adequadas, e o principal deles era através de liminares. E liminares que, ontem, não podia ouvir aqui, e depois não vi, mas o Dr. Valderi disse: "Na mesma vara e com o mesmo juiz, com a mesma juíza".

Teve uma situação até que eu fui atrás dessa informação, para ver se não era uma informação errada minha. Teve um dia que eles estiveram na Caixa, acho que foi o dia da audiência pública, e foram à 17ª Vara e voltaram com a liminar na mão. Isso, em 2002. Em 2001, eu lembro também um porque a liminar foi de punho, eles foram lá, quando voltaram, estava assinado. E, aí embargavam o quê? A audiência pública e todos os editais.

Bom, nessa documentação que eu tenho aqui, à medida que eu vou falando, os documentos já estão em ordem, numerados, Sr. Senador, e eles tecnicamente respaldam o que eu estou falando. Eu sou apenas o verbalizador do que está aqui, não estarei emitindo nenhum juízo de valor. Então, aqui tem todas as ações que o Jurídico da Caixa tomou, todas as negativas que foram oferecidas, todas as vitórias ou perdas que a Caixa teve.

De 2000 a 2002, a Caixa passou brigando com a Gtech, o maior prestador de serviço dela. E, nesse meio tempo, a gente implantando os correspondentes bancários. Bom, quando chega em novembro de 2001, e a Caixa toma a decisão de pular fora da Gtech, a Caixa cria uma superintendência, a Superintendência Nacional de Projetos Especiais. Superintendência é o nível 1 da empresa, tem os diretores e, embaixo, a superintendência que tem que ser ocupada por cargo de empregado da Caixa. A Caixa cria essa Superintendência e busca recursos dos mais qualificados para conduzir esse projeto. Então, vem o Dr. Carlos Cartell, que vai depor aqui, para ser o Superintendente, o José Carlos Blanco Cortez, também reconhecido técnico, o Isaías Minas Novas e André Siqueira, são os quatro principais. E monta um time de primeiro valor para conduzir o quê? Qual era a missão deles? Essa Superintendência tinha início e fim: sair do modelo aprisionado da Gtech e entrar no modelo Caixa. Tinha início, meio e fim. Lota empregados, define orçamento para esse projeto. Sr. Presidente, está aqui o orçamento, R$101.259.000,00, por item. Define o quadro de pessoal: 34 pessoas dedicadas integralmente, 58 terceirizados, alguns empregados com atividade em dois lados, somatório disso 92 empregados dedicados com objetivo de sair do aprisionamento tecnológico da Gtech e colocar lá o modelo que a gente quer.

Na realidade, havia duas frentes: uma frente que conduz o processo licitatório; e, a outra, vai trabalhando para desenvolver os sistemas que você quer que rodem os programas.

Bom, quando chega em maio de 2002, a Caixa está presente, como eu falei, em todos os Municípios, lembrando que, em 2000, com tecnologia pequenininha, simples, essa que a Caixa colocou lá, em 3.600, ou a agência da Caixa ou lotérica. Alguns acontecimentos levam a Caixa a revogar essa licitação aberta lá em 2000, e embargada pela Gtech. E a Caixa toma a decisão de revogar essa licitação em maio de 2002. Ou seja, tentei abrir uma licitação, em maio de 2000, e não consegui. Aí a Caixa revoga. Por que a Caixa revoga? E e muito importante isso. Eu acho que aí é o ponto. Primeiro, houve entre 2000 e 2002, a aprendizagem de como fazer o correspondente bancário, em criar

as condições para ir a um lugar que não tem nada de banco, que não tem braço operacional da Caixa.

Segundo ponto: a Caixa tinha desenvolvido internamente um programinha de auditoria em loterias que, na realidade, verificava se o relatório da Gtech estava certo. A Gtech dizia: "Olha, foram dois mil ganhadores, dez mil reais para cada um, tanto para o Ministério tal, tanto para o Ministério tal." A Caixa desenvolveu um programinha de auditoria, chamado XP e tal, que auditava isso. Era uma evolução. Ao mesmo tempo, houve a desregulamentação do sistema de comunicação e a própria evolução da tecnologia e principalmente a mudança na legislação de licitações, com a criação da figura do pregão, que dá maior celeridade. Antigamente, pela Lei nº 8.666, em concorrência, ficava anos correndo prazo, recursos. E o pregão, não: ali, na hora, botou preço, acabou e tal.

Então, a Caixa abriu, revogou aquela licitação. Também uma estratégia para se exaurir objeto da liminar. Porque, na hora em que eu revogo a liminar, não tem mais o que ser obstado. Aí a Caixa lança nova licitação, desta vez na modalidade de pregão – isso em julho de 2002 – e novamente a Gtech consegue a liminar, tanto para a audiência pública – aí cassa a Caixa na audiência pública – e vai para os leilões, lança o edital. Na hora que vai para o pregão, liminar da mesma Vara, da mesma juíza rapidinho. A mesma coisa e com tranqüilidade: do tipo "vou lá e vou pegar uma liminar". E o quê você faz? Bom, seguimos tocando. E a Superintendência, que foi criada, trabalhando, trabalhando, para desenvolver o sistema em que a gente pudesse sair da Gtech. Só que as licitações tinham que ter andamento para eu poder comprar o micro, ver qual é a empresa que ia entregar o micro, qual é a empresa que ia entregar os insumos, na ponta, que é o volante, a bobina, e quais as operadoras de comunicação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Mário Haag, como é o nome dessa juíza? O senhor tem?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Maísa Giúdice. Eu posso olhar aqui para o senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sempre a mesma juíza?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Sempre a mesma juíza. Sempre. Maísa Giúdice, da 17ª Vara.

Bom, obviamente, que a Gtech fazia o que o empresário ia fazer: manter o seu principal cliente, o seu principal faturamento. É o maior contrato da Caixa, o maior fornecedor da Caixa é a Gtech e o maior contratado dela. A Gtech é a maior empresa no mundo em fornecimento desse tipo de serviço, só que um serviço empacotado, entrega o prato feito, que não nos servia mais.

Bom, a partir da criação dessa Superintendência, que foi em novembro de 1991 – e eu assumi a Vice-Presidência da Caixa em abril de 2002 –, nós passamos a ter controle desse projeto semanal. Todos os extratos dos controles feito na Diretoria comigo e, depois, na Diretoria Colegiada, eu estou trazendo aqui – e uma apresentação em *power point* – em que estão registrados o andamento do projeto, os prazos definidos e a evolução do acompanhamento disso. Estou passando também aos senhores, e foi entregue também na Polícia Federal e no Ministério Público.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como era o nome desse projeto?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – O projeto é Novo Modelo Operacional de Loterias.

Na realidade, a Caixa, num determinado momento, foi dividida em 23 projetos. A Diretoria disse assim: "Temos muita coisa a fazer, mas precisamos destinar 80% do nosso fôlego no que é vital e 20%, no que é importante". E a Caixa criou 21 projetos – o nome era até "Vinte e Uma Iniciativas Prioritárias". Uma dessas 21 era o projeto de loterias, que era sair da Gtech para entrar num modelo de mercado, de tecnologia aberta, em que se possa adequar.

Bom, na realidade, o que queríamos comprar nessas estações era o que chamamos, no mercado, de *commodities*. O que não é *commodity,* tudo bem, vamos fazer. Mas micro? Tem gente que vende. Comunicação? Tem muita gente que vende. Entrega de utensílio e manutenção? Tem muita gente que faz. Por que tenho que comprar empacotada da Gtech? E mais: é muito mais barato fazer internamente.

Aqui são os editais. Tenho a análise financeira do projeto, ou seja, além de se ter a condição de internalizar, de dominar o processo e de não ficar dependente, o projeto era extremamente mais barato. É um pouco de tecnicismo, mas não tenho como fugir dele. É o seguinte: esse projeto tinha um *payback* de 42 meses. Traduzindo: o que eu gastasse para implantar o projeto em...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que é *payback?*

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – *Payback* é prazo de pagamento, vamos dizer assim. Em 42 meses, pago esse projeto com o dinheiro que eu estou gastando com esse projeto. Ou seja, no mês 43, já estou dando lucro. Eu fiz um investimento, e a economia pagou esse projeto.

Então, ele era viável. Financeiramente, dávamos conta de fazer. As condições mercadológicas eram favoráveis, como a desregulamentação do sistema de

comunicação, como o oferecimento de novos principalmente programas no mercado.

Bom, aí a Gtech na Justiça. Quando chega em setembro de 2002, a Caixa e a Gtech, que estavam discutindo num outro fórum, na Justiça, começam a fazer reuniões em setembro de 2002 – a 9 de janeiro de 2003; portanto, já no outro Governo – com o objetivo de fazer um contrato de transição.

O que é um contrato de transição? De acordo com o cronograma, a partir de 2003, já começávamos a internalizar algumas atividades. Então, íamos precisar, de acordo com os documentos que estão aqui, no máximo de doze meses para internalizar. Doze meses. Então, tínhamos que fazer um contrato com a Gtech, porque, dia 13 de janeiro de 2003 se expirava esse contrato. Então, temos que sentar e negociar as condições desse contrato.

Bom, era um contrato atípico. Não era simplesmente renovar por mais "x" meses o contrato que está aí. Era um contrato com objeto novo e com objetivo novo, que era: "Vou sair da sua tutela e vou passar a processar". O contrato tinha características diferenciadas.

Foram dez reuniões; as dez reuniões gravadas e degravadas. Elas estão aqui, degravadas na íntegra, com algumas interjeições. Mas as dez reuniões degravadas de 27 de setembro. Isso era um hábito da nossa diretoria. As nossas reuniões de diretoria são gravadas, as reuniões do Conselho de Administração são gravadas, e a reunião com a Gtech era gravada.

Os senhores poderiam perguntar: "Gravavam com todos os fornecedores?" Não, gravamos a da Gtech.

Havia um relacionamento conflituoso, complicado. Volta e meia, em uma reunião ou em outra, eles desqualificavam o preposto deles da reunião anterior: "Não, não, o que o fulano falou não é bem assim não, nós ligamos lá e ele não vem mais à reunião". Então, vamos gravar para ficar registrado.

Começamos a fazer a reunião a partir de 27 de setembro. Da primeira reunião com a Gtech, eu participei, e participaram dela o Sr. Rovai, o Sr. Lino, o Sr. Enrico Gianelli. E participaram também eu, o Dr. Cartell e a Drª Dalide, Diretora jurídica da Caixa.

Essa foi a primeira reunião, e lá se disse: "Este grupo que está aqui, que é o grupo de negociação – na realidade, quatro pessoas, aquela superintendência que a gente criou –, é que está autorizado a negociar com os senhores". A partir dali, nunca mais vi ninguém da Gtech. As reuniões aconteciam em nível técnico e eram reportadas a mim semanalmente. E eu, quinzenalmente, me reportava à diretoria e fazia os relatos.

Obviamente, eles, nas reuniões, queriam, de toda maneira, manter a situação que tinham. Criavam impasses e condições para que a Caixa não conseguisse sair. Em determinado momento, eles começaram a assimilar. Em outubro, eles começaram a assimilar: "É, não tem jeito. Temos pouco tempo de vida dentro da Caixa Econômica". Em uma reunião eles colaboravam; em outra, eles não colaboravam. Mas a gente ia tocando para tentar chegar a um contrato. A idéia era um contrato de transição.

Quando chegou dezembro, essa equipe da superintendência, coordenada pelo Dr. Cartell, já consegue fazer um processamento em conjunto com a Gtech. Processamento de quê? Quem ganhou, quanto foi, quanto cabe a cada um e quanto cabe a cada ministério. A Caixa, partindo daquele programinha que já tinha lá atrás, evoluiu e já estava processando. Em dezembro, fez o processamento a partir de outubro.

Tenho aqui uma aposta, vamos dizer assim, já processada em ambiente de laboratório, obviamente em ambiente da Caixa. Ela não está original, porque, na Polícia Federal, o Delegado Antônio Nunes ficou com ela, e eu tive que ficar com cópia, com os volantes gerados dentro da Caixa.

Fizemos toda a apuração, de outubro de 2002 a dezembro de 2002, chegando a resultados idênticos aos da Gtech. Mas não são idênticos porque estou dizendo não; são idênticos porque isso está escrito aqui.

Frente a esse quadro, entendendo que o desafio de desenvolver um sistema era factível, de se apurar, o único empecilho que a gente tinha eram as liminares. A Caixa, cumprindo o seu cronograma, no dia 31 de dezembro – eu, de vez em quando, ouço uma gracinha e não posso responder com gracinha –, faz um expediente à Gtech dizendo o seguinte: "Nós, a partir do dia 13 de abril, propomos assinar um contrato de seis meses, 13 de janeiro de 2003". Isso já no novo Governo. A Caixa, ainda sob nova administração, mas o Sr. Mattoso já era o Presidente indicado para a Caixa Econômica, já se sabia que era ele, mas ainda não estava nomeado. E a Caixa faz um ofício que foi assinado por várias pessoas de lá. Esse ofício foi elaborado pela área do Sr. Cartell, obviamente com o nosso respaldo, e assinado por mim e por mais dois vice-presidentes, propondo à Gtech a seguinte condição: contrato de seis meses para não fazer os quatros serviços. Lembrando do restaurante, se pudéssemos ver assim: comprar os insumos para cozinhar; o segundo produto seria contratar cozinheiros; o terceiro, contratar garçons e o quarto, gerenciamento de todo esse processo. Dissemos à Gtech: "Só queremos os três. Quem vai gerenciar é a gente". Ou seja, vamos fazer a parte mais nobre e a parte que não é comoditizada, que não é micro, que não é simples entrega de papel e que não é simples comunicação de dados. "Nós vamos fazer isso, vamos fazer o processamento,

a apuração do rateio e tal". E dissemos a ela, nesse expediente, que estaríamos fazendo, em paralelo com ela, janeiro e fevereiro, para não correr riscos, a apuração e o processamento e, em março, a gente não quer mais esse serviço. A partir de março, só a Caixa faz o processamento do rateio e da apuração de resultado e propõe um desconto de 25% sobre o contrato – isso no dia 31 de dezembro.

Não podia ser diferente, mas, em dezembro, eles quase não davam muita atenção à gente. Já havia uma eleição, já havia um segundo turno, então, não havia aquela disposição para negociar, que, entendo, é razoável, porque saberia que aquele desdobramento já seria numa outra administração. A Gtech responde dizendo que não aceita – início de janeiro. E aí, no dia 9 de janeiro, é feita a última reunião com eles, com essa equipe que montamos na Caixa, e, no dia 13 de janeiro... Antes de chegar em dia 13 de janeiro, que é o final do cronograma, por que a gente fala, até com pouca simplicidade, que não era difícil cair fora da Gtech? Bastava ter vontade e condições orçamentárias para sair, porque um programa de loterias não é um programa muito complicado de apuração. O problema na loteria é a logística. Como é que chego lá em Solidão, interior de Pernambuco? Ou como chego em Normandia, no interior, se não me engano, de Roraima? Como é que chega lá um técnico para fazer a manutenção em um equipamento que deu pau? Ou levar uma bobina, ou levar um volante para postar? É muito mais trabalho do que, vamos dizer assim, trabalho intelectual; é muito mais força de distribuição do que trabalho intelectual, porque, como é que se apura um resultado? É igual a esse programinha que apura, que até conheço, cruzamento de ligação telefônica. "Estão aqui as apostas do Brasil. O que deu na Mega-Sena? Seis números. Vê aí quem é que apostou nesses números". A pessoa vem aqui, lê essa base e diz: "Ganharam duzentos; três são do Rio Grande do Sul, quatro de São Paulo, três de Minas, cabe tanto a tanto".

É um programa em tese. Não estou falando que é simples, mas não é complicado fazer isso. É uma operação matemática, é uma coisa bem simples. Já tínhamos feito coisas bem mais complicadas.

Chega o dia 13 – que acho que é o ponto, até porque estou aqui, talvez –, com a negativa da Gtech de aceitar aquele contrato de seis meses com 25% de desconto e com dois meses só de processamento em paralelo, a última reunião da diretoria do Governo anterior, vamos dizer assim. E, nessa reunião, nós éramos sete, contando com o Sr. Valderi, fiz a seguinte proposta – a Gtech respondeu que não –, que era "peitar", ficar sem contrato, meio que um truco. Parece, alguns dizem, irresponsabilidade, mas tinha de fazer, na minha avaliação, uma cara feia tanto para a Justiça quanto para a Gtech. Vai ficar sem contrato. Por quê? Porque está embargada a licitação. Está sem contrato por quê? Porque não se consegue chegar a um acordo com a Gtech, que vai à Justiça.

Então, fiz uma proposta – não me arrependo dela – e a levei à diretoria. "O negócio é o seguinte: vamos ficar sem contrato com a Gtech e vamos encarar os riscos disso". Parecer jurídico contrário, porque advogado emite parecer em cima da lei, obviamente: "Olha, não podemos ficar nessa situação". Está tudo gravado. Fiz essa proposta.

A Diretoria da Caixa é colegiada, é uma Diretoria cujos membros trabalham na mesma sala, onde estão todas as mesas, e a gente discute o tempo todo. E, no tempo em que estive lá, só uma vez, vi numa reunião um diretor votar não junto com os outros. E, nessa reunião, mudança de governo, três a três. E eu propus, o Dr. Valderi do meu lado – sem o voto dele ainda –, voto de minerva do Presidente da Caixa, no contrato mais complicado, mais conflituoso.

À imprensa, o Dr. Valderi deve ter entregado ontem uma nota pública, em que, na realidade, ele conta toda a história e dá um três a três. Está gravado, e já se sabe que o Presidente é o Dr. Mattoso. Vejam a situação final: três a três.

O Dr. Valderi sai da sala e faz uma ligação – isso foi contado pelo Dr. Valderi – ao Dr. Mattoso, dizendo do impasse que estava lá. E, por uma questão de respeito, por uma questão de postura, perguntou – segundo o Dr. Valderi – qual era a posição do Dr. Mattoso. Conversaram, e nós, lá dentro, não sabíamos o que ele tinha ido fazer.

Para mim, isso criou um tremendo constrangimento. Quer dizer, ao final, crio essa situação, mas eu tinha a convicção de que tinha de haver uma medida forte ali. Não dava mais para jogar, embora fosse complicado ficar sem contrato, tanto é que deu três a três. Se fosse uma barbaridade tão grande, daria sete a um, ou melhor, seis a um. Deu três a três.

Bom, aí o Dr. Valderi pergunta ao Dr. Mattoso – segundo me relatou o Dr. Valderi – o que ele achava melhor: se receber a Caixa com contrato ou sem contrato. Obviamente, qualquer administrador que chegasse ia dizer: com contrato. O Dr. Valderi diz: "Conversei com o Dr. Mattoso; com contrato". Eu disse: "Não, pelo amor de Deus, não vamos fazer um contrato longo com a Gtech, não vamos fazer um contrato de seis meses, de doze meses". Como os ânimos estavam quentes, eu disse: "Então, vamos fazer o seguinte: contrato de noventa dias", que é o suficiente para se chegar à administração, olhar, conhecer, por mais complexo que seja; dá para entender esse processo. Propus, na hora,

com o voto que está aqui – é o último documento, é o voto da reunião – que fosse contratado com noventa dias para que a nova administração tomasse conhecimento. Coloquei em votação, e o assunto foi aprovado por unanimidade.

Se os senhores me permitirem eu dar uma olhadinha na minha cola... (Pausa.)

Uma coisa importante, que pulei: quando falei que a Caixa não estava em dois mil Municípios, e ela resolveu ser a primeira a chegar lá, havia um estudo, eu acho que é de uma empresa chamada *(inaudível)* – havia outras também – que falava assim: "qual é o custo do pioneirismo?" Ou seja, quem leva a melhor parte num processo de implantação é sempre quem chega primeiro, porque, como é novidade, todo mundo corre à primeira opção. "Então, vamos chegar primeiro, antes do Banco Postal? Porque vamos levar a maior fatia". Portanto, temos pressa em fazer isso.

A Caixa foi muito rápido ao correspondente bancário. Poderia até ter jogado força para mais em cima da Gtech, mas estava embargado na Justiça. Então, enquanto a gente não dá conta de fazer, de sair da Gtech para as loterias, vamos fazer o correspondente bancário. Há um estudo que explicita isso. Chegue primeiro quando você tem que ser o primeiro; o segundo que chegar já vai pegar a água embarrada, vamos dizer assim. Já perdeu espaço.

Tenho também aqui expedientes em que a Caixa comunica isso quase que semestralmente ao Ministro da Fazenda, que é a quem a Caixa se subordina, e ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. A cada seis meses, a gente dava uma posicionada, até porque saíam na imprensa notícias do jeito que a Gtech queria: "A Caixa não deixa a gente participar". Por quê? Porque ela quer entregar o pacote. Queremos comprar arroz de quem vende arroz barato; feijão de quem vende feijão barato; açúcar de quem vende açúcar barato e, quem sabe, fazer a feijoada. Ela queria que se comprasse o pacote dela. Ela queria definir as condições da Caixa. Então, que fosse a administradora da Caixa, e não empresária nessa área. É isso.

Resumindo é o seguinte: os documentos que estão aqui são gerados por uma área técnica cujo responsável maior tecnicamente era o Carlos Cartell, a supervisão era minha. As decisões que foram tomadas na Caixa foram baseadas nos trabalhos feitos por essa equipe, que, como já falei, era do mais alto nível. O Sr. Cartell, talvez, seja o maior currículo dentro da Caixa. Currículo de formação, ele é professor, ele é especializado pela USP, FGV, é um dos maiores currículos que há na Caixa. Mas não é aquele estudioso que não produz, é um estudioso que produz muito, com experiência de gerenciamento e implantações dentro da Caixa, assim como o resto da equipe, que também é qualificada.

Então, as decisões foram tomadas pela convicção que essa equipe trazia a mim, e eu, por ser do ramo, sempre estive na Caixa frente a projetos como esse. Eu os levava à diretoria e, com a fé que tinha nessa equipe e em mim, as coisas eram aprovadas. A realidade é essa.

O contrato foi renovado. Não renovaríamos daquela maneira e não renovaríamos com aquele objeto. Isso não é uma crítica, é a verdade. Eu não poderia dizer nada diferente do que está aqui. Não posso chegar aqui e dizer: "Não!" Está aqui toda a documentação, e eu digo que não?! Não poderia renovar com prazo mais longo, não poderia renovar com esses mesmos objetos.

Espero não ter cansado os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Mário Haag, agradecemos o depoimento de V. Sª.

Vamos passar aos Senadores para argüirem. Mas quero deixar claro a V. Sª que esta CPI – a Presidência, a Relatoria, o Vice-Presidente e os membros da CPI – possui o compromisso perante a sociedade de descobrir a verdade, e V. Sª está contribuindo e muito.

Até considerando – permita-me V. Sª fazer esta observação – as estranhas características de fatos dos quais o senhor e a sua família foram vítimas, quero registrar que fica a critério de V. Sª se, em determinado momento, desejar e aceitar transformar esta reunião em reunião secreta para dar algumas informações. Quero deixar bem claro que esta CPI garantirá ao senhor e à sua família proteção policial por intermédio da Polícia Federal. Se necessário, se V. Sª, no decorrer das perguntas dos Srs. Senadores, tiver algo a informar, algum fato que exista em função do estranho acontecimento, queremos dizer a V. Sª que a CPI garantirá a V. Sª e à sua família proteção policial por intermédio da Polícia Federal. Então, fica a critério de V. Sª: se, em determinado momento, se necessário, V. Sª assim desejar, fique à vontade.

Senador Garibaldi Alves, V. Exª, como Relator, tem a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ouvimos o relato de V. Sª, Sr. Mário Haag, e ficou bastante claro que esse contrato, que permitiu essa renovação por vinte e cinco meses, não foi o contrato da transição. Estou me referindo ao contrato de vinte e cinco meses. A essa altura, não há nenhum Senador que duvide que esse é um contrato danoso à Caixa Econômica.

Pergunto: o senhor pensa assim também? Sei que o senhor disse que não iria fazer juízo de valor, mas é que o senhor foi tão claro, tão objetivo, as evi-

dências se tornaram muito palpáveis e não há por que fugir dessa pergunta.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Senador, frente a essa documentação que está aqui e face à minha formação e à minha experiência, eu diria o seguinte: no Word, na informática, escreve-se o que se quer; no Excel, não se escreve o que se quer. O Excel faz cálculos. Você joga lá: "Vou sair de um contrato que eu gasto tanto, que não tenho controle sobre a inteligência". E há uma outra opção, que posso internalizar; há estudo e viabilidade financeira. Coloco para dentro.

Aliás, eu me lembro agora, na Polícia Federal, o Dr. Antônio Nunes me mostrou – deve estar dentro do processo – um trabalho feito em que mostrava a execução do contrato como ele era, como ele deveria ser, e a execução do contrato como ele foi feito. E ele mostrava exatamente isto: que o contrato não trazia, no Excel, vantagens à Caixa. Isso está lá. Tanto é assim que, como falei, o Dr. Valderi falou ontem que nós não renovaríamos nessas condições.

Mas isso é ato de gestão. Assim como eu tive de trazer qual era o quadro em 2000, em 2001 e em 2002, em 2003 havia outro quadro. Então, a Diretoria pode ter outros dados, pode ter informação que levou a tomar essa decisão. Não estou aqui para criticar, eu não estava lá para decidir isso. Mas nós não faríamos.

Acredito no Excel. Coloque no Excel: execução do contrato de uma forma e execução de outra. E veja qual é que é a melhor e qual é que é a pior.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O quadro que V. Sª fala, o quadro novo era mudança de governo. Por isso que houve...

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Na realidade é assim: a Gtech, do finalzinho de dezembro até janeiro, eles já não davam muita atenção à gente. Sabiam que haveria uma mudança e não davam atenção mesmo. É natural. Não é com eles que a gente vai tratar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Parece que já havia um comprometimento, por antecipação, com a nova gestão? Estou fazendo uma suposição. Pelos sinais, pela movimentação, pela indiferença, o senhor sentia que a possibilidade de a nova gestão favorecê-los...

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, nunca percebi nada. Era duro tratar com a Gtech, era muito complicado. Nossa, muito duro! Eles estavam fazendo o papel deles, mas nunca vi, da administração anterior, qualquer situação comprometedora, nenhuma interferência, nunca percebi nada. Até fiquei muito pouco tempo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bem, sabemos – e o senhor inclusive depôs na Polícia Federal – que esses contratos vêm sendo alvo de apuração tanto do Ministério Público como da Polícia Federal, que foram constatadas várias irregularidades e que foram indiciadas várias pessoas que ocupavam determinadas funções. O senhor tem conhecimento disso? Como o senhor se coloca frente a isso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não sei do indiciamento de ninguém. Estive três vezes na Polícia Federal. Mudou o delegado. Fui ao outro delegado e, depois, participei de uma acareação com o Dr. Paulo Bretas, que é a pessoa que me sucedeu. Não sei desse indiciamento. Sei que há a denúncia. Fui convocado duas vezes ao Ministério Público, mas não sei de indiciamento. Só sei que há uma grande discussão. Sou uma pessoa informada, embora eu não esteja trabalhando. Leio bastante e sei que é uma situação até... Porque estou aqui, vamos dizer assim, mas não sei se já há indiciamento ou se não há.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe se a Gtech mantém ou manteve outros contratos com órgãos públicos ou com empresas privadas no Brasil?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso eu não sei, da existência do contrato. Mas eu já vi na mídia, na imprensa que ela prestaria para algumas loterias estaduais, mas coisas... contratos pequenos, não é? A base da Gtech no Brasil era o contrato com a Caixa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Caixa Econômica iniciou um processo de negociação da Gtech sob sua coordenação e V. Sª fez um relato, aqui, a respeito dessa negociação. Ela foi bastante conflituosa, haja vista o que ocorreu no seu final, na última reunião. Eu perguntaria a V. Sª, porque o ex-Presidente, o Sr. Valderi, disse aqui que no final houve um consenso, diante de uma informação minha, que eu havia recebido, uma colocação minha de que, realmente, tinham ocorrido os três a três. Os três a três ocorreram e, depois, se deixaram de lado os três a três?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É. Aí os três a três, se o senhor me permite, eram para ficar sem contrato ou fazer um contrato. Quem tinha que bater o martelo era o Dr. Valderi, com o voto de qualidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para deixar nova diretoria ou vocês assumirem a responsabilidade pelo contrato?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso. Isso. Pelo contrato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era essa a decisão que estava sendo tomada.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Essa era a decisão. Ou ficamos, segundo a Diretoria Jurídica da Caixa, numa situação de serviço prestado sem contrato, que é um problema, ou vamos com contrato. Como eu acreditava, como eu falei aqui, que era hora, isso talvez em pouco tempo se resolvesse...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria um contrato provisório?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Provisório. Exato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De sustentação da legalidade da prestação?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso, da prestação de serviço, que é na ordem de R$1 milhão por dia.

Aqui, nesta documentação, tem gravado e escrito que a Gtech... "A Caixa não precisa se preocupar, nós não vamos parar de prestar serviço à Caixa. O fato do contrato expirar dia 13, dia 14 nós vamos estar lá trabalhando." E é claro que tem que estar. O acionista está de olho: são um milhão por dia e 25 milhões por mês, o contrato. Vai parar? Eu sou o maior fornecedor de um grande cliente, como é a Caixa Econômica. Ah, só porque não tem contrato eu não vou ligar as minhas máquinas? Lógico, qualquer empresário sabe que ia receber, mais cedo ou mais tarde ia receber aquilo.

E o impasse dos três a três é com relação a ficar com contrato sem contrato. Feito isso, para não ter essa situação de Minerva, e depois do contato do Dr. Valderi com o Dr. Matoso, no modo de resolver ali, no clima quente que estava ali e tal: "Então, vamos fazer o seguinte, então, nós vamos fazer um contrato de noventa dias, que é o prazo suficiente para a nova Diretoria conhecer".

Porque é assim: se você renova, fez errado porque renovou, porque era final de gestão; se você não renova, é porque você não fez nada. Quer dizer, errado por ir à igreja e errado por não ir à igreja.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quais seriam as conseqüências legais de não fazer o contrato provisório em matéria de responsabilidade administrativa?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ficar sem contrato, no caso.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É séria. Séria. A Drª Dalide, que era a Diretora Jurídica da Caixa, o tempo todo, inclusive em discussão com a diretoria, disse: "Ó, não é bom. Isso é uma situação complicada" e tal.

Eu via da seguinte maneira: era uma oportunidade de peitar, tanto para aparecer a situação na Justiça, quanto a Gtech acreditar que ela estava saindo, que o tempo dela dentro da Caixa já deu, que em um ano ela estaria fora. Eu acreditava nisso. Acreditava nisso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem argumentava pela assinatura de um novo contrato sustentava o quê? Argumentava o quê?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não. Era... A gente, como administrador público, tem que ser um legalista e um tecnocrata, por formação e por necessidade. Então, é aquele negócio: não pode. Olha só: vai mudar a diretoria, já há um novo Governo, vai mudar a diretoria e nós vamos entregar o maior contrato da Caixa sem contrato. Quer dizer, um contrato sem contrato. O maior serviço sem contrato, que é um negócio sério. Mas eu achava que ali era a oportunidade, acreditava – se estivesse lá faria de novo –, mas, no momento do impasse, o que eu fiz? Não, então é o seguinte: não vamos fazer contrato longo. E a minha situação lá, na época, era muito firme e dois diretores votavam comigo ali, na hora, expostos: "Olhem, chegou. É hora de darmos um basta nesta..."

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem eram os dois diretores?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu fico com... é de... o voto, assim... eu lembro perfeitamente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esses votos estão gravados? Estão degravados?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Estão gravados... não, a reunião da diretoria não está gravada aqui. O que está degravado aqui são as reuniões com a Gtech. Mas eu fico com dois anos e meio ou dois anos e oito meses que isso aconteceu de dizer. Eu acho que foi – acho, não tenho certeza – o Dr. Aser Cortines. Eu não tenho certeza do outro – o Dr. Risolia. O Azer eu tenho quase certeza. Mas é um 3 a 3.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele era Consultor?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Era Vice-Presidente. E aí, como solução para aquele impasse... eu acho que o Dr. Valderi foi duas vezes conversar com o Dr. Matoso: "Não. Vamos fazer o seguinte: vamos 90 dias." É aquele negócio e eu pensei assim: "O caminho desenhado era esse, mas também não vamos dar um contrato longo", Até porque, depois, é aquele negócio: chegava atrasado para dizer como deveria ser feito. Se a gente faz um contrato, renovaram o contrato – já era um novo Governo. Renovaram o contrato pouco antes de nós chegarmos. Se não renova é porque não renovou, quer dizer, é uma situação, na transição, para o administrador público, complicada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E desde novembro de 2002 que a Gtech adotou uma linha de negociação mais dura, praticamente zerando a pauta que já vinha sendo negociada. Isso era porque ela já queria assinar o contrato com o novo Governo? Como o senhor vê isto?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É assim: o que nós sentimos – e, aqui, eu nem preciso fazer juízo de valor, porque isso está registrado na degravação das reuniões... Em novembro, por aí, eles já tinham mais ou menos assimilado que o caminho deles estava traçado e em um ano eles estavam fora. Isso tem aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por causa da transferência da inteligência e da tecnologia?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, é porque o produto que eles tinham para vender era um pacote, entrega o resultado. Quando nós licitamos, licitamos as partes: quem entrega o feijão, quem entrega... aquela coisa. Então, eles só podiam ir num item e não oferecer a solução integrada, porque a grande briga na Justiça era: eles queriam oferecer um pacote pronto e a gente queria as partes, para controlar as partes, não é isso?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era o aprisionamento do que foi dito pelo Presidente.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso, para não ter o aprisionamento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque o que se pensava era que a Gtech deveria querer fechar um acordo com a antiga diretoria para garantir a continuação do contrato. Ou não? Não seria mais cômodo para a Gtech adotar essa linha?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Seria, mas a sinalização, o ânimo de todas as reuniões, a própria especificação da licitação era: "Ó, tudo bem, mas, pelo produto que você tem, esse contrato não vai ser renovado. Não tem como renovar". Por quê? Porque a Caixa está saindo para um novo modelo que vai ter um contrato com a empresa que ganhar a licitação de micros, vai ter um contrato com a empresa que ganhar a licitação de comunicação de dados e com a empresa que ganhar a entrega de bobinas, de insumos e o processamento dentro da Caixa, e ela não tinha condições de oferecer isso. Porque, na realidade, a Gtech quarterizava, por exemplo, a parte de entrega de bobinas, de chegar lá no local. Era uma empresa chamada Wintec, que era uma empresa dela, que ela quarterizava para uma empresa do grupo dela.

Então, ela sabia que o contrato com a administração anterior seria um contrato de transição. Ao final da transição se acabava, e esse tempo que ela já tinha, de alguma maneira – está aqui, está aqui, não sou eu que estou dizendo –, o universo que ela enxergava era, no máximo, um ano. Está aqui. E a nossa proposta foi contrato de seis meses, que ela negou, e depois, provavelmente, esse prazo não ia dar, mas para que oferecer mais, mais seis. Essa era a idéia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rovai disse aqui que a equipe anterior que negociava no período de V. Sª se preocupava mais com a questão da internalização, enquanto a outra equipe, do Governo atual, se preocupava mais com a redução de custos. Enquanto anteriormente o controle das operações era do pessoal de sistema, na atual gestão, era do pessoal de loterias. O senhor vê assim? Foi o depoimento do Sr. Rovai.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Vamos à primeira parte.

A equipe do Dr. Cartell, essa superintendência que foi criada com R$100 milhões de orçamento e tal, até setembro, tinha como missão trabalhar e coordenar o desenvolvimento dos sistemas, para assumir o sistema de lá, preparar, junto com a área de licitações, todo o processo de licitação para comprar os micros, a comunicação e a entrega de insumos.

A partir de 27 de setembro, esse mesmo grupo passa também a ser o negociador do contrato para a transição. E pode ser até, pelo próprio perfil, pelo cacoete de serem da área de informática, que eles tivessem um foco muito forte sobre o desenvolvimento, a parte inteligente do sistema, mas isso não quer dizer que não tivessem também na parte financeira.

A migração de um modelo para o outro já era uma economia danada, e, ao final, propusemos uma redução de 25%.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ao senhor: o contrato, afinal, foi fechado na reunião do dia 26.03.2003, já no novo Governo, nos seguintes termos: prorrogação por 25 meses, com a possibilidade de denúncia a partir do décimo oitavo mês, e desconto de 15% sobre o valor faturado.

A Gtech já havia feito essa proposta para a diretoria anterior, a diretoria de V. Sª?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não. Isso deve ter acontecido depois.

Em termos de proposta, o ofício do dia 30, até porque não havia como fazer reunião no dia 30. E, no nosso cronograma, tem reuniões de maio dizendo: prazo para propor condições do contrato, em final de dezembro.

Até falei que de vez em quando ouvia algumas gracinhas, e não podia retrucar: "Pô, mas também vocês mandaram uma proposta para a Gtech no último dia útil do ano!" Está no cronograma, sinto muito. Se a eleição não fosse de quatro em quatro anos, se fosse de cinco em cinco anos, seria no dia 30 de dezembro de um ano em que não haveria mudança de governo. Simplesmente é a condição. Era o prazo legal, porque o contrato era pré-estabelecido em cronograma e tratado em diversas reuniões.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Dentro do contrato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem informação... Desculpe, Senador.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Com relação, Senador... Desculpe. Eu não sei o que aconteceu depois que eu saí. Na renovação do contrato, eu não estava mais na Caixa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mesmo assim eu lhe pergunto: na renovação do contrato com a Gtech por 25 meses, o senhor tem informação sobre se foi tratada a internalização pela Caixa Econômica do processamento do sistema de loterias?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, não tenho informação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor tem convicção – claro, o senhor já manifestou essa convicção aqui. Esta pergunta é óbvia – de que a Caixa já estava pronta para internalizar o processamento.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Senador, eu não tenho dúvida nenhuma. Ou então a gente diz que tudo isso é cheque sem fundo e que as pessoas que assinaram, que geraram essa documentação, relatórios técnicos, planilhas, são irresponsáveis – não sei qual seria o adjetivo mais forte para isso. Certeza absoluta. Sempre colocando que a Caixa estaria assumindo, no primeiro momento, a parte final do processamento: rateio, apuração e distribuição da receita líquida aos Ministérios, conforme está no ofício.

Então eu não tenho dúvida nenhuma. A diretoria não tem dúvida nenhuma. A estratégia era essa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor pode nos dar uma idéia de quanto isso representaria, em termos percentuais, de redução no contrato?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É... Eu, às vezes, também ouço, alguém chega ao meu ouvido ou comenta até diretamente comigo: "Mas vocês fizeram um expediente no último dia do mês, propondo a redução de 25%". Aí: "Mas por que 25%? Por que não são 24? Por que não são 26? Por que não são 23? Por que não são 15?"

Bom, nós não tínhamos como saber o quanto o processamento custava dentro da Gtech. A Gtech era um pacote. Ela recebia R$0,15 por cada documento que ela processava e 5.75% do valor arrecadado em loterias. Ela recebia por esse valor. Então, por que 25%?

Bom, primeiro, é um valor para começar a negociar. É um valor para começar a negociar. Mas de onde a gente tirou esse valor? O custo, e existe uma literatura, hoje em dia, bastante grande sobre isso, o custo para você sair de um aprisionamento, ele é um custo grande, porque você tem que aprender, você tem que comprar, você tem que botar muita força nisso, e nós tínhamos como orçamento para esse projeto, cujo objetivo era sair da Gtech, o custo de 101 milhões, que é o que nós estaríamos gastando a mais para sair fora da Gtech.

Então, o seguinte: vamos propor ter de desconto o que nós vamos gastar mais, que é o custo inicial de ajuste, ou seja: eu preciso gastar para cair fora desse processo. Então, se nós íamos gastar 100 milhões, é algo que nós estaríamos gastando, 100 milhões, e também o custo com a Gtech. Como nós não vamos mais ter esse custo com a Gtech, vamos propor 25%.

Agora, não é... se eu soubesse, na planilha de custo, se a Caixa soubesse, na planilha de custo, quanto o processamento custava, ou seja, quanto custa entregar volante, quanto custa comunicação, quanto custa processamento, era fácil. Só que a Gtech nunca entregou uma planilha de custos à Caixa. Nunca. Nunca, nunca.

Então, se você não tem, como é que eu... Não me entrega, como é que eu sei? Então, nós estimamos e nos balizamos pelo nosso custo, quanto nós íamos gastar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem talvez na primeira licitação?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Aí, eu não acompanhava. Foi em 94, 95, eu acho que aí, sim, na licitação, acho que sim, só que houve mudanças, dólar... Muita mudança nesse meio aí. Então, ela não abria. Então, vamos colocar quanto? Quanto nós vamos gastar a mais. Então, nós queremos economizar com esse contrato exatamente o que nós vamos gastar a mais. E colocamos e esperávamos negociar. Já, como eu coloquei aqui, já não havia um ânimo de conversar, normal em final de gestão de Governo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Diante da informação de V. Sª de que, em março de 2003, a Caixa teria condições de fazer o processamento, o Sr. Paulo Bretas o desmentiu, afirmando que isso não era possível. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Tenho, sim. O Dr. Paulo Bretas, nós – não sei se a gente fala "sofremos" acareação ou "tivemos", eu não entendo muito – fomos acareados na Polícia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, foi durante a acareação isso.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É. Foi durante... O depoimento dele... Ele disse que a Caixa não tinha condições e eu, pela documentação e por tudo que coloquei aqui, que a Caixa tinha condições. Então, face a esses depoimentos contraditórios, nós fomos chamados para uma acareação.

Ele tem os argumentos que ele coloca lá, e acho que ele pode externar isso hoje, no depoimento aqui. Eu mantive, obviamente. Eu não tenho nem como mudar, né? Esses documentos ficam-me olhando o tempo todo aqui. Como é que eu mudo, não é? Só se... Não tem como.

Mas ele sustenta que isso não foi cogitado porque não podia, mas aí acho que ele explica.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª atribui essa mudança de rumo adotada pela nova administração da Caixa Econômica Federal a que motivação?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não sei. Não tenho condição de responder.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em novembro de 2003, a aposta da Mega-Sena foi ajustada em 50% e da quina, em 100%. Consta dos autos desta CPI que, ainda em 2002, isso já estava planejado. Essa informação era do seu conhecimento?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, não era.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que na renovação do contrato por 25 meses seria oportuno mudar a base de remuneração da Gtech para valores fixos em vez de percentuais da arrecadação das apostas?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Essa era uma estratégia, porque era assim: quanto mais acumulava a Mega-Sena, mais a Gtech ganhava, quanto menos acumulava, menos ela ganhava, porque ela ganhava um percentual sobre o valor da aposta. Então ficava para nós uma situação... O preço não era fixo.

Qual era a idéia? Vamos fazer o seguinte: vamos fixar o valor da aposta lotérica, como é nas outras transações de banco, pagamento de cheques e de pensões. Então, se pagamos R$0,15 por cada documento, vamos também pagar 0,15% sobre a aposta. Essa era uma idéia. Discutimos várias vezes com a Gtech para chegar a um preço fixo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que, enquanto se sonhava em ganhar a Mega-Sena, quem ganhava mesmo era a Gtech.

Pergunto ao senhor: considerando que a Caixa pretendia fracionar a prestação de serviços, não foi exagerado prorrogar o contrato por 25 meses?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Como falei, nós não faríamos dessa maneira, mas a administração atual da Caixa deve ter os seus motivos. Nós não faríamos assim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também com o desconto de 15%?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É, não dá para a gente, agora, avaliar como seria na época.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse desconto foi de 15%?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quinze por cento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No entender de V. Sª, ele deu o prazo de 25 meses, deu o desconto de 15% e aumentou o valor das apostas?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse foi um indicativo claro de que eles não tiveram prejuízo; eles tiveram um lucro superimportante pelo aumento das apostas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse aumento das apostas teve um valor; o senhor lembra de quanto foi o percentual?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, o senhor permite? Quero saber se ele já havia estudado antes da diretoria que saiu, se o aumento das apostas estava em estudo, ou se foi a nova diretoria que reajustou os preços.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, eu, pelo menos nesse tempo em que estive lá, não lembro de estudos no sentido de realinhar o valor da aposta. Não estou dizendo que não houve; não me lembro disso, não estava na agenda, isso não era discutido durante o tempo em que estive lá.

Agora, com relação à informação, houve o desconto de 15% que a imprensa colocou e depois houve o realinhamento dos preços, no final do ano. Nessa época, eu não estava lá, mas, como o senhor me pergunta, a resposta é aquela: basta colocar no Excel e simular, para ver se houve ou não houve.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Parece-me que há uma perícia da Polícia Federal nesse sentido, usando o Excel, evidentemente. E mostra que não há nenhum... A Gtech não teve prejuízo de forma nenhuma pelo contrário, só teve lucro. Há uma perícia da Polícia Federal nesse sentido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso é só matemática; aritmeticamente, dá para verificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Consta dos autos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...o argumento que foi dado de que “Não, é batido,

20% economizaram-se..." Não, de forma alguma. Pelo contrário, houve lucro da Gtech; prejuízo de forma alguma. Só para esclarecer que tive oportunidade de verificar no material que chegou aqui à Casa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Recentemente, a Caixa Econômica desamarrou o pacote, como V. Sª pregou, fracionando a prestação de serviço, como o senhor pretendia, e após a realização dos pregões constatou-se que os preços ficaram bem abaixo do previsto. V. Sª não acredita que esse fracionamento já poderia ter sido feito bem antes?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não tenho as informações dos valores do que aconteceu, mas essa era a previsão no projeto. Então, assim: tecnicamente e operacionalmente, o projeto que está hoje aí é a cara do que estava lá. É a cara. Ele não tem... E aconteceram as previsões: o custo de comunicação, que é o custo mais caro, reduziu absurdamente. O custo de entrega, que era a mesma empresa, se não me engano, posso estar errado, não quero cometer aqui nenhuma... falar nada de que eu não tenha certeza, assim, afirmar o que não tenho certeza, mas foi a mesma empresa por valor mais baixo. A compra dos micros saiu em condições extremamente boas de mercado. Isso vem comprovar que o projeto andou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era a mesma empresa que prestava serviços antes da Gtech, não é isso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É. Eu não tenho certeza, mas eu acho que sim. Eu não achei na documentação e tal, mas, se eu não me engano, a Wintec era uma terceirizada, uma quarteirizada da empresa dela mesma, quarteirizada por ela na...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor lembra o nome?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu acho que é Wintec: w-i-n-tec, se eu não me engano. É que eu estou há dois anos e meio fora, então a gente vai desarquivando as informações. Então, é assim: o projeto é o mesmo, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A informação é de que essa empresa ganhou a parte das bobinas.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É, entrega de bobinas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bobinas, não é?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É. Então, é assim: o projeto é o mesmo. Ele tem, assim, o que a gente enxergava num prazo menor ficou num prazo maior. O projeto é o mesmo, vamos dizer assim, acontecendo bem depois. É isso. E aí a atual administração tem os argumentos para isso: as ações que não caíam, as liminares e outros motivos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas essa empresa Wintec, ela era uma espécie de uma filial?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não tenho certeza, porque não vi o contrato social...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Era do grupo da Gtech?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Era uma empresa que... Essas empresas costumam fazer isso: formam uma holding, botam aqui a direção e criam braços, não é?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Um braço de operação dela mesma. Essa operação...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Obrigado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em 1º de junho de 2003, um acórdão do Superior Tribunal de Justiça deu ganho de causa à Caixa Econômica contra a Gtech. Naquele momento, a Gtech poderia ter realizado os pregões? O senhor sabe disso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não sei dizer isso, Senador, porque eram tantas as ações, tantas as lides, ora eram no STJ, ora eram no TFR, ora eram no Ministério Público, eu só sei que eu passava mais em órgãos tentando desenrolar isso do que trabalhando. Então, eu não sei se essa queda de junho é a que impede a licitação. Eu não sei se não tem não uma outra ação que assegure. Eu sei que há uma que caiu em junho, mas, como eu não conheço a ação, eu já estou fora e eu tomei a decisão de desligar. Eu tenho 34 anos de serviço e espero transcorrer mais um ano e me aposentar. Então, não sei se essa queda...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É, inclusive eu quero retificar que, em vez de Caixa Econômica Federal, parece que eu li "Gtech".

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É, mas eu entendi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em abril de 2003, quando foi realizada a renovação do contrato, a assessoria jurídica da Caixa Econômica Federal já tinha uma perspectiva de que essa decisão viria logo? Sabe dizer?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Sim, eu tenho documentos aqui que, quando a gente fez o ofício, não é assim: "Senta aí e redige um ofício, e vamos lá". Tínhamos já parecer e uma leitura da nossa área jurídica de que em três ou quatro meses nós teríamos a decisão. Está escrito, está colocado, é uma leitura, é

uma previsão. Então, com base nisso, emitimos o ofício, embora previsão de decisão judicial seja difícil.

Uma coisa que não registrei: nós íamos ao Ministério Público pedir ajuda, porque eles entravam com denúncia lá. A gente tinha o TCU, o Dr. Benjamin Zymler, Ministro; estivemos várias vezes fazendo apresentação, contando para ele, até para mostrar: "Olha, nessa história aqui a Caixa é o lado do bem, a Caixa é do povo, é do Governo. Dá para fazer mais barato, dá para fazer melhor, dá para atender". A Advocacia-Geral da União nós procurávamos o tempo todo para isso.

Agora, a leitura do nosso jurídico era de que em três ou quatro meses nós teríamos a decisão, até porque já havia meio que um, começavam a sair na imprensa notinhas: "Ah, a 17ª Vara de novo concedeu liminar". Já começava a aparecer assim, tenho várias notas aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Qual era, mesmo, a juíza a que o senhor já se referiu aqui?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu coloquei aqui, Senador, que era na mesma Vara, a mesma juíza, e ainda citei dois casos que lembro. E ontem, para não ser irresponsável, cheguei a ligar para uma pessoa: "Lembra disso?" E a pessoa me lembrou.

Numa vez, a pessoa estava sem a liminar 96 e voltou com a liminar. E uma delas de próprio punho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade que as ações da Gtech se valorizaram fortemente após a renovação do contrato com a Caixa?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A equipe da Caixa, se V. Sª desconhece, porque eu iria justamente perguntar que a equipe da Caixa sabia que se o contrato não fosse renovado até o final de abril poderia ocorrer o oposto e, conseqüentemente, isso pressionava a Gtech a aceitar um acordo menos vantajoso. Se havia consciência disso quando da renegociação.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não saberia dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A revista **Época** cita que ele, durante a transição, teria mandado recados à Caixa Econômica, dizendo que era interesse do futuro Governo a renovação do contrato com a Gtech e que o senhor teria confidenciado para amigos sobre isso. O senhor confirma?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, não confirmo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nesse caso, tem também a acrescentar se ele teve o poder de indicar um diretor na nova diretoria.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Quem?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Waldomiro. Ele indicou, inclusive consta que ele teria proposto o nome do Sr. Rogério Buratti para exercer uma consultoria. O senhor tem conhecimento?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum conhecimento disso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Nenhum conhecimento, nunca ouvi falar nisso. A revista **Época**, o senhor até colocou aí, quando saiu a reportagem da revista...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, pergunte para ele sobre o Quintães, que teria sido o indicado pelo Waldomiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª poderia falar sobre a revista **Época**?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É porque a pergunta que o senhor fez reporta à revista **Época**. Na revista **Época**, na época eu estava muito doente, eu tinha sofrido uma cirurgia tinha pouco tempo, saiu essa reportagem. Como eu era, na Caixa, quem conduzia isso, o repórter da **Época** andava atrás de mim. E como onde eu estava não tinha telefone, e eu achava bom, não me achavam, e eu me recusava a atender. "Não vou atender, não vou falar, não tenho nada que falar". Aí, nessa revista **Época,** o repórter, de uma maneira que não é verdadeira, acaba a reportagem dizendo que eu, ex-vice-presidente em licença médica, teria dito que o Waldomiro poderia ter... teria vindo da Casa Civil, do Waldomiro, uma orientação. Isso não procede. Eu não falei com esse... Inclusive, eu me dirigi, depois, à administração da **Época** para dizer que aquilo não era verdade, o que o repórter tinha colocado. Na realidade, ele tinha botado um gancho na revista para, na próxima revista, sair o caso Gtech, que não era o principal da primeira revista, que era o caso do Bingo, do Carlinhos Cachoeira. Então, não é verdade o que está na **Época** e isso me casou sérios problemas, porque a atual diretoria da Caixa falou: "Aqui na revista está que você falou isso". Eu disse: "Vamos combinar se tudo que sai em revista é verdade ou mentira, porque eu não falei isso."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL –PB) – O Senador Romeu Tuma perguntou a V. Sª se sabia que havia uma possível indicação do Sr. José Luiz do Amaral Quintães para uma das diretorias.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, não sabia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E cita também o chefe de gabinete Felipe Torelli, o superintendente de loterias Paulo Campos e Carlos Borges, que estava no Governo do Distrito Federal. Eles trabalharam com o Waldomiro, que os teria indicado para ocupar cargos na Caixa. Teriam trabalhado no Rio de Janeiro.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não sei. São empregados conhecidos dentro da empresa, mas eu não tenho nenhum conhecimento de que sejam indicados. Como eu saí em janeiro, eu não tenho mais informações, eu não tive o dia-a-dia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve um assalto à residência de V. Sª. V. Sª foi alvo, inclusive, da violência de assaltantes, ao mesmo tempo em que o Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, também foi vítima de assalto, também sofreu violência, pouco após ter relatado acórdão negando embargos à Gtech contra a Caixa Econômica. O senhor considera isso pura coincidência? Os assaltantes o ameaçaram? Falaram sobre esse caso da Gtech em troca do seu silêncio?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Essa é uma situação complicada, porque isso...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL –PB) – Se V. Sª não quiser falar em público, fique à vontade.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, não. Não tem problema. Posso falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL –PB) – Pois não.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É que isso mudou a minha vida totalmente, o que aconteceu nessa época. Agora, eu não consigo ver relação nenhuma com o que aconteceu com essa história toda. Eu acho que é uma leitura errada. Quem estava lá e quem ficou na mão dos... fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL –PB) – Fique à vontade. Se não quiser responder à pergunta, fique à vontade.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, não. Mas eu não vejo nenhuma relação com o fato, porque eram drogados violentos e queriam dinheiro, a televisão, os talheres, a roupa, o carro. Não vejo... Não sou ameaça a ninguém. Os documentos estão aqui. Jamais vou imaginar que alguém vá querer fazer isso. Acho que foi coincidência da violência que assola o País e que chegou a Brasília.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Polícia não conseguiu avançar na investigação?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não. Hoje já tem mais de ano – tem um ano e quatro meses – e anda muito devagar o...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A ocorrência está registrada onde?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Na Delegacia de Sobradinho e, hoje, o processo está na Delegacia de Polícia Especializada. Já saiu de lá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me autorizaria a solicitar cópia do inquérito?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL –PB) – Já foi aprovado. Creio que V. Exª, Senador Romeu Tuma, já havia apresentado um requerimento nesse sentido, o qual já foi aprovado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É importante saber se já pegaram alguém, com detalhes.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Seria muito fácil, para mim, dizer: "Não, eu acho que teve e tal" e virar uma história maior. Mas não teve, acho que não teve, embora as pessoas digam: "Mas, Mário, é muito coincidência." Mas não teve; não era assim. Eram bandidos, mesmo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só uma coisa. Tudo bem. Creio que o senhor está analisando bem, mas quando alguém encomenda um crime, pega bandido mesmo. Não é o cara que é sócio ou que tenha a cara que não possa mostrar. É bandido que faz a ação para apavorar. Não estou querendo insinuar nada, mas, pela experiência, não existe essa possibilidade de se contratar quem não tem experiência na prática do crime.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Acho que a imprensa ligou os fatos. No dia 17, eu estava convidado a vir à Comissão de Fiscalização de Bancos, numa audiência pública entre duas comissões, e recebi um convite, acho que foi do Deputado Alberto Goldman. Eu não viria, pois estava de licença. Então, ligaram-se os fatos, que aconteceram no dia 15, no dia 17.

Mas eu tenho certeza. As pessoas dizem: "Mas, Mário, como você pode?". Eu vi e ouvi. Outra coisa: eu tinha essa pasta aqui em que tinha os documentos. Eu estava, a toda hora, para um lado e para o outro, com os documentos. Eles levaram a pasta, mas não levaram os documentos. Eles gostaram mais da pasta, que era igual a essa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O objetivo não era só amedrontá-lo e fazê-lo calar? Essa é a idéia que temos.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não consigo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, não interessariam os documentos, pois deve haver cópias em todo lugar.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não consigo ver a relação com isso. Eu desconfio de que quem deu as informações, porque sabiam tudo da minha vida.

Sabiam tudo da minha mulher, da minha filha. Eu desconfio – e disse na polícia – de que é um ex-empregado, filho de uma empregada. Eu desconfio disso.

Então, que relação pode ter uma pessoa que trabalhou lá, foi demitida e mandada embora? Eu tenho muita convicção de que foi ele quem deu a dica, mas não consigo ligar as coisas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Rogério Buratti?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que impressão V. Sª tem de Enrico Giannelli, ex-advogado da Gtech, acusado por aquela empresa de ser intermediário na tentativa de contratação do Sr. Buratti?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu o vi uma vez na primeira reunião, em 27 de setembro, de apresentação para começar as negociações do contrato de transição. Nunca mais o vi. Então, não tenho opinião nenhuma, porque foi uma reunião na qual ele entrou mudo e saiu calado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conheceu o Sr. Ralf Barquete?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não. Quando o Sr. Ralf foi trabalhar na Caixa, eu já estava fora. De nome, sim, porque ele era um dos candidatos a presidente da Caixa – na imprensa, saía em dezembro que ele era um dos candidatos. Mas nunca o vi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Ministro Antonio Palocci ou outro dirigente do Ministério da Fazenda procurou V. Sª – além daquela iniciativa de que V. Sª já deu notícia aqui – ou algum dos seus subordinados para tratar sobre a renovação do contrato?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Nunca. Nunca tive pressão, nem ninguém me ligou ou soube de nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Denivaldo Henrique de Almeida Araújo, o Professor Henrique?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Walter Santos Neto, advogado?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado. Agradeço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Dr. Mário, o senhor enfatizou muito, inclusive com base nos documentos que trouxe – e até usando a expressão de que essa pilha aqui do lado não me deixa falar de maneira diferente –, que a Caixa Econômica Federal poderia fazer o processamento da loteria.

O senhor deve ter conhecimento de que o parecer técnico do perito da Polícia Federal conclui que a Caixa Econômica não dispunha, em dezembro de 2002, das condições técnicas e operacionais necessárias para assumir a fase de processamento das loterias e dispensar, assim, a Gtech dessa tarefa. Ao mesmo tempo, a Polícia Federal requisitou, da parte do senhor e também de Paulo Bretas, a indicação de três técnicos para opinarem a esse respeito. E os três técnicos indicados pelo senhor – inclusive alguns deles mencionados antes, porque faziam parte da sua equipe –, e os três indicados por Paulo Bretas chegaram à conclusão unânime de que a Caixa, naquele momento, não tinha as condições para o processamento das loterias. Como o senhor vê isso? Não existe uma...? O que eu estranho é que os técnicos indicados pelo senhor foram os mesmos técnicos que elaboraram esse documento que o senhor está colocando à disposição, que diz, segundo as suas palavras, que a Caixa teria condições de processar. E, ao mesmo tempo, foram os técnicos que, lá na Polícia Federal, disseram, por unanimidade, que a Caixa não tinha condições de processar, pelo menos totalmente. Como o senhor vê isso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Bom, primeiro, eu não tenho conhecimento disso, Senador. Eu não tive acesso aos depoimentos. Eu não, não conheço nem o relatório do perito, nem o depoimento dos técnicos que foram lá após a acareação minha com o Dr. Paulo Bretas. Eu pediria para esses técnicos SE sentarem e olharem aqui. Então, ou a assinatura deles é falsificada ou eles cheiraram alguma coisa diferente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É, porque os técnicos...

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Um vai estar aqui. Pode perguntar para ele. Ele vai estar aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os técnicos que o senhor indicou foram o Cartell...

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que o senhor mencionou na sua fala, inclusive como fazendo parte do grupo.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O Cortez, o Clício Luiz e o Isaías Minas Novas.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Minas Novas. Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que até o senhor mencionou como pessoas de alta capacidade.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Altíssima.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É. Até não discutimos isso, mas, de acordo com as informações que temos, e a conclusão da Polícia Federal está entre aspas, aquilo que eu li é realmente o que está escrito no relatório: que não havia. Quer dizer, o senhor não tem conhecimento?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, eu não tenho conhecimento. Não, não sabia disso, mas isso é muito fácil. A principal pessoa vai estar aqui, que é o Sr. Carlos Cartell.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu acho que ele é a pessoa que melhor pode esclarecer. É só lembrar. Quando fala processamento, a palavra processamento – e eu acho que, em algumas horas, isso cria um problema –, é o processamento ao final de toda... assim: a pessoa chega numa lotérica e faz um jogo, ou saca um cheque, ou faz um depósito lá na lotérica, no terminalzinho. No momento em que isso sai, isso vai para uma linha de comunicação e chega num computador central, que armazena, guarda, atualiza o saldo, isso lá ao final. Aqui, depois de essa informação chegar aqui, é que eu vou à fase do processamento do rateio, que é quanto vai para cada um, quem ganhou, em que lugar está e quanto vai para os ministérios. Esta fase aqui do processamento, que se chama tecnicamente de processamento do rateio, da aposta e da distribuição da receita, esta a Caixa estava pronta para fazer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É essa outra como se chama?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Esta parte aqui se chama captação, comunicação e insumos. Esta parte aqui no ofício – eu posso ler aqui – chama-se captação, comunicação e insumos. Essa, nós estávamos contratando da Gtech; estávamos propondo que a Gtech, durante a transição, seguisse fazendo. Nós só não íamos fazer, só não íamos contratar essa última; íamos contratar por dois meses para fazer o paralelo. Então, quando fosse liberada a Gtech, nós já tínhamos cinco meses: outubro, novembro, dezembro processando em paralelo e, no novo contrato, fazendo janeiro e fevereiro com a Gtech, essa parte.

Como eu estou comprando da Gtech, contratando com ela captação, essa captação é: captar a autenticação, captar a aposta e botar aqui nesse computador. A Caixa... Na Polícia Federal, a Caixa: "Não, mas aqui tem processamento". Não, claro, tem processamento em todos os processos, né? Nós estamos aqui. Tem processamento... Nessa câmera aqui, tem processamento. No meu relógio, tem processamento. Mas isso eu estou comprando ainda. Estou contratando. O que eu vou fazer ao final? Vou apurar os dados, dizer quem ganhou, quanto vai para quem e a parte da distribuição da receita. Então, a Caixa: "Vamos discutir o que é processamento!" Então, aí, tem processamento em tudo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, é que eu, na verdade, só me baseei nisso, porque o senhor anteriormente havia falado unicamente no termo processamento durante a sua fala. Não entrou nesses detalhes, mas depois isso também pode ser perguntado, porque é interessante enfatizar que os técnicos indicados pelo senhor, quer dizer, na gestão anterior, e os técnicos na atual gestão, como também o técnico da Polícia Federal, chegaram a essa conclusão. Mas, realmente, pode-se detalhar o que se entende por processamento.

O Senador Garibaldi Alves já fez várias perguntas relacionadas àquilo que aconteceu após a sua saída, porque graves acusações pesam sobre várias pessoas no período de 13 ou 15 de fevereiro, por aí, até a assinatura do novo contrato, que aconteceu no dia 8 de abril, inclusive a questão de que a Gtech deveria ter assinado no dia 1º, não assinou, houve problemas, telefonemas altamente suspeitos indicando que o Buratti, alguém teria de ser contratado como consultor, uma tentativa de extorsão.

O senhor não sabe nada disso que aconteceu?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Nada, nada, nada, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O argumento que se levanta é de que, no dia 1º, a Gtech não teria assinado porque não teria renunciado expressamente ao direito de trabalhar na parte de correspondentes bancários a que o senhor se referiu, e isso possibilitaria à Gtech acionar judicialmente a Caixa Econômica na seqüência. E o Dr. Marcelo Rovai disse: "Ah, realmente foi um engano, um equívoco do advogado" e não sei o quê. Arrumaram esse aspecto, e foi assinado na seqüência.

O que o senhor tem a dizer disso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Desconheço. Eu estava fora da Caixa; saí da Caixa em janeiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor usou a expressão "aprisionado", como o ex-presidente ontem também usou a expressão "aprisionado". Quer dizer, a Caixa está aprisionada na Gtech.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A Caixa Econômica está aprisionada na Gtech. Aprisionada porque eles ofereciam a receita pronta, como o senhor falava. É nesse sentido? Receita pronta e impedia, em um certo sentido, a Caixa...Havia uma tentativa, na Caixa Econômica, de se livrar desse aprisionamento.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Senador, é assim. O termo é forte: "aprisionamento". Na realidade, em muitas situações, as empresas – e as empresas privadas também –, na ânsia de terem automação dos seus processos, de terem um computador ajudando no trabalho, elas compram o pacote assim: "me dá a solução". E não compram que aquela inteligência tem de ser repassada para elas e, às vezes, não tem nem uma área técnica para isso.

Então, é bem comum – hoje menos –, mas uns anos atrás, as empresas estarem aprisionadas, e temos exemplos disso no Brasil: "olha, a Previdência está aprisionada à Dataprev". Até o Windows; hoje, se tiver uma evolução do Windows, é com a Microsoft. Então, é um processo por que as empresas muitas vezes passam e, no segundo movimento, que às vezes demora anos: "não, espera aí um pouquinho; eu preciso ter controle sobre a parte inteligente disso", senão o cara que banca preço – "eu não posso interferir no processo". É nesse sentido o aprisionamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim. Nós temos discutido muito nesta Comissão, em função de todos os depoimentos, a ilegalidade da relação da Gtech com a Caixa desde o começo, porque nunca participou de uma licitação. Jamais participou de uma licitação e está há oito anos em um contrato milionário, e outras dúvidas que surgem.

A relação da Gtech com a Caixa começou em que ano mesmo?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Em 97... em janeiro de 98, eu acho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Janeiro de 98, comprando, na verdade, a Racimec...

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso, que participou da licitação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...que participou da licitação, e havia vários pareceres jurídicos da Caixa Econômica dizendo que isso seria uma fraude do processo licitatório. Então, isso consta dos relatórios do TCU.

Na seqüência, em um quarto, quinto parecer, a assessoria jurídica falou que, na verdade, poderia haver a entrada da Gtech porque estava oferecendo um serviço diferente, quer dizer, ao arrepio dos pareceres anteriores.

Quando a Gtech adquiriu a Racimec, a Racimec seria responsável pelo processamento dos dados também?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não sei. À época, isso... Ontem, o Dr. Valderi até me ligou, porque esse assunto eu não pude ouvir aqui. Eu desconheço esses pareceres, eu nem estava...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os pareceres, sim, mas a Racimec seria responsável pelo processamento dos dados também?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não sei lhe dizer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não sabe dizer.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não sei lhe dizer como que aconteceu. Na época, eu estava em outra empresa até.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não estava na Datamec na época; não era presidente do conselho de administração?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu estive na Datamec de 96 a 99. A Datamec...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não era a Datamec que fazia o processamento dos dados?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – A Datamec fazia o processamento dos dados.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor era presidente do conselho de administração da Datamec, que processava todos os dados das loterias.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Isso, processava os dados. A Datamec entrou no programa de privatização, no CND...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando foi privatizada a Datamec?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – A Datamec foi privatizada em junho de 99.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em junho de 99. E continuou fazendo processamento das loterias até junho de 99?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não. Ela fez até janeiro de 97 – eu acho que a data é essa –, quando a Racimec ganhou a licitação. Acredito que é essa data, janeiro de 97. Acredito que é essa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, a Racimec, nesse caso – o senhor disse que não sabia –, faria o processamento das loterias, já que a Datamec não fazia mais.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Sim, seria... Eu não sei se a Gtech já estava junto, eu não sei; eu não acompanhei, nessa época, essa licitação, porque era na Caixa. A Caixa conduzia isso, com uma equipe própria. Eu estava na Datamec, com a função de privatizar a Datamec. Era a minha missão. Eu fui para lá, encaminhado pelo conselho de administração, para privatizar a Datamec, fiquei dois anos e meio, e ela foi privatizada.

Então, eu não acompanhava esse processo dentro da Caixa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não acha uma incoerência nós falarmos hoje em dia que a

Caixa Econômica estava aprisionada pela Gtech, se, naquela época, o senhor conduziu um processo de privatização em que a Datamec, a única que fazia o processamento dos dados, foi privatizada, justamente na época em que a Gtech estava assumindo?

O senhor não vê nenhum problema aí?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não vejo não. Simplesmente, entrou no programa de privatização e foi privatizada, e – gozado – o IRB entrou junto. Gozada essa história, não é?

Então, não vi nada de mais. Fui lá com a missão, a Caixa me deu a missão, me nomeou presidente do conselho. Na época, o presidente do conselho de administração era o secretário executivo do Ministério da Fazenda, e eu fui para lá com essa missão de privatizar a Datamec.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Naquela época em que o senhor era presidente da Datamec, a revista **IstoÉ** publicou também denúncias em relação a várias pessoas que estariam cometendo irregularidades dentro da Datamec.

E o senhor falou inclusive que o senhor gravava as conversas com a Gtech, porque era uma situação conflituosa. E, realmente, tem de ser gravado. Mas na época da Datamec, de acordo com a **Istoé**, também aquelas reuniões eram gravadas. Que tipo de falcatrua se estava querendo cometer na Datamec?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Acho que há um engano aí, Senador. Por exemplo, na Datamec, o Presidente Sérgio Cutolo – eu já estava na Datamec – recebeu uma fita gravada, que originou essa reportagem na **IstoÉ**...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Das reuniões da Datamec.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Das reuniões da Datamec, mas é anterior à minha ida para lá. A gravação é anterior à ida para lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De quando foi a fita? De muito antes da sua entrada?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Acho que uns seis ou sete meses depois. E pegava... Porque mudou... A diretoria da Datamec era composta por pessoas, na época, indicadas pelo PTB. Então, eu fui para lá, não como presidente da Datamec, mas como presidente do conselho para... A Datamec é uma empresa de informática, o que ela tem que... Ela tem que ir para o mercado. E a minha missão era levar a privatização. Então, obviamente, criou-se um conflito. Tinha uma diretoria lá que, no momento em que se privatizasse, ela saía; a diretoria não queria a ação do conselho de administração, e o conselho de administração com as diretrizes, ao lado do BNDES e do CND, de privatizar. Então, isso criou obviamente um clima bem forte.

Aí, chegou essa fita ao Dr. Sérgio Cutolo; o Dr. Sérgio Cutolo me chamou e disse: "olha, tem uma fita aqui com umas conversas aqui complicadas". Avisou-me na época, eu ouvi a fita e tal, e a diretoria foi tirada todinha, a diretoria que estava lá, e aí foi nomeada uma nova diretoria.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É. A informação que tenho é realmente para ver que iniciativas foram tomadas, de punição de falcatruas. Porque, na verdade, apesar de eu ser do PT, hoje em dia, a acusação que o PT recebe é de falta de iniciativa em relação a fraudes, a punições, a tomadas de posições. A notícia publicada na revista **IstoÉ** em 1997 dá conta de que o senhor patrocinou uma mudança de estatuto, retirando todos os poderes do presidente da empresa, acusado de irregularidades. Nem vou citar o nome, porque não é o caso de citar nomes aqui também, mas esses nomes estão claros na revista **IstoÉ**, acusados de irregularidades. Então, o senhor alterou esse estatuto porque o presidente estava sendo acusado de irregularidades, e eu gostaria só de saber que medidas foram tomadas em relação às irregularidades apontadas.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Vou-lhe falar o que sei que aconteceu. Primeiro, após essa denúncia, a diretoria foi afastada. Não eram empregados da Caixa; eram pessoas da iniciativa privada e tal, e, na realidade, o trabalho deles era de obstaculizar o trabalho que me foi dado, que era de privatizar. Eles queriam...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nas fitas, também estava descrito que havia propinas para deputados.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – É, tinha isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tinha mesmo?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Tinha!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, não era só obstaculizar; era dar dinheiro, propina para deputado.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Era, era.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O mensalão já poderia ser de 1997?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não sei, não sei. Sei que tinha... A revista coloca, deve ter tido...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas o senhor confirmou. O senhor disse que tinha; na fita tinha.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Tinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tinha essa indicação de propina para deputado.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Tinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tinha?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Tinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, podemos, por meio da CPI dos Bingos, dizer que, infelizmente, a prática do mensalão é histórica, endêmica, segundo Dom Geraldo Magela. Dá para dizer isso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não sei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas havia?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Havia; está na revista, houve a fita, aconteceu. Foi em 1997, fomos para lá, a diretoria foi toda destituída e colocada uma diretoria técnica lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A Datamec rendeu, em 1999, quando foi privatizada, R$221 milhões, e foi privatizada por R$83 milhões. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não tenho a dizer nada. Quem conduz isso é o BNDES e o CND. Eu era simplesmente a pessoa da Caixa, dona da Datamec lá, que tinha de dar condições a que a Datamec fosse vendida; organizar ela...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pelo preço que fosse?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, isso aí é o BNDES; a Caixa não tem nada a ver com isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas rendeu R$221 milhões e foi...

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, ela foi avaliada...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O que o senhor acha, tendo rendido R$221 milhões em um ano e tendo sido privatizada por R$83 milhões?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Rendido R$221?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está aqui: a Datamec foi privatizada finalmente em 1999, ano em que faturou R$221 milhões, e foi vendida por R$83,6 milhões.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Bem, posso dizer o seguinte: quem conduz o processo de privatização é o BNDES, na época.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o senhor foi lá na Datamec para comandar o processo de privatização.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, trabalhar dentro da Datamec para que acontecesse a privatização. Eu era o encarregado disso dentro da Datamec. Eu não era o encarregado dentro do BNDES. Isso quem conduzia era o CND, que era o Conselho Nacional de Desestatização, presidido pelo Ministro Malan, na época, com o BNDES. O BNDES é que tratava disso. Aí, foram contratadas consultorias pelo BNDES para dar o valor à empresa, fazer a avaliação da empresa. Eles chegaram – não lembro se o valor é esse – a um determinado valor, que era quanto a Datamec valia. E essa avaliação é determinada pelo fluxo de recebimentos que essa empresa tem. Quando se vai privatizar, comprar uma empresa, o que vale é o contas a receber dela, vamos dizer assim, os contratos que ela tem. E chegou a um valor perto de perto de R$90 milhões – esse número é esse mesmo. Então, ela foi vendida por esse valor. Não lembro se é R$ 221 milhões o faturamento dela. Mensal ou anual?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Anual.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Anual. Eu não lembro. Agora, faturamento bruto é uma coisa, faturamento operacional, o resultado é outro. Se sou empresa – não lembro os números de lá – que faturo R$220 e gasto R$ 210, eu só tenho, na realidade, de resultado R$10. Não sei o exemplo da Datamec. Mas só o tamanho do faturamento de uma empresa não tem uma relação direta com o preço que ela vai ter. Eu preciso ver as margens, qual é o tipo de negócio em que ela está. Isso tudo conduzido pelo BNDES e pelo CND.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Aí, a Datamec fazia esse processamento de dados, pelo que me consta, há 27 anos já e, de repente, passou para e a Racimec isso.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu não...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a Racimec, de acordo com as informações que temos, não tinha condições de dar conta do recado todo, apesar do processo de licitação, razão pela qual foi adquirida pela Gtech na seqüência. O senhor não acha que é uma combinação de fatores assim...?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Bom. Eu não sei como isso foi conduzido, de que forma foi conduzido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque havia até um funcionário que chegou na assembléia da Datamec – temos as atas aí –, dizendo da ilegalidade de tudo isso.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Não, não, não me recordo e não sei da ocorrência. Mas a história da Datamec ela vai lá no Carlos Lacerda. A Datamec era uma empresa da família do Lacerda...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, há 27 anos.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – ...lá em 62. E ela processou historicamente, desde lá, as loterias. Dizem as pessoas mais velhas e que viveram essa história – não conheço documentação que afirme o que vou dizer – que ela era uma empresa da família Lacerda, uma empresa privada e que processava loterias; e que, à época, acho que antes de 70, a Caixa comprou a Datamec porque ela processava loteria, e a Datamec estava num processo de falência. Então,

para salvar o produto loterias, a Caixa foi lá e comprou a Datamec.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas como estava em falência se tinha um lucro de R$221 milhões?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Senador, perdão: V. Exª está falando de uma coisa em 97, e eu estou falando de 60.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ah.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Lacerda, em 1962. A Caixa comprou a Datamec.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque naquela época...

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Na época, em 1962, porque ela processava um produto importante. Para salvar o produto, ela comprou a empresa. Essa é a história que ouvimos das pessoas mais antigas. Estou repassando a título ilustrativo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Bom, Sr. Presidente e Sr. Relator, considero importante dizermos claramente que, pelo depoimento, pelas fitas gravadas, vemos claramente que o processo de propina – temos concretamente o depoimento e a prova – já começa em 97. Isso é importante que se diga, porque é uma coisa... A população sabe que é endêmico e temos uma prova concreta de que realmente é endêmico, sem querer fugir da responsabilidade de hoje, que tem de ser investigada também.

A segunda coisa que gostaria de dizer é que acho, assim, tudo muito estranho: essa privatização da Datamec, a colocação para a Racimec, que não tinha condições de assumir todo esse trabalho, e abrindo todas as portas para a entrada da Gtech. Então, aí começa na verdade todo esse descalabro que temos hoje em dia em termos da Gtech, de oito anos estar participando, sem nenhum processo de licitação, de toda essa fortuna que a sociedade brasileira está pagando para a Gtech.

E, ao mesmo tempo, gostaria, Sr. Presidente, Sr. Relator, que, na verdade, olhássemos as decisões judiciais. Eu diria inclusive que convocássemos a juíza que deu todas as liminares para a Gtech, de acordo com depoimento de ontem e o depoimento de hoje e que, com a vinda da juíza, já quebrássemos, na seqüência, os sigilos fiscal, bancário e telefônico da juíza também. Na verdade, precisamos ver o que aconteceu com esses depoimentos que colocam suspeições em relação à decisão da Juíza. Então, nesse sentido, Sr. Presidente, penso que foi extremamente útil e temos que nos aprofundar nessa questão da Datamec, Racimec e Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª poderia propor isso.

O SR. FLÁVO ARNS (PT – PR) – Proporei na seqüência a V. Exª. Agradeço.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Eu poderia fazer um comentário? Primeiro dizer que não procede que não houve licitações. Eu posso começar a derramar o tanto de edital. Por onze vezes nós tentamos de alguma maneira publicar os editais e eles foram obstados por decisão judicial. Então, sempre houve a vontade política, ela esta registrada em documentos e atas e o que está gravado aqui. Ela não aconteceu por uma situação alheia à vontade da Caixa, pelo menos eu acompanho isso desde 1994.

Outro ponto que deixei passar é que o senhor colocou que eu, em nenhum momento, tinha falado a palavra processamento seguida de quem ganhou, do rateio, quanto vai e para quem vai. Eu posso ter cometido, e duvido que tenha cometido, uma vez dito isso. Acho que toda vez eu coloquei, está gravado, que é o processamento que significa apuração do rateio, quem são os ganhadores e para quem vai. Citei – a memória dos senhores talvez...– o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça, quem é o ganhador, em que Estado e quem foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Satisfeito, Senador?

Nós agradecemos. O Sr. Relator ainda deseja alguma participação?

Sr. Mário Haag, nós agradecemos a presença de V. Sª e encerramos o seu depoimento, evidentemente, pedindo a V. Sª que se coloque à disposição desta CPI para algum esclarecimento que se faça necessário.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Estou à disposição e quero capear os documentos que estou entregando, que na realidade é um *copydesk* do que eu falei. Como não podia ser outra a minha fala, aqui tem um resumo de tudo o que coloquei aqui naquela explanação, que são cenários que estabeleci para capear a documentação que estou entregando à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e solicitaria da nossa assessoria que recolhesse esses documentos para que sejam anexados à documentação.

Agradeço a V. Sª.

De imediato, Srs. Senadores, vamos convidar o Sr. Paulo Bretas, ex-Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal para o seu depoimento.

Srs. Senadores, encontra-se na mesa o termo de compromisso assinado pelo Sr. Paulo Roberto Paixão Bretas, informando sua identidade, idade, estado civil, CPF, endereço, profissão e local onde exerce sua atividade atualmente, com a sua assinatura de acordo e conforme o at. 203 do Código de Processo Penal.

V. Sª, Dr. Paulo Roberto, está com a palavra pelo tempo que se fizer necessário.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Inicialmente gostaria de saudar o Presidente, Senador Efraim Morais, o Senador Garibaldi Alves Filho e todos os Senadores presentes.

Meu nome é Paulo Roberto Paixão Bretas. Sou economista. Entrei para a Caixa Econômica Federal no dia 15 de fevereiro de 2003, na função de consultor do presidente, onde permaneci até o dia 25 de fevereiro, quando fui nomeado Vice-Presidente de Logística e Gestão de Pessoas.

A Vice-Presidência de Logística cuida de quatro áreas específicas da Caixa. Eu diria que a Vice-Presidência de Logística faz a Caixa Econômica funcionar. Toda a Caixa é cliente da Vice-Presidência de Logística. Nós cuidamos da parte de segurança da Caixa, segurança dos prédios e, nos próprios, das pessoas. Cuidamos da parte de infra-estrutura, compras, materiais e também dos imóveis adjudicados. Temos, debaixo da Logística, a maior imobiliária do Brasil. Temos que colocar no mercado os imóveis que estão adjudicados à Caixa. Temos também toda parte de retaguarda das agências, que implica a tesouraria, verificação de toda parte dos contratos firmados nas agências, das conformidades. Por fim, toda parte de gestão de pessoas - seria a antiga área de recursos humanos.

Então, como podem notar, é uma Vice-Presidência enorme, com muitas atribuições e com muita importância para a Caixa Econômica Federal.

Ao contrário do que muita gente pensa, a área de loterias não está subordinada à Vice-Presidência de Logística. A Vice-Presidência de Logística, como cuida dos contratos, no caso da renovação do contrato da Gtech, foi chamada a se posicionar.

Tenho certeza de que todos os Senadores têm acesso à documentação que já passamos à Polícia Federal. Lá, estive em quatro oportunidades, prestando esclarecimentos.

Eu gostaria também de dizer que o início do meu trabalho como negociador – não negociador único, mas fazendo parte de uma equipe de renegociação do contrato com a Gtech – foi no dia 14 de março de 2003, quando foi feita a primeira reunião entre a Caixa Econômica Federal e os representantes da Gtech.

No mais, eu gostaria de me colocar à disposição de todos os Senadores para os esclarecimentos que se façam necessários. À medida que formos respondendo às indagações, vamos percorrendo um pouco do que foi essa negociação, a importância disso para a Caixa Econômica Federal, especialmente porque não tínhamos, única e exclusivamente, a missão de retomar a questão das loterias.

A renegociação envolveu três missões importantes, a nós delegadas pelo Presidente da Caixa e pelo Conselho-Diretor. Primeiro, a continuidade de um serviço como loterias, com a importância que tem para o Brasil, especialmente no momento de um Governo que entrava e num momento em que havia uma total incompatibilidade entre a Caixa e a empresa fornecedora, depois de muitas e muitas reuniões, muita dificuldade encontrada para se chegar a um acordo final com eles.

Segundo, precisávamos dar manutenção ao papel dos lotéricos enquanto correspondentes bancários. O lotérico hoje - essa soma de nove mil lotéricas no Brasil - representa, Srs. Senadores, uma outra Caixa Econômica Federal. A importância dos lotéricos, fazendo as transações bancárias, é vital para o bom funcionamento não só da Caixa Econômica Federal e das suas agências, mas eu diria para todo o sistema bancário brasileiro.

Em terceiro lugar – e aí é muito importante frisar isto -, era preciso que a Caixa retomasse os seus correspondentes bancários, a identificação e a montagem de uma rede de correspondentes bancários, porque esses correspondentes bancários estavam já em nível avançado nos concorrentes. O Bradesco e outros bancos já haviam descoberto que os correspondentes bancários poderiam ser uma forma de atender a população e a Caixa estava impossibilitada, na Justiça, por parte de ações movidas pela empresa Gtech de dar seqüência a sua rede de correspondentes bancários.

Chegou-se ao absurdo de, em determinado momento, em uma determinada liminar ganha pela Gtech, a Caixa teria, por força da liminar, que desarticular sua rede de correspondentes bancários. Isso não foi necessário porque os advogados da caixa agiram com toda a rapidez, com toda a firmeza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa liminar foi dada pela juíza?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – A liminar foi dada pela juíza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Da 17ª Vara?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu creio que sim. Não poderia afirmar com toda certeza, Senador, porque precisaria consultar. Mas o imbróglio jurídico que nós encontramos era muito grande, com muitas liminares ganhadas pela empresa imobilizando, paralisando a Caixa.

Nós não podíamos licitar. Imagine bloquear uma empresa pública de seu direito de iniciar um processo licitatório a bem da causa pública, a bem da continuidade dos serviços, que não são apenas de loteria. Isso é o que eu queria frisar. Não podemos aqui nos limitar a

discutir apenas a questão de loterias, que têm a sua importância, pelos seus repasses sociais, pela importância que a loteria tem no contexto do Brasil, mas também o uso das lotéricas como correspondentes bancários para fazer as transações bancárias, ajudando a Caixa, dando mais alívio, fluidez às agências, dando ao povo um acesso mais fácil, mais rápido ao serviço bancário e também à liberação dos correspondentes bancários, sem os quais nós estávamos em uma situação de não podermos ajudar o Governo no cumprimento da sua política social, no pagamento de bolsa família.

Nós já tínhamos noção de que ao entrarmos iríamos ter essa grande missão de unificarmos as bolsas e a Caixa seria o agente pagador dessas bolsas. Nós precisaríamos ter mais capilaridade para facilitar a vida da população.

Dito isso, sem mais delongas, Senador Efraim Morais, eu gostaria de abrir às perguntas e irmos esclarecendo à medida que eu for podendo esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao Relator Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Paulo Bretas, quem o indicou para a Vice-Presidência.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS - A minha indicação partiu do PT estadual. Em Minas Gerais, o PT estadual fez um trabalho que considerei até interessante. Foi um trabalho de *headhunting*. Eles solicitaram a vários intelectuais, executivos, pessoas ligadas ao Partido, que tivessem interesse em participar e contribuir com o Governo do Presidente Lula, que enviassem os seus currículos.

A partir daí, eu enviei o meu currículo para a direção estadual do Partido e, a partir dele veio o convite.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o senhor deixou o seu cargo na Caixa e qual é a sua atual ocupação?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS - Atualmente, Senador, estou cumprindo a quarentena. Depois que a pessoa sai de um cargo como Vice-Presidente da Caixa, você precisa cumprir um período de quatro meses, em que você não pode ir para o concorrente. Temos a estratégia, temos coisas de que participamos e a lei estabelece que se deva ficar quatro meses fora do mercado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o senhor deixou o cargo?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – A minha exoneração saiu no dia 04 de maio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quatro de maio de 2005?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – De 2005. E respondendo a sua pergunta de por que saí da Caixa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Foi-me solicitado o cargo no dia 31 de março porque, naquela ocasião, estava sendo feita uma espécie de mini-reforma que envolveria, depois, a reforma do Ministério. Estava sendo feita nos cargos de segundo escalão. Quando fui comunicado, eu disse ao presidente: cargo a gente tem; cargo a gente perde.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual foi o partido que indicou o cargo que era do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Perdão, não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual foi o partido que indicou o cargo que era do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Fui indicado, conforme disse, pelo PT estadual.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Entendi. Quando V. Sª saiu desse cargo, disse que era para facilitar a reforma política do Governo.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Foi o que me foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem foi para o lugar de V. Sª era ligado a qual Partido?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ao PTB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ao PTB?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – PTB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, recentemente?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – No dia 4 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª foi indicado pelo PT estadual. Quem era o político de Minas Gerais, do PT, de quem V. Sª mais de aproximava?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não havia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ninguém! Foi só o seu currículo?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Posso dizer a V. Exª, Senador, que como eu trabalhava – e sempre trabalhei – junto ao...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A indicação era política, Sr. Paulo. Quem era o político, o vereador, o Deputado Estadual ou Federal?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Tenho conhecidos que, hoje, ocupam vários cargos no Governo. Tanto vereadores...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por exemplo?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu poderia dizer que todos os ministros mineiros deram referência a meu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De todos os Partidos?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Do PT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor foi filiado ao PT?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor foi filiado ao PT e não teve uma indicação?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Sou ainda filiado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor votava em quem para Deputado Federal, Estadual e Vereador na cidade em que o senhor.... Quem era o Deputado Federal?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma pergunta. Se o senhor não quer citar o nome... o senhor tem uma ligação política.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Posso dizer o nome das pessoas que me apoiaram. Posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é o seu padrinho mais forte?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não tenho padrinho, Senador. Não tenho padrinho. O meu padrinho mais forte é meu currículo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual é o seu currículo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor crê que seu currículo, se o senhor fosse de outro Partido que não o PT, teria sido indicado para esse lugar?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – É lógico que não adianta só o currículo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, não é o padrinho mais forte.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, mas creio que sem um currículo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é o Deputado Federal que o senhor acompanha lá em Minas Gerais?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Acompanho vários Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor só tem um voto. Não pode votar em vários.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O voto é secreto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor está aqui para dizer a verdade. Se o senhor está aqui para dizer a verdade, não custa dizer em quem votou.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Votei no Ministro Patrus Ananias.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi S. Exª que foi o seu padrinho para esse lugar?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Não posso dizer isso, Senador.Todos os Ministros mineiros e também...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor deveria ser presidente da Caixa. Não era para ser vice-presidente de logística.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – É bondade do senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para uma indicação dessas, com todos os ministros. Teve o apoio do Prefeito também?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do PT todo?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não é do PT todo. Quando um nome vem... Posso falar do meu caso. Não sei o que aconteceu quando outras pessoas foram indicadas. Quando fui indicado, tenho certeza de que meu nome foi consultado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Flávio Arns fez uma indicação para o senhor também? Estou brincando com V. Exª, Senador.

Então, V. Sª não tinha nenhum padrinho. Todos eram padrinhos. Foi um consenso dentro do PT, o nome de V. Sª? Não tinha concorrente?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Houve concorrência até certo ponto. Depois, houve consenso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual foi o ponto em que houve concorrência? Qual foi esse certo ponto?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Houve reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor participou de reuniões?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Não participei de reunião alguma. Fui apenas comunicado. Fiquei sabendo que houve discussão dos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor mandou o seu currículo....

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ao PT estadual.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E não houve assim um ministro ou uma indicação, um parlamentar, que tivesse um interesse maior pela ligação, talvez, de amizade, de parentesco?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, senhor. O que me foi falado, o que ouvi, o que acompanhei, é que meu nome foi examinado. Depois, fui a São Paulo para uma conversa com o Presidente Matoso, que teria, inclusive, direito de veto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª não conversou com a Executiva Nacional do PT.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conversei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conversei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então é estranho, porque, então, V. Sª é um quadro diferenciado.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não creio que seja.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É, é verdade. Porque o critério do PT, diretório estadual não tem o poder para fazer indicação. A indicação é feita pelo Diretório Nacional.

O senhor esteve com o Sr. Sílvio Pereira? O senhor conhece o senhor Sílvio Pereira?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esteve com ele antes de ser nomeado?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, antes de ser nomeado, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois esteve.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Depois....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muitas vezes?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem!

Quer dizer que o Sr. Sílvio Pereira foi, então... O senhor não falou com o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não falou com o Sr. Delúbio?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – De forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com o Sr. José Genoíno?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – De forma nenhuma. Houve uma discussão dos nomes, ali presentes o Ministro da Fazenda, houve...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Ministro Palocci?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ministro Palocci, Ministro Luiz Dulce, os ministros ligados a Minas ouviram a respeito do meu currículo e atestaram que era um técnico...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o Ministro Palocci é de Ribeirão Preto, São Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Sim, mas a Caixa Econômica Federal está subordinada ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Não foi na indicação, foi depois, não é?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Durante o período em que o meu currículo estava circulando, houve toda uma discussão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O José Dirceu participou dessa discussão?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não creio. Não creio, não me foi falado isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Desculpe, mas a história não está bem contada, porque o José Dirceu não participou, Lula também não.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, estou perguntado, porque o que estou estranhando, Sr. Paulo, vou lhe dizer.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não sei como foi no finalmente a decisão. Eu sei que houve reuniões para a decisão de todos os nomes de vice-presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Todos os nomes foram indicados a quem? A partido, diretório estadual, para quem?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – No caso de Minas, o diretório estadual mandou os currículos selecionados para cá, para Brasília. Agora, se foi para o Diretório Nacional, se foi para...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que V. Sª saiu lá de Minas, sem saber qual era o cargo, ia ser aproveitado.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Isso. Não, eu já sabia o cargo, porque me pediram para ir a São Paulo conversar com o Presidente Matoso, e ele teria essa entrevista comigo, e ele teria a palavra final.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Onde foi esse encontro com o Sr. Matoso.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Quando foi?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E onde?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Foi na sede da Caixa Econômica Federal, em São Paulo, na Av. Paulista. E não me recordo a data. Foi anterior ao dia 15 de fevereiro, porque, no dia 15 de fevereiro, já tive que me apresentar aqui. Eu acredito que tenha sido no início do mês de fevereiro, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor chegando lá, o Sr. Mattoso disse: o senhor foi escolhido pelo diretório estadual do PT....

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Passou por uma seleção aqui em Brasília,...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – ...e gostaria de saber de você e tal. Eu não conhecia o Dr. Mattoso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Agradeço a V. Sª.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Desculpe, Sr. Relator. O senhor tem a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Paulo Bretas, falou-se muito do currículo de V. Sª e por isso agora pergunto: e o currículo? O que é que o senhor me diz sobre o currículo do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Meu currículo. Formei em Economia. Fiz o Mestrado em Economia no Cedeplar da UFMG; não consegui defender tese. Passei a trabalhar no Governo do Estado de Minas Gerais, como técnico, contratado pela Fundação João Pinheiro. Trabalhei como técnico no Estado de Minas Gerais até 1989, salvo engano. Os senhores me desculpem se eu cometer algum lapso nas datas. Fui demitido do cargo no então Governo Newton Cardoso. Houve uma série de problemas lá. Depois, nessa época, passei a trabalhar na iniciativa privada, trabalhei em empresas da área de informática, tecnologia. Depois, entrei na Câmara de Vereadores como consultor técnico do então Vereador Patrus Ananias de Sousa. Trabalhei na Câmara durante um ano, um ano e meio. Voltei à iniciativa privada, quando o então candidato a prefeito Patrus Ananias me convidou para trabalhar na sua candidatura para a Prefeitura de Belo Horizonte. Trabalhei na sua campanha para a Prefeitura, coordenando o programa de governo. Quando o então candidato Patrus foi eleito, trabalhei como Secretário; a princípio, Secretário Adjunto de Planejamento, depois Secretário de Assuntos Extraordinários, para cuidar da captação de recursos junto ao Banco Mundial e ao BID, fazíamos a elaboração dos programas e projetos, acompanhávamos o marketing do Município de Belo Horizonte. Trabalhava muito assessorando e ajudando o Prefeito a tocar os problemas do dia-a-dia da Prefeitura.

Em 96, antes do término do Governo, fui par ao grupo dos Diários de Emissoras Associados, em Minas, trabalhar na TV Alterosa. Trabalhei como superintendente de novos negócios. Foi uma seleção feita por *headhunters*. Eles me indicaram, eu fiz todas as entrevistas e lá fiquei pelo período de praticamente dois anos.

O grupo, então, entrou numa sociedade no setor de TV a cabo, ia avançar para a área de telefonia IP e Internet banda larga. Trabalhei, então, no cargo de assessor de planejamento, mas com status de diretor nessa nova empresa, representava o grupo no conselho diretor dessa empresa. Fiquei lá pelo período de um ano. E, após esse período de um ano, passei a trabalhar como gerente de programas e professor.

Sempre fui professor. Ao longo de toda essa trajetória, eu dei aulas na PUC de Minas e em várias outras faculdades. Então passei a ser professor e gerente de programas na Fundação Dom Cabral, de onde saí para assumir a Vice-Presidência de Logística da Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor morava...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Gostaria só de acrescentar, se me permite...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Tenho três pós-graduações. Tenho pós-graduação no Canadá, na Universidade de Otawa, ligada a programas de desenvolvimento urbano, programas públicos; tenho pós-graduação na Colômbia, em planejamento

estratégico e negociações, e na Fundação Dom Cabral, num programa chamado PDF.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ainda é filiado ao PT?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Sou filiado ao PT.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de assumir a Vice-Presidência de Logística da Caixa, o senhor morava em Belo Horizonte.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando veio para Brasília, o senhor foi morar em hotel?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Morei em hotel durante um ano e, como a minha família não podia vir...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor veio morar aqui em qual hotel?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Morei no Hotel Blue Tree Park, que era ligado à Funcef, onde nós teríamos desconto para ali morar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor permaneceu um ano ali?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Aproximadamente um ano, foi isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que V. Sª foi selecionado pelo Presidente da Caixa, Jorge Mattoso, para compor o comitê de negociação com a Gtech?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu acredito que o Presidente Mattoso me selecionou, primeiro, porque a Wilog era, em última instância, a responsável maior pelos contratos e toda essa... a compra... Todos os contratos passavam pela Wilog. Segundo, acho que pelo meu próprio currículo.

Quando fiz pós-graduação na Colômbia – isso eu frisei ao Presidente – fiz cursos de negociação e vinha participando também de negociações, como superintendente de novos negócios, na iniciativa privada. Então tinha alguma experiência em negociações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor teve participação em dois processos de renovação de contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal: um foi o contrato de transição de um governo para outro e outro foi a renovação do contrato que ocorreu em abril de 2003.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nesse primeiro, o senhor está se referindo ao contrato de 90 dias?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Noventa dias.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não, desse...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não teve nenhuma participação?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não. Participei apenas do chamado quinto termo aditivo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E sobre esse quinto termo aditivo, V. Sª poderia nos relatar alguma coisa sobre ele?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Preferia que V. Exª me fizesse as perguntas para eu poder responder, se fosse possível.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acabamos de ouvir aqui uma exposição, um relato, da parte do Sr. Mário Haag. S. Sª disse que a Caixa estava perfeitamente em condições de assumir alguns dos serviços prestados pela Gtech e que, se tivesse tido a oportunidade de negociar um novo contrato, mais elástico, com a Gtech, certamente não assinaria esse novo contrato que foi assinado em oito de abril de 2003.

O que V. Sª tem a dizer sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O que eu tenho a dizer é que discordo do Sr. Mário Haag. Inclusive eu trouxe para a Comissão um documento que aponta falhas no sistema de processamento lotérico, falhas que já vinham desde – este primeiro aqui que eu tenho – 24 de março; depois essas falhas continuam.

A chamada absorção do processamento tem que ser muito bem explicada, porque há na caixa dois conceitos de processamento. Existe o conceito de processamento amplo, que significa você assumir tudo, desde a captura do jogo na ponta, passando pela transmissão a uma máquina central que valida aquela aposta, transmite de volta e faz com que, na ponta, uma máquina, com uma inteligência, emita um bilhete válido que, depois, caso o vencedor ganhe, ele vai cobrar aquele bilhete válido, e a Caixa tem que pagar. Nessa operação, todos os jogos estão num computador central, a Caixa faz o sorteio e esses números vão para um computador central que faz a apuração, o rateio do prêmio e o repasse do prêmio.

Para fazer tudo isso é necessário ainda que você tenha os fornecedores de insumos, bobina, cartão para fazer aposta, é preciso ter a empresa que te ajude a fazer a transmissão de dados, porque a Caixa não é uma empresa de telecomunicações. E é preciso ter as máquinas e a manutenção dessas máquinas. Naquela época, e até hoje, tudo era e é feito pela Gtech. Se a Gtech pagar um prêmio errado, ela assume a responsabilidade. Agora, imaginem vocês, eu perguntei à área técnica: Muito bem. Nós estamos limitados por-

que existem causas na Justiça, liminares ganhas pela Gtech, que impossibilitam a caixa de tocar qualquer processo licitatório.

Nós temos um mês para negociar um contrato de um serviço considerado como daqueles que não dá para parar; eu não posso parar as loterias, não posso parar os serviços bancários feitos pelos lotéricos, que são considerados serviço essencial.

Eu perguntei a eles: Eu vejo só uma saída, é substituir totalmente a Gtech. É a única saída que temos: sai a Gtech e entra a Caixa, porque qualquer coisa, além disso, eu vou ter que conviver a Gtech e eles me responderam: "Não temos como substituir a Gtech. É preciso achar uma forma de renegociar esse contrato".

A área de loteria me indicava que, no que se refere ao chamado processamento curto... O que é o processamento curto? Apuração, rateio e repasse. E aí que o Sr. Mário Haag* diz que ele fazia isso. E eu também afirmo que fazia porque fazia em ambiente de laboratório, não era ambiente de produção. Existe uma diferença técnica entre se fazer a coisa em laboratório e fazer a coisa em ambiente de produção. No laboratório, pode-se fazer uma, duas, três, quatro vezes, e a coisa dá certo, mas, na hora que se vai para o ambiente de produção, a coisa é diferente.

Mesmo em ambiente de laboratório eu tinha essa documentação que não me dava garantias de que eu conseguiria absorver isso, negociar ainda com a Gtech, "olha, Gtech, eu vou ficar com uma parte, vocês vão ficar com outra, e eu quero saber o quanto custa essa parte para você me dar um desconto". Nem isso eu podia fazer porque eu não tinha redundância. Não se faz apuração de loteria sem redundância porque se a máquina...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que é redundância?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Se a máquina pára, tem que ter uma outra para fazer. Em loteria, eu não posso ir para a televisão e falar assim: "pessoal, no sorteio 620 da Mega Sena, infelizmente a máquina da Caixa parou e eu vou ter que devolver o dinheiro para todos vocês, apostadores". Olhem o que significa isso em termos de risco de imagem. Não é para qualquer entidade, não, meus amigos, nós estamos tratando da Caixa Econômica Federal.

O risco de imagem para a Caixa pesou, a falta de redundância pesou na minha decisão, a descoberta desses documentos técnicos transitados entre as áreas, dizendo que ainda havia problemas e que há – mesmo depois da assinatura do contrato ainda persistiram alguns problemas, e eu pus aí os relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª me permite, mas de todas essas irregularidades que o senhor está dizendo que existiam, falha do sistema, só tem aqui uma antes do dia 8 de abril. Como é que o senhor justifica, ia adivinhar que existiam essas falhas? Está aqui, todas as outras...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª me permite?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aqui. Tem aqui enviada numa segunda-feira, dia 24 de março de 2003, à Gelot – o que é Gelot?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Gelot é Gerência Nacional de Loterias e Jogos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aos cuidados de...

"A quantidade de ganhadores do Estado da Loteca, no concurso 57, apurado em 24/03/2003 está incorreta para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A quantidade correta"... Faz a correção. Quer dizer, uma besteira, o cara acertou tanto, errou tanto, pode ser até erro de digitador.

Aí veio a seguinte... Todos os outros documentos. O outro que V. Sª apresenta é de 24 de abril de 2003, depois de ter assinado o contrato.

A seguir, é 23 de junho de 2003, depois do dia 8... Vamos considerar aqui 8 de abril.

A próxima é 18 de agosto de 2003, a seguinte é 28 de agosto de 2003, a outra é 30 de setembro de 2003.

O próximo, que V. Sª anexa aqui, é um relatório de 2 de março de 2004, da Caixa, aqui da Gelot, que não fala em irregularidade.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, esse relatório fala, esse relatório resume.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Resume, eu vou dizer o que resume aqui.

"Por fim, cabe ainda registrar que a Suale", que eu não sei...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Superintendência de Loterias.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –... "não recebeu até o momento nenhuma informação de homologação". Porque o que existe aqui é um negócio feito, como a gente chama.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Se o senhor pudesse... Deixe explicar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, deixe-me falar. Quem está falando sou eu.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois V. Sª fala.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando eu passar a palavra V. Sª fala.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Desculpe-me, V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, só para ordenarmos os trabalhos.

O que estou avisando é que V. Sª se baseia em informações e falhas que até, vamos admitir se essas falhas acontecessem, V. Sªs que fazem parte dessa Diretoria, agiram – permita-me – com muita irresponsabilidade porque mantiveram os defeitos existentes. Houve várias falhas, não se preocuparam em corrigi-las. Será que tem sido essa a questão da Caixa, deixar acontecer os erros, sabendo que existem, e não corrigir, para que a Gtech tenha cada dia mais facilidade de renovar o seu contrato?

Então, permita-me deixar claro que as falhas, com exceção deste relatório, que foi do dia... V. Sª lembra-se do dia? Eu falei há pouco essa data.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – É o primeiro relatório.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E este?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não. É o primeiro. Mais um.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Este ou aquele?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Esse é do dia 24 de março.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Esse aqui só tem dois assuntos. O do dia 24 de março só diz o seguinte: "A quantidade de ganhadores por Estado da Loteca, no concurso 057, apurado em 24.02.03, está incorreta para o Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, no SACL e SISPL".

Segundo: "A quantidade correta para São Paulo é 394 e, para o Rio de Janeiro, 106. Na imprensa, três... as quantidades apresentadas foram 94". Quer dizer, baseado nesses erros, nessas irregularidades, é que não tinha condições a Caixa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Posso responder, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode, é o que está escrito aqui.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu apenas peguei alguns relatórios. A maioria...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor só trouxe um.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Deixe-me responder, Senador, Por favor. Senão, não consigo me defender.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois se defenda.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – A maioria dos relatórios anteriores à data da renovação está apensada ao relatório da Polícia Federal, ao qual os senhores têm acesso. Por isso, trouxe apenas alguns e, quando eu trouxe outros, após a data, foi para mostrar que havia problemas técnicos ainda a serem resolvidos.

Quero ressaltar que a Caixa tem compromisso e teve compromisso de resolver todos esses problemas, corrigindo as falhas. Não era fácil para a Caixa desenvolver essa tecnologia de loterias. Esse aspecto tem que ser bem frisado; essa tecnologia quase ninguém tem no mundo; são pouquíssimas empresas no mundo que detém essa tecnologia. Agora, a nossa Caixa Econômica Federal tem. Isso tem que ser frisado.

Em momento nenhum, essa diretoria abriu mão de fazer as devidas correções. Mas veja bem, se tivesse uma única falha, duas falhas, já seria motivo suficiente para não termos a segurança de que era possível assumir isso e, depois, impedir que a Caixa corresse o risco de imagem, caso uma falha dessa ocorresse num concurso oficial.

Outra coisa que gostaria de dizer é que se os senhores precisarem...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual é o principal erro, a principal falha da Caixa Econômica? Em que ponto a Caixa não tinha condições técnicas? Por que vocês não poderiam reduzir esse prazo de 25 meses para 6 meses? Não havia competência dentro da Caixa para, dentro de 6 meses, preparar isso? Tinha que ser em 25 meses?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – A área técnica apresentou-me relatório...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas a área técnica acaba de deixar uns documentos, que estão ali, mostrando que os pareceres eram favoráveis, dizendo que havia...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pois eu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou dizendo o que disse o Sr. Mário Haag há pouco – não sou eu quem está dizendo –, que havia condições imediatas de se implantar na Caixa Econômica, tanto que a decisão foi por voto de Minerva.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Infelizmente, sou obrigado a dizer que o Sr. Mário Haag não tem razão...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não conhecia a Caixa. Ele passou 30 anos dentro da Caixa. O senhor chegou por indicação do PT estadual de Minas Gerais, não era funcionário da Caixa. O senhor chegou e tinha condições de dizer que o Sr. Mário, que passou uma vida toda dentro da Caixa, tinha um relatório, não tinha. Então, o Sr. Mário Haag é incompetente.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, acho que o Mário até acreditava que poderia ser feito, porque...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E os pareceres técnicos que foram dados por todos os técnicos estavam enganados?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu tive, eu... Eu quero propor...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só os que eram contra é que eram verdadeiros?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Proponho a esta CPI que faça o que foi feito na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, aqui é uma CPI. O senhor não veio aqui para propor, o senhor veio para responder.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, queria que V. Sª respondesse a minha pergunta: qual a principal falha e qual o problema técnico que não poderia ser aplicado?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – As falhas eram de várias naturezas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por exemplo.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Exemplo, a Caixa fazia o sistema de apuração em paralelo ao da Gtech. Às vezes, havia falha em números de ganhadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Falha na Gtech?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Falha no sistema Caixa. Às vezes a falha...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Gtech não errava e nem erra?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Os técnicos ao analisarem a comparação chegaram à conclusão que a falha era da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sempre da Caixa? Gtech nunca?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nesse período, sim, tudo o que estou mostrando a vocês. Inclusive a Caixa está à disposição para fornecer todos os outros documentos de erro que nós temos lá, trouxe alguns. Posso trazer todos os outros que foram apensados aos autos da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor confirma que, nesses oito anos de contrato entre a Gtech e a Caixa, os técnicos da Caixa foram incompetentes para corrigir essas falhas? É isso o que o senhor está dizendo?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, havia dificuldades...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dificuldades, não. Quero saber qual era a dificuldade de corrigir. Se existia um erro detectado, qual a dificuldade de, em oitos anos, corrigir essas falhas? Essa é a pergunta que faço. Então, V. Sª confirma que os técnicos da Caixa foram incompetentes em corrigir essas falhas durante esses oito anos. É isso que V. Sª confirma?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, disse o seguinte: é difícil desenvolver-se um sistema que faça o processamento amplo da loteria. E que um banco que se dispõe a fazer esse desenvolvimento a partir do seu pessoal técnico teve e vai ter dificuldades. Não é uma coisa simples de ser feita. E só se vai descobrindo isso aos poucos. Um sistema com milhões de linhas escritas...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de voltar à palavra ao Senador, peço-lhe desculpas por...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A informação que tenho – e já fiz essa pergunta para o Mário Haag também –, é que o delegado da Polícia Federal solicitou que o Mário Haag indicasse três técnicos e que o senhor também indicasse três ou quatro técnicos para que eles avaliassem se a Caixa Econômica tinha condições de fazer o processamento. E o Mário Haag teria indicado o Cartell, o Cortez, o Clício Luiz e Isaías Minas Novas, que faziam parte inclusive da vice-presidência anterior. E a conclusão desses técnicos é unânime, ou seja, tanto os técnicos dele como os do senhor, concluíram que não havia condições de a Caixa fazer o processamento.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – É verdade, Senador. Mas não a oportunidade, porque o Senador ainda estava expondo, mas trouxe também parecer técnico do perito criminal da Polícia Federal...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente, até não falei, mas também fiz essa pergunta para ele,

dizendo que o perito da Polícia Federal havia chegado também à conclusão de que não havia condições...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Sim. Trouxe para entregar a esta CPI todos esses pareceres: o parecer técnico do perito da Polícia Federal, a CI da Auditoria da Caixa, pedimos que a Auditoria da Caixa se pronunciasse; os depoimentos técnicos de acareação entre mim e o Dr. Mário Haag e o relatório final do Delegado César Nunes, que também atesta... Foi possível demonstrar na Polícia Federal a impossibilidade concreta de a Caixa assumir o processamento. Então, passaria ao Senador Efraim os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho, com a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero saber de V. Sª se a Caixa dispunha ou dispõe de quantos CPDs para realizar esse serviço.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – A Caixa tem atualmente três *sites*, chamamos de *sites*: um em Brasília, um no Rio de Janeiro e um em São Paulo. Esses *sites* funcionam de forma bastante segregada, vamos dizer assim. Por exemplo, o *site* do Rio de Janeiro cuida basicamente do fundo de garantia. O *site* de São Paulo cuida das transações bancárias e assim vai. Eles não...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eles não evitariam justamente a redundância? Eles não teriam condições...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nós teríamos que investir em mais capacidade de máquina para poder montarmos a redundância. E nós estávamos entrando naquela época, tínhamos um contrato vencendo no dia 14 de abril, e não haveria tempo hábil para se montar a redundância. Esse era um dos problemas. A falta de redundância é um dos problemas.

Normativamente, tudo o que a área tecnológica faz, ela faz para alguma área-cliente. A área-cliente, no caso, era a Superintendência de Loterias, e nenhuma dessas soluções estava homologada pela área de loterias. Nós não poderíamos colocar isso no ar, em produção sem a devida homologação. Chamo a atenção do Mário Haag para esse aspecto também. Ele não poderia colocar em produção um processamento que vem só de apuração, rateio e repasse sem a homologação da área. Isso é dos normativos da Caixa. Então, ainda faltava também essa homologação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe que a Caixa realizou um grande investimento para, dentro desse processo de internalização, um investimento, o senhor tem idéia de quanto foi...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Investimento da ordem de R$46 milhões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Sr. Mário Haag disse aqui que era de R$101 milhões...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Estou falando assim de cabeça, Senador. Talvez seja até de um pouco mais, uns 100 a 120.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A diferença está mais do dobro aí, está de 46 para 101. É 70 milhões.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Peço desculpas, Senador. Não tendo dados, não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É muita diferença.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Que seja um investimento de R$140 milhões, mas esse investimento valeu e nos tirou da dependência. Hoje, a Caixa já fez o processo licitatório, conseguiu ganhar na Justiça a queda das liminares. Tão logo essas liminares caíram, a Caixa passou a fazer o processo licitatório andar. Fizemos a licitação. Já existem as empresas preparadas para assumir dentro da mesma lógica do Governo anterior, de fazer a repartição da licitação em quatro pedaços: máquinas e equipamentos, manutenção, fornecimento dos insumos, a questão da transmissão. D dentro da mesma lógica.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Carlos Cartel fez algum relato para V. Sª antes da renovação do contrato em abril?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Antes da renovação do contrato, para ter certeza de que nós estávamos fazendo – nós, equipe de negociadores – o melhor para a Caixa, foi feito um relatório do Dr. Carlos Cartel garantindo que, a partir da quebra das liminares, nós precisaríamos, no mínimo, de 18 meses para poder estar com uma outra empresa substituindo a Gtech. Ele me fez esse relatório, que está nos autos do inquérito da Polícia Federal.

Também pedi ao jurídico da Caixa que me desse a segurança de que eu não estaria fazendo nada ilegal, nada irregular. E tenho também um parecer do jurídico. Se o senhor me der um tempo... Só ver se está aqui o parecer do jurídico, porque tem outras coisas juntas aqui. Está aqui. O último documento é o parecer do jurídico da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode ficar com esse documento. Se precisar consultar, no final, V. Sª encaminha.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Tá.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A negociação entre a Caixa e a Gtech vinha

muito difícil. Em novembro de 2002, a Gtech flexibilizou, adotou uma postura menos rígida. V. Sª tem consciência de que isso foi feito justamente para negociar com o novo Governo, deixando de lado a negociação com o antigo Governo?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Como eu não estava na Caixa, eu não poderia falar. Não tive conhecimento dessa flexibilização. Muito pelo contrário, sempre encontramos na Gtech uma dureza muito grande e uma insistência enorme deles de que tínhamos de fazer a licitação, mas do jeito que eles queriam. Uma licitação onde eles poderiam participar de forma integrada no processo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas as condições do contrato que foi assinado em oito de abril foram consideradas favoráveis pelos diretores que participaram da negociação anterior. Favoráveis à Gtech.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu diria favoráveis à Caixa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Favoráveis à Gtech.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu diria favoráveis à Caixa. Nós...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O contrato de 25 meses, quando já...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Na questão do prazo, eu gostaria de prestar um esclarecimento. Quando começamos a negociar e verificamos todas as dificuldades envolvendo isso – e a todo instante, a Gtech queria voltar à questão de se licitar de maneira integrada, para eles tirarem as ações da Justiça –, houve um momento em que pedimos a eles que nos entregassem uma proposta. Dissemos: "Faça uma proposta. Nós, na Caixa, não aceitamos abrir mão de licitar do jeito que ela acha que tem de ser licitada. Faça uma proposta para nós".

Eles então fizeram uma proposta, que eu fiz questão também de trazer para passar para os senhores, onde eles definem uma tabela com descontos; em que os descontos vão crescendo até o aumento de prazo que a Caixa daria no contrato deles.

A tabela apresenta dois problemas. Primeiro, ela é absurda, porque ela ultrapassa os 24 meses, 25, meses, tentando fazer com que a Caixa renovasse esse contrato por 36 meses, para nos dar um desconto de 30% apenas nas chamadas transações tipo 1. E esse contrato com a Getch tem transações que vão do tipo 1 ao tipo 8.

E qual é a diferença disso? Transações tipo 1 são apenas transações lotéricas. Transações que vão do tipo 2 ao tipo 8 são todas as transações bancárias.

Nós fizemos contas, mexemos nessa tabela, e fizemos a ele a seguinte contraproposta. E aqui não aparecia nada de dispensa de correspondente bancário. Nada. Em momento nenhum, eles falavam em abrir mão das liminares que prendiam a Caixa em correspondentes bancários. Como nós tínhamos a missão, como eu falei, de renovar o contrato de loterias, retomar de forma ampla o papel das lotéricas como agentes bancários, como agentes pagadores e recebedores, e liberar os correspondentes bancários, que é para onde caminhava a concorrência bancária no Brasil, nós fizemos a seguinte proposta para eles. Muito bem. Aceitamos fazer um contrato mais longo, mas quero que o desconto seja o maior possível. E aí nós fizemos contas e transformamos esse desconto de 30% no que seria o equivalente, para ter vantagem a Caixa, a estendermos esse desconto a todas as transações. E aí conseguimos 15% de desconto sobre todas as transações, sobre todo o contrato – tipo 1, tipo 2, tipo 3, tipos 5, 6, 7, 8, não é?

Conseguimos com muita luta – isso eu vou dizer, foi muita luta – a liberação dos correspondentes bancários, que inclusive deu a maior dor de cabeça para nós, porque, fechado o grande acordo, a equipe de negociação se retirou e o jurídico entrou para poder fechar os termos do acordo, o que seria assinado no papel. E teve muitas dificuldades, muitas dificuldades, porque vieram pegadinhas, vieram palavras inadequadas para expressar o que queríamos.

Dito isso, fizemos um cálculo que, se eles concordassem em nos dar 15% de desconto e conseguíssemos levar o contrato até a sua data limite, isso representaria, para a Caixa, uma economia de R$112 milhões.

Pedi à área de loterias que me fizesse, findo contrato agora, a conta exata desse desconto. Eles não conseguiram chegar na conta exata, mas eles já me sinalizaram que esse desconto chegou a R$117,9 milhões – muito mais do que tínhamos previsto. Como eles estavam me oferecendo maior desconto para eu dar maior prazo, a minha área jurídica me disse o seguinte que corríamos um risco de gestão antieconômica do contrato se não aceitássemos o desconto maior. O desconto maior é altamente vantajoso à Caixa; sem contar que esse contrato, desde que ele existe, ele jamais teve desconto. Jamais. Desde 1995, esse contrato só vem aumentando o valor; ele só vem tendo incrementos de valor. Foi a primeira vez que conseguimos, numa negociação, um desconto dessa natureza.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a questão da internalização?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – A internalização continuou com a mesma força que

precisava ter, porque, àquela altura, sabíamos que estávamos assinando um contrato de 25 meses, mas que poderíamos rompê-lo a partir do 18º mês. E fiz questão, juntamente com os meus ajudantes e com outro negociador, Dr. Carlos Silveira, que do contrato constasse uma cláusula dizendo que, a partir do 18º mês, esse contrato poderia ser rescindido. Ainda mais: que poderíamos usar da cláusula que permitisse a redução de 25% do valor do contrato se estivéssemos preparados para tal.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador, V. Exª me permite.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas, o desconto, de fato, não houve porque, logo em seguida, houve um aumento do valor das apostas, é isso? Tenho aqui que, logo em seguida, três meses depois, houve um aumento de 50%...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Senador, se V. Exª me permite...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Aumento de 50% na Mega e de 25% na Quina.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Houve uma autorização do Ministério da Fazenda que vinha sendo solicitada há muito tempo pela Caixa. Essa solicitação vem desde governos anteriores, não da administração atual. Desde o Plano Real, desde 1994, as loterias estavam sem qualquer tipo de reajuste. Esses reajustes não passam pela Vice-Presidência de Logística. Toda a negociação de reajustes é feita pela Vice-Presidência de Transferências de Benefícios. E esses reajustes não significaram a perda do desconto, em absoluto. Continuamos tendo o desconto e continuamos ganhando com esse contrato, haja vista que tivemos um ganho de R$117,9 milhões.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas, são os R$117 milhões sobre um novo valor. O ganho da Gtech foi maior ainda, porque, se ela faturava sobre 100, passou a ter um faturamento sobre 150, por exemplo. Evidentemente que o ganho da Gtech foi maior do que o anterior.

Ora, se a Gtech foi avisada anteriormente que ia ter um aumento logo em seguida, o desconto de 15% foi positivo.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Ninguém sabia que esse desconto ia sair.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Nem a Gtech sabia?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Isso é fora da governabilidade da Caixa.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas não estava sendo já estudado esse aumento?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Isso estava sendo pedido desde 1994, mas ninguém sabia se isso ia sair ou não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati, só para dar uma informação. O próprio laudo que foi distribuído pelo Sr. Paulo Bretas, está aqui, está escrito. No laudo, os especialistas atestaram que, independentemente da redução de 15% nos preços, pactuados entre a Caixa e a Gtech, ocorreu aumento efetivo médio de 7,98% nos valores recebidos por parte da empresa contratada para prestação de serviços lotéricos. Tal aumento foi calculado pela média dos 6,5 meses posteriores à majoração das apostas, sobre os 6,5 meses anteriores à prorrogação do contrato, representando acréscimo médio nos pagamentos de R$1,051 milhão. Quer dizer, os 15%, que a diretoria da Caixa disse que deu um abatimento, na realidade, significou, em função do prazo, um aumento de 8% no contrato já existente. Isso aqui está dito pelo perito, não é o Senador Efraim Morais.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Mas uma coisa precisa ser dita: se não houvesse o desconto de 15%, eles estariam ganhando era muito mais, era muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se não houvesse o prazo de 25 meses, ter-se-ia feito o contrato realmente sério, essa é que é a verdade, lamentavelmente.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O prazo de 25 meses...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi em função do prazo e, logo em seguida, porque não houve, Sr. Paulo... O raciocínio que se tem é que, antes de negociar prazo e desconto, não se anunciou o aumento que seria dado, que foi uma decisão da Caixa junto a quem comanda. Quem é que comanda a Caixa? Está subordinada a quem?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem foi que deu esse reajuste?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Foi uma secretaria do Ministério da Fazenda. Nós não tínhamos...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Depois, eu gostaria também que o senhor me desse uma explicação. O senhor falou antes do nível 2 ao nível 8. Os 15% foram sobre todos os níveis? Qual é a relação dos níveis com o desconto, que redundou nos cento e dezessete milhões...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O desconto inicial que a Gtech queria dar à Caixa era só sobre as transações lotéricas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Certo.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nós, na negociação, conseguimos levar esse desconto a toda a operação da Gtech com a Caixa, em todos os níveis: pagamento de contas...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O que significava Bolsa-Família, Bolsa-Escola...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Todas as transações bancárias que os lotéricos fazem.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E essa observação que existe no relatório seria somente em relação ao nível de transações lotéricas ou em relação a todos os níveis?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Lotéricas e todos os níveis. Agora quero ressaltar o seguinte: primeiro, nós, enquanto equipe de negociadores, não sabíamos se ia ou não ia ter esse aumento concedido pelo Ministério da Fazenda, pela secretaria de... é uma secretaria específica do Ministério da Fazenda, que concede esse tipo de aumento. Nós não podíamos adivinhar isso. E mais do que isso: um aumento desse tipo significou também maior benefício social. Ao mesmo tempo que a Gtech recebeu a mais, mas não foi suficiente para cobrir o desconto que deu – nós continuando tendo desconto. E, se não tivesse o desconto, ela ganharia muito mais, mas muito mais. Nós estávamos também reajustando, porque era reivindicação antiga dos lotéricos, era uma autorização que se vinha rolando na Caixa há muitas administrações, há muitas outras administrações que não apenas a atual, e, mais do que isso, nós estávamos melhorando os repasses sociais que as loterias representam.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, estou recebendo a informação do Senador Arthur Virgílio de que S. Exª e o Senador Tasso irão viajar para Recife dentro de pouco tempo. Então vou fazer uma pausa no meu interrogatório para ceder espaço para os dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi, e concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por uma deferência toda especial do Relator.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Sr. Presidente, a V. Exª e ao Relator por isso, que é uma deferência realmente especial, e cumprimento o depoente, Dr. Paulo Bretas.

Dr. Paulo Bretas, segundo artigo publicado no jornal **O Globo** pela jornalista Regina Alvarez, em 28 de março de 2003, o superintendente de projetos especiais, Carlos Cartell, enviou ao senhor um documento dizendo que seriam necessários 18 meses para implantar o novo modelo tecnológico e operacional do canal lotérico da Caixa, que libertaria, portanto, a Caixa da Gtech.

No dia 31 do mesmo mês, o Departamento Jurídico da Caixa informou não haver impedimento legal para a renovação do contrato por 25 meses. No mesmo dia, executivos da Gtech se reuniam num hotel com Waldomiro Diniz, segundo o Ministério Público. Como o senhor explica a decisão de assinar o contrato com a Gtech mesmo depois desse documento?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Porque ainda havia problemas referentes à liberação dos correspondentes bancários.

Eu trouxe, Senador Arthur Virgílio, documentos que me foram entregues pela área jurídica. As pendências jurídicas não nos permitiam, Senador Arthur Virgílio, fazer essa assinatura no dia 1º; não havia possibilidade porque não se chegava a um acordo com os advogados da Gtech com relação aos termos que seriam assinados.

Depois de um tempo é que eu entendi a diferença entre a palavra renúncia e a palavra desistência. A Gtech insistia que no documento ela estaria desistindo das ações que prendiam os correspondentes bancários na Justiça, e os advogados da Caixa diziam que a desistência por si só não bastaria; eles assinariam isso um dia conosco, no dia seguinte, eles poderiam entrar novamente com a ação.

Devido a isso, informei ao Dr. Marcelo Rovai e disse-lhe que enquanto não houvesse uma conversa com o advogado dele esse problema não seria resolvido e não haveria assinatura.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O que nos deixa sempre de orelha em pé são essas tais reuniões em hotel, enfim. E isso não diz respeito a uma pessoa honrada, como é o caso do Senador Flávio Arns, nem à maioria das pessoas honradas que compõem o PT. Mas o fato é que eu dizia ao Senador Jereissati, ainda há pouco, que estávamos lutando para aprovar a parceria público-privada, e este Governo já havia instaurado uma por fora, um espécie de PPP caixa 2 ou financiamento público de campanha. Ele já existia porque víamos como estava funcionando.

Então lhe faço outra pergunta: segundo uma nota da Caixa, o banco nunca negociou a contragosto dos pareceres técnicos da própria Caixa a prorrogação do prazo do contrato com a empresa Gtech do Brasil, responsável pelo processamento de dados das loterias, como todos sabemos, que é acusada de ter sido favorecida no esquema de propina, envolvendo o ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Casa Civil, portanto, Waldomiro Diniz.

O senhor acrescentou que nunca houve parecer que recomendasse a renovação e que o primeiro pare-

cer recomendou uma renovação de seis meses, mas seis, numa circunstância em que não haveria pendência alguma na Justiça.

Uma vez que continuamos aprisionados pelas liminares em favor da Gtech e que a Justiça não definiu o julgamento dessas liminares, mudou o cenário e achou-se por bem prorrogar esse contrato por mais 25 meses.

O senhor afirmou que os negociadores da Caixa que fecharam o contrato com a Gtech não tiveram nenhum envolvimento público com a Casa Civil.

O senhor continua afirmando que todos os pareceres técnicos eram favoráveis mesmo à prorrogação do contrato com essa empresa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Os que me foram entregues, sim, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas todos lhe foram entregues?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Acredito que aqueles que participaram da negociação enquanto técnicos que nos davam respaldo me deram pareceres que me permitiram tomar essa atitude.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)* O Haag disse que os pareceres técnicos eram contra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em contradição clara com o Dr. Haag, não é?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, eu trouxe todos os pareceres aqui. Inclusive estou trazendo uma lista de pendências jurídicas que não estavam resolvidas no dia 31 de março.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Seria bom verificar essa contradição.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Uma coisa era a época do Mário Haag, a crença dele de que podia fazer essa apuração de rateio e repasse e os pareceres que ele recebeu; outra coisa foi depois de falhas no sistema, que não foram só essas que eu trouxe, existem muitas outras, e vamos encaminhar à CPI, falta de redundância, risco de imagem da Caixa Econômica Federal. Todos esses fatores nos levaram a tomar as decisões que tomamos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor acredita sinceramente – digo isso até estranhando o senhor não estar acompanhado de advogado; geralmente, todo mundo que eu vi até hoje nas CPIs fica puxando pelo advogado, como se não tivesse convicção dos atos praticados durante a sua atuação na gestão pública –, apelo, portanto, a sua sinceridade... O senhor, de coração, acredita na legalidade do contrato, quando o senhor estava intermediando essa negociação?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Se eu assinaria esse contrato?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor acredita que se tratava de algo legal?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu acredito que estava fazendo o melhor para a Caixa. Tenho certeza disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E por que a extorsão? O senhor sabia da extorsão?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. De jeito nenhum.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E por que a extorsão? Se o contrato está legal, não haveria necessidade da extorsão?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – De jeito nenhum. Eu não entendi, até hoje, essa conversa, por que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor é mais um brasileiro dos indignados. Abaixo do senhor, só não pode dizer que o senhor é mais indignado do que o Presidente Lula, porque ele disse que só ele e mais ninguém... Então eu digo: o Presidente Lula e V.Sª...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Porque não tem sentido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Está muito bem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Como está na hora, estamos fazendo de uma maneira mais informal. Passou no Conselho Diretor a renovação, formalmente?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Essa renovação, pelos normativos da Caixa, por se tratar de uma renovação de um serviço essencial, ela é comunicada ao Conselho Diretor. Não há uma votação no Conselho Diretor. Mas durante todo o processo de negociação, o Conselho Diretor foi informado, e o Conselho Diretor poderia ter exercido poder de veto e poderia ter exercido o poder de dar redirecionamento às negociações. E em nenhum momento isso foi feito.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas, pelo que eu saiba, é o maior, isso já foi dito várias vezes aqui, contrato da Caixa. É o maior contrato da Caixa. O senhor acha natural que...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Se não é o maior, deve ser um dos maiores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É o maior. Já foi confirmado aqui pelo Sr. Mário...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas o maior contrato da Caixa não passa por uma reunião formal do Conselho da Diretoria?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Durante todas as reuniões do Conselho Diretor,

mantivemos o Conselho Diretor informado. Eu estava entrando na Caixa naquela época. A orientação que me foi dada foi esta: mantenha o Conselho Diretor informado. É um contrato de serviços essenciais que não pode ser paralisado e que pode ser renovado, sem a necessidade de um voto no Conselho Diretor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seu depoimento à CPMI dos Bingos, o Dr. Marcelo Rovai, ex-Diretor da Caixa, disse que o senhor sabia da extorsão e que havia ficado triste ao saber que alguém ganhou dinheiro.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não sabia, Senador. É um absurdo falar isso. Eu não sabia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De novo apelando para a sua sinceridade, o senhor recebeu algum dinheiro referente à prorrogação desse contrato?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – De jeito nenhum, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só mesmo aquele do contracheque?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Só recebo aquilo que a Caixa Econômica Federal deposita na minha conta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só o do contracheque. O senhor continua achando que a Caixa não tinha como gerir 25% da operação do sistema lotérico do País?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O senhor poderia falar um pouquinho mais alto, Senador? Eu tenho uma dificuldade auditiva. Inclusive, eu uso aparelho.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ele foi instruído para ser **soft** com V.Sª, por isso está falando assim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Depois, dizem que eu não sou **soft**.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Aliás, quero dizer da grande admiração que tenho por todos os Senadores, inclusive, acompanho a participação do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Embora continue filiado ao PT.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Quem sabe, não é, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. O senhor continua achando que a Caixa não tinha como gerir 25% da operação do sistema lotérico do País?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Continuo, Senador, até porque aqueles 25% que o Mário mandou uma carta...Essa carta é a coisa mais curiosa. Ele envia à Gtech, no dia 31 de dezembro de 2002, às 17 horas, uma carta para a Gtech propondo o seguinte: "Olha, nós vamos assumir o processamento e vocês nos dão 25% de desconto, está certo?" E pronto. Depois, essa carta foi parar na imprensa, e a imprensa veio para cima de nós. Ele esqueceu de mandar a resposta da Gtech, que veio no dia 3 de janeiro, dizendo o seguinte: "A parte de processamento não corresponde a 25% e a Gtech não aceita os termos dessa proposta". Então, quer dizer, não aceitavam. Estava preso na Justiça. Infelizmente, a Caixa estava engessada. A verdade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, só para a informação, V. Exª não estava aqui, todas as liminares dadas à Gtech foram na 17ª Vara e pela mesma juíza, todas. Só para a informação de V. Exª, que não tem nada a ver com...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Extremamente significativa a informação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na verdade, até já propusemos antes a convocação da juíza e a quebra dos seus sigilos fiscal, telefônico e bancário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até porque essa é uma coerência jurídico-liminar, não é? E de exceção. Podia ser sorte. Cair sempre com ela é sorte, jogo.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Srs. Senadores, a juíza, em um dos seus pareceres, aliás, ela julgou, porque a Caixa derrubou uma liminar e ela fez o julgamento favorável à Gtech. Nesse julgamento, ela proibiu a Caixa de falar nos autos. Nunca vi uma coisa dessas, é quase a perda do direito de defesa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dr. Bretas, a sua vice-presidência foi dividida depois da assinatura do contrato com a Gtech?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, foi um tempo depois. Logo que fui convidado pelo Presidente Mattoso, nessa conversa que tivemos em São Paulo, ele já havia me sinalizado que achava a Wilog muito grande para tocar tanta coisa. E ele tem toda razão, é ainda uma vice-presidência enorme. Ele me falou da idéia de separar a área de tecnologia, um pouco a exemplo do que existe no Banco do Brasil. O Banco do Brasil tem uma vice-presidência de tecnologia que também cuida, parece-me, da retaguarda das agências.

Isso veio a acontecer algum tempo mais tarde – não vou ter aqui na memória a data exata em que foi feito isso –, a partir de uma consultoria contratada com a Fundação Getúlio Vargas para se saber se era isso mesmo. Estávamos preocupados com a gestão da Caixa, se a administração da Caixa estava agindo corretamente, de acordo com a sua missão, com aqui-

lo que precisávamos prestar serviço para o Governo. Então, foi feita essa consultoria e, a partir daí, veio a idéia de separar a Vice-Presidência de Tecnologia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor já ouviu rumores sobre cobrança do que, no linguajar da corrupção, se chama de cobrança de pedágio aos fornecedores de tecnologia da Caixa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O que ouvi a esse respeito, Senador, foi uma notícia que saiu na **Folha de S.Paulo** de uma denúncia anônima, alguma coisa desse tipo, inclusive, envolvendo o meu nome, que teriam me entregue essa denúncia, mas isso não é verdadeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor nunca ouviu falar de nada? Digamos assim, se o senhor fosse o Papa, o senhor beatificaria aquele pessoal todo lá?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Se alguma coisa fosse denunciada, nós iríamos apurar. A partir da apuração, a Caixa é um órgão extremamente regulado...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É impressionante como explode um escândalo tão forte sem nenhum indício, sem nada, sem nenhum sinal, sem nenhum aviso, é tipo câncer, pega de repente e quando paciente olha já morreu.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Na Caixa Econômica, que tenha chegado ao meu conhecimento, ao ponto de ter que instalar inquérito interno, não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLO (PSDB – AM) – Finalmente, Dr. Bretas, qual a relação do Sr. Adelmar Torres, assessor da Casa Civil, ex-diretor da Caixa, com a renegociação do contrato da Caixa com a Gtech?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nenhuma. Nem conheço esse senhor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou repetir: que relação ele teve com a renegociação do contrato? Ele não participou em nenhum momento, não opinou, foi pura...Essa imprensa não tem jeito. O Governo tentou dar um jeito na imprensa com aquele conselho. A imprensa não tem jeito, ela fala que é uma coisa horrível. Então, seria pura invenção mesmo?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Acredito que sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Surgiu do nada, fizeram mal a esse rapaz...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nunca participou de nada, não conheço, nunca procurou a Caixa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLO (PSDB – AM) – Deveria estar processando todo mundo hoje.

Então, o senhor reafirma que o Sr. Adelmar Torres não participou de nada?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não participou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor estava na Caixa em maio de 2005, quando venceu a renovação de 25 meses. O contrato foi prorrogado novamente?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Foi prorrogado um outro contrato. Não é prorrogação, é um novo contrato. Eu já tinha saído, porque sai no dia 4 de maio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por quanto tempo?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ele foi prorrogado, desta vez, por 12 meses. É um contrato de transição. Agora vão entrar as empresas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem licitação?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nós fizemos a licitação... Esse de transição foi renovado sem licitação, porque é o que falei com V. Exªs, não tem jeito. Agora que conseguimos licitar, a Gtech resolveu não participar da licitação, para nossa surpresa, não quis participar, não participou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Presidente Lula já pode fazer aquele negócio do Presidente do Marco Zero, pode dizer o seguinte: pela primeira vez, neste País, se fez licitação. Está bonita a coisa.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Foi a primeira vez que esse contrato foi licitado, desde que ele fez aquela primeira da Racimec.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Sª pela atenção.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Agradeço muito as indagações de V. Exª, pois acho que contribuíram bastante para eu poder esclarecer mais.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Houve a licitação, só que o resultado da licitação foi comprado pela Gtech. A Racimec havia vencido a licitação ao arrepio dos pareceres jurídicos da Caixa, porque tem quatro a cinco pareceres contrários, dizendo que seria uma fraude a licitação. A Gtech assumiu, em 1997, 1998, 1999, a licitação. E, de lá para cá, por meio dessas liminares que vão ser investigadas, manteve-se fazendo tudo isso no Brasil sem licitação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Dr. Paulo, o senhor conhece o Sr. José Luiz Quintães, que foi Gerente Nacional de Loterias na época da renovação do contrato?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não, não cheguei a conhecer. Parece-me que, na época da renovação, ele não era mais o Gerente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas foi depois?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ele foi antes, na gestão anterior.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Acho que ele foi depois, durante a época. Aqui, a informação que tenho foi na...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Na minha época, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conheço.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor o conhece, já ouviu falar?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não, não conheço.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Nunca ouviu falar nele?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conheço. Já ouvi falar por causa dos jornais, estou sabendo que ele veio aqui ou vai vir, uma coisa assim.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Porque as informações são a de que ele trabalhou na Loterj...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conheço.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – ...com Waldomiro Diniz.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conheço.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E o Waldomiro Diniz teve algum contato com V. Sª?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nenhum.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor nunca teve contato com ele?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Para vocês terem uma idéia, poderia até ter tido porque tinha um cargo importante na Casa Civil, mas nunca vi o Sr. Waldomiro, nunca conversei com ele, nunca trocamos telefonemas e nunca participei de nenhuma reunião com ele. Portanto, eu não o conheço.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E nuca ouviu falar de influência dele dentro da Caixa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nunca ouvi falar disso, a não ser quando estourou tudo isso aí.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Qual é a sua explicação ou a sua visão de a Gtech agora afirmar que houve tentativa de extorsão?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não posso falar nada, Senador, porque a gente não sabe o que está por trás das coisas, não sei. Eu acho que precisamos é trabalhar firme, acreditar muito nesta Comissão, acreditar no trabalho da Polícia Federal para chegarmos à verdade.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor admite a possibilidade de que, enquanto V. Sª fazia o trabalho seriamente de negociação, haveria paralelo um trabalho em nome da Caixa? O senhor admite essa possibilidade?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não poderia afirmar nada, Senador. Eu sou uma pessoa que eu costumo dizer o seguinte: eu só acuso com provas. Agora, é possível? É possível. Isso pode ter acontecido? Pode, mas...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas o senhor concorda que tem já versões aí pela imprensa suficientes para termos uma visão de que havia uma...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – A gente está verificando que cada vez mais está chegando perto de comprovar essas coisas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – De comprovar essas coisas. Isso é importante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, aproveitando o quorum, não podemos dispensá-lo, solicito a V. Exª que, interrompa a reunião para votarmos o requerimento de quebra de todos os sigilos da Juíza da 17ª Vara, que foi citada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou atender a V. Exª de imediato.

Peço licença a V. Sª.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Há requerimento de autoria do nobre Senador Flávio Arns no sentido de convocação.

Os Srs. Senadores que se encontram presentes e que sejam favoráveis queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a convocação.

Requerimento de quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal. Desse, tenho que tomar os votos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Oito votos.

Está aprovada a convocação e a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Drª Maísa Giudice, de autoria do Senador Flávio Arns.

Agradeço a V. Sª.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não há de que, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E volto a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor ouviu falar que os senhores Filipe Torelli, Chefe de Gabinete da Presidência, o Superintendente de Loterias, Paulo Campos, e o Vice-Presidente de Loterias, Carlos Borges, trabalharam no Governo do Distrito Federal, juntamente com Waldomiro Diniz?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu ouvi dizer que o Sr. Torelli e o Sr. Paulo Campos trabalharam no Governo do Distrito Federal.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Na mesma época do Waldomiro.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Na mesma época do Sr. Waldomiro Diniz.

Quanto ao Sr. Carlos Borges, não sei dar essa informação.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Sª acha razoável que, para uma negociação como essa que foi descrita, há necessidade da contratação de um escritório para assessorar essa negociação feita pela Gtech? Qual foi a participação efetiva desse escritório? O escritório realmente foi fundamental na negociação?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O senhor está se referindo a qual escritório, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – MM Consultoria.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não tenho conhecimento da contratação desse escritório para essa negociação. Essa pergunta teria que ser dirigida à Gtech. Não tenho conhecimento, não sei.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim, mas é importante porque...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Se eles contrataram...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pagaram o contrato no valor de R$5 milhões.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não sei se eles contrataram. Mas se foi contratado para essa negociação específica, não haveria a menor necessidade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela Gtech, não é?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pela Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela Gtech.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, contratado pela Gtech. A minha pergunta é essa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele está entendendo que é pela Caixa.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, não.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não. Eu entendi o que o Senador disse. É porque eu não tenho conhecimento disso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Se para essa negociação havia a necessidade...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Contratado não apenas um, mas três escritórios.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agora, de acordo...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Se havia necessidade e se ela foi fundamental. Se uma empresa contrata por R$5 milhões um escritório de consultoria...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para tratar só de uma liminar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente. Não para negociação com a Caixa, mas para interpor liminares na Justiça pela alta especialização. Mas, na verdade, esses R$5 milhões são suspeitíssimos.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – A Caixa sofreu muito com esse processo todo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E o Dr. Paulo Bretas nem tomou conhecimento dessa consultoria em toda essa negociação, porque ela não teve uma participação tão fundamental na negociação.

Muito obrigado.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu que agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos, pode usar o microfone.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A assinatura desse contrato foi precedida de muitos encontros do Waldomiro e do Buratti, inclusive no Blue Tree. Aliás, o Buratti foi contemplado ontem com uma prisão, e esta Casa deveria convocá-lo para dizer os motivos da prisão. Alguém tem que nos informar, o Ministério da Fazenda ou alguém de direito, os motivos dessa prisão. Tudo isso pode levar para o outro contrato da Gtech.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu não fiz a inscrição e tenho um ou duas perguntas para completar as inúmeras perguntas já feitas. Acho que elas poderão ser importantes.

O senhor conheceu o Sr. Ralf Barquete?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Conheci o Sr. Ralf trabalhando na Caixa como Consultor na Presidência.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele participou na equipe que negociou a renovação do contrato?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – CE) – Tem certeza de que ele não negociou?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Absoluta. A equipe que participou era eu, Dr. Carlos Silveira, mais técnicos da Loteria, Diretoria Jurídica e técnicos ligados à área de tecnologia da Caixa. Ele não era de nenhuma dessas áreas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor tinha um forte relacionamento com ele?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – De jeito nenhum. Praticamente não o via...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas tem certeza de que ele não participou da negociação?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Pois não, como?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas tem certeza de que ele não participou da negociação, que não negociou junto?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Na minha mesa, comigo, com os meus técnicos, não!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que o Barquete era amicíssimo do Buratti, não? Mais de quinhentos telefonemas...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – É o que está sendo levantado agora, não é, Senador? E eu tomei conhecimento disso, porque ele chegou a agendar, em setembro, uma ida do Sr. Buratti à Caixa, para apresentar a empresa Leão & Leão. Então, daí para a frente, quando vimos tudo o que estava acontecendo, começamos a entender certas coisas, não é?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que coisas?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O que hoje a CPMI está levantando é que parece que o Sr. Ralf, pelas trocas e telefonemas, fazia centenas de ligações ao Buratti e vice-versa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor estava ainda na Caixa quando foi feita a renovação do contrato?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Qual deles?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O contrato...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De 2003, não?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De 2005.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, o novo contrato.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – À época do contrato de transição, eu já estava fora da Caixa. Eu acompanhei uma parte das preparações, mas, na assinatura, eu já estava fora. Eu saí da Caixa no dia 4 de maio, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tem conhecimento se o contrato foi prorrogado novamente?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu tinha conhecimento de que ia caminhar para isso,

porque era necessário fazer a transição entre a Gtech e as empresas que assumiram o papel da Gtech, e também a Caixa entrando com a inteligência própria, já em fase final de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conheceu o Rogério Buratti?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Conheci, ele foi à Caixa em setembro, acompanhado do Sr. Ralf Barquete.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele era representante de quem?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Representando a empresa Leão & Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a empresa Leão & Leão estava pleiteando o quê?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ele estava querendo prestar serviço na área ambiental, área de construção.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Paulo, o senhor e o outro negociador da Caixa, o Sr. Carlos Silveira, não propuseram nas negociações de renovação do contrato a possibilidade de a instituição, no caso, a Caixa, assumir o processamento de rateio e da apuração a cargo da Gtech, com o fim de obter talvez um contrato mais vantajoso para a Caixa. Por que não feita essa proposta, que era uma prova até de tentar chegar a um entendimento?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu já respondi a essa pergunta e vou ter prazer de responder de novo, porque eu acho que tem que ficar claro para V. Exªs que a Caixa Econômica Federal não tinha a menor condição de assumir o processamento das loterias, aí resumidos em apuração, rateio e repasse, sem correr riscos: risco de imagem, risco do erro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Poderia errar. Agora, que tinha condições tinha.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Em laboratório, com erros...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor estava prevendo um erro para não desgastar?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não estava prevendo o erro. O erro existia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas se não era testado, como é que existia?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Mas a área técnica não me dava segurança de poder corrigir todos os erros.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quantos relatórios o senhor teve da área técnica? Quantos consultores, vamos dizer assim, deram esse relatório ao senhor?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Olha, cheguei a fazer reunião com toda a equipe da SPE, que é a Superintendência de Projetos Especiais. Toda a equipe! Sentei com todos os técnicos e pedi a eles que me dessem prazos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca existiu um favorável?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não eram favoráveis. E a todo instante voltavam...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu não concordo com V. Sª na questão dos técnicos da Caixa. Eu respeito todos. Tenho convivência com a Caixa e...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Senador, eu entreguei...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...devo dizer que os técnicos da Caixa são pessoas respeitáveis e competentes.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – São, e eu não digo outra coisa a não ser isso. Só que desenvolver um processo de loteria não é a mesma coisa de fazer um software básico, é uma coisa muito complexa. E eu fiz questão de entregar ao senhor os depoimentos dos técnicos que foram convocados após a acareação feita entre eu e o Dr. Mário Haag. E eles são unânimes em afirmar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor está à disposição para uma nova acareação?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Paulo Bretas, recentemente, a Caixa Econômica fracionou a prestação dos serviços, como a equipe anterior pretendia na época da renegociação do contrato com a Gtech.

Após a realização dos pregões, constatou-se que os preços ficaram bem abaixo do previsto.

Pergunto: V. Sª não acredita que esse fracionamento já poderia ter sido feito naquela época? Se não, por que motivo?

Sei que V. Sª já andou respondendo, mas eu queria uma resposta mais completa.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Por que conseguimos redução de preços? Porque nós usamos da prerrogativa de fazer os pregões, e os pregões eletrônicos são, de fato, uma grande solução para o setor público fazer as licitações da melhor forma possível, a bem do setor público.

Por que nós não fizemos isso na época? Porque estávamos presos às liminares na Justiça. E, mesmo que não houvesse as liminares, ainda assim eu teria que atravessar um processo de transição com a Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em 1º de junho de 2003, um acórdão do STJ deu ganho de causa à Caixa contra a Gtech. Naquele momento, a Caixa poderia ter realizado os pregões.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Salvo engano – a memória não está tão boa – foi nesse momento que a Juíza fez o tal julgamento e a perda do momento... Não haveria tempo hábil para fazer. Na hora em que a gente derrubava uma liminar, a coisa era julgada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não era o acórdão de um tribunal superior?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não me sinto preparado para responder. É uma coisa meio jurídica. Não sendo jurista, eu estou me sentindo despreparado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade que as ações da Gtech se desvalorizaram após a renovação do contrato com a Caixa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Segundo os técnicos da Caixa, sim, mas, segundo a Gtech, não. A Gtech fala que não. Isso é uma coisa a ser comprovada. Basta pedir as datas lá na Bolsa de Nova York, o valor anterior e o valor das ações depois.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A equipe da Caixa sabia que se o contrato não fosse renovado até o final de abril de 2003 poderia ocorrer o oposto e, conseqüentemente, isso pressionava a Gtech a aceitar um acordo menos vantajoso? Quer dizer, a equipe da Caixa não soube aproveitar o momento.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Olhe, eu não diria isso, porque nós podíamos ter, pelo contrário, algumas atitudes pouco éticas, do tipo não sair o sorteio, alguma pressão mais forte desse tipo. Nós tínhamos muito medo disto, que, ao atravessar sem um contrato, a Gtech se sentisse no direito até de ir embora.

O senhor imagine se, naquela época, a Gtech falasse: acabou o contrato, até logo. Como é que nós íamos fazer? Teríamos que paralisar loterias e serviços bancários feitos por lotéricos.

Havia no ar, na hora da negociação... A gente nunca sabe até onde o outro lado está disposto a fazer as coisas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Caixa não tinha condições de tocar esses serviços?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não tínhamos, Senador, não tínhamos. Nós não tínhamos sequer condições de tocar...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa é a grande divergência entre o senhor e o Sr. Mário Haag.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – ...esse mínimo que o Mário Haag disse: apuração, rateio e repasse. A coisa é tão complexa que, na captura do boleto, lá na ponta, a Caixa não tinha ainda a tecnologia.

A tecnologia da Caixa dividiu-se em dois sistemas: um era o SISPLC, que era o de captura, e o SISPLP, que era o de processamento. O SISPLP era o que estava mais avançado; o SISPLC nem tinha ainda condições, estava pouco desenvolvido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-Presidente da Gtech?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Conheço. Ele participou da primeira reunião conosco, no dia 14 de março, e depois não participou de mais nenhuma reunião.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele afirmou nesta CPI que chegou a desconfiar da conduta de V. Sª no processo de renovação do contrato da Gtech com a Caixa, particularmente entre os dias 31 de março e 8 de abril de 2003, levando a crer que V. Sª teve participação nas ações praticadas por Waldomiro Diniz e Rogério Buratti.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Considero essa afirmação dele inverídica. Eles sabem muito bem que quem atrapalhava a assinatura do contrato era a área jurídica deles, os advogados que eles contrataram, porque o jurídico da Caixa fazia de tudo para poder assinar esse contrato e não conseguia fazer com que os termos chegassem do jeito que a gente precisava para assinar. E vou dizer a vocês: no dia 8, marcamos a assinatura desse contrato ao meio-dia. Quando nós fomos verificar as procurações que a Gtech dava, para que os seus advogados assinassem, uma vez mais lá, a palavra que aparecia era desistência e não renúncia. Nesse dia, já saturados de tanto tentar assinar esse contrato, eu me reuni com o Sr. Marcelo e disse a ele: nós não sairemos hoje daqui sem esse contrato assinado. Esse contrato acabou sendo assinado às 18 horas, porque eles tiveram que ligar para São Paulo, pegar uma nova procuração. Esse documento eu vou passar para vocês.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele foi adiado algumas vezes, a assinatura dele.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ele teve, na verdade... Se você contar o primeiro adiamento, que foi no dia 1º de abril, pois, na verdade, não tínhamos certeza se poderíamos ou não adiar, ele teve três adiamentos, porque, no dia 7, foi um adiamento a pedido do Presidente da Caixa, mas com a concordância total da Gtech, porque eu disse a eles: podemos assinar agora, no dia 7, não tem problema nenhum, mas o **(incompreensível)** não está aqui.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não houve nenhuma influência externa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – De jeito nenhum. Comigo, nenhuma, em nenhum momento, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De nenhum interlocutor estranho aos quadros da Caixa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Em nenhum momento. A Caixa tinha o maior interesse em assinar isso, para podermos dar seqüência àquilo que a gente tinha receio de não poder dar seqüência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em seu depoimento à Polícia Federal, acho que isso foi perguntado pelo Senador Arthur Virgílio. Marcelo Rovai disse que V. Sª lhe teria dito que estaria chateado, porque alguém poderia ter ganho dinheiro com esse contrato. O que V. Sª sabe sobre as possíveis tratativas que poderiam ter ocorrido?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não disse isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não disse? Nem parecido?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu estava num jantar com o Marcelo, e ele pode ter interpretado alguma coisa que falei de forma equivocada, mas eu não disse isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Rogério Buratti?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Conheço dessa forma que disse ao senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele esteve com o senhor no Hotel Blue Tree?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, nunca estive com o Sr. Rogério Buratti em hotel nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque os senhores se hospedaram no mesmo período. Nunca se encontraram?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nunca me encontrei com ele lá, para minha sorte, porque às vezes se encontra até no corredor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não conversou nem no corredor?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, nem sabia que ele se hospedava lá, Senador Tuma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Walter Santos Neto?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca teve contato com ele?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Gostaria até de saber quem ele é.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB –RN) – Advogado da empresa MM Aguiar?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o professor Denivaldo Henrique de Almeida?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Ministro Antônio Palocci ou outro dirigente do Ministério da Fazenda, em algum momento da renovação do contrato, teve algum contato com V. Sª?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nenhum contato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre Ralf Barquete o senhor já respondeu?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Já respondi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a impressão que V. Sª tem de Enrico Giannelli, ex-advogado da Gtech, acusado por aquela empresa de ser intermediário na tentativa de contratação do Sr. Buratti?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O Sr. Giannelli esteve numa reunião de negociação, sentado do lado do Sr. Marcelo Rovai, salvo engano, a primeira; depois nunca mais apareceu, só foi vir a ser localizado para resolver problemas de assinaturas de contrato no dia 8, porque a gente tinha que assinar esse contrato de qualquer jeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – GO) – O senhor teve só uma reunião com o Enrico e só uma com o Rovai?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. As reuniões em que participaram juntos Enrico e Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – GO) – Quantas vezes o senhor esteve como Enrico?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Uma vez, nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – GO) – Só?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Só, até assinar o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – GO) – E o Sr. Rovai?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Com o Sr. Rovai tive quatro a cinco reuniões, junto com a equipe de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – GO) – E com o Sr. Enrico, não, só uma?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Só uma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – GO) – Era o advogado da empresa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Era o advogado da empresa, estava do lado do Sr. Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – GO) – Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – GO) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu diria que o que aconteceu de importante, durante o depoimento, foi a votação do requerimento de convocação da juíza, a quebra de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico e também a declaração do Dr. Mário Haag – ainda anteriormente, em relação ao período em que esteve como Presidente do Conselho de Administração da Datamec – no sentido de que havia irregularidades, inclusive colocadas em fitas que confirmam isso. Ele confirmou também o fato de que, já naquela época, havia propina oferecida para Deputados, o que – eu diria –, na seqüência, podemos estudar, para ver como investigar um pouco mais.

Estranho o fato de que tudo aquilo da Gtech, da Racimec, da Datamec tenha vindo em conjunto na extinção da Datamec – apesar de durante 27 anos esta fazer o trabalho de processamento, a Racimec assumir, vender em seguida à Gtech, e esta participar por anos sem licitação. Tenho a impressão de que as coisas também começam a se encaixar mais inclusive com o depoimento agora do Dr. Paulo Bretas. Tenho a impressão de que o Rogério Buratti tinha acesso a informações da Caixa, provavelmente o contato também com Waldomiro Diniz e, utilizando essas informações, poderia fazer o jogo, inclusive, com a Gtech no sentido de atraso do contrato.

O Marcelo Rovai, no depoimento, disse que foi assinar o contrato no dia 8. Ele declarou que havia uma dificuldade no contrato e que colocou a culpa nos advogados. Isso se pode ver nas notas taquigráficas, mas sabemos que a Gtech também boa intenção não tem absolutamente nenhuma. Então, nesse sentido havia várias dificuldades.

Dr. Paulo, o senhor falou que o Carlinhos Cachoeira participou da primeira reunião no dia 15. Primeira reunião com quem?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não, não. Não disse nada disso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu entendi que o senhor tinha dito que participou da...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu disse que o Sr. Enrico Giannelli, advogado da Gtech, esteve presente na primeira reunião de negociação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ah, Enrico Gianelli, não Carlos. Desculpe-me, até foi bom o senhor esclarecer. Na minha ótica, eu diria que existe uma cumplicidade do Enrico Giannelli, do Buratti, do Waldomiro Diniz, fazendo esse jogo, para captar alguns milhões de reais, tendo acesso às informações.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Inclusive, nada mais natural do que eles estarem com o advogado deles, já que nós estávamos com o nosso também na mesa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nesse sentido, fiz várias perguntas no decorrer das falas, mas quero dizer, de maneira muito clara, que o senhor voltou a dar explicação em relação à capacidade da Caixa de fazer o processamento. O senhor afirmou que não havia essa capacidade. Todos nós poderíamos perguntar sobre uma prova mais afirmativa, mas temos acesso ao inquérito da Polícia Federal, em que eles dizem claramente que, de acordo com a Polícia, não havia condições técnicas e operacionais para assumir a fase de processamento de loterias e assim dispensar a Gtech.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – É isso mesmo, foi o que eu disse ao senhor. Naquela época...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agora, só para acrescentar, a Polícia Federal não satisfeita com isso, pediu que o senhor indicasse técnicos e que a gestão anterior do Dr. Mário Haag também indicasse técnicos, para eles dizerem se havia condições de fazer o processamento. E os técnicos anteriores e os atuais chegaram à conclusão unânime de que não havia.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, não havia condições. Então, fico pensando por que temos de examinar aquele material todo que o Dr. Mário trouxe aqui, em que ele diz: eu estou diante dessa pilha. A pilha me diz que todo mundo disse que tinha condições. Mas, se eles disseram, na seqüência, que não havia, temos que cotejar, para ver o que aconteceu.

Só gostaria que me explicasse melhor, porque não fiquei satisfeito com a explicação que o senhor deu, agora há pouco, para o Senador Garibaldi Alves, sobre o encontro com o Dr. Rovai, um dia ou dois antes, quando ele disse que talvez houvesse um equívoco na parte dele.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não. O encontro a que o senhor se refere...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em que ele teria dito que o senhor havia...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Mas foi muito tempo depois.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ah, foi depois?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Depois.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi depois.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Foi depois.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor teria dito que teria algum receio de que alguém tivesse ganhado dinheiro?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, ele deve ter interpretado alguma coisa que eu disse de uma forma equivocada.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Muito bem. Da minha parte, já fiz outras indagações, e as explicações vão-se somando, para todos nós entendermos melhor o quadro todo dessas negociações.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Senador Arns, eu agradeço as perguntas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, infelizmente tive um derrame na vista, a dor foi muito forte, tive que procurar... Depois encontraram o artefato, e fui lá para acompanhar. Ele foi retirado do Plenário; parece que era realmente um explosivo. Estão-me trazendo ao conhecimento que foi a Polícia Militar com o corpo especializado que detonou o artefato. Só queria a confirmação; estou aguardando. Então, eu me atrasei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Recebi essa informação, Sr. Senador. Realmente existia o que chamamos de uma bomba caseira dentro do Senado Federal, na barbearia. Já foi retirada e detonada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pedi muito para a Segurança manter o sigilo, já que o artefato foi localizado e retirado, para não trazer uma intranqüilidade geral.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas já está sob controle?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já está sob controle.

Eu estava prestando atenção. Com o Sr. Haag, temos que fazer uma acareação, provavelmente no dia em que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja V. Exª a importância do depoimento do Sr. Paulo Bretas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Temos de fazer, provavelmente, uma acareação, sem desrespeito aos dois, pelos confrontos de informação que o senhor trouxe ao nosso Relator.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Vai ser o nosso segundo encontro para acareação. Vai ser um prazer enorme. Não tem problema, porque...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Prazer ninguém tem em acareação. O senhor me desculpe, prazer o senhor não pode ter. O senhor vai me desculpar, com todo respeito, ninguém tem prazer em ser acareado, porque há a possibilidade de alguém estar mentindo.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Com todo respeito, Senador, queria só esclarecer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor quer esclarecer, acho que está ótimo. Mas ter prazer...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Me perdoe se usei um termo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu, por exemplo, que estou do lado de cá, e os outros não teremos prazer nenhum em acompanhar uma acareação, em que se tem de buscar uma verdade. Mas o senhor foi da mesma função dele, Vice-Presidente de Logística.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Isso mesmo, Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quando o senhor assumiu lá, o contrato já estava assinado de 90 dias?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Já havia um contrato assinado de 90 dias, que venceria breve.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas, durante a elaboração daquele contrato de prorrogação por 90 dias, o senhor teve algum acesso?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não participei de nada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agora, dos 15%, sim? Da concessão dos 15%, sim?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não sei se o senhor foi perguntado – não precisa responder – sobre o reajuste dos valores das apostas.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu já respondi, mas faço questão de...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tem problema, eu leio as notas. Se o senhor quiser responder...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – É só esclarecer que essa questão vinha-se seguindo na Caixa desde 1994, desde o Plano Real. Todas as sucessivas direções da Caixa fizeram solicitação do reajuste. Não podíamos ter a menor idéia de quando esse reajuste sairia ou se ele sairia. Então, foi uma coisa que não havia nem como levar em conta isso numa negociação em abril...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como se diz, não há ninguém santo na Gtech; esperamos que haja pelo menos do nosso lado, o da Caixa.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Se Deus quiser.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E eles devem ter uma projeção do que poderia acontecer, não é, Sr. Relator? Então, vamos dar os 15%, porque eles não vão escapar de um reajuste. Dentro de três meses ou quatro, tem-se que reajustar o valor das apostas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tuma, V. Exª me permite, já que citou? O Sr. Jorge Luiz Quintães o senhor conhece?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele, realmente, no depoimento aqui na CPI, disse que havia essa possibilidade. O senhor nunca viu o advogado?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. O que sei é que esse reajuste saiu em novembro de 2003, e o contrato foi assinado no dia 8 de abril de 2003.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque calculamos que a Gtech... Depois o Presidente e o Relator vão pedir a perícia que está sendo feita. A diferença foi muito maior a favor da Gtech do que da Caixa. E aqui o senhor fala sobre a incapacidade de a Caixa gerenciar todo o sistema de inteligência. O depoimento anterior... e todos falavam sobre o aprisionamento da dependência da Gtech. Então, a tecnologia da Caixa estudava uma forma de se liberar disso.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Perfeito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E não se conseguiu?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Conseguiu. Tanto conseguiu, que fizemos já a licitação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fragmentada?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS –... fragmentada, nos mesmos moldes que vinham sendo defendidos pela gestão anterior. É o que falo: esse contrato teve uma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O contrato é quase cópia de um e de outro, sem nenhum tipo de alteração. Não houve influência política externa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Alguns diretores foram indicados politicamente por alguém, pelo Waldomiro, por qualquer pessoa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não que seja do meu conhecimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os auxiliares que trabalharam com Waldomiro na loteria do Rio, na Loterj, foram posteriormente trabalhar na Caixa, na loteria da Caixa. O senhor tem conhecimento deles?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Conheço o Sr. Torelli e o Sr. Paulo Campos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E eles foram levados pelo Waldomiro?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não sei responder ao senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ou havia outro tipo de relacionamento...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não acredito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque eles não eram funcionários da Caixa.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – São funcionários de carreira da Caixa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E eles foram trabalhar com o Waldomiro por empréstimo.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Parece-me que eles trabalhavam em setores diferentes; era, mais ou menos, na mesma época e no Governo Cristovam.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas foram levados depois para a Caixa do Rio? Para a loteria do Rio ou só no...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. Essas duas pessoas que conheço, o Sr. Torelli e o Sr. Paulo Campos, são funcionários de carreira da

Caixa. Pelo que eu saiba, eles trabalharam no Governo do Cristovam Buarque, no Distrito Federal...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas ligados a Waldomiro?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não sei. Não creio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por que aparece essa ligação com o nome dele? O senhor tem alguma idéia?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não sei responder. Não sei responder. Talvez porque trabalharam juntos no mesmo Governo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque o Waldomiro também trabalhou com...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer, Senador, que V. Exª está concluindo, pela afirmação dos diretores da Caixa, que a diretoria da Caixa era genuinamente petista?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque V. Sª foi indicado pelo PT estadual de Minas Gerais, os outros dois trabalharam no Governo do Sr. Cristovam...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não saberia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Mattoso foi parlamentar do PT. Então, que falta?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nós temos na Caixa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Waldomiro Diniz... Ah, não, o Waldomiro Diniz só mandava.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Nós temos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Mattoso também não era carreira?

OSR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não é de carreira, nem político.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nem o senhor? O senhor também não era de carreira?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não. O Dr. Mattoso é professor da Universidade de Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Companheiros todos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agora, a infra-estrutura da Caixa foi alterada? Os técnicos, os profissionais da Caixa durante a gestão dos senhores na direção?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Alguns foram mudados, outros, não. Houve a preservação, salvo engano, de três ou quatro vice-presidentes que já estavam na gestão anterior. E existem na Caixa vários vice-presidentes. Salvo engano, são dez vice-presidências.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, acho que o Presidente tem razão. Foi uma estrutura politicamente montada. Não estou dizendo sobre o aspecto técnico do comportamento de cada um, porque, mesmo sendo uma indicação política, às vezes a pessoa tem condições de preencher os pré-requisitos para ter um exercício.

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço, e fica a questão da Gtech: o Buratti, o Rovai, o Enrico, todos com a ligação com...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tenha dúvida de que está formado o mosaico perfeito de indicação política, sem agressão alguma a V. Sª. Provavelmente, o senhor feriu algum interesse e saiu, não é?

Por que o senhor deixou a Caixa?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Isso me foi solicitado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se não quiser explicar, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele já explicou no início. Ele disse que saiu porque o Governo precisava do lugar dele para colocar alguém do PTB, não foi isso? Foi quando, Sr. Paulo? O senhor lembra?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu fui comunicado, no dia 31 de março, de que haveria essa possibilidade. E, no dia 4 de maio, essa possibilidade se tornou realidade; eu fui exonerado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Compra de voto através de cargo na Caixa.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não diria isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu estou tirando a conclusão para o Relator, analisando o relatório. Agora, considero o fim do mundo essa substituição por imposição política.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando houve aquela denúncia dos Correios, com aquela fita? Qual foi a data?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, dos Correios. Quando foi...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Maurício Marinho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A assessoria tem a data?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Temos a informação de que foi no mês de junho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero dizer que essa prática que é condenável de indicação parti-

dária para diretoria, seja agora ou anteriormente, isso acontece endemicamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – D. Pedro I.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Talvez seja uma das conclusões desta CPI, que nós acabemos com essa proliferação de cargos para a livre indicação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O importante é a profissionalização em determinados setores da administração pública. Pode até haver preferência política, mas desde que seja um profissional.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O PTB, por exemplo, foi indicado... Na época do Fernando Henrique, eu era do PSDB. Atualmente sou do PT. Mas o PTB foi indicado para...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De nenhuma forma V. Exª é suspeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...a Datamec. E em fitas gravadas em 1997 – o Mário Haag confirmou – afastou-se o presidente por irregularidades. Na fita, aparece a propina para deputados federais. Em 97, na Datamec.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª se lembra de que partido?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu tenho os nomes; podemos até investigar as fitas posteriormente, porque eu também não gostaria de levantar alguns anos depois. Mas há deputados que ainda fazem parte da legislatura atual.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, o grande risco dessas apurações é que há, constitucionalmente, obrigação... E há, na Lei nº 1.070 e pouco, do então Presidente Dutra, a responsabilidade do funcionamento independente dos três Poderes. Se houver impedimento, será caso grave, se compraram deputados para votar de acordo com o Governo, contrariando, às vezes, alguns interesses. Mas a compra de voto é um crime, no sentido de impedir o livre funcionamento do Parlamento. Eu fiz uma análise, fiz até um artigo, porque analisamos quais são os fatores que trazem a gravidade do impedimento de funcionamento da administração pública. E comprar voto é um dos fatos mais graves no sentido de impedir o funcionamento do Parlamento, que é um Poder da República.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

E, para concluir o depoimento do Sr. Paulo Bretas, que se diz à disposição da CPI para uma acareação seja com o Sr. Carlos Cartell, seja com o Sr. Mário Haag, vou conceder a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Paulo Bretas, estou achando que V. Sª deve lembrar-se do Sr. Jorge Luiz Quintães. Ele era gerente de produtos lotéricos da Caixa na época da renegociação.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Senador, honestamente, não lembro. Não o conheci. Não lembro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Vice-Presidência de V. Sª...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Ele não era da minha Vice-Presidência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...tem atribuições tão amplas, não é?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Mas eu não o conheci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Enrico?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, o Jorge Luiz Quintães.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele é o quê?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era, na época da renegociação, quando o Sr. Paulo Bretas era o Vice-Presidente da Caixa...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não o conheci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...ele era Gerente de Produtos Lotéricos.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu não o conheci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª contribui para o PT?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não mais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não mais. Mas contribuiu enquanto...

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Quando...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Assumiu a função?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto era a contribuição?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não me recordo. É um percentual...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se recorda. Então, era pequena, não é? Não se recorda.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Um percentual sobre o salário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Satisfeito, Sr. Relator? (Pausa.)

Sr. Paulo Bretas, agradeço o depoimento de V. Sª, e, dependendo do que for decidido na próxima reu-

nião, marcaremos uma data para essa acareação com o senhor, que se diz tão à vontade para fazer.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não é problema, porque já fiz uma primeira acareação na Polícia Federal e tenho todos os elementos que contribuirão para esclarecer ainda mais essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª concorda que aqui não é tão rígido como na Polícia Federal. É um depoimento bem mais *light*.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, de jeito nenhum. Aqui (riso) há muita pressão, mas fui tratado com a devida cortesia. Estou diante dos Senadores da República que neste momento estão com um papel importante para a vida do País. E, como cidadão, como brasileiro, tenho orgulho do Senado neste momento. E o que eu puder fazer para contribuir, Senador, vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós agradecemos a V. Sª. (Pausa.)

Convido o Sr. Carlos Cartell, ex-Superintendente de Projetos Especiais da Caixa Econômica Federal, para fazer parte da Mesa e iniciar seu depoimento.

O Sr. Relator precisa de alguns minutos, para que possamos iniciar? (Pausa.)

Não. Sem V. Exª, não é possível. Aguardamos cinco minutos, por favor. Não há a menor chance. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, sobre a mesa termo de compromisso assinado pelo Sr. Carlos da Silva Cartel, que nos informa sua Identidade, CPF, idade, estado civil, endereço e local de atividade de trabalho, conforme o art. 213 do Código de Processo Penal.

Sr. Carlos da Silva Cartel, V. Sª tem a palavra.

V. Sª está à disposição, então, concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Cartel, qual é a formação acadêmica de V. Sª?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Eu sou bacharel em Ciências Econômicas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como V. Sª ingressou na Caixa Econômica Federal e quais os cargos que ocupou ao longo da carreira?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Eu ingressei na Caixa em agosto de 1975, em Porto Alegre. Inicialmente, exerci cargos como Escriturário e, depois, como Gerente na área de finanças e retaguarda. Comecei a trabalhar com tecnologia na Caixa a partir da década de 90 e fiz alguns cursos direcionados à área de tecnologia, a partir da década de 90 – tenho algumas especializações. Considero-me um profissional preparado para isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O depoimento de V. Sª na Polícia Federal constituiu-se uma peça extremamente importante para o ajuizamento de denúncia por parte do Ministério Público, inclusive foram várias as pessoas que terminaram sendo indiciadas. V. Sª ratifica o que disse em depoimento na Polícia Federal?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Poderia fazer-nos um breve histórico de quando a Caixa Econômica Federal firmou contrato com a Gtech e em que base esse contrato foi posteriormente renovado?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Eu estive trabalhando com o projeto de loterias a partir do início de 2002 – a partir, especificamente, de abril de 2002 – e encerrei as minhas atividades nesse projeto em maio de 2004. Então, um pouco mais de 24 meses. Nesse período, acompanhei apenas as renovações referentes aos 90 dias, no início de 2003, e, depois, a renovação seguinte, que ocorreu em final de março, que é o contrato que provavelmente ainda está em vigor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando do novo contrato entre a Caixa e a Gtech, em maio de 2000, V. Sª desempenhava quais funções na Caixa?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Em 2000, eu estava trabalhando em São Paulo, na área de suporte tecnológico.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª considera que esse novo contrato se firmou em bases nocivas ao interesse da Caixa?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – O de 2000?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A partir de 2000 e as prorrogações.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Eu não teria condições de emitir uma opinião.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E em 2003? Esse que está sendo discutido, dos 25 meses de prorrogação e 15% de desconto?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – O meu papel nesse trabalho todo foi muito focado na questão da tecnologia. Todo o meu esforço, todo o meu trabalho, e da equipe que eu liderava, era voltado para a parte de desenvolvimento de uma solução de software, como engenheiro de software.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas tecnicamente mesmo, o senhor considera nocivo? Estou querendo a visão dentro do ângulo em que V. Sª pode nos dar uma contribuição.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim, eu entendi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nocivo por quê?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – A minha interpretação é de que ele trouxesse algum tipo de prejuízo à Caixa.

Creio que não. As decisões que foram tomadas pela diretoria se basearam em elementos, em variáveis que eu não acompanhava, não participava das negociações nem das decisões nesse nível estratégico, então eu tenho convicção de que a diretoria que tomou essa decisão o fez com bases reais, importantes. E não creio que tenha sido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Sª sabe dos questionamentos que são feitos, não é?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A partir do prazo que se considera excessivo diante da possibilidade de fracionamento, de internalização. Eu sei que V. Sª está bem a par dessas questões.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim, estou bem a par.

A decisão que a atual diretoria tomou, acerca da extensão do contrato pelo período de 25 meses, levou em consideração a seguinte premissa: a forma de internalização do trabalho de loterias, da forma que foi estabelecida primordialmente pelo nosso projeto, deveria ser implantada de forma integral, e não em partes, em etapas sucessivas.

Então a resposta que nós demos na ocasião foi que, para a implantação do projeto na sua forma final completa, e não em partes, aquele tempo era aproximadamente o necessário.

Assinei um documento dizendo que, a partir do momento em que se liberassem as questões judiciais, haveria necessidade, a partir desse momento, de um tempo adicional de pelo menos 18 meses para que ocorresse a implantação do novo modelo na sua forma completa.

Baseada nisso, essa diretoria tomou a decisão de fazer essa contratação por um tempo...

Aliás, de 18 para 25 meses, haveria uma folga de sete meses, possivelmente aguardando que nesse intervalo as questões judiciais que tinham sido interpostas pela Gtech estivessem todas resolvidas.

Na etapa anterior a 2003, com a diretoria anterior, na presidência do Dr. Valderi, tendo o Dr. Mário Haag como Vice-Presidente dessa área, a quem eu me reportava, a orientação era um pouco diferente; aliás, eu diria consideravelmente diferente, porque, na época, eu tinha um papel mais presente, trabalhava inclusive na mesa de negociação com a Gtech. Nós tivemos oportunidade de desenvolver alguns planos alternativos.

Então um dos planos, o plano A, digamos assim, seria a implantação do projeto na sua forma plena, na sua forma total, e um plano B, C, D, nós fizemos, nós estabelecemos algo como dez alternativas, algumas mais viáveis e outras menos viáveis. Essas outras alternativas, elas implicavam em implantação um pouco mais curta, partes do projeto, visando, de forma progressiva, aproximativa, chegarmos, num determinado momento, à implantação final total.

Então, por essa razão, inclusive, que se fizeram propostas a Gtech, mesmo no calor da disputa judicial, no sentido de que nós fizéssemos um contrato menor, para atender partes do projeto.

A gente corria um risco também, nós corríamos um risco também de... não sabíamos exatamente como a Justiça se declararia em relação a essa questão. Uma hipótese, na ocasião, que nós considerávamos é que talvez a Justiça não concordasse com as nossas teses. Então, nós teríamos que repensar o projeto como um todo, mas, na sua essência, nas duas situações, tanto a diretoria anterior quanto a atual, tiveram bem claro, em todo o momento, a necessidade, a importância de que a Caixa assumisse as loterias, passasse a trabalhar com as loterias com recursos próprios. Eu acho que é a melhor solução, dado que é uma atividade crítica.

Então, eu precisei qualificar um pouco essa questão para lhe responder. Esse prazo foi excessivo? O prazo que nós colocamos foi para a implantação do projeto todo, todo, o equivalente ao nosso plano A da gestão anterior, precisaria de dezoito meses estimativamente, a partir da liberação da Justiça para a questão ter seqüência. Como os 25 meses da renovação, a partir de março, estavam dentro do prazo legal, previsto pela Lei nº 8.666, essa renovação foi feita.

Então, essa é a minha avaliação parcialmente depois dessa minha interpretação, de por que essa decisão foi tomada pela atual diretoria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor não tem uma visão semelhante a do Sr. Mário Haag, porque ele trouxe uma documentação extensa, está ali, provando que a Caixa teria condições de assumir e que por isso mesmo, por ela já estar preparada, por ter condição de assumir, ele considerava que esse novo contrato era um contrato de certa maneira nocivo. Nocivo é uma expressão minha, mas poderia trazer prejuízo.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim. A decisão tomada pela nova diretoria não foi partindo da mesma premissa que o Mário partiu, que o Dr. Mário

Haag partiu. A proposta que nós fizemos no final de dezembro, quando a questão do projeto deixou de ser tão relevante assim, porque nós estávamos findando aquele contrato, estava findando, e precisaria ter algum documento que desse continuidade, que desse regularidade à execução do serviço, a premissa que ele partiu é de que nós poderíamos assumir partes do trabalho, partes do trabalho e não o trabalho todo.

A nova diretoria entendeu diferente. Não, nós vamos fazer a implantação do projeto, mas na sua totalidade e não partes dele. Eu gostaria de explicar um pouco essa questão, que envolve um detalhamento um pouquinho técnico, se fosse possível.

A questão é a seguinte: o nosso projeto, desculpe, o projeto da Caixa em relação a essa questão, da internalização das loterias, ele tem um componente de logística, distribuição de insumos das lotéricas como fita, volante de loterias; ele tem uma parte chamada de captação de apostas. A captação de apostas são os equipamentos que estão nas lojas lotéricas e onde são digitadas as apostas, feito o jogo. Não só isso, a parte de banco também é feita nesses terminais. Uma outra parte que chamamos transmissão de informações, permite que essa captação trafegue pela rede de nove mil pontos em todo País até os nossos sistemas centrais, nossos computadores centrais. E a quarta parte, o quarto módulo, é o processamento. Tudo poderia ser considerado processamento, a rigor, se a gente usar o termo de forma acadêmica. No entanto, processamento nesse caso se refere ao processo que ocorre em ambiente computadorizado de grande porte. Então, no final de 2002 – começamos o projeto em maio de 2002 – chegando em novembro, início de dezembro, nossa equipe conseguiu desenvolver a etapa de processamento integralmente. Já estávamos fazendo o processamento dos jogos captados na rede de lotéricas. É isso que vinha acontecendo.

Então, por uma questão contratual, quem faz o processamento é a Gtech, quem informa e dá as informações sobre quem ganhou em tal jogo. Começamos, a partir do final de novembro e início de novembro, a fazer o processamento só no ambiente centralizado, em computador de grande porte, fazer o processamento em paralelo com a Gtech, tirando, extraindo informações sobre apostas vencedoras juntamente com ela, em paralelo. Nós adquirimos essa capacidade nesse período. Foi nesse momento em que nós...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em dezembro de 2002.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Em dezembro de 2002, nós adquirimos essa capacidade, nós passamos a saber fazer isso. Esse é um ponto que acho fundamental, e não tenho escutado, inclusive, os demais que estão respondendo sobre esse assunto darem a devida importância e relevância. Foi uma conquista tecnológica importantíssima. A Caixa Econômica Federal...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor oficializou isso à direção da Caixa, não é?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sem dúvida, sem dúvida, Sr. Presidente, estavam completamente a par disso.

O que acontece é que, até o início de 2002, a Caixa não sabia operar as loterias. Ela é a responsável por essa atividade no País. Não sabíamos fazer, nós contratávamos isso de alguém. Tivemos que fazer esse trabalho através de uma técnica de engenharia reversa. Não sabíamos como o rádio funcionava. Tivemos que desmontar o rádio e remontar as peças, tudo. Não sabíamos nem imprimir, como se imprime e que caracteres precisam conter um volante de loterias, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor deu algum parecer ao Paulo Bretas, dizendo que havia condições de efetuar esses jogos? Isso estava concluído aqui pelo ofício. O Dr. Paulo há pouco disse aqui que todos os pareceres de que ele dispunha eram contrários. E tanto que não levou nem isso – e acho que era um fato que V. Sª defendia –, que era uma boa forma de negociar com a Gtech a hipótese de assumir mais adiante esse processo. E não foi colocado nada, na negociação com a Gtech, pela Diretoria, e não por V. Sª. Disse ainda que todos os técnicos que deram parecer a ele – até não concordei com ele porque considero a Caixa Econômica com grandes técnicos. Sou engenheiro, como V. Sª, embora não com a competência de V. Sª, como engenheiro.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Generosidade de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu queria que V. Sª me dissesse se oficializou a Caixa de que estavam prontos para iniciar esse processo tanto que, em setembro de 2002, a CEF não tinha capacidade técnica. V. Sª disse que "o serviço de processamento lotérico, rateio, prêmio e repasse de recursos, porém, estava muito próximo de atingir essa capacidade técnica, que veio a ser atingida em dezembro de 2002". Que, "efetivamente, em dezembro de 2002, a Caixa tinha capacidade técnica para assumir o processamento lotérico tanto que o levou a apresentar proposta, por escrito, em Ofício – e cita inclusive o número – nº 1.068, da Caixa".

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Ofício nº 1.068, de dezembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De 2002, perfeitamente.

V. Sª afirma e reitera isso aqui? Reitera esse fato?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim, mas eu gostaria de qualificar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Inclusive porque esse assunto, ele acabou ganhando relevância, inclusive nas discussões internas na Caixa, como não poderia deixar de ser, e necessita de um esclarecimento adicional. Nós adquirimos a capacidade técnica, de fato, foi um marco, em dezembro de 2002. O meu contato com o Paulo Bretas, inclusive, não aconteceu imediatamente na nova... no início da nova gestão. Isso aconteceu final de fevereiro provavelmente, segunda quinzena de fevereiro, quando ele foi contratado por essa época. Meus contatos eram com outras pessoas da nova gestão, designadas pelo Presidente da Caixa. No entanto, apesar de nós termos adquirido essa capacidade técnica em dezembro de 2002, isso significa em ambiente de desenvolvimento. Nós aprendemos a fazer. Foi um momento importante, tecnicamente importante. Eu digo que era muito importante para nós, do ponto de vista técnico, passarmos a assumir de fato isso, porque tornaria todo o processo irreversível. É importante ressaltar que, naquela ocasião, o ambiente era de muita incerteza. Nós não sabíamos como, inclusive, a Justiça ia se posicionar a esse respeito. O TCU estava avaliando, inclusive, representações que a Gtech fez sobre se nós estávamos no nosso juízo perfeito em fazer uma proposta desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conversou com a assessoria jurídica da Caixa sobre essa questão? Se eles davam segurança, se não davam? O senhor chegou, como técnico, a conversar com...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – De assumir esse papel? De assumir esse trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não, não, não, não de assumir. Se V. Sª, na condição... Naquele momento V. Sª era Vice-Presidente de logística da Caixa, ou melhor, superintendente de projetos especiais.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Superintendente da equipe de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, eu tenho duas perguntas a fazer: evidentemente, como superintendente de projetos, o senhor conversou com a assessoria jurídica da Caixa, e a assessoria jurídica disse que não tinha segurança, vamos dizer assim, não sabia o que poderia vir a acontecer. Não sei se... Eu estou interpretando o que o senhor falou.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, a partir daí, a assessoria não tinha essa certeza, essa tranqüilidade de que poderia acontecer. Mesmo assim, tinha tempo para se avançar nas negociações. Como o senhor era o chefe, existia algum parecer contrário de algum técnico lá, da sua assessoria, ou que o senhor comandava, se dizendo contrário a esta situação, que vocês tinham competência para assumir?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Dr. Paulo disse há pouco – aqui, só para conhecimento de V. Sª, eu não tenho nada contra V. Sª, só afirmando que ele disse que todos os relatórios que recebeu da assessoria técnica eram com parecer contrário. Todos que chegaram na mão dele. V. Sª conhece algum engenheiro especializado nessa área ou técnico que deu parecer contrário a pedido da diretoria?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Eu tenho impressão de que o Dr. Paulo Bretas está fazendo referência a algumas informações que foram emitidas por técnicos da área de loterias, não da minha atividade, não é? Porque minha atividade é ligada a projetos de tecnologia. Do pessoal da área de loterias que começou a fazer o trabalho de acompanhamento desse processo paralelo a partir de fevereiro, não em dezembro; em fevereiro. Esse trabalho começou a ser feito e começou a ser... iniciou um processo de homologação desse trabalho. A homologação é uma etapa importante do trabalho, que é feita pela área gestora do negócio – nesse caso, área de loterias –, e que tem a palavra final e tem autoridade final para determinar se o produto vai ser instalado, se o sistema vai funcionar. E eles provavelmente fizeram algumas... passaram algumas informações sobre o que eles consideravam como erros, enfim coisas desse tipo. Suponho que seja isso. Mas na minha equipe, não. Eu gostaria de concluir a parte de dezembro, que para mim é muito importante. Em dezembro, quando nós adquirimos essa capacidade, comunicamos isso ao então vice-presidente Mário Haag e discutimos sobre a oportunidade então de, ao invés de trabalharmos numa situação plena do projeto todo, de fato já antecipar algumas coisas em relação à Gtech. Fazer com que o novo contrato tivesse então um objeto menor, para que pudéssemos, por exemplo, não contratar a parte de processamento talvez. Embora fosse um ambiente de certeza, do ponto de vista técnico, para nós isso era muito interessante, porque tornaria o nosso trabalho irreversível. A Caixa passa a fazer o processamento e contratamos da

Gtech o resto. O resto é a parte logística, a captação, transmissão, etc.

Só que para que isso de fato se tornasse uma realidade, coisas importantes deveriam acontecer nos próximos meses. Primeiro, estamos com um trabalho de processamento em ambiente controlado na área de desenvolvimento. Precisamos passar por um período de paralelismo junto à Gtech, aos técnicos da área de loterias, até chegarmos a um ponto, corrigindo algumas eventuais falhas que surgissem. Todo projeto de *software* nunca termina pronto, acabado, cem por cento. Ele sempre precisa de correções, o pessoal chama de *tunning*, precisamos fazer um ajuste fino de todas as variáveis que não dominamos.

Então, pensávamos em um período de tempo, o mais curso possível, lógico, em que essa homologação ocorreria e passássemos de fato a assumir da Gtech essa atividade de processamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeito. Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O orçamento para essa libertação da Caixa do aprisionamento tecnológico foi da ordem de R$101 milhões? O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dados que nos foram fornecidos também pelo Sr. Mário Haag.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O cronograma foi cumprido na sua integralidade?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Todo o orçamento foi gasto?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – A parte que considerávamos mais relevante, sim. Porque o orçamento tinha duas partes. Uma parte destinada a investimento, aquisição de equipamentos, licença de *software*, uma parte considerável desses R$101 milhões foi para isso. Esse é o orçamento para 2002. Nesse período usamos boa parte desse dinheiro comprando equipamentos, comprando licença de *software*. E uma parte menor, acredito que algo em torno de 12 a 15 milhões, que são da fração de financiamento do custo da operação dedicados ao trabalho de implementação, de codificação. E isso nós continuamos ao longo de 2003 e acredito que até agora isso deve estar acontecendo, porque está em fase já de implantação esse projeto. O grande volume de recursos foi despendido nesse período.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou insistir na mesma questão colocada pelo Presidente Efraim Morais há pouco tempo. Por que a Caixa não acatou os pareceres técnicos que indicavam que a empresa pública possuía capacidade tecnológica de assumir a substituição da primeira parte dos serviços contratados pela Gtech? A que se referia a primeira parte do contrato?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Tenho impressão de que o contrato não está quebrado em partes. O contrato com a Gtech é um contrato de fornecimento de serviços de captação e processamento de jogos. Acho que essas quatro partes são essas que eu falei: logística, captação, transmissão e processamento que são de um ponto de vista de projeto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas que só agora que a Caixa recentemente passou a adotar esse.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – A etapa de processamento já desde dezembro de 2002. As demais etapas foram sendo concluídas nos meses seguintes. Isso passou 2003, 2004.

Então, a pergunta que o senhor me fez sobre por que razão a atual direção não contratou apenas o restante que não sabia fazer, de fato, essa resposta eu não teria, mas imagino que seja pelas razões que eu disse anteriormente. Foi uma decisão tomada no sentido de que se fizesse a implantação do projeto não em partes, mas no seu...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas haveria riscos? Porque o Sr. Paulo Bredas falou aqui na possibilidade de haver riscos.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Todo projeto, especialmente um projeto dessa envergadura, tem um componente de risco muito forte, sem dúvida, em qualquer momento. Eu ficaria muito preocupado se tivesse que tomar uma decisão. Imagino o que aconteceria se a população, de repente, não tivesse jogo para fazer, se se interrompesse a atividade das loterias.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o papel exercido por V. Sª nas negociações como superintendente de projetos especiais? V. Sª participou diretamente da negociação ou prestou assessoria?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Pois não. Eu comecei a trabalhar no projeto em abril de 2002. O projeto já existia desde dezembro de 2001. Havia outro superintendente anterior a mim. Eu vim de São Paulo para trabalhar em Brasília e depois fui convidado para essa função. De abril de 2002 até dezembro de 2002 ou início de janeiro de 2003, eu desempenhei esse papel de, ao mesmo tempo, tratar das questões do desenvolvimento do projeto e também negociar com a Gtech.

A justificativa é que haveria necessidade de uma forte negociação com a Gtech, tendo em vista que a etapa de implantação – como, de fato, é muito complexa – exigiria que o próprio pessoal da tecnologia fizesse essa negociação. Então, de abril de 2002 a dezembro de 2002 ou janeiro de 2003, eu, de fato, sentei com a Gtech e negociei; tentamos negociar pelo menos.

A partir da nova diretoria, da nova gestão da Caixa, que é a atual, ou seja, em maio de 2004, eu deixei de ser superintendente de projetos – há um ano e alguns meses. Então, nesse período de janeiro de 2003 a maio de 2004, eu fiquei restrito às questões de tecnologia, de desenvolvimento, e não negociei, não tive mais contato com a Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor reconhece que houve uma mudança de opinião de V. Sª? V. Sª tinha uma opinião até 2002 e passou a ter uma opinião diferente no início de 2003, com relação à absorção dessa nova tecnologia pela...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não, não. Não concordo, não. A minha opinião foi sempre a mesma. A minha opinião foi sempre a mesma, Sr. Relator. Não mudei uma vírgula.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No sentido de que a Caixa só poderia absorver a nova tecnologia integralmente?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não. Essa foi uma decisão da diretoria e não minha. Mas, quando fui perguntado pela diretoria, se fosse feita a absorção plena, quanto tempo levaria, eu respondi objetivamente: 18 meses além do prazo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso poderia ser feito em 18 meses?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Após o fim das demandas judiciais que a Gtech nos impunha.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se referiu a uma nota técnica datada de 28 de março de 2003, não é isso?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A 07.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª, segundo o seu depoimento, disse que esclareceu, na nota técnica, que atendeu a um questionamento específico sobre o tempo necessário para a conclusão do novo modelo tecnológico e operacional e que a Diretoria da Caixa Econômica sabia que a mesma estava apta a fazer o processamento, e isso foi ponderado. Quem fez essa ponderação? Uma questão de contingência ao senhor para que...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – O Vice-Presidente Paulo Bretas, mais especificamente, fez essas ponderações, e eu, do ponto de vista técnico, não posso deixar de concordar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E de dar a opinião do senhor. Isso é uma opinião, não sei se o senhor... Quem realmente negociou esse contrato com a Gtech foi o Sr. Paulo Bretas, que é o mais forte negociador, vamos dizer assim?.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – O mais forte? Não saberia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele e o Carlos?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Carlos Silveira, com certeza; o Vice-Presidente Paulo Bretas, enfim, outras pessoas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Posso fazer só uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Claro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A informação que temos é que – da Polícia Federal, tenho escrito, entre aspas, mais ou menos – o Perito da Polícia Federal afirma que a Caixa Econômica não teria condições de fazer o processamento. Então, essa é uma informação.

A segunda informação é que o Dr. Mário Haag e o Dr. Paulo Bretas indicaram técnicos para a Polícia Federal para avaliarem se o processamento seria possível ser feito pela Caixa Econômica Federal. E a conclusão unânime dos técnicos é de que a Caixa não teria condições de fazer o processamento.

V. Sª confirma esse fato? Pelo menos, essa é a informação que temos, confirmada pelos papéis entregues.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sr. Senador, haveria necessidade de qualificar a questão do intervalo de tempo.

O SR. (Orador não identificado) – Dezoito meses.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O processamento que ele fala naquela ocasião.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Naquela ocasião, obviamente, não.

Em dezembro de 2002, na virada para janeiro de 2003?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não, obviamente, não. Por quê?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Deu-me a impressão de que V. Sª, respondendo a indagação...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele afirma, naquele momento, que a Caixa teria

capacidade técnica para processar apuração, rateio e repasse, que era exatamente o que vai sendo feito agora. Na integralidade, são 18 meses.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na integralidade, são 18 meses.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Aqueles quatro módulos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A verdade é que entendo, Senador Flávio Arns, não sei se é essa a conclusão de V. Exª, é que a Gtech não aceitou – ou tudo ou nada.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ameaçou deixar sem jogo e, na Caixa, quem negociou, não sei o que aconteceu.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Diz aqui que o parecer técnico do Perito da Polícia Federal conclui que:

Infere-se da documentação apresentada para exame que a Caixa Econômica não dispunha, em dezembro de 2002, das condições técnicas e operacionais necessárias para assumir a fase de processamento das loterias; e dispensaram, assim, a Gtech dessa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas de rateio e repasse, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Também as testemunhas que prestaram depoimento à Polícia Federal e declararam – entre as quais V. Sª – que a Caixa não dispunha de condições para assumir o processamento.

É que está havendo um pouco de confusão. Realmente, entendo o que V. Sª está falando: em ambientes com variáveis controladas, laboratoriais.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Tínhamos essa capacidade, Excelência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tinham essa capacidade. Também não quero defender a pessoa que esteve antes aqui, porque o que pretendo é que a verdade apareça – de um lado ou de outro. Mas o que ele afirmou é que seria um risco grande, porque capacidade, ambiente, vamos dizer, controlado, laboratorial, variáveis que podemos ver, realmente é uma coisa; abrir para todo o sistema seria algo diferente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª me permite, na esteira do que o Senador Flávio Arns está colocando, quanto à questão central, nós, que somos leigos, temos dificuldade de entender. Está havendo uma confusão, como disse o Senador Flávio Arns. A questão central seria V. Sª nos dizer se realmente a Caixa teria condições de assumir o processamento ou não.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – No lugar da Gtech?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No lugar da Gtech. Essa é a questão central, que está permeando.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Vou fazer isso com muito prazer, porque tenho escutado muita discussão a esse respeito. Vou tentar ser um pouco didático. Desculpem-me

Em ambientes controlados, adquirimos a capacidade de processar jogos, o que nunca havíamos feito – a Caixa não tinha feito isso. Então, foi um marco, uma vitória. Comemoramos etc. Isso aconteceu...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em ambiente controlado?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Em ambiente de desenvolvimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em termos de laboratório?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Entenda-se assim: em laboratório, em ambiente de laboratório. Em nenhum desses momentos, a Gtech deixou de fazer o trabalho dela e receber suas faturas mensalmente, tudo igualzinho. Não mudou absolutamente nada. Em dezembro de dois mil e...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Num trabalho paralelo.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Num trabalho paralelo, mas sem qualquer implicação do desenvolvimento para dentro da área de produção. A produção que se chama o ambiente de grande porte, onde as coisas acontecem na realidade, são ambientes segregados. Não há qualquer tipo de contato. Não pode haver qualquer tipo de contato.

Em dezembro de 2002, então, nós fizemos uma comunicação, o meu grupo fez uma comunicação. Nós nos autocongratulamos, porque nós tínhamos conseguido, tínhamos atingido essa marca. Bom, daí a dizer que nós temos condição de assumir instantaneamente o trabalho da Gtech há uma enorme distância, tanto que, no início de janeiro, em janeiro de 2003, foi feita uma reunião importante com muitas pessoas envolvidas dentro da Caixa, especialmente o pessoal da equipe de loterias.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em janeiro...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Em janeiro de 2003.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De 2003?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Isso. É que a nova gestão não tinha assumido de fato em janeiro de 2003.

E, nessa reunião, nós fizemos a apresentação, eu fiz a apresentação dizendo que nós já tínhamos adquirido a capacidade e que agora, então, precisávamos adotar uma postura mais efetiva, mais firme. Não poderíamos diminuir a velocidade com que nós estávamos indo, independentemente de qualquer mudança de Governo. E a idéia de que nós precisaríamos absorver esse trabalho da Gtech era um fato que ia acontecer mais cedo ou mais tarde.

Então, o pessoal devidamente envolvido com essa idéia... Começamos a trabalhar na hipótese de começarmos a etapa seguinte, que é um processo de homologação. Esse processo de homologação, ele não tem um prazo certo para terminar. Depende muito do envolvimento das pessoas, da vontade de que isso aconteça o mais rapidamente possível. Esse processo...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Uma validação?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Isso, homologação, na engenharia de softwares, é o processo de validação por quem é dono do negócio. O dono do negócio não é a área de tecnologia, não éramos nós, a área de tecnologia, e sim o pessoal da área de loterias. Então, nós estávamos com os técnicos lá, convencendo-os da necessidade de começar a fazer imediatamente essa homologação.

Esse processo de homologação inclui correções, acertos, testar várias e várias vezes, fazer o trabalho da Gtech e o nosso em paralelo e comparar todos os resultados, afinar, verificar o que está acontecendo de errado. E se chega a um determinado ponto, que poderiam ser dois, três, quatro meses após, de dizer: "Está ok". Então, o pessoal da área gestora assina um documento de aceite daquela solução, e nós transferimos – agora transferimos, sim – esse produto para dentro da área de produção.

Então, esse é o momento crítico em que, de fato, nós vamos passar a fazer o trabalho pela Gtech. E isso era previsto, tanto que, na proposta que foi feita para a Gtech no final de 2002, aquele ofício que nós encaminhamos à Gtech – tem a história da redução dos 25% – previa isto: "A proposta que nós fazemos para vocês: vocês nos vendem logística, captação e transmissão, os outros três modos, e processamento nós fazemos, só que nós não fazemos imediatamente. Nós precisamos de uma etapa ainda, de um tempo, para fazer essa absorção". E os 25%...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Carlos, queria sanar uma dúvida ainda sobre essa faixa de início de ano. O senhor chegou a participar de uma reunião como negociador da Caixa, não foi?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – No início de 2003, sim. Eu acho que foi a última.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E por que foi que o Sr. Carlos Silveira pediu que o senhor se afastasse da negociação e cuidasse só da parte tecnológica, ficando só ele e o Paulo Bretas? Ele diz, no depoimento dele, que pediu que o senhor se afastasse das negociações. V. Sª era um homem que tinha dados tecnológicos, informações preciosas, defendia a tese de que "a Caixa é nossa" – eu posso dizer. Daí a Caixa tinha condições de barganhar melhores contratos. E isso incomodou quem estava lá negociando? V. Sª, então, afastou-se, a pedido, é evidente, não porque quis. Ele disse, no depoimento dele, o seguinte: afirmou que Carlos Silveira pediu ao senhor – aliás, foi o senhor que afirmou isso – que cuidasse apenas da parte tecnológica do contrato e não participasse mais das negociações. E a última reunião de que o senhor participou foi exatamente essa – para ser preciso, no dia 07/01/2003 –, batendo com o que o senhor afirma, não é?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – No dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que o Sr. Carlos pediu o afastamento do senhor dessa mesa de negociação, passando a ficar entre o Paulo e ele com a Gtech?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Bom, eu sei o que me foi dito, e fez sentido para mim. Eu era o representante da Caixa na mesa de negociação com a Gtech no período imediatamente anterior, ao longo de 2002. Fizemos reuniões muito tensas com a Gtech. Todas as reuniões eu gravei; inclusive, eu colocava dois gravadores em cima da mesa. Terminava a reunião: uma fita é minha, e a outra é sua. Na interpretação...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – São as mesmas gravações de que o Sr. Mário Haag participou? Ou são outras gravações?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não, tenho a impressão de que o Mário nunca participou dessas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ou já são outras gravações? V. Sª pode colocar essas fitas à disposição da CPI?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sem dúvida. Devo ter cópia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Parece que é outra. São outras.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Tenho a impressão... Não tenho certeza, mas se foi...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que o Mário Haag não participava das reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ah! Perfeito! Então, era a mesma.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não, ele...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já se encontra aqui à disposição da gente. Obrigado.

Queria só que o senhor me explicasse. O senhor ia me dizer o porquê.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – O que acontece é que uma primeira análise feita pelo Dr. Carlos Silveira era que "esse tipo de ostensividade deve ter transmitido, suponho eu", ele me disse, "algum tipo de viés antipático nesse relacionamento, e, nessa associação sua com a equipe anterior, com reuniões fracassadas, vocês não conseguiram chegar a bom termo, mas vamos reverter isso, vamos passar a fazer reuniões construtivas, e acho que você é um cartel. Você me desculpe, mas você é um ícone deste momento. Então, acho que você não fica chateado". Eu disse: "Não, em hipótese alguma. Sou um técnico".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi queixa da Gtech de que o senhor era antipático nas negociações?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Eu não saberia lhe dizer, Sr. Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou sentindo que o senhor era o técnico e que sabia apontar todas as possibilidades ou não de implantação do sistema. Então, a Gtech pode ter sentido um grau de perturbação com a sua presença.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Na negociação, a vantagem de ter um técnico com algum conhecimento em negociação é que não deixa rolar facilmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu até ia perguntar para o senhor, depois que o senhor saiu: quem o substituiu na parte técnica das negociações? Não dá para os dois serem negociadores sem haver um técnico para assessorar, por ser eminentemente técnica a contratação.

Se o senhor tem um programa a ser implantado, deveria haver um cronograma de cem milhões. Então, devia haver alguém que conhecesse profundamente toda a parte gerencial de logística para ajudar a diretoria a resolver. Então, o senhor estava atrapalhando. Colocaram outro ou não?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma pergunta muito pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que dá para entender, pelo que estamos vendo, é que a Gtech não era cliente da Caixa, não é? Era quem comandava. Se o técnico não está agradando, substitua! Dá para entender isso.

Não tenho a menor dúvida de que o senhor era, no momento, o técnico que tinha mais conhecimento da matéria, por ter sido superintendente no laboratório. É quem estudou. Era um projeto que estava parado, e o senhor foi deslocado para dar continuidade. E deu continuidade, mas aquilo não interessava à Gtech.

Vou puxar pela memória do senhor. Faz pouco tempo, o senhor estava negociando nessa reunião de que o senhor participou. Dela participou o senhor, o Carlos, com certeza, o Sr. Carlos Silveira, não é?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Em 7 de janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não participou? Só participou o senhor com...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Nós éramos ainda a conformação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que não ficou ninguém da...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Da nova gestão?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não ficou ninguém da gestão anterior para negociar? Só ficou a nova gestão?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ficaram exclusivamente, vamos dizer assim, o Sr. Paulo Bretas e o Sr. Carlos Silveira?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Eu não saberia lhe dizer se há mais alguém.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Algum técnico, não é?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Desculpe, eu não saberia dizer. Na minha equipe, certamente não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma e Senador Flávio Arns, precisamos saber se esses relatórios, se esses pareceres técnicos – o Sr. Paulo disse há pouco que todos eram contrários – foram exatamente encomendados.

O senhor não ia dar outro parecer, a não ser o da sua consciência, porque já tinha conhecimento e já tinha notificado a própria diretoria, por meio do ofício, da nota técnica que citamos anteriormente, e daí incomodava. Aquilo ali não dava para a Gtech.

Então, precisamos saber isso. Acho que vai ser fácil chegar a isso, se não destruírem essa documentação.

Que técnicos eram esses? Vamos precisar saber do Sr. Paulo quais foram os técnicos que ele tem com parecer contrário, porque esses técnicos só têm sen-

tido se discordavam da orientação do senhor, vamos dizer assim, porque o senhor foi quem tratou.

O Relator, evidentemente, vai procurar isso.

Eu lhe agradeço.

V. Sª tem a palavra.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Duas questões considero relevantes por conta dessa pergunta do Senador Romeu Tuma.

Uma coisa que sempre nos incomodou durante o período de negociações com a Gtech é justamente este ponto: pela leitura do contrato – isso fica evidente –, ela não tinha uma postura de prestadora de serviços. Uma parte do pagamento mensal é feita por transação efetuada. Em cada transação, é feito o pagamento de uma tarifa diferenciada por tipo de transação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Havia uma tabela?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Uma tabela. É isso. E a outra parte do valor que eles recebem – de fato, não sei se agora é assim, mas era na ocasião – é uma comissão, é um valor percentual pelo jogo e não pela quantidade estatística de jogos feitos.

Então, uma mega-sena acumulada, por exemplo,...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o total de apostas?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os valores das apostas, não o número de apostadores?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Isso. Então, pela parte de transação bancária, por exemplo, saque, depósito...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já paga em contrato, inclusive.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim, porque o custo deles é relativamente... É fixo e mais um pouquinho. Então, muda muito pouco. Aumenta... Quando há esses jogos acumulados, imagino que deve ser uma festa, porque os valores ficam astronômicos mesmo. Isso é uma coisa que sempre me incomodou, e nós precisávamos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como disse um dos advogados que aqui veio, tomar vinho de US$2 mil.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Quanto ao outro assunto que diz respeito ao que comentou o Sr. Presidente, esses relatórios ou comentários feitos por técnicos eu acredito que tenham sido elaborados – ou talvez tenham sido correspondências eletrônicas – por técnicos obviamente não vinculados a mim, na ocasião, mas da área de loterias, na etapa de testes de homologação, aquela etapa de testes, que é justamente uma etapa que existe para que isso de fato aconteça, para que todos os erros sejam levantados nesse momento e corrigidos.

É inadmissível colocar um sistema desse em produção com erros. Nessa etapa, então, isso de fato tem de acontecer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Justamente sobre essa fase da homologação, eu tenho algumas dúvidas e gostaria de apresentá-las a V. Sª.

Primeiro, o Sr. Jorge Luis Quintães participou dessa equipe de homologação?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Jorge Luis Quintães era um gerente, foi gerente nacional na área de loterias.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De produtos lotéricos?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Num período... Tenho a impressão de que no primeiro ou no segundo trimestre de 2003, pela equipe da loteria, equipe de negócios de loteria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Representando ele.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim, ele fez parte, participou, sem dúvida. Ele deve ter... Até porque ele era líder também de uma equipe.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Paulo Campos participou também?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Paulo Campos era o chefe do Quintães. Então, de forma indireta, eventualmente se envolvendo diretamente, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Relator, gostaria de ter certeza de um aspecto, em função da pergunta do Senador Romeu Tuma.

O senhor mencionou que não mais participou do processo de negociação, o que causou estranheza ao Senador Romeu Tuma, porque o senhor vinha conduzindo esse processo, como foi dito, até aquele momento. O senhor nunca mais participou, não estava mais assessorando o grupo de negociação?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não, na participação nas reuniões com a Gtech, negociando, tratando da parte de estratégia, contratação, não. Mas, sem dúvida, eu era o superintendente dessa área de projetos. Então, o Dr. Paulo Bretas freqüentemente me consultava.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Consultava o senhor a respeito, vendo os posicionamentos?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Freqüentemente, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor era consultado na seqüência também?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero saber se o senhor concorda com o Sr. Mário Haag, de que, havendo muita vontade, muito empenho, os dois meses previstos eram suficientes para realizar a homologação.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – É uma estimativa do Mário. Não sei se dois meses seriam suficientes. É uma questão difícil de responder, até porque não é uma atividade que dependa apenas de uma pequena área. Praticamente toda a Caixa deveria se envolver no processo de homologação, não apenas a área de loterias, mas também a área financeira, a área contábil, a área de negócios bancários. Hoje, uma agência lotérica é praticamente uma agência bancaria, se faz tudo lá. Então, esse é um esforço gigantesco. Dois meses, é claro que existe essa possibilidade sim, mas é bastante difícil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o senhor propôs renovar o contrato por seis meses e depois disse que eram necessários dezoito meses?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Pelas razões que já expus, mas eu poderia retornar a essa questão.

Nos seis meses lá, no ofício de dezembro de 2002, é ao que o senhor se refere? (Pausa.)

Porque seria uma parcela apenas do projeto, a Caixa assumindo apenas a parte de processamento, e, depois, o restante sendo feito pela Gtech. Esse período de seis meses seria o intervalo em que estaríamos homologando a parte de processamento e a colocando em funcionamento. Então, após seis meses, teríamos uma outra realidade completamente diferente. Imaginávamos, naquela ocasião, não vendo o assunto do ponto de vista dos dias de hoje, mas, naquela ocasião, achávamos que seria bastante razoável.

Agora, em março de 2003, que fala dos... Não sei qual foi o prazo que o senhor mencionou, se 18 ou 25 meses.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dezoito.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Dezoito. Respondendo àquele questionamento: "qual o tempo necessário para implantarmos um novo projeto, mas na sua forma plena?". Então, a minha resposta não é absolutamente inconsistente com a anterior: ela tem 18 meses, a partir do momento em que as demandas judiciais estejam resolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas para fazer algumas etapas?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Todas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas a Caixa tinha condições de fazer alguma coisa, já no final de dezembro de 2002. Falamos há pouco que seria...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Vencidas as etapas de homologação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Adauto Barbosa Júnior?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Adauto? Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é essa figura?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – É empregado da Caixa?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é o Adauto? Não sabe não? Tem alguma...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Jorge Luiz Quintães...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sim. Atualmente...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor disse que é gerente nacional de loterias, na Gelot. Ele disse a esta CPI que, desde o final de 2002, estudava-se a possibilidade de majoração dos preços das apostas de loteria, o que acabou, de fato, acontecendo em novembro de 2003. Sindicatos e lotéricos estaduais já demandavam por essa majoração, e a própria Caixa entendia que era necessário o aumento do preço de apostas para revalorizar o produto no mercado.

Essa possibilidade de majoração dos preços das apostas foi levada em consideração nas negociações com a Gtech enquanto V. Sª participou?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não houve nenhuma cogitação?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De quantas reuniões V. Sª participou com o Sr. Marcelo Rovai?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Com a Gtech, reuniões de negociação, salvo engano, foram dez reuniões ao longo do segundo semestre de 2002 e mais uma no início de 2003. Agora, que o Marcelo Rovai estivesse presente, foram algumas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Algumas.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Certamente metade e mais alguma coisa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Marcelo Rovai tinha um melhor relacionamento na Caixa com qual área ou com qual diretor? O senhor poderia esclarecer isso?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – O meu relacionamento com o Marcelo Rovai era um relacionamento, embora cordial, absolutamente dentro dos limites da mesa de negociação. Então, se ele tinha relacionamento com alguma outra área, eu desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A mesma coisa com o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – O Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha foi presidente da Gtech, tinha sido presidente em ocasiões anteriores, pelo que sei, pelo que tenho notícia, e, talvez, ele tivesse algum relacionamento, até por ser presidente de empresa, com outras pessoas; certamente teria, mas eu também desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Conheço, advogado da Gtech, foi na época, participou de praticamente todas as reuniões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª sabe que a própria Gtech hoje o acusa de ser não apenas o advogado dela, mas o intermediário de propostas à Caixa Econômica?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – A Gtech acusa o Enrico Gianelli?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não sabia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Marcelo Rovai acusou aqui o Sr. Enrico Gianelli de não ser muito fiel às orientações emanadas da Gtech. V. Sª desconhece?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Desconhecia essa informação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Marcelo Rovai e o próprio Enrico Gianelli disseram na reunião com a Caixa, no dia 13 de novembro de 2002 – o senhor ainda participava –, que a pauta seria zerada e que as renegociações recomeçariam. Por que teria havido essa mudança brusca de postura por parte da Gtech?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Essa informação é uma informação.. Essa é uma informação nossa da Caixa ou uma informação da Gtech? Desculpe-me.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, essa informação partiu do próprio Sr. Marcelo Rovai e do Sr. Gianelli.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Foi uma surpresa que tivemos, porque estávamos adotando uma postura de negociação, uma metodologia heurística, de aproximações sucessivas ao objetivo. Então, eu propus, logo na primeira reunião, que fizéssemos uma pauta de assuntos e que estabelecêssemos linhas de base. Este assunto é incontroverso? Então, este assunto não se discute mais. Discutimos mais uma parte da pauta: este assunto está incontroverso? Então, também eliminávamos; nós não retornávamos a ele na próxima reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas não prejudicava o andamento das negociações?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Muitas vezes, havia necessidade de voltar a algum assunto anterior.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque se o cronograma de discussão foi interrompido por não haver acordo...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – É. Foi o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas aí terminaram zerando.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Foi o que aconteceu. Nós tínhamos uma série de pontos já mais ou menos acertados em relação ao que aconteceria quando esse contrato expirasse no final de dezembro de 2002. Eu não lembrava exatamente qual era a data, mas eu sabia que era em novembro. Numa determinada reunião, o Marcelo Rovai, inclusive, tomou a palavra e disse que lamentavelmente ele precisava tornar sem efeito pré-acordos anteriores.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E 11 pontos já haviam sido acordados. De 18 pontos, 11 já tinham sido acordados, e, de repente, foi zerada a pauta.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Por exemplo, o assunto que me incomodava de Gtech receber parte da fatura como comissionamento, tínhamos conseguido excluir isso no próximo contrato. Quanto à aceitação deles do próprio modelo, o nosso modelo implicava em uma abertura total ao mercado – isso já foi dito anteriormente: permitir compra livre de equipamentos, utilizar um processo de licitação ampla, que permitisse ampla concorrência. Essa era a grande questão que a Gtech vinha questionando na Justiça.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para tentar impedir...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Tentar impedir esse modelo de licitação. Então, tentamos fazer

alguma composição que atendesse o nosso interesse e o interesse deles também. Também, como se diz, foi zerada a pauta incontroversa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por vontade da Gtech?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – É.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ou por imposição? Praticamente imposição da Gtech?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – No momento em que uma das partes que está negociando diz que não vai fazer, não vai cumprir...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas isso demonstrou que ela estaria mais interessada, a Gtech, em negociar com o novo Governo?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Sr. Relator, nós caímos no campo da sensação. Tenho medo de cometer alguma impropriedade. De fato, houve uma desaceleração a partir do fato de que não haveria continuidade daquele governo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – As eleições já tinham passado?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Já tinha passado o segundo turno.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto: V. Sª conhece Waldomiro Diniz?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece Rogério Buratti?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em seu depoimento à Polícia Federal – e aqui ele reiterou isso –, o Sr. Mário Haag afirmou que, se não tivesse havido a mudança da diretoria da Caixa, certamente ela assumiria, a diretoria anterior, o processamento de loterias, apuração, rateio e repasse, a partir de março de 2003. Paulo Bretas o desmentiu, afirmando que isso não era possível. Isso nós já discutimos ao longo deste interrogatório.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Se tiver mais alguma dúvida, estou à disposição.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas pergunto, mais uma vez: V. Sª pode me dizer a que atribui essa mudança de rumo da Caixa, da nova administração?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Eu posso atribuir àquilo que me foi dito objetivamente, que a nova direção tinha uma compreensão diferente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quem teria dito isso?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – O Paulo Bretas, basicamente a quem eu me reportava; era meu reporte dentro da Caixa. O Vice-Presidente que sucedeu o Mário Haag foi o Paulo Bretas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na área de logística.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – A Vice-Presidência de Logística. A compreensão que eles tinham da situação do contrato com a Gtech era a de que deveria ser feito um esforço no sentido de se colocar o projeto na sua forma completa, e não em partes, porque isso representava um risco adicional que essa direção não estava disposta a correr. Por exemplo, precisamos pensar melhor na questão de *backups,* precisamos dar um melhor treinamento, a equipe de loterias tem de estar mais junto conosco nesse trabalho. Tudo isso implica movimentações não só técnicas mas também humanas. Foi a explicação que foi dada, e, obviamente, eu, um empregado sênior da empresa, com responsabilidades, aceitei, porque tecnicamente fazia um sentido, mas sem valorar. Tanto a posição anterior do Mário Haag quanto a posição seguinte do Paulo Bretas fazem sentido, cada uma na sua perspectiva.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não conheceu o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O advogado da Gtech, Enrico Gianelli...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu já perguntei…

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Sim, participava das reuniões, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Participou de algumas reuniões.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Participou de praticamente todas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Todas as reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E ele tinha parte ativa nas discussões?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Sim, muito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre o aspecto jurídico ou sobre o aspecto econômico também?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Ele se manifestava basicamente sobre aspectos jurídicos, mas, eventualmente, nas questões técnicas, ele pedia licença e interferia...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe que ele foi o responsável, já

no apagar das luzes para a assinatura do contrato em 2003, por uma proposta de uma nova consultoria que a Caixa deveria ter, por meio do Sr. Rogério Buratti?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – O que eu sei desse assunto é o que foi publicado pela imprensa, o que apareceu na mídia. Só através...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor admite como verdadeiro isso?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Não, não tenho informação, nada sobre isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe o que foi dito na imprensa?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Só o que foi dito na imprensa. Achei surpreendente isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço, Sr. Presidente.

Agradeço.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Tião Viana, V. Exª tem alguma coisa a questionar?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não, Sr. Presidente. Acho que foi uma exposição clara. As perguntas do Relator foram objetivas e muito lúcidas. Entendo que estamos contemplados com as informações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu peço licença, antes de encerrar, porque temos aqui o que chamo de setor de inteligência da Casa, que é o Prodasen, que produz a parte de inteligência, de *softwares*…

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, V. Exª vai me permitir…

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu já havia dado por encerrada a minha participação, mas agora eu gostaria de fazer uma pergunta. É verdade que o Sr. Carlos Silveira disse a V. Sª: "A partir de agora, a Gtech não é mais inimiga"? Houve isso?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – A frase que eu lembro que o Carlos Silveira falou para mim foi a questão de uma postura proativa em relação ao relacionamento da Caixa com a Gtech, e que nós devemos deixar de encarar a Caixa como uma inimiga, como alguém a ser retirado. De fato…

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor concordou? No momento, no contexto em que ela foi dita, o senhor concorda?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Na ocasião, sim. Hoje, eu tenho uma visão um pouco diferente disso; mas, na ocasião, eu concordei, sem dúvida. Pareceu-me lúcida até. Como estávamos vivendo um momento muito tenso, estávamos muito pressionados, eu pensei: provavelmente, essa é a solução mesmo, para que passemos para nova fase…

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hoje, o senhor não pensa assim?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Hoje, eu já penso um pouco diferente, porque outros fatos, outras situações surgiram. Penso um pouco diferente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acha que a Gtech não é tão amiga?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Eu estudei bastante o assunto Gtech no mundo inteiro, Senador. Sei como a Gtech age no mundo inteiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a sua conclusão, já que V. Sª estudou tanto?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Certas coisas estão no código genético. Acho muito difícil que a empresa mude certas posturas. Em todo caso…

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permita-me, Sr. Relator?

Com isso, V. Sª expõe problemas de vícios na relação entre empresa e Estado desde a origem da Gtech?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Não, não foi isso a que eu quis me referir. Talvez eu esteja me deixando levar um pouco aí pela...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Veja bem, permita-me: estamos há oito anos em uma relação em que não se respeitou o Direito Administrativo. Licitação não houve. Então, isso não é de hoje. São oito anos.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Eu conheço a história anterior, sem dúvida.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Esse é o fato.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – O que eu comentei foi o seguinte: é que acho muito difícil que a Gtech, com a postura que sempre adotou, uma postura de intransigência e de tentativas de manter o seu quinhão, essa... A participação deles no negócio de loterias é uma coisa absurda. Isso não é só no Brasil, é no mundo. Ela tem uma tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eles têm uma rede muito grande. A sede principal é...

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Fica nos Estados Unidos... Não, é ao Norte de Washington.

É acima de Long Island... Rodhe Island.

E eles desenvolveram – é ilação minha – uma tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O capital é eminentemente americano?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – É americano. É uma empresa americana e é a maior empresa de jogos do mundo. É a maior. A segunda vem bem lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Há muito trabalho em Las Vegas, não é?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – É porque a loteria nos Estados Unidos é explorada por Estados. Não tem uma loteria federal lá. Ilação minha: imagino que eles devem ter desenvolvido uma tecnologia própria de manter aprisionados esses contratos. Na Inglaterra, eles vinham atuando dessa maneira durante muito tempo.

Eu acho muito difícil, por tudo que conheci, no tempo que trabalhei com eles, os contatos que eu tive, respeitando obviamente a integridade das pessoas, que são empregados da Gtech, não tenho nada a dizer deles, mas a postura empresarial, acho muito difícil que, de uma hora para outra, eles mudem assim de caráter. Em todo caso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mais alguma coisa?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, a Gtech...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Só permita. É importante mais um... No depoimento anterior, o Sr Mário Haag colocou que via, sim, envolvimento da empresa com Deputados. V. Sª poderia comentar isso?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Não, eu não poderia comentar. Eu não teria nada a comentar. Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não foi o Mário Haag, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi o Paulo Bretas. Ainda se referindo à Datamec...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Racimec.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem à Racimec, à Datamec.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Datamec. Inclusive disse que ele foi substituído porque o PTB exigiu o cargo dele. Isso é o que ficou claro.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – O que eu sei é que o Mário Haag foi interventor na Datamec.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Foi o Paulo Bretas.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Qualquer que seja o comentário, eu de fato não saberia dizer nada a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A sua parte era mais técnica, não se envolvia no processo imperativo. Não era aprisionar, era imperativo da Gtech, porque, por tudo que a gente sente, eles fizeram um programa que escravizava o comprador. E não poderia de forma alguma sair fora.

Nós tivemos uma luta dessa com uma empresa americana que aprisionava o Senado. De repente, fez 100% de reajuste de preço. Nós entramos em uma briga. O próprio Prodasen disse que nós poderíamos não mais ser prisioneiros deles se pudermos ter um laboratório e tecnicamente desenvolver. E conseguiu. Hoje, o senhor está na mesa e sabe – eu não vou citar o nome da empresa, porque não tem nada a ver –, mas eu acho que o que vocês fizeram, e aí a importância da logística, da tecnologia, para poder desenvolver a capacidade técnica própria para não ficar prisioneiro de empresas dessa envergadura, que impõem o seu regime.

Eu acho que aí é que cortaram o senhor. Devem ter sentido o cheiro de que poderia chegar, sem dúvida alguma, à capacidade técnica para a própria Caixa desenvolver o seu *software* ou sistema todo, porque se tinha um sistema de 100 milhões, devia ter um cronograma, e o senhor disse que parte dele foi cumprida.

Agora, compra de máquinas e tudo, a Gtech chegou a usar?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E como ficou o procedimento?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – O equipamento que foi comprado foi para o ambiente central, de processamento central.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não tinha nada com a Gtech?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Nada. Os equipamentos que seriam comprados a seguir para equipar as lotéricas seriam aquelas licitações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Que não chegaram a ser feitas.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Foram levadas a efeito agora, há pouco tempo atrás, quando houve o desembaraço judicial, e o projeto deu seqüência.

Esse é um ponto importante...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL –SP) – O Superior Tribunal deu uma decisão favorável à Caixa.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Porque as liminares todas, foi confirmado aqui, eram da 17ª Vara, de uma juíza que constantemente dava liminares.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Em 2002, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O julgamento do mérito foi favorável à Caixa e esta ficou mais livre para exercitar as concorrências.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Nesse ponto em que nós estamos... que a Caixa está, porque não estou trabalhando mais diretamente com isso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Hoje?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Neste momento. Ela está numa fase já de finalização do projeto, que era aquele mesmo projeto nosso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pelo que o senhor fala, tem paixão pelo que fazia.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Absoluta. Pela Caixa, também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O desprestígio do funcionário se sente no seu depoimento, por sua amargura ao explicar algumas coisas. Essa parte da importância da tecnologia, da direção ser de funcionários de carreira, isso tem uma importância vital para esses programas.

Quero agradecer a presença do senhor, já que não há nenhuma pergunta. Se o senhor se lembrar de algo que seja importante para esta CPI, que possa servir para o relatório, que melhore a situação, ficaremos agradecidos.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

Antes de encerrar, Sr. Relator, há um requerimento do Senador Tião Viana requerendo, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 141 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. João Arcanjo Ribeiro, conhecido como "o Comendador" para que possa prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

S. Sª está preso no Uruguai, onde se refugiou. Tem uma condenação no Brasil. É claro que o Brasil está tentando trazê-lo de volta para que responda aos inquéritos. Então, creio que é importante este requerimento, que está vinculado ao jogo. Pergunto se alguém quer comentar ou contrapor-se a isso. (Pausa.)

Dou por aprovado, se o nosso Relator não quiser dar nenhum parecer. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento de convocação, na primeira oportunidade, de José Arcanjo, vulgo Comendador.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião da CPI dos Bingos.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 2 minutos.)

Ata da 15ª Reunião, Realizada em 23 de agosto de 2005

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às doze horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Sibá Machado, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita Junior, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio e Augusto Botelho, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que o Dr. Lucas Furtado não pode comparecer em virtude de compromissos inadiáveis. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 122/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer ao Ministério Público do Estado de São Paulo, cópia do depoimento do Sr. Rogério Tadeu Buratti, realizado no dia 19 de agosto passado, no Município de Ribeirão Preto. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 121/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer à Procuradoria Geral da República, cópia dos relatórios da Força Tarefa, formada por Auditores Fiscais, Policiais Federais e Procuradores da República. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 124/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja reconvocação do Sr. Rogério Tadeu Buratti, para depor na CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 123/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja solicitada a Justiça Federal, cópia do Processo n.º 2004/5101513031-1, em trâmite na 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 086/05,** de autoria do Senador Magno Malta, requer sejam convocados para acareação os Srs. Waldomiro da Silva Diniz, Marcelo José Rovai e Rogério Tadeu Buratti. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 125/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer ao Ministério da fazenda, cópia dos controles de estrada de visitantes, na portaria principal, privativa e do anexo do Prédio do Ministério de outubro de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 126/05,** de autoria do

Senador Romeu Tuma, requer seja convocado o Sr. Juscelino Antônio Dourado, para prestar depoimento a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 127/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam convidados os Srs. Aroldo Costa Filho e Sebastião Sérgio da Silveira, para expor a CPI, informações sobre as investigaões envolvendo o Sr. Rogério Tadeu Buratti. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 109/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer a convocação dos Srs. Manoel Tubino, ex-Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP; Luís Antônio Buffara de Freitas e Rafael Greca, ex- Ministro dos Esportes, para prestarem depoimento a CPI. Em votação, é aprovado. Usam da palavra para uma Questão de Ordem os Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Tião Viana, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca e Tasso Jereissati. A Presidência informa que recebeu a Medida Cautelar em Hábeas Corpus n.º 86516, impetrada pelos advogados do Sr. Marcelo Sereno, junto ao Supremo Tribunal Federal, garantindo ao paciente o direito de se fazer acompanhar de advogados e na condição de investigado; o direito de não assinar o termo de compromisso de dizer a verdade; o direito de não se auto-incriminar e, para tanto, o direito ao silêncio; o direito de não ser preso. Usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Magalhães, Geraldo Mesquita e Juvêncio da Fonseca para consignarem a indignação das sucessivas liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal aos depoentes que comparecem a CPI. A presidência fala da importância dos depoimentos mesmo com os pedidos de Hábeas Corpus e convida o Senhor Marcelo Sereno, ex-Chefe de Gabinete e ex-assessor especial da Casa Civil para tomar acento à Mesa. Com a palavra o depoente faz breves comentários sobre sua carreira funcional e política, colocando-se a disposição para as indagações. Usam da palavra para interpelar o depoente o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, seguido de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Leonel Pavan, Efraim Morais, Arthur Virgílio, Antônio Carlos Magalhães e Flávio Arns. A presidência adverte o Dr. Roberto Podval, Advogado do Senhor Marcelo Sereno, por tentar passar orientações ao seu cliente. Prosseguindo com as interpelações, usam da palavra os Senadores Leonel Pavan, Efraim Morais e Garibaldi Alves Filho para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se ao depoimento do Sr. Marcelo Sereno, ex-Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República.

Informo aos Srs. Senadores que o Dr. Lucas Furtado, que é Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, fez contato com esta Presidência, solicitando o adiamento do seu depoimento em função de um compromisso inadiável, hoje, junto ao TSE, já que foi convocado pelo Ministro Carlos Velloso para uma discussão, às 15 horas, da reforma da legislação eleitoral. Foram convocados dez juristas deste País, entre os quais o Sr. Dr. Lucas Furtado. Como nós sabemos, o Dr. Lucas está vindo para nos dar informações da maior importância e nada irá atrasar o cronograma desta CPI.

Concordamos com o Dr. Lucas Furtado e ficaremos de marcar uma nova data para que venha fazer o seu depoimento.

Portanto, hoje, estaremos resumindo os nossos trabalhos ao depoimento do Sr. Marcelo Sereno.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Existem alguns requerimentos na mesa, e queria, antes de convocar o depoente, fazer essas votações.

É de autoria do Relator:

Nos termos do disposto no §3º no art. 58 da Constituição Federal c/c o disposto na Lei nº 1.579, de 1952 e com o art. 4º da Lei Complementar nº105, de 10 de janeiro de 2001, requeiro que seja solicitado ao Ministério Público do Estado de São Paulo cópia do depoimento do Sr. Rogério Buratti, realizado no dia 19 de agosto do passado, no Município de Ribeirão Preto, com a presença do Promotor de Justiça Sebastião Sérgio da Silveira, membro do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, Relator:

Nos termos do disposto no §3º do artigo da Constituição Federal, requer que seja solicitado à Procuradoria-Geral da República cópia dos relatórios da força-tarefa formada por auditores fiscais, policiais federais e procuradores da república, que identificou 137 políticos e 411 funcionários públicos que utilizaram mecanismos fraudulentos para remeter ou receber dólares do exterior através de conta CC5 do Banco Central.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda do Sr. Relator:

Nos termos do disposto do §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer a reconvocação do Sr. Rogério Buratti para prestar depoimento a esta CPI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda do Relator:

Nos termos do disposto do §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que seja solicitado à Justiça Federal cópia do Processo nº 2.004/5101513031-1, em trâmite na 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

E ainda o requerimento de autoria do Senador Magno Malta – que, parece-me, já estar aprovado nesta Casa – que requer, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, sejam convocados para serem ouvidos simultaneamente, a fim de realizarmos uma acareação nesta Comissão Parlamentar, os Srs. Waldomiro Diniz, Marcelo Rovai e Rogério Buratti.

Apesar de achar que este requerimento já foi aprovado, coloco-o em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em um minuto, concederei a palavra, pela ordem, a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Senador Romeu Tuma requer, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda cópias dos controles de entrada de visitantes da portaria principal privativa do Anexo do prédio do Ministério da Fazenda, na Esplanada dos Ministérios, no período de outubro de 2002 até a presente data.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda do Senador Romeu Tuma: requer, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, que o Sr. Juscelino Antônio Dourado seja convocado a prestar depoimento nesta CPI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda do Senador Romeu: nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que os Srs. Haroldo Costa Filho e Sebastião Sérgio da Silveira sejam convidados a expor a esta CPMI informações sobre as investigações envolvendo o Sr. Rogério Tadeu Buratti.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Tião Viana requer seja convocado o Sr. Manoel Tubino, Antônio Buffara de Freitas e Rafael Grecca.

Acredito que esse requerimento foi aprovado na última reunião.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele foi só citado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só citado, não é? Requerimento para prestarem depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, de acordo com o disposto no §3º, do art. 58 da Constituição Federal.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, preocupa-me o número de pessoas convocadas e, sobretudo, a acareação solicitada. Temos de ouvir os indispensáveis para que possamos trabalhar com o Relator e os documentos. Do contrário, pode haver uma manobra protelatória para que não se chegue à coisa alguma, como tem acontecido nas outras Comissões, tanto na CPMI do Mensalão, quanto na CPMI dos Correios. Isso criará um problema a mais para nós, posto que, na nossa CPI, é bem mais fácil se chegar a resultados positivos – não só por causa da atuação de V. Exª, que tem sido muito firme, e do eminente Relator, que tem sido absolutamente correto –, como também pelo teor da Comissão, que mostra sempre o interesse em apurar.

Aprovamos esses requerimentos, mas fique V. Exª com a faculdade que lhe daremos neste instante de convocar ou não porque precisamos terminar os problemas da CPI. Fora daí não iremos terminar e V. Exª ficará mal e, pior do que V. Exª, ficará o Congresso e, conseqüentemente, o Senado, pois a CPI é do Senado.

É essa a ponderação que tinha a fazer. Daremos a V. Exª todo o direito de escolher aqueles que devem ser chamados anteriormente porque talvez não seja necessário chamar muitos outros depois que alguns vierem e disserem a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, e já adianto que tivemos o cuidado – realmente, foram várias as pessoas convocadas – de fazer uma seleção de pessoas que consideramos de menor importância para a conclusão do Sr. Relator.

Em entendimento com o Relator, já colocamos uma lista dessas pessoas para serem ouvidas diretamente pela Polícia Federal. Essa foi uma posição para atender a uma solicitação do Relator.

E nós vamos exatamente fazer esse cronograma com mais rapidez, lamentando, inclusive, que há uma dificuldade neste momento, porque a própria assessoria da Casa não consegue um contato com o Sr. Buratti. Já solicitamos à Polícia Federal que agisse no sentido de localizar o advogado Buratti para que venha depor no dia de amanhã nesta Casa.

Com a palavra, o Senador Tião Viana.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever em seguida.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Seguindo esse propósito de melhor aproveitamento dos trabalhos da CPI, que fez o Senador Antonio Carlos, gostaria de sugerir a V. Exª, que tem conduzido com absoluta transparência e zelo a CPI, bem como ao Relator, que, a cada requerimento apresentado, pudéssemos, os membros, ter a oportunidade de ter acesso pelo menos 24 horas antes da votação para contribuirmos até no sentido de manter o foco do Relator para o melhor aproveitamento dos trabalhos.

Sendo possível isso, eu me sentiria muito contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Acataremos, não tenho a menor dúvida, Senador Tião, para que, a partir deste momento, os Srs. Senadores tomem conhecimento dos requerimentos propostos pelos membros da CPI.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu acredito que, para a análise dos requerimentos, é claro, todos os membros têm que tomar conhecimento, mas penso que o importante é o parecer do Relator. Acho que o Relator, quando dá o parecer favorável, como é da confiança da Casa e de V. Exª, nós provavelmente teremos condições de aprová-lo ou não. Acho que o importante, Senador Tião Viana, é o parecer do Relator e do Presidente, que analisam diariamente.

Eu só queria acrescentar, e cumprimentar V. Exª e o Senador Relator, que, na sexta-feira, de imediato, entraram em contato sobre o problema de Ribeirão Preto, antes da explosão de todos os depoimentos que se seguiram à informação prestada pela Polícia e pelo Procurador naquela cidade. Imediatamente, V. Exª, por telefone, e o Senador, também, conversaram com o Procurador-Geral do Estado de São Paulo, Dr. Rodrigo Pinho, que foi bastante amistoso conosco, autorizando todas as providências necessárias, bem como os Promotores que acompanharam o caso; e, no depoimento que foi tomado pela Polícia, com a presença de vários Procuradores, surgiu a dúvida se ele fez bem ou mal ao relatar, mas depois do depoimento não poderia se esconder, porque a imprensa estava toda ansiosa por saber a negociação feita pelo Burat-

ti, até onde iria alcançar a possibilidade de se ter um conhecimento mais exato.

E a sua convocação, proposta por V. Exª a esta Comissão, com o endosso do Relator, vai ser de vital importância para nós. E também a vinda dos Promotores para acompanhar e nos explicar todos os fatos que eles investigaram durante oito meses, para chegarem ao depoimento espontâneo. Pelo menos, quem leu o depoimento do Buratti sabe claramente: ele depôs contra a vontade do seu advogado? Não. O advogado o aconselhou que ele poderia ter problemas com isso, mas ele quis depor porque achava que era importante não carregar nas costas a responsabilidade por alguma coisa que não tenha feito sozinho. Se for verdade ou não é outra coisa que vamos apurar aqui.

Estou com o Senador Antonio Carlos sobre a importância de fazermos um cronograma daqueles que venham a depor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, estou profundamente preocupado com o destino não só desta CPI, como das outras. Nós sabemos perfeitamente que não vai "dar em pizza", de forma nenhuma – isso está claro, está evidente –, mas esse excesso de inquirições, de acareações, esse excesso de desfile de pessoas que mentem abertamente – e nós ficamos sem nenhuma arma para contrariar essas mentiras que desfilam na nossa frente –, é preocupante, porque fragiliza o nosso trabalho, enfraquece o nosso trabalho.

Por isso que eu acho que a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães, secundada pelos outros pares, é importantíssima. Acho que o Relator tem toda liberdade, e V. Exª também, juntamente com a equipe que os assessora, de fazer com que haja uma objetividade muito forte e dispensar aquilo que for mera perfumaria.

Esta Comissão é, das que estão em andamento, uma das mais importantes, inclusive deposita-se nesta Comissão uma farta documentação, que pode perfeitamente servir de instrumento para chegarmos a um resultado muito forte, que possa valorizar o trabalho que estamos fazendo. Acho que este é o momento de refletirmos muito sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço, Senador Juvêncio da Fonseca. Esclareço a V. Exª que, mesmo antes de chegar a esta CPI, conversava com o nosso Relator, e há exatamente uma disposição do Relator e do Presidente de, no fim desta reunião, decidirmos aquele calendário, priorizado de acordo com os acontecimentos e com a assessoria, atendendo exatamente ao pensamento dos Srs. Senadores. Essa é nossa intenção, e assim faremos.

Desde já, informo à assessoria que desmarque as convocações de amanhã do Dr. Jorge Mattoso, que é Presidente da Caixa Econômica Federal, e dos Srs. Emílio Carazzai, Sérgio Cutolo e Danilo de Castro, que ocorreriam no dia de amanhã, porque entendemos que se encontram superadas em função dos fatos que aconteceram. Então, solicito que comunique a essas autoridades a suspensão, temporariamente, da convocação para ouvi-los amanhã.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Apenas para apoiar a iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Senador Juvêncio da Fonseca e dar a V. Exª e ao Relator uma carta-branca para que façam a triagem necessária para que esta Comissão não perca o seu foco e, dada a facilidade, por ser uma Comissão do Senado e, portanto, ter muito mais flexibilidade, atingir os seus objetivos.

Preocupa-me, no entanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, a dúvida que está sendo colocada em relação à vinda do Sr. Buratti, que pode, inclusive, ser já uma tentativa deliberada no sentido de diminuir o impacto da presença do Sr. Buratti amanhã. É necessário, V. Exª já agiu, mas gostaríamos de já ter, se possível no decorrer desta audiência aqui, uma palavra da Polícia Federal sobre exatamente o que está acontecendo. Seria importante para nós e para quem está nos ouvindo e vendo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e informo, em relação à questão do Sr. Rogério Buratti, que tivemos contato com o Dr. Nilton, que é o presidente do inquérito da Comissão dos Bingos, bem como do Dr. Ares, que está nos atendendo nesta Casa, que é da Polícia Federal, e com o Dr. Paulo Lacerda, que é o Superintendente da Polícia Federal, e já solicitamos as providências para que o Sr. Rogério Buratti seja localizado.

Nós queremos a cooperação, estamos conduzindo da melhor forma possível, mas o Sr. Rogério Buratti começa a criar um clima completamente diferente em relação ao depoimento dele quando não atende a uma convocação da nossa assessoria.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que eu não posso, Sr. Presidente, é acreditar que o Sr. Paulo Lacerda, chefe da Polícia Federal, não saiba onde está o Buratti. Porque se o Buratti não está sendo seguido pela Polícia Federal, evidentemente isso pode ser uma jogada. Eu confesso que isso é uma coisa muito grave. Não é possível que a Polícia Federal não saiba onde está o Sr. Buratti!

Então, diante da declaração do Ministro Palocci, diante da contestação à declaração do Ministro Palocci - porque já houve contestação hoje -, desaparece Buratti, e a Polícia Federal não sabe? Não dá para eu acreditar!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Talvez em função do tempo em que houve esse contato, ele não tenha ainda nos dado o retorno. Mas vamos acreditar que, daqui a poucas horas, teremos a localização do Sr. Rogério Buratti.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

A Ata já foi aprovada, e convido, para tomar assento à Mesa, o Sr. Marcelo Sereno, ex-Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República.

Srs. Senadores, informo a V. Exªs que esta Presidência recebeu de S. Exª o Ministro Eros Grau, Relator de uma medida cautelar em **habeas corpus**, o seguinte comunicado:

Sr. Presidente, comunico a V. Exª que, nos autos da Medida Cautelar em **Habeas Corpus** nº 85.506, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, deferi a liminar para garantir ao paciente o direito de se fazer acompanhar de advogado e, na condição de investigado, o direito de não assinar termo de compromisso de dizer a verdade, o direito de não se auto-incriminar e, para tanto, o direito ao silêncio, o direito de não ser preso e de não sofrer qualquer injusta coação, pelo exercício da garantia contra a auto-incriminação.

Atenciosamente. – Ministro **Eros Grau.**

Então, V. Sª não deseja assinar o termo. De acordo com o **habeas corpus**, cabe a mim, na condição de Presidente, acatar a decisão da Justiça e conceder a palavra a V. Sª, solicitando que coopere com nossa CPI, cujo único objetivo é a verdade. Parece-me que o direito de mentira não consta no **habeas corpus**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) - O Senador Antonio Carlos tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Gostaria que o depoente, em primeiro lugar, dissesse por que pediu esse **habeas corpus.**

O SR. MARCELO SERENO – Vou falar, Senador. Vou falar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL - AC) – Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, registrar a minha estranheza com o fato de inexistir, aparentemente, um critério nas decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal com relação a essa concessão de **habeas corpus** para quem vem aqui depor em qualquer condição, em qualquer circunstância. Se é de ser assegurado o direito a todos ao silêncio e de não se auto-incriminar, que seja concedido a todos. Agora, o que me estranha é que decisões como essa ora sejam proferidas pelo Supremo, acolhendo um pedido de **habeas corpus**, ora não. Estranho a ausência de critério nas decisões proferidas por magistrados do Supremo. Estranho até mesmo a concessão de **habeas corpus**, porque ninguém aqui está para morder ou desrespeitar os depoentes. Estamos cumprindo o dever constitucional de inquirir pessoas que vêem aqui, em qualquer circunstância, prestar esclarecimentos e depor nesta Comissão. Portanto, estranho profundamente que decisões como essa continuem sendo prolatadas pelo Supremo Tribunal, pelos seus Ministros, e sem fixação de um critério único. Ou todos estão submetidos ao mesmo critério ou como é? Não entendo por que alguns têm a prerrogativa de virem aqui sob o manto de **habeas corpus** e outros, não, como já aconteceu no âmbito desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, sinto-me frustrado, sinto-me pequeno num dia como hoje. A Nação toda esperando a transparência dos fatos, e cada um que vem aqui prestar declarações - ex-Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República e outros - já chega com habeas corpus, dizendo: "Posso mentir, posso silenciar, posso não falar nada, e vocês têm que atender".

O Senador Geraldo Mesquita Júnior tem toda a razão. A reação primeira minha é a seguinte: dispensar este depoimento. Vai embora para casa! Por que somos obrigados aqui também a ouvir quem sabidamente já vem dizendo que não vai dizer nada, que não presta compromisso, que não tem a obrigação de dizer a verdade, que vocês são reles senadorezinhos desta República da mentira e que não adianta espernear.

Sinceramente, estou constrangido. Muito constrangido, porque uma CPI como esta, do Senado Fe-

deral, deveria merecer, e principalmente merecer, daqueles que vêm depor aqui a respeitabilidade que estamos dando a todos eles. Ninguém aqui foi constrangido a nada. Apenas se pedia se pede o compromisso de dizer a verdade, no que souber e no que lhe for perguntado. Nem isso querem assinar.

O que vêm fazer aqui? O que estamos fazendo aqui? Consolidando mentiras?

Sr. Presidente, desculpe-me por estar extravasando este sentimento.

Sr. Marcelo Sereno, também me desculpe por extravasar, porque a indignação não é minha, é da Nação brasileira. O País está indignado, todos sabemos disso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, a Presidência entende a posição de V. Exª, mas eu diria que esta CPI, apesar dos **habeas corpus**, apesar das dificuldades que vêm acontecendo, já mostrou à sociedade diversos resultados.

Senão vejamos: ninguém mais falava no Sr. Waldomiro Diniz, ninguém falava mais no Sr. Carlos Cachoeira, tampouco no Sr. Rogério Buratti. Em função do trabalho desta Comissão, de todos os membros desta Comissão, da assessoria desta Comissão, e do apoio que temos recebido, o Sr. Buratti já foi preso, o Sr. Waldomiro Diniz foi indiciado por corrupção ativa, e o Sr. Carlos Cachoeira foi indiciado por corrupção passiva. E aqueles que aqui mentiram voltarão, porque estamos chegando a determinadas provas e, em função disso, não nos cansaremos de reconvocá-los, principalmente aqueles que estão dentro de cada depoimento. Saímos daqui com a certeza de que mentiram, mas não significa que, acabou o depoimento, acabou a responsabilidade dele para com a CPI e a sociedade.

Vamos insistir nesse caminho, e, graças ao entendimento desta CPI, graças à boa vontade da CPI de chegar à verdade e depois em virtude desses fatos, devo garantir à sociedade brasileira que fiquem tranqüilos, que daqui não sairá *pizza*. Daqui sairá a vontade dos Srs. Senadores em apurar a verdade, conforme espera a sociedade brasileira.

Agradeço, em meu nome e do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, esta condição que nos dá a CPI de fazermos este calendário para que ofereçamos ao Relator condições de, rapidamente, preparar um prérelatório para que possamos todos nós discuti-lo.

Sr. Marcelo Sereno, V. Sª tem a palavra.

O SR. MARCELO SERENO – Boa-tarde, Srs. Senadores; boa-tarde, Presidente Efraim Morais; boa-tarde, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, estou comparecendo a esta CPI com a disposição de responder a todas as perguntas e de falar a verdade. Minha vontade era ter comparecido aqui como testemunha quando eu soube da minha convocação, mas fui informado de que a CPI, além de aprovar a minha convocação, aprovou a minha quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Em função disso, como eu estava sendo tratado como investigado - já que eu não tinha sido ouvido pela CPI para me defender, para expor e responder às perguntas dos Srs. Senadores, e a CPI decidiu, mesmo assim, realizar a quebra do meu sigilo bancário, fiscal e telefônico -, meus advogados acharam por bem me orientar a pedir o **habeas corpus**. E é em função disso, e somente disso, que fiz o pedido de **habeas corpus**, porque a minha disposição é a que afirmei inicialmente: responder a todas as perguntas dos senhores e falar a verdade.

Eu gostaria de fazer uma exposição inicial - acho que consigo fazê-la em quinze minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª fique à vontade.

O SR. MARCELO SERENO – Gostaria de falar um pouco da minha história de vida política e sindical e das minhas origens, para que os senhores possam ter as informações necessárias. Inclusive, vou me adiantar, já que algumas informações que os senhores têm não são verdadeiras. Por exemplo, dizem que fui tesoureiro da campanha da Benedita. Essa é uma afirmação falsa. Não fui tesoureiro da campanha da Benedita. Mas vou contar um pouco da minha vida política e sindical e tentar já responder a algumas indagações, que os senhores certamente me farão.

Eu sou carioca. Nasci em Botafogo, no Rio de Janeiro, mas morei muito tempo no Rio Comprido, quando ainda era um bairro de classe média. Ainda é um bairro de classe média, mas era um bairro de classe média melhor, antes daquele horrível viaduto que tem ali, debaixo do próprio rio Comprido.

Em 1971, 1972, a minha família se mudou para Copacabana. Eu estudava no Colégio Militar e depois fui para a universidade.

Na universidade, estudei na PUC, Economia, na Fundação Getúlio Vargas, e fazia movimento estudantil. Em função da própria militância estudantil na década de 70, acabei tendo que começar a trabalhar e me formei na Universidade Cândido Mendes.

Em 1985, comecei a trabalhar na Companhia Vale do Rio Doce, da qual ainda sou funcionário, licenciado para o sindicato. Durante o período em que estive no Governo Benedita e no período que estive no Governo Federal, era licenciado sem vencimentos. A partir do momento em que saí do Governo Federal, voltei à Companhia. Entrei num programa de *trainees*, mas

logo no terceiro ou quarto ano de Companhia, voltei à militância política no sindicalismo.

A partir daí, de 1987 a mais recentemente em 2000, em 2002, fui dirigente sindical. Cheguei a ser da Executiva da CUT por dois mandatos: fui Secretário Nacional de Organização e Primeiro Secretário. E, ao final desse período, fui eleito, em 1999, Secretário Sindical Nacional do PT.

Eu já era da Executiva Nacional do PT desde 1999. Fui reeleito em 2001 e, no ano de 2002 - durante esse período todo, a minha militância foi na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro -, a futura Governadora Benedita me convidou para fazer parte do Governo Benedita, como Secretário Executivo do Gabinete dela. A Secretaria Executiva do Gabinete da Governadora era uma Supersecretaria, mas não um cargo de Primeiro Ministro. Eu não coordenava todo o Governo, mas cuidava do Departamento Estadual de Rodagem, do Programa Estadual de Transporte e, com isso, do empréstimo do Banco Mundial para os trens e para o metrô da cidade do Rio Janeiro; cuidava da Companhia Estadual de Habitação; dos restaurantes populares; e cheguei a, no início do Governo, coordenar outras atividades que depois foram transferidas diretamente para o Gabinete da Governadora. Tinha, por isso, uma atuação no Governo Benedita muito intensa, o que não me permitia, o que não me permitiu dedicar-me à campanha presidencial ou à campanha da própria Governadora Benedita.

Não fiz parte da coordenação de campanha, nem fui tesoureiro da campanha. Militei como um militante petista durante o processo eleitoral de 2002. Não fiz arrecadação de finanças; não cuidei dessa parte, porque era um Secretário Executivo do Gabinete, cuidando das áreas que eu descrevi aos senhores.

Só isso me ocupava o tempo e era a minha prioridade, inclusive porque conseguimos construir a Estação do Metrô de Siqueira Campos a tempo; conseguimos renegociar com o BID o programa estadual de transportes e reduzir a contrapartida do Estado para 10%, coisa que continua acontecendo hoje, no Governo Garotinho; com isso se está modernizando os trens de subúrbio no Rio de Janeiro; há hoje mais de uma dezena de trens com ar-condicionado.

Enfrentamos uma situação de restrição orçamentária muito forte, porque o ex-Governador Garotinho empenhou 80% das despesas de capital antes da nossa posse. Tínhamos um déficit orçamentário de R$2,355 bilhões quando tomamos posse. Enfrentamos uma greve de professores que já existia antes da posse da Governadora Benedita. E, mesmo assim, o ex-Governador Garotinho tinha permitido reajustes salariais de até 78% para várias categorias, antes da posse da Governadora Benedita. Então, a situação financeira e orçamentária era muito difícil. Por isso, inclusive, fizemos uma auditoria nas contas do Estado, denunciando a situação em que recebemos as contas do ex-Governador Garotinho.

O Sr. Luiz Eduardo Soares foi uma das pessoas que ajudou no processo de transição para constituir o Governo da futura Governadora Benedita. Participou de muitas reuniões em que eu estava presente. Foi depois candidato a Vice-Governador pela nossa chapa; foi a pessoa que indicou o Secretário de Segurança, que era um ex-Secretário de Segurança aqui, do Distrito Federal; e indicou o chefe da Polícia Civil, Delegado Zaqueu. Era uma pessoa com muita influência no Governo. Mas, ao contrário do que ele fala, não houve, no momento de transição, nenhuma reunião em que ele se referiu ao que já foi discutido aqui nesta CPI, que seria uma reunião que ele teria tido – e que depois descreveu para nós – com o lobista Dr. Sérgio Canozzi, sobre um esquema de arrecadação de recursos de caixa dois e que teria um esquema na Loterj, comandado pelo Sr. Waldomiro. Ele nunca falou isso para mim! Tanto é verdade, que ele conta essa história como se tivéssemos conversado isso antes da instalação do Governo.

Após a instalação do Governo, eu era Secretário Executivo do Gabinete e ficava no 9º andar do prédio do Banerj, onde era antigamente a sede do Banerj e hoje é ocupado por várias Secretarias do Governo do Estado. Ele jamais me procurou para falar sobre o que ele descreveu aqui, contou e relatou aos Srs. Senadores nessa CPI; jamais fui procurado por ele para que se tomassem providências em relação a isso. A reunião a que ele se refere não aconteceu, e, mesmo quando ele fala da reunião, ele fala que teria dito *en passant*, o que já é mentira. Mas, se ele tivesse dito *en passant*, ele deveria depois ter nos cobrado.

Então, são duas mentiras: primeiro, ele não falou; segundo, ele não nos procurou para fazer qualquer cobrança. Quando falo "nos procurou", estou falando em relação a minha pessoa, na verdade. Não me procurou para falar em relação a história nenhuma de esquema que o Sr. Sérgio Canozzi teria descrito para ele.

Eu era Secretário Executivo do Gabinete e não tive, até pela descrição das minhas responsabilidades que fiz aos senhores, nenhuma relação com a Loterj. Jamais fui à Loterj, nem durante o Governo Benedita, nem depois do Governo Benedita. Nunca tive um contato para tratar de qualquer assunto com o Sr. Waldomiro, Arrisco-me a dizer, porque isso talvez seja possível, mas arrisco-me a dizer que talvez nunca tenha falado com o Sr. Waldomiro Diniz durante aquele período. Se falei, foi uma ou duas vezes, sobre assuntos que não

tinham absolutamente nada a ver com Loterj ou com o Governo do Estado.

Acho que esta CPI é uma oportunidade para mim, para que eu esclareça aos senhores e esclareça ao País as denúncias que foram feitas por um senhor que, durante o Governo... E ele veio aqui e contou uma história sem pé nem cabeça aos senhores, mas que pudesse dar uma coerência no que ele fala em relação à suposta denúncia. Por quê? Ele falava aqui para os senhores que, durante aquele período, o Sr. Waldomiro seria um elo entre a campanha do Presidente Lula e a campanha do ex-Governador Garotinho. E por isso ele continuou, e por isso se permitiu o esquema, que ele teria falado, de arrecadação de recursos de campanha. E mais: que eu seria a pessoa que teria defendido que não fizéssemos uma devassa nas contas do Estado, para que, com isso, no segundo turno, o ex-Governador Garotinho pudesse apoiar a candidatura do Presidente Lula.

Muita mentira, muita besteira o Sr. Luiz Eduardo Soares falou aqui aos senhores. Primeiro, já falei que fizemos uma auditoria nas contas do Estado, mostrando o tamanho do rombo que o Governador Garotinho nos deixou. Sabe-se como foi polarizada a campanha para a Governadora Benedita, para Governador do Estado. Sabe-se inclusive que, se tivéssemos – esta é a nossa avaliação – mais quinze dias, a Governadora Benedita iria ao segundo turno naquela eleição.

Não havia nenhum acordo com o Governador Garotinho. Havia uma divergência política com o Sr. Luiz Eduardo Soares, que era o candidato a Vice e queria aparecer na televisão tanto quanto a Governadora Benedita, atacando o Sr. ex-Governador Garotinho, porque ele achava que a campanha tinha que ser feita mais de denúncia do Sr. ex-Governador Garotinho, mais de devassa e menos de apresentação de uma proposta de mudança para o Estado do Rio de Janeiro, uma campanha que apresentasse propostas. Essa é uma divergência comum, normal em muitas campanhas, em que há um lado que acha que criticando e destruindo adversários se consegue ter um resultado eleitoral melhor. A nossa visão não era essa, e essa visão do Sr. Luiz Eduardo Soares foi derrotada. Não havia, de maneira alguma, uma combinação para se preservar o Sr. ex-Governador Garotinho. Havia uma campanha eleitoral e duas táticas diferentes para enfrentar o processo de campanha eleitoral.

Mas eu queria frisar um ponto para os senhores: eu não tive nenhuma relação com o Sr. Waldomiro Diniz no período do Governo do Estado que possa permitir se fazer uma ponte com as denúncias que foram feitas contra ele – a fita gravada que saiu na revista **Época** – e a minha saída posterior do Governo Federal. Eu inclusive não fiquei até o final do Governo Benedita, coisa que só reforça o que eu reafirmei aos senhores, que eu não fui tesoureiro de campanha. Tenho até aqui uma cópia do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, mostrando a minha exoneração a pedido no dia 22 de novembro, porque eu fui nomeado para a equipe de transição, para trabalhar na transição do Governo Lula. Então, como é que o tesoureiro de campanha sai antes de resolver o problema das contas? Mas isso é só um detalhe, porque, de fato, não fui tesoureiro de campanha, não trabalhei na coordenação de campanha.

Muitas vezes, num processo político como este, em que as investigações têm que ser feitas - estou aqui à disposição para responder a todas as perguntas que os senhores fizerem, para falar a verdade -, há um denuncismo muito grande. E eu não estou falando em relação ao Waldomiro Diniz. Afinal, depois eu fui para a Casa Civil, e ele estava trabalhando lá. Alguma relação poderia existir. Mesmo que seja não verdadeira, haveria uma lógica. Mas cheguei a ver na **Folha de S.Paulo**, recentemente, uma notinha de uma fonte anônima dizendo que eu conheceria também o Sr. Rogério Buratti. Eu nunca vi o Sr. Rogério Buratti na minha vida! Nunca liguei para esse senhor, não tenho relação nenhuma com ele, e eu falo isso com a segurança de quem já teve o sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrado por esta CPI. Os senhores vão verificar que não existe essa relação. E acho que sou forçado a falar isso, até para que nós possamos aqui esclarecer as perguntas dos senhores a partir de outro patamar.

Quando eu fui nomeado para trabalhar na equipe de transição do Governo do Presidente Lula, e depois fui nomeado Chefe de Gabinete, e depois Chefe da Assessoria Especial do Ministro Dirceu, durante o ano de 2003, cuidei da chefia de gabinete e passei a ser responsável também pela operacionalização dos debates, dos acordos políticos feitos entre os partidos da Base Aliada para a composição do Governo. É claro que isso sempre era submetido aos Ministros, sempre submetido às empresas, sempre submetido aos conselhos de administração; era muito mais um encaminhamento de decisões do que uma decisão política minha; a decisão política era sempre do Governo e sempre submetida aos Ministros e aos diretores de empresas estatais.

Durante o ano de 2003, ao final do ano de 2003, a minha vontade era voltar à militância partidária. E falo isso para esclarecer qualquer dúvida que os senhores tenham sobre por que eu resolvi pedir exoneração do Governo em maio de 2003, exatamente 13 de maio de 2003. A minha vontade era voltar à militância

partidária. Eu sou carioca e queria voltar para o Rio de Janeiro e o período em que estive à frente da Secretaria Executiva de Gabinete do Governo Benedita. E, pelo fato de o PT do Rio de Janeiro ser um partido em que havia necessidade – e há necessidade ainda – de maior dedicação por parte da Direção Nacional do Partido – e eu era da Direção Nacional do Partido –,queria me dedicar a reestruturar o Partido, a enfrentar o processo de eleições municipais que iriam ocorrer em 2004 com um Partido mais forte e com mais condições de disputar eleições, inclusive, num cenário em que seria necessário muito articulação política, muita conversa, como efetivamente aconteceu. Nós não teríamos conseguido eleger o ex-Deputado Lindberg e reeleger o Prefeito Godofredo se não tivéssemos feito uma política de alianças tão ampla para os parâmetros petista, que, já no primeiro turno, em Nova Iguaçu, teria o PSDB indicando o vice para a Prefeitura e o PFL, na coligação, apoiando a candidatura do atual Prefeito Lindberg. No segundo turno, o PTB também apoiou a candidatura do Lindberg. A mesma coisa aconteceu em Niterói; só o PSDB que não apoiou a candidatura do ex-Prefeito Godofredo, no segundo turno. Isso nos deu a garantia de conseguir eleger nove prefeituras do PT, saindo de uma prefeitura eleita.

Então, minha vontade era cumprir essa missão e ajudar na constituição de uma política de comunicação para o Partido. E foi isso o que eu fiz. Minha saída em maio de 2003 não tem nenhuma relação com as denúncias feitas pelo Sr. Luiz Eduardo Soares, que não tem nenhuma base. V. Exªs podem me fazer quaisquer perguntas e vão verificar que estou aqui falando a verdade sobre esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo Sereno, V. Sª disse que não exerceu nenhuma função de arrecadação de recursos da campanha. Mas exerceu alguma função na campanha política de 2002?

O SR. MARCELO SERENO – Nenhuma; nenhuma função.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas esse desejo que V. Sª manifestou ainda agora de participar da vida partidária, da vida política não veio à tona por ocasião da campanha política de 2002? Por que V. Sª se manteve tão afastado da campanha?

O SR. MARCELO SERENO – Eu não exerci nenhuma função na campanha. Isso não significa que eu não pudesse, eventualmente, ir em uma reunião ou outra e dar uma opinião. Mas eu não exerci nenhuma função na campanha. Acho que guardei essa vontade para que, em 2004, eu pudesse voltar à militância partidária. Talvez tenha sentido vontade de voltar à militância partidária naquele momento, mas as minhas funções no Governo de Estado não me permitiriam acumular a Secretaria Executiva do gabinete da Governadora e uma função numa campanha eleitoral tão complexa como era aquela campanha eleitoral do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Luiz Eduardo Soares fez aqui uma ilação de que, no plano estadual, o PT tinha uma posição, mas, no plano nacional, o PT estaria, na verdade, tecendo já, àquela altura, uma aliança com o Governador Garotinho. V. Sª tinha conhecimento disso?

O SR. MARCELO SERENO – Não existia isso. A vontade do PT do Rio de Janeiro e a nossa avaliação é que era possível ir ao segundo turno e ganhar as eleições. Não existia nenhuma aliança que, por acaso, o Diretório Nacional teria nos obrigado a fazer de maneira informal...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Visando à campanha presidencial.

O SR. MARCELO SERENO – Não houve isso, muito pelo contrário. No final do primeiro turno, setores do PMDB do Rio de Janeiro chegaram a apoiar a Governadora Benedita.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem alguma coisa a nos dizer a respeito daquela ação de Waldomiro de arrecadar recursos para campanha?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Só soube como todos nós aqui, como todo o Brasil, na revista **Época.** Não tinha conhecimento daquilo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Carlos Ramos?

O SR. MARCELO SERENO – De jeito nenhum. Nunca joguei na minha vida.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª pode nos dizer se realmente o que havia sido acertado entre o Sr. Waldomiro e Carlos Ramos chegou ao seu destino, no que diz respeito ao financiamento da campanha? O senhor era Secretário Executivo do Governo, mas tão alheio assim a determinadas missões da campanha?

O SR. MARCELO SERENO – Afirmei que nunca tive uma relação com o Waldomiro durante esse período, coisa que não posso falar depois, no Governo Federal, quando ele era Subchefe de Assuntos Parlamentares. E não tinha conhecimento desse papel que ele realizava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E os principais contribuintes da campanha da candidata Benedita da Silva, o senhor...

O SR. MARCELO SERENO – Não tenho conhecimento. Tem de perguntar para o tesoureiro da campanha, que não sou eu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor também nega que o candidato a Vice-Governador, que esteve aqui conosco, Luiz Eduardo Soares, que nos revelou que havia um esquema de arrecadação através do jogo, nunca teria lhe falado a respeito disso?

O SR. MARCELO SERENO – Ele nunca me procurou para falar sobre esse assunto e a reunião à qual ele se referiu nunca existiu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem nunca houve nenhum outro encontro de V. Sª?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não houve. Não houve. O senhor sabe que ele indicou o Chefe da Polícia Civil, o Secretário de Segurança. Não tomou nenhuma providência ele, que eu saiba.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Sérgio Canozzi?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca viu?

O SR. MARCELO SERENO – Vi na televisão, aqui na CPMI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só na televisão?

O SR. MARCELO SERENO – É.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Delúbio Soares?

O SR. MARCELO SERENO – Claro que conheço. Eu era da Executiva Nacional do PT. Ele era o tesoureiro do PT. Eu era Secretário Sindical Nacional, depois fui Secretário Sindical de Comunicação, Secretário Nacional de Comunicação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Silvio Pereira?

O SR. MARCELO SERENO – Também conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor nunca, durante esse relacionamento com os dois, nunca manteve nenhum contato visando à arrecadação de recursos na campanha presidencial?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Nunca. Durante a campanha presidencial eu era Secretário Executivo do Gabinete da Governadora. Eu não fiz trabalho de arrecadação financeira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rogério Buratti o senhor não conhece?

O SR. MARCELO SERENO – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas acusou o PT de ter arrecadado fundos para a campanha de 2002 junto a empresários ligados aos jogos e mais especificamente aos Bingos. No Rio de Janeiro, ele disse que foi arrecadado nada mais, nada menos do que R$1 milhão.

O SR. MARCELO SERENO – Eu não tenho conhecimento disso, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também não tem conhecimento.

Quem o indicou para Assessor Especial da Casa Civil e Chefe de Gabinete?

O SR. MARCELO SERENO – O Ministro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Ministro José Dirceu?

O SR. MARCELO SERENO – É. O próprio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª despachava com que periodicidade com o Ministro José Dirceu?

O SR. MARCELO SERENO – Quando eu era Chefe de Gabinete, diariamente. Quando passei a ser chefe da Assessoria Especial, aí, dependia. Com freqüência, mas não era diariamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª acha possível que o Ministro José Dirceu não soubesse dos procedimentos envolvendo Delúbio Soares e Silvio Pereira?

O SR. MARCELO SERENO – Acho que é possível que ele não soubesse, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como V. Sª justifica isso? Não é fácil, não é?

O SR. MARCELO SERENO – Mas eu acho possível que ele não soubesse.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Ele lhe disse alguma vez que não sabia? Disse?

O SR. MARCELO SERENO – Eu nunca conversei sobre isso com ele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) **–** Despachava diariamente com ele e nunca conversou sobre isso?

O SR. MARCELO SERENO – Eu era chefe de Gabinete do Ministro José Dirceu, não era do Partido. Não militava, não tratava das questões do Partido e conversava com ele sobre os assuntos do Governo. Nunca tratei, quando fui Chefe de Gabinete, dos assuntos do Partido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. José Dirceu não tratava de assuntos do Partido, o PT?

O SR. MARCELO SERENO – Comigo, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só com V. Sª.

O SR. MARCELO SERENO – Não sei. Estou respondendo sobre a minha pessoa. Comigo ele não tratava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É estranho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando o senhor foi da Executiva do PT, o Presidente era o Zé Dirceu ou não?

O SR. MARCELO SERENO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Daí não falavam em política depois?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não tratávamos de assuntos do Partido, tratávamos de assuntos do Governo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Waldomiro Diniz e Silvio Pereira atribuem a V. Sª a função de indicar as pessoas que ocupariam os cargos no Governo ou que participavam, pelo menos, da indicação. V. Sª confirma?

O SR. MARCELO SERENO – Eu não participava da indicação. Eu encaminhava as decisões políticas fruto dos acordos feitos entre os Partidos da base aliada ou indicações do Partido dos Trabalhadores, mas tudo em função de uma negociação prévia feita entre os Partidos da base aliada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Indicava a quem?

O SR. MARCELO SERENO – Eu não indicava ninguém.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não. V. Sª transmitia para quem?

O SR. MARCELO SERENO – Transmitia para os Ministros, para os diretores de empresa e, muitas vezes, esses Ministros e diretores de empresas aceitavam ou não, e tinha que se refazer o acordo político.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com o PL também foi assim?

O SR. MARCELO SERENO – Com todos os Partidos da base aliada. Havia uma conversa entre os Partidos da base aliada....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E aquele negócio dos R$10 milhões? Houve ou não houve?

O SR. MARCELO SERENO – Eu não participei dessa discussão, eu estava no Governo da Benedita no momento da campanha eleitoral de 2002.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Sª disse que indicava para as estatais, para tudo.

O SR. MARCELO SERENO – Não, mas os R$10 milhões a que o senhor se refere, pelo que entendi, é a negociação que houve no apartamento do Deputado Paulo Rocha. Naquele período, eu estava no Governo Benedita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O problema é o pagamento; o pagamento foi depois.

O SR. MARCELO SERENO – Mas eu não era da direção do Partido. Eu estava no Governo do Presidente Lula, na Chefia de Gabinete e depois na Chefia da Assessoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas foi quando o senhor estava na Chefia da Assessoria que houve esse acordo.

O SR. MARCELO SERENO – Sim, mas não tomei conhecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas não falavam nada?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não sou ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas ouve bem o senhor? É surdo, não?

O SR. MARCELO SERENO – Não, de jeito nenhum, mas nunca escutei isso. Exatamente por isso que estou falando com essa firmeza aqui para o senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era a contribuição da Abin no levantamento de dados sobre os indicados para o Governo?

O SR. MARCELO SERENO – A Abin simplesmente levantava se havia processos. Esse é um procedimento que a Abin fazia há vários anos. Esse foi um processo administrativo que mantivemos, que já existia no governo anterior. A Abin simplesmente levantava se a pessoa tinha processos, tinha cheques sem fundo. E, muitas vezes, a Abin fazia um levantamento já defasado. Então, as pessoas conseguiam mostrar que já tinham sido inocentadas, que já tinham pago o cheque sem fundo. Não havia um levantamento ideológico das pessoas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas isso o Serasa faz e o SPC também.

O SR. MARCELO SERENO – Sim, mas a Abin fazia, e era um procedimento administrativo, que era uma boa herança, na minha opinião, do governo anterior.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Bastava se cadastrar no Serasa e no SPC que tinha a informação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª disse que alguns diretores e Ministros recusavam as indicações. Poderia indicar alguns que recusavam?

O SR. MARCELO SERENO – Ah! Não me lembro. Quando o senhor fizer uma pergunta específica, eu posso responder.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor não falou nada específico, como posso ....

O SR. MARCELO SERENO – Faz mais de um ano atrás, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve veto a Waldomiro Diniz pela Abin?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª não se lembra ou não houve?

O SR. MARCELO SERENO – Não, que eu saiba não. Ele, na verdade, foi nomeado no primeiro dia. Tem que, inclusive, verificar como foi o levantamento da Abin.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Abin chegou a investigar o Sr. Waldomiro Diniz ou ele foi indicado direto?

O SR. MARCELO SERENO – Acho que ele foi indicado direto. É possível.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E podia haver os indicados diretos e os não indicados diretos?

O SR. MARCELO SERENO – Senador, realmente, não me lembro sobre isso, se constava alguma coisa. Eu acho que não tinha, porque ele foi nomeado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O nome do senhor, por exemplo, passou direto?

O SR. MARCELO SERENO – Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Adelmar de Miranda Torres? Nunca ouviu falar nele?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Nunca ouvi falar nele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca manteve nenhuma relação de trabalho com ele?

O SR. MARCELO SERENO – Aldemar Miranda Torres? Ah! Torres é um que trabalhava lá na Casa Civil. Sei quem é, sei quem é, mas não tive nenhuma relação maior com ele. Ele foi ex-dirigente da Caixa Econômica Federal, não é isso?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele foi ex-dirigente e foi indiciado pelo Ministério Público por causa do contrato da Caixa Econômica com a GTech e está com os bens parcialmente indisponíveis. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MARCELO SERENO – Tenho conhecimento, tenho conhecimento. Eu não tinha ligado o nome à pessoa, mas, depois, ... Eu sei quem é.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele trabalhou com V. Sª?

O SR. MARCELO SERENO – Não, ele trabalhava na Subchefia de Assuntos Governamentais, nunca trabalhou comigo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que o senhor entende por nada maior com ele? O que é esse nada maior que o senhor tinha com outras pessoas? Esse nada maior?

O SR. MARCELO SERENO – Como nada maior? Eu não entendi o que o senhor está perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi o que o senhor falou que não tinha nada demais com ele.

O SR. MARCELO SERENO – Não, não tinha nenhuma relação profissional com ele. Ele estava lá trabalhando na Secretaria de Assuntos Governamentais, e eu não tinha um contato permanente com ele. Eu o encontrava uma vez ou outra se tivesse alguma coisa específica. Pode ter acontecido isso, mas não era uma pessoa que eu encontrasse nem semanalmente, talvez passasse até meses sem vê-lo. Foi isso que eu quis dizer, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com quem V. Sª se relacionava bem?

O SR. MARCELO SERENO – Eu me relacionava com o Secretário Executivo, com o próprio Waldomiro, que era o Subchefe de Assuntos Parlamentares, com a Chefia de Gabinete, com o Ministro e com as pessoas que trabalhavam junto comigo, a Sandra e o Lúcio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Waldomiro nunca lhe falou nada do contrato da GTech com a Caixa Econômica?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca, nunca, nunca.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca, não sei de nada de contrato da GTech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO SERENO – Ouvi falar quando saiu no jornal, mas nunca ouvi falar antes disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes, o senhor não sabia?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca, não sabia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª poderia citar quem foi o responsável por cada indicação dos Vice-Presidente da Caixa e

do Superintendente Nacional de Loterias, o Sr. Paulo Campos? Por que Ralph Barquete?

O SR. MARCELO SERENO – Olha, Senador, eu me lembro, em relação à direção da Caixa, que o Sr. Jorge Matoso foi indicado pelo PT de São Paulo e que alguns outros diretores foram indicados pelo movimento sindical. Não me lembro de todos os diretores da Caixa, muito menos do Ralph Barquete, que não era diretor. Qual era o cargo dele?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, ele era assessor especial.

O SR. MARCELO SERENO – Não, não me lembro quem o indicou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas todos esses nomes passavam por...

O SR. MARCELO SERENO – Não, o Ralph Barquete não passava.

O que se passava na Casa Civil? Passavam as indicações dos diretores das empresas, passava os DAS 5 e 6 e passavam algumas outras indicações, mas não o segundo escalão de nenhum lugar, nem de empresas nem de Ministérios nem de Fundos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor conheceu Ralph Barquete?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca viu?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca o viu?

O SR. MARCELO SERENO – Não, nunca o vi não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conheceu o Ministro Palocci, não?

O SR. MARCELO SERENO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Bem?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. O senhor ia a Ribeirão Preto?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca? Não sabia que o Sr. Ralph Barquete trabalhou com o Palocci?

O SR. MARCELO SERENO – Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª é um dirigente do PT totalmente desinformado.

SR. MARCELO SERENO – Não, eu não sou de São Paulo, Senador; eu sou do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, São Paulo, não. V. Sª era da Nacional, chegou a ser da Nacional.

O SR. MARCELO SERENO – Cheguei, mas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do PT Nacional e não conhecer os secretários de Palocci!! V. Sª, desculpe, Ribeirão Preto não é uma cidade pequenininha não, para desconhecer como dirigente.

O SR. MARCELO SERENO – Mas eu desconhecia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Considera-se um dirigente político incompetente, desinformado?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não acho que seja importante eu saber quem são os secretários da cidade de Ribeirão Preto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Considera-se incompetente para a função política?

O SR. MARCELO SERENO – Não, me considero competente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E não sabe de nada?

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu não sei quem são os secretários da cidade de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E sobre a regulamentação dos bingos, V. Sª sabe alguma coisa?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca participei dessa discussão. Meu papel não era tratar do debate sobre as mudanças da legislação. Havia uma subchefia de assuntos governamentais, uma outra subchefia de assuntos jurídicos que tratavam desse assunto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas as reuniões eram na Casa Civil.

O SR. MARCELO SERENO – Eram na Casa Civil, mas eu não participava delas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Waldomiro nos relatou aqui que eram na Casa Civil.

O SR. MARCELO SERENO – Mas eu não participava delas não, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Afinal de contas, o que ocorria na Casa Civil que o senhor tomava mais conhecimento?

O SR. MARCELO SERENO – Do que eu relatei ao senhor. Havia um processo de formação do Governo – o PMDB, inclusive, no final de 2003 e início de 2004, chegou efetivamente a entrar no Governo – e o que eu participava era do encaminhamento das decisões dos acordos políticos feitos entre Partidos da base aliada, e isso tomava a maior parte do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só isso?

O SR. MARCELO SERENO – Bastante coisa no início de formação de um Governo.

O SR.PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas e no começo? O PL, o PTB... O PMDB entrou no fim, conforme o senhor está dizendo. E os outros, como foi isso? Eles indicavam esse cargo a quem? Ao Ministro José Dirceu?

O SR. MARCELO SERENO – Havia uma comissão de Partidos políticos, havia os Presidentes dos Partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pode citar essa comissão lá na Casa Civil? Quem era o presidente dessa comissão?

O SR. MARCELO SERENO – Presidente da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem presidia essa comissão?

O SR. MARCELO SERENO – Tinha uma comissão dos Partidos políticos: o Presidente do PL, o Presidente do PTB, que conversavam...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem comandava, quem coordenava isso?

O SR. MARCELO SERENO – O Presidente Genoíno, que conversava com todos eles. E, a partir daí, foi constituindo-se o Governo. Mas, nesse período, bem inicial do Governo, eu era Chefe de Gabinete, eu não cuidava da constituição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A reunião não era na Casa Civil? Como é que...

O SR. MARCELO SERENO – As reuniões não sei se eram na Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sabia, não?

O SR. MARCELO SERENO – Não. As reuniões entre os dirigentes de Partidos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não sabia, como Chefe de Gabinete da Casa Civil, que havia reunião de Presidentes de Partido com o Sr. José Dirceu, lá na Casa Civil!

O SR. MARCELO SERENO – Havia reuniões de Partidos, veja bem, boa parte do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Diga a verdade. O senhor sabia...

O SR. MARCELO SERENO – Estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor negou há pouco.

O SR. MARCELO SERENO – Estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois fale.

O SR. MARCELO SERENO – O que havia, para explicar o processo, é que, durante o período de transição, o Governo não tinha se instalado ainda no Palácio do Planalto e havia uma comissão de Presidentes de Partidos que discutiam com o Presidente e que formou os Ministérios. A maior parte da negociação em relação aos Ministérios e aos principais cargos do Governo aconteceu antes da instalação do Governo. Posteriormente a isso, foram sendo feitas as negociações entre o Sr. Silvio Pereira, que, muitas vezes, representou o PT, como dirigente político, e com os Presidentes dos outros Partidos para compor o restante da negociação política da composição de Governo. As reuniões podiam, eventualmente, acontecer na Casa Civil, mas nem todas aconteciam na Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor, nesse período...

O SR. MARCELO SERENO – Não acompanhava isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –... convivia muito com Waldomiro Diniz?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor dividia a mesma sala na transição: o senhor e ele a mesma sala. Ou não é verdade que o senhor dividia a mesma sala com o Sr. Waldomiro Diniz no período de transição?

O SR. MARCELO SERENO – Durante o período de transição – vou explicar isso para o senhor –, eu fui indicado pelo Ministro José Dirceu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero saber. O senhor dividia a mesma sala com o Sr. Waldomiro Diniz na transição?

O SR. MARCELO SERENO – Eu vou explicar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu estou perguntando. Só sim ou não.

O SR. MARCELO SERENO – Eu era o responsável para fazer o elo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está bem. O senhor me responde sim ou não. Ou diga: "Fico calado". O senhor dividia a mesma sala com o Sr. Waldomiro Diniz na transição?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não dividia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor almoçava e jantava quase o todos os dias com o Sr. Waldomiro na transição?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Ótimo.

O SR. MARCELO SERENO – Durante esse período de transição, se o senhor puder me espremer...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só quero lhe dizer o seguinte: nós vamos comprovar que o senhor está mentindo e daqui sairemos direto para o Ministério Público e vamos à Justiça. O senhor está negando. Olha, eu vou repetir, o senhor está ne-

gando que não dividia a mesma sala da transição com o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. MARCELOS SERENO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso o que o senhor acaba de dizer.

Com a palavra o Relator.

O SR. MARCELO SERENO – Não posso responder não?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o senhor já respondeu.

O SR. MARCELO SERENO – Não, não, não. Eu vou responder o porquê, para explicar ao senhor, para o senhor ver que eu não estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, eu já estou satisfeito.

O SR. MARCELO SERENO – Está bom. Eu vou responder, depois, no momento adequado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo Sereno, o senhor nos disse que nunca viu o Sr. Rogério Buratti. Mas é fato que ele transitava no Palácio do Planalto. V. Sª tem conhecimento disso?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem.

A sua exoneração, a exoneração do senhor foi a pedido?

O SR. MARCELO SERENO – Foi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi a pedido.

O SR. MARCELO SERENO – Foi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não se sentiu injustiçado quando o senhor saiu?

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu pedi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, às vezes, se pede...

O SR. MARCELO SERENO – Não, mas, não. Não me senti injustiçado. Eu que pedi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor quando saiu, quando pediu... foi trabalhar com quem e onde?

O SR. MARCELO SERENO – Quando eu saí?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E qual a remuneração que o senhor passou a ganhar a partir dessa solicitação que o senhor fez?

O SR. MARCELO SERENO – Eu saí e fui para a Secretaria Nacional de Comunicação do Partido dos Trabalhadores. Eu passei a receber o salário de um dirigente da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto?

O SR. MARCELO SERENO – Sete mil reais bruto. Sete mil e pouquinho bruto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor assumiu de imediato? Ou quanto tempo ficou para assumir?

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu fui eleito e só depois que pedi a exoneração, no dia 13 de maio, é que passei a ter direito a receber o salário como dirigente nacional do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor teve algum problema com o Sebastião do Rego Barros?

O SR. MARCOS SERENO – Sebastião?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sebastião do Rego Barros.

O SR. MARCOS SERENO – Quem é essa pessoa, Senador? Sebastião do Rego Barros? Ah! da ANP? O Embaixador? Não, nunca tive nenhum problema com ele não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não?

O SR. MARCOS SERENO – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor não fez uma indicação que ele relutou?

O SR. MARCOS SERENO – Não, eu fui levar uma indicação política para ele, que eu saiba ele não relutou, era um nome que ele queria indicar inclusive.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Você confirmou que recebia sete mil e poucos reais do PT?

O SR. MARCOS SERENO – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Todos da Executiva recebiam R$7 mil ou mais ou menos?

O SR. MARCOS SERENO – A informação que eu tinha era a de que todos recebiam a mesma coisa. Mais recentemente eu soube que não era assim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quantos membros da Executiva existem? Quantos membros?

O SR. MARCOS SERENO – Vinte e um.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vinte e um, em torno de R$7 mil? Então, dá mais ou menos R$80 mil só de pagamentos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Era um mensalinho, confirma?

O SR. MARCOS SERENO – Esse é o salário de um dirigente partidário liberado exclusivamente para fazer o trabalho de dirigente partidário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dá mais, dá mais, dá mais, dá quase R$200 mil por mês, confirma isso?

O SR. MARCOS SERENO – Não, eu não confirmo isso, eu não era tesoureiro do PT. Eu recebia R$7 mil de salário como dirigente partidário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E todos recebiam?

O SR. MARCOS SERENO – Recebia quem era liberado para ser dirigente partidário tempo integral. O Senador Aloizio Mercadante, por exemplo, que foi líder um período; o Senador Tião Viana, que foi líder, não recebiam, e outros não recebiam, porque não estavam liberados. Que eu saiba, a ex-Prefeita Marta Suplicy não recebia, também era da Executiva.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E o senhor nunca se preocupou de onde vinha esse dinheiro não? Tanto dinheiro só de salários, como dirigente tradicional, preocupado se isso vai quebrar o Partido, nunca teve essa preocupação?

O SR. MARCOS SERENO – Primeiro, eu não tinha a informação de que todos recebessem, nem todos recebiam. Segundo, Senador, o que aconteceu... O que eu posso dizer ao senhor? Eu sempre imaginei que os rendimentos do Partido, que não eram pequenos, e que a contribuição dos militantes – e a contribuição dos militantes, inclusive, depois em cargos comissionados, voluntária – seria suficiente para pagar as despesas que tinham o PT. Sempre imaginei isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo Sereno, e V. Sª deixou por que o cargo de secretário?

O SR. MARCELO SERENO – Eu, na minha exposição inicial, já falei sobre isso, Senador, e vou repetir agora para os senhores.

Saí porque queria voltar à militância partidária, queria ajudar o Partido no Rio de Janeiro a eleger mais prefeitos. Por isso, saí. Queria sair antes até.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª teve vontade de ser candidato ou não?

O SR. MARCELO SERENO – Tive vontade de ser candidato.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ora, se V. Sª tivesse vontade de ser candidato V. Sª teria saído no dia 5 de abril, que...

O SR. MARCELO SERENO – Candidato a Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Sª tinha que se desincompatibilizar antes do dia 5 de abril.

O SR. MARCELO SERENO – Senador, candidato a Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, só estou dizendo para V. Sª aprender a Lei Eleitoral, para, na próxima, não ficar prejudicado.

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu sei muito bem, mas eu era candidato a Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª teria que sair antes do dia 5 de abril, se quisesse disputar a eleição. V. Sª saiu depois do prazo de desincompatibilização ou não, pediram para o senhor sair.

O SR. MARCELO SERENO – Senador, o senhor pode falar e eu respeito muito o Presidente da Comissão, mas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

O SR. MARCELO SERENO – ... o fato não é esse.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para quais fundos de pensão o senhor fez indicações políticas?

O SR. MARCELO SERENO – Não fiz indicação política para nenhum fundo de pensão. Como eu falei aos senhores, encaminhei as indicações para vários fundos de pensão, para vários fundos de pensão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quem encaminhava para V. Sª?

O SR. MARCOS SERENO – Ah! às vezes, tinha sindicalistas...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas havia uma triagem, não é?

O SR. MARCOS SERENO – Não, não...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passava por quem?

O SR. MARCOS SERENO – Havia uma conversa com os sindicalistas, às vezes. Às vezes, as indicações eram absolutamente unânimes. Havia pleitos de Partidos políticos da base aliada a havia indicações absolutamente naturais. Então, havia vários tipos de indicação. Eu simplesmente remetia o resultado dessas negociações para...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em nenhuma o senhor assumiu a responsabilidade maior ou não?

O SR. MARCOS SERENO – Eu nunca tive indicação pessoal para nenhum fundo de pensão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Real Grandeza, Fundo Real Grandeza, Antonio Gomes?

O SR. MARCOS SERENO – Não, não, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não foi indicação de V. Sª? Nem transmitiu a indicação?

O SR. MARCOS SERENO – Não, ele inclusive, em o **Estado de S. Paulo**, eu posso mandar a matéria para os senhores da CPI, já disse que ele não tem ligação nenhuma comigo e que a ligação política dele é com o Deputado Jorge Bittar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Relator, só um minutinho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas quem indicava a V. Sª para fazer a indicação?

O SR. MARCOS SERENO – Não, vinha de conversas entre os Partidos....

O SR. MARCELO SERENO – Vinha de conversas entre os partidos das base aliada ou não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Mas com o Sr. José Dirceu? Ele era o principal responsável?

O SR. MARCELO SERENO – O Ministro José Dirceu me dava o papel de receber essas conversas entre os partidos da base aliada e encaminhá-las.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Depois V. Sª levava...

O SR. MARCELO SERENO – Isso era encaminhado para as diretorias das empresas, as diretorias das empresas aceitavam ou não; em alguns casos, não aceitaram e ficou por isso mesmo. Em outros casos, aceitavam e mandavam depois para os conselhos de representantes dos fundos. Os fundos muitas vezes... Havia disputa política, porque há uma representação hoje, aliás, desde 2001, dos trabalhadores e das patrocinadoras. Muitas vezes havia outros nomes e muitas vezes não eram aprovados esses nomes.

O SR.LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – No dia 26 de julho, foi publicado no **Correio Braziliense** que V. Sª manipulava ativos do núcleo fundos de pensão dos empregados das usinas nucleares e que também articulou operação sobre uma bolada de R$1,400 bilhão em títulos públicos pertencentes à Refer, fundos dos ferroviários e empregados de sete empresas brasileiras. V. Sª confirma isso?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É mentira do jornal?

O SR. MARCELO SERENO – É mentira.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O jornal mentiu?

O SR. MARCELO SERENO – Mentiu.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Há pouco V. Sª pediu que lêssemos uma matéria do jornal **Folha de S. Paulo.**

O SR. MARCELO SERENO – No jornal **Folha de S. Paulo**, o Sr. Gomes, ele próprio fala que eu não o indiquei. Essa matéria do jornal não corresponde à verdade. Eu nunca fiz nenhuma gestão em relação a esses fundos da Refer nem fiz nunca nenhuma gestão em relação a Núcleos. A Núcleos teve seus dirigentes...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Núcleos nem Prece? Prece também não?

O SR. MARCELO SERENO – Prece também não, porque a Prece é do Governo do Estado e nem fiz à época, quando estava no Governo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Sª conhece uma pessoa que é conhecida no Rio como Pororoca?

O SR. MARCELO SERENO – Pororoca? Qual é o nome da pessoa?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ele é conhecido como Pororoca. Eu vou saber o nome da pessoa. V. Sª não sabe quem é Pororoca? Nunca ouviu esse apelido?

O SR. MARCELO SERENO – Eu li nos jornais sobre a pessoa chamada Haroldo Almeida Rego e que tem o apelido de Pororoca. Eu o vi uma vez – estou explicando para V. Exªs, Srs. Senadores, para, inclusive, falar as coisas claramente –, no casamento de um dos filhos dele. Só, somente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Sª não fez nenhuma indicação dos familiares do Sr. Haroldo?

O SR. MARCELO SERENO – Nenhuma indicação de familiares do Sr. Haroldo para cargo nenhum.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Nem negociações...?

O SR. MARCELO SERENO – Nem negociações em relação a isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Mas V. Sª tem bom relacionamento com a família Almeida Rego?

O SR. MARCELO SERENO – Eu conheço os filhos, a partir de relacionamento que tenho com companheiros do PcdoB, do PT.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eles não têm negócios nem com a Núcleos nem com nenhum fundo? Os filhos?

O SR. MARCELO SERENO – Que eu saiba não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Nem negócios nem nenhum tipo de ligação?

O SR. MARCELO SERENO – Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho-PMSB-RN) – Nem o Murilo? V. Sª conhece o Murilo?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço, é um dos filhos que conheço. Conheço o Murilo, conheço o Cristian, conheço os dois...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Só para corrigir. V. Sª conhece Juarez Pororoca?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Eu conheço Juarez, um dirigente do PT. Mas eu soube, nessa matéria, que ele teria esse apelido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – V. Sª tem conhecimento sobre operações de esquenta e esfria de fundos de pensão com a corretora de São Paulo Bônus Banval?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL-PB) – Agradeço ao Senador Garibaldi, que irá se reinscrever, se necessário, e concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Na verdade, Sr. Presidente, fazer aqui uma avaliação do Governo Lula é fácil. Este é um governo do "achismo", do improviso e que não sabe nada. Isso porque todas as pessoas ouvidas até agora nas CPIs, pessoas que pertenceram ao PT ou pertencem ao PT ou trabalharam no Governo Lula nunca sabem nada. Por isso é que o Governo está mal; ou seja, não sabem nada mesmo. O pior é que, quando chegam aqui para prestarem depoimentos, fazem de conta que...Aliás, se colocassem nos currículos deles que não sabem nada, certamente, não conseguiriam emprego em lugar nenhum, porque nunca sabem de nada. Mas conseguem cargos de confiança no Governo. Depois, saem do Governo, e conseguem cargos no Partido. E renunciam a cargos no valor de R$7 mil, renunciam a cargos com valores bastante... Aliás, cobiçados por muita gente. Uma pergunta: você disse que despachava seguidamente com o José Dirceu. V. Sª, desculpe-me, disse que despachava seguidamente com o José Dirceu. Na sua opinião, todas essas denúncias contra o José Dirceu são injustas? As denúncias que existem contra ele são injustas?

O SR. MARCELO SERENO – O Ministro José Dirceu foi um dos principais protagonistas para a vitória do Presidente Lula. Tem um papel inestimável...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nós sabemos. Nós sabemos.

O SR. MARCELO SERENO – ...na história do nosso país. Ele tem sido, durante...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para o PT ele foi importante. A pergunta é se são injustas ou não.

O SR. MARCELO SERENO – Acho que quem tem que falar sobre isso é o próprio Ministro José Dirceu.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Você se sentiu o homem de confiança dele?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Você não. V. Sª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª se sentia o homem de confiança?

O SR. MARCELO SERENO – Eu era o homem de confiança dele sim, nas funções em que eu tinha responsabilidade.

O SR. LEONEL PAVAL (PSDB – SC) – E V. Sª acredita que todas as denúncias contra ele foram injustas, que ele não está envolvido em nada?

O SR. MARCELO SERENO – Acho que o Ministro José Dirceu, como já falou, não sabia de nada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não. O que ele falou, tudo bem. Mas o que V. Sª acha?

O SR. MARCELO SERENO – Estou falando isso, que acredito no que ele falou.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que ele não estaria envolvido em nada?

O SR. MARCELO SERENO – Isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em seu depoimento à CPI da Loterj, o ex-Secretário Nacional de Segurança Pública... V. Sª acaba de dizer que ele mente. Eu queria ouvir de novo. Ele acusou V. Sª de arrecadar dinheiro para a campanha eleitoral. Ele disse na CPI da Loterj que V. Sª arrecadava dinheiro para a campanha eleitoral. Confirma ou não?

O SR. MARCELO SERENO – Nego.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nenhuma vez? Ele também disse que V. Sª agia de forma antiética. V. Sª é antiético?

O SR. MARCELO SERENO – Não acho que agia de forma antiética. O que ele quis dizer com isso?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não acha? Tem certeza, não acha?

O SR. MARCELO SERENO – Tenho certeza de que não agia de forma antiética.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª aceitaria depor na Justiça, numa delação premiada, caso venha a ser chamado para a Justiça, para denunciar? Aceitaria? Porque todo mundo do PT quer negociar agora a delação premiada. Aceitaria?

O SR. MARCELO SERENO – Eu estou aqui nesta CPI... Eu vim aqui nesta CPI responder às perguntas dos Senhores e falar a verdade. Não sei porque eu teria que aceitar qualquer tipo de delação premiada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Deputado José Dirceu pediu a V. Sª que arrecadasse dinheiro para as campanhas eleitorais junto com o Sr. Delúbio Soares. Confirma?

O SR. MARCELO SERENO – Essas são as palavras do Sr. Luiz Eduardo Soares?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não sei. Estou perguntando se ele nunca lhe pediu.

O SR. MARCELO SERENO – Não confirmo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quantas vezes V. Sª se encontrou com Waldomiro?

O SR. MARCELO SERENO – Durante o Governo do Presidente Lula, durante o período em que ele estava no Governo? Muitas vezes, não sei responder quantas, mas muitas vezes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E, nos encontros, tratavam de quê?

O SR. MARCELO SERENO – Nesses momentos, tratávamos da situação da Base Aliada, das reclamações que havia, porque os acordos não estavam sendo cumpridos, basicamente isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E o Waldomiro tinha influência, ele negociava as questões?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Ele era o termômetro do Governo aqui no Congresso Nacional.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Waldomiro Diniz?

O SR. MARCELO SERENO – Durante aquele período. Foi uma...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele era o termômetro da ligação do Congresso com o Governo?

O SR. MARCELO SERENO – Isso. Ele nos informava, falava, reclamava que os acordos não estavam sendo cumpridos, que os Ministros não estavam fazendo o que tinha sido negociado. Era isso, basicamente, o tempo todo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele intermediava recursos?

O SR. MARCELO SERENO – Ele não intermediava recursos, ele era sub-chefe de...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele era o termômetro. Mas o que ele fazia? Ele negociava recursos?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Se V. Exª me permitir, posso explicar. O Sr. Waldomiro Diniz era subchefe de assuntos parlamentares, ele era o elo de ligação, e, é claro, os parlamentares, é a tradição da Casa, apresentavam emendas. Ele era a pessoa que cuidava de catalogar as emendas, apresentar as emendas de todos os Partidos, não só dos partidos da Base Aliada não, dos Partidos de Oposição também.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele disse que não intermediava nada.

O SR. MARCELO SERENO – Isso não era intermediar. Ele recebia as demandas...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Diz que ele não tinha essa função.

O SR. MARCELO SERENO – As emendas que eram apresentadas a ele como sub-chefe de assuntos parlamentares ele as catalogava.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª confirma isso, que ele fazia isso?

O SR. MARCELO SERENO – Ele não intermediava, ele simplesmente recebia essas emendas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Recebia de quem?

O SR. MARCELO SERENO – Dos parlamentares.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E ele era enviado por quem? A quem ele representava no Governo?

O SR. MARCELO SERENO – O Ministro José Dirceu. Ele era sub-chefe...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – José Dirceu?

O SR. MARCELO SERENO – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Intermediava o José Dirceu? Os encontros com o Waldomiro Diniz ocorriam onde?

O SR. MARCELO SERENO – Na Casa Civil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só na Casa Civil? Em lugar nenhum você encontrou com ele?

O SR. MARCELO SERENO – Posso ter saído para almoçar com ele, jantar com ele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pode ter?

O SR. MARCELO SERENO – Devo ter saído para jantar e almoçar com ele muitas vezes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Devo? Não se recorda se jantou com ele?

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu disse com certeza. Mas quantas vezes eu não vou saber responder.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Perguntei quantas vezes. Onde se encontravam então?

O SR. MARCELO SERENO – Podia ter eventualmente saído para almoçar no La Torreta*, um exemplo que me veio à cabeça, ou na Academia de Tênis, almoçar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Seguidamente?

O SR. MARCELO SERENO – Não, às vezes, não seguidamente. Eventualmente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor conhece Ivan Guimarães?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Seu amigo?

O SR. MARCELO SERENO – Meu amigo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor possui um Land Rover?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em uma investigação, o jornalista Luiz Malavolta... Na época, o senhor era Diretor de Comunicação do PT. O senhor foi visto deixando um desses carros, que é um carro caro, em um estacionamento em uma quadra do Dire-

tório Nacional do PT, e pegando um táxi para chegar ao seu trabalho. É verdade?

O SR. MARCELO SERENO – É mentira. Quem tem o Land Rover é o Sr. Ivan Guimarães.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª nunca deixou o carro.

O SR. MARCELO SERENO – Bom, o Sr. Ivan Guimarães tem um Land Rover. Ele me ofereceu uma carona. Eu saí do Diretório Nacional, quando eu vi que ele ia no Land Rover, sabendo que a imprensa ia tirar fotos. E uma especulação como essa podia acontecer. Eu falei: "Ivan, vamos de táxi". O carro é dele. Inclusive outras reportagens confirmaram isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas estava...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – **(Fora do microfone.)**

O SR. MARCELO SERENO – Acho que não. Aliás, não posso brincar com um assunto sério desses. Não tem. O carro é propriedade dele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª sabia que ele havia ganhado de presente aquele carro?

O SR. MARCELO SERENO – Sabia que tinha ganhado de presente?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, porque o Silvinho tinha também uma Land Rover?

O SR. MARCELO SERENO – Não, também fui surpreendido aqui, como todos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não sabia?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não sabia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O do Ivan Guimarães era dele? Esse era dele?

O SR. MARCELO SERENO – Sim. Um jornal, uma revista chegou a investigar inclusive isso e confirmou que o carro era dele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O jornalista ainda confirma que V. Sª depois pegou um táxi para chegar até o trabalho. Por que não foi de carro até lá?

O SR. MARCELO SERENO – Porque eu achei que a exposição era desnecessária, de entrar num carro comprado por um amigo meu, carro dele, com o dinheiro dele, mas que nesse momento que estou vivendo...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sentiu-se envergonhado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – **(Fora do microfone.)** ...é dedução.

O SR. MARCELO SERENO – Ah? Dedução minha, claro, Senador. Dedução minha. Como é meu amigo, eu parto do pressuposto que é do dinheiro dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – **(Fora do microfone.)**

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor conhece Manoel Severino, ex-Presidente da Casa da Moeda?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço. É meu amigo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi o senhor quem indicou Manoel Severino para o cargo?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Foi o PT do Rio de Janeiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – PT do Rio? V. Sª é do PT do Rio?

O SR. MARCELO SERENO – Sim, mas foi a Direção do PT do Rio que indicou.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Aí foi o PT, não foi... Quem foi?

O SR. MARCELO SERENO – Foi a Direção do PT. Tinha uma lista de indicações.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois é, mas a Direção...

O SR. MARCELO SERENO – O Diretório Regional do PT do Rio de Janeiro tinha uma lista de indicações, e ele era um desses nomes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas V. Sª pertencia à Direção do Rio, não pertencia?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não. Pertencia só à Direção Nacional

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há pouco, falou que era do Rio.

O SR. MARCELO SERENO – Sou do Rio, mas pertencia só à Direção Nacional.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já que falaram no Manoel Severino, ele agia como tesoureiro. O senhor agia como tesoureiro junto ao Manoel Severino? Não?

O SR. MARCELO SERENO – Não, nunca agi como tesoureiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele não foi para o lugar do senhor?

O SR. MARCELO SERENO – Que lugar? A Segab?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Secretário Executivo...

O SR. MARCELO SERENO – Foi, foi, foi foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por indicação de quem?

O SR. MARCELO SERENO – Da Governadora Benedita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor foi convocado pela Governadora Benedita ou foi indicado por José Dirceu?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Fui chamado pela Governadora Benedita. Não fui indicado por José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem certeza?

O SR. MARCELO SERENO – Absoluta certeza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor vai chamar daqui a pouco outro jornal de mentiroso. Porque o senhor já chamou dois jornais de mentirosos, e o terceiro é porque vamos mostrar um jornal que... A indicação é do...

O SR. MARCELO SERENO – Eu não chamo os jornais de mentirosos, a fonte deles é que mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A fonte, não é? Quer dizer, o jornalista que assinou...

O SR. MARCELO SERENO – Não. A fonte deles mentiu. O jornalista acreditou na fonte.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que as matérias que saíram em relação à indicação do Sr. José Dirceu também são mentira?

O SR. MARCELO SERENO – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor foi convocado.

O SR. MARCELO SERENO – Eu fui chamado pelo PT do Rio de janeiro, pela Governadora Benedita, não foi o Ministro José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pelo PT ou pela Governadora?

O SR. MARCELO SERENO – Pelos dois. Pelo PT e pela Governadora Benedita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor foi indicação então da Executiva do Partido?

O SR. MARCELO SERENO – Eu fui indicação da Governadora Benedita e de companheiros do PT, não da Executiva do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o PT não interferiu nessa indicação? Foi amizade e competência. Vamos admitir que...

O SR. MARCELO SERENO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Amizade e competência. Vamos admitir que V. Sª tinha, junto à ex-Senadora...

O SR. MARCELO SERENO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que foi direto?

O SR. MARCELO SERENO – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem indicou o senhor para vir aqui para a Assessoria de José Dirceu?

O SR. MARCELO SERENO – O Ministro José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que o senhor não fez essas denúncias contra o Secretário, o Sr. Luís Eduardo, quando ele fez as denúncias? Por que o senhor não disse o que acabou de dizer do Sr. Garotinho? Por que, na época, quando saiu essa denúncia, o senhor ficou calado?

O SR. MARCELO SERENO – Não fiquei calado não. Eu mando aqui para os senhores recortes de imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que os senhores não publicaram esse levantamento que foi feito no Governo?

O SR. MARCELO SERENO – ...de vários jornais, do **Zero Hora**, do **O Estado de S. Paulo**, da **Folha de S.Paulo**, do jornal **O Globo**, de respostas minhas às acusações feitas pelo Sr. Luís Eduardo Soares, naquela época, em 2004.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor, como Secretário-Executivo, cargo importante do Governo, como é que o senhor justifica, falando do Governo, dizendo que tinha muito a dizer do Governo Garotinho, e por que o Sr. Waldomiro Diniz ficou de um governo para outro? Era do Governo Garotinho e ficou no Governo da Srª Benedita. Por quê?

O SR. MARCELO SERENO – Senador, eu não falei o que o senhor está afirmando agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª disse que era um desastre o Governo, que tinha deixado um rombo nas finanças.

O SR. MARCELO SERENO – Isso eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer, como é que o PT imaginava desse jeito, e isso em relação ao Sr. Garotinho, e deixa exatamente o cidadão que comanda a Loterj de um governo para outro, sem nenhuma conversa. Por que V. Sª entende, se o Sr. Garotinho deixou um rombo nas finanças do Estado, acabou com as finanças do Rio de Janeiro, segundo V. Sª, e fica o Sr. Waldomiro, que é um homem de ligação do PT? Depois, vai para a Casa Civil. Coincidentemente, com V. Sª. Foram para a transição juntos. E veja a amizade que V. Sª tinha com o Sr. Waldomiro, porque V. Sª e o Sr. Waldomiro, segundo informações comprovadas, são homens de confiança do Sr. José Dirceu, desde a época em que estava lá na executiva do PT. Tente me explicar, como homem do PT. Eu não consigo entender. Se se fala tanto de um governo, se existe uma disputa acirrada, se muda de governo e fica o cara que era o arrecadador oficial

do PT estadual – porque, segundo o Sr. Luís Eduardo, o senhor era da Nacional lá no Rio de Janeiro –, como é que fica? Explique-me para ver se o senhor nos convence. Pelo menos essa resposta. O senhor sabe informar por que ficou o Sr. Waldomiro ou houve algum pedido nesse sentido?

O SR. MARCELO SERENO – A informação que eu posso dar ao senhor é a seguinte: primeiro, eu não sabia sobre as atividades do Sr. Waldomiro, que chegaram a aparecer depois na revista **Época**. Segundo, eu não fui arrecadador de recursos para a campanha nacional em 2002. Terceiro, o Sr. Waldomiro continuou na Loterj por indicação da Governadora Benedita. Que eu saiba, foi isso que ocorreu.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou fazer uma indagação ainda. As reuniões do PT ocorriam semanalmente? Do PT Nacional?

O SR. MARCELO SERENO – Desculpe, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – As reuniões do PT, elas ocorriam semanalmente? Toda semana ocorriam as reuniões?

O SR. MARCELO SERENO – Em que período?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Era normal as reuniões ocorrerem no PT, a Direção Nacional?

O SR. MARCELO SERENO – Existia uma Executiva que se reunia mensalmente. E parte dos Diretores Executivos que moravam em São Paulo ou que não moravam em São Paulo, mas que tinham o tempo à disposição do Partido, se reuniam com mais freqüência, às vezes diariamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª participava com freqüência?

O SR. MARCELO SERENO – Eu participei com freqüência a partir de maio de 2004.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E discutiam todos os assuntos do PT, questão de coligação, recursos, dívidas?

O SR. MARCELO SERENO – Discutíamos muitos assuntos do PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Marcos Valério era comentado dentro das reuniões, havia comentários?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca houve comentários?

O SR. MARCELO SERENO – Nas reuniões não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Porque ele é amicíssimo do Delúbio, amicíssimo do Silvinho, amigo do Genoíno, emprestou milhões de reais para o PT, para pagar, inclusive, o seu salário. Porque ele emprestou milhares de reais ao PT. E V. Sª diz que nunca ouviu falar de Marcos Valério dentro do PT?

O SR. MARCELO SERENO – Eu falei que nas reuniões em que nós discutíamos os assuntos do dia-a-dia do PT não se falava do Sr. Marcos Valério.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E fora das reuniões?

O SR. MARCELO SERENO – Eu conheço o Sr. Marcos Valério e mais de uma vez conversei com ele fora das reuniões.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E que tipo de conversas com ele?

O SR. MARCELO SERENO – Conversei sobre campanhas eleitorais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sobre futebol?

O SR. MARCELO SERENO – Sobre campanhas eleitorais. Em particular, as campanhas eleitorais do Rio de Janeiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E ele era do PT, filiado ao PT?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não era.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Qual era a influência dele em campanhas eleitorais do PT com o Marcos Valério? Ele financiava?

O SR. MARCELO SERENO – Ele tinha uma agência que queria que fosse uma agência que entrasse no *marketing* político. E conversou comigo, porque sabia da minha influência política no Estado do Rio de Janeiro, para ver se seria possível fazer uma campanha eleitoral no Rio de Janeiro, e fez a campanha de Petrópolis. Era essa a relação que tinha com ele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca comentou contigo sobre empréstimos ao PT?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca soube desses empréstimos ao PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quer dizer, ali, um enganava o outro, não é? Um enganava o outro.

O SR. MARCELO SERENO – Nunca soube desses empréstimos ao PT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor que apresentou ele ao Delúbio?

O SR. MARCELO SERENO – Não. O Delúbio, já disse que quem o apresentou ao Delúbio foi o Deputado Virgílio Guimarães, em 2002.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Somente fora das reuniões encontrava o Marcos Valério? Somente? Não encontrava fora disso...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para chegar a uma questão. Só se encontrava

com ele fora das reuniões do PT? Só? Em outro lugar não. Lugar público, repartições públicas? Não?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Encontrei com ele. Está nos registros inclusive publicados em jornais...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Onde?

O SR. MARCELO SERENO –...que ele foi ao Palácio do Planalto pelo menos duas ou três vezes conversar comigo no final de 2003, início de 2004, e tratei com ele o mesmo assunto: campanhas eleitorais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Lá no Governo, dentro do Palácio do Governo?

O SR. MARCELO SERENO – Por isso que eu depois saí do Governo, porque eu achava que...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Lá dentro?

O SR. MARCELO SERENO – Exatamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Discutia as questões políticas do PT no Palácio do Governo?

O SR. MARCELO SERENO – Aproveitava que estava lá e conversava.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com papel timbrado, computadores, despesas, cafezinho, tudo por conta do Governo e do povo, discutindo as campanhas eleitorais do PT. Confirma?

O SR. MARCELO SERENO – Ele ia me procurar no Palácio do Planalto, e falava... Eu conversei com ele algumas vezes sobre as campanhas eleitorais que iríamos fazer, como íamos debater, blá, blá, blá... Esses assuntos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Lá no Palácio do Planalto, em horário de expediente?

O SR. MARCELO SERENO – No horário de expediente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse é o governo responsável.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – No inicio da sua exposição, entendi que não estava nas suas obrigações como secretário, como Assessor do Ministro José Dirceu, tratar de política. O senhor tratava só de governo, não tratava de política. O senhor disse isso aqui.

O SR. MARCELO SERENO – Senador, não estou me contradizendo não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quer dizer...

O SR. MARCELO SERENO – Posso responder à pergunta do Senador Jereissati, Sr. Presidente? O que aconteceu? Ele queria que a empresa dele de *marketing* político ganhasse mais espaço. E efetivamente cheguei a conversar com ele isso no Palácio do Planalto. E essa minha disposição de cuidar das coisas partidárias é que me fez inclusive, e por isso digo que queria sair antes de maio de 2004, pedir para sair do governo para exatamente poder fazer isso sem estar no governo, no Palácio do Planalto, tratando de assuntos que acho que eticamente deveriam ser tratados fora do Palácio do Planalto, coisa que fiz a partir de maio de 2004. Acho até que o mais correto teria sido conversar com ele sobre esses assuntos no PT. Mas, infelizmente, efetivamente cheguei a fazer isso, ainda no final de 2003, início de 2004.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Segundo a reportagem Do jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 18/07,... O senhor está preparado, já sabe disso, mas gostaríamos de ouvir aqui, que o senhor comprou um apartamento no Rio de Janeiro no valor de R$700mil Confirma?

O SR. MARCELO SERENO – R$680 mil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Comprou à vista ou financiado?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Eu tinha um apartamento em São Paulo, está declarado no meu Imposto de Renda, que eu comprei, vendi esse apartamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por quanto vendeu?

O SR. MARCELO SERENO – Por R$350 mil. Peguei um dinheiro emprestado com a minha irmã, tem a transferência da conta dela para a minha conta, e del uma entrada de R$450 mil, e financiei a diferença em 110 vezes, sendo que o apartamento acaba de ser construído em início de 2008, e efetivamente eu iria também pegar um novo empréstimo para pagar a diferença do saldo devedor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor aceitaria fazer a acareação entre Valdomiro Diniz e o senhor aqui?

O SR. MARCELO SERENO – Sem problema nenhum. O Luís Eduardo também, Senador. Sem problema.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Marcos Valério também? Com todos?

O SR. MARCELO SERENO – Sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sem **habeas corpus**?

O SR. MARCELO SERENO – Isso vai depender da orientação dos meus advogados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É bom que a Justiça tome conhecimento de que ele está disposto a pedir **habeas corpus**...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, estamos...

O SR. MARCELO SERENO – Eu falei que era dependendo da orientação dos meus advogados, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Queria dizer aos advogados aqui... Inclusive fui... São todos os três advogados? Ainda pedi... Foram colocados dois advogados aqui atrás, pedi que viessem à frente. Mas é o seguinte: não pode, em hipótese alguma, opinar e nem fazer gesto de sim ou não, é só ouvir. Tem que ser assim. Aqui não pode, entendeu? O senhor não pode nem falar.

O SR. – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem pela ordem. O senhor vai ter que sair daqui. O senhor não tem que estar falando nada. Aqui, não senhor. O senhor não vai falar aqui não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª não tem **habeas corpus** aqui não.

O SR. – **(Fora do microfone.)**

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor tem hábeas aqui? Então, não pode se pronunciar.

O SR. – **(Fora do microfone.)**

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ser educados. Solicito ao Sr. Advogado, porque estamos conduzindo com a maior tranqüilidade. Olhe, nesta Casa não tem autoritarismo não. V. Sª, por favor, detenha-se, porque estamos aqui levando na maior tranqüilidade, com o maior respeito. Ninguém desrespeitou o senhor nem tampouco o depoente. V. Sª, por favor, entenda que aqui estamos conduzindo buscando a verdade. Então, solicitaria a V. Sª, se por acaso esta Presidência entender de consultar a V. Sª em alguma coisa, nós o faremos. Solicitaria a compreensão de V. Sª.

O SR. MARCELO SERENO – E eu posso consultar meu advogado?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o **habeas corpus** diz...

O SR. – **(Fora do microfone.)**

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor, por favor. Então, retire-se. Se V. Sª deseja se retirar, retire-se, é um direito. Se V. Sª quiser sair, é um direito.

Por favor. Se V. Sª quiser sair, pode sair. Agora, respeite o Senado Federal. A senhora também. V. Sª também, por favor. Vou pedir ao segurança para retirá-los. Se V. Sª quiser sair, saia. Agora, respeite. Estamos conduzindo com a maior tranqüilidade. Então, não precisava trazer o depoente, ele trazia o advogado para fazer as perguntas.

Com a palavra V.Sª. E peço que V. Sª tenha tranqüilidade, se o seu depoente não está fazendo como foi recomendado, a culpa não é dos Srs. Senadores. V. Sª tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para finalizar, em todas as CPIs, não tenho certo conhecimento da questão jurídica, dos direitos da OAB, em todas as CPIs não se permite que um advogado intervenha sem autorização da Presidência. É feita a consulta à Presidência e ela autoriza. Inclusive não pode nem consultar documento nenhum, o depoente, não pode nem ler. Nenhum documento. Em todas as CPIs. Só quando o Presidente permite. Até porque o convocado não é o advogado. E nem sabemos quem são os advogados que irão vir, não sabemos. E nem há um currículo do...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, deixa-me colocar a V. Sª, vou ler o **habeas corpus** do jeito que está escrito, para que fique bem claro, para que todos tenham conhecimento.

"Comunico a V. Exª que nos autos da Medida Cautelar tal e tal, para garantir ao paciente o direito de se fazer acompanhar de advogado". De se acompanhar, não garante a ele o direito de palavra aqui não. Se não, pelo contrário, não precisávamos trazer o depoente, bastaria trazer o advogado. Então, vamos colocar, é matéria vencida, vamos tratar de continuar as perguntas.

V. Exª tem a palavra para concluir, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para concluir, Sr. Presidente. Primeiro, quero cumprimentá-lo pelo grande trabalho que desenvolve aqui nesta comissão. E temos uma obrigação com o povo brasileiro, e estamos aqui para realmente fazer com que as coisas fiquem claras, e não para ficar ouvindo. Então, vamos chamar os advogados. Quero cumprimentá-lo pela sua postura. E tem todo o nosso apoio para tomar qualquer decisão que desejar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Por gentileza, sou o terceiro inscrito, sei que o segundo é o Senador Arthur Virgílio, mas tenho uma palestra agora, daqui a meia hora. Gostaria que o Senador pudesse me ceder o lugar. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Senador Juvêncio, com a palavra.

JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, eu pergunto ao Depoente se ele já participou de algum Conselho Fiscal, de alguma Administração Indireta?

O SR. MARCELO SERENO – Eu participei. Fui do Conselho de Administração da Cedae e depois fui do Conselho de Administração... até recentemente era do Conselho de Administração da VBC, que renunciei e estou renunciando também ao Conselho de Administração da Lightpar, dois Conselhos para os quais eu tinha sido indicado à época que eu era chefe da Assessoria Especial do Ministro José Dirceu.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Perfeito. No Palácio não conversava sobre política com o Deputado José Dirceu. E nos encontros informais? Falava-se muito em política?

O SR. MARCELO SERENO – Eu nunca... Quando eu falei que não falava de política, eu falei que não tratava das coisas do Partido enquanto estava na Executiva.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – E nos encontros informais?

O SR. MARCELO SERENO – Sempre se discute política.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – E V. Sª como um assessor tão próximo do Presidente, com ele ali dia-a-dia...

O SR. MARCELO SERENO – Próximo ao Ministro José Dirceu.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – José Dirceu.

O SR. MARCELO SERENO – Sim.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Que é muito próximo do Presidente Lula.

O SR. MARCELO SERENO – Sim. Sim.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Tudo a mesma coisa, mesmo núcleo...não sabia de nada do que acontecia, como também ninguém está sabendo de nada no Governo Federal sobre o que está acontecendo na ante-sala. E participou de festa na Granja do Torto?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Nunca foi à Granja do Torto?

O SR. MARCELO SERENO – Fui, fui a um almoço na Granja do Torto durante uma reunião de trabalho com o Banco Mundial.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Dr. Marcelo Sereno, Valdomiro Diniz foi gravado achacando. Aí não tem como negar. Nem ele negou aqui. E disse, sim, que pediu dinheiro e pegou... negou da Benedita e Garotinho, mas disse o seguinte: "Cem mil reais eu peguei sim e entreguei para o Geraldo Magela". Falou para nós aqui. Réu confesso, achacador. Como é que V. Sª vê Valdomiro Diniz como seu companheiro na ante-sala com Zé Dirceu, junto com Lula? O achacador...Permite-se que achacador entre nessas salas presidenciais sem que a Abin tome conhecimento?

Cheguei àquela conclusão, àquela hora, de que a Abin pega informação bancária, informação comercial etc. Basta se inscrever no SPC e no Serasa que não precisa de Abin. Ou este Governo é tão descuidado assim com os achacadores? O que V. Sª tem a dizer a isso?

O SR. MARCELO SERENO – Eu e o Ministro José Dirceu inclusive só soubemos do que o Valdomiro fez no primeiro semestre de 2002 a partir da revista **Época**. Até aquele momento havia uma relação de confiança entre o Ministro José Dirceu e o Valdomiro. Quando se soube, a partir da reportagem na revista **Época**, o Sr. Valdomiro Diniz foi exonerado.

O senhor há de convir que, se a Abin fizesse uma investigação da vida das pessoas, tentasse descobrir a vida particular e profissional, nós teríamos um problema muito maior neste País, porque, com toda razão, a Abin seria acusada, em qualquer Governo, independente de ser no Governo do Presidente Lula, de ser um local onde se quebram os direitos democráticos e os direitos civis das pessoas. Então, a Abin nunca foi vista por parte da Casa Civil...E eu repito: isso foi um procedimento administrativo que nós herdamos do Governo anterior e continuamos com ele. E era um bom procedimento administrativo. Por isso que nós, inclusive, continuamos com ele. A Abin não pode ser um instrumento de checar a vida, espionar a vida das pessoas que são indicadas pelo Governo. Ela vê o que tem que ver de informações públicas: Serasa, SPC, processos na Justiça. Não era o papel da Abin investigar a vida de cada uma das pessoas que era indicada pelo Governo Federal. Obviamente que, se investigasse, conseguiria descobrir muita coisa talvez. Mas, por outro lado, nós não seríamos um Estado de direito.

O SR. JUVÊNCI0 DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Marcelo, Valdomiro Diniz, com todo esse passado e esse perfil de achacador, ele foi colocado como subchefe da Casa Civil, me parece, para assessoria parlamentar. V. Sª mesmo disse o seguinte: "Ele tratava das emendas, negociação dos Parlamentares com a Casa Civil sobre as Emendas. Para que a população conheça isso, saiba o que é isso: todos nós, Parlamentares, Deputados e Senadores, temos as nossas Emendas ao Orçamento da União. Agora, são 3,5 milhões para cada um dizer o seguinte: eu quero uma escola, eu quero uma creche, eu quero a reforma do prédio da Apae e assim por diante."

Essas Emendas estão colocadas no Orçamento como direito de cada um dos Parlamentares e direito do beneficiário que está lá no município. Agora, se coloca na Casa Civil o Waldomiro Diniz para negociar ou não a liberação desse direito que nós temos? Um achacador?

E eu gostaria de complementar o meu raciocínio. E para aqueles que estão com o mensalão é muito fácil. Não precisam nem se preocupar com o restante, porque já estão com o Governo votando. Agora, aqueles que não votam com o Governo e não estão no mensalão? É o achaque da Emenda. Essa prática tem que acabar. Os municípios sofrem muito com isso, Dr. Marcelo, e V. Sª que esteve lá na Subchefia da Casa Civil sabe quantas vezes chegávamos lá, quase que de joelhos, pedindo e implorando. Se não tivesse um ajoelhamento, as Emendas não seriam liberadas. E era justamente este homem, Waldomiro Diniz, que triava, quem tinha ou não condições de receber a liberação das Emendas. V. Sª acha que isso era justo?

O SR. MARCELO SERENO – Repito, Sr. Senador: quando o Sr. Waldomiro Diniz era Subchefe de Assuntos Parlamentares, até o início de 2004, não se tinha a informação, que foi publicada na revista **Época,** do que ele tinha feito, arrecadando recursos e pedindo dinheiro, como apareceu na fita gravada pelo Sr. Carlos Cachoeira. Ele era uma pessoa com uma história de militância e, inclusive, tinha sido Secretário do Governo Cristovam Buarque, tinha sido nomeado pelo ex-Governador Garotinho como representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro aqui em Brasília e depois tinha sido Presidente da Loterj. Tinha uma história política e nada que indicasse o que veio a ser informado pela revista **Época**.

Por isso, não faço a leitura do senhor mas faço a leitura que o senhor fez em relação às Emendas. As Emendas são um direito do Parlamentar. Isso é correto e não tem absolutamente nada de errado em apresentar as Emendas dos Parlamentares porque elas representam benefícios para as populações , em particular das cidades pequenas e médias deste País. Vejo isso como uma coisa que tem que ter cada vez maior transparência em qualquer Governo. O Governo do Presidente Lula ou outro Governo devem ter, cada vez menos, condições de usar as Emendas como um instrumento de negociação com os Parlamentares. A minha visão é a mesma do senhor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu agradeço.

Sr. Presidente, queria agradecer a gentileza do Senador Arthur Virgílio e pedir licença para me retirar, porque eu tenho o compromisso de uma palestra agora às 3 horas da tarde. Peço desculpas aos nobres advogados pela maneira emocional – é que também eu sou advogado e sei das minhas prerrogativas e sei dos limites do exercício das minhas prerrogativas e uma coisa que eu sempre gostei foi de respeitar os limites. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª., nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu cumprimento o depoente, Dr. Marcelo Sereno, e sua equipe de advogados e formulo as seguintes questões. Seu advogado é homem qualificado em sua profissão e atuou em todos os casos de repercussão: na defesa do Executivo da Schincariol * que recentemente...O Dr. Roberto Podval. E participou também na defesa do Sr. Sérgio Gomes da Silva, acusado de participação naquele episódio lamentável de Santo André que envolveu um esquema de arrecadação de propinas dentro daquela cidade.

Eu pergunto a V. Exª – se julgar que pode responder – como está sendo feito o pagamento dos honorários do Sr. Roberto Podval.

O SR. MARCELO SERENO – Sou eu quem vai pagar os honorários – é um contrato de R$20 mil, pagos em 10 prestações de R$2.000,00.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Talvez fosse desnecessário perguntar, mas o senhor se reafirma amigo do Deputado e ex-Ministro José Dirceu?

O SR. MARCELO SERENO – Eu acho que nós temos que ser amigos, inclusive nas dificuldades, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Deputado José Dirceu, em algum momento, pediu ao senhor para arrecadar dinheiro para as campanhas eleitorais junto ao Sr. Delúbio Soares?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A relação do senhor com o Waldomiro Diniz até hoje não foi esclarecida. O senhor teve o seu nome citado num depoimento prestado pela ex-Chefe de Gabinete da Loterj, Srª Ana Cristina Morais, na CPI da Alerj – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Segundo a funcionária, o senhor, então Secretário de Governo no Rio, teria recebido telefonemas de Waldomiro, que presidia a Loterj à época. Qual é afinal a história verdadeira?

O SR. MARCELO SERENO – Sobre isso, Senador, eu disse aqui, inclusive, que arriscava dizer que não teria recebido nenhuma ligação do Sr. Waldomiro. Meu sigilo bancário, fiscal e telefônico foi quebrado pela CPI, como eu falei, estou me arriscando pode ser que tenha falado com ele uma, duas vezes, no máximo, du-

rante o período que estava lá. Mas posso estar errado, posso não ter falado nenhuma vez com ele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foi o senhor quem indicou o Sr. Manoel Severino para o cargo de Presidente da Casa da Moeda?

O SR. MARCELO SERENO – Não, Senador. O Sr. Manoel Severino da Silva foi indicado pela direção do PT do Rio de Janeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor conhece o Sr. Carlos Manoel da Costa Lima?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor o indicou para o cargo de Subsecretário de Articulação Parlamentar da ex-Governadora Benedita da Silva?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Quem indicou foi o próprio Manoel, que eu saiba.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Manoel Severino?

O SR. MARCELO SERENO – É, o próprio Manoel Severino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como se dava esse esquema de nomeação? Como se processava isso?

O SR. MARCELO SERENO – No Governo do Estado, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim.

O SR. MARCELO SERENO – Era prerrogativa da Governadora fazer as nomeações, então se tratava com ela, não tinha... O Governo foi formado inicialmente e se nomeou os secretários, e os secretários despachavam com ela e, a partir do despacho com ela, eram feitas as demais nomeações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor, àquela altura, sabia da relação do Sr. Manoel Severino e do Sr. Carlos Manoel da Costa Lima com o Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCELO SERENO – Em que altura o senhor fala?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A essa época da nomeação.

O SR. MARCELO SERENO – Lá, no Governo do Estado?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim.

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E posteriormente?

O SR. MARCELO SERENO – Posteriormente, o Sr. Marcos Valério era conhecido meu, conhecido do Manoel, sem dúvida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – No Estado do Rio de Janeiro, corre que o senhor teria tido influência na indicação para cargos em fundos de pensão. Influência que teria começado antes mesmo da eleição do Presidente Lula, quando o senhor era Secretário de Governo de Benedita da Silva, em 2002. E ao menos duas das instituições atribuídas ao senhor são ligadas à família Almeida Rego, hoje sócio da gestora de recursos Arbor. O senhor fez tais indicações?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor negociou alguma vez cargos da Refer?

O SR. MARCELO SERENO – Os cargos da Refer, do Sr. Jorge Moura e do Sr. Adalto Carmona, o Presidente e o Tesoureiro. O Sr. Jorge Moura foi indicação de associações ferroviárias, e o Sr. Adalto Carmona, de sindicalistas mais ligados ao PCdoB. Eu só encaminhei essas indicações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sindicalistas e sindicatos representando o PcdoB indicaram o Sr. Carmona para a diretoria financeira do Refer? É isso?

O SR. MARCELO SERENO – Foi, é.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já soube que o senhor respondeu à pergunta a respeito do Sr. Juarez Pororoca, que, por meio de um pacto com ele, o senhor teria conseguido substituir o Sr. Carmona pelo Sr. Eduardo Teles. Muito bem, o senhor já respondeu a isso.

Quando o Sr. Eduardo veio a estruturar o fundo de aplicação em quotas, o FAC, o senhor teria obtido quaisquer benefícios através dessa nova estrutura?

O SR. MARCELO SERENO – De jeito nenhum, Senador, e, que eu saiba, isso não foi encaminhado, é a informação que eu tenho dos próprios jornais, inclusive.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dr. Marcelo Sereno, com o Governo Lula, foi criado um grupo interministerial para estudar a legalização dos bingos. Então, de quem partiu a iniciativa para se estudar essa questão? V. Sª participou desse grupo? Indicou participantes? Teve algum tipo de influência nos trabalhos do grupo?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Não participei desse grupo e nem tive nenhuma influência nos trabalhos desse grupo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A mensagem do Presidente da República ao Congresso, no início do ano legislativo de 2003, na sua página 177, diz textualmente que os bingos seriam legalizados. Como se deu o processo daquela decisão?

O SR. MARCELO SERENO – Senador, eu não participei dessa discussão, como eu já disse anteriormente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor não está informado de quem...

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu não participei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nem de quem redigiu?

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu sei que havia um grupo de trabalho... Esta informação eu tenho: que tinha um grupo de trabalho que discutia isso. Em geral, os grupos de trabalho na Casa Civil...

(Intervenção feita fora do microfone.)

O SR. MARCELO SERENO – Não tenho essa informação, Senador. Vou dizer o que, em geral, acontecia na Casa Civil. A informação era que existia um... tinha a Secretaria de Assuntos Governamentais, a Subchefia de Assuntos Governamentais, a Subchefia de Assuntos Jurídicos, com assessores mais próximos do Ministro muitas vezes, que constituíam grupos de trabalho com outros Ministérios que tinham relação com o tema e se elaboravam propostas. Agora, não tenho informação se o Sr. Waldomiro Diniz fazia parte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas, no caso, foi um grupo específico da Casa Civil, no qual..

O SR. MARCELO SERENO – Eu tenho essa informação que tinha um grupo que tratou disso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – ...tanto V. Sª quanto o Sr. Waldomiro...

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Faziam parte...

O SR. MARCELO SERENO – Eu nunca fiz parte desse grupo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Faziam parte do...

O SR. MARCELO SERENO – Da Casa Civil, sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Da Casa Civil. Dois homens importantes, chaves, dentro da Casa Civil e nenhum dos dois participou?

O SR. MARCELO SERENO – Bom, eu não participei. E não tenho informação sobre o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem informação, sim, senhor. Tudo indica que ele participou.

O SR. MARCELO SERENO – Eu não tenho essa informação. Não vou falar por achismo aqui, não, Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Porque o que causa espécie é que o Governo tinha uma posição claramente contrária à... claramente favorável à legalização dos bingos e, após a eclosão daquele escândalo, ele passou a ... apareceu com um projeto que extinguia abruptamente os bingos. Pareceu-me uma relação assim meio de consciência pesada, tipo desculpa, tipo faço isso e, a partir disso, eu suponho que passe para a sociedade a minha (do Governo) a minha inocência, enfim.

Mas eu tenho algumas perguntas a fazer ao senhor e já concluirei.

V. Exª, então, não sabe quem redigiu o texto ou influenciou da decisão, já que não participava do grupo?

O SR. MARCELO SERENO – Não participava do grupo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas o senhor... Permite, Senador Arthur?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Sª, com certeza, sabia, porque foi colega do Waldomiro Diniz, do envolvimento dele com o jogo do Rio de Janeiro, com a Loterj, com o bingo do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO SERENO – Não. Eu sabia que ele tinha sido Presidente da Loterj. Isso faria com que ele tivesse relacionamento com os bingos, claro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E que o Governo estava preparando um projeto que legalizava o jogo do bingo definitivamente...

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu sabia que tinha um projeto...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Na Casa Civil?

O SR. MARCELO SERENO – Eu sabia que tinha um projeto que estava sendo discutido sobre isso. Se ele ia propor a legalização ou não, eu não sabia.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas isso está escrito na mensagem enviada... Que o Governo...

O SR. MARCELO SERENO – Sim, a mensagem enviada eu sei que existia.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Dizendo que vai legalizar o jogo do bingo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele parecia a V. Exª, àquela altura, uma pessoa correta ou ele era visto como alguém de arrecadação...

O SR. MARCELO SERENO – Perguntando do Waldomiro?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Waldomiro.

O SR. MARCELO SERENO – Waldomiro é uma pessoa muito simpática. Eu acho que parte dos Senadores aqui deve conhecê-lo. Uma pessoa de bom trato. Não tinha...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO SERENO – Aqui ele não vinha? Mas, na Câmara, ele era uma pessoa de bom trato. Pelo menos é a informação que os Deputados me dão. Agora...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas a sua opinião pessoal? Ou seja, convivia com ele, conhecia...

O SR. MARCELO SERENO – Eu não tinha... Eu não tinha... Eu não tinha uma intimidade pessoal com ele. Eu tinha uma relação profissional na Casa Civil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E, nessa relação, ele parecia uma pessoa correta?

O SR. MARCELO SERENO – Nada que me fizesse pensar diferente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não era visto como alguém de arrecadação, como alguém de ortodoxia? Era visto como alguém da heterodoxia? É isso?

O SR. MARCELO SERENO – Não, era uma pessoa normal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Normal? Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, normaldoxo, mas é...Como cidadão, o senhor poderia opinar sobre o que teria feito o Presidente mudar de idéia. Ou seja, o Presidente entendia, como ação de Governo, que era bom legalizar os bingos. Aparece o chamado escândalo Waldomiro Diniz e o Presidente muda de idéia. Como brasileiro, lhe causou alguma espécie? Consegue, como homem de Governo, ter tido um fio da meada? O que teria levado a essa alteração no processo de tomada de decisão do Presidente? Por que poucos meses antes ou pouco dias antes pensava de um jeito, depois, após a crise, pensava de outro jeito? Isso não seria de causar espécie ao cidadão que V. Sª é? E não seria, por outro lado, de nós questionarmos se não era uma tentativa de apagar o incêndio, supondo que apagava – tanto não apagou que aqui estamos nós na CPI?

O SR. MARCELO SERENO – Senador, posso? Posso, Senador, responder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, sem dúvida.

O SR. MARCELO SERENO – A impressão que tive foi de uma resposta política para que o Governo ficasse claramente separado do jogo no Brasil. Isso foi uma tentativa de o Governo mostrar que não tinha nenhuma ligação com o jogo e, então, tomou uma medida que proibia os bingos no Brasil. Essa é a minha impressão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Eu me dou por satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Marcelo Sereno, senhores advogados, muitas das minhas perguntas já foram feitas e respondidas da maneira que o depoente poderia fazê-lo, não satisfazendo a todos nós. Evidentemente, está com **habeas corpus** e tem algum direito de usar de artifícios.

Eu perguntaria, em primeiro lugar, se o mercado de jogos do Rio de Janeiro deu contribuição para a campanha eleitoral de 2002, seja estadual ou federal.

O SR. MARCELO SERENO – Senador, desculpe-me, mas o Senador Arthur Virgílio veio me cumprimentar, e eu não escutei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Esse senhor sempre prejudica tudo. (risos)

O senhor pode me informar se na campanha eleitoral do Rio, de 2002, seja estadual ou federal, a área dos jogos contribuiu para essa campanha?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não sei. Eu não era tesoureiro da campanha e não tenho essa informação. Eu não sei. Não tenho essa informação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas, sendo V. Sª uma pessoa tão ligada à Governadora Benedita, pergunto: por que Waldomiro foi mantido no cargo de Presidente da Loterj pela Governadora e, depois, por Garotinho mesmo rompido com o PT?

O SR. MARCELO SERENO – O senhor Waldomiro Diniz foi originalmente representante do Estado do Rio de Janeiro aqui em Brasília. A informação que eu tenho é que ele foi convidado pelo Governador Garotinho e tinha o apoio do ex-Governador Cristovam Buarque para a indicação dele aqui em Brasília. Inclusive, anteriormente ele era secretário do Sr. ex-Governador Cristovam Buarque. Foi chefe de gabinete do ex-Governador Cristovam Buarque. Quando ele foi para o Rio de Janeiro para ser Presidente da Loterj, segundo informação que eu tenho – não posso afirmar porque não era da minha intimidade o Sr. Waldomiro – ele foi convidado pelo ex-Governador Garotinho para ser Presidente da Loterj. Se mais alguém o indicou, não tenho essa informação, a não ser pelos jornais que especularam sobre quem teria feito essa indicação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pelo que V. Sª diz ou já disse, V. Sª ignorava totalmente o mensalão. Agora, se dando tão bem com a cúpula do Governo, com Marcos Valério, com quem

V. Sª inclusive tinha contato, V. Sª não achava estranho o Marcos Valério ter essa força toda e chegar a essa quantia financeira a que chegou o PT e ter esse débito interno com o PT? V. Sª, um dirigente nacional, não acha uma coisa estranha?

O SR. MARCELO SERENO – Senador Antonio Carlos, eu só soube desses empréstimos pela imprensa. Eu não sabia desses empréstimos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E com o Sr. Carlos Cachoeira o senhor se dava bem?

O SR. MARCELO SERENO – Eu não conheço o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E conhece os irmãos Ortiz?

O SR. MARCELO SERENO – Muito menos os irmãos Ortiz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E José Renato Granado*?

O SR. MARCELO SERENO – José Renato...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... Granado.

O SR. MARCELO SERENO – Não sei quem é essa pessoa, Senador. Os outros dois eu sei que são empresários da área de jogos, mas esse José Renato Granado eu não sei quem é.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Olavo Sales* também não?

O SR. MARCELO SERENO – Também não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Conhece Sérgio Canozzi*?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Porque o senhor era secretário de Benedita e esse Sérgio Canozzi fez muitas nomeações no Governo da Benedita. Sabe por que ele tinha relacionamento com a Governadora?

O SR. MARCELO SERENO – Eu não sabia nem que ele tinha feito nomeações no Governo Benedita. Que nomeações que ele fez no Governo Benedita, Senador? O senhor não disse...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, eu não tenho aqui o número, mas foram várias nomeações.

O SR. MARCELO SERENO – Mas o senhor sabe de alguém especificamente, para que eu possa responder se não é verdade, que essas pessoas não foram indicadas pelo Sr. Sérgio? Que eu saiba, ele não indicou ninguém – que eu saiba.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Bom, o senhor nem o conhecia, de maneira que o senhor não pode saber.

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu não o conhecia, mas eu ajudei a formar o Governo. Então, eu tenho informações sobre muitas nomeações. Então, se o senhor tem a informação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor ajudou a formar o Governo da Benedita?

O SR. MARCELO SERENO – Sim, sim. Mas não conheço o Sr. Sérgio Canozzi. Quem tem que falar sobre o Sr. Sérgio Canozzi é o Sr. Luiz Eduardo Soares*. Ele conhece bem, pelo visto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah, então o senhor conhece o Sérgio.

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu sei... eu estou falando...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Porque você sabe que o Luiz Eduardo...

O SR. MARCELO SERENO – Não, não, não, não. O Luiz Eduardo Soares é que fala do Sr. Sérgio Canozzi, que teve reuniões com ele, que conversou com ele. Ele é que tem que falar sobre o Sr. Sérgio Canozzi – ele mesmo disse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E o senhor não se interessou, nesse período em que ele falou isso, em saber quem era essa figura?

O SR. MARCELO SERENO – Claro, mas o senhor está me perguntando se eu conheço ele. Eu não o conheço. Depois eu soube que ele é um lobista, do Sul...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. MARCELO SERENO – É.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – No Governo da Benedita, foi o senhor que indicou o Waldomiro para a Loterj?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Eu não tenho essa informação. Eu não sei quem indicou. Tem que falar com a Governadora. Ajudei, mas no caso da Loterj não fui eu que participei da discussão sobre a indicação.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Nem sabe quem indicou?

O SR. MARCELO SERENO – Nem sei quem indicou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor já disse que não participou do grupo que fez o estudo para a legalização dos bingos. É verdade? O senhor não participou de nada?

O SR. MARCELO SERENO – Não participei do estudo que levou à mensagem enviada pelo Presidente. Não participei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer que essa força que dizem que o senhor tinha toda no Governo é falsa.

O SR. MARCELO SERENO – Folclore, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito bem.

O SR. MARCELO SERENO – O senhor sabe disso. Que muitas vezes atribuem a nós coisas que não são verdadeiras exatamente por conta da fama.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não sei não! Você quer fazer eu dizer que comigo acontece isso? Não acontece não.

E o Buratti? Qual era a sua intimidade com o Buratti?

O SR. MARCELO SERENO – Nenhuma. Não o conheço. Nunca o vi. Nunca falei com ele. Nunca telefonei para ele. Só vim saber da existência do Buratti... Acho que o Senador Leonel Pavan já me fez perguntas sobre isso...Eu não sabia que ele era secretário da Prefeitura da primeira vez que o Ministro Palocci foi eleito Prefeito de Ribeirão Preto, entre 1993 e 1996; não sabia sequer que ele era secretário da Prefeitura de Ribeirão Preto naquele período.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor não sabia sequer que o Buratti e o Waldomiro estavam tratando com problema da Gtech?

O SR. MARCELO SERENO – Não sabia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como? O senhor, na Casa Civil? Porque isso foi tratado já ainda na Casa Civil, porque foi em fevereiro de 2003, o senhor estava lá. Como o senhor não sabia?

O SR. MARCELO SERENO – Não sabia. Não sabia. Eu era chefe de gabinete do Ministro José Dirceu. Eu não tratei desse assunto e não sabia que tinha Rogério Buratti e Waldomiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu acho que o senhor é um homem realmente... digamos assim, era isolado, não confiavam em V. Sª não, sabe? V. Sª deve ter queixas do PT, porque ninguém confiava em V. Sª, a não ser para as coisas difíceis, de indicar nomes etc, em razão da Casa Civil.

O SR. MARCELO SERENO – É. Só cuidava disso na Casa Civil. Esse era meu papel.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E quando as pessoas não aceitavam, qual era a situação?

O SR. MARCELO SERENO – Aceitava, voltava, tinha que voltar a discutir e verificar se tinha outro caminho para resolver as decisões dos acordos políticos entre os Partidos da Base aliada. É assim, que eu saiba, em todo governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Bem, candidato a Vice-Governador pelo PT do Rio de Janeiro e coordenador da transição do Governo Garotinho/Benedita, Luiz Eduardo Soares revela que tomou conhecimento das suspeitas que na época já passavam sobre Waldomiro Diniz e alertou colegas de partidos. Insistiu para que fossem apuradas informações obviamente obtidas em caráter não oficial. Nada investigado.

V. Sª sabia de alguma coisa sobre isso?

O SR. MARCELO SERENO – Senador, eu já afirmei aqui que a reunião que o Sr. Luiz Eduardo Soares fala que existiu não existiu. Ele nunca me disse sobre esse lobista Sérgio Canozzi, sobre um possível, um suposto esquema do Sr. Waldomiro Diniz. E ainda afirmei que durante todo o período em que fui Secretário-Executivo do gabinete da governadora nunca fui procurado pelo Sr. Luiz Eduardo Soares para cobrar ou para me falar sobre isso. Nunca.

Sr. Senador, se V. Exª me permite, o Sr. Luiz Eduardo Soares indicou o chefe da polícia civil e secretário de segurança.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como, depois de ele ter feito tudo isso no Rio de Janeiro, foi nomeado aqui pelo Ministro Tomaz Bastos? Isso não era uma desconsideração com V. Sª? Ou V. Sª já estava jogado às moscas?

O SR. MARCELO SERENO – Ele fez isso depois que saiu. Tudo que eu relato, tudo que estou relatando é a partir de uma denúncia que ele fez em uma entrevista que ele deu ao site American On Line após a demissão dele. Antes de ele entrar no Governo, não tinha falado nada disso. Aliás, ele tinha tido certamente uma divergência política no encaminhamento da campanha que eu relatei aqui e talvez essa divergência política explique um pouco o rancor dele em relação à minha pessoa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor sabe o interesse – já que não participou da legalização dos bingos do Governo?

O SR. MARCELO SERENO – Desculpe, Senador. Se eu sei...?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA) – Qual o interesse do Governo – V. Sª que era do Governo; não participou, mas era do Governo – na legalização dos bingos?

O SR. MARCELO SERENO – A exposição de motivos não fala sobre isto, sobre qual era o objetivo do Governo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A exposição de motivos ficou muito jogada ao lado, porque foi desfeita aqui a marmelada dos bingos

e passamos a fazer ... Diante da reação do Senado, o Governo mudou de opinião.

O SR. MARCELO SERENO – Sim, mas o Governo na exposição de motivos deve ter dito porque estava enviando aquele projeto – eu imagino. Acho que o Governo...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Acho que a dúvida é antiga e V. Sª há de entender. Ora, se hoje sabemos, é fato provado e comprovado, que o Sr. Waldomiro Diniz recebia dinheiro do bingo, do jogo, e ao mesmo tempo na Casa Civil era feita uma lei que regulamentava e legalizava o bingo no Brasil. Queremos saber claramente é que havia dentro da Casa Civil um homem importantíssimo da Casa Civil, figura chave, da maior confiança do Ministro José Dirceu, que estava participando da elaboração desta lei e é, portanto, suspeito. Isso é claro. E acho que o que todos nós queremos saber é: ninguém sabia de nada? Ninguém notava o interesse do Waldomiro Diniz em fazer uma lei que com certeza era viciada, porque era uma lei que era baseada nos recursos, nas propinas que ele recebia do próprio jogo do bingo? Isso é claro hoje, não tem dúvida. Se V. Sª conhece uma pessoa que recebe propina do bingo, do jogo, e ao mesmo tempo é uma das figuras chave que está redigindo a lei do bingo, é evidente que esta lei está viciada. V. Sª era de dentro da casa, da intimidade do Ministro José Dirceu, da intimidade profissional na Casa do Waldomiro Diniz. O senhor não tem nada a dizer sobre isso?

O SR. MARCELO SERENO – Senador, muitos projetos eram discutidos na Casa Civil. Eu não participei da discussão desse projeto em nenhum momento. Segundo, nós soubemos da atuação do Sr. Waldomiro Diniz a partir da reportagem publicada na revista **Época**. Terceiro, Senador, o jogo de bingo, que eu saiba, existe em vários Estados do País.

Para mostrar a minha ignorância, vou passar a informação que eu tenho e talvez esteja até falando besteira. Há um problema que ainda vai ser resolvido pelo Supremo Tribunal Federal, porque a questão é saber se os Estados têm poder de autorizar o jogo de azar ou não têm poder de autorizar o jogo de azar, não é isso?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não é essa a dúvida. A dúvida é a seguinte: sua opinião hoje diante dos fatos conhecidos. O Sr. Waldomiro era um homem que recebia dinheiro ilegal proveniente de bingo?

O SR. MARCELO SERENO – Se eu fosse raciocinar assim, todos os Estados que permitem o jogo...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, não, não. O senhor me perdoe, mas todos os Estados não têm uma figura como Waldomiro Diniz, que foi filmado recebendo dinheiro do bingo.

O SR. MARCELO SERENO – Sim, mas o senhor não me perguntou sobre o Waldomiro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Estou perguntando sobre o Waldomiro.

O SR. MARCELO SERENO – O senhor me perguntou o seguinte:...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Serei bem objetivo. O Sr. Waldomiro recebeu dinheiro do bingo, propina, suborno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso está provado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Está provado. Ele fazia parte do gabinete, do centro, do coração do famoso núcleo duro da Casa Civil. O Sr. Waldomiro estava na Casa Civil e não em outro Ministério, fazendo uma lei que legalizava os bingos no Brasil, e o senhor também estava lá dentro. Não estou dizendo que o senhor esteja envolvido; estou dizendo que o senhor também estava lá dentro. Mas o envolvimento do Sr. Waldomiro está claro; ele recebia suborno, propina do bingo. Isso não tem relação com a situação dos Estados. Quero saber a sua opinião sobre isso diante dos fatos hoje conhecidos. O Sr. Waldomiro estava lá dentro, influenciando uma lei que iria beneficiar os seus corruptores.

O SR. MARCELO SERENO – Sr. Senador, eu não posso falar aqui sobre um assunto tão sério como esse, que a lei estava eivada desses vícios, porque eu não participei do grupo, não vi os debates acontecendo, e seria uma irresponsabilidade da minha parte chegar a uma conclusão. A conclusão do senhor é possível, mas não é necessariamente a conclusão verdadeira. O senhor está partindo do pressuposto de que, se existia o Waldomiro fazendo o que estava fazendo, necessariamente a lei estava eivada dos vícios da atuação dele. Eu não tenho como responder isso para o senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Evidentemente, ele se aproveitou das falhas da lei para roubar. Isso já está provado. Se há alguém que não tem crédito algum aqui ou em qualquer parte é o Sr. Waldomiro. Isso ficou provado no seu depoimento.

V. Sª nunca tomou conhecimento do caso da GTech?

O SR. MARCELO SERENO – Só pelos jornais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Jornais?

O SR. MARCELO SERENO – Pelos jornais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E V. Sª também não conheceu Enrico Gianelli?

O SR. MARCELO SERENO – Henrique?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Enrico Gianelli.

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Quem é o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É o homem que lida com toda a jogatina e protege todos os jogadores.

O SR. MARCELO SERENO – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor conhece o Sr. Enrico Gianelli, que era advogado da GTech?

O SR. MARCELO SERENO – Também não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não conhece nenhum dos dois?

O SR. MARCELO SERENO – Não conheço nenhum dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca falou com ele? Nunca conversou? Nunca o recebeu em audiência? Nunca lhe telefonou?

O SR. MARCELO SERENO – O Sr. Enrico...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Enrico Gianelli.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Enrico Gianelli.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Advogado da GTech.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ex-advogado da GTech. O senhor nunca o recebeu em audiência? Nunca falou com ele? Nunca lhe telefonou? Nunca se encontrou com ele em hotel ou em outro lugar?

O SR. MARCELO SERENO – Que eu me lembre, não; que eu me lembre, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Todos no Brasil sabem que ele, direta ou indiretamente,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª já disse que não, mas apelo a V. Sª que diga isso novamente, para esse fato ficar bem claro, porque temos provas em contrário.

O SR. MARCELO SERENO – Estou falando: que eu me lembre, não. Essa foi a minha afirmação. Que eu me lembre, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E no caso da Real Grandeza, V. Sª nunca tomou conhecimento...

O SR. MARCELO SERENO – A Real Grandeza, já falei ao senhor – desculpe-me, Sr. Senador – que o próprio Gomes, que é a pessoa ao qual o Senhor está referindo-se, já afirmou, em reportagem no **Estado de S.Paulo**, que não tem ligações comigo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Nenhum dirigente? V. Sª afirma, categoricamente, que nunca indicou – ou por indicação de outros, como mero responsável, ou por indicação própria – nenhum dirigente do Real Grandeza?

O SR. MARCELO SERENO – Nenhum dirigente do Real Grandeza.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ou por indicação de terceiros, V. Sª levou o nome?

O SR. MARCELO SERENO – Mandei o resultado de um acordo político feito.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Porque é considerado, no Brasil inteiro, que V. Sª indicou os dirigentes do Real Grandeza. Dos dirigentes do Real Grandeza, nove deles foram condenados pelo Tribunal de Contas por malversação e má-administração do dinheiro público. Eles foram inabilitados por 10 anos, pena máxima para esses casos. Nesse período, eles estão proibidos de exercer qualquer cargo ou função.

Todos no Brasil têm certeza de que foi V. Sª que levou a indicação dos nomes do Sr. Ronaldo Marchese Schmidt, Diretor Financeiro e membro do Comitê de Investimento, e do Sr. Benito Siciliano, Gerente de Análises de Investimento.

O SR. MARCELO SERENO – Não, não fui eu.

Aliás, pela informação que sei, o Sr. Benito Siciliano já se encontrava no Real Grandeza antes do Governo do Presidente Lula.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Sª o conhecia?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não o conhecia.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O Presidente também V. Sª não conhecia?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço, mas não fui eu que indiquei.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quem indicou?

O SR. MARCELO SERENO – Foram os sindicalistas do Real Grandeza, e ele tem ligação política com o Deputado Jorge Bittar. Ele mesmo já falou isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E os outros dois, quem indicou? V. Sª sabia quem indicava – os Srs. Ronaldo Marchese Schmidt e Benito Siciliano.

O SR. MARCELO SERENO – Os Srs. Ronaldo Marchese Schmidt e Benito Siciliano não são diretores, mas funcionários. Não é isso? Pelo que entendi.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não. São Diretor Financeiro e membro do Comitê de Investimentos.

O SR. MARCELO SERENO – O Sr. Benito Siciliano, pelo que o senhor me falou, é funcionário.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Gerente de Análises de Investimentos.

O SR. MARCELO SERENO – Então, deve ter sido indicado pela própria diretoria.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então, a própria indicação foi do Deputado Jorge Bittar?

O SR. MARCELO SERENO – Do Sr. Benito Siciliano ou do Gomes? O Gomes foi indicação do Deputado Jorge Bittar e dos sindicalistas de Furnas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E dos outros dois?

O SR. MARCELO SERENO – Os outros dois foram indicados pela própria diretoria.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E dos outros diretores?

O SR. MARCELO SERENO – Houve indicações de companheiros que estão no PTB hoje – eu creio.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Companheiros do PTB. Sabe quem? Não?

O SR. MARCELO SERENO – Não me lembro agora direito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou terminar, agradecendo a V. Sª, mas perguntando se V. Sª imagina que o País comporta esse tipo de indicações, sejam petebistas, pefelistas ou de quem for, da maneira que é feita pelo PT no Brasil? V. Sª, como dirigente nacional do PT, entende que é certo?

O SR. MARCELO SERENO – Sr. Senador, indicações políticas sempre foram feitas em todos os Governos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas de pessoas capazes, não daquelas que são, em seguida, acoimadas como foram pelo Tribunal de Contas e que estão nessa situação calamitosa e triste, a quem, infelizmente, o Governo a que V. Sª pertenceu e pertence, direta ou indiretamente, dá toda a cobertura.

Por isso, a Nação está vivendo estes dias terríveis. V. Sª deve ter um pouco de culpa e tem que colocar a cabeça no travesseiro, dizendo: "Eu não deveria ter feito isso, até porque sou um homem que tenho capacidade de agir corretamente. Por que agi em nome de terceiros incorretamente?"

O SR. MARCELO SERENO – Sr. Senador, eu estava cumprindo um trabalho que me foi designado, que era fazer com que os acordos políticos realizados fossem cumpridos. Quando não eram cumpridos, tinha-se que tentar retomar de outra maneira.

Se algumas dessas pessoas indicadas tiveram problemas em sua gestão, o próprio Governo – parece-me que o TCU e o SPC estão tomando essa medida – está tomando as medidas necessárias para consertar.

Creio – e compartilho de um debate que existe hoje na sociedade brasileira – que é fundamental que se aprimore a profissionalização do Estado brasileiro. Eu acho que esta crise pode e deve servir para que nós façamos isso, mas isso vale para todos os Partidos, vale para o País e vale para todos os níveis, não só o Governo Federal, mas Governos Estaduais e Governos Municipais. Acho que esta crise pode servir para que se aumente a profissionalização do Estado brasileiro e que as influências políticas sejam minimizadas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ainda bem que V. Sª acha isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só quero dizer que compartilho do ponto de vista do Senador Antonio Carlos Magalhães no sentido de que, sem dúvida, analisando-se a crise toda, eu diria que boa parte dela é decorrente do processo de indicações. Esses acertos em termos de Partidos políticos, base de apoio, a troca disso por indicação de cargos, sabemos que isso sempre ocorreu com critérios diferenciados. Mas temos que caminhar para o profissionalismo. Não é possível mais admitir, por exemplo, que, numa Empresa Brasileira de Correios, que é uma referência para todo o País, com pessoas tão competentes, e nos outros órgãos também, com pessoas capazes e competentes, de repente, cheguem para dirigir ou para presidir esses órgãos pessoas que não têm relação com a área. O que fazer? Temos que investigar, punir, e definir o que fazer para o futuro. Então, isso seria uma das coisas.

O outro aspecto que me deixa impressionado é a questão da Abin, porque, como o senhor mencionou, quer dizer, não entrando no aspecto de cerceamento de liberdade individual, de investigação indevida, mas creio que uma Agência Brasileira de Investigação deveria deter-se nessas investigações em relação àquelas pessoas que são indicadas para órgãos públicos. Essa é a segurança do dirigente. Quanto à questão da Abin, creio que teríamos que, na verdade, repensá-la também.

A outra coisa que eu diria que levou a esta crise enorme foi a falta de iniciativa em cortar lá no início, lá na raiz, os problemas. O senhor mesmo mencionou o episódio do Luiz Eduardo Soares, que ele falou mesmo que recebeu a proposta ilícita e ilegal do lobbista Canozzi. De acordo com ele, ele levou para o conhecimento, o senhor mencionou que não aconteceu isso. Mas, de qualquer forma, se ele, na seqüência, indicou o Secretário de Segurança e o Chefe da Polícia Civil,

ele teria que ter levado essas denúncias para essas representações. Ao mesmo tempo, depois, tendo-se tornado Secretário Nacional de Segurança Pública, tinha-se que investigar. Ele partiu do pressuposto de que a Abin estaria investigando e, por causa disso, pensava que tinha investigado o suficiente o Waldomiro Diniz, inclusive – não no caso do Canozzi, mas do Waldomiro Diniz –, e que, por isso, não investigou mais para frente.

Essa condescendência com as coisas erradas que estão acontecendo é um problema, mas não é um problema deste Governo. Semana passada, tivemos o depoimento do ex-Presidente do Conselho de Administração da Datamec, que, em 1997 e 1998, confirmou que os Deputados recebiam propina, confirmou que era o mensalão daquela época. O nome do mensalão em 1997 era propina. Então, o Presidente do Conselho de Administração confirmou que os Deputados recebiam propina, e nada foi feito também. Por isso que essas histórias no Brasil se tornam endêmicas, já fazem parte do contexto. Ou o Presidente da Datamec confirmou que havia irregularidades na Presidência da Datamec e que as pessoas indicadas por partidos políticos – voltamos para o Governo anterior –, no Governo anterior, também foram mal indicadas. Não foi só neste Governo. No Governo anterior, também houve indicações ruins. Essas pessoas foram afastadas por irregularidades, e, se alguém perguntar o que foi feito com essas irregularidades, que eu saiba, absolutamente nada.

O povo brasileiro foi quem pagou também no Governo passado com essa indicação da presidência da Datamec. A Datamec foi privatizada por R$80 milhões, quando o faturamento da Datamec, no último ano, foi de R$200 milhões. Isso ocorreu no Governo passado. Por causa disso, assinamos a CPI da Corrupção no Governo passado, mas o Governo passado era muito mais articulado que este e, sendo mais articulado que este em termos do Legislativo, impediu que a CPI ocorresse, porque, senão, já teríamos descoberto muita falcatrua, muito desmando, e não era gente competente que estava sendo indicada. Eram pessoas que estavam sendo indicadas em função de interesses, e a prática continua neste Governo, infelizmente.

O Ministro Paulo Bernardo e o próprio Presidente Lula enfatizaram a necessidade de se cortarem muitos desses cargos em comissões, para que pessoas de carreira, profissionais, que tenham uma contribuição enorme para dar, sejam também indicados, para que possamos ter uma burocracia pública profissional.

O Senador Leonel Pavan perguntou isso, juntamente com o Senador Tasso Jereissati, mas quero lembrar que a questão da influência do Waldomiro Diniz na regulamentação dos bingos – não estou dizendo que não tenha havido – pode até ter ocorrido, mas o que vimos na fita, com o Sr. Carlos Cachoeira, não foi nada relacionado aos bingos, mas ao esquema de jogos no Rio de Janeiro.

Eu também não sei se é verdade, mas o Sr. Carlos Cachoeira, de acordo com os depoimentos todos, não se dedicava às casas de bingos. Ele se dedicava à questão dos jogos e aos convênios com os Estados, e aí é que surgiu a dúvida. Ele se dedicava a programas e tal, a máquinas, a videoloterias, a essas coisas todas. E as máquinas do Sr. Carlos Cachoeira eram da Coréia, eram dos coreanos, e ele estava se articulando com a GTech, cujas máquinas eram americanas.

Precisamos descobrir por que ele usou essa fita para denunciar o Waldomiro Diniz. Será que ele também não se meteu numa enrascada, em função desses conflitos de interesses entre coreanos e americanos particularmente? De acordo com a justiça italiana, sempre a máfia desses países está por trás dessas iniciativas. O que teria acontecido?

Só quando foi perguntado ao depoente sobre o papel do Waldomiro Diniz... Temos que ver não em termos do bingo, em termos do jogo. Depois, o que aconteceria com a legislação? O jogo seria legalizado, e a Caixa Econômica ficaria responsável pela legalização do jogo, o que seria um perigo também, porque a Caixa Econômica até hoje significa sinônimo GTech. Então, as máquinas americanas estariam no nosso mercado, dezenas de milhares de máquinas, um mercado extraordinário, o que preocupava sobremaneira o Sr. Carlinhos Cachoeira também.

De qualquer forma, são essas as considerações, porque o Senador Antonio Carlos Magalhães disse antes com bastante propriedade sobre a necessidade de se profissionalizar, e concordei com S. Exª, mas temos que lembrar – S. Exª não tinha concordado – que, no Governo passado, não havia critérios diferentes, mas falcatruas, irregularidades, propinas em vez de mensalão. Essas eram características do Governo passado, denunciadas, semana passada, pela Datamec. Isso não quer dizer que não haja necessidade de investigação agora. Às vezes, as pessoas dizem: "Ah, aconteceu no Governo passado, está acontecendo agora, e vamos fazer aí uma chantagem ou coisa semelhante". Não, tem que ser investigado.

Eu só gostaria de perguntar para o senhor, Sr. Marcelo Sereno, sobre o Sr. Marcos Valério. Como é que o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCELO SERENO – No PT.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – No PT? Onde?

O SR. MARCELO SERENO – Na sede nacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando isso?

O SR. MARCELO SERENO – Final de 2003, início de 2004.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Antes o senhor não o conhecia.

O SR. MARCELO SERENO – Não, não o conhecia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E nunca tinha ouvido falar em Marcos Valério?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E no PT, numa reunião do PT?

O SR. MARCELO SERENO – Não, ali onde fica o café do Partido, Senador. O senhor conhece lá a sede?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu não conheço a sede. Sou do PT, mas não conheço a sede.

O SR. MARCELO SERENO – Há um café numa sobreloja, foi ali.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E era a primeira vez, que o senhor saiba, que o Marcos Valério estava indo no PT, ou ele já tinha ido antes?

O SR. MARCELO SERENO – Que eu saiba, eu o conheci ali. Não sabia da existência dele antes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não sabe se ele tinha ido antes?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Muitas pessoas, inclusive eu e outros Senadores, nunca tínhamos ouvido falar em Marcos Valério. Mas o senhor está dizendo que ele passou, participou, esteve presente lá no PT?

O SR. MARCELO SERENO – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor o conheceu lá?

O SR. MARCELO SERENO – É. Provavelmente num dia de reunião do Diretório Nacional, porque eu era membro do Diretório Nacional mesmo quando estava no Governo. Talvez tenha sido num dia desses do Diretório Nacional e no... Eu não me lembro exatamente do dia exato e quando, mas foi no Diretório Nacional, num café, provavelmente,... Fui apresentado. Não cheguei a conversar com ele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Depois ele visitou o senhor na Casa Civil também?

O SR. MARCELO SERENO – Visitou, visitou.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quantas vezes?

O SR. MARCELO SERENO – Duas, três vezes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E fora da Casa Civil, o senhor se encontrou com ele?

O SR. MARCELO SERENO – Posso ter almoçado uma ou duas vezes com ele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o senhor sempre fala "posso ter almoçado"?

O SR. MARCELO SERENO – Porque são muitos almoços, com muita gente. Eu não sei se foi um, se foram dois. Se eu falar que foi um e aí foram dois? Vai parecer que eu menti.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É que "eu posso" sempre gera dúvida. O senhor pode dizer "Eu almocei com ele e acho que foram uma ou duas vezes".

O SR. MARCELO SERENO – Isso. Posso falar desse jeito que o senhor está me orientando agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não. Orientando não, é só para...

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu sei. Estou...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Claro.

O SR. MARCELO SERENO – Desculpe-me.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor discutiu com ele campanhas políticas, que o senhor falou?

O SR. MARCELO SERENO – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não deveria ter discutido na Casa Civil. Eu também acho que não deveria, porque está equivocado, quer dizer, está errado isso. Mas o que discutiram em termos de campanhas políticas?

O SR. MARCELO SERENO – Ele tinha ou tem uma empresa que quer fazer *marketing* político.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E ele estava oferecendo o serviço?

O SR. MARCELO SERENO – Estava. Estava querendo conversar sobre isso, era uma conversa genérica, não era conversa sobre recursos nem nada. Conversa genérica sobre política, sobre conjuntura e tal, e ele tinha essa empresa. E a gente começou a conversar, e nas eleições de 2004 ele acabou fazendo a campanha de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor não soube que ele arrecadava recursos?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sabia dos empréstimos que ele havia feito?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não sabia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor era da Executiva do PT?

O SR. MARCELO SERENO – Naquele período não. Só passei a ser da Executiva do PT em abril/maio de 2004.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Abril/maio de 2004. E era antes...

O SR. MARCELO SERENO – Antes eu era membro do Diretório, eu tinha me licenciado da Secretaria Sindical Nacional e era do Governo Federal, era chefe de gabinete e, depois, chefe de assessoria.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A partir de 2004, nunca foram discutidos na Executiva empréstimos de Marcos Valério?

O SR. MARCELO SERENO – Nunca foram discutidos na Executiva empréstimos de Marcos Valério.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nunca foi trazido esse assunto para a Executiva?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Havia os empréstimos registrados, os outros empréstimos não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas os empréstimos registrados do Marcos Valério...

O SR. MARCELO SERENO – Apareceram na prestação de contas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Aparecia lá Marcos Valério?

O SR. MARCELO SERENO – Não, apareciam os bancos. Nós não sabíamos que eram empréstimos com aval do Marcos Valério. Sabíamos que tinha os empréstimos legalizados do Banco Rural e do BMG, me parece.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, aparecia... E ninguém nunca perguntou que empréstimos eram esses, de quanto eram, 20 milhões, 10 milhões?

O SR. MARCELO SERENO – Não, nunca ninguém teve... Nunca ninguém entrou em detalhes em relação a esses empréstimos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que você acha que nunca entraram em detalhes? Quantas pessoas há na Executiva?

O SR. MARCELO SERENO – Vinte e uma. Porque, na verdade, foram empréstimos que, já na prestação de contas de 2003, apareceram em 2004. Foram empréstimos feitos em 2003. Há um Conselho Fiscal.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quantas pessoas sabiam?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Da Executiva, 21.

O SR. MARCELO SERENO – Vinte e uma pessoas da Executiva e o Diretório – estou respondendo a pergunta do Senador, Presidente Efraim, ele está me perguntando sobre...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A Executiva eram 21, conforme o senhor falou.

O SR. MARCELO SERENO – A Executiva eram 21, e o Diretório, oitenta e tantos. Na prestação de contas do Diretório, era apresentada a prestação de contas, e os empréstimos constavam nisso. E a prestação de contas tinha o parecer favorável do Conselho Fiscal. Acho que isso fazia com que...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Conselho Fiscal era composto de quantas pessoas?

O SR. MARCELO SERENO – Ah, eu não sei, cinco talvez.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quem faz parte do Conselho Fiscal?

O SR. MARCELO SERENO – Não me lembro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não se lembra.

O SR. MARCELO SERENO – Não. Temos que verificar, mas está tudo lá nos documentos do Partido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Waldomiro Diniz, o senhor não o conhecia antes de ir para a Casa Civil?

O SR. MARCELO SERENO – Eu o conhecia de vista, mas nunca tive nenhuma reunião, relação, fazer coisa política juntos, ou tratei de assuntos da Loterj, quando estava no Governo do Estado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Conheceu, então, na Casa Civil?

O SR. MARCELO SERENO – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E aí fizeram uma amizade naturalmente em função do serviço, mais próximo?

O SR. MARCELO SERENO – Não tinha intimidade, não era amigo dele. Mas tinha a intimidade de quem trabalha junto, uma relação muito profissional.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor tinha um apartamento em São Paulo...

O SR. MARCELO SERENO – Tinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...que o senhor falou agora há pouco, e que vendeu o apartamento para comprar um... O senhor morava em São Paulo?

O SR. MARCELO SERENO – Morei em São Paulo nove anos, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nove anos. Como é que o senhor conheceu a Benedita?

O SR. MARCELO SERENO – Sou militante do PT desde a sua fundação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas a Benedita o conhecia?

O SR. MARCELO SERENO – Conhecia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Bem assim?

O SR. MARCELO SERENO – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Você atuava no PT de São Paulo quando morava lá?

O SR. MARCELO SERENO – Não, nunca atuei no PT de São Paulo. Eu era da Executiva Nacional da CUT e depois fui da Executiva Nacional do PT. Por isso, em função disso, morava em São Paulo durante um período, oito anos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor estava morando em São Paulo quando foi convidado para ser Secretário Executivo?

O SR. MARCELO SERENO – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Secretário Executivo é que cargo? Porque não conheço, sei o que é Secretário Executivo do Ministério.

O SR. MARCELO SERENO – É uma estrutura diferente, porque não são em geral desse jeito as estruturas de governo. A Secretaria Executiva de gabinete tinha coordenadorias que, em tese, estariam subordinadas ao Secretário Executivo e coordenariam várias áreas de governo. Mas a Governadora Benedita, logo no início do Governo, trouxe para si essas coordenadorias, e eu fiquei responsável pelo Departamento de Estradas de Rodagem, pela Companhia Estadual de Habitação, pelos restaurantes populares, pelo programa estadual de transportes. Eu era o mutuário do empréstimo do Banco Mundial junto ao Governo do Estado, e outras funções.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, havia também o Secretário da Casa Civil, que seria outro...

O SR. MARCELO SERENO – Outra pessoa. Eu não cuidava de nomeações, por exemplo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Outra pessoa. Era um cargo seu no sentido mais de...

O SR. MARCELO SERENO – Execução.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...execução de alguns projetos.

O SR. MARCELO SERENO – Na verdade, o Executivo era mais execução propriamente dita.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Certo.

O SR. MARCELO SERENO – Companhia Estadual de Habitação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor nega aquilo que foi afirmado – outros Senadores já perguntaram, mas infelizmente vou repetir a pergunta – de que o senhor não trabalhou na arrecadação de recursos junto às casas lotéricas do Rio de Janeiro, de acordo com o que afirmaram outras pessoas, de que o Waldomiro Diniz seria o arrecadador estadual e o senhor, o arrecadador nacional?

O SR. MARCELO SERENO – Não trabalhei, não trabalhei. Não, não fiz isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não fez...

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nem antes, nem depois?

O SR. MARCELO SERENO – Nem antes e nem depois.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Waldomiro mentiu.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nem contato, em momento nenhum?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Waldomiro mentiu nesta Casa?

O SR. MARCELO SERENO – Não sei, não vi o depoimento do Waldomiro. Eu não o fiz.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Luiz Eduardo Soares, o senhor não se sentiu chateado, constrangido de vê-lo como Secretário Nacional de Segurança Pública, em função de todo o episódio do período eleitoral? Quer dizer, ele só fez as denúncias depois, mas o senhor relatou que, durante o período eleitoral, o senhor achava que ele queria aparecer demais, queria fazer denúncia e era uma linha de...

O SR. MARCELO SERENO – Denúncia contra o Governador Garotinho, uma linha destrutiva.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É.

O SR. MARCELO SERENO – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não se sentiu...

O SR. MARCELO SERENO – Chateado não. O que posso falar ao senhor é que o Sr. Luiz Eduardo Soares, na área dele, é um intelectual competente, é uma pessoa de renome. A expectativa que se tinha é que ele iria ajudar o Governo. Quanto às divergências políticas, no PT inclusive, falar em não haver divergência política é muito difícil. É um Partido com correntes políticas, com uma disputa interna muito grande. Não fiquei chateado. É claro que ele sabia qual era a opinião do Ministro Dirceu e que eu concordava com a opinião do Ministro Dirceu. Mas eu era apenas chefe de gabinete, o Ministro era o Ministro Dirceu, e que a vinda do Sr. Luiz Eduardo Soares para a Secretaria Nacional de Segurança criaria um problema na relação do novo Governo com o seu apoiador – o terceiro mais votado na eleição anterior –, o ex-governador Garotinho.

Então, havia restrições políticas quanto à oportunidade da ida dele para um cargo tão importante, por conta das divergências, dos atritos dele com o ex-governador Garotinho. Mas só isso.

Acho que o Sr. Luiz Eduardo Soares é que transforma e potencializa todas as divergências eventuais, políticas e administrativas que se tem com ele em muito rancor. Ele foi demitido pelo ex-governador Garotinho ao vivo, na rádio. É raro alguém fazer isso. O próprio Governador Garotinho só fez isso com ele. Ele saiu do Governo Federal, mas inicialmente havia um movimento de solidariedade a ele, apesar de ele ter sido demitido pela razão simples de ter contratado uma mulher e a ex-mulher na Secretaria Nacional de Segurança, de que era titular. Mas havia um movimento de solidariedade a ele, pelo respeito que as pessoas tinham ao nome dele.

Mas ele saiu já criticando violentamente o Governo. Então acho que é uma característica pessoal dele. Eu não guardo nenhum rancor em relação a ele. Acho que a gente tem que levar a vida, e, construir na política, é muito melhor do que ficar guardando rancor e cultivando ódio. Não é o meu estilo, mas é o estilo dele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só para concluir. O senhor disse que de fato não aconteceu aquela solicitação do Diretório Nacional do PT em relação à campanha, de não investigar, de não fazer auditoria para, na verdade, tomar cuidado com o Governador Garotinho. O senhor disse que não; que foi feita auditoria, que havia dúvidas. O que foi feito exatamente em termos de trabalho de auditoria?

O SR. MARCELO SERENO – Foi feita uma auditoria nas contas do Estado, com o objetivo de mostrar para a população fluminense o estado em que recebemos as finanças do Estado do Rio de Janeiro. Então se mostrou, naquele momento, que 80% das despesas de capital já estavam empenhadas. Isso não significa dizer que o Governo estava amarrado em fazer o que o Governo anterior já tinha começado a fazer. Ao mesmo tempo, havia um déficit orçamentário de R$ 2,355 bilhões, uma greve de professores que brigavam por reajuste salarial. Além disso, o próprio ex-governador Garotinho tinha autorizado aumentos de salários de várias categorias. Nós tentamos inclusive, sem sucesso, porque a Assembléia Legislativa os revogou, por decreto revogar nossa decisão. Esses decretos foram revogados pela Assembléias Legislativa, era um ano eleitoral e a nossa situação ficou muito difícil.

O Estado do Rio de Janeiro pagou em dia todas as parcelas de dívidas com a União durante aquele período. O que representava um peso muito grande se somado à situação financeira mais restrita que ele nos deixou. Então isso é que foi feito, essa a auditoria é que foi feita.

Agora, não era nosso objetivo fazer uma guerra fratricida ao Governo anterior, Senador Flávio Arns, em nove meses de Governo, herdando uma situação desse tipo, com pouco tempo para fazer qualquer coisa, mudar em relação ao caminho que já estava sendo percorrido no passado. E é só por isso que não fizemos a guerra fratricida que o Sr. Luiz Eduardo Soares queria fazer. E acho que se tivéssemos feito, o resultado eleitoral teria sido muito pior.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agradeço Sr. Presidente, Sr. Relator.

SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Pavan.

SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permita-me duas questões apenas. Não são perguntas. Primeiro, se V. Exª permitir, Sr. Presidente, considerando as palavras do nosso querido amigo, Senador Flávio Arns, quando cita o passado, queria usar esse tempo para explicar uma questão. O Governo do PT tem oportunidade para mostrar tudo que denunciou no passado, e não o fez até agora porque realmente mostrou incompetência. Não dá para dizer se o passado tinha ou não tinha. O Governo está aí montado com todos os documentos nas mãos, com acesso a repartições públicas, existem as pessoas ligadas diretamente aos setores de investigação, Polícia Federal, Ministério Público. Poderia provar aquilo que denunciou no passado. Se não o fez é porque é incompetente ou porque não encontraram nada em relação ao passado.

Agora, o Governo, a Oposição hoje que foi Governo no passado, mostra, tem coragem de acusar e botar o dedo na ferida dos erros do atual Governo sem se preocupar com o passado. Estamos cientes de que aquilo que foi feito no passado foi feito corretamente.

Eu queria dizer o seguinte ao Dr. Marcelo Sereno...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – V. Exª me permite um aparte, Senador Leonel Pavan?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu diria que um dos maiores prejuízos que tudo isso pode causar à sociedade brasileira é o fato de haver essas indicações por critérios partidários, por acordos com a base de apoio, pessoas nem sempre qualificadas, pessoas nem sempre investigadas. Então este é um problema. Por isso falei que uma das conclusões da CPMI pode ser no sentido de mudar essa situação, porque isso vai fazer bem para o Brasil.

Agora, Senador, com todo o respeito, eu fui filiado ao PSDB por 12 anos, depois, fui para o PT. Infelizmente, não é só Governo passado, eu diria, até o Presidente da CNBB usou uma expressão com a qual eu concordo. Ele disse: "Esse é um problema endêmico no Brasil." Então, no Governo passado também aconteceu, e não é no sentido de acusar, não. Nós temos que mudar.

O problema da Datamec é um exemplo concreto relatado nesta CPMI. O Presidente do Conselho de Administração da Datamec disse: "No período passado, havia propina para Deputados e havia irregularidades, que não foram investigadas". O que está errado. Então, não quer dizer que não se discuta. Nós temos que investigar, punir e criar mecanismos que evitem irregularidades futuras, do contrário, o País não vai para frente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, vamos à pergunta diretamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permita-me , só para encerrar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que não há necessidade. Não podemos fazer uma discussão entre o que foi o Governo do PSDB e o que é o do PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu vou encerrar o assunto. Valdemar da Costa Neto e Roberto Jefferson eram oposição a Fernando Henrique Cardoso no passado. Eram, nos últimos quatro anos, eram, tanto que se uniram contra o PSDB.

Dr. Marcelo Sereno, a população brasileira está nos acompanhando e viu que esta CPI é tranqüila. Depois da intervenção que houve, em razão daquele pequeno conflito, desentendimento, as coisas continuam normalmente.

Peço apenas escusas se, por acaso, nos desentendermos aqui. Sabemos que, aqui, somente a pessoa convidada que pode participar, nem podemos consultar documentos. Mas eu quero apenas deixar aqui registrada as minhas escusas, caso eu tenha criado algum constrangimento aos profissionais advogados e que pertencem a essa honrosa entidade que é a OAB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª, por favor.

Antes de passar a palavra ao Relator, eu gostaria de esclarecer uma dúvida, Dr. Marcelo Sereno.

O senhor conheceu muito bem o Sr. Jair Meneguelli, da CUT, que foi Deputado.

O SR. MARCELO SERENO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De quem foi a indicação do Sr. Jair Meneguelli para a Presidência do Sesi.

O SR. MARCELO SERENO – Olha, eu imagino, porque não participei dessa decisão, imagino que tenha sido do próprio Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do próprio Presidente da República.

O SR. MARCELO SERENO – Imagino, mas não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma entidade privada. Estranho que o Presidente da República esteja indicando políticos para essa entidade privada, que é o Sesi.

Mas muito bem. O senhor imagina. Quando o senhor imagina, é porque é verdade. Eu estou sentindo no seu depoimento.

O SR. MARCELO SERENO – Não, senhor. O senhor tem que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor está imaginando aqui e eu estou concluindo...

O SR. MARCELO SERENO – Se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Isso é uma avaliação minha...

O SR. MARCELO SERENO – Não, não, não é sobre isso, não.

Pode ser uma avaliação.

Pode até se decidir no futuro não se fazer isso, mas tem sido praxe, por acaso no Sebrae. O antigo presidente do Sebrae, anterior ao Paulo Okamotto, também foi indicado por um Presidente da República, só que, no caso, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Todo mundo sabe. (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. É estranho. Pode ser com Fernando Henrique Cardoso, pode ser com Lula ou com qualquer outro. Eu acho estranho.

O SR. MARCELO SERENO – Não é uma novidade. É isso que eu quero dizer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece o Sr. Lúcio da Silva Santos, não é?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É chefe de gabinete...executivo do Ministério da Previdência. Foi indicação do senhor?

O SR. MARCELO SERENO – Não. Que eu saiba, ele foi convidado pelo Secretário-Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor o conhece há muito tempo, desde o Governo...?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Da ex-Governadora Benedita.

O SR. MARCELO SERENO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª o levou para trabalhar com o senhor lá, o indicou no terceiro escalão.

Agora, é interessante que, quando o senhor saiu da condição de secretário-executivo, o senhor indicou o Sr. Manoel Severino para o seu lugar. É verdade?

O SR. MARCELO SERENO – Não, ele foi indicado pela Governadora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Ele substituiu o senhor.

O SR. MARCELO SERENO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando o senhor saiu da assessoria do Ministro José Dirceu, o Lúcio da Silva, então, foi para o seu lugar?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não. Foi a Sandra Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi a Sandra Cabral. Mas o Lúcio foi para lá? Foi trabalhar lá?

O SR. MARCELO SERENO – Não. O Lúcio já estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já estava. Foi o senhor que levou?

O SR. MARCELO SERENO – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi, não é? Pessoa de sua inteira confiança.

O que o senhor sentiu quando o Sr. Manoel Severino ficou naquela situação na CPMI dos Correios, pois ele recebeu aqueles R$2 milhões do Marcos Valério? Ele estava no listão do Marcos Valério. O que o senhor sentiu naquele horário?

O SR. MARCELO SERENO – Ele nega que tenha recebido aqueles recursos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não está lá na lista? Saiu na relação do banco. Está nos extratos bancários.

O SR. MARCELO SERENO – Ele nega que recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acha que ele não recebeu?

O SR. MARCELO SERENO – Eu acho que ele não recebeu. Ele nega.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se ele nega, o senhor acha que não recebeu.

O SR. MARCELO SERENO – Ele nega.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, é mais verdadeira a palavra dele que o que está escrito lá, que está comprovado que ele recebeu?

O SR. MARCELO SERENO – Eu acho que não está comprovado, não, Senador. O senhor devia verificar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não está comprovado. Mas o Marcos Valério disse que ele recebeu.

O SR. MARCELO SERENO – Não, o Marcos Valério pode falar mentira também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Com o senhor, ele nunca falou mentira?

O SR. MARCELO SERENO – Que eu saiba... Se ele está falando isso, ele falou mentira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele falou que o Severino lá não estava...

O senhor faz parte de um conselho de administração de uma estatal. Qual é essa estatal?

O SR. MARCELO SERENO – Fazia. Eu pedi renúncia. Da Lightpar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando o senhor pediu?

O SR. MARCELO SERENO – Pedi hoje.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Hoje?

O SR. MARCELO SERENO – É.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não disse que tinha deixado, abandonado o Governo, a partir daquele suposto pedido de demissão? Quanto o senhor ganhava lá?

O SR. MARCELO SERENO – R$1.500,00.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só?

O SR. MARCELO SERENO – Só.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por reunião?

O SR. MARCELO SERENO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quantas reuniões por mês?

O SR. MARCELO SERENO – Uma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só uma?

O SR. MARCELO SERENO – É.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor recebia ainda do Governo?

O SR. MARCELO SERENO – Durante um período.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor ainda era funcionário do Governo?

O SR. MARCELO SERENO – Não, eu não era funcionário do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, tinha uma "boquinha" no conselho de administração.

O SR. MARCELO SERENO – Não, no conselho de administração, é a pessoa física que representa, não é...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse, no começo, que não tinha nenhuma ligação com isso, não é? Mas quero aqui...

O senhor conhece - aí, eu vou longe –, em minha Paraíba, Campina Grande?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já foi a Campina Grande?

O SR. MARCELO SERENO – Já fui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já dançou lá o maior forró do mundo?

O SR. MARCELO SERENO – Já.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece a Srª Cozete Barbosa?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A ex-Prefeita do PT?

O SR. MARCELO SERENO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Conhece?

O senhor, como Secretário de Comunicação, teve algum contato com a Srª Cozete, no Partido?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

O senhor conhece a Drª Aleni Rodrigues?

O SR. MARCELO SERENO – Como é...? Conheço, conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Conhece, não é? Ela era Secretária de Finanças da Prefeitura de Campina Grande na gestão da Srª Cozete Barbosa. O senhor recebeu algum dinheiro dela ou fez alguma proposta?

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois, olhe, o senhor vai ter de enfrentar – vamos dizer assim – a Drª Alenir Rodrigues. Ela deu depoimento no Ministério Público e disse que o senhor solicitou R$600 mil lá na Prefeitura.

Deixe-me concluir e o senhor vai ter o tempo suficiente. E Drª Alenir disse, no Ministério Público, que o senhor recebeu os 600, que lhe entregou os 600 mil ao senhor, que o senhor havia pedido, dizendo que esse dinheiro se destinava ao então Ministro José Dirceu.

Estou dizendo o que foi dito no Ministério Público. Está dado o depoimento lá em Campina Grande, ao Ministério Público estadual. Não sei se no Federal, permita-me essa correção, dizendo exatamente isso.

Estou passando...

O SR. MARCELO SERENO – Ela falou que me deu isso quando, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Entre 2002/2004. Estou aqui passando exatamente o que acontece. E deve ser inclusive todas as manchetes lá no meu Estado.

Ela disse que era para o Sr José Dirceu. Para quê? A Drª Alenir deve ter dito. Eu não tenho os detalhes, mas quero só confirmar a amizade que o senhor tinha com a Drª Cozete.

O senhor conhecia Duda Mendonça evidentemente... O senhor conhecia Duda Mendonça?

O SR. MARCELO SERENO – Claro. Conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe que o Duda Mendonça fez a campanha da Cozete em Campina Grande. O senhor sabia disso, não é?

O SR. MARCELO SERENO – Não, não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é possível!

O SR. MARCELO SERENO – Que fez a campanha da Cozete agora nas eleições municipais?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na eleição municipal em um trabalho para melhorar a imagem...

O SR. MARCELO SERENO – Não, não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive a Srª Alenir disse que também deu dinheiro para o Duda Mendonça. Está lá escrito.

O SR. MARCELO SERENO – Não, não sabia,não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sabia também se houve ou se não houve ajuda do PT...

O SR. MARCELO SERENO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...PT nacional para o PT de Campina Grande.

Mas o senhor foi a Campina, dançou Forró, conhecia bem a Drª Cozete.

O SR. MARCELO SERENO – A última vez que eu fui a Campina Grande foi em um congresso da Andes, sindicato nacional, quando eu era dirigente sindical da CUT. Então, isso deve ter sido no ano de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor...

O SR. MARCELO SERENO – Ela era Vice-Prefeita do Prefeito do PSDB, Cássio, que é o atual Governador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Cássio, e assumiu. Perfeito.

O SR. MARCELO SERENO – Foi a última vez que eu fui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não teve nenhum contado dessa data para cá?.

O SR. MARCELO SERENO – Não. Nunca mais fui para Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, estou dizendo aqui, repassando... Até para o senhor...

O SR. MARCELO SERENO – Sim, mas é uma afirmação mentirosa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Até para os advogados se prevenirem. Querendo colaborar com os advogados, de que há essa decisão, essa informação da Drª Alenir, lá no Ministério Público da Paraíba, repito, dizendo que deu R$600 mil ao senhor, por solicitação do senhor, destinados ao Sr. José Dirceu.

É isso que estou repassando uma informação...

O SR. MARCELO SERENO – Mas é uma mentira, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem, se é uma mentira a Drª Alenir Rodrigues está mentindo. Estou só repassando para o conhecimento e em uma colaboração.

Posso até trazer mais, porque são muitos. O escândalo lá em Campina é bem maior, em termos proporcionais, do que o PT nacional.

Eu gostaria de fazer uma última pergunta ao senhor, para concluir, antes de passar a palavra ao senhor...

Onde o senhor se encontrava com o Sr Manoel Severino? Onde o senhor se hospedava aqui quando estava indo para Brasília? Quando o senhor vinha para Brasília, em que hotel o senhor ficava?

O SR. MARCELO SERENO – Eu morava aqui até o início deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas quando não morava? Em qual hotel o senhor mais gostava de se encontrar com o Sr Manoel Severino?

O SR. MARCELO SERENO – Eu ficava ou ali no Blue Tree ou nesse da cadeia francesa Accor, Mercury, e posso ter ficado no Meliá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca tomou um refrigerante, um uísque, uma coisa na beira da piscina do Hotel Nacional com o Sr. Severino?

O SR. MARCELO SERENO – Com o Sr. Manoel Severino é possível, porque houve uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando é possível é porque tomou.

O SR. MARCELO SERENO – Não, não. É porque teve uma reunião...Eu morava aqui e teve uma reunião do Diretório Nacional do PT...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na beira da piscina?

O SR. MARCELO SERENO – A reunião do diretório nacional tinha um intervalo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas para tomar uísque no intervalo...?

O SR. MARCELO SERENO – Intervalo, ora. Terminava a reunião as pessoas iam confraternizar. Podiam beber um uísque.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois o Hotel Nacional ficou superado. Fomos para o Blue Tree, um hotel moderno. Lá realmente tem muita piscina.

Mas está bem. Agradeço, fico satisfeito. Só acrescentando essa questão de Campina Grande para os esclarecimentos.

O SR. MARCELO SERENO – Se o senhor pudesse esclarecer com mais detalhes. Ela disse que me entrou em mão o dinheiro pra mim?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso quem vai dizer é o Ministério Público.

O SR. MARCELO SERENO – Mas como o senhor sabe!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Estou dizendo ao senhor que ela depôs, foi um depoimento no Ministério Público. Não foi notícia de jornal, ela não disse no meio da rua. Foi no Ministério Público. Quero deixar o senhor...

O SR. MARCELO SERENO – Quer dizer, então, que é uma mentira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. O senhor dirá ao Ministério Público porque certamente será ouvido.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para as considerações finais, como Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, serão rápidas perguntas.

Por favor, Sr. Marcelo Sereno, quem era o tesoureiro da campanha da Governadora Benedita? O senhor se lembra?

O SR. MARCELO SERENO – O tesoureiro da campanha da Governadora Benedita era o senhor Manoel Severino.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia acrescentar se foi membro de outro conselho fiscal de empresa governamental, além do que citou?

O SR. MARCELO SERENO – Já mandei uma carta de renúncia ao BNDES pedindo minha saída do conselho da VBC.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que hoje o senhor não pertence mais a nenhum...

O SR. MARCELO SERENO – A partir de amanhã, não participarei de nenhum outro conselho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A partir de amanhã? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Relator, aos Srs. Senadores, a V. Sª, Sr. Marcelo Sereno e aos senhores advogados.

Comunico que esta CPI fez um convite ao Sr. Buratti para que esteja presente amanhã. Até o momento, não tivemos nenhum contato da assessoria com o Sr. Buratti. Reitero aos senhores membros da Polícia Federal que estão nos apoiando nesta CPMI, bem como ao Delegado Aires, para que no final da tarde tenhamos uma reunião com a assessoria, para tratarmos deste e de outros assunto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ouço V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – É só uma pergunta.

V. Exª deve ter mencionado no início da reunião – e eu estava em outra reunião – o Dr. Lucas Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tivemos um contato com o Dr. Lucas Furtado que nos solicitou o adiamento da sua oitiva, em função de ter sido escolhido entre noves outros autoridades do Direito para que, junto ao TSE e comandado pelo Ministro Carlos Velloso, tratar da reforma da legislação eleitoral. Coincidentemente, era às 15h a reunião.

Feita essa solicitação, o Dr. Lucas Furtado vai, com certeza, nos trazer uma série de informações. Não haverá nenhuma prejuízo para o Sr. Relator, nem para o andamento desta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 43 minutos.)

Ata da 16ª Reunião, Realizada em 25 de agosto de 2005.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às doze horas e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Sibá Machado, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Demóstenes Torres, Augusto Botelho, membros, e Senadores Álvaro Dias, Eduardo Suplicy, José Agripino Maia não membros,reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva do Sr. Rogério Tadeu Buratti, ficando para a próxima semana a oitiva dos Srs. Enrico Gianelli, ex-Advogado da Gtech e Denivaldo Henrique Almeida. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 128/05,** de autoria dos Senadores Tião Viana e Flávio Arns, requerem à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, cópia na íntegra da filmagem do depoimento do Sr. Rogério Tadeu Buratti ao Ministério Público Estadual, no município de Ribeirão Preto/SP. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 130/05,** de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, requer a convocação da Sr. Antônio Oliveira Claramunt, para prestar depoimento a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 129/05,** de autoria dos Senadores Tião Viana e Flávio Arns, requerem a convocação da Sr. Roberto Lopes Telhada, Advogado do Sr. Rogério Buratti, para prestar depoimento a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 131/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer a convocação da Sra. Magda Kiehl, Diretora Jurídica da Gtech Brasil, para prestar depoimento perante a Polícia Federal. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 132/05,** de autoria do Senador Efraim Morais, requer seja solicitada as Ministério Público do Estado da Paraíba, cópia de qualquer processo ou investigação que envolva a Sra. Cozete Barbosa, ex-Prefeita de campina Grande/PB e/ou a Sra. Aleni Rodrigues, ex-Secretária de Finanças de Campina Grande/PB, em desvio de recursos da Prefeitura. Em votação, é aprovado. A seguir, convida o Senhor Rogério Tadeu Buratti, para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Pela ordem, usa da palavra o Senador Leonel Pavan. Com a palavra o depoente tece considerações sobre suas atividades a partir de 1994 no Partido dos Trabalhadores até os dias de hoje e, em seu depoimento prestado junto ao Ministério Público de Ribeirão Preto, reafirmou o que havia dito aos procuradores paulistas. Pela ordem, o Senador Tião Viana indaga se a presença dos promotores de justiça do Ministério Publico não constrange o depoente. A Presidência informa que recebeu e encontra-se a disposição dos Senhores Membros da CPI, documentação trazida pelos Senhores Promotores. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senadores Flávio Arns, Pedro Simon, Antônio Carlos Magalhães, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho. Com a palavra o depoente para conclusão de seu depoimento. Usam da palavra para interpelar o depoente o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, seguido de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Leonel Pavan, Tião Viana, Antônio Carlos Magalhães, Juvêncio da Fonseca, Tasso Jereissati, Mozarildo Cavalcanti, Álvaro Dias, Geraldo Mesquita, Leomar Quin-

tanilha, Flávio Arns, José Agripino Maia, José Jorge, Romeu Tuma e Efraim Morais. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 135/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer a retirada dos Requerimentos de convocação do Sr. Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira e Sra. Rosinha Garotinho, Governadora do Estado do Rio de Janeiro. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 134/05,** de autoria do Senador Álvaro Dias, subscrito pelo Senador Romeu Tuma, requer a convocação da Sr. Wilney Barquete, ex-Presidente da empresa Leão Ambiental. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 133/05,** de autoria do Senador Álvaro Dias, subscrito pelo Senador Romeu Tuma, requer a convocação da Sra. Sueli Ribas, viúva do Sr. Rauf Barquete Santos, ex-secretário de Fazenda da Prefeitura de Ribeirão Preto. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, relator, para os questionamentos finais. A presidência agradece ao depoente e seu Advogado e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2.045, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crime e lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que a reunião destina-se ao depoimento do Sr. Rogério Tadeu Buratti e que a oitiva dos Srs. Enrico Gianelli, ex-advogado da Gtech, e Denivaldo Henrique Almeida ficará adiada para a próxima semana. Quanto ao Sr. Enrico Gianelli, já há um ofício desta Presidência para sua reconvocação para a próxima terça-feira. O Sr. Denivaldo Henrique será ouvido na quarta-feira, além de um outro nome que será definido.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Srªs e Srs. Senadores, existe requerimentos sobre a mesa.

O Senador Tião Viana requer, nos termos regimentais, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requeira da Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo cópia na íntegra da filmagem do depoimento do Sr. Rogério Tadeu Buratti ao Ministério Público Estadual, no Município de Ribeirão Preto, no dia de 19 de agosto do presente ano.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Antonio Carlos Magalhães requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579, de 1952, a convocação do Sr. Antonio Oliveira Claramunt para ser ouvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Tião Viana requer, nos termos regimentais, que esta CPI convoque o Sr. Roberto Lopes Telhada, advogado do Sr. Rogério Buratti, para prestar depoimento a esta CPI na mesma data estipulada para ouvir o esclarecimento dos promotores do Estado de São Paulo que colheram o depoimento do Sr. Buratti.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Juvêncio da Fonseca requer, nos termos do disposto no § 3º do art. 58, que a Sr. Magda Kiehl, Diretora Jurídica da Gtech, seja convocada a prestar depoimento perante à Polícia Federal, para responder questionamentos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há ainda um requerimento para ser analisado, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. Quando V. Exª fala do Sr. Antônio Claramunt, está-se referindo ao Sr. Toninho da Barcelona?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não conheço.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Pergunto ao autor do requerimento, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O requerimento já foi aprovado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não estou contestando. Meu voto é a favor. Quero apenas confirmar, para que haja a devida ciência dos Senadores que votaram. Da minha parte, há absoluta concordância.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Agradeço a V.Exªs pelo entendimento.

Solicito à assessoria que encaminhe o advogado Rogério Tadeu Buratti à mesa.

Antes, porém, informo que existe um requerimento de minha autoria, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, em que solicito seja solicitada ao Ministério Público do Estado da Paraíba cópia de qualquer processo ou investigação que envolva a Srª Cozete Barbosa, ex-Prefeita da Campina Grande, e/ou a Srª Aleni Rodrigues, ex-Secretária de Finanças de Campina Grande, pois há denúncias de desvios de recursos daquela Prefeitura.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Solicito à assessoria que encaminhe o Dr. Rogério Tadeu Buratti à mesa, acompanhado do seu advogado.

Devo comunicar ao Sr. Rogério Buratti e ao Dr. Roberto Telhada que esta Casa colocou à disposição desta CPI e do Sr. Rogério Buratti médicos, funcionários do Senado Federal.

Informo ainda às Srªs e aos Srs. Senadores que o Sr. Rogério Tadeu Buratti assinou termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, em que o depoente se compromete, nos termos do referido artigo, sob as penas da lei, a dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, não lhe sendo obrigado depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. Informa seu nome, número da identidade, idade, estado civil, CPF, endereço residencial, profissão e assina o termo de compromisso.

Mais uma vez, agradeço ao Dr. Rogério Buratti, bem como ao Dr. Roberto Telhada o entendimento que foi feito com esta Presidência e com o Relator para que hoje pudéssemos fazer a oitiva do Dr. Rogério Tadeu Buratti.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para evitar desentendimento, como houve na vez passada, quando aqui foi ouvido o Dr. Sereno, gostaria que V. Exª dissesse a forma como deve se portar o advogado do depoente, já que houve uma dúvida, pois o advogado achava que poderia ajudar o depoente durante a sua oitiva. Queria apenas que V. Exª explicasse.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Dr. Roberto Telhada já esteve conosco no depoimento anterior, é um homem experimentado. Pode ter certeza V. Exª de que iremos caminhar com muita tranqüilidade com nosso depoente. Coisas do passado, costumamos dizer nesta Casa, é matéria vencida. Vamos adiante, e pode ter certeza, Senador Leonel Pavan, de que o Dr. Roberto sabe qual deve ser o seu comportamento nesta Casa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em momento algum desconfiei da sua capacidade e do seu comportamento, só gostaria de deixar bem esclarecido aqui. Ou esse entende muito ou o outro que veio aqui não entendia nada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não vamos fazer nenhuma avaliação. Vamos ao depoimento.

Concedo a palavra ao Dr. Rogério Tadeu Buratti,

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Boa tarde a todos. Primeiramente, gostaria de pedir desculpas ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito em função das dificuldades que houve para que eu não pudesse comparecer ontem. Mas, quando percebi a importância que teria a minha participação, entendemos que seria melhor que eu me preparasse e me, enfim, estivesse disposto, apesar de não ter me sentido bem esta semana para aqui comparecer.

Queria pedir licença a todos os Senadores e a todos em geral para que, na minha abertura, eu pudesse falar um pouco de algumas coisas extremamente pessoais, porque acho que, independentemente de tudo o que me envolve, de tudo o que me envolveu, de tudo o que envolve o meu nome, eu gostaria de

constatar que algumas coisas que aconteceram – felizmente, nenhuma delas foi produzida por esta Casa –, certamente, em muito abalaram a minha vida e a vida das pessoas com quem eu convivo.

Primeiramente, falo do fato de 1994, quando acho que tudo isso começa. Na última oportunidade em que estive aqui, eu disse aos senhores todos a minha história do PT. Fui militante do PT muitos anos, ajudei a criar o Partido, a organizar o Partido, atuei na Assembléia Legislativa e tive, nessa minha rápida trajetória no PT, 13 anos da minha vida envolvidos permanentemente com formação, com a criação, com o desenvolvimento e com o sonho que foi o PT naquela época e para minha geração.

A minha geração não era uma geração dentro do PT que tinha vivido a experiência das lutas de 68, da prisão, das perseguições etc. Sou de uma geração posterior, que iniciava uma militância a partir da igreja; e, a partir da igreja, chegava a um partido político. Mas muito do que foi aquela experiência de diversos companheiros naquele período a gente podia perceber no Partido, porque os companheiros que estavam fora e que tinham sido vítimas de perseguições estavam fortemente envolvidos com o PT.

Quando me aconteceu o episódio de 94, nunca disse a ninguém que havia feito uma coisa correta. Acho até que é claro que fiz uma atitude incorreta ao me sentir ameaçado por uma empresa, ao não ter experiência e ao proceder a gravação de uma fita que mais me comprometia do que comprometia o empresário com que eu dialogava. Evidentemente, aquele episódio teve o tratamento que mereceu ter. Ou seja, eu acho que eu deveria mesmo ter feito o que fiz, deveria ter me exonerado, pedido a minha exoneração, como pedi. Acho que deveria ter sido investigado pela CPI, por uma CPI municipal, pelo Ministério Público Estadual, pela Comissão de Sindicância e Ética da Prefeitura e pela Comissão de Ética do PT.

Ocorre que, em 94, quando isso tudo terminou, eu não posso deixar de afirmar que nenhuma das comissões que me investigou, nenhum dos inquéritos a que fui submetido, resultou em nenhuma prova de algum ilícito meu. Eu sequer fui processado. Só que, lamentavelmente, eu não consegui retornar à minha vida política. Aquilo para mim não era uma coisa desimportante, aquilo tinha importância, porque eu tinha passado dos 20 aos 33, 34 anos enfurnado dentro do PT, percorrendo o Estado de São Paulo e o Brasil, ajudando a construir o PT. E ser tolhido daquele sonho era um prejuízo pessoal muito grande, porque eu acho que demorei uma década ou talvez até mais para conseguir redirecionar a minha vida para outro canto.

Mas eu fui absolvido. Na verdade, eu não fui absolvido. Eu não fui denunciado, eu não fui incriminado. Eu cometi um ato errado para um dirigente municipal, para um secretário municipal de qualquer cidade do Brasil, mas de Ribeirão Preto. Mas nada foi provado contra mim, e eu nunca fui processado. Nunca fui processado. Na verdade, até hoje eu não sofri nenhum tipo de processo, por nada, nem administrativo, nem processo-crime, nem processo cível. Nunca fui vítima ou fui parte em algum processo. Só que eu carreguei, de 94... Eu acho que pela postura que o PT adotou em relação a mim naquele momento, o PT me excluiu naquele momento. Eu acho que fui, na verdade, inocentado pelos órgãos que me deveriam de fato, me avaliar, me julgar. Mas eu acho que eu tive uma condenação tácita do meu Partido na época, porque, a partir daí, não consegui voltar à militância, a partir daí, eu não consegui nunca mais ocupar um cargo público, o que era uma coisa que eu tinha me preparado para fazer na vida.

E uma vez, num evento enquanto eu era Secretário, em Ribeirão Preto, um Vereador de Oposição falou uma frase – que é o Vereador Morandini, que é um radialista de Ribeirão Preto... Naquela época, havia algumas denúncias, umas coisas em relação ao Prefeito que, naquela época, era o Palocci, coisas pessoais em relação a ele, estampadas na imprensa. E ele falou, num evento, na Prefeitura – ele é jornalista – que a imprensa deve respeitar a vida dos indivíduos e principalmente entender que a disputa política deve ficar na soleira da porta, ninguém deve entrar na casa de alguém para vilipendiar sua vida, vilipendiar sua família, vilipendiar sua história, expor seus pecados de maneira pública, fazendo disso um meio de propagação, às vezes, de mentiras ou, às vezes, de coisas não comprovadas. Eu acho que eu sofri pessoalmente – por isso, este aparte pessoal do meu depoimento –, sofri uma espécie de perseguição que não é uma perseguição banal, é uma invasão profunda.

Uma pessoa que foi presa comigo, na semana passada, o Sr. Mauad, um senhor de 72 anos, corretor de imóveis, de São Joaquim da Barra, figura muito conhecida na cidade, nunca tinha se envolvido com esse tipo de coisa, foi preso injustamente também. E, certamente, o pecado ou o crime que ele cometeu que levou ele à cadeia, com 72 anos, foi se relacionar com Rogério Buratti, porque as pessoas que ousaram se relacionar com Rogério Buratti, em algum momento, mesmo Rogério Buratti não tendo sido condenado a nada, foram condenadas juntas com ele a nada também, só que tiveram uma exposição pública muito brande.

Então, eu devo desculpas ao Sr. Mauad. E quero fazer aqui publicamente, não porque eu tenha feito alguma coisa errada com ele. Eu devo uma gratidão e um pedido de desculpas, porque é um homem de bem, é um homem que a vida inteira trabalhou, tocou a sua vida e teve que passar por essa humilhação que ele passou na semana passada.

A revista **Época** desta semana, a edição que está nas bancas, publicou coisas que eu não considero ofensivas, eu considero desnecessárias. A revista **Época**, enquanto eu estava preso, semana passada, mandou para carta para dentro do CDP de Serrana, pedindo uma entrevista comigo, sem dizer qual era o motivo. Evidentemente, eu não ia dar entrevista. Eu não estava entendendo o que estava acontecendo comigo, eu não estava tendo condições de pensar sobre o que eu deveria fazer, eu não ia dar entrevista para a revista **Época**.

E aí eu me surpreendo com a revista **Época** desta semana, porque ela ouviu pessoas da noite de Brasília. Não sei se nessa casa, mas eu fui empresário e executivo durante muitos anos – quem circula no meio executivo sabe do que eu estou falando. Não quero aqui ser hipócrita e dizer que as coisas não existem, porque sabemos que elas existem. Ouviu pessoas da noite, uma senhora, a Jeany, ouviu garçons, ouviu meninas que, em tese, fazem programas, e deduziu que a farra acabou com o meu casamento de 16 anos. Escreveu isso. Escreveu. Colocou o meu nome.

Agora, com todo o respeito à revista **Época**, ao interesse jornalístico, não estou criticando, mas qual é o interesse público dessa informação? Que julgamento a revista e o Brasil precisam saber por que o meu casamento de 16 anos acabou?

A Elza, que era minha esposa, com quem dividi anos muitos importantes da minha vida, temos dois filhos, tivemos três, um faleceu; um filho de treze anos, que vai à escola todos os dias, uma menina de cinco anos, Tomásia Giovana... Que interesse existe, para qualquer pessoa deste País, dizer que foi, à noite, à farra, como a revista fala, que acabou com o meu casamento? Como é que ela sabe que foi isso que acabou com o meu casamento?

Então, isso me deixou profundamente indignado, porque não foi isso que acabou com o meu casamento, não foi isso que acabou com o meu casamento. E, se fosse, isso não é de interesse público, essa informação. Então, acho que isso é uma violência, uma violência sem tamanho contra mim, contra a minha família, contra a Elza, que é uma professora da rede municipal de ensino, respeitada, que dá as suas aulas, admirada pelos seus alunos. Peço perdão a ela também por a ter exposto e à nossa vida dessa forma.

Então, isso não parou por aí, isso não parou por aí. Um repórter da **Folha de S.Paulo** de Ribeirão Preto, de nome Rogério Pagnani, meu xará – eu fiquei sabendo disso também nos dois dias que eu estava preso – soube, recebeu, não sei por que razão, um CD com todas as interceptações telefônicas minhas. Certamente, senhores, quando você escuta uma pessoa por três, quatro, cinco, oito, não seis quantos meses, alguns pecados pessoais dessas pessoas podem ser expostos nessas gravações. Esse repórter pegou a gravação há três semanas atrás e entregou para a Elza, a minha ex-mulher, pediu para ela ouvir e, depois, quis entrevistá-la, para que ela falasse mal de mim.

Hoje um repórter especial da **Folha** me procurou, pedindo desculpas formalmente em nome do jornal por essa atitude.

Eu pergunto: que tipo de interesse existe em pegar uma gravação, que expõe pecados individuais, pessoais, e mostrar para uma mulher, para que ela se sinta instada, instigada a falar mal do ex-marido? Qual o interesse público dessa medida? Eu acho que é desmoralizar.

Mais ainda, a revista não ficou satisfeita com essa ilação, a revista escreveu textualmente que eu me encantei com uma mineira aqui em Belo Horizonte e que hoje eu divido minha vida com essa mineira em Belo Horizonte. Disse isso dessa forma.

Aí, sobre essa coisa, eu quero dizer duas coisas especificamente: primeiro, a verdade. Isso não é verdade. Não me encantei com uma mulher que acabou com o meu casamento, que eu conheci aqui em Brasília. A pessoa com quem eu divido hoje, com quem eu namoro – não sou casado –, essa pessoa mora em Belo Horizonte, tem uma confecção há cinco anos, uma mulher de 30 anos. Eu tenho muito orgulho, muita satisfação, muito prazer de estar com ela

Também peço desculpas a ela por ter exposto a vida dela, porque hoje ela sai na rua, e, mesmo não sendo verdade, apontam para ela: "Olha lá a prostituta que agora namora o Buratti!" E, se isso fosse verdade, senhores, se isso fosse verdade, ela não tem o direito de melhorar de vida? Se fosse a mesma pessoa, ela não teria direito de ter encontrado alguém, de ter se apaixonado, de ter saído da vida de prostituição de Brasília e de ter namorado uma pessoa que lhe desse outra condição de viver? Se isso fosse verdade, essa mulher mereceria ser perseguida por que melhorou de vida?

Peço desculpas a ela também. Peço desculpas à Carla, que é minha atual namorada de Belo Horizonte e que, efetivamente, não é a mesma pessoa. É difícil dizer se é ou não a mesma pessoa, porque já foi lançada a calúnia, está na imprensa, está na revista **Época**.

Eu me encantei com uma mineira. Eu larguei meu casamento de 16 anos para ficar com uma ex-prostituta que namorava uma autoridade de Brasília.

Perdão, não estou aqui discutindo quem deu a informação, estou discutindo o interesse dessa informação, qual é o interesse dessa informação.

O prejuízo que isso causa às pessoas é muito grande. O prejuízo moral que isso causa às pessoas é muito grande. Se essa pessoa com quem estou hoje fosse a pessoa de Brasília, eu queria saber quem ia atirar a primeira pedra nela. Vou voltar, vamos à Bíblia. Quem vai atirar a primeira pedra? Ela não tem direito de melhorar de vida? Em não sendo, ela passa a ser, porque agora ela é. Em não sendo, ela passa a ser, porque isso nunca vai se provar, se é ou não é. Não quero provar nada, não quero discutir esse assunto, porque esse assunto diz respeito à minha vida pessoal.

A última coisa são as escutas. As escutas envolvem, em Ribeirão Preto, uma série de coisas. Em meses de escuta, verificaram-se diálogos, e, como o Ministro Palocci falou na sua entrevista de domingo, esses diálogos não levam a nada, levam a suposições. Suposições têm de ser investigadas, investigações têm de ser traduzidas em provas, e verdade é aquilo que se prova, não é aquilo que se deduz. Verdade é aquilo que se prova, não é aquilo que se deduz.

Então, vou ser denunciado em Ribeirão Preto, em Jardinópolis, mais precisamente, porque eu tenho uma empresa que se chama BBS. Mesmo eu morando em Ribeirão Preto, a minha empresa funcionava em Jardinópolis, uma cidade vizinha, por questões tributárias.

Ontem, eu estava em São Paulo e tive a oportunidade de ver uma reportagem na qual o Prefeito Serra mandou um projeto para a Câmara de Compensação Tributária, na qual todas as pessoas que têm empresas ao redor de São Paulo, e são diversas pessoas... Na minha cidade, existem jornais... Na cidade em que eu morava, Ribeirão Preto, existem jornais que têm sede em Jardinópolis também, e eles não são processados por falsidade ideológica. Por que é falsidade ideológica morar numa cidade e ter uma empresa em outra cidade? No meu caso, é.

Em São Paulo, a boa lei do Prefeito Serra, que foi aprovada, faz com que o ISS seja recolhido de acordo com o local da prestação de serviço. Se a lei foi aprovada em Ribeirão Preto na época em que o Ministro Palocci era Prefeito, no segundo mandato...

Essa situação de pessoas que têm empresa em outra cidade não induz a crime, mas, no meu caso, era crime; eu tinha a minha empresa na casa de um laranja. Não era um laranja, era uma pessoa que me cedeu seu endereço com documento, para eu abrisse uma empresa no local dela, mas eu nunca disse que morava em Jardinópolis.

A última coisa que eu quero dizer é que a prisão em Ribeirão, achei que foi... Quando fui preso, eu não sabia por que estava sendo preso. Foi atribuído à história da destruição de provas, mas não era eu que tinha pedido para o Sr. Mauá destruir as provas, o que depois se verificou. Enfim, eu disse ao Ministério Público de Ribeirão Preto que entendi o que estava acontecendo: eu era o emblema da vez, eu deveria ser demonstrado como o emblema da vez.

Nunca trafiquei influência que não seja quando estive na Leão & Leão. Em nome de ser executivo de uma empresa, eu trabalhava, para que a empresa pudesse ter seus contratos dentro da legalidade. Tráfico de influência...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me interrompê-lo, Sr. Buratti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, está presente aqui o Promotor que acompanhou o caso em Ribeirão Preto e que pediu a prisão do Sr. Buratti. Encaro isso com absoluta naturalidade, mas gostaria que V. Exª consultasse o depoente, para verificar se não há constrangimento que possa impedi-lo de estar absolutamente à vontade para prestar as informações que julgo oportunas neste momento, diante da presença do Promotor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, antes de consultar o Dr. Buratti, informo a esta CPI que, hoje, pela manhã, o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, recebeu a visita do Dr. Aroldo, que foi até o meu gabinete e encaminhou uma série de documentos de interesse desta CPI, que já se encontram à disposição dos Srs. Senadores. Esta Presidência fez um convite ao Dr. Aroldo para que participasse da nossa reunião.

Fica a palavra com o Dr. Buratti.

O SR. (Orador não identificado) – Essa documentação vai ser distribuída, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está à disposição da CPI.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só um minuto, Senador Tião Viana.

Ele chegou exatamente às 11h20min no meu gabinete. Entreguei a documentação à Assessoria. A documentação está com a Assessoria, não foi distribuída a ninguém. Encontra-se à disposição da CPI. Há dez minutos, chegou aqui. Amanhã, faço a consulta.

V. Exª levanta uma questão de ordem, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me ser mais claro, Sr. Presidente. Tenho absoluta convicção de que o Sr. Buratti foi coagido no seu depoimento em Ribeirão Preto. Por isso, sinto a necessidade de perguntar a ele se não se sente constrangido com a presença do Promotor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, quero deixar claro que o Sr. Buratti terá oportunidade de responder todas essas perguntas. Deixo o Sr. Buratti à vontade. Esta é uma reunião aberta.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma reunião aberta, todo o País a acompanha, e não há nenhum problema se houver da parte do Sr. Buratti... Quero deixar claro que, antes até de iniciar a reunião, o Promotor esteve com o Dr. Buratti e o Dr. Telhada na sala reservada. Conversaram, para que pudessem adentrar nesta sala.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, independentemente da resposta que o Dr. Buratti vá dar, considero uma atitude antiética do Ministério Público de São Paulo estar presente nesta audiência pública. Infelizmente, temos de generalizar, por causa da posição, inclusive, do Procurador-Geral de Justiça – tenho o maior respeito pelo Ministério Público, e pode ser indagado isso do Ministério Público do Estado do Paraná –, mas considero essa atitude inadequada, de coação sobre a pessoa.

O Ministério Público prendeu o depoente, interrogou-o de maneira inadequada, teve um conjunto de atitudes fora da legalidade. Assim, é inadequado que o Ministério Público esteja aqui presente, porque isso pode significar dúvida. Não pode nesta CPI haver qualquer perspectiva de coação sobre o depoente. Então, considero a atitude do Ministério Público, ao estar presente nesta audiência, uma coação sobre o depoente.

Eu pediria a V. Exª que isso não acontecesse dentro desta audiência pública, neste depoimento. O Ministério Público de São Paulo prendeu o depoente, interrogou-o, passou os dados para a imprensa, para os meios de comunicação, de forma inadequada eticamente. Que o Ministério Público considere isso e considere a presença deles nesta audiência como uma coação sobre o depoente, o que prejudica as informações que todos nós queremos que o Dr. Buratti preste a esta CPI.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho que não se deve ir ao exagero a que foi o nobre Senador do PT. Não precisamos nem entrar em detalhes e nem adjetivar.

Eu acho que V. Exª não fez nada de errado quando, no momento em que o Procurador chegou aqui, o convidou para assistir. Não vejo nada de mais. Não vejo nada de mais também de o Procurador vir aqui. Agora, com toda a sinceridade, eu acho que o normal, o ideal é que o Sr. Procurador se retirasse da reunião. Eu acho que a situação, o que aconteceu, os constrangimentos são de tal natureza que ele que assista pela televisão ao depoimento da testemunha, porque eu não tenho nenhuma dúvida de que ele pode embaraçar o depoente.

Se houve um fato, ele foi preso, algemado, colocou o fardamento de preso, deu aquelas declarações, houve polêmica entre o próprio Ministro da Fazenda, que disse que ele poderia ter dado aquela declaração, mas que poderia ter encerrado o depoimento para depois dar a declaração. Se o Procurador-Geral da República pediu que viesse a ele tudo o que aconteceu naquela reunião, eu acho que o normal, numa boa, sem dizer que queria ou não queria, não me passa pela cabeça que o Procurador quer criar constrangimento e não me passa pela cabeça que V. Exª, quando o convidou para assistir, pensava uma coisa dessas. Mas, já que foi levantada a questão, eu acho que o ideal é que ele não participasse, o Procurador. Com o maior respeito, nós agradecemos. Ele pode até vir depor numa outra oportunidade, por que não? Mas acho que agora seria interessante que ele não estivesse presente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Divirjo não só do Senador Tião Viana, como também do Senador Pedro Simon e do Senador Flávio Arns. Não considero qualquer coação, até porque sei que o Dr. Buratti não se deixa coagir. As pessoas que se deixam coagir evidentemente se enfraquecem muito. Esta é uma reunião pública, há mais de cem pessoas assistindo. O Procurador foi convidado por V. Exª e pelo Relator. A saída do Procurador é que realmente causa um dano ao Procurador perante seus colegas. Desse modo, meu pensamento é totalmente oposto. O

Procurador deve assistir, pode assistir, é um problema dele e de V. Exª, que o convidou. Conseqüentemente, penso de modo diferente. Agora, não vou criar qualquer problema nesse sentido, porque se o Procurador está a convite de V. Exª, do Relator e com o apoio de membros também da Comissão, assistindo, é uma pessoa que tem o direito de assistir.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu diria que, sem dúvida, ninguém é impedido de participar. O Procurador e o Promotor podem participar. Eu só disse que é antiético ele participar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Exª me permite, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É nesse sentido que eu coloco. Ele pode participar, vai participar, mas que fique claro o meu posicionamento de que é antiético promotor público, que prendeu, que acusou, que está naturalmente interessado, e o Ministério Público tem que estar interessado no esclarecimento dos fatos, que ele esteja diante da testemunha nesta CPI.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Exª me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Procurador-Geral não prendeu.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Exª me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Procurador-Geral não prendeu, não participou desse ato. Pode até mudar de opinião, quem sabe. Agora, o Procurador ser impedido é realmente uma pancada na Procuradoria de São Paulo. E acho que os Procuradores daqui, os Federais, exageram muito mais, e tiveram apoio de alguns que hoje estão reclamando, como o célebre Sr. Luiz Francisco, Edson Abdon e outros. De maneira que esses puderam fazer tudo e o Procurador de São Paulo não pode assistir ao depoimento.

Com o consentimento, eu tenho certeza de que o Dr. Buratti não vai se zangar por isso, até porque se o Dr. Buratti vai dizer a verdade, não tem porque se incomodar. Até porque o Procurador teria que vir em outra ocasião. É muito melhor que ele participe desta, e talvez não seja necessário em outra ocasião. De maneira que é esta a minha posição.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Sou testemunha dos fatos que ocorreram e dos convites que foram feitos. Se V. Exª permitir, como participante de algumas entabulações de conversas com o nosso Relator e com V. Exª no final de semana, pediria permissão para esclarecer à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Até por respeito ao Procurador, que está aqui a convite.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em seguida, ouviremos o Senador Tião Viana, depois o Senador Tasso Jereissati e o Senador José Agripino.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Procurador-Geral Dr. Rodrigo Pinho é um homem de bem, correto, tomou as medidas que achava corretas, dentro de todos os acontecimentos que houve lá. Conversei com ele todos os dias, Sr. Presidente.

V. Exª sabe que, desde o início da CPI, eu me preocupava em saber o que ocorria em Ribeirão Preto, por fatos que, claro, chegaram ao conhecimento da população, e que se ligariam à CPI do Bingo e que o Dr. Buratti, em recém-depoimento, citou que entrou de dinheiro do bingo. Os bingos contribuíram para as eleições.

Conversei com o Dr. Pinho a fim de que ele nos mandasse todos os documentos, para que, realmente, pudéssemos ter um conhecimento mais profundo. Se o procurador saiu para falar com a imprensa, é uma questão *intracorpus* ali. Porque não foi ele, não é o Dr. Haroldo. O Dr. Haroldo foi o técnico que fez a investigação, e está convidado, com a aprovação do requerimento que V. Exª tem em mãos, foi aprovado aqui, não só o dele, como o Dr. Sebastião.

O Dr. Pinho disse que era importante que viesse, preliminarmente, o Dr. Haroldo, que é técnico, conhecedor profundo de toda a evolução dos acontecimentos, e que o Dr. Sebastião, se necessário, em outro momento. Neste momento, ele entendeu que não seria conveniente estar presente.

Aceitei e comuniquei a V. Exª que viria. Ofereci meios para que ele chegasse até aqui. E não penso que ele vai se confrontar *vis-à-vis* com o depoente. O Dr. (Roberto) Telhada é um homem que conheço há muito tempo como um grande advogado, e não permitiria qualquer tipo de constrangimento ao depoente.

Acredito que tudo o que foi apresentado em Ribeirão Preto, mesmo a filmagem, dá a demonstração de que não houve coação. Coação é um outro tipo de coisa que se faz, que a polícia pode fazer. Mas, nesse caso, acredito que até a revelação na discussão do Dr. Buratti com o Dr. Telhada, antes do depoimento,

é uma clareza de que ele queria depor. Ele precisava desabafar. Ele tinha alguma coisa na alma, no coração, que tinha que dar conhecimento, e não pagar sozinho o preço de pessoas, em maior número, que acredito que aqui confirmarão isso. Tenho certeza.

Era o que gostaria de esclarecer, a fim de que não tenhamos que inibir o Procurador de sua presença, porque ele foi realmente convidado e se dispôs a colaborar de todas as formas necessárias, com todo respeito à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, para deixar bem claro meu entendimento, encaro com absoluta naturalidade, com disse, o fato de V. Exª ter feito o convite, e o Relator também, ao Promotor.

Ao mesmo tempo, deixei claro que entendo que houve coação lá em Ribeirão Preto, mas aqui eu me ative apenas ao fato de se a presença do Promotor causaria ou não constrangimento ao Sr. Buratti. Em nenhum momento, fui além disso. Só para que não paire dúvida sobre a minha tranqüilidade.

Tenho a melhor das relações, admiração e respeito com o Ministério Público do Brasil. Continuarei a ter sempre. Agora, entendo que as coisas estão ficando claras. Parece que foi um convite do Senador Tuma para ele vir. Parece que nem uma iniciativa do Ministério Público foi para que ele viesse até esta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O convite foi feito para que ele viesse, foi feito o requerimento. Eu só disse que ele poderia vir hoje. E conversei com o Presidente. Ele está convidado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero informar que a Presidência da CPI não fez o convite, nem as passagens do Promotor foram por conta da CPI. Nós recebemos, em meu gabinete, acompanhado do Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, a presença do Dr. Haroldo, que nos trouxe farta documentação, que está à disposição dos Srs. Senadores. E nos achando na obrigação, já que há cooperação por parte do Ministério Público de São Paulo, fizemos o convite para que ele participasse da nossa reunião. Conseqüentemente, sem direito à palavra, sem direito a discutir nada nesta CPI. É um ouvinte, como todo o País se encontra neste momento.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que estou um pouco surpreso com a manifestação aqui feita, já que, se por acaso o Sr. Buratti, em algum momento, foi coagido, em São Paulo, durante o seu depoimento no Ministério Público, se isso aconteceu de fato, a grande oportunidade que teria para manifestar sua inconformidade e que falou sobre coação seria hoje, agora, neste momento. E oportunidade maior ainda de falar isso olhando nos olhos do Promotor que o acompanhou, porque não é uma acareação, porque ele não tem direito de se manifestar. O Promotor não tem o direito de se manifestar, até porque se ele falar agora que foi coagido na ausência do Procurador, e o Procurador não tem direito, eu não vou acreditar. Ninguém vai acreditar, porque precisou sair para dizer que foi coagido. Como a verdade não tem sido a tradição em todos os depoimentos, vamos ficar aqui novamente em busca da verdade, sem saber aquilo que é. Foi motivo de satisfação para todos quando o Sr. Buratti disse que estava disposto a dizer a verdade em São Paulo. E aqui estaria disposto a dizer a verdade. Portanto, se ele foi, por acaso, coagido, o momento é este, e olhando nos olhos de quem o coagiu, porque ele está aqui livre de qualquer tipo de retaliação que possa haver. Está sendo assistido pela televisão pelo Brasil inteiro. Agora, se ele não pode dizer isso olhando nos olhos de um promotor que não pode nem se manifestar, não vou acreditar, é porque não vai ter sequer condições de criar algumas circunstâncias, portanto, e não acredito também na possibilidade de o Sr. Buratti... Eu não acredito, porque não acredito que um homem com a experiência e com a vivência do Sr. Buratti tenha sido coagido com essa facilidade, até porque se foi coagido com tanta facilidade, vou achar que, do depoimento para cá, foi coagido também a mudar de opinião, até porque vimos, pelo menos pelo que li na imprensa, o advogado tinha abandonado a causa e voltou. Então, alguma coisa mudou nisso tudo também. Fica essa coisa. E V. Exª fez esse convite, e penso que, em nome desta Comissão e do Senado, não fica... Fez o convite no momento em que ele esteve em seu gabinete. Não tem sentido qualquer tipo de manifestação pedindo a retirada do Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Agripino, para que possamos voltar ao depoimento do Dr. Rogério Buratti.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu ia dizer exatamente que estou aqui na outra ponta do Senador Tasso Jereissati, e tinha anotado algumas coisas para falar. É exatamente o que acabou de dizer o Senador Tasso Jereissati. Agora, com um registro, Sr. Presidente: o Ministério Público é uma instituição que existe para defender o interesse da sociedade. Não é subordinado a Poder nenhum, é um poder autônomo que tem que se dar o respeito com atitudes. E somos, claro, crentes na firme-

za de atitudes do Ministério Público. Eu pessoalmente sou, no de meu Estado e de qualquer Estado Federal. Eu ia dizer o que o Senador Tasso Jereissati já disse. O grande momento do Dr. Buratti é este aqui. Se S. Sª foi constrangido, de alguma forma, a prestar algum tipo de depoimento, em Ribeirão Preto, pelo Ministério Público, que teria então se desviado de suas funções, o grande momento seria de S. Sª desmentir e dizer: "Olha, fui coagido nisso, nisso e nisso". Ao membro do Ministério Público não é dado nem ao menos o direito de se manifestar. Isto não é uma acareação. Não entendo porque qualquer tipo de... A não ser que o Dr. Buratti aqui viesse, o que não acredito, não desejo e não aceito, aqui mentir, e o Ministério Público estivesse olhando para ele e dizendo: "Estou te olhando!", e criaria algum tipo de constrangimento. Como não passa pela minha cabeça isso, quero dizer, Sr. Presidente e Sr. Relator, que estou absolutamente solidário com o convite que foi feito ou pelo Senador Romeu Tuma ou por V. Exªs para o comparecimento, sem direito a palavra, do membro do Ministério Público, que se limitou a pegar o depoimento, no meu entendimento, fazer o registro de fatos, de circunstâncias, como as revistas **Veja**, **IstoÉ**, **Época**, **Carta Capital**, e os jornais **Jornal do Brasil**, **O Globo**, **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S.Paulo**, que têm feito o mesmo tipo de registro, com avaliação crítica ou não. E estão aqui os representantes da imprensa. A se retirar o Ministério Público, teria que ser feito um convite também para que a imprensa, que critica o fato ora investigado, também se retirasse. Então, eu me manifesto frontalmente contra, e acho que seria uma atitude desrespeitosa o convite para que um membro do Ministério Público, por razões de estar criando algum tipo de constrangimento, se retirasse deste recinto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para as suas considerações, para darmos continuidade. Logo em seguida, darei a palavra ao Dr. Rogério Buratti para que ele se posicione e conclua o depoimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, queria apenas dizer que a responsabilidade do convite foi minha, porque o Sr. Promotor, o Dr. Haroldo, me procurou com a documentação que, como V. Exª disse, está à disposição da CPI, e entendi que não seria nada demais, primeiro levá-lo ao gabinete de V. Exª para que ele dissesse da sua atitude de colaboração; depois, que ele viesse até aqui, e já aí V. Exª reiterou o convite a ele. Então, não vejo como o Promotor possa coagir o depoente com a sua presença. Se ele inclusive chegasse aqui espontaneamente, sem convite de ninguém, ele sentaria aí, da mesma maneira como está sentado, e assistiria a esta audiência pública.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – V. Exª me permite um aparte, Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só quero deixar muito claro, porque me manifestei antes sobre o assunto também, que a Comissão tem todo o direito de convidar, a Presidência e a Relatoria têm todo o direito de convidar, qualquer pessoa pode estar presente. Nós não temos o direito, em hipótese alguma, de pedir que qualquer pessoa se retire. Só quero dizer que esperaria do Ministério Público uma atitude no sentido de "vou convidar, estou sendo convidado para participar da audiência pública", eu diria que o Ministério Público, sabendo que está envolvido, deveria recusar esse convite, nesse sentido. Então, em hipótese alguma, no sentido de a pessoa ser convidada a se retirar, mas seria uma atitude coerente que eu esperaria do Ministério Público, na minha avaliação. Então, nesse sentido, gostaria também de encaminhar, só para que o esclarecimento seja prestado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Relator, quero fazer só um pequeno aparte, para dizer que na realidade discordo, infelizmente, da posição do Senador Flávio Arns. Penso que o Ministério Público, que está investigando isso, sendo convidado, não teria por que não vir, porque, na realidade, é uma audiência pública, todo mundo pode assistir. Então, penso que era natural que o Procurador ouvisse. Não creio que ele quebra a ética por estar aqui presente. Não creio que isso cause constrangimento maior. Evidentemente, ele não pode ser expulso de uma sala, porque ninguém pode ser expulso daqui.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Retorno a palavra ao nobre depoente, Dr. Rogério Tadeu Buratti.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Obrigado, Sr. Presidente. Eu não me sinto... Acho que esse conjunto de ponderações e considerações de caráter pessoal que fiz agora no início serve para dizer que tive a minha vida moral, ética, individual, etc., absolutamente devassada. Quando estive lá preso, conversei com os membros do Ministério Público com muita franqueza no sentido de dizer a eles que – disse isso ao Dr. Haroldo e aos outros – eles tinham feito, durante muito tempo, uma idéia muito errada de mim. Tinha dito a eles que se eles, ao início das investigações, tivessem me pro-

curado para conversar, eventualmente poderíamos ter evitado tanto dano pessoal a mim e, enfim, omissão de situações. Mas que eu entendia que eu era parte de um jogo. Eu não sou inocente para não entender por que eu fui preso, eu não sou inocente para não entender por que tudo aconteceu da forma como aconteceu. Mas não me sinto, de fato, nenhum pouco coagido, porque acho que quando eu resolvi falar o que eu falei lá em Ribeirão Preto, eu estava decidido a fazer o que fiz em função de tudo o que aconteceu. Primeiro, porque eu não tenho, como eu dizia, nunca trafiquei influência, nunca fui uma peça na operação do PT. Hoje, o País está vendo uma série de revelações absurdas em relação a "mensalão", a dinheiro para cá, dinheiro para lá, etc., etc., e em nenhuma dessas operações os senhores viram o meu nome. Eu nunca fui um operador do PT. Eu nunca fui um operador do PT. Saí do PT em 1994, e saí efetivamente do PT em 1994. Fui cuidar da minha vida particular. Construí meu patrimônio na atividade particular, e não na atividade pública. Nunca fui um operador do PT. Então, em qualquer CPI... Eu dizia isto ao meu pai, há uns dois meses atrás: "Olha, fique tranqüilo porque não vou aparecer em nada dessas coisas". Porque o que me moveu foi a situação que envolvia a Gtech, os Bingos e Waldomiro, e não essa história que envolve "mensalão", envolve publicidade, etc., etc. Então, eu não tenho. Agora, influir em ato praticado por funcionário público é a definição clássica de tráfico de influência. Eu nunca fiz isto.

E boa parte das coisas que eu sei e que revelei em Ribeirão Preto, algumas coisas em relação à empresa de lixo e à política nas cidades ao redor de Ribeirão Preto, e também em relação aos assuntos pertinentes a esta CPI, notadamente à questão do Bingo, Gtech, etc., eu sei por informações de um grande amigo meu que hoje está falecido. Então, no primeiro depoimento, eu insisto, eu vi a ponderação de todos de que eu teria com a verdade, mentido, etc. É muito difícil você falar sobre uma coisa aonde você tem informações e não tem provas, porque a única prova é uma pessoa com quem, inclusive, nos últimos questionamentos do Relator, ele me dizia: "Olha, mas você conversava muito com esse tal de Ralf". Enfim, eu conversava muito com esse tal de Ralf. Ralf era uma pessoa honrada, uma família bonita, um pai maravilhoso, uma pessoa que admirei muito, fomos amigos durante dois ou três anos, os últimos anos da vida dele. E é lamentável tratar de uma pessoa que está morta dessa forma. É lamentável atribuir informações a uma pessoa que não está mais conosco, nem sequer para dizer que eu estou mentindo sobre isso. Então, evidentemente, é muito constrangedor, e foi muito constrangedor para mim, falar sobre o meu amigo Ralf e informações que ele me confidenciava. Então...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas acho que falar a verdade... Desculpe, doutor, a verdade não constrange e não derruba a memória do Ralf. V. Exª está prestando uma homenagem a ele, contando a verdade. Desculpe, mas é para o senhor ter tranqüilidade.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Espero que sim. Espero que sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com a certeza de que o senhor está prestando uma homenagem a ele.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Então, não me constrange, em momento algum, a presença do Ministério Público de São Paulo. Acho que depois de todos os constrangimentos em que fui colocado, nenhum constrangimento me abala. Enfim, eu fiz a questão de explicitar assuntos muito pessoais e muito particulares porque esses, de fato, constrangem as pessoas que nos amam, as pessoas que nos acompanham.

Eu, então, estou disposto a falar exatamente o que eu sei. Mas exatamente o que eu sei. Mais do que eu sei, eu não consigo falar. E é por isto que eu estou aqui. Lá em Ribeiro Preto, independente do assunto do inquérito de lá, eu havia dito ao Ministério Público que eu estava disposto a vir aqui e reformular as informações que eu tinha passado. Eu quero falar o que eu sei. Como vai se provar o que eu sei ou se vai se provar o que eu sei não é uma obrigação, e depende das investigações.

Obrigado e desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desta CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, V. Sª fez aqui um relato da sua militância no PT e nos deixou a impressão de uma certa frustração. V. Sª se sente injustiçado pelo PT? Abandonado? Como V. Sª se sente hoje, depois que acabou de dizer aqui que passou por tanta coisa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não me sinto injustiçado pelo PT. Essa sensação, sendo muito sincero a todos, eu me senti injustiçado pelo PT no episódio de 94, que eu achava que, a partir do momento em que não se tinha provado nada contra mim, eu não tinha motivo pra ser banido de qualquer atividade administrativa em Prefeituras do PT. Hoje, não. Hoje eu acho que... eu me sinto abandonado, na verdade, por várias circunstâncias, situações, mas não pelo PT.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª acha que o prefeito na época, Antonio

Palocci, deveria ter readmitido V. Sª? Já que V. Sª disse que não foi provado nada e que o episódio o marcou tanto, ele deveria tê-lo readmitido?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu tenho impressão que o Ministro Palocci no domingo disse que, apesar de não ter sido provado nada, ele entendia que não era o caso de me readmitir porque eu havia tido uma atitude inadequada. Esse é o julgamento que cabe, sim, a ele, e eu concordo com esse julgamento. Talvez se eu estivesse no lugar dele eu teria tido o mesmo julgamento. Agora, o que eu não acho é que precisaria ter passado doze anos para se dizer isso, para se dizer que eu não fui... a mim não fui imputado nenhum crime, que eu fui efetivamente absolvido. Eu poderia até não voltar para Prefeitura cujo prefeito era o Prefeito Palocci em função de ele entender que era inadequado; agora, não porque eu tivesse cometido algum crime, porque crime eu não cometi. Eu acho que essa manifestação demorou alguns anos para acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Começam a chegar alguns Parlamentares, e eu solicitaria dos assessores que dessem oportunidade de os Srs. Deputados e Senadores ocuparem nosso espaço. Eu agradeço antecipadamente a todos.

Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na exposição de V. Sª, há uma afirmação *en passant* de que o Prefeito Antonio Palocci teria sido alvo de denúncias pessoais. Que denúncias seriam essas? É expressão textual, literal, de V. Sª.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – À época, o prefeito havia feito a troca de um apartamento por uma casa, tudo dentro da legalidade, mas aí a imprensa explorou como se ele tivesse, após ser prefeito, saindo de um apartamento e indo para uma casa. Era essa a exploração da época. Não era uma denúncia; era uma atitude dos jornais que dizia respeito à vida pessoal dele e havia toda a comprovação – à época eu era Secretário de Governo – de que a troca tinha sido dentro do rendimento, das posses etc. dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª já deu mostras aí de que acompanhou o depoimento do Ministro, aliás, não foi depoimento, desculpe, foi entrevista coletiva do Ministro. Que é que V. Sª tem a dizer? Porque o Ministro foi categórico no sentido de desmenti-lo de forma veemente. Disse que V. Sª não tinha falado a verdade em momento nenhum. Que é que V. Sª tem a dizer?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Olha, eu digo que o meu depoimento em Ribeirão Preto é a expressão da verdade que eu conheço. Aquilo que eu disse é o que de fato eu conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que quem faltou com a verdade foi o Ministro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. O meu depoimento em Ribeirão Preto diz exatamente os fatos que eu conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é o caso, eu não estou cogitando disso, não quero que, em absoluto, se pense que eu estou cogitando disso, mas, para configurar a responsabilidade de cada um. Amanhã, numa acareação, V. Sª de um lado e o Ministro Palocci do outro, V. Sª diria, olho no olho, que ele faltara com a verdade, que ele mentira?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu reafirmaria o meu depoimento de Ribeirão Preto, mesmo na presença do Ministro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª reuniu algum documento para ser tão categórico nesse sentido?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Na verdade, como disse, no que tange aos aspectos da empresa de lixo, as investigações vão prosseguir no sentido de verificar se o que eu disse lá tem nexo documental, ao pedir documentos à empresa, na quebra de sigilo e nas informações contábeis que possam comprovar o que eu disse lá. Em relação ao lixo, tenho a impressão de que a própria investigação confirma ou não. Como sei que disse a verdade, tenho segurança disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª não concorda em nada com o que ele disse. Ele chegou a afirmar que nenhuma licitação de lixo havia sido feita enquanto ele era Prefeito.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No caso de Ribeirão Preto, ele falou a verdade. De fato, as licitações que houve em Ribeirão Preto no período em que ele foi Prefeito, nunca as vi como licitações fraudadas, nem tampouco tinham correspondência com a contribuição mensal que eu afirmei que a empresa dava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E como eram obtidos os R$ 50 mil?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Os R$ 50 mil saíam do caixa da empresa, Senador, porque, na verdade, as empresas acabam arcando com o ônus de que são as responsáveis por esses fatos, mas, infelizmente, essa acaba sendo a regra do jogo. Eu atuei em empresa de lixo e em construtora durante cinco anos e, antes disso, tinha sido proprietário de uma empresa que prestava serviço de assessorias, que fazia concurso público. Lamentavelmente, essa é

a regra do jogo em alguns lugares. Então, quando fiz a denúncia no depoimento de Ribeirão Preto em relação às cidades que relatei é porque naquelas cidades os agentes municipais impunham a regra do jogo. A contribuição saía do caixa da empresa. O contrato de Ribeirão Preto era um contrato extremamente... não vou dizer que a empresa tomava prejuízo porque ninguém toma prejuízo – nós sabemos disso –, mas era um contrato equilibrado, justo, e a contribuição, para um faturamento da ordem de R$ 2 milhões, R$ 2 milhões e pouco que a empresa tinha na cidade, não guardava correspondência percentual. Era uma colaboração da empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Sª ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ...diminuía o preço em relação ao próprio Município de Ribeirão Preto em vez de dar para a caixa do PT? Quero dizer, em vez de dar para o PT, se diminuiria o preço de Ribeirão Preto. Concorda comigo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Poderia. Por isso que digo que a regra do jogo, nesse jogo, boa parte das vezes quem define não é a empresa. A empresa só joga o jogo e paga o preço de ter jogado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª reafirma aquilo que disse com relação a quem arrecadava a contribuição? Era o Sr. Ralf Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Ralf Barquete era o Secretário da Fazenda...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... da Prefeitura?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Daí que a sua convicção é de que o Prefeito da época, hoje Ministro, tinha conhecimento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Também falando como empresário, nenhuma empresa faz uma contribuição, nem pequena, nem grande, sem que o principal, como se chama no meio empresarial, sem que o patrão saiba, sem que o Prefeito, o Secretário, não importa quem, venha a saber. Então, acredito que ele soubesse. Nunca o vi participar de reuniões confirmando isso, mas acredito que ele soubesse.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o relacionamento de V. Sª com o Ministro, como é hoje e como foi ao longo desses anos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Após a minha saída, em 1994, de fato, o que expôs o Ministro na sua entrevista é verdade. Nós mantivemos contatos familiares algumas vezes. Algumas vezes, ele foi jantar na minha casa, em Ribeirão Preto; algumas vezes, eu fui jantar na casa dele. Estivemos juntos em alguns eventos sociais. Mas, de fato, eram esporádicos. Não havia uma freqüência de relacionamento; muito pelo contrário, eram esporádicos. De fato, depois que saí da Prefeitura, fui trilhar um caminho, e ele continuou no dele. Nunca mantive relacionamento de negócios com ele nem relacionamento mais íntimo, o que não queria dizer que eu não tivesse a possibilidade de falar com ele, ligar para ele. Nunca me furtei a isso quando assim precisei ou assim foi necessário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor confirma as ligações para o Ministério da Fazenda?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Confirmo. Confirmo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas apenas para tratar de que assuntos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Aí eu gostaria de dividir em algumas partes. Como disse outra vez aqui, tenho relacionamento, no Ministério da Fazenda, muito forte, com Juscelino Dourado, amigo meu de 15 anos – sou padrinho dele de casamento –, um relacionamento social estabelecido. Tenho relacionamento muito esporádico – é uma pessoa por quem tenho carinho e, acredito, ele por mim – com o Ademirson, o Secretário particular do Ministro Palocci, porque, quando fui Secretário de Governo, ele era chefe de Gabinete do Ministro, na época, Prefeito. Algumas pessoas do Ministério, o assessor parlamentar do Ministro, que é pessoa do meu relacionamento do PT, o ex-Prefeito de São Joaquim da Barra, José Ivo Vannucci. Algumas vezes, mantive relacionamento, no Ministério, de encontrar essas pessoas. Ligava e, algumas vezes, estive lá em visitas de cortesia, visitas pessoais, nunca para tratar de negócios. E, com essas pessoas, eu tinha relacionamento. Com o Ministro, não. Nunca fui recebido pelo Ministro no Ministério. Visitei o Ministro em Brasília, eu, minha esposa Elza, à época, e meus filhos, acho que em meados de 2003. As ligações que houve entre mim e ele em janeiro, o que foi divulgado pela revista **Veja** em julho, de fato, aconteceram. Algumas foram com ele; outras, não, foram com o Ademirson.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor nunca tratou de negócios, pleitos com o Ministro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Com o Ministro, não. Nunca tratei. Senador, para ser fiel à verdade, quando... Por exemplo, a empresa Leão Leão, em alguns momentos, quis fazer uma visita de cortesia ao Ministro logo depois da posse. Sinceramente, não

só a Leão & Leão. Várias empresas da cidade ligaram e tentaram fazer visitas de cortesia. E várias fizeram, pelo que sei. Então, nada que não seja dessa ordem. E, uma vez, solicitei uma audiência do Ministro ao Grupo Somague, sócio da Leão & Leão em concessão de rodovias.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essas outras empresas? São empresas de Ribeirão Preto, da região?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De Ribeirão. Mais de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só de cortesia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nunca acompanhei nem nunca intermediei...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não acompanhou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não, não. Só sei porque, no meio empresarial...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só fez solicitar?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Nem solicitei porque essas empresas também têm relacionamento direto com o Ministro, não é? Estou falando de escolas, algumas construtoras, usinas. Todas tinham, como ele foi Prefeito da cidade, acesso normal a ele, como eu tinha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, de acordo com seu primeiro depoimento, sabemos que o senhor teve ou tem a BBS Consultores Associados, Assessorarte e Wway Informática. Além dessas empresas, o senhor tem mais alguma?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A Wway já não é mais minha, como eu disse no último depoimento. A BBS é minha, mas está inativa porque era a empresa que eu usava para receber meus vencimentos na Leão & Leão. A empresa Assessorarte também já não é mais minha há três ou quatro anos e, agora, nem pertence a nenhum membro da minha família. Atualmente, eu sou proprietário de uma pequena empresa de ônibus na cidade de Rancharia, no interior de São Paulo, mas ainda não está no meu nome porque o negócio está no processo de fechamento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa empresa, se acrescenta...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A Expresso Fadel. Só que ela não está no meu nome ainda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Rancharia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É uma cidade no interior do Estado de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor se desligou do quadro societário da Assessorarte em 2002, mas continuou como se fosse o dono dela, trabalhando.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI– Não, Senador, eu me desliguei mesmo do quadro da Assessorarte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas escutas telefônicas comprovam que o senhor continuou lá dentro da empresa, como se fosse o dono.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI– Não. Eu posso afirmar categoricamente que não, Senador, porque a pessoa a quem eu transferi as minhas cotas na Assessorarte é a minha irmã. Então, eu me relacionava... A minha irmã várias vezes me perguntava coisas e eu ajudava a minha irmã nessas coisas que ela me perguntava. Houve uma exigência do Grupo Leão & Leão em determinado momento que eu me desligasse de todos... dos negócios da Assessorarte. Então, eu não mantive mais relações de remuneração, nem relações comerciais com a Assessorarte. Agora, eu criei a empresa junto com um sócio. Então, várias vezes eles me consultavam de uma outra coisa, mas nunca tive ação na empresa mais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Rancharia é do senhor e de quem mais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De minha ex-esposa, a Elza.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só dos dois?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Só dos dois.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E seus dois irmãos...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI– Renato e Rosângela...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...Renato e Rosângela, continuam seus sócios?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. O Renato foi meu sócio na Wway acho que em 1997, 1996. Depois, não mais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Assessorarte, assim como a Leão & Leão, já pagou alguma vez percentagem ou valor fixo dos valores dos seus contratos com as Prefeituras aos respectivos Prefeitos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca houve isso, não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ao tempo que eu estava na Assessorarte, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na escuta realizada em 3.5.2004, o senhor conversa com uma senhora sobre notas emitidas pela Assessorarte para a Leão & Leão e para a Triângulo do Sol. A Assessorarte era utilizada para lavar dinheiro de propina do Grupo Leão & Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. As notas... Nessa conversa, eu me recordo desse diálogo, o Ministério Público de São Paulo solicitou à Assessorarte toda a documentação da empresa: notas fiscais, etc. Por um tempo, eu prestei consultoria ao grupo Leão & Leão, em 1998... antes de ser contratado efetivamente. E quando fui contratado como diretor efetivamente, uma parte da minha remuneração eu recebia através de notas da Assessorarte para a Leão & Leão e para a Triângulo do Sol. Tanto que devem ser notas de... que correspondem à remuneração. Eram 5 mil reais. Acho que todas as notas eram de 5 mil reais. Essas notas foram entregues ao Ministério Público de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já disse da sua amizade com Juscelino Dourado. Quantas vezes aproximadamente o senhor se encontrou em Brasília, desde janeiro de 2003, com ele, Juscelino?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muitas vezes.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Dez, quinze vezes. Ah, porque eu me encontrava com Juscelino às vezes quando ele morava... quando a família dele morava aqui, às vezes eu ia à casa dele e ficava... fazia visitas eventuais, me encontrava no Ministério, às vezes saíamos para jantar, encontros, então, dez, quinze vezes...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A imprensa, inclusive, noticiou que os senhores se encontraram depois do seu depoimento ao Ministério Público.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Não é verdade. Não me encontrei, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é verdade? Nem depois da entrevista coletiva do Sr. Ministro da Fazenda?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em conversa interceptada no dia 26 de julho de 2004, o Sr. Luiz Pacola, da Leão & Leão, ligou para V. Sª para falar sobre o negócio de Brasília. O senhor respondeu: "Já conversei com ele sobre o assunto. Ele estará em Ribeirão Preto amanhã, liga para o chefe de gabinete e marca a audiência". No dia seguinte, o Ministro Antônio Palocci esteve em Ribeirão Preto participando de um evento. Era ele a pessoa a quem se referiu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A Leão & Leão, nessa conversa, havia me pedido para conversar com Ademirson, que é o Secretário particular do Ministro, para que agendasse de fato um encontro entre a empresa e o Prefeito... entre a empresa e o Ministro, perdão. Então, eu solicitei que eles entrassem em contato direto com Ademirson, mas o objetivo era esse. Eu não sei se o encontro houve ou não, se o encontro aconteceu ou não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O relacionamento do senhor com o Sr. Ademirson também é muito bom.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Ademirson tem uma relação de amizade, mas muito menos ...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem negócios?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. E muito menos freqüente do que com o Juscelino, por exemplo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes aproximadamente se encontraram desde janeiro de 2003 até hoje?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Aqui em Brasília ou em qualquer lugar?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aqui em Brasília, em qualquer lugar.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que umas dez vezes, alguma coisa assim. Algumas vezes jantamos aqui, uma ou duas vezes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor liga freqüentemente para ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não mais. Desde que saí da Leão e que fui envolvido na questão da Gtech eu não ligo mais para eles. Antes ligava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu relacionamento com o Sr. Vladimir Poletto.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Vladimir foi um prestador de serviço da Assessorarte e trabalhou na Prefeitura de Ribeirão Preto com Ralf Barquete. Então ele prestava serviço para a Assessorarte ao tempo em que eu estava lá também. Então, um relacionamento de amizade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Amizade estreita?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tão estreita.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele foi seu avalista no aluguel de uma mansão no Lago Sul em Brasília.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu nunca aluguei nenhuma mansão no Lago Sul de Brasília. O que houve, e não no Lago Sul, a empresa, quando viemos aqui pensando em prospectar negócios em Brasília, pensamos em alugar um espaço, um escritório, uma casa onde pudéssemos nos reunir e montar um escritório da empresa. Então eu consultei algumas imobiliárias, cheguei a fazer visita a algumas casas, mas nunca firmamos nenhum contrato de aluguel. Esse, inclusive, não vi a reportagem, eu soube lá em Ribeirão Preto que existia um contrato que era entre mim e a Elza com não sei quem, nós não chegamos a alugar nenhum imóvel aqui em Brasília. Inclusive o corretor, na época um dos corretores que consultei inclusive ligou para o Vladimir, ele me relatou isso, no ano passado em 2004, falando que ia divulgar. Eu falei, divulga, não tem nada errado, não fizemos nada errado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o nível de relacionamento do Sr. Vladimir Poletto com o Ministro Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele ocupou cargos públicos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ocupou. Ele ocupou um cargo de chefia na prefeitura municipal de Ribeirão Preto, mas indicado pelo Ralf, ele era da Secretaria da Fazenda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem ou teve algum negócio com o Sr. Poletto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Só esse negócio. Na época em que eu era da Assessorarte ele prestou serviços à Assessorarte várias vezes. Da empresa que fazia concursos ele elaborava provas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª costumava fazer pagamentos a ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pela Assessorarte, fazia, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A que correspondem os três cheques que V. Sª emitiu para o Sr. Poletto entre maio e julho de 2003 no valor de R$26.864,00?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não me recordo. Pode ter sido prestação de serviços que ele tenha feito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor diz que não, mas se afirma que o senhor alugou, em 2003, uma casa no Lago Sul em Brasília por US$3.500,00, equivalente, na época, a cerca de R$10.000,00. É verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não é verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E que foram organizadas festas nessa casa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não é verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que autoridades freqüentavam essas festas. Não é verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Garibaldi, para, talvez, esclarecer a questão. Era o caso de o Dr. Buratti responder o seguinte: quando o senhor nega que não havia o aluguel, o senhor nega que havia o contrato ou o senhor nunca ocupou um imóvel aqui em Brasília com essa finalidade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu nunca ocupei um imóvel em Brasília com essa finalidade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o relacionamento de V. Sª com o Deputado José Dirceu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nenhum relacionamento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca ligou para ele de 2003 para cá?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor visitava freqüentemente o Palácio do Planalto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nunca estive no Palácio do Planalto. Nem em caráter turístico. Estive na porta do Palácio do Planalto só.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em conversa interceptada no dia 5 de maio de 2004, o Sr. Wilney Barquete falou para V. Sª: "E ontem a charuteira lá falou que o secretário está esperando o tribunal se posicionar. No entanto, quem conversaria com o tribunal seria o Humberto. O assunto era claramente o contrato de lixo de São Paulo.

Pergunto a V. Sª: quem é a pessoa chamada de charuteira?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não conheço a pessoa chamada de charuteira. Acredito que pudesse ser – eu nunca usei essa expressão – uma pessoa que fosse membro da Comissão de Licitações da Prefeitura de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a negociação da licitação em São Paulo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Qual negociação?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre o contrato do lixo.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A Leão & Leão, nesse período, eu já não participava. A Leão & Leão participou da licitação relativa à varrição; não participou da licitação relativa à concessão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem da Prefeitura sabia desse acordo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Qual acordo?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre o lixo, o contrato do lixo.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Da concessão?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não sei. O mercado dizia que existia um acordo. Eu sabia dessas informações a partir de informações do mercado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não participou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não participei, até porque eu representava a Leão, e a Leão não participou da concessão. A Leão queria um contrato de varrição.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como se davam as negociações da Leão & Leão com as Prefeituras para vencer as licitações?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nas licitações que aconteceram no tempo em que eu estava lá, havia um apoio no sentido de... a Prefeitura colaborava na preparação do edital e no estabelecimento do cronograma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas era feito o pagamento de vantagens?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Anterior à licitação, que eu tenha conhecimento, não. Posterior, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De propinas, inclusive.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De comissão relativa aos contratos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como era lançado esse dinheiro na contabilidade da empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Por vezes, quando a Prefeitura emitia notas de prestação de serviço, entrava como notas de prestação de serviço. Quando não, era retirado do caixa da empresa com notas compradas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Notas frias?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que o pregão dificulta esse tipo de acordo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Dificulta muito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que mudanças na legislação inibiriam essa conduta das empresas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, tenho a impressão de que a própria Lei nº 8.666, a Lei de Licitações, já inibiu em muito qualquer tipo de acordo, porque a competitividade é muito maior do que era. O pregão é um modelo... Acho que a simplificação do processo de licitação, por mais contraditória que possa parecer, inibe mais as fraudes do que ajuda. Quanto mais complicado o processo de licitação, é mais fácil se buscarem elementos para fazer acordo, mais fácil do que num processo simples. O pregão é um modelo simples, simplificado, que, sem dúvida nenhuma, inibe o acordo. Se existir acordo, existe entre as empresas, sem ônus para o agente público, para o Poder Público.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o seu relacionamento com Delúbio Soares?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nenhum. Não conheço o Delúbio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As investigações do Ministério Público levantam a suspeita de que V. Sª seria a ligação entre Delúbio e a "máfia do lixo" e que pagava uma porcentagem a ele para facilitar as coisas em Brasília. O que V. Sª tem a dizer sobre isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Que isso não é verdade. Eu não conheço o Sr. Delúbio Soares. Nem ao tempo em que eu era do PT, ele não era uma pessoa do meu relacionamento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual é o relacionamento de Ralf Barquete e Wilney Barquete com Delúbio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Ralf conhecia o Delúbio, e as informações que eu obtive dele é de que ele levou dinheiro ao Delúbio algumas vezes. O Wilney, eu posso afirmar que ele não conhece o Delúbio Soares.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas que dinheiro era esse que o Ralf levava para o Delúbio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu tenho notícias do dinheiro, dos 50 mil mensais da Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Só dos 50 mil?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E tenho notícias, por ele também, da contribuição que, nesse caso, não teria sido levada por ele. Ele só teria levado ao Delúbio a informação da contribuição de um milhão de reais ao tempo campanha do Presidente Lula, proveniente das empresas de jogo de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – De São Paulo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E do Rio também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Do Rio?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Sª me falou também no do Rio.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Do Rio, também por informações do Ralf, eu sei que foram também levadas diretamente ao Comitê Financeiro da campanha do Presidente e que elas teriam sido tratadas, pelo que o Ralf me contou, por pessoas ligadas ao Waldomiro Diniz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não entendi bem, Presidente. Podia repetir esse assunto? Porque não entendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. Fazendo soar a campainha.) – Solicitaria silêncio aos Senadores. Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não entendi bem a questão do jogo lá de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A primeira pergunta foi: que dinheiro era esse que o Ralf Barquete levava para o Delúbio Soares? Ele reafirmou que era o dinheiro da Leão & Leão, 50 mil da Leão & Leão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Do lixo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Do lixo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Do lixo. Então, perguntei pelo dinheiro dos bingos. Ele disse: "Do dinheiro dos bingos de São Paulo e do Rio", não é verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É verdade, sendo que o de São Paulo eu tenho a informação, tive a informação pelo Ralf de que as empresas de jogo de São Paulo contribuíram com um milhão, não sei se por dentro ou por fora. Mas não foi o Ralf que levou. Ele só fez o contato e as empresas contribuíram diretamente. E também o Ralf me informou que as empresas do Rio – isso já em janeiro, depois de o Governo ter tomado posse – que teria havido uma contribuição das empresas do Rio de Janeiro, também de valor semelhante. A informação é que poderia ter sido via Waldomiro, mas eu não ouvi isso de maneira textual.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)* Quem é Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ralf era o ex-Secretário da Fazenda do Prefeito Palocci. É o que faleceu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É o que faleceu. Foi assessor da Caixa Econômica também.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Garibaldi, permita-me...

O Ralf faleceu. Mas alguém mais lhe comunicou... V. Sª teve contato com outras pessoas que lhe dessem essa mesma informação de que s casas de jogo passava recursos ao PT e ao Lula? Ou só o Ralf? Porque ele morreu. Mais alguém?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No caso só o Ralf, porque eu não vivia nesse ambiente. Eu nunca tive relacionamento com as empresas de jogo. Então, eu só soube pelo Ralf mesmo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor poderia informar-me o nome da viúva do Sr. Ralf Barquetti?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sueli, Sueli Ribas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sueli Ribas.

Quando foi Diretor e vice-Presidente da Leão & Leão o senhor costumava assinar documentos oficiais da empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Quando eu tinha procuração, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Inclusive contrato com as Prefeituras?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor assinou algum contrato, representando a Leão Ambiental, e o Ministro Palocci, representando a Prefeitura de Ribeirão Preto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que sim. Não me recordo exatamente. Mas acredito que sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E por que o senhor deixou a Leão & Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque à época em que houve a acusação por parte dos Diretores da Gtech de que eu teria exigido propina deles para renovar o contrato, com os advogados e com a empresa, nós entendemos que era melhor eu sair porque a situação tinha ficado extremamente delicada para mim e poderia comprometer a empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Sr. Luiz Cláudio Leão disse que V. Sª falou que deixaria a Leão & Leão para trabalhar na Gtech. É verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu li esse depoimento dele, mas não é verdade, até porque na época que eu saí da Leão & Leão, a Gtech me acusava.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. Fazendo soar a campainha.) – Solicitaria a todos que se encontram na sala silêncio, por favor. O ruído está prejudicando o depoimento do Dr. Buratti. Silêncio, por favor!

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor ia dizendo que deixou a Leão & Leão para trabalhar na Gtech.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. Na época eu saí da Leão & Leão por conta da acusação que a Gtech me fez de ter exigido propina deles para renovar o contrato da Caixa. Portanto, era um período em que a Gtech estava me acusando e não faria sentido eu sair da Leão & Leão para trabalhar na Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O grupo Leão & Leão doou recursos para as campanhas políticas? Doava constantemente?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Doava.

O SR. RELATOR(Garibaldi Alves Filho.PMDB – RN) – E o caixa dois?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O período em que estive na Leão & Leão, na eleição de 2000, a empresa fez doações oficiais. Depois, na eleição de 2002, foi a eleição presidencial, ela não fez doações. Em 2004, eu não estava mais lá.

O SR. RELATOR(Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o nível de relacionamento do senhor com o Sr. Wilney Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele foi uma pessoa com quem trabalhei três anos, com quem tive um relacionamento profissional.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. (PMDB – RN) –Três anos onde?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que dois anos na Leão & Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que cargo ocupou no Governo Palocci em Ribeirão Preto o Sr. Wilney?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele foi Presidente da Cohab, Companhia de Habitação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o papel dele nos contratos da Leão & Leão nas Prefeituras?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Até o período em que estive lá ele não tinha muito papel porque ele era diretor de obras, se não me engano.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da Leão & Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Da Leão & Leão, se não me engano.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque ele foi para a Prefeitura e foi para a Leão & Leão.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele já tinha estado na Leão & Leão, já tinha trabalhado em uma empresa do grupo, que é a Triângulo do Sol. Ele saiu da empresa do grupo em função de problemas com alguns acionistas e foi convidado pelo Prefeito para ser...

Na verdade, ele ocupou a Cohab por indicação do vereador do PMDB, na época, Baleia Rossi, hoje Deputado Estadual.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual o nível de relacionamento de V.Sª com o Sr. Ralph Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era muito íntimo, muito próximo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Relacionamento inclusive comercial?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nunca tive relacionamento comercial com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele era muito bem relacionado com o senhor, pelo menos durante um longo período.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na verdade, não tão longo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois, na Caixa Econômica, quando ele foi assessor especial da presidência, ele se relacionava com o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Inclusive durante o período do contrato entre a Caixa e a...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Inclusive durante esse período.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor confirma que a pessoa, de ponta, que lhe facilitaria a vida junto à Caixa Econômica era ele, o Sr. Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, porque eu não tinha nenhum interesse na Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com a Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A Gtech foi um processo inverso. A Gtech me procurou por saber que eu teria condições de fazer chegar notícias ao Ministério da Fazenda, por meio do Ralf para oferecer uma remuneração que seria destinada ao PT de...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao Ministério da Fazenda?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ao Ministério da Fazenda. Eles me pediram que levasse o recado ao Ministro Palocci. Na verdade, a Gtech, Senador...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é que eles souberam dessa influência do senhor no Ministério da Fazenda?

Eles contavam com o senhor junto ao Ministério da Fazenda por meio de quem?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Por meio do Ralf. Eles, na Caixa Econômica Federal... A informação que tenho, na época, desse processo é que a Caixa Econômica Federal estava fazendo a negociação do contrato de renovação da Gtech.

Também havia informações, não posso confirmar, da mesma fonte de que havia uma negociação em curso principalmente "voltada" para o que se dizia que era o tal Grupo do Rio que seria...

O SR. RELATOR(Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Grupo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Grupo do Rio que contribuiu na campanha que seria por meio do Waldomiro Diniz só que a Caixa Econômica Federal, até o ponto que sei, não tinha nenhuma participação no sentido de fazer nenhum tipo de privilegio para que a Caixa Econômica facilitasse o contrato.

Então, pelo que o Ralf me informou, o Ministro da Fazenda tinha dado determinações ao Sr. Jorge Mattoso para que fizesse uma negociação rígida, dura como tem que ser um órgão público. Nesse meio tempo, a Gtech, sabendo que a posição do Ministério da Fazenda era para que fosse uma negociação dura e estava sendo, procurou dentro da Caixa formas de chegar ao Ministério da Fazenda.

Sabendo que o Ralf tinha sido secretário de Palocci e, em tese, teria sido indicado como assessor pelo próprio Ministro Palocci, eles tentaram conversar com o Ralf, que não aceitou a conversa porque, enfim, ele era um funcionário público, estava na Caixa há um mês, não tinha condição de interferência nem desejo de interferir, mas ele me pediu para recebê-los.

Eu os recebi e eles me fizeram a oferta de 500 mil a 16 milhões, como eu disse a outra vez, e eles já estavam seguros de que o contrato seria renovado, porque a Caixa não tinha meios nem instrumentos para romper aquele contrato de um dia para o outro. Então eles estavam seguros disso.

Só que a Caixa havia exigido um desconto que eles julgavam alto e eles queriam o prazo máximo. Então eles buscavam meios para melhorar essa performance do contrato. Fizeram a oferta de 500 mil a 16 milhões, dependendo do prazo e do tempo, que dependia de uma ação da Caixa.

Esse dinheiro não seria para mim, é claro. Esse dinheiro, eles falaram claro, era uma oferta ao Governo, que eles queriam que chegasse ao Governo, pelo Ministério da Fazenda, porque é onde eles diziam que tinham notícias na Caixa de que havia resistências. Eu transmiti essa informação ao Ralf, da forma que foi passada, e o Ralf, um dia depois, me deu a informação de que ele havia conversado com o Ministro, ou com alguém do Ministro, não sei, e que o Ministro não iria interferir na negociação com a Caixa Econômica Federal, em nenhuma hipótese. Que a negociação deveria continuar do jeito que estava, técnica, e que não havia nenhum interesse de oferta de recursos para o PT.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem fez essa proposta ao senhor foi o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Foi o Sr. Marcelo Rovai.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que essa escala de 500 mil a 16 milhões?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque eles queriam... Na verdade, o argumento que a Gtech usava: eles tinham um contrato que me parece que já tinha oito anos, um contrato que tinha tido um volume de investimentos muito alto. A parte final, na equação financeira desse contrato, seria o momento em que eles teriam a recuperação do investimento que eles haviam feito. E se a Caixa Econômica renovasse o contrato com muito desconto e com pouco prazo, eles iam ter um prejuízo muito grande no todo do contrato.

Então o que eles me propunham? Que eu falasse ao Ministro, que se reduzisse o desconto proposto pela Caixa e que se levasse o prazo até o limite máximo. Então, quanto maior o prazo e menor o desconto, maior a remuneração, que seria a equação máxima, 16 milhões. Menor o prazo e maior o desconto, a equação mínima, que seriam os 500 mil reais.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor me permite? Mas eles conseguiram isso, diminuir o desconto, que, no início, era 25%, e o prazo foi para 25.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Quando eles me procuraram, Senador, já estava em 15%.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O prazo eles conseguiram o máximo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Parece que na renovação, no momento da renovação, eles conseguiram com 18 meses. Tanto que eles me procuraram depois de assinar o contrato dizendo que não tinha sido o prazo total, havia condicionantes para se chegar ao prazo total, e que eles haviam entendido que o meu contato tinha sido efetivo. Então eles queriam que eu continuasse a fazer esse trabalho para eles.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Acho que V. Sª poderia nos dar agora uma informação vital para esta CPMI, e contribuir muito com ela.

Essa negociação com o chamado grupo do Rio, com o Sr. Waldomiro, ela evoluiu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sendo absolutamente sincero, eu não sei se evoluiu ou não, mas havia um sentimento, que o Ralf me transmitiu, por parte da Caixa Econômica, de que eles deveriam ter prosseguido, porque no acordo que se falava que havia, na época da contribuição na eleição, a renovação do contrato da Gtech era um item do acordo eleitoral, entre outros.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então o cenário que V. Sª desenha, e me parece que está sendo feito com muita sinceridade, me parece que ao não evoluir com a Fazenda, evoluiu com o Sr. Waldomiro, mediante a Casa Civil.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Se eu pudesse estar desse lado, do lado dos senhores, eu imaginaria que eles já tinham um caminho, e que foi interrompido à medida que o Ministério da Fazenda determinou à Caixa que endurecesse com a contratação.

E eu tenho a impressão de que como eles não prosseguiram no caminho que eles trilharam, através de mim, eles podem ter continuado no caminho que já existia.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não havia conexão entre V. Sª e o Sr. Waldomiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas o senhor o conhecia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nunca conheci o Waldomiro Diniz de fato. A única questão é que, depois de um ano, quando foi instalada a CPMI e que surgiu a notícia da MM, que é essa empresa recebeu R$5 milhões da Gtech, me dá a impressão de que aquele deve ter sido o caminho, me dá a impressão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Via o Sr. Waldomiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nunca vi.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, a conexão seria Waldomiro, MM e Casa Civil. Seria isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pode ser, Senador, mas não tenho como... Isso nunca ouvi e nem posso afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhecia o Sr. Walter Santos, da MM?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não? Aquele advogado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não conheço.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Dr. Buratti, apenas uma perguntinha, se me permite o Relator.

Se procuraram o Dr. Buratti ou o Dr. Ralf para ver se havia uma intermediação possível e de pronto foi impossível fazer essa intermediação, porque o Ministério da Fazenda não aceitava, por que conhecer tanto detalhe?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Como conhece tanto detalhe de negociação, etc., quanto era, quanto não era? Parece que a conversa não foi rejeitada de início. Procurou-se saber todos os detalhes, todas as propostas, até que ponto poderia chegar a propina e depois, então, é que veio do Ministério da Fazenda a palavra "não". Mas, tanto da sua parte quanto do Ralf, houve a intenção de chegar até lá. Então, o início da negociação da propina, vamos dizer assim, foi aceita, só não foi aceita porque chegou no Ministério e certamente não teve trânsito. Porque é muito detalhe, é muito entendimento do processo para ter sido feito uma negativa de pronto.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O senhor me permite, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só complementando uma pergunta que foi feita pelo Presidente. O Sr. Walter Santos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixe-o responder.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas complementando a dele e junto com a sua.

O Sr. Walter Santos foi assessor de comunicação da Casa Civil?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele foi o advogado que conseguiu uma cautelar e recebeu R$5 milhões para essa cautelar...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para a Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...para a Caixa Econômica, para a Gtech.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sobre os detalhes, Senador, estamos falando de um período extremamente curto do ponto de vista da conversa com

a Gtech, mas de um período que, após o fechamento do contrato, aí o Ralf continuava na Caixa Econômica Federal e começou a ter mais informações sobre o contrato. Não houve um aceite da propina, pelo contrário. Não fui negociar propina com a Gtech, fui ouvir a Gtech. Recebi a oferta, que não era para mim, transmiti a oferta e, em seguida, ato contínuo, veio a negativa e transmiti a negativa.

Agora, entre essa negativa ou não, houve um período em que a própria Gtech continuava buscando com que as informações chegassem ao Ministério da Fazenda, visando melhorar o contrato. Mas aí não houve mais nenhum tipo de posicionamento meu, até porque não era, eu estava ali, fui ouvir a Gtech a pedido do Ralf. Transmiti ao Ralf e ele me informou e eu retransmiti.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, durante esse período que o senhor chama de curto período, de dezembro de 2002 a fevereiro e março de 2003, houve uma incrível coincidência entre os períodos de hospedagem de V. Sª e do Sr. Henrique Almeida no Hotel BlueTree e, além disso, a Polícia Federal constatou um número significativo de ligações telefônicas entre ambos. Sobre o que tratavam tais encontros pessoais e ligações telefônicas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Sr. Henrique Almeida, a coincidência de hospedagem de fato é coincidência. Ele era uma pessoa, ele é uma pessoa – não sei se advoga ainda para essas empresas – que advogava para empresas vinculadas à produção de máquinas de jogo. Então, ele sempre me falava desse assunto, querendo que eu trabalhasse, se eu tivesse interesse em trabalhar nisso com ele. Além disso, foram contatos sociais...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não era sobre o contrato da Gtech.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não era. Ele não tinha nenhum conhecimento...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era sobre bingos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, sobre máquinas de bingo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Máquinas de bingo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Parece que ele advogava para empresas que produziam máquinas de bingo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o que era que ele pleiteava de V. Sª?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De mim nada, de mim nada. Ele só queria saber se eu tinha interesse em atuar nessa área, e eu, como já tinha dito anteriormente, não tinha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Professor Henrique, V. Sª o conhece?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É esse que estou dizendo. Esse Henrique é o Professor Henrique.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, o mesmo Henrique é o professor Henrique.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tinha bastante contato com o Sr. Enrico Gianelli a ponto de ele pagar as contas do Professor Henrique no Blue Tree. Ele também tratou com o senhor da renovação do contrato da Caixa Econômica com a Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Enrico Gianelli?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Enrico Gianelli não. Eu conheci o Enrico Gianelli em evento social, em São Paulo. Ele me perguntou se eu tinha interesse em trabalhar com ele, como advogado, nos aspectos relativos a correspondentes bancários da Caixa. Eu disse que não. Depois ele foi a pessoa que introduziu a reunião do Marcelo Rovai comigo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Enrico?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Enrico. Em seguida, mantive outros contatos com ele depois, porque depois ele saiu da Gtech em circunstância que não consigo entender por quê. Eu soube por ele que... Na verdade, ele foi "despedido do contrato". Não sei por quê, não sei se é porque ele tinha feito essa relação e que eles talvez tivessem negociado com outras pessoas. Então o Enrico Gianelli teve essa participação somente comigo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Relator, apenas um esclarecimento. Eu me lembro do depoimento anterior segundo o qual o Gianelli indicou o Dr. Buratti para uma assessoria na negociação do contrato da Gtech para que acontecessem os fatos como S. Sª está contando. Houve esse assédio. E inclusive o do Caixa Econômica, que falou o nome nesse instante...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Rovai.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Rovai disse o seguinte: de imediato ele recebeu, inclusive, uma proposta de R$6 milhões para renovar o contrato da Gtech que o Dr. Buratti nega, todos

negam, dizendo que não. Eles é que... O outro lado é que ofereceu de R$500 mil a R$16 milhões, mas a proposta era de R$6 milhões, para que realmente – o Rovai que diz isso –, para que houvesse a renovação da Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há reservas do professor Enrico no hotel Blue Tree feitas em nome do PT. Ele era dirigente de algum... Tinha alguma relação assim com o PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª no depoimento anterior, a que se reporta o Senador Juvêncio, afirmou que Enrico Gianelli o convidou para atuar como consultor da Gtech na renovação do contrato com a Caixa. O senhor mantém essa versão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, na verdade, ele... Não foi o Enrico Gianelli que me contatou para trabalhar como consultor. O Enrico Gianelli me contatou para atuar como consultor jurídico nos processos relativos a correspondentes bancários. Em seguida ele foi o intermediário para a reunião da Gtech comigo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor ainda mantém relações de amizade com o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Faz muito tempo que não o encontro, mas existe uma ação cível aqui em relação a essa renovação em que vou arrolá-lo como testemunha – acho que estou arrolando-o como testemunha – de defesa, mas não o encontro há bastante tempo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De defesa de que não...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Confirmando que fui assediado pela Gtech e não o inverso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor recebeu algum valor relativo à renovação do contrato da Gtech com a Caixa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ou qualquer outro negócio envolvendo o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Onde e quando se deu o primeiro encontro do senhor e do Marcelo Rovai?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No Blue Tree, no Hotel Blue Tree, aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E foi tratado o que nesse encontro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi nesse encontro que eles ofereceram a remuneração para o PT.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor efetivamente realizou algum serviço visando à renovação do contrato?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantos encontros V. Sª teve com o Sr. Marcelo Rovai ou com qualquer outro representante da Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que dois ou três encontros no máximo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que V. Sª e Sr. Marcelo Rovai conversaram por telefone no dia 9 de abril de 2003, um dia após a assinatura do contrato da Caixa com a Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele me relatava que o contrato não havia sido assinado, não tivera êxito na redução do desconto – ele era e foi a 15% –, que ele não conseguiu a renovação integral pelos 24 ou 25 meses, e sim por 18 ou 19 meses, com condicionantes, para se chegar a 25 meses. Aí ele me perguntava se eu tinha interesse de trabalhar ainda, no sentido de fazer com que ele conseguisse a renovação máxima, o prazo máximo. Disse a ele que não, que eu havia sido, naquele momento, apenas um intermediário, para que a oferta dele fosse levada ao Ministério da Fazenda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Marcelo Rovai e Lino Rocha afirmaram que a sua empresa foi vetada pela matriz nos Estados Unidos e que Waldomiro teria sugerido outro consultor. O senhor, da outra vez, já...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso é mentira deles. Se foi vetada ou não, eu não sei. Agora não é verdade que eu pedi a análise da minha empresa pela Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E Waldomiro teria sugerido outro consultor. Esse outro consultor teria sido o Sr. Walter Santos Neto, da MM Consultoria?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A informação que tenho é a de que Waldomiro Diniz nunca sugeriu que eu fosse um consultor e, se foi outro consultor, também não tenho como confirmar. Se foi indicado outro consultor, não tenho como afirmar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Relator, tenho uma informação aqui. O Sr. Marcelo Aguiar, que é sócio...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sócio do Walter Santos Neto.

O SR. (Orador não identificado) – Segundo a revista **IstoÉ**, ele é assessor da subsecretaria de publicações.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já foi.

O SR. (Orador não identificado) – Já foi. Então, um dos donos da MM Consultoria realmente trabalhou no Governo, era ligado diretamente à Casa Civil, não é isso?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Trabalhou no Palácio do Planalto.

Sr. Rogério Buratti, pergunto a V. Sª, com quem o senhor costumava conversar, ou pessoalmente, ou por telefone, no Ministério da Fazenda, além de Juscelino e Ademirson e empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda, como Caixa Econômica Federal e Serpro, além do Ralf Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No Ministério da Fazenda, o meu relacionamento era apenas com o Juscelino e com o Ademirson. Na Caixa também, só tinha relacionamento com o Ralf Barquete.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª teve contato pessoal, ou por telefone, com o Sr. Paulo Bretas, no período entre janeiro e abril de 2003?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nesse período não. Acho que tive contato com ele em setembro de 2003, quando fui apresentar a Leão & Leão, como uma possível empresa que pudesse prestar serviços para a Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª sabe qual o papel que o Sr. Walter Santos Neto, apenas para concluir aquele raciocínio traçado pelo Senador Tasso Jereissati, teve na renovação do contrato da Caixa Econômica com a Gtech? O senhor sabe se os cinco milhões pagos a essa empresa eram para pagamento de propina?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tenho conhecimento. Não conheço a empresa. Acho que tivesse tido essa informação na época em que fui envolvido nesse episódio, teria desconfiado, porque, na verdade, a história não fechava. Para mim, a história se fechou no momento em que eu soube que existia uma empresa que recebeu um dinheiro. Até então, não se fechava para mim.

O SR. (Orador não identificado) – E eles negam que pagaram qualquer propina, não é? A Gtech nega, mas V. Sª acha que eles pagaram efetivamente.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que os indícios são bons.

O SR. (Orador não identificado) – São bons. Eu também acho.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas o contrato estava pronto mais de uma semana antes, e o Enrico Gianelli é que não permitiu que ele fosse assinado. Só depois que o Gianelli permitiu, que era assessor jurídico da Gtech, é que indicou o seu nome para consultor, aí que a Caixa teve que segurar mais uma semana para poder assinar. Mas o contrato estava pronto. O incidente de Gianelli e Buratti é que fez com que levasse mais algum tempo para assinar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, entendo como uma colaboração dos Srs. Senadores ao Relator, mas sou o primeiro inscrito. O Senador Alvaro Dias não é da Comissão e ficou para trás. Eu gostaria de usar da palavra. Então, não entendo quando poderei usar da palavra com tanta participação. Sinto que há um prejuízo de quem se inscreveu na ordem, sem querer, com isso, dizer que não estejamos aproveitando a justa e elevada colaboração dos caros Senadores.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas é que o Relator não terminou ainda.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Exatamente. Eu quero que siga...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Tião Viana, as intervenções são feitas como aparte ao Relator. Se ele aquiesce, não temos como impedi-lo.

Quero comunicar-lhe que V. Exª é o segundo inscrito. O primeiro é o Senador Leonel Pavan.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu realmente concedo a possibilidade de os Senadores colaborarem com a relatoria quando os esclarecimentos convergem para o que estou perguntando. Eu pediria a colaboração de todos para que não nos desviássemos desse roteiro aqui que foi traçado pelo Relator. Prometo que estou perto, mais perto que longe.

Pergunto a V. Sª: o contrato da Gtech com a Caixa Econômica estava previsto para ser assinado em 1º de abril e só foi assinado em 8 de abril de 2003. Isso ocorreu porque, quando o seu pessoal entrou no negócio, foi pedido a Gtech um valor adicional em relação ao que eles haviam acertado com Waldomiro e a Gtech não quis pagar?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Nem nunca em meu nome nem nunca tive conhecimento

de que houvesse um pedido de remuneração à Gtech feito por mim ou pelo Ralf.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Marcelo Rovai afirmou aqui, nesta CPI, que continuou negociando com V. Sª porque temia que V. Sª atrapalhasse a negociação que eles já tinham fechado com a Caixa no dia 26 de março, um dia após Waldomiro estar no 21º andar da Caixa, onde ficam as Vice-Presidências. Ele também afirmou que V. Sª demonstrou poder e conhecimento ao saber que eles tinham data e hora previstas para assinar o contrato e que a assinatura não iria ocorrer no momento esperado. O seu pessoal era um e o de Waldomiro era outro.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tenho a impressão de que a Gtech ficou com medo – foi isso que eu depreendi dos contatos com a Gtech – de que o caminho que ela tinha trilhado não fosse efetivo até o fim. Por isso, ela procurou um outro caminho. Então, acho que a Gtech, na verdade, ficou com medo de ter trilhado um caminho errado e procurou um segundo caminho que chegasse ao Ministério da Fazenda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Além do contrato da Caixa com a Gtech, o senhor atuou em outros negócios envolvendo órgãos federais. Em escuta telefônica, ouvimos um amigo seu ligar e falar que a reunião do Serpro foi muito boa. Suspeitando que seu telefone estivesse grampeado, imediatamente o senhor fala que vai ligar de outro telefone. Pergunto: quem era a pessoa com quem estava conversando? O que foi tratado nessa reunião tão importante?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A pessoa era Vladimir Poletto e ele só estava me relatando aspectos do negócio que ele estava fazendo naquele momento. Ele estava trabalhando – não sei se está ainda – no Grupo Monteiro de Castro, Monteiro de Carvalho, no Rio de Janeiro. Então, ele estava me relatando que ele tinha ido a uma reunião no Serpro. O objetivo da reunião etc nunca foi de meu negócio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tinha nenhuma participação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nenhuma. Até porque nessa fase eu já estava totalmente fora de tudo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem uma forte movimentação financeira com seus irmãos Renato e Rosângela, realizando transferência de recursos em patamares superiores a R$30 mil. A que isso se deve? Eles são seus "laranjas"?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Na verdade, tem uma transação, se não me engano, de Rosângela Buratti para mim, que foi um empréstimo que ela tomou no Citibank, acho que no final do ano passado. Tomou porque eu não tinha crédito para tomar e repassou para minha conta. Era para eu pagar uma dívida no Banco do Brasil em relação a uma fazenda que eu tinha adquirido no Município de João Pinheiro, em Minas Gerais.

Esse empréstimo dela é escriturado. Ela fez o empréstimo, entrou dinheiro na conta dela e ela passou para minha conta. Eu paguei, depois, o empréstimo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor costumava fazer depósitos ou saques em dinheiro em valor superior a 50 mil. No dia 16 de agosto de 2004, foi feito um depósito em dinheiro de R$300 mil na sua conta no Bic Banco. Qual é a origem desse dinheiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Dois mil e...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – 2004.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No ano passado. Eram recursos da venda da casa em que eu morava até então no Country Village, lá em Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor vendeu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Vendi por 950 mil. Recebi em três parcelas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foi feito um depósito de 300.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. Eu recebi em três parcelas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Três parcelas de 100?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Trezentos, trezentos e trezentos e cinqüenta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A que se referiu o montante de 98.470 que o senhor recebeu do escritório de Rui Celso Reale Fragoso no dia 27 de agosto de 2003?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Dois mil e três? Eu não me recordo. Rui César Fragoso?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Rui Celso Reale Fragoso.

A que se referiu o montante de R$135 mil que o senhor pagou ao Sr Humberto Matos de Figueiredo no dia 29 de agosto de 2003?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Humberto Matos de Figueiredo? Cento e...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Centro e trinta e cinco mil.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Humberto Matos de Figueiredo? Eu não me recordo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a sua relação com o senhor Claudineti Mauad?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele é corretor de imóveis e fez toda a corretagem, todo o trabalho de localização de negócios e corretagem que eu fiz desde 2003.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A que se referiu o montante de 290 mil que o senhor pagou a ele por meio de nove cheques sacados em dinheiro? Passar todos esses cheques foi uma estratégia para o saque em dinheiro não ser notificado ao Coaf? Que outros negócios V. Sª fez com ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Esses cheques foram relativos ao exercício de uma opção de compra que eu tinha em uma fazenda que eu arrendava no Município de Pedregulho. Era a parcela... Na verdade, o montante final foi de 350 mil. Os 290 mil eu tinha na minha conta corrente, que foi uma das parcelas de 300 mil da venda da minha casa. Eu paguei em cheque para o Sr. Mauad, em vários cheques, porque o Sr. Ivo, que era o proprietário da fazenda, não queria que eu fizesse uma transferência para ele, com medo de se ver envolvido em função de o meu nome já estar sendo noticiado como pessoa que fazia negócios ilícitos.

Então, eu dei os cheques para o Sr Mauad. O Sr Mauad se dispôs a ir ao banco sacar e pagou. Mas foi relativo a esse pagamento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem conta no exterior?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª viajou ao exterior entre 2003 e 2004?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Viajei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para onde, em que período e com que objetivo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em 2003 e 2004? Eu fui a Portugal e fui ao Panamá.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A trato de negócios?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, as duas foram a passeio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem amigo ou negócio em Miami?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu tinha um seguro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na bilhetagem telefônica consta que o senhor fez várias ligações para Miami entre 2002 e 2003.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De que telefone, Senador?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De um número... Não disponho do número aqui. Peço-o à assessoria.

Algum amigo ou parceiro comercial seu viajou para Portugal ou Espanha entre os dias 9 e 15 de julho de 2003?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Dois mil e três? Creio que sim. Creio que nessa época houve reuniões do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto-estradas. Eu era membro, representado o grupo Leão&Leão. Essa reunião foi em Portugal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estou lhe perguntando porque o senhor chegou a ligar setenta vezes para essa pessoa, nesse período. Quem era? V. Sª lembra-se?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se lembra de quem era a pessoa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Em 2003, eu era membro da Leão&Leão. Fui a Portugal para essa reunião do Conselho de Administração.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem era um amigo de V. Sª chamado Múcio, com quem V. Sª falou em Recife, numa ligação que foi alvo de escuta em 2004. V. Sª tem lembrança?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Falei com ele só essa vez. O nome certo não é corretor de seguros, mas ele trabalha com seguros. Ele é Presidente de alguma entidade de seguros no Estado de Pernambuco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Esse Múcio existe.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu o conheci em 2003, aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de indagar-lhe sobre o que quis dizer, Sr. Rogério Buratti, quando afirmou que o dinheiro do jogo no Rio de Janeiro era levado diretamente ao gabinete do Presidente. Que Presidente era esse?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não falei isso, não. Não dessa forma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se lembra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei o que é isso. Levado ao gabinete do Presidente?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria, para terminar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Satisfeito, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda não.

Sr. Rogério Buratti, o senhor declarou, em depoimento ao Ministério Público, que tem conhecimento do financiamento de campanhas de partidos políticos por empresários do jogo. Além daquela informação que o senhor deu, de R$1 milhão para o Rio e de R$1 milhão para São Paulo, arrecadados naqueles dois Estados, o senhor poderia detalhar tudo o que sabe sobre esse assunto? Quem era o contato entre os empresários do bingo? O Professor Henrique tem alguma participação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não... Na verdade, sim. Tenho conhecimento de que o valor relativo ao Estado de São Paulo é de R$1 milhão em função da informação que obtive por meio do Ralf. Em relação ao valor da contribuição relativa ao Rio, não tenho certeza se é isso ou mais. Não conheço as empresas, os operadores. Nunca fui desse mercado. Pelo que tenho conhecimento, o Professor Henrique não é uma pessoa desse negócio. Ele advoga para pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe a quem foi entregue esse dinheiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A informação que tive foi a de que o de São Paulo foi entregue a Delúbio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Professor Henrique participou de alguma reunião do grupo de trabalho criado pela Casa Civil para estudar a regulamentação das atividades de exploração dos jogos de bingo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu tive essa informação no meu depoimento anterior, de que ele teria participado. Eu, anteriormente, não tinha informações, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabemos também que ele tinha contato com pelo menos dois Vice-Presidentes da Caixa Econômica Federal?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não sabia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não sabe, não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe se ele ou outra pessoa interferiu, direta ou indiretamente, no trabalho desse grupo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aquela conversa do senhor no banheiro era com o Sr. Enrico Gianelli.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, o Ministério Público me informou que era com o Sr. Enrico Gianelli. E não tinha problema nenhum, porque o Enrico Gianelli é uma pessoa que estava comigo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas por que os senhores não podiam ser vistos juntos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – (Risos.) Acho que aquilo foi uma brincadeira, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Brincadeira no banheiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, do banheiro. Brincadeira feia, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Olhe, mas quem propôs o encontro no banheiro foi o senhor ou foi o Sr. Enrico?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não lembro. Acho que foi ele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi ele ou foi o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não me recordo, mas pode ter sido ele ou eu. Eu não sei. Mas nós não nos encontramos no banheiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Eduardo Suplicy me deixou aqui uma sugestão, uma pergunta. Como ele tinha – no caso ele se refere a V. Sª –, como ele tinha um relacionamento muito próximo junto ao Sr. Ralf Barquete, se sabe de outras pessoas que, como ele, também souberam ou mesmo testemunharam que Ralf Barquete arrecadava e destinava recursos da ordem de 50 mil mensais ao PT. Entendeu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele quer saber se, além do senhor, outras pessoas...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ah, não posso... Não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...tinham conhecimento.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu sei em função da amizade e também porque eu ocupava uma posição na empresa. Então, eu sabia que o dinheiro saía e sabia para onde ia. Então ele me contou para onde ia. Mas só em função disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de passar a palavra ao Senador Leonel Pavan, só uma pergunta: o senhor disse que um milhão de reais, que foi do jogo, em São Paulo, foi entregue ao Sr. Delúbio. Esse dinheiro foi entregue na casa do Sr. Delúbio ou no PT, lá na sede do PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não tenho conhecimento nem se foi oficial ou não, Presidente, mas acredito que deva ter sido no PT. Eu acredito, mas não tenho essa informação, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está bem. E qual foi o ano? O senhor lembra mais ou menos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi no ano da eleição: 2002?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dois mil e dois.

Muito obrigado. Agradeço a V. Sª.

Senador Leonel Pavan, V. Exª dispõe de 15 minutos, prorrogáveis dentro da...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Talvez eu não tenha necessidade de ocupar todo esse tempo, já que o nosso Relator fez quase que todas as perguntas necessárias.

Mas eu gostaria de perguntar ao Dr. Buratti. Primeiro, V. Sª já depôs diversas vezes, inclusive aqui na CPI. Pergunta: em alguma de suas respostas que deu aqui na CPI e em outros lugares não foram verdadeiras? Todas elas foram verdadeiras ou houve algumas que...?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Todas foram verdadeiras.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Todas verdadeiras. Então o senhor confirma tudo o que falou ao Ministério Público de Ribeirão Preto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Confirmo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tudo.

O Ministro Palocci desmentiu. V. Sª acha que é ele que está mentindo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A minha informação ao Ministério Público e que eu repeti aqui é relativa ao que eu vi e ouvi.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que ele falou que inverdades suas foram ditas, que era mentira. Tanto que isso chegou a mexer com a economia: subiu dólar, baixou a bolsa, marcou uma entrevista coletiva, no domingo, ao meio-dia, justamente para explicar o seu depoimento. E ele foi claro, dizendo que não eram verdades no seu depoimento.

Então, se V. Sª disse que falou a verdade, você entende que ele mentiu.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu falei a verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então ele mentiu. Só para deixar bem claro isso aí.

Considera-se V. Sª amigo do Antonio Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não amigo. Mas só que eu o respeito. Sempre tive um relacionamento muito bom. Mas acho que amigo pressupõe um contato um pouco maior, e eu não tenho esse contato, não. Fomos amigos naquela época.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tem respeito por ele mas diz que ele recebia R$50 mil por mês.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso, falei o que eu sabia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – "Amigo da onça", então.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu não disse que sou amigo, mas tenho o compromisso de falar a verdade, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu queria fazer aqui alguma pergunta, porque, em uma entrevista ao jornal **Folha de S. Paulo**, o Dr. Haroldo Costa Filho falou que o senhor havia dito, em seu depoimento, que estava isolado, que não tinha mais contato e que todo mundo o deixou em uma situação muito difícil depois que o escândalo Gtech apareceu. Todo mundo quem que o deixou isolado? Quem o abandonou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Todo mundo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Todo mundo quem?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Todas as pessoas com que eu me relacionava na cidade de Ribeirão Preto não me relacionava mais. Todas as pessoas. Exceto a minha família e um ou outro amigo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Do PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não só do PT. Socialmente falando, inclusive.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Conhecia alguém da cúpula do PT, da Executiva? Tinha relacionamento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Conhecia do tempo que eu era do PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quando era do PT.

O Genoino era da sua época, o José Dirceu era da sua época, o Delúbio era da sua época.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era da minha época, mas eu nunca tive relacionamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Sílvio era da sua época.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era. Conheci o Sílvio, em Osasco, porque eu comecei a minha militância em Osasco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Antes de assumir a chefia de gabinete do Ministro Palocci, o senhor conversava muito com Juscelino Dourado? Seguidamente conversava com ele? Antes.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sempre conversei muito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E mantém contato com ele até hoje?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Muito pouco agora, em função do cargo que ele ocupa e da minha exposição negativa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E quando assumiu a chefia continuou falando com ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Sr. Juscelino Dourado, atual chefe de gabinete do Palocci, pediu que o senhor o ajudasse a comprar um aparelho de espionagem telefônica. É verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, é mentira.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não comprou nenhum aparelho?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nem pediu nem é verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª confirmou que tinha um aparelho de espionagem?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, nunca tive.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca disse isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não havia nenhum aparelho?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Nem havia pedido e nem houve pedido da parte dele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor afirmou há pouco que um dos itens do contrato da Gtech era um dos itens do acordo eleitoral. Que acordo foi este?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Aí volto a dizer: são coisas que eu ouvi. Eu não tenho confirmação. Eu ouvi que, quando o grupo do Rio de Janeiro, o grupo que eu estou intitulando grupo do Rio de Janeiro, contribuiu para a campanha do candidato Lula, havia um compromisso de trabalhar na regulamentação dos jogos no Brasil, dos bingos, acredito, os cargos da Caixa Econômica Federal que tratavam deste assunto e também ouvi que já existiam compromissos em relação à renovação do contrato da Gtech, inclusive com participação de Executivos da Gtech na nova gestão, a partir da renovação, trabalhando em áreas não sei se como Paraná, Goiás. Não sei precisar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como foi comprovado com a mensagem do Governo ao Congresso, a afirmativa do Dr. Buratti.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor disse que ouviu. Ouviu de alguém mais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Só do Ralf.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só dele. Ninguém mais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só porque esse está morto que...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem mais ninguém?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sobre a distribuição geográfica do jogo pós-renovação do contrato da Gtech ouvi também do Enrico Gianelli. Não ouvi em relação ao acordo eleitoral, mas de que existia um acordo que envolvia executivos da Gtech inclusive no pós-renovação, isso eu ouvi do Enrico Gianelli.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No início, V. Sª disse que cometeu um ato errado, cometeu erros. Diga um erro. Qual erro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi a um erro em 94 que eu me referi, quando fiz a gravação de uma conversa com um empresário, onde se discutiam obras. Acho que foi uma atitude inadequada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Discutia o quê?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Obras. Na cidade de Ribeirão Preto. Não se discutiam valores. Nunca se discutiam valores nem propina, como a imprensa noticiou.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu saí a pouco e de repente esta pergunta tenha sido feita, não sei se já foi formulada. O senhor conhece o senhor Donizete Rosa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Conheço.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O que ele...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele foi vereador em Ribeirão Preto, foi colega, quando eu era Secretário de Governo, ele era, acho, Presidente do Departamento de Águas. É uma pessoa de meu relacionamento. Foi uma pessoa de meu relacionamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A senhora Isabel Fátima Bordini é a esposa dele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Esposa dele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Também tem um relacionamento bom?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Também. Social.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eles foram os responsáveis pela assinatura dos contratos realizados entre a Leão e a Prefeitura. É isso? Eles foram os responsáveis?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que não. A Drª Isabel Bordini era Superintendente do Departamento de Águas quando da assinatura de um dos contratos, o de operação do aterro sanitário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ela foi responsável por um contrato?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ela era superintendente do órgão e assinou o contrato, acredito. Donizete Rosa, eu acredito que não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Donizete Rosa era uma das três âncoras do Ministro Palocci. Que eram o Sr. Juscelino Dourado e o Donizete Rosa. Confirma?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Donizete é uma pessoa que tem bastante relação política com o Ministro Palocci. Juscelino Dourado também. Acho que o Juscelino Dourado tem mais uma relação profissional. O Donizete Rosa tem uma relação política, porque ele foi Presidente da Câmara, foi Secretário de Governo...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quem indicou Donizete Rosa para o cargo de diretor superintendente da Serpro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não conhece? Ele é seu amigo e...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu tive bom relacionamento com ele, mas, recentemente, eu não tenho. Não sei quem o indicou.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor conheceu o ex-Prefeito assassinado Celso Daniel?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca teve relacionamento com ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sua empresa nunca prestou nenhum serviço a ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A Leão & Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nada?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem conhecimento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tenho conhecimento pela imprensa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela imprensa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Aqui eu tenho que selecionar as perguntas, até porque elas foram, inúmeras delas, colocadas. Alguém mais, poderia dizer, recebia recursos da Leão & Leão, além do Ministro Palocci, como V. Sª confirmou? Alguém mais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu falei, no meu depoimento em Ribeirão Preto, dos prefeitos de Sertãozinho, de Matão e de Monte Alto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor foi acusado pelos dirigentes da Gtech de ter cobrado uma propina de R$ 6 milhões para intermediar a renovação do contrato com a Caixa Econômica em abril de 2003. Confirma?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. É mentira. Ele me ofereceu... Ele ofereceu, através de mim, de R$ 500 mil a R$ 16 milhões para o Partido, caso as condições de renovação do contrato fossem alteradas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, o senhor tinha ligações fortes com o PT? Se eu... R$ 6 milhões para o PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Para o PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que ele o procurou? Porque tinha ligações fortes ou porque...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Porque ele procurou, dentro da Caixa Econômica Federal, alguém que pudesse dialogar com o Ministério da Fazenda e foi lhe indicado o Ralf, que não quis fazer a conversa e pediu para eu receber. E eu recebi.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E o senhor não aceitou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Não era pra mim. Eu transmiti informação para o Ralf, que, um dia depois, me disse que o Ministério da Fazenda, o Ministro da Fazenda, não ia participar do processo de renovação, que seria técnico tocado pela Caixa Federal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não chegaste a pedir para ele se ele poderia dar para terceiros, sem ser partida?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Qual Banco, em Ribeirão Preto, que a Leão & Leão operava depósito, pagamento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na época em que eu estava lá, o Banespa, Bradesco e o Bic Banco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E V. Sª tinha relacionamento com quem movimentava a conta também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. A minha conta pessoal é no Banespa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Da empresa, não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Da empresa não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Alguns dos contratos da Prefeitura de Ribeirão Preto foram dispensados de licitação? Tem conhecimento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foram. Vários, acho.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quais os contratos que foram dispensados de licitação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Principalmente os que eram relativos à recuperação de áreas atingidas por calamidade, como enchente etc.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Isso é declarado de utilidade pública, está previsto em lei.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas nenhum fora...?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quais os montantes, mais ou menos, desses contratos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que nunca excederam a R$200 mil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dos contratos NUC?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que não. Não posso assegurar. Eu sei só dos da Leão & Leão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há muitas reportagens que apontam V. Sª como um lobista, que negociava, oferecia, buscava recursos com empresários, intermediava empresas com o Prefeito, na época, Antônio Palocci, ou com o Ministro agora, também, em Brasília. É verdadeiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu sempre representei, ao tempo que eu estive na Leão & Leão, os interesses da empresa Leão & Leão, dentro da legalidade e dentro da atividade normal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª ajudou o PT ou o Governo a recolher recursos para pagar "mensalão"?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sabia disso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca ouviu falar?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ouvi também depois que foi levado a público.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dos empréstimos que o PT fazia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sabia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Confia no Governo do PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu estou surpreso com o que está acontecendo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Surpreso? Por que surpreso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque o conjunto de denúncias surpreende.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, minhas perguntas, já quase todas foram feitas. Quero agradecer ao Sr. Presidente e também ao Senador Tião Viana, ao querido amigo porque, na verdade, se formos olhar, o Senador Tião Viana teria até a preferência, mas agradeço ao Presidente pela oportunidade e ao Senador Tião Viana, e também ao Sr. Buratti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

V. Exª, Senador, dispõe de quinze minutos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Caro Presidente Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, Srs. Senadores, entendo ser este um momento importante dos trabalhos da CPI. A responsabilidade é muito grande sobre todos nós, inclusive sobre o depoente, porque ele sabe exatamente a dimensão que isso pode alcançar dentro do que é o nosso País hoje. Nosso País está vivendo uma onda fortíssima de denúncias, apurações, confirmações, investigações policiais, o que é necessário e o que é bom para a democracia, pode confirmar um novo horizonte da vida republicana, eu tenho muita esperança nisso, todas as pessoas de bem têm muita esperança nisso.

Diante dessa responsabilidade, Sr. Buratti, como Senador, como representante público, e o senhor, com a sua responsabilidade de cidadão brasileiro, de alguém que não foi condenado pelo problema levantado por V. Sª em 1994 – é muito importante que se diga isso. Aquilo não levou a condenação criminal a V. Sª, houve apenas o entendimento da sua parte e o entendimento da Prefeitura de Ribeirão Preto de que tal situação criada não era compatível com a permanência sua num cargo de confiança da Prefeitura. Houve a concordância de ambos.

Antes disso, V. Sª foi como que emprestado pelo PT de São Paulo e Osasco, militou dentro da Pastoral Operária, teve os primeiros contados do dia-a-dia da construção de um Partido, das responsabilidades

nossas na construção desse Partido, e migrou, para ajudar o então candidato a Prefeito Palocci em Ribeirão Preto. Tanto ajudou, tanto se expôs e se sacrificou e foi reconhecido o seu trabalho, que foi convidado a ser secretário dentro do Município de São Paulo. Penso que devam vir à lembrança todas as suas responsabilidade em ajudar a construir um modelo de política diferente que o PT sempre procurou apresentar à sociedade brasileira.

Sua responsabilidade é do tamanho da minha, lá no meu Estado, como militante também, desde 1981.

Entendo que V. Sª passou por momentos muitos difíceis na vida. Eu imagino e gostaria de ouvir da sua parte, porque a nossa Constituição Federal, afirmada já num País, em confirmação de um momento democrático, diz, no capítulo dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, inciso XI do art. 5º: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação."

V. Sª colocou aqui que, pela Promotoria, foi entregue a um jornalista uma fita de gravações envolvendo a sua pessoa, o seu quotidiano, e essa fita foi entregue por um jornalista a sua então esposa. Eu fico imaginando o impacto disso na vida de uma pessoa, de uma família. V. Sª sempre falou aqui com muito respeito à sua família, à sua então esposa e a seus dois filhos. E eu lhe pergunto: isso lhe trouxe, nessa relação com o Ministério Público de Ribeirão Preto, danos capazes de deixá-lo numa tal situação de aflição que o depoimento pudesse ter lhe deixado numa dificuldade de lucidez, de estabilidade emocional para agir? Porque é do meu conhecimento que V. Sª foi depor sem nenhuma informação de prisão. Estava depondo por muito tempo, por quase três horas, e muito depois de tudo o que havia dito é que V. Sª soube que estava preso. É fato o que eu digo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É verdade. Acho que o procedimento, o que aconteceu comigo naquela quarta-feira, 17 de agosto, tem requintes de crueldade, porque de fato, quando cheguei na cadeia, as pessoas que estavam na cela me falaram que desde uma hora já sabiam que eu ia ser preso. Na hora que eu entrei dentro da delegacia e que fiquei incomunicável, ao mundo exterior já havia sido noticiado que havia um mandado de prisão contra mim.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor confirma que não havia nenhuma razão, no seu entendimento e no de seu advogado, para sua prisão com algemas, com vestimenta de farda de presídio, e diante disso é que foi feita a negociação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Confirmo. Eu não conhecia.. eu pessoalmente, também sou advogado, e os meus advogados constituídos demoramos quase vinte horas para ter conhecimento das razões da prisão e ter acesso aos autos, para poder inclusive avaliar a necessidade de um **habeas corpus** ou coisa parecida.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Esse suposto acordo dos promotores com V. Sª teve testemunhas presentes ou só o senhor e os promotores?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Na verdade eu fiz um processo de separar em duas faces. Apesar de ter sido preso, coagido e ter sido exposto àquela situação vexatória, eu não perdi a lucidez e também tinha a dimensão do que poderia me acontecer. Eu não tinha dúvidas – ou pelo menos depois de algumas horas eu passei a ter certeza – de que eu poderia ser guindado a um ícone da corrupção no Brasil, porque num processo aqui eu estava sendo investigado, lá estava sendo investigado, estava preso, essa confusão toda no País. Eu acho que prorrogação da minha prisão temporária, depois o pedido de uma preventiva, era razoável uma coisa e difícil de derrubar em órgãos superiores.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas me permita: A pergunta que lhe faço é se, quando foi feito o acordo entre a Promotoria e o senhor, havia testemunhas desse acordo.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Havia o delegado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Só o delegado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O delegado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E lhe pergunto mais: neste momento do acordo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O advogado não estava junto? Desculpe-me...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na hora do acordo, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A conversa foi anterior com o advogado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, eu tive uma conversa com...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Meu caro Presidente, eu gostaria de, com todo o carinho que tenho pelo Senador Romeu Tuma, de não ser interrompido, para eu não perder o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Será assegurada a palavra a V. Exª, embora deixando claro que foi uma prática desta CPI.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu sei, tenho plena ciência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas a palavra está assegurada a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – É para que eu não tenha prejuízo do raciocínio e de ouvir e entender melhor o Sr. Buratti.

Sr. Buratti, nesse acordo com a Promotoria, houve a citação, antes de o senhor começar a falar, ou mesmo durante, dos Promotores no que dissesse respeito ao Ministro Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Em nenhum momento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. O que eles me falaram é que eles estavam... o objetivo da investigação deles, porque que eu perguntei qual que era o problema, o que vocês estão investigando, e o interesse deles era o inquérito do lixo. Foi me dito isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E o fato da citação do Ministro Palocci se deu como? O senhor pode descrever?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Quando eu fiz a citação das cidades que eu tinha conhecimento que havia aquele pagamento mensal, eu falei...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Que envolvia PSDB, PMDB e PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, eu fiz a citação de Ribeirão Preto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – *(Intervenção fora do microfone)* Não há diretório do PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati, V. Exª depois terá a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, eu lhe tenho a maior estima e amizade. Acho apenas que o meu querido amigo Senador ACM falou com justa indignação dos 50 mil, que eu também tenho a mesma indignação. Eu só quis colocar que era uma situação denunciada por ele na região, não somente em Ribeirão Preto. Falou-me em quatro prefeituras, onde havia do PT, do PMDB e do PSDB. Com isso, não estou achando que o PSDB é um Partido que mereça a desonra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso, solicito de V. Exª...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não estou com isso dizendo que o PSDB mereça qualquer desrespeito, porque o que eu tenho é respeito ao PSDB. V. Exª é mais do que sabedor disso. Acredito inclusive que, no futuro, PT e PSDB, limpos e honrados, terão uma grande convivência.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – *(Intervenção fora do microfone)*

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não estou jogando, não.

Então, Sr. Buratti, o senhor ficou surpreso com a prisão? No momento da prisão, o senhor se envolveu com situações que podem causar um choque na vida de qualquer um.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sem dúvida.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu acho que o sentimento que pode ter lhe ocorrido de imaginar: "meu Deus, nunca pensei em trair ninguém, nunca pensei em ser ingrato a ninguém". Parece-me que o senhor sempre expressa com muita clareza o respeito à honra, ao cotidiano, à vida pública e pessoal do Ministro Palocci. É isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É verdade.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, imagino que o senhor entrou em conflito puro, porque a opinião de uma pessoa falecida, que era sua amiga, do Ministro Palocci, que privava da confiança do Ministro Palocci, levou a que o senhor pudesse dizer algo que não conseguia provar, como já disse aqui, não teria como provar, mas que poderia causar um abalo num dos homens públicos mais respeitados da história deste País e que, independente da sua condição partidária, está prestando um dos mais admiráveis serviços ao Brasil. Então, eu imagino que isso possa ter lhe trazido grandes conflitos. O senhor hoje confirma que o Ministro Palocci é um homem honrado, um homem de bem e um homem que dignificou toda a sua trajetória como Prefeito de Ribeirão Preto, apesar de o senhor ter ouvido essa informação do Sr. Ralf Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na verdade foi, sem dúvida nenhuma, o maior conflito que tive na vida, porque, além de tudo, eu tive uma trajetória anterior muito vinculada ao PT, mas, enfim, as coisas acontecem. Agora, eu tenho um profundo respeito pelo Ministro Palocci, considero-o uma pessoa de bem, uma pessoa que, de fato, é um dos poucos pilares que sustentam este Governo de maneira positiva. Então, esse foi um conflito grande porque eu sabia que isso seria explorado, independente de que se ele pegou para ele, não pegou dinheiro para ele, se fez isso ou aquilo. Eu considero que é uma pessoa extremamente importante para o nosso País hoje.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E o senhor aqui está se expondo com muita sinceridade e muito respeito ao Senado, ao Brasil, falando de sua indignação justa com a violência aos direitos humanos que lhe causaram, na invasão de sua privacidade, de sua intimidade. Foi muito claro nisso. O senhor pretende levar pela sua vida, seguramente, um sentimento de

correção do que está acontecendo aqui, por isso o senhor confirma a inocência e a integridade de homem público do Ministro Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim. Um homem íntegro, correto.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu lhe pergunto: quando o senhor estava nessa chamada delação premiada, o senhor via interrupções e contatos externos da Promotoria com São Paulo, com autoridades outras?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não via, porque, na verdade, a situação era extremamente constrangedora. Pessoalmente, é uma situação que você nunca se imagina dentro dela. Então, eu fui ter conhecimento de tudo que havia acontecido externamente só quando eu tinha saído de lá. Agora, existe uma movimentação de entrada e saída da sala, mas eu não sabia o que estava acontecendo lá fora.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, eu vou...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na verdade, Senador, me perdoe, o pior sentimento que se tem naquele momento é o sentimento do isolamento, de que você está sozinho mesmo. Mesmo. É o pior sentimento.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Na sua convivência, no seu cotidiano, o senhor, algumas vezes, visitou o Ministério da Fazenda. O senhor mantém a afirmação de que, em nenhum momento, houve desrespeito com quem o senhor contatou, que foi o Sr. Juscelino, da responsabilidade e da ética que envolvia a função dele dentro do Ministério da Fazenda? Nunca o senhor procurou misturar e causar danos à integridade moral do Ministro Palocci nessa convivência?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mantenho.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mantém isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É isso mesmo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu lhe pergunto ainda: o senhor entende que esta relação, quando o senhor afirma essa coisa dos 5 milhões, que foi dito aqui também pelo Sr. Valter, que veio explicar com a MM, o senhor confirma que isso ocorreu ainda, por informações que o senhor tem, em 2002?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. A história da MM, a situação da MM eu tive conhecimento este ano, a partir da instalação da CPI.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não, mas eu digo os fatos...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas aconteceu, pelo que eu soube, em 2003.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Os fatos colocados aqui pelo Sr. Valter mesmo informam que foi o termo de relação financeira entre MM e a Gtech ocorreu no dia 9 de outubro de 2002 e que ali já foi pago R$1 milhão. Ali não se sabia quem era o Presidente da República ainda.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não tinha essa informação.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Pois não. Eu lhe pergunto mais: V. Sª entende que o dano a sua família, a seus filhos, a sua ex-esposa é um dano irreparável e causado por quem?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que causado pelo conjunto das pessoas que me investigaram de maneira violenta. Causado também pela investigação do Ministério Público, pela investigação do inquérito, causado por setores da imprensa que me trataram com desrespeito.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor acha suficiente que o jornal, em nome do repórter, lhe fez um pedido de desculpas pelo ocorrido, de levar uma fita colocando a sua intimidade para a sua esposa ouvir e, depois, tentar colher informações num momento de desequilíbrio? Esse pedido de desculpas repara o dando causado ao senhor e à sua família?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor não acredita que seja oportuno num Estado democrático de direito que devemos viver?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Acredito que não. Acho que a liberdade de imprensa não pode ser confundida com invasão, com deturpação e com aniquilação de pessoas, principalmente pessoas em quem só são lançadas denúncias, nunca se tem provas de nada. Acho que nem a um condenado se deve fazer o que foi feito comigo. E eu sequer até hoje fui processado, quanto menos condenado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor quer levar pela sua vida a certeza de que é um homem que vai andar de cabeça erguida na rua, olhando para os seus filhos, para a sua ex-esposa e, seguramente, o senhor quer levar pela vida a sensação de que não destruiu a honra de um homem de bem?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Senador Tião Viana se propõe – sem razão, porque o Dr. Buratti não precisa, tem

seus advogados – a ser defensor público, um defensor público do Ministro Palocci, em primeiro lugar, e, depois, tentando induzir o depoimento do Dr. Buratti. O Dr. Buratti não precisa disso e também o Ministro Palocci. De maneira que esse procedimento que ele hoje condena foi praticado recentemente nesta Casa – e eu fui vítima – pelo PT, Partido dele.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu lhe prestei solidariedade.

SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Solidariedade, mas não deu voto.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu não podia. Sou um homem de partido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, pediria que não interrompesse.

SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É um homem de partido, V. Exª, então, não pode dizer que me prestou solidariedade.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor sabe disso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ué! Presta solidariedade e vota contra? É assim que procedem os petistas.

V. Exª fez muito bem em largar o PT, em 1994.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Se todas as conquistas que o PT atribui ao Senador Antonio Carlos fossem verdadeiras, Dom Juan e Casanova eram crianças de calças curtas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Dr. Buratti, não há dúvida, que hoje é outra pessoa, em relação ao seu depoimento anterior. Acredito mesmo que foi um exagero do advogado, que é um grande advogado, pedir assistência médica para esse cliente, que é tão inteligente e está respondendo às perguntas corretamente. De maneira que não precisava.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esclareço a V. Exª que foi uma solicitação e uma determinação desta Presidência. Não houve a solicitação do nosso advogado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ainda bem. Agora, o importante o Dr. Tião Viana, ilustre Senador desta Casa, meu amigo pessoal, não colocou: é que ele confirmou tudo, tudo que já disse, no Ministério Público e nos outros depoimentos, exceto o anterior, desta Casa. Daí por que ele voltou. E volta para dizer a verdade. E disse o suficiente para um Relator hábil e competente como este que está aqui, que tem essa aparência toda... mas, realmente, é um Relator dos mais completos que poderia haver em uma Comissão. Já tirou, porque V. Exª quis que tirasse, todas as informações importantes.

V. Exª fez muito bem, quando fizeram a injustiça com V. Exª, lá em Ribeirão, de deixar o PT, porque V. Exª poderia dizer ao Dr. Tião Viana que o seu PT era aquele; não é esse de hoje que pratica as falcatruas tremendas neste País, em todos os setores da vida pública. Daí porque, às vezes, sobra para pessoas como V. Exª. Mas o fato é o seguinte: V. Exª confirmou que a Prefeitura de Ribeirão Preto dava cinqüenta mil para o Diretório Nacional do Partido do Tião Viana. Isso está confirmado. E V. Exª ainda foi mais justo: que esse abatimento poderia ter sido para a própria Prefeitura e não para o Diretório Nacional.

O Ministro Palocci ficaria muito melhor se o abatimento fosse para a Prefeitura, e não para o Diretório Nacional, do qual ele fazia parte. Portanto, V. Exª já disse isso. V. Exª já confirmou que todos os municípios vizinhos tinham a mesma prática. Eu digo mais a V. Exª: é o Brasil inteiro. Na Bahia, é assim. Em Sergipe, é assim. No Ceará, é assim. As empresas de lixo e de transporte são ligadas ao PT e alimentam o Partido dos Trabalhadores. V. Exª pode ficar à vontade. Não tenha nenhum remorso em relação a isso, porque V. Exª hoje está cumprindo os seus deveres com o País, que já viu tudo isso que está acontecendo agora. E o resultado já se observa nas pesquisas e, mais do que nas pesquisas, no horror da opinião pública a esse sistema podre de Governo.

Algumas dúvidas eu tenho e vou fazer algumas perguntas a V. Exª, embora diga que V. Exª hoje é uma outra pessoa e vai sair daqui melhor do que entrou. V. Exª pode hoje abrir a porta, conversar com os seus filhos, com a sua ex-mulher, com a sua atual mulher. O senhor pode fazer com a Imprensa, pode tudo, pois a Imprensa está vendo que o senhor falou a verdade. Se não quis se abrir mais, foi numa atenção a uma amizade antiga com o Ministro Palocci, o que é natural, eu também penso assim. Quando temos um amigo muito grande, só podemos dizer metade, não podemos dizer tudo, porque senão se cria uma confusão tremenda.

Quero dizer a V. Exª, entretanto, o seguinte: quando houve o contrato ilegal entre a Leão & Leão e Palocci, V. Exª estava em que lugar? Na Leão & Leão ou no Governo Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na Leão & Leão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer, quando Palocci foi condenado – V. Exª sabe que ele foi condenado, está aqui, tanto que o Ministro Palocci pagou multa; está aqui, acórdão, tudo isso, e vou até passar ao Relator, que já deve ter –, está aqui provado, quando isso aconteceu, V. Exª estava

na Leão & Leão e logo houve esse caso na Prefeitura de Ribeirão Preto com o Ministro Palocci. V. Exª não mentiu quando disse que houve falhas, houve irregularidades. V. Exª tem a habilidade, e até acho que faz corretamente, de dizer: não, é o que eu disse. E não ficar repetindo para não causticar a situação.

Mas o Ministro Palocci disse que nunca recebeu telefonema de V. Exª. Tem vários telefonemas. Vários telefonemas. V. Exª com o Ministro Palocci e com auxiliares dele. São muitos telefonemas. Senador Tião Viana, tudo aqui é telefonema.

Observo – aí V. Exª não leve a mal – que todos os encontros para fazer contratos que eram marcados no Ministério da Fazenda, V. Exª, talvez por uma amizade antiga, tinha acesso e fazia isso conforme disse, com habilidade, ao Relator. Quer dizer, quando precisava de um amigo, o senhor telefonava e dizia para o Chefe de Gabinete, que é seu amigo, o Dourado: se você puder, veja se fulano pode ser atendido ou não pode ser atendido.

Todos sabiam, e aí eu acho que houve e está havendo uma coisa interessante entre V. Exª e o Ministro Palocci: é de que ambos estão se respeitando em dizer somente metade da verdade. Ambos estão se respeitando nesse ponto. Então, não se diz a verdade por inteiro, se diz a verdade pela metade. A amizade continua, o Ministro Palocci não trata mal V. Exª na entrevista, de jeito nenhum, e V. Exª vem aqui depor e também não trata mal o Ministro Palocci.

Esse é um acordo de cavalheiros bem-feito, e se foi o nosso advogado que solicitou, palmas para ele, porque isso realmente ficou civilizado. V. Exª disse o que quis e o Ministro Palocci fez a defesa que podia. É natural que ele tenha feito.

Agora, pergunto ainda a V. Exª – tem muita coisa aqui para perguntar, mas eu não quero... V. Exª está se saindo bem, vai ainda falar mais coisas, disso tenho certeza. De maneira que eu queria perguntar: V. Exª, no depoimento que prestou na Delegacia de Ribeirão Preto, falou sobre o esquema de fraude de licitações e pagamento de propinas a prefeitos de diversas cidades, inclusive Ribeirão, de São Paulo, pela Empresa Leão & Leão, para a qual V. Exª trabalhava. V. Exª pode dizer rapidamente como funcionava esse esquema, ou V. Exª prefere que eu releve a pergunta?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, posso dizer. Em relação a São Paulo, Senador, a empresa nunca chegou a prestar serviços lá, porque, quando a empresa resolveu sair da cidade, da região, ela começou a tentar participar da licitação de São Paulo. A licitação não se concluiu, mas o objetivo dela era prestar serviços.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª sabe por que não se concluiu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perdão. Não, não sei o porquê. Sei sim. Eu ouvi pela imprensa que a concessão teve problemas no Tribunal de Contas e acabou sendo cancelada. E que, como não havia tido o prosseguimento da concessão, a licitação da varrição acabou sendo suspensa também em função de que o serviço continuou a ser feito do jeito que era. Essa é a informação que eu tive.

Em relação às cidades da região de Ribeirão Preto, quando houve licitações – e boa parte dela aconteceu quando eu já não estava lá –, a informação que eu tive pela imprensa e que era comum é que a empresa participava, ajudava no processo licitatório, no edital e no cronograma, e em contrapartida, após isso, contribuía com os prefeitos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª poderia dizer por que o promotor na Naul Felca também já tratou desse assunto? V. Exª ficaria mal se dissesse quais eram os políticos que participavam desse esquema do lixo e de transportes? Ou V. Exª prefere só citar os municípios?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu preferiria citar os municípios. Em relação ao transporte, eu não tenho conhecimento. Tenho conhecimento sim. Imagino que as coisas aconteçam da mesma forma, mas não era o meu dia-a-dia, então eu não posso afirmar nada. Mas eram as cidades de Matão, Sertãozinho, Monte Alto e Ribeirão. No caso da Leão & Leão, perdão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) **–** V. Sª, que vai sair daqui como V. Exª, poderia nos informar se foi intermediador ou se foi o Sr. Ralf Barquete – que infelizmente está falecido e, como V. Exª disse, era um homem de bem – na negociação entre a Gtech e a Caixa Econômica?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Ministro Palocci tinha conhecimento desses assuntos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele teve conhecimento a partir do momento em que chegou a informação dentro da Caixa Econômica Federal de que a Gtech procurava uma forma de contatar o Ministro Palocci. Aí, o Ralf foi indicado, dentro da Caixa, como uma pessoa que poderia fazer isso. Ele me pediu para receber a Gtech, eu recebi, transmiti ao Ralf a notícia de que a Gtech queria pagar aqueles valores. Ele deve ter transmitido ao Ministro, que devolveu dizendo que não iria interferir, até por conta de que a informação que eu tinha é de que esse assunto já estava sendo... já tinha andamento no Governo. Não era um assunto novo. E que o Ministro não se intrometeria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O acordo já estava em andamento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Parece que sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agora, sendo a Caixa Econômica subordinada ao Ministério da Fazenda – eu não quero apertar V. Sª –, mas o Ministério da Fazenda sendo dirigido pelo Ministro Palocci, se o senhor fosse o Ministro, não tomaria uma providência mais enérgica no caso Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que a providência que ele tomou, não aceitando alterar os termos contratuais, para aquele momento, foi positiva. Eu acredito que a Caixa Econômica Federal deveria tomar providência para não ficar refém de um contrato, como ela é refém do contrato com a Gtech. Aí a orientação do Governo, do Ministro, do Presidente e do próprio dirigente da Caixa deveria ser nesse sentido. Acho que essa dependência do contrato da Gtech não é boa para o Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª tem absoluta razão. Todos eles, do Presidente da República ao Presidente da Caixa, deveriam ter tomado providências sobre esse assunto há muito tempo. V. Exª tem absoluta razão. V. Sª já falou com muita precisão dos recursos que iam de São Paulo e Rio de Janeiro para o diretório do PT, dos bingos. V. Exª falou numa cifra de R$1,5 milhão ou de R$2 milhões?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Um milhão de São Paulo. O número que eu ouvi é esse. No Rio, eu sei que pode ser mais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Podem ser mais caça-níqueis.

Bom, V. Sª poderia informar sobre as operações de Waldomiro Diniz? Embora V. Sª não tivesse relações com ele, mas V. Sª, se dando com o pessoal da Gtech, devia saber que o Waldomiro procurou extorquir a Gtech. Isso já ficou provado em depoimento aqui.

V. Sª sabe algum detalhe sobre esse assunto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não sabe.

Qual era o papel finalmente do célebre Enrico Gianelli, advogado da Gtech, em todo esse processo? O que ele fazia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A impressão que tenho, Senador, é que o Enrico Gianelli, por ser advogado da Gtech – primeiro passo como advogado, não vamos discutir o que ele fazia, é o trabalho dele –, acho que no processo de renovação ele se mostrou a mim, algumas vezes, indignado com o modelo que estava sendo construído de relacionamento da Gtech com o Governo. Acho que por isso até ele introduziu, ele foi o intermediário para introduzir a minha relação. Isso é corroborado pelo fato de que, em seguida à negociação, ele saiu da Gtech. Ele tinha muitas críticas, revelava-me muitas críticas ao Presidente da Gtech.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer, no juízo de V. Sª, ele é um homem do bem?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tenho razões para entender que não, Senador. No que me é dado conhecer, não tenho relações para dizer o contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aqui há uma pergunta que não vou fazer, porque sei que o senhor gosta dele. É natural, eu respeito, porque é chefe do gabinete do Ministro Palocci. Não vou tratar desse assunto. V. Sª já disse que tem amizade com ele e ele já disse que tem amizade com o senhor. Acho absolutamente natural que V. Sª tenha amizade com várias pessoas do círculo do Palocci, uma vez que em determinada época V. Sª foi íntimo do Ministro Palocci. Hoje o Ministro Palocci procura dizer que só se encontra socialmente com V. Sª; e V. Sª mantém esta mesma posição, de modo que não vou entrar nesse caso do Juscelino Dourado, que vai ser convocado aqui. Infelizmente eu nem estava aqui. Talvez se tivesse ouvido V. Sª antes não o convocasse.

V. Sª informou a esta CPI, no seu primeiro depoimento, que deixou de ter relações freqüentes com o Ministro Palocci em 1994, quando deixou o governo de Ribeirão Preto. Mas os fatos mostraram o contrário, mostraram que o Ministro Palocci errou em não readmiti-lo, porque V. Sª foi isento de qualquer culpa, mas que fizeram um **modus vivendi** bom para ambos, principalmente depois que ele foi Ministro da Fazenda, é claro. De modo que eu acho que é até natural que V. Sª... Acho que o Ministro Palocci é que não deve dizer que vê V. Sª uma vez por ano, duas vezes por ano. Fique calado nesse assunto, como V. Sª procurou fazer.

Mas está provado com o seu depoimento que V. Sª confirma tudo o que disse ao Ministério Público e todos os depoimentos que tem dado ultimamente.

Só quero perguntar a V. Sª: Confirma?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Confirmo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou satisfeito, Sr. Presidente, e quero louvar a iniciativa de V. Exª de trazer o Dr. Buratti, que prestou um depoimento talvez dos melhores que esta Casa já ouviu. E quero também felicitar os seus advogados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, quero formular as seguintes perguntas, com algumas considerações.

Dr. Buratti, parabéns por ter vindo sem **habeas corpus**. Só que, para nós, tem sido um vexame. É como que os Senadores desta CPI fossem bichos-papões que atentasse contra a liberdade individual, e isso não acontece.

V. Sª falou muito do profundo respeito ao Ministro Palocci e falou das suas grandes decepções, de um sofrimento íntimo muito grande com as decepções. Pude entender, depois que vi o Senador Tião Viana falar da sua trajetória, por que V.Sª sofreu tanto. Sua formação espiritual severa e dura, própria da Igreja Católica, sua formação ética dentro do PT de antigamente e também uma formação doutrinária do dia-a-dia: a luta para a transformação da nossa sociedade, de uma sociedade corrupta para uma sociedade sadia, que era a grande bandeira do PT, essa foi a sua formação, premiada pelo seu esforço, pela sua dedicação à causa, não só na igreja católica, mas também no PT, foi a administração de Ribeirão Preto. Chega lá, V.Sª encontra a primeira decepção: a propina. Mas já estava na administração. Justamente a propina na administração daquele por quem V.Sª tem profundo respeito, que era o Prefeito Palocci. Chegou-se aonde chegamos, pela sua história. Acabou deixando o PT, deixando a administração, porque não queria que envolvessem mais as questões todas com a má-fama daquela administração que estava impingindo ao senhor a falsa culpa. Então, esse sofrimento foi grande. Compreendemos perfeitamente. Mas V.Sª saiu dali para trabalhar na Leão & Leão. Era a Leão & Leão aquela que dava a propina de R$50 mil para o PT.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Justamente a Leão & Leão. Então, a profunda decepção de V.Sª não fez com que retornasse àquela posição ética anterior. Parece que foi, daí para a frente, advogar para quem dava propina, que era o prestador de serviço da área de lixo nas prefeituras. V.Sª, como todos os outros que vêem aqui que são vinculados ao PT e ao Governo, diz o seguinte: "O Prefeito não sabia de nada. O Presidente dA República não sabe de nada. Ninguém sabe de nada. Nós é que colocamos o pescoço na guilhotina". Pergunto: o Prefeito Palocci também não sabia de nada daquilo que acontecia, no que diz respeito a essa arrecadação de R$50 mil reais por mês, como diz V.Sª, para o PT? Pergunto também: as outras prefeituras que recebiam ali no Estado de São Paulo, para as quais V.Sª intermediava as conversações, não o faziam através dos Prefeitos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, o processo que me levou a sair da Prefeitura de Ribeirão Preto em 1994, para deixar claro, não envolveu a Leão. Era com uma outra empresa. Após eu sair da Prefeitura, eu estive seis meses trabalhando aqui na Câmara Federal. Em seguida, eu montei a minha empresa, que é a Assessorarte. Fiquei lá durante três anos para depois ir à Leão & Leão em 1999. Admito que os Prefeitos todos sabiam. O Prefeito Palocci; o Prefeito Maggioni; o Prefeito da cidade de Matão, Jaime Gimenez; o de Monte Alto, Donizete; o de Sertãozinho, Zezinho Gimenez. Sempre admiti que eles soubessem, mesmo que não tivesse presenciado nenhum momento em que eles se envolveriam com isso, mas acredito que eles soubessem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V.Sª afirmou, no início do seu depoimento, o seguinte: que se sentiu abandonado, mas não pelo PT. Por quem foi?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pelo PT, é o que eu disse, eu me senti abandonado pelo PT em 1995. Depois, não, porque acho que o PT não tinha mais nenhuma obrigação comigo. Eu deveria conviver com as minhas "mágoas", mas, nesse episódio recente, eu me senti isolado em relação a tudo, em relação a todas as pessoas com quem eu me relacionei. Pouquíssimas pessoas puderam estar ou estiveram ao meu lado, à exceção da minha família.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V.Sª esperava um pouco mais de proteção do Ministro Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu esperava, eu sempre esperei que eu não fosse tratado como um bandido. E eu acho que, depois do episódio de 1994, a forma com que fui tratado pelo PT e por setores da cidade onde vivia, que era Ribeirão Preto, me colocaram na posição de uma pessoa culpada sem ter sido sequer julgada ou processada.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu perguntei se esse mesmo tratamento foi dado pelo Ministro Palocci a V. Sª?

O SR. ROGERIO TADEU BURATTI – Acho que todas as pessoas do PT e fora dele que não tiveram uma atitude "verdadeira", assim: olha, não tenho nada contra esse rapaz.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O Ministro Palocci teve uma atitude verdadeira com V. Sª?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que no depoimento dele, no domingo, ele foi extremamente

claro. Eu acho que se essa posição tivesse sido tomada há 10 anos, a minha vida teria sido diferente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Então, a grande decepção foi também com o Ministro Palocci.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. parlamentares, Sr. depoente, Srs. advogados, a primeira pergunta que vou fazer, na verdade, não tem muito a ver com o assunto, mas vou me permitir fazer porque não resisto.

Senti, nas palavras iniciais de V. Sª, a revolta e a mágoa por ter sido sua vida pessoal, sua vida familiar envolvida num processo que, afinal de contas, nem sua mulher, nem seus filhos, nem seus parentes têm nada a ver com isso. Enfim, acabaram causando um impacto enorme.

No momento em que refleti essa mágoa, não lhe passou um pouco de dor de consciência também pelo fato de o senhor ter pertencido a um partido que passou vinte anos só fazendo isso com os outros, com os que estavam no governo? Não chegou a fazer essa reflexão? É uma curiosidade minha.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Quando da eleição do então Prefeito Palocci, em 1992, eu tinha trabalhado na campanha do Presidente Lula, em 1989, na campanha do Eduardo Suplicy, em 1988. Depois, trabalhei na campana de um amigo que foi Prefeito de Matão, o Adauto Scardoelli.

No momento da campanha, quando via o que acontecia, sem dúvida nenhuma, eu percebia que, às vezes, a dureza da política que o PT imprimia no conjunto da política nacional tinha um grau de crueldade. Mas isso, Senador, eu percebi, na verdade, em 1994, porque quando eu era acusado pelo PT, em 1994, ou quando ninguém do PT sequer me defendia – e não estou só falando do PT de Ribeirão, estou falando de figuras que até hoje são proeminentes –, eu tive de pessoas amigas do PFL, do PTB, do PSDB e de outros partidos, muita solidariedade. Mesmo a solidariedade pessoal, que, no momento difícil, é importante. Então, de certa forma, o senhor tem razão. Existe um certo peso na consciência, mesmo não tendo feito as coisas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu gostaria de ouvir isso realmente porque é uma curiosidade. Fui governador durante 12 anos, sofri a oposição do PT, e todos que passaram por isso sabem da leviandade do PT ao fazer certas acusações e da falta de responsabilidade em envolvimento de qualquer tipo.

Mas isso não é importante. O importante é dizer que acho que o depoimento de V. Sª é bastante correto. O Senador Antonio Carlos tem muita razão quando diz que V. Sª vai sair daqui maior do que entrou, sem dúvida nenhuma; vai poder enfrentar a imprensa com toda tranqüilidade. Porque eu vi, quando V. Sª chegou, que não era tão tranqüilo.

V. Sª foi bastante coerente na maioria das suas respostas aqui, o que foi muito importante. Para mim, uma coisa ficou clara: havia claramente um esquema do lixo. Isso ficou muito claro em São Paulo. E esse esquema do lixo fazia a arrecadação nas Prefeituras do PT; o esquema do lixo do PT, que não era das prefeituras, iria direto para a direção nacional do PT, através do Sr. Delúbio. Foi essa coisa que me ficou mais ou menos clara. Primeiro, que os prefeitos... Havia um esquema do lixo, e não era para os prefeitos, era um esquema do partido no qual os recursos iam direto para o Sr. Delúbio Soares, que era o tesoureiro do PT. É isso? É essa a sensação minha na parte...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No caso de Ribeirão, sim, os recursos iriam para o PT diretamente. Eu tive oportunidade de conviver, quanto ao PT, apenas em relação a Ribeirão Preto, mas que há um esquema do lixo que envolve os prefeitos, há. No caso do PT, no modelo que eu vivi, ele ia diretamente ao caixa do PT.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ia diretamente ao caixa do PT.

Eu queria entender um pouco São Paulo. Evidentemente o lixo era a grande fonte de renda na época das prefeituras do PT. Por que não São Paulo, no interesse de uma empresa com o prestígio da Leão & Leão? Tinha alguma coisa já direcionada em São Paulo? Era difícil entrar por quê?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – São Paulo, em 1990... Na verdade, a Leão entrou no mercado de lixo em 1997. Até então ela só trabalhava no mercado de obras. Depois, quando ela ganhou o contrato em Ribeirão Preto, ganhou musculatura para disputar cidades maiores. Então, ela agregou contratos ao redor de Ribeirão e, numa nova política da empresa, em 2002, se decidiu buscar São Paulo, que era um mercado que estava em abertura. Agora, São Paulo era sempre muito difícil, em todos os Governos, em todos que passaram em São Paulo, porque as grandes empresas tinham esse mercado como delas, e sempre as licitações eram proibitivas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E o senhor ouviu falar alguma vez que na Prefeitura de São Paulo havia algum sistema semelhante a esse para o PT, também assim como se fazia com o Delúbio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, no caso de São Paulo, a informação que o mercado divulgava era de que não havia um sistema de pagamento mensal nem de cobrança das faturas. O que havia, sim, era um compromisso tácito de que, nos processos eleitorais, as empresas deveriam colaborar...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Deveriam colaborar.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – ...efetivamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Havia qualquer conexão com doleiros nessa transferência de recursos, ou era feita em real?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era feita em real.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não havia nenhuma conexão com doleiros?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Esses recursos ficavam aqui no Brasil...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Em reais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quando chegavam na mão do Sr. Delúbio, também era em real?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então, encerrando o assunto lixo, ficou muito claro o esquema de lixo que havia nas prefeituras do PT para a direção do PT, na figura do Sr. Delúbio. Isso está claro, está provado, está comprovado. Para mim, não existe mais nenhuma dúvida.

A outra que também ficou muito clara, mas ainda alguns detalhes me faltam, é a questão da Gtech e da renovação do contrato da Gtech na Caixa Econômica. Aí V. Sª disse uma coisa que me chamou a atenção. Quando eu lhe perguntei se, ao verificar que não iria evoluir a negociação feita através de V. Sª no Ministério da Fazenda, eles pegaram outro caminho – isso é muito importante, acho, para a sua declaração porque é um dos grandes enigmas que existem desde o início do Governo Lula e sobre o que, até hoje, a população brasileira se pergunta –, V. Sª disse: não, já havia outro caminho. E eles não tinham confiança no outro caminho quando procuraram outra alternativa, porque eles foram informados de que o que estava segurando era a fazenda. Então, eles já tinham outro caminho, e eu entendi claramente que V. Sª não pode dizer, mas ficou claro para mim que esse outro caminho era o Delúbio, através do Delúbio e da Casa Civil. Delúbio, não, Waldomiro e Casa Civil. E que, em determinado momento, procuraram uma outra alternativa que seria o prestígio que eles atribuíam a V.Sª na Fazenda. A coisa não caminhou por negativa do próprio Ministro. E voltaram para o caminho anterior. Porque o negócio foi realizado. Se nós imaginarmos, dentro do que V.Sª conheceu da negociação, eles queriam diminuir o desconto. Ora, se foi dado o desconto de 15% e, em seguida, um aumento de tarifa que, em alguns casos, chegou a 100%, o desconto foi compensado mais do que se esperava. Correto esse meu raciocínio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Correto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E não era fácil dar esse desconto, porque era uma luta da Caixa Econômica havia muitos anos. Dar esse desconto, não, aumentar essa tarifa.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu tenho impressão, Senador, de que a Gtech, mesmo ao procurar alguém que pudesse fazer chegar notícias ao Ministro Palocci, fez um certo jogo de cena. Eu não conheço o que acontecia dentro do Governo no processo de renovação...

O SR. TASSO JEREISATTI (PSDB – CE) – É.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas eu ouvi do Enrico Gianelli que, de fato, a Gtech, a partir do Presidente – eu acho que é João Carlos Lino Rocha – e do próprio Marcelo Rovai, trilhavam um caminho...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ahã.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – ...que passava por essa história que se vinculava ao Waldomiro Diniz.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ahã.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Então, eu tenho a impressão de que, quando vai para o Ministério da Fazenda...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É um jogo de cena.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – ...poderia ser considerado como um jogo de cena, porque eles saberiam que... É evidente que...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Claro.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – ...ninguém procura, numa renovação de um contrato desse tamanho – e todos os senhores aqui têm experiência administrativa –, às vésperas, alguém para pedir uma intermediação.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Claro. Já vinha anteriormente.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que, de uma certa forma, eles devem ter sido sinalizados para fazer alguma oferta do lado de lá...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ahã.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – ...para ver se o lado de lá ia.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Isso está bastante claro. Eu acho que faz muito sentido o que V.Sª está dizendo.

Então, já tinha o caminho, o Sr. Waldomiro, que estava sendo trabalhado. Para até justificar a negociação, se fez um jogo de cena por outro caminho, que foi barrado. Na verdade, isso é o importante: o negócio foi feito do jeito que queriam. Porque o prazo era o máximo, 25 meses. Então, conseguiram o prazo máximo. O desconto foi uma enganação porque foi substituído pelo aumento de tarifa. Portanto, o *cash flow*, a entrada de caixa da Gtech, se não foi igual, foi maior até do que se imaginava. Portanto, foi bem-sucedido – parece-me – isso lá. E essa MM, que o senhor não conhecia,...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não conheço.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – ...foi um dos canais de se resolver o problema e pagar pelo serviço prestado. Isso também está muito claro. Então, dois esquemas de corrupção feitos pelo PT diretamente ao Sr. Delúbio Soares, tesoureiro do PT. Está claro que esse esquema aconteceu.

Segundo, que houve um esquema de apadrinhamento da Gtech em renovação de contrato, que foi feito, de acordo com o que a Gtech queria, pelo Sr. Waldomiro Diniz, do PT, assessor parlamentar do Ministro José Dirceu, do PT, Ministro do Presidente Lula, do PT. Isso também ficou claro para mim.

Eu acho que, com esses dois desenhos saindo com tanta clareza, o depoimento de hoje foi um dos mais importantes que nós tivemos aqui nesta Comissão, e quem sabe em todas as outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V.Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Dr. Buratti, eu tenho apenas duas perguntas, depois de todas essas que foram feitas aqui. Primeiro, ficou no ar que houve uma armação do Ministério Público contra o senhor. A serviço de quem essa armação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que a serviço... Eu acho que o Ministério Público e as investigações em Ribeirão Preto tinham como parâmetro tentar chegar ao máximo de verdade possível. Aí eu acho que o exagero se deu nessa busca. Eu acho um exagero porque sempre me coloquei à disposição para prestar os esclarecimentos que fossem necessários. Mas não sei a serviço de quem exatamente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, V. Exª não acredita que tenha sido a serviço de alguém, mas em busca de uma verdade, da verdade a respeito dessa corrupção que havia obviamente, e talvez tenham identificado no senhor um caminho onde houvesse elementos mais convincentes. É isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, porque eu acredito que o Ministério Público de Ribeirão Preto, alimentado pelo conjunto de coisas que eu já expus, trabalhou sempre com a idéia de que eu era um operador do PT. Então, de mim, sairiam informações mais valiosas ou mais importantes do que as que de fato eu tinha.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, embora eu concorde com a parte em que V. Exª diz que o Ministério Público estava justamente buscando a verdade, é bom deixar bem claro que V. Exª disse que não acredita que esteja a serviço de ninguém e que também não tenha feito isso de maneira irresponsável.

Há outra pergunta. Ouvi parte da sua manifestação em que disse que uma empresa só colabora com alguma prefeitura, enfim, com um governo se o patrão, no caso o prefeito ou o governador, tiver sabendo dessa colaboração. E nós vimos, nos depoimentos dados aqui, que havia a questão do lixo, havia a questão de bingo, de loterias, de empresas de publicidades. O senhor tem condições de identificar quem eram os patrões nesses casos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O que me foi dado a conhecer, Senador, é em função da minha atividade como executivo da Leão&Leão. Então, nesse caso, eu identifico os prefeitos das cidades onde havia e houve essa contribuição, não é? À época.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eram os patrões?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ah! nessa expressão que eu usei, sim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, nesse caso, o então Prefeito Palocci era o patrão do esquema?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, no caso de Ribeirão, ele era, apesar de nunca ter visto etc, ele era entendido dentro da empresa como uma pessoa que sabia, não é?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. V. Exª dispõe de 15 minutos, Senador.

Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não estive no início da reunião, mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. Fazendo soar a campainha.) – Há orador na tribuna.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Tranqüilo, Presidente.

Eu gostaria de formular a primeira indagação na direção da participação dos promotores públicos do Estado de São Paulo. O senhor foi realmente pressionado ou sofreu algum constrangimento ou alguma forma de violência da parte do Ministério Público, ou o senhor respeita os promotores do caso e acha correto estarem investigando esses casos de corrupção na área do lixo e em outras áreas, relativamente à Prefeitura de Ribeirão Preto sobretudo e outras?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que houve violência, acho que houve exageros. Eu acho que, desde todas as buscas que foram feitas em endereços meus, mesmo depois que eu estava preso, foi feita busca na pequena empresa de confecção em que eu trabalho em Belo Horizonte, no apartamento em que eu resido em Belo Horizonte. É evidente que todos nós sabemos que esses procedimentos de busca e apreensão são procedimentos violentos, além da minha própria prisão.

Mas eu acho que o constrangimento foi um constrangimento moral. Não houve violência além dessa. E o Ministério Público, a Polícia, enfim, estavam investigando. Eu acho que eles pegaram pesado na investigação, mas não me cabe julgar se isso é correto ou não, não é?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Rogério Buratti, no último sábado, houve uma reunião em Ribeirão Preto, da qual o senhor deve ter participado. Consta que esteve em Ribeirão Preto o Sr. Juscelino Dourado, reunido com Donizete Rosa, que é Diretor do Serpro, com a presença do Dr. Sérgio Roxo da Fonseca.

O senhor participou dessa reunião?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Depois que fui liberado na sexta-feira, fui para a casa do meu irmão, em Ribeirão Preto. De lá, fui para a casa da minha mãe, também em Ribeirão Preto. Saí de Ribeirão Preto ao meio-dia e fui a São Paulo, onde fiquei até hoje. Inclusive, fiquei hospedado num hotel, o que pode ser facilmente comprovado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor soube de alguma reunião havida em Ribeirão Preto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Rogério Buratti, o senhor foi demitido porque teria sido flagrado na Prefeitura num caso de processo licitatório que estava direcionado para uma determinada empreiteira, se não me engano, a Construtora Almeida Filho. Foi isso mesmo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na verdade, eu pedi exoneração. Era um processo que não tratava de propina. Eu, deliberadamente, de maneira inconseqüente, gravei uma conversa entre mim e esse empreiteiro, na qual discutíamos o pacote de obras que a Prefeitura soltaria, mas não se falava de valores, até porque não existia essa discussão. Falava-se de mercado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se não houve nada, por que o senhor pediu demissão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque foi divulgada a fita, o que significou um constrangimento. Eu entendi, inclusive, que eu deveria sair, para que fossem feitas as investigações. Foram feitas todas as investigações, e nada, nenhum ato ilegal meu ou incorreto, foi comprovado. Não voltei à Prefeitura, porque, pelo entendimento da Prefeitura à época, a minha atitude tinha sido incompatível com o cargo que eu exercia. É um juízo que não questiono. Talvez, se estivesse no lugar dele, eu tivesse esse mesmo juízo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Imediatamente, ao deixar a Prefeitura, o senhor montou uma empresa de assessoria chamada Assessorarte, tendo como sócio o Sr. Luiz Prado Garcia. Isso é correto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Correto. Eu montei a Assessorarte imediatamente após a minha saída, só que era uma empresa nova e demorou alguns meses para conseguir seu primeiro contrato. Enquanto isso, trabalhei na Câmara Federal como Assessor Parlamentar do Deputado João Paulo Cunha.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse seu sócio Luiz Prado, logo a seguir, foi ser diretor da Secretaria de Administração, na segunda gestão do Ministro Palocci, e cuidava exatamente de licitações?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Na verdade, o Luiz Prado... Quando saí da Prefeitura, nós montamos a empresa. Ele era diretor de recursos humanos do governo municipal, da primeira gestão de Palocci. Depois, ao final da gestão, ele ocupou um cargo acho que no Instituto de Previdência. Quando ele saiu da Prefeitura, ao fim do mandato, trabalhei um ano na Prefeitura de Matão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há uma contradição, porque a imprensa divulgou que o Sr. Luiz Prado foi demitido do governo Palocci quando ficou caracterizado que o processo licitatório para a aquisição de merenda escolar em Ribeirão Preto estava direcionado para uma empresa, no caso, de ervilhas. A demissão dele teria sido em razão de um processo licitatório no caso da merenda escolar.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tenho a impressão, Senador, que Luiz Prado, como outras pessoas que estiveram do meu lado, pagou o preço por estar do meu lado. Quando ele saiu da Prefeitura de Ribeirão Preto, no segundo mandato, o Prefeito Palocci voltou em 2000, ele não foi convidado a fazer parte do governo e ficou, por três, quatro ou cinco meses, nesse cargo. Mas ele não foi demitido em função disso; ele pediu exoneração e saiu. Não houve um processo em relação a ele, mas, sim, à licitação, que era um outro secretário que tocava.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas houve um problema de licitação. Há uma semelhança relativa à sua demissão e à do seu sócio.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas ele não foi demitido, Senador. Ele pediu exoneração. Foi diferente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor também pediu demissão.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas, no meu caso, admito, reconheço que houve um problema público importante. No caso dele, não o envolvia diretamente, somente ele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É claro que a indagação conseqüente seria se ambos adotavam os mesmos procedimentos e se identificavam pelo fato de se associarem no setor privado ou se era uma orientação do Prefeito Palocci à época, para que os procedimentos adotados fossem dessa forma, procedimentos semelhantes.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu insisto, Senador, que no primeiro momento que me envolveu, não havia licitação em curso. Eu não chefiava licitações. O que aconteceu com o Luís Prado foi uma coisa que o envolveu dentro de um processo na Prefeitura. Aí não havia orientação do Prefeito nesse sentido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Buratti, recebi, nos últimos dias, inúmeras indagações provenientes da cidade de Ribeirão Preto. Formularei algumas para esclarecimento, até em respeito a essas pessoas que se interagem com o Congresso Nacional, na esperança de esclarecer fatos. Uma delas diz respeito ao lixo, que, na administração Palocci, custava 200% mais caro que na administração do seu sucessor. A tonelada, que custava no tempo de Palocci R$50,53, caiu para R$17 na gestão do sucessor dele. E a empresa que prestava esse serviço de coleta de lixo domiciliar era a REK, exatamente a empresa que paga o aluguel do Omega blindado usado por Delúbio Soares. O senhor confirma que realmente houve essa queda no valor de cerca de 200% de uma gestão para outra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O que eu confirmo é que houve na época do final... na verdade, o preço do lixo na gestão do Prefeito Palocci... o Prefeito Palocci, no primeiro mandato, a bem da verdade, ele ingressou no lixo com contrato já feito, que era pelo antecessor dele, o Prefeito Welson Gasparini. No mandato dele, ele cumpriu esse contrato. Ele não fez mudanças. Depois entrou o Prefeito Roberto Jábali, do PSDB, que também continuou cumprindo contrato. Aí, houve uma licitação. Nessa licitação, houve uma grande disputa, e a empresa Leão & Leão ganhou com um preço muito abaixo do mercado, porque ela queria se estabelecer em Ribeirão Preto, no lixo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É 200% mais barato. Essa é a realidade. Pelos valores, é exatamente isso.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não acompanhei isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Outra informação recebida de vários médicos de Ribeirão Preto diz respeito à aquisição de dois hospitais, e provavelmente de um terceiro, pela família Palocci, por meio de seu irmão Pedro Palocci, inclusive com um empréstimo concedido pelo BNDES. Supostamente privilegiado, um favorecimento, já que não atende às especificações, a obra arquitetada para esse hospital. Enfim, é o Hospital São Lucas, que tinha uma dívida de R$24 milhões e que foi adquirido pela família Palocci. Imediatamente, conseguiu-se um empréstimo do BNDES da ordem de R$70 milhões a R$80 milhões. E houve também a aquisição de um outro hospital, o Hospital Ribeirânia, também pela família Palocci. E estaria em curso a aquisição de mais um hospital, que seria o Hospital São Paulo. O senhor tem conhecimento dessas aquisições, inclusive com esse empréstimo do BNDES de R$70 milhões a R$80 milhões?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não tenho conhecimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São médicos da sua cidade de Ribeirão Preto. E coincidentemente não foi um só; foram vários médicos que fizeram referência a esse mesmo fato.

Sr. Buratti, há inquérito sobre fraude em licitações na coleta de lixo, que está indiciando, por formação de quadrilha, o ex-Presidente da empresa Leão Ambiental, o Wilney Barquete; o dono da Leão & Leão, Luiz Cláudio Leão; e mais três ex-Diretores da Leão Ambiental: o senhor, Rogério Buratti, Marcelo Franzine, e Fernando Fischer. Qual era o seu relacionamento com essas pessoas? E esse grupo tinha conhecimento desse esquema, que fazia o repasse de R$50 mil todos os meses, supostamente a pedido do Prefeito Palocci, para o Sr. Delúbio Soares?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu trabalhei na Leão & Leão durante cinco anos, então essas

pessoas do meu conhecimento são pessoas que trabalharam comigo.

As licitações que estão sendo questionadas nesse inquérito policial, todas elas ocorreram após a minha estada na Leão & Leão, a partir da minha saída em março de 2004. Acredito que os donos da empresa e os diretores mais graduados tenham ... teriam as mesmas informações que eu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor sabe como se procedia esse pagamento? Havia alguma anotação contábil para, enfim, ao final, à contabilidade da empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Do ponto de vista contábil, eu não sei. Não é que eu não sei; contabilmente, a gente não tratava; gerencialmente, existiam às vezes notas que alguns prefeitos forneciam e que eram pagas como prestação de serviços. Ou, em outros casos, havia compra de notas no mercado, transformado isso em dinheiro, pagava diretamente em dinheiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como eu disse, não acompanhei todo o desenvolvimento desta reunião. Indago se o senhor confirma as acusações referentes ao ex-secretário de Fazenda, Sr. Ralf Barquete, homem que recebia, além dessa propina de R$50 mil por mês, R$1 milhão das casas de bingo de Ribeirão Preto para a campanha do Presidente Lula.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O ex-secretário Ralf era a pessoa que fazia essa intermediação em relação à Leão.

Em relação ao contrato do lixo, perdão, a questão dos bingos, não teria sido ele, pelo que sei, quem fez o recebimento e sim diretamente ao caixa central da campanha do Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Diretamente ao caixa da campanha do Presidente da República. O senhor confirma isso, então?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A informação que eu obtive através do Ralf.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Sr. Wilney Barquete utilizava esse parentesco com Ralf Barquete, de alguma forma, para conseguir favorecimentos à empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor tem tido contato com a viúva do Sr. Ralf Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou apresentar dois requerimentos: um, convocando a Srª Suely Ribas, viúva do Sr. Ralf Barquete, ex-secretário de Fazenda da Prefeitura de Ribeirão Preto – consta que ela está desejosa de se pronunciar ao ver o nome do seu saudoso marido envolvido nessas questões –; outro, convocando o Sr. Wilney Barquete, ex-Presidente da empresa Leão Ambiental, para prestar esclarecimentos a esta CPI.

Tenho outras indagações a fazer, se o Presidente me permitir. Apenas mais uma, Sr. Presidente.

Sr. Rogério, o senhor acompanhou o Ministro Palocci em viagens ao exterior?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Estive com ele numa viagem ao exterior acho que em 2000 e... perdão, em 95, ao Colorado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor esteve com o Ministro em Atlanta?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nunca estive em Atlanta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor poderia oferecer à Comissão o seu passaporte para verificarmos as suas viagens? Consta que o senhor viajou também a Portugal.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Portugal, várias vezes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Somague é uma empresa portuguesa.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E sócia da Leão & Leão. Então, várias vezes eu fui a Portugal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A negócios?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sempre a trabalho. Fui uma vez a passeio com a minha família.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E em quais obras a Leão & Leão e a Somague são parceiras?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Elas são sócias da empresa Triângulo do Sol Auto-Estradas, que administra um conjunto de rodovias no Estado de São Paulo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor esteve, com o Ministro Palocci, em 2003, para tratar de assuntos dessa empresa, Somague. Em que data ocorreu essa audiência?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não estive. Eu solicitei ao Ministério da Fazenda uma audiência para a empresa Somague. Eu não estive com a empresa...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não esteve junto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita. Em seguida, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Começaria dizendo, Sr. Presidente, que somos duros na inquirição das pessoas que aqui vêm, mas não somos cruéis. Então, pergunto, porque tenho certeza de que o Presidente suspenderia por dez minutos a nossa reunião, se o senhor tem alguma necessidade pessoal de se alimentar ou ir ao banheiro?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mesquita, já conversei com o nosso depoente e ele disse que estava 100%.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Cem por cento. Então, vamos tocar o barco.

Começaria dizendo, Sr. Presidente, que o Brasil é bem maior do que inúmeras sombrias personalidades que, nos últimos tempos, têm demonstrado, às escâncaras, que não têm qualquer apreço por este País ou pelos brasileiros, Sr. Buratti.

Digo isso para sustentar que a eventual queda ou saída do Ministro Palocci, tenho certeza de que seria sentida, mas seria suportada pelo País. O Brasil é bem maior do que muitas dessas figuras que hoje atormentam e apavoram os brasileiros, dormindo ou acordados.

Exemplo disso é o fato de que o todo-poderoso primeiro ministro José Dirceu caiu e o Brasil melhorou; o Ministro Gushiken caiu e o Brasil melhorou; as Diretorias dos Correios, do IRB e da Itaipu caíram e o Brasil melhorou.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Itaipu sim, não? Não? Qual?

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Bom, ainda não caiu.

O Genoino caiu e o Brasil melhorou. Eu não estou torcendo por isso; o meu sentimento, nesse caso, é de completa indiferença. Remeto para as provas, para as investigações o que puder vir acontecer. Mas eu diria que até a eventual queda do Presidente Lula fará com que o Brasil melhore também. Tenho essa convicção. No caso do Ministro Palocci, eu aqui não estou torcendo, não estou vaticinando; estou apenas fazendo uma constatação.

O Brasil é tão grande. O Brasil hoje é tão seguro que fatos dessa natureza não abalarão o País, os brasileiros. Desassossegarão, mas não abalarão o País a ponto de perdermos o rumo.

Dito isso, Dr. Buratti, há uma coisa que o senhor sabe que me causa curiosidade, pois já lhe disse isso da outra vez. Sou muito tentado a acreditar na versão que o senhor já colocou aqui por duas vezes acerca da Gtech. Tenho sérias dúvidas acerca da idoneidade dessa empresa, acerca do comportamento dela aqui no nosso País. Eu não duvido, de forma alguma, que, de fato, essa empresa tenha feito exatamente o que o senhor afirmou aqui para nós, já por duas vezes. O que me causa estranheza é que, havendo tantos medalhões do PT por aí espalhados, por que a Gtech ia escolher exatamente um cidadão que, comprovadamente, já havia se afastado da militância do PT, já não tinha mais vínculo orgânico com a organização partidária? Esse é o único ponto que me causa espécie, Dr. Buratti. Gostaria de ouvir a sua interpretação acerca desse fato.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, a Gtech chegou até mim porque, na verdade, ela queria chegar até o Ministro Palocci. Não foi por mim. Porque, na verdade, eles não fizeram nenhuma oferta pessoal a mim. Fizeram sim uma oferta que deveria ser levada ao Ministro da Fazenda. Na verdade, eles foram informados na Caixa que uma pessoa que trabalhava lá tinha relações com o Ministro da Fazenda, que era o meu amigo Ralf. E esse, como funcionário público, não quis fazer a conversa com a Gtech, para não se envolver, mas pediu que eu fizesse. Eu fiz e transmiti a informação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Dr. Buratti, uma questão aqui ficou meio lá e meio cá, e eu gostaria de colher a sua interpretação mais precisa. O que ouvi aqui pode, aparentemente, até parecer uma contradição, ou seja, o senhor diz que confia na integridade do Ministro Palocci, mas, ao mesmo tempo, tem informações – e declinou essas informações para todos nós – de que o Ministro Palocci recebia mensalmente uma quantia de R$50 mil. Pergunto ao senhor: quanto à sua convicção pessoal da integridade do Ministro Palocci e o fato de ele receber esse dinheiro, o senhor resolve essa contradição com a afirmação de que o dinheiro não era para ele pessoalmente. Então, é por isso ele seria uma pessoa íntegra? Porque, aparentemente, para mim, isto é uma contradição: o senhor assegurar a integridade do Ministro Palocci e, ao mesmo tempo, admitir que ele recebia mensalmente dinheiro que não podemos dizer, em sã consciência, que seria um dinheiro limpo. Como resolvemos essa equação? Seria desta forma: a integridade dele estaria assegurada porque o dinheiro não era para ele pessoalmente e, sim, para a organização partidária?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que essa é uma diferença e não que isso assegure a integridade. O meu sentimento de entender que o Ministro Palocci é uma pessoa íntegra é pelo que conheço dele do tempo que trabalhei com ele, do que vejo da vida pública dele, e do jeito que ele toca a vida pública. Acho que ele seria incapaz de solicitar qualquer tipo de recurso destinado a ele próprio, à sua vida. Acredito que esse possa ter sido algum tipo de comportamento vinculado ao partido, e ele foi o canal para isso. Nesse sentido...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) **–** Então faz sentido a minha construção aqui?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Faz sentido.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) **–** Está certo. O senhor teria como nos informar o nome do gerente financeiro da Leão que fazia a entrega dos R$50 mil mensais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, porque na verdade, a depender da época, era uma ou outra pessoa, era uma política da empresa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Qual seria uma ou outra pessoa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Estaria sendo... se revelasse o nome dessa forma aqui, estaria sendo injusto com essa pessoa que só estava cumprindo um trabalho. Acho assim: a Direção da empresa sabia dessa informação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu assumo esse ônus; o senhor não precisa ter esse tipo de preocupação. O meu objetivo é identificar o nome dessa pessoa para que seja convocada a vir a esta Comissão. Esse ônus não lhe pertence; pertence a mim. Se o senhor não disser o nome, eu vou pesquisar; vamos pesquisar e vamos identificar, naquele período, quem era o gerente financeiro da empresa.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, se puder eventualmente após fazer, informar esse nome, gostaria de não fazê-lo em público, senão vou estar fazendo vítima uma pessoa pelo mesmo tipo que me sinto vítima hoje. Essa pessoa não tinha participação em esquema, era um...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu sei. Veja bem, Dr. Buratti, o senhor faz uma afirmação e precisamos cercá-la, conectar essa afirmação com provas, com outros depoimentos. Então é isso, estou assumindo esse ônus. O senhor fique tranqüilo com relação a isso. A pessoa pode até estar ouvindo-nos e ela saberá que isso não será responsabilidade sua. Esse nome vai ter que vir à baila numa hora ou noutra.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Prefiro, Senador, deixar consignado que essa era uma política que a empresa conhecia. Eu não gostaria de correr o risco de ser injusto com uma pessoa que sei que somente cumpriu o seu trabalho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então vou botar o meu povo para investigar.

Dr. Buratti, o senhor foi pressionado, e cobrado inclusive, a dizer se tinha provas do que havia afirmado com relação ao recebimento da quantia pelo Ministro Palocci. Em algum momento, questionado, o senhor chegou aqui a dizer – e queria que o senhor repetisse para ver se ouvi exatamente isso – que as investigações poderiam levar a isso. Não é isso? O senhor chegou a dizer que as investigações poderiam levar a isso. Não é isso? O senhor está remetendo para as investigações, tanto do Ministério Público, como da polícia, como desta Comissão, a possibilidade de existirem provas documentais ou sejam lá quais forem, que poderão levar a essa constatação. Não é isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, porque na verdade quando depus ao Ministério Público, em São Paulo, em Ribeirão, e aqui já repeti isso, expus um caminho: Olha, havia isso e isso era pago dessa forma. Então, certamente isso é comprovado pelos documentos contábeis, pela movimentação bancária, pelos saques em dinheiro. Então, eu não poderia precisar elementos definitivos, era tal dia, era tal hora, era tal nota fiscal, mas é um caminho que facilmente se prova.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Trago esse assunto à questão, Dr. Buratti, para mais uma vez aqui considerar interessante essa sua linha de depoimento e de raciocínio porque ela transparece uma certa segurança, não é? Porque, se o senhor remete para a possibilidade de existirem, digamos, pegadas que poderão levar à constatação que o senhor está dizendo, isso deixa transparecer uma certa segurança, uma certa tranqüilidade até, como: Olha, não tenho a prova aqui, mas se vocês forem atrás, essas provas poderão surgir. É só uma constatação.

Dr. Buratti, diga-me uma coisa, o senhor chegou a trabalhar na Leão&Leão antes de ser secretário na prefeitura?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor conhece algum servidor de alto escalão da prefeitura que havia sido funcionário da Leão&Leão, ou depois que foi secretário passou a ser funcionário da Leão&Leão, assim como o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quais outros?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A empresa sempre contratou. O atual superintendente, se não me engano. Têm pessoas... por exemplo, uma pessoa que tinha sido Superintendente do Daerp, que é o Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto, o Sr. Darvin, um engenheiro. Ele trabalhou na prefeitura, no governo inclusive do PSDB, e também trabalhou na Leão&Leão. O Wilney Barquete havia trabalhado no DER e depois trabalhou na Leão&Leão; depois trabalhou no governo do Palocci. Então, têm várias pessoas na empresa que já passaram por órgãos públicos, sempre numa relação do órgão público para a empresa; o inverso poucas vezes é verdadeiro porque a pessoa tem um salário muito mais alto na empresa e é difícil voltar ao serviço público.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não estou aqui querendo ser grosseiro, nem ofendê-lo, mas é porque enxergo aí uma certa relação assim de promiscuidade, não é Dr. Buratti? A pessoa serve a prefeitura, depois vai servir a uma empresa que presta serviço à prefeitura, eventualmente pode novamente servir ao Poder Público.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, neste caso, nos casos que conheço da Leão nunca se deu no mesmo governo. Por exemplo, o engenheiro Darvin, que é uma pessoa de respeito, nada em relação a ele, ele foi Superintendente do Daerp no governo de Welson Gasparini, e depois que terminou esse governo é que ele foi para a Leão. Eu mesmo, quando fui à Leão, já estava fora de prefeitura há três, quatro anos. Então, guarda aquela história da quarentena, que é uma situação relativamente normal.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois não. Dr. Buratti, uma outra coisa que o senhor fala faz sentido também para mim, em princípio, que é o esquema montado pelo grupo do Rio, como o senhor chama, e pelo grupo de São Paulo, para o financiamento da campanha do PT, a partir dessa área cinzenta de bingos etc. O senhor tem conhecimento, todos nós temos conhecimento, que o Governo antes de o Waldomiro aparecer na televisão, naquela cena triste e melancólica, o Governo havia anunciado que ia remeter ao Congresso uma mensagem, algum projeto de regulamentação dessa atividade dos bingos. Então, eu gostaria que o senhor fizesse o comentário, se lhe for possível fazer. O senhor acha que isso seria a paga – digamos assim – por aquela contribuição, por aquela arrecadação que foi feita? O senhor chegou mais ou menos a tecer esse tipo de raciocínio. Seria exatamente isso, na sua cabeça?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Porque foi, como o senhor disse no Ministério Público, um milhão lá, um milhão cá e não é pouca coisa. Seria razoável, então, que a paga fosse feita, como nós já vimos outras coisas acontecerem nesses moldes. Por exemplo, o empréstimo em consignação – o Presidente Lula assinou, em setembro de 2003, uma medida provisória concedendo ao BMG, esse "tamboretezinho" que se transformou em uma "lavanderia", em setembro de 2003. Ele assinou uma medida provisória concedendo ao BMG o privilégio de operar, durante três meses, no crédito consignado aos servidores, ao pessoal do INSS etc. Quer dizer, coisas como esta me causam estranheza incrível. Eu tenho sustentado esse fato, inclusive, para afastar qualquer possibilidade que me chega – as pessoas tentando me convencer – do não envolvimento do Presidente da República. Como o não envolvimento do Presidente da República? Em setembro de 2003! Olhem, se com uma medida provisória dessa, que já é esdrúxula, conceder por três meses o privilégio de operar o crédito... tinha o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Banco Itaú, o Bradesco, vários bancos, grandes bancos, espalhados por todo o Brasil e foi conceder exatamente para o BMG? Se me apresentassem uma medida provisória, aqui, eu iria perguntar pelo menos: por que eu estou assinando isso aqui?

Então, é por isso que eu estou lhe perguntando. Fatos dessa natureza significam, sim, armação para o pagamento de contribuições e de valores que foram carreados para campanhas. Esse meu raciocínio tem lógica? O que o senhor diz?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No caso, eu acho que as empresas, falando em plena atividade como empresário e executivo, quando elas contribuem para uma campanha, elas certamente contribuem para manter um bom relacionamento com o novo Governo e, também, visando, às vezes, alguns objetivos específicos. Quando essa contribuição é por dentro, isso ainda é mais claro. Eu tenho a impressão...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pergunto se o senhor admite essa possibilidade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu tenho a impressão que, no caso dos Bingos, a contribuição tinha como objetivo a regulamentação e acho que o Brasil perde muito em o Governo não regulamentar essa atividade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas o senhor me respondeu.

Uma senhora, a Dª Helena, lá de Campinas, pediu-me que fizesse ao senhor as seguintes indagações – ela diz que o senhor respondeu ao Senador

Leonel Pavan não ter nenhum conhecimento sobre as circunstâncias da morte do Prefeito Celso Daniel. Aí, ela pergunta: "E quanto à morte do Prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho, ocorrida em 2001"?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Também, não. Só conhecimento público.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ela complementa, aqui, dizendo o seguinte: "A explicação oficial sobre o caso nunca foi aceita por quase 90% da população local" – segundo pesquisa. E a imprensa noticiou, inclusive, o desaparecimento de uma testemunha que teria presenciado a realização de uma reunião em uma casa de bingo em Campinas. Ela pergunta se V. Sª tem conhecimento desse fato?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E se V. Sª trabalhou na campanha do Ministro Antonio Palocci?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Qual campanha?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A do Ministro Antonio Palocci.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu trabalhei na campanha dele em 1992, só.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Em 1992?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E se trabalhou, também, na campanha do Prefeito Toninho?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Já não era do PT.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estou satisfeito, Sr. Presidente. Obrigado, Dr. Buratti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha e, em seguida, ao Senador Flávio Arns e, depois, aos Senadores José Agripino, Romeu Tuma e José Jorge.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Depoente, é claro que, com o avançado da hora e depois, com a participação de tantos eminentes Srs. Senadores, muitas das questões que imaginávamos serem necessárias já foram aqui respondidas. Mas o nosso esforço, o nosso trabalho é exatamente para que nós busquemos, nas investigações que são realizadas, contribuir para o trabalho que o Relator efetivamente, sistematizando essas informações, possa chegar a uma conclusão, que será efetivamente a conclusão da Comissão.

Mas eu tenho ouvido algumas questões que eu gostaria que merecessem um pouquinho mais de esclarecimento. Por exemplo, com relação à delação premiada, um instituto que está sendo muito comentado recentemente.

V. Sª já comentou que quando esteve preso em São Paulo, celebrou um acordo com o Ministério Público para obter o benefício da delação premiada. Eu gostaria de saber se V. Sª o fez espontaneamente, livremente, ou se teve coação para isso? Até em razão de conhecer também se juntamente com V. Sª estavam seus advogados ou algum juiz, porque, no meu entendimento, a delação premiada é de competência da Justiça sua concessão e não do Ministério Público. Eu gostaria de saber se havia um juiz, seus advogados ou se o acordo foi celebrado exclusivamente com o Ministério Público?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, na verdade, o instituto da delação premiada é de decisão de juiz e, na verdade, eu me fiz valer dele como uma possibilidade: ao fornecer as informações que eu forneci, isso poderá ser considerado ao meu favor ou não pelo juiz no momento em que ele for, caso se comprove tudo, determinar pena. Então, na verdade, é uma busca, não é...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Apenas uma proposta feita ao Ministério Público?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Uma proposta no depoimento. Eu falo no meu depoimento que eu estava depondo em busca desse objetivo e só com o Ministério Público e o delegado que presidiu o inquérito.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E não fui coagido.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Perfeitamente.

Com relação aos contratos realizados em Ribeirão Preto...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perdão, Senador, só uma complementação: eu estava numa situação... não fui coagido, mas a minha situação era extremamente difícil, moralmente falando.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Eu estava atento aos comentários preliminares que V. Sª fez ao iniciar o seu depoimento.

Os contratos emergenciais assinados com a Leão Ambiental e com a autarquia da Prefeitura de Ribeirão Preto e que, segundo V. Sª, teria originado os recursos para pagamento de propina ao então prefeito. Esses contratos foram licitados? V. Sª tem conhecimento disso? Ou houve dispensa da sua licitação? E, se houve

dispensa da sua licitação, V. Sª se recorda da fundamentação jurídica que embasou essa dispensa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Os contratos com dispensa de licitação, Senador, foram celebrados em momento de emergência. Havia enchente, algum tipo de calamidade que justificasse e aí não foram só celebrados com a Leão&Leão, porque, na verdade, houve uma grande enchente na cidade e mesmo só a Leão&Leão não daria conta de fazer o serviço, que foi dividido. E eles não originaram o pagamento de nenhum tipo de propina. A contribuição de 50 mil que a empresa dava dizia respeito ao relacionamento que a prefeitura mantinha com a empresa no tocante ao contrato global de lixo, sem nenhum vínculo direto a algum contrato.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Com essa mesma empresa que executou os contratos emergenciais?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não... no caso, é a empresa que eu trabalhava... eu sei só dela, né? Mas ela também executou contratos emergenciais por uma ou duas vezes.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – E isso... se outras empresas também trabalhavam, V. Sª quer afirmar que a Leão&Leão não ganhava todas as licitações lá?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato. Exato.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Outras empresas também eram contempladas...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. Quando havia contratação emergencial, normalmente os prefeitos – e aí não só o Prefeito Palocci à época, mas todos os prefeitos – tomavam o cuidado de atender, de utilizar várias empresas até para não parecer favorecimento a uma ou outra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – V. Sª tem conhecimento da aprovação ou rejeição desses contratos por parte do Tribunal de Contas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tenho.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Quem é que pagava os contratos à Leão Ambiental, a autarquia ou a prefeitura?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A autarquia. O contrato de coleta de lixo e varrição era a autarquia.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Naturalmente, com o conhecimento do prefeito.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Claro.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Os pagamentos não tinham atraso, eram feitos sistematicamente nos seus prazos corretos, os vencimentos?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Às vezes havia atrasos, mas é uma situação normal. Não havia grandes... Sempre eram pagos com atraso, mas não um atraso que inviabilizasse a prestação do serviço.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente e Sr. Relator, eu comentaria, sobre a Gtech, o que me chamou uma certa espécie. O depoente demonstrou o conhecimento de diversas ações relacionadas com as instituições públicas e a empresa que ele eventualmente serviu, a Leão&Leão, e afirma que muitos desses conhecimentos têm a ver com o relacionamento de amizade com o Sr. Ralf. Esses conhecimentos – por exemplo, do apoio à campanha política por parte do grupo do Rio, do grupo de São Paulo – foram repassados simplesmente por esse relacionamento de amizade com o Sr. Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim. Em relação aos bingos, sim.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – A que o senhor atribui o fato de a Gtech ter acusado V. Sª de ter proposto a propina, quando V. Sª comentou em sua preliminar que a empresa havia procurado V. Sª para que tentasse estabelecer um acordo que viesse beneficiá-la em eventual renovação do contrato? A que V. Sª atribui o fato de ela fazer a acusação de que V. Sª havia proposto a propina?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, após eu ter tido conhecimento – e já este ano – do pagamento à empresa MM, me permito fazer o julgamento de que a empresa buscou se defender e criar um bode expiatório para um eventual processo que ela não queria que aparecesse.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – O acordo acabou acontecendo com vantagem para a empresa, não é?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na verdade, eu acho que o pagamento que foi feito à MM deve ser explicado, as razões desse pagamento, não é? Como acho que eles devem explicar as razões por que pagaram 5 milhões ou não sei quanto a uma outra empresa.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, todas as outras questões que eu havia elencado já foram respondidas pelo depoente. Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL– PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Quintanilha.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Em seguida, ao Senador José Agripino.

V. Exª, Senador Flávio Arns, dispõe de quinze minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria, em função do debate que tivemos ao início dessa exposição sobre a questão do Ministério Público, deixar muito claro o meu ponto de vista.

Sempre que abordo as mudanças que aconteceram no Brasil em termos de transparência, de investigação e de busca de caminhos corretos para o País, destaco que, nessa busca, nesse esforço, o trabalho do Ministério Público tem sido essencial, fundamental, seja do Ministério Público estadual, do Ministério Público do Trabalho ou do Ministério Público Federal. Esta é a minha opinião. Trabalho com isso e considero que o Ministério Público tem que ser fortalecido porque dentre as atribuições conferidas pela Constituição Federal ao Ministério Público está justamente ser o guardião dos interesses do cidadão, da cidadania. Então, não há dúvidas nesse sentido. Por isso, lastimei extremamente quando aconteceu o episódio com o senhor em São Paulo. Por que lamentei? Porque não pude acreditar nas imagens que via, que regularmente um Promotor de Justiça saísse da sala onde o senhor estava sendo interrogado para dar informações às pessoas que estavam lá fora sobre o que o senhor estava falando. Eu considerei isso até um abuso da função do Promotor Público porque, além de tudo, além de achar inadequado, de o interrogatório não estar terminado e de haver praticamente uma ânsia incontrolável de dar essas informações e de aparecer, também achei inadequado porque qualquer pessoa que esteja sendo acusada, como era o caso do Ministro Palocci – mas poderia ser qualquer outra pessoa –, mas se um de nós estivesse sendo acusado por quem quer que seja, qualquer um de nós, mesmo membro do Ministério Público, diríamos, com certeza, que gostaríamos de ser ouvidos antes de a notícia ser tornada pública. Houve, inclusive, por parte do Procurador-Geral da República, a indicação de que o trabalho deveria ser feito com moderação, com prudência, com jeito, para preservar as pessoas e a honra das pessoas, seja de quem for, tendo culpa ou não.

Considero pior ainda quando o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo justifica a ação dos Promotores Públicos. Houve um envolvimento da instituição Ministério Público com as ações que, na verdade, foram precipitadas.

Se falarmos com a população de uma maneira geral, as pessoas dirão que não concordam com aquilo que aconteceu. É uma pena para o Ministério Público. De acordo com o que o jornalista Franklin Martins falou na Rede Globo, foi uma lambança o que aconteceu em São Paulo.

Os promotores já estão convocados e virão, assim como o advogado também já está convocado – o requerimento aprovado – e virá para possibilitar, pelo bem da democracia, pelo fortalecimento da instituição do Ministério Público cada vez mais, que esses desvios de rota sejam corrigidos a fim de que o próprio Ministério Público de São Paulo realmente seja sempre aliado, como é e como está em suas atribuições, e que isso aconteça de maneira legal, adequada e correta.

Em relação a esse episódio – depois, entro no segundo –, pergunto ao senhor em relação à fita da sua vida pessoal, que foi passada para um meio de comunicação, se o senhor sabe quem passou essa fita para o meio de comunicação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – As investigações estavam sob sigilo. A legislação regula...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quem estava fazendo as investigações?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Ministério Público e a Polícia Civil do Estado de São Paulo. O que regulamenta uma escuta telefônica: primeiro, tudo que não diz respeito ao objeto da investigação deve ser descartado. Nesse meu caso, não foi descartado. As questões que envolviam minha vida pessoal permaneceram nessa fita. Então, ela estava sob a guarda da Justiça, do inquérito que estava com o Ministério Público e com a Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não sabe, então, quem passou essa fita para o jornal? Foi o Ministério Público ou a Polícia Civil?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não sei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não sabe. Foi uma das duas instituições que estão a cargo desse inquérito.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Estava com eles.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – No momento do seu interrogatório, quantas pessoas estavam com o senhor? Quantos procuradores? Quantas pessoas da polícia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que o escrivão, o delegado e talvez cinco ou seis promotores.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Cinco promotores? O senhor sabia que o senhor estava sendo filmado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sabia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi avisado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi-me dito pelo delegado que a filmagem era mera confirmação enfim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mera o quê?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era um procedimento só para assegurar que...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi afirmado pelo delegado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pelo delegado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Aqui também está sendo filmado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor sabe se essa fita foi passada para as pessoas de fora pelo delegado ou pelo promotor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei. Surpreendi-me quando vi a fita naquelas circunstâncias. Eu estava algemado, com aquela roupa amarela. Surpreendi-me quando vi aquilo no Jornal Nacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o senhor não sabe quem passou a fita?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor sabe se havia algum contato, porque a gente tem a informação de que havia o contato *on-line*, na hora do delegado, com o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. O senhor sabe alguma coisa nesse sentido?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei. Não posso afirmar que havia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não pode afirmar?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – As pessoas falavam ao telefone. Agora, com quem elas falavam eu não sabia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não sabe também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Muito bem. O Senador Alvaro Dias perguntou para o senhor a respeito do aumento da taxa de lixo durante a gestão do Ministro Palocci, que teria havido um aumento de 100%, e o senhor disse que o Ministro Palocci, na verdade, continuou com o contrato já existente da gestão anterior. Isso é verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É verdade. Na verdade, não houve um aumento, a bem da verdade, em relação ao Governo Palocci. O primeiro Governo em que eu fui secretário de Governo, nós entramos na Prefeitura em 93, já havia um contrato celebrado que duraria mais quatro anos, pelo menos. Então, ele passou por todo o Governo do então Prefeito Palocci. A licitação aconteceria num outro Governo. Então, tinha lá o preço, que era o preço que estava no contrato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, o contrato foi realizado pela gestão anterior...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pela gestão anterior.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...ao do Ministro... à gestão do Ministro Palocci.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Do Ministro Palocci. Depois passou todo o Governo Palocci, ele cumpriu todo aquele contrato, diminuiu, várias vezes ele diminuiu os quantitativos do contrato por conta de dinheiro, às vezes ele aumentou quando precisava limpar mais a cidade, um procedimento administrativo normal. Depois, no Governo subseqüente, que era do Prefeito falecido, Prefeito Jábali, que era do PSDB, foi feita uma nova licitação. Foi uma licitação extremamente disputada, o que fez com que o preço caísse.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na seqüência, numa nova licitação...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não conheço os percentuais. Eu... O preço que eu acho que a Leão assumiu o contrato, acho que era 17 ou 19 reais a tonelada de lixo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Senador Antonio Carlos Magalhães colocou a idéia de que o senhor não estaria falando mal do Palocci e nem o Palocci falando mal do senhor por serem, assim, meias-verdades o que ele estaria dizendo e o que o senhor estaria dizendo. Isso é verdade ou não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O que estou dizendo, Senador, é o que me foi permitido conhecer, que eu vivenciei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, o que o senhor conhece o senhor está relatando.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. E eu continuo, mantenho uma relação de extremo respeito ao Ministro Palocci, à pessoa que ele é.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É que ele, o Senador, S. Exª falou que o Ministro Palocci...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, Senador, Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...não estaria falando mal do senhor, mas eu até perguntaria: o senhor viu alguma vez o Ministro Palocci falando mal de alguém?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – (Risos.) Não, não é uma característica dele falar mal das pessoas. É verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não é uma característica dele.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mesmo que seja de Partidos de Oposição, ele nunca, pelo menos eu, eu diria...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu nunca vi.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...nunca ouvi o Ministro Palocci sendo rude, mal-educado com alguém. Isso é verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. Nem publicamente nem no que me foi permitido conhecer da vida privada dele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou que foi levado para o Ralf Barquete, que teria levado para o Ministro Palocci a questão da Gtech e que o Ministro Palocci teria dito para a Caixa continuar com a negociação, que era aquilo mesmo e que não deveria mudar. O senhor acha que o Ralf Barquete levou para o Ministro Palocci isso? Não poderia ter sido o caso, por exemplo, de alguém chegar para o Ralf Barquete e dizer: "Olhe, fale com o Ministro", e ele, no dia seguinte, dizer: "Olha, eu falei com o Ministro", sem ter falado, e o Ministro ter dito: "Não, toque, não é isso nada"...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que a seqüência dos fatos, Senador, me permite deduzir que, efetivamente, essa informação deva ter chegado ao Ministro. Até pelo comportamento da negativa, pelo comportamento posterior que a Gtech teve. O Ralf, meu amigo, ele não era um operador, não era nada disso. Ele era uma pessoa que estava querendo construir a sua vida dentro do serviço público. Então, eu acho que ele simplesmente levou ao conhecimento e trouxe, em função até de dentro da Caixa ele poder cumprir o papel dele, né?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É. O Senador Alvaro Dias falou, estranhando, de uma certa forma, questionou o senhor sobre o fato de o senhor ter sido exonerado em Ribeirão Preto. Agora, o senhor falou na sua apresentação, na sua fala inicial, que o senhor pediu exoneração porque não havia mais ambiente político vamos dizer assim para continuar como seu trabalho na prefeitura. Quer dizer, eu até entendo dessa maneira porque, de fato, depois daquele episódio, talvez não houvesse mais condições. Foi isso que aconteceu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi isso. Inclusive, Senador, tenho muito bom-senso neste caso de avaliar que o prefeito à época não deveria ter-me mantido no cargo. Acho que se eu não me exonerasse ele talvez devesse me exonerar. Agora eu me exonerei porque achava que o comportamento havia sido de fato inadequado. A divulgação daquela fita, daquela conversa que eu tive com um empreiteiro foi feita a partir de um furto, de um membro do gabinete mesmo filiado ao PT que pegou na minha gaveta e levou aquilo a público, e acho que efetivamente eu não poderia constranger um governo que estava começando, o partido que andava bem, então eu me exonerei para poder fazer as investigações.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor viu alguma vez o Palocci pegando dinheiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor escutou alguma vez ele autorizando a que isso acontecesse?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nunca escutou e nunca viu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Nem nunca vi.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor teria algum indício de que o Ministro Palocci teria autorizado a que isso acontecesse?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, só os subjetivos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só os subjetivos. Quer dizer, o senhor falou em função de uma informação do Ralf Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. O dinheiro, os recursos saíam da empresa que eu era executivo, então eu via a materialidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª sabia os dois lados.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Esse dinheiro que saía da empresa o senhor fala que era de 93, os R$50 mil?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. Agora, de 2000, 2001.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então o senhor não tem informação, tem informação através do Sr. Ralf Barquete que isso acontecia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E que isso era dirigido ao PT.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Nunca viu e nunca ouviu alguma indicação do então prefeito de autorizar tal tipo de ação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Eu diretamente nunca vi.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Outra pessoa viu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei se alguém da empresa possa ter visto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor nunca viu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em relação à Gtech, no seu depoimento o senhor falou que a história não fechava direto. Como seria na sua interpretação para a história fechar? Como é a história da Gtech para ela fechar, no seu ponto de vista?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que era confirmar que houve pagamento a alguém.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E onde que o senhor acha que isso tem que ser buscado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que o pagamento feito à MM tem que ser esclarecido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor acha que é neste valor de 5 milhões que foi o valor da propina?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não posso afirmar, mas acho que esse pagamento tem que ser esclarecido para que a gente saiba se a história fecha ou não fecha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor acha que esse pagamento foi para o Waldomiro Diniz?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não posso afirmar isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não sabe para quem foi?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço à assessoria para colocar mais 3 minutos para o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o senhor acha que o Cachoeira divulgou a fita?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tenho condições de avaliar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Seria algum esquema não atendido?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não tenho condições de avaliar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não faz idéia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não há nenhuma ilação que possa ser feita nesse sentido?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Todos os contratos da Leão & Leão estão sendo investigados pelo Ministério Público, pela polícia? O senhor tem conhecimento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei se todos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A Leão & Leão trabalha na área do lixo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E obras.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com aquelas prefeituras eram contratos de lixo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Aquelas que eu mencionei eram contratos de lixo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em termos de obra o senhor pode mencionar algum contrato que a Leão & Leão tenha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Hoje eu não sei, porque já faz um ano e meio que estou fora da empresa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Essa empresa Triângulo do Sol é...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ela é acionista majoritária, a Leão & Leão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Acionista majoritária.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E ela tem algum contrato em São Paulo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tem. Não, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ela tem um contrato de concessão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De rodovia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De rodovia. A Triângulo do Sol é uma concessionária de rodovias.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Concessionária de rodovia que é da Leão & Leão...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Junto com o grupo português Somague.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor não sabe de nenhuma irregularidade com essa empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Certamente não existe, porque ela é uma empresa fiscalizada. Por ser uma concessionária, ela é fiscalizada permanentemente e é uma S.A.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor vê alguma relação entre a regulamentação dos jogos de bingo enviada pelo Governo Federal para o Congresso Nacional e os esquemas possíveis de doações ou algo semelhante, insinuados por vários Senadores?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não conheço a regulamentação ou quem ela beneficia. Então, seria leviano eu dizer que existe.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque se houvesse essa regulamentação, a Caixa Econômica Federal ficaria responsável, e Caixa Econômica é sinônimo de Gtech. Então, todas as máquinas...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ah, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... dos jogos e tal, as casas de bingo também, de certa forma, tudo seria coordenado pela Caixa, o que talvez tenha levado o Sr. Carlos Cachoeira a denunciar o fato. Não sei.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pode ser. Acho que merece a atenção.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agradeço, Sr. Presidente, Sr. Relator. Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixem-me registrar, com toda a franqueza, com toda a sinceridade, meu pensamento ao Dr. Rogério Buratti. Se me fosse dado o direito de conceder a delação premiada, o meu voto já estaria muito tendente a conceder-lhe esse benefício. Digo isso honestamente, porque V. Sª está falando de forma descontraída, não está se preocupando com a coerência da resposta anterior e parece-me solto nas suas respostas, embora contido em alguns momentos. V. Sª já concedeu aqui, pelas respostas dadas, alguns fortes indícios e conclusões.

Tenho uma suposição de que o que se está discutindo, ou seja, a prática da corrupção no atual Governo, produzindo o "mensalão", dentre outros fatos, vem de longe. Ela vem de "fabriquinhas" desde o tempo em que o Sr. Delúbio Soares foi indicado pela CUT para o Conselho do FAT; desde aquele tempo. Aí forneceu dinheiro para que facções do PT ganhassem umas da outras, usando uma arma nova chamada dinheiro. Daí, eles conseguiram ganhar eleições de prefeituras com dinheiro; conseguiram, com as prefeituras, fazer dinheiro, ganhar Governos de Estado até chegarem à campanha presidencial.

Nessa seqüência, V. Sª concedeu alguns indícios interessantes. Por exemplo, a "fabriquinha" de Ribeirão Preto. A Leão & Leão dava R$50 mil por mês para o Secretário da Fazenda Ralf Barquete, que Deus já levou, entregar – V. Sª afirmou – a Delúbio Soares, o mesmo Delúbio, o mesminho. Delúbio já vem lá de trás, é o mesmo. V. Sª não pode afirmar, mas supõe que um esquema desse – qualquer pessoa entende – só acontece com o conhecimento do chefe. Claro! V. Sª afirma positivamente.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É claro, a não ser que ele fosse um beócio, um mentecapto, um "escalabofético", que não soubesse o que se passa na soleira de sua porta. A "fabriquinha" vem de longe, e o esquema de corrupção já existe há bastante tempo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Exª não está se referindo ao Ministro José Dirceu, não é?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não seja venenoso, Senador José Jorge; não seja venenoso.

Passo ao segundo ponto. V. Sª fornece também indicadores importantes para que possamos chegar a conclusões e remover hábitos desinteressantes da vida pública brasileira. Do jogo do bicho, R$1 milhão foi destinado para a campanha de São Paulo, ou melhor, R$1 milhão para a campanha presidencial e pelo menos isso – talvez mais – por intermédio de Waldomiro, Rio de Janeiro. Tudo para a campanha presidencial, numa clara prática de tráfico de influência. O jogo do bicho existe acobertado por quem tem poder. O poder garantia a existência do jogo do bicho, que premiava os protetores com R$1 milhão para a campanha presidencial. Então, só estes dois fatos que V. Sª assevera já o credenciam, na minha opinião, ao benefício da delação premiada. Mas eu gostaria que V. Sª me satisfizesse algumas curiosidades. Eu não pretendo ir muito longe, não, Presidente. Algumas curiosidades. São curiosidades. Creio que nós estamos devendo um grande momento. Talvez V. Sª esteja vivendo um dos maiores momentos de sua vida, um dos mais importantes momentos de sua vida. V. Sª começou aqui fazendo um desabafo de ordem pessoal, que eu compreendo perfeitamente e respeito. Compreendo e respeito. E talvez seja o momento de a gente completar coisas, de amarrar coisas, de V. Sª ficar bem com a Nação, de V. Sª poder chegar ao *shopping* de sua cidade e ser apontado como um sujeito que praticou um erro, mas que teve a coragem de corrigi-lo com atitudes. Na sua hora da verdade, V. Sª falou a verdade. Essa é a sua hora.

No caso Gtech... É uma curiosidade, uma mera curiosidade, mera curiosidade. No caso Gtech, V. Sª disse – eu pude depreender – que V. Sª funcionou, como eu chamo no Nordeste, como um tapia. Tapia é aquele que é usado, uma espécie de fachada. V. Sª concorda comigo, porque quem conseguiu fazer o gol no contrato Gtech e Caixa foi Waldomiro, que estava a serviço da Casa Civil, e V. Sª, que tinha conhecimentos com o Ministro Palocci, foi refugado.

Uma curiosidade só: o Ministro Palocci sabia da propina que estava sendo oferecida? É só uma curiosidade. O Ministro Palocci tinha conhecimento de que, em torno desse assunto, tinha uma propina oferecida e que, ao final, ficou lá com o esquema da Casa Civil, ficou o Waldomiro, ficou lá – suponho – com o José Dirceu? Ele sabia disso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não posso afirmar que sabia, nem que não sabia, Senador. Eu tenho a impressão que naquele momento não sabia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Mas supunha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Até porque eu, que aqui estive presente, fui partícipe desse processo, eu vim a saber da eventual propina agora. Então, eu não sei se ele sabia ou não sabia. Eu tenderia a afirmar que não. Tenderia a afirmar, a supor que não. Mas, em função disto, em função de que a revelação

do pagamento efetuado a uma outra empresa veio a público apenas neste ano.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já havia, naquele momento de sessões entre a Casa Civil e o Ministério da Fazenda, desconfiança de prática de procedimentos pouco recomendáveis?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – As teóricas discordâncias entre os dois Ministérios, acho que sempre houve, sempre foram noticiadas, né.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL - RN) – Será que, em função dessa desconfiança, o Ministro Palocci não tenha ligado as antenas e visto que, por trás do procedimento da Casa Civil, Waldomiro, não havia uma propina, não havia um esquema de compensação financeira e que, por isso, tomou alguma precaução, alguma iniciativa, alguma coisa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pode ser.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É possível?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Faz sentido.Tem lógica.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Faz sentido. Aumentou a minha vontade de lhe conceder, se eu pudesse, a delação premiada.

Uma outra curiosidade: V. Sª é amigo pessoal do Ministro Palocci. Quem janta com o Ministro Palocci uma vez, duas vezes, mora na casa de um, mora na casa de outro pode-se dizer amigo pessoal, muito embora ele diga que não é amigo pessoal de V. Sª. Ele apenas o conhece, essa coisa toda.

Mas me atenda a uma outra curiosidade, Dr. Buratti. Foi divulgado com muita freqüência o número de telefone 8111-7197. Lembra-se desse número?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – 8111-7197.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas aí, Senador, eu não lembro porque eu sou a vítima da agenda eletrônica. Então...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Da agenda eletrônica.

Mas não seria esse o telefone celular direto do Ministro Palocci para o qual V. S.ª ligou algumas vezes?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pelo que vi na imprensa hoje, na Internet, esse era o telefone que ele atendia e o Ademilson também atendia. Então, eu liguei para esse telefone, às vezes, para falar com o Ademilson e, às vezes, falei com o Ministro Palocci nesse telefone.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ele atendia direto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, o Ademilson sempre atendia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E passava para ele?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Às vezes em que desejei falar com ele, que foi possível falar, ele passava.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com facilidade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não com facilidade porque não era sempre que ele estava junto ou em condições de atender.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Mas passava?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Várias vezes passou sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma curiosidade: conversavam sobre o que, Dr. Buratti, coisas de amigo ou outras coisas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Na verdade, o período de janeiro, boa parte das vezes não falei com ele, falei com o Ademilson, mas coisa de cumprimentar, de ver como está, coisas simples.

No período subseqüente, em que aparecem bastantes ligações em julho, eu falei mais com ele, mas foi sobre a doença do Ralf. Se os senhores pegarem as datas das ligações elas coincidem com a cronologia da doença do Ralf que era um amigo comum, o dia em que ele foi internado, o dia em que foi submetido a cirurgia. As ligações de julho correspondem a isso. As de janeiro, a maior parte das vezes não foi com o Ministro, foi com o Ademilson. Algumas vezes foi.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Mas ocorreu alguma vez de V. S.ª ligar para ele nesse telefone, no 81117197 ou no telefone de sua casa, que era 248-5961, e o Ministro atendeu o telefone celular ele próprio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, diretamente, nunca.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sempre era o Ademilson e passava para V. S.ª?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E conversavam sobre assuntos diversos dentre os quais a situação de saúde do Sr. Ralf Barquete?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em julho foi sempre foi sobre a situação de saúde do Ralf.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Em julho?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em julho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Nos outros meses, não.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas os outros eventos aconteceram em janeiro que é o período de início de Governo, eu liguei várias vezes e falei com o Ademilson e, algumas vezes, falei com o Ministro Palocci, mas não de assuntos até porque era muito inicio de Governo e nem havia assuntos.

Caso eu tivesse interesse em tráfico de influência não havia assuntos nesse sentido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – V. Sª é amigo pessoal do Ministro Palocci porque quem fala de amigos pessoais e com tanta freqüência e liga, ele atende...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que fui bastante amigo dele no período em que trabalhamos juntos e depois guardamos um respeito mútuo. Sempre, quando ele estava na Prefeitura de Ribeirão Preto ou quando era Deputado Federal, várias vezes conversava com ele e por vezes jantamos, mas são eventos que não são constantes. Agora, tenho certeza de que, se eu ligasse para o Ministro Palocci naquele período e ele pudesse, ele me atenderia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ele tem lhe procurado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. Desde que estourou esse problema com a Gtech, nem eu o procuro e nem ele me procura.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Nem por interpostas pessoas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Nem por interpostas pessoas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma outra curiosidade. Gostaria que V. Sª afirmasse se procede a ocorrência de uma reunião que teria ocorrido na terça-feira, dia 23, em São Paulo, no escritório do seu advogado, Dr. Telhada, reunindo V. S.ª e o Sr. Juscelino Dourado, Chefe de Gabinete do Ministro. Se essa reunião aconteceu terça-feira, anteontem, em São Paulo, no escritório do seu advogado, Dr. Telhada, reunindo Dr. Juscelino Dourado, Chefe de Gabinete do Ministro, V. S.ª e o advogado, Dr. Telhada, dentre outras pessoas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não aconteceu.

Estive no escritório do Dr. Telhada na segunda-feira e depois estive na casa dele. Não, ele esteve onde estive hospedado na quarta-feira, na terça-feira ele esteve aqui e, depois, ao sair, ele passou onde eu estava hospedado para conversar sobre o que havia tratado com os Senadores da comissão e também discutir a minha condição de vir aqui ou não na quarta ou hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não houve, portanto, reunião na terça-feira?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, até porque o Dr. Telhada estava aqui em Brasília na terça-feira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.ª, Senador Agripino e concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Depoente, Srs. Advogados, a primeira questão é em relação à mesma pergunta do Senador José Agripino, mas V. Sª tem conhecimento de que houve alguma reunião entre o Sr. Juscelino Dourado, Chefe de Gabinete do Ministro do Ministro Palocci, e o seu advogado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não tenho conhecimento e tenho a impressão de que não aconteceu. Ele não me disse que teria acontecido.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Segunda questão. Na realidade, V. Sª está dando grande colaboração a esta CPI. Efetivamente, os indícios que V. Sª colocou, principalmente naquela questão de Ribeirão Preto, da relação entre a Leão & Leão, a empresa, e a Prefeitura de Ribeirão Preto, são muito importantes, como também os da Gtech.

Mas eu acho que V. Sª daria uma colaboração ainda maior se revelasse os nomes dos tesoureiros que supostamente fizeram esses pagamentos, mesmo porque é uma informação que, bem ou mal, vamos descobrir, porque podemos ter acesso, na própria empresa, a quem eram os funcionários, com a abertura do segredo fiscal, telefônico, etc. Podemos ter acesso a quem eram os funcionários que – nós sabemos que não têm nada com isso, eram simples pagadores – faziam a entrega desse dinheiro.

Mas quanto mais cedo tivermos essas informações melhor, para que nós possamos inclusive encerrar esse caso. Então eu queria insistir com V. Sª para que dissesse quais eram esses funcionários, nem que não soubesse o tempo, etc., para, de certa maneira, simplificar o trabalho da CPI.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Como respondi ao Senador, eu gostaria de não fazer esse relato, porque eu tenho certeza de que vou transformar a vida dessa pessoa numa situação extremamente difícil.

Mesmo que a CPI, ou o Ministério Público, no inquérito, venha a descobrir, porque é um procedimento simples para se descobrir, a delação não é uma coisa que seja agradável ao homem, a pessoa nenhuma, principalmente de pessoas que você trabalhou com elas e sabe que não têm nenhuma responsabilidade.

Eu prefiro sempre dizer que essa era uma política que a empresa e a sua diretoria conheciam.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Está bom. Outra questão é em relação a dois trechos do depoimento sobre a Leão & Leão.

Na verdade V. Sª disse "que naquela época não sei se ocorreu pagamento; que na época do Prefeito Palocci esse dinheiro era entregue ao Secretário da Fazenda, Rui Barquete, e pelas amizades que eu tinha com Ralf [aliás, Ralf Barquete], sei que ele repassava o dinheiro ao diretório nacional, através do Sr. Delúbio Soares, com autorização do Prefeito Palocci; que o tesoureiro do PT era o Delúbio e, pelo que sei, o dinheiro era entregue ao Delúbio, deixando claro o convencimento que tenho, com a amizade de Ralf, que me confidenciava esse fato; que esse dinheiro foi pago mensalmente durante toda a gestão do Prefeito Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto, ou seja, durante dois anos; que quem indicou Ralf para receber esse dinheiro foi o próprio Prefeito, à empresa Leão, como eu integrava a diretoria, tinha conhecimento; que o Ralf apanhava o dinheiro na tesouraria da empresa, sendo que a pessoa que entregava era o gerente financeiro." Esse que V. Sª não quer dizer.

Na realidade, eu acho que V. Sª dá uma contribuição devido à posição peculiar que V. Sª tem, por ter participado dos dois lados desse contrato. Porque V. Sª trabalhou na Prefeitura de Ribeirão, portanto, tinha conhecimento e amizade com praticamente todos os membros da Prefeitura – V. Sª, um secretário, conhece todos os outros, então, V. Sª tinha amizade com todas essas pessoas – que, aliás, continuam, muitas, com o Ministro Palocci até hoje, e depois V. Sª foi trabalhar na Leão & Leão.

Então, V. Sª viu, participou desse pagamento. Na realidade, é uma questão que facilmente vai ser comprovada. Nós, da CPI, vamos ter elementos, vamos abrir os segredos fiscal e bancário de todas essas pessoas que efetivamente estavam participando desse processo.

Mas eu gostaria de passar às mãos de V. Sª esta planilha que inclusive foi citada aqui. Deixe-me ver a página certa aqui.

Essa planilha, V. Sª falou dela no seu depoimento ao Ministério Público que, nesse momento, ao ver – eu pediria a atenção do depoente. Tem dito o seguinte, Dr. Buratti: "Nesse momento, ao ver um balanço de despesa constante às folhas 42 e 84, posso falar, em relação a Ribeirão Preto, que efetivamente uma parte das despesas relacionadas era destinada ao Prefeito Municipal, conforme já esclarecido, além das outras despesas", etc., etc. Que se trata de um relatório gerencial e não contábil, sendo que uma parte das despesas era contabilizada. Entretanto, o valor do prefeito não era contabilizado, obviamente.

Era o que o Delúbio hoje chamaria de... Ele dá um nome especial.

Bom, aí nessa planilha, é essa planilha que está citada, essa que está com V. Sª?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não é. Essa, não conheço assim; essa não conheço porque é posterior à minha estada lá. Acho que a que eu me referi era uma outra planilha, que também está nos autos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É porque essa aqui, especificamente, coloca os valores, inclusive essas abreviaturas, por exemplo, SER é Sertãozinho, MT é Matão, RP é Ribeirão Preto, Prado, Muro Alto, e na planilha está aqui quinhentos mil e cinqüenta por mês, no caso de Ribeirão. Então, na verdade...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Senador, e essa planilha...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É na outra folha, a segunda folha.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu sei, eu vi. Essa planilha, inclusive, é do tempo, como eu não estava lá, é do tempo do prefeito posterior. Mas tem nos autos uma planilha que eu de fato reconheci.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Reconheceu. Então, na realidade, para obtenção dessas informações, o que se tem que se investigar é investigar a empresa Leão & Leão, suas planilhas, seus saques bancários, seus pagamentos bancários, normalmente todo saque bancário vai ficar registrado. Então, acho que V. Sª deu uma grande contribuição a esta CPI.

Por outro lado, em relação à questão se o Ministro Palocci sabia ou não, acho que isso é importante para o Presidente Lula. O Presidente Lula e o Ministro José Dirceu sempre dizem que não sabem de nada. Mas o Ministro Palocci, na sua entrevista, diz que se sente responsável sabendo ou não sabendo, que ele como prefeito, se ele não sabia, era responsável também.

Então, essa alegação – essa é importante saber – se ele sabia ou não sabia é válida para o Presidente Lula, para o Ministro José Dirceu, mas, graças a Deus, não é válida para o Ministro Palocci.

Em segundo lugar, em relação àquela questão dos bingos, ficamos com uma dúvida aqui. Quando V. Sª disse que os bicheiros do Rio, os bingueiros, fizeram uma doação de um milhão, que V. Sª soube, para o Presidente Lula, V. Sª falou a data janeiro. A doação foi em janeiro de 2003, ou V. Sª soube em janeiro de 2003? Ou as duas coisas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu soube em janeiro. A doação, o valor da doação, as condições da doação em relação ao Rio de Janeiro eu não conheço, tenho só notícias. Em relação a São Paulo,

é a informação que eu obtive junto ao que o Ralf me confidenciou. Mas foi no período eleitoral.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Foi no período eleitoral, quer dizer, não foi depois que o Presidente Lula já tinha assumido...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ...como é esse de Marcos Valério, que foi *a posteriori,* para pagar as dívidas de campanha?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, exato.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nessa planilha também, em lado de todos os municípios, esses municípios são aqueles onde havia serviço de lixo prestado pela... Esses municípios, por exemplo, Matão, Sertãozinho, Ribeirão Preto, Prado, Muro Alto, Taúba, Bebedouro, etc., eram exatamente aqueles em que havia prestação de serviços?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que não, Senador. Porque até o ponto que eu sei, como a planilha é do ano de 2004, da eleição de 2004, tem várias cidades aqui que identifico que a Leão nunca prestou serviços: Bebedouro, etc.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, não é. Agora, e esse P e R que tem logo após o nome do município? V. Sª sabe o que significa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – P e R?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Tem assim, por exemplo: Prado, P e R...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deve ser pago e resto a pagar.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não sabe, está bom.

Então, Sr. Presidente, na realidade, para encerrar, eu gostaria de dizer duas coisas: primeiro, essas datas da questão da Gtech, esse prazo de renovação era logo no início do Governo, quer dizer, esse prazo de renovação da Gtech, essa operação começou em janeiro, em fevereiro, no início do Governo do Presidente Lula. E é de estranhar que, já com dois meses de Governo, houvesse dois grupos querendo prestar serviços à Gtech para facilitar a renovação do contrato: um grupo supostamente ligado ao Ministro José Dirceu, por intermédio do Sr. Waldomiro, e outro grupo supostamente ligado ao Ministro da Fazenda - ou pelo menos as pessoas da Gtech pensavam -, para prestar serviço da mesma maneira.

Então, é de se estranhar que isso tenha ocorrido desde o início de um Governo, um Governo que depois se revelou profundamente corrupto, vamos dizer assim. Com tudo isso que está sendo revelado do "mensalão", de Marcos Valério, Delúbio Soares, etc, não podia funcionar diferente. Se, em janeiro, no mês que o Governo começou, dois grupos diferentes já brigavam, de certa maneira, para prestar serviço a uma empresa para renovar contrato com o Governo, então chegamos onde estamos porque já começou muito errado.

Em segundo lugar, o Ministro José Dirceu, em determinada entrevista, antes de começarem as CPIs, quando S. Exª estava lutando para que as CPIs não fossem feitas, disse uma frase que é a seguinte: "Qualquer CPI minimamente competente pega o Delúbio e o Silvinho". É uma frase que parece que ele estava adivinhando. Ele deve ter bola de cristal. Na realidade, a CPI nossa, mesmo com todas as dificuldades, pegou facilmente o Silvinho, com uma Land Rover ganha de presente, colocada no nome dele, de uma empreiteira da Petrobras. E, de certa maneira, a CPI pegou também o Delúbio, como talvez um PC aumentado. Quer dizer, Delúbio é o PC que deu certo, vamos dizer assim, de tanto dinheiro que ele movimentou.

Então, depois do depoimento de V. Sª, principalmente não só em relação ao caso da Gtech, mas principalmente no caso de Ribeirão, tenho que dizer a mesma coisa que o Ministro José Dirceu falou: qualquer CPI minimamente competente, infelizmente, vai pegar o Ministro Palocci.

Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Presidente. Vou tentar ser rápido. Apenas saí porque hoje é o Dia do Soldado e participei de uma homenagem a Caxias, que pregou a verdade, a honradez, a dignidade na formação da nacionalidade. Caxias é o patrono do nosso Exército, serviu nesta Casa e nos traz um exemplo de dignidade. E acho, Dr. Buratti, que seu depoimento nesta Comissão é histórico também, pois ocorre no dia das homenagens que estamos fazendo a esse homem que foi honrado e digno e que aprendeu que a conduta moral, a verdade tem que prevalecer sobre toda e qualquer tentativa de desmoralizar seus semelhantes. Tenho respeito pelo senhor também, Dr. Buratti.

Acho que a exposição inicial de V. Sª - que hoje vem acompanhado do nosso Dr. Telhada - demonstra que há o desejo da sinceridade, da honestidade, porque o senhor ficou num constrangimento de ordem pessoal. Não foi coibido, pressionado, até porque foi de sentimento íntimo. Não sei se estou certo, que o constrangimento se valeu da situação em que o senhor se encontrava durante o depoimento. É isso mesmo? Estou certo nisso? Porque a filmagem... Não sei se

o senhor sabia que estava sendo filmado. Sabia que estava sendo filmado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sabia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque, às vezes, na Polícia, quando se faz um depoimento aberto para buscar minorar a pena ou favorecer no processo criminal, alguns delegados gravam o depoimento para mostrar a sinceridade do depoente e mostrar que não há nenhum tipo de pressão.

O Dr. Telhada, por antecipação, segundo seu depoimento... O Senador José Jorge levou a cópia do depoimento que lhe emprestei, em que fiz anotações. S. Exª a carregou, doutor. Veja que coisa!

Mas procurei vê-lo direitinho, procurei ler o seu depoimento com atenção. Sei que há vários furos nele; gostaria de alguns esclarecimentos a respeito.

V. Sª fala nos saques mensais de R$50 mil para que não houvesse o atraso. Uma pessoa de Ribeirão me passou um fax agora. Infelizmente, não dá para eu comparar o depoimento. A ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura de Ribeirão Preto foi quebrada para cumprir o contrato com a Leão & Leão. É verdade isso? Nunca houve falha no pagamento, nunca houve atraso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Houve atraso. Sempre havia atraso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito grande?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No caso de Ribeirão Preto, dependia do período do ano. Quando chegava próximo ao final do ano, os atrasos eram grandes: eram de um, dois, três meses. E, perto do início do ano, eles se regularizavam pelo aumento da receita. Agora, sempre, Senador, em todas as cidades – não só em Ribeirão –, havia a quebra da ordem para pagamento do serviço de lixo, em função da necessidade do serviço continuado. Em Ribeirão, também se fazia isso com freqüência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era essa a razão do pagamento da propina?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não era.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor confirma que existiu a propina?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já falou aqui e disse que existe uma planilha, que não é esta, que confirma os saques.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, a propina foi paga.

Sei que o Senador Tião Viana foi claro em relação à honradez do Ministro. O que se discute aqui não é a honradez pessoal do Ministro, mas, sim, o comprometimento com o Partido de arrecadar. O Ministro não pôs os R$50 mil no bolso, o que fica claro aqui por todo o depoimento que V. Sª fez na Polícia e pelo depoimento que está fazendo aqui hoje. Mas o comprometimento era o de que repassasse, como obrigação, para que o Partido fizesse fundo de campanha. É isso que posso dizer que entendi?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Entendi isto: que havia o pagamento, mas não era para o Ministro pôr no bolso.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É isso que eu disse.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas ele não desconhecia e pedia que repassasse para o caixa do Partido.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por isso, quando o Senador Tião Viana fez a exposição, não deixei de concordar com S. Exª no aspecto da dignidade pessoal do Ministro. Mas o comprometimento moral com o Partido era o de que ele fizesse o repasse diretamente ao Partido. Fica claro que o dinheiro foi para o caixa do Partido.

Há aqui algumas expressões que foram usadas, durante algum tempo, por alguns líderes do PT – a imprensa veiculou: que teriam de ganhar a eleição a qualquer preço. Tinham de fazer acordo com qualquer Partido que se dispusesse a isso, oferecendo cargos e valores de qualquer forma. Isso praticamente casa com a idéia de que tinha de arrecadar dinheiro. Por isso, o Delúbio, como caixa de campanha... O senhor disse aqui que alguns pagamentos iam diretamente para o Delúbio. Ficou claro que este era o objetivo: eleger-se e se manter no poder. Por isso, continuou toda essa busca de meios financeiros para se manter no poder.

Penso que o PT acabou perdendo a razão de ser, quando apresentou uma dívida desse tamanho, diante de uma arrecadação mirabolante. A confusão é que nos traz a grande interrogação: para onde foi todo esse dinheiro e de onde veio todo esse dinheiro? O senhor já tem explicado aqui sobre uma parte, que é muito pouco diante de tudo que foi arrecadado.

No seu depoimento, diz o seguinte: "Nesse momento... efetivamente... parte das despesas relacionadas e destinadas ao Prefeito Municipal", ou seja, a despesa da Leão & Leão. Uma parte contabilizada. Era contabilizada essa saída?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Dependendo da forma... Sempre era contabilizado, dependendo da forma da saída.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor fala aqui em pagamento em dinheiro para algumas prefeituras, e outra, mediante notas compradas.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, é. A situação contábil...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Embora com prestação de serviço, compra de óleo e outros meios...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A situação contábil sempre é ajustada com base nessas notas. Você nunca tira o dinheiro sem uma nota.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas, quando era sacado em dinheiro, não tinha contabilidade, não é? Era por fora.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tinha, tinha. A nota justificava e dava respaldo contábil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Qual era a agência bancária que fazia o pagamento desse dinheiro, na boca do cofre, como diz o nosso Delúbio – nosso, que eu digo, da investigação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tinham dois bancos dentro da empresa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Outro dia, eu falei da nossa Jane aqui, e quase me mataram. Então, é uma forma de se relatar um inquérito policial. Vamos fazendo os preâmbulos e depois entramos no fato em si. Às vezes, nós referimos como "nosso", nossa investigação.

Havia duas agências bancárias dentro da Leão & Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – À época, é. O Bradesco e o Banespa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os pagamentos, todas as operações financeiras eram feitas por essas agências?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Todas, da empresa toda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, ficou claro, Sr. Presidente, quando eu falei para o senhor que os saques provavelmente eram feitos dentro da própria empresa, nas agências.

Quem convidou o senhor para trabalhar na Leão & Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O falecido fundador da empresa, Dr. Manoel Leão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele ainda não veio aqui ou já veio, Sr. Presidente?

(Risos.)

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele faleceu.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, é falecido.

Mas eu já disse aqui. A imprensa me perguntou como ia fazer com o Ralf. Eu disse que ia fazer um requerimento, fazer uma sessão espírita e trazer todo mundo que morreu, porque aí, provavelmente, conseguiremos esclarecer.

Isso tudo não impede que se quebre o sigilo bancário daqueles que infelizmente já faleceram, mas que poderão, sem dúvida alguma, ter escriturada, na sua contabilidade ou na sua declaração de Imposto de Renda, alguma coisa que venha a colaborar com a elucidação dos fatos.

Eu fiz confusão aqui, Sr. Presidente, porque o diretor da Gtech, quando veio aqui, fez uma agressão ilimitada à pessoa do Buratti, dizendo que o Buratti o procurou e exigiu seis milhões.

Praticamente ele destruiu sua imagem, Sr. Buratti, mais do que o que o senhor sofreu na delegacia. O senhor pode ter certeza. Se o senhor assistir ao filme da TV Senado, o senhor vai perceber que ficou muito mais acuado. Eu achei até que havia alguma coisa de estelionato no meio, pela forma como ele disse.

E o senhor vem e descreve perfeitamente os fatos que levaram a proposta da Gtech ao Ministério da Fazenda. Alguém o procurou... Quem foi o membro do Ministério? O senhor já repetiu. Peço desculpas.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ralf Barquete.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi ele mesmo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não teve mais ninguém?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, porque ele soube... O que ele me relatou à época é que ele...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, porque alguém saiu do Ministério para pedir para o senhor ir conversar com a GTech.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. O Ralf me relatou que, dentro da Caixa Econômica, a Gtech procurou alguém que pudesse dialogar com o Ministro Palocci. Aí indicaram...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Indicaram o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, indicaram o Ralf, que tinha sido secretário do Palocci. Aí, o Ralf não queria fazer esse tipo de conversa, ele não estava lá para isso. Ele me perguntou se eu ouvia. Eu ouvi. Aí, transmiti a ele...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que proposta a Gtech fez? E o senhor comunicou ao Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. A Gtech tinha...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não sei se já fizeram aqui essa pergunta. Se fizeram, o senhor não precisa responder outra vez.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perguntaram, mas eu posso responder.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tudo bem, eu não quero cansá-lo. Eu posso ler. Como o Senador disse por duas ou quatro vezes, se o senhor não quiser responder, está tudo bem, porque podemos ler o seu depoimento. Mas, se responder, eu agradeço.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Está bem.

A Gtech tinha um processo de renovação já em andamento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aquela em que surgiram os 15% de desconto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. E a Caixa Federal estava sendo rigorosa nessa negociação. A Gtech, em determinado momento, julgou que essa notícia de endurecimento teria vindo do Ministério da Fazenda. Aí, procurou, dentro da Caixa, alguém que pudesse dialogar com o Ministério da Fazenda. Foi indicado que o Ralf era uma pessoa que havia trabalhado com o Ministro. E ele me pediu para fazer a conversa. Paralelamente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o senhor...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) – Foi nessa ocasião...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Perdão?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) – Foi nessa ocasião que o cara da Gtech, ou alguém disse ao cara da Gtech - eu não sei bem - que, em vez de 15%, poderiam ser 8%, e ele ficaria com 7%? É isso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi essa a argumentação do Marcelo Rovai aqui. Paralelamente, eles também... Eu já tinha mantido contato com Enrico Gianelli. Então, eles chegaram a mim não por intermédio do Ralf, e, sim, por intermédio do Enrico Gianelli. E eles queriam melhorar os padrões de renovação. Para isso, ofereceram de 500 mil a 16 milhões, que foi negado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL - BA) – Quanto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De R$500 mil, em uma hipótese ruim, ou seja, mantendo a negociação que a Caixa já tinha feito, sem muita alteração, e 16 milhões, se diminuísse sensivelmente o desconto e fizesse a renovação no prazo máximo. E aí...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – E o senhor retransmitiu ao Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – ...e não seriam para mim os recursos, eu era intermediário...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O senhor retransmitiu ao Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – O senhor acha que o Ralf levou ao Ministério?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acredito que sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Porque ele trouxe uma resposta que era inaceitável, porque o Ministro não queria se envolver.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que está aqui não é que ele não aceitou.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Que ele não iria se envolver.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Não quis se envolver. Pode ter havido a negociação, então?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acredito que, por intermédio dele, não, porque ele não queria se envolver.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Não. Não estou falando que é ele, nem posso acusar.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Pode ter havido alguma negociação com alguém.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Porque o diretor da GTech disse aqui que o senhor o chamou de burro. Que eles não precisavam ter dado o desconto que o senhor teria resolvido muito melhor com a renovação, mais tempo e sem precisar de desconto. Só que, se a gente analisar a planilha, o desconto, em seguida, houve um reajuste de preço nas apostas. Se a GTech ia ganhar um, ganhou cem, porque houve, provavelmente...

Por isso, estou desconfiado de que houve realmente um acordo muito claro nisso. Os Senadores estavam presentes quando foi dito aqui que o senhor os chamou de burros, quando o senhor foi lá e disse que eles não deviam ter feito o negócio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mais um minutinho, Sr Presidente?

Aqui há nove renovações de contrato com dispensa de licitação - pelo menos é essa a informação, Dr. Buratti: coleta de material vegetal; operação aterro sanitário, quatro; serviço de limpeza de vias alagadas; reconstrução de ponte; serviço de desassoreamento; serviço de limpeza de vias públicas alagadas.

Isso é emergencial. Eu concordo até que não seja preciso licitação, mas há R$4,124 milhões em contratos sem licitação. O senhor teve conhecimento disso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Os contratos de renovação do aterro - o senhor falando, eu me recordei - foram sempre... Quando houve a troca na prefeitura do ex-prefeito falecido Roberto Jábali para o prefeito Palocci, ele recebeu um contrato emergencial de aterro sanitário, de operação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Não vencido ainda?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É, porque a prefeitura estava preparando a licitação e nunca conseguia fazer, porque havia impugnações, etc. Isso se prorrogou durante uns seis meses, acho, no Governo Palocci. Então, o contrato era renovado a cada três meses, os de operação de aterro. Os outros são emergenciais mesmo. Depois, houve a licitação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Só uma pergunta aqui: como o senhor falou em bingo – e, objetivamente, a importância maior aqui é bingo -, o senhor conhece Osvaldo Antônio de Souza, de São Paulo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Pelo seguinte... Eu não posso acusar, Presidente e Relator, mas a conversa de familiares desse senhor...

Eu estou pedindo à Receita, vou requerer que ela nos mande algumas representações sobre a investigação em bingos, inclusive transferência de dinheiro para **offshore** no Uruguai.

Pois bem, ele dizia claramente que havia necessidade de contribuir para o caixa do PT – desculpe-me o Deputado José Dirceu, não vou acusá-lo, mas ele dizia que tinha a garantia do José Dirceu de que tudo seria legalizado, de que não haveria nenhuma perseguição aos bingos, desde que o Lula fosse eleito. Realmente, veio aqui a proposta, um dos primeiros atos, um projeto de regularização...

Desculpe-me, Sr. Presidente. O meu tempo está esgotado.

Não sei se o senhor tem conhecimento desse fato.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não tenho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – E esse um milhão foi dado diretamente para o caixa do PT. Aí já era para o Delúbio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Agradeço.

Sr. Buratti, antes de encerrar, eu, que ouvi tudo, tive uma dúvida sobre o relacionamento do senhor com o Sr. Enrico Gianelli. Parece-me que o senhor tenta protegê-lo.

Minha primeira pergunta é a seguinte: desde quando o senhor conhece Enrico Gianelli? Como o conheceu? Quero deixar claro ao senhor – que tem colaborado e quero agradecer-lhe – que o Sr. Gianelli estará aqui na próxima terça-feira. Será reconvocado. Devo dizer-lhe que, nesta minha primeira pergunta, vou trabalhar mais em cima dessa situação, para que fique esclarecido: desde quando o senhor conhece Enrico Gianelli e como o conheceu?

É por esse ponto que quero começar minhas perguntas a V. Sª.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu o conheci em fevereiro de 2003, em uma loja da Harley-Davidson, em São Paulo. Foi dessa forma que o conheci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Ele já advogou para o senhor? O Sr. Gianelli é advogado. Ele já advogou para o senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já trabalharam juntos como advogados?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Ele me fez uma – não chegou a ser proposta – sondagem sobre se eu teria interesse em atuar junto ao escritório dele nos processos relativos à Caixa Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele exerce outra atividade, além da advocacia? V. Sª tem conhecimento?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Tenho a impressão... Tenho a impressão, não: ele me falou, após sua saída do escritório em que trabalhava, que ele estava trabalhando no SBT, em uma assessoria ao SBT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No SBT. Televisão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No sistema?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No sistema.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sabe onde ele trabalhava antes de ser advogado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando esteve com ele pela última vez? V. Sª se lembra de quando esteve com ele pela última vez?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que em maio de 2004, algo assim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso foi um contato pessoal? E contato telefônico?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Telefônico, pois nós nos falamos algumas vezes, e pessoal. Na verdade, foi o período em que houve esse...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De maio para cá, não conversou mais com ele? Nem por telefone?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Por telefone, conversei...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Recentemente?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Recentemente, não. Conversei em setembro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nesses últimos dez dias não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Asseguro-lhe que não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe por que ele resiste tanto em comparecer a esta CPI?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele já foi ao Supremo e conseguiu um **habeas corpus** para não vir depor! Não foi para ficar calado e outras coisas mais.

O senhor não sabe por que ele resiste tanto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sabe dizer se ele teve alguma filiação a partido político?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. Sabe se advogou para algum partido?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que foi o Sr. Ralf Barquete, já falecido, que convidou o senhor para entrar na Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. O Ralf relatou-me que a Gtech havia, dentro da Caixa Federal, procurado alguma pessoa que pudesse fazer algum contato com o Ministério da Fazenda. Na Caixa Federal, o Ralf tinha sido Secretário Municipal do então Prefeito Palocci. Então, indicaram a ele. Ao mesmo tempo, foi indicado para que conversasse com a pessoa que conhecia o Enrico Gianelli, que era eu. Então, foi uma ação de dupla mão. Quem introduziu a conversa com a Gtech, efetivamente, foi Enrico Gianelli. A razão que me fez conversar com a Gtech foi o contato com o Ralf.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Interessante. Quero que o senhor confirme: o senhor tem conhecimento do depoimento que deu, no dia 28/09/2004, à Polícia Federal? Perfeito?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou ler só um trecho. É claro que V. Sª vai confirmar, já que foi assinado. "Que conheceu Enrico Gianelli, advogado, no período de fevereiro e março de 2003, na cidade de São Paulo, em um encontro de motociclistas" - como V. Sª acabou de dizer. V. Sª disse que todos os dois são motociclistas. "Que, nesse encontro, iniciaram uma relação de amizade, e, em determinado momento, o Enrico convidou o declarante para trabalhar com ele como advogado, nos processos em que atuava, inclusive nas ações cíveis que a Gtech movia contra a Caixa Econômica Federal."

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeito?

"Que posteriormente, salvo engano, entre 25 de março e o início de abril de 2003 - foi o período daquela renovação, a renovação do contrato da Gtech; com toda certeza, antes de se dar a renovação do contrato; foi o período com a Caixa Econômica -, Enrico Gianelli lhe informou que dois executivos da Gtech queriam ter uma reunião consigo no Blue Tree".

É verdade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Houve a reunião?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Houve a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Houve a reunião. E trataram de que nessa reunião?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Foi a reunião onde os executivos da Gtech me propuseram o pagamento da comissão de 500 mil a 16 milhões, para que levasse ao PT, para que se melhorassem as condições de renovação do contrato com a Caixa Econômica Federal, que estava sendo, nas palavras dele, extremamente dura na negociação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor levou a quem do PT? Qual foi a pessoa do PT a quem o senhor levou essa proposta?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Levei ao Ralf, ao meu amigo Ralf.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ralf?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Que já sabia. Na verdade, nesse depoimento, eu não tinha feito esta declaração: na verdade, o Ralf já sabia, porque a Gtech havia procurado dentro da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem eram os dois executivos? O senhor se lembra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Era o Marcelo Rovai, e acho que Marco Antônio Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Marcos Andrade?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Marcos Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Marcos Andrade.

Muito bem, quer dizer que o Sr. Ralf levou isso para o PT, e, claro, não vamos ter como saber desse nome. V. Sª nem desconfia de quem era esse nome?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Como?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não desconfia de quem era esse nome que estava negociando em nome do PT?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ah, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu ouvi, eu ouvi conversas variadas que seria....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ouviu o quê? Cite dois nomes que o senhor ouviu do PT ou operadores.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu ouvi o nome do Waldomiro Diniz, por parte do Enrico Gianelli.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Waldomiro Diniz, por parte do Gianelli.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É. Somente. Os executivos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Gianelli tinha um bom relacionamento com o Waldomiro Diniz?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu acho que ele não o conhecia também, ou, se o conhecia, não tinha relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como é que ele citava o nome de Waldomiro?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Porque existiu algum tipo de contradição, Sr. Presidente, na renovação, que eu não conheço - e o Enrico talvez esclareça -, porque, logo depois da renovação dos termos, o Enrico foi afastado da Gtech. Então, eu não conheço a seqüência desses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem! Tinha muita gente aqui preocupada. O que significa este nome para o senhor? S-P-E-R-I-O. Sperio? Quem é Sperio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Hum?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é esse nome Sperio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – S-P-R-O?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – S-P-E-R-I-O.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, Sperio foi um engenheiro que trabalhou na Leão & Leão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem era esse cidadão Sperio? Porque me parece que havia aqui uma dúvida de alguma coisa. O senhor se lembra desse cidadão na Leão & Leão? O que ele fazia?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ele era um gerente operacional.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O gerente operacional faz o quê, ou fazia o quê, na Leão & Leão?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Ah, ele coordenava o trabalho das equipes de campo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Era engenheiro de campo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Carregava mala de dinheiro ou não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

Porque eu sou engenheiro também e, antes de ser Parlamentar, eu trabalhei, mas não tinha a mala. Mas olhe aqui o que disse o senhor no seu depoimento na Delegacia Seccional da Polícia de Ribeirão Preto - eu acho que nós descobrimos o nome que levava o dinheiro, porque V. Sª não quis fazer. Está escrito aqui, palavras de V. Sª: "que o dinheiro era levado diretamente ao prefeito, sendo o mesmo gerente operacional que atuava em Matão, que, pelo que me lembre, num determinado período, seria a pessoa de Sperio, sendo gerente operacional".

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, eu acho que esse é o cidadão que pode ser convocado, que era o homem que levava o dinheiro, que V. Sª não diz.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Esse, no caso de Matão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem descobriu foi aqui, no estudo que foi feito. Então, não foi V. Sª. V. Sª não delatou ninguém. Está aqui. O senhor sabe o sobrenome do Sr. Sperio?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei. Eu acho que Sperio deve ser sobrenome.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sobrenome?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No caso de Matão e Monte Alto, isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Matão e Monte Alto?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom, mas o Sr. Sperio deve saber quem são os outros. Se ele era o gerente operacional...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Daquela área.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ...ele mandava os outros para outros cantos. Porque o que nós temos aqui - e parece-me que não há como se enganar -, essas tabelas que foram aprendidas são várias. Tem aqui RP, que deve ser Ribeirão Preto; AR deve ser Araraquara; BAR, Barretos; MA, Matão; MT, Monte Alto; SER, Sertãozinho, além de Tauba, que deve ser Taubaté; Bebedouro, Jaboticabal A e B e FRA, que deve ser Franca, A e B.

Agora, veja bem: o período em que mais se liberou dinheiro nestas tabelas foi entre julho e setembro, exatamente no período pré-eleitoral. E devo adiantar ainda que vai ser feita uma avaliação; o senhor não vai ter que responder nada disso. Só por curiosidade, no caso de RP, só em uma tabela, tem nada mais, nada menos, se nós somarmos o R e o P – tem um P e um R; não sei se é pago ou se é resto a pagar, se um é pago e outro é o que restou e depois foi pago –, são quase R$5 milhões; para ser exato R$4.900 milhões só para RP em uma das tabelas.

Lá na frente aparece RP de novo, com 500, que foram distribuídos em maio e junho.

O interessante é que, no caso de Ribeirão Preto, permanece o pagamento, não pára; vai até o mês de dezembro. E, no fim, consta um saldo. E, por incrível que pareça, também na Leão & Leão, tem um "mensalãozinho", porque tinha esses maiores, de 50, de 100, de 170, de 180, mas no fim tem aqui: Tim, 10 – acho que não é a telefônica, não –, W. Gomes, 5; Vandeir, 5; Rafael, 10; Chiarelli, 10; João Alberto, 5; J. Aprígio, Sobral, Beto Canguçu... O senhor conhece Beto Canguçu?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – É vereador do PT em Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É? Então a turma ia embaixo também. Turquinho. Quem é Turquinho?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Acho que é um Vereador de Araraquara.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do PT também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é do PT, é de outro. Então, aqui tudo é vereador? Ademir, Turquinho, Cícero, Nicanor, Leopoldo, Beto Canguçu, Sobral, J. Aprígio, J. Alfredo, Chiarelli, Rafael, Vandeir, W. Gomes e Tim. Nessa turma, o maior que tem é de 15; o resto é 5, 10, 20.

Está aqui. Nós vamos fazer uma avaliação disso. Quero dizer ao senhor que está aqui somado. Só nesta folha, deu um somatório razoável: R$4.881 milhões só em uma das folhas para Ribeirão Preto. Então, realmente não era pouco dinheiro, não era coisa de cinqüenta reais.

Isso está aí, à disposição. Nós vamos fazer uma avaliação. O Spério, nós vamos esperar para ver quem é. E, satisfeito, não vou fazer mais nenhuma pergunta a V. Sª.

Quero agradecer a V. Sª, mas antes vamos ouvir o nosso Relator, que está aqui. Peço a toda a assessoria que se dedique à análise desta situação.

De minha parte, Sr. Buratti, muito obrigado.

Eu queria ouvir ainda o nosso Relator.

Antes, porém, para que o Relator encerre, tenho aqui quatro requerimentos que queria propor ao entendimento...

Senador Tião Viana, o primeiro de V. Exª:

"Requeiro, nos termos regimentais, a retirada dos requerimentos de convocação do Sr. Antony Garotinho e da Srª Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, para depor nesta CPI."

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) **–** Sr. Presidente, queria uma informação. O Senador Tião Viana está pedindo para "desconvocar". Foi ele quem pediu para convocar?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A convocação partiu do próprio Senador.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há ainda dois requerimentos. Um é de autoria do Senador Romeu Tuma e do Senador Alvaro Dias:

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que seja convocado o Sr. Wilney Barquete, ex-Presidente da Empresa Leão Ambiental."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

E o último requerimento, também de autoria do Senador Romeu Tuma e do Senador Alvaro Dias:

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que seja convocada a Srª

Sueli Ribas, viúva do Sr. Ralf Barquete Santos, ex-Secretário da Fazenda da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves para as considerações finais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Sr. Presidente, apenas algumas perguntas rápidas.

Sr. Rogério Buratti, o senhor fez, alguma vez, remessa de dinheiro para o exterior?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Quando o senhor foi ao Panamá, teve algum objetivo de adquirir ou constituir uma empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – O senhor adquiriu ou constituiu empresa no exterior?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Em 2002 – acho que esta pergunta foi feita pelo Senador Alvaro Dias, mas ela não foi feita com estes detalhes –, a Prefeitura de Ribeirão Preto fez uma licitação casada para merenda escolar e cesta básica, no valor de R$25 milhões. Os produtos especificados eram molho de tomate refogado e peneirado com ervilha, embalagem de 340 gramas e molho de tomate peneirado com frango defumado, embalagem de 340 gramas.

Esses produtos, com essas especificações, são produzidos apenas pela Empresa Oderich. O senhor conhece essa empresa?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Conheci esse fato pela imprensa, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – O senhor não tomou conhecimento disso?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, somente pela imprensa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Porque o que se diz, o que se afirma aqui é que, tendo em vista a licitação, outras empresas tentaram comprar o produto que se negou a fornecer. No final, apenas as empresas Cathita, Thatica e Gesa participaram da licitação. Os proprietários dessas três empresas são parentes.

V. Sª tem conhecimento dessa licitação?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, apenas pela imprensa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Era comum esse tipo de licitação, sabe dizer?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – O senhor sabe quem são os sócios da Empresa Triângulo do Sol?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Sei. É o Grupo Leão & Leão e o Grupo Somague, de Portugal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – São os mesmos das empresas de ônibus Costa do Sol, Expresso Nova Cuiabá e Solbus Transportes?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, com certeza não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – O senhor está afirmando?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – A Leão & Leão não é. O Grupo Braest, nunca ouvi falar que fosse.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – O telefone que V. Sª me pediu, diante daqueles telefonemas que revelei que o senhor tinha dado, é o 81110335. Esse foi o que o senhor ligou.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Esse foi de onde eu liguei? Esse foi o que originou a chamada?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Foi o que originou a chamada. O telefone do destino é um telefone internacional, dos Estados Unidos, em Miami: 1.305.5798943.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O 0335 não era um telefone que eu usava, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que esse telefone...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu usava o 81110315.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então não é esse o seu telefone?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, eu usava o 0315.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E eventualmente o senhor se lembra de...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...pode ter usado esse número?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não me lembro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque a ligação está... Quer dizer, o telefone está no seu nome. O telefone está no nome do senhor.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Mas o que eu usava era o 0315; esse, sim, ficou comigo bastante tempo, depois transferi para meu filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E esse telefone de destino?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se lembra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pergunto ao depoente se tem alguma coisa a aduzir.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não. Agradeço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer a presença do Dr. Rogério Tadeu Buratti e de seus advogados e declarar encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h37min)

Ata da 17ª Reunião, Realizada em 30 de agosto de 2005 e 31 de agosto de 2005

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às doze horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Efraim Morais, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Sibá Machado, Tião Viana, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Demóstenes Torres, membros, e os Senadores Álvaro Dias, Eduardo Suplicy, José Agripino Maia e José Jorge, não membros,reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva dos Srs. Enrico Gianelli, ex-Advogado da Gtech e Juscelino Dourado, Chefe de Gabinete do Ministro. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 137/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja encaminhado ofício a Caixa Econômica Federal, solicitando o envio a esta Comissão, de auditoria ou qualquer outro procedimento administrativo realizado sobre o contrato em vigor da empresa Gtech com a Caixa Econômica Federal. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 136/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja encaminhado ofício a empresa Leão e Leão, solicitando informações quanto ao nome do responsável financeiro da referida empresa "Gerente e/ou Diretor Financeiro" no período de 1992 a 2004. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, solicita que seja feita uma correção ao requerimento de sua autoria ficando com a seguinte redação: ***"solicitando o envio a esta Comissão, Relatório de auditoria ou de qualquer outro procedimento administrativo realizado sobre o contrato em vigor da empresa Gtech com a Caixa Econômica Federal".*** **Requerimento nº 138/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação da Sr. Wladimir Poleto, para prestar depoimento a CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 139/05,** de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, requerem a convocação da Sr. Paulo Okamoto, para prestar depoimento a CPI. Em votação, é aprovado. A seguir, convida o Senhor Enrico Gianelli, para tomar assento a Mesa, e informa que o depoente encontra-se em poder de Hábeas Corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita manifesta sua estranheza pelo fato da ausência de critérios de concessão a de liminares a depoentes na CPI. Com a palavra o depoente para suas considerações iniciais. Com a palavra o Senador Magno Malta, apóia as palavras do Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra o Senhor Relator indaga ao depoente sobre a liminar apresentada. O depoente passa a leitura da referida liminar. A presidência informa que a liminar apresentada foi primeira liminar apresentada e que não existe nenhuma liminar concedida para a presente reunião. Usam da palavra os Senadores Leonel Pavan, Geraldo Mesquita. A presidência solicita ao depoente que assine o Termo de Compromisso e, passa a seguir a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente presta esclarecimentos, enfatizando que não era funcionário da Gteck e tece considerações sobre suas atividades jurídicas para a empresa justificando-se pelo não comparecimento para prestar depoimento a CPI, em reunião anteriormente agendada. Assume a presidência o Senador Efraim Morais. O Relator solicita que seja passada a gravação da conversa ocorrida entre o depoente e o Senhor Rogério Buratti. Após a oitiva da gravação, usam da palavra os Senhores Senadores Efraim Morais, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavão José Jorge e Tião Viana. O Relator prossegue com as interpelações. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita sugere que a reunião seja transformada em reservada. A reunião é suspensa por dez minutos. Reaberta a reunião, Usam da palavra pela ordem os

Senhores Senadores Leonel Pavan, Tião Viana, Romeu Tuma, Efraim Morais, Geraldo Mesquita. A presidência solicita ao Advogado do Senhor Enrico Gianelli, esclareça tecnicamente sobre o termo "Advertência". Após os esclarecimentos prestados pelo Advogado, a presidência informa que há uma solicitação da Mesa Diretora que suspenda os trabalhos da Comissão em virtude do início da Ordem do Dia e de acordo com o preceito Regimental a presidência suspende a presente reunião retomando seus trabalho amanhã. Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais, é reaberta a reunião e convida o Senhor Juscelino Antônio Dourado, Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho e Tião Viana. Com a palavra o depoente tece considerações sobre sua trajetória na militância Política no PT. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para inquirir o depoente, seguido de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Leonel Pavan, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma e Flávio Arns. O Senador Eduardo Suplicy pede a palavra pela ordem e comenta sobre o comício realizado em 1996 em São Paulo e presta seu testemunho sobre a idoneidade do depoente. Prosseguindo na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Geraldo Mesquita, José Jorge, Tião Viana, Leonel Pavan e Valdir Raupp. A presidência informa que há uma solicitação da Mesa Diretora que suspenda os trabalhos da Comissão em virtude do início da Ordem do Dia e de acordo com o preceito Regimental a presidência suspende a presente reunião. Reaberto os trabalhos usam da palavra para inquirir o depoente os Senhores Senadores Flávio Arns, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Magno Malta e o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se ao depoimento dos Srs. Enrico Gianelli, ex-advogado da Gtech, e Juscelino Dourado, chefe de gabinete do Ministro da Fazenda.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

A Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de convidar os depoentes, quero submeter à votação alguns requerimentos constantes na mesa. O primeiro é de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requerendo, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ofício à Presidência da Caixa Econômica Federal, solicitando o envio a esta Comissão de auditoria ou qualquer outro procedimento administrativo, realizado sobre o contrato em vigor da empresa Gtech com aquela instituição.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento também de autoria do Senador Geraldo Mesquita: requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ofício à empresa Leão & Leão, empresa responsável pela coleta de lixo na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, solicitando informações quanto ao nome do responsável financeiro da empresa Leão & Leão, gerente financeiro, diretor financeiro ou qualquer outra denominação utilizada pela empresa para esse cargo, no período de 1992 a 2004.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Só para evitar algum equívoco. Se for possível, eu queria emendar a redação do primeiro requerimento para "envio a esta Comissão de relatório de auditoria" ou de qualquer outro procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Apenas uma emenda de redação...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Uma emenda de redação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – ... que é acolhida prontamente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª pode fazê-lo.

E requerimento de autoria do Sr. Relator Garibaldi Alves.

Nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Wladimir Poletto seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Estou aguardando o requerimento que o Senador Antonio Carlos Magalhães deve encaminhar à Mesa para que aproveitemos e já apreciemos também esse. (Pausa.)

Requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães: nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Paulo Okamotto seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em seqüência, solicito à Secretaria da Comissão que dê entrada ao Sr. Enrico Gianelli para que possa prestar seus esclarecimentos à Comissão.

Comunico aos Srs. Senadores que o Sr. Enrico Gianelli, ex-advogado da Gtech, está de posse de um mandado de segurança que o exime de depor quanto ao que ele julgar possa prejudicá-lo, ou prejudicar o seu cliente.

Concedo ao Sr. Enrico Gianelli o tempo que ele desejar para sua explanação inicial.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Por favor, a decisão judicial foi prolatada por quem?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Ministro Marco Aurélio.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quero mais uma vez registrar a minha estranheza, a minha tristeza inclusive, pelo fato de decisões como essa serem prolatadas, a meu ver, sem critério definido, fazendo com que uns aqui venham acobertados por uma proteção judicial, e outros não a obtenham, fazendo com que tenhamos o direito de prejulgar e entender a ausência de critério. Se o critério é permitir ou, por outra, assegurar que ninguém possa se auto-incriminar, creio que uma decisão dessa deveria ser adotada em relação a todos. Agora, no momento em que a mais alta corte do País passa a decidir, ora concedendo, ora negando, tenho o direito de entender que falta àquela corte, com todo o respeito, o critério devido para a concessão de decisões como essa.

Quero aqui deixar, mais uma vez, registrada a minha estranheza, a minha decepção, eu diria, pelo fato de que esta Comissão talvez esteja sendo vista como aquele ambiente em que as pessoas vêm aqui para serem agredidas, tratadas com desrespeito, quando, na verdade, não se trata disso. As pessoas que vêm aqui têm sido respeitadas. Como já disse de outra feita, não estamos aqui para morder ninguém.

Então quero, mais uma vez, deixar aqui registrada a minha estranheza em face de decisões como essa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A indignação de V. Exª fica registrada.

Concedo, portanto, a palavra ao depoente, Dr. Enrico Gianelli.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, eu gostaria de, em primeiro lugar, humildemente, pedir desculpas a V. Exªs por esses mal-entendidos. Não houve de minha parte, em hipótese alguma, qualquer tipo de... Nem me passou pela cabeça afrontar esta Casa, ou qualquer um dos senhores. Tampouco recorri ao Supremo para garantir um direito de mentir. Eu jamais mentiria. Mentir não é algo que, inclusive, a minha mãe me ensinou.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor o solicitou para garantir o quê?

O SR. ENRICO GIANELLI – Vou explicar. Na verdade, trata-se de direito constitucionalmente amparado, do qual um profissional do direito não deve e não pode abrir mão, pois o sigilo profissional ultrapassa os limites do interesse individual e dos direitos disponíveis para alcançar a condição de interesse público, impondo ao advogado, e ao Estado, portanto, o dever de observá-lo e respeitá-lo. A segurança do sigilo deve existir no cliente e na sociedade em geral, sob pena de se comprometer a confiança no processo legal, no exercício de profissão essencial à administração da Justiça e,

na própria Justiça, paradigmas do Estado democrático de Direito. A única razão de eu ter ido ao Supremo foi para ver garantido um direito que não é nem meu, mas de toda a classe dos advogados. E mais, eu ousaria dizer: não é só da classe dos advogados, mas dos jornalistas, dos médicos...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas o senhor não precisa disso. O Estatuto da Ordem lhe garante essa prerrogativa. O senhor não precisava de um mandado de segurança ou de um **habeas corpus** para vir dizer o que está dizendo.

O SR. ENRICO GIANELLI – O senhor tem certa razão. Eu até concordo com o senhor, mas esse é um fato. Eu gostaria de deixar claro que não me escondi atrás disso. Foi apenas uma segurança profissional de exercer um direito que, repito, não é meu. Eu poderia estar aqui ou não, inclusive, essa liminar me garantiria o direito de não estar aqui, mas estou aqui, em respeito a V. Exªs, em respeito à verdade, em respeito à imprensa, em respeito a todos, até ao próprio povo brasileiro, como constou em alguns artigos de jornais, para esclarecer o que eu puder como profissional do Direito, desde que respeitadas as minhas prerrogativas de advogado e sem com isso afrontar nenhum dos senhores e esta Casa, em hipótese alguma. Nunca foi essa a minha intenção. Jamais faria isso. Como eu disse, se eu fizesse isso, acho que apanharia da minha mãe, porque não foi isso que ela me ensinou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu gostaria de pedir, antes de conceder a palavra a V. Exª, que o deixássemos concluir a parte explanativa para, depois, então, ouvido o Relator, cada qual ter a oportunidade de discutir.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É só para dizer algo ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Isso também a mim revolta muito, mas é um direito que o cidadão tem, que todos nós temos, de recorrer à Justiça.

Digo isso, Senador Geraldo, porque, quando presidi a CPI do Narcotráfico, algumas pessoas vieram depor com **habeas corpus** preventivo. E como nós trabalhávamos de forma articulada com o Ministério Público, durante o depoimento, trabalhávamos calados para derrubar esse instrumento. Fazíamos depoimentos de quinze, dezessete horas, alternando e, ao final, já tínhamos derrubado o **habeas corpus** preventivo. Muitas prisões foram feitas na CPI do Narcotráfico depois que derrubamos o **habeas corpus** preventivo.

Então, se existe alguma coisa, de fato, contundente na vida do indivíduo que está depondo, a Mesa da CPI tem um tempo, junto ao Ministério Público, para correr atrás disso e o juiz federal está aí para resolver a pendenga. Era assim que fazíamos. Direito o cidadão tem. É revoltante. Como V. Exª, também fico revoltado. Mas é um direito do cidadão. Eu e V. Exª podemos recorrer, a qualquer momento, se tivermos sido afrontados, caluniados ou se tiver havido algo que pese – se nós não devermos nada. Acho que é essa a razão dessa postura da Justiça e do que está posto no texto da lei.

Se houver necessidade, Sr. Presidente e Sr. Relator, a Mesa pode fazer esse trabalho, porque os depoimentos têm durado dez, quinze, dezessete horas. Muita gente que passou por aqui passou também pela CPMI do Mensalão e poderia ter sido presa mesmo com o **habeas corpus** preventivo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de perguntar ao depoente se essa liminar que ele conseguiu por último lhe dá o direito de não vir depor, como V. Sª afirmou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Na verdade, ela simplesmente... O texto claro da liminar é o seguinte: "Consubstancia direito do advogado a recusar-se a depor como testemunha em processo do qual haja funcionado ou deva funcionar ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que caracteriza sigilo profissional. A partir da premissa constante, repita-se, da justificativa do requerimento de convocação, o paciente atuou como advogado na prestação de serviço a certo cliente. Não se tem como placitar o ato da Comissão Parlamentar de Inquérito. Defiro a liminar pleiteada, desobrigando o paciente ante a convocação, tal como formalizada, de comparecer à Comissão Parlamentar."

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aliás, essa é a primeira liminar; a segunda liminar não foi concedida a V. Sª.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não cheguei a pedir a segunda liminar porque, na verdade, eu resolvi vir independentemente de qualquer recurso, exatamente porque eu entendi....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – *(Fora do microfone.)* O Ministro Marco Aurélio, quando foi esclarecido...

O SR. ENRICO GIANELLI – É bem possível, mas o que quero deixar claro é que aqui estou e não recorri novamente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas foi uma colocação ruim de que está aí porque quer. Não é verdade, não.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não porque quero.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor afirmou isso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero fazer um esclarecimento que a nossa assessoria está prestando. Primeiro, que essa liminar que foi apresentada se refere à primeira convocação. Portanto, nesta convocação agora ele não tem liminar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mais ainda, Presidente, ele requereu uma segunda e foi negada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Exatamente, foi negada.

Tudo que foi dito, portanto, está fora.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele está obrigado, inclusive, a assinar o termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Exatamente. Então, peço que diante deste fato....

V. Sª sabe que não é obrigado a dizer....

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, só para deixar esclarecida uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Estou pedindo que ele assine o termo de compromisso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, quero que se configure uma burla a essa Comissão, uma tentativa de burla a esta Comissão, o fato de o depoente ter vindo à Comissão munido de uma liminar que foi concedida em outra circunstância e tentar fazer com que a Comissão receba esta liminar como sendo um instrumento jurídico legal capaz de protegê-lo, por ocasião desse seu comparecimento. Isso é uma tentativa de burla e uma falta de respeito a esta Comissão.

O SR. ENRICO GIANELLI – O esclarecimento que eu queria dar na verdade era que...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Se V. Sª veio para colaborar, assine o termo de compromisso e aí o senhor estará colaborando. Quero deixar claro que, mesmo assim, de acordo com o Código de Processo Penal, V. Sª não está obrigado a dizer nada que lhe incrimine.

O SR. ENRICO GIANELLI – O único esclarecimento é que vim para poder colaborar. Era essa a mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, esclarecida a preliminar de que ele está sem mandado de segurança concedido e, portanto, assinou o termo de compromisso, vamos prosseguir normalmente.

Então, ele vai falar; depois, o relator se manifestará e, em seguida, os oradores que se inscreverem para inquiri-lo. (Pausa.)

Então, quero proceder à leitura do termo de compromisso.

O nome completo é Enrico Gianelli; Identidade, 98904; Idade, 44 anos; consta o CPF; estado civil, casado; o endereço residencial está devidamente preenchido, sendo residente em São Paulo; advogado. Assinou, portanto, assumindo o compromisso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pergunto a V. Exª se tem alguma questão de ordem a apresentar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu queria saber da Mesa qual é a condição em que o depoente vai depor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Ele foi convocado na condição de testemunha. Então, vai depor na condição de testemunha.

V. Exª, portanto, tem a palavra.

O SR. ENRICO GIANELLI – Vou contar uma pequena história. Sou advogado militante em São Paulo, há 27 anos, e professor universitário. Tenho uma banca de advogados, na qual tenho inúmeros clientes. Nunca fui funcionário da empresa Gtech, ao contrário do que se diz, e nunca recebi qualquer pagamento diretamente da empresa Gtech. Era um mero prestador de serviços como advogado externo dessa empresa e um dos muitos profissionais que ajudavam na estratégia jurídica das lides que a Gtech tinha contra a Caixa. Cabia a mim a parte processual.

Obviamente, havia vários escritórios e profissionais das mais variadas formações, não só jurídica como também economistas, gente de tecnologia, enfim. Como os senhores devem saber, havia licitação da Caixa Econômica com relação à loteria, que nada mais é do que um arcabouço tecnológico, no qual se tem a captação, a transmissão e o processamento de dados. É uma coisa bastante complexa em termos técnicos.

Em 2000, se não me engano, foi deflagrado um processo licitatório, que a Gtech entendeu que violava alguns direitos dela, ou a tirava do certame, ou, de alguma forma, a discriminava. Entramos com um mandado de segurança pedindo uma liminar apenas para manter o **status quo**. Essa foi a primeira liminar. Manter o **status quo** significava, naquela época, manter o serviço como ele estava naquela ocasião, mesmo porque o contrato ainda tinha um bom prazo

de andamento pela frente. Logo em seguida, esta liminar foi confirmada.

Aliás, eu gostaria de fazer uma ressalva com relação a esse processo judicial, porque li uma notícia de jornal que dizia: "Puxa, mas sempre é a mesma juíza!" Ocorre que existe um instituto no direito que se chama prevenção. Como essa juíza foi quem despachou a primeira liminar no mandado de segurança, quando houve uma cautelar de atentado... A cautelar de atentado, na verdade, coube quando a Caixa tentou, de alguma forma, esvaziar a primeira licitação contratando o que eles chamavam, na época, de correspondentes bancários, que era aquele plano de padarias, pequenos supermercados, etc, todos localizados na mesma localidade dos lotéricos. Aí se conseguiu mais uma liminar e uma sentença de mérito.

Essas não foram as únicas decisões dadas favoravelmente à Gtech nessa época. Houve uma outra decisão do Tribunal Regional Federal denegando um pedido de suspensão da Caixa, suspensão essa dos efeitos das sentenças de mérito dadas na Justiça Federal. Houve mais duas decisões do Superior Tribunal de Justiça, uma do então vice-presidente, confirmada posteriormente pelo então presidente do tribunal, também em petição parecida pedindo a suspensão dos efeitos das duas sentenças de primeiro grau; e mais uma liminar, também do STJ, do ministro – creio – Humberto Gomes de Barros, travando também e reconhecendo os direitos da Gtech.

Em virtude disso, as licitações, tanto no tocante aos chamados lotéricos, quanto com relação aos chamados correspondentes bancários, estavam paralisadas aguardando uma decisão judicial que as liberasse.

A Gtech manteve várias negociações. Digo a Gtech porque os advogados, obviamente, se preocupavam com a parte jurídica, e os executivos se preocupavam com a parte negocial. A Gtech estava, evidentemente, em um processo de negociação com a Caixa, até mesmo porque o contrato estava findando, e a Caixa estava manifestando uma preocupação muito grande, evidentemente. Com o contrato acabando, a Gtech, evidentemente, como qualquer empresa que tem um grande cliente, gostaria de se reaproximar, fazer um acordo.

Em razão disso, eles resolveram mudar um pouco as caras que estavam desgastadas com o relacionamento com a Caixa. Então, vários outros profissionais foram contratados: eu e mais alguns outros profissionais fomos colocados para cuidar apenas do que já estava em andamento; outros assumiram – digamos assim – uma linha de frente, e o próprio Rovai, junto com o Antonio Carlos Lino da Rocha, assumiram as negociações diretas com a Caixa Econômica.

Nesse meio tempo, veio um pedido do próprio Rovai para que eu fizesse um *vetting proces* – o que eles chamam de *vetting process* nada mais é do que um levantamento – de um advogado chamado Rogério Buratti. E aí é que entra o famoso Rogério Buratti. Ele disse: "Olha, é um advogado de São Paulo..." E o Rovai me disse: "Você tem condições de saber por onde anda..." E recebi uma informação de que esse poderia ser um dos novos integrantes da nossa nova – digamos assim – frente de negociação com a Caixa.

Em momento algum – e isso eu quero que fique claro – o Rovai, ou quem quer que seja, vinculou qualquer contato com o Rogério, ou com quem quer seja – aliás, outros nomes foram apresentados naquela ocasião –, entre o que a gente chama de estratégia macro de reaproximação e a renovação do contrato. Eram dois processos completamente distintos, mesmo porque, como os senhores verão mais pra frente, uma coisa independe completamente da outra. Isso foi, aproximadametne, no final de janeiro, começo de fevereiro.

Perfeito. Eu comecei a fazer o famoso *vetting process*. O vetting process é muito comum em empresas internacionais. Quem conhece empresas americanas sabe que qualquer contratação passa por um *vetting process* para saber... é tipo uma certidão de antecedentes... não é bem assim... é um pouquinho mais de coisas, inclui até formação jurídica, e coisa e tal.

E fiz esse *vetting process*. Enquanto isso, os executivos estavam negociando lá a prorrogação do contrato deles. O meu *vetting process* terminou no final de abril, depois de, inclusive, assinado o aditivo contratual. Eu mandei uma carta – que, inclusive, está nesse documento que acabei de apresentar – dizendo: "Olha, não tem absolutamente nada. Todas as certidões de Rogério Buratti e a esposa dele, os sócios dele, as empresas dele, não têm absolutamente nada." Mas há, na verdade, uma notícia de jornal que, em 1994, teve algum problema que enfim, não sei dizer qual é – está aqui a notícia de jornal e eu anexei –, com relação a uma licitação que teria havido lá em Ribeirão Preto.

Obviamente, eu informei isso para o cliente como prestador de serviço e como advogado da empresa que eu sou. Não me consta que isso tenha sido motivo ou não para contratação ou não contratação do Rogério pela Gtech ou não. Não sei o que o Rovai e o Rogério Buratti conversaram. Eu conversei várias vezes com Rogério Buratti. Inúmeras vezes pedi documentos a ele. Conversei, enfim, não só profissionalmente, como até sobre o nosso *hobby,* que a gente acabou descobrindo que tinha. Eu gosto de moto, ele gosta de moto. Eu

tinha uma Harley, ele estava querendo comprar uma Harley-Davidson. Enfim, a gente tem alguns gostos comuns e até conversamos.

E tem a famosa brincadeira por telefone do encontro no banheiro, que é uma coisa assim pinçada de uma brincadeira que a gente estava fazendo na época, porque tinha saído uma série de notícias em jornal, dizendo assim: "Olha, porque agora só dá para se encontrar no banheiro, porque um fica espionando o outro, não sei o que lá." E a gente brincando, e eu precisando de documentos dele, porque, obviamente, nesse *vetting process* eu estava precisando de vários documentos, não só dele pessoal, como do sócio dele, da mulher dele, da família dele, enfim, filiação, essas coisas. E até ele brincou, e se vocês perceberem na..., ele disse: "Pô, só falta agora o pessoal me taxar de boiola." Desculpem-me a palavra, mas foi exatamente isso.

E nós rimos. É uma brincadeira completamente solta, num discurso completamente solto. Tanto é que logo depois se desligou e ele acabou me mandando os documentos que precisava e fiz *vetting process*. Cumpri a minha missão de advogado. Não coloquei nada que o desabonasse, mas tive que contar a verdade para o meu cliente, que, realmente, havia uma coisa que, não que depunha contra ele, mas que havia aquela rusga, aquele problema lá em 1994.

Essa foi toda a minha atuação dentro desse processo. Logicamente, V. Exªs devem ter, e se não o fizeram, por favor, gostaria que quebrassem o meu sigilo bancário e telefônico. Enfim, só não mexendo com as minhas filhas, o resto...a minha vida é um livro aberto. E não tenho absolutamente nada, não tenho nenhum tipo de pagamento que não seja fruto do meu trabalho. E não tenho um único pagamento que tenha vindo, inclusive, da Gtech.

A Gtech jamais me pagou um tostão. Nunca fui empregado da Gtech e nunca ela me pagou. Eu sempre recebi do escritório, que era o escritório contratado pela Gtech. E eu era um dos 30 advogados que integravam o corpo jurídico, fora os demais contratados por fora.

Devo dizer que nunca, em momento algum, jamais, o Rogério chegou para mim, pelo menos para mim, e prometeu qualquer tipo de vantagem indevida. E eu não estou aqui para defender ninguém, mesmo porque, quando precisou, eu fui bastante duro. E até hoje, relendo isso, eu falo assim: "Puxa vida, olhe o que escrevi. Uma notícia de jornal diz que o sujeito estava envolvido e não tinha nenhum processo contra ele." E eu pensei comigo mesmo, puxa vida, alguém vai fazer isso comigo no futuro. Vão chegar e vão falar assim: "Olha, não tem processo nenhum contra ele, mas, olha aqui, ele esteve na CPI dos Bingos." Isso me deu um... Falei assim, puxa vida, ao mesmo tempo em que achei que tinha feito o meu trabalho... Pensei assim, será que fui injusto só por conta disso? Mas, enfim, fiz o meu trabalho, nunca me prometeram nada. A Gtech nunca me reportou absolutamente nada que tem saído no jornal. O Rovai, em hipótese alguma, ou o Antonio Carlos Lino da Rocha, jamais me reportaram qualquer tipo de achaque, extorsão, ou o que quer que seja. Pelo contrário, mandaram-me um *e-mail,* que também está juntado – um *e-mail* em inglês, eu não o traduzi –, pelo qual eles me felicitam expressamente dizendo assim: "Gostaria de dar os parabéns para o Enrico, expressamente para o Enrico, pela dedicação profissional que ele teve, por tudo que ele fez pela Gtech na defesa de seus interesses como advogado."

E realmente devo confessar a vocês, isso é uma coisa minha, pessoal, mas gostaria que V. Exªs soubessem que dediquei muito tempo da minha vida a isso, perdi o nascimento da minha filha por conta disso, e perdi o primeiro Dia dos Pais por conta disso. Isso não é relevante, obviamente, aqui, mas é uma coisa que, para mim, é muito penoso estar aqui tendo certeza de que o meu dever foi cumprido.

As únicas coisas que eu podia esclarecer a esse respeito são essas. Mais uma vez peço desculpas ao Senador se dei a impressão de que estava, enfim, de alguma forma, me furtando a colaborar. Jamais me furtei a isso; fui três vezes à Polícia Federal; o Delegado César Nunes me ouviu duas vezes, e o Delegado Nilson ou Nelson, na quarta-feira, teve a gentileza de ir até São Paulo, e eu o atendi prontamente – e o depoimento está aqui, eu o estou juntando –, ou seja, em hipótese alguma, nunca, nunca, nunca me furtei a colaborar. Jamais desrespeitaria a esta Casa, ou à Polícia Federal, ou a quem quer que seja. Não me esconderia atrás de nenhuma decisão judicial, não é isso. Foi só a posição de um profissional que zela por um direito que lhe é garantido por lei. E V. Exª até pontuou muito bem: talvez eu pudesse ter pensado melhor e, já que a lei já me garante isso, eu nem precisasse ter entrado com esse **habeas corpus**. Mas o **habeas corpus** só teve essa finalidade, e o pedido foi apenas e exclusivamente baseado no Estatuto da OAB. Nada mais. Não pedi para vim para vir aqui, como muitos fazem, para dizer, "Olha, eu vou, mas eu posso mentir." Eu, não. Eu disse assim: "Quero que as minhas prerrogativas como advogado, em termos de sigilo, em termos de Estatuto da OAB, sejam preservadas." E os senhores ou são advogados ou têm algum advogado. E vou dizer aos senhores: é melhor ter fama de um sujeito que sentou aqui e esclareceu o que tinha esclareceu, mas defendeu, até o final, o seu direito de advogado, e ter certeza de que o meu cliente amanhã

vai olhar para mim e vai falar assim: "Olha, esse advogado esteve na CPI." Mas jamais vai poder dizer: "Esse advogado, eticamente, é reprovável, eticamente, ele não cumpriu com o dever que lhe é imposto pela lei. Será que posso confiar nesse advogado ou será que ele vai, por exemplo, pegar a minha ação de despejo e mancomunar com o meu inquilino?"

Essa preservação é a única coisa que tenho a essa altura, porque o meu nome está veiculado nos jornais, enfim, especulações das mais variadas, e todas, sem exceção, infundadas. Isso posso afirmar com a certeza do meu dever cumprido. A única coisa que me resta é exatamente a minha honra como profissional, o meu direito como profissional, a minha isenção como profissional e o fato de o cliente poder chegar para mim e falar assim: "Olha, Enrico, preciso de você, vou te contar tudo." Assim como um padre, assim como um médico e assim como os colegas jornalistas, que aposto que jamais entregariam uma fonte ou, enfim, fariam das tripas coração para poder preservar algo que é ético. Acho que ética é algo muito importante na vida de uma pessoa.

Estou à disposição dos senhores para esclarecer. E, mais uma vez, Exª, peço humildemente desculpa, se de alguma forma me fiz entender errado. Por favor, não me leve a mal e releve até mesmo o nervosismo de estar aqui na frente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, relator desta comissão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Enrico Gianelli, não vou mais abordar o episódio com relação ao seu comparecimento à CPI, vou deixar isso para trás. O que interessa agora é que V. Sª está dando um depoimento e chega a dizer, com relação ao contrato da Gtech com a Caixa, que a Gtech lhe parabenizou. Mas não foi isso que o Sr. Marcelo Rovai e o Sr. Antonio Carlos Lino da Rocha disseram aqui sobre V. Sª; pelo contrário, disseram até que V. Sª tinha colaborado no processo de extorsão, de achaque à empresa. Então, pergunto a V. Sª quem está falando a verdade, porque na verdade os Srs. Marcelo Rovai e Antonio Carlos Lino da Rocha disseram exatamente isso.

O SR. ENRICO GIANELLI – É, o senhor está correto, e quem está falando a verdade, na verdade, as palavras o vento leva, mas o que está escrito, infelizmente, é prova e contra prova não há argumento. O documento que está juntado aqui diz exatamente o contrário e ele está por escrito, para infelicidade deles ou para felicidade minha, ele está por escrito e está juntado.

Então, acredito, não posso afirmar que eles estão mentindo porque você acusar alguém de cometer um crime é crime, mas isto está escrito: Antonio Carlos Rocha, 8 de abril – está em inglês – faz os agradecimentos no escritório e ele, pontualmente, diz assim: "Um agradecimento muito especial – *very specials thanks* – vai para o Dr. Enrico Gianelli, que, como você sabe – isso ele se referindo ao meu chefe –, não mediu esforço quando na sua...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas isso foi dito quando?

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso foi dito no dia 8 de abril de 2003, quando assinou o contrato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No dia em que assinou o contrato?

O SR. ENRICO GIANELLI – No dia que assinou o contrato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então posteriormente ele disse outra coisa.

O SR. ENRICO GIANELLI – Pois é, mas aí é uma estratégia de defesa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele deve ter feito suas conclusões, chegado a essas conclusões depois, não é?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ou talvez ele... A gente não sabe o que as pessoas fazem como uma estratégia de defesa, não é? Às vezes as pessoas mudam de idéia. O fato é que eu tenho documento, que não é meu e não é apócrifo, é dele, o próprio Antonio Carlos Rocha, escrevendo para mim. Se ele mudou de idéia, deve ter suas razões. E certamente, como toda pessoa que...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele quem?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele, o Antonio Carlos Rocha, copiado inclusive o próprio Rovai, a corporação, por isso que está em inglês, ou seja, os meus agradecimentos foram internacionais e foram merecidos e contra documentos não há argumento. Portanto, se alguém mentiu, eu ousaria dizer que, diante desse documento, só pode ter sido quem está afirmando o contrário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas qual foi o serviço que V. Sª prestou, só foi esse serviço de – como é que V. Sª fala em Inglês? – levantar a ficha, que tem um nome pomposo, sofisticado.

O SR. ENRICO GIANELLI – Chama-se *vetting process*.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – *Vetting process*.

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas esse *vetting process* não tem nada a ver com a renovação do con-

trato. O *vetting process* é um outro assunto. Os serviços que eu prestei foram os serviços jurídicos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Traduza para nós porque nós estamos aqui no Brasil – a linguagem é o vernáculo. A sua carta também é Inglês e para nós não vale nada.

O SR. ENRICO GIANELLI – A minha carta é em Inglês.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – As palavras que o senhor está falando, para mim não valem nada. Diga o que o senhor fazia em Português.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu era advogado e impetrei um mandato de segurança.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Esse documento aí, esse nome em Inglês, qual é a tradução? Vamos falar em Português.

O SR. ENRICO GIANELLI – O *vetting process* é um processo de veto de uma pessoa que vai ser contratada, mas não com relação a esse agradecimento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E para que falar Inglês se nós estamos aqui no Brasil? Essa sofisticação é para esconder, inclusive para a gente, as provas porque quem não entende Inglês fica boiando: "Ah, esse documento é espetacular. Ele falava isto e está em Inglês. Foi no dia 8." Para nós, isto não vale em nada porque não esclarece nada. Só nos deixa em situação de perplexidade ainda maior.

Sr. Relator, se V. Exª me permitir, dia 8 foi que ele recebeu. Foi datado dia 8. Dia 8 foi o dia em que ele assinou o Contrato com a Gtech. A Gtech estava feliz. Ela já tinha ultrapassado aquele momento em que o próprio Rovai e todo mundo diz que o Dr. Agnelo criou problemas para a assinatura no dia 1º. Levantou o problema porque não poderia se assinar naquele dia e que deu oportunidade de entrar o Buratti, indicado por ele, para fazer uma assessoria, entendeu? E, aí, nessa assessoria, o Buratti, segundo as informações, é que pede a propina e até para superar essa propina, demorou-se muito, mas a Caixa Econômica foi firme. Ficou até o final – até o dia 8 – com a mesma minuta, salvo uma corregenda jurídica pequena, porque ficou até o dia 8; foi proclastinado para o dia 8 e no dia 8 assinou. Graças a Deus, foi assinado no dia 8. E, aí, a carta em Inglês de parabéns, etc. Mas os meandros, aquilo que aconteceu no dia 1º e no dia 8 foi a tal da proposta de propina de R$6 milhões.

O SR. ENRICO GIANELLI – Talvez o senhor não tenha dito acesso aos *e-mails* trocados entre o dia 31 e o dia 8, entre a Caixa Econômica – e isto está juntado aí – e o Dr. Ademir Fernandes Cleto, que é o Advogado da Caixa e o Dr. Altair Rodrigues Neves.

A informação que nós recebemos é que no dia 31 ou dia 1º de abril, as partes, numa negociação, haviam chegado a uma transação, transação esta que implicava, na verdade, dois documentos distintos: um de cunho legal e outro de cunho contratual. O de cunho contratual – os senhores já conhecem – é a extensão do Contrato por 24 meses, podendo ser reincidido a partir do 18º mês. Por que 18º mês? Porque a concorrência nº 001, de 2000, já previa, no seu anexo, se não me engano , IN, um cronograma de instalação de 18 meses entre a saída do antigo sistema e a instalação do novo sistema. Por quê? Porque esse sistema não é o sistema que nós chamamos – e, aí, eu vou usar um novo anglicismo – de *plug in play. Plug in play* é aquele negócio que você coloca na tomada e ele demora....

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Doutor, isto aí não tem nada a ver com a pergunta que eu fiz ou com a colocação – isto é uma falação comprida que não chega a lugar algum. O problema de 1º a 8 é que a Minuta estava pronta e chamaram todo mundo à tarde para assinar. Agora, numa exigência sua disse assim: "Não pode assinar. Vai ter que satisfazer isso para depois assinar." E, aí, foi enrolando até o dia 8. Só no dia 8 foi possível assinar. Isso aconteceu por uma exigência sua nesse período?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E foi nesse período que se indicou Buratti para negociação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. O que aconteceu...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Então, só o senhor tem essa versão, porque o Buratti falou que foi isso aí; o Rovai falou que foi isso aí; todo mundo disse que foi entre 1º e 8. O senhor estava fora do dia 1º ao dia 8?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu só posso responder o que sei como advogado. Obviamente, eu não participava da parte negocial. Eu não sei o que o Buratti conversou com o Rovai, ou com quem quer que seja. Sei da minha parte legal, que é: tem dois, três até quatro *e-mails*... Não me lembro, acho que dos dias 2, 3 e 4...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não é dispensável, porque são documentos jurídicos trocados... Aliás, não fui eu que mandei... A Caixa mandou para mim petições. A última que ele me mandou foi no dia 8, foi o próprio Altair Rodrigues, que é da Caixa. O e-mail dele é altair.neves@caixa.gov.br, e a petição é uma petição de transação endereçada ao Dr. Antonio Ezequiel.

O que estava acontecendo nesse meio tempo, segundo informações do próprio Altair? O Altair disse: "Tudo

bem." Porque eu também sofria uma pressão muito grande, porque advogado é sempre tido como o sujeito que atrapalha na hora de fechar o contrato. Fala-se assim: "Pô, mas eu já fechei. Os termos já estão aí. Por que você está demorando?" E não sei o quê... Eu, o Altair e o próprio Dr. Aldemir estávamos colocando a termo o que eles haviam acordado. A petição de transação só foi acordada no último dia praticamente. Por quê? Porque havia uma discussão jurídica: será que abrir mão dessa parte de correspondente bancário vai afetar a ação do mandado de segurança com relação também aos lotéricos?

Então, ficou essa dúvida jurídica para ser resolvida, meramente jurídica. A troca de *e-mails*, a troca de telefonemas – os senhores, certamente, terão acesso aos *e-mails* trocados com a Caixa e aos telefonemas trocados com o próprio Altair –, e o Altair, certamente, confirmarão que há um procedimento interno da própria Caixa. Foi isso o que ele me explicou, ele disse: "Enrico, não funciona assim. A Caixa Econômica é um órgão estatal. Você não acerta hoje e assina amanhã. Você tem que pegar, reduzir a termo, passar pelas diversas seções..." Isso demorou uma semana.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – É isso mesmo. Foi por orientação de vocês que foi suspensa a assinatura e foi para depois... Entre suspender e ir para depois, entra a figura Buratti indicada por V. Sª para fazer uma assessoria. Aí começa a complicar a grande negociação paralela...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, uma coisa...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não... O Buratti, muito antes...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Vou encerrar a minha participação aqui agora e vou esperar a minha vez.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma coisa que não estou entendendo, Sr. Enrico Gianelli, é que V. Sª diz que não participou da parte negocial, no final do contrato e, ao mesmo tempo, entra em contradição com o que fala que participou, porque não se pode separar. A parte jurídica é conseqüência da parte negocial. Você vai fazendo um negócio e vai vendo a cobertura jurídica que existe.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, quem...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há essa separação, não. Mas isso é uma ressalva que estou fazendo aqui. O que quero saber de V. Sª é realmente quem indicou o Sr. Buratti à empresa, porque a versão colocada aqui foi que V. Sª... Quem, afinal? Pergunto...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, o Rovai me pediu para fazer o levantamento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem pediu?

O SR. ENRICO GIANELLI – O próprio Rovai. E o Antonio Carlos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem indicou o Sr. Rovai?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não faço a menor idéia, porque eu já não participava das reuniões com a Caixa. As reuniões com a Caixa vinham sendo gravadas a partir do momento em que o Rovai assumiu junto com o Antonio Carlos as negociações com a Caixa, ninguém mais participou disso. Não faço a menor idéia.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Relator, V. Exª me permite?

Dentro dessa fala, no dia 1º de abril, o Marcelo Rovai disse aqui que eles ficaram assustados porque o senhor articulou a reunião na Caixa. Eles foram para lá, e o Sr. Buratti chegou junto com o senhor. O senhor, então, se retirou e deixou o Buratti com eles. E o Buratti foi curto e grosso, dizendo: "Olha, vocês são muito burros. Vão dar 15% de desconto para a Caixa. Não tinha necessidade disso. Se tivessem contratado a gente antes, vocês iam pagar muito menos. Agora, vão ter que dar os 15% e ainda pagar para nós". Aí alguém pergunta: "Mas ele falou desse jeito, e o advogado não...?" "Não. O advogado saiu, porque o senhor saiu e deixou o Buratti lá".

A pergunta é a seguinte: por que, sendo o senhor o advogado, advogando para a empresa e não tendo indicado o Buratti, o senhor não ficou nessa reunião?

O SR. ENRICO GIANELLI – Por que eu não fiquei, não. Na verdade, como advogado, não participo de nenhum tipo ...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas o Buratti era um advogado que o senhor estava levantando...

O SR. ENRICO GIANELLI – Essa é uma decisão da empresa. Não é uma decisão...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – No *vetting process.* É esse o nome, não é? Nome bonito. É a ficha corrida dele.

O SR. ENRICO GIANELLI – O levantamento.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, veja: o Marcelo Rovai disse que foi a única maneira – eles falaram isso para o senhor – que eles encontraram para descartar o Buratti; mandar eles para lá e, depois, dizer que os Estados Unidos não aprovaram, porque eles sentiram que o sujeito entrou na parada para achacá-los. Eles foram esperando assinar o contrato, e o senhor coloca o Buratti na sala e sai, deixando o Buratti com eles. O Buratti bateu a mão na mesa rapidinho: "O nosso é tanto, porque, comigo, o 'Buratti' é mais embaixo".

Por que o senhor não ficou na reunião?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu só posso esclarecer o que sei. Se eu não estava, eu não sei.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sei que o senhor não pode esclarecer o que o senhor não viu. A minha intriga – e a de todo mundo – é a seguinte: o senhor está advogando dentro de um contrato dessa envergadura.

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro!

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E, em uma reunião da empresa, em que as pessoas estão todas felizes porque vão assinar o contrato, entra o Sr. Buratti, que é uma peça estranha no processo. O senhor articula a reunião, deixa o Buratti com eles e sai.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Queremos saber por que o senhor saiu.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não articulei reunião nenhuma. Eu apresentei – a pedido do próprio Rovai –, fui atrás e apresentei os dois. E eles mantiveram contatos, independentemente de mim. Sempre fiz o meu papel de advogado. Sempre freqüentei STJ, Tribunal Regional Federal, Justiça Federal, enfim, podem...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu só quero saber por que o senhor não ficou.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não fiquei porque, na verdade, o cliente envolve o advogado na medida em que ele acha oportuno ou não. Eu, sinceramente...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas a estranheza é do próprio cliente. A Gtech estranhou por que o senhor saiu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas não é papel de advogado o que ele está dizendo. Levar alguém para fazer uma negociação? Isso não é papel de advogado. Um achacador para falar com o cliente? Isso não é papel de advogado, desculpe-me. Advogado e ir ao tribunal etc., mas organizar achaque...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu só queria perguntar o seguinte: há um registro...

Por favor, o advogado não pode.

Quero perguntar o seguinte: há um registro de que, depois do último depoimento do Sr. Rogério Buratti, os senhores se comunicaram por telefone, e o senhor disse ao Sr. Buratti que agora estava pronto para vir depor.

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso não é verdadeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas há um registro.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não há. Isso não é verdadeiro.

O SR. (Orador não identificado) – Exª, há um contato do Sr. Gianelli direto com a assessoria, logo após, assim que acabou o depoimento, em que ele dizia que estava pronto para vir a Brasília.

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, bom. Na verdade, vamos deixar...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com o Sr. Gianelli e com o Sr. Buratti.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Com a assessoria, e não com o Sr. Buratti. Na verdade, aliás, eu trouxe... Eu estava... onde estão meus papéis?

Eu dei entrada às 6h20 no Hospital Albert Einsten. Fiquei lá até aproximadamente meio-dia e pouco – tenho aqui a minha alta, toda a documentação está aqui, eu trouxe. O que aconteceu? Assim que tive alta, tomei o cuidado, exatamente dentro do meu comprometimento, de não fugir ou de não dar a impressão de que eu estava fugindo e me internando por outras causas. Aliás, trouxe o meu eletro, que apresenta mais de uma extra-sístole. Eu disse que entrei em contato imediatamente com a assessoria daqui e disse: "Olha, acabei de falar com o cardiologista. São 14h45. Eu posso pegar o avião de 15h30 e estar aí até o final da tarde. Pode me receber ainda hoje?" E a resposta da assessoria foi: "Não. Só terça-feira". Eu jamais falei com o Sr. Buratti por conta disso.

O que aconteceu foi exatamente o que eu achei que era o mínimo que eu poderia fazer diante de um problema de saúde que eu tive, de imediatamente após liberado pelo cardiologista, eu ligar e dizer: "Acabei de ser liberado. O depoimento do Buratti ainda não acabou". Aliás, eu falei isto: "Estou a caminho do aeroporto. Consigo pegar o avião das 15h30. Às 17h30, no mais tardar, estou aí. Posso, ainda assim, ir?" O que me foi dito é: "Não. Você só estará lá na terça-feira". Eu falei: "Pois não, então, aqui estou". Foi exatamente isso. Em hipótese alguma, falei com o Rogério Buratti.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao Presidente Senador Efraim Morais se há necessidade de se passar a gravação daquela conversa do banheiro, da situação do banheiro, que está pronta aqui. Se a Comissão concorda que se passe a gravação ou se acha que não há necessidade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há problema.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero apenas dar uma informação ainda relativa à questão dos dias 24 e 25 de agosto. Há um fax passado pelo Sr. Enrico ao Márcio, nosso assessor, um dia antes do marcado, nos seguintes termos: "Senador Efraim Morais, como já ponderado com o Márcio, que manteve contato telefônico hoje, no tocante ao meu depoimento – acho que fez o contato confirmando –, somente

na data de ontem, no decorrer da tarde, fui informado, via fax, de que minha oitiva, que estava marcada para semana passada, havia sido remarcada para o dia de amanhã, dia 25 de agosto, às 11h30. Aliás, acredito até ter havido erro, pois recebi informação de que, no mesmo horário, já há outro depoimento..."

Não há essa questão. Hoje, foram convocados o senhor e o Sr. Juscelino. Ambos para o mesmo horário. A CPI decide quem primeiro será ouvido. Então, isso não justifica.

> "... já há outro depoimento, o que me leva a crer que o meu foi novamente adiado, até mesmo pela falta de recebimento da passagem aérea..."

O que não é verdade. A passagem aérea foi enviada para o senhor.

> "... e pelo fato de o Delegado Nelson, da Polícia Federal do Distrito Federal, ter vindo até São Paulo para me ouvir..."

Não tem nada a ver. O Delegado Nelson não foi a mando desta CPI. O delegado que está acompanhando esta CPI é o Dr. Ayres. Confesso que não conheço o Dr. Nelson.

> "De qualquer forma, a exigüidade do prazo e o não-recebimento da passagem aérea, aliados a compromissos profissionais, impediram o meu comparecimento. Ressalto que, em virtude de ter recebido com antecedência a intimação para a semana passada, eu havia postergado todos os compromissos firmados para esta semana, quando me foi informado o cancelamento do meu depoimento na semana passada, via telefone. Não foi marcada qualquer outra data".

Isso também não justifica, porque houve tempo suficiente.

Diz aqui: "Tenho dois empregos, de onde retiro o meu sustento e o da minha família. Reitero que não me esquivo de colaborar com qualquer apuração dos fatos. Tanto é verdade que, como já foi dito, nesta data mesmo, fiz o impossível para entender o Dr. Nelson, da Polícia Federal do Distrito Federal, que compreendeu perfeitamente minha situação e gentilmente veio a São Paulo para me ouvir".

Devo dizer ao senhor, reitero, que não foi enviado por esta CPI e devo dizer que o senhor não tinha essa intenção de colaborar, porque, na primeira convocação, o senhor procurou o Supremo, conseguiu um **habeas corpus** para não vir depor nesta CPI. Em seguida, houve um esclarecimento entre esta CPI, a assessoria jurídica do Senado Federal e o Supremo. Daí V. Sª reiterou a possibilidade de não vir comparecer, o que foi negado, dessa feita, pelo Supremo.

Enfim – vou lá no Dr. Nelson; "É impossível para atender o Dr. Nelson, da Polícia, e tal. O Dr. Nelson, no final da tarde, ficou até o início da noite, reduzindo o termo do meu esclarecimento. Enfim, como ainda não recebi a passagem – e, quanto à passagem, temos como provar que ela estava à disposição do senhor –, já prestei os esclarecimentos solicitados pela Polícia Federal. Acredito estarem devidas e previamente justificadas, na forma da lei, as razões de minha impossibilidade de comparecer amanhã. Para que não haja qualquer dúvida sobre minha intenção de colaborar, amanhã ou logo pela manhã, estarei encaminhando cópia completa do termo de declarações e respectivos anexos já em poder da Polícia Federal".

Não me consta que esse material chegou. Não sei. Chegou esse material? (Pausa.) Chegou.

> "Peço a especial gentileza de compreender que não se trata de tentativa de não colaborar, mas minha atual condição financeira e compromissos de trabalho previamente agendados e sem possibilidade de adiamento, novamente, diante do prazo exíguo de antecedência da respectiva notificação, impedem meu comparecimento em Brasília na manhã de 10 horas".

No dia anterior, o senhor já passava esse fato.

"Certo de sua compreensão e no aguardo da marcação de dia e hora e o recebimento respectivo da passagem aérea, subscrevo-me".

O que entendo é que V. Sª é quem tem de dizer o que a CPI tem que fazer, qual é o dia que o senhor tem que ser ouvido, quando é exatamente o contrário.

Só para deixar claro essa questão aqui que foi discutida: este documento aqui é um fax, foi dirigido à assessoria e está à disposição dos Srs. Parlamentares.

Só para um esclarecimento e concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria que a assessoria providenciasse a fita, mas, antes, há um esclarecimento da assessoria de que V. Sª fez todo o esforço foi para comparecer depois do depoimento do Sr. Buratti. Enquanto o Sr. Buratti não depôs aqui, V. Sª fez tudo para não chegar até aqui. Por que essa estratégia? O senhor esperava o que do depoimento do Sr. Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nada, absolutamente nada, mesmo porque, assim... Se isso for prova, quer dizer, eu realmente estava onde eu disse que estava e não me furtei, não. Em hipótese alguma. Tanto é verdade que eu pedi... eu pedi... eu entrei em contato

com a assessoria, dizendo assim: "Olha, acabei de ser liberado. Posso ir agora?" Quer dizer, na verdade...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Sr. Buratti, quando o senhor telefonou, a que horas o senhor telefonou? Às seis horas?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, era por volta de umas duas e pouco. Mas o senhor há de convir que eu, fazendo eletrocardiograma, enfim, cheio de fios, eu não estava nem assistindo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Relator, peço permissão: o senhor me manda um *e-mail* no dia 24 de agosto, às 20 horas e 58 minutos. O senhor não fala em problema de saúde aqui no seu *e-mail*.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E os seus exames acontecem no dia seguinte. E V. Sª já previa que não vinha, já comunicava que não vinha. Quer dizer, a questão desses medicamentos não justifica, porque V. Sª disse que, no dia 24, não ia comparecer.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, eu disse que não tinha conseguido a passagem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, a passagem está lá. E eu tenho como comprovar.

O SR. ENRICO GIANELLI – Então, e eu recebi esse... Aliás, eu guardei essa mensagem no meu... no meu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, V. Sª se está justificando com uns exames que foram feitos, quando V. Sª, um dia antes – pelo menos 12 horas antes – já comunicava à assessoria desta Comissão que não viria. Então, V. Sª está aqui usando algo que não é verdadeiro como justificativa. E V. Sª não iria...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por interesse que tenho na saúde de V. Sª, V. Sª poderia dizer quem é o seu cardiologista?

O SR. ENRICO GIANELLI – Como?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por interesse que tenho na sua saúde, e o Senador Tião Viana também, V. Sª poderia dizer quem é o seu cardiologista?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, fui atendido pelo hospital israelita Albert Einstein, no Pronto-Socorro, e foram feitos dois eletrocardiogramas. Deixaram-me em observação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Na emergência?

O SR. ENRICO GIANELLI – Onde eles chamam de PA, se não me engano; Pronto Atendimento. Fizeram uma série de exames de sangue para ver se havia problemas de trombose e coisa e tal...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O Senador perguntou quem é o seu cardiologista.

O SR. ENRICO GIANELLI – É o que estava lá de plantão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E quem recomendou o tratamento? O senhor foi lá voluntariamente?

O SR. ENRICO GIANELLI – Fui porque senti uma forte dor no peito, senti falta de ar. Eu tenho uma extra-sístole há muito tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Esse Efraim faz tudo isso!

O SR. ENRICO GIANELLI – E os exames inclusive manifestaram uma certa desconformidade. Receitaram-me um calmante; aliás, bastante forte.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aqui tem o responsável. Está assinado pelo Dr. Elbio Antonio D'Amico. É o que tem assinatura neste documento. E tem uma liberação que está assinada e carimbada aqui pelo Dr. Luciano Monte Alegre Forlenza, cardiologista clínico. É quem assina a documentação do exame. Está aqui carimbado com o CRM.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, é sobre o assunto e é pertinente. Eu gostaria de saber do Sr. Gianelli: nesses últimos dois anos, quantas vezes o senhor se submeteu a uma bateria de exames dessa?

Devo alertá-lo que a gente pode obter essa informação.

O SR. ENRICO GIANELLI – Algumas várias.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Por recomendação de quem?

O SR. ENRICO GIANELLI – Por recomendação do meu próprio cardiologista.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quem é ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu tenho vários médicos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pode citar dois médicos que o atendem?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Acho que V. Sª é cliente do SUS mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode citar o nome de dois médicos cardiologistas?

O SR. ENRICO GIANELLI – Acho que envolver os meus cardiologistas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não se trata disso. É só citar o nome.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor disse que fez exames por recomendação do seu cardiologista.

O Senador Antonio Carlos perguntou há pouco o nome do seu cardiologista, e o senhor disse que foi atendido lá. Eu lhe perguntei: "nos últimos dois anos, o senhor fez a mesma bateria de exames"? O senhor disse: "Fiz". "Por recomendação de quem?" "Do meu cardiologista". "Quem é ele?"

É simples, Sr. Gianelli, não é possível que o senhor não se lembre do nome do seu cardiologista! Eu me lembro até do nome do pediatra dos meus filhos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O meu é o Dr. Ramires.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu tenho um médico que é de Medicina Esportiva, chamado Marcelo Babagozian. E tenho um outro cardiologista, que é cardiologista do Einstein, cujo nome é... É o que fez a minha receita. Já vou dizer. Ele tem um nome esquisito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode consultar

O SR. ENRICO GIANELLI – É o mesmo que operou o meu pai, inclusive. É Melo e Silva. Eu sei que é Melo e Silva. Ele tem um nome diferente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O consultório é onde?

O SR. ENRICO GIANELLI – O consultório é no próprio Einstein, no 10º andar do Einstein, no próprio conjunto de consultórios. No Einstein, tem o hospital e tem o próprio... É Roderik Melo e Silva, que foi quem me liberou. Foi exatamente com a liberação dele que eu, prontamente, liguei para a Assessoria – não foi para o Buratti – para dizer: "Estou indo".

Realmente, eu não tinha como acompanhar nenhum tipo de depoimento naquele momento, porque eu estava cheio de fios, inclusive medicado e tomando um remédio meio forte que se chama Frontal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Sr. Enrico, V. Sª, no *e-mail*, disse que não veio pelo fato de a passagem não ter chegado. Mas o interessante é que essa passagem ficou à disposição de V. Sª.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu recebi, eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – E V. Sª não a usou, veio por conta própria.

O SR. ENRICO GIANELLI – Vim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Veja V. Sª: naquele dia, não teve como comprar a passagem e, desta vez, teve.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Não recebi de novo desta vez.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – V. Sª recebeu. V. Sª está mentindo. Foi encaminhada por mim. Eu autorizei essa passagem para V. Sª. V. Sª não está falando a verdade. V. Sª recebeu ou não recebeu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Recebi uma mensagem no meu telefone celular – que está guardada inclusive – do Márcio, dizendo: "O seu tíquete é número tal. Apresente-se ao balcão TAM às 6h40, que o seu vôo vai..."

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – V. Sª recebeu. Ou V. Sª queria que ele fosse levar a passagem, se ela é eletrônica?

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade. Na verdade, eu não supunha que aquela passagem valia para esta minha convocação. Por isso, comprei essa passagem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Muito bem, mas V. Sª recebeu um *e-mail* também nos seguintes termos:

"Prezado senhor, conforme contatos telefônicos com V. Sª, informo que sua hospedagem será no Hotel Nacional, conveniado com o Senado Federal, podendo identificar-se na recepção do referido hotel. E sua passagem aérea é pela companhia TAM, cujo código localizador é BIBHOG, e o ticket de nº 9.572.308.524.120, o qual segue desta forma: Congonhas–Brasília, Vôo 3896, às 8h02. O seu retorno para São Paulo será pela Varig, conforme informado anteriormente. Brasília, 24 de agosto de 2005".

Se V. Sª não abriu o *e-mail* – acho que abriu –, ele está aí; até porque foi dito, primeiramente, por telefone e, em seguida, passado o *e-mail* para V. Sª. E a passagem, como aqui me informa o Sr. Márcio, é válida por um ano.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não sabia, mas, enfim, de qualquer forma...

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Queremos que V. Sª fale a verdade.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não. Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Porque V. Sª está caindo em contradições.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, não abri esse *e-mail.* Comprei a passagem e aqui estou. Aqui estou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª responde o *e-mail*. Este *e-mail* que V. Sª recebeu V. Sª responde.

Vamos lá. É preciso um esclarecimento para que não haja dúvidas em relação ao fato de o depoente chegar aqui e dizer que a CPI não mandou passagem, que a CPI não entrou em contato, chegando inclusive a deixar a desejar a nossa assessoria, que é, graças a Deus, competente e tem todas as provas das medi-

das tomadas. Então, V. Sª ofendeu, indiretamente, a nossa assessoria.

O SR. ENRICO GIANELLI – Em hipótese alguma. Aliás, não só pedi desculpas como liguei imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Se V. Sª tivesse falado a verdade, não tinha acontecido nada disso.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª continua advogado da Fisher & Foster?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Na verdade, tenho um escritório de advocacia, tenho uma sociedade de advogados que presta serviço para vários clientes na parte de consultoria jurídica.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para encerrar, pelo menos esse capítulo do seu relacionamento com o Sr. Buratti, era bom passar essa gravação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Vamos ouvir. Solicito silêncio de todos os presentes:

(Procede-se à exibição de gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Assessoria, nós dispomos dessa transcrição aqui?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª poderia fazer a leitura ou quer que eu faça?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A transcrição que tenho aqui é dessa conversa, que foi interceptada no dia 25 de maio de 2004, às 10 horas e 09 minutos. Rogério Buratti e o Sr. Enrico Gianelli combinam um encontro entre duas pessoas que não podiam ser vistas. Rogério Buratti não aceita que o encontro seja num banheiro localizado nas imediações do Aeroporto de Congonhas: "No banheiro, não, né, meu? Aí vão achar que nós somos boiola. Aí não dá. Nós pode até ser acusado de corrupto, mas boiola não dá".

V. Sª é uma dessas duas pessoas...

O SR. (Orador não identificado.) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Quem falou isso?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Buratti. Não, o que esta gravação mostra é o seguinte...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já anteciparam que eram corruptos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, ele disse aqui que já havia procedido a uma espécie de investigação na vida do Sr. Rogério Buratti. Aí, de repente, passa de investigador da vida do Sr. Buratti a amigo fraterno, íntimo do Sr. Buratti. Então, ficamos sem entender essa sua amizade com o Sr. Buratti.

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, fraterno e íntimo é complicado dentro dessa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas também... Marcando encontro no banheiro, o senhor quer o quê?

O SR. ENRICO GIANELLI – Dentro dessa conjuntura de encontrar no banheiro, fraterno e íntimo fica comprometedor demais e aí a... a... minhas malas vão acabar ficando...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quem era quem lá no banheiro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Pois é. Na verdade, essa... essa não passa de uma...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero saber de V. Sª se houve esse encontro.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não foi marcado nenhum encontro...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No banheiro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, quem está mentindo: V. Sª ou o Sr. Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não houve... não houve...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve a conversa, mas não houve encontro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não... não houve... não houve nenhum encontro em nenhum banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, quem está mentindo? Quer dizer que o Sr. Buratti mentiu aqui nesta CPI quando disse que houve um encontro de V. Sª dentro do banheiro? Ele confirmou.

O SR. ENRICO GIANELLI – Se ele disse, se ele disse que ele me encontrou no banheiro, ele mentiu, porque não houve nenhum encontro no banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E fora do banheiro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, fora do banheiro... Aliás eu nunca neguei. Nós temos... Nós temos... Eu já disse e... e... e... vou esclarecer novamente...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Esse encontro se realizou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Até essa coisa toda de lixo, não sei o quê, não sei o que lá, isso e aquilo outro, o Buratti, para mim, não passou de um advogado. Nós temos... Eu encontrei com ele, por exemplo, numa loja da Harley em São Paulo, andando de moto.

Tive várias conversações. Eu encontrei várias vezes com ele.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Por gentileza, esse encontro se realizou?

O SR. ENRICO GIANELLI – No banheiro?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não. Esse encontro se realizou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Bom... Deve ter... Deve ter se realizado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Como deve? O senhor disse há pouco aqui que o senhor recebeu do Sr. Buratti, que precisava receber dele informações sobre a mulher dele, sobre os filhos, sobre não sei o quê!

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não. Mas isso foi antes. Isso foi antes.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Como antes?

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso foi antes. Eu encontrei ele muito antes. Eu encontrei ele ó... desde... Desde fevereiro até o final de abril, encontrei ele mais de uma vez, falei com ele mais de uma vez.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas o diálogo o senhor confirma? O senhor confirma o diálogo?

O SR. ENRICO GIANELLI – O diálogo eu confirmo, sem dúvida nenhuma.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quer dizer, ia haver essa reunião?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, o que houve é uma brincadeira.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, a brincadeira. Mas digo, a reunião, iria haver. Vocês estavam marcando uma reunião?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, sim. Não uma reunião, um encontro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Um encontro? E houve o encontro ou não? Esse encontro específico do diálogo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, esse encontro específico eu não posso precisar, mas acho que não. Não no banheiro, pode ser que eu tenha encontrado *a posteriori.*

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, não digo no banheiro. Eu digo o encontro. Esse era um dia específico: 25 de maio de 2004. Houve esse diálogo, vocês estavam marcando um encontro, ele brincou com essa questão de banheiro. Deixe o banheiro de lado. Houve um encontro? Depois o senhor se encontrou com ele, nesse mesmo dia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não me recordo, é possível. É possível. Eu encontrei com ele mais de uma vez. É possível.

De qualquer forma, é um encontro, deixa eu frisar bem, é um encontro e é uma conversa posterior à assinatura do contrato, ou seja, mais uma vez não há qualquer vinculação entre essa conversa e a assinatura do contrato, a assinatura da extensão. Isso tem que ficar bem claro para que não se confundam as coisas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, me permitam.

O SR. ENRICO GIANELLI – Àquela altura, o contrato já tinha sido estendido, o contrato já tinha sido firmado. Não há nenhuma vinculação, nenhuma. Zero vinculação, mesmo porque o contrato...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas V. Sª e o Buratti não estavam convidados para depor na Polícia Federal? Essa reunião não era para combinar o depoimento que o senhor daria?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, em hipótese alguma, em hipótese alguma.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas em que dia vocês deram o depoimento na Polícia Federal, depois desse dia? Qual foi o dia? Vocês já estavam chamados, nessa época, pela Polícia Federal.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não sei, não me recordo, mas, com certeza, os senhores devem ter a cópia. Eu tenho...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas deve ser próximo desse dia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não posso precisar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Está bom. Estamos pegando na Assessoria e diremos já, já qual foi o dia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rogério Buratti, nesse depoimento da Polícia Federal, sobre o qual o Senador José Jorge faz, referência afirmou que o senhor foi quem o convidou para trabalhar com a Gtech no contrato de renovação com a Caixa Econômica.

O senhor investigou ou foi o senhor quem indicou? Está havendo uma contradição entre o que o senhor diz e o Sr. Buratti.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, o que o Rogério Buratti disse está correto. O Rovai me pediu para fazer esse contato, eu descobri, enfim, como ele é um advogado, fiz esse contato, o apresentei. Fui eu que apresentei o advogado Rogério Buratti para o Rovai, eles mantiveram, lá, as conversas deles...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No início, o senhor disse que não apresentou o Buratti.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É, no início, você falou o contrário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No início, falou que não apresentou o Buratti.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Completamente diferente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Bem diferente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Primeiro diz que não apresentou, agora está dizendo que é.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agora, V. Sª diz que apresentou o Buratti.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu vou...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Apresentou o Buratti, então?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim ou não?

O SR. ENRICO GIANELLI – Deixe eu esclarecer...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No início, foi perguntado aqui: "Quem apresentou o Buratti?" Disse que não sabia e que não foi o responsável por apresentar o Buratti. Agora, disse: "Eu apresentei o Buratti porque o conhecia como advogado". É isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não foi isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agora. Faça agora.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não foi isso. Não foi isso o que eu disse. O que eu disse foi: "O Rovai, dentro do processo de renovação do pessoal, dentro do processo de renovação da relação com a Caixa Econômica, dentre outros profissionais, ele – ele, Rovai – me pediu para fazer o contato com esse Rogério Buratti". Eu fiz esse contato com esse Rogério e disse: "Ó, está aqui o Rogério Buratti", e eles começaram a conversar. Foi exatamente isso o que eu disse no começo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor foi um intermediário apenas? Um intermediário?

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro, é um advogado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor não conhecia o Buratti? O senhor não conhecia o Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não conhecia o Buratti. Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não conhecia? Nunca encontrou com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Apenas foi um intermediário? Foi localizar o Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Fui localizar porque era um colega advogado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Outro advogado.

O SR. ENRICO GIANELLI – É, me foi apresentado, me foi dito pelo Rovai que ele era um colega e, realmente, ele era.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E quem eram os outros profissionais? O senhor disse que eram o Buratti e outros profissionais. Quem eram os outros advogados que a Gtech pediu para o senhor manter contato?

O SR. ENRICO GIANELLI – Tem inúmeros.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quem são?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não gostaria de citar esses nomes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Por quê? Isso não é nada demais, é só dizer.

O SR. ENRICO GIANELLI – Porque são pessoas de ilibada reputação, e acho que...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas isso não vai sujar a reputação de ninguém. É somente dizer quem são os advogados com quem a Gtech pediu para V. Sª manter contato.

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso está no processo. Se os senhores me permitirem, eu gostaria de não citar esses nomes. Não porque eles tenham feito alguma coisa de errado, ou porque eu queira proteger alguém. É porque são pessoas extremamente ilibadas. Eu me sinto...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eles são ilibados?

O SR. ENRICO GIANELLI – São ilibados...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E o senhor não era?

O SR. RELATOR **(Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mais um motivo para o senhor não temer...**

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E o senhor chegou a manter contato com algum deles?

O SR. ENRICO GIANELLI – (...)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O senhor manteve contato com alguns deles. Aí escolheram o Buratti? Será que é porque ele era de Ribeirão Preto ou...

O SR. ENRICO GIANELLI **– Não, não. Teve outros contratados.**

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Teve outros também... Esses que o senhor não quer citar...

O SR. ENRICO GIANELLI **– Tudo na mesma época.**

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O senhor não quer citar esses por quê? Nós vamos saber...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem contrata todos?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Foi o senhor que indicou...

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não era quem investigava?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu.

O SR. (Orador não identificado) ***– (Fora do microfone. Inaudível.)***

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não é que eu indiquei. Eu recebi a indicação, fiz o contato, e o botei em contato com a Drª Magda Kiehl, que é a diretora jurídica da Gtech. A Drª Magda Kiehl fez todas as negociações para contratação, pagamento e, enfim, para tudo o que precisava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o Sr. Rovai falou com o senhor sobre o Buratti? O senhor se lembra disso? Antes ou depois da assinatura do contrato?

O SR. ENRICO GIANELLI **– Antes.**

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes, né?

O SR. ENRICO GIANELLI – E o senhor procurou o Sr. Buratti depois que...

O SR. ENRICO GIANELLI – Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Sr. Rovai disse aqui nesta CPI que só veio a conhecer o Sr. Buratti no dia 1º de abril de 2003. Está escrito aqui. Veja a história...

O SR. ENRICO GIANELLI – Pois é, antes de...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, quer dizer que, nesse caso também, o Sr. Rovai está mentindo como mentiu o Sr. Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, é antes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não...

O SR. ENRICO GIANELLI – O contrato foi assinado no dia 8.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas não dá tempo para contratar um advogado seis dias antes em um contrato que vinha...

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas ele não era para ser contratado para... O que estou tentando explicar é assim: ele não... O que o Rovai, o Antonio Carlos... Na verdade, eles assumiram essa nova frente. Precisavam de rostos novos. Por quê? Porque todo mundo estava batendo na Caixa há três anos já. Eu batia na Caixa há três anos, todo mundo estava... batendo judicialmente dizendo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª está dizendo que precisavam de rostos novos?

O SR. ENRICO GIANELLI – Era uma estratégia da Gtech de reaproximação da Caixa, sem vinculação...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os que vinham acompanhando não serviam mais?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Por que mudou a equipe, é isso? Mudou a equipe do Governo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, porque o relacionamento estava desgastado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas com a equipe anterior, do Governo passado, não deste Governo...

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas são as mesmas pessoas, porque funcionário público não muda.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador, permita-me uma intervenção. O próprio depoente disse o seguinte: que ele não era advogado da Gtech quando o escritório, que mantém prestação de serviço com a Gtech, tinha 30 advogados à disposição. Trinta! Aí, na hora de assinar o contrato, já estava pronto. Já estava pronto. Pediu-se que se aproximasse do Buratti para resolver o problema do contrato. Mas pediu que fosse o Buratti porque era assim com o Palocci, que está lá no Ministério, no Governo, e que pudesse influenciar na Caixa Econômica para resolver o problema do contrato. E V. Sª e o Buratti foram os instrumentos para isso. Essa é a história que consta aqui no processo de toda essa inquirição aqui. Foi, na verdade, o Buratti contratado, contactado por V. Sª, porque tinha força no Governo e poderia, diante da Caixa Econômica, com essa força no Ministério, resolver algum problema na Caixa Econômica?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas foi ele mesmo que disse isso aqui, todo mundo disse isso. Só o senhor é que está dizendo que não.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, quem manteve contato com o Rogério Buratti foi o Rovai. Não fui eu. Eu só o apresentei. Na verdade, a Gtech não precisava nem de...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim, mas do que não precisava não interessa. Foi V. Sª que o apresentou para o Rovai. O Rovai quem pediu. V. Sª, então, tinha intimidade, tinha conhecimento com o Rovai, sabia quem ele era.

Ele mesmo disse aqui que não advogava mais, que estava trabalhando para baixo e para cima; que não era na advocacia mais, não era militante da advocacia. E V. Sª foi atrás de um advogado não militante, não experimentado, e que tinha muito relacionamento com o poder central, mas que esse relacionamento não foi levado em consideração, foi só o conhecimento da advocacia dele, que não estava advogando.

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso eu não sabia, eu só soube disso no decorrer exatamente do que V. Exª não gosta que eu chame de *vetting processing*.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas nota bem o seguinte, tem um dito popular que diz assim: tanto riso é sinal de pouco siso. Aquela gravação mostrava pelo sorriso de vocês, como sorriam fartamente numa espécie até de gozação sobre o assunto, que tinha uma intimidade espetacular – uma intimidade, amigos –, e que o assunto era muito fácil de saber o que era.

Será que essa intimidade já não vinha de muito tempo? Essa intimidade não levou o senhor a conhecer bem o Buratti e, sabendo que ele era muito bem vinculado ao Governo Federal, e que o Buratti podia, sim, ser um instrumento de dobrar a Caixa Econômica para um bom contrato para a Gtech? Não era esse o aspecto do problema?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, Excelência, a Gtech não precisava de absolutamente nada, porque ela tinha – e aí tenho que fazer... tenho que jogar uns louros a mim mesmo – tinha excelentes advogados.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quem?

O SR. ENRICO GIANELLI – Um deles, eu, que consegui judicialmente, junto com outros colegas...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Cite-me outro advogado, mais dois advogados que estavam a serviço da Gtech.

O SR. ENRICO GIANELLI – É que, de novo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª disse que tinha vários advogados.

O SR. ENRICO GIANELLI – Muitos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas tinha vários. O senhor tem uma memória ruim mesmo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não tenho não. Eu tenho, eu tenho, eu tenho, mas por que expor esses advogados?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, V. Sª tem responder, V. Sª tem que responder aqui que se existem outros advogados...

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, tinha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, diga.

O SR. ENRICO GIANELLI – Então vamos à farta lista.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ninguém vai convocar advogado porque V. Sª está citando, não.

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas eles estarão...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Presidente, Sr. Enrico...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Espera aí, Senador, deixa ele citar, Senador.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu falarei, eu falarei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fale, fale, que V. Sª ajuda muito se falar a verdade.

O SR. ENRICO GIANELLI – Peço perdão para os colegas mas falarei diante da...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da insistência.

O SR. ENRICO GIANELLI – Roberto Rosas, Luiz Vicente Cernicchiaro, Alcoforado, o próprio Walter Santos. Quem mais? Pareceristas: Marcelo Justen Filho, Lúcia de Figueiredo. Quem mais? Isso para citar alguns. O escritório Tendências, do ex-ministro Maílson da Nóbrega, que prestou assessoria. Tinha uma assessoria estrangeira, do ex-secretário Kissinger, que prestava serviço para a Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor trabalhou quanto tempo na Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nunca trabalhei para a Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não? Era contratado?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nunca fui contratado da Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, no escritório, escritório contratado, V. Sª era contratado. Se o escritório de V. Sª era contratado...

O SR. ENRICO GIANELLI – O meu escritório, é, o escritório onde eu trabalhava tinha, dentre inúmeros clientes, também a Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto era o contrato de V. Sª?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, a nossa forma de remuneração é uma forma... Como escritório sempre atendia empresas estrangeiras, que costumam pagar por hora, então, a gente cobrava sempre na base horária e...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto por hora, o senhor tem idéia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, não faço a menor idéia, mas alguma coisa, era assim alguma coisa cara entre R$ 800,00 e R$ 1.000, 00 por hora.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto? Mil reais por hora?

O SR. ENRICO GIANELLI – Entre R$ 800,00 e R$ 1.000,00.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Oitocentos e R$ 1.000,00 por hora.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Gostaria, Presidente.

O SR. ENRICO GIANELLI – Setecentos e R$ 600,00.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Ele estava desenvolvendo um raciocínio sobre consultorias, estava na assessoria do ex-secretário de Estado americano, Henry Kissinger. Eu gostaria que S. Sª continuasse esse raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode participar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não, não, ele mesmo, que ele pudesse..

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não ele, o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas deixe antes de ele raciocinar aqui.

Agradeço a V. Exª, Tião Viana. V. Sª, Sr. Enrico, recebeu também quinze... Quanto foi que o Sr. Walter Santos recebeu?

O SR. (Orador não identificado) – Cinco milhões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Cinco milhões.

O SR. (Orador não identificado) – Cinco milhões, não, foi mais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, foi para.. Da Gtech foram R$ 5 milhões.

O SR. (Orador não identificado) – Por que a Gtech, que tinha tanto advogado bom, teve que pagar R$5 milhões ao Sr. Walter Santos só para conseguir uma cautelar? Por quê? Como é que explica isso? Os outros advogados não tinham competência de conseguir essa cautelar, tantos advogados famosos que V. Sª citou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Essa é uma pergunta que eu não posso responder. Talvez a diretora jurídica da Gtech possa responder – aliás, foi quem contratou, quem pagou e quem assinou o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – V. Sª recebeu quanto desses R$5 milhões?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nenhum, nada, zero milhões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas recebeu quanto pela prestação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, não, eu sempre...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela prestação de serviços de V. Sª?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, na verdade, como eu disse, o nosso escritório cobra...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – V. Sª declarou isso à Receita, o quanto recebeu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Sempre, sempre. Todos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Na sua declaração de Imposto de Renda?

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro, claro, claro. Aliás, meu sigilo está aberto, e se não foi aberto, pode abrir. Eu só recebi de cliente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não me respondeu quanto o senhor recebeu.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, a gente cobrava na base horária e, na medida em que você vai cobrando na base horária, você emite uma fatura. É o sistema que chamam de *time sheet.* Você vai apropriando as horas, no final do mês, faz um relatório, manda a fatura com o discriminativo dos serviços que foram feitos e, então, eles pagam a fatura mês a mês. Então, varia pelo tempo de trabalho que se despende para cada cliente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não sabe dizer quanto o Sr. Rogério Buratti solicitou em pagamento pelos serviços prestados?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, nunca o Rogério Buratti falou comigo de qualquer tipo de valor ou me fez qualquer tipo de pedido, até a título de honorários. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – O Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – O Buratti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – E o Walter Santos? Eu queria insistir no Walter Santos.

O SR. ENRICO GIANELLI – O Walter Santos é uma resposta que só a Gtech e a Drª Amália podem responder.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – O senhor recebeu algum dinheiro de Walter Santos, ou passou algum dinheiro para ele ou não? Lembra-se disso, nesse período? Entre o senhor e o Walter Santos? Porque eu acho que o senhor é muito íntimo do Walter Santos, pelo que o Walter Santos aqui colocou.

O que eu queria saber de V. Sª é se fez algum depósito na conta dele ou se ele fez algum depósito na de V. Sª.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, a única coisa que tem entre mim e o Walter Santos é que eu emprestei um dinheiro para ele e ele me devolveu exatamente o mesmo valor.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Quanto foi?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Quanto foi, o senhor lembra?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, não me lembro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Sim, mas era pouco dinheiro ou muito dinheiro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, era um dinheiro razoável. E ele me devolveu, aliás, com CPMF.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – O Sr. Walter Santos declarou aqui, no seu depoimento, me foi lembrado agora, que foi convidado pelo senhor.

O SR. ENRICO GIANELLI – Sem dúvida nenhuma, mas...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Mas o senhor disse que não. Há pouco tempo, o senhor disse que não.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, a Gtech.... é que eu não contrato ninguém. Na verdade, a Gtech é que contrata. A Gtech, com seu corpo jurídico, é que contrata, estabelece os pagamentos, cronograma de pagamentos e faz os pagamentos. Quer dizer, o fato de eu trabalhar com os outros advogados que eu acabei de citar foi exatamente a mesma coisa. Quer dizer, o Sr. Roberto Rosas também foi apresentado por mim, fechou um contrato com a Gtech, recebeu da Gtech, contratou com a Gtech. O ex-Ministro Cernicchiaro a mesma coisa. Na verdade, os advogados se conhecem, mas nós, advogados, só tratamos de assunto de advogados. Honorários, essas coisas, são tratados diretamente com o cliente, exatamente para evitar esse tipo de especulação de que: "Olha, houve um favorecimento, houve não sei o quê, você ficou com o dinheiro disso ou eu fiquei com o dinheiro daquilo".

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Mas ele nem dizia a V. Sª quanto ia pedir?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Não se falava nada em dinheiro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – É difícil de acreditar, o senhor me desculpe, que você vai contratar uma pessoa, é o intermediário da contratação e não se fala nem uma vez em dinheiro, porque se alguém quiser me contratar para qualquer coisa, eu vou logo dizer quanto eu quero ganhar. E V. Sª, eu acho, também. Então, é a primeira...

O SR. ENRICO GIANELLI – É, se eu quisesse contratar, sim, mas se eu falasse que ele que ia contratá-lo, o senhor trataria com ele, certamente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Certo, mas, aí, não se falava em dinheiro? Era mais ou menos como o Deputado José Genoino, quer dizer, faziam tudo sem falar em dinheiro. Faziam todos os acertos sem falar em dinheiro. Não é possível acreditar nisso, infelizmente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, acho importante ele dizer quanto foi emprestado. Valor razoável é uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto foi emprestado? Razoável ele se lembra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Foram 200 mil.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Um milhão, dois milhões, 10 milhões?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, imagina.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Cinco milhões?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nem tenho isso, imagina.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quinhentos mil?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nada, nada.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Cem mil?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se V. Exª me disser, eu digo quanto foi. Foram R$200 mil.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Foram 200 mil?

O SR. ENRICO GIANELLI – É, eu acho que sim. E eu recebi acho que 215 de volta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu estou sabendo mais que ele sobre a vida dele.

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas eu recebi exatamente o mesmo valor de volta. Ele me pediu, eu emprestei e ele me deu, inclusive, com CPMF. Exatamente o mesmo valor, sem tirar nem pôr, nada.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sei. E ele te deu em cheque e o senhor devolveu em cheque para ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, eu acho que não. Eu acho que eu fiz uma transferência nominal e ele me fez uma transferência nominal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Transferência via bancária? Ordem de pagamento?

O SR. ENRICO GIANELLI – É, via bancária.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tinha muito depósito de dinheiro na sua conta, não é?

O SR. ENRICO GIANELLI – Muito. Muito. Eu sempre ganhei muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas depositava em dinheiro na conta? Ao invés de depositar o cheque?

O SR. ENRICO GIANELLI – Muitas vezes, sim, porque, na verdade, é assim: você tira da conta pes-

soa jurídica e deposita na pessoa física. A conta que o senhor deve ter deve ser a conta do Unibanco, que é a conta da minha pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o que eu tenho é da pessoa física. Está aqui.

O SR. ENRICO GIANELLI – É, da pessoa física. Têm vários depósitos em dinheiro, sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor fez uma transferência, um TED, para o Sr. Walter Santos, de 200 mil.

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso. E recebi de volta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Retirada jurídica tem que ser contabilizada para alguma coisa paga pela jurídica.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, porque...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não tira só porque quer tirar.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, eu...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A jurídica tem controle fiscal, tem uma série de controles, tem que ter justificativa do débito.

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não é assim: tira da jurídica e coloca na minha física. Isso não existe.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, é que eu pago todos os impostos, faço o lucro presumido, são...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, já estou ficando com o meu ouvido calejado de tanta mentira. Não é possível continuarmos nessa inquirição dessa forma. Está muito chula, está muito ruim. Está sendo um atentado contra a inteligência de todos nós. Está muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu também estou meio desanimado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só nos resta uma posição mais dura em relação a esses fatos. Está precisando que tomemos uma posição mais dura.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o escritório de advocacia Machado, Meyer?

O SR. ENRICO GIANELLI – Conheço de ouvir falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece de ouvir falar só?

O SR. ENRICO GIANELLI – É, de ouvir falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece Romualdo Calçado Carvalho de Lima?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca o viu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V. Sª se conhece o Sr. Hélcio Barbosa Cambraia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece? Qual a sua relação com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, eu fui correspondente dele em alguns processos dele em São Paulo e ele foi correspondente de alguns processos do meu escritório em Minas. Um deles, inclusive, com relação a um processo contra a Embratel.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade que ele foi quem apresentou V. Sª ao Sr. Walter Santos Neto?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu acho que sim. Eu acho que foi ele que fez essa indicação, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com que intuito ele o apresentou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, como advogado especializado em grandes causas, tribunais superiores.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª manteve alguma relação de trabalho ou de parceria com esse escritório Hélcio Cambraia Advogados?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, só de trabalho e ele é um amigo. Aliás, ele é um amigo querido. Ele tem uma filha que teve um problema muito sério, recentemente. Eu consegui uma médica muito famosa para operar a filhinha dele e coisa e tal, então, temos uma relação de amizade, hoje em dia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Marcelo Aguiar?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sócio do Sr. Walter Santos Neto?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece, não?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda dentro dessa contratação da empresa do Sr. Walter Santos Neto, por que contratar o escritório dele quando a própria Fisher e Foster dispunha de um quadro numeroso de advogados qualificados?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, novamente... pode parecer de novo, mas...

O SR. (Orador não identificado) – Outra mentira.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Pode parecer... Eu só posso responder o que eu sei. O que eu não sei eu não posso, sob pena de estar mentindo, sim.

Eu acho que essa é uma pergunta boa para se fazer para diretora jurídica da Gtech. Agora, não é incomum empresas norte-americanas escolherem mais de um advogado, mais de um escritório para defender seus interesses. Eles têm, realmente, várias vezes e eles têm muitos especialistas. Nos Estados Unidos, especialmente, eles têm especialistas em petição inicial, para o senhor ter uma idéia. Então, é assim. Não é incomum isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E Waldomiro Diniz?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não o conheço. Só de ouvir falar e dos jornais, mas nunca o vi, nunca conversei com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não se deparou com o Sr. Waldomiro Diniz quando ele estava presente?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não. Nunca.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em uma reunião com a Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nunca.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não foi o senhor?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o que o senhor diz sobre a participação do Sr. Waldomiro Diniz, com relação à Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não sei. Isso quem tem de explicar são o Rovai e o Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antônio Carlos?

O SR. ENRICO GIANELLI – Antonio Carlos da Rocha, Lino da Rocha. Eles podem explicar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor não sabe nada sobre o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não o conhece?

O SR. ENRICO GIANELLI – Só de ouvir falar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca falou com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nunca falei com ele. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem por telefone, nem pessoalmente?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nem por telefone, nem pessoalmente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor Marcelo Rovai não chegou lhe falar sobre o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. ENRICO GIANELLI – O Sr. Marcelo Rovai...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Olhe que o Sr. Waldomiro Diniz foi citado pelo Sr. Marcelo Rovai...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero deixar claro que se comprovarmos mentira, daqui para frente, teremos que tomar uma posição dura na CPMI.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu nunca...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Marcelo Rovai nunca lhe falou do Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olhe, a única coisa...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulte, aí, a sua memória.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, não. A única coisa que eu sei do Waldomiro Diniz é que quando saiu uma notícia, **a posteriori**, em uma coluna do Cláudio Humberto, de que tinha lá encontro não sei das quantas, na calada da noite e coisa e tal, eu questionei e falei: "Que história é essa de vocês se encontrarem com o Waldomiro?" Aí, eles desconversaram e falaram assim: "Não, não, isso aí foi..."

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o senhor questionou? O senhor disse que não fazia a parte negocial. Que preocupação era essa que o senhor tinha com o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não tinha preocupação com o Waldomiro Diniz, eu tinha preocupação com a ...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tinha, porque o senhor foi interpelar...

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu tinha preocupação com a Gtech. Na verdade, a reunião que apareceu na coluna do Cláudio Humberto era com o Waldomiro Diniz e o Carlos Ramos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que é o Carlos Cachoeira?

O SR. ENRICO GIANELLI – É, que é o famoso Carlos Cachoeira. Então, eu tinha uma preocupação, evidentemente.

Como a Gtech é uma empresa de loteria e tem um contrato com a Caixa Econômica, eu achei por bem questionar, porque nem ficaria bem ter um relaciona-

mento com uma pessoa que está envolvida, de alguma forma, ou aparentemente, aliás, com isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como o senhor sabia que ele estava envolvido se o senhor não o conhecia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Porque era o que estava na coluna do Cláudio Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ah, o Cláudio Humberto.

O SR. ENRICO GIANELLI – Depois, logo em seguida, veio a matéria da **ISTOÉ**.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor acha que o Sr. Waldomiro Diniz levou alguma vantagem ou... A sua preocupação era essa, não é?

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso eu não posso afirmar, sob pena de ser leviano e, aí, mentir.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas e por que o senhor foi advertir? Eu não entendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que foi? Diga para a gente, aí.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, porque não reportei só essa. Reportei essa matéria, reportei matérias que saíram no Estado do Paraná, reportei matérias que saíram no Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o que diziam as matérias do Paraná, que preocuparam tanto o senhor também?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, tinha um mandado de segurança, por exemplo, contra uma das empresas do Carlos Ramos, que tinha vencido uma licitação para a videoloteria, e a Gtech estava questionando, através de um mandado de segurança, essa licitação específica. Tinha mais um mandado de segurança também no Rio de Janeiro, onde se questionava uma licitação que tinha sido feita na Loterj, quando o Sr. Waldomiro era presidente da Loterj, que também a Gtech estava impetrando um mandado de segurança. Então, tudo isso, como a gente tinha um serviço de *clipping*, que nos fornecia, a gente ia recebendo os *clippings* e ia avisando o cliente de tudo o que estava acontecendo, para colocá-los a par.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que o senhor diz da proposta do Sr. Buratti? Há indícios, quase evidências de que havia dois esquemas. De um lado, o Sr. Buratti e, do outro, o Sr. Waldomiro. Tentavam tirar vantagens do contrato Gtech-Caixa Econômica. O Sr. Buratti chegou a dizer que a Gtech poderia pagar-lhe de R$500 mil a R$16 milhões? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não tenho conhecimento. Ele nunca falou isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem no banheiro? Não. Porque não estiveram no banheiro.

O SR. ENRICO GIANELLI – Nem no banheiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vai ter conhecimento como? Dezesseis milhões é tão pouco dinheiro.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não tenho conhecimento. Não conversou comigo. Talvez tenha conversado com o Rovai.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se conversasse aceitava.

O SR. ENRICO GIANELLI – Se conversasse, com certeza, eu reportava para a corporação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Paulo Bretas, vice-presidente de logística da Caixa Econômica? Informou ao Sr. Marcelo Rovai que para a assinatura do contrato existia uma pendência e que V. Sª estaria a par.

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade?

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que pendência era essa?

O SR. ENRICO GIANELLI – Era uma pendência jurídica que eu estava discutindo entre o.... Sempre confundo os nomes, os dois nomes são parecidos. Essa documentação deve estar na Caixa. Entre o Altair e o Ademir Fernandes Cleto. Ademir é advogado da Caixa e Altair é o assessor do....Isso deve ter vários...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode deixar esse documento aqui, à disposição?

O SR. ENRICO GIANELLI – Esse está anexo a esse documento que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há registro de 49 ligações entre V. Sª e o Dr. Rogério Buratti entre 13 de março de 2003 a 9 de março do mesmo ano, ou seja, período final de negociação do contrato.

O SR. ENRICO GIANELLI – Treze de março não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De 9 a 13 de março.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nove a treze de março. São 49 ligações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o principal assunto tratado?

O SR. ENRICO GIANELLI – O principal assunto era a coleta de todas as informações do...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe-me. A data é de 9 de março de 2004 a 13 de março de 2003.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É ao contrário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De 13 de março de 2003 a 9 de março de 2004.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Inverta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De março de 2003 a março de 2004.

O SR. ENRICO GIANELLI – Um ano.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Um ano.

O SR. ENRICO GIANELLI – As principais... Eu acho que a grande concentração de ligações deve ter sido entre março e abril. Foi quando eu fiz a investigação sobre ele. E as demais ligações foram de: vamos andar de moto, ou, enfim, coisas assim.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – RN) – Quer dizer que V. Sª fazia uma investigação sobre ele perguntando a ele mesmo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, eu precisava de dados dele. Não era só dele. O documento que está ali era dele, da esposa dele, dos sócios dele, das empresas dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve, entre 13/03 e 15/03, oito chamadas do Enrico e uma chamada do Buratti. Entre 24/03 e 27/03 houve dezoito chamados do Enrico. Entre 28/03 e 30/03 houve duas chamadas; entre 30/03 a 31/03, nove chamadas do Enrico; seis chamadas do Buratti. Entre 07/04 e 09/04, quatro chamadas do Enrico e uma chamada do Buratti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o Buratti também fazia investigação sobre o senhor, ou não? Ligando para investigar, ou não? Porque está aqui. Estão aqui as ligações, estão bem claras.

O SR. ENRICO GIANELLI – Se os senhores olharem a documentação, o documento que eu juntei, foi no dia 28 de abril que eu terminei o processo do famoso *vetting process*. Dia 28 de abril. Por isso há grande concentração. Esse *vetting process* era, na verdade, de várias empresas, das quais eu precisava dos dados, e de todos os sócios dessas empresas, inclusive a esposa, o tal de Gonçalves Siqueira não sei das quantas, Ubiratan Sebastião de Carvalho, Osimar Cipriano. Então, eu precisava, na verdade, que ele me fornecesse dados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vinte e oito de quê?

O SR. ENRICO GIANELLI – Vinte e oito de abril de 2003.

A grande concentração, imagino eu, das minhas ligações, que tenha sido entre começo de março e final de abril.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu gostaria de saber o seguinte: quando V. Sª fez esse processo de investigação com o Sr. Rogério Buratti, certamente descobriu que ele tinha trabalhado na Prefeitura de Ribeirão Preto.

O SR. ENRICO GIANELLI – Verdade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª também descobriu que ele tinha sido Secretário do Ministro Antônio Palocci.

O SR. ENRICO GIANELLI – Verdade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª descobriu também que ele tinha sido demitido por suspeita de corrupção.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, o que o artigo de jornal estava dizendo, na época, o que eu achei...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, eu estou dizendo suspeita, não estou dizendo que...

O SR. ENRICO GIANELLI – É. É. Certas irregularidades.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª descobriu isso também.

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª descobriu, também, que no Ministério da Fazenda existia uma chamada "turma de Ribeirão Preto". Aliás, como é natural.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª não sabia disso.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Que o chefe de gabinete é de Ribeirão Preto, que o secretário particular é de Ribeirão Preto, que havia um assessor na Caixa de Ribeirão Preto, quer dizer, havia todo aquele grupo de Ribeirão Preto.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, quer dizer que o fato, V. Sª quer dizer que, na realidade, um advogado de interior, do interior de São Paulo, suspeito de corrupção na Prefeitura de Ribeirão Preto, foi contratado para atuar junto a Brasília, a um órgão federal, mesmo com esse currículo já negativo, sem que... não valeu de nada ele ser amigo de Palocci, amigo de Mar-

chetti, amigo de todo esse pessoal de Ribeirão Preto. V. Sª não levou isso em conta?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não só levei em conta, como isso eu reportei para a minha cliente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ah, levou em conta. Quer dizer, o principal item do currículo dele, que valeu para ele ser contratado, é que ele era de Ribeirão Preto e era amigo dessa turma toda?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ele não foi contratado, pelo que me consta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas para ser indicado, indicado.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, eu só descobri isso no meu levantamento e eu reportei para o cliente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Reportou.

O SR. ENRICO GIANELLI – Reportei para o cliente. Não sei se foi por causa disso, ou não, que o cliente deixou....

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas V. Sª imagina que isso era o principal fator de contratação dele. Porque aqui em Brasília existe.....

O SR. ENRICO GIANELLI – Pelo contrário. Eu acho que esse seria, para mim, isso é o principal fator de a Gtech não o ter contratado, eventualmente, e não o contrário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas e V. Sª, assim mesmo, indicou-o, apresentou-o. Se V. Sª tivesse ....

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas isso foi antes. Isso foi antes, antes de eu tomar esse conhecimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quer dizer que V. Sª, primeiro, apresentou e, depois, investigou?

O SR. ENRICO GIANELLI – É, porque é assim que funciona. Você faz o *vetting process*, depois que você sabe qual que é a pessoa que o cliente quer contratar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas V. Sª indicou.... Bom, eu acho que, normalmente, antes de se apresentar alguém é que se faz a investigação, e não depois.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, é assim: quando o cliente tem interesse na contratação, é como aluguel, quer dizer, você não sai por aí investigando todo mundo. Quando o sujeito manifesta uma intenção de alugar o teu apartamento, aí é que você faz a investigação. Então, quando a Gtech – o Rovai – chegou para mim e disse assim: "Olha, tem uma pessoa assim, assim, assado. Você pode contatá-lo?" Posso contatá-lo. Contatei e apresentei. Eles começaram a conversar e disseram para mim: Enrico, você como advogado, faz o v*etting process,* que é o trabalho de advogado. Fiz o todo o *vetting process* como se fosse exatamente candidato a uma alocação qualquer. E eu indiquei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Enrico, V. Sª quando fazia esse contato, por exemplo, a cada pergunta o senhor fazia e desligava o telefone. O seu nome, aí o cara dizia, fulano de tal. O senhor ia e desligava o telefone. Aí ligava de novo e o senhor dizia, a data de nascimento, aí desligava de novo. Era assim que era feito?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. O que acontecia é que um...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Não, porque tanto telefonema para que o senhor faça essa consulta, não é? Então, o senhor fez o seguinte: pediu o nome e desligou. A data de nascimento e desligou, o que ele fazia e desligou. O que ele fazia desligou, o que ele fazia desligou.

Eu estou perguntando isso a V. Sª e V. Sª diz que não é assim e eu acredito que não seja. Se é advogado, é evidente que fazia todas as anotações e qualquer pergunta que o senhor fizesse teria em um telefonema que ter tudo isso.

Agora veja bem. V. Sª, entre o dia 24 e 27/03, ligou 18 vezes para o Sr. Buratti. E Sr. Buratti fez seis entre o dia 30 e o dia 31. Então, quer dizer ele pedia ao senhor: me aproveite, faça isso. Eu sou gente boa, vou-lhe dar uma ajuda. Não dá, porque está aqui.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, você faz uma ligação e o sujeito retorna.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E porque não retornou das 18. Retornou... A tese de V. Sª não é verdadeira.

O SR. ENRICO GIANELLI – Às vezes você fala, às vezes não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª esclareça o seguinte: V. Sª fez 20 com mais 15, entre o dia 24 e o dia 31, 35 ligações. Era só para investigar esse cidadão?

O SR. ENRICO GIANELLI – Só para investigar esse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem certeza que era só isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Só para investigar esse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Nós vamos buscar as fitas. Agora veja bem. E o que o senhor perguntava a ele em 35 telefonemas sobre a situação desta investigação? O que é que o senhor apurou? Diga-nos.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu apurei de tudo um pouco. Apurei que ele tinha mais de uma empresa, eu quis saber o que é que essas empresas faziam, onde é que elas estavam sediadas, se estava tudo certo com,

com... enfim, com a parte fiscal, com a parte não-fiscal, quem eram os sócios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso dava para fazer em um telefonema ou não? Essas perguntas que o senhor está me falando não dava para ser perguntado em um telefonema? Eu quero saber o que o senhor conversou com ele, porque não é possível. Está a imprensa, está o País todo nos ouvindo, Sr. Enrico, pelo amor de Deus, fale a verdade. Não quero tomar uma posição mais dura em relação aquilo que tem direito esta CPI, os poderes que tem esta CPI, porque não tem sentido em quatro ou sete dias, seja o que for, 35 telefonemas para se saber a vida do outro. Quer dizer que o senhor – licença, Sr. Relator – o senhor...

Pode V. Sª informar a ele que eu vou admitir.

O SR. ENRICO GIANELLI – O senhor quer os tempos das conversas para saber...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós temos os tempos da conversa, mas não foi indo e voltando, aqui está extinta aquele que ele não atendeu, é só a que houve contato.

Quer dizer, entre o dia 13 e 15, houve oito chamadas do senhor para ele e uma dele para o senhor. E aí o senhor não perguntou se ele tinha empresa foi antes desta conversa?

O SR. ENRICO GIANELLI – Perguntei várias coisas, todas relacionadas com o meu trabalho de advogado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Mas não pode. Então esse cara tem um ficha complicada. Tem um ficha complicada, não é possível! Não conseguimos entender como se gastam 49 telefonemas só para saber o nome dele. O senhor tratou o que sobre a Gtech, sobre a influência de Buratti junto a órgãos públicos, junto à Caixa Econômica? O que V. Sª tratou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Sobre a influência dele, ele nunca me fez nenhum tipo de proposta, ele nunca me fez nenhum tipo de aproximação, como sendo: "Olha, vou facilitar isso, vou facilitar aquilo, coisa e tal." Ele não fez esse tipo de acordo comigo. Pode ter feito com o Rovai? Pode ter feito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o senhor era tão preocupado com o Waldomiro Diniz e não era com o Buratti?

Com o Waldomiro Diniz, o senhor se mostrou muito preocupado; com o Buratti o senhor fez essa investigação e, mesmo diante de suspeitas de corrupção, resolveu dar o seu parecer e amenizou bastante a situação do Sr. Buratti. Eu queria entender isso aí.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, amenizei não. Eu disse claramente que ele estava envolvido em procedimentos aparentemente ilícitos, em licitações de 1994. Não aliviei, não. Eu fui bastante duro, inclusive.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu queria entender por que os dois iam terminar parando num banheiro. E por que tanta ligação telefônica? Fica...

O SR. ENRICO GIANELLI – Agora, a minha preocupação com o Waldomiro é grande porque é um funcionário público.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, o próprio Relator já confessou o seu desânimo com relação a este depoimento. Eu tenho uma sugestão a oferecer. Eu consultaria, em primeiro lugar, V. Exª e o Relator e perguntaria se o depoente se sentiria mais à vontade se convertêssemos esta audiência em uma reunião secreta, para que ele pudesse abrir o jogo e dizer a verdade.

Eu deixo esta sugestão, porque no depoimento, desde o início, o Sr. Gianelli – V. Exª não estava presente – tentou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estava numa reunião com o Presidente da Casa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, justificadamente. Eu digo apenas que V. Exª não ouviu e não presenciou um fato de extrema gravidade.

Ele tentou burlar esta Comissão trazendo uma decisão judicial, que se aplicava a uma outra circunstância, como sendo aquela que se aplicaria a esta. E, de lá para cá, o que vem acontecendo são tentativas de nos fazer de trouxas, perdoe-me, Sr. Presidente. Não é razoável que isso aconteça.

Eu consulto V. Exª, o Relator e os demais Senadores, inclusive o depoente e seu advogado, se não seria o caso de convertermos esta audiência em uma reunião secreta, para que ele possa falar com franqueza e com tranqüilidade, porque o que percebemos...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Geraldo Mesquita, V. Exª me permite um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu fui procurado, ontem, pelo Sr. Enrico Gianelli. Na verdade, S. Sª me disse que estava, naquele momento, pedindo que eu encaminhasse uma solicitação sua para que pudesse depor numa reunião secreta.

Então, eu perguntei qual a justificativa que ele iria apresentar; se ele iria abrir o jogo, para usar uma expressão utilizada por V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se ele iria contar a verdade?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É, se ele iria abrir o jogo. Ele me disse que não tinha tantas revelações a fazer. Então, eu disse a ele que não se justificava, mas compreendo que, neste momento, pode ser que o Sr. Gianelli pense diferentemente. V. Exª tem razão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O Dr. Gianelli é um advogado, sabe o que está em jogo, sabe a repercussão do seu depoimento aqui. Eu faço esta sugestão e a deixo aqui à consideração da Comissão, do Sr. Gianelli e do seu advogado.

Agora, a condição é esta: que tratemos das coisas com respeito, com seriedade e com verdade, porque se for para continuar na linha desse depoimento, também não há interesse desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu, democraticamente, deixo à critério do depoente que ele diga se deseja, numa reunião fechada, contar a verdade e somente a verdade.

É isso o que estamos propondo, porque, do jeito que vai... Todos estamos conscientes que a verdade, aqui, é a única coisa que não existe. A decisão foi unânime, não tenho dúvida, não só desta Comissão, mas também do povo brasileiro, que nos assiste neste momento.

Pode conversar com seu advogado.

O SR. (Advogado) – Posso usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Lamentavelmente, V. Sª não pode usar da palavra. Mas, para esclarecer, concedo-lhe a palavra.

O SR. (Advogado) – Apenas para um esclarecimento técnico.

Quando se falou da liminar, aqui – tenho que voltar a esse assunto depois –, uma decisão judicial é válida até o momento em que ela é revogada. Essa liminar, pelo que me consta, não foi revogada. Por isso, ela foi usada, por isso, ela foi utilizada.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – *(Inaudível.)*

O SR. (Advogado) – Sim, mas a responsabilidade de ter apresentado foi minha, porque entendi, sob a minha ótica, que ela tem valor ainda hoje, sob a minha ótica de advogado, com todo o respeito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Permita-me. Veja a contradição do que diz o senhor.

O SR. (Advogado) – Pois não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Em seguida, V. Sªs postularam uma nova liminar, que foi negada.

O SR. (Advogado) – Não houve...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Se não tivesse havido essa...

O SR. (Advogado) – Não houve outra liminar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Como é que não houve?

O SR. (Advogado) – Não houve. Eu sou advogado dele: não houve outra liminar. Eu apenas fui ao Supremo, hoje, à guisa desse esclarecimento, porque, nessa última convocação, ela era diferente das demais, pois dizia uma coisa que ele passaria a ser suspeito. Então, sob a minha ótica, eu entendi que ela era diferente. Só isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O assunto, Sr. Presidente,...

O SR. (Advogado) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O objetivo do Presidente, ao permitir que V. Sª usasse da palavra, seria para dizer, se permite,...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Doutor, peço a V. Sª que...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ... sigilosamente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós não queremos tratar da questão do **habeas corpus**. Vou me referir a isso adiante. Agradeço a participação de V. Sª. A minha pergunta está relacionada com a questão de ele desejar e querer falar a verdade, porque, uma vez fechada esta reunião, se não for dita a verdade, não vai ser fácil para o Sr. Enrico.

O SR. (Advogado) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está certo? Então, que fique bem claro. Cabe a ele, agora, responder. Agradeço a participação de V. Sª.

V. Sª aceita, deseja ou não?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, a única coisa que eu posso dizer é que não teve nenhuma mentira que eu tenha dito até agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem.

O SR. ENRICO GIANELLI – Posso ter omitido, talvez, alguma coisa por não me recordar, ou pode ter tido algum esclarecimento que eu tenha deixado de dar. Agora uma coisa é certa: não houve, em hipótese alguma, qualquer tipo...Não recebi qualquer tipo de manifestação por parte de Rogério Buratti, Waldomiro...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. V. Sª aceita ou não aceita? Apenas para continuarmos, depois, faremos as perguntas.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, o único motivo de eu ter pedido a reunião fechada não foi porque eu tinha alguma coisa a dizer que eu não pudesse dizer em público, era para me preservar: me preservar como pessoa, me preservar como profissional, me preservar dessa exposição toda...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Preservar como?

O SR. ENRICO GIANELLI – ... à qual estou sendo submetido, sendo um advogado que batalhou muito pelos direitos da Gtech...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas outros advogados... V. Sª... Está bem. Agradeço o pronunciamento.

V. Sª não aceita.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, sou o segundo inscrito. Mas, como sou titular em outra Comissão, e tendo em vista que a maioria das perguntas que eu tinha a fazer já foram feitas, farei apenas duas ou três perguntas. Depois, peço licença a V. Exª para me retirar desta Comissão e me dirigir a uma outra Comissão.

O senhor, em algum momento, na Caixa Econômica, fez reunião com o Sr. Ralf Barquete?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nunca.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nunca fez. Nem o conheceu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nem o conheci.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O senhor sofreu alguma ameaça recente nesse período em que V. Sª estava sem querer vir à CPI? Houve alguma ameaça, ou foi uma decisão pessoal de V. Sª, da Gtech, ou de alguém? Havia algum tipo de ameaça? Porque deu-nos a impressão de que V. Sª não queria vir.

O SR. ENRICO GIANELLI – Essa é uma boa pergunta para uma reunião fechada.

Houve.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Houve ameaça?

O SR. ENRICO GIANELLI – De perder a OAB.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª poderia dizer que tipo de ameaça foi essa, ou prefere fazê-lo em reunião secreta?

O SR. ENRICO GIANELLI – Prefiro dizer em uma reunião secreta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, logo que terminar, podemos ouvi-lo em uma reunião secreta.

Em 2002 foi contratada a MM Consultoria para entrar com medida cautelar contra a Caixa. Quem executou essa subcontratação foi o seu escritório ou a Gtech diretamente?

O SR. ENRICO GIANELLI – A Gtech, diretamente, quem fez o contrato e o pagamento. Inclusive vieram dois advogados dos Estados Unidos para acompanharem a Drª Magda Kiehl em uma reunião com o Sr. Walter Santos e seu advogado, para poderem efetuar o pagamento e assinar o termo de quitação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quem lhe indicou o advogado Walter Santos Neto? Creio que V. Sª já disse.

O SR. ENRICO GIANELLI – Sim, o Élcio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Esse advogado teria notória especialização que motivasse a sua contratação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, pelo que me foi apresentado, sim. Mesmo por que ele tinha sido advogado de uma grande empreiteira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor fez aquela investigação...?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não. A Gtech deve ter feito; eu não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª não fez?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, o advogado só faz o que o cliente pede.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A Gtech tinha diversas ações contra a Caixa. Por que mais essa ação? A Gtech obteve êxito nessa ação? Quanto a Gtech pagou de honorários ao advogado Walter Santos Neto?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não sei precisar quanto, porque, na verdade, essa negociação foi diretamente com a Gtech. Eu sei que foi uma soma considerável.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Cinco milhões, pelo que se sabe.

O SR. ENRICO GIANELLI – É o que eu ouvi falar pela imprensa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O senhor afirmou, em seu depoimento, que não vê nada de estranho nas decisões favoráveis à Gtech, proferidas pela Juíza Maísa Giudice, da Justiça Federal. Como o senhor explica o fato de a Juíza proferir as sentenças de mérito para confirmar as liminares, imediatamente após a Caixa conseguir suspender essas liminares do Tribunal Regional Federal?

V. Sª, como advogado, conseguiu uma liminar; a Caixa recorreu ao Supremo Tribunal Federal, que cancelava a liminar, e a Juíza dava a decisão definitiva. Diversas vezes isso ocorreu – essa Juíza vai ser investigada pela CPMI e, inclusive, vou entrar com uma representação contra S. Exª no Conselho Nacional de Justiça para que seja feita essa investigação, mesmo por que o Conselho Nacional de Justiça foi aprovado para isso mesmo. Então, queremos saber qual é a re-

lação que V. Sª tinha com essa Juíza e porque S. Exª só dava sentença a favor da Gtech e contra a Caixa Econômica, e de maneira tão rápida, uma vez que a principal característica da Justiça é ser lenta, mas essa Juíza, quando era para ser contra a Caixa e a favor da Gtech, era rápida na liminar e rápida na decisão. O que V. Sª conhece dessa relação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Pela própria característica do processo, o mandado de segurança e medida cautelar têm procedimentos mais céleres, inclusive tem prazo processual entre a concessão da liminar e a prolação da sentença de mérito. Quero atribuir isso a uma coincidência. Não me consta que a Drª Maisa tenha, de alguma forma, beneficiado a Gtech. Ela, na verdade, suportada por diversos pareceres de juristas de muito peso, se sentiu confortável para dar...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quantas liminares S. Exª deu a favor da Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, ela deu uma liminar no mandado de segurança, e essa liminar é tecnicamente relativamente tranqüila, porque é uma liminar para manter o **status quo,** para manter a coisa da forma como ela está. Então, nesse caso, quando você não mexe em nada, é mais fácil de o juiz se sentir à vontade do que parar isso ou para aquilo. Ele simplesmente mantém da forma como está e fica mais fácil. Logo depois, ela deu uma sentença de mérito, confirmando a liminar, e foi dado entrada a uma medida cautelar de atentado, onde ela deu a liminar e uma sentença de mérito logo em seguida, por um processo célere.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ela, em algum outro processo, deu alguma liminar ou alguma decisão definitiva contra a Gtech? V. Sª conhece?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, porque, na verdade, ela só teve dois que processos com ela por prevenção: o mandado de segurança e, aí, a medida cautelar, como estava preventa, acabou caindo nela, que era a medida cautelar de atentado. Foram os únicos dois processos que ela atuou com a Gtech.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Que V. Sª conhece?

Era só isso, Sr. Presidente.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, tem a palavra V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, na verdade, ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, comunico a V. Exª que, em seguida, teremos ...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Estou na CPI do Mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mandarei comunicar a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, na verdade, o Sr. Érico coloca isso como um advogado de experiência, que está há 27 anos na função, e que tem um escritório com vários advogados.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu, na verdade, milito há 27 anos. Trabalhei em escritórios que tinham vários outros profissionais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desculpe-me, Dr. Enrico, mas, se V. Sª atender seus clientes dessa forma: enrolando, não responde com clareza, na verdade, não teria muitos clientes. Até não entendo porque a Gtech lhe contratou se ela já tinha em torno de 30 outros advogados. Desculpe-me, mas V. Sª não me parece ser uma pessoa bastante clara nas suas colocações, porque um advogado tem que ser bem claro com os seus clientes: falar, mostrar bem claramente aquilo que defende, e aqui V. Sª tem se comportado como uma pessoa sem a mínima experiência de lidar com o público; não responde com clareza. Um advogado é acostumado com tribunais, a investigar, a fazer perguntas, a enfrentar os Tribunais de Justiça, tem que ser muito preparado. E demonstra, aqui, que nesse seu lero-lero aí, deve ter sido contratado para intermediar, fazer contatos. Parece-me que V. Sª está mais enrolado do que papel higiênico, porque enrola, enrola, e não diz nada. Não vamos conseguir, e não conseguimos até agora, nada de objetivo. Certamente o Presidente tomará outras providências, poderá ser chamado outra vez aqui, porque, à medida que ouvirmos outros depoentes, V. Sª poderá ser citado, e ser pego em contradições. Disse, diversas vezes, aqui, que não mentiu, só falou a verdade. E não disse nada. Não disse realmente nada que pudesse ser construtivo para a nossa CPMI. Infelizmente não tem contribuído conosco. Não tem. Poderia contribuir conosco, e evitar que fosse chamado outras vezes. Mas, mesmo assim, vou fazer algumas perguntas.

O senhor era o *link*, o grande cérebro da Gtech para investigar? Era a pessoa principal da Gtech, para as investigações se as pessoas prestavam ou não?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que o contrataram para fazer investigação em cima do Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, fui contratado em 2000. Assim: o escritório, onde trabalhei, foi contratado em 2000. A gente vem prestando serviço desde 2000. O *vetting process*, esse processo de investigação não é com relação só ao Buratti, vários deles foram feitos. Assim, dos mais diversos...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com quem mais, além do Buratti? V. Sª foi contratado para investigar quem mais?

O SR. ENRICO GIANELLI – Além do Buratti, eu, particularmente, só o Buratti; eu, particularmente, só o Buratti, porque era um advogado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agora, começou a falar com mais clareza. Quando é para enrolar, enrola; quando é para falar, fala claro; quando é para se defender, fala com clareza.

Então, foi contratado para investigar o Buratti, e conseguiu sucesso nessa investigação, viu que era uma pessoa séria, era uma pessoa que podia confiar, viu nele e mandou contratá-lo. É isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E por que ele foi contratado?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não foi contratado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Buratti não prestou serviço à Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele não prestou serviço à Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª disse: ele não serve!

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu disse... Não, eu não disse: "Ele não serve". Eu disse: "Olha, em 1994, ele esteve envolvido num problema, envolvendo licitações e não sei se teve alguma..."

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como não sabe? Você não investigou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não sei no sentido de não tinha nenhuma ação judicial contra ele ou investigação. Mas o que eu posso afirmar é que, através de notícia de jornal, e isso está no documento que eu juntei, através de notícia de jornal, ele acabou renunciando ao cargo. Isso eu informei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Leonel Pavan, permita-me um aparte.

O senhor disse, aqui, por várias vezes, que o seu papel em relação ao Buratti foi o de fazer a tal pesquisa em relação à sua atuação profissional. O senhor disse que a sua atuação se limitou a isso. O senhor está dizendo agora que ele não foi contratado, com convicção. Como é que o senhor ficou sabendo que ele não foi contratado? Por quem? Em que período? Qual foi a circunstância?

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso foi a própria empresa que me disse. O próprio Rovai que me disse.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Disse o quê?

O SR. ENRICO GIANELLI – Que o Rogério não foi contratado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não foi em função das suas declarações?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não sei precisar se é por conta das minhas declarações ou por qualquer outro motivo. Eu posso presumir, posso presumir, que a minha investigação tenha contribuído.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para essa investigação, quanto recebestes da empresa Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, na verdade, eu não recebo...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como não recebe? Fez gratuitamente?

O SR. ENRICO GIANELLI – Funciona da seguinte forma: a gente trabalha por hora.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas aqui não deve nada, não recebeu dinheiro de ninguém. Certamente, deve-se considerar injustiçado por estar aqui hoje.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu me sinto injustiçado. Mas a forma é assim, Excelência:...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, o escritório pagou quanto? O seu escritório recebeu quanto? Você recebeu do escritório para servir de laranja nessa intermediação toda. Quanto recebeu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, funciona assim: eu não prestava serviço para um cliente só; para vários clientes e para o escritório. Na medida em que eu ia prestando o serviço, eu ia apropriando. Então, você vai apropriando no sistema que os americanos chamam de *time sheet*, que é um *log* de tempo. Você vai apropriando o tempo, e a esse tempo corresponde um determinado valor de hora, que pode variar de 200, 300, 400, 500, 1000, entendeu?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quantas horas trabalhou, então?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, não faço a menor idéia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não sabe quanto recebeu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nada, porque esse não foi o único trabalho que fiz nessa época.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, mas para a empresa Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Então. Eu fazia vários outros tipos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PE) – O senhor recebia as 24 horas?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, Na verdade, você apropria na medida em que você vai trabalhando...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É por número de horas que ficastes ligando para o Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Por exemplo, em viagem, você recebe até doze horas, ou dez horas, dependendo do contrato que você tem. Quando você está em viagem, você recebe mais tempo porque você está fora de casa. Então, quando você está... Teve vezes que eu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PE) – Quer dizer que no dia em que o senhor viajava...

O SR. ENRICO GIANELLI – Sempre que eu viajava, era mais caro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PE) – Eram R$12 mil por dia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não me lembro se era R$1 mil. Eram R$800...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PE) – Eram R$9.600.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Você se lembra quanto ganhava?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª é uma pessoa que tem posses, ganha muito?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não ganha muito?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas você não se lembra quanto ganhou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eram R$12 mil por dia?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Pavan, mais um aparte, porque talvez seja relevante. Dr. Gianelli, a Gtech entrou em contato diretamente com o senhor, ou com o conjunto do seu escritório para que o senhor fizesse a investigação sobre o Buratti? Foi com o senhor diretamente ou foi através do seu escritório?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. O Rovai pediu para mim...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pessoalmente?

O SR. ENRICO GIANELLI – Pessoalmente. O Rovai pediu para mim o *vetting process*.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quais as outras atribuições que a Gtech lhe designou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Toda a parte processual, assim, que está em todos os tribunais, Ministério Público, no Paraná, no Rio Grande do Sul, não; Paraná e Goiás tinham algumas ações.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que tipo de ações?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eram todos: ou mandado de segurança ou ações. Tinha uma ação, por exemplo, em Minas, contra....

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V Sª que entrava com o mandado de segurança?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Eram ações ordinárias de cobrança,ou...Enfim, eram das mais variadas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Era cobrança de quem? V. Sª tinha ações para cobrança. Contra quem?

O SR. ENRICO GIANELLI – Às vezes, contra fornecedores.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quais os fornecedores da Gtech que V. Sª cobrou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Por exemplo, a Embratel deixou de prestar um serviço, ameaçou deixar de prestar um serviço para a Gtech. Aí, entramos e conseguimos mais uma liminar, lá em... Na verdade, não foi uma liminar; a liminar não foi conseguida. Foi conseguido um agravo de instrumento, no Tribunal de Justiça, exatamente fazendo com que a Embratel continuasse prestando serviços, porque era um serviço essencial para a prestação dos serviços da Gtech. Quer dizer, tínhamos vários... Tinha um mandado de segurança contra o presidente da Loterj, por uma licitação que tinha havido na Loterj e que tinha sido, no entender da Gtech, desfavorecendo ela. Tinha mais duas ações. Tinha uma ação de cobrança contra...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dr. Enrico, quantas vezes o senhor se encontrou com o Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Várias vezes. Não faço idéia. Várias vezes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Após esse encontro que marcaram, no banheiro...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nunca me encontrei no banheiro com ele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Essa gravação não confere? Mas, depois desse encontro, em quais outros lugares públicos?

O SR. ENRICO GIANELLI – Já almoçamos juntos, em São Paulo, já nos encontramos na loja da Harley-Davidson, por exemplo, em São Paulo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Era para combinar a operação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nada. Não era para combinar nada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Era amizade mesmo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Amizade, eu diria, assim, visitas de cortesia. Visita de...Você encontra pessoas que você conhece. Amizade, para mim, tem uma outra conotação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que tipo de conotação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Amizade é uma pessoa...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De dinheiro? É familiar?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. É uma coisa, digamos assim, social, encontros sociais. Isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No banheiro, não é social.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. No banheiro, nunca encontrei ele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Sr. Buratti pediu propina para a Gtech como condição de renovação de contrato com a Caixa Econômica? V. Sª intermediou, quando o Buratti pediu recursos?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Eu nunca presenciei e nunca soube que ele tivesse pedido qualquer tipo de propina ou qualquer tipo de vantagem, mesmo por que a Gtech não precisava disso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A Gtech não fazia isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não precisava disso e não faria.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ela não fez isso, nunca?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, que me...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que o senhor acha que ela não faria?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não faria porque, primeiro, ela tinha todas as sentenças a favor dela. Então, quer dizer, ela estava em uma posição de força e ela poderia negociar...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Na sua visão, a Gtech agiu corretamente em todos os sentidos? Ela prestava o serviço corretamente? Ela nunca usou *lobby*, nunca pagou propina para ser beneficiada na Caixa Econômica? Nunca pagou nada?

O SR. ENRICO GIANELLI – Propina, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor confirma que ela nunca pagou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Propina? Confirmo

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor assume a responsabilidade?

O SR. ENRICO GIANELLI – Assumo a responsabilidade. Que eu saiba, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como é que o senhor fala que não tem muito envolvimento com a Gtech e assume aqui, para todo o Brasil, que a Gtech nunca pagou. E diz que não tem envolvimento com a Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Que eu saiba, se eu tivesse presenciado, eu falaria para o senhor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor disse que prestava serviço ao escritório e não à Gtech. O senhor disse, aqui, que não era contratado da Gtech, e sim do escritório. Mas assume, publicamente, dizendo que a Gtech nunca fez. Por que tem tanta firmeza de que ela nunca fez se V. Sª não prestava serviço para a Gtech e sim para o escritório?

O SR. ENRICO GIANELLI – Vou explicar para o senhor: o que eu estou afirmando é, que eu saiba, que eu saiba, eu assumo o que eu sei, eu só posso testemunhar sobre o que eu sei. Agora, se amanhã, aparecer alguma coisa que ... Porque eu não respondo pelas pessoas. V. Exª não responde pelas pessoas.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Gianelli, o senhor acabou de dizer para o Senador Leonel Pavan, respondendo a S. Exª, que a Gtech não precisava disso.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não precisava.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois é. Então, o senhor está afirmando que a Gtech não fez em face disso. O seu conceito em relação à empresa é de que ela não precisava disso. Então, isso pressupõe, Sr. Enrico Gianelli, que o senhor tinha uma análise conjuntural da empresa, o senhor sabia exatamente com quem estava lidando, a ponto de o senhor afirmar, há pouco – acho até que não precisava disso. Então, é justa a preocupação do Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – Havia algum envolvimento da Gtech com o Governo atual?

O SR. ENRICO GIANELLI – A Gtech sempre prestou serviço. Ela presta serviço para a Caixa Econômica, desde 1987, se não me engano. Então, desde a época do PSDB. Então, é um contrato, que foi licitado, depois foi rescindido, depois foi contratado sem licitação e depois veio e veio e teve aumento e não sei o que lá.

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor tem bastante conhecimento da Gtech.

O SR. ENRICO GIANELLI – Quer dizer, é uma relação muito longa. Agora, nunca me constou, nunca, nem no Governo Fernando Henrique, nem no novo Governo, que eu saiba, nunca me constou que eles tenham tido algum tipo de facilidade. Agora, vocês

vão poder perguntar: por que eles tinham, por exemplo, um consultor chamado José Richa? Porque é um consultor político. Mas o que o consultor político fazia? O consultor político não fazia absolutamente nada. Ele simplesmente orientava a empresa de como se colocar. Por quê? Por que ela tem um contrato com o Governo. Por que as empresas têm, por exemplo, um escritório que lhe presta serviço nos Estados Unidos, perfeitamente legal, do ex-Secretário Kissinger? Porque eles estão numa área, a área de jogos, seja lotéricos ou não lotéricos, é uma área muito sensível, é uma área muito exposta, onde você tem que tomar muito cuidado. E, evidentemente, há formas de você consultar várias pessoas, não só advogados, mas, economistas, ex-políticos. E aqui se dá uma interpretação de *lobby*. E *lobby* tem uma conotação muito ruim. Mas, é a história de você aparecer e falar: "Olha, gente, eu não sou maquineiro, eu sou uma empresa de ecologia, eu sou isso ou aquilo. Por isso, essas contratações. Não era incomum a Gtech ter esse tipo de contrato."

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – De 2002 a 2004, a Gtech pagou à MM Consultoria, dos advogados Marcelo Coelho de Aguiar e Walter Santos Neto, valores superiores a R$5 milhões, como V. Sª já acabou de confirmar, que a Gtech pagou aos dois R$5 milhões...

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu só ouvir dizer, porque, na verdade, quem conduziu esse processo de pagamento, com as devidas assinaturas de documentos, foi a Drª Magda junto com dois advogados americanos.

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – Deram R$3 milhões adiantados, foi isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não faço a menor idéia. Mas esse deve ser o documento que está em poder da Gtech, com certeza eles devem fornecer...

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª não tem conhecimento?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. De ouvir falar só.

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – De tanto falar da Gtech, de repente. Falhou-lhe a memória agora?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, não é questão de memória. Não participei disso, porque a Gtech tem um corpo jurídico próprio, sempre teve.

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – Mesmo depois da decisão final do STJ dando ganho de causa à Caixa Econômica, a Gtech ainda pagou mais de R$1,6 milhão aos advogados. É isso? Mesmo depois, perdeu a questão e, mesmo assim, a Gtech deu mais R$1,6 milhão. É isso? Não se recorda.

O senhor também atuou no processo de R$5 milhões?

O SR. ENRICO GIANELLI – Do caso Walter Santos?

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – Esses dois advogados entraram na Justiça contra a Caixa Econômica. Receberam R$5 milhões para defenderem a ação, sendo que, mesmo perdendo a ação, receberam mais R$1,6 milhão, além dos R$3 milhões. V. Sª atuou no processo também, junto com os advogados?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. A única coisa que eu fiz foi, que eu me lembro, foi um memorial juntando um parecer da Drª Ada para o Luiz Furco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – É. Foi a única atuação que eu tive. E fiz uma procuração, um substabelecimento para que eles pudessem...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª não fez um pedido de vista em nome dos advogados? Eles não lhe passaram a procuração para fazer o pedido de vista dos processos?

O SR. ENRICO GIANELLI – O pedido de vista eu não me lembro quem o fez.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não se lembra?

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas eu lembro que eu fiz o...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Existe um pedido de vista de V. Sª. V. Sª participou dos processos diretamente. Como esquece tão fácil assim!?

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas é que são tantos processos, não é? V.Exª tem que entender.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Envolve milhões! Quando houve os processos da Gtech contra a Caixa, V. Sª fez um pedido de vista de um dos processos, como advogado. Não se recorda?

O SR. ENRICO GIANELLI – É possível...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como possível?

O SR. ENRICO GIANELLI – É possível. Eu devo ter feito. Eu era advogado de vários processos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De repente a memória apaga.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não é. Eu era advogado de vários processos. Inclusive no Tribunal de Contas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Deve ganhar muito dinheiro, porque se um processo envolve R$5 milhões do advogado mais participação, em vários processos, quantos milhões V. Sª recebe?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como nada?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu só recebo por...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas isso aqui é quase R$5 milhões!

O SR. ENRICO GIANELLI – Pois é, mas esse dinheiro foi...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não se recorda?

O SR. ENRICO GIANELLI – Foi pago pela Gtech e pelo Valter Santos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É difícil dizer "Eu participei, eu assinei; eu participei com os advogados?"

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu lembro que fiz um memorial juntando um parecer da Drª Ada. Isso eu me lembro com certeza.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª participou da M&M Consultoria, junto? Não participou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não! Da M&M Consultoria, nada! O que eu fiz foi participar dos processos judiciais, eventualmente, ou juntando...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero encerrar aqui, Senhor Presidente. Há muita contradição!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Pavan, dentro dessa pergunta de V. Exª, indago ao depoente: o senhor negociou com o senhor Valter Santos, esse contrato da Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou perguntando: o senhor disse que era intermediário para fazer aquela pesquisa, aquela consulta. O senhor negociou com o Sr. Valter Santos quanto ele ia ganhar para a Gtech? O senhor que negociou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, o que eu fiz foi colocar a Magda em contato com eles e, obviamente, a Magda sempre se socorreu, sempre que ela quis meu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Preste atenção. Leio aqui o que diz o Sr. Walter Santos. O senhor, ainda agora, disse que o senhor Buratti é mentiroso em relação à pergunta que eu fiz.

O SR. ENRICO GIANELLI – Do banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do banheiro. Ele disse aqui. O senhor disse que ele é mentiroso. O senhor agora vai dizer se o Sr. Walter Santos Neto é mentiroso ou não. O senhor conheceu o advogado Helcio Barbosa Cambraia Junior? Conheceu. O senhor tinha um bom relacionamento com ele, não é verdade?

O SR. ENRICO GIANELLI – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor Walter Santos Neto diz que, após conhecer a causa e negociar com o Enrico Gianelli... Enrico Gianelli é o senhor?

O SR. ENRICO GIANELLI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O depoente firmou um contrato com a Gtech do Brasil através de Enrico Gianelli, que é o senhor, que o depoente sugeriu, Sr. Valter, verbalmente, que o contrato fosse firmado com os honorários do depoente em 5% do valor da causa. É verdade isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Comigo? Não. Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não? Que seriam pagos...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não me lembro...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Que seriam pagos de acordo com o andamento do feito. Que, após negociação, o depoente e Enrico Gianelli, que é o senhor, em nome da Gtech do Brasil, chegaram a um acordo. Depois, os senhores fizeram um acordo. Fizeram um acordo? Lembra ou não?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Esse acordo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Espera. Eu vou dizer o valor para o senhor dizer se é verdade ou não. Quer dizer que o senhor, aqui já diz que o Sr. Walter não sugeriu ao senhor esse entendimento? Então, o Sr. Walter mentiu aqui? Eu quero saber.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu vou explicar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou ler o resto para o senhor explicar de uma vez. Em nome da Gtech, chegaram a um acordo, tendo sido firmado um contrato entre o depoente e a Gtech do Brasil, Sr. Valter, em 9/10/2002, onde o depoente receberia de honorários R$1 milhão, após a concessão da liminar, mais R$2 milhões após proferir a sentença no mérito, conforme medida liminar ou no curso da liminar fosse feito algum acordo para a prorrogação entre a CEF e a Gtech.

Disse que fez esse entendimento, negociou com o senhor. Está escrito aqui, o senhor está vendo aqui. Eu não estou criando, está escrito. O senhor confirma isso aqui do Sr. Walter?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, eu só confirmo que ele negociou esses valores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com o senhor, como ele está dizendo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ele...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele está mentindo aqui?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele transmitiu esses valores...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero saber se ele está mentindo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então o senhor disse que o Sr. Buratti mentiu no encontro, que o Sr. Walter Santos está mentindo aqui, nesse caso; não me refiro aos outros.

O SR. ENRICO GIANELLI – Deixa eu só...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não; quero saber se é verdade, se o senhor...

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu vou explicar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não; aqui não tem o que explicar muito não; é uma pergunta, é só o seguinte: o senhor foi quem negociou, em nome da Gtech, com o Sr. Walter Santos 5%?

O SR. ENRICO GIANELLI – Quem me negociou esse contrato com o Sr. Walter Santos foi a Drª Magda Kiehl.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas quer dizer que aqui ele está mentindo? Porque ele não fala no nome da Drª Magda.

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele não fala, mas ele falou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor autorizou a Dona Magda a negociar com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ele falou comigo, e eu falei assim: "Walter, isso não é comigo; é com a Magda".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele está dizendo aqui que foi o senhor. Então ele aqui está mentindo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Pois é, então aí tem uma meia verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não existe meia verdade.

O SR. ENRICO GIANELLI – A meia verdade...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, acho que chegou a hora de dizer: "Cala a boca, Magda".

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas é uma verdade. Ele perguntou a mim, e eu falei assim: "Walter, honorários não são comigo, eu sou advogado; você tem que falar com a Magda, se entenda..."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor está dizendo aqui que ele está mentindo, nesse caso aqui.

O SR. ENRICO GIANELLI – Estou falando que é uma meia verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele diz o seguinte: que após conhecer a causa e negociar com Enrico Gianelli, o depoente firmou um contrato com a Gtech do Brasil através de Enrico Gianelli – está escrito aqui –, que o depoente sugeriu verbalmente que o contrato fosse firmado com os honorários do depoente em 5% do valor da causa. Está escrito aqui. É verdade isso aqui?

O SR. ENRICO GIANELLI – É o contrato verbal. Se o senhor tem...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, eu estou perguntando...

O SR. ENRICO GIANELLI – O senhor tem o contrato que foi firmado?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Eu quero saber se é verdade. O senhor sabe se ele negociou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele negociou, claro que ele negociou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então o senhor negociou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ele negociou com a Magda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a Magda, não. Eu quero saber se o que ele está dizendo aqui é verdade ou é mentira.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu estou sabendo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É verdade ou mentira?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ele falou isso comigo, mas ele negociou com a Magda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a Magda. Então está certo. Então o senhor reafirma que o Sr. Walter Santos também é mentiroso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não estou falando que ele está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então é verdade o que o senhor disse aqui.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não é. O que estou dizendo é...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então é mentira.

O SR. ENRICO GIANELLI – ... que ele falou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senador, o que acho interessante...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. É verdade, ele falou comigo, e eu reportei a Magda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª negociou com o Sr. Enrico Gianelli 5% do contrato ou autorizou a Drª Magda a negociar? O senhor autorizou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu pedi para a Drª Magda negociar diretamente com Walter Santos porque eu não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então o Sr. Valter Santos está falando a verdade.

O SR. ENRICO GIANELLI – O Sr. Walter Santos está falando a verdade com relação à negociação dos honorários dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então o senhor mentiu lá no início quando disse que não se envolveu em nenhum momento em questões de quantia, de recurso, de negociar?

O SR. ENRICO GIANELLI – E não me envolvi mesmo, remeti ele à Magda; por isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual é a diferença de o senhor autorizar a Drª Magda e o senhor fazer o contato?

O SR. ENRICO GIANELLI – Porque eu não tenho esse poder. Como advogado, eu recebo a proposta...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então o Sr. Walter está falando a verdade, e o senhor mentiu? É isso? Isso aqui foi na Polícia Federal, depoimento dele. Está aqui: Departamento de Polícia Federal, o que o Sr. Walter Santos disse na Polícia Federal. Está aqui o depoimento dele. Então o senhor confirma isso aqui?

O SR. ENRICO GIANELLI – Confirmo que ele falou comigo de honorários, e eu disse a ele: "Walter, honorários não é comigo, é com a Magda; e você tem que se entender com a Gtech porque o escritório..."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o Sr. Valter está sendo bem claro, Dr. Enrico, o Sr. Walter está sendo bem claro dizendo que foi com o senhor que ele negociou. Está aqui, está escrito no depoimento, está dito no depoimento dele.

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro. Ele não negociou, ele me contou isso. E eu falei para ele: – Olha, não é comigo. É com a Gtech.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele não fala nem nome da Drª Magda aqui no depoimento dele todinho.

O SR. ENRICO GIANELLI – Pois é, se o senhor pega o documento. Onde está o documento? O senhor deve ter tido o documento de quitação. Cadê o contrato? O contrato foi assinado pela Drª Magda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu não sei onde está o documento. Estou perguntando ao senhor o seguinte: Dr. Enrico, o senhor está fazendo uma afirmação. Já mudou, só numa pergunta, o senhor mudou quatro vezes, só numa pergunta. Veja bem, o senhor...

O senhor vai me ouvir ou o seu advogado... Estou falando com o senhor.

O SR. ENRICO GIANELLI – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que estou achando interessante aqui é que o senhor mudou de opinião quatro vezes, numa mesma pergunta, só para dizer: – O Sr. Enrico Gianelli – que é o senhor –, através de um entendimento, fez um acordo com o Sr. Walter Santos Neto e negociou 5%. Quanto o senhor recebeu desses 5%?

O SR. ENRICO GIANELLI – Zero.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E a Drª Magda?

O SR. ENRICO GIANELLI – Zero também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Zero também. Então o Dr. Walter aqui mentiu. Não fez nenhum entendimento com o senhor?

O SR. ENRICO GIANELLI – De eu receber? Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nenhum. Está bem. Então o Dr. Walter, na opinião do senhor, está mentindo aqui nesse depoimento?

O SR. ENRICO GIANELLI – Se ele falou que me pagou, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É isso que eu quero saber. Porque até agora só falou a verdade aqui o senhor. O Sr. Walter mentiu; o Sr. Buratti mentiu. E o senhor sabe o que vai acontecer? Vamos ter que colocar o senhor, o Sr. Buratti, o Sr. Waldomiro, todos aqui para que possamos fazer uma acareação. Quero deixar, inclusive, já claro que foi aprovada essa acareação por sugestão da Comissão.

Para concluir, Senador Leonel Pavan, a fim de que possamos ouvir o Senador Tião Viana que, muito tranqüilamente, aguarda uma oportunidade para fazer as suas perguntas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para concluir, eu queria dizer ao...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para atender ao nosso depoente, vamos suspender a reunião por dez minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, apenas um minutinho. Eu vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele está solicitando, Senador, a fim de que se recupere fisicamente.

Suspendo a reunião por dez minutos, para que V. Sª, Sr. Enrico, respire e volte.

O SR. ENRICO GIANELLI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A reunião está suspensa por dez minutos.

(A reunião é suspensa às 15h30min e reaberta às 16h01min.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, que ainda dispõe de dois minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero apenas fazer mais uma pergunta ao Dr. Enrico.

V. Sª conhece alguém de nome Antonio Carlos?

O SR. ENRICO GIANELLI – Antonio Carlos Lino da Rocha, conheço.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª mantém contato seguido com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, ele era, na verdade, o responsável pela América Latina de toda a Gtech. Ele era um sujeito bem proeminente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª teve algum contato com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro. Fui até advogado particular dele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele é o responsável pela Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele foi responsável. Ele foi Presidente da Gtech no Brasil e depois ele foi aos Estados Unidos ocupar um cargo mais alto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É advogado de um dos diretores, dos donos da Gtech e não tem nada...

O SR. ENRICO GIANELLI – Do dono, não. Particular dele, num caso específico que ele tinha numa fazenda dele, que ele estava precisando de uma ajuda.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, encerrarei a minha intervenção.

Tendo havido esses dez, quinze, vinte minutos para que V. Sª pudesse esfriar a cabeça, certamente, Sr. Enrico, V. Sª deve ter voltado para nos contar aquilo que não contou até agora, ou pelo menos para buscar obter mais confiança por parte dos integrantes desta Comissão, já que nós estamos um pouco decepcionados com suas respostas, pois esperávamos que V.Sª viesse a colaborar. Nós não queremos prejudicá-lo, em hipótese alguma; até queremos ajudá-lo, porque, pelo que deixou transparecer antes, está sendo ameaçado. Queremos contribuir com o senhor, queremos ajudá-lo. V.Sª não tem sido muito claro conosco. Não nos tem ajudado muito. Espero que, nessa audiência fechada que teremos, V. Sª possa trazer mais subsídios, a fim de que possamos estender as mãos. A forma como V. Sª tem respondido, como tem se comportado até aqui, com certeza, será muito ruim para V.Sª no futuro. V.Sª está assumindo toda a responsabilidade. É uma pessoa importante da ligação da Gtech, uma pessoa muito importante na relação Buratti-Gtech, no entanto, tem deixado a desejar nas suas respostas.

Sr. Presidente, encerro dizendo que espero que, quando formos conversar com o Sr. Enrico sigilosamente, possamos obter respostas mais positivas, mais concretas, que possam contribuir com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. Desculpem-me. Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Prefiro ouvir o Tião Viana para aprender.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei muito objetivo. Muitas perguntas foram feitas ao depoente. Ele tem suas razões profissionais e pessoais para responder como está fazendo. Eu apenas gostaria de trazer uma observação sobre essa convivência Caixa Econômica–Gtech no Brasil, que me incomoda muito. Há mais de oito anos, uma empresa vende mais de US$100 milhões de dólares por ano para a Caixa Econômica na área de tecnologia, e nunca houve licitação. A licitação à qual ele se referiu ocorreu em 1995, da Racimec, outra empresa que depois foi anexada à Gtech. Foram mais de oito anos sem licitação, ferindo todas as normas básicas do Direito Administrativo no Brasil, das relações estabelecidas pelo aparelho de Estado. O Tribunal de Contas apontava irregularidades, o Superior Tribunal de Justiça identificava grandes danos ao Erário, à Caixa Econômica especificamente. O Ministério Público Federal entrou com ação de improbidade contra a Gtech. O Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União acompanham todos os passos da relação entre a Gtech e a Caixa Econômica desde 2003, quando o Governo do Presidente Lula assumiu essa relação, e não há uma denúncia sobre isso que seja do meu conhecimento.

Houve essa mancha moral em torno da história da extorsão, da chantagem envolvendo o Waldomiro Diniz e outros personagens – as denúncias estão sendo devidamente apuradas, o Ministério Público acompanha cada passo dessa relação juntamente com o Tribunal de Contas da União. Hoje está estabelecido um momento de separação total entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal. Em maio, foi renovada por doze meses a relação contratual para a separação definitiva. A afirmação feita pelo Presidente Mattoso é que não podia haver ruptura, de imediato, como é o clamor de muitas pessoas que acompanham a questão, porque há dependência da tecnologia posta na transferência

do controle efetivo por parte do Governo, ou seja, são máquinas distribuídas por este Brasil, 25 mil máquinas, e a Caixa Econômica Federal já começou a comprar e a substituir, inclusive, aqui no Distrito Federal. Agora, existe uma relação nebulosa entre a Gtech e loterias estaduais. Está na Loterj, na Lotemig, no Paraná, segundo dados, está em Goiás. O Sr. Carlinhos Cachoeira é peça-chave no meio dessa nebulosa toda, e temos um processo de investigação na CPI. Há uma ação clara de improbidade do Ministério Público Federal contra a empresa.

Gostaria, meu caro Presidente, de solicitar que pudesse ser marcado por V. Exª e pelo Relator a vinda do Sr. Lucas Furtado, do Tribunal de Contas da União, tenha a sua data novamente marcada – houve aquele adiamento em comum acordo com V. Exª por uma necessidade, mas que ele já possa ter a sua vinda marcada para que esclareça essa relação entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech como está hoje. Ninguém mais do que nós tem a intenção de ver o fim dessa relação comercial e a Caixa Econômica Federal assumindo por si mesma as responsabilidades, numa atividade que tem implicações sociais muito importantes.

Muitos aqui não sabem, mas 56% dos recursos do IPTU de São Paulo dependem dessas 25 mil maquininhas que estão espalhadas pelo Brasil. Há um mecanismo de dependência de tecnologia e que não pode ser interrompido bruscamente. O meu entendimento é que isso possa ocorrer. Muito me assusta, Sr. Enrico Gianelli, V. Sª, como advogado, aqui está posto, dentro do *site* da Gtech mundial: a Gtech não é, não pode estar submetida às leis brasileiras e não pode ser alvo de processo criminal no Brasil. Isso é a coisa mais absurda que se pode imaginar num sentimento de soberania. Essa relação não pode continuar; ela é danosa à sociedade brasileira. Se fosse pelas regras de preço, de habilitação técnica, conforme a Lei nº 8.666, seria outra coisa, mas aqui existem golpes sucessivos, é uma relação perniciosa. Então, muita coisa será esclarecida por trás disso aqui – é muito mais do que cinco milhões que se possa apontar de desvio moral, é muito mais o tamanho desse monstro aqui chamado relação Gtech e Caixa Econômica Federal.

Espero que a nossa CPI possa avançar.

Ficarei aguardando o desenvolvimento desses trabalhos. Gostaria de mais uma vez apelar a V. Exª no sentido de que as convocações possam depender de uma análise por 24 horas dos requerimentos, e V. Exª já concordou com isso, para que possamos conversar, dialogar, ver se o foco está bem estabelecido, se o fato determinado da convocação em relação ao propósito da CPI está bem estabelecido, e aproveitar esse tempo, determinado também, para ajudar este País, num marco regulatório, no combate à contravenção e à ilegalidade que tanto têm ferido o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não sei se já foi perguntado: por que, Sr. Enrico, o senhor se recusou tantas vezes a comparecer à CPI? O senhor já respondeu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Já.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpa.

A Drª Magda que o senhor refere é a do seu escritório?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ela é diretora jurídica da Gtech.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como o senhor determinou a ela que fosse fazer os contatos?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não é que eu determinava. Ela, na verdade, é o cliente, quer dizer, o contato com os advogados. Na medida em que recebemos as solicitações ou as propostas – aliás, eu tinha pedido para esclarecer, porque ficou uma coisa mal interpretada com relação a honorários e coisa e tal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não quero que o senhor tenha amnésia legal. Quero colocações claras para favorecer.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não tenho. Até tinha pedido para o Senador Efraim Morais se eu pudesse voltar a este assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ficou na minha cabeça que, ou ela é instrumento do seu escritório...

O SR. ENRICO GIANELLI – É o contrário. Vou explicar: eu, na verdade, trabalhava num escritório, e este escritório funciona...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor trabalhava na Fisher e Foster?

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso, exatamente. Eu, na verdade, tenho um escritório meu que prestava serviço para esse escritório, e a gente trabalha na base horária, ou seja, quanto mais você trabalha...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não é por tarefa, é...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não é por tarefa, não é por porcentagem, é pelo tempo despendido, como é muito comum em escritório de grande porte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Então, no final do mês, eu fazia o meu *timesheet*, o meu *log* de apropriação: trabalhei tantas horas; aquelas horas eram faturadas ao cliente, o cliente pagava, e eu recebia um percentual daquela hora trabalhada, porque, na verda-

de, quem fixava a hora não era eu, a minha hora, era o próprio escritório que me repassava uma parte dessa hora. Por exemplo, se fosse cem, eu ganhava dez.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tinha percentagem sobre o que a Fisher e Foster recebia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não sobre tudo o que eles faturavam...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não; sobre o seu tempo de trabalho.

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso. Sobre a minha hora. E era essa a relação que tinha entre vários clientes, inclusive, a Gtech.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor foi designado pelo escritório para contatos com a Gtech na área jurídica?

O SR ENRICO GIANELLI – Na área jurídica. Na verdade...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E era a Drª Magda que fazia a intermediação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso. Na verdade, o meu *report*, como Advogado, era com a Drª Magda ou, algumas vezes, com o próprio Rovai ou com Antonio Carlos Rocha, dependendo da solicitação, mas o canal correto era a diretoria jurídica se reportando com todos os advogados, inclusive eu.

No tocante aos advogados que vinham sendo contratados, o que acontecia? Na medida em que eu, por exemplo, o caso do Valter Santos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É isso que eu queria...

O SR. ENRICO GIANELLI – ...que é o caso do Valter...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...porque vi que o Presidente insistiu muito com o senhor...

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...e ficou meio inseguro na resposta.

O SR. ENRICO GIANELLI – É porque, na verdade, eu expliquei...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por isso que eu falei amnésia legal.

O SR. ENRICO GIANELLI – ...expliquei de uma forma talvez errada. O que acontece? O advogado é contatado: preciso de um advogado assim, assim, assim, nosso cliente está procurando...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque ele cobrou uma notinha mais ou menos...

O SR. ENRICO GIANELLI – Mais ou menos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para poder tomar vinho de US$2 mil, tomar banho de vinho de US$2 mil, não é fácil, não é, Senador?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu também gostaria de ter tido essa sorte...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi assustador o que ele contou aqui.

O SR. ENRICO GIANELLI – ...mas eu não tive. Na verdade, eu tinha que trabalhar muito para poder ganhar minhas horinhas.

Mas o que acontece? Você faz o contato com o advogado, você fala assim: olha, o cliente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor que o procurou para contratá-lo?

O SR. ENRICO GIANELLI – É, eu, na verdade, falei com o Hélcio. Porque, eu, na verdade, sou um advogado de contencioso e trabalho mais na primeira instância do que em tribunais superiores, e há advogados especializados em tribunais...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que têm que entrar com a medida no tribunal superior.

O SR. ENRICO GIANELLI – No STJ. É. Aí, eu falei assim: Olha, Helcio, você pode me indicar alguém, coisa e tal, e a gente vai pedindo. Ah! Tem um cara muito bom, trabalhou na Mendes Júnior, trabalhou não sei o quê, esse cara pode...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele trabalhou em algumas empreiteiras grandes?

O SR. ENRICO GIANELLI – Algumas empreiteiras. Exatamente.

Aí, eu o procurei e disse: olha, o cliente está precisando disso, disso, disso, disso, disso, disso, disso. Ele falou assim: olha, tudo bem, mas e os honorários? Eu falei assim: olha, os honorários, você tem que contratar direto com a Drª Magda, a Gtech. Por quê? Porque eu não posso, ainda que eu negocie com você, eu não tenho autonomia para fixar nenhum tipo de pagamento para você. Quer dizer, se você fala para mim: olha, eu quero 5%, eu quero 10%, eu quero 1 milhão, eu quero 2 milhões, eu não tenho essa autonomia. Então, por favor, Walter, contata a Drª Magda e se entende com ela. Ou seja, isso não quer dizer que eu não tenha tido essa tipo de conversa, a única coisa que eu não tinha poderes e nunca, o escritório sempre procurou se afastar disso, exatamente até para evitar que o cliente pudesse até alegar uma cobrança de sobrepreço ou qualquer coisa. Então, a relação sempre se procurou fazer com que fosse direta. Então, o sujeito chegava, podia pedir o que ele quisesse. Era só falar assim: "Olha, entenda-se com a Drª Magda", né? Ou com o Rovai ou com quem quer que seja. Entenda-se diretamente com a empresa. Aí, eles fixavam os honorários e...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o senhor tinha uma participação de comissão no honorário?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não. Em hipótese alguma. Isso era exatamente... era completamente isolado, e a questão... a gente fazia questão de fazer

isso exatamente para que não houvesse esse tipo de dúvida, ou seja...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o andamento dos processos, ele comunicava ao senhor, ou não?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele nos mantinha informados. É lógico porque o sistema, no STJ, que se chama *push*... então, você cadastra o processo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele fazia através do *push*, ou ele lhe dava informação pessoal?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ambos, ambos... E eu visitava muito... eu ia muito ao STJ, enfim, a gente vai acompanhando... vai-se mantendo sempre atualizado, até mesmo por uma questão de prestação de serviço... eu vinha muito a Brasília...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para ficar claro: no aspecto jurídico, tudo era com a Drª Magda do quê? Magda...

O SR. ENRICO GIANELLI – Magda Kiehl. Magda Kiehl

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nós já a ouvimos? Não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE **(Efraim Morais. PFL – PB) – Não.**

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu pergunto: ela já prestou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pelo que ele diz, ela cuidava de toda essa parte jurídica e pode ter acompanhado as negociações de renovação de contrato onde houve os 15%. O senhor participou da negociação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, eu não participei da negociação, porque a negociação envolveu diretamente o Rovai e o Antonio Carlos, que assumiram essa negociação diretamente com a Caixa. Isso tem gravações...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Rovai e o Antonio eram advogados ou diretores?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, o Rovai e o Antonio Carlos eram executivos da Gtech.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Executivos da Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – É. E até um determinado tempo, eu participei das reuniões com a Caixa, das negociações. E são negociações, inclusive, que foram gravadas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – No período das gravações, o senhor participou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu participei. Aí, a partir do momento em que o Antonio Carlos e o Rovai assumiram, tanto eu quanto o Marcos Andrade, que era o outro executivo que... porque eu, como advogado, nunca participei de uma negociação, de uma fase de negociação, sem estar acompanhado pelo cliente, ou seja, eu só discutia, sozinho, aspectos jurídicos. Então, quando eu me encontrava, por exemplo, com o Altair, que era o advogado da Caixa, ou com o diretor, aí eu ia sozinho. Sempre que havia uma reunião negocial, aí, sempre, ia o cliente e, quando o cliente pedia, logicamente, a gente acompanhava.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acredito que o Relator deve ter perguntado muita coisa ao senhor. Parece-me, pelos outros depoimentos, Relator, que o senhor deve ter sentido, assim como o Senador Antonio Carlos, que o depoente devia ser o cacique de toda a negociação por toda a gama de informações quando se referiu a seu nome.

Então, o senhor está dizendo que não tinha nada com isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, toda a parte jurídica, eu tenho conhecimento bastante profundo de toda a parte jurídica da coisa, toda a parte de medidas cautelares, mandados de segurança, reclamações no Ministério Público, representações no Tribunal de Contas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Gtech pediu o seu afastamento. Desde quando e qual foi o motivo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, o motivo que eles me deram para o meu afastamento e o do Marcos Andrade foi a renovação. O que eles alegaram, na época...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque eles pediram para a Fisher afastar o senhor, não é?

O SR. ENRICO GIANELLI – Pediram para a Fisher me afastar, é.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não confiavam mais no seu trabalho?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, na verdade, a alegação que foi dada...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ou houve algum confronto de discussão jurídica?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, o que eles alegaram, na época, foi que eles queriam renovar... eles estavam em um processo de renovação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Do quadro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, de todos, da renovação, digamos assim, da interface com a Caixa Econômica. Queriam mudar as caras, não queriam mais que, enfim, o mesmo cara que tinha conseguido liminares, batido...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E foi em razão da aproximação da mudança de governo, ou não?

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso foi logo no começo de 2003.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Senador Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Um aparte. É pertinente. É porque o Dr. Gianelli declarou, durante o seu depoimento, que recebera uma carta de elogios da Gtech.

O SR. ENRICO GIANELLI – No final do dia 8, é.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – E uma coisa que não bate na minha cabeça, Dr. Gianelli, é uma empresa fazer referências elogiosas ao trabalho de um profissional e, em um determinado momento, pedir a sua exclusão de todo esse processo, não é?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, mas é exclusão só da parte negocial. Na verdade,...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Dr. Gianelli, o senhor há de convir que, por uma questão de lanheza, ela poderia até silenciar. Mas pedir formalmente o seu afastamento e, em algum momento, por escrito, como o senhor declinou há pouco, elogiar o seu trabalho como profissional, o senhor há de convir que há uma contradição enorme em um fato desse.

O SR. ENRICO GIANELLI – É que, na verdade, eles mudaram os interlocutores na parte de negociação da extensão contratual. Se o senhor tiver acesso às gravações na Caixa Econômica, o senhor vai perceber que, logo no comecinho, eu participava, juntamente com o Marcos Andrade e, a partir de um momento, o Rovai e o Antonio Carlos começaram a sozinhos assumir essa negociação. Mas os meus elogios, na verdade, foram como advogado, e não como negociador ou como qualquer outra coisa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, permita-me só uma pergunta: a Gtech presta serviços à Caixa Econômica com o seu programa, é isso? É ela, a Gtech, que controla os trabalhos, os prêmios da Caixa Econômica? É tudo a Gtech?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor está perguntando é sobre a parte técnica?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A parte técnica da Caixa Econômica... para fazer... quando há a premiação da sena, da megasena... há um programa, não é isso?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os equipamentos e...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Os equipamentos. É oferecido...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A inteligência do programa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – São oferecidos pela Gtech?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A inteligência dos programas.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu sei que todos os equipamentos... na verdade, é um serviço que se chama captação, transmissão e processamento de dados, em que a captação é aquela maquininha que fica no lotérico; a transmissão é o satélite ou rádio ou, enfim, algum meio de comunicação; e o processamento de dados é feito em São Paulo, para onde todos os dados vão, são processados e devolvidos para a Caixa, tudo de forma criptografada. A segurança que tem nesse processo...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É da Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – É uma criptografia...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De forma que os números lá, os números... o programa é da Gtech, o equipamento é a Gtech que fornece, é isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – É. Os equipamentos e os serviços são da Gtech.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Olha, Sr. Presidente, eu tenho dúvidas, muita dúvida, em relação à premiação da sena, da megasena pela Caixa Econômica. É muito estranho esse negócio de ficar acumulando prêmios em cima de prêmios. Tenho dúvida, e muito grande, se não é dali que surge o dinheiro do mensalão, porque... É verdade, tenho dúvida. E é preciso fazer uma investigação dessa questão. Porque há uma premiação, e ninguém ganha; vêm a segunda, a terceira... acumulam-se trinta, quarenta milhões... E ganha uma pessoa. Sei lá quem é essa pessoa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor está se lembrando do João de Deus?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E nunca mais se comenta. Tenho sérias dúvidas, vindo da Gtech, que seja séria a premiação da loteria, da megasena e da sena.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Senador Pavan...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu acho que deveríamos investigar isso melhor porque deve estar vindo daí...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Senador Pavan, só uma ponderação a V. Exª: esse acúmulo tem muitos anos. Não podemos... essa coisa maldita do mensalão parece que é recente...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não estou me referindo se é de agora. Sei que começou a acumular prêmios...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Senador...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só para encerrar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – S. Exª só quer terminar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só para terminar. A acumulação de prêmios começou agora. É incrível, é de dois anos para cá.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que ele está lembrando...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que seja. Só sei que a Gtech tem um envolvimento muito grande nessa questão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, o senhor está lembrando do João de Deus, o deputado...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que alguém se queima quando se fala do mensalão?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, V. Exª tem a palavra para concluir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou terminar rapidinho, antes de ser interrompido...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como temos mais um depoimento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor foi várias vezes ao Hotel Blue Tree em Brasília.

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muitas vezes superior ao Marcelo Rovai e ao Sr. Antonio Lino da Rocha. E coincidiam sempre as suas visitas com o Buratti. Era coincidência ou o senhor combinava...

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, eu morei praticamente no Blue Tree do ano de 2000 até quase final de.....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tinha um apartamento fixo lá?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Na verdade, eu ficava sempre no Blue Tree Park. Eu não tinha um apartamento fixo, mas os meninos são muito gente boa e eles sempre reservavam uma suíte que eu gostava, a um preço bem mais em conta, com desconto de assíduo. Mas eu fiquei, nossa, quase três anos morando lá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Freguês contumaz que nunca encontrou com a Jeane?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nunca encontrei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas com o Buratti o senhor encontrou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, eu para não dizer que eu não encontrei, eu encontrei acho que uma ou duas vezes, assim, de passagem, mas ele não ficava, se não me engano, ele estava hospedado no Towers e não no Park.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nas raras vezes que o senhor o encontrou, trocaram alguma idéia sobre a Gtech e Caixa Econômica, sobre o jogo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, sobre jogo, não. Na verdade, quando eu o encontrei, eu o encontrei de uma forma rápida, indo para o tribunal e coisa e tal, nos cumprimentamos. Enfim...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não falaram sobre as negociações?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ele nunca falou comigo sobre negociações com a Gtech ou não com a Gtech.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele sabia que o senhor trabalhava no escritório que dava assistência à Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ele sabia, mesmo porque fui eu que apresentei ele, a pedido do Rovai, eu que acabei encontrando com ele e apresentado ele para o Rovai.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi intermediário do conhecimento dele com o Rovai?

O SR. ENRICO GIANELLI – Digamos assim... porque intermediário é uma palavra que, às vezes, pode sugerir... mas eu o apresentei a pedido do próprio Rovai. Não sei o que eles conversaram.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Qual foi a razão do Rovai pedir...?

O SR. ENRICO GIANELLI – O que me disseram era exatamente a mesma razão pela qual eles afastaram a mim e afastaram o Marcos Andrade da negociação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Será que eles achavam por você ter ligações, à época, da prefeitura com o hoje Ministro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, porque eu vim descobrir, na verdade, mais para frente, depois do contrato já assinado, quando eu mandei aquela carta – uma carta que já juntei aqui –, já no final de abril, e deixei claro, inclusive, que contra o Rogério só pesava isso, mas não tinha nenhuma ação judicial contra ele. E ele, para mim, nunca fez nenhum tipo de proposta indecorosa ou ilegal, prometendo vantagem. Nem o Rovai me contou isso em nenhuma época, e muito menos o Antonio Carlos Rocha. Eu nunca fiquei sabendo, apesar de eles terem tido contato direto, e acho que só eles vão poder esclarecer melhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Garibaldi Alves, antes de V. Exª, eu teria só duas perguntas a fazer aqui ao Sr. Enrico Gianelli.

Nos últimos cinco anos, o senhor recebeu recursos do exterior ou remeteu algum dinheiro para o exterior?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Quer dizer que de forma nenhuma ou por meio de bancos, agências de turismo, casa de câmbio, outro meio?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Efetuou compensação de reais com moeda estrangeira em seu nome ou em nome de terceiros?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, é assim: como advogado, eu era procurador de uma empresa estrangeira no Brasil. Todos sabem que qualquer empresa estrangeira no Brasil, para poder funcionar, precisa ter um procurador no Brasil, residente, para poder até responder perante a Receita Federal e coisa e tal. E essa empresa era uma subsidiária de uma multinacional e ela recebia alguns fechamentos de câmbio. Isso, obviamente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De que forma ela recebia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ela recebia via banco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E qual o montante que o senhor....

O SR. ENRICO GIANELLI – Dos mais variados, porque prestavam vários serviços.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E qual a origem desses recursos enviados?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eram prestação de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Prestação de serviço.

O SR. ENRICO GIANELLI – Prestação de serviço. Mas eu não tinha nenhum controle sobre a empresa, porque a empresa tem, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E para quem foram enviados?

O SR. ENRICO GIANELLI – Para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para ninguém?

O SR. ENRICO GIANELLI – Para a própria empresa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para a empresa, Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual era a empresa? O senhor era sócio dessa empresa?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se lembra do banco que o senhor mandava?

O SR. ENRICO GIANELLI – Vários bancos fecharam o câmbio. Na verdade, nunca mandei dinheiro, mas eles recebiam recursos do exterior como pagamento de serviços que eles faziam aqui no Brasil, e era o Unibanco se não me engano. E era um cliente do escritório, não era um cliente meu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor quem mandava?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, eu era um procurador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor possuía conta no exterior?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nenhuma conta no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª adquiriu ou possuiu empresa no exterior?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não. Nunca tive empresa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª conseguiu para terceiros?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, não. Não sei ... não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não lembra não?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem certeza?

O SR. ENRICO GIANELLI – Tenho. De comprar empresa no exterior...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem adquiriu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Nem adquiri. Não, não tenho empresa no exterior e nem adquiri.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª é ou foi, nos últimos cinco anos, sócio de alguma empresa no Brasil ou no exterior?

O SR. ENRICO GIANELLI – Sócio no exterior? Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E no Brasil?

O SR. ENRICO GIANELLI – No Brasil, a não ser a minha própria sociedade de advogados, que mudou de nome algumas vezes, fora isso, não. A não ser procurador de uma empresa estrangeira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mudou de nome várias vezes, que nomes tiveram essas empresas?

O SR. ENRICO GIANELLI – Tiveram vários, porque, na verdade,...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Exemplo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Começou assim: Gianelli e Advogados... vieram Celi e Gianelli Advogados...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que tantas mudanças de nome?

O SR. ENRICO GIANELLI – Porque, na verdade, a gente ia mudando; um advogado, às vezes, saía do escritório, assumia outro, e você fazia a sociedade com ele...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não era mais fácil fazer só um aditivo retirando essa pessoa ao invés de retirar o nome da empresa?

O SR. ENRICO GIANELLI – Era, mas é que a OAB...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pagava os impostos? Dava algum problema na Receita Federal?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nenhum. A OAB exige que sempre conste o nome do...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No período de cinco anos, quantas empresas o senhor teve, mudou de nome?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, no período de cinco anos tive uma empresa só que mudou algumas vezes de nome, mas um dos sócios permaneceu o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas por que mudava o nome?

O SR. ENRICO GIANELLI – Mudava o nome porque um advogado saía e... É uma exigência da OAB, que exige que o nome do titular conste da razão social.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Desconheço. Está aqui no Estatuto?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não sei se está no Estatuto, mas é uma exigência da OAB, tem que ser assim Gianelli e Advogados Associados, Feldman e Advogados Associados ou, por exemplo, o meu é Gianelli e Celi Advogados...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sou advogado, não vou discutir com V. Sª nesse assunto.

O SR. ENRICO GIANELLI – Inclusive não permite nem o & comercial tem que ser "e" comum.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª teme uma acareação com o Rogério Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com Walter Santos?

O SR. ENRICO GIANELLI – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Convocado, V. Sª está à disposição?

O SR. ENRICO GIANELLI – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos, depois...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou inscrito há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª, Senador Antonio Carlos, com a palavra. Em seguida, o nobre Senador Mesquita, com muita alegria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Dr. Gianelli, todas as pessoas que vieram aqui fizeram as maiores – não diria restrições –, mas indagações sobre a sua atuação, sobretudo criando a espécie de gênio para fazer as manobras, inclusive, em outras áreas fora da Gtech.

Ficamos aqui esperando realmente, eu diria, não se zangue, um grande craque, mostrando a sua capacidade etc. V. Exª pode até ser um grande craque, mas não está demonstrando isso. Não sei se por sabedoria, ingenuidade, com certeza, não, ou para nos deixar, como estamos, surpresos. Daí por que vou fazer algumas perguntas a V. Sª.

A primeira delas é que V. Sª mostrou grande indignação quando foi chamado de amigo fraterno do Sr. Buratti, mas na mesma hora não teve a mesma indignação quando se tratou de corrupção com o Sr. Buratti. Por que isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, gostaria de corrigir. Não mostrei indignação com relação à amizade fraterna, eu só disse assim: não tenho uma amizade fraterna com ele, apenas tenho um conhecimento social com ele. E a minha indignação, na verdade, seria uma leviandade eu ficar indignado com o Rogério por conta do ouvir falar. O que me consta, no meu relacionamento, quer dizer, no relacionamento que eu tive com ele durante esse pouco período e pelo que conheço dele, ele jamais me deu motivos para que eu ficasse de qualquer forma indignado com ele, apesar de – e aí eu ter feito até uma ressalva – eu ter informado à minha cliente dizendo assim: "Olha, ele tem um probleminha sim, em 1994, parece que ele estava envolvido nesse assunto de ilegalidade na licitação". Fiz isso por um dever de ofício, por um dever de qualquer advogado que presta um bom serviço para a Gtech.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E qual é a sua opinião sobre esse assunto de Ribeirão Preto, em 1994?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, não cabe a mim julgar, acho que o Judiciário está aí para isso. Eu não gostaria nem de condená-lo nem de absolvê-lo. Acho e tenho convicção de que ....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não, V. Sª o absolveu, tanto que manteve relações pessoais com ele, a ponto de indicá-lo para posto.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu só tomei conhecimento desse assunto mais tarde, já no final de abril. Mas, para mim, ele nunca deu motivo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V. Sª não foi quem o apresentou ao Rovai?

O SR. ENRICO GIANELLI – Sim, o Rovai que me pediu sim, foi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V. Sª o apresentou porque acreditava nele, não é?

O SR. ENRICO GIANELLI – Sim, não tem a menor dúvida, mas eu não sabia dessa ligação. Essa ligação dele com o Ministro Antonio Palocci veio depois que fiz aquele levantamento, que demorou muito tempo, aliás, é posterior inclusive à assinatura do contrato e é de abril.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quer dizer que a indicação do Buratti pelo senhor não teve nada a ver com a amizade do Buratti com o Ministro Palocci?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pense bem, a Caixa Econômica é subordinada a quem?

O SR. ENRICO GIANELLI – A Caixa Econômica? Ao Ministro da Fazenda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ah! Sim, basta.

O SR. ENRICO GIANELLI – Exatamente, foi o Rovai quem me pediu.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sabia da ligação?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu, na verdade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ele também ninguém ignora. Se ele investigou em 1994, quando ele era secretário do prefeito, evidentemente que sabia da ligação.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, investiguei em 2003.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim, mas o fato é de 1994.

O SR. ENRICO GIANELLI – É, mas isso estava só na Internet, eu só achei esse caso na Internet. Não tem registro de nada, não tem um inquérito policial. Olha, virei tudo, não tem nada com relação a 1994, a não ser a demissão dele e uma notícia que achei no jornal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O processo de Ribeirão Preto em que ele é citado e você foi afastado não consta em lugar algum, do Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não consta. O que achei foi no jornal da **Folha**, na Internet, pesquisando, e estava lá escrito: entre 1993 e 1994, o Sr. Rogério Buratti, quando secretário do então Prefeito Palocci, parece ter estado envolvido em problemas de licitação, o que o levou a renunciar. Foi isso que coloquei. Aí eu coloquei para o cliente: Olha, não sei se isso é verdade ou não, mas não há nada...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não, ele aqui disse que ficou inocentado, mas que o Ministro Palocci não o fez voltar à Prefeitura.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não o fez voltar à Prefeitura. Talvez tenha sido por isso que não tenha sido contratado pela Gtech, mas isso eu não sei porque é uma decisão que só o Rovai vai poder esclarecer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O senhor afirmou que a sua única ligação com o Rogério Buratti foi a realização – perdoe o meu inglês – do *vetting process* encomendado pela Gtech, que antecedeu a contratação de Buratti como advogado. Ora, o Sr. Buratti tinha pouca ou nenhuma experiência como advogado. Como o senhor justifica, portanto, a sua contratação? Não seria a amizade com Antonio Palocci?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, na verdade, eu recebi essa incumbência do Rovai, que era o homem da Gtech. Depois desse processo de investigação, pelo que eu sei e até onde eu sei, a Diretoria da Gtech acabou não o contratando. Não sei se foi por causa da minha carta, apontando, exatamente, esse tipo de ligação, enfim, com problemas de licitação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor nunca perguntou para o Buratti sobre essa citação na folha? Nunca teve a curiosidade?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu perguntei, mas só... porque, na verdade, a Internet foi a última coisa que me deu na cabeça. Na verdade, antes, eu tirando as certidões, fui fazendo buscas na junta comercial....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Naqueles 49 telefonemas que o senhor fez para o Buratti, não se lembrou de perguntar se ele....

O SR. ENRICO GIANELLI – **A posteriori**, eu questionei ele, sim. Eu disse: vou reportar e eu tenho a obrigação de reportar. Lógico que com a preocupação de não acusar a pessoa. Quer dizer, eu não posso falar assim: "Olha, você foi corrupto." Eu vou falar assim: "Olha, eu tenho o dever de reportar isso. Não estou dizendo que você é corrupto. Não estou dizendo,

absolutamente, mas o que está constando aqui é que você renunciou. Então, eu preciso reportar isso e você vai me desculpar mas é o meu serviço de divulgar e um dever de lealdade para com o meu cliente". Mas isso depois de ter feito todos os levantamentos no Registro de Títulos e Documentos, na junta comercial, nas certidões cíveis e criminais, de tributos federais etc.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Por outro lado, o senhor também recomendou a contratação da MM Consultoria. Quais as credenciais do Sr. Marcelo Coelho de Aguiar ou do Sr. Walter Santos Neto, além do primeiro ser assessor, afilhado político do Secretário Executivo da Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto?

O SR. ENRICO GIANELLI – Esse senhor eu não o conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Marcos Flora...

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não o conheço e não sabia nem que ele existia até recentemente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Então, por que....

O SR. ENRICO GIANELLI – O Walter Santos realmente foi-me apresentado por um colega advogado como sendo um advogado especialista em advocacia de segunda instância, um advogado caro, mas com uma grande experiência, inclusive advogando para grandes construtoras, o que, na minha visão, o credenciava para, eventualmente, poder prestar serviços para a Gtech.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O senhor acha razoável os valores pagos à MM, especialmente à Gtech, tendo partido a ação quando o senhor a recebeu por sua atuação no processo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, Excelência, eu acho que cada um tem o seu próprio preço. Nos Estados Unidos, eles dizem assim: "Você leva pelo que você paga." O que eu acho – e é um achismo, só respondendo para o senhor – a tabela da OAB...

Nós estamos falando de um contrato que, no ano 2000, era de R$1,2 bilhão. Portanto, qualquer percentual, nesse aspecto, ainda que seguindo a tabela da OAB, daria valores assim astronômicos. Não é raro... Eu conheço vários advogados que ganharam rios de dinheiro, especialmente tributaristas. Houve uma época, especialmente na época dos tributaristas, que foi o *boom* dos tributaristas, que eles ganharam rios de dinheiro, ganharam milhões de dólares exatamente com esse tipo de contratação que se chama **ad exitum**. Eu consigo uma determinada coisa: se eu conseguir, eu ganho; se não... é um contrato de risco. Agora, eu não sei lhe dizer se acho justo ou não, porque, enfim, seria uma leviandade. Eu acho injusto eu ganhar pouco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quer dizer que o senhor ganhou pouco?

O SR. ENRICO GIANELLI – Se eu tivesse ganhado esse mundaréu de dinheiro, certamente eu estaria muito mais feliz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu tenho uma série de perguntas para fazer, mas não vou fazê-las. O Senador Tasso Jereissati, que gostaria de estar aqui, mas não pôde, deu-me uma série de perguntas. Farei algumas perguntas em nome de S. Exª.

V. Sª declarou, em depoimento à Polícia Federal, que indicou o nome de Buratti, em fins de 2002, início de 2003, para ingressar no quadro de consultores da Gtech para agregar esforços nas ações judiciais movidas pela empresa contra a Caixa Econômica Federal.

Todavia, não foi isso que o Sr. Buratti informou a esta CPI. Ele disse que a Gtech o queria como lobista, dada a sua aproximação com o Ministro Palocci, para facilitar a renovação do contrato com a Caixa.

Afinal, qual foi mesmo o papel do Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, Excelência, o que posso responder, quer dizer, do que eu conversei com ele, ele foi procurado por mim, e me foi pedido para procurá-lo como advogado. Agora, as conversas que ele teve com o Rovai ou com o Antonio Carlos, isso só o Rovai ou o Antonio Carlos vão poder responder.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V. Sª escreveu carta na matriz da Gtech nos Estados Unidos, datada de 28 de abril, solicitando a contratação de Buratti pela empresa, na qual reforça o fato de que Buratti não respondia a nenhum processo judicial relativo a um possível envolvimento em irregularidades nos anos de 93 a 94, quando era secretário municipal da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Por que V. Sª escreveu essa carta?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, eu não... Na verdade, é o contrário. Eu mandei essa carta não solicitando a contratação. Pelo contrário, o que alertei a Gtech foi exatamente para esse fato, dizendo assim: Olha, não há absolutamente nada contra ele, pelo menos nas certidões – nem contra ele nem contra as empresas, nem contra a mulher, nem contra os sócios, nem contra ninguém –, mas pesa contra ele essa acusação que, na verdade, não consta nenhum tipo de processo nesse aspecto, mas que culminou com a renúncia dele do cargo. Na verdade, foi exatamente o contrário: alertei a minha cliente para este fato, exatamente para que ela soubesse até aonde poderia ir e decidir...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – As informações que o Dr. Tasso tem é que, na mesma ocasião, V. Exª alertou a empresa acerca de

um possível envolvimento de Carlos Augusto Ramos, vulgo Carlinhos cachoeira...

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Com atividades ilícitas no Brasil. E que o mesmo estaria sendo investigado pela Polícia Federal brasileira. Por que V. Sª estava informando à Gtech sobre Carlos cachoeira? Qual o seu interesse?

O SR. ENRICO GIANELLI – Porque ele, na verdade, estava mantendo algumas reuniões com o Rovai e com o Antonio Carlos, cujo teor eu não posso lhe precisar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Sr. Carlos Cachoeira, em seu depoimento aqui, foi muito cáustico com V. Sª. Muito cáustico mesmo. De modo que vejo, assim, um contraste de atuação em relação a Buratti e a Carlos cachoeira. De maneira que...

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu, na verdade, fui muito combativo contra o Carlos cachoeira, no sentido de que, por exemplo, quando ele ganhou, através do consórcio Combralog a licitação do Rio de Janeiro, nós entramos com mandado de segurança; no Paraná, nós entramos com mandado de segurança. E eu mesmo fiz uma representação no Ministério Público Federal exatamente denunciando esse tipo de tratamento um pouco suspeito com relação a esse tipo de...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou demonstrar a V. Sª e à Casa que sou muito bondoso. V. Exª já sofreu muito hoje e está sofrendo muito. De maneira que vou parar de interrogá-lo para que V. Sª não sofra mais.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu lhe agradeço muito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Geraldo Mesquita Júnior tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Gianelli, explique-me uma coisa: qual era o propósito da Gtech, a seu juízo, quando lhe pediu que investigasse o Sr. Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Provavelmente para contratá-lo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Provavelmente contratá-lo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Provavelmente contratá-lo. Ninguém passa por um esse processo de investigação...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Deixe-me puxar um pouquinho pela sua memória. Já que o senhor lembra que provavelmente seria para contratá-lo, como foi a abordagem que fizeram ao senhor?

O SR. ENRICO GIANELLI – O Rovai que me pediu.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Só um minutinho. Vamos encenar aqui: "Dr. Gianelli, a gente está querendo contratar um advogado chamado Buratti. Eu gostaria que o senhor fizesse a investigação." Foi mais ou menos assim?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Foi diferente. Na verdade, foi assim, não só para mim, mas para o escritório inteiro: "Olha, nós vamos mudar, nós vamos tentar uma reaproximação com a Caixa. As pessoas que estão aí até agora, há três anos, brigando com a Caixa, estão desgastadas. Como os senhores sabem, pode mudar um ou outro diretor da Caixa, mas a maioria do pessoal permanece o mesmo". Eles queriam essa reaproximação e queriam mudar as caras que estavam fazendo as interfaces, as caras que estavam, até então, dentro desse processo. E eles começaram essa lição de casa a partir da própria Gtech, exatamente com a entrada do Rovai e do Antônio Carlos, que diretamente veio dos Estados Unidos só para cuidar disso. Ele, naquela época, já estava nos Estados Unidos e só veio para cá para cuidar desse assunto. Então, os dois começaram a capitanear isso, e o Rovai me disse: "Olha, Enrico, eu recebi uma informação, assim, assim, assim. Dentre outros profissionais que estamos contratando, tem essa pessoa. Você pode, por favor, encontrá-lo, coisa e tal. Gostaríamos de ter uma reunião com ele". Eu disse: "Pois, não." Como era um advogado e me foi informado que era um advogado – na OAB, ele consta como advogado, inclusive, ativo – tive esse cuidado Não vi nada de errado. Assim aconteceu.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Só para fixar. Vamos repetir. A Gtech disse para o senhor: "Olha, tem alguns advogados de que a gente estava cogitando a contratação e, entre eles, o Sr. Buratti."

O SR. ENRICO GIANELLI – Não só advogados. Advogados e consultores porque, na verdade, como disse muito bem o Senador – não me lembro o nome –, essa matéria é muito complexa, ela é tecnologicamente complexa, ela é economicamente complexa, ela é juridicamente complexa, contratualmente complexa. É um contrato extremamente complexo, é uma tecnologia de altíssimo padrão. E, para os senhores terem uma idéia de como isso é complexo, para os equipamentos da Gtech virem ao Brasil, teve de ter autorização do Ministério da Defesa porque a criptografia que eles estavam usando, em termos de segurança, era considerada segredo de estado. Então, eles tiveram

uma permissão especial à época para poder trazer esse tipo de equipamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sabe por que eu perguntei isso? Pelo seguinte: os representantes da Gtech afirmaram aqui para todos nós, em alto e bom som, que eles estavam sendo... ou, por outra, que partia do Sr. Buratti uma proposta indecorosa. Eles estavam sendo achacados pelo Sr. Buratti. Essa foi a afirmação que a Gtech fez aqui, que contradiz enormemente o que o senhor está me dizendo. Tenho a convicção de que, se a Gtech estivesse, de fato, sofrendo essa tentativa de achaque, ela teria solicitado sua atuação na investigação do Sr. Buratti em outros termos e talvez até tivesse revelado esse aspecto. Como não revelou, fica algo muito contraditório, entendeu, Sr. Gianelli? A Gtech disse aqui que estava sendo achacada pelo Sr. Buratti. O senhor está dizendo aqui que a Gtech queria contratar o Sr. Buratti.

O SR. ENRICO GIANELLI – Sim. Sim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É um negócio que não bate na minha cabeça.

Continuando: o senhor falou, no decorrer do seu depoimento – palavras suas inclusive –, que a Gtech estava muito bem servida de advogados e – o senhor fez inclusive outro elogio –, muito bem servida, inclusive, pelo senhor mesmo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Muito bem servida em termos de decisões judiciais.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Exatamente. É outra coisa que não bate na minha cabeça. Se a Gtech estava tão bem servida assim de consultores políticos, consultores na área da transação econômica, consultores e profissionais do Direito, tanto de consultoria jurídica, como de atuação processual e judicial, qual a razão de, repentinamente, a Gtech, como o senhor disse há pouco, resolver dar uma oxigenada, se ela estava tão bem servida? Como o senhor explica isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, é o desgaste dessas brigas. Eles queriam recuperar, na verdade, o bom relacionamento com o Sr....

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor há de convir que o desgaste não produz uma interpretação como essa, mas a seguinte interpretação: o pessoal está atuando, são bons profissionais, mas estão desgastados. O senhor usou outra expressão e outra definição. O senhor disse que a Gtech estava muito bem servida. Quando estamos muito bem servidos...

O SR. ENRICO GIANELLI – Judicialmente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ... estamos acima dos desgastes inclusive.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Não. Não. Desculpe. Na verdade, o que eu disse em termos de bem servida é em termos de sentença.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não. Não. Não.

O SR. ENRICO GIANELLI – Juridicamente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor fez, inclusive, um auto-elogio.

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro. Porque eu fui uma das pessoas que conseguiu alguma sentença

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Por favor. Por favor. Por favor. Isto o senhor disse aqui textualmente: a Gtech estava muito bem servida de profissionais, não é de sentenças judiciais. Isso nós sabemos.

O SR. ENRICO GIANELLI – De profissionais.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor disse "profissionais". O senhor fez um auto-elogio inclusive. Inclusive em relação à minha pessoa. Santa modéstia, por sinal. Mas o senhor disse. E agora o senhor tentar distorcer o que o senhor disse não tem cabimento. Das duas, uma: ou a Gtech estava bem servida e não precisava do Sr. Buratti ou o Buratti entrou não propriamente para substituir a tarefa e os deveres de quem atuava processualmente em coisa nenhuma. É mais uma contradição do seu depoimento com o de outras pessoas que vieram aqui. Faço apenas esse registro, Sr. Gianelli.

O senhor mencionou, durante o seu depoimento, alguma relação profissional havida com a Loterj. Gostaria que o senhor definisse qual foi essa relação e em que período.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, não tive nenhuma relação profissional com a Loterj. A Gtech impetrou mandado de segurança contra uma licitação, ocorrida no Rio de Janeiro, de vídeo loteria que acabou sendo adjudicada para o consórcio Combralog, consórcio esse do Sr. Carlos Ramos. Na verdade, era Capital Construtora e, enfim, uma série de empresas dos Sr. Carlos Ramos. Como a Gtech entendeu que aquela licitação estava viciada do ponto de vista de edital, eles resolveram entrar com um mandado de segurança.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Em outros depoimentos, pessoas que aqui estiveram, referindo-se a essa ação promovida pela Gtech em face da Loterj, essas pessoas disseram aqui claramente, que, no decorrer desse processo, houve tratativas com o então presidente da Loterj, Sr. Waldomiro Diniz. Por acaso, para a superação dessa dificuldade jurídica ou judicial, o senhor teve algum contato, algum envolvimento, precisou tratar com ele de alguma coisa?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, pelo contrário. Nunca estive com o Sr. Waldomiro Diniz. A única coisa que posso afirmar é que a liminar não foi concedida, a sentença de primeira instância não foi favorável, teve uma apelação... Não, desculpe... teve uma sentença... Antes da sentença de primeiro grau, houve uma manifestação favorável do Ministério Público, dizendo que realmente estava viciada. E isso é público, portanto não há nenhuma violação ética, aqui eu posso revelar sem nenhum problema. Teve esse parecer favorável do Ministério Público e, coincidentemente, logo após a assinatura da extensão contratual, eu recebi uma determinação para que se desistisse da ação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Gianelli, a seu juízo, o que é que foi mais importante, de maior repercussão, do ponto de vista da transação comercial e do ponto de vista da atuação judicial? A atuação do escritório de advocacia ao qual o senhor pertencia ou a atuação do escritório de advocacia do Sr. Walter? É uma avaliação pessoal que eu peço ao senhor. Mas seja sucinto. Na sua avaliação...

O SR. ENRICO GIANELLI – Na minha avaliação, eu acho que os dois trabalhos se complementaram...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não foi isso que eu lhe perguntei. Eu lhe perguntei o seguinte: do ponto de vista, inclusive comercial, do que estava em jogo em termos de contratação de honorários, de repercussão de decisões judiciais, o que foi mais relevante? O contrato que a Gtech tinha com V. Sªs ou o contrato que a Gtech estabeleceu com Walter, por intermédio da MM? Isso não é difícil identificar, Sr. Gianelli.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, mas eticamente eu não posso responder isso. Não posso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eticamente?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eticamente o estatuto me proíbe, porque eu estaria...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas o estatuto não o proíbe de dizer isso não. Pelo contrário...

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu estaria fazendo um juízo de valor sobre um trabalho de um colega.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não está fazendo juízo de valor, não, não, não. Eu digo...

O SR. ENRICO GIANELLI – E é um trabalho de equipe.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu vou lhe fazer uma pergunta mais objetiva ainda. Do ponto de vista do valor dos honorários pagos, o que é que foi mais relevante: o que o seu escritório lá recebeu ou o que a MM recebeu? Não tem nada de antiético nisso, para começar.

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, eu continuo achando que sim. Mesmo porque o meu contrato, o contrato do meu escritório, vinha desde 2000. Portanto, eu vinha ganhando por hora desde janeiro de 2000, e aquele valor foi pago por dois processos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, o senhor não tem qualquer dificuldade...

O SR. ENRICO GIANELLI – Eticamente...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não tem nada de ético nisso, Sr. Gianelli.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não me sinto à vontade de fazer nenhum tipo de juízo de valor. Eu acho que cada advogado tem o seu preço e cada advogado eu acho que contribuiu, e muito, para que as decisões judiciais fossem favoráveis à Gtech.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Gianelli, eu não estou falando que um contribuiu de forma equivocada, o outro, não. Não estou me atendo a esse aspecto da questão. Vamos colocar claramente: eu estou me atendo ao aspecto da tratativa dos honorários. De 2000 a 2003, por exemplo, do ponto de vista de volume, Sr. Gianelli, não há nenhuma inconfidência, nenhuma quebra de ética nesse tipo de revelação. Nós sabemos que a MM recebeu R$5 milhões da Gtech para promover uma ação cautelar, no período de 2000 a 2003. Estimadamente, o seu escritório recebeu o equivalente a isso, o dobro ou o triplo disso, ou a metade disso? O senhor pode fazer uma estimativa?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não sei porque, na verdade, não tenho a contabilidade do meu escritório. Eu só recebia uma parte, das horas em que eu trabalhava. Eu não sei quanto o escritório faturava porque eu não era o titular. O que posso lhe dizer é que, se o senhor quer dizer para mim assim "Enrico, você gostaria de ter ganhado os cinco milhões?", eu diria para o senhor: "É claro que eu gostaria."

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, Enrico, não é isso que eu quero saber, não. Diga-me uma coisa. Provavelmente, o senhor também vai se negar a responder a essa próxima pergunta: o que a Gtech pagou à MM, ao escritório do Sr. Walter, está no padrão? Por exemplo, se eu hoje for contratar novamente um escritório para fazer exatamente aquilo que ele fez, eu estaria obrigado a pagar cerca de R$5 milhões?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, o senhor não estaria obrigado. Aliás, ninguém estaria obrigado...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, estou perguntando se é esse o padrão.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu acho que, dependendo do tamanho da causa, até mais.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Até mais, está certo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Dependendo do tamanho da causa. E não é raro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor conhece Juscelino Dourado?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, não conhece. Está certo.

O SR. ENRICO GIANELLI – E o Sr. Barquete, o senhor chegou a estar com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor o conheceu?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Também não.

Presidente, eu me reservo a continuar a inquirição por ocasião da oitiva na reunião reservada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Relator. (Pausa.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, V. Exª permite-me uma questão de ordem? Eu observei que, quando o senhor confronta o Sr. Gianelli com documentos, ele fica muito mais atento, e as respostas são muito mais condinzentes com aquilo que é esperado. Nesse sentido, eu queria fazer aqui uma sugestão, até em face da premência do tempo. Nós vamos dar início, daqui a pouquinho, à Ordem do Dia. Eu deixo aqui mais uma sugestão a esta Comissão: que possamos ouvir o depoente quando estivermos municiados do relatório de informações para que possamos confrontar o depoente com tais informações para que não passemos, mais uma vez, o que passamos aqui com o Sr. Gianelli e com outros que vieram aqui, distorcendo completamente a verdade dos fatos e, depois, confrontados com documentos, como a gente diz no direito, exsurge toda a verdade.

Então, eu queria deixar aqui, a título de sugestão – daqui a pouco, começa a Ordem do Dia; começaremos a ouvir o depoente e teremos que suspender a oitiva em face da Ordem do Dia –, se não seria o caso de remarcarmos esse depoimento para uma outra oportunidade na qual estivéssemos de posse de documentos com os quais pudéssemos confrontar o depoimento com aquela verdade estampada nos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, estou aqui com toda expectativa de que possamos ouvir hoje ainda o Sr. Juscelino Dourado, convocado por todas as razões objetivas do requerimento de convocação. Entendo que temos, na pessoa dele, um chefe de gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, a exposição da parte da Fazenda, só por isso, do ponto de vista político; temos um País que está sensibilizado com este momento de crise política em que estamos vivendo; e temos uma movimentação de mercado que tem sua relação com a crise política. O meu entendimento é que deveríamos cumprir a agenda preestabelecida por V. Exª, tirar todas as dúvidas da CPI sobre o Sr. Juscelino Dourado e dar oportunidade de ele fazer a sua justa defesa, no seu entendimento, e que pudéssemos ter o juízo livre que devemos ter sempre na CPI.

Faço a ponderação de que não me parece adequado, do ponto de vista da dimensão da CPI, que venhamos a adiar essa oitiva de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ao final deste depoimento, farei uma consulta à Mesa da Casa. Se houver entendimento para iniciar a Ordem do Dia, será solicitado que suspendamos a nossa reunião, o que inviabilizará os trabalhos. Caso contrário, faremos o depoimento do Sr. Juscelino Dourado. Creio que esse é o bom termo que podemos adotar, havendo a divergência dos dois.

Não sei se existe entendimento para iniciar a Ordem do Dia, que parece ser extensa. Se iniciarmos os nossos trabalhos e a Ordem do Dia começar, deveremos suspender a reunião, o que prejudicará o depoimento. Vamos torcer para que não haja entendimento na Ordem do Dia para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Apenas pondero a V. Exª, Sr. Presidente – não é a primeira vez e não será a última –, que possamos, após a Ordem do Dia, iniciar o depoimento do Sr. Juscelino Dourado. Entendo que as CPIs de depoimentos têm dado demonstrações de seu trabalho, pois têm feito a travessia da madrugada, e não seria esse o motivo para adiarmos o depoimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, é importante haver um quorum razoável para se fazer a oitiva. Se ela não ocorrer, poderemos muito bem acertar e ouvirmos amanhã, de manhã, o Sr. Juscelino Dourado, logo, de imediato. Não dará tempo nem de abrir a bolsa daqui para amanhã. Portanto, o problema de comércio, de bolsa não será alterado.

Faço essa ponderação a V. Exª. A decisão será tomada quando soubermos se haverá ou não Ordem

do Dia. Não sei se V. Exª já tem conhecimento se haverá ou não Ordem do Dia. Não sei.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Estão verificando lá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estão verificando. Então, vamos aguardar para que possamos tomar essa posição.

Sr. Enrico Gianelli, só tenho uma dúvida que pretendo esclarecer com V. Sª. O senhor disse que procurou o Sr. Buratti a pedido de Marcelo Rovai.

O SR. ENRICO GIANELLI – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se lembra de quando isso ocorreu? Lembra-se, mais ou menos, do período?

O SR. ENRICO GIANELLI – Foi por volta de fevereiro ou março.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fevereiro ou março.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não sei precisar assim a data, mas entre fevereiro e março.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual foi o primeiro encontro que o senhor teve com o Sr. Buratti? Quando o senhor conheceu o Sr. Buratti?

O SR. ENRICO GIANELLI – Acho que nós...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na Gtech? Na Caixa Econômica?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não. Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em São Paulo? Em Ribeirão Preto?

O SR. ENRICO GIANELLI – Acho que foi em São Paulo ou num almoço ou num jantar. Eu não me lembro se foi numa loja... se eu o encontrei depois na loja da... Não me lembro direito, mas foi em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – São Paulo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não me recordo onde, mas foi em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Enrico Gianelli, o Sr. Buratti disse que o encontrou, pela primeira vez, entre fevereiro e março de 2003, como afirma V. Sª, e disse que não dava para esquecer, porque foi em um encontro de motociclistas.

O SR. ENRICO GIANELLI – Da Harley-Davidson. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor lembrou agora?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não lembrei. É que eu não estava certo se era no negócio da Harley... Eu até falei...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou dizendo que o senhor, porque foi em São Paulo também.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu até falei: ou foi num almoço ou na Harley.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja bem o que disse o Sr. Buratti, para esclarecermos, de uma vez por todas, essa situação. Ele disse que encontrou o senhor em um encontro de motociclistas, uma vez que ambos gostam do veículo. O senhor tem motocicleta?

O SR. ENRICO GIANELLI – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Gosta?

O SR. ENRICO GIANELLI – Gosto. Troquei agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Buratti disse também que, nesse encontro, iniciaram uma relação de amizade, e, em determinado momento, o senhor convidou o declarante para trabalhar com ele como advogado nos processos em que atuava, inclusive nas ações cíveis que a Gtech movia contra a Caixa Econômica Federal. É verdade isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, o que eu disse a ele é que a Gtech tinha me pedido para fazer o contato com ele, porque queria conversar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª se convidou para trabalhar com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Para trabalhar comigo, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele está dizendo aqui.

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas nunca fiz esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Trabalhar como advogado.

O SR. ENRICO GIANELLI – Para trabalhar como advogado, sim. Mas não para trabalhar comigo. Para trabalhar como advogado com a Gtech, integrando a Gtech, mesmo porque o escritório não era nem meu. Nem tinha esse poder.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja V. Sª que, pelo que ele afirma aqui, V. Sª não tinha feito aqueles contatos para saber da vida dele. Convidou sem – aquele nome que V. Sª diz – aquela investigação. É complicado. V. Sª está caindo em contradição.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, o *vetting* vem depois. O cliente pede depois disso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª disse que foi o Sr. Rovai que mandou?

O SR. ENRICO GIANELLI – Pois é. Eu o apresentei ao Rovai, eles conversaram. Aí, o Rovai me pediu. Funciona como um contrato de locação. Igualzinho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois, V. Sª o apresentou ao Sr. Rovai.

O SR. ENRICO GIANELLI – Exato. Então, eles conversaram e veio o processo de *vetting*.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª disse que não conhecia o Sr. Buratti, e V. Sª conheceu o Sr. Buratti. Tiveram contato de amizade, andaram de motocicleta juntos. Todos os dois gostam do esporte.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, foi numa loja da Radeon, onde se reúnem vários motociclistas. É um lugar onde se encontram vários motociclistas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele diz, ainda, que, posteriormente, ou seja, em 25 de março, início de abril de 2003 – com toda a certeza, antes de ocorrer a renovação do contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal –, V. Sª informou-lhe que dois executivos da Gtech queriam ter uma reunião com ele, sem mencionar o assunto. É verdade isso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, eu falei que o Rovai estava querendo falar com ele, que ele tinha recebido uma indicação. Eu disse para ele que ele...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, toda aquela história que V. Sª contou não valeu – aquela história do telefonema.

O SR. ENRICO GIANELLI – Vale.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, porque V. Sª, nessa data, ainda está pelos telefonemas – são 49 telefonemas naquele período, nessa data.

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele já tinha sido apresentado ao Rovai.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não tinha. Ele foi apresentado – está aqui, ele diz, inclusive "com certeza" – no dia 25 de março, no início de abril.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não sei precisar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou dizendo o que ele está afirmando.

O SR. ENRICO GIANELLI – Com certeza, o *vetting process* passou a partir do momento...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª lembra em qual hotel se encontrou com eles?

O SR. ENRICO GIANELLI – Com quem?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com o Sr. Rovai?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Não faço a menor idéia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, ele diz que, aceitando o convite de V. Sª, compareceu ao encontro no Hotel Blue Tree Park, em Brasília, ocorrido nesse período, entre 25 de março e início de abril, ou seja, antes da renovação do contrato da empresa, da Caixa Econômica. Ele afirmou que, nesse encontro, Enrico Gianelli, que é V. Sª, fez a apresentação do declarante aos dois executivos da Gtech: o Sr. Marcelo Rovai e o Sr. Marcos Andrade.

V. Sª lembra-se desse encontro no Blue Tree?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu me lembro de ter apresentado o Rogério ao Rovai.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Onde? Não foi no Blue Tree?

O SR. ENRICO GIANELLI – Deve ter sido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deve, não. V. Sª esteve no Blue Tree e encontrou-se com ele?

O SR. ENRICO GIANELLI – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi ou não foi? Diga "foi" com força.

O SR. ENRICO GIANELLI – Foi. Deve ter sido, mas foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Toda a história que V. Sª contou há pouco foi por água abaixo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi.

O SR. ENRICO GIANELLI – Contra documentos não há argumento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há. É a palavra de V. Sª. Está certo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. É a palavra do Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª confirmou a palavra dele. Está certo?

V. Sª lembra-se de qual foi o local utilizado para essa reunião?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, mas o Rogério certamente deve ter dito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou lembrar o senhor. Eu disse aqui, ainda há pouco, que o senhor tinha boa memória, quando quer, quando não quer... Veja bem. A audiência... Que audiência? Do senhor, do Rovai e do Marcos Andrada, além do Buratti, está certo? Ocorreu a audiência em uma sala de reuniões do mencionado hotel indicado por eles, no final da manhã do dia e período acima citado. Que, de início, Marcelo Rovai fez uma breve apresentação sobre a Gtech. Em seguida, expôs que estavam num difícil processo de negociação para renovar o contrato com a Caixa Econômica, contrato este que, segundo ele, era de vital importância para a empresa e que, em face da demora da renovação da

mesma, as ações da Gtech em Nova York, Estados Unidos, estavam em queda.

O senhor se lembra dessa conversa?

O SR. ENRICO GIANELLI – Claro que não. Não... não estava nessa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele está dizendo aqui.

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas eu não estava nessa conversa, Senador. Eu acho que... Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor confirma que esteve no hotel? Foi apresentado pelo senhor...

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu... Eu não faço a menor... a menor idéia. Eu confirmo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não disse ainda há pouco?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu confirmo que eu apresentei o Rogério, eu já falei isso, aliás no comecinho da minha exposição. Confirmo. Confirmo que eu falei com ele diversas vezes. Confirmo que eu o procurei como advogado. Confirmo que ele me foi... me foi pedido pelo Rovai para contratá-lo, para que a Gtech o contratasse. Confirmo que eu falei. Confirmo que eu fiz o *vetting process*. Confirmo que mantive vários encontros com ele e vários telefonemas, todos no exercício da profissão, todos dentro da legalidade. Nunca me fez nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas tem uma coisa aqui que não confirma dele, não é? Que ele mentiu no depoimento. O senhor acha que...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não. Eu não acho que ele mentiu no depoimento. Eu não... Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor não disse no começo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu não acho... Eu não acho nem que ele mentiu, nem que ele não mentiu. Eu simplesmente... O que está no papel pode...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Efraim...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Queria completar as suas preocupações. Sr. Gianelli, o senhor está com medo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nenhum.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor disse a todos aqui há cerca de uma hora que o senhor havia sido ameaçado.

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah, na verdade...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sabe por quê, seu Gianelli?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, não é bem ameaça. Foi uma advertência. Eu vou-lhe dizer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Gianelli, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ameaça é uma coisa; advertência é outra.

O SR. ENRICO GIANELLI – É outra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sabe por quê? O seu depoimento – perdoe-me a franqueza – é absolutamente inconsistente. Só uma pessoa que está-se sentindo ameaçada ou com medo vem aqui dizer o que o senhor disse. É por isso que eu estou-lhe perguntando: com toda a franqueza, o senhor está com medo? É uma coisa humana sentir medo. Vou dizer uma coisa para o senhor: nesse jogo pesado, sobre o qual nós estamos debruçados, é um jogo pesado bruto. Tem muita gente de peso nisso. Desculpe-me. Não quero ofender o senhor. Mas a sua participação, como a de outros, seria comparativamente, sem querer ser grosseiro, a participação do cambista, se bem que muito bem remunerada – diga-se de passagem. Mas seria assim mais ou menos a atuação do cambista num jogo bruto e pesado como esse de que nós estamos tentando tirar o véu. Entende?

Então, eu acho, Presidente, que não devemos mais nem perder muito tempo. Eu acho que a gente devia ouvir o Sr. Gianelli numa reunião reservada, porque, como ele disse publicamente... O senhor disse publicamente aqui, para todos ouvirem, os Senadores, a imprensa, quem está aqui nesta sala, que o senhor se sentia ameaçado. Mais uma vez, a inconsistência do seu depoimento me levou a dizer que não era propriamente ameaçado, mas advertido.

O SR. ENRICO GIANELLI – Advertência. É... Porque ameaça...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Porque não vejo grandes diferenças, porque quem adverte ameaça, não é? Se eu chego para o senhor: "Estou-lhe advertindo que, se você disser aquilo lá na CPI...

O SR. ENRICO GIANELLI – "Você vai preso", já me disseram isso hoje.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, não. O senhor se sentiu ameaçado por nós aqui?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, não. Em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se fosse para prender o senhor, fazia tempo que o senhor estava preso

O SR. ENRICO GIANELLI – Em hipótese alguma. Na verdade, o que eu... o que eu... o que eu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor já caiu em contradição aqui várias vezes.

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu tomei o cuidado...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor – veja bem... Se o senhor está aí dizendo em tom de brincadeira que seria preso, se o senhor tivesse que ser preso aqui, porque mentiu, perdoe-me,porque o senhor já caiu em várias contradições.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estamos tratando o senhor da melhor forma possível, não há nenhuma ameaça deste Presidente em relação a V. Sª, mas quero deixar claro que há uma boa conduta tanto deste Presidente quanto dos Srs. Senadores que aqui estiveram.

V. Sª entenda que foram muitas contradições e V. S.ª terá oportunidade para esclarecê-las porque será reconvocado a esta CPI para uma acareação com outros depoentes que por aqui passaram. Então, quero deixar claro que, por parte desta Presidência, do Relator e de todos os Srs. Senadores, conduzimos da melhor forma possível querendo do senhor o que, em determinadas vezes, não fez, a verdade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É bom, Sr. Presidente, que fique mais uma vez claro que o Sr. Gianelli acabou de dizer, que ele, em momento algum... Eu não quero nem colocar palavra na sua boca. O senhor alguma vez se sentiu ameaçado aqui, pela Comissão?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, a ameaça à qual V. S.ª se refere ou a advertência...

O SR. ENRICO GIANELLI – Advertência.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não é daqui?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não é daqui.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Está certo.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, a advertência...

O Senador Tião Viana levantou muito bem o aspecto de não poder ser processado, não poder ser investigado, não poder estar acima do bem e do mal e as advertências que a gente recebe são de que você pode perder o emprego e você pode perder a OAB.

O emprego eu já perdi. Portanto, não devo mais nada. Vivo de fazer meu trabalho. Aliás, agradeço ao Senador Tião Viana por ter levantado isso, porque para mim é um alívio muito grande e não preciso de sessão fechada para dizer isso, não.

O Senador Tião Viana...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos deixar bem clara essa situação. V. Sª, antes do intervalo, solicitou a esta Presidência, a uma pergunta feita pelo Senador José Jorge, que estava sendo ameaçado, ou melhor, que foi ameaçado antes de vir para cá.

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Sª, depois do lanche que foi feito e que voltamos, disse que não houve ameaça nenhuma a V. Sª.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, na verdade, eu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou repetir, V. Sª quer que se feche a reunião para que ninguém amanhã diga que estamos forçando que o senhor diga em público. Se V. Sª pretender, quero deixar claro, faremos a vontade de V. Sª em relação a essa questão. Se V. S.ª entender que não é necessário esse fechamento da reunião, V. Sª poderá dizer que, se não foi ameaçado, é desmentir a V. Sª mesmo. Porque quem disse isso foi V. Sª.

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade.

O SR. (Advogado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. (Advogado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Dei a definição para ele do que é uma ameaça e juridicamente (...) do que é uma advertência. (...) advertido e não ameaçado, porque ameaça é um mal grave, futuro e injusto (...)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, V. Sª, por favor, explique o que aconteceu. V. Sª pode expor, só que V. Sª vai explicar tecnicamente para ele dizer do que se trata, não cita nomes.

O SR. (Advogado) – Só tecnicamente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

O SR. (Advogado) – No intervalo, eu procurei pelo meu cliente para saber qual era o teor da ameaça, porque existe um termo técnico para ameaça. Ameaça é um mal grave, futuro e injusto, e ele me contou o que aconteceu.

Em me contando, falei "juridicamente, no aspecto criminal, isso não vem a ser uma ameaça e, sim, uma advertência". Então, você toma muito cuidado com as palavras porque você pode ser processado por uma denunciação caluniosa. Use o termo correto. Você foi advertido, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao Sr. Enrico

Gianelli para que explique o que realmente aconteceu.

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, eu fiquei muito grato ao Senador Tião Viana quando ele levantou aquele aspecto. E, realmente, a advertência que eu recebi, e essa advertência foi clara, objetiva, e teve uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O nome da pessoa?

O SR. ENRICO GIANELLI – O nome da pessoa... Chama-se Rovai, e disse para mim assim... Logo lá atrás, não sei por que motivo, não sei declinar nem por que, nem como...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não sabe o nome todo não?

O SR. ENRICO GIANELLI – É Marcelo José Rovai.

...no sentido de que eu não só perderia o emprego como perderia a OAB.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E ele falou em nome da Gtech? Porque ele era o Presidente da Gtech no Brasil?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele era o Presidente da Gtech.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Ele era diretor da Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Era diretor da Gtech. Mas ele falou, foi ele que falou, enfim, ele... Não posso dizer que ele foi mandatário da Gtech, porque ele não disse que a Gtech estava dizendo isso.

Ele disse, com todas as... E por quê? Porque não pode isso, não pode aquilo, não pode aquilo outro, uma multinacional muito grande...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em outras palavras, ele disse que se o senhor aqui contasse o que sabia o senhor perderia o emprego...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, o que ele disse é...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele disse o quê? O que é que o senhor não podia falar? É só isso que queremos saber.

O SR. ENRICO GIANELLI – Ele disse: eu vou fazer com que você perca o seu emprego e a OAB. Por que o emprego e a OAB? Perguntei eu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu acho que aí é uma ameaça realmente. É uma ameaça, porque com que autoridade o Sr. Rovai disse que tiraria a OAB de V. Sª, que é advogado?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não sei, não entendi...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso é um assunto grave, acho que a OAB deverá tomar as providências, com essa informação, convocando o Sr. Rovai, porque ele inclusive usou indevidamente uma instituição das mais respeitadas deste País, que é a OAB.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, ele não é mais empregado nem da Fisher & Foster...

O SR. ENRICO GIANELLI – Nunca fui.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem da Fisher & Foster o senhor é mais empregado.

O SR. ENRICO GIANELLI – Nunca fui.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, como é que ele disse que o senhor vai... Qual emprego que o senhor perderia?

O SR. ENRICO GIANELLI – Da Fisher & Foster.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não é mais da Fisher & Foster!

O SR. ENRICO GIANELLI – Pois é, eu perdi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E como é que ele ameaça com isso?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Tem que ver a temporalidade. Ele está se situando no tempo. Quando é que foi isso aí?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi agora.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não foi agora.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Vamos ouvir. Ele vai dizer quando foi. É importante.

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso não foi agora não, isso foi no decorrer de 2003. Eu não sei precisar muito, mas no decorrer de 2003, e eu realmente perdi o emprego. Eu perdi, se é que, enfim... E eu perdi o emprego.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor continua sendo ameaçado. Por que, de 2003 para cá, o senhor ainda tem medo de uma ameaça dessas?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, na verdade, não de perder o emprego mais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor falou com o Sr. Rovai ontem, que eu sei, antes de vir. Esta semana falou, antes de vir para cá.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não falei, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não falou, não é?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não falei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem por telefone?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nem por telefone nem pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem pessoalmente?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem através de advogados?

O SR. ENRICO GIANELLI – Nem através de advogados. Nunca falei.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Enrico, o senhor foi demitido da Fisher?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu fui convidado a me retirar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – A mesma coisa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu pergunto ao senhor...

O SR. ENRICO GIANELLI – E a única coisa que me resta é a OAB, e é por isso que eu fui até o Supremo, é por isso que eu estou defendendo os meus direitos de advogado, é por isso que eu estou o tempo inteiro falando em ética, me recusando a fazer comentários sobre colegas, ou sobre outros advogados.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Relator, 10 segundos, por gentileza, só?

O senhor pode tentar interpretar as razões dessa ameaça, da demissão e do que houve?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, ele não me disse. Ele só me disse exatamente essas palavras.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem estava com medo era ele. Medo de quê? De que o senhor falasse?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que o senhor sabe e ele sabe que nós não sabemos?

O SR. ENRICO GIANELLI – Também não sei. Ele não me explicou o porquê. Ele só fez a ameaça e eu só sei que uma delas se concretizou. É só vocês verem as minhas... Se quebrarem o meu sigilo bancário, vocês vão ver que a partir de 2003 eu não mais prestei serviço à Fisher & Foster.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Enrico Gianelli, V. Sª guardou isso durante tanto tempo. Por que V. Sª não fez uma denúncia à OAB de que estava sendo ameaçado por um cidadão de tirar a OAB de V. Sª. Eu não conhecço essa autoridade no Sr. Rovai nem em ninguém para V. Sª perder a OAB porque ele iria denunciar. Então, o senhor fez alguma coisa de errado como advogado para perder OAB?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, pelo contrário, mas, enfim, em briga de elefante, quem sofre é a grama.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor desagradou a ele exatamente em quê?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como é? Em que de quê?

O SR. ENRICO GIANELLI – Em briga de elefante quem sofre é a grama. Desculpe-me, não é um desrespeito, mas eu sou a grama.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, permita-me.

O senhor foi demitido ou pelo menos foi convidado a se retirar...

O SR. ENRICO GIANELLI – Convidado a sair. E graças a Deus...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que o senhor fez, finalmente, que lhes desagradou tanto?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não sei, não me disseram.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas que mistério é esse?

O SR. ENRICO GIANELLI – Na verdade, não precisam dar nenhum tipo de... Quando alguém quer mandar.... ao contrário do que acontece muitas vezes, quando alguém quer te mandar embora, simplesmente te manda e acabou, sem nenhum tipo de...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, mas não manda assim... Foi redução dos quadros? A Gtech estava em crise?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, eu nunca fui funcionário da Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual foi o motivo, então.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não faço a menor idéia

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele não gostava pessoalmente do senhor? Havia alguma rixa?

O SR. ENRICO GIANELLI – É possível.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havia uma rixa pessoal?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Gianelli, situe, mais uma vez, para entendermos completamente, as datas: a primeira, do seu afastamento da Fisher; a segunda, daquela carta elogiosa a sua pessoa.

O SR. ENRICO GIANELLI – A data elogiosa a minha pessoa foi no dia 09 de abril, e o afastamento foi mais para o final de 2003.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Foi 09 de abril de abril de quê?

O SR. ENRICO GIANELLI – Ah?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Foi 09 de abril de 2003?

O SR. ENRICO GIANELLI – De 2003.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E o seu afastamento se deu quando?

O SR. ENRICO GIANELLI – Mais para o final de 2003. Mais para o final do ano. Depois que vieram aquelas denúncias todas de **ISTOÉ**. E o pedido de... Sr. Gianelli, e o pedido do seu afastamento das ações relativas à Gtech?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, essas, eu mesmo renunciei no final do ano.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas o seu declarou aqui há pouco que houve um pedido formal para que o senhor fosse afastado das negociações.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, da negociação; das negociações, de acompanhar as negociações com a Caixa. É outro ponto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas o senhor dizia, e repetiu, disse vinte vezes aqui que o senhor não se envolvia com a parte negocial, apenas com atuação judicial.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, no começo, na verdade, eu deixei isso bastante claro... no começo... isso tem fita gravada na Caixa Econômica... no começo, eu e o Marcos Andrades negociávamos... eu suportando o Marcos Andrades que era um executivo da Gtech... as negociações iam muito bem, obrigado. A Caixa Econômica pode... e as gravações estão disponíveis para os senhores. A partir de um determinado momento para frente, tanto eu quanto o Marcos Andrade fomos afastados desse tipo de negociação, dessa interface com a Caixa Econômica. E eu...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas isso foi antes de o contrato ser firmado.

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso foi antes da extensão contratual.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Antes? Quanto tempo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Por volta de...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Dez dias? Quinze dias?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, antes, antes... entre fevereiro, por aí. Janeiro, fevereiro...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Fevereiro? Um mês antes?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, dois meses antes... três meses antes...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Dois meses antes? É... Um negócio aí não fecha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É, não fecha. Realmente, é complicado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Fisher & Foster não se manifestou com relação à demissão de V. Sª?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, mas ela tem me apoiado bastante nesses últimos tempos. Quando ela viu, inclusive, quando tomou conhecimento de certas alegações do próprio Rovai e do próprio Antonio Carlos nesse aspecto, até se colocou à disposição para me suportar.

Quer dizer que foi uma saída negociada do senhor?

O SR. ENRICO GIANELLI – Foi um pedido, digamos assim, de afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem fez esse

O SR.PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem fez esse pedido?

O SR. ENRICO GIANELLI – É um pedido de afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Quem foi?

O SR. ENRICO GIANELLI – É o...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem?

O SR. ENRICO GIANELLI – O pessoal do escritório.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas a pessoa que falou com o senhor? Por exemplo, aqui...

O SR. ENRICO GIANELLI – É um... enfim, eu acho que isso não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi o Rovai?

O SR. ENRICO GIANELLI – Acho que não é... Não, não, o Rovai era o... representava um dos grandes clientes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas qual foi a pessoa? O senhor disse que foi solicitado para deixar a empresa.

O SR. ENRICO GIANELLI – Foi uma decisão do escritório.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi o Antônio Lino Rocha? Foi o Presidente?

O SR. ENRICO GIANELLI – Talvez a pedido deles.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem comunicou essa notícia ruim ao senhor?

O SR. ENRICO GIANELLI – Essa foi... o pessoal lá do RH.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De quê?

O SR. ENRICO GIANELLI – Da administração lá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece bem esse pessoal, porque o senhor trabalhou lá. Qual é o nome dessa pessoa?

O SR. ENRICO GIANELLI – É uma decisão do escritório. Prefiro colocar dessa forma, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem.

O SR. ENRICO GIANELLI – Se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos forçar aqui; se o senhor não lembrar de forma nenhuma, não tem problema.

Mas o senhor disse que a empresa continua ajudando o senhor?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eles se mostraram solidários ultimamente. Eles se mostraram muito solidários com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O pessoal solidário, porque o Sr. Rovai fez um entendimento de que o senhor ficaria guardando determinado segredo, não tirava a OAB do senhor, porque aí ele...

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, porque o Sr. Rovai...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Olha, se dissesse isso a um menino de cinco anos de idade, o menino não ficava com medo, de que tiraria a OAB do pai dele, por exemplo. O menino não acreditaria.

O SR. ENRICO GIANELLI – A OAB também não acredito, mas o emprego já perdi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não acredita não é? Mas o emprego V. Sª pelo jeito não perdeu. Deixou de trabalhar e está sendo ajudado. Então, houve uma compensação, o Sr. Rovai fez um entendimento com o senhor.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não, não, o que recebi foi uma manifestação de apoio do meu escritório, não de trabalhar com eles, nunca recebi mais nenhum tostão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E esse apoio era por hora?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, nem por hora, nem por... apoio moral. Aliás, se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só?

O SR. ENRICO GIANELLI – Só. O senhor tem acesso ao meu sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, eu confio.

O SR. ENRICO GIANELLI – O senhor pode abrir. É só moral, só moral. Ainda bem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Enrico, o senhor recebeu os parabéns no dia 9 de abril.

O SR. ENRICO GIANELLI – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor se considera um grande advogado, o senhor mesmo se considera um grande advogado.

O SR. ENRICO GIANELLI – Um bom advogado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor foi demitido?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu fui convidado a sair.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi convidado a sair. Eu continuo perguntando por quê?

O SR. ENRICO GIANELLI – Isso acontece com os melhores.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Relator, há um fato relevante aqui, que talvez seja interessante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, já que ele não quer concluir...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É uma declaração do Sr. Lino da Rocha. Em determinado contexto, ele diz aqui que a sua participação, a sua, Gianelli, no processo, no processo envolvendo os interesses da Gtech, estava sendo excessiva e que V. Sª estava viajando demais para Brasília sem autorização. Palavras do Sr. Lino da Rocha.

Informou ainda que passou a exigir prévia permissão para viagens suas a Brasília e que chegou a requerer junto a Fisher a sua substituição por outro profissional, alegando que V. Sª estava excedendo os termos de sua procuração como advogado.

O SR. ENRICO GIANELLI – É verdade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E que alguém o estava orientando e que V. Sª estava agindo por conta própria, deixando margem a dúvida acerca do seu interesse. Ele levantou suspeita acerca do seu interesse, ou seja, o interesse excessivo do contexto processual e negocial. O que o senhor acha disso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu acho o seguinte: isso aí não é verdade. O que aconteceu foi o seguinte: por conta da minha carta de 28 de abril, onde eu estava tecendo algumas considerações com relação ao Carlos Ramos, ele, ao Carlos Ramos...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Cachoeira?

O SR. ENRICO GIANELLI – É, o Carlinhos Cachoeira. Ele ficou muito nervoso, porque não foi isso que haviam me pedido. O que haviam me pedido era apenas o *vetting processing* do Buratti, e eu, dentro da mesma carta, fiz um *vetting processing* também do Carlos Ramos. Isso causou um pedido realmente dele, Antonio Carlos Rocha, para o escritório, para que eu fosse demitido por conta disso, porque mandei isso para a corporação. Não sei o motivo por que ele fez isso, mas não foi esse o motivo por que me desliguei do escritório, não foi nessa época que recebi a ameaça, tanto é verdade que fiquei até mais do final do ano por conta disso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Foi perguntada ao senhor, várias vezes, a razão do seu afastamento, e o senhor jamais declinou. Agora, quando confrontamos com a informação precisa, o senhor retoma a memória.

O SR. ENRICO GIANELLI – Mas essa não foi a razão do meu afastamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas o senhor acabou de dizer.

O SR. ENRICO GIANELLI – O senhor está confundindo os dois momentos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor acabou de dizer, de atribuir a essa razão o fato do seu afastamento. Agora já não é mais?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não atribuí. Não, não atribuí. Ele pediu, e eu não fui afastado por conta disso, tanto que fiquei até dezembro ou janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Há uma solicitação da Mesa, para que se suspendam os trabalhos em função da Ordem do Dia iniciada. Nós vamos cumprir o que determina o Regimento.

Suspendo esta reunião até o dia de amanhã, às 11h30min, quando ouviremos o depoimento do Sr. Juscelino Dourado, a quem agradeço e peço desculpas em função do tempo.

Mas fazemos o convite ao Sr. Juscelino para se fazer presente amanhã. É a mesma reunião de hoje, que só está suspensa e que reabriremos amanhã, às 11h30min.

Agradeço a V. Sª, Sr. Enrico Gianelli, Sr. Advogado. Com certeza V. Sª voltará aqui, para que possamos fechar toda essa conversa.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa às 17h48min do dia 30/08/05 e reaberta no dia 31/08/05.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta desta reunião destina-se à continuação da reunião suspensa ontem, ou seja, para o depoimento do Sr. Juscelino Dourado, Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Juscelino Dourado, para seus esclarecimentos. (Pausa.)

Srs. Senadores, em primeiro lugar, esta Presidência agradece ao Dr. Juscelino Dourado a presença, ao tempo em que pede desculpas em função da não-ocorrência do seu depoimento no dia de ontem, como estava previsto, o que não ocorreu em razão de termos de cumprir o Regimento Interno da Casa; já que havia iniciado a Ordem do Dia, tivemos de suspender os trabalhos.

Sr. Juscelino, havíamos marcado a reunião para hoje, às 11h30min e, também em razão do cumprimento do Regimento, tivemos de aguardar o término da sessão do Congresso Nacional para então iniciarmos o seu depoimento. Assim, nossas desculpas em nome da Mesa e dos Srs. Senadores. Agradecemos a presença também do seu advogado.

Vamos iniciar seu depoimento. Antes, porém, concedo a palavra pela ordem ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de fazer um apelo a V. Exª para que encaminhasse a esta Comissão uma ponderação minha, como Relator.

Creio que, para o melhor ordenamento dos nossos trabalhos, devemos receber os requerimentos de convocação e de quebra de sigilo e dar o prazo mínimo de 24 horas, para que se possam conhecer melhor os assuntos tratados naqueles requerimentos – as convocações e as transferências de sigilo. Isso dá tempo para um amadurecimento, principalmente para o Relator. Daí por que estou fazendo esse apelo a V. Exª e à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esclareço a V. Exª que havíamos tomado posição. Entendo que toda essa situação volta em função do que aconteceu na aprovação do requerimento, que já está aprovado. Não temos nenhuma posição, a não

ser marcar a oitiva do Sr. Okamotto. A aprovação do requerimento aconteceu, inclusive, na minha ausência. Eu estava reunido com o Presidente Renan e os Presidentes das Comissões, e aqui o requerimento foi colocado em votação e aprovado. A forma que temos de retirar essa convocação é única: por meio de solicitação por parte do autor do requerimento.

Quero deixar claro que, na Mesa, neste momento, o único requerimento à disposição – que vou passar a V. Exª, que dele tem conhecimento – é a convocação de S. Exª, o Ministro Palocci. É o único requerimento, que já está, há alguns dias, sobre a mesa e que passarei a V. Exª para uma avaliação.

Estamos também à disposição dos Srs. Senadores.

Tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, eu apenas gostaria de trazer à lembrança da Comissão que, na semana passada, apresentei essa mesma manifestação do Relator, e houve a concordância de V. Exª em que os requerimentos passariam por um prazo de 24 horas, para poderem ser aprovados, depois de apresentados aqui.

Ontem, lembrei tal afirmação ao então Presidente da Comissão, porque V. Exª estava em uma reunião dos Presidentes de CPI com o Senador Renan Calheiros, e S. Exª mais uma vez concordou.

Causa-me espécie que o Relator se apresenta como se nada soubesse, e S. Exª sabia da minha posição. S. Exª sabia que aprovamos o que apresentei à Comissão. Então, parece que são manifestações isoladas que estão sendo apresentadas aqui.

Penso que isso não soma nada. Acho que V. Exª está tentando fazer cumprir o andamento da CPI, baseado no Regimento.

Requerimento apresentado, requerimento a ser votado e requerimento a ser encaminhado, não tenho qualquer crítica quanto a isso. A todos os nomes votados tem de ser dada a destinação regimental, que V. Exª está conduzindo com total clareza. Agora, não se pode deixar de reconhecer o que foi aprovado, aquilo que foi reconhecido. Quando apresentei a sugestão para o melhor aproveitamento dos trabalhos, tive a concordância da Mesa por duas vezes. E, agora, o Relator apresenta como se fosse novidade. Não é novidade o que S. Exª está dizendo. Eu já tive a concordância por duas vezes.

Então, sobre o que se fala, não está havendo unidade da CPI. Tenho plena sensibilidade para o que V. Exª está fazendo. V. Exª está cumprindo o Regimento, não tenho reparo a fazer nesse sentido, mas gostaria que valorizássemos o que está sendo construído aqui, por muitas mãos, que é esta vontade de fazer a CPI caminhar bem.

Eu, Sr. Presidente, tenho, dentro desse aspecto, um pedido de excepcionalidade a fazer: que, exatamente à oitiva do Sr. Francisco Daniel amanhã os delegados de polícia que presidiram o inquérito, do Governo do Estado de São Paulo, possam estar presentes também, para fazer sua exposição, apresentar seu entendimento dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A exposição, não, Senador. Eles não foram convocados. Se quiserem estar presentes, como esteve o Promotor... Agora, ele não está convocado. Quero deixar bem claro a V. Exª: exposição, não. Não aceitaremos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Só quero esclarecer a V. Exª: acabei de dizer que estava fazendo um pedido para uma excepcionalidade, a fim de que os delegados, com o requerimento que estou assinando agora...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esta Presidência não vai aceitar, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Exª tem pleno direito de não aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Entendemos que esse requerimento poderia ter sido apresentado há dias. Há mais de uma semana, encontra-se aprovado o requerimento do Sr. Francisco Daniel, e entendemos que não seria, de nossa parte, transparente, neste momento, trazer os delegados para cá.

Os delegados poderão ser convocados. Marcaremos uma oitiva para S. Sªs, na forma em que V. Exª apresentar no requerimento, mas, no dia de amanhã, ouviremos exclusivamente o Sr. João Francisco Daniel.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Faço questão de que fique registrado meu pedido, para que V. Exª abrisse uma exceção. Não havendo possibilidade, tenho absoluta naturalidade em conviver com o "não" de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª a compreensão e concedo...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Tião Viana que não fiz referência à iniciativa de S. Exª. Foi um esquecimento de minha parte. Peço desculpas ao Senador. Na verdade, creio que o que interessa é a convergência de propósitos.

Realmente, esqueci-me, Senador Tião Viana. Foi um esquecimento, apenas. Não deixo, agora, de fazer

justiça, ao dizer que foi V. Exª que apresentou essa iniciativa, que considero da maior oportunidade, da maior pertinência. Queria apenas fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao Dr. Juscelino Dourado. Antes, porém, comunico aos Srs. Senadores que se encontra sobre a mesa termo de compromisso assinado pelo Sr. Juscelino, identificando seu nome, identidade, idade, estado civil e profissão, tudo de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal.

Concedo a palavra ao Sr. Juscelino Dourado.

V. Sª terá o tempo que desejar para os seus esclarecimento.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar V. Exª, o Relator Garibaldi, os Senadores e os demais presentes nesta sala.

Quero fazer uma breve identificação pessoal e profissional, até para contextualizar as respostas e também para servir de referência às perguntas que se fizerem necessárias nesta sessão da Comissão.

Meu nome é Juscelino. Tenho 39 anos, sou casado, tenho duas filhas, resido na cidade de Ribeirão Preto. Sou o filho caçula de uma família de 17 irmãos. Minha família é originária do interior do Ceará.

Meu pai tinha fazenda de gado na região de Martinópolis, perto de Sobral, no Ceará. Na década de 50, em 1958, deslocou-se para o interior do Mato Grosso, para a cidade de Rondonópolis, onde tive oportunidade de nascer. Nasci no final de 1965. Meu pai, na época, acreditava no projeto de interiorização do País. Era um fã ardoroso do Presidente Juscelino, o que justifica um pouco – acho que totalmente – o meu nome. Meu pai, na época, alugou dez paus-de-arara, que era o veículo de transporte na época, deslocou-se com todos os familiares para o interior de Mato Grosso, na década de 50 – foram algumas semanas de trajeto – e se instalou. Instalou todos os seus familiares. Trabalhou, durante toda a década de 60, no Mato Grosso, criando gado, trabalhando com comércio de gado e com comércio varejista. Na década de 70, meu pai trabalhou com comércio – tinha uma loja de calçados e confecções. Foi onde iniciei minha atividade profissional.

Mas, antes disso, até por conta de um contratempo de saúde – meu pai sofreu um acidente vascular cerebral em 74 –, isso acabou permitindo uma convivência mais assídua minha com meu pai, uma vez que eu tinha oito anos à época e ainda não tinha começado a trabalhar. Tive a oportunidade de conversar muito com meu pai, que explicava as histórias da vida dele, que balizaram um pouco a minha conduta nos outros anos que se passaram. Meu pai dizia da experiência de ter-se deslocado para o interior do País, do projeto em que acreditava, da experiência de ter visitado Brasília na época de sua construção, de ter estado com o Presidente Juscelino.

Quando Juscelino terminou o seu mandato, no início da década de 60, ele tinha assumido um compromisso consigo mesmo de que o primeiro filho homem que nascesse se chamaria Juscelino. Eu representava esse compromisso que ele tinha com o Presidente Juscelino. Nasci alguns anos depois, Juscelino já cassado. Juscelino já era Senador pelo Estado de Goiás, cassado no final de 1965, mas meu pai manteve sua conduta, e acabei tendo a honra de chamar-me Juscelino. Nesse período, meu pai, que gostava muito de política, dialogava muito comigo sobre política. Acho que fui o único filho que teve essa oportunidade de conhecer um pouco dos sonhos que ele tinha com relação a esse País que ele tanto amava e que depois se acabou. Coincidentemente, nunca tive nenhum tipo de aspiração à carreira política, mas acabou coincidindo que, quando ingressei na universidade, comecei uma militância política. Mas, já na década de 70, eu, com 11 anos, comecei a trabalhar. Trabalhei dos 11 aos 17 na loja do meu pai, quando saí para fazer o colegial. Naquela época, chamava colegial, e, hoje, é o ensino médio.

Tive a oportunidade de fazer o primeiro e o segundo colegial em Uberaba e o terceiro colegial em Ribeirão. E mais do que isso, tive o privilégio de ter a capacidade de bancar o meu estudo. Ou seja, tive a oportunidade de sair de casa, fui o único filho que saiu para estudar fora de casa. Era o caçula de toda uma família grandiosa e tive também o privilégio de ter conseguido bancar, às minhas custas, às custas do meu trabalho, todo o meu ensino médio.

Terminado o ensino médio, passei no vestibular na Universidade de Campinas, a Unicamp, no curso de Química, quando iniciei a minha militância política junto ao Partido dos Trabalhadores. Tive o privilégio de, durante esse período em que estive na Unicamp, ter sido presidente, coordenador-geral do DCE da Unicamp. Fui da gestão do Diretório Central do Estudante, de 86 a 88; participei do Conselho Universitário num momento de transformação da Universidade de Campinas; fui da congregação da universidade, ou seja, discutia os projetos acadêmicos; fui também da congregação do Instituto de Química – que era a minha origem –, onde a gente participou no processo de reformulação dos cursos. E isso me ajudou muito nos anos seguintes, essa experiência de debate num ambiente de tão alto nível, como era o ambiente universitário.

Eu tive, a partir daí, um processo de militância política. E, nesse processo de militância, tive oportuni-

dade de conhecer, então, um deputado jovem, do interior do Estado de São Paulo, que se chamava Antônio Palocci. Palocci foi candidato a Deputado Estadual em 1990, tendo como base eleitoral a cidade de Ribeirão Preto, e eu o conheci depois desse processo. Quando eleito para o seu mandato, em 1992, ele me convidou para que o ajudasse nesse primeiro governo, num projeto de consolidação de alguns programas que ele gostaria de implantar, em especial, o orçamento participativo, uma vez que eu tinha acompanhado alguns projetos em algumas cidades e poderia contribuir com esse projeto.

Eu acabei me mudando de São Paulo para Ribeirão Preto e tive a oportunidade de, durante a primeira gestão dele, ter sido Secretário-Adjunto da Secretaria de Governo. Na metade da sua gestão, fui conduzido à diretoria da Companhia Telefônica de Ribeirão Preto, a Ceterp, que era uma empresa municipal. Como a de Pelotas e a de Londrina, era uma empresa municipal de telecomunicação. Fiquei nessa companhia telefônica até o final do seu primeiro mandato, depois tive a oportunidade de participar da coordenação da sua campanha para Deputado Federal e o acompanhei no seu mandato de dois anos, aqui na Câmara dos Deputados. Fui seu assessor parlamentar e o acompanhei na Comissão de Reforma Tributária de análise da PEC nº 175, durante sua gestão; depois participei da coordenação da sua campanha para Prefeito, para o seu segundo mandato, em que a gente teve uma vitória já no primeiro turno.

No seu segundo governo, no primeiro ano, fui Secretário da Casa Civil e, no segundo ano, tive duas funções: fui Secretário da Casa Civil e tive a oportunidade de acumular uma outra função, que era a de Diretor-Superintendente da Companhia de Desenvolvimento Econômico da Cidade de Ribeirão Preto, onde fiquei até outubro de 2002, quando ele, então coordenador da campanha do Presidente Lula, no final do primeiro turno, ou seja, passando para o segundo turno, frente à nossa relação e à experiência que eu tinha acumulada em gestão de campanhas eleitorais, me convidou para trabalhar no segundo turno, na campanha. Depois me convidou para trabalhar no processo de transição de governo, em que tive a oportunidade de ficar, em novembro e dezembro, trabalhando. A partir de primeiro de janeiro, passei a ocupar o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda.

Isso mostra um pouco da minha trajetória familiar, da minha trajetória de trabalho. E, Presidente, venho a esta Comissão, convocado no caráter de testemunha, apesar de que as últimas notícias tentam – e acho que tentaram com todos – imputar o **status** de réu da comissão, mas fui convidado para testemunhar em um processo de investigação desta Comissão, inclusive sobre algumas alegações de que a própria imprensa dizia que essa Comissão quebraria os meus sigilos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de oferecer, e o meu advogado proverá esta Comissão, toda minha movimentação bancária desse último período de 2001 para cá, todas as minhas declarações de renda, para que não haja nenhum tipo de dúvida sobre a minha conduta pessoal, profissional nesses últimos anos.

Então, é só o tempo de podermos solicitar e o meu advogado trará e entregará a V. Exª toda essa movimentação, para que não haja nenhum tipo de dúvida sobre a minha conduta pessoal, a minha conduta profissional nesse período.

Eu gostaria de dizer a V. Exª que venho aqui com muito prazer e muito respeito por esta Casa. Não achei necessária a solicitação de nenhum tipo de proteção especial que não seja aquela que todos aqueles que acreditam têm e todos que são garantidas pela nossa Constituição.

Coloco-me à disposição dos senhores para tirar e esclarecer todas as questões que os senhores acharem necessárias e pelo tempo que os senhores acharem necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª pela sua presença mais uma vez e concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desta CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Juscelino Dourado, o senhor poderia citar qual era o seu patrimônio em 2000 antes de assumir o cargo na Prefeitura de Ribeirão Preto e qual é o seu patrimônio atual?

Como o senhor justifica o aumento de patrimônio de V. Sª, o aumento recente, especialmente uma casa que está construindo em Ribeirão Preto que diz que é uma residência luxuosa.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sr. Senador, no ano de 2000, quando assumi o cargo na prefeitura de Ribeirão Preto, eu possuía uma casa em um condomínio fechado na região sul de Ribeirão Preto; possuía um automóvel de uso da família e possuía – eu não sei dizer com precisão, mas será informado na minha declaração de renda que será entregue a esta Comissão – saldos bancários em minhas contas, além de outros bens materiais.

Neste momento, possuo dois carros, um deles financiado, que inclusive foi objeto de análise por um dos jornais, que conseguiu cópia da minha declaração de imposto de renda deste último ano, que entreguei em abril – não imagino como possa ter conseguido, mas não há nenhum tipo de dificuldade. Quando sai

de Ribeirão Preto, já no ano de 2002, eu possuía dois carros, dois Fiat – dois pálios, um era de uso pessoal e o outro era da minha esposa, e possuía a mesma casa. Esses caros foram vendidos quando eu chequei a Brasília, porque a gente se deslocava. Em 2003, eu trouxe a minha família para Brasília, minha esposa e minhas duas filhas – tenho uma filha de três e outra de oito agora – naquela época eram mais novas, um ano e meio e cinco. Vendemos os dois carros e demos de entrada em um carro que até o jornal tenta falar que eu estou desfilando com ele, uma Zafira, e financiei o saldo devedor da diferença entre os valores dos carros para pagar em 36 meses. Continuo pagando até o ano que vem esse caro. E aluguei a minha casa. No ano passado, a minha família, não se adaptando em Brasília, regressou para Ribeirão Preto. A minha casa estava alugada e resolvemos, pelo fato de eu estar em Brasília a semana toda, e a minha esposa com as minhas filhas, em Ribeirão Preto, fazer uma ampliação na nossa casa. Só que a nossa casa não tinha espaço para ampliação. Resolvemos então vender a nossa casa, na época por R$130 mil, e compramos um terreno em um condomínio fechado em Ribeirão Preto para dar início à construção de uma nova residência. Essa residência, a casa tem em torno de 350 m2, é uma casa suficiente para abrigar uma família, um pai, duas filhas e mais dependências. Para o orçamento dessa casa, ao seu término, estamos projetando algo em torno de R$320 mil. Desses R$320 mil, consegui um financiamento bancário junto ao Banco Bradesco, que está registrado em cartório, junto com a escritura da casa, que é dada como garantia, em hipoteca, um financiamento de R$200 mil. Saquei R$60 mil do meu fundo de previdência, que pago desde o ano de 2001, na Brasilprev, e complementei, durante o ano passado, quando começamos a construção, com o saldo da renda familiar minha e da minha esposa, que é pedagoga, o que consta da minha declaração de renda deste ano, com mais R$40 mil, e a diferença de valores nós estamos desembolsando durante este ano e o ano que vem, quando está previsto para terminarmos a construção dessa casa. Todo esse patrimônio foi construído mediante a minha remuneração, exclusivamente, ou os saldos de poupança formados durante esses anos todos de trabalho.

Hoje, tenho uma remuneração líquida média em torno de R$11.500,00. No ano passado, nós tínhamos, além dessa remuneração, a remuneração da minha esposa, como pedagoga. Este ano, ela não está trabalhando por conta da dificuldade de lidar com as crianças, uma vez que fico aqui de segunda a sexta toda semana, e volto para Ribeirão Preto todo final de semana. Toda essa evolução patrimonial está demonstrada na minha Declaração de Imposto de Renda. E tenho, pelos próximos quinze anos, o compromisso de honrar o financiamento que fiz junto ao Banco, exclusivamente com o meu trabalho, como sempre o fiz.

Essa é a minha evolução patrimonial, que penso ser absolutamente condizente com todo o meu trabalho e a minha renda nesses últimos anos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Atualmente, o senhor é sócio de alguma empresa, ou já foi?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, atualmente, Senador, até por conta de uma exigência de Código de Ética do Servidor, todo mundo que ocupa função pública é obrigado, mesmo que participasse, e eu não participava de nenhuma empresa quando ingressei no Governo, a sair de qualquer tipo de sociedade em que tenha participação, principalmente quando tem função de gerência. Eu não participava de nenhuma empresa quando fui convidado a participar do Governo Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Qual era, então, a sua relação com a empresa W. Way Informática?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Em 1997, quando terminou o primeiro Governo do então Prefeito Palocci, naquela época, estava iniciando a implantação da internet no Brasil, e havia uma empresa chamada Nutec, que tinha um *site* chamado Nutec Net, que depois virou Zaz, e agora é Terra, que pertence ao Grupo Telefônica, que expandia a sua atividade comercial mediante franquias. E eu, ao sair do Governo, dada a experiência que tive na direção da Companhia Telefônica de Ribeirão Preto, nós resolvemos comprar uma franquia, eu, o Rogério Buratti e mais duas pessoas. Nós compramos uma franquia de internet, destinada a prover acesso e conteúdo na cidade de Ribeirão Preto, e essa franquia, que se sustentava em cima da empresa W. Way Informática, funcionou durante o ano de 1997, e, como tínhamos a expectativa de conseguirmos naquela época, e essa era uma expectativa de todo mundo que trabalhava com provimento de acesso à internet, de que havia um mercado corporativo a ser desbravado e consolidado, nós, durante o ano de 1997, inclusive devido às diversas crises, principalmente em razão da crise Asiática, houve uma retração muito grande de investimento nas empresas. Então, nós não conseguimos consolidar, naquela época, uma ação muito grande junto ao mercado corporativo. E ficamos praticamente sós, com o setor de varejo e de assinatura, o que gerava muita dificuldade do ponto de vista da sustentação da empresa. No final de 1997, procuramos a empresa Nutec, à época, e essa empresa recomprou a franquia de acesso à internet em Ribeirão Preto, e

nós nos desfizemos do negócio no começo de 1998. Então, essa foi a única sociedade que eu tive com o Sr. Rogério Buratti, no ano de 1997.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – E com a empresa Assessorarte?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Da empresa Assessorarte eu nunca fui sócio, Senador. Nunca participei, não tive nenhum tipo de participação. Essa empresa pertencia ao Rogério Buratti e a um outro sócio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a mesma coisa com a Editorarte?

O SR. JUSCELINO DOURADO – A Editorarte foi uma empresa que, ao terminarmos o negócio da W. Way, como a empresa Assessorarte trabalhava com concursos públicos, havia uma oportunidade de negócios de vendermos os serviços de apostilamento para os concursados. Mas abrimos a empresa para prospectar esse negócio e verificamos que esse negócio não tinha nenhuma atração de negócio, ou seja, que vender apostila não era um negócio que valesse a pena o investimento. E essa empresa nunca funcionou, essa é uma empresa que existiu no papel, nós abrimos... Eu abri com um irmão do Rogério, chamado Renato, que estava se mudando para Ribeirão Preto, e essa empresa nunca teve atividade comercial. Nós solicitamos, logo depois, há mais de cinco anos, o encerramento dessa empresa junto à Junta Comercial do Estado de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ainda presta algum serviço a alguma empresa em Ribeirão Preto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador, eu não presto nenhum serviço a nenhuma empresa. Eu...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem fora de Ribeirão Preto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nem fora de Ribeirão Preto. Hoje, eu ocupo as funções de Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, sou Presidente do Conselho Diretor do Serpro, porque é uma empresa que pertence ao Ministério da Fazenda, e o Presidente... Todos os conselhos das empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda são preenchidos por pessoas que ocupam função no Ministério da Fazenda, e sou membro do Conselho de Administração da Caixa Vida & Previdência. Essas são as funções que eu ocupo, todas são representação estatal em funções de comando da empresa. Não presto serviço a nenhuma outra empresa, mesmo porque estou impedido de fazê-lo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voltando à declaração de Imposto de Renda do senhor, nessa declaração, consta que o senhor recebeu uma doação de R$42 mil.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu esclareço, Senador. Na verdade é o seguinte: existe um campo na declaração de Imposto de Renda que são rendimentos não tributáveis, e um campo lá que temos que preencher, recursos que recebemos que são... O que nós recebemos, no caso de quem ocupa função pública que não é de Brasília. Por exemplo, nós recebemos um auxílio-moradia. Esse auxílio-moradia é um auxílio de R$1.800 que utilizamos para pagar aluguel dos imóveis que ocupamos em Brasília. Isso é um rendimento que nós temos que declarar como não tributável, porque entra na nossa conta bancária e depois nós lançamos a despesa de aluguel. E também são lançados nesse campo de rendimentos não tributáveis todas as diárias que nós recebemos no exercício da nossa atividade. Então, com certeza, essa é uma somatória de vários rendimentos não tributáveis que não estão especificados naqueles campos, aí tem um campinho lá, no rendimento não tributável, em que você coloca todos os itens emparelhados, então esse é uma somatória de vários itens que constituem esse somatório de rendimentos não tributáveis e que têm que, obrigatoriamente, ser declarados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto custou o terreno da casa que o senhor está construindo em Ribeirão Preto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Esse terreno foi comprado e registrado junto ao cartório de registro de imóveis em Ribeirão Preto, e foi pago R$80 mil pelo terreno.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há uma informação do corretor que vendeu o terreno, dizendo que o senhor pagou R$200 mil.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso não é verdade, Senador. Se o senhor... Eu não imagino que o jornalista que fez a matéria que saiu no jornal tenha feito alguma pesquisa junto ao Cartório de Imóveis de Ribeirão Preto, porque se ele fizer, esse preço, de fato, não condiz com o valor dos imóveis daquele condomínio no qual eu comprei que estão registrados no Cartório. Tenho certeza, até por conta de sair a matéria, de que a imobiliária que fez o processo, ou seja, disse que ninguém fez contato com ela para obter nenhuma informação.

Então, se o repórter que fez a matéria tivesse tido o cuidado de fazer a pesquisa junto ao Cartório de Imóveis, verificaria que aquele valor não condiz com o valor dos terrenos do condomínio no qual eu resido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu relacionamento com Luiz Antônio e Roselane Prado Garcia?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nenhum, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nenhum, nenhum. Eu os conheço de Ribeirão Preto, mas não tenho nenhum tipo de relação com eles.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com Renato Buratti Neto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Renato eu conheço porque conheço a família do Rogério, do Rogério Buratti, conheço toda sua família, seus irmãos, o Renato, a Rosângela, seus pais e a família toda, sobrinhos e filhos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não tem nenhum relacionamento...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, só de conhecimento. Eu fui sócio, na verdade, nessa empresa que tentamos, que nós abrimos e tentamos consolidar o negócio, porque o Renato estava saindo de Osasco para Ribeirão Preto com sua família e essa era uma possibilidade de ele se estabelecer em Ribeirão Preto, mas como não chegamos a ter nenhum tipo de atividade comercial, depois disso, as relações foram absolutamente esporádicas e eventuais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Analisando o quadro societário das empresas Assessorarte e Editorarte, parece-nos que os proprietários das duas empresas são ou foram os mesmos, Rogério Buratti e seus irmãos, V. Sª e Luís Antônio Prado Garcia e esposa. Estou correto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não Senador. Só fui sócio na Editorarte, e participava exclusivamente da sociedade da Editorarte eu e o Renato. Não tinha nenhum outro sócio constituído. E mesmo na W. Way, participava eu, Rogério, Renato e mais uma pessoa, o Luís Ricardo.

Então, nunca fui sócio nem da Rose e nem do Luís Prado. E nunca fui sócio da Assessorarte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ainda se considera amigo de Rogério Buratti?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Acredito que sim, Senador. Conheço Rogério há bastante tempo. Depois do ocorrido em Ribeirão Preto, não mantive mais contato com ele, mas eu o tenho como amigo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda mantém contatos freqüentes com ele?

O SR. JUSCELIINO DOURADO – Não, eu mantive contato com Rogério até um mês atrás, mais ou menos, mas depois do ocorrido em Ribeirão Preto quando ele foi preso eu não tive nenhuma outra oportunidade de me encontrar com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda tem algum negócio com ele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador. Depois que vendemos a franquia da qual éramos sócios, nunca mais mantive nenhum tipo de relação comercial com o Rogério, só de amizade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes o senhor se encontrou com ele, desde janeiro de 2003, aproximadamente?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Rogério esteve várias vezes em Brasília, e por diversas vezes que ele esteve em Brasília eu me encontrei com ele. Em 2003, eu morava com a minha família em Brasília, ele freqüentou a minha casa, inclusive com a sua família, e me encontrei algumas vezes com ele. Inclusive na nota que soltamos na quarta-feira da semana retrasada, coloquei o número aproximado de nove vezes, que era o que me recordava, mais ou menos, pela freqüência, a cada dois meses ou mês e meio que nós nos encontrávamos, em Brasília, para conversar um pouco.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A imprensa noticiou que os senhores se encontraram – o senhor e ele – após o depoimento do Sr. Buratti no Ministério Público. Isso é verdade?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador. Não me encontrei com o Rogério desde que ele foi preso. Não tive oportunidade de encontrá-lo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quantas vezes aproximadamente o senhor ligou para ele, de janeiro de 2003 até hoje?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não faço idéia, Senador, porque...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas muitas vezes, poucas vezes...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Liguei várias vezes, mesmo porque, quando minha família voltou para Ribeirão Preto, nós nos falávamos nos finais de semana e nos encontrávamos nos finais de semana. Eu fui almoçar na casa dele e ele foi na minha, eu participava dos eventos sociais de sua família e ele participava dos aniversários das minhas filhas. Eu conheço Rogério desde 1990, ele é meu padrinho de casamento e sempre tivemos um relacionamento social na cidade de Ribeirão Preto, até porque eu estava vindo de São Paulo e ele estava vindo de Osasco e, por termos trabalhado um período juntos, criamos vínculos de relacionamento familiar. Conheço toda a sua família e ele conhece a minha família. A minha mãe, quando ia a Ribeirão Preto, ia à casa da mãe do Rogério.

Então, temos uma relação familiar consolidada e que justificava toda a nossa relação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quantas vezes ele foi ao gabinete do Ministério?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Está dentro dessas nove vezes que nos encontramos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele sempre tratou de que, nessas conversas no Ministério?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, Senador, na maioria das vezes, ele chegava em Brasília, principalmente depois que a minha família voltou para Ribeirão, e marcávamos para se encontrar, para sair para jantar, e às vezes ele passava no Ministério, como geralmente ele chegava às 19h ou 20h, e eu saía do Ministério por volta das 21h, 22h, ele passava para logo depois do expediente podermos sair. Na maioria das vezes, tratávamos de assunto da nossa relação pessoal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele levou alguém nessas visitas? Sempre levava alguém?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, geralmente ele ia sozinho, e inclusive nos encontramos fora do Ministério porque às vezes ele não conseguia passar lá, e nós nos encontrávamos para tomar café da manhã e eventualmente almoçar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele falava com o Ministro Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, no Ministério da Fazenda, desde 2003, não houve nenhum encontro, do meu conhecimento, do Rogério com o Ministro Palocci no gabinete. Uma vez que eu cuidava, e cuido, da agenda do Ministro no Ministério da Fazenda, ou seja, na sua atividade profissional como Ministro de Estado da Fazenda, não há nenhum compromisso do Ministro com o Rogério, desde 2003.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que não existe nenhum relacionamento mais entre o Sr. Buratti e o Sr. Ministro?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, Senador, o Ministro, quando da sua entrevista, confirmou que mantinha um relacionamento social esporádico. O que posso afirmar para o senhor é o seguinte: eu sou responsável, e faço isso com muita dedicação, por cuidar da atividade profissional do Ministro. Então, cuido de toda a sua agenda de trabalho e tudo aquilo que é relacionado à sua agenda de trabalho. Não cuido de sua atividade social. Todo mundo conhece o Ministro, e já teve oportunidade de estar com ele até altas horas, o Ministro geralmente trabalha até tarde, e, apesar da sua insistência de que eu não marque nenhum compromisso após certo horário para ele poder pelo menos, eventualmente, jantar em casa, ou nos finais de semana, tem uma carga de trabalho muito grande como Ministro de Estado da Fazenda. E dessa agenda de trabalho é que sou responsável. Não acompanho e não cuido da atividade social do Ministro. Então, não saberia responder para o senhor com precisão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o relacionamento do senhor com Vladimir Polleto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nenhuma. Conheci o Wladimir na prefeitura de Ribeirão Preto. Eventualmente, eu o encontrei na Prefeitura e sei que ele foi funcionário da Secretaria. Mas com não era ordenador de despesa, não tinha muita relação com a Secretaria Municipal da Fazenda, nunca tive muita proximidade com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele tem algum relacionamento com o Ministro?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não que eu conheça, Senador. Imagino que não, porque ele ocupava um cargo de segundo ou terceiro escalão na Prefeitura de Ribeirão Preto, e não mantinha nenhum tipo de convivência mais próxima com o gabinete do Prefeito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele fez alguma visita ao gabinete no Ministério da Fazenda?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não que eu tenha conhecimento, Senador. Não há nenhum tipo de agenda dele com o Ministro e nem tenho conhecimento de tê-lo visto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A revista **Veja**, em sua última edição, fala ele, Vladimir Poletto, alugou uma casa no Lago Sul, onde hoje se localiza a Embaixada do Zimbábue, e que uma fonte da revista informou que ele e Rogério Buratti recebiam pessoas do Governo nesta Casa. Pergunto ao senhor: quantas vezes V. Sª foi a essa casa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nenhuma, Senador. Tive conhecimento dessa casa, como o senhor, lendo a revista. Nunca ouvi falar desta casa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só lendo a revista?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nunca tive conhecimento da existência dessa casa e nunca a freqüentei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem conhecimento de visita dessas autoridades nessa casa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador, desconhecia a existência dessa casa, sinceramente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em conversa interceptada no dia 3 de junho de 2004, o Sr. Vladimir Poletto ligou para Rogério Buratti para falar sobre uma audiência de Edson Meneses, Presidente do Banco Prosper, com o Ministro Palocci, Ministro da Fazenda. Ele respondeu: "eu falei com o J,

ontem, que seria bom marcar. Então, vai ver que ele vai para o Rio, alguma coisa assim, e está querendo juntar". Em seguida Buratti completa: "eu almocei com o Jota, e está tudo do jeito que conversamos".

Pergunto: a reunião no Rio de Janeiro entre o Ministro Palocci e o Presidente do Banco Prosper ocorreu?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador. É até estranho porque o Rogério nunca me chamou de Jota. E, na verdade, é o seguinte...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem era esse Jota?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei. Teria que perguntar para ele, mas ele nunca me chamou de Jota. Com relação ao Banco Prosper, queria só explicar o procedimento que utilizamos para fazer a agenda do Ministro. Toda a agenda do Ministro é solicitada junto à Chefia de Gabinete do Ministro da Fazenda, do qual eu sou o responsável. Todas as pessoas que fazem contato, ou as empresas ou pessoas em nome das empresas, solicitamos o envio de um e-mail ou um fax dizendo da solicitação e qual o assunto a ser tratado. Por que saber de qual assunto a ser tratado? Para podermos preparar a agenda do Ministro. Preparamos a agenda do Ministro, escalamos secretários que acompanham a agenda do Ministro. Com relação ao Banco Prosper, recebemos uma solicitação do Sr. Edison, que se identificou como o Presidente da Bolsa do Estado do Rio de Janeiro, para falar com o Ministro da Fazenda. Solicitei que ele fizesse a solicitação da agenda. Ele o fez. Alguns meses depois de sua solicitação, conseguimos com que o Ministro de Estado da Fazenda o recebesse no Gabinete do Ministério da Fazenda. Não há registro. Eu posso afirmar para o senhor que não foi organizada nenhuma reunião do Ministro da Fazenda com o Banco Prosper ou mesmo com o Sr. Edson na cidade do Rio de Janeiro. Eu sei porque eu faço a agenda do Ministro, inclusive as suas agendas de viagem, e não consta da sua agenda nenhum encontro com o Sr. Edson Menezes no Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse banco Prosper, o senhor já esteve no Banco, no Rio?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Não conheço o Banco Prosper. Conheci o Sr. Edson quando ele esteve em Brasília. Inclusive, quando ele chegou na recepção, ele havia solicitado como Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e quando esteve, chegou na recepção e me deu um cartãozinho do Banco Prosper, de onde ele era, e nós fizemos o cadastro dele como Presidente da Bolsa do Rio de Janeiro e Diretor-Presidente, se não me engano, do Banco Prosper, e foi recebido pelo Ministro para tratar, pelo menos que eu saiba, pelo menos foi a pauta que foi passada, e toda a preparação que nós fizemos, inclusive junto à Secretaria do Tesouro, foi para que o Ministro tratasse dos assuntos relacionados à Bolsa do Estado do Rio de Janeiro, que estava incipiente, naquela época, uma vez que boa parte das suas ações tinha sido deslocada para São Paulo. Estavam reorganizando. Aquilo foi objeto de debate na...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, disse que o mesmo Diretor da Bolsa de Valores é do Prosper? É o Edson? Ou o Edson foi tratar de assuntos da Bolsa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Ele foi tratar de assunto da Bolsa. Ele fazia parte da direção da Bolsa do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E era Presidente do Banco?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E é Presidente do Banco.

O SR. JUSCELINO DOURADO – É Presidente do Banco. Porque as pessoas ocupavam cargo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E ocupava um cargo na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. E havia solicitado uma audiência com o Ministro para tratar de assuntos da Bolsa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque para não ficar...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso, para não ter confusão. É a mesma pessoa, que ocupava duas funções.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está perfeito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou insistir numa coisa. O senhor alegou que o Sr. Buratti nunca se referiu a V. Sª como o Jota.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Na nossa relação pessoal, ele nunca me chamou de Jota.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor admite que ele possa, para efeito de um código de conversa, ele possa ter tratado V. Sª por Jota, não?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu não sei o que responder, Senador, porque...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Principalmente dentro desse assunto aqui de marcar uma agenda.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Porque, nesse caso específico, ele nunca me solicitou audiência com o Banco Prosper. E ele e todas as pessoas com que nos relacionávamos sabiam que temos um procedimento muito rigoroso na questão. Como a demanda

de agenda para o Ministro da Fazenda é muito grande, nós resolvemos adotar um critério que pudesse nos prover de discernimento para atender as diversas demandas. Inclusive, todas as demandas que chegam, às vezes, nós temos que distribuir para que os secretários atendam, isso gera, inclusive, crítica à minha atuação como chefe de gabinete porque as pessoas reclamam muito que pedem agenda, e não conseguimos agendar porque existe uma dificuldade física na agenda do Ministro para poder atender todas as demandas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Buratti nunca se dirigiu a V. Sª para falar sobre o Banco Prosper?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Banco Prosper não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ou outros assuntos de interesse do grupo Peixoto de Castro?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em conversa interceptada no dia 26 de julho de 2004, o Sr. Luiz Pacola... O senhor conhece o Sr. Luiz Pacola, da Leão & Leão, da empresa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – (Tosse.) Só um segundinho, para poder...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não quer uma água?

Não, eu não cheguei nem... Vou fazer agora.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Pode repetir, por favor?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Luiz Pacola, da empresa Leão & Leão, V. Sª conhece esse senhor?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheço o Luiz Pacola, de Ribeirão Preto, e sei que é Diretor da empresa Leão & Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele ligou para Rogério Buratti para falar sobre o negócio de Brasília. Ele respondeu: "Já conversei com ele sobre o assunto. Ele estará em Ribeirão Preto, amanhã. Liga para o chefe de gabinete e marca audiência". No dia seguinte, o Ministro Antônio Palocci esteve em Ribeirão Preto, participando de um evento. Eu pergunto: o Sr. Pacola pediu a V. Sª para marcar tal audiência com o Ministro? E o que era o negócio de Brasília?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, no ano, o Ministro esteve em Ribeiro Preto, para uma seminário empresarial, e todas as vezes que o Ministro vai a Ribeirão Preto, que não são muitas, nós temos uma avalanche de pedidos de pessoas que o conhecem, de empresas de Ribeirão Preto das mais diversas áreas, que gostariam de ter encontro com o Ministro. Todas as vezes que o Ministro foi, o Ministro não teve condições, por conta da agenda, de atender audiências em Ribeirão Preto. E, nesses eventos, obviamente, o Ministro, durante o evento ou após o evento, cumprimentou as pessoas em Ribeirão Preto. E sempre que ele vai, temos uma avalanche de pedidos. Então, diversas empresas de Ribeirão Preto, quando o Ministro foi a Ribeirão Preto para esse seminário – foi um seminário de um dia – solicitou a possibilidade de estar com o Ministro ou antes ou após a realização do seminário. Isso sempre ocorre. Como ocorreu, quando assumimos o Governo, diversas pessoas de Ribeirão Preto queriam vir fazer visita ao Ministro em Brasília. Mas nunca conseguimos organizar uma agenda que não fosse aquela agenda vinculada às ações do Ministério da Fazenda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, e nesse caso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nesse caso, houve uma solicitação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Sr. Pacola?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Da empresa, para saber se o Ministro poderia recebê-los após o evento. E dissemos que não haveria nenhuma agenda disponível para nenhuma empresa, ou antes ou depois desse evento, em Ribeirão Preto. E não há nenhuma agenda depois realizada junto ao Ministério da Fazenda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor sabe – repito – qual é esse negócio de Brasília?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Não sei, Senador. Não faço idéia do que se trata.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem a menor ciência?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Porque nunca passou pelo Ministério da Fazenda nenhum assunto de interesse ou assunto que seja debatido da empresa Leão & Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o relacionamento do senhor com Carlos Eduardo Valente?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Não tenho nenhuma relação com essa pessoa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele foi alguma vez ao gabinete do Ministro. O senhor não o conhece, não é? O Sr. Buratti lhe fez algum pedido referente ao Sr. Valente?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Não, senhor. Não fez nenhum pedido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe o que ele estava negociando no Serpro, em julho de 2004?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não senhor. Apesar de ser Presidente do Conselho do Serpro, não tenho nenhum...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª fez algum pleito a Donizete Rosa, referente a interesse do Sr. Buratti ou do Sr. Valente?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. O interesse...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Donizete é o Presidente da...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. O Donizete é Diretor Superintendente do Serpro. E assumiu o cargo em meados do primeiro semestre deste ano. Então, em 2004, o Donizete não fazia parte do corpo dirigente do Serpro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E nunca lhe fez nenhum...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Buratti nunca fez nenhum...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, com relação...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mesmo em 2004, nunca fez?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Em 2004, a gente...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em 2005?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Em 2005, não. Com relação ao Donizete, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o nível de relacionamento de V. Sª com o Sr. Ralf Barquete?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Tivemos um relacionamento durante o mandato do então Prefeito Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto. Não mais. Não tinha nenhum tipo de relacionamento social com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca manteve relações comerciais?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Nunca mantive relação comercial com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o nível de confiança do Ministro Palocci nele? Como o Sr. Palocci falava nele, evidentemente, quando ele estava vivo?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim, lembro-me da relação do Ministro como Sr. Ralf Barquete, na época da Prefeitura de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Só na época de Ribeirão Preto. Porque o Ralf, depois que veio a Brasília, em pouco tempo adoeceu. Já no ano de 2003, fez uma cirurgia em que foi descoberto o câncer de intestino. Ficou convalescente por um longo período. Voltou à atividade. Mas depois teve uma recaída e veio a falecer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas consta que o Ministro Palocci cogitou o nome dele para Presidente da Caixa Econômica Federal. Houve até uma especulação na imprensa. O senhor sabe disso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os dirigentes da Gtech acusam o Sr. Buratti de tentar extorquir a empresa em troca da renovação do contrato com a Caixa. Eles também afirmam que Buratti era muito bem informado sobre as decisões da Caixa Econômica Federal. O grande número de ligações telefônicas entre o Sr. Buratti e o Sr. Ralf Barquete, durante os meses de fevereiro, março e abril de 2003, leva a crer que ele era um intermediário na direção da Caixa Econômica de seus interesses na renovação do contrato. O Sr. Buratti ou o Sr. Barquete alguma vez comentou com V. Sª sobre esse contrato da Gtech?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. O Rogério nunca tratou comigo a respeito dos contratos da Gtech. Eu não conhecia essa empresa até a época em que saiu o escândalo Waldomiro Diniz. Inclusive, após o depoimento do Rogério, quando ele havia dito que havia tratado com o Ralf sobre esse assunto, eu tive a curiosidade de prospectar, no primeiro semestre de 2003, se o Ministro tinha recebido o Ralf em algum momento. Eu verifiquei em toda a agenda – porque eu não me lembrava – do Ministro Palocci, não há nenhum compromisso do Ministro Palocci com o Sr. Ralf Barquete. E me lembrei de que na época, logo na segunda semana que o Ralf assumiu o cargo da Caixa, até por conta do histórico de relacionamento que ele teve quando o Ministro era prefeito e ele era secretário da Fazenda, ele solicitou uma audiência com o Ministro Palocci. E eu, como faço com todo mundo, perguntei a ele qual era o assunto. E ele disse que eram assuntos relacionados à Caixa. Eu consultei o Ministro e ele pediu que eu adotasse o mesmo procedimento que adotávamos para todas as empresas – o Ministro respeita a estrutura hierárquica das empresas. Ele recebe exclusivamente os presidentes das empresas e só recebe diretor ou vice-presidente acompanhados do presidente da empresa ou por delegação do presidente da empresa.

Então, ele solicitou que à época, mesmo no Ministério da Fazenda, quando o Ministro despacha com os secretários das Pastas; quando um secretário adjunto ou um coordenador tem contato com o Ministro, é acompanhando o secretário ou por delegação do secretário. O Ministro é muito rigoroso no estabelecimento desse relacionamento hierárquico. E eu lembro que, quando comentei com o Ministro que o Ralf Barquete estava querendo uma audiência com ele para tratar de assuntos da Caixa, ele me orientou dizendo para explicar para o Ralf como era o procedimento, que ele deveria tratar, na sua rotina de trabalho sobre assuntos da Caixa, com a estrutura da Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Ralf não comentou com V. Sª sobre o assunto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu praticamente não tive contato com o Sr. Ralf Barquete...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não sabe nem qual era o assunto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, ele só me disse de maneira genérica e respondi a ele que o Ministro havia orientado que os assuntos relacionados à Caixa, no cargo que ele ocupava – foi logo depois que ele assumiu – deveriam ser tratados na Caixa. Ele não me especificou qual era o assunto a ser tratado. Ele disse de maneira genérica e eu respondi de maneira genérica. Não temos nenhum registro, no primeiro semestre de 2003, de compromisso do Ministro Palocci com o Sr. Ralf Barquete.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Buratti, no depoimento a esta CPI, informou que o Sr. Ralf Barquete procurou o Ministro Palocci, nessa oportunidade, para apresentar proposta da Gtech, de pagamento para a renovação do contrato, que poderia a chegar a R$16 milhões de reais. Esse dinheiro, da mesma forma que os R$50 mil mensais da Leão & Leão, seria repassado ao PT. O Ministro teria informado de que não queria intervir na decisão da Caixa Econômica Federal. Pergunto: o senhor tem algum conhecimento disso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, Senador, eu posso afirmar ao senhor, pelo menos das reuniões que tive oportunidade de participar, acompanhar e organizar, que o assunto Gtech jamais foi tratado no gabinete do Ministro de Estado da Fazenda. Jamais. E que, durante esse período, como disse ao senhor, no primeiro semestre de 2003, não há nenhum compromisso que eu tenha organizado, ou de que eu tenha conhecimento, do Ministro Palocci com o Sr. Ralf Barquete.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, o senhor está dizendo que o seu compadre, o Sr. Buratti, mentiu.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não... O que estou fazendo é só uma suposição, Senador, de que o que aconteceu efetivamente no meu trabalho e nas atividades profissionais do Ministro de Estado da Fazenda. Eu não...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que ele falou aqui sobre isso e deu essa informação a esta CPI.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Pelo menos, pelo que ouvi de informação, ele disse que havia falado com Ralf Barquete.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que Ralf Barquete não tinha nenhum acesso ao gabinete do Ministro Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, ele não teve nenhum compromisso com o Ministro Palocci, nesse período, no Ministério da Fazenda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem no gabinete, nem fora do gabinete, não havia?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Organizado e sob a minha responsabilidade, não, Sr. Senador. Se ele teve algum compromisso social, não é do meu conhecimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Relator, o Buratti disse aqui que ele mantinha um certo contato dentro do gabinete do Ministro, com seus assessores, que tinha essa facilidade de acesso. E como V. Sª falou que é muito amigo dele, até ele é padrinho do seu casamento...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Meu padrinho de casamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Seu padrinho. Então, tem muitos anos. E padrinho de casamento é uma coisa muito íntima, devem conversar muitas coisas.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele colocou aqui que conversava muito contigo, dentro, lá no gabinete, inclusive.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim, Senador, mas nunca tratamos a respeito desse assunto Gtech.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nada de assuntos?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. Do assunto da Gtech, nós não tratamos nenhuma vez. Eu fui conhecer essa empresa Gtech, apesar de eventualmente fazer o jogo da Loteria...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Negócios, não?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. A gente não teve...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Negócios, não? Políticas, não?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Hã?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Negócios, não?

O SR. JUSCELINO DOURADO – A gente tratava de maneira geral a questão da política.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dinheiro, não? Mulher?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Eu tenho minha esposa...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que sobre o que conversam dois homens? Política, futebol, mulher, negócios?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conversamos sobre política, mas nunca tratamos de negócios porque eu não tenho mais nenhum tipo de atividade comercial.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Politicamente, sim?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Politicamente, sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dentro do gabinete?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Hã?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Lá dentro do gabinete?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nos encontramos, saímos para conversar fora, eu o recebi dentro, tratamos de assuntos sociais nossos, mas eu posso garantir para o senhor, com toda certeza, Senador, com o respeito que eu tenho a esta Casa, que jamais tratei de negócio com o senhor Rogério Buratti no Ministério da Fazenda e nessa relação que a gente teve depois que eu estive em Brasília.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Lógico que V. Sª tem respeito, nós sabemos disso, até porque exerce função muito grande...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como chefe do gabinete do Ministro da Fazenda, este relacionamento é importante: Congresso com o Executivo, Senado com o executivo. Mas é que as perguntas que nós estamos fazendo é para...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim, eu estou...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...chegar a uma conclusão.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Claro, claro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Até agora, nós temos encontrando muitos mentirosos aqui.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esperamos que esta questão seja mais clara.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Estou aqui disponível para responder quantas perguntas e quais sejam, Senador Garibaldi.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desculpe se eu o deixei constrangido.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, imagina! Não, de maneira alguma!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ficou constrangido ou não ficou?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, de maneira alguma, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sem problema nenhum?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sem nenhum tipo de problema.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está bom, então.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Garibaldi, por gentileza. Doutor Juscelino, só para fixar um assunto e delimitar, porque talvez eu não tenha ouvido com perfeição. Parece-me que o senhor me afirmou há pouco que o Ministro Palocci jamais teria tratado do assunto Gtech no gabinete.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Do que eu tenha conhecimento, das reuniões que fizemos sobre esse assunto, nunca foi pauta do Ministério da Fazenda. Não foi pauta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem por ocasião da renovação do contrato?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. Esse assunto...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ninguém levou a ele esse assunto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Que eu tenha conhecimento, não, Senador. Que eu tenha conhecimento, não. Eventualmente, pode ter tido em alguma reunião com o Presidente da Caixa, mas assim, de assuntos que, eventualmente, das reuniões que eu organizei e coisa e tal, obviamente eu não participava das reuniões dele com o Presidente da Caixa ou coisa parecida, mas não fez parte da nossa pauta de trabalho. Não era de nossa responsabilidade guardar... a renovação de contrato...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quando o senhor fala de pauta, está se referindo à agenda oficial?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Estou me referindo à agenda oficial e à agenda de trabalho. Este

tema contrato Gtech nunca fez parte da nossa agenda de trabalho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois é, é isso que eu quero saber. Quando o senhor fala pauta, é que nunca constou na agenda do Ministro assunto da Gtech?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Nunca despachamos o assunto Gtech...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Com ninguém?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Na nossa agenda de trabalho, nós nunca tratamos disso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem com o Presidente da Caixa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Pois é, é isso que eu estou falando. Eu não sei se, eventualmente, o Presidente da Caixa, nos seus despachos periódicos com Ministro, eventualmente, possa ter tratado. Eu não acompanho os despachos com o Presidente da Caixa, o Presidente do Brasil, que eu imagino que trate dos assuntos pertinentes as suas empresas. Mas eu posso dizer o seguinte: Não era de nossa responsabilidade e não fez parte de nossos processos de discussão e decisão a discussão do contrato Gtech. Não era de nossa responsabilidade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu pergunto, doutor Juscelino, pelo seguinte: porque o senhor afirmou anteriormente que, na sua função institucional, qualquer pessoa, qualquer autoridade, quando pede uma audiência com o Ministro da Fazenda, o senhor procura saber o assunto a ser tratado, não é isso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso, isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E jamais foi solicitado audiência...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nas pautas que foram enviadas pelo Presidente da Caixa...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Nunca constou o assunto Gtech?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Pelo menos, pelo que eu me lembre, não tem, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem o Presidente da...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Tanto que eu nunca ouvi falar desta empresa, até que houve o depoimento na Polícia Federal ou que teve aquela denúncia envolvendo o Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem o Presidente da Gtech?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Ministro nunca esteve com o Presidente da Gtech, nunca recebeu essa empresa no gabinete.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os senhores são muito formais. O Ministro vai me permitir uma coisa. Essas amizades de ouro de Ribeirão Preto ele abandonou todas, não é? Mas eu estou apenas fazendo um comentário, sem querer me aprofundar. Eu apenas acho que a hierarquia era muito rígida e ainda é lá no Ministério da Fazenda. O senhor participou ativamente da campanha do Ministro, conforme afirmou, em 2000, e da campanha de 2002?

O SR. JUSCELINO DOURADO – No segundo turno.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor assinava documento assumindo responsabilidade perante fornecedores sobre despesa da campanha?

O SR. JUSCELINO DOURADO – De qual campanha, Senador?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da campanha de 2002?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não, a minha única função na campanha de 2002 foi na organização de atividades de campanha. Eu não tive nenhuma responsabilidade de coordenação central.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O grupo Leão & Leão...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Relator, ele falou o seguinte: "Qual campanha?" Quer dizer que deve ter alguma. Aí ele repetiu: "Qual campanha?" Existe alguma campanha de que participou?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, eu participo de campanhas eleitorais desde 1986. A primeira campanha de que tive o privilégio de fazer parte – e muito me orgulho – foi a campanha do Senador Suplicy, em 86, candidato ao cargo de governo do Estado de São Paulo. Eu era membro do núcleo do PT da Unicamp, e tivemos oportunidade de organizar inclusive um comício especular para o Senador no ciclo básico, no pátio central da Universidade de Campinas, e, a partir daí, participei de todas as campanhas eleitorais, ajudando, coordenando e fazendo a minha atividade partidária.

Em Ribeirão Preto, não participei da campanha de 92 porque eu era funcionário do diretório estadual do PT e acompanhei todas... Era do comitê, a gente chamava GTE, que era o Grupo de Trabalho das Eleições, em 92, e eu era responsável, junto com o companheiro que a gente chamava o Rochinha, que cuidava da agenda do Presidente a nível nacional, e eu cuidava da agenda do Presidente no Estado de São Paulo e acompanhei as eleições nos 434 Municípios do Estado de São Paulo, do ponto de vista da agenda e da atividade eleitoral.

Participei, em Ribeirão Preto, das campanhas do então prefeito, candidato, não era prefeito, ex-prefeito e candidato a Deputado Federal por mandato dele de 1990 e participei da campanha dele para prefeito no ano de 2000.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Do José Dirceu também?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não, nunca fiz campanha do Zé.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que ninguém mais quer o José Dirceu agora, ficar longe dele? Por quê?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. O senhor sabe que...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – José Dirceu nada.

O SR. JUSCELINO DOURADO – O José Dirceu, conheço o José Dirceu...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas não trabalhou para ele nunca?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Pavan, vamos voltar a palavra para o Relator.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Deixa eu só esclarecer ao Senador Pavan. Senador Pavan, é o seguinte: eu, em 1986, além da campanha do Senador Suplicy, tive o privilégio de participar do núcleo da campanha do companheiro, saudoso companheiro, já falecido, Florestan Fernandes. Nós criamos um núcleo nas universidades para garantir que o companheiro Florestan Fernandes fosse eleito Deputado Federal Constituinte; eram a USP, a Unicamp, a Unesp, a PUC, e nós conseguimos felizmente eleger o companheiro, e conheço o ex-Ministro José Dirceu, conheci em 1986. O José Dirceu, se não me engano, naquela época era secretário-geral do Diretório Estadual do PT de São Paulo, e eu era coordenador do Diretório Central do Estudante de Ribeirão Preto, da Unicamp, e nós estávamos montando naquela época a Secretaria Estadual da Juventude do PT e o I Encontro Nacional de Juventude do PT, em 1986. Eu fui um dos vinte delegados do I Encontro – e tenho muito orgulho disso – de Juventude do PT, em 1986. Então, conheço o Ministro José Dirceu da militância partidária, mas nunca tive nenhuma participação em suas campanhas, mesmo porque tive candidatos que apoiei nas outras campanhas para Deputado Federal e para Deputado Estadual. Mas conheço o ex-Ministro José Dirceu da minha militância partidária, pertencíamos ao mesmo grupo dentro do PT, que na época era Articulação e que depois virou Campo Majoritário. Campo Majoritário é mais recente, naquela época a gente chamava Articulação porque as tendências tinham uma nominação específica. Então tive, sim, a experiência, tive o convívio e tive o aprendizado também na militância política com o ex-Ministro José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Juscelino Dourado, o grupo Leão & Leão tinha contratos com a prefeitura de Ribeirão Preto, sendo um deles com o Daerp, assinado em 2002, no valor de R$41 milhões. Oficialmente, essa empresa doou R$150 mil à campanha do Ministro Palocci a prefeito de Ribeirão Preto, em 2000. Pergunto: quem fazia os contatos com a Leão & Leão para doação de recursos para a campanha do PT, em Ribeirão Preto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Da campanha de 2000 o senhor está falando? Na campanha de 2000, o PT... Sempre que há uma eleição, é constituído um comitê financeiro, que é uma pessoa que é obrigada inclusive a assumir junto à Justiça Eleitoral a função de tesoureiro de partido, e cabia a esse comitê fazer todas as atividades que pudessem gerar recursos para a campanha eleitoral, inclusive o contato com as empresas que iam fazer a doação para a campanha eleitoral. Não me recordo, mas parece-me que a empresa doou R$100 mil – não tenho o número absoluto porque não fui tesoureiro. E a doação que a empresa fez foi uma doação oficial e que consta da declaração das contas prestadas junto ao Tribunal Regional Eleitoral.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa empresa doou recursos em caixa dois?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não que eu tenha conhecimento, Senador. Fizemos uma campanha... o Ministro naquela época – e isso é tradicional das suas campanhas, ele sempre foi muito cuidadoso com a dinâmica financeira das suas campanhas, sempre tivemos e ele sempre disse que é muito agradecido à população de Ribeirão Preto; ele tem uma capacidade de fazer campanha em Ribeirão Preto muito grande, pelo nível de atividade política que o Ministro sempre exerceu, o Ministro sempre morou na cidade de Ribeirão Preto, sempre militou na cidade de Ribeirão Preto. Essa é a primeira vez que o Ministro se ausenta da sua cidade natal, vindo para cá em função do cargo de Ministro de Estado da Fazenda que teve de assumir. E o Ministro sempre foi muito rigoroso na estrutura financeira das suas campanhas; isso é resultado de um reflexo da sua própria vida pessoal.

Então, eu acredito que isso não tenha acontecido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rogério Buratti informou a esta CPI que a Leão & Leão pagava um mensalão à Prefeitura de Ribei-

rão Preto de R$50 mil; que esse dinheiro era recebido por Ralf Barquete e repassado para Delúbio Soares. Pergunto: O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não. Nunca ouvi falar nessa história e conhecendo o Ministro Palocci como conheço, não acredito que isso tenha acontecido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que o Sr. Buratti mentiu de novo?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, Senador, compreendo a situação em que o Rogério se encontrava no momento do seu depoimento. Eu estava de licença médica em Ribeirão Preto – eu tenho problema crônico renal, eu produzo, deliberadamente, de maneira muito intensa, cálculo renal –, porque tive uma crise de cálculo renal e, na segunda-feira dessa semana, tive que fazer uma litotripsia –, mas eu estava em repouso em Ribeirão Preto quando da prisão do Rogério Buratti, e pude acompanhar, até porque a imprensa local cobriu de maneira muito intensa. Então eu compreendo a situação em que ele se encontrava no momento do seu depoimento.

Mas repito para V. Exª: desses treze anos que convivo com o Ministro Palocci, conhecendo a sua conduta, conhecendo a sua vida pessoal, uma vida absolutamente regrada e seus cuidados todos na sua atividade política e na sua atividade profissional, não acredito que isso tenha acontecido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que ele foi coagido?

O SR. ENRICO GIANELLI – Olha, Senador, tomei algumas decisões. Primeiro, por conhecer o Rogério, tentei não fazer nenhum tipo de juízo de valor do seu ponto de vista moral, mas eu acho assim...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas por conhecer o Rogério, agora ...

O SR. ENRICO GIANELLI – Compreendo a situação na qual ele se encontrava, inclusive, relatou com precisão... Se V. Exª me permite, sábado passado, estava lendo a **Folha de S.Paulo** – e aí quem não leu acho que merece a leitura – e tem um artigo do Dr. José Carlos Dias, em que me senti contemplado com a análise que ele fez do que ocorreu em Ribeirão Preto. É um artigo que quem não teve a oportunidade de ler, deve fazê-lo. Porque eu, particularmente, fui muito contemplado. Ele faz um tratamento, uma análise do que ocorreu em Ribeirão Preto, do comportamento de todos os atores que estavam lá e que eu me senti absolutamente contemplado.

Então eu compreendo a situação de uma pessoa que foi colocada num uniforme de presidiário, que foi filmado com intensidade, desde a sua prisão até o momento do seu depoimento; que prestou depoimento algemado e com toda a pressão que sofreu, eu tento estabelecer um parâmetro de compreensão da situação psicológica e o estado moral em que ele se encontrava naquele momento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, V. Exª me permite um aparte?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com todo respeito ao senhor, sei que o senhor é uma pessoa educada, tenho muito boas referências que foram transmitidas a seu respeito, mas o Buratti teve duas situações. Ele veio aqui e mentiu com muita tranqüilidade, até fazendo pouco caso de alguns questionamentos que recebeu. Foi desrespeitoso, em princípio. Por isso a polícia, o Ministério Público pediram a prisão cautelar dele, por razões que estavam no inquérito. Aí ele, talvez constrangido – qualquer um de nós que passar um dia na cadeia... Porque o bandido já está acostumado, vai para descansar, tirar férias, ter uma boa alimentação, um bom tratamento, recuperação médica e tudo. Mas houve outra situação. Ele, depois, constrangido? Até acredito, mas ele veio aqui sem constrangimento algum, Senador. V. Exª o interpelou e ele repetiu. Só respondeu. Alguns questionamentos quase convincentes, de pressão, foram feitos pelo Senador Tião Viana: que ele dissesse que o homem era um homem de bem – eu também não coloco isso em dúvida. Mas ele depôs aqui sem nenhum tipo de constrangimento e confirmou tudo o que havia dito à polícia, que chegou ao nosso conhecimento.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, com todo o respeito...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só estou falando isso, porque essa é uma repetição que vem acontecendo do ele falou, no início do depoimento aqui, que ele viu, de uniforme de preso, algemado e tal. Então, ele ficou constrangido, mas falou. Aqui ele disse que não tinha nenhum constrangimento, repetiu o que ele falou.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero fazer um aparte para responder ao Senador Romeu Tuma. No dia em que ele depôs nesta CPI, o debate todo aconteceu em função da presença do Ministério Público nesse recinto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas ele disse que não tinha constrangimento com o Ministério Público.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, ele disse que não tinha constrangimento, mas todos nós ressaltamos, naquele dia, que o Ministério Público tinha todo

o direito, como já foi dito, de estar presente. Achávamos que o Ministério Público iria declinar do convite para participar. Os jornais estamparam em manchetes grandes que, na verdade, o Ministério Público estava pensando em prender novamente o Buratti naqueles dias. O Ministério Público estava dizendo que queria prender novamente o Sr. Buratti e, ao mesmo tempo, estava diante dele. Essa situação não está bem explicada. Lamentamos novamente que isso tenha acontecido dentro desta CPI.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Se me permite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Quero apenas responder ao Senador Romeu Tuma, com todo o respeito que tenho por ele. Trabalho com o Ministro Palocci há treze anos. É um grande privilégio poder acompanhar os desafios do Ministro. Conheço sua atividade ética no seu trabalho profissional. Não tenho relação social com o Ministro, além da nossa relação de trabalho. Temos vida social distinta. Sempre tentei preservar isso, para que tivéssemos vidas distintas. A nossa relação é uma relação de trabalho. Nossos compromissos são aqueles que conduzem o nosso trabalho. Mas o pouco que esses treze anos me permitiram conhecer do Ministro Palocci, o Ministro nunca teve negócios na sua vida, nunca quis ter negócios na sua vida. Isso sempre nos tentou, a nós que sempre trabalhamos muito perto dele, a embutir isso na nossa cabeça. Já que estávamos exercendo uma função pública, era necessário que mantivéssemos um padrão de conduta. Acho que nós, que duramos tanto tempo perto dele, conseguimos nos aproximar até mesmo da sua conduta. Ele nunca foi uma pessoa apegada a bens. O Ministro Palocci tem uma casa em Ribeirão Preto para onde sonha retornar. Exerceu sua profissão de médico. Nunca aspirou a mais do que isso. Dado esse histórico de convivência e da sua conduta, não acredito que essa história da *(inaudível)* tenha acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que se fala é que ele pretende ser candidato a Presidente da República, ou o senhor não acredita que ele pense nisso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, Senador, nós nunca tratamos desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele é tão modesto que quer voltar a ser médico? Veja que não há essa modéstia toda. Não está pensando assim. Bom, V.Sª o conhece mais do que eu.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Garibaldi, não quero ser inconveniente, mas quero retornar ao assunto ao qual o Senador Flávio Arns se referiu para dar outra interpretação. Creio que os fatos falam mais do que qualquer interpretação possível. Aqui ficou patente o fato de que o Sr. Buratti de forma alguma se sentiu constrangido.Até porque se ele tivesse se sentido, de alguma forma, abalado com a presença do Ministério Público ou se sentido constrangido, creio que era um direito dele, inclusive, propor que esta Comissão se reunisse em caráter reservado, e isso não partiu dele, prova maior de que não houve, de fato, todo esse constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL –PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ao Sr. Juscelino Dourado: tendo em vista essa denúncia do Sr. Rogério Buratti, ele também disse aqui que havia outras denúncias com relação ao Ministro Antonio Palocci em Ribeirão Preto. O senhor também ouviu falar dessas denúncias?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, Senador, durante o processo político, acho que todo mundo que teve uma experiência no Executivo, em especial, o embate, principalmente na Prefeitura, é um embate muito duro com a oposição, com as forças locais e com os diversos movimentos.

Então, nós travamos já várias batalhas nos dois governos, tanto dentro do Legislativo, com a oposição, quanto na cidade. Então, eu posso dizer para o senhor que nós temos uma larga experiência de fazer os debates sobre os diversos assuntos polêmicos ou não-polêmicos, nos dois governos que o Ministro Palocci teve à frente e nunca nos omitimos ou fugimos do debate. Sempre acho que tivemos a capacidade de esclarecer, da maneira mais respeitosa possível. O Ministro Palocci sempre teve uma conduta de muito respeito – acho que até mesmo esta Casa é testemunha, os Senadores que não fizeram parte da base de apoio do Governo –, o Ministro Palocci sempre manteve uma relação muito fraterna e respeitosa, e isso não é do Ministro Palocci Ministro...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu protesto, uma vez não aconteceu isso.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Peço desculpas ao Senador, mas infelizmente não testemunhei. Mas isso não é do Ministro Palocci Ministro. O Ministro Palocci sempre teve esse tipo de conduta, como vereador, inicialmente, como médico sanitarista, depois como Vereador, como Deputado Estadual, fez muitos amigos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Estou falando que tenho muita simpatia por ele, acho que ele é uma pessoa de bem, mas comigo houve...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Peço desculpas, mas sempre tentamos tratar V. Exª com o maior respeito que o senhor e esta Casa merecem.

Da conduta como Deputado Estadual, como Prefeito, como Deputado Federal, acho que alguns dos senhores, não sei se tiveram a oportunidade de participar com ele na Comissão de Reforma Tributária, sempre tivemos muito respeito para o debate e enfrentamos vários deles. Acredito que nenhum deles deixou dúvidas sobre o tipo de conduta que nós adotamos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB –RN) – Qual o nível de relacionamento do senhor com o Sr. Wilney Barquete?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheço o Wilney porque fomos companheiros de governo no início do segundo governo do Ministro Palocci. Ele era Presidente da Companhia de Habitação de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes V. Sª conversou com ele, de 2003 até hoje, aproximadamente, seja por telefone, seja pessoalmente?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, por telefone não me recordo de ter falado com ele, mas em Ribeirão Preto, por não ser uma cidade tão grande, lembro-me de ter encontrado com ele, eventualmente, em *shoppings*, padarias, porque vivemos na mesma região da cidade. Então, Ribeirão Preto, apesar de ter 550 mil habitantes, é uma cidade muito segmentada, é uma cidade segmentada socialmente. Como a gente vive na mesma região da cidade, tive oportunidade de encontrá-lo, eventualmente, em padarias, *shoppings centers*, cinemas, mas, não mais do que isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª sabe quem o levou para ocupar cargo de destaque na Leão & Leão, depois de ele sair e deixar a Prefeitura?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, o Vilnei, pelo que tenho conhecimento, e da época que ele participou do governo comigo, ele já tinha pertencido aos quadros da empresa. O Vilnei entrou no segundo governo do Ministro Palocci, na composição com o PMDB. Tínhamos uma coligação de oito partidos e o PMDB tinha entre seus quadros o Vilnei e o indicou como engenheiro, com experiência na área de construção, para ocupar o cargo de diretor-presidente da Cohab.

Na época, nas nossas reuniões de secretário e nas reuniões que tínhamos na Prefeitura, ele me disse uma vez que já havia pertencido aos quadros da empresa. Quando saiu da Cohab, nas reorganizações que a gente fazia de reforma administrativa, ele retornou à empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu nível de relacionamento como o Sr. Vilibaldo Faustino Júnior, dono da empresa Vilimpress Indústria e Comércio Gráfico Ltda?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Vilibaldo é dono da Empresa chamada Vilimpress, é uma das principais gráficas da cidade de Ribeirão Preto. Vilibaldo também foi Presidente do Rotary de uma das principais regiões de Ribeirão Preto, é um militante rotariano bastante ativo e, durante a Prefeitura, nós tivemos muita atividade com os clubes de serviço, o Lyons e o Rotary. E o Vilibaldo, por ser presidente também de um clube de serviço importante, que era o Rotary, chegou até o cargo de Governador, acho que essa é a nominação que tem dentro do Rotary, teve participação em vários programas que a gente fez com os clubes de serviço, mas ele é proprietário de uma das principais gráficas da Cidade de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor confirma que, nas campanhas de 2000 e 2002, assinou duplicatas ou teve boletos bancários emitidos em seu nome referentes a impressos feitos por aquela empresa para as campanhas do PT?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu agradeço, Senador, a oportunidade de responder a essa pergunta, que, inclusive, foi objeto de várias matérias jornalísticas. Em 2002, na campanha presidencial, todo o material de campanha foi produzido centralizado, ou seja, a distribuição de material da campanha presidencial era feita através do comitê, em São Paulo. Na campanha de 2000, nós fizemos uma cotação entre as gráficas e fizemos, majoritariamente, os materiais de campanha da campanha de Prefeito do então candidato Palocci, na Gráfica Vilimpress. As notas de prestação de serviço constam da prestação de campanha do então candidato a Prefeito, Palocci. Esse foi o último trabalho que a gente fez lá. Terminada a campanha, nós tivemos um episódio muito chato com o Vilibaldo porque, encerrada a campanha, ele acusava um saldo devedor da nossa campanha junto a sua gráfica e, pela nossa contabilidade de campanha, esse saldo devedor não existia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E era de quanto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Em torno de 30, R$40 mil, não me lembro o valor exato. E isso foi objeto de vários debates, de reuniões, até acaloradas e não muito gentis do ponto de vista de ele querer cobrar essa dívida, a qual nós não reconhecíamos. Eu fui surpreendido um tempo depois, ao receber na minha casa um boleto bancário, descontado em um dos bancos da cidade de Ribeirão Preto, eu não me lem-

bro o valor, e me dirigi à empresa e cobrei explicação do que que era, uma vez que eu não havia contratado nenhum serviço em meu nome naquela empresa. E ele me disse que havia emitido o boleto bancário, no sentido de caucionar a dívida que a gente tinha deixado da campanha de 2000. E eu disse para ele não aceitava esse tipo de situação, mas como nós, algum tempo depois, conseguimos chegar num acordo com ele, que a gente conseguiu demonstrar mediante o planejamento de nossa campanha que o saldo devedor não existia, esse assunto, eu dei pelo menos como extinto, um assunto que não havia existido, apesar de todo o contratempo que ele havia em mim gerado, uma vez que eu nunca... E como também não tive nenhum título protestado, tive o cuidado de fazer levantamento em cartório porque eu tinha muito...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem pagou os boletos?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Os boletos, pela informação que eu tenho, eles foram anulados, ou seja, eles foram...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foram anulados?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Foram. Na verdade, ele pediu ao banco que... porque ele descontava isso no banco, pelo que me falou. Esses boletos não foram quitados nem saldados, eles foram... não sei qual que é o termo bancário exato, eles não foram...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor assinou diversas duplicatas?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não assinei duplicata nenhuma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não assinou duplicata?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não, eu não era tesoureiro da campanha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tanto na campanha de 2001 quanto na de 2002...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, 2002...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...referente a empréstimo do PT feito na Villipress.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, em 2000, a campanha, pelo menos a campanha presidencial, todo material era feito centralizado em São Paulo, e havia uma central de distribuição de material e que a gente distribuía. Eu não me recordo, pelo menos não foi de minha responsabilidade, nenhuma produção de material na campanha de 2002 para Presidente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eram emitidos boletos bancários referentes às duplicatas que eram quitadas pelo próprio Vilibaldo.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, o que eu disse para o senhor é o seguinte: é sobre esse remanescente da dívida do ano de 2000, que foi objeto de uma série de reuniões e que durou um certo tempo, até nós chegarmos num acordo com ele que, de fato...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foram emitidas notas fiscais em nome da Leão & Leão?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em valor maior que os serviços realizados?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, para a nossa campanha, a Empresa Leão & Leão fez a doação oficial para a campanha. Esses recursos foram utilizados como originários de doação da Leão & Leão e de outras empresas da cidade para pagar as despesas da campanha. Essas notas todas foram faturadas para a campanha e pagas com cheques oficiais assinados pelo tesoureiro da campanha, e nenhum outro material utilizado na campanha de 2000 foi pago de outra maneira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Leão & Leão pagava o valor total à Vilimpress, que devolvia a diferença em dinheiro a V. Sª?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, isso não é verdade, Senador, isso não é verdade. Isso não ocorreu de maneira alguma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Excelência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É pertinente ao assunto. O senhor se referiu a um boleto que seria um acerto de contas.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Na verdade, como havia esse passivo acusado pelo dono da gráfica, sobre o qual ficamos um bom período debatendo com ele sobre a existência ou não, conseguimos demonstrar para ele que, nas ordens de serviço que ele nos mostrava, havia duplicidade de material, porque, pelo nosso controle, não havia esse saldo devedor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu entendi.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Aí, quando, no meio do debate com ele sobre essa dívida remanescente, fui surpreendido em minha residência ao receber um boleto bancário que era emitido por essa empresa. Eu questionei, dizendo que eu não havia contratado nenhum serviço nessa empresa que pudesse originar aquele boleto bancário. Ele me disse que, como ele tinha compromisso com fornecedores e funcionários, ele não podia ficar eternamente esperando que saldássemos o saldo devedor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, Sr. Juscelino. Minha dúvida é porque o senhor inicialmente se referiu exatamente a um boleto e, no decorrer da sua exposição, o senhor se referiu aos boletos.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Ele me disse depois, ao encerrar, que esses boletos nunca venceram, porque eu os substituía por outro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quais boletos? O senhor se referiu a um que lhe foi imputado, que não era devido.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Foi ele que me deu e disse: "Esses boletos nunca venceram. Quando ele tinha um prazo de vencimento, eu o substituía por outro".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A cada vencimento era substituído por um outro. Eles sempre venceram.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim, mas foram cancelados, eles não foram quitados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, o senhor conhecia os boletos. Se o senhor os substituía, o senhor conhecia.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não era eu que substituía, Senador. Ele me disse que ele fazia a substituição no banco, porque a empresa que desconta o boleto no banco, não é a duplicata. Pelo que eu tenho conhecimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas tem que corresponder à nota fiscal.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso, eu concordo com o senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele não pode anular e fazer outra e outra. Ele pode prorrogar o vencimento.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Concordo com o senhor plenamente. Posso dizer para o senhor que não existe nenhum serviço dessa empresa prestada a minha pessoa nesse período.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, era frio o boleto. No seu ponto de vista, não era fria a nota, mas o boleto.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que era feito com esse dinheiro recebido da Leão & Leão? Não há nenhum dinheiro recebido pela Leão & Leão. Nunca recebi recursos da empresa Leão & Leão diretamente nem via terceiros.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nega que tenha...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nego completamente. Quando eu entregar minha movimentação financeira, o senhor vai constatar que, de fato, isso nunca existiu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu nível de relacionamento com o Sr. Donizete Rosa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Donizete foi meu companheiro de governo durante os dois governos, no primeiro governo do Prefeito Palocci. Donizete é de Ribeirão Preto, era Presidente do Diretório Municipal do PT.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele ocupava cargo no governo?

O SR. JUSCELINO DOURADO – No primeiro Governo do Ministro Palocci, ele começou no governo como Diretor Superintendente do Daerp – Departamento de Água e Esgotos. O Donizete é funcionário de carreira da Cetesb. Após o episódio que culminou com a saída do Rogério Buratti da Secretaria de Governo, o Donizete Rosa ocupou o cargo de Secretário Municipal de Governo. Eu era adjunto na época, trabalhamos juntos na Secretaria de Governo e, no final de 1995, meados de 1995, o Donizete foi ser Diretor-Presidente da Companhia Telefônica de Ribeirão Preto, da qual eu era Diretor. Então, também tivemos oportunidade de trabalhar juntos na Ceterp. No segundo governo do Prefeito Palocci – Donizete já eleito vereador pelo segundo mandato; foi eleito em 1996, depois, em 2000, foi eleito novamente –, ele foi convidado pelo então Prefeito eleito Palocci para ser Secretário Municipal de Governo. Ocupou a Secretaria Municipal de Governo, e eu era Secretário da Casa Civil. Então, nós dois compartilhávamos, juntamente com o Prefeito Palocci, a coordenação de Governo. Daí, surgiu novamente uma relação de amizade. Conheço e convivo com Donizete Rosa na cidade de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor possui dólares?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Talvez eu possua alguns trocadinhos de troco de viagem, algumas notas de US$1,00, de US$5,00 e de US$10,00 que devem ter sobrado em algum lugar das viagens que eu fiz. Mas não tenho, infelizmente, a capacidade de poupar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador. O senhor sabe que nós brincávamos muito com a nota de R$2,00, que já existe. Mas, infelizmente, o Tesouro americano ainda não emitiu a nota de 2 nem de...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já fez remessa de recursos para o exterior?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Nunca fiz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Adquiriu ou constituiu empresa no exterior?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem ou teve participação em empresa no exterior?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Temos informações de testemunha que ouviu o senhor falar com Donizete Rosa que a diferença em dinheiro paga pela Villimpress seria convertida em dólares.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Essa testemunha não está dizendo a verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que o senhor tem a dizer a respeito?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Essa testemunha não está dizendo a verdade, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor viajou para o exterior alguma vez entre outubro de 2002 e hoje?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Viajei. Eu fiz três viagens para o exterior de 2002 até hoje. Eu tive oportunidade, no ano de 2003, fiquei uma semana com minha esposa em Aruba, num evento. Depois, em julho de 2004, nas minhas férias, estive com minha esposa em Cancun, numa viagem paga em 10 vezes e, depois, tive oportunidade de participar de um evento organizado, inclusive, com o apoio do Governo brasileiro e do Governo da África do Sul, na África do Sul, em setembro do ano passado. Então, essas foram...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece Carlos Cachoeira?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Só pelos jornais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o professor Denivaldo Henrique de Almeida Araújo?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Ontem, compartilhamos a salinha ali, foi o único contato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas só o conheceu aqui?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Só aqui.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheci o Waldomiro no exercício da função de Subsecretário de Assuntos Parlamentares. Eu, como chefe de gabinete do Ministério da Fazenda, mantive contatos profissionais e telefônicos com ele na época, em 2003, por conta das demandas parlamentares.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor participou do grupo de trabalho criado para estudar a regulamentação do jogo do bingo no Brasil?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor, não participei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Sr. Waldomiro Diniz despachou alguma vez com o Ministro Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não me lembro, Senador. No Ministério da Fazenda, não. Eventualmente...

O SR. (Orador não identificado) – Não, só no Ministério da Fazenda.

O SR. JUSCELINO DOURADO – No Ministério da Fazenda, não me recordo, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o relacionamento do senhor com o Sr. Delúbio Soares?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheci o Delúbio no PT, exclusivamente como tesoureiro do PT. Não tive nenhum tipo de relação com ele.

O SR. (Orador não identificado) – O senhor foi alguma vez à direção estadual do PT?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Na estadual, em São Paulo? Sim, fui funcionário, inclusive.

O SR. (Orador não identificado) – Na nacional.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Na nacional, freqüentei o Diretório Nacional pela última vez durante a campanha eleitoral de 2002. Depois disso, fui uma vez ao escritório de Brasília, numa reunião de petistas membros do Governo organizada pelo Diretório Nacional, no Edifício Varig.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Buratti afirmou nesta CPI que os bingos de São Paulo repassaram um milhão para a campanha do PT e que o Sr. Ralf Barquete foi quem arrecadou esse dinheiro. V. Sª conhece esse fato?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nunca tive conhecimento desse assunto, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem conhecimento de financiamento de campanha do PT ou de outro partido feito por empresários de jogos?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Tendo sido citado, não sou membros desta CPI, e tenho que retornar à outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma alegria para esta CPI a presença de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu gostaria de aqui dar meu testemunho de que me recordo, sim, da menção feita pelo Sr. Juscelino Dourado de que, em 1986, ali, com os estudantes da Unicamp, ele ajudou na organização de um comício que foi muito bem sucedido, com grande entusiasmo da militância.

Em 1986, disputavam o Governo do Estado de são Paulo Orestes Quércia, que, inclusive, tinha sua origem, dentre outros lugares, também de Campinas, porque havia sido um político da região; Antônio Ermírio de Moraes, Paulo Maluf e eu. Quércia foi eleito, e eu fui o quarto colocado, com 10% dos votos. E se formos considerar um aspecto do ponto de vista dos recursos que, naquela época – e aí Juscelino Dourado vai poder relembrar...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Isso era no tempo do PT pobre, não é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Era o tempo em que, sobretudo, com base na militância entusiasmada de pessoas como Juscelino, nós fazíamos campanha. Eram excelentes tempos, Sr. Presidente. Então, quero dar o meu testemunho.

Mas também sobre outro aspecto, posso aqui dizer que, primeiro, eu tenho tido, ao longo destes anos, um excelente relacionamento com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Muitas vezes dialoguei com S. Exª, procurei-o e estive em seu gabinete. Às vezes, até percebia a dificuldade do chefe de gabinete Juscelino Dourado, porque eu ligava insistentemente – a minha chefe de gabinete –, solicitando oportunidade de diálogo. Ele sempre me informou o quão difícil estava sendo e tudo mais. Mas, eventualmente, eu estive lá e conversei algumas vezes. Troquei idéias sobre a política econômica. Fizemos, inclusive, reuniões com economistas. Levei meus amigos para trocar idéias, dentre outros, Paulo Nogueira Batista Júnior. Tivemos conversas prolongadas sobre temas a respeito dos quais gostamos de dialogar.

Eu gostaria de dar o meu testemunho sobre o procedimento sempre tão sério do Ministro Antonio Palocci e do próprio chefe de gabinete dele. Estou de acordo com o que ele aqui mencionou: eu nunca vi o ministro Antonio Palocci referir-se – e aí acho que posso dizer também de Juscelino Dourado – a interesses privados de qualquer segmento da economia ou de empresas que pudessem significar qualquer coisa que desrespeitasse o propósito de defender o interesse público.

Então, era apenas esse testemunho que gostaria de dar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e volte sempre à nossa CPI. V. Exª será sempre bem-vindo, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, como primeiro orador inscrito. Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita. E depois, Senador José Jorge e Senador Tião Viana, na ordem. Depois, V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, como também está aqui presente o ex-prefeito José Ivo Vannuchi, que é da equipe do Ministro Palocci, afirmo que tudo o que disse é extensivo a ele, a respeito de todos os procedimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – As palavras de V. Exª são extensivas a toda a equipe, Senador Suplicy.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu não tive o prazer de ouvir o Relator, daí, provavelmente, poderei incorrer em algumas falhas nas minhas perguntas, mas V. Exª pode dizer que isso já foi respondido e eu pararei na hora.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Se precisar responder novamente, eu responderei, Senador, com o maior prazer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não gostaria de repetir perguntas, mas, de qualquer maneira, agradeço a sua gentileza.

O Globo publicou uma nota sobre V. Sª no sentido de que, em depoimento no Ministério Público de Ribeirão Preto, uma testemunha o acusou de operar um esquema ilegal de financiamento de campanha do PT, em 2002. O esquema teria sido usado na compra de material e propaganda para candidatos a deputados estaduais e até presidente, na região. Não sei se foi perguntado. Se não foi, está feita a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A pergunta já foi feita, Sr. Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na realidade, o nosso Relator não está querendo deixar espaço para ninguém.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª já foi sócio de Rogério Buratti em qualquer empresa, como a Editora Gráfica, na empresa W. Way ou já operaram alguma vez no mercado de jogos?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador Efraim, se me permite, gostaria de responder ao Senador, por mais que já tenhamos tratado do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Gostaria de gentilmente responder ao Senador, porque acho que, como membro importante desta Comissão, gostaria de esclarecer a todos, independente de estar presente anteriormente ou não. Eu fui sócio do Rogério uma única vez quando, no ano de 1997, fomos sócios numa franquia de uma provedora de Internet, na cidade de Ribeirão Preto, que compramos e depois não desfizemos o negócio, e não fui sócio dele em nenhuma outra empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas o senhor era muito amigo dele; ele aqui declarou isso.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim, sou amigo do Rogério. Continuo amigo do Rogério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Amigo de muita intimidade.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheço o Rogério há 15 anos, é meu padrinho de casamento, mantivemos relações sociais, as nossas famílias se conhecem...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas nem por isso o senhor o ajudou no problema da Caixa Econômica com a Gtech?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, esse assunto nunca foi tratado no Ministério da Fazenda, Senador. Nunca tratamos. Não conhecia a empresa Gtech até o surgimento do então escândalo Waldomiro Diniz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer que ele nunca procurou V. Sª sobre isso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sobre esse assunto nunca tratamos, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mesmo nos inúmeros telefonemas – 49, se não me engano.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não me lembro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas sabia que o Buratti trabalhava na Gtech?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não sabia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não sabia?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não saiba. Inclusive depois que aconteceu o escândalo é que...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele o enganou? Escondia, então, essas informações?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Hã?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Buratti escondia essas informações de V. Sª?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não discutia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele não lhe contava?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sobre a Gtech ele nunca contou.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então não foi um amigo fiel?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, eu acho que das coisas que interessavam ao nosso relacionamento, acho que sempre foi um amigo fiel. Isso não fez parte da nossa relação nestes 15 anos. Então acho que do que tocou na nossa relação, nossa convivência, eu o tenho como amigo. Amigos, geralmente são todos amigos; aqueles que são infiéis não são amigos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Ministério da Fazenda participou do Grupo Interministerial criado na Casa Civil sobre a legalização dos bingos?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei lhe dizer com precisão porque não participei, Senador. E não me lembro...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas o Ministério da Fazenda, no qual V. Sª é chefe de gabinete, participou?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não participei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não é o senhor, é o Ministério da Fazenda.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso não sei dizer ao senhor, porque não me lembro do decreto que criou o grupo de trabalho. Imagino que sim, mas não me recordo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. *Fora do microfone.*) – Não constava da sua agenda? Não teria que estar na sua agenda?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não teria que estar, porque quem organiza os participantes dos grupos de trabalho é a Secretaria Executiva. Na verdade, o Ministro, e quando há decretos ou portarias que constituem grupos de trabalho, o Ministro é signatário. Geralmente são portarias interministeriais, e ele é signatário. Então, a minha função nesse caso é colher a assinatura do Ministro no documento, e cabe a operacionalização ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer, V. Exª não conhece esse assunto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não senhor, não participei de nenhum grupo de trabalho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas também não nega que o Ministério da Fazenda participou do Grupo?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu posso verificar e encaminhar para o senhor a portaria ministerial que criou... Assumo esse compromisso com o senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a resposta. Muito obrigado.

Provavelmente, já lhe perguntaram sobre Denivaldo Henrique Almeida, não? O senhor não o conhece?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não conhece Denivaldo Henrique Almeida?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Não por esse nome.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. *Fora do microfone*) – Não conhece o Professor Henrique?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Professor Henrique, não. Nunca tive um professor com esse nome.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele era conhecido, é que ele não ensinava essas matérias normais.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Não conheço, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em conversa interceptada em 26 de julho de 2004, o Sr. Luiz Pacola, da empresa Leão & Leão, célebre, ligou para Buratti para falar sobre negócio de Brasília. Buratti respondeu nos seguintes termos: "Já conversei com ele sobre o assunto, e ele estará em Ribeirão Preto amanhã. Liga para o Chefe de Gabinete e marca a audiência." No dia seguinte, o Palocci esteve em Ribeirão. O senhor não marcou esse encontro?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não senhor. De fato, houve um seminário empresarial em Ribeirão Preto, do qual o Ministro Palocci fez parte; o Ministro Furlan também esteve nesse seminário – recordei-me depois. Foi um seminário amplamente divulgado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas o senhor não recebeu um telefonema...?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Recebi um telefonema, senhor...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... do Buratti?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Rogério nunca pediu essa audiência. E toda vez que o Ministro Palocci vai a Ribeirão Preto – e isso é natural por ter vivido a sua vida toda lá – ocorrem inúmeras chamadas de empresas, pessoas que querem ter cinco minutos com o Ministro, os famosos cinco minutos com o Ministro. E nós nunca conseguimos organizar uma agenda de despacho do Ministro Palocci nos eventos. Ele, obviamente, por conta do conhecimento das pessoas participantes do evento, geralmente cumprimenta as pessoas pessoalmente, tem rápidas falas, em pé, de conversa, mas nunca foi marcada nenhuma audiência, em especial nesse último, mesmo porque ele estava acompanhado do Ministro Furlan, para a empresa Leão & Leão e para qualquer outra empresa nesse evento. Foi um evento com muita repercussão na região.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Bom, V. Sª não desconhece a M&M Consultoria? Desconhece?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nunca ouvi falar, Senador. Ouvi falar aqui depois, quando teve o depoimento e saiu no jornal a existência da M&M Consultoria, mas nunca tinha ouvido falar. Nunca. Imagino que a maioria das pessoas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas conhece Walter Santos Neto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Também não?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Também não. Não conheço, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Conheceu o Sr. Ralf?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheci; fomos companheiros de governo. O Ralf foi Secretário da Fazenda do então Prefeito Palocci, quando eleito para o seu segundo mandato e assumiu em 1º de janeiro de 2001, e eu era Secretário da Casa Civil. Então, fomos companheiros de governo, e tive relação profissional com o Ralf, nunca tive relação social com ele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E Waldomiro Diniz, nosso célebre?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheci o Waldomiro Diniz no exercício da minha atividade como chefe de gabinete, ele era Subsecretário de Assuntos Parlamentares. E falei com ele durante o ano de 2003, tratando de assuntos pertinentes ao seu trabalho e ao meu trabalho, o trabalho dele junto ao Congresso Nacional, junto à Casa Civil, e eu como chefe de gabinete do Ministério. A nossa relação foi exclusivamente para lidar de assuntos profissionais.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Antonio Carlos, V. Exª me permite? É pertinente ao assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, é um prazer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – E, antes desse período, o senhor não conheceu o Sr. Waldomiro, ele que tinha uma militância no PT muito contemporânea com a sua?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, nunca tinha ouvido falar do Waldomiro Diniz, mesmo porque minha militância sempre foi no Estado de São Paulo. Então, o Waldomiro Diniz, não tenho conhecimento de ele ter militado no Estado de São Paulo. E mesmo nos fóruns que participei durante a minha militância no PT nunca tive conhecimento de Waldomiro Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor Waldomiro militou em São Paulo; ele inclusive participou de uma campanha do José Dirceu lá em São Paulo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ele era assessor de José Dirceu.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, mas não tive oportunidade...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ele morou na mesma casa do José Dirceu.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não tive oportunidade de conhecê-lo, não. Conheci Waldomiro Diniz já no governo, como Subsecretário de Assuntos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Bem, eu evidentemente teria outras perguntas a fazer, mas reservo-me para o final. Quero tomar conhecimento das perguntas do Relator, porque desejo ainda fazer algumas questões.

O SR. JUSCELINO DOURADO – À disposição, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª se reinscreve.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Juscelino Dourado, antes de mais nada, queria esclarecer dois pontos: primeiro, de quem é a autoria da convocação do Sr. Juscelino? Enquanto faço a próxima pergunta, gostaria que a assessoria me desse a resposta.

Cheguei um pouco atrasado à Comissão, mas percebi o senhor afirmando que não havia se valido de qualquer pedido de proteção judicial. Não é isso? Quero parabenizá-lo por isso. Também por outra razão: esta CPI e as demais acabam tendo um papel didático, não só para os Parlamentares, como para a população brasileira, que está atenta ao que se passa. A sua presença aqui desmistifica muita coisa. Por exemplo – e aqui não vai nenhuma crítica, mas um registro de constatação –, o PT pretendeu inovar aqui, pelo menos no Senado, onde eu me encontro, o fato de que autoridades, presidentes de empresa etc. jamais poderiam ser convocados aqui, porque isso seria uma ofensa enorme. Então, lembro-me aqui de reações quase histéricas de Parlamentares do PT quando, por ventura, nós, pelo vício do hábito....

O SR. JUSCELINO DOURADO – Inclusive o Delúbio Soares. Lembro-me de quando eu fiz um requerimento convocando o Sr. Delúbio Soares para falar sobre um projeto de dízimos e fui fragorosamente derrotado na Comissão de Constituição e Justiça, em 2003, se não me engano. Perdi de 14 a 5 – um negócio assim. Isso, para o Delúbio Soares, que não era nenhuma autoridade; era só o Tesoureiro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois é. Então, eu presenciei cenas de quase histeria de Parlamentares do PT achando uma ofensa mortal uma autoridade, seja quem fosse, comparecer ao Congresso ou ao Senado, na forma de uma convocação. E, aqui, fomos forçados, constantemente, a converter requerimento de convocação em convite – veja V. Sª –, porque o PT jamais admitiu que um fato desse pudesse ocorrer. Então, a sua presença aqui acaba contribuindo para que os trabalhos de uma CPI se tornem inclusive didáticos nesse ponto de vista. Não há qualquer ofensa no comparecimento de ninguém. Pelo contrário, V. Sª está aqui na condição de testemunha, para prestar esclarecimentos. Eu até perguntaria a V. Sª: doeu?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Eu tenho um extremo respeito a esta Casa e a todas as Casas do Legislativo com as quais eu tive a oportunidade de manter convivência – a Câmara de Ribeirão Preto, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Para mim, foi um ato natural vir aqui e coloco-me à disposição desta Casa e das demais Casas Legislativas e poderei vir quantas vezes forem necessárias para tratar de qualquer assunto que seja do meu conhecimento e do interesse desta Casa. Eu compreendo que, na minha função pública, eu tenho esse tipo de compromisso em poder ajudar, colaborar e auxiliar a esclarecer todas as demandas, não só do

Legislativo mas como de companheiros do Executivo ou como de qualquer outro cidadão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Claro.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Inclusive, quando nós chegamos ao Ministério da Fazenda – e isso eu trouxe da experiência de Ribeirão Preto –, nós tínhamos uma preocupação muito grande sobre qual era o padrão de informação que nós prestávamos não só para o cidadão mas para todas as estruturas que demandavam informações para o Ministério da Fazenda porque, geralmente, as estruturas do Executivo são muito débeis e pouco ágeis para prestar informações ou esclarecimentos como um todo. Então, eu fui surpreendido porque, felizmente, o Ministério da Fazenda já tinha uma Ouvidoria. Nós tentamos reorganizar da melhor maneira possível e, sempre, no Gabinete do Ministro da Fazenda, nós sempre prezamos por dar um atendimento de qualidade. Infelizmente, nós nem sempre conseguimos atender às demandas das pessoas ou conseguimos encaminhar aquilo que as pessoas queriam, mas a resposta e principalmente o comportamento ao atender as pessoas deveria ser o mais respeitoso possível. E eu tenho o maior respeito por esta Casa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Exato. Isso faz bem, Sr. Juscelino. E quando falo do efeito didático do seu comparecimento e de outras pessoas aqui é porque, em se tratando de um País de extrema injustiça como o nosso, constatamos que faz bem para a democracia, para a prática democrática, para o aperfeiçoamento democrático do País que nós cumpramos, cada um, com a sua obrigação, inclusive constitucional.

Sr. Juscelino, à proporção que os Senadores vão se manifestando, as perguntas vão sendo formuladas e, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, não nos cabe aqui ficar repetindo porque isso não leva a nada. Mas eu ainda teria umas duas ou três perguntas a lhe fazer.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Por favor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pouco tempo antes daquele episódio em que apareceu o Sr. Waldomiro na televisão confessando-se propineiro, ladrão, o Governo – e isso está na imprensa – havia anunciado que iria mandar para o Congresso Nacional um projeto regulamentando o jogo. Não sou eu que estou dizendo isso; o Governo mandou anunciar – isso é público e notório. Eu pergunto a V. Sª: na sua função institucional, por acaso, o senhor testemunhou o envolvimento do Ministro Antonio Palocci na construção desse instrumento jurídico que poderia vir para o Congresso Nacional?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Não testemunhei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Em nenhum momento?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Em nenhum momento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor não tem conhecimento? O senhor não testemunhou e nem tem conhecimento...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não tenho conhecimento...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ... do envolvimento do Ministro Palocci nessa construção?

O SR. JUSCELINO DOURADO **– Não, nessa construção, não. Não sei em que nível... Assumi o compromisso com o Senador Antonio Carlos Magalhães de conseguir a portaria que criou o grupo interministerial e posso, inclusive, indicar as pessoas que, eventualmente, possam ter representado, formalmente, o Ministério da Fazenda.**

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O Ministério da Fazenda. Pois não. Diga-me uma coisa, Sr. Juscelino, o senhor tomou conhecimento formalmente do relatório de auditoria feito pela Caixa Econômica a respeito do contrato com a Gtech?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele não foi enviado ao Ministro?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não foi enviado. Pelo menos, pelo que eu me lembro, que tenha passado formalmente por mim, não me lembro, Senador. Mas posso verificar porque o volume de documentos que entra, via Gabinete do Ministro, via protocolo, é bastante significativo e posso estar cometendo algum tipo de falha ao não me recordar desse documento especificamente. Mas posso levantar a informação de se foi corretamente protocolizado no Ministério da Fazenda e encaminhar essa informação a V. Exª. Mas não tenho essa informação...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quer dizer que, formalmente, esse relatório, segundo o senhor está dizendo, jamais foi enviado ao Ministro da Fazenda?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não estou dizendo isso, Senador. Estou dizendo que não me recordo de ter passado por minhas mãos esse relatório. Como passa um volume de informação e de documentos muito grande...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu lhe pergunto isso, porque o assunto Gtech – e o senhor mesmo reconheceu isso, não é? –, logo

depois da aparição do Waldomiro, não sai mais do imaginário popular e da mídia, não é isso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Mas assumo o compromisso com o senhor de verificar se houve a entrada desse relatório, que dia foi, porque eu, infelizmente, de memória, não saberia afirmar ao senhor o dia da entrada dele, mas assumo o compromisso com o senhor e lhe envio...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUSCELINO DOURADO – *(Fora do microfone. Inaudível.)* da Fazenda.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse é o maior contrato que a Caixa Econômica tem com uma empresa. Eu entendo que, se esse contrato tivesse chegado até o Ministério da Fazenda, onde a Caixa está subordinada, V. Sª teria conhecimento dele, como chefe de gabinete do Ministro e uma pessoa que é bem informada. O que nos deixa aqui preocupados é saber que, possivelmente, esse contrato não teve o conhecimento do Ministro para que fosse assinado, vamos assim dizer, homologado.

A minha pergunta é a seguinte: se não foi para o Ministério do Sr. Palocci, ele poderia ter ido, então, para que fosse autorizado, para o chefe da Casa civil?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não imagino, Senador, mesmo porque os contratos da Caixa Econômica Federal são autorizados por voto da Diretoria da Caixa Econômica Federal...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas o Ministro não toma conhecimento de nada que acontece na Caixa? Tudo o que acontece lá o Ministro desconhece?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é verdade. Ele conhece. Então, é evidente que, se ele toma conhecimento, é natural – é um um raciocínio que estou fazendo – que ele também tomou conhecimento, acompanhou essa negociação que existiu entre a Gtech e a Caixa Econômica. Eu, pessoalmente, não acredito que o Ministro Palocci deixasse que a Caixa Econômica fechasse esse assunto com a Gtech para, depois, ele ser informado. Eu, sinceramente, pela importância e pelo valor desse contrato, o raciocínio natural é que o Ministro Palocci deu a palavra final para o fechamento dessa questão; ou foi a Casa civil.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, o que posso lhe afirmar é que, das reuniões de que tenho conhecimento, eu nunca tive conhecimento do assunto Gtech sendo tratado no Gabinete do Ministro. Eventualmente – isso eu não posso afirmar com precisão –, possa ter sido tratado via presidente da Caixa ou qualquer outra pessoa. Mas, que eu tenha conhecimento, esse assunto nunca passou pela pauta de trabalho do Gabinete do Ministro da Fazenda, mesmo porque os contratos que são assinados pela Caixa Econômica Federal não dependem de autorização do Ministro da Fazenda, esse tipo de contrato de serviço, e...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, mas não é autorização; estou dizendo conhecimento. A minha questão não é autorização.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, aí não sei te dizer. Não tenho conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª já falou que é a Diretoria que...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. É um voto de diretoria que... E essa diretoria presta as contas ao Conselho de Administração da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que estou estranhando é que o Ministro, estando a Caixa subordinada a S. Exª, não tenha conhecimento de um contrato desse valor. Estou estranhando isso. V. Sª também não sabe de nem uma vez que o Ministro Palocci tenha ido até a Caixa Econômica?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Lembro que o Ministro Palocci esteve duas vezes na Caixa Econômica Federal, que me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Logo no início do Governo.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Participamos de um almoço com toda a diretoria da Caixa, em que estava o Presidente e todos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não falaram em Gtech nesse almoço?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Esse foi um almoço que o Ministro fez em todas as empresas. Fizemos no Banco do Brasil, fizemos na Caixa, com toda a vice-presidência da Caixa. Depois, tivemos uma solenidade da qual, inclusive, participou o Presidente da República. O Ministro recebeu, por diversas vezes, o Presidente da Caixa para reuniões de trabalho, como recebeu o Presidente do Banco do Brasil e, obviamente, deve ter tratado de assuntos específicos da Caixa Econômica Federal.

Mas não é do meu conhecimento que o assunto Gtech tenha sido tratado no gabinete do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª. Senador, desculpe-me interromper.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Esse fato justamente causou estranheza ao Senador Efraim, mas me causa muito mais estranheza o Ministro supostamente não ter tomado conhecimento do relatório de auditoria feito no contrato firmado entre

Caixa Econômica e Gtech, que aponta graves irregularidades e aponta a existência e a evidência de prejuízo vultoso para a instituição Caixa Econômica Federal.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, nesse caso, se o senhor me permite, o que afirmei para o senhor foi o seguinte: por se tratar de um documento que chegou num leque de diversos documentos que são dirigidos ao gabinete do Ministro – cujo volume não é pequeno, por mais que tenhamos uma central em que já os organizamos e distribuímos anteriormente para os Secretários –, vou verificar se esse documento deu entrada e informo ao senhor e ao Presidente da Comissão para que conste das respostas às argüições feitas pelos senhores nesta reunião. Assim que estiver presente em meu gabinete no Ministério da Fazenda, vou solicitar à minha assessoria que identifique o mais rápido possível, para que a gente possa prover tanto o senhor quanto o Presidente da Comissão, dessa informação para que não sobre nenhum tipo de dúvida sobre a remessa ou não-remessa desse documento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agradeço.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Por se tratar de um documento, infelizmente não posso afirmar com precisão para o senhor, mas assumo esse compromisso, como assumi com o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mais duas perguntinhas só. Qual foi a sua função na campanha do PT de 2002 e a função do Ministro Palocci na mesma campanha?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Ministro Palocci assumiu, logo após a morte do saudoso Prefeito Celso Daniel, a Coordenação de Programa de Governo da campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele compatibilizou, no primeiro semestre, com sua ação de Prefeito e, a partir de agosto de 2002, licenciou-se do cargo de Prefeito de Ribeirão Preto e se dedicou exclusivamente à campanha do Presidente Lula até o término do segundo turno.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Dedicou-se...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Exclusivamente à campanha do Presidente Lula, e assumiu, então, o Vice-Prefeito Gilberto Maggioni a vaga de...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quando o senhor disse "assumiu exclusivamente a campanha do Presidente Lula"...

O SR. JUSCELINO DOURADO – O trabalho na campanha do Presidente Lula, como coordenador do Programa de Governo e membro da coordenação geral da campanha do Presidente Lula.

Após o término do segundo turno, o Prefeito reassumiu, porque terminou sua licença. Mas, na época da formação da equipe de transição de Governo, o Presidente Lula esteve em Ribeirão Preto, quando inauguramos a estação de tratamento de esgoto da cidade, e pediu licença à população, porque ia solicitar que o Prefeito Palocci renunciasse ao seu cargo de Prefeito para assumir a coordenação da equipe de transição. Depois, o nomeou.

Então, o Prefeito Palocci renunciou logo depois, umas duas semanas após o segundo turno.

Quanto a mim, após o término do primeiro turno, o Ministro Palocci me convidou, e eu me afastei dos cargos que ocupava na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto para auxiliá-lo no trabalho de organização das atividades de campanha, ou seja, na organização das atividades, em especial no interior de São Paulo. Por conta da minha experiência de ter coordenado a campanha dele de Deputado Federal e de Prefeito, fiquei organizando as diversas ações, porque foi um segundo turno que, em especial no Estado de São Paulo, foi muito duro. A disputa com o então candidato Serra foi muito dura no Estado de São Paulo e exigiu uma capacidade de mobilização muito grande, porque se tratava do maior colégio eleitoral do País.

Ausentei-me e, depois, quando ele assumiu a coordenação de Governo, fui convidado por ele para assessorá-lo durante a transição de Governo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor diria que o Ministro Palocci, desde então ou talvez um pouco antes, é um companheiro, de certa forma, íntimo do Presidente da República?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, eu sei o seguinte: a relação de trabalho com o Presidente da República é muito intensa. O Ministro tem muita agenda no Palácio do Planalto não só com o Presidente...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Digo naquela época, antes de 2002, no decorrer de 2002, formou-se ali uma amizade sólida, uma camaradagem grande?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Acho que sim. O Ministro Palocci teve uma militância muito intensa na região de Ribeirão Preto, sempre foi membro das direções do Partido, do Diretório Estadual, do Diretório Nacional.

Na época, em 2002, o Ministro Palocci era membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Quando foi convidado para coordenar o programa de Governo, ele era Prefeito. Foi eleito membro quando era Deputado Federal. Então, ele participou da chapa que ganhou, pelo menos proporcionalmente, assento no Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Participou como coordenador de campanha.

Em 1998, ele foi coordenador da campanha da Marta à Governadora de Estado.

Em 2002, ele participou da coordenação da campanha do Presidente Lula. Ele era coordenador do programa de Governo e participava da coordenação-geral da campanha eleitoral.

Depois, o Presidente Lula o convidou para ser coordenador do processo de transição, quando ele teve atividade intensa não só com o Presidente Lula, mas com toda a equipe do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O que eu estranho, Sr. Juscelino, é o seguinte: não resta dúvida de que o Ministro Palocci, já há muito tempo, tem uma relação de camaradagem partidária e talvez até pessoal com o Presidente da República, com o José Dirceu, com a cúpula do PT, digamos assim.

O que me parece absolutamente estranho é o fato de o Ministro Palocci não ter nenhum conhecimento, pelo que consta – e sequer talvez imaginar –, toda essa movimentação financeira que agora grudou no PT. Para sermos educados e polidos, poderíamos chamar de, pelo menos, atípica essa movimentação toda, essa coisa escabrosa que estamos vendo.

Parece-me muito estranho que se tente passar a imagem de que o Ministro Palocci não tinha conhecimento. Isso já vem rolando há muito tempo, não é? Descobriu-se agora, mas é coisa que já vem de campanhas anteriores, uma movimentação absolutamente atípica, como eu disse, para ser educado.

O Ministro Palocci foi coordenador de campanha, companheiro leal, amigo íntimo, confidente do Presidente da República, e estabeleceu, por sua vez, tratativas com Presidentes de outros partidos. Um dia desses, Valdemar Costa Neto disse, no Congresso, que acertou a participação do Partido dele com o Presidente da República por R$10 milhões. Se eu fosse o Ministro Palocci, na época, eu ia querer tomar conhecimento dessa informação. Eu ia querer saber que história é essa. Na época, se eu fosse o que ele foi e ainda é para o Presidente da República, eu diria: "Que história é essa? De onde vamos tirar essa grana para pagar o Partido?"

Então, parece-me muito estranho o fato de o Ministro Palocci não ter absolutamente conhecimento nenhum. Se fosse o *office-boy* do Diretório Nacional do PT, desconfio até que ele poderia saber de algo, porque *office-boy* sabe de tudo, às vezes, sabe coisa do arco da velha. Mas um alto dirigente, pessoa da responsabilidade de um Palocci, coordenador de campanha da Presidência da República não tomar conhecimento de fatos como esse é, de fato, algo que nos deixa pensando, é algo que nos deixa estarrecidos.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Vou tentar colaborar com o senhor para diminuir sua estranheza. O Ministro Palocci – pelo menos, do que tenho conhecimento – nunca ocupou função executiva no Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas dizem que o PT decidia tudo em reunião.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Era o coletivo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que mais nos admira é que o PT era tido – V. Sª deve...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, vamos deixar o Senador Geraldo Mesquita falar para que conclua.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas eu acho que é pertinente!

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não tem problema. Por favor.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Exª deixou todo o mundo falar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fale, Excelência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É perseguição. Nós somos companheiros, vizinhos de Estado. É o seguinte: na realidade, o PT é um Partido que antigamente se dizia que, quando o PT ia assumir o Governo, todo o mundo ficava preocupado, como eles iam tomar decisão, por conta do excesso de reunião. Muita gente escreveu sobre isso, e V. Sª lia. Depois que apareceu esse escândalo, dá impressão de que Delúbio fazia tudo sozinho. É muito difícil para a gente acreditar nisso, porque Delúbio era um funcionário, ele não era nem um dirigente. Ele era pago. Esse é que é o problema. Não regulamenta isso.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, se V. Exª me permite...

O SR. (Orador não identificado) **–** *(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – Não sei do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é ele solicitando audiência?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pelo menos esse pedido está documentado, não é? Porque às vezes tem...

O SR. (Orador não identificado) **–** *(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sr. Senador, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) **–** *(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei do que se trata, Senador.

O SR. (Orador não identificado) **–** *(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – Deve ser isso.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sinceramente, eu não sei do que se trata. (Risos.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª, apenas para esclarecer o Plenário...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Uma coisa é uma coisa, e uma coisa muito estranha isso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É uma coisa desagradável

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Trata-se do Deputado ou não?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu gostaria de saber o teor desse negócio aí.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu acho que nem foi.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É um negócio esquisito isso.

O SR. (Orador não identificado) – É um cartão de um presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transporte, em que ele dá o telefone dele e diz que tem informações...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Tem o quê?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheço a pessoa, Senador, fique à vontade de...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – José Felinto, presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Hidroviários e Aéreos. Diz o seguinte: "Caro Dourado, quero ajudá-lo. Tenho informações importantes. Meu celular é: (061) 8138.9232...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso é vigarice.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "... me chame para conversarmos pessoalmente".

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso é vigarice.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, não conheço a pessoa que deixou o cartão...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou deixar claro que foi recebido à vista de todos, se encontra aqui e que...

O SR. (Orador não identificado) ***– (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)***

O SR. JUSCELINO DOURADO – ... e está à vista de todos, porque não tenho conhecimento do que se trata, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com certeza. Senador...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Juscelino tem a palavra.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu até imaginei que fosse algum membro da Casa que eu não conhecesse. Desculpe eu ter interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, de forma nenhuma, não há nenhum problema.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, aqui não tem essas figuras não. Isso aqui...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador Geraldo Mesquita Júnior, só para colaborar com V. Exª, o Ministro Antonio Palocci nunca ocupou função executiva no Diretório Nacional. Ele foi Presidente do Diretório Estadual. Na campanha de 2002, ele não teve nenhum tipo de função de tesouraria. O Ministro Palocci coordenava o programa de Governo e, como função de coordenador de programa de Governo, ele fazia não só...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito silêncio. Nós estamos com... O depoente está falando. Solicito da imprensa o entendimento de que nós precisamos da cooperação dos senhores. V. Sª tem a palavra.

O SR. JUSCELINO DOURADO – E não só era responsável por elaborar todo o conteúdo que faria parte do programa de ação do Presidente Lula, mas também de coordenar os grupos de trabalho de discussão setorial. Então, essa era a função dele. Ele não tinha a função de tesouraria na campanha do Presidente Lula. E, quando o Presidente Lula o convidou para ser Ministro da Fazenda - eu me lembro de que a gente conversou, já no finalzinho da transição; antes de iniciar o Governo, ele já tinha sido anunciado como Ministro da Fazenda -, ele, para o nosso grupo que trabalhava com ele, disse que, até por conta das funções que assumiria a partir de 1º de janeiro, ele não via nenhuma perspectiva - e queria repassar esse sentimento para a gente - de ter qualquer tipo de projeto partidário ou eleitoral a partir de 1º de janeiro. Que todo o trabalho dele, todas as energias, todo o tempo disponível dele seria dedicado exclusivamente à função de Ministro de Estado da Fazenda.

Então, ele se ausentou desde 1º de janeiro de 2003 de qualquer atividade partidária, de qualquer responsabilidade partidária, e se dedicou, exclusivamente, de maneira dedicada, exaustiva, ao trabalho de Ministro de Estado da Fazenda. E, por experiência de quem trabalha com ele durante 14 horas, 15 ho-

ras, 16 horas por dia, seria humanamente impossível ele querer abraçar outras causas que não fossem as causas de Governo e da missão de Ministro de Estado da Fazenda.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A gente estava falando aqui que *office boy* sabe de muita coisa. Houve um aqui que depôs na Promotoria Cível de Ribeirão Preto e que afirma, com relação à emissão daqueles boletos sobre os quais o senhor já esclareceu parcialmente aqui, que o mesmo procedimento teria sido adotado em relação à Villegraf e à Feedback. São outras duas empresas que emitiam...

O SR. JUSCELINO DOURADO – É a mesma empresa. Na verdade, pertencem ao mesmo grupo. É uma subsidiária. A Feedback é uma empresa que pertence a esse grupo. Sei porque é uma empresa de Ribeirão Preto, e ela só faz fotolitos e tem essa gráfica como cliente. Como eles fizeram um investimento muito grande em equipamento, eu tive oportunidade de conhecê-la, na época em que a gente fez a triagem das gráficas que iriam fazer o nosso material da campanha em 2000. E eles se especializaram em fazer fotolitos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor nunca recebeu e sequer pagou qualquer boleto emitido por...?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu nunca tive serviço pessoal prestado nessa gráfica. Contratamos durante a campanha e todas as notas foram emitidas em nome da campanha e pagas...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Definitivamente, nenhuma despesa de campanha foi cobrada de V. Sª pessoalmente, pessoa física, ou quitada por V. Sª? Ou seja...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Como esclareci da outra vez, após o término da campanha, foi levantado um passivo a descoberto, ou seja, uma dívida de campanha que era acusada pela gráfica, que a gente dizia que não existia pelos nossos controles.

Fizemos uma dura discussão com a gráfica, em que a gente tentava demonstrar para ele que essa dívida tinha sido quitada e que havia uma duplicidade nas contas dele, porque, pelo controle que a gente tinha na campanha, o que tinha sido feito tinha sido pago, tinha sido faturado, pago devidamente. Praticamente não tinha sobrado dívida na campanha de 2000. E essa dívida a gente não reconhecia como dívida. E aí fizemos vários debates, discussões inclusive ruins, porque era uma pessoa que era conhecida da cidade e que fui surpreendido, algum tempo depois, com a chegada de um boleto na minha casa. E eu já expliquei que fui tratar dele, e ele me disse que, como ele tinha compromissos com fornecedores, com funcionário, então ele não podia ficar esperando a gente eternamente saldar essa dívida, que ele falava que tinha, e a gente falava que não existia. E que ele resolveria.

Depois, a gente conseguiu chegar a um acordo. Segundo ele, ele desistiu de cobrar. Para nós, conseguimos demonstrar para ele que essa dívida não existia. A gente demonstrou que havia duplicidade, que havia material que estava sendo cobrado e que já tinha sido pago, porque nós tínhamos as notas fiscais, comprovando a real impressão e pagamento. Nós tínhamos cópia dos canhotos de cheques, cópia dos cheques, que a gente tirava para depois prestarmos conta perante a Justiça Eleitoral. E a gente liquidou o assunto. Para mim, esse era um assunto superado e resolvido.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu queria fazer um comunicado aos Srs. Senadores. A Assessoria da Mesa do Senado Federal comunicou que, apurados os votos dos dois vetos, o veto foi derrubado com 61 votos NÃO no Senado Federal e 370 votos NÃO na Câmara dos Deputados. Veto relativo ao aumento do funcionário público federal do Poder Legislativo.

Tem a palavra o nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agora, finalmente V. Exª resolveu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª sabe da estima que tenho por V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sem dúvida.

Sr. Presidente, nós temos três linhas de investigação nesta CPI em relação a essas questões que o depoente vem falando aqui, o Sr. Juscelino Dourado. Em primeiro lugar, em relação a sua atuação pessoal, a uma série de matérias que ele teria que explicar; em segundo lugar, em relação a, vamos dizer assim, o Palocci Ribeirão Preto; e, em terceiro lugar, o Palocci Brasília.

Em relação à questão individual do Sr. Juscelino Dourado, eu gostaria de fazer as seguintes perguntas.

Sr. Juscelino Dourado, alguns órgãos de imprensa têm noticiado que o Ministro Palocci estava apenas esperando que essa crise diminuísse para retirar V. Sª da chefia de gabinete; ele já comunicou isso a V. Sª?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, sendo muito sincero com o senhor, no ano passado, quando estourou a crise com Waldomiro Diniz e o meu nome foi citado pela primeira vez, eu o procurei, até por dever de lealdade ao Ministro Palocci e sabendo que ele era

conhecedor da minha relação de amizade com Rogério Buratti. Pois bem, eu o procurei, no começo do ano passado – acho que em fevereiro do ano passado –, e disse-lhe que estava inteiramente à disposição dele e que, se ele achasse que a minha presença em seu gabinete gerasse qualquer tipo de constrangimento ao seu trabalho, eu colocaria o meu cargo à disposição e assim o faria todas as vezes em que ele achasse que essa situação estivesse ocorrendo.

Ele me disse que essa situação não lhe gerava nenhum tipo de constrangimento, e todas as vezes em que ocorreram esses episódios, em que o meu nome veio à tona, em especial da semana passada para cá, tenho conversado diariamente com o Ministro Palocci e dito a ele que... Por exemplo, a minha família mora em Ribeirão Preto. Tenho duas filhas pequenas; a caçula tem três anos de idade. Por diversas vezes, ela já me ligou de madrugada querendo saber por que eu não estava em casa. Essa é uma situação que gera em mim muita...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Tensão.

O SR. JUSCELINO DOURADO – ... tensão e sacrifício. Independentemente disso, eu tinha disposição e tenho trabalhado constantemente durante esse período todo. Mas eu queria lembrar ao Ministro Palocci que, se em algum momento ele se sentisse constrangido por todas essas histórias, por todo esse tipo de notícia que sai no jornal, eu estaria completamente à disposição para abrir mão das minhas funções, do meu cargo, e retomar minha atividade pessoal, profissional, na cidade onde a minha família reside, Ribeirão Preto.

Eu disse isso a ele por diversas vezes, e ele sempre me pediu para ter tranqüilidade, porque já enfrentamos diversas batalhas juntos, diversos debates juntos. Ele não via nenhum tipo de razão para eu me ausentar desse cargo.

Continuo e reafirmo aos senhores que tenho a tranqüilidade de dizer que me dediquei, esses anos todos, ao meu trabalho; não perdi os melhores anos da minha vida. Dediquei-me, durante esse período todo, ao Ministério da Fazenda, com muito prazer, e acho que fui muito dedicado e muito seguro nas minhas ações no Ministério da Fazenda.

Não tenho nenhum tipo de...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Constrangimento.

O SR. JUSCELINO DOURADO – ...constrangimento de sair e não acho que isso signifique assumir nem verdades, nem mentiras, nem culpas, nem nada.

Acho que vivemos um processo político. Apesar de eu ter 39 anos, já são 20 anos que estou nessa lida. Sabemos que existe um ritual e um procedimento, e sempre fui muito aberto a esse tipo de coisa, pelo tipo de formação que tive, pelo tipo de experiência profissional.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, em resumo, nem ele pediu para V. Sª sair nem V. Sª pretende sair?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu coloquei o meu cargo à disposição dele...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu sei.

O SR. JUSCELINO DOURADO – ...por diversas vezes. Assim que ele achar necessário, poderá falar: "Juscelino, acho que você já cumpriu seu ciclo de atividade no Ministério da Fazenda. É melhor...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª sair.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Terei a maior tranqüilidade para ausentar-me do Ministério da Fazenda, sem nenhum tipo de apego.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A segunda pergunta refere-se também a uma questão pessoal relativa a uma matéria do jornal **Correio Braziliense**, de segunda-feira, que fez uma extensa matéria, colocando em dúvida, de certa maneira, a evolução do patrimônio de V. Exª.

Evidentemente, quero perguntar o seguinte: V. Exª respondeu ao jornal? Pretende responder? Pretende processar o jornal? A notícia é verdadeira ou não?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Na verdade, Senador, essa matéria é muito interessante, porque o jornal se refere a informações que constam da minha declaração de imposto de renda que entreguei em abril deste ano. Na verdade, o jornal faz um jogo de números. A maioria dos números que está na reportagem foi retirada da minha declaração de imposto de renda, que será entregue a esta Comissão. Eu fiz questão de não responder aos jornais, a essas matérias todas, desde antes de ontem, porque eu não queria antecipar nem gerar nenhum tipo de debate que pudesse aliviar qualquer tipo de situação nesta Comissão. Eu queria vir a esta Comissão para esclarecer todas essas dúvidas. Na verdade, tenho a perfeita tranqüilidade da minha evolução patrimonial, dos meus rendimentos, das minhas despesas, da confirmação de todas elas, tanto que afirmei, no início desta reunião da Comissão, que vou disponibilizar, por meio do meu advogado, toda a minha movimentação bancária de 2001 para cá, entregar todas as minhas declarações de imposto de renda, porque, na verdade, tive o meu sigilo...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quebrado.

O SR. JUSCELINO DOURADO – ...fiscal quebrado pelo jornal. Não vem ao caso saber como. Até pode ser objeto de eu argüir de onde ele conseguiu isso. Mas não pretendo ter nenhum tipo de atitude, porque a gente já passou por esse tipo de debate com

a imprensa e sabe que, em momentos como este, é preciso ter muita tranqüilidade e serenidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu também creio que processar o jornal ou fazer algo desse tipo não vale a pena. Mas, responder ao jornal, penso que sim.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim, mas eu queria responder aqui primeiro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Porque, até agora, só lemos a versão do jornal. É preciso que V. Sª explique...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas, como saiu ontem, que era o dia...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não. Saiu segunda-feira.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Foi segunda-feira que saiu? Foi ontem, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Foi ontem?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Foi ontem. E, como ontem era o dia em que eu viria à Comissão, eu estava escalado para falar nesta Comissão ontem às 11h30 da manhã. Li o jornal por volta de 9h da manhã.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E o jornal ouviu V. Sª em algum momento para publicar a matéria?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Não ouviu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em nenhum momento o procurou?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu tenho informação do jornal que ele me procurou na segunda-feira à noite. Na segunda-feira à noite, eu estava no Ministério da Fazenda, numa reunião de trabalho com o Ministro Palocci. Eu estive no Ministério da Fazenda até às 21h30.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Está bom.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Só para encerrar, Sr. Senador, num momento de crise como esta – já passamos por outros Governos e quem participou de Governo Municipal..., em Ribeirão há muitos jornais e rádios –, quando há esse tipo de coisa, temos que ter muita tranqüilidade, cautela e serenidade, porque a gente não pode exaltar-se como, às vezes, se exalta a imprensa.

Então, tenho muita tranqüilidade. Viria ontem aqui para responder. Respondi hoje aos senhores e vou prestar as informações aos senhores. Em qualquer fórum, prestarei essas informações e, se o jornal ainda entender que é necessário que eu envie informações a ele, farei com a maior tranqüilidade e naturalidade, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois, não.

Há outra pergunta: V. Sª participa de algum desses conselhos de empresa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Participo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Aqui, no PT, tem sido muito usado esse conselho de empresa para aumentar o salário das pessoas que vêm de fora. Inclusive, esse Sr. Marcelo Sereno, quando saiu do cargo que ocupava, ganhou, como prêmio de consolação, três conselhos de empresa, que lhe davam um salário de R$38 mil. Aliás, foi o Sr. Ivan Guimarães.

O Sr. Henrique Pizzolato também, e tinha um salário de R$46 mil. E, pelo que ele falou aqui, parecia não ter nível nem para ser síndico de um prédio grande – só daquele tipo caixão. E ganhava R$46 mil.

V. Sª recebia algum desses conselhos também?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sr. Senador, conforme eu já tinha afirmado, sou Presidente do Conselho Diretor da empresa Serpro. A empresa Serpro é do Ministério da Fazenda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu sei.

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Ministério da Fazenda tem quatro assentos no Conselho Diretor, e a Presidência do Conselho Diretor é de membro indicado pelo Ministério da Fazenda. Então, ocupo a vaga, representando o Ministério da Fazenda no Conselho do Serpro e sou Presidente do Conselho.

E ocupo a vaga de membro do Conselho de Administração da Caixa Vida & Previdência. O Ministério da Fazenda sempre teve uma vaga. A Caixa tem algumas vagas no Conselho, e sempre há uma vaga do Ministério da Fazenda. Eu ocupo uma vaga do Ministério da Fazenda e ocuparei essas vagas enquanto ocupar o cargo de Chefe de Gabinete de Estado do Ministério da Fazenda. A partir do momento...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E quanto V. Sª recebe?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu recebo, no Serpro, líquido, em torno de R$1.400,00 por mês, que é o que a gente ganha no Conselho. E, na Caixa Vida & Previdência, recebo em torno de R$4.900,00, que, junto com o meu salário de Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, me dá uma renda total de R$11.500,00.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em empresa privada, V. Sª não ocupa nenhum cargo?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Eu ocupei, até o ano passado, até o começo deste ano, uma vaga no Conselho de Administração da Cosipa. A Cosipa, quando da sua privatização, manteve algumas ações em poder do Estado. E, no Conselho de Administração da Cosipa, havia um representante dos trabalhadores e um representante do Ministério da Fazenda. Então,

quando eu assumi o Ministério da Fazenda, fui ocupar essa vaga na Cosipa e ocupava o cargo de Presidente do Conselho Diretor do Serpro.

A Cosipa fechou seu capital no começo deste ano, ou seja, comprou todas as ações que não eram de propriedade dos acionistas majoritários – inclusive as ações da União – e fechou o seu Conselho, ou seja, tornou-se uma empresa de capital fechado. Eu saí do Conselho da Cosipa, em que eu representava o Ministério da Fazenda, e passei a ocupar um cargo no Conselho de...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Outra pergunta: V. Sª conhece o Sr. Wladimir Poleto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Wladimir Poleto trabalhou na Prefeitura de Ribeirão Preto. Ele era um dos diretores ou coordenadores de área do Secretário Municipal da Fazenda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Há uma notícia de que ele adquiriu ou alugou uma mansão aqui no Lago Sul. Pagou, de acordo com a revista **Veja**, R$ 10 mil de aluguel por mês, pagou inclusive à vista, em dinheiro, seis meses. E que essa mansão era utilizada para que essa chamada turma de Ribeirão Preto – V. Sª, ele mesmo, o Buratti, o próprio Ministro Palocci – se reunisse nas quartas e sábados à noite, para atividade de lazer. V. Sª comparecia a essas festas?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu nunca tive conhecimento da existência dessa casa, Senador, e nunca freqüentei essa casa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nem nunca ouviu falar nessa casa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu não tinha conhecimento da existência dessa casa. Inclusive me surpreendi. Até brinquei com a minha esposa no domingo, que eu sou assinante da revista **Veja** e, quando chegou a revista – eu leio logo cedo –, mostrei a matéria para ela...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas não arrancou a página para ele não ver?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não, não. Tenho absoluta tranqüilidade. É uma relação absolutamente fraterna e de confiança com a minha esposa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se fosse na minha casa, eu arrancaria a página.

(Risos.)

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Outra pergunta, Sr. Juscelino: na verdade, esse contrato da Gtech foi um contrato que era um aditivo de R$650 milhões. Uma coisa polêmica, porque, nesse serviço de processamento de dados, a sua renovação é sempre polêmica, porque a empresa que está prestando serviço tem grande força para continuar, porque ela tem toda a estrutura.

O Governo estava muito preocupado com isso. Inclusive, a gente sabe que, nessa questão dos Correios, quando a Abin foi para lá, foi por conta dos contratos de processamento de dados, etc. E V. Sª disse que o Ministro Palocci não sabia de nada, nunca participou disso. Para um Ministro que tem a fama, até justa, de ser um Ministro competente, V. Sª não acha que era deixar de lado um assunto fundamental do Governo e de responsabilidade de seu Ministério? Porque o Ministro José Dirceu acompanhou isso. A gente sabe pela atividade do Waldomiro Diniz.

Quer dizer, na realidade, o IRB também era responsabilidade do Ministro Palocci. A Caixa Econômica, de responsabilidade do Ministro Palocci. O Banco do Brasil era dirigido por esse Pizzolato. Esse Banco Popular, do Sr. Ivan Guimarães, era uma fonte de corrupção, que aplicou mais em propaganda via Marcos Valério do que mesmo em empréstimo. E ontem mesmo saiu no jornal que deu um prejuízo – se não me engano – de R$21 milhões.

Então, o Ministro Palocci que fazia no Ministério? Era só segurando a inflação? Qual era o trabalho dele? Porque os três principais órgãos – a Caixa Econômica com a Gtech, o IRB e o Banco do Brasil – são do Ministério, e estavam sendo acusados; e o Ministro, pelo que V. Sª diz, não sabia. Quer dizer, fica até parecido com o Presidente Lula.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, o que eu disse, Senador... O que eu disse foi o seguinte: nunca tinha ouvido falar da empresa Gtech. E não passou na nossa pauta de trabalho no Ministério da Fazenda, mesmo porque não era de responsabilidade nossa nem assessorar o processo, a discussão do contrato da Gtech. Obviamente, o Ministro Palocci tem despachos ordinários com os presidentes tanto da Caixa quanto do Banco do Brasil, que tratam eventualmente de assuntos relativos a essas empresas. O Ministro não se reúne com subordinados dessas empresas, ou seja, com os vice-presidentes ou diretores, a não ser que esses se façam acompanhados do respectivo presidente ou que recebam a delegação desses presidentes.

E, no Ministério da Fazenda, adotamos uma estratégia, desde o início do Governo, quando montamos a equipe, com relação às empresas vinculadas ao Ministério: cada um de nós, membros da equipe do Ministro Palocci, assumiu a presidência de um Conselho de Administração de uma das empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quem era o Presidente do Conselho da Caixa Econômica?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Se eu não me engano, era o Arnold Agostinho, que era o Presidente do Conselho de Administração até a sua saída. Depois que ele saiu, não me lembro se foi o Joaquim que assumiu ou se foi outra pessoa. Do Banco do Brasil, o Bernard Appy. Do IRB, o Marcos Lisboa, que é o atual Presidente. Era o Presidente do Conselho.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Arnold Agostín que foi o Presidente do Conselho, que eu me lembre. Depois dele, eu não lembro quem foi que o substituiu. E o Marcos Lisboa era Presidente do IRB.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, quem indicou o Sr. Ralf Barquete para a Caixa Econômica Federal?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei dizer para o senhor, porque eu não participei do processo de ocupação dos cargos nas empresas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quer dizer, não foi o Ministro Palocci quem indicou?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei dizer para o senhor com certeza.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Será que foi o Silvinho?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Ah?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Silvinho?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei... Eu não participei do processo de ocupação dos cargos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senador, se V. Ex.ª me permite um aparte, mas o Sr. Ralf Barquete era muito amigo do Ministro.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim. O Ralf foi Secretário da Fazenda do Ministro Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor também era amigo dele.

O SR. JUSCELINO DOURADO – De quem?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do Ralf.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu fui colega de Governo, mas nunca tive relação social com o Ralf.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Familiar, não?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Conheceu a hoje viúva dele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Vi a Sueli algumas vezes, mas não tinha...Via por conta de, eventualmente, de atividade, mas não tinha nenhuma relação social com o Barquete e nem com sua família.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Ralf tinha filhos?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Se não me engano, o Ralf tinha dois ou três filhos adolescentes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Outra pergunta: em relação a essa questão nacional, na realidade, fica difícil acreditar que essa empresa Gtech, que é uma empresa internacional de jogo, portanto é uma empresa experiente, fosse procurar o Sr. Buratti para ser lobista deles se não tivesse ninguém do grupo do Ministro Palocci, de Ribeirão, se não tivesse nenhuma participação nesse processo de decisão. É muito difícil para nós acreditarmos nisso porque o Sr. Buratti ou se ofereceu, ou foi convidado, ou pediu, ou lhe foi oferecida uma propina, de certa maneira alta, entre quinhentos mil e dezesseis milhões pela versão dele e seis milhões pela versão da Caixa Econômica Federal. V. S.ª diz que não, mas fica difícil para nós acreditarmos que, se não V. S.ª, pelo menos alguém desse pessoal que cercava o Ministro Palocci não tenha tido nenhuma participação nesse processo.

Em relação à questão de Ribeirão Preto, na verdade, essa questão de administração de lixo e o PT, é uma coisa antiga. Não é de hoje que se fazem essas acusações de que o PT, durante o período em que tinha essas Prefeituras no interior de São Paulo, mobilizava recursos através desse sistema. Houve a morte do Prefeito Celso Daniel, houve outro Prefeito do PT assassinado, o Toninho do PT, de Campinas – esse com menos suspeitas de que tenha sido dentro desse esquema.

Agora vem essa questão dos cinqüenta mil mensais que a Leão & Leão repassava via Prefeitura de Ribeirão para o PT nacional. Quem fez essa acusação não fomos nós da Oposição – infelizmente, não temos essa chance porque quando a coisa chega para nós a acusação já está feita. Na realidade, foi feita pelo Sr. Rogério Buratti. V. S.ª é amigo do Sr. Rogério Buratti há quinze anos. Por que razão V. S.ª acha que ele fez essa acusação? Se ela é verdadeira e, se não é verdadeira, por que foi que ele fez isso? Ele trabalhou dos dois lados: foi da Prefeitura de Ribeirão e foi da Leão & Leão. Quer dizer, todos os amigos dele, companheiros como V. S.ª, como o próprio Ministro Palocci, que ele disse que respeita, que é um homem correto, são amigos dele. Na Leão & Leão também. Por que ele fez essa acusação?

Agora, já se têm aqui informações de que a Leão & Leão sacava cinqüenta mil por mês, todo dia 15, em dinheiro. Era a maneira como o dinheiro era entregue, no caso, ao Sr. Delúbio Soares. Qual é a sua versão sobre

isso? Por que ele fez isso? Ou se isso não é verdade. Mas tem toda a cara de verdade, não é? Pode até não ser, mas que tem cara... Ele era dos dois lados... Era amigo de todo mundo... É crível, pelo menos.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador. O que posso dizer é o seguinte até para recuperar um pouco.

O Rogério participou da Administração de Ribeirão Preto de janeiro de 1993 até setembro de 1994 quando teve o episódio de Ribeirão Preto, ou seja, há 11 anos, ele estava saindo da Prefeitura de Ribeirão Preto. Concluídos todos os inquéritos, o que acabou inocentando ele, ele não teve mais nenhum tipo de atividade pública na cidade de Ribeirão Preto, ou seja, nos últimos 11 anos o Rogério se dedicou à atividade privada e tocou a sua vida. Nós, que ficamos no Governo, tocamos o Governo, participamos de outro Governo. E o Rogério nunca teve nenhuma participação nesse processo de novos governos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ele trabalhou na Leão & Leão.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Foi, trabalhou em outras empresas. Tinha a sua própria empresa e depois foi convidado para ser dirigente da empresa Leão & Leão. Essa pergunta já me havia sido feita a mim, e eu queria só responder novamente ao senhor que eu compreendo a situação na qual o Rogério se encontrava quando fez esse tipo de afirmação. Mas conhecendo o Ministro Palocci, nesses 13 anos de experiência,...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ele reafirmou aqui na CPI, muito confortavelmente, igual a V. Sª.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas eu, conhecendo o Ministro Palocci, nesses 13 anos de muito trabalho e convivência no trabalho, eu não acredito que situação como essa tenha acontecido.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora V. Sª acredita que o PT recolhia dinheiro das prefeituras para fazer a sua política nacional?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu nunca tive nenhuma função de tesouraria nem no PT nem...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas V. Sª já ouviu falar nisso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu nunca tive nenhuma função de tesouraria...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ouviu falar ou não?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O que eu posso responder para o senhor? Ouvi falar os debates que há nos jornais, e coisa e tal. Mas eu nunca participei...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas há muito tempo. Ouviu falar há muito tempo.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nunca participei de atividade de tesouraria, isso nunca foi assunto corrente dos grupos em que militei, das ações de que participei. Nunca fui tesoureiro de campanha.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas não é só tesoureiro que fala em dinheiro; tesoureiro paga e recebe, mas todo mundo fala no dinheiro da campanha. V. Sª já coordenou uma campanha, V. Sª sabe que a questão de dinheiro na campanha...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas nunca tive função de arrecadação, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas V. Sª sabe que numa campanha não é só o tesoureiro que fala em dinheiro. O candidato fala, V. Sª, como coordenador,...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nas diversas campanhas de que participei, discutimos, sim, dificuldade de comprar material, onde comprar, como fazer, tipos de demanda, tem que fazer material para atividades "x", "y", "z". Mas eu nunca tive função de arrecadar, nem de pagar, nunca fui tesoureiro de nenhuma campanha. Nunca fui. Nunca fui tesoureiro. Inclusive outro dia até brincaram comigo, eu me diverti bastante...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Sª acha então que o Buratti mentiu?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Hem?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Buratti mentiu?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, Senador, não posso dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se V. Sª disse que o Ministro Palocci, no tempo que o senhor conhece, não seria capaz disso, e o Buratti disse que foi, quem mentiu?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Posso dizer o seguinte, Senador: não acredito porque nunca, em nenhuma atividade, em nenhuma campanha, em nenhuma ação de Governo, vi o Ministro Palocci tratando de assunto desse nível, ou se envolvendo em assunto desse nível, ou tirando qualquer tipo de benefício para sua atividade, política ou privada, nesse nível, que ele possa ter se envolvido nesse tipo de coisa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas o amigo íntimo de 15 anos do senhor, que é o Rogério Buratti, mentiu?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu acredito o seguinte: acompanhei toda a situação dele, já relatei aqui essa situação e não gostaria de formar nenhum juízo de valor desse nível porque eu compreendo o que ele passou.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu acho que tanto V. Sª quanto o Ministro Palocci, na realidade, estão poupando muito o Sr. Buratti. Porque suponha que

alguém dissesse que Fulano recebeu ou pagou R$50 mil por mês, eu ia processá-lo. E tanto o Ministro Palocci na sua entrevista, como V. Sª, agora, sempre poupam muito o Sr. Buratti. Dá a impressão de que têm algum rabo preso, uma coisa desse tipo.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador. Eu queria só dizer, para completar com o senhor, o seguinte: eu falei aqui, no início do meu depoimento, de um artigo – inclusive estou com o jornal aqui, que eu li – do Dr. José Carlos Dias, que faz um relato. Eu acho que quem não teve oportunidade de ler, é uma coisa que pelo menos eu me identifiquei muito bem com esse artigo, que faz uma análise do que ocorreu em Ribeirão Preto. Ele consegue esclarecer e pelo menos a mim me convenceu, o tipo de comportamento e o tipo de reações que ocorreram durante aquele processo. Então eu...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, eu acho que se V. Sª quer compreender a situação do Sr. Rogério Buratti, é um direito que V. Sª tem, como o Ministro Palocci também teve, agora eu acho que para nós, como resumo, pelo menos das indagações que fizemos, fica difícil acreditar que V. Sª, como amigo do Sr. Buratti, ele sendo funcionário do Ministério da Fazenda, a Caixa Econômica sendo subordinada ao Ministério da Fazenda....

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, o Rogério nunca foi funcionário do Ministério da Fazenda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, V. Sª é, ele é seu amigo, veio aqui, chamado pela Gtech, ligava muitas vezes para V. Sª, para outras pessoas do grupo, e nunca falou sobre a Gtech, ninguém sabia. Fica até parecendo coisa do Presidente Lula, que não sabe de nada.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador, eu reafirmo nesta Comissão...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, tudo bem, V. Sª já disse que não sabia.

O SR. JUSCELINO DOURADO –...com todo o respeito...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, infelizmente, com todo o respeito também, não dá para acreditarmos que vocês fossem tão inocentes assim. Desculpe.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Com todo o respeito que tenho ao senhor e a esta Comissão, eu posso dizer para o senhor que esse assunto... O Rogério nunca tratou desse assunto comigo. Sobre a questão em que o senhor foi tão enfático, aí falando "Mas por que você defende, tem rabo preso ou não?", eu só tenho uma explicação: eu acho assim: com filhos e com amigos, a gente, geralmente, tenta ser mais complacente...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas será que ele foi?

O SR. JUSCELINO DOURADO – ... na análise da conduta...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas será que ele foi mui amigo do Ministro Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador, eu não gostaria de...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Está bom. Eu encerro, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu acho que ele foi amigo do Palocci. Ele foi amigo da onça.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª encerrou?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Exª, que agora foi bem legal comigo, e encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Creio que a pergunta nessa questão do Buratti e do Palocci... Imagino o seguinte: se V. Sª fosse coagido, como alguém está dizendo, que foi coagido, o Sr. Buratti... E se o senhor tivesse dado essa informação coagido e viesse para esse mesmo lugar, sem coação, o senhor manteria o que tinha dito sendo coagido?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Essa é uma pergunta impossível de responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não é impossível. O que está levantado pela Assessoria é que ele disse aquilo do Ministro porque foi coagido. Aí, chegou aqui, sem estar sendo coagido de forma nenhuma, livre e independente, e reiterou para o País inteiro que o Ministro Palocci recebia, todos os meses, R$50 mil para campanha.

O SR. JUSCELINO DOURADO – O que estou dizendo para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, estou dizendo: no caso, o senhor...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, estou perguntando a ele, Senador.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador, o que estou dizendo para o senhor que é impossível de responder, é que nunca passei por uma situação dessa, não consigo entender o que significa uma situação como essa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Será que o Sr. Buratti tinha medo, ou tem medo de não dizer a verdade? Ou quer enganar a quem, se ele aqui disse a verdade, se lá ele disse a mesma? Então, o que tiramos? Qual é a conclusão? De que o Sr. Buratti falou a verdade, porque o que ele disse

coagido, ele também o disse aqui livre. V. Sª não tem que responder...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Basta que V. Sª responda: em quem V. Sª acredita mais: em Buratti ou Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, eu acredito bastante em mim e acredito fielmente na nossa relação. O que repito para V. Exª é o seguinte: nesses treze anos de convivência com o Ministro Palocci... Nós tivemos uma convivência intensa de trabalho...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor vai dizer a mesma coisa. Tenha paciência.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Porque é a resposta que tenho a dar para V. Exª: eu não acredito que o Ministro Palocci... porque eu não tenho nenhum antecedente de conduta aética do Ministro Palocci...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Logo, o Buratti mentiu.

O SR. JUSCELINO DOURADO – ...nesses anos todos em que trabalho com ele que possa me fazer compreender...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E seu amigo Buratti é capaz de mentir?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei responder para V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei objetivo. Acho que as perguntas aqui já têm procurado esclarecer em profundidade todas as dúvidas.

Quero cumprimentar o Sr. Juscelino. Do pouco que eu o conheço, na condição de servidor hoje do Ministério da Fazenda e do seu depoimento aqui – eu não o conhecia antes –, tive a melhor das impressões do seu depoimento. Considero o seu depoimento franco e que tentou colaborar com a CPI, acredito que com muito respeito da responsabilidade da função que V. Sª ocupa.

A minha pergunta, muito objetiva, é a seguinte: existem fatos sendo superados, sendo postos... as interpretações têm superado as situações que têm sido levantadas aqui também. Acredito que V. Sª pode contribuir em algumas coisas.

O Sr. Ralf Barquette, pessoa já falecida, que está envolvido nessa situação também, no que diz respeito ao contrato Gtech, no meu conhecimento – procurei colher e confirmar tal informação –, ele foi para a Caixa Econômica na atual diretoria, ou seja, no mês de fevereiro de 2003. Em poucas semanas, o Sr. Ralf Barquette apresentou sintomas e sinais de uma doença grave que levou à evolução para a perda de vida. Poucas semanas. Então, em abril, ele já estava em franco estado de doença, já procurando serviços de saúde, teve basicamente dois meses, podemos dizer, um mês e alguma coisa na sua atividade dentro da Caixa.

O que se colocou aqui, no depoimento do Sr. Valter Santos, que é da empresa chamada MM Consultoria, é que houve um repasse financeiro, as informações postas dão conta de pagamento da ordem de R$5 milhões para tal empresa e os dados apontam, de maneira muito clara, o primeiro pagamento, de R$1 milhão, em 9 de outubro de 2002, quando não se sabia sequer quem seria o próximo presidente da República, estávamos após um primeiro turno, tínhamos as informações.

Então o Sr. Ralf Barquete não me parece que tinha qualquer presença dentro da Caixa Econômica, quando já havia uma relação supostamente comercial e política vinculada de alguma forma à tal renovação contratual Gtech/Caixa Econômica. É fato isso que estou lhe dizendo? O Sr. Ralf Barquete só entrou em fevereiro de 2003, ficou poucas semanas e depois se afastou por razões de doença?

O SR. JUSCELINO DOURADO – É fato.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª, Senador Tião, foi rápido, agradeço a V. Exª.

Quero passar a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, temos um Relator dos mais eficientes aqui: Garibaldi Alves, pode-se dizer que é um dos três Relatores que temos dos eficientes. S. Exª tem um número de perguntas que demora uma hora, uma hora e meia, tamanho o número de perguntas que tem para fazer e isso facilita bastante nosso trabalho aqui na nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que mostra, Senador, que o Relator está estudando a matéria. l

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está estudando e tem muitas coisas boas ainda pela frente, acreditamos muito nisso. Mas queria o seguinte, Presidente, em todas as audiências aqui formuladas, se fala muito em Ralf, Ralf Barquete; em todas. É difícil aqui convocarmos uma sessão espírita para ouvir o Ralf? Porque tudo é o Ralf. Infelizmente o Ralf é citado em todos os depoimentos e não há como ouvi-lo, lamentavelmente. Talvez com as quebras de sigilo bancário e telefônico poderemos aí cruzar alguma coisa, mas acho que só uma sessão espírita poderia resolver essa questão.

Perguntaria aqui ao nosso depoente, Juscelino, há quanto tempo milita no PT?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Há 20 anos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há 20 anos no PT.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Vinte dos meus 39 anos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dos seus 39 anos. Tem participado há anos da atividade política e conhece bem. Deve estar decepcionado com o que está acontecendo aí.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Com relação ao PT?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É porque esse envolvimento todo, Delúbio Soares, Sílvio, Genoino, irmão do Genoino, José Dirceu. O que mais o decepciona no PT?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Acho que o Partido, a direção partidária tem um desafio muito grande. Não participo há bastante tempo de nenhum órgão de dirigente do Partido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Há 21 anos sempre esteve participando ativamente?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sempre fui, sempre fui, fui dirigente partidário, fui membro de campanha, participei de campanhas e tal, mas há muito tempo que não tenho nenhum tipo de atividade partidário. Acho que a Direção do Partido tem um desafio muito grande a ser enfrentado e, como militante que já não ocupa os cargos dirigentes, espero que se encontre o melhor caminho possível.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como militante assíduo, desde os 19 anos, a juventude do PT, o que mais o decepciona nesse momento? O que mais o deixa frustrado?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não teria nenhuma decepção para lhe dizer prontamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nenhuma decepção?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Temos uma dedicação, não me dedico integralmente ao Partido já há algum tempo, me dedico exclusivamente ao trabalho no Ministério da Fazendo, não freqüento nenhuma reunião do PT, desde que entrei no Governo Federal não participei de nenhuma reunião partidária mais. Então tenho acompanhado, e como filiado e como militante já do PT, e principalmente como filiado, que é o que sou praticamente agora, tenho, na verdade, uma grande expectativa de que o processo eleitoral possa trazer novos ares e novos caminhos para superarmos essa crise que o partido está enfrentando agora.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Juscelino, eu até cumprimento V. Sª porque continua firme com essa maneira e sempre crente que as coisas que estão sendo comentadas não sejam realmente verdadeiras. É claro que tudo isso que envolve o PT hoje – eu quero dizer que não pode envolver a todos; existem pessoas envolvidas, mas nós temos aqui o nosso Tião Viana, o Flávio Arns, o próprio Palocci. Esperamos que assim seja, são pessoas honradas e que merecem credibilidade, merecem o devido respeito. Só que nós, Senadores, somos obrigados a investigar.

Veja que nenhuma das denúncias grandes que surgiram partiu da Oposição. Eu ouvi uma vez um pronunciamento do João Paulo dizendo o seguinte: "O PT está batendo cabeça. Vai quebrar a cabeça de alguém". E agora ele está envolvido aparentemente; já está na lista dos possíveis cassados. E todas as denúncias surgiram do próprio PT, do PL, do PTB, da base do Governo, tudo isso que é real e que está se mostrando.

Eu talvez o diga em pronunciamento, a grande maioria do PT merece o nosso respeito porque estão aí, firmes, em pé; alguns, envergonhados, saíram do Partido. A Heloísa Helena teve uma sorte tremenda de ser expulsa, o Babá de ser expulso. Hoje agradecem a Deus por terem sido expulsos naquela época. Mas tenho certeza absoluta de que o seu chefe... Certeza não, eu quero acreditar e torço para que o seu chefe saia ileso. E é o que a sociedade brasileira quer porque ele exerce uma função tão importante, é uma pessoa capaz, é uma pessoa que merece o nosso respeito. O Palocci é uma figura pela qual todos têm muito carinho, porém existem dúvidas em relação ao passado dele, quando foi Prefeito, pelo menos há suspeitas que a imprensa coloca. E, agora, de ele ter levado grande parte da sua equipe no passado e que tenha algum envolvimento com algumas coisas que a população não aprova.

Quando o Presidente fala assim "me traíram", o Ciro disse de novo "traíram o Lula", quem, você que está tão próximo dele, quem traiu o Lula?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não tenho proximidade com o Presidente Lula, não consigo discernir...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª... Eu quero construir uma idéia.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei responder ao senhor. Não, não tenho nenhum tipo de relação...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Lula sabe quem o traiu?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não tenho nenhum tipo de relação com o Presidente para que pudesse responder essa pergunta para o senhor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem relação?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Use a imaginação.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu não gostaria de lucubrar, Senador. Não tenho nenhum tipo de relação pessoal que me permita ou me autorize...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Respeito sua posição.

Eu recebi do Ronaldo Faria de Sá algumas perguntas, e as perguntas, não sei se têm... Vou fazê-las: V. Sª foi Assessor Parlamentar, em São Caetano do Sul, do Vereador Hamilton Lacerda?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Fui por alguns dias, antes de ir a Ribeirão Preto, em 2003.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só alguns dias?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem relação com ele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Tenho. Hamilton Lacerda estudou comigo na Universidade Estadual de Campinas, foi membro do Diretório Central de Estudantes junto comigo na Universidade de Campinas, fez Engenharia Elétrica na Universidade de Campinas, mantenho relação pessoal com ele, ele foi Vereador por três mandatos na cidade de São Caetano do Sul, pelo Partido dos Trabalhadores, é coordenador da macro-região do PT, do Partido dos Trabalhadores na região do ABC, e foi candidato a Prefeito derrotado na última eleição em São Caetano do Sul. Tenho essas informações porque é meu amigo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Na mesma época, o Rogério Buratti assessorava o Palocci. V. Sª assessorava o Hamilton, na Câmara, e o Rogério assessorava...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, na verdade, eu... Quando o Hamilton Lacerda foi eleito Vereador em 2002, ele me convidou para ajudar a montar o gabinete dele, e nessa mesma época, eu tinha recebido convite do então Prefeito eleito Palocci e estava analisando a possibilidade de poder ir para Ribeirão, trabalhar em Ribeirão Preto. Enquanto eu não decidia e até para ter uma atuação na formação do gabinete num programa de ação do Governo Hamilton Lacerda, fui nomeado, mas por poucos dias. Depois, acabei me deslocando para a cidade de Ribeirão Preto para trabalhar na Administração do Prefeito Palocci no começo de 1993.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Depois, Sr. Juscelino, V. Sª foi trabalhar com Palocci.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Depois do Hamilton Lacerda – eu trabalhei com ele alguns dias –, fui trabalhar na Prefeitura de Ribeirão Preto. Aceitei o convite do Prefeito Palocci em 1993 para poder trabalhar com ele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Conhece Edgar Nóbrega?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Edgar Nóbrega...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Edgar.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Se não me engano, tem uma pessoa de São Caetano que se chama Edgar Nóbrega, mas não tenho relação pessoal...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele presidiu a Fundação, da Rede Local de Economia Solidária.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não conhece?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não conheço.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Nóbrega é afilhado político de Milton.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não sei dizer para o senhor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não conhece?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Maria de Fátima? Conhece?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheço algumas Marias de Fátima.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Buratti é uma pessoa extremamente ligada a V. Sª, conforme colocou...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É uma pessoa boa, uma pessoa séria. Até que se prove o contrário, é. Foi preso, mas já foi solto. Uma pessoa séria, uma pessoa extremamente ligada a sua pessoa. Foi seu padrinho de casamento. É uma pessoa de extrema confiança sua?

O SR. JUSCELINO DOURADO – É meu amigo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Seu amigo? Não confia totalmente nele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu tenho uma relação social com o Rogério e, dentro da relação que tivemos, nunca tive nenhum tipo de motivo para deixar de ser amigo dele.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor sabe sobre os telefonemas de Buratti para o Ministro Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não sei dos telefonemas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca chegou a suas mãos para passar telefonema do Buratti para o Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, nunca intermediei ligação do Rogério para o Ministro Palocci.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca intermediou?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nunca intermediei.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Qual a sua função dentro do gabinete do Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu tenho algumas funções, Senadores. Sou responsável por toda a agenda de trabalho do Ministro Palocci. Sou responsável pela organização de todos os documentos que necessitem de assinatura ou visto do Ministro Palocci. Na chefia de gabinete, acompanho a assessoria parlamentar e a assessoria de comunicação. Tem uma estrutura administrativa na qual sou responsável por ordenar despesas e acompanhar administrativamente. Tenho funções administrativas...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já marcou agenda, já intermediou agenda de empresários com Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Ministro Palocci recebeu diversas empresas e continua recebendo diversas empresas...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª agendava, fazia...?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Diversas empresas já solicitaram audiência, o Ministro Palocci já recebeu, já participou de eventos organizados...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Passa certamente pelas suas mãos?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Obrigatoriamente passa por mim. Sou eu que organizo todas as demandas...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Buratti agendou com V. Sª para o Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. O Rogério, uma vez, me perguntou, em 2003...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Buratti falou que despachou com o Palocci...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Todas passam pelas suas mãos. O Buratti não passou?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Rogério nunca teve audiência marcada por mim para o Ministro Palocci. O Rogério, uma vez, me perguntou se o Ministro receberia uma empresa. Ele era dirigente do Grupo Leão & Leão. Havia uma empresa portuguesa sócia da Empresa Leão & Leão na concessionária de rodovias, uma grande empresa portuguesa chamada Somague. Se havia possibilidade. Naquela época, começo de 2003, tínhamos definido uma estratégia. O Ministro Palocci tinha participado de diversas atividades com empresários. Estávamos num momento de consolidação da política econômica, em que o diálogo com o setor produtivo era muito importante. Então, o Ministro Palocci recebeu diversas empresas, individualmente ou coletivamente, participou de eventos empresariais, das câmaras de comércio exterior, foi ao exterior participar de eventos. Ainda hoje, o Ministro Palocci, sempre que possível, recebe empresas. Eu orientei como orientei a todos: que a empresa deveria fazer contato diretamente com a chefia de gabinete e solicitar agenda com o Ministro Palocci. Eles assim o fizeram, e o Ministro Palocci recebeu a empresa Somague, que é uma empresa importante, tem diversos investimentos no Brasil e queria entender a lógica da política econômica do Governo que estava iniciando para poder definir investimentos estratégicos para os próximos cinco ou dez anos. Foi a única vez em que tratamos da agenda do Ministro Palocci.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor recebeu algum *e-mail* do seu amigo Buratti, pedindo alguma coisa, favores? Nunca recebeu nenhum *e-mail*?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, trocamos *e-mails*, mas *e-mails* triviais. Nunca me pediu nada relacionado à minha atividade profissional, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor afirma ter sido sócio do Sr. Buratti por um ano em uma franquia.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que franquia era essa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Era uma provedora de Internet em que fomos sócios no ano de 1997.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª me impressiona muito, seguro nas suas respostas, aparentemente claro. Não quis responder algumas e tem os seus motivos até por questão de ética, às vezes, com seus companheiros. Mas aparenta ser uma pessoa muito segura. Com certeza, tem alguma coisa a dizer em relação... porque é difícil manter uma amizade com o Buratti, que denuncia – Buratti seu amigo – o Palocci, outro seu amigo e chefe, e você ficar no meio. Fica "um siri" ali.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, eu estou à disposição desta Comissão e desta Casa. Todas as ações decorrentes da minha atividade profissional, ao cargo que ocupo, responderei todas com a maior sinceridade, com a maior presteza; as únicas que eu a princípio guardo para mim são as coisas que são mais pessoais, mais íntimas, que eu gostaria de preservar comigo. Mas todas as outras coisas que são decorrentes do meu trabalho, da minha atividade profissional, no Ministério da Fazenda ou em qualquer outro lugar que eu passei, terei o maior prazer, a maior satisfação de ser correto, ser honesto em respeito que eu tenho a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Juscelino, quero que você entenda que nós não estamos aqui para pressionar ninguém, para ofender ninguém. Essa é a nossa função...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Estou perfeitamente à vontade, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Somos obrigados, até porque estamos na Comissão incumbidos – aliás, uma missão do Partido. Às vezes, fazemos uma pergunta que deixa constrangido e...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Estou à vontade e não estou constrangido, Senador. Pode ficar à vontade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não quero que leve a mal, porque V. Sª é uma pessoa importante no Ministério da Fazenda. Certamente, estão todos ansiosos para saber o que V. Sª estaria dizendo.

Mas torcemos muito para que o Palocci saia dessa, apesar de inúmeras notícias colocadas pela imprensa. Há uma notícia de que V. Sª intermediava recursos da empresa Leão & Leão; está nos jornais. E a imprensa está contribuindo muito com o Brasil, contribuindo muito conosco. Graças a ela estamos conseguindo chegar a algumas coisas que nem imaginávamos.

Há o papel da Polícia Federal, há o Ministério Público, tem as CPIs, tem os inimigos. Mas há o papel preponderante da imprensa, e ela tem nos alertado em algumas coisas.

V. Sª nega que aquilo que saiu: de que V. Sª seria intermediário...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu nego, Senador.

Eu tenho o maior respeito pela imprensa deste País. Sou de uma geração que foi formada e lutou pela imprensa livre. Felizmente, quando já era jovem adulto, na minha militância política, nós já tínhamos um nível de liberdade de imprensa bastante consolidado neste País, graças a Deus.

Apesar de ter nascido em 1965, eu não tive nenhuma experiência de militância política ou de atividade pública no período em que havia uma repressão muito grande à liberdade de imprensa.

Então, eu acostumei a viver nesse ambiente de debate, de polêmica. Eu militei durante o tempo inteiro nisso. Participei de governos... Em Ribeirão Preto, nós temos uma imprensa muito ativa, temos muitos jornais. As rádios locais são muito ativas...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nesse caso, não foi verdadeira então?

O SR. JUSCELINO DOURADO – ...Isso. O que eu acho é o seguinte: com a imprensa, assim como todo órgão, Ministério Público, Judiciário, Legislativo ou Executivo, em momentos de crise...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Juscelino, é que houve uma testemunha que falou...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas eu vou chegar aí, Senador. Eu acho o seguinte: nós temos de ter muita cautela em momentos de crise e, principalmente, muita cautela para lidar com as informações, tá?

Um dos jornais que trouxe essa história que envolve a gráfica de Ribeirão Preto, qualifica a testemunha que está denunciando. Foi uma testemunha que foi demitida da empresa por furto. Então, temos que ter muito cuidado...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Uma vingança dessa testemunha?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu não estou dizendo que é isso. Nós que temos responsabilidade pública...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas se ele denunciou, e saiu, foi uma vingança.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nós que temos responsabilidade pública, que lidamos com a opinião pública, que lidamos com o serviço público, que temos responsabilidade com estruturas públicas, temos de ser muito cautelosos com aquilo com que a gente lida, com aquilo que a gente trata e com aquilo que a gente faz.

Então, o que eu posso dizer para o senhor é o seguinte: nesse momento de crise... Me perguntaram: "por que você não respondeu à matéria do **Correio Braziliense**?" Não respondi porque estava vindo ontem aqui e iria esclarecer a esta Comissão, como iria esclarecer essa história da gráfica.

Agora, o que saiu publicado do jornal dessa história da gráfica não é verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não é verdade?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não é verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª nega?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Nego. Eu nunca tive nenhum tipo de relação...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu vou encerrar...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu peço a palavra pela ordem, porque eu gostaria de indagar V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu indago a V. Exª se não seria o momento de fazer uma interrupção, porque os Senadores estão sendo chamados no plenário para o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, vamos suspender a reunião...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

Juscelino, mais uma vez, você me passou muita segurança e firmeza, e torcemos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...e voltaremos logo após a Ordem do Dia...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Torcemos muito para que o Palocci, realmente, saia dessa. Até porque é preciso resgatar um pouco da história perdida em todo esse mar de lama. Um abraço.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Agradeço-lhe, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, não gastarei mais do que dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. S. Exª pediu a palavra por um minuto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, estou inscrito e serei o próximo. Fazendo minha intervenção agora não a farei depois.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. depoente Juscelino Dourado, quero dizer que é a primeira vez, nesses mais de 60 dias de CPI, que estou fazendo uma intervenção em um depoimento. Não gosto. Creio até que a forma de investigação é muito escancarada. Isso, às vezes, traz transtornos para...Não vou dizer que todos são inocentes, mas todos são inocentes até que se prove o contrário. Está me causando uma boa impressão o depoimento do Dr. Juscelino Dourado.

Repito, é a primeira vez, porque não me sinto bem inquirindo os depoentes. No entanto, Sr. Presidente, senti vontade de fazer um comentário depois desse depoimento. Não é nenhuma pergunta. Quero dizer que com a quantidade de perguntas que o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, fez ao Sr. Juscelino, fica muito difícil... até ouvi o Senador Leonel Pavan, com todo o respeito, fazendo uma pergunta que o Relator já tinha feito. Quer dizer, a mesma pergunta já tinha sido respondida. Quem fica por último, para inquirir, acaba incorrendo na redundância, no erro de perguntar a mesma coisa que os outros já perguntaram.

Quero, simplesmente, fazer o comentário de que me causou uma boa impressão e pareceu-me muito verdadeiro nas respostas, pelo menos até onde acompanhei. A quantidade maior de perguntas foi feita pelo Relator. Todas foram respondidas. S. Sª pareceu-me muito sincero nas respostas. Quero dizer-lhe que, de minha parte, estou satisfeito, até o presente momento, a não ser que surja algum fato novo com relação às respostas dadas.

Da mesma forma o Ministro Palocci. S. Exª conseguiu transmitir à população brasileira sinceridade nas respostas. Não deixou nenhuma pergunta sem resposta.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer apenas uma pergunta. Com a sua convocação para a CPI, a sua família já está tendo algum dissabor, algum problema de constrangimento? Seria apenas essa pergunta.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Agradeço as palavras de V. Exª. Vou citar algumas coisas, mas não vou alongar-me demais. Só para liberar o Senador.

Minha família passou por alguns constrangimentos. Semana passada ligaram para a minha mãe e pediram à minha irmã que desse um comprimido a ela porque eu acabava de ser preso; é que havia uma informação na Internet e coisa e tal. Enquanto isso, eu estava trabalhando aqui em Brasília. Tentaram invadir o condomínio onde moro com minha família, em Ribeiro Preto; e ontem entraram no condomínio onde construo a minha casa, conseguiram enganar as pessoas da portaria para tirar fotos da casa; tentaram entrevistar os pedreiros, tentaram fazer um monte de coisas. Era uma situação que beirava a ilegalidade. Ou seja, não houve nenhuma preocupação em preservar a intimidade das pessoas, o espaço de vivência da família.

Creio que isso temos que encarar com serenidade porque vai passar. Todo exagero a sociedade não aceita, todo exagero a sociedade expurga. Temos que ter tranqüilidade, serenidade, porque a verdade prevalecerá e do exagero ninguém vai se lembrar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito. Creio que as CPIs estão desempenhando um papel muito importante para a Nação. No entanto, temos que ter o cuidado de não colocar a vida das pessoas, das famílias, em condições difíceis.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

A reunião está suspensa até o término da Ordem do Dia, no plenário.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa às 17h24min e reaberta às 19h30min.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Declaro reaberta a reunião.

Desejo, mais uma vez, agradecer a paciência do Dr. Juscelino, que realmente tem sido longa-metragem, pois desde ontem está aqui conosco.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Juscelino, eu considero o depoimento de hoje do senhor, como vários outros já se manifestaram, inclusive de outros partidos políticos, muito importante, seguro, tranqüilo também, dando as informações necessárias, com clareza, colocando-se à disposição para o que for necessário ao esclarecimento. Eu diria que esse é o procedimento correto, de fato, para a pessoa que exerce uma função pública. Se existem dúvidas, que as dúvidas sejam totalmente esclarecidas, e que as pessoas contribuam para que as dúvidas sejam esclarecidas. Eu diria também que o Ministro Palocci agiu corretamente em tudo o que ele tem feito em relação ao episódio. Houve as denúncias, denúncias graves, porque afetavam essencialmente a pessoa que conduz o aspecto econômico do País, ele tomou a decisão de convocar uma entrevista coletiva, permitiu que os jornalistas fizessem todo e qualquer tipo de pergunta, sem restrição às perguntas, o que foi muito adequado, colocou-se à disposição, inclusive ele disse: "Eu estou à disposição da CPI para prestar qualquer tipo de esclarecimento", e colocando os documentos totalmente à disposição, sem necessidade de maiores formalidades. E é isso que deve acontecer. Se for necessário dar mais esclarecimentos, que mais esclarecimentos sejam dados também, porque o que a população espera é que, nesse mar de denúncias que existem, as coisas sejam investigadas, as pessoas eventualmente culpadas, punidas, e que sejam criados os mecanismos para que fatos semelhantes também não se repitam.

Eu diria que, em termos do depoimento de V. Sª, ficou bastante claro também no sentido da... eu até fiquei pensando, uma hora, nessa questão do conflito que haveria da relação que o senhor mantém com o Buratti e, ao mesmo tempo, a relação que o senhor mantém com o Palocci. Por que isso? Porque o Buratti fez, nos depoimentos dele – eu também acho que os depoimentos não foram colhidos da maneira adequada, o artigo do José Carlos Dias na **Folha de S.Paulo** a que o senhor se referiu reflete esse ponto de vista, não considerei adequada a presença do Ministério Público no depoimento do Sr. Buratti, aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque se nós tínhamos as notícias já estampadas nos jornais dizendo que o Ministério Público estava repensando a possibilidade de prisão do Buratti, naturalmente que a presença do Ministério Público na frente do Buratti, eu diria, não é adequada.

O que eu lastimei profundamente – e trago isso de volta nesta fala –, inclusive acho que todas as instituições têm que fazer uma reflexão, na verdade, um aprofundamento, sobre os procedimentos adotados. O próprio Ministério Público tem que se debruçar sobre o que vem fazendo e pensar, refletir, se as coisas estão sendo feitas da maneira adequada, do ponto de vista ético, do ponto de vista do sigilo, muitas vezes, que tem que acompanhar, e até na preservação da honra das pessoas, porque, hoje em dia, qualquer pessoa pode prestar um depoimento acusando outra de qualquer coisa e não se dá, inclusive, a essa outra pessoa essa possibilidade de contra-argumentar.

As informações que o senhor trouxe para esta Comissão eu acho que foram adequadas, boas, no sentido de explicar o que os meios de comunicação vêm questionando em termos do patrimônio, por exemplo. As explicações foram dadas, os documentos devem vir, o Relator, Senador Garibaldi Alves, em uma certa direção, exauriu as questões. Neste sentido, na verdade, acho que muitas coisas foram esclarecidas.

No depoimento passado... Porque toda essa discussão... Até penso o seguinte, Sr. Relator: nesta discussão toda que estamos fazendo, convocamos o senhor para prestar depoimento porque o seu nome foi levantado várias vezes pelos telefonemas do Sr. Buratti para o senhor, pelos contatos, pela amizade. E o foco da investigação desta CPI é, na verdade, o episódio dos bingos e a relação dos bingos com o crime organizado, com o desvio de dinheiro, de recursos. Então, na verdade, o Ministro Antonio Palocci, eu diria, não está dentro do foco desta CPI sobre esta ótica também. Nós, até de certa maneira, estamos extrapolando, como é o caso do irmão do Celso Daniel no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem que lembrar a questão da GTech, que é jogo também. Não é só bingos. Tem a Gtech, que é dinheiro público. Para que V. Exª também deixe claro ao País, que está nos ouvindo, só para que essa Presidência não tenha... Faz V. Exª quase que uma sentença contra o Relator e a Presidência dizendo que ele está convocado. Não, o Sr. Buratti está envolvido claramente com a GTech, é um lobista – ficou claro –,

e os telefonemas que o ligaram ao Sr. Juscelino foram o motivo que fez de sua convocação.

Então, que V. Exª coloque também não só a questão dos bingos, até para esclarecer a opinião pública de que a CPI não está fora do foco quando convocou o Sr. Juscelino.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Não, eu não quis dizer isto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas foi o que o senhor deixou a entender. Então, para que nós fiquemos claros.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** A convocação do Sr. Juscelino é justificada porque seu nome foi repetido várias vezes nos depoimentos. Inclusive, a convocação foi necessária pela amizade que tem com o Sr. Buratti. Foi isso que eu quis enfatizar. Se eu não deixei claro, até quero deixar bem claro que foi em virtude dos telefonemas e tal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª por esclarecer, porque da forma colocada não ficou claro. Agora não, agora V. Exª coloca dentro da rota.

Agradeço a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Não tenho dúvida nenhuma em relação á propriedade e à presença do Juscelino Dourado, Chefe de Gabinete, em função da citação do nome dele em várias ocasiões. Nós estamos investigando de fato, no fundo, o Buratti do ponto de vista do envolvimento dele com o episódio da Gtech, e a GTech envolve o jogo, envolve a Caixa Econômica, e isso tem que ficar claro. E os episódios da GTech vêm obscuros desde o seu nascedouro, no sentido de contratação, de encampação da Racimec, de privatização da Datamec, por estar há vários anos sem participar de licitação e toda essa questão.

O que eu quis dizer foi que, na verdade, a investigação que se faz em relação ao Ministro Antonio Palocci não está envolvida com o objetivo desta CPI. Aí sim, aí eu diria que nós estamos nos desviando do foco. Então, foi neste sentido que eu quis enfatizar. Considero também, Sr. Presidente, já que entramos neste assunto, que não houve nenhuma menção, até agora, em todos os depoimentos desta CPI, nenhuma menção ao caso Celso Daniel. Todas as pessoas que acompanham os trabalhos desta CPI podem talvez interpretar que não vamos investigar a questão de Celso Daniel. Não é que não vá ser investigado; a questão do Celso Daniel tem que ser investigada, mas em nenhum momento foi citado o nome de Celso Daniel ou de qualquer outra pessoa nesses episódios da CPI. Então, é diferente da situação de V. Exª.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Claro, eu permito o aparte. Desculpe-me, mas o Senador Romeu Tuma também tinha pedido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu só queria fazer uma explicação. Até fiz uma anotação aqui. Nós precisamos nos lembrar, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, que o Celso Daniel foi o homem escolhido para coordenar a campanha do Presidente Lula.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O programa de governo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Celso Daniel foi o escolhido. Infelizmente, foi eliminado de forma covarde e traiçoeira.

Em seguida, foi decidido pela Executiva do PT a sua substituição pelo Palocci. Então, tem ligação.

A investigação tem ligação, sem acusação e com todo o respeito, Senador, por causa da história.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Antes de dar o aparte ao Senador Tasso, gostaria também, com todo o respeito, de dizer e enfatizar que o episódio Celso Daniel tem que ser investigado, está sendo investigado pelo Ministério Público Estadual, pela polícia e outros mecanismos há três anos. Porém, quero enfatizar que não há nenhuma menção, em qualquer depoimento desta CPI, ao episódio Celso Daniel, quando nós pensamos por que o irmão do Celso Daniel vai fazer o depoimento amanhã nesta CPI.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque eles acham que havia na contribuição do caixa de campanha, não só o dinheiro das empresas de lixo ou de limpeza, mas também o jogo passou a contribuir com os caixas. Por isso. Então nós temos, por eliminação, tirar, mas não eliminar simplesmente porque nós achamos que não tem. Tem que apurar e eliminar na apuração.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Tuma, eu gostaria apenas de dizer ao Senador Flávio, que sabe do respeito e da admiração que tenho por ele, mas acho que o caso Celso Daniel tem a ver diretamente com esta CPI, sim, por um razão muito simples: o que nos levou a esta CPI, e V. Exª acabou de falar isso, é a investigação do envolvimento entre bingos, jogos, crime organizado, Governo, campanhas, etc. Foi dito aqui com toda a clareza, inclusive...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, não é campanhas, não está como campanhas, está como crime organizado...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim, porque, por exemplo, no momento em que foi dito aqui pelo Sr. Buratti, com toda a ênfase, que o jogo financiou parte da campanha – o jogo do Rio, tantos por cento... foi dito aqui, V. Exª estava do meu lado...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, eu estava. Eu escutei.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O jogo de São Paulo, o jogo do Rio, o jogo é o crime organizado.

O caso Celso Daniel me parece hoje claramente ligado à questão do crime organizado. Tudo isso que V. Exª sabe é uma coisa ligada à outra.

Já são seis mortes, se não me engano, Senador Tuma, ligadas ao caso Celso Daniel que, de uma maneira ou outra, seria o coordenador da campanha do Presidente Lula, e há a questão de saber se o jogo também estava envolvido nessa campanha de São Paulo. E quando trata-se de assassinato, nós estamos falando de uma coisa muito séria e que tem a ver, evidentemente, com seis assassinatos, com o crime organizado, para valer. Isso não pode passar em branco e eu acho que, se não é, deve ser até o fim o objeto da nossa investigação, ou seja, a ligação do crime organizado com esse setor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só quero dizer, Senador Tasso Jereissati, também ao Senador Romeu Tuma, com todo o respeito e amizade que a gente tem também, se é crime organizado ou não, isso está sendo objeto de investigação, talvez até seja. De qualquer forma, deve ser investigado, mas nós nesta CPI não estamos investigando o crime organizado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, se for ligado ao jogo, mas não existe nenhuma indicação em nenhum depoimento de que o episódio Celso Daniel esteja ligado ao jogo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – *(Inaudível. Fora do microfone.)* Mas ligado, quando tem mortes, a gente...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não... Sim, tem mortes e pode estar relacionado ao crime organizado, sem dúvida alguma, mas não houve nenhum depoimento, nenhuma insinuação de qualquer depoimento, seja a favor do Governo, contra o Governo, de que isso esteja relacionado ao jogo. Ao crime organizado sim, mas ao jogo não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, nesse sentido que eu acho estranho o porquê da convocação de uma pessoa, porque o requerimento foi aprovado e tudo, a pessoa vem – não é que a pessoa não deva vir também, mas o direcionamento... A mesma coisa a convocação do japonês, lá do Sebrae. Não tem nenhuma indicação, o nome dele nunca foi mencionado nesta CPI por ninguém, seja a favor ou contra o Governo, seja o que for. Então, eu só lamento nesse sentido, e quero dizer tudo isso... Puxei essa conversa no sentido de dizer que o depoimento do Juscelino é importante porque ele foi citado...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E foi citado várias vezes, então ele tinha que vir esclarecer.

Pois não, Senador Magno Malta, se o Presidente permitir.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador, eu ia fazer até uma questão de ordem ao Presidente sobre esse assunto, mas já entro no debate. Eu sou proponente desta CPI, estou aqui para cooperar. E quando propus esta CPI, eu propus uma CPI para investigar a contravenção no Brasil, e o texto da minha justificativa e o texto da CPI dizem isso, o fato determinado é esse. Eu dizia ao Presidente – nós conversávamos – que nós precisamos tomar muito cuidado para não torcermos o fato determinado porque senão o Relator, ao final, não terá como fazer um relatório, pode até propor indiciamentos, uma série de coisas, mas propondo uma política pública para pôr fim ou dar direcionamento à jogatina e à contravenção no Brasil.

Eu também questiono determinadas convocações, que eu imagino que, na minha cabeça, o que eu propus não está dentro. E aí eu tenho preocupações, até porque o advogado, por mais primário que ele seja – um advogado primário, principiante –, ele não derrube tão-somente o depoimento, mas uma reunião inteira. Eu conheço essa experiência.

Por isso, eu tenho a minha preocupação com o fato determinado que propus na criação da CPI dos Bingos. Eu, ao contrário, quero corroborar 90% do que V. Exª disse. O Juscelino, ele foi citado pelo Buratti; a Gtech é jogo e todo mundo citado na Gtech, pois a Gtech tem esse fundo, de fato, como disse o Presidente. Isto é fato consumado: Gtech é jogo, e quem foi citado nesse imbróglio da Gtech tem que ser chamado. Agora, eu temo por convocações que não vão contribuir, até porque não estão dentro do fato determinado – e aqui eu falo do fato determinado com que construí o texto na minha cabeça e coloquei no papel.

Então, eu tenho essa preocupação, que passo ao Relator para que ele não tenha dificuldade no seu relatório final, porque uma CPI não pode terminar sem a proposta de uma política pública, principalmente esta que é dar fim ou abrir de vez essa jogatina que tanto prejudica a sociedade brasileira. Então, eu tenho essa preocupação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque eu gostaria, no final, só para concluir, Sr. Presidente, e falando com todo respeito que tenho por V. Exª e pelo Relator...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E nós por V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... Senador Garibaldi Alves Filho e Senador Efraim Morais, amizade de longos anos, e o que eu, da minha parte, mais gostaria que acontecesse é que, de fato – o objetivo da CPI é certamente o objetivo de todos –, nós cheguemos a conclusões, no final, em relação ao jogo, em relação a se vamos continuar, se vamos proibir, o que é bom para o Brasil...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas a idéia é essa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... se isso está ligado com o crime organizado ou não está, como fiscalizar, porque acho que a gente pode prestar um grande serviço ao País, como todos nós pretendemos.

Então, só a preocupação com eventuais desvios de rota que muitas vezes nos sentimos tentados a fazer e que, na verdade, não devem acontecer.

Mas eu só quero concluir – e não houve perguntas propriamente ao Sr. Juscelino Dourado – e só dizer, porque poderíamos dizer que o senhor estaria tentando blindar o Ministro Palocci, seria uma expressão muito utilizada hoje em dia. Mas eu considero que o Ministro Palocci, diante do depoimento do Sr. Buratti, naquele final de semana, tomou as atitudes corretas que esperávamos que os outros tivessem tomado também. Quer dizer, ele esclarece, vem, discute, entrevista, pergunta o que quiser, estou à disposição, vou aí para esclarecer... e o senhor hoje foi numa linha parecida também no sentido de dizer: "estou à disposição, com advogado, sem **habeas corpus**, para o que for necessário, quebrem o meu sigilo bancário e fiscal para esclarecer". O que a população quer é que todos esses episódios sejam esclarecidos, pessoas culpadas sejam punidas e que sejamos competentes na seqüência para criarmos mecanismos para que fatos semelhantes às denúncias não ocorram mais no Brasil.

Quero, da minha parte, enaltecer esse depoimento e só alguma consideração que o senhor tenha a fazer disso tudo.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Obrigado, Senador Arns, pelas suas palavras. Só gostaria de dizer que sobre o último item que V. Exª falou, de uma condução de blindagem ao Ministro Palocci, na verdade, o meu relato sobre os meus 13 anos de experiência e a minha avaliação sobre o tipo de conduta que o Ministro Palocci adota é um relato sincero de alguém que conviveu e trabalhou com a pessoa em várias frentes, em vários momentos, durante vários anos.

Então, foram 13 anos de muito aprendizado onde aprendi a fazer política com muita seriedade e que aprendi que não há inimigos na política. Sempre tratamos companheiros e adversários com muito respeito, nunca criamos inimigos na política – e isso aprendi com ele – porque é muito importante fazer o embate e o debate no processo político. Isso nos fortalece e fortalece o processo político como um todo.

Então, esse é um processo de aprendizado que se leva vários anos para poder consolidar. O relato que tenho dessa experiência é sincero de quem conviveu e quem reconhece que foi um período de muito aprendizado. Inclusive, já falei que não desperdicei os melhores anos de minha vida. Foram muito proveitosos, acho que aproveitei ao máximo esses 20 anos de militância, esses 13 anos de trabalho com o Ministro Palocci e como estou com 39 e devo fazer 40 anos no final deste ano, estamos para começar nova etapa.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos Magalhães me fez uma solicitação sobre um grupo de trabalho que havia sido criado e aproveitei o intervalo e trabalhei um pouco. Solicitei à minha equipe que mandasse – e aqui tem cópia que entrego a V. Exª – o decreto...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi perguntado pelo Senador Antonio Carlos e também perguntado pelo Senador Geraldo Mesquita.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Então, eu estou lhe entregando o decreto que criou o grupo de trabalho interministerial e mais dois decretos que tratam da regulação dos jogos gerenciados pela Caixa...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, trata-se do grupo de trabalho interministerial dos jogos, que foi criada em 2003...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. Foi perguntado sobre o grupo de trabalho.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Antes de estourar o chamado Escândalo Waldomiro, o Governo anunciou que estava mandando para cá uma lei que regulamentava os bingos no Brasil. Estourou o escândalo do Waldomiro, isso foi retirado, não sei se chegou a entrar na Câmara e foi retirado...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me, mas como eu estava na 1ª Secretaria, eu fiz a leitura do programa do Governo em que citava a elaboração de um projeto regulamentando o bingo no Brasil...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – ...um grupo na Casa Civil...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...que provavelmente dizem que era o Waldomiro que estava...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Era isso que eu queria saber...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Essa é uma cópia do decreto publicado no Diário Oficial, em 2003.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É a esse grupo que V. Exª está se referindo?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que sim.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Esse é o grupo que localizamos, é um grupo de trabalho interministerial. A ementa está aí...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é só dos jogos da Caixa ou do...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. Acho que é como um todo. Foi publicado no Diário Oficial, em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Posso ler:

"Institui grupo de trabalho interministerial para os fins que especifica, e dá outras providências".

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere (...) decreta:

"Art. 1º. Fica instituído grupo de trabalho interministerial para, no prazo de 45 dias, contados a partir de sua instalação, avaliar e apresentar propostas para modificar a legislação que trata das atividades relacionadas à exploração dos jogos do bingo.

Art. 2º. O grupo de trabalho será composto por um representante dos seguintes órgãos: Casa Civil da República, que o coordenará, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça e Ministério do Esporte. Os membros e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos, representados e designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil".

Assina o Presidente.

Isso mostra que o Ministério da Fazenda e outros Ministérios participaram desse trabalho.

O SR. (Orador não identificado) – O grupo chegou a ser indicado?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O nome dos indicados?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Há outro decreto que cita os nomes.

Portaria de 21 de outubro de 2003. Casa Civil da Presidência da República: José Levi Mello do Amaral Júnior, titular, que o coordenará, e o suplente, de nome estranho, Johaness Eck; Ministério da Fazenda: Aloísio Barbosa de Araújo, titular, e Bernadete Madalena França Balthazar, suplente; Ministério da Justiça: Marenir Guerra de Oliveira e Antenor Pereira Madruga Filho; Ministério do Esporte: Francisco Xavier Guimarães e Francisco Cláudio Monteiro.

Assinado pelo Ministro da Casa Civil, José Dirceu.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Essa foi a informação que o Senador Antonio Carlos Magalhães pediu e uma outra informação que não soube precisar, sobre a Presidência do Conselho de Administração da Caixa, após a saída do (*inaudível*), Joaquim Levy assumiu as funções de Presidente do Conselho de Administração da Caixa. Então, foram duas informações que eu não soube dizer, aproveitei o intervalo para poder levantar e prover esta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, V. Exª está satisfeito?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Estou satisfeito. Espero somente que as nossas observações realmente sejam no sentido de todos atingirmos os objetivos importantes desta CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, mas mantenho a minha posição de que em nenhum momento esta CPI saiu da sua rota, do seu objetivo. Temos bem claro quando se fala em crime organizado, e o requerimento de autoria do Senado Romeu Tuma para que o Sr. João Francisco Daniel esteja aqui amanhã, está fundamentado nesses termos, o que vem, em meu entender, satisfazer o objetivo. Esperamos que o depoimento do Sr. João Francisco seja esclarecedor. É isso que aguardamos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – V. Exª me permite? A possibilidade de haver relação com o crime organizado vem sendo levantada pelos meios de comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pelo Ministério Público.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... pela polícia, pelo Ministério Público. Como existem alas da polícia que dizem, até o momento, que está relacionada a crime comum, mas tanto faz...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso já é motivo para que ser convocado para que possamos tentar esclarecer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente. Agora, o objetivo deste CPI não é investigar o crime organizado. O objetivo é investigar o crime organizado relacionado aos jogos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não conheço nenhuma CPI que se limite ao pé-da-letra. Não conheço. Basta que olhemos ao nosso lado: a CPMI dos Correios, por exemplo. V. Exª deve entender que há uma preocupação. Respeito a preocupação...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A preocupação é minha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, do Partido de V. Exª, do Partido de V. Exª em

relação à presença do Sr. João Francisco Daniel, amanhã, nesta Casa. Não entro em comentários, não faço comentários, só que tenho identificado essa preocupação e quero deixar claro a V. Exª de que não só V. Exª externou essa preocupação. E eu, como Presidente desta Comissão, não tenho nada contra o Partido de V. Exª. Estou aqui conduzindo com transparência e com o apoio de V. Exª...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ... com o apoio de todos os Senadores que aqui se encontram, com o apoio do Relator, com os nossos depoentes. Então, devo dizer a V. Exª: talvez seja a única CPI em que nenhum requerimento esteja para se pensar se vai ser votado. Só um, que comuniquei hoje, antes de suspender a sessão, que é o requerimento que convoca o Ministro Palocci. E, como fiz com os outros, comuniquei, inclusive, ao Senador Tião Viana que, na semana após a Semana da Pátria, vamos colocar em votação, e caberá aos Srs. Senadores decidir. É um requerimento de autoria do Senador Geraldo Mesquita. Quero dizer a V. Exª que não vou, por hipótese nenhuma... Todos os requerimentos que aqui chegarem vamos analisar. Serão entregues aos senhores todos os que entrarem aqui para que possamos fazer a avaliação. Agora, o que eu não posso, como Presidente, é exatamente proibir que nenhum Senador apresente requerimento, e caberá aos senhores decidirem. Eu sou apenas o juiz, eu sou apenas o que estou presidindo para aceitar a decisão da maioria. Esta é a minha posição, que vai ser até o fim. Agora, o que eu não vou poder fazer aqui é engavetar requerimentos. Aí não. Aí não vou fazer. Se os senhores entenderem que não devem aprovar esse ou aquele requerimento, é um direito de a maioria aqui decidir. É isso que quero deixar claro não apenas a V. Exª, mas a todos os membros da Comissão, porque não vejo nenhuma posição...

Senador Arns, quando aceitei presidir esta CPI, por uma decisão da unanimidade desta Casa, por unanimidade dos que estavam presentes, tive o cuidado de pedir ao próprio Líder do Governo que indicasse um Relator da Base do Governo, porque, se aqui tivesse escolhido hoje um Senador que fosse do PSDB ou do PFL ou de outro Partido, com certeza, diriam que era uma CPI de Oposição. E foi o Líder do Governo que fez a indicação do honrado, sério, competente Senador Garibaldi Alves. Por isso, estou tranqüilo, porque nenhuma outra CPI teve esse cuidado. Decidiram no voto e na maioria. Aqui não. Aqui eu dei o direito ao contraditório, como Presidente, na hora em que fui eleito, e pedi à própria Base do Governo que fizesse a indicação do Relator para que todos nós que fazemos esta Comissão possamos, no final, ter um trabalho conclusivo, com resultados e dizendo a verdade naquilo que interessa à sociedade. É isso que quero esclarecer, que vou continuar com transparência e a independência que os senhores estão construindo nesta CPI.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só quero, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ..., para ser bem rápido, dizer que, realmente, o assunto desta CPI é essencial para o Brasil, tanto que está sendo objeto de uma CPI. Agora, precisamos sempre pensar bem, nesse caso, assim como todo o Brasil, no sentido de que estamos vendo a relação do jogo, de maneira geral, com o crime organizado, porque, se fossemos olhar o crime organizado, teríamos que ver por situações dramáticas no Brasil inteiro. Agora, em relação à presença do irmão do Celso Daniel aqui, eu, sendo um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, jamais iria impedir a presença do irmão do Celso Daniel em função de uma preocupação com o que ele vai falar, porque aí eu estaria desvirtuando por completo toda a questão que a população deseja. Eu só queria dizer que a presença do irmão do Celso Daniel não está relacionada à questão do jogo, até o momento. Eu não sei, talvez venha a ser em função do depoimento, mas em relação à possibilidade do crime organizado. Então, nesse sentido, é fundamental, como a própria convocação do – não me lembro do nome da pessoa – daquele senhor japonês do Sebrae.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Okamotto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Como? Okamotto. Quer dizer, nós estamos investigando alguma coisa que não tem nenhuma indicação que seja relacionada ao jogo. Então, também isso tem de ser visto. Agora, de qualquer forma, todos esses episódios, eu acho que uma CPI, os depoimentos acho que também são pedagógicos para todos nós, para o Congresso e para a sociedade brasileira, para que vamos aprimorando os instrumentos e as instituições para que elas sirvam às necessidades que o povo brasileiro espera que elas atendam.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, dispõe V. Exª da palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, eu gostaria, preliminarmente, de dar uma palavrinha, quase que de ordem pessoal, com o Dr. Dourado. Logo no início, quando o senhor falou sobre o tratamento do Ministro, eu disse que comigo não foi assim. Eu queria explicar por que eu fiz essa referência, para não

parecer que houve qualquer tratamento agressivo ou algo parecido.

Um dia, eu estava no Memorial da América Latina, em São Paulo, e o Presidente Lula presidia um evento muito importante. Eu tenho muito respeito pelo Presidente Lula. Nós tivemos momentos difíceis em outros períodos. Então, S. Exª sempre me tratou com muito respeito e o meu tratamento com Sua Excelência também é idêntico. Então, nunca vou agredir o Presidente Lula. Não tenho condições de fazê-lo. Mas ele me disse: "Vocês precisam me ajudar um pouco a resolver os problemas das PPPs". Eu falei: "Olha, Presidente, eu só acho que, para nós avançarmos, o senhor tinha de indicar alguém do Governo que pudesse conversar com todas as Lideranças, com o PSDB, com o PFL, e não ficar só na Base do Governo, senão fica uma briga que não progride. Eu sei que há muito interesse em aprovar os PPPs. São Paulo já tem, outros Estados têm". Ele falou "Que tal o Palocci?" Eu falei "Ótimo, porque todo mundo respeita o Ministro Palocci". Então, eu cheguei em Brasília, peguei o telefone e falei com a secretária: "Eu queria um minuto em pé para falar com o Ministro Palocci". Ela desligou e daí a um pouco ligou para minha secretária e disse: "Faça o pedido por escrito". Eu disse: "Está bom, faz o pedido por escrito: 'desejo um minuto de audiência'." Ela disse: "É preciso dar o motivo." Falei que era interesse de Estado. Qual o motivo? Eu ia discutir assunto de interesse do Governo. Nunca obtive uma resposta. A minha secretária reclamou umas duas ou três vezes e eu disse: "Não, suspende, porque não há o desejo de me receber".

Eu disse ao Ministro – não guardei comigo –, a primeira vez em que ele veio aqui eu disse: "O senhor trata todos com carinho. Trate todos os outros e a mim também, porque eu sempre respeitei o senhor. Conversamos várias vezes em Ribeirão Preto". S. Exª ficou meio assim. Eu também não entrei no mérito. E passou. Mas ficou alguma coisa que eu acho que eu merecia pelo menos uma resposta: "não vai recebê-lo" ou "não tem tempo" ou "a agenda que o Dourado fez não dá para encaixar o senhor", qualquer coisa nesse sentido. Isso para não parecer que houve um desrespeito.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas, Senador, eu gostaria de aproveitar este momento do senhor e, em nome da equipe, pedir desculpas para o senhor pelo procedimento inadequado ou pela conduta que possa... Peço desculpas para o senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fica registrado em público, para não parecer que tenha havido alguma coisa que...

O SR. JUSCELINO DOURADO – E gostaria de registrar as minhas desculpas também em nome da equipe. Sempre que o senhor precisar, estaremos à disposição

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... alguma coisa que possa ser intolerável e desrespeitosa. Não. Eu senti mais porque o Presidente deu a idéia e eu queria ajudar, queria resolver, porque eu sentia, no meu Partido o interesse de se buscar a saída para aprovar as PPPs.

Então, eu...

O SR. ENRICO GIANELLI – Porque, na verdade, toda vez em que se estabelece um procedimento, um **modus operandi,** às vezes há os exageros, também, de as pessoas cumprirem, e como sempre fomos muito rigorosos na questão de estabelecimento dos procedimentos da agenda e coisa e tal...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Quando o senhor falou que é o rigor da hierarquia, eu devo falar está no décimo primeiro lugar.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não era isso. Na verdade, como estabelecemos um procedimento muito claro e a equipe tenta respeitar, principalmente quando eu estou fora do gabinete, ter um ritual, mas ele sempre tratou...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** O Poder Legislativo, felizmente, tem que ser respeitado pelo que representa na estrutura de Governo. Então, não há indelicadeza em negar uma audiência. Não vejo nenhuma razão. Ficar indiferente é que eu acho... Mas não é um protesto, é apenas um esclarecimento.

O Senador Flávio Arns falou sobre o problema de achar que teria um corte de relacionamento do Sr. Buratti em razão das acusações.

Eu fiz um pequeno organograma da relação que tinha o Ministro Antonio Palocci, quando Prefeito, com os três, com outros nomes que não me vêm à cabeça, com o Buratti, o senhor e o Ralf Barquete, que eram bem ligados lá. Tanto é que, à época, chamavam de "república de Ribeirão Preto" essa estrutura administrativa e acho que o Ministro o trouxe para Brasília por confiar exatamente nas pessoas que com ele trabalhavam.

Eu fui chefe de setores da Administração Pública e sei que temos que confiar nas pessoas que conosco trabalham. Então, não vi nenhuma razão. Ele poderia perguntar "o que foi que você fez, Buratti?" Era uma questão de amizade, de quase parentesco, padrinho. "O que você fez? Explica para mim." Isso seria natural, um questionamento, mas um rompimento eu não sei se seria razoável. Por isto, achei que há razões que o próprio sentimento não explica. Há razões de foro íntimo que a própria razão não explica.

Esses sentimentos de foro íntimo que o senhor, em toda a sua exposição, demonstrou pelo Buratti, a sua amizade, o seu carinho por ele, ficou claro. Também

ficou claro que o seu relacionamento social, segundo ele, com o Ministro Palocci continuou, pelos telefonemas que foram levantados na pesquisa aqui feita. Não é isso, Deputado? Então, ficou claro que esta relação de amizade continuou e continua. Não sei se foi interrompida recentemente.

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, aquele inquérito é uma outra coisa que a gente não discute, porque o Buratti saiu para não haver pressão sobre o Prefeito à época. Ele se demitiu, segundo a exposição que fez aqui, para poder não ter nenhuma relação. E ficou, acho, um pouco amargurado porque não foi chamado de volta. Pelo menos foi o que eu senti aqui no depoimento dele.

Como o Senador, nosso querido Magno Malta, acho que há uma coisa inversa, Senador Flávio Arns e Senador Magno Malta, ele falou certo: jogo é contravenção. Do jogo nasce o crime organizado, não é do crime organizado que surge o jogo. O jogo se envolve com o crime organizado para sobreviver e comandar a sua ação, porque ela não se limita a uma ação individual daquele que faz o jogo, ele faz o domínio de toda a área. É assim historicamente. A polícia sabe que, no jogo-do-bicho no Rio de Janeiro, em São Paulo, quem tenta furar é eliminado sumariamente, sem nenhuma discussão, sem testemunha. O tráfico de drogas, tudo começa a se interligar.

Agora, o caso de Santo André, eu falei que achava que tínhamos que ouvir. Ninguém falou que não deveria ou que deveria. Foi feito um requerimento. Por quê? Porque disseram que o jogo colaborou com a caixinha que o PT formou nos municípios como teste, como experiência para esta organização que, infelizmente, estourou e nos amargurou a todos, porque eu acho que uma amargura o senhor não vai negar que sentiu com toda essa lama que apareceu dentro do Partidos e envolvendo outros partidos e outros elementos que não são partidários mas participaram ativamente de toda essa lavagem de dinheiro, de toda essa distribuição de dinheiro. Então, é por isso que ele está sendo chamado aqui, porque houve um crime organizado. Não é um crime político mesmo, porque o crime político seria pela segurança nacional. Está lá a Polícia Federal. É um crime previsto no Código Penal. Houve seqüestro seguido de morte, com uma conseqüência, de eliminar alguém que pretendia cercear uma atividade criminosa que era de arrecadação, que ficou comprovada através dos depoimentos das empresas de ônibus, que contribuíram e deve... O presidente do setor de transporte participou ativamente dessa arrecadação, que teria, aí sim, o irmão do Celso Daniel, o João, ou o irmão dele, trazido dinheiro para Brasília, mais de um milhão, para entregar para o caixa do Partido. Essa é a história que tem lá.

Eu só tenho mais alguns detalhes porque meu filho passou a fazer parte do inquérito da localização da viatura, que foi em Taboão da Serra, onde ele era o delegado seccional, e passou a investigar a quadrilha e prendeu aquele que foi resgatado por helicóptero e foi morto posteriormente à sua prisão. Ele disse que iria denunciar o que tinha acontecido e foi morto. Eles mataram o garçom, mataram seis pessoas. Se me disserem que isso não é crime organizado, eu me suicido. Não é crime político. Crime político teria uma outra razão, que era a conquista do poder, derrubar o Governo, e não era essa a idéia. Então, é um crime previsto no Código Penal com suas agravantes. Posso estar errado, mas não vou raciocinar em termos de crime político e trazer alguém aqui para discutir crime político, não. O que houve foi crime organizado. Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone.Inaudível.)*

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Crime organizado por pessoas do Governo.

No dia do velório, eu fui até lá. Fui até lá porque acho que toda a sociedade paulista e brasileira ficou chocada com a morte do Celso Daniel e com a forma covarde com que ele foi assassinado. Eu percebi no Presidente Lula um constrangimento terrível, de amargura, porque o Celso Daniel era a pessoa escolhida por ele para coordenar a campanha eleitoral. Então, deveria ser de absoluta confiança dele. E o que a história conta é que o Celso Daniel ameaçou denunciar o desvio do dinheiro que poderia ser arrecadado para a campanha para pôr no bolso de alguns elementos de mau caráter que lá estavam. Por isso que ele teria sido eliminado. Eu estou dizendo a suposição da reabertura do inquérito. O inquérito não acabou. Houve um final que ficou sob suspeita, porque o próprio menor que disse que assassinou o Celso Daniel... As fotografias foram colocadas sobre a mesa de várias pessoas, inclusive de Celso Daniel, que não reconheceu. Ficou cara-a-cara, porque ele disse que deu um tiro no rosto, e o Celso Daniel tinha um tiro nas costas. Há também o legista, que, ontem ou anteontem, fez uma declaração.

Então, o jogo pode estar implícito nessa arrecadação. Eu rezo aqui para que o irmão do Celso Daniel deponha e elimine todas essas dúvidas que temos. Não estou querendo, absolutamente, que ele enrede ninguém que possa ser inocente nesse caso. Então, é por isso que temos que ir eliminando aqueles fatos que vão surgindo ao longo da investigação.

Eu tenho algumas perguntas ao senhor...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Pois não, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não vou aborrecer porque, no fim, eu desviei toda a razão.

O senhor responde algum inquérito, doutor? Tem algum inquérito...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...alguma ação judicial que implique a sua pessoa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Não que eu tenha conhecimento ou que tenha recebido qualquer comunicação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que eu tenho aqui a relação, doutor, de ação popular no terceiro... Deixa-me ver aqui. Ação popular e ação civil pública. De Ribeirão Preto, no 8º cartório cível, é um ato público atacando esse caso. Autor, advogado Luiz Eugênio Scarpino.

O SR. JUSCELINO DOURADO – É uma ação do PSDB.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor conhece?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheço, é o advogado do PSDB de Ribeirão Preto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso.

Diz aqui, requerente, Alessandro da Silva Firmino; requerido, Antonio Palocci, Juscelino Antônio Dourado, Maria Cristina Gameiro e Silva, Walter Maximiano, MW3 Propagandas e Marketing Ltda.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acabou o meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, fique à vontade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou terminar aqui já, já.

E outro de Ribeirão Preto, também ação civil pública. Requerente, Ministério Público do Estado de São Paulo; requerido Donizete Carvalho Rosa, Ricardo Gorayeb. Aqui, requerido, Luiz Álvaro Ferreira Navarro, já é outro. Requerido, Antonio Cortez Fernandes, requerido, João Luiz Furco, requerido, Juscelino Antônio Dourado. É o senhor?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E requerido é o Efraim Ribeiro dos Reis.

O senhor conhece essas pessoas? Tem mais alguns.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece esse Efraim?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheço, foi diretor...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem outra ação popular que também...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Efraim é lá de Ribeirão Preto? É um nome difícil, encontramos outro aí.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem outra ação popular do advogado Roberto Reck.

O SR. JUSCELINO DOURADO – É outro advogado do PSDB de Ribeirão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nicanor Lopes, Ministro Palocci, Gilberto Cid Mangnoni e Juscelino Antonio Dourado. O senhor é sempre parceiro do... não estou fazendo nenhuma acusação. Estou apenas relatando o que está saiu no computador, na pesquisa sobre se o senhor respondia, ou não, a algum processo. O que é natural aqui, não estou querendo nem agredi-lo, nem nada. E há outros aqui; depois, se o advogado quiser – ele deve ter, ou o senhor tem.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, só para esclarecer, Senador. Não sei se o senhor quer fazer alguma pergunta específica.

Na verdade, durante a gestão municipal...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela se refere, cada uma, a um caso ou o senhor...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, cada uma, um caso. A cada programa que a gente lançava ou a cada projeto que a gente fazia, havia dois núcleos de denunciantes em Ribeirão Preto, que entravam com ações civis ou com supostas...

Um grupo era formado por um ex-vereador, que tinha sido cassado por falta de decoro, que tinha a gente como referência para fazer um embate. Então, ele toda semana...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Efraim não. Não quero fazer propaganda desse vereador aqui, porque ele, a cada semana, entrava com vinte, trinta denúncias, e coisa e tal. E um outro núcleo era formado por dois advogados do PSDB, que é o Roberto Reck e o Scarpino, que também se moviam toda semana... A cada programa que a gente lançava, entrava na Justiça, embargava. Fazia parte do processo da luta política local.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, é campanha política?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Fazia parte do embate local. E essa outra que o senhor falou, essa tinha...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De ação popular.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Essas são ações popular, ação civel pública. E tem uma outra que é diferente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Ministério Público entrou com uma...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Que cita aí o Navarro, é de uma época da primeira gestão ainda de um processo junto ao Tribunal de Contas do Estado, que era referente à remuneração da diretoria da empresa e que ficou um impasse com o Tribunal de Contas sobre legislação celetista, tal, tal, que, praticamente, eu achava que já tinha sido concluída, dando ganho de causa para a gente, mas pelo visto ainda está em aberto. Vou ver com o advogado aqui por que não encerrou, porque conseguimos esclarecer junto à Justiça.

Mas as outras duas são referentes a um embate nosso, talvez tenha até outras que o senhor talvez não tenha encontrado, porque a cada semana tinha vinte; a cada programa que a gente lançava, tinha pelo menos duas. Uma desse ex-vereador e uma desses dois advogados do PSDB.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas até hoje não...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não concluíram, algumas não viraram denúncias...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eles entraram com alguma ação também contra aquelas obras que foram dadas à Leão & Leão sem licitação? Foram mostradas aqui várias...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu não saberia responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas você não era...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não era responsável.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas você sabe que houve isso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, sei que houve várias.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na última vez do Buratti aqui, nós mostramos que foram várias obras dadas à Leão & Leão sem licitação na época do Ministro.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu lembro o seguinte, Senador, e aí só para esclarecer com relação a essas obras. Em Ribeirão Preto... Quem conhece Ribeirão Preto, é uma cidade cortada por alguns rios, inclusive o rio que originou o seu nome, que é o Ribeirão Preto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem muito aditamento na Leão & Leão...

O SR. JUSCELINO ANTÔNIO DOURADO – Isso, só para esclarecer com relação à... Assim que a gente assumiu o segundo governo do Ministro Palocci, em 2001, fomos acometidos por uma grande enchente, tida com a maior enchente dos últimos cinqüenta anos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Transbordou o ribeirão, não é?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Retiro Saudoso e o Ribeirão Preto, que cortam o centro da cidade, que foi a maior enchente dos últimos cinqüenta anos em Ribeirão Preto. Então, foi decretado estado de calamidade pública e recebemos, na época, verbas do Governo Estadual e Federal...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era contrato de emergência.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. E aí foram feitos vários contratos de emergência para pontes que tinham... Houve queda de barrancos, casas foram inundadas, ruas foram alagadas, árvores caíram. E o Prefeito não podia licitar. Então, não apenas a Leão & Leão, mas várias outras empresas foram contratadas emergencialmente para que pudéssemos superar essa calamidade que acometeu a cidade de Ribeirão Preto.

Então, parte do que saiu nos jornais como denúncia referiu-se a processos legais já tratados no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e que foram decorrentes do estado de calamidade pública que acometeu a nossa cidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Dr. Edson e o Banco Prosper o senhor só conheceu no dia da marcação da audiência? Porque diz-se aqui que foi uma explicação genérica. O que é explicação genérica?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não entendi, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor disse, no depoimento, que ele só falou genericamente, não detalhou...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, na verdade, a pauta que foi solicitada e tratada com o Ministro Palocci foi... Como a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro tinha sofrido uma alteração de operação quando as operações do Rio vieram para São Paulo, ela estava num processo de reorganização, e quando foi solicitada, era no sentido de apresentar alguns caminhos que estavam sendo discutidos junto à Diretoria da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para retomada das atividades.

Inclusive, esta semana foram realizadas algumas atividades com relação a leilão de energia, que já é esse processo de retomada das atividades da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Então, essa era a pauta que foi tratada pelo Edson na audiência com o Ministro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Presidente do Conselho, Joaquim Levy...

O SR. (Orador não identificado) – Senador, só para um esclarecimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – O Edson...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Edson é o Presidente do Banco Prosper e Diretor da Caixa Econômica.

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Edson, coincidentemente, era o Presidente do Banco Prosper e da Diretoria da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que solicitou a audiência com o Ministro e foi atendido pelo Ministro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse Banco Prosper está sendo muito citado no caso.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não conhecia. Conheci nos depoimentos que foram oferecidos aqui.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Também não conhecia. É vinculado a um grupo econômico do Rio de Janeiro – não me recordo do nome –, Peixoto de Castro, Peixoto de alguma coisa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou fugindo já do tempo.

O SR. JUSCELINO DOURADO – ..., que tem um braço financeiro que é esse banco, mas eu também não conhecia.

O SR. (Orador não identificado) – Não tem ninguém de Ribeirão Preto lá?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Que eu saiba, não. Eu conheci o Edson no momento da audiência com o Ministro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. Juscelino, o Joaquim Levy assumiu a Presidência do Conselho, como o senhor verificou...

O SR. JUSCELINO DOURADO – O Joaquim Levy assumiu a Presidência do Conselho da Caixa Econômica Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E quando o senhor estava no cargo de conselheiro, ele era o Presidente?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu não fui conselheiro da Caixa, Senador. Eu assumi, recentemente, o Conselho da Caixa Vida e Previdência, que é uma empresa que foi privatizada...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, não é a Caixa Econômica?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, é uma empresa que pertencia...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Qual é a atividade dela?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Ela atua na área de vida, previdência e seguros.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Previdência privada?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Previdência privada, como PGBL, VGBL, seguros, consórcios. Era uma empresa da Caixa Econômica Federal que foi privatizada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor ficou pouco tempo?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, ela foi privatizada e a Caixa detém 49% das ações.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o senhor continua como conselheiro?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Continuo e assumi recentemente, faz dois, três meses; antes eu pertencia ao Conselho da Cosipa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu entendi o inverso, que o senhor tinha assumido a Caixa.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, da Caixa Econômica eu não faço parte do Conselho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nesse depoimento do Luciano, que V. Sª já explicou, eu entendi bem, por que ele dá tantos detalhes aqui?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Quem é Luciano, Senador?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Luciano André Maglia, que era funcionário da gráfica da empresa Vilimpress Indústria e Comércio. Não falaram nenhuma vez no nome dele com o senhor?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, o senhor está me dizendo agora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, acho que o Relator esqueceu, porque todos perguntaram sobre essa...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Falaram da gráfica, mas não me falaram...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É Luciano André Maglia, brasileiro, casado, gestor financeiro... E aí dá detalhes da identificação dele... Junto com seu advogado José Firmino Holanda... Lá em Ribeirão Preto, foi empregado da empresa Vilimpress Indústria e Comércio Gráfica Ltda. E aí ele conta a história e fala em notas frias, fala em pagamentos na boca do cofre em dinheiro, em cheques. V. Exª explicou. Qual seria a razão de ele dar tantos detalhes da participação do senhor na produção de material da Gráfico, dessa empresa?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Olha, Senador, após ter saído aquela matéria...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor desculpa eu estar perguntando outra vez...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. Tranqüilo, Senador!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...até porque o senhor nem sabia o nome do denunciante.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Imagina, imagina! Agradeço a pergunta do senhor.

Logo que saiu a matéria...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se o advogado quiser cópia, está à disposição.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Assim que saiu a matéria no jornal **O Globo**, acho que, no dia de ontem – inclusive eu viria a esta Comissão até para poder esclarecer...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A **Folha** publicou também hoje.

O SR. JUSCELINO DOURADO – A **Folha** publicou hoje. Até me perguntaram ontem se eu não ia responder, eu disse: Vou responder na Comissão, porque vou aproveitar e prestar esse esclarecimento.

Ligaram-me de Ribeirão Preto e me disseram que esse funcionário foi demitido da empresa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou perguntando isso porque o senhor disse não considerar o que é bandido.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não entendi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor disse para tomar cuidado quando pegar um depoimento de pessoa considerada marginal, por ele ter sido...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não, em nenhum momento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... demitido por furto.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Ele teve uma acusação na empresa e foi demitido da empresa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por furto.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Isso foi o que me disseram.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou dizer para o senhor com experiência policial: a gente só consegue informação correta de quadrilha através de bandido.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Pois é, mas, nesse caso...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Assalto a banco, o senhor só consegue no presídio a informação de qual é a quadrilha que agiu.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas, nesse caso, Senador, eu lhe respondo com...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não estou falando para o senhor...

O SR. JUSCELINO DOURADO – ... profunda sinceridade...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... que ele tem razão, não. Acho que deve ser convocada essa pessoa. Ela deve ser convocada aqui até para se retratar, se for o caso.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu queria só esclarecer que o que ele diz no depoimento não condiz com a realidade. Já esclareci isso. Se quiser, esclareço novamente esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não o conhecia?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, o nome não me é...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem um *e-mail* aqui, Sr. Presidente, que me pediram muito para ler.

Vou só ler, mas sem ofender o senhor, porque fica todo mundo vendo na televisão e ficam mandando *e-mail*.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas é um *e-mail* apócrifo ou é assinado?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A pessoa assinou e pediu para eu ler o nome. Aqui diz: "Pode citar o meu nome". Luiz Edmundo Saraiva, ex-auditor da Receita Federal. Hoje tem um escritório de advocacia empresarial.

Não é de Ribeirão, não. É do Rio de Janeiro.

Ele diz que os depoimentos a que está acostumado a ouvir, depoimentos iguais aos de V. Sª, que é o Chefe de Gabinete do Ministro Palocci, "com essa vida nomástica – ele escreveu nomástica; é monástica –, só falta asas para ambos estarem perto de Deus".

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu acho que, para estar nas asas de Deus, eu não preciso...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para estar perto de Deus, o nosso coração precisa estar puro...

O SR. JUSCELINO DOURADO – E não gostaria de comentar...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...tenho certeza. E, perto do Senador Arns, a gente já está no meio do caminho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati. Em seguida, ao Senador Magno Malta.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Antes de colocar a minha questão, que vai ser muito direta, muito simples, eu queria falar sobre duas questões: primeiro, parabenizá-lo pelo fato de não vir com **habeas corpus.** Eu não sou advogado, mas essa coisa de chegar aqui com **habeas corpus** para mentir é realmente difícil de entender. O sujeito vem com o direito de mentir. Só o fato já cria por parte, acho, de todos nós uma boa vontade maior no questionamento.

Em segundo, só lembrar um pouco aqui a origem – evidentemente, há o Senador Magno Malta, que re-

quereu esta CPI – dessa discussão: ela decorreu de dois fatos importantes, o que virou uma grande discussão. Um é a questão da votação da lei do bingo. Estranhamente, já estava correndo na Casa um projeto de lei que regulamentava o bingo, por parte de uma Senadora do PT. Tenho certeza absoluta – todos nós temos certeza – de que não foi da iniciativa dela. O Senador Arns lembra disso e está até aqui uma lei completa, de gente que conhece profundamente os meandros do jogo do bingo – bingo permanente, bingo eventual, bingo esporádico –, que regulamentava o bingo no Brasil inteiro.

No meio tempo, aconteceu o escândalo do Waldomiro, que apareceu sendo filmado, recebendo dinheiro... Recebendo dinheiro, não – são tantos filmes, que confundimos um filme com o outro –, propondo uma propina para um cidadão chamado Carlos Cachoeira, conhecido no submundo, no jogo do bicho, na contravenção. O Senador chama de contravenção, outros chamam de crime organizado, mas é submundo. Conhecido no submundo. Causou uma enorme surpresa ao País o fato de ser o braço direito do homem mais forte do Governo, praticamente um primeiro-ministro, que tinha dentro do seu gabinete um homem que tinha uma interlocução com o submundo e, além disso, tinha troca de dinheiro e de favores.

Esse fato ficou um tempo arquivado, porque foi pedida uma CPI, foi pedida uma investigação, o Governo conseguiu suspender a investigação, não houve a CPI e o caso ficou como está.

É importante lembrarmos, Senador Arns, Senador Efraim, que o homem que foi filmado falando com o jogo, ou seja, com o crime – porque o jogo como um todo, que ele estava representando, é uma coisa ilegal –, recebendo propina, até hoje está absolutamente incólume, está vivendo bem, tranqüilamente, passou, etc. Ficou trabalhando, numa vida normal, ou seja, absolutamente impune, e nós, aqui, fomos impedidos, pela maioria do Governo, de investigar o que tinha acontecido.

Ora, naquele momento, parecia um fato isolado a ligação de um homem do Governo, de dentro do Governo, de dentro da cúpula do Governo, com o submundo da contravenção, recebendo e trocando favores e dinheiro.

Ao mesmo tempo tinha um outro fato que causou um grande mistério, que era o assassinato do Prefeito de Santo André, porque também eram meio inverossímeis um assassinato após o outro e aquelas coincidências, mas não era crível que houvesse, do homem que seria o grande arrecadador e organizador da campanha do Presidente Lula, uma ligação ou envolvimento tão grande com o submundo. Mas a coisa estava complicada.

Com os novos acontecimentos, ficou claro e evidente – e aqui temos dois fatores que aparentemente são diferentes mas que se casam – que havia, sim, uma ligação antiga do PT com esse submundo do jogo, de alguma maneira com a questão do lixo, das empresas de ônibus, em que havia jogos, ou negociações de todo tipo, e que havia uma ligação que foi o motivo que, inclusive, acabou trazendo o Sr. Buratti aqui. Foi esse esquema de ligação e arrecadação, porque ele disse: "Nós recebíamos, nós repassávamos recursos para o Delúbio", e era dinheiro para o PT, era o esquema de arrecadação do PT. Depois, o Buratti disse: "Havia, sim, ligações, contribuição forte do jogo à campanha do Lula, de São Paulo e do Rio".

Aí, jogando-se isso com a ligação do Waldomiro com o Carlos Cachoeira e uma legislação que, evidentemente, não é de autoria da Senadora – alguém pediu que ela colocasse –, porque é uma Senadora íntegra, honesta, que nós todos admiramos e conhecemos, ficou absolutamente interligada uma coisa com a outra.

Qual a questão que queremos saber neste exato momento? Se havia um esquema de proteção dentro do Governo para o jogo – no caso, o bingo, inclusive –, e esse esquema de proteção era realizado, porque a campanha do Governo Lula recebeu doação do jogo, portanto, do crime, de uma atividade criminosa. Essa é uma pergunta que temos.

Por isso é tão importante que saibamos qual era esse subgrupo criado para estudar o bingo, ao mesmo tempo em que havia uma proposta do PT rodando que justamente legalizava o bingo, quem estava atrás disso e qual a ligação dela com as doações de campanha, ou seja, doação de campanha de atividade criminosa para que o Governo desse o suporte necessário a essa atividade.

A meu ver, é essa a questão que não podemos dividir em departamentos. Não tem jeito porque uma coisa vai puxando a outra.

Farei apenas duas perguntas que me parecem importantes e fundamentais para o que queremos.

A primeira na questão da Gtech. Trata-se de uma operação muito vultuosa, talvez a maior da Caixa Econômica, a mais importante, num total, fazendo-se as contas, de cerca de R$600 milhões. Não dá para acreditar que isso seja feito a partir de autorização de uma diretoria. Qual o Ministério que autorizou essa operação?

Sabíamos que havia dois Ministérios evidentemente envolvidos: o da Fazenda e a Casa Civil. A Caixa é subordinada à Fazenda, mas as declarações nos levam aqui que não foi pela Caixa. Foi a Casa Ci-

vil que deu a última palavra naquela operação? Qual o Ministério que autorizou uma operação desse vulto naquela circunstância?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, não tenho essa informação para dar. Não tenho conhecimento dessa informação, porque não conheci esse assunto da Gtech no período que está declarado, 2003, que teve a renovação do contrato.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Essa sua resposta me leva ao seguinte: foi a Casa Civil, porque com certeza...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não posso lhe afirmar.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor está dizendo o seguinte... Estou tentando decifrar.

Se o senhor é chefe de gabinete, homem da absoluta confiança do Ministro Palocci, e não sabe dessa operação, portanto, se fosse autorizada pelo Ministro Palocci o senhor saberia.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Pelo que estou sabendo, Senador, sobre o processo de decisão... Esse processo de decisão, assim como outros contratos que são realizados na Caixa Econômica Federal, são votos da diretoria da Caixa que decide a assinatura e a conclusão desses contratos.

Esse contrato específico da Gtech, pelo menos do que tenho conhecimento do meu trabalho junto ao gabinete do Ministro da Fazenda, isso não foi pauta de reunião de trabalho do Ministério da Fazenda. Pelo menos do que tenho conhecimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então, me faz crer que só pode ter sido da Casa Civil, porque os dois Ministérios estavam envolvidos. Até já vimos aqui....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como diz o Senador Tasso, não é possível que depois dessa onda toda sobre a Gtech, no dia de hoje, V. Sª não tenha sabido como isso ocorreu. Isso não é possível, não entra na cabeça de ninguém, e fica mau para o seu depoimento. O Ministro Palocci não conversou com o senhor sobre o problema de Gtech, essas discussões todas, uma entrevista que ele dá. Quer dizer, pense bem, o Senador Tasso tem razão em querer deduzir que o senhor não quer dizer a verdade.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, na verdade, o que estou dizendo é o seguinte: tive conhecimento do fato da Gtech só após o escândalo que envolveu o Waldomiro Diniz. Foi quando eu conheci; não conhecia essa empresa.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor conhecia o Waldomiro?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Conheci o Waldomiro como chefe...subsecretário de relações parlamentares da Casa Civil. Falei com ele diversas vezes no ano de 2003, porque era chefe de gabinete do Ministro da Fazenda.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Da Fazenda, não.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu era. Sou chefe de gabinete do Ministro da Fazenda, e toda vez que tinha assuntos parlamentares ou qualquer tipo de ação junto ao Parlamento, Waldomiro era a pessoa a que todo o Governo se reportava, porque tinha esta função de fazer a interface no ano de 2003. Então, essa foi minha relação com Waldomiro Diniz.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só um aparte, se V. Exª me permite. O requerimento de convocação do presidente da Caixa já está aprovado. Acho que até vamos ter certeza da resposta à indagação de V. Exª com a presença do presidente da Caixa, que virá na seqüência também.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Flávio Arns, faço essa colocação porque entendo que... O Sr. Juscelino já foi governo, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães, e aqui sabemos que uma operação deste tamanho não é autorizada simplesmente por um diretor, por um presidente. É impossível, principalmente sendo uma coisa polêmica. É estranho, se sabemos que não é autorizada, com toda essa participação comprovada de alguns intermediários envolvidos. Fica estranho. Eu acho difícil... V. Sª me parece um homem sério, não tenho dúvida disso, mas não está querendo dizer tudo o que sabe sobre o assunto, porque algum ministério, algum ministro aprovou essa operação. Não é possível. É difícil acreditar nisso.

Creio que isso seria uma contribuição enorme, e parte da nossa missão na CPI já acabaria, porque diria que determinado ministro autorizou, procuraríamos o ministro, e isso terminaria. Seria uma enorme cooperação, o nosso advogado teria menos trabalho, nós todos teríamos menos trabalho. A coisa estaria tão bem esclarecida, porque não é possível que não apenas V. Sª, mas que ninguém saiba quem autorizou. Isto é o que causa estranheza: ninguém, no Governo Lula inteiro, sabe quem autorizou; quem deu a última palavra: é para fechar isso. Ninguém sabe. Isso é absolutamente estranho.

Então, nos passa uma sensação de descomando no Governo, de falta de articulação, uma coisa tremenda que não nos dá, talvez, tanta preocupação, mas que dá uma preocupação gigantesca: Meu Deus, será que o Brasil está assim? Está gerido dessa maneira? Ninguém sabe quem faz nada?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por mais respeito que tenhamos ao Ministro Palocci, não é possível que um órgão subordinado a S. Exª não dê conhecimento, num despacho, ao ministro sobre um contrato de R$650 milhões – são R$200 milhões e mais R$450 milhões. Então, não é possível! Tenho a impressão de que o Ministro Palocci vai chamar a atenção do senhor amanhã, dizendo: você deveria ter dito que viu o contrato, senão eu não sou Ministro da Fazenda.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas, Senador, eu não posso afirmar uma coisa de que eu não tenho conhecimento e que eu não tenha visto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Gostaria só de fazer um aparte, se me permitem: na época em que o problema da Gtech começou, ele adquiriu a Racimec, a Datamec foi privatizada – teve um faturamento de R$240 milhões, foi vendida por R$80 milhões, tem fitas gravadas de propina, e foram confirmadas aqui. Naquela época, chamávamos de propina; não chamávamos de mensalão. Há fita gravada de propina para o PTB, que também apoiava o governo anterior. E, apesar de todos esses desmandos, não vou dizer que o Pedro Malan estava envolvido. Quer dizer, o Pedro Malan era Ministro da Fazenda, e a Caixa Econômica era subordinada ao Ministro Malan...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O Senador Flávio Arns agora está com a síndrome de Aloizio Mercadante, o que não é normal de S. Exª, mas todo o mundo tem momentos em que está gripado...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...Ao mesmo tempo, temos de tomar cuidado, até para esclarecer à população.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Todo mundo tem um dia de gripe, de resfriado. Hoje, V. Exª está com...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES PF(L – BA. *Fora do microfone*.) – Estamos discutindo esses R$650 milhões. A parte do Malan, V. Exª já deveria ter discutido aqui antes.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas está com a síndrome do Aloizio Mercadante. O Aloizio Mercadante é assim: quando a gente está discutindo algo, ele fala sobre o PSDB. Não é essa a questão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Acho que, realmente, tem de ser investigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O que estamos discutindo é o seguinte. Era uma questão altamente polêmica. A Caixa Econômica e o próprio Governo vinham aos trancos e barrancos com a Gtech havia muito tempo. Havia uma decisão polêmica dentro da Caixa, um grupo de técnicos da Caixa não aceitava, não achava ser possível; outros achavam ser possível etc. Eu não acho que tenha sido o Ministro Palocci não; eu não disse que tinha sido o Ministro Palocci, até porque tem umas coisas estranhas... Eu não sei como é que o Ministro...

O SR. (Orador não identificado) – Acho que o Malan não tinha...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, nem o Malan nem o José Maria Alckmin, que foi Ministro da Fazenda do Juscelino. Quem foi o Ministro da Fazenda de D. Pedro? O tempo é pouco para voltar atrás, depois a gente faz uma retrospectiva histórica de todos os ministros da Fazenda e do envolvimento deles com o bicho. O Dutra acabou com o bicho no Brasil. Lembra disso? Houve uma grande discussão. Vamos voltar para saber se o Dutra recebeu alguma coisa de propina? Não é essa a questão. Estamos discutindo o agora e o agora é esse.

Estamos vendo aqui um governo ultra-heterogêneo. Eu não acho que seja o Ministro Palocci, até pelo que foi colocado pelo Buratti aqui. Parece-me que não; ele tem credibilidade. O que vejo é o seguinte. No Banco do Brasil era o Pizzolato, mas o Pizzolato é do José Dirceu – tem esse negócio de um homem ser dono do outro! Já no Banco Popular, não era do José Dirceu, era do fulano.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Roberto Jefferson também.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Roberto Jefferson tinha. Quer dizer, a própria Fazenda... Você vê que, no Banco do Brasil, existe a invasão do time do José Dirceu claramente. O Pizzolato, o Ivan Guimarães e outros mais que eram do José Dirceu e outro era do PTB. Na Caixa Econômica um é do fulano e outro é do sicrano. Então, evidentemente, há uma disputa.

Parece-me que o Waldomiro... Aqui o Buratti foi muito claro e, em acreditando no que o Buratti... O Buratti foi bem aqui. Ele disse o seguinte, foi muito claro: eu tentei trabalhar pela Fazenda enquanto o outro tentou pela Casa Civil, mas nós não conseguimos pela Fazenda, não fomos bem recebidos, a coisa não prosperou. E continuou pelo outro caminho. Ele foi muito claro ao dizer isso aqui; não sou eu que estou dizendo, Senador.

O que estou querendo saber – essa é a grande dúvida aqui – é quem autorizou. Só isso. Não estou dizendo que foi ninguém, só estou dizendo que não é crível que ninguém saiba quem foi. Não estou dizendo, em absoluto, que foi fulano ou beltrano. Vou repetir: só gostaria de saber quem foi. Não dá para achar que o Governo todo não sabe quem autorizou essa operação. O senhor acha crível isso?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pode ser que um chefe de gabinete não saiba mesmo, mas o Presidente da Caixa tem de saber.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O Presidente da Caixa tem de saber, mas até agora ninguém sabe de nada. É isso que estou colocando.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Se ele autorizou ou se pediu para alguém...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então a Caixa é autônoma neste Governo. É isso?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu disse que o chefe de gabinete talvez não saiba, talvez não tenha essa condição, mas o Presidente da Caixa Econômica tem condição de dizer se ele tem autonomia ou se tem de pedir para alguém autorização para fechar o negócio.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Estou querendo colocar o que ele está dizendo: "Não foi a Fazenda". Ora, havia claramente uma disputa colocada entre a linha do Buratti – o Buratti, pelo que o Dr. Juscelino diz, não é de mentir muito – e a linha do Waldomiro. Se não foi a do Buratti, logo, foi a do Waldomiro, e a do Waldomiro era da Casa Civil. É isso que estou colocando. Ele podia ter dito sem o Ministro Palocci ter culpa nenhuma. Ele podia ter dito simplesmente: Não, foi o Ministro Palocci, mas ele recebeu um relatório x de um grupo de técnicos muito competentes e autorizou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E que o Lula mandou dizer que ele não se metesse nesse assunto...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pronto, acabou, está autorizado. Mas ele disse que não foi taxativamente. Isso é importante para investigar. Não estou querendo chegar ao Malan, ao José Maria Alckmin nem ao Santiago Dantas, porque aí sim estaremos perdendo o foco da pesquisa – ele está preocupado em não perder o foco da pesquisa, mas está indo lá no Malan! Então, é isso que quero saber. Não foi? Se não foi, ótimo, vamos acreditar. E eu acredito no Juscelino.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É que, de fato, queremos chegar a uma conclusão, não é, Senador Jereissati. Ele não disse que não foi; ele disse que não tem conhecimento.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Exatamente, Senador. Gostaria só de...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ele não falou que não foi. Ele disse que...

O SR. JUSCELINO DOURADO – A dizer exatamente o que eu disse.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A pessoa dizer... Acho que é pior dizer, do que dizer que não tem conhecimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, não. Aí, o senhor me permite, Senador Flávio Arns, Dr. Juscelino: eu aceito que ele diga "não sei". Um chefe de gabinete não tem obrigação de não saber. Mas dizer que não sabe se foi o Palocci? Ele não pode dizer isso, porque aí está pior: nem ele se entende com o Palocci. Aí não dá, é evasão, é sair da objetividade etc. Ele diga: o senhor disse. Pronto, V. Exª disse. Ele não tem obrigação de saber quem foi, concordo, mas que ele tem obrigação de saber se foi o Palocci, ou não, ele tem obrigação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agora, só para contribuir, para esclarecer. Ele também declarou. Não tenho procuração para defender o Juscelino, nem quero defendê-lo; que ele se defenda.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas eu não o estou atacando.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agora, ele falou que o Ministro Palocci tinha reuniões regulares com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica e que ele não tem conhecimento do que foi discutido nas reuniões de que não participava.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Uma discussão, uma decisão desse tamanho o chefe de gabinete de qualquer Ministro, Governador ou Senador sabe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. *Fora do microfone.)* – Não, e amigo...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu só queria que ele dissesse: não foi ou foi o Ministro Palocci. Eu não quero que ele diga "concordo com V. Exª". Está forçando a barra, então me diga quem foi. Eu não quero forçar a barra. Quero que diga se foi ou não o Palocci, "sim" ou "não", só isso. "Não sei", aí é difícil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. *Fora do microfone*.) – Se não quiser, diga "foi a Casa Civil".

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Foi ou não o Palocci?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, vou repetir a resposta que já disse ao senhor: não tenho conhecimento de que esse assunto tenha sido tratado no gabinete do Ministro da Fazenda. Não está na pauta de trabalho que passou, sob minha responsabilidade, no gabinete do Ministro da Fazenda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, qual é a responsabilidade dele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Ou seja, se esse assunto passou... *(Falha na gravação.)*

Minhas responsabilidades são várias. Tenho responsabilidade de fazer a agenda do Ministro, a agenda de trabalho do Ministro, organizar toda a documentação que é de responsabilidade do Ministro – autorização e assinaturas – e cuidar da estrutura...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso não passou, então, na sua mão?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não passou na minha mão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Piorou.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quanto a outro assunto importante que queria saber, também a resposta é muito subjetiva. Estamos preocupados com a influência, com o jogo que financiou a campanha do Presidente Lula, que estava dando recursos para o subchefe do Gabinete Civil, Dr. Waldomiro – não sei se ele era subchefe ou o que era –, mas o acesso ao Parlamentar é importante para o nosso esclarecimento.

Eu percebo que V. Sª, até a última resposta, estava cooperando. Quanto a esta, já não sei. Qual é a participação da Fazenda na discussão do bingo? Havia essa legislação aqui do bingo. A Fazenda fazia parte desse grupo. O senhor algum conhecimento tem sobre essa discussão, a discussão que fez essa lei?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu não participei desse grupo de trabalho, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas quem participou? Qual era a participação nessa discussão? Esse projeto da Senadora era de acordo com o que a Fazenda pensava?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu não participei da discussão desse projeto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, mas não havia um grupo da Fazenda dentro do projeto?

O SR. JUSCELINO DOURADO – O que levantei, que foi solicitado ontem, inclusive, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, consegui cópia do decreto, entreguei ao Presidente da Comissão. E havia um grupo formado; havia dois representantes da Fazenda, que participaram desse grupo. Deve ter elaborado um relatório. Eu não tive conhecimento...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim. Porque o projeto que estava aqui rodando...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eram os dois da Fazenda?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Aquele projeto veio do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, tem um projeto...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Aquele do qual a Fazenda participou foi um projeto enviado pelo Governo. Esse é da Ideli?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Esse é da Ideli.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas acho que esse é outro.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Desse eu não tenho conhecimento, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Governo mandou a mensagem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Era da Ideli, do PT, portanto não acredito que ela fizesse uma coisa à revelia do Governo.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas, Senador, desse eu não tenho conhecimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas, provavelmente, se estava estudando o jogo, o que quero dizer é que, logo no início, nós acompanhamos. No momento em que estava estudando... Havia um grupo da Fazenda e Casa Civil estudando o jogo. E havia um projeto...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Fazenda, Casa Civil e Ministério da Justiça.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E Ministério da Justiça. Havia um projeto detalhadíssimo correndo já no Senado de parte da Líder do PT, regulamentando o bingo. Se aquele grupo tinha acesso, qual era a conexão desse projeto com o grupo do Governo. Qual é a nossa desconfiança? Vou ser muito claro: o que estamos investigando é o papel do Waldomiro nisso aqui, ou seja, o papel do jogo e do submundo do jogo na elaboração dessa lei, qual era, se tinha ou não tinha. O senhor não conhece nada sobre isso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, eu não participei desse grupo de trabalho nem das interfaces que ele fez, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – OK, era o que eu queria saber. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Juscelino Dourado, sei que, a esta altura, qualquer coisa a ser consultada, ia ser repetitiva, porque já são muitas horas de depoimento e eu não pude acompanhar a parte mais significativa do seu depoimento; problemas de saúde me tiraram da audiência como um todo.

Eu também gostaria, a exemplo do Senador Romeu Tuma, de, no começo, fazer ressalva sobre o objeto, o foco e o fato determinado da CPI e dizer que nutro pelo Ministro Palocci admiração, mas não tenho razão nenhuma até porque não o conheço, não tive o

privilégio ainda, depois de três anos de governo, de ter uma audiência com ele, embora insistentemente tenha pedido como coordenador da Bancada do meu Estado, na busca de interesses do meu Estado. Não recebi sequer um telefonema para dizer, como falaram com o Senador Tuma, "mande por escrito". Não tive esse privilégio. Aliás, imagino que esta tem sido uma das desgraças do Governo Lula: os Ministros que acham que são Presidentes isolados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª foi Líder do seu Partido, não foi?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E como tal não foi atendido?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E era um Partido da Base do Governo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Do vice-Presidente da República.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Do vice-Presidente da República.

Mas acho que o fato de eu me portar com independência – e isso é de berço, não fui criado para a subserviência – causou mal, até porque essa proposta mesmo da CPI dos Bingos me custou muito caro. Arremessos vieram contra mim e tive a solidariedade desta Casa naqueles dias. Lembro-me até de uma audiência que pedi ao Ministro Humberto Costa e que eles mandaram-me um fax marcando para seis meses depois.

Tenho respeito pelo Ministro Palocci, acredito nele, acho que ele é uma das boas coisas desse Governo, mas V. Sª é o chefe de gabinete dele no imbróglio da Gtech, cuja história V. Sª deve conhecer tão bem quanto eu a partir da mídia e depois com informações para poder vir aqui a esse depoimento.

Como não estive aqui, eu gostaria de saber qual o grau de amizade, o grau de envolvimento. Dentro dessa mesma pergunta, gostaria que me respondesse: na época do contrato com a Gtech, em que o advogado... Qual é o nome do que esteve aqui ontem? Não o Buratti, o outro. Enrico Gianelli. O senhor conhece o Enrico Gianelli?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não o conheço. Ontem, compartilhamos a mesma sala, mas eu nunca o havia visto anteriormente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O Buratti esteve com ele na reunião. E como há algumas relações do senhor com o Buratti – e aí tudo dentro da mesma pergunta sobre qual é o relacionamento e de quanto tempo –, ele conversou com o senhor que estava sendo indicado como consultor da Gtech para ajudar nesse grande contrato e quais eram as vantagens disso. O senhor me responda, então, o seu envolvimento de amizade com ele, se o mantém, se não o mantém, há quanto tempo existe; e se o senhor tomou conhecimento, se ele nesses contatos lhe falou sobre a Gtech.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Bem, conforme eu já havia dito aqui anteriormente – e tenho o prazer de dizer novamente ao senhor –, a minha relação com o Rogério é de 15 anos; conheço o Rogério desde 1990.

Trabalhamos juntos no primeiro Governo do Prefeito Palocci, ele foi meu padrinho de casamento – eu me casei no dia 4 de setembro de 1994; completo 11 anos de casamento este ano, graças a Deus – e mantive uma relação social com ele mesmo depois que saiu da Prefeitura. As famílias se conhecem, convivem, desfrutam de atividades sociais conjuntas...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Relação social... porque, quando a pessoa fala assim: "eu bebo socialmente", é para se justificar, para dizer que não bebe muito, entendeu?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, mas quando falo de relação social é que, tirando o período de 1997, quando fomos sócios de uma franquia, mantive um relacionamento de amizade com ele. Nossas famílias compartilham de atividades sociais. Então, tenho relação social e tenho relação de trabalho. Nunca mais trabalhei com o Rogério depois de 1994, a não ser no período em que fomos sócios dessa empresa, mas mantive um relacionamento de amizade com ele.

Durante o período de governo, recebi a visita dele algumas vezes, quando eu morava em Brasília, porque a minha família morou um ano em Brasília em 2003...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele falava o que estava fazendo e o que não estava fazendo?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Na verdade, é o seguinte: respondendo especificamente à pergunta de V. Exª, se ele havia tratado do assunto da Gtech comigo, ele nunca tratou comigo...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até porque, só um minutinho, não tem nada a ver; não tem nenhum problema nisso, porque era como se fosse uma outra atividade...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, mas estou respondendo, entendendo isso, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – ...ele estava sendo indicado, porque o que ele fez com a Gtech, não era nem novidade, porque era uma prática dele lá atrás – pedir dinheiro, fazer negócio errado, gostar de passar por cima da lei e tal. Mas ele estava eufórico, porque ia prestar um serviço para uma multinacional...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Eu ouvi falar do assunto Gtech depois do escândalo Waldomiro Diniz. O Rogério nunca tratou desse assunto comigo.

Eu me lembro que, depois que aconteceu o episódio, estava coincidindo quando eu estava voltando com a minha família para Ribeirão Preto – porque minha esposa e minhas filhas não se adaptaram em Brasília –, cheguei para ele e falei: "Que história é essa"?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Certo. E ele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – E ele me contou que a empresa tinha procurado, que queria contratá-lo como assessor, mas não deu certo, não virou nada e que isso não tinha nada a ver; e ficou por isso mesmo.

Na verdade, venho acompanhando o problema da Gtech após o acontecimento.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas ele contou o que ele tinha pedido e tal?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não, não. Ele me contou, de maneira genérica, quando perguntei: "O que aconteceu, porque nunca ouvi falar dessa empresa?" Antes de acontecer o episódio.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Ele falou quem o indicou?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. Só me contou isso, que a empresa o tinha procurado e tal, de maneira muito genérica. Mas não tratamos desse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª me permite um aparte?

O SR. JUSCELINO DOURADO — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vejo V. Sª muito seguro em seu depoimento. Agora, quando se fala em Buratti, V. Sª, realmente, nos deixa transparecer certa apreensão.

Veja bem: estou aqui com uma informação: só da Intelig, entre o mês dois e o mês oito, foram feitos, deste telefone aqui 556110; Brasília, destino; 412- 2500...

O SR. JUSCELINO DOURADO – É o meu telefone, do gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do gabinete. O 412-2517?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Também é do gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O 2531?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Também é meu telefone.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o 2532?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Também é meu telefone.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Também. Existem aqui 23 telefonemas só de uma operadora.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Em quantos meses?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dos meses dois a oito que estou falando.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Telefonemas de onze minutos, de seis minutos.

Agora, interessante é que todos eles no período da tarde, na hora do expediente. Então, no gabinete de V. Sª.

Isso aqui era só para tratar do relacionamento de amizade? Não havia tráfico de influência do Sr. Buratti? Quer dizer, ele não pedia nada, audiência com Ministro, nada? Não havia nada que dissesse respeito... A informação que tenho é que passam de 100 telefonemas. Estou falando só da Intelig. E todas essas ligações, com exceção de três, foram feitas de Ribeirão Preto e duas de Araraquara; não foram de Brasília. Houve um telefonema de Araraquara que durou 11 minutos, dado no dia 25 de julho, às 14 horas e 55 minutos. Veja, V. Sª, que o chefe de gabinete passar 11 minutos no telefone, no horário nobre, "jogando conversa fora", como a gente costuma dizer...

Nesses telefonemas, o Sr. Buratti pedia para facilitar que o Ministro ou V. Sª recebesse alguém, ou era só amizade? Fique à vontade para responder. Mas está aqui, só da Intelig, os telefonemas não eram de Brasília, todos de Ribeirão Preto e Araraquara. Isso em 2003, até agosto. Então a Assessoria me informa que passam de 100 ou 200 telefonemas do Sr. Buratti para V. Sª.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma colocação sobre o que V. Exª está falando.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Retorno já a palavra a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Está dentro do assunto, as coisas se interligaram.

Um telefonema de 11 minutos, se você tem amizade com uma pessoa... Se estava conversando amenidades, na hora do expediente, no Ministério da Fazenda, não é recomendável. Entendo que é por isso que não tinha retorno para os Parlamentares, porque o Sr. Buratti ocupava a linha, e V. Sª não tinha tempo para falar. Mas conversava sobre amenidades ou coisa séria em um telefonema de tanto tempo? O senhor não precisa dizer o assunto, mas pode dizer se era coisa séria ou se eram amenidades.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Senador, o que posso responder a V. Exª é que o Rogério, conhecendo o procedimento que sempre adotamos no trabalho do Ministério da Fazenda, os critérios que a gente adotava, uma única vez, eu já disse inclusive aqui...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o Sr. Buratti sabia dos critérios todos de lá?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Sabia, ele tinha clareza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor tratava de assuntos relativos ao Ministério com ele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, ele sabia como a gente trabalhava.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se ele sabia quais eram os critérios...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Uma vez, ele me pediu uma audiência, que relatei aqui, foi mais ou menos no primeiro semestre de 2003. Ele me solicitou uma audiência e disse: "Juscelino, como é que a gente faz, tem um grupo português – eu já havia esclarecido o grupo Somar –, como é que faz para o Ministro receber esse grupo. Eu disse: peça ao grupo faça contato com o gabinete do Ministro da Fazenda e solicitar audiência. Era um período em que estávamos recebendo – e o Ministro continua recebendo até hoje – diversos grupos empresariais individual ou coletivamente, participando de eventos e coisa e tal. Nesse sentido, ele sabia que havia um procedimento de solicitação de audiência com o Ministro. Com relação à empresa que ele representava na época, essa empresa não tem nenhum contrato de prestação de serviço no Governo Federal e nunca me foi solicitado nenhum tipo de benefício para essa empresa junto ao Governo Federal. Foi-me perguntado como diversas pessoas perguntam, recebemos diversos telefonemas..."

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Isso foi em um telefonema. E os outros? Era ele insistindo, querendo essa mesma audiência do grupo português?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não, estou citando um exemplo, para explicar como ele sabia o procedimento que a gente adotava...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E ele fez por escrito? Tem algum pedido por escrito dele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, a empresa fez o pedido diretamente a mim, e nós agendamos esse compromisso com o Ministro Palocci.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E o Sr. Buratti foi?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, os diretores da empresa é que foram atendidos pelo Ministro Palocci..

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Juscelino, se ele sabia desse procedimento para que ligar para o senhor para perguntar isso?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, mas eu expliquei o procedimento a ele...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O estranho é isso, o senhor acabou de dizer que ele sabia do procedimento. Então, fazia-se desnecessário.

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, Senador, eu dei a V. Exª um exemplo de como se deu um esclarecimento para uma demanda específica, que ele me perguntou como proceder, e eu lhe expliquei como é que se dava. Isso foi no primeiro semestre de 2003. Estou dizendo isso a V. Exª para explicar por que ele era conhecedor dos procedimentos que adotávamos, e adotamos até hoje, junto ao gabinete do Ministro da Fazenda.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Essas perguntas insistentes sobre o Sr. Buratti, o fato de ele estar perto, ser amigo do Ministro, não quer dizer absolutamente absolutamente que o Ministro seja bandido por causa disso. Porque nós, que estamos na vida pública, sabemos, principalmente quem tem alguns anos de vida pública... Alguém já passou por um episódio em que houve alguém muito próximo que traiu, alguém que foi ajudado, que fazia juras de amor e que depois apunhalou pelas costas, na trajetória de cada um...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Mas, Senador...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Só um minutinho. Porque o que queremos apurar, pela confiança que temos no Palocci, quero reiterar aqui, é que o Buratti pode ser daqueles espertalhões que dá bola nas costas mesmo. É um a zero direto. Então, isso estou perguntando ao senhor por causa da convivência com ele, de tudo que ele colocou aqui na CPI, pronto. No dia em que ele depôs, o senhor assistiu ao depoimento dele?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Assisti a alguns pedaços, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Surpreendeu-lhe ou o senhor já conhecia aquela fera?

O SR. JUSCELINO DOURADO – De qual? Desse último depoimento?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sim. Surpreendeu-lhe?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Fui surpreendido na sexta-feira anterior, só na sexta-feira anterior fui surpreendido pelo depoimento.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quando ele depôs no Ministério Público?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Isso. Surpreendeu-me. Mas, no depoimento aqui na CPI, praticamente ele repetiu o que havia no depoimento junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas o que ele contou e tal, que realmente, na reunião, que tinha isso, quando apareceram aquelas coisas dele, que foi pego no grampo mandando destruir provas e tal, esse era o amigo que você já conhecia? Foi surpresa para você ou não foi surpresa nenhuma? Você já sabia o que a fera...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não. Aquilo foi surpresa para mim. Eu não tinha conhecimento daquele tipo, das atividades financeiras do Rogério. Nunca tratamos das atividades financeiras dele, assim como não trato da minha vida financeira com ele. Não tem motivo. E consigo discernir muito bem, Senador, e isso aprendi nesses anos todos de trabalho na administração pública, a distinguir o que é o relacionamento pessoal e o relacionamento profissional. E nunca nos foi dado nenhum tipo de espaço pelo Ministro Palocci para que houvesse qualquer tipo de tentativa de tráfico de influência nas decisões do Ministério da Fazenda. Isso nunca foi dado, nunca demos esse espaço a ninguém, não é dado até hoje. Sempre encaramos nosso trabalho com a maior seriedade possível.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Estou sendo incisivo nessas coisas, até porque o fato de que alguém fez uma denúncia contra o prefeito, essas coisas todas, quem já foi governador, prefeito sabe de tudo isso. O adversário vai lá e faz mesmo; entra, usa laranja, usa "partidinho" para entrar pedindo o *impeachment* do cara na Assembléia Legislativa, essas coisas todas todo mundo conhece.

O que tem que ficar claro é que o melhor Ministro deste Governo, que tem credibilidade internacional e nesta Casa com a própria Oposição, que o respeita muito, de fato, foi apanhado de surpresa, como V. Sª está dizendo, com a revelação das vísceras do Sr. Buratti, para que fique claro e não tenhamos um problema político no Brasil por conta de haver envolvimento do Ministro.

Vou encerrar a minha fala, dizendo ao senhor que a nossa intenção é só chegar à verdade, nossa intenção é só responder à opinião pública.

Na eleição do Ministro Palocci para prefeito de Ribeirão Preto, os jogos, as casas de bingo contribuíram?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não contribuíram. O senhor tem alguma informação de que houve contribuição agora das casas de jogos da sua área de Ribeirão Preto para a campanha do Presidente Lula?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, não, senhor. Não acompanhei todo o trabalho da gestão financeira da campanha do Presidente Lula; não participei.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, encerro a minha participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Relator, para a conclusão. Em seguida, vamos encerrar. Mas, antes, Sr. Relator, quero comunicar aos Srs. Membros da CPI que a reunião de amanhã terá início nesta sala a partir das 10 horas da manhã. Já foi comunicado a todos os Gabinetes para que, tratando-se de uma boa quinta-feira, possamos encerrar mais cedo. V. Exªs estão convocados para amanhã, a partir das 10 horas.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Juscelino Dourado, quando o senhor morava em Brasília, nos anos de 2003...

O SR. JUSCELINO DOURADO – Morei de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor morou no Blue Tree?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Moro no Blue Tree atualmente. Eu morava num apartamento alugado na Asa Sul com minha esposa e minhas duas filhas. Quando elas retornaram a Ribeirão Preto, no começo de fevereiro, por conta do início do ano letivo em Ribeirão Preto, aluguei um quarto no Blue Tree Towers, onde resido até hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, o senhor não chegou a hospedar o Sr. Rogério Buratti?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não. Em 2003, eu aluguei um apartamento na Asa Sul, eu morava com a minha família.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem notícia do relacionamento do Ministro Palocci com Delúbio Soares?

O SR. JUSCELINO DOURADO – Não, senhor. Imagino que seja do espaço partidário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao senhor, Dr. Juscelino, seu depoimento. Estou reiterando nossas desculpas em razão dos imprevistos: ontem, por não ter sido possível, e hoje, com esse intervalo que tivemos com a Ordem do Dia.

Agradeço a V. Sª, ao seu advogado aqui presente e aos Srs. Senadores.

Convoco os senhores para a reunião de amanhã, a partir das 10h, cuja pauta é o depoimento do Sr. João Francisco Daniel. A partir das 10h, nesta sala.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h20min.)

Ata da 18ª Reunião Realizada em 1º de setembro de 2005.

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Sibá Machado, Tião Viana, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Heráclito Fortes, Artur Virgílio e Augusto Botelho, membros, e os Senadores Álvaro Dias, José Agripino Maia, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Aloísio Mercadante, Mão Santa e José Jorge, não membros,reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva do Sr. João Francisco Daniel, antes porem submete à votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 155/05,** de autoria dos Senadores Tião Viana e Flavio Arns , requer a convocação dos Srs. Edson Santi e Arli Antônio Reginaldo, delegados do Departamento Estadual de Investigações Criminais do Estado de São Paulo (DEIC); e Armando Oliveira Costa e José Mazi, delegados do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), para prestarem depoimento a esta CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 140/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja solicitado a empresa Fischer & Foster Advogados SC, as seguintes informações: data de Contratação do Advogado Enrico Gianelli; Empresas para as quais o Sr. Enrico Gianelli foi designado para prestar serviços, em nome da Fischer & Foster, bem como períodos em que prestou tais serviços e atribuições por ele exercidas; Data em que foi desligado da empresa; Motivo de seu desligamento; e Se houve qualquer solicitação da Gteck para que o Sr. Enrico Gianelli deixasse de prestar serviços à Gteck, se positivo, qual o teor da solicitação e seu signatário. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 154/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer seja encaminhado ofício ao Secretário da Receita Federal, solicitando o envio de cópia do PAD – Processo Administrativo Disciplinar, constante dos autos n.º 10167.00023/2004-61, que trará de emissão de solução de consulta 09, bem como da Operação da Polícia Federal. Em votação, é aprovado. A seguir, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Passa-se a seguir a votação nominal dos seguintes requerimentos: **Requerimento nº 141/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico do Sr. Vladimir Poleto, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 142/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Vilimpress Indústria e Comércio Gráficos Ltda., Gráfica e Editora Viligraf Ltda., e Feed Back Fotolitos Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 143/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Gerplan Gerenciamento e Planejamento Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 144/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Bet Capital Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 145/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Larame Diversões e Entretenimentos Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 146/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico do Sr. Henrique Alves da Silva, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 147/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico do Sr. Paulo Roberto de Almeida Ramos, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 9 votos. **Requerimento nº 148/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Braziliam Gaming Partners Participação, Administração Empreendimentos Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 10 votos. **Requerimento nº 149/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico

da Fundação Cultural Aprígio Ramos, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 10 votos. **Requerimento nº 150/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Vantagem Net Marketing de Incentivos Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 10 votos. **Requerimento nº 151/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Tecnologic Eletrônica Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 10 votos. **Requerimento nº 152/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Barna Construtora Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 11 votos. **Requerimento nº 153/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Vitaplan Indústria Farmacêutica Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 11 votos. Com a palavra o depoente para suas considerações iniciais. A seguir passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para inquirir o depoente, seguido de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores José Jorge, Tião Viana, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita, Flávio Arns, Leonel Pavan e Antônio Carlos Magalhães. A presidência suspende os trabalhos por 10 minutos. Reaberto os trabalhos, prossegue a fase interpelatória quando usam da palavra os Senhores Senadores Magno Malta, Pedro Simon, Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, José Agripino Maia, Aloísio Mercadante, Romeu Tuma e Mão Santa. Ao final, a presidência agradece a presença de todos e determina que a Segurança da Casa, acompanhe o depoente e seus familiares até o aeroporto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Queremos dizer a V. Exªs que a pauta de hoje se destina a ouvirmos o depoimento do Sr. João Francisco Daniel. Antes, porém, há três requerimentos que foram colocados para nossa análise: um de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, o outro do Senador Tião Viana e o terceiro do Relator, todos eles de informação. Vou passar a lê-los.

Do Senador Tião Viana: "Requeiro, de acordo com o disposto no §3º do art. 8º da Constituição Federal e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocados o Sr. Edson Santi e o Sr. Arli Antonio Reginaldo, Delegados do Departamento Estadual de Investigações Criminais do Estado de São Paulo; os Srs. Armando de Oliveira Costa e José Mazzi, Delegados do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, para que prestem depoimentos nesta CPMI."

Em discussão. (Pausa)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) (Fora do microfone.) – Eu acho que manteremos a proposta de requerimento, entretanto, V. Exª fica com a oportunidade de conversar com os membros da CPMI para fazer um calendário em relação à importância (*inaudível*).

Nós queremos ser, das Comissões, aquela que apresenta primeiro o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Exª pode ter certeza de que esse relatório está sendo trabalhado. Teremos tempo suficiente para ouvir esses depoimentos, tanto que vamos decidir hoje, eu, o nosso Relator e o nosso Vice-Presidente, o calendário que será distribuído aos Srs. Senadores e à imprensa, para a semana após a semana da Pátria. Daremos prioridade àqueles casos que o Sr. Relator entender de maior urgência para a conclusão do seu trabalho.

Em votação. (Pausa)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

De autoria do Senador Garibaldi Alves Filho: "Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que esta CPMI solicite à empresa Fisher&Foster Advogados, de Santa Catarina, as seguintes informações: data de contratação do advogado Enrico Gianelli; empresa

para as quais o Sr. Enrico Gianelli foi designado para prestar serviços a esta empresa; data em que foi desligado da empresa; motivo de seu desligamento; se houve qualquer solicitação na Gtech para que o Sr. Enrico Gianelli deixasse de prestar serviços à Gtech. Se positivo, qual o teor da solicitação aos signatários."

É um requerimento de informação para que a empresa nos informe essas solicitações do Sr. Relator.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Finalmente, do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o ofício que encaminhou ao Secretário da Receita Federal, do Dr. Jorge Antonio Rachid, o envio a esta Comissão da cópia do processo administrativo disciplinar constante dos Autos nº 10167000230/2004-61, que trata de emissão de solução da Consulta 09, bem como da Operação 09 da Polícia Federal.

O Senador Geraldo Mesquita justifica-se dizendo que esse processo examina, sob o ponto de vista administrativo, a tentativa da máfia do jogo de introduzir no País, de forma irregular, as máquinas caça-níqueis como sendo equipamentos de Informática.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sobre a mesa, ata da reunião anterior.

Proponho a dispensa da sua votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Aprovada a ata, passamos ao depoimento do Sr. João Francisco Daniel.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, na próxima semana, nós não vamos ter a realização de reuniões para a tomada de depoimentos. Vamos ter os trabalhos realizados internamente. Então, há aqui alguns requerimentos, principalmente de transferência de sigilo, e poderíamos ganhar muito tempo se pudéssemos votá-los agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PLF – PB) – Neste momento, nós não temos quorum para esta votação.

Solicito da Assessoria que faça cópia desses requerimentos e as distribua para os Srs. Senadores.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós temos **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Falta um. O Senador Jefferson Péres é uma visita ilustre nesta CPMI.

Vamos aguardar o **quorum**.

De acordo com o que foi combinado com esta Mesa, teremos a avaliação dos requerimentos. Os requerimentos são de autoria do Relator.

Entendo que, com a quebra dos sigilos, ganharemos pelo menos 10 dias para que isso acontecesse.

Solicito ao Relator, se possível, discutirmos.

Vou colocar os nomes para que possa saber se é possível: transferência de sigilo telefônico, fiscal e bancário do Sr. Wladimir Poletto.

Podemos colocar em discussão e em votação, Srs. Senadores? (Pausa)

Podemos, sim.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vamos tomar os votos.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, nove votos.

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho: "Nos termos do disposto no § 3º do artigo da Constituição Federal, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas Vilimpress Indústria e Comércio Gráficos Ltdª, Gráfica e Editora VilleGraf Ltdª e Feedback Fotolitos Ltdª".

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Romeu Tuma, como vota?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aprovado, com nove votos.

Ainda de autoria do Sr. Relator: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58, requer transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Gerplan, Gerenciamento e Planejamento Ltda., nos termos do requerimento".

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, nove votos.

Aprovado.

Nos mesmos termos, o Senador Garibaldi Alves Filho solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Bete Capital Ltda., referente aos últimos cinco anos.

Em discussão.

Não havendo quem queira fazê-lo, em votação.

Srs. Senadores, vamos aos votos.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTE (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, nove votos.

Aprovado.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58, o Sr. Relator requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Larame Diversões e Empreendimentos Ltda., referente aos últimos cinco anos.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, aprovado; nove votos.

Bem-vindo à Comissão, Senador Pedro Simon.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição, o Sr. Relator requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Henrique Alves da Silva, CPF – 003.026.001 – 91, nos últimos cinco anos.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, aprovado; nove votos.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição, o Sr. Relator requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Roberto de Almeida Ramos.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, aprovado; nove votos.

Senador Leonel Pavan, V. Exª sempre vota "sim".

Peço desculpas ao Senador Pavan, que estava concentrado no depoimento que há de vir.

Srs. Senadores, há requerimento também de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que hoje resolveu trabalhar muito: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Brazilian Game Partners Participação, Administração e Empreendimento Ltda, dê a esta CPI, cujo CNPJ é 03931389/0001-87, e eu coloco em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Srs. Senadores, vamos a voto.

Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Apenas uma discordância, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Apenas uma discordância, Sr. Presidente. V. Exª não pode dizer que hoje resolveu trabalhar muito. Ele sempre trabalha muito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª e corrijo.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dez votos "sim".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já aumentou a aritmética.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nos termos do disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, requer transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico da Fundação Cultural Aprígio Ramos, referente aos últimos cinco anos. Também de autoria do Senador Garibaldi.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dez votos.

E o Senador Tasso Jereissati já foi chamado e votou "sim".

Requerimento:

Nos termos do disposto do § 3º do art. 58, o Sr. Senador Garibaldi Alves, Relator desta Comissão, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Vantagem Net Marketing de Incentivos Ltda, referente aos últimos cinco anos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores:

Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dez votos.

E ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves:

Requer, baseado no disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Technology Tecnologia Eletrônica Ltda, referente aos cinco últimos anos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Srs. Senadores, vamos a voto.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Também dez votos.

Requerimento de autoria também do Sr. Relator, Garibaldi Alves, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Barna Construtora Ltda.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Vamos aos votos.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Onze votos. Aprovado.

E ainda de autoria do Senador Garibaldi:

Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda a esta CPI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos a voto.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com 11 votos, aprovado.

Peço à Assessoria que encaminhe à mesa o Sr. João Francisco Daniel, para iniciarmos o seu depoimento.(Pausa)

Srªs e Srs. Senadores, há termo de compromisso assinado pelo depoente, o Dr. João Francisco Daniel, com número de identidade, idade, CPF, estado civil, profissão. Assina o termo de compromisso conforme art. 203 do Código de Processo Penal.

Dr. João Francisco Daniel, nós, que compomos esta CPMI, agradecemos a presença de V. Sª.

Concedo a palavra a V. Sª pelo tempo que desejar.

Logo em seguida, passaremos a palavra aos Srs. Senadores, para formularem as suas perguntas.

V. Sª tem a palavra.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sr. Senador, senhores presentes, eu gostaria de dizer que estou aqui agradecido pelo convite e à disposição dos senhores para responder quaisquer perguntas, sempre falando aquilo que eu disse desde janeiro de 2002, sempre falando a verdade.

Eu pediria que pudesse, antes de passar a palavra aos senhores, fazer uma leitura. Posso?

Eu sou João Francisco Daniel, um médico oftalmologista que, até janeiro de 2002, só era conhecido por meus familiares, amigos e clientes. Se a minha condição continuasse a mesma que eu vivera até aquela data, sei que não estaria aqui. Tenho clareza de que estou aqui apenas em função do que ocorreu a partir do assassinato de meu irmão Celso Daniel.

Desde o dia em que seu corpo foi encontrado, busco saber quem o assassinou, quais os motivos desse ato brutal e quem foram os mandantes. A minha vida, nesses últimos três anos e meio, tem girado em torno de encontrar respostas para essas três perguntas.

Eu gostaria de dizer, mais uma vez, que a minha luta não é político-partidária...

Um parêntese: encontrei o Senador Suplicy no aeroporto e ele, muito gentilmente, me deu carona até o Senado Federal. O Senador Suplicy é uma pessoa que eu admiro muito.

...nem é contra uma pessoa específica. Só quero saber quem assassinou meu irmão, quais foram os mandantes, qual foi a motivação do seu brutal desaparecimento e quero que se faça justiça, nos termos da lei.

Por isso, causou-me estranheza...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se me permite.

João Francisco, a citação de V. Sª causou um verdadeiro rebuliço entre os Senadores Tasso Jereissati, Pedro Simon e Heráclito Fortes.

Sinto-me, inclusive, com a responsabilidade, Sr. Presidente, de dar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, esta Casa conhece V. Exª. Esta Presidência agradece a V. Exª por lhe ter oferecido carona, pois houve uma falha da nossa assessoria, à qual determinei que estivesse no aeroporto à espera do nosso convidado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita-me esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A CPI fica devendo esse grande favor a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy. Não leve em consideração as brincadeiras dos companheiros Senadores.

Vamos ouvir o convidado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Trata-se de uma questão séria e relacionada ao caso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não. Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu estava no aeroporto à espera de pessoa que me disse que traria um documento de grande relevância para o que estamos examinando hoje. Essa pessoa não chegou e coincidiu, então, de eu encontrar o Sr. João Francisco Daniel, a quem conheço.

Com todo o respeito, é claro que, de pronto, disse-lhe: "Estou indo ao Senado". Ele vinha com seu advogado, Dr. Francisco, e suas respectivas esposas. Era mais do que natural que eu lhes desse a carona.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fez muito bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, vamos ouvir o depoimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero apenas dizer que, diante dos esclarecimentos dele, não haverá nenhuma necessidade de acareação. Muito obrigado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Desculpem-me. Peço aos Srs. Senadores a não interrupção do depoimento do nosso convidado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Vou repetir uma parte importante. Eu gostaria de dizer que a minha luta não é político-partidária, não sou contra um Partido específico e nem contra uma pessoa específica.

Continuando: causo-me estranheza quando tomei conhecimento pela imprensa, em 2002, das gravações feitas pela Polícia Federal em que aparecem diálogos travados entre o Deputado Greenhalgh e Gilberto Carvalho, evidenciando muita preocupação com o meu depoimento.

Outro parêntese: o Deputado Greenhalgh trabalhou em tudo aquilo que poderia no primeiro e no segundo mês de investigação. Gilberto Carvalho é uma pessoa que conheci e com quem tive poucos contatos. Sempre tive bom relacionamento com ele. Por isso, estou colocando essa preocupação quanto a essa gravação.

Eu gostaria de esclarecer que não cabe a mim responder quem assassinou Celso, quem foram os mandantes do crime e quais foram as motivações do assassinato. Não cabe a mim fazer justiça com as próprias mãos. Essas são tarefas de responsabilidade da Polícia de São Paulo, do Ministério Público e do Judiciário. Cabe a essas instituições responder essas questões e fazer justiça. Da minha parte, posso contribuir com as informações que tenho, acompanhar o trabalho dessas instituições e lutar para que elas funcionem. Esse é o meu papel de cidadão e de irmão do Celso.

Espero que as informações que tenho permitam vincular a CPI dos Bingos ao caso de Celso. Sei dizer, com certeza, que as informações que tenho, que estão no processo que tramita na Comarca de Itapecerica, em São Paulo, evidenciam que o assassinato de Celso foi um crime planejado e que as evidências dos processos que tramitam em Santo André sobre a propina talvez possam ser relacionadas com o assassinato do meu irmão. Se foi crime político, econômico-financeiro ou outra hipótese a ser desvendada, caberá à Polícia e ao Ministério Público coletar evidências e ao Judiciário, decidir.

Segundo o Ministério Público, o meu depoimento, que consta tanto no processo referente ao caso do Celso quanto no da propina, traz elementos que podem vincular a propina ao assassinato do Celso.

Desde que Celso foi assassinado, a imprensa chamou a atenção para uma tensão entre duas posições: de um lado, a de que se tratava de crime comum. Essa posição foi defendida, inicialmente, por Ivone de Santana, ex-namorada, em entrevista à **Folha de S.Paulo**, uma semana após o enterro de Celso e, especialmente, por representantes do Partido dos Trabalhadores e pelo DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), em São Paulo.

Um exemplo é a fala do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que inicialmente foi representante do PT, acompanhando o processo, e depois, da Câmara dos Deputados – portanto dos senhores – conforme pode ser visto no ofício datado de agosto de 2002. O Deputado deu várias entrevistas defendendo a tese de crime comum, baseando sua convicção no depoimento da quadrilha que está presa. O jornal **O Estado de S.Paulo**, em 18 de dezembro de 2003, publicou fala do Deputado: "Acompanhei todas as investigações, as avaliei e as avalizei". Continuando o Deputado: "Foi um crime comum, não teve mandante" – afirmou ele. O Deputado também, sempre através da imprensa, negou que meu irmão tivesse sido torturado – **Jornal da Tarde**, de 24 de janeiro de 2002: "Não percebi sinais de tortura".

Nessa ocasião, passou a acompanhar o caso do assassinato de meu irmão o ex-Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, contratado pelo PT, conforme amplamente noticiado pela imprensa em dezembro de 2003. Depois de 51 dias, o PT – Partido dos Trabalhadores – e o DHPP – Polícia de São Paulo – deram o caso como encerrado em entrevista coletiva. **Diário do Grande ABC**: "Disse o Delegado Domingos Paula Neto: 'O prefeito estava no lugar errado e na hora errada. Devo salientar que o pedido de sigilo no processo foi pedido por Sérgio Gomes da Silva".

De outro lado, contrários à tese de comum, estávamos eu e meus irmãos. Inicialmente, pedimos que fossem reabertas as investigações em julho de 2002, porque depois que lemos todo o processo que corria em Itapecerica, diferentemente de certa autoridade policial de São Paulo que declarou à imprensa, recentemente, que nem leu o processo, nos demos conta das inúmeras dúvidas, ausência de documentos, contradições e lacunas existentes, que não permitiam concluir pela tese de crime comum.

Depois do surgimento de novas evidências, nós não temos mais dúvidas de que se tratou de um crime planejado, pois nos baseamos em provas coletadas pelo Ministério Público, aceitas pelo Juiz de Direito de Itapecerica, por quatro membros do Tribunal de Justiça de São Paulo e por cinco Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Entre agosto de 2002 e agosto de 2005, várias provas foram juntadas ao processo, de provas técnicas a depoimentos. Tenho, aqui, uma análise feita pela família e que foi apresentada à imprensa em abril de 2004, e completada em abril de 2005, que dão conta da nossa convicção de que o crime foi planejado.

Passo às mãos do Presidente.

Nossa tese ficou confirmada pelo depoimento do Dr. Carlos Delmonte, legista-chefe da equipe que fez a necropsia do Celso. Por isso, faço questão de trazer para os senhores alguns trechos de sua entrevista à Rede Globo, neste último domingo, dia 28 de agosto, e reportagens dos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S.Paulo** de segunda-feira, dia 29 de agosto último:

Reafirmo meu laudo, esclarecendo que a morte foi causada por meio cruel e que Celso Daniel foi efetivamente submetido à tortura.

Com relação ao seqüestro convencional, eu nunca examinei um caso em que houvesse um ritual de tortura, a crueldade e a desproporcionalidade que verificou no exame do corpo do Prefeito Celso Daniel. Para esclarecer melhor, as evidências de tortura em casos de seqüestro são absolutamente diferentes daquelas registradas no exame do Prefeito. Também não há indícios de que Celso Daniel também tivesse sido vítima de latrocínio, uma vez que o Prefeito foi comprovadamente submetido à tortura e atingido por múltiplos disparos, circunstâncias não encontradas nas hipóteses de crimes de latrocínio.

Pode-se afirmar que Celso Daniel provavelmente sofreu as lesões na seguinte ordem: lesão na região parietal esquerda, queimaduras nas costas e lesões decorrentes do esculacho – estilhaçamento e ricocheteamento dos projéteis de armas de fogo que pegam num chão provavelmente de cimento –, disparos na face, disparos no tórax.

Portanto, Celso Daniel foi vítima de crime de homicídio.

Como é sabido dos senhores, em homicídio há intenção de matar da parte do agressor. É nesse ponto que penso que desvendar o caso do Celso pode ter relação com a propina objeto desta CPI.

Em Santo André, tramitam dois processos: um relativo a fraudes em licitação e outro, à exigência de pagamento mensal de propina por parte de empresários de ônibus. Em Itapecerica, tramita o processo relativo ao assassinato de Celso. Nesses três processos, há uma personagem em comum: Sérgio Gomes da Silva. No caso do Celso, o Sérgio já foi denunciado como mandante do assassinato.

Dentre as provas técnicas que vinculam os casos de crime contra a Administração Pública e empresários de ônibus, e o caso do Celso há:

> **a)** um depósito de dinheiro feito na conta de Sérgio Gomes da Silva por um empresário de ônibus, como evidência da arrecadação ilegal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o "sombra", doutor?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sérgio Gomes da Silva, vulgarmente chamado de "sombra".

> **b)** um documento onde estão relacionados os depósitos, as quantias e os nomes das empresas de ônibus no mês de dezembro de 1998.

Há confirmação de que todos os depósitos, no ano indicado, estavam na conta de Sérgio Gomes da Silva.

> **c)** nós, da família de Celso, encontramos um envelope em seu apartamento e já o entregamos ao Ministério Público, que continha um organograma e um conjunto de documentos da evolução patrimonial de várias pessoas, dentre elas, Sérgio Gomes da Silva. O envelope contendo esses documentos foi entregue para o Celso por Gilberto Carvalho, que já confirmou isso em declaração feita ao Ministério Público.

Eu também declarei em depoimento ao Ministério Público, em 28 de junho de 2005, que Celso tinha me confidenciado entre 15 de outubro de 2001 e 1º de novembro de 2001 que, para sua segurança, estava armazenando dados sobre Clinger de Oliveira Sousa, Sérgio Gomes da Silva e Ronan Maria Pinto. Isso reforça a tese de que Celso teria feito um dossiê contendo evidências do esquema de arrecadação de propina na cidade de Santo André e que teria sido assassinado por isso, conforme depoimento de um preso.

Há também o depoimento de um outro preso, cuja identidade está sendo preservada por razões de segurança, que afirma que Sérgio participou do seqüestro e que teria pago US$40 mil aos seqüestradores. É bom ressaltar que mais de seis pessoas relacionadas ao caso já foram assassinadas. E outras tantas ameaçadas de morte, inclusive eu. Por isso, algumas testemunhas têm suas identidades preservadas.

Enfim, o Ministério Público tem inúmeras evidências que certamente poderão ser requisitadas por V. Exªs.

Além disso, eu mesmo dei um depoimento ao Ministério Público em 24 de maio de 2002, em que relato o teor de uma conversa tida com o Sr. Gilberto Carvalho, o atual Chefe de Gabinete do Presidente da República sobre a existência de um caixa dois e que ele, Gilberto, levava para o Deputado José Dirceu dinheiro para a campanha presidencial, oriundo dos esquemas denunciados.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, Dr. Francisco Daniel, e concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, eu queria sugerir, com a aquiescência do Dr. Francisco, que esse documento fosse reproduzido e entregue aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço e determino à assessoria que faça xerox e distribua aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras presentes.

Senador Garibaldi Alves, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. João Francisco Daniel, o senhor já foi filiado ao PT ou a outro Partido político?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Nunca!

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor é ou foi sócio de alguma empresa?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Que tipo de empresa?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Empresa comercial ou alguma cooperativa que reúna profissionais.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, eu tinha uma clínica, a Clínica de Olhos Godim Ramos, Sociedade Civil Ltda.

Nessa clínica, eu atendi de 1975 ou 1976 e tive que fechá-la em agosto de 2002. Eu tive que fechá-la depois de todo esse tempo por me sentir ameaçado, a mim e à minha família.

Hoje faço parte de uma cooperativa de médicos em São Bernardo do Campo. Essa cooperativa trabalha no "Poupa Tempo" de São Bernardo do Campo, nos exames médicos de habilitação e na revalidação de exames de CNH, de carta de motorista.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor vem recebendo ameaças como?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – As ameaças são veladas. Eu sempre acreditei, desde o início, que as pessoas, os mandantes, não fazem ameaças diretas; telefonavam para a clínica, na época, falavam com a secretária, queriam saber a que horas eu chegava, a que horas eu saía, a que horas chegava a minha esposa, porque ela fazia a parte de administração da clínica.

Enfim, naquela época, era isso que estava acontecendo.

Como a clínica em que eu trabalhava era uma casa, eu me senti realmente muito vulnerável. Preferi fechá-la.

Hoje, faz três meses... Passaram-se 2003 e 2004; não houve nenhum tipo de situação semelhante à de uns três meses para cá, quando comecei a receber informações das secretárias de que pessoas telefonam, perguntando exatamente o que eu fazia, em que horário, etc.

Estou me sentindo uma pessoa – não diria foragida... Eu trabalho tendo que trocar plantões com os colegas, meu nome tem que ser trocado por outro colega...

Enfim, é uma situação constrangedora, mas é uma situação que eu encaro com tranqüilidade, porque o meu intuito é desvendar quem assassinou o Celso Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria a todos aqui presentes que desligassem os seus celulares. Ou não desliguem; ponham no modo silencioso, para cooperar com o nosso trabalho.

Agradeço aos Srs. Senadores, aos senhores visitantes, aos senhores da imprensa e faço um apelo para que tomem essas providências.

Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Ministério Público do Estado de São Paulo vem investigando fraudes em licitações e contratos de prefeituras para a limpeza do lixo, conhecidas como "máfia do lixo".

Pergunto: o senhor tem informações a trazer para esta CPI sobre a atuação da "máfia do lixo" em Santo André ou em qualquer outra cidade?

Especificamente com relação ao lixo, eu tive informações, em 2002, de pessoa que trabalhava no Semasa, em Santo André. Essa pessoa me informou, e foi essa informação que eu levei ao Ministério Público, que a empresa de lixo que tinha ganhado a licitação em Santo André, em 1996, que, se não me falha a memória, chama-se Rotedali e, por coincidência, o dono chama-se Ronan Maria Pinto, que é dono de, em 2002, 67% da frota de ônibus – hoje, talvez mais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É a Rotevale?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Rotedali.

Então, essa pessoa me informou que eles estavam alterando a tonelagem do que eles estavam realmente coletando. Mais informações o Ministério Público tem e gostaria que o senhor pedisse ao Ministério Público. Eu só tenho esse dado. Eu passei para o Ministério Público e o Ministério Público levantou esses dados e eu acredito, acredito, não, tenho certeza que tem um processo correndo em Santo André, sobre isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Ronan é o que estava no dossiê do irmão de V. Sª?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É um dos que estavam no dossiê. Exatamente. Em Santo André, ele atua no setor de transportes, ele atua no setor de lixo e um preposto – não sei – ele tinha sociedade, depois saiu, na empresa chamada Projeção, que fazia contratos com a Prefeitura em construções e reformas de Emeis, Escolas Municipais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª falou em propina. A que era destinado o dinheiro da propina? Como era isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Bom, para mim, foi uma surpresa muito grande quando o Sr. Gilberto Carvalho me telefonou, no dia 25 de janeiro de 2002, véspera da missa de sétimo dia e de um ato ecumênico que se realizaria em Santo André, num estádio que leva o nome do meu pai, com muita honra, Bruno José Daniel. E o Sr. Gilberto Carvalho estava pedindo, nesse telefonema, uma conversa em particular comigo e com meu irmão, Bruno José Daniel Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso foi quando?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Em 25 de janeiro de 2002. Seria 26, no dia seguinte, sábado. Foi após a morte. O corpo do Celso foi encontrado no dia 20, no domingo. E eu falei para ele: "Não tem problema nenhum, Gilberto. Podemos marcar lá em casa?" "Pois não". "Então, olha, tem a missa de sétimo dia". Eu sabia que ele estava compromissado com a organização desse ato ecumênico. Então, marcamos em casa, depois da missa de sétimo dia.

Terminada a missa, fomos à minha casa eu e Bruno. O Gilberto não tinha ido à missa de sétimo dia. Ele chegou e nos reunimos na sala de casa. Ficamos por pouco tempo. Não muito, não; 15 minutos, se tanto. E ele estava sério e disse: "Olha, eu preciso confidenciar para vocês uma coisa". Eu falei: "Pois não". "Olha, o Celso sabia do esquema que existia em Santo André" – esquema do qual faziam parte Klinger, Ronan e Sérgio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por favor, quem é esse Sr. Klinger?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Klinger de Oliveira Souza era o secretário todo-poderoso do meu irmão. Era secretário de obras em Santo André. Era o secretário a quem o meu irmão tinha delegado – eu fiquei sabendo depois – os poderes e trânsito com o relacionamento com os empresários.

Então, voltando: o Celso sabia. Os três comandavam: Klinger de Oliveira Sousa, Sérgio Gomes da Silva e Ronan Maria Pinto. E ele era o responsável por arrecadar o dinheiro em Santo André.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele quem?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Gilberto Carvalho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Arrecadar ou buscar?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Arrecadar no sentido de pegar a quantia, não a arrecadação, porque a arrecadação era feita pelos três.

Ele pegava a quantia e, com muito medo – isso ele repetiu as três vezes em que falou comigo sobre isso. Ele não falou uma vez só; ele falou três vezes – com muito medo, ele pegava o seu Corsa preto, levava para São Paulo e entregava nas mãos do então Deputado José Dirceu, na época Presidente do Partido dos Trabalhadores; e ficamos estupefatos. Eu e o Bruno ficamos com a boca aberta, mas falei: "Bom, era isso que você tinha para dizer?" "É isso o que tinha para dizer e gostaria que vocês mantivessem isso em segredo". Eu falei: OK; e o Bruno falou também: sim, sem problema nenhum.

Terminou a nossa reunião. Essa foi a primeira vez que escutei do Sr. Gilberto Carvalho, com a testemunha que hoje estou dizendo para todos porque eu sempre quis preservar as testemunhas. O Sr. Gilberto Carvalho não falou comigo sozinho. O Sr. Gilberto Carvalho falou comigo, com testemunha, mas eu sempre quis preservá-los, só que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a todos que se encontram presentes; reitero que desliguem os celulares ao tempo em que solicito silêncio para que possamos ouvir o depoimento do nosso depoente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Chegou o momento de eu ter que dizer as testemunhas. Esse momento não é agora, esse momento foi o momento em que o então Chefe da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira e Silva, me acionou em um processo por danos morais. Na minha defesa, arrolei as testemunhas. Por isso estou dizendo agora, porque é de domínio público.

Nós da família, eu, particularmente, nunca quisemos sigilo. Como é de domínio público, estou dizendo para os senhores que o Sr. Gilberto Carvalho, na minha casa, no dia 26 de janeiro, falou. No dia 25, ele telefonou; em 26 de janeiro, ele esteve em casa de manhã, 2002, e relatou a primeira vez, na minha presença e na do meu irmão, Bruno José Daniel Filho, o que acabei de dizer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Havia mais testemunhas?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, estavam presentes na minha casa a minha esposa, meu filhos, etc., mas na sala estávamos só eu, Bruno e Gilberto. Só ficamos nós três.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao senhor: essa foi a primeira vez que o senhor tomou conhecimento desse esquema de corrupção?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – No dia 15 de janeiro de 2002... Meu irmão foi seqüestrado no dia 18 de janeiro. No dia 15 de janeiro de 2002, telefona para a minha casa, para falar com a minha esposa, a filha do Sr. Ângelo Gabrilli. Quem é o Sr. Ângelo Gabrilli?

O Sr. Ângelo Gabrilli é o proprietário de uma das empresas de ônibus em Santo André que estava sendo achacada por esse trio e Marguerita, minha esposa, disse-me: ela está desesperada, está muito preocupada e gostaria de vir aqui conversar com você. Eu falei: tudo bem; pode vir. Ela esteve em casa e ela ainda estava abalada porque, se o senhor me permite, o pai dela, que era muito amigo de meu pai, não meu, estava passando por problemas sérios de saúde, ele estava convalescendo de uma cirurgia de aneurisma da aorta com complicações, perdeu os dois rins, ficou em coma, quase faleceu etc.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, estamos ouvindo a conversa de V. Exª ao telefone. Solicitamos desligar o telefone.

É uma solicitação que fizemos a todos os Srs. Senadores e a todos os presentes para não atrapalhar o depoimento. V. Exª estava sendo transmitido ao vivo, com o seu telefone.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ela, chegando em casa, ficou pouco tempo e disse: "João Francisco, eu estou muito preocupada, porque tive uma conversa hoje com o Sr. Klinger de Oliveira Sousa, e ele estava nervoso, estava alterado e disse a seguinte frase: vocês, dessa empresa, você e seu pai, entraram pela porta dos fundos..."

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem foi que disse isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O Sr. Klinger de Oliveira Sousa, que, na época, ainda era secretário.

Depois dessa, a frase que marcou mais foi quando ele disse: "Olha, não adianta o irmão do Prefeito, não adianta o Prefeito, não adianta o Bispo nem o Papa. Ninguém vai resolver, desses, a situação aqui em Santo André".

Isso a deixou muito preocupada e me deixou também muito preocupado. Tanto é que depois que ela saiu, e ela não ficou muito tempo, e foi nessa ocasião que ela falou: "Olha, depois que nós viemos falar com você para que intercedesse com relação à empresa em Santo André...", depois eu gostaria, ou agora, de explicar o que foi essa tentativa de ajuda... Foi aí que ela me falou: "Olha, depois que nós viemos conversar com você, a nossa situação piorou muito, e eu não gostaria de dizer, mas lá em Santo André estamos sendo obrigados a pagar em torno de 40 a 45 mil reais por mês para uma caixinha do PT".

Então foi nessa ocasião, antes do Sr. Gilberto falar comigo, no dia 26 de janeiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. João, ela depôs em juízo a esse respeito na apuração da formação da arrecadação e...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, depois ela depôs. Exatamente. Existe o depoimento dela, depois existe o depoimento, parece, do pai dela. Depois o pai dela conseguiu fazer um transplante renal e conseguiu melhorar o seu estado de saúde.

Então, foi nessa ocasião a primeira vez que fiquei sabendo. E o Sr. Gilberto Carvalho, no dia 26 de janeiro de 2002, falou isso confirmando aquilo que a filha do Ângelo Gabrilli tinha me dito no dia 15 de janeiro. Estou lembrando bem dessas datas porque são datas que a gente não consegue esquecer, porque foram pouquíssimos dias antes de o Celso ser seqüestrado.

Eu conversei com minha esposa, falei: "Vou falar com o Celso". Falo, não falo, falo, não falo, eu disse: "Vou esperar a semana que vem. Na segunda-feira vou falar com ele". Na sexta-feira, o seqüestraram e, brutalmente, torturaram-no e mataram-no.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor acha que essa corrente de denúncias precipitou a eliminação dele?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. Eu acredito que o que tenha precipitado foi o dossiê que o Celso estava fazendo. Porque existe um depoimento – se os Srs. membros da CPI quiserem – de uma pessoa que refere que o Celso foi torturado porque quem... Os mandantes, o que eles queriam era obter informações do Celso, por isso ele foi barbaramente torturado. Para obter informações.

Aliás, antes que eu me esqueça, eu vou passar ao Sr. Presidente o dossiê que o Celso tinha no seu apartamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Relator, ele mencionou que a Rosângela foi fazer a denúncia para ele. Só quero perguntar quem é a Rosângela e qual era o relacionamento dele com ela.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É filha de um empresário.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, mas como ele a conhecia?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu posso explicar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não sei. É a filha de um empresário, mas chegou assim para fazer a denúncia. Quem é ela?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Abrindo essa questão de ordem, pela ordem, do Senador Arns, solicito aos Srs. Senadores que possamos concluir as perguntas do Relator e passemos para a lista de inscrição.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, é porque às vezes há uma questão crucial...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas fica como pergunta, porque hoje não temos aquele quórum mínimo para podermos fazer o ping-pong, como sempre foi feito nesta CPI. Se abrirmos esse ping-pong, não vamos dar oportunidade à inscrição.

V. Sª faça a explicação da pergunta.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O senhor quer que eu já faça?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Então vou ter que contar uma história, desde o início, que acho importante.

O Sr. Ângelo Gabrilli foi muito amigo do meu pai e eu não tinha relacionamento nenhum com ele, sabia que ele tinha empresa de ônibus em Santo André, sabia que ele era um empresário. E quando foi no ano de 2000, o Sr. Ângelo me telefonou. Eu estranhei, apesar de morarmos no mesmo bairro, não tínhamos contato, os únicos contatos eram em algumas reuniões em uma sociedade que tínhamos lá, que era uma sociedade de amigos de onde eu morava, que era no sentido de haver segurança, etc. Estranhou-me muito porque ele no telefone estava chorando, e eu fiquei numa situação delicada, porque para mim, pelo que eu conhecia, de longe, o Ângelo, sempre foi uma pessoa bem-sucedida. O Ângelo Gabrilli foi uma pessoa que nasceu em família rica, acredito que na época devia estar perto dos 60 anos de idade, e ligar para mim chorando!

– "Preciso falar com você". Eu falei: ok, sem problema. Ele foi à minha casa, e falou: – "Olha, João Francisco, você me desculpe muito, eu não gostaria de estar vindo aqui, mas a minha situação em Santo André está insustentável, eu não tenho um canal de comunicação com o Secretário Klinger de Oliveira Sousa, então estou vindo aqui porque eu preciso ter esse canal de comunicação. Será que você podia falar com o seu irmão?" Sem problema, falei para ele.

No dia seguinte, liguei para o Celso e disse: Celso, esteve aqui o Ângelo, você conhece, você lembra dele? Ele disse: – Ah, lembro, sim. Então, eu precisaria falar com você. Como eu tinha um relacionamento muito próximo do Celso, apesar de eu ter ouvido na imprensa o contrário, quando eu pedia para ele ir em casa, ele ia, deixava de fazer o que estava fazendo. E no dia seguinte, ele esteve em casa. E ele perguntou o que estava acontecendo. Falei: olha, Celso, está acontecendo que o Ângelo esteve aqui chorando. O que me impressionou foi ele estar chorando, porque ele é um indivíduo que não precisa estar chorando, ele é um indivíduo com posses, ele não precisa da empresa etc. E ele falou que precisa de um canal de comunicação com o seu Secretário Klinger. – Ele falou só isso? É isso? Falei: é. – "Está bom, pode deixar que vou ver".

No dia seguinte, o Sr. Klinger de Oliveira Sousa me liga na clínica, todo solícito, perguntando se podia falar comigo. Falei: pode. Onde vamos marcar, restaurante, etc. Falei: não, na minha casa, pode ser? – "Pode ser".

Ele esteve à noite em casa. Chamei minha esposa para ficar de testemunha, e ele ficou em torno de 10 a 15 minutos. Essa era a primeira vez que eu tinha contato com Sr. Klinger. Ele me informou que estavam acontecendo problemas técnicos de gerenciamento entre a empresa do Sr. Ângelo Gabrilli e a EPT, que, se não em engano, é Empresa Pública de Transportes em Santo André, e que esses problemas técnicos seriam resolvidos, que não teria problema nenhum. Falei: ótimo! Está bom. Só isso? Só isso. Nos despedimos, ele foi embora e fiquei satisfeito. Liguei para o Ângelo na mesma noite e falei: Ângelo, olha, aquele seu pedido, você me pediu para abrir um canal de comunicação; falei com o Celso, o Klinger esteve em casa hoje, acabou de sair e disse que as portas estão abertas. Ah, tá bom, então muito obrigado pelo que você fez.

Nunca mais conversei nem com o Celso nem com o Ângelo sobre o que aconteceu depois. Então, o que aconteceu depois? Ângelo ficou doente. Quem tomava conta da empresa era o Sr Ângelo Gabrilli. Tinha sido diagnosticado um aneurisma na aorta, a cirurgia não ocorreu como previsto, ele perdeu os dois rins etc,

ficou em coma, então, quem tomou a testa da empresa foi a sua filha Rosângela. Por isso que conheci a filha, Rosângela, foi a partir disso que conheci a filha, Rosângela Gabrilli.

Depois, tive um outro contato com a Rosângela. Rosângela me pediu para eu comparecer numa inauguração do terminal que eles estavam fazendo. Eu sempre fui avesso a inaugurações, mas compareci. Encontrei o Klinger, veio me cumprimentar etc; falamos pouco, e foi somente depois, no dia 15 de janeiro, que voltei a ter contato com a Srª Rosângela Gabrilli.

Deu para esclarecer como é que começou?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não falou. Eu notei que ele estava desesperado, eu notei que ele estava desesperado. Enfim, eu não ia perguntar para ele: por que o senhor está chorando? Ele falou que estava com problemas sérios. E a minha função, quer dizer, de ajuda, foi: o senhor precisa de um canal de comunicação? Foi o que fiz, mais nada. E o Sr. Ângelo nunca mais falou comigo sobre o que aconteceu depois. Só vim saber o que tinha acontecido depois, em 15 de janeiro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor disse que uma das testemunhas da conversa foi seu irmão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele confirma essa versão do senhor?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Confirma quando quiserem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Klinger era tão...?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele ainda não depôs porque no processo que o Deputado José Dirceu tem contra a minha pessoa em Santo André era para ser julgado no dia 09 de agosto, e o Deputado José Dirceu entrou com um pedido de liminar para não comparecer. Então o julgamento foi adiado. Mas na hora que tiver o julgamento ele vai comparecer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse Sr. Klinger é tão forte na Prefeitura por quê?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Atualmente eu acredito que não seja, mas na época ele era o homem de ligação do Celso, dele com relação aos empresários e com relação a todas as licitações que aconteciam em Santo André. O Celso tinha delegado a ele esse trâmite, esse relacionamento. Existe um depoimento, ou melhor, existe uma entrevista desse empresário na **Folha de S. Paulo**. Não sei se ele acabou depondo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não é empresário, é o Sr. Ângelo...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ângelo Gabrilli. Isso. Existe uma entrevista do Sr. Ângelo Gabrilli em que ele conta onde começou o esquema, como começou o esquema. Estou dizendo isso pelo que eu li no jornal, da entrevista do Sr. Ângelo Gabrilli.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor sabe se esse esquema envolvia arrecadação de dinheiro de empresário de jogos?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não; não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor não sabe.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor conhece Rogério Buratti?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. Conheço por jornal, por televisão, por revista.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sabe alguma coisa sobre o envolvimento dele com o esquema da corrupção de Santo André?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor sabe dizer se a empresa Triângulo do Sol, que operava em Santo André, é a mesma de Ribeirão Preto?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não sei dizer, Senador. O nome não me é estranho, mas não sei dizer. Não posso afirmar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor já disse que está sendo processado pelo Deputado José Dirceu.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Por danos morais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor o conhecia antes?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O Sr. José Dirceu?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. Conheci o Deputado José Dirceu, no dia 20 de janeiro, no funeral do meu irmão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor conhecia o Sr. Gilberto Carvalho antes desse...?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Conheci o Sr. Gilberto, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Conhecia antes?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Antes do assassinato?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes dessa conversa que o senhor teve com ele?!

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Conhecia. Tive poucos contatos com ele, mas conhecia sim. E pelos poucos contatos que tive com ele, tinha um bom relacionamento com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Esse bom relacionamento com ele o levou... Depois dessa conversa, o senhor teve outra conversa com ele?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Tive.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sobre o mesmo assunto?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Bom, o mesmo assunto quem falou foi ele. Não era sobre esse assunto, porque depois, no mês de janeiro, depois dessa conversa, o elo em relação às investigações que estavam acontecendo em Santo André, em São Paulo, com o Deputado Greenhalgh fornecendo as informações para o Gilberto – quem me passava informações da polícia era o Sr. Gilberto Carvalho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Que informações?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Informações: "Olha, essa semana, a polícia está indo atrás de um provável suspeito. Olha, diz que na favela pantanal encontraram um cartão do Celso; parece que no Santana existem alguns pêlos que podem ser cabelos do Celso". Esse tipo de informação, na primeira e segunda semana após o assassinato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas sobre o esquema que ele tinha denunciado ele não falou mais?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, falou. Pois é. Aí é que está. Numa outra oportunidade, depois de uma semana, dez dias, na minha casa, para conversarmos como estavam as investigações, ele repetiu o que tinha falado da primeira vez, só que ele repetiu com mais detalhes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quais foram esses detalhes?

O SR. ROMETU TUMA (PFL – SP) – Ele está respondendo ao Relator, pode continuar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Posso?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pode continuar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele me disse que o Sérgio era uma pessoa muito violenta, que constrangia os empresários quando ia conversar com eles, colocava o revólver em cima da mesa. E que, ele repetiu, o esquema era capitaneado por Klinger, Ronan e Sérgio, que era o arrecadador, e que, com muito medo, pegava o dinheiro em Santo André, pegava o seu corsa preto, levava para São Paulo entregava diretamente ao Deputado, na época, José Dirceu. Ele falou para mim três vezes isso. Ele repetiu três vezes sem eu ter perguntado. Eu não perguntei. Ele falou espontaneamente. Duas vezes com testemunha. A terceira, não, porque, na terceira, ele me levou, no dia 07 de fevereiro de 2002, ao apartamento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh - nesse dia, eu tinha um depoimento no DHPP, em São Paulo – e ele me deu carona. Ele me levou no seu Corsa preto e repetiu, novamente, nessa oportunidade, aquilo que ele tinha dito em casa, duas vezes. Depois, eu o encontrei – para terminar os meus encontros com o Sr. Gilberto Carvalho -, no último encontro que eu tive com ele, no apartamento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, no final de março, início de fevereiro.

Foi quando a Polícia de São Paulo – eu não vou falar Polícia de São Paulo, foi o Departamento de Homicídios, DHPP, especificamente – havia concluído que a morte do Celso tinha sido crime comum. Eles iriam dar uma entrevista coletiva à imprensa e gostariam que os irmãos comparecessem. Então, essa reunião no apartamento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh foi nesse sentido. O Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh começou a sua explanação, demorou em torno de meia hora, e nos relatou como aqueles indivíduos tinham sido presos e que realmente eram eles que tinham assassinado o Celso, inclusive com detalhes do menor que tinha atirado no Celso etc. O Sr. Gilberto Carvalho chegou atrasado a essa reunião e o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh repetiu tudo, de novo. Então, foi meia hora mais meia hora. Eu e meu irmão, escutando. No término dessa reunião, eu me levantei e falei: "Olha, Deputado, o senhor me desculpe muito, mas a família não vai compactuar com esse final. A família não acredita em crime comum". O Sr. Gilberto ficou nervoso, levantou, foi embora nervoso, não se despediu de mim. Essa foi a última vez que eu encontrei o Sr. Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durante esses relatos que ouviu, houve alguma menção ao Sr. Delúbio Soares?

O SR. JOÃO FRANCISO DANIEL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ao Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. JOÃO FRANCISO DANIEL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Waldomiro Diniz?

O SR. JOÃO FRANCISO DANIEL – Pelo episódio gravado em que ele estava recebendo dinheiro do Sr. Carlinhos Cachoeira, sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento de algum envolvimento do Grupo Leão Leão com esse esquema da Prefeitura de Santo André?

O SR. JOÃO FRANCISO DANIEL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe se os operadores de caixa dois... o senhor ouviu alguma menção ao trabalho com doleiros?

O SR. JOÃO FRANCISO DANIEL – Só nesse último mês. Eu fiquei sabendo pelos jornais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não teve conhecimento?

O SR. JOÃO FRANCISO DANIEL – Não, na época, não. Só pelos jornais, ultimamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não sabe se eram feitas remessas de recursos para o exterior?

O SR. JOÃO FRANCISO DANIEL – Parece-me que o Ministério Público em Santo André está investigando. Existe, inclusive, uma reportagem em um dos jornais, que eu trouxe, em que existe um pedido à Receita Federal – é uma reportagem da Revista **Época**, se não me engano, está aqui dentro da minha pasta -, que está investigando envios de dinheiro para o exterior por parte desses empresários de ônibus em Santo André. Seria até bom que o senhor pedisse ao Ministério Público cópia, porque eles devem ter.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Buratti afirmou, nesta CPI, que os bingos de São Paulo repassaram um milhão para a campanha do PT em 2002 e que o Sr Ralf Barquete foi quem arrecadou esse dinheiro. Eu pergunto ao senhor: V. Sª tem conhecimento do financiamento de campanhas, do PT ou mesmo de outros partidos feito por empresário de jogos?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Denivaldo Henrique de Almeida Araújo?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Professor Henrique?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor possui dólares?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Se eu possuo dólares?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Possuía.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves, e concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador José Jorge.

O SR JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em seguida, terá a palavra o Senador Tião Viana.

O SR JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Exª e gostaria de dizer que considero que, desde que estamos aqui nesta investigação desta CPI, o depoimento do Dr. João Francisco é o mais importante que já ouvimos aqui.

Quero, inclusive, parabenizá-lo pela coragem e pela dedicação que tem tido ao investigar esse crime. Na realidade, Sr. Presidente, na época em que ocorreu isso, toda essa história parecia bastante fantasiosa. Jamais naquele momento podíamos acreditar, por toda aquela mídia que existia em torno do PT, que isso pudesse acontecer.

Hoje em dia, infelizmente, depois de Delúbio Soares, de Marcos Valério, depois de Rogério Buratti, sabemos que essa história é perfeitamente plausível e, na realidade, temos de ir a fundo em relação a ela.

Então, gostaria de, em primeiro lugar, analisar a participação... fazer uma pergunta em relação à participação do PT no acompanhamento das investigações. É evidente que logo que o Prefeito Celso Daniel foi assassinado, na realidade, não existia, em princípio, essa possibilidade de que o PT ou essas pessoas indicadas pelo PT estivessem querendo encobrir um crime de tão alta gravidade.

Eu perguntaria a V. Sª, Dr. João Francisco, quem acompanhou pelo PT a investigação policial desse assassinato. Se foram o Deputado Greenhalgh e o Sr. Gilberto Carvalho, ou algumas outras pessoas acompanharam essas investigações pelo PT?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Que eu saiba, foi só o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Ele, como ele mesmo disse, e eu percebi, ele dedicou as 24 horas por dia, no mesmo de janeiro, no mês de fevereiro, até o término do inquérito na elucidação por parte do DHPP.

Que eu saiba o Gilberto, não, porque o Gilberto continuava na Prefeitura. Ele tinha outros afazeres. O Gilberto era apenas um elo de comunicação. Evidentemente que...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ele era o que na prefeitura, na época?

O SR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Posso fazer um aparte. O senhor me permite?

O Luiz Eduardo Greenhalgh, ao que me consta, foi indicado pela Câmara dos Deputados, pelo Presidente Aécio Neves, para acompanhar o processo em nome da Câmara.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Isso, eu coloquei aqui. Exatamente...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E não em nome do PT, em nome da Câmara.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu coloquei aqui na minha declaração.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado. Então, em nome do PT ninguém acompanhou?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Do PT, não. O Deputado...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Formalmente, em nome da Câmara...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exatamente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Também em nome do PT.

O SR PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge. V. Sª pode responder, para ficar claro...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu acho que ele precisava – não sei se estou falando alguma coisa que não devo – de algum canal legal para acompanhar o caso, e isso foi feito através do pedido...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Isso, exatamente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª desconfia que ele mesmo pediu para ser o representante?

Também não era de se esperar, ele era um advogado também e do PT de São Paulo...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exato. Era um advogado que já teria atuado em outros casos, em casos de tortura etc. Acredito que seria o indicado, tanto é que tivemos uma reunião no dia 24 de janeiro de 2002, em seu apartamento. Bruno e Marilena, esposa, Marguerita, minha esposa, e eu, no seu apartamento. Essa reunião com o Deputado foi no sentido de sabermos quem é que iria fazer, participar dessas investigações. À época, naquele dia, ele nos disse que ia ser advogado do PT, disse para nós que ia ser advogado da família. Enfim, depois de duas horas em que ficamos lá, quando descemos – o meu irmão Bruno e a Marilena conhecem, como foram fundadores do PT, muitas pessoas do PT; eu conheço muito poucas – do apartamento, perguntei: vocês acham que o Deputado vai atuar para a família ou para o Partido? A resposta deles foi: "Acreditamos que ele vai atuar para o Partido." Tudo bem, é um direito dele.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª indicou alguém mais?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Naquele momento não. Naquele momento nós estávamos desnorteados e não indicamos ninguém.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Dr. João Francisco, quando o Deputado Greenhalgh e o Dr. Gilberto Carvalho comunicaram-lhe de que era um crime comum, que V. Sª protestou dizendo que a família não iria aceitar esse final, qual foi a reação deles?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O Deputado Greenhalgh teve uma reação normal. Disse-lhe: "Olha, eu respeito a sua opinião." E, a partir daí, ele mesmo disse: "Olha, a minha parte nessa investigação está sendo concluída. A partir daí, vocês procurem um advogado para continuar com a investigação." A reação do Deputado foi normal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Foi quando V. Sª continuou sozinho?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Isso. Aí fomos procurar o Dr. Francisco...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em nenhum momento V. Sª falou a respeito da Srª Miriam, que é tida como ex-namorada do Prefeito Celso Daniel.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, ela é ex-esposa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ex-esposa do Prefeito Celso Daniel.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Tínhamos um bom relacionamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Qual é a relação dela com essa investigação? Ela é considerada, hoje...Se não me engano, trabalha no Palácio do Planalto.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ela trabalha na Casa Civil.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Portanto, teoricamente, no meio daquelas pessoas que, de certa maneira, estão envolvidas nessa questão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Fiquei sabendo, no mês passado, que o atual marido dela é amigo do Deputado José Dirceu, por coincidência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Por coincidência. Quer dizer que ela não está nessa investigação feita pela família? Ela não está acompanhando...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Acredito que não. Quanto à Miriam, nós sempre tivemos um bom relacionamento. Tanto é que no final de 2001 ela esteve na clínica para que eu consultasse seu filho. Levou,

inclusive, o seu atual marido. Foi ela quem ligou para a minha casa informando o que estava acontecendo no dia 18; foi ela quem me ligou, de madrugada, perguntando se eu permitiria que fosse colocado um gravador no meu telefone porque, em caso de seqüestro, poderia haver um telefonema pedindo um resgate. Eu disse-lhe que não havia problema, que poderia mandar. Foi ela quem me ligou no domingo, no dia 20, em casa, informando-me de que o corpo de Celso havia sido encontrado. Foi ela quem me ligou, em torno de meio-dia, meio-dia e meia, perguntando-me se eu queria participar da autópsia. Disse-lhe que não, mas até hoje não sei de devia ir ou não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª crê que ela estava indiretamente envolvida com esse grupo?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. Não, não! Muito pelo contrário, nas conversas que nós tivemos com a Miriam, depois de que o Celso foi encontrado, ela não se dava, ela não gostava desse grupo, ela não gostava do Klinger, no sentido de não se dava politicamente. Ela sempre, sempre, não! Ela usou a seguinte frase: ela era o contraponto no secretariado do meu irmão. Ela e o Gilberto eram o contraponto de Klinger no secretariado do meu irmão. E ela não se dava com o Klinger, também não se dava com o Sérgio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ultimamente, a mídia…

Ainda sou eu. Vou perguntar, depois é que vai...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Tudo bem!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Desculpe, vou tentar ser mais rápido! Cada um tem 10 minutos. Mas vai ficar aqui um tempinho.

Na realidade, eu gostaria de saber se V. Sª tem conhecimento de uma nova testemunha que a mídia andou anunciando que teria visto, na hora em que o Prefeito Celso Daniel foi seqüestrado, que, na realidade, o "Sombra" estaria do lado de fora, falando pelo celular e participando, efetivamente, do seqüestro. V. Sª tem conhecimento de algum detalhe a mais sobre isso? Porque isso é coisa nova, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, eu tenho conhecimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É de quando esse...?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É recente. Não é, não é.... dois ou três meses, talvez.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Existe, de fato, essa testemunha?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Existe essa testemunha e essa testemunha declara que o Sérgio deu um chute no meu irmão para tirá-lo do carro. Essa mesma testemunha relata que o Sérgio tinha, no banco de trás, essa maleta, mala, sei lá o que, com os US$40 mil que eu disse no início do meu depoimento. Existe, sim! Existe testemunha. A maioria das testemunhas, Senador, ou estão na cadeia com muito medo, e as que estão fora da cadeia, muito mais, talvez, não sei, porque, vou repetir, mais de seis pessoas já foram assassinadas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quem foram os assassinados? V. Sª lembra?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Olha, que eu posso dizer com segurança é o Dionísio de Aquino Severo, que foi aquele preso resgatado de helicóptero num presídio em São Paulo. E quem acompanhou esse preso, o depoimento dele, e infelizmente ele disse que ia falar em juízo, e mataram-no numa das prisões de São Paulo, foi o filho do Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele acompanhou a prisão, o resgate, e ele me indicou agora que ele tinha se comprometido a relatar todos os fatos....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tuma, use o...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, só para poder...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, desde que o Senador José Jorge conceda esse aparte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então o senhor me desculpe, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, porque ele foi citado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque o seguinte: quando o Dionísio foi resgatado de helicóptero do presídio em que se encontrava, ele foi preso na região de Taboão da Serra, onde meu filho era o delegado seccional. E, é claro, ele fez um depoimento e se comprometeu, posteriormente, a revelar os fatos, porque ele ia segurar um pouco e tal, e aí pediu um presídio com garantias, onde não houvesse gente do PCC, porque ele estava ameaçado de morte pelo PCC. Realmente encontraram um presídio onde o PCC não tinha o comando. Mas, mesmo assim, os mandantes da morte do Celso Daniel conseguiram comprar gente na cadeia para matá-lo, e ele não conseguiu ser ouvido. Mas, depois, têm outras coisas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Esse é o primeiro!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Esse é o primeiro! Teve um garçom também.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exato. Esse segundo é também importante, porque existe um diálogo numa das fitas que saiu na imprensa em que Klinger e Sérgio estão muito preocupados com o garçom que serviu o Sérgio e o Celso, naquele dia. E

o garçom era o mesmo etc., eu não me lembro com detalhes do que eles conversaram. Mas eles estavam muito preocupados. Esse garçom foi assassinado, e a testemunha do assassinato dele também morreu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Realmente é uma máfia!

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – E existe uma testemunha que está sob proteção – essa está viva. Ela foi ameaçada pelo Sr. Sérgio Gomes da Silva...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor não está com medo de ser assassinado também?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se cada um que está testemunhando...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Pavan, por favor, senão terei que usar o bloqueio aqui, o que será deselegante com os Senadores! Nós fizemos um entendimento para que todos pudessem falar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Como o meu tempo está terminando, eu gostaria de saber...

Nós estávamos, há pouco tempo, com a presença da esposa do Toninho do PT, de Campinas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É, estou reconhecendo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero agradecer a V. Exª, Senador, porque a Senadora Heloísa solicitou que pudesse ouvir o depoimento do Sr. João Francisco a Srª Roseane Morais Garcia, viúva do ex-Prefeito de Campinas, o Toninho do PT, que foi assassinado, e o Sr. Paulo Roberto da Costa Santos, irmão do ex-Prefeito, que se encontra presente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A minha pergunta é no sentido de saber se V. Sª sabe se há alguma relação entre esses dois assassinatos, porque o assassinato do Prefeito de Campinas foi bastante parecido na forma com o do Prefeito Celso Daniel. E também, na mesma hora, já se disse que era um crime comum, mas é muito difícil que alguém da cidade vá assaltar justamente o prefeito. A pessoa que todo mundo conhece é o prefeito. É um argumento que... Ninguém vai, porque sabe que vai dar uma bronca grande se assaltar o prefeito. Então, na realidade, eles preferem assaltar outros menos protegidos.

Então pergunto a V. Sª se tem conhecimento de alguma relação entre esses dois crimes.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, conhecimento, não; tenho só a minha opinião pessoal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Poderia explanar?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Na minha opinião, o Prefeito de Campinas foi assassinado por encomenda também; foi queima de arquivo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu também acho que é uma hipótese que tem que ser investigada, Presidente.

Agora eu gostaria, só para encerrar, Sr. Presidente, de dizer que, na realidade, naquela época, quando V. Sª teve essa desconfiança ou fez essas denúncias, ficou difícil para o Brasil acreditar, porque a imagem que havia do Partido era uma.

Hoje, infelizmente, a imagem do Partido piorou muito. Temos situações como a de Santo André, temos situações como a de Campinas, temos situações como a de Ribeirão Preto, que é uma denúncia gravíssima, e o Senador Tuma está falando de Piracicaba.

Então não há dúvida de que houve uma montagem, que está se descobrindo pouco a pouco – de esquema de arrecadação de dinheiro que descambou para a bandidagem; ficou sem controle, descambou para a bandidagem. E V. Sª está dando uma grande colaboração.

Tenha a certeza de que nós, aqui, teremos a coragem necessária para tentar acabar com esse esquema.

Quero me congratular também com os promotores de Santo André, que foram, de certa maneira, vilipendiados. Disseram, na época, que era a elite que estava querendo culpar o PT. Na época, houve até essas acusações.

Hoje em dia se verifica que há 500 pistas para se chegar aos assassinos reais, aos mandantes, etc.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, posso dizer para o senhor que falaram tudo de mim naquela época. Eu participei de uma CPI lá em Santo André. E essa CPI, pelo que nós verificamos posteriormente, foi criada para defender aqueles que estavam sendo acusados. De qualquer maneira, eu me comprometi a ir. O único depoimento fechado foi o meu; todo os outros foram abertos.

Naquela ocasião, as primeiras cinco perguntas, se não me falha a memória, foram se eu tinha algum problema mental. Começou por aí. O senhor imagine como terminou.

Mas devo dizer para o senhor o seguinte: quando o Gilberto me confidenciou três vezes, a Miriam me falou, de uma maneira não tão enfática, um pouquinho diferente, mas me falou, e eu sabendo, porque pouca gente sabia, em Santo André, e pouca gente sabe que desde 1996 eu mantinha um relacionamento com o meu irmão muito bom, só que era um relacionamento muito fechado, no sentido de que meu irmão ia à minha casa, pelo menos uma vez por mês no seu carro, que era um Gol, e conversávamos. Ele ficava meia hora, 15 minutos, enfim, dependendo dos compromissos que ele tinha; ele era uma pessoa muito ocupada. En-

tão, desde 1996, eu tinha esse relacionamento com o Celso, mas nunca conversávamos sobre a política de Santo André. Nunca! Mesmo nas duas viagens que fizemos juntos à Itália, eu não procurava conversar com ele sobre política municipal, muito raramente sobre a parte econômica do Brasil, porque eu sabia, do ponto de vista dele etc. Então, essa relação que eu tinha com o Celso era uma relação muito fraternal e essa conversa do Gilberto Carvalho...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu só queria, para encerrar aqui a minha participação, de dizer que do depoimento do Dr. João Francisco, pelo menos uma coisa torna-se clara, esse Sr. Gilberto de Carvalho não pode amanhã, ainda, ser o Chefe de Gabinete do Presidente Lula, uma pessoa com uma acusação desse nível não tem que ser demitido amanhã, não; tem que ser demitido hoje para que o Presidente Lula também não seja acusado de participação nesse esquema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador, e concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não há dúvida de que estamos diante de um momento muito delicado da vida política do País. Todos têm acompanhado toda essa catarse aristotélica, de fato, que o PT está atravessando, que o meu Partido está atravessando. Até estava lembrando aqui de um amigo indigenista que, há três meses, foi visitar as aldeias indígenas da Amazônia, como ele faz por hábito, e saiu com uma realidade posta da situação política brasileira.

Ao retornar há poucos dias, ele não se entendia: o que estava acontecendo? Quem era honesto virou bandido e quem era bandido virou honesto. Isso tudo aconteceu no Brasil em 90 dias.

E aqui o que se vê de mais grave é o aprofundamento de uma impressão, que está se pondo contra a honra do Partido dos Trabalhadores, e agora deixando claro que é uma organização criminosa com prática de assassinato. Direta ou indiretamente é o que se está pondo aqui. E eu fico muito preocupado com isso, porque ninguém tem o direito de roubar o meu passado, minha honra e o meu sonho. E aqui parece que aconteceu isso. De repente nos despiram daquilo que foi a razão de ser deste Partido, a sua luta histórica, a luta pelos direitos humanos, a luta por ética na política e a luta pela probidade na vida pública. De repente tudo virou pelo avesso, e estamos diante de um depoimento sério que coloca um momento de denúncia sobre, no caso, a Prefeitura de Santo André. O meu entendimento, deslocado da finalidade da CPI, mas não vem ao caso, é um assunto superado, devidamente discutido por nós, Senadores.

Agora o que me põe aqui, Sr. Francisco Daniel, é o seguinte: o Instituto Médico Legal de São Paulo. Eu me lembro que quando o Prefeito Celso Daniel foi seqüestrado, o então candidato Presidente Lula ligou ao Presidente Fernando Henrique pedindo ajuda na elucidação do seqüestro.

O Presidente Fernando Henrique prontamente determinou o que fosse possível para a elucidação e a proteção à vida do então Prefeito Celso Daniel. Depois tivemos a tragédia de ver o Celso morto, da forma como aconteceu. Tivemos o Greenhalgh acompanhando o caso, por ser amigo pessoal do Celso Daniel, não tinha nenhum tipo de negócio em Santo André, nenhum tipo de envolvimento financeiro em Santo André. Greenhalgh acompanha, encontra o Celso Daniel em cima já, no IML, da chamada "pedra fria da morte", onde se colocam as pessoas, e assume um compromisso com ele mesmo: "olha, Celso, o que eu posso fazer é me dedicar a esclarecer esse crime de quem tirou sua vida". E acompanha o caso, e até aí estabeleceu um canal de diálogo com a família, com V. Sª, com seus irmãos, e foi desenvolvendo.

O IML... O que diz aqui? Eu tenho matéria da Agência Estado: "O Diretor do Instituto Médico Legal, José Jarjura Jorge Júnior, disse, nesta quinta-feira" – naquela quinta-feira – "que os exames dos médicos legistas não constataram sinais de tortura no corpo do Prefeito de Santo André, Celso Daniel. 'Ele não foi torturado pelos seqüestradores. Os ferimentos encontrados pelos legistas no corpo foram de natureza leve".

V. Sª é médico, entende muito bem essa linguagem.

"Jarjura acrescentou que só havia ferimentos graves provocados pelos tiros: um que fraturou a mandíbula e os outros que acertaram diversas partes do corpo. O laudo final deve ser concluído em uma semana. Segundo Jarjura, a necropsia mostrou que os seqüestradores de Celso Daniel devem ter 'encostado o cano de uma arma nas costas do Prefeito e empurrado seguidas vezes, provocando alguns hematomas'. Um outro hematoma foi encontrado na coxa direita. Pode ter sido um pontapé ou um golpe com um pau, explicou o Diretor do IML. Num dos braços havia uma leve escoriação, avaliou Jarjura. O Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Saulo Abreu", quando o Governador Alckmin também prontamente determinou à Polícia que acompanhasse o caso e procurasse elucidar e proteger a vida do Celso Daniel, sem nenhum tipo de suspeição, que não pode pairar em relação ao Governador Alckmin e ao Presidente Fernando Henrique, que foram prontamente solidários, "perguntado

se Celso Daniel fora torturado antes de ser assassinado, declarou: 'é subjetivismo. O que eu tenho é o que o laudo diz. Não cabe nem à perícia determinar isso'. Saulo informou que o laudo está sendo preparado pelo IML e deve responder a todas as perguntas dos familiares e amigos do Prefeito assassinado. Diz mais: 'orientei os legistas a não terem pressa porque é preciso eliminar todas as dúvidas".

Então, todo um aparato de seriedade e de responsabilidade na elucidação justa de algo que nos parece da maior gravidade.

A sua pessoa, eu acho que tem direito, sua família tem direito de pedir reabertura mil vezes desse caso, enquanto tiver uma gota de dúvida. Isso, para mim, é absolutamente legítimo, correto e adequado e sempre oportuno.

Agora, o que me deixa chocado é a facilidade com que se pode estar destruindo a honra de pessoas que talvez não mereçam. Eu, por exemplo, tenho a mais alta opinião a favor da honra do Sr. Gilberto Carvalho. Acho que é um homem de bem, é um homem digno, é um homem cristão, é um homem que deu sua vida na luta pelo Partido dos Trabalhadores. E eu queria ter uma gota de razão para entender que ele pudesse ser uma pessoa desonesta para eu mudar completamente minha opinião, mas não consigo ter, do testemunho de todos esses anos de acompanhar a vida dele.

E aí V. Sª diz que ele chegou, foi no seu apartamento e contou essa história e disse que tem testemunhas. Aí eu fico pensando: meu Deus, por que razão o Gilberto Carvalho, que já expressou a opinião sobre sua relação com o Celso Daniel, o Luiz Eduardo Greenhalgh, que já expressou a opinião sobre sua relação com o Celso Daniel, iria dizer a V. Sª que tinha um esquema de corrupção e que ele pegava o dinheiro da corrupção e levava para o então Deputado José Dirceu? Eu fico sem conseguir entender de jeito nenhum qual o motivo lógico para que ele, sabendo das divergências, sabendo do impasse de relacionamento que havia entre o senhor, a Prefeitura, entre o senhor e o Prefeito Celso Daniel, ele fosse dizer exatamente ao senhor esse tipo de situação. Eu tenho que ter algum tipo de convencimento para poder entender isso.

Luiz Eduardo Greenhalgh, que deu sua vida também pela história dos direitos humanos no Brasil, na luta democrática deste País. Foi lá no Acre, no meu canto, lá, no canto do Brasil, na morte de Wilson Pinheiro e de Ivair Higino, assassinados pelas forças do latifúndio criminoso da época. De repente, sacrificou a vida toda pelos direitos humanos, será que agora iria se prestar a mentir, a rasgar sua biografia por uma mentira quando ele era amigo verdadeiro de Celso Daniel e não tinha nenhum negócio, nenhum envolvimento financeiro em Santo André. Então, tenho muita dificuldade de entender essas coisas.

O que foi dito aqui pelo Senador Tuma e V. Sª é que o Sr. Dionísio foi assassinado, e ele disse que tinha coisas a contar do Sr. Celso Daniel. Mas o que tenho de informação do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh é que ele planejou uma fuga do presídio, de helicóptero, com outra pessoa – e tem gravações provando isso – e que, ao fugir, esse Dionísio não esperou o parceiro; saiu, foi resgatado e disse para o delegado à época que sabia coisas sobre a morte de Celso Daniel. Foi pedido ao delegado que colocasse no papel, e não foi colocado no papel nada de depoimento. Depois ele foi morto. E as afirmações da investigação, segundo o Deputado Greenhalgh, apontam para eliminação dele pelo parceiro que foi deixado para trás. Não vi nenhuma afirmação lógica que foi pelo caso de Celso Daniel. Aí V. Sª colocou o caso do garçom.

A informação que tenho, Restaurante Rubayat, onde Celso Daniel havia jantado, na Alameda Santos, é que o tal garçom, que eu nem sabia que tinha sido morto, trabalhava em outro Restaurante Rubayat, não era o da Alameda Santos. Então, por que mataram um garçom que trabalhava no outro restaurante, que morava numa pensão, cujo dono era parente do Vereador Klinger, Secretário de Obras de lá? A polícia acareou os três separadamente e foi comprovado que há mais de 10 anos eles não tinham contato, o tal do tio com o pai do Klinger ou a mãe do Klinger, que são os parentes.

Então, as coisas não se mostram fortes o suficiente para que eu tenha uma certeza de que houve um plano político frio, uma prática de assassinato violento contra uma pessoa que, para nós, era muito valiosa, que era o seu irmão. Seu irmão foi lá no meu Estado, lá em Rio Branco, fazer treinamento de gestão estratégica, porque ele dominava essa área. A Miriam foi junto, pois ainda era esposa dele. E passaram coisas tão importantes para nós, éticas. Ele era o coordenador da campanha do Presidente Lula e como podemos imaginar que havia uma ação dentro do PT para matar uma pessoa dessas?

Não me cabe, de maneira nenhuma, esse tipo de situação, o que não quer dizer que eu ache que não havia corrupção em Santo André, que não havia esquema criminoso com empresa de ônibus, porque essa máfia parece que atua em muitos lugares do Brasil. Independente de coloração partidária, atua no aparelho de Estado e ela precisa ser investigada e esclarecida.

Do meu conhecimento, a Prefeita Marta Suplicy enfrentou essa máfia, tentou brigar e foi fortemente

ameaçada também, em São Paulo, quando Prefeita de São Paulo.

Então, o que eu lhe perguntaria de maneira objetiva é o seguinte: o senhor cita em seu depoimento que o Sr. Ajan Marques de Oliveira, Ariça Azedas, Paulo Pires e André Nager poderiam fornecer mais informações sobre as acusações na prefeitura. O senhor diria que é coincidência o fato de todos eles terem tido cargos em comissão, cargos de confiança na gestão do petebista Nilton Brandão, adversário político do PT e de Celso Daniel?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não acho coincidência. Eu apenas relatei ao Ministério Público fatos ou coisas que estavam me passando, pessoas estavam me passando elementos para que eu pudesse levar ao Ministério Público. O que eu declarei ao Ministério Público foi aquilo é de domínio geral. Nomes como Rotedali, Transladel, que são outras firmas que existem em Santo André, foram pessoas que me passaram, inclusive me pedindo pelo amor de Deus para que eu não dissesse seus nomes, porque já naquela época estavam com muito medo ou porque trabalhavam nessas empresas, Senador. No Semasa, por exemplo, em Santo André... Gostaria até que se os senhores pudessem... O Semasa é considerado uma caixa preta em Santo André. O Semasa seria o serviço de águas, mas também engloba agora lixo, terraplanagem etc., e não é só da gestão do Celso, porque é considerado caixa preto já faz tempo. A pessoa que trabalhava e ainda trabalha lá me passou uma série de informações, como outras pessoas me deram o nome: "Olha, você queria nome de algumas pessoas que podem ajudar o Ministério Público?" Falei: "Quero". "Fulano de tal, fulano de tal...". Foi o que fiz, simplesmente, sem saber que essas pessoas participavam, tinham participação ou se, no passado, tinham participado, simplesmente isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor se opõe frontalmente ao inquérito onde sete delegados têm entendimento diferente do seu, delegados do Governo de São Paulo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não só eu, não só eu. Se eu pudesse responder para V. Exª o seguinte: antes eu gostaria de dizer que sempre considerei o Gilberto Carvalho uma pessoa de honra, sempre considerei. A pergunta que o senhor me fez é a que o Bruno me fez semana passada: "O que aconteceu para o Gilberto falar isso?" Não sei responder para V. Exª. Sinceramente, não sei por que ele falou três vezes sobre isso. Só ele poderá responder para V. Exª; eu não posso, realmente não posso. Com relação ao que V. Exª falou, também acho que é uma pessoa honrada, tinha um bom relacionamento com ele, sem problema nenhum.

Com relação ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, vou citar o Senador Suplicy, que hoje, me dando carona, me disse que o Deputado estava preocupado porque – não preocupado com o meu depoimento, absolutamente, quem sou eu... O nome dele; ele tinha batalhado pelo PT, para que tudo fosse desvendado etc. Falei para o Senador: eu e a minha família, nós não temos nada contra o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, com relação ao trabalho que ele fez no processo de investigação; é o ponto de vista dele. O que estamos magoados, isso sim, isso eu vou dizer para o senhor, dizer para todos aqui, é com a sistemática negativa de uma pessoa com o conhecimento que ele tinha negar sempre a tortura. Eu não posso, porque se eu pudesse, leria o depoimento do médico chefe que fez o exame no meu irmão, que não foi o Dr. Jarjura. O médico que fez é o diretor...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exatamente. Quem fez o exame de necrópsia ou necropsia, o Professor Pasquale, pode nos ajudar, porque existe uma dúvida com relação a essa palavra, na época da faculdade tinha aprendido como necropsia – foi o Dr. Carlos Delmonte. Foi ele que fez. E o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh pode dizer para V. Exª porque ele estava na sala junto com o Deputado Jamil Murad.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O laudo cadavérico foi feito...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Foi feito pelo Dr. Carlos Delmonte.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Tinha trinta pessoas na sala.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Olha, eu tive... Foi me feito um pedido para que eu não o lesse porque, se eu ler esse depoimento, como ele já está nos autos, vou estar privilegiando esse depoimento em relação a outro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vamos requerer toda a cópia do inquérito, do processo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sem dúvida nenhuma. Tenho depoimento aqui. Vou passar, se V. Exª requerer, o depoimento do Dr. Carlos Delmonte; demorou praticamente três anos para ele falar isso. Eu fui para o exterior nesses últimos anos não foi para passear; fui em busca de elucidação dos anexos do laudo de necropsia, porque eu nunca fiquei satisfeito. Então, só para esclarecer, o médico que fez o exame não foi o Dr. Jarjura, foi o Dr. Carlos Delmonte. E o depoimento do Dr. Carlos Delmonte, que é do mês agora de agosto, é contundente, é contundente, Senador! Se

V. Exª tiver a oportunidade de ler o documento. Eu não posso. Eu não posso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é só requerer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª já requereu. Ele vai deixar para a Mesa.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É constrangedor.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador Tião Viana, o que acontece é o seguinte: a minha especialidade é oftalmologia e eu acabei conhecendo um pouco de investigação etc. A base do crime comum era não ter havido tortura. Esse depoimento do Dr. Carlos Delmonte desmonta toda a tese de crime comum que foi montada – quando eu digo montada, não é querendo desmoralizar ou desprestigiar – pelo Departamento de Homicídios de Proteção à Pessoa. Desmonta. Sabe por quê? V. Exª sabe quando que a família teve a possibilidade de ler o laudo de necropsia, depois de muita insistência? Depois de quatro meses. Eles nos chegaram faltando todas as fotos, todos os raios-x...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Dr. Greenhalgh teve acesso antes.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não sei. Não posso dizer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele não acompanhava de perto o inquérito?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não sei, mas a família não tinha acesso aos dados. Nos fomos obter parte das fotos – e quem vê essas fotos chora, mesmo não conhecendo o Celso, chora, porque ele foi brutalmente torturado – no final do ano de 2002, só no final do ano de 2002. Por isso que a polícia de São Paulo não queria nos dar. Houve pressão. Houve pressão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Houve mesmo, sim. Houve pressão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Agora com esse laudo, Senador, fica desmontada a tese de crime comum. Nós tivemos – se eu estiver me alongando, se V. Exª puder me... V. Exª citou a polícia de São Paulo, que fez, aliás, um serviço, um serviço muito bem feito no sentido de localizar aqueles... porque aqueles que estão presos participaram, eles participaram, eles são criminosos. Nós, da família, estamos atrás de mandantes, estamos atrás de quem foi que mandou matar o Celso. Então, eu não sei se o Dr. Saulo de Abreu sabia ou não. Não sei. Acredito até, talvez, que soubesse, mas ele nos recebeu em São Paulo, agora no mês de agosto, recebeu-nos muito bem. Quando digo nos recebeu, recebeu o Bruno, recebeu a Marilena e a mim, recebeu os dois promotores. Ficamos conversando com ele três horas, e ele se dispôs – e me parece que saímos de lá satisfeitos – a que realmente o caso possa ser esclarecido. Eu gostaria de deixar bem claro que, se daqui a dois, três meses, chegarem para mim e falarem "olha, João Francisco, foi crime comum", eu paro com a investigação. Mas os dados que nós temos, eu gostaria que depois V. Exª tivesse acesso, porque uma coisa é V. Exª ter acesso ao que o DHPP fez e outra coisa é visualizar aquilo que nós fizemos, nós, a família fez isto aqui: lacunas, equívocos, falhas, faltas de documentos. Eu vou dizer mais uma coisa para V. Exª: o depoimento de um dos presos em que se baseou toda a história que foi de um empresário do Ceasa que tinha uma Dakota vermelha, V. Exª acredita que esse empresário não existe?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Que ele o quê?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não existe. Esse empresário não foi ouvido pela polícia. Fora isso, existem vários. Nós colocamos, na época, são dezoito questões sobre as investigações do seqüestro e do assassinato. Baseado em quê? Baseado naquilo que a polícia tinha produzido. Não foi nada através de jornal etc.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. João, não existe a testemunha ou foi inventada?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Olha, o que nós sabemos é que existe um empresário no Ceasa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em São Paulo?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Em São Paulo, que foi ouvido, que não levava grandes quantias de dinheiro; não ia para Santos na sexta-feira – não era corriqueiro ele fazer isso – e usava um outro tipo de carro. Mas isso foi ouvido pela Promotoria. Que eu saiba, a Polícia de São Paulo não ouviu. Então, fica comprovado que existem falhas e lacunas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Existia a testemunha, mas não foi ouvida pela polícia...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não foi ouvida.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) –...e nem pelo Ministério Público.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exatamente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, somente para pedir ao Dr. Francisco que eu ainda tenho tempo. O Senador Tuma terá todo o tempo do mundo para esclarecer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, é só para poder esclarecer.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas eu não gostaria de perder o meu raciocínio. Eu prefiro ficar focado aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas era só para ajudar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas não me ajuda, me atrapalha, na verdade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor que atrapalhou em dois garçons que existem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não. O senhor não está dizendo a verdade. Eu não falei nada de garçons.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra. Eu solicitaria que levássemos a bom termo, tanto V. Exª como o Senador Tuma.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É o que eu espero. Exatamente para isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, então eu gostaria de continuar. Falei do empresário da Dakota. Vou falar sobre o menor.

O menor, sinceramente, desde o início, eu e toda a população de Santo André – vou me focar na população de Santo André –, não acreditamos na história do menor. Quando a polícia fez a reconstituição, ela fez a reconstituição de dia. E o menor disse que atirou no meu irmão de noite. Aí vem uma série de questões. A polícia diz "Não, mas o menor pode ter se enganado. O menor pode ter feito isso." Eu posso dizer para o senhor que esse menor, que agora já não é menor, é maior – e acredito até que ele esteja solto –, ele, perante a foto de várias pessoas, perguntado se reconhecia alguma delas, ele falou que não. Aí, foi colocado na frente dele a foto do meu irmão. Ele falou: "Nunca vi esse senhor na minha vida. Nunca vi essa pessoa na minha vista." Isso foi com relação ao menor especificamente. Existem muitas outras falhas, lacunas etc, etc, etc.

Eu acredito agora, Senador, que, com o empenho da Polícia séria de São Paulo, junto com o Ministério Púbico, nós podemos tirar as dúvidas.

Só para encerrar, o senhor falou no garçom. Esse garçom é um. O outro garçom é que foi morto. Existem dois garçons. O Senador Tuma não está errado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu me referi ao garçom que supostamente estaria vinculado ao Sr. Klinger, o Vereador.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não, não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Que esse é de outro restaurante. Foi só a esse que eu me referi.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não é esse.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O senhor está falando de outro garçom.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exatamente. Eu gostaria também de falar em relação ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que ele tem a postura dele. Eu acho que não é uma questão de mentir. Eu entendo a posição dele. Ele jogou o passado dele, a vida dele naquele episódio. Então, eu não vou questionar isso. Eu falei para o Senador ou Senadora que eu não tenho nada contra. Muito pelo contrário. A minha postura contra o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh é com relação à tortura. Com relação à tortura, sim, porque o Deputado estava lá, presente. Ele cita – e foi verdade – que quando o corpo do Celso chegou, no domingo, saindo do IML, a primeira pessoa que veio falar comigo foi ele. E a primeira pergunta que eu fiz para ele foi a seguinte: "Deputado, o meu irmão foi torturado?" Ele falou: "Não, não foi torturado".

Eu respeito. Agora, as evidências que nós temos hoje demonstram que o meu irmão não foi só torturado, ele foi brutalmente torturado, Senador. Certo?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Francisco, já concluindo, o seu entendimento sobre esse caso, que é legítimo que o senhor tenha e outros irmãos tenham, o senhor entende que não é exatamente o mesmo da Miriam, da Ivone, de outros parentes do Celso Daniel, o senhor acha isso natural. Encara que, como o senhor disse, quer que seja elucidado. O senhor tem as suas dúvidas e quer que elas sejam tiradas?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exatamente. Eu respeito a opinião dessas pessoas. Eu quero que seja elucidado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O que fica posto aqui, Sr. Presidente, somente para deixar bem claro em relação ao garçom, é que o entendimento que eu estava tendo é de que havia referência ao garçom, vinculado em parentesco com o dono da pensão, que tinha parentesco com ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Klinger.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O tio do Klinger. Então, esse aí não foi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, perfeitamente já estamos esclarecidos.

Agora, o que eu acho, concluindo, é que sua família tem o mais sagrado direito de elucidar isso até o fim. Não pode ficar uma dúvida sobre esse caso. Se for preciso, eu penso que deveria haver uma ação de Estado para que até polícia internacional viesse, aprofundasse, ajudasse, esclarecesse a fundo tudo. Nenhuma dúvida pairasse. Se a polícia brasileira não... Se

achar que ainda tem alguma dúvida. Porque são sete delegados. Os delegados agiram – eu acho – de boa-fé. O Governador Alckmin prestou total solidariedade. O Presidente Fernando Henrique prestou total solidariedade. Então, os promotores têm um entendimento diferente, o que também é legítimo. Eu acho que esse caso precisa, sim, ser esclarecido.

Agora, o meu temor, nessa hora, único – fique certo disso –, é o de que podemos estar destruindo a honra de quem não merece num processo desse.

Se formos capazes, comprovada a inocência de uma pessoa como Gilberto Carvalho, de recuperar a dignidade e a honra dele perante essas denúncias, vai ser o mais importante desse episódio todo, além da elucidação dos assassinos, covardes e brutais, de uma pessoa como Celso Daniel, que era sagrada para nós do PT.

Agora que isso nunca se confunda com uma ação do PT, que foi o PT. Há essa confusão na hora da notícia. E parece-me que esse não é o entendimento de V. Sª.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Absolutamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª particulariza em nomes. Particulariza o fato localizado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exatamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, eu tenho esperança de que a nossa honra de petistas será preservada ao longo dessa tragédia, que é uma das maiores tristezas de toda vida de um partido que não nasceu neste País e não se apresentou por esse tipo de sujeira que se apresenta na política brasileira hoje.

No mais, eu ficarei por aqui, Sr. Francisco. Ouvirei ainda a sua conclusão, externando a solidariedade à dor de uma família. E que a verdade prevaleça neste momento.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu apenas gostaria de finalizar agora, Senador. V. Exª não imagina o drama interno que eu tive no sentido de ter que fazer um tipo de denúncia como a que eu fiz ao Ministério Público, porque eu sabia que, se fizesse aquilo, eu estaria colocando a imagem do meu irmão à execração.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Tão preciosa para todos nós. Tão cara para todos nós, toda a vida dele.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Agora, V. Exª há de entender também que por tudo aquilo que nós estávamos passando, janeiro, fevereiro, março abril, e cada dia que passava e depois de lermos todos os autos e verificarmos que realmente estavam acontecendo falhas, lacunas etc, e os anexos e necropsia não chegavam etc, e depois, quando o DHPP resolveu dar aquela entrevista, no final de março, início de abril, encerrando o caso como crime comum, eu chegava todas as manhãs no espelho, olhava e falava: Celso, estão insultando a minha inteligência! Não é possível, não estão acreditando na minha coragem! Vou ser obrigado a falar isso que, sinceramente, nunca gostaria de ter falado; daquilo que eu tinha escutado porque eu estava envolvendo nesse depoimento, mais cedo ou mais tarde, o meu irmão – e eu não queria envolver o meu irmão –, envolvendo uma outra pessoa; enfim, envolvendo pessoas que não tinham nada daquilo que eu ia falar. Mas, chegou um momento em que se eu não faço aquele tipo de depoimento, e hoje eu vejo isso, o caso estaria encerrado como crime comum, Senador.

Eu vi aqui a viúva do Toninho do PT, vi o seu irmão, e V. Exª não sabe como é duro ver uma pessoa da sua família, querida, ser assassinada nas circunstâncias em que o Celso foi. O Prefeito de Campinas levou um tiro da maneira como aconteceu, mas o Celso não; o Celso ficou 24 horas vivo, na presença de pessoas que ainda não sabemos quem. Sabemos agora, hoje, que ele ficou nu. E por que estou dizendo isso? Porque os tiros que deram no chão liso, que é chamado pela polícia de esculacho, não são compatíveis com as roupas com que ele foi encontrado. As roupas encontradas com o Celso não têm tiros; ele estava nu. Então, chegou o momento que eu sempre...

São 42 anos que convivo com a minha esposa e falei para ela – eu já tinha emagrecido mais de dez quilos: vou fazer essa denúncia para ver se conseguimos reabrir esse caso. A minha denúncia foi nesse sentido, vejam, a minha denúncia foi no sentido de que o caso do Celso não acabasse simplesmente como um caso comum; não tive intenção nenhuma de – aliás, até hoje, digo isso com toda a sinceridade – denegrir a imagem de ninguém, absolutamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agradeço. Sr. Presidente, uma informação a pedido do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Disse que se coloca inteiramente à disposição da CPI e não veio aqui, inclusive hoje, para não criar nenhum tipo de ambiente de constrangimento ao Dr. Francisco Daniel e estará disposto a prestar todo e qualquer esclarecimento já na próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Tião Viana e passo a palavra ao próximo Parlamentar inscrito, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Tião Viana, quero pedir desculpas a V. Exª , pois não tentei interrompê-lo para confundir, porque quando confundimos uma pessoa é para que ela caia em contradição,

e jamais foi essa a minha intenção. Apenas tentei colaborar, não procurei interromper. Sei da sinceridade com que V. Exª sempre expõe o seu ponto de vista. Então quero que V. Exª entenda, porque, como o meu filho fez vários acompanhamentos, ele fica me ligando aqui e me disse: "Olha, o Senador Tião Viana está se confundindo; tem dois garçons, um que foi morto que serviu o jantar e tem outro que eu prendi, que morava na casa do tio do Klinger"; então são dois garçons que trabalhavam no Rubayat, encontraram o cartão, encontraram o documento. Por isso eu quis esclarecer. Não foi com nenhuma intenção de confundir, porque nós só estamos atrás da verdade aqui.

Muito obrigado.

Senador Eduardo Suplicy, não há problema. Não vou gastar todo o tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Romeu Tuma, vamos prosseguir com o normal. Depois, atenderemos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. João, sei o drama de alma por que o senhor tem passado todo esse tempo, desde a eliminação... Não chamo de assassinato, porque aquele tipo de ação é eliminação de alguém que pudesse trazer o desbaratamento de uma organização criminosa que se formou em Santo André, provavelmente um dos laboratórios para que se organizasse a arrecadação para vencer eleições a qualquer preço. Isso é o que corre a tempo dessa arrecadação financeira, que, infelizmente, explodiu agora de forma tão violenta.

Não sei se foi a reclamação do senhor ou se foi... Apareceu a denúncia de que o próprio Marcos Valério ultimamente teria pago o Sr. Aristides Junqueira para acompanhar o procedimento dessa reabertura. O senhor confirma isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Fiquei sabendo pela imprensa. Fiquei...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi o Marcos Valério que pagou o novo advogado que substituiu o Greenhalgh.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É. Em dezembro de 2003, parece que o Deputado Greenhalgh...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele se afastou...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele se afastou e...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...assim que terminou, de acordo com a idéia do crime comum.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Isso, isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É claro. Tenho aqui as minhas dúvidas, pois esse não é um crime político – crime político é o da lei de segurança ou o da tentativa de derrubada de Governo –, mas é um crime previsto no Código Penal, e há vários outros artigos de agravantes. Então, não foi um simples homicídio, e não foi latrocínio, porque ninguém roubou nada.

V. Sª tem razão num ponto que – acredito – não foi levantado aqui. O Romeu Júnior me disse que o corpo foi encontrado em Itapecerica, que pertencia à Seccional de Taboão. Ele esteve no local, que era de terra. Terra não ricocheteia bala. Então, ele ficou numa área de concreto ou de cimento, em que ele ficou seqüestrado, retido, provavelmente para ser torturado e interrogado a respeito do dossiê que estavam procurando.

Então, os tiros dados de humilhação, para que ele, com medo, pudesse contar alguma coisa, que talvez ele nem soubesse ou não tivesse levado em conta, os tiros de esculacho, como o próprio legista disse, foram dados em área de concreto. E os ferimentos que ele teve realmente demonstram que ele estava nu.

Não estou fazendo análise de legista, mas sei que o Senador Mão Santa já foi legista, poderá examinar esse laudo que o senhor vai entregar aqui e nos ajudar a esclarecer isso. Inclusive, poderemos convidar o legista se for necessário.

O diretor pode expedir uma opinião a respeito, mas jamais entrar no mérito do laudo. Ele não pode entrar no mérito do laudo. Isso seria inconcebível na administração da Justiça. Os requisitos são feitos pela autoridade policial; é ela que pergunta o que foi encontrado no corpo, se houve ou não tortura, se houve ou não tiro, se houve ou não agressividade. É a autoridade policial que o faz. Então, o delegado deveria saber sobre todos os dados do questionamento.

Penso mesmo que houve algum tipo de pressão lá, porque o direcionamento, desde o início, foi para que se chegasse à conclusão de que foi um crime comum. Toda a investigação andou nesse sentido. Se eu estiver errado, Deus que me perdoe, mas estou raciocinando como um policial com algum tipo de experiência.

Então, essa possibilidade de reabertura é muito importante para buscarmos as verdadeiras causas que levaram à morte de Celso Daniel.

Sr. Presidente, agora, falei com o Dr. Amaro José Tomé Filho, Promotor de Justiça de Santo André, que se colocou inteiramente à nossa disposição para qualquer informação que o Relator, V. Sª ou qualquer dos membros da Comissão necessitarem. Ele está ouvindo um preso e sente sinais de que ele está querendo ajudar a Justiça. Ele acredita que esse depoimento terminará hoje e, caso haja alguma coisa importante, ele nos passará as informações que possam colaborar com as apurações.

Então, o caso do garçom ficou esclarecido. Eram dois garçons: um que serviu o jantar e ouviu algum tipo de conversa – esse foi assassinado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Esse foi assassinado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O outro, suspeito de ter participado do seqüestro, foi preso na casa onde morava, que era de propriedade do tio do Klinger. E lá foram encontrados documentos do Rubayat: cartões, cartas, que faziam a ligação dele com o restaurante. Então, são dois fatos isolados: um ouviu, e poderia revelar algum fato; o outro participou. Um foi morto; o outro me parece que não. Esse que continua vivo poderá esclarecer.

Sobre o menor, há outra coisa grave: o Romeu Júnior disse que os promotores – estou falando Romeu Júnior, desculpem-me, mas ele é o delegado lá – espalharam várias fotografias, inclusive do Celso Daniel, e ele não reconheceu a figura do Celso Daniel. E disse que atirou frente a frente com o Celso Daniel, mas o Celso Daniel tinha tiros nas costas. Então, esse menor, não acredito que seja o homicida, o assassino.

O Dionísio foi preso; depois, o resgate... Primeiro ele foi resgatado para organizar a morte do Celso Daniel, porque ele tinha amizade com o "Sombra". Ninguém pode afastar que esse bandido era ligado ao "Sombra", ao Sérgio. Ele tinha amizade com o Sérgio, e o Sérgio deve ter dito: Não, eu tenho um bandido à minha disposição para organizar. São deduções a partir da análise das investigações. Então, ele participou do evento, foi preso e aí deu seu depoimento, que está no papel – não é como o Senador pensa, está no papel. Só que ele queria depor outra vez. Pediu para o advogado e combinaram que ele voltaria a depor contando toda a verdade, desde que lhe dessem garantia de vida. Tanto é que ele ficou retido lá quatro dias, em Taboão e Itapecerica. Quatro dias! Por quê? Pelo medo de ele ser colocado no presídio, onde seria assassinado de imediato. Conseguiram um presídio onde o PCC, que era... Ele era jurado de morte e, infelizmente, não conseguiram, porque alguém deve ter dado um dinheiro mais alto. O senhor sabe que, para eliminar alguém na cadeia, é fácil: é só pagar. Então, ele foi morto lá e não se conseguiu ouvi-lo. Ele disse que ia falar em juízo, mas disse ao delegado que estava disposto a esclarecer por ter sido bem tratado na delegacia.

Então, essas são coisas que não são novas, Presidente. Não são novas. Foram investigadas, estão nos autos. É preciso chamar aqui alguém com o coração partido para vir contar a verdade, que já está praticamente esclarecida e que ninguém quis levar a termo para apresentar à Justiça?

Então, a reabertura... Tenho aqui vários documentos que me trouxeram para analisar. Acho que não vou cansá-lo com isso, porque talvez o que eu saiba seja metade do que o senhor sabe. E, quando se matam seis testemunhas de um fato, é o que eu disse ontem, Sr. Presidente...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Foram mais...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...se disserem que não é crime organizado, eu me suicido. Eu me mato aqui agora.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, foram mais de seis.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seis que eu conheço.

E eu gostaria que o senhor tivesse proteção, porque, depois do seu depoimento aqui, eu não sei até que ponto... O senhor deveria requerer, e nós teríamos que dar apoio, Sr. Presidente, para que ele tivesse toda a segurança e pudesse, sem dúvida nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, se houver necessidade, por parte de algum Senador ou do próprio depoente, nós entraremos em contato imediatamente com a Polícia Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou pedindo porque sei pelo que ele passa. Eu fiz aqui, durante o seu depoimento, um fluxograma – e não sei se tem fundamento... Eu sei que, para o senhor, deve ter sido triste reconhecer que o Celso ajudava na arrecadação de fundos para o PT e sabia da atividade do Ronan...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ronan Maria Pinto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL– SP) – ...do Ronan, do Klinger e do "Sombra". O dinheiro ia para o Geraldo e depois para o Zé. Eu não sei se esse fluxo da arrecadação está correto. O senhor quer ver? (Pausa.)

Pelo menos foi o que depreendi do depoimento de V. Sª.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É exatamente isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se o Relator quiser, esse foi o fluxo que depreendi do depoimento. V. Exª pode ficar com ele. É que, quando ele foi falando, eu fui fazendo um gráfico para poder entender.

Hoje sei que a Drª Elisabeth Sato está lá. Inclusive, eu disse aos promotores que ela está colaborando intensamente, fazendo seu trabalho com seriedade, e, provavelmente, o crime deverá evoluir.

Tenho aqui, ainda, o depoimento, na **Veja**, do jurista Hélio Bicudo, que também não concordou com

isso. Ele, que é um quadro importante do PT, diz que não aceitou também a conclusão...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É; inclusive, o Dr. Hélio Bicudo, no primeiro aniversário de morte do meu irmão em Santo André, logo depois da fala do meu outro irmão, aproximou-se e perguntou se nós precisávamos de ajuda. Na época, inclusive, ele se colocou à disposição para nós entrarmos em contato com a OEA, que, se não me engano, tem um departamento específico para esse tipo de crime. Então, apenas para deixar claro que desde aquele ano o Dr. Hélio Bicudo já estava tentando ns ajudar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E também fiz aqui uma anotação: por toda a descrição, o crime realmente foi planejado; foi estabelecida uma forma para executar, de forma covarde e maldosa, o seu irmão. Por quê? Porque, na hora em que se resgata um preso para coordenar a operação – e realmente esse preso tem uma participação ativa –, é que aquilo foi tudo planejado. Acho que essa é a suspeita do senhor. Não foi uma discussão de restaurante, em que se telefonou para alguém e fez...

Então, a meu juízo, o "Sombra" e os outros que participaram não queriam perder a possibilidade da arrecadação, que não ia mais para o PT. O que eu soube é que o seu irmão teria descoberto que esse dinheiro estava sendo desviado para atender interesses pessoais.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exatamente. O ponto fundamental foi esse. Eu, inclusive, trouxe o inventário do meu irmão e o seu imposto de renda. Ele era uma pessoa que, para os padrões brasileiros, depois de 25 anos de serviços prestados como administrador, professor universitário e político, morreu praticamente pobre. Não vou dizer pobre, mas ele deixou um apartamento com valor de mercado de R$80 mil e dois automóveis Gol, ano 1996. Foi tudo o que ele deixou. O que consta sobre um terço de dois outros imóveis diz respeito, ainda, à herança do nosso pai.

Então, o meu irmão era uma pessoa que não ligava para roupas, não ligava para bens materiais; ele gostava de viajar e conhecer os lugares. E, sempre que podia, ia à Itália. Gostava de comer bem, gostava de filmes etc., etc. Mas era despojado em relação aos bens materiais.

Agora, quando ele ficou sabendo que o dinheiro estava sendo desviado, que esse grupo estava enriquecendo de maneira estratosférica, realmente ele quis tomar uma posição, no sentido de brecar esse tipo de coisa. Klinger, Ronan e Sérgio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permitiria mais duas perguntas, pois o meu tempo se esgotou, e não gostaria de atrapalhar? (Pausa.)

Numa análise de convivência com o seu irmão, o que poderia ter levado o Partido a escolher, como sucessor de Celso Daniel, o hoje Ministro da Fazenda Palocci na coordenação das eleições e do fundo de financiamento da campanha? O Celso foi escolhido pela direção do Partido e pelo Presidente Lula, que tinha muito respeito por ele; com a morte dele, foi indicado o Palocci; o senhor teria alguma idéia? Ele teria conversado antes qualquer coisa?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não tenho idéia absolutamente nenhuma. Fiquei bastante envaidecido quando ele foi convidado, mas não tenho idéia do que aconteceu **a posteriori**.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Em Santo André, há casas de jogos de bingo, de bicho? Já ouviu falar?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Já ouvi falar. Não posso dizer ao senhor: "Olha ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Não. Não vou dizer que está sendo arrecadado pela Prefeitura, mas que paga o pau para alguém.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Isso aí o senhor deve ter ouvido. E a contribuição? Porque não tem jeito...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim. Já ouvi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sr. Presidente, era isso. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT- SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. (Pausa.)

Permita-me apenas fazer um esclarecimento ao Senador Romeu Tuma, só para correção até da maneira de indagar, porque o Prefeito Celso Daniel era o responsável pela coordenação do programa de Governo do Presidente Lula – acho que o Sr. João Francisco sabe bem disso – e não era, portanto, responsável pela coordenação da campanha, no sentido da campanha e também dos fundos de campanha.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Então, seria bom que ouvisse do Senador Suplicy o nome do coordenador financeiro. Se ele pudesse ajudar-me, eu ficaria agradecido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT - SP) – Isso é de natureza pública. Na época, o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores e condutor da campanha - coordenador no sentido político geral - era o Presidente José Dirceu. E o Diretor Tesoureiro era o Diretor de Finanças do Partido, também de conhecimento público, o Sr. Delúbio Soares.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Eu não queria ofender o Celso Daniel. Apenas quis dizer que ele era uma figura importante, a participação dele era importante, pela confiança que o Presidente depositava, designando-o coordenador político - que, não tenha dúvida, precisaria ter um envolvimento com todos os segmentos do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma, e concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Francisco, tenho duas reflexões acerca dos fatos que lhe trazem aqui. Uma delas, pelo menos para mim, afasta peremptoriamente eventual afirmação que possa ser feita de que a sua presença aqui não diz propriamente respeito ao tema-objeto desta CPI. Permito-me discordar disso, porque Carlinhos Cachoeira, sabidamente um grande operador do jogo a partir de Goiás, mas com ramificações em todo o País, recentemente passou a operar no jogo por intermédio de uma fachada que é uma empresa de construção. Então, as empresas de transporte de Santo André, o trio fantástico que o senhor cita a todo instante, pode perfeitamente... porque o crime organizado opera por intermédio de várias frentes: empresa de ônibus, o jogo propriamente dito. Portanto, não descarto, pelo menos de maneira peremptória, e creio que é papel desta Comissão investigar este aspecto, o envolvimento do Sr. Ronan, do Sr. Sérgio, do Sr. Klinger com o jogo, operação essa que se tem mostrado, em nosso País, fonte de tamanhas confusões, lavanderia de grandes transferências de recursos para quadrilhas partidárias. Isso é o óbvio. Essa é a primeira reflexão.

A segunda é que, também sou tentado, assim como o Senador Romeu Tuma e vários outros Senadores aqui... Pertenci a um Partido que pertencia, e ainda pertence, à base de sustentação do Presidente Lula, em uma aliança política. Convivi com pessoas do PT, que podem ter inúmeros defeitos, eu conheço pessoas do PT e não me causa qualquer constrangimento afirmar que, por exemplo, o Deputado José Dirceu, a quem atribuo a engenhosidade de montar todo esse plano – claro que não sozinho, não se faz isso sozinho –, é o grande engenheiro desse plano de arrecadação, que foi aprofundando-se, aprofundando-se e transformando-se, de fato, em uma operação criminosa. Mas eu não acredito, sinceramente, que ele possa estar envolvido, ou diretamente ou como mandante, em assassinato, seja de quem for.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu também.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois é, exatamente. Eu não acredito nisso. Assim como ele, que outras pessoas que conheço no PT e que estão envolvidas até o pescoço nesse escândalo terrível que nos abala a todos – ou seja, estão envolvidas em crimes que estão sendo apurados **pari passu** pelas Comissões – estejam envolvidas no brutal assassinato de seu irmão. Não posso crer. A minha tese é a de que os assassinos do seu irmão operavam no submundo do crime, crime diversificado, e, ao assassinarem seu irmão, trouxeram à luz fatos relativos ao mecanismo que, já naquela época, beirava o crime: o mecanismo de arrecadação de recursos operado pelo PT. Creio que a tese mais consistente seria esta: assassinaram o seu irmão, e esse assassinato trouxe à luz fatos, porque eram pessoas que estavam envolvidas, ao mesmo tempo, com arrecadação de fundos do PT, eram supridores dessa arrecadação que não se perfazia nos termos da lei, digamos assim.

Então, quero afastar de plano... não tenho, como o senhor, o Senador Tuma e vários outros Senadores, esse tipo de suspeita. Não me ocorre isto: "Será que foi o José Dirceu que mandou mandar?" Isso não me ocorre. Eu seria leviano se fizesse esse tipo de ilação; sequer há ilação. Eu seria leviano. Eles certamente cometeram equívocos, erros – e, alguns, até crimes –, mas não desta natureza: homicídio. Não, não acredito. Quero aqui deixar isso muito claro.

Há uma coisa que me causa muita estranheza: são dois fatos que aparentemente não têm qualquer ligação um com o outro, mas, na verdade, têm. Lembro, logo no calor dos acontecimentos e logo após a sua participação, nas entrevistas que o senhor se propôs a dar e efetivamente deu, que se instalou, de fato, um clima para desacreditá-lo, com insinuações inclusive de um relacionamento ruim seu com o seu irmão, o que o senhor aqui desmistificou, de forma convincente, mostrando que não havia qualquer fundamento nisso. Esse fato me remete a outro fato: há pouco, aqui foi dito que o PT é francamente favorável à reabertura das investigações, inclusive com participação internacional. Agora, causa-me estranheza que isso seja dito somente agora, quando, no decorrer de todo esse período, jamais ouvi, de parte do PT, pelo menos publicamente, qualquer tentativa de fazer com que isso de fato fosse efetivado. Creio que, em face do fato consumado agora, em razão da sua insistência – quero louvar a sua insistência, afinal, ele era seu irmão –, em razão do fato consumado, fica talvez fácil hoje dizer que o PT investe efetivamente na reabertura dos fatos, quando isso não ocorreu nesses últimos dois anos. Não sabemos, pelo menos – posso estar equivocado – de qualquer

insistência ali, dura, do PT para que as investigações fossem reabertas. Não me consta.

Sr. Francisco, o seu depoimento tem sido importante nesta Comissão, e aqui já nos habituamos a não ficar repetindo perguntas que já foram devidamente esclarecidas. Um fato apenas me faria perguntar-lhe: esse dossiê que o senhor passou às mãos do Presidente... É consistente a tese de que as pessoas que assassinaram seu irmão, até porque o torturaram, estavam à procura de informações. Talvez o Prefeito, para se proteger, tenha permitido que esse tipo de informação chegasse ao conhecimento das pessoas. Ou seja, para me proteger eu digo que tenho informações de fulano, beltrano e cicrano. Só que essas pessoas não têm estômago, e elas não se intimidaram em face disso. Aquilo que ele armou para servir-lhe de proteção talvez tenha sido a sua sentença de morte. Então, esse dossiê que o senhor passou para a Comissão e a que teremos acesso é uma cópia? É o mesmo dossiê de que essas pessoas andaram atrás? Não entendi perfeitamente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Nós acreditamos que não. Isso é uma parte. Porque muitas pessoas entraram no apartamento do Celso, algumas...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A família não teve acesso, de imediato, não?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Como?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A família não teve acesso, de imediato?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Até poderia ter, mas nós não fomos lá. Nós não fomos lá. Foi um erro, um grave erro. Nós ficamos sabendo que, antes de ele ser encontrado, algumas pessoas estiveram lá, dentre elas o Klinger de Oliveira Sousa. Ele esteve lá duas vezes. Quero apenas também dizer que, no inquérito da polícia, no prédio onde o Celso morava, existe falta de folhas daquele registro manual de entrada e saída. E, além da falta de folhas, justamente naquela faixa de dias, existem rasuras, aquele famoso "branquinho". Isso antes de ele ser encontrado. Depois que ele foi encontrado, várias pessoas entraram lá, inclusive a Polícia Federal, que chegou a entrar em determinado dia, etc. Depois ficamos sabendo que a exnamorada havia retirado muita coisa do apartamento. Eram livros, manuscritos, etc, etc, vamos deixar bem claro. Acreditamos que isso foi uma partezinha que foi deixada porque ficamos sabendo disso há muito pouco tempo, quando resolvemos alugar o apartamento, porque ele estava se deteriorando. Ainda restavam algumas coisas do Celso, dentre as quais encontramos... Então, acreditamos que isso seja apenas uma partezinha. Acreditamos que aquilo que ele realmente havia compilado desapareceu.

Apenas para complementar: meu irmão tinha um *laptop,* com o qual eu o vi trabalhar em 1999, quando estive no apartamento dele, após eu ter feito uma cirurgia de joelho. Existem testemunhas que já deram depoimento ao Ministério Público, confirmando que o Celso usava *laptop,* apesar do desmentido de outras pessoas. Acredito que o que entreguei é uma parte pequena. Acreditamos que, infelizmente, o Celso não resistiu à tortura e falou onde estava ou levaram coisas que ele tinha no apartamento nesse interregno.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Uma curiosidade apenas: o senhor chegou a mencionar o fato de que, no calor dos acontecimentos, após o corpo ter... O senhor se referiu a domingo, quando o corpo do Celso chegou – foi o que o senhor disse –, o senhor perguntou ao Deputado Greenhalgh se ele havia sido torturado. Por que o senhor fez essa pergunta dentre outras que poderia ter formulado?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Porque a minha esposa foi... teve um episódio de seqüestro no final dos anos 70. Ela ficou sob ameaça de um revólver, sob ameaça de estupro durante pelo menos umas três horas. E aquilo marcou muito minha esposa. Graças a Deus, ela não foi estuprada, mas psicologicamente não há como não se sair abalado de uma situação dessa. Desde o momento em que o meu irmão foi encontrado, ela dizia: "Olha, seu irmão foi torturado". Não sei se é intuição. E ela não estava só querendo falar na parte psicológica porque o seqüestro em si, só o seqüestro, abala a pessoa. Ela estava falando no sentido físico. E por isso falei. A primeira pergunta que fiz ao Deputado foi essa, foi nesse sentido. Minha esposa já havia conversado comigo na sexta-feira, no sábado, no domingo, depois que o corpo foi encontrado. E foi por isso que fiz a pergunta ao Deputado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agradeço.

Só para concluir, Sr. Presidente, Sr. Francisco: que fiquem bem claras nesta Comissão as referências feitas aos Srs. Gilberto Carvalho e José Dirceu. Não acredito que de parte do Sr. Francisco e de qualquer Parlamentar aqui existe o objetivo de imputar-lhes o mando do crime ou seja lá o que for. Na verdade, sintetizando e concluindo na minha cabeça, creio que essas empresas que podem ter ramificações no jogo, inclusive seus proprietários, alimentavam, digamos assim, o caixa do PT. Creio que, por essa razão, de forma audaciosa, quiseram talvez exigir do Prefeito contrapartidas que ele se negava a operar, como pessoa decente que era. Isso levou a um clímax. A presença dele, então, passou a ser um empecilho, tendo em vista a volúpia e a ganância dessas pessoas que se achavam no direito, porque contribuíam com o cai-

xa do Partido, de exigir e de sangrar a Prefeitura, até deixá-la alquebrada.

A minha tese é exatamente essa, coincide com as suas considerações e explicações, que me ajudam a construir exatamente esse caminho, para que possamos elucidar.

Quero aqui, mesmo passado tanto tempo, lastimar profundamente que uma vida tenha sido retirada do nosso convívio, uma pessoa tão séria, tão importante como o seu irmão. Quero aqui lamentar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Gostaria de dizer que, além de tudo o que o senhor disse, o Celso – não é por eu estar aqui, não –, era uma das melhores cabeças que o Partido dos Trabalhadores tinha. Não vou dizer que era a melhor, porque seria muita pretensão da minha parte, mas ele era uma das melhores cabeças. Eu fico até emocionado, porque ele deu a vida para o PT.

O senhor conhece as famosas frases "os fins justificam os meios", "para se conseguir o poder, precisa-se de dinheiro" e "para se obter dinheiro, há necessidade de caixa dois" etc. Infelizmente, meu irmão – digo infelizmente, porque ele morreu da maneira como morreu por causa disso – montou esse tipo de caixa em Santo André para as campanhas do PT.

Faço minhas as suas palavras com relação ao Deputado José Dirceu, ao Gilberto Carvalho. Absolutamente, não passa pela cabeça de ninguém que eles tenham tido algum outro tipo de participação. Gostaria até que o Gilberto tivesse falado outro nome. O que fazer se ele falou o nome do Deputado José Dirceu? Não posso falar nada.

Apenas para um detalhe, a Miriam, que foi ex-esposa e que participava do secretariado do Celso, em nenhum momento citou esse esquema. Nas conversas que tivemos com ela depois, ela disse apenas que não compactuava com esse grupo. Mas ela não participava, não compactuava. Como eu disse anteriormente, ela era um contraponto no secretariado, tendo, inclusive, chegado a conversar com o Celso em setembro de 2001. Isso ela nos relatou a mim e a outra testemunha. Ela chamou o Celso e falou: "Olha, Celso, se você não tomar providências naquilo que está acontecendo em Santo André, não vou mais ficar aqui. Recebi um convite e vou deixá-lo. Saio daqui, porque não vou continuar". E o Celso respondeu para ela que ele iria começar a tomar providencias.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acha que a Miriam sabia que o Gilberto Carvalho recebia esse dinheiro e o levava para José Dirceu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Pelo que conversei com ela, depois de o corpo ter sido encontrado, não. Acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero, em primeiro lugar, como outros já fizeram, destacar a figura do Celso Daniel e prestar as homenagens à família também.

Não o conheci muito. Eu o conheci durante algum tempo, aqui em Brasília. Mas, por todos os relatos que as pessoas fazem e pelo que o senhor acabou de fazer também, era uma pessoa capaz, competente, bem preparada academicamente, em termos de formação, com experiência em tantos lugares do Brasil, como foi relatado inclusive pelo Senador Tião Viana, anteriormente, tanto que foi escolhido coordenador de programa para a candidatura, na época, do Governo Lula e, na seqüência, substituído pelo atual Ministro Palocci.

Também quero dizer que, quando o Celso Daniel foi assassinado, isso causou uma comoção nacional, porque nós estávamos, na antevéspera, vamos dizer, de um processo eleitoral importante, de consolidação da democracia. E o Governo Federal, na época, do PSDB, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e o Governo Estadual, do Governador Geraldo Alckmin, eu diria que tomaram todas as providências possíveis e imediatas para que o caso fosse totalmente esclarecido. Essa era a intenção dos dois governos, do Governo Federal e do Governo Estadual, tanto que, ao que me consta, sete delegados foram indicados para o caso; delegados estaduais de três delegacias diferentes, da Polícia Federal, e todos indicados até por um partido – se pensarmos no lado político-partidário – contrário ao PT, no caso. Então não havia, assim, vamos dizer, nenhuma interferência do Partido dos Trabalhadores para que, nesse processo de investigação, algo ficasse obscuro, oculto, não esclarecido, porque as pessoas todas, inclusive, foram indicadas pelo governo do PSDB. E, além de tudo, confiando também no trabalho bom da Polícia Federal, da Polícia Civil, do Ministério Público.

Naquela época, chegou-se à conclusão, em função de todo esse trabalho, de que o crime se referia à esfera de um crime comum, e não de um crime de outra natureza. Inclusive os laudos que temos – e o que o Senador Tião Viana falou corresponde à verdade também, naturalmente... Havia umas 30 pessoas que queriam participar do processo de autópsia do corpo. E essas pessoas inclusive foram solicitadas para que muitas delas saíssem e só ficaram no ambiente os médicos; só os médicos ficaram lá. Inclusive, como o senhor falou, o senhor foi convidado também para estar,

mas, naturalmente, optou por não ficar. E a gente até entende. Mas, entre os médicos que estavam lá, estava inclusive o Deputado Jamil Murad, mencionado aqui também. E todos chegaram à conclusão – não havia discussão alguma, pelo menos nesse sentido – de que não teria havido tortura. Tanto que o próprio Secretário de Segurança de São Paulo, Dr. Saulo, que ainda é Secretário de Segurança, até disse: "Nós não vamos..." Alguém disse: "Houve tortura". E ele disse: "Olha, é coisa subjetiva", como o Senador Tião Viana leu.

Eu quero ver o laudo da perícia, porque nós temos que ter o fato objetivo.

E o Deputado Greenhalgh acompanhou o processo, pelo que eu saiba e pelo que me lembro também, indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, devido à repercussão do crime. A Câmara dos Deputados ou o Congresso Nacional queria acompanhar de perto. E o Deputado Greenhalgh foi lá e acompanhou.

O Deputado Greenhalgh tem uma história, já relatada, vinculada a direitos humanos, em defesa de pessoas, de cidadãos, de presos políticos e tudo mais e ele, também chegou à conclusão no final, tanto que lhe deu a resposta, que não havia acontecido tortura e que todos chegaram à conclusão do crime comum. E, naturalmente, o papel dele terminou naquela hora, como relatou para o senhor. Eu vim aqui, em nome da Câmara, investigar tudo e a família, como também foi dito, tem todo o direito, se houver qualquer dúvida, seja de quem for, a família tem todo o direito de buscar os esclarecimentos. Sempre digo, sermos solidários é nos colocarmos na pele da outra pessoa. Se isso acontecesse com alguém da minha família e eu tivesse dúvidas, certamente eu teria todo o direito de continuar a investigação, os contatos, a busca da verdade. Acho que se há dúvidas, naturalmente as pessoas têm todo o direito de buscar um esclarecimento. Mas é bom ver o histórico porque as pessoas podem dizer que o PT tentou ocultar, e se tiver gente com culpa no PT também terá que ser investigado, só quero dizer isso. Mas o PT não indicou, foi o Fernando Henrique, foi o Geraldo Alckmin, foram sete delegados estaduais, federais, o laudo, declarações nos jornais, vamos com calma, o laudo tem que sair.

Defendi ontem a idéia, até conversei com o Presidente, o Senador, que considero o caso importante, tem que ser investigado, a verdade tem que aparecer, caso ela não tenha aparecido ainda, talvez já tenha aparecido e o senhor até fique convencido, mas se não apareceu tem que continuar sendo investigado. Mas eu diria que a presença do senhor aqui, com todo o respeito, não está vinculada ao trabalho desta CPI, quero continuar enfatizando, na minha ótica, porque crime organizado...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, no que diz respeito a jogo, crime organizado, parece-me que o próprio depoente concorda que se trata de um crime organizado. Para deixar claro para quem não ouviu ontem, houve um debate entre V. Exª e o Senador Romeu Tuma e que ocorreu, naturalmente, divergência. Mas o próprio depoente entende que se trata de um crime organizado e não um crime político. Então, V. Exª insiste em dizer que estamos fora da rota.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Insisto em dizer que estamos fora da rota.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E lamento dizer que não concordo com V.Exª, porque se trata, não há a menor dúvida, pelo depoimento que acabamos de ouvir, de um crime organizado de lavagem de dinheiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pode até ser.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E de financiamento de partidos políticos. Então quero dizer que lamento discordar mais uma vez, mas acho que V. Exª tem insistido em insinuar essa mudança de rota. Volto a dizer o que havia afirmado: a preocupação parece que diminuiu no Partido de V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, quero deixar bem claro que não vou aceitar essa insinuação de que estamos fugindo da rota. Sinceramente, respeito mas quero deixar claro tanto a minha posição como a do Relator, e desta CPI por maioria; parece-me que V. Exª e o Senador Tião discordam, mas o resto não concorda com V. Exª. Então, sempre prevalece a maioria.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sem dúvida, prevalece a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, V. Exª tem insinuado insistentemente nessa tese. Acho que não é bom para a nossa CPI V. Exª ficar insinuando, até porque V. Exª votou favoravelmente à presença do Sr. João Francisco.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente, votei e não houve assim uma argumentação, uma discussão. Inclusive, na ocasião do requerimento, deveria ter debatido o assunto, não sei por qual razão não debati. Mas, na verdade, quero insistir porque o Relator fez perguntas para o depoente – e eu só queria fazer esse comentário *en passant*, porque já havíamos discutido ontem –, uma das perguntas foi se o depoente conseguia associar isso – não me lembro exatamente

o teor da pergunta – ao jogo organizado. E o depoente disse que não tinha conhecimento disso.

Então, quanto ao caso Celso Daniel, quero dizer que há necessidade de investigação. Isso tem de ser feito, e a família tem o direito de saber de tudo isso, mas, na verdade, o caso não está relacionado ao jogo organizado e às implicações da lavagem de dinheiro.

Um dos problemas que observamos nesta e em outras CPIs é a organização do crime e a lavagem de dinheiro, feitas por meio de companhias de processamento de lixo e de transporte – e não quero aqui generalizar.

Quero perguntar ao senhor, em primeiro lugar, sobre o Gilberto Carvalho. Como disse, eu não conhecia bem o Celso Daniel, com o respeito, em função de todos os depoimentos, não conheço as três pessoas que o senhor mencionou lá, mas conheço muito o bem o Gilberto Carvalho. E milhares de pessoas conhecem o Gilberto Carvalho neste Brasil, e eu diria que esses milhares de pessoas no Brasil testemunhariam – tenho certeza absoluta – a favor dele, da história dele, da integridade, da moral, da ética e do compromisso dele.

O Senador José Jorge disse que o Presidente Lula deveria demiti-lo ou que o Gilberto Carvalho deveria pedir demissão, e digo que não deveria acontecer nem uma coisa nem outra, porque Gilberto Carvalho é uma pessoa que merece o respeito de todos nós no Brasil.

Então, quero entender melhor qual era o seu relacionamento com o Gilberto Carvalho. Acho impossível que alguém como Gilberto Carvalho tenha feito uma denúncia dessa natureza para o senhor por três vezes, sem conhecer o senhor direito – era uma coisa mais formal; pelo jeito, o senhor o procurava, de vez em quando, na Prefeitura, para discutir contratos ou coisa semelhante. Qual a liberdade que o Gilberto Carvalho teria para chegar três vezes ao senhor e fazer uma denúncia dessa natureza? Como o senhor conheceu Gilberto Carvalho? Os senhores se encontravam freqüentemente? O senhor o visitava todo dia, toda semana?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. Muito pouco. Muito pouco freqüente. Tive contato com o Sr. Gilberto Carvalho em torno de oito a nove vezes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Durante quanto tempo? Um ano?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – De 1999 até 2002.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De 1999 a 2002, durante quatro anos, o senhor falou com ele oito ou nove vezes? Isso se dava rapidamente? Eram cinco minutos ou dez minutos?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não foi assim rapidamente não. A primeira ocasião foi...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor o conhecia antes?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só o conheceu em 1999?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Isso. Exatamente. Foi a primeira vez. Meus contatos com ele eram contatos formais, por muito pouco tempo. Ele era uma pessoa muito ocupada, simpática, afável, enfim, uma pessoa...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E, apesar desses contatos rápidos, ele fez uma denúncia tão séria para o senhor?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Pois é. Senador, eu fiquei de boca aberta...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ele nega que tenha falado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu sei, eu sei. Eu fiquei de boca aberta, de queixo caído, como ficou meu irmão. Meu irmão deve conhecer o Gilberto Carvalho muito melhor do que eu, porque o meu irmão foi fundador do PT. A Marilena, que é a atual esposa do meu irmão – para quem não sabe, ela é cunhada do Betinho, irmão do Henfil; foi presa política e, enfim, sofreu tudo o que alguns ou muitos sofreram na época da repressão –, conhece melhor do que eu o Gilberto Carvalho, e meu irmão Bruno também. Nós três ficamos...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas, em uma das vezes, o seu irmão não estava junto, como o senhor falou.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não estava. Meu irmão estava na primeira vez, que foi a mais significante, porque foi ele que pediu para falar com a gente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou que a Rosângela também havia feito essa denúncia uns dias antes da morte de Celso Daniel.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Precisamente, em 15 de janeiro. Guardo bem, porque foi naquela semana. Meu irmão foi seqüestrado...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor declarou para jornais que a Rosângela teria feito essa denúncia no final de 2001.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, eu não declarei para jornal não. O senhor vai me desculpar...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu tenho a informação aqui no jornal... Talvez, o jornal tenha se enganado, então.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Os jornais podem... O senhor sabe que...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas foi no começo de 2002 também?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Quinze de janeiro de 2002. Quinze de janeiro de 2002, em casa; na minha casa.

Agora, voltando ao assunto do Gilberto Carvalho, a mesma pergunta que o senhor está fazendo e a mesma pergunta que o Senador Tião fez é a mesma que eu faço, que meu irmão faz, que a Marilena faz, enfim, que todos nós fazemos: por que ele falou isso? Nós podemos ter suposições, mas eu não estou aqui para dar suposição ou dar opinião. Eu, sinceramente, o que posso dizer para o senhor é que o meu compromisso foi sempre com a verdade, sempre. Meu compromisso vai ser sempre com a verdade. Eu posso garantir para o senhor que ele falou para mim três vezes aquilo que todo mundo sabe. Eu não sou repetir, porque senão vai ser uma coisa...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso. E eu também estranho, porque eu diria que os milhares de pessoas que o conhecem, particularmente no Paraná, onde a família mora, e eu sou do Paraná, todos têm por unanimidade o Sr. Gilberto Carvalho como uma pessoa correta, ética e com compromisso. Mas eu queria perguntar: tenho dúvidas...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Só mais uma coisinha, falando sobre o Gilberto. Nós, da família, hoje temos uma imagem, uma idéia de por que ele falou aquilo, mas não posso... Depois, particularmente, eu posso falar para o senhor, porque isso é uma suposição, é uma opinião. Mas a dúvida que o senhor tem e a dúvida que milhares de pessoas têm, só ele poderá dizer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu queria fazer para o senhor, se o Sr. Presidente me permitir, só três perguntas ainda. As informações chegam até nós, e gostaria que o senhor esclarecesse essas informações, para que houvesse a possibilidade de nós fazermos também juízos de valor melhores. A primeira delas relaciona-se a seus contatos com a Prefeitura. Eu perguntei antes quem era Rosângela. O senhor me explicou e me falou que havia assim uma amizade com a família, com o marido...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não havia amizade com a família. O meu pai foi muito amigo do Sr. Ângelo Gabrilli, pai de Rosângela. Apenas isso. Não havia amizade nenhuma. Eu não tinha amizade nenhuma com a família Gabrilli. Quem tinha...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas a primeira dúvida é a seguinte: o senhor não ajudou a intermediar contrato...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...da empresa com a Prefeitura?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, nunca. Nunca.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque é essa a informação que eu tenho, que o senhor ajudou. O senhor não conhece o contrato...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Qual?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... da empresa com a Prefeitura, e não foi lá para ajudar a mudar a...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, nunca. O que aconteceu, eu vou explicar para o senhor, se o senhor me permitir.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu quero perguntar isso até para deixar... porque eu tenho o contrato aqui em mãos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E existem observações manuscritas no contrato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, eu sei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E as pessoas me dizem que a letra é de sua autoria.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Então, vou explicar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, se é de sua autoria, está aqui, em vários artigos do contrato, onde o contrato deveria ser mudado por parte da Prefeitura, para beneficiar a empresa, e esses contatos teriam acontecido antes da morte do Celso Daniel. E, depois da morte do Celso Daniel, o senhor teria voltado à Prefeitura, para novamente apresentar o contrato e dizer que os contatos haviam sido feitos com o seu irmão, anteriormente. Então, aqui, ao lado de vários artigos, existem observações manuscritas do que deveria ser alterado, e eu quero perguntar: esta é sua letra? Sim ou não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Esse documento foi falsificado. A letra é minha, e esse documento está em mãos do Ministério Público, para se verificar que tipo de crime foi cometido, Senador. Eu fiquei sabendo disso depois da CPI... Montaram esse documento...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor diz que é uma montagem.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Digo não, tenho certeza, porque o Ministério Público...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, nós podemos perguntar isso, não é, Sr. Relator? Para deixarmos claro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Por favor, por favor. É uma montagem que foi feita, porque...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, eu até quero esclarecer se foi montagem; quero saber também. Eu recebi um documento...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu acho até que o Ministério Público deve ir às últimas conseqüências com relação a esse documento e verificar quem foi o autor, para puni-lo, porque isso é crime. Eles usaram a minha letra; essa letra foi usada provavelmente em um escrito que eu fiz para o Gilberto, quando, na segunda vez em que ele me visitou em casa...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, o senhor ajudava a intermediar?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, senhor. Eu vou terminar, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pois não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu pedi ao Sr. Gilberto Carvalho que o grupo, o trio – Klinger de Oliveira Souza, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva –, parasse de extorquir a empresa do Sr. Ângelo Gabrilli. Foi o meu único pedido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não; mas aqui está escrito que foi para mudar um artigo, porque havia uma compra e venda da empresa e que teria que...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sr. Senador, isso aí foi montado. Eu pediria...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas é a sua letra, como o senhor mesmo disse. Foi montado. O senhor escreveu em um papel separado...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Foi montado...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, solicitaria a V. Exª, depois, se for possível, que nos forneça uma cópia do referido documento para podermos anexar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sem dúvida; e para esclarecer.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, claro. É um documento montado. Eu gostaria até que os senhores pedissem ao Ministério Público essa avaliação, porque isso é crime. Na época, como a CPI instalada em Santo André não conseguiu me desmoralizar, não conseguiu, enfim, criar qualquer constrangimento para a minha pessoa, eles resolveram fazer isso. E isso é crime.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu diria, então, que nós vamos esclarecer. Solicito ao Presidente e ao Relator que verifiquem se esse xerox é falsificado ou não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Faço questão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Essa empresa não patrocinava o time do seu filho?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O meu filho era auxiliar técnico...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o time de basquete de lá...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O time de basquete de Santo André, que era patrocinado pelo Esporte Clube de Santo André, que...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E não por essa empresa.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – ...tem o mesmo nome do meu time, que é o Corínthians de São Paulo. É talvez um time um pouco mais antigo, lá de Santo André, e quem patrocinava o basquete era o Esporte Clube Corinthians de Santo André.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A empresa não patrocinava?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Que eu saiba, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Essa empresa de transporte, pela qual...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Que eu saiba, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que o senhor saiba, não.

Há ainda uma segunda pergunta, que eu gostaria de fazer. O senhor falou bastante da sua proximidade com o seu irmão, o que eu acho bastante natural e importante, porque, às vezes, pode até haver desentendimentos na família que afastam as pessoas. O senhor não mencionou nenhum tipo de desentendimento, mas que, na verdade, havia uma relação bastante adequada. É verdade que o senhor nunca foi a nenhuma das posses do Celso Daniel? Nunca foi?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É verdade; a nenhuma. Nem dele, nem de qualquer outro político.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mesmo sendo seu irmão, o senhor não foi?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Mesmo sendo irmão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor foi a uma única atividade do Governo do seu irmão, pela informação que tenho, que foi a inauguração do terminal da Vila Luzita, de que o senhor falou. E isso está justamente está relacionado a essa empresa. É verdade?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É porque, na época, meu irmão, se não me engano, não podia comparecer; estava viajando ao Chile. E, como o Ângelo Gabrilli estava hospitalizado, à beira da morte, ela ligou para minha casa e pediu à minha esposa encarecidamente que a gente comparecesse. Eu não queria

ir; não gosto, nunca fui afeito. Fui por uma questão de cortesia somente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E, ao mesmo tempo, pelo que me relataram, e quero perguntar ao senhor, que é médico, oftalmologista. As pessoas relatam, como o senhor disse, as informações chegam, e a gente passa para frente: sendo médico oftalmologista, o senhor pediu para ser o único credenciado a fazer os exames médicos da delegacia do Detran. É verdade?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não; não é verdade. Posso esclarecer?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pode.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu trabalho como médico credenciado do Detran desde 1976, na cidade de São Bernardo do Campo. Não tem nada a ver com Santo André.

O que aconteceu foi o seguinte: havia em Santo André – hoje já não existe mais, mas soube disso porque tenho colegas que trabalham nessa área - uma dificuldade muito grande desses colegas conseguirem credenciamento, por causa da reserva de mercado. Quer dizer, existe uma série de exigências que o Detran faz. Fora essas exigências, existe a área local, no sentido de permitir ou não, dificultar ou não, a abertura de uma clínica.

Enfim, o que eu fiz foi pedir, por causa desses colegas, que essa reserva de mercado fosse quebrada.

Gostaria de dizer que, na época – não sei quem falou; suponho, mas, como não tenho certeza, porque não estava presente, não quero citar o nome; tenho quase certeza de que foi essa pessoa -, ele disse que eu estava pedindo isso para a minha filha. Devo esclarecer que a minha filha, naquela época, estava fazendo residência médica em São Paulo...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT - PR) – Sim, eu até pediria, se pudesse...

Eu só perguntei, na verdade, se o senhor pediu ou não para ser exclusivo no Detran.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, mas eu acho isso importante, porque reserva de mercado é uma coisa que não deve existir. Então, o que eu pedi foi que a reserva de mercado não acontecesse, mas para colegas. O que essa pessoa declarou na época, na CPI em Santo André, foi que eu estava pedindo isso para a minha filha.

A minha filha estava fazendo residência médica. Ela não tinha terminado a residência médica. São dois anos. Existe uma exigência do serviço médico do Detran, no sentido de que...

É irrelevante, eu sei, mas como ele fez uma pergunta ...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT - PR) – Eu fiz a pergunta só nesse sentido.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu gostaria de esclarecer, porque podem pairar dúvidas. A minha filha, na época, fazia residência médica. Existe ainda uma exigência do serviço médico do Detran de que o médico formado precisa ter, no mínimo, dois anos de formado para pedir um credenciamento, e essa pessoa que deu essa informação ao senhor se equivocou. Apenas isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT - PR) – Naturalmente, quando os depoentes vêm – e a gente também faz um levantamento correto para entender a situação -, acho que é uma oportunidade de se esclarecer se as coisas aconteceram ou não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT - PR) – Em termos do contrato, a informação que tenho é a de que o senhor procurou o seu irmão e, depois do irmão ter falecido, procurou o Gilberto Carvalho e procurou a Miriam, no sentido apontado. E que aí o Prefeito João Avamileno, que substituiu o Celso Daniel, constituiu uma comissão especial para avaliar as indagações que o senhor estava fazendo. Essa comissão constatou que a empresa não estava cumprindo com os compromissos estabelecidos nos contratos de concessão de serviços, em especial os relativos à renovação da frota, e que, em defesa do interesse público, não cabia abrir mão do previamente contratado. Ou seja, eu diria que o comportamento da Prefeitura foi extremamente correto – se foi de acordo com o relatado -, ao constituir a comissão especial.

Então, gostaria de perguntar: foi coincidência, em seguida, o senhor ter feito as denúncias todas? Se tivesse dado certo o contrato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Gostaria de responder ao senhor do início novamente.

Não vou responder sobre o contrato, porque esse contrato é falso. Esse do começo...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT - PR) – Isso nós vamos verificar isso na seqüência.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – E eu faço questão, porque o autor dessa falsificação tem que ser punido na forma da lei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Se for, se tiver sido falsificado, eu concordo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O senhor não concorda comigo?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Se tiver sido falsificado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não; foi falsificado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso vamos verificar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, claro. Mas eu tenho certeza que foi falsificado. O que eu pedi para o Sr. Gilberto Carvalho – vou deixar claro aqui, mais uma vez – e o que pedi para a Miriam – vou deixar claro também – foi para que a empresa do Sr. Ângelo Gabrilli não fosse extorquida. Somente isso. Eles eram obrigados a pagar uma caixinha para a Prefeitura, para este grupo – Klinger, Ronan e Sérgio – de R$40 mil, R$45 mil reais/mês. Eu fui pedir para a Miriam, e a Miriam falou: "Isso não é comigo. Fale com o Gilberto". Foi aí que eu falei com ele. Eu pedi: "Gilberto, eu acho que está na hora deles pararem de extorquir a empresa". Eu acho que pedir para parar de extorquir uma empresa não é fazer *lobby.* Na minha opinião, isso não é fazer *lobby*.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas lá era que a Prefeitura, de fato, aceitasse as transformações.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Mas, se o documento é falso...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas, tudo bem, nós vamos verificar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, eu vou fazer esse requerimento à Prefeitura e à CPI que foi realizada em Santo André, para determinarmos, para solicitarmos um exame grafotécnico.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Apenas para complementar...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Até porque não acho que isso vai...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dê licença, só para identificar. V. Exª deve ter identificado que há dois escritos com letras diferentes. Só aqui a olho nu se vêem duas letras totalmente diferentes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É, talvez tenha sido duas pessoas em conjunto.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu apenas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está bem, mas vamos solicitar um exame grafotécnico.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu apenas...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas a última pergunta que eu gostaria de fazer, pois já ultrapassei o tempo e quero terminar: o senhor já falou que não participou de nenhuma posse de seu irmão, que não foi a nenhum ato de governo, a não ser a inauguração desse local, onde essa empresa o convidou e, ao mesmo tempo, também esses contratos que foram discutidos, o senhor visitou e tal e foram discutidos. Mas, ao que me consta, o senhor participou da campanha política de 2000 e foi acusado pelos adversários – foi um problema, inclusive, a sua participação – de ter enviado dinheiro irregularmente para o exterior, que foi repatriado. O Celso Daniel teria cobrado do senhor a repatriação para a legalização, e o senhor teria cobrado Imposto de Renda do seu irmão, dizendo: "Quer repatriar, repatrie, mas pague o Imposto de Renda". Isso é verdade ou não?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O senhor quer que eu responda?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim, claro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O senhor vai me dar tempo suficiente para responder?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Presidente, eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele tem que responder, Senador. Se a última pergunta do Senador foi essa, ele vai ter que responder.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu tenho que responder, e foi ótimo ele ter perguntado...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Pavan, eu não posso deixar o depoente sem uma resposta. Desculpe-me, mas eu tenho que me resguardar. V. Exª será o próximo orador.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Foi ótimo ele ter perguntado isso. Acho excelente!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – São pessoas que falaram. Como o senhor falou, há pessoas que mandam informações para o senhor, e o senhor as manda para o Ministério Público; as pessoas entram em contato, dão informações etc.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, vamos ouvir, solicitando do Dr. Francisco que seja objetivo na sua resposta.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Na campanha de 2000, havia um candidato chamado Celso Russomanno, que eu não sei se continua Deputado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Continua.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Continua Deputado. E ele era o candidato da Oposição. Ele fez uma denúncia, e a primeira vez que eu conheci o Sr. Gilberto foi por causa dessa denúncia, porque o Gilberto foi com a Miriam na minha clínica desesperado. O meu irmão ligou desesperado, desesperado: "O que aconteceu, Celso?" "O Deputado Celso Russomanno vai fazer uma denúncia, e eu acho que é contra você. O que está acontecendo?" Eu falei: "Olha, se você quiser falar comigo, você vai em casa, não tem problema nenhum". Ele foi em casa, o Celso, meu irmão. Eu falei: "Celso, eu já sei o que é que é". Uma casa que eu tinha em Caraguatatuba, vendi...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso mesmo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – ...declarei no meu Imposto de Renda. Está tudo aqui. Internalizei – parece-me que essa é a palavra correta – o dinheiro que estava lá, está no meu Imposto de Renda, não cometi crime nenhum. Por causa do pedido do Celso Russomanno, eu fui investigado simplesmente. Meu Imposto de Renda está em ordem, está na declaração. O que eu fiz com esse dinheiro foi uma poupança que eu quis fazer em dólar. Esse dinheiro já não está mais no exterior; praticamente quase todo – eu não diria todo –, que seria a poupança que eu gostaria de ter tido, eu estou gastando agora em viagens no sentido de descobrir quem assassinou o Celso. Então, foi até bom o senhor ter feito essa pergunta, porque para mim é importante esclarecer. Primeiro que não é pecado nenhum ter dinheiro no exterior, desde que declarado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Desde que declarado, certo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Segundo, essa afirmação que o senhor fez de alguém aí é totalmente absurda. O meu irmão chegou desesperado em casa. Eu nunca tinha visto o meu irmão... Ele estava apavorado. Eu falei: "Celso, aconteceu isso, isso, isso". Ele falou assim: "É isso?" Eu falei que sim. "Então, tchau, que eu vou embora, porque tenho mais coisa para fazer".

Depois, a Miriam e o Gilberto estiveram na clínica, preocupados com o que eu poderia responder para a imprensa: "O que você vai responder?" Falei: "Gilberto, prazer em conhecê-lo. Miriam, como você vai? O que vou responder é aquilo que eu fiz: tenho uma casa, vendi a casa; apliquei o dinheiro, remeti o dinheiro legalmente". Eu paguei tudo com o meu dinheiro, com o meu trabalho, com o meu sacrifício. E está tudo legalizado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, não há mais perguntas, mas temos que ter a certeza. V. Exª mesmo mencionou isso, em relação ao documento, e é o meu desejo também. Da minha parte, preciso ter certeza absoluta das informações dadas. Por isso, na seqüência, apresentarei requerimento para quebra de sigilo também, para que possamos confirmar as informações.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, eu tenho aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas oficialmente...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Tenho aqui os extratos...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Para os documentos virem oficialmente para esta Comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Depoente João Francisco Daniel, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de dizer que conheci e conheço inúmeras pessoas, mulheres e homens públicos do PT que merecem o nosso respeito, pessoas sérias, íntegras. E aqui no Senado Federal passei a conhecer outras pessoas das quais sinto certo orgulho de dizer que sou amigo, a exemplo do Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – É mútuo. Tenho por V. Exª grande amizade também.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Cito também o Senador Flávio Arns. São pessoas do PT das quais tenho certo orgulho de dizer que sou amigo. Sempre em seus depoimentos, em seus pronunciamentos e quando conversamos muito, ficamos realmente impressionados com a clareza com que eles falam e com o sentimento que têm em relação a tudo que está acontecendo com o PT. Mas fico estarrecido – e hoje fiquei, de fato, seriamente preocupado – com os destinos do PT, em função do envolvimento de grandes lideranças do PT, do passado e do presente, porque passamos a levantar dúvidas referentes à lisura do trabalho público por parte de alguns integrantes do PT. Criou-se a CPI dos Correios, que era para ser dos Correios e fugiu dos Correios, já está nos fundos, já saiu dos fundos e está no caixa dois – dos fundos do Banco do Brasil. Era para ser dos bingos e também envolve a questão de lavagem do dinheiro. Então, é uma coisa muito comum de ocorrer nessas CPIs que estão aí. Depois surgiu a do "mensalão" e a dos bingos, graças a uma ação da justiça, mas o envolvimento de algumas pessoas ligadas ao PT... Não quer dizer que a sigla seja a culpada, mas as pessoas que a construíram. Ela passa da corrupção, da lavagem do dinheiro, agora, pelo seu depoimento, para assassinatos, para eliminação de provas, queima de arquivos.

É duro, é doído, é triste para a sociedade, para aqueles que confiaram tanto nesse partido e em algumas dessas lideranças que agora se vêem embrulhadas, enroladas até em crimes e, pior, crimes de companheiros, de amigos, de ex-amigos. Fico preocupadíssimo. Fico olhando, muitas vezes, a folha corrida; olha-se mais para o que aparenta ser. Em todos os partidos, deve haver, e certamente há, alguém que desabona a função pública e a própria legenda. O envolvimento de pessoas em atos de corrupção, lavagem

de dinheiro, crimes, já ditos hoje por V. Sª, assusta-me. Realmente fico preocupado com isso.

O senhor fez aqui denúncias gravíssimas. Por mais que tenha lido e ouvido sobre o que ocorreu no caso Celso Daniel, eu não sabia de toda essa dimensão, desse envolvimento todo, da tortura que ocorreu com esse prefeito. Eu não sabia. O senhor acabou citando o secretário do Presidente da República, seu amigo, ex-amigo, companheiro, conhecido, uma pessoa sobre a qual, até o presente momento, ninguém, nem a Oposição, havia levantado suspeita. V. Sª levantou uma questão seriíssima aqui. Pergunto: V. Sª não tem medo também de ter o mesmo destino do seu irmão?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não penso. Não estou pensando nisso, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não pensa.

V. Sª já procurou seguranças para protegê-lo?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. Tive que mudar de vida. Saí. Fechei a clínica depois de quase 30 anos. Tive de mudar de Estado. Não estou morando mais em São Paulo. Tenho que ir para São Paulo, porque meu ganha-pão é em São Paulo. Trabalho em São Paulo. Trabalho por plantões. Tenho que modificar os dias de plantão, etc, etc, etc.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O que V. Sª contou aqui pode mudar bandido de cela e de presídio e o eliminar da mesma forma.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, isso eu sei.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª já requereu da polícia proteção?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A polícia já lhe colocou à disposição alguém para protegê-lo?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª é uma testemunha de extrema importância. Acho que deveria ser protegido, porque o seu depoimento aqui, hoje, é muito grave, porque todos os outros seus depoimentos, que não devem ter sido deferentes deste, foram feitos na Polícia Federal, no Ministério Público, em portas fechadas. O senhor está falando para o Brasil. Milhares de pessoas o ouviram e ainda vão ouvi-lo. Haverá repetição; se está gravada, a reunião vai se repetir à noite ou amanhã. Certamente, a **Globo News** e a **Band News** estão passando ao vivo, acredito.

Torço muito pelo senhor. Tomara Deus que essas coisas morram por aqui, que os casos sejam elucidados e que fique tranqüilo.

Geralmente, a Polícia designa policiais para proteger a vida de testemunhas importantes, e V. Sª é testemunha de um fato muito importante, quando diz que Gilberto Carvalho, secretário do Presidente da República, homem forte do Governo, lhe comunicou, lhe avisou, lhe telefonou, foi à sua casa, falou com V. Sª, com tranqüilidade, preocupado, emocionado, dizendo que estava havendo desvio de dinheiro público, que havia coleta de dinheiro em Santo André, para levar para São Paulo para o PT e ser entregue às mãos do ex-Ministro José Dirceu.

Essa é uma denúncia, Senador Antonio Carlos Magalhães, muito grave...

Não se trata apenas da denúncia de que o "Sombra", Sérgio Gomes da Silva... Não é parente do Lula?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É só uma coincidência.

Que Sérgio Gomes da Silva foi denunciado, preso e solto, tudo sabemos, mas essa do Gilberto Carvalho é grave, porque envolve o atual secretário do Presidente da República.

Continuo perguntando: passou pela sua cabeça alguma vez comunicar ao Presidente Lula que seu secretário lhe comunicou toda essa corrupção no Governo de Santo André, sobre dinheiro que era passado para o PT e entregue às mãos de uma outra pessoa importante, José Dirceu? Nunca passou pela sua cabeça comunicar?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor nunca avisou ninguém do Partido?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor, depois que o Sr. Gilberto Carvalho assumiu a função de secretário do Presidente Lula, o senhor continuou se encontrando com ele?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca mais?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. A partir do momento em que nos reunimos na residência, no apartamento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, quando eles iam dar uma entrevista para encerrar como crime comum, nunca mais tive contato, isso em 2002.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor avisou ao Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh sobre isso? Sobre o que o Gilberto Carvalho falou?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não, não falei.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ficou apenas entre V. Sª, sua esposa, seu filho?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Meu irmão presenciou a primeira conversa. A segunda con-

versa também teve testemunha; a terceira não teve testemunha.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, em duas, houve testemunha?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu não falei, não falaria. Se – isso digo com a maior tranqüilidade – não tivessem feito tanta força para encerrar como crime comum, talvez eu tivesse guardado isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. João Francisco, acredito que o Lula também não saiba que Gilberto Carvalho lhe tenha comunicado isso. O senhor também não estaria falando bobagem aqui e dizendo nomes de pessoas de sua família que não tenham realmente presenciado essa conversa. O senhor está falando realmente aquilo que lhe toca o coração e de que tem certeza. Quero acreditar que o Presidente Lula não está sabendo disso. Mas, a partir deste momento, o Presidente já deve estar sabendo ou vai saber e tem, no mínimo, que afastar o secretário, para verificar se realmente ele lhe comunicou isso ou não, até porque ele é secretário especial, particular, do Presidente do Brasil. E esse envolvimento é muito grave, tão grave quanto o incidente que envolveu o seu irmão, porque há ainda pessoas vivas que estão tentando elucidar o caso.

Quero dizer ao Sr. João Francisco que o caso da morte do Celso Daniel, o seu irmão, foi muito usado na campanha. A presença do Presidente, a presença de José Dirceu, pessoas do PT em plena campanha eleitoral, aquilo prejudicou muito o Serra, porque, quando se viu que era uma morte política, na época, jogava-se a responsabilidade para o opositor maior do Lula.

Eu fiz campanha para José Serra, era candidato a Senador e inúmeras vezes eu tive que justificar essa morte, dizendo: "Não, foi um seqüestro. São Paulo tem muito isso e tal, acontece muitas vezes". Mas usaram isso emocionalmente no programa político. Esse fato desagradável ajudou muito o PT nas eleições.

Quero apenas deixar registrada essa questão.

Gostaria ainda de dizer ao nobre Sr. João Francisco Daniel que entendo a sua dor: depois de tanto tempo, ainda tentar elucidar o caso, a sua dor por saber que o seu irmão foi torturado, e disseram que ele não foi torturado, que foi um seqüestro e morte comum, sabendo que pessoas amigas, íntimas dele, estavam ou estão, conforme o seu depoimento, envolvidas no caso.

Esse tal de Sérgio Gomes da Silva, ele não era segurança no passado?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Foi, foi segurança.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele foi segurança de quem?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele chegou a ser segurança do Celso quando eles se conheceram, se não me engano, em 1998.

Na realidade, eu não conhecia esse indivíduo, não conhecia Sérgio Gomes da Silva.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Depois ele se tornou empresário?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É, ele se tornou um empresário muito bem sucedido, pelo que os jornais e os dossiês demonstram.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Qual foi o intervalo de tempo entre segurança e depois aparecer como dono de empresa?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – De 1996 até 2000.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quatro anos.

No seu modo de ver, quais motivos levariam o Sérgio Gomes da Silva, vulgo "Sombra" a encomendar ou participar do crime do seu irmão? Por que, se eu fui contratado para protegê-lo e, de repente, ele aparece num carro blindado, um carro importado, jantando com o seu irmão...

Quais motivos, no seu pensamento, levariam essa pessoa a cometer esse crime?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Vou emitir uma opinião.

Pelos fatos, pelo que está nos autos e pelo que nós estudamos e verificamos, o Sérgio, fazendo parte desse esquema, desse triângulo, lá em Santo André, era a única pessoa com quem meu irmão sairia sem segurança, naquela época. A segunda pessoa com quem o meu irmão sairia sem segurança seria eu.

Ele foi usado, porque tinha uma relação muito íntima com o meu irmão, uma relação de amizade.

O que eu acredito é que, pelo esquema que eles montaram em Santo André, ele não gostaria de ver esse esquema brecado. Ele foi o "Judas" da paixão de Cristo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pior do que Judas, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Pior do que Judas, é lógico.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Até porque dizem que houve esculacho, quer dizer, pegar a arma e ficar dando tiro em volta do corpo, raspando assim, não é? Ficam atirando, não é assim? Esculacho é assim?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esculacho é dar o tiro de raspão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Com a pessoa normalmente nua.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então ele foi pior; ele não só traiu, ele ajudou a matá-lo à míngua, aos poucos.

Foi encontrado o seu irmão com a cueca virada?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Avessa?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Isso quer dizer, no crime, que quando se encontra com a cueca avessa é porque ele traiu alguém.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Traição.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor acha que o seu irmão traiu o PT?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, o meu irmão não traiu.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Traiu o esquema de corrupção?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, ele estava tentando colocar esse esquema, que tinha fugido do controle em Santo André, de maneira a que ele voltasse a ter as rédeas, porque esses indivíduos, esses três, estavam desviando o dinheiro lá em Santo André para proveito próprio, para enriquecimento próprio e o meu irmão não admitia isso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas o senhor nos disse aqui que o Gilberto Carvalho lhe disse que havia um grupo de pessoas buscando dinheiro para levar para o partido em mãos para o José Dirceu, foi isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Confirma isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, claro, desde 2002 estou confirmando.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então o senhor acha – não é possível que vou ouvir isso – o senhor acha que o José Dirceu esteja envolvido?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não! Apenas o dinheiro. Graças a Deus que não ouvimos isso. Apenas o dinheiro, porque senão seria demais. O dinheiro era para campanha política?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Havia caixa dois?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu declarei em 2002 e me tacharam de maluco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que havia?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor acredita que esse caixa dois...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu na época dei uma entrevista, logo depois que foi publicada a minha denúncia no Ministério Público e eu declarei: Olha, o Partido dos Trabalhadores, pelo que eu estava sabendo, é um partido igual aos outros, tem caixa dois, e me chamaram de maluco. Eu felizmente agora, em 2005...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E o Lula disse que é normal, ter caixa dois.

Ainda a pergunta: já que existe o caixa dois, o senhor acredita que esse dinheiro já servia, na época, como "mensalão", no esquema de Santo André?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas para o que era, então, esse dinheiro

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Esse dinheiro era para ajuda na campanha, pelo que o Sr. Gilberto me falou, para Marta Suplicy, em São Paulo, e para a campanha do PT no Brasil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar, estou satisfeito com as suas respostas e estou, inclusive, torcendo pelo senhor. Esta CPI vai acabar elucidando inclusive o crime.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu espero.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não apenas a questão do caixa dois; torço muito pelo senhor. Conheci a sua esposa, agora há pouco, uma senhora corajosa e muito simpática..

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É mesmo. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero cumprimentá-lo porque ela está aqui junto com o senhor na apuração desses fatos.

O senhor disse, há dois meses que percebeu que está sendo monitorado. O senhor tem alguma suspeita sobre quem poderia ter interesse em estar lhe seguindo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Suspeita, sim, mas vou ficar só na suspeita.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor está decepcionado com o PT?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Olha, eu sempre fui apartidário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas sua família é tão envolvida. São fundadores do Partido.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eles estão. Posso garantir para o senhor que o meu irmão e a Maria Helena estão muito decepcionados.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Acontece com milhares de brasileiros, também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Quero fazer um esclarecimento com relação a uma pergunta que o Senador Arns sobre a casa que eu vendi, porque há um ou dois meses se falam em milhões de reais, milhões de dólares aqui. Eu vendi a casa por R$160.000,00 à época e ainda tive um certo azar, porque quando eu vendi, o dólar estava um por um. Mas eu vendi a prazo, e na virada do ano houve aquela desvalorização, com a queda do Sr. Gustavo Franco. Não foi mais ou menos ...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, mas veja, eu vendi por cento e sessenta na época. Como vendi a prazo, ficaram os noventa mil.

É só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª. Agradeço ao Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, eu a concederei ao Senador Magno Malta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Serei breve, Sr. Presidente, porque o Relator e os outros companheiros já fizeram as perguntas.

Eu gostaria de fazer um elogio à coerência do depoente. O Dr. João Francisco, há muito anos – há três anos pelo menos –, tem-se batido nas mesmas declarações que, ainda ontem, prestou ao **Zero Hora**. Tomei conhecimento, inclusive, de que ele estava em Salvador, porque ele disse que o telefonema era de Salvador.

Fique V. Sª tranqüilo, que, em Salvador, nada lhe acontece.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª tem sido muito coerente, a sua luta é correta, mas manda a verdade que eu diga algumas coisas ou uma coisa que talvez não lhe agrade. É do meu dever fazê-lo.

O Senador Tião Viana fez uma argüição muito boa em relação ao seu depoimento. Acredito que a sua resposta principal nos seja dada no momento em que conhecer o laudo do legista. O laudo do legista vai esclarecer, inclusive ao próprio Senador Tião Viana, as restrições que S. Exª fez, que não são a V. Sª, mas sim às figuras do PT sobre as quais V. Sª fez ponderações, dentro do seu espírito, justas – talvez não sejam justas, mas, dentro do seu espírito, da sua ótica e da sua lógica, sejam corretas.

Em um dado momento, V. Sª fala, nessa entrevista, que havia também um caixa três. A que V. Sª se refere quando fala de caixa três?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu me referia...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aqui está a sua entrevista ao **Zero Hora** de hoje.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu me referia ao desvio que esse trio estava fazendo em benefício próprio. Era somente isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quer dizer que V. Sª não acha que esse dinheiro ia para o Partido, mas sim para o trio.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Olha, pelo que nós ficamos sabendo posteriormente, eles estavam desviando muito mais para eles do que para o Partido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vejam, Sr. Presidente e Sr. Relator... Sr. Relator, é importante que V. Exª preste atenção. Senador Garibaldi, mereço um pouquinho do seu apreço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estou às suas ordens.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mesmo que o Okamotto não venha, V. Exª não precisa fazer isso comigo. Quero que V. Exª preste atenção, porque o depoente faz a afirmativa de que esse dinheiro poderia ir para o Partido, mas que as pessoas levaram mais recursos do que o próprio Partido. Isso é algo que deve ser investigado pelo Relator. Daí eu chamar a atenção do meu prezado amigo para esse assunto, quando lhe estavam desviando a atenção.

Vou chegar a uma conclusão desagradável, mas que está de acordo com o seu raciocínio, com tudo que o senhor tem dito ao longo do tempo, coerentemente. V. Sª está certo, mas o Prefeito Celso Daniel não governava totalmente a Prefeitura. Infelizmente, tenho de chegar a essa conclusão. Se o senhor disse que o homem forte era o Klinger e que o outro homem forte era o Sérgio Sombra, evidentemente só eram fortes porque o Prefeito deixava. Aí não há outra conclusão.

Gostaria que V. Sª até concluísse de forma diferente, para a minha tranqüilidade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É, mas eu vou deixar o senhor intranqüilo, porque, na realidade, dados os fatos, o meu irmão delegou, e, ao delegar, ele deixou de tomar as medidas que deveria ter tomado. E delegou, infelizmente, para pessoas que hoje nós

sabemos e as investigações que estão sendo feitas vão comprovar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Acho que essa afirmativa de V. Sª só faz engrandecê-lo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Isso me dói muito, sabe, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu sei que dói em V. Sª, mas engrandece o seu depoimento, porque é uma realidade visível. Eu já comandei Estado, eu já comandei o Senado e, quando eu comandava, o responsável era eu.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Exato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E eu mandava. De modo que acho que todo mundo que governa faz assim.

Quero felicitar V. Sª pelo seu depoimento, pela sua coragem de estar mantendo por longo tempo o seu ponto de vista, enfrentando certamente problemas de toda sorte, mas querendo resgatar, em parte, a memória do seu irmão. Acho que isso só pode enobrecê-lo.

Quero dizer que o seu depoimento escrito é um depoimento convincente; entretanto, as restrições que foram feitas pelo Arns e, principalmente, pelo Tião Viana – porque do Arns eu só ouvi o final – têm o seu lugar. Esse laudo que temos que conhecer é que vai decidir a possibilidade ou não do assassinato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele é esclarecedor, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele é esclarecedor.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele é estarrecedor e esclarecedor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E, ao mesmo tempo, vai demonstrar – agora que está presente o Senador Tuma, cujo filho procedeu muito bem no inquérito, segundo eu vi, pelas entrevistas – que houve uma parcialidade na apuração desse fato nos seus primórdios, daí por que a sua luta deve continuar. E tenho certeza de que, se chegarmos a essa conclusão, nós daremos uma força muito grande nesta CPI à sua atitude. Caso contrário, infelizmente, vai ser negativa. Mas eu espero que seja positiva, até para recompensar o seu esforço e o seu trabalho em relação à defesa da dignidade do seu irmão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, eu aguardo. V. Exª pode suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos suspender a reunião por dez minutos. Em seguida, voltaremos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de cumprimentar a todos.

Só para me situar, até por causa da proposta desta CPI, e antes que eu faça qualquer tipo de consideração, eu gostaria de dizer que, quando do assassinato do seu irmão, as duas Casas, Câmara e Senado – e, à época, éramos deputados federais tanto eu quanto o Sr. Presidente desta CPI –, criaram a Comissão Mista de Segurança Pública, a fim de rever todas as matérias concernentes ao assunto violência em tramitação nas duas Casas e propor políticas de segurança pública, revendo códigos e uma série de outras coisas. Eu recebi a convocação do à época Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves – eu estava operado em casa –, para vir para cá e participar dessa Comissão, onde acabei sendo encarregado da sub-relatoria nas áreas de crime organizado e narcotráfico.

Textos maravilhosos foram produzidos, infelizmente, por conta da morte de Celso Daniel; textos que oferecem instrumentos para a sociedade brasileira, mas que ainda tramitam no Congresso, como o PL nº 118, que trata do crime organizado, que muda a lógica das penas e que tipifica crime organizado no Brasil, bem como um texto que trata da questão do narcotráfico e outros importantes, como a justiça terapêutica, que foram produzidos exatamente no momento em que se instalou aquela Comissão após a morte do Celso Daniel.

O senhor se refere a um esquema. Eu tenho lido e tenho acompanhado as suas entrevistas – e não pude estar presente aqui na parte inicial do seu depoimento, porque estava fazendo uma série de exames na manhã de hoje –, de sorte que estou mais ou menos inteirado do assunto, que trata de arrecadação, de propina e que, no entendimento do Ministério Público e da família, levou à morte de Celso Daniel.

Quando eu disse "só para me situar por conta da proposta desta CPI", eu, antes de tudo, gostaria de saber o seguinte: o senhor conhece alguma coisa sobre jogatina, sobre contravenção do jogo, do bingo que fazia parte dessa arrecadação? E, se sabe, pode trazer alguma contribuição?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

Eu gostaria, aproveitando a oportunidade, de registrar que essa denúncia, que estou fazendo hoje aqui, eu a fiz em 24 de maio de 2002. Por causa dessa denúncia eu não fui processado. Contudo, por conta de

uma entrevista que concedi ao jornal **O Estado de São Paulo**, em 2004, que foi uma repetição da denúncia feita, o Deputado José Dirceu está me processando por danos morais. E, na petição inicial do Sr. José Dirceu, ele alega que eu estava inventando aquilo. Quando da defesa, fizemos uma réplica, e eles mudaram a linha de ação, dizendo que eu não poderia dizer aquilo. Digo isso apenas para deixar bem claro para o senhor e para quem está nos assistindo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, tudo bem. O senhor me respondeu logo.

O senhor, quando fala do seu primeiro encontro com o Gilberto, que para muitos é um homem de bem – e eu também o reputo um homem de bem...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Para mim também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Para o senhor também. Diga-me como é que se deu o encontro. Ele ligou para o senhor? Ele foi a sua casa? O senhor tem as datas?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O senhor está se referindo ao encontro em que ele relatou?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sim; quando ele lhe contou.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Claro que me lembro da data: foi no dia 25 de janeiro, um dia antes da missa de sétimo dia. Ele me ligou, querendo conversar comigo e com o meu irmão lá em casa, em 2002.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Ele ligou no telefone da sua residência?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não me lembro se foi na residência ou na clínica. Não me recordo, mas foi ele que me ligou e foi ele que me pediu o encontro.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Ligou no próprio dia 25?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim. No dia 25.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Isso quer dizer que, se se quebrar o sigilo, vai-se encontrar essa ligação?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Vai. Tranqüilamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Que ele ligou lá para falar com o senhor?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Tranqüilamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O senhor disse que ainda o tem como um homem de bem; então, naqueles dias, o senhor o tinha muito mais?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Tinha.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Como é que foi a conversa? Ele estava nervoso, estava triste, estava indignado? Como é que foi o tom da conversa? Quando ele lhe contou isso, deu-lhe números e nomes de pessoas?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele estava preocupado, triste... Tenso não. Estava preocupado e triste – eu acredito. É do que me lembro.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Quando o senhor disse que o tem na conta de homem de bem, nesse episódio, o senhor acha que tem as digitais dele, a ponto de incriminá-lo?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. Acredito apenas que o que ele fazia era para o Partido. Essa é a minha idéia. Ele era um elo de ligação entre o que estava acontecendo em Santo André e a direção do Partido dos Trabalhadores. Tanto é que, nas três vezes em que ele declarou – já repeti inúmeras vezes -, ele sempre falava: "João Francisco, eu levo com muito medo. Tenho muito medo. Você já imaginou as quantias que eu levo? Eu levo sempre com muito medo".

Quer dizer, ele denotava preocupação.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Ele levava o dinheiro e ele disse que o entregava a quem?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ao Deputado José Dirceu.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O Gilberto disse que entregava para o Deputado José Dirceu pessoalmente?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Três vezes. Em 2002, ele falou três vezes. Ele não falou uma vez só. Duas delas com testemunha.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – As testemunhas foram o senhor, o seu irmão...?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Isso. A primeira foi o meu irmão e eu.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – E o seu irmão confirma isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – A hora que quiser.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O senhor acha que, em tendo o Sr. Gilberto Carvalho na conta de homem de bem - como nós temos também -, numa eventual acareação, o senhor acha que ele negaria essa afirmação que lhe fez?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Olha, dadas as circunstâncias, acho que ele iria negar, pois ele está negando até agora. Inclusive, na CPI que aconteceu em Santo André, em 2002, ele fez declarações à CPI e depois à imprensa nesse sentido. Acredito que ele vai negar.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Mas a confirmação do telefonema para sua clínica ou para sua casa, numa eventual quebra de sigilo, vai confirmar que ele, de fato, esteve com o senhor, que foi no dia

25 de janeiro. Quer dizer, se, numa quebra de sigilo, não se achar esse telefonema...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Vai achar no dia 24, com certeza. Ou foi 24, ou foi 25.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Aí, desmerece a sua palavra. Aí, em encontrando, não tem como negar que telefonou e que marcou. Não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não tem problema nenhum.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Então, acho que o ponto-chave é exatamente esse telefonema do dia 25 que o senhor está dizendo que foi dado ou do dia 24.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Dia 24 ou 25. Tenho mais na cabeça que foi dia 25. Foi um dia antes.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Torço para que... Porque eu também o tenho como na conta... Não tenho ligação nenhuma, não tenho nenhum relacionamento, muito pelo contrário. Sou Senador e não consigo falar com o Presidente, porque ele nem dá retorno. Eles não falam com ninguém. Muito pelo contrário. Estou fazendo aqui essas afirmações contundentes para poder dar clareza. Não podemos deixar nada turvo num assunto tão turbulento.

Ele disse, com todas as letras, que entregou; agora, o senhor, na verdade, só ouviu isso dele; ouviu de outra pessoa, de alguém que tenha entregado dinheiro para o Deputado José Dirceu? Ouviu que, em outra ocasião, ele pegou dinheiro? Ouviu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

Senador, e se ele ligou de um telefone público?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, eu não sei. Aí vai aparecer o telefone público, mas tem que aparecer um telefonema no dia 24 ou no dia 25. Tem que aparecer. É isto que estou dizendo: CPI não trata com ilusões de que quem senta na CPI se obriga a falar tudo, a falar pouco, a falar alguma coisa. A CPI só pode produzir um relatório a partir de quebra de sigilo. Sem quebra de sigilo, é só ilação, é só discurso, é o disse-que-disse, é a palavra de um contra a palavra do outro. É por isso que perguntei: existe um telefonema do dia em que ligou, marcando um encontro? Se existe, ótimo. Acho que, numa eventual quebra de sigilo, aí se vai encontrar; vai-se encontrar e aí realmente esse ponto dará claridade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – E há outros telefonemas também. Além desses, há outros dele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, mas tudo bem. Eu perguntei se o senhor lembra do telefonema, o dia que foi; foi do dia 25 de janeiro...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ou 24.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Exatamente. Eu digo isso até porque tenho grande interesse em elucidar isso, porque sou um dos admiradores de Celso e das pessoas que mais o cita por aí quando falo da questão da violência, do crime organizado. E foi essa história do menor que me levou a entrar com uma PEC nesta Casa para a redução da maioridade penal. Sou um dos defensores dessa redução, até para que não aconteça o que aconteceu com ele, que alguém manda matar, depois usa um menor, que não tem nada a perder, a família também não tem, e nos põe numa encruzilhada como a que estamos vivendo neste momento. Então, nutria grande admiração pelo Celso e gostaria de ver na cadeia quem mandou matá-lo, quem articulou a sua morte.

O senhor falou que, em 1995, o Sérgio, o "Sombra", era segurança. Então, em um período de seis para sete anos, ele ficou rico. O que o senhor acha disso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Bom, essa é uma opinião, não é? Eu não vou emitir aqui opinião. Vou deixar a critério dos senhores. Eu apenas posso dizer o seguinte: sou médico desde 1972.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E não é rico.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Trabalho atualmente menos na parte médica e mais na parte de investigação, mas, até 2002, eu trabalhava 12, 14 horas por dia. Tinha a minha clínica, graças a Deus, com convênios e particulares. Hoje tenho uma casa, dois carros e saúde.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu sei que cada qual faz a sua leitura, e respeito a sua colocação. Eu também sou filho de lavadeira, estou na 'ralação' desde menino, não consegui ficar rico e acho que não vou conseguir ainda. Mas que é estranho é!

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Riqueza não traz felicidade, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Muito pelo contrário, senão ele não estava preso. Então, é estranho! É tudo muito estranho! Como é que o sujeito é seqüestrado dentro de um carro, um carro 'porreta', os caras não levam o carro, não levam o outro... Hoje a gente sabe que, em seqüestro relâmpago, o cara para tomar o seu cartão de crédito leva todo mundo. Agora mesmo, lá em São Paulo, o meu empresário, que mora lá na Zona Norte, dois caras de terninho passaram em frente à casa dele, cumprimentaram – e sempre se imagina que o cara que está de terno é sério –, quando ele cumprimentou, o cara disse: "Entra, vagabundo, de volta no carro." "Deixa o meu filho sair." "Não, vai o filho também." Pequenininho. Soltaram lá adiante e levaram o carro dizendo que era para fazer assalto.

Mas levou todo mundo. Agora, o cara pega um carro daquele, hidramático, só leva Celso Daniel?

Quem tramou essa morte de Celso, além de ter coração muito ruim, é burro. É burro! O cara, para não levar, só sendo conhecido, amigo, companheiro. E hoje os caras não poupam nem artista que eles têm o CD em casa; pegam o cara na rua, enquadram e levam. Agora mesmo, enquadraram o Lulu Santos no Rio, levaram e tal. E não adianta você se identificar; enquadram e levam.

Então, o fato dele ter ficado rico de 1995, quando ele era segurança, é algo muito estranho. O senhor fez uma ressalva ao Senador Tião Viana, dizendo que acredita que não era o PT, mas indivíduos. O senhor reafirma isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, reafirmo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Esse caixa três, parte desse dinheiro – porque ninguém fica rico em seis, sete anos –, esse caixa, esse recolhimento e essa propina – o senhor responde se quiser –, essa propina, essa coleta que era feita dentro dos padrões de riqueza que esse rapaz construiu, de 1995 até 2000 e pouco, não dá para imaginar que parte dessa coleta ficava para esses indivíduos, a parte mais significativa?

O senhor responde se quiser.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu não vou responder, porque essa é uma opinião, mas, se o senhor quiser fazer essa mesma pergunta para a população de Santo André, eu tenho certeza absoluta de que todos vão dizer que sim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, dentro disso tudo, quem menos recebeu foi o caixa dois, que era para o Partido, porque esse era um projeto para fazer o enriquecimento de meia-dúzia de pessoas, que certamente se beneficiaram com a morte de Celso Daniel.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – E continuam, Senador, porque, pelo que me consta, o mesmo Sr. Ronan continua dono das empresas lá em Santo André; a Rotedale, que é uma outra empresa de lixo que, segundo me consta, é de sua propriedade, continua operando lá em Santo André, e assim por diante.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor ouviu dizer – porque, em uma hora como essas, aparecem mil conversas, mil burburinhos; onde você passa, cada um tem uma versão para uma coisa, cada um conta uma coisa – que essas empresas repassavam dinheiro para o Partido dos Trabalhadores ou entregavam dinheiro diretamente na mão do Deputado José Dirceu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Por que estou insistindo nisso? Eu não sou do Partido dos Trabalhadores, não sou dos mais bem amados, não tenho qualquer tipo de relacionamento de amizade com o Sr. José Dirceu – pensei até que tivesse, um dia, mas, quando instalei esta CPI, tomei dois carrinhos de frente com chuteira nova –, mas estou insistindo nessa questão do José Dirceu, porque chega um determinado momento na vida do sujeito, que o sujeito parece que vira um ímã, e que tudo que é ruim converge para ele. E para não cometer injustiças, até porque eu disse ao senhor qual é a natureza desta CPI e qual foi minha intenção quando a propus, que é investigar a jogatina, que é investigar a contravenção...

O senhor afirmou, então, o seguinte, quando respondeu ao Senador Antonio Carlos Magalhães: que não era o Partido dos Trabalhadores, mas alguns indivíduos que se locupletavam disso para tirar proveito; que – eu lhe perguntei, o senhor fez a sua leitura, e eu faço a minha –, a partir da riqueza do "Sombra", estranha muito, como se fica rico em tão pouco tempo – e o senhor acaba de dizer que as empresas continuam operando do mesmo jeito –; que não tem informações de que o Partido dos Trabalhadores recebia dinheiro por outra via e diretamente da mão de empresa; que não sabe de alguém que fez essa entrega na mão e que possa realmente provar isso, onde haja as digitais dessas pessoas.

Dr. João, a sua luta em elucidar a morte do seu irmão interessa ao Brasil, interessa a todos nós.

Encerrou, Sr. Presidente, ou tenho mais 15 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª já está com bônus.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos a V. Exª, eu e os oradores.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Creio que a elucidação interessa ao Partido dos Trabalhadores, interessa às pessoas que estão sendo citadas, ao próprio Gilberto, ao Deputado José Dirceu diretamente, ao Deputado Greenhalgh, que advogou nessa causa, e a todos nós, porque esse é um crime emblemático. É como se alguém estivesse clamando por justiça em algum lugar deste País, clamando por justiça, clamando pela revelação de um fato de que o Brasil precisa tomar conhecimento. E nós, que vemos a violência avançar no Brasil – e eu sou daqueles que dizem que vivemos em estado de exceção, no que diz respeito à segurança pública brasileira –, precisamos de elucidação desse fato.

Quero cumprimentá-lo pela sua dignidade em afirmar o que sabe e o que não sabe, com segurança, sem fazer ilações, com dignidade, naquilo que acredita. Quero cumprimentar o senhor.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, encerro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. depoente, confesso que há muito tempo eu desejava ver um pronunciamento de V. Exª. Esse é um caso que há muito empolga o País. E há uma interrogação muito grande pela diferença de posições. A primeira... parecia tão singelo quando o advogado, Deputado Greenhalgh, concordou que havia sido um crime comum e a polícia havia dito que havia sido um crime comum. Depois veio a manifestação de V. Exª e a dos promotores. Até agora é muito estranho: por que os promotores pensam de um jeito e a polícia pensa de outro? Isso se analisarmos que é a polícia do PSDB de São Paulo. Quer dizer, à época, o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. Por que a polícia adotou uma determinada linha, e os promotores, outra absolutamente diferente?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, à época, o Dr. José Reinaldo, promotor que acompanhou o caso no primeiro e no segundo mês, também acreditava em crime comum. Só que, depois que começamos a verificar os depoimentos dos presos, depois que tivemos acesso aos autos e colocamos a eles todas as falhas, lacunas apresentadas naquilo que a polícia tinha fechado como crime comum, hoje se o senhor perguntar para o promotor José Reinaldo, ele vai dizer-lhe que ele se enganou na época, ele deixou passar.

Uma outra coisa que eu gostaria de colocar é que não acredito em polícia do PSDB, polícia do PT, polícia... O DHPP, em São Paulo, fez esse tipo de trabalho sem conotação política. Se o senhor perguntar para mim por que ele fez esse tipo de trabalho mal feito, posso dizer isso com segurança, mesmo sendo médico oftalmologista. O que eu trouxe aqui, se o senhor tiver oportunidade de ver posteriormente, o senhor vai ver quantas falhas, quantas lacunas... É de deixar qualquer um estarrecido. Por que fizeram isso, não sei responder. O que posso responder ao senhor é que agora, há pouco tempo, o Secretário de Segurança Pública nos recebeu e nos disse – estava presente também o Chefe de Polícia Dr. Marco Antonio Desgualdo: "Agora vamos desvendar esse crime como vocês estão desejando. E esperamos que agora seja realmente desvendado".

Apenas para diferenciar o que houve no primeiro mês, no segundo mês, houve uma comoção geral, houve uma pressa – e a pressa é inimiga da perfeição – para se encerrar esse caso. Houve uma pressa. Tinha que se encerrar. Não sei se o senhor se recorda de que aquele ano era eleitoral. Antes da eleição, havia o campeonato mundial de futebol, se não me engano. Então houve uma pressa de se encerrar o caso. E foi feito de uma maneira mal feita.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como o senhor explica a posição do advogado, Deputado Greenhalgh. V. Exª disse que levou muito tempo para colocar as mãos nas fotos e no material da morte do seu irmão, mas que, colocando a mão, olhando, estava nítido ali que ele foi não apenas espancado, mas, como disse, barbaramente espancado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Barbaramente torturado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como se explica que um jurista, criminalista como o Deputado Greenhalgh não tenha visto isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não sei explicar. Gostaria que ele pudesse explicar aos senhores, aos colegas, enfim. A impressão que tenho é que ele jogou – isso é uma impressão, e eu não deveria estar dando impressão aqui; isso é uma opinião –, que ele estava colocando o nome dele nessa investigação. Ele estava crendo naquilo que estava dizendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O senhor me desculpe. Eu sou advogado de júri, não tão brilhante quanto o Greenhalgh. Sou lá do interior do Rio Grande do Sul. Mas, quando estamos com um processo na mão, queremos ver a verdade.

A pior coisa que pode acontecer é, de repente, ele ser desmoralizado por defender uma coisa que está provada lá fora que é ridícula. O senhor está dizendo que ele queria mostrar que estava certo. Mas, mostrando o errado e escondendo o certo, ele arriscou o prestígio dele. De repente, ele está a defender uma coisa, e estamos com a dúvida: ele não defendeu, ele disse aquilo por incompetência ou disse por fé?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O que posso dizer para o senhor é que ele, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, quando nos atendeu, nos atendeu sempre bem. Desde o início, eu não concordei com ele. Desde o dia 20 de janeiro, quando ele tinha chegado do IML, eu perguntei para ele "Deputado, meu irmão foi torturado?", ele respondeu "Não foi torturado". Depois, quando conversamos com ele, três dias depois, voltamos a repetir: "Deputado, meu irmão foi

torturado?" "Não foi torturado. Vocês podem ficar sossegados." Daí para frente, ele seguiu uma linha de coerência dele, arriscando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas as fotografias que o senhor recebeu, o material que o senhor recebeu, ele também recebeu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Acredito que sim. Acredito que sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, ele começou a afirmar uma coisa que não era verdade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Acredito que sim. Mas não posso afirmar, porque somente ele poderá dizer. O que posso dizer para o senhor é que o depoimento do médico que fez a autópsia do meu irmão é contundente. Ela desmascara, ela põe por terra a tese de crime comum e, idem, de que meu irmão foi brutalmente torturado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Há uma pergunta que fazemos. O senhor tem demonstrado carinho, afeto pelo seu irmão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O senhor não tem partido político?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o seu irmão, que pensa como o senhor, é PT?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O meu irmão mais novo?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O meu irmão mais novo? O Bruno?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Sª tem um irmão seu que pensa como o senhor.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim. Com relação ao crime?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com relação ao crime.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, lógico. A família toda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso que estou dizendo. E ele é PT?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele foi fundador. Hoje não está mais...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro. Estou dizendo que são pessoas com pensamento diferente, mas têm o mesmo pensamento.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – A esposa dele...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas a esposa dele, como é o pensamento da esposa dele? A esposa dele e os filhos parecem que...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – A esposa dele, na revolução, foi perseguida. Ela é cunhada do Betinho, do Henfil, é fundadora do PT.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A esposa do Prefeito?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – A esposa do Bruno, do irmão mais novo meu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Refiro-me à esposa do Prefeito, à viúva.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – A Miriam. Não, não. A primeira mulher do meu irmão foi Miriam Belchior. Está certo?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Depois, eles se separaram; e, em 2001, meu irmão namorava a Ivone de Santana. Essa namorada tem a convicção, segundo entrevistas que vimos e lemos, de que foi crime comum.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostaria que V. Sª respondesse se estou certo ou errado. A análise que o senhor faz é de que houve realmente fatos muito graves ocorridos na Prefeitura.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que o seu irmão sabia.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas que o seu irmão aceitava dentro daquilo: os fins justificam os meios.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era para o PT, então ele estava concordando com aquele ilícito, porque era para o PT.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Lá pelas tantas, ele tomou conhecimento de que havia um desvio: daquilo que ele imaginava que ia para o PT, uma parte – e uma grande parte – ficava com os intermediários.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Grande parte. Em setembro de 2001.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aí ele resolveu fazer um levantamento – e fez o levantamento – e um dossiê onde ia botar tudo pra fora, fazer a denúncia de desvio que estava...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu não sei o que ele ia fazer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas tinha o dossiê?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Tinha o dossiê.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E V. Sª diz que o fato de ele ser espancado durante 24 horas... que queriam pegar esse dossiê.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não sei se era só o dossiê; nós presumimos que fosse. O que nós temos aqui, o que eu entreguei para o Presidente, é parte só; foi aquilo que eles deixaram no... Conseguiram deixar um rastro no apartamento, vamos dizer assim, porque o apartamento foi limpo. Quando nós entramos, quando a família entrou no apartamento, pouca coisa do Celso restava, no que concerne a manuscritos, livros, etc., etc. Tanto é que o laptop que ele usava foi roubado; não se fala no laptop. Meu irmão usava um laptop. Acredito que esse laptop era muito importante para esse grupo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O senhor chega a aventar a versão de que o "Sombra", que era considerado grande amigo de seu irmão, estaria implicado na morte dele?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, ele está indiciado como mandante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como mandante?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Como mandante. E as provas que nós...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Porque um aspecto...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Quando eu digo as provas que nós temos, desculpe, não é a família que tem; é o que o Ministério Público tem, que está em Itapecerica da Serra. São muito consistentes, muito consistentes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Porque uma coisa é importante: o seu irmão não era apenas o Prefeito; o seu irmão era um nome de projeção nacional. Ele era o homem encarregado de fazer o comando da campanha do Lula. Quer dizer, ele foi escolhido para exercer essa importante missão. Tão importante que o que ficou no lugar do seu irmão... Provavelmente, se ele estivesse vivo, se tivesse feito a campanha do Lula, poderia ser ele no Ministério da Fazenda, porque o Sr. Palocci não tinha nenhuma outra credencial, a não ser a coordenação. Ele nunca foi um grande economista, nunca foi um grande parlamentar. O que ele teve de destaque, o que o levou ao Ministério da Fazenda foi a coordenação do plano de governo, da ação do Planalto. E o seu irmão estava nessa posição. Lembro que ele era uma figura muito festejada, muito debatida e analisada. A imprensa cobrava e buscava muito o seu irmão para ver quais seriam as iniciativas, quais seriam as metas de campanha que ele coordenaria.

Então o PT – eu me lembro da época – sofreu com a morte do seu irmão, porque o PT, Partido nacional, de repente, perdeu o seu grande chefe, o seu grande coordenador. E, se nós considerarmos que o Lula era um grande líder, mas não era um grande economista, não era um homem de profundidade, quem ia coordenar a campanha era o seu irmão. Então o PT sofreu esse baque. Quanto a isso, não tenho dúvida: ele sofreu esse baque. Não passa pela cabeça de alguém que o comando do PT estava no meio dessa jogada.

Agora, que coisa diabólica foi essa que, dentro do PT, contra o comando nacional, se mata ou manda matar o coordenador político da campanha do Lula na véspera de uma eleição que era da maior importância! Ficamos boquiabertos diante de uma questão como essa!

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Mas, Senador, foi o grupo de Santo André, pelo que está nos autos, pelo que está sendo investigado, pelo que a promotoria já conseguiu. Eles estão todos indiciados em propina, desvio de recursos... E o Sérgio – até o momento, é o único – como mandante do assassinato. É esse grupo de Santo André especificamente. Nós temos que desvincular esse grupo do Partido dos Trabalhadores. Apesar de o Sr. Klinger Luiz de Sousa – parece – ainda pertencer ao PT – eu acho que ele não se desligou. E, por incrível coincidência do destino, hoje, chegando ao aeroporto de Brasília – desde 2002, eu não via esse indivíduo –, vejo-o passando no aeroporto de Brasília. É uma daquelas coincidências incríveis. Mas, de qualquer maneira, a vida...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Klinger era o secretário?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Secretário do meu irmão. Secretário de Governo, Secretário de Obras.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor o encontrou hoje aqui no aeroporto?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – No aeroporto, chegando. Eu estava chegando de Salvador; ele eu não sei, devia estar vindo de São Paulo. Em torno de nove, nove e dez, nove e quinze. É muita coincidência. De qualquer maneira, está aqui anotado que o Sr. Klinger esteve ou está aqui em Brasília.

Então, esse grupo é o responsável por isso. O meu irmão tinha delegado para esse grupo. E esse grupo fez o que fez.

Então, eu gostaria de desvincular o Partido dos Trabalhadores, o que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh fez, acompanhou; o que o Gilberto Carvalho falou para mim, por que falou – eu não sei, ele falou. E é por isso que estou sendo processado pelo Deputado José Dirceu. O Deputado José Dirceu está me processando por danos morais e, quando ele entrou com um processo, ele, no seu pedido, disse que eu estava

inventando as coisas. E quando, na réplica da minha defesa, eu disse "olha, eu não estou inventando e vou provar, porque eu tenho testemunha", ele mudou a linha de ataque. Ele mudou, ele falou que aquilo que eu tinha falado eu não poderia ter falado para a imprensa. Apenas isso eu gostaria de deixar claro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas repare: V. Sª sempre foi muito duro com o Sr. Beto; V. Sª foi muito duro...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Duro?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...na análise que fez do Sr. Beto.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – De quem? Do Gilberto?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Beto, que está na casa...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Gilberto Carvalho?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso, Gilberto.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não! Por que eu fui duro, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não estou dizendo que V. Sª foi duro, mas a análise feita por V. Sª o descreve como uma pessoa que está a par de tudo, que conhece as coisas, que participou...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E ficamos meio boquiabertos. Em primeiro lugar, vemos, por exemplo, que o Senador Tião Viana o coloca como um santo, diz que é uma pessoa excepcional, essa coisa toda. Agora, é o homem hoje, de toda aquela turma que começou com o Presidente Lula só sobrou ele! Daquele grupo que começou o Governo com o Lula, dos homens da confiança absoluta, como Frei Betto, etc. e tal, só sobrou ele.

Eu até achava, sinceramente... Eu acompanhei todo esse caso, estou acompanhando esse caso, mas eu me perdi. Confesso que, quando V. Sª falou, foi que tomei conhecimento de que esse rapaz está lá na Secretaria Especial da Presidência da República. Então, não entendemos mais nada! Quer dizer que o Lula não entende, que o Lula não sabe do "mensalão", que não sabe das coisas que estão acontecendo, mas seu secretário particular, de um lado, e, do outro lado, ele tem a responsabilidade das coisas que aconteceram lá, com o coordenador da sua campanha, e ele não sabe? Quer dizer, dois anos e meio depois, e ele não sabe das coisas? É difícil, porque não dá para acreditar que, se o Lula souber que esse rapaz é tudo o que V. Sª disse, se ele realmente foi um homem que praticou o que V. Sª disse, que ele o tenha como um secretário particular, como um homem da sua maior intimidade! E, se ele não sabe até agora, meu Deus do céu! Então, também não dá para entender. Quer dizer, tudo isso que aconteceu, que V. Sª descreveu com uma clareza meridiana aqui, o Presidente da República não sabe? Aí... A única confiança que ele tem, em absoluto e graças a Deus, é na família dele, na esposa, porque, do resto, ele tem que duvidar de todo mundo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati e, em seguida, ao Senador Suplicy. Depois, falarão os Senadores Mão Santa, Mercadante e José Agripino, nessa ordem.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. João Francisco, eu gostaria de dizer que também acompanho pelos jornais todos esses acontecimentos há algum tempo e que o depoimento de V.Sª me passa muita verdade, muita sinceridade. Por causa disto, pelo que se lê nos jornais em diferentes versões, sem querer aborrecê-lo, vou pedir mais uma vez que V.Sª repita uma afirmação que já fez. Alguém como eu, que não conhecia seu irmão pessoalmente, não conhecia V.Sª pessoalmente, não conhecia a maioria das personagens de Santo André pessoalmente, mas que conhece os fatos pelos jornais, tinha um cenário formado em que o Prefeito Celso Daniel tinha dois irmãos: um deles um pouco mais extrovertido, vamos dizer, que falava as coisas sem pensar, e outro bastante comedido e equilibrado. Pela versão que formávamos pelos jornais, o senhor seria esse irmão mais falante, que soltava as coisas sem pensar direito, etc.?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sou de falar pouco, viu, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Estou referindo-me à imagem que se forma. O senhor me parece bastante sensato, equilibrado. O que eu queria checar era o seguinte: em função dessa facilidade de soltar coisas sem muita consistência, V.Sª teria soltado essa versão com a qual o seu outro irmão não concordava e por isso não aparecia.

Na linha do que falou o Senador Pedro Simon, há uma coisa muito séria e que desmente esse quadro que eu tinha. Pelo visto, pelo que o Senador Pedro Simon, parece que ele tinha a mesma sensação. Tanto V.Sª quanto o seu irmão confirmam um fato muito sério, ou seja, que o Sr. Gilberto Carvalho, que é um homem que, embora eu não conheça pessoalmente, tenho a

melhor... falou para V.Sª e para o seu irmão toda essa versão de que sabia que acontecia esse esquema dentro da prefeitura, comunicou-lhes, e que seu irmão – sem querer aborrecê-lo, porque sei que o senhor já disse – também confirma essa mesma versão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Claro, ele participou, no dia 26 de janeiro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E a sua cunhada também sabia? Ele também chegou a dizer à sua cunhada?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – À Miriam?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – À esposa do seu irmão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – À esposa do irmão mais novo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. Ela não participou da reunião.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Isso é um fato novo importante.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sei que o Sr. Gilberto falou para outras pessoas que não vou poder citar aqui, confirmando em *off* que aquilo que ele tinha falado para mim era verdade. Isso eu posso dizer, sabe? Ele disse: "Vou falar porque sei que o senhor vai manter isso em sigilo e não vai poder dizer. Aquilo que falei para o João Francisco e para o Bruno foi a verdade".

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quanto à outra consideração que eu queria fazer – não é bem uma pergunta – vou tentar fazer um apanhado daquilo que ouvi que V.Sª disse hoje. Gostaria que se sentisse à vontade e me interrompesse naquilo que estou entendendo errado.

Depois desses anos de investigação, essa verdadeira obsessão que teve em chegar à verdade e não aceitar aquela versão, o senhor desenha mais ou menos um quadro em que havia um esquema de desvio de recursos, principalmente vindos de empresas de ônibus e de lixo, se não me engano, que era para o PT. Em determinado momento, o prefeito descobriu que esses recursos não estavam indo para o PT. Estavam sendo desviados para grupos ou pessoas individuais ou grupos privados...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Perfeito.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E se revoltou com isso. E, com isso na mão, pretendia fazer alguma coisa que não sabe bem o que era, mas quis reagir.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Perfeito.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Em função dessa tentativa de reagir, houve o assassinato do seu irmão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Por isso, ele foi brutalmente torturado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Isso, às vésperas de campanha, fez com que o PT, que evidentemente não participou dessa trama de assassinato, de homicídio, de nada disso, preocupado com a possibilidade de a versão do desvio de recursos viesse à tona, tentasse abafar o caso e desacreditar, de uma maneira ou de outra, qualquer pessoa que quisesse levar o caso adiante. É isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Tentaram me desacreditar muito na CPI lá em Santo André.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O PT, como instituição jurídica, o que ele pretendeu, evidentemente, não fez parte de um complô para nenhum tipo de homicídio, mas, quando percebeu que a investigação do homicídio levaria à revelação do desvio de recursos, tentou abafar o caso e dar o caso por encerrado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Se levarmos em consideração aquilo que aconteceu na CPI criada em Santo André, em 2002, sem dúvida nenhuma.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Depois, com as tentativas repetidas de desacreditar o que dizia V. Sª, que tentava até reabrir o caso, comprovou-se essa sua percepção de que o PT não queria.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, do PMDB autêntico.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim, Senador Garibaldi Alves, Relator, Dr. Francisco Daniel, quero, primeiro, dar o meu testemunho sobre o quanto o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha de apreço pelo Prefeito Celso Daniel e sobre o quanto representou para ele em termos de dor pessoal a perda de uma pessoa de quem ele gostava demais, em quem confiava muito, em profundidade, no mais amplo sentido da palavra e, sobretudo, na capacidade de Celso Daniel, como economista, coordenador de grupos de trabalho, de ações, da feitura de relatórios. Por essa razão, o Presidente Lula o convidou para ser o coordenador de seu programa. É muito provável que Celso Daniel tivesse uma posição no Governo do Presidente Lula que guarda relação com aquela que tem o Ministro Antonio Palocci. Não sei onde exatamente estaria, mas, com certeza, teria uma posição de importância semelhante.

Também quero dizer do meu apreço pessoal por Celso Daniel, que era meu colega na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, além de ser colega de Partido, colega de seminários, de debates, inclusive no Instituto Florestan Fernandes. Tantas vezes ali dialogávamos em seminários de economistas como Guido Mantega, Celso Daniel, Paul Singer e tantos outros.

Também quero dar o meu testemunho sobre Gilberto Carvalho, que conheço desde os primeiros tempos do Partido dos Trabalhadores. E de como sempre o considerei uma pessoa séria, dedicada ao Partido dos Trabalhadores, aos nossos ideais de realização de justiça; uma pessoa que, com formação católica, cristã, muito ligada aos movimentos pastorais da terra, aos movimentos cristãos da Igreja, muito amigo, por exemplo, de Frei Beto, com um relacionamento muito próximo de alguns dos principais representantes da Igreja Católica e que, inclusive, foi uma pessoa que colaborou com os diálogos do Presidente Lula, mesmo quando não era Presidente, e inclusive hoje, seja com a CNBB, com prelados, cardeais, bispos. E o quanto ele é respeitado nessa área.

Em todas as ocasiões em que tive diálogos com o atual secretário pessoal... É uma pessoa que, quando preciso manter um diálogo, pedir uma audiência ou falar ao telefone com o Presidente Lula, sempre ligo para o Sr. Gilberto Carvalho. Até para mandar uma mensagem por escrito ao Presidente, também o faço através do Gilberto Carvalho, que sempre procedeu com a maior correção.

Também quero dizer uma palavra sobre o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que conheço desde antes da existência do Partido dos Trabalhadores, quando ele era o principal coordenador da Campanha Brasileira pela Anistia. Em muitas ocasiões, tanto eu quanto ele fomos candidatos; junto aos movimentos sociais, junto aos metalúrgicos quando estes foram objeto de tentativa de denúncias por incidirem na Lei de Segurança Nacional, ele foi o advogado. Eu era Deputado Estadual, em 1979, entrevistei e dialoguei com os trezes denunciados; ele era um dos principais advogados. E, em todas as campanhas, daí para a frente, tive convivência com ele e sempre o considerei uma pessoa... Quando foi Vice-Prefeito de Luiza Erundina e como Deputado Federal...

Inclusive fiz questão de, em tantas oportunidades, estar junto dele e, muitas, junto do MST, do qual ele é advogado. Eu estive com ele em ações no Pontal do Paranapanema, em Curumbiara e em Eldorado dos Carajás, onde houve graves problemas, quando pessoas do MST foram atingidas da mais variada forma.

Ouvi do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh como ele, diante do corpo do Prefeito Celso Daniel, se comprometeu a colaborar com o máximo empenho de suas forças para desvendar inteiramente o episódio do seqüestro e do assassinato.

Tenho a convicção, pelo que tenho dialogado com ele, Sr. Presidente, de que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh tem procurado agir de boa-fé. Tenho dialogado com ele sobre os esforços que têm sido feitos pelas autoridades, sejam da Polícia Civil, sejam do Ministério Público de Santo André, sobre os esforços do João Francisco, do Bruno, da Marilena, portanto, de toda a família e, é claro, do povo de Santo André, que quer, e muito, que este assunto seja desvendado.

E, em muitas ocasiões, o Deputado Luiz Eduardo tem dito: "Tive a convicção de que, primeiro, foi um crime de natureza civil, um crime comum". Aliás, o próprio Dr. Francisco me disse que, quando soube dos fatos, até que novos fatos surgissem, ele também teve a mesma convicção. E o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh me tem dito que, se surgir algum fato novo relevante, que, com toda clareza, mostre que houve outra motivação que não a de crime comum, ele estará pronto a reconhecer, porque esse é o objetivo dele: o desvendar da verdade. Da mesma forma, o Gilberto Carvalho assim tem-me dito. O que eles desejam é que se conheça inteiramente a verdade.

Gostaria de salientar que foi a Polícia Civil do Governo do Estado de São Paulo, do Governo Geraldo Alckmin, que chegou à conclusão de que o crime foi comum. Esse é um dado importante, relevante, porque se trata de Governo do PSDB, que tem sido adversário do PT, mas não em termos como esse. Está aqui o Senador Tasso Jereissati. Imaginem se seríamos adversários num tema como esse! Não há por quê. Nós, do PT e do PSDB, queremos saber a verdade. E, se, agora, por causa desses fatos que têm sido trazidos à luz, o Ministério Público, com o apelo dos irmãos de Celso Daniel, chegou à conclusão de que é necessário reabrir aquele inquérito, vamos respeitar essa decisão e colaborar para que a verdade venha inteiramente à tona.

Gostaria que alguns itens fossem mais bem esclarecidos.

Os Promotores têm informado que algumas testemunhas de fatos relacionados diretamente com o crime teriam sido assassinadas. Quantas foram essas pessoas? Quais foram as pessoas? Por que elas são importantes?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É oportuna a sua pergunta, mas a resposta deverá ser dada por quem está fazendo a investigação. Acredito que, na hora

em que o senhor pedir que os Promotores respondam, eles responderão com o máximo prazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Muito bem. V. Sª mencionou, há algumas horas, o caso do garçom do restaurante Rubayat. Foi uma dessas testemunhas o próprio garçom que serviu o último jantar de Celso Daniel com Sérgio Gomes da Silva?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Em que circunstância foi assassinado esse garçom?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não sei precisar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Salvo engano meu, ele é uma das testemunhas importantes, e os Promotores consideram isso algo inusitado, entre outras coisas, que poderiam colaborar para o esclarecimento do assassinato e do seqüestro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, porque foi o garçom, e a testemunha do assassinato do garçom também morreu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Também?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sobre os laudos médicos mencionados por V. Sª, quero tornar claro o seguinte. Pelo que pude depreender, houve um laudo realizado logo após ou no dia seguinte ao assassinato, que, por exemplo, levou o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh a lhe dizer que não houve tortura e que chegou a algumas conclusões. E outro laudo, concluído mais recentemente – V. Sª mencionou o mês de agosto –, apresenta conclusões mais completas. É isso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não. O que acontece é o seguinte: quando perguntei ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh no dia 20, ele estava vindo da autopsia. Então, não havia laudo nenhum.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ainda não havia laudo?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não havia laudo nenhum. Foi apenas uma constatação dele e daqueles que estavam naquele momento. Depois, nós recebemos o laudo. Só que o laudo de necropsia é composto de anexos, Senador, e esses anexos só foram chegar às nossas mãos seis a oito meses depois. O que chegou em primeiro lugar, depois de quatro meses de insistentes pedidos, foi o laudo.

O SR. EDUARDO SUPLLICY (PT – SP) – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – O laudo é completo até certo ponto, mas o mais importante são os anexos, são as fotos, são os raios X etc., etc.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, mas isso é importante para elucidar até a questão da boa-fé do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, porque uma coisa é fazerem a autópsia, examinarem, e ele, então, lhes diz: "Olhem, que eu saiba não houve, não foi constatada a tortura". E, depois, com o exame mais completo, dos anexos e tudo... V. Sª até mencionou – eu agradeceria se pudesse esclarecer – que foi ao exterior relacionado ao desvendar... Por acaso, foi relacionado à questão do aperfeiçoamento do laudo, desses laudos?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Do laudo, dos laudos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, eu agradeceria se pudesse esclarecer por que precisou viajar, em que medida colaborou. Foi verificar algum instituto no exterior?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim, fui...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Exato. Por quê?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Por quê?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – É...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Porque nós, até o mês passado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – A Polícia Civil não tinha os elementos necessários para fazer um laudo mais completo? Precisou...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, até teria. Só que o mais importante nós não tínhamos, isto é, a declaração do médico que tinha feito a necropsia do corpo do Celso, Senador. Essa era uma coisa fundamental, e isso, graças a Deus, nós tivemos acesso ao depoimento dele – que está aqui com o Presidente –, e ele, volto a repetir, que é uma complementação... Tudo isso aqui, inclusive isso, é uma complementação do laudo. Nós fizemos várias perguntas, os promotores fizeram várias perguntas, ele ficou de estudar, porque não sei se o senhor sabe, não sei se os senhores sabem, ele, na época, pediu para que os órgãos do Celso fossem embalsamados. Os órgãos estão embalsamados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ele quem que pediu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Ele, o Dr. Carlos Delmonte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Certo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – E foi inclusive uma equipe, se eu não me engano, especializada que trabalha em Cumbica, na época. Então, ele fez isso evidentemente para também se resguardar. Ele tem todos os documentos. Nós fizemos algumas perguntas, os procuradores fizeram outras perguntas, e ele ficou de dar as respostas num tempo, que eu não

sei se é de vinte, trinta, quarenta, cinqüenta dias. Mas esse depoimento dele é fundamental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Portanto, esse relatório conclusivo, mais completo, que inclusive foi objeto de entrevista no Fantástico de domingo último e no Jornal Nacional de domingo último, da forma mais completa, é algo relativamente recente?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E, portanto, eu nem sei, por exemplo, se o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, se o Gilberto Carvalho e outras pessoas que estão interessadas nesse assunto tiveram acesso completo a esse laudo. Se o Próprio Presidente Lula teve também acesso a esse laudo, porque eu considero isso de grande relevância saber, porque eu próprio, que tenho acompanhado...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ...eu ainda não conheci completamente. Eu soube pelos promotores, Zé Reinaldo, Amaro e Roberto Wider, que estavam caminhando nessa direção, mas não vi ainda o laudo completo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É, ele é recente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, isso é bastante importante em relação à mágoa que V. Sª mencionou. Uma coisa é o Luiz Eduardo, logo depois, ver o corpo, a autópsia, e falar: "Não, não foi torturado"; e a outra é: se tivesse conhecimento desse laudo completo... Só para deixar isso bastante claro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos concluir, Senador. O tempo de V. Exª já está com bônus.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Relativamente, às três pessoas que V. Sª mencionou – Klinger Luiz de Oliveira Souza, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva –, quais eram efetivamente as suas funções e que papel, no seu conhecimento, eles tinham e em que medida se diferenciavam neste arranjo que V. Sª descreveu?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

V. Sª tem a palavra para responder à pergunta do Senador.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Jose Agripino.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, reinscrevo-me, Sr. Presidente, porque não concluí.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está reinscrito, mas aproveito para registrar que o tempo de V. Exª foi de vinte minutos. Faço o registro para que haja dúvida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim; mas ele pode responder à minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E vai responder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim; tenho a convicção. Contudo, V. Exª há de convir que, como "neomembro" – e acabei de entregar a V. Exª o ofício pelo qual fui designado agora titular –, estou estreando com entusiasmo nesta CPI tão cuidadosamente presidida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tenha certeza V. Exª que a sua presença engrandece esta Comissão. Fico feliz com a presença de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É para recuperar o tempo perdido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Poderemos repetir ainda alguns depoimentos, pode ter certeza V. Exª.

Tem a palavra V. Sª.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, o que sei é o que me foi relatado pela Mirian e pelo Gilberto Carvalho. Basicamente isso. Eles me relataram aquilo que eu já disse. Posso repetir, se V. Exª assim o desejar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode sintetizar, por favor.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – A Mirian me relatou que ela, no Secretariado do Celso, era um contraponto ao Sérgio e ao Klinger, que eram os arrecadadores de dinheiro em Santo André. E ela não concordava com esse tipo de ação. Isso me relatou a Mirian. Já o Gilberto me disse: "existem três pessoas em Santo André responsáveis pela arrecadação do dinheiro do PT: Klinger, Ronan e Sérgio". O Klinger eu conhecia e sabia ser o secretário do meu irmão; o Ronan era conhecido lá como dono de empresa de transportes. Já o Sérgio, sinceramente, eu vim a saber que era amigo do Celso – e amigo íntimo – depois que este faleceu. Antes eu não sabia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quem sabe, se V. Exª me permitisse uma última pergunta, eu nem precisaria me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode fazer a última pergunta, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Trata-se de uma questão do maior interesse para todos: a delação premiada. Sobre isso sempre um promotor ou delegado, a justiça, enfim, precisa estar atenta. É sobre a possível hipótese de os promotores... Digamos que eles acreditem tanto na sua causa, que se entusiasmem tanto pela hipótese levantada por V.

Sª que venham a propor aos criminosos que ali estão detidos, condenados a tanto tempo: "Se você disser o que ocorreu, que tal ou qual pessoa os mandou fazer isso, então você vai ficar livre ou irá para uma prisão melhor e assim por diante".

Aí me pergunto: qual o risco de que isso esteja ocorrendo? Quais os cuidados – e acredito, porque todos queremos saber a verdade – que a família de Celso Daniel está tendo para evitar que isso também ocorra? Porque poderia ser algo inadequado.

Não estou aqui falando em defesa de Sérgio Gomes da Silva. Todavia e como também desejo a verdade, não gostaria de vê-lo incriminado se porventura não foi efetivamente aquela pessoa... Até porque, por exemplo, Gilberto Carvalho me relatou que, quando Celso Daniel se despediu dele para ir jantar com Sérgio Gomes da Silva, tudo parecia ser uma atividade normal; iam jantar como dois amigos, conversando e tal e não, digamos, suspeitando que ali pudesse haver um acontecimento como a tragédia que acabou acontecendo. Então, a minha pergunta é se estão seguros de que não esteja havendo, da parte dos promotores, uma atitude do tipo "diga aí como foi e assim vamos premiá-lo de tal forma", porque, quanto a isso, precisamos tomar cuidado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, posso lhe garantir com total segurança que, da parte da família e, evidentemente, da parte dos promotores, está havendo um cuidado redobrado, triplicado com relação a qualquer tipo de deslize que possa acontecer, justamente por ser um caso de repercussão nacional. Posso responder para o senhor que os dados que nós temos sobre a investigação que foi e que continua sendo realizada, as provas técnicas e testemunhais que temos são insofismáveis. É o que eu posso dizer para o senhor: são insofismáveis.

Só para terminar, existem, e isso eu citei, vou repetir, testemunhas que são obrigadas a serem mantidas em sigilo, porque elas têm muito, mas muito medo de serem mortas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu que agradeço e parabenizo V. Exª pela estréia. Foi brilhante!

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. João Francisco, eu não conhecia V. Sª, mas já ouvia as suas manifestações há muito tempo. Já tive oportunidade até de me pronunciar na tribuna do Senado sobre o caso Santo André e, ao mencionar esse caso, tive oportunidade de me referir ao comportamento de V. Sª. Sei que V. Sª, há muito tempo, aguarda a oportunidade de dizer o que acabou de dizer. Eu acredito muito...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É verdade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu acredito muito, Dr. João Francisco, nos depoimentos que são prestados por aqueles que querem prestá-los. Eles carregam a força da verdade. Eu acho que tudo o que V. Sª falou aqui veio do fundo do seu coração, deve ter-lhe causado um certo sofrimento falar, exibir as fotografias – que eu vi – do seu irmão torturado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Essas são as fotografias menos contundentes. Quem vê as fotografias que temos lá mais contundentes chora, mesmo não conhecendo o Celso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Isso reforça mais ainda a minha tese do constrangimento pessoal que V. Sª deve ter tido ao falar da morte do seu irmão, que, independentemente de ter sido Prefeito de Santo André, dirigente do Partido dos Trabalhadores, era seu irmão. Era filho de sua mãe, um homem com quem V. Sª conviveu a vida inteira e que foi brutalmente assassinado e que dizem – é o que consta como resultado do inquérito – foi vítima de um crime comum, fato com o qual V. Sª nunca concordou, não é verdade?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, nunca concordei.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Essa é a razão da sua indignação, da sua revolta, das suas manifestações, que, ao longo do tempo, vinham sendo contidas, porque já disseram até que V. Sª é o que V. Sª não é. Então, chegou a sua vez; ou talvez tenha chegado a nossa vez, porque, Dr. João Francisco, o lamentável crime que vitimou o seu irmão aconteceu quando essas CPIs não estavam instaladas. Não se estava investigando nem se falando sobre Marcos Valério, Silvio Pereira, José Dirceu, Delúbio Soares. Não se estava falando sobre tráfico de influência, sobre Land Rover, sobre charutos Cohiba, sobre tudo o que hoje é uma evidência nacional. Mas hoje se impõe essa investigação, e V. Sª entra agora, convidado e desejoso de dar o seu depoimento e de esclarecer, com o seu depoimento, o caso do seu irmão. O que eu queria? Estabelecer uma parceria com V. Sª... Sem delação premiada! V. Sª não precisa de delação premiada; V. Sª é um homem limpo, é um médico oftalmologista, com a vida limpa. Não lhe conheço, mas, basta olhar para V. Sª! Não precisa de delação premiada. Penso que podemos aqui estabelecer um pacto de convivência.

Acredito que V. Sª, antes de qualquer coisa, como eu, é um brasileiro que está indignado com tudo o que está acontecendo com o País, independentemente de que isso atinja o PTB, o PL, o PP, o PT, qualquer Par-

tido. Penso que todos nós temos a obrigação de dar uma contribuição, no sentido da limpeza de procedimentos éticos na vida brasileira e na vida pública do Brasil – tráfico de influência, remessa ilegal de divisas, paraíso fiscal, até prostituição –, que está enriquecida agora por uma investigação que se faz de um crime, onde o seu irmão está inserido. Não conseguiremos passar este País a limpo se não conseguirmos provas e evidências. E creio que V. Sª tem um papel muito importante, neste momento, porque V. Sª falou de Gilberto Carvalho e de José Dirceu. Disse, por três vezes, que Gilberto Carvalho era o homem que recebia os recursos da Prefeitura de Santo André e os levava para José Dirceu, já naquela época.

Estamos discutindo, aqui na CPI, o caso de Ribeirão Preto, que é uma coisa muito parecida. Falam no caso de Araraquara, que é outra coisa muito parecida. Ou rasgamos na própria carne ou trincamos nos dentes ou até agimos contra o Partido de nossa simpatia, ou não vamos limpar este País, que é dos seus filhos, dos meus filhos e dos nossos netos. Então, temos que dar uma contribuição efetiva no sentido do esclarecimento. Eu estou trabalhando por dever de ofício, e V. Sª está vindo aqui no desejo de, reaberto que está o caso de seu irmão, esclarecê-lo.

Há uma suposição de que foi crime comum. V. Sª não concorda com isso. Então, pode ter sido um crime com origem econômico-financeira ou um crime político ou a conjugação das duas coisas. Para que a investigação seja aprofundada e se chegue às conclusões, o que, no meu caso, desejo ver esclarecido é o assunto político, e o que V. Sª deseja ver claro é o assassinato do seu irmão, para que não nos fiquem fazendo a todos de bobos – não foi um crime político. Não foi tido como político, porque não interessava a alguns que fosse tido como político. Então, tratou-se de mascarar um crime político-econômico como um crime comum. Não! O que podemos fazer? Esclarecer esse assunto na sua raiz política.

Vamos admitir que o Sr. José Dirceu e o Sr. Gilberto Carvalho tenham inaugurado esse processo de "fabriquinha" há muito tempo. O Sr. José Dirceu, que é Deputado Federal, que é ex-Chefe da Casa Civil, tem dito que não há provas; que ele se recusa a entrar no rol dos investigados para serem condenados, porque não há provas contra ele. Por que não há provas? Porque o Sr. Roberto Jefferson e o Sr. Marcos Valério diziam que nenhum acerto ou entendimento entre o PT e o PTB era concluído se não fosse o martelo batido no Palácio do Planalto. E ele nega. E fica palavra contra palavra de pessoas implicadas. Palavra contra palavra de Marcos Valério contra José Dirceu.

V. Sª não é nenhum Marcos Valério. V. Sª é o irmão de um prefeito assassinado. V. Sª está vindo aqui porque quer vir. V. Sª não precisa mentir. V. Sª é um brasileiro, como tantos que querem ver esses assuntos esclarecidos. O depoimento de V. Sª, em uma hora em que se precisa de prova, considero fundamental. E a minha única pergunta é: V. Sª, em nome do interesse nacional, seria capaz de testemunhar e dizer, com as evidências que pode juntar ou com as provas que pode ter, que é do seu conhecimento, e V. Sª sabia, pode atestar e provar, que o dinheiro coletado, o dinheiro que é escuso, não é correto, é ilegal, o dinheiro que era coletado de forma ilegal da Prefeitura de Santo André era entregue ao Sr. Gilberto Carvalho, atual chefe ou secretário particular de Sua Excelência o Presidente da República, e ainda o é hoje? V. Sª seria capaz de dizer, em testemunho, para oferecer uma prova para que quem tiver culpa no cartório seja penalizado, que o Sr. Gilberto Carvalho e o Sr. José Dirceu eram os responsáveis pelo recebimento do dinheiro que ia para fins escusos de um partido político? Essa é a pergunta que faço a V. Sª.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, a partir do dia 24 de maio de 2002, quando dei o meu depoimento ao Ministério Público, que é de domínio público hoje, desde aquela época até agora, tenho sempre afirmado a mesma coisa: aquilo que eu falei é a verdade. O meu compromisso é com a verdade, sempre foi e vai ser. O meu compromisso é falar sempre a verdade e procurar esclarecer o assassinato do meu irmão.

Posso repetir mais uma vez: o Sr. Gilberto Carvalho falou para mim três vezes, duas vezes com testemunha, que pegava o dinheiro arrecadado por esse grupo em Santo André, Klinger, Ronan e Sérgio, levava no seu Corsa preto para São Paulo, sendo que numa das vezes ele chegou a levar R$1.200 milhão, e entregava para o Deputado José Dirceu.

A minha contribuição é essa. A contribuição do meu irmão que participou da conversa-chave, eu diria, no dia 26 de janeiro de 2002, é essa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – V. Sª não sabia o destino desse dinheiro, não tem informação sobre em que o Deputado José Dirceu usava, para onde ia esse dinheiro...

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...se entrava em algum tipo de contabilidade, se era oficializado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, eu não saberia dizer para o senhor se, feliz ou infelizmente, a partir do momento em que fiz esse depoimento no Ministério Público – e esse depoimento que fiz no

Ministério Público, em 2002, foi com dor no coração –, eu estava vendo que era a única maneira de fazer com que o crime do meu irmão não se concluísse como crime comum. Era a única maneira que eu via. E, com dor no coração, posso dizer ao senhor que fui ao Ministério Público, convidado que fui, e fiz o meu depoimento; repeti o meu depoimento na CPI que foi criada em Santo André, com maioria do Partido dos Trabalhadores, mas isso não vem ao caso. E tenho repetido; repito hoje, aqui, e vou morrer repetindo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Sª, Dr. José Francisco.

Sr. Presidente, a vinda do Dr. João Francisco foi muito valiosa.

Quero dizer, só para encerrar: Dr. João Francisco, o senhor não é Marcos Valério. O senhor é um cidadão brasileiro que deve ser um homem sério com cara de homem sério.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, sem querer interromper, por causa disso, por causa do meu compromisso com a verdade, estou sendo processado pelo Deputado José Dirceu e a minha vida, de 2002 para cá, virou de ponta-cabeça, simplesmente porque quero ver resolvido o assassinato de meu irmão.

Depois que a gente verifica o quão cruelmente ele foi torturado, não dá para ficar quieto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Dr. João Francisco, Sr. Presidente.

Só para terminar, para mim e para tantos quantos possam estar tomando conhecimento desse depoimento, eu acho que ele é um dos mais importantes que já ouvimos. Repito, ele não é dado por uma pessoa que tenha qualquer tipo de comprometimento. Não conheço nenhuma mancha na biografia do Dr. João Francisco. Ele é apenas o irmão de um prefeito assassinado. Ele tinha tudo para não dizer aqui nada que incriminasse o PT, que era o Partido do seu irmão Celso Daniel. Mas ele vem aqui para contar a verdade, e a verdade a que ele se refere coloca mal, muito mal, duas pessoas: uma estava na ante-sala do Presidente; a outra continua a estar na ante-sala do Presidente.

As somas são vultosas. É a mesma, a mesmíssima acusação ou a mesmíssima denúncia que é feita por Marcos Valério e por Roberto Jefferson, que, num primeiro momento, não foram levadas com o devido crédito pela procedência. Mas espero que, agora, pela procedência muito mais sã do Dr. João Francisco, se possa considerar como evidência clara.

Para finalizar, quero dizer que esse caso está ficando cada vez mais escabroso, porque há componentes de tráfico de influência que envolve Correios, IRB, Caixa Econômica, Banco do Brasil, fundos de pensão, remessas ilegais de divisas – que configuram claramente inelegibilidade de culpados –, remessas para paraíso fiscal, prostituição. Agora, para completar, inclui-se a componente do crime.

Obrigado, Dr. João Francisco, pela sua patriótica contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, por 15 minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. João Francisco, Srªs e Srs. Senadores, demais membros que acompanham o trabalho desta CPI, quero, inicialmente, afirmar que acho que esse caso não deveria ser objeto da CPI dos Bingos, mas não é a questão mais relevante. Entendo até a motivação política de alguns, mas relevante para mim é a verdade, relevante para mim é a biografia e a história de Celso Daniel.

Já disse publicamente ao senhor em outras oportunidades que o senhor tem todo o meu apoio para buscar a verdade. Enquanto a família ou quem quer que seja ou qualquer instituição do País tiver dúvida do que aconteceu com Celso Daniel, a investigação tem que ser feita, sobretudo quanto se trata de um irmão.

Nesta sala, tirando V. Sª, ninguém conviveu mais com Celso Daniel que eu. Conheço Celso Daniel muito antes do PT. Demos aula na Pontifícia Universidade Católica desde 1977. Eu fui eleito Chefe de Departamento de Economia, com ele me apoiando como coordenador do curso. Juntos, fui presidir a Associação de Professores da PUC. Juntos nos filiamos ao PT. A diferença é que ele sempre gostou da cidade, do espaço urbano, ele sempre amou a sua aldeia, que era Santo André. Ele tinha na veia a herança do seu pai, que foi Prefeito da cidade. Então, a vida inteira ele se dedicou a estudar políticas públicas e políticas urbanas. Foi com essa formação, como professor da FGV e da USP, que ele construiu o Partido em Santo André desde a origem. Em todas as campanhas, estivemos juntos: de 1980; de 1982, quando não tínhamos nenhuma chance, estávamos juntos na campanha do Lula para Governador; de 1986, na campanha do Lula para Deputado Federal. A vida inteira trabalhamos mais ou menos o mesmo perfil: ele cuidando de política urbana; eu, de política nacional.

Portanto – V. Sª sabe disso –, sempre que vejo aquela imagem dele deitado naquele chão, aquilo é uma punhalada na minha alma, porque eu nunca vi Celso Daniel levantar a voz para nenhuma pessoa. Nunca vi. Nunca vi alguém dizer que era inimigo de Celso Daniel. Eu nunca vi.

Por isso, fiz questão de vir aqui para dar o meu depoimento sobre essa questão, porque tenho o mes-

mo interesse de esclarecer tudo que o senhor tem, não como irmão, mas como amigo fraterno de muitas décadas.

Qual é a minha interpretação de tudo o que acompanhei? Primeira questão: o inquérito do DHPP pode ter falhas, mas não podem ser imputáveis ao PT as falhas que eventualmente existem.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Não, absolutamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT- SP) – Primeiro, porque é uma política de Estado. São funcionários de carreira, sem nenhuma interferência político-partidária, especialistas em desvendar crimes. Portanto, são aqueles profissionais – portanto, é muito importante que esta CPI ouça o delegado que presidiu o processo de inquérito, assim como os responsáveis pelo Ministério Público, para avaliar por que eles chegaram àquela conclusão.

Da mesma forma, o Instituto Médico Legal. Não vejo como alguém pudesse tentar, nessas instituições, não buscar outra coisa que não fosse apurar. É verdade que o clima era de cobrança. Havia uma indignação na cidade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Havia uma pressão também, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – No dia da morte do Celso Daniel, fizemos aquela vigília em Santo André. Fui direto para lá. Fizemos aquela mobilização da cidade. Fizemos um ato público. Fomos ao Governador, cobrando respostas em relação à apuração do assassinato. Portanto, pode haver falhas.

Eu não sei se o Secretário de Segurança tem a isenção que o DHPP e o IML têm. Eu não sei. Tenho grandes dúvidas sobre isso. Talvez V. Exª possa confiar mais nele do que nas instituições. Eu, não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu confio mais nas instituições.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E o histórico do comportamento político-eleitoral do Sr. Secretário de Segurança me dá absoluta segurança do que estou afirmando. De qualquer forma, acho que as instituições têm experiência, vivência e competência para apurar e investigar esse processo. Então, do meu ponto de vista, enquanto existir alguma dúvida sobre a natureza do homicídio, a investigação precisa ser feita.

Em segundo lugar, pode ter tido corrupção na administração? Pode ter tido. Quando V. Exª cita nomes como Sérgio Gomes da Silva, Ronan, Klinger e outros, seguramente espero que se investigue tudo e que os responsáveis paguem pelo que fizeram.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Agora, dou meu testemunho. Duvido que Celso Daniel pudesse ser cúmplice de qualquer prática ilícita. Duvido! Ele pode ser vítima, pode ter sido envolvido, mas eu duvido, assim como duvido – e aqui quero dar o meu testemunho verdadeiro – que Gilberto Carvalho possa ter participado de qualquer coisa dessa natureza naquela administração.

A pessoa mais próxima de Celso Daniel – e V. Exª sabe disso –, naquela administração, era o Gilberto Carvalho. O maior amigo, chefe de gabinete, com quem ele convivia e confiava era o Gilberto Carvalho. Quem estava ali no dia da morte, quem estava com a família, quem tinha todas as informações, quem estava junto dele, pedindo as investigações, era o Gilberto, apoiando-o para investigar a corrupção na Prefeitura. Digo isso pelo seguinte: se Celso Daniel estivesse vivo, ele estaria aqui, defendendo o Gilberto. Não tenho nenhuma dúvida disso. Gilberto, enquanto estiver vivo, vai defender Celso Daniel.

Por isso, quero dar meu depoimento, pedindo que todos os fatos sejam investigados, mas deixando bem claras as coisas. Não vejo Gilberto Carvalho envolvido em qualquer tipo de prática ilícita. Não vejo essa possibilidade. Que Celso tenha levantado recursos para a campanha, seguramente ele o fez. Ele acreditava na campanha do Lula. Ele era o coordenador do programa de Governo, mas ele não o faria de uma forma ilegal, ilícita. Não vejo essa possibilidade. Sinceramente, eu não vejo. Nem eu, nem a cidade. Celso Daniel foi eleito duas vezes, e a sua memória elegeu o PT mais duas vezes naquela cidade. É a quarta vez que o PT ganha pelo PT e pelo Celso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Por causa dele. Pelo Celso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Porque essas duas coisas sempre foram indissociáveis. A vida do Celso era o Partido, a coisa mais importante na militância e na existência até o último dia da sua morte. Portanto, que não se coloquem suspeições sobre a sua morte e nunca se questione o amor que ele tinha por esse Partido e por esse projeto.

Agora, se nesse caminho, qualquer que seja o canalha que participou daquilo, quero que pague com toda a dureza da lei. Com o que o senhor precisar para chegar conte comigo.

Gilberto Carvalho era um dos melhores amigos dele, um homem de bem. Sei bem o que estou dizendo hoje aqui. Tenho absoluta certeza de que, em qualquer

situação semelhante, o Celso Daniel estaria dizendo: defendo, confio e sei que ele não participou de nada ilegal ou ilícito na minha administração, no meu governo ou nesse processo.

Por isso, se não fizesse esse depoimento – nunca vim a esta CPI, nem sei se vou voltar –, há coisas que temos dizer na vida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Exª é bem-vindo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Há coisas que devem ser ditas na vida, com toda a força dos argumentos. O Celso sempre confiou no Gilberto. Este é um sujeito que foi padre, com formação de princípios cristãos, de caráter, de ética, de seriedade, de generosidade humana, de solidariedade, de fraternidade, o que não pode ser associado a Sérgio Gomes, a Ronan. Não há uma relação entre uma coisa e outra. Não existe essa relação. São coisas qualitativamente diferentes.

Quando se diz que Gilberto Carvalho estava entregando documentos para o Celso Daniel, com a finalidade de apurar a corrupção na administração, acredito nisso. Agora, não tentem associar o Gilberto, porque o Celso jamais permitiria que isso fosse feito. V. Exª sabe que eu estou dizendo a verdade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, infelizmente, eu sou obrigado a discordar de V. Exª. Tenho uma grande estima pelo senhor, mas sou obrigado a discordar de V. Exª, no que se refere ao Gilberto e àquilo que ele falou para o meu irmão.

Da mesma maneira que o seu colega, o Senador Tião Viana, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Arns me perguntaram por que ele teria falado isso. Não posso responder ao senhor. Gostaria que não tivesse dito isso, Senador Mercadante, sinceramente. Para mim, seria muito melhor que ele não tivesse falado isso, mas ele falou. O que eu posso dizer. As pessoas erram. Padres erram.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª me permite? Apenas 30 segundos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Deixe-me apenas concluir a minha argüição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – Senador, deixe apenas o Senador Mercadante concluir, e V. Exª, depois poderá usar da palavra, já que ele não permitiu.

O SR. (Orador não identificado) – Permitiu.

Poderia ser até num desabafo de um homem sério que tenha resolvido avisar à família.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Na época, nós pensamos nisso. Não estávamos entendendo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – João Francisco, deixe-me apenas concluir a minha argumentação.

Que o Celso Daniel se tenha empenhado para levantar recursos para a campanha presidencial, não tenho dúvida de que ele faria isso. Ele acreditava naquela campanha! Ele era o coordenador do programa de Governo e faria tudo o que fosse possível. O que não acredito, e vou reafirmar, é que, primeiro, o Celso fosse conivente ou patrocinasse qualquer esquema de corrupção na cidade. Duvido. Que ele possa ter sido acuado, que ele possa ter sido demovido, se ele estava investigando e apurando, era porque poderiam estar acontecendo coisas de que ele não concordava e precisava afastar.

Ele pode ter sido vítima? Pode. Com essa hipótese, eu trabalho. Não sou policial, nem nada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – É uma possibilidade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Agora, que o Gilberto estava ao lado dele... V. Exª inclusive viu um depoimento com relação a essa questão. De que o Gilberto estaria sempre ao lado dele, não tenho dúvidas; de que o Celso Daniel confiava mais nele do que em qualquer membro daquela administração, não tenho dúvida.

Como conheço o Celso Daniel há quase trinta anos e conheço o Gilberto há menos tempo, mas há muito tempo, sei do caráter e da grandeza dessas duas pessoas. Portanto, não misturem Celso Daniel com Sérgio Gomes – eles podem até ter trabalhado lá –, não misturem Celso Daniel e Gilberto Carvalho com essas pessoas. São pessoas de natureza, de história, de biografia, de atitude, de contribuição, e a cidade sabe diferenciar quem é Gilberto e Celso Daniel dos outros empresários ou outros interesses que possam estar naquela administração.

A cidade tanto sabe que, pela quarta vez, falou – é Celso Daniel. É PT. Junto com esse projeto, termino só dizendo que V. Exª pode ter a avaliação e a informação que quiser, mas tenho certeza de que se o Celso Daniel estivesse vivo – eu sei o que estou falando –, ele estaria aqui defendo o Partido e o Gilberto Carvalho.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Senador, se o Celso Daniel estivesse vivo, eu não estaria aqui e eu, a minha esposa e a minha família não estaríamos, há três anos, sofrendo. Vou repetir ao senhor: por questões de ser próximo ao Celso, e o Gilberto sabia disso, a pessoa da família em que o Celso confiava era eu. Talvez, num desabafo, querendo fazendo ver

que, se soubéssemos de alguma coisa que estava acontecendo em Santo André, ficássemos na retaguarda, receosos, sinceramente não sei dizer. Fico tão chateado quanto o senhor, mas o que posso dizer é que o Gilberto me falou três vezes e, por duas vezes, com testemunha.

A Miriam, a primeira esposa, é uma pessoa que sempre tive em conta. Ela também falou, não da mesma maneira que o Gilberto. O que é que vou fazer? Talvez o senhor não estivesse aqui na hora em que disse isso, mas vou repetir. Quando DHPP e o PT fecharam como crime comum, em final de março, eu levantava, ia para o espelho e falava: estão insultando a minha inteligência e estão duvidando da minha coragem.

Senador, eu estava definhando e sabia disso. Quando, depois, fiz o depoimento ao Ministério Público, veja o conflito que internamente tinha, porque sabia que, ao fazer um depoimento desse, estaria maculando a imagem do meu irmão. Veja com que dificuldade fui ao Ministério Público dar o meu depoimento.

Repeti esse meu depoimento na CPI, feita em Santo André, e continuo repetindo-o. Infelizmente, foi a maneira que eu achei para que o caso do Celso não ficasse... O senhor pode ter certeza: se eu não vou ao Ministério Público, se eu não faço esse depoimento, hoje o caso do Celso estaria sendo considerado crime comum.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu dou o meu depoimento. Logo depois que se encerrou o processe e que houve aquela conclusão do DHPP, eu estava num programa do Paulo Lopez. V. Exª se lembra disso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu me lembro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – V. Exª entrou ao vivo e disse que não acreditava na conclusão do inquérito. Eu disse em público que o senhor tinha todo o meu apoio. Está lá gravado. Se houvesse alguma dúvida, teríamos que continuar investigando e apurando tudo. Estou dizendo exatamente o que disse.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu me lembro disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Agora, termino apenas dando a minha opinião, no sentido de que seguramente o Celso possa ter mobilizado recurso para a sua campanha, mas não creio que isso possa ter sido feito de uma forma ilícita, assim como não creio que o Gilberto Carvalho possa ter participado disso. Tenho grandes indagações no sentido de que possa ter havido corrupção na administração; acho que existiu. Não posso afirmar que pessoas envolvidas nessa prática estejam também envolvidas no assassinato. Não posso fazer nenhuma afirmação quanto a isso. Essa é uma hipótese que precisa ser investigada. Agora o que não posso confundir é a biografia, a história e as atitudes do Celso e do Gilberto Carvalho, que fazem parte do mesmo caminho, da mesma estatura, do mesmo compromisso – sei o quanto este último gosta, acredita, defende e também quer a verdade com relação ao Celso Daniel, assim como sei que este sempre defendeu Gilberto. Até o seu último dia, ele era a pessoa mais próxima dele. Ele era o seu chefe de gabinete. Ele era a pessoa de maior confiança pessoal, assim como a Miriam. Eles estão juntos até hoje. Ele e a ex-esposa só sabem a importância que ela teve na administração. Mesmo separados, há a amizade, o companheirismo e a relação política, porque ela era o braço direito daquela administração dele. A Miriam era uma testemunha e a mulher que o Celso tinha no final da vida. Ela também tem um depoimento favorável ao Gilberto.

Por isso, digo que, com a amizade que tenho, de década, e o acompanhamento de todo esse processo, não vamos misturar essas duas coisas, porque não é justo. V. Exª já deu o seu depoimento, fez as suas afirmações, seus questionamentos, e tudo isso, evidentemente, precisa ser apurado, mas, se não dissesse isso aqui, também, como o senhor, não iria dormir bem. Para defender o Celso e o Gilberto, eu fiz questão de estar aqui e tenho convicção do que estou dizendo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Eu respeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra por trinta segundos.

Quero dizer a V. Exª e aos presentes que compreendo perfeitamente a indignação e a dor interior do Senador Mercadante. O diálogo dele com o Dr. João Francisco foi de amigos, de pessoas que têm relações pessoais fraternas, de um para o outro e vice-versa.

Agora, a atitude de V. Sª, Dr. João Francisco, faz-me reafirmar todo o conceito que manifestei pessoalmente em relação a V. Sª. Repito e reitero tudo o que falei com relação à minha crença na firmeza de sua atitude, quando V. Sª, mesmo num diálogo fraterno, colocou a amizade de lado para manter-se ao lado da verdade dos fatos.

Meus cumprimentos e meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, temos ainda um orador, o

Senador Mão Santa, mas vou ouvir V. Exª. Depois concederei dez minutos ao Senador Mão Santa para concluirmos, em função do horário, a não ser que o Senador Arns ainda queira fazer alguma colocação ou o Relator, para que o depoente não seja prejudicado em função do horário de seu vôo.

V. Exª, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Mercadante, só queria, respeitosamente a V. Exª e à sua postura... Não conheço o Gilberto Carvalho. Tenho ouvido referências elogiosas ao seu comportamento e à sua importância no Governo do Presidente Lula. Ele falou que não é policial, mas a minha cabeça raciocina como policial, não tem jeito.

Tenho certeza absoluta de que nem o Celso nem o Gilberto faziam parte da quadrilha dos três, que se formou para arrecadar para o Partido, e outra parte, não, o que levou o Celso Daniel a procurar interromper aquilo que eles estavam arrecadando e, em vez de levar para o Partido, levar para o bolso de cada um.

Talvez essa seja a razão da estrutura que montaram para ele ser eliminado.

Quanto ao Gilberto Carvalho, acredito que ele procurou o senhor e a sua família e relatou para que o senhor soubesse que a arrecadação para o Partido era feita com o conhecimento e a autorização dele, segundo o seu depoimento. Isso poderia inibi-lo de fazer qualquer acusação – não sei se estou errado. Essa inibição é que hoje, depois de toda a evolução que houve, já quase prescrevendo tudo o que possa ter acontecido, V. Sª houve por bem sacrificar em parte a memória do seu irmão, que está sendo recuperada hoje, pela sua coragem, e dar ao nosso conhecimento, ao conhecimento da sociedade brasileira, tudo aquilo que ocorreu de fato e que leva ao comprometimento dessa estrutura.

Não sei, estou raciocinando como se fosse presidente do inquérito. Eu ia seguir essa linha de investigação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma, e concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Mão Santa, que dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, demais Senadores, Dr. João Francisco Daniel, todo o País acompanhou a morte do seu irmão, pela grandeza, pela posição, pelo Estado de São Paulo, civilizado. Não é comum neste País assassinatos de lideranças tão fortes. Nós somos um país cristão.

Mas o que me chamou a atenção desde o início foi o fato de termos em comum a Medicina. Quando V. Exª começou a duvidar, a questionar os inquéritos, eu acreditei, porque tenho uma vida também na Medicina, que é a mais humana das ciências, e o médico, o maior benfeitor da humanidade.

Presidente Efraim, para onde vamos, nós levamos a nossa formação profissional. V. Exª é engenheiro, é matemático; engenheiro é quem traz progresso, todos nós sabemos. Mas o médico, sobretudo o oftalmologista, é casado, o compromisso dele é com a etiologia, com a causa, com a verdade, fazer o diagnóstico de certeza. Principalmente o oftalmologista, que é mais minucioso, é mais delicado.

No começo da minha profissão, fui médico legista. Eu era cirurgião. E vou dizer: eu vi muita complicação. Até deixei isso em cinco anos, porque como dá complicação! Mas estamos diante de um caso que nós aprendemos na Medicina... Existe uma brincadeira que diz: se tem um tipo de médico que sabe tudo e resolve um pouco é o clínico, que sabe pouco e resolve tudo. E quem sabe tudo, mas chega atrasado é o patologista, que chega com a autópsia. Mas, em crime, é o médico legista.

Queremos dizer o seguinte: as leis brasileiras... Eu dei muito laudo sozinho, aí mandava para o companheiro assinar, ele também trabalha no Piauí, fazia e eu acreditava. Mas, quando tinha um envolvimento desse... Eu não creio num caso desse, porque a lei manda ter dois.

Aqui tem o Dr. Carlos Delmonte, e tem que ter outro. São dois. É muito elementar.

Eu tive problemas. Até hoje estou em dúvida pró-réu. Ainda me lembro que teve a confusão de um afogado e, na hora do enterro, me chamaram, eu fui chamar outro médico, e eu não sabia. Diziam que ele foi afogado. Em dúvida pró-réu. Eu digo: não, ele se afogou. É complicado!

Mas saber isso aqui, se ele sofreu agressão ou não sofreu... Tortura é muito elementar. É o *to be or not to be*. A verdade é só aí, não tem como.

Então eu entendo que o nosso João Francisco, se tem o atestado do Dr. Carlos Delmonte, que deve ter tido um companheiro, a lei para fazer a verdade está aí.

Agora nós compreendemos esse negócio de jogo. Eu aprendi mesmo com Mercadante a ter a ética verdadeira, ter a ética dá resultado. O momento era dramático, de eleições, de partido; malas minhas eles acharam. Mas V. Exª, pela profissão que abraçou, busca a etiologia, a verdade e tudo.

V. Exª tem... Eu gostaria até, se o Presidente permitir, de depois ler o laudo do médico legista, com toda a discrição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, o texto é muito longo, o tempo não seria suficiente...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, depois.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ah, V. Exª terá direito de acesso a toda essa documentação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Realmente, eu não sou nem desta Comissão, mas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Exª terá acesso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O que me trouxe aqui foi a curiosidade natural e a figura do doutor, nosso companheiro e médico João Francisco Daniel. E nós temos que crer que ele não é um depoente comum. Ele é sobretudo, além do parentesco...

Tem quantos anos de Medicina V. Exª?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Trinta e três.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Você se casou antes de ser médico.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – No terceiro ano de Medicina.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É muito amor!

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Quarenta e três anos de namoro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Você tem trinta e três de Medicina?

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Trinta e três de Medicina.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu tenho mais, 37.

Então é o seguinte: Senador Efraim, depois eu gostaria de ver esse laudo, para dar a nossa contribuição, mas acho que é muito elementar o diagnóstico: ou foi ou não foi. Se fosse um afogado... Mas levou pancada ou não levou, tem equimose ou não tem, tem traumatismo ou não tem... É tão... a verdade aí. E eu acho que é soberana de todas. Está aí a exigência da justiça! Tanto no Direito se estuda Medicina Legal quanto na Medicina, porque é soberano nesses casos o laudo do médico legista.

Então essas são as nossas palavras, mas viemos aqui sobretudo para aquilo que quiseram fazer com V. Exª lá na CPI da Câmara Municipal do seu Estado... Eu venho em nome de todos os médicos que passaram por aqui, no Senado da República, prestar uma homenagem ao exercício de tantos anos que V. Exª deu à Medicina que o dignificou. E está buscando aquilo que está na sua formação: a etiologia, a causa e a verdade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Mão Santa e vou concluir, primeiro agradecendo a V. Sª e ao advogado, à presença da esposa do advogado e da esposa de V. Sª. Agradeço pela atenção, pelo depoimento que nos foi feito.

Vou reiterar, desta feita não ao Senador Arns, mas ao Senador Mercadante que a presença de V. Exª aqui em nada fere esta CPI. V. Exª deixou claro, repito, um crime organizado de que foi vitimado o seu irmão.

E a prova tão grande, quando o Senador Mercadante disse que aqui não era o lugar apropriado, no meio da sua fala, sugere que esta CPI convoque o delegado que presidiu as investigações, caindo em contradição quando tenta, mais uma vez, desqualificar o trabalho desta CPI.

Então quero deixar claro que a prova de que ela tem o momento correto de acontecer é que o próprio Senador sugere que nós façamos a convocação, e vamos fazer, por sugestão dele, não há a menor dúvida, para que ele também aqui venha depor.

Então agradeço a V. Sª, agradeço a todos os que estão presentes e aos que se fizeram presentes, na certeza de que nós contribuímos. E todo esse material será colocado à disposição da Assessoria e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado a V. Sª mais uma vez.

Solicito e determino à Assessoria que acompanhe o nosso depoente e a sua família, ao tempo em que também determino à Segurança da Casa que acompanhe o nosso depoente até o seu embarque.

O que pedi para fazer cópia não é o laudo médico, e sim o depoimento do médico em relação ao laudo, que se encontra nos autos. Já determinei à Assessoria que tirasse cópia não só para os Srs. Senadores, como também para que a nossa Assessoria acompanhe essa matéria.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão e convocada uma para terça-feira, em oito dias. Na próxima semana, estaremos trabalhando na análise de todos os papéis que se encontram à disposição desta CPI.

Está encerrada a sessão.

Ata da 19ª Reunião, Realizada em 13 de setembro de 2005.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir

Raupp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita Junior e Heráclito Fortes, membros, e o Senador José Jorge, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva da Senhora Deputada Estadual Cidinha Campos e do Sr. Denivaldo Henrique Almeida de Araújo e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 158/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Luciano André Maglia, para prestar depoimento à CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 159/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Sr. Donizete de Carvalho Rosa, seja convocado para prestar depoimento perante a Polícia Federal, no intuito de se manifestar acerca das denúncias oferecidas pelo Sr. Luciano Maglia. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 160/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Vilibaldo Faustino Júnior, para prestar depoimento a Polícia Federal. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 161/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Luiz Cláudio Ferreira Leão, para prestar depoimento à CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 162/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Hélcio Barbosa Cambraia Júnior, para prestar depoimento à CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 163/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Gilberto Carvalho, ex-Chefe de Gabinete da Prefeitura de Santo André, para prestar depoimento à CPI. Em discussão, usam da palavra os Senhores Senadores Tião Viana, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Flávio Arns. Com a palavra o Relator, sugere que a reunião para a oitiva do Sr. Gilberto Carvalho seja reservada. A presidência submete o Requerimento à votação nominal. A Presidência proclama o seguinte resultado: 07 (seis) votos favoráveis e 06 (seis) contrários. O requerimento é aprovado. **Requerimento nº 157/05,** de autoria do Senador Geraldo mesquita, requer seja convocada a Sra. Roseana Morais Garcia, viúva do ex-Prefeito de Campinas, para prestar depoimento à CPI. Em discussão, usam da palavra os Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Geraldo Mesquita, Tião Viana, Eduardo Suplicy, Juvêncio da Fonseca, Tasso Jereissati, Flávio Arns, Heráclito Fortes e Luiz Otávio. A presidência submete o Requerimento à votação nominal. A Presidência proclama o seguinte resultado: 07 (seis) votos favoráveis e 06 (seis) contrários. O requerimento é aprovado. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães solicita que seja fornecida a lista de depoentes. Com a palavra o Senador Flavio Arns, pede informações sobre o requerimento de sua autoria que pede a convocação e quebra dos sigilos Fiscal, Bancário e telefônico da Juíza Maisa Giudice. A presidência informa que o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar em *Hábeas Corpus* e presta os esclarecimentos. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, registra seu protesto contra as constantes decisões do Supremo Tribunal Federal. **Requerimento nº 156/05,** de autoria do Senador Flávio Arns, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. João Francisco Daniel, referente ao período de janeiro de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado por 08 (oito) favoráveis. Com declaração de voto dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita Junior e Efraim Morais. A seguir a presidência convida a Senhora Deputada Estadual Cidinha Campos para tomar assento à Mesa. Com a palavra a depoente se coloca a disposição dos senhores membros. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arnês e Tião Viana. O Presidente agradece a depoente e suspende a presente reunião por quarenta minutos. Reaberto os trabalhos a Presidência convida o Senhor Denivaldo Henrique Almeida de Araújo, para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas atividades. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Geraldo Mesquita, Flávio Arns, Romeu Tuma e Juvêncio da Fonseca. Finalizando a presidência agradece o depoente e convoca para reunião a realizar-se amanhã. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aportes com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva da Deputada Estadual Cidinha Campos e do advogado Denivaldo Henrique Almeida.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Há requerimentos sobre a mesa, de autoria do nosso Relator. Antes, porém, queria comunicar a V. Exªs que a pauta da nossa CPI, para o dia de amanhã, será para tomarmos os depoimentos dos Srs. Armando Oliveira Costa e José Mazzi, Delegado do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, requerimento que foi aprovado por esta CPI na reunião do dia 1º.

Então ficam convocados os dois delegados para depoimento amanhã, nesta CPI.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho:

> "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que o Sr. Luciano André Maglia seja convocado para prestar depoimento a esta Comissão."

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Também de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho:

> "Requer, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, que o Sr. Donizete de Carvalho Rosa seja convocado a prestar depoimento perante esta CPI."

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Ainda de autoria do Sr. Relator:

> "Requer, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, que o Sr. Vilibaldo Faustino Júnior seja convocado para prestar depoimento perante a Polícia Federal, no intuito de se manifestar acerca de denúncias oferecidas pelo Sr. Luciano Maglia."

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer o Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, que o Sr. Luiz Cláudio Ferreira Leão seja convocado a prestar depoimento perante esta CPI.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho:

> "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que o Sr. Élcio Barbosa Cambraia Júnior seja convocado a prestar depoimento a esta CPI."

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, o Senador Garibaldi Alves Filho requer que o Sr. Gilberto Carvalho seja convocado a prestar depoimento a esta CPI.

Senador Tião Viana, dispõe V. Exª da palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, tenho acompanhado todo o dia-a-dia do nosso Relator. Não tenho qualquer dúvida sobre a correção, a imparcialidade e a responsabilidade ética como S. Exª tem agido. Faço questão de dar-lhe esse reconhecimento. Agora, no que diz respeito a esse requerimento, eu gostaria de fazer um apelo ao Plenário e uma sugestão a V. Exª, para que pudéssemos ter todas as dúvidas dirigidas ao Sr. Gilberto Carvalho, que é o chefe de gabinete do Presidente da República, cuja oitiva tem como proposta esclarecer o episódio envolvendo a morte do Prefeito de Santo André, e temos interpretações distintas sobre a vinculação ou não com a própria CPI,

embora respeite a decisão da maioria, pois isso já é assunto superado, ou seja, que ele pudesse prestar o seu depoimento sobre o tema da morte do Prefeito Celso Daniel e tudo que o Sr. João Daniel falou por escrito a V. Exª, como Presidente, e ao Relator, para que os Senadores tenham conhecimento.

É a consideração que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prefiro ouvir primeiro as considerações dos Srs. Senadores.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Peço a palavra, pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Peço a palavra também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, já se tornou rotina e praxe nesta Comissão a convocação de pessoas que têm o seu nome vinculado ou mencionado nesse imbróglio todo que envergonha o País.

Creio que, se adotarmos outro comportamento, outra atitude, criaremos nesta Comissão um precedente grave talvez, ao estabelecer que existem pessoas convocáveis e pessoas não convocáveis. O critério tem sido obedecido rigorosamente pela Presidência desta Comissão e pelo seu Relator, no sentido de que, se esteve de alguma forma mencionada e envolvida nessa trama toda, que a pessoa venha aqui e decline suas razões, até como uma forma de se dar oportunidade às pessoas que têm o seu nome aqui mencionado de, se for o caso, até se isentarem. Mas, se estabelecermos que, a partir de agora, existem pessoas convocáveis e pessoas não convocáveis nesta Comissão, creio que estaremos operando de forma equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, eu gostaria de, primeiro, deixar bem claro que isso já ocorreu em outras oportunidades. O convidado ou convocado tem oportunidade de fazer a sua defesa, dar as suas explicações por escrito, e o Relator, no caso, o Senador Garibaldi Alves Filho, poderá, a partir das informações obtidas por meio de um depoimento por escrito, no caso do Dr. Gilberto Carvalho, que é o secretário particular ou chefe de gabinete particular do Presidente da República, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como poderia ser também de outro Presidente, apenas a oportunidade que ele terá de dar as suas explicações por meio de um depoimento escrito e satisfazer tanto ao Relator como ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Caso isso ocorra, não haverá necessidade de ele vir pessoalmente. Se houver a necessidade, em outro momento, o Relator apresenta, como apresentou hoje, o requerimento, dizendo que não ficou satisfeito com as explicações e que precisa da presença física do convidado. Essa é a minha opinião, é o meu parecer. E votarei dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Registro, para esclarecer a V. Exª, que a questão não é satisfazer ao Presidente ou ao Relator, mas satisfazer a população. Somente para esclarecer que essa avaliação. Se aprovado este requerimento nesses termos, terá que ser submetida depois à Comissão, e não somente ao Presidente e ao Relator. É para deixar claro que a decisão será sempre da maioria.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mais uma vez, pela ordem, Sr. Presidente, somente para esclarecer que essas informações por escrito, de certa forma, já foram prestadas. Pela imprensa, o Sr Gilberto Carvalho já se manifestou e apresentou algumas de suas razões. Se o Relator da Comissão resolveu convocá-lo é porque entendeu que elas não foram suficientes para esclarecer o fato que diz respeito ao Sr. Gilberto Carvalho. Portanto, o meu voto também será favorável à convocação do Sr. Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, insisto nesse princípio de cautela sobre esse tema, apenas pelo fato de estarmos nos referindo ao chefe de gabinete do Presidente da República. É um fato que diz respeito ao assassinato do Prefeito Celso Daniel, em 2002. As denúncias citadas, de corrupção, dizem respeito a Santo André, uma cidade de São Paulo, no ano de 2000, cujo inquérito foi aberto, e o caso já foi arquivado.

Por essa razão, preservando a figura de uma pessoa que serve hoje à Presidência da República é que faço essa consideração. Entendo que, se o nosso Relator der como etapa a ser cumprida dessa ampla investigação que está se fazendo sobre o episódio de que o primeiro passo seja o depoimento escrito, eu me sentiria muito contemplado e penso que estaríamos agindo dentro das normas regimentais e constitucionais sobre a matéria dessa natureza.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª dispõe da palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – As ponderações expendidas pelo Senador Tião Viana procedem. Eu ainda não tomei conhecimento de que alguma informação já houvesse sido prestada a esta Comissão, ainda que por escrito, pelo nome sugerido, do Sr. Gilberto Carvalho. Se essas informações, sendo sugeridas, ele as apresentar a contento para a Comissão, creio que resolverá a questão. Acompanho a orientação e a sugestão do Senador Tião Viana e do Senador Luiz Otávio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Tião Viana diz que o processo foi arquivado. Realmente, mas o arquivamento foi suspenso, porque foi determinada a reabertura do inquérito. Ele foi reaberto em razão da insistência do irmão do assassinado, que aqui esteve e fez um depoimento muito claro sobre todas as circunstâncias.

Não estou querendo desrespeitar o chefe de gabinete do Presidente, mas apenas alertar que o processo continua, tanto é que o próprio Procurador de Santo André me telefonou, preocupado com algumas informações que recebeu da vinda dos delegados que foram os presidentes do inquérito e hoje são testemunhas do "Sombra", do principal acusado no processo.

Então, ele se dispôs a também vir aqui depor, para esclarecer, porque foi reaberto e todas as novas informações que obteve durante as investigações, como outros delegados que participaram do início do processo e também se dispuseram a fazer a prestação de contas.

Eu não sei se teria algum inconveniente para o chefe de gabinete do Presidente prestar algum esclarecimento mais aberto, ao público, porque não vi nada que pudesse denegrir a imagem dele, a não ser a colocação que foi feita, muito peremptória, pelo Sr. João Daniel, de que esclareceu que o próprio Prefeito, àquela altura, autorizou o sistema de arrecadação por meio das empresas de ônibus. Foi esse o ponto mais – digamos – claro do depoimento do João Daniel com respeito ao chefe de gabinete do Presidente Lula.

Acho que é uma pessoa muito séria, pelo menos tem uma boa conduta. Mas restou essa dúvida, fortalecida aqui durante o depoimento do João Daniel. Fica a critério, é claro, da Comissão qualquer tipo de exposição. Penso que o Senador Geraldo Mesquita, quando diz que ele - e eu li o depoimento do chefe de gabinete na imprensa, desmentindo a colocação...

Se o Relator insiste que é importante a presença dele, que foi desafiado inclusive pelo João Daniel a qualquer tipo de acareação, além de mais uma testemunha que ele não citou o nome, e sim o do seu irmão, que talvez tenha de depor aqui também para esclarecer mais substancialmente o que houve na reunião na residência do João Daniel, com a presença do chefe de gabinete, Dr. Geraldo...

Então, eu gostaria de esclarecer que o processo continua.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Da minha parte, quero me somar às pessoas que argumentaram a favor de se fazerem os questionamentos necessários por escrito. Acho que é um instrumento importante e válido. Concordo com o argumento da Presidência, no sentido de que isso deva satisfazer não somente a relatoria, mas a Presidência e toda Comissão. É um procedimento também regimental. E, caso isso não venha atender àquilo que a Comissão espera, haverá sempre uma oportunidade para se questionar pessoalmente. Então, eu queria me manifestar nesse sentido também.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Presidente, se ainda for possível, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Para que eu não agasalhe qualquer sentimento de injustiça no meu coração, na minha mente, eu sugiro, então, que a Comissão passe a cobrar das pessoas que aqui deveriam prestar esclarecimentos declarações por escrito. De todos, não somente do Sr. Gilberto Carvalho. Todos, a partir de agora, prestam declarações por escrito, porque, senão, estaremos cometendo uma grande injustiça com aqueles que são convocados e aqui vêm, em obediência à convocação da Comissão, prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu compreendo, de certa maneira, as preocupações do Senador Tião Viana, por tratar-se, o Sr. Gilberto Carvalho, do Chefe de Gabinete do Presidente da República. Entretanto, mante-

nho o meu requerimento nos termos em que ele está formulado, adiantando apenas o seguinte: se o Sr. Gilberto Carvalho quisesse dar um depoimento reservado à Comissão, ele ofereceria razões para isso e nós o ouviríamos reservadamente. Isso é o que eu proponho à Comissão. Esse é o meu entendimento sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, a proposta do Relator.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, eu entendo que é uma etapa que pode ser discutida, se for do entendimento dos Srs. Senadores, mas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sugiro a V. Exª que aprovemos o requerimento e possamos discutir, do requerimento, a questão da reunião fechada, porque poderemos estar abrindo um precedente muito forte. Devo adiantar que no requerimento do Relator a justificativa é a reabertura de processo de morte do Sr. Celso Daniel. Diz o seguinte – vou ler a justificativa que foi distribuída pelos Srs. Senadores:

> "Em depoimento a esta CPI, o Sr. João Francisco Daniel, irmão do Sr. Celso Daniel, afirmou que o Sr. Gilberto Carvalho, então Chefe de Gabinete da Prefeitura de Santo André à época em que o Sr. Celso Daniel era Prefeito, transportava, de Santo André até São Paulo, recursos de propinas extorquidas de empresários que detinham contratos com a Prefeitura. Ainda segundo o depoimento do Sr. João Francisco Daniel, tal fato lhe fora confidenciado pelo próprio Gilberto Carvalho, que, inclusive, lhe disse que o dinheiro era entregue pessoalmente ao Deputado José Dirceu. Portanto, o depoimento ora requerido é necessário para elucidar a verdadeira atuação do Sr. Gilberto Carvalho, figura importante no atual Governo, nesse esquema de corrupção montado na Prefeitura de Santo André."

Quero deixar claro que o assunto tratado não é reabertura de processo; é referente a um depoimento aqui dado pelo então depoente Dr. João Francisco Daniel.

Isso era o que eu queria esclarecer para que não houvesse nenhuma dúvida.

A palavra está com V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O meu entendimento claro, Sr. Presidente, é de que eu não tenho nenhuma dificuldade em ver total tranqüilidade e inocência na figura do Dr. Gilberto Carvalho. Conheço a vida e a pessoa dele. Tenho certeza de que esse episódio será devidamente esclarecido pelos órgãos de investigação policial, pelo Ministério Público ou por todos os órgãos que têm de esclarecer inclusive a própria CPI.

O meu entendimento é de que nós estaríamos agindo com muito equilíbrio se fizéssemos dessa forma: que o depoimento dele tomado inicialmente fosse escrito. Caso houvesse discordância da maioria dos Senadores sobre as informações prestadas, ele viria, sim, e daria todo o depoimento, nem mais de maneira reservada, mas aberta, demonstrando total decisão de enfrentar a questão do modo que a sua própria vida impõe. Agora, se eu for derrotado na minha sugestão, acatarei a decisão da maioria sem dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Entendo a posição de V. Exª. Está clara. Vamos votar o requerimento. Somente deixo claro para os Srs. Senadores que há uma proposta intermediária: nem escrito, nem uma reunião aberta, mas reservada com os membros desta Casa. Então, se V. Exª insiste no seu requerimento, nós vamos ter de fazê-lo em votação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me. Eu acho que reunião reservada e secreta para alguém que se julga inocente e tem todas as condições morais para vir aqui se explicar... Eu não sei por que reunião secreta. Poderá trazer uma suspeita muito grande, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não fui eu, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu sei que foi o Relator, que, apenas para manter o requerimento dele, ofereceu uma alternativa. Mas, se for para vir, eu acho que deve ser aberta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vamos tomar votos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque não vejo razão de ser. Ele, sendo uma pessoa de bem, não teria nenhum constrangimento de fazer secretamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem votar com o relator vota "sim".

Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A minha tendência era votar com o Senador Tião Viana, e até conversamos sobre o assunto. Entretanto, como o Relator dá abertura de uma reunião

secreta, eu voto completamente com o Relator no sentido de ter, mas a reunião sendo secreta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Tasso Jereissati. (Pausa.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Leonel Pavan, ausente.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, acho que poderemos fazer por etapas, dando a oportunidade do esclarecimento completo, primeiro por escrito e, depois, pessoalmente, se não for satisfatório.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já iniciamos a votação, Senador. Vota "sim" ou "não"; com o relator ou contra o relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo com a proposta do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vota "não".

Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Magno Malta, ausente.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com a proposta do Senador Tião Viana. Portanto, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Mozarildo Cavalcanti, ausente.

Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Heráclito Fortes não pode votar, porque já completou o número. Aliás, não completou o número ainda. Comigo completa; então não pode votar ainda, Senador Heráclito Fortes.

Senador Antonio Carlos Valadares, ausente.

Senador Alberto Silva; Senador José Maranhão; Senador Augusto Botelho; Senador Sérgio Zambiasi.

Seis votos "não"; seis votos "sim".

Voto de minerva: voto com o Relator; voto "sim".

Desta forma, será secreta, com a emenda que foi feita. E poderemos decidir aqui se abriremos ou não a sessão. A emenda foi feita nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, pelo que entendi, o Relator disse que inclusive conversaria com o depoente sobre se prefere ter uma parte reservada ou não, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, nós decidimos o seguinte: faremos a convocação ou convidaremos o Sr. Gilberto Carvalho para depor em sessão fechada, cabendo à maioria desta CPI abrir ou não a sessão. Isso é normal em todas as CPIs.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fica a critério de V. Exª e do Relator o início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aprovado o requerimento nos termos propostos pelo Relator, com o aditivo.

Ainda há requerimento do Senador Geraldo Mesquita:

"Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, convocar a comparecer perante esta Comissão a Srª Roseana Morais Garcia, viúva do Sr. Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, ex-Prefeito de Campinas, para prestar depoimento".

Quero adiantar que a Srª Roseana Morais Garcia procurou o Senador Mesquita e pediu para depor.

Em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para me manifestar contra este requerimento.

Se abrirmos isso teremos muita gente que não devia ter sido convocada e foi. Conseqüentemente, sou contra entrar mais um caso que não diz respeito, no

caso, à CPI dos Bingos. Trata-se de um crime comum e, conseqüentemente, não seria este o foro adequado.

Se for assim, evidentemente, eu voto contra e acho que todos os que vierem nesses termos ou parecidos devem ser votados contra, a não ser que se queira acabar com a CPI em tempo hábil dos Bingos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, a viúva do Ex-Prefeito Toninho do PT deu-me informações segundo as quais o Prefeito, então assassinado, teria batido de frente com o esquema de jogo que se insinuava, tentava-se instalar naquele município no qual ele era Prefeito. Foi um relato muito simples que ela disse que gostaria de tornar público aqui, nesta Comissão.

Como esta Comissão tem o propósito de, sobretudo, investigar as entranhas do jogo neste País, as conseqüências da relação promíscua – muitas vezes – do jogo com as instituições públicas, achei oportuno. Consultei a senhora, que se colocou à disposição da Comissão. Eu jamais convocaria se não houvesse aquiescência de parte dela e, portanto, formulei o requerimento que está submetido a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em discussão. (Pausa.)

Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu quero externar a mesma opinião do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Fui, inclusive, a um momento de muita dor da família, o velório do Prefeito Toninho, em Campinas. Prestei, no que eu pude, a solidariedade à família. O caso foi amplamente apurado pela polícia do Estado de São Paulo, com a responsabilidade inquestionável do Governador Geraldo Alckmin e dos órgãos de segurança.

Eu somente tenho uma preocupação, Sr. Presidente: de que nós possamos, em algum momento, começar a transferir casos que são da esfera policial, nos quais as pessoas confundem muitas vezes seus sentimentos e os trazem para uma CPI que tem um fato determinado. Por essa razão, eu fico com a opinião do Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu tenho muito cuidado para não pegarmos a inocência e a dor de algumas pessoas e isso gere alguma utilização política. Então, por essa razão eu fico com a opinião do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de ouvir a Srª Roseana Garcia. Inclusive, no último sábado, por ocasião do quarto aniversário do Prefeito Toninho, houve uma manifestação, com a presença da Srª Roseana Garcia, em Campinas.

Avalio que seja justo o apelo que ela faz, no sentido de trazer à tona este assunto. Gostaria de relatar que o próprio Ministro Márcio Thomaz Bastos a recebeu. Acredito que esteja havendo um esforço para o reexame de todos os episódios relacionados à morte, ao assassinato do Prefeito Toninho, mas acho que se trata de direito legítimo da Srª Rosane Garcia. Compreendendo as razões expostas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, avalio que seja oportuno dar oportunidade para ela aqui se expressar, por isso votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, entendo que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem justa razão antes da explicação do requerente da oitiva dessa senhora, do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Ela diz claramente para o Senador requerente que o Prefeito bateu de frente com a questão dos profissionais dos jogos, que queriam de qualquer maneira se instalar em Campinas, que, em razão disso, ela quer esclarecer os fatos aqui. Ora, o fato consumado para nós, segundo requerimento da CPI, é o seguinte: investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crime de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Portanto, entendo, a despeito da lucidez do requerimento naquela oportunidade do Senador Antonio Carlos Magalhães, que está dentro sim do requerimento feito pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, acho que talvez, de todos esses mais recentes requerimentos de audiência, de oitiva nesta Casa, este seja um dos mais relevantes e mais atinentes à questão colocada como fato determinante desta CPI.

A viúva do ex-Prefeito chamou a atenção a sua presença espontânea aqui durante a oitiva do irmão do Prefeito Celso Daniel, e parece e foi testemunhado por vários Senadores que ela aqui colocou que o seu marido, ela suspeita, até mais do que suspeita, ela levanta dúvidas bastante concretas, que o assassinato do seu marido tem a ver com o fato de seu marido ter querido enfrentar o esquema do jogo na cidade de Campinas, que é fator determinante desta CPI e que

vem se inter-relacionando até o ponto de financiar a própria campanha do Presidente da República, sendo o eixo de financiamento do jogo de São Paulo e, paralelamente, o Sr. Waldomiro Diniz o eixo do jogo de financiamento no Rio de Janeiro.

Portanto, a meu ver, nada mais importante e relevante que venhamos a conhecer a origem, desde quando, e a profundidade desse relacionamento entre o jogo, o crime organizado, envolvendo até assassinato, chegando ao próprio financiamento da campanha do Senhor Presidente da República.

Voto, portanto, favoravelmente. Acho que é dos depoimentos, mais até do que Santo André, esse é mais pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – No meu ponto de vista, apesar das argumentações apresentadas relacionando requerimento com o jogo, diria que não existe nenhuma indicação até agora, dentro da CPI, relacionando os dois fatos. Nenhum depoimento, nenhuma fala, nenhum documento, nada que relacione o assassinato, que tem que ser investigado, a família tem todo o direito de procurar continuar a investigação se houver dúvidas, a mesma coisa que foi dita em relação ao irmão. Então, não há nenhuma indicação nesse sentido.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então, suspenda tudo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – *(Intervenção fora do microfone)* Quantos crimes ocorreram nos nossos governos e que V. Exª não tinha responsabilidade nem eu, e, mesmo assim... *(inaudível)*

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só queria...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Confesso que não estou entendendo absolutamente mais nada. Isso aqui se chama "samba do crioulo doido".

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas não há nenhuma indicação, nenhum documento, nenhuma fala nessa direção. Não existe por parte do inquérito policial, tanto quanto eu saiba, também nenhuma indicação nesse sentido. Então, a minha opinião coincide exatamente com a do Senador Antonio Carlos Magalhães. Se não existe nenhum encaminhamento, nenhuma indicação, se a pessoa está dizendo que tem, o inquérito policial não demonstra, as indicações de todas as falas aqui também não demonstram qualquer conexão nesta área, então, diria também que não... Se não nós abriríamos uma possibilidade muito grande também de alternativas que não conduziriam ao objetivo principal dessa CPI.

Por essa razão, manifesto-me contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A vida do Senador Flávio Arns é toda ligada à defesa dos direitos humanos. E fez isso durante toda a sua vida brilhantemente.

O argumento aqui apresentado por ele é exatamente o que reforça a conveniência de vinda da Srª Roseana. Como ele bem disse, não há nada que vincule até o momento o assassinato do esposo a questão do jogo. Mas ela própria veio aqui, procurou a comissão e disse que queria falar sobre esse assunto. A mesma coisa acontecia em relação ao caso Celso Daniel, em que o irmão de Daniel era tido pela versão oficial como um louco, um inconseqüente. E o que vimos aqui foi um depoimento seguro, consistente e, acima de tudo, convincente. Acho que até por isso, Senador Flávio Arns, temos que ter a clareza nessa decisão que vamos tomar aqui agora e dar oportunidade a essa senhora. É o mínimo que esta Comissão pode fazer.

De forma que não tenho nenhuma dúvida da necessidade de que ela venha a esta Comissão exatamente baseada nos argumentos de V. Exª e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, diante do exposto, acompanho o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em votação. Vamos tomar os votos. Há divergência.

Senador Romeu Tuma.(Pausa)

Ausente.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PMDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Tião Viana.

O SR. TIAO VIANA (PT – AC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL– PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Voto com o autor do requerimento. Voto "sim".

Aprovado.

Ainda há um requerimento de informações do Senador Garibaldi Alves Filho, que, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na lei, requer que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a emissão de um laudo conclusivo, no prazo de 20 dias úteis, respondendo conclusivamente às seguintes indagações.

Foi distribuído aos Srs. Senadores; são informações que estão sendo solicitadas ao Tribunal de Contas da União.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Desejo que V. Exª mande a todos os membros da Comissão quantas pessoas já foram convocadas e o calendário para a audiência, a fim de que possamos ter um juízo de valor de quando terminará a CPI dos Bingos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será atendido, deixando claro que este relatório se encontra todos os dias atualizados à disposição dos Srs. Senadores. Atenderei a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Neste caso, peço agora...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria ao pessoal que entregasse ao Senador Antonio Carlos o documento solicitado, ao tempo em que também informo aos Srs. Senadores que todos os requerimentos votados foram entregues com 24 horas de antecedência em seus gabinetes, com o recebido de cada um dos chefes de gabinete ou de funcionário de gabinete. Então, quero deixar a solicitação de acordo com o que foi solicitado aqui pelo próprio Senador Tião Viana.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Semana passada entreguei à Mesa da Comissão um requerimento pedindo a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. João Francisco. E entreguei no decorrer daquela oitiva. Inclusive o Senador Magno Malta, na seqüência, levantou a questão do problema telefônico, que ele gostaria também de verificar o que acabou reforçando a apresentação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª entregou a quem?

V. Exª pode fazer um outro requerimento e votaremos no dia de amanhã.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nesse sentido apresento novamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já fica colocado na pauta, para que seja votado no dia de amanhã.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Gostaria que V. Exª só abordasse a resposta enviada por aquela juíza federal – não lembro o seu nome –, com uma decisão do Supremo Tribunal Federal de que ela não poderia vir depor aqui, na CPI dos Bingos, tendo sido a juíza que proferiu todas as sentenças favoráveis à Gtech no contencioso contra a Caixa Econômica.

Pelo que entendi da decisão do Supremo Tribunal Federal, aquele Tribunal procura também colher mais informações desta CPI no sentido de dar, a decisão definitiva, caso tenha interpretado corretamente aquele texto.

Então, seria uma pena muito grande, porque pedimos a quebra do sigilo fiscal, tributário e telefônico da juíza e a sua convocação para depor nesta Comissão. E a decisão do Supremo Tribunal Federal foi no sentido de que ela, como juíza, não poderia vir depor na CPI. Esse é um caso bastante difícil. Acho que temos que resolver também. Mas me parece que o Supremo Tribunal Federal estava solicitando, salvo engano meu, informações complementares que motivassem a presença da juíza aqui na CPI.

Então esse depoimento é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, para esclarecer, diria a V. Exª que chegaram a esta Comissão dois *habeas corpus* que foram dados pela Ministra Ellen Gracie: um garantindo à juíza que ela não viria depor, e um segundo, contra a quebra do seu sigilo bancário, telefônico e fiscal, solicitado por V. Exª.

Informo a V. Exª que encaminhei a matéria para o setor jurídico desta Casa, para se pronunciar, da mesma forma que fizemos com o advogado Enrico Gianelli, a fim de que seja feita uma instrução de motivos e votemos um novo requerimento, uma nova justificativa, para esperar o posicionamento do Supremo. É isso que quero informar a V. Exª. São dois os *habeas corpus* que chegaram a esta CPI, nestes termos em que acabei de lhe informar.

Senador Tião Viana.

O SR. TIAO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu protesto contra tal interpretação. Temos que acolher, foi uma decisão de Justiça, não se discorda, mas acho que isso de tratar como deuses os membros da Magistratura e como normais todos os outros servidores deste País... Hoje, Deputados, Senadores, todos vêm depor quando convocados, vêm como convidados, vêm nessa condição, mas parece que há um manto de proteção que sempre me causa surpresa.

Lembro muito bem o momento em que tivemos a CPI do Judiciário, proposta pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Como aquilo prestou um serviço ao País. E eu fui um defensor, naquele momento, daquela tese.

Agora, infelizmente, uma convocação baseada em indícios fortíssimos é rejeitada por um *habeas corpus*, e nós ficamos acanhados diante dessa força intocável da Justiça.

Espero, sinceramente, que o próximo requerimento encontre sensibilidade da Suprema Corte e que nós possamos dar o tratamento humano, digno e respeitoso à juíza, para que S. Exª venha prestar os devidos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É para concordar com o Senador Tião Viana. Com todo respeito, o Supremo Tribunal Federal tem que respeitar a autonomia das decisões desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Fui o autor do requerimento, tanto da convocação da juíza quanto da quebra do seu sigilo fiscal, telefônico e do Imposto de Renda também, porque havia, como disse o Senador Tião Viana, inúmeras menções à atuação da juíza no sentido de que todas as decisões favoráveis à Gtech, todas, foram pronunciadas por S. Exª, com os representantes da Caixa Econômica Federal levantando suspeitas em relação a essas decisões, inclusive pedindo essa quebra de sigilo para ver se não houve nenhuma interferência financeira também; uma suspeita nesse sentido, que pudesse ter ocorrido naquela ocasião.

Agora, nós temos que analisar todas as decisões, porque isso causou, sem dúvida alguma, prejuízos extraordinários para o Brasil.

Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que o requerimento que eu também havia feito da quebra de sigilo do Sr. João Francisco teve o número 156 e foi recebido pelo Sr. Márcio – está aqui a assinatura do protocolo. Mas, independente disso, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se tivermos *quorum* para a votação, ainda no decorrer desta sessão, votaremos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A Assessoria tem feito um trabalho muito bom, muito pertinente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Acho que podemos fazer agora. Somos oito; há *quorum.*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos votar.

Chamo a atenção da Assessoria para que casos como esse não se repitam. O requerimento deu entrada no último dia 15, aliás, na última reunião, quando da presença do Dr. João Francisco.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, em votação.

O Senador Leonel Pavan está presente.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Declaração de voto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Com um depoimento como o do irmão do Prefeito Celso Daniel, de Santo André, tranqüilo, feito aqui de maneira aberta, sem ter nada contra sua vida particular, acho esdrúxulo esse pedido de quebra de tantos sigilos, bancário, telefônico, etc. Voto "sim" para não ir contra a correnteza do entendimento de que todo mundo tem que ter quebrado sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Também declarando voto, Sr. Presidente, acompanho a argumentação há pouco proferida e voto "sim" por essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Efraim Morais. Sim, a completar *quorum*, aprovando o requerimento nos mesmos argumentos do Senador Juvêncio da Fonseca.

Está aprovado o requerimento.

Convido para tomar assento à mesa a Srª Deputada Estadual Cidinha Campos para fazer seu depoimento.

Solicitaria à Assessoria que encaminhasse a Deputada Cidinha Campos.

V. Exª, Deputada, tem a palavra.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, agradeço muito a convocação. Espero que ela seja útil de alguma maneira.

Quero declarar que, já tendo participado de algumas CPIs como Deputada Federal, reconheço ser este o melhor e mais eficiente instrumento de investigação, até mesmo entre aqueles que decorrem do trabalho da Polícia e da Justiça, porque este vem do sentimento que é gerado na população, da necessidade de se esclarecer alguma coisa.

Não entendo muito bem porque fui convocada. Pedi a um assessor que falasse com o Senador Leonel Pavan para me explicar a razão de estar aqui, e S. Exª – não sei se estou cometendo uma inconfidência, Senador – disse que foi por sugestão do Deputado Rodrigo Maia, que disse que eu teria importantes coisas a dizer a esta CPI.

É tal o nível de gravidade de todas as coisas que se discutem hoje no País que eu já não sei, embora tenha consciência de conhecer algumas coisas, se são graves ou não em comparação com outras que se discutem no momento. Mas, de qualquer maneira, estou à disposição para dizer tudo que sei e ajudar nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan para um esclarecimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem.

Primeiro quero cumprimentar a Deputada Cidinha, com quem já militei quando era do PDT ainda. Tenho profunda admiração pelo seu trabalho, pela forma correta e ética com que S. Exª exerce a vida pública e também pelo brilhante trabalho que tem realizado nas CPIs no Rio de Janeiro, nas investigações, nas denúncias que ocorrem no Rio de Janeiro: combustível, jogos e assim por diante. E foi numa conversa, juntamente com alguns Parlamentares – entre eles estava o Deputado Rodrigo Maia: "Olha, certamente a Deputada Cidinha, por tudo que ela já realizou no Rio, pelas investigações que tem feito, pelas denúncias que tem feito, que já têm contribuído muito com a sociedade do Rio de Janeiro e do Brasil, poderá também ser muito útil na CPI dos Bingos, até porque muitas coisas ocorreram justamente no Rio de Janeiro".

Então, em função da credibilidade que S. Exª tem perante a sociedade brasileira e por estar fazendo um brilhante trabalho como Deputada, poderia ter alguma novidade, algumas questões para ajudar esta Comissão.

V. Exª está aqui certamente para contribuir com todos nós, ajudar nesta investigação. Por isso a sua convocação.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Agradeço muito, Senador Leonel Pavan.

Quero aproveitar a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães para fazer um agradecimento que ainda não havia sido possível.

O melhor trabalho que fiz, de investigação, foi na CPI da Previdência, realizada na Câmara Federal, aqui em Brasília, e isso só foi possível pela cortesia, pela generosidade do seu filho Luís Eduardo, porque meu Partido não tinha número suficiente para que eu pudesse ser presidente ou relatora, embora tivesse feito o pedido da CPI. Mas S. Exª achou que eu merecia ser Relatora desse trabalho que resultou na prisão do maior fraudador de todos os tempos da Previdência Social, que é o argentino César Arrieta.

Então, meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputada Cidinha Campos, uma das dúvidas que esta CPI tem é a respeito da indicação de Waldomiro Diniz para ocupar o cargo de Presidente da Loterj. A senhora poderia nos esclarecer quem realmente esteve à frente desse processo de indicação do Sr. Waldomiro Diniz?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – O que eu sei, Sr. Senador, é que o Sr. Waldomiro Diniz teria sido indicado pelo Governador Garotinho, uma vez que a vaga, o cargo seria da Igreja Universal, mas a Igreja Universal não poderia ocupar um cargo que dizia respeito a jogos. Então o cargo seria de nomeação do Bispo Rodrigues, mas ele não podia escolher um nome da Igreja, e ele só conhecia gente da Igreja. Então ele teria – falo "teria" porque isso tudo é o que ouvimos falar – se aconselhado com Garotinho, que escolheu Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora poderia também nos dizer quem foi o responsável pela manutenção dele, Sr. Waldomiro Diniz, no cargo quando houve a mudança de governo, ou seja, quando a Srª Benedita assumiu a governança do Estado?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu não posso dizer, mas havia um acordo entre a Benedita e o Garotinho, e a ex-Senadora Benedita também era evangélica. Parece que o atendimento dizia não só respeito ao cargo, mas também à religião.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a respeito da administração dele? A senhora tem algum reparo a fazer, alguma observação? Teria ocorrido alguma irregularidade na administração, a seu ver, do Sr. Waldomiro Diniz?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Foi o caos. Ele implantou um sistema de corrupção amplo, geral e irrestrito. Ele abriu o jogo para... Se não me engano, porque nem participei da CPI que aconteceu no Rio de Janeiro, a CPI da Loterj, mas, se não me engano, ele abriu treze bingos imediatamente após tomar posse. Era uma coisa que vinha sendo mantida meio que sob controle, para que não houvesse... Já havia denúncias de desvio de dinheiro, de lavagem de dinheiro e tal, e ele, parece-me, escancarou, abrindo todos os procedimentos.

E tenho notícias de que os bingos passaram a dar R$1 milhão por mês para o Sr. Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputada, V. Exª acredita então que ele arrecadou dinheiro junto aos empresários de jogos, que esse dinheiro, um milhão, o que se tem notícia... As informações convergem no sentido de que esse dinheiro tenha vindo dos jogos, da Loterj junto aos jogos. A senhora confirma isso? Quer dizer, confirma não, desculpe. Suspeita disso?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Senador, a notícia que eu tenho, a informação que eu tenho desses procedimentos, vem de um funcionário do Deputado que foi assassinado, Valdeci de Jesus. Esse funcionário tem o nome de Jorge Dias. Ele conta que foi receber esse dinheiro, junto com o Sr. José Renato Granado Ferreira, num posto de gasolina pelo menos uma vez. Esse dinheiro era entregue a um pastor chamado Domingos. E os bingos pagavam esse um milhão para que não houvesse fiscalização, porque o responsável pela fiscalização teria sido colocado pelo senhor – eu tenho até o nome dele aqui... E o Sr. Waldomiro Diniz estava ali para arrecadar dinheiro, e não fiscalizar. Então, os bingos já não repassavam, não tinham o compromisso com as entidades desportivas, como inicialmente era obrigatório, e deixaram de ser fiscalizados para repassar para o grupo do Waldomiro Diniz. E não era ele sozinho; era o grupo do Bispo Rodrigues junto com o grupo do Waldomiro Diniz, pelo menos um milhão de reais por mês. Ele diz que foi junto receber, pelo menos numa oportunidade, esse dinheiro.

O nome do fiscal é José Carlos Simone.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que a distribuição desse dinheiro... A senhora sabe bem para onde ia esse dinheiro? A senhora tem idéia de para onde ia esse dinheiro?

A senhora deu uma informação de que esse Bispo Rodrigues...

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Esse funcionário ficava com 150 mil reais, e ele tem cópia dos cheques, de pelo menos quatro cheques de 20 mil reais que foram repassados para "laranjas". E os

"laranjas" eram da família dele; era a mulher, o filho e o funcionário, ou um primo.

Então, ele tem cópia dos cheques, porque esses cheques eram pagos para ser desviados para o Bispo Rodrigues e para o Waldomiro Diniz.

Se eu pudesse fazer uma sugestão a esta Casa, seria que se ouvisse esse funcionário. Ele faz acusações mais graves.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E qual é o nome dele?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – O nome dele é Jorge Luiz Dias. Ele, hoje, trabalha na Alerj, onde sou Deputada. Ele disse textualmente para mim: "Eu não tenho a menor dúvida de que foi o Bispo Rodrigues que mandou matar o Deputado Valdeci Paiva de Jesus".

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, com relação ao financiadores, aqueles que davam esse dinheiro, quem eram as casas de jogos, os donos de bingos que davam esses dinheiros? A senhora tem essa informação?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não tenho. Provavelmente, aqueles que não eram, que não cumpriam as formalidades legais, mas eu não sei quais são. E havia também um desvio... Houve também um desvio de 15 milhões por um contrato de 12 meses com a empresa de propaganda Job, junto com a Giovani Propaganda. Esse rapaz foi a pessoa que contatou o serviço da Job, porque o Waldomiro Diniz teria pedido a ele uma outra empresa de publicidade que não fosse tão famosa quanto a Giovani para fazer um contrato fictício de serviço. Ou seja, era feito o contrato, o dinheiro entrava, da Loterj, mas a propaganda não era feita. Foram 15 milhões em 12 meses.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto à senhora: esse esquema não funcionava só durante as campanhas? Funcionava fora do período eleitoral também?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu acho que funcionou o tempo todo em que o Waldomiro Diniz esteve à frente da Loterj. Eu acho que funcionou o tempo inteiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O tempo todo.

Na CPI da Alerj, de que V. Exª não participou, quando o representante da Ebara estava depondo, o Deputado Estadual Paulo Melo afirmou que a senhora havia se declarado impedida de participar da CPI porque tinha recebido doação da Ebara para sua campanha.

A senhora confirma esse fato?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Confirmo. Eu não poderia participar da CPI porque já havia um integrante do meu Partido participando, que era o Paulo Ramos, e não poderiam participar dois deputados.

Mas, de início, assim que foi decretada a instalação da CPI, eu expliquei as razões. Eu até disputaria com o meu companheiro a participação, porque gosto muito de fazer CPI, mas estava impedida não só por haver recebido 16 mil reais da Ebara. Na verdade, a Ebara foi quem deu o cheque, mas quem me ajudou foi o Sr. Carlos Firme, que era um dos sócios da Ebara, e que já morreu.

E não era essa a única razão de eu não poder participar. Eu também teria de me dar por impedida por ter sido amiga de um dos sócios de um dos bingos do Rio de Janeiro, o Bingo Arpoador, que foi assassinado em Búzios. Ele foi morto. Segundo a impressão que eu, que era grande amiga dele, e de outros amigos, ele também teria sido morto pelo esquema de Waldomiro Diniz.

Então, eu não poderia me dar... Eu não poderia participar dessa CPI por essas razões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª conhece Carlos Cachoeira?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Nunca vi. Conheço de ver em televisão, referência e tal, mas não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora ouviu falar das ligações de Carlos Cachoeira e Waldomiro Diniz? O que a senhora sabe...

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu ouvi pelo que a imprensa divulgou...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...além do que nós sabemos?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não sei, não. Mas existe uma... com relação à CPI que aconteceu no Rio, que eu gostaria de passar para os senhores. Nessa CPI havia pessoas muito responsáveis trabalhando, como alguns dos sub-relatores ou dos relatores. Mas o Presidente não era uma pessoa séria. Isso só foi descoberto depois, com o andamento da CPI.

Eu estou, agora, estudando a "máfia dos combustíveis". E, coincidentemente, com a instalação até o término da CPI, um grupo de deputados comprou muitos postos de gasolina.

Como não vejo de onde tenham tirado esse dinheiro, o que se diz é que houve uma tentativa de extorsão, que o Deputado André Luiz tentou extorquir o Carlos Cachoeira.

Eu acho que não foi bem uma tentativa... De alguém eles tiraram dinheiro. Se não foi do Carlos Cachoeira, de outra pessoa eles tiraram dinheiro.

Eu fiz um pequeno levantamento para mostrar para os senhores. São deputados que não têm lastro para adquirir esses bens.

A instalação da CPI da Loterj se deu no dia 4 de março de 2004. No dia 14 de julho, o irmão do Presidente da CPI, que hoje é Vereador em Nilópolis, compra um posto de gasolina – antes ele não tinha nada. Quinze dias depois, o próprio Presidente da Comissão compra um posto de gasolina. Mais 15 dias depois, o mentor dessa fraude toda nos combustíveis, que um outro Deputado chamado Domingos Brazão, que é o "chefe da máfia", na minha opinião, porque o Calazans, que presidiu a Comissão, é simplesmente um ajudante de mágico; ele não é uma pessoa de personalidade forte, nada disso. Ele dominado por esse outro Deputado chamado Domingos Brazão. E esse Domingos Brazão, que está envolvido com a "máfia dos combustíveis", compra um posto. Daí o Deputado Calazans compra um apartamento na Barra, quinze dias depois.

O Deputado André Luiz – a CPI está correndo –, no dia 9 de setembro compra um posto de gasolina; o Deputado Domingos Brazão, quinze dias depois, compra outro posto de gasolina; depois de mais cinco dias, ele compra outro posto de gasolina.

Daí o Deputado André Luiz... Acaba o relatório, acaba a CPI no dia 26.10.2004. O Deputado André Luiz é cassado no dia 4 de maio de 2005, mas, no dia 22, portanto, 40 dias antes, ele compra um posto de gasolina.

Veja, uma homem que está para ser cassado, exposto na mídia. Devia estar preocupado em defender a sua honra, o seu mandato. Não, está preocupado, procurando posto de gasolina. E compra um posto de gasolina. Será que ele estava contando com o fundo de garantia que iria receber aqui?

Passado menos de um ano da CPI, porque ela completa em outubro, o Deputado Calazans comprou outro posto de gasolina. Eu não tenho instrumentos para investigar isso. Eu sei que foi dinheiro de corrupção durante a CPI, mas não tenho como comprovar isso. Eu gostaria que a CPI, que tem instrumentos próprios, se pudesse, fizesse essa investigação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto a senhora: essa "máfia dos combustíveis", ela tem alguma ligação com a "máfia dos jogos", dos bingos? Há algum tipo de envolvimento, de conexão?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu não sei se tem, mas pelo menos os deputados que atuam no Rio de Janeiro e que pertencem a uma máfia pertencem a quase todas. É uma espécie de clínica geral.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora conhece os irmãos Ortiz já ouvi falar?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Já ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já ouviu falar.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Seriam pessoas responsáveis por equipamentos na Espanha, mas eu não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas da atuação deles aqui no Brasil...

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Só o que a CPI conhece e que já foi divulgado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora já deu a entender que conhece um fato envolvendo José Renato Granado. A senhora mesma falou, se não me engano.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – José Renato Granado Ferreira. Esse senhor é o presidente da...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora tem conhecimento de que ele seja representante do grupo Ortiz no Rio de Janeiro?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não. Isso também conheço de notícias da imprensa. Agora o que sei é que esse homem está envolvido em tudo que não presta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Renato Granado?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – É. Ele já era envolvido, quando eu fiz a CPI da Previdência, com a Jorgina, a famosa... Isso é para o senhor ver como eles atuam em todas as áreas.

Quando fui Relatora da CPI da Previdência, já aparecia cheque da Jorgina de Freitas Fernandes, aquela emérita fraudadora, para ele. Ele é envolvido com uma outra pessoa que foi assassinada...

Eu estou mencionando esses assassinatos, porque pode não ser só roubo o envolvimento deles. Pode ser crime maior ainda, crime de morte.

Foi morto – e eu também investiguei isso na CPI – Irandir Chaves Garcia, lá em Nova Iguaçu. Era um fraudador da Previdência Social, e era amigo desse Renato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do José Renato Granado?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Do José Renato Granado Ferreira. Então, esse funcionário do Pastor Valdeci me disse textualmente que foi com o Pastor Domingos pegar dinheiro dos bingos com o Sr. Granado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputada, a CPI da Loterj, de certa maneira, no que toca as suas conclusões, frustrou a opinião pública do Rio de Janeiro, porque houve realmente indiciamentos, mas alguns que deveriam ser indiciados, algumas pessoas, não foram.

A senhora tem alguma informação a dar sobre isso?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não. Eu acho que eles venderam alguma coisa que não poderiam dar, a menos que tenham vendido alguma coisa que só o pessoal da CPI saiba e não tenha vazado para a imprensa, porque eu não participava das reuniões.

Mas a CPI tinha homens sérios que seguraram um pouco a tentativa de corrupção e até o fato de o Presidente da CPI não ser uma pessoa séria. O Deputado Paulo Ramos, o Deputado Luiz Paulo Correia da Rocha, que participaram e eram Relatores da CPI. Eu não vejo... Eles indiciaram as pessoas principais. O que eu não entendo é por que, depois de tanto tempo pronto o relatório da CPI, ele só foi votado depois da denúncia da Revista **Veja**. Isso é que é uma coisa que a ficha não cai muito para mim. Ficaram guardando o relatório.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan. V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhora depoente, querida amiga Cidinha, companheira da época do PDT ainda, só a sua explanação até agora já justificaria a sua vinda, pela contribuição que já tem dado à nossa Comissão. Citou fatos novos e coisas gravíssimas. Muito graves. Quero cumprimentá-la pela sua coragem.

Eu perguntaria o seguinte: o ex-Deputado André Luiz... Acho que é ex-Deputado. Ele foi cassado?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Quem?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – André Luiz.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Foi cassado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele extorquiu, segundo seu relato, dinheiro de Waldomiro Diniz para impedir a CPI da Loterj.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não. Segundo as notícias de jornais, ele tentou extorquir do Carlos Cachoeira.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Do Carlos Cachoeira? Não do Waldomiro Diniz?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não, do Carlos Cachoeira. Foi o Carlos Cachoeira que o gravou tentando extorquir o dinheiro...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, o André Luiz. O Carlos Cachoeira gravou o Waldomiro Diniz.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Gravou o Waldomiro Diniz, mas era na casa do André Luiz que eles se encontravam.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Certo.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Teve aquele todo...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Porque o Carlos Cachoeira gravou...

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – E teve uma gravação também de áudio na casa do André Luiz.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A senhora acredita que o Deputado André Luiz tenha tido alguma vantagem em sua chantagem?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu disse aqui: eu não posso provar isso, mas pelo que... O senhor imagina, como eu disse, ele, estando para perder o mandato, sair para comprar posto de gasolina? É porque o dinheiro era muito fácil. Ele não nem medo do desemprego. Ele disse: eu vou ficar desempregado, estou comprando um posto. Todos eles fazendo a mesma coisa. Esse Presidente da CPI, o Deputado Alessandro Calazans, era responsável por duas CPIs que foram feitas num só trabalho: a da Previdência dos funcionários públicos do Rio e a da Loterj. Um homem que preside duas CPIs ao mesmo tempo participar da compra de dois postos e de um apartamento durante o trabalho da CPI? Acho que não tem ser humano que dê conta disso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Deputada, os Deputados que V. Exª denuncia não são mais Deputados?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – São todos Deputados.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – São todos Deputados?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – São, com exceção do André Luiz, que foi cassado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E a senhora continua com essa convicção de denunciá-los, mesmo assim?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu já denunciei. Um deles... Só não procurei o Papa ainda. Agora, todos os órgãos públicos de responsabilidade deste País já foram procurados por mim. É muito di-

fícil receber a solidariedade de alguém quando você está sozinha numa denúncia. Depois que todo mundo já chutou, fica fácil chutar. Mas enquanto você diz: "Esse está fazendo isso, isso", é muito difícil alguém embarcar numa denúncia contra um deputado. Mas eu vou chegar lá.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A senhora requereu, uma vez, um carro blindado. Foi isso?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não, não fui eu; foi a Alerj que me deu. O Presidente da Alerj me deu, porque...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ofereceram-lhe um carro blindado. A senhora estava sendo ameaçada?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Várias vezes. Quando eu comecei a discutir a "máfia dos combustíveis", fui muito ameaçada...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dos combustíveis ou dos bingos? Foi na dos combustíveis que eles ameaçaram?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não, na dos bingos... Eu não atuei nessa comissão. Foi na dos combustíveis, em que eu denunciei o trabalho de um funcionário desse Deputado Domingos Brazão. Era funcionário dele e a Polícia Federal, com autorização da Justiça, gravou esse funcionário, pedindo favores a fiscais do ICMS no Rio de Janeiro para não autuar posto de gasolina em nome do Deputado. Como ele é muito barra pesada, a própria Assembléia Legislativa me cedeu um carro blindado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A senhora acredita que, nessa máfia toda dos combustíveis, havia alguém do Governo envolvido? Alguém do Governo do Rio de Janeiro? Teria alguém? Já que existem deputados vinculados à "máfia do combustível", à compra de combustíveis, havia proteção do Governo? Na época, era Benedita a Governadora?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não, a "máfia dos combustíveis" continua atuando hoje. Eles só prenderam uns dezoito ou vinte, mas ela continua atuando a pleno vapor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas ela tinha...

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – O pior: a Polícia Federal não prendeu o mais mafioso de todos eles, que é o tal de Amadeu, que nem foi mencionado na Operação Poeira no Asfalto. Eu não entendi por que, qual é o santo que protege...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eles estão tendo proteção do Governo? Acredita que têm proteção?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu não sei. Não posso afirmar isso. Não tenho certeza.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Isso foi na época da Benedita; e agora, que é Governadora a...

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Isso vem há muito tempo. Não é só na época da Benedita. Eu acho que antes, na época do Garotinho, na época da Benedita e continua agora. Eles continuam atuando, e não é só no Rio de Janeiro. Em São Paulo, também.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A senhora acredita que essas chantagens, tudo o que ocorreu com a questão dos combustíveis, que aconteceu na época da CPI da Loterj, que aconteceu com as CPIs, será que também não está acontecendo? Essas chantagens que ocorreram na CPI dos Combustíveis talvez estejam acontecendo agora também na CPI dos Bingos? Acha que não pode estar ocorrendo?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu não sei, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem conhecimento?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não, não tenho conhecimento. Não sei.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A Assembléia Legislativa não tem atuado, não tem discutido a questão dos bingos, dos jogos no Rio de Janeiro?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não, não tem.

Aconteceu uma coisa meio estranha com o processo dos bingos no Brasil. Eles ficaram meio clandestinos e meio legais, porque os que estão funcionando estão com mandado de segurança. Alguns deixaram de funcionar. No caso do Bingo Arpoador – eu conheço mais, porque meu amigo era do Bingo Arpoador e foi morto -, questionaram na Justiça a legitimidade do seu trabalho, houve uma resposta direta para eles: "Não, não pode funcionar" e eles fecharam. Os outros que não perguntaram, ficando caladinhos, continuam trabalhando até hoje, provavelmente sem cumprir nem aquela legislação anterior que os obrigava a alguns compromissos com entidades desportivas. Hoje, provavelmente, ninguém está recolhendo dinheiro nenhum para entidade nenhuma.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A senhora montou um departamento para receber denúncias?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu, não. Elas chegam sem eu querer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca montou...

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Eu até queria me livrar desse carma, mas não consigo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nunca montou departamento de denúncia?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não. As pessoas me procuram no meu gabinete ou por telefone ou vão lá ou mandam por carta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Recebia muitas denúncias?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Muitas. Sempre recebi...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Algumas delas sobre jogos também ou só sobre combustíveis?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não. Agora recebo mais dos combustíveis, mas também já recebi do jogo...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas e antes?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – ...quando começou a CPI da Loterj. Todos diziam respeito ao envolvimento do Waldomiro Diniz, do Bispo Rodrigues, do Pastor Domingos e do Sr. José Renato Granado Ferreira.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A senhora suspeita que a morte de seu amigo partiu do esquema do Waldomiro Diniz. Essa denúncia foi por escrito ou...?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...por alguém que...?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Foi porque, naquela oportunidade, quem presidia a Loterj era o Sr. Daniel Homem de Carvalho, uma pessoa que eu tinha indicado, porque ele era do meu Partido. O Garotinho era do meu Partido. O Daniel Homem de Carvalho era do meu Partido. Eu fiz a indicação para o Garotinho. Ele assumiu. Parece que não há nenhuma denúncia a esse respeito com relação a ele, pelo menos que eu saiba. Houve um determinado momento, por uma acomodação política... Aí, eu já tinha rompido com o Garotinho. Logo depois que ele assumiu, eu rompi com ele. Houve uma mudança. Para uma acomodação política, era preciso que o PL ou que a Igreja Universal fizesse essa nomeação. Então, ele afastou... Tenho até o roteiro disso. Ele foi morto no dia 27 de janeiro de 2001. A saída do Daniel Homem de Carvalho foi anunciada no jornal no dia 26. No dia 26, o Fred Suter, um jornalista, disse que a Associação dos Bingos, em que esse meu amigo era vice-presidente, não estava contente com essa modificação. Eu não estava no Brasil; eu estava nos Estados Unidos, mas amigos nossos, do círculo de amizade do Alexandre, disseram que ele estava sendo pressionado, que ele não queria que o Daniel Homem de Carvalho fosse afastado e que já achava que não seria uma boa o trabalho do Waldomiro Diniz, com quem ele teria um encontro na segunda-feira. Ele foi morto num sábado e teria um encontro na segunda-feira.

Acho também que a Polícia do Rio tentou, como se diz na gíria policial, "embuchar" uma pessoa que já tinha outros crimes para ser responsável pela morte dele. Encontraram um que tinha uma ligação com o jogo no sul do País – acho que o nome dele é Maia...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sul do País, onde? Rio Grande do Sul?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – No sul do Estado, desculpe.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Podia ser Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não, não, sul do Estado.

Pegaram esse homem que tinha outros crimes nas costas e o prenderam. Foi até uma cena patética. Se pegarem o vídeo da prisão desse homem, ele está gargalhando perto do Delegado que era responsável pela Delegacia de Homicídios, Dr. Paulo Passos, que hoje é o Corregedor da Polícia do Estado do Rio de Janeiro.

Esse homem, o Dr. Paulo Passos, arrumou uma testemunha falsa, porque criamos uma comissão especial para investigar a morte desse sócio do bingo. Essa testemunha disse que estava em Búzios quando aconteceu o crime. Nós ouvimos na Comissão, e ela não podia estar lá. Ela disse que estava de férias. Pedimos à Polícia que informasse o período de férias desse policial, e ele não estava de férias. Então, foi para dar uma satisfação à sociedade que pegaram esse homem. Fui com outros Deputados ouvi-lo na prisão, e ele me disse que não tinha... Todo bandido diz que não cometeu o crime, mas ele tinha uma razão especial para não mentir para mim. Eu não lembrava, mas ele me disse que, quando esteve preso no passado, uma vez - eu não era nem Deputada, eu era só radialista -, eu teria arrumado uma internação para um filho dele que teve câncer, que eu salvei o filho dele, que, então, ele podia mentir para qualquer pessoa, mas não mentiria para mim e não foi ele que matou o Alexandre. Então, a Polícia quis despachar esse homicídio, na melhor das hipóteses, se é que não sabia do envolvimento do Waldomiro Diniz.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Deputada, a senhora tem alguma coisa a dizer sobre o jogo, alguma coisa? Às vezes, se não se é perguntado, não se responde, mas, pela sua vivência na vida pública como radialista, como uma pessoa contundente na busca das coisas claras, sempre tentando ajudar a sociedade brasileira, tem alguma coisa que a senhora tem conhecimento dos jogos que está errado, que aconteceu errado? Existe alguma questão ainda

tramitando no Rio ou em qualquer outro lugar em relação aos jogos? A senhora tem alguma coisa para dizer sobre isso?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Não, eu não sei o que está acontecendo, mas sabemos que, quando não existe uma formalidade legal para o funcionamento de qualquer serviço ou de qualquer trabalho, ele vai pelo desvio. É o que está acontecendo no Rio ultimamente. Os bingos estão funcionando ilegalmente. Eles estão apenas com uma autorização provisória de funcionamento. Eu acho que está na hora de a Justiça decidir isso e de o Governo criar uma lei: ou proíbe ou deixa funcionar. Eu acho que...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ou legaliza?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT – RJ) – Ou legaliza. Eu acho que a alegação de que eles lavam dinheiro, de que eles fazem isso, de que fazem aquilo, pobre do Governo que não consegue controlar quinze, vinte ou cinqüenta bingos para que não lavem dinheiro. A casa está lá, está aberta, tem como fiscalizar. Isso não é desculpa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar, Sr. Presidente, Deputada, qual a impressão que a senhora está tendo do atual Governo, do Governo do PT em relação à questão dos jogos? Perdoe-me, se eles estão tomando...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, acho que não cabe a pergunta de V. Exª. Vamos nos deter ao depoimento da Deputada. A Deputada não está obrigada a dar sua posição política em relação nem ao Governo de seu Estado nem ao Governo Federal. Como S. Exª é Deputada, entendo que não ficaria muito à vontade para expor sua posição. Depois, pessoalmente, poderá informar a V. Exª sua opinião.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Retiro a pergunta. Com certeza, não haveria problema nenhum.

Agradeço, Sr. Presidente e nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, uma das características que estamos sentindo da atuação criminosa envolvendo todos esses fatos que estamos aqui analisando é a eliminação pura e simples de pessoas que estão incomodando: Celso Daniel, em Santo André; Toninho, em Campinas; e Waldomiro Diniz, que mandou matar pessoas, como a senhora afirmou. Outras pessoas que foram assassinadas. Então, a impressão que se tem é a de que toda essa gangue é uma só, por maior que ela seja. Os interesses se reúnem numa mesa só de grandes decisões. É por isso que a gente chega a dizer que a questão da lavagem de dinheiro dos bingos, etc., tem muito a ver com outras questões como a dos lubrificantes, a dos combustíveis, porque as pessoas são as mesmas, os esquemas, parece-me que se envolvem ou se entrelaçam uns aos outros. No mínimo, tem um grande coleguismo. O que a senhora acha disso?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu acho que é isso mesmo. Eu acho que também tem a ver com a certeza da impunidade. Quem está no poder se sente poderoso mesmo. Não é estar no poder. Se sente poderoso, o dono da verdade.

Eu gostaria, Senador, no que diz respeito... Eu vi o depoimento aqui do irmão do Celso Daniel e gostaria de dizer que falta uma pessoa a ser investigada nessa morte, porque falam do "Sombra", falam do empresário Ronan Pinto, que é um empresário de ônibus, mas não falam do maior empresário de ônibus de São Paulo, que é sócio do Ronan e que tem um apetite criminoso, na minha opinião, muito mais acentuado do que o próprio Ronan, que é o Sr. Baltazar José de Souza. Esse Sr. Baltazar é dono da maior frota de ônibus, não é do Brasil, não, é do mundo. Ele era sócio do maior fraudador da Previdência, Sr. César Arrieta, que nós descobrimos na nossa CPI na Câmara Federal. Existem relatos nessa CPI de que ele mandava o dinheiro para o exterior, do argentino César Arrieta, e que não eram só dólares. Eles compravam e articulavam também dinares para a compra de armas, entrada de armas no País. Então, era preciso que esse homem também fosse investigado. Eu estou repetindo muito do que os jornais dizem, porque é o que sei. Mas há coisas que eu sei, e os jornais não dizem, e que eu gostaria que os jornais também procurassem. Procurem Baltazar José de Souza.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Baltazar José de Souza.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – É.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Deputada, foi uma coisa importantíssima: o sentimento da impunidade. Esse sentimento da impunidade está nas pessoas relacionadas com as autoridades, com o poder, haja vista que o Waldomiro Diniz chegou a ser Subchefe da Casa Civil da Presidência da República. Nós estamos tentando, um ou outro, proteger

Gilberto Carvalho para não vir aqui, mas ele foi citado abertamente aqui pelo irmão de Celso Daniel como o condutor das propinas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permite-me um aparte, Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pois não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Apenas para esclarecer que ninguém aqui tentou que o Dr. Gilberto Carvalho não viesse; foi que a manifestação dele fosse por escrito. Só para um ato de justiça, para que não paire dúvida.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas eu não estou me referindo este problema. Eu estou contando o fato. Veja bem: Waldomiro Diniz, grande autoridade; Gilberto Carvalho, grande autoridade; Ribeirão Preto, Buratti! Grandes relações com Ministros! E quando as empresas dizem assim: "Não, eu não denunciei nada à Polícia, a ninguém, porque eles eram muito poderosos". Eu estou contando isso. Já estamos fartos de ouvir isso aqui! Fartos! E toda autoridade maior hoje diz assim: "Não, não podemos aqui, em hipótese nenhuma, ouvir fulano. Deixe vir por escrito, deixe para depois. Não pode ser ouvido", justamente porque há uma extrema proteção de todo mundo ainda neste Governo. Proteção absoluta! Quem é que não está sentindo isso? A blindagem, isso nos incomoda muito.

Eu estou dizendo tudo isso, e já é público e notório que essa é a característica do que se passa hoje, para louvar a atitude da Deputada. Nós temos brasileiros e brasileiras ainda com coragem neste País! Com coragem! E as mulheres estão se destacando neste momento. Quantos homens precisavam ter essa coragem que têm as mulheres que estão desfilando nas CPIs! Mulheres que denunciam mesmo, que falam abertamente! E ainda não queriam que trouxesse aqui a esposa do Prefeito da cidade de Campinas! Ela que diz assim: "Eu sei. Tenho certeza de que o Toninho também foi assassinado, porque confrontava com o jogo". Mas não pode trazer. E ainda se discute aqui, ainda empata. A votação para trazer esta mulher aqui foi desempatada pelo nosso Presidente; o requerimento para vir aqui.

Estou mencionando isso para dizer como estamos vivendo nesta República um momento delicadíssimo, em cima de um fio de navalha, e que as mulheres estão colaborando demais para que esse fio de navalha não vire um fio de navalha, mas, na verdade, uma área onde possa trafegar a verdade.

Waldomiro Diniz. Quem era o chefe? A senhora pode informar? Quem é que mandava em Waldomiro Diniz?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – O Bispo Rodrigues. O Bispo Rodrigues.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O Bispo Rodrigues, que era o chefe dele. E será que foi através do Bispo Rodrigues que ele chegou à Subchefia da Casa Civil da Presidência da República? O Bispo Rodrigues tinha tanta força?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu não sei. Eu não sei. Eu acho que o segmento que ele representava tinha muita força e continua tendo. Todo o mundo quer ter voto em todas as áreas, e ele é uma porta aberta.

Senador, eu ouvi um depoimento – não foi depoimento, foi uma entrevista – do Deputado Roberto Jefferson quando ele disse que o "mensalão" começou na Alerj, com o Bispo Rodrigues. Eu acho que esse "mensalão" começou na Alerj, sim. Mas é um "mensalão" tão esquisito porque os deputados não recebiam dinheiro de fora; o deputados tinham que dar dinheiro para o Bispo Rodrigues. Todos os Deputados tinham que dar dinheiro para o Bispo Rodrigues! E aqueles que não deram e que se rebelaram perderam seus mandatos. Todos! Eu posso mencionar os nomes. Eles se rebelaram. Inclusive, o Deputado Valdeci, que foi morto. Ele não queria mais dar dinheiro para o Bispo Rodrigues. Foi morto! Eles podem até negar, porque isso vai mostrar uma fragilidade pessoal. "Fortalece" a Igreja, mas enfraquece o deputado como dono do seu mandato. E disse que isso acontecia no Brasil inteiro. Não era só no Rio de Janeiro. Jorge Nascimento interrompeu o pagamento, perdeu a eleição; Mário Luiz parou de pagar, perdeu a eleição; Magaly Machado parou de pagar, perdeu a eleição; Heraldo Macedo parou de pagar, perdeu a eleição. E se diz que também o atual Deputado Pastor Divino também pagava. Não sei se continua pagando. Acho que não paga mais, porque ele renunciou ontem. E um que é eleito e que está no Rio de Janeiro: Armando José. Eu tenho certeza absoluta de que todos vão negar, mas todos pagavam.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Deputada, obrigado pelos seus esclarecimentos.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu é que agradeço, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Parabéns pela coragem!

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca, e concedo a palavra ao eminente Senador Flávio Arns, por até 14 minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, gostaria de fazer alguns esclarecimentos até sobre essa questão que o Senador Juvêncio da Fonseca suscitou em relação à blindagem.

Eu diria que o problema da blindagem é antigo no Brasil, em que a corrupção, os desmandos, as falcatruas não são, na verdade, investigadas como deveriam ser. O Arcebispo D. Geraldo Majella, Presidente da CNBB, inclusive, disse que é um problema "endêmico" no Brasil. A palavra que usou foi essa. Tanto que, no final do Governo passado, eu era do PSDB. Inclusive, saí do PSDB por causa disto, porque assinei a CPI da Corrupção, que já era um caso também evidente em termos do Governo, em termos de muitos problemas que teriam que ser investigados, mas o Governo soube "blindar", usando a expressão do Senador Juvêncio da Fonseca, com muita competência, para que essa CPI não acontecesse.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Havia essa articulação – eu diria – muito clara e muito boa.

Claro, com todo o prazer, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Flávio Arns, quando V. Exª faz referência à blindagem de hoje, ninguém está defendendo a blindagem de ontem. Agora, o que precisa é que aqueles responsáveis por esta blindagem de hoje deixem de fazer blindagem. O País não aceita mais sermos a república da corrupção e da mentira.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Aí eu queria continuar dizendo: então, felizmente, eu acho que está... Por um lado, infelizmente, porque ninguém gostaria que isso estivesse acontecendo. Mas, pelo fato de ser endêmico, como estava dizendo, o Brasil, às vezes, precisa dar uma trombada – eu diria –, quer dizer, ter uma catástrofe, para que nós possamos, desde que as coisas sejam esclarecidas, ter um país melhor na seqüência.

Agora, eu queria destacar que, em termos dessa blindagem a que o Senador se referiu, também neste Governo, o Procurador-Geral da República foi uma autoridade reconhecida por todos os setores da sociedade, que foi o Dr. Cláudio Fonteles. Então, isso é uma coisa extremamente positiva. E o sucessor dele, indicado por ele. A Polícia Federal também, na verdade, organizou dezenas de operações, o que também foi um ponto adequado. As CPIs também, apesar das dificuldades, originalmente, inclusive em relação a esta CPI, estão investigando. Quer dizer, um fato que não deveria ter acontecido, mas aconteceu. Mas as CPIs estão investigando. Os meios de comunicação também. E a gente espera que realmente essa endemia possa ser corrigida em termos de futuro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas eu só queria, antes de conceder-lhe o aparte, com todo o prazer também, Senador Tião Viana, que concordo com o Senador Juvêncio. Essa blindagem é histórica, endêmica. Ele falou: "a sociedade não aceita mais". Felizmente, não aceita. E temos que criar os mecanismos e os caminhos para que essas coisas não se repitam mais no Brasil. Quer dizer, que a gente investigue, puna e crie os mecanismos necessários para que as coisas não se repitam. Pois não, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Apenas para externar a minha concordância com V. Exª, deixando claro que, se há uma CPI que não se pode acusar de manipulação para ocultar, para proteger instituições, é esta aqui. O que tem sido apresentado de requerimento tem sido votado e tem sido aprovado por unanimidade, salvo o caso de hoje, da esposa do Prefeito Toninho, porque foi uma manifestação de autoria inicial do Senador Antonio Carlos Magalhães, zelando apenas pela figura do fato determinado da CPI; não que ele tivesse algo contra que ela pudesse elucidar em relação à CPI dos Bingos. E, por essa razão, pela primeira vez, votamos contra um requerimento. Então, é justo que se faça esse esclarecimento, porque esta CPI não merece a interpretação de que haja qualquer processo de blindagem a absolutamente nada, tanto por parte da direção da CPI como por parte dos membros. Agora, só há um caminho, como V. Exª muito bem disse, para esta crise ser superada, que é a abertura ampla e irrestrita de toda a verdade, sem que se confunda isso com denuncismo e com desgaste político-partidário de um para o outro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente. Concordo amplamente com os argumentos do Senador Tião Viana, como já havia concordado também com o argumento do Senador Juvêncio da Fonseca de que a sociedade não admite mais esses desmandos,

quaisquer tipos de desmandos, falcatruas, desvios. O que se deseja realmente é que se investigue, que se puna e que se criem os mecanismos necessários. Eu gostaria, Deputada Cidinha Campos, em primeiro lugar, de dizer da alegria de vê-la aqui, no Congresso Nacional...

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...também é a sua Casa, além da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A senhora vem destacando-se no Brasil, realmente, por um trabalho constante, contundente, dedicado para, justamente, apontar esses desmandos, essas falcatruas e todos esses atos perniciosos à sociedade brasileira. Então, em primeiro lugar, queria parabenizá-la pelo trabalho e queria dizer, como já foi dito, para o Sr. Relator e para o Sr. Presidente que poderíamos, nesta Comissão, dar os desdobramentos necessários às denúncias também a que Deputada Cidinha Campos se referiu. Quer dizer, ajudarmos, inclusive, a enviar todos esses documentos para os órgãos próprios, pedir as respostas, ver em que, nesse sentido, podemos colaborar como CPI, inclusive, porque, na verdade, tudo indica, como V. Sª mencionou, que as pessoas que estão envolvidas com o jogo estão envolvidas com combustível, provavelmente com outros tipos de organizações criminosas.

Gostaria de que V. Sª detalhasse mais a questão da "máfia dos combustíveis", que fizesse uma síntese para a gente sobre essa questão, como as coisas estão acontecendo, o que V. Sª apontaria de mais relevante, de mais importante em relação a essa situação da operação, como essa máfia opera e o que poderia, de alguma forma, estar relacionado à questão, talvez, além daquilo que a senhora já mencionou da questão dos jogos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A "máfia" atua em dois setores: na sonegação de impostos e na adulteração de combustível. Acho que ajudou muito o fato de se criar taxação diferente de um Estado para outro. Então, eles alegam que vem de um Estado para entrar no outro e, às vezes, vem do mesmo, e esse combustível não é taxado.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu vi a operação... Comecei a me interessar pelo assunto depois da Operação Poeira no Asfalto. E ali eu já percebi que a intenção não era pegar os mais poderosos, porque só pegaram guarda rodoviário praticamente. Pegaram um empresário que trabalhava no gabinete do Deputado. Um homem que tem – sei lá – seis, dez postos de gasolina tinha um cargo no gabinete do Deputado. E daí eu comecei a me interessar. Fui ver por que e comecei a levantar por que o Deputado comprava tantos postos a partir do momento em que esse homem ia trabalhar com ele. Então, eu vi que não pegaram o Amadeu, que é o maior de todos os fraudadores de combustíveis neste País. Nem mencionam o nome dele. Eu li o relatório do Ministério Público, da Polícia para o Ministério Público, e não tocam no nome dele. Existe um critério que a polícia adotou agora de, quando aparece uma autoridade maior, por exemplo, um deputado, eles não falam do deputado porque muda o foro. E sai das mãos deles para ir para ou o Supremo, quando é deputado federal, ou para o Tribunal de Justiça. Então, eles não querem perder aquele assunto e deixam de denunciar o mais importante. Por exemplo, eu recebi as fitas que provavam o envolvimento dessa gangue toda. Falam claramente que o Deputado Estadual Domingos Brazão está envolvido. É da sala dele que o assessor liga e diz: "Eu estou falando porque agora nós ganhamos a Comissão de Fiscalização. O Deputado é o Presidente da Comissão de Fiscalização da Alerj, mas o delegado não fala dele, para não perder o caso". Então, omite que um deputado estadual está envolvido para não interromper o segmento de onde ele pode investigar. O senhor está entendendo? Porque, senão, foge da mão dele, mas nós ficamos lesados, porque prendem os menores e deixam de fora os maiores fraudadores ou aqueles que deveriam ter maior responsabilidade e comportamento ético. Essa é uma questão que acho que todos nós devemos começar a discutir. Não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sem dúvida. Quando a senhora mencionou a questão do transporte e até indicou também o nome do empresário que deveria ser investigado e que, certamente, essa CPI vai se debruçar sobre isso, a gente observa também, em todos os depoimentos aqui nesta Comissão, a situação de – não vamos generalizar também – empresários na área do lixo, da coleta do lixo, do transporte, dos combustíveis. A senhora acha que todos eles estão relacionados nesses desmandos todos?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu não quero cometer uma injustiça e dizer que todos estão porque seria a mesma coisa que dizer que todos os deputados estão. Eu não quero cometer essa leviandade, mas acho que muitos estão por falta de fiscalização, por financiamento de campanhas. Então, a gente vê, pelo menos eu vejo no Rio de Janeiro... Nós tivemos o rei das quentinhas, que morreu há pouco tempo. Já

tem um novo rei das quentinhas lá, que fornece para o Estado do Rio de Janeiro inteiro alimentação para os presos. É um segmento. Quando está dando o lixo, é o lixo; quando é alimentação para preso, vão todos para o mesmo setor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o que a senhora sugere, em termos de atitudes e de encaminhamentos, para diminuir ou parar com todo esse tipo de encaminhamento?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu não quero ter a pretensão de sugerir alguma coisa que solucione o problema de corrupção no País, mas que isso passa pelo financiamento de campanha passa. Isso passa. Eu acho que é uma coisa que tem que ser resolvida. A reforma política tem que ser vista com muita urgência porque logo não teremos ninguém representando, realmente, o povo. Só quem tem muito dinheiro vai se eleger. Isso já acontece em grande escala tanto aqui como nas Assembléias dos Estados.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E sobre a legalização ou a proibição, como a senhora mencionou antes, da questão dos bingos, dos jogos, casas de bingos de uma maneira particular, qual é a opinião da senhora a esse respeito?

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu acho que o povo brasileiro já atingiu a sua maioridade, não pode ficar sendo tutelado por qualquer tipo de religiosidade ou por qualquer coisa. Isso não pode porque ele corre o risco de ficar viciado, isso não... Eu não acho que tenha que ser tutelado nesse nível. Nós temos que tutelar as crianças, que não sabem cuidar da sua vida ou, em tese, não têm capacidade para isso. Agora, adulto, quer jogar, joga. Ele é responsável pela vida dele. Agora, o Estado alegar que não tem como fiscalizar os bingos, eu acho que passar um recibo de incompetência. Como ele não tem capacidade para fiscalizar casas de bingos? As cartelas são numeradas. Então, eu acho que é tentar tapar o sol com a peneira. A minha opinião é essa. Eu acho que os bingos bem administrados poderiam ser um instrumento de salvar o esporte, como era antigamente. Pelo menos alguns faziam isso. E hoje eles estão desvalidos porque não têm mais esse dinheiro. E quem está atuando está só enriquecendo, não está contribuindo com nada. A primeira coisa a fazer, na minha opinião, é tomar uma decisão: se é proibido ou se não é proibido o funcionamento dos bingos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agradeço. É um prazer contar com a senhora aqui, no Congresso Nacional.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu é que agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei muito breve. Quero cumprimentar a Deputada pela clareza como expôs um assunto da maior gravidade e que, efetivamente, é uma contribuição seu depoimento à CPI dos Bingos, uma contribuição concreta, palpável. Eu não tenho a menor dúvida de que o Presidente e o Relator, no seu relatório, acolherão esse depoimento para que ele possa servir como um instrumento de abertura de novo inquérito pela Polícia Federal naqueles fatos relevantes apontados por V. Exª. E eu, ouvindo o seu depoimento sobre essa sonegação do ICMS dos combustíveis, eu lembrava um diálogo que tive, uma vez, com o Governador Blairo Maggi, do Mato Grosso, quando ele faz projeções muito objetivas que temos uma sonegação da ordem de, pelo menos, 6 bilhões por ano só nessa área. Então, esse é o tamanho de um recurso do Estado que é desviado para outros fins para setores do crime e que saem das áreas de política social, da área de investimento, da área de infra-estrutura do Governo. Por essa razão, fico muito sensibilizado com seu depoimento e tenho certeza de que poderemos, de fato, levar adiante esse processo de elucidação e cumprimento das responsabilidades do Estado. Olhe que uma perda fiscal da ordem de 6 bilhões apenas com omissão de ICMS significa muito para um País que sofre. Nós do Parlamento sabemos o que é escassez orçamentária no financiamento público dos rincões deste País. Então, tenho certeza de que esse depoimento contribuirá com as responsabilidades do Parlamento e dos órgãos de Estado. Parabéns.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Tião Viana e agradeço a V. Exª, Deputada Cidinha Campos. Pode ter certeza de que a própria modéstia, no início do pronunciamento, quando nos falou que não sabia por que estava aqui. Pelo contrário, nós sabemos por que V. Exª esta aqui. É uma contribuição importante não só para o nosso

Relator, mas para a CPI e, com certeza, para o País. Muito obrigado a V. Exª a presença.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT - RJ) – Eu é que agradeço. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srªs e Srs. Senadores, vamos suspender a nossa sessão por quarenta minutos e voltaremos com o depoimento do advogado, Dr. Denivaldo Henrique Almeida.

Está suspensa por quarenta minutos.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Comunico aos Srs. Senadores, dando seqüência à 19ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que passaremos a ouvir o segundo depoente, o Dr. Denivaldo Henrique Almeida, a quem peço à Assessoria encaminhar à Mesa. (Pausa).

Srs. Senadores, quero, inicialmente, pedir desculpas ao Dr. Denivaldo Henrique Almeida. É exatamente a terceira vez que S. Sª se faz presente em nossa Comissão e, em função do Regimento da Casa e de outros depoimentos que aconteceram, não foi possível, mesmo convocado, mesmo estando presente, fazer o seu depoimento, mas Graças a Deus, Professor Denivaldo Henrique Almeida, hoje vamos iniciar e concluir o nosso depoimento.

Agradeço a V. Sª pela sua presença e concedo-lhe a palavra para as suas considerações, informando aos Srs. Senadores que o Dr. Denivaldo Henrique Almeida Araújo assinou o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal e, ao assinar, informou a sua idade, sua identidade, CPF, estado civil, endereço e profissão, advogado.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, inciso XLLIII da Constituição Federal.

Sr. Dr. Denivaldo Henrique Almeida Araújo, V. Sª tem a palavra.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Boa tarde, Excelência. Sou Denivaldo Henrique Almeida Araújo, tenho 49 anos, tenho domicílio e residência em São Paulo, sou advogado e estou à disposição desta Comissão composta de V. Exªs para poder ajudar em algum fato, em alguma circunstância de que eu tive conhecimento.

Estou à disposição e quero, inicialmente, fazer uma retificação histórica: há 18 anos, não participo de nenhum partido político normalmente funcionando no Brasil. Quero dizer que, de 1972 a 1976, fui militante do Movimento Democrático Brasileiro, que fazia oposição e resistência ao regime militar no País e, de 1980 a 1986, fui participante e fundador do Partido dos Trabalhadores, do qual me desliguei em dezembro de 1986.

Estou fazendo essa retificação histórica, porque setores da Imprensa, de forma infundada ou por dever informação, veicula a minha pessoa como membro do Partido dos Trabalhadores, coisa que não sou há mais de 18 anos. Estou à disposição de V. Exª, do Sr. Relator e de todos os seus pares para poder ser interrogado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª é tratado por Professor Henrique. Pelo menos todas as pessoas que se referiram a V. Sª se referiram como Professor Henrique.

O "Professor Henrique" é porque o senhor foi professor por muito tempo?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É verdade, Excelência. Durante um certo período fui professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na cadeira de Direitos Humanos, e fui professor da Unip e da Universidade São Marcos, em São Paulo.

Não sou há muito tempo, não exerço mais o magistério. Só estou advogando.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas posso tratá-lo também de Professor Henrique?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Aí, é vossa generosidade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já trabalhou na administração pública em quais cargos?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu fui, episodicamente, tive a honra de pertencer ao Governo de Luiza Erundina de Souza.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas qual era o cargo de V. Sª naquele governo?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu fui Assessor na Prefeitura por um curto período e, depois, ajudei a Prefeitura em um dilema, que era a questão dos mortos desaparecidos políticos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi ou é sócio de alguma empresa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não sou sócio de nenhuma empresa, Excelência. Só sou advogado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem proprietário de nenhuma empresa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, não sou proprietário de empresa alguma.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que interesse o senhor defendia em Brasília a ponto de vir com tanta freqüência à capital federal?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – No ano de 2003, vim muitas vezes à capital federal, porque fui destacado para uma empresa americana chamada Piper Rudnick, para sugerir procedimentos de possibilidade de recuperação de ativos contra a criminalidade internacional, objeto em que não obtive sucesso, porque o Governo brasileiro não tinha provimentos legais e não tinha interesse em convênios para repatriar ativos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas essa empresa não tinha...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Era a Piper Rudnick e outras empresas, pequenas empresas na área de tecnologia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas essa empresa não tinha nada a ver com a multinacional Gtech?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, Excelência. Que eu saiba, absolutamente nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No seu depoimento, o Sr. Rogério Buratti, afirmou que o senhor sempre falava sobre os jogos.

Nas atas do grupo de trabalho da Casa Civil que estudava a legalização dos bingos consta que o senhor participou de reuniões na qualidade de especialista.

O que V. Sª tem a dizer?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É verdade, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu participei de duas audiências públicas – sempre participei de reuniões públicas, quero enfatizar isso – e fui contratado por uma empresa de tecnologia na área de software.

Vou repetir de forma peremptória: nunca fui e não sou advogado de casas de bingo. Fui advogado de uma pequena empresa, VWG Tecnologia Ltda., da cidade de Rio Claro, que tinha por objeto tentar sugerir, em audiências públicas, que segundo o governo da época tinha interesse em regulamentar, coisa que ainda hoje não o fizera, atividade de jogos de bingo no Brasil.

Estive em audiências públicas. Lembro-me até de que eram audiências muito concorridas e que quem presidida essas audiências era um Procurador da República que tive a honra de conhecer, José Levi; Procurador da República licenciado a época, que presidida essas reuniões. E tive a honra de poder, solitariamente, contra a vontade da imensa maioria, sugerir que essa atividade fosse normatizada, para que, pela primeira vez na história, os bingos pagassem impostos, coisa que nunca fizeram no Brasil, e o fizessem através de sistema **on-line**, em tempo real. Inclusive entreguei o meu depoimento – tive a honra de ser convidado pela Polícia Federal –, esse documento em que trabalhei na condição de advogado durante meses, a partir do ano de 2003.

Esse talvez seja um documento a que todas as pessoas de bem deste País deveriam ter acesso para fazer uma meditação. É possível o Estado brasileiro não deixar essa bandalheira que aí está, o bingo funcionando sem absolutamente pagar nada. Ou se legaliza, como o Senador ACM falou aqui, de forma muito correta, ou se moraliza, ou se acaba tudo de vez.

Até me lembro que tive uma discussão acalorada contra o eminente matemático Oswald de Souza, que defendia outra tese. Essas reuniões são públicas e a elas a Imprensa, a sociedade, os Srs. Senadores devem ter acesso, porque foram reuniões, muitas delas, gravadas. Elas estão aí, sob domínio público. Logo, sugeri, à época, que os bingos pudessem pagar, todas as casas, através de um sistema em que toda pessoa que fosse adentrar uma casa de bingo seria automaticamente identificada e usaria um **smart card** com um chip eletrônico. Isso impossibilita qualquer possibilidade de lavagem de dinheiro na atividade, coisa que se discute, mas não se prova. Então, isso é possível. O País está perdendo dinheiro e, eu defendia isso, à época, na condição de advogado que sou.

Essas idéias foram sobejamente derrotadas. É fato público que a atividade de bingos que funciona no Brasil, infelizmente, é através de medidas liminares. Acho isso, como cidadão, uma vergonha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas pessoas participavam dessas reuniões?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Desculpe-me, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu repito, Professor: quantas pessoas participavam dessas reuniões que o senhor disse que freqüentava e fez essas sugestões.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu me lembro de que participavam dezenas, pelo menos mais de 50 ou 60 pessoas. Era um auditório que funcionava no Palácio do Planalto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mais de 50 pessoas?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Sem dúvida, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No Palácio do Planalto?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É verdade, porque era uma reunião pública, convocada de forma pública, para todas as pessoas que tivessem interesse direta ou indiretamente em sugerir, vou repetir, propostas para uma eventual normatização da atividade de bingos no Brasil. E a empresa da qual era advogado é uma empresa de software que tem uma série de atividades, dentre as quais produção e construção de software. E essa idéia foi extremamente rejeitada, porque a realidade hoje transforma isso em uma evidência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor participou de duas reuniões?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Duas audiências públicas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Duas audiências públicas. Foram realizadas outras? O senhor tem conhecimento?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, todas as audiências públicas, que eu me lembre, delas participei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa empresa que o senhor diz é a empresa VWG Vegas Way Games, é isso?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Fiz uma incorreção durante o depoimento a S. Sª, o Delgado da Polícia Federal: é VW... É para não confundir porque tem outras empresas assemelhadas. VW Tecnologia; fica na cidade de Rio Claro, no interior de São Paulo, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas essa VWG Vegas Way Games?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Cometi um lapso durante meu depoimento na Polícia Federal. Não tem Way Games, não. Não existe.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem essa empresa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, não tem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que o senhor inventou essa empresa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não inventei, Excelência. É porque sou, graças a Deus, um advogado que foi muito solicitado e sou advogado de "n" empresas, pequenas empresas de tecnologia; durante meu depoimento na Polícia Federal houve essa incorreção. Foi um lapso pessoal meu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o senhor conheceu o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – O Professor Enrico Gianelli, eu conheço da Pontifícia Universidade Católica...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele é professor também?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Ele é professor, ele continua professor de uma cátedra lá na Universidade de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o seu nível de relacionamento com ele?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Sempre foi um grande nível de relacionamento, porque eu sempre o convidei para que participasse comigo dessa possibilidade dessa grande empreitada, que não logramos êxito, que era tentar estimular, junto com outros colegas advogados de São Paulo, para que pudéssemos trazer a Piper Rudnick para poder recuperar esses ativos. E ele, como uma pessoa que fala muito bem, que escreve muito bem inglês – inclusive o senhor sabe que o Professor Enrico é de nacionalidade italiana –, ele freqüentemente estava entusiasmado pela idéia, mas terminou por a gente não conseguir êxito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os senhores estavam sempre entrando em contato pelo telefone, não é verdade?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Durante o ano de 2002 e 2003 nós nos falávamos freqüentemente, com muita freqüência, Exª, é verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bem, eu tenho aqui o número desses telefonemas. Trocaram 326 chamadas telefônicas.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Isso durante o ano de 2003, não é verdade? É verdade, Exª, é verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Enrico Gianelli se hospedava com o senhor no Blue Tree?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu, mais de 30 vezes, me hospedei no Blue Tree Park Brasília...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor veio a duas audiências e se hospedou 30 vezes?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu tinha vários clientes de interesse de tecnologia, de pequenas empresas, e me hospedava freqüentemente no Blue Tree Park e outros hotéis em Brasília, contas pagas às minhas expensas. Erroneamente, inclusive, veiculado na imprensa que o meu querido colega...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, porque o Sr. Gianelli teria pago suas contas lá.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Nunca o Professor Enrico Gianelli...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhuma?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – ...Exª, pagou minhas contas pessoais. Inclusive trago a V. Exª um comprovante de um equívoco que a imprensa veiculou, que as minhas contas eram pagas pelo Dr. Gianelli, inclusive o comprovante do meu cartão de crédito, de uma fatura de R$140,00.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu agora estou num dilema, Professor, porque eu não sei se acredito em V. Sª ou nele, porque ele disse que pagou.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Exª, eu queria...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Sª pelo menos uma vez pagou sua hospedagem.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu vou passar isso para V. Exª, porque é a comprovação mecânica, e houve um erro do hotel ao caracterizar uma fatura como eu sendo do Partido dos Trabalhadores. Como toda a imprensa no Brasil e todas as pessoas de bem sabem, lá naquele hotel se hospeda um conjunto grande de pessoas ligadas ao PT. E eu fui confundido. Inclusive, aqui a fatura, estou entregando a V. Exª através do nosso Presidente, para que a comprovação mecânica não deixe pairar dúvida.

Esse é o meu cartão de crédito; eu pagava as minhas contas sempre com cartão de crédito. É só a quebra do sigilo fiscal, bancário...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, na verdade, eu queria saber do senhor o seguinte...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – À vontade, Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor disse que uma empresa americana estaria interessada em recuperação de créditos. Mas que o senhor fez uma tentativa logo frustrada dessa recuperação, porque o Governo brasileiro não dispunha de uma legislação adequada. Não é verdade?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – É verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois, o senhor enveredou aqui por essas audiências públicas, mas o senhor só participou de duas.

Na verdade, que atividade sustentava o senhor nessas idas e vindas a Brasília, hospedado num hotel cinco estrelas?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu sou advogado de pequenas empresas de tecnologia, era advogado para representar os interesses possíveis da Piper Rudnick no Brasil. Na época, vinha com muita freqüência a Brasília.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas essa empresa faz o quê?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Essa empresa é uma das maiores de estrutura de advocacia no mundo, Exª, fica nos Estados Unidos e ela tem um *know-how,* junto com tantas outras empresas, que não é exclusividade dela, de tentar recuperar ativos ilícitos que estejam fora da nossa Pátria.

Mas o Governo brasileiro já tinha toda uma concepção de que, ao não existir a possibilidade de convênio ou qualquer normatização legal, não teve o menor interesse de prosseguir nessas eventuais...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas isso aí se frustrou logo, não é?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Isso só deixou de acontecer a partir do mês de junho, julho, do ano de 2003.

Portanto, de janeiro a julho do ano 2003 eu vinha com muita freqüência a Brasília, como provam as minhas estadias.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Enrico Gianelli o ajudava em que? O que os senhores articulavam tanto pelo telefone?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Porque o Dr. Enrico Gianelli... Leia assim: conheci ele na condição de advogado da Fisher & Foster, um escritório de advocacia muito bem montado em São Paulo, do qual ele era membro. E ele poderia me ajudar muito, porque o meu pequeno trabalho de advocacia não tinha as condições de infra-estrutura necessárias para poder suportar uma eventual, possível contratação, um dia, se o Governo brasileiro pudesse contratar uma centena, uma dezena de escritórios que existem

no mundo capazes de recuperar, de fato, ativos que o crime organizado põe em locais quase inacessíveis à estrutura mecânica do Estado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o senhor conheceu Rogério Buratti?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – O Dr. Rogério eu conheci na época em que ele era militante do Partido dos Trabalhadores no Diretório Regional lá em São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual o seu nível de relacionamento com ele?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – É um nível extremamente formal. Formal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Formal. E o que tratavam tanto nas conversas que tiveram?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu tive poucos encontros com o Dr. Rogério Buratti.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi que o aproximou de Enrico Gianelli?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Não. Inclusive os depoimentos de ambos, tanto na Polícia Federal quanto na...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tratou com o Sr. Buratti acerca do contrato da Caixa com a Gtech?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Nunca, nunca, jamais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E não tinha nenhuma relação com a Gtech a sua advocacia?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Nunca teve relação com a Gtech, não conheço nenhum Presidente, nenhum dos diretores da Gtech.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem nem opinião formada sobre a Gtech?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Exª, eu não poderia adentrar um assunto que eu desconheço completamente. A única pessoa que trabalhou para a Gtech, que eu conheci, foi o Professor Enrico Gianelli.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor esteve hospedado no Blue Tree exatamente na época em que lá aconteciam reuniões visando a renovação do contrato com a Caixa, e muito bem articulado com o Sr. Enrico Gianelli.

O que o senhor diz sobre isso?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu estive no Blue Tree, me hospedei no Blue Tree, como era freqüente, antes, durante ou depois desse episódio que eu desconheço, e nunca conversamos acerca dessa empresa americana.

Nós tratávamos de outros assuntos, por uma relação de proximidade da PUC de São Paulo e de relação pessoal, e sobretudo um projeto que me apaixonou um tempo e que eu não consegui lograr êxito, que era a questão da recuperação de ativos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a questão dos jogos, do canal lotérico da Caixa, o senhor não se interessou por isso não, o senhor que gosta tanto de jogos?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu fiz uma sugestão que vou deixar muito clara para o Brasil. Foi a única sugestão que pessoas de bem poderiam chamar de "antimáfia", antifraude, anticorrupção. Mas, infelizmente, como eu nunca tive a possibilidade de interferir e sugerir que esse mecanismo fosse adotado, o Governo, que esta Casa muito bem depois reformou, criou uma medida provisória deixando claro que a atividade de bingo era proibida no Brasil.

E hoje os bingos funcionam de forma precária, através de liminares, uma coisa muito inconsistente, sem pagar impostos. Então, eu fui fazer uma sugestão em que o Governo brasileiro poderia arrecadar de 300 a 400 milhões por ano, e destinar, sempre com acompanhamento do Ministério Público Federal. Nesse sentido estou com plena convicção de que os procuradores da República que aqui estiveram com todos os Srs. Senadores vão poder perseguir a possibilidade de fazer uma legislação que ponha a atividade às claras, com transparência, na legalidade, e que faça com que todos paguem impostos, assim como qualquer um de nós cidadão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A análise do seu sigilo telefônico, Professor Henrique, mostra que o senhor ligou algumas vezes para o Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, João Carlos Garcia, e Fernando Nogueira da Costa. Grande parte das ligações ocorreu no período da negociação do contrato da Caixa com a Gtech. Para se comunicar com o Sr. João Carlos, V. Sª ligava para seu celular. Ora, não é qualquer pessoa que tem o número do celular do Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal. É preciso ter um certo relacionamento.

Eu pergunto: V. Sª se reuniu com esses vice-presidentes da Caixa, confirma esses telefonemas?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu só posso confirmar telefonemas de pessoas que eu conheço. Eu conheço o Dr. João Carlos Garcia, que era, ou é, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal e que era ligado à área de logística. Eu sempre pedi a ele a possibilidade de uma audiência, para que pudéssemos apresentar uma tecnologia que, aliás, era

concorrente da Gtech, que era uma tecnologia *on line*, *real time*, de uma pequena empresa brasileira, e que em nenhum momento ele se dispôs ou teve interesse em, eventualmente, conceder uma audiência para que os técnicos dessa empresa pudessem explicitar uma tecnologia que poderia ajudar numa eventual possibilidade de que os bingos fossem legalizados no Brasil.

O outro senhor que o senhor menciona, Exª, eu não conheço, sinceramente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Professor, há aqui ligações do senhor para o Sr. João Carlos Garcia, e não foram nem duas nem três. Tem ligação do dia 20/03, do dia 21/03, 02/04, 02/04, 02/04, mais de uma, 02/04, três, 02/04, quatro, tudo em 2003, na época da renovação. Do dia 04/04, em 2003, de 04/04, em 2003, 27/05, em 2003, 29/05, em 2003, 31/05, em 2003, de 03/06, 22/09, 27/05, 27/05, já em 2004.

O que o senhor me diz disso? Tanta comunicação telefônica, V. Sª não tratou do contrato da Gtech não?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Jamais, Exª. Jamais. Ele é meu amigo pessoal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª confirma isso?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Se foi do meu telefone para o do Dr. João Carlos...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi do telefone...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Por gentileza.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do telefone... Do número do hotel Blue Tree, esse primeiro, depois, um telefone aqui nº (11)91795435. O número 11 é o prefixo de São Paulo.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – É o meu telefone, Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O número 911795435 é?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – O meu telefone, à época.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hotel Blue Tree? E o senhor conversava o quê? Era para fazer uma sugestão? Será que esse vice-presidente tinha tempo, na época do contrato da Gtech, de parar todas as negociações para ouvir as sugestões do senhor?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Exª, me parece que o Dr. João Carlos é de uma área completamente diferente dentro da Caixa Econômica Federal. Segundo, é meu amigo pessoal. Terceiro...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor me entenda. Existem aqueles que são os negociadores diretos, mas toda a diretoria... O contrato era de cerca de R$600 milhões, toda a diretoria participa, não há essa possibilidade de um diretor da Caixa Econômica, na época da renovação de um contrato desse, não estar participando de alguma maneira. V. Sª concorda comigo?

E por que V. Sª fazendo sugestões sobre jogos eletrônicos? Olha, V. Sª está passando muito fino aqui. Tem aquela história de passar fino, mas está passando demais.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, eu não sei como a Caixa procede nas suas tratativas internas, hierárquicas, para tomar decisões. Sei que jamais conversei com o Dr. João Carlos Garcia sobre o objeto, mesmo porque não havia nenhuma ligação direta ou indireta com a Gtech. Desconheço completamente a ligação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu e o Senador Efraim, pelo menos, penamos às vezes quando queremos falar com o diretor de uma empresa estatal. Eu agora vou aproveitar o prestígio de V. Sª quando quiser falar com o Diretor da Caixa.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – O senhor é um homem generoso.Meu prestígio é muito pequeno, Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor nega terminantemente. V. Sª não tratou de nenhum assunto ligado ao canal lotérico da Caixa Econômica?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Nunca, jamais, em nenhuma circunstância, sob qualquer pretexto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era a sugestão, só para o senhor repetir aqui: qual era a sugestão que V. Sª fazia a ele, ao João Carlos Garcia?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu gostaria que ele pudesse marcar uma audiência para poder apresentar à Caixa Econômica Federal uma tecnologia capaz de combater as fraudes ou qualquer forma de corrupção, porque era uma tecnologia *on line*, *real time*, de uma pequena empresa de tecnologia do interior de São Paulo, objeto que ele nunca concedeu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Professor, eu não estou querendo criar problema para V. Sª, mas estou meio impressionado aqui com uma coisa: como é que o senhor consegue falar com um homem, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze vezes num pequeno espaço de tempo e não consegue uma audiência com ele?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na realidade, Garibaldi, não é esse amigo tão aproxi-

mado, porque para marcar uma audiência falava doze, treze, quinze vezes! V. Sª disse que se tratava apenas de amizade, que ligava, mas não tratava de nada. Eu acho que não era esse amigo assim de V. Sª. Agora, veja bem, V. Sª falava com a secretária ou com ele?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, eu liguei muitas vezes para a secretária de S. Exª, o Dr. João Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ela atendia sempre ao senhor, todas as vezes?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – ...para tentar aprazar uma audiência que terminou nunca acontecendo. É só observar e ver os registros da Caixa, não é? Nós aqui trabalhamos com fatos, com provas, não é?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Professor, estou considerando o senhor um homem muito modesto, porque o senhor solicitou e foi recebido em audiência pelo Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, em novembro de 2003.

O senhor defendia o quê? O senhor penetrava demais, abria todas as portas, mas no final não dava em nada? O senhor até agora não venceu em nada aqui, não conseguiu...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu vou ajudar V. Exª na exatidão dos fatos.

Depois de pedir insistentemente, porque lá deve estar tudo documentado, deve estar tudo gravado, deve estar tudo com materiais factuais, eu consegui falar com o Dr. José Toffoli, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, junto com o Dr. José Levi, Presidente da Comissão Interministerial, que era composta do Coaf, Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público. Aliás, S. Exª, o Dr. José Toffoli, é bom que se lembre, é Procurador da República licenciado, e era o honorável Presidente da Comissão Interministerial.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Interministerial para...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Para poder ouvir sugestões...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para regulamentar o jogo?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É Exª, eventual legalização.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas todo esse time para regulamentar o jogo?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É, Exª, e redundou em nada, porque as idéias mais avançadas lá, como todas as outras, foram rejeitadas. Então, eu consegui, a duras penas, essa audiência em que levei um conjunto de técnicos para fazer uma exibição de como funcionaria um eventual sistema antilavagem, antifraude, anticorrupção e que, como está no meu depoimento, o Dr. Levi e o Dr. Toffoli ficaram extremamente impressionados, porque existe tecnologia capaz de fazer com que os bingos funcionem no Brasil e paguem os impostos devidos, coisa que eles nunca fizeram até hoje. Aliás, até hoje e até agora.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas esses técnicos pertenciam a que... O senhor foi acompanhado de técnicos? Eles pertenciam a que instituição?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Esses técnicos eram da empresa para a qual eu advoguei especificamente por esse período.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consta aqui que dois eram da Gtech.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, eu não conheço nenhum técnico da Gtech e desafio quem quer que seja da Gtech Corporation no Brasil a dizer que me conhece. Se disser que é assim, é uma farsa; e farsa se desmonta rapidamente.

Eram dois técnicos: um era o Dr. Eduardo e um outro que nos acompanhou. Os registros estão lá, são fáceis de ser conhecidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como se chamava a empresa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – A empresa, Excelência, era VWG Tecnologia Ltda. Fica na cidade de Rio Claro, Senador Romeu Tuma. É uma honra para mim conhecê-lo pela primeira vez. Em São Paulo. No interior de São Paulo, Excelência. Essa empresa ficou junto comigo na defesa de um sistema *on line*, *real time* que eu entreguei ao Sr. Presidente do inquérito da Polícia Federal, porque eu fui convidado, o Delegado César Nunes.

Entreguei esse documento que acabei de passar, com o meu advogado, para as mãos de S. Exª o Presidente da Comissão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Professor, nessa audiência, o subchefe... Durante a conversa, falou-se que o senhor ficou visivelmente constrangido, porque houve uma revelação de que um dos técnicos era da Gtech.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Perdoe-me, Excelência, há termos que não poderíamos usar aqui, pela nobreza da Casa, mas essa é uma mentira deslavada. Eu vou argüir que esta nobre Comissão convide o Professor Doutor José Levi. Inclusive eu soube, da parte dele, que ele é Professor de uma universidade em Brasília e parece-me que hoje ele trabalha com o Dr. Aécio Neves, em Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois é, o Dr. José Levi teria dito isto a um Senador da República: que o senhor ficou visivelmente constrangido, porque um dos técnicos era da Gtech.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, Excelência, eram dois técnicos da empresa VWG, de Rio Claro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Da empresa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Da empresa. Da empresa da qual eu era advogado à época.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – VWG, não. O senhor disse que não existia.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, VWG.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que tinha sido um engano na VWG, que era WG...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Way Games. Houve um lapso da minha parte quando do depoimento à Polícia Federal e que eu retifiquei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que a VWG não existe?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Existe, é uma pequena empresa de tecnologia no interior de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na Polícia, ele fala em Vegas Way Games.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É verdade, Excelência, é verdade.

Houve aí um...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No início, o senhor disse que não existia, que foi um engano lá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque ele lembrou de Las Vegas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só um esclarecimento, Professor. V. Sª, no início, quando o Relator se referiu à empresa VWG, V. Sª disse que não existia a VWG, e sim a WG... Houve um outro termo que foi utilizado aqui que eu...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Em verdade, foi um lapso meu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que não existia; agora está dizendo...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Ela existe, é uma empresa legalmente constituída, que produz software e que eu...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma empresa de grande porte?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, é uma pequena empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ela consegue financiar toda essa atividade do senhor?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, Excelência, eu fui advogado de várias empresas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu até poderia citar algumas outras empresas. Eu fui advogado da VWG, fui advogado da Piper Rudnick, fui advogado da Nusla e de outras pequenas empresas de tecnologia. Hoje a minha atividade é tecnologia na área de biometria digital.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece Waldomiro Diniz?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Nunca o vi, não sei quem é esse senhor, não sei o que ele faz. Só o conheço, como todo brasileiro, pela televisão evidentemente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor disse "graças a Deus"?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Porque eu sou acompanhado de pessoas do bem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas seu amigo Enrico Giannelli falou alguma vez sobre ele?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Nunca.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor estava hospedado no Hotel Blue Tree, como eu já disse, no período em que ocorreram as reuniões da Gtech com Waldomiro e Buratti, entre final de março e início de fevereiro. Justamente nesse período em que há essa dúvida sobre o pagamento de suas despesas. E V. Sª afirmou aqui, mostrou, que foram pagas às suas expensas.

O senhor participou, viu, ou teve conhecimento de algumas dessas reuniões?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Nunca, Excelência.

Nossa situação... Por coincidência, eu sempre me hospedei no Blue Tree Park, mais de trinta vezes, inclusive com minha esposa e meus filhos, e em outros hotéis em Brasília. E todas as minhas despesas estão registradas e pagas em cartões de crédito ou em numerário, exceto por um equívoco que eu já suprimi, porque colocaram em uma época, numa estadia, como eu sendo ligado ao Partido dos Trabalhadores, coisa que não sou há mais de 18 anos, repito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Enrico Gianelli tinha relações estreitas com o Sr. Rogério Buratti, não?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, as relações do Dr. Enrico são de foro íntimo dele e só a ele caberia explicitá-las.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não era tão amigo dele? Ainda é, não?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Sou e continuo sendo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas desconhecia a amizade dele com o Sr. Rogério Buratti?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Ele mencionou, à época, inclusive já fiz esse depoimento na Polícia Federal, durante as nossas centenas de conversa, inclusive tratávamos de todo tipo de assunto, porque somos amigos. Parece que ele tinha indicado o Dr. Rogério, sugerido o nome dele, para eventualmente ser...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ser consultor, não é?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – De algo ligado à Gtech. Parece-me que não prosperou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor sabe assim, por alto...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Comentários esparsos. Eu já declarei isso na Polícia Federal, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Nabu Kikukawa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Conheço, Exª. O nome correto é Aparecido Nobuo Kikugawa.

Eu fui advogado do pai dele para questões de natureza cível em São Paulo, o qual já é falecido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o seu relacionamento com esse senhor?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Nós éramos amigos, e ele ia algumas vezes comigo em Brasília porque estava interessado em compreender a questão da Piper Rudnick. Ele é uma pessoa que morou muitos anos no exterior, é um consultor em São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a participação que ele teve na renovação do Contrato com a Gtech?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Ele nem sabe o que é a Gtech, Excelência. Ele não é da área de tecnologia, não é advogado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem certeza disso?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu desconheço; se ele sabe alguma coisa, é foro íntimo dele. Nunca tratei de temas dessa natureza com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o Sr. Gianelli também pagou as contas dele no Blue Tree?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Desconheço, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele esteve hospedado no Blue Tree em março de 2003, em apartamento vizinho ao do senhor e, assim como V. Sª, teve as despesas, pelo menos as dele, pelo seu amigo Gianelli.

O senhor nunca conversou com ele sobre a renovação do contrato da Gtech?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Desconheço completamente, Excelência. Portanto, se eu desconheço, não poderia discutir.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Otávio de Oliveira Júnior?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Nunca ouvi falar. Não sei de quem se trata.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A análise do seu sigilo telefônico mostra que V. Sª tinha bastante contato com alguns parlamentares. É verdade?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Fui militante contra a ditadura militar. Tenho relações com uma série de pessoas de todos os partidos políticos constituídos no Brasil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais os parlamentares com os quais V. Sª tem muita ou alguma proximidade?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Sou amigo do Doutor... Aliás, sou eleitor do Doutor...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De quem?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Do Professor Walter Barelli.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hoje é Deputado Federal?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Para minha honra – é uma figura extraordinária –, eu o conheci em 79, quando estava montando os Dieeses no Brasil. E de várias outras pessoas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voltemos ao Hotel Blue Tree, ainda não saímos do Hotel Blue Tree. As despesas do apartamento nº 5.094 foram transferidas para o apartamento nº 5.093,

com a observação de que eram amigos do Sr. Enrico Gianelli, sendo que um era do Sr. Nabuo e o outro de V. Sª. Veja o número.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Nós nos hospedamos em épocas próximas. Coincidentemente, algumas vezes nos encontramos lá. Já passei a V. Exª e vou repetir – está inclusive grifado – o pagamento de minhas diárias, coisa que, por confusão, atribuiu-se ao Sr. Gianelli. O pagamento é de uma simplória conta de R$141,50.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª passou uma conta do dia 11. A chegada foi no dia 10.03.2003. Chegou tarde, às 22h51min, e saiu no dia 11.03. Uma diária. Às 13h57min.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se trata das mesmas contas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma diária.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Parece que houve uma conta simplória que foi paga por V. Sª, a outra não era tão simplória, parece-me.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, inclusive, vou passar à Comissão, depois, um...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que é que V. Exª chama de conta simplória, a de valor baixo?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi S. Sª que chamou. Eu, não.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Foi de R$150,00, Excelência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que V. Sª chama de simplório?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Cento e quarenta reais e cinqüenta centavos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É pelo valor ou pelo tipo de despesa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Sou um homem de vida modesta, apesar de gostar de alimentar-me bem e de dormir bem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Gosta de vinhos?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Não, Excelência, gosto da cerveja. Sou mais simplório.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A análise do seu sigilo bancário, professor, mostra um pagamento de R$10 mil a um deputado. V. Sª nem citou seu nome. Foi o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. A que se deveu esse pagamento? Não foi tão simplório assim.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – O Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh é meu amigo desde a época do regime militar. Tinha um débito com S. Exª que paguei no Banco de Boston, em 19 de agosto de 2003, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A análise do seu sigilo telefônico...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O débito era referente a quê? Era empréstimo?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Era empréstimo pessoal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E S. Exª tem um minibanco, empresta dinheiro, o Deputado?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Eu devia ao Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas S. Exª empresta dinheiro comumente aos amigos? Concorre com o Banco do Brasil, com o Bradesco?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – V. Sª é um homem generoso, mas o Dr. Greenhalgh é um homem de posses pequenas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas empresta dinheiro.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Eu trabalhei, fui assessor do Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, para minha honra pessoal, durante a questão dos maiores desaparecidos políticos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Aí S. Exª emprestou-lhe esse dinheiro?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Aquela era uma época difícil. S. Exª emprestou-me. Como um homem de honra, paguei.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pagou.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Paguei, Excelência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª está certo em pagar. S. Exª é que está errado ao emprestar.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Não admito que nenhum homem pague contas para mim quando posso fazê-lo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Claro. Existe todo o sistema financeiro para emprestar dinheiro. Na realidade, não é usual que um Deputado empreste dinheiro a terceiros, mesmo sendo amigo. V. Sª poderia ter usado o Banco do Brasil, o Bradesco, quem sabe. Obrigado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª emprestou em cheque ou em dinheiro? Quando V. Sª emprestou, lembra-se...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando V. Sª recebeu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando recebeu.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Emprestou-me em dinheiro, em espécie.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – S. Exª emprestou-lhe em espécie. E quando V. Sª recebeu?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Eu devia ao Dr. Greenhalgh há anos essa pendência. Tive a honra de quitá-la, por meio do Banco de Boston, como está aí no...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Aristides Junqueira?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Conheço. O Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Teve alguma ação em que V. Sª participou de alguma maneira?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Muito obrigado pela pergunta, Excelência. Tive a honra de conhecer o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga para poder discutir... Lembro-me de quando eu já era um cidadão feito. S. Sª foi a pessoa que, emblematicamente, mais lutou para destituir o Presidente Collor. Combateu o crime organizado, a macrocriminalidade transnacional. Tive a honra de visitá-lo várias vezes e de convidá-lo, naquele projeto da Piper Rudnick, para somar-se a um conjunto de pessoas de bem com o objetivo de procurar recuperar ativos transnacionais ilícitos.

Só para informar a V. Exª – porque não é de nenhum domínio essa informação –, existem tecnologias israelenses, do Instituto Weisman, na Alemanha, na Europa, capazes de, de fato, repatriarem, trazerem para o País, se houver uma legislação competente, todos esses ativos que, de forma correta, juízes, promotores, parlamentares e o Estado têm dificuldades. O Estado, infelizmente, caminho a passo de cágado, enquanto o crime transnacional, sua macro-engenharia, tem uma velocidade espantosa para subtrair, para esconder, esses ativos.

Essa idéia, meu caro Relator, confesso que foi profundamente derrotada. Se eu tivesse uma maior influência teria conseguido que o Estado brasileiro tivesse convênios que, até hoje, não existe. Segundo a informação que tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas que tipo influência V. Sª teria para conseguir essa tecnologia. Aqui está o projeto. Vou analisá-lo. Diz que, na realidade, traz um melhor funcionamento para a forma controlada. O que faltou para V. Sª incluir isso no projeto que foi apresentado?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, o Estado brasileiro, o Governo atual, abdicou de ter uma legislação duríssima capaz de fazer um confronto final com pessoas que agem na sombra, no submundo, e que exploram a atividade de bingos no Brasil. Essa tecnologia existe na Austrália, nos Estados Unidos e na Alemanha. Inclusive, essa pequena empresa da qual eu fora, à época, uma empresa de software, advogado...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Professor, quando V. Sª fala: " Se eu tivesse influência." Está querendo dizer: se pudesse influir em um processo licitatório? A meu ver, é a única maneira de o Estado contratar algum bem ou serviço.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Não tenho a menor dúvida. Mais do que isso, que fossem procedimentos licitatórios de...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Mas como é que V. Sª gostaria de influir?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Se o País tivesse uma legislação. A partir da legislação poderíamos chegar a um eventual certame de caráter internacional, por meio do chamado pregão reverso, Excelência, que garante uma enorme transparência e evita conluios.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Então, não seria V. Sª que iria influir, mas o Congresso.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Portanto...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Qual seria a sua influência?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – À época, na condição de cidadão e advogado, sugeri a questão em audiências públicas, Excelência. Fui derrotado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª disse, no início, que tentou sugerir. Não foi aceita sua sugestão, em duas audiências públicas. Duas audiências públicas foram suficientes? Duas audiências públicas realizadas no Palácio do Planalto. Não é isso?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – É verdade, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª disse que só foram duas e que, daí, não foram feita mais nenhuma audiência. Já concluíram pelo projeto sem atender, por exemplo, o caso de V. Sª. Quem agilizou esse processo? É um negócio que vinha na pauta deste Governo, esse negócio dos bingos, essa proposta?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, transcendo essa resposta

porque, na condição de cidadão individual e de advogado...

SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que se encerrou o fórum? Duas audiências, um assunto que... Não é com duas audiências públicas que se resolve a questão da regulamentação dos bingos. Só existiram duas audiências. Encerrou-se o fórum. Ninguém teve mais informação, mas chegou um projeto aqui.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – V. Sª foi convidado para esse fórum, para essas audiências?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Todas eram audiências públicas. Era do alvitre e do foro íntimo das pessoas que tivessem interesse em sugerir propostas para a eventual normatização e regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª lembra-se do grupo que decidiu? Quem comandava?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Quem dirigia as audiências públicas – e é do domínio público essa informação – era o Procurador da República licenciado José Levi, que teve uma conduta exemplar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem mais?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Participava o Coaf, a Receita Federal, a Polícia Federal, Excelência, os Ministérios da Justiça e, parece-me, do Esporte. Estavam todos presentes às reuniões, que eram de natureza pública. Parece-me, Sr. Presidente, que essas reuniões, inclusive, eram gravadas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É só para V. Sª informar.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – As reuniões eram, todas elas, em auditório. Eram abertas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Onde era o auditório?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Era no Palácio do Planalto, Excelência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – No próprio Palácio do Planalto. Quer dizer, tratava-se da legalização dos bingos. Não era isso?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Quem, do Palácio do Planalto, fazia parte dessas reuniões. V. Sª lembra-se?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Waldomiro Diniz, por exemplo?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Não conheci o Sr. Waldomiro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas havia uma ala reservada aos políticos. V. Sª lembra-se de alguns políticos?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Não tinha. Essas pessoas eram funcionários de carreira, pelo que me constava, à época. Eram técnicos da Receita, da Polícia Federal. Estavam preocupados com sistemas críticos capazes de controlar atividades...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª não estranha que em um assunto sério como esse, para tentar-se regulamentar os bingos no País, sejam realizadas duas audiências públicas. Não é pouco? Ou é o necessário? V. Sª usou a palavra, lá?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Usei a palavra. Quero reafirmar que, à época, me contrapus à maioria das pessoas que estavam presentes e que representavam, sobejamente, as casas de bingo. Lembro-me de que houve um confronto clássico entre mim e o Sr. Oswald de Souza, que representava um outro setor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual era o setor que o Matemático representava?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Parece-me que era uma federação de bingos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Professor, V. Sª lembra-se quem presidiu essas duas audiências.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Lembro-me. O Professor Dr. José Levi, Procurador da República licenciado. Parece-me que S. Exª trabalha, hoje, no Governo do Dr. Aécio Neves, em Minas. Não sei porque já faz quase dois anos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Por que V. Sª crê que essas audiências foram realizadas no Palácio do Planalto? V. Sª tinha idéia de sobre quem gostaria de influir?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, sempre participei de reuniões públicas. Portanto, eram audiências públicas. Qualquer pessoa poderia ir.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Não estou perguntando isso. Por que V. Sª crê que essas audiências eram realizadas no Palácio do Planalto?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Excelência, não sei.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em que época?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Foram no segundo semestre, parece-me, de 2003, Excelência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Antes desse caso Waldomiro, então?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO – Sem dúvida, Excelência. Parece-me que, depois desse caso, o Governo obstou qualquer possibilidade e enviou, parece-me que é de domínio público, Senador Romeu Tuma, medida provisória que esta Casa corrigiu à época.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Rejeitou.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas o propósito do Governo era esse mesmo ou era outro? Discutir no foro, por exemplo...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Vou emitir uma opinião agora.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Porque o Governo emitiu uma medida provisória depois que o Waldomiro apareceu na televisão. Porque, pelo que me consta, o propósito do Governo era outro. Qual era o propósito? O senhor lembra qual era o propósito?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu soube, tomei a informação, porque é de domínio público, houve uma mensagem em que levava ao Congresso a possibilidade de pensar...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A mensagem fazia parte do programa de Governo para que...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É verdade, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Foi na mensagem anual de 2004, na prestação de contas anual de 2004.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – E que se sugeriria a possibilidade de a sociedade civil e dos setores interessados iram lá externar seu ponto de vista através de audiências públicas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Professor, a análise do seu sigilo telefônico mostra que o senhor ligava com freqüência para diversos números na Bahia. Não estou criticando isso, acho que a boa terra merece, tem bom gosto.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Obrigado, sou baiano de origem. Fui militante da Ação Popular na clandestinidade, senhores. Estou aqui, mas para mim é muito ruim estar aqui. Mas quero dar uma contribuição às pessoas de bem. Acho que todos são Senadores de bem. Aliás, o Senador Tuma ali.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o senhor ligava tanto para a Bahia?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Tenho um filho na Bahia, tenho ex-patroa na Bahia, sou baiano de origem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Valter Santos Neto?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, não conheço, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem ouviu falar?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Nunca ouvi falar. Ouvi falar num jornal que é ligado a uma empresa de Minas Gerais, não é, Senador?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É um advogado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele é advogado de um escritório.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Seu colega.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca teve contato com ele?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Nunca, jamais, em nenhuma circunstância.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Élcio Barbosa Cambraia Júnior?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, Excelência, não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, Excelência. Conheço da mídia, aparece nos telejornais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor possui dólares?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, Excelência, não possuo. Aliás, quero dizer que meus ativos são simplórios, estão todos registrados e documentados...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, o senhor não é advogado...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – ...viu, Senador Tuma, na Receita Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas o senhor não é advogado de uma empresa americana?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É, fui um eventual advogado, fiz representação dela no Brasil, o que para mim é uma grande honra, porque é uma das maiores bancadas do mundo. E infelizmente o Estado brasileiro não tem legislação capaz de fazer convênios, acordos com escritórios privados de advocacia ou bancas de enorme reputação. Para você ter acesso a essas relações, você tem que assinar

atos "antimáfia", anticorrupção, antifraude. Aliás, isso o Dr. Tuma, que foi delegado da Polícia Federal...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor viajou para o exterior alguma vez entre 2002 e hoje?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É, eu poderia ter ido na época da clandestinidade, mas não me furtei e fiquei na Bahia, no Brasil, nunca saí do meu país.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É uma honra, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Obrigado a V. Exª, Senador Garibaldi.

Antes de conceder a palavra ao Senador Flávio Arns, estou preocupado com essas ligações com o Sr. João Carlos Garcia. Aqui acho que foi o dia que o senhor conseguiu audiência aqui: foram treze minutos e oito segundos, por volta do dia 27/05/2003.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Honestamente, eu gostaria de tê-la, Senador. Nesse tempo, nos encontrávamos fora da...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor ligava direto para ele, não é? 99876210 era o telefone dele, não é?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Ele até hoje me honra a relação e continua ligando para mim. É um amigo, inclusive a gente ultimamente tem conversado sobre biometria digital.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, para conceder audiência, ele era ruim, não era?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É, mas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Era um bom amigo, então.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – São ossos do ofício.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É verdade.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, essa foi a ligação mais demorada, ou houve outras também com essa duração?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Houve ligações para a mesma pessoa de 4,7 minutos, de dois minutos, e assim por diante.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só para saber. A mais demorada foi essa que V. Exª mencionou, de 13 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De 13,8 minutos.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu queria só fazer uma observação: eu nunca tive nenhum contrato, nenhuma relação com nenhum ente público do Estado federal no Brasil. Não sou advogado de nenhum tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não estamos dizendo isso. Era só porque o Senador fez a pergunta e o horário era 18 horas 57 minutos e 21 segundos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E mais para o final do mês de maio, que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dia 27/05.

Senador Arns, a palavra está com V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu só gostaria que o senhor esclarecesse novamente, mas bem sinteticamente, a diferença da Piper Rudnick, que é a recuperação, repatriação, como o senhor falou, de ativos, e a empresa lá de Rio Claro. O que a Rio Claro fazia mesmo? Qual era a proposta do software de lá?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Essa empresa VWG Tecnologia Ltda., uma pequena empresa na cidade de Rio Claro, que desenvolveu um software, capaz de, numa transmissão *on line real time*, em tempo real, pudesse todas as máquinas, todas as casas de bingo no Brasil pudessem só funcionar através de um *smart card*, cartão eletrônico com chip, em que a pessoa, ao adentrar à casa de bingo, estaria fazendo as apostas instantaneamente e, após a aposta, a pessoa estaria identificada e a Receita Federal receberia 30%, que era uma sugestão, do ativo que fosse jogado. O cidadão foi lá com a patroa, jogou, gastou mil reais, 300 reais iriam, vou usar o termo técnico, instantaneamente para a Receita Federal do Brasil.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E o senhor veio a Brasília para participar das audiências públicas defender essa idéia dessa empresa de Rio Claro e também da repatriação de ativos?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Vim fundamentalmente a Brasília, insistente e incontáveis vezes, defender a possibilidade de a Piper Rudnick vir a fazer convênios com o Governo brasileiro. Inclusive, à época, março ou abril, se não me falha a memória, tivemos uma reunião com Sua Excelência o Subministro de Justiça, Dr. José Paulo, que achou a idéia extraordinária, mas não tinha, Senador Romeu Tuma, provimento legal para que prosperasse qualquer possibilidade de, em licitação, contratação de qualquer estrutura transnacional privada ao Estado brasileiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O senhor falou que veio a Brasília participar de duas audiências. O senhor foi derrotado, como o senhor disse, na audiência. Mas derrotado em termos de idéia de Rio Claro, ou em termos da idéia americana?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Primeiro, tivemos uma audiência no Ministério da Justiça para tratar exclusivamente de uma sugestão de recuperação de ativos. Essa idéia não prosperou.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Aí acabou o assunto da empresa americana?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – É verdade, Excelência.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E aí foi para a audiência pública defender a identificação do usuário da casa de bingo?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – No segundo semestre, o Governo convidou a sociedade civil para se expressar numa audiência pública, da qual participei na condição de advogado da VWG. Não logrou êxito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Para participar. E qual era a relação, havia alguma relação nesse processo com Enrico Gianelli?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Só, nas minhas relações com o Sr. Enrico, em relação à Piper Rudnick. Ele é um advogado com larga experiência internacional e ele tinha enorme interesse de, junto comigo, trabalhar essa questão, se eventualmente prosperasse.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Se eventualmente... Então, não tinha nada a ver com a Fisher & Foster também?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, era uma relação pessoal.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Fico pensando assim na sua participação nesta CPI, no seu depoimento, na verdade na menção do seu nome que foi feita várias vezes em vários depoimentos, e fico assim pensando por que realmente essa amizade que o senhor tem com o Sr. Enrico Gianelli, que é uma pessoa assim indicada por tantas pessoas como aquele profissional que intermediava, que teria sido demitido inclusive da Fisher & Foster em função do envolvimento dele no caso da Gtech, de indicar o Buratti, de participar desse esquema. Ele foi demitido ou não da Fisher & Foster?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não sei, não conheço os donos da Fisher & Foster, minha relação era uma relação pessoa com o Dr. Enrico Gianelli, e não sei os motivos que levaram a direção da Fisher & Foster a destituí-lo, demiti-lo. Sei que hoje o Dr. Enrico trabalha no SBT, isso eu sei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – SBT?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – SBT, Excelência, no Jurídico do SBT.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas o senhor falou que ele continua sendo também professor, tem uma cátedra – a expressão que o senhor usou – na PUC...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Ele é professor de Direito na PUC, em São Paulo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Direito em que área?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Parece-me que na área de...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não sei, Excelência. Ele é assistente de uma renomada professora lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O senhor não conhece, então, o Buratti também?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Conheço, conheci o Dr. Buratti.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só na época da...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Conheci. O Dr. Buratti era do Partido dos Trabalhadores, conheci eventualmente ele...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas uma relação, um conhecimento já mais antigo.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Mais antigo e formal, se nenhum tipo de proximidade maior.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Um relacionamento mais próximo, mais recente, melhor dizendo, só naquela época, ou houve um relacionamento...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, naquela época não houve relacionamento. Nós nos reencontramos no ano de 2003, que eu inclusive tive a oportunidade de pedir a ele se ele poderia ter algum tipo de novidade com relação à área de jogos. Ele peremptoriamente descartou, não tinha interesse e não prosperou nenhuma oportunidade de contato nesse sentido. Aliás, ele até reafirmou isso aqui, ele foi muito correto, o Dr. Rogério Buratti.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas conversavam. O senhor conversou com o Gianelli sobre o Buratti também, alguma coisa?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – O Dr. Gianelli, no conjunto das suas conversas, mencionou que estaria indicando, à época, o

Dr. Buratti para uma consultoria, que, parece-me, não prosperou.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E por que ele teria mencionado isso para o senhor?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – O Dr. Gianelli?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – É.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Porque ele era meu amigo pessoal.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas ele, de repente, fala porque saberia que o Buratti é seu amigo também?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, o Dr. Buratti não é meu amigo pessoal. O Dr. Gianelli é meu amigo pessoal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor conhecia o Buratti, não é? Para poder fazer a relação...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Eu conheci Buratti, Excelência, já...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nessa conversa com o Dr. Gianelli, falou no Buratti porque ele sabia que o senhor o conhecia; não tinha amizade, mas o conhecia.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O Gianelli sabia que o senhor conhecia o Buratti?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Não, não sabia. Inclusive...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas por que ele falou para o senhor que ele...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Logo depois, ele inclusive me deu os telefones do Dr. Buratti. Fui telefonar para o Dr. Buratti, inclusive constam, na quebra do sigilo, 17 telefonemas ou tentativas, porque era uma pessoa muito ocupada. E aí eu, já de forma clara, falei se o Dr. Buratti podia me ajudar nessa questão da área de jogos. Ele peremptoriamente descartou qualquer possibilidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu queria até indagar do Sr. Relator, Senador Garibaldi: naquela quebra de sigilo telefônico, os contatos com a Caixa Econômica aconteceram depois e antes do período da renovação do contrato da Gtech, ou só naquela época?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, antes e depois também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quer dizer, antes da renovação, mas depois os contratos...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois também. Logo depois. Porque o contrato foi assinado no dia 8 de abril.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas a concentração dos telefonemas foi naquele período?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi no período. Inclusive aí...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Arns, posso informar?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – No caso do Henrique Gianelli para o professor Henrique Almeida, entre os dias 13 e 15, foram dez chamadas do Enrico; no dia 25/03 e 27/03, quer dizer, dois dias, 14 chamadas; e 17 e mais 22, entre 28/03, do Almeida para o Gianelli. Então, no período de 13 a 30, são 63 chamadas. Quer dizer, essa é a informação que tenho; não é com o Vice-Presidente da Caixa. O Vice-Presidente da Caixa é outro, já está na mão de V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É Fernando Nogueira?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, é o Garcia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O João Carlos Garcia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – João Carlos Garcia, e Fernando Nogueira é outro Diretor da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De 2003.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O nosso objetivo aqui na CPMI, sem dúvida, é tentar levantar essa verdade em relação a esses aspectos todos da Gtech, o envolvimento do Waldomiro Diniz, o levantamento das questões de propina, repasse de recursos e tudo isso. E para mim, infelizmente, não consigo me convencer de por que tudo isso aconteceu, como é que essas coisas aconteceram e por que tantos telefonemas nesse período para a Caixa Econômica Federal e essa relação inclusive com o advogado da Gtech. Acho que há algo que, para mim, precisa ainda ficar mais esclarecido também. Eu ainda fico com muitas dúvidas, espero que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive, se V. Exª me permitir, depois desse período, a amizade do Professor Henrique com o Sr. Enrico, o Sr. Henrique Almeida com o Sr. Enrico, diminuiu muito, porque não teve mais essa freqüência de telefonemas, embora ele passado, nos quatro anos, 320 telefonemas. Agora, a concentração todinha aconteceu dentro de dez dias. Foram quase 100 contatos exatamente no período que antecedeu ao fechamento...

V. Sª, como advogado, é normal que faça seu serviço de advocacia, é a sua atividade profissional, para uma empresa. Não condeno, não. Agora, pergunto, com a permissão de V. Exª...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pergunto o seguinte: em sua assessoria para a Rudnick, pela repatriação do capital nacional, onde encontrou a maior resistência e da parte de quem?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu acho que o Estado brasileiro está profundamente despreparado para poder dar até um exemplo para o mundo, porque o Brasil é capaz de fazer urna eletrônica, é capaz de... porque acho que essa urna eletrônica poderia até colocar biometria digital que resolve completamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os senhores propuseram preço também nessa época da audiência?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Não, Excelência, eram conversas iniciais...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas falaram quanto isso custaria?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Não se chegou a essa... a esse tempo. Mas eu soube...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E por que, vejo que V. Sª...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – ...e é domínio público, que foi constituído um departamento de recuperação de ativos ilícitos, que parece-me que está andando muito bem. Isso é muito bom para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que V. Sª faz um comentário aí muito forte contra nossa Nação, em apenas um contato conclui eu estamos totalmente despreparados.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Acho que o Estado brasileiro pode...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então o senhor conhece muito bem esse setor, inclusive como funciona dentro do próprio Governo, não só do Governo atual, do Governo Federal de uma forma geral, porque se V. Sª tem essa informação de que estamos totalmente despreparados aí precisamos saber de mais detalhes do senhor. Onde está despreparado? O que precisa ser feito?

A minha pergunta é seguinte: a Rudnick é parceira internacional da Gtech?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há nenhum relacionamento?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Nenhum relacionamento, que eu saiba, absolutamente nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ela é americana?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – É uma banca, é uma das maiores bancas do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Rudnick?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – É, ela está em 70, 80 países, e ela tem tido...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E ela tem negócios com, tem algum negócio com o Governo brasileiro?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Que eu saiba, hoje, desconheço porque não prossegui porque não houve objeto então não posso falar pela Piper Rudnick nesse exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – As outras perguntas o Sr .Relator já havia feito também, foi um questionamento bem detalhado. Era o que tinha a perguntar também.

Obrigado.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Arns e concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma.

Tenho mais dois Senadores que estão inscritos, os Senadores José Jorge e Juvêncio da Fonseca antes do José Jorge, porque há uma perspectiva de início da Ordem do Dia para que possamos tentar concluir o depoimento do Sr. Henrique.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou ser rápido, Presidente, porque o nosso Relator não dá colher de chá para ninguém. Já vem todo instrumentado aqui, não é Senador?

O senhor falou muito em repatriação de ativos, Dr. Denivaldo. O que o senhor foi trabalhar, que tipo de ativo era para ser repatriado? O que o senhor chama de repatriação de ativos?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – A Piper Rudnick tem uma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se o senhor já respondeu, não precisa responder. Não sei se o Relator já perguntou.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Todos os ativos que sejam de origem ilícita e escusa e que estejam fora do País.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou dizer por que estou fazendo essa pergunta, Presidente. Pelo seguinte, se foi feita também o senhor pode não responder. O Relator da CPI do Banestado, Senador José Mentor, Senador Tião Viana, fez uma proposta informal de um perdão para que fossem repatriados os ativos ilegalmente depositados no exterior, porque

haveria uma anistia para isso. Então por isso estou perguntando se esse trabalho tinha algum tipo de relacionamento com a idéia que se formou provavelmente nessa área do PT que tinha o Deputado José Mentor e outro com a idéia de apresentar um projeto de repatriação com o perdão, pagando apenas uma percentagem pequena de 10% para legalizar a reentrada de ativos ilicitamente depositados no exterior, o que ajudaria o Maluf, mas, em todo o caso.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Eu não conheço o Deputado José Mentor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, estou perguntando para ver se isso foi discutido nessas reuniões em que o senhor representava a empresa.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Não, nunca. A Piper Rudnick havia sugerido a possibilidade de, numa eventual normatização dessa questão **intracorporis** do Estado brasileiro, pudesse ter uma eventual concorrência internacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em que termos o senhor trabalhou para oferecer essa repatriação? Em que termos ela se daria?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – É...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se estamos incompetentes para fazê-lo quem sabe o senhor num esclarecimento poderá levar as autoridades monetárias a uma...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – A Piper Rudnick tinha, tem uma longa tradição em mais de 80 países de fazer convênios e só receber no sucesso final da repatriação. Parece-me que eles imaginavam tipo de 1%, de 0,5% a 3% e que usava fundamentalmente tecnologias críticas através de sistema nervoso central digital. É...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria só mecânico? Não teria na parte legal nenhum aspecto que foi discutido?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Legal também porque é uma estrutura que tem mais de cinco mil advogados inclusive a maioria dos professores de Harvard, de Stanford e uma grande parte de ex-presidentes dos Estados Unidos também trabalha nessa estrutura, mas foi uma idéia rejeitada peremptoriamente ao que me consta até o período em que participei das discussões. Inclusive foi uma discussão muito rica no Ministério da Justiça, com o Secretário Executivo, um homem que se mostrou extremamente favorável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Atual?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – É, Excelência, José Paulo, Sub-Secretário, Subministro, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, o Presidente Renan solicita que suspendamos a reunião e não queria fazer mais esse castigo para o nosso depoente que é a terceira que aqui esteve e queríamos tentar concluir dando duas perguntas a cada um dos senhores.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, para colaborar com V. Exª retiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode fazer mais uma pergunta e o Senador, duas para encerrar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só mais uma pergunta e também retiro o restante. Para dizer o que significa VWG. Qual é o significado da sigla?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Vegas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor já falou sobre isso? Se falou não precisa falar, porque leio as notas taquigráficas depois. Então tenho umas perguntas aqui, depois...

Só queria saber, Presidente, se V. Exª permitir, Presidente, só uma pergunta que ficou na minha...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É porque são duas empresas, uma é a VWG.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O "G" não tem nada a ver com Gtech?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Vegas Way Games e uma outra empresa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O erro da Polícia Federal foi isso, o senhor disse...

O SR. (Advogado) – Perdão, Presidente, o senhor me permite a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. (Advogado) – Senador, é porque de fato há uma confusão. Existem duas empresas e creio que V. Exª deve ter atentado às iniciais que são as mesmas. De fato existe uma que se chama VWG Tecnologia Ltda e outra que é Vegas Way, se não me engano, Informática.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É, que está no depoimento da Polícia Federal.

O SR. (Advogado) – E daí houve essa confusão, a junção dos dois nomes, mas, no caso...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só uma pergunta, Presidente, se me permitir, Dr. Denilvaldo, o senhor disse assim que as grandes idéias para se evitar fraude nos jogos foram rejeitadas de plano nessa comissão interministerial, porque eles queriam que a fraude continuasse?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Foi rejeitada, o que é de domínio público, porque não prosperou a possibilidade de ter uma ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque, em tese, V. Sª achava que havia fraude, por isso está oferecendo um sistema que....

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Havia não, Excelência, há.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então está aí. É isso que queria saber.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Há.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então quem estava lá queria que se desse continuidade à fraude.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Inclusive V. Exª e os Senadores podem dar uma contribuição emblemática à história do Brasil se botar todo mundo à luz do dia, na transparência, pagando impostos. E espero que saia daqui...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E hoje a fraude é muito maior com o funcionamento dos bingos por medida liminar da Justiça.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Precária, precária, absolutamente precária.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado. O senhor como advogado poderia depois nos explicar, mas agora...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Não sou senador, sou um simplório cidadão eleitor, aliás eleitor de V. Exª em São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é que é um estudioso da matéria. Obrigado pelas referências. O senhor saiu do PT na hora certa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Vinculada a essa que o Senador Romeu Tuma acabou de dizer, o que me impressionou bastante, ofereceu um serviço, um equipamento que controla tudo eletronicamente, "informaticamente"; tudo controlado, não tem erro.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – É impossível a possibilidade da mecânica humana fazer fraude.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E rejeitado. Agora essa rejeição foi um conselho, foi por uma pessoa, foi pelo Governo. Quem é que rejeitou?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Excelência, houve uma medida provisória colocando ainda mais na clandestinidade, na ilegalidade a atividade de jogos, de bingos. Aliás, o que teria que acabar também neste País era esse negócio de caça-níquel que invadiu todos os bares e restaurantes.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Conclusão da resposta a minha pergunta: foi o Governo que rejeitou, tomando providência; surgiu a medida provisória, regulamentando de maneira diferente.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Essa informação é de domínio público, não é Excelência?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – De domínio púbico que eu estou reafirmando porque para o seu depoimento fica talvez um pouco constrangedor dizer isso. Mas na verdade o Governo rejeitou a proposta do pleno controle, da plena arrecadação com aquela medida provisória. Não é isso?

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA – Sem dúvida, porque ao emitir, publicar uma medida provisória colocou a impossibilidade, até esse momento histórico, de que a atividade funcionasse como está funcionando.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Isso acontece com o lixo, com as loterias, com os combustíveis etc. Por quê? Está evidente hoje no País, dado esse mar de lama que está aí colocado para toda a população que o Governo também faz muito esforço para que não se estanque a corrupção, porque é a fonte do "mensalão", porque é a fonte da contribuição para o cachê eleitoral que foi bastante prestigiado agora pelo Governo Federal. Só queria concluir dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. depoente, quero só deixar um fato aqui, antes de encerrar e agradecendo a V. Exª, mas acabamos de receber um telefonema do Dr. José Levi, que foi coordenador do Grupo Interministerial, representando a Casa Civil e que atualmente é assessor do PSDB nesta Casa, na Câmara dos Deputados, e reafirma isso.

Vamos fazer essa apuração, e talvez V. Sª precise voltar a esta Comissão, porque ele reafirma que foi ele quem descobriu que o senhor estava acompanhado de dois técnicos da Gtech. Ele está-se propondo, inclusive, a uma acareação, que não faremos neste momento. Como ele não está convocado, não faremos essa acareação. Entretanto, vamos fazer essa apuração. V. Sª mantém que os técnicos não eram da Gtech, conforme disse anteriormente. O Dr. José Levi, que, na época – foi ele quem mandou isso –, foi o coordenador do grupo, disse que ele descobriu, naquela ocasião, que os técnicos citados aqui eram da Gtech, mas V. Sª nega esse fato.

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Provavelmente, como se trata de um homem de honra e de boa fé, ele deve estar cometendo algum tipo de engano.

Essas pessoas podem ter trabalhado, porque trabalharam em grandes empresas transnacionais. Pode até ter ocorrido um fato lá atrás, e uma dessas pessoas

tenha trabalhado – não tem mal nenhum nisso. Trata-se de pessoas de honra e íntegras que me acompanharam para fazer uma explicitação técnica, com a qual o Dr. José Levi ficou extremamente impressionado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª o comparecimento e reitero as nossas desculpas em relação...

O SR. DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAÚJO – Estou à disposição para colaborar e ajudar no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Antes de encerrar, convoco uma reunião para amanhã, às 11 horas e 30 minutos, para a oitiva dos Srs. Armando Oliveira Costa e José Mazzi.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h58min.)

Ata da 20ª Reunião, Realizada em 14 de setembro de 2005.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca e Geraldo Mesquita Junior, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se votação de requerimentos e em seguida a oitiva dos Senhores Dr. Armando Oliveira Costa Filho e Dr. José Mazi, Delegados do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa do Estado de São Paulo (DHPP-SP) e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 170/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Jorge Luiz Dias, para prestar depoimento à CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 171/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Carlos Alberto Rodrigues Pinto, para prestar depoimento à CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 167/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que a Sra. Alvalina Rodrigues Coelho Fontoura, seja convocada a prestar depoimento perante a Polícia Federal, com assistência da Assessoria da Comissão. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 166/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Sr. Dario Coelho Dutra, seja convocado a prestar depoimento perante a Polícia Federal, com assistência da Assessoria da Comissão. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 165/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Sr. José Carlos da Silva, seja convocado a prestar depoimento perante a Polícia Federal, com assistência da Assessoria da Comissão. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 168/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer seja convidado o Deputado Luis Eduardo Greenhalg, para prestar depoimento à CPI, após a oitiva dos Srs. Edson Santi e Arli Antônio Reginaldo, delegados do Departamento Estadual de Investigações do Estado de São Paulo (DEIC-SP). Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 169/05,** de autoria do Senador Tião Viana, requer seja convocado o Sr. José Pinto de Luna, Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimento à CPI. Em votação, é aprovado. A seguir a presidência convida os Delegados Armando Oliveira Costa Filho e José Mazi para que tomem assento à Mesa. Com a palavra o Dr. Armando tece considerações sobre sua carreira dentro da Polícia Civil, abordando o estágios de seu trabalho e se coloca a disposição dos senhores membros. Com a palavra o Dr. José Mazi, faz um breve relato sobre sua carreira policial e colocando-se a disposição dos senhores membros. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Tião Viana, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma e Efraim Morais. Finalizando a presidência agradece a presença dos depoentes e convoca para reunião a realizar-se amanhã. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias e apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se, inicialmente, à aprovação de alguns requerimentos e, em seguida, à oitiva dos Srs. Dr. Armando Oliveira Costa e o Dr. José Mazi.

Há requerimentos sobre a mesa. Antes, porém, temos a ata da reunião anterior, que se encontra sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a ata, passo à votação dos requerimentos.

De autoria do Sr. Garibaldi Alves Filho, Senador e Relator: "Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Jorge Luís Dias seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.".

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho: "Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, o Sr. Senador Garibaldi Alves requer que o Sr. Carlos Alberto Rodrigues Pinto, o Bispo Rodrigues, seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.".

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria do Senador Garibaldi Alves: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que a Srª Alvalina Rodrigues Coelho Fontoura seja convocada a prestar depoimento perante a Polícia Federal, com assistência da assessoria desta CPI.".

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria ainda do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho: "Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que o Sr. Dário Coelho Dutra seja convocado a prestar depoimento perante a Polícia Federal, com a assistência da assessoria desta CPI.".

Em discussão.

Não havendo Senador quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento ainda de autoria do Senador Garibaldi: "Requer que o Sr. José Carlos da Silva seja convocado a prestar depoimento perante a Polícia Federal, com assistência da assessoria desta CPI.".

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Do Senador Tião Viana: "Requer, de acordo com o disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, e art. 148 do Regimento Interno desta Casa, por ter manifestado publicamente seu interesse em colaborar com os trabalhos desta Comissão, seja convidado o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, para que preste depoimento nesta CPI.".

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

E ainda de autoria do Senador Tião Viana: "De acordo com o disposto no §3º do art. 8º da Constituição Federal, requer que seja convocado o Sr. José Pinto de Luna, Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimento nesta CPI".

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Convido para tomar assento à mesa os senhores Dr. Armando Oliveira Costa e o Dr. José Mazi, Delegados do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa, do Estado de São Paulo.

Solicito que a assessoria encaminhe os nossos depoentes à mesa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiro, quero saudar os dois colegas que são de alta competência. Um deles é diretor do Departamento de Homicídios, que é a forma como chamamos mais comumente, e um dos delegados que trabalharam nas apurações do homicídio do Celso Daniel.

Como o Senador Tião Viana pediu essa convocação, pergunto a V. Exª se eles vão esclarecer, se eles teriam condições de no depoimento esclarecer – porque não estamos investigando o homicídio, estamos investigando o sistema de corrupção que se instalou através do jogo e de outras maneiras, conforme denúncia do Sr. João Daniel – o envolvimento das empresas de ônibus. Gostaria de saber se isso foi ou não investigado, porque, se eles vieram só para falar do homicídio, não sei qual seria o alcance nosso nesse problema.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou fazendo uma consulta.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, recebo com naturalidade o questionamento que faz o Senador Romeu Tuma. A situação da morte do Prefeito Celso Daniel foi muito delicada, e a CPI entendeu, majoritariamente, que deveriam ser dados todos os esclarecimentos no entorno daquele assassinato, que dissessem respeito à situação financeira que estava por trás de corrupção ou o que quer que fosse até o assassinato.

Um dos motivos da discussão que, infelizmente, tive na última reunião, com o Senador Romeu Tuma inclusive, a respeito de interpretações distintas foi sobre o assassinato. Então, para mim, é absolutamente pertinente que possamos ouvir de maneira natural os delegados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não sou contra, não. Não fui contra. Tanto é que votei pelo requerimento. Apenas quis saber se eles poderiam avançar nas circunstâncias em redor do homicídio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que ficou clara a posição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Retiro o questionamento em respeito ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª e o Senador Tião poderão fazer perguntas que dizem respeito tanto ao avanço desejado como em relação à posição de V. Exª.

Agradeço a presença do Dr. Armando Oliveira Costa Filho e do Dr. José Mazi e coloco os microfones à disposição porque não sei quem iniciará o nosso debate.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiro, o chefe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Dr. Armando Oliveira Costa Filho tem a palavra para fazer o seu depoimento e as suas declarações.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Antes de mais nada, eu gostaria de externar os nossos cumprimentos e as nossas mais profundas homenagens aos Srs. Senadores presentes, às demais autoridades e aos senhores da imprensa.

Meu nome é Armando de Oliveira Costa Filho, tenho 43 anos de idade, vinte dos quais a serviço da Polícia Civil do Estado de São Paulo, onde ingressei no ano de 1985 como investigador de polícia. Daí então, na Divisão de Crimes contra a Pessoa, do Deic.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fez toda a carreira?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Fiz toda a carreira na Divisão.

Essa Divisão, um ano mais tarde, é elevada à condição de Departamento e criou-se, então, o DHPP. Lá permaneci até 1988, quando, por meio de concurso, ingressei na carreira de Delegado de Polícia. Percorri um pouco alguns Municípios do interior e, em 1995, fui elevado à condição de Delegado Operacional da 6ª Seccional de Santo Amaro, São Paulo, Capital, uma das regiões tidas como mais violenta do mundo. Lá, desenvolvíamos intenso combate ao tráfico de entorpecentes e homicídios dolosos. De lá, saímos. Saímos por quê? Integro a equipe chefiada pelo Dr. Domingos Paulo Neto, hoje nosso Diretor. De lá, saímos em 1991. Ele assumiu o DHPP e teve a iniciativa – se permite – de efetuar uma consulta a todos os funcionários que exerciam suas funções – os mais de 700 funcionários – sobre como poderíamos não só reprimir o crime de homicídio, mas também minimizar a sua incidência.

Dessa pesquisa, em abril de 2001, lançamos o Plano de Combate aos Homicídios Dolosos. Esse plano é relativamente extenso, mas se alicerça em três princípios básicos.

O primeiro diz respeito à integração de todos os segmentos interessados no assunto, ou seja, a polícia especializada, a polícia territorial, as administrações regionais, a Polícia Militar, as igrejas, as paróquias, as

associações de bairro, os Consegs, enfim, unir e daí tirar proveito favorável à redução.

A segunda estratégia de trabalho é minimizar a sensação de impunidade da população, por meio de uma ação mais rápida nossa, da polícia, ou seja, prender. Retirando o criminoso da rua, a população sente-se mais tranqüila e acaba também retornando com mais informações que nos possibilitam um desempenho com maior eficiência.

A última estratégia diz respeito ao aprimoramento da investigação, do inquérito policial, utilizando o que hoje a informática e a tecnologia nos oferecem. Muito bem, isso foi em 2001.

Para os senhores terem uma idéia, de janeiro a dezembro de 2000, todo o DHPP prendeu 165 pessoas. De janeiro a dezembro de 2004, prendemos 1.437 pessoas. Isso equivale a um aumento de 770%. No nosso acervo, o número de casos em andamento, que, em dezembro de 2000, era de 5.876 casos, em dezembro de 2004, caiu para 3.236 casos. Ou seja, caiu 44%.

Quanto aos homicídios, obviamente entro agora em um assunto cujo resultado não é unicamente capitalizável ao DHPP ou à polícia, mas, sim, um conjunto de fatores interagindo. No primeiro semestre de 2000, nós tivemos 5.327 homicídios. No primeiro semestre de 2001, 2.716 homicídios. No primeiro semestre de 2005, que se encerrou agora, houve 1.423 homicídios, ou seja, 47,6% de homicídios a menos no Município de São Paulo.

Essa é a nossa equipe de trabalho. E nesse contexto, em janeiro de 2002, falece o Prefeito de Santo André, Celso Augusto Daniel. Eu fui indicado para comandar as investigações, tendo o Dr. José Mazi como meu assistente, outros quatro delegados como colaboradores e "n" policiais, quarenta e tantos policiais, enfim, desenvolvemos um trabalho sério, profissional, transparente, acompanhado, inclusive, por três promotores de justiça e por um representante da Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional.

Tivemos amplo e irrestrito apoio do Sr. Governador do Estado, que, inclusive, sabatinou-me pessoalmente sobre o andamento das investigações; do Sr. Secretário de Segurança Pública; do Sr. Delegado-Geral de Polícia; sem falar, obviamente, de nosso Diretor. Trabalhamos em conjunto com a Polícia Federal, que analisava eventual aspecto político do crime, e trabalhamos em conjunto com o Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), que investigava a formação do bando, porque aquela favela, a Favela Pantanal, na divisa de Diadema com Jardim Miriam, é conhecida como um reduto de seqüestradores. Então, ela era, e é, ainda alvo constante de ações do Deic.

Muito bem. Encerramos o nosso trabalho. Para se ter idéia, foram mais de 1.400 laudas, e remetemos à Justiça.

Eu gostaria de, finalizando, agradecer a oportunidade que nos é dada, porque, desde a conclusão dos nossos trabalhos, eles têm sido alvo de críticas constantes, e nunca nos fora dada antes a oportunidade de trazer a público quais os elementos de convicção que nos levaram a essa conclusão e quais os elementos de convicção que nos afastam de outra. Então, ficam aqui consignados os nossos profundos agradecimentos. Estamos aptos para, com muita humildade, corresponder à expectativa de V. Exªs, respondendo a qualquer questão sobre o inquérito policial.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Dr. Armando Oliveira Costa pelo seu depoimento e pergunto ao Dr. Mazi se quer usar a palavra ou se V. Sª... Solicitaria que...

O SR. JOSÉ MAZI – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. José Mazi...

O SR. JOSÉ MAZI – Muito boa tarde, Srs. Senadores, senhores da imprensa e convidados, é com muita honra, representando o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa do Estado de São Paulo, que eu compareço a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para esclarecimento sobre inquérito do caso Celso Daniel. Juntamente com o Dr. Armando, desde as primeiras horas, quando houve o caso, fomos incorporados a uma força-tarefa.

Vou passar a uma pequena biografia minha. Meu nome é José Mazi, sou Delegado de Polícia desde 1990, mas já havia ingressado na Polícia Civil em 5 de janeiro de 1988, como escrivão de polícia. É a minha segunda passagem pelo Departamento de Homicídios. A primeira passagem foi entre 1992 e 1995, de onde saí para ficar cinco anos na Corregedoria da Polícia Civil, retornando então novamente ao Departamento de Homicídios.

Iniciei minha carreira obviamente num distrito policial da periferia de São Paulo, onde humildemente pude ter contato com favelas, pois o próprio distrito localizava-se numa área essencialmente fechada por favelas lá em São Paulo, era o Jardim Popular, região de Ermelino Matarazzo.

Quando do seqüestro – é algo importante na minha vida –, se for necessário eu relatar como aconteceu o caso Celso Daniel e certas circunstâncias que estão dentro dos próprios depoimentos dos interrogados por mim, por força talvez divina, posso dizer assim, eu estava presente naquele local naquela noite. Pois eu era o delegado de polícia plantonista pelas equipes sul do

DHPP e eu havia atendido a um primeiro local naquela região do 98 DP, Jardim Miriam, um homicídio simples, e em seguida fui chamado a atender a uma chacina, em que haviam falecido quatro ou cinco jovens. E o meu trabalho foi realmente demorado naquela região, o que também fez com que muitas viaturas policiais por ali trafegassem.

E há um depoimento importante aqui em que um dos marginais abandona exatamente o veículo onde Celso Daniel era transportado, por quê? Movimento forte de viaturas na região. Só que eu, atendendo a um local de homicídio, jamais tinha idéia de que havia ocorrido o seqüestro de Celso Daniel, exatamente na favela Pantanal, onde eu me encontrava.

Então, eu entro praticamente, por uma força estranha, vamos dizer assim, por uma força divina, neste caso a partir do próprio dia do seqüestro, pois eu estava na região. E quando do meu interrogatório a alguns dos seqüestradores, exatamente isto lhes chamava a atenção: a intensidade de viaturas policiais por ali.

Eu me coloco à disposição dos senhores. É a primeira vez que tenho oportunidade, junto com o Dr. Armando, de podermos explanar tudo aquilo que sabemos dentro desse caso em termos de inquérito policial, em que tivemos que calar silentemente perante o segredo de justiça que nos foi imposto. O que, também posso dizer, auxiliou-nos nas investigações, mas que, por outro lado, não permitia que rebatêssemos toda e qualquer informação infundada que era feita naquela oportunidade.

Estou à disposição dos Srs. Senadores e de quem for necessário para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecendo ao Dr. José Mazi o seu depoimento, passo a palavra ao eminente Senador Garibaldi Alves, Relator desta CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Armando, Dr. José Mazi, quais as conclusões que os senhores obtiveram sobre o caso, e, de forma sucinta, qual o embasamento técnico que os levou a essas conclusões?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Nós chegamos à conclusão de que Celso Daniel foi vítima de extorsão, mediante seqüestro, seguido de morte.

Vou tentar ser o mais sucinto possível, porque senão vou ficar aqui horas falando. Havia um plano para o seqüestro de um comerciante do Ceagesp que movimentava o que se acreditava grande quantia de dinheiro – posteriormente soube-se que não se tratava de grande quantia, mas de grande volume, era dinheiro picado, era cheque. E havia a pretensão de se abordar esse empresário, seqüestrá-lo e, daí para frente, aquilo que nós todos já sabemos.

No dia estabelecido, o criminoso encarregado de acompanhar o seu trajeto – trajeto esse que ele fazia toda sexta-feira e deve fazer ainda hoje –, misteriosamente ele perde o comerciante de vista, o que muda todo o plano da quadrilha. Sabe-se, hoje, que não foi por um mistério, foi por uma grande sorte desse comerciante e azar de Celso Daniel. Era aniversário desse empresário e, como ele ia descer com a senhora sua mãe para a praia, onde reside a noiva, em vez de ir com um veículo que ocupa, de forma apertada, três pessoas – para jantar, ir ao cinema, etc. –, ele passa primeiro no seu condomínio e troca de carro. Obviamente que o indivíduo que o perseguia viu o carro entrar, mas não viu o carro sair. Em determinada hora, abandonou-se essa pretensão e foi-se juntar com os demais integrantes do bando, que estavam ali nas imediações do Sacoman.

O objetivo era interceptar a caminhonete nas imediações da Avenida Bandeirantes quando cruza com a Ricardo Jafet, nas imediações.

Desistem... Encontram-se e desistem, mas deliberam por interceptar o primeiro carro importado que passasse por ali. Dessa feita, ali passa a Pajero conduzida por Sérgio Gomes e ocupada pelo Prefeito, e o grupo avança sobre esse veículo. Chocam-se, tiros, rajadas de metralhadora. O Prefeito sai do carro e pede: "Calma, calma, calma." Ele é, então, levado. Tentam retirar o motorista, mas a porta estava travada e não conseguem. O líder do bando, o Ivan, dá a ordem: "Vamos embora, porque já temos um na mão e o tempo está passando.".

Isso ocorreu no meio da via pública.

Muito bem. Eles rumam para a favela Pantanal, lá transferem o Prefeito da Blazer utilizada para o também Santana utilizado. Esse Santana segue para o Município de Juquitiba para um cativeiro, que, treze dias antes, abrigara um travesti, que também foi morto pela mesma quadrilha por não ter o dinheiro para pagar o resgate e, pelo mesmo motivo, para não serem reconhecidos – é simplesmente um parêntese. Levam para esse cativeiro e imprensa, e a quadrilha assistindo pela TV a toda aquela história. Durante o dia de sábado, a quadrilha delibera e dá ordem para esse criminoso, que foi encarregado de administrar o cativeiro: "Se livra do homem.". O que esse criminoso faz? Chama um adolescente, vai à noite ao sítio onde funciona o cativeiro, tira o Prefeito, mete no porta-mala, vai para uma estrada vicinal, tira ele do carro e dá oito tiros nele; sobe no carro e vai embora.

Dali, Santa Catarina, Paraná, Bahia, cometendo "n" crimes, sendo preso das formas mais corriqueiras

possíveis. Indaga-se: "Por que matou?" "Ah, porque eu entendi que 'se livra dele' era matá-lo". Isso é mentira, isso é mentira, porque eles são contumazes nesse tipo de procedimento. Eles matam as suas vítimas para não serem reconhecidos.

Só a título de ilustração, nós prendemos ontem um indivíduo. Nós, eu digo a Divisão de Homicídios prendeu um indivíduo, e temos o segundo qualificado já. Eles exterminaram cinco integrantes de uma mesma família de origem oriental para não serem reconhecidos, porque quem engendrou todo o plano era amigo de infância de uma das vítimas.

Absolutamente normal. Eles fazem isso mesmo, não há o menor respeito pela vida humana.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto aos senhores: quais as pessoas que foram indiciadas pelo assassinato do Prefeito?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Itamar Messias dos Santos, Ivan Rodrigues da Silva, Rodolfo Rodrigues dos Santos Oliveira, Elcides de Oliveira Brito, Marco Roberto Bispo dos Santos, José Edson da Silva e um adolescente, Laércio dos Santos Nunes. Se o senhor desejar, eu posso pormenorizar qual a função de cada um...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, não é necessário. Todos eles participavam dessa quadrilha. Eram integrantes dessa quadrilha.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Integrantes. A quadrilha em si é bem maior. O Dr. Edson de Santi, pelo Deic, fez um inquérito ou presidiu um inquérito que versa sobre a quadrilha. Ela é bem maior que essa, mas esses são os integrantes...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São os que participaram diretamente.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Exatamente, exatamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em depoimento prestado a esta CPI, o irmão do ex-Prefeito assassinado, Dr. João Francisco Daniel, afirmou que existem indícios no sentido de que o crime do Prefeito teve uma motivação, quer seja de ordem política, quer seja de ordem financeira.

O que os senhores têm a afirmar sobre essa versão?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Que ele não leu o mesmo inquérito que nós elaboramos, porque não há o menor indício da participação de outrem que não os já aqui nominados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa hipótese não foi levada em consideração pelos senhores?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Essa hipótese foi trabalhada no início das investigações, mas prontamente afastada no curso dos trabalhos, quando, aí sim, delimitou-se o norte da investigação.

Não há nenhum elemento nos autos. Não se trata de conjecturas, não se trata de suposições. São fatos. Não há nenhum elemento nos autos que indique a existência do crime de mando ou de outro elemento que não o esclarecido. Obviamente, nós não nos fechamos à hipótese de haver, mas, até o presente momento, inexiste nos autos qualquer coisa nesse sentido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Existem versões conflitantes de peritos sobre a morte do Prefeito. Os senhores poderiam nos falar sobre isso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – A versão conflitante da qual tivemos conhecimento pela imprensa foram as declarações do legista, do Dr. Delmonte, quando ele disse que...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Carlos.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Carlos Delmonte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Carlos Delmonte.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Carlos Delmonte, quando ele insiste em dizer que o Prefeito foi seqüestrado. Sinceramente, nós não entendemos... Torturado, desculpe-me. Infelizmente, nós não entendemos essa insistência dele, porque ele já havia cometido esse deslize anteriormente, e ele próprio, a própria Superintendência da Polícia técnico-científica esclareceu que, quando ele usa o termo "tortura", ele não se refere a essa tortura, por exemplo, que ocorreu nesta família: cinco pessoas mortas nesses dias com queimadura de cigarro nas mãos, chutes, braços quebrados. Enfim, ele se refere à tortura como um sofrimento torturante, como uma... sujeição da vítima a uma intensa agonia precedente da morte. No seu laudo, ele não cita tortura em nenhum momento e ele próprio, no passado, ou seus superiores, esclareceram essa questão. Não houve tortura, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É do conhecimento dos senhores que ele afirmou textualmente, ele, o legista, o Carlos Delmonte, que, "após ter dado uma entrevista suscitando essa hipótese, perdi o meu cargo, mas foi porque reclamei de várias coisas durante uma reunião". Ele descarta a hipótese de ter perdido o cargo por conta dessas afirmações. "Só fui punido porque falei demais."

Eu pergunto ainda: os senhores se sentiram pressionados ou compelidos a conduzir a investigação dentro de alguma versão? Houve alguma gestão no sentido de influenciar a marcha das apurações procedidas pelos senhores?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Absolutamente. Tivemos ampla liberdade e total apoio. Desenvolvemos as investigações de forma imparcial, de forma transparente; não sofremos qualquer tipo de pressão em nenhum sentido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Delegado-Geral da Polícia Civil, Marco Antonio Desguado...

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Desgualdo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...confirmou, no fim de agosto, a reabertura oficial das investigações sobre o caso do Prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Pergunto: os senhores concordam com a reabertura do inquérito? Quais elementos novos levaram o Delegado-Geral da Polícia Civil reabrir o caso?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Se V. Ex.ª me permite eu gostaria de não comentar uma decisão dos meus superiores.

Sei que foi a pedido da família da vítima, contando com o apoio do Ministério Público de Santo André. Novos fatos, eu não conheço, uma vez que, ao término das investigações, nada de novo havia sido agregado.

Investigações que, em autos apartados, tentaram, em um primeiro momento, angariar elementos para outra motivação, para outra... Encerramos da mesma forma, não tem. Agora, pela segunda vez, eles tentam novamente. Vamos ver se consigo me aposentar sem...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Ministério Público do Estado de São Paulo vem investigando fraudes em licitações e contratos de prefeituras para a limpeza de lixo, conhecida como "máfia do lixo".

O senhor tem informações a trazer para esta CPI sobre a atuação dessa "máfia", se surgiu alguma hipótese de envolvimento dela nos episódios que os senhores apuraram, no episódio do crime?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Nenhuma. Não houve envolvimento algum.

Temos o mais profundo respeito pelo Ministério Público, temos um relacionamento pacífico, temos um trabalho conjunto. Acredito que, para certas investigações, o trabalho conjunto é fator indispensável para o seu sucesso.

Óbvio que quando falo o trabalho conjunto é cada qual na sua esfera de competência, mas nada há entre os casos de corrupção de Santo André e o crime que vitimou o Prefeito Celso Daniel, em que pese os Srs. Promotores de lá, de forma até deselegante, insistirem nesse sentido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eles insistem, alegando o quê?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Que a "máfia dos ônibus" e toda essa questão teriam motivado, desencadeado o assassinato; foi a versão que o Sr. João Francisco colocou aqui, com V. Exªs, quando ouvido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não considera essa hipótese de maneira nenhuma?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não há, nos autos, qualquer indício que afaste para o crime de extorsão mediante seqüestro, seguido de morte. Mesmo nas investigações em autos apartados, que desenvolvemos até meados de 2003, não há.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu também pergunto ao senhor o seguinte: nós temos aqui, como objetivo desta CPI, apurar o envolvimento dos jogos com a corrupção. Quer dizer, a promoção da corrupção via os donos de bingos, de jogos.

Os senhores também não chegaram a constatar nenhum indício com relação à presença dessa Máfia também?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, Exª. Nós não...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum?

O SR. ARMANDO OLIVERIA COSTA – Nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum indício?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Nenhum indício.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem mesmo com relação a lavagem de dinheiro?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não. Nós nos preocupamos exclusivamente com a questão da morte.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os senhores não têm nenhuma contribuição a nos dar sobre o sistema de corrupção?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Infelizmente não, Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Ministério Público do Estado de São Paulo trabalha com a hipótese de que Celso Daniel sabia que o esquema de corrupção existia e se revoltou contra ele quando constatou que os recursos não eram utilizados apenas para financiar o PT, mas também para enriquecimento dos operadores do sistema, e por isso foi assassinado.

Essa versão continua sendo descartada desde o primeiro inquérito policial?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca foi...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Outras motivações que não o simples seqüestro, nós trabalhamos com essas hipóteses no início das investigações. Mas nós concluímos pelo crime patrimonial. Então, toda essa *mise-en-scène* realmente não faz parte dos elementos que nós colhemos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundo o depoimento do Dr. João Francisco Daniel nesta CPI, esse esquema de corrupção seria comandado por Klinger de Oliveira Souza, então Secretário da Prefeitura de Santo André, Sérgio Gomes da Silva, conhecido como Sombra, e o empresário Ronan Maria Pinto.

Pergunto: quais os elementos existentes sobre o envolvimento de cada um desses senhores no assassinato do Prefeito?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Envolvimento no crime, nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Nenhum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não houve nenhum indício de participação?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – De forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** O Sombra não tem nada a ver com o crime?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Segundo nós apuramos, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** E o senhor sabe explicar por que os assassinos se limitaram a levar o Prefeito e deixaram o Sombra, que estava no mesmo carro?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Porque o Prefeito abriu a porta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Mas com a porta aberta, não levariam o outro?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não senhor. Aquele veículo, se o senhor destrava a porta do motorista, destrava as quatro portas. Se o senhor destrava a porta do acompanhante, só aquela porta é aberta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Mas não foi aberta a porta do motorista?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não senhor, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Ele não vinha dirigindo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Ele vinha dirigindo, travado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) **–** E ele saiu pela outra porta?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, após concluída toda a ação, ele saiu do carro e pede ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) **–** Mas ele saiu por qual porta?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Pela porta dele. Ele destrava a porta...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) **–** Quando ele sai destrava todas?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não. Sim, mas ele sai já concluída a ação criminosa. Ele aguarda os criminosos se afastarem.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente. O Presidente está citando que o Celso Daniel estava dirigindo.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, não, desculpe-me, Exª. Quem dirigia era o Sérgio; o Celso Daniel era o acompanhante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – E por que é que o sombra está preso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Ele não está mais preso por força de uma liminar concedida pelo STF, mas ele foi preso após o Ministério Público denunciá-lo como mandante do crime.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – E o senhor descarta essa hipótese?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Digo que, no nosso inquérito policial, não há nada que vincule...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – De acordo com os autos, não é isso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – De acordo com os autos, nada há.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Delegados, o empresário Ronan Maria Pinto, proprietário de uma frota de ônibus e de uma empresa de lixo, a Rotedali, foi acusado, em processo em Santo André, de alterar a tonelagem do que realmente coletava.

Pergunto: os senhores têm conhecimento de como se processava esse esquema de corrupção?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não senhor, Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os senhores lembram se o Sr. Rogério Buratti foi citado em algum depoimento sobre o caso, principalmente quanto ao envolvimento da máfia do lixo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Esse nome nos é estranho, Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem conhecimento?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, não; não tenho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em algum momento do inquérito policial, conduzido por V. Sªs, foi citado o nome do Sr. Delúbio Soares?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem enquanto ao Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Em momento algum.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Dr. João Francisco Daniel afirmou que existia um esquema de caixa dois nas campanhas do PT. Os senhores identificaram, para efeito de apuração da morte do Prefeito, quem eram os operadores desse esquema? Existia alguma relação?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, inclusive o que Sr. João Francisco nos fala é uma coisa absolutamente diversa do que ele hoje externa. Se os senhores permitissem, o Dr. Mazi poderia explanar melhor qual o teor da oitiva dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** O que ele dizia quando?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Peço que deixem os documentos na CPI...

O SR. JOSÉ MAZI – Não, eu ia só sintetizar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas eu gostaria, Sr. Presidente, se me permite, que ele fizesse só uma síntese.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) **–** Pode fazer uma síntese. A leitura que era...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Realmente, a leitura não...

O SR. JOSÉ MAZI – Basicamente, o João Francisco Daniel foi ouvido por mim e pelo Dr. Armando em 7 de fevereiro do ano do 2002. Ou seja, as nossas investigações estavam em pleno andamento.

Naquela oportunidade, ele não nos informou sobre nada que pudesse estar envolvendo qualquer esquema de corrupção na cidade de Santo André. O depoimento encontra-se em minhas mãos, e posso passá-lo posteriormente a V. Exªs para uma análise, inclusive os autos inteiros das nossas oitivas estão aqui exatamente para esse tipo de explicação.

A relação dele com o irmão, para ser bem claro, não era estreita. Eles tinham rompido, politicamente falando, há um certo tempo, exatamente porque Celso Daniel era um integrante, era um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Não existia um relacionamento muito bom entre eles nesse sentido político. Disse-me, na época, o próprio João Francisco que o relacionamento de irmão para irmão tinha sido inalterado, mas percebemos que era pouco o contato entre eles. Inclusive há relatos de que ele nunca tinha visitado o Celso Daniel no apartamento onde ele residia, em Santo André. Isso posso afirmar peremptoriamente a V. Exªs. Está dentro desse relato aqui, que é o primeiro que ele faz.

Ele foi indagado inclusive sobre qualquer situação, se ele tivesse qualquer notícia que pudesse levar à autoria do crime. E ele nega, e isso já desde as cerimônias fúnebres. E ele veio a esta Casa e disse que, pouco depois da morte de Celso Daniel, ele já ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nesse depoimento, qual é o dia que o senhor falou?

O SR. JOSÉ MAZI – Ele é do dia 7 de fevereiro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E qual foi o dia do assassinato?

O SR. JOSÉ MAZI – Foi dia 20 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – 20 de janeiro.

O SR. JOSÉ MAZI – Perfeito, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Que outra pessoa da família foi ouvida?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Todos. Exceção feita à viúva, não é Mazi ?

O SR. JOSÉ MAZI – A mãe.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – O Bruno também foi ouvido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que os senhores afastam qualquer possibilidade de componente de ordem política no crime que envolveu o Sr. Celso Daniel?

O SR. JOSÉ MAZI – Tudo que há nos autos indica o contrário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E também em defesa de interesses escusos por parte das pessoas que teriam cometido esse delito em função disso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Nós apuramos que ele foi vítima de uma extorsão mediante seqüestro e foi morto em razão ...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a reabertura do inquérito policial, os senhores acham que não vai levar a nenhuma nova conclusão?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Eu não sei, Exª. Eu não torço nem para uma coisa nem para outra, eu sou imparcial. Se tiver alguma coisa ela tem

que vir à tona efetivamente e se não tiver não tem. Agora, não pode forçar nem uma coisa nem outra. Não pode haver parcialidade, não pode haver obsessão de ninguém. Eu sou imparcial; infelizmente, alguns não são.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Relator, V. Exª me permite?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O que motivou a reabertura do inquérito por parte do Ministério Público além das declarações do irmão do Celso Daniel? Há algum fato que eles tenham descoberto, alguma coisa nova que os senhores não tenham percebido? Por que, que dizer, só – só, não, porque seria uma motivação também – pela insistência da família ou surgiu alguma coisa nova?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Exª, que eu saiba, pela insistência da família, que levou, parece, um dossiê, um papel que acharam na casa do Prefeito e acharam que isso era o suficiente. Alguma coisa nesse sentido, nada de relevante, nada de ...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Relator, os senhores já tinham estado no apartamento do ..., quer dizer, não tinham visto esse papel?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, o apartamento foi objeto de uma busca e apreensão efetuada pela Polícia Federal. Não por nós, porque havia uma força-tarefa de HPP, Polícia Federal e ...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E eles, na ocasião, não haviam identificado nenhum documento que pudesse indicar assim algum outro tipo de encaminhamento?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, e eu também... E, no meu modesto entender, não sei por que um dossiê leva à morte. Eu não consigo, exceção feita avançando para as conjeturas: "ok, vamos criar aí um ..." mas o que de concreto?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque o fato levantado aqui na CPMI, no depoimento, no rastro do que o Sr. Relator colocou, era no sentido de que o Prefeito teria descoberto essa questão da propina, do dinheiro e que esse dinheiro não estaria indo para o Partido, que estaria sendo embolsado por pessoas e que ele estaria construindo, com base nisso, um dossiê, de uma certa forma, para se precaver. E as pessoas, sabendo disso, mataram-no e foram à procura desse dossiê, que não teria sido encontrado. De acordo com João Francisco, o *laptop* teria sido roubado, porque não estaria lá. Então, até fico pensando como o dossiê surgiu.

O *laptop* não foi roubado de acordo com o depoimento?

Bom, de qualquer forma, foi o que foi dito aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Seguindo o raciocínio do Senador Flávio Arns, as apreensões que foram feitas no apartamento do Sr. Celso Daniel, nenhum documento desses foi anexado aos autos?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, ficaram nos autos da Polícia Federal, que, depois...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas isso se encontra nos autos hoje da Polícia?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – No meu, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vocês concluíram sem se as apreensões? A conclusão foi feita sem as apreensões existentes?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Exª...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou dizendo porque vocês foram verificar o crime.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, não, não. Eu desconheço se houve apreensões. Eu conheço a diligência, mas não as apreensões. A minha memória é bem objetiva nesse sentido. A Polícia Federal não nos comunicou sobre apreensão nenhuma. Só de uma secretária eletrônica.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os senhores tiveram acesso ao documento final da Polícia Federal. Houve, de acordo com testemunhas, uma força-tarefa, designada pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, envolvendo algumas delegacias e a própria Polícia Federal, inclusive a Câmara dos Deputados, porque o Deputado Eduardo Greenhalgh foi para lá, oficialmente, pela Câmara dos Deputados, e houve uma força-tarefa.

As informações dessa força-tarefa foram, de alguma forma, em algum momento, observadas em conjunto?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Observadas, sim, mas não feitas em duplicidade; mas não registradas em duplicidade, não. O que era produzido lá, era lá...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas os senhores tiveram conhecimento das conclusões...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – **Pari passu**.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente. Era isso o que eu queria saber. Os senhores tiveram conhecimento **pari passu**, no detalhe...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Absolutamente. O trabalho foi absolutamente coeso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Está me ficando uma dúvida, junto com as perguntas do Senador Flávio Arns. Quer dizer, o dossiê, trazido pelo irmão do Prefeito, então, nunca chegou ao conhecimento da Polícia de São Paulo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Durante todo o processo até o final, não chegou?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na Polícia Federal, ele fez entrega desses documentos. O senhor também não sabe informar?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não sei informar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que não houve muita...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não nos foi comunicado nada nesse sentido, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Armando, só uma dúvida: entre o relacionamento que existiu entre a Polícia Federal e V. Sªs, quer dizer, houve alguma conclusão por parte da Polícia Federal ou a Polícia Federal deu subsídios? Que subsídio deu a Polícia Federal, já que havia uma força-tarefa para a conclusão desse inquérito? Seria assim a palavra certa?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Houve alguma informação, ou simplesmente a Polícia Federal não deu essa informação, achou desnecessário, não sei.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, eu desconheço qualquer depoimento nesse sentido na Polícia Federal. Ela, sim, colaborou muito. Duas prisões foram feitas, em Vitória da Conquista, por mecanismos de tecnologia que aqui não vem ao caso pormenorizar, mas tudo isso mediante a inestimável colaboração da Polícia Federal, que, efetivamente, em determinado momento, encerra o seu inquérito, porque nada mais há para fazer, haja vista a inexistência da conotação política no assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quanto tempo levou o inquérito da Polícia estadual?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – De qual Polícia, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Da Polícia de que V. Exª faz parte.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Perfeito. Nós encerramos a primeira fase em 28 de março. Então, de 20 de janeiro a 28 de março.

O SR. JOSÉ MAZI – Sessenta e oito dias.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu gostaria de perguntar também mais um pouco. Diante...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O que significa primeira fase? Houve outras fases depois?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Essa fase foi conclusiva?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, senhor, foi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por que teve outra parte?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Porque o Ministério Público requereu que se buscasse um eventual crime de mando, através da vinculação da quadrilha de Dionísio Aquino Severo, que é um criminoso que fugiu do presídio de helicóptero, uma coisa meio cinematográfica. Nós investigamos e concluímos que não. Essa é a segunda fase.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu gostaria de esclarecer: se houve todo esse trabalho e essa diligência, que V. Exª falou que foi de comum acordo com a Polícia Federal, a que o senhor atribui, então, o empenho da família e do próprio Ministério Público na reabertura e na condução em outra direção dessa questão do inquérito?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Excelência, eu posso falar por mim, pela minha imparcialidade, pela minha transparência. Se agora acham que é essa a versão e querem investigar, investiguem, não tem problema. Torço para que cheguem a algum resultado, mas que o façam de forma transparente, de forma profissional e de forma imparcial.

Agora, o que os move é uma coisa um pouco subjetiva demais. Eu não sei informar. Eu não tenho...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Não sugiram fatos novos?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Fatos?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Algum dado novo que pudesse colaborar?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não. Ao contrário, Excelência. Nós acompanhamos a divulgação de fatos na mídia absolutamente distorcidos do que constam aqui. Eu ouvi o absurdo de que o empresário do Ceagesp não foi localizado, de que ele não existe. Meu Deus do Céu, eu dou o endereço dele, dou o nome da noiva dele, dou a placa do carro dele para o senhor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O irmão do Prefeito, que é médico, apresentou fotografias que demonstravam que a forma da morte teria sido uma morte por, um termo que a Polícia usa, esculacho.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Esculacho.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, isso afastaria a hipótese da extorsão, de um seqüestro comum. É isso que eu gostaria de saber.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – De forma alguma. Volto, a título de exemplo, a essa família morta no domingo. Foram mortos a tiros, pancadas, tortura, estrangulamento e, depois, para encerrar, puseram fogo nos cadáveres. Dois anciãos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Durante a investigação da Polícia Civil de São Paulo, não houve nenhum indício ou algo que levasse a crer que pudesse haver uma quadrilha, de que o próprio Prefeito estivesse tomando conhecimento, que tivesse preparado esse tal dossiê para se defender? Uma quadrilha que estaria agindo junto a empresas de ônibus e de lixo, de onde estaria sendo retirada uma quantia mensal para o PT? Isso também não foi constatado?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não nos preocupamos com a questão corrupção. Todas essas pessoas citadas pelo Sr. Relator foram exaustivamente investigadas – esse pessoal de Santo André que orbitava ali. Contatos, telefonemas, tudo muito bem analisado, vários pormenores, todos até meio sigilosos, porque dizem respeito à vida particular deles, mas com relação ao homicídio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há algum indício de que essas pessoas que foram mortas depois do crime tenham ligação com o fato?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Seis pessoas foram mortas após o homicídio, após a extorsão mediante seqüestro do qual foi vítima o Celso Daniel. Dessas seis mortes, três ainda estão em trâmite lá, conosco, no Departamento de Homicídios.

A morte do próprio Dionísio Aquino Severo, que é o que fugiu de helicóptero, está lá conosco. A autoria desse crime já está estabelecida e ela gira em torno da disputa entre facções criminosas dentro dos presídios – inclusive há confissão, já, do mandante, os executores foram identificados.

Temos outro pelo DHPP, que é a morte do investigador de polícia, do Otávio Mercier. Por quê?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) - E o garçom?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) - E o garçom?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – O garçom, inclusive, foi ouvido na época do nosso inquérito. Foram ouvidos o garçom, o **maitre**, o que cuida dos vinhos, o gerente e o manobrista.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o que mataram.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – E o garçom...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foram dois garçons, não é?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – O garçom que morreu, o que serviu a mesa dele morreu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o testemunha, o outro?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, o outro. O garçom que morreu estava sendo perseguido para ser roubado, bateu com a moto, deu com a cabeça no poste, fraturou a cabeça e morreu. Não levou um tiro sequer. Latrocínio, Excelência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) - Quer dizer, a resposta de V. Sª é a seguinte: esses mortos nada tiveram com o crime?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nada, nenhum só, todos os seis? Inclusive, o Sr. João Francisco disse aqui que não foram só seis mortos, que chegariam a nove. O Ministério Público teria...

E aquela carta, daqueles presos? Acho que um motivo que está reabrindo o processo é a questão da carta que foi escrita por um detento, contando detalhes, que inclusive está com segurança máxima, sob controle. Existe a carta, publicada pela imprensa, e está sendo esse o motivo da reabertura pelo Ministério Público. Quer dizer, é bem esse o fato que está gerando essa abertura do Ministério Público: um detento que deu a informação precisa, com detalhes de tudo que aconteceu. Essa é a nossa dúvida.

O Ministério Público, segundo o próprio Ministério Público, é esse o motivo que está reabrindo. São esses os detalhes de que talvez V. Sª não tenha conhecimento. Não sei. Não está nos autos, não é? Acho que não existe.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não existe nos autos, não é?

O SR. JOSÉ MAZI – Existe um relato apenas no interrogatório desse detento. Eu conheço...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fale no microfone, por favor.

O SR. JOSÉ MAZI – Pois não. Desculpem, Excelências.

Nós temos o interrogatório que foi feito por esse detento. Eu sei quem é o detento, ele está em meu nome, e, naquela época, nada foi relatado por ele quanto a isso que veio a público, através dessa carta colocada na imprensa. Na época dos fatos, foram feitas diversas indagações a ele e nada que levava a essa resposta.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Se V. Exª permite.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fique à vontade.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Eu não quero, aqui...vou só... Dos cinco que participaram do seqüestro, porque dois são do cativeiro. Eu acho que se, nesta sala, nós entabularmos uma versão para alguma coisa e, dentro de um mês, formos inquiridos de forma isolada, nós narraremos aquilo que compactuamos, mas, com certeza, com grandes distorções. E aqui temos os senhores, do mais alto grau intelectual e cultural.

Senhores, os cinco indivíduos que nós prendemos são quase que limítrofes. Um deles cheirava cocaína com colherinha, no café da manhã. Eles mal articulam a palavra. É uma cena até um pouco... porque eles são bem... é meio complicado. Eles não se entendem direito, têm um raciocínio muito limitado, e todos ofereceram exatamente a mesma versão para o caso.

Agora, anos depois, depois de tanto barulho, de tanta insistência, até eu, que sou neto de português, veja bem ...extorsão mediante seqüestro, seguida de morte – 24 a 30 anos. Homicídio qualificado – 12. Porra, até eu troco. Isso aí é uma coisa... Não sei por que os outros não fizeram ainda. Talvez porque não tenham nem dinheiro para pagar um advogado para orientá-los. Aliás, se foi crime de mando mediante paga, seria bom que se soubesse onde está o dinheiro, não é? Porque as esposas desses criminosos estão na favela.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós não estamos descobrindo nem o dinheiro da corrupção do País, quanto mais esse aí! Não é fácil o senhor levantar essa questão. Onde está o dinheiro caberia à Polícia e não aos Senadores. Não estamos conseguindo, nas CPIs, que são várias, descobrir o dinheiro, e são bilhões – aí é muito dinheiro e não estamos conseguindo –, imaginem do jeito que está a criminalidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E qual é o papel da Polícia, senão descobrir?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, o que eu quis dizer, Senador, é que se houvesse dinheiro alguém deveria estar usufruindo dessa quantia e não enfiado, ainda, dentro da favela do Pantanal, morando de favor na casa do pai, trabalhando como empregada doméstica a R$50,00 a diária. Foi nesse sentido que eu coloquei a questão do dinheiro. Se foi mediante paga, onde é que está o dinheiro, que todos estão vivendo de uma forma paupérrima? Foi isso. Desculpe-me se me fiz entender mal. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim morais. PFL – PB) – Muito bem.

Sr. Relator, quer fazer alguma pergunta?

Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo agradecer a presença dos dois delegados que participaram deste inquérito. Creio que foi muito clara a exposição dos senhores.

Pelo que entendi, foram três frentes de investigação simultâneas – Polícia Civil, pelos senhores, Polícia Federal e DHPP, o outro braço de investigação –, determinadas pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado, e com absoluta isenção.

V. Sªs afirmaram que não houve nenhum tipo de pressão de ordem política ou de qualquer natureza sobre as investigações. Foi o que pude ouvir.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Um ponto que nos marcos muito no depoimento do Sr. João Francisco Daniel – de que eu gostaria muito que os senhores voltassem a falar – foi a história da tortura. Ele se baseou num laudo pericial que não nos foi apresentado por razões de sigilo de Justiça, segundo foi dito pelo Sr. João Francisco Daniel, para que não houvesse prejuízo das investigações.

Então, eu gostaria de um comentário do Dr. Armando sobre isso. V. Sª já expôs, mas eu gostaria que ficasse mais claro ainda. Nas suas convicções, no acompanhamento das etapas, parece-me que o senhor se referiu a posicionamentos distintos do perito sobre essa matéria.

Então, eu gostaria de ouvir para ficar mais claro o entendimento, porque foi um ponto, para nós, muito delicado: se houve tortura, no sentido amplo de tortura, de maus-tratos, de tentar extorquir informação. Tentava-se vincular que a tortura teria como propósito que ele falasse sobre documentos, sobre dados que dissessem respeito à corrupção. Era o que se envolvia nos comentários com o Sr. João Francisco Daniel.

Então, eu gostaria de lhe pedir para comentar novamente, de maneira mais clara, esse ponto.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Pode falar.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, estou só procurando uma pequena observação minha, só para poder instruir melhor.

O legista Carlos Delmonte deu uma declaração à imprensa e nela ele utilizou o termo tortura. Mas, ao utilizar o termo tortura, ele o utilizou no sentido lato da palavra; ele o utilizou como querendo dizer que a vítima passou por momentos de terror antes e durante a execução. A vítima vislumbrava a sua morte iminente e passou por momentos de terror. Então, a tortura a que ele se refere é essa.

Quando ele deu essa declaração, eu o chamei – o Dr. Greenhalgh, inclusive, estava junto também: "Mas, escuta, como é que você vem me falar em tortura no Brasil de hoje? Pelo amor de Deus, o que você quer dizer?" E foi exatamente: "Não, não é tortura de queimar com cigarro ou de dar pancada para fornecer informação." E ele mesmo nos relatou isso: tortura como um momento de terror, de intenso sofrimento antes e na iminência da sua morte.

Muito bem, depois, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica vem a público e diz exatamente isso em 2002. Ou seja, a tortura que ele utilizou é nesse sentido. Não há qualquer indício de tortura como um mecanismo para se obter informação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tortura como? Com cigarro? Ele usou?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, não, não. Não há nada nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixe-me levantar uma questão aqui, para que ele explique, até porque eu não entendo, sou engenheiro.

Foram entregues pelo Sr. João Francisco estas fotos, que lhe vou passar às mãos, com a observação de que elas não pertencem a mim, mas à CPI, onde aparecem marcas de tortura, onde aparecem novamente outras marcas e, aqui, mais outras marcas, que não sei do que se tratam. V. Sª poderia informar à CPI? Porque nós as recebemos e não tivemos uma explicação.

Disse o Sr. João Francisco no depoimento que essas foram as pequenas; as outras não haveria condições de trazer, porque qualquer cidadão, mesmo que não conhecesse o Celso, cairia no choro, não iria suportar. São marcas como se fossem queimaduras. São cortes profundos aqui na coxa. Isso foi deixado aqui pelo Sr. João Francisco, numa prova, segundo ele – não nossa –, de que o seu irmão haveria sido torturado.

Foi a assessoria que me lembrou que eu passasse, para observação dos senhores, o documento que pertence, hoje, à CPI. Só para tentar reforçar a dúvida do Senador Tião.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Com certeza, me ajuda na pergunta.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Veja bem, uma ação violenta dessa natureza traz, inerente, uma série de conseqüências.

O senhor cair no chão e dar uma pancada... mas aqui parece que a pele da cabeça foi rebatida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom, eu não sei se foi rebatida.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então o senhor acha que o irmão da vítima montou essa...

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, eu acho que aqui é ferimento de entrada do projétil. São três projéteis, três entradas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas aqui há quatro e, aqui, mais uma: cinco.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Mas esses ferimentos não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E este aqui?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Arredondado, é o cano quente de uma arma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, houve tortura.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, ele foi empurrado com a arma, após o disparo, para embarcar na Blazer. Isso o próprio autor dos disparos fala. Há duas marcas dessas, marcas circulares. Era uma arma israelense...

O SR. JOSÉ MAZI – Uma uzi.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Uma mini-uzi nove milímetros, absolutamente compatível o diâmetro com o tipo de lesão.

Aqui orifício de entrada, orifício de entrada, orifício de entrada de projétil.

Esse tipo... Queda no chão, alguma coisa nesse sentido, não posso dizer.

E aqui não sei precisar porque não estou... Parece-me que o couro cabeludo foi rebatido; eu não sei, porque aqui foi durante a necropsia.

Essas duas facilmente tratam disso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa foi na necropsia também.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Essa foi na necropsia, sim. Sim.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sou eu ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Outro ponto que eu perguntaria aos senhores é sobre essa situação da saída do helicóptero com o Sr. Dionísio, onde entrou,

por estar próxima, uma pessoa que não estava programada para entrar no helicóptero, de nome Feitosa. O que iria sair com o Dionísio, que era ligado a um plano de fuga do presídio, não o fez, não conseguiu chegar a tempo, e depois há uma informação prestada no entorno dessa investigação, que tem prosseguido, de que haveria afirmação do Sr. Feitosa de que iria falar de acordo com os doutores e que os doutores seriam os promotores. Os senhores têm conhecimento disso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu gostaria de ouvi-los, por favor.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – O Dionísio Aquino Severo, ele fugiu um dia antes do seqüestro do Prefeito. Eu vou dar rapidamente como foi a coisa.

Tentaram – e até hoje tentam – vincular a quadrilha do Pantanal à quadrilha dele. Até onde nós investigamos...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Quadrilha do Dionísio?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Quadrilha do Dionísio. Até onde nós investigamos, inexiste essa ligação.

Pois bem, vamos ver.

O Dionísio arquitetava essa fuga já há alguns meses atrás. Conseguiram o dinheiro – porque o helicóptero tem que ser pago. Muito bem. Os encarregados da locação dessa aeronave me promovem uma festa, uma orgia, e consomem o dinheiro em entorpecentes, e essa fuga, que era para ser antes do Natal... Veja bem: o que estou falando é o que o próprio Dionísio falou e que os outros presos também falam, está aqui: a fuga era para ser antes do Natal e não na véspera do... Foi postergada para quando conseguissem novo recurso.

Muito bem. Conseguiram. Ele pediu dinheiro emprestado para a tia – nunca vi crime de mando para o pessoal não ter dinheiro, mas tudo bem. Ele pediu dinheiro emprestado para a tia dele. Fugiram, ele vai para a casa de um, os demais vão para a casa de outro, entre eles o Feitosa – quem é o Feitosa? O preso que originalmente iria fugir com o Dionísio, chega na hora ele amedronta e não vai. O Feitosa aproxima-se e pede: "Deixa eu ir junto?". "Tudo bem, sobe aí e vamos". O Feitosa sobe junto, não tinha intimidade.

Aí vai cada um para seu lado e o Dionísio acaba sendo preso lá no Nordeste quando tentava roubar uma joalheria. Recambiado para São Paulo, foi encarcerado no CDP de Belém 2 e lá restou morto por ordem do Cesinha e executado por dois criminosos, agora não vou me recordar do nome. Isso tudo no papel, tudo direitinho.

E surge-me o preso Feitosa. Ele diz que o Dionísio saiu para fazer um crime envolvendo um peixe grande, que ia entrar muito dinheiro e não sei o quê. Eu falei: "Peixe grande é uma coisa, mas prefeito é outra." "Não, não, era o prefeito." Então, tudo bem, era o prefeito. Não tem problema nenhum, era o prefeito.

A data que ele dá... Na evolução da sua oitiva, ele fornece dados que, depois, se comparados com toda a seqüência de horas, de datas, torna o que ele falou absolutamente inverossímil. Pessoas que ele cita como presentes, quando Dionísio fala uma coisa, entrevistadas, negam e, finalmente, um fato muito interessante: esse preso é jurado de morte por todas as facções criminosas atuantes nos presídios do Estado de São Paulo. Então, ele precisa de favores para permanecer vivo e abrigado no local onde a sua integridade física seja resguardada.

Então, por vezes, pessoas nessas condições acabam falando o que interessa a alguns ouvir. Basicamente é isso, Excelência.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Última pergunta. Ainda na anterior eu lhe perguntaria mais. E essa afirmação de um possível entendimento com os promotores, o senhor tem conhecimento?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não entendi, Excelência.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – A afirmação do que ele iria dizer estaria vinculado à promotoria, o senhor não tem conhecimento disso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – A promotoria?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Do Feitosa. O senhor não teve conhecimento disso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Ele falou primeiro à Promotoria tudo isso e depois a Promotoria o trouxe até a Polícia Civil.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, lhe pergunto. O senhor foi ouvido pelo Governador Geraldo Alckmin, que afirmo com muita clareza, no meu entendimento, agiu com absoluta lisura, responsabilidade pública, com dignidade na elucidação desse caso, determinando que o aparelho de Estado procurasse esclarecer para tentar proteger, enquanto havia tempo, a vida do Prefeito Celso Daniel, assim também o fez o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso à época e o Secretário de Segurança. Tenho absoluta clareza disso. Quando ele procurou ouvi-lo pessoalmente foi no sentido de ficar completamente convencido do inquérito feito por V. Sª, no que diz respeito ao Dr. Celso Daniel. É isso mesmo ou houve

alguma coisa mais que seja do interesse da CPI o senhor informar.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Tive a honra de ser sabatinado por ele logo no início dos trabalhos onde várias eram as linhas em desenvolvimento. Não havíamos fechado, não havíamos achado um norte e trabalhávamos com várias hipóteses com o crime político, o crime de mando e foi nessa fase ainda que tive a honra de ter esse contato com ele quando ele disse vá em frente, desenvolva o que for é.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Concluo, Sr. Presidente, com uma pergunta que é de interesse de todos. Para nós do Partido dos Trabalhadores é muito importante que não paire qualquer dúvida para a sociedade brasileira no que diz respeito a esse crime. Foi algo dramático para nós, perdemos um dos quadros mais importantes da nossa história do partido, um homem da maior dignidade, um homem que tinha grande capacidade de gestão e muito a contribuir com a história do País. Então, pergunto-lhe, como leigo que sou, não sou da área policial e sim da área médica, aquele episódio do carro fechar o outro e ele abrir a porta, um carro com aquela capacidade, com aquele vigor de motor, não lhe trouxe dúvida adicional sobre o motivo da porta ter aberto, por que o carro falhou ali, por que o carro não respondeu, se tinha uma arma dentro por que o Sr. Sérgio, que era segurança não usou a arma, por que não houve uma ação de orientação para ele não abrir a porta? É uma pergunta de leigo que, acho, está na garganta de qualquer cidadão brasileiro que acompanhou aquilo. Gostaria de ouvi-lo.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Quantas testemunhas no local nós ouvimos?

O SR. JOSÉ MAZI – São mais ou menos dez.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – O que vou falar aqui é corroborado por mais de dez pessoas que ou residem ou por ali passavam e pelo Sérgio Gomes também, que foi ouvido duas vezes e os próprios marginais que narram exatamente isso.

A Blazer interceptou a Pajero, conduzida pelo Sérgio Gomes, os seus ocupantes desceram já efetuando uma primeira seqüência de disparos. O Santana estaciona logo após, um motor mais fraco, chega segundos após. Não se sabe por que o Prefeito abre a sua porta. E ele abriu a porta. Por que ele abriu a porta? Porque só a do acompanhante abriu, senão a do condutor também estaria aberta.

Há a questão da marcha. Ele pôs a marcha, a Pajero morreu e não conseguiu mais andar. "Ah, mas a montadora diz que acontece isso, e o perito diz que não acontece". E ficou aquela celeuma toda envolvendo isso. Ele próprio, na sua segunda oitiva, narra da forma mais simples e humilde, a coisa mais esperada de qualquer ser humano que se submete a um choque desses, porque levar uma rajada de 9 mm no vidro do seu carro não é brinquedo. Ele diz: "Olha, a bem da verdade, eu não me lembro muito bem de nada. Eu estava apavorado, tinha tomado uma garrafa de vinho, e a questão de pôr marcha, não pôr marcha, se bati a mão, se não bati, eu sei lá. Estava era com medo mesmo. O Celso abriu a porta". Esse fato é confirmado. O Celso abriu a porta.

A arma. A arma estava dentro da valise no banco de trás. Ele não tinha tempo e nem condições de torcer o corpo para retirar. Ele o faz depois, inclusive efetua um disparo, embora ele não se lembre. Eu não me lembro. Que eu estava com a arma na mão, eu estava.

Basicamente é isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual foi a hora do crime?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – O arrebatamento, 23:15.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Essas dez testemunhas não eram pessoas que estavam passando naquela hora ali não?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Algumas sim, e a maioria residentes, que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o residente deu tempo de ver isso, esse detalhe de milímetro, o cara resgatar o cidadão. É que não estou levantando dúvida do trabalho dos senhores. É que, como disse o Senador Tião Viana, não dá para entender aquele detalhe do Sombra estar dentro do carro. Eu acho que essa gangue era assim principiante, só pode ser inocente esse pessoal, porque como é que tem duas pessoas dentro do carro, se resgata uma pessoa, me parece que eles não estavam encapuzados e deixa o outro ver tudinho e o cara fica dentro? Porque na hora em que o cidadão sai, porque acho que é muita inocência também, acho que nenhum de nós iria abrir a porta para dizer calma, calma, depois de uma rajada de metralhadora. Quer dizer, a nossa preocupação é exatamente essa. Quem deu essa versão que diz: calma, calma. O senhor falou e deve estar nos autos.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem deu essa versão? Foi o Sombra?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Esta foi um dos criminosos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Um dos criminosos. Qual a versão do sombra? Para tirar uma dúvida e tentar esclarecer. Acho que o Senador Tião Viana está vendo o que estou tentando descobrir

também. É porque o Sombra ficou apavorado, não se lembra de nada. Ele disse isso? E mais nada?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Ele, num primeiro momento diz que ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive a versão dele depois refez.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Ele foi ouvido duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A primeira deixou-o comprometido. Na segunda, ele melhorou bastante o depoimento.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Segundo a imprensa. Estou falando o que foi lido na imprensa. O Sombra depois fez: "O meu compadre morreu, coitado!" Ele era compadre, algo desse tipo.

Então, a minha preocupação é essa. O que disse o Sombra? O que o Sombra viu nesse episódio? Quer dizer, além da rajada de tiros, da pancada, desses carros, o que foram conclusões – eu acredito – da própria perícia, etc, que teve de fazer e se chegou a isso. É um caminho para nós talvez imaginarmos. O que disse o Sombra? Essa é a preocupação.

Parece-me, pelo que diz o irmão do Prefeito Celso Daniel, que o próprio Sombra, que era segurança... não é perfeito? Ele era segurança do Celso Daniel. Depois, foi envolvido na máfia da própria prefeitura, onde o próprio Sr. Celso Daniel estava envolvido. O irmão dele disse aqui. E era, segundo ele disse, o que pegava o dinheiro que era do lixo, do transporte... pegava esse dinheiro e entregava na mão do Sr. Gilberto Carvalho. O senhor não tem nada a ver com isso. Nós não estávamos apurando isso, está certo? E esse dinheiro ia para o diretório do PT. Num dos casos, um milhão e duzentos. Tanto que amanhã está vindo para cá o Dr. Gilberto para esclarecer esse fato.

Então, o que acontece? De segurança o Sr. Sombra passou a ser um homem rico, um empresário! Aí a preocupação passa a ser essa. Porque segundo a versão da família, o Sr. Celso começou a se desentender com o Sombra porque este começou a pegar o dinheiro e não levava todo para o PT. Levava para casa uma parte. Essa é a versão da família. A do senhor é a versão política, etc, em que não cabe apuração. Essa é a versão dada aqui que eu não sei se é verdadeira. Nós estamos apurando.

A nossa preocupação é essa de que o Sombra... Há uma conclusão de que ele não teve nada a ver, pelo contrário, teve um susto grande, coitado, e quase era morto também. Essa é a conclusão que nós temos dentro dos autos.

Então, o que disse o Sombra no depoimento dele? O senhor tem aí e poderia fazer um resumo, Dr. Mazi, por favor.

O SR JOSÉ MAZI – Ele narra todo o seu grau de relacionamento de amizade com o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só no momento.

O SR JOSÉ MAZI – OK.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Questão familiar e de convivência é isso o que eu falei para o senhor. Quando ele depôs, além do grau de amizade, tal... Porque essa questão de grau de amizade é complicada; nós vemos muitos dentro de casa mandando matar filho, pai ou matando, etc. Então, nós não podemos levar a esse grau. Eu quero saber o que foi, qual foi a reação, o que ele disse, para o senhor fazer um resumo desse momento. O que ele viu? O que ele observou naquele instante em que houve a rajada de metralhadora... não sei se foi de metralhadora, ou foi de...

O SR JOSÉ MAZI – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi de metralhadora

O SR JOSÉ MAZI – Além de tiros de...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Além de tiros, outros tiros.

Naquele momento, o que transmitiu ele, para avaliação nossa? Nossa no caso da polícia.

O SR JOSÉ MAZI – Se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor.

O SR JOSÉ MAZI – Somente o trecho aqui que nos interessa.

Descia a Rua dos Três Tombos nesse momento e visualizando, trafegando na contramão de direção e aproximando-se pelo seu lado traseiro esquerdo, uma perua Blazer de cor preta. O declarante derivou o seu veículo para a direita para dar passagem àquela perua e surpreendeu-se quando a mesma iniciou trajetória de colisão com a lateral esquerda de seu carro, que efetivamente ocorreu uma primeira colisão lateral, causando um grande susto e tentativa de desvencilhar-se daquela ação. Um segundo impacto, pelo lado esquerdo, ocorreu logo em seguida, gerando o destravamento das portas de sua Pajero e a colisão lateral direita da mesma com o Fiat Tempra de cor branca que estava estacionado na via pública. Que para evitar a imobilização da Pajero, o declarante derivou-a para a esquerda, quando novamente colidiu com a Blazer – e nessa oportunidade lembrou-se de travar as portas. Que alguns metros adiante, verificou-se o quarto impacto do flanco direito, uma seqüência de impactos.

O SR PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Dr. Armando, o senhor me permite. Não é com o senhor, é com o Sombra. O cara teve um susto, não se lembrou de pegar nada, de ajudar em nada e, depois de uma pancada, de uma rajada se lembra de travar as portas? Olha, é a versão dele, não estou... Acho que a conclusão é da polícia. Entendo que, numa fração de segundos – já levei pancada de carro, já sofri virada – não há a menor possibilidade de numa pancada com bala o cara se lembrar de travar a porta, até porque como ele viu que destravou a porta? Com aquele barulho todo, o trinco fez "trim" e o cara viu que destravou a porta? Quer dizer, são conclusões difíceis de tirarmos. Acho que o cara mentiu. Acho que ele mentiu, porque não há a menor possibilidade de uma Blazer ser abalroada, levar tiro e o cara ouvir o trinco destravar.

O senhor há de convir que é preciso ele estar muito ligado no trinco, ele, o Sombra. Então, acho que, me permita, fica uma dúvida enorme entre todos nós sobre essa rapidez. Daria para o Sombra ser o 007. Pode ter certeza de que, nessa rapidez de travar a porta, e, enquanto isso, o Celso teve o cuidado de destravar a porta dele. Uma coisa totalmente – V Sªs ouviram o depoimento. Está escrito o que ele disse; não foram V. Sªs que falaram. Foi simplesmente o que ele disse que V. Sªs escreveram. E claro que não tinha como dizer que ele não fez isso. Estou fazendo só uma lógica aqui. Como o cidadão tem o cuidado de travar uma porta depois de um acidente, até porque, primeira coisa, destravar a porta de um carro daquele por causa de uma simples batida não é fácil. O carro normal, sem estar blindado, se ele bater, muitas vezes, a pessoa morre, porque não conseguiu abrir a porta que estava travada.

Então, são determinadas coincidências que deixam – não só o Senador Tião Viana, como eu e todo o País, realmente achando que o Sr. Sombra não depôs dizendo a verdade. Essa é uma conclusão minha. O senhor me permita, a conclusão da Polícia é totalmente outra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Um último comentário que faria ainda...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só que antes gostaria de ouvir a explicação, em função das observações do Presidente.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Só para que o senhor tenha mais um elemento para formar a sua idéia, esse trava/destrava verificou-se antes dos tiros. Depois que a Blazer é imobilizada lá na frente e ocorre a interceptação e os disparos.

O SR PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Na versão dele, não é?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Só para que V. Exª possa...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O meu comentário final é sobre o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Ele era amigo pessoal de muitos anos, uma história de vida com o Celso Daniel; não tinha nenhum tipo de negócio e de serviço com Santo André, mas, tinha amizade. E quando ele soube daquilo, foi pedido a ele que acompanhasse as investigações, por ser um advogado criminalista, por ser alguém vinculado, em toda sua vida, a área de direitos humanos. E ele prometeu a ele mesmo, ao ver Celso Daniel morto, que faria tudo que tivesse a seu alcance para que aquele crime fosse esclarecido.

E virá aqui – o Presidente está marcando para a próxima semana – prestar seu depoimento, dar seu testemunho também de tudo que ele viu e acompanhou. E ele sempre externa muito o respeito ao trabalho técnico dos Senhores.

E lhe pergunto: Ele exerceu algum tipo de pressão, tentativa de mudar qualquer depoimento, qualquer dado do inquérito sobre os senhores? Ou foi uma pessoa que seguiu o rito ético em todo o acompanhamento do inquérito?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Absolutamente. Ao contrário. Ele só nos auxiliou. O Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, ele comparece, ele entra no inquérito policial como indicado pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Aécio Neves, como representante da Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional. E, nessa situação, ele permaneceu **pari passu**, dia e noite, não poucas madrugadas conosco, nos ajudou muito, inclusive dando a transparência à investigação que nós tanto reclamamos. Não é incomum o DHPP trabalhar acompanhado por Comissões de Direitos Humanos, por dioceses, padres, enfim, com representantes da OAB, para que, em juízo, o preso não utilize aquele ardil de defesa tão conhecido que é "não, eu confessei porque apanhei". Não. Como apanhou? O senhor está junto com os representantes da OAB, o senhor está junto com a pastoral do povo de rua... Então, ele foi extremamente útil nesse dia e em nenhum momento interferiu em nada do nosso trabalho.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) **–** Agradeço, Sr. Presidente e externo o meu respeito à clara autoconfiança profissional que os senhores expuseram aqui na CPI. Muito obrigado.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Muito obrigado, Excelência.

O SR.PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Senador Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Eu gostaria, em primeiro lugar, de destacar – e é importante que o Brasil também saiba disso –, eu diria, a tranqüilidade, a serenidade, a documentação, a competência, também, da Polícia, dos delegados, da Polícia Civil, porque vemos, também, em todas as áreas da sociedade críticas contundentes sobre o Congresso Nacional, sobre a Polícia Militar, sobre a Polícia Civil, sobre outras áreas de atividades humanas e muitas vezes nos esquecemos que, em todos esses setores, há trabalhos sérios, produtivos, competentes, pessoas qualificadas. E esta tem que ser a luta no Brasil, eu diria. Porque as instituições têm que ficar cada vez melhores, mais qualificadas, mais transparentes, como foi dito, porque o senso de justiça, a busca da justiça, a busca da verdade, acontece na CPI em casos extremos, vamos dizer, mas o cotidiano da sociedade, esse senso da verdade e da justiça tem que ser buscado diariamente pelas instituições. Então, eu quero, assim, enaltecer o trabalho que demonstra, assim, segurança, tranqüilidade, acompanhamento do Governador do Estado, com quem eu tive, também, o privilégio de participar do meu Partido Político durante vários anos e, inclusive, a figura do Dr. José Mazi que já trabalhou na corregedoria da Polícia que é um órgão fundamental, também, para esta busca, permanente, da transparência, particularmente no órgão, como é o caso da Polícia Civil, tão necessário e tão importante. Quando o João Francisco esteve aqui na Comissão, eu procurei, também, deixar muito claro que, se houvesse dúvidas em relação ao assassinato do irmão, esse esclarecimento teria que ser buscado. Quer dizer, se a família tem dúvida sobre o que aconteceu, é um direito da família buscar essas informações. E foi isso que todos que estavam lá na audiência com ele procuraram externar. Então, nesse sentido eu diria que, sem dúvida, pode ser buscado – tem que ser buscado – dentro da ótica. Acho que foi bem colocada na fala dos senhores, no sentido de que realmente se busca a verdade, nem para um lado nem para o outro, mas que a verdade apareça, a verdade tem que aparecer. E, se houver elementos novos, que sejam trazidos, que sejam investigados. Então, nesse sentido, considero legítima a preocupação.

Agora, ao mesmo tempo, o Dr. João Francisco colocou várias coisas em termos de corrupção que acontecia lá no Município de Santo André: o envolvimento com as empresas de transporte coletivo, eventualmente de lixo, repasse de recursos que estariam sendo levados, e aí nós dissemos também que, se houver qualquer tipo de denúncia no Brasil, seja em que área for, tem que ser investigada também para se buscar a verdade; a verdade tem que ser buscada.

Então, nesse sentido, também não tenho dúvida alguma, é o que a sociedade deseja. Não se deseja varrer para debaixo do tapete coisa alguma. É um novo momento, felizmente, que a sociedade vem vivendo. E esses episódios que vêm acontecendo no Brasil, eu até mencionei ontem na nossa Comissão aqui que Dom Geraldo, que é o Presidente da CNBB, até falou que muitos deles são endêmicos, quer dizer, históricos, sempre aconteceram e que então, infelizmente, isso é verdade. Agora, felizmente, às vezes, o Brasil tem que dar uma trombada, ter um acidente grave de percurso para que a sociedade possa ser melhor lá na frente.

Agora, eu levantei também com o Dr. João Francisco – e até por algumas pessoas eu fui criticado bastante nesse sentido – que algumas coisas eu também não entendia no depoimento dele, se é que estamos buscando, como eu procuro enfatizar pelo menos, que a verdade apareça; temos de buscar a verdade. E um dos pontos mais contundentes da explanação dele foi no sentido da tortura. Ele usou uma expressão que não me lembro mais qual que era, mas "evidentemente" ou alguma coisa assim, quer dizer uma expressão forte que ele usou foi colocada hoje aqui, inclusive cairia no choro, e é claro que isso realmente dificultou bastante toda a busca de perguntas que pudesse ser feita na seqüência, porque realmente a tortura, a morte, algo abominável, a tortura também é, o crime hediondo não devem acontecer. Mas eu disse a ele: como é que um grupo de delegados, seis delegados, sete delegados, mais o pessoal da Câmara também, como é que ninguém chegaria a essa conclusão de que haveria a tortura? Para mim, quer dizer, não posso imaginar se um delegado fosse pressionado por alguém para dizer: "Não, não houve tortura", mas seis delegados, sete delegados. O Deputado Jamil Murad, que acompanhou também, que é médico, que estava lá, e o pessoal chegando à conclusão de que não houve tortura. E eu tinha já essa explicação de que não aparece no texto essa palavra tortura no sentido físico, aparece no sentido, vamos chamar assim, psicológico. É claro que o seqüestro, o ato de seqüestrar, o ato de a pessoa perceber que vai morrer, sem dúvida, é uma tortura do ponto de vista psicológico; não tenho dúvida nesse sentido.

Então, a conclusão da polícia é no sentido de que não houve tortura física. A gente pode falar isso?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, senhor, com certeza.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não há dúvidas nesse sentido?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Dúvida alguma, Excelência. Não houve tortura.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O outro fato que ele levantou nesta Comissão – e que já esclarecido – de que essas mortes, as seis mortes, estariam relacionadas a uma espécie de queima de arquivo, que as pessoas estariam sendo mortas porque sabiam de fatos, e o grupo, a máfia, seja lá de que natureza for, estaria eliminando essas testemunhas. Vocês acham, baseados nos fatos, nas explicações que os senhores já forneceram, os senhores consideram que esse não é o caso de eliminação de testemunhas?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Hipótese absolutamente excluída. Se o senhor me der a chance de exemplificar: uma das mortes refere-se ao investigador de polícia que trabalha no Denarc. Ele, quando chegava em casa, foi rendido por dois marginais que subiram ao apartamento. Ele, a esposa e o porteiro, amarrados. Os marginais roubam o que bem entendem, mais especificamente uma valise com dólares e algum entorpecente, as três vítimas subjugadas e amarradas e os dois marginais descem e vão embora. O investigador de polícia consegue se desvencilhar das cordas, do fio de telefone, consegue se desvencilhar, desce atrás dos criminosos e, na rua, começa a trocar tiros com ele, e é alvejado, falecendo. Ora, meu Deus, ele procurou a própria morte.

Onde está uma queima de arquivo nisso, Exª?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A outra questão que foi levantada pelo Sr. João Francisco, que os senhores já abordaram também, mas para deixar extremamente claro que ele associa o fato da morte do irmão a um crime de mando ou a um crime político.

De acordo com os senhores, não existe indicação alguma nos laudos, no inquérito, no processo todo indicando alguma coisa nessa direção?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, senhor, não há qualquer evidência, nada nos autos afasta a conclusão de crime patrimonial.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Crime patrimonial.

Tudo isso, naturalmente, todo o inquérito foi levado para o Sr. Governador, para o Secretário de Segurança do Estado de São Paulo e ninguém levantou objeções ou algum questionamento na seqüência em relação a essas conclusões?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não foi.

O que me pareceu mais estranho no depoimento do Sr. João Francisco foram algumas coisas. Primeiro, as informações que eu tinha, e que os senhores confirmaram, eram no sentido de que não havia um relacionamento – vamos chamar assim – de irmãos entre o João Francisco e o Celso Daniel. Até diria, poderia até dizer que talvez fossem desafetos...

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Quase que desafetos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quase que desafetos. Porque ele nunca participou das posses, não ia visitar o irmão. Quer dizer, os irmãos não se entendiam também.

Agora, ao mesmo tempo, se fosse um crime de mando – descartada a hipótese do crime patrimonial – existe os contratos onde a letra do João Francisco aparece, em que ele teria negociado contratos de transporte coletivo com o irmão, tentando, já três meses antes da morte, mudar as clausulas do contrato e, três meses depois da morte, voltando a discutir as clausulas do contrato que deveriam ser modificadas em relação à empresa de ônibus, a empresa de transporte. Quer dizer, se ele levanta a hipótese de crime de mando, fico pensando: mando de quem? Talvez do transporte. Aí ele estaria junto com isso? Vocês nunca ouviram falar disso? Tem alguma informação nesse sentido?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, Exª. Não temos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não tem nenhuma informação?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque fico pensando: crime de mando. Mandado por quem? Talvez pela organização de transporte, vamos imaginar – claro não estou, Deus me livre, querendo imputar alguma culpa para quem não tenha culpa também – se ele era, vamos dizer, lobista da empresa, ele estaria envolvido com isso também. Não seria uma dedução? Quer dizer, não que tenha mandado matar o irmão, claro que não...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O raciocínio de V. Exª está caminhando para isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não estou caminhando para isso, Deus me livre também fazer isso, mas estou acusando alguém com quem convivo todos os dias. Quer dizer, então estou junto com essa turma.

Temos que tomar um cuidado extraordinário nessa direção, porque isso seria também um problema sério. E foi questionado naquele dia. Ao mesmo tempo, achei muito estranho e perguntei por que ele só fez essas denúncias três meses depois, se até 21 dias depois ele não tinha qualquer indício. E ele já sabia do dinheiro antes da morte do irmão porque fez esse depoimento aqui – de acordo com o pessoal lá do transporte, o dinheiro estaria sendo repassado.

Ele mencionou isso para vocês, sobre o dinheiro?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Absolutamente, Excelência. Ele limitou-se a narrar como era o cotidiano dele, o pouco cotidiano dele com o irmão, corroborando já todas as informações que nós tínhamos lá, de uma certa, até, desagregação. Disse que não via, não imaginava quem pudesse estar comprometido com a morte do prefeito...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque ele mencionou aqui na Comissão que, uma semana antes, a empresa de ônibus foi falar com ele reclamando que realmente estavam repassando dinheiro, e o dinheiro não estaria... Ele tinha dúvidas. E, no depoimento, ele não falou nada nesse sentido?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Absolutamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Absolutamente nada.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Inclusive, ofereço uma cópia reprográfica, bem como do laudo de exame de corpo de delito ou até de todo o conjunto probatório que nós temos. Por favor, está à disposição desta Casa, desta CPI, para que os senhores possam tirar qualquer dúvida.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Enfatizo isso, porque as pessoas me procuraram, depois da minha fala com o João Francisco, pelo menos algumas pessoas, dizendo: "olhe, como você pode falar uma coisa dessas diante de um irmão torturado?". Eu digo que, pelas informações que eu tenho, não houve tortura. E os laudos que os senhores estão demonstrando são de que não houve tortura. Isso tem de ficar muito claro.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o médico se refere ao fato de ter havido tortura no sentido psicológico.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Ele fez consignar no Item 5.5, o seguinte...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O médico legista.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – O médico legista, Carlos Delmonte.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PSDB – PB) – Qual dos dois? O primeiro ou o segundo legista?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – O primeiro legista, Carlos Delmonte, que é assessorado por outros três legistas. Eles fizeram consignar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Carlos Delmonte Printes é o nome completo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Aqui, só Carlos Delmonte. Eu não sei dizer. Eu acredito que não.

Ao exame externo, eles fazem consignar no item 5.5, "face de terror e espasmo cadavérico em mãos". Isso é de quem sofre, de quem passa por um sofrimento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Medo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Medo, medo extremo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Expressão de medo.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Por isso que ele disse tortura. Agora, aquela tortura típica de quem quer extrair alguma informação...de quem...não há.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não. Eu só queria ainda...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É sobre esse aspecto de tortura...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que entendi é que não havia tortura física e, sim, psicológica, sob dois aspectos: impor o medo e os tiros para que ele se amedrontasse com a ameaça de morte. Foi o que entendi do legista quando ele foi à televisão falar de tortura psicológica. Ele foi claro: não falou em tortura física.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, ele falou... Quer dizer, o João Francisco, quando esteve aqui, disse: "Olhe, eu deixo aqui o relatório. Vocês podem ver pelas fotografias e vocês vão chorar se virem as fotografias", no sentido de ser tortura física...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não tem nada...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A gente não pode ver a tortura...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os fragmentos de bala. Os fragmentos de bala de tiros que não foram disparados no local onde o cadáver foi encontrado, porque teria de ser com base de concreto para fragmentar...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Ou uma pedra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ou atingir uma pedra.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – E tinha bastante cascalho por lá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu acho mais que era fragmento, porque tudo indica que o corpo foi removido do local.

Eu não vou discutir porque vocês têm mais condições do que eu.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas, de qualquer forma, vários fatos levantados nesta Comissão parecem, na verdade, não corresponder à realidade. Isso tem de ser dito. Quer dizer, o fato de ter havido, vamos dizer, a tortura física. Quer dizer, não existe...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não existe.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...no laudo dos vários delegados. O fato de as testemunhas estarem sendo eliminadas, o que também não aconteceu, de acordo com as explicações que foram dadas.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não. Exato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O fato de ele ter dito que recebeu uma semana antes, dez dias antes da morte do irmão, a noticia das empresas de ônibus, de que estaria havendo repasse de recurso e que isso poderia significar alguma conexão com a morte do irmão. Mas ele não mencionou isso nos depoimentos dele, não é?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o fato de ele até estar permanentemente... Nesse sentido, não conhecia o Prefeito Celso Daniel, só de vista; também não posso dar o testemunho. Mas o irmão se recusando a mudar o contrato que aparece com a letra dele, ou seja, fazendo um trabalho de *lobby* a favor inclusive das empresas. E o irmão não aceitando a exclusividade dele como médico oftalmologista da prefeitura, não é?

Quer dizer, existem denúncias nesse sentido. Perguntei para ele. Por isso, não estou falando nada que não seja na presença dele. Tudo isso que estou falando hoje também falei para ele explicar. E as explicações não aconteceram.

Então, eu diria, sim, que a família tem todo o direito – e volto a dizer isso – de investigar se tiver dúvidas. Fatos levantados têm de ser investigados. Mas, ao mesmo tempo, observamos, como procurei enfatizar hoje de novo, comportamentos muito estranhos nesse processo todo. Entendo que esses comportamentos também mereceriam uma investigação mais profunda do Ministério Público de São Paulo, instituição pela qual eu tenho o maior respeito.

Eu já falei aqui também que o Brasil mudou muito, para melhor felizmente, pela participação de vários setores da sociedade. Entre esses setores, sempre destaco o Ministério Público. Pode haver excessos, como aconteceram excessos em São Paulo e que eu denunciei aqui também, mas a instituição tem de ser preservada, enaltecida, fortalecida, porque queremos um Brasil melhor. É o caso da Polícia e é a mesma coisa do Congresso Nacional. Todos estamos sujeitos a percalços, mas a instituição tem de ser fortalecida e melhorada.

Quero enaltecer novamente a presença, a competência e principalmente o fato de os senhores terem dito "nós estamos abertos". Olhem, se surgirem fatos novos, não é para puxar nem para a direita nem para a esquerda; nem é inocente nem é culpado, mas que a verdade apareça. Isso temos de enfatizar no Brasil: que a verdade apareça! E, se a verdade for numa certa direção, depois de toda a investigação, que aceitemos essa verdade também, não é?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Obrigado.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Eu é quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª dispõe de 15 minutos na segunda atuação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, Dr. Armando Oliveira Costa e Dr. José Mazi, eu também, como os Senadores Tião Viana e Flávio Arns, avalio que o trabalho dos senhores deve ter sido feito com a maior seriedade, inclusive tendo como responsável maior o Governador Geraldo Alckmin, que eu tenho a convicção de estar procedendo com a maior seriedade. Diante do apelo que os irmãos Bruno e João Francisco Daniel fizeram para que fosse reaberto o caso, ele avaliou, então, dada a iniciativa dos promotores e da família, que fosse reaberto. Pergunto: os senhores acompanharam de perto a fase inicial e tendo sido agora reaberto por decisão do Governador, do Secretário de Segurança, Dr. Saulo de Abreu, salvo engano meu, hoje, esse inquérito está sendo presidido pela Drª Elizabeth Sato? É isso mesmo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Como acompanharam de início, realizaram o trabalho de investigação, os senhores estão, de alguma maneira, cooperando, colaborando, informando à Drª Elizabeth Sato todos os procedimentos realizados pelos senhores?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Por ora ou até agora, não fomos chamados a isso, mas, com certeza, se formos, vamos colaborar com todo empenho, com todo entusiasmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Certo.

Pergunto: como foi o relato feito pelo Sr. Laércio Santos Nunes, Lalo, que teria confessado aos senhores que havia sido a pessoa que desferiu os tiros finais, os tiros que mataram efetivamente Celso Daniel.

Qual foi a descrição que ele fez? Qual foi o horário da execução?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – O horário da execução, Excelência?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Qual foi o horário da execução e qual foi a descrição, pelo que se lembram, que ele... Como aconteceu o desfecho, segundo o depoimento desse rapaz, que, à época, tinha apenas 17 anos? Portanto, agora, três anos depois, tem cerca de 20 anos, atualmente.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – O senhor quer na íntegra ou em síntese?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não quero prejudicar o meu tempo. A parte mais importante desse desfecho. Se puder dizer como foi descrito, por favor. Pode ser na palavra dele mesmo.

O SR. JOSÉ MAZI – Srs. Senadores, o Lalo... O senhor me perguntou quanto ao horário, Excelência. Eu fui o delegado que ouviu o Lalo, e ele relatou minuciosamente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não. O horário em que foram efetivados os disparos.

O SR. JOSÉ MAZI – Num cálculo que fizemos no dia, que consta dos autos, era aproximadamente 1h40min do dia 20 de janeiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – De noite, então?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Houve um espaço entre o seqüestro e o homicídio?

O SR. JOSÉ MAZI – Sim, Excelência. Quando fiz o relato do Lalo, vinha acompanhando horário a horário. Está nestes autos, Excelência. Então, quando chega o ponto dos disparos... Eu até deixo bem claro aqui que a autoridade policial, eu, faço consignar que, na somatória dos tempos narrados, desde o momento em que o declarante sai da casa de Edson até o local onde a vítima foi morta, perfizeram 2 horas e 40 minutos; ou seja, aproximadamente à 1h40min do dia 20 de janeiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E pode nos dizer como ele descreve a cena, por favor?

O SR. JOSÉ MAZI – Um momento, só, por gentileza. Vou fazer um pequeno resumo. Eles retiram o Prefeito Celso Daniel do cativeiro. O Lalo é quem vai até dentro do cativeiro. Estive nesse local, e lá o próprio Lalo me dá a notícia, no dia da perícia, de uma segunda morte que havia sido cometida naquele local. O Lalo coloca, inclusive, o Prefeito Celso Daniel no porta-malas do veículo, recebe uma arma; eles entram no auto, pegam a rodovia Regis Bittencourt sentido Paraná e, no Município de Juquitiba, mais ou menos a uns 15 quilômetros abaixo – não conheço bem a região –, eles entram numa estrada à direita de quem está indo ao Paraná; param naquela via pública, o José Edson entra com o carro de marcha ré – esses são relatos que tenho de todas essas partes –, e aí, no caminho, eles conversam. Numa das conversas, ele falou: "Olha, ele viu o teu rosto; é para você atirar na cabeça, viu?" O José Edson intimida o Laércio a atirar exatamente na cabeça. "Você vai lá e mata ele." Ele foi falando isso já no momento, porque o Tempra que eles utilizaram tinha uma abertura por dentro do porta-malas. O Laércio desce, retira o Celso Daniel do local, o Celso Daniel começa a caminhar, e aí o Laércio passa a efetuar os disparos de arma de fogo contra o prefeito. Há um primeiro tiro, como ele relata, aproximadamente na altura da cabeça. Celso Daniel vai ao solo, Lalo se aproxima e efetua os demais disparos, Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ambos os senhores têm, acredito, grande experiência em investigação.

Os senhores conhecem o teor do depoimento do Laércio Santos Nunes feito posteriormente, ou mais recentemente, à Drª Elizabeth Sato?

O SR. JOSÉ MAZI – Não, senhor.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Conhecem o que se passou quando do depoimento do Sr. Laércio Santos Nunes para os promotores?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Segundo relato dos promotores, que teria sido confirmado – eu não falei com a Drª Elizabeth Sato –, que teria sido confirmado na exposição a S. Exª, ocorreu o seguinte: foram apresentadas, ao Lalo diversas fotos de pessoas, para saber se ele reconhecia, dentre elas, pessoas envolvidas no assassinato do Prefeito Celso Daniel. Então, ele não reconheceu essas pessoas em diversas fotos.

Foi apresentada mais especificamente uma foto, já em tamanho maior, e daí foi perguntado se essa estava presente no episódio do assassinato de Celso Daniel. Se ele poderia reconhecer essa pessoa. A resposta do Lalo foi não. Eles insistiram: "Não, nós temos a convicção de que essa pessoa estava presente". E ele reagiu dizendo: "Os senhores estão querendo incriminar uma pessoa que não estava presente, e eu não vou dizer que estava". Então, eles afirmaram para o Lalo: "Então, o senhor não matou o Sr. Celso Daniel, porque essa foto aqui é do Prefeito Celso Daniel."

Os senhores sabiam disso?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Eu tive notícia desse fato.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E como analisam?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Eu gostaria só de oferecer a V. Exª uma informação para analisar. O sítio é área rural, não iluminada, exceção feita na parte interna. Ele recebe o prefeito do lado de fora. A estrada vicinal idem, não iluminada. Era já madrugada, noite profunda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Poderia ser, então, que ele não tivesse visto quem ele tivesse assassinado?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Eu não duvido, Excelência.

O SR. JOSÉ MAZI – Por gentileza, Excelência: o próprio Edson deixa consignado aqui no meu relato, quando ele volta para dentro do veículo, ele diz: "Nesse momento, o declarante faz a seguinte pergunta para Edson: esse cara que eu matei é o prefeito?"

São as palavras, é o relato puro do próprio Laércio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) (fora do microfone) – Fica mais claro que ele viu; fica mais claro que ele teria visto, para fazer esse questionamento.

O SR. JOSÉ MAZI – Pode não ter visto.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Pode não ter visto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Dr. José Mazi e Dr. Armando Oliveira Costa, vejam só: quero contribuir para a elucidação dos fatos. Inclusive tenho transmitido isso ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, cuja vida conheço tão bem, e sei que S. Exª tem agido com a maior boa fé e quer, tanto quanto eu, senão mais, porque ele se comprometeu, diante até do corpo de Celso Daniel, que iria colaborar no máximo de suas forças para a apuração dos fatos. Então, não quero, de maneira alguma, senão contribuir para a melhor elucidação dos fatos.

Pergunto ainda: os senhores ouviram o depoimento dos donos do cativeiro? Os senhores mencionaram que foram ao cativeiro e chegaram a ouvir o depoimento deles, ou do dono, ou dos donos, se forem mais de um?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não chegamos a fazer esse levantamento. Ele era locado, mas não chegamos a fazer esse levantamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mesmo informalmente, porque o senhor mencionou há pouco que foi lá ao cativeiro. Qual era o dono?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Ah, não, o dono era o José Edson. Era locado pelo José Edson; inclusive neste cativeiro, 13 dias antes, um travesti fora morto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim, portanto, vou repetir a pergunta: os senhores ouviram os donos do cativeiro?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não, está bem.

Por acaso, chegaram a requerer a quebra do sigilo telefônico dos membros da quadrilha, dos que, de alguma maneira, participaram? Porque, entre eles, fizeram inúmeros telefonemas naquele dia – ou anteriormente, ou posteriormente. Chegaram a solicitar ou requerer a quebra do sigilo telefônico?

Eu, por exemplo, prestei um depoimento aos promotores, exatamente porque, no dia 19 à noite, quando estava me dirigindo ao Palácio dos Bandeirantes, para conversar com o Governador Geraldo Alckmin, no caminho, recebi um telefonema, primeiro, de uma jornalista da **TV Bandeirantes** que me informou que uma pessoa, que depois vim a saber ser o tal Geleião, ia ligar. E ligou esse tal Geleião, não identificado na época, dizendo: "Senador Suplicy, sou um dos membros da quadrilha que... ou sou um dos membros do grupo que tem sob o seu controle o Celso Daniel". Eu disse a esta pessoa que, para acreditar na sua palavra, precisava ter algum comprovante; que colocasse o Celso Daniel na linha, ou falasse comigo, ou me mostrasse alguma foto dele, que ele estivesse bem, de pronto. E essa pessoa, depois, ligou para o Palácio dos Bandeirantes e chegou a conversar com o Governador. Por causa disso, fui chamado a prestar depoimento e coloquei o meu telefone, até porque tinha essa pessoa gravado uma mensagem na secretária eletrônica do meu celular, que gravei aqui na **TV Senado**, na Rádio Senado. Recentemente, encaminhei aos promotores, porque me pediram, essa gravação, porque o tal Geleião, identificado, confirmou que tinha ligado, de fato, para mim e para o Governador, e ele verificou isso, seja pelo meu telefone ou pelo do Geleião.

Pergunto se teriam solicitado a quebra do sigilo telefônico, porque os promotores avaliaram que, com a quebra do sigilo telefônico e verificando a comunicação entre eles, puderam notar muitas contradições nos depoimentos dos membros daquela quadrilha. Essa é uma observação.

Os senhores mencionaram que ouviram o relato de pessoas que moravam ou estavam presentes na rua dos Três Tombos quando ocorreu o seqüestro. Os senhores conhecem os promotores Roberto Wider Filho e Amaro Thomé. Eles ouviram o depoimento de uma pessoa de nome Luciana, de aproximadamente 27 anos, que estava passando no local de automóvel, e que descreveu a cena do seqüestro. E, segundo

esse relato, o procedimento do Sr. Sérgio Gomes da Silva seria, digamos, mais de quem estaria orientando os seqüestradores do que sendo vítima. Pergunto: os senhores têm depoimentos que modificariam inteiramente essa interpretação?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Ouvimos 19 pessoas...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Que assistiram?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – ...que, no conjunto, nos oferecem a versão que nós apresentamos aqui. Também ouvimos algumas que juram ter visto toda a cena; juram ter visto um abraçando o outro; que, depois, consultados os familiares da testemunha: "Não, pelo amor de Deus, de novo, ele está fazendo isso? Em todo caso de repercussão, ele faz isso".

Nós trabalhamos de forma...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Como foi um abraçando o outro, por favor? Quem abraçou um ao outro? Gostaria de saber como foi isso.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, o que eu quero mostrar ao senhor...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Quem abraçou um ao outro?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, quero mostrar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Naquele episódio, Sérgio Gomes da Silva se despediu e deu um abraço no Celso Daniel? É isso?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Eu quero mostrar ao senhor...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu queria entender essa expressão. Acho importante isso. Eu quero saber exatamente como foi.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Excelência, o senhor vai procurar os familiares: "Escuta, o senhor fulano tem alguma perturbação mental?" "De novo, ele aprontou essa? Ele sempre faz isso?"

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ele quem?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – O que se apresentou espontaneamente, dizendo que viu toda a cena. Temos malucos de toda sorte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ah, os senhores tiveram diversas pessoas desse tipo prestando depoimento. É isso?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Umas três.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Umas três?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Exato. Só que nós agimos de forma imparcial, Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, os depoimentos deles possivelmente eram diferentes um do outro?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Absolutamente diferentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Diferentes.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Só que, veja bem, Excelência, nós agimos de forma impessoal, de forma imparcial. Não dou um valor absoluto ao que um preso fala. Não dou valor absoluto ao que qualquer pessoa venha e fale absolutamente o contrário, contrariando o que 19 pessoas viram. É complicado isso. Ouvir quem fale o que queremos falar... Achamos muito. Agora, temos que ter profissionalismo, temos que deixar ingenuidade à parte, temos que deixar paixões de fora e analisar a coisa como deve ser analisada. Um preso trocar uma pena que pode variar de 24 a 30 anos por uma pena que pode chegar ao máximo doze anos? Por favor... Eu acho que eles demoraram para fazer isso! Qualquer um faz.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu estive na Rua dos Três Tombos, mas não fiz uma averiguação exaustiva – imagino que os senhores a tenham feito. Fui a diversas casas para saber quem tinha visto algo no momento do seqüestro. Algumas pessoas disseram partes do que aconteceu, porque umas ficaram apavoradas e entraram, outras começaram a ouvir tiros ou estavam meio longe, distante de tudo. Eu pergunto aos senhores se tiveram o cuidado de ir a todas as casas próximas daquela rua de onde se teria a visão do episódio e se houve alguém que realmente viu toda cena em que o Prefeito Celso Daniel foi deslocado de um automóvel para outro e se houve alguém que descreveu com clareza o procedimento dos seqüestradores, do Prefeito Celso Daniel e de Sérgio Gomes da Silva. Gostaria de saber se isso ficou bem caracterizado e, se possível, saber qual foi a pessoa que viu o acontecido de maneira mais completa.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Nós buscamos o subsídio de provas testemunhais até a primeira paralela, quer do lado direito quer do lado esquerdo, do trecho da ação delituosa bem como num prédio – V. Exª foi lá e sabe que há um prédio logo na esquina. Dezenove pessoas foram ouvidas, mas alguém que tenha visto de A a Z...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Foi difícil.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Foi difícil. Nós temos as pessoas que viram o início

da ação, que se desesperaram e fugiram. Alguém divulgou um laudo aí segundo o qual tem mais um carro envolvido, um terceiro veículo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Um laudo ou uma história?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Um laudo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Um laudo?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Um laudo da fita que gravou o acionamento. Então, ouviram e fizeram um laudo, uma...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe quem foi que publicou esse laudo?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está nos autos?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone) ...*na imprensa?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Por provocação da família ou do Ministério Público de Santo André, agora eu não me lembro.

Há um terceiro carro. Ora, meu Deus! Esse barulho é de um veículo que chega exatamente no momento dos disparos, faz a volta apavorado e vai acionar a Polícia Militar no pedágio, no posto da Polícia da Anchieta. É só ler o inquérito. Está aqui. O cara fala: "Pô, eu cheguei e estava um tiroteio desgraçado, eu dei marcha a ré e fui embora".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi quebrado o sigilo telefônico do Sombra?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está no laudo? Está nos autos?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim. Aqui não; lá em Itapecerica, sim. Foi quebrado o sigilo telefônico de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, quer dizer que se encontram lá?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas não o dos membros da quadrilha. O senhor me informou que não.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – De alguns, sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Desculpe, Sr. Presidente, a sua pergunta é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu peço desculpas a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não, não. Por favor.

Mas o senhor disse que, dos membros da quadrilha que seqüestrou Celso Daniel, não teria sido quebrado o sigilo telefônico. Agora está informando que foi quebrado o sigilo telefônico de todo mundo. Quem é todo mundo? De quais pessoas?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Todo o pessoal que orbitava em torno do Prefeito Celso Daniel...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim, mas…

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Os membros da quadrilha... Deixe-me explicar para V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A pergunta do Presidente Efraim Morais é muito relevante, porque na hipótese de que Sérgio Gomes da Silva tivesse qualquer relação com os seqüestradores, ele poderia ter telefonado para essas pessoas. A pergunta do Presidente, que é de bom senso, é: com quem se comunicou, naquele momento, o Sr. Sérgio?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Com ninguém.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Com ninguém. Ele não usou o telefone?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não. Ele só usou o telefone para ligar para o celular do Prefeito Celso Daniel. Durante um jantar, horas antes... Ele apanha o Prefeito Celso Daniel no final da tarde e passam na residência da Dª Ivone – a Dª Ivone ia junto, mas na última hora decidiu não ir jantar. Desde o momento em que ele apanha o Celso Daniel até o momento da execução, nem Celso Daniel nem Sérgio Gomes acionam os seus celulares uma única vez sequer.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – E antes?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Foi quebrado também...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Mas aciona ou não aciona antes?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Acionou sim...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Quando ele foi passar lá para levar, já deveria ter combinado. É uma hipótese: "Eu vou passar lá tal hora e vou levar para jantar em tal lugar". Pode ter telefonado para alguém combinando, talvez, o ato delituoso. Não é só no momento em que passa na casa e leva a vítima que tem que se levantar. Nessa hora já não daria o telefonema, porque ele estaria na presença da própria vítima, caminhando com ela. Então, não adiantou em nada essa quebra do sigilo telefônico aí.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Ele disse para mim que não.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Quebramos antes.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Mas não houve contato nenhum?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Houve contato com a Prefeitura, com a ex-esposa. Houve contatos. Quando o senhor quebra, os números que lá aparecem são também consultados.

Eu vou dar uma informação para V. Exª: no período que vai de uma hora antes do arrebatamento até meia hora depois, eu pedi a quebra do sigilo de todas as antenas que servem a área do Sacomã. Isso significa o seguinte: todos os celulares que acionaram aquela antena das 22h30min às 24h eu tenho listados. Eu pedi a quebra de sigilo da antena de Juquitibá doze horas antes do encontro do cadáver e quatro horas após o encontro do cadáver. Então, todos os celulares que acionaram aquelas antenas eu tenho relacionados. Eu cruzei essas informações. Uma pessoa de origem oriental que mora no Sacomã e tem um sítio em Juquitibá acionou essas antenas nesse horário, ninguém mais.

Um segundo dado quanto a essa teoria de V. Exª de uma combinação anterior: sim, é óbvio, mas se o senhor conhecesse os presos, Excelência, o senhor iria falar que eles não são capazes de combinar nem de ir comprar pão na esquina. Eles são desprovidos de qualquer inteligência, Excelência. Se o senhor os conhecesse, se o senhor os visse, veria que não dá para combinar nada com um ser humano daqueles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu vou contar aqui um episódio. Vou pedir a recomendação do senhor sobre o que deve ser feito.

Aproximadamente um mês depois da morte do Prefeito Celso Daniel, eu fui procurado por uma pessoa que se diz um pastor.

O senhor conhece essa história? O senhor conversou com ele? Dr. José, conversou com ele, com esse pastor?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Qual é o pastor? Como é o nome do pastor?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Identificou-se como Paulo Mansur Adade. Presidente Efraim Morais conhece?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não chegou a conhecer?

O SR. JOSÉ MAZI – Não, eu só soube do...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive, Senador, eu não conheço a cidade de Santo André, assim como V. Exª não conhece a minha Santa Luzia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ainda não. V. Exª não me convidou para conhecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está convidado V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Tá bom. Pois bem...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu falo na minha cidade, porque esse assunto me faz lembrar um caso – permita-me interromper – que me toca muito: um primo meu era prefeito de minha cidade e foi assassinado. Era o prefeito. Lá, num primeiro momento disse-se que era um assalto, depois, soube-se que era um crime político. Esse depoimento realmente me toca muito, me lembra muito esse fato. Na minha cidade, Santa Luzia, meu primo, primo legítimo, um jovem de trinta e poucos anos de idade, foi assassinado na porta de casa, numa granja que ele tinha. Todo mundo pensou que fosse um crime comum, roubo, assalto, mas depois se soube que havia sido um crime político.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pois bem, Sr. Presidente, esse senhor vem a minha residência e diz: "Eu quero lhe contar, porque confio no senhor como Senador, o episódio seguinte. Eu estava lá na Rua dos Três Tombos, estava vendo a comemoração de uma efeméride familiar..." Acho que era o aniversário da neta. Ele estava filmando com um aparelho de vídeo caseiro, doméstico. E eis que ele ouviu um carro perseguindo outro em correria e passou a filmar a cena. Diz ele que a impressão que teve dos fatos seria que estaria o Sr. Sérgio mais orientando seqüestradores do que propriamente sendo vítima e que filmou essa cena. Ele me disse: "Se entregar essa fita vai ser ao senhor, porque confio na sua pessoa".

Isso tem mais de dois anos e meio. Até hoje ele não entregou a fita. Ele dialogou com o SBT, com a Record, com a Globo, com diversos repórteres, sempre dizendo que estaria em algum momento disposto a mostrar o que ele filmou. Ao mesmo tempo, disse que tinha extraordinário receio com respeito a sua vida, dado que outras testemunhas do episódio progressivamente teriam sido mortas – seis pessoas que, de alguma maneira, foram testemunhas de fatos relacionados ao episódio. Em função disso, ainda que eu dissesse a ele que há meios de ser resguardada a sua pessoa como testemunha e tudo, que ele deveria dar o seu testemunho pessoal do que viu ou, algo mais completo, entregar a fita...

Outras vezes ele veio a mim, insistiu... Ele veio a mim três vezes, mas nunca mostrou sua carteira de

identidade com o número, nunca me deu o seu endereço e nem disse pastor de qual igreja ele é.

Na semana em que esteve aqui o João Francisco, poucos dias antes, ele me telefonou para dizer que finalmente chegara a hora de ele entregar, mas que ele precisaria ir a Maceió buscar onde ele tinha guardado, por questões de segurança, o documento.

Ele foi a Maceió – disso eu soube porque me ligou de lá –, mas não mais apareceu, salvo uma mensagem, porque eu reclamei com ele ter faltado a confiança comigo, o respeito e tudo, porque não entregou até hoje.

Pela primeira vez, revelo abertamente esse fato, que algumas pessoas sabem, inclusive os jornalistas com os quais ele conversou, sempre dizendo que teria isso, mas nunca quis mostrar.

E por que eu faço isso? Para transmitir a ele, se porventura estiver ouvindo de qualquer lugar do Brasil, que, se for verdade que ele tem esse documento, que é sua obrigação, como cidadão, entregá-lo, para que, inclusive, os senhores possam e todos nós possamos ter maior confiança na apuração séria que precisamos ter desses fatos.

Eu relatei esse episódio ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, ao Sr. Gilberto Carvalho, ao Presidente Lula, e disse – se for verdadeiro o nome – ao Sr. Paulo Mansur Adade, que, se ele me mostrar, eu mostrarei esse vídeo ao Presidente Lula e o mostrarei aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então quero chamar à responsabilidade publicamente essa pessoa, porque essa é uma questão com a qual não se pode brincar. Se porventura ele falou a mim algo que não é verdadeiro, também é muito grave. Jamais eu iria querer falar uma coisa dessa para incriminar o Sr. Sérgio se verdade não for. Se for comprovado que ele não teve qualquer culpa na morte de Celso Daniel, eu quero ser o primeiro a contribuir para desvendar que essa versão é correta, mas se houver alguma documentação que mostre o contrário, é muito importante que isso venha à tona.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de informar a V. Exª e aos membros desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu queria apenas, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, se o Senador permite um aparte, eu só gostaria de ouvir dos depoentes se, com base nas informações que têm e na descrição de como foi filmado, na descrição de como a pessoa diz que foi filmado, se isso pode ter acontecido.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não pode ter acontecido?.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não pode ter acontecido, mesmo porque temos dezenove pessoas que...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que falaram que ele estaria lá, no carro, e não conversando... Não haveria essa possibilidade?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita, Sr. Presidente, só mais uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Sr. Senador, com bastante tolerância da presidência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Os senhores delegados têm conhecimento do laudo médico de 16 de agosto de 2005, feito de forma mais completa pelo Dr. Carlos Delmonte Printes? Tiveram oportunidade de analisá-lo?

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Em que data, Excelência?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – De 16 de agosto passado.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Não, não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, considero esse laudo importante, uma vez que ele trata da descrição de todo o exame feito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª quer que eu encaminhe o laudo à Mesa?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim, mas acredito que V. Exª o tem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – São os laudos deixados aqui pelo Sr. João Francisco?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Se for composto de sete páginas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não me lembro, mas deve ser esse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu o entrego nas mãos de V. Exª por que razão? Porque não terei tempo de ler aqui as sete laudas, mas seria importante que eles lessem e opinassem a respeito.

Eu gostaria de perguntar uma coisa: os senhores conhecem o Dr. Carlos Delmonte Printes? Em algum...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de saber se nós, que falaremos depois, teremos também uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Terão todo o tempo que for necessário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Já falei por uma hora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já passou um pouco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não! Só peço mais trinta segundos para a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem trinta segundos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Encaminharei a V. Exª o laudo e peço que sejam retiradas imediatamente cópias para que, antes do término da reunião, possam os depoentes opinar sobre o conteúdo, em comparação com o primeiro parecer do Dr. Carlos Delmonte Printes.

Pergunto se porventura conhecem algum fato da vida do Dr. Carlos Delmonte Printes que pudesse levar à conclusão de que este laudo não é correto, porque, na história de laudos policiais...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Vamos fazer a análise do laudo. Encaminhe-o para que ele possa chegar às mãos do Dr. Armando Costa e do Dr. José Mazi.

Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca e, em seguida, ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Fique V. Exª muito paciente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Fui bastante paciente.

Como sempre, serei bastante objetivo.

Em várias oportunidades o Dr. Armando disse: "Vocês não conhecem os autores desse crime"

O SR. ARMANDO COSTA – Sim, senhor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Disse que eles não têm condição de expressão. Parece que usou a expressão: "São malucos de toda sorte", mais ou menos assim. "Pessoas que não têm entendimento, de difícil entendimento, de difícil expressão".

O SR. ARMANDO COSTA – Perfeito.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Na verdade, pessoas que jamais teriam condições de arquitetar alguma coisa inteligente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com o poder de investigação que demonstrou aqui, eu queria homenagear o nosso novo Sherlock Holmes. Parabéns, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Então, são pessoas que têm dificuldade de expressão, de nenhuma inteligência e, no meu entendimento, pessoas assim não têm capacidade de entender o caráter criminoso do fato. V. Sªs são da área e sabem, em Direito, o que significa isso. Nem sequer sabem determinar se estão de acordo com esse entendimento, ou seja, são inimputáveis. É o que deduzo daquilo que V. Sª afirmou ao dizer: "Vocês não conhecem, são malucos de toda sorte, não têm capacidade de expressão". Disse: "Vocês precisam ver quem são eles, não são inteligentes". No entanto, estavam de metralhadora, de carro novo, possante e forte, e praticando um ato criminoso.

Seja furtando ou não, a pessoa tem que ter o mínimo de inteligência. Até para furtar tem que ter inteligência. Para se ter uma metralhadora nas mãos, tem de ter um pouco de inteligência. Não é qualquer maluco que pode ter uma metralhadora nas mãos. É uma desqualificação muito dura em cima desses...

Outra: reuniram cinco ou seis malucos ao mesmo tempo, na mesma hora, para praticar o mesmo crime? Foram justamente a falta de inteligência deles, o embaraço de expressão, a incompetência de eles entenderem as coisas que reuniram todo mundo? Tenho a impressão de que isso é organizado, porque essas pessoas servem muito de instrumento para os mais inteligentes. Essa é a conclusão a que eu chego.

Pergunto aos senhores o seguinte: o Sr. João Francisco, irmão do Prefeito, é pessoa normal no entendimento dos senhores?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não tenho conhecimento profissional para emitir uma opinião a esse respeito, mas, aparentemente, sim.

Se V. Exª me permite somente uma observação, quero dizer que utilizei o termo "malucos de toda sorte" referindo-me àquelas pessoas que nos procuram trazendo versões mirabolantes. Quanto aos presos, não são malucos, são pessoas bem determinadas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas você falou dos criminosos, disse que são pessoas que não se expressam bem.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sim, são pessoas limitadas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Limitadas. Já melhora um pouco.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Que mal se expressam.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Que mal se expressam.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Que mal articulam ...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Que mal articulam as palavras.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sim, mas não são malucos de toda sorte. Ao contrário, sabem muito bem o que querem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Malucos são aqueles outros, as testemunhas que apareceram.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Isso, que aparecem, que falam muito. Isso, isso, isso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Aí pergunto: o Sr. João Francisco é maluco? Não digo maluco, mas ele é bom da cabeça, é uma pessoa normal?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Se ele é normal, eu não sei, mas ele não gosta de nós, da DHPP.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não perguntei se eles gostam de vocês.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não sei dizer.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não gostaria jamais que uma autoridade policial colocasse dúvida na morte de um irmão meu. Eu ia dar duro mesmo, eu ia em cima. Quero saber da verdade. Ele nos disse, cabal e abertamente, que ele demorou mais de vinte dias para tomar conhecimento até do laudo de exame cadavérico. E era a família que precisava saber. A família foi passada para trás na hora do conhecimento do laudo do exame cadavérico, que é uma constatação física. Por que esconder isso? Qual a razão?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, ele disse aqui – e há num documento que foi deixado – que, no laudo pericial, foi fechada a conclusão sem a presença do laudo nos autos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Do laudo do exame cadavérico. Como se pode fechar um inquérito sem o laudo de exame cadavérico?

Sabe por que fiz essa pergunta, Dr. Armando?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Pois não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Porque ele afirmou aqui também que – não sei se com referência aos senhores ou a outras autoridades – disseram que ele não batia bem da cabeça. Afirmou aqui que era tido como uma pessoa maluca, que estava fazendo coisa que não devia. Ele falava: "Queriam desqualificar a minha preocupação e a minha insistência junto ao inquérito para que o inquérito saísse". Então, ele é uma pessoa normal. E, como pessoa normal, é muito normal que ele se preocupe tanto com o irmão.

V. Sª também disse, quando falou do relacionamento do João Francisco com o Celso Daniel, que eles eram quase inimigos, não é isso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, eu não usei esse termo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Qual foi o termo que o senhor usou?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quase desafetos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quase desafetos.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Beirava o desafeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A expressão "desafeto" fui eu quem utilizei. Perguntei se poderíamos dizer, em função de todas as informações, que eles eram desafetos. O depoente disse "quase".

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quase desafetos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, para esclarecer – fiz uma intervenção até sem a permissão de V. Exª. As informações que tenho aqui – não sei se são verdadeiras, mas constam do dossiê que nos foi entregue – dizem o seguinte: "A polícia encerrou a primeira fase da investigação sem ter juntado aos autos o laudo da necropsia e o laudo da reconstituição do crime. O laudo da necropsia encontra-se até hoje incompleto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade isso?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – É verdade isso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não há nenhum laudo incompleto, mas houve uma demora significativa para a remessa, principalmente dos anexos ao laudo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual é a razão?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não há razão, Excelência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas se o Governador estava interessado, se o Ministro da Justiça estava interessado, todo o mundo interessado que acontecesse bem o relatório, doa a quem doer, que é uma expressão moderna que temos hoje, como é que até hoje isso não acontece? Que não tem explicação para isso? É por isso que às vezes, Dr. Armando, ficamos muito preocupados com esse inquérito. Muito preocupados com a versão, muito preocupados com os fatos que envolveram, é por causa dessas falhas. Essas falhas é que... Eu vou fazer outra pergunta a V. Sª: quantos dias entre seqüestro e achar o corpo?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só um aparte, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quanto tempo? Eu gostaria, porque minha seqüência aqui... É uma organização de perguntas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, só para ver se ele não poderia dar a resposta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quanto tempo entre o seqüestro e encontrar o corpo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Vinte e quatro, 26 horas para a morte, mais... trinta horas.

O SR. JOSÉ MAZI – O seqüestro foi na sexta-feira, por volta das 23h15. O corpo foi encontrado no domingo pela manhã.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Dois dias.

O SR. JOSÉ MAZI – Menos de dois dias.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Trinta horas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nesses dois dias, os senhores afirmam que não houve, em hipótese nenhuma, questão da sevícia, da... como é que fala o termo certo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Tortura.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A tortura, que não houve, etc. Nas roupas de Daniel, tinha perfuração com bala ou estilhaço de bala?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sim, senhor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Tinha?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Tinha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ele afirmou categoricamente aqui que não tinha.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Quem afirmou, Excelência?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – João Francisco. Que, inclusive, a presunção que tem a família é de que ele foi, inclusive, torturado nu, seja lá psicologicamente ou não. Porque em relação a esses tiros que deram no chão, em pedra ou em asfalto, que fizeram com que houvesse estilhaços no corpo, diz categoricamente o Sr. João Francisco: "Não há verificação, no exame das roupas, de qualquer perfuração por projétil de arma de fogo". Gostaria que o senhor documentasse isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Inclusive que ele estava com a cueca do avesso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Inclusive falam muito que estava até com a cueca do avesso. A palavra "cueca" hoje está em moda também.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – É por isso que, no início da minha exposição, eu agradeci e reitero os meus agradecimentos a esta Comissão por nos dar a chance de trazer à opinião pública, de trazer a esta Casa a realidade, porque não sei com que interesse, mas há uma contaminação da verdade de certos fatos que são trazidos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu acho que esse laudo das roupas já esclarece tudo. Tem algum documento, algum laudo feito, exame feito nas roupas, dizendo assim...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Tem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Tem perfuração aqui...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Tem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – ...ali e acolá"?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Tem, Excelência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu gostaria que...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, aqui comigo, não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Então, eu gostaria que a Comissão...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Eu posso pedir para que São Paulo mande posteriormente para esta Comissão ou cópias das fotos do local, onde já no local verificam-se as manchas de sangue nas costas do Celso Daniel.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas os estilhaços... Têm estilhaços e tem projétil, não é isso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Isso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Agora, esses estilhaços... Mas tem marca na roupa também, de perfuração?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Veja bem, a dimensão de um estilhaço é uma farpa. Nem sempre ela é suficiente para produzir uma solução de continuidade no tecido. Ela pode transfixar esse tecido. Eu não vou me lembrar agora...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Dependendo do tamanho do estilhaço.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Dependendo do tamanho do estilhaço. Eu não vou... eu não tenho condições de me recordar agora se há cem por cento...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quantos tiros?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Oito tiros.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Todos os oito tiros foram... Quais foram os locais dos tiros?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Cabeça, costas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Na cabeça quantos?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Um.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nas costas?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Três.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na cabeça em que altura? Na lateral?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então ele devia estar de lado

O SR. (Orador não identificado) – Ou virando o rosto.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não tenho essa informação.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Então na roupa teria que ter então sete perfurações. Porque um só foi na cabeça. E se tivesse algum sinal de estilhaço no corpo teria que ter outras marcas na roupa dos estilhaços. Porque o que ele afirma é que não tem marca nas roupas desses estilhaços. Que na hora que aconteceu isso ele estava nu. Deve ter sido tiro no chão. Aquela história de tiro no chão; na pedra, onde quer que seja. No momento, vamos dizer assim que houvesse uma tortura psicológica, dar um tiro no chão é tortura psicológica. Bate numa pedra, resvala estilhaço no corpo, etc. Os senhores não podem afirmar se existiam ou não nas roupas marcas de estilhaço de bala?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Das balas, com certeza. Outras soluções de continuidade no tecido, idem, mas não posso afirmar que número de soluções se tratava. E se V. Exª me permite fazer um convite para conhecer os autos, não há falha nos autos, Excelência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não estamos falando em falha, Dr. Armando, não estamos inquinando nulidade de nada. Só estamos aqui, como não conhecemos inteiramente como o senhor, perguntando para poder nos esclarecer. Porque cada um de nós ter o inquérito na mão é um pouco difícil. Até seria muito bom porque seríamos muito mais objetivos nas nossas perguntas. Não colocamos dúvidas no inquérito, de maneira nenhuma, só queremos esclarecer os fatos que estão no inquérito. Às vezes até se colocam fatos no inquérito que nem são verdadeiros, e não é por culpa do delegado. Eu já trabalhei muito em júri, em levantamento de crimes, etc, quando eu era criminalista no Estado de Mato Grosso, eu sei o que é isso. Sabe de que eu me valia muito – sou um rapaz meio novo na aparência, mas já advoguei há muito tempo – no meu início de advocacia criminal me valia muito do laudo do exame cadavérico. Porque normalmente a autoridade policial não tinha aquela competência e a instrumentalização necessária para um bom laudo e você jogava toda dúvida em cima do laudo de exame cadavérico. Mas não foi aqui que entrou a bala, foi aqui. Não foi um tiro, foram dois. Com isso, você desqualifica o que é uma peça da materialidade do delito. Que é o que estamos aqui tentando fazer com os senhores.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – Mas, se o senhor me permite, na condição de advogado, a sua função era de defender o réu. Aqui nós estamos procurando a verdade.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas a verdade nem sempre está só na defesa ou só na acusação do réu. O delegado tem obrigação de defender a verdade dos fatos. Isso é importante. Mas sabemos perfeitamente a paixão de algum delegado por algum réu, eu vi muito isso, e influência política séria, que sabemos que tem. Influência de autoridades, etc, que fazem o pedido, que vêem como está aquilo, como não está, sabemos que isso existe, principalmente nesse quadro agora que estamos vivendo do País. Sabemos quanta influência maléfica existem nas decisões da gestão pública deste País. Portanto, é hora de analisarmos bem essas questões para que a nossa cultura mude.

O brasileiro quer mudar a cultura da gestão pública, dos atos públicos, das instituições públicas. E este é um bom momento. Tenho certeza de que os senhores colaboraram bastante conosco. Da minha parte, agradeço muito os esclarecimentos. Estou satisfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Foi feita uma pergunta antes e eu até pedi um aparte na hora e eu gostaria que dessem a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª poderia repetir para que o Dr. Armando lembrasse.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o laudo demorou tanto? Por que aquele contexto todo foi tão demorado? O senhor ia começar a explicar e não terminou. Eu também só queria acrescentar ao Senador Juvêncio que, na verdade, no atual quadro político, com esses problemas todos que estão acontecendo, os senhores foram indicados, à época, pelo Geraldo Alckmin* e pelo Fernando Henrique Cardoso. Não vocês, os senhores, mas era Governo passado que, aliás, eu diria, fez um belo trabalho, como já foi ressaltado, no sentido de esclarecimento da situação.

Quero apenas uma explicação para saber por que demorou tanto.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não sei o porquê. Esse questionamento é de pertinência da Superintendência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso prejudicou o resultado?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E por que não prejudicou se os senhores não tinham o documento definitivo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Nós não tínhamos o oficial, mas realizávamos reuniões semanais, praticamente, entre os peritos, entre o pessoal da Federal – nós, o DHPP, o Deic –, onde se discutia. Informalmente, sabíamos de todas essas questões.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o relatório final coincide com as observações semanais feitas?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Perfeitamente. Não houve qualquer tipo de alteração.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Se preparar antes toda a matéria testemunhal, o material, para depois sair o laudo, este pode ser de conformidade com o que foi produzido antes. O certo é se ter a prova da materialidade para trabalhar em cima dela, das circunstâncias de fato, até para checar se uma testemunha está falando a verdade ou mentira. Ouvir depois é a execração da verdade do inquérito policial. Acho que isso não pode existir. Está aqui o nosso Senador Romeu Tuma, que eu acho que nunca viu acontecer um fato desse.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Atualmente nem tanto, Excelência. Há uma grande demora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Código de Processo Penal não impõe que se peça o laudo, mas, quando o delegado requisita o laudo, normalmente ele não abre mão e fica pressionando para vir, porque ele consubstancia a investigação. Não estou criticando, não.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Eu sei disso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A crítica, temos de mandar para o Delegado-Geral, porque não está funcionando claramente a estrutura de apoio do INC – não sei como se chama hoje, porque mudou toda a nomenclatura. Eu perdi o trem da história.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Infelizmente, a perícia é desvinculada da Polícia Civil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois que passaram o IML...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Desvincularam, Excelência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está separada da Polícia. Criaram um órgão especial.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas tem de ser separado, no meu ponto de vista, para dar mais credibilidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Aí eu não...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quem preside o inquérito é quem requisita as provas necessárias para a investigação. Então, se o legista tem de decidir se vai ou não fazer, o que vai fazer, quem faz os questionamentos do que se precisa saber no inquérito? Quais são as perguntas do laudo? Quem as faz? É a autoridade policial.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Estou compreendendo perfeitamente bem. Acho que a autoridade policial não pode ser ao mesmo tempo o Instituto de Criminalística.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Lógico.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não pode ser. Mas vocês trabalham na dependência do resultado do Instituto de Criminalística. Eles não podem demandar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas pode ser dirigido por um perito. O IML tem de ser dirigido por um médico, mas não desvinculado da Polícia Judiciária, porque é ela quem faz os questionamentos e busca as informações.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Se V. Exªs me permitem, a ausência do laudo neste caso não trouxe prejuízo nenhum em razão dessas reuniões, porque o exame necroscópico já havia sido feito. A elaboração do laudo físico que não. Então, por exemplo, quando fizemos a reconstituição, sabíamos perfeitamente onde os tiros estavam, onde a sede das lesões estava para comparar com o que, à época, o adolescente nos narrava. Foi absolutamente compatível. Então, não houve prejuízo nesse sentido; felizmente não houve.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiramente, queria cumprimentar os dois colegas por terem vindo, com todo o respeito, a esta Comissão para esclarecer os fatos que, do ponto de vista deles, foram consubstanciados na verdade do que apuraram. É claro que o Ministério Público deu continuidade às investigações, porque pôs em dúvida alguns dados que não correspondiam à investigação. Acho que isso é alguma coisa que está fortemente no ar porque o Promotor Público continua com as investigações e hoje, com a designação da Drª Elizabeth e mais o Maurício Correalli, se não me engano...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há dúvida de que se deve continuar em alguma apuração que modifique um pouco as conclusões a que os senhores chegaram. Acho eu, dentro de conceitos outros, que não só a investigação do homicídio ou da eliminação da vítima. São outras circunstâncias que não sei se foram juntadas ao inquérito. O inquérito de Itapecirica, por exemplo, foi juntado ao inquérito? O de Itapecirica, com o resgate do Dionísio, a prisão dele. Eles estão todos juntados em um auto só? Porque o Delegado Romeu Tuma presidiu...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O início e depois o DHPP absorveu o inquérito. Ele é o mesmo que deu continuidade à apuração do senhor ou é outro inquérito?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, senhor. O que o Dr. Tuma fez foi relatado e seguiu seu curso normal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o inquérito que está em separado?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – É. O que nós estamos apurando é a morte do Dionísio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque ali era o resgate...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era o resgate e a participação do Dionísio no seqüestro?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, ele ficou só com o resgate.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só com o resgate.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Eu estou com a morte do Dionísio e com a eventual participação do Dionísio no crime Celso Daniel.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há algumas dúvidas que foram levantadas aqui – acho que provavelmente pela família –, entregues ao Relator e ao Presidente, que o Dionísio tinha boa ligação com o Sérgio, que é o Sombra. Não é isso? Aliás, eu vou falar Sombra, mas o advogado de defesa aqui achou ruim pelo fato de o juiz tê-lo chamado de Sombra. Então, peço desculpas, mas é só porque ele mais conhecido pelo que a imprensa publicou. E que teria namorado a ex-esposa do Sérgio. O Zé Chicote, que está citado aqui, se é quem eu penso, é um líder sindical de Santo André e São Bernardo e que participou, à época, daquelas grandes greves e afirmou, num depoimento, que o Dionísio era um dos seguranças do Sérgio. Aqui diz: "Afirma que Dionísio era um dos seguranças de Celso e que o viu pelo menos duas vezes na Prefeitura, sendo que, numa delas, estava acompanhado de Sérgio". Então, tinha essa vinculação.

Então, a história que aparece – não digo como verdade, mas é um ponto importante e não sei se os senhores chegaram a esclarecer – é que o Dionísio foi resgatado do presídio para organizar o seqüestro. A dúvida é se o Celso foi morto por vontade própria dos seqüestradores ou se foi em decorrência de uma falta de contato entre os mandantes do seqüestro para resgatarem documentos que ele possuiria ou um outro incidente de percurso que obrigou a eliminar a vítima. Não sei se isso foi investigado, doutor.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Na segunda fase das investigações...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu estou perguntando porque é coisa...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Elas versaram exclusivamente sobre o envolvimento... o provável envolvimento da quadrilha de Dionísio com a quadrilha do Pantanal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Do Pantanal.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Como todo o respeito, não chegamos à mesma conclusão dos fatos que o senhor acaba externar...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma hipótese que eu estou levantando, porque eu não tenho...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Senador Tuma, eu só queria perguntar, porque eu sou lá de Mato do Grosso do Sul, do Pantanal. Aliás, moro perto. Que quadrilha do Pantanal é essa?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma favela.

O SR ARMANDO OLIVEIRA COSTA FILHO – É a Favela do Pantanal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – É uma favela. Obrigado, Sr. Delegado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A favela do Pantanal, onde estava o cativeiro, não é isso?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, o cativeiro foi em Juquitiba, lá em Juquitiba. Lá estavam estacionados...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os veículos?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Exato. Era a sede da quadrilha.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por isso que aqui diz que teria uma base montada na região do Pantanal, que comandaria toda a operação.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Era a sede deles.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era a sede deles?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – É.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eles fizeram várias operações partindo dali do Pantanal.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Tanto é que essa favela, invariavelmente, é alvo de ações principalmente do Deic. O Dr. Edson de Santi, enfim, vários fazem incursões porque ela é fértil em seqüestradores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não quero cansar muito porque eu acho que já tinha pedido algo para os senhores comerem desde a hora em que chegaram e acabaram ficando, mas como não estava presente, peço desculpas e se fizer alguma pergunta que já foi respondida, o senhor não se preocupe em responder, porque depois eu leio os dados.

O senhor falou aqui em reuniões semanais entre a Polícia Federal e outros delegados que participaram de algumas investigações. Acho até que o Romeu Júnior também participou.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Participou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que tratavam essas reuniões?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Do andamento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque temos que lembrar aqui que com o surgimento da morte do Celso Daniel, que tinha sido designado ou escolhido pelo Presidente Lula para ser coordenador do programa. Eu falei coordenador da campanha e aqui o Senador disse que é o programa e, hoje, falo certinho.

Era coordenador do programa. E como coordenador do programa o Presidente Lula, ainda não eleito, procurou o Governo de São Paulo, ele e o que seria Ministro da Justiça, pedindo a intervenção da Policia Federal, inclusive foi requerido pela Polícia Federal o grampo dos telefones.

Vocês chegaram a receber cópia dos grampos, ouviram algumas das conversas que foram grampeadas?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Não, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A história é que, uma parte do grampo, o juiz que hoje infelizmente está preso, teria pedido a queima das fitas porque não diziam respeito...Houve qualquer confusão nessas fitas.

Eu sei que alguém tem alguma e ficou de trazer não a história do Suplicy, porque não conheço o padre lá, mas...

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – O pastor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O pastor, desculpe. Mas é um policial que parece que tem alguma coisa remanescente e participou das investigações da parte da Polícia Federal.

Havia alguma discussão de contrariedade, não contrariedade pessoal, mas na investigação. "Não, isso aqui foi um assassinato político, econômico ou foi só um seqüestro". Havia esse tipo de conversa nessas reuniões, Doutor?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – No inicio sim, porque trabalhávamos mais com a hipótese de ser um crime de mando ou mesmo político. Então, havia "não, foi vítima de forra". Então, você está mais para um lado. Vamos ver, vamos ver quebras, vamos ver quebras de sigilo, enfim...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Polícia Federal teve participação ativa ou não? Só a parcela mais de uma investigação preliminar?

Eles não fizeram inquérito, não?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Fizeram, que posteriormente foi apensado ao nosso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi remetido à Justiça Estadual.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Quando o nosso na Justiça.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na Justiça Estadual?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Na Justiça Estadual porque nenhum...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Toda a parte de investigação de qualquer setor estava na Justiça de São Paulo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ainda não julgado ou já foi julgado? A denúncia já foi oferecida?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – A denúncia foi aditada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi aditada.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Inicialmente, foi oferecida e aceita como extorsão mediante seqüestro seguido de morte e, posteriormente, foi aditada mudando para homicídio qualificado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, acho que seria importante pedirmos talvez a presença... Até queria esclarecer à Drª Elisabeth que saiu uma notinha no jornal que o Procurador tinha quebrado o sigilo me informando de uma testemunha que, depois, não é verdade. Nem houve essa conversa e o promotor desmentiu.

Talvez a Drª Elisabeth e o promotor pudessem esclarecer se houve alguma mudança nas conclusões do inquérito feito pelas dignas autoridades depois que foi reaberto. Talvez fosse interessante. Não sei. Como o senhor diz que não tem conversado com ela sobre isso. Eu acho que ela tem que ter independência no trabalho. Vocês não podem se oferecer, mas ela pode, a qualquer momento, pedir uma informação, e deve ter pegado cópia de tudo isso para poder saber o que aconteceu.

Eu acho que ela deve ter tudo isso em mãos, não é?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Acredito que sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Procedimento, porque deve ter requisitado ao juiz, inclusive para poder dar... Porque não dá para abrir um inquérito novo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, cabe a V. Exª, por meio de requerimento, para que esta Comissão venha a aprovar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu vou requerer. Só queria dizer que isso não tem nada contra os delegados, pelo contrário. Com todo o respeito, mas como há um aspecto político que ainda se discute aqui sobre esse caso, com o depoimento do João Francisco, que veio aqui.

Ele falou dos fragmentos, a roupa não tinha perfuração, disseram que a cueca estava do avesso. Ele acha que ele ficou nu, teria sofrido tortura psicológica, com esculacho, ele falou de esculacho e tiro no chão, que pode dar fragmento de bala.

O senhor disse que podia haver pedras no local. Foi feito o levantamento do cadáver no local? Foi feito o local?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Foi feito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi feita perícia no local e tudo? E consta a presença dessas pedras no laudo?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Consta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, os fragmentos penetraram no corpo. Por isso algumas manchas não são de perfuração de tiros e, sim, de fragmentos de... E ele teria recebido uma roupa diferente daquela estava quando ele foi jantar.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Absolutamente não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, estou falando o que ele levantou aqui. Que poderia até acontecer. Poderia alguém ter trazido uma roupa para ele se trocar.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Se... Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas o senhor já explicou aqui.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Mas aí ia ser grave. Essa questão da roupa nos custou dias.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou levantando o que temos lido aqui.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Porque ele era um homem grande, fora dos padrões normais. Para achar a roupa para um homem daquela estatura, não seria... Então ou alguém levou já sabendo o que ia acontecer, ou acharíamos uma loja que vende números maiores.

Pois bem, o estabelecimento comercial nos disponibilizou o acesso no horário, no período noturno, e se conseguiu junto...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estabelecimento comercial quer dizer o quê? Venda de roupa?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Restaurante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, o restaurante. Eu ia perguntar se foi feita investigação no restaurante.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Mas aí seria um segundo passo. Precisávamos saber se era mesmo ou não. Então, pegamos o...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, sim, identificar a roupa que ele estava.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – E se pegou um equipamento emprestado com uma entidade, se não me engano a USP, só para fazer o seguinte trabalho: põe a roupa numa cadeira, na mesma mesa, com a mesma iluminação, e filma. Depois, vai para esse equipamento, pega a fita onde tem Celso Daniel e Sérgio Sombra...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E sobrepõe.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – É a mesma roupa, não há dúvida nenhuma sobre isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Essa é uma técnica alemã que nos ensinaram no caso do Mengele, porque eles fizeram essa superposição, e a Unicamp e a USP têm trabalho. Pena que o nosso IMC ainda não tenha. Então ficou claro.

Agora, lá no cativeiro, os senhores fizeram diligência e busca no local, não é? Foi o senhor que foi lá? No local do cativeiro?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Nós dois.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vocês falaram aqui que foram lá. Os dois juntos. Não encontraram nada no local?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Sapato feminino, mais algo de interesse...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou perguntando isso, porque apareceu... O jornal publicou também que o Edson... o Emígio, depois de vocês, foi lá e achou um papel de uma companhia de seguro que pertenceria ao Celso Daniel.

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Lá não era exatamente o cativeiro. Lá era a garagem onde a Blazer ficava estacionada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os senhores já tinham feito diligência lá?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Já.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E não tinham achado esse papel?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – O perito não achou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não é um pouco estranho isso, doutor? Só estou perguntando por curiosidade. Alguém pode ter plantado isso lá?

O SR. ARMANDO OLIVEIRA COSTA – Alguém pode ter plantado ou o perito...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Tudo bem, as duas hipóteses.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Plantado não, porque...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Não quero criar confusão.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Ali é um local de consumo de entorpecentes, como a carteira dele ficou em mãos dos seqüestradores ali, pode ter passado e...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Jogado depois. Quanto tempo levou o inquérito?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – De 20 de janeiro a 28 de março.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Não foi muito rápido para a conclusão, com falta de laudo? Não dava para esperar um pouquinho mais para investigar? Infelizmente, temos visto dois, três anos para investigar um homicídio. Ou os dados foram muito consistentes que favoreceram a conclusão mais rápida?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Foram, Excelência. Inclusive, quando verificamos que houve o trabalho do DHPP, do Deic e da Federal que chegaram à mesma conclusão. São três órgãos. E também tinha o problema das temporárias. Tínhamos trinta...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Trinta e um dias.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Da prisão temporária, onde...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** O Sombra tinha preventiva?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Depois.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Ou era temporária?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Depois. Isso por iniciativa do Ministério Público. Mas tínhamos 60 dias para concluir o inquérito, ou seja, duas seqüências de 30 dias para temporária. O prazo legal tinha que terminar de qualquer forma, se não eles iam para a rua.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Outra coisa, tenho cópia que me deram agora. A defesa prévia feita pelo escritório de advocacia Podval. Não sei se funcionou no acompanhamento dos autos.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Sim, habilitado nos autos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** No dia 9 de fevereiro, ele deu entrada dessa defesa prévia e arrolou os senhores dois e mais o Edson como testemunha de defesa. De fevereiro para cá, os senhores tomaram conhecimento?

O SR. JOSÉ MAZI – Que Edson, Excelência?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Edson Remigio Santi, Delegado de Polícia do Deic.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Tem também um delegado federal que arrolaram, aqui Armando de Oliveira da Costa Filho, que é o senhor...

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Armando de Oliveira Costa Filho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Armando de Oliveira da Costa Filho, não tem o "da"?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Não tem o "da".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** José Mazi, o senhor, e Edson Remígio Santi foram os três arrolados, além do Delegado Federal Hermes, como testemunhas de defesa provavelmente para esclarecer o andamento do processo ou da investigação.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Eu desconhecia. O Dr. Hermes foi o...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Datado de 9 de fevereiro. Se o senhor quiser cópia, darei para o senhor, se achar importante.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** O Presidente autoriza, não é?

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – O Dr. Hermes foi o que presidiu o inquérito federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Ele diz aqui da Polícia Federal.

O SR. ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Alguém dos senhores é parente do Greenhalgh? Alguns dos delegados que participaram da investigação seriam parentes?

O SR. JOSÉ MAZI – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, fale mais próximo do microfone.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Chegou-me a informação por telefone que um dos senhores seria parente dele. Desculpe-me a pergunta, é bem privada, mas não tem nenhum sentido secundário. Sr. Presidente, depois da investigação do Senador Suplicy para mim ficou difícil.

O SR. (Orador não identificado) – E do Garibaldi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Do Garibaldi é questionamento. O Suplicy investigou mesmo. Andou por onde eles andaram. Fiquei com medo que identificassem vocês como presentes na hora do seqüestro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para encerrar, farei uma observação. No dia 16 de agosto de 2005, compareceu ao gabinete, há uma informação que o senhor estava presente quando o Deputado Greenhalgh foi retirado da sala em que estava sendo feita...

O SR. JOSÉ MAZI – A necropsia?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A necropsia.

O SR. JOSÉ MAZI – Estava presente, mas não assisti à cena; estava próximo só.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Diz aqui: "A propósito, durante a investigação, foram autorizados um carro, um..." O Delegado- Geral da Polícia, o Dr. Desguado...

O SR. JOSÉ MAZI – Desgualdo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Desgualdo.

> "A conduta do Deputado Greenhalg durante o exame estava prejudicando o andamento da perícia. O declarante estava constrangido com a postura daquele parlamentar, que estava emocionalmente alterado, a ponto de ter sido retirado pelo Deputado Murad. Greenhalg quis interferir inclusive na conduta do declarante quando da mudança de posição, para o decúbito ventral do corpo, para outras análises, fundamental para a continuidade do exame. O Deputado contestou essa atuação do declarante, mas não foi levado em conta, porque o exame se fazia mesmo necessário. Foi a partir desse momento que ele foi retirado da sala, atendendo ponderação do Deputado Murad, permanecendo na ante-sala do exame."

V. Sª lembra disso?

O SR. JOSÉ MAZI – Não, senhor, eu não estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aqui uma declaração. Agradeço a...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, um minuto. Dentro desse quatro, tem outro questionamento que me formularam, uma pessoa da Polícia Federal, quer dizer, não é ninguém do povo. Disse que também houve um mandado de busca e apreensão autorizado pelo juiz no apartamento do Celso Daniel, onde poderia ser encontrado documento. Disse que foi impedido...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Dr. Armando disse isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu ouvi, eu ouvi. Disse que nada que encontrou, mas ele não teria sido sincero, porque o Greenhalg não teria deixado ele entrar. Não estou acusando o Greenhalg; é a informação que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É, o Deputado Greenhalg está convocado e virá a esta Comissão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque o senhor não fez diligência; foi a Polícia Federal.

O SR. JOSÉ MAZI – Não, mas foi apreendida a secretária eletrônica, se não me engano.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu sei. Mas não tinha documento. Eu vou buscar a informação correta da pessoa que fez a diligência.

O SR. JOSÉ MAZI – Não sei porque foi a Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Dr. Armando Oliveira Costa e ao Dr. José Mazi, que, com certeza, nos trazem esclarecimentos importantes para o andamento desta CPMI. Agradeço também ao Senador Tião Viana, autor da convocação de V. Sªs.

Amanhã, a partir das onze horas, voltaremos a nos reunir na oitiva do Dr. Gilberto Carvalho.

Agradeço mais uma vez a V. Sªs e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h34min.)

Ata da 21ª Reunião, Realizada em 15 de setembro de 2005

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim e ainda com a presença dos

Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior Heráclito Fortes, Arthur Virgílio e Sibá Machado, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se votação de requerimentos e em seguida a oitiva do Senhor Gilberto Carvalho e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Com a palavra pela ordem, o Senador Antônio Carlos Magalhães solicita informações sobre o calendário para as próximas reuniões. A presidência informa o seguinte calendário : dia 20, terça-feira, depoimento do Sr. Antônio Oliveira Claramunt; dia 21, quarta-feira, depoimento do Sr. Carlos Alberto Rodrigues Pinto e Sr. Jorge Luiz Dias; dia 22, quinta-feira, depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 173/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa ENOB Ambiental Ltda, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 174/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa SPL Construtora e Pavimentadora Ltda, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 175/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa Veja Engenharia Ambiental S/A, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 176/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa SP Limpeza Urbana S/A – SAMPALIMP Ltda, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 177/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa Rotedali Serviços e Limpeza Urbana, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 178/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa Qualix Serviços Ambientais Ltda, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 179/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa Lot Operações Técnicas Ltda, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 180/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa Logística Ambiental de São Paulo S/A – LOGA, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 181/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa Heleno e Fonseca Construtécnica S/A, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 182/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer sejam requisitadas às Prefeituras Municipais de São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Piracicaba/SP e Santo André/SP, cópia dos contratos firmados com a empresa Cliba Ltda, que tenham como objeto varrição de ruas e coleta de lixo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 172/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Juscelino Antônio Dourado, referente aos últimos 5 anos. Em votação nominal, é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. A seguir, convida o Senhor Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete do Presidente da República, para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra, pela ordem, o Senador José Jorge solicita que a oitiva do Sr. Gilberto seja aberta. Usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati e Geraldo Mesquita. A presidência, atendendo cumprindo o que ficou estabelecido na reunião anterior, transforma

a reunião em reservada solicitando aos jornalistas e convidados que se retirem do recinto, permanecendo apenas os senhores parlamentares e assessores desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

Ata da 22ª Reunião, Realizada em 20 de setembro de 2005.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e vinte minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Aelton Freitas, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Sibá Machado e Ideli Salvatti, membros, José Jorge, César Borges, Jefferson Peres, não membros. Presentes ainda o Deputado Asdrúbal Bentes, Vice-Presidente da CPMI dos Correios; Deputado Osmar Serráglio, Relator da CPMI dos Correios; Senador Amir Lando, Presidente da CPMI da Compra de Votos e os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, José Rocha, Eduardo Paes, Arnaldo Faria de Sá, Moroni Torgan, Silvio Torres, Antônio Carlos Mendes Thame, Eduardo Valverde, Carlos Sampaio, Devanir Ribeiro, Geraldo Thadeu, Murilo Zauith, Fernando Coruja, Ônix Lorenzoni, Medeiros, Sílvio Torres, João Fortes e José Mentor, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva do Senhor Antônio Oliveira Claramunt. A seguir, submete à votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 213**, de autoria do Senador Efraim Morais, requer que na presente Sessão, seja franqueada a palavra aos Senhores Deputados Federais membros das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito dos Correios e da Compra de Votos. Em votação, é aprovado. A seguir, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Na seqüência informa que os **requerimentos de n.ºs 172/05, 173/05, 174/05, 175/05, 176/05, 177/05, 178/05, 179/05, 180/05, 181/05 e 182/05**, aprovados na reunião anterior, realizada no último dia 15 de setembro do corrente, foram **prejudicados** por haver incorreções. A seguir, convida o Senhor Antônio Oliveira Claramunt, "Toninho da Barcelona" para tomar assento a Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputado Devanir Ribeiro, Senador Demóstenes Torres, Senador Garibaldi Alves Filho e Deputado Osmar Serráglio. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas atividades, enfatizando que se encontra preso na unidade penitenciária de Avaré/SP. Passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra os Senhores Relator Senador Garibaldi Alves Filho, Deputado Osmar Serráglio, Relator da CPMI dos Correios e o Deputado Devanir Ribeiro. A presidência suspende a Sessão por dez minutos. Reaberto os trabalhos, usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Senador Geraldo Mesquita, Senadora Ideli Salvatti, Senador Tião Viana, Senador Demóstenes Torres, Senador José Jorge, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, Senador César Borges, Deputado José Rocha, Senador Flávio Arns, Deputado Eduardo Paes, Senador Jefferson Peres, Deputado Arnaldo Faria de Sá e Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Deputado José Mentor, presta esclarecimentos por ocasião em que foi Relator da CPMI do Banestado. A presidência informa que de acordo com o preceito Regimental vai suspender a Sessão por estar ocorrendo votação nominal no Plenário do Senado Federal. Reaberta a Sessão, a presidência submete a apreciação dos demais membros se a transforma a presente reunião em reservada. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador Romeu Tuma, Senador Tião Viana, Deputado Devair Ribeiro e Senador Pedro Simon. A presidência transforma a presente reunião em Sessão Reservada, solicitando aos jornalistas e convidados que se retirem do recinto, permanecendo apenas os parlamentares e assessores desta Comissão. Finalizando, assume a presidência o Senhor Senador Amir Lando que submete à votação o **Requerimento nº 184/05**, de autoria do Senhor Efraim Morais, subscrito pelos Senadores Garibaldi Alves Filho, Amir Lando, Deputados Osmar Serráglio, Asdrúbal Bentes, Arnaldo Faria de Sá e Geraldo Thadeu, requer que a Comissão ouça o Sr. Antônio Oliveira Claramunt, em sessão reservada de maneira a possibilitar a disponibilização de informações relevantes para a consecução dos trabalhos desenvolvidos e de maneira que seja oficializado ao Juízo competente para que seja analisada a possibilidade de aplica-

ção do instituto da Delação Premiada. Em votação, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização de casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Esclareço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Ao mesmo tempo, quero agradecer aos Presidentes das CPMIs da Compra de Votos, Mensalão, e dos Correios pela presença de seus membros na nossa reunião de hoje, a convite desta Presidência.

Para que possa haver a participação dos Srs. Deputados Federais, esta Presidência está apresentando à Comissão dos Bingos o seguinte requerimento: "Requeiro, nos termos regimentais, que, na sessão do dia 20 de setembro de 2005, destinada à oitiva do Sr. Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, seja franqueada a palavra aos Srs. Deputados Federais membros das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito dos Correios e da Compra de Votos".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Informo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Informo ainda aos Srs. Membros da Comissão que os Requerimentos nºs 173 a 182 foram prejudicados, em função de requerimentos que deveriam ter sido submetidos a voto nominal, o que não foi feito na última reunião.

Solicito aos Srs. Membros...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que forneça cópia dos requerimentos que foram prejudicados pela razão citada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será atendido, nobre Senador Tião Viana.

Quero agradecer ao Deputado Asdrubal Bentes, Vice-Presidente da CPMI dos Correios, que se encontra aqui conosco. Seja bem-vindo!

Agradeço também aos membros da CPMI da Compra de Votos que aqui se encontram, bem como aos membros da CPMI dos Correios.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srªs Senadoras, Srªs Deputadas, sobre a mesa, termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, em que o Sr. Antonio Oliveira Claramunt se identifica – identidade, idade, estado civil, endereço –e assina o seu termo de compromisso.

Concedo ao Sr. Antonio Oliveira Claramunt a palavra pelo tempo que achar necessário.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Bom dia, Srs. Presidentes, bom dia, Sr. Relator, bom dia, Excelências, Deputados e Senadores, bom dia a todos que estão aqui presentes.

Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de ser ouvido nesta Comissão, a qual julgo importante pela sua imparcialidade. Confesso que não é nada confortável, porém, é um momento muito oportuno em trazer elementos que possam nortear as investigações das Comissões e possa também ter a oportunidade em demonstrar a minha pessoa de Antonio Oliveira Claramunt.

Quero esclarecer que tenho acompanhado alguns noticiários que eu só viria depor na condição de delação premiada. Isso não é uma verdade. Estou aqui como colaborador, e o que foi pleiteado na primeira reunião com os membros que foram a São Paulo foi que, se alguma informação ou dados trouxessem proveito às investigações, que talvez isso pudesse trazer frutos em benefício às minhas acusações, às penas às quais fui condenado.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade de que, na condição de condenado, vejo que muitas pessoas argúem: "É um criminoso", "É um malfeitor". Mas, antes disso, fui um empresário, tive uma empresa com permissão do Banco Central para operar em câmbio, Embratur, com oitenta funcionários, departamento de turismo com profissionais eficientes, com

uma clientela cadastrada – cerca de seis mil clientes, e não são criminosos.

E agradeço à Comissão a oportunidade também em que pude ter acesso aos meus discos rígidos, juntamente com peritos da Polícia Federal, os quais possuem dados que vieram da Promotoria Distrital de Nova Iorque, com as movimentações financeiras pertinentes a contas de doleiros e de brasileiros, e assim pudemos conflitar e demonstrar exatamente qual o perfil do Toninho Barcelona, o perfil do Antonio Oliveira Claramunt.

Na primeira comissão, mesmo com o descrédito que as pessoas me atribuíam por ser um criminoso condenado, fui eu quem disse pela primeira vez sobre uma corretora chamada Bonus Banval. Ninguém acreditou... poucos acreditaram. Percebo agora que, no decorrer dos dias, essa corretora vem tomando espaço na mídia, vem-se evidenciado e tomando por si contradições entre Marcos Valério, ele, aplicações numa empresa de nome Natimar.

Com o trabalho junto aos peritos, que tardaram por cerca de dez dias, foi possível demonstrar que em minhas contas jamais transitou um centavo de dinheiro público, jamais transitou um centavo de dinheiro oriundo do narcotráfico, de tráfico de armas. Pude demonstrar o perfil dos meus clientes, que ao longo desses vinte anos foram mudando, de acordo com os planos econômicos.

A minha empresa foi constituída em 1988, ainda na gestão do Governo Sarney, onde a inflação era cerca de 2% ao dia. E todas as pessoas de bem, classe média, média baixa, alta, procuravam moeda forte a ponto de salvaguardar as suas economias, salvaguardar o seu capital, por um estado... digo até um estado de necessidade.

Logo em seguida, veio o Presidente Collor, onde houve o confisco. Naquela época, o Presidente Collor confiscou o dinheiro, limitando a quantidade monetária em circulação. E, por ter a preocupação da descrença das instituições financeiras, viabilizou, facilitou as contas CC-5, da qual foi vítima, delas mesmas, onde os cheques do esquema PC Farias foram descobertos, as transações. Posterior a isso, as contas CC-5 se limitaram a serem operadas nas regiões fronteiriças.

Quero dizer que eu nunca tive uma conta CC-5. Eu nunca fraudei qualquer documento a ponto de beneficiar-me das reservas cambiais de forma fraudulenta.

Através também da conclusão dos peritos, pude demonstrar que, nos últimos três anos, a atividade da minha empresa vinha tentando e fazendo angariar recursos de brasileiros que residem no estrangeiro de forma legal ou ilegal, que estatisticamente representam US$ 10 bilhões anuais. E, por falta de um instrumento dinâmico e eficaz, esse dinheiro acaba indo para a informalidade.

Vinha eu desenvolvendo, junto com parceiros, a probabilidade do Banco Central adotar as mesmas medidas que outros países oferecem aos seus. Porém, antes que isso acontecesse, se deu a minha prisão.

Gostaria também de dizer que vejo que diversas notícias, muitas notícias... Não desmerecendo a imprensa, longe disso, a imprensa é um órgão fundamental, mas percebo que a imprensa... Chegam as informações, até de uma maneira truncada, e acabam, por muitas vezes, assim, sendo de uma forma exagerada. Não por culpa de vocês da imprensa, mas, assim: um fala para o outro, passa para o outro, e isso acaba chegando de uma maneira equivocada.

Na primeira comissão, eu sugeri que reabrissem a CPI do Banestado pertinente justamente no que tangia aos Bancos MTB, que é o Manfra, Tordella & Brookes, onde abrigou 90% das movimentações financeiras, do Banco Delta e do Banco Rural. E alguns dos Parlamentares me perguntaram: por que razão? E eu respondi: se vocês estão bem lembrados, quando chegou o momento que a CPI foi apurar esses bancos, vazaram informações sigilosas pertinentes a pessoas, parlamentares. E eu citei, inclusive, se vocês se lembram, o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. E, particularmente, eu, como brasileiro, tenho com o Sr. Henrique Meirelles, e acredito que todos nós, brasileiros, tenhamos que ter também: é um brasileiro, chegou à presidência mundial de uma das maiores instituições financeiras do mundo e merece os seus méritos. Se a operação que ele mandou, de US$ 59 mil, deve ter sido por uma questão de celeridade, por um favor ou por uma dívida. Não sou ninguém para julgar, mas não acredito que tenha sido um acordo para... não tenha sido para lesar ou para fraudar.

Outra notícia que chegou muito truncada e me deixou muito preocupado foi com relação ao Exmº Ministro Márcio Thomaz Bastos. Fiquei cinqüenta dias confinado no regime RDD, no início da crise. Quando desembarquei ao encontro da primeira comissão, havia muitos repórteres e uma das perguntas que me chamou muito a atenção e me deixou muito preocupado foi que um dos repórteres me perguntou se havia sido eu que tinha enviado os dólares ao exterior para o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Então, eu falei ao meu advogado, falei: "Olha, me estão fazendo essa pergunta".

Eu conheço um doleiro de nome Marco Antônio Corsini, é muito meu amigo, o qual foi cliente dele. Em momentos informais, me confidenciou que sim, que teria atendido o escritório dele, mas não me disse se teria sido ou não operações de câmbio, mas que ti-

nha uma certa proximidade e isso lhe trazia bastante satisfação.

Mas quando me foi perguntado isso, eu não sabia se havia ou não um procedimento investigatório com relação ao então Ministro e já saí em defesa. Se tem... Antes que saísse uma manchete que Toninho Barcelona enviou dólares para Ministro, eu disse à revista **Veja** que, se tinha que procurar alguma coisa, que se procure com o Sr. Marco Antônio Corsini.

Venho aqui mostrar que não sou um criminoso perigoso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Sª me permite?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª fez uma acusação direta ao Ministro Márcio Thomaz Bastos. Até porque acho que ele não merece isso...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – De maneira que eu gostaria de ouvir de V. Sª...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não proferi. Eu não fiz uma acusação direta ao Ministro Márcio Thomaz Bastos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Sª.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não, Excelência.

Sei que, durante esta Comissão, eu vou citar nomes de pessoas a quem quero bem. Porém, chega um momento em que um homem, em seus princípios fundamentais, obedece a uma certa escala: a vida, a honra, a dignidade, a família e, por fim, a ética. Eu, pela ética, a mim me foi oferecido, durante a fase de inquérito e fase processual, a que respondi, a delação premiada por várias vezes, e, por ela, eu sempre a neguei. Porém, diante de acontecimentos que vêm atingindo a minha família, a dignidade e a honra... Fui mandado a um regime RDD até hoje, por maneiras, por meios inexplicáveis. Obtivemos o resultado do processo administrativo no qual não faz a menção no meu nome em nada. Porém, fiquei confinado 50 dias numa cela sem a mínima condição humana, num tratamento desumano, e em uma das minhas cartas, a minha mulher, indignada, revelou e chegou à revista **Veja** e tomou uma posição de que isso deveria ir mais à frente. Eu endosso o que minha mulher falou. Agradeço a ela por poder ter feito isso e poder estar aqui, à disposição dos senhores e de V. Exªs, para poder tentar elucidar, no melhor que puder, fatos com relação aos acontecidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, Relator da CPI dos Bingos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma informação a V. Exª: nós estamos numa CPI, e uma CPI só de Senadores. Qual será o tratamento dado aos membros da CPMI dos Correios e CPMI da Compra de Votos que as estão representando, aqui, nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá, no início desta reunião, por sugestão dos companheiros da CPI dos Bingos, nós apresentamos um requerimento dando poderes aos Srs. Deputados Federais para participarem desta CPI.

Então, vamos ouvir os dois Relatores que aqui se encontram e, em seguida, os membros titulares e suplentes da CPI dos Bingos e, depois, iremos alternar os companheiros, que são nossos convidados, da CPMI dos Correios e da Compra de Votos. São esses os procedimentos.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 14, inciso VI, eu fui citado numa matéria da revista **Veja**, e, neste momento, eu gostaria de saber se poderia fazer a minha argüição ou uma declaração pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra para uma declaração pessoal.

V. Exª dispõe de cinco minutos para que faça a sua declaração.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Presidente, o meu nome é Devanir Ribeiro. Eu sou Deputado Federal pelo Estado de São Paulo. Eu fui citado numa matéria da revista **Veja**, como foram outros, como foi o Ministro, como foi o Presidente do Banco Central, e eu quero esclarecer a minha condição. Já apresentei, inclusive, na época, para todas as três CPIs, um documento explicando o fato do meu nome ter aparecido ali.

Eu era Vereador na capital de São Paulo. Segundo a matéria, tinha um funcionário meu – que não era meu funcionário; é o meu filho, que nunca trabalhou

comigo – que fazia o câmbio de dólar na Câmara Municipal, e uma quantia que era muito grande, que eu não tinha conhecimento daquele fato.

Eu, devido a este momento, de estar em todas as três CPIs, fiz um documento que entreguei para os três Presidentes. Também consultei meus advogados e estou hoje inclusive processando a revista **Veja** e o jornalista, e, se o depoente confirmar o que está escrito ali, eu terei que levá-lo outra vez às barras dos tribunais.

Então, eu não tenho envolvimento, não conheço... Ontem, eu li uma entrevista também no **Terra** que, de fato, eu não conheço o depoente, não conheço a pessoa que citam que levava, que fazia esse câmbio na Câmara Municipal. Eu sei que a Câmara Municipal fica próximo à Avenida São Luiz, onde era a loja do depoente, do Toninho da Barcelona, mas nunca... Eu vim saber que existia o Toninho da Barcelona após a prisão e após o noticiário sobre aquela operação que teve da Polícia Federal.

Então, eu quero que fique claro para todos nós aqui que eu não troquei dólar, nunca trabalhei com dólar e não tenho responsabilidade por aquilo que outras pessoas fizeram ou tentaram fazer em meu nome.

Então, é isto que eu quero deixar na CPI, pelo menos no primeiro momento, este meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Parece-me que o Deputado questiona, acho que de uma maneira até oportuna, ao depoente se ele reafirma o que disse. Ou seja, se a revista **Veja** transcreveu realmente o depoimento dele ou se ele nega isso. Se ele fez acusações ao Deputado Devanir ou não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode dar as explicações.

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não.

A minha empresa é gerida por mim, porém havia diversos funcionários. Por muitas vezes houve solicitações de operações de câmbio nas quais foi solicitado que fossem entregues à Câmara. Eu, na verdade, não conheço o Exmº Deputado Devanir Ribeiro, não sei se as operações eram pertinentes a ele. Porém, quando chegaram perto, quando se aproximaram as campanhas eleitorais, casualmente esses volumes... essas operações se tornaram mais freqüentes e, numa das ocasiões, eu me lembro bem que foi solicitado, não sei se pelo filho do senhor ou assessor do senhor ou quem foi, foi solicitado a um funcionário meu um depósito – não me lembro o valor. Foi feito um depósito em dinheiro e o destino era o Partido dos Trabalhadores. Não me lembro, mas foi feito. Eu, no momento, relutei, que eu não gostaria de ter esse vínculo, mas acabei cedendo e foi feito um depósito – me lembro que não era um valor expressivo, mas, que o depósito foi feito, isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao Sr. Toninho Barcelona, mas antes quero novamente ressaltar que V. Sª se mostra interessado em colaborar com as CPIs, conforme já afirmou.

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Gostaria sempre, nesse caso, quando o senhor apresentasse alguma informação, que dissesse quais as fontes dessas informações...

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...que o senhor tem, se tem documentos, se testemunhou, se ouviu alguém falar.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto: quais os métodos que o senhor utilizava para remeter dinheiro para o exterior? Transportava valores físicos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, senhor. Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Usava dólar cabo?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Usava importações superfaturadas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Usava contratações de jogadores de futebol?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais os métodos que o senhor utilizava para internalizar o dinheiro vindo do exterior? Transportava valores físicos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, senhor. Eu... Através de dólar cabo, senhor. Excelência, me perdoe.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª foi acusado de lavar dinheiro de propina das flores das chamadas máfias das funerárias do Município de São Paulo, durante a gestão Celso Pitta. Em 2000, sua empresa acabou indiciada pela CPI do Narcotráfico. V. Sª responde a processo criminal, perante a Justiça Estadual de São Paulo, por lavagem de dinheiro oriundo de corrupção passiva e responde a processo criminal em Foz do Iguaçu, acusado de crime de evasão de divisas e de crime contra a ordem tributária.

Em março de 2003, uma operação de busca e apreensão encontrou centena de milhares de dólares e euros sob sua posse. V. Sª mantinha uma mesa de operações de câmbio na Barcelona Tour, onde cotava operações ilegais como dólar cabo, transferência de dólar no exterior de um país para outro, troca de reais por dólar no exterior. V. Sª fazia operações que só podem ser realizadas por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central. Isso consiste em atividade típica de doleiro.

Diante de tantos fatos, eu pergunto: V. Sª tinha autoridades políticas e agentes públicos como clientes? Quem são?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não tenho autoridades políticas como clientes. Não tenho autoridades públicas como clientes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca teve?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Nunca tive, Excelência. Como clientes de câmbio ou como... em toda a instituição, em toda a estrutura empresarial.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como clientes de câmbio e também...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, houveram. Sim, tive diversas autoridades, agentes públicos como clientes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas só nessa condição?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, na compra e venda de moeda estrangeira, na compra... na prestação de serviços de que a empresa dispunha, venda de passagens, pacotes, ações, enfim, em todo um... em todo o universo de que a empresa dispunha. Eu tive clientes públicos e agentes também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A CPI do Banestado, a Polícia Federal e o Ministério Público já apuraram que, entre seus clientes, figuravam juízes e policiais federais. V. Sª confirma isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Confirmo, sim, senhor, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais juízes e policiais federais foram ou são seus clientes?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Juiz Casem Mazloum, Ali Mazloum, o Juiz Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, há um juiz de nome Haroldo, há um juiz... Dr. Plínio Barreto. Policiais federais, o senhor me perguntou também. Excelência, o senhor me perguntou também, não é?

Eu tinha um convênio assinado com a associação dos funcionários da Polícia Federal, onde havia uma grande maioria de agentes da Polícia Federal e delegados que ali vinham.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em que países o senhor mantinha contas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Nos Estados Unidos da América.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só nos Estados Unidos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais eram os bancos, número de contas e titulares, tanto pessoas físicas como jurídicas? V. Sª não tem condições de detalhar ou tem no momento?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu posso dizer as instituições nas quais tive contas. Cheguei a ter conta no Beacon Hill Service Corporation, perdão, isso em Nova Iorque. Cheguei a ter conta na Casa Bancária Lespan, no Uruguai. Cheguei a ter conta no MTB, por seis meses; no Pine Bank e, salvo engano, também Commercial Bank.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A conta Muia, na Suíça, era de V. Sª?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É verdade. A Conta Muia é minha, na Suíça. É verdade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para quem o senhor operou com essa conta?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Essa conta era uma reserva que eu tinha. Era uma reserva pessoal; não operei para ninguém.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conta na Inglaterra?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E nas Ilhas Virgens britânicas?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu tive uma *offshore* nas Ilhas Virgens britânicas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a conta Monteiro Security?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ela é uma *offshore* sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, porém foi operada na Lespan.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor estaria disposto a liberar o seu sigilo bancário no Brasil e no exterior, como forma de comprovar o seu real interesse em colaborar?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Já foi feito isso, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já foi feito?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Já estivemos, nos últimos quinze dias, trabalhando com peritos da Polícia Federal, justamente vislumbrando, evidenciando e desmistificando as operações.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a informação que tenho é a de que é necessário um senha para ter acesso aos dados da contabilidade do senhor.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eles têm todas as senhas, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia transferir essa senha para a CPI?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Está à disposição dos peritos da Polícia Federal. Eles sabem mais as senhas do que eu, tanto que os meus computadores, há dois e meio, estão em poder da Polícia Federal, na mão dos peritos, e eles têm todas as senhas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Entre 1996 e 1999, reais depositados por "laranjas" em Foz do Iguaçu eram convertidos em dólares, enviados para o Banestado de Nova Iorque e, de lá, para a conta mantida Chase Manhattan Bank, em nome da Beacon Hill, empresa fechada pelo Governo dos Estados Unidos em 2003, por prática de lavagem de dinheiro. V. Sª utilizava as subcontas da Beacon Hill, denominadas Lisco, Miro e Baton, empresas abertas em paraísos fiscais.

A CPI do Banestado levantou documentação comprobatória dessas empresas com a assinatura de V. Sª. A subconta Lisco recebeu transferências de 170 milhões do Banestado de Nova Iorque entre agosto de 1996 e outubro de 1998.

Pergunto: como V. Sª explica essa enorme movimentação?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, eu não tinha conta no Banestado. Na verdade, eu trabalhava em São Paulo, e havia demais doleiros nas regiões fronteiriças, entre eles um chamado Alberto Youssef. Essa movimentação se deu quando o Brasil começou a engatinhar na globalização, as importações começaram a crescer e, por falta de instrumentos viáveis e ágeis, muitas pessoas antecipavam importações visando, por muitas vezes, a desvalorização cambial. Entre a aquisição da mercadoria e a burocracia do Banco Central, até que se pagasse o produto... Dou-lhe um exemplo: digamos que compramos alguma coisa hoje a R$ 3,00 o dólar. Até que se procedesse a todos os instrumentos, o dólar poderia estar a R$3,30. Então, empresários, pequenos importadores, para evitar a desvalorização cambial, se antecipavam e nos buscavam para remeter os dólares para importação. Atualmente, Excelência, o Banco Central possui dispositivos muito mais ágeis, tanto que esse mercado praticamente se dissipou. O mercado informal de dólares, hoje, é 10%, 15% do que era nos anos 90, 95.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O memorial datado de 18/2/1996, do Sr. Aníbal Contreras, gerente da conta Beacon Hill, que cita o seu nome, menciona um acordo pelo qual o saldo mínimo das contas Lisco, Baton e Miro devia ser de 250 mil dólares.

Ora, isso era mais que o faturamento anual da Barcelona Tour. Trata-se de evidência clara de que a real finalidade da Barcelona Tour era promover grandes movimentações financeiras.

Que grandes esquemas de corrupção conhecidos no Brasil nos últimos 15 anos tiveram V. Sª como um dos escoadouros do dinheiro para o exterior?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, esse documento firmado entre Aníbal Contreras e minha pessoa se deu porque eu tinha um determinado perfil de cliente – 50% deles são pensionistas, estrangeiros radicados no Brasil. Esses pensionistas recebem mensalmente seus cheques, valores que variam de 300 a 400 dólares, nos quais as instituições bancárias não têm interesse, não possuem interesse no desconto dos cheques. Eu explico por quê. Os pensionistas já possuem... São pessoas de uma idade avançada, e um cheque como esse pode voltar depois de cinco anos, mesmo depois de compensado. Então, uma instituição financeira não tem garantias de que, se houver a devolução, ela terá o seu dinheiro restituído. Quando a instituição financeira procede ao desconto do título, o valor descontado, entre custos de compensação, custos bancários e os demais, chegam a 15%, 20% do valor pensionário. Então – eu sou de origem hispânica, meu pai é espanhol –, a colônia espanhola

nos buscava para que nós fizéssemos os descontos dos cheques. Foi por essa razão que eu abri a conta junto a Aníbal Contreras, comprava esses cheques e junto a ele depositava. E, para garantir a possível devolução de qualquer título desse, ficava um saldo – não que tínhamos um saldo vinculado, mas, no giro – de algo em torno de 200 mil dólares.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Receita Federal ou o Banco Central sabiam das atividades que a Barcelona Tour desenvolvia e por alguma razão faziam vista grossa?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, era... Não possuem instrumentos adequados para aquisição. V. Exª... gostaria muito de ter instrumentos possíveis para que isso acontecesse. Lutei. Fizemos planos, planejamentos, chegamos até a protocolar um trabalho feito para poder viabilizar essa atividade, mas não obtivemos resposta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Sª prestava serviços para servidores desses órgãos, ou seja, do Banco Central, da Receita Federal?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V. Sª: a Barcelona Tour já prestou algum serviço para Celso Pitta e Paulo Maluf?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundo dados da CPMI do Banestado, a Barcelona Tour apareceu fazendo transferência para a empresa Yukon River. De quem é essa empresa?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pertence ao Sr. Paco, um doleiro de São Paulo, muito meu amigo, hoje falecido. Paco é um nome carinhoso que se dá àqueles que se chamam Francisco. Não me lembro exatamente do sobrenome dele. Francisco Blanco, salvo me engano.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agentes de que órgãos públicos procuravam mais freqüentemente a Barcelona Tour para enviar dinheiro para o exterior ou para transferir dinheiro no exterior?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O perfil dos clientes da Barcelona Tour não são agentes públicos, autoridades para remessas de dinheiro ao exterior.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece os seguintes delegados da Polícia Federal: Paulo Mioshi, Mário Ikeda, Mauro Sérgio Sales Abdon, Antônio Manoel da Costa, Marcos Venice Deneno, Jorge Luiz Bezerra da Silva e José Augusto Belini? Esses delegados o procuraram para algum serviço?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Com exceção do José Augusto Belini e do... O senhor pode me dizer: Bezerra?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Jorge Luiz Bezerra da Silva.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Jorge Bezerra, exato. Com exceção desses dois, todos os outros eu conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a pergunta é se já lhe procuraram para algum serviço.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim, compraram passagens, viajaram comigo, adquiriram dólares e venderam dólares. Desfrutaram de todos os produtos de que a empresa dispunha.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece os Juízes Federais: Casem Mazloum, Ali Mazloum e João Carlos da Rocha Mattos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O senhor já havia perguntado, Excelência. Confirmo. Conheço o Dr. Casem Mazloum, Dr. Ali Mazloum. Estive com o Dr. João Carlos da Rocha Mattos apenas uma vez, num encontro social.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era o relacionamento de V. Sª com eles?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Com o Dr. João Carlos da Rocha Mattos, praticamente nenhum. O Dr. Casem Mazloum chegou a viajar algumas vezes pela minha empresa, juntamente com toda sua família e o Dr. Ali também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eles procuraram o senhor para fazer remessas par ao exterior ou no exterior?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vários outros doleiros também se utilizavam da Beacon Hill para lavagem de dinheiro para seus clientes. Como V. Sª e tantos outros doleiros chegaram à Beacon Hill? Como ela surgiu? Quem teve a responsabilidade de indicá-la para V. Sª?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Havia uma empresa que antecedeu a Beacon Hill, de nome Bedfor House, onde o Sr. Aníbal Contreras era um sócio minoritário. O sócio majoritário era uma pessoa que especulava em bolsa de valores, e o Sr. Aníbal Contreras começou a perceber que a empresa poderia vir a falir. Antes que ela falisse, ele se retirou, junto com uma outra sócia minoritária, chamada Marta Conte, e se estabeleceu. Ele tinha um grande co-

nhecimento no mercado latino-americano e, quando estabeleceu sua companhia, veio diversas vezes em viagem ao Brasil oferecendo seus serviços. Foi assim que se iniciou o relacionamento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para que tipo de negócio V. Sª usava subcontas da Beacon Hill?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Como disse, Excelência, durante os anos o mercado foi mudando muito, mas em princípio era para depósito dos cheques de pensionistas oriundos de países estrangeiros.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só para isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Inicialmente, sim. Depois, os negócios foram prosperando; o Brasil entrou engatinhando nas importações, e pudemos favorecer, digo, patrocinar, proporcionar que muitas empresas importassem máquinas, insumos, matéria-prima, por, naquela ocasião, o Banco Central não dispor de elementos dinâmicos que pudessem atender. E era por isso que se buscavam as casas de câmbio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como a Barcelona Tour se utilizou das contas CC5 até 1999, na época das autorizações especiais que o Banco Central concedeu para cinco agências bancárias de Foz do Iguaçu?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Como lhe disse, Excelência, a Barcelona Tour jamais se utilizou de contas CC5. A Barcelona Tour tinha um contato, tinha transações comerciais com Alberto Youssef e com outros doleiros da região fronteiriça. Estes sim tinham suas atividades com os bancos credenciados, com suas permissões para operar com contas CC5. Mas a Barcelona Tour jamais operou com contas CC5.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que a Barcelona Tour e V. Sª usavam o Banestado de Nova Iorque para fazer transferências para outros bancos no exterior?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A Barcelona Tour jamais teve contas ou mesmo minha pessoa, ou qualquer *offshore*, ou qualquer outra empresa relacionada a mim no Banco Banestado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até o ano de 2000, segundo levantamentos feitos pela CPMI do Banestado, os nomes de vários dos seus funcionários ou sócios apareciam nas transferências bancárias no exterior.

Pergunto, por que a partir de 2000 a Barcelona Tour deixou de fazer operações no exterior em nome próprio, assim como não aparecem mais os nomes dos seus funcionários? O que mudou no esquema?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu desconheço essa informação, Excelência. Nomes de funcionários aparecerem em transferências internacionais?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até o ano 2000.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Desconheço a informação, Excelência. Não vejo a razão por que uma transferência internacional deveria possuir nomes de funcionários.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que depois desse período V. Sª abriu várias contas em nome da Lespan S.A em vários bancos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não é verdade. Eu abri uma conta única na Lespan chamada Monteiro Security. A Lespan era gestora, ela sim abriu conta no Warsovia Bank, Bank of América e outros bancos. Mas quem prestava os serviços para a Monteiro Security era a Lespan. Ela que se ramificou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A conta Lespan, por ser mantida fora do Chase Manhattan, era mantida em vários bancos: Citibank, Warsovia Bank, continuou a ser usada depois que a Beacon Hill foi fechada.

De quem é a conta Lespan?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Lespan é a segunda maior empresa privada uruguaia. Ela é uma casa bancária; tem um perfil de banco, como a legislação uruguaia permite; e ela sedia contas, subcontas de estrangeiros, o que é perfeitamente legal naquele país.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é utilizada por doleiros brasileiros? Quem controla essa conta no exterior?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ali são dois sócios. Um deles é o Sr. Valdemar, que procura angariar clientes no Brasil, pois a sonegação fiscal lá não é um crime, e procura o perfil do cliente que compra e vende dólares e que não esteja envolvido em crimes hediondos, em lavagem de dinheiro do narcotráfico, corrupção, entre outros.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Sª usava Lespan com que finalidade?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Para compensar os cheques que comprava e para receber créditos e débitos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No material apreendido nos Estados Unidos, há uma carta, de 8 de setembro de 1999, endereçada a V. Sª, em que o gerente da Beacon Hill, ainda o Sr. Aníbal Contreras, avisa V. Sª que o DEA, Departamento de Combate às Drogas nos Estados Unidos, havia

bloqueado cerca de US$11,5 mil que estavam na sua conta, mantida na Beacon Hill.

V. Sª faz negócios até com traficantes de drogas? De quem era esse dinheiro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, eu tive negócios com um senhor chamado Marco Antônio Glikas. Ele era um judeu, vizinho. Teve problemas nos Estados Unidos por questão de envolvimento com... Mas, aparentemente, ele...

O SR. (Orador não identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)* Com o quê?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Com problemas de lavagem de dinheiro, de tráfico e essas coisas. Porém, ele era um cliente, aparentemente, com o seguinte perfil: parentes daquela naquela importadora Brasil Travel, não... Ele possuía uma agência de viagens, possuía câmbio. Conheci a família dele. Além da atividade financeira e da aparência dele, toda a estrutura era visivelmente legal. O envolvimento dele... Não quer dizer que tenha tido eu um envolvimento. A minha conta foi bloqueada por apresentar qualquer vínculo, por pagamentos que eu tenha feito a ele. Por isso, bloquearam a minha conta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nas bases de dados da CPMI do Banestado sobre a Beacon Hill estavam catalogadas mais de cinco mil operações da Lisco, treze delas de valor superior a US$1 milhão. Essas somas mais vultosas provinham do tráfico ou da corrupção?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – De nenhum dos dois, Excelência; de nenhum dos dois.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que V. Sª queria a reabertura da CPMI do Banestado?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu digo que, na CPMI do Banestado, quando surgiram nomes de pessoas, de Parlamentares, talvez seria possível identificar aqueles que tivessem sido beneficiadas com o suposto "mensalão". Por essa razão, sugeri que a Comissão fosse reaberta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Sª não tem informações sobre isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sobre? Não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre remessas de dinheiro provenientes de "mensalão"?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, fala-se muito numa conta Trade Link Bank. É possível que se rastreie o Trade Link Bank ou quem sejam os seus beneficiários. Por essa razão, sugeri a esta Comissão que se reabrisse a CPMI do Banestado, pois, num momento crítico, as contas que mais movimentaram, as mais vultosas do Manfra Tordella & Brookes, do Delta Bank, entre outros, não tiveram a oportunidade de ser apreciadas por Parlamentares.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que V. Sª tem essa convicção? Tem informações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Convivi dezoito anos nesse mercado, Excelência. Digo-lhe que, para ter uma conta no Manfra Tordella & Brookes, o famoso MTB, era preciso ter o perfil de um doleiro grande. Eu não consegui ter conta no MTB. A mim sempre me foi atribuída a pecha de maior doleiro do País. Em trabalhos com a equipe dos peritos da Polícia Federal, eles mesmo me perguntaram "por que eles te chamam de maior doleiro?" Eu disse: "O que pesa é o nome". Eles disseram: "Não é porque tem um sujeito que, em um ano, movimentou um bilhão e duzentos milhões de dólares. Você em toda a sua vida não movimentou quatrocentos em dezoito anos de trabalho". Entende?

Então, eu não consegui atingir o perfil para ter uma conta no MTB.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem movimentou esse um bilhão e duzentos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A conta foi noticiada recentemente pelo Procurador da República, Dr. Aras, a conta Depolo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª, entretanto, não tem os nomes dos beneficiários dessa...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª prestou serviços para o PT ou para algum dirigente do PT?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência. Diretamente, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E nem de nenhum outro partido político?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência. Uma das razões da minha vinda a esta Comissão era justamente demonstrar que entre meus clientes, em minhas movimentações, não havia políticos, dinheiro público, não havia absolutamente nada.

Fizemos um trabalho com os peritos durante quinze dias, onde forneci toda a minha movimentação financeira internacional em sintonia com o meu banco de dados, demonstrando o perfil dos meus clientes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que V. Sª achava que a contribuição que iria prestar era nessa linha?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Relator, desculpa, mas teria alguma coisa que o senhor pudesse

ajudar com relação às apurações que a CPI vem fazendo ou são casos fora dessas apurações que estão sendo levadas a efeito pela CPI que o senhor, no depoimento na Secretaria de Segurança, fez referência, inclusive sobre empresas ou bancos que estão envolvidos nessas apurações.

Desculpe-me, Sr. Presidente, a objetividade, senão foge um pouco do objetivo.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não, Excelência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor se dirija ao Relator, por favor. Só quis ajudar.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª já contribuiu com campanhas políticas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Salvo engano, uma vez, uma ocasião.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Salvo engano, o quê?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Salvo engano, em uma ocasião.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só em uma ocasião. Faz muito ou pouco tempo?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Bem, faz bastante tempo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se lembra para quem, nem para que partido?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não; não me lembro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já prestou serviços para empresários de jogos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já prestou serviços para Carlos Cachoeira?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já prestou serviços para Parlamentares da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já prestou serviços para a empresa Leão Leão?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já prestou serviços para a empresa MM Consultoria do Sr. Walter Santos Neto?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perdão, Excelência, poderia repetir?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já prestou serviços para a empresa MM Consultoria do Sr. Walter Santos Neto?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já prestou serviços para a empresa Gtech?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto, Excelência.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não prestou?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não prestei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A última pergunta que eu queria fazer era a seguinte: qual a contribuição que o senhor veio prestar a esta CPI?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, a minha empresa foi encerrada no ano de 2003; porém, no ano de 2002, o mercado, por volta do mês de setembro, começou a apresentar uma atipicidade. O mercado começou a ter necessidade de reais vivos, procuravam reais vivos, principalmente o grupo que sucedeu o Sr. Messer. Eram necessidades diárias, e não eram quantias poucas. Digo, as operações tinham que ser acima de cinqüenta mil dólares, cem mil dólares.

Os preços eram bastante convenientes. Entre o dia 3/09 e o dia 9/10, de 2002, negociei com ele U$2 milhões e 50 mil e ainda emprestei R$610 mil para eles numa ocasião – depois eles me devolveram –, totalizando R$7 milhões. Esse dinheiro teve destino a Bônus-Banval. Eles deram como destino a própria Bônus.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra ao Relator, porque, se formos fazer um pingue-pongue aqui, não chegaremos ao fim.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele tem o direito de concluir. Pode concluir. Não podemos forçá-lo...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, era só para pedir para ele esclarecer melhor a resposta que deu: para quem ele trocou dólar, ou se trocou reais por dólar, ou dólar por reais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, se ele puder definir o que sejam reais vivos,

porque só conheço reais, não sei se há diferença entre reais vivos e mortos. Não estou bem acostumado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª é mais do vivo ou do morto?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O que são reais vivos?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele vai explicar o que é. V. Sª, para fazer o esclarecimento.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não. Queiram desculpar o uso técnico, o jargão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O depoente disse que tem uma série de produtos com que ele trabalha. Ele poderia dizer sobre muitos desses produtos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Sª os esclarecimentos das dúvidas dos Srs. Parlamentares.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não. Com relação à colaboração que tenho para efetivar com as Comissões, é o seguinte: nos meses que antecederam às eleições houve uma grande procura por reais em espécie, em dinheiro vivo. Havia uma procura bastante intensa, diária, e o mercado não conseguia atender, o mercado informal...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente. Havia sobra de dólares e falta de reais em espécie.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Com a sua experiência, o senhor atribui isso a quê?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria aos Srs. Parlamentares que aguardassem a sua vez para fazer as suas perguntas, senão vamos entrar num pingue-pongue sem fim. Sempre haverá oportunidade. Peço a compreensão dos Srs. Senadores e Deputados nesse sentido.

Solicito V. Sª que conclua.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não. V. Exª me perguntou o período, é isso?

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Foi do dia 03/09 até dia 9/10, de 2002.

Concluí, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi, V. Exª deseja usar da palavra?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, vou pedir a tolerância dos Parlamentares só para fazer uma última pergunta a respeito de uma matéria do **Correio Braziliense**, de 21 de agosto passado, onde se fazia a descrição de uma "operação esquenta-esfria" com a participação de V. Sª, com riqueza de detalhes. Passarei a descrever cada uma dessas etapas:

> "O esquema servia para esquentar as sobras do caixa dois da campanha. O dinheiro dado por fora ao partido, inclusive com propina paga às Prefeituras administradas pelo PT, como Santo André, Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo, Recife, Porto Alegre, por empresas de lixo, ou outros fornecedores ou licitantes de obras públicas, eram encobertos com notas frias fornecidas pelos próprios doleiros como por exemplo notas de Avencar Turismo Ltda., KLT Agência de Viagens, Apolo Câmbio e Lumina Empreendimentos Ltda. Geralmente o dinheiro era arrecadado em espécie e o Tesoureiro do PT, Delúbio Soares, receptor de todo o dinheiro, depositava nas contas dos laranjas dos doleiros que emitiam ordem de pagamento ao exterior. No caso do PT, o destino do dinheiro era escolhido por eles próprios, indo para as contas Lisco Orveseas e Miro Ltda., nos bancos JP Morgan S. A. e Citibank, respectivamente, ambos em Nova York. Debitados dessas contas, eram feitos depósitos na conta corrente da empresa Naston Incorporation, sediada nas Ilhas Virgens britânicas, pertencente a V. Sª e ao doleiro Alberto Youssef. Desta conta da Naston, o dinheiro seguia por ordem de crédito para dois caminhos: as contas Nota Data e Lincon operada por um certo Felipe Belisário Vermudts, de passaporte francês e para a empresa Empire States Scorpus, *offshore* no Panamá e em Luxemburgo, operada por Felipe Belisário Vermus, de passaporte argentino. Esses dois cidadãos, na verdade, são um terceiro, conhecido como Luiz Favre, esposo da ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. Essas contas operadas por Luiz Favre ou Felipe Belisário Vermus ou Vermudts, no jargão dos doleiros conhecidos como conta ônibus, tinham a função de fazer o dinheiro chegar a uma conta segura operada verdadeiramente pelos petistas, já que todas as demais eram operadas por doleiros e, portanto, passível de desvios. As contas do Trade Late e da versão de Luxemburgo do Empire States iam direto ao MTB Bank, de Nova York, a versão panamenha do Empire States repassava o dinheiro para as contas, também em Luxemburgo no Citibank do crédito lionês."

V. Sª tem o que a dizer sobre isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Com todo o respeito a esta Comissão, essa notícia é extremamente fantasiosa, sem nexo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada disso aqui tem validade?!

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto, em absoluto, salvo as operações de esquenta-esfria, mas não com sobras de caixa. Salvo isso.

Olha, recentemente apareceu uma matéria no jornal em que o Sr. Enivaldo Quadrado disse ter aplicado recursos, ter nomeado a empresa Natimar como intermediária de aplicações em dólar futuro e ouro a vista. Uma empresa com sede em Santa Catarina. Eu pergunto: por que razão usar uma empresa em Santa Catarina, desconhecida de um argentino Carlos Alberto Quaglia? Por que indicar um mercado tão frágil que é mercado de dólar futuro, que a qualquer momento sofre oscilações, dando grandes, podendo dar grandes lucros ou prejuízos? Então, ele utiliza a empresa Natimar para fazer aplicação. Se a Natimar obtém lucro, e o lucro me interessa, repasso a mim; se eu tiver prejuízo e eu estiver com interesse em prejuízo, compro o prejuízo. Fui claro? Não fui muito claro, não é?

(Interferências fora do microfone.)

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Quando uma empresa pretende atuar na Bolsa de Valores, ela faz a sua inscrição. No caso do Sr. Marcos Valério, que dispunha de um cadastro bancário bastante favorável a ele, por que utilizar o nome de uma empresa para administrar seus bens? Simplesmente faz-se um cadastro junto à Bolsa de Mercadorias e Futuros, a Bolsa de Valores, invista nos títulos aconselhados por Sr. Enivaldo Quadrado, e, aí então, a Bolsa vai emitir extratos, se houve lucros ou prejuízos. A partir do momento em que se unem três ou quatros pessoas e investem numa única empresa, a quem pertence o lucro ou o prejuízo, se não existem contratos formulados? Fui claro?

Juntamos eu e meu advogado. Tenho interesse em ter lucro. Ele investe em dólar futuro...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tem uma empresa real para dar como exemplo, que fez esse tipo de operação?

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)* Marcos Valério.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, mas, depois, o Marcos Valério foi desmentido. A Natimar desmentiu, dizendo que ele realmente não conhece Natimar e que a Natimar não tem nada a ver com isso. Enfim, foi totalmente desmentido.

Mas se opera dessa forma. Encontra-se uma empresa que tenha diversas aplicações em diversos produtos, ouro, dólar futuro, e você compra o prejuízo ou compra o lucro daquela empresa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio, Relator da CPMI dos Correios.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Toninho da Barcelona, eu queria iniciar fazendo duas observações que acho que são muito importantes em relação a V. Sª.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não, Excelência.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Uma está relacionada ao termo de compromisso que prestou...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – ...no sentido de que iria falar absolutamente a verdade. No entanto, V. Sª tropeçou, pelo menos em um momento, de uma forma muito evidente, quando disse que não dispunha de nenhuma conta no exterior, a não ser nos Estados Unidos, e depois prosseguiu, tendo na Suíça, no Uruguai. De forma que gostaríamos que V. Sª fosse efetivamente sincero conosco.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É verdade, Excelência...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – O segundo ponto – aí, colho da manifestação de V. Sª em relação à outra oportunidade em que foi ouvido – remarca essa impressão sua, que é uma cultura que o País vem ultrapassando, no sentido de que apenas seriam delinqüentes aqueles que sangrassem alguém. Hoje, estamos percebendo que mais sagra quem toma os recursos da sociedade e termina ocasionando, aí, sim, a geração de delinqüentes que incidem nesses crimes que V. Sª qualifica como mais danosos. Mais danoso à sociedade hoje é recolher o seu suor e mandar para o exterior. Embora isso pareça uma conduta normal, porque realmente convivemos com pessoas assim, hoje, mais e mais, estamos acreditando que precisamos – daí essas CPIs todas – incidir naqueles que têm uma expressão maior nas conseqüências sociais que este País atravessa.

A presença de V. Sª é – e foi muito debatida – exatamente conseqüência da sua manifestação na primeira oportunidade. Quando estivemos em São

Paulo, fez referências a coisas relevantes, que ficaram, todas elas, obstruídas em virtude da sua tentativa manifesta, na ocasião, de obter algum benefício. Nós concordamos, nós lhe demos apoio, algum benefício de ordem de punição que já tem em virtude de coisa julgada. E, a partir daquela oportunidade, V. Sª teve um tratamento diferenciado, tanto é que está em uma situação não mais aquela, RDD (regime disciplinar distinto). E ainda, conforme V. Sª acabou de confessar para nós, teve oportunidade de acesso às contas todas nesse intervalo, pelo menos nesses últimos 15 dias ou um mês não sei quanto. V. Sª teve contato direto com a Polícia Federal, com técnicos da Polícia Federal e ademais disso lhe deixaram um computador com todos os dados a fim de que a sua memória fosse aviventada e não, enfim, obnubilada, para usar uma terminologia dificultada.

O que queremos é que efetivamente isso venha à baila. E por isso eu vou lhe chamar a atenção, apenas muito objetivamente, em relação a alguns pontos nos quais V. Sª chegou a um detalhamento, que reteve, sob a invocação de que faria isso mais adiante, e quase sempre fazia referência exatamente à CPI. Agora é a prática daquilo que V. Sª pretendia. Uma delas, quando V. Sª foi convocado para prestar assessoria e esclarecimentos à CPI do Banestado, a Ludi recebeu à undécima hora a notícia. E ainda assim, o Sr. Richard Waterloo, um doleiro de São Paulo, o havia procurado dizendo que não era para se preocupar, porque ele não deveria vir, e de qualquer modo foi feita uma referência de que ambos sabiam exatamente quem eram as pessoas que estavam por trás do imbróglio lá de Santo André.

A pergunta agora é aqui: precisa V. Sª esclarecer exatamente que informação V. Sª e o Richard detêm do episódio Santo André.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, com relação a Santo André, junto aos peritos da Polícia Federal, eu disponibilizei o nome de um doleiro, Ernesto, com a conta dele no exterior, da qual a Polícia Federal já possui os dados, a movimentação financeira. Disponbilizei também toda a informação que era pertinente em dinheiro e em espécie, DOCs e transferências para que pudessem serem rastreados tanto cheques, DOCs, TEDs, dinheiro vivo, transferências no exterior. Todos esses elementos estão à disposição da Polícia Federal.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Esse Ernesto não era alguém que procurava a Barcelona, e a Barcelona indicava o tal de Tico Mineiro, em Minas Gerais, para que fizesse a operação?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Desculpe, eu não entendi.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Ernesto e a senhora Anelma conhece?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu conheço Anelma.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – São doleiros de Santo André?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Eles operavam com a Barcelona?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A Anelma não, senhor, mas o Ernesto sim, senhor.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – E a Barcelona fazia essas negociações diretamente ou remetia ao Tico Mineiro? Que relação havia entre Ernesto, a Barcelona e o Tico Mineiro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Bom, o Mineiro eram pessoas que se dedicavam a fazer os pagamentos aos mineiros que moram nos Estados Unidos. Passavam pelo meu intermédio. Então, eu comprava dólares dos mineiros, vendia aos Ernesto, que mandava os reais à disposição do Tico Mineiro, e este procediam aos pagamentos aos mineiros que vivem nos Estados Unidos, aos seus familiares, para saldar os seus compromissos. Era essa relação, era esse o triângulo.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Esses recursos que eram empregados através do Ernesto, o senhor saberia identificar a origem?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Por várias vezes, Exª...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Empresas de ônibus ou algo assemelhado, agências, por Santo André?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Por várias vezes foi mencionado o envolvimento de empresas de transporte público municipal, por muitas vezes o dinheiro chegou de maneira visível, porque era dinheiro pequeno, notas de dez, de cinco reais....

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – E o que essa visibilidade traduziria? O que significaria isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Traduziria que isso era um dinheiro típico de companhia de ônibus, típico de um transporte popular.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – E nessas conversações transparecia essa informação de que eram recursos de empresas de ônibus de Santo André?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Por diversas vezes transpareceu, além do que a Anelma e ele eram concorrentes em Santo André, e sempre

me pedia que fizesse preço melhor, senão perderia a concorrência para a Anelma.

E aí o que fiz? Disponibilizei voluntariamente para a Polícia Federal o banco de dados com relação a toda essa movimentação. Está à disposição deles, eles estão fazendo os rastreamentos, estão vendo as contas no exterior, se houve beneficiários ou não, com relação ao transporte público ou qualquer outra pessoa ligada ao meio público.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª nos assegura, com relação à doleira Anelma, que V. Sª não teve nunca teve nenhuma operação?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não tive. Ele dizia constantemente que era a concorrente dela. E eu a conheço de largo tempo. Foi sócia do Alberto Youssef e de outras companhias grandes, e é uma doleira de expressão na região de Santo André.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Ao que V. Sª atribui essa aproximação do Richard naquela oportunidade?

V. Sª descobriu como é que se sabia da sua oitiva, já que V. Sª não sabia que seria ouvido? A que atribui essa aproximação dizendo que não era para se preocupar?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Richard Waterloo é sócio do Birigui no caso Maluf.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Paulo Maluf.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É... Não quero dizer assim... Paulo Maluf deveria ter sido convocado para a CPI do Banestado, porém, por uma aparente articulação política no segundo turno da campanha municipal, ele não foi convocado. Até o presente momento, também não foi convocado o doleiro que fomentou as contas do Sr. Paulo Maluf. Não só essa de 163 milhões de dólares, como aquelas outras de Jersey, de seiscentos milhões. Todas foram feitas através do Sr. Birigui e do Sr. Richard, que são sócios dessa Avenca Turismo, a qual V. Exª afirmou atrás, é uma agência de turismo e câmbio dentro do Shopping Iguatemi.

Então, a proximidade dele com o Birigui... E Birigui, no meio político, foi que me trouxe essa notícia – ele, que é uma pessoa muito bem relacionada, me passou a informação de que eu havia sido convocado.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Ele não tinha nenhum interesse específico, próprio?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto. Somos amigos incondicionais, sem interesse.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Além dessas empresas lá de Santo André, V. Sª lembra de alguma outra situação, de algum outro Município, ou eventualmente de alguma empresa de maior dimensão, concessionária, ou alguém que também tivesse passado pelas mãos da Barcelona?

Para ficar mais claro, V. Sª identificou que a empresa de ônibus de Santo André, procedia a esse encaminhamento.

Havia algum outro encaminhamento, outras origens? Que V. Sª evidentemente não trabalhava só com Santo André.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, eu não trabalhava só com Santo André, e eu não trabalhava para empresas que prestavam serviços públicos. Nunca foi o meu perfil e lhe digo que tinha até aversão a isso.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – É que V. Sª insiste nesse detalhe, mas pare e reflita no seguinte: se está recebendo dinheiro de ônibus, é de uma concessionária, é dinheiro público, e de alguma forma isso vai incidir no contexto da coisa pública.

Mas tudo bem, vamos prosseguir na sua apresentação.

Que outras empresas de ônibus, ou alguma outra identificação com alguma coisa relacionada à administração pública? Não que tivesse sido diretamente a V. Sª, mas através de outros doleiros, outros locais?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Que eu me lembre nesse momento, não.

Fiz referência a Santo André porque justamente na ocasião em que me foi pedido que não fosse caso houvesse a convocação, e citou o caso Santo André, procurei saber e demonstrar que eu com Santo André não havia feito diretamente nenhum negócio e o único negócio que havia com Santo André era pertinente ao vínculo com esse outro doleiro. Demonstrei isso aos peritos. Eles possuem os dados e vão chegar a algum resultado, que não sei qual será.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – A informação que se tem é que nas empresas de ônibus notas frias de serviço eram emitidas, porque, através disso, haveria a circulação do dinheiro. Lembra de alguma nota nesse sentido, de prestação de serviço de empresas de ônibus?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência. Com relação a notas falsas, a notas fiscais falsas, frias, esse tipo de procedimento, eu não me envolvia. Não...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Quando V. Sª fez referência a autoridades que teriam transacionado com sua empresa, ficou muito abstrata a informação. Nós queríamos mais detalhadamente essas pessoas e mais ou menos o montante com os quais elas mantinham essa conversão em dólar ou em reais na Barcelona.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Até para ser coerente com o depoimento que deu na Polícia Federal.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – É, juízes, policiais, membros da Receita Federal, quem V. Sª lembrar, nominando e mais ou menos identificando o valor a que teriam tido e a habitualidade em que essas coisas ocorriam na sua agência.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, minha empresa foi desativada há dois anos e meio. Ela funcionou, prestou serviços a membros da Polícia Federal, eu lhe digo, mais efetivamente com...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Mas quando V. Sª fala serviços são os serviços relacionados a viagens ou serviços relacionados a dólares?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não. Eu, quando digo serviços, digo de uma maneira geral.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Não, mas nós queremos saber especificamente em relação a dólares.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – OK. Especificamente a dólar, compraram, venderam dólares oficialmente, boletados, alguns não boletados, isso foi declarado, isso já é objeto de inquérito, mas não são valores expressivos, são valores aparentemente compatíveis à capacidade financeira deles.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Eles correspondiam a valores necessários para viagens ou aplicações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, eu não sei exatamente se eram para viagens ou para aplicações, Excelência. Me requisitavam, eu cheguei a vender alguns dólares para eles, mas dólares que eram pertinentes à capacidade financeira.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – V. Sª conhece alguém que chama Victor Werebe?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Conheço sim, Excelência.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Quem é?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É um cliente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Ele atua no serviço público? Atuou no serviço público?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Atuou no serviço público.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – O que ele era? Qual o cargo?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Salvo engano, ele foi da Receita Federal.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Ele fez aplicações através da Barcelona?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Depois que deixou o serviço público, na condição de advogado – porque eu o conheci na condição de advogado –, chegou a fazer alguns negócios comigo, sim.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Lembra mais ou menos o montante?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – RS) – Também V. Sª fez referência, quando ouvido, que, por ocasião da operação Farol da Colina – isso são afirmações textuais – "estudaram muito bem os documentos que não pudessem complicar gente de interesse".

V. Sª quis dizer à nossa CPMI que a operação "Farol da Colina" procedeu a um levantamento mas, quando chegou em gente de interesse, ela não avançou.

V. Sª conhece alguém de interesse que não tivesse sido contextualizado nessa operação "Farol da Colina"?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, eu, quando disse isso textualmente, eu disse que, quando começou a CPI a se aprofundar em determinados documentos e houve vazamento sigilosos, criou-se uma animosidade, que é de conhecimento...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª lembra de algum vazamento, de algum nome que tivesse criado essa animosidade?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Aventou-se o nome do Celso Pitta, o próprio nome – com todo o respeito – do Henrique Meirelles, aventaram-se diversos outros nomes. Criou-se um desacerto no qual até chegaram a apressar o encerramento das atividades, encaminhando os documentos ao Ministério Público.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª também afirmou o seguinte: "Com relação às operações do Trade Link Bank, que envolvem o clamor agora, a motivação desse é de que existem fatos e elementos que são de suma importância que tenho como... tenho elementos verídicos, verdadeiros, fatos que são importantes para a elucidação da existência das atividades financeiras, inclusive membros que fazem parte da diretoria do Trade Link Bank, que são ligados a outras instituições aqui no Brasil. São elementos que quero me reservar..." Antes de chegar no Trade Link Bank, gostaria de concluir com V. Sª com outro assunto. Esse texto é a oportunidade que V. Sª se reservou e agora estamos cobrando esse posicionamento.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Trade Link Bank é a conta pagadora na conta do Sr. Messer, na qual ele possui a agência no Panamá. As transferências são efetuadas para lá e os reais são disponibilizados na Bonus-Banval.

Com referência a um dos membros da diretoria, salvo engano, Renato Scaff, foi sócio de Sandor Paes de Figueiredo na agência Santur, foi um sócio informal na agência Santur, agência de câmbio e turismo, em que um dos Parlamentares, na última reunião, me perguntou sobre a conta asteca em que eles foram parceiros/sócios. É o nome que lhe tenho para informar com relação ao Trade Link Bank.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Sª poderia repetir quando fez referência ao Sr. Dario Messer e ao recebimento em reais na Bonus-Banval?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Como? Desculpe, Excelência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Gostaria que V. Sª repetisse, pelo menos não me pareceu muito claro, sobre a relação do Sr. Dario Messer com o Trade Link Bank e um possível recebimento de reais por intermédio da Bonus-Banval.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente. A operação de câmbio é feita entre... a mando, presumo eu, do Sr. Marcos Valério. O Trade Link Bank entra em contato com um diretor do Banco Rural, com Tony, também conhecido como Severino, atualmente sediado em Montevidéu, eles estão sediados na zona franca de Montevidéu, efetuam a operação e disponibilizam o resultado da operação de câmbio, os reais, para a Bonus-Banval.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Quando V. Sª fala na Bonus-Banval, quero também evocar um outro texto de V. Sª em relação à Bonus-Banval.

Como disse, o Banco Rural, o Trade Link Bank, um diretor com ligação direta com um doleiro de São Paulo, vinculado à conta asteca, essa conta asteca está dentro do MTB.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – "E também detalhes de compra e venda de dólares que exerci para determinados membros do PT, em espécie, que antes cederam campanhas presidencial em meados de 2002 até 2003." Depois repetiu: "Compra e venda de dólares, em espécie, para petistas." O que V. Sª nos esclarece sobre essas operações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – As operações que se deram foram justamente por intermédio de Dario Messer, em que se sabia exatamente que os reais eram entregues para a Bonus-Banval – e a Bonus-Banval tem, como todos sabem, ligações com o Sr. Marcos Valério, e o Sr. Marcos Valério com o Sr. Delúbio Soares – e esses reais se destinavam à campanha, então, do Partido.

Dólares em espécie, lembrava-me vagamente que havíamos feito com alguém do Partido. Porém, chegamos à conclusão de que, com o Deputado Devanir... que não é verdade, parece ter sido feito com o filho dele. Eu não participei diretamente das operações, foi um funcionário meu que fazia as operações com o senhor Devanir, ia ao gabinete dele entregar os dólares, salvo engano, trabalhava no gabinete dele. E uma das operações foi que nos pediu a ... foi um depósito na conta do Partido.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Por gentileza, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) O depoente pode falar a quantia e quem é esse funcionário, porque o meu filho nunca foi meu funcionário.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, isso se deu em 2002. Eu não sei exatamente a quantia, apenas me lembro que o ...

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – A quantia era aproximadamente a que circulava na Câmara: mil dólares, quinhentos dólares, trezentos dólares. Era dinheiro... ele era técnico em informática, e ele fazia serviço para os vereadores na Câmara, ele comprava de vocês, comprava e vendia dólar, mas eram quinhentos, seiscentos, o máximo foi mil dólares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor fala em R$500 mil?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – É, o senhor falou em R$500 mil. Aí eu me perguntei: onde que eu arrumei R$500 mil.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Houve operações de US$10 mil dólares, US$15 mil dólares, US$20 mil, Excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Trinta mil, cinqüenta mil, o senhor fala aqui.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Tem, isso tem nos meus registros. Tenho até comigo algumas datas aqui que se fizeram essas operações.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Nós gostaríamos de conhecer as datas.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Com quem foi feito?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pode fornecer as datas e os valores.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – E a pessoa que fez, né?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente. Dia 10/7, US$30 mil.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – De que ano?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – De 2002.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para quem?

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – A pessoa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Marcos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Para a pessoa que atendia em seu gabinete. Se eu disser que foi com V. Exª, estarei mentindo. Não conheço V. Exª, nem tampouco seus assessores e também não conheço seu filho. Porém, foi solicitada a entrega desses valores em seu gabinete.

Dia 17/7, US$25 mil.

Dia 1º/8, US$10 mil.

Dia 5/8, US$20 mil.

Dia 9/8, US$8,5 mil.

Dia 30/9, houve uma requisição de US$35 mil, que foi convertido em reais.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Estamos falando em mais de US$100 mil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Duzentos mil dólares?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, não chega; US$50, US$60, US$80.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Mas o que foi feito no meu gabinete, se eu nunca vi isso lá?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, também não lhe conheço, não conheço o seu filho, e essas transações se deram entre funcionários...

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Tem documento, tem assinatura?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso não documenta.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O que documenta é a conciliação da ida do meu funcionário, que sempre se apresentava na porta da Câmara Municipal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só para ser pertinente: o funcionário se chamava Marcelo Viana?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente, Excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele até descreve... só porque é pertinente, estamos no mesmo assunto, ele descreve inclusive que levava dinheiro na roupa de baixo, chegou a levar na meia, e que entregava para um senhor que se denominava Marcão, ou Marcos, que seria o filho do então Vereador Devanir Ribeiro. É isso? O senhor pode confirmar?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, esses dados quem tem exatamente são eles. Eles me disseram: "Olha, temos um negócio com o pessoal da Câmara." Eu perguntava o que é, quanto é, tem que entregar. Eu simplesmente administrava, gerenciava isso. E autorizava que eles o fizessem. A única objeção que houve foi na ocasião da solicitação do depósito na conta do PT, porque aí deveria identificar o depósito, tudo mais. Mas houve o depósito sem a devida identificação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nesse...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não sei precisar, Excelência. Isso já faz dois anos...

O SR. (Orador não identificado) – Está registrado?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, não está.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Mas é engraçado. O depoente, em alguns momentos, não se lembra de algumas coisas. Em determinados momentos, ele lembra, com datas escritas inclusive. É interessante, porque, conversando com o meu filho, ele falou assim: "Nunca fiz isso, nunca tive essa oportunidade de ter esse dinheiro." Então, agora, fica um depoente que está angustiado e diz assim: "Não tem nada assim, não tem nada que prove". E tem uma conta que foi depositado na conta do Partido. Que conta? Onde está essa conta? Mesmo não tendo nada de identificação, mas pode falar qual foi a conta. Tem diretório municipal, diretório zonal, diretório nacional, diretório estadual, que cada um tem suas contas, né? Se foi na conta de um partido, tem que ter o número dessa conta.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, queria, inclusive, fazer uma pergunta em cima disso.

Quando V. Sª foi ouvido, fez referência que houve um determinado momento em que houve uma intensificação dessas conversões. Quando V. Sª apresenta esse rol, esse rol é o rol definitivo, ele é excludente ou existem mais possibilidades de terem sido convertidos outros valores a pedido de outras pessoas do Partido?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Deixa eu fazer uma pergunta só para ver se dá crédito ou não o depoimento de V. Sª. É em relação à fonte.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, deixa ele responder à pergunta do Deputado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É só para saber a fonte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Logo em seguida.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Porque se for uma anotação dele, mas se for do HD que está na Polícia Federal que ele recolheu essas fontes...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, é algo na Polícia Federal, quer dizer, uma fonte fidedigna. Era só isso que queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª para responder a pergunta do Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Por gentileza, V. Exª poderia repetir?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Quando V. Sª foi ouvido, disse que fazia, normalmente, a conversão, mas, em determinado momento, isso se intensificou de tal maneira que correspondia a mais de U$30 mil por dia. Aí eu lhe pergunto: essa intensificação corresponde a esse período? Essa lista é excludente, ou seja, todo o dinheiro que V. Sª noticia que foi convertido foi sempre em relação a essas mesmas pessoas ou outros políticos também, nesse período eleitoral em que houve a intensificação, foram procurar a Barcelona para converter dinheiro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, excelência. A única pessoa que nos fez contato foi através do gabinete do Exmº Devanir Ribeiro, com o Marcos. Fora ele, não tenho mais nenhum outro político que tenha atendido diretamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – *(Intervenção fora do microfone.)* O bilhete que V. Exª manda à revista **Veja** fala em R$30 a 50 mil por dia até. Então, o senhor deu detalhes esporádicos acerca apenas de alguém que estaria operando em nome do Deputado Devanir, então Vereador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, solicito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Aí entra em contradição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, solicitaria a V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Solicitaria, pela ordem, Sr. Presidente, a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu queria que o Relator concluísse...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É sobre o assunto. Eu queria apenas solicitar a V. Exª que pedisse à Secretaria da CPMI dos Correios uma cópia da íntegra do depoimento que o Sr. Toninho da Barcelona prestou na sede da delegacia da Polícia Civil em São Paulo. Por quê? Porque lá nós temos uma série de afirmações que foram feitas pelo Sr. Toninho da Barcelona que aqui não estão sendo confirmadas. Parece-nos, claramente, que há um entendimento feito por ele com membros do Governo. Eu lamento apenas ao Deputado Devanir que ele tenha ficado excluído desse entendimento feito. Quem sabe o mensalão está chegando ao Sr. Toninho da Barcelona. Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª reivindicasse uma cópia completa do depoimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou solicitar. Determino...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. É sobre o andamento dos trabalhos mesmo, Senador Efraim. Eu sei que todos os Senadores e Deputados podem ter fatos relevantes a colocar. Em muitos momentos, sinto-me instada a fazê-lo, mas prefiro respeitar o Relator e a ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, é um apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e peço a compreensão dos Srs. Senadores e Deputados para que possamos ouvir o nosso Relator, para que ele possa concluir suas perguntas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A pergunta era a mesma do Serraglio...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, Senador Demóstenes, se interferimos, todas as perguntas serão indeferidas.

Então, eu peço aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que possamos seguir dentro da lista de inscrição. É o apelo que faço, porque nós vamos, inclusive, após o Relator, conceder dez minutos a cada Parlamentar para que possa se expressar.

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Em uma resposta à Senadora Heloísa Helena o depoente afirmou o seguinte: "Com relação a tudo isso que a senhora me perguntou, a Corretora Bonus-Banval, o **modus operandi** tenho em detalhes; tenho em detalhes. Com relação à internação e à externação do capital relacionado ao Trade Link Bank, tenho informa-

ções detalhadas. Com relação às demais perguntas, também tenho mais detalhes." Mas, enfim...

E, numa outra passagem, V. Sª também faz uma referência a uma certa aproximação da Bonus-Banval com, inclusive, o ex-Ministro José Dirceu. O que V. Sª pode nos esclarecer sobre as operações da Bonus-Banval relativamente a políticos e campanhas políticas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, eu, em uma última nota, perdão, em algumas matérias eu tenho acompanhado que o Sr. Enivaldo Quadrado se nega me conhecer. Diz que não me conhece nem nunca teve nenhum contato comigo. Tem até aqui a matéria de Cuiabá.

"Quadrado também negou que conheça Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, ou que tenha feito qualquer tipo de operação com ele."

Tomei a providência de trazer aqui meus extratos telefônicos datados do mês 4, do ano de 2004, e do mês 3, onde tivemos duas ou três reuniões na Corretora Bonus-Banval, nas quais o tema era que ele pretendia formar um departamento de câmbio a ponto de angariar recursos do mercado, recursos – quero dizer – em dinheiro vivo, para atender a seus clientes. Quem são seus clientes? Clientes políticos, foi quem ele quis dizer. Isso se deu no mês de março. E visando, vislumbrando às campanhas que viriam nos meses seguintes.

Uma das colocações. A reunião não se deu somente com ele, se deu também com o sócio dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual é o nome?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não me lembro. Talvez Eugênio. Um senhor moreno de bigode. Eu, lamentavelmente, sou muito ruim para nomes.

Uma das coisas que me chamou muito a atenção foi a pergunta dele de que se eu nunca tive a intenção de montar uma casa de câmbio em Brasília. Eu falei: "Não, nunca pensei." Ele falou: "Pois deveria, pois é lá que os negócios acontecem." Isso me deixou intranqüilo, me deixou... E o negócio não prosperou e não foi para frente,, uma, por questão de que eu respondia a um processo em liberdade, possuía um **habeas corpus** e também não pretendia prejudicar meu **habeas corpus**. E a minha intenção é mudar totalmente de vida, é procurar instrumentos que viabilizem a entrada desses... do dinheiro oriundo de trabalhadores no estrangeiro de uma forma legal. Que não se possa... porque não se deve fechar os olhos para isso. São US$10 bilhões que precisam de instrumentos dinâmicos, porque eu acho que vai ser bastante saudável para a balança comercial do País.

Estou à sua disposição, Excelência.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Quando V. Sª iniciou a sua apresentação, fez referência a que teria chegado às suas mãos a sindicância relacionada à rebelião que lhe foi atribuída. Isso é verdadeiro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pode repetir, Excelência?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª recebeu a cópia do processo da sindicância que apurou o responsável pela rebelião que lhe foi atribuída?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não chegou às minhas mãos, mas nas mãos dos meus advogados.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Estou chamando isso, porque, curiosamente, a CPI solicitou e, a despeito de todo o tempo, nós até agora não recebemos. E, segundo a sua informação, naquela sindicância não há nenhuma referência a sua autoria?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – E qual é a atual justificativa para seu regime diferenciado?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em uma conversa oficiosa com a minha advogada e um dos funcionários, eles não entendem a minha ida para o regime RDD.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª continua achando que foi uma operação "cala boca", um susto para que V. Sª não revelasse as coisas que sabia?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, lhe digo: não tenho um perfil violento, não sou um criminoso, não instigaria qualquer fuga. Estando minha mulher e filha – no dia estavam lá presentes –, a fuga foi armada violenta com troca de tiros.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Deixamos no ar isso para que as autoridades competentes esclareçam a esta CPI sobre esses fatos porque, até agora, não recebemos os esclarecimentos.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Inclusive, Excelência, foi solicitada também pela Comissão a lista de advogados que estiveram lá no dia do ocorrido. Quero deixar registrado também que essa lista não traduz a realidade, pois outros advogados estiveram lá e também não fazem parte do rol dos listados.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª, em relação aos doleiros que eram do seu convívio, poderia identificar eventualmente os que operariam em relação a políticos ou campanhas políticas? Essa expectativa V. Sª nos criou quando foi ouvido.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim, como lhe disse, o grupo que sucedeu o Messer, talvez até a própria Santur...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Mas, quando V. Sª fala desses nomes, fala hipoteticamente ou nos dá alguma...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, hipoteticamente não.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Algo concreto, algum comentário, algum político, algo que nos leve a convencer que não é uma hipótese.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, fiz operações de US$2,050 mil, entre o início do mês 9 e início do mês 10, que totalizaram R$7 milhões, que foram disponibilizados para a Bonus-Banval, justamente para alavancar campanhas políticas. Não sei exatamente quem.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Nem remotamente? Nem Partido?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Nem remotamente. A quem foi distribuído foi entregue a ele e ele, por sua vez, poderia explicar melhor que eu. Eu, simplesmente, sei que o elo da Bonus-Banval, com ligações com o Sr. Janene, com ligações com o Partido dos Trabalhadores, isso já está consumado, acredito.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Mas, quando V. Sª fala – e antes também fez referência a isso – todos sabem que o Sr. Delúbio e não sei quem estão... – V. Sª sabia disso antes ou só tomou conhecimento depois que as CPIs levantaram isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, quando o mercado começa com uma atipicidade, tem-se o cuidado de saber exatamente que operação é, a que se refere essa operação, por que razão a demanda de tanto dinheiro. Campanha política.

Muito bem, nos bastidores, entre uma conversa e outra, uma conversa informal: está se fazendo campanha; a Bonus está com uma campanha do Partido dos Trabalhadores; a campanha com o Janene; isso são conversas informais.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Anteriores às CPIs? Essas conversas. Essas conversas, V. Sª ouviu na ocasião? Contemporaneamente às eleições...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim, momentâneas. E não só isso!

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Quem mais? A Garanhuns?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A Garanhuns, a própria Garanhuns – não o Sr. José que esteve aqui, mas o Sr. Lúcio Funaro, que é... Exatamente. É o verdadeiro dono. O Sr. Lúcio Funaro é uma pessoa de minha relação. Discutíamos muito isso... Falávamos... Discutíamos, não, comentávamos: "Oh, o fulano está fazendo operação lá com a Bônus". A Bonus está com...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Que fulano?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Desculpe. Perdão...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Qual fulano?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT– A Bonus-Banval está...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Fazendo operação com fulano. Vocês não falaram em um fulano. Lá, evidentemente, mencionariam, concretamente, quem seria o fulano.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente. É o que eu disse: a Bonus-Banval está concentrando as operações do Partido dos Trabalhadores. A Bonus-Banval está cooperando com campanhas do Sr. Janene, o Deputado Janene.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – E a Garanhuns?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não sei exatamente. A Garanhuns, eu vim tomar conhecimento que ela teve problema com o PL, mas até hoje eu não entendi, exatamente, a operação. Talvez, se eu me aprofundasse um pouco mais na operação, tivesse oportunidade de elucidar para os senhores.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª terminou não identificando valores em relação a juízes, por exemplo, para que tivéssemos algo mais palpável. Essas conversões...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Essas conversões com juízes e delegados têm à disposição...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Os nomes que V. Sª identificou quando questionado pelo eminente Relator, aqui da CPI, são nomes relacionados a dólares? A compra e venda de dólares?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A passagens, a dólares, locação de carros...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª não pode jogar os nomes deles misturados com passagens. Nós precisamos saber... São nomes que foram identificados e que precisamos saber se foram...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Esses juízes têm seus nomes à disposição do Banco Central. As operações foram feitas... foram boletadas e está à disposição... O Banco Central dispõe dos registros dessas operações, Excelência.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Também no questionamento seu, em um determinado momento, deu a entender que tinha conhecimento sobre a remessa para o exterior de políticos. Que informações V. Sª tem com relação a isso? Não procedidos pela Barcelona, mas que tem conhecimento.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, talvez eu tenha me expressado mal, mas eu não me recordo dessa...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Eu não cheguei a remeter para o senhor. Daí, foi perguntado se sabia quem tinha feito, disse: "Olha, mais para frente, no momento oportuno, eu pretendo informar sobre esses detalhes."

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não. A internação, sim. Mas, com relação à externação, eu talvez tenha me expressado mal no...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª, sob compromisso, afirma que não sabe de ninguém que tenha tido conta no exterior: políticos ou partidos políticos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Já concluo, Sr. Presidente, que já me... Quando V. Sª insiste nos dados da CPI do Banestado, que ali estaria o segredo de tudo o que pretendemos desvendar, V. Sª teve acesso a isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, os grandes doleiros, realmente, estavam lá. Os grandes doleiros de expressão, os grandes doleiros relacionados à alta sociedade, à cúpula. Como disse anteriormente, o próprio doleiro Birigui, que não foi investigado ou, talvez, não tenha tido o seu nome mencionado na lista da CPI do Banestado, vinculado ao Paulo Maluf e... Entre outros... Talvez tenha passado... No momento crítico, isso tenha sido encaminhado ao Ministério Público e não tenha sido apreciado pela CPI.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Em um determinado questionamento do Senador Demóstenes Torres, a propósito do Banco Rural, V. Sª disse o seguinte: "Tenho, em detalhes, do Banco Rural, inclusive tenho até as operações como se deram até o mês de março, como é que foram efetivados de 2000 e do presente ano."

Que detalhes são esses que V. Sª tem a propósito das negociações do Banco Rural com a Bonus-Banval?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Foi o que falei a V. Exª.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Mas V. Sª, salvo engano, não fez aproximação com o Banco Rural, até onde lembro.

Gostaria que V. Sª esclarecesse isso à CPI.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Trade Link Bank é um braço do Banco Rural. Tanto que, nas operações que são feitas através ou com o Sr. Dario Messer, quem faz o contato é um diretor do Rural Internacional Bank.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aproveito para comunicar ao Deputado ACM Neto que a Polícia Federal ainda não colocou a discussão da...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente, não foi na Polícia Federal. Foi o depoimento que o Sr. Toninho da Barcelona prestou para os membros da CPMI dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Exª solicitou o depoimento que foi feito...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, não; na sede da Polícia Civil em São Paulo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Talvez, até para auxiliar, se pudesse questionar a CPI sobre se já houve a transcrição, porque, de fato ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já. O Deputado Osmar Serraglio, inclusive, dispõe...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, pronto. Então, é a cópia disso, porque o que foi feito lá foi a gravação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vou solicitar à assessoria da CPMI dos Correios que nos dê essa informação.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Está no *site* da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito que ela faça cópia para distribuir para os Srs. Senadores e Deputados.

V. Sª tem a palavra.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Ele parece que está localizando. Para concluir, então...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não. Vamos aguardar. Ele já encontrou.

V. Sª tem a palavra.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Banco Rural Internacional, que possui conta no Standard Chartered Bank, conta nº 3544083001, ABA nº 026002561.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – São contas... Quem se valia dessas contas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Isso é um braço do Banco Rural, onde se administram diversas contas, diversas *off-shores*.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª alguma vez atuou com alguma empresa cujos únicos clientes poderiam ser estrangeiros?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perdoe-me, Exª. Não entendi muito bem.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª alguma vez atuou com alguma empresa cujos clientes poderiam ser unicamente estrangeiros?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Qual?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Durante o exercício da empresa era habitual. Era habitual, unicamente estrangeiros.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Unicamente estrangeiros? Brasileiros, não?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

Atuei... até mesmo no próprio mercado de câmbio havia puramente estrangeiros.

V. Exª quer que eu cite o nome deles?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Seria interessante.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – José Cerisola, que é um cidadão uruguaio... Não lembro...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Só para insistir em um detalhe, não que eu queira... mas, além das ocasiões a que fiz referência, ainda V. Sª, questionado pelo Senador Demóstenes Torres, disse: "Fiz algumas operações para o PT, nos anos de 2000, 2002, 2003, que antecederam as campanhas presidenciais, e foram compras e vendas de dólares".

Depois, em uma outra passagem, questionado pelo Deputado Maurício Rands, V. Sª disse: "Eu tinha um funcionário que atendia diretamente ao partido do PT".

Estou insistindo nesse detalhe, porque a impressão que temos é de que havia uma movimentação... E, em uma determinada passagem que agora não consegui localizar, V. Sª fez referência a sobra de campanha, coisa de expressão. O que V. Sª lembra que se relacione a isso, sobra de campanha, políticos que tivessem transações de valores expressivos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exª, quando eu disse que tinha um funcionário que era exclusivamente para atender o Partido dos Trabalhadores, eu não quis dizer isso, o Partido dos Trabalhadores. Havia um funcionário que era único e exclusivamente que ia ao gabinete do Deputado... Perdão, Vereador, na época, Marcelo Viana.

Com relação a sobras de campanhas, Exª, não me lembro exatamente, não tenho em minha memória que tenha acontecido ou tenha participado de operações. Mas participei das operações, sim, com relação à internação dos capitais para a Bonus-Banval, que tinha como destino, como forte corrente, o PT e outros Partidos.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. Sª se lembra de ter, em um só dia...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Que eu tenha atendido e participado diretamente?

Olha, eu buscava diretamente servir reais ao grupo que sucedeu o Sr. Dario Messer, porque os preços era um pouco mais convenientes e a praticidade, a credibilidade, enfim, uma série de fatores.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas que outros Partidos eram esses?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não disse "outros Partidos", Exª.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Falou.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor falou aí.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu disse que atendi exclusivamente...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Ao PT e a outros Partidos.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não; eu atendi ao Grupo Messer, que enviava o dinheiro à Bonus-Banval, e a Bonus-Banval fazia para o PT, possivelmente o Sr. Janene e os Partidos que ali transitaram. É isso que estou dizendo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Isso no ano de 2000, 2002?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Isso se deu no ano de 2002.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – No outro Governo?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perdão...?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – No Governo anterior, V. Sª está dizendo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – *(Intervenção fora do microfone.)* O PT já o apoiava desde o Governo anterior?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Os outros Partidos, Senador Demóstenes Torres...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. (Orador não identificado) – Na campanha de 2002 ele era usado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª já esclareceu a pergunta. Fique à vontade.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Última questão: V. Sª se lembra de uma aplicação, de uma conversão que V. Sª... ou de uma disponibilização de recursos ao Grupo Messer, numa única oportunidade, de R$800 mil?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Numa única oportunidade?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Em 2002.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É possível.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Numa só conversão?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, é de US$800 mil.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Dólares? Mais ainda.

O ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – E quem estaria nesse entorno? Quem estaria interessado? Quem estaria por trás do Grupo Messer pedindo essa conversão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – *(Intervenção fora do microfone.)* Quem estava aplicando os oitocentos mil?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Os US$800 mil.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eles precisavam de reais, como disse, era diariamente a demanda. E a demanda era... E eu dispus, naquela ocasião, trabalhei, busquei clientes e dispus de R$800 mil. Quem estava por trás era o Ernesto, o Clark Setton, enfim, as pessoas que sucederam. Esse é o sentido da pergunta?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – No fundo, falei que era a última questão, mas o que precisaríamos era identificar a fonte desses dólares, a origem desses dólares

De onde V. Sª imagina que seria a fonte mais expressiva desses conversores?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Junto à Polícia Federal, ele possui o banco de dados de todas essas contas...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Não, mas não segundo a polícia, segundo a sua vivência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele viu lá a relação!

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, não foi uma conciliação, não foi simplesmente um fato que estou aqui contando. Houve a operação de US$800 mil, como o senhor me perguntou agora há pouco, constando do meu banco de dados conciliado junto com o banco de dados dos peritos da Polícia Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E o que consta lá?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Consta exatamente. Eu demonstro que houve uma operação de US$800 mil, e ele consta o recebimento de US$800 mil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para quem? Veio dinheiro de onde e foi para quem?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O dinheiro veio das contas Rigler, Midler, entre outras contas, as quais eram movimentadas pelo grupo do Dario Messer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – (Fora do microfone.) Ou seja, Bonus-Banval. E iam para...?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O destino dos reais, lamentavelmente, não tenho participação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – (Fora do microfone.) Perfeitamente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Passaremos à lista de inscrição.

Determino à Assessoria que se marquem os dez minutos e vou pedir aos Srs. Senadores e Deputados que possamos obedecer a esse tempo, para que todos tenham direito a fazer suas perguntas.

Vamos à lista dos membros da CPI dos Bingos: Senador Mozarildo.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – V. Exª me concederia alguns minutos?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou suspender a reunião, por cinco minutos, para que o depoente use a nossa estrutura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Por que V. Exª não interrompe por dez minutos para permitir um breve lanche?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Está bem. O Senador Demóstenes não precisa de lanche. Obrigado.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Reabertos os trabalhos, vamos à lista de inscrição.

Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou pedir a compreensão não só de V. Exª, mas dos Srs. Parlamentares, para que possamos cumprir o tempo com rigidez.

V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que relacione os próximos oradores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A seguir, Senador Pavan, Senador Valdir Raupp, Senadora Ideli e, depois, V. Exª.

Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, sei que a minha fala aqui é...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ao final da lista da CPI dos Bingos, iniciaremos, de acordo com a lista, alternando um Sr. Senador e um Sr. Deputado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, eu estava dizendo que sei que a minha fala aqui é muito pouco importante, mas seria bom primarmos um pouquinho pelo silêncio no ambiente, porque, senão, não vou conseguir nem racionar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu solicitaria a atenção das senhoras e dos senhores assessores, bem como dos companheiros da imprensa para que possamos ouvir o Senador Geraldo Mesquita.

Agradeço o silêncio que reina neste momento.

V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, creio que vivemos um momento de...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Solicito ao pessoal dos celulares que fiquem à vontade, fora da sala, para fazerem os seus telefonemas.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu estava dizendo, Sr. Presidente, que todos nós, o povo brasileiro vive um momento de grande aprendizado. De ontem para hoje ocorreu um fato neste País, envolvendo, inclusive, o Congresso Nacional, que significou mais um grande aprendizado para o povo brasileiro.

Um cidadão que detinha o mandato de Deputado até há poucos dias, envolvido até o pescoço em um processo peçonhento de corrupção, envolvendo personalidades do mundo político, do Executivo e do Legislativo do nosso País, era tido pela população, até um dia desses, como alguém que não merecia, inclusive, ter sido cassado, porque teria prestado um grande serviço à Nação, denunciando um esquema de maracutaia jamais visto neste País.

Inesperadamente – pelo menos para mim, que sou muito pouco experiente nessa área – depois de cassado, sugeriu ao seu próprio Partido que retirasse representações, que se encontravam no Conselho de Ética, contra o Deputado José Dirceu, contra Sandro Mabel.

E aí, nessa reflexão, eu digo para o povo brasileiro: olhe aí, bem feito! Quem estava louvando o fato, afirmando, inclusive, que ele nem deveria ter sido cassado, porque teria prestado um relevante serviço à Nação, nivela-se com a bandidagem e presta mais um desserviço ao País.

Estou dizendo isso porque estamos – isso é parte do aprendizado que o povo brasileiro está aí assimilando aos poucos – vivendo um momento também em que se tenta mistificar o que está acontecendo em nosso País, particularmente aqui no Congresso Nacional, que tem três comissões parlamentares de inquérito funcionando a plena carga. Li estarrecido declarações atribuídas ao atual Presidente do PT, Tarso Genro, assacando verdadeiras agressões ao que se faz aqui nesta Casa, ao trabalho das CPIs. Tenho também atribuído ao Ministro da Fazenda, por exemplo, algo que não quero acreditar que ele tenha dito – se é que disse –, de que, se mexessem com a família dele, ele renunciaria.

São atitudes, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, que demonstram claramente o objetivo único e simples de desviar a atenção do País para o que está acontecendo. Vou tentar sintetizar aqui, em poucas palavras, o que está acontecendo no nosso País. O PT, melhor dizendo – não quero cometer injustiças com um grande número de filiados ao PT, pessoas que conheço, inclusive, de respeitabilidade –, integrantes da direção do Partido, ex-integrantes, a cúpula do PT, sim, se envolveu num grande processo de corrupção neste País, ao lado de outros Parlamentares, a quem pode ser atribuída a expressão de que compuseram verdadeiras quadrilhas partidárias mesmo. Cabe a expressão. Cabe, sim. O que está acontecendo é simplesmente isso. O Presidente Tarso Genro, por exemplo – como bem lembrou o Presidente Efraim ontem –, do alto da sua autoridade, poderia ter comandado um processo de expulsão de pessoas declaradamente desonestas que fazem parte do seu Partido ainda hoje, inclusive, como Delúbio, Silvinho, etc., que estão aí ainda. E a Nação brasileira espera, da parte do PT, uma atitude mais sólida, mais consistente. No entanto, isso não vem acontecendo.

Quero aqui, inclusive, registrar a minha indignação, o meu repúdio a tentativas da parte de integrantes

do próprio Partido dos Trabalhadores em atribuir como tarefa das Comissões a tentativa de linchamento. Ninguém está linchando! Se essas pessoas não tivessem se envolvido com corrupção, com roubalheira, com tudo isso que a Nação brasileira estarrecida está aí observando, não estariam aqui sob alvo de investigação das Comissões.

Portanto, essa tentativa de intimidar inclusive as Comissões e o próprio Congresso Nacional não prosperará, porque aqui se trabalha com seriedade e com o objetivo de apurar a verdade. E vamos chegar a ela, como disse bem o Presidente da República, doa a quem doer, inclusive. Vamos chegar à verdade, porque aqui há pessoas sérias e dedicadas ao processo de investigação que está em curso nesta Casa.

Sr. Antônio, não assisti ao depoimento que o senhor prestou a alguns Parlamentares dias atrás, mas assisti ao seu depoimento hoje. Pelo que me disseram, do que aconteceu lá e do que está acontecendo aqui, duas coisas completamente diferentes. Sem querer lhe faltar com respeito, inclusive, eu lhe perguntaria, com honestidade, se o senhor tomou algum Lexotan para vir hoje aqui. Tomou?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Tomei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu estava desconfiado de que o senhor estava meio travado.

Eu perguntaria também, com toda a objetividade, se, daquela conversa para a de hoje, alguém cantou no seu ouvido, fez-lhe ameaças, colocou-o em uma situação de constrangimento, como ao dizer: "Olha, Antônio, cuidado com o que vai dizer lá."

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, esse receio realmente existe.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Seria bom que o senhor revelasse a esta Comissão.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT (P-SOL – AC) – Esse receio existe. Tenho familiares, tenho filhos, tenho mulher. Vou envolver nome de pessoas que possivelmente venham aqui e desmintam – "eu não, eu não" –, porque talvez não tenham a mesma coragem, sejam covardes, e, em uma acareação, eu seja... eu acabe complicando ainda mais a minha situação.

Eu estive preso na unidade penal Adriano Marrey, na cela 194, junto com Najun Azario Flato Turner, no qual apareceu o beneficiário da conta Natimar, íntimo amigo do Sr. Nivaldo Paschoal. Procurei-o quando me deram a oportunidade de articular-me, para que me revelasse exatamente como funcionavam os fundos de pensão e como foram exteriorizados os valores. Ele se recusou, disse que isso era um problema meu, não se importou exatamente comigo ou o que houvera acontecido.

Então, agora que apareceu a conta Natimar, e a Polícia Federal busca vínculos entre ele, quem sabe – é capaz – ele venha aqui e possa ser solidário e possa vir aí a colaborar para passar em branco tudo isso. Porque fazer afirmações e depois ser desmentido, ser caluniado e dizer: o Antonio Claramunt esteve lá na CPI e não disse, e não trouxe fatos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Concluindo, Sr. Antonio, eu queria só que o senhor... Fiz-lhe uma pergunta objetiva. O senhor sugere, então, que alguém conversou no seu ouvido acerca de como o senhor deveria se portar nesta comissão?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, em absoluto. Ninguém conversou no meu ouvido. Foi que, quando, na primeira reunião que tivemos, eu tinha esperança de que o Najun Azario Flato Turner pudesse colaborar. Porque, quando vivíamos juntos dentro da mesma cela e percebíamos a crise política que estava sendo instalada, ele me dizia assim: "Ah! Se tivesse um gancho, eu iria lá e contaria coisas sobre fundos de pensão, fundações, entre outras coisas." Porém, mandei advogados procurarem-no, e os advogados me disseram que ele não queria se meter, que isso era um problema meu. O senhor está me entendendo?

E todas as pessoas, após a divulgação em revistas, a quem procurei, a ponto de obter as informações que teria certeza de que ia conseguir, todas desapareceram, deixando-me em uma situação bastante envergonhada e delicada.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Está certo.

Para contribuir com a Presidência da Mesa, penso que administrei mal o meu tempo, mas queria lhe pedir, agora não haverá possibilidade, mas, no curso do seu depoimento... O senhor sabe exatamente o que está acontecendo no País, o senhor sabe exatamente em que estamos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Que o senhor fosse claro, que o senhor fosse... até agora, o senhor tangenciou alguns nomes. Que o senhor fosse e objetivo nesta CPI, indicando, dando uma grande contribuição a esta Comissão, a estas Comissões e prestando um grande serviço ao País também. Que o senhor indicasse nomes de pessoas que desonraram a confiança do povo brasileiro e que se envolveram mesmo em maracutaias, em roubalheiras, nesse processo espúrio de corrupção. E

que o senhor declinasse aqui nomes. Estamos atrás de nomes. O esquema o senhor mais ou menos que delineou, bastaria agora que o senhor nos brindasse aqui com nomes, nomes de pessoas que não mereceram a confiança do povo brasileiro.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo desculpas inclusive por ter excedido aí o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvati. S. Exª dispõe de dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria iniciar os meus questionamentos ao Sr. Toninho, perguntando... Não pude acompanhar todo o depoimento, mas, há poucos instantes, antes da uma hora, aqui nesta CPI, o senhor disse que a grande conta do MTB do Banestado, que é uma das maiores contas que há nessa base de dados, é a conta Depolo. Então, eu queria perguntar: de quem é a conta Depolo Corporation?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É uma das maiores. A conta Depolo foi do grupo do Sr. Dario Messer e de Clark Setton.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Ele tem algum sócio? Há um outro sócio nessa conta?

O SR. ANTONIO OLIVIERA CLARAMUNT – Não sei dizer.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Matalon?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ah, sim; Roberto Matalon. Pode ser.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Roberto Matalon é sócio dele?

O SR. ANTONIO OLIVIERA CLARAMUNT – Eles são um grupo.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – O Dario Messer é Rio, não é?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Dario Messer se retirou; ele tem uma sociedade, deve ter arrendado as funções, as empresas, a mesa de câmbio dele aos... ao Clark Setton e a os Matalon.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Onde está o Sr. Dario Messer hoje? O senhor sabe?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, realmente...

A SRA. IDELI SALVATTI (BPT – SC) – O senhor tem conhecimento se a De Pólo fez remessa de recursos para o Opportunity Fund?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É bem capaz. Eu não tenho conhecimento, mas é bem provável. Existe uma grande chance.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os bancos custodiantes do Opportunity Fund, entre 1997 e 2002, eram o Midland Bank e o ABN AMRO.

O senhor também tinha clientes com contas no Opportunity Fund?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, senhora. Que eu me lembre, em absoluto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Nunca operou.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor fez transferências legais através dos Bancos Midland e ABN AMRO?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, Excelência .

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca operou?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Que eu me recorde...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que se recorde, não.

O senhor poderia fornecer a que doleiros, se o senhor tiver conhecimento, pertencem as seguintes contas. Eu vou pedir desculpas aqui pelo meu Inglês. Não é? A Marbella Finance.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É. Não me recordo, não. Exatamente não me recordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – New Land.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – New Land. Não me recordo, mas posso verificar e dar em outra... um momento mais oportuno.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vênus.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Vênus. Sim, senhora. Pertence a Antônio Pires de Almeida.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Antônio Pires de Almeida, doleiro de...?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – São Paulo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conde Investiment.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Conde?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conde.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Conde é uma empresa americana. Conde Investment. Salvo engano pertence a Martha Conde, uma empresa americana.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Martha Conde.

Kundo S/A.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Kundo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Kund, K. K-u-n-d.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pertence aos Matalon.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aos Matalon, aqueles lá de São Paulo, não é? Que são ligados a Dario Messer.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim. Exato.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Orange International.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não me recordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agata International Holding.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Também não me recordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Jazz.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ao Richard Waterloo e ao Birigui. Raul Surur...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Birigui. Birigui é aquele da questão do Maluf.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Maluf.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o outro qual é?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Raul Surur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E é de onde o Raul?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – São sócios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – São Sócios.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exato.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Northport.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não me recordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Solid Financial Corporation.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pertence a Clark Setton e Roberto Matalon.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Asteca Financial.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Asteca Financial Corporation, Sandor Paes de Figueiredo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De onde?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – São Paulo, Suntur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – São Paulo, Suntur.

General Star Corporation.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não me recordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu vou soletrar porque não sei. Kiesser, K-i-e-s-s-e-r Investment.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – K-i-e…

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – K-i-e-s-s-e-r.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Kiesser. Não posso precisar, Excelência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Malines.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Tampouco.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desses que o senhor conseguiu identificar, o senhor tinha relações, amizades, trabalhavam conjunto, tinha operações conjuntas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os que o senhor identificou tinha que tipo de relações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – No mercado de escambo é muito habitual quando... trocar posições de câmbio. Quando um está comprado ou está vendido, fazer o repasse de um para o outro num preço intermediário.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Trocavam informações.

O Opportunity Fund tinha mais de 1.200 clientes, todos brasileiros. Esses doleiros que o senhor reconheceu, eles comentaram com o senhor alguma transação com o Opportunity Fund, Midland, ABN AMRO?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, senhora. Que eu me recorde, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não recorda.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não me recordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas podem ter feito?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ainda eu queria perguntar. Também quando o senhor falou da Depolo, o senhor estava falando, pelo que eu entendi, que a sua empresa não era das maiores e que tinha maiores e o senhor citou a De Pólo, não é? E depois falou do Lúcio Funaro, Guaranhuns.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não é isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Lúcio Funaro, na realidade, foi o criador da Guaranhuns. Quando a Guaranhuns apareceu aqui hoje, nas nossas investigações, apareceu na figura do Sr. João Batista.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – José Carlos?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – José Carlos Batista, não é? Que seria o Procurador legal,mas que, na realidade, só tem 1% da empresa. Na realidade, a impressão que nos passa é de que ele é um "laranja" e que o verdadeiro dono não é ele – é a *Export Trading*, é a *offshore* lá no Uruguai e tal... O senhor tem conhecimento de quem é o verdadeiro dono da Guaranhuns?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Aparentemente, ela pertence ao Sr. Funaro. Eu tive muitas operações com ele e os créditos e débitos eram sempre recomendados que fossem feitos lá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Seria o Funaro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque algumas reportagens dão conta das ligações do Sr. Funaro com o Sr. Ricardo Sérgio. O senhor sabe de alguma relação entre os dois – na Guaranhuns ou em outras relações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Entre o Sr. Funaro e o senhor...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ricardo Sérgio.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu desconheço – quem seria Ricardo Sérgio?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ricardo Sérgio foi um dos operadores, aí, do Processo de Privatização e reportagens que saíram nos últimos dias veicularam ligações entre o Sr. Funaro e o Sr. Ricardo Sérgio. Inclusive, eu estou com matérias aqui: "Ex-Diretor do Banco do Brasil e ex-arrecadador de campanhas tucanas, Ricardo Sérgio, pode ter participação em empresas que controla a Guaranhuns Empreendimentos, investigada pela Polícia Federal e CPI".

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olhe, o perfil do Sr. Funaro é de uma pessoa muito influente, de uma pessoa muito bem relacionada. Agora, eu estou praticamente há dois anos e meio afastado desse mercado e esses fatos se deram recentemente. Eu não posso precisar e os desconheço totalmente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, seriam estas, então, as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL– PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Parlamentares, de maneira muito objetiva, eu quero dizer ao Sr. Antonio Oliveira Claramunt que o que importa para nós, hoje, é que V. Sª possa deixar claro para este País toda e qualquer ilicitude que tenha envolvimento entre políticos e esse tipo de atividade que é considerada uma atividade ilegal no nosso País. Para nós, o mais importante é que o seu depoimento possa contribuir com a verdade para que este País tenha o devido julgamento. Parece-me que há um foco muito definido de toda a sua argumentação, e, às vezes, até de algumas perguntas, no sentido de incriminação do Partido dos Trabalhadores – no meu entendimento. Acho que V. Sª tem absoluto direito e deve ter as razões para fazê-lo e elas estão pautadas em prova e isso será devidamente investigado e elucidado.

V. Sª conseguiu, para a minha própria alegria, uma pessoa por quem tenho o mais absoluto respeito, deixa claro que não tinha como incriminar a figura do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Não tinha nenhuma razão e nenhum elemento material para fazê-lo e eu pude, ainda somado a uma pequena dúvida que ficou, que foi a sua afirmação de que o Sr. Marco Antonio Corsini havia comentado – e eu pude pegar a afirmação dele – dizendo o seguinte: "Eu, Marco Antonio Corsini, portador do RG "tal", do CPF "tal", em vistas das menções ao meu nome feitos pelo Sr. Antonio Oliveira Claramunt, declaro: jamais fiz qualquer operação de câmbio, troca de dólares ou remessa de dinheiro ao exterior para o Sr. Márcio Thomaz Bastos ou para o Escritório de Advocacia por ele integrado, como tampouco soube que os mesmos tenham, em qualquer momento, realizado operações semelhantes."

Isso, então, me parece que dá um basta neste assunto. Eu fico alegre porque acho que o seu depoimento inocentou a figura do Ministro e essa afirmação complementar do Sr. Marco Antonio Corsini parece-me que dá um basta definitivo nessa situação. Eu vi as suas preocupações em preservar a honra de quem deve ser preservado para que seu depoimento não possa atingir inocentes. As suas palavras caminharam nisso. Este ponto, então, para mim é suficiente em relação a isto.

Eu lhe perguntaria: a sua contabilidade à Polícia Federal está cifrada e, até hoje, o senhor não deu a chave do acesso à contabilidade. O senhor não acha que pode efetivamente colaborar com os órgãos de investigação e inteligência para que esse assunto seja posto como deve, em cima da mesa, sem nenhum tipo de restrição a quem quer que seja?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Nobre Deputado... Senador, perdão. Desculpe. Na verdade, o senhor não está atualizado. A perícia da Polícia Federal dispõe de todo o banco de dados, com todas as chaves, claves, cifras e tudo o mais está totalmente aberto, à disposição, e estão periciando.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não, é a informação que eu tenho atualizadíssima sobre isso, mas fica a sua opinião de que está colaborando.

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Mas, se caso for que eles tenham qualquer tipo de dificuldade em abrir os arquivos, estou à disposição.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, eu fico satisfeito com a sua resposta e espero que o senhor possa dar seguimento a isso.

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Com o maior prazer.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Porque para nós o importante é a real disponibilidade de cooperação para esse inquérito ser devidamente esclarecido.

Eu lhe pergunto...

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – **Data venia**, Excelência, só uma conclusão: faz dois anos e meio que venho sofrendo acusações, assim como outras, por notícias truncadas e tudo mais. Chega a um determinado ponto em que vai além da ética e atinge a dignidade. Então, eu me disponho a abrir qualquer documento, elucidar qualquer informação, poder ajudar essa comissão ou qualquer outra comissão com informações, buscar informações para que se possa trazer uma verdade e, por fim, colocar um final nesse lamaçal que nós estamos presenciando.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, eu aproveito e lhe pergunto: o senhor apresentaria, nesse sentido de colaboração, a lista das contas? Todas as suas contas?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor liberaria seu sigilo bancário agora para suas contas no Brasil e no exterior?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agora?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu pediria à Presidência da CPI que pudesse providenciar as condições legais para isso.

O senhor apresenta os documentos que tem? Acha que já apresentou todos?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Tenho todos.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – A senha do programa de contabilidade, o senhor se dispõe a entregar?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Já foi entregue e reitero: caso tenham qualquer problema com senha, estou à disposição para elucidá-la.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – A conta Muia, na Suíça, o senhor autoriza a quebra do sigilo dela agora?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – É isso que nós queremos: é o sentido de colaboração.

Sobre a remessa de recursos para o exterior, V. Sª utilizava dólar cabo, transporte... havia a justificativa em cima de pedras preciosas, ouro, metais, futebol, transferência de jogadores, de passe? Como se dava essa remessa de dólares?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, eu, na verdade,... as aquisições que fazia... eu tinha grande... eu não precisava comprar ouro para fazer contrabando de ouro.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Era dólar cabo?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu comprava dólares-cheques, que tinha vasta... Eu lhe digo: tenho seis mil clientes cadastrados. Desses seis mil clientes, pelo menos dois terços deles são clientes que me vendem diariamente cheques em dólares. Isso me faz suprir a necessidade dos dólares.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E para internalizar o dinheiro vindo do exterior, o transporte era físico dos valores? Quem transportava? Era em dólar cabo? Como se dava isso?

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Os dólares físicos?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Isso.

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não internava; eu trocava com o Alberto e outras pessoas que tinham... outras pessoas que se dedicavam a esse trabalho. Não me arriscava a fazer transporte, pelo risco que representava.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Presidente, eu me dou por satisfeito. Eu só faria um apelo a V. Exª: para que nós pudéssemos, antes do término da CPI, ter a devida autorização para a quebra absoluta de todos

os sigilos e de todas as reivindicações apresentadas pelos órgãos de inteligência do País.

Era o que eu tinha a dizer e agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

Só uma informação que nos chega é que todas essas informações solicitadas por V. Exª já se encontram disponíveis. Nós vamos requerê-las para que possamos colocar à disposição dos membros desta CPI.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu tenho certeza de que se os órgãos de inteligência estão acompanhando...de investigação policial achando que falta alguma coisa, estarão pedindo imediatamente a V. Exª a colaboração, já que o Sr. Toninho da Barcelona se colocou francamente à disposição para autorizar agora toda e qualquer investigação complementar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E eu determino à assessoria que tome as providências.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, Srs. Advogados, eu gostaria de indagar ao Depoente se ele conhece o Sr. Francisco Baltazar da Silva?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Conheço, Excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Sr. Francisco Baltazar da Silva movimentou, na sua casa de câmbio, US$ 134,600.00?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu contesto esse relatório, Excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor contesta o relatório?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Contesto. Não é preciso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quanto ele movimentou? Ou ele não movimentou?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ele movimentou dólares, sim, comigo, mas não chegam a essa quantia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa quantia foi levantada pela Corregedoria da Polícia Federal.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois é. Eu, justamente com a própria perícia, com dois peritos de Brasília, pudemos fazer um trabalho, pois eles movimentaram US$134 mil, somaram entradas, saídas, entradas, saídas, estornos, enfim colocaram tudo numa única coluna, que resultou em US$134 mil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quanto ele movimentou? Ele era o segurança nas quatro campanhas do Presidente Lula. Era delegado.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – E além do que essa quantia, mesmo se fosse correta, começou em 96 ou 97 e foi findar ainda no ano de 2000. E quantias que eram US$ 1,000.00; passaram dois meses, US$ 1,000.00.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor sabe quanto foi?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não tenho preciso, mas eu lhe digo que são cerca de 70% desse valor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele fez remessa para o exterior?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Que eu me recorde, não, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A Corregedoria também diz que o senhor remeteu para ele, através da sua empresa; a Corregedoria da Polícia Federal.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não me recordo. Posso checar no banco de dados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Inclusive foi ratificado pelo Juiz da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, o Dr. Hélio Egydio de Matos Nogueira.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É possível. Ele tinha...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor costuma remeter quantias pequenas para o exterior?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com que finalidade?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, o pessoal... Um filho estudando; alguém que está em viagem, e o dinheiro acabou...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É o caso do segurança do Presidente Lula?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não sei qual é a quantia, Excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas é o caso dele: filho estudando para remeter quantias pequenas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não me lembro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor se lembra?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não me lembro do caso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria ao senhor: em relação ao Bonus Banval, a empresa Bonus Banval, V. Sª detalhou algumas operações da Bonus Banval. O senhor manda, num bilhete

à revista **Veja**, que foi publicado pela própria revista, um alerta de que a Bonus Banval era realmente a operadora do PT, tanto é que os sócios – teria dito V. Sª, escrito V. Sª – são íntimos amigos do José Dirceu. O senhor tem como confirmar isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É evidente, Excelência. Isso era uma voz corrente, isso era uma voz corrente dentro do mercado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pode detalhar como é que o ex-Ministro, hoje Deputado José Dirceu tinha participação ou como ele operou essa Bonus Banval. Como é que ela foi constituída para operar em favor do PT?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Isso foi, creio eu, creio eu, que tenha sido apresentado... Creio eu não, foi apresentado pelo Sr. Janene, pelo Deputado Janene, através do Marcos Valério. Isso já confirmaram.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, então, o Janene apresentou o Marcos Valério ao José Dirceu e por aí... Mais ou menos isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu queria saber a participação do José Dirceu, porque, para o bilhete, o senhor não ia mencionar o nome simplesmente **en passant** de José Dirceu, não é? Então, era um Bonus Banval...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, a ordem dos fatores não é exatamente essa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ah, sim. Pois não.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A ordem dos fatores é diferente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não. Quais eram?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Alberto Youssef apresenta Janene... Alberto Youssef, de Londrina, doleiro de Londrina, apresenta Sr. Janene a Bonus Banval; Sr. Janene apresenta, por sua vez, o Sr. Marcos Valério, que, por sua vez, apresenta o Sr. Delúbio Soares, e aí a cadeia começa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, o José Dirceu teria sido levado por Delúbio Soares.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não sei exatamente qual foi... Quem apresentou quem, mas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quem são os sócios da Bonus Banval? O senhor pode...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim, senhor. É o Enivaldo Quadrado e há um outro, é Eugênio... Não sei exatamente o nome dele, mas os meus contatos sempre eram com... se deram com o Sr. Quadrado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Por que o senhor tem essa certeza de que o Ministro José Dirceu era amigo íntimo desse sócio? Por que o senhor sabe disso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Isso era voz corrente no mercado tanto pelo Funaro, pelos próprios Mercer, tanto dito pelo próprio Najun Turner, tanto quanto nas reuniões com... Não fazia questão de omitir, não fazia de esconder a relação. Era um prazer dele. Não estou dizendo que o Sr. José Dirceu tenha feito qualquer coisa. Estou dizendo que ele realmente conheceu e ele se demonstrava realmente feliz, íntimo e prazeroso por tê-lo como conhecido, como amigo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor diz que, à medida que se aproximava a eleição, os valores que o senhor movimentava a cada quinze dias passaram a ser semanais e, posteriormente, passaram a ser diários, e que o senhor chegou a movimentar entre US$30 mil e US$50 mil diariamente. Todavia, no levantamento que o senhor mostrou da remessa feita ao gabinete do então Vereador, hoje Deputado, as contas fecham em torno de US$80 mil, pouco mais, US$80 mil, US$100 mil, por aí. E o restante dessa movimentação diária, o senhor mandava para quem?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, passei cinqüenta dias confinado. Essa entrevista se deu em quinze minutos e dependeu de uma autorização da Secretaria de Segurança Pública. Estava dentro de uma cela fechada. Lembrava-me de que os valores eram significantes e se tornaram crescentes, quase que diários. A resposta que eu dei pode não ter sido precisa, mas que trocas houve, sim, houve.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Diariamente?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não se deram no detalhamento que lhe passei com relação a essas datas. Pretendo me aprofundar mais ainda com relação a essas transferências. Não tive tanta oportunidade pois a Polícia Federal e a perícia pretenderam trabalhar em outro foco, em questões outras, como contas London e outras demais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor não checou tudo que tem no computador.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não chequei. Estamos trabalhando em conjunto. Tenho hoje um computador comigo no qual ainda colho dados e venho passando dados para...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A impressão que me deu quando o senhor chegou aqui

foi diferente, porque, no primeiro depoimento que tomamos de V. Sª, estava muito agitado, dizia que conheceu muitos outros detalhes etc. Até brincamos aqui, perdoe-me, dizendo que o senhor teve uma transformação de Bin Laden para Bento XVI. Quero dizer que o senhor estava ali como alguém explosivo e voltou em uma situação completamente adversa. À medida que o depoimento foi evoluindo, isso quase se regularizou. Acho que o senhor acabou por dar uma explicação. O senhor disse que muitas pessoas com as quais o senhor contava provar o que disse a nós não confirmaram, para o desgosto do senhor.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não é que não me confirmaram. É que nem me atendem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pior ainda.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Já nem me atendem. O pavor de uma CPI, o pavor do envolvimento, o pavor contamina, assusta as pessoas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Veja só: aqui desta fileira a Senadora Heloísa Helena, não sei se ainda está ali, o Deputado Eduardo e o Deputado Antonio Carlos Magalhães e eu participamos daquela primeira inquirição. Quem mencionou o nome do Ministro Márcio Thomaz Bastos não fomos nós. Quem mencionou o nome do Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, também não fomos nós. Então, pode parecer que fomos levianos em fazer aqueles comentários. Inclusive, o Ministro Márcio Thomaz Bastos ainda mandou a documentação fazendo alusão às remessas etc, que depois ele recambiou, pagou imposto. Ainda deu uma atenção, com prova documental, à CPI. O Presidente do Banco Central, há um ano, disse que tinha deixado nos Estados Unidos o nome do destinatário. Como ele só foi lá umas 150 vezes, nos Estados Unidos, nesse período, ele não teve tempo de procurar e dar uma explicação adequada. Então, não fomos nós – é bom que fique claro – nenhum de nós, que fez a menção. E o ambiente ali, convenhamos, nós não estávamos num ambiente de piquenique ou de coisa semelhante. O ambiente era de denúncia. O ambiente era de dizer que havia irregularidades praticadas. Então, queria fazer esse registro...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Mas, se o senhor se lembra muito bem, a menção que se fez ao Presidente Henrique Meirelles foi com relação ao MTB*.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Foi ao MTB. Falei: seria interessante que abrisse o MTB...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E o senhor ainda disse: tem que abrir o MTB...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Delta Bank e o Banco Rural.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente. E a CPI do Banestado parou ali, porque ali, aí, aparentemente tinha coisa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Aí me perguntaram por que o MTB. Aí falei: –Se todos se lembram, quando começaram a vazar nomes de personalidades, inclusive do Presidente do Banco Central, houve até uma blindagem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente. O homem foi transformado em Ministro, e tal, e tal, e tal.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente. Mas houve uma especulação, houve notícias truncadas na imprensa, em que eu disse que do Henrique Meirelles eu teria feito outras operações. Em absoluto. Eu só citei...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, não. Não foi dito isso. O senhor disse que poderia ter havido uma irregularidade na operação. Isso foi... O senhor disse, inclusive, que nunca tinha operado para... O Ministro também... Para Paulo Maluf, o senhor disse que conhecia quem tinha feito a operação.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois é, apareceu...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em relação a Santo André, o senhor disse que conhecia também.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Passei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E aí tem o nome de uma doleira, que o senhor disse que às vezes cobria o déficit dela, mas que operava através de outra pessoa, não é?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ela era uma das principais e passei à Polícia Federal tanto o nome e a movimentação completa financeira, tanto interna quanto externa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o fato é que hoje o senhor me parece mais cauteloso que da última vez. O senhor concorda?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não que eu seja tão... não esteja cauteloso. Eu estou um tanto mais racional porque não posso contar exatamente com quem pensei que pudesse contar: com testemunhos, provas documentais, exatamente outras coisas. Lamentavelmente, depois, para não ser motivado ou processado por uma denunciação caluniosa, sendo que, na verdade, na verdade, todos sabemos

que é uma verdade. Porém, perante a Justiça, o que vale é a prova.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É verdade. Tenho que concordar com o senhor. Às vezes dá vontade de dizer, mas não tem como provar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Demóstenes, para concluir.

Agradeço a V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

Senador Antonio Carlos Magalhães (Pausa); Senador Eduardo Suplicy (Pausa); Senador Tasso Jereissati (Pausa); Senador Romeu Tuma (Pausa); Senador Arthur Virgílio (Pausa). Esses são os inscritos membros da CPI. Passaremos aos não membros, alternando um Senador e um Deputado: Senador José Jorge, V. Exª dispõe de 10 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, na verdade, Sr. Presidente, eu tenho lido aqui o depoimento do Sr. Antonio Oliveira para a CPI dos Bingos e, na verdade, vejo que, na realidade, ele não está acrescentando muitas informações, praticamente nenhuma informação nova em relação àquilo que ele já tinha dito na CPI dos Bingos. Mas eu gostaria, talvez, que ele me pudesse detalhar como é que eram realizadas essas operações em que recursos do exterior eram transferidos para sua empresa, a Barcelona, né, a Barcelona Corretora, e através dessa Bonus Banval ela era transferida, no caso, para pessoas que faziam campanha política. Como é a operação disso? Como é que se realiza normalmente? O dólar é transferido no exterior? O dinheiro é transferido aqui? Eu gostaria que V. Sª pudesse detalhar essa informação para que, a partir daí, nós pudéssemos garantir a continuidade dos depoimentos.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeito, Excelência, existem... O senhor disse que não haveria grandes novidades com relação ao meu depoimento – ao anterior e ao atual –, porém, durante o trabalho exercido em conjunto com os peritos da Polícia Federal, pude demonstrar a ele a conta Guaranhuns, pude demonstrar movimentações de compra e venda de dólares, pude demonstrar também a Natimar, pude demonstrar a conta Lonton, pude demonstrar uma infinidade de outras coisas que são pertinentes à atualidade.

Com relação à segunda pergunta que V. Sª me fez, como se dava a operação de débitos e créditos, é muito simples. Havia a necessidade de reais em dinheiro vivo, em espécie para pagamentos de despesas de campanha... enfim, e a disposição de dólares no exterior.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Das mesmas pessoas que iriam pagar aqui?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ligavam-me as pessoas que sucederam os Messer, ofereciam-me os dólares contra reais em espécie e eu os comprava, disponibilizando. Eles, o que faziam? Debitavam a conta deles no exterior e creditavam a minha, no exterior.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E V. Sª disponibilizava os reais aqui em espécie. A quem entregava?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Os reais, por diversas vezes, foi-me solicitado que eu entregasse à Bonus-Banval. Porém, sempre me recusei. Eles vinham, retiravam e os levavam.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quando você diz "eles", quem são?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – As pessoas que trabalhavam para eles.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quem eram essas pessoas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Quem são as pessoas?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Os funcionários do Dario Messer: seguranças, pessoas especializadas para transportar o dinheiro, carros blindados...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nenhuma dessas pessoas da área política que você citou foi pessoalmente receber recursos na sua empresa?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, senhor.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em nenhum momento.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em relação a essa empresa Guaranhuns, qual era o papel dessa empresa nesse processo? Porque, na CPI do Mensalão, na investigação que nós fizemos, o diretor da Guaranhuns, aparentemente, é uma espécie de "super laranja", porque ele não sabe nem explicar o que acontecia, aparentemente, ele não sabe das operações da empresa e, na verdade, o Sr. Marcos Valério transferiu bastante dinheiro para ela e, aparentemente, esse dinheiro ia para o Partido Liberal e para o PT. O que você sabe sobre esse tema?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Bom, sobre a Guaranhuns, conheço o Sr. Lúcio Funaro. As operações que se deram entre Lúcio Funaro, a Guaranhuns e entre o PL não sei exatizar. Talvez,

vislumbrando como se deram as operações, pudesse elucidar. Mas, recebimento de cheques...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, eu pediria a V. Exª e ao depoente, só para registrar a presença do nosso Presidente da CPI de Compra de Votos, Senador Amir Lando. Nós agradecemos sua colaboração na nossa reunião e o convite aceito.

Com a palavra o nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, ele estava respondendo sobre a Guaranhuns.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perdi o fio da meada. O senhor, por gentileza, poderia repetir?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, eu queria saber qual era a importância que a empresa Guaranhuns tinha no processamento de todo esse dinheiro que viria do Sr. Marcos Valério ou de outras fontes para a área política, principalmente em relação ao PL e ao próprio PT. Porque, pelo que se viu, a pessoa que responde pela Guaranhuns é uma espécie de "laranja", que não entende nem dos temas. Por trás disso, estaria o Sr. Lúcio Funaro. Mas qual era a operação que essa Guaranhuns fazia com a sua empresa ou além daquilo que já se divulgou?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Na verdade, existe um triângulo entre a Bonus-Banval, entre os Messer e a Guaranhuns. A Guaranhuns operava na Bolsa recursos dos Messer de que forma? Contratos futuros de câmbio, talvez compra de ouro, operava junto à própria Bonus. Então, entre eles, um devia ter crédito do outro, acabou emitindo os cheques, sendo de boa-fé, talvez nem tendo qualquer vínculo com o Partido, mas a pedido de um terceiro. É uma suposição, não afirmo. Mas existe um triângulo, tanto que o Sr. Lúcio é muito amigo pessoal do Sr. Dario Messer, de todos eles, são amigos íntimos. Não só simplesmente tem uma relação comercial, mas uma relação extracomercial, de freqüentarem as suas casas, e eles têm uma relação estreita comercial.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, nessa questão desses valores de que você falou no sentido de que, à medida que foi chegando perto da eleição, esses valores foram sendo praticamente diários, quanto você acha que foi operado neste total, em dólares trocados e entregues?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Somente eu, que não tenho grande representatividade em São Paulo, US$2.050.000,00.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Esse valor de US$2.050.000,00 nesta operação?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Você trocava dinheiro para o PT especificamente?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu trocava para o Messer que ia com direção para a Bonus-Banval, que era para a campanha do PT, ou outros.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Outros que ele distribuía?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Somente eu, fora outras pessoas do mercado também que eram procurados porque a demanda de dinheiro vivo era muito grande.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E os outros, quem seriam?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Outros doleiros, como o Sandor, o Richard, uma infinidade de doleiros.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ele disse outros doleiros. Ele quer que você diga o nome de outro partido, mas o senhor disse outros doleiros.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O senhor me perguntou outros doleiros, não foi?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ele quer que eu pergunte outros partidos.

Na realidade, foram outros doleiros que operavam. E esses recursos iam mesmo para a corretora e de lá iam exatamente para esses partidos.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Como já disse, o Sr. Marcos Valério, ele que determinava para quem pagar, como pagar. Eu tenho até aqui uma nota de jornal que ele determinava onde ir, para onde ir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nessa operação de intermediário, nós conhecemos bem aqui, já relativamente bem, toda essa intermediação do Sr. Marcos Valério, porque ele nos deu uma relação de R$55 milhões que ele entregou a algumas pessoas, mandado pelo Sr. Delúbio Soares. Mas, no trabalho que você realizava na sua empresa, certamente que deve ter conhecido outros intermediários nessa operação que não o Sr. Marcos Valério, que eram administrados de certa maneira pelo Sr. Delúbio ou através de pessoas ligadas a ele.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não conheço o Delúbio e não conheço o Marcos Valério.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Digo outros operadores, os únicos operadores que faziam através de você era através dessa corretora Bônus-Banval?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O caminho era único?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Porque, na verdade, Excelência, o que me trouxe a esta

comissão foi que, no princípio do mês de junho, o **Estado de São Paulo** soltou uma matéria que Toninho Barcelona era o doleiro do PT. Logo em seguida, Toninho Barcelona se cala, não se fala. Pela delação premiada, não fala. Isso foi me custando, dentro de uma unidade penal, mostrando valores que eu teria feito, isso foi me trazendo um ônus violento. Fui mandado ao RDD cruelmente, como líder faccionário, sendo que naquele dia que houve a rebelião minha mulher e filhas estavam lá dentro. Naquele mesmo dia, recebi a visita de um advogado se dizendo por parte do Sr. José Mentor, que me fez diversas perguntas. Estranhamente fui mandado ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Qual o nome do advogado, por favor? O senhor pode?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não. Valdemar Figueiredo Junior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Esse advogado que disse ao senhor que tinha três reis e um coringa na manga para resolver o seu problema judicial. Três reis e um ás, aliás.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, eu vou dizer uma coisa para o senhor, com todo o respeito. Durante esses últimos anos que venho sofrendo essas ações processuais, escuto milagres, e milagres, e milagres. Cada advogado vende o seu...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peixe.

OSR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Seu peixe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas esse disse isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E qual era o papel do Deputado José Mentor nesse esquema?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Na verdade, o papel do Deputado José Mentor começou antes, pela minha não convocação à CPMI. Eu deveria ter sido convocado à CPMI do Banestado. Foi o maior prejuízo da minha vida eu não ter sido convocado, e explico-lhe o porquê.

Eu já estava sendo processado pela 6ª Vara Federal de São Paulo por toda a minha atividade financeira, desde a abertura da empresa até seu término. A CPMI do Banestado recebeu documentos vindos da Promotoria de Nova Iorque com relação ao que Relator fez menção há pouco. Nas folhas 17.000 daquele processo da 6ª Vara, estavam exatamente os documentos vindos da Promotoria de Nova Iorque, única e exclusivamente para fazer a juntada e encaminhar o processo ao juiz prevento. O que houve? Não fui convocado. A convocação chegou três horas antes. Eu fui convocado para o dia 20, às 13 horas, e a convocação chegou no dia 20, às 11 horas da manhã. Esses documentos estão na mão do Ministério Público. O meu advogado redigiu um documento, solicitando que se providenciasse outra agenda, uma nova data, pois naquele dia se tornaria inviável a minha vinda a Brasília.

Em contrapartida, começou um escândalo, o problema todo. Ganhou uma dimensão o problema com o Sr. Presidente em relação àqueles US$59 mil. A imprensa... Logo em seguida, Operação Farol da Colina: quatrocentos policiais federais, 64 doleiros presos, dentre eles, eu, que já estava sendo processado pelo mesmo fato e estava agraciado por um **habeas corpus**, por uma liminar expedida pelo Exmo Ministro Joaquim Barbosa; não. Levaram-no ao Paraná, criaram um novo processo, e o juiz viu evidências de que existia competência para julgar. Fui julgado e condenado pela mesma vez.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acredita que houve interferência política nesse processo? E quem foi que interferiu?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E qual é a razão que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Um momento, Senador. Deixe-o responder.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Acho que houve interferência política, sim. Acho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De quem?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Acho que o Sr. José Mentor, na ocasião, não pretendia que eu viesse à Comissão, tanto que fui convidado a tomar um café com o Sr. Richard Watterloo, sócio do Birigüi, que também não foi convocado à CPMI do Banestado, mas que movimentou bilhões de dólares – ele não foi convocado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E por que o Deputado José Mentor não queria que o senhor viesse?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Porque justamente sabia que eu tinha colaborado na campanha de 2002, com reais, com a Bonus-Banval e que, indiretamente, havia diversas ligações. Quem havia feito o requerimento seria o Senador Antero Paes de Barros, Presidente da Comissão. Então, ele não entendia por que o Exmo Senador Antero Paes de Barros tanto insistia na minha vinda, uma vez que eu já estava sendo processado, e a Comissão Parlamentar de Inquérito é investigativa. Então, ele, com receio de que viesse e de que surgisse algum problema do PT, como...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Como apareceu.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Como apareceu a Bonus, ele me eliminou. Mandou os documentos para o Paraná, fizeram a Operação Farol da Colina, não no mesmo instante blindaram, fizeram o *status* de Ministro ao...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Presidente do Banco Central.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Particularmente, acho que a operação dele, tecnicamente, deve uma explicação ao povo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Por que ele protegeria o Birigüi?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Como?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Por que o Mentor protegeria o Birigüi?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Por que protegeu? Como ele apoiou o Maluf, apoiou a Marta no segundo turno. Até hoje, não apareceu quem fomentou a conta do Sr. Paulo Maluf. Estou correto? O Birigüi aparece como gestor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quem fomentou?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Quem fomentou a conta? Qual é a conta que fomentou? Não aparece.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor sabe? O senhor sabe dizer?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Apareceu, agora...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor sabe dizer?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Apareceu agora uma operação de quatro quilos de ouro ou quatro milhões de ouro que envolve cento e trinta que pertencem ao Sr. Naum Taner, que dividiu a cela comigo e vai pagar de bode expiatório, mas a conta que alimentou, ou foi a Dieese ou uma das contas do Sr. Richard Otterloo com o Surur, que são sócios do Birigüi, no Shopping Iguatemi e nas outras lojas que eles possuem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, encerro para que os outros possam fazer suas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.ª e concedo a palavra ao Deputado ACM Neto e, em seguida, ao Senador César Borges. Depois, ao Deputado José Rocha.

V. Exª dispõe de dez minutos, nobre Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, naturalmente com a mesma justa tolerância que V. Exª concedeu ao Senador José Jorge. Mas gostaria de fazer um registro com a presença do Sr. Toninho da Barcelona nesta CPI, no dia de hoje.

O primeiro registro é parabenizar V. Exª, que teve coragem de agendar a vinda do Sr. Toninho da Barcelona, o que fez com que as outras CPIs, naturalmente, acompanhassem a realização dessa audiência pública.

O segundo registro que faço, Sr. Toninho da Barcelona, é que fui uma das poucas pessoas, depois daquela audiência que realizamos na cidade de São Paulo com V. Sª, fui uma das poucas pessoas, ao lado do Deputado Eduardo Paes e do Senador Demóstenes Torres que defendeu abertamente a necessidade de realizarmos uma sessão da CPI com acompanhamento da imprensa brasileira para ouvir os esclarecimentos do senhor.

Muitos quiseram, mais uma vez, desqualificá-lo, chegaram até a recorrer a argumentos insustentáveis de que, pelo senhor ser um criminoso e estar respondendo perante a justiça, não poderia sentar em uma CPI. E eu fiz questão de contestar todos aqueles argumentos porque ouvi um depoimento do Sr. Toninho da Barcelona consistente, claro que não apresentou provas, porém nos ofereceu indícios que, se bem analisados, se bem estudados, poderiam certamente nos levar a algumas conclusões importantes para aquilo que estamos investigando.

No entanto, quero dizer ao senhor que me decepcionei com a parte inicial do depoimento de V. Sª aqui porque vi um outro Toninho da Barcelona, não aquele que nos relatou uma série de fatos importantes quando estivemos em São Paulo lhe ouvindo e faço questão de me apegar logo a um primeiro fato.

O senhor nos falou que comprou dólares, durante os anos de 2002 e 2003, de políticos do PT. Recordo-me muito bem e fiz questão de checar nas notas taquigráficas. O senhor falou no plural, falou que comprou dólares de políticos no plural. Hoje, o senhor, aqui, só citou um político: o Deputado, então Vereador, Devanir Ribeiro, que terá, naturalmente, a oportunidade de fazer a sua defesa e mostrar se o senhor está certo ou não.

Gostaria que o senhor dissesse, mesmo sem ter como provar aqui, porque buscaremos as provas, se existirão outros políticos do PT e quem foram esses outros políticos do PT.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, a maior prova, a maior prova está na Bonus-Banval. O volume todo é o caixa, é o PC Faria, Marcos Valério, "valerioduto", Bonus-Banval, tudo está ali.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, então, quem eram os políticos do

PT que operaram com a Bonus-Banval e de que o senhor tinha conhecimento?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Já está aqui nominada até pelo próprio...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas eu quero saber do senhor porque o senhor nos disse ali sem ter conhecimento das matérias que foram publicadas.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, é verdade, porque exatamente isso corria no mercado porque todo o dinheiro que era canalizado para a Bonus-Banval se dirigia aos partidários, às pessoas do partido, do PT, e não única e exclusivamente ao Delúbio Soares. O Delúbio Soares não pegou todo aquele dinheiro, essa fortuna e pôs nos bolsos. Ele encaminhou aos outros...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi o volume total de dólares que o senhor comprou?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – No mês de setembro, do dia 09 de setembro ao dia 10 de outubro, foram dois milhões e cinqüenta mil dólares, totalizando sete milhões de reais em dinheiro, em espécie, em dinheiro vivo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para o esquema do PT?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Para... Sim, exato, para a Bonus-Banval.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O esquema do PT.

De onde vem esse dinheiro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Esse dinheiro, tenho mercado varejista, como eu já disse, tenho seis mil clientes...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, de onde vinha os dólares que a Bonus-Banval vendia ao senhor?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A Bonus-Banval não vendia para mim. A Bonus-Banval não vendia para mim. O Banco Rural vendia direto ao Sr. Messer, o Sr. Messer vendia no mercado e, no mercado, ele angariava reais. Havia uma triangulação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, esse dinheiro espúrio vinha do Banco Rural?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Vinha, da conta do Trade Link Bank.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Da conta do Trade Link Bank.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Trade Link Bank que naturalmente, dentre as contas que administrava, uma era do PT?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Uma controlada pelo Sr. Marcos Valério, prefiro dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual era o nome dessa conta?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não sei dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E o número?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Tampouco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Sª tem pelo menos idéia de quanto foi movimentado nessa conta?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto, porque a minha conta era abastecida pela conta já do Messer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o dinheiro estava lá fora, no Trade Link Bank, numa das contas administradas pelo Trade Link Bank, era internalizado através do Banco Rural – é isso? –, usando o Sr. Dario Messer...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ou do Banco Rural ou através do Standard Charteres Bank já acharam operações com relação ao Standard Chartered Bank.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E aí a Bonus-Banval aparecia para converter, com o Sr. Dario Messer, os dólares em reais?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, não, não. A Bônus só recebia os reais e administrava.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Só.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Os dólares, então, vinham sempre pelo Sr. Dario Messer, ou seja, o Sr. Dario Messer é principal doleiros do PT?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Podemos afirmar isso sem erro, sem qualquer erro, sem risco de errar.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sem erro, sem risco de errar, e assino embaixo. E, se tiver que tomar mais dez anos de condenação, afirmo categoricamente. E além do mais, digo mais, Excelência: quando foi no mês de março e abril, a Bonus-Banval possui uma licença do Banco Central para operar em

câmbio, convidou-me para que fosse lá, para que montássemos uma mesa de operação, visando fazer uma concorrência para o Messer. Por quê? Porque ela ficava simplesmente com a administração e as comissões eram poucas. Entende-me?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Entendi.

Pergunto: V. Sª está nos ajudando a entender como o dinheiro chegava. Agora, V. Sª poderia nos ajudar a entender como o dinheiro saía?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu tentei, Excelência. Com a mais profunda sinceridade, tentei. Mas, depois das matérias de delação premiada, virei um câncer. As pessoas com quem eu me relacionava, todas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agora, nesse caminho de saída, eram usados os doleiros Sarau e Watterloo, não é isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Os caminhos de saída?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, na remessa ilegal desses recursos para o exterior.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Esses fomentaram o Maluf. Esses fomentaram a conta do Maluf.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agora, o envolvimento daquelas quatro empresas, que eu inclusive perguntei a V. Sª e V. Sª já confirmou aqui a Avenca...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Avenca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ... quanto à KLT?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Também pertence ao grupo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Apolo?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Também pertence ao grupo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Lumina?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Humm, salvo engano, também pertence ao grupo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Essas empresas podem ter emitido notas fiscais frias?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, não acredito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não acredita.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Porque são agências de viagem, turismo e câmbio. Vão emitir notas frias em que valores? Pacotes de turismo milionários?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual é a participação da *off shore* OBHC?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – OBHC...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Sª desconhece?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Desconheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quando V. Sª fez referência ao caso de Santo André, e aqui V. Sª já indicou o nome do Sr. Ernesto, não é isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente. Não tenho o sobrenome dele, passei para os peritos da Polícia Federal. Inclusive a conta dele no Merchants Bank, Parnet Bank...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas V. Sª nos informou sobre o caso Santo André. Eu perguntaria a V. Sª: nesse período em que o PT ainda não governava o País, portanto o Presidente Lula não tinha sido eleito para presidir a nossa República, um caso prático já está descoberto de corrupção, que é o caso Santo André, que gerou recursos que foram remetidos para o exterior.

Eu perguntaria se V. Sª tem conhecimento de outras fontes, de outros focos, até mesmo de outras Prefeituras do PT, a partir das quais esquemas de corrupção tenham sido montados e recursos tenham sido transferidos para o exterior, para abastecer esse esquema de corrupção?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não tenho conhecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só Santo André?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Simplesmente citei Santo André, porque foi uma das preocupações que me foram passadas que o Deputado José Mentor tinha com relação ao meu depoimento na CPMI do Banestado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com relação ao Sr. Lúcio Funaro...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que ele estava preocupado com Santo André especificamente? Que informações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu também não sei. Eu não sei dizer.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – As empresas de ônibus, por acaso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Quando me disseram que a preocupação dele seria a minha vinda a Santo André, que o Senador Antero Paes de Barros estava preocupando com esse tema, eu falei: "Se é por isso, não vejo problemas. Nunca tive negócios com Santo André". Então, o Sr. Richard me disse: "Sim, eu sei. Você sabe muito bem quem operava com Santo André". Aí me disse: "A Nelma". Ah, foi a Nelma. Perfeitamente. Depois, raciocinando, eu lembrei que tinha um cliente que era o grande concorrente da Nelma e passei à Polícia Federal todos os dados, contas, movimentações, contas no exterior e...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Toninho.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto ao senhor o seguinte: com relação ao Sr. Lúcio Funaro, que nos parece ser o dono de fato da Corretora Guaranhuns, o senhor tem conhecimento de que também ele participa como sócio da Global Trade Investment?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não é Esfort Tradding Investment?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Global.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não sei dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Esfort é outra.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim. Não, não sei dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E com relação à participação do Sr. Funaro na Laeta S.A.?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Também não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – DTVM?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Também não sei...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Sª falou aqui de operações do Sr. Funaro na Bolsa, a partir da Guaranhuns, mas as informações que obtive são as de que a Guaranhuns não operou diretamente na Bolsa, que fez operações muito pequenas e que, na verdade, o Sr. Funaro usava a Laeta S.A. DTVM para operar na Bolsa, inclusive, servindo de testa-de-ferro para uma série de figuras conhecidas do Brasil, seja do meio político, seja do meio empresarial, dentre as quais o Sr. Naji Nahas. Pergunto: o senhor poderia me dizer de algum relacionamento do Sr. Funaro com o Sr. Naji Nahas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É bem provável que ele tenha operado para o Sr. Naji Nahas. O Sr. Naji Nahas, dentro da Bolsa de Valores, passou por um problema crítico. É bem provável que, por meio dele, tenha feito operações, para o Naji Nahas. Eu, pessoalmente, fiz negócios, compra de contratos de dólares futuros, com o próprio Funaro e não expus, ou seja, não em meu nome.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente, são as minhas duas últimas perguntas, bem objetivas.

Qual a relação do senhor com o Haroldo de Almeida Rego Filho, o famoso Pororoca?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Haroldo? Não conheço, Excelência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor nunca ouviu falar no Pororoca?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De forma alguma?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – De forma alguma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito menos de operações que ele realizou ilegalmente com fundos de pensão.

O senhor falou que o Tuner...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – No momento em que dividiu a cela com o senhor...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Fez referências a fundos de pensão. O senhor poderia se lembrar que referências foram essas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não só a fundos de pensão, mas, também a fundações, fez.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É, porque uma coisa está ligada a outra.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim. Exatamente. Fez.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Dizendo que ele operava com as fundações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, ele falou que isso é uma vergonha, que, na hora em que chegarem aos fundos de pensão, isso vai abafar,

esperava um gancho, eu queria um gancho para chegar e poder...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ou seja, se nós o convocarmos aqui para falar de irregularidade em fundos de pensão, é capaz de ele contribuir com a CPI, pelo que o senhor ouviu dele?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu vou dizer uma coisa: ele é muito amigo do Sr. Enivaldo Quadrado e amigo de outras pessoas. É bem capaz aqui que eu seja...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Do Sr. Gushiken, do Sr. Marcelo Sereno e companhia.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Bom...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A última pergunta.

Só para confirmar: por acaso, a Lisco e a Miro participaram, de alguma forma, indiretamente, dessa transação, dos passos que foram dados com os recursos no exterior?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – De plena consciência, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Lisco, Miro e Naston.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Naston, eu não tenho conhecimento nessa empresa. Essa empresa nunca foi minha. Lisco foi minha e Miro também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor era sócio do Sr. Youssef?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em maneira nenhuma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca teve sociedade com ele?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Sr. Youssef só me abastecia. Ele era um doleiro dos doleiros.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, nobre Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu agradeço a tolerância de V. Exª. Mais uma vez, parabenizo a decisão desta comissão. Concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só para uma resposta que me parece ter ficado incompleta. O Deputado Antonio Carlos Magalhães questionou de V. Sª a respeito de onde vinha o dinheiro que alimentava a Bonus Banval e o Messer; V. Sª disse: o Trade Link Bank. E ele perguntou de onde chegava esse dinheiro e quem remetia. V. Sª respondeu: "Eu não sei", mas parece que queria completar. Aí perdeu o contato. V. Sª tem conhecimento de uma parte, ainda que não da totalidade?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A operação se dá da seguinte forma: um diretor do Banco Rural International liga para Severino, que é o Toni, que trabalha no Uruguai, que está sediado no Uruguai; combina a operação; fecha o cambio e disponibiliza o dinheiro para a Bonus Banval. A Bonus Banval, por sua vez, recebe... As informações a quem, como e quanto somente o seu Enivaldo Quadrado pode fornecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para arredondar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Uma outra coisa, se me permite, data venia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – BA) – Por favor.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Com relação à conta Natimar, que apareceu dizendo que sete milhões foram depositados em fundos e tudo o mais... Conheço bem o Sr. Carlos Alberto Quaglia e o Najun Turner, que apareceu agora, não sei se recentemente puderam ter a oportunidade de ver nos jornais. O Sr. Najun Turner, por algumas vezes, utilizou a conta do Sr. Quaglia mesmo para compra oficial de dólares. Pergunto se o Enivaldo Quadrado aconselhou que o Sr. Marcos Valério comprasse ouro à vista. Quem foi retirar o ouro no Banco do Brasil?

O SR. DEMÓSTENES TOPRES (PFL – GO) – Responda por favor, já que o senhor perguntou.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É a pergunta que eu faço ao Enivaldo Quadrado, porque no Banco do Brasil tem que se apresentar e se identificar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas quem foi que autorizou o Sr. Marcos Valério a retirar...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Segundo o Sr. Enivaldo Quadrado, ele aconselhou o Sr. Marcos Valério a aplicar e investir em dólar futuro ou em ouro à vista. Ouro à vista, o senhor compra na bolsa; 72 horas ou cinco dias depois, tem a permissão para fazer a retirada. Quem foi que fez a retirada junto ao Banco do Brasil?

O SR. DEMÓSTENES TOPRES (PFL – GO) – Boa pergunta. Tens a resposta?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Está no Banco do Brasil.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) **–** Muito bem. Podíamos abreviar, né?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Mas V. Sª nem desconfia? Pode desconfiar, é um direito. Ajude-nos, sugira dois caminhos para a gente. Ajude ao Brasil, já que é o Banco do Brasil.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, isso vai desmascarar evidentemente a versão fornecida que não aconteceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Exatamente. Ontem o Vice-Presidente da República, num programa de televisão, disse que não acredita de forma alguma que os recursos viessem de empréstimos. Nós também não acreditamos. Nós não precisamos mostrar de onde veio. O senhor pode nos ajudar agora.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu já lhe digo. Eu não sei se eu tive oportunidade de falar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Diga de novo.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Chegou-me uma informação de que o Sr. Marcos Valério contém uma conta no Banco Rural, com determinada quantidade de dólares, que serve como garantia para esse empréstimo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como é que funciona isso? Ele paga lá fora e esquenta o dinheiro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ele tinha dois bancos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa é uma matéria interessante. Calma, Deputado, pois esse assunto interessa a todo o mundo.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A conta é no internacional.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só para entender, todos nós sabemos que nem o ladrão mais burro do mundo ia roubar fazendo empréstimo com o dinheiro caro que tem no Brasil. Como é que funcionava? Para que serviu esse empréstimo? Pagava lá fora e esquentava o dinheiro aqui com o empréstimo.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não. O senhor pode ver uma coisa: o dinheiro não tem origem. Perfeito? Vou dar um exemplo bem simples, do Delta Bank com o Banco Real, que existia uma certa ligação. Digamos que eu tenha US$1 milhão ou US$2 milhões aplicados no Delta Bank, mas precise de recursos quentes aqui, porque pretendo comprar uma propriedade ou dar origem ao dinheiro. Ok? Vou ao banco e faço uma simulação, um contrato simulado. Simula-se um contrato, todo mundo firma e tal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tem avalista!

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O senhor me entende?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, paga lá fora e faz o empréstimo aqui como um contrato simulado para esquentar esse dinheiro?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E abate no saldo lá fora.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Claro abate do saldo lá fora. Já está pago, não tem empréstimo, já está pago lá fora. Provavelmente por esse...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixe-o concluir. Deixe-o falar, porque acho que ele é que... Eu solicito. O que acontece?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, existem diversas hipóteses. Uma delas é que o Sr. Valério, pode ser que tenha a previsão de entrada de recursos, realmente cumpra aquilo e não tenha que mexer na reserva que tinha lá fora. Outra é que realmente tenha que fazer a conversão. Mas, se fizer a conversão, vai ter que aparecer a entrada do dinheiro, vai ter que aparecer a origem, vai ter que entrar pelo anexo quatro ou pelo câmbio informal, ou...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o senhor disse que o Marcos Valério tem uma conta lá fora no Banco Rural. O senhor ia dizendo isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Existe, chegou uma informação, que não é uma informação fidedigna, mas que exatamente estava funcionando desse jeito, que esses empréstimos são exatamente lastreados por um fundo, por uma conta, que o Sr. Marcos Valério deve ter em nome de outra *offshore*, outra empresa, que garante esses empréstimos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Deixe-o concluir. O senhor tem alguma pista sobre essa conta? Em que lugar mais ou menos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, como eu disse hoje: primeiro, estou preso, não tenho como me locomover, um computador lento e mal consigo me articular por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, por 10 minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Estou quase... *(inaudível)*

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, se o senhor me convidar, com muito prazer, e prometo resultados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em seguida, falarão o Deputado José Rocha e o Senador Flávio Arns. Essa é a seqüência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, da mesma forma que foi dito aqui anteriormente, quero parabenizar V. Exª por ter tido a iniciativa nesta CPI dos Bingos, já que não conseguimos na CPI dos Correios...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode parabenizar todos os membros da CPI. Foi uma decisão de todos os membros da CPI.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em nome de V. Exª.

Mas, Sr. Antonio Oliveira Claramunt, mais conhecido como Toninho da Barcelona, posso chamá-lo Toninho...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Por favor, me chame de Toninho, eu fico mais à vontade, Excelência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Toninho da Barcelona, primeiro, eu gostaria que, rapidamente, V. Sª pudesse dizer por que se considera um preso político?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, eu estava aqui há pouco falando com o Presidente, eu tinha um processo, já estava sendo processado por toda a minha vida empresarial. A CPI do Banestado... Isso é só um detalhe, só um *en passant*...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O que eu queria saber, só para objetivar, porque o tempo é curto, é que o preso político... Qual a motivação política que uma autoridade, exercendo o poder, decreta ou influencia para que essa pessoa fique presa, até indevidamente, até por acusações injustas, mas por uma motivação política? Por que V. Sª se declara preso político? Qual foi o político que mandou prendê-lo? Que ação política está fazendo de V. Sª um preso político?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, não. Olha, eu vou até ser muito gentil com o Deputado José Mentor. Eu acredito que ele, com a assoberbação que havia na CPI do Banestado, se descuidou do meu processo, que estava ali na íntegra, e que os fatos eram os mesmos, era um **bis in idem**. Eu estou condenado por um "tris in idem". Uma pena corporal de 25 anos, sendo que nem o assassino do Tim Lopes recebeu uma pena tão cruel. Quando explode uma crise como essas, por forças ocultas, sou enviado a um RDD como líder faccionário, sem que eu tenha uma vida pregressa violenta.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas quem está atuando para que aconteça com V. Sª esse tipo de situação? Realmente, para todos nós, 25 anos é um exagero, que nós verificamos. Até gostaria de saber quantas são as condenações que V. Sª tem?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – São três condenações pelos mesmos fatos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E chega a 25 anos o total dessas condenações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Fui condenando por gestão fraudulenta em São Paulo e no Paraná.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem determinou ao senhor um regime diferenciado na prisão?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Houve uma rebelião.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas qual foi a autoridade?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – No momento em que há uma rebelião, o preso não tem direito. Simplesmente o pegam e põem dentro de uma lata...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pensa V. Sª que foi o Deputado José Mentor, na tentativa de acobertar essas operações ilegais feitas pelo PT para realização de recursos para caixa dois e para financiar campanha?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – São muitas coincidências que me levam a crer isso. Não quero fazer um julgamento precipitado, mas existem muitas coincidências que ocorreram que...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Sª reconheceu aqui com clareza que ele foi o obstáculo para o seu depoimento na Comissão.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Sª confirma isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Confirmo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essas informações todas de que o José Mentor articulou para que o senhor não comparecesse à CPMI do Banestado porque ele tinha receito das suas informações, que prestaria àquela CPMI...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Se o senhor me permitir, eu quero até ler um trecho de um documento que passei recentemente para o Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Desconte do meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Desapareceu agora. Perdoe-me, mas havia um documento aqui em que eu... (Pausa.) Havia um documento em que o Senador Antero Paes de Barros... Está aqui, olhem.

"Em abril do ano passado, Toninho foi o centro de uma divergência entre Barros e Mentor. Durante sessão da CPI, o Presidente da Comissão decidira marcar o depoimento do doleiro para dali a uma semana, sendo dia 20 de abril. Mentor reagiu na hora. 'Queria registrar, Sr. Presidente, até por uma atribuição regimental do Relator, que é conduzir a investigação, a minha discordância, salvo melhor juízo de V. Exª, pelas duas propostas de diligências, uma delas em relação ao Sr. Toninho Barcelona', disse Mentor".

Duas ressalvas, uma minha: "O Relator alega que o depoimento do doleiro deveria ser adiado por uma questão estratégica. 'Esta Comissão já aprovou a convocação de S. Sª há muito tempo. V. Exª participou de uma reunião com a força-tarefa em Curitiba de discussão com o tratamento dado aos doleiros. Temos uma estratégia de investigação dos doleiros, pode não atrapalhar o Ministério Público, pode não atrapalhar a Polícia Federal, mas atrapalha a Relatoria'."

Em que sentido atrapalharia a Relatoria?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, quando V. Sª se declara preso político, é porque acha que há essa armação política por parte do Sr. José Mentor?

Chegou o **Correio Braziliense** a ponto de noticiar que, por meio de bilhetes, o senhor teria revelado a Rui Vicentini, ex-Tesoureiro do PPS, que o Deputado José Mentor seria o supergerente de contas abertas em bancos de Miami para movimentar os recursos remetidos pelo PT para o exterior. O senhor confirma essa informação?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não confirmo e lhe digo com todo respeito: o Sr. Rui Vicentini é um aproveitador. Ele está pegando o trem, está-se valendo, tentando obter não sei qual é a vantagem, mas eu estou envolvido, estou hoje nesta CPMI, fui parar no RDD justamente por declarações desse senhor, que não conheço. Fiquei cinco dias com ele dentro da Polícia Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, V. Sª não confirma...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não confirmo. Nego veementemente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...que o Deputado José Mentor opera contas do PT no exterior?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não confirmo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Com relação às operações da Bonus Banval, o Sr. Enivaldo Quadrado disse que, na verdade, o dinheiro do Marcos Valério ia para a Natimar, que solicitava à Bonus Banval, que fazia aplicações na BMF. Depois essas aplicações eram resgatadas e, a partir daí, eram depositadas em contas de terceiros, que a Polícia Federal agora está ouvindo e que declaram não ter recebido e que nunca receberam qualquer tipo de aplicação.

Como é que V. Sª pode nos auxiliar falando dessa operação complicada aqui, mas que foi a que Enivaldo Quadrado disse que a operadora dele, a corretora Bonus Banval, era apenas uma intermediária para fazer a aplicação da BMF porque só ela tinha carta-patente para isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu não sei em que data se deu isso, Excelência. Acontece que todo mundo acha que nunca vai acontecer. De repente, a Bonus Banval... Porque esse dinheiro não foi depositado na conta da Natimar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Toninho, é Bonus Banval ou Bonus Bansval?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Bonus Banval.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não tem o "s"?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não. Esses reais foram depositados na conta da corretora e não na conta da Natimar. A corretora identifica o crédito e lança numa contabilidade privada, particular...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esse foi o nosso entendimento, mas ele afirmou que não, que antes passava na Natimar, que fazia aplicação.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pois é. Eles depositaram esse cheque na conta da corretora possivelmente – não vi as operações –; eles depositaram; ele recebeu um cheque da Bonus e tinha que dar saída disso, tinha que dar uma explicação crível, dizendo: "esses reais vieram para aplicação de dólar futuro ou ouro à vista". Ora, para fazer aplicações de dólar futuro não precisa investimento, basta depositar uma margem de risco; para ouro à vista, sim. Então, se ele comprou ouro, deve ter retirado ouro; senão, deve ter feito uma venda.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E esses depósitos feitos nessa relação grande de beneficiários? São todos laranjas?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É uma fantasia. Na verdade, a Natimar não opera para ele, ele buscou uma conta que pudesse comportar movimentação, desse uma escusa de pessoas que... Essa conta pertence a Carlos Alberto Quaglia, que disse que o Sr. Quadrado necessitava de um analista, porque a escusa dele era mais quadrada do que ele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O recurso que V. Sª repassou para a Bonus Banval no valor de US$2,5 milhões...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Dois milhões e cinqüenta mil dólares.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual é o destino que o senhor acha que a Bonus Banval deu a esse recurso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, como era em época de campanha, eu acredito que tenha investido em...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Distribuído.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Distribuído, eu não posso afirmar; mas que vieram para participar da campanha presidencial, da campanha de deputados e demais, eu não posso afirmar, eu estaria caluniando. É uma convicção. Lamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, mais duas perguntas rápidas: a Receita Federal e o Banco Central sabiam das atividades que a Barcelona Tour desenvolvia e, por alguma razão, não faziam investigações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, as minhas informações...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor nunca foi fiscalizado por essas entidades?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Banco Central não fiscaliza direto casas de câmbio, né? Você passa as informações através de um outro...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E a Receita Federal?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Já fui fiscalizado pela Receita Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor já prestou serviços ou favores a servidores desses órgãos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Entre compra e venda de dólares, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Outro tipo de favor?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, era uma empresa aberta; eram três lojas abertas. Lá entravam e saíam todo o tipo de pessoas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A Receita Federal nunca fez qualquer tipo de autuação da sua empresa?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Autuação na minha empresa fez, acho que nos anos de 96/97.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por último, todo o mercado fala, quer dizer, todos comentam que a Barcelona Tour era uma câmara de compensação dos doleiros brasileiros e que tem um programa de computador denominado Barter 2.0. Como é que funcionava esse sistema de compensação da sua empresa? E o Barter 2.0?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, Excelência, não sei qual é a fonte, mas é muito boa e oportuna a sua pergunta. Eu jamais fui o maior doleiro deste País; na minha vida toda, não movimentei um terço do que uma conta movimentou em um ano. A compensação entre o mercado e o paralelo se dá naturalmente; se faz uma operação, faltam reais, liga para um colega doleiro; "te sobram reais", "sobra"; "te sobram cheques", "sobram". Enfim, na necessidade do encerramento do dia, das operações, é natural que se compense entre os doleiros, mas não é que eu centralizava a compensação de todo o mercado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o Barter 2.0?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Barter 2.0 é um software que desenvolvi para levar a minha contabilidade em um todo; é um software dinâmico. Hoje é ultrapassado, hoje é uma linguagem ultrapassada, mas na época me servia para levar a contabilidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Última pergunta: há certeza de que o PT operava por meio da Trade Link Bank? Já ouvi V. Sª falar a respeito, só queria essa confirmação.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim. Era muito claro isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi por meio da Trade Link Bank e de outras contas do PT que se pagaria, por exemplo, o Sr. Duda Mendonça, naquela operação?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Sr. Duda Mendonça, parece-me, inclusive apresentou documentos aqui sobre o Trade Link Bank na outra CPI; salvo engano, apresentou comprovantes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E essas contas seriam do PT?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ou do Sr. Marcos Valério, né? Existe uma relação muito estreita entre o Sr. Marcos Valério e todo o Partido dos Trabalhadores, né?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha por 10 minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srªs e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar o depoente, o Sr. Toninho da Barcelona,

e parabenizar V. Exª, Sr. Presidente, pela convocação do Sr. Toninho da Barcelona, que está trazendo a esta Comissão dados importantes acerca desse esquema que originou toda essa crise política que estamos vivendo no País. Devo dizer também que a Comissão do Mensalão, de que sou titular, também convocou S. Sª. Espero que a Comissão marque a data para que seja ouvido.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeito. Estou à disposição, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E que V. Sª na ida à Comissão do Mensalão não tome Lexotan, para poder ficar mais ativo e poder responder e se lembrar de mais fatos e mais dados, pois, neste depoimento de hoje, talvez não esteja com a sua atividade cerebral um tanto produtiva, talvez em função da medicação que tomou. Indagaria: quem lhe orientou que tomasse Lexotan?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Faço uso desse medicamento já há um ano. Uma pela... tenho uma vida pregressa, uma vida familiar, como a de todos os senhores, uma vida muito simples; um infortúnio do dia para a noite levou-me a uma penitenciária, mesmo tendo curso superior, prerrogativas de prisão especial – bom, isso não vem ao caso, isso me abalou profundamente. E as situações foram se agravando. Então, foi necessário fazer uso desse medicamento para ter um controle emocional. Vir a uma CPI não é fácil, na condição de inquirido, não é fácil. Vir na condição de colaborador, pior. Vir na condição de preso, escrachado, criminoso, muitos disseram, diversos comentários, entristecido. Tenho filhos na escola, família, devo um resgate à dignidade, não por mim, porque pode ser que essa crise toda aí possa levar a uma conseqüência. Falam-se em mortes de Celso Daniel e outras coisas. Eu não acredito, mas existe sempre o receio, porém devo o resgate à minha família, devo o resgate ao dizer que não sou um líder faccionário, que eu não sou um sujeito violento. Se a minha mulher não tomasse essa atitude, se minha família não tomasse essa atitude, hoje eu estando aqui, jamais teria essa chance.

Estou falando em nome de pessoas a quem quero bem, amigos, como o Sr. Dario Messer e outros mais. Falei de Sandor. São pessoas que convivem comigo, mas eu tenho que optar pela minha família, pela ética, pelo Brasil, dar motivos, elementos para poder passar a limpo algumas situações, por dar transparência. Eu tenho que fazer uma opção. E a opção foi feita, e eu estou aqui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Toninho da Barcelona, V. Sª disse que dois esquemas alimentaram as campanhas do PT: a Bonus Banval e a Guaranhuns. V. Sª confirma?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Confirmo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Sª teria um outro esquema que pudesse também ter participado dessa alimentação de recursos? Conhece outro esquema?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, o que eu posso me comprometer com o senhor é que, se tiver condições de me articular, porque eu estou preso, encarcerado numa cela, com um computador que passa 24 horas procurando dados, elementos, vínculos e tudo o mais, onde os dados não estão completos... Tendo condições de articular, poderei talvez produzir provas mais profundas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esperamos que, quando estiver na Comissão do Mensalão, V. Sª já tenha condição de ter essas provas...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O senhor tem o meu compromisso, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Possa nos alimentar com mais dados.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O senhor tem o meu compromisso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor também confirma que o Sr. Dario Messer é o doleiro que centralizava as operações do PT?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – As operações entre o Banco Rural e o Dario Messer, ele disponibilizava na Bonus.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Banco Rural, Dario Messer e Bonus?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Diretor do Banco Rural liga para Dario Messer, em Montevidéu, trata a operação, recebe o crédito em sua conta no Panamá, oriundo do Trade Link Bank, e a contrapartida, que são os reais, são destinados para a Bonus Banval.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como é que V. Sª explica essa questão de o dinheiro ir e voltar, se o dinheiro já está aqui no Brasil? Vai ao exterior através de uma *offshore* e volta de novo? Quer dizer, já que o dinheiro era para caixa dois, não era preciso esquentá-lo. Se era para caixa dois, caixa dois já é...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Como é que o senhor saca tanta dinheiro?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas o senhor teria esses reais todos que V. Sª disse, que trocaria por dólares na Bonus Banval. E esses reais não poderiam ir direto para o esquema da campanha política?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, o mercado informal, o mercado de dólares paralelo, hoje, já não é mais aquele mercado que foi

nos anos 90. Para se conseguir R$1 milhão, R$1,5 milhão, R$ 2 milhões é muito difícil. Naquela época, não. Não existia Coaf. Não existia limite. Não existiam controles. O mercado era livre. Qualquer um sacava. E outra coisa: naquele tempo, existia inflação. Existia muita procura. Existiam pequenos investidores. Hoje, não. Os pequenos investidores desapareceram, e os controles bancários – Coaf e tudo o mais – foram... Hoje, para se conseguir dinheiro, para sacar R$100 mil, o senhor tem que nominar. Mesmo que o Sr. Marcos Valério tenha dinheiro em disponibilidade no Banco Rural, vai ter que se apresentar, fazer saques. O Coaf já estava de olho nele. Muitas vezes, ele, em Belo Horizonte, precisava dos reais em São Paulo. O que fazer? Trocava os dólares com o Sr. Dario Messer, e ele disponibilizava em São Paulo, na Bonus.

SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, o senhor considera o Sr. Marcos Valério como uma ponte do Banco Rural nessa interligação com Dario Messer, Bonus Banval e Guaranhuns?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Guaranhuns, eu não tenho muito bem certeza se o Marcos Valério tem ligações com Guaranhuns – eu tenho cá comigo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A CPI já detectou que há ligações com a Guaranhuns também.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu acredito que a Guaranhuns deva ter feito pagamentos para determinadas pessoas de outros partidos, não porque tenha ligação direta com eles, mas a pedido de terceiros. Por exemplo...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por exemplo.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O Sr. Lúcio Funaro gerenciava aplicações dos Messer e de outras pessoas. Então, o Sr. Funaro possuía créditos. No momento do resgate, solicitava a emissão de um cheque para pagar tal pessoa. É possível que tenha sido isso.

Há que se avaliar o quadro com relação ao Funaro, porque existe um triângulo entre Bônus, Messer e Guaranhuns.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor conhece o Nation Action Group?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Desculpe. Nation Action Group? Conheço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É uma casa de câmbio?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim. Action.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que operações essa casa fazia dentro desse esquema?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ela foi vendida a um grupo estrangeiro três ou quatro anos atrás. Mas, anteriormente, ela atuava no mercado informal também. Eu fiz muitos negócios com eles, com o Valdir, que era um dos operadores. O proprietário, que tem um nome italiano, operava no mercado. E tem diversos pontos, no aeroporto e em alguns *shopping centers.* É uma casa de câmbio. Agora, se teve participação em esquemas políticos eu não sei dizer, Senador.

Com Beacon Hill? Se ele tem? Eu não sei dizer. Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Teria a informação de que a Beacon Hill teria depositado nessa Action. É isso?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ele pode ter recebido créditos da Beacon Hill. Uma vez sendo do mercado, como existia compensação pode ter recebido créditos do Beacon Hill. Seria uma operação natural.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Sª falou aqui de um suposto "mensalinho" na Câmara de Vereadores de São Paulo.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Dos mais de 80 mil dólares que foram enviados para determinado gabinete de um vereador e certamente esses dólares seriam distribuídos. V. Sª tem conhecimento de que esses...

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não. Não tire conclusões, não ponha palavras... Eu não disse exatamente... Eu não disse isso, Excelência. Eu disse que houve troca de dólares; levantei algumas delas que houve, sendo que em uma ocasião foi pedido um depósito que vou verificar. Prometo ao senhor. Não quero acusá-lo. Não estou dizendo que tenha sido o senhor. Pode ter sido o Marcos ou alguém conhecido; alguém próximo ao senhor. Não o conheço. Não lhe desejo mal. Por favor, não me julgue.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deputado José Rocha...

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Vou levantar e vou chegar a um denominador. O que for a verdade... A verdade eu trarei. Se não for a verdade, a desculpa virá em público, da mesma forma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É bom. É bom que a verdade realmente seja esclarecida, porque nós temos um colega do maior respeito, que é o Deputado Devanir Ribeiro, nesta Casa. Então, seria bom que isso ficasse bastante claro, para que não recaísse, talvez de uma maneira...

O SR. (Orador não identificado) – Inadequada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flávio Arns.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Agradeço a V. Exª a tolerância, ilustre Relator e Presidente neste momento, e dou por encerrada a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Toninho, boa parte das questões foram feitas também pelos Deputados e Senadores e o senhor mencionou, na sua fala e também nas entrevistas, que o senhor trabalha nessa área há cerca de vinte anos e tem cinco mil clientes. As perguntas que eu vou lhe fazer se relacionam, segundo fontes aqui divulgadas e conhecidas, a entrevistas que teriam sido dadas pelo senhor.

A primeira delas é que o senhor teria afirmado, de acordo com o Deputado Pompeo de Mattos, que esteve lá, junto com a CPMI dos Correios, entrevistando o senhor em São Paulo... O Deputado Pompeo de Mattos teria dito: "Ele sabe de informações ligadas ao Governo de FHC, ao Governo do Estado, ao Governo Municipal e ao atual Governo Federal. Até o caso Pitta ele citou. O senhor mencionou isso à CPMI dos Correios?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não é verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não é verdade.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não mencionei. Não é verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, o senhor não conhece, em relação a nenhum desses contextos...

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...qualquer coisa que possa, dentro da área do seu conhecimento, denegrir, seja o Governo FHC, o Estadual, o Municipal, ou o Governo atual?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não tenho nenhum conhecimento e jamais disse qualquer coisa nesses termos. Estão presentes aqui as pessoas que participaram...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Certo.

Então, outra pergunta: com base também no que o **Terra** publicou, o senhor teria dito o seguinte: "Nunca participei, absolutamente, diretamente de caixa dois do PT, do PSDB ou de qualquer outro Partido. Não tenho clientes políticos". Aliás, isso o senhor disse hoje. Quer dizer que essa afirmação é verdadeira?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É verdadeira.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o senhor disse: "Nunca participei, absolutamente, diretamente"? Havia alguma forma indireta de participação?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, a partir do momento em que fiz negócio com o Sr. Dario Messer e sabia que as operações se destinavam justamente a fins eleitorais, é uma forma indireta, não é? Eu diretamente nunca quis participar, nunca procurei partidos a ponto de oferecer préstimos de serviços, entre outras coisas. Não era o perfil dos meus clientes em si.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E não há envolvimento do senhor nesse sentido em termos de caixa dois do PT, do PSDB ou de qualquer outro partido político?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, eu lhe digo: acredito não conhecer ninguém do PSDB, ninguém assim para fazer associação de qual Deputado ou qual Senador seria do PSDB. Não tenho nada com o PSDB, PT ou outros partidos. Não tenho negócios.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, na verdade, o senhor está, nesse sentido, confirmando a declaração publicada pelo jornal **Terra**?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente. Confirmo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor também disse ao jornal **Terra**: "Ouvi especulações jornalísticas dizendo que eu remetia dinheiro para o Henrique Meirelles. Isso é um absurdo. Não fiz, não conheço o Meirelles. Achei injustiça o que fizeram com o Meirelles". E mais algumas coisas. O senhor confirma?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Confirmo. Até gostaria de dizer que não vim aqui para acusar A ou B; defender B ou C.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, é bom. Só quero esclarecer ao senhor para deixar claro, porque, como o senhor mesmo mencionou, as falas das pessoas podem ser reproduzidas de maneira diferente. Essa é uma oportunidade que o senhor tem – e as pessoas têm – porque o objetivo essencial, no fundo, é descobrir qual é a verdade. É isso que a sociedade brasileira espera que aconteça, fruto do trabalho das várias CPIs, que a verdade apareça, que as pessoas sejam investigadas, havendo, a partir dessa investigação, o surgimento da verdade, a punição e a criação de mecanismos. O que observamos é que, muitas vezes, as pessoas colocam entre aspas, inclusive muitas coisas, como se as pessoas tivessem dito e não o disseram.

Então, desculpe-me ter interrompido o senhor, mas, em relação ao Meirelles...

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Se V. Exª me permitir um parecer técnico. O Sr. Henrique Meirelles é um homem de mercado. Não precisava mandar cinqüenta e poucos mil dólares. É muito dinheiro perante a população brasileira, é muito dinheiro, mas, para ele, na condição dele, perante o patrimônio dele, ele fazer uma operação de cinqüenta mil dólares com um cambista não tem sentido. Se tivesse feito operação de alguns milhões, a ponto de querer... Mas 50 mil dólares! Criou-se uma expectativa, uma especulação tão gigantesca que teve de fazer uma mobilização a ponto de dar-lhe status de Ministro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a mesma coisa – o senhor já se referiu hoje, mas gostaria só de confirmar, porque eu não estava presente na hora – em relação ao Ministro Márcio Thomaz Bastos.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente. São tantas informações desencontradas – eu prefiro dizer truncadas – que chegam que você acaba tomando uma posição de defesa. Chega uma pergunta de um repórter: "Foi o senhor quem mandou os dólares do Dr. Márcio Thomaz Bastos?". Meu Deus do céu! Já me vincularam ao Dr. Márcio Thomaz Bastos! Já estou no RDD. Eu falei: "Olha, se existe alguma investigação com relação a isso, Marco Antonio Corsini era um doleiro, o qual foi defendido pelo então Ministro, perdão, pelo então advogado Márcio Thomaz Bastos, antes de tomar posse. E digo mais – não é questão de defender –: o Ministro Márcio Thomaz Bastos foi um homem muito transparente. Fez uma auditoria em suas contas, recolheu o Imposto, foi ao Brasil e disse: "Minhas contas estão aqui". Eu não vim aqui para apontar que ele tenha cometido... Eu simplesmente disse por uma questão de defesa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E antes, inclusive, de ele tomar posse – ao que me consta –, ele apresentou a documentação ao Conselho de Ética, também, para que o Conselho de Ética opinasse sobre a segurança que deveria haver na apresentação das contas. Há uma afirmação do senhor em relação ao caso Santo André: "Fui surpreendido, através do noticiário, que eu seria convocado para a CPI do Banestado. Recebi um telefonema de um amigo meu chamado Richard Waterloo, sócio do Birigüi, tido como doleiro do Maluf. Ele me convidou para um café, e eu fui. Ele disse que o pessoal do PSDB, no caso – acho que era o Antero Paes de Barros, que era o Presidente –, estaria me convocando porque queriam criar um vínculo com operações do caso de Santo André. Eu fiquei indignado. Eu não tenho nada a ver com Santo André".

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente. Eu fiquei indignado. Primeiramente, porque se tratava de um homicídio. Envolvia um esquema de corrupção que envolve... Tentam vincular um esquema de corrupção a um homicídio.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não conhece nenhuma ligação, nenhum esclarecimento que pudesse, dentro do seu conhecimento, fazer...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu vou lhe dizer uma coisa. Eu, dentro da Unidade Penal, enquanto fiquei lá, alguns crimes me chamavam a atenção. Eu era professor. Dava aulas lá e alguns crimes me chamavam a atenção. Tinha um rapaz lá que chamavam de Lula, que foi o que matou o segurança do Presidente Lula, entre outras coisas. Eu tinha um respeito com a população. Devido lecionar, eu sou bacharel em Direito, fazia cálculos de Lei de Execuções Penais, aconselhava, enfim. Alguns crimes me chamavam a atenção. E um dos que me chamaram a atenção foi o do Celso Daniel...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Acho que pode continuar, porque tenho mais um minuto.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Foi o do Celso Daniel. Lá, presos – não evidentemente os presos que participaram, mas presos que não participaram – disseram que não foi um crime encomendado que, realmente, eles saíram em busca de uma eventual... crime... Não encontraram e pegaram o primeiro que apareceu que era o...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, dentro da versão que o senhor escutou na prisão...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Dentro da penitenciária.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi de que foi um crime comum e não um crime encomendado...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ou coisa semelhante.

A última pergunta... Essa informação que o senhor acaba de dar é importante, também, dentro do debate que vem sendo feito a esse respeito.

O senhor disse:

"Na época das campanhas presidenciais – no plural –, havia uma demanda, por dinheiro vivo, alucinante. Era muito dinheiro que procuravam alguns personagens do mercado. E eu tinha, afinal de contas, há tanto tempo no mercado – mercado em que a palavra é o que vale... Você acaba trocando figurinhas".

Eu queria perguntar: na época das campanhas presidenciais... O que aconteceu nessa campanha

presidencial aconteceu em outras campanhas presidenciais e com outros candidatos? Era um fato corriqueiro, como o senhor tenta mostrar – me parece – nessa sua "afirmação"?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu, quando quis dizer "nas campanhas", quis dizer "dos candidatos".

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso acontecia com todos os candidatos?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, eu quis dizer que, na competição dos candidatos na campanha, no concurso, na corrida presidencial, houve uma demanda muito forte por dinheiro vivo, que não existia. Era um oásis praticamente encontrar dinheiro em espécie para que pudesse...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os candidatos procurando?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não os candidatos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – As campanhas?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – As campanhas demandavam e se socorriam dos candidatos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os candidatos certamente não, mas as campanhas dos candidatos.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor reforça a idéia do plural: as campanhas dos candidatos.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, não. Eu digo e reafirmo que a única de que participei e para quem mandei foi para a Bonus Banval, PT, que participou para o PT única e exclusivamente. Não fiz para o PSDB.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu estranho que o senhor fale, porque existe um consenso na sociedade, apesar de não haver sempre provas, no sentido de dizer que isso é um fato corriqueiro, é um fato comum, infelizmente. Espero que todas essas CPIs levem a não ser mais um fato corriqueiro e que nem exista mais.

Então, eu estranho que o senhor, estando no mercado, diga assim: "Não, foi do PT, só do PT". Eu até estranho um pouco o senhor falar sempre do PT, porque eu diria que seria de todo mundo.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Porque justamente eu tenho elementos que comprovam e que levam a esse caminho. Eu falar alguma coisa que, mais para frente, eu não tenha ao menos indícios ou evidências...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou no "plural". O senhor, agora há pouco, tinha dito no plural, mas, de qualquer forma...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode concluir, Sr. Senador.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O senhor me desculpe, mas foi um erro, talvez, de dicção.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É um questionamento. Mas está bem, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – É que o meu cérebro já não está tão...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas eu penso que é realmente estranho o senhor, estando no mercado e buscando esse dinheiro permanentemente, certamente, eu diria que, talvez, o senhor tenha alguma informação e não queira dar nesta hora.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Eduardo Paes e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Gostaria de ser Senador, mas ainda sou Deputado, Sr. Presidente.

Saudando o Sr. Presidente, saúdo os demais Parlamentares, o Sr. Relator e o Sr. Toninho.

V. Exª veja como a vida de tucano é uma loucura, Sr. Presidente. Eu passei o fim de semana inteiro tendo que explicar que a acusação que o Deputado Roberto Jefferson fazia sobre um acordo entre o PT e o PSDB não era verdade. Foi o fim de semana inteiro a imprensa perguntando: "Mas há um acordo mesmo entre o PT e o PSDB?" Eu dizia: "Mas que acordo? Como é possível?" Então, chega-se aqui e os companheiros petistas estão desesperados, querendo que o Sr. Toninho da Barcelona divulgue alguma coisa de câmbio e de operações de tucanos. Portanto, é uma vida difícil. Estou quase procurando um analista.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, só quero...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não me referi especificamente a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas eu só quero ressaltar que não se trata da expressão "desesperados". O que queremos é a busca da verdade. Se for o desespero...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não sei. Agradeço o seu esclarecimento. Às vezes, parece-me que pode ser assim em relação a V. Exª, mas não é essa a generalidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu gostaria de ressaltar que é importante o registro do

Senador Flávio Arns, pois, afinal de contas, ele é um ex-tucano arrependido. (Risos.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É verdade.

Sr. Presidente, entrando no episódio, o Sr. Toninho da Barcelona, no seu depoimento de hoje – vários já disseram isso...

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Só Toninho, por favor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ...em inúmeros momentos, pareceu que recuaria em relação a alguma das afirmações feitas em São Paulo. Como disse o Senador Demóstenes Torres, V. Sª explicou, de forma bastante adequada essas razões. Não vamos dizer o que não podemos provar. É importante que seja assim, mas, quando houver algumas convicções, devemos avançar.

Como já ficaram muito claras aqui algumas das suas explicações em relação aos empréstimos, às operações, à Bonus Banval e a esse esquema, que pode não envolver diretamente esse Governo, mas envolve uma série de figuras importantes desse Governo, essa é a grande questão e a grande diferença que, talvez, alguns dos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores não consigam compreender.

O que estamos vendo aqui são figuras importantes, relevantes, do Partido dos Trabalhadores – e surge o nome deles. Se o PSDB ou outro Partido tiver outro doleiro – não é o caso do Sr. Toninho da Barcelona – terá que se descobrir e ele deverá vir aqui dar as informações. O fato é que, a todo tempo, se citam e se fazem referências, que hoje foram colocadas muito claramente aqui pelo Sr. Toninho da Barcelona.

Volto a algo que, de certa forma, deixa muito curiosa a imprensa, a população, os membros desta CPMI e a sociedade em geral, que foi a famosa Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado. A pergunta que lhe faço, muito objetiva, é: em algum momento, Sr. Toninho, o Senhor sofreu alguma tentativa de extorsão por membro da CPI ou por emissário de algum membro da CPI ou ouviu falar nesse assunto? Quero que V. Sª fique à vontade e seja muito sincero.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, Excelência, não só ouvi, como houve até uma prisão – não é verdade? –, envolvendo uma conta Atrium na Lespan, do Vereador Presidente da Câmara dos Vereadores no Estado de São Paulo. Ele ficou preso na Polícia Federal por algum tempo.

Dizia-se na "rádio corredor" que, realmente, pessoas tentaram tirar proveito com relação à extração de seus nomes de relatórios – mas nada que se comprove quem tenha feito ou quem se tenha beneficiado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Além desse fato que, de certa forma, se tornou público e ao qual V. Sª faz referência, há algum fato de que V. Sª soube ou ouviu falar?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, Excelência, o senhor mesmo acompanhou a CPMI do Banestado e a animosidade que existia entre Relatoria e Presidência, não é? A disputa que havia. Até mesmo, foram flagradas conversas ao pé do ouvido que chegavam a comprometer o Relator. Enfim, protegeram a Transbrasil, o Cipriani, outro advogado, Roberto Teixeira. Houve articulações políticas visíveis. Talvez para os leigos, não, mas para pessoas que têm um pouco mais de conhecimento, vê-se que realmente houve artimanhas.

No meu caso, me trouxe um prejuízo fatal a não vinda na CPI, falar "eu já estou sendo processado por esses fatos". Essas perguntas que o senhor está me fazendo fazem parte dessas "folhas 17 mil – junte-se". Eu teria só um processo, estaria solto e estaria em liberdade. Pois fui preso pelo Paraná.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quantos doleiros daquela operação... Como era o nome daquela operação?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Farol da Colina.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Farol da Colina. Quantos permanecem presos já condenados?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Foram 64 presos. Os únicos condenados, eu e mais um.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quem é esse outro?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Reginaldo Chaves. Talvez deva haver um carioca. São, no máximo, três.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E ele foi condenado a quantos anos?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Dez anos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Sª foi condenado a 26 anos?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Somando todas as penas, nesse "tris in idem".

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Sª sabe que todos os membros desta Comissão que estiveram com V. Sª em São Paulo tiveram uma dificuldade muito grande de trazê-lo aqui, apesar de também já estar aprovada na CPMI dos Correios a sua convocação pelas acusações todas que lhe faziam. Muitos de nós estivemos lá – o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, o Senador Demóstenes Torres, o Deputado Gus-

tavo Fruet, a Senadora Heloísa Helena – e deixamos muito claro que a única pessoa que poderia dar esclarecimentos sobre alguns desses episódios é quem, de alguma maneira, teve envolvimento com o fato. Não adianta convocar aqui pessoas que não tenham tido qualquer tipo de conhecimento.

O senhor citou aqui a operação com a Bonus Banval, um determinado valor, 2 milhões e 50 mil dólares, que o senhor teria passado. Desculpe-me pela ignorância, mas as pessoas que nos assistem muitas vezes são leigas – a própria imprensa e muitos Parlamentares. De que forma se deu esse repasse dos recursos seus para a Bonus Banval?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Num primeiro momento, se com... se comprometia... nos comprometíamos na operação e marcávamos o horário em que o dinheiro estaria disponível, nem sempre, na totalidade, mas em partes.

O SR. EDUARDO PAES(PSDB – RJ) – Isso aconteceu em que período?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Entre o mês nove, começo do mês nove e princípio de mês dez, até o dia nove do dez, salvo engano.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E o volume total de recursos repassados nessa operação?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sete milhões de reais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sete milhões de reais.

Sr. Presidente, dados os esclarecimentos do Sr. Toninho da Barcelona, eu queria só chamar a atenção para algumas questões importantes colocadas aqui hoje.

Primeiro, está muito claro – e desde o início vários dos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios vêm fazendo essa afirmação – que esses empréstimos do Sr. Marcos Valério, do Sr. Delúbio Soares, essa tese toda – em determinado momento, o próprio Presidente Lula chegou a confirmar essa hipótese de empréstimos e de caixa dois –, de fato, não existiram. O que aconteceu – acho que o Sr. Toninho da Barcelona já deixou muito claro aqui, hoje – foi uma operação, de certa forma, nem sempre anormal nesse mercado para aqueles que detêm recursos lá fora. Portanto, é justamente nessa linha – para aqueles que querem entender um pouco onde a CPMI caminha, identificando as origens desses recursos. É óbvio que esses empréstimos são uma operação simulada, como bem definiu aqui o Sr. Toninho, e essa operação simulada serviu para "esquentar" dinheiro, recursos que foram pagos lá fora.

Outra informação importante que o Sr. Toninho da Barcelona traz aqui no dia de hoje é relacionada com os valores emprestados. Bater a conta dos empréstimos com aquilo que o Sr. Marcos Valério diz ter pago, com aquilo que, de fato, as pessoas receberam... Já mostrava uma incoerência enorme. Com as informações trazidas pelo Sr. Toninho aqui hoje, em relação à entrada de recursos – essa operação que ele fez com a Bonus Banval – certamente, mais sete milhões são tirados daquela conta dos empréstimos. Portanto, estamos falando de um esquema de corrupção no Governo do Partido dos Trabalhadores muito maior do que o esquema de 55 milhões de reais.

Eu queria, Sr. Presidente, deixar aqui muito claro o meu protesto. No dia de ontem, o presidente interino do Partido dos Trabalhadores, porque não agüentou permanecer e porque supostamente não agüentou e não teve capacidade de fazer as transformações – a única coisa que provavelmente fez foi pagar ao advogado do Sr. Delúbio Soares –, Sr. Tarso Genro, acusou e agrediu todas as Comissões Parlamentares de Inquérito e acusou um grande complô dos Partidos de Oposição e da mídia.

Eu acho que os fatos trazidos aqui pelo Sr. Toninho da Barcelona, os elementos de que as CPMIs já dispõem mostram muito claramente que nós estamos diante de um enorme esquema de corrupção e que serviu durante muito tempo para financiar todo tipo de questão.

Finalmente, Sr. Presidente, eu queria só, para terminar e concluir, chamar a atenção e pedir talvez uma explicação. O Sr. Toninho da Barcelona disse aqui muito claramente que o Sr. Birigüi, o doleiro Birigüi, foi protegido na CPMI do Banestado, pelo Sr. José Mentor, em razão do acordo do Sr. Maluf com a Srª Marta Suplicy.

Já se falou de recursos no exterior e que um grande operador dessas contas seria o Sr. Luiz Favre, hoje marido da ex-Prefeita Marta Suplicy. V. Sª tem alguma notícia disso ou alguma informação a prestar?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, em absoluto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, agora, para concluir mesmo: houve um grande mal-entendido em relação à maneira como foi colocado o nome de diversas figuras aqui. O Sr. Toninho da Barcelona esclareceu em relação ao Sr. Henrique Meirelles e ao Sr. Márcio Thomaz Bastos. Mas eu gostaria de lembrar alguns trechos do depoimento do Sr. Toninho da Barcelona que mostram de que forma foi citado, por exemplo, o Ministro Márcio Thomaz Bastos – e aqui não vai nenhuma acusação. Logo no início do depoimento, o Sr. Toninho da Barcelona diz muito claramente que "soube também o Ministro Márcio Thomaz Bastos sobre a relação de uma conta de um doleiro

com quem ele opera em São Paulo". E é perguntado se ele já era Ministro ou não.

Na primeira vez no depoimento em que é citado o nome do Ministro isso é feito pelo Sr. Toninho da Barcelona.

Logo depois, o Relator, nas suas indagações, faz referência de novo a isso, já que o Sr. Toninho da Barcelona citou o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Depois também, quando o Senador Demóstenes faz perguntas, pergunta sobre a citação feita ao Ministro Márcio Thomaz Bastos. E, finalmente, este Deputado que lhes fala, também em razão da citação feita, pede esclarecimento.

Isso é importante, Sr. Presidente, só para deixar muito claro que não houve, naquele depoimento, qualquer tentativa de incriminar, jogar a culpa nesta ou naquela figura, por, simplesmente, pertencer ao Governo do Partido dos Trabalhadores. Mas, a partir das informações prestadas, nós tivemos clareza de que algumas dúvidas precisavam ser esclarecidas. Portanto, Sr. Presidente, agradeço sua paciência, sua compreensão e encerro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Deputado Eduardo Paes, e concedo a palavra, consecutivamente, ao Senador Jefferson Péres, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá e ao Senador Eduardo Suplicy.

Senador Jefferson Péres, V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Antonio… É esse o seu nome no registro civil: Antonio?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sim, senhor. Perfeitamente, Excelência.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Antonio, salvo engano, partiu do senhor a iniciativa de falar a esta Comissão, ou não?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, partiu de minha família.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Como?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Partiu de minha família.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Da sua família, com o seu consentimento?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sem o meu consentimento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Hein?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Sem o meu consentimento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sem o seu consentimento?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não o ouviram, não perguntaram se o senhor... Seus familiares não lhe perguntaram se o senhor queria vir aqui?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu me encontrava em regime RDD. O regime RDD é o mesmo, só para título ilustrativo, em que o Fernandinho Beira-Mar passou alguns anos. A única comunicação que se dava era por cartas. Eu estava indignado por estar aqui naquele regime e escrevi algumas cartas à minha mulher, fazendo associações, tentando imaginar o que tinha me levado àquele regime, pois o meu comportamento dentro da unidade penal... Tanto que, no dia 28 – perdão –, no relatório da sindicância, o chefe da unidade penal me deu um atestado de boa conduta, porém me mandou para o RDD. E é um regime desumano. Mandei uma carta para a minha mulher, para a minha família. Em desespero, levaram à revista **Veja**, e eu não poderia voltar atrás pelo ato dela, que foi em prol da minha salvação. Então, eu me dispus a vir a esta Comissão e dispor, disponibilizar tudo aquilo que eu poder disponibilizar com evidências, indícios. Agora, de ouvir falar e caluniar e outras coisas, não, senhor.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, até este momento, eu pensei que ele tinha-se oferecido para depor aqui. Porque, se ele tivesse se oferecido, é óbvio que, sendo ele uma pessoa alfabetizada, com discernimento, ele só se ofereceria se tivesse informações, revelações importantes a fazer a esta Comissão. E é isso que eu ia cobrar dele. Mas, se foram familiares dele, sem o consentimento dele, é claro que ele viria aqui e não diria nada de relevante, ou porque não sabe ou porque não quer falar, e compreende-se que não queira, dada a sua condição de preso, condenado. Então, desculpe, mas eu acho que trazê-lo aqui à custa do Erário foi uma perda de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Informo a V. Exª que a CPI aprovou requerimento de um Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, estou só esclarecendo a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não estou condenando V. Exª, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas eu não estou aqui me defendendo. Eu estou só querendo explicar a V. Exª. É uma opinião de V. Exª, que eu tenho que respeitar. Não é o que eu penso. Eu quero dizer a V. Exª que acredito que, talvez, a maioria

dos Parlamentares que aqui se encontram. Eu respeito a opinião de V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não! Não! Não! Veja bem: eu procurei apenas justificar por que eu não fiz interrogatório a ele, por que eu não cobrei dele as revelações. Eu pensava até este momento que ele tinha se oferecido espontaneamente para vir a esta Comissão. Foi um equívoco meu!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Farias de Sá; em seguida, ao Senador Suplicy.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Toninho, quem são seus advogados?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ricardo Sayeg e Associados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas hoje, aqui, quem são?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Hoje, Dr. Erick Vidigal e Celso Dávila.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O seu advogado, logo depois daquele evento lá em São Paulo, da CPI dos Correios, esteve aqui na CPI acompanhando o representante da Bonus-Banval.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, da Guaranhuns.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Da Guaranhuns.

E a Guaranhuns tem alguma ligação com isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ele não sabia da ligação entre mim e a Guaranhuns. Ele desconhecia. Durante a minha colaboração junto aos peritos, eu demonstrei dados referentes ao Sr. Funaro vinculados à Guaranhuns.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Entendi.

Qual é a empresa do Sr. Dario Messer? O Dario Messer tem alguma empresa de turismo, de agência?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Atualmente, eles estão operando num mercado lá em Montevidéu, na Zona Franca. Não sei o nome da empresa. Já estou desligado há dois anos e um ano preso...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual era a conta que ele operava para partido político que você falou?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ah, eles operavam várias contas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Rigler, Midler, Depolo. A Depolo, inclusive, foi a conta do "valerioduto". "Valerioduto", não, "propinoduto".

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a diferença entre "propinoduto" e o "valerioduto"?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O duto é o mesmo, só muda...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não tem diferença, né?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Rigler, Midler, Depolo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Depolo é do Messer?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Todas são, é um conjunto só.

Kund, Bradner, Sólider, comprimido no Israel Discount Bank.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você não acha que isso pode prejudicar sua situação, você acusando o Partido do Governo?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, olha, vou-lhe dizer uma coisa: eu não espero muita coisa. Eu vim aqui por um resgate de dignidade, em demonstrar que não sou um líder faccionário e não quero que apontem para os meus filhos e para a minha mulher que eu sou líder de rebelião armada... O que vai acontecer daqui pra frente está nas mãos de Deus.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vários parlamentares têm tentado desclassificar suas colocações como se você fosse um bandido, como se você fosse um prisioneiro, como se político tivesse muita moral no dia de hoje. Isso o incomoda?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, me entristece, me entristece, mas eu relevo, eu relevo. Eu escutei isso, uma vez, de um deputado. Eu já gostava dele, mas ele falando mal de mim, gosto mais dele ainda. É verdade!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Masoquista!

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Porque ele não me conhece.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você é masoquista?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Porque o dia que ele me conhecer, como seis mil clientes me conhecem... Porque você não tem uma empresa de 15 anos que seis mil clientes vão ali, que não deixam um recibo, deixam o teu dinheiro e voltam, não é à toa! A solidariedade, a quantidade de *e-mails* e cartas tem sido fantástica!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é Sílvio Roberto Anspach?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ele foi dono da Investsul, atualmente radicado em Miami e tem uma empresa de *remitance* justamente que envia

dinheiro de brasileiros radicados nos Estados Unidos – atualmente também já está sediada na Europa –, fazendo captação desses recursos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No início do seu depoimento aqui, deu a impressão de que você estava querendo defender o Ministro Márcio Thomaz Bastos, o Ministro Henrique Meirelles. E, ao longo do seu depoimento, percebeu-se que não ficou acentuada essa posição. Você tem realmente a intenção de defender o Henrique Meirelles e o Márcio Thomaz Bastos ou é apenas a impressão que ficou nesta Casa?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Eu vim aqui fazer justiça, não quero ser um sujeito injusto, não quero macular absolutamente ninguém, nunca tive essa intenção. Eu vim aqui, única e exclusivamente, para transformar e trazer a verdade que tenho e os elementos que tenho. Se puderem e servirem à Casa... Mas a minha intenção...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nesse imbróglio todo, morreu o dono do Banco Rural, e a ele são imputadas algumas responsabilidades, morreu o assessor do Palocci, o Barquete, e a eles são imputadas responsabilidades, morreu o Barbosa, do PP, e a ele são imputadas responsabilidades, morreu Severininho, o filho do Severino, e a ele são imputadas responsabilidades, morreu o Celso Daniel, e não se sabe qual é a verdade do caso. Mataram o Banestado. Há coisa aí?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Mataram o Banestado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A CPI do Banestado.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Olha, Excelência, eu vou-lhe dizer: eu acho que a CPI do Banestado devia ter sido prorrogada e ter ido mais a fundo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que você acha isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Porque apareceriam nomes importantes lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Fala! Fala! A oportunidade que você tem de falar é agora! Vai, fala!

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Aparecem nomes importantes. Olha, no Delta Bank, que me perdoe, parece-me que apareceu até uma conta do Ney Suassuna... Apareceram vários outros nomes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que outros nomes?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Apareceu o Celso Pitta*, apareceu...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Outros.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Apareceram diversos nomes que fazem parte desta Casa, entende? E, quando chegou nesse ponto, nesse ponto crítico em que as informações começaram a vazar, Toninho Barcelona na cadeia com mais dois.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que você não veio depor na CPI do Banestado se estava intimado?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Foi-me cerceado esse direito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que tinham medo do Toninho Barcelona?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Porque talvez eu revelasse essas movimentações que fizeram parte...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então revela agora!

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Acabei de revelar sobre a Bonus-Banval.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Bonus-Banval. Mais o quê?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Mais os outros contatos que tive, mais as pretensões que tínhamos pra, que tínhamos, não, que eles tinham pra arrecadar pra campanha municipal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E aquela história do Marrey, um pouco antes da rebelião, de um advogado que foi lhe procurar e que não consta do livro de presença da cadeia? O que você sabe realmente disso, hoje, porque aquele dia, em São Paulo, você ainda não tinha passado por aquela situação de estranheza? Hoje você já passou! O que você acha, já que a CPI te livrou do RDD?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em primeiro lugar, aquela fita não é fidedigna, não é confiável, porque diversos outros advogados estiveram lá e também não constam na lista, tanto quanto o Dr. Erick Vidigal, Drª Sônia Regina Rols – só não vou dizer as datas – e, inclusive, o doutor, aqui citei o nome agora há pouco, que é o Valdemar Júnior, Valdemar Brandão Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O nome dele está registrado na fita. O senhor pode-se referir como Dr. Valdemar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você não acha que a grande oportunidade que você tem de conseguir amenizar a sua situação é falando, de forma clara e contundente, algumas coisas que podem, ou nesta CPI ou nas outras CPIs para que você também está convocado, porque é lógico que você não acompanhou, mas, logo depois daquele episódio de São Pau-

lo, foi uma guerra fratricida na CPI dos Correios para você não ser convocado. Tentaram os requerimentos, de preferência para convocar e completar aquela nossa promessa para com você de evitar que voltasse para o RDD. Só aconteceu aqui porque o Senador Antonio Carlos Magalhães pediu a convocação do Sr. Antonio Claramunt, e não se deram conta de que Antonio Claramunt era você. E só depois que você foi convocado aqui é que, então, a CPI dos Correios e a CPI do Mensalão também acabaram te convocando. E havia, inclusive, a intenção do Senador Efraim de que fosse feita uma sessão conjunta de todas as três, porque todas tinham te convocado. Não conseguiu o Senador Efraim esse intento, mas hoje você está aqui, e, sem dúvida nenhuma, as outras duas CPIs também têm atividades hoje, e o mais importante dos depoimentos é o seu. Então, eu acho que a oportunidade que você tem é aqui agora de fazer algumas ponderações que possam redundar num esclarecimento de todo esse problema. Você foi condenado três vezes pelo mesmo caso. Então, a oportunidade é essa, Toninho.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, saber de ouvir muitas coisas, eu sei, mas provar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Fala, rapaz! Nós vamos buscar a prova. Você não precisa provar. Fala, porque a prova é problema nosso!

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Vou falar, não existe prova e depois eu serei processado. Minha situação jurídica é capaz de se comprometer e se complicar ainda mais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você aceitaria uma sessão reservada?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Aceito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Senador, depois, podemos transformar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – No final, Sr. Presidente, é o ideal, desde que haja...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele já disse que, havendo uma sessão reservada, poderá falar. É importante e esse é o nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, peço a V. Exªs que sejamos rápidos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sou rápido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Deputado Moroni Torgan. Depois, fará uso da palavra o Senador Heráclito Fortes, seguido do Deputado Medeiros.

V. Exª dispõe de dez minutos, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Toninho Claramunt Barcelona, V. Sª mencionou, na sua exposição inicial, que hoje há um volume de recursos transacionados – avalio que por sua explicação para a compra e venda de dólares – muito menor do que há 10 anos ou em períodos anteriores. Salvo engano, chegou a mencionar que, hoje, é algo como 15% do que era há alguns anos.

Peço que nos diga, na sua avaliação, por que isso está ocorrendo. Decorre de medidas adotadas pelas autoridades monetárias ou por que razão, em relação ao que acontecia em períodos anteriores?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

Em primeiro lugar, uma instabilidade econômica. Em segundo, dispositivos ágeis a que o Banco Central se vem adequando para que o Brasil faça parte, realmente, de uma globalização. O Brasil entrou na globalização despreparado. O capital estrangeiro entrou de uma forma tão violenta que acabou com o pequeno e o médio empresários, engolidos. Hoje, estão-se recompondo.

Então, por meio de instrumentos ágeis, um mercado de câmbio e uma taxa de câmbio sem grandes variações e uma inflação controlada, não existe interesse do investidor em aplicar em dólar. A balança comercial está sempre tendo um superávit primário com bons resultados. Isso tudo vai diminuindo.

Acredito que, muito em breve, se deva caminhar para uma liberação do câmbio. Seria muito boa, Sr. Senador, a oportunidade de fazer uma operação de câmbio e me perguntarem: "O Senhor fez operação de câmbio para o Senhor X?" "Perfeitamente. Fiz e aqui estão os documentos". É assim na Europa, em qualquer outro lugar do mundo. O Brasil perde US$10 bilhões vindos de mão-de-obra brasileira que vive no exterior.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Agradeço se puder informar-me como chegou a essa estimativa de que os recursos remetidos por brasileiros no exterior para seus familiares aqui chegam a US$10 bilhões. Essa é uma estimativa decorrente das suas operações, da sua experiência. Como chegou a essa estimativa de US$10 bilhões?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – São fontes divulgadas em jornais e em toda a imprensa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Segundo a CPMI do Banestado, a Beacon Hill Service Corporation foi apontada como uma das maiores "lavadoras"

de dinheiro do esquema do banco que funcionava em Foz do Iguaçu. De acordo com a revista **Consultor Jurídico** de agosto de 2005, o Ministério Público americano, ao quebrar o sigilo da conta da Beacon Hill, descobriu que teria movimentado, entre 2001 e 2002, cerca de US$3,2 bilhões em paraísos fiscais por meio de 40 subcontas. A CPMI do Banestado e o Ministério Público americano também descobriram que V. Sª operava duas dessas 40 subcontas.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Três, Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Três. A Lisco *Overseas*, a Miro... Qual seria a terceira?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Batom.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Essas, por sua vez, entre 1997 e 1999, teriam tido uma movimentação – peço que me confirme – em torno de US$196 milhões.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Aproximadamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Evidentemente, não há como eu perguntar-lhe sobre todas essas operações nos seus detalhes, pois seria difícil lembrar. Mas avalio que talvez possa recordar as dez maiores operações de remessa de dólares para o exterior que V. Sª realizou e as dez maiores internalizações de recursos feitas por meio da Barcelona Tour, ou seja, aquelas operações que nem sempre são realizadas no sistema legal ou por vezes consideradas por fora ou não contabilizadas. Seria possível relembrar, no melhor dos seus esforços, algumas dessas grandes operações em termos relativos ao movimento da Barcelona Tour. Pelo menos algumas dessas operações.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeito.

As minhas operações com relação ao banco Banestado, Excelência, deram-se por meio de um doleiro, Alberto Youssef, que possuía vínculos com os bancos que tinham a permissão para operar contas CC-5. Ele dispunha de taxas bastante atraentes e eu lhe comprava, diariamente, US$200 mil, US$250 mil, US$300 mil por dia e repassava a outros doleiros com uma pequena margem. Outros eu vendia a clientes, porque a minha clientela tem um perfil varejista; outros, vendia a importadores com garantia, visando a uma carga tributária, para garantir uma taxa cambial, a importação, enfim...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Considerando que, de acordo com a polícia especializada, o Sr. Alberto Youssef teria vendido a V. Sª cerca de US$122 milhões entre 1994 e 2000, quais foram os grandes beneficiários desses recursos? Poderia ajudar-nos, puxando por sua memória? Quais seriam os beneficiários de algumas dessas operações?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Excelência, como eu disse, eu participava e distribuía parte dos recursos que adquiria de Alberto Youssef aos demais doleiros no mercado, sendo uma pequena parte a clientes, terceiros, importadores. Na época, em 1993 e 1994, o dólar devia estar a R$1,20 ou R$1,30. O Brasil vivia um momento de euforia nas importações. Porém, pequenos importadores que não tinham recursos para fazer operações de antecipação de crédito, não possuíam créditos no exterior. Então, nominar exatamente pessoas, através do meu banco de dados, que já está disponibilizado na Polícia Federal... Eu poderia até mesmo encaminhar ao senhor uma relação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas alguns dos nomes mais importantes relacionados ao tema do que aqui lhe foi perguntado, porque aqui muitos Parlamentares insistiram que V. Sª denominasse políticos ou responsáveis por partidos políticos. Naquela oportunidade, lembra-se de algum nome relacionado a qualquer dos importantes partidos políticos?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Em absoluto. Eram pessoas físicas e jurídicas da minha clientela, Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – A revista **Consultor Jurídico**, por exemplo, menciona que V. Sª teria repassado recursos para o tesoureiro do PSDB e também um ex-diretor da Previ naquela época. Menciona a revista **Consultor Jurídico**, por exemplo, os Srs. Ricardo Sérgio Oliveira e João Bosco Costa, respectivamente. Lembra-se qual o montante dessas operações? Pode confirmar se, de fato, ocorreu isso?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não são verdadeiras. Não conheço...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não são verdadeiras as...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – A afirmação do **Consultor**...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – A afirmação do **Consultor Jurídico** não...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Pode ser, sim, que tenha acontecido, mas não tenho relações com essas pessoas ou posso ter feito pagamentos a pedido de um terceiro, mas...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Portanto, Sr. Presidente, como ele está informando que está disponibilizando essas informações... Portanto, estão em que lugar exatamente? Poderão ser encaminhadas à Relatoria da CPI, por favor?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Está à disposição da Polícia Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Está à disposição?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Justamente. Inclusive...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, avalio que seja importante que possa o próprio Relator requerer à Polícia Federal o encaminhamento dessas informações.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Uma pergunta, Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pois não.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Esses valores foram disponibilizados em reais ou em dólares?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu estou lhe perguntando qual o montante dos recursos dessas respectivas operações mencionadas pela revista **Consultor Jurídico**.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não, a ponto de eu poder fazer uma consulta, porque também estou com o banco de dados em meu poder, visando à colaboração com a Justiça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Bem, eu vou ler aqui o que está previamente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB) – Senador, V. Exª poderia passar uma xerox.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas eu dou uma informação.

Encaminho às mãos de V. Exª aqui a informação sintetizada do que está... Encaminho às mãos de V. Exª e do Relator e para que possa ser mostrado ao Sr. Toninho Barcelona.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Solicito que tire uma xerox para que seja passado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Três xerox: uma para ele, outra para o Presidente e outra para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E outra para V. Exª ou voltando para as mãos de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, o Deputado José Mentor.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, tendo sido citado algumas vezes neste depoimento, peço a V. Exª o direito de usar a palavra, com base no art. 14, inciso VI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acho que tem sido importante este momento para que o depoente possa esclarecer vários fatos.

O primeiro sentimento que eu tenho aqui é de agradecimento ao Sr. Toninho da Barcelona, porque, ao se referir a mim em algumas oportunidades, ele o fez de maneira a esclarecer alguns fatos que a imprensa tem publicado de maneira distorcida e equivocada. Por exemplo, um jornal daqui de Brasília publicou que eu sou o operador das contas do PT no exterior – V. Sª desmente –, como sendo eu aquele responsável por remeter para o exterior as sobras de campanha de 2002 do PT. O senhor também desmentiu. Enfim, eu quero agradecer ao senhor por corresponder à verdade as suas palavras em relação a esses pontos.

Também quero aproveitar a oportunidade, Presidente Efraim, para poder esclarecer outros, inclusive ao Sr. Toninho da Barcelona, que me parece, em alguns deles, está um pouco desinformado. E eu pediria a atenção do senhor e dos demais Parlamentares. O primeiro deles diz respeito aos documentos que teriam sido remetidos para a CPI do Banestado, para Curitiba. Eu quero que o senhor saiba que a CPI do Banestado remeteu cópias de documentos de várias pessoas para várias autoridades. O Judiciário é um deles que pode requisitar informações da CPI. A CPI analisa, aprova o requerimento e encaminha as informações. Nós, na CPI, não sabemos qual é a destinação daqueles documentos. O Judiciário é que vai tomar as providências que entender cabíveis. Se houve, como V. Sª afirma, tripla condenação pelo mesmo fato, com certeza, os advogados do senhor saberão cuidar disso, para que se recoloque a verdade no lugar e que a condenação reflita os atos praticados. Mas, com certeza, não atribua à CPI do Banestado, porque ela simplesmente cumpriu uma norma constitucional, que foi a de remeter os documentos solicitados pelo juiz de Curitiba.

Uma outra questão que me parece importante é quanto à convocação de V. Sª na CPI do Banestado. E aqui eu pediria a atenção também dos Parlamentares, porque há alguns equívocos. O primeiro deles, o requerimento que pede a convocação do Sr. Toninho da Barcelona foi apresentado pelo Relator. Só depois – e um tempo depois – é que o Presidente Antero apresentou outro requerimento. Os dois foram aprovados conjuntamente. Mas essa questão da convocação de V. Sª é uma particularidade, porque a CPI do Banestado, no final de 2003, logo depois da viagem aos Estados Unidos, em agosto, quando nós recebemos o sigilo da Beacon Hill – e aqui um registro: esse sigi-

lo da Beacon Hill foi obtido de uma maneira também anormal, porque uma sugestão que eu próprio fiz ao Procurador de Nova York para que pedisse uma autorização da Suprema Corte de Nova York. Ao invés de passar pelo Mlat, com toda aquela burocracia, o Promotor acolheu, pediu e nós conseguimos o sigilo, a extensão do sigilo.

Nós analisamos aqui as contas e, em outubro, por volta de outubro, a CPI se fixou numa proposta para enfrentar o problema dos doleiros, que eram muitos, e nós não tínhamos capacidade, nem condições para atuar em todos os casos. Desenvolvemos uma proposta que era ouvir de seis a oito doleiros, e algumas sugestões foram feitas – eu fiz algumas sugestões, o Senador Antero fez outras –, e depois nos fixamos em seis doleiros. V. Sª era um dos doleiros.

O Messer, que V. Sª repete várias vezes, aqui, hoje, e não entendo por que não tem encontrado investigação à altura do nome e do poder que tem, o Yussef, o senhor, Toninho da Barcelona. E o critério nosso era regionalizado e pegar simbolicamente os maiores e por região. Por isso que V. Sª em São Paulo, o Youssef, no Paraná. O Sílvio Anspach, que foi citado aqui, era um dos oito que nós tentamos pegar nos Estados Unidos; o Alexander, do Ceará; o Fayed, aqui de Brasília. Enfim, o corte foi de seis a oito. Deixamos o Alexander e o Sílvio Anspach de fora porque não foi possível chegar os documentos. E fixamos em seis.

Essa proposta, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, foi amplamente discutida. Eu discuti essa proposta com os Delegados da Polícia Federal, da força-tarefa, com os Promotores lá de Curitiba, com o Juiz Sérgio Moro, com Ministros, com o Dr. Paulo Lacerda. Por quê? Achávamos que era a maneira que nós tínhamos que fazer. E por que eu digo, quando V. Sª leu um trecho e um debate que tive com o Senador Antero? Porque havia uma cobrança para que se ouvissem os doleiros, e eu achava que era impossível fazer daquela maneira. E A Polícia Federal, a força-tarefa estava montando uma ação de combate ao mercado paralelo diferente dessa que nós tínhamos montado, de seis a oito doleiros. Eles queriam pegar todos. Estou falando de outubro de 2003. Por isso é que nós retardamos...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Agosto.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Não, agosto foi a viagem para os Estados Unidos. Em outubro é que nós levamos essa proposta.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Ah, sim!

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Mas, de qualquer maneira, veja: o debate foi esse. A CPI queria pegar de seis a oito para ouvir. O senhor era um deles. O Messer era outro deles. Nós dependíamos da Federal para encontrar essas pessoas, porque algumas estavam foragidas inclusive. Outras, atuando fora do mercado brasileiro. A Federal e a força-tarefa é que nos pediram para aguardar. Não foi o Relator que retardou. Não foi a CPI que não quis; foi a força-tarefa da Federal que pediu. Por quê? Porque, se nós fôssemos ouvir os seis ou oito, como nós queríamos, nós poderíamos inviabilizar, assustar, como eles diziam, os demais. E isso foi para março, abril, junho, e foi feito em agosto do ano seguinte.

Quando chegou em março e abril, Sr. Presidente – os Deputados e Senadores que participaram da CPI do Banestado vão-se lembrar –, vários parlamentares começaram a cobrar: "E os doleiros? Não vão pegar os doleiros? Não vão ouvir os doleiros?". Nós ouvimos o Youssef, por exemplo, reservadamente. Ninguém ficou sabendo! Ninguém ficou sabendo! A CPI ouviu, com toda tranqüilidade, sem alarido, sem fazer nada, porque foi assim que ela atuou. Quando chegou em abril, como não tinha mais condições de ficarmos sem ouvir, eu voltei a Curitiba, discuti com o Delegado Falcão, e lá chegamos à conclusão de, como o senhor já tinha estado preso, tinha recebido um **habeas corpus**, marcar a data para ouvi-lo. Quem marcou a data para ouvi-lo não foi ninguém que não seja eu com o Dr. Falcão. Vim para a CPI e marquei a data. Foi assim que aconteceu.

O senhor pode pensar que tenha tido qualquer outro motivo. Não há nenhum outro motivo. O requerimento foi o Relator que apresentou. A estratégia dos doleiros foi feita junto com a força-tarefa, com a Polícia Federal, com o Ministério Público. Todos sabiam dessa proposta. Eu tinha muitas dúvidas se atuar com todos os doleiros, de uma vez só, não podia trazer algum tipo de repercussão econômica no Brasil. Enfim, coisas desse tipo. E foi assim que aconteceu.

Marcamos a CPI do Banestado, Sr. Presidente. E, por vários momentos, várias vezes, foi fazer diligências, e, quando nós chegávamos para fazer a diligência, o ofício que requisitava o depoimento de alguém sequer tinha chegado. Eu entendo, como V. Sª disse, que recebeu o requerimento poucas horas antes. Eu entendo. Mas o delegado da Polícia Federal respondeu ao ofício e disse: "O Sr. Toninho da Barcelona não foi encontrado. Foi encontrado o advogado..."– está por escrito aqui – "foi encontrado o advogado dele, que explicou que ele estava sem condições de comparecer". Foi assim a resposta. Nós temos oficialmente isso, o ofício do delegado. Depois eu vou juntar, Presidente Efraim, para V. Exª esse material.

Um outro ponto que eu queria registrar aqui é em relação ao ex-prefeito Paulo Maluf. Esse assunto

eu estou discutindo à exaustão. Ele foi discutido na CPI do Banestado quatro vezes. As quatro vezes, a CPI, por unanimidade, deliberou sobrestar a convocação do ex-Prefeito Paulo Maluf. Por quê? Porque a CPI do Banestado não dispunha, como não dispõe, dos documentos da Suíça. Nós não os recebemos. Nós pedimos para o Ministério Público Federal, para o Ministério da Justiça, para o Ministério Público Estadual, os documentos da Suíça. Nunca recebemos. Aliás, recebemos a resposta. O Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal responderam: "A Suíça não autorizou estender o sigilo para a CPI do Banestado, porque, na Suíça, há uma lei que impede a dupla punibilidade." Está por escrito isso. Não tem nada a ver com eleição de São Paulo, Marta Suplicy. Nada a ver com isso. Nós pedimos esse requerimento em março de 2004. Até fevereiro de 2005, a CPI não recebeu esses papéis. Nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Faz soar a campainha!

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, eu peço um pouquinho de paciência a V. Exª, porque é um esclarecimento que estou fazendo aqui. Inclusive o depoente, sabendo dessas informações, poderá reformular e refletir sobre elas, como estou ponderando.

Mais que isso, a conta Chanani foi citada na CPI do Banestado uma única fez pelo Promotor Sílvio Marques, de São Paulo. Por que não investigamos a conta Chanani? Porque os documentos do Banco Safra, onde ela está assentada, deram entrada na CPI no final de novembro e foram lacrados no dia 15 de dezembro. A CPI não analisou documentos do Banco Safra, nem a Chanani nem nenhum outro. Por isso que não se pôde avançar na investigação da conta do doleiro Birigui.

O senhor também se referiu à blindagem, repetindo uma matéria que saiu na **Folha de S.Paulo,** que diz que o Relator da CPI do Banestado blindou o PT e o governo em sete casos e elencou alguns deles: Cipriani, Rural, Henrique Meirelles, Duda Mendonça, o Maluf. O senhor, inclusive, diz a matéria que eu blindei o senhor. Quer dizer, o senhor me acusa de tê-lo perseguido, e os outros me acusam de tê-lo blindado, de ter protegido o senhor. Vejam como é que é a vida. E eu não fiz nem uma coisa nem outra, porque, tanto num caso quanto no outro, eu expressei a vontade da CPI e da investigação. Para cada um desses casos, eu lhe dou a resposta. E estou preparando isso para a **Folha de S.Paulo**, vou pedir que ela publique numa página inteira, como ela fez para atacar. E vou-lhe dar dois exemplos: o Banco Rural... Eu já expressei essa posição na CPI dos Correios para o senhor ter idéia e os demais parlamentares saberem, inclusive o Senador Pedro Simon, que estava conosco lá. Vou dar quatro datas, para nós não nos esquecermos: Dia 12 de novembro de 2004, intervenção do Banco Central no Banco Santos; 19 de novembro de 2004, o Banco Central reduz o depósito compulsório, porque havia problemas em todos os bancos médios e pequenos em São Paulo; dia 24, uma das duas maiores agências de *rating* no mundo faz uma avaliação de risco sistêmico, no Brasil, dos pequenos e médios bancos; dia 6 de dezembro de 2004, essa agência Moody's Escreve: "Risco sistêmico rebaixa a avaliação de três bancos: Fibra, Indusval e Rural". Seis de dezembro!

No dia 14 de dezembro, eu tenho que apresentar o relatório da CPI do Banestado. Se eu quebro o Banco Rural, vão mais quinze, vinte bancos atrás dele, vai todo o sistema bancário. Eu não ia fazer a irresponsabilidade de cometer dessa maneira. O que é que eu fiz? Peguei a documentação para encaminhar para o Ministério Público, para a autoridade competente.

Então, é uma explicação, está totalmente reafirmada com os fatos.

O outro caso do Sr. Cipriani. O que é que foi o Sr. Cipriani? Foi uma tentativa de retaliação ao Relator, porque eu queria reconvocar o Sr. Gustavo Franco para responder um dos maiores escândalos deste País, que foi a venda do Banco Excel Econômico, onde o Brasil aplicou 840 milhões de reservas no exterior, a 3,5%, no Banco Bilbao Viscaya, na Espanha, e, no mesmo dia, o Banco Bilbao Viscaya, no Brasil, aplicou 840 milhões de dólares, a 14,5%, 11% de diferença ao ano. Isso foi feito por quaro anos, Senador Pedro Simon, fica a 44%. O Banco Bilbao Viscaya recebeu $400 milhões de dólares para comprar o Excel Econômico por R$ 1,00. Essa é a retaliação do Sr. Cipriani, que eu não conhecia. Porque o Roberto Teixeira....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deputado!

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Estou concluindo!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu pediria a V. Exª, só porque o depoente pede para ir ao toalete.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Ah, pois não! Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Exª, na volta, terá a palavra. Agradeço a V. Exª!

Comunico aos Srs.Senadores e Deputados que vou suspender a reunião por uma questão regimental. A Mesa do Senado insiste para que... Não posso, eu tenho que cumprir o Regimento.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –- Na realidade, eu sou obrigado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Eu sei, Sr. Presidente. Só um detalhe. Em um minuto e meio vou terminar de falar. Se V. Exª permitir, já que não vai votar nada, já que não vai deliberar, é só uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu creio que estão atrás de quorum para completar lá, está pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Chegando, eu dou a palavra a V. Exª. Sou obrigado a encerrar porque...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vai encerrar, não. Vai suspender.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Vou suspender.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Terminando, Sr. Presidente, veja V. Exª que, com relação a esses sete itens que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço aos Srs. Senadores que se dirijam ao plenário para formar quórum para votar uma PEC que se encontra na Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, para terminar, eu queria dizer que não houve qualquer blindagem do PT, nem do Governo, na CPI do Banestado.

Há um último item sobre o qual quero que o depoente entendesse a minha posição. V. Sª é um preso condenado pela Justiça Federal. Quem o condenou foi a Justiça Federal, mas a custódia da sua pena é da Justiça Estadual. Quem toma conta da sua prisão é o Governo do Estado de São Paulo, que não é do PT. Eu não tenho a mínima ingerência, sob qualquer hipótese, sob qualquer situação, sob qualquer condição, de prisão de V. Sª. Eu não tenho o que fazer. Agora, outros podem fazê-lo. Acho que V. Sª atribui a mim coisas que a mim não deve atribuir, porque não fui eu que fiz. Mas, com certeza, quando li a revista **Veja**, Sr. Toninho da Barcelona, o que me chamou mais atenção não foi a possível referência a mim, foi a descrição que o seu advogado fez das condições em que estava preso. Foi o que mais me chamou a atenção na revista **Veja** foram as condições de sua prisão: o senhor é um preso político seqüestrado. Agora, a serviço de e por quem, V. Sª tem que pensar um pouco mais, porque o PT não tem ingerência sobre a administração penitenciária do Estado de São Paulo. Quem tem é o PSDB, é o Governo do Estado de São Paulo. Para o senhor falar coisas que, talvez, o senhor venha aqui falar com dúvidas, algumas delas, com indagações outras...mas tenha a certeza de que aquela situação de rebelião, dois advogados que eu mandei para falar com o senhor, e some a lista? A lista dos advogados que entraram no dia some, ninguém acha!

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Como é?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Há a afirmação de que eu havia mandado dois advogados para falar com V. Sª.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exato.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – E a lista de presença, de entrada e de saída de advogados, sumiu.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Não é fidedigna, caro Deputado.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Então! É isso mesmo o que eu estou falando. O senhor acha que eu tenho condição de manipular as condições carcerárias de São Paulo? Não tenho! Não tenho! Não tenho! Desculpe, não tenho esse poder.

Quero dizer a V. Sª por fim que, nesse particular, o senhor tem a minha solidariedade porque fui preso político da ditadura, sei o que é tortura, sei o que é não poder ter visita, o que é não ter banho de sol e sei o que é estar seqüestrado como preso político. Portanto, quero dizer a V. Sª que eu, efetivamente, não quis causar nenhum constrangimento, nenhum prejuízo a V. Sª. Agradeço esses esclarecimentos que o senhor faz sobre as contas no exterior, caixa dois etc. E, mais do que isso, estou à disposição desta CPI. Vou mandar os documentos todos e vou mandar uma cópia ao senhor, para que possa ver que as afirmações que faço aqui são verdadeiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou suspender. Não posso...

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sr. Presidente, é que o Deputado José Mentor não se referiu a uma coisa que Toninho falou. Toninho foi condenado a vinte e cinco anos. Realmente, acho também uma pena, para as suas alterações, todos dizem que é uma pena exorbitante. Policiais e juízes falam isso. E o senhor atribuiu isso a algumas articulações do Deputado Mentor. Eu queria que o senhor confirmasse isso.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Eu respondi. Eu acho que respondi.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Com licença, nobre Deputado. As suas fundamentações são convincentes, mas as coincidências são conflitantes com suas fundamentações. E digo por quê. A CPI do Banestado requisitou, na íntegra, o processo da 6ª Vara. Na íntegra. Nas folhas de 17.000 em diante, havia um laudo feito pela Polícia Federal de Brasília à movimentação do Bacon Hill. Era simples e exclusivamente fazer a juntada desses documentos. Então, se foi um descuido...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Perdoe-me. Não é uma coisa nem outra. Eu não juntei documentos ao seu processo, nem aqui nem na 6ª...

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Mas aquilo era uma prova, era um convencimento, uma prova material para o convencimento do juiz para formar a sentença.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Mas me escute, me ouça, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou solicitar a V. Exª...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – É a última frase.

Sr. Toninho, veja só. Não atribua... eu não juntei, nem podia fazê-lo, documento em processo nenhum, nem da 6ª Vara nem de lugar nenhum. O juiz de Curitiba solicitou os documentos da CPI sobre o senhor, e eu mandei os documentos para Curitiba. Nada mais do que isso. Eu não abri processo contra V.Sª, a CPI não abriu processo contra V. Sª. O Juiz de Curitiba é que, analisando os processos... O da 6ª Vara é o da 6ª Vara. O de Curitiba abriu outro processo. É decisão dele. Não é minha nem de ninguém.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Os mesmos fatos.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Então, mas veja, é como eu disse. O advogado do senhor, com certeza, tem competência para resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou solicitar a V. Exª que conclua.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem dois minutos para responder, e vou suspender a reunião para cumprir o Regimento.

Temos oradores. V. Sª tem dois minutos para responder à indagação do nobre Deputado.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT– Como disse o nobre Deputado José Mentor, eu sou um sujeito justo, não lhe atribuo culpas, mas coincidências me levam a convicções. Dizer que o senhor movimentou caixa dois, contas, essas coisas, jamais direi, jamais diria. Mas que se apresentaram advogados em seu nome, se apresentaram. Que na mesma... tenho até os nomes, lhes dou em seguida, para que o tempo não...

No mesmo dia, minha filha e minha mulher estavam presentes na unidade penal. Uma rebelião armada. Fui tirado, espancado, chamado de ladrão. Dois dias sem roupas, enjaulado em uma cela defecada. Vinte e oito dias sem saber por que estava lá. O que é que eu penso, com todo esse escândalo?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Não pense que sou eu porque eu não tenho esse poder.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT– O que o senhor pensaria no meu lugar, Excelência? Ponha-se no lugar de cá. Fui condenado duas vezes pelo mesmo crime. Quando o senhor tinha o processo, bastava remetê-lo ao Juiz da 6ª Vara, independente da requisição do Juiz da 2ª Vara do Paraná.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)* Quais os nomes dos advogados?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT– Um não se apresentou. Um ficou apartado. Outro veio até o parlatório e se apresentou como...

O SR. (Orador não identificado) – Mas qual era o nome dele?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Walter...

O SR. (Orador não identificado) – Waldemar?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Waldemar...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)* Waldemar da Costa Neto?

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT– Não. Não é esse.

Waldemar Figueiredo Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª

Vou suspender a reunião, enquanto durar a Ordem do Dia. Segundo informações, nada mais do que dez minutos.

Está suspensa a presente reunião.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Parlamentares, encerrada a Ordem Dia e não havendo mais nenhuma votação nominal, vamos reabrir a nossa reunião. Solicito aos senhores assessores que tragam de volta à mesa o depoente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador, quero dizer ao futuro Senador, Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Obrigado pelo futuro, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero falar para uma questão de ordem, mas na presença do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos aguardar.

O depoente está decidindo se aceitará uma reunião fechada. Vamos fazer a proposta. Fazendo-lhe essa proposta, vou sugerir aos senhores membros da Comissão, bem como aos convidados, que suspendamos a palavra para que...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero fazer-lhe uma pergunta que não tem nada a ver com a reunião reservada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois, ouvirei V. Exª.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que a reunião possa ser logo transformada em reservada, para que os Parlamentares que ainda faltam inquiri-lo já comecem a fazê-lo na reservada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes, quero ouvir o Deputado Medeiros. Depois ouvirei V. Exª. Antes, quero ouvir o Deputado Medeiros, pela ordem. Depois, ouvirei o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sr. Presidente Efraim Morais, quero fazer uma pergunta que nada tem a ver com a reunião reservada. É sobre fundos de investimentos. Gostaria de fazer essa pergunta antes de decidirmos se vai ser reservada ou não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, minha questão de ordem se baseia na questão da reunião reservada. É claro que a reunião reservada servirá para tirarmos várias dúvidas sobre o Banco Rural, sobre o Trade Link, sobre o roteiro do dinheiro, sobre as pessoas. Porventura, vejo que o depoente pode ter algum receio de ser responsabilizado civil e penalmente por uma questão pública. Gostaria, também, de propor que, sendo efetiva a colaboração na reunião reservada – dependendo da Mesa da CPI –, que pudéssemos, também, fazer um ofício da CPI informando que houve colaboração do depoente aos trabalhos. Inclusive, podendo ser continuada essa colaboração até em outros momentos. Fica difícil dizermos: vamos fazer um acordo. A proposta é minha e de mais ninguém. Para falarmos em delação premiada, precisamos ter o Ministério Público.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Deputado Moroni, peço a palavra.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fiz essa proposta a ele agora, com a certeza de que seria o mais correto para ajudar realmente a CPI.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então creio que a CPI poderá beneficiá-lo, se houver uma colaboração efetiva, informando ao Poder Judiciário que realmente houve uma colaboração importante para os trabalhos. Seria importante que S. Sª tomasse conhecimento disso e que soubéssemos o que V. Exª decidiria neste sentido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ouvir. Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente Efraim Morais, gostaria de cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos até aqui, juntando as três CPIs de forma muito propositiva. Quero lembrar uns detalhes. Propus a reunião reservada porque sei que o Sr. Antonio Claramunt tem informações importantes para dar à CPI, mas que tem receio de uma responsabilização civil e penal por algo que sabe, mas de que não tem provas. Quero lembrar-lhe um fato estranho que aconteceu em São Paulo, no primeiro momento que estivemos lá, em que um Deputado gravou a conversa e, posteriormente, vazou essa conversa. Isso deixou Antonio Claramunt preocupado, até porque aquela não era uma reunião reservada.

Era essa a colocação que eu queria fazer, mas dizer que o Sr. Antonio Claramunt terá oportunidade, na reunião reservada, de dar indícios de coisas extremamente importantes para as três CPIs, sem ser responsabilizado civil e criminalmente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a todos os Srs. Parlamentares pela ordem.

Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, a pergunta que faço: quantas pessoas ainda têm, Senadores e Deputados, que ainda faltam fazer perguntas, porque, se tiver um número razoável, grande, de Deputados e Senadores, seria de bom senso interromper e iniciar a reservada. Se tem um pequeno grupo, eu até sugeriria que reduzisse o tempo, até porque, conforme for a indagação dos que faltam a inquirir, se poderia verificar se a resposta poderia ser dada na reservada ou não. Então a minha proposta é que, se tiver pouca quantidade de Senadores e Deputados a fazer inquirições, que faça agora, até para saber, até para aquilatar se é necessária uma resposta em sessão reservada ou não, inclusive facilitar até mesmo o próprio andamento da sessão reservada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Presumo que nós temos aproximadamente uns quinze Parlamentares que estão inscritos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Presidente, para contraditar e até facilitar o andamento.

Sugiro de maneira diferente. O primeiro ponto: ele tem que se decidir se é oportuno e se é conveniente a sessão fechada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esta Presidência, depois de ouvir V. Exªs, vai ouvir o depoente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Num primeiro momento, por uma decisão pessoal, ele fez opção de que seria, mas evidentemente que ele está prestando este depoimento com o respaldo de dois advogados. Pode ser que a estratégia traçada pelos advogados seja no sentido de remeter a questão fechada ou seja no sentido de que permaneça aberta. A partir dessa premissa ou da decisão desta questão é que nós tomaremos rumo com relação à segunda etapa. De qualquer maneira e concordando aqui com o Deputado Valverde, a proposta que eu faria era que, a partir do momento em que ele tome a decisão, as perguntas feitas, aquelas que ele considerar que pode responder, mas só numa sessão secreta, que ele então se manifestasse: "Essa questão eu deixaria para a sessão reservada".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

Deixem-me ouvir o Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Presidente, eu não tenho nada contra o reservado, porém algumas coisas, no meu caso, foram ditas em público. Não quero participar de uma reunião reservada para depois eu expor aquilo que eu tenho e fora dizerem assim: "Olha, o Deputado Devanir Ribeiro..."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos definir o quadro. V. Exª é uma exceção, foi citado, e nós, antes de, se tivermos que fechar a sessão, ouviremos V. Exª. V. Exª tranqüilize-se nesse sentido

Nobre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Srs. Parlamentares, senhor depoente, eu vejo da seguinte forma: eu, dentro da minha vida, sempre procuro ver a questão de justiça. Então eu gostaria de propor a V. Exª e aos Parlamentares que aqui estão presentes, no caso de o Sr. Toninho prestar o depoimento fechado, ele contribuir, que os Parlamentares trabalhem para que esse depoimento dele, fechado, valha realmente para a sua delação premiada e que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu não diria delação premiada; se houver contribuição, colaboração por parte do Toninho, nós vamos oficializar ao Ministério Público, ao juiz de que houve realmente contribuição em relação à CPI. Nós não podemos decidir delação...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – ... contribuir com os senhores advogados dele para as dificuldades que eles estão encontrando, perante os processos a que ele foi submetido, a condenação da maneira que foi, que consideramos completamente atípica na justiça brasileira, que seja revista.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de ouvir o Sr. Toninho, vamos ouvir a opinião dos senhores advogados. Peço só mais um pouco de paciência para que possamos...

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, cheguei agora, porque no meu Estado tem uma data comemorativa, da Revolução Farroupilha, mas eu recebi no aeroporto um relato...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª estava comemorando o Dia do Gaúcho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na verdade, a Revolução Farroupilha.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas é conhecido como Dia do Gaúcho!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o que vale dizer é que eu estive em São Paulo com aquele grupo de parlamentares, e lá o espírito de que me apercebi e a potencialidade de colaboração do depoente era completamente diversa do que eu li nos textos que recebi e nos relatos dos parlamentares.

Portanto, eu acho que, de maneira adequada, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o próprio Deputado Moroni e o Senador Romeu Tuma, ao propor – e o Arnaldo e os Senadores estiveram lá em São Paulo – uma reunião reservada, seguramente vai abrir espaço para que aquele espírito que conhecemos lá em São Paulo possa retornar e trazer aqueles indícios que são indispensáveis para as três CPIs poderem ir adiante com qualidade do seu trabalho.

Era essa a contribuição, Sr. Presidente.

Ressalvando aqueles que precisam falar, estou inscrito, abro mão da minha inscrição, aqueles que têm necessidade, como o Deputado Devanir, de ter público, que o façam; imediatamente V. Exª determine que a gente faça reservada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de ouvir o Deputado Devanir, caso seja entendido pelos senhores advogados e o Sr. Toninho, quero, pela ordem, ouvir o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, não vou usar tempo nenhum, não vou me inscrever, mas gostaria de fazer uma consulta ao depoente e aos advogados: há grau de recurso no processo dele?

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível.)*

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É por isso que a proposta do Presidente se casa perfeitamente com o interesse da defesa. Porque na medida em que os senhores, o Toninho, houver algo importante que seja correspondente à expectativa que o Onyx levantou, do espírito de conhecimento que ele tem, de operacionalidade que ele mesmo não tenha participado, mas tenha conhecimento de fatos, trazer a esta Comissão, e o Presidente ao relatar ao senhor a ajuda que ele prestou, o seu recurso, tranqüilamente, terá um vigor maior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

Gostaria de ouvir os senhores advogados a respeito...

O SR. (Advogado) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a orientação que nosso cliente recebe da defesa é a de colaboração ampla. Então, não vemos nenhum problema nessa colocação, só gostaríamos de deixar consignado, porque na última audiência que ocorreu em São Paulo, algumas informações truncadas chegaram até o conhecimento da imprensa, e foram atribuídas expressões...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lá, a reunião era reservada, doutor.

O SR. (Advogado) – Se eventualmente vierem atribuir colocações ao Antonio Claramunt, então que não seja recebido, que seja feita justiça na hora de avaliar o teor dessas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL–PB) – Sim, senhor.

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares e a V. Sªs. que a sessão fechada será gravada e de imediato essa fita será selada e ficará sob o comando do Presidente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente, ao advogado. Assim que formar sessão reservada, ele não tem nenhuma obrigação de falar sobre o que falou reservadamente em público.

"Isso é verdade, o senhor disse isso." Ele pode dizer: "Tudo que eu falei reservadamente, eu só falo reservadamente."

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero ouvir o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, creio que tivemos aqui uma experiência positiva no que toca à sessão reservada, quando ouvimos o Sr. Gilberto Carvalho; na verdade, não tivemos repercussão negativa dessa oitiva feita reservadamente. Lembro isso porque é importante que cada Parlamentar se compenetre que reunião reservada tem o dia seguinte, no caso, hora seguinte. Não podemos sair alardeando o que foi tratado em uma reunião reservada, é claro. Digo isso sem querer ensinar o padre-nosso a vigário. Estou apenas querendo dizer que a responsabilidade que teremos numa reunião reservada é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

Vamos ouvir o Deputado Devanir, que tem esclarecimento a fazer.

Peço aos senhores membros das três CPIs que tentem contatar o Relator Osmar Serraglio para que venha participar desta reunião e também outros Parlamentares que desejarem.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de conceder a palavra a V. Exª, consulto o Deputado a quem havia dado a palavra anteriormente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois darei a palavra a V. Exª pela ordem, Senador Tião Viana.

Sr. Toninho, V. Sª pode...

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Obrigado. Estou de pleno acordo com a proposta. Acho bastante útil tanto para a Comissão quanto para a minha condição penal, para que o Brasil possa realmente chegar a uma verdade. Se tenho elementos que possam colaborar – pelo mercado informal, não tendo recibos ou documentos que comprovem –, mas possam nortear, essa sempre foi a minha intenção, estou disposto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Tião Viana. Depois, ao Deputado Devanir. Então, encerraremos a sessão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, ainda há Deputados inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Os inscritos falarão de acordo com a ordem de inscrição na reunião fechada.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª e ao Sr. Antônio Claramunt, que se colocou francamente à disposição para colaborar com os órgãos de justiça em tudo o que lhe couber na minha inquirição. Apresentei documento, que foi entregue ao seu advogado, para que ele assine, autorizando amplas

informações sobre a matéria. Eu pediria que fosse assinado ainda nestes minutos para que possamos dar o devido encaminhamento. Fico extremamente grato aos advogados pela sensibilidade com o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Caro Senador Tião Viana, quero apenas esclarecer a V. Exª que estava de posse desse documento, mas passei às mãos dos advogados para análise. Já haviam me comunicado a intenção de manter o compromisso assumido quando V. Exª fazia perguntas ao depoente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, agradeço o deferimento de V. Exª e dos advogados sobre a questão de ordem que fiz. Acho que agilizará o trabalho desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, antes da reunião se transformar em secreta, quero dar uma explicação sobre assunto que considero da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço a compreensão, Deputado. S. Exª fará uma questão de ordem. Ouvirei o Deputado Devanir e depois o Senador Pedro Simon. Se outro Parlamentar quiser falar, iremos ouvi-lo. Estarão contribuindo se deixarem para falar na reunião reservada.

Deputado Devanir, V. Exª tem dez minutos, mas, se puder esclarecer em cinco, ficaremos gratos.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – A capacidade de síntese da síntese ainda não adquiri.

Primeiramente, agradeço ao Presidente e ao Relator a oportunidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito ao depoente e aos demais Parlamentares que ouçam.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Toninho da Barcelona, naquela declaração que o senhor fez aqui, eu queria lhe fazer algumas perguntas com respeito ao meu gabinete.

O senhor tem ou tinha um funcionário que se chama Marcelo Viana?

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – O senhor também tem um advogado, que hoje não está aqui, que é o Sr. Ricardo Sayeg.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeito.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Estou fazendo essas perguntas porque estou com um documento, que é uma escritura de declaração do 8º Tabelião de Notas em São Paulo, do qual o Sr. Marcelo Viana, junto com seu advogado, presta e assina – isso é uma escritura de declaração.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deputado José Rocha, o discurso no telefone de V. Exª está saindo para o Brasil todo.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Não vou ler todo, mas só uma parte, porque é muito grande. Aqui diz o seguinte, depois de muitas perguntas:

Ricardo: Marcelo, você já levou o dinheiro na Câmara dos Deputados?

Marcelo: Sim.

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível)*

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Mas aqui ele declarou como Deputados.

Marcelo: Sim.

Ricardo: Você levava dinheiro no gabinete do Deputado Devanir Ribeiro? Era para ele?

Marcelo: Levei ao gabinete, mas para o Marcos, nunca para o Deputado Devanir Ribeiro. [Entenda aqui vereador.]

Ricardo: Qual o montante que levava?

Marcelo: Levei, acho que duas vezes, o equivalente em reais a 5 mil dólares.

Ricardo: Nunca levou todo dia e nem perto de 50 mil dólares, como disse o Toninho?

Marcelo: Nessa hora, o Ricardo [que é o vosso advogado, induz o depoente daqui, da declaração, o Marcelo], nessa hora, o Ricardo ficava pedindo para ele dizer que era mais do que 5 mil dólares, com o que ele não concordou.

Ricardo: Você está condenado a 14 anos, vai ficar, no mínimo, 5 anos preso. Você acaba com sua família, com o seu pai, com o seu casamento, você não pode ser preso de novo, você está vendo a revolução que estou fazendo no processo, estou brigando com o governo. Essa é a única chance de você ser beneficiado como o Toninho.

Mais outros preâmbulos que não nos interessam muito.

Nesse ponto, Ricardo chamou novamente o repórter que aguardava fora da última parte da conversa, e Ricardo falou para ele que "mesmo ele dizendo que não sabia que o dinheiro levado para Marcos na Câmara dos Deputados era do PT, ele deveria falar que levava dinheiro para o PT, e mais do que ele realmente levava para Marcos pois só assim caberia a declaração premiada".

Se ele levava dinheiro ao PT, ele disse que não, que levou por duas vezes para Marcos, na Câmara, e não sabia que ele era do PT ou não.

É um documento que tem fé pública, do 8º Tabelião de Notas da capital de São Paulo, no seu livro...

Eu gostaria de perguntar ao senhor o que o senhor tem a dizer com relação a esse depoimento registrado em cartório pelo ex-funcionário do senhor, hoje também condenado, Marcelo Viana.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Nobre Deputado Devanir Ribeiro, como já lhe disse anteriormente, eu não lhe conhecia – vim lhe conhecer hoje –, não conheço o Marcos, e quem atendia o Marcos ou as pessoas que assistiam no seu gabinete era o Marcelo.

Nem me lembrava exatamente disso; foi ele, espontaneamente, que esteve e falou: realmente, fizemos negócio com o PT, eu fui ao gabinete do então vereador Devanir Ribeiro e entreguei ao Marcos.

Repito: não afirmo, em nenhum momento, que o dinheiro foi para o senhor ou se era para o Marcos. A única afirmação que digo é que uma ocasião, verdadeiramente, é que houve a solicitação do depósito para o Partido dos Trabalhadores, quando relutei para que não acontecesse. Não sei precisar a data, muito menos o valor.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Também não quero incriminar ninguém, já que o senhor está incriminado.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Mas o senhor está...

Eu me disponho a pegar novamente os meus arquivos, relatar, trazer-lhe uma cópia fidedigna deles, para o senhor fazer uma avaliação, porque, se o dinheiro também não era do senhor e pertencia ao Marcos ou a algum amigo do Marcos ou a um terceiro do Marcos, o senhor também não pode saber; não é correto?

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Correto.

O que eu tenho para dizer, Sr. Presidente, Relator, Toninho da Barcelona, é que acho muito estranho... E estou muito calmo, muito tranqüilo, porque não tenho, não devo... Já tentaram fazer uma ilação comigo, há pouco tempo, uma grande rede de televisão, e provei, por A mais B, que eu não tinha nada com aquilo.

Então, não quero incriminar ninguém, só não quero que me incriminem. Se é verdade - e acredito que é, e o senhor está dizendo - que o único que freqüentou meu gabinete e negociou com o Marcos foi o Marcelo, e ele dá um documento como esse, com fé pública, então, tenho que acreditar no Marcelo. Embora eu não tenha visto esse dinheiro e não saiba de quem é o dinheiro, tenho que crer nele. E, se for verdade que o Sayeg começou a forçar, vou a fundo nisso, porque acho que o papel do advogado - não sou advogado - é outro: é defender seu cliente, fazer aquilo que a lei manda, orientar, instrumentalizar seu cliente, tudo bem. Mas ele não pode induzir ninguém a erro.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Concordo plenamente.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Ele não pode induzir uma pessoa a falar aquilo que ela não fez.

Se eu chegar a essa conclusão – e vou procurar isso -, vou representá-lo por intermédio dos meus advogados na OAB de São Paulo, porque o papel do advogado é defender seus réus. Não é ficar colocando coisas na boca de pessoas que estão lá espontaneamente. E ele foi inclusive funcionário seu por muitos anos, por uns 15 anos.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Exatamente. Praticamente dois anos depois da fundação.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Só para reforçar: esta matéria da revista **Veja** que tenho aqui, que entrou, quando o senhor diz assim: "Não, mas eu tenho família...".

Eu sou um homem público. Também já fui preso, fui enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o Senador que está aqui, Romeu Tuma, era Diretor do Dops, foi quem nos prendeu lá, nos segurou lá muito tempo...

(Risos.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E tratei bem.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Tudo tranqüilo.

Mas também quero dizer que essas coisas públicas para um homem público também mexem; também tenho família, também tenho honra, também tenho compromisso, também tenho ideal. É por isso que não aceito qualquer ilação com relação ao meu nome.

Agora, se o senhor também me provar aquilo que o senhor disse, que, um dia, alguém foi lá e pediu para depositar na conta do Partido, prove-me e vamos juntos atrás do Partido. Mas tem que provar. Não quero nada errado, nem no meu Partido nem nos demais. Eu gostaria que nada disso estivesse acontecendo, porém, infelizmente, os Partidos são feitos de seres humanos, passíveis de erros e de acertos. Ora a gente acerta, ora erra. Mas não foi o Partido que errou; foram as pessoas.

Então, quero que o senhor pondere isso, porque tenho essa declaração de que não fui eu que fiz, está registrado no cartório, e, por uma informação, consegui chegar lá.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Nobre Deputado, com todo o respeito, o senhor já admitiu que houve um vínculo entre o Marcos e minha empresa.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Não. O que eu disse foi o seguinte: o senhor disse que o Marcelo era o único que fazia o contato com o Marcos no meu gabinete. Se isso for verdade, se é verdade que ele foi ao meu gabinete e falou com o Marcos - que não é meu funcionário; meu filho não é meu funcionário, nunca foi -, então, ele está dizendo a verdade nessa declaração que ele diz aqui que o que ele levou lá foi US$5 mil, e o advogado estava mandando ele falar que foi US$50 mil. Aí é que é o problema.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Vamos fazer um levantamento, vamos checar isso. Eu gostaria até que o senhor me fornecesse cópia desse instrumento público, a ponto de checar a veracidade. Vamos ver o que o Marcelo diz e checar os documentos. Se realmente estivermos cometendo um erro e denegrindo a vossa imagem, viremos a público e nos retrataremos, porque não é interesse meu. Não tenho nada que seja contra a vossa pessoa, em absoluto.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – O único ponto foi que, quando vincularam o Toninho a Partido, "o doleiro do PT", a única pessoa do PT que poderia ter qualquer vínculo foi, uma vez ou duas ou três ou quatro ou cinco vezes, alguém ter ido ao gabinete do senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas por dez segundos.

Trata-se de um documento que tem fé pública e que diz respeito à honra de um Parlamentar, que está protegido, por uma manifestação legal, para essa argumentação.

Então, o que eu peço é que, com a maior urgência, V. Sª responda a isso, a bem da inocência ou de qualquer outro fato contra a honra do Parlamentar aqui citado.

O SR. ANTONIO OLIVEIRA CLARAMUNT – Perfeitamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem relevante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, eu vou...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, a questão de ordem é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, V. Exª peça permissão ao Senador Pedro Simon, que eu já havia concedido...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Após o Senador Simon. Não tem problema. Após o Senador Simon.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aí V. Exª terá a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só gostaria que se explicasse que documento é esse.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É um...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma declaração em cartório.

O SR. (Orador não identificado) – De onde? Em que processo?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma declaração em cartório que é para contrariar algumas...

O SR. (Orador não identificado) – Isso é iniciativa de quem? De qual processo?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A própria pessoa que declarou, a própria pessoa que estaria...

O SR. (Orador não identificado) – O Sr. Marcos?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma declaração pública.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero ouvir, por favor, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu peço a gentileza a V. Exª e à Comissão, porque eu acho muito importante a fase que vamos entrar agora de, em uma reunião fechada, ouvirmos o depoente. Eu acho que a decisão é muito importante e eu até estranho o fato de não a termos tomado desde o início, porque, na verdade, pelo que se averigua, só numa reunião fechada o depoente pode dizer aquilo que ele poderá dizer.

Então, antes de entrar nela, eu gostaria de dizer o seguinte: o depoente lamentou que não tivesse sido convocado para a CPI do Banestado e lamentou que a CPI do Banestado não tivesse sido prorrogada e tivesse sido encerrada.

Quero dizer que concordo inteiramente com o depoente. Fizemos um esforço muito grande no sentido de que a CPI do Banestado fosse prorrogada. E nós achamos que seria muito importante que S. Sª tivesse deposto.

Eu vi a manifestação do Deputado Mentor, mas quero dizer que, lamentavelmente, as coisas foram muito mal conduzidas naquela CPI. Eu diria que, de todas as CPIs a que compareci – e lá se vão vinte e tantos anos -, aquela foi onde eu vi um sentido mais parcial, mais descompromissado com a busca da ver-

dade, mais preocupado em defender "a" e defender "b", o Partido de lá e o Partido de cá. E terminou num debate em que o Sr. Mentor, na verdade, na verdade, não queria deixar tocar no atual Presidente do Banco Central nem no Banco Rural. E fez um parecer no seu relatório em que, surpreendentemente, não tocava no Banco Rural e não tocava no atual Presidente do Banco Central. Aí o Presidente da Comissão, que é do PSDB, fez um substitutivo, um outro parecer, onde ele tocava no atual Presidente do Banco Central, tocava no Banco Rural, mas não tocava nos Diretores-Presidentes da época do PSDB. Aí empatou.

Apresentei o meu parecer, em que eu dizia que tudo aquilo que o Mentor falava com relação ao Banco Central à época do PSDB era verdade, eu estava de acordo e colocava no parecer, e que tudo aquilo que o PSDB dizia do Sr. Mentor, do Banco Rural e do atual Presidente do Banco Central também era verdade.

Lamentavelmente, terminou a Comissão, e não se chegou a lugar algum.

À época, entramos com uma cópia do dossiê - que é um dossiê -, e o depoente falou, e falou a verdade. Já na época se falava em muitos nomes, nomes de muitos políticos, e políticos importantes. E seria essa uma das razões pelas quais não se queria abrir o dossiê, mas entregamos uma cópia desse dossiê ao Procurador-Geral da República.

E agora, na última reunião da Comissão dos Correios, o Sr. Relator concordou; pedimos, e a Comissão dos Correios concordou em trazer todo o arquivo da CPMI do Banestado para ser examinado na CPMI dos Correios. Falei, inclusive, com o Relator, que concordou, para que não haja mistura, que haja uma relatoria especial e uma comissão que vai tratar especificamente do levantamento das conclusões da CPMI do Banestado. Isso é importante e grave.

Não há explicação para uma CPI que não terminou em nada, como foi aquela. Os fatos em si são da maior gravidade. É a primeira CPI que conseguiu trazer dos Estados Unidos as provas documentadas; a Justiça norte-americana permitiu. E nós temos, no nosso arquivo do Senado, as notas fornecidas pela Justiça americana, dando os nomes das pessoas envolvidas em lavagem de dinheiro, e ficou arquivado porque não se quis averiguar.

Por isso pedi que o depoimento fosse público, já que S. Sª falou na matéria, com o que concordo, tanto que S. Sª deveria ser ouvido quanto que a CPMI não deveria ter sido encerrada. Mas trago uma conclusão que considero da maior importância, pela qual felicito o Sr. Relator, de que, na CPMI dos Correios, será examinado todo o dossiê. E a questão sairá do arquivo e virá para o debate.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Como não sou membro desta Comissão, que é somente do Senado, vou solicitar ao Senador Tião Viana que convoque com a maior urgência possível o Marcelo Viana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O Relator já me assegurou que fará a solicitação da convocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, amanhã votaremos esse requerimento.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A palavra é minha.

Vamos passar logo para a reunião secreta?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A palavra é de V. Exª que pede, em nome dos demais companheiros, para passarmos à reunião reservada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, antes da sessão reservada, solicito a palavra a V. Exª para relatar algo relevante.

Quero chamar inclusive a atenção da Imprensa aqui presente.

Parece que um repórter fotográfico estava, minutos atrás, no interior da Comissão, distribuindo dossiês, fazendo panfletagem de dossiês com relação a um depoimento que acontecerá amanhã.

Considero um erro grave usar o acesso que é dado aos jornalistas para fazer esse tipo de trabalho. A imprensa tem livre acesso a esta Comissão, mas o seu trabalho é o de informar.

Flagrei o cidadão citado fazendo uma vasta panfletagem, distribuindo material inclusive para vários Parlamentares. Então solicitei à Segurança que fizesse a apreensão, para que não houvesse nenhuma dúvida quanto à atitude tomada.

De forma que peço a V. Exª, inclusive para preservar os bons profissionais desta Casa, que tome o termo de apreensão do que foi recolhido pela Segurança da Casa, para que fatos dessa natureza não aconteçam nem se repitam no âmbito do Senado da República.

O meu intuito é preservar a boa imagem que a imprensa tem nesta Casa, não permitindo que pessoas usem as credenciais e o acesso a que têm direito como jornalistas

O único ponto foi que, quando vincularam o Toninho ao doleiro do PT, a única pessoa do PT que poderia ter qualquer vínculo foi uma vez ou duas ou três ou quatro ou cinco vezes alguém ter ido ao gabinete do senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas, Sr. Presidente, por dez segundos.

Trata-se de um documento que tem fé pública e que diz respeito à honra de um parlamentar, que está protegido por uma manifestação legal por esta argumentação.

Então, o que eu peço é que, com a maior urgência, V. Sª responda a isso, a bem da inocência ou de qualquer outro fato contra a honra do parlamentar aqui citado.

O SR. – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE – Agradeço.

O SR. – Sr. Presidente, uma questão de ordem relevante.

O SR. – Então, eu...

O SR. – Sr. Presidente, a questão de ordem é relevante.

O SR. PRESIDENTE – Então, V. Exª peça permissão ao Senador Pedro Simon, que eu já havia...

O SR. – Após o Senador Simon, não tem problema. Após o Senador Simon.

O SR. PRESIDENTE – Aí V. Exª terá a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, ...

O SR. – Sr. Presidente, só gostaria que se explicasse que documento é esse.

O SR. PRESIDENTE – É um...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma declaração em cartório.

O SR. – De onde? Em que processo?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma declaração em cartório, que é para contrariar...

O SR. – Isso é iniciativa de quem? De qual processo?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A própria pessoa que declarou, a própria pessoa que estaria...

O SR. – O Sr. Marcos?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma declaração pública.

O SR. PRESIDENTE – Eu quero ouvir, por favor, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu peço a gentileza a V. Exª e à Comissão, porque eu acho muito importante a fase que vamos entrar agora de, em uma reunião fechada, ouvirmos o depoente. Eu acho que a decisão é muito importante e eu até estranho, porque nós não a tomamos desde o início, porque, na verdade, pelo que se averigua, só numa reunião fechada o depoente pode dizer aquilo que ele poderá dizer.

Então, antes de entrar nela, eu gostaria de dizer o seguinte: o depoente lamentou que não tivesse sido convocado para a CPI do Banestado e lamentou que a CPI do Banestado não tivesse sido prorrogada e tivesse sido encerrada.

Quero dizer que concordo inteiramente com o depoente. Fizemos um esforço muito grande no sentido de que a CPI do Banestado fosse prorrogada. E nós achamos que seria muito importante que S. Sª tivesse deposto.

Eu vi a manifestação do Deputado Mentor, mas quero dizer que, lamentavelmente, as coisas foram muito mal conduzidas naquela CPI. Eu diria que de todas as CPIs a que eu compareci, lá se vão vinte e tantos anos, aquela foi onde eu vi um sentido mais parcial, mais descompromissado com a busca da verdade, mais preocupada em defender "a" e defender "b", o partido de lá e o partido de cá.

Terminou num debate em que o Sr. Mentor, na verdade, na verdade, não queria deixar tocar no atual Presidente do Banco Central nem no Banco Rural. E fez um parecer no seu relatório, em que, surpreendentemente, não tocava no Banco Rural e não tocava no atual Presidente do Banco Central. Aí o Presidente da Comissão, que é do PSDB, fez um substitutivo, um outro parecer, onde ele tocava no atual Presidente do Banco Central, tocava no Banco Rural, mas não tocava nos Diretores-Presidentes da época do PSDB. Aí empatou.

Apresentei o meu parecer. Quando eu dizia que tudo aquilo que o Mentor falava, com relação ao Banco Central à época do PSDB era verdade, eu estava de acordo e colocava no parecer e tudo aquilo que o Sr. Mentor dizia e tudo aquilo que o PSDB dizia do Sr. Mentor, Senador Antero, do Banco Rural e do atual Presidente do Banco Central também era verdade.

Lamentavelmente, terminou a Comissão e não se chegou a lugar nenhum.

À época, entramos com uma cópia do dossiê, que é um dossiê, e o depoente falou a verdade, onde já na época se falava em muitos nomes, nomes de muitos políticos importantes, e seria essa uma das razões pelas quais não se queria abrir o dossiê, entregamos uma cópia desse dossiê ao Procurador-Geral da República.

E agora, na última reunião da Comissão dos Correios, o Sr. Relator concordou. Pedimos, e a CPMI dos Correios concordou em trazer todo o arquivo da CPMI do Banestado para ser examinado na CPMI dos Correios. Falei com o relator, o relator concorda – para que não haja uma mistura e, nessa mistura, não se chegue –, que haja uma relatoria especial e uma co-

missão que vai tratar especificamente do levantamento das conclusões da CPMI do Banestado.

Acho que isso é importante, é grave. Não tem explicação que uma CPMI tenha terminado em nada, como terminou aquela. Os fatos existem e são da maior gravidade. É a primeira CPI que conseguiu trazer dos Estados Unidos as provas documentais. A justiça americana permitiu. Temos, nos arquivos do Senado Federal, as notas fornecidas pela justiça americana, dando o nome das pessoas e a lavagem do dinheiro. Ficou arquivado, porque não se quis averiguar.

Por isso, pedi que o depoimento seja público, já que S. Sª falou na matéria, com a qual concordo, tanto que S. Sª deveria ter sido ouvido quanto que a CPMI não deveria ter sido encerrada. Mas trago uma conclusão – que acho da maior importância e felicito o relator – de que vamos ouvir na CPMI dos Correios, vamos receber todo o dossiê, que vai ser todo examinado. A questão sairá do arquivo e virá para o debate.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. () – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço e vou...

O SR. () – Só para concluir, Sr. Presidente. Dois segundos.

Como não sou membro desta Comissão, que é só do Senado Federal, vou solicitar ao meu Senador Tião Viana para convocar, o mais urgentemente possível, Marcelo Viana. Vou pedir, porque não sou membro da CPI, então, não posso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O relator já me assegurou que fará a solicitação da convocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Amanhã, votaremos esse requerimento.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A palavra é minha. Vamos logo para a reunião secreta?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A palavra é de V. Exª e V. Exª, em nome dos demais companheiros, pede para irmos logo para a reunião reservada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, antes da reunião reservada, solicito de V. Exª a palavra para relatar algo relevante.

Quero chamar inclusive a atenção da imprensa que está aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Um senhor – parece-me que um repórter fotográfico – estava, minutos atrás, no interior da Comissão, distribuindo dossiês, fazendo panfletagem de dossiês com relação a um depoimento que acontecerá amanhã. Acho um erro grave usar o acesso que é dado aos jornalistas aqui para fazer esse tipo de trabalho. A imprensa tem livre acesso a esta Comissão, mas o seu trabalho é o de informar. Flagrei o cidadão citado fazendo uma vasta panfletagem, distribuindo material, inclusive para vários Parlamentares. Então, solicitei à Segurança que fizesse a apreensão, para que não haja nenhuma dúvida sobre a atitude tomada.

De forma que peço a V. Exª, inclusive para preservar os bons profissionais desta Casa, que tome o termo de apreensão do que foi recolhido pela Segurança da Casa, para que fatos desta natureza nem aconteçam nem se repitam no âmbito do Senado da República.

O meu intuito é o de preservar a boa imagem que a imprensa tem nesta Casa, não permitindo que pessoas usem as credenciais e o acesso que têm como jornalistas para tomar partido em questões que são de única e exclusiva atribuição dos Srs. Parlamentares.

Portanto, peço a V. Exª, como 1º Secretário, que tome as providências e que se faça uma sindicância a respeito do fato que acabo de relatar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, a Segurança já conduziu a pessoa à Delegacia, está tomando o depoimento e fazendo a apreensão do material.

O SR. (Orador não identificado) – Eu queria ter acesso a cópia desse material.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exªs. Este Presidente, na condição de 1º Secretário, vai aguardar a sindicância que será iniciada e o depoimento do cidadão.

Vou solicitar aos companheiros da imprensa...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Reunião reservada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –...assessores, para que possamos fazer a nossa reunião reservada, permanecendo no plenário os Srs. Senadores e Deputados, os Srs. Delegados da Polícia Federal, que acompanharam, e os agentes e a segurança da Casa, bom como a assessoria dos dois Relatores.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, questão de ordem, com relação ao encaminhamento do processo de inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos obedecer, Deputado Valverde...

O SR. EDUARDO VALVERDE ALVES (PT – RO) – Existe outra lista de pessoas inscritas para ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos concluir.

Esta é a relação e passaremos a seguir. A prioridade será a lista que não foi concretizada, tendo como primeiro orador o Deputado Moroni Torgan.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ouvir o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu acho que na sessão reservada deveríamos dar um novo rumo aos trabalhos e que o depoente pudesse falar de novo a respeito do que ele tem para falar numa sessão reservada, e a partir daí se seguiriam perguntas a ele feita pelos Parlamentares, dentro da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou pedir a cooperação dos companheiros da imprensa.

(A reunião torna-se reservada às 19h9min.)

(Levanta-se a reunião às 21h29min.)

Ata da 23ª Reunião, Realizada em 21 de setembro de 2005.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e quinze minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Aelton Freitas, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior e Sibá Machado, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva dos Senhores Jorge Luiz Dias, servidor da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e Carlos Alberto Rodrigues Pinto, ex-Deputado Federal e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Usam da palavra pela ordem os Senadores Tião Viana, Geraldo Mesquita e Antônio Carlos Magalhães. Na seqüência convida o Sr. Jorge Luiz Dias, para tomar assento à Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente contesta as declarações prestadas pela Deputada Cidinha Campos, em seu depoimento prestado a esta Comissão e enfatiza que não falou que tinha provas quanto ao mandante do assassinato do Deputado Valdeci Paiva, colocando-se a disposição para os esclarecimentos necessários. Passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho seguido pelos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Flávio Arns, Efraim Morais e Tião Viana. A presidência agradece ao depoente e suspende a reunião por dez minutos. Reaberta a Sessão, assume a presidência o Senador Mozarildo Cavalcanti e convida o Senhor Carlos Alberto Rodrigues Pinto para tomar assento à Mesa procedendo à leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente para suas considerações iniciais. Passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho seguido pelos Senhores Senadores Tião Viana, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Flávio Arns. A presidência informa que o depoente assinou termo colocando à disposição da Comissão a transferência dos seus sigilos fiscal, bancário e telefônico. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita e Romeu Tuma para as interpelações finais. Finalizando o presidente agradece ao depoente e informa que a Comissão se reunirá na próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004 para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Jorge Luiz Dias, servidor da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj, e Carlos Alberto Rodrigues Pinto, ex-Deputado Federal.

Srs. Senadores, a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu não tinha ouvido o assunto, mas é a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A pauta está definida, Senador Tião Viana, para ouvirmos o servidor da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Jorge Luiz Dias, e, em seguida, o Sr. Carlos Alberto Rodrigues Pinto, ex-Deputado Federal Bispo Rodrigues.

Senador, a pedido do Relator, entende-se que Jorge Luiz tem informações que poderão nos ajudar a um segundo depoimento.

Solicitaria à Assessoria que encaminhasse à Mesa o Sr. Jorge Luiz Dias.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P–SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P–SOL – AC) – Consulto V. Ex.ª e a Mesa se há data marcada para a oitiva da Srª Roseana, esposa do ex-Prefeito Toninho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Quero comunicar a V. Ex.ª que no final desta reunião, estarei me reunindo com o vice-Presidente e o Relator para decidirmos a pauta da próxima semana e aceitamos de todos os Srs. Parlamentares sugestões para que possamos fechar a pauta da próxima semana.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P–SOL – AC) – Nesse sentido, gostaria que desse prioridade à oitiva da referida senhora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Ao Sr. Relator para levar em consideração a solicitação do nosso Senador Mesquita.

V. Ex.ª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª está fazendo com muito brilhantismo a convocação com o Relator, mas se pudéssemos conhecer o calendário antes de ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Os requerimentos? Estamos solicitando que sejam distribuídos todos os requerimentos que se encontram em mesa e informo a V. Exªs que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Uns são mais importantes que outros.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – ...na reunião de hoje não votaremos nenhum requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Perfeito.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – ...concordando com V. Exª que há uma decisão da Comissão presidida por V. Exª para que todo requerimento tenha o tempo de análise de vinte e quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim. Morais. PFL – PB) – Isso foi acertado entre os pares.

Solicito que tomem as providencias imediatas e que sejam entregues em seus gabinetes todos os requerimentos.

Solicito a presença do Sr. Jorge Luiz Dias. (Pausa).

Quero comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores, que há sobre a mesa termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, em que o depoente, o Sr. Jorge Luiz Dias, funcionário público estadual, informa todos os seus dados, endereço, idade, CPF e assina esse documento – o termo de compromisso – em que o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Nós agradecemos a presença de V. Sª, Sr. Jorge Luiz Dias, e concedo a palavra a V. Sª para que faça o seu relato inicial, dispondo do tempo que achar necessário. V. Sª tem a palavra.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Queria agradecer a Deus, em primeiro lugar, por estar me dando esta oportunidade; à Mesa, composta pelos nobres Senadores; e à Plenária.

Em primeiro lugar, contestando a nobre Deputada do meu Estado Cidinha Campos, eu não falei que eu tinha provas contundentes quanto ao mandante do crime do Deputado Valdecir Paiva e, sim, eu falei que tinha indícios, indícios, como eu trouxe aqui algumas coisas que levavam a confirmar a minha suspeita contra o então Deputado Bispo Carlos Rodrigues. Foi isso que eu falei, Senador.

Então, coloco-me aqui à disposição dos Senadores e da imprensa para qualquer informação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PI) – Senador Garibaldi Alves, V. Exª tem a palavra na condição de Relator desta CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Jorge Luiz Dias, a Deputada Cidinha Campos nos sugeriu a convocação do senhor porque, segundo ela, V. Sª teria informações, elementos com relação à elucidação da chamada máfia do jogo no Rio de Janei-

ro. E eu pergunto a V. Sª: quais são essas informações de que V. Sª dispõe, diria melhor?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Como eu falei ainda agora, eu contesto essas informações da nobre Deputada. O que eu tenho são indícios que levam a um desvio de comportamento do então Deputado Carlos Rodrigues.

Com relação à morte, ao assassinato do Deputado Valdecir e casas de bingos eu não tenho nenhuma informação. Eu deixei isso bem claro para ela quando eu conversei com ela. Eu tenho indícios e nesses indícios eu tenho a convicção de que ele... é só a gente começar a elencar, certo? E a polícia, num crime desse, daquela natureza, de repercussão internacional, em momento nenhum houve reconstituição do caso. Enfim, foi um crime mal apurado de um Deputado e não teve... Então, com relação a fatos, Senador, das casas de bingo, eu realmente não vou poder contribuir com nada.

Mas, com relação a desvio de comportamento, a outras coisas do Deputado Carlos Rodrigues, o ex-Deputado Carlos Rodrigues, eu tenho algumas coisas que podem ajudar aí na ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – *(Intervenção fora do microfone)* Relativas ao crime?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, senhor... Não, relativas ao comportamento dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O comportamento de cada um é muito amplo. Tem que saber objetivamente em relação à afirmativa da Deputada. Se não houvesse conexão, não teria nem sentido V. Sª estar aqui.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu também... Não adianta, eu não vou falar mentira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas qual teria sido a motivação do crime?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Bom, vamos lá, vamos elencar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os indícios que V. Sª dispõe.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – No ato do crime, após vinte minutos, uma hora, mais ou menos, não sei precisar o tempo certo, o Bispo Rodrigues convoca a minha esposa, eu e a Adriana, uma outra assessora do falecido Deputado Valdeci Paiva, que tínhamos que acusar o Deputado Marcos Abrahão de ter sido o mandante do crime, tendo em vista que, no dia anterior ao crime, ele tinha estado com o Deputado Valdeci aqui em Brasília – sendo que no dia anterior ao crime, o Deputado estava comigo, eu havia pego ele às 16 horas no aeroporto e larguei ele em sua residência às 22h30. Isso é um dos fatos.

O outro fato: ele manda fazer uma busca e apreensão no apartamento da vítima sem autoridade – isso pelo o que conheço é de competência policial.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Atendendo à ordem dele, foi feito. Foram à casa do Deputado Valdeci, pegaram jóias, dinheiro, dólar e real, cheques, jóias e fitas. Foi determinado pelo então Deputado Carlos Rodrigues que a Mônica, empregada do Deputado Valdeci, a assessora do Deputado Valdeci, Francisca Adriana Cascais, e o meu filho, como motorista, conduzindo o meu carro, foram à residência do Deputado, falecido, pegaram isso tudo, orientado pela Mônica, que era a secretária, que sabia onde estava cada coisa que o Deputado tinha na residência.

Isso foi entregue ao Bispo Rodrigues naquela época, sendo que existiam algumas fitas fruto de grampos telefônicos feito pelo finado Deputado Valdeci Paiva, e essas fitas não foram entregues no mesmo momento ao Bispo Rodrigues, por esquecimento, dentro do meu carro. Está certo? Eles foram para minha casa. Meu filho foi para minha casa, a missão já tinha sido cumprida, ele foi para minha casa e aquela bolsa com fitas estava guardada lá no meu carro.

Recebo uma ligação quase que intimadora do então chefe de gabinete do Deputado Valdeci Paiva aqui em Brasília, Washington Costa Neto, que essas fitas tinham que aparecer porque senão ia dar um "barata voa" – foi o termo usado por ele. Falei com ele: "Rapaz, olha só, não vou ficar me preocupando com fita porque estou com o meu chefe, meu amigo, meu pai na fé – porque ele era meu pastor na igreja. Não estou preocupado com fita." E ele: "Mas essas fitas são importantes, e tal." Foi então que dei um pouco de atenção e comecei a procurar essas fitas. Liguei para minha casa e perguntei ao meu filho se havia esquecido alguma fita, alguma coisa do gênero, no carro. Foi descoberta, ele descobriu as fitas e falou: "Está no carro, está aqui." Falei: "Sobe com elas para o apartamento e, mais tarde, estou indo apanhar".

Pasmem, uma hora depois, o Sr. Washington apareceu no nosso escritório lá no Rio, para dali nos deslocarmos até minha residência para apanhar essas fitas.

Pegamos as fitas. Só que, na hora em que fui pegar as fitas, tirei quatro, sem contar – meti a mão no saco e tirei quatro – e deixei em casa. O restante, entreguei para o Washington que, acompanhado da mesma assessora, a Francisca Adriana, levaram ao Bispo Rodrigues...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria – interrompendo V. Sª – determinar à segurança da Casa que localize o Sr. Bispo Rodrigues,

para que ele volte para a sala, onde deveria estar. Solicito à segurança da Casa para localizá-lo, se está em alguma liderança, para que ele volte, porque ele não pode estar ouvindo o depoimento do Sr. Jorge Luiz.

Agradeço aos senhores da segurança, inclusive entendendo que a segurança já falhou no momento em que deixou que o Sr. Bispo Rodrigues saísse lá da sala reservada.

V. Sª tem a palavra.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Então, essas fitas foram entregues ao Washington e à Francisca Adriana, e foram entregues no velório do Deputado na ALERJ, em mão do Bispo Rodrigues.

Essas fitas foram aparecer, foram entregues à polícia mais ou menos 20 dias, 30 dias, mas, quando foram entregues, já não foi mais o mesmo material, foi outro tipo de material: MD, CD, enfim. Esse é o segundo fato que me leva a crer que, se não foi o mandante ou algo parecido, foi conivente. Enfim, não sei o que pode sair daí.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)*

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi o próprio Bispo Rodrigues, vinte, trinta dias depois. Após eu ter denunciado, foi aberto um processo de cassação do Deputado Marcos Abrahão, no qual eu fui depor na CCJ, e a imprensa começou a "bater" em cima dessas fitas. Trinta dias depois, ele foi entregar a fita. Já não era o mesmo material, porque, quando eu peguei e entreguei para eles, só foram fitas cassetes. Não tinha MD, não tinha CD, não tinha microfitas. Eram apenas fitas cassetes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essas fitas continham o quê?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sr. Senador, não deu tempo de ouvi-las, está certo? Como revelei minutos atrás, enfiei a mão em um saco, em que estavam aquelas fitas, e tirei quatro fitas. Essas fitas que eu peguei eram gravações do próprio Deputado falecido, ele mesmo se grampeando, se gravando. Essas fitas foram entregues à Polícia, e eu não ouvi todas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O senhor não ouvi as quatro fitas que ficaram tanto tempo em sua casa?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não ficou tanto tempo, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ficou quanto tempo? Isso é algo que se quer ver logo.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu descobri a fita na minha casa às quatro horas da tarde, aproximadamente. Às cinco horas, o chefe de gabinete do então Deputado Valdeci já estava no Rio e, às sete horas, essas fitas já foram para a mão do Bispo Rodrigues, está certo? Aquelas quatro que eu apanhei, estou falando, eu ouvi. Qual era o conteúdo dessas fitas? Era o próprio Deputado se gravando: uma conversa dele com o advogado dele; uma conversa dele com o advogado da esposa dele, porque eles estavam entrando em litígio. Esse material, Sr. Senador, foi entregue, no dia 28, à Polícia Civil do meu Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu estranho, porque sou mais curioso do que V. Sª. Eu teria ouvido tudo logo.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Mas, naquele momento, eu estava fragilizado com a morte e com a perda de um grande amigo meu, meu chefe. Hoje, eu tenho um grande arrependimento. O meu grande arrependimento foi de realmente não ter prendido aquelas fitas, ouvido aquelas fitas e ter feito com elas o que eu fiz com as outras quatro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Deveria ter copiado.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Mas o tempo era muito hábil, e a minha fragilidade, naquele momento, era muita, não era pouca, não, porque a minha convivência com o Deputado Valdeci Paiva era de quatro anos, como servo, funcionário dele e ele como pastor, liderança espiritual, está certo? Então, era isso que eu tinha a passar. Tenho mais algumas informações.

As nomeações que o Deputado Rodrigues faz em todo o Estado, até pelo Brasil, constam de depoimento feito no Ministério Público. Eram pessoas que ele nomeava para reduzir o salário. Não sei qual é o termo que será usado, está certo? Tenho aqui o depoimento dessas pessoas no Ministério Público Estadual e no meu próprio depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Sª que deixe esses depoimentos à disposição da CPI.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu já os trouxe para isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu trouxe também uma fita, uma microfita, em que gravei uma conversa minha com o Deputado Valdeci. Na época, tinha-se a pretensão de tirar determinada agência que controlava a conta da Loterj para colocar outra empresa. Seria feita uma negociação entre o Deputado Valdeci, o ex-Deputado Bispo Rodrigues e ex-Bispo também, e a empresa Facilityy, com a promessa de haver uma comissão mensal de aproximadamente R$800 mil por mês.

Sr. Senador, essa fita não é de boa qualidade. Deverá ser feita uma degravação muito bem apurada,

certo? Ela não é de boa qualidade. Mas está aqui e, se houver tecnologia para isso, que eu acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem participava dessa conversa?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Dessa conversa, era eu e o Valdeci. Eu gravei a minha conversa com ele...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele fala de alguma ameaça que estaria sofrendo?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não fala. Não houve... Isso aí é uma conversa entre eu e ele, em que a gente... Nós estávamos articulando a ida dessa empresa para a Loterj, substituindo outra empresa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas que força tinha o Bispo Rodrigues na Loterj?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Boa pergunta, Senador. Ele indicou o Presidente, o Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi indicação dele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi indicação dele. Assim como foi da diretora administrativo-financeira, assim como foi a indicação do diretor operacional, que era quem fiscalizava os bingos, as casas de bingo na minha cidade. Assim, logo depois, quando mudou o Governo, ele indicou... Essa diretora administrativa saiu de diretora administrativo-financeira para presidente... Vice-presidente, perdão, da Loterj.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Na época do Waldomiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Na época do Waldomiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhecia o Waldomiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esteve com ele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Negociando...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Nada. Não houve negociação. Só fui apresentado na primeira vez, e falamos da intenção de...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, finalmente, quais os motivos que levariam o Sr. Carlos Rodrigues a assassinar o então genro, não é?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não era genro, ele não tinha nenhuma relação com o Deputado Valdeci. O que acontece aí, onde há uma ligação de família, que fica difícil da gente identificar. O Carlos Rodrigues tem a filha, o Valdeci tem o filho. Os dois, o casal, o Pastor Vagner com a Raquel se casaram e foram viver a vida deles na África, não é? O que eu desconfio, o que me leva a crer disso tudo que eu estou falando, é que o Deputado Rodrigues, momentos antes da eleição, expulsa gente do PSL, o Valdeci, comigo, com a Adriana, com Lúcia, vamos... A gente tinha que arrumar um lugar porque ele tinha... Aquele lugar ali onde a gente estava trabalhando seria ocupado por outra, e nós fomos alugar um determinado lugar em Niterói.

Nós tínhamos, aí, se não me falha a memória, 90 igrejas, para a gente trabalhar a candidatura do Deputado Valdeci. Do nada, essa quantidade de igrejas foi reduzida a 50% aproximadamente, tentando, de uma certa maneira, reduzir o nosso eleitorado, o nosso reduto eleitoral, não é?

Daí o Pastor Valdeci, em vez de ter 70, 80 mil votos, como estávamos planejando, teve 40 e poucos mil votos, fazendo mais um dentro do nosso Partido e, depois que ele tomou conhecimento disso, ele vem abraçar o Pastor Valdeci de novo, traz de novo para o PSL, para o escritório ali, para aquele gabinete onde a gente usava. Enfim, são esses alguns dos fatos que...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu queria deixar bem claro para o senhor o seguinte: essa CPI apura, na verdade, o crime praticado por aqueles que detêm casas de jogos, na medida em que eles desviam esse dinheiro para atividades ilícitas.

Eu queria perguntar ao senhor... O senhor já fez referência aí a um acerto com uma empresa de publicidade, a Facilityy...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Facilityy.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Facilityy, no sentido de que ela viesse a ter a conta da Loterj e, em troca dessa conta, ela daria quanto por mês?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – R$ 800 mil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse dinheiro seria para quem?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Seria entregue ao Rodrigues. Só que esse acordo não chegou a ser concluído, está certo? Ele não chegou a ser concluído, mas está aqui na fitinha, após uma degravação, poderá se provar isso. Na época que o Waldomiro era...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Waldomiro participou, claro. Ou autorizou, ou participou.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É. Ele iria participar na reunião seguinte. Isso era logo no início. Isso foi no final do ano de 2002. Logo em 2003, dia 24 de janeiro, o Deputado foi assinado. Então, era um pré-acordo; estava-se começando ali um acordo. Isso consta, e quem fala que seriam R$800 mil era o próprio Deputado Valdeci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª acusa o Sr. Carlos Rodrigues, na notícia-crime, de receber em média a importância de R$100 mil do esquema de arrecadação da Loterj.

O senhor tem idéia de quanto era o montante dos recursos arrecadados e quem eram os beneficiários desse esquema? Quer dizer, antes desse acerto da empresa de publicidade, já havia uma arrecadação.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esse envolvimento é de publicidade da Loterj, campanha institucional que a Loterj produzia na época. Hoje até se tem algum controle, mas na época não havia controle.

Fui procurado pelo Valdeci, pelo meu chefe, e ele me pediu que eu arrumasse uma empresa, duas, três, para fazer a divulgação, produção e exibição dos *outdoors* da Loterj. Eu procurei um conhecido meu, que é o dono da Job, apresentei-o ao Valdeci, que foi levado ao Rodrigues. Daí eles fizeram um acerto, eu estava ausente nesse momento, porque fui ocupar o cargo de Secretário Municipal de Transporte em Araruama, e eles negociaram. E só fui procurado de novo pelo Valdeci para, em determinadas datas, avisada pela Riva – Rivângela Barros, que a Loterj já tinha liberado o dinheiro, já tinha liberado a fatura. Mediante essa informação, eu procurava o Luiz Carlos, da Job, e ele me emitia o cheque.

Só que esse cheque, a primeira vez, do jeito que veio, eu passei para o Pastor João Domingos, ex-Secretário do PL, Rio de Janeiro. No repasse desse cheque não sei o que eles fizeram. Essa foi a primeira vez.

Na segunda vez, o cheque também ia vir inteiro, como vinha no meu nome eu falei: "Isso aí eu não vou pegar porque está no meu nome, eu vou ter que cumprir minhas obrigações com a Receita Federal." Aí eu não aceitei o cheque e pedi que ele repartisse o cheque em nome de várias pessoas que eu passava esse cheque para essas pessoas, elas descontavam o cheque no banco, me davam o dinheiro, eu dava ao então pastor João Domingos. Foi uma forma que encontrei de não ficar devendo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi R$20 mil. Isso era assim quinzenal. De quinze em quinze, de vinte em vinte dias, de trinta em trinta dias, saía esse valor, de R$20 mil....R$24 mil, perdão. Chegando aí a um total de aproximadamente R$200 mil, R$250 mil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E isso era arrecadado pelo senhor, recebido pelo senhor?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu era o apanha. Eu apanhava o dinheiro lá. Fui incumbido disso, eu era empregado. Manda quem pode e obedece quem tem juízo.

Então eu ia lá e apanhava e devolvia. Uma das vezes, eu peguei o dinheiro, aí já por ordem do Bispo Rodrigues, e paguei um programa de televisão na Rede CNT, para a Srª Eliane Ovalle. Foram R$15 mil, eu dei na mão dela, o restante entreguei na mão do João Domingos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o dinheiro era da Loterj?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Fruto de publicidade da Loterj.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundo a Deputada estadual Núbia Cozzolino, em 1999, a Loterj gastava em torno de R$2 milhões com propaganda. E na gestão de Waldomiro Diniz essa despesa subiu para R$19 milhões. V. Sª tem conhecimento disso?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não tinha, não. Mas V. Exª...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas acredita que pode ter ocorrido?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Mas é fácil de descobrir. É só pegar os balanços da empresa, auditoria do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Garibaldi, quem indicou o Waldomiro Diniz foi o Bispo Rodrigues? Porque é estranho. Normalmente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, ele já afirmou aqui que a indicação do Waldomiro para a Loterj foi do Bispo Rodrigues, para que o senhor tenha conclusão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Porque é estranho. Normalmente as igrejas, principalmente as evangélicas, são muito refratárias a qualquer tipo de jogo.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – E a Igreja Universal, Sr. Senador, não era diferente, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E como eles indicaram?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – A indicação foi feita de forma oculta. Não poderia ter colocado um pastor, não poderia ter colocado um outro bispo, está certo? Mas o que ele fez? Ele buscou, junto ao Governador Garotinho, uma indicação, uma pessoa de confiança dos dois.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então, a ligação do Waldomiro era com o Governador Garotinho ou com o PT?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Do Waldomiro, era com o Garotinho, que, através do Governador Garotinho, foi apresentado ao Rodrigues, está certo? Então,

o cargo era do Deputado Carlos Rodrigues. O cargo era dele.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas o nome, então, ele era um homem de confiança do Governador Garotinho.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Como ele não tinha nomes com *know-how* para assumir o tal cargo e fazer tais negócios, ele buscou a indicação: "Olha, eu não tenho uma pessoa para indicar, mas você tem?" "Tenho". "Me dá esse nome".

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas, para nós, é importante, Sr. Presidente – só para esclarecer. Parece-me, então, que ele fez aquilo que o Bispo Rodrigues... mas ele não é um homem originalmente do Bispo Rodrigues. Ele seria um homem do Garotinho.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Positivo. Seria do Garotinho, porque o Waldomiro Diniz, na época, era o representante do Governo do Estado em Brasília. Ele era o chefe do escritório de representação do Governo do Estado aqui, em Brasília. Então, foi dado um cargo ao Rodrigues e dado um nome para ele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero só insistir neste ponto, que acho também fundamental: o Waldomiro Diniz, tendo sido chefe do escritório em Brasília, quer dizer, uma pessoa já do conhecimento do Governador, foi apresentado pelo Governador ao Bispo Rodrigues. É isso o que aconteceu?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Positivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, é isso o que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o Bispo Rodrigues...A esposa do Waldomiro trabalhava no gabinete do Bispo Rodrigues, não é verdade isso também?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Positivo. Isso é verdade. A nomeação...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe como o Waldomiro conheceu o Bispo? Talvez seria essa a...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi aqui, em Brasília. O Bispo Rodrigues, no depoimento dele – que está aqui – ao Ministério Público do Estado, revela que conheceu o Waldomiro aqui, em Brasília. O Waldomiro, no depoimento dele aqui, no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, revela que eles se conheceram aqui, em Brasília; o Bispo e o Waldomiro, funcionários do então Governador do Distrito Federal. Está aqui nos depoimentos deles mesmos. Não sou eu quem fala, não. Eles é que falam.

Então, analisando, eles se conheceram aqui, antes de Garotinho ser Governador, no Rio, e antes de o Bispo Rodrigues ser Deputado em Brasília.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só mais uma pergunta, Sr. Relator: o senhor acha que desvios dessa monta, R$100 mil por mês ou um acerto para R$800 mil por mês, como é que isso era feito sem levantar suspeitas dos escalões superiores? Ou o senhor acha que havia conhecimento...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passava por uma agência de publicidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tudo por uma agência de publicidade. Mas o pessoal... Era do conhecimento... Havia envolvimento de outras pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi esse pessoal que ensinou o Marcos Valério já!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O mesmo estilo do Marcos Valério.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas o senhor, até pela sua expressão facial, me dá a indicação de que o senhor sabe que havia envolvimento de outros setores. O senhor sabe, tem conhecimento, há fatos de envolvimento?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – A fórmula é, mal comparando: eu pego um faxineiro, peço a ele para fazer uma faxina. Só que ele não vai fazer a faxina. Chega no final do mês, eu dou o salário dele. Acabou. Ele não fez a faxina. Está certo? Vai a nota, mas a exibição, a produção não foi feita.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu acho que o senhor poderia contribuir para o esclarecimento dessa questão, levantada pelo Senador Flávio Arns, porque há uma informação aqui...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só queria fazer uma observação porque ele disse: a gente está no Brasil. Eu só quero dizer que a gente está no Brasil e todo o Brasil espera que toda essa bandalheira acabe, não é?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sem dúvida. Esse é um dos motivos que me trazem aqui, é tentar passar este País a limpo, aproveitando a crise de consciência do ex-Deputado Roberto Jefferson.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A empresa de publicidade era contratada para implantar 100 *outdoors* na cidade. Em vez de implantar os 100, implantava 20, não era assim?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Positivo. É esse o raciocínio, é isso aí!

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, pergunto ao senhor: além desses R$20 mil que o senhor distribuía para esses laranjas, havia, também, o mensalinho às avessas, quer dizer, o mensalinho era o seguinte: os Deputados davam uma quantia mensal ao Bispo Rodrigues. Isso foi dito aqui.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esse ato, que considero um desvio de comportamento, de personalidade do Deputado Bispo Rodrigues, chegou ao meu conhecimento pelo meu chefe, o então Deputado Valdeci Paiva. Ele tinha pessoas nomeadas aqui, em Brasília – trago os cartões de algumas delas aqui, cartão de conta corrente –, e alegava que tinha que nomear essas pessoas, e a verba para o gabinete, o dinheiro, o salário do funcionário tinha que ser devolvido para ele juntar e entregar ao Bispo Rodrigues.

Ele me revelava isso constantemente, todos os meses, que isso era uma constante, e todos os Deputados, em nível federal, tinham de fazer isso – se eles virão aqui confirmar isso, é problema deles; quem tem de vir aqui mentir ou falar a verdade são eles, não sou eu. Estou falando o que era revelado pelo Deputado Valdeci, o que chegava aos meus ouvidos. E eu fazia isso, porque ele me mandava e tinha que entregar.

Com os Deputados Estaduais era, também, o mesmo procedimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E os Deputados que se rebelaram em pagar, perderam o mandato?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Positivo. Alguns se negaram a continuar com essa prática. Incluo aí o ex-Deputado, irmão do Bispo Macedo, Eraldo Macedo; o Jorge Nascimento, ex-Deputado e ex-obreiro da Igreja Universal, foi outro; a ex-Deputada Magali Machado foi outra. E assim vai, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conheceu ou conhece o Sr. Carlinhos Cachoeira?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Esse aí eu só conheço pela televisão, imprensa, jornal. Só isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem conhecimento do acordo que foi feito entre Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira com relação a repassar recursos para o Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. José Renato Granado?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Conheço do Rio, mas....

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca teve contato com ele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não tenho que tecer comentários sobre ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Deputada Cidinha Campos disse que o senhor afirmou que foi receber dinheiro em um posto de gasolina pelo menos uma vez. O senhor confirma esse fato de que teria ocorrido isso na companhia do Sr. José Granado?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – O que aconteceu foi o seguinte: eu fui convidado pelo João Domingos a ir a um determinado lugar na Via Radial Leste do Rio de Janeiro. Eu fui como convidado, a bordo do veículo dele. Paramos num posto e, ali, ele saiu e voltou com...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor foi convidado para ver .....

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não. Fui convidado para fazer companhia, está certo? Aí, pararam os dois veículos nesse posto. O João Domingos saiu do carro e foi até o outro veículo, pegou uma maleta e entrou no carro.

Depois que as coisas foram acontecendo, depois da morte do Deputado Valdeci, muitas coisas vieram à tona. Até então, eu me sentia até, sei lá, não tem nem termo para colocar. Eu me senti usado, desrespeitado, porque eu tenho 25 anos de militância, e eu abro as minhas contas, eu abro o que vocês pedirem e o que for necessário.

Sou proprietário, por usos e frutos, de um imóvel de 70 metros quadrados no Rio de Janeiro, num bairro de classe baixa; e de uma meia-água, também nos mesmos moldes, na cidade de Araruama. Um veículo que estou pagando.

Eu não consigo! Esse João Domingos, com quatro meses de envolvimento político, consegue adquirir um imóvel, em nome de terceiros – é fato de investigação –, no valor de R$800 mil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O nome dele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – João Domingos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o imóvel está em nome de quem?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Está no nome de terceiros, segundo informação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor não sabe o nome desse cidadão?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não sei. Fiz um levantamento no nome da "concunhada" dele, certo? Esse imóvel já foi vendido, já não existe nenhum rastro, tem que procurar. Eu não tenho estrutura, tentei até, num primeiro momento, fazer todo esse levantamento, mas não consegui.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Deputada Cidinha afirmou também que se pagava R$1 milhão para que os jogos não tivessem a fiscalização da Loterj.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí é onde entra o Zé Carlos Simoni, que era o diretor operacional da Loterj. Ele criava as dificuldades para alguém criar as facili-

dades, certo? Não vou ser leviano para falar valores e quem criava as facilidades, certo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas quem indicou esse Zé Carlos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Bispo Rodrigues. O Rodrigues indicou na Loterj José Carlos Simoni, Rivângela Barros, Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E esse mensalinho dos deputados era quantos mil por mês? Você sabe? Quinze a vinte mil, né?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Quinze mil era o que saía do meu Deputado Valdeci Paiva para as mãos do Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor devolvia dinheiro para o Bispo, para o Valdeci que lhe entregava?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Devolvia. Eu também estava nesse rolo. Eu devolvia.

Eu ocupava o cargo aqui, em Brasília, um SP 25; ficava com R$1,5 mil e o resto eu devolvia para ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a respeito de um contrato sem licitação...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Era quatro e quinhentos, na época, o salário de um SP 25, se não me falha a memória, aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E um contrato sem licitação da Fundação Parque Alta Tecnologia pela Loterj, para prestação de serviço...

SR. JORGE LUIZ DIAS – Forte, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) –...em que o pagamento total foi de R$4 milhões?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não sei lhe informar nada sobre isso, não, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada sobre isso?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Nada, nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desde as eleições de 2002, as relações entre Carlos Rodrigues e o Bispo Edir Macedo começaram a ficar abaladas. Por conta da eleição do irmão? O senhor saberia nos explicar?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu acho que aí veio à tona, em 24 de maio de 2003, se não me falha a memória, quando faço a denúncia no Ministério Estadual e Federal, com relação ao comportamento do Rodrigues, do Waldomiro Diniz, do João Domingos, Riva, enfim. Faço essa denúncia no Ministério Público Estadual e Federal.

Nesse mesmo momento, procuro a imprensa e revelo o que eu achava que estava acontecendo, o que eu supunha que estava acontecendo e que, depois, veio a se confirmar. No momento em que eu revelo isso, a imprensa não dá ênfase, não dá nada e tal, e eu fiquei esquecido.

Quando foi descoberta a transação aqui de Waldomiro Diniz com Cachoeira, foi quando o Bispo Edir Macedo descobriu o envolvimento do Rodrigues. Chama o Rodrigues e detona ele; tira ele da igreja, enfim, é só isso que sei lhe falar sobre a relação .... da Igreja Universal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor sabe alguma coisa sobre o assassinato do Sr. Alexandre Albergio, Gerente-Geral e sócio da Casa do Bingo Arpoador?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não sei, não, senhor.

A única coisa que sei sobre os bingos é que o Sr. José Carlos Simoni, Diretor da Diretoria Operacional, era quem criava as dificuldades para alguém criar as facilidades na implantação, na construção, na autorização de funcionamento das casas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a renovação do contrato da Gtech com a Caixa Econômica, o senhor...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a conexão da máfia dos jogos com a máfia dos combustíveis, o senhor sabe de alguma coisa?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Infelizmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe porque o Sr. Waldomiro Diniz, quando acabou o mandato – acabou não, ele renunciou ao mandato – o Garotinho foi disputar eleição com a Benedita. Por que o Sr. Waldomiro permaneceu naquele lugar se eram adversários?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É uma grande incógnita isso. Ele estava na época – acho que o Governador Garotinho era do PDT; a Benedita era a vice, numa composição partidária: PDT/PT. O Governador saiu para ser candidato à presidência da República; a vice-governadora assumiu o cargo de governadora. E até, de repente, por laços partidários – que vim a tomar conhecimento através da imprensa – manteve o Waldomiro Diniz no cargo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – José Carlos Simoni também ficou?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí já na eleição...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, estou dizendo no momento em que a Benedita assumiu.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, eles não ficaram.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ficou só o Waldomiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Só o Waldomiro. Aí, quando ganha a governadora Rosinha, volta o José Carlos Simoni como diretor operacional...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Saiu o Waldomiro.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, o Waldomiro continuou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Waldomiro não veio para cá?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Na saída da Benedita, na entrada do governador. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, veja bem. Primeira coisa: Waldomiro presidente da Loterj no Governo Garotinho.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Garotinho renuncia para disputar a presidência da República, assume a Benedita.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – O José Carlos Simoni sai, a Rivângela Barros sai.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos parar aí. Devagar. Aí, a Benedita vai e mantém o Waldomiro.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Mantém o Waldomiro, sem esses dois na composição da diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. A pedido de quem?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí já não posso falar que foi do Rodrigues porque ele não tinha uma relação com a Srª Benedita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem manteve....

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi a Governadora Benedita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A pedido de quem o senhor não sabe?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E pergunto ao senhor: e a Agência de Publicidade JOB estava envolvida nesse esquema também de Waldomiro, Simoni, José Carlos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Se imaginar a época do Governador Garotinho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas essa Empresa JOB era do...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – A JOB era uma prestadora de serviços, a qual faz exposição, faz a produção e a exposição de outdoor. Eles detêm alguns outdoors, algumas chapas que eles falam.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O inquérito policial sobre a morte do Pastor, ex-Deputado Valdeci, concluiu o quê?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não teve conclusão. Um inquérito mal apurado, cheio de controvérsias, onde a gente tem lá a informação da perícia técnica de quatro calibres de armas diferentes. Você pega a testemunha ocular, ela alega só ter visto uma pessoa atirando. Bom, se a gente tem quatro calibres, no mínimo, havia duas, ou seja, uma pessoa com duas armas; uma com duas e a outra com duas.

Então, já começa a controvérsia. Um delegado recém-contratado pelo Governo do Estado por concurso, mal preparado para desvendar um crime da proporção que foi esse. O senhor pega um processo. No relatório, após a conclusão dele – que ele apresenta ao juiz – o senhor pega o relatório dele e vai ver que é tudo por autoconvencimento. O delegado se autoconvenceu de que foi Marcos Abrahão...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi quando o assassinato?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Dia 24 de janeiro, aproximadamente às 9h55.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, o senhor vai me permitir...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)*

O SR. JORGE LUIZ DIAS – De janeiro de 2003.

Foi por concurso, nobre Senador.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone)*

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí, não posso falar, porque não sei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** O senhor vai me permitir, pois só não entendi uma coisa: o senhor disse que não podia acusar o Bispo Rodrigues de ter assassinado o Deputado. Mas, ao mesmo tempo, tinha indícios de comportamento. Foi quando o Senador Antonio Carlos perguntou se isso era voltado para o crime.

Não entendi ainda porque o senhor chegou a essa conclusão; não entendi esses indícios.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Olha só: são quatro ou cinco os motivos que elenquei aqui, repito, que me levaram a essa suspeita. Primeiro, ele chamar a gente para que a gente acusasse o Deputado Marcos Abrahão. Por que ele fez isso? Segundo, dizendo que, na quinta-feira, o Deputado Valdeci esteve com ele em Brasília. Ele mentiu. O Deputado estava comigo na quinta-feira, no Rio de Janeiro, das 16h às 22h30. Isso consta no meu depoimento da Polícia Civil do Rio e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Rio, da Alerj.

Terceiro, ele vai para a imprensa do Rio e dá prazo para a polícia do Rio resolver o problema. Caso não

fosse resolvido, ele revelaria o que sabia em 15 dias. Bom, se sou o delegado, começo por ele. Embora ele tivesse, na época, foro privilegiado, "onde o senhor quer ser ouvido?" Eu começava por ele.

O problema das fitas. A partir do momento em que passei as fitas para ele – quer dizer, passei não, as pessoas levaram e passaram para ele –, por que ele não passou de imediato para a polícia? Levaram-se 30 dias.

Por que ele usar do poder dele, naquela ocasião, acusando o Deputado Marcos Abrahão de ser o mandante? Por que ele usar daquele poder? Ele usou de todos os poderes dele, todos os poderes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Agradeço V. Sª e concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, só tenho uma pergunta a fazer ao depoente. Eu gostaria de saber se V. Sª sabe para onde se destinava toda essa arrecadação feita, segundo V. Sª, pelo Bispo Rodrigues. Seja da Loterj, seja do Mensalinho ou o inverso, como disse o Relator, ele arrecadava e aplicava em quê?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí não sei falar para o senhor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O senhor não tem nem idéia do que era feito?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não imagino. É muito dinheiro, não tem como.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Mas, inclusive, o senhor mesmo disse que devolvia parte do seu salário ....

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ao Deputado Valdeci...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim, que, no fundo, fazia parte do esquema do Bispo Rodrigues. E também não tinha idéia para quem era esse...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não sei.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Era, por acaso, para aplicação no PL ou por alguém do PL?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Poderia até ser, mas, eu seria leviano se eu falasse, se eu indicasse qualquer coisa. Não sei.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Só sabia que havia arrecadação?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Arrecadação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Tanto do...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – A escola começou ali, o treinamento começou ali, entre nós, para, depois, passar para outras coisas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, fico tentado, como primeira pergunta, a querer saber o tamanho do Bispo Rodrigues, porque, pelo que falam dele, imagino que seja cabra grandão! O tamanho do Bispo Rodrigues.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – O tamanho físico?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – É. Deve ser um...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não é muito grande, não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Meu prezado, o Waldomiro Diniz veio aqui, com cara de santo, de anjo, e disse... Ou por outro: o senhor está atribuindo a ele coisas que lhe foram perguntadas e que ele negava peremptoriamente. Que jamais se valeu da Loterj para arrecadar dinheiro seja para quem fosse, e o senhor está corroborando algo que tem sido dito aqui com insistência, que ele era uma das alavancas de toda essa arrecadação, que o senhor não afirma – prudentemente, não afirma – por não saber a destinação, mas, pelo que se sabe, era dinheiro para drenar mesmo as quadrilhas partidárias que se instalaram no nosso País.

A partir do Waldomiro, o senhor imagina para onde iria essa dinheirama toda que chegava na mão dele? O senhor tem notícia, tem...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – A minha idéia, não como forma de denúncia, mas como suposição, é que esse dinheiro está fora do Brasil. É fruto de botar no encalço Polícia Federal. Descobriram do ex-Prefeito de São Paulo, podem descobrir de qualquer um outro. Não sei, não sou polícia, não tenho o dom da investigação...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Então, o senhor está aderindo àquela tese de que o dinheiro saía para ser, de alguma forma, escondido e retornava para cá de alguma uma outra forma.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Possivelmente, sim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – O Toninho da Barcelona, ontem, identificou exatamente essa operação: que o dinheiro saía, depois entrava por outras vias. Era uma tentativa talvez de despistar sei lá o quê!

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Como eu falei ainda agora, Senador, eu sou um homem de família humilde, de pouco estudo. Não consegui me formar porque tive de me dedicar ao trabalho. Então, a minha inteligência,

o meu QI não consegue alcançar certas coisas, está certo? Quer dizer, eu sou limitado,

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Que nem eu!

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Mas a gente tem aí linhas de raciocínio. A gente pensa antes de dormir, fica imaginando onde está sendo aplicado esse dinheiro; a gente vê crianças ao relento, velhos ao relento...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P–Sol – AC) – O senhor falou uma coisa interessante: depois que os fatos vieram à tona, o senhor começou a perceber e a compreender muitos daqueles outros fatos dos quais alguns o senhor inclusive participara.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Perfeito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P–Sol – AC) – Veja bem, por maior que seja a sua limitação – o senhor que está dizendo isso, não sou eu que estou afirmando –, o senhor atua num ambiente político, gabinete parlamentar etc., numa Casa Legislativa, locais onde se sabe de tudo e de todos.

O senhor, por exemplo, antes ou depois, tomou conhecimento de que o Waldomiro era amigo íntimo, por exemplo, do ex-Ministro José Dirceu? O senhor sabia disso há muito tempo, soube agora, soube quando? E, nessa linha de raciocínio, o senhor chegou a construir alguma imagem, alguma idéia, mesmo que remota, de que, talvez, a destinação da arrecadação que Waldomiro promovia não fosse exatamente aquele destino?

Foi o senhor que falou aqui que, depois de alguns fatos virem à tona, depois de toda essa coisa espocar nas nossas cabeças, o senhor começou a compreender fatos anteriores e a interligá-los. Estou lhe perguntando por essa via de raciocínio. O senhor tomou conhecimento da amizade, da camaradagem do Sr. Waldomiro com o ex-Ministro José Dirceu muito tempo atrás, foi durante esses episódios ou somente agora?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Posso responder?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Com certeza.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Só tomei conhecimento da relação do Waldomiro Diniz através da imprensa, na minha cidade, com o Ministro José Dirceu, na época que estourou tudo. Foi quando foi apresentada pela imprensa a relação do Waldomiro Diniz, Cachoeira, Bispo Rodrigues. Foi quando também o próprio Bispo Macedo deve ter tomado conhecimento e ficou surpreso nessa ocasião. Não sabia dessa relação. Para mim, era pessoa de Brasília que o Bispo estava levando para o Rio, para assumir a Loterj. Ponto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor tem notícia da operação que foi montada para se internalizarem no País máquinas caça-níqueis como se fossem equipamentos de informática? O senhor tem notícia disso?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Nenhuma notícia?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Nenhuma, porque após o crime do Deputado Valdeci, eu fui afastado por ter feito essa denúncia na Polícia Civil no dia 28 de janeiro. Fui à Delegacia de Homicídios e falei, na Delegacia – está no meu depoimento -, da tentativa de indução do Deputado Rodrigues para fazer com que eu, a minha esposa e uma ex-assessora do Deputado acusássemos uma pessoa de que não tínhamos sequer desconfiança. A partir desse momento, a nossa passagem pela calçada daquele imóvel ficou constrangedora. Não poderíamos passar de pé, tanto que objetos pessoais nossos só saíram daquele imóvel com apresentação de nota fiscal, exigida pelo João Domingos, o Tesoureiro do PL. Isso gerou uma raiva ou sei lá o quê no ex-Deputado Rodrigues.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor tem muita raiva dele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não. Eu estou só repetindo o que já fiz no Ministério Público Estadual, Federal, imprensa do meu Estado e na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do meu Estado. Só estou repetindo aqui. Não tenho raiva dele, não. Não tenho raiva, não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor tem convicção de que o assassinato do Deputado está ligado a um esquema de arrecadação de dinheiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É um dos meus indícios, dos meus motivos, porque eu convivia com ele. Eu convivi com ele cinco anos, a ponto de ele passar Natal com a família dele e Ano-Novo com a minha, nessa meia-água de que eu já falei, lá em Araruama.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ele, em algum momento, confidenciou para o senhor que iria denunciar alguma coisa?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Nunca confidenciou isso. Eu vivia com o Deputado Valdeci quase que 20 horas, 24 horas por dia. Quando não era pessoal, lado a lado, era no Nextel, no radinho, no telefone. Vivíamos montando Partido: montamos o PST no Rio de Janeiro, depois saímos, fomos para o PSL. Enfim, a nossa vida era trabalhar para o Partido e para o Bispo Rodrigues. Era isso que a gente fazia. Então, a gente tinha uma convivência muito próxima, sem contar que eu era su-

balterno a ele, sem contar que ele era o meu pai na fé, porque eu me converti, praticamente, com ele.

Então, a legenda dele foi um contato meu com o então Vice-Governador do meu Estado, Luiz Paulo Corrêa da Rocha, a confirmação e tal. Então, quer dizer, tinha uma relação muito forte com ele. Para mim, foi uma perda muito grande e bruta. E bruta. Foram 19 perfurações, para mais de 40 tiros, de projéteis encontrados no veículo. Foi uma covardia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Foi uma pena.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi uma covardia. Covardia. Covardia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Para finalizar, fechando a nossa linha de raciocínio, o senhor, que, inclusive, foi parte disso, reconhece e afirma, aqui, que havia um esquema de arrecadação de dinheiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Com certeza.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – De grande soma de dinheiro, não é?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Com certeza. Algumas pequenas somas eu tenho prova aqui.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, eu me refiro àquela via agência de publicidade, da Loterj, etc.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ah, sim. Também.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Esse esquema havia e era pesado, a maleta, não é verdade?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não vi, não vi, não vi. Eu vi a maleta. Isso aí eu vi. É o que estou falando: os acontecimentos me fazem voltar àqueles momentos e chegar a essa conclusão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Qual era o nome da agência?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Essa, essa mala que a gente está falando aqui era do bingo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Do bingo?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Era do bingo, está certo?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ah, está. Então, além da agência de publicidade, ainda tinha ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, o senhor disse que essa mala era do bingo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A mala era dos bingos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, quem entregou essa mala, o senhor viu, o senhor estava no carro, tinha outro carro. Então, alguém entregou. No caso, a quem?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ao João Domingos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ao João Domingos. Quem entregou esse dinheiro ao João Domingos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu não vi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não viu?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu fiquei dentro do carro. Olha só, ele parou o carro no posto, saltou. Eu fiquei, permaneci a bordo do veículo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor sabia qual era o objetivo da viagem?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, ele me convidou: "Vamos ali comigo". Nesse "vamos ali", nós paramos num posto de gasolina, ele saltou, eu fiquei a bordo do carro, ele saiu, foi ao encontro de outro carro, filmado, o cara passou a pasta, lá, para ele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor não acha estranho alguém receber dinheiro e convidar outra pessoa para ser testemunha?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Mas isso não estava sendo revelado, Senador. Isso não foi revelado: "Olha, vamos ali pegar um dinheiro". Isso não foi revelado. "Vamos ali comigo".

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor não lembra nem qual era o outro carro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, que o carro ficou atrás, nós ficamos à frente Ele veio, parou na frente, saiu do carro e foi para trás. Fiquei a bordo, num calor de aproximadamente de 38, 39 graus. Eu fiquei. Foi coisa de menos de cinco minutos, quatro, três minutos. Foi rápido, foi muito rápido. Eu não... não...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, continuo insatisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Relator deseja fazer alguma colocação?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, era só para indagar do depoente, o Sr. Jorge Luiz, o seguinte: o jornal **O Dia**, do Rio de Janeiro, publica hoje que o senhor iria apresentar aqui dois documentos. Um documento assinado pelos Deputados que se diziam comprometidos, nesse documento, a receber dinheiro e repassar para o Bispo Rodrigues – receber dinheiro do seu próprio salário, do seu próprio subsídio. E o outro era a respeito de um desvio de R$900 mil da Loterj.

O senhor confirma isso que foi divulgado pelo jornal **O Dia**, do Rio de Janeiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, confirmo, sim. Eu trouxe os documentos. No que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa documentação, V. Sª teria toda para deixar aqui nos arquivos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, V. Sª pode passar por aqui, para que possamos observar esses documentos. E no documento a que ele se referiu, o senhor pode dar a explicação.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aqui está uma convocação do Ministério Público Federal para eu indicar o nome das outras pessoas: da Francisca Adriana, da Ana Lúcia e da Srª Eliana El Valle. Tem o número do processo aqui, consta o número do processo, Ministério Público Federal. Passo às suas mãos.

O primeiro depoimento... A minha denúncia no Ministério Público Estadual. Eu só não consegui trazer, por falta de tempo hábil, a mesma denúncia que fiz no Ministério Público Estadual, a que fiz no Federal. Mas está aqui a que fiz no Ministério Público Estadual, a cópia fiel da que está no Ministério Público Federal. Daí foi a primeira convocação, no dia 26 de fevereiro, fui convocado. Aqui estão nomes de algumas pessoas, depoimentos, perdão, de algumas pessoas que foram nomeadas em cargos na Loterj e fora dela, e que esse dinheiro tinha que ser devolvido. Está tudo aqui no depoimento deles.

Tem o depoimento do Sr. João Domingos e da Srª Rivângela. Aí está a cópia dos dois últimos cheques que eu tirei nesse período aqui, mês de abril. Se procurar na quebra de sigilo financeiro da JOB vai encontrar mais quatro ou cinco cheques com nomes de pessoas que botei.

O depoimento do Gustavo de Carvalho, que é o responsável pela Giovanni FCB; o depoimento do Sr. Carlos Rodrigues. Se o senhor observar aí, há um detalhe que é muito importante: eles praticamente só faltam dizer que não se conhecem, mas se observar, os advogados são quase todos de um deles mesmo.

Aqui está a fita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que mais?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Está aqui na minha pasta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esses cartões de crédito ainda valem, ou não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não têm validade, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estão encerradas as contas?

O SR. JORGE LUIZ DIAS –Não sei se foram encerradas, mas acho que pelo tempo... Deixa eu mostrar para o senhor, aqui. O cartão do dono da Facility, com os celulares dele, está certo? Cadê o outro? Está aqui. O Luiz Carlos da JOB, com o telefone celular dele e o da residência, na época. O Arthur César, dono da Facility, o número da residência dele.

Essa firma aqui é que estava, naquele momento, sendo articulada a ida dele para o lugar da Giovanni-Hebara. Entendeu? Essas duas, essa empresa aqui, a Facility através do Arthur.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse ia para o lugar da...?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Da Hebara, na Loterj. Hebara e Giovanni são as empresas que detêm a verba de publicidade da Loterj. Esse fato está narrado aí, nessa fita, numa conversa gravada entre mim e o Deputado Valdeci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há o documento assinado pelos Deputados?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, vamos chegar lá, vou pegar aqui.

Aqui está o Luiz Carlos, da JOB, com o telefone da residência dele. Essas pessoas aqui são pessoas são da minha relação, que aproveitei para anotar o número aqui. O senhor poderia, depois...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o senhor pode riscar quem não tem nada a ver.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esse aqui... porque o Luiz Carlos, da JOB, diz que não me conhece. Ele me conhece e me dá o telefone da casa dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esses eram os que devolviam o dinheiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – São funcionários do gabinete do Deputado Valdeci que devolviam o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aqui de Brasília?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Cuidado para não usar os cartões.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esta pasta aqui só tem documentos e roupa.

O Deputado Carlos Rodrigues, no depoimento dele, ele diz que não indica ninguém; é só o Partido, o PL, que faz as indicações.

Tenho um documento aqui – é xerox, porque esqueci de trazer o original, mas o original está em meu poder. No depoimento, no Ministério Público estadual, o Carlos Rodrigues diz que não indica ninguém; é só o Partido que indica.

Tenho aqui, nas minhas mãos, vários nomes, de várias pessoas, em que ele indica, na época, o então secretário Dr. Tales Montebelo, secretário do então

Governador, Dr. Marcello Alencar, vários nomes para vários cargos no Governo do Estado do Rio de Janeiro, inclusive a D. Rivângela Barros, e tem outra que é bem conhecida, de relação dele.

As originais estão na minha posse e são documentos com mais de ... olha a data: de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – 8 de dezembro de 1998.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Assinatura do Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, deixa eu tirar uma dúvida: o Valdeci era Deputado Estadual?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, federal. Ele era federal e cansado de...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele foi estadual ou não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor. Foi eleito para exercer o mandato de Deputado Estadual mas cassaram o mandato dele com um crime.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Cassaram o mandato por que, quando foi estadual?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, cassaram matando o Deputado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ah, sim. Está bem.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aqui é uma cópia também de alguns cargos. Deixe- me elencar para o senhor. Aqui, aparece o meu nome para recondução do cargo, certo? Recondução do cargo. Alguns dos nomes que estão aqui estão ali, assinado pelo então Deputado Valdeci, Deputado Armando José. Aqui, eu, autorizado pelo Laprovita Vieira, ex-Deputado Federal, e na época Deputado Estadual, assinei por barra eu, hoje Deputado Federal José Divino. Indicação para nomeação. Isso são valores que não chegaram a ser concluídos, mas daqui já tem o demonstrativo da pretensão na época.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E esses cargos todos foram atendidos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não foram atendidos, não. Porque isso aí era para ser indicado na saída do Governador Marcello Alencar e entrada do Governador Garotinho. Então, na época se entendia que era mais fácil manter as pessoas nos cargos do que colocá-las. O pedido político seria mais fácil de ser atendido, só que foi por terra. Felizmente, isso aí não aconteceu no Governo do Dr. Marcello Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse 0,50 é 50%?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, esse 0,50, isso aí tira o zero e bota mais uns quatro para a frente, para a direita, que era para esconder mais ou menos isso aí, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que esse 0,50 era R$5 mil?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Cinqüenta mil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Espera aí. Vamos admitir...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esquece, por favor, esse lado aqui porque diminuíram, mas os valores seriam esses aqui. Trezentos mil aqui, quinhentos mil lá...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso por mês?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Seria por mês.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o diretor administrativo e financeiro da Laserj teria que dar 300 mil por mês?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, isso aqui na publicação da nomeação dele. Seria essa a pretensão, o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Diretor do Detro teria que dar 200?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Duzentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que é HE Tavares Macedo?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Hospital Estadual Tavares Macedo. O diretor geral.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem dinheiro assim no hospital? Cinqüenta mil por mês?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, isso aqui seria na nomeação, na indicação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Era feito cinema, era adiantado?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Mais ou menos assim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pedágio de entrada.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Só que isso aí, deixando bem claro, não foi concretizado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nada?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi abortado tudo isso, porque já estava na saída, era final de um Governo e início de outro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que era para, por exemplo, manutenção de cargos, recondução de cargos. Esses de manutenção já tinham pagado lá atrás?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas se iam pagar agora, por que não pagaram lá atrás?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Indicação para manutenção dos cargos, não houve...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então eles já eram?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É, eles já eram, mas não tinham... Isso aí é se...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando eles entraram não tiveram que pagar um pedágio?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não tiveram porque foram pessoas que foram indicadas para compor o cargo por outros Parlamentares, entendeu? Então, havia esse interesse. Para ser mais claro ainda, tem pessoas aí que não tiveram...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso foi quando? Qual o ano disso aqui?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi no mesmo ano daquele lá, 1998, 1999.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E não tem um novinho agora, não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não tem. Mas aí já prova, pelo menos para uma linha de raciocínio, do comportamento das pessoas que estão envolvidas. Tem pessoas aqui, a maioria delas não tinha conhecimento disso aqui, não. Isso aqui, a pessoa ia ser indicada e, depois, o Deputado Valdeci iria conversar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como o senhor conseguiu esse xerox?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Porque eu estava na composição. Aqui é minha assinatura. Eu assino por barra pelo Deputado Laprovita Vieira, que foi contatado pelo Deputado Valdeci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esses quatro Deputados aqui?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eles estavam cientes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode ler quem são esses Deputados?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Deputado Valdeci, Deputado Federal, era o pastor; o Deputado Armando José, Deputado Estadual; Deputado Federal, na época, Laprovita Vieira – eu assino por ele, por barra, está aqui; e o hoje Deputado Federal José Divino, na época Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, esse aqui é outro.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, é o mesmo. Pastor Divino, é a mesma pessoa. Na época, ele era Deputado Estadual e, hoje, é Deputado Federal.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A polícia, o Ministério Público tem conhecimento desse documento?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, o senhor tem que ser preso, porque me admiro até que o senhor não esteja preso, com tudo isso que o senhor está falando aqui. Quer dizer, em uma hora, uma hora e meia, a gente viu aí o comentário sobre tudo que é tipo de crime do Bispo Rodrigues, do Valdeci e do senhor também. Quer dizer, inclusive o senhor assinando documentos, dizendo que a pessoa tinha entregar 50 mil, 100 mil, pedágio para entrada, levando dinheiro, trazendo dinheiro, passeando, indo para o posto. Eu me admiro que o senhor esteja em liberdade ainda.

Só para mostrar como a Justiça, no Brasil, precisa melhorar – e precisa melhorar muito ainda. Inclusive, sugiro que a primeira providência desta CPI, se o Sr. Presidente, o Sr. Relator e os colegas concordarem, é no sentido de mandar esse depoimento imediatamente para a Polícia Civil, para o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, para as autoridades competentes na investigação desse caso, porque me admiro.

Mesmo o Waldomiro Diniz, o Carlinhos Cachoeira tendo sido filmados e tudo em liberdade e o senhor também em liberdade aí, cometendo, quer dizer busca e apreensão no apartamento de uma pessoa assassinada – até me admiro que o senhor tenha usado a expressão "busca e apreensão", quando o filho do senhor foi fazer a busca e apreensão. Isso não é, isso é invasão de propriedade, quebra de provas, ocultação de provas e coisa semelhante. Admiro-me extraordinariamente.

Eu só solicitaria que esses documentos fossem mandados até para a própria CPI não determinar que a prisão seja efetuada, mas que pelo menos as autoridades competentes, de imediato, se debrucem sobre o que aconteceu hoje nesta CPI, porque, na verdade, acho o fim da picada.

O senhor mencionou antes: "É o Brasil". Eu digo: esse é o Brasil do qual todos nós queremos nos ver livres, quer dizer, acabar com a participação do que o senhor fez nesse episódio todo.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sr. Senador, eu era funcionário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu concordo com V. Exª, não deixo de concordar, mas, ao mesmo tempo, eu queria fazer uma ressalva aqui: é que, no momento, ele está colaborando para que os fatos sejam devidamente apurados. Então, é um regime de peso e contrapeso. Na verdade,

não deixo de concordar com V. Exª, apenas lembrando que há esse atenuante: no momento ele está colaborando para a apuração dos fatos, para a apuração desses crimes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Arns.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, é porque eu fiquei esperando o documento dos Deputados. O senhor passou?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Já. Está de posse do senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está aqui?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Está aqui.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse é o documento dos Deputados.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E do desvio de recursos de 900 mil da Loterj?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Sobre...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conforme o jornal...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Sobre isso aí, eu...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem documento?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Não tenho documentos e não tenho conhecimento disso aí, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Arns, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu até solicitaria do Sr. Relator, em função da observação que o Sr. Jorge Luiz fez, que constam nessa relação valor... Eu nem conheço os nomes das pessoas, mas estão lá valores ao lado dos nomes das pessoas. Porém, o depoente fez uma observação, dizendo que não necessariamente essa pessoa recebeu o recurso, ou pagou o recurso para ser mantido no cargo. Então... Porque nós podemos, em função de um documento particular, essas pessoas talvez nem saibam da existência desse documento e temos de tomar muito cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por isso eu não fiz a citação dos nomes das pessoas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está certo? Aqui nós não faremos, até porque, segundo o próprio depoente, essas pessoas não chegaram a ser nomeadas ou não assumiram os cargos para que foram designados pelos Parlamentares que ele citou.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agora, essa prática de se pagar um pedágio, vamos chamar assim, um valor para a indicação... Essa prática de haver um valor a ser pago, um pedágio, uma luva, por que não? Não sei qual seria o nome, mas vários depoentes, em outras situações, vêm mencionando esse fato. Eu acho que é uma linha, porque se nós estamos pensando na publicidade, nas maracutaias que podem sair por meio do artifício, que é fácil, me parece, pelo que as pessoas vêm expondo, pela publicidade, ou eventualmente por empresas – não vamos generalizar –, contratos de transporte, ou contratos de lixo, mas também na própria indicação para cargos públicos. E, por incrível que pareça, a indicação custa 50 mil, 100 mil, 200 mil e, naturalmente, virão, na seqüência, atos de corrupção para não somente repor esse dinheiro, mas também, se já há corrupção na própria entrada, ela se tornará permanente.

Eu fiquei, devo dizer, escandalizado com tudo aquilo que foi falado hoje. Digo: "Olha, o Brasil, ainda, para estar vivo, realmente..." O pessoal rouba durante o dia e o Brasil se recupera de noite, para daí continuar a roubar no dia seguinte. Se formos examinar tudo isso no decorrer desses anos todos, são bilhões e bilhões de reais, que são os bilhões necessários para tudo aquilo de que o Brasil precisa.

O que o senhor faz hoje em dia? Qual a sua atividade?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu sou funcionário público da... Eu sou funcionário da Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de chefe de gabinete do Deputado Marcos Abrahão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Do Marcos Abrahão?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Marcos Abrahão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que foi aquele Deputado...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Partido dele? O Partido do Marcos Abrahão?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – PSL.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O mesmo Partido do Valdeci?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Do Deputado Valdeci.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – PSL. Partido...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Socialista Liberal. Social Liberal.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Partido Social Liberal, PSL.

E o Marcos Abrahão é aquela mesma pessoa a quem havia sido solicitado para o senhor para denunciar como ...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) –... o mandante do crime?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Perfeito. Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor começou a trabalhar com ele quando?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Dia 3 de fevereiro foi a minha nomeação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Deste ano?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Três de fevereiro de 2002.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De 2002?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É. Foi logo que aconteceu o crime.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Logo que aconteceu o crime?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Logo que aconteceu o crime.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí, ele foi convocado pelo então 1º Secretário e...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor foi... O Bispo Rodrigues pediu para o senhor para incriminar o Deputado Abrahão?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – O Deputado Marcos Abrahão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor imediatamente começou a trabalhar para o Deputado Abrahão?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não houve nenhum negócio aí, para não denunciar?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. O Marcos Abrahão, por ser o primeiro suplente do PSL, reconheceu o nosso trabalho, a nível partidário – na época eu era membro do Partido também –, e absorveu a gente. Inclusive, deixou claro que a gente ia sofrer perseguições, problemas...Eu falei: "Eu não devo nada a ninguém. O que eu fiz foi pela verdade". Se eu tivesse querendo preservar emprego e salário, eu tinha ficado com o Bispo Rodrigues e denunciava o Marcos Abrahão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quanto o senhor ganha com o Deputado Marcos Abrahão?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ganho R$4.500,00.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Líquido? Bruto?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Limpo. Líquido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Um salário... Existe esse esquema de propina atualmente?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Felizmente, não. Porque se tivesse... Hoje, eu tenho experiência; hoje eu tenho *know-how* de situações. Está certo? Não entro mais nessa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu queria saber: o senhor falou que o Valdeci, só para entender uma particularidade, converteu o senhor para a fé?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, ele não me converteu. Ele era Pastor, Ministro do Evangelho. Eu me converti numa outra denominação; só que a minha esposa já era convertida na Igreja Universal. Eu me converti na Assembléia de Deus, e ela, na Igreja Universal. E, conversando, chegamos à conclusão de que deveríamos participar da mesma instituição, da mesma Igreja, e voltamos à Universal.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor é da Igreja Universal, hoje?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Também.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Da Igreja Universal.

O Marcos Abrahão também?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, ele não é evangélico.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não é?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não é evangélico.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o Valdeci, era da Igreja Universal?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – O Valdeci era Pastor. Foi aí, quando eu comecei a freqüentar a Igreja Universal, conheci o Pastor Valdeci, num dos cultos dele, no qual eu estava presente, com aproximadamente três mil pessoas, ele perguntou se naquele momento ali tinha alguém que conhecia, sabia de política e tal. Eu imaginei que eu ia levantar ali com mais umas quatrocentas pessoas, não é? Levantei sozinho. E ele pediu que eu fizesse um contato com ele, porque ele precisava muito da minha ajuda, como de outras pessoas que tinha interesse em trabalhar politicamente. Foi ali que começou a minha relação com ele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu quero só voltar à pergunta que fez o Senador Efraim Morais, anteriormente. No Governo Garotinho, o senhor mencionou, já respondeu ao Senador Efraim Morais, que o Waldomiro Diniz foi indicado presidente da Loterj?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Presidente; Diretor-Presidente da Loterj.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Diretor-Presidente da Loterj. E mais duas pessoas foram indicadas, junto com Waldomiro Diniz.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quais os nomes dessas duas pessoas?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Rivângela Barros e José Carlos Simoni.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Aí, a Senadora Benedita da Silva, na condição de Vice-Governadora, se tornou Governadora, o Waldomiro Diniz continuou, e os outros dois saíram?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Saíram.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E foram indicados outros dois?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Não foi indicado ninguém.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ficaram vagos os cargos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi indicado pela Governadora Benedita.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim. Foram indicados, pelo que o senhor sabe, pela Governadora Benedita?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Aí, o Antony Garotinho também não concorreu, a esposa concorreu, e quem ficou Diretor-Presidente da Loterj?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – O Waldomiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas com a Governadora Rosinha?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Waldomiro Diniz. Ele ainda ficou um pedaço do Governo da Rosinha, como presidente da Loterj.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E quando ele saiu?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Hoje, eu não sei quem é o Presidente da Loterj.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E aquelas duas pessoas voltaram? O José Carlos e o...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, com o escândalo...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, antes, no início do Governo?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, elas voltaram; as outras duas. Aí, voltaram com cargos diferentes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – As duas pessoas que o senhor acusa de estarem completamente envolvidas, de plantarem dificuldades, para colherem facilidades – usando a expressão que o senhor usou...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...estas pessoas voltaram...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Para a Loterj.

O SR. FLÁVIO ARNS (BPT – PR) – ...no início do Governo da Rosinha?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí, ocupando cargos diferentes. A Rivângela Barros, saiu de Diretora Econômico-Financeiro e passou a Vice-Presidente. E o José Carlos Simoni, se não me falha a memória, na época, eu não sei qual era o cargo que ele ocupava, ele voltou para a Diretoria de Operações da Loterj.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Para a mesma Diretoria?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Que ele ocupava antes? Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Era uma outra Diretoria?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ele ocupava outra Diretoria.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor já fez essas denúncias em relação a essas pessoas no Rio de Janeiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Existe a minha denúncia no Ministério Público e o meu depoimento. Está aqui, já passei às mãos do Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Essas pessoas continuam atualmente na Loterj?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. A partir do escândalo, a nível nacional, a Governadora exonerou.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Todos os dois, no caso?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Os dois. Acho que o Waldomiro já tinha sido ou estava perto de ser exonerado, não me recordo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a Facilityy? Explique-me melhor a questão da Facilityy: havia um acerto para o senhor, relatado pelo Deputado Valdeci, que, se houvesse o contrato com a Facilityy, haveria um bônus, de acordo com o senhor, uma propina de R$800 mil por mês. É isso que o senhor falou?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Inicialmente, pela conversa que estávamos tendo, seria isso. Só que esse acordo não foi concretizado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor não se sente constrangido, tendo relatado que o Deputado Valdeci era amigo do senhor, freqüentava a sua casa, ia às festas de Natal e de Ano Novo na sua casa, o senhor ia à casa dele, e o senhor gravar a conversa de um amigo?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu não gravei a conversa dele; eu gravei a minha conversa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas a sua conversa com ele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu gravei a minha conversa. Naquele momento, eu não estava no intuito de gravar a conversa dele, eu tinha o objetivo de gravar a minha conversa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor era amigo mesmo dele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Muita coisa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A ponto de gravar a conversa? Por que o senhor gravou a conversa sua com ele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Porque me deu vontade. Eu não tinha noção do que poderia vir a acontecer. É o que está acontecendo aqui hoje. Se eu não tivesse feito isso...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os advogados estão sendo pagos por quem? Pelo senhor mesmo?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não entendi.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os advogados seus são os advogados que o estão acompanhando hoje?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Estão sendo pagos pelo senhor?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Estão graciosamente aqui me acompanhando.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – São da Igreja também?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Da minha Igreja, não. O Dr. Silva Neto é evangélico, de uma outra denominação, e eu sou de outra denominação; mas ele é evangélico.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor mora numa dessas casas que o senhor mencionou?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Moro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Continua morando?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Continuo morando, não tem jeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor sabe de quem que é a Facilityy?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É do Arthur César. Ele é o dono da Facilityy. Hoje, ele tem alguns contratos com o Governo do Estado, um deles é o que distribui a multa. No Rio de Janeiro, não sei, deve ser.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Distribui a multa?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ele é um tipo de correio. O guarda multa o "cara". Aquela multa é emitida pelo Detran. Ele pega aquele bolo de multas, a empresa dele, por meio de motociclistas, vai entregar de casa em casa. Isso é um contrato que existe do Detran do Rio com a empresa dele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi essa pessoa que o senhor disse que estaria oferecendo R$800 mil por mês?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ele não estaria oferecendo, seria cobrado dele isso aí. Isso tudo eram momentos que antecediam as negociações. Isso não chegou a ser cobrado dele, não chegou a ser concluída essa negociação. Foi onde eu fiquei mais tranqüilo – essas acusações que estou fazendo aqui – em não ter que levar e expor a mim e minha família – em ter que denunciar isso à Polícia Federal.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não falou isso à Polícia Federal?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Porque o ato não foi concretizado; os atos não foram concretizados. Ficou só na vontade: tanto esses que estou passando para o Senador, como esses dos quais estamos conversando agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E os R$100 mil por mês aos quais o Senador Garibaldi Alves Filho se referiu?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esse ato foi concretizado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor poderia descrever novamente como era? Não peguei muito bem naquela hora.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Era por meio de campanha publicitária institucional da Loterj. Essa campanha não era produzida, só era emitida a nota; só a nota, entendeu?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E esse dinheiro ia para...?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. O custo da campanha seria R$ 100 mil. Como ela não tinha despesa, a empresa ficava com uma parte, a Job ficava com uma parte, e a outra parte era repassada para mim para eu a repassar para o Rodrigues. Mas, na minha cabeça, naquele momento, a exibição do material estava sendo usado, estava sendo divulgado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Como o senhor soube que não estava?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – A partir do momento que aconteceu o que aconteceu.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Passou a receber o dinheiro para devolvê-lo.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É. Eu não via material, não via nada, e, também, submisso ao meu chefe, o que vou fazer? Vou denunciar ele? Vou perder o emprego? Não sei o que vai acontecer. E, aí, fiquei cumprindo determinações.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor relatou para a polícia que seu filho foi, junto com a Adriana, ao apartamento, que retiraram...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A polícia tem conhecimento disso?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Isso também foi uma determinação do Rodrigues.

Passando por um momento daquele, difícil, com a perda do Deputado, ele determinou: "Vai lá e faz". Eu não tinha nem noção do crime que eu estava cometendo, que o meu filho estava cometendo, assim como a Mônica e a Adriana também não sabiam. A gente estava ali na orientação do Rodrigues. O senhor está entendendo?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Alguém mandou o senhor gravar a fita com o Valdeci ou foi iniciativa sua?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi iniciativa minha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com certeza absoluta?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi iniciativa minha. Absoluta.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não havia...?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Tanto que ela ficou guardada até hoje; até hoje.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está bem.

Da minha parte, solicito ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente – já comentamos antes – o envio, para os órgãos de investigação federais e estaduais, dos envolvidos no caso, para que o material da CPMI possa subsidiar os trabalhos que estão sendo feitos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PE) – Agradeço a V. Exª.

Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, serei breve.

Apenas faço uma ponderação ao Sr. Jorge Luiz para que possa tentar esclarecer como se dava a movimentação do repasse do dinheiro do tal mensalinho? Como chegava às suas mãos? Como era repassado? Como se dava esse imbróglio todo? Porque não ficou claro; ficou muito nebuloso o seu raciocínio. Se o senhor puder detalhá-lo, será muito importante para nós.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – A operação se dava da seguinte forma: a Loterj planejava uma campanha publicitária de divulgação dos produtos dela: Raspadinha e outros produtos. Este produto tinha que ser divulgado para chegar ao conhecimento do público, para o público comprá-lo, enfim. A Loterj tem uma verba institucional para administrar, para agenciar, para fazer, para pagar essa despesa, certo? E estas despesas passavam por um processo: era feito o planejamento; o custo desse planejamento e a execução. Quem detinha essa verba era a Giovanni e a Hebara são... está certo? Estas empresas, por deterem a verba, saem do processo licitatório. Ela não precisa licitar a empresa final, a que vai divulgar, a que vai exibir o produto, entendeu? Ela convocava. A Hebara tem, elencados, os nomes das empresas que têm o tabuleiro, eles chamam de tabuleiro, que é a Satélite, a Saigne. Tem outras empresas, entendeu? Como estava planejado um esquema, o Deputado Valdeci pediu que eu procurasse alguém que tivesse esse tabuleiro para poder fazer a produção e exibição desse material. O Luiz Carlos, como eu conheço, apresentei para o Deputado Valdeci, e aí foi uma negociação. O Deputado com o Bispo Rodrigues e com o Luís Carlos é que negociaram lá, certo? Aí, nesse momento, eu saio do cenário, vou assumir a Secretaria de Transportes do Município de Araruama. Eu só fui informado pelo Deputado Valdeci que tinha sido concluído o acordo e a JOB ia prestar o serviço, ela ia fazer a exibição e a produção do material, e que, na medida em que fosse sendo liberada a verba, pela Loterj, para pagamento dessa produção e exibição, eu teria que pegar com o Luís a comissão pertinente ao Valdeci e ao Rodrigues. A Rivângela ocupava o cargo de Diretora Econômico-Financeiro. Então, ela tinha o conhecimento de quando a fatura ia ser paga. Ela me avisava, por telefone; eu ia, ligava para o Luís Carlos, combinava a hora, o dia para apanhar o cheque. Era assim que se procedia o...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E como era distribuído?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, aí o cheque... A primeira vez veio o valor alto, eu pedi que dividisse aquele cheque em quatro ou cinco outros cheques para eu não ter compromisso com a Receita Federal. Aí eu dava a pessoas de minha relação, e elas iam, apanhavam, me davam, e eu pegava, juntava o dinheiro e dava na mão do João Domingos, que, na época, era o Tesoureiro do Partido e Secretário, se não me falha a memória, mas acho que era Tesoureiro.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Então, o senhor entregava para ele em dinheiro...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Em dinheiro.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – ...já trocado, por pessoas...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É, já trocado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – ...por terceiros?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É isso aí; sim, senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Todo o mês?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não chegava a ser de trinta em trinta dias porque a campanha era feita por período, certo? Então, teve período que ficou um mês sem fazer nada. Aí recontratou. Aí faz de novo, um período de 15 dias; aí pára; aí faz de novo, entendeu? Ficou assim, ficou umas quatro vezes.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, da minha parte era isso.

Agradeço a V. Exª e a V. Sª.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, só duas perguntas rápidas ao depoente.

O senhor tinha ao mesmo tempo um cargo em Brasília e era funcionário da Alerj no mesmo período?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. A Alerj, eu vim assumir a Alerj no dia três, quatro, cinco de fevereiro de 2002, 2001, se não me falha a memória. E eu fui funcionário do Deputado Valdeci, aqui, em 1998. Foi quando ele foi eleito Deputado Estadual, no Rio de Janeiro; ali eu iria mudar de cargo, eu ia ser exonerado daqui e ia ser nomeado lá.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Deputado Valdeci, ele foi Deputado Estadual, Federal? Como foi a carreira política dele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ele, de Pastor da Igreja Universal, foi eleito Deputado Federal para o primeiro mandato. Aí, cansado do deslocamento Rio – Brasília–Rio, isso estava chateando muito ele, ele pediu autorização ao Rodrigues que queria sair como Deputado Estadual, que era mais interessante para ele, que ele ia ficar mais próximo dos filhos e tal. Foi autorizado, ele se elegeu, mas não tomou posse. Ele foi assassinado no dia 24 de janeiro de 2002.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E eu pergunto: o senhor, aqui em Brasília, fazia intermediação junto a órgãos públicos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor. Eu ficava no Rio de Janeiro direto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me uma pergunta complementar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – V. Sª falou que vinculava pessoas que pegavam e trocavam cheques. Tem, entre essas pessoas, parentes seus?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E o nome, o senhor pode dizer?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Tem sim, senhor.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Quem eram? Esposa, filho?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Um, é minha esposa, o outro, é meu filho.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Pois não. Mais alguém que o senhor possa citar?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Se pegar nesse período, no mês de abril, na quebra de sigilo bancário, vão aparecer outros cheques, e eu posso lembrar das pessoas que foram indicadas.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor pode enviar para o Relator.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí tenho que quebrar o sigilo da Job, não é?

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não, mas se o senhor lembrar, o senhor pode ...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Com certeza. Aí, não tenha dúvida. A minha disposição é única e exclusiva de colaborar.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor confirma esposa e filho?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esposa e meu filho. E aqueles cartões ali são de contas bancárias em que as pessoas eram nomeadas e tinham que repassar, devolver o dinheiro para o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor ia à Loterj algumas vezes?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não senhor. Fui duas vezes. Fui, a primeira, para conhecer o Waldomiro Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor foi acompanhado de quem?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Fui acompanhado do João Domingos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Do João Domingos.

O SR. JORGE LUIZ DANTAS – E fui uma outra vez para falar com a Rivângela Barros. As outras vezes que vi o Waldomiro foi transitando, lá a gente chama de assessoria, na assessoria parlamentar. Ele ia lá muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele ia lá muitas, onde?

O SR. JORGE LUIZ DiAS – Na assessoria. A gente chama, lá, de assessoria. É um local onde o Rodrigues ficava, e lá os outros Deputados também tinham um espaço, tipo um escritoriozinho, para despachar lá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Deputado Valdeci, este, ia mais à Loterj do que o senhor?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. O encontro deles era lá nesse local, na chamada assessoria, na Costa Lobo, no local onde foi executado o Deputado Valdeci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Foram muitas as vezes em que o Waldomiro foi lá?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sempre ia? O senhor o viu várias vezes?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Várias vezes. Quase toda sexta-feira, segunda-feira, ele estava por lá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E ele, à época, era presidente da Loterj.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Presidente da Loterj.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Valdeci.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele ia tratar do quê? De assuntos da Loterj mesmo, com o Deputado, na época?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Volto a falar para o senhor: imagino que sim. Qual o interesse que teria o presidente de uma empresa dentro de um local particular, onde tinham vários Parlamentares, vários políticos? Acredito que sim. Não posso afirmar para o senhor que era, porque eu não participava das reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixa eu perguntar outra coisa, é uma informação importante que o senhor nos dá: O Waldomiro Diniz disse que conheceu o Deputado Valdeci de Paiva em Brasília. É verdade, ou ele conheceu no Rio?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ele pode até ter conhecido o Deputado Valdeci aqui em Brasília, mas dependendo do período.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o período não. Ele, primeiro, estava no Rio, depois veio para cá. Ele, quando era da Loterj, já conhecia o Valdeci. Perfeito?

O SR. JORGE LUIZ DANTAS – Não. O Deputado Valdeci foi eleito junto com o Bispo Carlos Rodrigues. Eles foram eleitos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, mas não estou falando do Bispo Rodrigues, estou falando, só para o senhor nos ajudar aqui: O Waldomiro Diniz disse que conheceu o falecido Deputado Valdeci de Paiva em Brasília, não tendo mantido com o mesmo qualquer contato como presidente da Loterj.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ele mente aí.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele mente. Quer dizer que ele está mentindo aqui?

O SR. JORGE LUIZ DIAS– Está mentindo, está mentindo, está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Waldomiro está mentindo.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esse depoimento é todo mentiroso, como todos os outros.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem.

Ele diz ainda aqui, vamos ver, ser for mentira, vamos descobrir o resto das mentiras aqui, está certo?

Ele recebeu, no entender do senhor, alguma vez representante da Job Niterói, o Sr. Waldomiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Como falei momentos antes, apresentei o Luiz Carlos, da Job, ao Deputado Valdeci, e me afastei porque fui nomeado no cargo de Secretário Municipal de transportes da cidade de Araruama. Nesse momento, eu não participei mais das negociações, está certo? Então, não sei lhe afirmar se o Waldomiro Diniz, junto com o Valdeci e o Rodrigues, tiveram reuniões juntos. Não sei lhe afirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Certo. Agora deixe-me fazer uma outra pergunta: Quem era Jorge Luiz Dias?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhecia Waldomiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu o conheci no Rio de Janeiro. Quando ele veio...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está dizendo aqui, veja bem: "Porque o declarante continuou morando em Brasília encontrando eventualmente até mesmo em aeroportos, que nunca teve contato com o Bispo na Loterj" – também não pode ser, vou perguntar a ele daqui a pouco – "e nem em razão de assuntos ligados à Loterj." Está dizendo aqui que nunca tratou nada com o Bispo em relação à Loterj.

O senhor acha que ele está mentindo?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Tenho convicção disso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Convicção. Muito bem. Isso aqui é o Waldomiro. Depoimento do Waldomiro no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Vamos lá. Veja bem o que ele diz: "Nem em razão(...), que conhece a Srª Márcia Elzira só de nome". Será que ele a conhecia?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Essa Srª Márcia Elzira é Secretária – ele revela mais para frente, em um determinado momento, que ele a conhece há 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, neste depoimento?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, o Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas aqui é o Waldomiro.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ah, o depoimento do Waldomiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Waldomiro diz que não a conhece.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É claro que conhecia, porque a Dª Márcia Elzira é a Primeira Ministra do Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Primeira Ministra do Rodrigues. Era o José Dirceu do Rodrigues.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja bem: "Que não conhece a Srª Márcia Elzira, só de nome, não tendo contato com ela, que não conhece o Sr. Jorge Luiz Dias". O senhor Jorge Luiz Dias é o senhor?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sou eu. É, não é de se estranhar que todos que aqui sentam, choram, dizem que tudo é mentira, que nada é verdade, porque tem um artigo que protege o cidadão...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª está sendo esclarecedor. Traz, realmente, grande colaboração para a nossa CPI. Mas eu vou à frente. Esse negócio do Waldomiro está interessante.

Muito bem: "Que a foi vencedora da licitação já tendo conta quando declarante assumiu". "Já tendo conta", o que significa? Conta de publicidade lá. Ele já devia ter.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sendo que a empresa já era encarregada da conta de publicidade da Loterj, que competia à Giovanni elaborar, propor, submeter à aprovação(...), que não conhece e nunca recebeu qualquer representante da Job Niterói." O senhor foi bem claro dizendo que não... Quem era o Sr. Luiz Carlos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Era o dono da Job.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O dono da Job. E o dono da Job conhecia o Sr. Waldomiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Passaram a se conhecer a partir do momento em que eu apresentei o Sr. Luiz Carlos ao Deputado Valdeci Oliveira, que levou ao Deputado Rodrigues, que fizeram a composição dessa conta da Loterj.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Bispo, Waldomiro e o Sr. Luiz Carlos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – E o Deputado Valdeci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o Deputado Valdeci. Quer dizer que o senhor não tem dúvida que o Waldomiro Diniz conhecia o Sr. Luiz Carlos Santos de Souza? O senhor não tem dúvida de que o Waldomiro conhecia? Ele nega aqui.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu posso até ajudar mais no seguinte: ele pode não ter sido uma pessoa que transitasse constantemente pelos corredores da Loterj. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas que conhecia, conhecia?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Mas que conhecia, conhecia. Isso não tem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso aqui ele está dizendo, em depoimento, em 15 de abril de 2004. Até essa data, ele não conhecia, segundo ele. Não V. Sª. V. Sª afirma que ele conhecia.

Vou mais à frente, porque o depoimento é interessante e mentiroso, segundo V. Sª.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Como todo esse processo, Senador, é mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. Ele diz aqui o seguinte: "Que, por sua vez (...) que o procedimento de pagamento era feito a mediante o envio de uma checagem fotográfica encaminhada pela Job a ". Eu não sei.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Pede isso. Pede para eles mostrarem isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Por quê?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Porque não existe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não existe?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o Ministério Público não pediu?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não pediu não. Nem o estadual, e o federal acho que também não pediu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª sabe muito dessas coisas – deixa eu ir mais um pouquinho – de uma checagem fotográfica encaminhada pela Job à Giovanni. Por sua vez, só depois disso a Giovanni atestava a fatura, quando então era emitido o pagamento para cerca de 30 dias. Não existe isso lá também não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Após o serviço prestado...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Após o serviço prestado entre aspas, Senador, porque na Giovanni não havia a checagem, até porque o senhor imagine colocar 100 tabuleiros na rua e ter que colocar uma pessoa, duas ou três para fiscalizar todos os dias. A divulgação é de 15 dias, 100 tabuleiros, várias empresas; vai ter

que ter um exército montado para tomar conta daquele tabuleiro. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Difícil, mas tudo bem. V. Sª tem mais alguma informação?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Tramita lá na Alerj projeto de lei do Deputado Marcos Abrahão para que esse processo de checagem seja uma coisa real. Suponho que, hoje no Rio de Janeiro, mesmo por força de lei, ainda não existe isso, mesmo depois de tudo o que aconteceu. Eu não sei lhe informar...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Relator, V. Exª se lembra do que a Deputada Cidinha Campos falou em relação ao Deputado Marcos Abrahão, sobre postos de gasolina? Havia alguma denúncia nesse sentido?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não foi Marcos Abrahão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A denúncia foi em relação a quem? Eu não estou lembrado. V. Exª se lembra? A Deputada Cidinha Campos, quando esteve nesta CPI prestando o seu depoimento, levantou o fato – praticamente assegurando-o – de que alguns deputados se tornaram proprietários de postos de gasolina...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu me lembro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) –...quando a CPI naquele Estado estava acontecendo, tratando da máfia dos combustíveis. O Deputado Marcos Abrahão foi citado por ela ou não? V. Exª se lembra disso?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Assim de memória, não tenho condições de confirmar não, mas é fácil verificar junto à assessoria técnica da CPI.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Posso falar sobre esse fato?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Até porque a Deputada Cidinha está lá com a gente. Sobre esse assunto, ela fala de Domingos Brazão e Alexandre Calazans. O Deputado Marcos Abrahão não tem nenhuma relação com isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está bem. Não tem vinculação alguma com esses episódios. Estou satisfeito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para terminar, eu pergunto ao depoente, o Sr. Jorge Luiz Dias, o seguinte: já foram caracterizados os seguintes esquemas, o esquema dos salários em que havia a devolução de parte dos salários por parte dos funcionários, o chamado "mensalinho". O "mensalinho" ao inverso era o que era devolvido...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Da Job.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, devolvido das pessoas, mas no caso dos Deputados ou dos funcionários? É isso o que quero esclarecer. Os próprios Deputados do Partido, quando recebiam subsídios, devolviam parte do subsídio ou não? Ou eram funcionários, só para esclarecer?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Funcionários e Deputados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputados também.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esses dos funcionários que estou passando para o senhor, esses cartões, são funcionários que eram nomeados no gabinete, tinha que pegar esse dinheiro e entregar ao Deputado Valdeci, que juntava com o dele e repassava para o Rodrigues.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele também devolvia.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ele também devolvia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, o senhor só sabe do montante de Valdeci ou sabe do Deputado também?

O SR. JORGE LUIZ DIAS– Eu sei dos outros também, porque o Deputado Valdeci revelava para mim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pelo Valdeci o senhor se...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – E ele falava para mim que não era só ele, eram todos os deputados...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas era um montante de quanto? O senhor sabe?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ah, Sr. Senador, não...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não sabe, não. Não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer que os deputados federais devolviam?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estaduais.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – E estaduais.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Estaduais devolviam.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Os federais e os estaduais.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Os federais também?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os federais também.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Também. O Valdeci era Deputado Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas devolviam a...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – A Rodrigues.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao Carlos Rodrigues.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ex-Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Exato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas por que eles devolviam? Em troca do quê?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eles assumiram o compromisso na campanha, desde a campanha.... Bem, aí eu não sei.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu acredito...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Para serem indicados candidatos?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para serem indicados, ajuda na campanha e como retribuição daquela ajuda... Não era assim?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu acredito que sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não sabe qual era o valor que devolviam?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Isso aí ia da ordem de R$10 a 15 mil, sem contar as outras despesas que eram geradas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De R$10 a 15 mil por ano ou...?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Por mês.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Cada deputado tinha que devolver R$10 a 15 mil por mês?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Cada Deputado. Cada Deputado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Dez?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas aí não tinha condições.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pois é, a não ser que houvesse outro...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hein?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...sistema que financiasse.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Outra fonte de recurso.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, senhor, através dos funcionários.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque o Deputado não ganha R$10 a 15mil?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, através dos funcionários!

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Dos salários dos funcionários.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Incorporando...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Você tem, você tem na folha de pagamento aqui da Câmara dos Deputados, hoje eu não sei, mas na época eram aproximadamente R$40 mil em cima dos cargos. Você nomeava as pessoas para aqueles cargos. Você vai ganhar R$4 mil? Vai receber os R$4 mil, mas R$2.500,00 você me dá, ou R$2 mil ou R$1 mil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E dos bingos, como era o esquema dos bingos?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Aí nos bingos é onde eu chego na diretoria do José Carlos Simoni. Está certo? Ele criava as dificuldades, como diretor operacional dessa diretoria, para o Rodrigues criar as facilidades.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permite-me, Relator, para ajudar, dez segundos?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Durante quanto tempo os senhores pagaram? E eram só os evangélicos ou tinha mais gente?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, só os evangélicos da IURD – Igreja Universal.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E por quanto tempo pagaram?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ah, isso aí eu acho que até o último dia que ele ficou nesta Casa. Nesta não, na outra.

Aí, olha só, é suposição, não tenho como confirmar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas aí com relação aos bingos, o senhor tinha um montante, assim, do...? Porque, veja bem, conforme disse a Deputada Cidinha, havia um montante de R$1 milhão que era fruto da arrecadação junto aos bingos.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É, como eu falei, sobre bingo eu sei muito pouco.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe muito pouco.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Certo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não jogava?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Graças a Deus, não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem podia, não é?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sei muito pouco sobre bingos. Sei mais sobre campanhas publicitárias, onde eu estava inserido, não é? Sobre bingos...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor não... O senhor acredita, claro, que havia mas não tem muita...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É. Não tenho certeza. Não tenho prova. Seria leviano eu estar falando sobre...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E da publicidade, o senhor tem idéia do montante total da publicidade?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Até quando eu participei, porque depois continuou a situação... Eu fui afastado dessa situação. Até onde eu participei, chegou à ordem de R$200 mil, em três, quatro meses. Era feito um período, passavam 15, 20 dias, e fazia-se outro período. Isso levou quatro meses.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quando o senhor falou que devolviam dinheiro em função de ajudas que haviam recebido, essa ajuda era essa divisão das igrejas para fazer campanha? Que o senhor falou que o Deputado Valdeci ficou bastante chateado, porque ele tinha 80 igrejas e passou para 40 igrejas, e isso diminuiu 40 mil votos para ele. Quer dizer, esse retorno do dinheiro significava também essa divisão anterior das igrejas, ou material ou o que é? Por que eles tinham de devolver? Quer dizer, eles tinham que devolver em função da campanha, pelo que o Sr. Relator falou. Mas estava incluída essa divisão de igrejas ou não?

O SR.JORGE LUIZ DIAS – Esse era um acordo feito entre os candidatos e o coordenador político, que era o Deputado Rodrigues.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não sabe o que ficava acertado entre eles?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Não. Isso não era revelado para nós. Era combinado e acordado entre eles e morria entre eles. Está certo? Não tenho noção do que era acordado...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor afirma que todos os Deputados do PL, ligados à igreja...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Do PL, não, da Igreja. Ia do PMDB... independente do partido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Desculpe. Exato. Todos os deputados, de todos os partidos políticos, ligados à Igreja Universal, fazem essa devolução de dinheiro.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Positivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Todos eles...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Todos eles.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Todos eles tiram dos funcionários, ou do salário próprio, e dão para o Bispo Rodrigues?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Essa prática eu confirmo através da informação e das minhas atitudes junto ao Deputado Valdeci. Certo? Informação. Valdeci sempre me passava: fulano faz isso, eu tenho de fazer... Entendeu?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – São quantos deputados federais?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Hoje, está na ordem de 22 deputados federais; 29 estaduais.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Vinte e nove estaduais do Rio de Janeiro?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não... No Brasil todo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Dos vários Estados? Todos fazem isso?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Ele era o coordenador nacional, está certo?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Coordenador nacional de arrecadação. Esse recurso saía, então, ou dos funcionários ou do próprio Deputado. É isso o que o senhor está afirmando?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É isso aí!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Vinte e dois federais e vinte e nove estaduais.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Federais e estaduais. Veja bem, eu quero deixar bem claro que essa afirmação minha se dá a partir de meus atos junto ao Deputado Valdeci e através das informações que ele me passava. Se eles forem convocados para essa sessão, eles vão ter que falar ou vão ser investigados. Aí, eu não sei o que vai acontecer, certo? Porque eu estou tendo a consciência de vir a este plenário e dar as informações de que eu tenho conhecimento. Certo? Daí, se eles vão ter o mesmo nível de consciência ou não, é outra estória. Mas que isso acontece, acontece.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador, posso retomar aqui?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Peço desculpas, Sr. Relator, mas acho que isso ajudou a esclarecer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, não... Eu queria só saber do detalhe do pedágio. Quando a pessoa assumia um cargo, a partir daquela assunção do cargo, ele passava a pagar quanto do salário? Uma percentagem? Dependendo do salário, não é?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – É... Isso aí...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos dizer, um funcionário que passasse a ganhar R$3 mil, ele pagava quantos por cento desse salário? Ou quanto?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não tinha assim... Para cada situação era uma situação, está certo? E

quem dizia isso era o detentor do cargo, no caso, o Deputado Valdeci. Isso eu falo com propriedade, porque eu vivi os momentos. Certo? O Deputado Valdeci tinha que dar R$10 mil ao Rodrigues. De onde ele ia tirar, problema dele! Ele tinha aí vinte cargos na Câmara, e ele nomeava as pessoas, pegava o dinheiro, juntava aquele monte e dava a ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso era chamado de quê?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não tinha nenhuma referência, não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Relator, permite uma contribuição minha?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor diz que pagava R$3 mil de R$4.500 mil que ganhava...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – R$2.500...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – R$2.500 dos R$4.500...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Dos R$4.500.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor ficava com R$2 mil?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Com R$2 mil...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Como dava para o senhor sobreviver? Não tinha um percentual que o senhor recebia para que pudesse se manter com a família?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Era suficiente para o padrão de vida...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Era suficiente. Era suficiente. Eu sou pessoa de, de... simples. Não tenho...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não tinha nada de incentivo pelo trabalho que o senhor desenvolvia?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não... Eu vivia do meu salário. Vivia do meu salário; não tinha nenhuma comissão por isso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu só tenho uma pergunta a fazer, do próprio depoimento de V. Sª. O senhor diz aqui que conhece o Sr. Waldomiro Diniz da Loterj, não o tendo visto no PL, e o declarante teve várias reuniões com ele, quer dizer, o senhor, teve várias reuniões com o Sr. Waldomiro Diniz no Palácio do Governo do Estado. É verdade?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, esse depoimento não é meu, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é não? Então, troquei as bolas aqui.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – João Domingos Filho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ah, o João Domingos Filho!

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esse João Domingos é que era o...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É porque eu estava aqui em busca do Sr. Waldomiro e quando ele fala no João Domingos, ele diz que conhece o pastor João Domingos como membro do Governo Garotinho, o qual ocupava uma subsecretaria, sendo contato esporádico, sem nenhuma regularidade. E ele está dizendo aqui que teve vários, mas vários, encontros, não é, do senhor... "quando o depoente exercia a subsecretaria, sendo Waldomiro presidente da Loterj", está certo?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Positivo. O senhor vê a contradição do Waldomiro e do João Domingos. O Waldomiro diz que vê esporadicamente o João Domingos. João Domingos, subsecretário da Casa Civil no Governo do Estado do Rio de Janeiro, diz que várias vezes – está aí no depoimento do João Domingos. Aí, qual é o depoimento é mentiroso? Na minha opinião, sem julgar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor teve uma acareação no Ministério Público, o senhor e o Waldomiro? Não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não houve acareação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque, no depoimento de V. Sª, V. Sª diz que conhece o Waldomiro. No depoimento do Waldomiro, ele diz que não conhece V. Sª. Você sabe dizer qual foi a conclusão do Ministério Público em relação a essa...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. Não sei lhe informar, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Houve alguma acareação dessas pessoas?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não houve, não. Não houve.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nenhuma dessas pessoas aqui?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Nenhuma. Nenhuma. Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está bem. Estou satisfeito.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu volto a falar: conheço ele lá, fui lá duas vezes na Loterj e o via freqüentemente transitando na assessoria, na rua Costa Lobo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, só quero fazer mais uma pergunta em função do que o

Senador Garibaldi havia feito antes. O Senador Garibaldi perguntou em relação, vamos chamar assim, ao "pedágio" para poder ser indicado a um determinado cargo. No documento que o senhor apresentou, há indicação de nomes e quanto seria solicitado para cada uma dessas pessoas pela indicação.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esse acordo não chegou a ser concluído.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente. Isso foi esclarecido. O senhor tem conhecimento de que indicações anteriores...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não, não tenho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...tenham feito o "pedágio"?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não tenho, não tenho. Não tenho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não tem conhecimento. E por que inovaram nessa prática então?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não sei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi sugestão do Bispo Rodrigues também?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Essa sugestão foi passada pelo Deputado Valdeci Paiva. Se daí foi decidida...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está com o senhor?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Passada para quem?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foi passada pelo Deputado Valdeci Paiva. Se essa decisão, essa idéia, foi tirada da cabeça do Deputado Carlos Rodrigues, eu não sei lhe dizer. Numa reunião... não sei como é que foi.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o senhor...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – E chegou essa sugestão, e a gente colocou no papel.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso. E esse papel foi enviado na época...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não chegou. Não chegou a ser enviado para lugar nenhum.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não chegou a ser enviado.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – O projeto morreu no nascedouro, até o momento em que eu estive próximo dele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está bem. Agradeço.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, porém, só fazendo uma última pergunta. Sempre tem a última, não é, Senador?

Essa conversa que está aqui nessa fitinha, da Facility...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Facility. É a empresa...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. O senhor sabe qual era esse... o Waldomiro participou dessa conversa? Ele tinha conhecimento dessa negociação?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Isso tudo aí estava iniciando.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele sabia? Não? O Valdeci já tinha conversado com ele?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Não. O Valdeci e o Rodrigues já tinham conversado com ele, porque a proposta era tirar, naquele momento, a Hebara e a Giovanni. Porque a Hebara e a Giovanni tomavam conta da conta da Loterj, e a intenção era botar a Facility.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Olha, o Waldomiro, eu não sei se o senhor, que encontrou com ele... diz que se considerava realmente um homem muito competente. Ele diz o seguinte – vou só ler esse trecho aqui: "O então governador, depois candidato, perdeu a reeleição...". Acho que o então candidato devia ser...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Anthony Garotinho?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Anthony Garotinho. "Que, então, o governador, depois candidato, perdeu a reeleição...". Não, aqui era o nosso Cristovam Buarque, quando funcionava aqui, porque eles trabalhavam em Brasília, tal, tal, tal etc..., "bem como o deputado com o qual sua esposa, Sandra, trabalhava não foi reeleito". O deputado é de Brasília. Ele realmente é azarado, porque o governador com que ele trabalhava não foi reeleito, o deputado com que ele trabalhava não foi reeleito, e ambos foram desempregados, razão pela qual o Bispo pediu o currículo dela e o convidou para trabalhar no seu gabinete. Verdade – nós falamos nisso.

E o declarante foi nomeado em fevereiro de 2001, e ela se desligou do gabinete em abril e permaneceu em Brasília a convite do Governador Garotinho em 99. O declarante foi convidado para chefiar o escritório de representação do Governo em Brasília, o que foi aceito, permanecendo de 99 até janeiro de 2001. Que o declarante foi convidado em função dos trabalhos já desenvolvidos. [Quer dizer, não foi indicação de ninguém.] Que tal escritório foi modernizado e profissionalizado, estando o Governador Garotinho satisfeito. Este o convidou para assumir a presidência da Loterj a partir de 07.02.2001 até novembro de 2002, tendo

deixado tal cargo porque recebeu convite para integrar a equipe de transição do Governo eleito Lula.

Veja bem, ele aqui realmente... e é porque não tem nível superior, não. Então, esse cidadão saiu do Governo de Cristovam, foi para o Governo Garotinho, depois de Benedita e saiu direto para ser equipe de transição do Presidente Lula, do Governo Lula, e depois Subsecretário da Casa Civil. Tudo por competência.

Mas, quem se lembrar da fita, ele dizia ao Cachoeira que poderia gerar de R$800 mil a R$1 milhão. Quem lembrar da fita do Cachoeira e do Waldomiro... disse que o cidadão lá estava sendo incompetente, o cara que estava na Loterj, que era R$100, R$300 mil, e que ele podia gerar renda para financiar campanha no valor de R$800 mil. Eu acho que alguém lembra disso, não é? Em torno de R$800 mil a R$1 milhão, o que significa dizer, que a pergunta que eu fiz e que talvez o senhor não tenha conhecimento: o Waldomiro sabia de toda essa transação que ia acontecer, porque já previu na própria fita com o Cachoeira que poderia gerar recursos para financiamentos de campanha entre R$800 mil e R$1 milhão. Acho que os senhores...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu só quero fazer uma observação em relação a isso. Parece-me que essa questão de que o Waldomiro arrecadava pouco foi dita, na verdade, na fita, por aquele senhor cuja acareação foi feita com o Soares. Então, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aquele primeiro, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exato. É que são várias fitas e tudo. Não apareceu. De qualquer forma, isso não diminui a gravidade...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não foi o Cachoeira, foi o outro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Dizendo que o Waldomiro estava sendo incompetente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É, que ele estava sendo incompetente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Imagina se fosse competente!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Poderia arrecadar mais e tudo, e nós fizemos até a acareação dele com o Dr. Soares.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a correção de V. Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, só para terminar, eu sou míope e gostaria de perguntar ao depoente, Sr. Jorge Luiz se, no caso de haver a necessidade de uma acareação ainda hoje com o Sr. Carlos Rodrigues, se ele estaria disposto a participar dessa acareação.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Sim, senhor. Estou à disposição.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O pessoal me avisou que é o Sr. Sérgio Canozzi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sérgio Canozzi.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sérgio Canozzi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aquele que ficou na acareação com o Secretário de Segurança.

Muito bem.

Agradeço a V. Sª e...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Deixe eu só dar mais uma colaborada.

As fitas que foram entregues à polícia pelo Deputado Rodrigues foram mexidas. Foram entregues outras fitas, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não ficou com nenhuma?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Eu fiquei. As que eu fiquei eu entreguei à polícia. Foi o que eu disse no início.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – As que o senhor entregou à polícia foram fitas cassete?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Fitas cassete, não são microfitas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E as que o Bispo Rodrigues entregou?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Que ele devolveu para... Que ele entregou à polícia foram microfitas, CDs, MDs, fitas cassete.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, a polícia deve ter fita... Quantas fitas o senhor entregou?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Foram aproximadamente 25, 26 fitas. Contei? Não, não contei, porque, no bolinho que eu apanhei, tinham amarrado com elástico, vieram cinco fitas e, pelo volume que estava, eu imagino que deveria ter ali de 4 a 5 bolinhos daqueles amarrados. E voltando à Rede Record, nós éramos instalados atrás da Rede Record, em um imóvel onde o PL tinha a sede – ali era a sede do PL e do PSL. Ela detinha uma vigilância pelo monitoramento de câmeras, fato também que me deixou surpreso: essas câmeras não estarem gravando no dia do crime do Deputado Valdeci; elas estavam ali somente como monitoradoras. O senhor entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou entendendo. V. Sª disse que a Record...

O SR. JORGE LUIZ DIAS – No imóvel onde era instalada a sede do PL e do PSL; era o mesmo imóvel, Rede Record e a sede do PL. Só que desmembraram e, no desmembramento, numa parte ficou PL, e na outra parte ficou a Rede Record. Esse imóvel todo era vigiado por monitoramento de câmeras; isso era gravado. No dia do crime do Deputado Valdeci, essas câmeras não estavam gravando, em frente à assessoria, em frente ao imóvel do PL.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que mais V. Sª pode nos informar?

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Para o momento, não tenho mais nada. Aliás, já foi dito tudo. Não tenho mais nada a dizer e, sempre que for necessário, estarei à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem.

Agradecemos a presença de V. Sª e, por uma solicitação do Relator, eu pediria que aguardasse, porque, se necessário, deveremos fazer essa acareação.

Agradeço a V. Sª e declaro encerrado o depoimento de V. Exª.

A reunião está suspensa por 10 minutos, para que possamos ouvir o próximo depoente.

Suspendo a reunião por 10 minutos.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E agradeço a V. Sª e a presença dos senhores advogados.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PDT – RR) – Declaro reaberta a reunião.

Dando seqüência ao roteiro de pauta de hoje, quero que a Secretaria convide o Sr. Carlos Alberto Rodrigues Pinto, Bispo Rodrigues, ex-Deputado Federal, para tomar assento à mesa e prestar seus esclarecimentos. *(Pausa)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Declaro reaberta a reunião. Comunico as Srªs e aos Srs. Senadores que passaremos a ouvir o Sr. Carlos Alberto Rodrigues Pinto, que assinou termo de compromisso e se identificou, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. O depoente compromete-se, nos termos deste art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e o que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Agradecemos a presença de V. Sª, Sr. Carlos Alberto Rodrigues Pinto, e de seu advogado.

Concedo a palavra ao depoente para suas considerações iniciais.

V. Sª tem a palavra pelo tempo que se fizer necessário.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Agradeço a Deus por estar aqui e aos senhores por esta tribuna onde poderei me defender das difamações que têm sido feitas a mim desde que o Deputado Valdecir foi assassinado. Peço que Deus me ilumine para que a verdade possa ser estabelecida no coração de todos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, Relator deste CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Rodrigues, em depoimento a esta CPI a Deputada Cidinha Campos informou que o cargo de presidente da Loterj era uma indicação de V. Sª.

Pergunto: isso foi fruto de um acordo entre o Governo e o senhor durante a campanha eleitoral que lhe deu a vitória?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sr. Senador, tenho aqui em minhas mãos, e passo à V. Exª, a fita de uma gravação do ex-Governador Garotinho que nomeou, que fez o ato de nomeação do Sr. Waldomiro, onde ele afirma, respondendo a uma pergunta, que não fui eu que nomeei o Dr. Waldomiro. Também passo às suas mãos a degravação dessa fita, dessa entrevista que o Governador afirma que não fui eu que nomeei o Dr. Waldomiro. Mas, se eu tivesse nomeado o Dr. Waldomiro, não teria vergonha de dizê-lo porque conheci o Dr. Waldomiro ao lado de um homem muito correto. Eu era Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, em Brasília; trabalhava aqui há três anos, como Bispo; comprei do Senador Paulo Octávio – e ele pode confirmar isso – um terreno em nome da Igreja Universal do Reino de Deus, na 212 Sul, onde está a Catedral da Igreja Universal do Reino de Deus.

Construí aquela igreja junto com o arquiteto R.R. Roberto, que é um grande arquiteto aqui em Brasília. Na época de aprovarmos as plantas da construção, como era uma construção muito difícil, 15 mil metros quadrados de obra construída, 18 metros enterrada no chão, para baixo, tem a maior laje de concreto de Brasília, 70 metros de vão de laje e concreto, 2.100 metros apoiados somente em dois pilares, o Patrimônio Histórico foi contra, o Ministério Público foi contra, há, inclusive, uma ação do Ministério Público contra aquela construção. Para aprovar a planta, procurei, na época, o Senador, ex-governador Cristovam Buarque, que me recebeu muito bem. Viu a planta e disse: "acho que essa obra vai engrandecer Brasília. É uma

bonita planta e vou encaminhar ao Dr. Waldomiro para ajudá-lo a resolver os entraves burocráticos".

Eu não estava na política e não era filiado a nenhum partido. O Dr. Waldomiro andou em toda esta Brasília comigo, orientando-me. Aprovamos a planta no GDF, vencemos todos os entraves burocráticos, adequamos a planta à legislação vigente, e ele foi uma pessoa muito correta comigo, não me pediu um centavo sequer. Eu disse a ele: "Doutor, sou-lhe grato eternamente. Espero que Deus lhe favoreça pelo que o senhor está fazendo. O senhor deseja algum tipo de recompensa?" Ele disse: "A minha recompensa é servir ao meu Governador Cristovam Buarque". A mim me pareceu um homem muito honesto, muito sério.

Quando o Governador perdeu a eleição, ele me procurou. Eu estava passando a igreja para o novo Bispo que ia assumir, porque eu ia assumir o meu primeiro mandato aqui na Casa. Eu fui ao Rio de Janeiro, filiei-me ao PFL, fui eleito pelo PFL. Voltei para Brasília e passei a igreja ao novo bispo.

Dr. Waldomiro me procura nesse interregno de tempo e disse: eu estou desempregado. Eu sou um homem de vida simples. Você ganhou para Deputado. Pode me ajudar? Eu disse: se quiser, o senhor pode ser meu chefe de gabinete. Ele disse: não eu, mas à minha esposa, que trabalha com um Deputado Distrital. Ela é do PT e o Deputado com o qual ela trabalha, que não me lembro o nome, perdeu para Deputado Distrital, se o senhor puder dar o cargo a ela. Eu dei para a Drª Sandra, uma mulher honesta, inteligentíssima, duas faculdades, fala vários idiomas. Uma mulher petista da melhor qualidade, uma visão geral sobre política, que me ajudou muito no meu primeiro mandato, porque eu não entendia muito de política partidária. E ela me ajudou muito. Foi excelente chefe de gabinete e ficou comigo até o dia que o Dr. Waldomiro foi indicado para a presidência da Loterj.

Eu tenho, passo às suas mãos, a nomeação dela e a exoneração. Ela mesma, por ser uma mulher muito digna, muito honesta, muito correta, no dia em que o Dr. Waldomiro foi indicado para a Loterj, disse: não é justo, o meu marido está ganhando bem agora, eu vou ter que acompanhá-lo ao Rio. Peço exoneração, porque não vai ficar bem.

E ela pediu a exoneração nesse dia em que ele nomeado. E V. Exª pode ver pelo Diário Oficial do Rio de Janeiro. Aqui está o dia em que ela saiu do meu gabinete, e porque quis. E a fita...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque ela não concordava com o Waldomiro, era isso? A motivação é...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não. A motivação, Senador Tuma, é que ela achava que não tinha mais necessidade e ela precisava acompanhar o marido ao Rio de Janeiro...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tinha nada com o Waldomiro, com a nomeação do Waldomiro?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – A nomeação dele?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, a nomeação dele não foi aceita por ela? É isso que eu estou...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Ela aceitou, mas é que ela dizia: não posso ser a sua chefe de gabinete e deixar o meu marido sozinho no Rio. Agradeço o que você fez por nós. Você nos deu emprego na hora da nossa necessidade. Estávamos os dois desempregados. E agora não tem mais necessidade, vou acompanhar o meu marido. E ela também passou a estudar. Naquela época, ela passou a fazer Direito, porque gostaria de ser juíza. É uma mulher muito digna.

E eu não teria por que não nomear o Sr. Waldomiro se me fosse oferecida à presidência da Loterj. Por quê? Porque até então ele nunca tinha feito nada errado. Era um homem de uma capacidade muito grande. E depois, antes de se descobrir o problema dele, ele foi nomeado, pelo Lula, para um cargo honrado no Palácio do Planalto. Então, eu não teria por que não nomear o Dr. Waldomiro, porque ele, até então, não tinha feito nada errado. E sempre se mostrou um homem muito competente. Além disso, nunca me pediu um centavo e fez um grande favor à instituição a qual eu era o bispo aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que V. Sª nega que fez a indicação?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A indicação foi feita, então, pelo Governador, evidente, a pedido de Zé Dirceu.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim. O Governador Garotinho fala na fita que foi a pedido de José Dirceu que ele foi nomeado. Agora, se é verdade ou não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu posso ter acesso à degravação para que todos tenhamos conhecimento?

Wagner Montes. Pergunta o jornalista: "Waldomiro Diniz foi uma indicação pessoal do Bispo Rodrigues do PL?" O Secretário de Garotinho responde: "Não, essa indicação para a representação do Estado do Rio de Janeiro, em Brasília, que foi onde trabalhou o Sr. Waldomiro Diniz. Eu o conheci quando fui eleito. Estive lá em Brasília com ele, fazendo um convite ao

então governador que tinha perdido a reeleição para o Governo do Distrito Federal, Cristovam Buarque. E ele era uma espécie assim de chefe de gabinete, que é aquela pessoa que fica atendendo aquelas pessoas que chegam. Ele nos atendeu muito bem, e eu conversei muito com ele. Tive um diálogo com ele. Depois veio o governador e eu convidei o Cristovam para ser o meu Secretário da Educação, no Estado do Rio de Janeiro. Ele não aceitou. Depois, então, o José Dirceu telefonou para mim e pediu que eu arranjasse um jeito de colocar o Waldomiro em algum lugar. E eu coloquei na representação do Rio em Brasília. Foi aí que ele entrou para o Governo".

Aqui a fita que V. Sª entrega e que vai fazer parte da nossa CPI. Agradeço a V. Sª.

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto a V. Sª: e a manutenção dele no cargo, quando a Governadora Benedita assumiu, V. Sª também não teve nenhuma participação?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Senador, a maior prova que eu não indiquei o Dr. Waldomiro – e se eu tivesse indicado eu diria, porque não se indica ninguém para fazer nada errado – foi quando o Governador Garotinho desincompatibilizou-se para ser... saiu do Governo e a Governadora Benedita, sua vice, assumiu. Todos os funcionários que o Partido Liberal tinha indicado foram demitidos, os outros funcionários abaixo, de menor importância, também foram demitidos, e ficou o Dr. Waldomiro. Por que ficou o Dr. Waldomiro? Porque o Dr. Waldomiro era uma pessoa historicamente ligada ao PT e também à Governadora Benedita não tinha por que não confiar no Dr. Waldomiro, porque até então não tinha nenhuma denúncia, nem nada que desabonasse a sua conduta à frente da Loterj.

Então, as pessoas que foram indicadas pelo Partido Liberal, no Rio de Janeiro, foram demitidas quando a Governadora Benedita assumiu o governo, e eu não apoiei a Governadora Benedita. Até houve um jantar na minha casa em que foi o Presidente Lula, o Presidente Valdemar da Costa Neto, se não me engano o próprio José Dirceu e mais algum outro político que esqueci o nome, aqui na QI 03. A imprensa, na época, divulgou. E o Presidente Lula foi pedir que eu facilitasse uma aliança do PL com o PT.

Naquela época, eu detinha a indicação de nove ou onze presidentes do PL em todo o Brasil. E falava com o Valdemar que a aliança com o PT iria ser prejudicial ao PL porque iríamos perder muitos companheiros: tínhamos 22 Deputados Federais, e eu dizia para o Valdemar que, em muitos Estados, o PL caminhar com o PT não iria dar certo, porque historicamente éramos inimigos naqueles Estados, isso porque o PL, em vários Estados, era ligado ao PFL, PMDB, ao PSDB, outros partidos, e os Deputados vinham para cima de mim e diziam: eu não tenho como fazer chapa com o PT, não meu Estado, sempre fui Oposição, e agora por causa da verticalização e do apoio ao Lula, vamos ser obrigados a fazer uma aliança. Como vou subir no palanque de quem ataquei a vida inteira.

E falei isso para o Valdemar, falei isso com vários próceres do PT, e dizia que não tinha nada contra eles, pelo contrário, apoiamos muito tempo, mas fui Oposição desde o primeiro dia que assumi o meu mandato. No dia da posse, fui ao Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem sempre respeitei politicamente; fui ao Deputado Inocêncio Oliveira, fui ao Vice-Presidente Marco Maciel e disse: estou saindo do PFL, porque vou ser Oposição ao Fernando Henrique Cardoso, porque não concordo com a sua política social, vou para o PL, vou fazer Oposição ao Governo Fernando Henrique. Eles agradeceram a gentileza de ir avisá-los, de falar, pedi desculpas a ele e disse que iria ser Oposição porque havia escolhido isso. E quando fomos para o PL, fizemos oposição quatro anos contra o Governo Fernando Henrique, oposição responsável, porque nunca fui de ofender ninguém, mas fui contra a aliança do PT e PL.

Isso quer dizer o quê? Não apoiei a Governadora Benedita. O meu Partido não teve candidato a Governo, e apoiei para Presidência da República, no primeiro turno, o Garotinho. E quando fiz o acordo com o Garotinho, fui ao Valdemar, bem no início, e disse que estava fazendo acordo com o Governador Garotinho, perguntando se ele teria algo contra. Ele disse que não. Que eu podia ir em frente, pois o Partido cresceria, não teria problema nenhum. Depois eu disse: já fiz o acordo, o senhor quer que volte atrás? E como não apoiei a Governadora Benedita, ela demitiu todos os indicados que o Partido Liberal tinha quando assumiu o governo. Foi opção política dela...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Rodrigues, pergunto a V. Sª: então V. Sª desmente qualquer possibilidade de ter exercido influência na Loterj?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, senhor, porque o meu Partido indicou pessoas na Loterj.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais eram essas pessoas?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Foram quatro ou cinco pessoas, não tenho o nome. Foi o Dr. Madeira, que trabalhava na área jurídica, é um advogado, um militar da Marinha; foi o Dr. Simoni, um advogado também; Drª Riva; e mais dois funcionários

auxiliares. Não me lembro exatamente o nome deles, porque não fui só eu que indiquei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Da direção só os dois advogados?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, os dois advogados eram diretores. A Drª Riva também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que o senhor tem a nos dizer a respeito dos pagamentos mensais da Loterj à Fundação Parque Alta Tecnologia, de Petrópolis, que totalizou R$4 milhões?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu não participava da indicação de administração da Loterj, tanto é que eu nunca fui lá, nem sei onde fica a Loterj. O Partido, quando recebeu os cargos, reunimo-nos com todos os Deputados Estaduais, Federais, Vereadores: o Governador está oferecendo esse espaço. E foi indicado por consenso, porque eram pessoas que trabalhavam dentro do Partido, lutaram conosco e mereciam, pois tinham um currículo honrado. Agora, eu não tinha ingerência em administração, não indiquei empresa nenhuma para lá, não me envolvia nisso. Não tenho a dizer, porque não assinava nada, nunca fui lá e disse assim: tem que fazer isso, "a", "b" ou "c".

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há poucos instantes, Sr. Carlos Rodrigues, um funcionário da Assembléia Legislativa, o Sr. Jorge Luiz Dias, disse aqui que o Dr. Simoni tinha um esquema de repasse de recursos para V. Sª com relação à Loterj. O que V. Sª tem a dizer?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – O Dr. Simoni é um advogado. A mim nunca deu nada. A minha conta bancária demonstrará isso cabalmente. Todo o recurso que tem na minha conta tem origem legal. E eu direito nem sei o que o Dr. Simoni lá fazia. Ele era advogado. Não tenho como provar a minha inocência, porque quem tem que provar a culpa é quem me acusa, o ônus da prova é de quem acusa. Porque ele vem aqui com palavras.

Quero dizer a V. Exªs que processei o Sr. Jorge Dias, e ele foi condenado por calúnia, difamação e injúria. Quando ele começou a me atacar, há dois anos, fui para a Justiça, onde é o lugar certo que você tem que se defender, e abri um processo contra ele, dei o direito a ele de me atacar na Justiça e me defendi. Houve o julgamento, e ele foi condenado. Está transitado em julgado por calúnia, difamação e injúria. Está aqui. Passo a suas mãos o processo que abri contra ele, que está já transitado em julgado. Ele foi condenado pelas injúrias que me faz. Porque ele me acusa, mas não mostra, como a D. Cidinha. V. Exªs vejam o jornal do Rio de Janeiro, **Extra**, a manchete que eles colocam: "Cidinha: Bispo Rodrigues mandou matar Deputado e dono de bingo". Ela coloca nas minhas costas – eu que nunca agredi ninguém, sou um homem pacífico, tenho 47 anos de idade, nunca dei um tapa, um peteleco em quem quer que seja, sou contra a violência. Já fui agredido, mas não revidei. Sou um homem pacífico, nunca tive uma entrada na polícia por agressão, nem briga de vizinho, nem verbal, nunca ofendi ninguém nem verbalmente – que matei duas pessoas, um dono de bingo que nunca ouvi falar, só depois da morte dele.

O PL ainda não estava dentro da Loterj; a D. Cidinha, sim, era amiga desse dono de bingo, visitou ele muitas vezes, no *apart-hotel* dele. Ela, a D. Cidinha, indicou o Dr. Daniel Homem de Carvalho para a presidência da Loterj; todo o Rio de Janeiro sabe disso, embora nunca tenha sabido de nenhum ato que desabonasse a conduta dele. E ela diz que matei duas pessoas. Como é que vou matar uma pessoa se eu nunca falei com ela, nunca vi, nunca tive litígio com ela, nem sabia quem era esse dono de bingo? E mais, eu matar o meu irmão, Valdecir, uma pessoa que eu amo, que eu sempre amei, meu amigo. Minha é casada com o filho do Valdecir. Como é que eu ia matar uma pessoa com quem eu lutei minha vida inteira, que trabalhou 20 anos comigo? Nós fomos... Eu fui Bispo dele e Pastor Superior dele em Minas, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro. Entrou pelas minhas mãos para a política. Como é que eu ia tentar? Então, eu passo às mãos de V. Exª ou a quem quiser, que o Sr. Jorge Dias foi condenado por calúnia, difamação e injúria. D. Cidinha não diz isso. Porque eu fui à Justiça e disse: se o que o senhor fala contra mim é verdade, prove! Ele foi chamado à Justiça e foi condenado pela injúria.

O que eu posso fazer se toda hora a pessoa, mesmo condenada, continua me atacando e não apresenta provas? Então, lamento que ele esteja fazendo isso comigo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ao senhor, ainda sobre a Loterj, já que o senhor de qualquer maneira reconhece que tinham pessoas que compunham a sua diretoria.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No que diz respeito aos vultosos aumentos com o gasto de publicidade, há um levantamento que diz que se gastava R$2 milhões com propaganda e na gestão de Waldomiro Diniz saltou para R$19 milhões. O senhor tem alguma opinião, algum comentário a fazer?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim. É muito simples. Se V. Exª perceber, no Governo Lula acontece isso também. O cidadão vai ao Banco do Brasil, um político, e diz assim: quero que vocês patrocinem o futebol na minha televisão. Ele diz assim: vá procurar o Gushiken. Porque o Gushiken centralizava tudo.

No Governo Garotinho, toda propaganda foi centralizada. Quem emitia ordem não era nem o Dr. Waldomiro. Tanto da Cedae, como do Detran, como da Loterj, todas as autarquias eram centralizadas na Secretaria de Comunicação. O Sr. Peninha, que é o Secretário de Comunicação, é quem determinava para onde ia, quem ia e o que ia colocar em quais veículos. Eu não conheço a Job. Nunca falei com ninguém da Giovanni. Eu não intermediava e nem acredito que o Dr. Waldomiro determinasse isso, porque, no Governo Garotinho, toda a área de comunicação era centralizada no Sr. Peninha, que era o Secretário de Comunicação.

E eu também... O Sr. Jorge Dias diz que essa empresa Giovanni passava dinheiro para o Partido ou para mim. Eu quero dizer aos senhores que na CPI dos Bingos, lá no Rio de Janeiro, na Alerj, a empresa Giovanni levou a foto de todos *outdoors*, como é que ela recebia e repassava, segundo ele, 70%, 80% dos recursos, se a empresa tem todas as fotos de todos *outdoors* que eram colocados pela Loterj? Ora, se uma empresa que paga o imposto, coloca o anúncio, tem o seu lucro, o seu trabalho, paga a confecção dos cartazes, ela vai repassar 70% para um esquema político? Então, na verdade, ela está perdendo dinheiro.

Então, eu nego esse tipo de coisa. Não aconteceu. Não é verdade. Esses cheques que o Sr. Jorge Dias diz que recebeu para minha conta, lá não foram parar. E eu o processei, fui à Justiça. Na Justiça, ele não provou e a Justiça me deu ganho de causa, porque ele foi condenado por me caluniar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se acusa também V. Sª de receber da Loterj, dinheiro desviado da Loterj, da verba com publicidade. O senhor receberia nesse esquema em torno R$100 a R$150 mil por mês. O que o senhor tem a dizer a respeito?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Tenho a dizer que é mentira isso. É um absurdo. Eu acho que os senhores podem chegar à conclusão pedindo à empresa de propaganda a prova de que ela fez os anúncios dos *outdoors*. E ela tem as provas que fez os anúncios dos *outdoors*.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Giovanni? A Giovanni?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – A Giovanni Propagandas*.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas acontece que, segundo o Sr. Jorge Dias, a própria empresa, segundo o relato dele, ela participava, havia um acerto. E estava sendo acertado um pagamento, por parte da empresa, de R$800 mil mensais da Facility. O senhor conhece essa empresa?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não. Nunca ouvi falar em Facility.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca ouviu falar?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Facility seria o quê?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma empresa de publicidade.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ou, então, o nome da empresa que controlava a empresa de publicidade.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, nem ouvi falar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca ouviu falar?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, senhor. Nunca ouvi falar. Nem conheço ninguém da Giovanni. Nunca falei com ninguém da Giovanni, porque eu não cuidava de propaganda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E diz que o dinheiro dessa coleta – esse dinheiro era facilitado também pelo Sr. Granado, José Luiz Granado – dinheiro proveniente dos bingos, junto a outra empresa de publicidade, a JOB. O que o senhor nos diz a respeito disso?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Senador, eu não posso confirmar algo que eu desconheço. Eu não recebi nada. Esses cheques que ele diz não foram parar na minha conta. Eu não conheço a JOB; não conheço ninguém da Giovanni. V. Exª pode quebrar o meu sigilo telefônico e não vai encontrar nenhum telefonema meu para a Giovanni e nem deles para mim, porque eu não conheço nenhum deles. Nunca tratei de propaganda com quaisquer pessoas desse tipo e também não operava nenhum caixa ilegal dentro da Loterj. E a centralização das comunicações no Governo Garotinho são muito claras. Todos os meios de propaganda sabem disto. Todo mundo sabe que a Sedae**(???)**, a Loterj, todas as empresas, todas as autarquias, o Detran, eram centralizados dentro da Secretaria de Comunicação. O Secretário de Comunicação é quem nomeava. Era ele quem fazia, inclusive, as licitações para ver as empresas que poderiam anunciar porque tinha três, quatro ou cinco empresas que faziam esse tipo de propaganda para o Governo.

O Governo Garotinho fez a licitação e essas empresas ganharam. Então, eu não tinha como interferir dentro da Loterj, porque não era a Loterj quem decidia – era o Secretário de Comunicação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Pastor João Domingos?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, senhor. Conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era a relação dele com o senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Religiosa e ele trabalhou no Partido durante algum tempo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há denúncia de que o dinheiro proveniente dos bingos e da publicidade passava por ele antes de chegar ao senhor. O que o senhor tem a dizer a respeito?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Do que eu tenha conhecimento, eu não recebi um tostão dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Rodrigues, na verdade, houve denúncias, aqui, com relação ao senhor também com relação a dinheiro que seria repassado para V. Sª, proveniente de descontos em salários de funcionários da Assembléia Legislativa do Estado e, além do mais, o que é mais grave, é que Parlamentares do Partido de V. Exª se obrigavam a, todos os meses, numa espécie de "mensalinho" às avessas, a passar uma parte dos subsídios para V. Sª.

Então, eu pergunto: o que V. Sª tem a dizer em relação a isso porque, inclusive, há um documento que foi fornecido à CPI pelo Sr. Jorge Luiz Dias, onde aparecem os nomes dessas pessoas – quanto elas eram obrigadas a descontar, o compromisso que elas assumiam, juntamente com os Deputados e alguns descontos chegavam a representar de R$10 a 15 mil por mês.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Senador, primeiro, o Deputado Roberto Jefferson me acusou de que eu pagava o "mensalão" – que eu pagava os Deputados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, aí, no caso é o senhor quem recebe.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não – depois – agora, eles dizem que não era eu quem pagava, eu que recebia, quer dizer, os meus acusadores não entram num acordo para me dar uma acusação só. Eu tenho que me defender que pago e que depois que recebo. Que fiquei até então me defendendo que eu nunca dei "mensalão" para ninguém. Primeiro... Aí, eles se tocaram que eu nunca fui Deputado Estadual, como é que eu poderia ter um "mensalão" com os Deputados Estaduais? Segundo, eles sentiram que, nesses seis anos de Deputado, eu fui, no máximo, seis ou sete vezes dentro da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e, mesmo assim, em solenidades, como o dia da posse e outras coisas mais. Eu nunca fiquei andando dentro da Assembléia Legislativa do Rio Janeiro. Então, como é que eu poderia pagar para modificar votações ou influir em qualquer coisa?

Como eles viram que essa denúncia não se manteve de pé pela mentira, eles agora inventaram que eu receberia o "mensalinho" ou "mensalão". Eu quero dizer ao senhor que eu fui coordenador político da Igreja Universal do Reino de Deus quase quinze anos. Eu, mesmo sem mandato, coordenava. Na época eleitoral, eu me ausentava da vida sacerdotal, religiosa, preparava a eleição, os Deputados, escolhia os Partidos, discutia a estratégia política e, acabava a eleição, eu voltava para a minha vida religiosa.

Fui colocado como coordenador e foi-me dado um mandato pelo povo no Rio de Janeiro. Nunca pedi um centavo a ninguém. V. Exª pode confirmar com os Deputados do seu próprio Partido, que estão aqui, toda hora nos corredores. Deputado Aldir Cabral, que tem dez anos no seu Partido; Deputada Azelinda Novaes tem quinze anos dentro do PFL, três mandatos de Deputada Estadual e, agora, três anos de Deputada Federal; tem o Deputado Marcos Abrahão, de São Paulo, do PFL. Então... E vários Estaduais, porque eu coordenava dezoito Deputados Federais e quarenta e dois Estaduais e quase duzentos Vereadores. Então, nenhum deles nunca me deu um centavo, e V. Exª pode chamar os próprios Deputados do seu Partido e perguntar: "Alguma vez, o Rodrigues exigiu alguma ajuda ou algum dinheiro de seus funcionários?"

Tenho certeza de que eles vão dizer da minha lisura, e por que eu ia pegar o dinheiro deles ou de funcionários se eu tinha o meu salário e o meu salário dava para eu viver bem, graças a Deus?

Então, isso é mentira. O senhor não vai encontrar nenhuma prova que me ligue a essas devoluções. Se o falecido fez com os seus funcionários, não sei, porque o Jorge Dias nunca foi meu funcionário, nem do meu Partido. Ele sempre trabalhou no PSL e no Deputado Valdeci Paiva de Jesus, que foi assassinado, que o...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu pergunto a V. Sª: V. Sª conhece o Aloízio Freitas?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, conheço. O Vereador Aluízio Freitas, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É. O Vereador Aluízio Freitas admitiu que em-

pregou a ex-secretária Rosemary Feitosa, de novembro de 1999 a agosto de 2000; que a nomeou a mando do Sr. Carlos Rodrigues, embora ela nunca tenha trabalhado em seu gabinete.

Rosemary disse ao Ministério Público, no seu depoimento, que só esteve na Câmara duas vezes, mas recebeu, por dez meses, como auxiliar de gabinete de Freitas. Contou ter sido indicado por Alzira, que é muito ligada a V. Sª, a quem repassava 83,5 do vencimento de fantasma. E Márcia Alzira de Paula, 1ª Secretária do Partido de...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, a Márcia Alzira é Secretária do Partido Liberal há muito tempo. Eu não conheço essa pessoa, que eu não me lembro dela, e eu nego isso aí. A mim nunca me deu nada. Se ela deu ao Vereador, o Vereador é que tem que se explicar.

Eu não posso ser responsável, Senador, pelo erro de cem Parlamentares, Vereadores, Deputados Federais, Estaduais, que algum tenha cometido um erro. Eu era coordenador deles, mas não mandava eles fazer nada errado. Agora, se algum errou, eu não posso responder pelo erro de outros.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, ainda dentro dessa informação, se diziam que eram quinze a vinte fantasmas lotados por influência do Sr. Carlos Rodrigues, na Câmara, na Assembléia Legislativa, na Loterj e no Núcleo Superior de Estudos Governamentais.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, não. Eu nego essa afirmação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, senhor. Cada Parlamentar sempre foi livre para fazer o seu gabinete como sempre quis. Nós nunca fizemos discriminação religiosa, política. Nunca perguntamos aos indicados qual a religião deles, qual a opção política e nunca me envolvi diretamente na nomeação de qualquer pessoa, qualquer funcionário. Um ou outro, não vou negar, a gente pode encaminhar. Olha, um sujeito aparece e diz que está precisando de um emprego de motorista. Fulano você tem motorista? Atende a pessoa, veja se pode. Isso é da política mesmo, mas dizer "o seu gabinete vai ser composto dessa forma, e as pessoas vão devolver dinheiro", é um absurdo, e eu nunca fiz isso não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filhos. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. José Renato Granado?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Conheço, sim, senhor. Eu morei durante quase um ano no mesmo prédio, na Barra da Tijuca, em que ele morava. É um condomínio de prédio – acho que são 20 prédios –, ele morava no da frente, e eu morava no 12º atrás. Eu o encontrei uma ou duas vezes na lanchonete lá do condomínio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filhos. PMDB – RN) – A Deputada Cidinha Campos, nesta CPI, denunciou um amplo sistema de corrupção posto em prática pelo Presidente da Loterj, Sr. Waldomiro Diniz. Ela afirmou que as casas de bingo recolhiam em torno de R$1 milhão por mês e repassavam a Waldomiro por intermédio do Sr. José Renato Granado, para que não se exercesse a fiscalização sobre os bingos. Ainda há denúncias de que parte desse dinheiro ficava com o Sr. Carlos Rodrigues.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, quero dizer que a Srª Cidinha, no Governo do Garotinho – PDT, e no Governo Brizola – PDT, ela sempre teve influência na Loterj. Ela indicou – e é sabido no meio político – o Dr. Daniel Homem de Carvalho, quem não digo que fez nada de errado na Loterj. Não sei. Ela deve saber muitas coisas, mas nego que eu tenha recebido de um centavo a um milhão. Quero dizer ao senhor que o Ministério Público do Rio de Janeiro já me investigou, já respondi a essas acusações, e o Ministério Público do Rio de Janeiro me inocentou. Passo a V. Exª. Respondi a essa investigação no Ministério Público do Rio de Janeiro, e a Promotora do caso disse que fui investigado nesse assunto e que não foi nada provado contra mim. Agora, infelizmente, as pessoas, atrás de uma imunidade parlamentar, ofendem a honra das pessoas.

A Dona Cidinha não tem menos de cinqüenta processos contra ela de calúnia e difamação. Se V. Exª colocar o nome dela todo na Internet, V. Exª vai ver que ela não tem menos de cinqüenta processos de calúnia e difamação de outros políticos, porque a Dona Cidinha ofende, agride. Só sabe fazer isso, e fica com o ônus de provar a inocência a pessoa que é atacada. Ela veio aqui e disse que eles me davam R$1 milhão e que eu matei duas pessoas. E pronto! Na rua, as pessoas a aplaudem, e a mim as pessoas olham como se eu fosse um assassino e uma pessoa que receberia R$1 milhão dos bingos. Então, eu que tenho que provar a minha inocência, quando a lei diz que a prova tem que ser de quem acusa. Mas ela, como se escuda na imunidade parlamentar, vem aqui e ofende a mim, como tem ofendido a centenas de pessoas durante o mandato dela, até o dia em que ela perca o mandato. Aí, duvido que ela vai falar essas insanidades.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filhos. PMDB – RN) – V. Sª conhece o empresário Carlos Ramos, o Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Conheço, sim, senhor. Já declarei isso amplamente. O Sr. Carlos Cachoeira me procurou duas vezes. Ele tem uma construtora e me procurou como construtor. Queria construir templos para a Igreja Universal do Reino de Deus. Ele tem uma construtora e me deu um cartão como dono da empresa chamada Construtora Capital. Eu o encaminhei para o Departamento de Engenharia da Igreja Universal do Reino de Deus, para que ele pudesse discutir em São Paulo, inclusive, a construção de templos porque eu não me envolvi, depois que passei a ser parlamentar, em construção de igrejas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filhos. PMDB – RN) – Os que depuseram aqui disseram que foi V. Sª que o atraiu para o Rio de Janeiro, o Sr. Carlos Cachoeira, para que ele desenvolvesse atividades no Rio. Porque, até então, a sua atuação se limitava a Goiás e Rio Grande do Sul. E V. Sª o teria atraído para o Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, nego isso. Totalmente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele se tornou, inclusive, um dos maiores empresários de jogos do Rio de Janeiro e que mantinha contatos com a Alerj e era naquele tempo muito próximo de Waldomiro Diniz. O senhor pode me dizer alguma coisa a respeito?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não posso dizer porque eu não sei disso. Eu não sei por que é que ele foi ao Rio de Janeiro e foi fazer o quê. Não tenho... Eu o recebi, inclusive, aqui em Brasília. Ele veio aqui falar comigo e me procurou, dizendo o seguinte: "Eu sou construtor, tenho essa construtora, sei que a Igreja Universal constrói muitos templos em todo o Brasil, inclusive construiu lá em Goiânia, sei que você foi a pessoa que construiu" – e fui eu que construí o templo muito grande que tem em Goiânia também, que eu fui responsável pelo trabalho em Goiânia –, "e gostaria de construir templos". Eu disse: "Olha, atualmente, eu estou afastado de construção, é a nossa área de engenharia em São Paulo" e encaminhei para que ele fosse falar com o Bispo responsável pela construção de igrejas em São Paulo. Foi esse o meu envolvimento com o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como era o relacionamento de V. Sª com o genro do senhor, o falecido Deputado Valdeci Paiva de Jesus?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Bom, o Valdeci Paiva, eu o conheci há 20 anos em São Paulo, nós fomos missionários juntos lá. Ele se separou da primeira esposa, tinha quatro filhos e ficou com as crianças, e o filho dele, o Vagner, aos 15 anos, foi entregue pelo pai à Igreja para ir para o seminário e se preparar para ser pastor. Um dia, a minha filha tinha vinte e poucos anos, 21 anos, 20 anos, morava comigo em Brasília, o Valdeci disse: "Rodrigues, eu quero pedir tua permissão para apresentar meu filho, que é missionário na África, a tua filha. Posso mandar trazê-lo?" Eu falei com minha filha. Disse: "Minha filha, você namora alguém?" Ela disse: "Não, meu pai. Por enquanto, eu quero me formar" – estava estudando para advogada. Falei: "O Valdeci quer apresentar o filho dele a você. Posso permitir?" Ela falou: "Pode trazer". E ele trouxe o rapaz, foi enviado para cá, ficou aqui três meses, e eles começaram a namorar, voltou para a África, e eles se casaram com meu consentimento, e casaram e minha filha foi ser missionária na África do Sul durante três anos. Hoje são pastores em Londres. Depois foram transferidos para a Inglaterra para se aperfeiçoar no inglês e depois voltar para a África de novo, daqui ao final do ano, eles vão voltar para a África. Esse é meu envolvimento com o Vagner, que é filho do Valdeci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o genro é filho... O genro de V. Sª é filho do falecido...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Do falecido Valdeci.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como o senhor recebeu a notícia da morte do Deputado Valdeci?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu estava, quinta-feira, aqui em meu gabinete, por volta de 11 horas, meio-dia, alguma coisa assim...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do ano de...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Do ano da morte. Foi em 2002, 18 de janeiro de 2002. Se não me engano, 18 de janeiro. E Valdeci esteve em meu gabinete, muito apreensivo, estava perturbado, estava com medo e ele me disse: "Rodrigues, eu estou... eu vou... vou assumir o mandato e vou sumir um pouco, eu estou pressionado. Eu acho que alguma coisa ruim vai acontecer comigo". Ele estava preocupado, e eu disse: "Olha, eu, se fosse você, ia à Polícia Federal e dava parte, falava o que você está sentindo, a ameaça que você está recebendo e tal... as pressões... aliás, não ameaça. Ele falou 'pressões'". Bom, na quinta ele falou comigo. Ele falou: "Vou para o Rio". E na sexta-feira, como sempre, ele ia lá no Partido Liberal, que era junto do PSL, nós tínhamos um grande prédio lá, e ficava o Partido Liberal e o PSL, ele ocupava três ou quatro salas e o Partido Liberal ocupava as outras. Sexta-feira de manhã, quando eu chego do aeroporto,

às dez e pouco da manhã no vôo, que eu ia às sextas e ele ia às quintas, eu recebo um telefonema, ou meu radinho, dizendo assim: "Olha, teve um tiroteio aqui na porta do Partido". E a pessoa começou a chorar e desligou. Daqui a dez minutos, alguém me liga de novo e diz: "Olha, o Valdeci foi baleado". Eu estava no carro já, rumei para lá, para o Partido, cheguei na porta do Partido, perguntei: "Onde é que ele está?" Ele falou: "Está aqui no HCE, no Hospital Central do Exército", que fica a 500 metros do Partido. E cheguei lá no Partido, no HCE e vi meu companheiro baleado, com 19 tiros, nu, sem roupa, morto. Eu prometi a Deus, ajoelhei-me na frente dos médicos e disse: "Meu Deus, o Senhor vai me dar forças, porque todos que fizeram isso com ele vão pagar por isso". Foi assim que eu soube da morte dele. O Valdeci...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havia algum problema de relacionamento entre eles?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, o Valdeci, no dia da morte dele, uma senhora que eu não conhecia, advogada, Drª Shirley me procura e diz que amava muito o Valdeci, gostava dele, estavam namorando, você não me conhece, mas ele me disse, aconteceu alguma coisa, mande buscar embaixo da cama dele uma caixa que deve ser entregue a você. Procure com a empregada dele chamada Mônica. Eu chamei a Srª Márcia, funcionária do Partido, e disse: "Márcia, vá lá na casa do Valdeci, em Niterói, buscar embaixo da cama dele e pedir à empregada uma caixa que ele deixou para mim". Ela veio, mandou uns funcionários irem lá. Ela não foi, eu tinha pedido para ela, ela mandou outras pessoas. Quando chegou, ela disse: "Está aí". Eu falei: "O que tem na caixa?". Ela disse: "Tem umas fitas e tem US$80 mil e R$55 mil". Eu falei: "Bota no cofre do Partido e depois a gente vai ver o que faz com isso".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele estava vivo a essa altura?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Ele estava morto, foi no dia da morte dele. O corpo dele ainda estava na HCE.

Ele deixou esse bilhete para mim: "Bispo Rodrigues, tem aí US$80 mil que, com sacrifício, guardei para eu e os meninos comprarmos apartamento para nós no futuro, sem ter que depender da santa mãe." A santa mãe é a igreja. O Valdeci amava muito a Igreja Universal. "Por favor, faça o mesmo, compre apartamento e ponha no nome deles", dos dois filhos. "Diga para o Samuel e para o Ismael como sempre confiei no senhor, faço esse pedido, Deus é fiel, só o Wagner sabe". Ele deixou esse bilhete, que foi... A Justiça fez o exame grafotécnico por outra carta que os filhos tinham e a família submeteu. Passo às suas mãos. Pergunto: se eu estivesse brigando com o Valdeci, se ele não confiasse em mim, se não me amasse e eu não o amasse, se ele não fosse meu amigo, ele deixaria US$80 mil para eu comprar um apartamento para os filhos dele em usufruto e dizer aqui, "como sempre confiei no senhor, faço esse pedido"? V. Exªs que são Senadores, príncipes desta Nação, homens sábios, pergunto: se eu tivesse uma briga com o Valdeci, ele deixaria US$80 mil, R$55 mil em dinheiro e um bilhete para que eu cuidasse dos filhos dele? Passo a sua mão o exame grafotécnico feito pela Justiça. Não foi feito por mim, foi feito pelo Juiz. Quero dizer aos senhores também que os assassinos do Valdeci estão presos. Primeiro passo o bilhete à mão de V. Exª e a comprovação do exame grafotécnico que está aqui, o parecer grafotécnico, de que é a letra dele. Quero também dizer ao senhor que o caso já tem sentença de pronúncia.

Eu pedi, quando o Valdeci morreu, virei este País de cabeça para baixo, fiz o meu Presidente Valdemar da Costa Neto mandar uma carta para o Ministro da Justiça, um abaixo-assinado de toda a Bancada de Deputados Federais do PL pedindo à Polícia Federal para entrar no caso. O Valdemar mandou esse ofício ao Ministro da Justiça, e o Ministro da Justiça respondeu que iria colocar o Delegado de Polícia Federal José Pinto Luna para instaurar e presidir o inquérito policial, visando a apurar o referido assassinato, por meu pedido. Inclusive, está aqui a assinatura do Senador Efraim Morais. S. Exª era, na época, Presidente da Mesa, era da Mesa mandando para o Ministro Thomaz Bastos, pedindo providências e falando do caso a meu pedido também, porque eu queria que a Polícia Federal investigasse para que não pairasse nenhuma dúvida, porque todos sabem da competência da Polícia Federal.

O Dr. José Pinto Luna, delegado, foi ao Rio de Janeiro várias vezes, falou com o Secretário de Segurança, hoje Deputado Federal Josias Quintal. Um dia, ele chegou para mim e disse: "Deputado Rodrigues – quando eu era parlamentar –, o caso está sendo bem conduzido. A Polícia Federal não precisa entrar no caso. A Polícia Civil do Rio de Janeiro está conduzindo bem o caso, vou-me reportar ao meu superintendente que nós não precisamos ser titulares do inquérito. O caso foi investigado. O delegado da Polícia Civil chegou à conclusão, o Ministério Público aceitou, o juiz acatou e fez a pronúncia de sentença e vai marcar o julgamento dos prováveis assassinos".

E não sou eu quem digo; quem tem que dizer é a polícia. Eu nunca disse assim: foi fulano ou beltrano. O que a polícia me perguntou eu falei. Agora, as

pessoas vêm dizer que eu... Primeiro diziam que eu pagava mesada, como é difícil você acreditar que um deputado precisou ser morto para aceitar mesada, disseram que agora ele iria me dar R$15 mil e não aceitei. A D. Cidinha disse que eu tenho US$42 milhões nas Ilhas Cayman. Ora, se fora verdade, um homem que tem US$42 milhões vai matar uma pessoa por causa de R$15 mil?

Então, as insanidades dela, e V. Exª deve mandar investigar, porque preciso da inocência de que não tenho nenhum centavo nas Ilhas Cayman, nunca abri conta no exterior, graças a Deus. É uma mentira, mais uma calúnia que me prejudica, porque V. Exª imagine, US$42 milhões, um cidadão no Rio de Janeiro, eu não uso segurança, não tenho arma, ando livremente no Rio de Janeiro e sou ameaçado de seqüestro. Quem não quer pegar um homem que tem US$42 milhões no exterior? E também amanhã vou contratar um advogado para me defender e ele diz: bom, esse tem US$42 milhões no exterior, vou cobrar uma fortuna dele. E hoje nem emprego tenho, infelizmente. É o que posso dizer a V. Exª. Mas eu hei de ver o Valdeci justiçado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Diante do que disse o Sr. Jorge Luiz Dias, tenho que colocar aqui...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – V. Exª faça o seu papel.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tenho que colocar aqui para V. Sª que ele disse que... Ele não acusa V. Sª frontalmente, não diz que V. Exª cometeu o crime. Mas diz que determinadas atitudes que ele chamou de desvio de comportamento levam a pensar que V. Sª poderia ter cometido o crime. E diz que foi chamado por V. Sª, ele, a sua esposa e mais uma outra pessoa, de que eu não me lembro, mas ele citou, e V. Sª teria dito: olha, é para acusar o Deputado Marcos Abrahão.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Nego. Eu jamais seria irresponsável de falar isso. Primeiro, eu queria a verdade. Não me importa de acusar A, B ou C, quero que o culpado pague. Se foi A, B ou C, quem tem que mostrar é a polícia e não eu. Eu queria o culpado. E a maior desgraça que pode haver é o Valdeci ser assassinado, um inocente pagar e o culpado ficar livremente rindo de todo mundo. Então, eu jamais seria irresponsável de chegar numa investigação que está iniciando, dizer para uma pessoa: acusa o Marcos Abrahão. Primeiro, porque nunca tive nada contra o Sr. Marcos Abrahão. Eu o conheci duas vezes no corredor do Partido. O Valdeci me apresentou: "Este é o Vereador Marcos Abrahão, que é um policial militar e vai ser candidato pelo meu Partido". Prazer, muito bem, parabéns. Eu não tinha nada pessoal contra ele, jamais ia fazer um comportamento irresponsável. Eu queria que o culpado pagasse. E não apontei, oh, foi fulano, não. Eu falei o que a polícia me perguntou. Está no inquérito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele disse que V. Sª, com relação a essas fitas, teria dito a ele para ir apanhar essas fitas.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, eu falei a Srª Márcia, funcionária do Partido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi ele quem foi apanhar as fitas, inclusive ele diz que ficou com quatro fitas, e depois imediatamente devolveu à polícia, e o senhor passou 30 dias para entregar as fitas à policia.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Foi, sim, senhor. Fiquei 30 dias ouvindo as fitas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essas fitas continham o quê?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, essas fitas continham reuniões que ele fazia quando era pastor, porque ele, ao entrar na política foi afastado do altar, e ele amava muito ser pastor. Tinha alguns sermões, algumas pregações que ele fazia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele foi afastado do altar? Mas não precisa ser.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Normalmente, quando o cidadão entra na política não pode ficar à frente de uma Igreja, porque a Igreja exige um trabalho integral. Quando um cidadão é escolhido pela Igreja para entrar na área política, ele se afasta, embora faça reuniões, porque não pode ficar mais à frente de uma Igreja que, além de exigir um trabalho integral – sábado, domingo, segunda, terça –, exige também que o sujeito medite muito sobre a palavra de Deus, prepare as suas mensagens. Portanto, a vida parlamentar ofusca a vida religiosa. Isso é normal, é comum. Ou você faz uma coisa ou outra. A pessoa que entra para a vida política deve estar pronta para fazer esse sacrifício de se afastar do altar. Para nós, religiosos, é muito difícil afastar do altar e da vida religiosa.

O Valdeci tinha essas fitas e tinha também algumas querelas com sua ex-esposa. Entreguei todas as fitas à Polícia, quando eu as ouvi. Eu falei: "Bom, ele mandou-me entregar, e vou ouvir". Porém, demorei, porque eu não tinha tempo; eu estava em uma roda vida muito grande. Ouvia no carro, aqui, em casa. Se errei, errei na boa intenção. Ouvi e entreguei à Polícia as fitas. Não sei se eram vinte ou trinta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor as entregou depois de ouvi-las?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tomou uma providência imediata da localização?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Todo o material que o senhor pegou...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não. Os dólares e os reais...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me. Estou pedindo esses dados para...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, senhor. É importante esclarecer.

No dia da morte do Valdeci, eu falei... Eu não vi os dólares, e até hoje não vi nem os reais. No dia do enterro do Valdeci, pedi que a família dele, que veio de todo o Brasil, ficasse no Rio e pedi que os Deputados Federais e Estaduais e os Vereadores do Rio de Janeiro fossem à sede do Partido. Ali, na frente dos Deputados Estaduais e Federais, dos Vereadores, dos dois irmãos mais velhos do Valdeci, dos três filhos, um maior de idade e dois menores – o outro estava no exterior –, da primeira esposa, mãe dos quatro filhos dele, li o bilhete e disse: "Olha, o Valdeci me pede..." A vontade do morto era de que se comprasse um apartamento usufruto para os filhos, mas não vou tomar essa medida. Quero que vocês assinem um documento que fiz". Mandei entregar aos irmãos mais velhos, à família dele os US$80 mil dólares e os R$55 mil em dinheiro. "Está aqui o dinheiro que ele deixou. Está aqui uma cópia do bilhete. A vontade do falecido é de que vocês comprem apartamento usufruto para os filhos menores, e agora eu passo essa responsabilidade para as mãos de vocês". E foi o que eu fiz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O inquérito policial concluiu a investigação? Qual foi a conclusão sobre a morte do Deputado Valdeci?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, o que acontece é o seguinte: uma das pessoas chamada a cometer o crime sentiu que seria morta e denunciou o grupo. Foi à Polícia e falou tudo. O sujeito que viu o Valdeci ser morto estava na porta do Partido. Ele viu os assassinos balearem o Valdeci – deram dezenove tiros –, confirmou a imagem daqueles bandidos, reconheceu os assassinos. Diga-se de passagem: os assassinos estavam todos presos. Quando a Polícia foi buscá-los, estavam todos do lado de fora da delegacia no Rio de Janeiro; todos eles estavam no pátio da delegacia, do lado de fora, conversando alegremente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na Polícia Civil?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Polícia Civil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor poderia citar em qual delegacia?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Está no inquérito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está no inquérito.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Inclusive o carcereiro que deveria mantê-los presos também foi preso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era crime de encomenda.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Foi, foi crime. Quem matou o Valdeci eram presos que saíram da penitenciária ou da delegacia para matar o Valdeci.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foram contratados para isso.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Foram contratados para isso. Um dos presos que se recusou a praticar o crime – ele seria o motorista do grupo – falou: "Bom, como esse crime foi de grande repercussão, vão-me matar". Então, ele foi ao juiz e esperou quinze dias. Quando houve uma audiência, ele disse: "Não vou falar para delegado, que pode estar comprometido". Quando ele foi ao juiz, disse: "Quero confessar um crime. Sei que quem mandou o Deputado foi fulano de tal". Foi ao delegado, foi ao juiz e falou. O delegado tomou conta. Eu não acompanhei o inquérito. Está tudo no processo, e o juiz já pronunciou a sentença. Não sei o que significa pronunciar sentença porque não sou advogado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já se sabe quem mandou matar?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Bom, já se sabe, não. A Polícia indica que seria o suplente dele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O suplente dele?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – O Marcos Abrahão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O mandante seria o suplente para assumir o lugar dele.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Seria o suplente. Foi essa a conclusão a que o Ministério Público chegou e a Polícia chegou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...pelo menos é a história que o noticiário, depois da apuração, revela.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Mas o hoje Deputado Estadual Marcos Abrahão?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, senhor. Está aí no inquérito.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Porque esse Deputado está aqui atrás.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – A sentença de pronúncia está pronunciando isso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Ele está aqui na sala.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Agora, se foi ele ou não, isso quem tem que provar é a justiça, a polícia e tudo o mais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se ele já está com a sentença de pronúncia é porque está concluso, está para emitir...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu quero dizer aos senhores que tenho pedido muito a Deus: "Senhor, a pior coisa seria um homem que não fez pagar pelo lugar de quem fez", porque, se foi ou não, eu peço a Deus que ilumine, para que haja um julgamento justo, para que a pessoa que matou Valdeci, se foi ele ou não, que venha à tona.

Creio em Deus que, se não foi ele, Deus vai mostrar quem foi, porque a pessoa não matou um cão qualquer, não, ela matou um filho de Deus, um homem que não merecia, um homem que era bom, um homem que era um bom pai, um homem que se separou da mulher, vinte anos, e tomou conta dos quatro filhos, criou os quatro filhos e todos são homens de bem.

Então, acompanhei a saga e a luta do Valdeci. Ele não merecia morrer com dezenove tiros, assim como se fosse um animal qualquer, um bandido. O Valdeci nunca fez mal a ninguém, era uma pessoa maravilhosa. Tenho certeza de que, se fosse vivo, estaria aqui, ao meu lado hoje, me ajudando nessa luta, quando muitos companheiros que ajudei, dei minha vida por eles, me abandonaram.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Carlos Rodrigues, ainda sobre a versão do Sr. Jorge Luiz, ele diz que o inquérito policial foi muito deficiente e que até mesmo não foi feita a reconstituição do crime. Disse que o delegado que foi nomeado era recentemente nomeado e não tinha experiência para estar à frente de um inquérito como aquele, mas sei que isso...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, a mim não me cabe isso. Eu sei o seguinte: realmente, tem coisas que no inquérito não estão; por exemplo, as armas até hoje não apareceram. O carro usado...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Desapareceram?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, até hoje não apareceram as armas.

O carro que serviu, um ou dois carros que tinham cobertura, até hoje não apareceram também. Tem alguns pontos obscuros? Acredito que sim. Eu não tenho experiência na área criminal, para dizer se está bem conduzido ou se está malconduzido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Sr. Relator poderia depois fornecer uma cópia do inquérito policial.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Do inquérito policial.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por favor.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Como era o relacionamento entre V. Sª e o falecido gerente-geral e sócio da casa de bingo Arpoador, o Sr. Alexandre Aubergio?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, agradeço a Deus a sua pergunta, porque a D. Cidinha...porque não importa se é verdade ou mentira, importa é o que os jornais colocam. Colocam aqui: "Bispo Rodrigues mandou matar Deputado dono de bingo". Não me deu nem o direito de defesa, de dúvida. Para ela, eu mandei matar duas pessoas.

Eu nunca ouvi falar nesse Albérico. O nome dele é Albérico?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Albergio.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Nunca ouvi falar antes da morte dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Albergio, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – V. Exªs nunca vão ver...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor está processando a Cidinha Campos?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, porque ela fez isso essa semana e tem imunidade. Tem mais de vinte pessoas no meu Estado, vários Deputados Federais inclusive, que processam ela.

Como ela tem imunidade, ela se esconde atrás da imunidade covardemente. Tem juízes, desembargadores que a processam, e ela tem imunidade. Eu poderei fazê-lo, mas não nutro a esperança de condená-la. Por quê? Porque a imunidade a protege.

No dia em que ela deixar de ser Parlamentar, tenho certeza de que nunca mais ela faz uma irresponsabilidade dessas, porque isso é uma irresponsabilidade.

Eu nunca, e V. Exªs podem quebrar o meu sigilo telefônico, nunca falei com esse dono de bingo. Nunca ouvi, nunca conheci, nunca conversei com ele, e ele tem Parlamentares... Depois, não quero citar o nome

aqui, mas tem Parlamentares nesta Casa, que V. Exªs conhecem muito bem, que é do PFL do Rio de Janeiro, que foi amicíssimo desse falecido, e V. Ex.ª poderá perguntar – não quero citar o nome, porque não falei com a pessoa se poderia citar; ele nada tem a ver com o caso, e qualquer citação macula a pessoa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O maior bingo do Rio de Janeiro foi esse aqui?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Do Arpoador? Não sei. Não...

É um grande bingo, porque está no centro do Rio de Janeiro, na Zona Sul, mas esse cidadão foi amigo de um grande Parlamentar aqui do PFL, e ele poderá dizer se eu conhecia esse cidadão. Eu nunca conheci esse cidadão. Como é que mando matar uma pessoa de que nunca ouvi falar, que não conhecia. E, quando a Loterj passou a ser comandada pelo Waldomiro, esse cidadão não estava mais vivo; foi antes, foi na gestão da Cidinha Campos que ele morreu, do Daniel Homem de Carvalho, a quem não reputo nenhuma irregularidade, diga-se de passagem, porque nem conheço o Sr. Daniel Homem de Carvalho. Então, não conheço esse senhor que faleceu, não posso falar bem nem mal dele, porque também não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Foi assassinado?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Foi assassinado no Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – V. Sª conhece os irmãos Ortiz?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, senhor, nunca. Ouvi falar pela revista, que seriam pessoas ligadas a jogo, mas não conheço, não senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Havia um esquema de contribuições dos Deputados da bancada do partido de V. Sª para V. Sª. E o não pagamento...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Havia?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Havia um esquema de pagamento de contribuições dos Deputados da bancada do partido de V. Sª para o senhor.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Não, estou perguntando ao senhor...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Ah, sim, alguém falou isso. O senhor está me perguntando.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Estou perguntando e quero completar a pergunta, dizendo o seguinte: quem não pagava não se reelegia, porque V. Sª condenava à não-reeleição. E os Deputados que ilustram esse caso são: Jorge Nascimento, Mário Luiz, Magali Machado – pensei que havia mais, mas são três exemplos. Mas há mais Deputados.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Há mais uns cinco que ela citou. Todos eles negam. V. Exªs podem rever pelas notas taquigráficas que a D. Cidinha diz assim: eles vão negar, mas eu afirmo. Quer dizer, os oito que ela diz que passariam dinheiro para mim que não virão ou não vieram candidatos, ela já, diante mão, diz que não adianta investigar, porque eles vão negar. Então, a palavra da D. Cidinha vale mais do que de oito pessoas que ela diz que vão negar. Olha a qualidade da acusação! Porque ela falou isso aqui: os oito, ou sete, vão negar, mas afirmo que sim. Quer dizer, quem daria o dinheiro nega, mas ela afirma que sim.

Quero dizer a V. Exª que é fácil V. Exª constatar isso. Quantos Deputados no seu partido deixaram de vir candidatos? As pessoas pensavam ignorantemente, não por ser ignorante por não ter conhecimento, que era eu quem decidia. Não, senhor. Eu não decidia quem ia entrar ou quem ia sair.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Mas V. Sª ajudava na campanha.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu coordenava a campanha. V. Exª tem, por exemplo, aqui está o Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem respeito muito, e ele tem um grande amigo que deixou de ser candidato, Dr. Luiz Moreira. Há doze anos, elegi o Dr. Luiz Moreira a Deputado Federal, em Salvador. Na reeleição passada, ele deixou de vir – até ele ficou zangado comigo, achando que era eu. No outro dia, ele me encontrou no corredor e disse: Rodrigues, você não me reelegeu. Eu disse: não fui eu, Doutor, o conselho de bispos. E Vossas Excelências podem perguntar ao Dr. Luiz, que está até zangado comigo, se ele deixou de vir candidato porque deixou de me dar dinheiro. Isso é um absurdo! V. Exª acha que um projeto tão grande, com interesse tão grande a defender, eu iria dizer se um dos cem candidatos a Deputado vai vir ou não? Quer dizer, que força teria eu? Prova disso é agora. Deixei de ser coordenador político e vários Deputados que estão aqui hoje com mandato não vão ser apoiados pela Igreja Universal. E cito: por exemplo, o Deputado Wanderval, de São Paulo, do PL, a Igreja Universal não vai mais apoiar; o Deputado Lincoln Portela, de Minas Gerais, do PL, a Igreja Universal não vai mais apoiar; João Paulo, de Minas gerais, a Igreja Universal não vai mais apoiar; Deputado Paulo Gouvêa, do Rio Grande do Sul, a Igreja Universal não vai mais apoiar. Há uma infinidade que eu poderia dizer de Deputados Estaduais e Federais

que não vão vir mais apoiados. Mesmo, hoje, eu fora da Igreja, só como membro e nem coordenador...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Mas não vai mais apoiar financeiramente ou só politicamente?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, com votos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu até queria acrescentar à pergunta do Senador...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Eu gostaria de completar minha intervenção. Porque, em política, o apoio de uma igreja e de alguma coisa é apoio político e financeiro também. Porque político sem recurso não faz nada.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, a Igreja não precisa de dinheiro para apoiar uma pessoa, nem o político da Igreja precisa de dinheiro para fazer campanha. V. Exª imagine – V. Exª é Senador – quanto custa para V. Exª, numa campanha, reunir, num estádio com ar-condicionado, microfone, duas mil pessoas que vão-lhe dizer "amém"? Quanto custa fazer isso três vezes ao dia, durante os 90 dias de campanha? O político apoiado pela Igreja tem uma facilidade muito grande, porque salta do carro, chega lá tem duas mil pessoas ou mil ou cinco mil que só lhe dizem "amém"? E o pastor diz assim: "Esse é o meu candidato. Quem vai votar nele?" Todo mundo levanta a mão, ele fala um minuto apenas e diz assim: "Olha, eu não quero só o seu voto, quero o da sua família, da sua mãe, do seu pai, do seu irmão, do seu empregado, do seu patrão. Quem pode arrumar dez votos? Quem pode arrumar vinte? Quem pode arrumar cinco?" Então, não precisa de dinheiro. Quando a Igreja põe a mão, ela elege. Basta que se saiba fazer a divisão certa, a colocação certa. Esse era o meu trabalho. Preparar o material que mostra o que ele vai fazer, doutrinar ele politicamente de acordo com a idéia que se vai ter do trabalho dele, escolher o partido certo. Tudo isso era o meu trabalho. O sujeito às vezes... como o Senador Marcelo Crivella. O Senador Crivella era bispo na África, e eu pedi à Igreja: "Mande o Senador Crivella". Já que a Igreja quer eleger um Senador, eu preciso do Crivella, que é um homem carismático, uma pessoa maravilhosa, bacana. Ele é o homem certo; mandemno. E preparei o Partido Liberal para elegê-lo. Não foi fácil. Ganhar do Brizola no Rio de Janeiro, um homem centenário, que tem discurso, teve obras, teve bom governo. Não foi fácil ganhar dele, não. Não foi fácil ganhar de tantos políticos sem apoio de Governador, sem ter palanque de Governador. Quando V. Exª, Senador, candidato, no palanque de Governador, é fácil. Quando não tem nenhum palanque de Governador, é muito difícil, e ele foi candidato eleito, sem ter um palanque de Governador e de Presidente da República. Eu preparei a campanha dele no PL. Só que, quando a Igreja apóia, não precisa de dinheiro. Quando V. Exª busca financiamento de campanha legal, precisa para quê? Para contratar cabos eleitorais. Cada obreiro da Igreja, cada pastor, cada bispo, cada membro é um cabo eleitoral de graça. Então, a campanha do cidadão da Igreja é muito barata, barata mesmo, porque ele não gasta, tem tudo de graça.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sou testemunha disso.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Senhor?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sou testemunha disso.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – V. Exª é testemunha disso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Senador Juvêncio da Fonseca já fez um aparte. Eu gostaria de fazer um aparte também, Sr. Relator.

Penso que o que o senhor está falando converge exatamente para aquilo que o Jorge Luiz falou. O Jorge Luiz disse também que havia essa decisão.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Mas não era a minha decisão, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas eu perguntei para ele: essa decisão se refere a que tido de apoio que se dava? Era essa divisão das igrejas, para que cada candidato ficasse com um determinado número de igrejas? Ele disse: "Não..." Ele não sabia direito, mas é exatamente isso. Ele disse: "Em retorno disso, as pessoas contribuem com..."

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, não...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E havia, inclusive, uma dúvida de que teria havido um desentendimento com o senhor e com o Valdeci, de que teria havido uma diminuição do número de igrejas à disposição do Valdeci, e por isso ele teria diminuído o número de votos também.

Mais uma pergunta neste aparte rápido: esse Deputado de Salvador, qual era o nome dele? O que o senhor mencionou.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Dr. Luiz Moreira, Deputado Federal, Coronel do Exército, médico.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ele não conseguiu candidatar-se?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, não. Ele foi candidato sem o apoio da Igreja. O conselho de bispos...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ele foi candidato sem o apoio da Igreja, por isso não se reelegeu?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Deixe-me falar a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso bate com aquilo que foi dito.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Mas, Senador, é diferente. Quem escolhe quem vai ser o candidato é o conselho de bispos da igreja local. O conselho de bispos da igreja local manda para o conselho da Igreja Universal nacional, e ela referenda. Eles me chamavam e diziam: "Olha, na Bahia, vai ser João, Pedro, Maria. Esses três ou quatro, ou cinco ou seis, você chama e prepara a eleição." Então, o que eu fazia? Eu passava um estudo na Igreja, para saber o número de membros, de obreiros, de bispos, de pastores, a freqüência das reuniões, horários, quantas televisões tinha, rádio. Começava e dizia: "Você vai para o rádio tal, você para a televisão tal. Você vai ser apoiado aqui. O seu partido..." Eu analisava as quatro últimas eleições de todos os Partidos e dizia: "No PFL, você vai precisar de tantos votos. O outro que está no PMDB precisa mais. Então, você vai ter menos Igreja, menos voto aqui, porque o outro precisa mais".

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que cargo era esse, o do senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Era o coordenador político.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nacional?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, senhor.

Agora, quem dizia se o cidadão ia ser candidato ou não era o bispo local e o conselho de bispos. Como agora, deixei de ser coordenador, hoje sou somente um membro dizimista, ofertante da Igreja, freqüentador e fico no último banco da Igreja; vários vão deixar de ser candidatos, porque o conselho assim decide. Eu não decidia: ele vai ser ou não vai ser.

Eu nunca tive nenhuma querela, nenhum aborrecimento com o Valdeci. A família dele é prova disso, o filho dele, toda a família dele. Nunca tive nenhum aborrecimento. Valdeci era meu amigo.

E ninguém me dava um centavo: "Vou ser candidato". Eu quero dizer a V. Exª que o Deputado Luiz Moreira... Não é só ele, não. Aqui, têm dezoito Deputados Federais de que fui coordenador. O Senador Crivella pode falar com V. Exª, se V. Exª perguntar: "O Rodrigues tinha poder de tirar alguém? Alguém foi tirado, porque deixou de dar algum tipo de compensação financeira?"

V. Exª talvez não entenda, mas o nosso projeto não era enriquecimento ilícito, não, Excelência. Eu não daria a minha vida... Eu fui fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. Com dezoito anos de idade, eu me converti ao Evangelho. Cursei o seminário e me formei. Casei dentro da Igreja, tive dois filhos. Fundei a Igreja Universal com o Bispo Edir Macedo. Trabalhei na Igreja 29 anos da minha vida. Eu não ia deixar de ser bispo, para vir para a arena política, por causa de R$15 mil, R$5 mil, R$2 mil. Não seria isso...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª me permite? Vamos concluir aqui.

Acho que, sobre a Igreja, impõe-se perguntar por que V. Sª deixou de ser bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. O que aconteceu no relacionamento entre V. Sª e o líder da Igreja, Bispo Edir Macedo?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Primeiro, amo o Bispo Edir Macedo. É meu pai na fé. É um homem a quem sou grato a minha vida inteira, porque ele me levou à salvação de Cristo.

Se eu estivesse no lugar do Valdeci, se, em vez de ele morrer, fosse eu, eu estaria preparado para a morte, seria um homem feliz, porque não passaria por todas essas vergonhas por que tenho passado, essas humilhações.

Mas eu expus a Igreja, errei. Quando houve esse escândalo do Waldomiro, a Igreja me chamou em São Paulo e disse: "Olha, vai vir aí esse escândalo, certamente vai resvalar em você, vão-te atacar, a **Rede Globo** vai aproveitar isso e vai tentar macular a Igreja. Nós vamos afastar você do conselho de bispos". Eu falei: "Está bom, não tem problema, não". Só que, quando eles foram para a televisão, fizeram de uma forma que achei que não foi correta. Eles poderiam ter colocado um comunicado: "Enquanto não se prova a inocência do Deputado Carlos Rodrigues, ele fica afastado do conselho de bispos", como é normal em qualquer lugar. Eles me condenaram para proteger a Igreja. Eu entendo, porque temos de dar a nossa vida mesmo pela obra de Deus. Não somos nada, nossa honra não é nada comparada àquilo que amamos. Mas senti que alguns bispos prevaleceram da situação. Fiquei magoado com eles. Eu falei: "O que vocês fizeram comigo não é correto. Acho que vocês tinham o direito de me afastar, até que tudo se provasse, até a minha inocência. Mas essa forma que vocês fizeram não foi correta, porque não teve um de vocês que apanhou e eu não defendi, que foi acusado e eu não defendi". Quando o Bispo Macedo foi preso, eu era bispo em Minas Gerais e fiquei quinze dias na prisão com ele. Eu deitava lá na porta da prisão. Falei: "Macedo, vou ficar aqui até que o senhor saia da prisão". E, quando eu falo da Igreja, fico muito emocionado porque são 29 anos da minha vida, e não é fácil, não. E, quando ele foi preso, fiquei ao lado dele. E, quando fui acusado, acusado sem prova, eles me lincharam publicamente. E falei: a Igreja não precisa disso, não. A Igreja é

muito forte. Nós já passamos juntos vários vendavais, vários vendavais. Nós já enfrentamos o mundo juntos e vencemos. Isso não é nada para a Igreja. Mas fiquei magoado, por isso não voltei mais. E o Bispo falou para mim: olha, se você quiser, vai para o exterior, renuncia ao teu mandato, pega a tua família e vai para o exterior, para você continuar a ser bispo lá no exterior, pastor lá no exterior. Eu disse: "Não, não vou fazer isso, não. Não vou fazer isso, porque fiquei magoado com vocês. Vocês sabem que, quando eu me magôo, não ando mais com a pessoa que me trai, que me maltrata". Então, eu me afastei do sacerdócio também, por livre e espontânea vontade, porque achei que eles não foram corretos comigo. Eles tinham que me dar o direito da dúvida.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bem, gostaria de dizer ao senhor que, no final do seu depoimento, pelo menos com relação às minhas perguntas, perguntei ao Sr. Jorge Luiz Dias que se ele se mostraria disposto, se houvesse a necessidade de uma acareação com V. Sª, a participar dela, e ele disse que sim. Pergunto a V. Sª se estaria disposto a participar de uma acareação com ele, já que as versões são inteiramente conflitantes.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, outro dia, eu estava vendo – esta semana mesmo – o filme da Paixão de Cristo. Tem coisas que o homem tem que passar; ele tem que carregar a sua cruz. Estou pronto para carregar a minha cruz também. Aceito, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A outra coisa é se V. Sª, por sua espontânea vontade, quer abrir mão do seu sigilo fiscal, telefônico e bancário.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sigilo fiscal, telefônico, o que V. Exª quiser.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu tomei a liberdade de redigir este documento, que o senhor pode apresentar ao seu advogado, para ver se está conforme.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Tião Viana... Oh! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pode continuar.

Senador Tião Viana.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há nenhum golpe.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Tenho procurado seguir todos os momentos desta CPI e colaborar com todos os colegas Senadores, com os trabalhos. Tenho sempre como propósito o de que possamos ajudar efetivamente naquilo que estamos fazendo. A minha pergunta é a seguinte: o que vamos alcançar com essa acareação? Não me sinto capaz de julgar a afirmação de um contra a de outro, para ver quem está com a razão.

Penso, meu caro Presidente, que as afirmações dos dois aqui já foram tão claras e tão diferentes, que os órgãos de inteligência deste País, a Polícia Federal, a polícia, podem colaborar. Esse é o meu entendimento. Senão, vamos ter algum exercício, às vezes, de sofrimento humano, e eu pessoalmente não tenho nenhuma alegria em testemunhar isso.

Entendo que não somos uma delegacia de polícia. É a colaboração que eu daria, respeitando a boa intenção e a isenção, como o Senador Garibaldi pensa. Gostaria de dar essa contribuição como uma reflexão minha, feliz em contar com o apoio do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sobre o Senador Tião, eu estava conversando, é claro que nós respeitamos o relator e acho que temos que apoiá-lo sempre, porque ele tem se sacrificado no acompanhamento, **pari passu**, desta CPI. Não há um convidado aqui de quem ele não saiba tudo. Nós ficamos tentando aqui buscar algumas fontes para poder questionálos, mas tenho a impressão de que o homem tem que aprender a ver na expressão daqueles que depõem a sinceridade ou não. É uma habilidade do bom policial. Ele tem que saber se a pessoa está transmitindo algo em confiança ou não. Falava com o Senador Antonio Carlos, que tem uma experiência enorme na vida política, e ele já me dizia sobre o comportamento de um e do outro. Agora mesmo V. Exª foi claro e dizia: Não gostei.

Então, penso que a acareação só servirá para amargurar um pouco mais o que o Bispo já passou. É claro que nós vamos perguntar o que tivermos que perguntar e ele terá que esclarecer, mas a acareação às vezes tem a necessidade de pontos de dúvida que vão buscar aspectos importantes na solução do problema que se está analisando.

Para dizer se ele pegou dinheiro ou não pegou, fica a palavra de um contra o outro. Não estou criticando, acho que se V. Exª...

O SR. TIÃO VIANA (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, se eu tivesse que fazer uma crítica hoje, eu a faria ao Bispo Rodrigues e já externei a ele, por um tipo de envolvimento político que ele teve com um

cidadão do meu Estado. Já transmiti isso a ele, mas no direito dele de ter e no meu de criticar, porque eu achava que era uma pessoa que não era de bem e que não faria nenhum bem a convivência com quem quer que seja. Era uma pessoa ligada ao crime. Falei isso a ele e ele pediu um tempo para examinar o assunto e tratar.

Então não tenho nenhuma razão para estar aqui defendendo "a" ou "b", mas eu não me sinto capaz de contribuir em nada com a acareação dos dois.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Senador, posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não, V. Sª tem a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu era vice-Líder do PL e o partido Liberal me pediu que eu fosse ao Conselho de Ética defender esse Deputado a que V. Exª está se referindo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – SP) – José Alex.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – José Aleksandro. Então eu cumpri uma ordem do Deputado Valdemar, como vice-Líder do meu partido, que disse: Olha, alguém precisa defendê-lo no Conselho de ética. E eu fui defender um companheiro meu. Então, fui cumprir uma missão do meu partido. Fui ao Conselho de Ética e defendi o Aleksandro, que eu não conhecia. Só que ele era Deputado Federal do meu partido e eu tinha obrigação como vice-Líder de defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente e ilustre Relator, esta comissão é muito bem presidida e tem um excelente Relator, realmente é um homem de bem.

Agora, confesso que não se pode também descer muito o nível das pessoas convidadas. Nós temos objetivos maiores a atingir e não é um crime que se deu no Rio de Janeiro, que a Polícia apura, que o Ministério Público apura e que aqui também se pode apurar que vai ocupar três, quatro, cinco reuniões.

Se é para incriminar o Waldomiro Diniz não é preciso, ele já está mais do que incriminado. Qualquer coisa sobre o Waldomiro Diniz é verdadeira. Ele próprio já se incriminou aqui. Conseqüentemente, penso que este não é o melhor rumo para esta comissão que, a meu ver, é a que funciona melhor.

Vejo aqui também – e faço questão de dizer – uma questão com a qual fico meio preocupado, e sinto que todos ficam, que é a forma como ocorre a escolha de candidatos, Senador Arns. Mas é assim que a igreja procede em toda parte. Tira e bota de acordo com a própria vontade no local.

Falo à vontade, porque, na Bahia, nas vezes em que fui candidato, tive o apoio da Igreja Universal e participei na própria Igreja Universal, sendo Católico, como sou, deram-me uma tribuna para eu falar para mais de dez mil pessoas. De maneira que essa é a forma que eles têm.

Há uma Deputada excelente no meu Partido, que agora talvez eles queiram tirar, e eu até já disse que se quiserem tirar eu vou lutar para a eleição dela sem a Igreja, que é a Deputada Zelinda Novaes, uma excelente Parlamentar. E esse é o método que eles têm. Se há um melhor é o da ditadura partidária. Nos Partidos as ditaduras funcionam assim, infelizmente, não é? Na hora que se fizer a lista que tanto pedem vai ser a mesma coisa, tirar e botar na lista aqueles que interessam à direção partidária. Por isso é que sou contra a lista, totalmente contra a lista.

No mais, eu queria dizer que conheço o Bispo Rodrigues há muito tempo porque ele realmente funcionava no Brasil inteiro e na Bahia. Se tiver de dar um depoimento será um depoimento sempre favorável, pelo que eu vi esse tempo todo em que faço política. E quero dizer, com sinceridade: achei fraquíssimo o depoimento do acusador Jorge Luiz, fraquíssimo e sem nenhuma substância. Ele veio aqui, eu tenho a impressão de que para aparecer, até porque até como funcionário ele é subalterno na Assembléia Legislativa e como tal não é do nível para uma Comissão que quer realmente apurar as falcatruas que existem nesse Governo.

Eu queria dar esse depoimento porque acho que fico bem com a minha consciência.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu só gostaria de esclarecer, até porque, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Só um minutinho. Eu gostaria só de ordenar. Já que nosso Relator já esgotou suas perguntas temos que passar para a lista de inscritos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Será que o Relator terminou?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – É só uma observação em relação ao que o Senador Antonio Carlos Magalhães colocou, e corretamente também. É que eu, de fato, não conhecia qual era o sistema de escolha de candidatos que foi explicitado pelo depoente Carlos Rodrigues. Então, nesse sentido fiz todas as perguntas, porque agora já conheço, já me esclareci e isso tudo tem que, na verdade, ser também objeto de entendimento por parte de outras pessoas. Então, foi nesse sentido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Luís Moreira era do PTB, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, Dr. Luís Moreira sempre foi do PFL da Bahia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – PFL.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – E não era da Igreja.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então nem teve o apoio da Igreja nem do senhor, senão ele teria sido eleito.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Ele teve durante três eleições. Na última não. Eu espero que ele volte agora porque ele é uma excelente pessoa, um excelente Parlamentar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não teve meu apoio também, embora eu seja muito amigo dele, tenha ajudado na vida dele toda, mas ou ele ia pela Igreja ou pelo...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tendo o Relator esgotado suas perguntas, passo à relação dos Senadores inscritos.

Eu me inscrevi em primeiro lugar quando não estava Presidência, mas sinto-me satisfeito com as respostas dadas pelo depoente ao Relator. Apenas eu gostaria de aqui fazer já uma comunicação: o depoente já assinou a autorização, espontaneamente, para a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal, que deveremos colocar em votação na próxima reunião, na terça-feira.

Eu queria pelo menos fazer a leitura final, já que entramos nesse ponto da questão da suspeita de mandar matar. Aqui já existe uma sentença de pronúncia, dada pelo Juiz, aí não é mais, não estamos numa fase policial.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Essa é enorme.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois é, mas só a parte final.

A Juíza diz lá que pronuncia o réu Marcos Abrahão por violação do art. 121, § 2º e tal e termina dizendo, portanto, que, "considerando inexistente qualquer justificativa legal para o seu encaminhamento cautelar ao cárcere, reconheço o direito de aguardar o julgamento em liberdade".

Então, acho que essa parte, no meu entender, salvo melhor juízo dos Srs. Senadores, está muito bem encaminhada do ponto de vista jurídico.

Quanto aos demais, às questões de saber se houve ou não encaminhamento de recurso, ele está abrindo o sigilo bancário, telefônico e fiscal.

Pela ordem de inscrição, eu tinha, inclusive, combinado com o Senador Antonio Carlos Magalhães de conceder o meu lugar. V. Exª se dá por satisfeito?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Obrigado, Presidente Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Rodrigues, aqui as pessoas se sensibilizaram com o choro de V. Sª. Confesso que na vida já chorei muito mais em razão das minhas próprias fraquezas do que em razão de acusações injustas de que possa ter sido vítima.

Sr. Rodrigues, eu estava aqui ouvindo atentamente o seu depoimento e as perguntas formuladas pelo Relator e fiquei impressionado de como igreja política, essa relação que até hoje não consigo administrar bem na minha cabeça, por exemplo, logo no início das suas respostas V. Sª. sustentou que exerceu sim influência na escolha de membros da Loterj. Ao que se sabe – e isso é voz corrente – e inclusive sabemos das pessoas que são membros da sua igreja ou de outras igrejas, evangélicas principalmente, que o jogo é coisa, como elas mesmas afirmam, coisa do demônio e são recomendadas a não chegar próximo do jogo e da bebida. Acho que isso inclusive é uma coisa interessante na pregação das igrejas, desde que seja um processo de tomada de consciência e não de lavagem cerebral. É por isso que me deixa mais impressionado como se consegue conciliar essa filosofia com o fato de que friamente indicam membros para uma empresa que mexe com jogo, cujo presidente se envolveu com a máfia do jogo, com o crime organizado. Eu queria um comentário Sr. Rodrigues.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, Senador Geraldo Mesquita, o meu partido é um partido sem religião, o Partido Liberal não tem religião. Logicamente, houve, claro por mim e outros evangélicos dentro do partido, esse questionamento, mas a Executiva do Partido e a maioria do Partido não são evangélicas. O nosso Partido não faz discriminação. Nós tivemos candidatos ateus, pais de santo, católicos, padres. Quando a pessoa entra no partido eu jamais vou perguntar a ela qual é a religião dela. A minha chefe de gabinete, a Drª Sandra, era do PT, uma mulher que tenho certeza, esposa do Dr Waldomiro, está sofrendo demais, uma mulher íntegra, honestíssima e eu aprendi, embora tenha trabalhado muito para derrubar essa discriminação, que o PT seria um partido contra a religião evangélica e a Drª Sandra me fez respeitar muito o PT.

Quando discutíamos isso não o fazíamos do ponto de vista religioso porque o partido não é religioso e as pessoas que foram indicadas para lá, pelo menos

o Dr. Madeira e o Dr. Simoni, não são evangélicos e sim católicos, pessoas honestas, bons advogados, pessoas que ocuparam vários cargos públicos. Então, embora eu não jogue, nunca entrei num bingo e nem sei como é dentro de um bingo, não poderia decidir, na presidência de um partido, eu pedi ao Garotinho outro cargo. Eu disse: Governador, eu gostaria de ter espaço no seu governo na área social. Se o senhor puder me dar a Fundação Leão XIII, se o senhor puder me dar a Secretaria de Ação Social...mas ele não me deu porque sabia que na Secretaria de Ação Social nós faríamos um trabalho muito mais acentuado e isso poderia fazer a gente aumentar mais ainda a nossa bancada política. Mas ele nos deu isso e eu levei para o partido que votou.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Isso é uma coisa que me deixa impressionado também porque ora o senhor remete para o seu partido e ora assume uma autoridade de quem...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Dentro da Igreja eu tinha autoridade, mas o partido eu não resolvia desta forma.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ...de quem... para negociar cargos, etc.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, quando fui negociar politicamente com o Governador, levei toda a bancada, graças a Deus, nesse dia, Federal, inclusive o Senador Crivella, e a bancada estadual do partido, porque não podia decidir uma coisa olhando um aspecto religioso, porque não é justo a gente decidir, na presidência de um partido, olhando para a religião. A mesma coisa um juiz ou uma pessoa que está na condição de magistrado, ele não vai decidir se aquela pessoa é evangélica ou não, ele tem que fazer justiça. E foi o cargo que nos deu, e o Partido indicou. Inclusive parlamentares indicaram esses dois, e nós votamos se seriam esses ou outros.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor vai ser candidato novamente?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Meritíssimo, hoje eu não gostaria mais de ser, porque a minha vida, na política... Acho que cumpri o meu papel, o meu objetivo. Eu paguei um alto preço por entrar na política, porque enfrentei muito preconceito que há contra Igreja Universal nesta Casa e na imprensa. Há um preconceito contra a Igreja Universal do Reino de Deus, e eu, por ter sido um bispo da Igreja Universal, sempre enfrentei isso aqui dentro desta Casa, muitos embates, e na imprensa também.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor mencionou aqui a existência de cerca de cinqüenta processos de injúria, calúnia e difamação contra a Deputada Cidinha Campos. O senhor se referiu inclusive a outros políticos.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, sim, a meus não, a outros políticos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois é, a outros políticos. O senhor tem notícia de que algum deles tenha renunciado em razão dessa pressão, dessas...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu não renunciei, por causa da Cidinha.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, estou perguntando se sabe de algum político que tenha renunciado a seu mandato por força dessas denúncias, dessas provocações da Deputada Cidinha.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, a maioria desses processos, inclusive, é de pessoas que não são políticos, tem até desembargadores que a processam.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, mas os políticos, o senhor mencionou alguns políticos. Não tem registro?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, senhor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O que o senhor acha de curral eleitoral?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Meritíssimo, perdão, Excelência, entendo aonde a sua pergunta quer se remeter. Nós temos um sistema representativo no Brasil, e a Igreja tem o direito disso, porque nós sempre votamos, se nós votamos, também podemos ser votados. O nosso sistema político é representativo, tem o cidadão que representa o esporte, tem outro que representa os bancos. V. Exª sabe que há uma grande bancada aqui que representa a Febraban, ou pelo menos alguns que estão lá na Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, há vários. Tem outros que são ruralistas. É justo, não é justo, é assim o nosso sistema político, e nós estamos adequados dentro da lei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas me diga uma coisa, Sr. Rodrigues, o senhor falou aqui de uma cena, e não nasci hoje também e não posso mais me surpreender com essas coisas, mas o senhor mencionou aqui e falou expressamente: olha, você desce do carro, entra num ginásio com duas, três mil pessoas, com ar condicionado, microfone, fala um minuto e as pessoas vão lhe dizer amém. Quais são os argumentos que vocês usam, vocês que atuam na igreja e na política para que as pessoas assim quase como cordeiros digam amém? Isso me deixa muito impressionado.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, não é que o povo evangélico seja alienado, não senhor. É que os fiéis da Igreja esperam que aquela pessoa que foi escolhida represente o conjunto de pensamento daquelas pessoas que ali estão. Logicamente que não se pega uma pessoa qualquer da Igreja, é uma pessoa que já tem uma militância dentro da igreja, um trabalho dentro da Igreja, já é representa alguma coisa, ela já conhecida dentro da igreja, pelos programas de rádio, de televisão, pelo jornal. Ela já tem uma vida dentro da igreja normalmente. Então, ele não precisa ficar fazendo um discurso, por quê? Primeiro que quando a pessoa vai a igreja não quer ouvir um discurso político, então, quanto menos falar melhor.E o povo espera que como o conselho de bispos decidiu, está decidindo por alguém que vai representar os seus interesses e o conjunto de seu pensamento. Então, o cidadão não precisa falar muito, e nós sempre orientamos: fale o menos possível porque... V. Exª perdoe-me, remeto ao Antigo Testamento, como eram escolhidos os príncipes, os reis de Israel. É ungido. Então, o cidadão é quase que ungido pelos bispos para ser o representante. O ungido não tem que falar nada; só tem que aceitar a unção.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ao mesmo tempo em que o senhor fez essa afirmação, o senhor disse – acho que para o Senador Juvêncio – que essa pessoa não precisaria, inclusive, de dinheiro. Não é isso?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Ela não precisa fazer a campanha normal que se faz. Por quê? V. Exª é um Senador. V. Exª, digamos assim, contrata 100, 200, 1000, 2000 cabos eleitorais...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois é. O senhor chegou a se referir que, dentro da igreja...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – As pessoas, na igreja, fazem gratuitamente...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois é. Fazem gratuitamente. Então, por que o senhor recebeu dinheiro das contas do Marcos Valério?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – V. Exª me fez uma pergunta que está me dando a oportunidade de responder. Eu apoiei, no primeiro turno, o Governador Garotinho...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu estou acompanhando uma linha de raciocínio...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu vou responder a V. Exª. Eu apoiei, no primeiro turno, o Governador Garotinho. Eu dizia para o Senador Crivella: se nós formos apoiar... não tivermos o apoio do Governador Garotinho, nós não nos elegemos, porque eu preciso que o Garotinho neutralize o seu candidato no Senado. O Sérgio Cabral está eleito. Todo mundo sabia, as pesquisas diziam isso. Ele era Presidente da Assembléia Legislativa. O segundo homem quem vai fazer é o Governador. Nós não podemos, pela força da lei, fazer uma coligação oficial com o Governo Garotinho. Então, nós precisamos de uma palavra dele no seguinte: Governador, o senhor não vai entrar de cabeça, de corpo na campanha do seu candidato no Senado, que foi um bispo da Assembléia de Deus, Manoel Ferreira, pelo PP. Então, a Governadora disse o seguinte: Crivella, me apóie, apóie o meu marido para Presidente. A Igreja Universal apóia ele, no primeiro turno, e eu não vou fazer carga para eleger o Senador do meu Partido, da minha coligação. Vou eleger o Sérgio Cabral, e o outro eu vou pedir para você. Como? Vou chamar os Prefeitos e vou pedir que eles deixem você subir no palanque deles. E o Senador Crivella teve essa aliança informal. Toda noite ele ia num palanque de um Prefeito no interior do Estado. Isso foi de grande valia, e foi certa a estratégia porque o Senador, apoiado pela Assembléia de Deus, teve 1.700.000 votos, quase... Se a Governadora Rosinha tivesse abraçado a campanha do Senador da Assembléia de Deus, Manoel Ferreira, ele teria ganhado a eleição. Ora, acabou o primeiro turno, eu fui chamado na sede do PT, em São Paulo, não sei se V. Exª... V. Exª me perdoe a minha ignorância...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Nunca passei nem perto.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – O senhor é do PT?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Deus me livre.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Perdão. P-SOL. Perdoe-me. Então, fui chamado pelo Deputado Valdemar Costa Neto na sede do PT, em São Paulo. Ali, eu me reuni com ele, com o Ministro José Dirceu, a quem eu tenho grande respeito, e também ao Genoíno, a quem sempre aprendi a admirar nesta Casa, porque fui Deputado. E eu entrei na política, não sabia tanto de política, sabia fazer campanha, mas não sabia muito de política e, para mim, o Genoíno era, digamos assim, um ídolo político. Sempre gostei dele, dos discursos dele. Sempre tive muito respeito por ele. Então, eu fui chamado lá e eles me disseram: Olha, o PL foi muito bem no Rio de Janeiro. Elegeu um Senador, elegeu quatro Deputados Federais, elegeu

vários Deputados Estaduais. Foi muito bem. Foi bem votado. Então, nós precisamos do apoio do PL para o Lula. Eu disse: está bom, eu vou para o Rio e vou fazer campanha. Fui para lá e, chegando lá, eu procurei o PT, a sede do PT e procurei material: camisa, material, papel, gasolina, carro. Ninguém me deu nada. Eu liguei para o Valdemar e disse: Presidente, eu estou de pés e mãos amarrados, porque saímos de uma eleição sem dinheiro, usamos todos os níqueis e tostões que tinha para eleger o nosso Deputado, todo mundo, ninguém tem dinheiro, saímos do primeiro turno agora. Nós queremos fazer a campanha do Lula. Agora, são 92 Municípios. Eu preciso de dinheiro, preciso de material. Ele falou: faça aí, se vira, depois a gente vê como é que fica, o PT vai acertar. E acabou a campanha e o meu Partido, quer dizer, eu fiz a campanha para o Lula, tive dívida, eu fiquei em cima do Valdemar: Valdemar, e a dívida? Ele falou: vão pagar. E fiquei em cima dele, em cima dele, e foram, infelizmente, me liberar o dinheiro um ano e dois meses depois. E dia 16 ou 17 de dezembro de 2003.

Então, quer dizer, eu não recebi dinheiro do Marcos Valério para a campanha da igreja. Foi para o Presidente Lula, para o segundo turno, R$250 mil, que gastei em 92 municípios, que não é nada demais numa campanha de um partido inteiro.

Agora, errei. Estávamos todos naquela euforia de que o Lula iria ganhar, que as coisas iriam se acertar depois e não se acertaram. E eu paguei com o meu mandato. Não me arrependo, não. Eu acho que era um sonho meu que um candidato a presidente com sensibilidade social fosse o Presidente deste País.

E também desmontamos vários mitos de que o PT no poder, ou de que os socialistas no poder iriam perseguir os evangélicos, fechar as igrejas, fazer discriminação de classe, luta de classe em nosso País. Eu acho que nós passamos por isso e o PT não fez isso, nem os socialistas fizeram isso. Eu não me arrependo, não. Infelizmente, eu paguei com o meu mandato a minha inexperiência de ter feito um erro desse.

V. Exª precisa entender que àquela época o PT era um partido dono da moral e da ética em nosso País. Jamais alguém iria imaginar que um dinheiro vindo de uma conta do PT, ou qualquer coisa assim, fosse um dinheiro complicado, como é hoje. Até hoje não provaram a origem. Então, quando o senhor senta para receber uma ordem do Presidente Nacional do seu Partido, o senhor senta diante de duas pessoas: Genoíno e José Dirceu, o senhor senta até... embora eu já tenha visto muita coisa na minha vida, você senta ali tipo aluno para o professor.

Eu vim para o Rio com a missão de caminhar com o Lula e graças a Deus, por várias conjunções de forças o Lula teve 80% dos votos no Rio de Janeiro, no segundo turno.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor ainda está matriculado nessa escola?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu pretendo voltar para o altar, Excelência. Eu acho que essa escola...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A escola do José Dirceu?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu respeito o Ministro José Dirceu pelo que ele lutou na vida toda dele. Eu não acho que ele chegou onde chegou para ficar rico, para roubar, eu acho que ele chegou dentro de um projeto de tentar mudar o País. Pode ter errado. O Genoíno eu tenho certeza de que não é um homem desonesto. Eu acho que é um homem correto, sofreu muito. Eu tenho certeza de que ele está sofrendo. Eu...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – o senhor está afirmando que o senhor prefere considerar erro e não crimes cometidos?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu acho que o José Dirceu não é um homem desonesto, não fez isso para... olha, vamos roubar para a gente ficar rico! E nem o Genoíno. Eu continuo respeitando-os e respeito o Presidente Lula também. Acho que ele é um homem bem intencionado.

Agora, o sistema político em que nós vivemos tem que mudar. Eu sempre disse isso para a minha Bancada. Eu disse: olha, nós precisamos ter muito cuidado, porque nós temos instituições como o Ministério Público, Polícia Federal, AGU, tudo bem monitorado, bem estruturado, com as leis melhores possíveis. Eles vêm aí com o exército e nós, políticos, com o sistema político falido, quebrado, que quase obriga o cidadão a andar numa ilegalidade quando ele quer enfrentar um poder econômico, quer enfrentar um governo que usa às vezes todas as máquinas, todos os recursos. Nós devemos ter todo cuidado com isso, até que se faça a reforma política em nosso País.

Eu digo aos senhores que eu acredito que não venha mais para esta Casa. Eu acho que tenho de cumprir a missão. Eu tenho pensado muito: Meu Deus, por que tudo isso tem me acontecido? Eu acho que o Senhor está me fazendo com o fez com Jonas, na boca do peixe, obrigando-me a voltar para aquilo que eu sempre, desde os 18 anos, fiz, há 29 anos: pregar o evangelho.

Mas eu digo aos senhores que há um exército, do outro lado, bem aparelhado. E os senhores continuam aqui como políticos, com leis que não servem mais, que quase obrigará aos senhores a andar numa

ilegalidade ou não ter condições de fazer frente àquele que está no poder, porque não é fácil V. Exª ganhar de um governo, às vezes mediano, medíocre, mas que tem a máquina na mão. É muito difícil.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Uma última pergunta, Sr. Rodrigues. Como bem disse o Relator Senador Garibaldi, aqui há afirmações em relação à sua pessoa e há o seu pronunciamento. Ou seja, aqui claramente existem versões. Então, alguém está mentindo. Por isso, o Relator, em boa hora, sugeriu aqui uma acareação, que é o instrumento adequado para – como diz o Senador Romeu Tuma –, olho no olho, verificar-se algum leve tremor que nos possa levar a concluir pela verdade de um ou de outro. Mas não importa, pois parece que o assunto da acareação morreu.

Nisso tudo, só vejo uma fragilidade. O senhor aqui se sensibilizou, chorou etc. Eu o respeito, mas é como lhe digo: às vezes, a gente chora em razão das nossas próprias fraquezas e, nem sempre, em razão de prováveis injustiças que possam ser cometidas contra a gente. Falo por experiência própria.

Em tese, a gente pode considerar, inclusive em razão do seu próprio momento de emoção, que a verdade poderia lhe assistir. Mas, se a verdade é algo tão presente no seu discurso, na sua vida, como o senhor relatou em algumas passagens, qual a necessidade de o senhor renunciar ao seu mandato?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Excelência, primeiro, ouvi todos os meus Pares do meu Partido. Não há um Deputado, dentro do meu Partido, que não diga para mim – e todos eles estão ouvindo; são 52 Parlamentares reunidos na casa do Presidente Nacional do meu Partido: "Rodrigues, não pague para ver. O preconceito contra você por tudo que você representou... Você, no plenário, é cassado tranqüilamente". Em outro conselho me disseram: "Olha, será um julgamento político. Para um julgamento político, tome uma atitude política".

Outra coisa, Senador: não nasci...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) **–** Mas a atitude política – o senhor vai me perdoar a sinceridade – seria, por exemplo, sustentar sua inocência até o momento final, da sua tribuna, aquela em que a Igreja lhe colocou, inclusive.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Também, Senador, não nasci Deputado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) **–** Não estou falando isso.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Para mim, ser Deputado era uma missão. E tenho exposto a minha família, meus filhos, minha esposa e a mim e sei que iria passar por um período muito difícil. É ouvido no Conselho, é ouvido na Comissão, vai para plenário, você fica rastejando dentro deste Congresso. Você procura um Deputado, e o sujeito até desvia o olho quando você está ameaçado de cassação. Vi isso acontecer com vários e sei como é.

Então, eu disse: "Olha, gente, acho melhor acabar com essa agonia. Vou renunciar, não tenho apego a cargo, não tenho apego a mandato. A coisa que eu gostava era de ser pastor, era de pregar o Evangelho".

Eu perdi o bispado ao qual me dediquei 29 anos da minha vida. Fui missionário em várias partes do mundo. Sacrifiquei minha família. Vivi vários anos na África, pregando o Evangelho com meus filhos. Abri mais de mil Igrejas Universais neste País. Fundei a Igreja em São Paulo, em Minas Gerais, em Pernambuco, no Ceará, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro. Então, se perdi o bispado, perder o mandato de Deputado nada é para mim. Isso é coisa muito pequena diante da condição de bispo que perdi, que era o importante para a minha vida. E acho que, quando tudo isso passar e eu reconstruir minha vida emocional, espiritual, poderei servir a Cristo em algum lugar deste País também no altar, que é o prazer da minha alma.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) **–** Não tome isto como grosseria, nem sequer como ameaça, mas veja: eu enxergaria sinceridade da sua parte se o senhor defendesse a sua verdade.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Mas essa é a verdade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) **–** Não é nem o seu mandato, é a sua verdade, a partir da plataforma que lhe foi dada. Perguntei, e o senhor disse. Não me ocorre mais, mas, se eu voltar a ser candidato, vou me dar ao trabalho de conversar com a sua congregação e tentar, pelo menos, demonstrar a sua falta de sinceridade. Se o senhor tem tanto desapego assim ao mandato e pretende retornar à sua vida religiosa e tal... No seu lugar, eu permaneceria no mandato e sustentaria a minha verdade até o fim. A posição, o movimento que o senhor fez na política é entendido como um movimento daquele que pretende, lá na frente, retomar o curso das coisas e aí, sim, de forma insincera, afirmar uma coisa e, lá na frente, fazer outra. Eu vou me permitir esse direito. Caso isso venha a ocorrer...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Senador, uma vez que eu saiba que não há outro veredicto sem ser a cassação de todos os que ficaram e receberam... Porque a sentença já está dada: todos os Deputados que tiveram recebimento dessa conta serão cassados, nenhum escapará. Pelo menos, não há um Deputado que tenha liderança nesta Casa e com que eu tenha falado que me falou diferente. Todos

dizem: "Olha, todos serão cassados". Eu não acredito que um vá escapar.

Então, para que eu vou aumentar e postergar a minha agonia? Não, eu acho que a hora... E também ficar dando explicação... Agora, V. Exª lembre-se de que eu terei de responder à Justiça. Aqui é um processo político, mas ele não termina, não. Eu vou responder isso na Justiça. Então, é o que eu posso explicar a V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agradeço-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Ainda se encontra inscrito o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acredito – e estava até falando com o Senador Tião – que, praticamente, o Senador Geraldo Mesquita, os outros que nos antecederam e o Relator esgotaram os assuntos.

Eu disse que era testemunha àquela hora, Bispo Rodrigues, porque, à época, em 1995, eu fui candidato a Senador. Eu sou católico, cristão. Todos nós e os evangélicos também somos cristãos. E fui convidado a ir tomar o café da Igreja Evangélica, e eles estavam fechados com o então candidato José Serra para o Senado. Toda ela estava fechada. Mas eram dois candidatos. E ele me disse, o Bispo Edir, e os outros... Inclusive, o Vanderval estava presente, porque ele era um tipo de assessor do Bispo Edir, levava pasta e tudo isso. Ele disse que viam em mim uma pessoa de bem e que gostariam que uma parcela dos evangélicos me ajudasse na eleição. É claro que lhe agradeci. Estive em algumas reuniões. E o sistema é este que V. Exª, se me permite, descreve: de que há uma decisão político-eleitoral dentro dos princípios que a Igreja se propõe a fixar os seus direitos, por meio da própria luta pela legislação que não venha a intervir no processo correto da implantação na Igreja.

Então, isso foi como na segunda eleição. Na reeleição, o mesmo aconteceu. Por Deus, eu juro aqui: nunca ofereci uma folha de papel a ninguém. Não foi só à Evangélica... Outras Igrejas Evangélicas também me procuraram. Acho que, para mim, é uma coisa que me faz feliz. Eu sou... Eu tive os votos da Igreja Católica bastante intensos. Então, essa é uma postura que a Igreja faz e que o Senador Antonio Carlos descreveu.

O que eu achei, Senador Geraldo Mesquita – V. Exª ponderou direitinho –, é que há sinceridade no que fala o Bispo Rodrigues sobre o erro que cometeu, ao não raciocinar sobre o que poderia acontecer, sem saber a origem do dinheiro que serviria para a campanha eleitoral. Eu entendi isso. Estou errado?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu errei. Confesso que errei. E paguei com o meu mandato o meu erro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou certo no raciocínio?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, eles não calcularam. Na hora do desespero, em que eles mandaram efetuar a campanha... Então, a eleição do Lula foi custeada por esse tipo de campanha que foi dirigida por ele no Rio de Janeiro. Não estou acusando o Presidente Lula. A estrutura financeira é que foi mal orientada. Marcos Valério, Delúbio e outros entraram num sistema em que precisavam de dinheiro de qualquer jeito – pouco importava a origem dele –, tanto é que algumas coisas nós vamos descobrir, Senador, e outras, não, porque eles nem sabem de onde veio.

Então, essa configuração de ele ter renunciado é por que ele sabia que teria de responder pelo dinheiro que pagou terceiros, sem saber de onde veio o dinheiro. Ele recebeu e pagou um ano e pouco depois. Não sei nem se pagou juros ou não?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas ele usou dinheiro ilegal dentro da estrutura de campanha, posterior à atitude de desespero e da pressão sobre o Valdemar. O senhor falou do jantar, e não sei se o Presidente José Alencar estava presente também.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, não, senhor. E, nesse dia, não se tratou de nada financeiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nada eleitoral?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não. Eles queriam que o PL aceitasse a aliança nacional, foi só para isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Romeu Tuma, permite-me uma parte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – A propósito do dinheiro, o senhor afirmou, há pouco, que recebeu quanto do Marcos Valério?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Duzentos e cinqüenta mil reais. O Marcos Valério disse que me deu uma de R$150 mil e outra de R$250 mil. Nego, não foi verdade isso. Recebi R$250 mil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi em espécie?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Foi em espécie, sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor foi buscar no banco?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não. Eu...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpa, Senador Geraldo. É para ele explicar como chegou esse dinheiro.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu vivia cobrando o dinheiro ao Deputado Valdemar: "Presidente, tem a dívida, está em aberto, tem que pagar". Um dia, ele me chamou e disse: "Olha, mande buscar, neste endereço aqui, uma ajuda para pagar a dívida lá". Peguei... Inclusive, tenho de inocentar o Deputado Vanderval, que está pagando por um erro que eu cometi. O motorista dele é que foi buscar. Fui eu que mandei, fui eu que pedi ao motorista do Vanderval, o Célio, que eu conheço. Eu disse: "Célio...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Vanderval era como se fosse subordinado dentro da hierarquia da Igreja?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim. Mas o Vanderval não participou disso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não. Eu digo que ele recebeu uma...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Ele está sendo acusado, porque era o motorista dele. Mas eu é que pedi ao motorista do Vanderval. Eu disse: "Você pode ir neste endereço aqui?" Nem sabia que era o Banco Rural. Dei a ele o bilhete com o endereço, e ele foi lá buscar o dinheiro. Pegou e levou na minha casa, e eu...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E eles ficaram com o seu bilhete lá no Banco?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, porque era só o endereço; não tinha nome, nem nada. O rapaz chegou lá e se identificou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nunca pediram recibo, nunca pediram nada?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Segundo o rapaz, não assinou nada, não pediu nada. Ele chegou lá, se identificou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já estava o pacote pronto?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – É. Recebeu o envelope ou um pacote e levou na minha casa. Agradeci ao rapaz. Ele também não abriu, porque estava lacrado, e não contou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse é um comprometimento sério...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – O Deputado Vanderval não tem nada a ver com a história. Eu tenho que, a bem da verdade, assumir que o Vanderval não recebeu nada disso. Indevidamente, usei o motorista dele e lamento estar implicando-o nisso tudo. Infelizmente, tenho de assumir meu erro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os indicados pelo senhor para a Caixa Econômica, setor de bingo, eles tinha alguma responsabilidade de prestação de contas...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, eu nunca indiquei ninguém para a Caixa Econômica.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Simoni e os outros foram indicados...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Para a Loterj.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para a Loterj.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Loteria... Era melhor para a Caixa Econômica?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Olha, teria menos agressão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Poderia ajudar na construção de casas populares. Mas, na Loterj, eles tinham alguma responsabilidade de dar satisfação ao senhor do que ocorria ou não dentro...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não. Eles eram subordinados ao Dr. Waldomiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Direto? Não tinham de dar satisfação nenhuma ao senhor pela indicação?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, senhor. É claro que não. É lógico que eram indicados do Partido. É óbvio, não é?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Dr. Simoni fez uma acusação ao senhor. Pelo que entendi...

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não. O Dr. Simoni foi acusado, segundo consta...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele abriu um processo contra o acusador?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, não. Fui eu que abri.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Contra?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Contra a pessoa que me acusa que me deu o dinheiro. Fui à Justiça, para que ele provasse.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não era o Simoni?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpa, é que fiz uma anotação.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – O Sr. Jorge Dias disse que me deu o dinheiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Eu fui à Justiça, para que ele provasse que ele me deu o dinheiro – é o lugar certo. Houve o julgamento, e ele não provou, foi condenado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vi que o senhor cedeu à sentença.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Tuma, vou correr o risco de me tornar antipático para V. Exª. Mas V. Exª me permite só mais um aparte, porque me fugiu aqui uma questão?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Essa quantia a que o senhor se refere, o senhor a acertou com o Genoíno, com o José Dirceu ou com os dois?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, nem acertei quantia. Eles me chamaram assim que terminou o primeiro turno: agora precisamos que o PL do Rio faça como o PL Nacional, que apoiou o Lula. Eu disse: gente, não deixei de apoiar o Lula, porque sou contra o Lula, não. Apoiei o Garotinho, porque, se o Garotinho não apoiasse o Crivella, o Crivella hoje não seria Senador. Eu falei... Eu fui contra até um determinado limite. Depois, disse: Valdemar, você é o Presidente, você é quem tem que conduzir. Eu sou contra, porque eu acho que vários companheiros não vão se eleger". E foi o que aconteceu.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor está dizendo que não tratou de dinheiro com o José Dirceu e com o José Genoíno? Foi acordo político?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, não, senhor. Nesse jantar... Falou assim: vá para o Rio de Janeiro e faça campanha. Liguei para o Valdemar e disse: estou fazendo a campanha, mas eu preciso de material, preciso de gasolina, preciso de papel; alguém tem de pagar isto aqui. Ele disse: "Se vira, depois a gente acerta; o homem vai ganhar e tal". E V. Exª sabe como é aquela euforia. A última coisa que a gente pensa é o seguinte: como é que depois vai acertar esse negócio. Nessa euforia, nesse amadorismo, porque não tinha passado por isso... Porque as minhas contas do primeiro turno... Foi tudo legal, tudo direitinho, aprovado no Tribunal de Contas, no TRE. Fiz a dívida e depois não tive como pagar, e não era justo que eu pagasse, nem o meu Partido pagasse uma campanha do Lula.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Romeu Tuma, muito obrigado mais uma vez.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só gostaria de fazer uma pergunta: de quanto foi a sua prestação de contas no TRE?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Do partido? Não me lembro.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, da sua campanha.

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – A minha, não me lembro. Foram aprovadas as minhas contas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas foi de mais de duzentos, mais de trezentos?

O SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – Não, não me lembro. Mais de trezentos, eu sei que não foi. Devem ter sido uns cento e poucos mil. Não tenho certeza. Posso encaminhar para a Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É só por curiosidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr. Bispo Rodrigues, para terminar, quero dizer que, um dia, conversei com o Bispo Edir Macedo sobre políticas – eu ia muito à Rede Record no Programa do Gargarejo; era um programa muito bom, jornalístico –, sobre programa eleitoral e político, e ele disse assim: não me meto, o nosso representante nacional é o Bispo Rodrigues; qualquer coisa que a gente tenha de tratar em matéria política é com ele. Estou dando esse testemunho pessoal, como o do Bispo Crivella. Quando houve a ocorrência com o senhor e a providência que a Igreja tomou, ele estava muito amargurado, porque achou que foi muito radical. Falou isso comigo, como colega, como amigo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer ao depoente, Bispo Rodrigues.

Tendo todos os Srs. Senadores feito suas inquirições, pergunto ao Sr. Relator se deseja fazer mais alguma pergunta. (Pausa.)

Agradeço a presença de todos.

Antes de declarar encerrada a reunião, quero comunicar que amanhã não haverá reunião. Os assessores ficarão livres para examinar os documentos que estão aí.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Amanhã, não haverá reunião, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Não haverá reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Distribuiremos uma pauta para a reunião de terça-feira, e o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh comparecerá a esta Comissão na quarta-feira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h31min.)

Ata da 24ª Reunião, Realizada em 27 de setembro de 2005.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinqüenta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Geraldo Mesquita Junior e Ideli Salvatti, membros e Senadores José Agripino Maia e José Jorge, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva dos Senhores Luciano Maglia, ex-Gerente Financeiro da empresa Vilimpress e Donizete de Carvalho Rosa, ex-Secretário Municipal de Ribeirão Preto-SP e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, submete a votação o **Requerimento n.º218/05**, subscrito pelos Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tião Viana e Flávio Arns, requerem a contratação, em caráter emergencial e temporário, atendidas as formalidades legais para tanto, a contratação de profissional especializado em auditoria contábil, para colaborar com os trabalhos da CPI dos Bingos. Em Votação, é aprovado.Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti solicita que o depoimento do Procurador Lucas Furtado seja realizado amanhã em lugar do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, justifica sua ausência na reunião de amanhã. A presidência convida o Sr. Luciano Maglia, para tomar assento à Mesa, procedendo a leitura do Termo de Compromisso. O depoente declina do tempo em que tem direito para suas considerações iniciais. A seguir, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho seguido pelos Senhores Senadores Tião Viana, Leonel Pavan, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Geraldo Mesquita, José Agripino Maia, Flávio Arns e Ideli Salvatti. A presidência agradece ao depoente e suspende a reunião por trinta minutos. Reaberta a Sessão, a presidência convida o Sr. Donizete de Carvalho Rosa para tomar assento à Mesa procedendo à leitura do Termo de Compromisso.Com a palavra o depoente tece breves considerações sobre suas atividades. Passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho seguido pelos Senhores Senadores Flávio Arns, José Jorge, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma Finalizando o presidente agradece ao depoente e informa que a Comissão se reunirá amanhã. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a vigésima quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e/ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Luciano Maglia e Donizete de Carvalho Rosa.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco em votação a dispensa da leitura.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, sobre a mesa, uma série de requerimentos de informação, de convocação e de transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Quero comunicar a V. Exªs que, amanhã, no início da nossa sessão, faremos uma sessão administrativa para votarmos todos os requerimentos que se encontram em mesa, esperando que, no decorrer do dia, se as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores chegarem a um entendimento de retirar requerimento que o comuniquem à Mesa. Mas essa é a decisão da Mesa para a votação de amanhã, numa sessão administrativa no início dos trabalhos, a não ser um único requerimento que votaremos hoje, por entendimento, que trata de requerimento assinado por vários dos Srs. Senadores e está vazado nos seguintes termos: requeremos a contratação, em caráter emergencial e temporário, atendidas as formalidades legais para tanto, de profissional especializado em auditoria contábil para colaborar com os trabalhos da CPI dos Bingos.

Vem assinado pelo Senador Romeu Tuma, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Tião Viana, Senador Garibaldi, entre outros.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, inclusive, já fiz o comunicado anteriormente ao Relator, Senador Garibaldi, de uma solicitação do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que está convidado para comparecer amanhã e prestar depoimento. Acontece que, amanhã, haverá a eleição na Câmara. Está marcada a sessão da eleição para as 10h e, do segundo turno, para as 18h. Então, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh nos solicitou a possibilidade de transferir a oitiva dele de quarta-feira para quinta-feira, tendo em vista que ele vai estar obviamente envolvido com todas as tratativas lá, na Câmara, nos procedimentos da eleição. Então, se não houvesse nenhum óbice da Comissão, ele está disponível na quinta-feira, inclusive eu já havia proposto ao Senador Relator, Senador Garibaldi, que poderíamos, talvez, para não atrasar os trabalhos da CPI, verificar a possibilidade de antecipar algum dos depoimentos da quinta-feira – e a proposta foi inclusive Dr. Lucas Furtado – para trazê-lo amanhã e, no lugar do depoimento do Dr. Lucas Furtado, ficaria o depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se há entendimento da Comissão, essa Presidência está de pleno acordo. (Pausa.)

Então, fica transferida, por solicitação do Deputado Greenhalgh, a sua oitiva para a próxima quinta-feira.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – É pena, Sr. Presidente! Eu gostaria de estar presente no depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e já havia me programado para ouvi-lo amanhã. Quero justificar que, na quinta-feira, por atender ao convite do ex-Presidente da Colômbia para uma conferência internacional. Estarei viajando quinta-feira e sexta-feira para a Colômbia e, portanto, não poderei estar presente na quinta-feira na reunião desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Esta Presidência lamenta a ausência, que será sentida por todos nós.

Eu solicitaria aos senhores da assessoria que encaminhassem até a Mesa o nosso primeiro depoente, o ex-gerente financeiro da Villimpress, Luciano Maglia. (Pausa.)

Determino também à assessoria que encaminhe, após a nossa reunião, a todos os gabinetes dos senhores membros desta CPI, titulares e suplentes, a cópia dos requerimentos que poderão ser votados amanhã. Eu solicitaria que todas que chegarem a esta mesa estejam à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

Quero agradecer a V. Sª, Sr. Luciano André Maglia, pela sua presença na nossa CPI. V. Sª assinou termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, em que o depoente compromete-se, nos termos deste artigo do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e o que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso 63, da Constituição Federal.

V. Sª nos informa todos os seus dados: endereço, enfim, profissão, tudo que se faz necessário.

Agradecemos V. Sª.

Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Agradeço a oportunidade de estar aqui. Espero poder colaborar com V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª poderia fazer um breve relato da sua formação acadêmica, experiência profissional, as empresas em que V. Sª tenha trabalhado, mencionando cargos e atribuições e os períodos?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Entrei na empresa Villimpress, Indústria, Comércio, Gráficos Ltda. com 14 anos de idade, no ano de 1990. Entrei ocupando o cargo de *office boy*, sendo que, um ano após, já fui puxado para trabalhar no departamento financeiro da empresa como auxiliar financeiro. Fiquei até o ano de 2003 nessa empresa e saí com o cargo de gerente financeiro.

Tenho o curso de gestão financeira, curso seqüencial.

O que tenho a dizer é isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor é filiado a partido político?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já foi filiado?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Nunca.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi ou é sócio de alguma empresa? Quais? E quem são os outros sócios?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Certo. Essa empresa em que trabalhei, a Villimpress, em Ribeirão Preto, possui dentro dela coligadas duas outras empresas: uma chamada Feedback Fotolitos; e a outra, Gráfica e Editora Viligraf Ltda. Nessa Gráfica e Editora Viligraf Ltda., eu figurava como sócio. Só que o dono da Villimpress, o Sr. Vilibaldo, tinha uma procuração pública, e ele que gerava, ele que administrava toda a empresa. Eu só figurava como sócio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas por que isso? Qual era a conveniência disso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Olha, no começo, achei que, por eu ser um homem de confiança dele, por trabalhar com ele há muito tempo, mas, futuramente, eu percebi que eu estava funcionando bem mesmo como laranja nessa empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor recebia alguma coisa em contrapartida? O laranja era o senhor mesmo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

Não, não. Nessa empresa, eu somente emprestava o nome.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor recebia salário?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu era registrado na Villimpress.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas recebia, declarava imposto de renda?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor recebia uma contrapartida?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Dessa empresa? Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Só emprestou o nome?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Só emprestava o nome.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem era o outro sócio?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Os sócios eram Luciano, eu; e o Sr. Otair Vieira, que era um outro funcionário da Villimpress.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Laranja também?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a sua ocupação atual?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Bom, perdi o emprego no ano de 2003 e, de lá para cá, não consegui entrar em outra empresa, entendeu? Estou trabalhando como autônomo de vendas de produtos de beleza e estética e também estou tirando o Creci agora para poder entrar nesse ramo também imobiliário.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que o senhor deixou o seu emprego na Villimpress, bem como figurando como sócio da Viligraf e da Feedback?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Bom, é uma história até longa. Posso começar, né?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas se o senhor pudesse resumir, não é?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Certo.

Como eu disse, nessa Empresa Viligraf, eu era sócio, e o Vilibaldo tinha uma procuração – o Vilibaldo era o dono da Villimpress – e ele administrava toda a empresa. No ano de 2003, fevereiro de 2003, ele me chamou e disse que iria abrir uma nova empresa e que precisaria do meu nome também e da minha esposa. Pediu que eu assinasse um documento para ele, do 5º Tabelião de Ribeirão Preto, com o qual ele iria fazer uma procuração também igual a da primeira. Ele ia administrar ela também, entendeu?

Com esse documento, com o que ele me apareceu depois? Ele me apareceu com uma escritura de confissão de dívida e dação em pagamento, com a qual ele pegou os meus bens, entendeu? Ele preencheu, com esse documento que eu havia assinado, foi no cartório, eu assinei em branco para ele, porque a gente tinha esse costume de assinar documentos um para o outro, e ele apareceu com esse documento. Com esse documento, ele também simulou uma sindicância que ele preencheu com dados favoráveis a ele, à empresa. Porque, nessa sindicância, que eu saiba, em uma sindicância, você tem que ter o direito, você tem que ser convocado, você tem que ter o direito de defesa. E não tem isso, ele não me avisou dessa sindicância. O que ele fez? Com esses documentos, ele simplesmente pegou todos os meus bens e me despediu da empresa. E, imediatamente, eu entrei com uma ação para eliminar essa escritura e com uma ação trabalhista também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual é o nome dessa empresa, a última que ele criou?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – A última, ele nem tinha dado o nome. Seria no mesmo molde, no mesmo estilo da Viligraf, porque, lá, ele separa por departamentos: uma é embalagem, a outra é fotolito. Seria nesse mesmo molde da Viligraf.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, o senhor conhece alguma pessoa que participou dessa nova empresa?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. Na verdade, essa nova empresa não chegou a existir. Ele fez isso para pegar os meus bens mesmo, que não eram muita coisa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em depoimento ao Ministério Público do Estado de São Paulo, o senhor denunciou que a Villimpress participou de uma triangulação com a Leão Leão para financiamento de campanha do Partido dos Trabalhadores em caixa dois.

Pergunto: o senhor confirma essas informações prestadas ao Ministério Público?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Confirmo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em que anos eleitorais isso ocorreu?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Confirmo. Na eleição municipal, no ano de 2000, e nas eleições presidenciais do ano de 2002.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E como funcionava isso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Bom, no ano de 2000, os impressos eram feitos normalmente lá na gráfica. Ele rodava também impressos para outros partidos, não era só para o PT. Só que, praticamente, na cidade, e para candidatos da região, o PT era total com aquela gráfica; praticamente tudo.

Então, no ano de 2000, o que eles faziam com os serviços rodados? Faziam-se os serviços e se emitia uma nota fiscal. Quem pagava esses serviços era a Leão Leão, uma empresa lá da cidade, de coleta de lixo.

No ano de 2002, já havia o Sr. Juscelino Antonio Dourado. Como ele que pedia todos os serviços, ele que acompanhou essa campanha. Eram pedidos os serviços por ele. Da mesma forma, emitiam-se boletos bancários em nome do Sr. Juscelino. Posteriormente, emitia-se a nota fiscal para a Leão Leão, lembrando que, nesses boletos bancários, não se emitia nota, somente o boleto, e eram colocados em vários bancos da cidade, os quais já foram relacionados pelo Ministério Público. Eles estão levantando, checando a veracidade desses boletos. E as notas, posteriormente, iam para a Leão Leão também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com relação aos outros partidos, também era feita mesma coisa?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Os outros partidos não eram centralizados todos na gráfica, entendeu? Era um ou outro candidato que fazia. E, no caso, pagava-se normalmente, com exceção de um, pelo que me lembro, que é um vereador da cidade, que rodava, mas era cortesia. Para ele, não era cobrado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, porque, quando perguntei sobre o PT, em caixa dois...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Certo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...o senhor admitiu que outros partidos...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Outros partidos faziam serviço na gráfica, mas não...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... em caixa dois?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não em caixa dois. Eram pagos normalmente. Faturava-se por partido, na conta do partido normalmente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor pode explicar como era o esquema de emissão e desconto de duplicata e boleto nos bancos? Por que esses documentos eram emitidos em nome de Juscelino Dourado, e não no do Partido dos Trabalhadores?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Bom, apesar de eu ser gerente financeiro ali, na gráfica, eu cumpria ordens do Dr. Vilibaldo, que era o proprietário. Ele é quem pedia: "Emitam-se os boletos..." E boleto era, praticamente, diariamente; boletos, em nome do Juscelino, eram diários. As notas, sim, fechava-se o mês, entendeu? Ele passava para emitir. Eu lhe perguntava o porquê, que isso ia dar diferença. Ele falava que não, que a Leão Leão estava pagando os impressos, entendeu? Ele me explicava assim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor lembra de alguma duplicata ou boleto emitido pela empresa onde o senhor trabalhava em nome de outro membro do PT ou só do Sr. Juscelino?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, só do Sr. Juscelino Antonio Dourado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor citou também que as notas fiscais emitidas pela Villimpress para a Leão Leão eram em valor, o maior; que a diferença era entregue a Juscelino e Donizete Rosa.

Nas eleições de 2000, quanto aproximadamente as empresas do Grupo Villimpress emitiram em notas fiscais para a Leão Leão, referentes à campanha do PT?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Olha, em valores de notas, não vou saber dizer certinho, porque está sendo feito um levantamento. Então, prefiro não chutar um valor, mas as notas já foram apreendidas. Eles estão fazendo um levantamento dessas notas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, nas eleições de 2002, quanto, aproximadamente, as empresas do Grupo Villimpress emitiram

em notas fiscais para Leão Leão, referentemente à campanha do PT?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Essa já dá para lembrar um pouco mais. Em 2002, vai ter em torno de, emissão de nota, uns R$300 mil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quanto disso foi devolvido em dinheiro, Você se lembra?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. O valor, eu não sei, porque eu não fazia essa contabilidade. Essa contabilidade não passava pelo departamento financeiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem entregava o dinheiro para o Sr. Juscelino Dourado e para o Sr. Donizete?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Deixe-me explicar melhor como era feito: Eles faziam reuniões fora da empresa também, o partido e provavelmente a Leão Leão. Só que o Juscelino Dourado e o Donizete Rosa iam direto na gráfica, freqüentavam direto. Então, presenciei uma reunião com os três, o Vilibaldo perguntando para eles: "E aquela diferença, como é que eu faço? Como é que volta..." Eles orientavam que teria de comprar dólar. Aí, já não sei quem comprava. Acredito que seria por parte do PT, porque o meu patrão, para mim, não passava nada para eu comprar, negociar esses dólares.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Só para eu compreender: essa diferença era maior do que o débito efetivo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Entrava dinheiro a mais...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Os pagamentos da Leão Leão geravam um excedente?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim, havia um excesso, que, pelo meu entender, voltava para o PT.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Obrigado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E como esse dinheiro saía da Villimpress e da... financeiramente e contabilmente?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Bom, ele não colocava esses boletos na contabilidade. Aí, os boletos não apareciam na contabilidade. Tanto é que passei para o Ministério Público a relação dos bancos em que eles eram descontados, porque eles eram registrados. Não eram boletos sem registro, eles eram registrados. Chegavam as francesinhas, todos os documentos, só que não eram lançados na contabilidade. Ia para vários bancos da cidade: Nossa Caixa, Banco Real, Banespa, Bilbao Vizcaya, ia para vários bancos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é que se poderia comprovar os fatos que o senhor está denunciando novamente?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Achando esses boletos, porque esses boletos vão ser encontrados.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E onde poderíamos buscar esses boletos, esses documentos para comprovar tanto a triangulação com a Leão Leão quanto os documentos em nome de Juscelino Dourado quanto aos pagamentos em dinheiro?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Nós próprios bancos que foram citados: Nossa Caixa, Nosso Banco, da agência Vila Tibério, em Ribeirão Preto; Banco do Brasil, na agência 13 de maio, em Ribeirão Preto; Banco Bilbao Vizcaya, da agência 9 de julho, em Ribeirão Preto, Banco Real, da agência da Av. Francisco Junqueira, em Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor poderia repetir os nomes desses bancos calmamente, para que a própria assessoria possa fazer a anotação desses bancos?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Nossa Caixa, Nosso Banco, agência da Vila Tibério, em Ribeirão Preto; Banco do Brasil, agência 13 de maio, em Ribeirão Preto, lembrando que, no Banco do Brasil, os títulos, fora desconto e caução, que também eram feitos, nós tínhamos um programa no computador da empresa que nós emitíamos, e só ia uma relação assinada pelo gerente, por mim ou pelo Vilibaldo. Só ia a relação, não ia o próprio título. Banco do Brasil somente. Tem o Banco Bilbal Viscaya, da agência da Av. Nove de Julho; o Banespa, da Agência Centro; e o Banco Real, da agência da Av. Francisco Junqueira. São esses cinco bancos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Villimpress participou de esquema similar de caixa dois para outros partidos?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, para outros partidos não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, já respondeu que não. A empresa fez empréstimos de forma gratuita para algum candidato? Fez para o candidato a vereador de qual partido?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Silvio Martins, do PMDB, de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do PMDB, de Ribeirão Preto?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Villimpress ou o Sr. Vilibaldo recebeu algum favor da prefeitura de Ribeirão Preto em troca de esquema de campanha?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Olha, diretamente, eu não posso dizer se recebeu algum favor ou não, mas são informações também que foram passadas ao Ministério Público e eles estão investigando. A sede da empresa fica no Jardim Independência, lá em Ribeirão Preto, é um...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Posso continuar? A sede da empresa fica num terreno que ali é uma associação de bairro, chamada Clube Recreativo e Cultural Independência. Essa associação pega um quarteirão ali do bairro. Entendeu? No ano de 1993, a gráfica era instalada... Quando entrei, ela tinha dez funcionários, era num bairro chamado Vila Seixas e o proprietário pagava aluguel ali. O Sr. Vilibaldo pagava aluguel ali. Isso em 1990, quando eu entrei. Em 1993, foi rápido, assim. Oh, vamos mudar a sede e tal, porque eu fiz um contrato de comodato e levou a sede da empresa para essa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito dos Srs. Senadores silêncio, para que possamos ouvir o depoente.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Levou-se, então, a sede da empresa para essa área que fica no Jardim Independência. Essa área, como eu disse, é uma associação de bairro, se não me engano é da prefeitura, chamada Clube Recreativo Cultural Independência, tem seu presidente de nome Eurico, e foi feito ali, ele reformou tudo, adequou para ficar com a empresa ali. Pelo que ele... porque eu preenchia cadastros em nome da empresa, eu preenchia os cadastros em nome da empresa e solicitava para ele como foi feito esse contrato. Ele só me dizia que era um contrato de comodato, por trinta anos, quinze, renovado por mais quinze. Entendeu? Então, teria que checar esse contrato, verificar como foi feito, porque ele nunca chegou às minhas mãos, não sei se houve alguma facilidade, se foi oferecido a outras empresas também, porque é um comodato. Precisa ver se é oneroso. Eu era do setor financeiro e não pagava aluguel daquele lugar ali. Era comodato, de graça, ele ficava ali gratuito por esse período.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pagou aluguel?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Nunca pagou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E o prédio era da prefeitura?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – O prédio é dessa associação de bairro, chamado Clube Recreativo e Cultural Independência. Provavelmente, a prefeitura, não é? Associação de bairro, provavelmente a prefeitura. E é um prédio grande, acredito que não foi oferecido a outras empresas, não teve o procedimento correto ali. Isso no ano de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhecia o presidente dessa associação?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Fiquei conhecendo posteriormente, quando ...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – E qual era a ligação política dele?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Ele é radialista na cidade, mas acredito que o presidente, não sei se é afiliado, ele não é político assim...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele é radialista?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso, ele é radialista.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De uma emissora de rádio da cidade ou jornal?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – De rádio da cidade...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É propriedade de quem?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não sei dizer...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Como é o nome dessa rádio?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Ele trabalhou em várias, inclusive uma que até fechou já, a rádio Independência. Trabalhou em várias.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Rogério Buratti?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não conheço, mas posso relatar um fato de que as notas fiscais que eram emitidas para a Leão Leão, principalmente no ano de 2002, que é o que mais lembro, o diretor da empresa, na época o Sr. Vilibaldo, geralmente nós ligávamos: Olha, as notas estão prontas, vai mandar alguém pegar? Vamos levar? Só que só tinha uma pessoa que podia falar lá na Leão Leão, chamava-se Rogério. Acredito que seria até o Rogério Buratti. Mas não sabia... Você vai falar, tem que falar com o Rogério. Ele só me falava isso. No ano de 2002 e checando era

o Rogério Buratti que estava na direção da empresa, da Leão Leão, nessa data, nessa época.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** E Rauph Barquete?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe alguma coisa mais sobre o envolvimento de Rogério Buratti com o esquema da Leão Leão, Villimpress e PT? Algo mais que o senhor já relatou?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, não. Somente essa ligação mesmo do pagamento dos impressos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Delúbio Soares, o senhor conhece?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento de algum envolvimento do grupo Leão Leão com corrupção em prefeituras?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não tenho. Conhecimento, não. Estou acompanhando as investigações que estão sendo feitas. O que sei é o que é passado pela imprensa e pela promotoria que está investigando.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Ministro Antonio Palocci?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Conheço. Ele freqüentava a gráfica, mas não para tratar de assuntos de negócio, porque já tinha o Donizete Rosa e o Juscelino que faziam isso para ele. Ele ia como político mesmo pedir votos aos funcionários.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN)– O senhor possui dólares?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já fez remessa de recursos para o exterior?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL –PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti. V. Exª tem a palavra, nobre Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estava ouvindo o depoimento do Sr. Luciano e confesso que tem coisas sobre as quais poderíamos fazer uma reflexão, sobre o que significam para a CPI.

O Sr. Juscelino Dourado esteve aqui, tomou uma decisão pessoal de pedir demissão, achou que havia algo que não estava correto para a vida dele. Entendo que teve razões familiares, pessoais para abdicar da vida pública e cuidar da vida pessoal. Talvez tenha achado muito dolorosa aquela situação de ter que dar explicações e entrar em suspeição sem achar que a sua vida merecesse. Agora, vejo o depoimento do Sr. Luciano, cheio de ilações, de suposições, a falar em dólar e acho que era para comprar para o PT. É esse tipo de afirmação que se ouve aqui. Quer dizer, é muito grave.

Quando vejo aqui a sua situação aqui, Sr. Luciano, o que vejo? No dia do depoimento, dia 14/02/03, da sindicância que foi feita, o senhor tentou esquivar-se das acusações apresentadas pela sua declaração de Imposto de Renda. Não sabia que a empresa havia requerido certidões de propriedades. Após apresentação de todos os documentos, o senhor acabou confessando a prática de crime de desfalque, piorando a sua situação, pois confirmou a existência de crime de sonegação fiscal. Foi elaborada escritura pública de confissão de crime, de dívida e de dação de pagamento. Luciano foi demitido por justa causa. Foi instaurado, a pedido da empresa, processo criminal nº13.085.2013, pela 4ª Vara Criminal de Ribeirão Preto contra Luciano. E, na perícia realizada, o valor estimado do desvio praticado pelo senhor é de cerca de R$4milhões. E mais, no dia 26 de agosto de 2005, foi publicada a sentença do processo civil confirmando a legalidade da escritura e confirmando ainda o enorme desfalque perpetrado pelo Sr. Luciano, determinando ainda que liberasse a venda dos bens dados em ressarcimento pelo desfalque e possibilitando a cobrança do restante do valor devido. Isso no dia 26 de agosto. No dia 29 é que o senhor procura o Ministério Público para essa fantasiosa denúncia de corrupção do PT.

O SR. O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Posso falar?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, agora não, o senhor vai falar já, já.

Então, do processo criminal, mais, Sr. Presidente. Ele nega possuir bens, possuir uma série de patrimônios. Possuía quatro imóveis: Um na Rua Poeta Fernando Pessoa; um na Rua Coronel Camisão; prédio comercial na Rua Ângelo Bonato; e o sítio está na pag. 51 do processo. Mas só declarava no Imposto de Renda um imóvel.

Possuía – o senhor ganhando R$1,2 mil; depois R$1,6 mil, no ano da instauração do inquérito criminal – uma "Silverado", equipada inclusive com rastreador via satélite; o senhor possuía duas motos e um Vectra CD. Todos comprados à vista e sem financiamento. O senhor possuía, ainda, duas motos. E recebia o salário de R$1,689 mil. Está na folha 19 do processo. O senhor mantinha conta corrente em pelo menos qua-

tro bancos diferentes, com aplicações financeiras no Banco do Brasil, Unibanco, Nossa Caixa e o Banco Real. Ganhando R$1,689 mil.

E mais: foi decretada a quebra do sigilo bancário seu e de sua esposa, revelando que em apenas dois dos quatro bancos movimentados a sua movimentação falava de até R$35 mil por mês. Aí que valor tem o senhor fazer denúncia contra a honra do Partido dos Trabalhadores? Pergunto a CPI, sabe meu Relator. Porque tínhamos que ter mais dados sobre esses elementos aqui do inquérito civil, da polícia investigando, para vermos ou não a pertinência desse tipo de depoimento. Confesso que não consigo acreditar em uma vírgula do que o senhor disse aqui.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto. Existe... Conforme falei, entrei com um processo para anulação dessa escritura e um processo trabalhista. Isso em março de 2003. Somente depois que entrei com esse processo, em agosto, o Dr. Vilibaldo instaurou um inquérito no 2º Distrito Policial. E eles estão investigando sim, só que até agora não houve a denúncia e não houve perícia de quatro milhões. Não teve perícia de quatro milhões, não. E tenho todos os papéis aqui. Tem um processo correndo na 4ª Vara Criminal, só que não tem denúncia, entendeu? E muito menos R$4 milhões, que é o que ele alega.

E, falando nos meus bens: são duas casas de conjunto habitacional, compradas com o Fundo de Garantia; a caminhonete "Silverado", tenho documento aqui também, foi comprada por consórcio, na qual o Dr. Vilibaldo foi meu fiador. Então, quer dizer, todos os bens adquiridos ele estava sabendo. E somando todos esses bens aí dá um total de R$160 mil, entendeu? Não é verdade esses R$4 milhões. Gostaria de saber até essa perícia que foi feita, porque tenho acompanhado o processo e não vi essa perícia de quatro milhões.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer a V. Exª e aos membros da CPI, que a sentença foi publicada no dia 26 de agosto de 2005. Estou falando baseado numa sentença judicial.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – A sentença foi publicada sim, só que ela é referente ao processo da anulação de escritura, na qual respeito a decisão do Juiz de Primeiro Grau. Ele achou que a escritura estava legal, tudo certinho, então ele deu a sentença dele. Só que o meu advogado já apelou. Isso é na área cível, não é na área criminal. Essa sentença não é na área criminal. Essa sentença não foi na área criminal. Inclusive nem fui denunciado ainda pelo Ministério Público. Desde 2003, ele não viu indícios ainda para me denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está satisfeito, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O que eu tinha a dizer já foi bem colocado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, não consegui acompanhar o início da oitiva e tenho algumas perguntas a fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se V. Exª quiser fazer alguma permuta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, vou fazer as perguntas. Se alguma das perguntas que eu aqui fizer já foi feita, se for preciso responder de novo responda, senão já foi respondido.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Certo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª foi demitido da Villimpress e trabalha aonde hoje? Onde trabalha?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Hoje sou autônomo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Autônomo.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – É. Estou trabalhando com venda de produtos de beleza e estou tirando o Creci também para entrar na área imobiliária.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tinhas um acordo com a Villimpress para não fazer denúncia? Havia algum acordo com a empresa?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E quando denunciaste a Villimpress foste prejudicado?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Estou sendo prejudicado pela empresa da qual sai desde a data que eu saí, de 2003. Ele dando referências ou agora piorou. Entendeu? Com essa denúncia, piorou. Eu não consigo, eu posso mandar currículo para qualquer empresa que as informações são as piores.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quer dizer, estão lhe perseguindo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Você tem algum documento?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. É difícil, não é? É difícil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Alguma testemunha que estejam prejudicando?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – É difícil, não é? A gente... você manda o currículo, você na empresa, faz as entrevistas, chega até ao final e você percebe que você tem tudo para suprir aquela vaga, mas... entendeu?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor foi ameaçado de alguma forma pela empresa ou de alguém ligado à empresa?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – No início, sim; agora, não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por algum proprietário ou diretor?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim. No início, sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que tipo de ameaça?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Olha, no início, além dele me ameaçar, ele chamou até o meu irmão – o meu irmão trabalha num veículo de comunicação, em Ribeirão Preto – inclusive para dizer que ele ia fazer o que quisesse e não era para a gente abrir a boca. Entendeu? Isso ele falou mesmo.

E toda essa sindicância que ele montou, isso aí foi tudo com ameaça. Tinha até um investigador aposentado nessa sindicância. Depois é que fiquei sabendo. Eu tenho cópia aqui de tudo, entendeu? Inclusive da sindicância. Tem até um investigador ali. Então, quer dizer, isso para você fazer uma sindicância...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª poderá deixar toda essa documentação?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim. Tenho. É só tirar cópia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tem a documentação contigo aí?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tenho. Está toda aqui.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A Gráfica Villimpress comunicou que em função de suas denúncias iria processá-lo, incriminá-lo. Disse que ia tomar providências jurídicas contra sua pessoa. Disse que iria incriminá-lo porque era mentira.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto, mas eu...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ela tomou alguma providência nesse sentido?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. Até agora não. E eu confirmo: tudo que eu falei é verdade. Sobre os boletos, vão ser encontrados.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – A notas da Leão. Lembrando, a Leão&Leão não era empresa... não era cliente do Grupo Villimpress. Elas podem... Podem checar se as notas só aparecem em época de campanha política.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A Villimpress que confeccionavam os materiais de campanha do PT.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso. Ela não fazia, vamos supor, um exemplo, o cartãozinho de visita da empresa dela não era rodado na Villimpress. Só aparecem as notas fiscais em época de campanha política.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E não rodavam lá?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. Ela não era... Bem dizer, ela não era cliente da Villimpress. Ela era o cliente do PT ali dentro da gráfica.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Teve uma matéria de diretores da Villimpress dizendo que ia processá-lo.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto, eu também...

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – E até agora não fizeram nada?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Até agora não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Sª acha que eles se calaram porque as suas acusações são verídicas?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Acredito que sim. Eles vão esperar as investigações para tomar alguma atitude. Só que eles... Só que são todos... É tudo verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por que o senhor fez a denúncia a... o senhor foi autor de uma denúncia que levou a Promotoria e a Polícia Civil de Ribeirão Preto a realizar uma blitz na sede da Leão Leão e na Villimpress. Quais foram os motivos que lhe fizeram...? Certamente já respondeu essa pergunta, mas quais são os motivos que lhe fizeram tomar a decisão de denunciar a Leão Leão e a Villimpress?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Certo.

O SR. LEONAL PAVAN (PSDB – SC) – Questão pessoal? Questão pessoal ou brigas internas?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. Não, excelência, eu posso explicar.

Como eu entrei com dois processos contra ele, ele entrou com um na área criminal. Entendeu? Eu estava aguardando ser chamado pelo Ministério Público para prestar esclarecimento, desde o ano de 2003, sobre esse processo que ele entrou contra mim na 4ª Vara Criminal. Como não fui denunciado, eu passei para o meu advogado todas as informações. Isso iria ser falado daqui a dois ou três anos, mas, como agora era o momento, o que eu fiz? Eu coloquei isso no papel, e o meu advogado levou aos promotores, que me pediram para me chamar: se eu confirmava e se eu prestava o depoimento para eles. Eu disse que sim, que não teria problema. Mas foi pelo momento.

Um dia, isso viria à tona e, agora, eu acho que era o momento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor sabe se a Villimpress fez doações irregulares à campanha do Presidente Lula? Tem conhecimento se fez alguma doação material de que não tenham sido prestadas contas?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Então, na campanha de 2002, que foi do Presidente Lula, eram feitos esses boletos bancários que se emitiam em nome de Juscelino e não se emitia nota, e as notas para a Leão. Desses, somando todos esses valores, não sei qual era a parte que cabia à Villimpress. A Leão Leão eu sei pelas notas. Agora, a Villimpress é que pagava esses boletos, entendeu? E depois ela fazia esse acerto com a Leão Leão. Eu não sei qual era a parte que cabia a cada uma.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quanto tempo o senhor trabalhou na Villimpress – quantos anos ficou lá?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu trabalhei 13 anos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O senhor tem conhecimento de mais algum envolvimento dessa empresa, no caso, que tenha patrocinado outras campanhas do PT, exceto a de 2002?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Em 2000 e em 2002, é certeza, porque eu me lembro bem e acompanhei. Acredito que em outras campanhas terá nota da Leão Leão lá, sim. A Leão Leão foi sempre uma patrocinadora lá na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Leão Leão era parceira do PT lá na política?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim, na política?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Conhece outras empresas – já que esteve envolvido nesta empresa – que também participaram e que não declararam ou que participaram ilicitamente?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, não. Eu posso falar da Leão Leão, porque nós fazíamos os empréstimos. Eu estava dentro da gráfica, ali, praticamente 12 ou 13 horas por dia. Então, o que dava para ver era só ali mesmo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tinha alguma divergência pessoal com Juscelino Dourado?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, não...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, nem com ele e nem com o Donizete.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Fez a acusação por livre e espontânea vontade?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Porque achou que estava errado ou teria algum outro motivo que o motivou a fazer as denúncias?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Como eu lhe falei, eu teria de prestar alguns esclarecimentos, mas sobre a empresa Villimpress, e este era um fato que seria colocado em pauta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eram somente essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre depoente, alguns pontos têm de ser esclarecidos pelo ilustre Relator em virtude das divergências entre o depoente e o Senador Tião Viana. O Senador Tião Viana falou com muita convicção. Entretanto, o que nós sabemos e o que o depoente diz contraria a sua opinião. Então, criou-se, realmente, um ponto de dúvida entre o Parlamentar e o depoente, mas esse é um assunto do Relator.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permite V. Exª um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães? Será de apenas 10 segundos. Eu, inclusive, entreguei a cópia do processo civil e da sentença ao Senador Garibaldi Alves Filho, bem como a escritura criminal feita pelo depoente. Eu já entreguei toda a documentação ao Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O depoente entregou também cópia.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu tenho cópias, aqui, também. Não precisava nem ter entregado. Eu tenho aqui e vou deixar também as cópias.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vai deixar cópias que, talvez, contrariem a opinião; porque, se não contrariam, não adianta V. Exª deixar as cópias.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Essa perícia de quatro milhões não existe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não existe.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Existe, sim, um processo criminal na 4ª Vara de Ribeirão Preto, em que está sendo apurado um suposto desvio de apropriação indébita por minha parte, e até agora o Ministério Público não viu indício para me denunciar. Essa sentença que V. Exª colocou aqui é no processo da área cível, em que eu peço para ser cancelada uma escritura de dação em pagamento, que eu perdi em primeira instância, mas eu já apelei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já apelou?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Já, mas é um processo na área cível, e não tem nada a ver...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Exª confirma que, realmente, o PT era o beneficiário, com esquema de caixa dois, conforme disse na Polícia Federal?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Confirmo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, uma afirmativa séria!

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Confirmo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Essa o Senador Tião Viana não negou.

Então, caixa dois do PT.

O senhor sabe em que outras campanhas eleitorais tenha funcionado a empresa em benefício?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Olha, igual eu falei anteriormente: a de 2000 e 2002 são claramente... foi estrondosa... os boletos bancários para o Juscelino, entendeu? No ano de 2002. Em 2000, várias notas para a Leão. E, se pegarem mais notas, principalmente nessa época de campanha, vão achar em quantidades menores, mas, sim, sempre teve nota fiscal da Leão Leão nas campanhas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Outra afirmativa de V. Sª é a seguinte: quem pagava mesmo era a Leão Leão.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim. Quem pagava as notas fiscais era a Leão Leão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Leão Leão, eu não sei. Era uma empresa lá que se metia em...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – De coleta de lixo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Lixo...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É essa mesma?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – É essa mesma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É a mesma empresa.

Juscelino Dourado, que passou a pagar, ou passou a aparecer pagando ou a receber boletos etc., era o mesmo que foi chefe de gabinete aqui do Ministro Palocci, não?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim. Na época...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É o mesmo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Na época ele era o braço direito do Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Naquela época mesmo, e aí veio pra cá?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Veio pra cá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por que V. Sª se prestou a ser laranja?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Foi um erro. Quando eu percebi, já era tarde.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não percebeu logo que era laranja?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Acreditou mesmo que era sócio do...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Acreditei. Isso!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Bom, V. Sª já disse que realmente os impressos também eram para a Presidência da República na campanha de Lula em 2002. Isso já está mais do que claro, mas não me custa nada perguntar: era a Villimpress que dava essa propaganda, esses impressos para a campanha do Presidente Lula?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – É, somando aí os boletos bancários e as notas... era dividido. Não sei qual a parte que cabia à Villimpress. Acredito que seria uma parte bem menor do que a da Leão Leão, por ser uma empresa até de pequeno porte na cidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – No caso, a maior parte era Leão Leão?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Alguns outros empresários de jogo, V. Sª tem conhecimento de que ajudaram o PT em Ribeirão Preto?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, desconheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Era só a Leão Leão que patrocinava, ao seu conhecimento?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – É. Como eu falei, eu ficava de 12 a 13 horas dentro de uma gráfica ali. Pelo que eu pude ver, era só a Leão Leão. Não tinha outra empresa que faturava os boletos... os serviços do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Sª levou 13 anos nessa empresa.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Que fatos outros V. Sª poderia apresentar dessa empresa que hoje o persegue? Porque só esse fato... deve ter coisa maior...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tem da empresa em si, mas não ligada à política, não é? Da empresa tem sonegação de imposto, isso tem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sonegação de imposto, de...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sonegação, é?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso. Da Villimpress tem, mas aí não está ligado à política. Não sei se ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas aí...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Já foi passado também para o Ministério Público; eles estão investigando...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já passou essa parte da sonegação.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Já passei. Já passei. Inclusive eu tenho cópia aqui; depois, eu posso até deixar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Essa parte do Ministério Público, V. Sª já entregou ao nosso eminente Relator?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, ainda não. Inclusive eu trouxe...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele vai tirar cópia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Sª garante que vai entregar.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Garanto. Trouxe para entregar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sobre a Gtech, V. Sª não sabe o...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, não. Desconheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu estou satisfeito. Eu acho que V. Sª foi um pouco ingênuo de ser laranja tanto tempo. Agora, no caso dos quatro milhões, também eu não acredito, porque esses bens estariam à vista, se fossem quatro milhões, não é?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Entendeu? Eu acho que, talvez, haja algum equívoco ou algum expediente advocatício para deixá-lo mal...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Excelência, agora eu fico também mais tranqüilo, porque anteriormente somente estavam me investigando nesse processo criminal. Agora, mudou o lado. Estão investigando os dois lados: eu e a empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti por permuta. (Pausa.) Ausente.

Senador José Jorge, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade, eu gostaria de começar, dizendo ao depoente o seguinte: o fato de V. Sª estar sendo processado pela empresa, ou ter sido condenado, não tira a importância do que V. Sª está dizendo, porque a questão pessoal do envolvimento entre V. Sª e a empresa, na verdade, interessa pouco a nós aqui, como homens públicos e como investigação da CPI. V. Sª não tenha nenhum constrangimento, porque todos nós sabemos que pessoas são processadas, são condenadas e são inocentadas. Então, o fato de V. Sª ter sido condenado não quer dizer que teve culpa. Muitas vezes teve, e outras vezes pode não ter. Então, V. Exª não se constranja exatamente pelo fato de estar sendo aqui comprovado ou, enfim, se dizendo que V. Sª foi condenado num processo cível ou num processo criminal. Isso é um assunto que eu considero que deve ser dito, mas não retira a importância daquilo que V. Sª está dizendo. Então, não se constranja com isso. Isso é normal, faz parte. Pode ficar tranqüilo que isso vai ser julgado depois. Não é isso, Senador?

Eu, inclusive, tenho...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não deve desencorajá-lo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não deve desencorajá-lo. Isso não é importante. O importante é o que V. Sª está dizendo em relação aos homens públicos. Nisso, vou usar até uma palavra do Procurador Luiz Francisco, se os outros me permitem. O Procurador Luiz Francisco, com licença da heresia, mas nunca concordei com 99% das coisas que ele dizia; mas sempre concordei com uma pequena coisa que ele dizia. Ele sempre dizia uma coisa parecida com isso assim: nós temos de começar as investigações da corrupção pelos homens públicos, porque são eles que permitem, inclusive, que o setor privado possa corrompê-los. E acho que ele tem razão nisso.

Então, nós vamos ver como estavam envolvidos os homens públicos daquela época. Infelizmente, V. Sª não é a personagem mais importante do que vai acontecer. Não é. V. Sª vai ter que defender, tudo bem. Os homens públicos são importantes.

Quais eram os principais homens públicos de hoje e daquela época que V. Sª viu participando desse processo? V. Exª poderia repetir os nomes deles?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Bom, no processo dos empréstimos, lá na gráfica, quem tratava

diretamente de solicitar os impressos, de pedir que se emitissem as notas, era o Juscelino Antônio Dourado e o Sr. Donizete de Carvalho Rosa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eram os dois só?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eram os dois.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quer dizer que o Rogério Buratti não era personagem nesse caso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, conforme eu disse no início, me chamou a atenção o nome que... Vamos supor, emitisse a nota para a Leão, aí o Dr. Vilibaldo chegava e falava assim: "ó, tem que ligar lá na Leão e ver se vai levar a nota. Só que não pode falar com ninguém, não. Tem que ser só com o Rogério".

Acredito que era o Rogério Buratti, pela época – 2002, não é?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quer dizer que, nessa época, o Rogério já não era da prefeitura. Ele trabalhava na Leão Leão.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Em 2002, ele estava na Leão Leão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, na verdade, eram os mesmos personagens. Quer dizer, o Juscelino, o Donizete, pelo lado da prefeitura, e o Rogério Buratti pelo lado da Leão Leão.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Da Leão Leão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, nessa época...

Agora, uma outra pergunta que eu acho que pode ser útil para nossas investigações é a seguinte: a Leão Leão era cliente da gráfica Villimpress, normalmente como empresa ou ela só comprava na época da eleição?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Se for feita uma checagem nas notas, ela nunca rodou um cartão de visita na Villimpress.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ela só rodava na época da eleição?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Só. As notas vão aparecer só em época de campanha política.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Essa é uma coisa importantíssima. Eu pediria ao Relator que está falando de política do Rio Grande do Norte... Eles estão combinando quem vai ser candidato a Governador. Devem estar combinando alguma coisa talvez contra o Fernando Bezerra.

Na realidade, Sr. Relator, ele disse alguma coisa que considero importante. Perguntei se a Leão Leão era uma cliente assídua da gráfica Villimpress. Ele acabou de dizer que, na realidade, a Leão Leão nunca fez um cartão de visitas na Villimpress e que, portanto, as notas da Leão Leão só apareciam em época eleitoral.

Sempre temos dificuldades de conseguir provas; as acusações são sempre muito cabais, duras, mas, na realidade, muitas vezes não conseguimos as provas. Então, acho que, se realmente tivermos no período da campanha... Era só na campanha eleitoral?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Só.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, suponhamos que a campanha comece em julho; se, de julho a outubro, houver notas da Leão Leão, assim como na outra campanha. Se em todo o resto do período não houver nenhuma nota da Leão Leão, está comprovado que realmente esse dinheiro era para a campanha eleitoral, e as suas acusações estão efetivamente comprovadas.

Em relação a valores, o que V. Sª poderia nos dizer? Quais eram efetivamente? Quanto era por mês e como esse dinheiro ia?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – As notas para a Leão Leão eram em torno de R$25 mil, R$30 mil e até R$50 mil cada uma.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas eram por mês ou por serviço?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. Eles faziam um negócio para confundir mesmo. Vão achar os boletos diariamente só que em valores para confundir mesmo e que não batem em nada com as notas, entendeu? Acredito que, de notas, na somatória de 2002, seriam uns R$300 mil. Seriam uns R$300 mil em notas só para a Leão Leão, fora os boletos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas os boletos eram para pagar as notas? Eu não entendi bem a diferença entre nota e boleto. Eles faziam o serviço, emitiam a nota, e como entram os boletos? Não entendo.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – O boleto era resgatado pela própria Villimpress. Se isso for checado nos bancos, eram pagos em dinheiro ou em cheque da própria Villimpress.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas quem emitia esse boleto? O banco?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. Era feito por nós mesmos lá. Fazia-se a duplicata e enviava para o banco, para esses bancos que relacionei, e eles registravam. No caso, vinha a relação do banco, entrou tanto de títulos, mas isso não era jogado na contabilidade, porque não se emitia nota.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª quer dizer que o boleto era um acréscimo às notas?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Era uma forma diferente de retirar dinheiro.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Era um acréscimo às notas. Para checar em valores, teria de fazer a somatória das notas e dos boletos. Assim, chega-se ao valor total.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Os serviços realmente eram feitos? Ou a nota era acima do valor do serviço?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Quando era pedido um serviço, era feito um pedido chamado "PF", pedido por fora. Ou seja, deixava todos esses pedidos relacionados.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Por fora porque não era...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. Depois, pegava-se uma parte deles e emitiam-se notas, e para a outra parte faziam-se os boletos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sei, sei.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Somado tudo, dá o valor gasto na campanha.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se for somado o valor dos boletos e das notas vai dar, mais ou menos, a soma dos "PF".

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O negócio era bem bolado.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Fechou.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, na realidade, V. Sª disse que o Juscelino era... E esse dinheiro do boleto que era transformado em dólar, que não era em papel?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Presenciei essa conversa de que havia uma diferença que teria que voltar e comprar dólar, mas não sei qual seria essa diferença também.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas o que V. Sª sabe já ajuda bastante.

Sr. Presidente, o que verificamos é que o Sr. Luciano André Maglia esteve dentro de todo esse processo e que, portanto, suas informações são muito importantes no sentido de nos dar uma pista que nós podemos investigar. Agora, podemos quebrar os sigilos fiscal e telefônico, mas principalmente as notas dessa gráfica, e, a partir daí, vermos o que a Leão Leão fez lá. Se só há nota e boleto da Leão Leão na época eleitoral, então já está comprovado. Não temos de comprovar mais nada. Tanto o Sr. Juscelino Dourado quanto o Sr. Donizete Rosa têm de ser punidos depois de, efetivamente, ser comprovado o esquema que chamamos de Ribeirão Preto.

Agradeço a V. Sª e encerro minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Luciano, apenas para fixar definitivamente a história da diferença compra de dólares: o senhor presenciou uma conversa dessas, não é isso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – De quem partiu a solicitação: "Olha, compra essa diferença em dólar"?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Conforme eu falei, não sei por que, como gerente financeiro, eu participava...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não! O senhor disse que presenciou.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Presenciei, mas me deixe chegar aonde V. Exª quer: sendo gerente financeiro da empresa, eu participava de negociações com bancos, com tudo. Na época de eleição com o PT, o diretor Vilibaldo – não sei se a pedido do PT –, ele mesmo tratou de cuidar dessa parte. Então, eles faziam várias reuniões fora também do corpo da empresa. Mas presenciei umas duas reuniões dentro da empresa com o Juscelino Dourado e o Donizete Rosa. Em uma dessas conversas, o Vilibaldo perguntou para os dois, que lá estavam, o que fazer com essa diferença. Entendeu? Ele não entrou em detalhes, como: "Essa diferença é de tanto". Ele falou: "O que fazer com a diferença?" Os dois orientaram: "Vilibaldo, tem de comprar dólar." Somente isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – De quem o senhor ouviu isso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Dos dois.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Os dois disseram ao mesmo tempo? Um disse, e o outro...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Um disse, e o outro confirmou.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Reforçou.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Um disse e o outro reforçou: "É, tem de comprar dólar."

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, sem querer atrapalhar, mas já atrapalhando: a diferença é entre o que Leão Leão pagava e o que entregavam de papel?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A diferença é essa?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – A diferença é entre o material rodado...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E o que era pago.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Retirada a parte de cada um que contribuiu, sobrava isso ainda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Certo. Certo. Está bom.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, as perguntas esclarecedoras já foram feitas. Creio, pelo menos na minha cabeça, que não há mais espaço para dúvida.

A Leão Leão, por mais leão que fosse, não ia fazer graça para nenhum domador de circo. De graça, ela não fez essa papagaiada toda. Alguma coisa acontecia. Minha preocupação está no envolvimento do recurso público nessa história toda. Para a Leão disponibilizar recursos adicionais, para fazer graça, custear campanhas, etc., é porque certamente, de outra ponta – ou seja, da origem do recurso, que é público –, ela gozava de vantagens adicionais, extraordinárias, que, muitas vezes, não estavam especificadas em contratos, etc.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Até monopólio.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O monopólio já é uma vantagem extraordinária.

Assim, na minha cabeça, não há mais espaço para dúvida, Sr. Presidente, de que havia, de fato, o esquema. Esse é um dos esquemas que funcionou, além de outros. Por aqui, já passaram outros esquemas, até de um pequeno escritório de advocacia que se prestou para lavagem de dinheiro, transferência e pagamento de Waldomiros e Burattis da vida, não é? A atuação, a participação deste Parlamento nas CPIs já demonstrou à farta vários esquemas: o esquema dos Correios, licitações superfaturadas; nesse campo dos fundos de pensão, ainda há espaço para avançar, pois creio que muita coisa ainda está para ser esclarecida; o esquema de Ribeirão Preto, o esquema de Santo André, vários esquemas.

Esse esquema, eu não tenho a menor dúvida, a ponto de me levar hoje como se uma reiteração fosse, a assinar um requerimento convocando o Ministro Palocci para vir conversar conosco e explicar por que o nome do Ministro Palocci ocorre incessantemente nesta Comissão. Pessoas se referem ao Ministro Palocci no exercício de cargos de prefeitura, seja lá onde ele esteve, como sendo beneficiário de esquemas como esse aí, que o senhor descreve com muita simplicidade, inclusive.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É incrível: já encaramos esses esquemas até como se isso fosse a coisa mais natural do mundo hoje em dia, não é? Então, Sr. Presidente, por conta disso tudo, acho que é chegada a hora de a gente começar a... O Senador Antonio Carlos, inclusive, cobra incessantemente que esta Comissão comece a direcionar suas conclusões. Penso que essas conclusões não poderão ser fechadas enquanto não ouvirmos o próprio Ministro Palocci aqui explicar, quando nada, essa relação promíscua, constrangedora. O senhor se referiu à presença dele na gráfica, não é?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto, ele...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É uma gráfica... Olha, a Leão tem o Buratti; a gráfica aparece lá o Juscelino; daqui a pouco aparece o Ministro Antonio Palocci; daqui a pouco, tem uma nota que excede a quantia que foi transacionada em boletos bancários.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Excelência, posso esclarecer. Isso por parte do Vilibaldo, tá? Não estou falando por parte do Ministro Palocci. Por parte do Vilibaldo, o Vilibaldo o considerava um grande amigo, inclusive ele tinha um porta-retrato na sala dele com a foto do Palocci escrita "o amigo", entendeu? Isso por parte dele, do Vilibaldo. Ele considerava.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não, eu sei. Aqui não vai nada pessoal, inclusive, contra ele.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Um repórter um dia desses, perguntou-me o porquê do meu requerimento de convocação do Ministro Palocci; se eu não imaginava que isso pudesse colocar em risco a própria política econômica. Eu disse: olha, em princípio, eu acho que não, não há... até porque eu acho que é uma grande falácia esse negócio de a gente atribuir essa capacidade toda do Governo, governo seja ele qual for. Eu acho que a economia do nosso País hoje anda com suas próprias pernas; o Governo, muitas vezes, quando interfere, é, inclusive, para atrapalhar. Então, eu não vejo... Até porque essa política econômica levada a efeito pelo Governo do Presidente Lula é tão perversa ao povo brasileiro, ao trabalhador brasileiro inclusive, que, se ela desmoronar, para mim, já vai tarde, inclusive. Não estou torcendo para isso, não; não estou aqui querendo botar fogo no palheiro, mas eu não sei. Eu fico me perguntando onde é que ela favorece o trabalhador brasileiro, onde é que ela favorece o cidadão humilde, porque eu só ouço falar que os bancos ganharam bilhões e bilhões, que a elite deste País tem-se beneficiado às fartas, e atribui-se a essa política econômica. Então, para mim, do ponto de vista do interesse dos trabalhadores brasileiros, ela não tem a menor importância de fato, e, na verdade,

não se pode atribuir tanta importância assim à atuação governamental no que diz respeito à condução da economia deste País, que eu acho que anda com suas próprias pernas, que eu acho que tem solidez suficiente para tocar as coisas adiante. Como eu disse, o Governo, na maioria das vezes, quando interfere, às vezes é, inclusive, para atrapalhar a condução do processo econômico.

Portanto, Presidente, fiz protocolar, mais uma vez, um requerimento convocando o Ministro Palocci para que aqui venha tratar de assuntos de extrema importância nesta Comissão, ou seja, a constante menção ao seu nome no envolvimento de situações no mínimo constrangedoras. Precisamos tirar a limpo isso tudo, até para que possamos tomar o rumo das conclusões nesta CPI. Não podemos tomar esse rumo sem antes ouvir pessoas da responsabilidade do Ministro Palocci.

Não tenho perguntas mais a lhe fazer, Sr. Luciano, porque aquelas que foram feitas aqui ao senhor, com suas respostas, esclareceram com simplicidade; o seu envolvimento como laranja. Acho que o senhor tem inclusive a convicção de que foi uma laranja espremida e jogada fora, como tantas que surgiram.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLI – Correto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agora, há laranjas importantes neste País, que ainda não foram, do ponto de vista da opinião pública, espremidas e jogadas fora. Ainda estão por aí.

Então, Sr. Presidente, reitero o requerimento que apresentei, com justificativas atualizadas inclusive, e peço que nas próximas reuniões administrativas desta Comissão seja apreciado. Esta Comissão pode até julgar que não é necessário, que possa ser inoportuno, mas eu considero oportuna e necessária a presença do Ministro Palocci. Portanto, está aí mais um requerimento, desta feita com novas justificativas, para que possamos, de uma vez por todas, deliberar sobre a sua convocação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e informo que este Presidente, de comum acordo com o Relator, deve garantir a V. Exª que todos os requerimentos serão discutidos e votados.

Por permuta com o Senador Romeu Tuma, concedo a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida, ao Senador Flávio Arns.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, prometo ser muito breve. Farei uma única consideração, que reputo importante, aos membros da Comissão e ao Relator.

O Sr. Luciano Maglia comparece a esta Comissão como depoente, sozinho – camisinha branca, gravata, nem de paletó está, mas, mais do que isso, sem advogado. É uma condição singularíssima. Todos os depoentes da CPMI dos Correios, da CPMI do Mensalão, da CPI dos Bingos, seja quem for, sempre vêm com advogado. O depoimento de S. Sª está sendo questionado – foi questionado pelo Senador Tião Viana, com as suas razões – mas quero dizer a S. Sª que estou considerando os argumentos e a sua presença solo. É uma manifestação muito clara de que não teme os questionamentos e que aqui vem sozinho, sem advogado, porque o que diz tem como provar. E que não vem aqui mentir. É para mim o que passa. Não lhe vou fazer pergunta alguma, porque acho que todas foram feitas, mas quero deixar este depoimento claro para os membros da Comissão e para S. Exª, o Relator, para que considere, na avaliação que vai fazer, no cotejo das perguntas e respostas dos diversos Senadores ao depoente, o fato de ele ter vindo, com destemor, sozinho; ele não precisou de muleta jurídica alguma; ele não temeu questionamento de espécie alguma; ele não requereu **habeas corpus**; ele não teve receito de ninguém pedir prisão para ele, e veio aqui, respondendo às perguntas todas.

Coloco este fato sem fazer considerações favoráveis nem desfavoráveis ao depoimento que ele prestou, mas deixando claro que, para mim, tudo o que ele falou soa verdadeiro – para mim, pessoalmente. E foram afirmativas de peso, importantes, que devem ser consideradas na cadeia de investigação que se está fazendo, da participação do PT na fundação de "fabriquinhas de dinheiro" para financiamento de objetivos, que vão de mimos, como aluguel de jatinho, compra de charuto, compra de automóvel de luxo, aluguel de carro blindado, até financiamento de campanha. As prefeituras – e aí está **sub judice** Ribeirão Preto – teriam sido, a partir de certo momento, sedes de "fabriquinhas", para que o PT tivesse uma arma nova chamada dinheiro, a fim de atingir os seus objetivos.

Creio que V. Sª presta uma colaboração importante com o depoimento de hoje.

De resto, Sr. Presidente, tenho a dizer que já foi encaminhado à Mesa requerimento, assinado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, já que não sou membro da Comissão, de pedido de acareação entre os dois irmãos do ex-Prefeito Celso Daniel – Bruno e João Francisco – e o Dr. Gilberto Carvalho, secretário particular do Presidente da República, tendo em vista a flagrante contradição entre os depoimentos aqui prestados pelo Sr. Gilberto Carvalho e pelo Sr. João Francisco. Assisti, em um programa de televisão, específica e claramente no Programa do Jô, à entrevista dos dois irmãos, um ao lado do outro, prestando depoimento e confirmando tudo o que haviam dito, o que contradiz frontalmente o que o Sr. Gilberto Carvalho fala.

Portanto, peço a atenção de V. Exª para o requerimento apresentado e, seguindo a tramitação e amparado pelo Regimento, solicito a V. Exª que o coloque em apreciação na devida hora.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, reiterando aos Srs. Senadores que todos os requerimentos apresentados à Mesa serão votados amanhã.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor mencionou, na sua fala, que o Vilibaldo e o Palocci eram bastante amigos, pelo menos do ponto de vista do Vilibaldo...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Pelo menos do ponto de vista do Vilibaldo para...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... ele dizia isso.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor acha estranho isso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu acho que sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o senhor acha estranho?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Por esse movimento de impressos, por esse movimento, por esse elo mercantil que tinha entre o PT com a gráfica, entendeu? Eu acredito que seja por causa disso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Palocci tinha sido Prefeito da cidade de Ribeirão Preto. O senhor sabe disso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Foi, foi.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com certeza?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Foi em 1993, se eu não me engano, e depois...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Vilibaldo era Presidente do Rotary e tinha sido governador do Rotary naquela região.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Clube Campos Elíseos, não é? Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Governador do Rotary significa governador-coordenador de clubes e serviços de uma região grande. No Paraná, só há três governadores. Então, trata-se de uma pessoa de muito prestígio e, certamente, de relacionamento.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto. Eu não acompanhava bem, mas ele foi governador mesmo. Disso eu sei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas o senhor só via essa questão da gráfica e coisa assim, sendo ele...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Só, eu não...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...um dos donos de uma das maiores gráficas, talvez, da região.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Na cidade, ela é a segunda.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Apenas não sei por que haveria alguma dúvida nesse sentido.

O senhor também falou sobre a campanha. O senhor sabe que o Dr. Juscelino esteve aqui. Ele disse: "Na campanha de 2000, nós fizemos uma cotação entre as gráficas e fizemos, majoritariamente, os materiais da campanha do prefeito na gráfica Villimpress". Ele fala que fizeram mesmo.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Certo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – As notas de prestação de serviço constam da prestação de campanha do então candidato Palocci. O senhor sabe que a Leão Leão também havia feito uma doação para a campanha e que isso faz parte da prestação de contas?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – No ano de 2002, foram emitidas notas fiscais para a Leão Leão também. Agora, não sei se ele prestou ou não contas. Aí eu já não posso dizer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na campanha de 2000?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – De 2000.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É, 2000. O senhor está falando 2000 ou 2002?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – De 2000. Foram feitas também para a Leão Leão notas...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exato. Não, e ele disse que foram feitas.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Ah, correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, ele disse que foram feitas.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu só não sei se foi prestado conta ou não, entendeu?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas é só para dizer que foram feitas as notas.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Foram feitas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E foi de acordo com a prestação de contas. Inclusive, o Ministro disse isto para os jornalistas, quando fez a entrevista coletiva: que foram prestadas contas também.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Certo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Terminada a campanha, nós tivemos um episódio muito chato

com o Vilibaldo, porque, encerrada a campanha, ele acusava um saldo devedor da nossa campanha junto à sua gráfica, e, pela nossa contabilidade de campanha, esse saldo devedor não existia. O senhor soube desse problema?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, eu li essa matéria também. Só que eu desconheço esse fato de... desse problema de valor, de querer cobrar um valor a mais. Isso eu desconheço. E eu faço uma ressalva aí também: se teve uma diferença na campanha do ano 2000, conforme ele fala.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – No ano de 2000.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – No ano de 2000. Os boletos foram emitidos a partir do ano de 2002. Eu acredito que o Vilibaldo não ia guardar dois anos para querer cobrar uma dívida, né?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, foi feito naquela época.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, não, boletos, os boletos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, ele diz isso também. Aí, no debate com ele, sobre essa dívida remanescente, fui surpreendido em minha residência ao receber um boleto, um boleto bancário que era emitido por essa empresa. Eu questionei, dizendo que eu não havia contratado nenhum serviço nessa empresa que pudesse originar aquele boleto bancário. Ele me disse que tinha que ficar... que tinha compromissos e tal e que, nesse sentido então, aquele boleto não correspondia à dívida feita. O senhor tem conhecimento desses fatos?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Esses fatos não existem. Ele fala de um boleto. E eram vários boletos. Não tinha um boleto só. E não teve também... Ele fala que teve aí uma diferença na prestação de contas da campanha do ano 2000, que ele fez os boletos cobrando no ano de 2002. Boleto no ano de 2000 para o Juscelino não teve. Teve vários boletos no ano de 2002. Então, eu acho que isso aí é uma história furada.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que ele coloca...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Que ele coloca. É... Ele quis dar uma explicação aos fatos, mas não...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E por que o senhor acha que a gente não deveria acreditar no Juscelino, e sim no senhor?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Porque, fiscalizando, esses bancos vão ter a resposta de todos esses boletos. Entendeu? Não é um boleto só; são vários boletos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Vários boletos? De que ano?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Vários boletos. Vários. Do ano de 2000 para frente. Acredito que até quando eu saí da empresa, em fevereiro do ano de 2003, tinha boletos ainda no nome do Juscelino.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque ele diz o seguinte – até o Senador Garibaldi perguntou para o Juscelino nesse sentido: "Quem pagou os boletos?" "Os boletos, pela informação que eu tenho, foram anulados." Aí, o Relator: "Foram anulados?" "Foram. Na verdade, ele pediu ao banco, porque ele descontava isso no banco, esses boletos não foram quitados, nem saldados, foram anulados." "O senhor assinou alguma duplicata?" "Não, não assinei duplicata nenhuma." "Pelo menos na campanha presidencial, já em 2002, todo o material era centralizado em São Paulo e havia uma central de distribuição de material. Eram emitidos boletos bancários referentes às duplicatas que eram quitadas pelo próprio Vilibaldo", o Relator dizendo.

Então, toda essa discussão foi acontecendo no sentido de ver que havia uma dúvida em relação à quantidade de material produzido e às dúvidas, e se chegou à conclusão de que vários... Depois de um debate grande, que até causou um mal-estar na cidade, chegou-se à conclusão de que vários boletos teriam sido emitidos em duplicata e, por terem sido emitidos em duplicata... E o senhor está dizendo que o senhor que emitia os boletos? Era isso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, está no depoimento feito para esta Comissão que vários boletos foram feitos em duplicata e, tendo sido feitos em duplicata, na verdade, não foram cobrados na seqüência.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Volto a explicar o lance dos boletos. Os boletos eram emitidos sim para o Juscelino, enviados para os bancos da cidade. Depois se emitiam as notas fiscais para Leão Leão, não tendo nada a ver com esses boletos. Os boletos eram pagos pela Villimpress, em cheque da própria Villimpress ou dinheiro, e as notas, que eram emitidas para a Leão, pagas pela Leão. Era essa a história e essa a verdadeira história que corria ali no Departamento Financeiro, não tem outra história de dívida que ficou para trás, de valor cobrado a maior, isso não existia.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na verdade, fico pensando o que teria acontecido, porque pode ter havido algum problema. E o Senador Romeu Tuma disse, falando para Juscelino: minha dúvida é que o senhor inicialmente se referiu exatamente a um boleto, que nem o senhor está falando agora. E, no decorrer

da sua exposição, o senhor se referiu aos boletos. Aí, o Sr. Juscelino disse: isso mesmo. Ele me disse depois, o Sr. Vilibaldo, que esses boletos nunca venceram, porque ele o substituía por outro. Quais boletos? O Senador pergunta: "O senhor se referiu a um que lhe foi imputado que não era devido?" "Isso, foi ele que me deu e disse: "Esses boletos nunca venceram", pelo menos está aqui. "Quando ele tinha um prazo de vencimento, eu o substituía por outro. A cada vencimento, era substituído por outro." Senador Romeu Tuma: "Eles sempre venceram?" "Sim, mas foram cancelados, eles não foram quitados."

Então, o senhor conhecia os boletos; se os substituía, o senhor os conhecia.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não era eu que substituía, Senador. Ele me disse que ele fazia a substituição no banco, porque a empresa que desconta o boleto no banco não é duplicata, pelo que tenho conhecimento. E assim por diante.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, havia vários boletos. Será que o senhor não está pensando, como hipótese, nesses 300 mil, 400 mil a que o senhor fez referência, que isso se refira, na verdade, a essa duplicidade de boletos?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, as notas, com plena certeza, não tinham nada a ver com os boletos. Conforme disse, o material entrava, eram feitos pedidos por fora, os famosos PF. Desses pedidos, separava-se o montante, emitia-se nota e os que sobravam não se emitia nota e faziam-se os boletos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pergunto tudo isso, porque temos que ver a credibilidade das pessoas que vêm fazer o depoimento aqui. Então, tivemos o depoimento do Sr. Juscelino e quando o Senador José Jorge diz que não é importante ver o seu histórico, digo que temos duas testemunhas que estão falando coisas completamente diferentes. Então, no mínimo, tenho que ver a credibilidade, as provas que essas testemunhas apresentam. E só reforço aqui que o Senador Tião Viana já colocou, que o seu histórico ou a sua história de vida não recomenda que a gente acredite no senhor, apesar de hoje também dizer que ouviu falar, falou-se, disse, comenta-se, e coisa semelhante.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tenho um processo...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o senhor fala, por exemplo, dos 4 milhões de reais, que houve um desvio da parte do senhor de 4 milhões de reais?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu não, ele. O Vilibaldo fala isso, eu não falo. Não foi isso...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi instaurado o Processo Criminal nº 1.385/2003 pela 4ª Vara Criminal de Ribeirão Preto. Na perícia realizada, o valor estimado do desvio é de cerca de 4 milhões.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – O senhor tem cópia dessa perícia?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, mas está aqui; tenho aqui o juiz também, o próprio juiz falando; o juiz não fala. Quer dizer, não foram 4 milhões; talvez tenham sido 3 milhões, então.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Se eu tivesse dado um desfalque de 4 milhões, quanto ele teria que ter, quanto ele nos sonegou, quanto ele... entendeu?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está escrito aqui pelo juiz: "Sentença do processo civil, 4ª Vara Civil. Os réus ainda aprovaram, por meio de documentos, que o autor Luciano, enquanto gerente financeiro da empresa Villimpress, depositava cheques da empresa diretamente em sua conta corrente".

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Da empresa Villimpress, a empresa que eu trabalhava.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pois é, pegava o dinheiro da empresa e depositava da sua conta corrente.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu recebia pela empresa, pela Villimpress.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, não era o salário. Recebia cheques e depositava na sua conta, páginas 70, 76. Essa prova documental aliada à prova testemunhal conduz à certeza, o juiz falando, do quanto alegado na contestação, ou seja, que Luciano apropriou-se reiteradamente de dinheiro da empresa Villimpress.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu tenho cópia aqui...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O juiz está dizendo, não sou eu.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Mas esse daí é um processo cível. E não foi apurado, não teve perícia de 4 milhões. Não teve perícia. Eu vou...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Prova documental...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não teve perícia de enorme desfalque.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) ...aliada a prova testemunhal.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu não sei porque ele usou essa palavra "enorme desfalque" sendo que ele não apurou o meu desfalque. Ele simplesmente, o juiz, aí no caso, deu uma sentença de uma escritura, cancelamento de registro público, entendeu? O processo é cancelamento de registro público.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quanto o senhor recebia por mês?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu recebia em torno de R$2 mil, registrado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por quê? O senhor recebia valor não registrado?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tinha comissões por fora de serviços que eu prestava para a empresa, que é esse...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor comprou imóveis com o FGTS, o senhor falou antes.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Comprei imóveis com o FGTS, comprei veículo, através de consórcio, no qual o Vilibaldo foi o meu fiador. Está tudo com cópia aqui, que eu vou deixar para...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E quanto o senhor tinha no FGTS?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Os imóveis que eu falo que eu comprei com o FGTS, são imóveis de R$20 mil.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que o senhor teria mais ou menos R$18 a R$20 mil no FGTS...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Por aí, mais ou menos isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...no prazo em que o senhor trabalhou. E apesar disso, como o Senador já colocou antes, tendo a propriedade de motocicletas, 4 imóveis, Silverado, movimentação de R$35 mil.

O senhor confirma essa conta? Essa movimentação de R$35 mil na sua conta?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu não confirmo. Não sei de onde V. Exª está pegando isso aí. Eu não... Porque eles estão chegando...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na quebra do seu sigilo bancário.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Então ainda não foi me passado isso ainda. Eu não sei.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só quero saber a sua opinião. Está escrito: mantinha conta corrente em pelo menos quatro bancos diferentes, com aplicações financeiras: Banco do Brasil, Unibanco, Nossa Caixa, Nosso Banco e Real.

O senhor tinha conta nesses quatro?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tinha conta nesses bancos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em quatro bancos? O senhor não acha estranho ter conta em quatro bancos?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não. O Vilibaldo tinha em oito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Foi decretada a quebra do sigilo bancário do senhor e da sua esposa, revelando em apenas dois dos quatro bancos movimentações bancárias com depósitos de até mais de R$35 mil por mês. Faltam ainda os extratos dos outros bancos e de mais outros meses.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto. Provavelmente o Ministério Público vai oferecer a denúncia, ou não vai. Eu vou responder isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não confirma, o senhor diz que é mentira, então, que tinha R$35 mil na sua conta?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu desconheço essa informação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não. Tinha ou não tinha? Senão o senhor estará mentindo aqui também na CPI. Se nós pegarmos depois o extrato e observarmos...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu desconheço.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Desconhece? Não tem certeza?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não tenho certeza. De valores, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Afirmo categoricamente que não tinha R$35 mil na minha conta.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não tenho certeza. E se tiver, eu vou explicar ao que se refere.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, durante o depoimento, se olharmos as notas taquigráficas, vamos ver que ele afirmou que não foi ouvido na sindicância. Até usou a expressão: O que é uma sindicância se não fui ouvido?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não fui.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não foi. Então essa assinatura aqui, sindicância 1, de 2003, não é do senhor?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tá. Essa assinatura...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor consegue enxergar aí da frente?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Consigo. Eu tenho cópia dela aqui também.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas então nessa sindicância o senhor não foi ouvido?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Nessa sindicância eu não fui ouvido, inclusive no depoimento...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A assinatura não é sua?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – A assinatura é minha, conforme expliquei em todo o processo. Se V. Exª pegar o processo todo e ler, que é o processo na Quarta Vara Cível e na Quarta Vara Criminal, eu expliquei o que foi feito.

Como eu assinava documentos para o Vilibaldo e ele para mim, ele preencheu – essa assinatura é minha, eu não nego – com conteúdo favorável a ele.

Inclusive eu vou até esclarecer. Nessa sindicância o que ele fez? Na escritura que ele passa esses bens de minha propriedade para ele eu vou esclarecer o seguinte: o veículo Vectra ficou com essa testemunha da sindicância, Héber Maia, que era um ex-funcionário do Vilibaldo. Posso terminar?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Eu somente gostaria de dizer o que o Juiz da 4ª Vara disse – eu acredito no Juiz, também –: "Como se vê, escritura pública de confissão de dívida foi subscrita pelos autores, para efeito de reparação" e que, ao contrário do que foi afirmado pelo senhor, não houve qualquer vício de consentimento a justificar. Isso é o que Juiz está falando.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu trouxe todos os depoimentos referentes a essa audiência. A pessoa que se diz tabelião, que lavrou essa escritura, o Sr. Taufic Faleiros... não consta nem o nome dele na escritura que foi feita. Não foi ele que fez. Pode checar que foi Inês Faleiros. Ele deu um depoimento para o Juiz e mentiu. Ele falou que foi ele que fez, ele que leu em voz alta. Esse é um fato importante.

Um imóvel meu da rua Ângelo Bonatto, se fizer agora a certidão do imóvel, consta registrado em nome de um parente, Luís Émerson Faleiros, parente do cartorário, família do quinto cartório. O veículo Vectra CD está registrado em nome Héber Maia, testemunha na sindicância.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Qual veículo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Veículo Vectra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É que tenho que acreditar no processo.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, mas eu trouxe todos os depoimentos. Vou deixar.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Prefiro muito mais acreditar no Juiz...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – do que acreditar no senhor, com toda essa história de vida que o senhor tem.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu aceito. Foi dada essa sentença e foi feita uma apelação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque aqui, página 51 do processo, tem os quatro imóveis mas só declarava no Imposto de Renda um imóvel. Tem a motocicleta, que é do próprio e não do irmão, na página 53 do processo.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Um imóvel e um veículo, que é o Vectra, não deu nem tempo. Essa quadrilha me tomou antes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quatro imóveis. Possuía uma Silverado, equipada, comprada à vista.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Consórcio com...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Todos comprados à vista, sem financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, se ele tem esses documentos, que deixe na CPI para que possamos fazer uma avaliação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que deixe para que possam ser comparados.

De qualquer forma, para encerrar, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Exª. Tivemos o depoimento do Sr. Juscelino Dourado que, claro, tudo tem que ser verificado também, e tivemos, hoje, o depoimento do Sr. Luciano Maglia, que também tem que ser checado e verificado. Os dois dizem respeito a um possível financiamento da campanha do PT por essa gráfica lá de Ribeirão Preto.

Só quero dizer a V. Exª e também para o Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, que, naturalmente, temos que nos basear em fidedignidade, em credibilidade, em história de vida das pessoas que vêm fazer depoimentos aqui nesta Comissão.

Então, a única informação que temos é do Sr. Juscelino Dourado, que explicou a situação toda, e eu não daria credibilidade alguma para todo esse processo, para toda essa apresentação do Sr. Luciano Maglia, que, inclusive, só fez esses depoimentos ao Ministério Público depois de ter sido condenado por esse processo a que me referi, assinado pelo Juiz de São Paulo Héber Mendes Batista.

Então, não existe nada da história de vida dessa pessoa que dê qualquer sustentação para esse depoimento que está sendo feito no dia de hoje. Que isso não se confunda, como muitas pessoas querem confundir, com tentarmos desqualificar a testemunha, porque todo fato tem que ser investigado. Se existem dúvidas, devem ser investigadas, mas temos que também investigar a credibilidade da testemunha para podermos observar se existe alguma possibilidade de essa testemunha também estar se referindo aos fatos em termos de verdade. Nesse caso específico, eu diria, a sociedade tem que desqualificar o que está sendo dito pelo Sr. Luciano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, Senador. Agradeço a V. Exª e concedo a palavra à Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria fazer algumas perguntas baseadas em itens do termo de declarações prestado pelo Sr.

Luciano Maglia ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Na sua declaração ao Ministério Público, o senhor diz, num determinado momento, que foram impressos folhetos, cartazes, santinhos, adesivos em papel, faixas em papel, etc, e o referido material era para as eleições de Deputado, Senador, Presidente da República e Governador, inclusive com vários candidatos da cidade de Ribeirão Preto e região.

Então, eu queria que o senhor pudesse me explicitar para quais Deputados foram impressos os materiais a que o senhor se refere aqui.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, eu já não detalhei porque não vou lembrar de todos; eu trabalhava no setor financeiro da empresa, entendeu? De passagem, você via um ou outro material ali dentro, mas eu não acompanhava o material que era feito. Era do Partido. Entendeu?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Era do Partido?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Do Partido.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do Partido. E qual Partido?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só? A gráfica só imprimia material para o PT?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, conforme o meu depoimento, a empresa presta serviços gráficos, elaborava todo o material gráfico de campanhas eleitorais de vários Partidos. Relativamente ao Partido dos Trabalhadores, o PT, ela fazia toda a campanha lá, na cidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas fazia de outros Deputados?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – De outros Partidos, também.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De outros Parlamentares, de outros Partidos?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Isso. Mas não tinha esse esquema de nota para a Leão Leão, não tinha boletos. Entendeu?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tinha?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tinha, não passava pelo senhor isso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, eu fazia... Vamos supor...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ou todo o esquema de "por fora" passava todo pelo senhor?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, um exemplo. Não, passava tudo por mim. Não tinha colaboradores, deixe dizer assim. Se um Deputado, um candidato a Deputado de qualquer Partido – do PSDB, vamos supor, um exemplo – ia lá, emitia-se a nota para a campanha do Partido, a nota de campanha dele. Não tinha colaboradores.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na gráfica fica o registro de todo o material que foi impresso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Como assim? Registro de todo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem algum local onde fique registrado o que foi impresso pela gráfica?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Acredito que não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não guarda nada?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Imprime, não fica com cópia de nada, fotolito de nada, registro de nada? Tudo...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Fotolito, geralmente, o cliente leva.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O cliente leva. Então, a gráfica produz o material e ela não fica com registro de nada do ela que produziu?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Ela guarda. Ela guarda alguns modelos, mas não de todos, porque, senão, haja espaço para guardar tudo. Ela guarda os melhores para servirem como um *folder.*

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um modelo.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Um modelo para ela oferecer para outros clientes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, se nós tivéssemos acesso aos arquivos, poderíamos, inclusive, confirmar o que foi impresso?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Pode até ser, mas isso vai dela, se ela não guardou, se ela... Entendeu?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mais para a frente, a sua amnésia melhorou um pouquinho, o senhor lembrou de alguns. Então, mais para a frente, o senhor disse...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, é uma continuação do depoimento, não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nas campanhas, o senhor sabe que além do PT era feito integralmente; um ou outro candidato fazia também o material. E o senhor citou alguns.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Certo, citei alguns que eu lembrar e que eu lembrei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, nesses casos, o senhor não citou os Partidos.

Então, do Sr. Sílvio Martins parece que o senhor já falou antes, não é?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sílvio Martins é PMDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – PMDB. Esse, inclusive, era o que não pagava, não é?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Esse não pagava.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esse também tinha esquema de não pagar. Então, não era só o PT que tinha esquema de não pagar.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, não, eu até falei que esse não pagava. Falei desde o início, até aqui, para a Promotoria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o senhor pode também ter esquecido de outros, não é?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Provavelmente, só esse.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O outro nome que o senhor registra é Leopoldo Paulino.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De que Partido?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – PSB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – PSB. O outro?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Aqui?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Silvana Resende.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Silvana Resende é PSDB, se não me engano.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o outro ou outra?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – É Darcy Vera, mas não sei o Partido dela.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Darcy Vera. O senhor não sabe?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É PSDB também?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não posso afirmar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não pode afirmar.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, não posso porque não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A gráfica prestou serviços para a Câmara Municipal de Ribeirão Preto?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Direto para a Câmara? Não, ela prestava serviços para a Prefeitura e para a Câmara, sim, mas é muito pouco movimento. Era através de licitações.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas prestava serviços para a Câmara Municipal?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Prestava.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Prestava serviços para a Câmara Municipal à época que o Sr. Sílvio Martins era Presidente da Câmara?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Prestava. Então aí não pode ter tido algum tipo de benefício porque prestava para o órgão público e daí o Presidente da Câmara não... Não era esse o tipo de gentileza que era prestada?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Acredito que não. Acredito que com o Sílvio Martins era mais um outro tipo de favor, porque o Sílvio Martins foi o que o indicou, deu o título de cidadão ribeirão-pretano para ele, porque ele não é de Ribeirão Preto, mas de uma cidade chamada Igarapava.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem outra gráfica na cidade?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tem uma maior, que é...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Uma maior?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como é o nome?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Gráfica São Francisco.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E os partidos políticos se dividem em Ribeirão Preto? Alguns fazem numa gráfica, outros na outra?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não sei. O que eu posso falar é da Villimpress(*).

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Da Villimpress. O senhor não sabe, por exemplo, o que a gráfica São Francisco fazia ou fez...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Entre os funcionários, chama-se a gráfica do PT, em Ribeirão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E a outra era a gráfica do PSDB?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não sei. Eu trabalhava dentro da Villimpress.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Era essa a divisão?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu trabalhava dentro da Villimpress.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor trabalhava dentro da Villimpress.

Há uma reportagem da **Folha de Ribeirão** onde documentos da Leão Leão mostram supostas doações

não declaradas para políticos do PT, PSDB e PMDB. Na reportagem, na documentação apreendida, trinta políticos ou partidos estavam na lista da empresa Leão Leão, que receberam, inclusive, doações oficiais por fora. Como o senhor diz que era só, exclusivamente ou prioritariamente do PT se, no material apreendido...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Estou falando dentro da gráfica. Estou falando dentro da gráfica.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, mas a apreensão é da gráfica mesmo.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, é da Leão Leão. Não é da Villimpress.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Da Leão&Leão e da Villimpress da gráfica.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – O que eu posso afirmar é que as notas fiscais da Leão Leão, dentro da Villimpress, se referiam a materiais do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, pode ser que a Leão Leão tivesse um esquema daí com o PSDB na outra gráfica?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Pode ser.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pode ser? Isso é possível?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – É possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque, se tem um esquema da Leão Leão para fazer doações para vários partidos, se não é na Villimpress... O senhor diz que tem a outra, que é inclusive a maior, então pode ser que tenha lá?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto. Pode ser.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pode ser que tenha lá.

Numa outra reportagem que sai em **O Estado de S. Paulo**, no dia 5 de setembro, o senhor faz aqui uma exposição, ou pelo menos a reportagem faz uma exposição de uma vida muito simples. Mora num rancho, tem apenas uma moto...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Correto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E por que o senhor deu esta imagem para a reportagem do **Estadão** quando aqui o senhor declarou que tem duas casas, que tem uma caminhonete Silverado...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu tinha, né?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...que não sabe explicar a movimentação de R$35 mil. Olha, parece que o salário do senhor é R$1.600,00, não é? Então, uma movimentação de R$35 mil é algumas vezes o seu salário mensal.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu tinha esses bens. Está comprovado aí – não sei se V. Exª estava no início – que eu perdi esses bens. Eu não estou com esses bens.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor passou a imagem de uma vida simples, mas teve uma movimentação...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu não passei a imagem. A reportagem do **Estadão**, a pessoa...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem uma movimentação bancária... Inclusive, o senhor tem uma amnésia também e não consegue lembrar como passaram R$35 mil na sua conta.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu não tenho acesso a isso. Vocês é que estão me passando essas informações. Eu não tenho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Outra pergunta que eu queria fazer ao senhor. A gráfica produziu algum tipo de material para algo ligado ao Governo do Estado de São Paulo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhum material? Nunca produziu nada vinculado ao Governo do Estado ou a personalidades ligadas ao Governo do Estado?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É porque tenho aqui um levantamento, e é bastante interessante, porque nós estamos aqui fazendo toda uma investigação, e é bom registrar – isso já deve ter sido, inclusive, registrado – que a denúncia da questão do lixo da Leão&Leão iniciou na investigação de quatro Prefeituras: Ribeirão Preto, Sertãozinho, Matão e Monte Alto. À época em que se iniciou, dessas quatro Prefeituras, três eram administradas pelo PSDB. A Leão&Leão tem uma movimentação de prestação de serviços ao Governo do Estado de São Paulo muito vultosa. Tenho aqui os dados da movimentação financeira. Vou dar aqui os de alguns anos. É antiga e vultosa: em 1997, 11 milhões; em 1998, 15 milhões; em 1999, 8,5 milhões; em 2000, 6,5 milhões; em 2001, 5,3 milhões; em 2003, 600 mil – foi o ano menos aquinhoado –; em 2004, 6,5 milhões; em 2005, 28 milhões, até o momento.

Então, não há nenhuma prestação de serviço para a Leão&Leão ligada ao Governo do Estado pela gráfica Villimpress?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – A gráfica Villimpresss, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que é um valor extremamente significativo de recursos que a Leão Leão tem em contratos, até porque ela é concessionária de pedágios na rodovia Washington Luiz.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Também. Acho que ela tem uma empresa coligada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A outra pergunta que eu queria fazer ao senhor é a seguinte: o senhor já tem processos, inquéritos policiais, procedimentos. Há negociação com o Ministério Público para a famosa delação premiada ou refresco na sua condenação, em troca das declarações que o senhor está prestando?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – De forma alguma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem nenhum processo negocial com a Justiça ou com o Ministério Público em troca?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque já tivemos aqui...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Eu fui de livre e espontânea vontade e passei as informações. Eles estão checando e, com certeza, vão provar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então não há nenhum processo negocial? O senhor não está fazendo o procedimento de trocar declarações, depoimentos, para aliviar?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual a sua ligação com o bingo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A gráfica onde o senhor trabalhou tem ligação com o bingo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Com o bingo, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nada? Com algum tipo de jogo, lícito ou ilícito?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não, ela era uma indústria gráfica, faz impressos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ela não imprime material para casas de jogos?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nada? Nenhuma vinculação? Nem a Villimpress nem o senhor têm nenhuma vinculação com bingo, com jogo, com qualquer coisa que possa esclarecer a atuação do jogo, do bingo?

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nada? Então está bom. É só para exemplificar que...

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Tudo bem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) –...a sua convocação, com relação ao mote central desta CPI, não teria vinculação com o fato determinado.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não havendo mais oradores inscritos, agradecemos a V. Sª pela presença. Solicitamos todas as informações e documentos que puder nos deixar e que possam orientar os nossos trabalhos.

Agradeço a V. Sª.

O SR. LUCIANO ANDRÉ MAGLIA – Muito obrigado. Também agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou suspender a reunião por trinta minutos para que possamos fazer uma parada técnica. Em seguida, voltaremos com a oitiva do Sr. Donizeti de Carvalho Rosa.

Está suspensa a reunião por trinta minutos.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Comunico aos Srs. Senadores que passaremos a ouvir a oitiva do Sr. Donizete de Carvalho Rosa. Solicito à Assessoria que traga o nosso convidado até a nossa mesa. (Pausa)

Concedo a palavra ao Dr. Donizete de Carvalho Rosa, Diretor Superintendente do Serpro.

V. Sª tem a palavra.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nobre Presidente, Senador Efraim Morais; nobre Relator, Senador Garibaldi Alves; demais Senadores, distinto público aqui presente, para mim é um dever de ofício e uma honra poder comparecer a esta Comissão e colaborar com os seus trabalhos.

Eu gostaria, inicialmente, dizer um pouco da minha vida para poder me situar.

Eu sou químico de formação. Fiz Técnico em Química, posteriormente fiz faculdade de química; trabalhei por muitos anos na Cetesb, na área de saneamento e meio ambiente. Sou funcionário até hoje desta empresa estatal paulista que cuida do controle do meio ambiente. Tenho MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

Com a posse do hoje Ministro Palocci como Prefeito de Ribeirão Preto, em 93, S. Exª me convidou pela minha experiência na área de saneamento em ser diretor superintendente do Daerp àquela época, o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto. Fui por um ano e meio diretor daquela empresa, depois fui Secretário de Governo por um período; e, finalmente, fui Presidente de uma companhia telefônica local. Ribeirão Preto era um dos poucos quistos do sistema Telebrás, como era Pelotas, como a Companhia Riograndense, como Londrina, eram algumas cidades e o Estado do Rio Grande do Sul não era parte efetiva do sistema Telebrás, e eu fui presidente desta companhia municipal de telefonia por um período.

Terminado o Governo Palocci, eu me candidatei a vereador, fui eleito vereador em Ribeirão Preto. Nós perdemos a eleição municipal lá para o PSDB. Eu fui um vereador de Oposição por quatro anos e novamente me candidatei a vereador na eleição de 2000, se não me engano, quando o Prefeito Palocci novamente se elegeu prefeito e eu me candidatei a vereador. Elegi-me vereador novamente, e nesse período fui convidado novamente pelo Prefeito Palocci então a ser seu Secretário de Governo, cargo que exerci durante o período em que ele foi Prefeito de Ribeirão Preto.

Quando o então Prefeito Palocci foi convidado pelo Presidente Lula a ser Ministro da Fazenda, eu voltei à Câmara Municipal, fui eleito Presidente na Câmara no ano de 2003, permaneci na Câmara.

E, finalmente, no último ano do governo que substituiu Antonio Palocci, do Governo Magione, voltei a ser convidado para ser Secretário de Governo e terminei a minha ação política na cidade de Ribeirão Preto.

Mais recentemente, fui convidado pelo Ministro Palocci para ser inicialmente Gerente Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo, cargo que ocupei por uns três meses aproximadamente. Depois fui convidado a ser Diretor Superintendente do Serpro – Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal, cargo que ocupo até o dia de hoje...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não sou mais vereador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Donizete Rosa, V. Sª já fez um breve histórico de sua trajetória profissional, inclusive no campo político. Eu gostaria de perguntar-lhe algo com relação ao Partido dos Trabalhadores. V. Sª ocupou alguma função na direção do Partido?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Sim. Sou filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1981, quando era estudante na Faculdade Oswaldo Cruz, em São Paulo. Posteriormente, mudei-me para Ribeirão Preto. Quando terminei a faculdade, fui para Ribeirão Preto e fui trabalhar na Cetesb, na gerência regional da Cetesb de Ribeirão Preto. Lá, comecei a militar mais efetivamente no Partido. Fui membro da sua direção municipal, fui tesoureiro e presidente do Partido na década de 80, no final da década de 80. Sempre participei de direções municiais. Nos dois últimos mandatos, fui membro da direção estadual do Partido, também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto-lhe: a sua experiência no campo da administração pública o levou a ser convidado para o cargo de diretor executivo do Serpro. No seu cargo de diretor executivo não havia necessidade de uma especialização no campo da informática, de alguma experiência nesse campo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Acredito que não necessariamente. O Serpro tem uma diretoria colegiada, formada por seis diretores. Cada um desses diretores tem sua experiência profissional. Dois dos diretores do Serpro, necessariamente, têm que ser diretores de carreira, justamente para serem técnicos especialistas no setor de TI, de tecnologia da informação. Outros podem ter experiência em gestão empresarial, que é o meu caso. Já fui gestor de duas empresas públicas e sinto-me capacitado para exercer a função.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª é ou foi sócio de alguma empresa?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não sou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca foi?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª poderia citar qual era o seu patrimônio em 2000 e qual é o seu patrimônio atual.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Exatamente não. Calculo que em torno de R$200 mil em 2000 e que uns R$300 mil hoje. Algo em torno de R$300 mil, hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu nível de relacionamento com o Sr. Rogério Buratti?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Conheci o Sr. Rogério Buratti em 1992, quando foi designado pelo Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores a acompanhar a eleição municipal de Ribeirão Preto. S. Sª, praticamente, participou da coordenação da campanha. Na época, tive pouco contato porque também era candidato a vereador e cuidava mais da minha campanha. A partir daí, fui superintendente à época em que S. Sª era secretário de governo. Vim a substituí-lo quando saiu do Governo. Mantive relações de amizade mais intensas com S. Sª naquela época, mas depois disso sempre fomos amigos. Não nos freqüentarmos, no dia-a-dia, mas sempre fomos amigos e nos falamos ao longo desse tempo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sªs têm algum negócio em conjunto?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não. Nunca tive nenhum negócio, nenhuma relação comercial com o Sr. Rogério Buratti.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes, aproximadamente, V. Sª encontrou-se com Rogério Buratti, em Brasília, desde janeiro de 2003?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Se me encontrei foi uma vez, no aeroporto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só uma vez?

E em Ribeirão Preto? Nesse período?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nesse período, encontrei-me uma vez em um aniversário da filha do Sr. Juscelino Dourado, para a qual S. Sª foi convidado também. Estivemos juntos nesse mesmo evento social.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes, aproximadamente, V. Sª ligou para ele, de dezembro de 2002 até hoje? E S. Sª para V. Sª?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não saberia dizer-lhe se não tivesse saído no Correio Braziliense o *ranking* dos telefonemas. Disseram que falei com ele, durante esse período, treze ou quinze vezes. Durante o ano de 2003 eu era Presidente da Câmara Municipal, devo ter falado algumas vezes, mas nada de motivo profissional. Não me lembro de ter tratado de assunto profissional com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com informações da TIM, só da operadora TIM, isso mostra que o senhor ligou para Buratti, pelo menos 21 vezes, e que Buratti ligou para o senhor, pelo menos, umas dez vezes.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu não tenho esse número exato. Eu tenho o número que foi o *ranking* que me apresentaram aí. O **Correio Braziliense** me telefonou, dizendo que esse era o número. Eu não tenho o número exato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu relacionamento com o Sr. Vladimir Poletto?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Conheci o Sr. Vladimir Poletto, na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, quando ele era um dos assessores do Dr. Ralf Barquete que era Secretário da Fazenda. Nunca tive relacionamento com ele. Depois que ele saiu do Governo, nunca mais me encontrei com ele ou falei com ele, nem telefonei.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A revista **Veja** citou que Vladimir Poletto alugou uma casa no Lago Sul, onde hoje, se localiza a Embaixada do Zimbábue, e que uma fonte da revista informou que ele e Rogério Buratti recebiam pessoas do Governo nessa casa. Pergunto: V. Sª foi alguma vez a essa Casa?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, Senador, nunca estive nessa casa. Só tive conhecimento mesmo pela reportagem da revista.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem conhecimento de encontros informais e de empresários e membros do Governo realizados nessa casa?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, Senador. Mesmo porque eu vinha a Brasília, comecei a freqüentar Brasília, a partir de 12 de maio deste ano, quando eu fui para o Serpro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu relacionamento com Carlos Eduardo Valente?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não conheço essa pessoa, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele nunca foi ao seu gabinete no Serpro?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Buratti nunca lhe fez algum pedido referente ao Sr. Valente, ao Sr. Poletto?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe o que ele estava negociando, do Serpro, em julho de 2004, embora o senhor ainda não estivesse lá nessa época?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não sei, porque não conversava de negócio com o Sr. Rogério Buratti e sequer estava no Serpro nessa época.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em várias escutas telefônicas realizadas a pedido do Ministério Público, Buratti conversa com o Sr. Poletto e o Sr. Valente, Carlos Eduardo Valente, sobre o Serpro. Em uma delas fala sobre Caged e dívida ativa. O senhor faz idéia do interesse dele nesses assuntos?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não faço idéia, porque, participando da diretoria – porque a diretoria do Serpro é colegiada, todos os assuntos são debatidos –, esse assunto não veio à baila, não foi debatido, nesse período em que eu estive lá. Não tenho conhecimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Relator, gostaria só de acrescentar uma pequena pergunta, só para esclarecer.

V. Sª telefonou 21 vezes só pela TIM para o Sr. Rogério Buratti. Disse que não tratava de negócios com ele. V. Sª falava com ele sobre que temas?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não... Fui, durante um longo período, amigo do Sr. Rogério Buratti; hoje, nem sei mais, porque, diante dos fatos aí, não o vi mais, não sei que atitude tomar diante do acontecido. Mas, das vezes que falei com ele, falei coisas pessoais. Agora, não me lembro se foram 21 vezes. Podem ter sido tentativas. Eu me lembro que, quando aconteceu o episódio da Gtech... porque eu me considerava amigo dele, liguei para me solidarizar, para falar de coisas pessoais e tal, achei que ele estava envolvido numa situação muito difícil. Acredito ter tentado algumas vezes falar com ele. Então não significa que eu fiz 21 conversas com ele. Não acredito que tenha feito, porque não o fiz. É só uma questão de se levantar o tempo de duração dessas ligações para se comprovar que eu não falei com ele tantas vezes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o nível de relacionamento do senhor com o Sr. Ralf Barquete?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Fui Secretário com o Sr. Ralf Barquete, o conheci, no início do Governo, quando ele foi nomeado, e a minha relação era formal e de trabalho unicamente, nunca tive relação pessoal com o Sr. Ralf Barquete e não mantive relação com ele depois que ele saiu do Governo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca manteve relações comerciais?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nem comerciais nem pessoais nem sociais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas tomou conhecimento de que o Ministro Palocci não consegui nomeá-lo Presidente da Caixa Econômica Federal, apesar de ser o seu nome preferido para esse cargo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não sabia o pleito dele. Soube que ele foi nomeado, pela imprensa local, para um cargo na Caixa Econômica Federal, mas não sabia qual era, se seu pleito era maior do que esse, até porque pouco conversava com o Sr. Ralf.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os dirigentes da Gtech acusam o Sr. Rogério Buratti de tentar extorquir a empresa em troca da renovação do contrato com a Caixa. Eles também afirmam que Buratti era muito bem informado sobre as decisões da Caixa Econômica Federal. O grande número de ligações telefônicas entre o Sr. Buratti e o Sr. Ralf Barquete durante os meses de fevereiro, março e abril de 2003 leva a crer que ele era o intermediário na direção da Caixa Econômica Federal de seus interesses na renovação do contrato.

Pergunto: o Sr. Buratti e o Sr. Barquete alguma vez comentaram com o senhor sobre esse contrato da Gtech?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, Senador, nunca comentou comigo, e eu não tratava desse tipo de assunto com o Sr. Rogério Buratti. Ele nunca me revelou o que fazia fora do Governo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fora do...?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Fora do Governo. Depois que ele saiu do Governo eu não comentei com ele, não conversei com ele assuntos profissionais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe se o Sr. Buratti tinha outros informantes na Caixa Econômica Federal e no Ministério da Fazenda?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ligou para Ralf Barquete no dia 1º de abril de 2003, dia da primeira reunião de Rogério Buratti com dirigentes da Gtech? O que trataram nessa conversa?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu não acredito ter ligado para ele nesse dia, Senador, nem sei que dia é esse. Não tinha rotina de ligar para o Sr. Ralf Barquete. Lembro-me de ter falado com ele no episódio da doença dele, por uma questão de solidariedade humana, inclusive cheguei a visitá-lo em sua residência. Mais do que isso, não. Não me lembro de ter feito ligação nesse dia.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dia 1º de abril. Cuidado, é dia 1º de abril.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Dia 1º de abril, mas não me lembro de ter ligado. Nunca tive nenhuma relação com esse episódio.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ligou duas vezes para Rogério Buratti no dia 4 de abril de 2003, também dia importante na renovação do contrato da Caixa com a Gtech. De que trataram nessa conversa?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Como eu disse ao senhor, meus contatos com o Dr. Rogério Buratti sempre foram contatos pessoais. Não me lembro de ter ligado nesse dia. Porque faz muitos anos...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor ligou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ligou duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aqui na quebra de sigilo telefônico de V. Sª.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, estou só lembrando a V. Sª. No dia 1º, que o senhor não se lembrou, o senhor ligou. O Município de destino foi Brasília, o senhor estava em Brasília, e o senhor ligou, e esse telefonema foi de dois minutos e oito segundos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Será que era porque ele tinha que falar com algum Ministro para ver se o Buratti abria a porta?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, foi do Sr. Donizeti Rosa, dois minutos e oito segundos.

No dia 4, o primeiro foi de um minuto e o segundo, de 43 segundos.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nunca tratei desse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não estou dizendo que V. Sª tratou ou não, estou dizendo que...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não me lembro de ter estado aqui em Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Só confirmando, porque V. Sª disse que não lembrava.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Em 2003 ou 2004, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em 2003.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Em 2003 eu estive algumas vezes aqui em Brasília tratando de um assunto porque eu era Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Até encontrei, agora há pouco, a Andréa, que era assessora de imprensa do Interlegis, e, como Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, visitei o Interlegis durante o ano de 2003 duas ou três vezes para tratar da modernização da questão de informática da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Inclusive o Presidente era o Sr. Paulo Fontenele.

Em função desses trabalhos, nós desenvolvemos uma série de modernizações na questão de informática da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Inclusive isso culminou com a ida do Senador Romeu Tuma, que era, à época, o coordenador da Interlegis em Ribeirão Preto. Eu o recebi na Câmara Municipal de Ribeirão Preto logo depois, com vários Parlamentares da região de Ribeirão Preto, para ajudar a divulgar o Interlegis.

Então, nas vezes em que estive em Ribeirão Preto e em Brasília no ano de 2003, foi para tratar de assuntos relativos à Câmara Municipal. Inclusive, quando estive no Interlegis, recebi do Sr. Paulo Fontenele, que era o coordenador do Interlegis, uma dica interessante: "Olha, o órgão que pode fornecer [eu estava atrás de equipamentos de informática] computadores para vocês, para ajudar a modernizar o parque de informática da Câmara Municipal, talvez seja a própria Receita Federal. Se você é de Ribeirão Preto, procure o pessoal do Ministério da Fazenda, porque, talvez, eles possam fornecer esses equipamentos". Estive com o Dr. Rachid, acabei conseguindo alguns equipamentos para Ribeirão Preto que ajudaram a modernizar o parque de informática da nossa Câmara.

Então, esses assuntos foram os que trabalhei durante o ano de 2003, em Brasília. Tenho registros disso, tenho registro de onde estive e do que fiz. Se aconteceu de eu ter ligado para ele nesse dia, pode ser que eu fosse sabedor de que ele estava aqui. Lembro-me de que encontrei com ele uma vez, como eu já disse, mas não sei se foi nesse dia. Mas eu não tive conhecimento, nunca tratei de assuntos ligados à Gtech, até porque não tinha nada a ver com isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor participou ativamente da campanha do Ministro Antônio Palocci a Prefeito de Ribeirão Preto em 2000. É verdade?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – No ano de 2000, eu fui candidato a Vereador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele candidato a Prefeito?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – E ele candidato a Prefeito. Aliás, eu nunca fui organizador das campanhas do Ministro Palocci. Por quê? Embora fosse um forte aliado político dele...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quem coordenava a campanha do Ministro Palocci?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Normalmente, era a Executiva do Partido, as pessoas da Executiva de cada período. Em 1992, fui candidato a Vereador também, e o Prefeito Palocci, à época, foi candidato a Prefeito, em 1992. Coordenei a minha própria campanha. No segundo turno da campanha de 1992, não fui eleito Vereador àquela época, ajudei a coordenar o segundo turno da campanha do Prefeito Palocci. Depois, ele foi eleito, cumpriu o mandato de quatro anos. Daí a quatro anos, fui candidato a Vereador, e ele não foi candidato. Novamente, em 1998, ele foi candidato a Deputado Federal, e eu fui candidato a Deputado Estadual. Então, eu coordenava a minha campanha e

tentava ligar a minha campanha à dele, porque ele era a figura pública mais importante na região.

Em 2000, fui candidato a Vereador, e o Ministro Palocci foi candidato a Prefeito. Ele ganhou a eleição no primeiro turno, e eu cuidei da minha campanha de Vereador. Não fui coordenador... Não fui das pessoas que ajudaram a organizar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª não se lembra de quem foi o coordenador ou, pelo menos, o tesoureiro?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Em 2000, o coordenador foi o Presidente do Partido, Dr. Nilton Mendes Garcia, e o Tesoureiro, o Sr. Mizael. A contadora do Partido era a Maria de Lourdes. Ou seja, eram pessoas ligadas à direção do Partido que coordenavam a campanha – é lógico. E havia a frente partidária. O Ministro Palocci sempre se candidatou em frente partidária. Então, essa frente elegia um colegiado de dirigentes partidários que organizava a campanha.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas sempre há alguém que funciona como uma espécie de Delúbio Soares local. Lá não havia essa pessoa?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu cuidava da minha campanha de Vereador nessa época e não me lembro quem fazia...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que o Senador quer saber se havia algum *pool* financeiro para ajudar os candidatos a Prefeito e a Vereador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Alguém que toma conta. Sabemos que aqui temos esse defeito, que já fomos candidatos muitas vezes. A gente sabe como funciona a campanha política. Então, normalmente, há a burocracia do partido, que é o que V. Sª está citando, mas há pessoas de confiança do candidato, que são as que efetivamente tocam a campanha.

Queria perguntar a V. Sª, se souber, quem eram as pessoas de confiança do Ministro Palocci nas suas campanhas, nessas duas últimas campanhas em que ele foi candidato a Prefeito.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nessa última campanha, era a Direção Municipal do Partido e o próprio candidato. Acho que o próprio candidato fazia esse esforço de arrecadação, conversava com as pessoas, porque, numa cidade pequena, é necessário isso. Eu mesmo, como Vereador, saia à luta, ia atrás das pessoas. O candidato a Prefeito fazia a mesma coisa. Cada candidato...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vereador é diferente, porque existem muitos candidatos dentro do partido, mas, na campanha de Prefeito, sempre há alguém que efetivamente toca a campanha, não é a burocracia partidária.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Tinha um comando formado a partir da Executiva partidária. Essa é uma tradição no PT.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vamos devolver a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Donizete Rosa, o Grupo Leão Leão tinha contratos com a Prefeitura de Ribeirão Preto, sendo um deles com o Daerp, assinado em 2002, no valor de R$41 milhões. Oficialmente, essa empresa doou R$150 mil à campanha do Ministro Antônio Palocci a Prefeito de Ribeirão Preto em 2000.

Pergunto: quem fazia os contatos com a Leão Leão para doação de recursos para a campanha do PT em Ribeirão Preto? Essa empresa doou recurso para a campanha do PT em caixa dois?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Olha, a empresa Leão Leão tinha vários tipos de contrato com a Administração Municipal. Originalmente ela nem era a detentora do contrato de lixo, ela era uma empresa de obras. O contrato de lixo não foi feito. Quando o Prefeito Palocci assumiu a primeira vez a Prefeitura, esse contrato já existia e perpassou toda a sua primeira administração. O contrato foi renovado, depois, no meio do Governo Jábali, que foi o Governo do PSDB também.

Houve esse contrato de R$41 milhões em 2002, que foi um contrato não da coleta e do afastamento do lixo; era o contrato de operação do aterro sanitário. Foi assinado em janeiro de 2002. E, na verdade, esse contrato venceu em abril de 2000, ainda dentro do Governo do PSDB local. Portanto, se ele venceu em abril de 2000, a licitação precisaria ter sido feita antes de abril de 2000. O PSDB não o fez, fez contratos temporários. Esses contratos temporários foram até o final do Governo. No ano de 2002 todo, foram feitos contratos temporários, renovados a cada noventa dias. E, no último mês de governo, foi feito um contrato temporário, que venceu em 18 de janeiro de 2001.

Quando assumimos o Governo, foi preciso fazer contratos emergenciais novamente, porque não dava tempo de preparar uma licitação desse porte. A licitação foi preparada no primeiro semestre de 2001. A licitação do aterro sanitário, da disposição do lixo, foi preparada no primeiro semestre de 2001. Ela durou pelos recursos que advêm das várias empresas que participam e da briga que existe entre as empresas nesse tipo de contrato. Pelo valor do contrato, se conseguiu concluir a licitação no final de 2001, e ele foi assinado no começo de 2002. Ou seja, durante o período de um ano, o Governo do PT de Ribeirão Preto conseguiu iniciar e realizar uma licitação, coisa que não foi feita no ano

anterior do Governo do PSDB, que deixou vencer o contrato sem renová-lo.

Sei desses detalhes todos agora, porque, depois, com a denúncia, fui atrás, procurei saber, até porque não acompanhava pessoalmente. Essa era uma coisa mais tratada em nível do Daerp. Eu não acompanhava diretamente isso, mas depois me informei direito e verifiquei todos os passos que houve nesse processo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nesse tempo, o senhor ocupava...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu era secretário de governo e fazia mais a relação política com a Câmara Municipal, não é? Era uma espécie de Secretário da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quem fazia os contatos com a Leão Leão para doação de recursos para a campanha?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não sei dizer, porque a Leão não tinha uma tradição de fazer doações para campanha de Vereadores. Sempre fui candidato a Vereador e nunca consegui receber recursos da Leão Leão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Luciano Maglia, o senhor o conhece?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não o conheço pessoalmente. Até verifiquei se estava na salinha. Quando abria a porta, eu tentava verificar, para dar uma olhada no rosto dele. Não cheguei a conhecê-lo pessoalmente, porque ele era contador da firma, pelo que li na imprensa. Sequer o conheci pessoalmente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor "brechou" ali...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Dei uma "brechada" na porta, quando ela se abria.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Luciano Maglia denunciou aqui, a esta CPI, que a empresa Leão Leão financiava campanha do PT em caixa dois, por intermédio da empresa Villimpress; que V. Sª e o Sr. Juscelino Dourado eram os prepostos do PT perante aquela gráfica; e que uma diferença em dinheiro era recebida pelos senhores, que eventualmente convertiam essa diferença em dinheiro em dólares. O que o senhor tem a nos dizer a respeito disso?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Olha, essa situação é completamente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço silêncio, por favor! Pode continuar.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Essa é uma versão fantasiosa que não corresponde à realidade, e vou explicar o porquê.

Não fui organizador das campanhas do Prefeito Palocci, como já disse aqui. Em 2000, eu coordenei minha própria campanha. Fiz material na gráfica Villimpress, como vários candidatos faziam. Até tem uma – digamos assim – tradição em Ribeirão. Existem duas gráficas grandes, maiores: a gráfica Villimpress e a gráfica São Francisco. Normalmente, o pessoal do PT faz mais material na gráfica Villimpress, não que seja uma... E o pessoal do PSDB faz mais na outra gráfica por uma questão de relacionamento.

Então tanto eu como outros fizemos materiais lá. Além disso, o Sr. Vilibaldo é meu companheiro de Rotary desde 1997. Então, os relacionamentos que tive com ele fora do período eleitoral eram para vender alguma rifa de Rotary, para convidar para algum jantar, para algo desse tipo.

Não participei da compra de material ou de autorização de materiais para a campanha do Prefeito Palocci, porque eu era candidato a Vereador. Como eu era muito amigo do Prefeito Palocci, como eu era um Vereador ligado a ele politicamente – éramos do mesmo campo político –, existia até uma vigilância muito grande dos outros Vereadores, uma ciumeira: "Olha, o Donizete deve ficar longe da campanha do Prefeito, senão vão achar que está privilegiando". Então, eu nunca misturei as coisas, para evitar esse tipo de comentários locais ou de disputas locais dentro da bancada.

Nunca estive – estou dizendo isto aqui peremptoriamente –, nunca estive com o Sr. Juscelino Dourado na sala do Sr. Vilibaldo, juntos. O senhor pode convocar outras pessoas da Villimpress, funcionários, secretárias. Essa história é mentira! É mentirosa! Ele inventou essa história, e não sei por que motivo, talvez para esconder os seus próprios pecados. Se estiver numa sala falando sobre dólares e entrar um funcionário – vamos supor essa hipótese –, eu vou continuar conversando sobre um assunto como esse? Isso não existe! Não existiu o fato, não existiu a história, e essa pessoa inventou – eu não sei por que motivo; provavelmente por vingança com o seu ex-patrão.

Agora, é a mesma pessoa que... Eu estava vendo... O meu advogado me passou um documento que...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O que V. Sª quer dizer com vingança ao seu ex-patrão? Como o senhor faz essa defesa do ex-patrão dele? Por que motivo o faz?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Porque eu tenho conhecimento. Circula em Ribeirão Preto, já há dois, três anos, que o Sr. Vilibaldo – nas rodas de Rotary, meus amigos – levou um grande desfalque desse senhor, um grande desfalque. Quase levou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem alguma prova disso? Sabe algum fato concreto ou não?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Tenho todos os documentos que eu recebi aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor os tem?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Tenho documentos que me foram entregues aqui pelo meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas quem encaminhou esses documentos ao senhor? Foi o Sr. Vilibaldo, para o senhor fazer a defesa aqui?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não. Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O advogado do Sr. Vilibaldo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não. Foi meu advogado que me deu esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O seu advogado? Para o senhor defender aqui o Sr. Vilibaldo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não estou defendendo o Sr. Vilibaldo. Estou dizendo que uma pessoa criou uma história fantasiosa que me envolve e me prejudica e que nunca existiu. Por que motivo?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rogério Buratti informou a esta CPI que a mesma empresa Leão Leão pagava mensalão a algumas prefeituras – no caso de Ribeirão Preto, era de R$50 mil – e que esse dinheiro, na gestão de Antônio Palocci, era recebido por Ralf Barquete e repassado a Delúbio Soares.

Já foi confirmado por esta CPI pelo menos o mensalão de Sertãozinho, que é um Município próximo.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Próximo e administrado pelo PSDB.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não tenho conhecimento. Não acredito que isso tenha acontecido, porque o Ministro Palocci sempre foi cioso de contribuições de campanha, sempre exigiu que as suas contribuições fossem feitas de forma oficial. Quando fazia reuniões, orientava os candidatos a Vereador que procedessem assim, porque sabia que isso não deveria acontecer. Não acredito que isso tenha acontecido.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor acha que o seu Buratti fez uma denúncia dessa por quê?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – É difícil dizer por que ele o fez. Eu acredito que ele mentiu, não sei se para delação premiada ou se devido às condições em que ele depôs em Ribeirão Preto. É difícil avaliar essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aqui ele depôs com toda liberdade e confirmou nesse microfone que o senhor está. Então, aqui não houve nenhuma pressão, ele não estava preso, ele não estava algemado. Ele estava com o advogado dele e reafirmou aqui à CPI que o Sr. Palocci recebia R$50 mil de "mensalão".

Então, quero dizer a V. Sª, só para deixar claro, que essa desculpa de pressão ou coisa dessa natureza, aqui não teve pressão. Aqui ele falou com o advogado, com todos os Senadores, com todo o direito. Então, ele reafirmou, nesse microfone que o senhor está, tudo que foi dito sobre os R$50 mil que ele dava ao Ministro Palocci. Só para que V. Sª não tenha essa desculpa. V. Sª pode até dizer que não acredita, que é verdade ou mentira. Agora, dizer o motivo, repetindo...

Estou falando e o advogado não me deixa falar.

Quero só dizer o seguinte: que estou só reafirmando, não estou perguntando nada ao senhor, o senhor não tem que responder nada, estou só dizendo para que o senhor tome conhecimento de que aqui, nesse microfone, ele fez essa afirmação. Não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Sª. Só que, como Presidente da CPI, quero deixar claro, porque pode ser até que pareça que aqui também ele estava sob pressão para afirmar o que foi afirmado. É só para deixar esclarecido de que aqui não, ele reafirmou tudo que foi dito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Gostaria de fazer uma observação em relação à fala do Sr. Buratti, que eu próprio perguntei a ele, se ele sabia de alguma vez em que o Ministro Palocci havia recebido dinheiro. E ele foi claro em responder dizendo que não sabia de nenhuma ocasião...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele reafirmou no depoimento dele – e vou ter que pedir as notas taquigráficas...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Ele me respondeu que não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele reafirmou tudo o que foi dito na Polícia Federal e no Ministério Público, ele reafirmou, está nas notas taquigráficas, de que ele recebia R$50 mil.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, estou dizendo para o Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sei, não estou dizendo de "a", "b" ou "c". Mas, que ele recebeu dinheiro que era repassado, recebeu.. Ele repassava para o Delúbio. Estou dizendo o que está escrito nas notas taquigráficas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era recebido por Ralf Barquete e repassado ao Delúbio.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, com o conhecimento do ....

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, só um minuto. Quero deixar claro, porque....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria as notas taquigráficas para esclarecermos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Fiz essas perguntas para o depoente e fui claro ao perguntá-lo: o senhor pode afirmar se o Ministro Antonio Palocci recebia? Ele disse que não recebia. O senhor acha que ele tinha conhecimento de que isso acontecia? Ele disse que não tinha nenhuma informação de que ele tivesse conhecimento. E, ao mesmo tempo, quando o Sr. Buratti veio prestar depoimento nessa Comissão, estava sentado diante dele – e isso foi objeto de questionamento na ocasião – o Promotor Público, lá do Município, que inclusive havia declarado aos jornais que ele estava pensando na possibilidade de pedir a prisão do Buratti. E todos nós achamos, na ocasião, inadequada a presença, neste ambiente, do Promotor Público sentado na frente do depoente.

Então, esses três fatos, eu próprio perguntei, esses três fatos têm que ser deixados bem claros para a opinião pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, V. Exª concorda que ele reafirmou no depoimento dele, dizendo que era repassado à prefeitura, cujo Prefeito era o Sr. Palocci. Se era entregue – é claro que passou por quem já morreu, o Ralf, e esse dinheiro era entregue a Delúbio. V. Exª se lembra que ele confirmou isso aqui?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É, ele confirmou as declarações. Concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem, é isso que estou dizendo, que não houve nenhuma pressão...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas não mencionou o Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –...nenhuma pressão desta CPI, de nem um membro desta CPI, para que ele viesse aqui depor e dizer o que disse. Se ele disse, lá no depoimento dele e reafirmou aqui, não foi com nenhuma pressão dos Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É o seguinte: eu acho, também, que esta questão se o Ministro Palocci sabia ou não sabia, é irrelevante, porque o próprio Ministro Palocci, naquela famosa entrevista que ele deu, logo depois da renúncia, ele disse que, no caso dele, se responsabiliza por tudo o que aconteceu: se soubesse ou não soubesse. Se aconteceu e ele não sabia, a responsabilidade é dele. Ele foi até muito elogiado, porque foi ao contrário do Presidente Lula, que sempre diz que não sabe de nada, assim como o Ministro José Dirceu. Ele não, ele assumiu que, na verdade, tudo o que aconteceu na gestão dele ele sabia e, se ele não sabia, a culpa é dele. Isso foi ele quem disse em entrevista, inclusive muito elogiada exatamente por conta disso. Porque foi o contrário do Lula, José Dirceu e outras pessoas. Então, eu acho que, na realidade, não é relevante ele dizer se o Palocci sabia ou não sabia. O importante é que ele disse que o "mensalão" lá existia, era de R$50 mil e era a Leão Leão que pagava. Isso ele confirmou.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não. Ele não confirmou que a Leão Leão pagava não. Ele foi muito claro na entrevista, Senador José Jorge, com todo o respeito e amizade que eu nutro por V. Exª desde a época...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu estou falando do Buratti...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Pois é, Buratti sim e não Palocci. Porque o Palocci foi muito claro e ele também falou na entrevista, como V. Exª mencionou, que ele era responsável. Então, pode ter a interpretação: se ele era o responsável, ele sabia. Mas, pode, perfeitamente, ter a interpretação também de que isso não acontecia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É porque eu falei que quem disse isso foi o Buratti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra, o Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita, apenas, Sr. Presidente, pois o Senador José Jorge acaba de fazer uma observação a respeito do ex-Ministro José Dirceu, que... *(interrupção na gravação)* ...mostrando a oportunidade de assistir, mas a informação que acaba de me chegar pelo telefone é que o Deputado José Dirceu está fazendo um depoimento – inclusive, muito emocionado – e relatando muitas coisas, inclusive assumindo a responsabilidade. De

maneira que eu gostaria apenas de transmitir que a informação presente talvez seja um pouco diferente da que V. Exª acaba de afirmar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ah, então, eu fico feliz. Porque o que nós estávamos vendo até agora é que existia um conjunto de coisas sendo feitas e não havia um chefe. Então, aparentemente, agora vai se identificar o chefe, o que eu acho que já é um progresso. Acho que o Ministro José Dirceu, ele assumindo, nós passamos a ter uma situação igual a que teremos em todo lugar. Essas coisas sempre têm um chefe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Posso só concluir?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Claro, V. Sª tem a palavra.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu não quis dizer, em nenhum momento, que a pressão tenha sido dos Srs. Senadores ou do Senado. O que eu disse é que se a pessoa vai lá, faz um depoimento e, alguns dias depois, vem aqui, não vai mudar esse depoimento. Até porque circula em Ribeirão Preto que os Promotores, a Promotoria e a Polícia Civil deverão pedir, em breve, a prisão de vários diretores da Leão Leão, exceto do Sr. Rogério Buratti que colaborou. Então, se ele tira a colaboração, diz que mentiu, ele vai preso também. Então, com certeza, ele não vai desmentir o que disse. E o risco de ser preso novamente?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, só para fazer um esclarecimento, eu estive com os Promotores, desculpa, com todo respeito à V. Sª, eles e os delegados estão agindo corretamente dentro dos critérios e apuração documental e tudo. Quanto ao Rogério Buratti, ele foi preso primeiro que todos. Foi preso. E ele se dispôs a fazer alguns esclarecimentos que, realmente, ajudaram a Polícia, está dando apoio a alguns esclarecimentos que tenham sido feitos e assumiu a responsabilidade. Eles estão concluindo o inquérito do lixo e outros para, se for o caso, pedir a prisão preventiva ou a prisão cautelar dos indiciado; portanto, de pessoas indiciadas que, em tese, praticaram o crime. Então, não é favorecer o Buratti ou não. É que ele colaborou. Se V. Sª tivesse disposição de colaborar aqui com a CPI, sem dúvida, o Presidente mandaria um ofício para a Justiça de Ribeirão informando a sua colaboração.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu estou colaborando, Senador. Pode ter certeza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu só queria esclarecer que aqui não há, por exemplo, favorecimento. Pode existir um acordo preliminar que só o juiz vai decidir, no caso do Buratti, não é o Ministério Público. Desculpa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

O SR. RELATOR Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao Sr. Donizete Rosa: qual o seu nível de relacionamento com o Sr. Wilney Barquete?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – O Sr. Wilney Barquete foi secretário municipal, foi presidente da Companhia Municipal de Habitação, da Cohab de Ribeirão Preto, quando eu fui secretário de governo por um período. Depois resolveu voltar – ele já havia sido empregado da Leão Leão – para a empresa e ser seu diretor. Nessa condição, ele dialogava com a Prefeitura, e o relacionamento:.. conheço, tenho alguma amizade pessoal, mas não privo do seu relacionamento, do dia-a-dia; tenho amizade. Como Ribeirão Preto não é uma cidade muito grande, as pessoas se encontram, conversam.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Donizete Rosa, quantas vezes V. Sª conversou com ele, de 2003 até hoje, seja por telefone ou pessoalmente?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Olha, é difícil de dizer. Em 2003, eu não me lembro de quantas vezes conversei. Em 2004, com certeza, mais vezes porque, como ele era Presidente da Leão Leão, e a Leão Leão tinha vários contratos com a prefeitura, não só com o da EPI, mas com a Secretaria de Infraestrutura, contratos de obras, esse tipo de coisa, ele freqüentava a prefeitura municipal, conversava comigo. Eu não saberia precisar, Senador, quantas vezes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – (Fora do microfone) Mas foram muitas vezes?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Foram algumas vezes.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – (Fora do microfone) Poderia dizer quantas?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe quem o indicou, por exemplo, para ocupar um cargo de destaque na Leão Leão depois de sair da Prefeitura?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu acredito que ele tenha sido convidado porque ele já tinha sido executivo antes da empresa. Acredito que ele tenha sido convidado pela direção da empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor possui dólares?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – No momento, não. Às vezes, comprei dólar, nas vezes que fui viajar. Como é pequena quantia, comprava no Banco do Brasil, com registro na minha conta corrente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já fez remessa para o exterior?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – O senhor adquiriu ou constituiu empresa no exterior?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor viajou para o exterior alguma vez entre outubro de 2002 e hoje?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Outubro de 2002 e hoje, viajei; viajei para Cancun, de férias, e fui para a Itália agora, em janeiro deste ano.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas todas as duas de férias?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Todas as duas de férias nesse período. Em 2001 – o senhor perguntou 2002 –, eu estive na Itália porque a região de Ribeirão Preto estava-se comunicando com a região do Abruzzo, na Itália, a Associação Comercial de Ribeirão Preto com uma associação de empresários de lá, e o governo local convidou algumas autoridades para acompanhar a delegação que esteve lá. Então, eu estive lá a convite do governo italiano, em 2001, se não me engano, na região do Abruzzo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, só dos jornais.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Denivaldo Henrique de Almeida Araújo, o Professor Henrique?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Enrico Gianelli?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Só da última vez que o vi aqui, nesta CPI, pela televisão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Delúbio Soares?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Encontrei. Eu sempre militei no Partido, há vinte anos que milito no Partido dos Trabalhadores. Sempre encontrei o Sr. Delúbio Soares nos encontros do PT ou estaduais ou nacionais, quando era delegado, e uma outra vez no Diretório Estadual do PT.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rogério Buratti afirmou nesta CPI também que os bingos de São Paulo repassaram R$1 milhão para a campanha do PT, em 2002, e que Ralf Barquete foi quem arrecadou esse dinheiro. V. Sª também teve uma participação ativa na campanha de 2002?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não tive. Não tive pelo seguinte: até 2002, eu tinha uma vontade de ter sido candidato a Deputado Estadual. Com a morte do Celso Daniel e o Ministro Palocci tendo ido coordenar a campanha, me foi pedido por ele que ficasse na Prefeitura para ajudar, porque o prefeito que assumiu, o Prefeito Maggioni, que era vice, tinha pouca experiência administrativa, me pediu que fizesse o "sacrifício" de não ser candidato e ajudar o prefeito novo que estava entrando. Então, eu me dediquei, em 2002, exclusivamente à Prefeitura Municipal. A minha militância política foi esporádica, fora do horário de trabalho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem conhecimento do financiamento de campanha do PT, ou de outro partido, feito por empresário de jogos?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de fazer algumas perguntas em relação à questão pessoal do depoente. Quando tem qualquer depoimento de alguém de determinado local, recebemos uma série de e-mails e telefonemas de pessoas daquele local, sempre pedindo para a gente perguntar alguma coisa. O mesmo que aconteceu com outros aconteceu com V. Sª.

As perguntas basicamente são as seguintes: quantos postos de gasolina V. Sª tem em Ribeirão Preto?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nenhum, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Seu sogro?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Meu sogro é dono de um posto de gasolina, no interior da Bahia, numa cidadezinha chamada Rio de Contas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só esse mesmo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Isso. Meu sogro não, meu ex-sogro, porque sou separado há alguns anos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas quando separa é só da mulher, o resto continua.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – A família continua, é verdade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, foi dito também que V. Sª , depois do exercício dessas funções, mudou de padrão de vida, vamos dizer assim, comprou um apartamento de luxo, mudou para um bairro mais sofisticado. Onde V. Sª mora, qual é o padrão?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Olha, eu sou um profissional de nível universitário, tenho 48 anos de vida, trabalho desde os dez anos de idade. A minha ex-mulher é professora Doutora da Universidade Federal de São Carlos, durante muito tempo os nossos rendimentos foram conjuntos. Há cinco anos eu moro com a minha atual mulher, que é engenheira da Prefeitura de Ribeirão Preto, já exerceu vários cargos de relevo, tem um bom salário também. Nós temos um apartamento financiado pelo Banco Real, inclusive, em dez anos. Ela deu um apartamento que ela tinha, mais algumas pequenas economias nossas, e financiamos o restante do apartamento. Eu tenho, do que sobrou do meu primeiro casamento... a casa que eu tinha ficou com a minha ex-mulher, eu tinha um rancho na beira do Rio Grande, que permanece comigo até hoje, declarado no Imposto de Renda, correto. Eu tenho uma caminhonete Blazer ano 99, minha mulher tinha, até há pouco tempo, um veículo Astra, agora tem um Golf. Essas são as nossas propriedades. Eu tenho um terreno num bairro de Vila Virgínia, um bairro humilde de Ribeirão Preto, que vale entre R$ 15 e R$ 20 mil. Esse é o meu patrimônio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL–PE) – Está ok. Na realidade, em relação às denúncias que o Sr. Luciano Maglia fez aqui, eu gostaria de ler um resumo que foi publicado no jornal – o Sr. Luciano Maglia confirmou tudo isso que está aqui, fez várias denúncias sobre a ligação do Leão Leão com o PT: "Em depoimento ao Ministério Público de São Paulo, ele afirmou que cabia à empresa pagar o material feito pela Villimpress para as campanhas municipais do PT e para a campanha de 2002, em que foi eleito Presidente Lula. Segundo Maglia, os pedidos eram feitos por Juscelino Dourado, chefe de gabinete do Ministro Palocci até o mês passado, quando se demitiu um dia depois de depor na CPI dos Bingos. Maglia disse ainda que a gráfica emitia notas com valores superfaturados."

Quer dizer, ela dava papel e repassava dinheiro, fazia o papel de gráfica e o papel de Marcos Valério, vamos dizer assim, era um mini Marcos Valério. Ela recebia mais do que o serviço prestado.

"E que eles eram entregues ao escritório do PT em Ribeirão. Posteriormente, eram emitidas notas fiscais – aí já era o pagamento – em nome da Leão Leão, que tratava de quitá-las, contou Maglia no depoimento. Ele revelou ainda ao Ministério Público que chegou a testemunhar Juscelino Dourado e Donizete Rosa conversando com o seu patrão a respeito das sobras de dinheiro relativo às notas fiscais. Segundo, ele os dois assessores de Palocci orientavam o empresário a comprar dólares com esse dinheiro e repassá-los mais tarde ao PT.

V. Sª, evidentemente, desmentiu já toda essa operação.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – É.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª freqüentava essa gráfica?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não freqüentava na rotina, freqüentava durante as minhas campanhas, quando fui candidato, porque eu ia olhar os materiais, esse tipo de coisa, conhecia o Sr. Vilibaldo, é meu amigo pessoal, somos rotaryanos, eventualmente, tomava um café com ele, mas não freqüentava. E o mais importante nessa história: primeiro, eu nunca estive nessa Gráfica, e pode-se falar com outros funcionários da Gráfica, inclusive secretária, junto com o Sr. Juscelino Dourado. Portanto, a história em si não existe, dos dólares. Quanto à questão da campanha eleitoral, a campanha de 2002 foi uma campanha com produção de material centralizado. Todo material de campanha foi produzido em São Paulo, quem produziu campanha na região foram os candidatos regionais, em Ribeirão Preto, nós tivemos um candidato a Deputado Estadual e um candidato a Deputado Federal. Esses candidatos devem ter produzido seus materiais nessa Gráfica ou em outras gráficas, mas o que mais... Eu não tenho conhecimento de que o PT tenha produzido material nessa Gráfica.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Como tese, V. Sª tem razão. Agora, por exemplo, o Deputado Valdemar Costa Neto, do PL, diz que pegou todo o dinheiro que recebeu do "mensalão" e fez de material para a campanha de Lula, porque ele disse que não conseguia material. Isso é comum, realmente o material é sempre centralizado, mas sempre falta, mesmo nessas campanhas mais ricas, pela própria desorganização, sempre falta material. Então, aquelas pessoas que têm mais iniciativa, ele mesmo produz o seu próprio material, para não ficar dependendo do bom humor de Delúbio, de quem quer que seja. Então, isso pode ter acontecido.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Como eu já relatei aqui, durante o ano de 2002, a minha tarefa foi muito focada em Governo, porque, como o Ministro Palocci tinha se afastado, e o Prefeito que assumiu era inexperiente, eu precisei ajudar muito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Desculpe.

V. Sª disse que fazia material com essa Gráfica – o nome é tão complicado, Villimpress. E V. Sª fazia

e pagava ou era doação que eles faziam a sua campanha?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Fazia, pagava e está nas minhas declarações.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em todas as suas declarações estão lá serviços prestados pela Villimpress?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Para mim, a coisa mais importante que o Sr. Maglia disse foi o seguinte: que, na realidade, a Leão Leão, que pagava essas notas – vamos considerar que o que ele disse era verdade – não era cliente da Villimpress, quer dizer, portanto, só pagava a Villimpress na época da campanha. Então, só nos basta procurar nas notas fiscais emitidas pela Villimpress, ou na contabilidade da Leão Leão ou na da Villimpress, para verificar se houve pagamento à Villimpress pela Leão Leão durante os períodos eleitorais, o que vai dar veracidade à história que foi contada pelo Sr. Maglia. V. Sª concorda com isso, na realidade?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu não tenho conhecimento do que o Sr. Maglia falou.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, li aqui o que ele falou.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Precisa, como o senhor disse, fazer o levantamento a cada ano do que se fazia, mas isso é uma relação entre empresas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Entre duas empresas privadas. Isso é verdade. Agora, na realidade, essa é uma comprovação cabal, porque, se a Leão & Leão não era cliente dessa Gráfica, se ela fosse cliente, pagasse nota o ano inteiro, seria difícil diferenciar o que foi a nota de serviço efetivamente prestada para à Leão Leão, que é uma empresa que, por ser importante em Ribeirão Preto, tem grandes ligações com a Prefeitura, tem gente que era da prefeitura e foi para a Leão Leão e vice-versa, então era natural.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Em todos os Governos, na verdade, Senador, não foi só no nosso Governo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em todos os Governos. A Prefeitura é uma empresa importante, eu acho que isso não era nada...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Era a maior empresa da cidade, tinha bons executivos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ...que não pudesse acontecer. Agora, o que se verifica é que, com isso, teremos uma comprovação, porque, se essas notas existirem... V. Sª acha que essa nota não existe.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – O que eu posso lhe dizer, Senador, é que todo o material que eu encomendei, enquanto coordenador pessoal da minha campanha, eu retirei nota, mandei fazer, paguei com cheque da conta de campanha.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Da conta de campanha. Isso, na própria gráfica?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Na própria gráfica.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E, na campanha do Sr. Palocci para Prefeito ou para os Deputados da época...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Como eu disse, eu não ...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ...do Presidente Lula...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – ...eu não era o.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ...V. Sª não sabe?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – ...organizador dessas campanha...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Sª...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – ...porque era candidato no mesmo período, então, cuidava da minha campanha.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ...está dizendo que não sabe, quer dizer, também não está dizendo que não foi feito isso.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, de modo algum.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Está dizendo apenas que não sabe.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Como eu não participei da coordenação dessas campanhas, não posso afirmar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator,na realidade, penso que o ponto mais importante desta nossa tarde de hoje é exatamente verificar a disponibilidade dessas notas na contabilidade da Leão & Leão na contabilidade da Villimpress e, daí em diante, teremos,então, que convocar novamente, enfim, continuar na nossa investigação.

Agradeço ao depoente e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR)– Eu só gostaria, antes de fazer os questionamentos para o depoente, de indagar de novo do Sr. Relator: não me lembro exatamente por que o Sr. Donizete foi convocado para a CPI. Ele está sendo acusado não me lembro do quê.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em primeiro lugar, pelo relacionamento dele, que, agora, nega, com o Sr. Rogério Buratti. Há indícios de que o relacionamento era muito mais estreito do que diz agora o Sr. Donizete Rosa, que, aliás, é um homem sem amigos, porque se pergunta aqui e ele não tem muitos amigos, na verdade, mas um dos motivos era esse. O segundo motivo é a denúncia com relação à Leão Leão, porque o Sr. Luciano Maglia citou o nome dele, que, agora, desmentiu categoricamente, como um daqueles que fazia a intermediação com a Gráfica Villimpress e a Empresa Leão & Leão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agradeço, Sr. Relator.

Então, eu gostaria de novamente voltar aos três questionamentos básicos que trouxeram o senhor para fazer o depoimento nesta CPI. O primeiro questionamento, de acordo com o Relator, é o seu relacionamento, como o senhor já falou, mas, fazendo uma síntese, com o Sr. Buratti, que, de acordo com as informações, seria estreito, o senhor mencionou que já se considerava, inclusive, amigo, trabalhavam juntos. Então, só fazendo uma síntese, para voltarmos a esse assunto, que foi a motivação da sua vinda a esta Comissão.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Como eu já disse, Senador, eu conheci o Dr. Rogério Buratti em 92, quando ele foi designado pelo diretório estadual do PT para coordenar a campanha do então candidato Palocci à Prefeitura de Ribeirão Preto, convivi com ele naquele período, depois de vitoriosa a campanha de Palocci à Prefeitura de Ribeirão Preto em 93, fui convidado para ser, pela minha experiência na área de saneamento e meio ambiente, Superintendente do Departamento de Água e Esgotos e convivi com ele na condição de Secretário. E o Dr. Rogério Buratti é uma pessoa carismática, um líder, um bom coordenador de governo, portanto, aprendi muito com ele, trabalhei muito com ele, naquela época, ele ajudava a organizar o governo, daí, nasceu uma relação de amizade, continuei amigo dele, mesmo depois que ele saiu do governo, não fomos amigos do dia-a-dia, de conviver no dia-a-dia, de nos encontrar com a família, mas sempre nos relacionávamos, conversávamos, eventualmente nos encontrávamos, nunca escondi isso de ninguém. O Senador Garibaldi mencionou que eu disse que não era mais amigo dele. Não, eu fui amigo dele durante todo esse período, nunca neguei isso, agora, não tinha negócios com ele, não tratava de negócios, não me relacionava no campo do que ele fazia, da sua atividade comercial, mas eu mantive relação ao longo desses anos. Falava uma vez por mês, uma vez a cada 15 dias, trocava experiências ou falava sobre a questão da política local, ele era uma pessoa perspicaz sobre política local, coisas desse tipo, mas nada que envolvesse relacionamento ou comercial ou de negócios ou de influências, não tratava disso com ele.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Sr. Buratti veio a esta Comissão essencialmente em função das denúncias que as pessoas da Gtech fizeram em função do envolvimento dele com o pedido de propina, o pedido de cargo, de emprego e uma série de desmandos que poderiam ter acontecido no processo de negociação entre a Gtech e a Caixa. O senhor sabia desse processo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não sabia, Senador. Não tinha nenhum conhecimento desse processo, a não ser as notícias da imprensa depois.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não tinha nenhum conhecimento?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Desculpe-me, Senador, mas eu era da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou dizendo que ninguém sabia.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Esse é um assunto nacional. Como é que alguém...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)– V. Exª está dentro do normal, ninguém sabia! Só que a CPI dos Bingos está descobrindo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, de acordo com o seu ponto de vista, de acordo com as informações que o senhor está trazendo para esta CPI, o senhor não tinha conhecimento dessas questões...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não tinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...que envolviam o Sr. Buratti e a Gtech?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não tinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não tinha nenhum conhecimento?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nenhum conhecimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque na seqüência é que começou a ser discutida essa situação de outras coisas que não têm nada a ver com esta CPI, que é a questão lá da empresa de lixo, empresa de transporte e coisa semelhante. Mas, em relação ao objeto desta CPI, o senhor tem alguma informação em relação a jogo, bingo, máfia em função de jogo e de bingo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nenhum conhecimento, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nenhum?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nenhum conhecimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – São três observações que o Senador Garibaldi fez em relação a sua vinda a esta CPI. A segunda observação é mais no sentido de que o senhor é uma pessoa de poucos amigos. É uma pessoa de poucos amigos ou não?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu sou uma pessoa, como acho que muitos dos senhores aqui também o são, que vive muito a vida pública e a vida política. E o dia-a-dia da política absorve muito, nos absorve muito na atividade política. E realmente, a gente acaba não conseguindo conviver com a gama maior de amigos, que as pessoas comuns, que as pessoas que não vivem o dia-a-dia da política conseguem. Nosso círculo de amigos acaba sendo mais restrito mesmo. Nós somos pessoas que acabamos sempre falando sempre dos mesmos assuntos, de política, dessas coisas. Sinto isso na minha vida pessoal, que isso restringe um pouco as relações de amizade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu até gostaria de dizer que, provavelmente, o senhor seja uma pessoa de poucos amigos. Nós, todos nós, seres humanos, somos pessoas de poucos amigos. Os antigos, inclusive, diziam que podemos contar os bons amigos nos dedos das mãos, de esquerda à direita – o Lula teria um amigo a menos, no caso. Mas, na verdade, temos muitos conhecidos na política. Conhecidos, mas não amigos. Amigo é uma coisa bem diferente.

Então, quando é uma pessoa de poucos amigos, eu até digo: "Que bom que eu tenho poucos amigos, alguns amigos, porque o amigo é diferente do conhecido".

A terceira observação do Relator foi em relação à Leão Leão e à intermediação do senhor em relação à empresa Leão Leão e à gráfica, de acordo com o que o depoente anterior, o Luciano Maglia, colocou.

Qual era o seu relacionamento, o seu envolvimento, a sua intermediação entre a Leão Leão e essas falcatruas todas, alegadas falcatruas?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nenhuma, nenhuma, porque não participei disso. Não conheço esse assunto. Nas minhas campanhas, paguei com cheque de campanha as contas da Gráfica Villimpress.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só quero também ressaltar que, na verdade, é importante o fato que aconteceu antes, porque houve um senhor, chamado Luciano Maglia, que veio fazer o depoimento, e eu próprio disse que não havia qualquer razão para se dar credibilidade ao depoimento desse senhor, em função de todo o seu histórico, em função de dificuldades, em função de sentenças já transitadas na lá cidade também de Ribeirão Preto e com uma série de dificuldades.

Então, é importante, porque eu perguntei para ele: "Você nega que havia R$35 mil na sua conta?" Ele disse: "Olha, eu acho que, eu acho que..." Quer dizer, tem que negar mesmo. Então, é importante a pessoa negar ou a pessoa afirmar as coisas.

Nesse sentido, considero importante que esses fatos também sejam novamente trazidos à baila, porque, muitas vezes, as pessoas até me questionam. O que estamos buscando é que a verdade apareça, a verdade em relação a todos os fatos. Então, essa verdade deve aparecer.

Muito se tem falado sobre Ribeirão Preto em termos do repasse de dinheiro para a prefeitura, não para, como já mencionei antes, o Palocci ou que ele tivesse conhecimento, mas vem-se falando nisso, a respeito do repasse desses recursos.

O Palocci foi Prefeito duas vezes: no início da década de 90 e no início de 2000. O senhor já falou, mas esse contrato de lixo, no primeiro mandato, quem é que fez o contrato de lixo com a prefeitura de Ribeirão Preto?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – O primeiro contrato de lixo de que tenho conhecimento mais concreto deve ter sido feito no ano de 2002, porque esses contratos, normalmente...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, anterior, na primeira gestão.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Em 2202, não; em 92, porque esses contratos são contratos de serviços continuados, feitos por um período de cinco anos.

Não foi feito contrato ou licitação durante o primeiro governo do Prefeito Palocci. Esse contrato só foi feito novamente no início ou no meio do Governo Jábali, que foi o governo do PSDB. Depois, esse novo contrato perpassou de novo o nosso governo, o contrato de coleta de lixo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só um minuto: Então, em 92, o Palocci assumiu quando?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Assumiu no início de 93.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, o contrato de lixo foi feito antes do Governo Palocci?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – O contrato de coleta de lixo foi feito antes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E ele não mudou esse... E o governo era de quem, antes de 93?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Era do atual Prefeito, que é o Dr. Welson Gasparini.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De que partido ele é?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Do PSDB.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – P R) – Quer dizer, ele fez aquele contrato, e o Palocci não mudou o contrato no decorrer da primeira gestão?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Com certeza, esses contratos, ao longo do tempo, têm realimento de preço, de quantitativo, em função de medições e tal.

O SR. PRESIDENTE (PFL – PB) – E depois prorrogou?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não prorrogou, porque o contrato não venceu durante o período do governo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Houve reajustes?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Com certeza, deve ter havido. Naquela época, durante cinco anos...

O SR. PRESIDENTE (PFL – PB)– No segundo mandato dele, ele fez licitação?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, no segundo mandato...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Muito bem, quero perguntar agora em relação ao segundo mandato. Quando ele assumiu o segundo mandato, como é que estava o contrato do lixo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Existia um contrato do lixo que tinha sido feito no meio, não sei a data exata, do Governo Jábali, também do PSDB. Portanto, esse contrato de coleta e afastamento do lixo não foi feito no segundo governo também, se é isso que o senhor está querendo saber. Foi feito um contrato, em 2002, que já expliquei aqui, mas é bom repetir, que é um contrato de gestão do aterro sanitário, porque todo o lixo urbano de Ribeirão Preto e o lixo hospitalar têm de ser adequadamente depositados em aterros sanitários.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Isso em 2002?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Esse contrato foi assinado em 2002. Todo o procedimento...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por que não foi assinado em 2001, quando o Palocci se tornou prefeito?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Porque o contrato venceu em abril de 2000. Caberia ao governo anterior, antes de abril de 2000, seis meses antes – porque esse processo de licitação leva muito tempo, oito meses antes –, ter iniciado um processo, mas ele não o fez. Deixou o contrato vencer e fez vários termos aditivos de 90 dias.

Quando foi em 18 de dezembro, ele fez um outro termo aditivo de 30 dias, que venceu dia 18 de janeiro de 2001, e o Prefeito Palocci, então, assumiu com uma batata quente, com um contrato vencido. Rapidamente se preparou esse edital, mas é um edital de grande complexidade. Para o Senhor ter uma idéia, uma licitação de cinco anos gira em torno de R$40 milhões, em torno de R$8 milhões/ano. Então, é um contrato de grande complexidade, que levou seis meses para ser feito. Para esses contratos, tem-se de fazer audiência pública, têm de ser discutidos, tem uma série de coisas.

Esse contrato foi colocado na rua em junho de 2001, ainda no primeiro ano do governo Palocci, no primeiro semestre. Foram sendo feitos termos aditivos.

O contrato só pôde ser assinado em janeiro de 2002, quando se concluiu a licitação e se pôde assumir. Inclusive, o Tribunal de Contas do Estado aprovou todas essas prorrogações de prazo. Há um fato – depende muito de quem vai auditar: aprovou-se o primeiro, o segundo e o terceiro; não se aprovou o quarto e se aprovou o quinto. Então, ficou um no meio, que aquele auditor entendeu de não aprovar, mas não havia jeito de isso ser diferente, porque existia um processo de licitação em andamento.

Esse contrato foi trabalhado durante o Governo Palocci. Agora, o contrato do lixo mesmo, nenhum deles foi feito durante os dois governos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, a gente pode sintetizar que, no primeiro mandato, o Palocci já recebeu o contrato pronto, elaborado pelo Governo anterior, que era do PSDB, no caso, nada contra também, porque o contrato pode perfeitamente ser lícito, porque dá a impressão sempre de que o Palocci manejou, manipulou a elaboração daquele contrato. E, no segundo mandato, um ano antes, mais ou menos, o contrato venceu, o prefeito anterior não tomou os procedimentos necessários para a renovação daquele contrato, através de um processo de licitação, e o Ministro Palocci, então prefeito, teve um semestre para, na verdade, organizar o processo de licitação. Foi isso que aconteceu. Em seis meses de processo e aí, através do processo de licitação aconteceu para o aterro sanitário. É isso, em si.

O SR. DONIZETE CARVALHO ROSA – É isso, isso não foi nenhum objeto de denuncismo nosso, na época, nada. Só vim a saber disso com esse grau de detalhes agora, porque essa situação veio à baila, precisei tomar conhecimento disso e fui me esclarecer a respeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu queria perguntar, para encerrar: o senhor tem alguma notícia, já que o senhor está fazendo o depoimento aqui, sobre esse repasse de recursos para a prefeitura, através da empresa de lixo?

O SR. DONIZETE CARVALHO ROSA – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Alegaram 50 mil que o ...

O SR. DONIZETE CARVALHO ROSA – Não, não tenho.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor não tem nenhum conhecimento de que tenha sido, o senhor não viu isso e não tomou conhecimento.

O SR. DONIZETE CARVALHO ROSA – Não, nunca foi discutido comigo isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está bem, agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Romeu Tuma.

Por cessão do Senador Tuma, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Agradeço ao Senador Tuma.

Sr. Presidente Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves Filho, prezado Sr. Donizete Carvalho Rosa, agradeço a gentileza do Senador Romeu Tuma.

Em verdade, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dar um testemunho, se isso puder colaborar com o Relator e com os Srs. Membros desta CPI, porque conheço Donizete de Carvalho Rosa desde quando tenho freqüentado Ribeirão Preto em muitas ocasiões, porque posso dizer que é uma das cidades do interior de São Paulo que eu, com freqüência, visitei, desde os anos 70, 80, desde quando, inclusive, me tornei companheiro e amigo do hoje Ministro Antônio Palocci, de tantas campanhas ali participei, inclusive do PT, a partir da fundação, em 1980.

Lembro-me de comícios memoráveis, realizados ali na praça principal da cidade, acho que é XV de Novembro, onde está o Teatro Municipal e outros lugares tão conhecidos no Brasil, como o Pingüim. Estive em comícios grandes ali, quando o Lula era candidato ao Governo de São Paulo, em 1982; e fui candidato a Deputado Federal; em 1986 fui candidato ao Governo.

Em 1989, lembro-me muito bem de um comício realizado ali, na campanha, quando Lula participava como candidato a Presidente. Lembro-me de um episódio muito forte ali, porque eu próprio transmiti aos presentes que, naquela manhã, tinha ocorrido um fato de grande relevância na história, que havia sido o seqüestro do Sr. Abílio Diniz. E transmiti a notícia, na praça, de que aquilo iria acabar tendo uma grande repercussão; mas, em 1990, novamente era candidato ao Governo Plínio de Arruda Sampaio, o Presidente Lula, outra vez, e eu era candidato ao Senado; e, em 1992, quando Antonio Palocci foi candidato a Prefeito, fui lá, era Senador, e participei da campanha, eu também era candidato a Prefeito em São Paulo, mas também estive presente nas campanhas. E, novamente, nas campanhas de 1994, 1996 e 1998, e, nessas ocasiões, eram muitas as vezes em que, ao chegar em Ribeirão Preto, encontrava o Donizete de Carvalho Rosa, ali no aeroporto, me recebendo como um dos dirigentes ou já como Vereador do PT, também como Presidente da Câmara Municipal.

Estive na Câmara Municipal, fazendo palestras, e estive no gabinete do Prefeito Antonio Palocci e, por vezes, encontrei o Donizete de Carvalho Rosa e também em ocasiões em que ele trabalhou junto ao Ministério da Fazenda, já no início do Governo Palocci, colaborando ali na sede, na Avenida Tiradentes, em São Paulo, seja agora, como Diretor do Serpro. Em algumas ocasiões, encontrei com e ele e, Sr. Presidente Efraim Morais, o que quero aqui afirmar é que em todas as ocasiões em que dialoguei com Donizete de Carvalho Rosa testemunhei um procedimento de seriedade em defesa do interesse público, vi atitudes de muita cooperação com o ex-Prefeito e hoje Ministro Palocci; nunca observei qualquer atitude ou palavra que não fosse de seriedade no trato da coisa pública ou algo que pudesse caracterizar como um procedimento irregular. Apenas quero transmitir isso.

Tenho um compromisso de emergência com o Ministro Patrus Ananias e, por essa razão, peço licença para me retirar. Agradeço ao Senador Romeu Tuma por ter alternado comigo a minha argüição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy.

E concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Sr. Presidente, gostaria de usar a palavra um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não. V. Sª tem a palavra.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Só gostaria de dizer...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está entendido, doutor, está entendida a mensagem de coração. Acho que o testemunho do Senador ...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Se alguma coisa que falei não foi uma lembrança correta pode me corrigir, porque é capaz de eu ter dado um testemunho com alguma imprecisão, mas era o que lembrava.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – É que vindo de uma pessoa como o senhor me deixa emocionado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, eu pediria a V. Exª uns dois minutos de tolerância quanto aos cumprimentos petistas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas eu queria, Senador Suplicy, dizer que o seu testemunho tem um alto valor, pena que o PT não pense o mesmo. Sabemos o valor que V. Exª tem nesta Casa, e, algumas vezes, o PT tem sido injusto com V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O PT é uma instituição... Somos tantos no PT, e o PT tem tanta gente boa. Inclusive, transmiti àqueles que têm deixado o PT que vou continuar no PT, porque considero minha responsabilidade contribuir para corrigir nossos problemas e melhorar o Partido como um todo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se fosse petista, eu faria de V. Exª Presidente do Partido. Tenho certeza de que a coisa ia se equilibrar.

Mas, Sr. Presidente, praticamente o assunto foi tratado pelo Relator, que sempre tem trabalhado com muita elegância, com muito respeito aos depoentes.

Sabe, Senador Garibaldi, às vezes comento que, quando se faz um questionamento a uma pessoa que está sendo instada a relatar um fato sob investigação, a elegância no trato tem muito mais a capacidade de conseguir a verdade do que a agressividade no interrogatório, às vezes desorientado.

Pergunto assim: como é que você trata o seu filho quando faz alguma malandragem? Você o põe de lado e fala: o que você fez, para ver se posso ajudá-lo? Aí ele vai contar. Mas, se for no grito e no tapa, com certeza ele vai esconder, com medo de ser pior.

Então, V. Exª tem sido um exemplo de elegância nos questionamentos. Inclusive, o debate entre V. Exª e o Senador Arns deu essa característica clara da lisura com que esta CPI tem trabalhado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Presidente também tem sido muito elegante na colaboração.

Penso que o nosso depoente, o Donizete, pode ter poucos amigos, mas tem um sorriso simpático. A emoção mostra que o senhor deve ter bons amigos e que goza do respeito. Não há nenhum fato aqui nesta CPI que busque alcançá-lo, não é essa a idéia. Como de Ribeirão Preto surge uma série de fatos que dão a impressão de que teria havido um laboratório inicial de busca de fundos para estabelecer um mecanismo mais forte de campanha com ajuda financeira, não é um processo de enriquecimento ilícito que se está apurando, é a mecânica do caixa dois ou de outros sistemas. Às vezes, a pessoa perde o controle sobre isso e acaba cometendo algumas ilegalidades, conforme o depoimento do José Dirceu, que, como se levantou ontem, sobre alguns aspectos, cometeu algumas ilegalidades.

É claro que a lei foi feita para ser cumprida, e esta CPI estendeu um pouco as suas apurações não só sobre o aspecto bingo, que veio desde o fato do caso Waldomiro Diniz e que foi se arrastando, por decisão judicial, envolvendo outros aspectos que surgiram durante os depoimentos.

O senhor já fez referência sobre o seu patrimônio. Realmente, como ele recebeu o telefonema, eu teria algumas questões que poderiam ser levantadas. Sua ex-esposa é Isabel Bordini? É isso mesmo? Essa é a atual? Porque aqui já diz que é ex-esposa, ela é esposa. Quanto à sua ex-esposa, o senhor disse que era engenheira da prefeitura?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – A minha ex-esposa é professora da Universidade Federal de São Carlos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De São Carlos. E a Isabel era funcionária da prefeitura?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – É funcionária, engenheira do Daerp.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era ela quem fazia as medições para pagamento dos trabalhos da Leão Leão ou de outra construtora que por acaso tivesse o contrato?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Ela era dirigente maior do Daerp; ela era a diretora superintendente desse órgão, que é uma autarquia municipal e tinha autonomia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas a minha pergunta é se era ela quem assinava o atestado de serviços prestados, a medição das obras. Não sei se o Relator já perguntou sobre isso.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Acredito que não, porque, numa estrutura de uma empresa que tem mil funcionários, uma empresa grande, a medição de obra é feita por técnicos e engenheiros no campo; depois, passa por um diretor técnico que atesta. Quer dizer...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela era Diretora Técnica?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não. Ela era a Superintendente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Superintendente Geral do Daerp.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Geral. Era a Diretora maior.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, ela que tinha...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Abaixo dela havia a Diretora Técnica, o Diretor Financeiro e o Diretor Comercial. Abaixo deles, os gerentes e os técnicos de campo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela é sua esposa ainda?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Ela é minha esposa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela trabalhava no mesmo ambiente que o senhor?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não. A empresa é uma autarquia municipal fora da Prefeitura.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era fora da Prefeitura.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Exato, desculpe-me.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou só perguntando para situar aqueles que estão nos vendo.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Até há um fato que eu gostaria de relatar. Quando o Prefeito Palocci a convidou para ser Superintendente do Daerp, ele convidou-a, primeiro, porque ela já havia sido no Governo passado. No Governo anterior, eu fiquei um ano e meio; e, depois, ela foi Superintendente o restante do Governo lá, até 96. Então, ela, durante dois anos e meio, tinha chegado a Superintendente – era funcionária de carreira de mais de 20 anos. Então, subiu na carreira e chegou a Superintendente.

Quando o Palocci foi eleito de novo Prefeito e eu fui eleito Vereador – fui o Vereador mais votado da Bancada do PT –, ele a convidou para ser Superintendente do Daerp e me convidou para ser Secretário de Governo. E eu disse: "Prefeito, mas nós somos marido e mulher, nós ainda não somos casados formalmente até hoje. Nós nos divorciamos nesse período, nós vivemos juntos, mas ainda não somos formalmente casados".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não se preocupe com coisas particulares que eu não quero nem...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu sei, mas estou explicando.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não. Eu agradeço, mas não se preocupe.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu disse ao Prefeito: "Olha, não sei se é correto o senhor convidar a mim e a ela". E ele disse: "Eu estou convidando-o por sua experiência legislativa, por sua experiência como líder político, para ser Secretário de Governo e a convido para ser Superintendente do Daerp porque ela é uma técnica que conheço há muitos anos. Com certeza, é uma indicação minha, não é sua. Saiba disto: é minha e não sua. Ela tem status de secretária e vai ter relação direta com o Prefeito e com os demais Secretários, não vai ser subordinada ao Secretário de Governo".

Eu estou falando essa história, porque acho que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É, porque a...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Vale o registro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quando se trata de subordinação direta, há o problema de ordem moral.

Mas ela não atestava a conclusão ou a medição de obras de engenharia?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não. Não, pelo cargo não. Eu conheço a estrutura da empresa, já fui Superintendente da empresa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não. Mas, como Supervisora, não tinha que passar por ela nada a respeito disso?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não. Havia vários escalões inferiores que faziam isso, desde os técnicos, que faziam a medição de campo, passava pelos gerentes, até o Diretor Técnico que atestava.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para ele poder fazer o pagamento das obras... A Leão Leão era a mais importante empresa de obras da Prefeitura. É que se fala muito em lixo, mas não era só lixo.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – No caso do Daerp era o lixo. Ela prestava serviço... era uma empresa de engenharia e fazia serviço de infra-estrutura para a Prefeitura também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Engenharia. Certo.

Eu não sei se o senhor respondeu que tinha muita amizade com Buratti, com Rogério Buratti.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu tive não muita amizade, assim, a ponto de conviver no dia-a-dia.

O SR. ROMEUT TUMA (PFL – SP) – Tinha bom relacionamento.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nós não convivíamos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Bom relacionamento profissional, de trabalho.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Tínhamos um bom relacionamento. Eu me considerava amigo dele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque ele veio... ele era de Osasco, tanto é que trabalhou na Prefeitura de Osasco, e teria sido escalado pelo PT para ir ajudar o então candidato a Prefeito.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Naquela época, em 92, o PT tirou algumas prioridades no interior de São Paulo, grandes cidades em que, por pesquisa da época, se tinham mais chances eleitorais.

Então, cada membro da Executiva deu apoio a uma cidade importante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Subdividiram-se aqueles que tinham mais experiência, para colaborar com os candidatos.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Isso. Foi nesse sentido que ele esteve em Ribeirão Preto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ribeirão Preto, Santo André, Araraquara, Sertãozinho, foi a relação que nós levantamos.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Sorocaba, cidades de grande porte provavelmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sorocaba. Certo. Então, era uma estratégia do PT para a conquista do maior número de prefeituras, principalmente com maior índice de pessoas eleitoras das cidades.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Exato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É isso aí. Então, esta é a estratégia que o PT tratou antes da campanha para Presidente da República: em primeira mão, as prefeituras. É isso aí. Não. Não estou acusando, não. Estou só falando que foi uma estratégia montada pelo PT para alcançar as mais importantes cidades, principalmente São Paulo que é o que conheço. Eu não conheço nos outros, Bahia e outros, que podem ter tido o mesmo sistema.

Quem era a tesoureira da campanha? O senhor fez uma referência, eu anotei, mas não peguei o nome aqui?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Qual campanha? Porque na de 92, eu não me lembro mais quem era, porque na época... já faz muitos anos. Agora, da campanha de 2000...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não digo nem os tesoureiros, mas quem controlava a parte financeira, o controle de dinheiro.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nós tínhamos uma contadora que nos ajudava, que era a Dª Maria de Lourdes Ziotti, que era contadora, não era... Ela preparava o material para a Justiça Eleitoral – as notas, essas coisas todas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sabe por que eu estou perguntando? Porque alguém – depois nós iremos pegar a documentação – ,lá em Ribeirão Preto, fez referência a uma vez em que foram levar dinheiro e disseram: "Pare um pouco. Não sei onde guardar mais dinheiro aqui".

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não deve ter sido na campanha do PT não, Senador. Sempre faltou dinheiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu tinha uma informação de que a tesoureira disse assim: "Espere um pouco. Não traz mais dinheiro porque eu não tenho mais onde guardar aqui". Com tanto dinheiro que chegou para a campanha.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não deve ter sido em Ribeirão Preto não, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu digo que é um informe; alguma coisa que falaram lá. Depois nós vamos buscar se há ou não fundamento.

O senhor conhece a empresa Ambiental, que cuida de tratamento de esgoto em Ribeirão Preto? A pessoa, o sócio principal seria Osvaldo Pinto de Carvalho.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não. Tem a Leão Ambiental, que é a parte que cuida do lixo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas além da Ambiental...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Tem a Ambiente, que é a empresa que cuida do tratamento de esgoto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – E uma empresa que se chama Ambiental, que faz serviços de catar galhos, serviços menores. É uma empresa de pequeno porte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Essa de esgoto é Ambiente?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Chama-se Ambiente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª conhece?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – É a concessionária de esgoto, de tratamento de esgoto na cidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É a que cuida do tratamento de esgoto; posso não ter ouvido corretamente.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Isso. Chama-se Ambiente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tem ligações com eles? E o Osvaldo Pinto de Carvalho era o dono?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não. O dono dessa empresa se chama Roberto Carlos Curvais. É um consórcio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Um consórcio. E a Leão Ambiental já é a empresa...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – É a empresa de coleta de lixo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De coleta de lixo. O senhor falou duas expressões: coleta de lixo e...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Coleta e afastamento do lixo e o aterro sanitário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que é o afastamento do lixo?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – A coleta e o afastamento é coletar; o caminhão leva lá no aterro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, sim. Para descarregar no aterro.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – O termo técnico é coleta e afastamento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Afastamento do local do recolhimento.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Exato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor ainda tem contato com ex-funcionários da Leão Leão?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não, não mais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nenhuma vez, não é?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Não mais. Depois que me afastei da Prefeitura se perdeu o contato.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse contato com Rogério Buratti continua? Porque, outro dia, o **Correio Braziliense** disse que o senhor mantém um contato bastante estreito com ele.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Depois desse episódio, eu não mais o vi nem conversei com ele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois das informações sobre a participação dele em Gtech e tudo, o senhor se afastou?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Mesmo depois dessa questão da Gtech, cheguei a conversar com ele, porque eu nunca tive nenhum receio ou nenhum medo dessa questão, porque nunca tive nenhuma participação nisso. Até me... foi um fato bastante surpreso eu ter estado aqui no mesmo dia. Nunca tratei... até porque eu era uma autoridadezinha do Poder local de Ribeirão Preto. Como é que eu podia ter alguma influência no que a Caixa ia decidir? Não tinha.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeito. Mas é que o Sr. Rogério Buratti, quando esteve aqui, nos informou sobre relatos daquele funcionário que faleceu, o Secretário Ralf Barquete. O senhor também poderia ter ouvido dele qualquer história a respeito, não que o senhor tivesse participação...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Certo, mas o Sr. Ralf nunca foi pessoa com quem eu tivesse mesmo proximidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não. Do Buratti, de ter ouvido dele alguma história do Barquete, a que ele fez algumas referências aqui – do Buratti sobre o Barquete –, e a sua participação na arrecadação.

O senhor, por acaso, no dia 1º de setembro, recebeu um telefonema do Sr. Vilibaldo, dono da Villimpress?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Recebi, porque foi no dia em que saiu essa questão da gráfica, e ele me pediu uma cópia do **Correio Braziliense**, porque ele disse que tinha havido... que o **Correio** tinha manchado a imagem dele ou tinha feito uma reportagem muito negativa. E como eu era a pessoa que ele conhecia aqui, ele queria que eu levasse uma cópia do jornal para ele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor estava aqui em Brasília?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu estava aqui. Eu era – e sou –, na época, Diretor do Serpro. Portanto, eu passo toda a semana em Brasília. Então, ele me pediu que....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor sofre um pouquinho lá, não é?

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Sofro um pouquinho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com os vazamentos de informação. Quando eu estava na Receita, não era fácil controlar isso.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Nós procuramos trabalhar para que isso não ocorra lá no Serpro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade. Está bom.

Então, o senhor teve essa conversa, mas a relação...

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Tive essa conversa. Ele me ligou, se não me engano, no próprio PABX do Serpro. Ele me ligou, me localizou e pediu que eu conseguisse para ele uma cópia do **Correio Braziliense**, que eu nem me lembro de ter levado porque não saiu nada do que ele disse, ofensivo a ele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Recebeu informações distorcidas, provavelmente.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Provavelmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas não houve mais nenhum assunto de ele pedir qualquer favorecimento para...

Sr. Presidente, aqui peguei o jornal de Ribeirão, quando eu estive lá, porque o senhor falou sobre a provável prisão. Foi o Delegado Valencise, que tem feito um bom trabalho, um delegado muito bom, tranqüilo,

da Seccional de Ribeirão Preto, que faz referência aqui, no relatório que está encerrando, de que provavelmente peça as prisões preventivas só da Leão Leão, dos diretores Wilney Barquete, Fernando Fischer e Marcelo Franzine, além do ex-presidente Luiz Cláudio Leão. Essas são as referências da empresa, não entrando no mérito de nenhum funcionário da prefeitura. Pelo menos é o que ele me relatou lá. A imprensa cobrou e ele fez a referência de que estavam terminando o inquérito sobre a formação de quadrilha, porque caracterizou formação de quadrilha.

Muito obrigado pelas suas respostas.

O SR. DONIZETE DE CARVALHO ROSA – Eu é que agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não havendo mais oradores inscritos, agradeço a presença de V. Sª e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h47min.)

Ata da 25ª Reunião, Realizada em 29 de setembro de 2005.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência eventual do Senador Antônio Carlos Magalhães e ainda com a presença dos Senhores Senadores Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Tião Viana, José Jorge, Geraldo Mesquita Junior, Heráclito Fortes, José Maranhão e Augusto Botelho, Membros, Senador José Agripino Maia e o Deputado Jamil Murad, não Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva dos Senhores Dr. Lucas Furtado, Procurador da República junto ao Tribunal de Contas da União e Deputado Luiz Eduardo Greenhalg e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, convida o Dr. Lucas Furtado, para tomar assento à Mesa. Com a palavra o informa que o depoente comparece com convidado para falar sobre o contrato da Gteck com a Caixa Econômica Federal. Com a palavra o depoente inicia sua explanação tecendo considerações sobre os inúmeros processos existentes no Tribunal de Contas da União, referente as possíveis irregularidades entre a CEF e a Gteck. Informa ainda que o relacionamento entre as duas empresas data de 1993, com a antiga empresa Recimec, adquirida posteriormente pela Gteck Internacional. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores José Jorge, Tião Viana, Heráclito Fortes, Flávio Arns e o Relator para os questionamentos finais.Assume a presidência o Senador Augusto Botelho e agradece os esclarecimentos prestados pelo Dr. Lucas Furtado e suspende a Sessão até às quatorze horas e quinze minutos. Reaberta a Sessão, convida o Deputado Luiz Eduardo Greenhalg, para tomar assento à Mesa. Com a palavra o Deputado Greenhalg tece considerações sobre o depoimento prestado pelo Sr. João Francisco Danial a esta Comissão. Com a palavra pela ordem, o Senador Tião Viana informa que o Deputado Greenhalg esta na qualidade de convidado. Com a palavra o Senador José Agripino Maia consulta a Mesa poderia adiar o depoimento do Deputado para a próxima semana. A presidência acata a sugestão e consulta o Deputado Greenhalg se poderá retornar na próxima semana. Com a palavra o depoente acata aceita a sugestão. A presidência agradece a presença do Deputado Luiz Eduardo Greenhalg e convida-o para a reunião a realizar-se na próxima terça-feira,dia 4 de outubro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores bem como a relação dessas casas, das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

A pauta desta reunião se destina, em primeiro lugar, à audiência do Procurador Dr. Lucas Furtado, do Tribunal de Contas da União e, posteriormente, do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

Submeto à votação a Ata, propondo a dispensa da leitura.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Já se encontra presente à Mesa o Procurador Lucas Furtado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Com a palavra o Relator, pela ordem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, antes de V. Exª conceder a palavra ao Dr. Lucas Furtado, eu quero fazer o registro de que o Dr. Lucas Furtado aqui comparece para colaborar, de forma espontânea, com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Uma vez que ele teve a oportunidade de se debruçar sobre esse contrato da GTech com a Caixa Econômica, ele vem, dentro do seu mister, estudando, com profundidade, tudo o que ocorreu.

Daí porque nós resolvemos convidá-lo – todos nós, da Comissão, resolvemos convidá-lo, repito – para que ele pudesse nos oferecer esclarecimentos preciosos a respeito do que aconteceu em todas as tratativas desse contrato da GTech com a Caixa Econômica.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero fazer este registro e agradecer ao Dr. Lucas Furtado por essa sua contribuição para com os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço ao ilustre Relator pelos esclarecimentos que presta e é verdade. O Dr. Lucas Furtado tem-se destacado pela sua atuação no Tribunal de Contas da União.

Concedo a palavra ao Dr. Lucas Furtado para, se julgar conveniente, fazer uma exposição.

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Presidente, ilustre Relator, agradeço, inicialmente, às palavras de V. Exªs, Srs. Senadores aqui presentes, eu informo a V. Exªs que existem no TCU inúmeros processos que buscam examinar e buscar possíveis irregularidades no contrato mantido entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTech.

Então, procurarei aqui fazer uma exposição o mais breve possível sobre o que tem ocorrido nesse contrato e na própria licitação feita pela Caixa Econômica, contrato que já se desenvolve há oito anos e que já rendeu para a empresa GTech valores – durantes esses oito anos – da ordem de R$3 bilhões. Então, é um contrato bastante significativo.

A rigor, essa história de relacionamento entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTech se iniciou em 1993, quando a Caixa Econômica Federal decidiu transformar em sistema *on line* o relacionamento que havia entre as agências lotéricas e a Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica redesenhou o sistema e optou por fazer uma licitação – licitação feita em 1994. Dessa licitação participaram dois consórcios e saiu-se vencedor o Consórcio que tinha como empresa líder a empresa Racimec. Então, a licitação foi feita em 1994 e venceu um consórcio. O contrato foi assinado e somente em 13 de janeiro de 1997 – praticamente três anos após a licitação – em razão de dificuldades administrativas existentes na Caixa Econômica Federal. Foi assinado o contrato com a empresa Racimec e o que nós vimos em seguida foi uma série de tentativas da empresa GTech de assumir esse contrato.

A empresa GTech é uma empresa estrangeira com sede nos Estados Unidos e que não poderia participar de uma licitação feita pela Caixa Econômica, porque não se tratava de licitação de concorrência internacional, que permitiria; tratou-se de uma concorrência nacional. Ganhou essa empresa Racimec, liderando um consórcio.

A GTech adquiriu todas as ações da Racimec e buscou a rigor, pelo que se percebe, com essa compra de ações, ou seja, essa aquisição de controle da empresa Racimec, adquirir efetivamente o contrato que esta empresa havia obtido junto à Caixa Econômica Federal. Ou seja, quando a GTech internacional adquire a Racimec, o que ela quer de fato comprar é o contrato que a Racimec mantinha com a Caixa Econômica Federal.

Em um primeiro momento, é feita a solicitação à GTech para que seja feito um aditivo, que seja feita a substituição, afastando a Racimec e transformando o que seria uma situação de direito que de fato já existia. Essa pretensão da empresa GTech é repelida pelos advogados Sátiro Lázaro da Cunha, Isabela Gomes Machado e José Carlos Isidro Machado, da Caixa Econômica Federal, que se manifestam no sentido de "que não entendemos legal a pretendida cessão do contrato.". Dizem mais adiante os Srs. advogados: "Não se pode admitir a cessão ou transferência de um contrato, desvinculando-se completamente o contratado do contratante, sob pena de fraude à licitação.". Isso foi dito em 1997.

Em novembro de 1997, a GTech encaminha novo pedido para que ela, empresa GTech, assuma o contrato. Mais uma vez, agora, o Sr. advogado Márcio Assis Borges repele a pretensão da GTech.

Em janeiro de 1998...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esses advogados são da Caixa, por favor?

O SR. LUCAS FURTADO – São da Caixa Econômica Federal. Advogados da Caixa Econômica Federal.

Mas, Sr. Relator, ou seja, a última tentativa, ou seja, a última decisão da Caixa – manifestação do Sr. Márcio Assis Borges – em 18/12/97, em que este advogado disse: "Não é possível à GTech assumir o contrato da Racimec.".

Um mês depois, a GTech entra com novo pedido e, no dia 21 de janeiro de 1998, um novo parecer produzido pelos Srs. Advogados Sátiro Lázaro da Cunha e Estanislau Luciano de Oliveira – o primeiro havia produzido o primeiro parecer – nesta nova ocasião concordam "as informações agora trazidas à baila pela

contratada, contrariamente ao pleito anterior, aduzem um novo pedido diferente, pois, da anterior pretensão por nós inadmitida por falta de amparo legal que consistia na criação de uma nova empresa para gerir contrato mantido com a Caixa. Concluímos no sentido de que o pleito pode ser acatado por não infringir qualquer dispositivo legal.". Ou seja, o que alguns meses antes era uma fraude à licitação, poucos meses depois vira uma forma legítima de assumir um contrato.

Eu faço esse relato, Exªs, porque mostra que o relacionamento entre Caixa Econômica Federal e GTech começou errado, ou seja, nasceu torto, desde suas origens. A rigor, a empresa Racimec havia vencido a licitação, propondo que, para cada transação a empresa, Racimec, receberia R$0,05. Esse preço foi mantido de 13/01/97, data da assinatura do contrato, até 13/5/98, em que o valor sai de R$0,05 para R$0,08. Em 16/5/99, sai de R$0,08 e pula para R$0,12. Em 25/5/2000, pula de R$0,12 para R$0,15. Isso diz respeito apenas a uma transação: a transação que foi originariamente licitada.

Porque o que mais surpreende ao longo desse contrato é que houve licitação para a GTech assumir o sistema. A GTech forneceria os equipamentos, prestaria todos os serviços que permitiriam a comunicação entre a Caixa Econômica e as agências lotéricas, e a GTech não iria receber um pagamento pelo fornecimento de material ou pela prestação de serviços; ela iria receber uma remuneração específica e diretamente relacionada a cada informação que fosse gerada na agência lotérica e repassada à Caixa Econômica Federal. Então, por cada informação, originariamente, o preço havia sido fixado em R$0,05 e, ao longo de cinco anos, chegou a R$0,15. Esse preço de R$0,15 foi mantido até a data de 14/4/2003. A partir de 15/4/2003, houve essa renovação do contrato, agora mais recente, e o valor foi reduzido para R$0,1275. Então, tivemos, agora, em 2003, uma redução de 15%. Vamos, mais adiante, tratar sobre esse aspecto.

Ou seja, foi licitado um contrato, um tipo de informação. Ao longo do contrato, foram sendo inseridos uma série de outros objetos, de outras informações, como, por exemplo, pagamento de boletos bancários; pagamento de contas de, por exemplo, concessionárias de energia elétrica, que poderiam ser pagos; declaração de isento de Imposto de Renda, passou a ser acrescido; habilitação de celular pré-pago e pós-pago; e pagamento de dívida de usuários junto a concessionárias de serviços públicos sem boleto, em que o usuário simplesmente se identificaria, efetuaria o pagamento de sua conta de energia elétrica, por exemplo, sem ter um boleto, e isso geraria uma receita para a GTech.

Senhores, em relação ao primeiro aumento ocorrido, de 13, ou seja, em 03/05/98, a unidade técnica do TCU, que instruiu este processo aqui, que é o Processo 002.365, quantificou esse prejuízo por conta da falta de justificação do porquê do aumento em R$ 17 milhões.

Relativamente ao custo, ou seja, ao aumento ou a não justificação para um aumento de R$0,08 para R$0,12, o valor do prejuízo para a Caixa Econômica é de R$ 45 milhões. Quando o valor pago sobe de R$0,12 para R$0,15, o valor quantificado passa para R$202 milhões.

Relativamente a outras operações: temos aqui operação relacionada a pagamentos financeiros, ligados à, de algum modo, à competência da Febraban. Houve, por exemplo, um aumento, não justificado, sempre não justificado, de R$0,15 para R$0,18 – isso outros serviços.

Relativamente a essa operação, senhores, os senhores vêem como era o relacionamento da Caixa Econômica com a GTech.

Nesse momento, a Caixa Econômica identificou que a GTech vinha sendo remunerada por serviço, ou seja, por operações que não chegavam ao seu fim. Por exemplo: alguém tentava efetuar um saque bancário e a senha não era considerada válida, ou seja, a operação não se concluía. Pelo contrato, a GTech deveria ser remunerada pelas operações ou pelas informações que tenham chegado a um efeito concreto, ou seja, somente as informações processadas poderiam gerar receita.

A Caixa Econômica identificou que havia sido efetuado um pagamento da ordem de R$1 milhão em favor da GTech por informações não processadas. A GTech ameaça romper o contrato. Diz: "O custo que eu tenho com essa operação, quer ela seja processada pela Caixa, quer ela não seja processada pela Caixa, é o mesmo. Então, eu tenho direito.".

A Caixa Econômica alega que isso não está no contrato e diz: "Vamos chegar a um meio termo.". Ou seja, dentro de um valor pago da ordem de R$1,6 milhão, pagos pela Caixa Econômica à GTech e que teoricamente deveria resultar em um crédito para a Caixa Econômica, qual foi a solução encontrada?

E nós estamos aqui em 30/6/2002, data em que houve essa renegociação. Ao invés da GTech ter de devolver esse valor a Caixa Econômica Federal, o acordo feito entre Caixa e GTech permite um aumento da tarifa, dessa tarifa relacionada a operações financeiras de R$0,15 para R$0,18 e perdoa-se o que seria, ou seja; algo que deveria resultar em crédito para a Caixa Econômica Federal resulta em mais um benefício para a GTech. Isso é dito como sendo um assunto resolvido e, ao invés de se gerar receita para a Caixa, permite-se a geração de mais receita para a empresa GTech.

Senhores, temos aqui um histórico longo. São oito anos de execução de contrato, em que o valor total do débito quantificado nesta inspeção chega, repito, esses valores não foram ainda objeto de contraditório. A equipe

técnica produziu esse trabalho, esse trabalho de auditoria, Sr. Relator, com informações muito detalhadas, que eu fornecerei a V. Exªs e à CPI em e-mail magnético, para que V. Exªs possam examinar com mais cuidado. Mas o valor total do débito quantificado nesta inspeção é da ordem de R$ 433.000.000,00. Histórico que se inicia em 94, com a licitação, contrato assinado e iniciada a execução do contrato em 1995. Esse contrato foi mantido até o ano de 2000, em 2000 ele foi rescindido e foi assinado um novo contrato ainda no de 2000 com a mesma GTech, por inegibilidade. Esse contrato findou em 2003. Em 2003 foi feita uma nova prorrogação de vigência de contrato. Nesta ocasião, com um desconto de 15%. Em relação a essa última parte, quer dizer, de 2003 para cá, que a unidade técnica aponta como irregularidade, é que, não obstante, ter-se, pela primeira vez, sido conferido um desconto à Caixa Econômica Federal, o que os técnicos do TCU apontam é que o principal custo da empresa GTech durante todo o contrato, diz respeito à depreciação de bens. Ou seja, a empresa GTech forneceu os equipamentos e iria recuperar o custo investido por meio das receitas ao longo do contrato.

O valor da taxa de depreciação que a GTech trabalhou foi de 20%. Como o contrato iniciou sua execução no ano de 97, no ano de 2003, praticamente, todos os bens estavam depreciados. O que seria o maior custo da empresa que seria a depreciação dos bens, em 2003 não se justificaria mais. Dentro da lógica de negociação entre a Caixa Econômica Federal e a GTech foi uma renovação vantajosa, haja vista, até aqui, todas as renegociações...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, Dr. Lucas. Vantajosas para quem?

O SR. LUCAS FURTADO – Vantajosas para a GTech. Até 2003, todas, indiscutivelmente, vantajosas para a GTech. E, nesse momento, obtém-se uma redução. Os técnicos dizem, não obstante a redução ocorrida em 2003 de 15%, haveria a possibilidade da renegociação ter sido feita em outros patamares porque nunca se considerou o custo da GTech. Senhores, a rigor, esse relacionamento entre Caixa Econômica Federal e GTech, mais do que um contrato de fornecimento de bens ou de prestação de serviço, foi um contrato de sociedade de fato. A Caixa Econômica associou-se com esta empresa e, a Caixa, que seria pela Constituição Federal, competente para explorar serviços de loteria, passou a dividir, ao longo de 8 anos, com a empresa GTech, os benefícios da exploração dos serviços lotéricos, serviços que foram sendo acrescidos de outro de natureza não lotérica, como por exemplo, pagamento de conta de luz, declarações de Imposto de Renda, habilitação de celulares. Então, no ano de 2003, houve uma redução de valor, de 15%, pela primeira vez na história. No entanto, os técnicos dizem o seguinte, se a renegociação tivesse tido como parâmetro os custos da GTech, deveria ter sido obtido um preço maior, quer dizer, mais baixo em desconto maior ainda. É a lógica que os técnicos do TCU trabalharam o presente processo. Acho que nunca foi adotada na Caixa Econômica Federal. Por conta dessa renovação e dessa vigência do contrato em 2003 a partir de 15/04 de 2003, os técnicos do TCU estão apontando um possível benefício não justificado para a GTech relativamente a serviços não lotéricos, da ordem de 42 milhões de reais, relativamente aos serviços lotéricos de 78 milhões de reais. Repito, esse mecanismo, essa metodologia de apuração de débitos ainda não foi objeto de contraditório nem por parte dos gestores da Caixa Econômica Federal nem por parte da própria empresa GTech.

Confesso a V. Exªs, que, inclusive, com relação a algum mecanismo de metodologia, eu próprio, que ainda não produzi nenhum parecer neste processo, tenho dúvidas acerca de alguns aspectos, que, provavelmente, importariam em redução do débito. Mas, considerando todo esse período, inclusive, a renovação do contrato ocorrido em 2003, o valor total do débito seria de 433 milhões de reais de universo de aproximadamente 3 bilhões de reais de receita.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Débito da...

O SR. LUCAS FURTADO – Débito da GTech para com a Caixa Econômica Federal, ou seja, aumentos não justificados, não justificados com bases em custos da empresa GTech que nunca... que sempre criou muitas dificuldades para que a Caixa pudesse definir uma renegociação com base em custos, que é o padrão, que é obrigação da Administração Pública. Se a empresa diz que não tem condições de manter esse contrato porque estou incorrendo em prejuízo, deve a empresa abrir os seus custos. A GTech definia novos parâmetros de negociação a partir das vantagens que ela, GTech e a Caixa Econômica, eventualmente, iriam compartilhar. Porque deve-se dizer o seguinte, a Caixa Econômica lucra com as operações. Só que ela passou a dividir o seu lucro com a empresa GTech. Repito, dentro da sistemática adotada, o que ocorreria seria a rigor não um contrato de prestação de serviço, mas um contrato de sociedade de fato.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu gostaria de fazer um pedido de esclarecimento.

Na realidade, como eram os contratos originais? Porque pode-se fazer contrato de dois tipos, ou se faz um baseado no custo ou faz-se um baseado numa licitação de menor preço, etc etc. Na realidade, como V. Sª mesmo explicou, quer dizer, em uma espécie de divisão do lucro. Como era o contrato original, era para

ser feito baseado no custo, mais o lucro, mais o adicional? Era assim, ou era um contrato de risco, vamos dizer assim. O outro seria um contrato de risco.

O SR. LUCAS FURTADO – A rigor, Sr. Senador, esses contratos tidos como de risco, da ótica que V. Exª apresenta, seriam apenas os contratos de concessão, de permissão de serviço público, e talvez, as parcerias público/privadas que ainda não estão em execução, em que a empresa que obtém o contrato na licitação, ela sim, vai explorar aquele serviço por sua conta e risco. Em qualquer outro contrato administrativo, regido pela Lei 8666, que a Lei de Licitações, qualquer outro contrato administrativo, ainda que a empresa vença com base no menor preço, para fins de renegociação de contrato, nesses parâmetros aqui, tem que ser utilizado inclusive teoria da imprevisão para justificar reajuste das tarifas? A empresa teria dizer, é requisito para a teoria da imprevisão que a empresa demonstre que está tendo prejuízo. Ora, para uma empresa, isso não se refere a esse contrato, mas é para qualquer contrato de serviço, de fornecimento de bens, de obra pública, a empresa para alegar a aplicação da teoria da imprevisão, ela precisa:

1 – demonstrar que um fato superveniente.

2 – que esse fato era imprevisível.

3 – que esse fato superveniente e imprevisível está lhe causando prejuízo.

A GTech nunca demonstrou isso. No entanto, sempre obteve o reajuste, dentro da ótica de que, como houve um aumento do volume de transações e, conseqüentemente, um aumento na arrecadação total, poderia a Caixa Econômica Federal, que obtinha lucros maiores, dividir parte desse lucro com a empresa GTech.

Confesso a V. Exªs que, com a experiência que tenho do TCU – estou na Procuradoria-Geral do Ministério Público do TCU há seis anos e, como Procurador do Ministério Público do TCU, há doze anos – dificilmente esse dinheiro vai ser recuperado. Historicamente, do que se condena de quem eventualmente obtém vantagem indevida, seja em contrato, seja em qualquer outra fonte fraudulenta, recupera-se 1% do valor total condenado, o que talvez até justifique um alerta para tentar tornar mais efetiva essa recuperação de crédito ou, pelo menos, evitar que ocorra o crédito que seria a medida ideal.

Um aspecto, Sr. Relator, que tem sido muito controvertido diz respeito à necessidade ou não dessa prorrogação ocorrida em 2003. Inclusive, soube pelo jornal que haveria interferência do Sr. Waldomiro Diniz nessa renegociação. O que posso dizer sobre esse assunto é o seguinte... Pois não, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, pelo que estamos vendo nesta CPI dos Bingos é que havia dois grupos querendo interferir. Um era o do Sr. Waldomiro Diniz e o outro era do Sr. Rogério Buratti. Pelo menos é isso que está parecendo até agora. Aparentemente, o grupo do Sr. Waldomiro Diniz foi o vitorioso. Esse é um resumo da ópera.

O SR. LUCAS FURTADO – Excelências, ocorreu que Caixa Econômica Federal, desde 1997, quando se iniciou o contrato, até 2003, ela se tornou refém da GTech, a ponto de, naquele caso, a GTech, que era devedora, ameaçar rescindir o contrato e, ao invés de a GTech ter de pagar ou de devolver o que recebeu a mais, obter um aumento nas suas receitas.

A Caixa Econômica, a partir do ano de 2000 – isso deve ser dito –, tomou a seguinte decisão: "Preciso me livrar da GTech, preciso encontrar uma solução que me permita fugir da GTech.". A Caixa Econômica fez várias concorrências fracionadas por região do Brasil. Pegou o Brasil, dividiu em algumas regiões e, no edital, estabeleceu a seguinte cláusula: "Uma empresa que participe da licitação em uma área está proibida de participar de licitação em outra área.", tentando fugir da GTech. Isso é ilegal. Isso fere a competição na medida em que uma empresa tem liberdade para participar de licitação em qualquer área do Brasil. A empresa GTech questionou na Justiça...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O senhor me permite só uma indagação? Sr. Presidente, somente uma indagação a ele. E o seu raciocínio anterior de que a GTech, sendo empresa internacional, não poderia participar de licitação, como fica?

O SR. LUCAS FURTADO – A rigor, a empresa GTech adquiriu a Racimec e transformou a Racimec em GTech. Houve uma série de transformações: GTech Comercial do Brasil Ltda.; GTech do Brasil Ltda. Há uma série de operações. Ou seja, existe a empresa GTech internacional, com sede nos Estados Unidos, e existe a GTech com sede no Brasil, controlada pela empresa norte-americana, mas que são pessoas jurídicas distintas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Sª poderia nos esclarecer se esse procedimento da GTech é parecido com o que Cobra fez no Banco do Brasil?

O SR. LUCAS FURTADO – Eu diria que os dois são errados, Senador. Mas são erros diferentes. O que tem ocorrido com a Cobra é uma situação distinta. A Cobra, a rigor, é uma subsidiária do Banco do Brasil, que atua na área de informática. Entendo que o Banco do Brasil, como um banco, na minha opinião, a informática é uma área essencial para qualquer banco. O Banco do Brasil precisa ter uma empresa subsidiária que atenda às suas necessidades de informática.

O problema da empresa Cobra é que ela está sendo utilizada para apresentar soluções de informática não para

o Banco do Brasil, mas para vários órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal. Como ela é uma subsidiária do Banco do Brasil, quem a contrata se vale da condição de ela ser uma subsidiária para que ela não participe de licitação. E ela, no momento de contratar, ou seja, de abastecer os órgãos com soluções de informática, ou seja, para o fim de ela ser contratada, ela é privada; para o fim de ela contratar, ela é pública, ou seja, não faz licitação. Na minha opinião, é outro erro, mas que não se confunde com esse.

Em relação à renovação ocorrida em 2003, a Caixa Econômica buscou, no ano de 2000, fugir da GTech. A pretensão – errada e ilegal da Caixa Econômica em termos de limitação à competição dessa concorrência – se viu barrada pela Justiça Federal, que proibiu que a licitação da Caixa prosseguisse. No ano de 2002, a Caixa Econômica voltou a tentar fugir da GTech e, nessa tentativa, chegou a publicar editais de pregão.

A solução encontrada pela Caixa Econômica Federal – e eu atuei nesse processo no TCU, Senador – foi a de dividir não mais por áreas do País, mas por objetos: "Quero contratar agora os equipamentos."; "Quero contratar transmissão de dados."; "Quero contratar bobinas.". E foram feitos diversos pregões. Tratava-se de uma licitação totalmente distinta da primeira.

Esses pregões foram concluídos recentemente e ficaram suspensos durante três a quatro anos por força de liminares concedidas pela Justiça Federal. Surpreendentemente, houve juiz ou juíza federal que entendeu que essa nova tentativa da GTech violava decisão anterior da Caixa. Ou seja, a GTech voltou a questionar a nova licitação da Caixa. E a Justiça Federal disse: "Viola.". Eram licitações totalmente distintas. Se a primeira tinha algo errado, essa segunda não tinha. E foram essas liminares da Justiça Federal que permitiram que a GTech se mantivesse por mais três anos e que obrigaram...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas era de um só juiz ou vários juízes?

O SR. LUCAS FURTADO – Olha, foi concedida por um juiz federal, que eu sei que, inclusive, chegou a ser convocada essa juíza para a CPI e que, infelizmente, obteve liminar do Supremo Tribunal Federal para não vir. Infelizmente. Eu digo infelizmente porque...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dar uma informação, que inclusive eu requeri a investigação sobre o caso dessa juíza ao Conselho Nacional de Justiça, viu, Sr. Procurador? Porque, como agora temos o Conselho Nacional de Justiça, como aqui houve uma liminar dada pelo Supremo Tribunal, então aproveitei a oportunidade e fiz um requerimento ao Conselho Nacional de Justiça, pedindo uma investigação específica sobre esse caso. É até uma maneira de usar esse instrumento novo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Dr. Lucas.

O SR. LUCAS FURTADO – Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu até quero enaltecer a iniciativa do Senador José Jorge, acho muito adequada, inclusive S. Exª foi o relator da reforma do Judiciário, e é uma ocasião, inclusive, para o Conselho Nacional de Justiça já ter um caso concreto, decorrente da CPI dos Bingos, para nós, inclusive, vermos qual será esse posicionamento do Conselho Nacional de Justiça. Mas o requerimento foi de minha autoria, convocando a Srª Juíza Federal, inclusive quebrando o sigilo bancário, fiscal e telefônico, para nós vermos se houve algum tipo de contato também, quantas vezes, quantos telefonemas, se tiver sido o caso.

Porque nós estamos fazendo isso em relação a praticamente todas as pessoas que vêm a esta CPI. Mas ela conseguiu dois **habeas corpus**, duas liminares, tanto em relação à presença dela na CPI como também o Supremo Tribunal Federal concedeu uma outra liminar, dizendo que não poderia haver a quebra de sigilo telefônico, fiscal e tributário. Mas eu só gostaria, e o senhor já fez isso, de confirmar que foi a mesma pessoa que deu essas liminares.

O SR. LUCAS FURTADO – Foi. Essa juíza federal, essa senhora concedeu as liminares. É importante, Sr. Relator, ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, dizer que essa liminar foi confirmada pelo TRF da 1ª Região. A decisão foi mantida nessas condições, impedindo a Caixa de buscar soluções para fugir à GTech, até que uma representação da GTech, a própria GTech havia entrado com um mandado de segurança na Justiça Federal e uma representação no TCU, nas duas, buscando, por caminhos distintos, barrar.

Na Justiça Federal, obteve a liminar. No TCU, nunca obteve qualquer medida cautelar mandando suspender. Muito pelo contrário: o TCU, ao julgar essa representação, disse que era absurda a pretensão da GTech de querer barrar esses pregões, que não mantinham nenhuma relação com os fundamentos da decisão anterior relativa à concorrência do ano de 2000 da Caixa Econômica Federal. Essa decisão, ilustre Senador Flávio Arns, eu próprio encaminhei à diretoria jurídica da Caixa Econômica Federal, informando que isso poderia ajudar a Caixa Econômica – agora, essa decisão do TCU é de 2004 –, a conseguir cassar a liminar concedida em primeiro grau pela Justiça Federal, mantida pelo TRF; que essa decisão do TCU, não que mantenha relação direta, mas que poderia ajudar a Caixa Econômica Federal a derrubar essas liminares no STJ.

E a Caixa Econômica se valeu, inclusive, dessa decisão do TCU e obteve, finalmente, no STJ o cancelamento das liminares, e finalmente, então, os pregões puderam ser realizados e foram realizados. Os contratos

já estão sendo assinados, o que não quer dizer que a GTech esteja fora do páreo. A dependência da Caixa Econômica com a GTech é tão grande, tão grande, que, apesar dos contratos, dos pregões terem sido realizados, a Caixa Econômica não conseguiu até hoje assumir o gerenciamento de todo o sistema. Precisa da GTech, ou seja, algo que no Brasil não poderia ter ocorrido nunca: uma empresa pública se tornar totalmente refém de um contrato de volumes que importavam em receitas tão vultosas de uma empresa privada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, Dr. Lucas, essa questão na área de informática é grave e acontece em muitos lugares, não é?

O SR. LUCAS FURTADO – Em todo lugar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Entre uma empresa, nós tivemos até oportunidade de conversar sobre isso em relação à questão da Cobra. Uma empresa entra e depois para tirar ela é muito difícil, porque ela que fica com o conhecimento da questão técnica. Então, acho que nós aqui temos que ver uma forma de lei diferente para essa questão dos contratos da área de informática.

O SR. LUCAS FURTADO – Olha, seria algo muito bom, buscar soluções para...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É uma situação completamente diferente, por exemplo, da construção de uma estrada, da construção de uma escola, quer dizer, qualquer outro tipo de contrato de prestação de serviços, porque é uma situação completamente diferente, por exemplo, da construção de uma estrada, da construção de uma escola, quer dizer, de qualquer outro tipo de contrato e prestação de serviço. Há um conhecimento teórico sobre a situação, que vai evoluindo, vai evoluindo e, daqui a pouco, os programas vão sendo modificados e só aquela empresa é que conhece.

O SR. LUCAS FURTADO – Isso ocorreu, ilustre Senador José Jorge, por exemplo, na empresa Datraprev.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente.

O SR. LUCAS FURTADO – A Dataprev foi criada para abastecer o INSS basicamente de soluções de informática. A própria Dataprev precisou contratar e encontrou solução na empresa Unisys.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Unisys.

O SR. LUCAS FURTADO – Existem decisões judiciais, existem decisões do TCU, dizendo: "Estes contratos estão superfaturados". Aí o senhor falou de Cobra. O TCU disse: "Dataprev, livre-se desta empresa, livre-se da Unisys". A Dataprev contratou a Cobra. O que a Cobra fez?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Contratou a Unisys.

O SR. LUCAS FURTADO – Recontratou, subcontratou a Unisys, ou seja, há dependência tecnológica.

Ilustre Senador, o TCU fez uma auditoria não tão recentemente, de 1995 a 2000, e constatou que, naquele período, na administração pública federal, envolvendo a administração pública direta e indireta, contratos na área de informática sem licitação, somente os não-licitados envolvendo tanto fornecimento de equipamentos quanto de *softwares*, geraram despesas de R$16 bilhões.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Esta semana o Banco do Brasil fez um contrato com a IBM que parece que é um dos maiores do mundo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Exª me permite um aparte? É exatamente sobre esse assunto que eu queria entrar, Presidente Antonio Carlos.

Veja bem o que é coragem de administrador! No dia 13 de setembro, está publicado no Diário Oficial: "Processo nº 2005/0292 (8616), gerência de compras e alienação, Brasília, Distrito Federal.

Com base no inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666 [V. Exª sabe que a Lei nº 8.666 é como aquele wakamoto japonês, aquele remédio que é indicado para tudo, com eficácia; é o Decreto-Lei nº 200 renovado], foi ratificada a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa IBM Indústria, Máquinas e Serviços para aquisição e contratação de produtos IBM. Valores: R$400 milhões referentes a contratação, aquisição e suporte de software; R$93 milhões [e uns quebrados] referentes à contratação de serviços de manutenção; R$227 milhões referentes à aquisição e atualização de equipamentos.

O pagamento de parte desse valor [aí vem a justificativa fantástica, Sr. Presidente!] será efetuado por meio de dação em pagamento de máquinas IBM, modelo 2000/64, pelo valor de R$24 milhões; itens orçamentários, processamento, gerenciamento, armazenamento e processamento de dados.

Vigência: 36 meses. Ratificação: 9/9/2005.

Sr. Teófilo Rocha de Oliveira Santos".

A justificativa que eles querem dar aqui é a coisa mais absurda, Sr. Procurador! É de que R$24 milhões é para ser feito com o equipamento velho. Esse equipamento, qualquer empresa entra nisso. É obrigação inclusive, na renovação, receber o equipamento.

Agora, a coragem de fazer isso sem licitação! Eu tive acesso a este documento, que me foi entregue por um funcionário, Senador Antonio Carlos, no dia de um depoimento em uma dessas CPIs. Foi eu ler e receber uma chuva de telefonemas, porque o Presidente é muito poderoso, é ligado ao Sr. Gushiken, foi nomeado pelo Sr. Gushiken. Chama-se Sr. Luís Cerqueira César. Diz que manda em tudo, e o nome dele vem

batendo na trave constantemente nessas CPIs. Fala-se constantemente nele.

Recebi o assessor dele, muito atento, lá atrás. O Sr. Vice-Presidente queria ligar agora, eu pedi que ligasse depois, e os esclarecimentos não vieram coisa nenhuma. Isso é um desrespeito.

No momento em que estamos vivendo, Sr. Relator, se faz uma compra dessa natureza! Foi bom V. Exª lembrar.

Está aqui. É um desrespeito! E a maneira descarada de como se burla a lei neste País!

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Relator, V. Exª me permite fazer uma... Não sei se vai fazer algum comentário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Peço que...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que ele conclua. Está certo.

O SR. LUCAS FURTADO – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está bem. Eu aguardo.

O SR. LUCAS FURTADO – Eu vou procurar concluir, apenas definindo a minha posição no sentido de que tenho acompanhado o processo. O meu parâmetro é a legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – V. Sª está prestando um excelente depoimento.

O SR. LUCAS FURTADO – Não posso, no exercício da minha atividade, ter nada nem contra nem a favor de Governo A, B, C ou D.

Agora, em relação a essa renovação ocorrida no ano de 2003, ou seja, se houve ou se deixou de haver interferência política para essa renovação, ela já estava assegurada. A manutenção das decisões da Justiça Federal obrigou a Caixa Econômica a renovar o contrato. Obrigou. A única solução da Caixa Econômica Federal, no ano de 2003, caso não quisesse renovar o contrato, seria paralisar todo o sistema de loterias no Brasil.

Então, o que manteve o contrato com a GTech... Se houve interferência política, ela foi desnecessária. Se alguém vendeu vantagens à GTech para a renovação, vendeu vantagem que a GTech já tinha e que provavelmente já sabia. Se houve algo de indevido, esse indevido, talvez – aí é mera suposição –, tenha ocorrido nas negociações, nas condições, mas não na necessidade.

Esse prazo de 25 meses da renovação também foi questionado. Por que renovar por mais 25 meses? Esse contrato de 25 meses já se extinguiu em maio de 2005, e, apesar de ter sido extinto, a Caixa ainda precisa da GTech, ainda existe, ou seja, houve uma nova renovação ou uma nova prorrogação, e o contrato está mantido até 2006. Já se diz que dificilmente a Caixa Econômica vai conseguir sobreviver em 2006 sem a GTech, porque tornou-se totalmente dependente dessa empresa.

Sr. Presidente, encerro a minha participação e coloco-me à disposição para eventuais questionamentos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também comungo da opinião do Presidente dos nossos trabalhos, Senador Antonio Carlos Magalhães, a respeito do brilhantismo da exposição do Dr. Lucas Furtado.

Eu gostaria de perguntar, Dr. Lucas, com relação a tudo isso que foi levantado por V. Exª, se, durante esses oito anos, o TCU chegou a fazer alguma advertência à Caixa Econômica a respeito do que estava sendo realizado no contrato entre a GTech e a própria Caixa.

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Relator, houve uma auditoria realizada pelo TCU, já no ano de 2000, relatada pelo ilustre Ministro Benjamin Zymler, que já detectou a existência de irregularidades e já determinou que a Caixa Econômica Federal buscasse outras soluções que não a da GTech.

O problema, Sr. Relator, é que os processos não conseguem se encerrar por força de recursos e recursos e mais recursos. Existem...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – No ano de 2000?

O SR. LUCAS FURTADO – No ano de 2000, o TCU já identificou irregularidades e disse: "Caixa Econômica Federal, encontre outras soluções alternativas e saia da dependência da GTech". Tenho todas as decisões aqui e posso passá-las a V. Exª. Existem inúmeros processos; existem representações da GTech; existem auditorias determinadas de ofício pelo TCU; existem, inclusive, auditorias realizadas pelo TCU no contrato Caixa Econômica – GTech a pedido do Senado Federal, de Comissão do Senado Federal. Tudo se decide, tudo se encaminha e tudo é objeto de recurso, e os processos se perpetuam e se perpetuam e não têm fim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que já existem processos inconclusos.

O SR. LUCAS FURTADO – Existem conclusos e inconclusos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conclusos e inconclusos.

O SR. LUCAS FURTADO – Por exemplo, em relação a essas informações que apresentei a V. Exªs quanto a esses valores, eu obtive esses dados a par-

tir de uma inspeção realizada pelo TCU que não foi sequer ainda objeto de deliberação pelo Plenário do Tribunal. São dados novos a que sequer o Plenário do TCU, até o momento, teve acesso. Esse documento foi concluído em 5 de julho de 2005 e foi encaminhado recentemente, parece-me que há duas ou três semanas, ao gabinete do Relator deste processo, que é o Sr. Auditor Marcos Bemquerer Costa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Exª, com a sua experiência, poderia visualizar, com o final desses processos, qual seria o desfecho deles? A condenação seria em que termos por essas irregularidades?

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Relator, acredito que esses valores sejam reduzidos, que se consiga contestar a metodologia utilizada em alguns aspectos. Acredito que o valor continuará sendo muito elevado. O TCU irá decidir. Haverá recurso no âmbito do TCU. O TCU irá encaminhar essa decisão à própria Caixa Econômica Federal para execução. A Caixa Econômica – vejam a contradição, Excelências... A Constituição Federal determina que as decisões do TCU que apliquem multa ou que imputem débito tenham natureza de título executivo. Mas, quando o TCU condena, a execução será feita na Justiça e pela própria entidade onde houve o possível desvio ou superfaturamento. No caso, a Caixa Econômica Federal, como tem personalidade jurídica própria, a condenação do TCU, quando transitar em julgado – estamos falando aqui de alguns anos, talvez dois ou três anos, com boa vontade. E não por culpa do TCU, mas por conta do excesso de recursos que é permitido pela legislação do TCU.

Isso vai ser encaminhado à própria Procuradoria da Caixa Econômica Federal, para execução da empresa e dos empregados ou diretores da Caixa Econômica, responsáveis solidariamente. Isso cai na vala comum da Justiça Federal e não se executa nunca. Ou seja, se V. Exª pergunta: 'O que o senhor vislumbra que vai acontecer com esse processo?" Eu diria: "Muito pouco, Senador". Muito pouco no sentido de que o sistema até hoje tem sido muito pouco efetivo. Do que o TCU condena não se recupera 1%.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o sistema favorece a impunidade?

O SR. LUCAS FURTADO – Do ponto de vista prático, ilustre Senador, é um bom negócio desviar. Tem sido até hoje um excelente negócio desviar, porque, mesmo que haja condenação, primeiro, quem desvia esconde. Então, a primeira dificuldade que existe na busca do que foi desviado: encontrar o dinheiro.

Lembro, Exª, que, há alguns anos, recebi de um escritório de advocacia um *folder*, a publicidade de um seminário. O nome do seminário era Proteção Internacional de Bens – veja V. Exª como o nome é bonito! Proteção Internacional de Bens. Abria-se o *folder* e aparecia discriminadamente o que seria examinado nesse seminário. Primeiro item: Conheça os Principais Paraísos Fiscais. Segundo item: Saiba como Abrir uma empresa **offshore**.

Ou seja, o que era isso? Aula de como esconder patrimônio, de como dever, ter dívidas, seja com o Poder Público, seja com outros credores privados, esconder o patrimônio e ninguém encontrar.

Então, primeira dificuldade: encontrar patrimônio. Segunda dificuldade: a execução é feita pelas próprias procuradorias das entidades onde houve o desvio. Terceira: isso é feito no Poder Judiciário, que – sabemos todos – encontra grandes dificuldades por excesso de trabalho.

Então, isso cai na vala comum. Quando o TCU encaminha uma decisão dessas para ser executada, a efetividade é muito baixa, tanto que uma solução em termos de combate a essa chaga, que é a corrupção, Sr. Senador, o único caminho é a atividade preventiva. E, aqui, um mérito para o Congresso Nacional: considero um dos aspectos mais vantajosos ocorridos nos últimos anos, no Brasil, em termos de combate à corrupção, a exigência feita, a partir de 2000, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que obriga o TCU a fazer auditorias em todas as grandes obras públicas federais. Isso tem sido inserido desde o ano de 2000.

Inclusive, acredito que, talvez, neste momento, o Presidente do TCU, Ministro Adilson Motta, e o Relator do processo, Ministro Valmir Campelo, estejam encaminhando ao Presidente do Congresso Nacional a lista das obras com indícios de irregularidades graves e, tão logo o TCU informa quais são as obras com irregularidades graves, susta-se a liberação de recursos. Aí se diz: "Uma obra parada é um custo". É um custo, sim. Mas, na grande maioria dos casos, as irregularidades são corrigidas. Corrige-se a irregularidade, e a obra procede.

Permita-me dizer – alongando-me, sei, e abusando da paciência de V. Exª, Senador: uma obra realizada, uma duplicação de uma estrada ocorrida no Nordeste. A licitação feita por R$1,6 bilhão. O TCU identificou superfaturamento em alguns itens dessa obra. Determinou que fossem corrigidas e foram corrigidas as irregularidades. A conseqüência é que a obra foi reduzida de R$1,6 bilhão para R$1,3 bilhão. Quer dizer, se se consegue chegar a um possível superfaturamento e corrigir essa falha, evita-se ter de mandar para a AGU, de se ter de propor ação judicial e importa em economia drástica.

Estou falando aqui que, em uma auditoria do TCU, houve uma economia para o País de R$300 milhões. Economia limpa, cristalina, indiscutível.

Então, é buscar soluções alternativas. E veja V. Exª como o momento é auspicioso: o que motivou a inclusão na LDO desse mecanismo, ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, foi a CPI do Poder Judiciário, que identificou falhas na construção do edifício sede do TRT de São Paulo; CPI solicitada pelo Presidente Senador Antonio Carlos Magalhães. Identificou aquela falha e disse "qual a solução?". A solução para esse tipo de problema são auditorias preventivas.

Vê-se que, hoje, boa parte das possíveis fraudes migrou para os serviços. Agora é tentar encontrar soluções preventivas para a área de serviços, para a área de informática, como observa o Senador José Jorge.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu queria ainda perguntar a V. Exª o seguinte: durante esses oitos anos, pelo menos nos últimos anos, V. Exª detectou uma vontade da Caixa de fugir da GTech. Só que sempre foi alegado que a Caixa não tinha condições de fugir desse aprisionamento por conta de não ter o *know-how* técnico.

V. Exª acha que a Caixa tinha condições de fugir? Porque, aqui, já ouvimos técnicos da Caixa, diretores, e há uma divergência dentro da própria Caixa, porque uns dizem que, desde 2000, a Caixa teria condições de fugir da GTech. Outros acham que não. Deu para V. Exª detectar isso em interferências políticas nesse processo, não apenas nesse problema de ordem técnica? Porque o que estamos verificando é um prejuízo muito grande da Caixa, um prejuízo oficial, fora o outro prejuízo que a Caixa e a União possam ter tido, como estamos apurando, por meio dessa interferência política.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – E não detectada também.

O SR. LUCAS FURTADO – Olha, efetivamente, a partir de 2000, inclusive por conta de determinação do TCU, a Caixa Econômica buscou soluções. Só que, no ano de 2000, a solução ilegal que o sistema, o modo como foi elaborada a licitação em 2000 era ilegal, e houve razão, por parte da Justiça Federal, de bloquear. Em 2002, voltou a ser bloqueado. No caso, agora, foram bloqueados os pregões.

Agora, vontade política parece que sim. Desde o ano 2000, houve e foi mantida de 2000 até hoje, para fugir da GTech.

A prova de que a Caixa Econômica – e não seria suposição minha –, a prova de que, apesar da eventual vontade política de fugir da GTech, isso não é possível, é que, hoje, com os contratos decorrentes desses pregões já executados, a Caixa ainda mantém contrato com a GTech. Isso não é uma suposição, é um fato.

Efetivamente, o valor contratado com a GTech hoje é muito mais reduzido, bastante mais reduzido do que o que foi mantido ao longo dos últimos oito anos, mas ainda hoje existe a dependência da Caixa Econômica em relação à GTech, ou seja, ela, por meio dos pregões e dos contratos que resultaram dos pregões, ela comprou equipamentos lotéricos, contratou serviço de transmissão, contratou os bens, bobinas, por exemplo, mas precisa da GTech para fazer o relacionamento de todo esse contrato. Ou seja, existe ainda hoje dependência.

É possível que, mantida a vontade política, consiga-se fugir da GTech. Até hoje ainda existe dependência. Ainda hoje.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª deu uns números aqui, mas eu queria desafiar V. Sª a nos dar um número total. Se se perguntasse qual foi o prejuízo que a Caixa já teve com esse contrato da GTech, ele seria em torno de quanto?

O SR. LUCAS FURTADO – O valor do somatório de todos esses números é R$433 milhões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De R$433 milhões.

O SR. LUCAS FURTADO – Repito, esses números não foram ainda objeto de contraditório nem de ampla defesa. É possível e até provável que esse valor seja reduzido...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) **–** Quer dizer que é mais ou menos 15% do valor total do contrato?

O SR. LUCAS FURTADO – De um contrato de 3 bilhões, acredito que dá algo em torno disso.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – É mais do que o dobro do rombo do TRT de São Paulo. Mais do que o dobro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tomou conhecimento de que a GTech pagou à MM Consultoria a quantia de 5 milhões – a MM Consultoria é um escritório de advocacia – para um único recurso judicial? Eu queria saber se V. Sª teve conhecimento disso e se poderia fazer algum comentário.

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Relator, o que eu sei é o que está no processo do TCU, nos processos do TCU. E o próprio processo do TCU obteve acesso a auditorias realizadas pela Caixa Econômica Federal. Nos processos não consta essa informação.

Agora, algo que posso dizer a V. Exª sobre contratação de advogados e contratos tão amplos assim, tão volumosos, é que isso é um mecanismo de lavagem de dinheiro. Ou seja, quando se constata um advogado sendo contratado por R$10 milhões, Deus do céu, que serviço profissional justifica um pagamento de R$10 milhões, que serviço profissional tão maravilhoso, tão espetacular, justifica um pagamento de R$5 milhões, por mais efetivo, por melhor que seja o jurista?

Nós não vemos os grandes juristas nacionais obterem esses contratos. Por que esses advogados obtêm? Não conheço caso, não estou falando deste caso, digo que isso é uma forma de lavagem de dinheiro, de embutir em um contrato aparentemente lícito pagamentos ilícitos, Sr. Senador. Desse caso específico não tenho conhecimento.

O SR. (Fora do microfone) – (Inaudível)

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da MM Consultoria. É um escritório de advogado, do Sr. Walter Santos Neto, que recebeu 5 milhões da GTech. E foi indagado aqui o que ele fez com tanto dinheiro, e ele disse: comprei vinhos, usei para fumar charutos e gastei com as mulheres.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Copiando Niemeyer, na época da CGI, querendo imitar o Niemeyer, mas com um negócio sem gosto. Mas a propósito, se V. Exª permitir, existe um contrato que está aí – em qualquer mesa que você se sente, que tenha advogado, em Brasília, no Rio ou em São Paulo –, que todo mundo comenta. É um contrato feito com os escritórios de advocacia pela Angra Partner. É essa briga que, segundo o ex-ministro Gushiken, é o maior conflito societário do mundo, envolvendo telefônicas e fundos de pensão.

Sr. Presidente, o custo com advogado era R$100 mil, R$200 mil, R$300 mil, por mês. Passou para milhões. Eu tenho inclusive esses dados em meu gabinete. Esse contrato passou a girar em torno de 800 milhões, em dois ou três anos, salvo engano. Eu tenho esses dados e posso lhe dar com precisão. E nós requisitamos, na CPI, o escritório, quem são os advogados. Ficaram de mandar. Até hoje não foi remetido para a CPI, em desrespeito.

Mas V. Sª tem exata razão. De repente, esses escritórios são contratados, são advogados pouco conhecidos, a verdade é essa, e uma fortuna. Naturalmente isso nos remete à suposição de que estaria embutido algum outro tipo de transação.

O SR. LUCAS FURTADO – Perfeito.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero concluir, para dar oportunidade aos nobres Senadores integrantes desta Comissão, dizendo que essa relação da GTech com a Caixa Econômica não é exatamente uma relação de tapas e beijos, é só de tapas, a Caixa só tem...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Apanhado.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...apanhado, só tem levado a pior. E eu pergunto, para terminar, a V. Sª, é uma pergunta mais de ordem genérica: qual é a opinião de V. Sª sobre os pregões eletrônicos.

O SR. LUCAS FURTADO – Os pregões realizados pela Caixa Econômica?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela Caixa e em tese também. O sistema.

O SR. LUCAS FURTADO – O sistema de pregão eletrônico, olha, Exª, considero extremamente vantajoso. A experiência tem mostrado que a adoção do pregão, que vem desde o ano de 2000 – temos a lei que cuida do pregão, a de nº 10.520, e temos agora um decreto editado em maio de 2005, que regulamenta o pregão eletrônico –, é uma das formas mais rápidas, com a qual mais se evita corrupção. Na medida em que se reduz o processo, ou seja, que se encurta o processo e se reduz a discricionariedade do administrador público, eu vou, sim, obter vantagens.

Mas vejam os senhores: a capacidade para fraudar é imensa, e, na área de informática, ela é extraordinária, Senador José Jorge. Por exemplo: o pregão é algo maravilhoso. A redução de preços no pregão é imensa. Só que o objetivo do pregão é celeridade e redução de preços. Um exemplo: recebo, em meu gabinete, empresários da área de informática que já apresentaram queixa quanto a pregão, ou seja, contra algo que é muito bom. A queixa deles: a lei diz que o prazo mínimo entre a publicação do edital e a cessão pública é de oito dias úteis. Então, divulga-se na área de informática um edital de um pregão que eles não têm condição sequer de consultar seus fornecedores para apresentar proposta; e fantasticamente um apresenta. Ou seja, o que se supõe? Informação privilegiada. Alguém sabia daquele pregão com antecedência e foi o único que conseguiu montar uma proposta. Ou seja, até algo que é muito bom – e é bom não por opinião minha, o que se tem obtido de redução! –, como os pregões feitos pela Caixa Econômica Federal... Não sei se consegui, acredito que sim..

Está aqui: "Os pregões feitos pela Caixa Econômica Federal". Venceu um dos pregões, a empresa Vicon Ltda.

A proposta inicialmente apresentada por ela, Senador, era de R$378 milhões. Aí se passa para a fase de lances. Ao final dos lances, a proposta dela foi reduzida para R$283 milhões. Temos aqui uma queda de quase R$100 milhões, ou seja, incentiva a competitividade.

Agora, é preciso sempre estar atento para a possibilidade de algo que é muito bom ser usado para o mal, ser desvirtuado o seu objeto, ser utilizado para fraude.

Então, considero, sim, algo extremamente vantajoso, extremamente moderno, é o que coloca o Brasil em posição de destaque. Uma dificuldade é que só se usa para a contratação de bens e serviços comuns. É preciso desenvolver mecanismos tão efetivos para serviços ou obras que hoje não podem ser licitadas por meio de pregão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Está franqueada a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Já me inscrevi.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Vamos ver a ordem de inscrição.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – Sou o primeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Se V. Exª é o primeiro, é o primeiro a falar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – E agora sou titular, não podem me colocar para trás.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Com a palavra o Senador José Jorge; posteriormente, os Senadores Tião Viana, Flávio Arns e Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em relação a essa questão mais geral, tenho tido também, juntamente com o Procurador Lucas Furtado, essa preocupação com as licitações na área de informática – não com essas licitações, com os contratos. Porque, nas relações entre as empresas privadas, normalmente, a mídia, principalmente, dá muita ênfase à questão da licitação. Então, houve licitação, está certo. Não houve licitação, está errado.

Mas, na verdade, a coisa mais grave – muitas vezes pode ser mais grave – é a relação durante o desenvolver do contrato. Quer dizer, boa parcela da corrupção que existe não é só na hora da licitação. Pode-se fazer uma licitação supercorreta, pode-se assinar um contrato correto e, depois, no desenvolver do contrato, a relação entre a empresa, o contratante e o órgão público pode ir se desgastando, pode começar a haver corrupção nesse processo, na realidade mais difícil até de acompanhar do que mesmo na área de licitação.

Então, acho que, sobre a informática, há duas questões diferenciadas: primeiro, como a informática é uma questão nova, não é como a licitação de uma obra – por já termos acompanhado muitas obras, vai-se criando as diversas formas de se acompanhar. Primeiro, por esse fato, por ser uma coisa nova e que evolui muito rapidamente. Há coisas que não existiam há seis meses e, hoje, estão em todos os lugares. Segundo, o fato de que a relação com a informática vai criando essa dependência técnica; são detalhes dos programas que vão sendo consertados, muitas vezes sem relatórios, etc, o que faz com que essa dependência que a Caixa tem da GTech, que a Datamec tem da Iunix, que o Correio tinha da Iunix, que o Banco do Brasil agora tem da IBM, vá-se ampliando de tal maneira que temos, também, que pensar em uma legislação para, inclusive, proteger os administradores públicos, para que possam trocar uma empresa de informática quando for necessário e possam fazer seus contratos a um nível mais baixo.

Em relação à questão específica da GTech, temos uma situação difícil, da relação entre a Caixa e a GTech, há muito tempo – como V. Sª disse, desde o ano 2000 –, mas nessa questão do ano 2003 tivemos essa tentativa de interferência externa à Caixa basicamente por dois grupos: um grupo comandado pelo Sr. Waldomiro Diniz, que era da Casa Civil, e esse grupo comandado pelo Sr. Rogério Buratti, que era de Ribeirão Preto, com as ligações via Ministério da Fazenda.

No meio disso tudo, apareceu esse contrato de advocacia da MM Consultoria, que o Relator falou, que para nós parece ter sido o caminho para se pagar uma parte dessa propina. A GTech disse que não pagou propina, mas em todas as ligações que temos, os prazos da assinatura do contrato que foi interrompido no dia que estava marcado, a interferência dos grupos, ligando através do assessor 'a' ou 'b' da Caixa, basicamente há claros sintomas de que essa propina foi paga. Não se sabe bem por que caminho, mas esse caminho dos 5 milhões é um que parece ter mais futuro para se ver que foi por aí.

V. Sª atuou no Tribunal de Contas em muitos processos em relação à GTech. Esse Sr. Walter Santos Neto não é um advogado conhecido, não é uma pessoa que atue nos tribunais. Foi contratado para atuar em um processo da GTech no Superior Tribunal de Justiça, STJ, e para conseguir uma liminar, que, aliás, nem conseguiu. Ele, aparentemente, perdeu aquilo para o qual foi contratado. Mas, mesmo assim, recebeu 5 milhões, que gastou com mulheres – mulheres caras, aliás, porque R$5 milhões com mulheres... –, que não dão recibo, evidentemente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mulheres, charutos e vinhos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Mulheres, charutos e vinhos. Três coisas caras, realmente. Não necessariamente na mesma ordem.

Então, eu gostaria de saber se, em algum processo em que V. Sª atuou no Tribunal de Contas, ou mesmo que teve oportunidade de acompanhar na Justiça, esse Sr. Walter Santos Neto já atuou. V. Sª o viu atuando?

O SR. LUCAS FURTADO – Não, não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Nunca viu, não é?

O SR. LUCAS FURTADO – Não, não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Agora, em outros processos do Tribunal de Contas, de outras empresas, por acaso esse Sr. Walter Santos Neto atuou?

O SR. LUCAS FURTADO – Confesso que posso até ter tido contato. Por dia, eu recebo dois, três advo-

gados que tratam de matérias diferentes. É até possível que esse senhor tenha ido ao meu gabinete. Confesso que, pelo nome, não me recordo de jamais ter estado ou de jamais ter conversado com essa pessoa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Então, na realidade, é mais um sintoma de que esses 5 milhões foram usados, efetivamente, para pagar propina pela renovação do contrato da GTech em 2003.

Eu gostaria, também, Sr. Presidente, de repassar para V. Exª uma cópia do requerimento que fiz ao Conselho Nacional de Justiça, em relação a essa questão da GTech, com fundamento no art. 103-b, §5º, do inciso I da Constituição Federal.

Não vou ler o ofício todo porque ele é relativamente longo.

O final diz:

A Comissão Parlamentar de Inquérito em curso no Senado Federal, que se destina a investigar o envolvimento do Sub-Chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva, em esquema de corrupção relacionado com os jogos clandestinos e a extensão de seu envolvimento em fatos relacionados com o tráfico de influências e corrupção ativa no uso de seu cargo público, com o possível envolvimento de outras pessoas, já aprovou a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Magistrada Federal Srª Maísa Costa Giudice*. Contudo, entendemos que já há evidências de que o assunto deva ser apreciado no âmbito deste Conselho, recém-criado pelo Congresso Nacional por meio da Emenda Constitucional nº 45.

Em face aos argumentos acima expostos, venho requerer a este Conselho Nacional de Justiça que apure a procedência das suspeitas levantadas contra a Juíza por esse documento, representada, de modo a que não paire qualquer dúvida quanto à ilibada reputação da Magistrada.

Então, na realidade, como aqui, por uma liminar do Supremo Tribunal Federal, não podemos abrir o sigilo fiscal dela, então, encaminhei-o ao Conselho Nacional de Justiça, que acho ser o caminho normal.

Sr. Presidente, para encerrar, ao mesmo tempo em que agradeço o Procurador Lucas Furtado, eu gostaria de dizer que nós, aqui, na CPI e no Congresso Nacional, nos colocamos à disposição de V. Sª, que está-se tornando um especialista nessas questões de informática, para fazermos uma legislação especial que possa, ao mesmo tempo, garantir, em primeiro lugar, contratos com a melhor tecnologia que exista; em segundo lugar, contratos pelo preço mais baixo possível; e, em terceiro lugar, a liberdade, durante o desenvolver do contrato, de essa empresa ser modificada se não estiver prestando um serviço bom.

Isso é uma legislação que acho muito complexa para que possamos elaborar. Temos, inclusive, a questão da Cobra, que, como V. Exª disse, é errada, mas é um erro diferente. Eu já tive a oportunidade de pedir uma série de questões no Tribunal de Contas sobre a Cobra. Eu acho a questão da Cobra grave. A GTech, bem ou mal, trabalha só na Caixa, mas a Cobra, não. A Cobra não só trabalhava na Caixa, como começou a estender seus tentáculos, como se, ao invés de cobra...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Ela é venenosa, não é?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Além de venenosa, Senador Antonio Carlos Magalhães, eu acho que deveria se mudar o nome dela de Cobra para polvo. Já que ela quer ter nome de bicho, podia ser polvo, porque ela tem muitas pernas. Ela se mete em tudo, na Prefeitura de São Paulo e em vários órgãos, sem fazer licitação para conseguir o serviço e também sem fazer licitação para comprar o serviço. Então, ela contrata o serviço e, depois, dá o serviço a quem ela quer. São serviços vultosos, difíceis de acompanhar e de fiscalizar.

Então, penso que temos de incluir num pacote só Unisys, Cobra, IBM, esses grandes contratantes, não para dizer que vamos poder prescindir de serviços de empresas de grande dimensão, mas para colocá-las dentro de uma licitação que realmente traga esse resultado.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, se V. Exª permitir, Sr. Presidente, quero só colaborar com relação ao Sr. Walter dos Santos Neto.

Sr. Procurador, no dia 17/10/2002, ele recebeu 985 mil; no dia 27/12/2002, ele recebeu 177 mil; em 3/1/2003, um milhão e novecentos e vinte – aí, ele começou a prestar mais serviços.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em 03/01? Não era feriado, não?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em 03/01, no primeiro dia útil do ano.

No dia 20/02/2003, recebeu 246 mil; e no dia 26/06, recebeu um milhão e seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – O objetivo de V. Exª é entregar ao Procurador, para que o Procurador possa-nos informar se isso é verdadeiro?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu poderia, inclusive, entregar ao Procurador, colaborando com esse trabalho de pesquisa que o Senador José Jorge faz.

Quero elogiar a eficiência da assessoria. Isso já faz parte da quebra de sigilo e me passaram. Eu acho que vai facilitar muito o trabalho de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Tendo em vista o excelente depoimento do Procurador Lucas Furtado, eu já pedi cópias para todos os membros da Comissão e seus suplentes, e talvez as estenda a todos os Parlamentares da Casa, com o consentimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fico muito satisfeito por poder participar deste momento, porque estamos vendo a CPI se posicionar diante de um dos maiores escândalos financeiros da história do Brasil. É um escândalo de quase US$200 milhões que foram saqueados, de maneira silenciosa, da Caixa Econômica Federal, com grave dano ao Erário. É evidente que estou falando que teremos instâncias de defesa e recursos, ainda, por parte daqueles que se julgarem lesados.

Era algo que passava de maneira silenciosa. Por outro lado, fico mais satisfeito ainda pela clareza das explicações do Dr. Lucas. Já conheço o trabalho sério e respeitável que ele exerce no Tribunal de Contas da União, pela sua condição de Procurador e pela honestidade intelectual com que está tratando uma matéria tão importante e tão delicada.

O que mais testemunhamos aqui na CPI foram momentos de medo, de desvios de opinião, quando o assunto era esse monstro chamado "relação GTech – Governo brasileiro", e V. Sª expõe com absoluta tranqüilidade e autoridade moral uma matéria que é da maior importância para o Congresso e para a CPI, de modo mais específico.

Eu perguntaria o seguinte: de acordo com o *site* da GTech mundial, ela monopoliza 85% dos jogos de loteria do mundo. Quando observamos alguns de seus dados, fica claro que a GTech não pode ser processada, não pode responder a processo e nem ser condenada pelas leis brasileiras.

O raciocínio prático e lógico qual é? Não, trata-se, na verdade, de uma empresa mundial e não pode seguir suas regras. Mas, aí, por que só o Brasil é citado nisso? A GTech do Brasil não aparece nessa hora, nesse debate. O que se vê é um movimento de rotatividade de diretores dessa empresa muito interessante. Com pouco tempo no Brasil, já vão para outros países. Parece que a responsabilidade penal ou processual é sempre algo já muito bem planejado, que tem previsão por parte dessa empresa.

O senhor foi muito claro ao dizer que começou essa operação em 1997 – na verdade, a licitação me parece que foi em 1995...

O SR. LUCAS FURTADO – Em 1994.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) - De 1994 para 1995. Em 1997, houve essa absorção da GTech pela Racimec. Mas temos dados do chamado projeto Águia.

Em 1975, a Caixa Econômica reconheceu o esforço da Racimec, encorajada por vultosos resultados obtidos através do processo chamado "sistema lotérico", com Datamec e tudo, e houve uma doação do então Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Karlos Rischbieter, de US$1,5 milhão para a Racimec.

Aí, passamos, como num vácuo, até 1997, quando a GTech absorveu. Daí para cá, houve evolução de um prejuízo de 433 milhões, inclusive com manifestação, reconhecendo esse dano, do próprio Ministro Edson Vidigal, do STJ.

O senhor analisou o processo evolutivo dessa relação, Caixa e tudo, e detectou claramente, o que observamos também, que a partir de 2000, a Caixa Econômica Federal tenta-se livrar dessa dependência tecnológica e dessa dependência contratual assustadora. Aí, a GTech entra nesse processo conflituoso de 2003. Aqui, faço questão de não dizer nenhum predicado do Sr. Waldomiro Diniz ou de qualquer outro envolvido nessa nebulosa relação da Caixa Econômica e da GTech, também em 2003.

O senhor deixa claro que a Caixa Econômica não tinha como se livrar abruptamente, naquele momento, da relação de dependência tecnológica e da própria relação contratual, em razão dos próprios compromissos de arrecadação e da função social do dinheiro das loterias que a Caixa detém.

Talvez alguns não saibam, mas só em São Paulo, 56% do IPTU têm depósitos a partir de instrumentos de tecnologia da GTech - só a Prefeitura de São Paulo. Então, não é fácil.

O Presidente da Caixa Econômica, Dr. Mattoso, disse que o esforço tem sido gigante, intenso, para a retirada dessa dependência. Alega que já temos 5 mil pontos de domínio, dos 25 mil pontos de domínio de tecnologia por parte da Caixa Econômica, sem dependência da GTech. Mas ainda temos 20 mil pela frente e temos de correr para que se possa proceder à luz do dia, na legislação, de acordo com a Lei nº 8.666 e todas as regras do Direito Administrativo e do Direito Público.

Em seu parecer, apresentado ao TCU, o senhor diz o seguinte:

Revelam as circunstâncias que o intento da GTech do Brasil Ltdª, com a presente representação, é postergar ao máximo a realização da licitação que dará à Caixa condições de implantar o novo sistema de loterias. A partir desse novo sistema, a Caixa terá total controle do processamento lotérico, fugindo em definitivo da situação de dependência que hoje amarga em relação à GTech do Brasil Ltdª.

Então, o senhor reconhece, efetivamente, essa danosa dependência tecnológica da Caixa em relação à GTech. Mais, ainda, o senhor diz:

> (...)de ressaltar que a Caixa, desde 2001, tem buscado realizar licitações destinadas a conferir-lhe autonomia para administração e gerenciamento do sistema de processamento de dados com as suas agências lotéricas. Esse intento não tem sido alcançado em função de liminares concedidas pela Justiça Federal.

Nós fizemos a nossa parte: convocamos a Juíza, pedimos a quebra dos sigilos bancário e fiscal, que, infelizmente, foi negada pelo Supremo, e protestamos, porque era o limite máximo do que poderíamos fazer. Além disso, o Senador Flávio Arns recorreu à possibilidade do Conselho Nacional de Justiça. É um recurso para que possamos ter apreciado ou não esse tipo de situação.

Pergunto-lhe: o prazo do contrato de 25 meses, com a possibilidade de rescisão no 18º, está de acordo com o que prevê a Lei das Licitações?

Veja bem, o senhor falou que de 1995 a 2003 o processo de ajuste contratual, financeiro, era crescente. Em 2003, houve uma redução de R$0,30, pelo que pude absorver. A Caixa tinha a sua dependência. Fez um contrato em um período que se questiona, no debate político, se está dentro ou não das normas da legalidade, mas houve, pela primeira vez, a redução.

Essa maldita e nebulosa situação que envolve a empresa MM Consultoria dá-se a partir de 2002, quando R$1 milhão foram depositados por ela – em meados de 2002.

Pergunto-lhe: esse prazo de 25 meses, que incomoda a todos os Senadores, está dentro das normas da licitação?

Tive o cuidado de procurar o Presidente da Caixa e ouvi-lo. Ele alega que a luta tem sido intensíssima para se livrar dessa relação de dependência e desse risco de uma ação judicial que corre a Caixa, em toda a sua história. Agora, estão sendo dados os passos para que possamos ver a Caixa Econômica livre dessa ação parasitária, predatória, que a GTech tem com uma instituição pública brasileira.

Isso é o que quero ouvir do senhor, a princípio, sobre esses dois itens.

O SR. LUCAS FURTADO – Senador Tião Viana, em primeiro lugar, a única empresa, no Brasil e talvez no mundo, em condições de assumir todo o contrato, de fornecer todos os bens e prestar todos os serviços, como uma solução integrada dentro do modelo que a Caixa Econômica adotou e do qual se tornou refém, é a GTech. Então, isso cria uma situação de fornecimento exclusivo.

A Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, diz que quando houver situação de fornecedor exclusivo é inexigível a licitação. Então, a contratação ocorrida, que serviu de fundamento para essa renovação em 2003, é legítima e foi o mesmo fundamento adotado em 2000.

Em 2000, o contrato da Caixa Econômica com a GTech, que havia sido firmado em 97 e que deveria vigorar por quatro anos, foi rescindido no terceiro ano. Em 2000, houve uma rescisão e uma primeira contratação por inexigibilidade, o mesmo fundamento do fornecedor exclusivo. O contrato vem até 2003, ocorre uma primeira prorrogação de 90 dias. Talvez, a Caixa, não vendo solução, firma o contrato de 25 dias.

Então, primeiro, quanto à não-realização da licitação: é legítima, sim. Sob o ponto de vista legal, é legítima. Em segundo lugar, quanto ao prazo: o art. 57, II, da Lei nº 8.666 diz que no caso de serviços contínuos esses contratos podem vigorar por até 60 meses – a lei diz que pode haver uma vigência por até 60 meses. Então, quanto ao prazo, quanto à contratação em si, quanto ao fato de essa contratação não ter sido precedida de licitação, aqui não há qualquer ilegalidade.

Repito o que falei anteriormente: se houve alguma ingerência indevida, política ou não, talvez diga respeito às condições da negociação, mas não quanto ao prazo e não quanto à renovação, em si, do contrato, Sr. Senador.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agradeço a V. Sª.

Farei mais uma pergunta sobre essa expansão da GTech nas loterias estaduais. O senhor teria algo a dizer sobre essa participação no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Goiás, no Paraná? Os indícios apontam uma aproximação muito grande, uma cumplicidade com o Sr. Carlinhos Cachoeira, nessa relação. Inclusive, no *site* da GTech mundial, é muito interessante, observa-se a relação de troca de financiamento inclusive com a loteria de Minas Gerais.

O senhor teria algum comentário a fazer sobre isso?

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Senador, de fato, repito: tudo o que falo aqui são informações constantes dos processos do TCU. Informação fora autos – não poderia, jamais, ser utilizada como prova – é que o Sr. Carlinhos Cachoeira teria alguma participação na Racimec, mas isso é conversa de ouvir dizer, sem nenhuma prova, sem nenhum fundamento, absolutamente sem nenhum fundamento com base em fatos, em dados. Inclusive, na documentação que consta do processo do TCU, constam sócios originários da Racimec*. Esse senhor não consta na listagem como sendo um dos sócios. Mas por conversa de jornal – que eu não poderia, efetivamente, repetir aqui, mas que, diante da

pergunta de V. Exª, afirmo –, ele seria, sim, teria tido participação na Racimec originária.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – O próprio jornal **Miami Harold**, de fevereiro de 2005, noticia a parceria dele como o dono da Racimec.

Então, eu lhe pergunto o seguinte: o senhor teria algo a dizer sobre o recurso nos debates, nas disputas com a Caixa Econômica, ao longo desses anos, quando a GTech firma resistência a alterações com base em decretos de lei, ao mesmo tempo, em alguns momentos, usa decretos já superados por leis e, em outros momentos, usa leis a seu favor, em contradições? O senhor teria algo a dizer ou precisaria especificar?

O SR. LUCAS FURTADO – Eu pediria que V. Exª especificasse. Confesso que não....

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Por exemplo, a segmentação do objeto de contrato é mais econômica para o ente público, no relatório. Não, não é nesta.

É verdade que, para alegar que o pregão nas licitações era ilegal, pois se tratava de bens de informática, a GTech utilizou o Decreto nº1.070, de 94, já superado pela Lei nº 10.520, de 2002?

O SR. LUCAS FURTADO – Não, entendi agora, Sr. Senador.

A questão é a seguinte: esse decreto trata da contratação de bens de informática pela Administração Pública e determina que o tipo de licitação, os critérios para julgamento de proposta devem ser técnica e preço. A Caixa Econômica utilizou o pregão. A GTech, tanto no mandado de segurança dirigido à Justiça Federal, quanto na representação dirigida ao TCU, diz que um dos fundamentos de legalidade dos pregões realizados pela Caixa Econômica visa ao fato de que o pregão utilizou menor preço e não técnica e preço como critério para julgamento de proposta.

Essa observação feita pela GTech é errada. A rigor, se cabe o pregão, se é cabível o pregão... A Lei nº 10.520, que é a legislação pertinente ao pregão, determina que cabe pregão para a contratação de bens e serviços comuns. Ainda que a contratação da Caixa seja em volumes, assim, elevadíssimos, são bens comuns, são equipamentos lotéricos, é transmissão de dados, fornecimento de bobinas, então cabe o pregão. Onde quer que caiba o pregão, o tipo de licitação, obrigatoriamente, por disposição expressa da lei, e aí não mais do decreto, é o menor preço. Ou seja, esse argumento é evidentemente equivocado, utilizado pela GTech, que obteve guarida, não no TCU.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Agradeço, meu caro Presidente, e só deixaria como sugestão ao nosso nobre Relator que, em sendo este um dos momentos mais lúcidos e mais claros da nossa CPI, de melhor contribuição, quando o Parlamento cumpre o seu papel fiscalizador, efetivo, pudesse tentar acolher, no seu relatório, essa exposição inicial que o Presidente Antonio Carlos Magalhães está tentando emitir a todos os Senadores, porque a julgo uma peça muito importante na história da fiscalização da atividade pública no Brasil.

No mais, muito obrigado e parabéns pela exposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Com a palavra, o Senador Heráclito, por permuta com o Senador Arns.

Ainda vamos fazer, depois, a audiência com o Deputado Greenhalgh.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Consegui receber da assessoria aquela provisão, Senador Antonio Carlos Magalhães, de que eu tinha falado aqui. Realmente, é uma brincadeira.

Até o mês de abril de 2005, a variação era entre cento e poucos mil, sessenta e um mil, quarenta e dois mil; aí, quando chega em maio, vai para dois milhões e trezentos e pouco, um mês. Foi um mês atípico, tudo bem; no mês seguinte, vem para um milhão e cem; no outro, para dois milhões. E, aí, você vai de agosto passado até julho: parcelas prefixadas de um milhão e cento e cinqüenta. E, aqui, o que tem de engraçado é a justificativa: disputa pela gestão das empresas, Justiça Federal, Rio, Brasília e STJ; disputa envolvendo a Anatel; disputa pela gestão da Fia-2, Justiça Federal, STJ e STF; ações envolvendo a Telecom, provavelmente com ações no exterior. Tudo é provável, só não é provável o dinheiro. É um contrato. Defesa do voto *umbrella*, apoio legal para negociações e desenvestimentos. Isso é uma coisa grave. Ainda bem que o Tribunal de Contas andou tomando algumas providências para que tenham a certeza de que vão investigar essa questão até o fim, para que a verdade chegue, independentemente de a quem ela vá interessar.

Um dos grandes mistérios com que esta Comissão convive são os famosos contratos com agência de publicidade. São verdadeiras caixas pretas. Você tem casos onde o aditivo é feito a 20 dias do término do contrato. Contando 20 dias para terminar, você fez aditivos, inclusive alguns extrapolando os limites legais.

Quando as pessoas são ouvidas aqui, vem a questão de que até o limite de R$50 mil os órgãos gestores das contas têm autonomia. A partir daí, quem decidia, antigamente, era o Ministério da Comunicação. Hoje, como já não existe mais o Ministério, é uma Secretaria que define.

Mudança de contrato, objetivo – tivemos uma questão que nos chamou muito a atenção, envolvendo gastos de publicidade com o Banco Popular. O banco gastou, com publicidade, mais do que investiu no seu objetivo natural.

Essa questão, Sr. Lucas, envolveu também, como veio à tona, a questão do cartão corporativo, que o Tribunal, atentamente, apurou ou está apurando. Há alguns casos gravíssimos envolvendo cartão de crédito corporativo, uma verdadeira farra do boi. Até *sites* de objetivo sexual não recomendável foram detectados nessas operações; jantares, compra de vinho e por aí afora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Há algum recomendável e não recomendável? Qual é o critério?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pelo menos para mim tem, eu não sei para V. Exª. Eu falo por mim. O que eu vi lá, o tal *site* que vi eu não recomendo.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é o **site**?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o "Tentação", eu não me lembro. Tem aí, os jornais publicaram, um negócio horrível.

No que se está investigando, o que o Tribunal apurou com a real interferência ou intervenção da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, com relação a esses contratos?

Quanto à decisão, é possível que numa investigação do Tribunal possa ser observado se havia uma interferência em uma decisão, se o poder decisório desses contratos partia da Secretaria ou se havia autonomia?

Ouvimos os depoimentos do Sr. Pizzolato e do Sr. Evandro Guimarães e os dois disseram, claramente: a partir de R$50 mil, quem decide é a Secretaria. Houve modificação inclusive na natureza do edital, que vinha vigorando já há algum tempo, exatamente quanto à participação e uma série de coisas.

Essa, Sr. Lucas, é uma das caixas pretas que nós temos aí e que ninguém consegue abrir, porque ninguém responde. Eu quero deixar bem claro que quem mais me comoveu, dos convidados que testemunharam alguns fatos, foi o irmão do Celso Daniel. Parece-me que ele falou a verdade do começo ao fim, pelo menos me deu essa impressão. Você pergunta aos outros, você pergunta uma coisa e eles respondem outra, completamente diferente. Você fala sobre roubo, respondem sobre Fome-Zero e, geralmente, vêm para cá protegidos e blindados, o que tem sido uma frustração.

O que está salvando é exatamente quando você entra na abertura das contas, você quebra algum sigilo e, aí, você chega na ferida. Por isso eu acho que o Tribunal de Contas, embora, em alguns casos, não aceite de maneira alguma a participação do Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas agora, de maneira corajosa, resolveu assumir algumas responsabilidades e está realmente investigando, se não for essa ajuda muito dificilmente nós vamos chegar aonde o brasileiro quer, que é à verdade desses fatos.

Daí é que eu gostaria que V. Sª, na medida do possível, esclarecesse-nos sobre essa questão, como está sendo apurada no âmbito do Tribunal essa questão das verbas de publicidade e alguma coisa que nos possa informar não só sobre a questão do Banco Popular, mas sobre o cartão corporativo.

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Senador Heráclito Fortes, acho que a questão da publicidade tem muito a ver com o que o Senador José Jorge falou sobre informática. Não que não haja mais fraude em obras públicas. Há. Mas quando é executada uma obra pública e depois se acusa de ser fraudulenta, de ser superfaturada, o que se faz? Vai-se à obra, examina-se a obra, vê-se se ela foi executada ou se não foi executada; atesta-se superfaturamento.

Serviço, seja de publicidade, seja de assistência técnica na área de informática, como é que se prova que foi ou não? A prova da prestação de serviço é feita mediante o encaminhamento de nota fiscal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pior do que informática só fazer aterro, porque faz aterro e como é que se vai ver se fez ou não?

O SR. LUCAS FURTADO – Mas no aterro, Senador José Jorge, ainda é possível, mesmo que difícil. Na área de prestação de serviço é praticamente impossível comprovar a efetiva prestação do serviço. E no caso de publicidade, Sr. Senador Heráclito Fortes, a subjetividade que existe talvez seja tanta quanto na contratação de advogados. Quer dizer, quanto vale a contratação de determinado programa, de determinado serviço?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É subjetivo.

O SR. LUCAS FURTADO – Pode valer R$50,00 e pode valer R$500 mil. E V. Exª toca na questão da TCU. Coragem, sim, do Presidente Adylson Motta, que aprovou a realização de auditoria na área de publicidade e de informática em todas as entidades que têm sido mencionadas aqui no TCU.

E eu sei que, a pedido do Senador Osmar Serraglio, o TCU se comprometeu a encaminhar qualquer indício de irregularidade detectado em quaisquer dessas auditorias, automaticamente, às Comissões Parlamentares de Inquérito.

Agora, existe, Senador, um problema seriíssimo hoje no País. Nós temos vários órgãos que fiscalizam. Eu considero o mais importante hoje o TCU. Só que o TCU, que é o mais importante, que é o órgão que colabora com o Congresso Nacional, que está ligado ao Congresso Nacional, ele não dispõe de um mecanismo hoje essencial para abrir caixa preta, chamado sigilo bancário. Por que agora, com a CPI, está sendo possível se não abrir, mas pelo menos tentar destrancar,

abrir a fechadura de muita caixa preta por aí? Porque a CPI tem acesso a sigilo.

V. Exª veja, tenho conversado com técnicos do TCU que diziam o seguinte: por exemplo, no caso de um contrato de publicidade, o que se descobriu como **modus operandi** na área de publicidade? A agência de publicidade deveria contratar um espaço em determinado jornal por R$4 mil. É o custo daquele espaço no jornal. A agência de publicidade chega para o órgão de imprensa e diz: "Eu tenho não esse, eu tenho milhares de contratos. Então esse espaço, que custaria, em condições normais, quatro, o senhor vai me oferecer por R$2 mil". A rigor, a agência de publicidade deveria ganhar 15% do valor gasto, do valor do custo. A agência declara ao órgão público que gastou quatro, tendo gasto R$2 mil, ou seja, o lucro da empresa, que deveria ser de 15%, acaba sendo de 115%. Por que está sendo possível descobrir essa forma de fraudar? Porque aqui na CPI se dispõem de sigilo bancário e de sigilo fiscal.

Então, o TCU tem acesso aos processos. Por exemplo, nessas informações que V. Exª presta, a Secretaria de Comunicações interferia. No processo, que é onde o TCU trabalha, não se tem essa informação. Não se tem essa informação. Como se pode chegar a essa informação? Quebra de sigilo.

Então, existem emendas constitucionais em tramitação aqui no Senado Federal. Sei, inclusive, que o Presidente Adylson Motta conversou com o Presidente desta Comissão, Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de obter alguma prioridade para aprovação dessas emendas, porque sem acesso a sigilo bancário, sem acesso a sigilo fiscal, a atuação de quem fiscaliza é limitada.

Por exemplo, até onde o TCU pode ir? Até onde ele pode ir? Ele pode chegar ao ponto de dizer: "Esse contrato foi direcionado, existe superfaturamento". Condena os gestores a devolver, aplica multa. Ponto. Para onde esse dinheiro foi, se favoreceu A, B, C ou D, é impossível avançar sem o sigilo bancário, ou seja, em termos de necessidade de que se corrija senão o passado, mas o futuro. É preciso dotar o TCU da competência para acessar, em casos justificados, motivados, com o contraditório, com ampla defesa, informações sigilosas, senão o que vai ocorrer, Senador José Jorge, é simplesmente a migração. Fraude-se aqui e tenta-se tapar esse tipo de fraude, que pula para outro campo. Por exemplo, informática. Por que no Brasil se gastou tanto dinheiro de forma tão desnecessária? Porque nunca houve planejamento na área de informática! Os órgãos públicos recebiam, em seus orçamentos, quantias significativas para gastar na área de informática e não havia nenhuma definição de plano estratégico de informática para órgão algum. O órgão tinha dinheiro e quem iria dizer o que o órgão adquiriria, tanto em termos de bens quanto de *software*? A empresa. Tanto que, por exemplo, a Microsoft desenvolveu o chamado...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – No caso do Banco do Nordeste, por exemplo – não sei se V. Sª lembra – quem fez o plano estratégico foi a própria Cobra, que fazia para ela mesma vender, e evidentemente ela colocava a maior quantidade possível de serviços.

O SR. LUCAS FURTADO – Na grande maioria dos órgãos públicos, talvez, a necessidade de informática, de 90% dos servidores, se restrinja a ter um computador de mesa e um editor de texto. Como havia dinheiro naquele órgão, se fornecia tudo. Ou seja, como alguém que necessita de um veículo básico, mas o órgão público tem dinheiro para pagar um veículo de alto luxo, uma BMW ou uma Mercedes, do gênero, sem que haja necessidade e ficando totalmente desnecessário. Por falta de planejamento, as empresas de informática fornecem seus bens e geram essa dependência tecnológica.

Agora, na área de serviços, Senador, é onde está o foco de qualquer corrupção nos planos federal, estadual e municipal; em qualquer esfera de governo. Estou falando de Administração Pública; não estou falando de governo. É fácil fraudar serviço porque quem detém informação fiscal não passa para os outros.

A dificuldade que a Receita Federal criou para fornecer sigilo fiscal para o próprio Banco Central, por conta da CPMF. O Banco Central detém sigilo bancário e não fornece a ninguém, e o TCU trabalha com os processos e não tem acesso ao sigilo bancário nem ao fiscal.

Houve uma solicitação de auditoria feita pelo Congresso Nacional para que o TCU realizasse uma auditoria operacional na Receita Federal para verificar o seguinte: detectado um ilícito fiscal, quanto tempo leva para que o ilícito seja encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional? O TCU disse à Receita Federal o seguinte: não quero nome, dados ou bens; escolha aleatoriamente, Receita Federal, os processos; ponha tarja negra nos nomes das pessoas e me informe para eu poder fazer uma avaliação. O que foi feito? Mandado de segurança contra o TCU no Supremo Tribunal Federal; liminar de uma linha e meia dizendo que o TCU não dispõe de sigilo bancário; liminar concedida há oito anos. E o mérito até hoje não foi julgado. Acredito que, se julgado, o TCU perderia, porque de fato haveria necessidade de modificar a Constituição Federal para que o TCU possa avançar e possa colaborar com o Congresso Nacional. O destinatário dessa auditoria seria o próprio Congresso Nacional. Então, fica fraca a fiscalização cujo titular é o controle externo a cargo do Congresso Nacional.

Fortalecer o TCU que tem procurado colaborar, dentro do que pode e do que não pode, com todas as CPIs e não apenas com esta – eu sei disso, porque sou testemunha, sou do Ministério Público que atua junto ao TCU – precisa desses instrumentos para poder colaborar, seja com a CPI, seja com as comissões permanentes das duas Casas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir ao Sr. Relator que solicitasse o envio a esta Comissão da cópia dos contratos de publicidade a partir de R$100 mil, porque uma das alegações feitas é que se criavam comissões...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Da Caixa Econômica?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, de publicidade geral, porque o Dr. Lucas abordou um assunto interessante. Realmente isso é uma caixa preta e a mobilidade que esses recursos de publicidade propiciam às partes é exatamente de alimentarem alguns esquemas que dificilmente se pega. Qual é a alegação do então Ministro da área? Fizemos as comissões. Vamos procurar saber, em cada um desses Ministérios e em cada um desses órgãos, quem são os membros dessas comissões.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Permita-me, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Indago a V. Exª, pois não tenho nenhuma discordância da sua solicitação, se ela não pode ser feita na CPMI dos Correios, porque ela está exatamente com esse tipo de relação, investigando uma relação entre empresa, suposta corrupção, relação de empresa publicitária, se pode ser feito por lá, para que tenhamos de fato essa matéria feita no seu devido local de investigação. Se V. Exª pode fazer dessa forma ou se acha que é inevitável que seja aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Acho que pode ser feita aqui, sim.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Se for aqui e se for o entendimento da Comissão...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esta Comissão é mais tranqüila, as coisas aqui fluem mais, é mais rápida. Acho que temos de chegar, Senador Tião Viana...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Só para colaborar, então, permita-me, se for feita aqui, só peço que haja extensão a partir do ano de 2000 até agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, V. Exª não ouviu eu terminar. Quero a partir de 1.500, porque há suspeita de que a primeira corrupção praticada no Brasil foi pelo Pero Vaz de Caminha, quando desviou um lote de vinho Pêra-Manca que trouxe. E o desaparecimento desse lote consta da carta de Caminha. A partir daí, V. Exª fique absolutamente tranqüilo. Aliás, se esse Pêra-Manca for encontrado, não queira saber V. Exª o valor que tem.

Quero só concluir, Sr. Relator. Que seja feita a solicitação disso e que cópias desses contratos sejam mandadas para esta Comissão. Ele deu um caminho que acho muito interessante. Acho que esta Comissão vai marcar um grande tento em fazer essas aberturas. Saber quem são os que autorizaram e esse tipo de contrato. E aí, a partir de um valor que pode ser maior, vamos abrir o sigilo bancário dessas agências de publicidade para saber para onde esse dinheiro foi e como é que foi.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – O depoente teve a gentileza de me dizer que não respondeu a V. Exª e deseja responder sobre o cartão coorporativo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, certo, eu gostaria. V. Sª poderia nos informar se esse material está no Banco do Brasil, sobre essa compra pelo Banco do Brasil sem licitação no valor de R$700 mil por parte da IBM? A informação que nos chegou aqui... Veja o valor da TV Senado: é de que os pareceres hierarquicamente abaixo do poder decisório foram contrários. Precisamos saber se isso é verdade, Sr. Presidente, Sr. Relator. Se o Tribunal tiver mais agilidade de nos passar essa informação, seria de grande utilidade.

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Presidente, em relação a esse contrato do Banco do Brasil com a IBM, que eu saiba ainda não existe processo de fiscalização algum do TCU sobre esse contrato, que eu saiba, até por conta de ele ter sido firmado há poucos dias. Que eu saiba não existe. Talvez a própria Comissão possa solicitar do TCU investigação desse contrato. Se eu tiver dados, eu próprio poderia fazê-lo, mas, Senador Heráclito Fortes, acredito que V. Exª, tendo essas informações, poderia, ou como Senador ou por intermédio da Comissão, pedir que o TCU apure, fiscalize.

Então, com as informações que V. Exª tem, seja como Senador, seja por intermédio da Comissão, poderia solicitar uma investigação do TCU nesse contrato. Acho que seria muito bem vinda uma provocação vinda de V. Exª.

Em relação aos cartões coorporativos, sobre a sua primeira pergunta, Senador, a qual não respondi, digo que houve duas auditorias, uma primeira operacional, realizada sob a relatoria do Ministro Marcos Vilaça, em que o TCU definiu padrão de comportamento, ou seja, o que pode e o que não pode. E desta primeira auditoria não se verificaram se os gastos foram usados corretamente ou não. E dela surgiram várias recomendações e determinações principalmente à Casa Civil, no sentido de como deve se proceder para adequar o

uso do cartão à legalidade. Está sendo realizada agora uma outra auditoria, que se iniciou talvez há duas ou três semanas, auditoria de conformidade. O que é auditoria de conformidade? É aquela que busca verificar se há ilegalidade no uso específico, ou seja, se determinado gasto foi realizado corretamente ou não. Está numa fase muito inicial.

A informação que tenho é a de que, até agora, não foram encontradas irregularidades. Mas a fase é muito inicial. Esse fato ocorre em relação aos cartões de crédito, despesas realizadas no âmbito da Casa Civil da própria Presidência da República.

Então, existe uma auditoria em andamento que trata desse assunto. O Relator dessa segunda auditoria, que está tramitando, é o Ministro Ubiratan Aguiar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Exª. Farei chegar às suas mãos, pois sou um homem estudioso na matéria. O que lhe mostrei aqui é um contrato feito com essa empresa chamada Angra Partner*. É mais uma maneira de fugir de um raio de fiscalização do Tribunal de Contas.

Então, Sr. Senador, eles contratam, subcontratam e subcontratam – e, na ponta, é exatamente para se distanciar.

Vou remeter ao gabinete de V. Exª antes do fim. Eu pretendia encaminhar também um requerimento, mas pedi à assessoria da Comissão há 50 minutos e parece que eles estão com dificuldades de datilógrafo, Sr. Senador, ou algo similar – o que é lamentável. Temos assessores aqui e, desde o início, eu pedi. Trata-se de um requerimento de quatro linhas. Nada mais do que isso, mas vou ao meu gabinete pedir que se providencie e voltarei aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Primeiramente, enalteço também a apresentação muito clara, importante e esclarecedora. Exalto, ainda, o papel sempre relevante do Ministério Público Federal.

Voltarei àquela situação inicial, que foi muito debatida na CPI, da GTech e da Racimec, porque esta última ganhou a licitação da Caixa Econômica Federal em 1994 e o contrato foi assinado em 1997, como o Senhor falou. Um consórcio ganhou aquela licitação, como foi dito na sua apresentação.

A primeira dúvida é que, quanto àquele consórcio, na verdade, os proprietários das empresas eram os mesmos, pelo que me consta. Vários deles, pelo menos, eram os mesmos. Esse procedimento é legal também? Então, um consórcio ganhou e, ao examinarmos quem eram os proprietários das empresas participantes do consórcio, verificamos que eles eram os mesmos das empresas que ganharam aquela licitação.

Ao mesmo tempo, indo um pouco adiante, a Racimec ganhou o contrato naquela época, previsto pela Caixa Econômica Federal, para a implantação de um novo sistema *on line*, o que significava que, naquele momento, havia a tecnologia necessária para atender às necessidades da Caixa – suponho –, tanto que a Racimec ganhou a referida licitação, como foi estabelecido pela Caixa. Na seqüência, vendeu a licitação para a GTech.

Então, nesse sentido, penso, inclusive, que foi criada uma dependência tendo em vista uma escolha pela dependência – as pessoas a escolheram. Na verdade, havia um sistema que daria conta das necessidades em razão da licitação. Desse modo, existia essa independência, mas houve uma opção para criar-se a dependência.

O Senhor também se dedicou e vem se dedicando, com muita competência, a esse estudo – embora esse assunto tenha sido, igualmente, levantado aqui – referente à situação da Datamec, porque esta, naquele período, fazia o processamento da informação. E a Datamec, juntamente com a venda da Racimec, foi privatizada. Desse modo, acabou-se com todo o sistema de independência e optou-se, na minha opinião, pelo menos – gostaria de ouvir o comentário do Senhor na seqüência –, por um sistema de dependência. Inclusive, no caso da Datamec, a empresa foi vendida, se não me engano, por R$80 milhões, quando o lucro, no último ano de operação, era de R$220 milhões.

Assim, gostaria de saber como o senhor percebe essas coisas, porque é muita coincidência também.

A pessoa que era do Conselho da Racimec passou a ser Presidente da GTech. Quer dizer, que quem era da Racimec ficou Presidente da GTech. Ao mesmo tempo, aquela pessoa que privatizou a Datamec ... Inclusive, há fitas gravadas, não de mensalão, quer dizer, era o mensalão da época, que chamavam de propina. Havia propinas e fitas gravadas que eu não sei se foram investigadas. A CPI poderia mandar esses documentos para a CPMI do Mensalão, para que sejam investigados mais profundamente. Aquelas pessoas privatizaram, e eram da Caixa Econômica Federal também.

Parecem-me coincidências – para não dizer outra expressão – muito estranhas que aconteceram naquela época. O que o senhor pensa disso?

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Senador Flávio Arns, a Caixa Econômica, ela própria, mantinha, até 1994 e até 1997, o gerenciamento do sistema lotérico, e a Racimec prestava serviços. Mas até então era um sistema *off-line*. Ou seja, entre a informação ser dada – alguém faz uma aposta numa casa lotérica – até que essa informação pudesse ser encaminhada à Caixa Econômica Federal, levava algum tempo. A mudança

que foi o objeto dessa licitação era transformar esse sistema que era *off-line* em sistema *on-line*.

Então, esse foi o objeto de licitação: fazer com que as casas lotéricas, tão logo alguém fizesse uma aposta, ou efetuasse um saque, ou fizesse qualquer operação possível de ser feita via casa lotérica, a Caixa Econômica automaticamente obtivesse a informação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a Racimec ganhou essa licitação

O SR. LUCAS FURTADO – Isso. Dentro dessa visão de que haveria necessidade de modernizar o sistema e dentro de uma ótica que havia de que o público é ineficiente e o privado resolve todas as soluções, porque por definição é mais eficiente, optou-se pela terceirização. Ou seja, ao invés de se continuar a trabalhar com o modelo de que a própria empresa pública teria condições de gerenciar esse sistema... Esse erro não foi da Caixa. Esse, a rigor, talvez tenha sido um erro de toda a administração pública, quando diz: a terceirização é a solução para todos os problemas do Brasil. Vamos terceirizar que é bom. E às vezes se terceirizou, isto é, se transferiu a atividade estatal para empresas privadas sem qualquer planejamento, e não sei se por dolo, por ingenuidade, por incapacidade de visão do que ocorreria no futuro, isso gerou, sim, uma situação de dependência.

O que motivou, efetivamente, a razão que motivou a mudança do sistema: o afastamento da Datamec e o contrato vencido pela Racimec foi a mudança do sistema *off-line* para um sistema *on-line*. A partir daí, sim, temos a dependência. O contrato somente foi assinado e iniciou a execução em 1997. Então, houve essa mudança.

Em relação aos consórcios, que V. Exª perguntou. A Lei de Licitações proíbe que empresas consorciadas, ou seja, sócios de empresas consorciadas ou empresas consorciadas participem de outros blocos. A rigor, a GTech não era consorciada. Ela não participou.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, não participou.

O SR. LUCAS FURTADO – Ela não participou da licitação. A Empresa GTech não participou. Ela não pôde participar porque para participar teria de ser empresa nacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não. Eu disse que a Racimec ganhou liderando um consórcio.

O SR. LUCAS FURTADO – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porém, o consórcio era dos mesmos proprietários. As empresas eram...

O SR. LUCAS FURTADO – Isso.

Haveria proibição da Lei nº 8.666, já vigente, à época, Senador, se esses mesmos proprietários participassem de outro consórcio, ou por meio dessas empresas apresentassem propostas à parte, não dentro de somente um consórcio, onde a Lei de Licitações não estabelece proibição.

Ou seja, esse fato não poderia, por si só, ser apontado como irregularidade no processo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a Datamec?

O SR. LUCAS FURTADO – Quanto à Datamec, aí foi uma opção da Caixa Econômica.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque a Datamec foi adquirida pela Unisys Corporation, depois, não é?

O SR. LUCAS FURTADO – Eu não sei, Senador. Eu não acompanhei o processo de privatização da Datamec. Não acompanhei. Realmente, não sei dizer o que aconteceu com a Datamec após a privatização dela. Não sei. Não tenho informações para V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Nos autos...

O SR. LUCAS FURTADO – Nos autos não consta nada. A rigor, nos autos, não consta nada sobre a Datamec. Consta simplesmente essa informação de que até o momento em que a Racimec assumiu o contrato, quem prestava serviços à Caixa... Caixa que ainda mantinha o gerenciamento do sistema. A Datamec era um mero prestador de serviços. Ou seja, não havia, entre Caixa e Datamec, um relacionamento tão íntimo, tão dependente e tão amplo quanto o que se gerou entre Caixa Econômica/Racimec e, posteriormente, GTech. A Datamec era uma mera prestadora de serviços, prestava serviços específicos. Mas, o gerenciamento do sistema do relacionamento Caixa Econômica/agências lotéricas era feito pela própria Caixa Econômica Federal.

A partir de 1997 é que a Caixa entrega à Racimec todo o contrato, todo o gerenciamento, e, ao longo de 1997, a GTech, que comprou dos sócios da Racimec o controle societário, buscou tirar a Racimec, que a rigor passou a ser uma empresa fantasma, e passou a querer assumir diretamente o contrato por meio de aditivo. Foi por duas vezes repelido pela Caixa Econômica Federal, pelos pareceres. Somente em janeiro de 1998 é que a Caixa Econômica concordou que a GTech poderia, por meio de aditivo, figurar agora, formalmente, como sendo a contratada da Caixa Econômica Federal; soluções, do ponto de vista societário, mirabolantes no sentido de que foram feitas inúmeras operações de cisão, de fusão, de incorporação de sociedades. Na prática, tudo isso é o quê? Chama-se simulação. Simulação para tentar ganhar um contrato. Ao comprar a Racimec, eles compraram – como V. Exª diz – o contrato com a Caixa Econômica Federal. A compra da Racimec foi uma forma de a GTech adquirir esse contrato, e que deveria ter sido rescindido à época.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente. E depois, em 2000, quando houve a celebração de um

novo contrato com a GTech, começou também uma disputa judicial, que vai até 2004, mais ou menos, com a decisão do STJ.

O SR. LUCAS FURTADO – A rigor, em 2000, houve, Senador, dois fatos distintos. Em primeiro lugar, a rescisão do contrato – o contrato foi assinado em 1997 para vigorar por 4 anos. Antes do fim do prazo do contrato, ele foi rescindido e foi firmado um novo contrato, também por inexigibilidade, com a GTech, para permitir incluir novos serviços. Por exemplo, originariamente, não havia essa possibilidade de declaração de Imposto de Renda ser feita por intermédio de agência lotérica.

Com essa primeira rescisão e a primeira renovação foi possível a inclusão desses contratos. Então, esse foi um fato. Outro fato foi a tentativa da Caixa Econômica de realizar uma concorrência, no ano de 2000, e aí fragmentando por regiões do Brasil e impedindo que uma empresa, que vencesse uma região, pudesse participar de outra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Se o Senhor me permite interromper, nesse caso, porque aconteceu – isso também não ficou bem explicado aqui na Comissão. Houve a celebração de um novo contrato, levando-se em conta a inexigibilidade, como o Senhor falou e, logo em seguida, a Caixa Econômica fez um processo tendo celebrado um contrato antes.

O SR. LUCAS FURTADO – A rigor, a licitação – permita-me corrigir – foi aberta em 2001, mas, ela já vinha sendo gestacionada dentro da Caixa durante o ano de 2000. O edital foi publicado em 2001. Agora, a questão é essa. Mesmo que no ano de 2000 aquela licitação tivesse sido realizada, tivessem sido contratadas as empresas, em 2000 estaríamos vivendo uma situação idêntica à atual, em que, ainda que se conseguisse contratar fornecimento de peças, prestação de serviços, já havia dependência tecnológica da GTech. Tanto havia que, no ano de 2002, quando se descobriu que a GTech havia recebido pagamento da ordem de R$1.600 milhão, por informações não processadas e que, pela análise realizada pelos técnicos do Tribunal, foram pagamentos indevidos que deveriam ser restituídos, e a Caixa exige que a GTech devolva. Para desistir das ações judiciais relacionadas a esse fato, o que é feito? Desiste-se da tentativa de recuperar e se aumenta a tarifa paga à Caixa Econômica. Isso no ano de 2002.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Observamos a participação da GTech, pelos depoimentos, acho que em outros Estados também, e do Carlinhos Cachoeira também em Goiás, no Rio Grande do Sul, as interferências dele em vários Estados também. O Senhor acharia razoável se pensássemos em acabar com as loterias estaduais e concentrássemos isso no âmbito federal e repartirmos os recursos proporcionalmente para os Estados participantes. Como o senhor veria isso?

O SR. LUCAS FURTADO – Senador, eu diria que é uma área muito difícil de fiscalizar. Hoje, quem fiscaliza esse sistema tem dificuldade; uma centralização do sistema talvez facilitasse a fiscalização de todo o processo, ou seja, centralizando no plano federal todo e qualquer jogo, que sempre é motivo de fraude... Sempre é motivo de fraude, até no futebol – Deus do céu – no santo futebol. Deus do céu! Está sendo fraudado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Porque vemos lá, no Rio de Janeiro, Loterj; nos outros Estados, e confusão em todos os lugares.

O SR. LUCAS FURTADO – Onde houver loteria, haverá...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, nesse sentido de ser algo... Creio que a própria Constituição prevê que loterias de números e coisas semelhantes, que até decisão...

O SR. LUCAS FURTADO – É competência legislativa da União isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente, parece que a decisão existe em recursos no STF, em função de discussões que está havendo. Há possibilidade de se centralizar isso ou é algo que não foi pensado ainda?

O SR. LUCAS FURTADO – Olha, tanto a descentralização sem planejamento quanto a centralização sem planejamento podem gerar dificuldades. Se ocorrer simplesmente a centralização, sem que se defina como vai ocorrer essa fiscalização de algo que agora cresce de volume, isso talvez seja até fonte maior de fraudes; ou seja, é uma boa idéia, sim. Acredito que vale a pena investir nessa idéia, mas é necessário, antes de definir o modelo, pensar como vamos fiscalizá-lo, para evitar a criação de um gigante no plano federal que vai administrar milhões e milhões e milhões, maiores inclusive dos que atualmente são gerenciados no plano federal, sem que haja uma fiscalização correta. Assim, em vez de vários – com perdão da palavra – roubarem, vamos criar a possibilidade de monopólio do roubo, em que teríamos no plano federal um roubo federalizado em todos os Estados. Então, é preciso, sim, é necessário, facilitaria a fiscalização, mas teríamos de pensar antes como ocorreria essa fiscalização e fortalecer esse sistema de controle sobre as loterias, para evitar esse tipo de fraude, ou seja: regras claras, transparência, definição de um modelo evitam – e muito – a fraude. Às vezes, soluções apressadas podem causar problemas quer na descentralização, quer numa centralização, assim sem maiores planejamentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só um outro aspecto ainda: o senhor mencionou a renovação do

contrato no ano de 2003, objeto maior da discussão e da investigação desta CPI, em função dos telefonemas que as pessoas trocavam; e levantou-se o número de telefonemas, reuniões, particularmente do Buratti com o pessoal da GTech, Waldomiro Diniz, e Buratti falando com Ralf Barquete, envolvendo-se o nome do Juscelino Dourado, que era lá, do Ministério da Fazenda. O senhor mencionou algumas coisas que eu acho que teriam de ficar mais claras aqui. O senhor mencionou, por exemplo, que, de 1997 a 2003, houve o aumento de R$0,05 para R$0,15, em função da operação básica. Qual foi o nome que o senhor deu?

O SR. LUCAS FURTADO – Essa é uma operação de contas; operação tipo 2 que envolve operações Febraban, cobrança, pagamento de INSS e de GPS.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – De R$0,05 para R$0,15.

O SR. LUCAS FURTADO – Isso. De 1997...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em 2003, houve a diminuição na renovação do contrato para R$0,1275.

O SR. LUCAS FURTADO – R$0,12 75.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em vez de R$0,15, baixou para R$0,1275. Quer dizer, houve um aumento de 200%...

O SR. LUCAS FURTADO – ... e depois uma redução de 15%.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... e depois uma redução para R$0,1275, já no atual Governo.

E as pessoas sempre levantam, aqui na CPI, que se reduziu, mas que, depois, aumentou-se o valor da aposta. Como o senhor veria esse tipo de argumento levantado na CPI?

O SR. LUCAS FURTADO – Olha, um argumento procedente, que merece ser investigado, Sr. Senador, principalmente porque a empresa lucra não apenas com base na receita, mas com base no custo; ou seja, é evidente que o lucro decorre da diferença entre receita e despesa. Houve a redução da receita na medida em que houve a redução de 15% da tarifa que seria paga, que foi paga, que passou a ser paga a GTech. No entanto, o principal custo, mais do que o aumento do valor da Megasena e da Quina, mais do que isso, o que os técnicos do TCU apontam como um problema nessa renovação foi uma consideração que não foi feita em 2003, mas que se deve fazer justiça, nunca foi feita, que nunca foi feita em toda a história desse contrato, que seria avaliação dos custos da GTech. Nunca houve essa avaliação de custos. E os técnicos do TCU apontam o seguinte: durante toda a história do contrato, o custo mais alto da GTech era a depreciação dos bens. No momento inicial, a GTech foi chamada para instalar inúmeros, milhares de equipamentos – equipamentos com tecnologia na área da informática que se tornam defasados rapidamente. Daí trabalhar-se com uma taxa de depreciação de 20%. Então, em 2003, já teria ocorrido uma depreciação muito grande. Só que isso nunca foi considerado, não neste momento. Não é uma falha, aqui. Olhando-se, examinando-se todo o contrato, é vantajoso, mas essa não consideração dos custos não ocorreu, nesse momento, nem ao longo de todo o contrato. Se tivessem sido considerados custos, se tivessem sido abertos os custos da GTech, se tivesse sido verificado, em 2003, que quase tudo que podia ser depreciado já havia sido depreciado, poderia ter ocorrido uma renovação, em 2003, ainda mais vantajosa. Entretanto, esse aspecto, ou seja, essa forma de negociar... Negociava-se em que termos? Todas as negociações entre Caixa e GTech – vantagens para os dois lados. Está havendo um aumento, a Caixa Econômica está lucrando mais, e a GTech também pode lucrar mais. Neste momento, a GTech, aparentemente, reduz, mas a GTech não abriu os seus custos para a Caixa Econômica Federal, o que impedia... Agora, com base na auditoria, são abertos esses dados. O TCU solicitou que a própria GTech fornecesse informações para instruir o processo no TCU. Agora, pode-se verificar que houve vantagens para a GTech em 2003. Houve vantagens. Por quê? Porque o principal item do seu custo havia sido reduzido drasticamente. Quando se pega o custo de depreciação ocorrido nos anos anteriores e ocorrido em 2003, verifica-se uma queda gradativa. Então, seria possível obter uma renovação mais vantajosa para a Caixa? Seria. Isso foi feito? Não. Por quê? Porque a Caixa não trabalhava com essa metodologia de negociação. Trabalhava com divisão de vantagens para os dois lados.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** O senhor fala que, inclusive, poderia ter havido uma redução maior. E o aumento de cinco para quinze centavos?

O SR. LUCAS FURTADO – Isso, ou seja, eventuais custos da GTech nunca foram considerados. Nunca foram considerados e sempre resultaram em aumento. Nesse momento, os custos da GTech não foram considerados, mais uma vez, houve uma redução. Repito: examinando-se todo o processo, quando eu pego a linha de pagamento unitário por informação, verifica-se um aumento; o aumento em 2003 cai. Isso, considerando o valor unitário pago por informação processada pela Caixa Econômica Federal, informação gerada nas lotéricas.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Cinco centavos para quinze centavos? E a diminuição de doze...

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Senador, cinco para oito, oito para doze e doze para quinze. Quer dizer, podemos ir direto do cinco para quinze. Ou seja, esse aumento ocorreu gradativamente, e em cada au-

mento são verificadas irregularidades distintas pelos técnicos do TCU.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Não, porque essencialmente, o que se está buscando, assim – eu sempre digo –, apesar desses questionamentos, é identificar a verdade do objeto da investigação desta CPI.

O SR. LUCAS FURTADO – Com certeza.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** E sempre se aponta o fato de ter havido problemas na renovação desse contrato e que está sendo objeto inclusive dessa investigação toda no início de 2003. Quer dizer, um fato positivo que tem de ser levantado, na minha opinião. Eu não sabia desse dado – talvez tenha me passado despercebido: que durante cinco anos houve este aumento de 200%.

O SR. LUCAS FURTADO – 200%.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) **–** Quer dizer, depois de cinco anos com o aumento de 200%, houve, depois de cinco anos, uma diminuição. Quer dizer, não continuou aumentando; houve uma diminuição. É claro que poderia, como o senhor fala, ter havido outros estudos que indicassem um tipo de análise diferente que permitisse até uma diminuição maior. Agora, eu diria que foi um mérito que aconteceu nessa análise do pessoal.

Só para concluir, o senhor falou algo que me deixou assim... De qualquer forma, o senhor disse que o contrato seria renovado com a GTech.

O SR. LUCAS FURTADO – Quanto a esse ..., isso não é opinião minha; isso é fato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É fato.

O SR. LUCAS FURTADO – Em 2003, Senador, ou a Caixa Econômica renovava o contrato, ou o sistema de loteria parava. Isso se devia, em primeiro lugar, às liminares que impediam desde 2001, desde 2002, a conclusão das licitações que objetivavam dar liberdade à Caixa Econômica – isso é fato, não é opinião minha. Quanto ao prazo, foi de 25 meses – poderia ser de até 60 –, mas a Caixa Econômica avaliou que, em 25 meses, conseguiria concluir os pregões e ter a autonomia do sistema. Nesse ponto, a Caixa Econômica falhou, porque esse prazo já foi executado; ou seja, esgotou-se esse prazo de 25 meses, agora, em maio de 2005, e a Caixa Econômica foi obrigada a firmar um novo contrato com a GTech até maio de 2006.

Então, dizer se o prazo de 25 meses foi vantajoso. Ora, o que se mostra é que seria necessário não de 25, mas talvez de 37, já que vamos com a GTech até 2006 – talvez até mais.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sempre são levantados questionamentos, inclusive em relação ao próprio Ministro da Fazenda, pelo fato de ter renovado com a GTech, de ter renovado por 24 meses, de ter feito... Realmente, vejo que está dentro da legalidade, no sentido de que poderia ter sido renovado, poderia ter sido por prazo maior. Foi por valor menor, depois de um aumento de 200%. E há esse questionamento que as pessoas falam, que o senhor mesmo falou, que tem de ser buscado por que, na seqüência, houve aumento.

Agora, fico pensando se isso era do conhecimento da GTech, por que havia esses telefonemas todos das pessoas: um, vinte, cinqüenta telefonemas de um para o outro, tal, que é objeto da investigação desta CPI?

O SR. LUCAS FURTADO – Consta do relatório dos técnicos do Tribunal é que se poderiam discutir naquela ocasião as condições; que a Caixa Econômica estaria forçando a obtenção de um desconto maior ainda; que poderia ter sido maior ainda – agora, quando se abrem os custos da GTech, descobre-se que poderiam ser maiores ainda. Talvez a eventual manipulação tenha-se dado em relação às condições, se houve manipulação.

Quanto à necessidade...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Funções em que sentido?

O SR. LUCAS FURTADO – Desculpe-me, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O senhor falou que talvez tenha havido manipulação em termos de funções...

O SR. LUCAS FURTADO – Se houve interferência política dentro da Caixa para renovar, se houve telefonemas, isso foi para definir as condições. Foi de 15% o desconto; poderia ter sido de 20%; poderia ter sido de 30%. Se dependesse da GTech, evidentemente, não teria havido desconto. Muito pelo contrário, teria sido mantida a mesma linha de crescimento do valor unitário a ser pago a ela, GTech, pela Caixa Econômica Federal. Ou seja, a discussão não girava em torno da necessidade ou não de renovar o contrato, mas das condições, principalmente da adoção ou não de um desconto. Digo que, se houve algum espaço para alguma interferência, foi em relação ao desconto.

Repito a V. Exª: do ponto de vista da Caixa Econômica Federal, a Caixa Econômica trabalhava apenas com a receita da GTech; não trabalhava com os custos. Ou seja, hoje, sabe-se que a GTech poderia, sim, ter dado um desconto muito maior. Essa informação a Caixa Econômica Federal... Talvez os administradores da Caixa possam explicar isso melhor. Ou seja, se a Caixa Econômica dispunha dessa informação, isso não está no processo. Qual informação? De que os custos da GTech haviam sido reduzidos drasticamente por conta do processo de depreciação.

Agora, do ponto de vista da Caixa Econômica Federal, o que ela examina: estou aumentando, aumentando, aumentando. Chega em 2003, eu reduzo.

Obtive uma vitória. A GTech, por seu lado, que sabe quanto gasta, diz: houve aumentos – vitória, vitória, vitória. Em 2003, houve uma redução. É uma derrota do ponto de vista da GTech?

A GTech diz o seguinte: para mim, GTech vitória ou derrota não é receita; é lucro. Então, na medida em que meus custos se reduzem, estou obtendo uma vitória. Meu custo significativo era depreciação. Então, ainda que o valor unitário que a Caixa me paga seja reduzido, independentemente de aumento de Mega sena, ou do quer que seja, os meus custos contábeis estão sendo reduzidos. Então, vou continuar a lucrar. Se o lucro da GTech, em 2003, aumentou ou foi reduzido, confesso que eu não teria, a partir das informações do processo, condições de informar a V. Exª, mas, do ponto de vista da GTech... Para a Caixa, foi uma vitória, dentro da metodologia que a Caixa adotava, pelas informações a que a Caixa Econômica tinha acesso.

A Caixa Econômica dizia: "Eu estou pagando R$0,15 e passo a pagar R$0,1275" – isso é uma vitória para a Caixa Econômica. Para a Caixa Econômica, a negociação foi feita em condições vantajosas, só que havia, Senador, uma assimetria de informações. A GTech detinha muito mais informações do que a Caixa Econômica Federal. Quem tem informação tem condições de negociar, ou seja, o que aparentemente era uma vitória – naquele momento se apresentava para a Caixa Econômica como uma vitória – hoje, abertos os custos da GTech, verifica-se que foi vitória também para a GTech.

Para uma empresa, não interessa eu ter uma receita de R$10 bilhões se a minha despesa é de R$11 bilhões. É muito mais vantajoso ter uma receita de R$1 bilhão e ter um custo de R$500 mil. Para uma empresa privada, o que interessa? Lucro. O que é vantagem? Lucro, não é isso? A GTech lucrou antes e continuou a lucrar. Repito: isso pode ser considerado uma falha, uma omissão da Caixa Econômica? Eu não veria sob essa ótica. Eu não veria sob essa ótica, porque a Caixa Econômica sofria de déficit de informação. A Caixa Econômica, durante os oito anos de execução do contrato, não conseguiu jamais, porque jamais exigiu que as renegociações se dessem com base nos custos, que era o que deveria ter ocorrido desde o início.

Então, do ponto de vista da Caixa Econômica, do ponto de vista de quem está do lado da Administração Pública – não falo de Governo, falo de administração pública –, é uma vitória reduzir custos. Agora, somente agora; esse relatório foi concluído em julho de 2005, e não em 2003.

Em julho de 2005, abertos os custos da GTech, o que se verifica? Aquela negociação, que parecia vantajosa para a Caixa Econômica e prejudicial para a GTech, que tem sua receita reduzida, verifica-se que continuou a ser vantajosa para a própria empresa GTech, Sr. Senador. Culpa da Caixa Econômica? Culpa histórica da Caixa Econômica, que nunca negociou com base em custos; nunca negociou com base em custos.

Então, houve falha em 2003? Se houve, essa falha deve-se a toda a cadeia histórica existente desde 1997, quando foi assinado o contrato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quais foram, só para concluir, os aumentos anteriores aos quais o senhor se referiu? Em 1997, eram cinco centavos, depois?

O SR. LUCAS FURTADO – Isso em relação à tarifa tipo dois. O valor de R$0,5, de 1997 a maio de 1998; de R$0,8, de maio de 1998 a maio de 1999; de R$0,12, de maio de 1999 a maio de 2000; de R$0,15, de maio de 2000 a abril de 2003. Em 2003, temos a renovação. Então, até 14 de abril de 2003, a tarifa era de R$0,15. A partir de 15 de abril de 2003, o valor cai para R$0,1275 por unidade de informação, isto é, por informação transmitida, isso em relação à transação tipo dois, Sr. Senador.

Havia outras transações; por exemplo, transação tipo 3, que diz respeito a saque em conta corrente, saque em poupança, depósito em conta-corrente, depósito em poupança, pagamento de INSS, PIS e benefícios sociais. Até 2003, a GTech recebia R$0,18, outro tipo de operação. Em abril de 2003, cai para R$0,1530, redução de 15%. Declaração de isentos de INSS, R$0,20 pagos até abril de 2003. A partir de então, R$0,17. Pré-pago, declaração, ou seja, habilitação ou cadastramento de celular pré-pago até abril de 2003, R$0,25 por habilitação, pagamento efetuado à GTech. Em abril, cai para R$0,2125. Pagamento de despesas de contas de concessionárias sem boleto bancário. Até esta data, 15 de abril de 2003, era de R$0,65, caiu para R$0,5525; e, finalmente, paga-se habilitação de celular pré-pago *on line*, que era de R$0,38, cai para R$0,3233.

Repito: para a Caixa Econômica, isso deve ter sido, ou seja, se eu sou administrador de uma empresa, se eu visto a camisa da empresa...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas sabe que eu acho que a pergunta até deveria ser diferente. Olhando como parlamentar e como população, temos que pensar: chegamos aqui neste ponto e houve uma diminuição de cerca de 20% ou em torno disso...

O SR. LUCAS FURTADO – 15%, aplicado linearmente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer 15% nas tarifas cobradas. Quer dizer, houve uma diminuição de 15%.

O que estamos dizendo é que, tendo conhecimento dos custos, esses 15% talvez pudessem ser mais. Tudo bem. Agora, temos de questionar por que havia o valor anterior também – análise de custos para ver

como se chegou àquele valor anterior que, depois de cinco anos subindo, inclusive com aumento no primeiro ano, na tarifa 2, de R$0,05 para R$0,08, significa 30% de um ano para outro, e ainda com aquela discussão que a empresa tinha comprado a licitação.

Parece-me que este é um crédito importante que temos de dar para a Caixa Econômica, que, apesar de não conhecer os custos, salvo melhor juízo...

O SR. LUCAS FURTADO – Aparentemente era isto mesmo: não tinha acesso aos custos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ...diminuiu os custos nesse percentual. Quer dizer, precisamos ver o que aconteceu, claro, e investigar o porquê desses telefonemas todos. Mas, de qualquer forma, 200% e se diminuiu o custo na seqüência.

O SR. LUCAS FURTADO – Senador, como ia dizendo, se sou da Caixa Econômica, se visto a camisa da Caixa Econômica, no sentido de que estou compromissado com os interesses da Caixa Econômica, isso daqui seria motivo para comemoração, em 2003. Hoje, com as informações de que dispomos, dizemos: "Opa, poderíamos, com certeza, ter obtido uma redução ainda mais significativa".

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E qual seria o seu sentimento quando, em 2003, o senhor assume e percebe que aumentou 200% nos últimos anos?

O SR. LUCAS FURTADO – Os técnicos do TCU, para cada um desses aumentos, separaram... Tem esse relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tem esse exame todo?

O SR. LUCAS FURTADO – Encaminhei esse relatório à presidência...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só uma dúvida: esse desconto de 2003, nessa renovação de contrato, já vinha sendo discutido desde 2002, com todas aquelas reuniões gravadas. Na realidade, aparentemente, a idéia da Caixa, até o final de 2002, quando mudou a equipe, era ter um desconto de 25%. Quando veio a nova negociação, baixou para 15%, uma espécie de acordo. Houve uma série de negociações anteriores, mesmo porque esse contrato foi assinado logo no início do Governo. Em quantos meses de Governo foi assinado? Acho que foi em março, abril.

O SR. LUCAS FURTADO – Acho que abril de 2003.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Examinando os números, parece-me que houve uma conscientização da Caixa a partir do ano 2000. A partir do ano 2000, o pessoal diz: "Opa, há coisa aqui".

O SR. LUCAS FURTADO – Diria que essa consciência da Caixa Econômica se deve, em parte, ou se deveu, em parte, à atuação do TCU, que havia feito a auditoria e havia dito: "Caixa Econômica, você está numa situação de dependência; busque soluções para sair dessa situação de dependência".

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Teríamos de olhar para trás, quando está tudo detalhado.

O SR. LUCAS FURTADO – Senador, nesse relatório que encaminhei está detalhado qual seria o possível prejuízo para a Caixa Econômica em cada um desses momentos. Em cada momento em que ocorre uma elevação de tarifa, é feita a quantificação. Repito: apresentei esses números da tarifa tipo 2. Existem outras tarifas; essa é a mais significativa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E o senhor chegou à conclusão da perda de R$450 milhões baseado nessas análises?

O SR. LUCAS FURTADO – Isso. Feito o somatório de cada uma dessas etapas e do prejuízo quantificado pela equipe técnica, o somatório numérico – aqui é matemática simples – é R$433 milhões. Mas repito: é provável que esse valor seja reduzido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sem contraditório, sem o direito de defesa.

O SR. LUCAS FURTADO – Sem o contraditório, sem ampla defesa, sem que nem a GTech, nem os gestores da Caixa, a quem se atribui grande parte da responsabilidade, tenham sido ouvidos. Os gestores da Caixa que estão desde a origem. Há, inclusive, proposta da unidade técnica, de que alguns desses gestores que estão desde a origem, servidores de carreira da Caixa, sejam declarados inabilitados para exercer cargo em comissão e sejam afastados da Caixa Econômica Federal. Aponta-se em relação a alguns servidores – V. Exªs terão acesso a esses nomes no relatório que encaminho a V. Exªs, com essas observações de que essas próprias pessoas ainda não se defenderam desse processo – que tiveram interferência direta, efetiva, durante todo o processo, inclusive na definição do modelo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Está certo.

Agradeço.

O SR. LUCAS FURTADO – Eu que agradeço a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero parabenizá-lo novamente, pois, para mim, foi uma exposição das melhores, com muito fundamento, inclusive trazendo luz sobre várias discussões que temos tido no decorrer destas CPIs sobre essas questões todas.

O SR. LUCAS FURTADO – Eu que agradeço a V. Exª.

O SR PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Antes, o Senador Garibaldi Alves Filho quer fazer mais uma pergunta, nosso Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É só uma pergunta rápida, Dr. Lucas.

A empresa Procomp ganhou um dos pregões da Caixa, que foi um dos mais concorridos, apresentando grande redução de preços. No entanto, antes da realização do pregão, houve um recurso, pois estava previsto que o processador das máquinas teria necessariamente de ser a Intel. O recurso foi aceito.

Pergunto: pode ter havido uma tentativa frustrada de direcionamento do edital?

O SR. LUCAS FURTADO – Sr. Senador, na área de informática, porque voltamos a ela, ou seja, não necessariamente estabelece. A Lei nº 8.666 estabelece que, como regra, é vedada a indicação de marca, porque significaria direcionamento. A própria lei diz que deve haver uma padronização nas compras da administração pública, e, aí, por conta desse processo formal, técnico de padronização, acaba por definir-se uma marca. Então, poderia, sim, ser investigado.

Por exemplo, um outro fato relacionado ao pregão: venceu o Pregão 299, para armazenagem e entrega de volantes, bobinas térmicas e bilhetes, a Empresa Transworld Transportes Especiais Ltda., no valor de R$36 milhões, um dos pregões. A Caixa chamou a empresa para assinar o contrato, e a empresa não compareceu. Com base na própria legislação do pregão, deve ser convocada a empresa classificada em segundo lugar. Como a primeira não compareceu com uma proposta de R$36 milhões, compareceu a segunda com uma proposta de R$42 milhões. Ou seja, o que motiva uma empresa a participar de um pregão, apresentar uma proposta de R$36 milhões e não comparecer? Confesso que não sei. Poder-se-ia investigar. O TCU não chegou ainda a examinar os pregões, só dispõe dos dados, não fez qualquer processo porque ainda está ocupado com a fase anterior desse processo, que é muito complicado. Chegaremos ao exame dos pregões, o que, até agora, não foi feito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Uma observação. Quando for necessária a especificação de uma marca, ter-se-á de comprar sem licitação, no caso?

O SR. LUCAS FURTADO – Não necessariamente...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não se pode licitar marca. Uma vez aconteceu um caso comigo interessante: eu era Secretário da Educação e precisava comprar duas cadeiras para completar oito para uma mesa que já tinha seis cadeiras. Portanto, precisava comprar duas cadeiras de uma marca específica, que era vendida por três empresas. Então, licitaram a compra das duas cadeiras. Depois, li um dia no jornal, ao acordar de manhã, que o Tribunal de Contas tinha vetado uma licitação de compra de cadeiras da Secretaria de Educação. Pensei que fossem muitas carteiras escolares; eram duas cadeiras, e o porquê é que tinha sido definida a marca, e não se pode fazer licitação definindo-se a marca.

Assim, a mesma coisa a Intel, que é o maior fabricante de chip do mundo; não é o único, mas só há dois ou três. Realmente, é difícil.

O SR. LUCAS FURTADO – É muito difícil, mas a regra é esta: é vedada a especificação por marca. No caso de uma cadeira, teoricamente, deveria ser identificada a cadeira pelas especificações, o material de encosto, e não pela marca. Em situações excepcionais, tem sido admitida a própria lei, no art. 15.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Coca-Cola, por exemplo.

O SR. LUCAS FURTADO – Não poderia haver Coca-Cola.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Tenho que dizer refrigerante tipo cola.

O SR. LUCAS FURTADO – Aliás, até refrigerante tipo cola seria difícil, Senador; teria de ser refrigerante, talvez.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Lucas, quero cumprimentá-lo pela exposição, pelo desempenho e perguntar se o relatório está contido aqui nesse...

O SR. LUCAS FURTADO – E nesse documento consta o relatório realizado pela equipe no processo que eu considero mais amplo e que considerou todos os outros processos. Existem no TCU uns cinco ou seis processos distintos envolvendo a GTech, alguns já encerrados. Esse relatório de inspeção é o mais completo, porque considera todos os outros.

Fiz a gravação. Se houver qualquer dificuldade de leitura, Sr. Senador Garibaldi, por favor, entre em contato. Acredito até que tenha duas cópias. Passarei a V. Exª as duas cópias. Se houver problema com uma, o senhor terá a outra; se houver problema com a outra, por favor, entre em contato.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Bom, em nome da Comissão, agradecemos os esclarecimentos prestados pelo Dr. Lucas Furtado. Ele sentiu que todos ficaram bastante satisfeitos com as suas palavras. Seria ótimo se tivéssemos na CPI sempre pessoas dispostas a esclarecer os fatos.

A reunião fica suspensa até às 14h15min para todos almoçarem, obedecendo aos apelo de todos os presentes.

(Suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Declaro reaberta a reunião. Vamos ouvir agora o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, a quem passo a palavra para seus esclarecimentos por trinta minutos.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Sr. Presidente, ilustre Senador Augusto Botelho, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores que integram a CPI, há alguns dias a CPI ouviu o irmão do companheiro Celso Daniel, Dr. João Francisco. Assisti a parte desse depoimento pela televisão. Embora o Dr. João Francisco não tenha a mim dirigido nenhuma crítica mais austera, mais áspera, nem colocado em dúvida a minha conduta profissional neste caso, em alguns momentos, algumas de suas respostas demonstravam uma certa mágoa, sua e de sua família, em relação às investigações das quais participei. Diante disso, imediatamente telefonei ao Senador Tião Viana, propus-me a vir a esta CPI, havendo necessidade, para dar as explicações deste caso.

Sou Deputado Federal, estou Deputado Federal, mas sou advogado criminalista neste País há muitos anos. Não quero tirar o direito de opinião dos familiares do Celso Daniel, mas também não quero – e acho que é meu direito – que paire sobre a minha conduta neste caso qualquer tipo de dúvida. Por isso vim aqui, pedi para vir aqui e aqui estou.

Duas coisas me incomodam nessa questão. A primeira, a questão da tortura, do dia em que fui assistir à autópsia, De outro lado, também uma questão relativa a tortura, porque um dos presos que havia confessado o crime, posteriormente, mudou o seu depoimento, foi à Justiça e disse...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Deputado Greenhalgh, um segundo. Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para deixar claro à Comissão que o Deputado Greenhalgh está aqui como convidado por ter se oferecido a colaborar com aquilo que ele julga importante sobre o chamado episódio de Santo André. Não é convocado e sobre ele não paira nenhuma suspeição de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está registrada a sua observação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A propósito da colocação feita pelo Senador Tião Viana e das palavras iniciais do Deputado Greenhalgh, eu tenho uma preocupação. Acho que o depoimento do Deputado Greenhalgh é muito importante, bastante importante. Tenho o maior respeito por V. Exª.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Apenas gostaria que esta sala estivesse cheia para que o depoimento de V. Exª pudesse ser apreciado pela unanimidade dos membros da Comissão. Infelizmente, V. Exªs. sabem que hoje e amanhã são os dois últimos dias de filiação, e muitos dos membros da CPI tiveram de se ausentar. Eu, inclusive, que não sou membro, estou aqui mais para fazer essa questão de ordem, porque eu tenho de ir ao plenário agora fazer dois pronunciamentos.

Eu consultaria o Deputado Greenhalgh se ele se incomodaria de remarcar o seu depoimento. Desculpe-me a colocação, mas, até para efeito de aproveitar o depoimento, o precioso depoimento de V. Exª, consulto os membros da Comissão e V. Exªs, Presidente, Relator e depoente, se concordariam que fizéssemos o depoimento na próxima semana, em caráter prioritário, consultada a agenda do Deputado Greenhalgh, para que pudéssemos, das investigações, tirar o melhor proveito do depoimento de S. Exª, que, repito, é fundamental.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Se V. Exª me permite, Presidente, eu estou à disposição da Comissão. Se o senhor quer sinceridade, digo-lhe que eu gostaria que estivessem aqui todos os membros. Vou lhe dizer mais: gostaria que estivesse aqui o Senador Suplicy e gostaria que estivesse aqui o Senador Romeu Tuma, que me conhecem há mais de 25 anos e que colocaram muitas das questões que eu gostaria de esclarecer. Estou à disposição da Comissão no momento em que a Comissão quiser. Não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu deixarei à cargo de V. Exª. Se V. Exª quiser que eu suspenda a sessão para ser ouvido numa outra oportunidade...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Acho que a decisão quanto à sugestão do Senador Agripino tem que caber, de fato, ao Deputado Greenhalgh. Posso imaginar o que significa a defesa da honra, a defesa da dignidade de uma pessoa com a história de vida dele. Portanto, eu acho que ele tem de se apresentar aqui de forma que ele possa se sentir mais à vontade e no momento que ele considerar melhor para fazer o esclarecimento daquilo que julga ser algo nebuloso em volta desse debate sobre Santo André. Nós temos clareza sobre o que significa aquilo, ele tem absoluta clareza, mas alguns duvidam, outros fazem uso político daquele fato.

Acho, portanto, que cabe ao Deputado Greenhalgh a decisão sobre a sugestão do Senador Agripino, que

gostaria de ver cheio o plenário da Comissão. Não tenho qualquer dúvida sobre a inocência das pessoas citadas pelo Sr. João Francisco Daniel. Embora dê sempre o direto de a família reivindicar quantas vezes julgar necessárias a reabertura e nova investigação do caso, eu acho que o Deputado Greenhalgh tem de ter absoluta naturalidade para tomar a decisão, já que pode ser que esteja com algo atravessado na garganta e julgar que não quer mais adiar. Cabe a ele essa decisão e acho que o Senador Agripino faz essa sugestão com a mesma intenção com a qual estou tratando do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Essas palavras de V. Exª de agora presenciei naquela sessão em que eu estava aqui presente. Como V. Exª é um convidado nosso, tem plena liberdade de decidir. Acho que já manifestou o desejo de que estivessem presentes as pessoas para as quais quer prestar esclarecimento público, o que é melhor por causa da sua honra, que está um... Defendem-lhe claramente, a sua honra não está ofendida, mas para deixar claro os pontos, deixo – acho que é regimental – a decisão a cargo de V. Exª. Querendo fazer o depoimento em outra oportunidade, eu encerro a sessão, e V. Exª fica convidado a aqui voltar na próxima semana.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, ele está atendendo ao apelo do Senador José Agripino. Não é que ele queira, ele está atendendo ao apelo do Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, eu insisto que realmente é um apelo. Quero deixar o Deputado Greenhalgh inteiramente confortável. Meu objetivo é esse aí. Eu nem sabia, mas V. Exª começa o depoimento dizendo que ficou incomodado com algumas declarações de João Francisco Daniel e que gostaria de que os Senadores Tuma e Suplicy, que fizeram perguntas que corroboraram com a sua preocupação, estivessem presentes aqui. Eu, de minha parte, farei todo o esforço possível para que o Senador Romeu Tuma venha no dia em que V. Exª marcar para retornar e tenho certeza de que o Senador Tião Viana e os membros do PT envidarão esforços no sentido de que o Senador Suplicy também venha, até para que todas as dúvidas sejam esclarecidas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador José Agripino, inclusive o Senador Suplicy está no exterior e, por outra razão, pediu-me para tomar algumas medidas na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Está na Colômbia, é verdade.

Fica a cargo do Deputado Greenhalgh a decisão final.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Estou de acordo, não há problema algum. Eu atendo à Comissão na hora em que a Comissão quiser. Eu não me sinto desconfortável aqui, eu tenho a minha consciência tranqüila em relação ao que fiz e eu queria compartilhar com os senhores o que fiz. Sou advogado, luto pelos direitos humanos. Durante muitos anos combati – e combato – a tortura no Brasil. Fui integrante da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos em São Paulo, trabalhei 22 anos com o Cardeal Arns, faço parte do Centro Santo Dias* de Defesa dos Direitos Humanos. Aqui na Câmara, Senador Agripino, todas as vezes em que fui Deputado, fui integrante da Comissão de Direitos Humanos, e não queria que pairasse nenhuma dúvida sobre o que fiz, sobre o que acompanhei, sobre o que vi neste caso.

Fiquei incomodado, digo a vocês com toda sinceridade, com todo respeito, com algumas das perguntas que foram feitas e algumas das respostas que foram dadas. Aquiesço e estou de acordo que possamos remarcar o meu depoimento. Virei à hora em que for necessário, porque gostaria de explicar a minha participação neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Perfeito. Diante da manifestação da vontade do depoente, acho que todos concordam com o encerramento desta reunião e o Deputado Greenhalgh venha em outra oportunidade, que será decidida posteriormente.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me: o melhor dia de presença na CPI é terça-feira, o Relator sabe disso. Então poderíamos valorizar a presença de S. Exª na terça-feira, quando se teria assegurado um **quorum** bom para a CPI.

Se o Senador Agripino e o Senador José Jorge estiverem de acordo...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Inteiramente de acordo.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – E o Relator?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E farei todo o esforço para que o Senador Romeu Tuma esteja presente para que o esclarecimento dos fatos ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Então V. Exª está convidado para voltar terça-feira.

Declaro encerrada a reunião.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Só quero, Sr. Presidente, registrar ainda, para a nossa honra, a presença do Deputado Jamil Murad, que é médico – faço o registro em nome também da Comissão de Direitos Humanos – e acompanhou todo esse episódio.

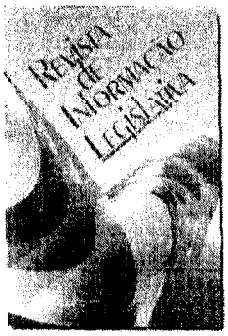
O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 50 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R$ 10,00

Edições anteriores: R$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988
Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)



EDIÇÃO DE HOJE: 1198 PÁGINAS